Diário Oficial

Estado de São Paulo

João Doria - Governador

Poder
Executivo
seção I

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 131 • Número 19 • São Paulo, sexta-feira, 29 de janeiro de 2021

www.imprensaoficial.com.br

Decretos

DECRETO Nº 65.492, DE 28 DE JANEIRO DE 2021

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Concessionária Linha Universidade S/A., os imóveis necessários à implantação da Estação Vila Cardoso e do Terminal de Integração Intermodal da Linha 6 - Laranja do Metrô, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos do disposto nos artigos 2º e 6º do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

Decreta:

Artigo 1º - Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Concessionária Linha Universidade S/A., por via amigável ou judicial, os imóveis localizados na Estrada do Sabão, na Rua João Teixeira Álvares e na Rua Augusto José Pereira, no Município e Comarca de São Paulo, identificados na planta de código nº DE-L6.BLOCO.6020B-D03/001 e no memorial descritivo constantes dos autos do processo STM-1.292.395/2017, necessários à implantação da Estação Vila Cardoso e do Terminal de Integração Intermodal da Linha 6 - Laranja do Metrô, inseridos no perímetro constituído pelos segmentos a seguir relacionados: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N=258.139,105000m e E=153.369,808400m, azimute 251º56'36" e distância de 10,16m, de propriedade do Sr. Gaspar Linhares da Silva, seguindo até o vértice 2, de coordenadas N=258.135,955680m e E=153.360,148247m, azimute 252º01'20" e distância de 5,61m, de propriedade do Sr. Valter Marcelo Lazzari, seguindo até o vértice 3, de coordenadas N=258.134,223408m e E=153.354,809802m, azimute 251º39'41" e distância de 4,34m, de propriedade da Sra. Antônia Oliveira dos Santos e s/m João Ezequiel dos Santos, seguindo até o vértice 4, de coordenadas N=258.132,856600m e E=153.350,686300m, azimute 252º39'47" e distância de 9,93m, de propriedade do Sr. Odemir Lima da Silva e s/m Érica Gomes Lima da Silva, seguindo até o vértice 5, de coordenadas N=258.129,896900m e E=153.341,205400m, azimute 337º05'26" e distância de 0,27m, de propriedade das Sras. Vanessa Solange Salomão e s/m Ricardo José Moraes de Freitas Correia e Maria dos Anjos Martins da Silva Salomão, seguindo até o vértice 6, de coordenadas N=258.130,143700m e E=153.341,101100m, azimute 252º01'11" e distância de 9,86m, de propriedade das Sras. Vanessa Solange Salomão e s/m Ricardo José Moraes de Freitas Correia e Maria dos Anjos Martins da Silva Salomão, seguindo até o vértice 7, de coordenadas N=258.127,098600m e E=153.331,718200m, azimute 250º35'21" e distância de 10,00m, de propriedade do Sr. Rubens Henrique dos Santos, seguindo até o vértice 8, de coordenadas N=258.123,773600m e E=153.322,282000m, azimute 250º14'07" e distância de 6,94m, de propriedade do Sr. Aparecido de Souza e s/m Darci Baptista da Silva Souza, seguindo até o vértice 9, de coordenadas N=258.121,425700m e E=153.315,747800m, azimute 252º17'57" e distância de 6,99m, de propriedade da Sra. Maria Ribeiro Alves de Souza, seguindo até o vértice 10, de coordenadas N=258.119,300400m e E=153.309,088700m, azimute 250º47'47" e distância de 6,95m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 11, de coordenadas N=258.117,015300m e E=153.302,528100m, azimute 246º53'24" e distância de 7,13m, de propriedade das Sras. Maria José dos Santos Ferreira e s/m Walter Ferreira e Francisca Antônia dos Santos, seguindo até o vértice 12, de coordenadas N=258.114,216800m e E=153.295,970300m, azimute 238º26'57" e distância de 6,03m, de propriedade da Sra. Jil Silva Naturesa, seguindo até o vértice 13, de coordenadas N=258.111,061400m e E=153.290,831400m, azimute 235º01'04" e distância de 5,91m, de propriedade do Sr. Lídio Rodrigues de Oliveira e s/m Gonçala Rodrigues de Oliveira, seguindo até o vértice 14, de coordenadas N=258.107,673600m e E=153.285,989900m, azimute 146º36'59" e distância de 0,24m, de propriedade do Sr. Orlando Tomé e s/m Leonice Fabiano Tomé, seguindo até o vértice 15, de coordenadas N=258.107,474500m e E=153.286,121100m, azimute 232º49'27" e distância de 6,10m, de propriedade do Sr. Orlando Tomé e s/m Leonice Fabiano Tomé, seguindo até o vértice 16, de coordenadas N=258.103,786600m e E=153.281,258200m, azimute 230º13'46" e distância de 11,91m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 17, de coordenadas N=258.096,169800m e E=153.272,106700m, azimute 222º43'39" e distância de 10,07m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 18, de coordenadas N=258.088,769900m e E=153.265,271700m, azimute 223º29'49" e distância de 6,11m, de propriedade das Sras. Jeane Egídio de Oliveira e s/m Ricardo da Silva Mehes, Penha Antônia Ferreira de Oliveira e Geovânia Egídio Assunção de Oliveira, seguindo até o vértice 19, de coordenadas N=258.084,335100m e E=153.261,063700m, azimute 235º09'09" e distância de 1,82m, de propriedade das Sras. Jeane Egídio de Oliveira e s/m Ricardo da Silva Mehes, Penha Antônia Ferreira de Oliveira e Geovânia Egídio Assunção de Oliveira, seguindo até o vértice 20, de coordenadas N=258.083,292400m e E=153.259,566100m, azimute 263º10'08" e distância de 1,51m, de propriedade das Sras. Jeane Egídio de Oliveira e s/m Ricardo da Silva Mehes, Penha Antônia Ferreira de Oliveira e Geovânia Egídio Assunção de Oliveira, seguindo até o vértice 21, de coordenadas N=258.083,112400m e E=153.258,063500m, azimute 289º05'19" e distância de 12,93m, de propriedade das Sras. Jeane Egídio de Oliveira e s/m Ricardo da Silva Mehes, Penha Antônia Ferreira de Oliveira e Geovânia Egídio Assunção de Oliveira, seguindo até o vértice 22, de coordenadas N=258.087,340000m e E=153.245,847100m, azimute 290º44'57" e distância de 10,31m, de propriedade do Sr. Reginaldo Ferreira Costa e s/m Renata Maria Teixeira Costa, seguindo até o vértice 23, de coordenadas N=258.090,994300m e E=153.236,201300m, azimute 288º41'33" e distância de 13,12m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 24, de coordenadas N=258.095,197600m e E=153.223,777800m, azimute 352º01'09" e distância de 2,64m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 25, de coordenadas N=258.097,808200m e E=153.223,411800m, azimute 46º22'53" e distância de 3,92m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 26, de coordenadas N=258.100,513800m e E=153.226,251100m, azimute 128º32'48" e distância de 1,82m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 27, de coordenadas N=258.099,379600m e E=153.227,674600m, azimute 28º28'27" e distância de 8,01m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 28, de coordenadas N=258.106,424600m e E=153.231,495600m, azimute 27º44'27" e distância de 19,16m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 29, de coordenadas N=258.123,378000m e E=153.240,411700m, azimute 83º36'24" e distância de 6,03m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 30, de coordenadas N=258.124,049900m e E=153.246,408000m, azimute 92º16'02" e distância de 1,15m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 31, de coordenadas N=258.124,004288m e E=153.247,560136m, azimute 85º28'28" e distância de 2,80m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 32, de coordenadas N=258.124,225200m e E=153.250,351100m, azimute 84º50'38" e distância de 8,52m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 33, de coordenadas N=258.124,991300m e E=153.258,841300m, azimute 83º28'37" e distância de 1,11m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 34, de coordenadas N=258.125,117100m e E=153.259,941500m, azimute 74º56'58" e distância de 1,85m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 35, de coordenadas N=258.125,596700m e E=153.261,725100m, azimute 74º44'46" e distância de 4,78m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 36, de coordenadas N=258.126,854800m e E=153.266,338500m, azimute 71º22'27" e distância de 6,94m, de propriedade do Sr. Orlando Tomé e s/m Leonice Fabiano Tomé, seguindo até o vértice 37, de coordenadas N=258.129,070800m e E=153.272,913400m, azimute 117º06'44" e distância de 0,36m, de propriedade do Sr. Orlando Tomé e s/m Leonice Fabiano Tomé, seguindo até o vértice 38, de coordenadas N=258.128,908600m e E=153.273,230200m, azimute 69º59'14" e distância de 13,44m, de propriedade do Sr. Lídio Rodrigues de Oliveira e s/m Gonçala Rodrigues de Oliveira, e da Sra. Jil Silva Naturesa, seguindo até o vértice 39, de coordenadas N=258.133,507300m e E=153.285,856200m, azimute 64º01'46" e distância de 7,00m, de propriedade da Sra. Maria José dos Santos Ferreira e s/m Walter Ferreira e Francisca Antônia dos Santos, seguindo até o vértice 40, de coordenadas N=258.136,571900m e E=153.292,147800m, azimute 70º44'56" e distância de 11,25m, de propriedade do Sr. João Castellar Padin e s/m Maria Diva Seraphina Cauduro Padin, seguindo até o vértice 41, de coordenadas N=258.140,279600m e E=153.302,764400m, azimute 76º02'02" e distância de 7,26m, de propriedade da Sra. Maria Ribeiro Alves de Souza, seguindo até o vértice 42, de coordenadas N=258.142,032300m e E=153.309,811800m, azimute 78º10'20" e distância de 7,01m, de propriedade do Sr. Aparecido de Souza e s/m Darci Baptista da Silva Souza, seguindo até o vértice 43, de coordenadas N=258.143,469400m e E=153.316,674200m, azimute 74º26'52" e distância de 9,86m, de propriedade do Sr. Rubens Henrique dos Santos, seguindo até o vértice 44, de coordenadas N=258.146,112200m e E=153.326,170200m, azimute 75º16'57" e distância de 10,06m, de propriedade das Sras. Vanessa Solange Salomão e s/m Ricardo José Moraes de Freitas Correia e Maria dos Anjos Martins da Silva Salomão, seguindo até o vértice 45, de coordenadas N=258.148,668700m e E=153.335,902800m, azimute 61º01'08" e distância de 9,88m, de propriedade do Sr. Odemir Lima da Silva e s/m Érica Gomes Lima da Silva, seguindo até o vértice 46, de coordenadas N=258.153,453700m e E=153.344,541900m, azimute 57º39'27" e distância de 9,13m, de propriedade da Sra. Antônia Oliveira dos Santos e s/m João Ezequiel dos Santos, e do Sr. Valter Marcelo Lazzari, seguindo até o vértice 47, de coordenadas N=258.158,337400m e E=153.352,254500m, azimute 64º04'39" e distância de 7,23m, de propriedade do Sr. Gaspar Linhares da Silva, seguindo até o vértice 48, de coordenadas N=258.161,497700m e E=153.358,756400m, azimute 153º43'52" e distância de 24,97m, de propriedade objeto do IPTU nº 107.216.0020-3, seguindo até o vértice 1, onde se iniciou a descrição deste perímetro, perfazendo uma área de 3.675,48m² (três mil, seiscentos e setenta e cinco metros quadrados e quarenta e oito decímetros quadrados).

Artigo 2º - Fica a Concessionária Linha Universidade S/A. autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para fins do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, devendo a carta de adjudicação ser expedida em favor da Fazenda do Estado de São Paulo.

Artigo 3º - As despesas com a execução do presente decreto correrão a cargo do Poder Concedente, na conformidade com o previsto no item 25.9 da Cláusula Vigésima Quinta do Contrato de Concessão Patrocinada nº 15/2013.

Artigo 4º - Ficam excluídos da presente declaração de utilidade pública os imóveis de propriedade de pessoas jurídicas de direito público eventualmente situados dentro do perímetro descrito no artigo 1º deste decreto.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de janeiro de 2021

JOÃO DORIA

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 28 de janeiro de 2021.

Atos do Governador

DECRETO(S)

DECRETOS DE 28-1-2021

Dispensando, a pedido, Reinaldo da Silva Moreira, RG 22.261.353-1, das funções de membro suplente do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo - CETRAN, na qualidade de representante com nível superior completo e notório saber na área de trânsito.

Nomeando, com fundamento no art. 4º do Dec. 48.035-2003, com suas alterações posteriores, combinado com o art. 15 da LF 9.503-97 (Código de Trânsito Brasileiro), Wagner Roberto da Silva, RG 18.063.297, como membro suplente do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo - CETRAN, na qualidade de representante com nível superior completo e notório saber na área de trânsito, em complementação ao mandato de Reinaldo da Silva Moreira.

Governo

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução de 28-1-2021

Designando, com fundamento no art. 3º do Dec. 56.091-2010, alterado pelo Dec. 64.640-2019, os a seguir indicados, para compor, como membros, o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONED, na qualidade de representantes:

I – da Secretaria de Segurança Pública, do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD: Ligia Alves dos Santos Silva, RG 24.107.581-6, e Dene Gianazi Benjamim, RG 44.805.786-4, respectivamente como titular e suplente;

II – da Secretaria da Habitação: Adilson Araujo de Sousa, RG 13.378.887-8, e Galy Artischeff, RG 5.204.007-0, respectivamente como titular e suplente;

III – do Departamento de Polícia Federal: Fernanda Medeiros Carvalho de Castro, RG 25.254.210-1, e Rodrigo Levin, RG 23.401.727-2, respectivamente como titular e suplente.

Apostila do Secretário, de 28-1-2021

No decreto publicado em 24-11-2020, e que é interessada Secretaria da Justiça e Cidadania/Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas – CONED, na parte referente ao Conselho Regional de Psicologia - CRP, para declarar que a grafia correta é Juliana Vicente de Freitas.

Extrato do Termo de Doação 421-2020 - Associação Profissionalizante BM&FBOVESPA

Processo - SEGOV-PRC-2020-03442 - Termo de Doação – 421-2020 - Parecer - CJ/SG 37-2019 - Doador - Associação Profissionalizante BM&FBOVESPA - Interveniente – Learntofly Desenvolvimento Humano Ltda. - Donatário - Estado de São Paulo - Secretaria de Governo - Objeto - Doação de serviços de apoio à execução do Programa Prospera Jovem 2020, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, voltado para jovens estudantes do 3º ano da rede pública estadual do Vale do Ribeira, com a utilização da plataforma online disponibilizada pela empresa Learntofly Desenvolvimento Humano Ltda., descritos nos autos do Processo SEGOV-PRC-2020-03442 - Valor Total - R$ 220.000,00 - Assinatura – 3-11-2020

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO

CHEFIA DE GABINETE

Comunicado

Resultado Preliminar do Edital de Chamamento Público FUSSP 02/2020

A Comissão de Seleção, designada pela Portaria FUSSP/GP 13, de 09-06-2020 torna público neste dia 28-01-2021, o resultado preliminar do Edital de Chamamento Público FUSSP 02/2020.

A finalidade do Chamamento Público a que se refere o presente é a "seleção de proposta para celebração de parceria entre o Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo Social de São Paulo – FUSSP, e organização da sociedade civil (OSC) para atuar como responsável pela administração da área dos cursos e oficinas do Programa da Escola de Qualificação Profissional na Praça da Cidadania, localizada na Rua Padre Dorindo de Oliveira Matias, 193, Sítio São Francisco, no Bairro de Pimentas, no Município de Guarulhos"

A referida Comissão se reuniu em 27-01-2020 para proceder à análise da única proposta recebida dentro do prazo estipulado no instrumento editalício.

Foi realizada detida análise da proposta apresentada e considerando os critérios de julgamento previstos na Tabela 2 do item 7.5.5 e disposições contidas nos itens 3.2, 7.4 e 7.4.5 do edital de embasamento, a Comissão resolve:

OSC classificada para a etapa de comprovação dos requisitos para a celebração do termo de colaboração.

Nº	OSC	NOTA
1º	ONG Instituto Cultural Olhando por Nós - Icon	4,0

O resultado preliminar será divulgado no sítio eletrônico do FUSSP: www.fussp.sp.gov.br.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

Concedendo a autorização a título precário à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, para ocupação da faixa de domínio, nos trechos sob responsabilidade da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, conforme especificado abaixo e após a assinatura do contrato entre as partes.

?A. Rodovia SP-070: ocupação do km 36,48000 ao km 36,57200, subterrânea, direção longitudinal, para instalação com extensão de 102,25000m, tendo como objeto implantação do Coletor Tronco de Esgoto Perová, via método não destrutivo (MND).

Consoante com as condições constantes do termo. (Processo 041.582/2020 - Protocolo 520.758/20).

DIRETORIA DE PROCEDIMENTOS E LOGÍSTICA

Despachos do Diretor, de 28-1-2021

Processo 002.488/04 – Protocolo 538.522/20 – Empresa de Ônibus Pássaro Marron S/A. – Autorizo, pelos documentos apresentados no presente, a emissão do Certificado de Registro Cadastral da empresa, expedindo-se o Certificado pelo prazo de 1 ano, a contar da data de sua publicação.

Processo 024.720/17 (F1-2811) – Jose Adeilson P. Freire Locadora ME. Conforme requerimento autuado à fl. 70V do presente, e o Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social às fls. 71V/74, a empresa acima referida, CNPJ 20.217.888/0001-26, informa a alteração da sua razão social, que passa a ser Freire Turismo e Transportes Ltda., sem alteração em seu CNPJ e em seu endereço, mas com a inclusão de Guilherme de Moraes Freire como sócio. Autorizo que sejam adotadas as providências para que seja consignada a nova Razão Social da empresa e a inclusão do sócio, em todas as anotações constantes da DPL/Artesp, relacionadas ao Serviço de Fretamento.

Processo 022.704/17 (F1-1751) – Fernanda de Paula Parreira Sampaio-ME. Conforme requerimento autuado à fl. 116V do presente, e o Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social à fl. 120, a empresa acima referida, CNPJ 05.257.763/0001-36, informa a alteração da sua razão social, que passa a ser Fernanda de Paula Parreira Sampaio Transportes, sem alteração em seu CNPJ, em seu endereço e em seu quadro societário. Autorizo que sejam adotadas as providências para que seja consignada a nova Razão Social da empresa, em todas as anotações constantes da DPL/Artesp, relacionadas ao Serviço de Fretamento.

Processo 036.186/19 (F4-1896) – Nando's Transportes Ltda. - ME. Conforme requerimento autuado à fl. 84 do presente, e o Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social às fls. 85V/93, a empresa acima referida, CNPJ 04.938.407/0001-15, informa a alteração da sua razão social, que passa a ser Nando's Transportes Ltda ME, sem alteração do CNPJ e em seu endereço, mas tendo como única sócia Arlete Fátima da Silva Anastácio. Autorizo que sejam adotadas as providências para que seja consignada a nova Razão Social da empresa e alteração do quadro societário, em todas as anotações constantes da DPL/Artesp, relacionadas ao Serviço de Fretamento.

Sumário

Esta edição, de 363 páginas, contém os atos normativos e de interesse geral.

DECRETOS **1**
DECRETO Nº 65.492, DE 28 DE JANEIRO DE 2021 1
ATOS DO GOVERNADOR **1**
DECRETO(S) 1
GOVERNO **1**
GABINETE DO SECRETÁRIO 1
FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO 1
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO 1
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO 3
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO 3
PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO **4**
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO 4
GABINETE DO SECRETÁRIO 4
JUSTIÇA E CIDADANIA **40**
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE SEXUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 40
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR 40
FUNDAÇÃO INST. DE TERRAS DO ESTADO DE S.PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA 40
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO 41
FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE 41
DESENVOLVIMENTO SOCIAL **42**
GABINETE DA SECRETÁRIA 42
SEGURANÇA PÚBLICA **42**
GABINETE DO SECRETÁRIO 42
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO 42
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO 43
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA **44**
GABINETE DO SECRETÁRIO 44
COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA 45
COORDENADORIA DE SAÚDE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO 45
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO 45
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL 45
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO 45
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO 46
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO 46
FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL 48
FAZENDA E PLANEJAMENTO **48**
COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 48
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO **57**
GABINETE DO SECRETÁRIO 57
COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA 57
EDUCAÇÃO **58**
GABINETE DO SECRETÁRIO 58
CONSELHO ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE SÃO PAULO 58
COORDENADORIA PEDAGÓGICA 58
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES 58
DIRETORIAS DE ENSINO 58
SAÚDE **63**
GABINETE DO SECRETÁRIO 63
COORDENADORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DE SAÚDE 63
COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS 63
COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS 63
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE 64
COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE 64
COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 65
FUNDAÇÃO ONCOCENTRO DE SÃO PAULO 65
FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE - HEMOCENTRO DE SÃO PAULO 65
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP 66
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP 66
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU 66
LOGÍSTICA E TRANSPORTES **66**
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM 66
DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO 66
CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA **67**
GABINETE DO SECRETÁRIO 67
CONS. DEFESA DO PATRIM. HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO 67
UNIDADE DE ATIVIDADES CULTURAIS 68
UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO 68
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO **69**
CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA 69
HABITAÇÃO **69**
GABINETE DO SECRETÁRIO 69
INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE **70**
GABINETE DO SECRETÁRIO 70
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA 102
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 104
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO **123**
GABINETE DO PROCURADOR GERAL 123
CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 123
CENTRO DE ESTUDOS 123
PROCURADORIAS REGIONAIS 123
TURISMO **123**
DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS 123
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO **123**
REITORIA 123
UNIDADES UNIVERSITÁRIAS 123
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS **124**
REITORIA 124
UNIDADES UNIVERSITÁRIAS 124
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA **124**
REITORIA 124
UNIDADES UNIVERSITÁRIAS 124
MINISTÉRIO PÚBLICO **125**
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA 125
DIRETORIA GERAL 128
CENTRO DE RECURSOS HUMANOS 129
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO **129**
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO 129
SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO 129
CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO 129
CORREGEDORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO 130
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO 130
EDITAIS **135**
GOVERNO 135
JUSTIÇA E CIDADANIA 136
SEGURANÇA PÚBLICA 136
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA 137
FAZENDA E PLANEJAMENTO 138
EDUCAÇÃO 138
SAÚDE 148
LOGÍSTICA E TRANSPORTES 148
INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE 148
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 149
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 149
NEGÓCIOS PÚBLICOS **150**
PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO 150
JUSTIÇA E CIDADANIA 151
SEGURANÇA PÚBLICA 151
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA 152
FAZENDA E PLANEJAMENTO 159
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 159
EDUCAÇÃO 160
SAÚDE 161
LOGÍSTICA E TRANSPORTES 171
CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA 171
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 171
INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE 171
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 171
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 171
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS 173
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA 176
CONCURSOS **177**
SEGURANÇA PÚBLICA 177
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA 177
SAÚDE 178
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 178
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 325
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS 333
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA 334
BEC - BOLSA ELETRÔNICA DE COMPRAS **336**
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 336
DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS **337**
RELAÇÃO DE COMPRAS **363**
FAZENDA E PLANEJAMENTO 363

Secretarias

Casa Civil
Secretário Executivo: Antonio Carlos Rizeque Malufe respondendo expediente da Pasta
Av. Morumbi 4.500 Morumbi
CEP 05650-905 t 2193-8000

Governo
Secretário: Rodrigo Garcia
Av. Morumbi, 4.500 Morumbi
CEP 05650-905 t 2193-8000

Projetos, Orçamento e Gestão
Secretário: Mauro Ricardo Machado Costa
Av. Morumbi, 4.500 Morumbi
CEP 05650-905 t 2193-8933

Desenvolvimento Regional
Secretário: Marco Antonio Scarasati Vinholi
Av. Rangel Pestana, 300 3º andar Centro
CEP 01017-911 t 3204-4500

Infraestrutura e Meio Ambiente
Secretário: Marcos Rodrigues Penido
Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 Alto de Pinheiros
CEP 05459-010 t 3133-3000

Justiça e Cidadania
Secretário: Fernando José da Costa
Pátio do Colégio 148 Centro
CEP 01016-040 t 3291-2603

Desenvolvimento Social
Secretária: Celia Kochen Parnes
Rua Boa Vista, nº 170 Edifício Cidade I Centro
CEP 01014-00 t 2763-8000

Segurança Pública
Secretário: João Camilo Pires de Campos
Rua Líbero Badaró 39 Centro
CEP 01009-000 t 3291-6500

Administração Penitenciária
Secretário: Nivaldo Cesar Restivo
Av. General Ataliba Leonel 656 Santana
CEP 02088-900 t 2223-4700

Fazenda e Planejamento
Secretário: Henrique de Campos Meirelles
Av. Rangel Pestana 300 Centro
CEP 01091-900 t 3243-3400

Agricultura e Abastecimento
Secretário: Gustavo Diniz Junqueira
Praça Ramos de Azevedo 254 Centro
CEP 01037-912 t 5067-0000

Direitos da Pessoa com Deficiência
Secretária: Celia Camargo Leão Edelmuth
Av. Auro Soares de Moura Andrade 564
CEP 01156-001 t 5212-3700

Educação
Secretário: Rossieli Soares da Silva
Praça da República 53 Centro
CEP 01045-903 t 3218-2000

Saúde
Secretário: Jeancarlo Gorinchteyn
Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar 188 Cerqueira César
CEP 05403-000 t 3066-8000

Logística e Transportes
Secretário: João Octaviano Machado Neto
Rua Iaiá 126 Itaim-Bibi
CEP 04542-906 t 3702-8000

Cultura e Economia Criativa
Secretário: Sergio Henrique Sá Leitão Filho
Rua Mauá 51 Luz
CEP 01028-900 t 3339-8000

Desenvolvimento Econômico
Secretária: Patrícia Ellen da Silva
Av. Escola Politécnica, 82 Jaguaré
CEP 05350-000 t 3718-6500

Esportes
Secretário: Aildo Rodrigues Ferreira
Praça Antonio Prado 9 Centro
CEP 01010-010 t 3107-4098

Habitação
Secretário: Flavio Augusto Ayres Amary
Rua Boa Vista 170, 16º Bloco 2 Ed. Cidade I
CEP 01014-930 t 3638-5100

Procuradoria Geral do Estado
Procuradora-Geral do Estado: Maria Lia Pinto Porto Corona
Rua Pamplona 227 Bela Vista
CEP 01405-902 t 3372-6401 / 6402 / 6404

Transportes Metropolitanos
Secretário: Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga
Rua Boa Vista 175 Bloco B Edifício Cidade II Centro
CEP 01014-001 t 3291-7800

Turismo
Secretário: Vinicius Rene Lummertz Silva
Praça Ramos de Azevedo 254 5º Andar Centro
CEP 01037-912 t 3204-2855

Universidade de São Paulo
Reitor: Vahan Agopyan
Rua da Reitoria 374 Cidade Universitária
CEP 05508-220 t 3091-4244

Universidade Estadual de Campinas
Reitor: Marcelo Knobel
Cidade Universitária Campinas
CEP 13083-970 t (19) 3521-2121

Universidade Estadual Paulista
Reitor: Sandro Roberto Valentini
Rua Quirino de Andrade 215 Centro
CEP 01049-010 t 5627-0233

Ministério Público
Procurador-Geral de Justiça: Mario Luiz Sarrubbo
Rua Riachuelo 115 Centro
CEP 01007-904 t 3119-9000

Defensoria Pública do Estado
Defensor Público-Geral do Estado: Florisvaldo Antonio Fiorentino Júnior
Rua Boa Vista 200 Centro
CEP 01014-001 t 3106-1889

Relações Internacionais
Secretário: Julio Serson

Comunicação
Secretário: Cleber de Oliveira Mata

Casa Militar e Defesa Civil
Secretário: Walter Nyakas Junior

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-Presidente Carlos André de Maria de Arruda
Diretor Vice-Presidente Jorge Águedo de Jesus Peres de Oliveira Filho
Diretora Administrativa e Financeira Izabel Camargo Lopes Monteiro
Diretora Industrial Izabel Camargo Lopes Monteiro (respondendo cumulativamente)
Diretor de Gestão de Negócios Carlos André de Maria de Arruda (respondendo cumulativamente)
Jornalista Responsável Antonio Euclides Teixeira (MTb 8186)
redacao@imprensaoficial.com.br

Diário Oficial Estado de São Paulo
PODER EXECUTIVO SEÇÃO I

Matriz
Imprensa Oficial do Estado S.A. - Imesp
CNPJ 48.066.047/0001-84
I.E. 109.675.410.118
Sede e administração
Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 2799.9800
www.imprensaoficial.com.br
SAC 0800 01234 01

Filial
• **Capital**
XV de Novembro t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
Rua XV de Novembro 318 Centro
São Paulo SP CEP 01013-000

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Deliberação Arsesp-1.118, de 28-1-2021

Dispõe sobre alteração do cronograma de eventos do terceiro processo de revisão tarifária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp

A Diretoria da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – Arsesp, na forma da Lei Complementar 1.025, de 7 de dezembro de 2007, e do Decreto Estadual 52.455, de 07-12-2007:

Considerando que a Arsesp possui competência para regular e fiscalizar a prestação de serviços de saneamento básico nos municípios, inclusive nos aspectos tarifários, na forma da Lei Federal 11.445 de 05-01-2007 e a Lei Complementar 1.025/07 do Estado de São Paulo;

Considerando os termos dos Convênios de Cooperação firmados entre os municípios e o Estado de São Paulo, que delegaram à Arsesp a regulação, inclusive tarifária, da referida prestação dos serviços;

Considerando os Contratos de Programa e os Contratos de Prestação de Serviços para exploração de serviços de saneamento básico firmados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp e os respectivos titulares do serviço;

Considerando que o atual ciclo tarifário compreende o período de 2017 a 2020 e que a 3ª Revisão Tarifária da Sabesp deve ser finalizada até abril de 2021 (database da Sabesp);

Considerando a Deliberação Arsesp 941 de 13 de dezembro 2019, que estabelece a metodologia e critérios gerais para atualização da Base de Remuneração Regulatória da 3ª Revisão Tarifária Ordinária (RTO) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp;

Considerando a Deliberação Arsesp 894 de 01-08-2019, que definiu as etapas e atividades da 3ª RTO da Sabesp;

Considerando a Deliberação Arsesp 974, de 01-04-2020, que definiu o cronograma de eventos do terceiro processo de revisão tarifária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp; e

Considerando a necessidade de análises e dados adicionais para a abertura de consulta pública referente ao P0 e Fator X, Delibera:

Art. 1°. Aprovar a alteração do cronograma de etapas e atividades da 3ª Revisão Tarifária Ordinária (etapas 9 e 10), conforme Anexo I.

Art. 2°. A Tarifa Média Máxima (P0) será divulgada até 09-04-2021 e

aplicada nos termos do artigo 39 da Lei 11.445/2007.

Art. 3°. Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 1 - CRONOGRAMA DE ETAPAS E ATIVIDADES DA 3ª RTO DA SABESP

Etapa	Descrição	Período
1	Entrega dos dados históricos pela Sabesp	14-05-2020
2	Publicação da proposta de metodologia da 3ª RTO	14-05-2020
3	Publicação do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC)	14-05-2020
4	Consulta Pública e Audiência Pública - Metodologia da 3ª RTO	15-05-2020 a 03-07-2020
5	Consulta Pública e Audiência Pública – WACC	15-05-2020 a 03-07-2020
6	Publicação do Relatório Circunstanciado e Nota Técnica Final da Metodologia	30-07-2020
7	Publicação do Relatório Circunstanciado e Nota Técnica Final do WACC	30-07-2020
8	Recebimento do Plano de Negócios da Sabesp	05-10-2020
9	Publicação da Nota Técnica Preliminar - Cálculo do P0	09-02-2021
10	Consulta Pública e Audiência Pública - Cálculo do P0	09-02-2021 a 08-03-2021
11	Publicação do Relatório Circunstanciado, Nota Técnica Final e Deliberação do P0	09-04-2021

Deliberação Arsesp-1.119, de 28-1-2021

Dispõe sobre a alteração do cronograma de eventos para revisão da estrutura tarifária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp

A Diretoria da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – Arsesp, na forma da Lei Complementar Estadual 1.025, de 7 de dezembro de 2007, regulamentada pelo Decreto Estadual 52.455, de 7 de dezembro de 2007;

Considerando que a Arsesp possui competência para regular e fiscalizar a prestação de serviços de saneamento básico nos municípios conveniados, inclusive nos aspectos tarifários, na forma da Lei Federal 11.445/2007 e da Lei Complementar 1.025/2007 do Estado de São Paulo;

Considerando os termos dos Convênios de Cooperação firmados entre os municípios e o Estado de São Paulo, que delegaram à Arsesp a regulação, inclusive tarifária, da referida prestação dos serviços;

Considerando os Contratos de Programa e os Contratos de Prestação de Serviços para exploração de serviços de saneamento básico firmados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp e os respectivos titulares do serviço;

Considerando o cronograma de eventos do terceiro processo de revisão tarifária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, publicado por meio da Deliberação Arsesp 974, de 01-04-2020;

Considerando que o terceiro processo de revisão tarifária (3ª RTO) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp estabelecerá um novo nível tarifário;

Considerando que a avaliação dos impactos da nova estrutura tarifária da Sabesp, bem como a participação da sociedade no processo de consulta pública será mais efetivo se considerado o novo nível tarifário, definido no âmbito da 3ª RTO e que teve a data de abertura de Consulta Pública alterada conforme Deliberação Arsesp 1.118, de 28-01-2021;

Delibera:

Artigo 1° - Alterar, conforme tabela constante no Anexo I desta Deliberação, as datas das etapas 04 a 06 do cronograma de eventos.

Artigo 2º - As etapas previstas no cronograma ajustado contemplam a definição da estrutura tarifária a ser adotada pela Sabesp e respectivo plano de implantação, que deverá ser executado ao longo do(s) próximo(s) ciclo(s) tarifário(s).

Artigo 3° - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

Cronograma de eventos para revisão da estrutura tarifária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp

Nº ETAPA	DESCRIÇÃO	PERÍODO
1	Solicitação de proposta de nova estrutura tarifária a ser elaborada pela Sabesp com base nas diretrizes regulatórias definidas pela Arsesp	Até 06-05-2019
2	Envio da proposta de nova estrutura tarifária pela Sabesp contendo plano de implantação	Até 06-11-2019
3	Análise, pela Arsesp, da proposta apresentada na etapa 2, incluindo solicitação de informações adicionais, se necessário	Até 07-01-2021
4	Publicação da Nota Técnica Preliminar com proposta de nova estrutura tarifária e respectivo plano de implantação	Até 09-02-2021
5	Realização da consulta pública e audiência pública sobre a Nota Técnica Preliminar publicada conforme etapa 4	09-02-2021 a 08-03-2021
6	Análise das contribuições recebidas, publicação da Nota Técnica Final, do Relatório Circunstanciado e da Deliberação sobre a estrutura tarifária aprovada pela Arsesp	Até 09-04-2021

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Extrato de Convalidação

Contrato Detran 07/2020- contratação da Companhia Paulista de Obras e Serviços, formalizado em 03-02-2020

Objeto: Constitui objeto do contrato a prestação de serviços técnicos especializados de arquitetura e engenharia visando o apoio técnico para formalização de convênios do Detran-SP com municípios paulistas, no âmbito do Programa Respeito à Vida - PRV, instituído pelo Decreto 64.293, de 18-06-2019, com a elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos, especificações técnicas e orçamentos e também para aditamentos ao ajuste, bem como, emissão de laudos técnicos para prestação de contas, conforme as especificações técnicas constantes da proposta da Contratada e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

Parecer CJ/Detran 525/2020.

Partícipes: Departamento Estadual de Trânsito – Detran-SP e Companhia Paulista de Obras e Serviços.

Tendo em vista se tratar apenas de erro material e por não trazer prejuízo à sociedade e ao erário, Convalido retroativamente os atos praticados no processo em epígrafe, com amparo na Lei de procedimento administrativo 9.784/1999, em seu artigo 55, in verbis:

"Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração." (Republicado por conter incorreções).

Extrato de Contrato

Contrato Detran 07/2020 - Processo Detran 1839384/2019 - Parecer CJ/Detran 029/2020.

Contratante: Departamento Estadual de Trânsito - Detran-SP

Contratada: Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS

Objeto: prestação de serviços técnicos especializados de arquitetura e engenharia visando o apoio técnico para formalização de convênios do Detran-SP com municípios paulistas, no âmbito do Programa Respeito à Vida - PRV, instituído pelo Decreto 64.293, de 18-06-2019, com a elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos, especificações técnicas e orçamentos e também para aditamentos ao ajuste, bem como, emissão de laudos técnicos para prestação de contas, conforme as especificações técnicas constantes da proposta da Contratada e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

Valor Total Estimado: R$ 11.334.119,36.

Vigência: 08 meses, contados a partir de 04-02-2020.

Categoria Funcional Programática: 04125292749910000.

Assinatura: 03-02-2020.

DIRETORIA DE VEÍCULOS

Portaria DV - 73, de 28-1-2021

O Diretor Setorial de Veículos em exercício do Detran-SP resolve:

Artigo 1º. Credenciar a pessoa jurídica Jessica Schneider Fidelis ME – CNPJ 38.211.547/0001-09 estabelecida na Rua Prefeito Andrade Nogueira, 105, Terreo – Labianopolis – Garca – SP – 17.400-000 como Estampador de Placa de Identificação Veicular, nos termos da Resolução Contran 780/2019.

Artigo 2º. O presente credenciamento possui validade de 5 anos, podendo ser cassado a qualquer tempo, se não mantidos, no todo ou em parte, os requisitos exigidos para o credenciamento.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria DV - 74, de 28-1-2021

O Diretor Setorial de Veículos em exercício do Detran-SP resolve:

Artigo 1º. Credenciar a pessoa jurídica G.C Franca Placas – CNPJ 36.225.150/0001-40 estabelecida na Rua Doutor Josino de Araujo, 751 - Centro – Capao Bonito – SP – 18.300-070 como Estampador de Placa de Identificação Veicular, nos termos da Resolução Contran 780/2019.

Artigo 2º. O presente credenciamento possui validade de 5 anos, podendo ser cassado a qualquer tempo, se não mantidos, no todo ou em parte, os requisitos exigidos para o credenciamento.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria DV - 75, de 28-1-2021

O Diretor Setorial de Veículos em exercício do Detran-SP resolve:

Artigo 1º. Credenciar a pessoa jurídica Emplacamentos Itapirense Ltda – CNPJ 39.495.515/0001-45 estabelecida na Rua José Bonifacio, 359 - Centro – Itapira – SP – 13.970-190 como Estampador de Placa de Identificação Veicular, nos termos da Resolução Contran 780/2019.

Artigo 2º. O presente credenciamento possui validade de 5 anos, podendo ser cassado a qualquer tempo, se não mantidos, no todo ou em parte, os requisitos exigidos para o credenciamento.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria DV - 76, de 28-1-2021

O Diretor Setorial de Veículos em exercício do Detran-SP resolve:

Artigo 1º. Credenciar a pessoa jurídica Boituva Placas e Comercio de Acessorios Automotivos Ltda – CNPJ 38.144.568/0001-59 estabelecida na Rua Coronel Arruda Botelho, 200 - Centro – Boituva – SP – 18.550-101 como Estampador de Placa de Identificação Veicular, nos termos da Resolução Contran 780/2019.

Artigo 2º. O presente credenciamento possui validade de 5 anos, podendo ser cassado a qualquer tempo, se não mantidos, no todo ou em parte, os requisitos exigidos para o credenciamento.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria DV - 77, de 28-1-2021

O Diretor Setorial de Veículos em exercício do Detran-SP resolve:

Artigo 1º. Credenciar a pessoa jurídica JR Placas Mercosul Ltda – CNPJ 37.754.574/0001-65 estabelecida na Rua Alberto Cortez, 100 - Pestana – Osasco – SP – 06.114-100 como Estampador de Placa de Identificação Veicular, nos termos da Resolução Contran 780/2019.

Artigo 2º. O presente credenciamento possui validade de 5 anos, podendo ser cassado a qualquer tempo, se não mantidos, no todo ou em parte, os requisitos exigidos para o credenciamento.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE TRÂNSITO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE TRÂNSITO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

283ª Ciretran - Cajamar

Portarias do Diretor Técnico I, de 27-01-2021

Concedendo a renovação do credenciamento do médico Oscar Ronan Borges Silva - CRM: 35522, estabelecido à Rua Manoel Antonio Gomes, n 266, Sala 3 - Bairro Jardim Nova Jordanésia, na cidade de Cajamar - SP, para realização dos exames de aptidão física e mental exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2021, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 08)

Concedendo a renovação do credenciamento da médica Patrícia Camos Rodrigues - CRM: 73252, estabelecido à Rua Manoel Antonio Gomes, n 266, Sala 3 - Bairro Jardim Nova Jordanésia, na cidade de Cajamar - SP, para realização dos exames de aptidão física e mental exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2021, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 09)

Concedendo a renovação do credenciamento do médico Wladmir Gubeissi Pinto Filho - CRM: 73511, estabelecido à Rua Manoel Antonio Gomes, n 266, Sala 3 - Bairro Jardim Nova Jordanésia, na cidade de Cajamar - SP, para realização dos exames de aptidão física e mental exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2021, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 10)

Concedendo a renovação do credenciamento da psicóloga Dra. Ana Maria de Almeida Baldini - CRP/SP: 29782, estabelecido (a) à Rua Manoel Antonio Gomes, n 266, Sala 3 - Bairro Jardim Nova Jordanésia, na cidade de Cajamar - SP, para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2021, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 11)

Concedendo a renovação do credenciamento da psicóloga Dra. Luciana Pereira Marques Borges Silva - CRP/SP: 50622, estabelecido (a) à Rua Manoel Antonio Gomes, n 266, Sala 3 - Bairro Jardim Nova Jordanésia, na cidade de Cajamar - SP, para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2021, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 12)

Concedendo a renovação do credenciamento da psicóloga Roberta Moraes Franco Marim - CRP/SP: 93208, estabelecido (a) à Rua Manoel Antonio Gomes, n 266, Sala 3 - Bairro Jardim Nova Jordanésia, na cidade de Cajamar - SP, para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2021, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 13)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE TRÂNSITO DE CAMPINAS I

Portaria do Diretor, de 28-01-2021

Considerando a Lei Federal 9.503 de 23-09-1997 e alterações - Código de Trânsito Brasileiro, a Resolução Contran 449 de 25-07-2013, a Portaria Detran 938 de 24-05-2006 e alterações posteriores, Portaria Detran 1.215/2014 e Portaria Detran 023/2015 que estabelecem os procedimentos para o leilão de veículos em hasta pública e a Lei Estadual 15.911 de 29-09-2015 que estabelece as taxas no âmbito do poder estadual;

Considerando a existência de elevado número de veículos automotores e ciclomotores nessas condições no pátio de recolha de veículos, sob jurisdição desta Superintendência Regional de Trânsito da Região de Região Campinas I, resolve:

Artigo 1º - Promover, nos termos da legislação supramencionada, bem como suas alterações, a venda em Leilão Público dos veículos automotores e ciclomotores que encontram-se removidos, apreendidos e retidos no Pátio da Unidade de Atendimento da cidade de Campinas por período superior a 60 dias.

Artigo 2º - A Comissão de Leilão instituída conforme Portaria Detran 023/2015 terá plenos poderes para desencadear as providências constantes das Normas Vigentes para a realização do leilão.

Artigo 3º - Fica designado o Perito Avaliador Sylvio Menna Barreto de Barros Falcão, Perito Avaliador Oficial do Estado de São Paulo, RG 11.662.250, ao qual caberá, mediante Termo de Compromisso e Responsabilidade, todos os atos previstos nos artigos 8º e seguintes da Portaria Detran 938/06.

Artigo 4º - Fica designado o Leiloeiro Oficial, sorteado em 21-09-2020 pela Gerência de Pátios e Leilões do Detran-SP, Eder Amaral de Oliveira, cuja tramitação no Detran se deu por meio do Protocolo, nos termos da legislação em vigor, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob 966 a qual cumprirá as funções determinadas pela Portaria Detran/SP 938/2006 e suas alterações, conforme Termo de Compromisso e Responsabilidade assinado junto à Comissão de Leilão.

Artigo 5º - O pregão deverá ser realizado em localidade estabelecida pela Comissão de Leilão, observando o princípio da conveniência e oportunidade e as propostas apresentadas pelo leiloeiro contratado, podendo ser em local diverso da cidade onde o Pátio estiver localizado.

Artigo 6º – Depois de adotadas as providências acima, preparados, definidos, avaliados e classificados os veículos que serão vendidos em hasta pública, será publicado o Edital de Leilão para a devida publicidade da data, local, regras de arremate, retirada dos bens e a listagem dos veículos, conforme classificação à luz da Portaria Detran 1215/2014.

Artigo 7º - A comissão de Leilão autoriza o Leiloeiro Público Oficial a providenciar o pagamento de IPVA, multas, taxas devidas e as despesas com remoção, apreensão, depósito e estadia, bem como, as notificações via postal, por editais, e as despesas de Leilão sejam recolhidas aos respectivos credores, bem como o destino do saldo final, observada a legislação vigente;

Artigo 8º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE TRÂNSITO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

129ª Ciretran - Caraguatatuba

Portarias do Diretor Técnico II, de 28-1-2021

Autorizando a Alteração de Categoria "B", para "A/B, do CFC Centro de Formação de Condutores Auto Moto Escola Albatroz II, registrado no CNPJ sob o n. 007.216.996/0001-16, SAE 129/007, situado na Av Jose Herculano, 005769, Bairro: Porto Novo, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 33, 34, 35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobres à matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 01/2021)

Credenciando e autorizando o funcionamento do CFC Auto Moto Escola Albatroz de Caraguatatuba Eirelli, nome fantasia, Auto Moto Escola Albatroz, classificado como categoria "A/B", registrado no CNPJ sob o n. 002.592.661/0001-89, SAE 129/005, situado na Av Prestes Maia, 000056, lojas 06 e 07, Bairro: Centro, com sede no município de Caraguatatuba/SP, para ministrar cursos de atualização e renovação de CNH e reciclagem de condutores, na modalidade ensino à distância - EAD, e aplicação de prova teórica monitorada. O Credenciamento é realizado sob a forma de autorização, a título precário e sem ônus para o Estado, podendo ser revogado em função do interesse da administração. A presente autorização de funcionamento é conferida a título precário, sem ônus para o Estado, e vinculada a vistorias periódicas, podendo ser revogada, a qualquer tempo, em função do interesse da Administração, especialmente em caso de não atendimento aos requisitos da Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33, 34, 35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 003/2021)

122ª Ciretran - Pindamonhangaba

Portarias do Diretor Técnico II, de 22-01-2021

Concedendo a renovação do credenciamento do psicólogo (a) Adelina Maria Goulart Monteiro - CRP: 06/42279, estabelecido (a) à Rua Dr. Frederico Machado, 132, sala 21 - Centro - Pindamonhangaba/SP, credenciado (a) anteriormente pela Portaria 1147/04 para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, retroativa ao ano de 2017. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2021, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 09)

Concedendo a renovação do credenciamento do psicólogo (a) Ana Lucia Sauro - CRP: 06/9248, estabelecido (a) à Rua Dr. Frederico Machado, 132, sala 21 - Centro - Pindamonhangaba/SP, credenciado (a) anteriormente pela Portaria 704/88 para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, retroativa ao ano de 2017. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2021, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 10)

Concedendo a renovação do credenciamento do psicólogo (a) Renata Guaycuru Alves - CRP: 06/44039, estabelecido (a) à Rua Dr. Frederico Machado, 132, sala 21 - Centro - Pindamonhangaba/SP, credenciado (a) anteriormente pela Portaria 304/02 para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, retroativa ao ano de 2015. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2021, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 11)

Concedendo a renovação do credenciamento do psicólogo (a) Regilane Marques Rodrigues Solidonio - CRP: 06/104841, estabelecido (a) à Rua Dr. Rubião Júnior, 192, sala 07 - Centro - Pindamonhangaba/SP, credenciado (a) anteriormente pela Portaria 282/13 para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, retroativa ao ano de 2015. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2021, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 13)

Concedendo a renovação do credenciamento do psicólogo (a) Dayane Abirached Salomão - CRP: 06/10712, estabelecido (a) à Rua Dr. Rubião Júnior, 192, sala 07, Centro - Pindamonhangaba/SP, credenciado (a) anteriormente pela Portaria 1506/12 para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, retroativa ao ano de 2017. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2021, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 14)

Concedendo a renovação do credenciamento do psicólogo (a) Juliel Modesto de Araújo - CRP: 06/98648, estabelecido (a) à Rua Dr. Rubião Júnior, 192, sala 05, Centro - Pindamonhangaba/SP, credenciado (a) anteriormente pela Portaria 1526/19 para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, retroativa ao ano de 2017. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2021, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado

a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 15)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE TRÂNSITO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO I

17ª Ciretran - São José do Rio Preto

Portarias da Diretora Técnica III, de 28-01-2021

Autorizando a renovação do CFC "B" Auto Escola Aquarius Rio Preto Ltda ME registrado no CNPJ sob n. 074.594.391/0001-56 e situado à Rua Nuno Alvares Pereira, 1692, Parque Estoril, Cep 15085-000, na cidade de São José Do Rio Preto/SP, para ministrar o curso de prática de direção veicular para candidatos e condutores de veículos automotores, retroativo ao ano de 2020. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período da renovação do pedido de funcionamento nos termos dos artigos 33, 34, 35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. O número de registro do CFC é 004/17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 002)

Autorizando a renovação do CFC "B" Auto Escola Santa Rita Ltda ME registrado no CNPJ sob n. 067.211.839/0001-40 e situado à Rua da Fé, 952, Parque Estoril, Cep 15084-230, na cidade de São José Do Rio Preto/SP, para ministrar o curso de prática de direção veicular para candidatos e condutores de veículos automotores, retroativo ao ano de 2020. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período da renovação do pedido de funcionamento nos termos dos artigos 33, 34, 35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. O número de registro do CFC é 033/17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 3)

Projetos, Orçamento e Gestão

SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria Conjunta SO-SPOF-1, de 28-1-2021

Estabelece procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira do exercício de 2021

Os Subsecretários de Orçamento da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão e de Planejamento, Orçamento e Finanças da Secretaria da Fazenda e Planejamento, com base no art. 34 do Dec. 65.488-2021, e no exercício de suas respectivas competências legais, resolvem:

Da Discriminação da Receita

Artigo 1º - A discriminação detalhada da receita de que trata o artigo 5º do Dec. 65.488-2021, é a que consta nos anexos a seguir relacionados:

I - Anexo I - Discriminação da Receita até o Nível de Tipo da Receita - Administração Direta;

II - Anexo II - Discriminação da Receita até o Nível de Tipo da Receita - Administração Indireta - Autarquias, Universidades, Fundações e Empresas Dependentes ou Sociedades de Economia Mista, classificadas como dependentes no conceito estabelecido pelo inc. III, do art. 2º da Lei Complementar Federal 101-2000.

Parágrafo único - As solicitações de alteração na discriminação detalhada da receita deverão ser encaminhadas ao Departamento de Finanças do Estado, da Coordenadoria da Administração Financeira, que após exame procederá às alterações que se fizerem necessárias.

Da Distribuição Inicial dos Recursos Orçamentários e das Quotas Mensais

Artigo 2º - A distribuição inicial de recursos da Unidade Gestora Orçamentária - UGO, em quotas mensais, deverá se limitar à Programação Orçamentária da Despesa do Estado de que tratam os arts. 8º e 9º do Dec. 65.488-2021.

Artigo 3º - As Unidades Gestoras Orçamentárias procederão à distribuição dos recursos orçamentários às respectivas Unidades Gestoras Executoras, obedecendo, rigorosamente, as prioridades essenciais e imprescindíveis do Órgão, na seguinte conformidade:

I - dotação, mediante Notas de Crédito, e

II - quotas mensais, por meio de Notas de Lançamento.

Parágrafo único - Quando a fonte de recursos for vinculada, a distribuição da dotação deverá ser precedida do detalhamento das respectivas fontes, mediante o uso da opção "DETAFONTE" no SIAFEM/SP.

Artigo 4º - Na alocação das quotas mensais para investimento devera ser priorizado o atendimento das despesas previstas no Programa de Metas

Dos Procedimentos Essenciais

Artigo 5º - A execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado de São Paulo dar-se-á, obrigatoriamente, em tempo real no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP, conforme estabelecido no art. 1º do 65.488-2021.

Parágrafo único - O campo "Código do Município", constante da Nota de Empenho, é de preenchimento obrigatório e obedecerá a lista de municípios disponibilizada no SIAFEM/SP.

Artigo 6º - Os recursos do superávit financeiro de que tratam os arts. 14, 15 e 17 da Lei 17.293-2020, deverão ser depositados na Conta Única do Tesouro Estadual - subconta da São Paulo Previdência - SPPREV

Artigo 7º - Os pedidos de confirmação de superávit financeiro e do excesso de arrecadação de receitas próprias, vinculadas ou operações de crédito, deverão ser formalizados mediante a utilização do Sistema Integrado da Receita - SIR, disponibilizado no sítio www.fazenda.sp.gov.br, para análise do Departamento de Finanças do Estado da Coordenadoria da Administração Financeira.

§ 1º - Os pedidos de superávit financeiro referidos no "caput" deste artigo somente poderão ser formulados pelas unidades que se enquadrarem nas exceções da Lei 17.293-2020 previstas no art. 20 do Dec. 65.488-2021.

§ 2º - Os pedidos referidos no "caput" deste artigo somente poderão ser formulados na estrita medida da necessidade de liquidação das despesas e acompanhados do cronograma mensal de aplicação dos recursos pleiteados.

§ 3º- As solicitações de suplementação de dotações à conta das receitas citadas no caput deste artigo somente serão examinadas, pela Subsecretaria de Orçamento, após a prévia manifestação da Coordenadoria da Administração Financeira.

§ 4º- Não será concedido crédito por excesso de arrecadação para as entidades que tiverem pendências de recolhimento de superávit determinado pela Lei 17.293-2020

Artigo 8º - As solicitações de créditos adicionais; reprogramação de recursos orçamentários; movimentação de dotação contingenciada; crédito automático; antecipação de quotas; transposição de quotas e alterações no orçamento de investimentos das empresas não dependentes deverão ser formalizadas no Sistema de Alteração Orçamentária - SAO, nos termos dos arts. 13 e 19 do Dec. 65.488-2021.

Artigo 9º - Cabe ao Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas - GSPOFP, ou órgão setorial com atribuição equivalente, orientar e apreciar as solicitações de alterações orçamentárias do ponto de vista legal, de planejamento, de programação e execução orçamentária e financeira e aprovar tais pedidos em primeira instância, considerando sua repercussão no programa de trabalho da Secretaria ou Entidade.

§ 1º - As informações prestadas pelas unidades demandantes serão analisadas pelo órgão setorial referido no "caput", que procederá a uma avaliação global das necessidades de solicitações, verificando previamente as possibilidades de utilização das alternativas a que se refere o art. 14 do Dec. 65.488-2021.

§ 2º- O Cabe ao Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas - GSPOFP, acompanhar o cumprimento do art. 16 do Dec. 65.488-2021.

Artigo 10 - Os recursos oferecidos para cobertura de alterações orçamentárias deverão estar, obrigatoriamente, disponíveis na Unidade Gestora Orçamentária antes do encaminhamento do pedido por meio do Sistema de Alteração Orçamentária - SAO e não poderão ser objeto de execução e de outras alterações orçamentárias durante a tramitação dessas alterações, sob pena de anulação da primeira.

Artigo 11 - As dotações orçamentárias destinadas ao atendimento de despesas com serviços de utilidade pública, auxilio alimentação , assistência medica a funcionários, Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar - DEJEM , Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Civil - DEJEC, Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Penitenciário – DEJEP, Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar no Policiamento Ambiental, medicamentos, alimentação escolar, contratos de gestão com Organizações Sociais, ressarcimento de gratuidades aos usuários de transporte público e alimentação a custodiados somente poderão ser reduzidas e oferecidas para suplementação da mesma natureza de despesa, nos termos do art. 17 do Dec. 65.488-2021.

Artigo 12 - As liquidações de despesas à conta de recursos vinculados, Fundos Especiais de Despesa, operações de crédito, bem como de receitas próprias de Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista, classificadas como dependentes, sempre dependerão da existência de recursos financeiros.

Artigo 13 - A São Paulo Previdência - SPPREV, preliminarmente ao pagamento de benefícios atrasados aos seus segurados, deverá certificar-se, junto à Subsecretaria de Orçamento e à Coordenadoria da Administração Financeira da efetiva suficiência de recursos orçamentários e financeiros, para tal finalidade, na correspondente Unidade.

Parágrafo único - Na hipótese de insuficiência de recursos, caberá à SPPREV diligenciar, junto à Subsecretaria de Orçamento, o adequado provimento dos valores antes de proceder ao correspondente pagamento de benefícios de acordo com a efetiva disponibilidade.

Artigo 14 - Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado devem, obrigatoriamente, realizar consulta prévia ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL quando da celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros; repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos; concessão de auxílios e subvenções; concessão de incentivos fiscais e financeiros, nos termos do art. 6º, da Lei 12.799-2008, regulamentada pelo Dec. 53.455-2008.

Parágrafo único - Os contratos, convênios, acordos ou quaisquer outros ajustes deverão conter cláusula específica condicionando os pagamentos ou a liberação de recursos à inexistência de registros em nome dos respectivos beneficiários junto ao CADIN ESTADUAL.

Artigo 15 - Para as despesas realizadas pelo regime de adiantamento deverá ser utilizado, preferencialmente, o cartão de pagamento de despesas instituído pelo Dec. 45.085-2000, alterado pelo Dec. 46.543-2002, e Dec. 53.980-2009, observando-se as disposições da Resolução CQGP-1, de 12-2-2008, e atualizações posteriores.

Artigo 16 - Os recursos financeiros transferidos pelo Tesouro do Estado, a título de dotação para constituição ou aumento de capital, deverão obrigatoriamente ser executados no SIAFEM/SP, ficando vedada a transferência desses recursos à conta movimento da entidade não dependente.

Artigo 17 - A inclusão ou a supressão de Unidades Orçamentárias e de Unidades de Despesa na tabela de classificação institucional do Sistema Orçamentário cabe ao Departamento de Consolidação e Normas da Subsecretaria de Orçamento, bem como a formalização e atualização das classificações orçamentárias, cabendo à Contadoria Geral do Estado, da Coordenadoria da Administração Financeira, a posterior adequação no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP.

Artigo 18 - A emissão de Ofertas de Compra - OC, no Sistema Integrado de Informações Físico e Financeiras - SIAFISICO, acompanhará disposições referentes à execução orçamentária e financeira desta Portaria, bem como as diretrizes para o fechamento que constarão nas normas a serem editadas até o final do presente exercício.

Das Informações para Acompanhamento e Monitoramento

Artigo 19 - Os Órgãos da Administração Direta, Autarquia, Fundações, Fundos Especiais, Fundos Especiais de Despesa e Sociedades de Economia Mista, classificadas como dependentes, deverão atualizar até o quinto dia útil de cada mês, no Sistema Integrado de Receita - SIR, a projeção dos valores a serem arrecadados no exercício, nas fontes de recursos próprios, vinculados e operações de crédito. No tocante às operações de crédito, deverá haver o crivo analítico da Assessoria de Captação de Recursos da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Parágrafo único - A atualização do realizado e da projeção, no prazo previsto das receitas de operações de crédito 2021 relacionadas no SIR - "Módulo de Cálculo" são pré-requisitos para formalização de solicitações de alterações orçamentárias.

Artigo 20 - As informações referentes ao fluxo de caixa das Fundações, Autarquias e Sociedades de Economia Mista, envolvendo receitas e despesas com custeio e investimento, deverão ser registradas e mantidas atualizadas no Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas - Siedesc por meio do endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/siedesc.

Artigo 21 - Os órgãos da Administração Direta, as Autarquias, as Fundações, as Sociedades de Economia Mista, classificadas como dependentes e as demais Sociedades em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, deverão registrar e manter atualizadas as informações referentes à execução física dos programas e respectivos produtos no Sistema de Monitoramento do Plano Plurianual - SimPPA.

§1º- A atualização das informações de que trata o caput deste artigo deve ser efetuada entre os dias 1 e 20 do mês subsequente ao da execução, conforme a periodicidade estabelecida para atualização dos respectivos indicadores, quando também deverão ser informados no campo "comentários de execução" fatos relevantes referentes ao andamento da ação.

§2º- Os casos de impossibilidade de atualizar as informações no SimPPA no prazo previsto devem ser devidamente informados e justificados em campo próprio do sistema, uma vez que o cumprimento desses prazos é pré-requisito para formalizar solicitações de alterações orçamentárias.

Artigo 22 - As Sociedades de Economia Mista classificadas como não dependentes em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, deverão fornecer mensalmente, à Subsecretaria de Orçamento, as informações relativas à execução financeira, utilizando-se do Sistema Orçamentário das Empresas - SOE, cujo acesso está disponível na página eletrônica da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único - A atualização mensal dessas informações deverá ser efetuada até o dia 10 do mês subsequente ao mês de referência, condição obrigatória para atendimento de solicitações de alterações orçamentárias.

Artigo 23 - As análises dos pedidos de alterações orçamentárias e demais pleitos que envolvam despesas com pessoal e reflexos ficam condicionadas ao pleno atendimento dos procedimentos e prazos estabelecidos pelo Dec. 52.624-2008, que cria e disciplina o funcionamento do Banco de Informações referente a pessoal, reflexos, encargos sociais e benefícios, com redação alterada dos arts. 2º e 3º pelo Dec. 61.334-2015.

Parágrafo único - Em atendimento ao art. 45 da Lei 17.286-2020 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, o pagamento de despesas com pessoal decorrente de medida judicial depende de abertura de crédito adicional.

Artigo 24 - Os órgãos da Administração Direta, as Autarquias, as Fundações e as Sociedades de Economia Mista, classificadas como dependentes e as demais sociedades em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, deverão registrar e manter atualizadas, semanalmente, no Sistema de Monitoramento do Programa de Metas, as informações referentes à execução física e orçamentária e ao cronograma de eventos dos projetos, no sítio www.monitoramento.sp.gov.br..

Da Transposição de Quotas

Artigo 25 - As solicitações de transposição de quotas entre Unidades Orçamentárias, no âmbito do mesmo Órgão, serão analisadas pela Coordenadoria da Administração Financeira, que à vista das justificativas apresentadas poderá, excepcionalmente, autorizá-las.

Parágrafo único - A transposição de quotas, de que trata o "caput", somente poderá ser viabilizada dentro do mesmo Grupo de Despesa com a devida compensação de valores em meses idênticos entre as Unidades Orçamentárias envolvidas.

Da Antecipação de Quotas

Artigo 26 - As solicitações de antecipação de quotas, devidamente justificadas, serão analisadas quanto ao mérito pela Subsecretaria de Orçamento e posteriormente submetidas à Coordenadoria da Administração Financeira que, à vista das disponibilidades do Tesouro do Estado, poderão, excepcionalmente, autorizá-las, observadas as seguintes condições:

I - desde que os recursos oriundos de fontes diferentes do Tesouro do Estado estiverem plenamente utilizados; e,

II - na impossibilidade de readequação interna dos recursos do Tesouro, os pedidos deverão ser acompanhados de detalhamento dos compromissos da Unidade Gestora Orçamentária.

§ 1º - Em relação aos recursos oriundos de receitas de fontes diferentes do Tesouro do Estado, a antecipação poderá ser providenciada pela Unidade Gestora, condicionada, porém, ao valor do excesso verificado em relação às quotas mensais e limitada ao montante da dotação anual.

§ 2º - As solicitações de antecipação de quotas mensais deverão ser consolidadas por Unidades Orçamentárias na Administração Direta e formalizadas por grupo de despesa.

§ 3º - Os pedidos de antecipação de quotas mensais somente serão admitidos após o término do primeiro quadrimestre do exercício, exceto para as despesas com juros e encargos da dívida, amortização e pessoal.

Da Liberação da Dotação Contingenciada

Artigo 27 - Os pedidos de liberação total ou parcial dos recursos da dotação contingenciada que estiverem adequadamente instruídos serão analisados quanto aos aspectos orçamentários pela Subsecretaria de Orçamento, quanto à disponibilidade financeira pela Coordenadoria da Administração Financeira e, posteriormente, encaminhados à Secretaria de Governo.

§ 1º - Serão considerados somente os pedidos sem possibilidade de cobertura das despesas com recursos diferentes da Fonte Tesouro do Estado ou Outras Fontes-DREM, bem como de adequação interna, devendo constar manifestação expressa da Pasta, demonstrando que os saldos das dotações disponíveis serão aplicados em despesas inadiáveis do Programa de Metas ou que se caracterizam com maior grau de prioridade do que aquelas objeto do pedido de liberação.

§ 2º - No caso de despesas cobertas com fontes de recurso diferente do Tesouro do Estado somente será liberado após a efetiva entrada dos recursos

§ 3º - A liberação da dotação contingenciada dos investimentos será gradativa, levando em conta o estágio do Programa de Metas, seu impacto socioeconômico e a disponibilidade financeira do Estado.

§ 4º - Os pedidos de liberação total ou parcial da dotação contingenciada, exceto a destinada aos investimentos, serão admitidos somente após o término dos dois primeiros quadrimestres do exercício e estarão condicionados aos resultados apurados e publicados no Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre do exercício.

Das Alterações Orçamentárias

Artigo 28 - As solicitações de créditos adicionais e remanejamentos de recursos serão analisados pela Subsecretaria de Orçamento e instruídas com a exposição de motivos devidamente fundamentada, com as seguintes especificações:

I - finalidade da alteração pretendida, descrição da situação atual e causas ou fatos que deram origem à insuficiência de dotação orçamentária, bem como consequências do não atendimento da solicitação;

II - valor do crédito solicitado, acompanhado dos respectivos demonstrativos de custos do total do projeto ou atividade e valores envolvidos na solicitação, distribuídos em cronograma de implementação;

III - quando houver oferecimento de recursos, deverão ser indicadas as consequências dos cancelamentos de dotações sobre a execução da programação prevista, as razões da disponibilidade orçamentária e a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no decorrer do exercício;

IV - no caso de crédito suplementar, deverá ser justificada a impossibilidade de utilização das alternativas a que se refere o art. 14 do Dec. 65.488-2021;

V - reflexos das alterações pleiteadas sobre o nível do gasto fixo da Unidade Orçamentária, indicando se o crédito terá consequências nos orçamentos futuros, cabendo a mesma observação no caso de redução por oferecimento de recursos;

VI - implicações da alteração orçamentária proposta nas metas estabelecidas na Lei 17.309-2020, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2021 ajustada pelo Dec. 65.438-2020, e a indicação dos seus reflexos nos produtos constantes da Lei 17 262-2020, que institui o Plano Plurianual para o período 2020-2023.

VII - para as despesas de pessoal deverá ser incluída a projeção pormenorizada dos gastos mensais para todo o exercício, detalhada por elemento de despesa e acompanhada de demonstrativo do cálculo para o valor pleiteado.

VIII - para os investimentos, as solicitações de crédito devem estar acompanhadas de cronograma físico/financeiro e do seu impacto no Programa de Metas

§ 1º - As solicitações de créditos adicionais e de liberação de dotação contingenciada direcionados aos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento serão admitidas mediante demonstrativo financeiro que comprove a plena utilização dos seus recursos disponíveis.

§ 2º - A exposição de motivos especificada neste artigo deverá ser registrada no Sistema de Alteração Orçamentária e sua ausência resultará em devolução imediata dos pedidos à origem, para complementação das informações necessárias.

Artigo 29 - Não serão admitidos pedidos de créditos suplementares para atender ou iniciar novos projetos em detrimento àqueles que já estão em andamento ou, ainda, que reduzam despesas essenciais à manutenção e à prestação do serviço público.

Artigo 30 - Todos os pedidos de alterações orçamentárias, incluindo crédito suplementar, reprogramação de recursos orçamentários e antecipação ou transposição de quotas serão admitidos, quinzenalmente, a partir do envio da solicitação anterior.

Da Disposição Final

Artigo 31 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º-1-2021.

ANEXO I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA ATÉ O NIVEL DE TIPO

Em R$ 1,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	LOA 2021 Ajustada pelo Decreto 65.438/20
1 - RECEITAS CORRENTES	**215.701.324.726**
11 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	**198.907.775.806**
111 - IMPOSTOS	**190.722.076.041**
1113 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	**8.762.461.000**
111303 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	**8.762.461.000**
11130311 - IRRF-IMP. RENDA RET. FTE-TRABALHO-PRINCIPAL	**8.543.461.000**
411210301 - IR - PESSOAS FISICAS	**8.543.461.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	8.543.461.000
11130341 - IRRF-OUTROS RENDIMENTOS-PRINCIPAL	**219.000.000**
411210302 - IR - PESSOAS JURIDICAS	**219.000.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	219.000.000
1118 - IMPOSTOS ESPECIFICOS DE ESTADOS, DF E MUNICI	**181.959.615.041**
111801 - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO PARA ESTADOS/DF/	**21.546.335.253**
11180121 - IPVA - IMP. PROPR. VEIC. AUTOM - PRINCIPAL	**18.069.187.970**
411210601 - IPVA-PARTE DO ESTADO	**7.227.673.958**
001001001 - TESOURO-GERAL	7.227.673.958
411210602 - IPVA-PARTE DOS MUNICIPIOS	**9.034.593.985**
002002106 - IPVA-TRANSF.A MUNICIPIOS	9.034.593.985
411210603 - IPVA-PARTE FUNDEB	**1.806.920.027**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	1.806.920.027
11180122 - IPVA - MULTAS E JUROS	**15.460**
442410201 - MULTAS E JUROS DE MORA IPVA-ESTADO-COMP.	**6.360**
001001001 - TESOURO-GERAL	6.360
442410202 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA - MUNICIPIOS	**7.900**
002002106 - IPVA-TRANSF.A MUNICIPIOS	7.900
442410203 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA - FUNDEB	**1.200**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	1.200
11180123 - IPVA - DIVIDA ATIVA	**468.801.460**
411210605 - IPVA-PPD-PARTE DOS MUNICIPIOS	**2.757.129**
002002106 - IPVA-TRANSF.A MUNICIPIOS	2.757.129
499918501 - IPVA EM ATRASO - PARTE DO ESTADO	**186.304.434**
001001001 - TESOURO-GERAL	186.304.434
499918502 - IPVA EM ATRASO - PARTE DOS MUNICIPIOS	**232.880.543**
002002106 - IPVA-TRANSF.A MUNICIPIOS	232.880.543
499918503 - IPVA EM ATRASO - PARTE DO FUNDEB	**46.576.108**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	46.576.108
499918505 - IPVA EM ATRASO - PPD - PARTE DOS MUNICIPIOS	**283.246**
002002106 - IPVA-TRANSF.A MUNICIPIOS	283.246
11180124 - IPVA - MULTA E JUROS-DIVIDA ATIVA	**463.915**
442410205 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA-PPD-MUNICIPIOS	**100**
002002106 - IPVA-TRANSF.A MUNICIPIOS	100
442411601 - JUROS DE MORA S/IPVA INSC.-PTE DO ESTADO	**2.400**
001001001 - TESOURO-GERAL	2.400
442411602 - JUROS DE MORA S/IPVA INSC.-PTE DOS MUNICIPIOS	**2.526**
002002106 - IPVA-TRANSF.A MUNICIPIOS	2.526
442411603 - JUROS DE MORA S/IPVA INSC.-PTE DO FUNDEB	**600**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	600
442411605 - MULTAS JUROS MORA DIV.ATIVA IPVA PPD P.MUNICI	**458.189**
002002106 - IPVA-TRANSF.A MUNICIPIOS	458.189
499918527 - ACRES.FINAN.PARCEL. IPVA-PPD-PARTE MUNICIPIOS	**100**
002002106 - IPVA-TRANSF.A MUNICIPIOS	100
11180131 - ITCMD-IMP.TRA.CAUSA MORTIS/DOACAO-PRINCIPAL	**2.819.923.154**
411210502 - ITCMD-PARTE DO ESTADO	**2.255.938.524**
001001001 - TESOURO-GERAL	2.255.938.524
411210503 - ITCMD-PARTE DO FUNDEB	**563.984.630**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	563.984.630
11180132 - ITCMD - MULTAS E JUROS	**181.460.911**
442410302 - MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCMD-ESTADO	**141.048.265**
001001001 - TESOURO-GERAL	141.048.265
442410303 - MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCMD-FUNDEB	**36.223.566**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	36.223.566
449119008 - ACRESC.FINANC.DO PARCEL.-ITCMD-PTE DO ESTADO	**3.351.264**
001001001 - TESOURO-GERAL	3.351.264
449119009 - ACRESC.FINANC.DO PARCEL.-ITCMD-PTE DO FUNDEB	**837.816**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	837.816
11180133 - ITCMD - DIVIDA ATIVA	**6.421.439**
499918515 - REC.DIV.ATIV.ITCMD -PARTE DO ESTADO	**4.336.383**
001001001 - TESOURO-GERAL	4.336.383
499918516 - REC.DIV.ATIV.ITCMD -PARTE DO FUNDEB	**1.084.096**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	1.084.096
499918529 - RECEITA DIVIDA ATIVA ITCMD-PPD-PARTE ESTADO	**800.768**
001001001 - TESOURO-GERAL	800.768
499918530 - RECEITA DIVIDA ATIVA ITCMD-PPD-PARTE FUNDEB	**200.192**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	200.192
11180134 - ITCMD - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	**60.944**
442410304 - JUROS DE MORA S/ITCMD INSC.PTE.DO ESTADO	**80**
001001001 - TESOURO-GERAL	80
442410305 - JUROS DE MORA S/ITCMD INSC.PTE.DO FUNDEB	**20**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	20
442410306 - MULTAS/JRS MORA DA DíV.ATIVA ITCMD-PPD-ESTAD	**80**
001001001 - TESOURO-GERAL	80
442410307 - MULTAS/JRS MORA DA DíV.ATIVA ITCMD-PPD-FUNDEB	**20**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	20
499918517 - ACRES.FINANC.PARCEL-ITCMD(INSCRITO)ESTADO	**60.744**
001001001 - TESOURO-GERAL	60.744
111802 - IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO, CIRCULACAO DE MER	**160.413.279.788**
11180211 - ICMS - PRINCIPAL	**156.058.375.927**
411310101 - ICMS-PARTE DO ESTADO	**93.635.025.556**
001001001 - TESOURO-GERAL	93.635.025.556
411310102 - ICMS-PARTE DOS MUNICIPIOS	**39.014.593.982**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	39.014.593.982
411310104 - ICMS-PARTE FUNDEB	**23.408.756.389**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	23.408.756.389
11180212 - ICMS - MULTAS E JUROS	**1.904.040.792**
442410401 - MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - ESTADO	**819.193.109**
001001001 - TESOURO-GERAL	819.193.109
442410402 - MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - MUNICIPIOS	**351.243.568**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	351.243.568
442410403 - MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - FUNDEB	**197.576.359**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	197.576.359
442410407 - MULTAS E JUROS S/PEP DO ICM/ICMS PTE ESTADO	**32.995.164**
001001001 - TESOURO-GERAL	32.995.164
442410408 - MULTAS E JUROS S/PEP DO ICM/ICMS PTE MUNICIP.	**13.747.980**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	13.747.980
442410409 - MULTAS E JUROS S/PEP DO ICM/ICMS PTE FUNDEB.	**8.248.788**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	8.248.788
442410415 - MULTA/JR S/PEP ICM/ICMS-DEC 61.625/15-PTE EST	**149.388.396**
001001001 - TESOURO-GERAL	149.388.396
442410416 - MULTA/JRS S/PEP ICM/ICMS-DEC61625/2015-PTE MU	**79.245.168**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	79.245.168
442410417 - MULTA/JR S/PEP ICM/ICMS-DEC61.625/15-P.FUNDEB	**50.000.000**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	50.000.000
442419921 - MULTAS P/INFR.REG.ICMS - PARTE DO ESTADO	**82.841.004**
001001001 - TESOURO-GERAL	82.841.004
442419922 - MULTAS P/INFR.REG.ICMS - PARTE DOS MUNICIPIOS	**36.425.856**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	36.425.856
442419923 - MULTAS P/INFR.REG.ICMS - PARTE DO FUNDEB	**20.710.248**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	20.710.248
449119005 - ICMS NAO INSCRITO-ACRESC.FINANC.:PARTE ESTADO	**49.940.124**
001001001 - TESOURO-GERAL	49.940.124
449119007 - ICMS NAO INSCRITO-ACR.FIN.P.FUNDEB	**12.485.028**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	12.485.028
11180213 - ICMS - DIVIDA ATIVA	**1.130.478.998**
499918426 - PROG.PARC.INCENT.DO ICM/ICMS-PPI-PTE ESTADO	**411.753**
001001001 - TESOURO-GERAL	411.753
499918427 - PROG.PARC.INCENT.DO ICM/ICMS-PPI-PTE MUNICIP.	**88.008**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	88.008
499918428 - PROG.PARC.INCENT.DO ICM/ICMS-PPI-PTE FUNDEB	**102.929**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	102.929
499918429 - PROG.ESPECI.PARC.DO ICM/ICMS-PEP-PTE ESTADO	**56.328.216**
001001001 - TESOURO-GERAL	56.328.216
499918430 - PROG.ESPECI.PARC.DO ICM/ICMS-PEP-PTE DOS MUN.	**24.603.324**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	24.603.324
499918431 - PROG.ESPECI.PARC.DO ICM/ICMS-PEP-PTE FUNDEB	**12.000.000**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	12.000.000
499918435 - PROG.ESP.PAR.ICM/ICMS-PEP-DEC.61625/15-PTE ES	**405.289.044**
001001001 - TESOURO-GERAL	405.289.044
499918436 - PROG.ESP.PAR.ICM/ICMS-PEP-DEC 61625/15-PTE MU	**217.387.536**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	217.387.536
499918437 - PROG.ESP.PAR.ICM/ICMS-PEP-DEC61625/15-PFUNDEB	**54.268.188**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	54.268.188
499918507 - ICMS EM ATRASO - PARTE DO ESTADO499918418	**216.000.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	216.000.000
499918508 - ICMS EM ATRASO - PARTE DOS MUNICIPIOS	**90.000.000**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	90.000.000
499918510 - ICMS EM ATRASO - P.DO FUNDEB	**54.000.000**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	54.000.000
11180214 - ICMS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	**615.384.171**
442410404 - MULTAS E JUROS MORA S/PPI-ICM/ICMS-PTE ESTADO	**151.560**
001001001 - TESOURO-GERAL	151.560
442410405 - MULTAS E JUROS DE MORA S/PPI-ICM/ICMS PTE MUN	**63.144**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	63.144

442410406 - MULTAS/JUROS MORA S/PPI-ICM/ICMS-PTE FUNDEB	**97.749**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	97.749
442410410 - JUROS DE MORA S/ICMS INSC:FUNDEB	**42.000.000**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	42.000.000
442411607 - JUROS DE MORA SOBRE ICMS INSCRITO: PTE ESTADO	**149.424.648**
001001001 - TESOURO-GERAL	149.424.648
442411608 - JUROS DE MORA S/ICMS INSCRITO: PTE MUNICIPIOS	**62.260.272**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	62.260.272
442411633 - ACRESC.FINANC.S/ PEP-ICM/ICMS- PTE DO ESTADO	**78.000.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	78.000.000
442411634 - ACRESC.FINANC.S/ PEP-ICM/ICMS- PTE DO MUNIC	**22.847.604**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	22.847.604
442411635 - ACRESC.FINANC.S/ PEP-ICM/ICMS- PTE DO FUNDEB	**13.708.560**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	13.708.560
442411636 - ACRESC.FINAN.PEP-ICM/ICMS-DEC61625/15-PTE EST	**123.777.318**
001001001 - TESOURO-GERAL	123.777.318
442411637 - ACRES.FINAN.PEP-ICM/ICMS-DEC61625/2015-PTE MU	**60.391.284**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	60.391.284
442411638 - ACRES.FIN.PEP-ICM/ICMS-DEC 61625/2015-FUNDEB	**36.234.768**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	36.234.768
449119010 - ACRESC.FINANC.S/ PPI-ICM/ICMS- PTE DO ESTADO	**313.656**
001001001 - TESOURO-GERAL	313.656
449119011 - ACRESC.FINANC.S/PPI DO ICM/ICMS-PPI-PTE MUNIC	**130.692**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	130.692
449119012 - ACRESC.FINANC.S/PPI ICM/ICMS-PPI-PTE FUNDEB	**80.268**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	80.268
499918511 - ICMS INSCRITO-ACRESC.FINANC.: PARTE ESTADO	**15.541.584**
001001001 - TESOURO-GERAL	15.541.584
499918512 - ICMS INSCRITO-ACRESC.FINANC.-PARTE MUNICIPIOS	**6.475.668**
002002100 - ICMS-TRANSF.A MUNICIPIOS	6.475.668
499918514 - ICMS INSCRITO-ACRESC.FINANC.:P DO FUNDEB	**3.885.396**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	3.885.396
11180221 - ADIC. ICMS-FUNDO EST. COMB. POBREZA PRINCIPA	**704.711.895**
411310110 - ADIC.ICMS-FDO EST COMBATE POBREZA - ESTADO	**563.744.100**
001016006 - ADICIONAL ICMS-FDO EST DE COMBATE A POBREZA	563.744.100
411310111 - ADIC ICMS-FDO EST COMB POBREZA-FUNDEB	**140.967.795**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	140.967.795
11180222 - ADIC.ICMS-FUNDO.EST.COMB.POBREZA MULTA /JURO	**288.005**
442410418 - MULTAS/JRS ADIC ICMS-FECOEP-EST	**128.005**
001016006 - ADICIONAL ICMS-FDO EST DE COMBATE A POBREZA	128.005
442410419 - MULTAS/JRS ADIC ICMS-FECOEP-FUNDEB	**160.000**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	160.000
112 - TAXAS	**8.185.699.665**
1121 - TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	**43.830.940**
112104 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	**43.830.840**
11210411 - TAXA CONTROLE E FISCALIZ.AMBIENTAL-PRINCIPAL	**43.830.840**
412111401 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL ESP	**43.830.840**
003001118 - FED-PBRN TAXA DE CONTROLE E FISC. AMBIENTAL	30.681.588
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	13.149.252
112105 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO DA PESCA E A	**100**
11210511 - TAXA CONTR. FISCAL. PESCA,AQUICULT-PRINCIPAL	**100**
412111402 - TAXA LICENCA PESCA AMADORA	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
1122 - TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	**4.850.434.198**
112201 - TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	**4.850.434.198**
11220111 - TAXA PELA PRESTACAO DE SERVICOS-PRINCIPAL	**4.845.320.702**
412217101 - TX.ATIV.SEG.CONTRA INCENDIOS/EMERGENCIAS-SSP	**60.432.010**
003001060 - FUNDO ESPEC.DESPESA DA POLICIA MILITAR-FEPOM	10
003001127 - FDO EST SEG CONTRA INCENDIOS E EMERG - FESIE	42.302.400
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	18.129.600
412217301 - TAXA DE SERV. SEG. PUBLICA	**18.000.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	18.000.000
412219901 - TAXA PELA PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSITO	**4.673.362.137**
001001001 - TESOURO-GERAL	4.673.362.137
412219903 - TAXA DE SERVICOS DIVERSOS - TABELA A	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
412219904 - FUNDO INCENT.A SEG.PUBL.FISP-SEC.SEG.PUBL.	**43.194.857**
002002513 - FDO.DE INCENTIVO A SEGURANCA PUBLICA-FISP	30.236.400
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	12.958.457
412219907 - TAXA LIB.ACESSO SERVICOS ELETRON.(LEI 15.266)	**9.531.663**
002002132 - TAXA LIB.ACESSO SERVICOS ELETRON.(LEI 15.266	6.672.164
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	2.859.499
412219909 - TAXA DE PREST.SERV.AMBITO ADM.TRIBUTARIA	**3.978.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	3.978.000
412219911 - TAXA DE SERV.-ARQUIVO PUBLICO ESTADO	**87.660**
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	61.368
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	26.292
412219912 - TAXA DE SERV.EM GERAL	**21.612**
001001001 - TESOURO-GERAL	21.612
412219913 - TX. SEC. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	**36.712.663**
003001045 - FED-GAB.COORD.DE DEFESA AGROPECUARIA	25.698.864
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	11.013.799
11220112 - TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-MULTAS/JURO	**100**
442419901 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
11220113 - TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS-DIVIDA ATIV	**3.794.978**
412210704 - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	**3.783.612**
001001001 - TESOURO-GERAL	1.173.756
002002001 - REEMBOLSO DESP.OFICIAIS DE JUSTICA-TX.	409.200
002002156 - TX.JUDIC.SERV.PUBL.-FED TRIB.DE JUSTICA	2.200.656
412210705 - RECEITA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS PPD	**11.366**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002002001 - REEMBOLSO DESP.OFICIAIS DE JUSTICA-TX.	11.256
002002156 - TX.JUDIC.SERV.PUBL.-FED TRIB.DE JUSTICA	10
11220114 - TX PRESTACAO SERVICOS-DIV. ATIVA-MULTAS/JURO	**1.318.418**
412210706 - ACRES.FINAN.PARCEL.CUSTAS JUDICIAIS - PPD	**120**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002002001 - REEMBOLSO DESP.OFICIAIS DE JUSTICA-TX.	10
002002156 - TX.JUDIC.SERV.PUBL.-FED TRIB.DE JUSTICA	10
442411609 - MULTAS/JURS/MORA DIV.ATIVA CUSTAS JUDICIAIS	**1.312.968**
001001001 - TESOURO-GERAL	364.680
002002001 - REEMBOLSO DESP.OFICIAIS DE JUSTICA-TX.	137.040
002002156 - TX.JUDIC.SERV.PUBL.-FED TRIB.DE JUSTICA	811.248
442411616 - MULTAS/JRS MORA DA DIV.ATIVA CUSTAS JUD.PPD	**5.210**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002002001 - REEMBOLSO DESP.OFICIAIS DE JUSTICA-TX.	5.100
002002156 - TX.JUDIC.SERV.PUBL.-FED TRIB.DE JUSTICA	10
442411632 - MULTAS/JRS MORA DIV.AT.EMOL.CUST.EXTJUD-PPD	**120**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002001055 - FED-FDO.ASSIST.JUDIC.-TX EXTRAJUDIC	10
002002001 - REEMBOLSO DESP.OFICIAIS DE JUSTICA-TX.	10
1128 - TAXAS - ESPECIFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICIP	**3.291.434.527**
112801 - TAXAS DE INSPECAO, CONTROLE E FISCALIZACAO	**4.212.784**
11280111 - TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGIL	**4.212.684**
412111101 - TX.FISCALIZACAO-ATOS VIGIL.SANITARIA	**4.212.684**
001001001 - TESOURO-GERAL	4.212.684
11280191 - TAXAS DE INSPEC.CONTROLE E FISCALIZAC -OUTRA	**100**
412118001 - TAXA DE FISCALIZACAO DE SERVS.DIVS-TABELA"B"	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
112802 - TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVIçOS	**3.287.221.743**
11280211 - TAXAS JUDICIAIS	**1.311.081.580**
412210701 - EMOL.E CUSTAS QUE CONST.RENDA DO ESTADO JUDIC	**393.300.000**
002017288 - TX.JUDIC.INC.S/SERV.NAT.FORENSE-L.17.288/202	393.300.000
412210702 - REEMB.DESP.COND.OF.JUST.,JUST.GRATUITA-JUDICI	**131.111.654**
002002001 - REEMBOLSO DESP.OFICIAIS DE JUSTICA-TX.	131.111.654
412210703 - TX.JUD.INCID.S/SERV.PUBL.DE NATUREZA FORENSE	**786.669.926**
002002156 - TX.JUDIC.SERV.PUBL.-FED TRIB.DE JUSTICA	786.669.926
11280221 - TAXAS EXTRAJUDICIAIS	**1.976.139.673**
412210901 - EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTR.	**173.000.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	173.000.000
412210902 - TAXA CONTR.FUNDO ASSIST.JUDIC.	**691.400.425**
002001055 - FED-FDO.ASSIST.JUDIC.-TX EXTRAJUDIC	691.400.425
412210903 - REEMB.DESP.COND.OF.JUST.REF.JUST.GRAT.	**69.140.121**
002002001 - REEMBOLSO DESP.OFICIAIS DE JUSTICA-TX.	69.140.121
412210904 - EMOLUMENTOS/CUSTAS PROCESSUAIS ADM. FED-MP	**157.202.777**
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	157.202.777
412210905 - EMOLUMENTOS/CUSTAS PROCESSUAIS ADM. FED-TJ	**225.396.350**
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	225.396.350
412219914 - OUTRAS TAXAS PREVID. DAS CARTEIRAS	**660.000.000**
003001130 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - FECSER	660.000.000
11280223 - TAXAS EXTRAJUDICIAIS-DIVIDA ATIVA	**250**
412210906 - DIVIDA ATIVA EMOL./CUSTAS PROC. ADM.	**130**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002001055 - FED-FDO.ASSIST.JUDIC.-TX EXTRAJUDIC	10
002002001 - REEMBOLSO DESP.OFICIAIS DE JUSTICA-TX.	10
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	10
412210908 - DIVIDA ATIVA EMOL./CUSTAS PROC.ADM.-PPD	**120**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002001055 - FED-FDO.ASSIST.JUDIC.-TX EXTRAJUDIC	10
002002001 - REEMBOLSO DESP.OFICIAIS DE JUSTICA-TX.	10
11280224 - TAXAS EXTRAJUDICIAIS-MULTAS E JUROS-DIV.ATIV	**240**
442411001 - EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAS JUDICIAIS - DA	**120**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002001055 - FED-FDO.ASSIST.JUDIC.-TX EXTRAJUDIC	10
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	10
499918534 - ACRES.FIN.PARCEL-DIV.ATIV.EMOL.CUST.EXTJU PPD	**120**

001001001 - TESOURO-GERAL	100
002001055 - FED-FDO.ASSIST.JUDIC.-TX EXTRAJUDIC	10
002002001 - REEMBOLSO DESP.OFICIAIS DE JUSTICA-TX.	10
113 - CONTRIBUICAO DE MELHORIA	**100**
1138 - CONTRIBUICAO DE MELHORIA - ESPECIFICA DE EST	**100**
113899 - OUTRAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	**100**
11389911 - OUTRAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	**100**
413918080 - OUTRAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
12 - CONTRIBUICOES	**211.284.902**
121 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	**211.284.902**
1210 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	**31.000.000**
121099 - OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS - PRINCIPAL	**31.000.000**
12109911 - OUTRAS CONTRIBUIC	**31.000.000**
421918013 - OUTRAS CONTRIB.DOS ATIVOS - FECSER/IPESP	**26.000.000**
003001130 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - FECSER	26.000.000
421918014 - OUTRAS CONTRIB. DOS CARTóRIOS-FECSER/IPESP	**5.000.000**
003001130 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - FECSER	5.000.000
1217 - CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICO	**20**
121704 - CONTRIBUICAO SOBRE LOTERIAS DE NUMEROS	**10**
12170412 - CONTRIB.SOBRE LOTERIAS DE NUMEROS-MULTA/JURO	**10**
442411302 - MULTAS/JUROS MORA CONTRIB REC LOT. DE NUMEROS	**10**
003001001 - FED-FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO-FUSSP	10
121705 - CONTRIBUICAO SOBRE A LOTERIA INSTANTANEA	**10**
12170511 - CONTRIB. LOTERIA INSTANTANEA - PRINCIPAL	**10**
421510101 - CONTRIB.S/ RECEITA DE LOTERIA INSTANTANEA	**10**
003001057 - FED-GABINETE SECRETARIO-S.CULT E ECON.CRIAT.	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3
1218 - CONTRIBUICOES SOCIAIS ESPECIFICAS DE ESTADOS	**29.123.326**
121801 - CONTRIBUICAO DO SERVIDOR CIVIL PARA O PLANO	**29.123.326**
12180111 - CPSSS - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	**29.123.326**
421918010 - CONTRIB.SOBRE A COMPLEMEN.DE APOSENT.E PENSAO	**29.123.326**
002002522 - CONTRIB.COMPLEMENTACAO APOSENTADORIA/PENSOES	29.123.326
1219 - OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	**151.161.556**
121999 - DEMAIS CONTRIBUICOES SOCIAIS	**151.161.556**
12199911 - DEMAIS CONTRIBUICOES SOCIAIS	**151.161.556**
421918011 - CONTRIB.DE SOLIDAR.AS STAS CASAS DE MISERICOR	**17.718.768**
002002516 - CONTRIB.DE SOLIDAR.AS STAS CASAS DE MISERICO	17.718.768
421918012 - OUTRAS CONTRIB. PREVID. DAS CARTEIRAS.	**133.442.788**
003001129 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - FECARE	49.072.788
003001130 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - FECSER	84.370.000
13 - RECEITA PATRIMONIAL	**5.000.591.498**
131 - EXPLORACAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTA	**23.655.562**
1310 - EXPLORACAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO	**23.655.562**
131001 - ALUGUEIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDEMIOS, T	**22.087.668**
13100111 - ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	**22.087.668**
433110201 - ARRENDAMENTOS	**544.029**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	10
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	22.332
003001020 - FED-GAB.SECRETAR.INFRAESTRUTURA E M.AMBIENTE	7
003001028 - FED-INST.DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA	511.956
003001056 - FED-COORD.ESPORTES E LAZER	7
003001057 - FED-GABINETE SECRETARIO-S.CULT E ECON.CRIAT.	7
003001080 - FED-DEPTO.INFRAESTRUTURA-SEC.GOVERNO	7
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	10
003001121 - FUNDO ESPECIAL DA PGE - FUNPROGESP	10
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	9.583
433110380 - OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEIS DO ESTADO	**21.543.639**
001001001 - TESOURO-GERAL	2.996.988
003001002 - FED-GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS-SAA	1.120.000
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	7
003001004 - FED-CTRO.ATENCAO PSCO.ARQ.J.J.EZEMPLARI	10
003001012 - FED-INSTITUTO DE BOTANICA	530.544
003001013 - FED-INSTITUTO GEOLOGICO	7
003001014 - FED-INSTITUTO DE PESCA	2.730
003001017 - FED-INSTITUTO DE ZOOTECNIA	6.300
003001018 - FED-INSTITUTO FLORESTAL	7
003001019 - FED-INSTITUTO BIOLOGICO	63.228
003001020 - FED-GAB.SECRETAR.INFRAESTRUTURA E M.AMBIENTE	4.870.956
003001022 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-410033-SESP	7
003001023 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-410031-SESP	172.116
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	623.904
003001033 - FED-INSTITUTO BUTANTA	6.425
003001034 - FED-P/DESENVOLVIM.RURAL SUSTENTAVEL-FDRS-SAA	47.880
003001035 - FED-INSTITUTO AGRONOMICO	21.000
003001056 - FED-COORD.ESPORTES E LAZER	1.962.960
003001057 - FED-GABINETE SECRETARIO-S.CULT E ECON.CRIAT.	7

003001060 - FUNDO ESPEC.DESPESA DA POLICIA MILITAR-FEPOM	4.449.612
003001076 - FED-COORDENADORIA DE OPERACOES-SDE	7
003001080 - FED-DEPTO.INFRAESTRUTURA-SEC.GOVERNO	202.752
003001084 - FDO MELHORIA DOS MUNICIPIOS TURISTICOS-FUMTU	7
003001092 - FED-DPTO.SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	7
003001095 - FED-ESTRADA FERRO CAMPOS DO JORDAO	58.752
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	7
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	453.430
003001112 - FED DEPTO.DESCENT.DE DESENVOLVIMENTO-SAA	50.000
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3.903.982
131099 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	**1.567.894**
13109911 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS - PRINCIPAL	**1.567.894**
433110280 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS DO ESTADO	**1.567.894**
003001013 - FED-INSTITUTO GEOLOGICO	1.058.886
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	38.640
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	470.368
132 - VALORES MOBILIARIOS	**735.001.311**
1321 - JUROS E CORRECOES MONETARIAS	**652.477.281**
132100 - REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	**652.477.281**
13210011 - REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	**599.070.281**
445110102 - REMUN DE DEP.BANCARIOS REC.VINC- FUNDESP	**7.800.010**
003001105 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES	10
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	7.800.000
445110103 - REMUNERACAO DEPOS.BANC.RECURS.VINCUL.	**26.846.894**
003001051 - RENDIMENTOS DA QESE - CTA.-PTE.-CONTRIB.2/3	21.600.000
003001059 - FOMENTO DA EDUCACAO - FED	240.000
003001120 - PROG USO RACIO.AGUA/TELEMED-CONTR.FEHIDRO/SE	131.724
003001133 - FUNDO ESP.DESPESA-COVID19	10
005003134 - PROGR.DINH.DIRETO NA ESCOLA-PDDE-S.ED.FNDE	10
005003135 - FNDE-PROG.NAC.ALIMENTACAO ESCOLAR-PNAE-SEC.E	4.000.000
005003148 - RECURSOS DE CONVENIOS - MEC/FNDE/SE	10
005003337 - PAR-FNDE/EDUCACAO	10
005003338 - PAC-2-FNDE/EDUCACAO	50.000
005003344 - PDDE - ESCOLAS SEM APM	6.000
005003345 - PAR-ENSINO PROFISSIONALIZ.-CENTRO PAULA SOUZ	10
005003346 - CONVENIO CENSO ESCOLAR	1.200
005003446 - ONIBUS TC PAR 201600054/EP27990006/15-FNDE-S	10
005003448 - ONIBUS TC PAR 201600180/EP28750002/16-FNDE-S	10
005003449 - REFORMA TC PAR 81343/16-EP81000329/15-FNDE-S	2.400
005003456 - KIT ESCOLAR ENS MED-TC PAR 201700018 FNDE/SE	1.200
005003457 - PROG.ESCOLA TEMPO INTEGRAL-PORT.MEC 1.145/16	540.000
005003504 - IMPRESSAO MAT APOIO TC PAR 201700807-FNDE-SE	12.000
005003569 - PROG.APOIO IMPLEM BNCC-BASE NAC COMUM CURRIC	72.000
005003570 - CONFERENCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE)	3.600
005003587 - TERMO DE COMPR. PAR Nº 201700990 - FNDE/MEC	66.000
005003589 - TERMO DE COMPR. PAR Nº 201701036 - FNDE/MEC	600
005003591 - TC.PAR Nº201804432-5-PROG.EDUCACAO CONECTADA	120.000
005003628 - AQUISICAO INSTRUMENTOS MUSICAIS (KITBANDA)	10
005003629 - TCPAR MEC/FNDE N.201801679-5-AQ.EQU.UTENS.CO	10
005003630 - TCPAR MEC/FNDE N.201901292-6-AQ.MOBILIARIO	10
005003642 - TC201901364-3 EVEN.FORM.(SEMIN)BNCC-ENS.MEDI	10
005003643 - EQUIP.TECNOLOGICO TC PAR 202001480/5-SE	10
005003645 - FNDE-PROG.NAC.DE ALIM.ESCOLAR-PNAE-CARTAO	10
005003656 - TC MEC/FNDE Nº 201900408-8-AQUIS.MAT.ESP.-EM	10
005003657 - TC MEC/FNDE Nº 201900409-8- AQUIS.MAT.ESP.-E	10
005003658 - TC MEC/FNDE Nº 201801790-5-AQ.NOTE/TABLET-EM	10
005003659 - TC MEC/FNDE Nº 201801684-5-AQ.NOTE/TABLET-EF	10
445110104 - REMUNERACAO DEP. BANC RECUR. VINC. FUNDEB	**101.219.832**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	101.219.832
445210101 - FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO - FIF - TES	**451.127.123**
001001001 - TESOURO-GERAL	312.000.000
001016006 - ADICIONAL ICMS-FDO EST DE COMBATE A POBREZA	100
002001055 - FED-FDO.ASSIST.JUDIC.-TX EXTRAJUDIC	1.689.808
002001133 - REC.VINC.ESTADUAIS-COVID19	10
002002164 - CONV.SMA-CPLA/DER-CONSEMA-COMP.AMB-ROD.F.DIA	10
002002165 - CONCESSOES DE LINHAS DO METRO	8.038
002002166 - CONTRATO DE CONCESSAO DO PARQUE CAPIVARI-STM	240
002002167 - CONCESSAO DA LINHA 15 - METRO/STM	10
002002168 - PROGRAMA RESPEITO A VIDA-SG	10
002002532 - TERMO DE AJUSTE DE CONDUTAS N 20/00 - SEDPD	7
002002533 - TERMO DE AJUSTE DE CONDUTAS-MP/SJDC	7
002002534 - CONTRATOS FEHIDRO	7
002002536 - PREMIO PROGRAMA ACESSA SP SEC. DE GOVERNO	121.800
002002543 - PROJ 5 ANOS MEMORIAL PESSOA DEFIC-FID/SEDPD	7
002002544 - PROJ ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS-FID/SEDPD	7
003001001 - FED-FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO-FUSSP	1.123.452
003001002 - FED-GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS-SAA	116.820

003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	84.000
003001004 - FED-CTRO.ATENCAO PSCO.ARQ.J.J.EZEMPLARI	1.260
003001005 - FED-INSTITUTO INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS	53.064
003001006 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-SDS	5.167
003001007 - FED-FDO.EST.DIREITOS CRIANCA E ADOLESCENTE	3.000.000
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	8.880.000
003001009 - FED-P/PRESERV.BIODIVERSID.REC.NATURAIS-FPBRN	752.592
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	2.387.520
003001011 - FED-CTRO.AT.INTEGR.S.CLEMENTE FERREIRA-LINS	10
003001012 - FED-INSTITUTO DE BOTANICA	20.436
003001013 - FED-INSTITUTO GEOLOGICO	205.374
003001014 - FED-INSTITUTO DE PESCA	8.500
003001017 - FED-INSTITUTO DE ZOOTECNIA	120
003001018 - FED-INSTITUTO FLORESTAL	23.240
003001019 - FED-INSTITUTO BIOLOGICO	174.648
003001020 - FED-GAB.SECRETAR.INFRAESTRUTURA E M.AMBIENTE	247.464
003001021 - FED-INSTITUTO DE ECONOMIA AGRICOLA	1.090
003001022 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-410033-SESP	21.036
003001023 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-410031-SESP	62.868
003001025 - FED-PENITENCIARIA FEMININA DA CAPITAL	27.012
003001026 - FED-PENIT.DR.PAULO L.CAMPOS-AVARE	7
003001027 - FED-CENTRO ESTUDOS E APERFEICOAMENT DO M.P.S	180.000
003001028 - FED-INST.DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA	79.332
003001029 - FED-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	793.524
003001030 - FED-INSTITUTO PASTEUR	24.132
003001031 - FED-INSTITUTO DE SAUDE	2.760
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	56.425.824
003001033 - FED-INSTITUTO BUTANTA	110.616
003001034 - FED-P/DESENVOLVIM.RURAL SUSTENTAVEL-FDRS-SAA	228.000
003001035 - FED-INSTITUTO AGRONOMICO	35.004
003001036 - FED-PENITENCIARIA FEMININA SANT'ANA	190.016
003001038 - FED-CONJUNTO HOSPITALAR DE SOROCABA	10
003001041 - FED-INSTITUTO TECNOLOGIA ALIMENTOS	17.772
003001042 - FED-CTR.PROGR.PEN.DR.J.ANDRADE-S.J.R.PRETO	5.520
003001044 - FED-PENIT.FEM.S.M.E.PELLETIER-TREMEMBE	25.200
003001045 - FED-GAB.COORD.DE DEFESA AGROPECUARIA	4.810.692
003001046 - FED-PENIT.ZWINGLIO FERREIRA-P.VENCESLAU	48
003001048 - FED-DEPARTAMENTO HIDROVIARIO-C.T.O.	714.000
003001049 - FED-HOSP.STA.TEREZA DE RIBEIRAO PRETO	2.712

003001052 - FED-INST.PEN.AGR.PROF.NOE AZEVEDO-BAURU	11.868
003001053 - FED-CENTRO REABILITACAO CASA BRANCA	3.418
003001054 - FED-COMPLEXO HOSPITALAR JUQUERY-FCO.ROCHA	984
003001055 - FED-COORD.GERAL ADM.-FDO.ASSIST.JUDICIARIA	10
003001056 - FED-COORD.ESPORTES E LAZER	391.387
003001057 - FED-GABINETE SECRETARIO-S.CULT E ECON.CRIAT.	498.288
003001058 - FED-HOSP.CUST.TRAT.PSIQ.PROF.A.T.L.-FCO.ROCH	7
003001060 - FUNDO ESPEC.DESPESA DA POLICIA MILITAR-FEPOM	2.400.000
003001068 - FED-ADM.DEPTO.RECURSOS HUMANOS-SE	240.000
003001074 - FED-CTRO.PROGR.PENITENC.FRANCO DA ROCHA	33.276
003001078 - FDO.EST.DEFESA INTERESSES DIFUSOS-FID	12.021.000
003001079 - FED-CENTRO DE ESTUDOS-PGE	40.920
003001080 - FED-DEPTO.INFRAESTRUTURA-SEC.GOVERNO	86.460
003001081 - FED-PENIT.DR.J.A.C.SALGADO-TREMEMBE	2.940
003001082 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-IGC-SEC.GOV	66.948
003001083 - FDE-CTRO.ATENCAO INTEGRAL SAUDE STA RITA	10
003001084 - FDO MELHORIA DOS MUNICIPIOS TURISTICOS-FUMTU	540.000
003001086 - FED-CTRO.PROG.PEN.PROF.ATAL.NOGUEIRA-CAMPINA	21.048
003001087 - FED-PENIT.DR.S.M.SILVEIRA-ARARAQUARA	1.848
003001091 - FED-INST.LAURO SOUZA LIMA-BAURU	10
003001092 - FED-DPTO.SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	180.000
003001093 - FED-PENIT.DR.WALTER F.P.QUEIROZ-PIRAJUI	8.400
003001095 - FED-ESTRADA FERRO CAMPOS DO JORDAO	147.156
003001096 - FED-DEPTO.DE ADM.DA PROC.GERAL DO ESTADO	238.368
003001098 - FED-CONCURSOS INGR.CARREIRA DO MIN.PUBL.	96.000
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	970.680
003001100 - FDO.ESTADUAL ASSIST.SOCIAL-FEAS	661.994
003001103 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	240.000
003001106 - FED-PENITENCIARIA DE MARILIA	5.868
003001107 - FED-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO-SCEC	396
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	70.426
003001109 - FED-GABINETE DO COORDENADOR-CODEAGRO-SAA	3.420
003001110 - FED-TRIBUNAL DE CONTAS SPAULO-LEI 11077/2002	743.268
003001111 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA SEFAZ	7
003001112 - FED DEPTO.DESCENT.DE DESENVOLVIMENTO-SAA	96.000
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	716.964
003001115 - FED DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	841.392
003001116 - FED/FPBRN-COMPENSACAO AMBIENTAL-LEI 14.626/1	13.759.740
003001117 - FED-FUNDO ESTADUAL DO IDOSO-LEI Nº 14.874/12	1.109.649

003001118 - FED-PBRN TAXA DE CONTROLE E FISC. AMBIENTAL	1.699.500
003001121 - FUNDO ESPECIAL DA PGE - FUNPROGESP	520.404
003001125 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DE PERÍCIAS - FEP	7
003001126 - INST.ADOLFO LUTZ/NUCLEO INOV.TECN.-NIT-SS	4.176
003001127 - FDO EST SEG CONTRA INCENDIOS E EMERG - FESIE	1.154.930
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	20.568
003001129 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - FECARE	796.608
003001130 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - FECSER	1.103.859
003001131 - RECUR.ORIUNDOS EXTINC.FEER CONF.LC 1341/2019	129.792
003001133 - FUNDO ESP.DESPESA-COVID19	30
003001134 - TAC MIN.PUB.TRAB-M.CRUZES/E.BOLDOR M.E.M.LTD	7
003003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	48.096
003081110 - FED-TRIB.DE CONTAS SP-LEI11077/2002-CONV.BNC	39.432
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	14.698.491
006010075 - FUNDO EST.DESENVOLV.CIENTIF.TECNOLOG.-FUNCET	10
006013075 - FUNDO EXPANSAO AGRON.PTA.BCO.AGRON,FAMIL-FEA	10
006017075 - FUND.DES.ECON.SOC.PONT.PARANAPANEMA-FUNDESPA	10
006020074 - FUNDO DESENV.ECON.SOCIAL DO VALE DO RIBEIRA-	10
006020075 - FUNDO DE APOIO A CONTRIBUINTES E.S.P.-FUNAC	10
006020078 - FUNDO DE INVEST.CRED.PROD.POPULAR-BCO.DO POV	10
006020079 - FUNDO DE AVAL-FDA	10
006025074 - FUNDO GARANTIDOR HABITACIONAL-FGH	10
006025079 - FUNDO PTA.HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL-FPHI	10
006026074 - FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS-FEHIDRO	10
006026075 - FUNDO EST.DE PREV.E CONTROLE DA POLUICAO FEC	10
006026077 - FUNDO EST.PREV.REMED.AREAS CONTAMINADAS-FEPR	10
006029071 - FUNDO DES.REG.METROP.SOROCABA-FDO.RM SOROCAB	10
006029074 - FUNDO DES.REG.METROP.CAMPINAS-FUNDOCAMP	10
006029076 - FUNDO METROPOL.FINANCIAM.INVESTIM.-FUMEFI	10
006029077 - FUNDO DES.METR.V.PARAIBA LIT.NORTE-FUNDOVALE	10
006029079 - FUNDO DESENV.METROPOL.BAIXADA SANTISTA-FUNDO	10
445210180 - OUTRAS APLICACOES FINANCEIRAS	**12.076.422**
005001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	1.287.180
005001133 - REC.TRANSF.FEDERAIS-COVID19	20
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	214.000
005003003 - FED-HOSP.CUST.TRAT.PSQUIAT.PROF.A.T.LIMA-SUS	10
005003111 - FED-COORD.ESPORTES E LAZER-SEC.ESPORTES	3.676.123
005003112 - FDO.EST.DE ASSIST.SOCIAL-FEAS-SEDS	57.801
005003123 - PROJ.CENTRO REF.E APOIO A VITIMA-SEC.JUS.CID	10

005003131 - PROGRAMA DE RECONSTRUCAO- CASA MILITAR.	10
005003133 - PROG.AS.VITIMAS TESTEMUNHAS AMEACADAS-PROVIT	1.200.000
005003145 - PROJ.MODERNIZACAO POLICIA PAULISTA-SEC.SEG.	10
005003146 - CENTRO DE INTEGRACAO DA CIDADANIA-CIC-S.JUST	10
005003154 - SSP-CONVENIO 24/2001-REAP.DAS POL.ESTADUAIS	10
005003155 - SSP-CONV.86/2001-INTENS.POL.OST.AR.CRITICAS	10
005003201 - CONTRATO DE REPASSE DA CEF AO GOV.SP-PNAGE/S	10
005003204 - CONV.02/2006/GSIPR/SENAD/FUNAD SEC.JUST.ESP	20
005003205 - CONV.MJ/N.071/2006-DEPEN/SEC.ADM.PENITENCIAR	10
005003219 - PROG.ACEL.CRESC. PAC/SEC.SAN.REC.HIDR.	10
005003220 - FISP-CONVENIO SENASP/MJ 290/2007	10
005003231 - CT0234425-60/07-REAB.CEN.DESASTRES-CEF/SSE	10
005003238 - CONV.40/08 PRONASCI-MIN.JUST/TRIB.JUSTICA	10
005003239 - CONV.38/08-M.JUST/S.J.CIDAD.	10
005003241 - CONV.06/08 MJ/SDE/C.CIVIL-MEMORIA PAULISTANA	10
005003242 - CONV. 749931- EMBRAPA/ SAA/APTA	10
005003244 - PAC-SAN.AMB.EM MANANC.INTERESSE REG-S.HABIT	10
005003245 - PAC-URB.FAVELAS/ASSENT.PRECARIOS-S.HABITACAO	18.816
005003255 - CONV.01/2006 - FINEP PROINFRA_SAA	10
005003256 - APOIO IMPLEM.POLIT.SEGUR.CIDADÃ - PRONASCI	10
005003264 - CONV.701333/08_MINIST.CULT/SECRET.CULTURA	32.808
005003268 - CONV.701591/08 MODERN.BIBLIOTECAS PUBLICAS	10
005003269 - CONV.701593/08 FOM.PROJ.CULT.FBN-SEC.CULTURA	10
005003270 - CV.01/09PRJ.DES.COM.EST.ANTIDROGAS SENAD JUS	10
005003273 - CONV.701138/08 SEC AGRIC ABST/MIN DES.AGRARI	10
005003274 - CONVENIO - MIN.CIDADES-SH-CDHU	10
005003280 - MIN.CIDADES-CANALIZ.RIB.VERMELHO-SMA-DAEE	164.000
005003284 - CONV.1789/09 SEC ESP LAZER TUR MINIST.TURISM	10
005003285 - CONV.0811/09 SEC.DE DESENVOLVIMENTO-MCT/FINE	72.000
005003287 - CONV.060/09-SECRET.JUSTICA - REDE VIVA MULHE	10
005003292 - CONV.745173/2010-MINIST.ESPORTE/TRIB.JUSTICA	10
005003293 - CONV.749682/2010 - MJ/MINSTERIO PUBLICO - SP	10
005003299 - CONV.702711/2008-MINC/SEC.CULTURA-PROJ.GURI	10
005003303 - CONV.848918/2017-INEP/SSP-OP.LOGI.SEG.SIGILO	10
005003306 - PROJ.OBRAS COMPLEM. HIDROVIA TIETE-PARANA/SL	1.546.360
005003308 - NOV.NUCL.PROJ.DEPOI.ESP-AT.CRIA/ADO VIT/VIOL	10
005003314 - CONV.759655/11 - MJ-SAP/HCTP ANDRé T.LIMA	10
005003319 - 00099635/12-SDH/SJ-PRESERV.VIDA CRIAN.ADOLES	3.000.000
005003321 - ME-SDPD/CENTRO AVAL/LAB.COND.FUNC.ATL.PARAOL	10

005003322 - CONV.774937/12-MT/ST-QUAL.PROFIS.INGLES/ESPA	10
005003349 - REFORMA TERMINAL RODOVIARIO DE ELDORADO/SP	480
005003350 - ILUMINACAO PQUE PREF.J MENDES-REGISTRO/SP	10
005003351 - REVIT PCA CENTRAL E RUAS ENTORNO IPORANGA/SP	900
005003352 - REF PREDIO CAMARA MUNICIPAL TAPIRAI/SP	1.080
005003353 - COBERT CEN EVENTOS PREF TEIXEIRA IGUAPE/SP	600
005003354 - REFORMA PREDIO ESTACAO FERROVIARIA JUQUIA/SP	2.160
005003355 - PAVIMENT AV D M RIBEIRO PEDRO DE TOLEDO/SP	1.140
005003356 - REFORMA DA RODOVIARIA SETE BARRAS/SP	2.400
005003357 - REFORMA TERMINAL RODOVIARIO DE MIRACATU/SP	10
005003358 - CONSTRUCAO DO PORTAL DE CAJATI/SP	1.920
005003359 - REST PCA MARTIM AFONSO E ENTORNO CANANEIA/SP	10
005003360 - MELHORIA BALNEARIO MARISOL ILHA COMPRIDA/SP	780
005003361 - REFORMA CENTRO DE EVENTOS PARIQUERA ACU/SP	4.320
005003362 - RECUP PQUE MUN CASA DE PEDRA PARIQUERA ACU/S	1.380
005003365 - PAC JOGOS OLIMP E PARAOL 2016-SEC PES DEFICI	10
005003375 - PROGRAMA CULTURA VIVA-PONTOS DE CULTURA	124.968
005003376 - REFORMA CJ DESP BABY BARIONI-ME/SELJ	10
005003381 - COMUNIC/DIV.DOS PROD/DESTINOS PTA.MERC.INTER	10
005003382 - L 9 GRAJAU/VARGINHA-CPTM - PAC	10
005003384 - L 13 TREM GUARULHOS-CPTM - PAC	10
005003392 - IMPLAN ORLA RIO RIBEIRA IGUAPE-SETE BARRAS S	528
005003393 - REVITALIZACAO RODOVIARIA MUNIC IGUAPE ST	10
005003394 - REVIT PQ TURIST FONTE DO SENHOR IGUAPE ST	10
005003395 - IMPLANTACAO CICLOVIA JUQUIA ST	636
005003396 - CONSTRUCAO PRAÇA EVENTOS TAPIRAI ST	360
005003397 - REVITALIZACAO PÇ. EXPEDICIONARIOS REGISTRO S	516
005003398 - CONSTRUCAO PORTAL MUNICIPIO JACUPIRANGA ST	996
005003399 - CONSTRUCAO PRAÇA EVENTOS BARRA DO TURVO ST	240
005003400 - PAV DREN T B. SERRA/OURO G PETAR IPORANGA ST	10
005003401 - URBANIZACAO ORLA DO RIO PRETO - PERUIBE ST	10
005003402 - REVIT ESPAÇO TURIST CHICO LATIM-PERUIBE ST	768
005003403 - REVIT, ILUM E PAISAGISMO CICLOVIA UBATUBA S	10
005003404 - CONSTRUCAO PORTAL MIRACATU ST	10
005003405 - REVIT PRAÇA CIDADE DE SÃO PAULO - JUNDIAI ST	10
005003406 - PAVIM DREN R JOSE SILVA LEME-VARZEA PTA. ST	10
005003407 - RECAPEAMENTO RUAS MUNICIPIO DE SOCORRO ST	10
005003408 - PAVIM DREN RUA BANDEIRANTES GUARUJA ST	540
005003409 - REVIT PRAÇA DOS IMIGRANTES ORLANDIA ST	10

005003410 - CONSTRUCAO PORTAL BRODOWSKI ST	10
005003411 - REFORMA AMPLIA PQ.EXPO. CRISTAIS PAULISTA ST	10
005003412 - REVIT PARQUE ECOLOGICO LAGO MARACA GUAIRA ST	10
005003413 - REVIT PÇ SIA JUNQUEIRA-RECAP PÇ IGARAPAVA ST	480
005003414 - MELHORIA INFRA PQ TUR "BALDUINO" ITUVERAVA S	10
005003415 - CALÇADAO URBANI PÇ PE.ANTONIO-MIGUELOPOLIS S	264
005003416 - CONSTRU CTO ATEND TURISTA PATROCINIO PTA. ST	10
005003417 - REVIT PÇ QUERCIA IMP PT INF TUR PEDREGULHO S	600
005003418 - IMPLAN PQ BOSQUE CINQUEN.RIBEIRAO CORRENTE S	10
005003430 - REEST/IMPLEM SUASA CONV 821694/2015-MAPA/SAA	10
005003431 - CONTRATO Nº 27/2015 - PROGESTÃO - ANA/SSRH	31.824
005003435 - ATIV CONS.AGUA A.RURAIS-CONV824657/15-ANA/SA	10
005003436 - REAPAR POSTO BOMBEIROS JUNDIAÍ-CONV.820912/1	10
005003437 - REAPAR 1.CIA.4.BAT.POL.CHOQUE-CONV.824601/15	10
005003438 - REAP.1.SUBGR.BOMB.6.GRUP.BOMB-CONV.825807/15	10
005003440 - CONV.0112033700/2012 - FINEP-MCTI/SMA-IG	10
005003447 - CONV 826552/16 FORT SIST SEG GDES EVEN MJ/SS	10
005003451 - CONV.MTE/SPPE/CODEFAT N.140/2012-SERT	10
005003452 - MPV 755 - FUNPEN/FUNPESP	582.694
005003453 - CONTR.MAPA-SAA 841200/2016/MAPA/CAIXA	10
005003454 - CONV. 10/2016 - MDSA/SAA	10
005003490 - CONV.837675/16 MJUST.SEG.PUB.E SECR.SEG.PUBL	10
005003491 - CONV.837676/16 MJUST.SEG.PUB.E SECR.SEG.PUBL	10
005003492 - CONV.840945/16 MJUST.SEG.PUB.E SECR.SEG.PUBL	10
005003505 - CONV.19/2016/CFCP/CGG/DGA/SENAD-MJ/FED.MP	10
005003506 - CONV.MTE/SEC.ECON.SOLID.N.838281/2016-SERT	10
005003508 - PROG INDICE GESTAO DESCENT.DO SUAS-IGD/SUAS	10.705
005003509 - PISOS ALTA COMPLEXIDADE I E II-PACS I E II	2.461
005003510 - PROG NACIONAL CAPACITACAO-PNC-SUAS	1.208
005003511 - PISO FIXO MEDIA COMPLEXIDADE-PFMC	10
005003512 - PROGRAMA CRIANCA FELIZ	6.047
005003513 - PROG ERRADICACAO TRABALHO INFANTIL	8.603
005003514 - PROGRAMA BOLSA FAMILIA	14.296
005003515 - CONT.REPASSE 839695/2016/ME/CAIXA-SEDPD	10
005003516 - CONV.839126/2016-SENAD/MJ-COED/SEDS	10
005003517 - CONV.839127/2016-SENAD/MJ-COED/SEDS	10
005003518 - CONV.839140/2016-SENAD/MJ-COED/SEDS	10
005003519 - CONV.839141/2016-SENAD/MJ-COED/SEDS	10
005003521 - CONV.840820/2016-1ºBPM INT.SJC-MJ/SSP	10

005003522 - CONV.837548/2016IBRAM-MIN.CULTURA/SEC.CULTUR	10
005003523 - CONV.839099/2016-REAPAREL.3ºBAEP-11ºGB-MJ/SS	10
005003524 - EMENDA PARLAM CONV.827828/2016-MDSA/SDS	10
005003525 - EMENDA PARLAM CONV.837418/2016-MDSA/SDS	10
005003526 - EMENDA PARLAM CONV.837422/2016-MDSA/SDS	10
005003527 - EMENDA PARLAM CONV.837472/2016-MDSA/SDS	10
005003528 - EMENDA PARLAM CONV.827901/2016-MDSA/SDS	10
005003529 - EMENDA PARLAM CONV.837434/2016-MDSA/SDS	10
005003530 - EMENDA PARLAM CONV.827898/2016-MDSA/SDS	10
005003531 - EMENDA PARLAM CONV.837435/2016-MDSA/SDS	10
005003536 - CONV.853276/17-REEQ.2.E 3.GRUP.BOMB.PM-MJ/SS	10
005003537 - CONV.853296/17-EQ.2.GBSP E ESTR.9.GBRP-MJ/SS	10
005003538 - CONV.853893/17-REAP.8.GRUP.BOMB.SP-MJ/SSP	10
005003539 - CONV.856508/17-FORT.SIST.RADIOC.PM SJC-MJ/SS	10
005003540 - EP-CONV.819112/2015-MDSCF/SEDS	10
005003541 - EP-CONV.819113/2015-MDSCF/SEDS	10
005003542 - EP-CONV.837442/2016-MDSA/SEDS	10
005003543 - AQUIS.MAT.ROD.LINHAS CPTM-MIN.CIDADES/CPTM	10
005003550 - EP CONV.837444/2016-MDSA/SDS	10
005003571 - CONVENIO N.847988/17-MAPA/APTA-SAA	10
005003572 - CONT.REPAS.N.850011/17-SEAD-CAIXA/PRONAT-SAA	10
005003573 - INSTR.PARCERIA N.010/2018-ANATER/CATI-SAA	10
005003575 - CONV 832692/16 PNP&D/CAFE-EMBRAPA/SAA	10
005003584 - EMENDA PARLAM CONV.837417/2016-MDS/SDS	10
005003586 - CONVENIO 061316/2018 - MAPA/CAIXA/SAA-CATI	10
005003588 - CONVENIO 837605/2016 - MDSOCIAL/SDSOCIAL	10
005003592 - CONV 880183 MOD. CBPM, VIA EPR	10
005003593 - CONV 880747 CAP. SERV. EF. PM	10
005003595 - 880155 MOD ESC SUP BOMB, VIA AQUISIçãO EPR	10
005003596 - 880156 RE GR ARM REPR ROU DO DEIC VIA AQ ARM	10
005003597 - 880178 MOD PMSP, VIA AQUISIçãO EQS. INFORMáT	10
005003598 - 880186 MOD 4º GR. BOMBEIROS, VIA AQ. VIATURA	10
005003599 - 880196 MOD CB S. CARLOS - 90GR BOMB, AQ. VIA	10
005003600 - 880199 MOD CB CASA VERDE - 20GR BOMB, AQ. EQ	10
005003601 - 880302 MOD PM SJCAMPOS, AQ EQ OP DRONES E BI	10
005003610 - CONV.852812/2017-REF.INST.AQ.EQ.MC/CEF/SG	10
005003625 - 879771/18-CAP.CO.LID.P/IMPL.CON.DIR.PES.C/DE	10
005003631 - MD.LAB.FOM.PESQ.IN.CAD.PRD.FINEP/PROINFRA-SA	10
005003632 - FUNDO NACIONAL DA SEGURANCA PUBLICA - FNSP	10

005003633 - 891218 MOD.CBSP AQUIS.VIATURAS OPERACIONAIS	10
005003634 - 891222 MOD.PMSP AQUIS.VIATS.TER.PORT.DADOS	10
005003635 - 891225 MOD.PCSP AQUIS.DE VIATURAS POLICIAIS	10
005003636 - 891342 MOD.PER.CRIM.SP AQUIS.SOFT.EQUIPS.-TM	10
005003637 - 892391 MOD.PMSP AQUIS.EQ.INF.MOB. E VIATS.	10
005003638 - 892398 MOD.GATE E BAEP DA PMSP AQUIS.EQS.OPS	10
005003639 - 893914 ESTR.GARRA PCSP AQUIS.MAT.BEL.PIST.40	10
005003640 - 892397 MOD.PMSP/PIRACICABA AQUIS.VIATS.POLIC	10
005003641 - 888230 MOD.PM CONSTR.CANIL 38 BPM SAO CARLOS	10
005003662 - C49/19/ANA-PROCOMITES:MET.PR.NAC.FOR.CO.B.HI	10
005005556 - CONV.171/2001-IMPLANT.DA POLICIA COMUNITARIA	10
005005557 - CONV.172/2001-IMPL.PROG.TREIN.INSTR.POLICIAI	10
005005558 - CONV.229/2001-APERFEI[.SIST.DE ACOMP.POLICIA	10
005005559 - CONV.232/2001-MODERN.CAP.OPER.ORG.SEGURAN[A	10
005005577 - CONVêNIO Nº159/2004-MINIST.JUSTIçA-SSP-SP	10
005005578 - CONVêNIO Nº173/2004-MINIST.JUSTIçA-SSP-SP	10
005005579 - CONVêNIO Nº 174/2004-MINIST.JUSTIçA E SSP-SP	10
005005582 - CONV.43/04-MTUR/SELT-PROG.QUAL.SERV.TURIST.	10
005005595 - CONV. MTE/SPPE/CODEFAT N.47/2006-SEC.TRABALH	10
005005597 - BIBLIOTECAS PUB.MUNIC-AMBIENTE VIRTUAL	10
005014017 - AUX.EMERG.CULTURAL-L 14.017/2020 ALDIR BLANC	10
13210051 - JUROS DE TITULOS DE RENDA - PRINCIPAL	**100**
445210402 - JUROS DE TITULOS DE RENDA	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
13210061 - JUROS SOBRE O CAPITAL PROPRIO - PRINCIPAL	**53.406.900**
442910101 - JUROS DE CAPITAL PROPRIO - SABESP	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
442910102 - JUROS DE CAPITAL PROPRIO - BCO NOSSA CAIXA SA	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
442910103 - JUROS DE CAPITAL PROPRIO - CTEEP	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
442910104 - JUROS DE CAPITAL PROPRIO - COSESP	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
442910105 - JUROS DE CAPITAL PROPRIO - IMESP	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
442910106 - JUROS DE CAPITAL PROPRIO - PRODESP	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
442910107 - JUROS DE CAPITAL PROPRIO - CPP	**22.500.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	22.500.000

442910108 - JUROS DE CAPITAL PROPRIO - CESP	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
442910109 - JUROS DE CAPITAL PROPRIO - EMAE	**1.792.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	1.792.000
442910110 - JUROS DE CAPITAL PROPRIO - NCD/AFESP	**15.286.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	15.286.000
442910111 - JUROS DE CAPITAL PROPRIO - CPETUR	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
442910112 - JUROS DE CAPITAL PRÓPRIO - CPSEC	**13.828.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	13.828.000
492210601 - OUTROS JUROS DE CAPITAL PROPRIO	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
1322 - DIVIDENDOS	**82.524.000**
132200 - DIVIDENDOS	**82.524.000**
13220011 - DIVIDENDOS - PRINCIPAL	**82.524.000**
492210101 - DIVIDENDOS DAS ACOES DA CESP	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
492210102 - DIVIDENDOS DAS ACOES DA CPFL	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
492210103 - DIVIDENDOS DAS ACOES DA IMESP	**8.500.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	8.500.000
492210104 - DIVIDENDOS DAS ACOES DA COSESP	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
492210105 - DIVIDENDOS DAS ACOES DO BANCO NOSSA CAIXA S/A	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
492210106 - DIVIDENDOS DAS ACOES DA SABESP	**48.668.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	48.668.000
492210107 - DIVIDENDOS DAS ACOES DA CTEEP	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
492210108 - DIVIDENDOS DAS ACOES CPP	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
492210109 - DIVIDENDOS DAS ACOES DA PRODESP	**25.355.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	25.355.000
492210110 - DIVIDENDOS DAS ACOES DA DESENVOLVE SP - AFESP	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
492210111 - DIVIDENDOS DAS ACOES DA CPETUR	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
492210112 - DIVIDENDOS DAS ACOES DA CIA.PTA.SECURITIZACAO	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100

492210180 - OUTROS DIVIDENDOS DO ESTADO	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
1329 - OUTROS VALORES MOBILIARIOS	**30**
132900 - OUTROS VALORES MOBILIARIOS	**30**
13290011 - OUTROS VALORES MOBILIARIOS - PRINCIPAL	**30**
433110302 - ALUGUEIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DO ESTADO	**30**
003001131 - RECUR.ORIUNDOS EXTINC.FEER CONF.LC 1341/2019	24
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	6
133 - DELEGACAO DE SERVICOS PUBLICOS MEDIANTE CONC	**3.265.427.341**
1331 - DELEGACAO PARA A PRESTACAO DOS SERVICOS DE T	**904.929.782**
133102 - DELEG.P/PREST.DOS SERV.DE TRANSP.FERROVIARIO	**2.118.821**
13310211 - DELEG.P/PREST.SERV.TRANSP.FERROVIARIO-PRINC	**2.118.821**
433112306 - DELEG.P/PREST.SERV.TRANSP.FERROVIARIO-PRINC.	**2.118.821**
002002166 - CONTRATO DE CONCESSAO DO PARQUE CAPIVARI-STM	68.460
003001095 - FED-ESTRADA FERRO CAMPOS DO JORDAO	1.435.253
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	615.108
133103 - DELEGACAO P/PREST.SERV.DE TRANSP.METROVIARIO	**902.810.961**
13310311 - DELEG.P/PREST.DOS SERV.DE TRANSP.METROV-PRIN	**902.810.961**
433112305 - CONCESSAO E PERMIS-SERV.DE TRANSP.METROVIARIO	**902.810.961**
001001001 - TESOURO-GERAL	899.530.484
002002165 - CONCESSOES DE LINHAS DO METRO	2.296.324
002002167 - CONCESSAO DA LINHA 15 - METRO/STM	10
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	984.143
1332 - DELEGACAO DOS SERVICOS DE INFRAESTRUTURA	**2.360.497.559**
133201 - DELEGAçãO P.EXPLOR.INFRAEST.TRANSP.RODOVIARI	**2.360.497.559**
13320111 - DELEG.EXPL. TRANSP.RODOV.SETOR PRIVADO-PRINC	**2.360.497.559**
433112302 - RECOLHIMENTO DE ONUS FIXO-RECEBIVEIS -CPP-DER	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
433118001 - DO ESTADO	**2.360.497.459**
001001001 - TESOURO-GERAL	2.360.497.442
002002165 - CONCESSOES DE LINHAS DO METRO	7
003001020 - FED-GAB.SECRETAR.INFRAESTRUTURA E M.AMBIENTE	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3
136 - CESSAO DE DIREITOS	**976.507.284**
1360 - CESSAO DE DIREITOS	**976.507.284**
136001 - CESSAO DO DIREITO DE OPERACIONALIZACAO DE PA	**976.507.284**
13600111 - CESSAO DIREITO OPERACIONAL.PAGTOS- PRINCIPAL	**976.507.284**
433119980 - OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	**976.507.284**
001001001 - TESOURO-GERAL	24.000.000

003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	10
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	951.477.144
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	1.029.950
003001115 - FED DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	10
006010075 - FUNDO EST.DESENVOLV.CIENTIF.TECNOLOG.-FUNCET	10
006013075 - FUNDO EXPANSAO AGRON.PTA.BCO.AGRON,FAMIL-FEA	10
006017075 - FUND.DES.ECON.SOC.PONT.PARANAPANEMA-FUNDESPA	10
006020074 - FUNDO DESENV.ECON.SOCIAL DO VALE DO RIBEIRA-	10
006020075 - FUNDO DE APOIO A CONTRIBUINTES E.S.P.-FUNAC	10
006020078 - FUNDO DE INVEST.CRED.PROD.POPULAR-BCO.DO POV	10
006020079 - FUNDO DE AVAL-FDA	10
006025074 - FUNDO GARANTIDOR HABITACIONAL-FGH	10
006025079 - FUNDO PTA.HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL-FPHI	10
006026074 - FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS-FEHIDRO	10
006026075 - FUNDO EST.DE PREV.E CONTROLE DA POLUICAO FEC	10
006026077 - FUNDO EST.PREV.REMED.AREAS CONTAMINADAS-FEPR	10
006029071 - FUNDO DES.REG.METROP.SOROCABA-FDO.RM SOROCAB	10
006029074 - FUNDO DES.REG.METROP.CAMPINAS-FUNDOCAMP	10
006029076 - FUNDO METROPOL.FINANCIAM.INVESTIM.-FUMEFI	10
006029077 - FUNDO DES.METR.V.PARAIBA LIT.NORTE-FUNDOVALE	10
006029079 - FUNDO DESENV.METROPOL.BAIXADA SANTISTA-FUNDO	10
14 - RECEITA AGROPECUARIA	**7.701.366**
140 - RECEITA AGROPECUARIA	**7.701.366**
1400 - RECEITA AGROPECUARIA	**7.701.366**
140000 - RECEITA AGROPECUARIA	**7.701.366**
14000011 - RECEITA AGROPECUARIA - PRINCIPAL	**7.701.366**
431111104 - RECEITAS DA PRODUCAO VEGETAL DO ESTADO	**3.549.815**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	7
003001004 - FED-CTRO.ATENCAO PSCO.ARQ.J.J.EZEMPLARI	10
003001011 - FED-CTRO.AT.INTEGR.S.CLEMENTE FERREIRA-LINS	10
003001012 - FED-INSTITUTO DE BOTANICA	1.080
003001014 - FED-INSTITUTO DE PESCA	7
003001017 - FED-INSTITUTO DE ZOOTECNIA	3.000
003001018 - FED-INSTITUTO FLORESTAL	7
003001035 - FED-INSTITUTO AGRONOMICO	313.260
003001039 - FED-CTRO.ATEN.INTEG.S.MENTAL PHILIPPE PINEL	10
003001046 - FED-PENIT.ZWINGLIO FERREIRA-P.VENCESLAU	7
003001049 - FED-HOSP.STA.TEREZA DE RIBEIRAO PRETO	10

003001052 - FED-INST.PEN.AGR.PROF.NOE AZEVEDO-BAURU	7
003001053 - FED-CENTRO REABILITACAO CASA BRANCA	10
003001054 - FED-COMPLEXO HOSPITALAR JUQUERY-FCO.ROCHA	288
003001081 - FED-PENIT.DR.J.A.C.SALGADO-TREMEMBE	2.520
003001083 - FDE-CTRO.ATENCAO INTEGRAL SAUDE STA RITA	10
003001092 - FED-DPTO.SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	1.140.000
003001112 - FED DEPTO.DESCENT.DE DESENVOLVIMENTO-SAA	1.024.660
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	1.064.812
431111211 - REC.DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS DO ESTADO	**4.151.136**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	7
003001004 - FED-CTRO.ATENCAO PSCO.ARQ.J.J.EZEMPLARI	10
003001014 - FED-INSTITUTO DE PESCA	66.500
003001017 - FED-INSTITUTO DE ZOOTECNIA	1.573.130
003001042 - FED-CTR.PROGR.PEN.DR.J.ANDRADE-S.J.R.PRETO	7
003001046 - FED-PENIT.ZWINGLIO FERREIRA-P.VENCESLAU	7
003001052 - FED-INST.PEN.AGR.PROF.NOE AZEVEDO-BAURU	98.383
003001054 - FED-COMPLEXO HOSPITALAR JUQUERY-FCO.ROCHA	10
003001081 - FED-PENIT.DR.J.A.C.SALGADO-TREMEMBE	1.680
003001093 - FED-PENIT.DR.WALTER F.P.QUEIROZ-PIRAJUI	7
003001112 - FED DEPTO.DESCENT.DE DESENVOLVIMENTO-SAA	1.165.990
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	1.245.305
431111599 - OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS DO ESTADO	**415**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001017 - FED-INSTITUTO DE ZOOTECNIA	220
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	95
15 - RECEITA INDUSTRIAL	**9.275.796**
150 - RECEITA INDUSTRIAL	**9.275.796**
1500 - RECEITA INDUSTRIAL	**9.275.796**
150000 - RECEITA INDUSTRIAL	**9.275.796**
15000011 - RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL	**9.275.796**
432110101 - RECEITAS: PROD.FARMACEUT/VETERINAR.DO ESTADO	**110**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001060 - FUNDO ESPEC.DESPESA DA POLICIA MILITAR-FEPOM	10
432110201 - RECEITAS: IND. EDITORIAL E GRAFICA DO ESTADO	**1.249.572**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001046 - FED-PENIT.ZWINGLIO FERREIRA-P.VENCESLAU	7
003001060 - FUNDO ESPEC.DESPESA DA POLICIA MILITAR-FEPOM	1.249.452
003001082 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-IGC-SEC.GOV	7

006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	6
432118080 - OUTRAS RECEITAS: INDUSTR.TRANSFORM. DO ESTADO	**8.026.004**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001001 - FED-FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO-FUSSP	10.000
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	43.680
003001004 - FED-CTRO.ATENCAO PSCO.ARQ.J.J.EZEMPLARI	10
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	10
003001011 - FED-CTRO.AT.INTEGR.S.CLEMENTE FERREIRA-LINS	10
003001019 - FED-INSTITUTO BIOLOGICO	4.989.036
003001023 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-410031-SESP	7
003001026 - FED-PENIT.DR.PAULO L.CAMPOS-AVARE	7
003001028 - FED-INST.DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA	10
003001029 - FED-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	58.260
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	10
003001036 - FED-PENITENCIARIA FEMININA SANT'ANA	341.267
003001039 - FED-CTRO.ATEN.INTEG.S.MENTAL PHILIPPE PINEL	10
003001044 - FED-PENIT.FEM.S.M.E.PELLETIER-TREMEMBE	420
003001046 - FED-PENIT.ZWINGLIO FERREIRA-P.VENCESLAU	7
003001049 - FED-HOSP.STA.TEREZA DE RIBEIRAO PRETO	10
003001052 - FED-INST.PEN.AGR.PROF.NOE AZEVEDO-BAURU	7
003001053 - FED-CENTRO REABILITACAO CASA BRANCA	60.000
003001054 - FED-COMPLEXO HOSPITALAR JUQUERY-FCO.ROCHA	336
003001058 - FED-HOSP.CUST.TRAT.PSIQ.PROF.A.T.L.-FCO.ROCH	7
003001081 - FED-PENIT.DR.J.A.C.SALGADO-TREMEMBE	33.600
003001083 - FDE-CTRO.ATENCAO INTEGRAL SAUDE STA RITA	10
003001087 - FED-PENIT.DR.S.M.SILVEIRA-ARARAQUARA	7
003001093 - FED-PENIT.DR.WALTER F.P.QUEIROZ-PIRAJUI	120.000
003001103 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	10
003001106 - FED-PENITENCIARIA DE MARILIA	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	2.369.166
432118081 - OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS DO ESTADO	**110**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001084 - FDO MELHORIA DOS MUNICIPIOS TURISTICOS-FUMTU	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3
16 - RECEITA DE SERVICOS	**659.529.426**
161 - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	**67.603.801**
1610 - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	**67.603.801**
161001 - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	**67.243.721**
16100111 - SERVICO ADMINISTRATIVO/COML.GERAL -PRINCIPAL	**67.243.721**

433110701 - APLICACOES VINC A ATIV PESQUISA/DESENV.	**138.564**
002002534 - CONTRATOS FEHIDRO	138.564
433113702 - SERVICOS DE VENDA DE EDITAIS	**20**
003001038 - FED-CONJUNTO HOSPITALAR DE SOROCABA	10
003001048 - FED-DEPARTAMENTO HIDROVIARIO-C.T.O.	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3
433113703 - SERV.DE FOTOCOPIAS E/OU COPIAS HELIOGRAFICAS	**2.731.401**
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	196.440
003001017 - FED-INSTITUTO DE ZOOTECNIA	7
003001020 - FED-GAB.SECRETAR.INFRAESTRUTURA E M.AMBIENTE	7
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	2.450.712
003001045 - FED-GAB.COORD.DE DEFESA AGROPECUARIA	7
003001057 - FED-GABINETE SECRETARIO-S.CULT E ECON.CRIAT.	7
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	10
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	84.204
433113780 - OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	**55.462.752**
003001028 - FED-INST.DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA	60
003001129 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - FECARE	16.893.540
003001130 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - FECSER	38.569.152
433113901 - RECEITA DE SERVICOS EDUCACIONAIS DO ESTADO	**111.912**
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	111.912
433114001 - RECEITAS DE SERVICOS AGROPECUARIOS DO ESTADO	**635.304**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001019 - FED-INSTITUTO BIOLOGICO	2.928
003001034 - FED-P/DESENVOLVIM.RURAL SUSTENTAVEL-FDRS-SAA	131.700
003001035 - FED-INSTITUTO AGRONOMICO	70.008
003001045 - FED-GAB.COORD.DE DEFESA AGROPECUARIA	7
003001092 - FED-DPTO.SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	240.000
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	190.561
433114201 - REC: SERVICOS RECREATIVOS/CULTURAIS DO ESTADO	**36.110**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001076 - FED-COORDENADORIA DE OPERACOES-SDE	7
003001095 - FED-ESTRADA FERRO CAMPOS DO JORDAO	25.200
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	10.803
433119981 - OUTROS SERVICOS COMERCIAIS	**8.127.658**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	7
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	10

003001009 - FED-P/PRESERV.BIODIVERSID.REC.NATURAIS-FPBRN	7
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	7
003001012 - FED-INSTITUTO DE BOTANICA	419.952
003001013 - FED-INSTITUTO GEOLOGICO	7
003001014 - FED-INSTITUTO DE PESCA	7
003001017 - FED-INSTITUTO DE ZOOTECNIA	2.230
003001018 - FED-INSTITUTO FLORESTAL	7
003001019 - FED-INSTITUTO BIOLOGICO	144
003001020 - FED-GAB.SECRETAR.INFRAESTRUTURA E M.AMBIENTE	7
003001021 - FED-INSTITUTO DE ECONOMIA AGRICOLA	7
003001025 - FED-PENITENCIARIA FEMININA DA CAPITAL	300.000
003001026 - FED-PENIT.DR.PAULO L.CAMPOS-AVARE	7
003001031 - FED-INSTITUTO DE SAUDE	10
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	73.608
003001033 - FED-INSTITUTO BUTANTA	240.000
003001034 - FED-P/DESENVOLVIM.RURAL SUSTENTAVEL-FDRS-SAA	840
003001035 - FED-INSTITUTO AGRONOMICO	5.604
003001039 - FED-CTRO.ATEN.INTEG.S.MENTAL PHILIPPE PINEL	10
003001041 - FED-INSTITUTO TECNOLOGIA ALIMENTOS	9.216
003001042 - FED-CTR.PROGR.PEN.DR.J.ANDRADE-S.J.R.PRETO	37.908
003001046 - FED-PENIT.ZWINGLIO FERREIRA-P.VENCESLAU	7
003001052 - FED-INST.PEN.AGR.PROF.NOE AZEVEDO-BAURU	30.252
003001054 - FED-COMPLEXO HOSPITALAR JUQUERY-FCO.ROCHA	1.020
003001057 - FED-GABINETE SECRETARIO-S.CULT E ECON.CRIAT.	7
003001060 - FUNDO ESPEC.DESPESA DA POLICIA MILITAR-FEPOM	7
003001079 - FED-CENTRO DE ESTUDOS-PGE	10
003001080 - FED-DEPTO.INFRAESTRUTURA-SEC.GOVERNO	7
003001081 - FED-PENIT.DR.J.A.C.SALGADO-TREMEMBE	9.240
003001083 - FDE-CTRO.ATENCAO INTEGRAL SAUDE STA RITA	10
003001087 - FED-PENIT.DR.S.M.SILVEIRA-ARARAQUARA	7
003001091 - FED-INST.LAURO SOUZA LIMA-BAURU	10
003001092 - FED-DPTO.SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	4.620.000
003001093 - FED-PENIT.DR.WALTER F.P.QUEIROZ-PIRAJUI	7
003001103 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	10
003001106 - FED-PENITENCIARIA DE MARILIA	19.392
003001110 - FED-TRIBUNAL DE CONTAS SPAULO-LEI 11077/2002	20.160
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	10
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	2.337.807
161002 - INSCRICAO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	**360.080**

16100211 - INSCRICAO CONCURSO/PROC.SELETIVOS- PRINCIPAL	**360.080**
433113701 - SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PUBLICOS	**360.080**
003001002 - FED-GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS-SAA	7
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	10
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	7
003001019 - FED-INSTITUTO BIOLOGICO	7
003001027 - FED-CENTRO ESTUDOS E APERFEICOAMENT DO M.P.S	360.000
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	10
003001110 - FED-TRIBUNAL DE CONTAS SPAULO-LEI 11077/2002	10
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	10
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	12
162 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A NAVEGACAO	**9.027.526**
1620 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A NAVEGACAO E AO TRANSPORTE	**9.027.526**
162001 - SERVICOS DE NAVEGACAO	**5.585.835**
16200111 - SERVICOS DE NAVEGACAO - PRINCIPAL	**5.585.835**
433113003 - HIDROVIARIO	**5.585.835**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001048 - FED-DEPARTAMENTO HIDROVIARIO-C.T.O.	3.910.014
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	1.675.721
162002 - SERVICOS DE TRANSPORTE	**3.441.691**
16200211 - SERVICOS DE TRANSPORTE - PRINCIPAL	**3.441.691**
433113002 - FERROVIARIO	**3.441.691**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001095 - FED-ESTRADA FERRO CAMPOS DO JORDAO	2.409.114
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	1.032.477
163 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAUDE	**265.839**
1638 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAUDE - E	**265.839**
163801 - SERVICOS DE SAUDE - ESPECIFICO PARA ESTADOS/	**265.839**
16380111 - SERVICOS HOSPITALARES - PRINCIPAL	**12.358**
433113301 - SERVICOS HOSPITALARES	**12.358**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001005 - FED-INSTITUTO INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS	10
003001028 - FED-INST.DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA	10
003001038 - FED-CONJUNTO HOSPITALAR DE SOROCABA	10
003001060 - FUNDO ESPEC.DESPESA DA POLICIA MILITAR-FEPOM	12.228
16380121 - SERV.REGISTRO ANALISE E CONTROLE- PRINCIPAL	**253.481**
433113302 - SERV.REGIST.ANAL/CONTR.PROD.SUJ.A NOR.VIG.SAN	**253.481**
001001001 - TESOURO-GERAL	100

003001041 - FED-INSTITUTO TECNOLOGIA ALIMENTOS	177.360
003001112 - FED DEPTO.DESCENT.DE DESENVOLVIMENTO-SAA	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	76.014
164 - SERVICOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	**295.080**
1640 - SERVICOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	**295.080**
164001 - RETORNO DE OPERACOES, JUROS E ENCARGOS FINAN	**295.080**
16400111 - RETORNO OPERACOES/JUROS/ ENC.FIN.-PRINCIPAL	**295.080**
449110101 - SERVICOS DE JUROS DE EMPRESTIMOS	**84.108**
001001001 - TESOURO-GERAL	84.108
449110102 - SERVICOS FINANCEIROS DO FCVS	**210.972**
001001001 - TESOURO-GERAL	210.972
169 - OUTROS SERVICOS	**582.337.180**
1690 - OUTROS SERVICOS	**582.337.180**
169099 - OUTROS SERVICOS	**582.337.180**
16909911 - OUTROS SERVICOS - PRINCIPAL	**582.337.180**
433110101 - PROG.FORM/REQUALIFIC.MAO DE OBRA-CDHU	**10**
002002514 - PROG.FORM.RECAP.REQ.MAO-DE-OBRA-S.E.REL.TRAB	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3
433113303 - PROG.ATUACAO OPER.ATEND.PRE-HOSP-(SAMU-192)	**5.286.514**
002002539 - PROG.ATUACAO OPERAC.ATEND.PRE-HOSP-(SAMU-192	3.700.560
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	1.585.954
433114501 - FIN.ACOES C/REC.COBR.P/USO DA AGUA	**239.711.607**
002002520 - BACIA PIRACICABA/CAPIVARI/JUNDIAI	19.982.195
002002525 - BACIA BAIXADA SANT-FIN.ACOES REC.COB.USO AGU	8.000.000
002002526 - BACIA SOROC/MED TIETE-ACOES REC.COB.USO AGUA	8.500.000
002002527 - BACIA PARAIBA SUL-FIN.ACOES REC.COBR.USO AGU	13.600.000
002002528 - BACIA ALTO TIETE-FIN.ACOES REC.COBR.USO AGUA	60.000.000
002002535 - BACIA BAIXO TIETE-FIN.ACOES REC.COBR.USO AGU	6.800.000
002002537 - BACIA TIETE/BATALHA	3.500.000
002002538 - BACIA TIETE/JACARE	5.750.000
002002545 - BAC TURVO GRANDE-FIN.AC.REC.COB.USO AGU-SIMA	4.200.000
002002546 - BAC MEDIO PARANAP-FIN.AC.REC.COB.USO AGU-SIM	3.200.000
002002547 - BAC AGUAPEI/PEIXE-FIN.AC.REC.COB.USO AGU-SIM	4.200.000
002002548 - BAC PONTAL PARANP-FIN.AC.REC.COB.USO AGU-SIM	1.073.455
002002549 - APRM BACIA BILLINGS-LEI 13.579/2009	100.000
002002550 - APRM BACIA A.TIETE CABECEIRAS-LEI 15.913/201	100.000
002002551 - APRM BACIA ALTO JUQUERY-LEI 15.790/2015	100.000
002002552 - APRM BACIA GUARAPIRANGA-LEI 12.233/2006	100.000
002002600 - BAC.BAIX.PARDO GD-FIN.AC.REC.COB.USO AGU-SIM	2.682.000

002002601 - BACIA MOGIGUACU-FIN.AC.REC.COBR.USO AGUA-SIM	8.709.664
002002602 - BACIA DO PARDO -FIN.AC.REC.COBR.USO AGUA-SIM	4.929.000
002002603 - BAC.RIB.IGUAP.LIT.S-FIN.AC.R.COB.USO AGU-SIM	5.720.000
002002604 - BACIA SERR.MANTIQ-FIN.AC.REC.COB.USO AGU-SIM	180.000
002002605 - BC.SAPUCAI MIRIM/GD-FIN.AC.R.COB.USO AGU-SIM	2.031.355
002002610 - BACIA ALPA -FIN.ACOES REC.COB.USO AGUA	2.245.527
002002611 - BACIA LITORALNORTE-FIN.ACOES REC.COB.USO AGU	1.209.105
002002612 - BACIA S.J.DOS DOURADOS-FIN.ACOES COB.USO AGU	885.824
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	71.913.482
433116101 - PROG.DE QUAL.DOS SERV.TURISTICOS-SEC.TURISMO	**10**
005005582 - CONV.43/04-MTUR/SELT-PROG.QUAL.SERV.TURIST.	10
433119904 - PROG.COMB.COMERCIO AMBUL.IRREG. ILEGAL S.P.	**54.386.200**
002002112 - PROG.COMBATE COM. AMBUL.IRREG.MUNIC S.PAULO	54.386.200
433119905 - SERVICO PUBLICO JUDICIARIO - EXTRAJUDICIAIS	**76.578.340**
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	76.578.340
433119982 - OUTROS SERVICOS DO ESTADO	**206.374.499**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002002164 - CONV.SMA-CPLA/DER-CONSEMA-COMP.AMB-ROD.F.DIA	10
002002168 - PROGRAMA RESPEITO A VIDA-SG	10
002002514 - PROG.FORM.RECAP.REQ.MAO-DE-OBRA-S.E.REL.TRAB	7
002002518 - MULT.TRANS.COMPET.MUNIC.	23.896.068
002002534 - CONTRATOS FEHIDRO	6.200.908
003001002 - FED-GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS-SAA	7
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	7
003001004 - FED-CTRO.ATENCAO PSCO.ARQ.J.J.EZEMPLARI	10
003001006 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-SDS	7
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	274.880
003001009 - FED-P/PRESERV.BIODIVERSID.REC.NATURAIS-FPBRN	452.748
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	7
003001011 - FED-CTRO.AT.INTEGR.S.CLEMENTE FERREIRA-LINS	10
003001012 - FED-INSTITUTO DE BOTANICA	18.852
003001013 - FED-INSTITUTO GEOLOGICO	1.529
003001014 - FED-INSTITUTO DE PESCA	136.500
003001017 - FED-INSTITUTO DE ZOOTECNIA	7
003001018 - FED-INSTITUTO FLORESTAL	7
003001020 - FED-GAB.SECRETAR.INFRAESTRUTURA E M.AMBIENTE	7
003001021 - FED-INSTITUTO DE ECONOMIA AGRICOLA	7
003001022 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-410033-SESP	7
003001023 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-410031-SESP	7

003001026 - FED-PENIT.DR.PAULO L.CAMPOS-AVARE	7
003001027 - FED-CENTRO ESTUDOS E APERFEICOAMENT DO M.P.S	611.595
003001029 - FED-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	952.800
003001030 - FED-INSTITUTO PASTEUR	63.588
003001031 - FED-INSTITUTO DE SAUDE	7.000
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	122.162.340
003001033 - FED-INSTITUTO BUTANTA	120
003001034 - FED-P/DESENVOLVIM.RURAL SUSTENTAVEL-FDRS-SAA	26.676
003001035 - FED-INSTITUTO AGRONOMICO	630.000
003001038 - FED-CONJUNTO HOSPITALAR DE SOROCABA	10
003001041 - FED-INSTITUTO TECNOLOGIA ALIMENTOS	30.528
003001045 - FED-GAB.COORD.DE DEFESA AGROPECUARIA	7
003001046 - FED-PENIT.ZWINGLIO FERREIRA-P.VENCESLAU	7
003001048 - FED-DEPARTAMENTO HIDROVIARIO-C.T.O.	7
003001056 - FED-COORD.ESPORTES E LAZER	185.319
003001057 - FED-GABINETE SECRETARIO-S.CULT E ECON.CRIAT.	7
003001060 - FUNDO ESPEC.DESPESA DA POLICIA MILITAR-FEPOM	9.590.172
003001068 - FED-ADM.DEPTO.RECURSOS HUMANOS-SE	10
003001074 - FED-CTRO.PROGR.PENITENC.FRANCO DA ROCHA	12.516
003001079 - FED-CENTRO DE ESTUDOS-PGE	42.024
003001080 - FED-DEPTO.INFRAESTRUTURA-SEC.GOVERNO	7
003001082 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-IGC-SEC.GOV	294.744
003001083 - FDE-CTRO.ATENCAO INTEGRAL SAUDE STA RITA	10
003001084 - FDO MELHORIA DOS MUNICIPIOS TURISTICOS-FUMTU	7
003001086 - FED-CTRO.PROG.PEN.PROF.ATAL.NOGUEIRA-CAMPINA	68.628
003001087 - FED-PENIT.DR.S.M.SILVEIRA-ARARAQUARA	16.590
003001092 - FED-DPTO.SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	7
003001095 - FED-ESTRADA FERRO CAMPOS DO JORDAO	57.115
003001098 - FED-CONCURSOS INGR.CARREIRA DO MIN.PUBL.	10
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	7
003001103 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	3.600
003001105 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES	10
003001106 - FED-PENITENCIARIA DE MARILIA	7
003001107 - FED-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO-SCEC	7
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	720
003001109 - FED-GABINETE DO COORDENADOR-CODEAGRO-SAA	7
003001110 - FED-TRIBUNAL DE CONTAS SPAULO-LEI 11077/2002	165.960
003001112 - FED DEPTO.DESCENT.DE DESENVOLVIMENTO-SAA	1.260
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	10

003001119 - DIARIA ESP JORN EXTRA TRAB PM-DEJEM-TJ/FEPOM	31.806.720
003001120 - PROG USO RACIO.AGUA/TELEMED-CONTR.FEHIDRO/SE	2.711.552
003001122 - DEJEM-CAMARA MUNICIPAL/FEPOM	2.465.016
003001127 - FDO EST SEG CONTRA INCENDIOS E EMERG - FESIE	7
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	7
003001132 - DILIGENCIA OFIC.JUSTICA - MANDADOS PAGOS	10
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3.486.046
17 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	**10.147.980.318**
171 - TRANSFERENCIAS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	**10.070.570.938**
1718 - TRANSFERENCIAS DA UNIAO - ESPECIFICAS DE EST	**10.070.570.938**
171801 - PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	**2.058.726.922**
17180111 - COTA-PARTE FDO PARTICIPACAO EST/DF-PRINCIPA	**962.819.494**
452130101 - FPE:COTA-PARTE FUNDO PARTICIPACAO DOS ESTADOS	**770.255.595**
001001001 - TESOURO-GERAL	770.255.595
452130102 - COTA PTE DO FDO DE PARTIC DOS EST-PTE FUNDEB	**192.563.899**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	192.563.899
17180161 - COTA-PARTE IPI-ESTADO EXP.PROD.IND- PRINCIPA	**1.061.924.380**
452130401 - COTA PARTE DO IPI - PARTE DO ESTADO	**637.154.628**
001001001 - TESOURO-GERAL	637.154.628
452130402 - COTA-PARTE DO IPI - PARTE DOS MUNICIPIOS	**265.481.095**
002002519 - IPI-TRASNF. AOS MUNICIPIOS	265.481.095
452130404 - COTA PARTE DO IPI - PARTE DO FUNDEB	**159.288.657**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	159.288.657
17180171 - COTA-PARTE CIDE-CONT.INTERV. DOM.ECON.-PRINC	**33.510.692**
452139903 - COTA PARTE DA CIDE - PARTE DOS MUNICIPIOS	**33.510.692**
005003194 - CIDE - CONTR.DE INTERV. NO DOMINIO ECONOMICO	33.510.692
17180181 - COTA-PARTE IOF-IMP.OPER.FINANCEIRA- PRINCIPA	**472.356**
452130501 - CTA-PTE IMP.OP.CRED.CAMB.SEG.TIT.VAL.MOB.OURO	**472.356**
001001001 - TESOURO-GERAL	472.356
171802 - TRANSFERENCIA DA COMPENSACAO FINANCEIRA PELA	**195.752.301**
17180211 - COTA-PARTE COMPENSACAO FIN.REC. HIDRICO-PRIN	**54.714.287**
452130601 - COTA-PTE: COMPENS.FINAN. DE RECURSOS HIDRICOS	**38.300.010**
002002502 - COMP.FINANC.REC.HIDRICOS OBRAS-FEHIDRO	26.810.000
002002503 - COMP.FIN.REC.HIDR.FDO.EXP.AGR.PTA.COMP.-FEAP	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	11.490.003
452130606 - COTA-PTE: COMPENS.FINAN.FDO.EXP.AG.PTA-FEAP	**16.414.277**
002002503 - COMP.FIN.REC.HIDR.FDO.EXP.AGR.PTA.COMP.-FEAP	11.489.994
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	4.924.283
17180221 - COTA-PARTE COMPENSACAO FIN.REC.MINERAL-PRINC	**11.223.206**

452130602 - COTA-PTE: COMPENS.FINANC. REC.MINERAIS - CFEM	**11.223.206**
002002503 - COMP.FIN.REC.HIDR.FDO.EXP.AGR.PTA.COMP.-FEAP	7.856.244
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3.366.962
17180231 - COTA-PARTE ROYALTIE-COMP.FIN.PROD.PETR-PRINC	**116.337.808**
452130603 - COTA-PTE ROYALTIES: COMP.FINANC.PROD.PETROLEO	**116.337.783**
002002110 - COMPENS.FIN.REC.MIN.PROD.PETROLEO-P.MUNICIPI	91.200.000
002016004 - COMP FIN EXPLOR PETROLEO GAS-LEI N.16004/201	25.137.783
452130604 - COTA-PTE ROYALTIES: COMP.FIN.EXPL.GAS NATURAL	**25**
002002510 - COMP.FINANC.EXPL.GAS NATURAL PARTE MUNICIPIO	25
17180251 - COTA-PARTE ROYALTIE-PART.ESPECIAL-PRINCIPAL	**13.477.000**
452130605 - COTA PTE.ROYALTIES PART.ESPECIAL-LEI 9748/97	**13.477.000**
002016004 - COMP FIN EXPLOR PETROLEO GAS-LEI N.16004/201	13.477.000
171803 - TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO D	**4.670.590.650**
17180351 - TRANSFERENCIA REC.SUS-GESTAO SUS - PRINCIPAL	**1.310.110.640**
452131102 - TRANSF.RECURS.SUS DESP.CORR-REP FUNDO A FUNDO	**1.310.110.640**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	1.305.600.010
005004001 - CONV.MIN.SAUDE-SUS-PREST.SERVICOS	4.510.630
17180391 - TRANSF.REC.SUS-OUTRO PROG.TRANSF FDO/FDO-PRI	**3.360.480.010**
452130706 - TRANSF.DE REC.-SUS-REPASSES FUNDO A FUNDO	**10**
005001133 - REC.TRANSF.FEDERAIS-COVID19	10
452131103 - TRANSF.REC.SUS DESP.CORR-REP FUN-FUN-GEST.MU.	**3.360.480.000**
005004001 - CONV.MIN.SAUDE-SUS-PREST.SERVICOS	3.360.480.000
171805 - TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	**2.611.773.524**
17180511 - TRANSFERENCIA DO SALARIO-EDUCACAO - PRINCIPA	**2.299.880.000**
452130901 - TRANSFERENCIA DO SALARIO EDUCACAO - 2/3	**2.299.880.000**
005003002 - SALARIO EDUCACAO-CTA-PTE CONTRIB.2/3	2.299.880.000
17180521 - TRANF.DIRETA FNDE-PROG.DINHEIRO ESCOLA-PRINC	**100.000.000**
452130902 - TRANSF.DIRETAS DO FNDE REF.AO PDDE	**100.000.000**
005003134 - PROGR.DINH.DIRETO NA ESCOLA-PDDE-S.ED.FNDE	100.000.000
17180531 - TRANF.DIRETA FNDE-PROG.NAC.ALIM. ESCOLA-PRIN	**196.000.010**
452130903 - TRANSF.DIR.DO FNDE: PROG.NAC.ALIM.ESC. - PNAE	**196.000.010**
005003135 - FNDE-PROG.NAC.ALIMENTACAO ESCOLAR-PNAE-SEC.E	196.000.000
005003645 - FNDE-PROG.NAC.DE ALIM.ESCOLAR-PNAE-CARTAO	10
17180591 - OUTRAS TRANSF. DIRETAS DO FNDE - PRINCIPAL	**15.893.514**
452139801 - OUTRAS TRANSF.DIRET.DO FDO NAC.DES.EDUC. FNDE	**15.893.514**
005003148 - RECURSOS DE CONVENIOS - MEC/FNDE/SE	10
005003337 - PAR-FNDE/EDUCACAO	10
005003344 - PDDE - ESCOLAS SEM APM	144.000
005003345 - PAR-ENSINO PROFISSIONALIZ.-CENTRO PAULA SOUZ	10

005001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	10
005003109 - FDO.EST.DIR.CRIANCA E ADOLESCENTE-GAB.GOV.	10
005003123 - PROJ.CENTRO REF.E APOIO A VITIMA-SEC.JUS.CID	10
005003133 - PROG.AS.VITIMAS TESTEMUNHAS AMEACADAS-PROVIT	1.200.000
005003138 - FED-MINISTERIO PUBLICO DO E. S.PAULO	10
005003145 - PROJ.MODERNIZACAO POLICIA PAULISTA-SEC.SEG.	10
005003146 - CENTRO DE INTEGRACAO DA CIDADANIA-CIC-S.JUST	10
005003154 - SSP-CONVENIO 24/2001-REAP.DAS POL.ESTADUAIS	10
005003155 - SSP-CONV.86/2001-INTENS.POL.OST.AR.CRITICAS	10
005003201 - CONTRATO DE REPASSE DA CEF AO GOV.SP-PNAGE/S	10
005003204 - CONV.02/2006/GSIPR/SENAD/FUNAD SEC.JUST.ESP	20
005003220 - FISP-CONVENIO SENASP/MJ 290/2007	10
005003239 - CONV.38/08-M.JUST/S.J.CIDAD.	10
005003241 - CONV.06/08 MJ/SDE/C.CIVIL-MEMORIA PAULISTANA	10
005003242 - CONV. 749931- EMBRAPA/ SAA/APTA	10
005003255 - CONV.01/2006 - FINEP PROINFRA_SAA	10
005003256 - APOIO IMPLEM.POLIT.SEGUR.CIDADÃ - PRONASCI	10
005003264 - CONV.701333/08_MINIST.CULT/SECRET.CULTURA	10
005003268 - CONV.701591/08 MODERN.BIBLIOTECAS PUBLICAS	10
005003270 - CV.01/09PRJ.DES.COM.EST.ANTIDROGAS SENAD JUS	10
005003273 - CONV.701138/08 SEC AGRIC ABST/MIN DES.AGRARI	10
005003274 - CONVENIO - MIN.CIDADES-SH-CDHU	10
005003284 - CONV.1789/09 SEC ESP LAZER TUR MINIST.TURISM	10
005003285 - CONV.0811/09 SEC.DE DESENVOLVIMENTO-MCT/FINE	10
005003287 - CONV.060/09-SECRET.JUSTICA - REDE VIVA MULHE	10
005003292 - CONV.745173/2010-MINIST.ESPORTE/TRIB.JUSTICA	10
005003293 - CONV.749682/2010 - MJ/MINSTERIO PUBLICO - SP	10
005003299 - CONV.702711/2008-MINC/SEC.CULTURA-PROJ.GURI	10
005003303 - CONV.848918/2017-INEP/SSP-OP.LOGI.SEG.SIGILO	10
005003308 - NOV.NUCL.PROJ.DEPOI.ESP-AT.CRIA/ADO VIT/VIOL	10
005003314 - CONV.759655/11 - MJ-SAP/HCTP ANDRé T.LIMA	10
005003319 - 00099635/12-SDH/SJ-PRESERV.VIDA CRIAN.ADOLES	3.000.000
005003321 - ME-SDPD/CENTRO AVAL/LAB.COND.FUNC.ATL.PARAOL	10
005003322 - CONV.774937/12-MT/ST-QUAL.PROFIS.INGLES/ESPA	10
005003375 - PROGRAMA CULTURA VIVA-PONTOS DE CULTURA	10
005003381 - COMUNIC/DIV.DOS PROD/DESTINOS PTA.MERC.INTER	10
005003392 - IMPLAN ORLA RIO RIBEIRA IGUAPE-SETE BARRAS S	10
005003393 - REVITALIZACAO RODOVIARIA MUNIC IGUAPE ST	10
005003394 - REVIT PQ TURIST FONTE DO SENHOR IGUAPE ST	10

005003457 - PROG.ESCOLA TEMPO INTEGRAL-PORT.MEC 1.145/16	12.760.000
005003569 - PROG.APOIO IMPLEM BNCC-BASE NAC COMUM CURRIC	10
005003570 - CONFERENCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE)	10
005003642 - TC201901364-3 EVEN.FORM.(SEMIN)BNCC-ENS.MEDI	2.989.444
005003656 - TC MEC/FNDE Nº 201900408-8-AQUIS.MAT.ESP.-EM	10
005003657 - TC MEC/FNDE Nº 201900409-8- AQUIS.MAT.ESP.-E	10
171806 - TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAC	**90**
17180611 - TRANF.FINANCEIRA ICMS- DESONERACAO-PRINCIPAL	**90**
452131001 - TRANSF.FINANC.ICMS-DESONERACAO-LC 87/96	**80**
001001001 - TESOURO-GERAL	80
452131003 - TRANSF.FINANC.ICMS-DESONERACAO - PARTE FUNDEB	**10**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	10
171808 - TRANSFERENCIAS ADVINDAS DE EMENDAS PARLAMENT	**80**
17180811 - TRANSF.ADVINDA EMENDA PARLAM. INDIV-PRINCIPA	**80**
452139904 - TRANSF. ADVINDAS EMENDAS PARLAM.INDIVIDUAIS	**80**
005003525 - EMENDA PARLAM CONV.837418/2016-MDSA/SDS	10
005003528 - EMENDA PARLAM CONV.827901/2016-MDSA/SDS	10
005003529 - EMENDA PARLAM CONV.837434/2016-MDSA/SDS	10
005003531 - EMENDA PARLAM CONV.837435/2016-MDSA/SDS	10
005003540 - EP-CONV.819112/2015-MDSCF/SEDS	10
005003541 - EP-CONV.819113/2015-MDSCF/SEDS	10
005003584 - EMENDA PARLAM CONV.837417/2016-MDS/SDS	10
005003588 - CONVENIO 837605/2016 - MDSOCIAL/SDSOCIAL	10
171810 - TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SU	**21.688.822**
17181011 - TRANSF.CONVENIOS UNIAO PARA SUS - PRINCIPAL	**20**
452131201 - TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO P/O SUS	**20**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	10
005003003 - FED-HOSP.CUST.TRAT.PSQUIAT.PROF.A.T.LIMA-SUS	10
17181021 - TRANSF.CONVENIO UNIAO A PROG.EDUCACAO-PRINC.	**136.330**
452131204 - CONVENIO(MEC-SE)-FUNDESP-SECRET.DA EDUCACAO	**136.330**
005003148 - RECURSOS DE CONVENIOS - MEC/FNDE/SE	10
005003346 - CONVENIO CENSO ESCOLAR	136.290
005003587 - TERMO DE COMPR. PAR Nº 201700990 - FNDE/MEC	10
005003589 - TERMO DE COMPR. PAR Nº 201701036 - FNDE/MEC	10
005003591 - TC.PAR Nº201804432-5-PROG.EDUCACAO CONECTADA	10
17181091 - OUTRAS TRANSF.CONVENIOS UNIAO - PRINCIPAL	**21.552.472**
452139908 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	**21.552.472**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001134 - TAC MIN.PUB.TRAB-M.CRUZES/E.BOLDOR M.E.M.LTD	7

005003395 - IMPLANTACAO CICLOVIA JUQUIA ST	10
005003396 - CONSTRUCAO PRAÇA EVENTOS TAPIRAI ST	10
005003397 - REVITALIZACAO PÇ. EXPEDICIONARIOS REGISTRO S	10
005003399 - CONSTRUCAO PRAÇA EVENTOS BARRA DO TURVO ST	10
005003400 - PAV DREN T B. SERRA/OURO G PETAR IPORANGA ST	10
005003401 - URBANIZACAO ORLA DO RIO PRETO - PERUIBE ST	10
005003402 - REVIT ESPAÇO TURIST CHICO LATIM-PERUIBE ST	10
005003403 - REVIT, ILUM E PAISAGISMO CICLOVIA UBATUBA S	10
005003404 - CONSTRUCAO PORTAL MIRACATU ST	10
005003405 - REVIT PRAÇA CIDADE DE SÃO PAULO - JUNDIAI ST	10
005003406 - PAVIM DREN R JOSE SILVA LEME-VARZEA PTA. ST	10
005003407 - RECAPEAMENTO RUAS MUNICIPIO DE SOCORRO ST	10
005003408 - PAVIM DREN RUA BANDEIRANTES GUARUJA ST	10
005003409 - REVIT PRAÇA DOS IMIGRANTES ORLANDIA ST	10
005003410 - CONSTRUCAO PORTAL BRODOWSKI ST	10
005003411 - REFORMA AMPLIA PQ.EXPO. CRISTAIS PAULISTA ST	10
005003412 - REVIT PARQUE ECOLOGICO LAGO MARACA GUAIRA ST	10
005003413 - REVIT PÇ SIA JUNQUEIRA-RECAP PÇ IGARAPAVA ST	10
005003414 - MELHORIA INFRA PQ TUR "BALDUINO" ITUVERAVA S	10
005003415 - CALÇADAO URBANI PÇ PE.ANTONIO-MIGUELOPOLIS S	10
005003416 - CONSTRU CTO ATEND TURISTA PATROCINIO PTA. ST	10
005003417 - REVIT PÇ QUERCIA IMP PT INF TUR PEDREGULHO S	10
005003418 - IMPLAN PQ BOSQUE CINQUEN.RIBEIRAO CORRENTE S	10
005003430 - REEST/IMPLEM SUASA CONV 821694/2015-MAPA/SAA	10
005003431 - CONTRATO Nº 27/2015 - PROGESTÃO - ANA/SSRH	1.020.000
005003435 - ATIV CONS.AGUA A.RURAIS-CONV824657/15-ANA/SA	10
005003440 - CONV.0112033700/2012 - FINEP-MCTI/SMA-IG	10
005003447 - CONV 826552/16 FORT SIST SEG GDES EVEN MJ/SS	10
005003451 - CONV.MTE/SPPE/CODEFAT N.140/2012-SERT	10
005003452 - MPV 755 - FUNPEN/FUNPESP	10
005003454 - CONV. 10/2016 - MDSA/SAA	10
005003491 - CONV.837676/16 MJUST.SEG.PUB.E SECR.SEG.PUBL	10
005003492 - CONV.840945/16 MJUST.SEG.PUB.E SECR.SEG.PUBL	10
005003505 - CONV.19/2016/CFCP/CGG/DGA/SENAD-MJ/FED.MP	10
005003506 - CONV.MTE/SEC.ECON.SOLID.N.838281/2016-SERT	10
005003508 - PROG INDICE GESTAO DESCENT.DO SUAS-IGD/SUAS	10
005003509 - PISOS ALTA COMPLEXIDADE I E II-PACS I E II	119.917
005003510 - PROG NACIONAL CAPACITACAO-PNC-SUAS	10
005003511 - PISO FIXO MEDIA COMPLEXIDADE-PFMC	10

005003512 - PROGRAMA CRIANCA FELIZ	10
005003513 - PROG ERRADICACAO TRABALHO INFANTIL	10
005003514 - PROGRAMA BOLSA FAMILIA	711.458
005003516 - CONV.839126/2016-SENAD/MJ-COED/SEDS	10
005003518 - CONV.839140/2016-SENAD/MJ-COED/SEDS	10
005003519 - CONV.839141/2016-SENAD/MJ-COED/SEDS	10
005003521 - CONV.840820/2016-1ºBPM INT.SJC-MJ/SSP	10
005003522 - CONV.837548/2016IBRAM-MIN.CULTURA/SEC.CULTUR	10
005003571 - CONVENIO N.847988/17-MAPA/APTA-SAA	10
005003573 - INSTR.PARCERIA N.010/2018-ANATER/CATI-SAA	10
005003575 - CONV 832692/16 PNP&D/CAFE-EMBRAPA/SAA	10
005003586 - CONVENIO 061316/2018 - MAPA/CAIXA/SAA-CATI	10
005003587 - TERMO DE COMPR. PAR Nº 201700990 - FNDE/MEC	10
005003593 - CONV 880747 CAP. SERV. EF. PM	10
005003625 - 879771/18-CAP.CO.LID.P/IMPL.CON.DIR.PES.C/DE	10
005003631 - MD.LAB.FOM.PESQ.IN.CAD.PRD.FINEP/PROINFRA-SA	10
005003632 - FUNDO NACIONAL DA SEGURANCA PUBLICA - FNSP	15.000.000
005003660 - TRANSFERENCIAS ESPECIAIS-SP EC 105/19	10
005003662 - C49/19/ANA-PROCOMITES:MET.PR.NAC.FOR.CO.B.HI	500.000
005005556 - CONV.171/2001-IMPLANT.DA POLICIA COMUNITARIA	10
005005557 - CONV.172/2001-IMPL.PROG.TREIN.INSTR.POLICIAI	10
005005558 - CONV.229/2001-APERFEI[.SIST.DE ACOMP.POLICIA	10
005005559 - CONV.232/2001-MODERN.CAP.OPER.ORG.SEGURAN[A	10
005005577 - CONVêNIO Nº159/2004-MINIST.JUSTIçA-SSP-SP	10
005005579 - CONVêNIO Nº 174/2004-MINIST.JUSTIçA E SSP-SP	10
005005595 - CONV. MTE/SPPE/CODEFAT N.47/2006-SEC.TRABALH	10
005005597 - BIBLIOTECAS PUB.MUNIC-AMBIENTE VIRTUAL	10
171812 - TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	**20**
17181211 - TRANSF.REC.FNAS-FDO NAC. ASSIST.SOC-PRINCIPA	**20**
452130801 - TRANSF.REC.DO FDO.NAC.ASSIST.SOCIAL-FNAS/FEAS	**20**
005001133 - REC.TRANSF.FEDERAIS-COVID19	10
005003112 - FDO.EST.DE ASSIST.SOCIAL-FEAS-SEDS	10
171899 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	**512.038.529**
17189911 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO - PRINCIPAL	**512.038.529**
452139905 - APOIO FINANCEIRO PARA OS ESTADOS E O DF	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
452139914 - AUXíLIO FINANCEIRO - LC173/20 - INCISO I	**100**
001001173 - AUX.FINANC.COVID 19-SAUDE/ASS.SOC-LC 173/202	100
452139915 - AUXíLIO FINANCEIRO - LC173/20 - INCISO II	**100**

001001001 - TESOURO-GERAL	100
452139916 - AUX.EMERG.CULTURAL-L 14.017/2020 ALDIR BLANC	**10**
005014017 - AUX.EMERG.CULTURAL-L 14.017/2020 ALDIR BLANC	10
452139980 - DEMAIS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	**512.038.219**
001001001 - TESOURO-GERAL	467.000.000
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	7
003001007 - FED-FDO.EST.DIREITOS CRIANCA E ADOLESCENTE	10
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	10
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	7
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	10
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	7
003001100 - FDO.ESTADUAL ASSIST.SOCIAL-FEAS	7
003001103 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	10
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	10
003001121 - FUNDO ESPECIAL DA PGE - FUNPROGESP	10
003001127 - FDO EST SEG CONTRA INCENDIOS E EMERG - FESIE	7
005003111 - FED-COORD.ESPORTES E LAZER-SEC.ESPORTES	45.038.109
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	15
172 - TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FED	**330**
1728 - TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS - ESPECIFICAS DE	**330**
172810 - TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO	**10**
17281091 - OUTRAS TRANSF.CONVENIOS ESTADO-PRINCIPAL	**10**
452149901 - OUTRAS TRANFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS	**10**
002002543 - PROJ 5 ANOS MEMORIAL PESSOA DEFIC-FID/SEDPD	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3
172899 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	**320**
17289911 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS - PRINCIPA	**320**
452340501 - DOACOES DE INSTITUICOES DIVERSAS AO ESTADO	**210**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	7
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	10
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	7
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	10
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	7
003001100 - FDO.ESTADUAL ASSIST.SOCIAL-FEAS	7
003001103 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	10
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	10
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	10
003001121 - FUNDO ESPECIAL DA PGE - FUNPROGESP	10

003001127 - FDO EST SEG CONTRA INCENDIOS E EMERG - FESIE	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	15
452340502 - DEMAIS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	**110**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001084 - FDO MELHORIA DOS MUNICIPIOS TURISTICOS-FUMTU	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3
173 - TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTI	**330**
1738 - TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS -ESPECIFICAS D	**330**
173810 - TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS E	**10**
17381021 - TRANSF.CONVENIO MUNIC.AO PROG.EDUCACAO-PRINC	**10**
452350504 - TRANSFERENCIAS A PROGRAMAS DE EDUCACAO	**10**
003001057 - FED-GABINETE SECRETARIO-S.CULT E ECON.CRIAT.	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3
173899 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	**320**
17389911 - OUTRAS TRANSFERERENCIAS MUNIC. - PRINCIPAL	**320**
452350502 - DOACOES DOS MUNICIPIOS	**210**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	7
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	10
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	7
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	10
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	7
003001100 - FDO.ESTADUAL ASSIST.SOCIAL-FEAS	7
003001103 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	10
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	10
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	10
003001121 - FUNDO ESPECIAL DA PGE - FUNPROGESP	10
003001127 - FDO EST SEG CONTRA INCENDIOS E EMERG - FESIE	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	15
452350503 - DEMAIS TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	**110**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001084 - FDO MELHORIA DOS MUNICIPIOS TURISTICOS-FUMTU	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3
174 - TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	**75.652.736**
1748 - TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS - ES	**75.652.736**
174810 - OUTRAS TRANSFERENCIA DE INSTITUICOES PRIVADA	**75.652.736**
17481011 - OUTRA TRANSF.INST.PRIV. AO E/DF/M-PRINCIPAL	**75.652.736**
452310102 - DOACOES DE INSTITUICOES DIVERSAS AO ESTADO	**69.288.904**
001001001 - TESOURO-GERAL	100

003001001 - FED-FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO-FUSSP	3.396
003001002 - FED-GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS-SAA	7
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	7
003001005 - FED-INSTITUTO INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS	10
003001007 - FED-FDO.EST.DIREITOS CRIANCA E ADOLESCENTE	59.809.336
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	10
003001009 - FED-P/PRESERV.BIODIVERSID.REC.NATURAIS-FPBRN	7
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	7
003001012 - FED-INSTITUTO DE BOTANICA	7
003001020 - FED-GAB.SECRETAR.INFRAESTRUTURA E M.AMBIENTE	7
003001027 - FED-CENTRO ESTUDOS E APERFEICOAMENT DO M.P.S	10
003001029 - FED-INSTITUTO ADOLFO LUTZ	121.212
003001031 - FED-INSTITUTO DE SAUDE	5.000
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	10
003001056 - FED-COORD.ESPORTES E LAZER	7
003001057 - FED-GABINETE SECRETARIO-S.CULT E ECON.CRIAT.	7
003001076 - FED-COORDENADORIA DE OPERACOES-SDE	7
003001078 - FDO.EST.DEFESA INTERESSES DIFUSOS-FID	10
003001080 - FED-DEPTO.INFRAESTRUTURA-SEC.GOVERNO	7
003001084 - FDO MELHORIA DOS MUNICIPIOS TURISTICOS-FUMTU	7
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	7
003001100 - FDO.ESTADUAL ASSIST.SOCIAL-FEAS	7
003001103 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	10
003001105 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES	10
003001107 - FED-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO-SCEC	7
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	10
003001111 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA SEFAZ	7
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	10
003001117 - FED-FUNDO ESTADUAL DO IDOSO-LEI Nº 14.874/12	6.544.685
003001121 - FUNDO ESPECIAL DA PGE - FUNPROGESP	10
003001125 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DE PERÍCIAS - FEP	7
003001126 - INST.ADOLFO LUTZ/NUCLEO INOV.TECN.-NIT-SS	10
003001127 - FDO EST SEG CONTRA INCENDIOS E EMERG - FESIE	7
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	7
003001133 - FUNDO ESP.DESPESA-COVID19	10
003081110 - FED-TRIB.DE CONTAS SP-LEI11077/2002-CONV.BNC	10
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	2.804.919
453210101 - TRANSF.DE INST.PRIV.COM FINS LUCRAT.P/CONVEN.	**363.802**
003001005 - FED-INSTITUTO INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS	363.792

003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3
459110102 - DOACOES RECEBIDAS-COVID-19	**6.000.030**
002001133 - REC.VINC.ESTADUAIS-COVID19	10
003001133 - FUNDO ESP.DESPESA-COVID19	6.000.010
005001133 - REC.TRANSF.FEDERAIS-COVID19	10
176 - TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	**70.290**
1768 - TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR - ESPECIFICAS DE	**70.290**
176810 - OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DO EXTERIO	**70.290**
17681011 - OUTRAS TRANSF.CONVENIOS EXTERIOR-PRINCIPAL	**70.290**
452310103 - DOACOES DO EXTERIOR	**280**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	7
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	10
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	7
003001020 - FED-GAB.SECRETAR.INFRAESTRUTURA E M.AMBIENTE	7
003001031 - FED-INSTITUTO DE SAUDE	10
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	10
003001078 - FDO.EST.DEFESA INTERESSES DIFUSOS-FID	10
003001080 - FED-DEPTO.INFRAESTRUTURA-SEC.GOVERNO	7
003001084 - FDO MELHORIA DOS MUNICIPIOS TURISTICOS-FUMTU	7
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	7
003001100 - FDO.ESTADUAL ASSIST.SOCIAL-FEAS	7
003001103 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	10
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	10
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	10
003001121 - FUNDO ESPECIAL DA PGE - FUNPROGESP	10
003001125 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DE PERÍCIAS - FEP	7
003001127 - FDO EST SEG CONTRA INCENDIOS E EMERG - FESIE	7
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	30
456110101 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	**70.010**
002002536 - PREMIO PROGRAMA ACESSA SP SEC. DE GOVERNO	10
003001031 - FED-INSTITUTO DE SAUDE	70.000
177 - TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	**1.685.694**
1778 - TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS - ESPECIFI	**1.685.694**
177801 - TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS - ESPECIFI	**600.020**
17780191 - OUTRAS TRANSF.PF ESPECIF.E/DF/M N.E.ANT-PRIN	**600.020**
458110102 - DOACOES DE PF - COVID-19	**600.020**
003001133 - FUNDO ESP.DESPESA-COVID19	600.010
005001133 - REC.TRANSF.FEDERAIS-COVID19	10
177810 - OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DO EXTERIO	**1.085.674**
17781011 - OUTRA TRANSF.CONV.EXTERIOR-ESPEC E/DF/M-PRIN	**1.085.674**
458110101 - DOACOES DE PESSOAS FISICAS	**1.085.674**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001001 - FED-FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO-FUSSP	10
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	7
003001005 - FED-INSTITUTO INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS	10
003001007 - FED-FDO.EST.DIREITOS CRIANCA E ADOLESCENTE	1.085.304
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	10
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	7
003001020 - FED-GAB.SECRETAR.INFRAESTRUTURA E M.AMBIENTE	7
003001023 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-410031-SESP	7
003001027 - FED-CENTRO ESTUDOS E APERFEICOAMENT DO M.P.S	10
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	10
003001039 - FED-CTRO.ATEN.INTEG.S.MENTAL PHILIPPE PINEL	10
003001051 - RENDIMENTOS DA QESE - CTA.-PTE.-CONTRIB.2/3	10
003001057 - FED-GABINETE SECRETARIO-S.CULT E ECON.CRIAT.	7
003001078 - FDO.EST.DEFESA INTERESSES DIFUSOS-FID	10
003001080 - FED-DEPTO.INFRAESTRUTURA-SEC.GOVERNO	7
003001084 - FDO MELHORIA DOS MUNICIPIOS TURISTICOS-FUMTU	7
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	7
003001100 - FDO.ESTADUAL ASSIST.SOCIAL-FEAS	7
003001103 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	10
003001105 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES	10
003001107 - FED-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO-SCEC	7
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	10
003001111 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA SEFAZ	7
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	10
003001121 - FUNDO ESPECIAL DA PGE - FUNPROGESP	10
003001125 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DE PERÍCIAS - FEP	7
003001127 - FDO EST SEG CONTRA INCENDIOS E EMERG - FESIE	7
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	42
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**757.185.614**
191 - MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICI	**95.110.283**
1910 - MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	**95.110.283**
191001 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA	**71.388.073**
19100111 - MULTAS PREVISTAS LEG. ESPECIFICA-PRINCIPAL	**71.388.073**
442419906 - MULTAS POR INFRACAO DO REG.-DIV.DEP.DO ESTADO	**6.599.905**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002002501 - CONDEPHAAT-MULTA POR INFRACAO A LEGISLACAO	13.768
002002613 - MULTAS DE OUTORGA - FEHIDRO - SIMA	500.000
003001003 - FED-CTRO.PRG.PEN.DR.EDGAR M.NORONHA-TREMEMBE	7
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	323.000
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	535.200
003001013 - FED-INSTITUTO GEOLOGICO	7
003001019 - FED-INSTITUTO BIOLOGICO	7
003001027 - FED-CENTRO ESTUDOS E APERFEICOAMENT DO M.P.S	10
003001028 - FED-INST.DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA	10
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	10
003001045 - FED-GAB.COORD.DE DEFESA AGROPECUARIA	1.999.320
003001051 - RENDIMENTOS DA QESE - CTA.-PTE.-CONTRIB.2/3	10
003001095 - FED-ESTRADA FERRO CAMPOS DO JORDAO	7
003001098 - FED-CONCURSOS INGR.CARREIRA DO MIN.PUBL.	10
003001103 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	10
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	24.900
003001110 - FED-TRIBUNAL DE CONTAS SPAULO-LEI 11077/2002	1.897.068
003001111 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA SEFAZ	7
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	10
003001117 - FED-FUNDO ESTADUAL DO IDOSO-LEI Nº 14.874/12	7
003001127 - FDO EST SEG CONTRA INCENDIOS E EMERG - FESIE	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	1.306.430
442419907 - MULTAS POR INFRACAO DO REGULAMENTO - DETRAN	**32.366.534**
001001001 - TESOURO-GERAL	120
002002542 - MULTAS DE TRANSITO	32.366.414
442419908 - FDO.NAC.SEG.EDUC.TRANS.-FUNSET-5% MULT.TRANS.	**18.087.036**
002002515 - FUNSET-FDO.NAC.SEG.EDUC.TRANS.(LF.2613/98)	18.087.036
442419909 - MULTAS P/INFRACAO LEG.TRANS.-MUNIC.CONVENIADO	**2.843.352**
002002111 - MULTA POR INFRACAO REG-TRANSITO-MUN.CONV.	2.629.668
002002160 - MILT-MUN.CONVENIDADOS-RENAINF	213.684
442419910 - FDO NAC.SEG.ED.TRANS-FUNSET-5% MUN.CONVENIADO	**259.776**
002002515 - FUNSET-FDO.NAC.SEG.EDUC.TRANS.(LF.2613/98)	259.776
442419911 - MULTAS P/FALTA REG.TRANSF.VEICULO-M.AVERBACAO	**3.996**
001001001 - TESOURO-GERAL	3.996
442419919 - MULTAS P/INFR.DO REGULAMENTO - DETRAN-RENAINF	**8.988.876**
001001001 - TESOURO-GERAL	8.988.876
442419920 - MULTAS P/INFR.LEGISLACAO SECRET.TRANSP.METROP	**1.190.376**
001001001 - TESOURO-GERAL	1.190.376
442910201 - OUTROS JUROS	**10**
003001105 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES	10
442910208 - OUT MULTAS-MULT PROCESSUAIS NOVO CPC	**1.048.212**
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	1.048.212
191006 - MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	**15.002.856**
19100611 - MULTA ADM.POR DANOS AMBIENTAIS-PRINCIPAL	**15.002.856**
442419904 - MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	**15.002.856**
003001009 - FED-P/PRESERV.BIODIVERSID.REC.NATURAIS-FPBRN	10.501.992
003001020 - FED-GAB.SECRETAR.INFRAESTRUTURA E M.AMBIENTE	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	4.500.857
191008 - MULTAS DECORRENTES DE SENTENCAS JUDICIAIS	**8.719.354**
19100811 - MULTAS DECORRENTES SENTENCAS JUD-PRINCIPAL	**8.719.354**
442419902 - MULTA DECORR.DE SENTENCA PENAL CONDENATORIA	**8.719.354**
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	6.103.548
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	2.615.806
192 - INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	**293.170.972**
1921 - INDENIZACOES	**19.416.412**
192101 - INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONI	**19.416.412**
19210111 - INDENIZACAO DANOS CAUSADOS A PATRIM.PUB-PRIN	**19.416.412**
499920401 - INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO	**19.416.412**
003001116 - FED/FPBRN-COMPENSACAO AMBIENTAL-LEI 14.626/1	13.591.488
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	5.824.924
1922 - RESTITUICOES	**6.626.770**
192205 - RESTITUICAO DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	**10**
19220511 - RESTITUICAO DE CONTRIB.PREVID.COMPLEMENTARES	**10**
421918010 - CONTRIB.SOBRE A COMPLEMEN.DE APOSENT.E PENSAO	**10**
002002522 - CONTRIB.COMPLEMENTACAO APOSENTADORIA/PENSOES	10
192210 - RESTITUICAO DECORRENTE DA NAO APLICACAO DE I	**6.626.760**
19221011 - RESTITUICAO DECOR. NAO APLIC.INC.FISCAL-PRIN	**6.626.760**
499918420 - REC.DEC.N.APLIC.INC.FISC.EM PRJ.CULT.IND.CINE	**6.626.760**
003001057 - FED-GABINETE SECRETARIO-S.CULT E ECON.CRIAT.	4.638.732
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	1.988.028
1928 - INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	**267.127.790**
192801 - INDENIZACOES- ESPECIFICAS PARA ESTADOS/DF/MU	**297.304**
19280111 - INDENIZAC	**297.304**
499619901 - OUTRAS INDENIZACOES	**297.304**
001001001 - TESOURO-GERAL	188.772

003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	7
003001018 - FED-INSTITUTO FLORESTAL	7
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	108.492
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	10
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	9
192802 - RESTITUICOES - ESPECIFICAS PARA ESTADOS/DF/M	**258.796.522**
19280291 - OUTRAS RESTITUICOES-ESPECIF.E/DF/M-PRINCIPAL	**258.796.522**
499610502 - DEMAIS RESTITUICOES DO ESTADO	**142.210.479**
001001001 - TESOURO-GERAL	93.063.860
002002532 - TERMO DE AJUSTE DE CONDUTAS N 20/00 - SEDPD	7
002002533 - TERMO DE AJUSTE DE CONDUTAS-MP/SJDC	7
003001001 - FED-FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO-FUSSP	533.400
003001002 - FED-GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS-SAA	7
003001008 - FED-MINISTERIO PUBLICO	10
003001009 - FED-P/PRESERV.BIODIVERSID.REC.NATURAIS-FPBRN	7
003001027 - FED-CENTRO ESTUDOS E APERFEICOAMENT DO M.P.S	10
003001028 - FED-INST.DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA	10
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	645.372
003001045 - FED-GAB.COORD.DE DEFESA AGROPECUARIA	26.928
003001048 - FED-DEPARTAMENTO HIDROVIARIO-C.T.O.	7
003001051 - RENDIMENTOS DA QESE - CTA.-PTE.-CONTRIB.2/3	24.000
003001052 - FED-INST.PEN.AGR.PROF.NOE AZEVEDO-BAURU	7
003001059 - FOMENTO DA EDUCACAO - FED	10
003001060 - FUNDO ESPEC.DESPESA DA POLICIA MILITAR-FEPOM	178.116
003001078 - FDO.EST.DEFESA INTERESSES DIFUSOS-FID	39.200.000
003001080 - FED-DEPTO.INFRAESTRUTURA-SEC.GOVERNO	7
003001092 - FED-DPTO.SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	7
003001095 - FED-ESTRADA FERRO CAMPOS DO JORDAO	7
003001098 - FED-CONCURSOS INGR.CARREIRA DO MIN.PUBL.	10
003001100 - FDO.ESTADUAL ASSIST.SOCIAL-FEAS	5.420.616
003001103 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	5.000
003001105 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES	10
003001107 - FED-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO-SCEC	7
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	582.000
003001110 - FED-TRIBUNAL DE CONTAS SPAULO-LEI 11077/2002	10
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	10
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	7
005003002 - SALARIO EDUCACAO-CTA-PTE CONTRIB.2/3	120.000
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	2.411.030
499610504 - VALE TRANSPORTE	**241.872**
001001001 - TESOURO-GERAL	241.872
499610505 - ASSISTENCIA MEDICA	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
499610506 - ASSISTENCIA ODONTOLOGICA	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
499610507 - CESTA BASICA	**408**
001001001 - TESOURO-GERAL	408
499610508 - CRECHE	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
499610509 - VALE REFEICAO	**432**
001001001 - TESOURO-GERAL	432
499610510 - REEMBOLSO DE SALARIOS:PROF.EST.PREST.SERV.MUN	**111.398.035**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	111.398.035
499610511 - REEMBOLSO SALARIOS-SERV.QAE PRES.SERV.MUN.CON	**4.944.876**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	4.944.876
499610520 - CREDITO DO ICMS OUTROS ESTADOS - PTE ESTADO	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
499610522 - CREDITO ICMS OUT.EST.-PARTE DO FUNDEB	**20**
001002007 - FUNDO DESENV.EDUCACAO BASICA-FUNDEB	20
192803 - RESSARCIMENTOS - ESPECIFICAS PARA ESTADOS/DF	**8.033.964**
19280311 - RESSARCIMENTO-ESPECIF.E/DF/M-PRINCIPAL	**8.033.964**
499610512 - RESSARCIMENTO CUSTOS SISTEMA MULTA RENAINF	**8.033.964**
001001001 - TESOURO-GERAL	8.033.964
199 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	**368.904.359**
1990 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	**368.904.359**
199011 - VARIACAO CAMBIAL	**100**
19901111 - VARIACAO CAMBIAL - PRINCIPAL	**100**
443910301 - OUTRAS VAR. MON.E CAMB.FINANCEIRAS-CONSOL.	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
199012 - ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRICAO EM DIVIDA ATI	**107.759.008**
19901211 - ENCARGOS LEGAIS INSCR. DIV.ATIVA-PRINCIPAL	**107.759.008**
449110301 - RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	**107.759.008**
003001079 - FED-CENTRO DE ESTUDOS-PGE	2.067.684
003001096 - FED-DEPTO.DE ADM.DA PROC.GERAL DO ESTADO	97.181.220
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	4.374.736
003001121 - FUNDO ESPECIAL DA PGE - FUNPROGESP	4.135.368
199099 - OUTRAS RECEITAS	**261.145.251**
19909911 - OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL	**242.652.775**
449119003 - RECEITA DE CUSTEIO - ENTIDADES CONSIGNATARIAS	**40.000.000**
001001001 - TESOURO-GERAL	40.000.000
499610514 - OUTRAS RECEITAS NAO DISCRIMINADAS DO ESTADO	**186.313.269**
001001001 - TESOURO-GERAL	116.243.928
003001001 - FED-FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO-FUSSP	14.400.000
003001006 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-SDS	7
003001007 - FED-FDO.EST.DIREITOS CRIANCA E ADOLESCENTE	50.424
003001010 - FDO.DE INCENTIVO À SEGURANÇA PUBLICA-FISP	15.360
003001018 - FED-INSTITUTO FLORESTAL	1.100.000
003001022 - FED-GABINETE DO SECRETARIO-410033-SESP	7
003001025 - FED-PENITENCIARIA FEMININA DA CAPITAL	7
003001027 - FED-CENTRO ESTUDOS E APERFEICOAMENT DO M.P.S	10
003001028 - FED-INST.DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA	10
003001032 - FED-TRIBUNAL DE JUSTICA	13.314.748
003001033 - FED-INSTITUTO BUTANTA	10
003001034 - FED-P/DESENVOLVIM.RURAL SUSTENTAVEL-FDRS-SAA	7
003001051 - RENDIMENTOS DA QESE - CTA.-PTE.-CONTRIB.2/3	33.376.000
003001052 - FED-INST.PEN.AGR.PROF.NOE AZEVEDO-BAURU	96
003001060 - FUNDO ESPEC.DESPESA DA POLICIA MILITAR-FEPOM	7.315.896
003001078 - FDO.EST.DEFESA INTERESSES DIFUSOS-FID	10
003001084 - FDO MELHORIA DOS MUNICIPIOS TURISTICOS-FUMTU	7
003001092 - FED-DPTO.SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	7
003001095 - FED-ESTRADA FERRO CAMPOS DO JORDAO	12.888
003001100 - FDO.ESTADUAL ASSIST.SOCIAL-FEAS	7
003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	10
003001111 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA SEFAZ	7
003001112 - FED DEPTO.DESCENT.DE DESENVOLVIMENTO-SAA	7
003001125 - FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DE PERÍCIAS - FEP	7
003001128 - FDO EST UNIDADE DO ARQUIVO PUB ESTADO - FEAR	7
003001129 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - FECARE	10
003001130 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - FECSER	10
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	483.612
006010075 - FUNDO EST.DESENVOLV.CIENTIF.TECNOLOG.-FUNCET	10
006013075 - FUNDO EXPANSAO AGRON.PTA.BCO.AGRON,FAMIL-FEA	10
006017075 - FUND.DES.ECON.SOC.PONT.PARANAPANEMA-FUNDESPA	10
006020074 - FUNDO DESENV.ECON.SOCIAL DO VALE DO RIBEIRA-	10
006020075 - FUNDO DE APOIO A CONTRIBUINTES E.S.P.-FUNAC	10
006020078 - FUNDO DE INVEST.CRED.PROD.POPULAR-BCO.DO POV	10
006020079 - FUNDO DE AVAL-FDA	10
006025074 - FUNDO GARANTIDOR HABITACIONAL-FGH	10
006025079 - FUNDO PTA.HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL-FPHI	10
006026074 - FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS-FEHIDRO	10
006026075 - FUNDO EST.DE PREV.E CONTROLE DA POLUICAO FEC	10
006026077 - FUNDO EST.PREV.REMED.AREAS CONTAMINADAS-FEPR	10
006029071 - FUNDO DES.REG.METROP.SOROCABA-FDO.RM SOROCAB	10
006029074 - FUNDO DES.REG.METROP.CAMPINAS-FUNDOCAMP	10
006029076 - FUNDO METROPOL.FINANCIAM.INVESTIM.-FUMEFI	10
006029077 - FUNDO DES.METR.V.PARAIBA LIT.NORTE-FUNDOVALE	10
006029079 - FUNDO DESENV.METROPOL.BAIXADA SANTISTA-FUNDO	10
499610515 - OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	**11.579.133**
001001001 - TESOURO-GERAL	11.563.992
003001114 - FED-ESCOLA DA DEFENS. PUB.DO ESTADO-FUNDEPE	15.141
499910201 - RECEITA DESVINCULADA - DREM EC-93/2016	**10**
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	10
499918421 - COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER - SELT	**4.760.363**
003001056 - FED-COORD.ESPORTES E LAZER	3.332.254
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	1.428.109
19909913 - OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - DIVIDA ATIVA	**17.525.675**
499918522 - REC.DIV.ATIV.NTRIB.OUT.REC.-PRINCIPAL	**17.382.308**
001001001 - TESOURO-GERAL	5.132.484
002002132 - TAXA LIB.ACESSO SERVICOS ELETRON.(LEI 15.266	809.448
002002501 - CONDEPHAAT-MULTA POR INFRACAO A LEGISLACAO	25.922
002002541 - HONORARIOS ADVOGATICIOS-DEF.PUBL.DIVIDA ATIV	10
002002607 - RECEITAS DO FEHIDRO-DIVIDA ATIVA	240.000
003001001 - FED-FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO-FUSSP	10
003001009 - FED-P/PRESERV.BIODIVERSID.REC.NATURAIS-FPBRN	1.915.884
003001045 - FED-GAB.COORD.DE DEFESA AGROPECUARIA	3.845.952
003001092 - FED-DPTO.SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	7
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	374.892
003001110 - FED-TRIBUNAL DE CONTAS SPAULO-LEI 11077/2002	1.946.796
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	3.090.903
499918535 - REC.DIVIDA ATIV.N.TRIB.OUTRAS REC.PRINCIP.PPD	**190**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002002132 - TAXA LIB.ACESSO SERVICOS ELETRON.(LEI 15.266	7
002002501 - CONDEPHAAT-MULTA POR INFRACAO A LEGISLACAO	7
002002541 - HONORARIOS ADVOGATICIOS-DEF.PUBL.DIVIDA ATIV	10
002002607 - RECEITAS DO FEHIDRO-DIVIDA ATIVA	7

003001001 - FED-FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO-FUSSP	10
003001009 - FED-P/PRESERV.BIODIVERSID.REC.NATURAIS-FPBRN	7
003001045 - FED-GAB.COORD.DE DEFESA AGROPECUARIA	7
003001092 - FED-DPTO.SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	7
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	7
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	21
499918540 - ACRES.FIN.PARC.D.A.N.TRIB.OUT.REC PRINCIPAL	**142.977**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002002132 - TAXA LIB.ACESSO SERVICOS ELETRON.(LEI 15.266	7
002002541 - HONORARIOS ADVOGATICIOS-DEF.PUBL.DIVIDA ATIV	10
002002607 - RECEITAS DO FEHIDRO-DIVIDA ATIVA	100.000
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	42.860
499918544 - REC.DIV.ATIV.N.TRIB.OUT.REC-PPD-IND.E REST.	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
499918545 - REC.DIV.ATIV.N.TRIB.OUT.REC-PPD-DETRAN	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
19909914 - OUTRAS REC-PRIMARIAS-DIV.ATIVA-MULTAS/JUROS	**966.801**
442411614 - OUT.MUL.JUR.MORA DIV.ATIV.OUT.REC.PRINCIPAL	**958.007**
001001001 - TESOURO-GERAL	40.176
002002132 - TAXA LIB.ACESSO SERVICOS ELETRON.(LEI 15.266	474.468
002002541 - HONORARIOS ADVOGATICIOS-DEF.PUBL.DIVIDA ATIV	10
002002607 - RECEITAS DO FEHIDRO-DIVIDA ATIVA	240.000
003001105 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES	10
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	203.343
442411617 - OUT.MULTAS/JRS MORA D.A. NAO TRIB-PPD	**8.494**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002002132 - TAXA LIB.ACESSO SERVICOS ELETRON.(LEI 15.266	7
002002501 - CONDEPHAAT-MULTA POR INFRACAO A LEGISLACAO	7
002002541 - HONORARIOS ADVOGATICIOS-DEF.PUBL.DIVIDA ATIV	10
002002607 - RECEITAS DO FEHIDRO-DIVIDA ATIVA	7
003001001 - FED-FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO-FUSSP	10
003001009 - FED-P/PRESERV.BIODIVERSID.REC.NATURAIS-FPBRN	7
003001045 - FED-GAB.COORD.DE DEFESA AGROPECUARIA	7
003001092 - FED-DPTO.SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	7
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	7
003001110 - FED-TRIBUNAL DE CONTAS SPAULO-LEI 11077/2002	8.304
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	21
442411630 - OUT.MULTAS/JRS MORA DIV.AT N.TRIB-PPD-I/REST.	**100**
001001001 - TESOURO-GERAL	100

499918538 - ACRES.FIN.PARCEL.DIV.AT.N.TRIB.OUT.REC-PPD	**200**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
002002132 - TAXA LIB.ACESSO SERVICOS ELETRON.(LEI 15.266	7
002002501 - CONDEPHAAT-MULTA POR INFRACAO A LEGISLACAO	7
002002541 - HONORARIOS ADVOGATICIOS-DEF.PUBL.DIVIDA ATIV	10
002002607 - RECEITAS DO FEHIDRO-DIVIDA ATIVA	7
003001001 - FED-FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO-FUSSP	10
003001009 - FED-P/PRESERV.BIODIVERSID.REC.NATURAIS-FPBRN	7
003001045 - FED-GAB.COORD.DE DEFESA AGROPECUARIA	7
003001092 - FED-DPTO.SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	7
003001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	7
003001110 - FED-TRIBUNAL DE CONTAS SPAULO-LEI 11077/2002	10
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	21
2 - RECEITAS DE CAPITAL	**6.310.765.006**
21 - OPERACOES DE CREDITO	**3.320.569.135**
211 - OPERACOES DE CREDITO - MERCADO INTERNO	**1.425.499.857**
2112 - OPERACOES DE CREDITO CONTRATUAIS - MERCADO I	**1.305.481.154**
211200 - OPERACOES DE CREDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO	**1.305.481.154**
21120011 - OPERACAO CRED.CONTRATUAL-MERC.INTERNO-PRINC	**1.305.481.154**
-	**1.305.481.154**
007001001 - GERAL	10
007501070 - DV0001070-CONSTRUÇÃO LINHA 17-OURO/METRÔ/CEF	334.205.122
007501071 - MODERN.ESTACOES DA LINHA 8-DIAMENTE - BNDES	17.815.910
007501072 - PROLONGAMENTO DA LINHA 2 VERDE-METRO / BNDES	47.155.776
007501074 - DV0001074 PROL.L2 VERDEMETROMONO-FASEII/BNDE	47.155.776
007501077 - DV0001077 PROJ. VLT-BAIXADA SANTISTA-EMTU/CE	24.433.794
007501078 - DV0001078 CORR.ITAPEVI-JANDIRA/V.IARA-EMTUCE	35.676.904
007501080 - DV0001080 MODERNIZAÇÃO DE HIDROVIAS-BNDES/SL	57.749.000
007501081 - DV0001081 LINHA 6-LARANJA/METRO/BNDES/STM	505.042.200
007501082 - AQUISICAO DE TRENS-CPTM-BNDES	180.552.297
007501083 - DV0001083 PROJ.N/SUL COMPL.V.NTAMOIOS CAR.SS	55.694.365
2118 - OPERACOES DE CREDITO - MERCADO INTERNO - EST	**120.018.688**
211801 - OPERACOES DE CREDITO INTERNAS DE ESTADOS/DF/	**120.018.688**
21180121 - OPERACAO CRED.INTERNO A PROG. SAUDE-PRINC	**120.018.688**
-	**120.018.688**
007501089 - CONSTR.DE 3 COMPLEXOS HOSPITALARES-BNDES/SS	120.018.688
2119 - OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - MERCADO INTERN	**15**
211900 - OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - MERCADO INTERNO	**15**
21190011 - OUTRAS OPERACOES CREDITO INTERNO -PRINCIPAL	**15**

-	**15**
007001001 - GERAL	15
212 - OPERACOES DE CREDITO - MERCADO EXTERNO	**1.895.069.278**
2122 - OPERACOES DE CREDITO CONTRATUAIS - MERCADO E	**1.246.004.550**
212200 - OPERACOES DE CREDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO	**1.246.004.550**
21220011 - OPERACAO CRED.CONTRATUAL-MERC.EXTERNO-PRINC	**1.246.004.550**
-	**1.246.004.550**
007001001 - GERAL	330.857.738
007502066 - DV0002066 PROG.DE INVEST.RODOV.EST.SP-DER/BI	25.000.000
007502070 - PROG.INV.RODOV.DO EST SP-DER/BID(FASE II)	600.000.000
007502073 - PROJ METROFERROVIARIA-LINHA17-OURO-TRECHO I	290.146.812
2128 - OPERACAO DE CREDITO EXTERNAS - ESTADOS/DF/MU	**649.064.703**
212801 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - ESTADOS/DF/	**649.064.703**
21280111 - OPERACAO CRED.EXTERNO A PROG. EDUCACAO-PRINC	**40**
-	**40**
007001001 - GERAL	40
21280121 - OPERACAO CRED.EXTERNO A PROG. SAUDE-PRINC	**42.127.638**
-	**42.127.638**
007502067 - DV0002067 FORTALEC. DA GESTAO EST.SAUDE-SES	42.127.638
21280131 - OPERACAO CRED.EXTERNO A PROG. SANEAM-PRINC	**390.570.482**
-	**390.570.482**
007502069 - MACRODREN RIO BAQUIRIVU GUACU-DAEE/CAF 1ª ET	390.570.482
21280141 - OPERACAO CRED.EXTERNO A PROG.MEIO AMB-PRINC	**125.000.010**
-	**125.000.010**
007001001 - GERAL	10
007502065 - DV0002065 PROG.TRANS.LOG.MEIO AMB/CETESB/BIR	125.000.000
21280151 - OPERACAO CRED.EXT.A PROG.MODERN.ADM.PUB-PRIN	**91.366.533**
-	**91.366.533**
007502074 - PROFISCO II - BID.	91.366.533
2129 - OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - MERCADO EXTERN	**25**
212900 - OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - MERCADO EXTERNO	**25**
21290011 - OUTRAS OPERACOES CREDITO EXTERNO -PRINCIPAL	**25**
-	**25**
007001001 - GERAL	15
007001002 - TRANSF. DO EXTERIOR - CONTRIBUICAO FINANCEIR	10
22 - ALIENACAO DE BENS	**1.064.365.024**
221 - ALIENACAO DE BENS MOVEIS	**712.781.270**
2213 - ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES	**712.781.170**
221300 - ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES	**712.781.170**

22130011 - ALIENACAO BENS MOVEIS/SEMOVENTES- PRINCIPAL	**712.781.170**
462110101 - VENDA MAT.INSERV.PELAS DIVER.DEPEND.DO ESTADO	**281.030**
001003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	100
003003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	280.930
462110102 - VENDA MAT.INSERV.P/DIV.DEP.EST.-FED ALESP	**10**
003003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	10
462110103 - VENDA DE MAT.INSERV.-FUSSESP	**10**
003003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	10
462110104 - VENDA DE OUTROS BENS PATRIMONIAIS DO ESTADO	**712.500.100**
001003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	712.500.100
462110105 - VENDA DE OUT.BENS PATRIM.EST.-FED TRIB.JUSTIC	**10**
003003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	10
462110110 - VENDA DE MAT.INSERV.-FUNPROGESP	**10**
003003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	10
2218 - ALIENACAO DE BENS MOVEIS ESPECIFICA PARA EST	**100**
221801 - ALIENACAO DE TITULOS MOBILIARIOS	**100**
22180121 - ALIENACAO INVESTIMENTOS PERMANENTES-PRINCIPA	**100**
462110108 - ALIENACAO DE TITULOS MOBILIARIOS	**100**
001003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	100
222 - ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	**351.583.654**
2220 - ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	**351.583.654**
222000 - ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	**351.583.654**
22200011 - ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - PRINCIPAL	**351.583.654**
462110107 - ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	**351.583.654**
001003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	351.583.654
223 - ALIENACAO DE BENS INTANGIVEIS	**100**
2230 - ALIENACAO DE BENS INTANGIVEIS	**100**
223000 - ALIENACAO DE BENS INTANGIVEIS	**100**
22300011 - ALIENACAO DE BENS INTANGIVEIS - PRINCIPAL	**100**
462110106 - CESSAO DE DIREITOS CREDITORIOS	**100**
001003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	100
23 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	**270**
230 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS - BEA/BIB	**270**
2300 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	**270**
230006 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONTRATUAIS	**270**
23000611 - AMORTIZACAO EMPRESTIMO CONTRATUAL-PRINCIPAL	**270**
-	**270**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
006010075 - FUNDO EST.DESENVOLV.CIENTIF.TECNOLOG.-FUNCET	10

006013075 - FUNDO EXPANSAO AGRON.PTA.BCO.AGRON,FAMIL-FEA	10
006017075 - FUND.DES.ECON.SOC.PONT.PARANAPANEMA-FUNDESPA	10
006020074 - FUNDO DESENV.ECON.SOCIAL DO VALE DO RIBEIRA-	10
006020075 - FUNDO DE APOIO A CONTRIBUINTES E.S.P.-FUNAC	10
006020078 - FUNDO DE INVEST.CRED.PROD.POPULAR-BCO.DO POV	10
006020079 - FUNDO DE AVAL-FDA	10
006025074 - FUNDO GARANTIDOR HABITACIONAL-FGH	10
006025079 - FUNDO PTA.HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL-FPHI	10
006026074 - FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS-FEHIDRO	10
006026075 - FUNDO EST.DE PREV.E CONTROLE DA POLUICAO FEC	10
006026077 - FUNDO EST.PREV.REMED.AREAS CONTAMINADAS-FEPR	10
006029071 - FUNDO DES.REG.METROP.SOROCABA-FDO.RM SOROCAB	10
006029074 - FUNDO DES.REG.METROP.CAMPINAS-FUNDOCAMP	10
006029076 - FUNDO METROPOL.FINANCIAM.INVESTIM.-FUMEFI	10
006029077 - FUNDO DES.METR.V.PARAIBA LIT.NORTE-FUNDOVALE	10
006029079 - FUNDO DESENV.METROPOL.BAIXADA SANTISTA-FUNDO	10
24 - TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	**176.543.605**
241 - TRANSFERENCIAS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	**176.543.491**
2418 - TRANSFERENCIAS DA UNIAO - ESPECIFICAS DE EST	**176.543.491**
241803 - TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO D	**10**
24180391 - TRANSF REC SUS-OUTRO PROG.-FDO A FDO- PRINC.	**10**
452130706 - TRANSF.DE REC.-SUS-REPASSES FUNDO A FUNDO	**10**
005001133 - REC.TRANSF.FEDERAIS-COVID19	10
241804 - TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO	**30.000.010**
24180451 - TRANSF.RECURSOS SUS A GESTAO DO SUS-PRINCIPA	**10**
452130701 - CONTR.REFORSUS	**10**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	10
24180461 - OUTRAS TRANSFERENCIAS RECURSOS SUS-PRINCIPAL	**30.000.000**
452130706 - TRANSF.DE REC.-SUS-REPASSES FUNDO A FUNDO	**30.000.000**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	30.000.000
241808 - TRANSFERENCIAS ADVINDAS DE EMENDAS PARLAMENT	**60**
24180811 - TRANSF.ADVINDA EMENDAS PARLAM.INDIV-PRINCIPA	**60**
452139913 - TRANSF. ADVINDAS EMENDAS PARLAM.INDIVIDUAIS	**60**
005003524 - EMENDA PARLAM CONV.827828/2016-MDSA/SDS	10
005003526 - EMENDA PARLAM CONV.837422/2016-MDSA/SDS	10
005003527 - EMENDA PARLAM CONV.837472/2016-MDSA/SDS	10
005003530 - EMENDA PARLAM CONV.827898/2016-MDSA/SDS	10
005003542 - EP-CONV.837442/2016-MDSA/SEDS	10
005003550 - EP CONV.837444/2016-MDSA/SDS	10
241810 - TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUA	**146.543.301**
24181011 - TRANSF.CONVENIO DA UNIAO AO SUS-PRINCIPAL	**10**
452131202 - TRANSF.CONVENIO DA UNIAO P/SIST.U.SAUDE-SUS	**10**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	10
24181091 - OUTRAS TRANSF.CONVENIOS DA UNIAO-PRINCIPAL	**146.543.291**
452139910 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	**146.543.291**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
005001099 - FDO.PENITENCIARIO DO E.S.PAULO-FUNPESP	10
005003109 - FDO.EST.DIR.CRIANCA E ADOLESCENTE-GAB.GOV.	10
005003112 - FDO.EST.DE ASSIST.SOCIAL-FEAS-SEDS	10
005003123 - PROJ.CENTRO REF.E APOIO A VITIMA-SEC.JUS.CID	10
005003131 - PROGRAMA DE RECONSTRUCAO- CASA MILITAR.	10
005003133 - PROG.AS.VITIMAS TESTEMUNHAS AMEACADAS-PROVIT	1.200.000
005003145 - PROJ.MODERNIZACAO POLICIA PAULISTA-SEC.SEG.	10
005003146 - CENTRO DE INTEGRACAO DA CIDADANIA-CIC-S.JUST	10
005003154 - SSP-CONVENIO 24/2001-REAP.DAS POL.ESTADUAIS	10
005003155 - SSP-CONV.86/2001-INTENS.POL.OST.AR.CRITICAS	10
005003201 - CONTRATO DE REPASSE DA CEF AO GOV.SP-PNAGE/S	10
005003204 - CONV.02/2006/GSIPR/SENAD/FUNAD SEC.JUST.ESP	20
005003205 - CONV.MJ/N.071/2006-DEPEN/SEC.ADM.PENITENCIAR	10
005003219 - PROG.ACEL.CRESC. PAC/SEC.SAN.REC.HIDR.	10
005003220 - FISP-CONVENIO SENASP/MJ 290/2007	10
005003231 - CT0234425-60/07-REAB.CEN.DESASTRES-CEF/SSE	10
005003238 - CONV.40/08 PRONASCI-MIN.JUST/TRIB.JUSTICA	10
005003239 - CONV.38/08-M.JUST/S.J.CIDAD.	10
005003241 - CONV.06/08 MJ/SDE/C.CIVIL-MEMORIA PAULISTANA	10
005003242 - CONV. 749931- EMBRAPA/ SAA/APTA	10
005003244 - PAC-SAN.AMB.EM MANANC.INTERESSE REG-S.HABIT	10
005003245 - PAC-URB.FAVELAS/ASSENT.PRECARIOS-S.HABITACAO	14.335.000
005003255 - CONV.01/2006 - FINEP PROINFRA_SAA	10
005003264 - CONV.701333/08_MINIST.CULT/SECRET.CULTURA	10
005003268 - CONV.701591/08 MODERN.BIBLIOTECAS PUBLICAS	10
005003269 - CONV.701593/08 FOM.PROJ.CULT.FBN-SEC.CULTURA	10
005003270 - CV.01/09PRJ.DES.COM.EST.ANTIDROGAS SENAD JUS	10
005003273 - CONV.701138/08 SEC AGRIC ABST/MIN DES.AGRARI	10
005003280 - MIN.CIDADES-CANALIZ.RIB.VERMELHO-SMA-DAEE	5.963.544
005003284 - CONV.1789/09 SEC ESP LAZER TUR MINIST.TURISM	10
005003292 - CONV.745173/2010-MINIST.ESPORTE/TRIB.JUSTICA	10
005003293 - CONV.749682/2010 - MJ/MINSTERIO PUBLICO - SP	10

005003303 - CONV.848918/2017-INEP/SSP-OP.LOGI.SEG.SIGILO	10
005003306 - PROJ.OBRAS COMPLEM. HIDROVIA TIETE-PARANA/SL	120.100.000
005003308 - NOV.NUCL.PROJ.DEPOI.ESP-AT.CRIA/ADO VIT/VIOL	10
005003314 - CONV.759655/11 - MJ-SAP/HCTP ANDRé T.LIMA	10
005003319 - 00099635/12-SDH/SJ-PRESERV.VIDA CRIAN.ADOLES	3.000.000
005003321 - ME-SDPD/CENTRO AVAL/LAB.COND.FUNC.ATL.PARAOL	10
005003338 - PAC-2-FNDE/EDUCACAO	408.242
005003349 - REFORMA TERMINAL RODOVIARIO DE ELDORADO/SP	10
005003350 - ILUMINACAO PQUE PREF.J MENDES-REGISTRO/SP	10
005003351 - REVIT PCA CENTRAL E RUAS ENTORNO IPORANGA/SP	10
005003352 - REF PREDIO CAMARA MUNICIPAL TAPIRAI/SP	10
005003353 - COBERT CEN EVENTOS PREF TEIXEIRA IGUAPE/SP	10
005003354 - REFORMA PREDIO ESTACAO FERROVIARIA JUQUIA/SP	10
005003355 - PAVIMENT AV D M RIBEIRO PEDRO DE TOLEDO/SP	10
005003356 - REFORMA DA RODOVIARIA SETE BARRAS/SP	10
005003357 - REFORMA TERMINAL RODOVIARIO DE MIRACATU/SP	10
005003358 - CONSTRUCAO DO PORTAL DE CAJATI/SP	10
005003359 - REST PCA MARTIM AFONSO E ENTORNO CANANEIA/SP	10
005003360 - MELHORIA BALNEARIO MARISOL ILHA COMPRIDA/SP	10
005003361 - REFORMA CENTRO DE EVENTOS PARIQUERA ACU/SP	10
005003362 - RECUP PQUE MUN CASA DE PEDRA PARIQUERA ACU/S	10
005003365 - PAC JOGOS OLIMP E PARAOL 2016-SEC PES DEFICI	10
005003375 - PROGRAMA CULTURA VIVA-PONTOS DE CULTURA	10
005003376 - REFORMA CJ DESP BABY BARIONI-ME/SELJ	10
005003382 - L 9 GRAJAU/VARGINHA-CPTM - PAC	10
005003384 - L 13 TREM GUARULHOS-CPTM - PAC	10
005003392 - IMPLAN ORLA RIO RIBEIRA IGUAPE-SETE BARRAS S	10
005003393 - REVITALIZACAO RODOVIARIA MUNIC IGUAPE ST	10
005003394 - REVIT PQ TURIST FONTE DO SENHOR IGUAPE ST	10
005003395 - IMPLANTACAO CICLOVIA JUQUIA ST	10
005003396 - CONSTRUCAO PRAÇA EVENTOS TAPIRAI ST	10
005003397 - REVITALIZACAO PÇ. EXPEDICIONARIOS REGISTRO S	10
005003398 - CONSTRUCAO PORTAL MUNICIPIO JACUPIRANGA ST	10
005003399 - CONSTRUCAO PRAÇA EVENTOS BARRA DO TURVO ST	10
005003400 - PAV DREN T B. SERRA/OURO G PETAR IPORANGA ST	10
005003401 - URBANIZACAO ORLA DO RIO PRETO - PERUIBE ST	10
005003402 - REVIT ESPAÇO TURIST CHICO LATIM-PERUIBE ST	10
005003403 - REVIT, ILUM E PAISAGISMO CICLOVIA UBATUBA S	10
005003404 - CONSTRUCAO PORTAL MIRACATU ST	10
005003405 - REVIT PRAÇA CIDADE DE SÃO PAULO - JUNDIAI ST	10
005003406 - PAVIM DREN R JOSE SILVA LEME-VARZEA PTA. ST	10
005003407 - RECAPEAMENTO RUAS MUNICIPIO DE SOCORRO ST	10
005003408 - PAVIM DREN RUA BANDEIRANTES GUARUJA ST	10
005003409 - REVIT PRAÇA DOS IMIGRANTES ORLANDIA ST	10
005003410 - CONSTRUCAO PORTAL BRODOWSKI ST	10
005003411 - REFORMA AMPLIA PQ.EXPO. CRISTAIS PAULISTA ST	10
005003412 - REVIT PARQUE ECOLOGICO LAGO MARACA GUAIRA ST	10
005003413 - REVIT PÇ SIA JUNQUEIRA-RECAP PÇ IGARAPAVA ST	10
005003414 - MELHORIA INFRA PQ TUR "BALDUINO" ITUVERAVA S	10
005003415 - CALÇADAO URBANI PÇ PE.ANTONIO-MIGUELOPOLIS S	10
005003416 - CONSTRU CTO ATEND TURISTA PATROCINIO PTA. ST	10
005003417 - REVIT PÇ QUERCIA IMP PT INF TUR PEDREGULHO S	10
005003418 - IMPLAN PQ BOSQUE CINQUEN.RIBEIRAO CORRENTE S	10
005003430 - REEST/IMPLEM SUASA CONV 821694/2015-MAPA/SAA	10
005003436 - REAPAR POSTO BOMBEIROS JUNDIAÍ-CONV.820912/1	10
005003437 - REAPAR 1.CIA.4.BAT.POL.CHOQUE-CONV.824601/15	10
005003438 - REAP.1.SUBGR.BOMB.6.GRUP.BOMB-CONV.825807/15	10
005003446 - ONIBUS TC PAR 201600054/EP27990006/15-FNDE-S	10
005003448 - ONIBUS TC PAR 201600180/EP28750002/16-FNDE-S	10
005003449 - REFORMA TC PAR 81343/16-EP81000329/15-FNDE-S	306.027
005003451 - CONV.MTE/SPPE/CODEFAT N.140/2012-SERT	10
005003452 - MPV 755 - FUNPEN/FUNPESP	10
005003453 - CONTR.MAPA-SAA 841200/2016/MAPA/CAIXA	10
005003454 - CONV. 10/2016 - MDSA/SAA	10
005003456 - KIT ESCOLAR ENS MED-TC PAR 201700018 FNDE/SE	10
005003490 - CONV.837675/16 MJUST.SEG.PUB.E SECR.SEG.PUBL	10
005003504 - IMPRESSAO MAT APOIO TC PAR 201700807-FNDE-SE	10
005003505 - CONV.19/2016/CFCP/CGG/DGA/SENAD-MJ/FED.MP	10
005003506 - CONV.MTE/SEC.ECON.SOLID.N.838281/2016-SERT	10
005003508 - PROG INDICE GESTAO DESCENT.DO SUAS-IGD/SUAS	10
005003509 - PISOS ALTA COMPLEXIDADE I E II-PACS I E II	10
005003510 - PROG NACIONAL CAPACITACAO-PNC-SUAS	10
005003511 - PISO FIXO MEDIA COMPLEXIDADE-PFMC	10
005003512 - PROGRAMA CRIANCA FELIZ	10
005003513 - PROG ERRADICACAO TRABALHO INFANTIL	10
005003514 - PROGRAMA BOLSA FAMILIA	10
005003515 - CONT.REPASSE 839695/2016/ME/CAIXA-SEDPD	10
005003517 - CONV.839127/2016-SENAD/MJ-COED/SEDS	10

005003518 - CONV.839140/2016-SENAD/MJ-COED/SEDS	10
005003522 - CONV.837548/2016IBRAM-MIN.CULTURA/SEC.CULTUR	10
005003523 - CONV.839099/2016-REAPAREL.3ºBAEP-11ºGB-MJ/SS	10
005003536 - CONV.853276/17-REEQ.2.E 3.GRUP.BOMB.PM-MJ/SS	10
005003537 - CONV.853296/17-EQ.2.GBSP E ESTR.9.GBRP-MJ/SS	10
005003538 - CONV.853893/17-REAP.8.GRUP.BOMB.SP-MJ/SSP	10
005003539 - CONV.856508/17-FORT.SIST.RADIOC.PM SJC-MJ/SS	10
005003543 - AQUIS.MAT.ROD.LINHAS CPTM-MIN.CIDADES/CPTM	10
005003572 - CONT.REPAS.N.850011/17-SEAD-CAIXA/PRONAT-SAA	10
005003587 - TERMO DE COMPR. PAR Nº 201700990 - FNDE/MEC	10
005003589 - TERMO DE COMPR. PAR Nº 201701036 - FNDE/MEC	10
005003591 - TC.PAR Nº201804432-5-PROG.EDUCACAO CONECTADA	10
005003592 - CONV 880183 MOD. CBPM, VIA EPR	10
005003595 - 880155 MOD ESC SUP BOMB, VIA AQUISIçãO EPR	10
005003596 - 880156 RE GR ARM REPR ROU DO DEIC VIA AQ ARM	10
005003597 - 880178 MOD PMSP, VIA AQUISIçãO EQS. INFORMáT	10
005003598 - 880186 MOD 4º GR. BOMBEIROS, VIA AQ. VIATURA	10
005003599 - 880196 MOD CB S. CARLOS - 90GR BOMB, AQ. VIA	10
005003600 - 880199 MOD CB CASA VERDE - 20GR BOMB, AQ. EQ	10
005003601 - 880302 MOD PM SJCAMPOS, AQ EQ OP DRONES E BI	10
005003610 - CONV.852812/2017-REF.INST.AQ.EQ.MC/CEF/SG	1.228.848
005003627 - L9 GRAJAU/VARGINHA-CPTM-PAC-RESSARCIMENTO	10
005003628 - AQUISICAO INSTRUMENTOS MUSICAIS (KITBANDA)	10
005003629 - TCPAR MEC/FNDE N.201801679-5-AQ.EQU.UTENS.CO	10
005003630 - TCPAR MEC/FNDE N.201901292-6-AQ.MOBILIARIO	10
005003631 - MD.LAB.FOM.PESQ.IN.CAD.PRD.FINEP/PROINFRA-SA	10
005003632 - FUNDO NACIONAL DA SEGURANCA PUBLICA - FNSP	10
005003633 - 891218 MOD.CBSP AQUIS.VIATURAS OPERACIONAIS	10
005003634 - 891222 MOD.PMSP AQUIS.VIATS.TER.PORT.DADOS	10
005003635 - 891225 MOD.PCSP AQUIS.DE VIATURAS POLICIAIS	10
005003636 - 891342 MOD.PER.CRIM.SP AQUIS.SOFT.EQUIPS.-TM	10
005003637 - 892391 MOD.PMSP AQUIS.EQ.INF.MOB. E VIATS.	10
005003638 - 892398 MOD.GATE E BAEP DA PMSP AQUIS.EQS.OPS	10
005003639 - 893914 ESTR.GARRA PCSP AQUIS.MAT.BEL.PIST.40	10
005003640 - 892397 MOD.PMSP/PIRACICABA AQUIS.VIATS.POLIC	10
005003641 - 888230 MOD.PM CONSTR.CANIL 38 BPM SAO CARLOS	10
005003643 - EQUIP.TECNOLOGICO TC PAR 202001480/5-SE	10
005003656 - TC MEC/FNDE Nº 201900408-8-AQUIS.MAT.ESP.-EM	10
005003657 - TC MEC/FNDE Nº 201900409-8- AQUIS.MAT.ESP.-E	10

005003658 - TC MEC/FNDE Nº 201801790-5-AQ.NOTE/TABLET-EM	10
005003659 - TC MEC/FNDE Nº 201801684-5-AQ.NOTE/TABLET-EF	10
005003660 - TRANSFERENCIAS ESPECIAIS-SP EC 105/19	10
005005556 - CONV.171/2001-IMPLANT.DA POLICIA COMUNITARIA	10
005005558 - CONV.229/2001-APERFEI[.SIST.DE ACOMP.POLICIA	10
005005559 - CONV.232/2001-MODERN.CAP.OPER.ORG.SEGURAN[A	10
005005577 - CONVêNIO Nº159/2004-MINIST.JUSTIçA-SSP-SP	10
005005578 - CONVêNIO Nº173/2004-MINIST.JUSTIçA-SSP-SP	10
005005579 - CONVêNIO Nº 174/2004-MINIST.JUSTIçA E SSP-SP	10
005005595 - CONV. MTE/SPPE/CODEFAT N.47/2006-SEC.TRABALH	10
005005597 - BIBLIOTECAS PUB.MUNIC-AMBIENTE VIRTUAL	10
241899 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	**110**
24189911 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO - PRINCIPAL	**110**
452239001 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	**110**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
005014017 - AUX.EMERG.CULTURAL-L 14.017/2020 ALDIR BLANC	10
242 - TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FED	**7**
2428 - TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL	**7**
242810 - TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO	**7**
24281091 - OUTRAS TRANSF.CONVENIOS ESTADOS - PRINCIPAL	**7**
451120201 - TRANSFER.DE CONVENIOS DOS ESTADOSOS	**7**
002002544 - PROJ ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS-FID/SEDPD	7
246 - TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	**107**
2468 - TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR - ESPECIFICAS DE	**107**
246810 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR NAO ESPECI	**107**
24681011 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR-PRINCIPAL	**107**
456110102 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	**107**
001001001 - TESOURO-GERAL	100
003001084 - FDO MELHORIA DOS MUNICIPIOS TURISTICOS-FUMTU	7
29 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**1.749.286.972**
299 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	**1.749.286.972**
2990 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	**1.749.286.972**
299000 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	**1.749.286.972**
29900011 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL - PRINCIPAL	**1.749.286.972**
-	**1.749.286.852**
001001099 - E.C.99/2017-DEP.JUDIC.-ESTADO NAO PARTE	1.749.286.752
001001151 - RECURSOS LC 151/2015	100
499919201 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL DO ESTADO	**120**
001001001 - TESOURO-GERAL	100

003001108 - F.E.D. DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SP	10
006025079 - FUNDO PTA.HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL-FPHI	10
7 - RECEITAS CORRENTES - INTRA	**343.821.410**
76 - RECEITA DE SERVICOS	**343.821.410**
763 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAUDE	**294.551.445**
7638 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAUDE - E	**294.551.445**
763801 - SERVICOS DE SAUDE - ESPECIFICO PARA ESTADOS/	**294.551.445**
76380191 - OUTROS SERVICOS DE SAUDE-PRINCIPAL INTRA	**294.551.445**
451220301 - OUTROS SERVICOS DE SAUDE	**294.551.445**
081001141 - TESOURO - FUNDES	294.551.445
769 - OUTROS SERVICOS	**49.269.965**
7690 - OUTROS SERVICOS	**49.269.965**
769099 - OUTROS SERVICOS	**49.269.965**
76909911 - OUTROS SERVICOS -PRINCIPAL INTRAORCAMENTARIA	**49.269.965**
451220303 - OUTROS SERVICOS DO ESTADO	**49.269.965**
083001078 - FDO.EST.DEFESA INTERESSES DIFUSOS-FID - INTR	1.670.400
083001124 - DEJEM AMBIENTAL-UNID CONSERV-FCPFESP/FEPOM	3.406.143
084001006 - TX.RG.CONTR.FISC.SAN.BAS.ARSESP/SIMA-INTRA	10
084001116 - COMPENSACAO AMBIENTAL - FUND. FLORESTAL-INTR	13.888.507
084004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES-INTRA	30.304.905
8 - RECEITAS DE CAPITAL - INTRA	**112.988.877**
89 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**112.988.877**
899 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	**112.988.877**
8990 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	**112.988.877**
899000 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	**112.988.877**
89900011 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL-PRINCIPAL INTRA	**112.988.877**
451120244 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**112.988.877**
081001141 - TESOURO - FUNDES	112.988.867
083001078 - FDO.EST.DEFESA INTERESSES DIFUSOS-FID - INTR	10

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www. imprensaoficial.com.br

io | ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
(11) 2799 9687

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO II - AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS DEPENDENTES
DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA ATÉ O NIVEL DE TIPO

Em R$ 1,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	LOA 2021 Ajustada pelo Decreto 65.438/20
1 - RECEITAS CORRENTES	**19.754.579.193,00**
11 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	**252.154.407,00**
112 - TAXAS	**252.154.407,00**
1122 - TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	**129.771.439,00**
112201 - TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	**129.771.439,00**
11220111 - TAXA PELA PRESTACAO DE SERVICOS-PRINCIPAL	**129.771.439,00**
412219903 - TAXA DE SERVICOS DIVERSOS - TABELA A	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	10,00
412219905 - TXS.EMOL.DA JUNTA COM.-REG.COMERC.E AFINS	**106.285.715,00**
002002161 - TAXAS E EMOLU.JUNTA COML.REG.COM.AFINS-JUCES	**74.400.000,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCES	74.400.000,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**31.885.715,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	31.885.715,00
412219908 - TAXAS DETRAN	**22.285.714,00**
002002162 - TAXAS DETRAN - ART.5, VII, LC. 1.195/2013	**15.600.000,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	15.600.000,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**6.685.714,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	6.685.714,00
412219912 - TAXA DE SERV.EM GERAL	**1.200.000,00**
004001001 - GERAL	**1.200.000,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	1.200.000,00
1128 - TAXAS - ESPECIFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICIP	**122.382.968,00**
112801 - TAXAS DE INSPECAO, CONTROLE E FISCALIZACAO	**122.382.968,00**
11280191 - TAXAS DE INSPEC.CONTROLE E FISCALIZAC -OUTRA	**122.382.968,00**
412111601 - TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	**27.306,00**
002002104 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER-TX.	**19.114,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	19.114,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**8.192,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	8.192,00
412111701 - TAXA DE AUTORIZACAO DE FUNC.DE TRANSPORTE	**10,00**
002002104 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER-TX.	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
412111801 - TAXA APREENSAO,DEPOSITO/LIBERACAO DE ANIMAIS	**19.406,00**
002002104 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER-TX.	**13.584,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	13.584,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**5.822,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	5.822,00
412117201 - TX DE REGULACAO DE SERVICOS DE GAS CANALIZADO	**42.024.103,00**
004001001 - GERAL	**29.416.872,00**
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	29.416.872,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**12.607.231,00**
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	12.607.231,00
412118002 - TAXA TCRF DOS PREST.SERV.DE SANEAM.BASICO	**80.312.143,00**
004001006 - REC.PROPR-TX.REG.CONTR.FISC.SERV.SAN.BASICO	**56.218.500,00**
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	56.218.500,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**24.093.643,00**
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	24.093.643,00
12 - CONTRIBUICOES	**8.739.764.376,00**
121 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	**8.739.764.376,00**
1210 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	**10,00**
121009 - DEMAIS CONTRIBUICOES SOCIAIS - INSUFICIENCIA	**10,00**
12100991 - DEMAIS CONTRIBUICOES SOCIAIS - INSUFICIENCIA	**10,00**
421918080 - OUTRAS CONTR.PREV.-INSUFIC.FINANC-SPPREV	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
1218 - CONTRIBUICOES SOCIAIS ESPECIFICAS DE ESTADOS	**8.739.764.366,00**
121801 - CONTRIBUICAO DO SERVIDOR CIVIL PARA O PLANO	**7.005.851.742,00**
12180111 - CPSSS - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	**3.460.866.334,00**
421110241 - CONTRIB.SERV. ATIVO CIVIL-PODER LEGIS. SPPREV	**78.209.147,00**
004001001 - GERAL	**78.209.147,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	78.209.147,00
421110242 - CONTRIB.SERV.ATIVO CIVIL - PODER JUD.SPPREV	**811.453.850,00**
004001001 - GERAL	**811.453.850,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	811.453.850,00
421110243 - CONTRIB.SERV.ATIVO CIVIL- MIN.PUBLICO SPPREVV	**187.989.894,00**
004001001 - GERAL	**187.989.894,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	187.989.894,00
421110244 - CONTRIB DE SERV ATIVO CIVIL-EXEC DIR-SPPREVEV	**2.030.444.765,00**
004001001 - GERAL	**2.030.444.765,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	2.030.444.765,00
421110245 - CONTRIB.SERV.ATIVO CIVIL-PODER EXE.IND.SPPREV	**307.155.553,00**
004001001 - GERAL	**307.155.553,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	307.155.553,00
421110246 - CONTRIB.SERV.ATIVO CIVIL-DEFENS.PUBL-SPPREV	**41.948.713,00**
004001001 - GERAL	**41.948.713,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	41.948.713,00
421110247 - CONTRIB.SERV.ATIVO AFASTADO-SPPREV	**3.664.412,00**
004001001 - GERAL	**3.664.412,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	3.664.412,00
12180112 - CONTRIB.SERV.ATIVO CIVIL-RPPS - MULTAS/ JURO	**2.438,00**
442411701 - MULTAS/JRS MORA DA CONTR.D/SERV.P/RPPS-SPPREV	**2.438,00**
004001001 - GERAL	**2.438,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	2.438,00
12180113 - CONTRIB.REG.GER.PREV.SOC-RGPS-DIVIDA ATIVA	**499.970,00**
499918520 - CONTR.SERV.ATIVO AFASTADO_DOS ORGAOS PUBLICOS	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
499918521 - REC.DIV.ATIVA DE OUTRAS CONTR.PREVIDENCIARIAS	**499.960,00**
002002530 - SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPREV - DIVIDA ATIVA	**499.960,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	499.960,00
12180114 - CONTRIB.RGPS-DIVIDA ATIVA -MULTAS E JUROS	**10,00**
442411611 - MULT/JRS MORA DIV.ATIV.CONTR.PREV.ORG.P.PUBL.	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
12180121 - CPSSS-SERV.CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	**2.898.068.009,00**
421110250 - CONTRIB.SERV.INATIVO CIVIL - P.LEGIS.-SPPREV	**204.621.045,00**
004001001 - GERAL	**204.621.045,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	204.621.045,00
421110251 - CONTRIB.SERV.INATIVO CIVIL-PODER JUD.-SPPREV	**699.816.027,00**
004001001 - GERAL	**699.816.027,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	699.816.027,00
421110252 - CONTRIB.SERV.INATIVO CIVIL-MIN.PUBLICO SPPREV	**166.427.813,00**
004001001 - GERAL	**166.427.813,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	166.427.813,00
421110253 - CONTRIB.SERV.INATIVO DO EXEC.DIRETA-SPPREV	**1.058.846.285,00**
004001001 - GERAL	**1.058.846.285,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	1.058.846.285,00
421110254 - CONTRIB.SERV.INATIVO DO EXEC. INDIRETA-SPPREV	**764.050.484,00**
004001001 - GERAL	**764.050.484,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	764.050.484,00
421110255 - CONTRIB.SERV.INATIVO CIVIL-DEFENS.PUBL.SPPREV	**4.306.355,00**
004001001 - GERAL	**4.306.355,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	4.306.355,00
12180131 - CPSSS-SERV.CIVIL PENSIONISTA - PRINCIPAL	**533.482.011,00**
421110220 - CONTR.PENSIONISTA P/REG.PROPR.PREV.- P.EXEC.	**381.002.940,00**
004001001 - GERAL	**381.002.940,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	381.002.940,00
421110221 - CONTR.PENSIONISTA P/RPPS- P.LEGIS.	**28.774.290,00**
004001001 - GERAL	**28.774.290,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	28.774.290,00
421110222 - CONTR.PENSIONISTA P/RPPS- P.JUDIC.	**102.216.089,00**
004001001 - GERAL	**102.216.089,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	102.216.089,00
421110223 - CONTR.PENSIONISTA P/RPPS- MIN.PUBL	**21.488.682,00**
004001001 - GERAL	**21.488.682,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	21.488.682,00
421110224 - CONTR.PENSION. P/RPPS-DEFENS.PUBL.	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
12180141 - CPSSS DE SENT.JUDICIAIS-SERV.CIVIL ATIVO	**112.932.970,00**
421119980 - OUTRAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	**112.932.970,00**
004001001 - GERAL	**112.932.970,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	112.932.970,00
121803 - CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - ESPECIFICO	**10,00**
12180311 - CPSSS PATRONAL-SERV. CIVIL ATIVO- PRINCIPAL	**10,00**
421110101 - CONTRIB. PATRONAL DE SERVIDOR CIVIL - RPPS	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
121805 - CONTRIBUICAO DOS MILITARES E PENSIONISTAS PA	**1.733.912.614,00**
12180511 - CONTRIBUICAO DO MILITAR ATIVO - PRINCIPAL	**733.913.953,00**
421110207 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR - ATIVO MILITAR	**733.913.953,00**
004001001 - GERAL	**733.913.953,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	733.913.953,00
12180521 - CONTRIBUICAO DO MILITAR INATIVO - PRINCIPAL	**744.495.174,00**
421110208 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR - INATIVO MILITAR	**744.495.174,00**
004001001 - GERAL	**744.495.174,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	744.495.174,00
12180531 - CONTRIB. DOS PENSIONIS. MILITARES - PRINCIPA	**255.503.487,00**
421110209 - CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA MILITAR	**255.503.487,00**

004001001 - GERAL	**255.503.487,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	255.503.487,00
13 - RECEITA PATRIMONIAL	**737.445.007,00**
131 - EXPLORACAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTA	**142.504.670,00**
1310 - EXPLORACAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO	**142.504.670,00**
131001 - ALUGUEIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDEMIOS, T	**142.504.670,00**
13100111 - ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	**142.504.670,00**
433110201 - ARRENDAMENTOS	**12.678.522,00**
004001001 - GERAL	**9.548.010,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	9.548.000,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**538.512,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	538.512,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**2.592.000,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	2.592.000,00
433110380 - OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEIS DO ESTADO	**129.826.148,00**
004001001 - GERAL	**32.142.891,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	17.880,00
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	360.000,00
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	969.648,00
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	9.023.364,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	2.315.976,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	3.240.000,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	600.000,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	1.546.650,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	769.702,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	7,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	7,00
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	6.547.800,00
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	30.070,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	1.467.047,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	3.000.000,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	7,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	2.254.716,00
004001008 - OUTROS SERV EDUCACAO - UNICAMP	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**94.360.491,00**
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	94.360.491,00
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3.322.746,00**
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	415.563,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	662.850,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	329.873,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	3,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	3,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	628.734,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	1.285.714,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	3,00
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	3,00
132 - VALORES MOBILIARIOS	**330.144.594,00**
1321 - JUROS E CORRECOES MONETARIAS	**330.023.848,00**
132100 - REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	**330.023.848,00**
13210011 - REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	**315.451.253,00**
445110103 - REMUNERACAO DEPOS.BANC.RECURS.VINCUL.	**30,00**
004001133 - REC.PROP.ADM.IND-COVID19	**10,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
005003604 - ONIBUS TC PAR 201900361-4/FNDE-FDE	**10,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	10,00
005003605 - ONIBUS TC PAR 201900364-4/FNDE-FDE	**10,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	10,00
445210101 - FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO - FIF - TES	**303.152.113,00**
002002104 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER-TX.	**39.480.252,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	39.480.252,00
002002161 - TAXAS E EMOLU.JUNTA COML.REG.COM.AFINS-JUCES	**7,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	7,00
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**4.289.076,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	4.289.076,00
002002524 - CONV.N.006/2011 - DETRAN/DPVAT/FENASEG	**7,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	7,00
002002606 - RECEITAS DO DAEE-DIVIDA ATIVA	**12.000,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	12.000,00
004001001 - GERAL	**179.566.110,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	264.000,00
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	125.724,00
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	205.260,00
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	6.147,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	180.000,00
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	120,00
10046 - FUNDACAO UNIV.VIRTUAL DO EST.DE S.P.-UNIVESP	75.180,00
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	96.518.404,00
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	33.600.000,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	14.104.944,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	7.650.000,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	1.740.132,00
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	97.860,00
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	4.848,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDUC	61.608,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	210.000,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	5.880.000,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	126.000,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	1.546.644,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	126.000,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	6.379,00
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	604.368,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	1.200,00
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	495.800,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	180.000,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	16.800,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	36.000,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	504.000,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	14.400,00
29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE	7,00
29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA	7,00
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	282.600,00
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	144.000,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	2.238.960,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	10.492.908,00
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	99.360,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	1.926.420,00
004001002 - RECURSOS PROVENIENTES DA PPP - ADM.INDIRETA	**10,00**
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	10,00
004001003 - RECURSOS PROV.EMPR.PRIV.CATEDRA MEM.AM.LATIN	**7,00**
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
004001006 - REC.PROPR-TX.REG.CONTR.FISC.SERV.SAN.BASICO	**15.951.552,00**
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	15.951.552,00
004001007 - MULT.INFR.REGULAM.NFP-PROCON	**3.415.944,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	3.415.944,00
004001008 - OUTROS SERV EDUCACAO - UNICAMP	**2.428.788,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	2.428.788,00
004001015 - FAMEMA/PNUD-ACORDO 47/2058	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
004001024 - CONVêNIO ESP/SECRETARIA DE ENERGIA/ARSESP	**7,00**
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	7,00
004001026 - CONVENIOS USP - RECEITA PROPRIA	**57.372,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	57.372,00
004001027 - CONV SEC.CULTURA/FUNDA MEMORIAL A. LATINA	**15.756,00**
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	15.756,00
004001030 - CONV DPVAT/DETRAN	**14.040,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	14.040,00
004001031 - CONV GRAVAME/DETRAN	**7,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	7,00
004001032 - CONV SIRCOF/DETRAN	**236.816,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	236.816,00
004001033 - COMP AMB-F.FLORESTAL / AUTOBAN	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001034 - COMP AMB-F.FLORESTAL /CESP	**184.800,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	184.800,00
004001035 - COMP AMB-F.FLORESTAL /DERSA	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001036 - COMP AMB-F.FLORESTAL /ECOVIAS	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001037 - COMP AMB-F.FLORESTAL /TRANSPETRO	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001038 - COMP AMB-F.FLORESTAL /PETROBRAS-TRANSPETRO	**45.600,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	45.600,00
004001039 - COMP AMB-F.FLOREST/DEB-PEQ.CENTRAIS HIDRELET	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001040 - COMP AMB-F.FLORESTAL /PEDREIRA MARIA TERESA	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001041 - COMP AMB-F.FLORESTAL /CIA BRAS ALUMINIO-CBA	**7,00**

26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001042 - COMP AMB-F.FLOREST/MIN PUB./COND ACQUARIVIER	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001043 - RECUR PROV.INDENIZ.SINISTRO FUND MEM.AM.LATI	**6.000,00**
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	6.000,00
004001046 - COMP AMB-F.FLORESTAL/DIVERSOS INSTRUMENTOS	**16.584,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	16.584,00
004001048 - CONVENIO Nº 819/2016 - SEC.SAUDE/FURP	**10,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	10,00
004001049 - CONCESSOES AEROPORTOS-DAESP	**7,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	7,00
004001050 - PATROC.LEI ROUANET-AUD.SIMON BOLIVAR-MEMORIAL	**7,00**
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
004001052 - RECURSO FUNDO DE PESQUISA-MUSEU PAULISTA/USP	**48.024,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	48.024,00
004001053 - RECURSO FUNDO DE PESQUISA-MUSEU ZOOLOGIA/USP	**36.000,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	36.000,00
004001054 - PROG.AVAL.DESEMP.SOROL.2017-OPAS/HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
004001055 - REC.CONVENIOS ENTIDADES NAO-GOVERN.-FAPESP	**1.055.484,00**
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	1.055.484,00
004001059 - TERMO DE AJUSTE-FUNDESPAR/ITESP	**12.000,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	12.000,00
004001061 - CON.DAEE/F.FL.APA PIRACICABA/JUQUERI-MIRIM I	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001063 - PROGR.FISCALIZACAO CONT. DO DAEE-PROFISCO	**7,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
004001133 - REC.PROP.ADM.IND-COVID19	**40,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
004002414 - UEC/SUS/SP	**120.000,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	120.000,00
004003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	**440.290,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	431.820,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	6.300,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	2.160,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00

004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**6.354.037,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	746.880,00
16091 - DERSA-DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S.A.	10,00
16093 - COMPANHIA DOCAS DE SAO SEBASTIAO	10,00
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	1.563.137,00
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	4.044.000,00
004004006 - REC.VINC.OUTROS CONVÊNIOS-IPT	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
004004007 - REC. VINC. INTERVEN. CONV. BNDES - IPT	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
004004133 - REC.PROPRIOS EMPRESAS - COVID-19	**10,00**
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	10,00
004010059 - OUTROS SERV SAUDE - UNICAMP	**590.796,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	590.796,00
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**48.774.553,00**
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	11.817.381,00
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	3,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDUC	26.404,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	99.330,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	19.440.108,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	54.003,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	3.964.999,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	59.143,00
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	259.015,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	515,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	183.020,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	7.200,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	15.429,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	216.000,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	6.172,00
29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE	3,00
29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA	3,00
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	121.114,00
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	61.715,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	959.554,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	11.333.343,00
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	150.099,00

445210180 - OUTRAS APLICACOES FINANCEIRAS	**12.299.070,00**
005001133 - REC.TRANSF.FEDERAIS-COVID19	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**617.162,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	5.000,00
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	42.888,00
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	149.224,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	420.000,00
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	10,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
005003002 - SALARIO EDUCACAO-CTA-PTE CONTRIB.2/3	**1.260,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	1.260,00
005003103 - CONV.UNIAO-ESTADOS-DAESP-PR.ESP.TAR.AEROPORT	**10,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	10,00
005003129 - CONV.AGENCIA NAC.DE EN.ELETRICA ANEEL- ARSESP	**1.728.000,00**
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	1.728.000,00
005003130 - PRO-SANGUE - EMENDAS PARLAMENTARES	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003132 - HCSP-GAR.QUAL.PRO.FARM-LEI8666/93 DEC93872/8	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003136 - PROJ.REFORSUS-DEC.9387/86,IN/STN01/97,8666/9	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003142 - CONVENIO DF 37008/00-PONTAL DO PARANAPANEMA	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005003144 - CONVENIO DF 36001/00-NUCLEO COLONIAL MONCOES	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005003153 - CONV.N.081/2001-D.P.N.DEC.46058-FUNAP	**10,00**
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	10,00
005003157 - CONV.DS00005/99-I-PROG.DEMANDA SOCIAL-IAMSPE	**10,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
005003158 - CONVENIO PG-037/93-00-D.E.R-SEC.TRANSPORTES	**10,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	10,00
005003159 - CONVENIOS MIN.DA SAUDE/FURP	**368.782,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	368.782,00
005003161 - CONVENIOS - UNESP E CAPES	**2.400.000,00**
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	2.400.000,00

005003171 - CONV.01-SP/00-DAESP-PROFAA-MIN.AERONAUTICA	**10,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	10,00
005003172 - CONVENIO S/N-PROC.0606/96- FUND. CASA	**1.452,00**
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	1.452,00
005003183 - CONV.FORTALECIMENTO SUS-FAMEMA/MIN.SAUDE	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003189 - PRONAF-MIN.AGRIC/ITESP0150708-58/2002/MET/CA	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005003190 - CONVêNIO Nº 1515 - FNS/ MINISTéRIO DA SAúDE	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003191 - CONVENIOS MINISTERIO DA SAUDE/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003192 - PROGRMAS CNPQ-FAPESP-CONVENIOS 1090 E 1091/0	**1.825.788,00**
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	1.825.788,00
005003193 - CONV.PORT.737/03-MS/IAMSPE-SRAG	**10,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
005003194 - CIDE - CONTR.DE INTERV. NO DOMINIO ECONOMICO	**10,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	10,00
005003195 - CONVENIO-MEC-SES/CEET-P.SOUZA	**10,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
005003199 - CONV.PROG-CGPP-046/2006 CAPES-FAMERP	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003200 - CONV.N.20/ANTT/2004 ANTT E ARTESP	**36.000,00**
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	36.000,00
005003206 - CONV.MMA 107/2004-MINIST.MEIO AMBIENTE/CETESB	**10,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
005003207 - CONV. Nº2004CV000008-MINIST.MEIO AMB./CETESB	**10,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
005003221 - HC-RIB.PRETO/FINEP	**1.200,00**
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	1.200,00
005003226 - CONVENIO 065/2007 - FUNAP/MIN.JUSTICA	**10,00**
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	10,00
005003232 - CONV.226/07-AQ.EQ.MAT.PERM-MSAUDE/HC-USP-SP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003235 - CONV.005/08 PRONASCI M.JUSTICA/PROCON	**10,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	10,00
005003247 - CONV.27/2008-M.SAUDE/FUNASA/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003254 - CONVENIOS MINISTERIO DA EDUCAÇÃO/USP	**180.000,00**

10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	180.000,00
005003263 - MINIST.DESENV.SOC.-COMB.FOME-CEET PAULA SOUZA	**10,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
005003265 - CONV.25/2008-FAMEMA-S.SAUDE-MIN.SAUDE	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003266 - CONV.2250/2008-MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003267 - CONV.2320/2008-MS/SES/HCFMUSP	**60,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	60,00
005003272 - CONV.2062/08 MIN.SAUDE-FANEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003275 - CONV.1293/08-MIN.CIENCIA E TECNOL./USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003276 - CONV.MIN.SAUDE/CAIXA ECON. FED.- HC DA USP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003277 - CONV.707437/09-MJ-SEDH-FUNDAÇÃO CASA	**10,00**
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	10,00
005003278 - CONV. 21/08 - MIN.SAÚDE-CEF-FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003279 - MINISTERIO DO ESPORTE - USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003282 - MIN. CULTURA-USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003283 - SEC.ESP.E.DIR.HUMANOS-USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003286 - CONV.PROEQUIP - 019/09 - CAPES - FAMERP	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	10,00
005003290 - MINIST.MINAS E ENERGIA/ANP - USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003291 - CONV.Nº00037/2010-MIN.JUSTICA/SINDEC - PROCON	**10,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	10,00
005003295 - CONVENIO 658469/09 - FNDE/CENTRO PAULA SOUZA	**240.000,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	240.000,00
005003296 - CONV.01/2010-MINISTERIO DO TRANSPORTE/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003297 - CONV.62000/2009-001/00-MARINHA DO BRASIL/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003302 - CONV.750347/10-MS/FURP-EQUIV.FARMAC.BIODISPO	**88.404,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	88.404,00

005003307 - MIN.TRANSP./DNIT/DER-TRECHO NORTE RODOANEL	**2.988,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	2.988,00
005003309 - CONV.MIN.INT.NAC/DAEE-PISCINOES FRAN.DA ROCH	**10,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
005003313 - CONTR.007MMA00/2011-MIN.MEIO AMBIENTE - USP	**348,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	348,00
005003320 - CONV.33175/2011-MS-FHEMOCENTRO - CAPACITACAO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003324 - CONV.761673/11-MS/HCBOTUCATU-VALID.HEMOCOMPO	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003326 - CONTR.11.2.0775.1 BNDES-IPT/FUSP/GERDAU	**612,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	612,00
005003327 - MIN.SAUDE/FAC.MED.S.JOSE R.PRETO-CV.777211/1	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003328 - FNDE/FAC.MED.S.JOSE R.PRETO-CONV.778075/2012	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003329 - CONVENIO N.33463/2011-MINISTERIO SAUDE/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003330 - CONVENIO N.32628/2011-MINISTERIO SAUDE/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003331 - CONVENIO N.32346/2011-MINISTERIO SAUDE/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003332 - CONVENIO N.34826/2011-MINISTERIO SAUDE/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003335 - CONV.775910/2012-MIN.SAUDE/HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003336 - CONV.775471/2012-MIN.SAUDE/HC.BOTUCATU	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003339 - CONVENIO N.777359/2012-MINIST.DA SAUDE/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003340 - CONVENIO N.776438/2012-MINIST.DA SAUDE/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003341 - CONVENIO N.781264/2012-MINIST.DA SAUDE/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003342 - PAULA SOUZA - PRONATEC (MEC/FNDE)	**180.000,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	180.000,00
005003343 - CONV.774741/12-FNS/HCFMUSP PESQ.S.TRANSPLANT	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003347 - CONV.761506/2011 MINISTERIO DA SAUDE/HCFMUSP	**10,00**

09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003348 - CONV.IPEM-SP/INMETRO-CONTA V	**318.228,00**
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	318.228,00
005003363 - CONV.791687/13 FCA PESS.NIVEL SUPERIOR/FAMERP	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003364 - QUALIF MULHERES PRESAS S.PRISIONAL SP/FUNAP	**10,00**
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	10,00
005003366 - CONV797270/13 MS/HC BOTUCATU-UNID A.ESP SAUDE	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003367 - C.798497/13MS/HC BOTUCATU-AT PORT DOENCA HEM	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003368 - CONV.794249/2013-MS/FUND.PROSANGUE HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003369 - CONV.793505/13 MS/HC-USP UN.AT.ESPECIALI.SAU	**1.800,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	1.800,00
005003370 - CONV.793509/13 MS/HC-USP UN.AT.ESPECIALI.SAU	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003371 - CONV.800180/13 MS/HC-USP UN.AT.ESPECIALI.SAU	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003372 - CONV.802115/14 FAMERP/FUND.APER.PES.NIVEL SU	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003373 - CONV.797269/13-MS/HCFMUSP UN.AT.ESPECIALZ.SA	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003374 - CONV.797731/13-MS/HCFMUSP UN.AT.ESPECIALZ.SA	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003377 - PORT.MS2804/12 INC.QUAL.ACOES VIG.PREV.DENGU	**504,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	504,00
005003378 - PORT.MS2033/13 PISO FIXO VIGILANCIA EM SAUDE	**10,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
005003379 - PORT.MS2900/13 DESEN.EST.PESQ.EM LEISHMANIOS	**10,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
005003380 - C779032/12 MS/HC BOTUCATU-AMPL.LAB ESPECIALI	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003387 - PORT.MS 402/2014-PROJ.DERMATOL SAN.HANSENIAS	**10,00**
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	10,00
005003388 - CONV 806259/2014 INCRA/ITESP	**12.000,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	12.000,00
005003390 - CONV811727/2014 PRO-EQUIPAMENTOS CAPES/FAMER	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00

005003391 - CONV 811330/2014 PRO-MIN.SAUDE/HC.BOTUCATU	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003419 - CONV 811219/2014 MIN.SAUDE/HC.BOTUCATU.	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003420 - CONV 812011/2014 MJ-SEC.NAC.POL.S.DROGAS/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003421 - CONV 792583/2013 MS-HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003422 - CONV 794318/2013 MS-HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003423 - CONV MDA 812705/2014 - MIN DES AGRARIO/ITESP	**12.000,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	12.000,00
005003424 - CONV.800805/2014-MS/HCFMUSP	**6.000,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	6.000,00
005003425 - CONV.815741/2014-MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003426 - CONV.810123/2014-MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003427 - CONV.808063/2014-MS/HCFMUSP	**1.800,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	1.800,00
005003428 - CONV.812354/2014-MS/HCFMUSP	**6.000,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	6.000,00
005003429 - FNDE/FAC.MED.S.JOSE R.PRETO-CONV.807211/2014	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003434 - CONV 808493/2014 MIN AGRIC.PEC.ABAST-MAPA/US	**2.820,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	2.820,00
005003439 - CONV. 814.255/2014-MIN.CIE.TEC.INOV-MCTI/IPT	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
005003441 - UTI INST.CENTRAL-CONV 824534/2015-MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003442 - CONV.821162/15-MS/HCFMUSP-GINEC.INST.CENTRAL	**1.800,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	1.800,00
005003443 - CONV.824376/2015-MS/HCFMUSP-IOT E IPQ	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003444 - CONV.824859/2015-MS/HCFMUSP-INCOR	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003445 - CONV.822.629/2015-SEC.NAC.POLIT.DROGAS-MJ/US	**3.768,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	3.768,00
005003455 - CONV. 834452/2016 - CAPES/USP	**996,00**

10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	996,00
005003458 - CONVENIO Nº 817120 - MIN.SAUDE/USP	**7.512,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	7.512,00
005003459 - CONV. 833165/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003460 - CONV. 833152/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003461 - CONV. 833168/2016 - MIN.DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**120,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	120,00
005003462 - CONV. 833148/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003463 - CONV. 833146/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003464 - CONV. 833167/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003465 - CONV. 833144/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**240,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	240,00
005003466 - CONV. 833150/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003467 - CONV. 833169/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003468 - CONV. 833166/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**1.200,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	1.200,00
005003469 - CONV. 833163/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**600,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	600,00
005003470 - CONV. 835246/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003471 - CONV. 835237/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**600,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	600,00
005003472 - CONV. 835243/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003473 - CONV. 836494/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003474 - CONV. 836509/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003475 - CONV. 836743/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003476 - CONV. 836923/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003477 - CONV. 836927/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003478 - CONV. 836928/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003479 - CONV. 837037/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003480 - CONV. 836925/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003481 - CONV. 836929/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003482 - CONV. 836924/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**120,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	120,00
005003483 - CONV. 836926/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**120,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	120,00
005003484 - CONV. 837226/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**240,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	240,00
005003485 - CONV. 837610/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003486 - CONV. 838096/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003487 - CONV. 840247/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**120,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	120,00
005003488 - CONV. 840558/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003489 - CONV. 771232/2012 - MS/SES/HCFMUSP	**120,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	120,00
005003493 - CONV. 836458/2016 - MS/HCFMUSP	**1.200,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	1.200,00
005003494 - CONV. 833164/2016 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003495 - CONV. 838491/2016 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003496 - CONV. 838492/2016 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003497 - CONV. 839120/2016 - MS/HCFMUSP	**1.200,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	1.200,00
005003498 - CONV. 837612/2016 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003499 - CONVENIO N.836280/2016-MS/FAMEMA	**610,00**

10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	610,00
005003500 - CONVENIO N.836836/2016-MS/FAMEMA	**2.172,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	2.172,00
005003501 - CONVENIO N.836290/2016-MS/HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003502 - CONVENIO N.836293/2016-MS/HC.BOTUCATU	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003503 - CONVENIO N.836310/2016-MS/HC.BOTUCATU	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003507 - CONV.N.837057/2016-MIN.SAUDE/USP	**10.416,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10.416,00
005003520 - CONV.839161/2016-MIN.EDUC.-SES/USP	**972,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	972,00
005003532 - CONV.843412/2017-PRO-EQUIP-CAPES/USP	**15.888,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	15.888,00
005003533 - CONV. 848722/2017 - PROFMAT - CAPES/ME/USP	**2.676,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	2.676,00
005003534 - CONV.824033/15-PROEXT 2015-MJ-SESU/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003535 - CONV.842772/17-SIFLOR CERRADO-MAPA/USP	**16.644,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	16.644,00
005003544 - BOLSA-FORM.PRONATEC MEDIOTEC II-MEC/CEETEPS	**124.344,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	124.344,00
005003545 - PROG.BRASIL PROFISS.-FNDE/PAR-CEETEPS	**10,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
005003546 - CONV.N.852642/2017-MIN.SAUDE/HCFMB	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003547 - CONV.N.852645/2017-MIN.SAUDE/HCFMB	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003548 - CONV.N.848615/2017-MIN.SAUDE/HCFMB	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003549 - BOLSA-FORM.PRONATEC PRISIONAL-MEC/CEETEPS	**144.000,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	144.000,00
005003551 - CONVENIO 852.638/2017-MIN.SAUDE/HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003552 - CONVENIO 852.633/2017-MIN.SAUDE/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003553 - CONVENIO 857.835/2017-MIN.SAUDE/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003554 - CONV.Nº 848599/2017 - MS/INST.CENTRAL-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003555 - CONV.Nº 848602/2017 - MS/IMREA-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003556 - CONV.Nº 848605/2017 - MS/ INCOR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003557 - CONV.Nº 848607/2017 - MS/ INCOR-HCFMUSP	**1.200,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	1.200,00
005003558 - CONV.Nº848609/2017 - MS/ INST.CENTRAL-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003559 - CONV.Nº 850708/2017 - MS/ INCOR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003560 - CONV.Nº 850956/2017 - MS/ICR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003561 - CONV.Nº 851882/2017 - MS/INCOR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003562 - CONV.Nº 851884/2017 - MS/ICR E IPQ-HCFMUSP	**120,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	120,00
005003564 - CONV.Nº 858386/2017 - MS/INCOR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003565 - CONV.Nº 859640/2017 - MS/INCOR-HCFMUSP	**1.800,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	1.800,00
005003566 - CONV.Nº 861657/2017 - MS/ INCOR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003567 - CONV.Nº 861705/2017 - MS/IOT-HCFMUSP	**120,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	120,00
005003568 - CONT.REPAS.851725/2017-MS/INST.GINEC-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003574 - CONVENIO MCTI/FINEP/FNDCT 02/2016 - USP	**55.728,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	55.728,00
005003576 - CONVENIO Nº 868017/2018 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003578 - CONVENIO Nº 869072/2018 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003580 - CONVENIO Nº 869077/2018 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003582 - CONVENIO Nº 869082/2018 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003583 - CONVENIO Nº 869753/2018 - MS/HCFMUSP	**10,00**

09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003585 - CONVENIO 879322/2018 - USP- UFPEL	**64.800,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	64.800,00
005003590 - CONVêNIO Nº 871952/2018 (SICONV)-MDS=USP/FM	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003594 - 694131 INFRA LAB PR METS LIG REAT REFRAT, EE	**32.304,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	32.304,00
005003602 - 874738 AMPL.UN.HEMATOL.HEMOT.- MS/HCFAMEMA	**10,00**
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
005003603 - 882376AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/HCFAMEMA	**10,00**
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
005003606 - CONV872090 AQUIS EQUIP MAT.PERM P UN.HEMAT	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003607 - CONV. 873652-AQU.EQUIP.PERM. HEMAT./HEMOT.	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003608 - CONV.874979-HCFM-BOTUCATU-FORTALECIMENTO SUS	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003609 - CONV.872094-HCFM-BOTUCATU-FORTALECIMENTO SUS	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003611 - CONV.877639-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003612 - CONV.877887-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003613 - CONV.877904-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003614 - CONV.877988-AQU.EQ.MAT.PERM.INCOR	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003615 - CONV.878758-AQU.EQ.MAT.PERM.INCOR	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003616 - 870664 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAMP	**384,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	384,00
005003617 - 877453 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAMP	**2.148,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	2.148,00
005003618 - 877476 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAMP	**2.844,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	2.844,00
005003619 - 877478 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAMP	**636,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	636,00
005003620 - 877479 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAMP	**636,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	636,00

005003621 - 877480 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAMP	**1.056,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	1.056,00
005003622 - 877884 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAMP	**336,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	336,00
005003623 - 877886 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAMP	**1.527,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	1.527,00
005003624 - PART.SELEC.BRAS. 16TH INTERN.GEOGR.OLYM-IGEO	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
005003626 - 697124 EQUIP. IMPL. PLATAF. SEQ. NOVA GER.	**6.444,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	6.444,00
005003644 - CONV.886411-AQUIS.EQUIPAMENTOS-HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003646 - CONV.886340-REF.UNID.HEMAT.HEMOTERAPIA-F.HEM	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003647 - 890987 DES.MET.TRANSF.DIG.(TD)MIC.PEQS.EMPRS	**84,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	84,00
005003648 - 895688 CRIACAO NUCLEO SEGURANÇA FARMACEUTICA	**97.783,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	97.783,00
005003649 - CONV.883418-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003650 - CONV.883429-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003651 - CONV.886289-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003652 - CONV.888507-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003653 - 888096 EST.PESQ.SERVS.HEMAT./HEMOTER.-UNICAMP	**22.732,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	22.732,00
005003654 - 886448 EQ.MAT.PER.UN.HEMATO./HEMOTER.-UNICAMP	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
005003655 - 883512 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAMP	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
005003661 - CONV.892034-AQUIS.EQ.MAT.PERM./MS-H.C.R.PRETO	**10,00**
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	10,00
005003663 - EM.PARLM.FED202039550006-AQ.EQ.MAT.PERM.-HCR	**10,00**
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	10,00
005003664 - 894051-AQ.EQ.MAT.PER.UN.AT.ESPE.SAUDE-UNICAMP	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
005003665 - CONV.886418-AQ.EQ.MAT.PERM.HEMATO-HCFAMEMA	**10,00**

09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
005004001 - CONV.MIN.SAUDE-SUS-PREST.SERVICOS	**629.182,00**
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	86.316,00
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	542.856,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
005005314 - CONVENIO UEC/CAPES	**200.508,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	200.508,00
005005570 - CONV.0648/02-FNDCT/CT/INFRA/FARMEP	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005005572 - CONV.INCRA/SR/-08/N.005/2003-ITESP	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005005575 - CONV.PROAP-011/2004 MINIST.EDUC-CAPES/FAMERP	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005005580 - CONV. MTE/SPPE/CODEFAT Nº164/2004-AGEM SP	**10,00**
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	10,00
005005583 - CONV.MIN.DESENV.AGRARIO-ITESP-SJC	**60.000,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	60.000,00
005005584 - CONVENIOS INCRA/ITESP	**12.000,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	12.000,00
005005594 - CONV.CHAM.PUBL.MCT/FINEP N.1220/05-IPT	**240.000,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	240.000,00
005010059 - CONV.807969,825961,834206E841252/16MS-UNICAMP	**95.544,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	95.544,00
005043059 - OUTROS CONVENIOS FEDERAIS - UNICAMP	**2.396.628,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	2.396.628,00
445210181 - OUTRAS APLICACOES FINANCEIRAS - HC/INCOR	**10,00**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
445210182 - OUTRAS APLICACOES FINANCEIRAS-CLIN.DE GINECO.	**10,00**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
445210183 - OUTRAS APLICACOES FINANC.-HC CLIN.GASTRO	**10,00**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
445210184 - OUTRAS APLICACOES FINANC.-HC CLIN.CIR.CAB/PES	**10,00**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
13210041 - REMUNERACAO RECURSOS RPPS-PRINCIPAL	**13.299.211,00**
445210301 - EM RENDA FIXA	**13.299.171,00**

004001001 - GERAL	**5.557.674,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	5.557.674,00
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**7.741.497,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	7.741.497,00
445210302 - EM RENDA VARIAVEL	**20,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
445210303 - EM FUNDOS IMOBILIARIOS	**20,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
13210061 - JUROS SOBRE O CAPITAL PROPRIO - PRINCIPAL	**1.273.384,00**
442910106 - JUROS DE CAPITAL PROPRIO - PRODESP	**1.273.384,00**
004001001 - GERAL	**1.273.384,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	1.273.384,00
1322 - DIVIDENDOS	**120.726,00**
132200 - DIVIDENDOS	**120.726,00**
13220011 - DIVIDENDOS - PRINCIPAL	**120.726,00**
492210102 - DIVIDENDOS DAS ACOES DA CPFL	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
492210180 - OUTROS DIVIDENDOS DO ESTADO	**120.716,00**
004001001 - GERAL	**84.700,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	636,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	10,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	7,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	10,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	84.000,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**10,00**
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**36.006,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00

16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	3,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	36.000,00
1329 - OUTROS VALORES MOBILIARIOS	**20,00**
132900 - OUTROS VALORES MOBILIARIOS	**20,00**
13290011 - OUTROS VALORES MOBILIARIOS - PRINCIPAL	**20,00**
433110302 - ALUGUEIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DO ESTADO	**20,00**
004001001 - GERAL	**14,00**
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	7,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**6,00**
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	3,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
133 - DELEGACAO DE SERVICOS PUBLICOS MEDIANTE CONC	**250.894.787,00**
1332 - DELEGACAO DOS SERVICOS DE INFRAESTRUTURA	**250.894.787,00**
133201 - DELEGAçãO P.EXPLOR.INFRAEST.TRANSP.RODOVIARI	**227.002.787,00**
13320111 - DELEG.EXPL. TRANSP.RODOV.SETOR PRIVADO-PRINC	**227.002.787,00**
433112301 - RECOLHIMENTO DE ONUS FIXO - DER	**39.999.995,00**
004001001 - GERAL	**27.999.996,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	27.999.996,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**11.999.999,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	11.999.999,00
433112302 - RECOLHIMENTO DE ONUS FIXO-RECEBIVEIS -CPP-DER	**10,00**
004001002 - RECURSOS PROVENIENTES DA PPP - ADM.INDIRETA	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
433112303 - RECOLHIMENTO DE ONUS FIXO-RETENCAO-DER	**10,00**
004001004 - RECURSOS DA ADM.INDIRETA-ONUS FIXO - RETENCA	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
433118001 - DO ESTADO	**187.002.772,00**
004000000 - REC.PROPRIO-ADM.IND.-DOT.INIC.CRED.SUPL.	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
004001001 - GERAL	**121.049.181,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	112.630,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	120.936.551,00
004001056 - CONTRATO CONCESSAO PPP NOVA TAMOIOS/ARTESP	**7,00**
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	7,00
004001057 - GARANTIA PPP - RODOVIA DOS TAMOIOS - ARTESP	**9.852.738,00**
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	9.852.738,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**10,00**
16091 - DERSA-DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S.A.	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**56.100.829,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	48.270,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	56.052.556,00
133204 - DELEGACAO PARA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA	**23.892.000,00**
13320411 - DELEGACAO EXPL.INFRA AEROPORTUARIA-PRINCIPAL	**23.892.000,00**
433112304 - RECEITA DE OUTORGA SERV.INFRAESTRUT.AEROPORT.	**23.892.000,00**
004001001 - GERAL	**20.232.000,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	20.232.000,00
004001049 - CONCESSOES AEROPORTOS-DAESP	**92.400,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	92.400,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3.567.600,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	3.567.600,00
134 - EXPLORACAO DE RECURSOS NATURAIS	**2.965.714,00**
1345 - EXPLORACAO DE RECURSOS HIDRICOS	**2.965.714,00**
134501 - OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HIDRI	**2.965.714,00**
13450111 - OUTORGA DIREITO USO REC. HIDRICOS-PRINCIPAL	**2.965.714,00**
433116201 - DO ESTADO	**2.965.714,00**
004001001 - GERAL	**2.076.000,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	2.076.000,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**889.714,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	889.714,00
135 - EXPLORACAO DO PATRIMONIO INTANGIVEL	**540.000,00**
1350 - EXPLORACAO DO PATRIMONIO INTANGIVEL	**540.000,00**
135001 - OUTORGA DE DIREITO DE USO OU DE EXPLORACAO D	**540.000,00**
13500111 - DIR.USO OU EXPL.DE CRIACAO-INST.CIENT.E TECN	**540.000,00**
433119906 - DIR.USO OU EXPL.DE CRIACAO-INST.CIENT.E TECNO	**540.000,00**
004001001 - GERAL	**540.000,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	540.000,00
136 - CESSAO DE DIREITOS	**10.395.242,00**
1360 - CESSAO DE DIREITOS	**10.395.242,00**
136001 - CESSAO DO DIREITO DE OPERACIONALIZACAO DE PA	**10.395.242,00**
13600111 - CESSAO DIREITO OPERACIONAL.PAGTOS- PRINCIPAL	**10.395.242,00**
433119980 - OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	**10.395.242,00**
004001001 - GERAL	**10.395.242,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	2.040,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	4.741.910,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	5.651.292,00
14 - RECEITA AGROPECUARIA	**25.329.438,00**
140 - RECEITA AGROPECUARIA	**25.329.438,00**
1400 - RECEITA AGROPECUARIA	**25.329.438,00**
140000 - RECEITA AGROPECUARIA	**25.329.438,00**
14000011 - RECEITA AGROPECUARIA - PRINCIPAL	**25.329.438,00**
431111104 - RECEITAS DA PRODUCAO VEGETAL DO ESTADO	**24.929.710,00**
004001001 - GERAL	**17.450.797,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	17.450.790,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**7.478.913,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7.478.910,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	3,00
431111211 - REC.DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS DO ESTADO	**39.728,00**
004001001 - GERAL	**39.725,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	39.708,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	3,00
431111599 - OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS DO ESTADO	**360.000,00**
004001001 - GERAL	**360.000,00**
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	360.000,00
15 - RECEITA INDUSTRIAL	**129.632.698,00**
150 - RECEITA INDUSTRIAL	**129.632.698,00**
1500 - RECEITA INDUSTRIAL	**129.632.698,00**
150000 - RECEITA INDUSTRIAL	**129.632.698,00**
15000011 - RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL	**129.632.698,00**
432110201 - RECEITAS: IND. EDITORIAL E GRAFICA DO ESTADO	**40,00**
004001001 - GERAL	**34,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**6,00**
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	3,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	3,00
432118080 - OUTRAS RECEITAS: INDUSTR.TRANSFORM. DO ESTADO	**129.632.648,00**
004001001 - GERAL	**122.144.243,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	110.144.665,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	1.800,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	7,00
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	11.997.771,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**2.346.500,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	2.346.500,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**5.141.905,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	3,00
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	5.141.902,00
432118081 - OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS DO ESTADO	**10,00**
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
16 - RECEITA DE SERVICOS	**5.037.280.576,00**
161 - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	**88.421.333,00**
1610 - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	**88.421.333,00**
161001 - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	**86.792.721,00**
16100111 - SERVICO ADMINISTRATIVO/COML.GERAL -PRINCIPAL	**86.792.721,00**
433110501 - SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS DO ESTADO	**12.791.833,00**
004001001 - GERAL	**8.954.273,00**
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	8.954.273,00
004001060 - SECGOV/SEADE PERCEPCAO OFERTA SERV PUBLICOS	**10,00**
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3.837.550,00**
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	3.837.550,00
433111401 - SERVICOS DE COMUNICACAO	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
433113702 - SERVICOS DE VENDA DE EDITAIS	**252.050,00**
004001001 - GERAL	**252.034,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	252.000,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	7,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**10,00**
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**6,00**

26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	3,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	3,00
433113703 - SERV.DE FOTOCOPIAS E/OU COPIAS HELIOGRAFICAS	**32.416,00**
004001001 - GERAL	**18.597,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	2.400,00
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	8.616,00
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	2.868,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	4.216,00
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	7,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	7,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	7,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	432,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**12.565,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	12.565,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**1.244,00**
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	3,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	1.229,00
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	3,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	3,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	3,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	3,00
433113704 - OUTRAS TAXAS DE ADMINISTRACAO - SPPREV	**10,00**
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
433113780 - OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	**1.767.142,00**
004001001 - GERAL	**1.767.142,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	1.767.132,00
433113901 - RECEITA DE SERVICOS EDUCACIONAIS DO ESTADO	**40.205.132,00**
004001001 - GERAL	**40.205.132,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	418.008,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	36.000.000,00
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	2.206.260,00
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	1.580.844,00
433119981 - OUTROS SERVICOS COMERCIAIS	**31.744.128,00**
004001001 - GERAL	**22.229.827,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	10,00
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	28.728,00
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	1.044,00
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	7,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	7,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	22.200.000,00
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**9.514.301,00**
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	3,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	3,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	3,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	3,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	9.514.286,00
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	3,00
161002 - INSCRICAO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	**40,00**
16100211 - INSCRICAO CONCURSO/PROC.SELETIVOS- PRINCIPAL	**40,00**
433113701 - SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PUBLICOS	**40,00**
004001001 - GERAL	**37,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	7,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	3,00
161003 - SERVICOS DE REGISTRO, CERTIFICACAO E FISCALI	**1.628.572,00**
16100311 - SERVICO REGISTRO,CERTIFIC,FISCAL.- PRINCIPAL	**1.628.572,00**
433113580 - OUTROS SERVICOS DE METROLOGIA E CERTIFICACAO	**1.628.572,00**
004001001 - GERAL	**1.140.000,00**
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	1.140.000,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**488.572,00**
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	488.572,00
162 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A NAVEGACAO	**1.877.780.777,00**
1620 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A NAVEGACAO E AO TRANSPORTE	**1.877.780.777,00**
162002 - SERVICOS DE TRANSPORTE	**1.877.780.777,00**
16200211 - SERVICOS DE TRANSPORTE - PRINCIPAL	**1.877.780.777,00**
433113001 - RODOVIARIO	**53.941.392,00**
004001001 - GERAL	**37.758.975,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	11.400.000,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	26.358.975,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**16.182.417,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	4.885.714,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	11.296.703,00
433113002 - FERROVIARIO	**1.823.839.385,00**
004001002 - RECURSOS PROVENIENTES DA PPP - ADM.INDIRETA	**10,00**
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	10,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**1.823.839.375,00**
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	1.823.839.375,00
163 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAUDE	**2.288.822.958,00**
1630 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAUDE	**1.770.146.768,00**
163002 - SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE DE SERVIDORE	**1.770.146.768,00**
16300211 - SERV.ASSIST.SAUDE SUPLEMENTAR-SERVIDOR CIVIL	**1.578.146.758,00**
421918001 - CONTRIBUICOES FACULTATIVAS	**189.816,00**
004001001 - GERAL	**189.816,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	189.816,00
421918002 - CONTRIBUICOES FACULTATIVAS DOS AGREGADOS	**102.801.348,00**
004001001 - GERAL	**102.801.348,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	102.801.348,00
421918003 - CONTR.P/ASSIST.MEDICA,HOSPITALAR E ODONTOLOG.	**30.882.672,00**
004001001 - GERAL	**30.882.672,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	30.882.672,00
421918004 - CONTRIBUICOES FACULTATIVAS - INATIVO	**2.559.924,00**
004001001 - GERAL	**2.559.924,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	2.559.924,00
421918005 - CONTRIBUICOES OBRIGATORIAS - INATIVO	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
421918006 - CONTRIBUICOES FACULTATIVAS - SERVIDORES CLT	**3.330.180,00**
004001001 - GERAL	**3.330.180,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	3.330.180,00
421918007 - CONTRIBUIC. FACULTAT. AGREGADOS-SERVID. CLT	**2.083.908,00**
004001001 - GERAL	**2.083.908,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	2.083.908,00
421918009 - CONTRIBUICOES DOS SERVIDORES CIVIS E OUTRAS	**1.436.298.900,00**
004001001 - GERAL	**1.436.298.900,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	1.436.298.900,00
16300221 - SERV.ASSIST.MEDICO-HOSPITALAR DO MILITAR	**192.000.010,00**
421918015 - SERV.DE ASSIST.MEDICO-HOSPITALAR DO MILITAR	**192.000.010,00**
004001001 - GERAL	**192.000.010,00**
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	192.000.000,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
1638 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAUDE - E	**518.676.190,00**
163801 - SERVICOS DE SAUDE - ESPECIFICO PARA ESTADOS/	**518.676.190,00**
16380111 - SERVICOS HOSPITALARES - PRINCIPAL	**4.056.050,00**
433113301 - SERVICOS HOSPITALARES	**4.056.050,00**
004001001 - GERAL	**4.056.050,00**
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	2.496.000,00
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	1.560.000,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
16380191 - OUTROS SERVICOS DE SAUDE - PRINCIPAL	**514.620.140,00**
433113380 - OUTROS SERVICOS DE SAUDE	**514.620.140,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	10,00
004001133 - REC.PROP.ADM.IND-COVID19	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
004002414 - UEC/SUS/SP	**248.893.788,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	248.893.788,00
004010059 - OUTROS SERV SAUDE - UNICAMP	**265.726.332,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	265.726.332,00
169 - OUTROS SERVICOS	**782.255.508,00**
1690 - OUTROS SERVICOS	**782.255.508,00**
169099 - OUTROS SERVICOS	**782.255.508,00**
16909911 - OUTROS SERVICOS - PRINCIPAL	**782.255.508,00**
433113004 - SERV.ADM/MANUT PATIOS RECOLHIM VEICULOS-DER	**3.854.040,00**
004001001 - GERAL	**2.697.828,00**

16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	2.697.828,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**1.156.212,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	1.156.212,00
433119901 - LICENCA DE INSTALACAO E FUNCIONAMENTO	**198.898.731,00**
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**198.898.731,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	198.898.731,00
433119903 - SERV DECORRENTES COMPENSACAO AMBIENTAL-CETEB	**3.600.000,00**
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**3.600.000,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	3.600.000,00
433119982 - OUTROS SERVICOS DO ESTADO	**575.902.737,00**
004001001 - GERAL	**224.216.159,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	60.672,00
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	5.604,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	452.000,00
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
10046 - FUNDACAO UNIV.VIRTUAL DO EST.DE S.P.-UNIVESP	5.175.336,00
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	137.916.264,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	7.325.670,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	9.600.000,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	6.000.000,00
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	415.656,00
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	43.848.039,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	265.620,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	7,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	11.472,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	714.000,00
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	5.775.576,00
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	10,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	1.577.338,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	336.000,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	378.000,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	235.600,00
29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE	7,00
29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA	7,00
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	4.123.150,00

10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	47.496,00
004001054 - PROG.AVAL.DESEMP.SOROL.2017-OPAS/HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
004001058 - CONV5784DER/DAEE:APOIOC.REC.ANIMS.SILVS.AODE	**7,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
004001059 - TERMO DE AJUSTE-FUNDESPAR/ITESP	**425.375,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	425.375,00
004001061 - CON.DAEE/F.FL.APA PIRACICABA/JUQUERI-MIRIM I	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001062 - EMPLACAMENTO/MODELO MERCOSUL	**152.075.880,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	152.075.880,00
004001133 - REC.PROP.ADM.IND-COVID19	**20,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	10,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**123.144.206,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	70.455.572,00
16091 - DERSA-DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S.A.	10,00
16093 - COMPANHIA DOCAS DE SAO SEBASTIAO	25.355.872,00
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	12.054.352,00
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	15.278.400,00
004004005 - REC.VINC.CONVÊNIO EMBRAPII-IPT	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
004004006 - REC.VINC.OUTROS CONVÊNIOS-IPT	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
004004007 - REC. VINC. INTERVEN. CONV. BNDES - IPT	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
004004008 - REC.VINC.INTERVEN.CONV.EMBRAPII-IPT	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
004004009 - REC.VINC.INTERVEN.CONV.OUTRAS-IPT	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
005003200 - CONV.N.20/ANTT/2004 ANTT E ARTESP	**10,00**
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**24.777.517,00**
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	14.573.146,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	3,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	113.843,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	3,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	4.917,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	488.304,00

51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	7,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	60,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	7,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
004001008 - OUTROS SERV EDUCACAO - UNICAMP	**37.866.756,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	37.866.756,00
004001026 - CONVENIOS USP - RECEITA PROPRIA	**3.381.276,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	3.381.276,00
004001028 - CONV. UNIVESP-FUND P. ANCHIETA	**7,00**
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	7,00
004001029 - CONV 5625/2012 DER-DADE/PM SALTO	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
004001033 - COMP AMB-F.FLORESTAL / AUTOBAN	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001034 - COMP AMB-F.FLORESTAL /CESP	**799.380,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	799.380,00
004001035 - COMP AMB-F.FLORESTAL /DERSA	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001036 - COMP AMB-F.FLORESTAL /ECOVIAS	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001037 - COMP AMB-F.FLORESTAL /TRANSPETRO	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001038 - COMP AMB-F.FLORESTAL /PETROBRAS-TRANSPETRO	**8.928.501,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	8.928.501,00
004001039 - COMP AMB-F.FLOREST/DEB-PEQ.CENTRAIS HIDRELET	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001040 - COMP AMB-F.FLORESTAL /PEDREIRA MARIA TERESA	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001041 - COMP AMB-F.FLORESTAL /CIA BRAS ALUMINIO-CBA	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001042 - COMP AMB-F.FLOREST/MIN PUB./COND ACQUARIVIER	**7,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
004001046 - COMP AMB-F.FLORESTAL/DIVERSOS INSTRUMENTOS	**240.000,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	240.000,00
004001047 - CONV. FF/AJ/16004-7-14 - DER/F.FLORESTAL	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
004001052 - RECURSO FUNDO DE PESQUISA-MUSEU PAULISTA/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
004001053 - RECURSO FUNDO DE PESQUISA-MUSEU ZOOLOGIA/USP	**47.496,00**

17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	2.475.247,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	4.947.978,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	144.003,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	162.000,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	100.971,00
29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE	3,00
29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA	3,00
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	1.767.064,00
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	3,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	26,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	3,00
17 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	**2.162.973.405,00**
171 - TRANSFERENCIAS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	**1.894.943.019,00**
1718 - TRANSFERENCIAS DA UNIAO - ESPECIFICAS DE EST	**1.894.943.019,00**
171801 - PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	**100.532.076,00**
17180171 - COTA-PARTE CIDE-CONT.INTERV. DOM.ECON.-PRINC	**100.532.076,00**
452139902 - CTA-PTE CONTR.INTERV.DOMINIO ECONOMICO - CIDE	**100.532.076,00**
005003194 - CIDE - CONTR.DE INTERV. NO DOMINIO ECONOMICO	**100.532.076,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	100.532.076,00
171802 - TRANSFERENCIA DA COMPENSACAO FINANCEIRA PELA	**1.309.085.197,00**
17180231 - COTA-PARTE ROYALTIE-COMP.FIN.PROD.PETR-PRINC	**241.485.197,00**
452130603 - COTA-PTE ROYALTIES: COMP.FINANC.PROD.PETROLEO	**241.485.197,00**
002016004 - COMP FIN EXPLOR PETROLEO GAS-LEI N.16004/201	**241.485.197,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	241.485.197,00
17180241 - COTA-PARTE ROYALTIES EXCEDENTE-LEI 9.478/97	**140.000.000,00**
452130608 - COTA-PARTE ROYALTIES EXCEDENTE-LEI 9.478/97	**140.000.000,00**
002016004 - COMP FIN EXPLOR PETROLEO GAS-LEI N.16004/201	**140.000.000,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	140.000.000,00
17180251 - COTA-PARTE ROYALTIE-PART.ESPECIAL-PRINCIPAL	**924.600.000,00**
452130605 - COTA PTE.ROYALTIES PART.ESPECIAL-LEI 9748/97	**924.600.000,00**
002016004 - COMP FIN EXPLOR PETROLEO GAS-LEI N.16004/201	**924.600.000,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	924.600.000,00
17180261 - COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO -FE	**3.000.000,00**
452130607 - COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO -FEP	**3.000.000,00**
002016004 - COMP FIN EXPLOR PETROLEO GAS-LEI N.16004/201	**3.000.000,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	3.000.000,00
171803 - TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO D	**353.531.806,00**
17180351 - TRANSFERENCIA REC.SUS-GESTAO SUS - PRINCIPAL	**353.531.806,00**
452131102 - TRANSF.RECURS.SUS DESP.CORR-REP FUNDO A FUNDO	**353.531.806,00**

005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**320.227.398,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	32.400.000,00
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	6.112.440,00
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	94.680.000,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	165.000.000,00
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	18.684.918,00
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	3.350.000,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	10,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
005003377 - PORT.MS2804/12 INC.QUAL.ACOES VIG.PREV.DENGU	**10,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
005003378 - PORT.MS2033/13 PISO FIXO VIGILANCIA EM SAUDE	**10,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
005003379 - PORT.MS2900/13 DESEN.EST.PESQ.EM LEISHMANIOS	**10,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
005004001 - CONV.MIN.SAUDE-SUS-PREST.SERVICOS	**33.304.378,00**
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	3.784.368,00
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	29.520.000,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
171805 - TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	**10,00**
17180511 - TRANSFERENCIA DO SALARIO-EDUCACAO - PRINCIPAL	**10,00**
452130901 - TRANSFERENCIA DO SALARIO EDUCACAO - 2/3	**10,00**
005003002 - SALARIO EDUCACAO-CTA-PTE CONTRIB.2/3	**10,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
171810 - TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUS	**131.793.920,00**
17181011 - TRANSF.CONVENIOS UNIAO PARA SUS - PRINCIPAL	**10,00**
452131201 - TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO P/O SUS	**10,00**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
17181091 - OUTRAS TRANSF.CONVENIOS UNIAO - PRINCIPAL	**131.793.910,00**
452139908 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	**131.793.910,00**
005003103 - CONV.UNIAO-ESTADOS-DAESP-PR.ESP.TAR.AEROPORT	**10,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	10,00
005003129 - CONV.AGENCIA NAC.DE EN.ELETRICA ANEEL- ARSESP	**10.500.000,00**
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	10.500.000,00
005003130 - PRO-SANGUE - EMENDAS PARLAMENTARES	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00

005003132 - HCSP-GAR.QUAL.PRO.FARM-LEI8666/93 DEC93872/8	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003142 - CONVENIO DF 37008/00-PONTAL DO PARANAPANEMA	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005003144 - CONVENIO DF 36001/00-NUCLEO COLONIAL MONCOES	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005003153 - CONV.N.081/2001-D.P.N.DEC.46058-FUNAP	**10,00**
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	10,00
005003157 - CONV.DS00005/99-I-PROG.DEMANDA SOCIAL-IAMSPE	**10,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
005003159 - CONVENIOS MIN.DA SAUDE/FURP	**10,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	10,00
005003160 - CONV.S/N DE ASSIST.SAUDE-SUS-FUND.ONCOCENTRO	**10,00**
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003161 - CONVENIOS - UNESP E CAPES	**6.000.000,00**
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	6.000.000,00
005003172 - CONVENIO S/N-PROC.0606/96- FUND. CASA	**10,00**
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	10,00
005003189 - PRONAF-MIN.AGRIC/ITESP0150708-58/2002/MET/CA	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005003190 - CONVêNIO Nº 1515 - FNS/ MINISTéRIO DA SAúDE	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003191 - CONVENIOS MINISTERIO DA SAUDE/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003192 - PROGRMAS CNPQ-FAPESP-CONVENIOS 1090 E 1091/0	**7.500.000,00**
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	7.500.000,00
005003195 - CONVENIO-MEC-SES/CEET-P.SOUZA	**10,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
005003199 - CONV.PROG-CGPP-046/2006 CAPES-FAMERP	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003206 - CONV.MMA 107/2004-MINIST.MEIO AMBIENTE/CETES	**10,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
005003207 - CONV. Nº2004CV000008-MINIST.MEIO AMB./CETESB	**10,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
005003221 - HC-RIB.PRETO/FINEP	**10,00**
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	10,00
005003226 - CONVENIO 065/2007 - FUNAP/MIN.JUSTICA	**10,00**
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	10,00
005003235 - CONV.005/08 PRONASCI M.JUSTICA/PROCON	**10,00**

17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	10,00
005003247 - CONV.27/2008-M.SAUDE/FUNASA/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003254 - CONVENIOS MINISTERIO DA EDUCAÇÃO/USP	**8.499.996,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	8.499.996,00
005003263 - MINIST.DESENV.SOC.-COMB.FOME-CEET PAULA SOUZA	**10,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
005003265 - CONV.25/2008-FAMEMA-S.SAUDE-MIN.SAUDE	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003275 - CONV.1293/08-MIN.CIENCIA E TECNOL./USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003276 - CONV.MIN.SAUDE/CAIXA ECON. FED.- HC DA USP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003277 - CONV.707437/09-MJ-SEDH-FUNDAÇÃO CASA	**10,00**
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	10,00
005003279 - MINISTERIO DO ESPORTE - USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003282 - MIN. CULTURA-USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003283 - SEC.ESP.E.DIR.HUMANOS-USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003290 - MINIST.MINAS E ENERGIA/ANP - USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003295 - CONVENIO 658469/09 - FNDE/CENTRO PAULA SOUZA	**10,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
005003296 - CONV.01/2010-MINISTERIO DO TRANSPORTE/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003297 - CONV.62000/2009-001/00-MARINHA DO BRASIL/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003302 - CONV.750347/10-MS/FURP-EQUIV.FARMAC.BIODISPO	**10,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	10,00
005003313 - CONTR.007MMA00/2011-MIN.MEIO AMBIENTE - USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003320 - CONV.33175/2011-MS-FHEMOCENTRO - CAPACITACAO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003324 - CONV.761673/11-MS/HCBOTUCATU-VALID.HEMOCOMPO	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003326 - CONTR.11.2.0775.1 BNDES-IPT/FUSP/GERDAU	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00

005003327 - MIN.SAUDE/FAC.MED.S.JOSE R.PRETO-CV.777211/1	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003335 - CONV.775910/2012-MIN.SAUDE/HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003340 - CONVENIO N.776438/2012-MINIST.DA SAUDE/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003342 - PAULA SOUZA - PRONATEC (MEC/FNDE)	**10,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
005003343 - CONV.774741/12-FNS/HCFMUSP PESQ.S.TRANSPLANT	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003348 - CONV.IPEM-SP/INMETRO-CONTA V	**87.147.636,00**
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	87.147.636,00
005003364 - QUALIF MULHERES PRESAS S.PRISIONAL SP/FUNAP	**10,00**
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	10,00
005003372 - CONV.802115/14 FAMERP/FUND.APER.PES.NIVEL SU	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003387 - PORT.MS 402/2014-PROJ.DERMATOL SAN.HANSENIAS	**10,00**
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	10,00
005003388 - CONV 806259/2014 INCRA/ITESP	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005003419 - CONV 811219/2014 MIN.SAUDE/HC.BOTUCATU.	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003420 - CONV 812011/2014 MJ-SEC.NAC.POL.S.DROGAS/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003421 - CONV 792583/2013 MS-HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003423 - CONV MDA 812705/2014 - MIN DES AGRARIO/ITESP	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005003434 - CONV 808493/2014 MIN AGRIC.PEC.ABAST-MAPA/US	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003445 - CONV.822.629/2015-SEC.NAC.POLIT.DROGAS-MJ/US	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003455 - CONV. 834452/2016 - CAPES/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003458 - CONVENIO Nº 817120 - MIN.SAUDE/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003486 - CONV. 838096/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003489 - CONV. 771232/2012 - MS/SES/HCFMUSP	**10,00**

09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003499 - CONVENIO N.836280/2016-MS/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003507 - CONV.N.837057/2016-MIN.SAUDE/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003520 - CONV.839161/2016-MIN.EDUC.-SES/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003533 - CONV. 848722/2017 - PROFMAT - CAPES/ME/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003534 - CONV.824033/15-PROEXT 2015-MJ-SESU/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003535 - CONV.842772/17-SIFLOR CERRADO-MAPA/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003544 - BOLSA-FORM.PRONATEC MEDIOTEC II-MEC/CEETEPS	**3.151.800,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	3.151.800,00
005003549 - BOLSA-FORM.PRONATEC PRISIONAL-MEC/CEETEPS	**3.782.160,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	3.782.160,00
005003568 - CONT.REPAS.851725/2017-MS/INST.GINEC-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003576 - CONVENIO Nº 868017/2018 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003578 - CONVENIO Nº 869072/2018 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003580 - CONVENIO Nº 869077/2018 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003582 - CONVENIO Nº 869082/2018 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003583 - CONVENIO Nº 869753/2018 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003594 - 694131 INFRA LAB PR METS LIG REAT REFRAT, EE	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003603 - 882376AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/HCFAMEM	**10,00**
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
005003624 - PART.SELEC.BRAS. 16TH INTERN.GEOGR.OLYM-IGEO	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
005003626 - 697124 EQUIP. IMPL. PLATAF. SEQ. NOVA GER.	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003647 - 890987 DES.MET.TRANSF.DIG.(TD)MIC.PEQS.EMPRS	**2.638.198,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	2.638.198,00
005003653 - 888096 EST.PESQ.SERVS.HEMAT./HEMOTER.-UNICAMP	**2.273.290,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	2.273.290,00
005003654 - 886448 EQ.MAT.PER.UN.HEMATO./HEMOTER.-UNICAMP	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
005003664 - 894051-AQ.EQ.MAT.PER.UN.AT.ESPE.SAUDE-UNICAMP	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
005005314 - CONVENIO UEC/CAPES	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
005005572 - CONV.INCRA/SR/-08/N.005/2003-ITESP	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005005575 - CONV.PROAP-011/2004 MINIST.EDUC-CAPES/FAMERP	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005005580 - CONV. MTE/SPPE/CODEFAT Nº164/2004-AGEM SP	**10,00**
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	10,00
005005583 - CONV.MIN.DESENV.AGRARIO-ITESP-SJC	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005005584 - CONVENIOS INCRA/ITESP	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005005594 - CONV.CHAM.PUBL.MCT/FINEP N.1220/05-IPT	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
005010059 - CONV.807969,825961,834206E841252/16MS-UNICAM	**300.000,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	300.000,00
005043059 - OUTROS CONVENIOS FEDERAIS - UNICAMP	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
171899 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	**10,00**
17189911 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO - PRINCIPAL	**10,00**
452139980 - DEMAIS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	**10,00**
005003193 - CONV.PORT.737/03-MS/IAMSPE-SRAG	**10,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
172 - TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FED	**24.225.310,00**
1728 - TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS - ESPECIFICAS DE	**24.225.310,00**
172810 - TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO	**24.225.280,00**
17281011 - TRANSF.CONVENIO ESTADO PARA SUS -PRINCIPAL	**20,00**
452140103 - TRANSF.DE CONVENIOS AO SISTEMA UNICO DE SAUDE	**20,00**
004001001 - GERAL	**20,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
17281021 - TRANSF.CONVENIO ESTADO AO PROG.EDUCACAO-PRIN	**600.000,00**
452140101 - TRANSFERENCIAS A PROGRAMAS DE EDUCACAO	**600.000,00**
004001001 - GERAL	**600.000,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	600.000,00
17281091 - OUTRAS TRANSF.CONVENIOS ESTADO-PRINCIPAL	**23.625.260,00**
452149901 - OUTRAS TRANFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS	**23.625.260,00**
004001001 - GERAL	**23.625.260,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	23.625.240,00
172899 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	**30,00**
17289911 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS - PRINCIPAL	**30,00**
452340502 - DEMAIS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	**30,00**
004001001 - GERAL	**7,00**
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	7,00
004001024 - CONVêNIO ESP/SECRETARIA DE ENERGIA/ARSESP	**7,00**
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	7,00
004001048 - CONVENIO Nº 819/2016 - SEC.SAUDE/FURP	**10,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**6,00**
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	3,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	3,00
173 - TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTI	**840.020,00**
1738 - TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS -ESPECIFICAS D	**840.020,00**
173899 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	**840.020,00**
17389911 - OUTRAS TRANSFERERENCIAS MUNIC. - PRINCIPAL	**840.020,00**
452350501 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	**840.020,00**
004001001 - GERAL	**588.014,00**
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	588.000,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	7,00
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**252.006,00**
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	252.000,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	3,00
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	3,00
174 - TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	**242.784.936,00**
1748 - TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS - ES	**242.784.936,00**
174810 - OUTRAS TRANSFERENCIA DE INSTITUICOES PRIVADA	**242.784.936,00**
17481011 - OUTRA TRANSF.INST.PRIV. AO E/DF/M-PRINCIPAL	**242.784.936,00**
452310101 - DEMAIS TRANSF.DE INSTITUICOES PRIVADAS	**10,00**
004001003 - RECURSOS PROV.EMPR.PRIV.CATEDRA MEM.AM.LATIN	**7,00**
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	3,00
452310102 - DOACOES DE INSTITUICOES DIVERSAS AO ESTADO	**14.600.180,00**
004001001 - GERAL	**9.600.132,00**
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	9.600.000,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	7,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	10,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	7,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	7,00
29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE	7,00
29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA	7,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
004001050 - PATROC.LEI ROUANET-AUD.SIMON BOLIVAR-MEMORIA	**7,00**
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
004001055 - REC.CONVENIOS ENTIDADES NAO-GOVERN.-FAPESP	**3.500.000,00**
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	3.500.000,00
004001133 - REC.PROP.ADM.IND-COVID19	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**10,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**1.500.021,00**
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	1.500.000,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	6,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	3,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	3,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	3,00
29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE	3,00
29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA	3,00
453210101 - TRANSF.DE INST.PRIV.COM FINS LUCRAT.P/CONVEN.	**228.184.696,00**
002002524 - CONV.N.006/2011 - DETRAN/DPVAT/FENASEG	**7,00**

51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	7,00
004001001 - GERAL	**7,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	7,00
004001015 - FAMEMA/PNUD-ACORDO 47/2058	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
004001030 - CONV DPVAT/DETRAN	**1.920.000,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	1.920.000,00
004001031 - CONV GRAVAME/DETRAN	**7,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	7,00
004001032 - CONV SIRCOF/DETRAN	**155.289.252,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	155.289.252,00
004001045 - TERMO COOP PROJ ACADEM E CULT - USP/SANTANDE	**3.600.000,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	3.600.000,00
004001133 - REC.PROP.ADM.IND-COVID19	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**67.375.403,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	67.375.403,00
459110102 - DOACOES RECEBIDAS-COVID-19	**50,00**
004001133 - REC.PROP.ADM.IND-COVID19	**30,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
004004133 - REC.PROPRIOS EMPRESAS - COVID-19	**10,00**
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	10,00
005001133 - REC.TRANSF.FEDERAIS-COVID19	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
176 - TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	**50,00**
1768 - TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR - ESPECIFICAS DE	**50,00**
176810 - OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DO EXTERIO	**50,00**
17681011 - OUTRAS TRANSF.CONVENIOS EXTERIOR-PRINCIPAL	**50,00**
452310103 - DOACOES DO EXTERIOR	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
456110101 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	**40,00**
004001001 - GERAL	**40,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	10,00
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00

177 - TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	**180.070,00**
1778 - TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS - ESPECIFI	**180.070,00**
177801 - TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS - ESPECIFI	**20,00**
17780191 - OUTRAS TRANSF.PF ESPECIF.E/DF/M N.E.ANT-PRIN	**20,00**
458110102 - DOACOES DE PF - COVID-19	**20,00**
004001133 - REC.PROP.ADM.IND-COVID19	**20,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
177810 - OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DO EXTERIO	**180.050,00**
17781011 - OUTRA TRANSF.CONV.EXTERIOR-ESPEC E/DF/M-PRIN	**180.050,00**
458110101 - DOACOES DE PESSOAS FISICAS	**180.050,00**
004001001 - GERAL	**180.038,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	180.000,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	7,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	7,00
29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE	7,00
29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**12,00**
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	3,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	3,00
29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE	3,00
29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA	3,00
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**2.669.999.286,00**
191 - MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICI	**1.501.616.894,00**
1910 - MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	**1.501.616.894,00**
191001 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA	**1.466.809.538,00**
19100111 - MULTAS PREVISTAS LEG. ESPECIFICA-PRINCIPAL	**1.466.809.538,00**
442419906 - MULTAS POR INFRACAO DO REG.-DIV.DEP.DO ESTADO	**54.832.979,00**
002002609 - MULTA INFR LEGIS (DER-SEGMENTO 5)	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
004001001 - GERAL	**38.020.552,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	139.200,00
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00

12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	7,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	1.851.216,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	7,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	36.000.000,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	10,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	7,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	30.000,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	7,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	7,00
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	7,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	7,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
004001006 - REC.PROPR-TX.REG.CONTR.FISC.SERV.SAN.BASICO	**7,00**
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	7,00
004001007 - MULT.INFR.REGULAM.NFP-PROCON	**1.248,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	1.248,00
004001063 - PROGR.FISCALIZACAO CONT. DO DAEE-PROFISC	**7,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**575.757,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	575.737,00
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**20,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	10,00
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**16.235.371,00**
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	3,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	793.381,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	3,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	15.429.106,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	3,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	12.857,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	3,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	3,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	3,00
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	3,00

51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	6,00
442419907 - MULTAS POR INFRACAO DO REGULAMENTO - DETRAN	**309.437.143,00**
002002542 - MULTAS DE TRANSITO	**216.606.000,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	216.606.000,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**92.831.143,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	92.831.143,00
442419912 - MULTAS P/INFR.REGUL-MULT.EM ESTR.RODAGEM-DER	**962.628.720,00**
002002104 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER-TX.	**673.840.104,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	673.840.104,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**288.788.616,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	288.788.616,00
442419913 - FDO NAC.SEG.EDUC.TRANS.- FUNSET - 5% - DER	**53.276.508,00**
002002515 - FUNSET-FDO.NAC.SEG.EDUC.TRANS.(LF.2613/98)	**50.576.844,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	50.576.844,00
002002608 - MULTA INFR LEGIS TRANSITO (RENAINF)	**2.699.664,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	2.699.664,00
442419914 - MULTAS P/INFR.REG.- CONVENIO ENTRE DER/DERSA	**10,00**
002002104 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER-TX.	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
442419915 - FDO NAC.SEG.EDUC.TRANS.-FUNSET- 5% DER/DERSA	**7,00**
002002515 - FUNSET-FDO.NAC.SEG.EDUC.TRANS.(LF.2613/98)	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
442419916 - MULTAS P/INFR.REG.MUN.CONV.-DEF.CONS.- PROCON	**3.583,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**2.508,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	2.508,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**1.075,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	1.075,00
442419917 - MULTAS P/INFR.REG.MUN.CONV-PTE MUNICIP-PROCON	**6.564,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**6.564,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	6.564,00
442419918 - MULTAS P/INFR.REG.MUNIC.NAO CONVEN. - PROCON	**515,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**360,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	360,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**155,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	155,00
442419919 - MULTAS P/INFR.DO REGULAMENTO - DETRAN-RENAINF	**86.623.509,00**
002002542 - MULTAS DE TRANSITO	**1.794.000,00**

51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	1.794.000,00
002002608 - MULTA INFR LEGIS TRANSITO (RENAINF)	**58.842.456,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	58.842.456,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**25.987.053,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	25.218.195,00
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	768.858,00
191006 - MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	**34.755.166,00**
19100611 - MULTA ADM.POR DANOS AMBIENTAIS-PRINCIPAL	**34.755.166,00**
442419903 - MULTAS DA CETESB-FUMACA PRETA	**18.170.246,00**
002002506 - CETESB-MULTA POR INFRACAO DO REGULAMENTO	**6.797.727,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	6.797.727,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**11.372.519,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	11.372.519,00
442419904 - MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	**10,00**
004004011 - MULTAS AGENDA VERDE-CETESB	**10,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
442419905 - MULTAS DA CETESB-CONTROLE DAS INDUSTRIAS	**16.584.900,00**
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**16.584.900,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	16.584.900,00
442419926 - MULTAS DA CETESB-RODIZIO	**10,00**
002002506 - CETESB-MULTA POR INFRACAO DO REGULAMENTO	**10,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
191009 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	**52.190,00**
19100911 - MULTAS JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINCIPA	**52.190,00**
499510201 - MULTAS COM INFRACOES CONTRATUAIS	**52.190,00**
004001001 - GERAL	**52.190,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	52.190,00
192 - INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	**315.526.301,00**
1921 - INDENIZACOES	**120.000,00**
192101 - INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONI	**120.000,00**
19210111 - INDENIZACAO DANOS CAUSADOS A PATRIM.PUB-PRIN	**120.000,00**
499920401 - INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO	**120.000,00**
004001001 - GERAL	**120.000,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	120.000,00
1922 - RESTITUICOES	**5.645.579,00**
192205 - RESTITUICAO DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	**49.500,00**
19220511 - RESTITUICAO DE CONTRIB.PREVID.COMPLEMENTARES	**49.500,00**
421918010 - CONTRIB.SOBRE A COMPLEMEN.DE APOSENT.E PENSAO	**49.500,00**
002002522 - CONTRIB.COMPLEMENTACAO APOSENTADORIA/PENSOES	**49.500,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	49.500,00
192299 - OUTRAS RESTITUICOES	**5.596.079,00**
19229911 - OUTRAS RESTITUIC	**5.596.079,00**
499610516 - RECUPERACOES DE SALARIO FAMILIA	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
499610517 - RECUPERACAO DE PENSAO MENSAL - SPPREV	**5.596.069,00**
004001001 - GERAL	**5.596.069,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	5.596.069,00
1928 - INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	**309.760.722,00**
192801 - INDENIZACOES- ESPECIFICAS PARA ESTADOS/DF/MUN	**717.516,00**
19280111 - INDENIZAC	**717.516,00**
499619901 - OUTRAS INDENIZACOES	**717.516,00**
004001001 - GERAL	**716.460,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	716.460,00
004001046 - COMP AMB-F.FLORESTAL/DIVERSOS INSTRUMENTOS	**1.056,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	1.056,00
192802 - RESTITUICOES - ESPECIFICAS PARA ESTADOS/DF/M	**308.060.920,00**
19280291 - OUTRAS RESTITUICOES-ESPECIF.E/DF/M-PRINCIPAL	**308.060.920,00**
499610502 - DEMAIS RESTITUICOES DO ESTADO	**168.084.451,00**
002002161 - TAXAS E EMOLU.JUNTA COML.REG.COM.AFINS-JUCES	**1.243.608,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	1.243.608,00
004001001 - GERAL	**129.771.692,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	10,00
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	119.982,00
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	12.000,00
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	2.830.800,00
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	32.917.512,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	7.967.660,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	57.222.864,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	9.504,00
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCES	7,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	2.500.000,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	1.776.000,00

16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	84.000,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	7,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	7,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	1.645.348,00
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	7,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	7,00
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	10,00
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	1.272.468,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	60.000,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	20.756.184,00
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	420.000,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	7,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	7,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	177.240,00
004001006 - REC.PROPR-TX.REG.CONTR.FISC.SERV.SAN.BASICO	**7,00**
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	7,00
004001043 - RECUR PROV.INDENIZ.SINISTRO FUND MEM.AM.LATI	**7,00**
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**24.867.993,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	6.332.447,00
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	18.535.546,00
004004104 - RECURSOS PROP.EMP.DEPENDENTES-RESSARCIMENTOS	**10,00**
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	10,00
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**12.633,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	12.633,00
005004001 - CONV.MIN.SAUDE-SUS-PREST.SERVICOS	**5.472,00**
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	5.472,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**12.183.029,00**
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	1.213.200,00
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	3,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	1.071.429,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	6,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	761.143,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	36.000,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	3,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	3,00
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	3,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	3,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	3,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	25.714,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	3,00
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	8.895.507,00
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	180.000,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	3,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	6,00
499610504 - VALE TRANSPORTE	**11.718.747,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**72,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	72,00
004001001 - GERAL	**11.342.663,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	120.000,00
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	19.416,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	4.410.720,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	600.000,00
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	7,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	7,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	25.200,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	7,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	7,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	3.848.391,00
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	8.800,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	108.000,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	2.202.084,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**125.724,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	125.724,00
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**150.231,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	150.231,00
005004001 - CONV.MIN.SAUDE-SUS-PREST.SERVICOS	**42.922,00**
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	42.912,00
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**57.135,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	3,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	3,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00

16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	10.800,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	34,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	3,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	3,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	46.286,00
499610505 - ASSISTENCIA MEDICA	**104.686.753,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**412.848,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	412.848,00
004001001 - GERAL	**103.172.331,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	1.384.018,00
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	7,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	999.900,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	394.596,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	7,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	47.032.224,00
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	52.800.000,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	21.572,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	540.000,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**86.304,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	86.304,00
005004001 - CONV.MIN.SAUDE-SUS-PREST.SERVICOS	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**1.015.260,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	3,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	428.529,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	346.048,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	3,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	9.245,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	231.429,00
499610506 - ASSISTENCIA ODONTOLOGICA	**294.940,00**
004001001 - GERAL	**294.928,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	7,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	7,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	7,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	294.900,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**12,00**

10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	3,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	3,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	3,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	3,00
499610507 - CESTA BASICA	**320.611,00**
004001001 - GERAL	**278.428,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	180.000,00
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	7,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	7,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	7,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	98.400,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**42.183,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	3,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	3,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	3,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	3,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	42.171,00
499610508 - CRECHE	**40,00**
004001001 - GERAL	**28,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	7,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	7,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	7,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**12,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	3,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	3,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	3,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	3,00
499610509 - VALE REFEICAO	**4.418.012,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**53.184,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	53.184,00
004001001 - GERAL	**3.701.990,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	240.000,00
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	3.265.560,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	36.000,00
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	7,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	7,00

17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	70.392,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	7,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	7,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	90.000,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**534.108,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	534.108,00
005004001 - CONV.MIN.SAUDE-SUS-PREST.SERVICOS	**37.186,00**
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	37.176,00
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**91.544,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	3,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	3,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	52.961,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	3,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	3,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	38.571,00
499610513 - RESTITUICAO DE CUSTOS OPER.DAS CONSIGNATARIAS	**18.537.366,00**
002002161 - TAXAS E EMOLU.JUNTA COML.REG.COM.AFINS-JUCESP	**7,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	7,00
004001001 - GERAL	**131.462,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	84,00
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	10,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	7.000,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	74.880,00
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	7,00
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	7,00
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	10,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7.560,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	7,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	7,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	7,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	7,00
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	7,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	41.832,00
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**18.402.630,00**

20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	18.402.630,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3.267,00**
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP	3,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	3,00
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	3,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	3.240,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	3,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	3,00
51055 - AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	3,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	3,00
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	3,00
192803 - RESSARCIMENTOS - ESPECIFICAS PARA ESTADOS/DF	**982.286,00**
19280311 - RESSARCIMENTO-ESPECIF.E/DF/M-PRINCIPAL	**982.286,00**
499610512 - RESSARCIMENTO CUSTOS SISTEMA MULTA RENAINF	**982.286,00**
002002521 - RESSARC AO DETRAN - SISTEMA RENAINF	**687.600,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	687.600,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**294.686,00**
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	294.686,00
199 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	**852.856.091,00**
1990 - DEMAIS RECEITAS CORRENTES	**852.856.091,00**
199003 - COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERA	**300.000.000,00**
19900311 - COMPENSACAO FIN. ENTRE RGPS E RPPS-PRINCIPAL	**300.000.000,00**
499120101 - COMP.FINAN.ENTRE REG.GERAL/REG.PROP.PREV.SERV	**300.000.000,00**
005003143 - COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	**300.000.000,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	300.000.000,00
199012 - ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRICAO EM DIVIDA ATI	**208.465,00**
19901211 - ENCARGOS LEGAIS INSCR. DIV.ATIVA-PRINCIPAL	**208.455,00**
449110301 - RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	**208.455,00**
004001001 - GERAL	**16.210,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	16.200,00
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**185.302,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	185.302,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**6.943,00**
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	6.943,00
19901221 - ONUS DE SUCUMBENCIA - PRINCIPAL	**10,00**
449110302 - RECEITA DE ONUS DE SUCUMBENCIA	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**

10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
199099 - OUTRAS RECEITAS	**552.647.626,00**
19909911 - OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL	**425.540.042,00**
449119001 - FECOP-FDO ESTAD. PREVENCAO CONTROLE POLUICAO	**96.042,00**
004001001 - GERAL	**7,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**96.032,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	96.032,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	3,00
449119002 - FEHIDRO- FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS	**85.937.722,00**
004001009 - FEHIDRO	**30.000.000,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	30.000.000,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**10.023.474,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10.023.474,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**45.914.248,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	45.914.248,00
449119004 - RECEITA PROVENIENTE DO FUNDO	**10,00**
004001001 - GERAL	**7,00**
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	3,00
449119020 - RECEITA PROVENIENTE DO FUNDOVALE-AGEMVALE	**10,00**
004001001 - GERAL	**7,00**
29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE	3,00
449119021 - RECEITA PROVENIENTE DO FUNDORMS-AGEMSOROCABA	**10,00**
004001001 - GERAL	**7,00**
29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA	3,00
499610514 - OUTRAS RECEITAS NAO DISCRIMINADAS DO ESTADO	**334.818.414,00**
004001001 - GERAL	**299.531.680,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	1.500.000,00
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	183.336,00
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	1.200,00
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	600,00
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	509.052,00
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	9.732,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	238.914.624,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	307.224,00
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	26.784,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	4.500.000,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	12.024,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	42.645.469,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	7,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	7,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	18.327,00
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	7,00
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	2.262.000,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	3.360,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	7,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	630.000,00
29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE	7,00
29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA	7,00
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	95.494,00
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	7,00
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	7.912.368,00
004001133 - REC.PROP.ADM.IND-COVID19	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**14.545.794,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	600.000,00
16091 - DERSA-DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S.A.	10,00
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	4.781.919,00
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	9.163.865,00
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**10,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	10,00
005004001 - CONV.MIN.SAUDE-SUS-PREST.SERVICOS	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**20.740.910,00**
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	218.166,00
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	1.928.571,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	5.153,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	18.276.630,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	3,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	3,00
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	3,00
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	1.440,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	3,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	3,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	270.000,00
29061 - AG.METROP.VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE	3,00
29062 - AG.METROPOLITANA DE SOROCABA	3,00
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	40.926,00
51057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	3,00
499610515 - OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	**4.087.834,00**
004001001 - GERAL	**3.636.000,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	3.552.000,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	84.000,00
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**415.824,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	415.824,00
005003348 - CONV.IPEM-SP/INMETRO-CONTA V	**10,00**
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**36.000,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	36.000,00
499610518 - RENDA PROVENIENTE DO PARQUE ECOLOGICO - DAEE	**600.000,00**
004001001 - GERAL	**420.000,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	420.000,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**180.000,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	180.000,00
19909912 - OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - MULTAS E JUROS	**222.310,00**
442411306 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPT	**222.300,00**
004004004 - RECURSOS PROPRIOS EMPRESAS DEPENDENTES	**222.300,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	222.300,00
442411615 - MULTAS E JUROS DE MORA REF. TX.ADM.-SPPREV	**10,00**
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
19909913 - OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - DIVIDA ATIVA	**116.911.835,00**
499918522 - REC.DIV.ATIV.NTRIB.OUT.REC.-PRINCIPAL	**13.526.405,00**
002002104 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER-TX.	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**680.700,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	680.700,00
002002506 - CETESB-MULTA POR INFRACAO DO REGULAMENTO	**11.700.181,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	11.700.181,00
002002529 - DEPTO.AEROVIARIO DO EST.SP-DAESP-DIVIDA ATIV	**319.200,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	319.200,00
002002530 - SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPREV - DIVIDA ATIVA	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
002002540 - RECEITAS DO IPEM-DIVIDA ATIVA	**26.400,00**
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	26.400,00
002002606 - RECEITAS DO DAEE-DIVIDA ATIVA	**252.000,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	252.000,00
004001001 - GERAL	**38,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	7,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	7,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	7,00
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**547.859,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	136.803,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	291.729,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	11.315,00
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	3,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	108.003,00
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	3,00
499918523 - MUNICIPIOS CONVENIADOS	**10,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**7,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	3,00
499918524 - MUNICIPIOS NAO CONVENIADOS	**102.857.143,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**72.000.000,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	72.000.000,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**30.857.143,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	30.857.143,00
499918525 - MUNICIPIOS CONVENIADOS - FUNDACAO PROCON	**10,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**7,00**

17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	3,00
499918535 - REC.DIVIDA ATIV.N.TRIB.OUTRAS REC.PRINCIP.PPD	**528.197,00**
002002104 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER-TX.	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**369.696,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	369.696,00
002002506 - CETESB-MULTA POR INFRACAO DO REGULAMENTO	**10,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
002002529 - DEPTO.AEROVIARIO DO EST.SP-DAESP-DIVIDA ATIV	**7,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	7,00
002002530 - SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPREV - DIVIDA ATIVA	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
002002540 - RECEITAS DO IPEM-DIVIDA ATIVA	**7,00**
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	7,00
002002606 - RECEITAS DO DAEE-DIVIDA ATIVA	**7,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**158.453,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	3,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	158.441,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	3,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	3,00
499918536 - REC.DIVIDA AT.N.TRIB.OUT.REC.PPD.MUN.CONVEN.	**10,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**7,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	3,00
499918537 - REC.DIV.AT.N.TRIB.OUT.REC-MUN.CONV.PPD PROCON	**10,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**7,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	3,00
499918539 - ACRES.FIN.PARC.DV.AT.N.TRIB.OUT.REC-PPDPROCON	**10,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**7,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	3,00

499918540 - ACRES.FIN.PARC.D.A.N.TRIB.OUT.REC PRINCIPAL	**30,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**7,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	7,00
002002540 - RECEITAS DO IPEM-DIVIDA ATIVA	**7,00**
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	7,00
002002606 - RECEITAS DO DAEE-DIVIDA ATIVA	**7,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**9,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	3,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	3,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	3,00
499918543 - REC.DIV.ATIV.N.TRIB.OUT.REC-PRINC.PPD-DERSA	**10,00**
002002104 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER-TX.	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
19909914 - OUTRAS REC-PRIMARIAS-DIV.ATIVA-MULTAS/JUROS	**9.973.439,00**
442411614 - OUT.MUL.JUR.MORA DIV.ATIV.OUT.REC.PRINCIPAL	**964.080,00**
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**644.616,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	644.616,00
002002540 - RECEITAS DO IPEM-DIVIDA ATIVA	**12.600,00**
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	12.600,00
002002606 - RECEITAS DO DAEE-DIVIDA ATIVA	**17.640,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	17.640,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**289.224,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	276.264,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	5.400,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7.560,00
442411617 - OUT.MULTAS/JRS MORA D.A. NAO TRIB-PPD	**9.009.279,00**
002002104 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER-TX.	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**218.280,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	218.280,00
002002506 - CETESB-MULTA POR INFRACAO DO REGULAMENTO	**8.697.400,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	8.697.400,00
002002529 - DEPTO.AEROVIARIO DO EST.SP-DAESP-DIVIDA ATIV	**7,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	7,00
002002530 - SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPREV - DIVIDA ATIVA	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00

002002540 - RECEITAS DO IPEM-DIVIDA ATIVA	**7,00**
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	7,00
002002606 - RECEITAS DO DAEE-DIVIDA ATIVA	**7,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**93.561,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	3,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	93.549,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	3,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	3,00
442411629 - OUT.MULTAS/JRS MORA DIV.AT NAO TRIB-PPD-DERSA	**10,00**
002002104 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER-TX.	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**3,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
499918538 - ACRES.FIN.PARCEL.DIV.AT.N.TRIB.OUT.REC-PPD	**70,00**
002002104 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER-TX.	**7,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	7,00
002002505 - MULTA POR INFRACAO REG.-PROCON	**7,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	7,00
002002506 - CETESB-MULTA POR INFRACAO DO REGULAMENTO	**10,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
002002529 - DEPTO.AEROVIARIO DO EST.SP-DAESP-DIVIDA ATIV	**7,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	7,00
002002530 - SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPREV - DIVIDA ATIVA	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
002002540 - RECEITAS DO IPEM-DIVIDA ATIVA	**7,00**
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	7,00
002002606 - RECEITAS DO DAEE-DIVIDA ATIVA	**7,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	7,00
006006093 - RECURSOS DREM - EC 93/2016	**15,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	3,00
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	3,00
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	3,00
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	3,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	3,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	**2.285.927.183,00**
21 - OPERACOES DE CREDITO	**239.376.050,00**
211 - OPERACOES DE CREDITO - MERCADO INTERNO	**239.376.005,00**

2119 - OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - MERCADO INTERN	**239.376.005,00**
211900 - OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - MERCADO INTERNO	**239.376.005,00**
21190011 - OUTRAS OPERACOES CREDITO INTERNO -PRINCIPAL	**239.376.005,00**
-	**239.376.005,00**
007001001 - GERAL	**125.371.005,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	125.371.005,00
007501080 - DV0001080 MODERNIZAÇÃO DE HIDROVIAS-BNDES/SL	**114.005.000,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	22.000.000,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	92.005.000,00
212 - OPERACOES DE CREDITO - MERCADO EXTERNO	**45,00**
2122 - OPERACOES DE CREDITO CONTRATUAIS - MERCADO E	**20,00**
212200 - OPERACOES DE CREDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO	**20,00**
21220011 - OPERACAO CRED.CONTRATUAL-MERC.EXTERNO-PRINC	**20,00**
-	**20,00**
007001001 - GERAL	**20,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	20,00
2128 - OPERACAO DE CREDITO EXTERNAS - ESTADOS/DF/MU	**15,00**
212801 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - ESTADOS/DF/	**15,00**
21280141 - OPERACAO CRED.EXTERNO A PROG.MEIO AMB-PRINC	**15,00**
-	**15,00**
007001001 - GERAL	**15,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	15,00
2129 - OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - MERCADO EXTERN	**10,00**
212900 - OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - MERCADO EXTERNO	**10,00**
21290011 - OUTRAS OPERACOES CREDITO EXTERNO -PRINCIPAL	**10,00**
-	**10,00**
007001001 - GERAL	**10,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
22 - ALIENACAO DE BENS	**2.002.068.264,00**
221 - ALIENACAO DE BENS MOVEIS	**2.001.068.214,00**
2213 - ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES	**1.068.204,00**
221300 - ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES	**1.068.204,00**
22130011 - ALIENACAO BENS MOVEIS/SEMOVENTES- PRINCIPAL	**1.068.204,00**
462110101 - VENDA MAT.INSERV.PELAS DIVER.DEPEND.DO ESTADO	**7,00**
004003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	**7,00**
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	7,00
462110104 - VENDA DE OUTROS BENS PATRIMONIAIS DO ESTADO	**1.068.197,00**
004003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	**1.068.197,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	10,00

09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	10,00
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	51.696,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	5.616,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	960.000,00
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	216,00
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	10,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	50.592,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
51045 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE	10,00
2218 - ALIENACAO DE BENS MOVEIS ESPECIFICA PARA EST	**2.000.000.010,00**
221801 - ALIENACAO DE TITULOS MOBILIARIOS	**2.000.000.010,00**
22180121 - ALIENACAO INVESTIMENTOS PERMANENTES-PRINCIPA	**2.000.000.010,00**
462110108 - ALIENACAO DE TITULOS MOBILIARIOS	**2.000.000.010,00**
004003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	**2.000.000.010,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	2.000.000.000,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
222 - ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	**1.000.040,00**
2220 - ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	**1.000.040,00**
222000 - ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	**1.000.040,00**
22200011 - ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - PRINCIPAL	**1.000.040,00**
462110107 - ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	**1.000.040,00**
004003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	**1.000.040,00**
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	10,00
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	10,00
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	10,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	10,00
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	10,00
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	999.970,00
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	10,00
223 - ALIENACAO DE BENS INTANGIVEIS	**10,00**
2230 - ALIENACAO DE BENS INTANGIVEIS	**10,00**
223000 - ALIENACAO DE BENS INTANGIVEIS	**10,00**
22300011 - ALIENACAO DE BENS INTANGIVEIS - PRINCIPAL	**10,00**
462110106 - CESSAO DE DIREITOS CREDITORIOS	**10,00**
004003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
23 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	**20,00**
230 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS - BEA/BIB	**20,00**
2300 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	**20,00**
230006 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONTRATUAIS	**20,00**
23000611 - AMORTIZACAO EMPRESTIMO CONTRATUAL-PRINCIPAL	**20,00**
-	**20,00**
004001001 - GERAL	**20,00**
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	10,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
24 - TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	**41.862.580,00**
241 - TRANSFERENCIAS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	**41.862.526,00**
2418 - TRANSFERENCIAS DA UNIAO - ESPECIFICAS DE EST	**41.862.526,00**
241804 - TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO	**80,00**
24180451 - TRANSF.RECURSOS SUS A GESTAO DO SUS-PRINCIPA	**40,00**
452130702 - REPASSE FDO.A FDO.HC/INCOR	**10,00**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
452130703 - REPAS.FDO.A FDO.HC/CLINGIN	**10,00**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
452130704 - TRANSF.REC.SUS-REPAS FDO A FDO.HC/CLIN.GASTRO	**10,00**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
452130705 - TRANSF.REC-SUS-REPAS.FDO FDO HC/CLIN.CAB PESC	**10,00**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
24180461 - OUTRAS TRANSFERENCIAS RECURSOS SUS-PRINCIPAL	**40,00**
452130706 - TRANSF.DE REC.-SUS-REPASSES FUNDO A FUNDO	**40,00**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003377 - PORT.MS2804/12 INC.QUAL.ACOES VIG.PREV.DENGU	**10,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
005003378 - PORT.MS2033/13 PISO FIXO VIGILANCIA EM SAUDE	**10,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
005003379 - PORT.MS2900/13 DESEN.EST.PESQ.EM LEISHMANIOS	**10,00**
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	10,00
241810 - TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUA	**41.862.446,00**
24181011 - TRANSF.CONVENIO DA UNIAO AO SUS-PRINCIPAL	**20,00**
452131202 - TRANSF.CONVENIO DA UNIAO P/SIST.U.SAUDE-SUS	**20,00**
005003001 - FDO.ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES-SEC.DA SAUDE	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003136 - PROJ.REFORSUS-DEC.9387/86,IN/STN01/97,8666/9	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
24181021 - TRANSF.CONVENIO DA UNIAO AO PROG. EDUC-PRINC	**20,00**
452239002 - TRANSF.CONV.DA UNIAO DEST.PROG.DE EDUCACAO	**20,00**
005003328 - FNDE/FAC.MED.S.JOSE R.PRETO-CONV.778075/2012	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003429 - FNDE/FAC.MED.S.JOSE R.PRETO-CONV.807211/2014	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
24181071 - TRANSF.CONV. UNIAO AO PROG.INFRA TRANSP-PRIN	**10,00**
452131301 - TRANS.CONV.DA UNIAO PROG.DE INFRA-ESTR - DER	**10,00**
005003307 - MIN.TRANSP./DNIT/DER-TRECHO NORTE RODOANEL	**10,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	10,00
24181091 - OUTRAS TRANSF.CONVENIOS DA UNIAO-PRINCIPAL	**41.862.396,00**
452139910 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO	**41.862.386,00**
005003129 - CONV.AGENCIA NAC.DE EN.ELETRICA ANEEL- ARSESP	**10,00**
51056 - AG. REGUL. SANEAMENTO E ENERGIA EST.SP.	10,00
005003144 - CONVENIO DF 36001/00-NUCLEO COLONIAL MONCOES	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005003157 - CONV.DS00005/99-I-PROG.DEMANDA SOCIAL-IAMSPE	**10,00**
51058 - INST.ASSIS.MEDICA SERV.PUBL.ESTADUAL	10,00
005003158 - CONVENIO PG-037/93-00-D.E.R-SEC.TRANSPORTES	**10,00**
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	10,00
005003159 - CONVENIOS MIN.DA SAUDE/FURP	**16.460.682,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	16.460.682,00
005003161 - CONVENIOS - UNESP E CAPES	**7.542.708,00**
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNESP	7.542.708,00
005003171 - CONV.01-SP/00-DAESP-PROFAA-MIN.AERONAUTICA	**10,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	10,00
005003183 - CONV.FORTALECIMENTO SUS-FAMEMA/MIN.SAUDE	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003191 - CONVENIOS MINISTERIO DA SAUDE/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003192 - PROGRMAS CNPQ-FAPESP-CONVENIOS 1090 E 1091/0	**10,00**
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPESP	10,00
005003195 - CONVENIO-MEC-SES/CEET-P.SOUZA	**10,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
005003206 - CONV.MMA 107/2004-MINIST.MEIO AMBIENTE/CETES	**10,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
005003207 - CONV. Nº2004CV000008-MINIST.MEIO AMB./CETESB	**10,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
005003231 - CT0234425-60/07-REAB.CEN.DESASTRES-CEF/SSE	**10,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
005003232 - CONV.226/07-AQ.EQ.MAT.PERM-MSAUDE/HC-USP-SP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003235 - CONV.005/08 PRONASCI M.JUSTICA/PROCON	**10,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	10,00
005003254 - CONVENIOS MINISTERIO DA EDUCAÇÃO/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003263 - MINIST.DESENV.SOC.-COMB.FOME-CEET PAULA SOUZ	**10,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
005003266 - CONV.2250/2008-MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003267 - CONV.2320/2008-MS/SES/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003272 - CONV.2062/08 MIN.SAUDE-FANEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003275 - CONV.1293/08-MIN.CIENCIA E TECNOL./USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003278 - CONV. 21/08 - MIN.SAÚDE-CEF-FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003279 - MINISTERIO DO ESPORTE - USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003283 - SEC.ESP.E.DIR.HUMANOS-USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003286 - CONV.PROEQUIP - 019/09 - CAPES - FAMERP	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003291 - CONV.Nº00037/2010-MIN.JUSTICA/SINDEC - PROCO	**10,00**
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCON	10,00
005003295 - CONVENIO 658469/09 - FNDE/CENTRO PAULA SOUZA	**3.000.000,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	3.000.000,00
005003302 - CONV.750347/10-MS/FURP-EQUIV.FARMAC.BIODISPO	**10,00**
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	10,00
005003309 - CONV.MIN.INT.NAC/DAEE-PISCINOES FRAN.DA ROCH	**10,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
005003313 - CONTR.007MMA00/2011-MIN.MEIO AMBIENTE - USP	**10,00**

10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003326 - CONTR.11.2.0775.1 BNDES-IPT/FUSP/GERDAU	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
005003327 - MIN.SAUDE/FAC.MED.S.JOSE R.PRETO-CV.777211/1	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003328 - FNDE/FAC.MED.S.JOSE R.PRETO-CONV.778075/2012	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003329 - CONVENIO N.33463/2011-MINISTERIO SAUDE/FAMEM	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003330 - CONVENIO N.32628/2011-MINISTERIO SAUDE/FAMEM	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003331 - CONVENIO N.32346/2011-MINISTERIO SAUDE/FAMEM	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003332 - CONVENIO N.34826/2011-MINISTERIO SAUDE/FAMEM	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003336 - CONV.775471/2012-MIN.SAUDE/HC.BOTUCATU	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003339 - CONVENIO N.777359/2012-MINIST.DA SAUDE/FAMEM	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003340 - CONVENIO N.776438/2012-MINIST.DA SAUDE/FAMEM	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003341 - CONVENIO N.781264/2012-MINIST.DA SAUDE/FAMEM	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003347 - CONV.761506/2011 MINISTERIO DA SAUDE/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003363 - CONV.791687/13 FCA PESS.NIVEL SUPERIOR/FAMER	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003366 - CONV797270/13 MS/HC BOTUCATU-UNID A.ESP SAUD	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003367 - C.798497/13MS/HC BOTUCATU-AT PORT DOENCA HEM	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003368 - CONV.794249/2013-MS/FUND.PROSANGUE HEMOCENTR	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003369 - CONV.793505/13 MS/HC-USP UN.AT.ESPECIALI.SAU	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003370 - CONV.793509/13 MS/HC-USP UN.AT.ESPECIALI.SAU	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003371 - CONV.800180/13 MS/HC-USP UN.AT.ESPECIALI.SAU	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00

005003373 - CONV.797269/13-MS/HCFMUSP UN.AT.ESPECIALZ.SA	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003374 - CONV.797731/13-MS/HCFMUSP UN.AT.ESPECIALZ.SA	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003380 - C779032/12 MS/HC BOTUCATU-AMPL.LAB ESPECIALI	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003390 - CONV811727/2014 PRO-EQUIPAMENTOS CAPES/FAMER	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005003391 - CONV 811330/2014 PRO-MIN.SAUDE/HC.BOTUCATU	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003420 - CONV 812011/2014 MJ-SEC.NAC.POL.S.DROGAS/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003422 - CONV 794318/2013 MS-HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003424 - CONV.800805/2014-MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003425 - CONV.815741/2014-MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003426 - CONV.810123/2014-MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003427 - CONV.808063/2014-MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003428 - CONV.812354/2014-MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003434 - CONV 808493/2014 MIN AGRIC.PEC.ABAST-MAPA/US	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003439 - CONV. 814.255/2014-MIN.CIE.TEC.INOV-MCTI/IPT	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
005003441 - UTI INST.CENTRAL-CONV 824534/2015-MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003442 - CONV.821162/15-MS/HCFMUSP-GINEC.INST.CENTRAL	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003443 - CONV.824376/2015-MS/HCFMUSP-IOT E IPQ	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003444 - CONV.824859/2015-MS/HCFMUSP-INCOR	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003445 - CONV.822.629/2015-SEC.NAC.POLIT.DROGAS-MJ/US	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003459 - CONV. 833165/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**

09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003460 - CONV. 833152/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003461 - CONV. 833168/2016 - MIN.DA SAUDE/USP-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003462 - CONV. 833148/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003463 - CONV. 833146/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003464 - CONV. 833167/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003465 - CONV. 833144/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003466 - CONV. 833150/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003467 - CONV. 833169/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003468 - CONV. 833166/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003469 - CONV. 833163/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003470 - CONV. 835246/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003471 - CONV. 835237/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003472 - CONV. 835243/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003473 - CONV. 836494/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003474 - CONV. 836509/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003475 - CONV. 836743/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003476 - CONV. 836923/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003477 - CONV. 836927/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003478 - CONV. 836928/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00

005003479 - CONV. 837037/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003480 - CONV. 836925/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003481 - CONV. 836929/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003482 - CONV. 836924/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003483 - CONV. 836926/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003484 - CONV. 837226/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003485 - CONV. 837610/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003486 - CONV. 838096/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003487 - CONV. 840247/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003488 - CONV. 840558/2016 - MIN. DA SAUDE/USP-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003493 - CONV. 836458/2016 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003494 - CONV. 833164/2016 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003495 - CONV. 838491/2016 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003496 - CONV. 838492/2016 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003497 - CONV. 839120/2016 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003498 - CONV. 837612/2016 - MS/HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003500 - CONVENIO N.836836/2016-MS/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003501 - CONVENIO N.836290/2016-MS/HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003502 - CONVENIO N.836293/2016-MS/HC.BOTUCATU	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003503 - CONVENIO N.836310/2016-MS/HC.BOTUCATU	**10,00**

09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003520 - CONV.839161/2016-MIN.EDUC.-SES/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003532 - CONV.843412/2017-PRO-EQUIP-CAPES/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003534 - CONV.824033/15-PROEXT 2015-MJ-SESU/USP	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003545 - PROG.BRASIL PROFISS.-FNDE/PAR-CEETEPS	**10,00**
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	10,00
005003546 - CONV.N.852642/2017-MIN.SAUDE/HCFMB	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003547 - CONV.N.852645/2017-MIN.SAUDE/HCFMB	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003548 - CONV.N.848615/2017-MIN.SAUDE/HCFMB	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003551 - CONVENIO 852.638/2017-MIN.SAUDE/HEMOCENTRO	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003552 - CONVENIO 852.633/2017-MIN.SAUDE/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003553 - CONVENIO 857.835/2017-MIN.SAUDE/FAMEMA	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
005003554 - CONV.Nº 848599/2017 - MS/INST.CENTRAL-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003555 - CONV.Nº 848602/2017 - MS/IMREA-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003556 - CONV.Nº 848605/2017 - MS/ INCOR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003557 - CONV.Nº 848607/2017 - MS/ INCOR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003558 - CONV.Nº848609/2017 - MS/ INST.CENTRAL-HCFMUS	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003559 - CONV.Nº 850708/2017 - MS/ INCOR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003560 - CONV.Nº 850956/2017 - MS/ICR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003561 - CONV.Nº 851882/2017 - MS/INCOR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003562 - CONV.Nº 851884/2017 - MS/ICR E IPQ-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00

09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003615 - CONV.878758-AQU.EQ.MAT.PERM.INCOR	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003616 - 870664 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAMP	**19.520,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	19.520,00
005003617 - 877453 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAM	**35.000,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	35.000,00
005003618 - 877476 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAM	**183.925,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	183.925,00
005003619 - 877478 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAM	**64.287,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	64.287,00
005003620 - 877479 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAM	**14.287,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	14.287,00
005003621 - 877480 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAM	**22.451,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	22.451,00
005003622 - 877884 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAM	**28.721,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	28.721,00
005003623 - 877886 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAM	**152.750,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	152.750,00
005003626 - 697124 EQUIP. IMPL. PLATAF. SEQ. NOVA GER.	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	10,00
005003644 - CONV.886411-AQUIS.EQUIPAMENTOS-HEMOCENTRO	**397.050,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	397.050,00
005003646 - CONV.886340-REF.UNID.HEMAT.HEMOTERAPIA-F.HEM	**787.859,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	787.859,00
005003648 - 895688 CRIACAO NUCLEO SEGURANÇA FARMACEUTICA	**9.778.373,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	9.778.373,00
005003649 - CONV.883418-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003650 - CONV.883429-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003651 - CONV.886289-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003652 - CONV.888507-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003654 - 886448 EQ.MAT.PER.UN.HEMATO./HEMOTER.-UNICAMP	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
005003655 - 883512 AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/UNICAMP	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00

005003564 - CONV.Nº 858386/2017 - MS/INCOR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003565 - CONV.Nº 859640/2017 - MS/INCOR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003566 - CONV.Nº 861657/2017 - MS/ INCOR-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003567 - CONV.Nº 861705/2017 - MS/IOT-HCFMUSP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003574 - CONVENIO MCTI/FINEP/FNDCT 02/2016 - USP	**3.000.000,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	3.000.000,00
005003585 - CONVENIO 879322/2018 - USP- UFPEL	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003590 - CONVêNIO Nº 871952/2018 (SICONV)-MDS=USP/FM	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003594 - 694131 INFRA LAB PR METS LIG REAT REFRAT, EE	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
005003602 - 874738 AMPL.UN.HEMATOL.HEMOT.- MS/HCFAMEMA	**10,00**
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
005003603 - 882376AQ.EQ.MAT.PER.U.AT.ESP.SAUD-MS/HCFAMEMA	**10,00**
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
005003604 - ONIBUS TC PAR 201900361-4/FNDE-FDE	**10,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	10,00
005003605 - ONIBUS TC PAR 201900364-4/FNDE-FDE	**10,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	10,00
005003606 - CONV872090 AQUIS EQUIP MAT.PERM P UN.HEMAT	**10,00**
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	10,00
005003607 - CONV. 873652-AQU.EQUIP.PERM. HEMAT./HEMOT.	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003608 - CONV.874979-HCFM-BOTUCATU-FORTALECIMENTO SUS	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003609 - CONV.872094-HCFM-BOTUCATU-FORTALECIMENTO SUS	**10,00**
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	10,00
005003611 - CONV.877639-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003612 - CONV.877887-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003613 - CONV.877904-AQU.EQ.MAT.PERM.ICESP	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
005003614 - CONV.877988-AQU.EQ.MAT.PERM.INCOR	**10,00**

005003661 - CONV.892034-AQUIS.EQ.MAT.PERM./MS-H.C.R.PRETO	**10,00**
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	10,00
005003663 - EM.PARLM.FED202039550006-AQ.EQ.MAT.PERM.-HCR	**10,00**
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRETO	10,00
005003664 - 894051-AQ.EQ.MAT.PER.UN.AT.ESPE.SAUDE-UNICAMP	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
005003665 - CONV.886418-AQ.EQ.MAT.PERM.HEMATO-HCFAMEMA	**10,00**
09060 - HOSP. CLINICAS FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA	10,00
005005314 - CONVENIO UEC/CAPES	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
005005570 - CONV.0648/02-FNDCT/CT/INFRA/FARMEP	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
005005583 - CONV.MIN.DESENV.AGRARIO-ITESP-SJC	**10,00**
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
005005594 - CONV.CHAM.PUBL.MCT/FINEP N.1220/05-IPT	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
005010059 - CONV.807969,825961,834206E841252/16MS-UNICAMP	**373.163,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	373.163,00
005043059 - OUTROS CONVENIOS FEDERAIS - UNICAMP	**10,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	10,00
452139911 - OUTRAS TRANSF.CONV.UNIAO.TARIFAS DAESP	**10,00**
005003103 - CONV.UNIAO-ESTADOS-DAESP-PR.ESP.TAR.AEROPORT	**10,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	10,00
242 - TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FED	**24,00**
2428 - TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL	**24,00**
242810 - TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO	**24,00**
24281021 - TRANSF.CONVENIO ESTADOS AO PROG. EDUC-PRINC	**10,00**
452140102 - TRANSFERENCIAS A PROGRAMAS DE EDUCACAO	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10,00
24281091 - OUTRAS TRANSF.CONVENIOS ESTADOS - PRINCIPAL	**14,00**
451120201 - TRANSFER.DE CONVENIOS DOS ESTADOSOS	**14,00**
004001001 - GERAL	**7,00**
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
004001027 - CONV SEC.CULTURA/FUNDA MEMORIAL A. LATINA	**7,00**
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	7,00
243 - TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTI	**10,00**
2438 - TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTI	**10,00**
243810 - TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS E	**10,00**

24381091 - OUTRAS TRANSF.CONVENIOS MUNICIPIO - PRINCIPA	**10,00**
-	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAESP	10,00
244 - TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	**10,00**
2448 - TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS - ES	**10,00**
244810 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVAD	**10,00**
24481011 - OUTRAS TRANSF.INSTITUICAO PRIVADA - PRINCIPA	**10,00**
452110102 - TRANSF.DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	**10,00**
004001015 - FAMEMA/PNUD-ACORDO 47/2058	**10,00**
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	10,00
246 - TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	**10,00**
2468 - TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR - ESPECIFICAS DE	**10,00**
246810 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR NAO ESPECI	**10,00**
24681011 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR-PRINCIPAL	**10,00**
456110102 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	10,00
29 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**2.620.269,00**
299 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	**2.620.269,00**
2990 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	**2.620.269,00**
299000 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	**2.620.269,00**
29900011 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL - PRINCIPAL	**2.620.269,00**
499919201 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL DO ESTADO	**2.620.269,00**
004001001 - GERAL	**2.620.179,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	2.620.152,00
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
29059 - AG.METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	10,00
29060 - AG.METROPOLITANA DE CAMPINAS	7,00
004001005 - RECURSOS PROPRIOS PROGRAMA "AGUA LIMPA"	**10,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
004001010 - CONVENIO DAEE/SABESP-MUNIC.PARAGUAçU PAULISTA	**10,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
004001012 - CONVENIO DAEE/CDHU - OBRAS CORREGO JACU	**10,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
004001014 - CONVENIO DAEE/SSE - SISTEMA TRATAMENTO ESGOT	**10,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
004001017 - DAEE/SABESP/MUNIC.SAO JOAO BOA VISTA	**10,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
004001019 - DAEE - SABESP - PIRAJUCARA	**10,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
004001020 - SSE-DAEE-BAT	**10,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
004001022 - CONVENIO 005/2010 - SSE/DAEE - TRES PONTES	**10,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
004001044 - CONVENIO DAEE/DERSA-POLDER ITAIM	**10,00**
26050 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	10,00
7 - RECEITAS CORRENTES - INTRA	**29.719.255.922,00**
72 - CONTRIBUICOES	**27.738.748.115,00**
721 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	**27.738.748.115,00**
7218 - CONTRIBUICOES SOCIAIS ESPECIFICAS DE ESTADOS	**6.916.622.383,00**
721803 - CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - ESPECIFICO	**6.914.412.636,00**
72180311 - CPSSS PATRON-SERV.CIV.ATIVO - PRINCIPAL INTR	**6.914.412.626,00**
451320303 - CONTRIBUICOES PATRONAIS-ATIVO CIVIL-P.LEGISL.	**156.418.292,00**
004001001 - GERAL	**156.418.292,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	156.418.292,00
451320304 - CONTRIBUICOES PATRONAIS-ATIVO CIVIL-P.JUDIC.	**1.622.907.700,00**
004001001 - GERAL	**1.622.907.700,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	1.622.907.700,00
451320305 - CONTRIBUICOES PATRONAIS-ATIVO CIVIL-M.PUBLIC.	**375.979.787,00**
004001001 - GERAL	**375.979.787,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	375.979.787,00
451320306 - CONTRIB.PATRONAL ATIVO CIVIL-EX DIRETA SPPREV	**4.060.889.517,00**
004001001 - GERAL	**4.060.889.517,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	4.060.889.517,00
451320307 - CONTRIB.PATRONAL ATIVO CIVIL-EX IND-SPPREV	**614.319.906,00**
004001001 - GERAL	**614.319.906,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	614.319.906,00
451320308 - CONTRIB.PATRON.ATIVO CIVIL-DEFEN.PUBL-SPPREV	**83.897.424,00**
004001001 - GERAL	**83.897.424,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	83.897.424,00
72180312 - CPSSS PATRON-SERV.CIV.ATIVO- MULTA/JURO INTR	**10,00**
421120101 - CONTR.PATR.SERVIDOR ATIVO-RPPS	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
721804 - CPSSS PATRONAL - PARCELAMENTOS - ESPECIFICO	**10,00**
72180411 - CPSSS PATRONAL-PARCELAMENTO- PRINCIPAL INTRA	**10,00**
451320302 - CONTR PREV EM REGIME DE PARCEL DE DEB-SPPREV	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
721807 - CONTRIBUICAO PATRONAL PARA PREVIDENCIA MILIT	**2.209.737,00**
72180711 - CONTRIB.PATRONAL-MILITAR ATIVO-PRINC INTRA	**2.209.737,00**
451320301 - CONTRIBUICOES PATRONAIS - ATIVO MILITAR	**2.209.737,00**
004001001 - GERAL	**2.209.737,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	2.209.737,00
7219 - OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	**20.822.125.732,00**
721999 - DEMAIS CONTRIBUICOES SOCIAIS	**20.822.125.732,00**
72199931 - DEMAIS CONTRIBUICOES SOCIAIS - INSUFICIENCIA	**20.822.125.732,00**
451320101 - REC. PARA COBERTURA DE INSUFICIENCIAS FIN.	**13.191.885.513,00**
004001001 - GERAL	**13.191.885.513,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	13.191.885.513,00
451320102 - COBERTURA DE INSUFICIENCIA FINANCEIRA DO RPPM	**7.630.240.219,00**
004001001 - GERAL	**7.630.240.219,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	7.630.240.219,00
76 - RECEITA DE SERVICOS	**1.812.975.779,00**
761 - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	**102.051.020,00**
7610 - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	**102.051.020,00**
761001 - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	**102.051.020,00**
76100111 - SERVICOS ADM/COM. GERAIS-PRINCIPAL INTRA	**102.051.010,00**
451220302 - TAXA DE ADMINISTRACAO - SPPREV	**102.051.000,00**
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**102.051.000,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	102.051.000,00
451220304 - TAXA DE PROCESSAMENTO - SPPREV	**10,00**
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
76100112 - SERVICOS ADM/COM. GERAIS-MULTA/JURO INTRA	**10,00**
442411303 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA - SPPREV	**10,00**
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
763 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAUDE	**1.354.750.042,00**
7638 - SERVICOS E ATIVIDADES REFERENTES A SAUDE - E	**1.354.750.042,00**
763801 - SERVICOS DE SAUDE - ESPECIFICO PARA ESTADOS/	**1.354.750.042,00**
76380191 - OUTROS SERVICOS DE SAUDE-PRINCIPAL INTRA	**1.354.750.042,00**
451220301 - OUTROS SERVICOS DE SAUDE	**1.354.750.042,00**
081001141 - TESOURO - FUNDES	**1.354.750.042,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	620.875.254,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	533.348.651,00
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	24.867.646,00
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	175.658.491,00
769 - OUTROS SERVICOS	**356.174.717,00**
7690 - OUTROS SERVICOS	**356.174.717,00**
769099 - OUTROS SERVICOS	**356.174.717,00**
76909911 - OUTROS SERVICOS -PRINCIPAL INTRAORCAMENTARIA	**356.174.717,00**
451220303 - OUTROS SERVICOS DO ESTADO	**356.174.717,00**
081001001 - TESOURO-GERAL	**5.500.000,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	5.500.000,00
083001051 - RENDIMENTOS DA QESE-CTA-PTE-CONTRIB2/3-INTRA	**5.750.150,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	5.750.150,00
083001078 - FDO.EST.DEFESA INTERESSES DIFUSOS-FID - INTRA	**20,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	10,00
083001116 - TAXA AMBIENTAL-INTRA-CETESB	**18.274.500,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	18.274.500,00
083001118 - TAXA DE CONTROLE E FISC. AMBIENTAL-INTRA	**16.190.544,00**
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	16.190.544,00
085003002 - SALARIO EDUCACAO-CTA-PTE CONTRIB.2/3	**310.459.503,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	310.459.503,00
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**167.532.028,00**
792 - INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	**167.532.028,00**
7922 - RESTITUICOES	**167.532.028,00**
792203 - RESTITUICAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	**50,00**
79220311 - RESTITUICAO BENEFICIOS PREV-PRINCIPAL INTRA	**50,00**
499920403 - DEMAIS RESTITUICOES DO ESTADO - SPPREV	**10,00**
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
499920404 - RECUPERACAO DE SALARIO FAMILIA - SPPREV	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
499920405 - REEMBOLSO DE AUXILIO FUNERAL - SPPREV	**10,00**
004020065 - RECURSO PRóPRIO ADMINISTRAçãO SPPREV	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
499920406 - REEMBOLSO DE AUXILIO RECLUSAO - SPPREV	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
499920407 - REEMB.DE SALARIO FAMILIA DE INATIVOS-SPPREV	**10,00**
004001001 - GERAL	**10,00**

20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
792299 - OUTRAS RESTITUICOES	**167.531.978,00**
79229911 - OUTRAS RESTITUICOES-PRINC INTRAORCAMENTARIAS	**167.531.978,00**
499920411 - RESSARCIMENTO GRATUIDADE USUARIO-CPTM	**167.531.978,00**
081001001 - TESOURO-GERAL	**167.531.978,00**
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	167.531.978,00
8 - RECEITAS DE CAPITAL - INTRA	**709.603.946,00**
82 - ALIENACAO DE BENS	**10,00**
822 - ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	**10,00**
8220 - ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	**10,00**
822000 - ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	**10,00**
82200011 - ALIENACAO BENS IMOVEIS-PRINC INTRAOCAMENTARI	**10,00**
499920408 - ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS- SPPREV	**10,00**
004003003 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENACAO DE BENS	**10,00**
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	10,00
89 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**709.603.936,00**
891 - INTEGRALIZACAO DE CAPITAL SOCIAL	**632.057.041,00**
8910 - INTEGRALIZACAO DE CAPITAL SOCIAL	**632.057.041,00**
891000 - INTEGRALIZACAO DE CAPITAL SOCIAL	**632.057.041,00**
89100011 - INTEGRALIZACAO CAPITAL SOCIAL-PRINCIPAL INTR	**632.057.041,00**
-	**632.057.041,00**
081001001 - TESOURO-GERAL	**519.929.509,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
16093 - COMPANHIA DOCAS DE SAO SEBASTIAO	10,00
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	10,00
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	519.929.479,00
081001141 - TESOURO - FUNDES	**10,00**
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRETO	10,00
083001078 - FDO.EST.DEFESA INTERESSES DIFUSOS-FID - INTRA	**10,00**
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	10,00
085000000 - RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS-INTRA	**50,00**
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	50,00
087000000 - OP.CRED.CONTR.EXTERIOR-DOT.INIC.CR.SUP-INTRA	**112.127.462,00**
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	112.127.462,00
899 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	**77.546.895,00**
8990 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	**77.546.895,00**
899000 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	**77.546.895,00**
89900011 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL-PRINCIPAL INTRA	**77.546.895,00**
451120243 - OUTRAS DE CAPITAL	**17.169.863,00**

081001141 - TESOURO - FUNDES	**15.000.000,00**
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	15.000.000,00
083001116 - TAXA AMBIENTAL-INTRA-CETESB	**2.169.863,00**
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	2.169.863,00
451120244 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**60.377.032,00**
081001001 - TESOURO-GERAL	**10,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	10,00
081001141 - TESOURO - FUNDES	**10.000.010,00**
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	10.000.010,00
083001051 - RENDIMENTOS DA QESE-CTA-PTE-CONTRIB2/3-INTRA	**856.712,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	856.712,00
085003002 - SALARIO EDUCACAO-CTA-PTE CONTRIB.2/3	**49.520.300,00**
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	49.520.300,00

Justiça e Cidadania

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE SEXUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Comunicado

Ata da 15ª Reunião da Comissão Eleitoral para Eleição do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti e Transexuais.

Aos 7-1-2021, reuniram-se em videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, os membros da Comissão Eleitoral, instituída para a eleição das conselheiras e dos conselheiros da sociedade civil do CELGBT, constituída pela Resolução SJC-175, de 5-12-2019. Contou-se com as presenças do presidente e da vice-presidente da Comissão Eleitoral e representantes da Secretaria da Justiça e Cidadania, 2 representantes titulares e 1 representante suplente da SJC, 1 representante suplente da Secretaria da Saúde, 1 representante titular da Secretaria da Educação, 1 representante suplente da OAB, 2 representantes titulares e 2 suplentes da sociedade civil escolhidos pela Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de São Paulo. Justificadas as ausências de 2 representantes suplentes da SJC, 1 representante titular da Sociedade Civil escolhida pela Comissão da Diversidade da OAB - São Paulo e o representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, órgão fiscalizador da eleição. As presenças foram registradas no chat da reunião, com exceção de 1 representante titular da sociedade civil, que, presente na reunião, não conseguiu registrar no chat. A ata da 14ª foi aprovada e sua leitura dispensada. Foi reiniciada a correção da minuta, com a ressalva de que o item 1.4 deverá ser corrigido pelo setor de informática. Aprovados os itens 4.1 a 4.4, com alterações propostas pelo grupo de trabalho e o item 4.5 (Dos Recursos). Alterados os itens 5.1 e 5.2 e corrigidos os itens 5.3 a 5.5 (Das Impugnações às Candidaturas). Alterado e corrigido os itens 6.1 a 6.5; 6.7 a 6.9 (Das Eleitoras e Eleitores). Discutido o item 6.3, foi alterado e suprimido a expressão "ou outro formato suportado pelo sistema da Secretaria da Justiça e Cidadania", com a anuência unânime dos presentes. Os itens 7.1 a 7.4; 7.6 a 7.8, 7.10 foram corrigidos e o item 7.9 foi alterado em seu conteúdo (Da Votação Online e da Contagem dos Votos).Partiu-se para a leitura do titulo VIII - Do Resultado. O item 8.1 foi alterado e corrigido. Foi solicitado constar na ata que, no envio da minuta para análise da Consultoria Jurídica, fosse observada a nova lei de proteção de dados. Os itens 8.2 e item 8.3 foram corrigidos na grafia. Itens 9.1 a 9.4 (alterações gramaticais). Os itens 11.1 e 11.2 (preenchimento das declarações) foram apresentados como formulários autopreenchidos e assinalados para facilitar a inscrição. A pedido do presidente constou na presenta ata que "foi inserido o item 11.3, em observância da Lei 13.709 de 2018". Feita a leitura dos anexos e suas correções: Anexo I (Autodeclaração para Candidatura); anexo II (Declaração de Residência); anexo III (Declaração de não Impedimentos); anexo IV (Declaração sobre ciência do Cadin); anexo V (Modelo de Impugnação de Candidatura); anexo VI (Autodeclaração para Eleitores), anexo VII (Autodeclaração para Eleitores Aliados) e anexo VIII (Modelo de Impugnação de Eleitoras/Eleitores). A minuta do edital foi aprovada por todas e todos e a reunião foi encerrada às 18h01 e para constar, foi registrada em áudio.

FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Despachos do Assessor Executivo

De 16-12-2020

Vistos. I – Tendo em vista a manifestação de fl. 100 e considerando que a incorporação da Autuada se deu após a lavratura do Auto de Infração (AI) 47458 D8, defiro a retificação do polo passivo para constar na autuação/cadastro (sistema Gedoc) a pessoa jurídica Empresa de Ônibus Pássaro Marron S/A, CNPJ 61.563.557/0001-25 em substituição à pessoa jurídica Litorânea Transportes Coletivos S/A, CNPJ 67.292.037/0001-01. Desnecessária a reabertura de prazo para defesa, uma vez que esta já foi feita pela própria incorporadora, conforme se verifica da petição de fls. 16/21. Quanto à análise dos documentos para fins de apuração da receita bruta, devem ser utilizados os emitidos em nome da pessoa jurídica incorporada, tendo em vista o disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon/SP 57/2019, ressaltando-se, mais uma vez, que a incorporação ocorreu após a lavratura do AI. Vale dizer, se a receita bruta apurada é contemporânea ao momento da infração e este ocorreu antes da incorporação, não há como se utilizar dos dados contábeis/financeiros da incorporadora porque não espelham a condição econômica do infrator/fornecedor. Assim, devem os autos retornar para o setor competente a fim de analisar a documentação apresentada considerando-se o CNPJ da incorporada (67.292.037/0001-01) tão somente para fins de apuração da receita bruta. II – Intime-se a Autuada para ciência desta decisão.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 1433/20-AI - 47485 D8 - Empresa de Onibus Passaro Marron S/A - 61.563.557/0001-25 - Gabriela Santos Honório - 368.175/Sp - Bento Oliveira Silva - 88.888/SP.

De 18-12-2020

Considerando o desatendimento à intimação de fl. 57 para a regularização da representação processual do autuado, o recurso de fls. 49/54 não comporta, por esta razão, acolhimento e, por conseqüência, qualquer análise de mérito. Logo, nos termos do artigo 14, inciso II da Portaria Normativa Procon 57/19, não tendo o recorrente atendido à referida intimação no prazo determinado, deixo de conhecer o recurso interposto e mantenho a decisão de fl. 48. O boleto com o valor da multa está disponível no site da Fundação Procon/SP, no link www.procon.sp.gov.br/autodeinfracao.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 7585/19-AI - 45321 D8 - Cinepolis Operadora de Cinemas do Brasil Ltda - 09.652.820/0021-86 - Luiz Coelho Pamplona - 147.549/SP.

Considerando o desatendimento à intimação de fl. 73 para a regularização do recurso de fls. 51/70, referida peça não comporta, por esta razão, acolhimento e, por conseqüência, qualquer análise de mérito. Logo, nos termos do artigo 14, inciso II da Portaria Normativa Procon 57/19, não tendo o recorrente atendido à referida intimação no prazo determinado, deixo de conhecer o recurso interposto e mantenho a decisão de fl. 51. O boleto com o valor da multa está disponível no site da Fundação Procon/SP, no link www.procon.sp.gov.br/autodeinfracao.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 7623-0/19-AI - 07913 D9 - Cestari - Supermercados Ltda - 09.564.954/0004-44 - Celina do Carmo Silva Fidellis - 314.132/SP.

De 26-1-2021

Vistos. I – Tendo em vista a certidão de fl. 145, que atesta o pagamento da multa, dou por prejudicado o despacho de fl. 138 e não conheço o recurso interposto às fls. 91/97, com fundamento no artigo 41 da Portaria Normativa Procon/SP 51/19. II – Intime-se a Autuada para ciência desta decisão.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 1158/20-AI - 47029 D8 - Fashion Business Comercio de Roupas Ltda - 17.574.231/0102-55 - Thiago Mahfuz Vezzi - 228.213/SP.

Conforme certificado à fl. 52, o Recurso do autuado foi interposto intempestivamente, não comportando por esta razão acolhimento e, por consequência, qualquer análise de mérito. Cumpre esclarecer, que o argumento do Recorrente sobre a tempestividade da petição não prospera. O artigo 6º, "caput", da Portaria Normativa Procon 57/2019 é expresso ao determinar que "as decisões e intimações nos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo." a reforçar tal entendimento, o artigo 63, inciso VII, da Lei 10.177/98 estipula que o interessado será notificado da decisão por publicação no Diário Oficial do Estado. Logo, nos termos dos artigos 13 e 14, inciso I, ambos da Portaria Normativa Procon 57/19, não tendo o Recorrente exercido seu direito no prazo determinado, deixo de conhecer o recurso interposto e mantenho a decisão de fl. 40.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 1366/20-AI - 47884 D8 - Posto Ambrosio Ltda - 55.144.794/0001-59 - Sem Advogado.

De 27-1-2021

Vistos. I – Fl. 41: Nada a prover, reportando-me à decisão de fl. 34. II – Intime-se a Autuada para ciência desta decisão.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 7017-0/19-AI - 09058 D9 - Manoel Luiz Rodrigues - 33.288.240/0001-92 - Sem Advogado.

Vistos. I – Fls. 40/44: O conteúdo da petição é idêntico ao da petição de fls. 34/38, já apreciado conforme decisão de fl. 38/vº. Desta forma, nada a prover reportando-me à referida decisão. II – Adotem-se as medidas elencadas no item II de fl. 38/vº, independentemente de nova manifestação da Autuada. III – Intime-se a Autuada para ciência desta decisão.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 0798/20-AI - 50201 D8 - Raia Drogasil S/A - 61.585.865/0561-06 - Ellen Cristina Gonçalves Pires - 131.600/SP.

CONSELHO CURADOR

Decisões do Assessor Executivo

De 16-11-2020

Considerando os termos do artigo 41, da Portaria Normativa Procon 57/2019, onde estabelece que o pagamento da penalidade pecuniária implicará no reconhecimento da consistência do auto de infração e na confissão de débito, bem como na renúncia à interposição de ação ou qualquer recurso ou outra medida judicial tendente a obstar a exigibilidade da pena pecuniária aplicada, e em conformidade com inciso IV, do artigo 1º da Portaria Normativa Procon 59/2020, que delegou a competência definida no artigo 12 da Portaria Normativa Procon 57/2019, homologo e julgo subsistente o Auto de Infração abaixo, com multa fixada no valor abaixo. Considerando as certidões de fls. 12 e 13, as quais confirmam a quitação de duas parcelas da referida multa e a certidão de fl. 11, que acusa o não pagamento da primeira delas, providencie-se a inscrição do saldo remanescente na Dívida Ativa do Estado.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ/CPF - Multa em Reais – Advogado – OAB

Proc. 1636/20-AI- AI 48651 D8 - Suse Elena Leme da Silva Sebastiao - 27.918.552/0001-30 - R$ 1.275,71 - Sem Advogado.

De 30-11-2020

Considerando os termos do artigo 41, da Portaria Normativa Procon 57/2019, onde estabelece que o pagamento da penalidade pecuniária implicará no reconhecimento da consistência do auto de infração e na confissão de débito, bem como na renúncia à interposição de ação ou qualquer recurso ou outra medida judicial tendente a obstar a exigibilidade da pena pecuniária aplicada, e em conformidade com inciso IV, do artigo 1º da Portaria Normativa Procon 59/2020, que delegou a competência definida no artigo 12 da Portaria Normativa Procon 57/2019, homologo e julgo subsistente o Auto de Infração abaixo, com multa fixada no valor abaixo. Considerando as certidões de fls. 24 e 25, as quais confirmam a quitação de duas parcelas da referida multa, após o pagamento das restantes, arquivem-se os autos com as anotações de estilo. Em caso contrário, proceda-se à cobrança, com as formalidades de praxe, inclusive inscrição na Dívida Ativa.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ/CPF - Multa em Reais – Advogado – OAB

Proc. 2661-0/20-AI- AI 09647 D9 - N. A. Caragua Supermercado Ltda - 23.806.948/0001-34 - R$ 8.675,71 - Sem Advogado.

FUNDAÇÃO INST. DE TERRAS DO ESTADO DE S.PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA

Despachos do Diretor Adjunto de Políticas de Desenvolvimento, de 27-1-2021

Expediente: Processo/Itesp/796/2004

Interessado: Rosa Maria Vieira

Assunto: Termo de Autorização de Uso do Lote Rural 15, Setor Verde, do Assentamento São Roque, Município de Franco da Rocha/Sp

Termo de Atualização de Titularidade 001/2021

A Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, conforme a Portaria ITESP 131, de 09-11-2018, e nos termos do art. 3º, II, da Lei 10.207, de 08-01-1999, dos artigos 8º e 10 da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016 e regulamentada pelo Decreto 62.738, de 31-07-2017, considerando o falecimento do beneficiário Valdemar Ferreiras dos Reis, portador da Cédula de Identidade RG 12.307.610-9 SSP/SP e CPF 001.073.858-48, e os documentos acostados ao processo ITESP 796/2004, Revoga o Termo de Permissão de Uso 0159-0028/2010 e Determina a expedição de Termo de Permissão de Uso referente ao lote rural 15, setor verde, do Assentamento São Roque, Município de Franco da Rocha/SP, em favor da beneficiária, Rosa Mônica Vieira, portadora da Cédula de Identidade RG 23.936.063-1 SSP/SP e CPF 230.358.278-10 que continua explorando o lote regularmente.

Expediente: Processo/Itesp/971/2000

Interessados: Maria Aparecida Gois e Francisco Gois

Assunto: Termo de Autorização de Uso do Lote Rural 22, do Assentamento Santo Antônio, Município de Marabá Paulista/Sp

Termo de Atualização de Titularidade 004/2021

A Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", conforme a Portaria ITESP 131, de 09-11-2018, e nos termos do art. 3º, II, da Lei 10.207, de 08-01-1999, dos artigos 8º e 10 da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016 e regulamentada pelo Decreto 62.738, de 31-07-2017, considerando o falecimento do beneficiário Francisco Gois, portador da Cédula de Identidade RG 6.266.676 - SSP/SP e CPF 847.123.928-00, e os documentos acostados ao processo ITESP 971/2000, Revoga o Termo de Permissão de Uso e Determina a expedição de Termo de Autorização/Permissão de Uso referente ao lote rural 22, do Assentamento Santo Antônio, Município de Marabá Paulista/SP, em favor da beneficiária supérstite Maria Aparecida Gois portador(a) da Cédula de Identidade RG 24.312.180-5 SSP/SP e CPF 164.631.608-81, que continua explorando o lote regularmente.

Expediente: Processo/Itesp/890/2009

Interessados: Laudina Pereira Carvalho

Assunto: Termo de Autorização de Uso do Lote Rural 47 Do

Assentamento Nossa Senhora das Graças, Município de Caiuá/Sp

Termo de Atualização de Titularidade 002/2021

A Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", conforme a Portaria ITESP 131, de 09-11-2018, e nos termos do art. 3º, II, da Lei 10.207, de 08-01-1999, dos artigos 8º e 10 da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016 e regulamentada pelo Decreto 62.738, de 31-07-2017, Defere o pedido de transferência de titularidade do lote rural 47, do Assentamento Nossa Senhora das Graças, Município de Caiuá/SP, objeto do Processo ITESP 890/2009 formulado pelo(as) beneficiário(as) Laudina Pereira de Carvalho portador(a) da Cédula de Identidade RG 21.855.174 SSP/SP e CPF 281.728.868-88 para Anselmo Marques de Carvalho portador(a) da Cédula de Identidade RG 45.047.169-X SSP/SP e CPF 276.838.038-55, e em consequência, Revoga o Termo de Autorização/Permissão 0179-0001/2016 e Determina a expedição de Termo de Permissão de Uso em favor do(s) novos titular(es), devendo constar da sua composição familiar os beneficiário(s) requerente(s).

Expediente: Processo/Itesp/796/2004

Interessados: Rosa Mônica Vieira

Assunto: Termo de Autorização de Uso do Lote Rural 15, Setor Verde, do Assentamento São Roque, Município de Franco da Rocha/Sp

Termo de Homologação de Avaliação de Benfeitorias 001/2021

A Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, nos termos do artigo 15 da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016 e regulamentada pelo Decreto 62.738, de 31-07-2017, e de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo artigo 34 do referido Decreto, Homologa o Laudo de Avaliação das Benfeitorias, às fls. 162 a 175 do Processo ITESP 796/2004 existentes no lote rural 15 do Assentamento São Roque, Setor Verde, Município de Franco da Rocha/SP, tendo como beneficiário(as) Rosa Mônica Vieira, portador(a) da Cédula de Identidade RG 23.936.063-1 SSP/SP e CPF 230.358.278-10.

O presente ato não gera qualquer obrigação para a Fundação ITESP, em especial de ressarcir os assentados por benfeitorias e acessões.

Expediente: Processo/Itesp/979/2000

Interessados: Osvaldo Matos dos Santos e Benedita Soares dos Santos

Assunto: Termo de Autorização de Uso do Lote Rural 56 Do

Assentamento Santo Antonio, Município de Marabá Paulista/Sp

Termo de Homologação de Avaliação de Benfeitorias 002/2021

A Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, nos termos do artigo 15 da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016 e regulamentada pelo Decreto 62.738, de 31-07-2017, e de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo artigo 34 do referido Decreto, Homologa o Laudo de Avaliação das Benfeitorias, às fls 53 a 81 do Processo ITESP 979/2000, existentes no lote rural 56, Assentamento Santo Antônio, Município de Marabá Paulista/SP, tendo como beneficiário(as) Osvaldo Matos dos Santos, portador(a) da Cédula de Identidade RG 24.312.709-1 SSP/SP e CPF 110.760.378-10 e Benedita Soares dos Santos portador(a) da Cédula de Identidade RG 26.317.812-2 SSP/SP e CPF 121.034.638-97.

O presente ato não gera qualquer obrigação para a Fundação ITESP, em especial de ressarcir os assentados por benfeitorias e acessões. Dê-se ciência aos assentados desistentes e à respectiva Comissão de Seleção.

Expediente: Processo/Itesp/552/1998

Interessados: Egídio Marcilio dos Reis e Maria Quitéria Santos dos Reis

Assunto: Termo de Autorização de Uso do Lote Rural 29 Do

Assentamento São José Da Lagoa, Município de Piquerobi/Sp

Termo de Homologação de Avaliação de Benfeitorias 003/2021

A Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, nos termos do artigo 15 da Lei 4.957, de

30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016 e regulamentada pelo Decreto 62.738, de 31-07-2017, e de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo artigo 34 do referido Decreto, Homologa o Laudo de Avaliação das Benfeitorias, às fls 85 a 116 do Processo ITESP 552/1998 existentes no lote rural 29, Assentamento São José da Lagoa, Município de Piquerobi/SP, tendo como beneficiário(as) Egídio Marcilio dos Reis, portador(a) da Cédula de Identidade RG 17.605.782 SSP/SP e CPF 075.711.118-11 e Maria Quitéria Santos dos Reis portador(a) da Cédula de Identidade RG 28.864.536-4 SSP/SP e CPF 076.772.908-09.

O presente ato não gera qualquer obrigação para a Fundação ITESP, em especial de ressarcir os assentados por benfeitorias e acessões.

Expediente: Processo/Itesp/181/2005

Interessados: Maria Aparecida de Santana e Antônio José Santana

Assunto: Termo de Autorização de Uso do Lote Rural 19, do Assentamento Santo Antonio da Prata, Município de Marabá Paulista/Sp

Termo de Homologação de Avaliação de Benfeitorias 004/2021

A Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, nos termos do artigo 15 da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016 e regulamentada pelo Decreto 62.738, de 31-07-2017, e de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo artigo 34 do referido Decreto, Homologa o Laudo de Avaliação das Benfeitorias, às fls 116 a 142 do Processo ITESP 181/2005, existentes no lote rural 19, Assentamento Santo Antônio da Prata, Município de Marabá Paulista/SP, tendo como beneficiário(as) Maria Aparecida de Santana, portador(a) da Cédula de Identidade RG 19.380.328 SSP/SP e CPF 109.220.548-94 e Antônio José Santana portador(a) da Cédula de Identidade RG 9.128.720 SSP/SP e CPF 779.332.708-87.

O presente ato não gera qualquer obrigação para a Fundação ITESP, em especial de ressarcir os assentados por benfeitorias e acessões.

Expediente: Processo/Itesp/855/2004

Interessados: Wilhan Alves Santos e Maria Betânia Dantas

Assunto: Tau do Lote 23, Setor Verde, do Assentamento São Roque

Termo de Homologação de Avaliação de Benfeitorias 006/2021

A Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, nos termos do artigo 15 da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016 e regulamentada pelo Decreto 62.738, de 31-07-2017, e de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo artigo 34 do referido Decreto, Homologa o Laudo de Avaliação das Benfeitorias, às fls. 063 a 076 do Processo ITESP 855/2004 existentes no lote rural 23 do Assentamento São Roque, Setor Verde, Município de Franco da Rocha/SP, tendo como beneficiário(as) Wilhan Alves Santos, portador(a) da Cédula de Identidade RG 11.797.697-0 SSP/SP e CPF 843.675.558-87 e Maria Betânia Dantas, portador(a) da Cédula de Identidade RG 23.006.130-8 SSP/SP e CPF 176.975.358-31.

O presente ato não gera qualquer obrigação para a Fundação ITESP, em especial de ressarcir os assentados por benfeitorias e acessões.

Expediente: Itesp/428/1997

Interessados: Valmir Pereira de Oliveira e Andrea Pereira Feitosa

Assunto: Termo de Permissão de Uso do Lote Rural 13, Quadra B, Setor I, do Assentamento Gleba Xv de Novembro, Município de Rosana-Sp

Termo de Exclusão de Beneficiário 02 2021

A Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, conforme a Portaria ITESP 131, de 09-11-2018, e nos termos do art. 3º, II, da Lei 10.207, de 08-01-1999, dos artigos 8º e 10 da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016 e regulamentada pelo Decreto 62.738, de 31-07-2017, considerando os documentos acostados ao Processo ITESP - 773/06, Declara a Exclusão de Andrea Pereira Feitosa, portador da Cédula de Identidade RG 34.802.906-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o 220.309.838-45 do lote rural 13, Quadra B, Setor I, do Assentamento Gleba XV De Novembro, município de Rosana - SP, em razão da desistência da exploração do lote em virtude da separação conjugal e, em consequência, Revoga o Termo de Autorização/Permissão de Uso e Determina a expedição do Termo Autorização/Permissão de Uso em favor do(a) beneficiário(a) Valmir Pereira de Oliveira, portador da Cédula de Identidade RG 24.856.374-9 SSP/SP, inscrita no CPF 142.815.128-10, que continua explorando o lote.

Expediente: Itesp/820/2004

Interessados: Rosely Maria Paini e Osvaldo Monteiro

Assunto: Termo de Permissão de Uso do Lote Rural 28, Setor Verde, do Assentamento Sâo Roque, Município de Franco da Rocha - Sp

Termo de Exclusão de Beneficiário 03/ 2021

A Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, conforme a Portaria ITESP 131, de 09-11-2018, e nos termos do art. 3º, II, da Lei 10.207, de 08-01-1999, dos artigos 8º e 10 da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016 e regulamentada pelo Decreto 62.738, de 31-07-2017, considerando os documentos acostados ao Processo ITESP - 773/06, Declara a Exclusão de Rosely Maria Paini, portador(a) da Cédula de Identidade RG 4.803.967-7 SSP/PR, inscrito(a) no CPF 148.539.078-82 do lote rural 28, Setor Verde, do Assentamento São Roque, município de Franco da Rocha - SP, em razão da desistência da exploração do lote em virtude da separação conjugal e, em consequência, Revoga o Termo de Autorização/Permissão 0159-0041 e Determina a expedição do Termo Autorização/Permissão de Uso em favor do(a) beneficiário(a) Osvaldo Monteiro, portador(a) da Cédula de Identidade RG 24.856.374-96.068.470-7 SSP/PR, inscrito(a) no CPF 843.981.759-20, que continua explorando o lote.

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho do Superintendente, de 28-1-2021

Diante dos elementos que instruem o presente procedimento, Processo 65/2021 (SGI) e PRC-2021/00016 (SP Sem Papel), conforme Decreto 55.964/2010, Ratifico Inexigível a licitação nos termos do artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93, com fundamento na autorização procedida pelo Superintendente Adjunto, consoante parecer elaborado pelo Departamento de Análise e Gestão de DAGP/AGANP/FAG 224/2020 (fls. 06/11), aliada à manifestação do Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Apoio Jurídico (fls. 04/05). Emissão de Empenho Estimativo, no valor R$ 3.600,00, para atender as despesas com o consumo de água e esgoto na Regional de Piracicaba, a favor do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, CNPJ 50.853.555/0001-54, durante o exercício de 2021.

Despacho do Superintendente, de 28-1-2021

Diante dos elementos que instruem o presente procedimento, Processo 72/2021 (SGI) e PRC-2021/00024 (SP Sem Papel), conforme Decreto 55.964/2010, Ratifico Dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso XXII da Lei Federal 8.666/93, com fundamento na autorização procedida pelo Superintendente Adjunto, consoante parecer elaborado pelo Departamento de Análise e Gestão de Processos DAGP/AGANP/FAG 224/2020 (fls. 06/09), aliado à manifestação do Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Apoio Jurídico (fls. 04/05). Emissão de Empenho Estimativo, R$ 16.800,00, para atender as despesas com o fornecimento de energia elétrica nas Regionais de Santos e Sorocaba a favor da Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL, durante o exercício de 2021.

Despacho do Superintendente, de 28-1-2021

Diante dos elementos que instruem o presente procedimento, Processo 62/2021 (SGI) e PRC-2021/00020 (SP Sem Papel), conforme Decreto 55.964/2010, Ratifico Inexigível a licitação nos termos do artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93, com fundamento na autorização procedida pelo Superintendente Adjunto, consoante parecer elaborado pelo Departamento de Análise e Gestão de DAGP/AGANP/FAG 224/2020 (fls. 06/09), aliado à manifestação do Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Apoio Jurídico (fls. 04/05). Emissão de Empenho Estimativo, no valor de R$ 4.800,00 para atender despesas com o fornecimento de água e esgoto na Regional de São Carlos a favor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE. CNPJ 45.359.973/0001-50, durante o exercício de 2021.

Despacho do Superintendente, de 28-1-2021

Diante dos elementos que instruem o presente procedimento, Processo 66/2021 (SGI) e PRC-2021/00021 (SP Sem Papel), conforme Decreto 55.964/2010, Ratifico Dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso XXII da Lei Federal 8.666/93, com fundamento na autorização procedida pelo Superintendente Adjunto, consoante parecer elaborado pelo Departamento de Análise e Gestão de DAGP/AGANP/FAG 224/2020 (fls. 06/09), aliado à manifestação do Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Apoio Jurídico (fls. 04/05). Emissão de Empenho Estimativo, no valor de R$ 18.600,00, para atender as despesas com o fornecimento de energia elétrica na Regional de São José dos Campos a favor da Empresa EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, durante o exercício de 2021.

SUPERINTENDÊNCIA

Decisão do Superintendente Adjunto, de 28-1-2021

No Processo 66/2021 (SGI) e PRC-2021/00021 (SP Sem Papel). Declarar Dispensa de licitação nos termos do artigo 24, inciso XXII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, autorizo a despesa e o empenho no valor total de R$ 18.600,00, para atender as despesas com o fornecimento de energia elétrica na Regional de São José dos Campos a favor da Empresa EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, durante o exercício de 2021.

Decisão do Superintendente Adjunto, de 28-1-2021

No Processo 72/2021 (SGI) e PRC-2021/00024 (SP Sem Papel). Declarar Dispensa de licitação nos termos do artigo 24, inciso XXII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, autorizo a despesa e o empenho no valor total de R$ 16.800,00, para atender as despesas com o consumo de energia na Regional de Santos e Sorocaba, a favor da Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL - CNPJ 04.172.213/0001-51, durante o exercício de 2021.

Decisão do Superintendente Adjunto, de 22-1-2021

No Processo 62/2021 (SGI) e PRC-2021/00020 (SP Sem Papel). Declarar Inexigível a licitação nos termos do artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, autorizo a despesa e o empenho no valor total de R$ 4.800,00 para atender despesas com o fornecimento de água e esgoto na Regional de São Carlos a favor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE - CNPJ 45.359.973/0001-50, durante o exercício de 2021.

Decisão do Superintendente Adjunto, de 13-1-2020

No Processo 65/2021 (SGI) e PRC-2021/00016 (SP Sem Papel). Declarar Inexigível a licitação nos termos do artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, autorizo a despesa e o empenho no valor total de R$ 3.600,00, para atender as despesas com o consumo de água e esgoto na Regional de Piracicaba, a favor do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, CNPJ 50.853.555/0001-54, durante o exercício de 2021.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE

Despachos do Corregedor Geral da Fundação Casa, de 28-1-2021

Processo Administrativo Disciplinar n. 1448/20

Processados (as): Maurício da Silva Santos – RE. 44031-0

Advogado: Sharles Alcides Ribeiro – OAB/SP n. 292.336

Deliberação

Recebo a tempestiva Defesa Prévia do processado acostada às fls. 59/60 verso e documentos que acompanham.

O processado, em sua defesa, alegou não ter praticado falta funcional. Demais questões suscitadas confundem-se com o mérito discutido neste procedimento administrativo e, serão analisadas em momento oportuno. Defiro o rol de testemunhas acostado aos autos no verso das fls. 60.

Desta forma, agende-se audiência para o dia 04-02-2021, a qual deverá ser realizada por videoconferência, para oitiva do processado às 10h, bem como das testemunhas abaixo relacionadas, para o mesmo dia 04-02-2021, nos seguintes horários:

- 11h – Rosa Angélica Pereira Costa - RE 271561;
- Edson de Oliveira Passos – RE 403561
- 14h - Daniel Rogério de Oliveira Marques – RE 443013
- Raimundo Silva Mota – RE 442276
- Elizario de Araujo Cardoso – RE 403696.

Ciência ao processado e seu defensor, quanto ao conteúdo da presente deliberação.

Processo Administrativo Disciplinar n. 2300/18

Processados (as): Manuel Francisco Martiniano – RE. 35551-3

Advogado: Otavio Orsi Tuena – OAB/SP n. 342.339

Deliberação

Isto posto, em analise a Portaria Inaugural 1172/2018, verificou a ocorrência de um erro material quanto a data dos fatos, pois por um lapso, fez-se constar a data de 11-09-2018, quando de fato a ocorrência deu-se em 11-09-2019.

Dessarte, que toda a instauração da Sindicância Administrativa 0353/2018, a qual compõe o presente Processo Administrativo Disciplinar retratam os fatos do dia 11-09-2017.

Assim, procedeu-se a notificação do funcionário Manuel Francisco Martiniano – RE 355513, para apresentar a Defesa Previa, conforme consta fls. 90 dos autos, não a apresentando.

Consequentemente, após análise do PAD 2300/2018, atente-se o processado e o seu procurador, para que, se assim desejar, no prazo máximo e improrrogável de 03 dias arrole as testemunhas.

Desta feita, atente-se o funcionário e Defensor do processado ao disposto no Inciso III do Artigo 24, inciso III da Portaria Normativa n. 253/2013 da Fundação CASA, que prevê:

"caberá ao processado apresentar, na data designada para audiência, as testemunhas por ele arroladas, sob pena de preclusão".

Agende-se nova audiência de instrução processual, que acontecerá via Microsoft Teams, para inquirição do processado e testemunhas da Administração para a data de 25-02-2021 as 10h.

I. Manuel Francisco Martiniano – RE 355513

II. Ricardo Silva – RE 375755

III. Elizabete Ramos de Araujo – RE 209820

Ciência à Defesa.

À Secretaria.

Despacho do Secretário da Justiça e Cidadania, respondendo pelo Expediente da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação Casa-SP, de 28-1-2021

Processo Administrativo Disciplinar n. 2898/17

Processados (as): Adilson Ulisses de Sousa – RE. 44086-3, Agabo Kelson de Morais – RE. 34195-2, Alexandre Alves Pinheiro – RE. 42969-7, Carlos Henrique da Silva – RE. 35400-4, Daniel Alexandre da Silva – RE. 40358-1, Enilson Chaves Brandão – RE. 27626-1, Fabiano Mendes de Camargo – RE. 43197-7, Jeferson Aparecido da Siva Terriaga – RE. 45382-1, Jonatas da Silva Terriaga – RE. 44215-0, Marianna Salette Almeida de Laet – RE. 42421-3, Ozan Lopes de Souza – RE. 38779-4, Samir Donha da Silva – RE. 41394-0 e Samir Ortiz – RE. 36830-1

Advogado: Thiago Alexandre Val Cabral – OAB/SP n. 361.360, Renê de Jesus Maluhy Jr – OAB/SP n. 70.534, Vilma Viola – OAB/SP n. 73.411, Carlos Henrique Rodrigues de Lucena – OAB/SP n. 359.816

Cientificação de Medida Disciplinar

Cientificamos das determinações das aplicações das medidas disciplinares de Demissão por Justa Causa, Suspensão por 29 dias, Suspensão por 20 dias e Arquivamento por Insuficiência Probatória conforme apurado no SDE 2898/17.

Conforme Relatório Conclusivo de fls. 1309/1355, Parecer da Corregedora Geral de fls. 1356/1357 e Decisão do Presidente de fls. 1383/1415, que ficam fazendo parte integrante da presente notificação.

Ressaltamos que não se trata de aplicação imediata de medida disciplinar e sim de cientificação para apresentação de Pedido de Reconsideração (recurso), se assim o interessado desejar, de acordo com a Portaria Normativa 253/2013 com a nova redação aplicada pela Portaria Normativa 332/2019, artigo 1°.

Salientamos que o prazo para recurso é de 5 dias úteis, a contar da publicação, conforme Portaria Normativa 253/2013.

Termo de Encerramento

Processo SDE 4359/19

Parecer GTAJ 21/2021 de 12-01-2021

Contratante: Fundação CASA-SP

Contratada: Lopes Kalil Engenharia e Comercio Ltda

Objeto: Termo de Encerramento das Obrigações Contratuais a Ordem de Serviço 91/2019-SCO, de execução de serviços para adaptação de sala para instalação de scanner corporal no CASA Bauru.

Data da Assinatura:15/01/2021

Extrato de Rescisão Amigável de Ordem de Serviço

Processo SDE 1617/2020

Parecer AJ 49/2021 de 19-01-2021

Contratante: Fundação Casa-SP

Contratada: Andrômeda Engenharia Ltda - EPP

Objeto: Termo de Rescisão Amigável a Ordem de Serviço 039/2020-SCO - Lote 06, de contratação de serviços para remoção de telhas, da cobertura da quadra, de prédios modelo T40 - DRL.

Data do Encerramento: 26-01-2021

Data da Assinatura: 26-01-2021

Extrato de Rescisão Amigável de Ordem de Serviço

Processo SDE 1621/2020

Parecer AJ 033/2021 de 14-01-2021

Contratante: Fundação Casa-SP

Contratada: Andrômeda Engenharia Ltda - EPP

Objeto: Termo de Rescisão Amigável a Ordem de Serviço 037/2020-SCO - Lote 11, de contratação de serviços para remoção de telhas da cobertura da quadra de prédios modelo T40 - CASA's Modelo T40 vinculados à DRL - Antigo Polo ABCD (Conforme designação da ARP).

Data do Encerramento: 26-01-2021

Data da Assinatura: 26-01-2021

Primeiro Termo Aditivo de Contrato

Processo: SDE-1474/20.

Parecer: GTAJ-031, de 14-1-2021.

Espécie: Primeiro Termo Aditivo à Ordem de Serviço 027/2020-SCO.

Contratante: Fundação Casa-SP.

Contratada: Fermopar Construções Ltda.

Objeto: Prorrogação do prazo de execução dos serviços por mais 30 dias e alteração na planilha orçamentária que passa a denominar-se Quadro de Ajuste.

Período: 10-2-2021 a 11-3-2021.

Data da Assinatura: 26-1-2021.

Termo de Rescisão Amigável de Contrato

Processo: SDE-1614/2020.

Parecer: AJ-43, de 18-1-2021.

Contratante: Fundação Casa-SP.

Contratada: Fermopar Construções Ltda.

Objeto: Termo de Rescisão Amigável à Ordem de Serviço 038/2020-SCO - Lote 1, de contratação de serviços para remoção de telhas, da cobertura da quadra, de prédios modelo T40 - CASA's Atibaia, Novo Tempo, Sorocaba I e Sorocaba II.

Data do Encerramento: 26-1-2021.

Data da Assinatura: 26-1-2021.

DIVISÃO REGIONAL SUDOESTE

Despacho do Responsável, de 28-1-2021

Considerando o disposto no Parecer Jurídico G.T.A.J. 086/2020, que acolho por seus próprios fundamentos, e, consubstanciado na manisfestação exarada pela autoridade recorrida, Recebo o Recurso Administrativo apresentado pela Empresa LK Equipamentos Industriais Eireli, em seu regular efeito devolutivo, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da Penalidade de Multa, no valor de R$ 51,84, em razão de atraso, maior de 60 dias, na entrega do objeto adjudicado, conduta que se equipara à Inexecução Parcial do Ajuste, relativo ao Pedido de Fornecimento 0045/20 - Processo RSE0039/20, de acordo com art. 7º, §1º da PN 204/2011 e com fundamento legal no artigo 87 II da Lei Federal n. 8.666/93, regramento interno vigente à época do descumprimento. (Processo RSE0039/20)

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www. imprensaoficial.com.br

io | ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
(11) 2799 9687

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Desenvolvimento Social

GABINETE DA SECRETÁRIA

Termos de Aditamentos de Convênios

Projeto Estadual do Leite "Vivaleite"

Processo SEDS 1702350/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Boa Esperança do Sul

Signatário: Fábio Luis de Souza

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 3º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 1710 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 28-12-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

Processo SEDS 1780427/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Paulínia

Signatário: Ednilson Cazellato

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 3º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 1875 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 28-12-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

Processo SEDS 1715949/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Casa Branca

Signatário: Marco Cesar de Paiva Aga

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 3º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 3615 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 28-12-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

Processo SEDS 1773897/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Monte Mor

Signatário: Thiago Giatti Assis

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 3º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 2730 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 28-12-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

Processo SEDS 1696366/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Alvinlândia

Signatário: Abigail Catele Dias

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 3º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 1320 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 27-11-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

(Republicado por conter incorreções)

Processo SEDS 1697855/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Arco-íris

Signatário: Ana Maria Zoner Leal Serafim

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 3º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 1080 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 27-11-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

(Republicado por conter incorreções)

Processo SEDS 1706646/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Cachoeira Paulista

Signatário: Edson Mendes Mota

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 4º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 3090 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 27-11-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

(Republicado por conter incorreções)

Processo SEDS 1796737/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Santa Mercedes

Signatário: Manoel Donizete de Oliveira

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 3º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 1335 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 27-11-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

(Republicado por conter incorreções)

Processo SEDS 1798355/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Santo Antonio de Posse

Signatário: Norberto de Olivério Júnior

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 3º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 1815 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 27-11-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

(Republicado por conter incorreções)

Processo SEDS 1808367/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Sumaré

Signatário: Luiz Alfredo Castro Ruzza Dalben

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 3º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 10995 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 27-11-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

(Republicado por conter incorreções)

Processo SEDS 1727590/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Ibitinga

Signatário: Cristina Maria Kalil Arantes

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 3º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 2640 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 27-11-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

(Republicado por conter incorreções)

Processo SEDS 1809506/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Tatuí

Signatário: Maria José Pinto Vieira de Camargo

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 4º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 9225 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 27-11-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

(Republicado por conter incorreções)

Processo SEDS 1814952/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Tupã

Signatário: Caio Kanji Pardo Aoqui

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 3º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 11925 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 27-11-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

(Republicado por conter incorreções)

Processo SEDS 1717443/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Chavantes

Signatário: Marcio Burguinha de Jesus do Rego

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado, conforme o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1.999 e alterações posteriores.

Aditamento: 3º Termo Aditivo: Cláusula Primeira: O inciso II, alínea "a", da Cláusula Segunda passa a ter a seguinte redação: "...." a) Entregar ao município através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, no mínimo 02 vezes por semana, em locais determinados pela Prefeitura, a cota equivalente a 3825 litros mês. Cláusula Segunda: Nos termos da Cláusula Quinta do Termo de Convênio original, o prazo de vigência fica prorrogado por mais 01 ano, de 01-01-2021 até 31-12-2021, observado o período máximo de 5 anos. Classificação Orçamentária: 08306351860000000 UGR:350173 - Natureza de Despesa: 33.903010

Data de assinatura: 27-11-2020

Parecer Jurídico Referencial CJ/SEDS 99/2020

(Republicado por conter incorreções)

Processo SEDS 1817411/2019

Órgão Público Municipal: Prefeitura de Valentim Gentil

Signatário: Adilson Jesus Perez Segura

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Segurança Pública

GABINETE DO SECRETÁRIO

GRUPOS SETORIAIS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

Comunicado

Considerando as disposições do artigo 5º e do inciso III, do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993;

Os termos do artigo 6º da Lei Estadual 12.799/2008; a necessidade de justificar as alterações ocorridas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme inciso II, do artigo 61 da instrução 01/2008 - Área Estadual, do Tribunal de Contas do Estado e, de modo a preservar a integridade da Ordem Cronológica a ser observada pela Unidade Gestora, relaciona-se a seguir as Pd´s impedidas de pagamentos devido os credores estarem registrados no Cadin Estadual.

180001

Data: 28-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
180121	2021PD00009	1.057,23
180121	2021PD00010	401,91
180121	2021PD00011	1.764,53
180121	2021PD00012	1.080,87
TOTAL		4.304,54
TOTAL GERAL		4.304,54

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DR. MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA ADJUNTA

Despachos da Delegada Geral de Polícia Adjunta, de 28-01-2021

Ratificando:

Com fulcro no caput do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, e para que surtam os devidos efeitos legais, ratifico a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor do Deinter 10 - Araçatuba, fundamentada no caput do art. 25 da Lei Federal 8.666/93, visando à contratação direta da empresa SAMAR – Soluções Ambientais de Araçatuba, inscrita no CNPJ/MF sob n. 16.832.157/0001-13, destinada à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto para as dependências da sede do departamento, a ser realizada neste exercício financeiro. (DGP 337/2021 – S – 28.184/2021).

Com fulcro no caput do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, e para que surtam os devidos efeitos legais, ratifico a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor do Deinter 10 - Araçatuba, fundamentada no caput do art. 25 da Lei Federal 8.666/93, visando à contratação direta da empresa Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, inscrita no CNPJ/MF sob n. 33.050.196/0001-88, destinada à prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica para as dependências da sede do departamento, a ser realizada neste exercício financeiro. (DGP 335/2021 – S – 28.174/2021).

ACADEMIA DE POLÍCIA DR. CORIOLANO NOGUEIRA COBRA

Secretaria de Cursos Complementares, de Pesquisa e Apoio à Produção Científica

Retificação do D.O. de 27-1-2021

Referente ao Curso Específico de Aperfeiçoamento para Perito Criminal 3ª Classe - Processo SCC-007/2021, inclua-se na Turma 2/2021 o Perito Criminal Wagner Luiz Heleno Marcus Bertolini RG 17.648.503 e o Perito Criminal Wagner Martins Lourenço RG 1.083.515, permanecendo em vigor as demais informações nele contidas.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL

Divisão de Administração

Despachos do Delegado de Polícia resp. pelo Expediente, de 26-01-2020

Ratificando:

Com fulcro no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, e, para que surtam os devidos efeitos legais, a "Inexigibilidade de Licitação" declarada pelo Delegado de Polícia Seccional da 1ª Delegacia Seccional de Polícia da Capital, fundamentada no "caput" do artigo 25, inciso I, do citado diploma legal, visando contratação de serviço de utilidade pública - fornecimento de água e afastamento de esgoto junto a empresa Companhia de saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, a ser efetivado por aquela Unidade de Despesas (1ª DSP 004/2021).

Com fulcro no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, e, para que surtam os devidos efeitos legais, a "Inexigibilidade de Licitação" declarada pelo Delegado de Polícia Seccional da 1ª Delegacia Seccional de Polícia da Capital, fundamentada no "caput" do artigo 25, inciso I, do citado diploma legal, visando contratação de serviço de utilidade pública - fornecimento de energia elétrica, junto a empresa Eletropaulo Metropolitana eletrecidade de São Paulo - Enel, a ser efetivado por aquela Unidade de Despesas (1ª DSP - Proc. 003/2021).

Com fulcro no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, e, para que surtam os devidos efeitos legais, a "Inexigibilidade de Licitação" declarada pelo Delegado de Polícia Seccional da 1ª Delegacia Seccional de Polícia da Capital, fundamentada no "caput" do artigo 25, inciso I, do citado diploma legal, visando contratação de serviço de utilidade pública - fornecimento de gás encanado, junto a empresa Companhia de Gás de São Paulo de São Paulo - Comgás, a ser efetivado por aquela Unidade de Despesas (1ª DSP - Proc. 002/2021).

5ª Delegacia Seccional de Polícia - Leste

Serviço de Finanças

Portaria do Delegado Seccional de Polícia, de 28-01-2021

Designando, em conformidade com o Art. 6º, Inciso XVI c/c Art. 51 § 4º ambos da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1.993, como membros de comissão permanente de licitação desta 5ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, a partir desta data até o dia 31/12/2.021:

I – Irani Gomes Juvino - Delegada de Polícia

II – Ricardo Sakamoto – Escrivão de Polícia

III – Vinícius Santiago de Freitas – Investigador de Polícia

IV – Suellen Delgado Costa Azevedo – Investigadora de Polícia

(Portaria 02/2.021)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA MACRO SÃO PAULO

Despachos da Delegada de Polícia resp. pelo Expediente, de 28-01-2021

Ratificando:

Com fulcro no caput do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, a Inexigibilidade de licitação declarada pelo Delegado de Polícia Resp. pelo Expediente da Delegacia Seccional de Polícia de Diadema, fundamentada no caput do artigo 25 do mesmo diploma legal, para contratação direta da Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A, CNPJ 61.695.227/0001-93, para o pagamento de despesas relativas à prestação de serviço de utilidade pública, consistente no fornecimento de energia elétrica para as Unidades Policiais instaladas no município de Diadema, a ser realizada neste exercício financeiro. (Protocolo S-35.781/2021 e DSPD 001/2021).

Com fulcro no caput do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, a Inexigibilidade de licitação declarada pelo Delegado de Polícia Resp. pelo Expediente da Delegacia Seccional de Polícia de Diadema, fundamentada no caput do artigo 25 do mesmo diploma legal, para contratação direta da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, CNPJ 43.776.517/0001-80, para o pagamento de despesas relativas à prestação de serviço de utilidade pública, consistente no fornecimento de água e tratamento de esgoto para as Unidades Policiais instaladas no município de Diadema, a ser realizada neste exercício financeiro. (Protocolo S-35.794/2021 e DSPD 002/2021).

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 2 - CAMPINAS

Despachos do Delegado de Polícia Diretor, de 28-01-2021

Ratificando:

com fulcro no "caput" do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, para que surtam os devidos efeitos legais, a inexigibilidade de licitação declarada pelo Delegado Seccional de Polícia de Mogi Guaçu, Dirigente da UGE 180291, nos autos do Processo 016/2021 (Despacho 033/2021), fundamentada no "caput" do artigo 25 do mesmo diploma legal, visando à contratação direta dos serviços de utilidade pública de fornecimento de energia elétrica, prestados em regime de monopólio, pela Elektro Redes S.A, inscrita no CNPJ sob 02.328.280/0001-97, às unidades policiais do Município de Mogi Mirim, no presente exercício financeiro de 2021.

com fulcro no "caput" do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, para que surtam os devidos efeitos legais, a inexigibilidade de licitação declarada pelo Delegado Seccional de Polícia de Mogi Guaçu, Dirigente da UGE 180291, nos autos do Processo 015/2021 (Despacho 031/2021), fundamentada no "caput" do artigo 25 do mesmo diploma legal, visando à contratação direta dos serviços de utilidade pública de fornecimento de energia elétrica, prestados em regime de monopólio, pela CPFL - Companhia Jaguari de Energia, inscrita no CNPJ sob 53.859.112/0001-69, às unidades policiais do Município de Jaguariúna, no presente exercício financeiro de 2021.

com fulcro no "caput" do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, para que surtam os devidos efeitos legais, a inexigibilidade de licitação declarada pelo Delegado Seccional de Polícia de Mogi Guaçu, Dirigente da UGE 180291, nos autos do Processo 014/2021 (Despacho 030/2021), fundamentada no "caput" do artigo 25 do mesmo diploma legal, visando à contratação direta dos serviços de utilidade pública de fornecimento de energia elétrica, prestados em regime de monopólio, pela CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz, inscrita no CNPJ sob 33.050.196/0001-88, às unidades policiais do Município de Itapira, no presente exercício financeiro de 2021.

com fulcro no "caput" do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, para que surtam os devidos efeitos legais, a inexigibilidade de licitação declarada pelo Delegado Seccional de Polícia de Mogi Guaçu, Dirigente da UGE 180291, nos autos do Processo 013/2021 (Despacho 029/2021), fundamentada no "caput" do artigo 25 do mesmo diploma legal, visando à contratação direta dos serviços de utilidade pública de fornecimento de energia elétrica, prestados em regime de monopólio, pela Cemirim - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi Mirim, inscrita no CNPJ sob 52.777.034/0001-90, às unidades policiais do Município de Holambra, no presente exercício financeiro de 2021.

com fulcro no "caput" do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, para que surtam os devidos efeitos legais, a inexigibilidade de licitação declarada pelo Delegado Seccional de Polícia de Mogi Guaçu, Dirigente da UGE 180291, nos autos do Processo 012/2021 (Despacho 028/2021), fundamentada no "caput" do artigo 25 do mesmo diploma legal, visando à contratação direta dos serviços de utilidade pública de fornecimento de energia elétrica, prestados em regime de monopólio, pela

Elektro Redes S.A, inscrita no CNPJ sob 02.328.280/0001-97, às unidades policiais do Município de Estiva Gerbi, no presente exercício financeiro de 2021.

com fulcro no "caput" do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, para que surtam os devidos efeitos legais, a inexigibilidade de licitação declarada pelo Delegado Seccional de Polícia de Mogi Guaçu, Dirigente da UGE 180291, nos autos do Processo 011/2021 (Despacho 032/2021), fundamentada no "caput" do artigo 25 do mesmo diploma legal, visando à contratação direta dos serviços de utilidade pública de fornecimento de energia elétrica, prestados em regime de monopólio, pela Elektro Redes S.A, inscrita no CNPJ sob 02.328.280/0001-97, às unidades policiais do Município de Mogi Guaçu, no presente exercício financeiro de 2021.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 3 - RIBEIRÃO PRETO

Delegacia Seccional de Polícia de Franca

Despacho do Delegado Seccional de Polícia, de 28-1-2021

Processo DSPF 036/2020

Contrato 02/2020

Com fundamento no disposto nos artigos 67 da Lei 8.666, de 21-06-93 e 6º do Decreto 2.271, de 07-07-97, fica designado como gestor do contrato referenciado, referente a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, o delegado de polícia Dalmo Mateus Polo, RG 15.773.714 SSP/SP, e como fiscal os servidor Paulo Roberto de Paula, RG 18.604.935. (13/2021)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 4 - BAURU

Decisão do Delegado de Polícia Diretor, de 28-01-2021

1 – Após publicação de decisão administrativa, a empresa Nacional Comercial Hospitalar S.A. apresentou de forma tempestiva formal recurso ao qual passo a analisar nesta oportunidade;

2 – Preliminarmente requer o Efeito Suspensivo em relação a aplicação de decisão administrativa até que se tenha esgotado as fases procedimentais inerentes. Neste sentido, reconheço o pleito e enquanto não ocorrer o trânsito em julgado na esfera administrativa não será lançada deliberação em sistema informatizado da Administração Pública;

3 – Referente ao fatos recorridos e ao mérito do recurso, passo a deliberar. A empresa reconhece que apresentou oferta a qual foi classificada como a proposta mais vantajosa para a Administração, sendo classificada e adjudicada a compra para a mesma;

4 – Entretanto, passou a apresentar solicitações de dilação de prazo alegando "equivoco" de funcionária, problemas no sistema informatizado do estoque e excesso de comercialização devido a pandemia;

5 – Apresenta ponderações em relação a alegação de caso fortuito e força maior, circunstâncias estas ocasionadas justamente pela demanda de comercialização do produto "álcool em gel". Fato é que o material que se pretendia adquirir não foi entregue;

6 – Diante do atraso na entrega e devido a ações pontuais administrativas, bem como doações realizadas por diversos órgãos o estoque de álcool em gel foi estabilizado, não acarretando necessidade de novo procedimento licitatório para a efetiva aquisição. Durante o andamento do presente procedimento punitivo a empresa ofertou a entrega dos itens negociados, deste feita, não mais de interesse desta administração;

7 – Argumenta a indicação das punições apresentadas, ou seja, a penalidade de suspensão temporária de 30 dias com base no art. 87, inc. III da Lei 8.666/93 e a multa no valor de R$ 720,00, com base nos artigos 3º e 7º, inc. III da Resolução SSP 333/2005;

8 – Neste sentido apresenta fundamentação teórica e jurisprudencial no tocante a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

9 – Diante de todo o produzido nos autos, diante das ponderações do Delegado de Polícia Assistente, diante das argumentações trazidas aos autos neste recurso, diante dos antecedentes administrativos punitivos existente em relação à empresa recorrente; diante da ausência de efetivo prejuízo por parte da Administração Pública, diante das circunstâncias fáticas ocorridas no início da pandemia no ano de 2020 e diante dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade na aplicação da pena Delibero, no tocante a aplicação da pena reconheço as fundamentações apresentadas e aplico a pena de Advertência. No tocante a multa, tendo em vista a ausência de necessidade de nova realização para aquisição do produto, não havendo, portanto, prejuízo e desgaste operacional para obtermos o "álcool em gel", Isento a Empresa do Pagamento de Multa.

Delegacia Seccional de Polícia de Bauru

Setor de Finanças

Extrato de Termo Aditivo

Contrato: 9912288202 Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos Contratante: Delegacia Seccional de Polícia de Bauru. 4º Termo Aditivo: Cláusula Segunda: Da Prorrogação: Em conformidade com o artigo 57, II da Lei 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 meses, de 23/dezembro/2020 até 23/dezembro/2021.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 6 - SANTOS

Delegacia Seccional de Polícia de Santos

Portaria DSPS - 11, de 28-01-2021

Autoriza a Delegacia Seccional de Polícia se Santos, a receber, por doação sem encargo, quatorze impressoras e três multifuncionais, do Juizado Especial da Comarca de Santos

O Delegado Seccional de Polícia de Santos Dirigente da Unidade Gestora Executora da UGE 180413, nos termos do Decreto Estadual 25.644, de 7 de novembro de 1986 e da Resolução Estadual SSP 62 de 30-07-2020, resolve:

Artigo 1º - Fica a Delegacia Seccional de Polícia de Santos (UGE 180413) a receber, por doação sem encargos, do Juizado Especial da Comarca de Santos, nos termos da Resolução 154, de 13-07-2012 do Conselho Nacional de Justiça os bens móveis a seguir descriminados:

14 impressoras da Marca Lexmark modelo B2236DW no valor total de R$ 16.087,12.

3 Multifuncionais da Marca Lexmark modelo MX321ADN, no valor total de R$ 4.411,83.

Artigo 2º - O Setor de Suprimentos, Patrimônio e Subfrota adotará as providências de caráter contábil e administrativo, necessários à incorporação patrimonial.

Artigo 3º - esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

(Republicada por ter saído com incorreção)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 8 - PRESIDENTE PRUDENTE

Delegacia Seccional de Polícia de Dracena

Portaria DSPD - 9, de 28-01-2021

Considerando a necessidade da existência de Comissão de Licitação modalidade Pregão Eletrônico fins aquisição de compra com entrega parcelada (kit lanches) para as presas provisórias da Cadeia Publica de Dracena, nos termos da Lei Federal n. º 8.666/93, resolve:

Artigo 1.º - Designar para compor a Comissão de Licitação:

Ordenador: Dr. Nilton Santos Paschoal – RG.12.921.897; Subscritor: Dr. Nilton Santos Paschoal – RG 12.921,897; Pregoeiros: André Luís Lallo - RG 21.933.565; Cláudia Luciane Soares Higuchi – RG. 19.329.323; Itamar Servo Silva –RG.20.649.712;

Equipe de Apoio: Alexandre Luis Luengo Lopes – RG; 25.426.035-4; André Luís Lallo – RG. 21.933.565; Cláudia Luciane Soares Higuchi – RG. 19.329.323; Itamar Servo Silva – RG 20.649.712; Art. Artigo 2.º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se. -

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 9 - PIRACICABA

Delegacia Seccional de Polícia de Casa Branca

Setor de Finanças

Extrato de Aditamento Contratual

Processo 059/2010

Contrato 002/2011

Objeto: Contrato de locação de imóvel localizado à Rua Lúcio Leonel, 45, Centro, Casa Branca, destinado à abrigar a Delegacia de Investigações Gerais de Casa Branca.

Contratante: Delegacia Seccional de Polícia de Casa Branca.

Contratado: Matheus Saran Nogueira e Silva.

CPF 332.297.938-90

Valor mensal: R$ 1.841,34

Valor Total Contrato: R$ 22.096,08

Prazo: 10-02-2021 a 09-02-2022.

Data da Assinatura: 14-01-2021.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

COMANDO GERAL

DIRETORIA DE PESSOAL

Portarias da Diretora de Pessoal, de 28-1-2021

Empossando os candidatos abaixo relacionados em 26-1-21, com Início de Exercício na mesma data, com base nas decisões judiciais constantes nos respectivos processos, inscritos nos concursos públicos destinados ao cargo de Soldado PM de 2ª Classe, regidos pelos editais abaixo referenciados, nomeados por meio da publicação no D.O. 10, de 16-1-21, conforme segue:

NOME	RG	EDITAL	PROCESSO	JUÍZO
Bruno Henrique B. de Alcantara	54.603.538-3	1/321/18	1031429-42.2019.8.26.0053	3ª CDPTJ-SP
Denis Renan de Oliveira	46.294.467-0	2/321/18	1057219-28.2019.8.26.0053	13ª CDPTJ-SP
Lais Alves de Lima	43.810.292-7	3/321/17	1052881-45.2018.8.26.0053	3ª CDPTJ-SP

(DP-6/311/21)

Nomeando, a contar da publicação do ato, o candidato Thiago dos Santos Oliveira, RG 36.401.123-3, e o convocando a comparecer em 5-2-21, às 9h, no Complexo Administrativo PM, sito na Avenida Cruzeiro do Sul, 260, 1º andar, sala 146, Bairro Canindé - São Paulo/SP, para posse e início de exercício no cargo público de Soldado PM de 2ª Classe, no concurso público regido pelo Edital DP-5/321/14, em cumprimento ao Acórdão proferido pela Décima Terceira Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou provimento ao recurso fazendário nos autos de Apelação Cível, Processo 1028554-02.2019.8.26.0053. (DP-7/311/21)

DIRETORIA DE FINANÇAS

Despacho do Dirigente, de 28-1-2021

Ratificando, nos termos do artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, o Ato de Inexigibilidade de Licitação praticado pelo Dirigente da UGE 180156 – CPI7, com base no inciso I do artigo 25 da Lei Federal 8.666/93, nos autos do Processo 2020156R89, Inexigibilidade de Licitação 156/0024/20, que versa sobre despesas com a contratação de Serviços de Telefonia, para o atendimento emergencial 190, junto à empresa Telefônica Brasil S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.558.157/0001-62. (Despacho/RA DF-002/10/21).

COMANDO DE POLICIAMENTO DA CAPITAL CORONEL PM JOSÉ HERMÍNIO RODRIGUES

COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANA 10 - CAPITAL

Despacho do Dirigente, de 28-01-2021

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-284/14/20, Processo 202022650 - Oferta de Compra 180224000012020OC01101 e 180224000012020OC01280 que tem por objeto aquisição de Materiais Odontologicos para o CPA/M-10:

O item 02 para a empresa Artur Arenque da Silva ME sob o CNPJ 15.072.183.0001/-28, totalizando R$ 611,82;

O item 02 para a empresa Priom Tec. Em Equipamentos Eireli-EPP sob o CNPJ 11.619.992.0001/56, totalizando R$ 12.300,00.

Valor total do presente licitação é de R$ 12.911,82.

Despacho do Dirigente, de 28-01-2021

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-285/14/20, Processo 2020224651 - Oferta de Compra 180224000012020OC01102, que tem por objeto aquisição de Armário Odontológico para o Gabinete Odontológico do CPA/M-10:

O item 01 para a empresa Odontobau - Equipamentos Odontologicos Ltda, sob o CNPJ n. 05.325.362/0001-76, totalizando R$ 2.367,00.

Valor total do presente licitação é de R$ 2.367,00.

Despacho do Dirigente, de 28-01-2021

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-286/14/20, Processo 2020224652 - Oferta de Compra 180224000012020OC01103, que tem por objeto aquisição de Armário de Vestiário para 1ª CIA do 1ª BPM/M:

O item 01 para a empresa Metalurgica Unicorte Eireli, sob o CNPJ 21.895.018/0001-79, totalizando R$ 47.940,00.

Valor total do presente licitação é de R$ 47.940,00.

Comunicado

O Dirigente da Unidade Gestora Executora 180.224, torna público que a Oferta de Compra 180224000012020OC01397, processo 2020224807, cujo objeto é a aquisição de Refrigerador e Forno Domestico para 3ºCia do 27º BPM/M, declarada fracassada em virtude dos valores ofertados pelas Licitantes estarem acima do valor referencial.

Comunicado

O Dirigente da Unidade Gestora Executora 180.224, torna público que a Oferta de Compra 180224000012020OC01392, processo 2020224806, cujo objeto é a aquisição de Forno Microondas para 2º Cia do 1º BPM/M, declarada fracassada em virtude dos valores ofertados pelas Licitantes estarem acima do valor referencial.

Comunicado

O Dirigente da Unidade Gestora Executora 180.224, torna público que a Oferta de Compra 180224000012020OC01387, processo 2020224801, cujo objeto é a aquisição de Bebedouro Elétrico para a Sede do 1º BPM/M, declarada fracassada em virtude dos valores ofertados pelas Licitantes estarem acima do valor referencial.

Comunicado

O Dirigente da Unidade Gestora Executora 180.224, torna público que a Oferta de Compra 180224000012020OC01395, processo 2020224799, cujo objeto é a aquisição de Fogão para 2º Cia do 1º BPM/M, declarada fracassada em virtude dos valores ofertados pelas Licitantes estarem acima do valor referencial.

Comunicado

O Dirigente da Unidade Gestora Executora 180.224, torna público que a Oferta de Compra 180224000012020OC01383, processo 2020224797, cujo objeto é a aquisição de Refrigerador para a BAse Comunitária Vaz de Lima, declarada fracassada em virtude dos valores ofertados pelas Licitantes estarem acima do valor referencial.

Comunicado

O Dirigente da Unidade Gestora Executora 180.224, torna público que a Oferta de Compra 180224000012020OC01384, processo 2020224798, cujo objeto é a aquisição de Balcão Térmico para a 1ª Cia do 1º BPM/M, declarada fracassada em virtude dos valores ofertados pelas Licitantes estarem acima do valor referencial.

Comunicado

O Dirigente da Unidade Gestora Executora 180.224, torna público que a Oferta de Compra 180224000012020OC01358, processo 2020224784, cujo objeto é a aquisição de Tintas para Sede do 27º BPM/M, declarada fracassada em virtude dos valores ofertados pelas Licitantes estarem acima do valor referencial.

Comunicado

O Dirigente da Unidade Gestora Executora 180.224, torna público que a Oferta de Compra 180224000012020OC01357, processo 2020224783, cujo objeto é a aquisição de Materiais para Construção para Sede do 27º BPM/M, declarada fracassada em virtude dos valores ofertados pelas Licitantes estarem acima do valor referencial.

Comunicado

O Dirigente da Unida Gestora Executora 180.224, torna público que a Oferta de Compra 180224000012020OC01355, processo 2020224781, cujo objeto é a aquisição de Porta de Madeira e Alumínio para a 2ª Cia do 1º BPM/M, declarada fracassada em virtude dos valores ofertados pelas Licitantes estarem acima do valor referencial.

Comunicado

O Dirigente da UGE 180224, após análise dos autos da Oferta de Compra 180224000012020OC01340, Processo 2020224771, que teve por objeto a aquisição de Oculos e Abafador, declara revogada a presente licitação, nos termos do artigo 49 da Lei Federal 8666/93.

Despacho do Dirigente, de 28-01-2021

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-292/14/20, Processo 2020224709 Oferta de Compra 180224000012020OC01178, que tem por objeto aquisição de Mesa para Refeitorio e Cadeiras para Sede do 37º BPM/M:

O item 01 para a empresa Atma Móveis Eireli, sob o CNPJ 24.568.847.0001/35, totalizando R$ 17.409,00;

O item 02 para a empresa HG Com de Moveis e Eqtos Pra Escritorios, sob o CNPJ 34.425.883/0001-01, totalizando R$ 10.962,00.

Valor total do presente licitação é de R$ 28.371,00.

Despachos do Dirigente, de 28-01-2021

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-293/14/20, Processo 2020224710 Oferta de Compra 180224000012020OC01179, que tem por objeto Estação de Trabalho e Gaveteiro para Escritório para Sede do 37º BPM/M:

O item 01 para a empresa Achei Industria de Moveis para Escritorio, sob o CNPJ 08.221.047/0001-97, totalizando R$ 25.200,00;

O item 03 para a empresa Atma Móveis Eireli, sob o CNPJ 24.568.847/0001-35, totalizando R$ 788,00.

Os itens 02 foi revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado – recurso;

O item 03 foi fracassado em razão dos valor ofertados pelas empresas licitantes, estarem acima do valor referencial.

Valor total do presente licitação é de R$ 25.988,00.

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-293/14/20, Processo 2020224710 Oferta de Compra 180224000012020OC01339, que tem por objeto Estação de Trabalho e Gaveteiro para Escritório para Sede do 37º BPM/M:

O item 02 para a empresa Atma Móveis Eireli, sob o CNPJ 24.568.847/0001-35, totalizando R$ 3.712,00.

Os itens 01 foi revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado – recurso;

Valor total do presente licitação é de R$ 3.712,00.

Despacho do Dirigente, de 28-01-2021

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-294/14/20, Processo 2020224711- Oferta de Compra 180224000012020OC01180, que tem por objeto aquisição de Bandeiras para Sede do 50º BPM/M:

O item 01 para a empresa Bandeiras Online Artefatos Texteis Ltda, sob o CNPJ 00.295.234.0001/03, totalizando R$ 239,95;

O item 02 para a empresa CBF Comercio de Confecções Bandeira Ltda, sob o CNPJ 17.365.274.0001/878, totalizando R$ 290,00.

Valor total do presente licitação é de R$ 529,95.

Comunicado

O Dirigente da Unidade Gestora Executora 180.224 torna público que a Oferta de Compra 180224000012020OC01181, processo 2020224712, cujo objeto é a aquisição de Armário para Força Tática do 27º BPM/M, declarada fracassada em virtude dos valores ofertados pelas Licitantes estarem acima do valor referencial.

Comunicado

O Dirigente da Unida Gestora Executora 180.224 torna público que a Oferta de Compra 180224000012020OC01183, processo 2020224725, cujo objeto é a aquisição de Quadro Magnético para a Sede do 37º BPM/M, declarada fracassada em virtude dos valores ofertados pelas Licitantes estarem acima do valor referencial.

Despacho do Dirigente, de 28-01-2021

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-297/14/20, Processo 2020224728 - Oferta de Compra 180224000012020OC01257, que tem por objeto aquisição de Poltronas para Sede do 37º BPM/M:

O item 01 para a empresa Atma Moveis Eireli, sob o CNPJ 24.568.847.0001/35, totalizando R$ 3.493,20.

Valor total do presente licitação é de R$ 3.493,20.

Despachos do Dirigente, de 28-01-2021

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-298/14/20, Processo 2020224729 Oferta de Compra 180224000012020OC01282, que tem por objeto a aquisição de Materiais Elétricos para Sede do 37º BPM/M:

O item 05 para a empresa: Intertubo Importação e Exportação, sob o CNPJ 03.015.231/0001-67, totalizando R$ 125,00;

O item 03 para a empresa: Licitara Comércio de Maq e Equip, sob o CNPJ 29.953.468/0001-82, totalizando R$ 889,50;

Os itens 02 e 04 para a empresa: F.A. Comercial Ltda, sob o CNPJ 30.690.006/0001-07, totalizando R$ 171,00;

O item 01 foi fracassado em razão dos valores ofertados pelas empresas licitantes estarem acima do valor referencial;

Valor total do presente licitação é de R$ 1.185,50.

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-298/14/20, Processo 2020224729 Oferta de Compra 180224000012020OC01378, que tem por objeto Materiais Elétricos para Sede do 37º BPM/M:

O item 01 para a empresa: Renovo Materiais para Construção, sob o CNPJ 22.791.182/0001-07, totalizando R$ 2.928,50.

Valor total do presente licitação é de R$ 2.928,50.

Despacho do Dirigente, de 28-01-2021

CPA/M-10 – UGE 180224

O Dirigente da UGE 180224, após análise dos autos do Convite Eletrônico nº CPAM10-299/14/20, Processo 2020224730 - Oferta de Compra 180224000012020OC01259, que tem por objeto aquisição de Escadas para Sede do 37º BPM/M:

O item 01 para a empresa Comercial Discon Ltda, sob o CNPJ 14.365.828.0001/58, totalizando R$ 1.108,44;

O item 02 para a empresa Misse Agro Ferramentas Ltda, sob o CNPJ 21.602.765.0001/71, totalizando R$ 898,00.

Valor total do presente licitação é de R$ 2.006,44.

Despacho do Dirigente, de 28-01-2021

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-300/14/20, Processo 2020224731 Oferta de Compra 180224000012020OC01260, que tem por objeto a aquisição de Materiais para Construção para Sede do CPA/M-10:

Os itens 01 e 02 para a empresa: F.A. Comercial Ltda, sob o CNPJ 30.690.006/0001-07, totalizando R$ 368,94;

O item 14 para a empresa Casa Fernandes Atacadista Ltda - EPP, sob o CNPJ 74.287.566/0001-82, totalizando R$ 439,00;

Valor total do presente licitação é de R$ 807,94.

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-300/14/20, Processo 2020224731 Oferta de Compra 180224000012020OC01353, que tem por objeto a aquisição de Materiais para Construção para Sede do CPA/M-10:

Os itens 01, 02 e 07 para a empresa Magnus Com.de Forros Div.e Pisos Soc.ltda, sob o CNPJ 07.491.763/0001-21, totalizando R$ 1.142,10.

Valor total do presente licitação é de R$ 1.142,10.

Despacho do Dirigente, de 28-01-2021

Homologando, após análise dos autos do Convite Eletrônico CPAM10-301/14/20, Processo 2020224755 - Oferta de Compra 180224000012020OC01313, que tem por objeto aquisição de Combustivel Liquefeito de Petroleo para sede do 50º BPM/M:

O item 01 para a empresa Marli da Cruz Clemente - ME, sob o CNPJ 09.182.806/0001-12 totalizando R$ 1.060,00.

Valor total do presente licitação é de R$ R$ 1.060,00.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 8 - PRESIDENTE PRUDENTE

25º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Dracena

Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina, de 28-1-2021

Referência: CD 25º BPMI-001/12/20.

1. Requerimento datado de 20-01-2021, protocolizado no Sispec sob o 13618380, na mesma data, que versa sobre pedido da defesa técnica constituída, Renata Cardoso Camacho Dias, OAB 198.846/SP, defensora do Subten PM 931893-3 José Ricardo Figueiredo dos Santos Carnelóz, do 25º BPM/I, sendo que após análise delibero, conforme segue:

1.1. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a Declaração datada de 21-12-2020, emitida pela Diretoria da "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Acácia de Adamantina/SP", a qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados junto à comunidade, realizado pelo Subten PM José Ricardo Figueiredo dos Santos Carnelóz;

1.2. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia da declaração datada de 21-12-2020, emitida pelo Diretor Técnico III, do Centro de Detenção Provisória I, de Pacaembu/SP, Rodrigo Antônio Fellissiani, RG 33.100.356-9/SSP-SP, através da qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados junto à comunidade, realizado pelo Subten PM José Ricardo Figueiredo dos Santos Carnelóz; e

1.3. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a declaração datada de 29-12-2020, emitida pelo Diretor Técnico III, da Penitenciária de Lucélia/SP, Marcos Antônio Hipólito, RG 23.023.712-5/SSP-SP, através da qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados junto à comunidade, realizado pelo Subten PM José Ricardo Figueiredo dos Santos Carnelóz.

(Adv. Dra. Renata Cardoso Camacho Dias - OAB/SP 198.846)

Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina, de 28-1-2021

Referência: CD 25º BPMI-002/12/20.

1. Requerimento datado de 20-01-2021, protocolizado no Sispec sob o 13618415, na mesma data, que versa sobre pedido da defesa técnica constituída, Renata Cardoso Camacho Dias, OAB 198.846/SP, defensora do Cb PM 992155-9 Luciano Rodrigo Ramazotti, do 25º BPM/I, sendo que após análise delibero, conforme segue:

1.1. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a Declaração datada de 21-12-2020, emitida pela Diretoria da "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Acácia de Adamantina/SP", a qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados junto à comunidade, realizado pelo Cb PM Luciano Rodrigo Ramazotti;

1.2. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia da declaração datada de 21-12-2020, emitida pelo Diretor Técnico III, do Centro de Detenção Provisória I, de Pacaembu/SP, Rodrigo Antônio Fellissiani, RG 33.100.356-9/SSP-SP, através da qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados junto à comunidade, realizado pelo Cb PM Luciano Rodrigo Ramazotti; e

1.3. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a declaração datada de 29-12-2020, emitida pelo Diretor Técnico III, da Penitenciária de Lucélia/SP, Marcos Antônio Hipólito, RG 23.023.712-5/SSP-SP, através da qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados junto à comunidade, realizado pelo Cb PM Luciano Rodrigo Ramazotti.

(Adv. Dra. Renata Cardoso Camacho Dias - OAB/SP 198.846)

Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina, de 28-1-2021

Referência: CD 25º BPMI-3/12/20.

1. Requerimento datado de 20JAN21, sob o protocolo Sispec 13618448, na mesma data, que versa sobre pedido da defesa técnica constituída, Renata Cardoso Camacho Dias, advogada inscrita na OAB/SP sob o 198.846, Defensora do Cb PM 100435-2 Rodrigo de La Viuda de Andrade, do 25º BPM/I, sendo que após análise delibero, conforme segue:

1.1. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a Declaração datada de 21-12-2020, emitida pela Diretoria da "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Acácia de Adamantina/SP", a qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados à comunidade, realizado pelo Cb PM Rodrigo de La Viuda Andrade;

1.2. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia da Declaração datada de 21-12-2020, emitida pelo Diretor Técnico III, do Centro de Detenção Provisória I, de Pacaembu/SP, Rodrigo Antônio Fellissiani, RG 33.100.356-9/SSP-SP, através da qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados à comunidade, realizado pelo Cb PM Rodrigo de La Viuda Andrade;

1.3. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a Declaração datada de 29-12-2020, emitida pelo Diretor Técnico III, da Penitenciária de Lucélia/SP, Marcos Antônio Hipólito, RG

23.023.712-5/SSP-SP, através da qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados à comunidade, realizado pelo Cb PM Rodrigo de La Viuda Andrade.

(Adv. Dra. Renata Cardoso Camacho Dias - OAB/SP 198.846)

Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina, de 28-1-2021

Referência: CD 25º BPMI-4/12/20.

1. Requerimento datado de 20-01-2021, protocolizado no Sispec sob o 13618487, na mesma data, que versa sobre pedido da defesa técnica constituída, Renata Cardoso Camacho Dias, OAB 198.846/SP, defensora do Cb PM 106048-1 Rodrigo Batista Lopes, do 25º BPM/I, sendo que após análise delibero, conforme segue:

1.1. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a Declaração datada de 21-12-2020, emitida pela Diretoria da "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Acácia de Adamantina/SP", a qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados junto à comunidade, realizado pelo Cb PM Rodrigo Batista Lopes;

1.2. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia da declaração datada de 21-12-2020, emitida pelo Diretor Técnico III, do Centro de Detenção Provisória I, de Pacaembu/SP, Rodrigo Antônio Fellissiani, RG 33.100.356-9/SSP-SP, através da qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados junto à comunidade, realizado pelo Cb PM Rodrigo Batista Lopes; e

1.3. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a declaração datada de 29-12-2020, emitida pelo Diretor Técnico III, da Penitenciária de Lucélia/SP, Marcos Antônio Hipólito, RG 23.023.712-5/SSP-SP, através da qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados junto à comunidade, realizado pelo Cb PM Rodrigo Batista Lopes.

(Adv. Dra. Renata Cardoso Camacho Dias - OAB/SP 198.846)

Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina, de 28-1-2021

Referência: CD 25º BPMI-5/12/20.

1. Requerimento datado de 20-01-2021, protocolizado no Sispec sob o 13618537, na mesma data, que versa sobre pedido da defesa técnica constituída, Renata Cardoso Camacho Dias, OAB 198.846/SP, defensora do Cb PM 135978-9 Marcos Vinícius Lins da Silva, do 25º BPM/I, sendo que após análise delibero, conforme segue:

1.1. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a Declaração datada de 21-12-2020, emitida pela Diretoria da "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Acácia de Adamantina/SP", a qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados junto à comunidade, realizado pelo Cb PM Marcos Vinícius Lins da Silva;

1.2. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia da declaração datada de 21-12-2020, emitida pelo Diretor Técnico III, do Centro de Detenção Provisória I, de Pacaembu/SP, Rodrigo Antônio Fellissiani, RG 33.100.356-9/SSP-SP, através da qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados junto à comunidade, realizado pelo Cb PM Marcos Vinícius Lins da Silva; e

1.3. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a declaração datada de 29-12-2020, emitida pelo Diretor Técnico III, da Penitenciária de Lucélia/SP, Marcos Antônio Hipólito, RG 23.023.712-5/SSP-SP, através da qual atesta e declara a idoneidade e os relevantes serviços prestados junto à comunidade, realizado pelo Cb PM Marcos Vinícius Lins da Silva.

(Adv. Dra. Renata Cardoso Camacho Dias - OAB/SP 198.846)

CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

Portaria CBPM – 024/01, de 28-1-2021

Estabelece regras específicas para expedição de Cartão de Identificação de beneficiários e pensionistas para fins de utilização do regime de Assistência Médico–Hospitalar (AMH) da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado – CBPM

O Superintendente da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado – CBPM, com base no artigo 4º, inciso XXIX, do Decreto Estadual 7.391, de 29-12-1975, e considerando que:

1. A Lei Estadual 452, de 02-10-1974, que instituiu a CBPM, estabelece no seu artigo 34 as regras de definição dos dependentes de Policiais Militares para fins de serem beneficiários do regime de Assistência Médico–Hospitalar (AMH).

2. O artigo 30 da Lei Estadual 452/74 prevê que a AMH aos beneficiários dos contribuintes deve ser prestada de acordo com os termos de ajuste celebrados com a Associação Cruz Azul de São Paulo e por isso foi elaborado o Termo de Colaboração Nº CBPM–001/01/2020, de 01-04-2020, o qual na Cláusula Sétima, § 3º, reforça que nos atendimentos, o beneficiário é identificado por um número de credencial individual.

3. O inciso IV do artigo 23 do Decreto Estadual 7.391/75 prevê a expedição de credenciais para beneficiários do regime de AMH.

4. Portanto, há necessidade de estabelecer regras específicas para a expedição de Cartão de Identificação de beneficiários e pensionistas, usuários do regime de AMH da CBPM, conforme acima exposto, resolve:

Artigo 1º – Com base no Inciso III do artigo 23 do Decreto Estadual 7.391/75, conforme modelo do Anexo A, fica implantado o Cartão de Identificação CBPM–AMH, para os beneficiários e pensionistas usuários do regime de AMH da CBPM na Associação Cruz Azul de São Paulo, ficando a Seção de Cadastro da CBPM responsável pela sua expedição, controle e fornecimento.

Parágrafo único – O Cartão de Identificação CBPM–AMH terá duas formas:

a) Cartão de Identificação CBPM–AMH físico: impresso em cartão rígido.

b) Cartão de Identificação CBPM–AMH virtual: disponibilizado em modo virtual e digital, com o mesmo visual do cartão físico, pelo sítio eletrônico da CBPM na rede mundial de computadores, e por via de aplicativo (App – Application) para dispositivos de telefonia móvel ou pranchetas digitais – tablets, com a mesma validade do cartão físico.

Artigo 2º – O Cartão de Identificação CBPM–AMH ostentará na sua parte frontal o cabeçalho, no seu lado direito contendo a insígnia tradicional da CBPM, e no seu lado esquerdo a sigla de "CBPM AMH", tendo abaixo do referido cabeçalho, os campos obrigatórios com dados individuais do beneficiário ou pensionista, usuário do regime de AMH, extraídos de campos correspondentes no Cadastro do Info CBPM – Sistemas Informatizados da CBPM, que são os seguintes:

I – Beneficiário(a): campo destinado a exibir o nome completo do beneficiário ou pensionista, usuário do regime de AMH, evitando–se abreviaturas.

II – Data de Nascimento: campo destinado à inserção do dia, mês e ano de nascimento do beneficiário ou pensionista, usuário do regime de AMH, devendo ter a seguinte formatação de data: dd/mm/aaaa.

III – CPF: campo destinado à inserção do número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) na Receita Federal do beneficiário ou pensionista, usuário do regime de AMH.

IV – Número de Credencial: campo destinado à inserção do número da credencial gerada no sistema de cadastro de beneficiários e pensionistas, usuários do regime de AMH.

V – Categoria: campo destinado à inserção da faixa de categoria para fins de acomodações no atendimento correspondente ao beneficiário ou pensionista, usuário do regime de AMH, em conformidade com o Item 6 do Apenso I – Plano de Trabalho do Termo de Colaboração Nº CBPM–001/01/2020, a seguir transcrito, sendo que para o pensionista, será a categoria corresponde ao posto ou graduação do contribuinte na ocasião de seu falecimento:

a. Categoria "A": oficiais superiores e capitães

b. Categoria "B": demais oficiais e aspirante a oficial

c. Categoria "C": subtenentes, sargentos e alunos oficiais;

d. Categoria "D": cabos e soldados.

VI – RE de contribuinte: campo destinado à inserção do número de Registro Estatístico (RE) do policial militar contribuinte da CBPM, responsável pelo beneficiário usuário do regime de AMH identificado no cartão.

VII – Matrícula de pensionista: para o caso de pensionista, campo destinado à inserção do número de matrícula previdenciária, do pensionista usuário do regime de AMH da CBPM.

Artigo 3º – No verso do Cartão de Identificação CBPM–AMH, na metade à direita constarão o endereço físico e eletrônico da CBPM com telefones, além de mensagem ao beneficiário ou pensionista, usuário do AMH, para manter seus dados de cadastro na CBPM atualizados, enquanto que na metade à esquerda devem constar dados de endereço físico e eletrônico com telefones para marcação de consultas, e ao final, no rodapé, a inscrição "este cartão é pessoal e intransferível".

Artigo 4º – No ato da exibição do Cartão de Identificação CBPM – AMH, os dados devem ser conferidos e confrontados na tela de consulta da Cruz Azul, no Sistema de Cadastro do Info CBPM, onde será confirmado se aquele beneficiário ou pensionista pode usufruir do regime de AMH, ou se existe algum impedimento.

§ 1º – A consulta dos dados deve ser feita pelo número de CPF, preferencialmente, ou pelo número da Credencial.

§ 2º – A falta de apresentação do Cartão de Identificação CBPM – AMH, não impede o atendimento, suprindo–se a sua falta com a apresentação de documento de identidade que contenha o CPF.

Artigo 5º – A emissão do Cartão de Identificação CBPM–AMH para o beneficiário e pensionista usuário do regime de AMH será realizada na sede da CBPM no ato de sua inclusão.

Artigo 6º – Os casos de extravios, perda ou roubo do Cartão de Identificação CBPM–AMH devem ser informados por escrito à CBPM.

Artigo 7º – Os Cartões de Identificação CBPM–AMH emitidos até a data desta Portaria continuam tendo validade, mas podem ser substituídos pelo modelo novo por iniciativa do usuário do regime de AMH.

Artigo 8º – A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas demais disposições que tratem sobre este assunto.

Artigo 9º – Anexo a esta Portaria:

Inciso I – Anexo A: Modelo ora implantado de Cartão de Identificação de beneficiário e pensionista, usuário do AMH da CBPM.

ANEXO A

PORTARIA Nº CBPM–024/01/2021

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO SISTEMA AMH DA CBPM/CRUZ AZUL

FRENTE

VERSO

Portaria CBPM – 022/01, de 28-1-2021

Designa servidores da CBPM para, sem prejuízo de suas funções, exercerem a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - Cada

O Superintendente da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado, com base no inciso XVII, artigo 6º do Regulamento da CBPM, aprovado pelo Decreto 5.376 de 26-12-1974, combinado com o inciso XXIX do artigo 4º do Decreto 7.391 de 29-12-1975, resolve:

Artigo 1º – Designar, a contar de 27-01-2021, os seguintes servidores para, sem prejuízo de suas funções, exercerem a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – Cada, em conformidade com as disposições da Constituição Federal, artigo 216, § 2º, dos Decretos 22.789, de 19-10-1984, 29.838, de 18-04-1989, 48.897, de 27-08-2004 e em harmonia com o Decreto 58.052, de 16-05-2012, que regulamenta a Lei Federal 12.527, de 18-11-2011:

Joviano Conceição Lima, RG 6.384.210-5, CPF 863.635.788-87 matrícula 1.200-9, Chefe de Gabinete, Coordenador dos Trabalhos;

José Paulo Meneguzzi, RG 8.264.385-4, CPF 748.303.418-15, matrícula 1.216-5, Assessor Técnico VI – Patrimônio;

João Antonio Ribeiro Ferreira, RG 7.259.690-9, CPF 996.867.918-68, matrícula 1.213-A, Assessor Técnico VI – Saúde;

Edison Ferreira Pinto, RG 13.189.707-X, CPF 054.499.638-07, matrícula 1.217-3 Assessor Técnico VI – Finanças;

João Silva Soares Castilho, RG 16.195.103-X, CPF 078.034.108-20, matrícula 1.215-7, Assessor VI – Cadastro;

Luciane Soraya Pereira Dias, RG 20.189.274-1, CPF 101.814.858-26, matrícula 1.204-1, Assessora VI – Jurídico;

Dirce Maria Nascimento Bolonhani, RG 11.114.065-1, CPF 076.850.368-00, matrícula 1.214-9, Diretora Técnica II – DFC;

Carla Daniela Pascoal Riciati, RG 23.456.345-X, CPF 154.104.078-30, matrícula 1.124-0, Diretora da Divisão de Administração – DA e José Moreno Filho, RG 5.493.476-X, CPF 516.480.088-87, matrícula 660-2, Contador Chefe.

Artigo 2º – Revogar a Portaria 043/01/2020, de 28-09-2020, publicada no D.O, de 29-09-2020, Seção I, p. 10 e 11.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria CBPM - 21/01, de 28-1-2021

O Superintendente da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado, com base no inciso XVII do artigo 6º do Decreto 5.376 de 26-12-1974, combinado com o inciso XXIX do artigo 4º do Decreto 7.391 de 29-12-1975, no âmbito desta Autarquia, a designar a Comissão Permanente de Auditoria e Administração dos Imóveis (CPAAI):

Presidente: Chefe de Gabinete

Membros: Assessores Técnicos (AT): AT-2 Finanças; AT-3 – Jurídico; AT-4 – Patrimônio e DFC – Divisão de Contadoria e Finanças.

Secretário: Servidora Autárquico da Seção de Receita.

A CPAAI exercerá as seguintes atividades:

- Supervisionar a negociação referente aos contratos de aluguéis;

- Fiscalizar os serviços desempenhados pela Seção de Controle e Cadastro Imobiliário – SCCL;

- Propor alocação de recursos para a manutenção do patrimônio imobiliário da CBPM;

- Propor abertura de ações judiciais inerentes à administração imobiliária;

- Assessorar o Superintendente em questões que envolvam a transferência, venda, permuta, comodatos e doações do Patrimônio Imobiliário da CBPM.

Artigo 1º - Para compor a Comissão Permanente de Auditoria e Administração dos Imóveis da CBPM, designo os seguintes componentes:

Presidente:

Cel PM Joviano Conceição Lima – RG 6.384.210-5 e CPF 863.635.578-87;

Membros:

Cel Res PM José Paulo Meneguzzi – RG 8.264.385-4 e CPF 748.303.418-15;

Cel PM Edison Ferreira Pinto – RG 13.189.707-X e CPF 054.499.638-07

Ten CEL PM Luciane Soraya Pereira Dias – RG 20.189.274-1 e CPF 101.814.858-26;

Dirce Maria Nascimento Bolonhani – RG 11.114065-1 e CPF 076.850.368-00;

Secretária:

Vilma Augusta dos Santos – RG 11.314.295-X e CPF 944.294.648-04

Artigo 2º - Revogar a Portaria 053/02.1/2020-SEAP, publicada em D.O. 137, de 11-07-2020.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria CBPM - 023/01, de 28-1-2021

O Superintendente da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado, com base no inciso XVII do artigo 6º do Decreto 5.376 de 26-12-1974, resolve:

Artigo 1º - Designar, a partir de 27-01-2021, o servidor "CLT" matrícula 1.216-5, Cel PM Res José Paulo Meneguzzi, RG 8.264.385-4, CPF 748.303.418-15, Assessor Técnico Patrimônio, como Gestor de Contrato das seguintes empresas elencadas:

ITENS	PORTARIA	CONTRATO	EMPRESA
1	024/02.1/2020-SEAP	014.03.4/2019	Anderson Cardoso da Silva
2	024/02.1/2020-SEAP	006.110/2019	Centro de Inteligência da PMESP
3	024/02.1/2020-SEAP	046/2019	Coord. Contr. Doenças – CRT DST-Aids
4	024/02.1/2020-SEAP	029.03.4/2020	Aliano Sefarim da Costa
5	CBPM 022/01/2020	099.03.4/2018	WJ Marmores e Granitos Ltda
6	CBPM 027/01/2020	011.03.4/2020	Sociedade Amigos Jd. Tobias e Primavera
7	038/02.1/2020-SEAP	020.03.4/2017	Log sem Transportes Ltda

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Administração Penitenciária

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SAP-10, de 28-1-2021

Dispõe sobre a conferência de dados da promoção dos integrantes da classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária

O Secretário da Administração Penitenciária, considerando a necessidade de realizar conferência para concretização da implantação dos dados necessários ao Concurso de Promoção por Merecimento/2019, dos integrantes da classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, resolve:

Artigo 1º - Incumbir as Coordenadorias de Unidades Prisionais e a Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário, da responsabilidade pela revisão/conferência, no âmbito das respectivas Coordenadorias, das inscrições efetuadas pelos Órgãos Subsetoriais de Recursos Humanos no Concurso de Promoção por Merecimento, instaurado pelo Edital CP 001, de 10, publicada em 11-12-2020.

Artigo 2º - Estabelecer que os trabalhos deverão estar concluídos até o dia 26-02-2021.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Despachos do Secretário, de 28-1-2021

SAP/1033267/2020 - (CASP 024/20) - À vista do contido nos autos, destacando-se o Despacho SAP/CASP 244/2020, do D. Corregedor da Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário (fls. 109/110), nos autos do Protocolado CASP 024/2020 – (Processo SAP – 1033267/2020), bem como, a manifestação da Assistência Técnica da Chefia de Gabinete, com fundamento no artigo 269, da Lei 10.261/68, com as alterações da Lei Complementar 942/2003, Determino a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar, em desfavor da servidora: A.L.D.A. – RG. 28.XXX.XXX-X, Agente de Segurança Penitenciária, de Classe V, do SQC-III-QSAP, do quadro desta Secretaria de Administração Penitenciária, por infringência, em tese, ao disposto no artigo 241, incisos III, XII e XIV, da Lei Estadual 10.261/68, com as alterações da Lei Complementar 942/2003, sujeitando-a, em tese, as penalidades previstas no artigo 251, incisos I a III, da Lei Estadual 10.261/68.

SAP/11553/2020 - (CASP 001/20) - À vista do contido nos autos, destacando-se o relatório conclusivo da Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário, nos autos do Protocolado CASP 001/2020 – (Processo SAP – 11553/2020), bem como, a manifestação da Assistência Técnica da Chefia de Gabinete, com fundamento no artigo 269, da Lei 10.261/68, com as alterações da Lei Complementar 942/2003, Determino a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar, em desfavor do servidor: K.M. – RG 32.XXX.XXX-X, Engenheiro III, do SQC-III-QSAP, do quadro desta Secretaria de Administração Penitenciária, por infringência, em tese, ao disposto no artigo 241, incisos VI, XII, XIII e XIV, da Lei Estadual 10.261/68, com as alterações da Lei Complementar 942/2003, c.c. os artigos 1º, 2º e 11º, do Decreto 60.428/2014, sujeitando-se, em tese, as penalidades previstas no artigo 251, incisos I a III, da Lei Estadual 10.261/68.

SAP/2082457/2020 - (CASP 103/2020) - Face o contido nos autos, em destaque o Relatório da Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário - CASP, emitido no PAP/CASP 103/2020 (Processo SAP - 2082457/2020), às fls. 61/67 e a Informação da Assistência Técnica da Chefia de Gabinete às fls. 70/72, que acolho como motivação para decidir, tendo em vista que não foram encontrados elementos caracterizadores de falta funcional por parte do servidor, da Penitenciária I de Potim, determino o Arquivamento dos autos, até que fato novo justifique a sua reabertura.

Despacho do Chefe de Gabinete, de 28-1-2021

SAP-PRC-2021/00686 - Preenchidos os requisitos legais e as disposições da Portaria SAP/CG 11/93 e, considerando a manifestação do Sr. Coordenador, da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado, consoante os termos do § 1º, do artigo 1º, da Resolução SAP 57/93, Autorizo o servidor Marcos Roberto Pires, RG 25.634.106-0, Diretor Técnico III, da Penitenciária de Irapuru, a residir no imóvel funcional 01, da referida unidade.

Despachos do Secretário, de 28-1-2021

Correio Eletrônico, de 27-1-2021 - Autorizando em caráter excepcional, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 8º do Dec.48.292/03, o servidor Evandro Bonadio, RG. 20.063.334-X, Oficial Operacional, lotado na Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado, em Pirajuí, a perceber a título de diárias, quantia superior a 50% de sua retribuição mensal, respeitado o limite correspondente a 1 vez sua retribuição mensal, em razão de outras diárias já recebidas, no dia 31-01-2021, com objetivo de conduzir veículo oficial, do Centro de Detenção Provisória "ASP Willians Nogueira Benjamin" de Pinheiros, em São Paulo, com destino a Penitenciária "Rodrigo dos Santos Freitas" de Balbinos.

Correio Eletrônico, de 27-1-2021 - Autorizando em caráter excepcional, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 8º do Dec. 48.292/03, o servidor Antonio Benedito Pinto Ferreira, RG. 20.746.924, Oficial Operacional, lotado na Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado, em Pirajuí, a perceber a título de diárias, quantia superior a 50% de sua retribuição mensal, respeitado o limite correspondente a 1 vez sua retribuição mensal, em razão de outras diárias já recebidas, no dia 31-01-2021, com objetivo de conduzir veículo oficial, do Centro de Detenção Provisória "ASP Willians Nogueira Benjamin" de Pinheiros, em São Paulo, com destino a Penitenciária "Rodrigo dos Santos Freitas" de Balbinos.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DR. LUIZ CAMARGO WOLFMANN

Comunicado

A Diretora da Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann", por intermédio do Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, através do Núcleo de Coordenação de São Paulo e da Grande São Paulo, comunica a realização da Reunião Pedagógica para atualização do conteúdo da disciplina Legislação de Pessoal e elaboração de material para gravação de videoaulas, do Curso de Capacitação na Área de Segurança Externa - EaD.

1) Objetivo: Atualizar conteúdo e elaborar material e roteiro para gravação da videoaula da disciplina Legislação de Pessoal.

2) Local: virtual pelo google meet.

3) Data e horário: Dia 01-02-2021 – das 09h às 12h: atualização do conteúdo, das 13h às 16h: elaboração de material e roteiro de gravação de videoaulas.

4) Docentes convidados: Carlos Roberto Cristovam e William Valentim.

5) As atividades de elaboração e execução de programas de formação e Aperfeiçoamento, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, serão retribuídos nos termos do artigo 2º do Decreto 40.540, de 13/12/95, alterado pelo Decreto 53.878/08, obedecendo o limite estabelecido no referido decreto.

(EAP 029/2021)

Comunicado

A Diretora da Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann", por intermédio do Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, através do Núcleo de Coordenação de São Paulo e da Grande São Paulo, comunica a realização da Reunião Pedagógica para atualização do conteúdo da disciplina Gestão Operacional e elaboração de material para gravação de videoaulas, do Curso de Capacitação na Área de Segurança Externa - EaD.

1) Objetivo: Atualizar conteúdo e elaborar material e roteiro para gravação da videoaula da disciplina Gestão Operacional.

2) Local: virtual pelo google meet.

3) Data e horário: Dia 02-02-2021 – das 09h às 12h: atualização do conteúdo, das 13h às 16h: elaboração de material e roteiro de gravação de videoaulas.

4) Docentes convidados: Mario Malanga Neto e Olavo Rocha Filho.

5) As atividades de elaboração e execução de programas de formação e Aperfeiçoamento, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, serão retribuídos nos termos do artigo 2º do Decreto 40.540, de 13/12/95, alterado pelo Decreto 53.878/08, obedecendo o limite estabelecido no referido decreto.

(EAP 030/2021)

Comunicado

A Diretora da Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann", por intermédio do Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos- CECADRH, comunica a disponibilidade do Programa Minuto Cultura – "Comportamento Assertivo" e baixa as seguintes instruções:

1. Objetivo Geral: disseminar conhecimentos, ampliando reflexões, acesso à informações e visibilidade às produções socioculturais

2. Eixo Articulador: II – Desenvolvimento Humano/Qualidade de Vida.

3. Modalidade: Ensino a Distância - EaD.

4. Público-Alvo: Servidores Públicos da Secretaria da Administração Penitenciária.

5. Período de disponibilidade no ambiente virtual: do dia 29-01-2021 (a partir das 09h) ao dia 26-02-2021 (até às 16h).

6. Acesso a plataforma: o acesso a plataforma será por meio de login e senha, no site www.ead.eap.sp.gov.br . O login será o número do CPF do aluno que deverá ser escrito com ponto (.) e traço (-). Exemplo: xxx.xxx.xxx-xx. A senha deverá ser a mesma utilizada em cursos anteriores.

7. Acesso ao programa: o aluno deverá acessar o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA conforme item 6 desse Comunicado, clicar Programa Minuto Cultura – "Comportamento Assertivo" e clicar no ícone "Inscreva-me".

8. Primeiro acesso a plataforma: os servidores que nunca acessaram a plataforma, deverão encaminhar e-mail para o endereço atendimentoead@eap.sp.gov.br solicitando login e senha.

9. Certificado: É de responsabilidade do aluno a emissão do certificado, que estará disponível após responder a Avaliação de Reação. O certificado poderá ser salvo em PDF e/ou impresso.

Depois de encerrado o período do evento, não será possível a emissão do mesmo.

10. Em caso de dúvidas, o servidor/aluno poderá entrar em contato com a Escola de Administração Penitenciária, pelo e-mail atendimentoead@eap.sp.gov.br

(EAP 032/2021)

Comunicado

A Diretora da Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann", por intermédio do Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, através do Núcleo de Coordenação de São Paulo e da Grande São Paulo, comunica a realização da Reunião Pedagógica para atualização do conteúdo da disciplina Lei de Execução Penal e elaboração de material para gravação de videoaulas, do Curso de Capacitação na Área de Segurança e Disciplina - EaD.

1) Objetivo: Atualizar conteúdo e elaborar material e roteiro para gravação das videoaulas da disciplina Lei de Execução Penal.

2) Local: virtual pelo google meet.

3) Data e horário: Dia 03-02-2021 – das 09h às 12h: atualização do conteúdo, das 13h às 16h: elaboração de material e roteiro de gravação de videoaulas.

4) Docentes convidados: André Luiz Alves e Carlos Eduardo Zanluchi.

5) As atividades de elaboração e execução de programas de formação e Aperfeiçoamento, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, serão retribuídos nos termos do artigo 2º do Decreto 40.540, de 13/12/95, alterado pelo Decreto 53.878/08, obedecendo o limite estabelecido no referido decreto.

(EAP 031/2021)

COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Segundo Termo Aditivo de Convênio

Número SPdoc: SAP/3102664/2019

Processo CRSC-347/2018

Parecer Referencial CJ/SAP 007/2019, de 25-09-2019

Partícipes:

Convenente: Secretaria da Administração Penitenciária

Conveniada: Município de Jacareí/SP

Objeto: Implantação e execução continuada do Programa de Penas e Medidas Alternativas no Município de Jacareí/SP.

Cláusula Primeira - Da vigência

O prazo de vigência do presente Convênio fica prorrogado por 12 meses a partir de 09-10-2020, encerrando-se em 08-10-2021.

Assinatura: 22-01-2021.

Segundo Termo Aditivo de Convênio

Número SPdoc: SAP/29747215/2019

Processo CRSC-425/2018

Parecer Referencial CJ/SAP 007/2019, de 25-09-2019

Partícipes:

Convenente: Secretaria da Administração Penitenciária

Conveniada: Município de Porto Ferreira/SP

Objeto: Implantação e execução continuada do Programa de Penas e Medidas Alternativas e do Programa de Atenção ao Egresso e Familia no Município de Porto Ferreira/SP.

Cláusula Primeira - Da vigência

O prazo de vigência do presente Convênio fica prorrogado por 12 meses a partir de 27-12-2020, encerrando-se em 26-12-2021.

Assinatura: 22-01-2021.

COORDENADORIA DE SAÚDE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO DR. ARNALDO AMADO FERREIRA - TAUBATÉ

Portaria HCTP-TAU-1, de 28-1-2021

Dispõe sobre a designação dos servidores responsáveis como gestor e fiscal do Contrato HCTP/T 001/2021, que tem como objeto a prestação de serviços de nutrição, mediante operacionalização de atividades de fornecimento, preparo e distribuição de refeições para os pacientes e funcionários desta Unidade

O Diretor Técnico III do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Dr. Arnaldo Amado Ferreira" resolve:

Artigo 1º - Designar sem prejuízos de suas atribuições e atividades legais, como gestor de referido contrato o servidor João Carlos Ferreira, RG 23.739.399-2, Diretor II do Centro de Qualificação Profissional e Produção e como fiscal o servidor José Vicente dos Santos, RG 18.046.768-2 – Diretor I do Núcleo de Oficinas.

Parágrafo Único - Na ausência dos servidores ora designados, a responsabilidade pela continuidade dos trabalhos será dos respectivos substitutos legais.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos em 02-02-2021.

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Decisão da Autoridade Superior, de 27-1-2021

Processo SAP-PRC-2020/24930 – Departamento de Administração da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo - Diante dos elementos de instrução dos autos, de acordo com o Decreto 57.688/11, c/c a Resolução SAP 108/93:

I - Conheço do Recurso Administrativo apresentado pela empresa Nevada Rent a Car Ltda, CNPJ 58.488.099/0001-00, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade;

II - Acolho as Decisões da autoridade competente, bem como o Parecer Referencial 006/2020, e as manifestações do servidor responsável pelo procedimento, tomando-os como motivação para decidir:

III - Ato contínuo, indefiro as razões de recurso apresentadas pela empresa, e mantenho a decisão de fls.92/94, que aplicou a sanção de multa em face da empresa acima citada, referente ao descumprimento do Contrato 001/2016, conforme determina o art. 7° da Lei Federal 10.520/2002 c/c o art. 5º, inciso III, da Resolução SAP 06 de 10-01-2007, obtendo o valor de R$ 25.622,58.

Despachos do Coordenador, de 28-1-2021

Processo SAP-PRC-2021/00136 – Centro de Detenção Provisória "ASP Nilton Celestino" de Itapecerica da Serra - Ratifico em atendimento ao disposto no Artigo 26 da Lei Federal 8.666, de 21-06-1993, atualizada pelas Leis 8.883, de 08-06-1994 e 9.648, de 27-05-1998, e tendo em vista a edição da Lei Complementar 897, de 09-05-2001, bem como do Decreto 57.688 de 27-12-2011 e Resolução SAP 108, de 20-09-1993, a Inexigibilidade de Licitação declarada pelo Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória "ASP Nilton Celestino" de Itapecerica da Serra, com fulcro no Artigo 25, da Lei Federal 8.666/93, para atender despesas com pagamento de contas de água e esgoto, referente ao exercício de 2021, em favor da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

Processo SAP-PRC-2021/01927 – Centro de Detenção Provisória de Franco da Rocha - Ratifico em atendimento ao disposto no Artigo 26 da Lei Federal 8.666, de 21-06-1993, atualizada pelas Leis 8.883, de 08-06-1994 e 9.648, de 27-05-1998, e tendo em vista a edição da Lei Complementar 897, de 09-05-2001, bem como do Decreto 57.688 de 27-12-2011 e Resolução SAP 108, de 20-09-1993, a Inexigibilidade de Licitação declarada pelo Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória de Franco da Rocha, com fulcro no Artigo 25, da Lei Federal 8.666/93, para atender despesas com pagamento de contas de água, referente ao exercício de 2021, em favor da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP NILTON CELESTINO - ITAPECERICA DA SERRA

Despacho do Diretor Técnico III, de 27-1-2021

Determinando, de acordo com o Comunicado de Evento 012/2021, determino, nos termos dos artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar, objetivando investigar eventual responsabilidade funcional, em relação ao extravio de um rádio comunicador. Ficam designados os servidores Cláudio Coelho da Silva Júnior, RG 57.479.906-0, Agente de Segurança Penitenciária classe I como Autoridade Apuradora, Osvaldo Antonio Coradi, RG 40.669.395-X, Agente de Segurança Penitenciária classe III e José Eduardo Albino Righeto, RG 43.100.162-5, Agente de Segurança Penitenciária classe I, que irão secretariar os trabalhos. Os servidores, ora designados, atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o §1º do artigo 265, respeitando a ressalva do §2º do mesmo artigo, ambos da referida Lei supracitada. (Despacho 030/2021).

PENITENCIÁRIA ASP JOAQUIM FONSECA LOPES - PARELHEIROS

Despacho do Diretor Técnico III, de 28-1-2021

Determinando, tendo em vista informação do Comunicado de Evento 008/2021 subscrito por V.A.S, que ensejou a instauração do Procedimento Apuratório Preliminar SPDOC/SAP 92837/2021 e conforme Inciso II do Artigo 29 do Decreto 55.214, de 21-12-2009, nos termos do Artigo 264, da Lei 10.261/68, alterada pela Lei complementar 942, de 06-06- 2003, a instauração de Apuração Preliminar, para averiguar suposta conduta irregular funcional. Para tal feito, designo o servidor: Paulo Henrique dos Santos Alves – RG: 34.406.365-3, Agente de Segurança Penitenciário para conduzir a Apuração Preliminar na qualidade de Autoridade Apuradora, e o Servidor: Elissandro Alves, RG: 26.785.858-9 Agente de Segurança Penitenciário, para Secretariar os trabalhos; os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar de imediato o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 1º do Artigo 265, respeitada a ressalva do § 2º do mesmo artigo, ambos da Lei supracitada.i supracitada.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA IV DE PINHEIROS

Portaria CDPIVPIN-15, de 28-1-2021

O Diretor Técnico III Do Centro de Detenção Provisória IV De Pinheiros, com fundamento no Decreto 52.812, de 17-03-2008, resolve:

Artigo 1º - Designar, para compor sem prejuízo de suas atividades, cargos ou funções, para o exercício de 2021 a Comissão Responsável pelo setor de pecúlio desta Unidade Prisional, os seguintes servidores:

- Clodoaldo Vieira Druzian, RG. 23.963.175-4, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV;

- Gilson Fontes Amorim, RG.43.138.663-8, Agente de Segurança Penitenciária Classe II.

Artigo 2º – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, tem efeito "ex tunc" retroagindo à data de 01-01-2021, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias anteriores a que se refere o assunto.

CENTRO ADMINISTRATIVO

Portaria CDPIVPIN-17, de 28-1-2021

O Diretor Técnico III Do Centro de Detenção Provisória IV De Pinheiros, com fundamento no Decreto 52.812, de 17-03-2008, resolve:

Artigo 1º - Designar, para compor sem prejuízo de suas atividades, cargos ou funções, para o exercício de 2021 a Comissão de Recepção de Materiais desta Unidade Prisional, os seguintes servidores:

- Gislaine Silva Almeida, RG 42.891.257-6, Diretor II do Centro Administrativo;

- Tiago Lopes Furlan, RG. 27.767.181-4, Agente de Segurança Penitenciária de Classe III;

- Raniely Matheus Rubim Rebolo, RG 48.871.203-8, Agente de Segurança Penitenciária Classe I;

- Gilson Fontes Amorim, RG.43.138.663-8, Agente de Segurança Penitenciária Classe II;

- Marilene Borges dos Santos, RG 23.147.203-1, Agente de Segurança Penitenciária Classe II.

- Edevaldo Donizeti Niquio, RG 19.853.577-6, Agente de Segurança Penitenciária Classe VI.

Artigo 2º – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, tem efeito "ex tunc" retroagindo à data de 01-01-2021, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias anteriores a que se refere o assunto.

Portaria CDPIVPIN-16, de 28-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória IV de Pinheiros, em atendimento ao disposto no artigo 51, da Lei Federal 8.666/93 resolve:

Artigo 1º - Designar, para compor sem prejuízo de suas atividades, cargos ou funções, para o exercício de 2021 a Comissão Julgadora Permanente de Licitações desta Unidade Prisional, os seguintes servidores:

- Gislaine Silva Almeida, RG 42.891.257-6, Diretor II do Centro Administrativo;

- Tiago Lopes Furlan, RG. 27.767.181-4, Agente de Segurança Penitenciária de Classe III;

- Raniely Matheus Rubim Rebolo, RG 48.871.203-8, Agente de Segurança Penitenciária Classe I;

- Gilson Fontes Amorim, RG.43.138.663-8, Agente de Segurança Penitenciária Classe II;

- Marilene Borges dos Santos, RG 23.147.203-1, Agente de Segurança Penitenciária Classe II.

Artigo 2º – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, tem efeito "ex tunc" retroagindo à data de 01-01-2021, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias anteriores a que se refere o assunto.

Portaria CDPIVPIN-18, de 28-1-2021

O Diretor Técnico III Do Centro de Detenção Provisória IV De Pinheiros, com fundamento no Decreto 52.812, de 17-03-2008, resolve:

Artigo 1º - Designar, para compor sem prejuízo de suas atividades, cargos ou funções, para o exercício de 2021 a Comissão de Recepção de Serviços desta Unidade Prisional, os seguintes servidores:

- Gislaine Silva Almeida, RG 42.891.257-6, Diretor II do Centro Administrativo;

- Tiago Lopes Furlan, RG. 27.767.181-4, Agente de Segurança Penitenciária de Classe III;

- Raniely Matheus Rubim Rebolo, RG 48.871.203-8, Agente de Segurança Penitenciária Classe I;

- Gilson Fontes Amorim, RG.43.138.663-8, Agente de Segurança Penitenciária Classe II;

- Marilene Borges dos Santos, RG 23.147.203-1, Agente de Segurança Penitenciária Classe II.

- Edevaldo Donizeti Niquio, RG 19.853.577-6, Agente de Segurança Penitenciária Classe VI.

Artigo 2º – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, tem efeito "ex tunc" retroagindo à data de 01-01-2021, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias anteriores a que se refere o assunto.

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA FEMININO DRA. MARINA MARIGO CARDOSO DE OLIVEIRA - BUTANTAN

Despacho do Diretor Técnico III, de 28-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos constantes do Comunicado de Evento 0022/2021 de 27-01-2021, subscritos pela servidora N. B. G. da S e, conforme artigo 27 do Decreto 57.187 de 02-08-2011, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar para apurar os fatos ocorridos nesta unidade na data de 26-01-2021 e, que consistem ao desrespeito e ameaça praticada pela reeducanda Vanessa Oliveira Rodrigues – matr. 454.704-8. Ficam designadas as servidoras Sandra Gesse de Freitas, RG 19.429.213-7/SP – Agente de Segurança Penitenciária classe V, como Autoridade Apuradora e Fernanda da Costa Roda, RG 46.141.745-5, Agente de Segurança Penitenciária classe I, que irá secretariar os trabalhos. As servidoras ora designadas atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar de imediato o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o §1º do artigo 265, respeitando a ressalva do § 2º do mesmo artigo, ambos da Lei supracitada. (009/2021) (SPDOC: 104560/2021).

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL

PENITENCIÁRIA II DE POTIM

CENTRO ADMINISTRATIVO

Portaria PIIP-15, de 28-1-2021

Dispõe sobre a designação de servidores para compor a Comissão Subsetorial de Inventário de Bens Móveis e de Estoques, da Penitenciária II De Potim

O Diretor Técnico III da Penitenciária II de Potim, considerando as disposições contidas no Decreto 63.616, de 31-07-2018, que institui o Sistema de Gestão do Patrimônio Mobiliário e de Estoques do Estado no âmbito da Administração Direta, Autarquia e Fundacional, resolve:

Artigo 1º - Designar, sem prejuízo de suas atividades, cargos ou funções, para compor a Comissão Subsetorial de Inventário de Bens Móveis e de Estoques de que trata o artigo 7º do Decreto 63.616, de 31-07-2018, da Coordenadoria de Unidades prisionais do Vale do Paraíba e Litoral – UGE 380196, os seguintes servidores:

- Antônio Carlos Belisario, RG. 19.629.375-3, Diretor I Do Núcleo de Infraestrutura e Conservação;

- Marco Aurélio Rodrigues Costa, RG. 65.11.237-7, Diretor II Do Centro Administrativo;

Como Suplentes:

- Taffarel Cantarelli Leite, RG: 29.509.496-5, Agente de Segurança Penitenciária de Classe III;

- Angela Maria Pereira Ribeiro Zanfolin, RG: 29.353.464-0, Agente de Segurança Penitenciária de Classe III

Artigo 2º - Os servidores designados nesta portaria exercerão as atividades previstas nos artigos 8º e 9º do Decreto 63.616 de 31-07-2018.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DR. RUBENS ALEIXO SENDIN - MONGAGUÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO

Portaria DTIII-CPPM-264, de 27-1-2021

Dispõe sobre a designação de servidores para compor Comissão de Recepção de Materiais/Serviços no âmbito da Unidade Gestora Executora – 380121, denominada Centro de Progressão Penitenciária "Dr Rubens Aleixo Sendin" de Mongaguá

O Diretor Técnico III, considerando as disposições contidas na Lei Federal 8.666/93 e Lei Estadual 6.544/89, que dispõe sobre Licitações e Contratos, resolve:

Artigo 1º - Designar, para o período de 27-01-2021 a 31-12-2021, sem prejuízo de suas atividades, cargos ou funções para, constituir a Comissão de Recepção de Materiais/Serviços deste Estabelecimento Prisional, em conformidade com o artigo 70 da Lei Estadual 6.544/89, c.c o Art.73, inciso II, da Lei Federal 8.66/93, os funcionários: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. (Portaria CPPM-364/2020).

Membros:

Guacira Fé do Nascimento, RG 18.938.553-4, Supervisor Técnico III;

Samuel Marques Ribeiro Júnior, RG 30.096.494-8 – Diretor do Centro de Trabalho e Educação;

Dalton Luis Seixas de Carvalho, RG 11.880.579 – Agente de Segurança Penitenciária;

Nilton Cesar Paranhos da Silva, RG 25.568.482-4 – Diretor do Núcleo de Infraestrutura e Conservação;

Heleno Dominone Cesar Filho, RG 25.197.467-4 – Diretor do Núcleo de Portaria;

Ivan Ferreira dos Santos Junior, RG 20.055.846-8 – Diretor do Núcleo de Portaria;

Joyce dos Anjos Ruffato, RG 42.943.917-9, Diretor do Centro de Integrado de Movimentação e Informações Carcerárias;

Kamille Thaina do Nascimento, RG 48.326.490-8, Diretor I do Núcleo de Pessoal;

Zenilda Pereira de Lima, RG 43.107.195-0, Diretor II do Centro Administrativo;

Alessandro Scarpel Alves, RG 27.212.639-1 – Diretor do Centro de Segurança e Disciplina;

Rogério Monteiro da Silva, RG 26.536.330-5, Agente de Segurança Penitenciária;

Sergio Luiz da Silva, RG 23.685.533-5, Agente de Segurança Penitenciária;

Claudio Fernando de Oliveira, RG 20.327.989, Agente de Segurança Penitenciária;

Alexandre Galdino, RG 22.547.145, Agente de Segurança Penitenciária;

Edi Carlos de Oliveira Costa, RG 30.812.110-7, Agente de Segurança Penitenciária;

Paulo César Santos, RG 16.212.386-3, Agente de Segurança Penitenciária;

Horácio Martins Domingues, RG 27.005.207, Agente de Segurança Penitenciária;

Andre Olimpio Oze Gomes, RG 32.336.022- 1; Agente de Segurança Penitenciária;

Ediléia Almeida Pereira Rodrigues, RG 32.893.006-4, Agente de Segurança Penitenciária;

Márcia Valéria Silva Ferreira, RG 20.183.703-1, Oficial Administrativo;

Marcio da Silva Gulielmitti, RG 23.465.853-8, Diretor do Núcleo de Inclusão;

Rafael Batista Aguillera, 48.938.722-6, Agente de Segurança Penitenciária;

Juarez Alves Cardoso, RG 21.526.940, Agente de Segurança Penitenciária;

Mauricio Batista Medeiros, RG 19.520.485, Agente de Segurança Penitenciária;

Eduardo Joaquim de Souza, RG 17.024.707-7, Oficial Administrativo

Alexandre Arantes Coscarelli, RG 16.850.389-X, Agente de Segurança Penitenciária;

Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos ao dia 27-01-2021.

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO

PENITENCIÁRIA DR. SEBASTIÃO MARTINS SILVEIRA - ARARAQUARA

Portaria Parar - 1, de 28-1-2021

O Diretor Técnico III da Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" e Anexo de Detenção Provisória de Araraquara, de acordo com o Decreto 62.762, de 4-8-2017, e considerando a necessidade de designação de responsáveis para o Setor de Almoxarifado neste estabelecimento prisional, resolve:

Artigo 1º - Designar sem prejuízo de suas atividades, cargos/funções, com fundamento na Instrução 1/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os servidores Silvana Aparecida de Oliveira Fazan, RG. 22.046.653-1, Oficial Administrativo, Alexandre Luiz Malerba, RG. 20.525.155-9, Agente de Segurança Penitenciária de Classe VI e Bruno dos Santos Batista, RG. 46.064.232-7, Agente de Segurança Penitenciária de Classe I, para serem Responsáveis pelo Setor de Almoxarifado, no período de 1-1-2021 a 31-12-2021.

Artigo 2° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Artigo 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1-1-2021.

PENITENCIÁRIA ORLANDO BRANDO FILINTO - IARAS

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos das representações contidas no Comunicado de Evento 47/2021, datado de 27-01-2021, subscrito pelo servidor Wilson José Matos Faria, e conforme Decreto 42.371/97 de 21-10-1997, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942 de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar, com vistas a averiguar possível responsabilidade funcional quanto aos fatos descritos no Comunicado de Evento supracitado, que consiste no óbito do sentenciado JAS. Ficam designados os servidores Janice Nazareth dos Santos Leal, RG 13.708.589-8, Supervisor Técnico III, como Autoridade Apuradora e Rafael Galli Loberto, RG 48.529.512-X, Agente de Segurança Penitenciária, ora Membro da Equipe de Assistência Técnica, como Secretário. Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 1º do artigo 265, respeitando a ressalva do § 2º do mesmo artigo, ambos da Lei supracitada. Conclusos à Autoridade Apuradora. (AP 98039/21 – CE 47/21) (7/2021)

PENITENCIÁRIA DE MARÍLIA

DIRETORIA TÉCNICA

Portaria do Diretor Técnico III, de 28-1-2021

Designando:

em conformidade com o disposto no artigo 67, da Lei 8.666/93 e artigo 64, da Lei Estadual 6.544/89, Rosiane Nunes de Souza Lepri, RG: 32.452.169-8, Diretor I do Núcleo de Finanças e Suprimentos, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 006/2021-PMAR, referente a Aquisição de Gás (G.L.P) a Granel, para o período de 01 de janeiro a 31-12-2021, para a Penitenciária de Marília. Esta Portaria entra em vigor a partir da data da publicação, retroagindo seus efeitos a 28-1-2021. (Processo 171/2020-PMAR) - (Portaria DTD 066/2021);

em conformidade com o disposto no artigo 67, da Lei 8.666/93 e artigo 64, da Lei Estadual 6.544/89, Rosiane Nunes de Souza Lepri, RG: 32.452.169-8, Diretor I do Núcleo de Finanças e Suprimentos, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 007/2021-PMAR, referente a Aquisição de Gás (G.L.P) a Granel, para o período de 01 de janeiro a 31-12-2021, para a Penitenciária de Marília. Esta Portaria entra em vigor a partir da data da publicação, retroagindo seus efeitos a 28-1-2021. (Processo 171/2020-PMAR) - (Portaria DTD 067/2021)

PENITENCIÁRIA II DE SERRA AZUL

Extratos de Contratos

Contrato 001/2021-PIISA
Processo 154/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 026/2020
Objeto: Gás Liquefeito de Petróleo à Granel
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Gasball Armazenadora e Distribuidora
CNPJ:02.430.968/0001-83
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-24
Período de fornecimento: 365 DIAS
Parecer Jurídico: 008/2020
Valor: R$ 425.000,00

Contrato 002/2021-PIISA
Processo 155/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 027/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Fabiana da Silva Marquesi - Me
CNPJ:27.249.577/0001-98
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 002/2020
Valor: R$.12.500,00

Contrato 003/2021-PIISA
Processo 155/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 027/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Comercial Hortifrutigranjeiros Francisco Dona Ltda
CNPJ:07.691.180/0001-44
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 002/2020
Valor: R$.10.380,00

Contrato 004/2021-PIISA
Processo 155/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 027/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Comercial Fenix Deaaz Ltda Epp
CNPJ:14.681.319/0001-34
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 002/2020
Valor: R$.15.030,00

Contrato 005/2021-PIISA
Processo 156/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 028/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Pereciveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Frigorífico Calafate Ltda

CNPJ:41.902.610/0003-20
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 001/2020
Valor: R$.187.600,00
Contrato 006/2021-PIISA
Processo 156/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 028/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Pereciveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Alimentar Distribuidora de Carnes e Frios Eireli
CNPJ:07.612.306/0001-48
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 001/2020
Valor: R$.90.525,00
Contrato 007/2021-PIISA
Processo 157/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 029/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: São João Alimentos Ltda
CNPJ:56.814.395/0001-10
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 004/2020
Valor: R$.23.000,00
Contrato 008/2021-PIISA
Processo 157/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 029/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Biguá Alimentos Ltda
CNPJ:55.694.814/0001-65
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 004/2020
Valor: R$.166.500,00
Contrato 009/2021-PIISA
Processo 157/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 029/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Santa Cruz Indústria e Comércio de Café Ltda
CNPJ:61.523.940/0001-50
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 004/2020
Valor: R$ 46.890,00
Contrato 010/2021-PIISA
Processo 157/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 029/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Gabriela P. dos Santos - Me
CNPJ:25.036.571/0001-07
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 004/2020
Valor: R$ 198,00
Contrato 011/2021-PIISA
Processo 157/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 029/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Rodrigo Luiz de Souza Rodrigues
CNPJ:33.132.441/0001-04
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 004/2020
Valor: R$ 1.036,00
Contrato 012/2021-PIISA
Processo 157/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 029/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Nutricionale Comercio de Alimentos Ltda
CNPJ:08.528.442/0001-17
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 004/2020
Valor: R$ 38.343,00
Contrato 013/2021-PIISA
Processo 157/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 029/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: L.G.P. de Castro Me
CNPJ: 18.713.218/0001-59
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 004/2020
Valor: R$ 2.535,00
Contrato 014/2021-PIISA
Processo 155/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 030/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Comercial Hortifrutigranjeiros Francisco Dona Ltda
CNPJ:07.691.180/0001-44
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 002/2020
Valor: R$.48.975,00
Contrato 015/2021-PIISA
Processo 156/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 031/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Pereciveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: BH Foods Comércio e Indústria Ltda
CNPJ:02.973.358/0001-26
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 001/2020
Valor: R$.284.200,00
Contrato 016/2021-PIISA
Processo 156/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 031/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Pereciveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Thiago Marques 36291014882
CNPJ:30.611.374/0001-04
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 001/2020
Valor: R$.32.328,00
Contrato 017/2021-PIISA
Processo 156/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 031/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Pereciveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Integrado Distribuidor Frigorífico Ltda
CNPJ:52.657.483/0001-03
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 001/2020
Valor: R$.17.040,00
Contrato 018/2021-PIISA
Processo 157/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 032/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Moinho Globo Alimentos S/ A
CNPJ: 81.442.014/0015-62
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 004/2020
Valor: R$ 53.108,00
Contrato 019/2021-PIISA
Processo 157/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 032/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: DS Comércio de Mercadorias Alimentícias Ltda - Me
CNPJ: 11.641.920/0001-05
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 004/2020
Valor: R$ 83.300,00
Contrato 020/2021-PIISA
Processo 157/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 032/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Roberto Carlos Grillo Me
CNPJ:08.646.877/0001-66
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 004/2020
Valor: R$ 5.190,00
Contrato 021/2021-PIISA
Processo 157/2020-PIISA
Pregão Eletrônico: 032/2020
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Contratante: Penitenciária II de Serra Azul
Contratada: Nutricionale Comercio de Alimentos Ltda
CNPJ:08.528.442/0001-17
PTRES: 380617
Programa de Trabalho:14421381361410000
Natureza de Despesa: 339030-10
Período de fornecimento: 120 DIAS
Parecer Jurídico: 004/2020
Valor: R$ 6.375,00

PENITENCIÁRIA DE TAQUARITUBA

CENTRO ADMINISTRATIVO

Portaria PTAQ-41, de 28-1-2021

O Diretor Técnico III em Exercício da Penitenciária de Taquarituba resolve:

Artigo 1º – Designar, em conformidade com o Decreto 47.297, de 06-11-2002, artigo 3º, inciso IV, o funcionário Luiz Gustavo Duarte, RG 24.701.075-3, Agente de Segurança Penitenciária Classe V, para exercer a função de Pregoeiro e a funcionária Ana Paula Sampaio Roncon, RG 48.929.515-0, Oficial Administrativo, para exercer a atribuição de Pregoeira Suplente do Pregão Eletrônico nº PTAQ 001/21, Processo nº PTAQ 200/20, referente a aquisição de gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros com participação ampla, para o período de fevereiro a abril de 2021, os quais estão devidamente capacitados para exercer a atribuição, bem como, o funcionário Rodrigo Massaruti, RG 24.640.130-8, Agente de Segurança Penitenciária Classe V, como membro da Equipe de Apoio e Luiz Gustavo Duarte, RG 24.701.075-3, Agente de Segurança Penitenciária Classe V, como Subscritor, de acordo com o artigo 5º, inciso III da Resolução SF 23, de 25-07-2005.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA PROF. ATALIBA NOGUEIRA - CAMPINAS

Despacho do Diretor Técnico III, de 28-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos constantes nos Comunicados de Eventos nos 0046, 0047 e 0048/2021, datado de 24/26-01-2021, e conforme artigo 1º, inciso III, do Decreto 52.376/2007, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar visando apurar suposta irregularidade funcional. Fica designado o servidor Nivaldo Caetano Ribeiro, Agente de Segurança Penitenciária, RG. 20.445.875-4, como Autoridade Apuradora. O servidor ora designado atuará sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 2º do mesmo artigo, todos das leis supracitadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (8/2021)

Despacho do Diretor Técnico III, de 28-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos constantes nos Comunicados de Eventos no 0042/2021, datado de 22-01-2021, e conforme artigo 1º, inciso III, do Decreto 52.376/2007, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar visando apurar suposta irregularidade funcional. Fica designado o servidor Nivaldo Caetano Ribeiro, Agente de Segurança Penitenciária, RG. 20.445.875-4, como Autoridade Apuradora. O servidor ora designado atuará sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 2º do mesmo artigo, todos das leis supracitadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (9/2021)

Despacho do Diretor Técnico III, de 28-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos constantes nos Comunicados de Eventos no 0043/2021, datado de 22-01-2021, e conforme artigo 1º, inciso III, do Decreto 52.376/2007, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar visando apurar suposta irregularidade funcional. Fica designado o servidor Nivaldo Caetano Ribeiro, Agente de Segurança Penitenciária, RG. 20.445.875-4, como Autoridade Apuradora. O servidor ora designado atuará sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 2º do mesmo artigo, todos das leis supracitadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (10/2021)

PENITENCIÁRIA DR. ANTÔNIO DE QUEIROZ FILHO - ITIRAPINA I

DIRETORIA TÉCNICA III

Despacho do Diretor, de 27-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos da representação contida no comunicado de evento 015/2021, subscrito pelo Agente de Segurança Penitenciária M.A.A, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261/68, alterada pela Lei Complementar 942/03, a realização de Apuração Preliminar visando apurar possíveis responsabilidades funcionais referente aos funcionários Eden Augusto Fernandes e Omar José de Souza - ambos Agentes de Segurança Penitenciária, lotados nesta Unidade. Ficam designados os servidores Rahul Roberto Sofor – Supervisor Técnico III - Substituto, como Autoridade Apuradora, e Ronei Gomes da Silva Junior – Agente de Segurança Penitenciária que irá secretariar os trabalhos. Os servidores designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar de imediato o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 1º do artigo 265, respeitando a ressalva do § 2º do mesmo artigo, ambos da referida lei supracitada. (SAP. 93069/2021-PAP) (3/2021 - PAP)

PENITENCIÁRIA "NELSON VIEIRA" - GUAREÍ

CENTRO ADMINISTRATIVO

Núcleo de Finanças e Suprimentos

Extrato de Nota de Empenho

Nota de Empenho 2021NE00035
Processo 236821
Contratada Expresso Amarelinho Ltda
CNPJ 46887139000108
Objeto do Contrato Requisição de passagens Itapetininga X Sorocaba.
Valor R$ 600,00
Data da Celebração 28012021
Crédito Orçamentário UGE 380.239
Elemento Econômico 14122381361460000 – PTRES – 380513
Natureza de Despesa 33.90.33.45
Vigência 31122021
Observação Publicado para atender as instruções contidas nos Decretos Estaduais 61.4762015 e 61.8972016

Extrato de Nota de Empenho

Nota de Empenho 2021NE00036
Processo 2312/21
Contratada: Viação Cometa S/A
CNPJ: 61084018000103
Objeto do Contrato: Requisição de passagens Itapetininga X São Paulo.
Valor: R$ 4.200,00
Data da Celebração: 28-01-2021
Crédito Orçamentário: UGE: 380.239
Elemento Econômico: 14122381361460000 – PTRES – 380513
Natureza de Despesa: 33.90.33.45
Vigência: 28-01-2021
Observação: Publicado para atender as instruções contidas nos Decretos Estaduais: 61.476/2015 e 61.897/2016

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO

Portaria Croeste–14, de 28-1-2021

Dispõe sobre a convocação de servidores para prestação de serviço em Unidades Prisionais pertencentes a Coordenadoria de Unidade Prisionais da Região Oeste do Estado

O Coordenador das Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado, conforme Decreto 57.688, de 27-12-2011 resolve:

Artigo 1º - Convocar em caráter excepcional de missão, os servidores abaixo classificados para prestarem serviços, sem prejuízo de seus vencimentos/salários e das demais atribuições, sendo consideradas relevantes para o serviço público, conforme segue:

Prestarão serviços nos períodos de 02/02 a 05-02-2021, 09/02 a 12-02-2021, 17/02 a 19-02-2021 e 23/02 a 26-02-2021 no Centro de Detenção Provisória de Lavínia:

1. Edmar Regis Góes, RG: 23.823.024-7, Agente de Segurança Penitenciária de Classe V, classificado na Penitenciária "Zwinglio Ferreira" de Presidente Venceslau, da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado;

2. José Aléssio Gomes Ramos, RG: 17.737.681, Agente de Segurança Penitenciária de Classe VI, classificado na Penitenciária "Zwinglio Ferreira" de Presidente Venceslau da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado;

3. Luiz Ricardo Marques, RG: 43.236.705-6, Agente de Segurança Penitenciária de Classe II, classificado na Penitenciária de Caiuá, da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado;

4. Donato Fontalva Filho, RG: 23.989.994-5, Agente de Segurança Penitenciária de Classe VI, classificado no Centro de Detenção Provisória de Caiuá da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado;

5. Ernesto Roberto Dobler, RG: 46.159.639-8, Agente de Segurança Penitenciária III, classificado na Penitenciária de Caiuá, da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado.

Artigo 2º - Os servidores relacionados nesta Portaria deverão prestar serviços para o qual foram convocados, subordinando-se no referido período, ao Diretor Técnico III das Unidades em que estiverem desenvolvendo suas atividades, inclusive no que diz respeito ao cumprimento de jornada de trabalho.

Artigo 3º - As unidades que receberão os servidores convocados e que dispuserem do sistema de ponto biométrico, ou na ausência deste, sistema informatizado, eletrônico ou mecânico, deverão cadastrá-los nos mesmos para fins de controle de frequência. Além de fazer os devidos registros relativos a movimentação dos funcionários que ali prestam serviço nos Livros de Portaria.

Artigo 4º - Será responsabilizada administrativamente a autoridade que der causa ao desvio das funções estabelecidas nesta Portaria, deverão também, tomar as providências cabíveis em caso de constatação de quaisquer tipos de irregularidade por parte dos servidores convocados.

Artigo 5º - Os servidores aqui listados que prestarem informações inverídicas para percebimento de diárias estará sujeito às sanções legais previstas na Lei 10.261/1968 e no Decreto 48.292/2003.

Artigo 6º - Esta portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Portaria Croeste-15, de 28-1-2021

Dispõe sobre a convocação de servidores para prestação de serviço em Unidades Prisionais pertencentes a Coordenadoria de Unidade Prisionais da Região Oeste do Estado

O Coordenador das Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado, conforme Decreto 57.688, de 27-12-2011 resolve:

Artigo 1º - Convocar, em caráter excepcional de missão, os servidores abaixo classificados para prestarem serviços, sem prejuízo de seus vencimentos/salários e das demais atribuições, sendo consideradas relevantes para o serviço público, conforme segue:

Desenvolverão seus trabalhos Penitenciária "Maurício Henrique Guimarães Pereira" de Presidente Venceslau

Nos períodos: 01 a 04, 08 a 11, 15 a 18 e 22 a 25-02-2021.

- Adivaldo Braz de Oliveira, RG: 28.252.630-4, Agente de Segurança Penitenciária de Classe II – Centro de Detenção Provisória I de Pacaembu.

- Carlos Alberto Rodrigues da Silva, RG: 28.253.025-3, Agente de Segurança Penitenciária de Classe V – classificado na Penitenciária "Wellington Rodrigo Segura" de Presidente Prudente.

- Carlos Renato Nunes Francisco, RG: 24.428.830-6, Agente de Segurança Penitenciária de Classe IV – classificado na Penitenciária "Wellington Rodrigo Segura" de Presidente Prudente.

- Cícero Junior da Silva, RG: 26.881.616-5, Agente de Segurança Penitenciária de Classe VI – classificado na Penitenciária "Wellington Rodrigo Segura" de Presidente Prudente.

- Fernando Caetano Gomes Leal, RG: 24.435.940-4, Agente de Segurança Penitenciária de Classe IV – classificado na Penitenciária de Valparaíso.

- Luciano de Lima Rosa, RG: 27.146.664 – 9, Agente de Segurança Penitenciária de Classe V – Penitenciária de Paraguaçu Paulista.

- Pedro Mazieiro, RG: 18.506.442, Agente de Segurança Penitenciária de Classe VII – classificado na Penitenciária "Nestor Canoa" de Mirandópolis.

- Walter Mendes Junior, RG: 23.984.385-X, Agente de Segurança Penitenciária de Classe IV – classificado na Penitenciária de Tupi Paulista.

- Wilson José Silvestrini, RG: 21.800.255-5, Agente de Segurança Penitenciária de Classe V – classificado na Penitenciária "Tacyan Menezes de Lucena" de Martinópolis.

Nos períodos: 01 a 04 e 08 a 11-02-2021

- Reinaldo Rodrigues da Silva, RG 27.146.436-7, Agente de Segurança Penitenciária de Classe V – classificado na Penitenciária "Tacyan Menezes de Lucena" de Martinópolis.

Nos períodos: 15 a 18 e 22 a 25-02-2021

- Julio Cesar Timóteo da Silva RG: 29.082.428-x Agente de Segurança Penitenciária de Classe III – classificado no Centro de Detenção Provisória de Nova Independência.

Artigo 2º - Os servidores relacionados nesta Portaria deverão prestar serviços para o qual foram convocados, subordinando-se no referido período, ao Diretor Técnico III das Unidades em que estiverem desenvolvendo suas atividades, inclusive no que diz respeito ao cumprimento de jornada de trabalho, exceto nos casos em que as unidades ainda não possuírem Diretor Designado, ficando assim, subordinados a sua unidade de lotação.

Artigo 3º - As unidades que receberão os servidores convocados e que dispuserem do sistema de ponto biométrico, ou na ausência deste sistema informatizado, eletrônico ou mecânico, deverão cadastrá-los nos mesmos para fins de controle de frequência. Além de fazer os devidos registros relativos a movimentação dos funcionários que ali prestam serviço nos Livros de Portaria.

Artigo 4º - Será responsabilizada administrativamente a autoridade que der causa ao desvio das funções estabelecidas nesta Portaria, deverão também, tomar as providências cabíveis em caso de constatação de quaisquer tipos de irregularidade por parte dos servidores convocados.

Artigo 5º - Os servidores aqui listados que prestarem informações inverídicas para percebimento de diárias estará sujeito às sanções legais previstas na Lei 10.261/1968 e no Decreto 48.292/2003.

Artigo 6º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

CENTRO DE DETENÇÃO PENITENCIÁRIA VALDECIR FABIANO DE RIOLÂNDIA

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

Determinando a realização de Apuração Preliminar, para a devida apuração dos fatos ocorridos no dia 27-01-2021, nos termos do artigo 1º da Resolução SAP-139, de 27-10-2017 e artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, conforme Comunicado de Evento 06-2021. (01)

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

Determinando a realização de Apuração Preliminar, para a devida apuração dos fatos ocorridos no dia 27-01-2021, nos termos do artigo 1º da Resolução SAP-139, de 27-10-2017 e artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, conforme Comunicado de Evento 07-2021. (02)

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

Determinando a realização de Apuração Preliminar, para a devida apuração dos fatos ocorridos no dia 27-01-2021, nos termos do artigo 1º da Resolução SAP-139, de 27-10-2017 e artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, conforme Comunicado de Evento 08-2021. (03)

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

Determinando a realização de Apuração Preliminar, para a devida apuração dos fatos ocorridos no dia 27-01-2021, nos termos do artigo 1º da Resolução SAP-139, de 27-10-2017 e artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, conforme Comunicado de Evento 09-2021. (04)

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

Determinando a realização de Apuração Preliminar, para a devida apuração dos fatos ocorridos no dia 27-01-2021, nos termos do artigo 1º da Resolução SAP-139, de 27-10-2017 e artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, conforme Comunicado de Evento 10-2021. (05)

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

Determinando a realização de Apuração Preliminar, para a devida apuração dos fatos ocorridos no dia 27-01-2021, nos termos do artigo 1º da Resolução SAP-139, de 27-10-2017 e artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, conforme Comunicado de Evento 11-2021. (06)

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

Determinando a realização de Apuração Preliminar, para a devida apuração dos fatos ocorridos no dia 27-01-2021, nos termos do artigo 1º da Resolução SAP-139, de 27-10-2017 e artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, conforme Comunicado de Evento 12-2021. (07)

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

Determinando a realização de Apuração Preliminar, para a devida apuração dos fatos ocorridos no dia 27-01-2021, nos termos do artigo 1º da Resolução SAP-139, de 27-10-2017 e artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, conforme Comunicado de Evento 13-2021. (08)

PENITENCIÁRIA ASP LINDOLFO TERÇARIOL FILHO DE MIRANDÓPOLIS

CENTRO ADMINISTRATIVO

Núcleo de Finanças e Suprimentos

Comunicados

Relação dos pagamentos efetuados durante o mês de outubro do ano de 2020, em cumprimento ao artigo 2.º da Lei 7.857/92.

DATA PAGAMENTO	Nº DOCUMENTO	CREDOR	VALOR DOCUMENTO	DESCRIÇÃO DOCUMENTO
01/10/2020	2020Pd00920	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	R$57,34	Pagto Nf 182960 - 16 A 31-08-2020
01/10/2020	2020Pd00975	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	R$472,14	Pagto Nf 189460-Etanol 01 A 15/09/20
01/10/2020	2020Pd00976	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	R$1.110,33	Pagto Nf 189460-Diesel 01 A 15/09/20
02/10/2020	2020Pd00896	16897295000180 - Marcelo Henrique Bezerra 21697669875	R$286,41	Pagto Fatura 08-2020 Serv Reprografia Ag
02/10/2020	2020Pd00927	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$2.772,00	Pagto Nf 2450 - Gen. Alimenticios Set/20
02/10/2020	2020Pd00928	25036571000107 - Gabriela P. Dos Santos - Me	R$1.136,40	Pagto Nf 7064 - Gen. Alimenticios Set/20
02/10/2020	2020Pd00929	02437839000117 - A H Da S Moraes - Me	R$270,00	Pagto Nf 5247 - Suprimentos Infor Set/20
02/10/2020	2020Pd00930	08646877000166 - Roberto Carlos Grillo Me	R$835,80	Pagto Nf 125524-Gen. Alimenticios Set/20
02/10/2020	2020Pd00931	10300503000136 - Cavalheri Transportes Ltda	R$710,40	Pagto Nf 1524 - Gen. Alimenticios Set/20
05/10/2020	2020Pd00922	- -	R$555,00	Pagto Nf 328823 - Aq 4 Certif Digital
05/10/2020	2020Pd00932	23932921000198 - Alfa Suprim. Escolares e P/ Escrit. Ltda Epp	R$64,80	Pagto Nf 8166 - Suprimentos Infor Set/20
05/10/2020	2020Pd00933	23932921000198 - Alfa Suprim. Escolares e P/ Escrit. Ltda Epp	R$35,60	Pagto Nf 8167 - Suprimentos Infor Set/20
05/10/2020	2020Pd00934	32563695000106 - P Z Castello	R$95,80	Pagto Nf 3156 - Suprimentos Infor Set/20
05/10/2020	2020Pd00935	32563695000106 - P Z Castello	R$252,06	Pagto Nf 3155 - Suprimentos Infor Set/20
05/10/2020	2020Pd00936	02403262000122 - Bellimp Com. De Prod.hig. E Limp.-Eireli-Epp	R$2.031,70	Pagto Nf 9730 - Material de Limpe Set/20
05/10/2020	2020Pd00937	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$4.158,00	Pagto Nf 2453 - Gen. Alimenticios Set/20
05/10/2020	2020Pd00938	01641665000147 - Augusto Valerio de Siqueira Mirandopolis - Me	R$2.200,00	Pagto Nf 4867 - Material Comunica Set/20
05/10/2020	2020Pd01011	61602199018402 - Cia Ultragaz S/A	R$5.764,23	Pagto Nf 2404-Aq Gas Liq Petroleo Set/20
07/10/2020	2020Pd01029	10734590806 - Elenir Figueira de Araujo	R$782,00	Adiant.peças Rep.acess.pa 30 Dias
07/10/2020	2020Pd01030	10533582881 - Marcelo Golfetto de Oliveira	R$1.335,90	Adiant.conserv.manut.bens Mov.eq.pa30dia
07/10/2020	2020Pd01031	24757917805 - Luciano Ferreira da Rocha	R$487,03	Pgto Diaria N. 70475-Via Sisdrhu
08/10/2020	2020Pd00939	10414779886 - Jorge Pascoal Sigari	R$84,00	Pagto Nf 138 - Gen. Alimenticios Set/20
08/10/2020	2020Pd00940	97361020844 - Joao Flavio Binhardi	R$71,50	Pagto Nf 951 - Aq Gen Alimenticios Set20
08/10/2020	2020Pd00941	30572183852 - Rodrigo Binhardi	R$71,50	Pagto Nf 944 - Aq Gen Alimentic Set/20
08/10/2020	2020Pd00942	63975155000163 - Multimeat Comercial de Alimentos Ltda	R$22.006,08	Pagto Nf 334531 - Aq Gen Aliment Set/20
08/10/2020	2020Pd00943	08528442000117 - Nutricionale Comercio de Alimentos Ltda	R$5.379,00	Pagto Nf 449849-Aq Gen Alimentic Set/20
08/10/2020	2020Pd00944	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$2.772,00	Pagto Nf 2455-Aq Gen Alimentic Set/20
08/10/2020	2020Pd00954	- -	R$138,75	Pagto Nf 329047-Aq Certificado Digital
08/10/2020	2020Pd01021	02558157000162 - Telefonica Brasil S A	R$1.246,56	Pagto Fatura Telefonica - Setembro/20
08/10/2020	2020Pd01022	02328280000197 - Elektro Redes S.a.	R$44.026,63	Pagto Faturas Energia Eletrica Setemb/20
08/10/2020	2020Pd01032	13708443870 - Edvaldo Ferreira	R$487,03	Pgto Diaria N. 70473-Via Sisdrhu
08/10/2020	2020Pd01033	25459986800 - Elvisney Aparecido da Silva	R$487,03	Pgto Diaria N. 70472-Via Sisdrhu
08/10/2020	2020Pd01034	09548759829 - Helio de Oliveira	R$57,98	Pgto Diaria N. 70469-Via Sisdrhu
08/10/2020	2020Pd01035	09312759892 - Marcos Augusto Toscano	R$57,98	Pgto Diaria N. 70470-Via Sisdrhu
09/10/2020	2020Pd00945	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$2.772,00	Pagto Nf 2457-Aq Gen Alimenti Set/20
13/10/2020	2020Pd00946	07374152000101 - Jc Gomes Com. De Produtos Alimenticios Ltda	R$2.541,60	Pagto Nf 7501-Aq Gen Alimentic Set/20
13/10/2020	2020Pd00947	17793806000187 - Duarte Alimentos Atacadista Ltda - Epp	R$14.252,00	Pagto Nf 3070-Aq Gen Alimentic Set/20
13/10/2020	2020Pd00948	10300503000136 - Cavalheri Transportes Ltda	R$950,40	Pagto Nf 1556-Aq Gen Alimentic Set/20
13/10/2020	2020Pd00949	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$4.158,00	Pagto Nf 2461-Aq Gen Alimentic Set/20
13/10/2020	2020Pd00950	01762340801 - Antonio Galdino dos Santos	R$1.264,00	Pagto Nf 168-Aq Gen Alimentic Set/20
13/10/2020	2020Pd01023	61602199018402 - Cia Ultragaz S/A	R$7.026,30	Pagto Nf 2479-Aq Gas Liq Petroleo Set/20
14/10/2020	2020Pd00951	34384488000110 - Joao Paulo de Almeida Belinello	R$366,00	Pagto Nf 705-Aq Gen Alimentici Set/20
14/10/2020	2020Pd00952	04708626000108 - Distribuidora de Suprimentos Etica Ltda Me	R$67,20	Pagto Nf 10411-Material Escritori Set/20
15/10/2020	2020Pd00953	30701265000188 - Lx Distribuidora de Materiais Eletricos	R$4.000,00	Pagto Nf 176 E 177-Luminari Led Set/20
15/10/2020	2020Pd01066	08694822890 - Carmem Silvia Barbosa	R$236,00	Adiant.out.serv.terc.pa30dias
16/10/2020	2020Pd00964	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$2.772,00	Pagto Nf 2466-Aq Gen Aliment Set/2020
16/10/2020	2020Pd00965	02973358000126 - Bh Foods Comercio e Industria Ltda - Epp	R$19.900,00	Pagto Nf 6770-Aq Gen Alimenticios Set/20
16/10/2020	2020Pd00966	32563695000106 - P Z Castello	R$64,50	Pagto Nf 3237-Aq Material Impres Set/20
16/10/2020	2020Pd00967	10300503000136 - Cavalheri Transportes Ltda	R$1.660,40	Pagto Nf 1565-Aq Gen Alimenticios Set/20
16/10/2020	2020Pd00977	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	R$57,34	Pagto Nf 189464-Arla 01 A 15-09-2020
16/10/2020	2020Pd01024	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	R$764,40	Pgto Nf 192898-Aq Etanol 16 A 30/09/20
16/10/2020	2020Pd01025	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	R$2.666,40	Pagto Nf 192898-Aq Diesel 16 A 30/09/20
16/10/2020	2020Pd01076	44993632000179 - Empresas Reunidas Paulista de Transportes Ltd	R$2.414,29	Pagto Fatura 1186/20-Req Passagens
16/10/2020	2020Pd01068	09547808842 - Carmem Lucia de Oliveira	R$194,00	Adiant.alim.p/Animais Pa 30 Dias
16/10/2020	2020Pd01070	25459986800 - Elvisney Aparecido da Silva	R$1.005,00	Adiant.out.mat.consumo Pa 30 Dias
16/10/2020	2020Pd01071	25321629889 - Maria Carolina Borges Zuin Otaviano	R$1.000,00	Adiant.coleta Lixo Hosp.pa30dias
16/10/2020	2020Pd01072	08694822890 - Carmem Silvia Barbosa	R$260,00	Adiant.mat.med.hosp.odont.pa30dias
16/10/2020	2020Pd01073	09547808842 - Carmem Lucia de Oliveira	R$191,70	Adiant.peças, Aces.comp.infor.pa30dias
16/10/2020	2020Pd01074	36774761860 - Elaine Liemi Ichikawa	R$421,00	Adiant.mat.acond.emb.pa30dias
19/10/2020	2020Pd00968	08103754000189 - Ind. Dist. Prod. Limpeza D. Prado Eirelli Me	R$2.754,00	Pagto Nf 4865-Aq Material Impres Set/20
19/10/2020	2020Pd00969	33400683000123 - Lra Computer Informatica Ltda	R$317,85	Pagto Nf 231-Aq Material Impres Set/20
19/10/2020	2020Pd00970	33400683000123 - Lra Computer Informatica Ltda	R$248,00	Pagto Nf 223-Aq Suprimentos Inf Set/20
19/10/2020	2020Pd00971	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$2.772,00	Pagto Nf 2464-Aq Gen Aliment Set/2020
19/10/2020	2020Pd00972	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$4.158,00	Pagto Nf 2472-Aq Gen Alimenticios Set/20
19/10/2020	2020Pd00973	17088309000188 - Belaris Alimentos Ltda - Epp	R$4.822,20	Pagto Nf 26470-Aq Gen Alimenticio Set/20
19/10/2020	2020Pd00978	07374152000101 - Jc Gomes Com. De Produtos Alimenticios Ltda	R$2.402,40	Pagto Nf 7534-Aq Gen Aliment Set/20
19/10/2020	2020Pd01050	61602199018402 - Cia Ultragaz S/A	R$6.193,80	Pagto Nf2547-Aq Glp Out/2020
19/10/2020	2020Pd01067	34028316000103 - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	R$126,95	Pgto de Fatura Correios - Mes Setembro20
20/10/2020	2020Pd01078	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	R$0,14	Pagto Nf 192898-Complementar 16 A 30/09
21/10/2020	2020Pd00979	33132441000104 - Rodrigo Luiz de Souza Rodrigues 4084137685	R$3.840,00	Pagto Nf 32-Aq Generos Alimen Set/20
21/10/2020	2020Pd00980	19990105000163 - Marcos Giuliano Petelinkar 27137323871	R$2.223,00	Pagto Nf 1716-Aq Generos Alimen Set/20
21/10/2020	2020Pd00981	33007041000169 - Sirlene Antonia Gravata Canola 01064097197	R$590,00	Pagto Nf 657-Aq Generos Alimen Set/20
21/10/2020	2020Pd00982	17046477000100 - Mundo Seletivo Comercio de Alimentos Ltda-Me	R$5.800,00	Pagto Nf 11145-Aq Generos Alimen Set/20
21/10/2020	2020Pd00983	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$2.772,00	Pagto Nf 2478-Aq Generos Alimen Set/20
21/10/2020	2020Pd00984	24744074000109 - Campo Fino Industria Comercio Importacao e Ex	R$672,00	Pagto Nf 2765-Aq Generos Alimen Set/20
21/10/2020	2020Pd00986	12827140829 - Aparecido Jose Muniz	R$71,50	Pgto Nf 391- Gen.alimenticios Set/2020
21/10/2020	2020Pd00987	31024984850 - Celia Aparecida Benassi Muniz	R$71,50	Pgto Nf 291- Gen. Alimenticios Set/2020
21/10/2020	2020Pd00988	27646438880 - Roseleni Maria da Silva	R$71,50	Pgto Nf 280- Gen. Alimenticios Set/2020
21/10/2020	2020Pd00989	32796678873 - Marcelo Pimenta Lopes	R$71,50	Pgto Nf 434- Gen. Alimenticios Set/2020
21/10/2020	2020Pd00990	40702977829 - Tapricie Corbanezi Tomaz	R$71,50	Pgto Nf 131- Gen.alimenticios Set/2020
21/10/2020	2020Pd00991	07069128886 - Jorge Jose Muniz Filho	R$71,50	Pgto Nf 207- Gen. Alimenticios Set/2020
22/10/2020	2020Pd00985	55694814000165 - Bigua Alimentos Ltda.	R$64.800,00	Pagto Nf 80708-Aq Generos Alime Set/20
22/10/2020	2020Pd00992	14600959000172 - O Sartori Frios - Me	R$9.600,00	Pgto Nf 427- Gen Alimenticios Set/2020
22/10/2020	2020Pd00993	08032777000140 - Maanaim Industria e com de Alimentos Ltda Epp	R$10.796,00	Pgto Nf 20327- Gen. Alimenticios Set/20
22/10/2020	2020Pd00994	08528442000117 - Nutricionale Comercio de Alimentos Ltda	R$1.500,00	Pgto Nf 450816- Gen. Alimenticios Set/20
22/10/2020	2020Pd00995	33007041000169 - Sirlene Antonia Gravata Canola 01064097197	R$590,00	Pgto Nf 663- Gen. Alimenticios Set/2020
23/10/2020	2020Pd00996	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$2.772,00	Pgto Nf 2484- Gen. Alimenticios Set/2020
23/10/2020	2020Pd00997	02973358000126 - Bh Foods Comercio e Industria Ltda - Epp	R$19.900,00	Pgto Nf 51192- Gen.alimenticios Set/2020
23/10/2020	2020Pd00998	10300503000136 - Cavalheri Transportes Ltda	R$1.680,40	Pgto Nf 1605- Gen. Alimenticios Set/2020
23/10/2020	2020Pd01005	02973358000126 - Bh Foods Comercio e Industria Ltda - Epp	R$9.000,00	Pgto Nf 6811- Gen.alimenticios Set/2020
26/10/2020	2020Pd01006	24341770000166 - Fabrica de Embutidos de Carnes Fino Sabor Ltd	R$3.920,00	Pgto Nf 2756- Gen.alimenticios Set/2020
26/10/2020	2020Pd01007	66754342000105 - Vigran Alimentos Eireli - Me	R$5.423,40	Pgto Nf 5470-Gen.alimenticios Set/2020
26/10/2020	2020Pd01008	07696967000107 - Algari Fatima de Oliveira Braz - Eireli	R$403,50	Pgto Nf 1858 - Gen.alimenticios Set/2020
26/10/2020	2020Pd01009	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$4.158,00	Pgto Nf 2487- Gen. Alimenticios Set/2020
26/10/2020	2020Pd01010	17793806000187 - Duarte Alimentos Atacadista Ltda - Epp	R$14.252,00	Pgto Nf 3080- Gen. Alimenticios Set/2020
26/10/2020	2020Pd01012	32387462000108 - Valeria Vidoto Bogaz Me	R$5.880,40	Pgto Nf 2733- Gen. Alimenticios Set/2020
26/10/2020	2020Pd01080	61602199018402 - Cia Ultragaz S/A	R$5.561,10	Pagto Nf2591-Aq Glp Out/20
28/10/2020	2020Pd00820	56089790000188 - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	R$2.718,71	Pagto Boleto 4 - Taxa Recursos Hidricos
28/10/2020	2020Pd01013	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$2.772,00	Pgto Nf 2496- Gen. Alimenticios Set/2020
28/10/2020	2020Pd01014	02973358000126 - Bh Foods Comercio e Industria Ltda - Epp	R$9.000,00	Pgto Nf 6860- Gen.alimenticios Set/2020
28/10/2020	2020Pd01015	02973358000126 - Bh Foods Comercio e Industria Ltda - Epp	R$19.900,00	Pgto Nf 51319- Gen.alimenticios Set/2020
29/10/2020	2020Pd01016	08103754000189 - Ind. Dist. Prod. Limpeza D. Prado Eirelli Me	R$2.370,00	Pgto Nf 4908 - Material Consumo Set/2020
29/10/2020	2020Pd01017	33007041000169 - Sirlene Antonia Gravata Canola 01064097197	R$590,00	Pgto Nf 673- Gen.alimenticios Set/2020
29/10/2020	2020Pd01132	09312759892 - Marcos Augusto Toscano	R$38,65	Pgto Diaria N. 72614-Via Sisdrhu
29/10/2020	2020Pd01133	09312759892 - Marcos Augusto Toscano	R$38,65	Pgto Diaria N. 72615-Via Sisdrhu
29/10/2020	2020Pd01134	09312759892 - Marcos Augusto Toscano	R$115,96	Pgto Diaria N. 72621-Via Sisdrhu
29/10/2020	2020Pd01135	09312759892 - Marcos Augusto Toscano	R$38,65	Pgto Diaria N. 72623-Via Sisdrhu
29/10/2020	2020Pd01136	10031602800 - Edivaldo Antonio dos Santos	R$487,03	Pgto Diaria N. 72617-Via Sisdrhu
29/10/2020	2020Pd01137	25459986800 - Elvisney Aparecido da Silva	R$487,03	Pgto Diaria N. 72618-Via Sisdrhu
29/10/2020	2020Pd01138	10533582881 - Marcelo Golfetto de Oliveira	R$417,45	Pgto Diaria N. 72619-Via Sisdrhu
30/10/2020	2020Pd01018	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	R$2.772,00	Pgto Nf 2503 - Gen.alimenticios Set/2020
30/10/2020	2020Pd01019	27249577000198 - Fabiana da Silva Marquesi - Me	R$1.152,00	Pgto Nf 5715 - Gen.alimenticios Set/2020
30/10/2020	2020Pd01020	10300503000136 - Cavalheri Transportes Ltda	R$710,40	Pgto Nf 1628 - Gen.alimenticios Set/2020
30/10/2020	2020Pd01084	02558157000162 - Telefonica Brasil S A	R$1.231,66	Pagto Fatura Telefonica-Outurbro/2020
30/10/2020	2020Pd01085	44993632000179 - Empresas Reunidas Paulista de Transportes Ltd	R$108,08	Pagto Fatura 1240/20-Req Passagens
30/10/2020	2020Pd01086	44993632000179 - Empresas Reunidas Paulista de Transportes Ltd	R$3.373,12	Pagto Fatura 1224-Res Passagens

Relação dos pagamentos efetuados durante o mês de novembro do ano de 2020, em cumprimento ao Artigo 2.º Da Lei 7.857/92.

DATA PAGAMENTO	Nº DOCUMENTO	CREDOR	VALOR DOCUMENTO	DESCRIÇÃO DOCUMENTO
03/11/2020	2020Pd01026	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	57,34	Pagto Nf 192838-Aq Arla 16 A 30/09/20
03/11/2020	2020Pd01037	33486054000168 - Luciene Borges Vaz Comercio e Serviços Me	115,00	Pgto Nf 205- Material Consumo Out/2020
03/11/2020	2020Pd01038	17088309000188 - Belaris Alimentos Ltda - Epp	3.539,70	Pgto Nf 26558 - Gen. Alimenticios Out/20
03/11/2020	2020Pd01039	02183748000100 - Sagrado & Vidotto Aracatuba Ltda	13.041,00	Pgto Nf 62191- Gen.alimenticios Out/2020
03/11/2020	2020Pd01040	07374152000101 - Jc Gomes Com. De Produtos Alimenticios Ltda	2.541,60	Pto Nf 7519- Gen.alimenticios Out/2020
03/11/2020	2020Pd01041	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	4.158,00	Pgto Nf 2509- Gen.alimenticios Out/2020
03/11/2020	2020Pd01081	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	864,27	Pagto Nf 199546-Aq Etanol 01 A15/10
03/11/2020	2020Pd01082	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	1.004,09	Pagto Nf 199546-Aq Diesel 01 A 15/10
03/11/2020	2020Pd01131	61602199018402 - Cia Ultragaz S/A	6.193,80	Pagto Nf 2663-Aq Glp Outubro/20
03/11/2020	2020Pd01151	06727092877 - Wagner Ricardo Nunes	38,65	Pgto Diaria N. 72622-Via Sisdrhu
04/11/2020	2020Pd01042	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	2.772,00	Pgto Nf 2516- Gen.alimenticios Out/2020
04/11/2020	2020Pd01043	02973358000126 - Bh Foods Comercio e Industria Ltda - Epp	1.990,00	Pgto Nf 6922- Gen.alimenicios Out/2020
04/11/2020	2020Pd01044	05098638000120 - Pilar Cereais Ltda. - Me	4.446,00	Pgto Nf 17644- Gen.alimenticios Out/2020
04/11/2020	2020Pd01045	33699686817 - Marcos Aparecido Muniz	71,50	Pgto Nf 1162- Gen.alimenticios Out/2020
04/11/2020	2020Pd01046	19990105000163 - Marcos Giuliano Petelinkar 27137323871	2.223,00	Pgto Nf 1751- Gen.alimenticios Out/2020
04/11/2020	2020Pd01047	21367292000175 - Vivian Maia Novais Me	681,30	Pgto Nf 1940- Material Consumo Out/2020
04/11/2020	2020Pd01048	21367292000175 - Vivian Maia Novais Me	1.950,00	Pgto Nf 1939- Material Consumo Out/2020
04/11/2020	2020Pd01152	08694822890 - Carmem Silvia Barbosa	1.059,00	Adiant.mat.med, Hosp.odont.p.a.30Dias
05/11/2020	2020Pd01049	32076568000182 - Ouro Verde Comercio de Carnes Ltda	6.268,00	Pgto Nf 1231- Gen.alimenticios Out/2020
05/11/2020	2020Pd01051	10300503000136 - Cavalheri Transportes Ltda	710,40	Pgto Nf 1651- Gn.alimenticios Out/2020
05/11/2020	2020Pd01052	04708626000108 - Distribuidora de Suprimentos Etica Ltda Me	894,00	Pgto Nf 10613- Material Consumo Out/2020
05/11/2020	2020Pd01053	16785419000136 - Daliuma Comercio de Peças Automotivas Ltda.	979,50	Pgto Nf 1805- Material Consumo Out/2020
06/11/2020	2020Pd01054	63975155000163 - Multimeat Comercial de Alimentos Ltda	22.053,35	Pgto Nf 336197- Gen.alimenticios Out/20
06/11/2020	2020Pd01055	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	2.772,00	Pgto Nf 2523- Gen.alimenticios Out/2020
06/11/2020	2020Pd01056	17793806000187 - Duarte Alimentos Atacadista Ltda - Epp	14.252,00	Pgto Nf 3104- Gen.alimenticios Out/2020
06/11/2020	2020Pd01057	08528442000117 - Nutricionale Comercio de Alimentos Ltda	5.291,00	Pgto Nf 452367- Gen.alimenticios Out/20
06/11/2020	2020Pd01058	33007041000169 - Sirlene Antonia Gravata Canola 01064097197	590,00	Pgto Nf 695- Gen.alimenticios Out/2020
06/11/2020	2020Pd01059	16859246000153 - Mm Comercial de Produtos para Limpeza Ltda Me	2.173,95	Pgto Nf 4145- Material Consumo Out/2020
06/11/2020	2020Pd01162	17683034878 - Andreia Hipolito Zatoni	5.150,00	Adiant.out.serv.terc.pa30dias
06/11/2020	2020Pd01165	36774761860 - Elaine Liemi Ichikawa	2.745,00	Adiant.out.serv.terc.pa30dias
06/11/2020	2020Pd01166	10734590806 - Elenir Figueira de Araujo	1.000,00	Adiant.peças Rep. Aces. Pa 30 Dias
06/11/2020	2020Pd01167	08694822890 - Carmem Silvia Barbosa	1.000,00	Adiant.out.mat.cons.pa 30 Dias
06/11/2020	2020Pd01168	10734590806 - Elenir Figueira de Araujo	600,00	Adiant.mat.inst.elet.eletro.pa30dias
06/11/2020	2020Pd01169	10533582881 - Marcelo Golfetto de Oliveira	1.200,00	Adiant.mat.conserv.manut.imov.pa30dias
06/11/2020	2020Pd01170	02375739892 - Denize Maria Ramires	208,00	Adiant.out.mat.cons.pa 30 Dias
06/11/2020	2020Pd01171	36774761860 - Elaine Liemi Ichikawa	141,00	Adiant.mat.acondic.emb.pa 30 Dias
06/11/2020	2020Pd01174	25459986800 - Elvisney Aparecido da Silva	3.686,00	Adiant.mat.uso Vet.pa30 Dias
06/11/2020	2020Pd01175	02375739892 - Denize Maria Ramires	180,00	Adiant.gasolina Automotiva Pa 30 Dias
06/11/2020	2020Pd01176	10533582881 - Marcelo Golfetto de Oliveira	156,00	Adiant.sem.mudas Plantas Pa 30 Dias.
06/11/2020	2020Pd01177	09547808842 - Carmem Lucia de Oliveira	516,00	Adiant.peças Aces.comp.infor.pa30dias
09/11/2020	2020Pd01060	53249470000150 - Sistecnica Inf. E Servicos Eireli - Epp	597,00	Pgto Nf 24396- Material Consumo Out/2020
09/11/2020	2020Pd01061	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	4.158,00	Pgto Nf 2529- Gen.alimenticios Out/2020
09/11/2020	2020Pd01062	32387462000108 - Valeria Vidoto Bogaz Me	2.100,00	Pgto Nf 2826- Gen. Alimenticios Out/2020
09/11/2020	2020Pd01063	07374152000101 - Jc Gomes Com. De Produtos Alimenticios Ltda	2.541,60	Pgto Nf 7586- Gen. Alimenticios Out/2020
09/11/2020	2020Pd01064	07374152000101 - Jc Gomes Com. De Produtos Alimenticios Ltda	2.541,60	Pgto Nf 7562- Gen. Alimenticios Out/2020
09/11/2020	2020Pd01065	08646877000166 - Roberto Carlos Grillo Me	835,80	Pgto Nf 12746- Gen.alimenticios Out/2020
09/11/2020	2020Pd01156	61602199018402 - Cia Ultragaz S/A	5.960,70	Pagto Nf 2722-Aq Glp Nov/20
09/11/2020	2020Pd01178	02973358000126 - Bh Foods Comercio e Industria Ltda - Epp	17.910,00	Pgto Nf 6922- Gen Alimenticios Out/2020
11/11/2020	2020Pd01149	02328280000197 - Elektro Redes S.a.	49.355,68	Pagto Fatura Energia Eletrica
13/11/2020	2020Pd01088	30572183852 - Rodrigo Binhardi	71,50	Pagto Nf 954 - Aq Gen Alimen Out/20
13/11/2020	2020Pd01089	02973358000126 - Bh Foods Comercio e Industria Ltda - Epp	18.000,00	Pagto Nf 51729-Aq Gen Alimen Out/20
13/11/2020	2020Pd01090	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	2.772,00	Pagto Nf 2534-Aq Gen Alimen Out/20
13/11/2020	2020Pd01181	02715078889 - Nilson Anhussi	38,65	Pgto Diaria N. 74714-Via Sisdrhu
13/11/2020	2020Pd01182	09312759892 - Marcos Augusto Toscano	115,96	Pgto Diaria N. 74703-Via Sisdrhu
13/11/2020	2020Pd01183	09312759892 - Marcos Augusto Toscano	38,65	Pgto Diaria N. 74712-Via Sisdrhu
13/11/2020	2020Pd01184	10882505807 - Andre Marcos dos Santos	139,15	Pgto Diaria N. 74725-Via Sisdrhu
13/11/2020	2020Pd01185	08626953844 - Jose Angelo Zacarin	487,03	Pgto Diaria N. 74699-Via Sisdrhu
13/11/2020	2020Pd01186	10533582881 - Marcelo Golfetto de Oliveira	139,15	Pgto Diaria N. 74693-Via Sisdrhu
13/11/2020	2020Pd01187	04998919881 - Wagner Antonio Liberali	487,03	Pgto Diaria N. 74692-Via Sisdrhu
16/11/2020	2020Pd01083	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	57,34	Pagto Nf 199553-Arla 01 A 15/10/20
16/11/2020	2020Pd01091	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	2.772,00	Pagto Nf 2539- Aq Gen Alimen Out/20
16/11/2020	2020Pd01092	10300503000136 - Cavalheri Transportes Ltda	1.320,40	Pagto Nf 1675- Aq Gen Alimen Out/20
16/11/2020	2020Pd01093	32076568000182 - Ouro Verde Comercio de Carnes Ltda	6.268,00	Pagto Nf 1288- Aq Gen Alimen Out/20
16/11/2020	2020Pd01094	10414779886 - Jorge Pascoal Sigari	84,00	Pagto Nf 151 - Aq Gen Alimen Out/20
16/11/2020	2020Pd01095	07374152000101 - Jc Gomes Com. De Produtos Alimenticios Ltda	2.541,60	Pagto Nf 7607- Aq Gen Alimen Out/20
16/11/2020	2020Pd01180	61602199018402 - Cia Ultragaz S/A	4.428,90	Pagto Nf 2805-Aq Glp Nov/20
16/11/2020	2020Pd01189	09547808842 - Carmem Lucia de Oliveira	4.854,00	Adiant.mat.uso Veterinario no Pa 30 Dias
16/11/2020	2020Pd01190	36774761860 - Elaine Liemi Ichikawa	540,00	Adiant.diesel Automotivo Pa 30 Dias
18/11/2020	2020Pd01159	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	1.465,65	Pagto Nf 205177-Aq Etanol 16 A 31/10
18/11/2020	2020Pd01160	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	1.832,80	Pagto Nf 205177-Aq Diesel 16 A 31/10
19/11/2020	2020Pd01096	32387462000108 - Valeria Vidoto Bogaz Me	1.050,00	Pagto Nf 2865- Aq Gen Alimen Out/20
19/11/2020	2020Pd01097	32387462000108 - Valeria Vidoto Bogaz Me	4.438,80	Pagto Nf 2864- Aq Gen Alimen Out/20
19/11/2020	2020Pd01098	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	2.772,00	Pagto Nf 2552- Aq Gen Alimen Out/20
19/11/2020	2020Pd01099	05098638000120 - Pilar Cereais Ltda. - Me	4.446,00	Pagto Nf 14644-Aq Gen Alimen Out/20
19/11/2020	2020Pd01100	02973358000126 - Bh Foods Comercio e Industria Ltda - Epp	19.900,00	Pagto Nf 7019- Aq Gen Alimen Out/20
19/11/2020	2020Pd01101	02183748000100 - Sagrado & Vidotto Aracatuba Ltda	11.340,00	Pagto Nf 62303-Aq Gen Alimen Out/20
19/11/2020	2020Pd01102	33007041000169 - Sirlene Antonia Gravata Canola 01064097197	590,00	Pagto Nf 724-Aq Gen Alim Out/20
19/11/2020	2020Pd01103	14600959000172 - O Sartori Frios - Me	9.600,00	Pagto Nf 3606 - Aq Gen Alim Out/20
19/11/2020	2020Pd01106	07404108000199 - Universo Comercial Ltda Me	1.485,00	Pagto Nf 3272-Art Higiene Out/20
19/11/2020	2020Pd01179	34028316000103 - Empresa

09/12/2020	2020Pd01214	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	2.772,00	Pgto Nf 2602- Gen.alimenticios Nov/2020
09/12/2020	2020Pd01215	74545732000101 - Muccio & Muccio Ltda - Epp	994,50	Pgto Nf 22719- Material Consumo Nov/2020
09/12/2020	2020Pd01216	24984605000122 - Operacional Zero 1 Industria e Comercio Artig	778,98	Pgto Nf 63- Material Consumo Nov/2020
09/12/2020	2020Pd01257	02558157000162 - Telefonica Brasil S A	1.332,17	Pgto Fatura Tlefonica Nov/2020
09/12/2020	2020Pd01324	44993632000179 - Empresas Reunidas Paulista de Transportes Ltd	1.587,24	Pagto Fatura 1272-Req Passagens Out/20
09/12/2020	2020Pd01325	44993632000179 - Empresas Reunidas Paulista de Transportes Ltd	54,04	Pagto Fatura 1290-Req Passagens Out/20
10/12/2020	2020Pd01153	02328280000197 - Elektro Redes S.a.	50.620,85	Pagto Fatura Energia Eletrica
10/12/2020	2020Pd01217	17793806000187 - Duarte Alimentos Atacadista Ltda - Epp	14.252,00	Pgto Nf 3162- Gen.alimenticios Nov/2020
10/12/2020	2020Pd01218	08646877000166 - Roberto Carlos Grillo Me	835,80	Pgto Nf 12888- Gen.alimenticios Nov/2020
10/12/2020	2020Pd01219	10414779886 - Jorge Pascoal Sigari	84,00	Pgto Nf 156- Gen.alimenticios Nov/2020
10/12/2020	2020Pd01220	12827140829 - Aparecido Jose Muniz	71,50	Pgto Nf 399-Gen.alimenticios Nov/2020
10/12/2020	2020Pd01226	31024984850 - Celia Aparecida Benassi Muniz	71,50	Pgto Nf 297- Gen. Alimenticios Nov/2020
10/12/2020	2020Pd01227	27646438880 - Roseleni Maria da Silva	71,50	Pgto Nf 284- Gen. Alimenticios Nov/2020
10/12/2020	2020Pd01228	32796678873 - Marcelo Pimenta Lopes	71,50	Pgto Nf 442- Gen. Alimenticios Nov/2020
10/12/2020	2020Pd01229	40702977829 - Tapricie Corbanezi Tomaz	71,50	Pgto Nf 143- Gen. Alimenticios Nov/2020
10/12/2020	2020Pd01230	07069128886 - Jorge Jose Muniz Filho	71,50	Pgto Nf 215- Gen. Alimenticios Nov/2020
11/12/2020	2020Pd01231	17046477000100 - Mundo Seletivo Comercio de Alimentos Ltda-Me	5.800,00	Pgto Nf 11370- Gen.alimenticios Nov/2020
11/12/2020	2020Pd01232	02973358000126 - Bh Foods Comercio e Industria Ltda - Epp	19.900,00	Pgto Nf 52653- Gen.alimenticios Nov/2020
11/12/2020	2020Pd01233	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	2.772,00	Pgto Nf 2608- Gen. Alimenticios Nov/2020
11/12/2020	2020Pd01234	10300503000136 - Cavalheri Transportes Ltda	710,40	Pgto Nf 1734- Gen. Alimenticios Nov/2020
11/12/2020	2020Pd01326	08780363857 - Cleuza Casconi	1.005,00	Pgto Diaria N. 77311-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01327	02715078889 - Nilson Anhussi	57,98	Pgto Diaria N. 77314-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01328	12001072848 - Paulo Henrique Barbosa Aparecido	57,98	Pgto Diaria N. 77375-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01329	09560800817 - Aylton Cesar Liberali	38,65	Pgto Diaria N. 77313-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01330	08694822890 - Carmem Silvia Barbosa	38,65	Pgto Diaria N. 77067-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01331	28466444890 - Marisa Rodella Amancio	38,65	Pgto Diaria N. 77068-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01332	08694822890 - Carmem Silvia Barbosa	38,65	Pgto Diaria N. 77069-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01333	28466444890 - Marisa Rodella Amancio	38,65	Pgto Diaria N. 77070-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01334	09560800817 - Aylton Cesar Liberali	57,98	Pgto Diaria N. 77316-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01335	09560800817 - Aylton Cesar Liberali	487,03	Pgto Diaria N. 77317-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01336	06727092877 - Wagner Ricardo Nunes	38,65	Pgto Diaria N. 77315-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01337	09312759892 - Marcos Augusto Toscano	115,96	Pgto Diaria N. 77318-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01338	09548759829 - Helio de Oliveira	487,03	Pgto Diaria N. 77320-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01339	09560800817 - Aylton Cesar Liberali	487,03	Pgto Diaria N. 77322-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01340	10474368840 - Jose Carlos Barbosa Lhety	487,03	Pgto Diaria N. 77321-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01341	09560800817 - Aylton Cesar Liberali	57,98	Pgto Diaria N. 77368-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01342	09312759892 - Marcos Augusto Toscano	38,65	Pgto Diaria N. 77325-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01343	09312759892 - Marcos Augusto Toscano	57,98	Pgto Diaria N. 77324-Via Sisdrhu
11/12/2020	2020Pd01344	92368123849 - Francisco Paulo Rodrigues	38,65	Pgto Diaria N. 77323-Via Sisdrhu
14/12/2020	2020Pd01235	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	4.158,00	Pgto Nf 2612- Gen. Alimenticios Nov/2020
14/12/2020	2020Pd01236	49848880000140 - Santa Maria Mat.p/Construcao Ltda	956,25	Pgto F 8354- Material Consumo Nov/2020
14/12/2020	2020Pd01237	14365828000158 - Comercial Discon Ltda - Epp	864,40	Pgto Nf.13738-Material Consumo Nov/2020
14/12/2020	2020Pd01238	14365828000158 - Comercial Discon Ltda - Epp	1.866,00	Pgto Nf.13737-Material Consumo Nov/2020
14/12/2020	2020Pd01239	23199835000118 - Bbh Comércio e Serviços de Confecções Ltda-Me	1.558,00	Pgto Nf.125- Material Consumo Nov/2020
14/12/2020	2020Pd01321	61602199018402 - Cia Ultragaz S/A	6.260,40	Pgto Nf 3069- Gás Liq.petroleo Dez/2020
15/12/2020	2020Pd01386	08780363857 - Cleuza Casconi	287,14	Pgto Diaria N. 77311-Via Sisdrhu
16/12/2020	2020Pd01223	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	852,49	Pregao Eletr.nf 210086 - Aq. Arla
16/12/2020	2020Pd01240	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	2.772,00	Pgto Nf 2618- Gen.alimenticios Nov/2020
16/12/2020	2020Pd01241	32387462000108 - Valeria Vidoto Bogaz Me	814,80	Pgto Nf 3051- Gen.alimenticios Nov/2020
16/12/2020	2020Pd01242	02183748000100 - Sagrado & Vidotto Aracatuba Ltda	1.548,00	Pgto Nf 62487- Gen.alimenticios Nov/2020
16/12/2020	2020Pd01243	35701567000170 - Biomixx Dist. De Produtos Descartaveis Ltda	3.216,75	Pgto Nf 153- Material Consumo Nov/2020
16/12/2020	2020Pd01244	33007041000169 - Sirlene Antonia Gravata Canola 01064097197	590,00	Pgto Nf 835- Gen. Alimenticios Nov/2020
16/12/2020	2020Pd01245	35701567000170 - Biomixx Dist. De Produtos Descartaveis Ltda	4.185,60	Pgto Nf 123- Material Consumo Nov/2020
16/12/2020	2020Pd01246	07074208000102 - Wg2r Comercio de Materiais Eletricos Ltda-Epp	459,00	Pgto Nf 2448-Material Consumo Nov/2020
16/12/2020	2020Pd01247	07696967000107 - Algari Fatima de Oliveira Braz - Eireli	403,50	Pgto Nf 1920- Gen.alimenticios Nov/2020
16/12/2020	2020Pd01351	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	647,45	Pagto Nf 213673-Aq Etanol 16 A 30/11
16/12/2020	2020Pd01352	25165749000110 - Neo Consultoria e Administracao de Beneficios	1.328,51	Pagto Nf 213673-Aq Diesel 16 A 30/11
16/12/2020	2020Pd01404	17683034878 - Andreia Hipolito Zatoni	334,80	Pgto.adiantamento-Mat. Eletricos
16/12/2020	2020Pd01405	25321629889 - Maria Carolina Borges Zuin Otaviano	786,00	Pgto.adiantamento-Aq.mat.uso Veterinário
17/12/2020	2020Pd01248	17793806000187 - Duarte Alimentos Atacadista Ltda - Epp	6.780,00	Pgto Nf 3196- Gen.alimenticios Nov/2020
17/12/2020	2020Pd01249	19990105000163 - Marcos Giuliano Petelinkar 27137323871	2.223,00	Pgto Nf 1855- Gen.alimenticios Nov/2020
17/12/2020	2020Pd01258	12904870000174 - Data Equipamentos de Seguranca Ltda Me	840,00	Pgto Nf 29219- Material Consumo Nov/2020
18/12/2020	2020Pd01259	29889989000118 - Emilly Salem Araujo Comercial	1.220,00	Pgto Nf 334- Material Consumo Nov/2020
18/12/2020	2020Pd01260	34346501000146 - Anvax Company Higiene e Perfumaria Ltda	85,98	Pgto Nf 317- Material Consumo Nov/2020
18/12/2020	2020Pd01261	14600959000172 - O Sartori Frios - Me	9.600,00	Pgto Nf 3637-Generos Alimenticios Nov/20
18/12/2020	2020Pd01262	07374152000101 - Jc Gomes Com. De Produtos Alimenticios Ltda	2.541,60	Pgto Nf 7665-Generos Alimenticios Nov/20
18/12/2020	2020Pd01263	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	2.772,00	Pgto Nf 2623-Generos Alimenticios Nov/20
18/12/2020	2020Pd01406	34028316000103 - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	138,45	Pato Fatura Correios Novembro/20
18/12/2020	2020Pd01407	09547808842 - Carmem Lucia de Oliveira	350,00	Adiant.alimentos P/Animais Pa 30 Dias
18/12/2020	2020Pd01408	09547808842 - Carmem Lucia de Oliveira	204,00	Adiant.mat.uso Veterinario Pa 30 Dias
18/12/2020	2020Pd01409	36774761860 - Elaine Liemi Ichikawa	1.000,00	Adiant.out.mat.consumo Pa 30 Dias
18/12/2020	2020Pd01410	36774761860 - Elaine Liemi Ichikawa	314,00	Adiant.outros Mat. Consumo Pa 30 Dias
18/12/2020	2020Pd01411	10734590806 - Elenir Figueira de Araujo	1.615,00	Adiant.mat.acond.embalgem Pa 30 Dias
18/12/2020	2020Pd01412	10734590806 - Elenir Figueira de Araujo	405,00	Adiant.peças, Aces.e Comp.inform.pa30dias
18/12/2020	2020Pd01414	02375739892 - Denize Maria Ramires	720,00	Adiant.inst.manut.eq.inform.pa30dias
18/12/2020	2020Pd01415	10533582881 - Marcelo Golfetto de Oliveira	792,00	Adiant.conserv.manut.bens Mov.eq.pa30dia
18/12/2020	2020Pd01416	09312759892 - Marcos Augusto Toscano	430,00	Adiant.desp.miudas e Pronto Pag.pa30dias
18/12/2020	2020Pd01419	09312759892 - Marcos Augusto Toscano	1.950,00	Adiant.mat.prot.seg.socor.e Sobrev.pa30d
21/12/2020	2020Pd01251	28559620000184 - Carvalho Sistemas Contra Incendio Ltda	1.345,00	Pgto Nf 2770- Serv. Recarga Extintor
21/12/2020	2020Pd01264	07374152000101 - Jc Gomes Com. De Produtos Alimenticios Ltda	2.541,60	Pgto Nf 7690-Generos Alimenticios Nov/20
21/12/2020	2020Pd01265	21367292000175 - Vivian Maia Novais Me	598,00	Pgto Nf 2026-Material Consumo Nov/2020
21/12/2020	2020Pd01266	21367292000175 - Vivian Maia Novais Me	316,50	Pgto Nf 2029-Material Consumo Nov/2020
21/12/2020	2020Pd01267	21367292000175 - Vivian Maia Novais Me	94,50	Pgto Nf 2024-Material Consumo Nov/2020
21/12/2020	2020Pd01268	21367292000175 - Vivian Maia Novais Me	297,00	Pgto Nf 2025-Material Consumo Nov/2020
21/12/2020	2020Pd01269	21367292000175 - Vivian Maia Novais Me	388,00	Pgto Nf 2023-Material Consumo Nov/2020
21/12/2020	2020Pd01270	08103754000189 - Ind. Dist. Prod. Limpeza D. Prado Eirelli Me	1.100,00	Pgto Nf 5044-Material Consumo Nov/2020
21/12/2020	2020Pd01272	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	4.158,00	Pgto Nf 2626-Generos Alimenticios Nov/20
21/12/2020	2020Pd01273	17088309000188 - Belaris Alimentos Ltda - Epp	8.721,00	Pgto Nf 26837-Generos Aliment. Nov/2020
21/12/2020	2020Pd01274	67440461000156 - Megapel Comercial Ltda	121,95	Pgto Nf 7060-Material Consumo Nov/2020
21/12/2020	2020Pd01312	24744074000109 - Campo Fino Industria Comercio Importacao e Ex	672,00	Pgto Nf 2917-Generos Alimenticios Nov/20
21/12/2020	2020Pd01403	61602199018402 - Cia Ultragaz S/A	5.427,90	Pagto Nf 3110 - Aq Glp Nov/2020
21/12/2020	2020Pd01413	02375739892 - Denize Maria Ramires	360,00	Adiant.out.mat.cons.pa 30 Dias
21/12/2020	2020Pd01417	08694822890 - Carmem Silvia Barbosa	1.558,00	Adiant.mat.med, Hosp.odont.p.a.30Dias
21/12/2020	2020Pd01418	25321629889 - Maria Carolina Borges Zuin Otaviano	2.162,00	Adiant.med.e Ins.farm.pa30dias
21/12/2020	2020Pd01421	10533582881 - Marcelo Golfetto de Oliveira	6.091,00	Adiant.mat.conserv.manut.imov.pa30dias
21/12/2020	2020Pd01422	17683034878 - Andreia Hipolito Zatoni	704,00	Adiant.peças P/Viaturas Pa 30 Dias
21/12/2020	2020Pd01423	17683034878 - Andreia Hipolito Zatoni	3.394,00	Adiant.out.mat.consumo Pa 30 Dias
21/12/2020	2020Pd01424	08694822890 - Carmem Silvia Barbosa	1.000,00	Adiant.out.serv.terceiros Pa 30 Dias
23/12/2020	2020Pd01275	20183508000180 - Mgb Pneus Importação e Distribuição Eireli	1.897,28	Pgto Nf 1394-Material Consumo Nov/2020
23/12/2020	2020Pd01276	54651716001150 - Supricorp Suprimentos Ltda	4.776,00	Pgto Nf 45866720- Mat. Consumo Nov/2020
23/12/2020	2020Pd01277	08528442000117 - Nutricionale Comercio de Alimentos Ltda	2.118,00	Pgto Nf 456311- Mat. Consumo Nov/2020
23/12/2020	2020Pd01278	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	2.772,00	Pgto Nf 2632-Generos Alimenticios Nov/20
23/12/2020	2020Pd01279	02973358000126 - Bh Foods Comercio e Industria Ltda - Epp	19.900,00	Pgto Nf 52988-Generos Alimenticios Nov/20
23/12/2020	2020Pd01280	32076568000182 - Ouro Verde Comercio de Carnes Ltda	8.602,00	Pgto Nf 1396-Geeros Alimenticios Nov/20
23/12/2020	2020Pd01281	08528442000117 - Nutricionale Comercio de Alimentos Ltda	2.700,00	Pgto Nf 456309
23/12/2020	2020Pd01282	08528442000117 - Nutricionale Comercio de Alimentos Ltda	11.655,20	Pgto Nf 456310-Gen.alimenticios Nov/2020
24/12/2020	2020Pd01271	02835909000195 - P.p. Quimica Industrial Ltda - Me	4.635,00	Pgto Nf 16925-Material Consumo Nov/2020
24/12/2020	2020Pd01283	74287566000182 - Casa Fernandes Atacadista Ltda - Epp	8.937,00	Pgto Nf 51563- Material Consumo Nov/2020
24/12/2020	2020Pd01284	19933130000105 - Pejota Pet Sa de Animal Ltda-Me	2.460,00	Pgto Nf 2795- Material Consumo Nov/2020
24/12/2020	2020Pd01285	74545732000101 - Muccio & Muccio Ltda - Epp	5.901,00	Pgto Nf 22797-Material Consumo Nov/2020
24/12/2020	2020Pd01292	00008089000132 - Composê Tecidos Ltda. Me	199,80	Pgto Nf 798- Material Consumo Nov/2020
24/12/2020	2020Pd01305	05121590000124 - Vegascom Comercio e Assist.tec.de Telec.ltda	3.936,40	Pgto Nf 4636-Material Consumo Nov/2020
28/12/2020	2020Pd00822	56089790000188 - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	2.718,71	Pagto Boleto 6 - Taxa Recursos Hidricos
28/12/2020	2020Pd01286	49848880000140 - Santa Maria Mat.p/Construcao Ltda	1.132,30	Pgto Nf 8437- Material Consumo Nov/2020
28/12/2020	2020Pd01287	49848880000140 - Santa Maria Mat.p/Construcao Ltda	518,00	Pgto Nf 8439- Material Consumo Nov/2020
28/12/2020	2020Pd01288	66754342000105 - Vigran Alimentos Eireli - Me	5.423,40	Pgto Nf 5553-Generos Alimenticios Nov/20
28/12/2020	2020Pd01289	17703758000199 - Erli Ferreira Goes - Me	2.772,00	Pgto Nf 2637-Generos Alimenticios Nov/20
28/12/2020	2020Pd01290	10300503000136 - Cavalheri Transportes Ltda	710,40	Pgto Nf 1756-Generos Alimenticios Nov/20
28/12/2020	2020Pd01291	17793806000187 - Duarte Alimentos Atacadista Ltda - Epp	13.560,00	Pgto Nf 3213-Generos Alimenticios Nov/20
28/12/2020	2020Pd01293	36177923000160 - Rrc Perfis e Calhas Ltda.	390,00	Pgto Nf 1188-Material Consumo Nov/2020
28/12/2020	2020Pd01294	49325434000150 - Fundacao Prof.dr.manoel Pedro Pimentel -Funap	5.680,05	Pgto Nf 17411- Mat.consumo Nov/2020
28/12/2020	2020Pd01295	49325434000150 - Fundacao Prof.dr.manoel Pedro Pimentel -Funap	4.733,22	Pgto Nf 17411- Mat.consumo Nov/2020
28/12/2020	2020Pd01296	29588052000102 - J. Da S. N. Santana Limpeza	259,50	Pgto Nf 362- Mat.consumo Nov/2020
28/12/2020	2020Pd01297	74261652000116 - Amã Comércio e Serviços de Instalação de Gás	1.758,00	Pgto Nf 88- Mat.consumo Nov/2020
28/12/2020	2020Pd01298	74261652000116 - Amã Comércio e Serviços de Instalação de Gás	1.940,00	Pgto Nf 89- Mat.consumo Nov/2020
28/12/2020	2020Pd01299	31583243000123 - Ana Paula Santos Locali	2.088,10	Pgto Nf 103-Mat.consumo Nov/2020
28/12/2020	2020Pd01300	12960485000144 - Mis Solucoes em Produtos Limpeza Ltda	794,00	Pgto Nf 7448- Material Consumo Nov/2020
28/12/2020	2020Pd01301	02183748000100 - Sagrado & Vidotto Aracatuba Ltda	3.855,60	Pgto Nf 62569-Generos Alim. Nov/2020
28/12/2020	2020Pd01302	32387462000108 - Valeria Vidoto Bogaz Me	3.063,20	Pgto Nf 3114-Generos Alimenticios Nov/20
28/12/2020	2020Pd01303	35793795000117 - Constantino Pneus Eireli	8.660,00	Pgto Nf 1048-Material Consumo Nov/2020
28/12/2020	2020Pd01304	05121590000124 - Vegascom Comercio e Assist.tec.de Telec.ltda	7.063,97	Pgto Nf 2266-Serv.manut.telefonia Nov/20
28/12/2020	2020Pd01425	61602199018402 - Cia Ultragaz S/A	6.050,61	Pagto Nf 3165-Aq Glp Nov/20
30/12/2020	2020Pd01313	08032777000140 - Maanaim Industria e com de Alimentos Ltda Epp	10.796,00	Pgto Nf 20617- Gen.alimenticios Nov/2020
30/12/2020	2020Pd01314	04229776000139 - Magali Apolonia Mazzoni Lopes Me	2.169,00	Pgto Nf 12453-Material Consumo Nov/2020
30/12/2020	2020Pd01315	16880322000293 - Baleira Ltda. Me	722,00	Pgto Nf 11458-Material Consumo Nov/2020
30/12/2020	2020Pd01316	08827377000120 - Jose Dorivaldo Lopes dos Santos - Me	1.010,40	Pgto Nf 1790-Material Consumo Nov/2020
30/12/2020	2020Pd01317	18104918000146 - Kavichioli Comercio de Uniformes Ltda Me	1.512,00	Pgto Nf 1449-Material Consumo Nov/2020
30/12/2020	2020Pd01318	10652217000130 - Comercio de Embalagens Adamantina Ltda Me	1.237,50	Pgto Nf 21806-Material Consumo Nov/2020
30/12/2020	2020Pd01401	44993632000179 - Empresas Reunidas Paulista de Transportes Ltd	1.811,55	Pagto Fatura 1321/20-Req Passagens
30/12/2020	2020Pd01402	44993632000179 - Empresas Reunidas Paulista de Transportes Ltd	27,02	Pagto Fatura 1344-Req Passagens Nov/20
30/12/2020	2020Pd01537	09560800817 - Aylton Cesar Liberali	487,03	Pgto Diaria N. 79418-Via Sisdrhu

PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

Determinando a realização de Apuração Preliminar, para a devida apuração dos fatos ocorridos em 27-01-2021, nos termos do artigo 1º da Resolução SAP-139, de 27-10-2017 e artigos 264 e 265 da Lei 10.261 de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003 (Comunicado de Evento 25/2021). (2)

PENITENCIÁRIA DE VALPARAÍSO

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

Determinando, a realização de Apuração Preliminar, para a devida apuração dos fatos ocorridos no dia 03-01-2021, nos termos do artigo 1º da Resolução SAP-139, de 27-10-2017 e artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003 (Comunicado de Evento 047/2021 e PAP 06/2021).

FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL

Portaria do Diretor Executivo, de 22-1-2021

O Diretor Executivo, com base na alínea "c", do inciso III do artigo 22 dos Estatutos da Funap, considerando o período de afastamento de Dimitrios Fyskatoris, RG. 9.447.402-3, Diretor Adjunto de Administração e Finanças, designa Altemir José Teixeira, RG. 15.983.518-5, como seu substituto interino, no período de 21-01-2021 a 26-01-2021. (CI – Funap/Direx 013/00/2021)

Portaria do Diretor Executivo, de 27-1-2021

O Diretor Executivo, com base na alínea "c", do inciso III do artigo 22 dos Estatutos da Funap, considerando o período de afastamento de Dimitrios Fyskatoris, RG. 9.447.402-3, Diretor Adjunto de Administração e Finanças, designa Reinaldo Eliseu Giordano Gomes, RG. 15.296.259-1, como seu substituto interino, no período de 27-01-2021 a 03-02-2021. (CI – Funap/Direx 014/00/2021)

Extrato de Contrato

01) Contrato DC 0473/20P1283/20

Contratante: Regina Indústria e Comercio S/A

Contratada: Penitenciária de Caiuá

Interveniente: Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (Funap)

Objeto: Viabilização de Trabalho à População Carcerária

Período: 06 meses - Vigência: 01/12/20 até 31/05/21

Data da Assinatura: 02/12/20

Valor estimativo: R$ 579.028,65

Parecer nº AJ/FUNAP/071/2020.JDS- 30/10/20

Fazenda e Planejamento

COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

SUBCOORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO, COBRANÇA, ARRECADAÇÃO, INTELIGÊNCIA DE DADOS E ATENDIMENTO

DELEGACIAS REGIONAIS TRIBUTÁRIAS

Delegacia Regional Tributária da Capital I

DRTC-I - São Paulo - NF-3

Comunicado

Notificação – AIIM ICMS

Assunto:

Nos termos do "caput" do artigo 100 e da parte final do § 3º do artigo 99, ambos do Decreto 54.486/2009, fica o contribuinte abaixo identificado notificado da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM por infração à legislação tributária do ICMS (RICMS/2000 – Decreto 45.490/2000 e alterações posteriores) devendo recolher o débito fiscal exigido no AIIM ou apresentar Defesa, por escrito, no prazo de 30 dias.

Nos termos do § 4º do artigo 99 do Decreto 54.486/2009, durante o prazo para interposição da Defesa, uma via do AIIM e dos demonstrativos e documentos que o instruem ficarão à disposição do interessado, responsável solidário ou de pessoa legalmente habilitada, na repartição fiscal de vinculação do contribuinte, podendo ser retirados nos dias úteis durante os horários de expediente.

A Defesa deverá ser dirigida ao Julgador Tributário e enquanto o notificado e seu representante habilitado não se credenciarem no ePAT - Processo Administrativo Tributário Eletrônico da Secretaria da Fazenda, a prática de atos processuais deverá ser efetuada mediante protocolo dos originais das peças processuais, provas e documentos em papel, juntamente com cópia de cada um deles, na unidade de atendimento ao público externo competente da Secretaria da Fazenda, a fim de serem digitalizados e inseridos no ePAT, devendo obedecer às prescrições do artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

Nos termos do artigo 95, incisos I e II, da Lei 6.374/89, na redação dada pela Lei 13.918/09, de 22-12-2009, em caso de liquidação do débito, a multa poderá ser paga com desconto de 70% dentro do prazo de 15 dias ou de 60% dentro do prazo de 30 dias, devendo ser observado o disposto no § 8º deste mesmo artigo 95, contados da data em que se considerar esta notificação realizada, condicionando-se este benefício ao pagamento integral do débito e implicando renúncia à Defesa ou aos recursos previstos na legislação. Nessas duas hipóteses não haverá incidência de juros de mora nem de atualização monetária referentes. Os valores líquidos para pagamento em 15 ou 30 dias da notificação do presente AIIM encontram-se no Demonstrativo do Débito Fiscal - Quadro 2.

Para gerar a GARE de pagamento acesse o link: http://www.fazenda.sp.gov.br/guias/demais.asp

Decorrido o prazo de 30 dias da data em que se considerar esta notificação realizada sem que haja o recolhimento do débito fiscal exigido no AIIM ou acordo de parcelamento do débito fiscal ou a apresentação de Defesa, o AIIM será encaminhado ao Delegado Regional Tributário para ratificação e o débito fiscal poderá ser inscrito na Dívida Ativa do Estado. As infrações nele contidas, por caracterizar, em tese, crime contra ordem tributária, serão comunicadas ao Ministério Público, nos termos da legislação vigente, por meio de Representação Fiscal de Crime Contra Ordem Tributária. Conforme o § 4º do artigo 27 da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

DO CREDENCIAMENTO NO ePAT E DA APRESENTAÇÃO DA DEFESA POR MEIO DO ePAT

O notificado poderá se credenciar no ePAT, nos termos da Portaria CAT 198/2010, para ter acesso à integra do auto de infração e ao processo eletrônico a qualquer tempo, logo depois que tiver concluído o seu credenciamento.

O credenciamento no ePAT poderá ser efetuado por via remota, utilizando-se a rede mundial de computadores, ou mediante comparecimento do interessado na unidade competente da Secretaria da Fazenda, em ambos os casos desde que possua assinatura eletrônica. Se o notificado já possuir assinatura eletrônica poderá se credenciar no ePAT no endereço eletrônico do Portal do ePAT – Módulo do Contribuinte: https://www.fazenda.sp.gov.br/ePAT/portal/

Após ter-se credenciado no ePAT, o notificado poderá outorgar procuração eletrônica vinculando representantes legais ao AIIM, por meio do Portal acima referenciado, os quais se credenciados no ePAT também terão acesso a íntegra do processo eletrônico e deverão enviar a Defesa, recurso, petição e praticar todos os atos processuais por meio do ePAT.

A Defesa deverá ser dirigida ao Julgador Tributário e será enviada por meio eletrônico por meio do Portal do ePAT supra referenciado, nos termos dos artigos 13, 14 e 15 da Portaria CAT 198/2010, com documentos e peças em formato pdf (portable document format), devendo ser assinada eletronicamente com a utilização do aplicativo gerenciador de upload disponibilizado pela Secretaria da Fazenda nesse mesmo Portal.

Ressalte-se que a apresentação de Defesa acarretará o início do processo administrativo tributário nos termos do artigo 33 da Lei 13.457/2009, sujeitando o contribuinte às regras processuais desta Lei, especialmente quanto à Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais (artigo 77 e seguintes da Lei 13.457/2009), com a respectiva publicação dos atos administrativos por meio de Diário Eletrônico próprio da Secretaria da Fazenda, conforme artigo 29 da Portaria CAT 198/2010 e artigo 1º da Resolução SF-20/2011.

Caso o ePAT torne-se indisponível por motivos técnicos, impossibilitando ao usuário credenciado o acesso e envio de documentos por meio do Portal do ePAT na Internet, a Defesa poderá ser protocolada em papel, em uma das repartições fiscais da Secretaria da Fazenda, obedecendo-se às prescrições do artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

Contribuinte: Santar Comércio de Generos Alimentícios Ltda.

IE: 109.077.832.110 / CNPJ/CPF: 43.826.023/0001-62

Endereço: Rua Benjamin de Oliveira, 389 A 405 - Brás - São Paulo/SP

AIIM - ICMS 4.139.830-0, de 20-01-2021

Data de Notificação: Considerar-se-á realizada esta notificação no quinto dia útil posterior ao da data desta publicação no Diário Oficial do Estado. (item 1 do § 4º do artigo 9º da Lei 13.457/2009)

Posto Fiscal de Vinculação (local para apresentação de Defesa): PFC- 10 - Tatuapé, Rua Francisco Marengo, 1932 - Tatuapé - São Paulo - SP, horário 9h às 16h30.

Unidade de Julgamento: DTJ-1 - Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo.

Conforme o § 4º do artigo 27 da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

DRTC-I

Comunicado

Protocolado 1000371-76322-2020

Tendo em vista verificações fiscais preliminares, formalizadas pelos documentos e manifestações do AFR autor dos trabalhos, indicarem a existência de indícios ou evidências da ocorrência da hipótese prevista no inciso III - inexistência do estabelecimento para o qual foi concedida a inscrição do artigo 30 do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/00, e considerando a proposta formulada pelo Inspetor Fiscal, o Delegado Regional Tributário da DRTC-I, de acordo com os artigos 16 e 17 da Portaria CAT-95/2006, alterado pela Portaria CAT-63/2016, acolhe a proposta e expede a presente Ordem de Instauração de Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade de Inscrição, relativamente à empresa:

C&M Comercial & Serviços Ltda.

Inscrição Estadual: 115.478.000.110

CNPJ: 49.079.429/0001-05

Endereço declarado: Avenida Professor Alipio de Barros, 1037 / Loja 04, Jardim Maia, São Paulo/SP, CEP: 08.180-000.

Desta decisão caberá apresentação de defesa no prazo de 15 dias, contendo informações ou documentos com a finalidade de esclarecer os fatos que motivaram a presente instauração, nos termos do § 1º do Artigo 17 da Portaria CAT-95/2006, alterado pela Portaria CAT-63/2016.

DRTC-I

Comunicado

Protocolado 1000371-79236-2020

Tendo em vista verificações fiscais preliminares, formalizadas pelos documentos e manifestações do AFR autor dos trabalhos, indicarem a existência de indícios ou evidências da ocorrência da hipótese prevista no inciso III - inexistência do estabelecimento para o qual foi concedida a inscrição do artigo 30 do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/00, e considerando a proposta formulada pelo Inspetor Fiscal, o Delegado Regional Tributário da DRTC-I, de acordo com os artigos 16 e 17 da Portaria CAT-95/2006, alterado pela Portaria CAT-63/

Desta decisão caberá apresentação de defesa no prazo de 15 dias, contendo informações ou documentos com a finalidade de esclarecer os fatos que motivaram a presente instauração, nos termos do § 1º do Artigo 17 da Portaria CAT-95/2006, alterado pela Portaria CAT-63/2016.

Delegacia Regional Tributária da Capital II

Comunicado

Fica o contribuinte abaixo qualificado notificado de que, em face da diligência realizada em 21-01-2021 em atendimento aos trabalhos determinados na OSF 01.2.0185/20-8 para entrega de aviso no contexto do Programa Nos Conformes, foi constatada a não localização da empresa no local informado no Cadastro de Contribuintes do ICMS, bem como a falta do registro da empresa no DEPEC - Departamenteo de Entreposto do Ceagesp - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, motivo pelo qual sua Inscrição Estadual foi alterada para a condição de "Suspensa" - preventivamente por não-localização, com base no disposto no artigo 3º, § 1º, inciso 1 da Portaria CAT 95/2006:

Nome: Matheus Albano Nogueira Comércio de Legumes
IE: 126.212.390.110
CNPJ: 33.852.169.0001-29
Endereço: Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946, Vila Leopoldina - São Paulo. CEP: 05314-000.

Comunicado

Fica o contribuinte abaixo qualificado notificado de que, em face da diligência realizada em 21-01-2021 em atendimento aos trabalhos determinados na OSF 01.2.09564/20-8 para entrega de aviso no contexto do Programa Nos Conformes, foi constatada a não localização da empresa no local informado no Cadastro de Contribuintes do ICMS, motivo pelo qual sua Inscrição Estadual foi alterada para a condição de "Suspensa" - preventivamente por não-localização, com base no disposto no artigo 3º, § 1º, inciso 1 da Portaria CAT 95/2006:

Nome: Jessica de Sena Bernardo
IE: 142.770.589.118
CNPJ: 18.821.356/0001-51
Endereço: Rua Trajano, 55, B - Lapa - São Paulo. CEP: 05050-110.

Delegacia Regional Tributária da Capital III

Núcleo de Serviços Especializados I - ICMS

Comunicado

O(s) contribuinte(s) abaixo identificado(s), fica(m) notificado(s) da decisão do Chefe do Posto Fiscal do Butantã da cassação da eficácia da Inscrição Estadual, em virtude da não localização do estabelecimento e/ou contribuinte, nos termos do artigo 11 e 12 da Portaria CAT-95/2006.

Poderá(ão) apresentar recurso dirigido ao Delegado Regional Tributário, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação deste edital, conforme artigo 13 da mesma Portaria.

O expediente aguardará o prazo no NSE-ICMS, situado na Rua Butantã, 260 - Pinheiros - São Paulo - SP.

Contribuinte: São Germano Auto Posto Ltda.
IE: 108.281.357.116
CNPJ: 62.752.498/0001-04
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 17-06-2019
Endereço: Avenida Ibirapuera, 3103, Piso Moema Lj 05/06, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.029-200
GDOC: 1000035-328466-2019
Contribuinte: Kihe Sushi Bar Ltda.
IE: 147.217.902.113
CNPJ: 11.989.446/0001-07
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 14-06-2019
Endereço: Avenida Ibirapuera, 3103, Suc 49 Piso Moema, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.029-200
GDOC: 1000035-331866-2019
Contribuinte: M.T.M.D. Presentes Ltda.
IE: 145.165.107.115
CNPJ: 15.345.004/0001-89
CNAE: 47.23-7/00
Data de Inatividade: 14-06-2019
Endereço: Rua Xapeco, 90, Térreo, Mirandópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.051-020
GDOC: 1000035-332084-2019
Contribuinte: WAW Comércio de Roupas Ltda.
IE: 148.169.042.112
CNPJ: 09.635.847/0001-17
CNAE: 47.72-5/00
Data de Inatividade: 14-06-2019
Endereço: Avenida Via Anchieta, 3398, Loja 65, Vila Moinho Velho, São Paulo - SP - CEP: 04.246-002
GDOC: 1000035-332210-2019
Contribuinte: Emporio D`Avolio Ltda.
IE: 114.335.180.116
CNPJ: 00.326.426/0001-30
CNAE: 47.12-1/00
Data de Inatividade: 25-06-2019
Endereço: Rua Av. Eduardo Pereira Ramos, 67, Jardim Domitila, São Paulo - SP - CEP: 04.466-100
GDOC: 1000035-342767-2019
Contribuinte: Quinta da Gabriel Lanchonete e Restaurante Ltda.
IE: 145.681.898.118
CNPJ: 16.948.462/0001-75
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 28-06-2019
Endereço: Rua Fidêncio Ramos, 32, V. Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.551-010
GDOC: 1000035-352750-2019
Contribuinte: Pizzaria Torrecampi Ltda. - Me
IE: 115.298.429.111
CNPJ: 03.444.967/0001-50
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 24-06-2019
Endereço: Rua Constantino de Sousa, 556, Conj 2, Campo Belo, São Paulo - SP - CEP: 04.605-001
GDOC: 1000035-367142-2019
Contribuinte: Paris Brasil Restaurante Ltda.
IE: 147.137.945.119
CNPJ: 11.836.208/0001-61
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 26-06-2019
Endereço: Rua Tuparai, 100, Cidade Vargas, São Paulo - SP - CEP: 04.320-050
GDOC: 1000035-367411-2019
Contribuinte: BRA Comércio e Distribuidora de Alimentos Ltda.
IE: 143.342.970.110
CNPJ: 19.914.314/0001-28
CNAE: 96.02-5/02
Data de Inatividade: 24-07-2019
Endereço: Avenida Ibirapuera, 3103, S-145, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.029-903
GDOC: 1000035-406520-2019
Contribuinte: Sandra Papavero Roman Pozo - Cnpj 18.374.853/0001-59
IE: 142.530.453.111
CNPJ: 18.374.853/0001-59
CNAE: 47.44-0/05
Data de Inatividade: 25-07-2019
Endereço: Avenida Jabaquara, 3120, Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.046-500
GDOC: 1000035-408763-2019
Contribuinte: New Wine Distribuidora de Bebidas Ltda.
IE: 148.609.006.116
CNPJ: 08.617.380/0006-24
CNAE: 47.24-5/00
Data de Inatividade: 26-07-2019
Endereço: Rua Desembargador Alves de Castro, 36, Vila Água Funda, São Paulo - SP - CEP: 04.157-100
GDOC: 1000035-409105-2019
Contribuinte: Fraldas Greenfeld Comercial Ltda.
IE: 116.352.997.113
CNPJ: 04.950.032/0001-09
CNAE: 47.73-3/00
Data de Inatividade: 25-07-2019
Endereço: Rua Bandeira Paulista, 859, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.532-013
GDOC: 1000035-410614-2019
Contribuinte: SPO do Paraíso Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 145.840.221.119
CNPJ: 17.226.480/0001-06
CNAE: 47.82-2/01
Data de Inatividade: 30-07-2019
Endereço: Rua Domingos de Morais, 168, V. Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.010-000
GDOC: 1000035-412474-2019
Contribuinte: Happy Dogueria Lanchonete Ltda.
IE: 142.893.459.110
CNPJ: 15.776.878/0002-71
CNAE: 47.21-1/02
Data de Inatividade: 02-08-2019
Endereço: Rua Rolando Curti, 502, V. S. Margar, São Paulo - SP - CEP: 04.414- 000
GDOC: 1000035-428508-2019
Contribuinte: Morais & Marques Bar e Refeições Ltda.
IE: 114.641.166.115
CNPJ: 01.131.840/0001-56
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 06-08-2019
Endereço: Rua Vergueiro, 1571, Térreo - Parte, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.101-000
GDOC: 1000035-430707-2019
Contribuinte: P. H. Tufano
IE: 148.823.044.110
CNPJ: 11.209.268/0001-54
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 13-08-2019
Endereço: Alameda Lorena, 1682, Lj05, J. Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.424-006
GDOC: 1000035- 444006-2019
Contribuinte: Vero Alimentos e Participações Ltda.
IE: 147.408.442.110
CNPJ: 12.062.095/0002-38
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 13-08-2019
Endereço: Avenida Jabaquara, 858, Mirandópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.046-100
GDOC: 1000035-444026-2019
Contribuinte: Grande Jogada Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.
IE: 112.254.476.111
CNPJ: 59.900.001/0001-35
CNAE: 47.82-2/01
Data de Inatividade: 14-08-2019
Endereço: Avenida Jabaquara, 877, Praça da Arvore, São Paulo - SP - CEP: 04.045-001
GDOC: 1000035-446580-2019
Contribuinte: SWX Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 148.283.616.110
CNPJ: 10.318.659/0001-44
CNAE: 46.93-1/00
Data de Inatividade: 30-07-2019
Endereço: Rua Aracari, 246, J. Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.453-020
GDOC: 1000035-472532-2019
Contribuinte: Ana Claudia Ventura
IE: 148.797.169.110
CNPJ: 11.162.166/0001-20
CNAE: 47.83-1/01
Data de Inatividade: 22-08-2019
Endereço: Rua Sarandi, 34, Euc 01, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.414-010
GDOC: 1000035-473148-2019
Contribuinte: R R & Co - Comércio e Acessórios Multimarcas Ltda.
IE: 116.082.908.113
CNPJ: 04.100.076/0001-40
CNAE: 47.21-1/04
Data de Inatividade: 12-07-2019
Endereço: Rua Pamplona, 1551, Lj 1, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.405-003
GDOC: 1000038-378120-2019
Contribuinte: Gold Lounge Bar e Restaurante Ltda.
IE: 148.436.982.113
CNPJ: 09.676.845/0001-76
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 24-07-2019
Endereço: Alameda Santos, 2546, J. Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.418-200
GDOC: 1000176-404002-2019
Contribuinte: Droga Shida Ltda.
IE: 100.688.546.113
CNPJ: 61.307.591/0001-39
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 02-07-2019
Endereço: Rua Bandeira Paulista, 1227, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.532-013
GDOC: 1000181- 364522-2019
Contribuinte: Biohamburger Alimentação Ltda.
IE: 146.988.941.113
CNPJ: 11.661.619/0002-44
CNAE: 82.30-0/01
Data de Inatividade: 20-08-2019
Endereço: Rua Dra. Neyde Aparecida Solitto, 460, Sala 203 A, Vila Clementino, São Paulo - SP - CEP: 04.022-040
GDOC: 1000181-468117-2019
Contribuinte: Ferber Ind. Com. De Calçados Ltda.
IE: 117.136.931.118
CNPJ: 07.604.013/0001-19
CNAE: 47.29-6/01
Data de Inatividade: 20-08-2019
Endereço: Avenida dos Jequitibás, s/nº, Loja MUC 11, Jardim Oriental, São Paulo - SP - CEP: 04.321-090
GDOC: 1000181-468144-2019
Contribuinte: Kitai Sushi Bar e Restaurante Ltda.
IE: 147.237.531.116
CNPJ: 12.031.395/0001-79
CNAE: 47.21-1/04
Data de Inatividade: 25-06-2019
Endereço: Avenida Ibirapuera, 3103, Lj 141 Piso Jurupis, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.029-200
GDOC: 1000184-338814-2019
Contribuinte: Dupla de Dois Produtos Naturais Ltda.
IE: 143.313.785.116
CNPJ: 19.855.508/0001-08
CNAE: 47.55-5/03
Data de Inatividade: 24-06-2019
Endereço: Rua Bandeira Paulista, 1115, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.532-013
GDOC: 1000184-338839-2019
Contribuinte: Bar e Lanchonete Demitasse Ltda.
IE: 146.005.015.114
CNPJ: 58.293.861/0001-95
CNAE: 47.22-9/01
Data de Inatividade: 25-06-2019
Endereço: Rua General Chagas Santos, 472, Vila da Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.146-050
GDOC: 1000184-345394-2019
Contribuinte: Gr Serviços e Alimentação Ltda.
IE: 149.259.791.110
CNPJ: 02.905.110/0204-04
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 27-06-2019
Endereço: Rua Cubatão, 375, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.013-041
GDOC: 1000184-355842-2019
Contribuinte: Marceu Comércio de Sorvetes Ltda.
IE: 146.996.085.111
CNPJ: 15.045.428/0001-28
CNAE: 47.21-1/04
Data de Inatividade: 27-06-2019
Endereço: Alameda dos Maracatins, 524, Conj. 2, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.089-011
GDOC: 1000184-355845-2019
Contribuinte: AFM Comércio e Serviços de Informática Ltda.
IE: 149.636.257.115
CNPJ: 08.741.932/0001-05
CNAE: 47.85-7/99
Data de Inatividade: 11-07-2019
Endereço: Avenida Duquesa de Goiás, 89/91, Real Parque, São Paulo - SP - CEP: 05.686-000
GDOC: 1000184-373797-2019
Contribuinte: Osmar Magnus da Silva
IE: 116.686.185.110
CNPJ: 04.564.419/0001-27
CNAE: 56.11-2/04
Data de Inatividade: 11-07-2019
Endereço: Rua Augusta, 3008, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.412-100
GDOC: 1000184-374087-2019
Contribuinte: Jeff Center Serviços Automotivos Ltda.
IE: 113.956.340.110
CNPJ: 74.266.685/0001-59
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 11-07-2019
Endereço: Rua Clodomiro Amazonas, 469, Slj, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.537-011
GDOC: 1000184-374849-2019
Contribuinte: Ultramontani Comércio de Joias Ltda.
IE: 116.673.845.113
CNPJ: 03.391.094/0002-46
CNAE: 56.11-2/04
Data de Inatividade: 25-06-2019
Endereço: Avenida dos Jamaris, 213, Parte 1, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.078-000
GDOC: 1000184-407126-2019
Contribuinte: Mini Mercado Santa Catarina Ltda.
IE: 149.257.896.110
CNPJ: 07.966.210/0001-88
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 30-07-2019
Endereço: Rua dos Buritis, 40, Loja 04 - 090 - MUC 7, Vila Parque Jabaquara, São Paulo - SP - CEP: 04.321-000
GDOC: 1000184-411854-2019
Contribuinte: T&EM Comércio de Alimentos Ltda.-EPP
IE: 149.262.506.119
CNPJ: 07.975.314/0001-59
CNAE: 45.30-7/03
Data de Inatividade: 08-08-2019
Endereço: Avenida Dr Ricardo Jafet, 3079, Vila Firminiano Pinto, São Paulo - SP - CEP: 04.123-030
GDOC: 1000184-435388-2019
Contribuinte: Bar e Café de Nápoles Ltda.
IE: 116.891.940.119
CNPJ: 06.334.794/0001-06
CNAE: 47.71-7/01
Data de Inatividade: 08-08-2019
Endereço: Rua Doutor Carlos de Rezende Enout, 188, Parque Doroteia, São Paulo - SP - CEP: 04.475-490
GDOC: 1000184-436384-2019
Contribuinte: Hamburgueria Nacional Ltda.
IE: 117.041.781.117
CNPJ: 07.184.706/0001-08
CNAE: 47.82-2/01
Data de Inatividade: 13-08-2019
Endereço: Rua Domingos de Morais, 2050, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.036-000
GDOC: 1000184-442228-2019
Contribuinte: Vermont Itaim Bar e Restaurante Ltda.
IE: 116.423.964.111
CNPJ: 05.091.093/0001-20
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 25-07-2019
Endereço: Avenida Jabaquara, 1340, Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.046-200
GDOC: 1000184-443278-2019
Contribuinte: Batuta Bar e Restaurante Ltda.
IE: 146.580.845.119
CNPJ: 14.417.441/0001-06
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 25-07-2019
Endereço: Rua Domingos de Morais, 2564, 1 Pav Loja 09, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.036-100
GDOC: 1000184-443308-2019
Contribuinte: Chiara Boutique - Comércio de Roupas e Acessórios Ltda.
IE: 148.183.435.117
CNPJ: 09.661.454/0001-88
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 13-08-2019
Endereço: Avenida do Cursino, 97, Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.133-000
GDOC: 1000184-444506-2019
Contribuinte: Restaurante Pomin Ltda.
IE: 145.295.543.110
CNPJ: 15.572.580/0001-69
CNAE: 47.72-5/00
Data de Inatividade: 14-08-2019
Endereço: Rua Greenfeld, 299, Ipiranga, São Paulo - SP - CEP: 04.218-100
GDOC: 1000184-445297-2019
Contribuinte: Sergio Augusto Ortiz
IE: 147.731.990.114
CNPJ: 04.578.128/0001-98
CNAE: 14.12-6/01
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Rua Bandeira Paulista, 1147, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.532-013
GDOC: 1000184-476274-2019
Contribuinte: Angel Or Demon Confecções Ltda.
IE: 145.228.492.112
CNPJ: 15.462.261/0001-09
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 20-08-2019
Endereço: Rua Pedroso Alvarenga, 1208, Loja 01 E 02, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.531-004
GDOC: 1000184-476281-2019
Contribuinte: Lumari-Calçados e Acessórios Ltda.
IE: 148.819.687.112
CNPJ: 11.200.273/0001-04
CNAE: 47.89-0/99
Data de Inatividade: 02-09-2019
Endereço: Rua Domigos de Moraes, 348, Loja 18, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.010-000
GDOC: 1000187-496099-2019
Contribuinte: W. Soares Enxovais Eireli
IE: 148.771.601.119
CNPJ: 11.113.932/0001-67
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 02-09-2019
Endereço: Rua Humberto I, 268, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.018-030
GDOC: 1000187-496109-2019
Contribuinte: Naghmeh Mani Sucos
IE: 148.666.570.118
CNPJ: 08.406.048/0002-97
CNAE: 47.24-5/00
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Rua Bem-Aventurado Teofano Venard, 197, Vila Missionaria, São Paulo - SP - CEP: 04.430-000
GDOC: 1000188-470586-2019
Contribuinte: Pastis Alimentos Ltda.
IE: 142.821.086.118
CNPJ: 18.914.604/0001-09
CNAE: 46.69-9/99
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Avenida Eusébio Matoso, 1375, Conj 201, Pinheiros, São Paulo - SP - CEP: 05.423-905
GDOC: 1000188-470616-2019
Contribuinte: Casabella Moveis e Decorações Ltda.
IE: 103.766.715.115
CNPJ: 61.145.942/0001-52
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 18-06-2019
Endereço: Rua Helion Povoa, 51, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.546-080
GDOC: 1000201-333440-2019
Contribuinte: Menta & Mellow Comercial Ltda.
IE: 116.069.390.112
CNPJ: 56.220.841/0037-70
CNAE: 47.89-0/99
Data de Inatividade: 19-06-2019
Endereço: Avenida Padre Arlindo Vieira, 1945, Jardim Vergueiro (Sacoma), São Paulo - SP - CEP: 04.166-001
GDOC: 1000201-337425-2019
Contribuinte: Lilian Aiach Tock Biscoitos
IE: 116.042.784.115
CNPJ: 04.159.474/0001-31
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 24-06-2019
Endereço: Rua Cunha Gago, 27, 31, Pinheiros, São Paulo - SP - CEP: 04.521-000
GDOC: 1000201-339251-2019
Contribuinte: Private Club Danceteria Ltda.
IE: 148.526.839.111
CNPJ: 10.690.283/0001-02
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 26-06-2019
Endereço: Rua Diogo Jacome, 591, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.512-001
GDOC: 1000201-351496-2019
Contribuinte: Linha Pura Confecções de Roupas Ltda.
IE: 111.289.912.111
CNPJ: 53.170.866/0003-79
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 09-08-2019
Endereço: Avenida Iraí, 737, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.082-002
GDOC: 1000201-437048-2019
Contribuinte: Sapataria Cometa Comercialização de Calçados - Eireli
IE: 109.762.641.118
CNPJ: 46.571.550/0001-61
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 12-08-2019
Endereço: Rua Diogo Jacome, 66, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.512-000
GDOC: 1000201-440721-2019
Contribuinte: Keik Alimentos Ltda.
IE: 143.025.799.110
CNPJ: 19.289.299/0001-74
CNAE: 62.03-1/00
Data de Inatividade: 22-08-2019
Endereço: Rua Santa Cruz, 2144, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.122-002
GDOC: 1000201-470774-2019
Contribuinte: Hiloka Nozawa Baba
IE: 149.654.895.110
CNPJ: 08.778.310/0001-43
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Avenida Professor Abraão de Morais, 100, Arco 325 A 2º Pav, Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.123-000
GDOC: 1000201-473892-2019
Contribuinte: Restaurante Yakisoba Factory Ltda.
IE: 148.922.957.116
CNPJ: 11.395.511/0001-76
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Rua Dona Maria Carolina, 638, Jardim Paulistano, São Paulo - SP - CEP: 01.445-000
GDOC: 1000201-474005-2019
Contribuinte: Órbita Polar Multinegócios - Bar, Restaurante e Entretenimentos Ltda.
IE: 118.019.130.116
CNPJ: 05.737.885/0001-20
CNAE: 47.44-0/99
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Avenida Fagundes Filho, 764, Vila Monte Alegre, São Paulo - SP - CEP: 04.304-001
GDOC: 1000201-475509-2019
Contribuinte: Patrícia Helena Neves Magueta
IE: 146.752.460.115
CNPJ: 10.806.689/0001-08
CNAE: 47.89-0/02
Data de Inatividade: 24-07-2019
Endereço: Alameda Lorena, 1206, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.424-004
GDOC: 1000374-401282-2019
Contribuinte: Batian Japanese Fast Food Ltda.
IE: 147.193.687.116
CNPJ: 11.939.599/0001-40
CNAE: 56.11-2/04
Data de Inatividade: 24-06-2019
Endereço: Rua Guararema, 186, Bosque da Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.136-030
GDOC: 1000564-339160-2019
Contribuinte: GTRS Comércio Alimentos Ltda.
IE: 147.273.403.118
CNPJ: 12.110.686/0001-52
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 24-06-2019
Endereço: Rua Joaquim Floriano, 466, Loja 24, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.534-002
GDOC: 1000564-341646-2019
Contribuinte: Rosana Rodrigues Bagatello
IE: 142.032.036.113
CNPJ: 17.431.486/0001-15
CNAE: 47.61-0/02
Data de Inatividade: 26-06-2019
Endereço: Rua Doutor Alceu de Campos Rodrigues, 95, Box 2, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.544-000
GDOC: 1000564-345666-2019

Contribuinte: Fazendo Onda Comércio de Artigos Esportivos Ltda.
IE: 116.711.348.119
CNPJ: 05.968.018/0001-03
CNAE: 96.02-5/01
Data de Inatividade: 26-06-2019
Endereço: Rua João Cachoeira, 494, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.535-001
GDOC: 1000564-346674-2019
Contribuinte: Valdir Edvaldo de Oliveira Franca
IE: 149.899.179.115
CNPJ: 08.876.718/0001-58
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 15-07-2019
Endereço: Rua Melo Alves, 446, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.417-010
GDOC: 1000564-381762-2019
Contribuinte: Imx Comércio de Roupas e Artigos Infantis Ltda.
IE: 147.663.985.114
CNPJ: 12.914.157/0001-01
CNAE: 47.71-7/01
Data de Inatividade: 16-07-2019
Endereço: Avenida Ibirapuera, 1914, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.028-001
GDOC: 1000564-383260-2019
Contribuinte: AFKM Alimentos e Acessórios para Animais Ltda.
IE: 147.809.688.110
CNPJ: 13.218.725/0001-00
CNAE: 47.21-1/02
Data de Inatividade: 16-07-2019
Endereço: Rua Bandeira Paulista, 466, Loja 25, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.532-001
GDOC: 1000564-383326-2019
Contribuinte: Carolina Claro Brunhara Peças
IE: 147.825.293.113
CNPJ: 13.250.515/0001-91
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 17-07-2019
Endereço: Avenida Ibirapuera 3103, 3103, Loja 107, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.029-902
GDOC: 1000564-388331-2019
Contribuinte: Kelly Priscila C. Ribeiro
IE: 145.483.233.116
CNPJ: 16.560.334/0001-50
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Rua Bandeira Paulista, 1243, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.532-013
GDOC: 1000564-469722-2019
Contribuinte: Santa Luly Boutique de Roupas e Acessórios Ltda. Me
IE: 142.479.564.113
CNPJ: 10.869.293/0001-00
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Rua Joaquim Floriano, 1023, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.534-014
GDOC: 1000564-469726-2019
Contribuinte: Angelis & Angelis Comércio de Chocolates Ltda.
IE: 149.835.134.110
CNPJ: 09.109.746/0001-02
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 23-08-2019
Endereço: Avenida Professor Abraão de Morais, 100, Loja 245, Jardim da Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.123-000
GDOC: 1000564-475332-2019
Contribuinte: J. S Silva Bolsas
IE: 142.823.831.113
CNPJ: 18.919.363/0001-90
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 26-08-2019
Endereço: Alameda dos Arapanes, 977, Moema, São Paulo - SP - CEP: 04.524-001
GDOC: 1000564-477583-2019
Contribuinte: Casa de Carnes Mega Mariana Ltda. - EPP
IE: 147.662.906.115
CNPJ: 12.910.828/0001-66
CNAE: 95.29-1/05
Data de Inatividade: 10-07-2019
Endereço: Rua Fanfula, 258, Americanópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.429-030
GDOC: 1000565-381447-2019
Contribuinte: Barsolut Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 116.161.792.119
CNPJ: 04.501.189/0001-57
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 19-07-2019
Endereço: Avenida Cupecê, 3202, Jardim Prudência, São Paulo - SP - CEP: 04.366-000
GDOC: 1000565-392838-2019
Contribuinte: Surface To Air Comércio de Roupas Ltda.
IE: 148.994.327.113
CNPJ: 11.551.110/0001-68
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 29-07-2019
Endereço: Avenida Ibirapuera, 3103, Suc M 107 Piso Moema, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.029-902
GDOC: 1000565-412392-2019
Contribuinte: Villa Vivy Modas Industria e Comércio Ltda.
IE: 149.581.044.115
CNPJ: 45.517.620/0001-30
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 20-08-2019
Endereço: Alameda Lorena, 1974, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.424-006
GDOC: 1000565-486876-2019
Contribuinte: Carnel Alimentos Ltda.
IE: 148.731.441.117
CNPJ: 11.047.227/0001-09
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 20-08-2019
Endereço: Avenida Ibirapuera, 3103, P J. L R 02, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.029-903
GDOC: 1000565-487109-2019
Contribuinte: Drogaria Santa Barbara Ltda.
IE: 108.837.620.114
CNPJ: 43.433.606/0001-23
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 27-08-2019
Endereço: Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 822, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.542-000
GDOC: 1000565-493590-2019
Contribuinte: Café Kevin Ltda.
IE: 115.077.947.113
CNPJ: 01.936.605/0001-51
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 10-07-2019
Endereço: Rua Ramos Batista, 328, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.552-020
GDOC: 1000609-385372-2019
Contribuinte: Filomena Conte Mazzari - Restaurante
IE: 115.957.120.114
CNPJ: 07.180.900/0001-07
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 10-07-2019
Endereço: Avenida Ibirapuera, 2794, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.028-002
GDOC: 1000609-385454-2019
Contribuinte: Ama Mrad Presentes
IE: 116.836.007.115
CNPJ: 05.439.900/0001-53
CNAE: 47.51-2/01
Data de Inatividade: 01-08-2019
Endereço: Rua da Consolação, 2710, Sala 63, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.416-000
GDOC: 1000609-418872-2019
Contribuinte: Lgimirim Serv Administrativos Ltda.
IE: 145.736.780.112
CNPJ: 17.045.528/0001-80
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 01-08-2019
Endereço: Rua da Consolção, 2927, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.416-001
GDOC: 1000609-437718-2019
Contribuinte: Mozale Kids Ltda.
IE: 146.867.044.116
CNPJ: 14.834.174/0001-64
CNAE: 14.12-6/02
Data de Inatividade: 01-08-2019
Endereço: Rua Doutor Diogo de Faria, 1202, Conj 84, Vila Clementino, São Paulo - SP - CEP: 04.037-004
GDOC: 1000609-438221-2019
Contribuinte: Maria Helena Damigo Acessórios Automotivos
IE: 146.609.151.118
CNPJ: 14.457.904/0001-55
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 01-08-2019
Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2232, Loja C-14 Piso 02, Jardim Paulistano, São Paulo - SP - CEP: 01.451-000
GDOC: 1000609-438363-2019
Contribuinte: Danie: la Santiago Caldeira Modas
IE: 147.830.029.118
CNPJ: 13.259.269/0001-39
CNAE: 47.12-1/00
Data de Inatividade: 01-08-2019
Endereço: Rua Licio de Miranda, 541, Vila Carioca, São Paulo - SP - CEP: 04.225-030
GDOC: 1000609-438435-2019
Contribuinte: Célia Alves da Silva Andrade Drogaria
IE: 145.642.527.113
CNPJ: 16.873.748/0001-39
CNAE: 15.31-9/01
Data de Inatividade: 13-08-2019
Endereço: Rua Coronel Joaquim Ferreira Lobo, 172, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.544-150
GDOC: 1000609-444936-2019
Contribuinte: Edineia Santos - Varejão
IE: 116.457.567.118
CNPJ: 05.207.912/0001-52
CNAE: 47.89-0/03
Data de Inatividade: 12-08-2019
Endereço: Alameda Fernão Cardim, 57, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.403-020
GDOC: 1000609-444965-2019
Contribuinte: Mabelle Perfumaria Ltda.
IE: 148.662.779.116
CNPJ: 10.928.977/0001-27
CNAE: 47.89-0/04
Data de Inatividade: 13-08-2019
Endereço: Avenida das Garoupas, 35, Baln. São Francisco, São Paulo - SP - CEP: 04.475-100
GDOC: 1000609-445219-2019
Contribuinte: Ousadia Moveis e Comércio de Ferragens Ltda.
IE: 142.561.127.114
CNPJ: 07.040.343/0001-29
CNAE: 46.69-9/99
Data de Inatividade: 12-08-2019
Endereço: Rua Gaspar Colaço Vilela, 123, Jd. Consórcio, São Paulo - SP - CEP: 04.437-150
GDOC: 1000609-445254-2019
Contribuinte: Adie: Ali Dahouk Me
IE: 114.450.723.113
CNPJ: 00.700.108/0001-97
CNAE: 47.21-1/04
Data de Inatividade: 31-10-2018
Endereço: Rua Doutor Rafael de Barros, 44, Paraíso, São Paulo - SP - CEP: 04.003-040
GDOC: 1000609-460686-2019
Contribuinte: Intellect Brasil Ltda.
IE: 119.056.378.113
CNPJ: 05.307.990/0001-29
CNAE: 58.11-5/00
Data de Inatividade: 24-04-2019
Endereço: Rua Helena, 309, Conj: 12, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.552-050
GDOC: 1000626-224487-2019
Contribuinte: Marcelo Alves dos Santos Cardoso
IE: 149.983.072.117
CNPJ: 04.590.596/0002-69
CNAE: 47.11-3/02
Data de Inatividade: 18-06-2019
Endereço: Rua São Silvestre, 506, Galpão 2, São João Clímaco, São Paulo - SP - CEP: 04.255-080
GDOC: 1000626-331794-2019
Contribuinte: Pim Cosméticos Ltda.
IE: 146.319.065.114
CNPJ: 14.021.775/0001-58
CNAE: 47.12-1/00
Data de Inatividade: 04-07-2019
Endereço: Rua José Estevão de Magalhães, 433, Vila Campestre, São Paulo - SP - CEP: 04.332-050
GDOC: 1000626-367150-2019
Contribuinte: Maxi Burger - Lanches Ltda.
IE: 117.118.507.112
CNPJ: 07.332.734/0001-17
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 18-07-2019
Endereço: Alameda dos Arapanes, 539, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.524-001
GDOC: 1000626-391658-2019
Contribuinte: Kialimenta Comercial Ltda.
IE: 114.424.893.114
CNPJ: 00.264.180/0001-19
CNAE: 47.21-1/04
Data de Inatividade: 25-07-2019
Endereço: Rua Domingos de Morais, 220, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.010-000
GDOC: 1000626-405751-2019
Contribuinte: Indigo Mood Comércio de Roupas Ltda.
IE: 114.182.515.115
CNPJ: 00.280.365/0001-17
CNAE: 47.21-1/04
Data de Inatividade: 25-07-2019
Endereço: Rua Domingos de Morais, 216, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.010-000
GDOC: 1000626-406137-2019
Contribuinte: Sun Kyong Kim
IE: 116.306.851.117
CNPJ: 04.665.679/0001-99
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 19-06-2019
Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1814, Jardim Paulistano, São Paulo - SP - CEP: 01.451-001
GDOC: 1000635-339950-2019
Contribuinte: Horizontes N Café Ltda.
IE: 145.263.907.114
CNPJ: 15.520.785/0001-09
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 19-07-2019
Endereço: Alameda Lorena, 1989, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.424-007
GDOC: 1000643-394207-2019
Contribuinte: DKGM Comércio de Roupas e Franchising Ltda.
IE: 148.574.470.119
CNPJ: 09.017.304/0004-89
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 26-06-2019
Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Loja: 355, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.543-011
GDOC: 1000649-344353-2019
Contribuinte: S A Cafero Bijuterias Ltda.
IE: 147.038.120.116
CNPJ: 07.591.475/0002-20
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 26-06-2019
Endereço: Rua Samuel Arnold, 690, Jardim Orly, São Paulo - SP - CEP: 04.434-000
GDOC: 1000649-344367-2019
Contribuinte: LH Sorveteria Ltda.
IE: 116.020.920.117
CNPJ: 03.933.780/0001-10
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 14-06-2019
Endereço: Rua Joaquim Floriano, 533, Térreo, Loja 02, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.534-011
GDOC: 1000759-328900-2019
Contribuinte: Minari Confecções de Roupas Importação e Exportação Ltda.
IE: 148.199.119.111
CNPJ: 04.639.916/0002-28
CNAE: 47.72-5/00
Data de Inatividade: 03-07-2019
Endereço: Avenida Angelo Cristianini, 827, Cidade Júlia, São Paulo - SP - CEP: 04.424-010
GDOC: 1000761-360605-2019
Contribuinte: Angerami e Sintoni Comércio de Artigos para Presentes Ltda.
IE: 142.816.979.118
CNPJ: 18.906.492/0001-44
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 03-07-2019
Endereço: Avenida Professor Abraão de Morais, 100, Loja 111Térreo, Jardim da Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.123-000
GDOC: 1000761-362376-2019
Contribuinte: Up Jardins Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 146.791.075.119
CNPJ: 14.723.112/0001-85
CNAE: 47.23-7/00
Data de Inatividade: 03-07-2019
Endereço: Rua Pedro Humberto, 9, Itaim, São Paulo - SP - CEP: 04.533-070
GDOC: 1000761-362402-2019
Contribuinte: Vistacomm Ltda.
IE: 145.690.239.112
CNPJ: 14.369.022/0001-38
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 04-07-2019
Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Loja 348 - Piso 2, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.543-011
GDOC: 1000762-364891-2019
Contribuinte: Bijoux da Villa Comércio de Presentes Ltda.
IE: 146.436.888.111
CNPJ: 14.205.896/0001-50
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 03-07-2019
Endereço: Avenida do Cursino, 95, Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.133-000
GDOC: 1000762-373457-2019
Contribuinte: João Santaella Junior Atelier
IE: 148.189.257.110
CNPJ: 07.503.724/0002-88
CNAE: 46.49-4/01
Data de Inatividade: 26-07-2019
Endereço: Avenida Ibirapuera, 3103, Suc 96, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.029-200
GDOC: 1000762-423327-2019
Contribuinte: Floratta Pizzaria Ltda.
IE: 148.748.761.114
CNPJ: 11.071.240/0001-01
CNAE: 47.12-1/00
Data de Inatividade: 08-08-2019
Endereço: Rua Gomes de Carvalho, 1265, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.547-005
GDOC: 1000762-434653-2019
Contribuinte: Leam Comércio, Importação e Exportação Ltda.
IE: 117.226.596.112
CNPJ: 07.812.744/0001-50
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 29-04-2019
Endereço: Rua Tangará, 345, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.019-030
GDOC: 1000763-234002-2019
Contribuinte: Mundo Etnico Comércio de Objetivos de Decoração Ltda.
IE: 117.159.426.118
CNPJ: 07.660.882/0001-60
CNAE: 47.82-2/01
Data de Inatividade: 22-05-2019
Endereço: Rua Augusta, 2227, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.413-000
GDOC: 1000820-279825-2019
Contribuinte: Verde Brasil Editorial Ltda.
IE: 149.287.049.117
CNPJ: 07.906.004/0001-82
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 22-05-2019
Endereço: Rua Oscar Freire, 1149, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.426-003
GDOC: 1000820-279833-2019
Contribuinte: Brilly II Moda e Acessórios Eireli
IE: 147.706.763.110
CNPJ: 13.010.402/0001-19
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 17-06-2019
Endereço: Rua Augusta, 2633, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.413-100
GDOC: 1000820-332269-2019
Contribuinte: LCC Sweet Alimentos Ltda.
IE: 115.559.630.116
CNPJ: 03.444.811/0001-70
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 19-06-2019
Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2232, Loja Mm13, Jardim Paulistano, São Paulo - SP - CEP: 01.451-000
GDOC: 1000820-340836-2019
Contribuinte: Cayman Conveniências Eireli
IE: 148.833.893.110
CNPJ: 11.224.812/0001-37
CNAE: 47.21-1/04
Data de Inatividade: 09-08-2019
Endereço: Rua João Cachoeira, 376, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.535-001
GDOC: 1000820-473904-2019
Contribuinte: DECG Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 147.059.466.113
CNPJ: 11.665.589/0001-63
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 30-09-2018
Endereço: Rua Comendador Miguel Calfat, 103, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.537-080
GDOC: 1000820-473933-2019
Contribuinte: SP2c Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 142.005.632.119
CNPJ: 17.376.651/0001-83
CNAE: 47.44-0/99
Data de Inatividade: 26-08-2019
Endereço: Rua Dom Lucas Obes, 545, 3, Ipiranga, São Paulo - SP - CEP: 04.212-020
GDOC: 1000820-477042-2019
Contribuinte: Mcfar Comércio, Importação e Exportação de Cosmésticos Ltda.
IE: 146.779.553.116
CNPJ: 10.679.128/0001-87
CNAE: 47.82-2/01
Data de Inatividade: 26-08-2019
Endereço: Rua Greenfeld, 264, Anexo 266, Ipiranga, São Paulo - SP - CEP: 04.218-100
GDOC: 1000820-478902-2019
Contribuinte: Bait Amici Restaurante e Petiscos Ltda.
IE: 116.678.633.112
CNPJ: 05.502.193/0001-00
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 15-07-2019
Endereço: Rua dos Lilases, 54, Vila Clementino, São Paulo - SP - CEP: 04.024-010
GDOC: 1000868-398444-2019
Contribuinte: Polahzinha Comércio de Modas Feminina Ltda.
IE: 116.849.697.115
CNPJ: 06.300.480/0001-92
CNAE: 47.82-2/01
Data de Inatividade: 16-08-2019
Endereço: Avenida Cupecê, 5616, Jardim Prudência, São Paulo - SP - CEP: 04.366-001
GDOC: 1000868-458477-2019
Contribuinte: Teenager Acessórios Ltda.
IE: 148.351.950.117
CNPJ: 10.417.006/0001-12
CNAE: 14.12-6/01
Data de Inatividade: 16-08-2019
Endereço: Rua Dr. Melo Alves, 498, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.417-010
GDOC: 1000868-459168-2019
Contribuinte: Tuhan Comércio de Artigos Esportivos Ltda.
IE: 149.559.892.113
CNPJ: 08.588.924/0001-62
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 16-08-2019
Endereço: Rua Brigadeiro Jordão, 284, Ipiranga, São Paulo - SP - CEP: 04.210-000
GDOC: 1000868-459392-2019
Contribuinte: Vanessa C.P.Q. Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 116.594.100.111
CNPJ: 05.545.451/0001-28
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 16-08-2019
Endereço: Alameda Ministro Rocha Azevedo, 482, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.410-000
GDOC: 1000868-459475-2019
Contribuinte: J. C. Martini & Cia Ltda.
IE: 100.023.001.115
CNPJ: 52.308.608/0001-81
CNAE: 56.20-1/04
Data de Inatividade: 28-08-2019
Endereço: Rua Professor Vahia de Abreu, 373, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.549-002
GDOC: 1000868-487557-2019
Contribuinte: Aplauso Conveniências Ltda.
IE: 148.388.589.118
CNPJ: 10.468.332/0001-59
CNAE: 47.82-2/01
Data de Inatividade: 02-07-2019
Endereço: Rua Moreira e Costa, 516, Ipiranga, São Paulo - SP - CEP: 04.266-010
GDOC: 1000885-359081-2019
Contribuinte: Drogaria Nova Ibirapuera Ltda.
IE: 116.739.298.111
CNPJ: 06.021.574/0001-22
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 02-07-2019
Endereço: Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 200, Loja 01 Esq. Abilio Soares, Paraíso, São Paulo - SP - CEP: 04.004-030
GDOC: 1000885-359710-2019
Contribuinte: Fit-Life Alimentos Ltda.
IE: 147.725.786.119
CNPJ: 13.044.840/0001-06
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 04-07-2019
Endereço: Avenida Prof. Abraão de Morais, 100, Euc 287, Jardim da Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.123-000
GDOC: 1000885-366788-2019
Contribuinte: London Joalheiros Ltda.
IE: 112.922.089.118
CNPJ: 62.414.917/0001-90
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 04-07-2019
Endereço: Rua Morgado de Mateus, 172, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.015-050
GDOC: 1000885-366810-2019
Contribuinte: Afer Moda e Serviços Ltda.
IE: 149.337.621.113
CNPJ: 53.133.377/0003-47
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 04-07-2019
Endereço: Avenida da Moreira Guimarães, 827, Loja 02, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.074-031
GDOC: 1000885-366832-2019
Contribuinte: Mercearia Aranha Ltda. - Me
IE: 110.114.472.111
CNPJ: 51.546.760/0001-30
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 15-07-2019
Endereço: Alameda Lorena, 1682, Loja 05, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.424-006
GDOC: 1000885-379092-2019
Contribuinte: Takehara e Vargas Comércio de Bijouterias Ltda.
IE: 144.686.168.119
CNPJ: 12.593.887/0001-58
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 01-08-2019
Endereço: Rua Oscar Freire, 216, Slj, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.426-000
GDOC: 1000885-420862-2019
Contribuinte: M. L. B. da Silva Materiais para Construções
IE: 119.997.800.119
CNPJ: 12.482.216/0001-10
CNAE: 47.72-5/00
Data de Inatividade: 22-08-2019

Endereço: Rua Afonso Braz, 349, -A, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.511-011
GDOC: 1000929-469196-2019
Contribuinte: Your Body Shopping Comércio de Suplementos e Artigos Esportivos Ltda.
IE: 146.067.066.117
CNPJ: 07.427.260/0002-78
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 21-06-2019
Endereço: Alameda Franca, 1100, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.422-002
GDOC: 1000980-347963-2019
Contribuinte: Fis Comércio de Informática e Serviços Ltda.
IE: 117.115.066.110
CNPJ: 07.374.823/0001-26
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 21-06-2019
Endereço: Avenida das Carinas, 592, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.086-011
GDOC: 1000980-347966-2019
Contribuinte: Daniella Pacheco Marcopoulos
IE: 116.851.308.118
CNPJ: 05.445.006/0001-96
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 26-07-2019
Endereço: Avenida Fagundes Filho, 483, Vila Monte Alegre, São Paulo - SP - CEP: 04.304-010
GDOC: 1000980-406945-2019
Contribuinte: Fc Gourmet Restaurante Ltda.
IE: 149.834.740.116
CNPJ: 09.110.141/0001-31
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 23-08-2019
Endereço: Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 2022, Loja: 03, Jabaquara, São Paulo - SP - CEP: 04.308-001
GDOC: 1000980-487789-2019
Contribuinte: Pé no Porão Bar e Restaurante Ltda.
IE: 147.125.219.111
CNPJ: 11.792.784/0001-54
CNAE: 82.11-3/00
Data de Inatividade: 23-08-2019
Endereço: Rua Doutor Ivo Define Frasca, 26, Apt. 102, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.545-090
GDOC: 1000980-487790-2019
Contribuinte: A.m.s Comércio Ltda.
IE: 115.287.357.119
CNPJ: 03.020.554/0001-49
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 24-06-2019
Endereço: Rua Canario, 1135,, Moema, São Paulo - SP - CEP: 04.521-005
GDOC: 12214-335645-2019
Contribuinte: Cobaixo Auto Peças Eireli
IE: 104.474.709.114
CNPJ: 47.410.899/0001-84
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 24-06-2019
Endereço: Rua Francisco Tapajos, 795, Vila Santo Estefano, São Paulo - SP - CEP: 04.153-001
GDOC: 12214-340658-2019
Contribuinte: Vergueiro Super Lanchonete Ltda.
IE: 112.869.977.110
CNPJ: 64.527.369/0001-30
CNAE: 77.23-3/00
Data de Inatividade: 04-07-2019
Endereço: Rua Professor Artur Ramos, 183, Conj 63, Jardim Paulistano, São Paulo - SP - CEP: 01.454-010
GDOC: 12214-362048-2019
Contribuinte: Zebra Zero Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 147.316.645.118
CNPJ: 10.556.271/0002-62
CNAE: 47.72-5/00
Data de Inatividade: 22-07-2019
Endereço: Rua Estanislau Moniusko, 264, Américanópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.429-010
GDOC: 12214-395492-2019
Contribuinte: Lorena 1989 Restaurante Ltda.
IE: 149.423.643.115
CNPJ: 08.290.171/0001-04
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 22-07-2019
Endereço: Avenida Ceci, 1187, Casa 4, Planalto Paulista, São Paulo - SP - CEP: 04.065-001
GDOC: 12214-395504-2019
Contribuinte: Nacarato Com. de Calçados Ltda.
IE: 147.430.475.115
CNPJ: 39.002.688/0001-84
CNAE: 14.12-6/01
Data de Inatividade: 25-07-2019
Endereço: Rua Peixoto Gomide, 1789, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.409-003
GDOC: 12214-401389-2019
Contribuinte: Janaina Munerato Machado
IE: 149.616.761.110
CNPJ: 05.841.019/0001-84
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 25-07-2019
Endereço: Alameda Jauaperi, 571, Loja 01, Moema, São Paulo - SP - CEP: 04.523-012
GDOC: 12214-401403-2019
Contribuinte: MPL Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 148.828.204.114
CNPJ: 11.127.854/0002-30
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 29-07-2019
Endereço: Rua Augusta, 2676, Loja 03, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.412-100
GDOC: 12214-409533-2019
Contribuinte: Sonho Meu Espetinhos & Festas Ltda. - Me
IE: 115.981.909.115
CNPJ: 04.005.406/0001-18
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 07-08-2019
Endereço: Rua Inhambu, 1088, Vila Uberabinha, São Paulo - SP - CEP: 04.520-013
GDOC: 12214-430978-2019
Contribuinte: G B Clauss - Eireli
IE: 123.282.467.110
CNPJ: 10.858.712/0001-08
CNAE: 47.55-5/03
Data de Inatividade: 08-08-2019
Endereço: Rua Olímpiadas, 300, Loja 334, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.551-000
GDOC: 12214-436654-2019
Contribuinte: Chicória Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 116.665.105.112
CNPJ: 05.827.127/0001-00
CNAE: 47.21-1/04
Data de Inatividade: 12-08-2019
Endereço: Rua Augusta, 2542, Loja 01, Cerqueira Cezar, São Paulo - SP - CEP: 01.412-100
GDOC: 12214-442678-2019
Contribuinte: Casa de Carnes Rainha da Praça Ltda.
IE: 110.954.337.110
CNPJ: 52.883.667/0001-83
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 13-08-2019
Endereço: Praça Leonor Kaupa, 100, Lj. N. 368, Pav. Pq. da Independ. Shop. C. Plaza Sul, Bosque da Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.151-100
GDOC: 12214-446034-2019
Contribuinte: MAF Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 112.022.654.115
CNPJ: 58.609.579/0001-74
CNAE: 47.22-9/01
Data de Inatividade: 13-08-2019
Endereço: Estrada do Alvarenga, 981, Loja 49, Box 1, Jardim da Pedreira, São Paulo - SP - CEP: 04.462-000
GDOC: 12214-446055-2019
Contribuinte: BRS Serviços de Alimentação Eireli
IE: 116.534.809.119
CNPJ: 05.448.604/0001-19
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 13-08-2019
Endereço: Rua das Perobas, 344, Pavmto. Térreo, Vila Parque Jabaquara, São Paulo - SP - CEP: 04.321-120
GDOC: 12214-446079-2019
Contribuinte: Mesut Comércio e Importação Ltda.
IE: 146.519.524.116
CNPJ: 05.511.947/0001-80
CNAE: 47.82-2/01
Data de Inatividade: 13-08-2019
Endereço: Rua Olímpiadas, 360, Loja 313, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.551-000
GDOC: 12214-446097-2019
Contribuinte: M D I Confecções Ltda. Eireli
IE: 114.984.212.116
CNPJ: 01.844.769/0001-59
CNAE: 47.82-2/01
Data de Inatividade: 16-08-2019
Endereço: Rua Fidencio Ramos, 393, LUC 431, 3 Pavimento, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.551-010
GDOC: 12214-456287-2019
Contribuinte: Studio 4Up Beleza & Moda Ltda.
IE: 142.759.353.114
CNPJ: 18.801.903/0001-37
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 19-08-2019
Endereço: Rua Nossa Senhora das Mercês, 76, Loja 01, Vila Vera, São Paulo - SP - CEP: 04.165-010
GDOC: 12214-459941-2019
Contribuinte: Malharia Vermont Ltda.
IE: 109.202.414.110
CNPJ: 44.032.043/0001-24
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 19-08-2019
Endereço: Rua Humberto I, 521, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.018-031
GDOC: 12214-463450-2019
Contribuinte: Makis Ipi Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 145.028.350.115
CNPJ: 15.102.215/0001-90
CNAE: 47.74-1/00
Data de Inatividade: 19-08-2019
Endereço: Avenida Santo Amaro, 807, Loja 04, V. Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.505-001
GDOC: 12214-463453-2019
Contribuinte: Flor - Fregonesi Confecções Ltda.
IE: 140.577.596.111
CNPJ: 07.149.053/0002-07
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 19-08-2019
Endereço: Rua Gomes de Carvalho, 1086, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.547-004
GDOC: 12214-463463-2019
Contribuinte: Teresa Alves dos Santos Cardoso Calçados
IE: 116.477.007.118
CNPJ: 03.327.096/0002-76
CNAE: 56.20-1/04
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Rua Domingos de Morais, 122, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.010-000
GDOC: 12214-468211-2019
Contribuinte: C. Gomes Calçados
IE: 148.030.833.118
CNPJ: 09.410.210/0001-22
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Travessa Newton Feitoza, 98, Casa 6, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.424-030
GDOC: 12214-468918-2019
Contribuinte: Dantas Comércio de Bijuterias e Presentes Eireli
IE: 116.949.265.110
CNPJ: 07.050.173/0001-63
CNAE: 47.12-1/00
Data de Inatividade: 22-08-2019
Endereço: Avenida Angelo Cristianini, 1607, Cidade Júlia, São Paulo - SP - CEP: 04.424-010
GDOC: 12214-474910-2019
Contribuinte: Alimentação J.A.S. Lanchonete e Restaurante Eireli
IE: 117.036.556.115
CNPJ: 07.303.262/0001-74
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 23-08-2019
Endereço: Rua Coronel Joaquim Ferreira Lobo, 82, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.544-150
GDOC: 12214-475215-2019
Contribuinte: SFC Lanchonete Ltda.
IE: 145.202.466.110
CNPJ: 15.414.500/0001-47
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 23-08-2019
Endereço: Rua Nossa Senhora das Mercês, 1380, Vila das Mercês, São Paulo - SP - CEP: 04.165-011
GDOC: 12214-475256-2019
Contribuinte: Tonon & Vartuli Comércio de Calçados e Acessórios Ltda.
IE: 148.245.290.117
CNPJ: 10.260.962/0001-33
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 26-08-2019
Endereço: Avenida Juriti, 32, Moema, São Paulo - SP - CEP: 04.520-000
GDOC: 12214-476805-2019
Contribuinte: Telmo Fonseca da Costa Marques
IE: 115.909.446.118
CNPJ: 03.828.552/0001-80
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 27-08-2019
Endereço: Rua Clodomiro Amazonas, 1041,, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.537-012
GDOC: 12214-485105-2019
Contribuinte: Anthe Modas Ltda.
IE: 143.307.785.114
CNPJ: 16.877.893/0002-79
CNAE: 46.46-0/01
Data de Inatividade: 27-08-2019
Endereço: Rua Dom Vilares, 37, Vila das Mercês, São Paulo - SP - CEP: 04.160-000
GDOC: 12214-485112-2019
Contribuinte: Ivanildo Cunha Lima
IE: 148.564.518.119
CNPJ: 04.528.821/0002-37
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 27-08-2019
Endereço: Rua Atlântica, 255, Jardim América, São Paulo - SP - CEP: 01.440-000
GDOC: 12214-485119-2019
Contribuinte: Casa Simões - Borrachas e Ferramentas Ltda.
IE: 116.256.696.110
CNPJ: 58.242.645/0004-63
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 27-08-2019
Endereço: Alameda Lorena, 1442, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.424-004
GDOC: 12214-487741-2019
Contribuinte: Vitorias Burguers Ltda.
IE: 145.315.298.115
CNPJ: 15.605.138/0001-91
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 27-08-2019
Endereço: Rua Haddock Lobo, 1012, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.414-000
GDOC: 12214-487747-2019
Contribuinte: Coisas da Vila Ltda. Comércio Varejista de Materiais de Escritorio
IE: 147.572.109.111
CNPJ: 12.711.892/0001-18
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 12-07-2019
Endereço: Rua Melo Alves, 343, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.417-010
GDOC: 13840-375789-2019
Contribuinte: Comercial Starjeans Ltda.
IE: 115.542.853.115
CNPJ: 03.259.037/0001-27
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 24-07-2019
Endereço: Alameda dos Nhambiquaras, 1039, Moema, São Paulo - SP - CEP: 04.090-012
GDOC: 13840-401873-2019
Contribuinte: Rotisserie: Dona Philomena Ltda.
IE: 146.131.907.110
CNPJ: 13.759.029/0001-01
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 26-07-2019
Endereço: Rua Fidêncio Ramos, 213, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.551-010
GDOC: 13840-407093-2019
Contribuinte: Básico e Casual Comércio de Roupas e Acessórios Ltda.
IE: 148.676.361.113
CNPJ: 10.963.500/0001-82
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 07-08-2019
Endereço: Rua André de Zunega, 19, Sala 2-A, Vila do Castelo, São Paulo - SP - CEP: 04.438-110
GDOC: 13840-432176-2019
Contribuinte: Finafarina Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.
IE: 148.851.206.119
CNPJ: 11.254.617/0001-50
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 08-08-2019
Endereço: Rua Haddock Lobo, 1002, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.414-000
GDOC: 13840-433264-2019
Contribuinte: Buffet Villa Di Marianna Ltda.
IE: 116.396.099.116
CNPJ: 05.111.078/0001-05
CNAE: 47.12-1/00
Data de Inatividade: 27-08-2019
Endereço: Rua Peixoto Melo Filho, 741, Casa 3, Jardim São Jorge, São Paulo - SP - CEP: 04.432-170
GDOC: 13840-479994-2019
Contribuinte: Aldiceia Barbosa de Oliveira
IE: 145.789.981.112
CNPJ: 17.133.647/0001-94
CNAE: 47.44-0/99
Data de Inatividade: 13-06-2019
Endereço: Rua Afonso Celso, 7, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.119-000
GDOC: 19606-373411-2019
Contribuinte: Restaurante Don Fabrizio Ltda.
IE: 103.976.533.110
CNPJ: 61.591.673/0001-58
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 17-07-2019
Endereço: Rua Luis Gois, 1150, Mirandópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.043-100
GDOC: 19606-387018-2019
Contribuinte: RZX Comércio de Alimentos Ltda. EPP
IE: 145.228.330.112
CNPJ: 15.462.097/0001-21
CNAE: 47.44-0/99
Data de Inatividade: 25-07-2019
Endereço: Rua Genero de Carvalho, 487, Loja 02, Vila Mira, São Paulo - SP - CEP: 04.377-220
GDOC: 19606-406214-2019
Contribuinte: Pranzo Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 149.942.279.118
CNPJ: 03.695.725/0002-10
CNAE: 47.12-1/00
Data de Inatividade: 25-07-2019
Endereço: Rua Humberto I, 877, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.018-033
GDOC: 19606-407485-2019
Contribuinte: T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.
IE: 149.547.811.113
CNPJ: 04.514.644/0003-10
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 25-07-2019
Endereço: Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1643, Quiosq: 6, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.548-005
GDOC: 19606-407949-2019
Contribuinte: Sr. Churras Carnes Nobres Ltda.
IE: 147.483.505.114
CNPJ: 12.550.754/0001-02
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 12-07-2019
Endereço: Rua Pirapora, 218, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.008-060
GDOC: 19606-411191-2019
Contribuinte: Latidude 45 - Bar e Restaurante Ltda.
IE: 149.671.080.110
CNPJ: 08.806.535/0001-66
CNAE: 47.89-0/07
Data de Inatividade: 13-06-2019
Endereço: Avenida Damasceno Vieira, 997, Térreo, Vila Mascote, São Paulo - SP - CEP: 04.363-040
GDOC: 19606-412099-2019
Contribuinte: Bianca Marcos Lisboa Confeitaria EPP
IE: 146.154.163.113
CNPJ: 13.795.105/0001-26
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 19-08-2019
Endereço: Rua Bandeira Paulista, 327, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 04.532-010
GDOC: 19606-458389-2019
Contribuinte: Mercatore JK Comércio de Design Infantil Ltda.
IE: 146.779.508.111
CNPJ: 14.706.836/0001-10
CNAE: 47.22-9/01
Data de Inatividade: 15-08-2019
Endereço: Rua das Rosas, 495, Box Acougue, Mirandópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.048-001
GDOC: 19606-458750-2019
Contribuinte: Bargo com de Alimentos Ltda.
IE: 148.813.466.110
CNPJ: 11.191.427/0001-30
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 19-08-2019
Endereço: Rua Augusta, 2346, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.412-000
GDOC: 19606-459415-2019
Contribuinte: Sacolão Grande Vida Ltda.
IE: 123.543.758.118
CNPJ: 02.265.457/0001-53
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 20-08-2019
Endereço: Rua Pelotas, 83, Loja 19, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.012-000
GDOC: 19606-466273-2019
Contribuinte: Sim Comércio de Comésticos Ltda.
IE: 147.134.811.116
CNPJ: 11.812.388/0001-41
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 20-08-2019
Endereço: Alameda dos Anapurus, 1483, Moema, São Paulo - SP - CEP: 04.087-005
GDOC: 19606-466439-2019
Contribuinte: Ms Panorama Alimentos Ltda.
IE: 148.626.211.119
CNPJ: 10.871.102/0001-36
CNAE: 47.89-0/04
Data de Inatividade: 20-08-2019
Endereço: Rua Augusta, 1934, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.412-000
GDOC: 19606-466576-2019
Contribuinte: Alimentícios Daimaru Ltda.
IE: 110.382.741.115
CNPJ: 44.718.815/0001-86
CNAE: 45.30-7/04
Data de Inatividade: 20-08-2019
Endereço: Avenida Vereador João de Luca, 1567, B, Jardim Prudência, São Paulo - SP - CEP: 04.381-001
GDOC: 19606-466746-2019
Contribuinte: Mercearia Fluminense Eireli
IE: 117.139.373.110
CNPJ: 07.599.139/0001-42
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 20-08-2019
Endereço: Avenida Padre Arlindo Vieira, 1359, Jardim Vergueiro, São Paulo - SP - CEP: 04.166-000
GDOC: 19606-468267-2019
Contribuinte: Kazu Comésticos Ltda.
IE: 149.491.719.117
CNPJ: 08.414.576/0001-07
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Loja 210/211 Piso 1 Shopping Center Jk Iguatemi, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.543-011
GDOC: 19606-469124-2019
Contribuinte: Ficas Utilidades Domésticas Ltda.
IE: 147.032.638.119
CNPJ: 11.613.152/0001-86
CNAE: 56.20-1/04
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Avenida Jamaris, 512, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.078-001
GDOC: 19606-469207-2019
Contribuinte: Trio Oficina da Beleza Ltda.
IE: 116.754.241.116
CNPJ: 05.912.164/0001-09
CNAE: 47.21-1/02
Data de Inatividade: 27-08-2019
Endereço: Rua das Perobas, 192, Térreo, Jardim Oriental, São Paulo - SP - CEP: 04.321-120
GDOC: 19606-484332-2019
Contribuinte: Ana Paula Holitz da Silva
IE: 116.893.010.119
CNPJ: 06.280.728/0001-09
CNAE: 47.72-5/00
Data de Inatividade: 27-08-2019
Endereço: Rua Cubatão, 158, 01, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.013-000
GDOC: 19606-484341-2019
Contribuinte: Fezuka Com. de Bijouterias e Acessórios Eireli
IE: 145.289.933.116
CNPJ: 15.563.107/0001-15
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 28-08-2019
Endereço: Rua Doutor Diogo de Faria, 983, Vila Clementino, São Paulo - SP - CEP: 04.037-003
GDOC: 19606-484880-2019
Contribuinte: Rizzo JK Com. de Alimentos Ltda.
IE: 146.766.187.116
CNPJ: 14.688.823/0001-66
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 28-08-2019
Endereço: Rua Domingos de Morais, 806, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.010-100
GDOC: 19606-484897-2019
Contribuinte: JK 2012 Comércio de Sucos Eireli
IE: 145.130.260.119
CNPJ: 15.277.867/0001-66
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 28-08-2019
Endereço: Rua Pedroso Alvarenga, 909, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 04.531-011
GDOC: 19606-484916-2019
Contribuinte: GS Bar e Restaurante Ltda.
IE: 147.442.915.115
CNPJ: 12.471.509/0001-00
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 27-06-2019
Endereço: Avenida Doutor Altino Arantes, 431, Vila Clementino, São Paulo - SP - CEP: 04.042-032
GDOC: 24338-348784-2019
Contribuinte: Rapsodia do Brasil Ltda.
IE: 145.458.372.116
CNPJ: 13.379.345/0002-20
CNAE: 45.30-7/03
Data de Inatividade: 18-07-2019
Endereço: Avenida Padre Arlindo Vieira, 1274, Loja 6, Jardim Vergueiro, São Paulo - SP - CEP: 04.166-000
GDOC: 24338-395022-2019
Contribuinte: P3D Educação, Importação e Exportação
IE: 149.631.974.110
CNPJ: 05.523.159/0001-04
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 04-06-2019
Endereço: Rua Fortunato Keller, 110, Casa 01, Vila Gilda, São Paulo - SP - CEP: 04.953-120
GDOC: 24343-306670-2019
Contribuinte: Mestre Matheus Restaurante Ltda.
IE: 148.384.101.115
CNPJ: 10.461.625/0001-04
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 13-06-2019
Endereço: Avenida Presidente Jucelino Kubitschek, 2041, Loja 417 B, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.543-011

GDOC: 24343-324235-2019
Contribuinte: Die: tland Comercial Ltda.
IE: 113.664.854.116
CNPJ: 71.674.923/0001-77
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 23-07-2019
Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Loja 370 Piso 2, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.543-011
GDOC: 24343-399077-2019
Contribuinte: Catedral Refeições e Especialidades Árabes Ltda.
IE: 148.971.540.114
CNPJ: 11.488.651/0001-99
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 23-07-2019
Endereço: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 612, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.403-000
GDOC: 24343-399772-2019
Contribuinte: Mario Pereira Cardoso Me
IE: 115.393.635.119
CNPJ: 02.368.491/0001-53
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 23-07-2019
Endereço: Avenida Padre Arlindo Vieira, 1645, A, Jardim Vergueiro (Sacoma), São Paulo - SP - CEP: 04.166-001
GDOC: 24343-400268-2019
Contribuinte: Flox Indústria e Comércio Ltda.
IE: 147.062.866.118
CNPJ: 05.109.133/0002-03
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 23-07-2019
Endereço: Rua Vergueiro, 2177, Loja 1, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.101-100
GDOC: 24343-402709-2019
Contribuinte: Sandra Regina Candido
IE: 149.266.742.119
CNPJ: 07.982.931/0001-81
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 23-07-2019
Endereço: Rua dos Patriotas, 756, Loja 2, Ipiranga, São Paulo - SP - CEP: 04.207-030
GDOC: 24343-403566-2019
Contribuinte: Sandra Regina Candido
IE: 148.196.003.110
CNPJ: 07.982.931/0002-62
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 23-07-2019
Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Loja 404 Piso Terceiro Pavim, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.543-011
GDOC: 24343-403763-2019
Contribuinte: Panificadora Mae Nan Pães e Doces Ltda.
IE: 115.406.462.112
CNPJ: 02.635.313/0001-41
CNAE: 47.59-8/99
Data de Inatividade: 07-08-2019
Endereço: Rua Doutor Melo Alves, 348, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP - CEP: 01.417-010
GDOC: 24343-429844-2019
Contribuinte: Laura Martines Evangelista Perfumaria Ltda.
IE: 148.897.093.115
CNPJ: 00.335.374/0002-49
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 07-08-2019
Endereço: Rua do Rocio, 209, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.552-000
GDOC: 24343-430072-2019
Contribuinte: Julio M Otica Ltda.
IE: 146.857.466.117
CNPJ: 11.366.987/0004-21
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Rua Olímpiadas, 360, Luc 418, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.551-000
GDOC: 24343-472277-2019
Contribuinte: Brasimper Comercial Distribuidora de Materiais para Construção Ltda.
IE: 116.591.096.110
CNPJ: 05.603.736/0001-78
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 28-08-2019
Endereço: Rua Sena Madureira, 535, Vila Clementino, São Paulo - SP - CEP: 04.021-051
GDOC: 24343-500398-2019
Contribuinte: Jardim da Vila Bar e Restaurante Eireli
IE: 146.633.442.117
CNPJ: 14.492.242/0001-54
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 22-04-2019
Endereço: Rua Vergueiro, 1353, Conj. 704 Bloco A, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.101-000
GDOC: 24344-219330-2019
Contribuinte: Giovanna Salgados Ltda.
IE: 142.572.314.113
CNPJ: 18.465.763/0001-73
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 16-07-2019
Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 165, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.543-010
GDOC: 24344-384817-2019
Contribuinte: Fagiax Acessórios da Moda Ltda.
IE: 143.245.200.110
CNPJ: 08.939.865/0003-91
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 17-07-2019
Endereço: Avenida Ibirapuera, 3103, Loja 60, Piso Moema, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.029-200
GDOC: 24344-386725-2019
Contribuinte: JSC Supermercados
IE: 148.732.990.110
CNPJ: 07.918.236/0001-50
CNAE: 47.89-0/01
Data de Inatividade: 01-08-2019
Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Loja 341, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.543-011
GDOC: 24344-420563-2019
Contribuinte: Rei do Pretzel Ltda.
IE: 147.271.066.111
CNPJ: 12.107.274/0001-63
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 07-08-2019
Endereço: Rua Traituba, 362, Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.142-050
GDOC: 24344-433049-2019
Contribuinte: Ciro Rações Ltda.
IE: 149.325.066.117
CNPJ: 07.722.535/0001-15
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 07-08-2019
Endereço: Rua Labatut, 549, Ipiranga, São Paulo - SP - CEP: 04.214-000
GDOC: 24344-433300-2019
Contribuinte: Cda Materiais para Construção Eireli
IE: 145.381.556.111
CNPJ: 15.733.118/0001-04
CNAE: 47.44-0/99
Data de Inatividade: 07-08-2019
Endereço: Avenida Yervant Kissajikian, 2874, Vila Joaniza, São Paulo - SP - CEP: 04.438-000
GDOC: 24344-433359-2019
Contribuinte: Guardia Marina Comércio de Confecções Ltda.
IE: 117.093.017.118
CNPJ: 07.094.157/0002-53
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 25-06-2019
Endereço: Rua Tabapuã, 1017, 1037, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.533-014
GDOC: 31158-346319-2019
Contribuinte: Caio de Castro Souza & Cia. Ltda.
IE: 145.602.915.114
CNPJ: 06.203.415/0002-20
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 08-08-2019
Endereço: Rua Professor Vahia de Abreu, 244, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.549-001
GDOC: 31158-437052-2019
Contribuinte: Sushinbox Alimentações Ltda.-Me
IE: 148.589.742.118
CNPJ: 10.805.673/0001-72
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 28-08-2019
Endereço: Rua Augusta, 1966, Consolação, São Paulo - SP - CEP: 01.412-000
GDOC: 31158-487576-2019
Contribuinte: Old Times Espaço Gastronômico Ltda.
IE: 145.411.320.112
CNPJ: 15.800.785/0001-54
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 16-08-2019
Endereço: Rua Canário, 1379, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.521-005
GDOC: 31273-470767-2019
Contribuinte: Laram Alimentos Ltda.
IE: 148.765.763.117
CNPJ: 10.227.305/0001-94
CNAE: 47.71-7/01
Data de Inatividade: 16-08-2019
Endereço: Rua Rainha das Missões, 353, Vila Missionária, São Paulo - SP - CEP: 04.430-010
GDOC: 31273-470835-2019
Contribuinte: Iruma Sushi Restaurante Ltda.
IE: 146.586.560.111
CNPJ: 14.427.392/0001-84
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 12-06-2019
Endereço: Avenida dos Jequitibás, 101, Térreo, Vila Parque Jabaquara, São Paulo - SP - CEP: 04.321-090
GDOC: 31279-321876-2019
Contribuinte: Emporio Due Cugini Ltda.
IE: 147.533.089.110
CNPJ: 12.627.706/0001-67
CNAE: 47.82-2/01
Data de Inatividade: 27-06-2019
Endereço: Avenida Lins de Vasconcelos, 2640, Loja 1, Cj. 1 e 2, Cambuci, São Paulo - SP - CEP: 04.112-001
GDOC: 31279-345982-2019
Contribuinte: Esêncial Global Link Comércio Ltda.
IE: 115.556.464.114
CNPJ: 03.352.070/0001-05
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 26-06-2019
Endereço: Avenida São Gabriel, 445, Loja 3 e 4, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.435-001
GDOC: 31279-347811-2019
Contribuinte: Villar Locação de Artigos do Vestuário e Acessórios Ltda.
IE: 142.706.000.119
CNPJ: 10.899.068/0001-08
CNAE: 82.19-9/99
Data de Inatividade: 26-06-2019
Endereço: Avenida Padre Arlindo Vieira, 1954, Fundos, Jardim Vergueiro, São Paulo - SP - CEP: 04.166-001
GDOC: 31279-347829-2019
Contribuinte: JP Groove Comércio de Alimentos Eireli
IE: 149.380.651.119
CNPJ: 08.143.432/0001-63
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 15-07-2019
Endereço: Rua Madre Cabrini, 299, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.020-001
GDOC: 31279-378445-2019
Contribuinte: Depósito São Martinho Decorações
IE: 113.755.628.113
CNPJ: 04.356.690/0001-77
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 17-07-2019
Endereço: Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 200, Paraíso, São Paulo - SP - CEP: 04.004-030
GDOC: 31279-387155-2019
Contribuinte: Gelateria Passione D´Marco Ltda.
IE: 143.320.639.110
CNPJ: 19.869.367/0001-74
CNAE: 47.71-7/01
Data de Inatividade: 15-08-2019
Endereço: Rua Peixoto de Melo Filho, 429, Jardim São Jorge, São Paulo - SP - CEP: 04.432-170
GDOC: 31279-465956-2019
Contribuinte: Subs Plaza - Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 148.787.154.110
CNPJ: 11.142.923/0001-02
CNAE: 47.73-3/00
Data de Inatividade: 20-08-2019
Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2369, Loja 05, Jardim Paulistano, São Paulo - SP - CEP: 01.452-000
GDOC: 31279-472235-2019
Contribuinte: Vila Aguri Cafeteria e Conceito em Moda, Decoração e Beleza Ltda.
IE: 145.390.040.119
CNPJ: 05.575.831/0001-05
CNAE: 56.12-1/00
Data de Inatividade: 26-06-2019
Endereço: Avenida Nossa Senhora das Mercês, 29, Quiosq 2, Vila Mercês, São Paulo - SP - CEP: 04.165-000
GDOC: 31280-347896-2019
Contribuinte: A Preciosa Jóias e Relógios Ltda.
IE: 109.031.638.113
CNPJ: 43.813.518/0001-57
CNAE: 47.72-5/00
Data de Inatividade: 02-07-2019
Endereço: Alameda Jaú, 1906, Sobrado, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.420-006
GDOC: 31280-359206-2019
Contribuinte: B A D Com. Ltda.
IE: 114.978.514.118
CNPJ: 01.754.926/0001-35
CNAE: 52.23-1/00
Data de Inatividade: 09-08-2019
Endereço: Avenida Lins de Vasconcelos, 3309, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.112-012
GDOC: 31280-437923-2019
Contribuinte: Manfa - Bar e Pizzaria Ltda.
IE: 116.537.941.112
CNPJ: 05.411.776/0001-18
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 09-08-2019
Endereço: Rua Peixoto Gomide, 1801, Casa 3, Jardim Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.409-003
GDOC: 31280-438417-2019
Contribuinte: Domus Comércio de Materiais para Construção Ltda.
IE: 149.870.427.110
CNPJ: 09.161.352/0001-01
CNAE: 10.91-1/02
Data de Inatividade: 14-08-2019
Endereço: Rua Comandante Taylor, 467, Ipiranga, São Paulo - SP - CEP: 04.218-000
GDOC: 31280-444426-2019
Contribuinte: Estacionamento e Lava Rapido Belins Ltda.
IE: 142.321.083.116
CNPJ: 17.987.842/0001-81
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 22-08-2019
Endereço: Rua Domingos de Morais, 2564, Shopping Santa Cruz, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.036-100
GDOC: 31280-472659-2019
Contribuinte: Eternity Comércio de Calçados Ltda.
IE: 145.668.828.116
CNPJ: 16.926.732/0001-47
CNAE: 96.02-5/02
Data de Inatividade: 22-08-2019
Endereço: Rua Luis Gois, 128, Mirandópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.043-000
GDOC: 31280-472683-2019
Contribuinte: Restshopping Comércio de Alimentos Ltda.
IE: 116.280.198.114
CNPJ: 04.790.302/0001-61
CNAE: 47.59-8/99
Data de Inatividade: 22-08-2019
Endereço: Rua Cubatão, 257, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.013-041
GDOC: 31280-472938-2019
Contribuinte: L. A. Correia Restaurante
IE: 149.617.378.115
CNPJ: 08.708.215/0001-73
CNAE: 10.91-1/02
Data de Inatividade: 22-08-2019
Endereço: Rua Joaquim Floriano, 848, 850, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.534-003
GDOC: 31280-472984-2019
Contribuinte: El Cordobes Restaurante Eireli
IE: 148.690.470.116
CNPJ: 10.738.082/0001-20
CNAE: 47.82-2/02
Data de Inatividade: 23-07-2019
Endereço: Avenida Santa Catarina, 1889, Vila Mascote, São Paulo - SP - CEP: 04.378-400
GDOC: 32328-399211-2019
Contribuinte: Multbompreco Comércio de Produtos Promocionais Ltda.
IE: 149.472.973.115
CNPJ: 08.381.072/0001-38
CNAE: 10.91-1/02
Data de Inatividade: 22-08-2019
Endereço: Rua Ramos Batista, 459, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.552-020
GDOC: 32328-473481-2019
Contribuinte: Drogaria Ananda Ltda.
IE: 145.867.919.110
CNPJ: 17.270.941/0001-48
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 22-08-2019
Endereço: Alameda dos Nhambiquaras, 1197, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.090-012
GDOC: 32328-474422-2019
Contribuinte: Daniel dos Santos Sena 26557267825
IE: 147.274.720.119
CNPJ: 12.114.110/0001-63
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 22-08-2019
Endereço: Avenida do Cursino, 849, Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.133-000
GDOC: 32328-474683-2019
Contribuinte: APL Bijuterias e Acessórios Ltda.
IE: 147.339.440.112
CNPJ: 06.261.752/0001-92
CNAE: 56.11-2/04
Data de Inatividade: 23-08-2019
Endereço: Avenida Moema, 87, Moema, São Paulo - SP - CEP: 04.077-020
GDOC: 32328-475643-2019
Contribuinte: Gamm Creações Importação de Produtos de Vestuário e Acessórios Ltda.
IE: 115.559.979.113
CNPJ: 03.447.271/0001-88
CNAE: 47.82-2/01
Data de Inatividade: 23-08-2019
Endereço: Rua Dr. Alceu de Campos Rodrigues, 352, Chácara Itaim, São Paulo - SP - CEP: 04.544-000
GDOC: 32328-475668-2019
Contribuinte: E M Industria e Comércio de Roupas Ltda.
IE: 116.398.339.118
CNPJ: 05.042.941/0001-01
CNAE: 47.71-7/01
Data de Inatividade: 23-08-2019
Endereço: Avenida Yervant Kissajikian, 2739, Américanópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.428-010
GDOC: 32328-475680-2019
Contribuinte: Dip En Dap Comércio de Roupas Infantis Ltda.
IE: 115.959.781.110
CNPJ: 03.984.823/0001-97
CNAE: 47.83-1/01
Data de Inatividade: 23-08-2019
Endereço: Avenida Roque Petroni Junior, 1089, Lj 62, Santo Amaro, São Paulo - SP - CEP: 04.707-000
GDOC: 32328-475693-2019
Contribuinte: Doctor Feet Produtos Ortopédicos Ltda.
IE: 115.312.538.110
CNPJ: 02.364.507/0001-50
CNAE: 13.30-8/00
Data de Inatividade: 23-08-2019
Endereço: Rua dos Patriotas, 868, Ipiranga, São Paulo - SP - CEP: 04.207-030
GDOC: 32328-475706-2019
Contribuinte: Primus Comércio de Vestuário e Acessórios Ltda.
IE: 145.747.834.113
CNPJ: 15.443.241/0003-44
CNAE: 47.12-1/00
Data de Inatividade: 08-08-2019
Endereço: Rua Francisco Hurtado, 169, Casa 1, Água Funda, São Paulo - SP - CEP: 04.156-040
GDOC: 32338-465764-2019
Contribuinte: Vereador José Diniz Lanches Ltda.
IE: 113.836.600.115
CNPJ: 71.783.773/0001-30
CNAE: 14.12-6/01
Data de Inatividade: 24-06-2019
Endereço: Alameda dos Arapanes, 83, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.524-000
GDOC: 51220-336924-2019
Contribuinte: Fosk Acessórios da Moda Ltda.
IE: 149.745.437.116
CNPJ: 08.969.098/0001-00
CNAE: 47.82-2/01
Data de Inatividade: 25-07-2019
Endereço: Avenida Nove de Julho, 4865, Jardim Paulistano, São Paulo - SP - CEP: 01.407-200
GDOC: 51220-405185-2019
Contribuinte: Comenda Sassaroli Ltda.
IE: 147.123.475.112
CNPJ: 11.789.574/0001-07
CNAE: 45.30-7/03
Data de Inatividade: 22-08-2019
Endereço: Rua das Fiandeiras, 392, Vila Olímpia, São Paulo - SP - CEP: 04.545-002
GDOC: 51220-472903-2019
Contribuinte: Serafim & Concon Calçados Ltda.
IE: 149.903.167.118
CNPJ: 09.218.763/0001-88
CNAE: 47.55-5/02
Data de Inatividade: 21-08-2019
Endereço: Avenida Jabaquara, 2838, 0000, Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.046-500
GDOC: 51220-475120-2019
Contribuinte: F2 Materiais de Construção Eireli
IE: 145.052.092.118
CNPJ: 12.129.415/0002-20
CNAE: 46.39-7/01
Data de Inatividade: 26-07-2019
Endereço: Rua Mauricio de Castilho, 237, 243, Ipiranga, São Paulo - SP - CEP: 04.264-020
GDOC: 51257-407253-2019
Contribuinte: Terme Di Caracalla
IE: 113.994.757.118
CNPJ: 74.406.059/0001-10
CNAE: 55.10-8/03
Data de Inatividade: 21-05-2019
Endereço: Rua Malvina Ferraz Samarone, 100, Vila Dom Pedro I, São Paulo - SP - CEP: 04.279-035
GDOC: 80949-277683-2019
Contribuinte: Sergio dos Santos Ferreira
IE: 148.481.204.110
CNPJ: 10.617.608/0001-13
CNAE: 47.71-7/01
Data de Inatividade: 25-06-2019
Endereço: Rua Jurupari, 125, Jabaqura, São Paulo - SP - CEP: 04.348-090
GDOC: 80949-340317-2019
Contribuinte: Menta & Mellow Comercial Ltda.
IE: 115.193.219.116
CNPJ: 56.220.841/0002-40
CNAE: 47.22-9/01
Data de Inatividade: 19-06-2019
Endereço: Rua Escobar Ortiz, 735, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.512-052
GDOC: 80949-340461-2019
Contribuinte: Casa Cleise Comércio Ltda.
IE: 112.967.161.116
CNPJ: 51.493.740/0001-48
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 19-06-2019
Endereço: Alameda dos Anapurus, 1247, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.087-003
GDOC: 80949-340481-2019
Contribuinte: Casa C & E Comércio de Materiais de Construção Ltda.
IE: 114.984.027.118
CNPJ: 02.052.947/0001-71
CNAE: 46.42-7/01
Data de Inatividade: 19-06-2019
Endereço: Rua Jesuino Arruda, 797, 5 Andar - Conjuntos 51 e 52, Itaim Bibi, São Paulo - SP - CEP: 04.532-082
GDOC: 80949-340497-2019
Contribuinte: Gv Augusta Ru Lanchonete Ltda.
IE: 145.416.216.116
CNPJ: 15.811.882/0001-42
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 08-07-2019
Endereço: Avenida Jabaquara, 2832, Mirandópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.046-500
GDOC: 80949-367918-2019
Contribuinte: Monteclaro Cesar Lanchonete Ltda.
IE: 148.737.635.116
CNPJ: 11.055.036/0001-99
CNAE: 47.81-4/00
Data de Inatividade: 08-07-2019
Endereço: Alameda dos Maracatins, 1779, Indianópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.089-016
GDOC: 80949-368167-2019
Contribuinte: Espaço White Bar Ltda.
IE: 116.898.874.116
CNPJ: 04.362.066/0001-82
CNAE: 47.44-0/01
Data de Inatividade: 08-07-2019
Endereço: Rua General Lecor, 1052, Ipiranga, São Paulo - SP - CEP: 04.213-021
GDOC: 80949-369093-2019
Contribuinte: Bebe Sucre Comércio de Roupas Infantis Ltda.
IE: 148.717.936.111
CNPJ: 11.023.841/0001-30
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 24-06-2019
Endereço: Rua Professor João Marinho, 185, Vila Mariana, São Paulo - SP - CEP: 04.007-010
GDOC: 80949-373389-2019
Contribuinte: Tac Brand Comércio de Roupas e Acessórios
IE: 142.424.290.118
CNPJ: 18.182.439/0001-48
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 17-07-2019
Endereço: Rua Escobar Ortiz, 693, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP - CEP: 04.512-052
GDOC: 80949-386935-2019
Contribuinte: Andreanelli Com. De Bombons e Chocolates Ltda.
IE: 117.231.224.112
CNPJ: 07.849.528/0001-89
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 08-07-2019
Endereço: Rua Salvador Simões, 1119, Vila Dom Pedro I, São Paulo - SP - CEP: 04.276-000
GDOC: 80949-406429-2019
Contribuinte: Ricardo Ulbricht
IE: 145.900.526.112
CNPJ: 17.327.273/0001-48
CNAE: 31.01-2/00
Data de Inatividade: 11-06-2019
Endereço: Rua Catulo da Paixão Cearense, 867, Vila da Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.145-011
GDOC: 80949-444814-2019
Contribuinte: Sorbet Modas Ltda.
IE: 145.135.680.111
CNPJ: 08.360.373/0002-66
CNAE: 47.71-7/01
Data de Inatividade: 09-08-2019
Endereço: Avenida Jabaquara, 2803, Mirandópolis, São Paulo - SP - CEP: 04.045-004
GDOC: 80949-445165-2019
Contribuinte: Cra Cafero Eireli
IE: 149.613.460.111
CNPJ: 08.701.383/0001-37
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 09-08-2019

Endereço: Alameda Santos, 65, J. Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.419-000
GDOC: 80949-445226-2019
Contribuinte: Marcia e Shimada Bar e Restaurante Ltda.
IE: 145.251.262.115
CNPJ: 15.501.342/0001-62
CNAE: 82.11-3/00
Data de Inatividade: 22-08-2018
Endereço: Alameda dos Anapurus, 620, Apt. 162, Moema, São Paulo - SP - CEP: 04.087-001
GDOC: 80949-472715-2019
Contribuinte: Floricultura Jardim Lorena Ltda.
IE: 116.702.766.111
CNPJ: 05.726.089/0001-91
CNAE: 47.31-8/00
Data de Inatividade: 12-06-2019
Endereço: Alameda dos Guatas, 375, Saúde, São Paulo - SP - CEP: 04.053-041
GDOC: 97882-322549-2019
Contribuinte: Balalayka Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros Ltda.
IE: 110.191.050.112
CNPJ: 51.698.090/0001-77
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 19-06-2019
Endereço: Rua Vergueiro, 1709, Liberdade, São Paulo - SP - CEP: 04.101-000
GDOC: 97882-365051-2019
Contribuinte: Francisco Spalato Mendes
IE: 148.015.996.119
CNPJ: 09.386.031/0001-05
CNAE: 47.29-6/99
Data de Inatividade: 26-06-2019
Endereço: Rua Borges Lagoa, 1032, Vila Clementino, São Paulo - SP - CEP: 04.038-002
GDOC: 97882-365256-2019
Contribuinte: Casa de Carnes Aruba Ltda.
IE: 113.991.660.112
CNPJ: 74.441.999/0001-40
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 26-06-2019
Endereço: Rua Baquirivu, 233, Cidade Ademar, São Paulo - SP - CEP: 04.404-030
GDOC: 97882-366213-2019
Contribuinte: Família Manuali Restaurante Ltda.
IE: 147.169.322.110
CNPJ: 11.884.611/0001-66
CNAE: 56.11-2/03
Data de Inatividade: 12-06-2019
Endereço: Avenida Adolfo Pinheiro, 1500, S. Amaro, São Paulo - SP - CEP: 04.734-002
GDOC: 97882-394272-2019
Contribuinte: Tavini Alimentos Ltda.
IE: 113.012.607.115
CNPJ: 65.570.970/0001-78
CNAE: 45.30-7/01
Data de Inatividade: 19-07-2019
Endereço: Rua Evolução, 311, Slj. 2, Vila Brasilina, São Paulo - SP - CEP: 04.163-000
GDOC: 97882-470708-2019
Contribuinte: Frutaria Express e Delivery Ltda.
IE: 147.604.915.115
CNPJ: 12.782.472/0001-22
CNAE: 56.11-2/01
Data de Inatividade: 27-08-2019
Endereço: Alameda Lorena, 521, J. Paulista, São Paulo - SP - CEP: 01.424-003
GDOC: 97882-480395-2019
Contribuinte: Doce Bem Doce Confeitaria Ltda.
IE: 116.783.428.119
CNPJ: 06.038.432/0001-78
CNAE: 47.22-9/01
Data de Inatividade: 27-08-2019
Endereço: Rua Napoleão de Barros, 627, Vila Clementino, São Paulo - SP - CEP: 04.024-002
GDOC: 97882-481278-2019

Delegacia Regional Tributária de Santos

Posto Fiscal de Santos

Núcleo de Serviços Especializados II

Comunicado

Assunto: Notificação NSE-II ITCMD 181/2018 – Expediente Protocolado sob nº SFP-EXP-2021/13252 - GDOC 1000729-1123592/2016

Interessado: Jovina Fernandes Galdino - CPF 173.754.708-20

Representante: Luiz Carlos Pereira da Costa - OAB 108.108

Nos termos da Lei 10.705/2000, Decreto 46.655/2002 e Portaria CAT 15/2003, fica o interessado acima identificado notificado a apresentar declaração de ITCMD retificadora da declaração 48349217, referente à transmissão "causa mortis" ocorrida em virtude do óbito de Alzira Fernandes Pupo, conforme processo judicial 0002922-83.2015.8.26.0294, incluindo o bem transmitido no quadro de bens tributados e a apresentar o respectivo comprovante de recolhimento do imposto, de acordo com o valor do bem apurado através da Notificação NSE-II 181/2018, enviada via postal para endereço declarado pelo interessado e pelo representante.

Forma de Atendimento: Em virtude da pandemia do novo coronavírus, a entrega da documentação relativa ao atendimento da notificação e/ou solicitações de informações/cópia da notificação deverão ser realizadas no Posto Fiscal de Santos - Delegacia Regional Tributária do Litoral, através de envio ao e-mail atendimento_drt2litoral@fazenda.sp.gov.br, mediante prévio agendamento através do site https://senhafacil.com.br/agendamento/.

Prazo para Atendimento: 30 dias, contados a partir desta publicação.

O não atendimento ao solicitado, no prazo estabelecido, acarretará em Notificação de Lançamento, nos termos do artigo 23 da Lei 10.705/2000.

Delegacia Regional Tributária de Sorocaba - DRT-4

Núcleo de Serviços Especializados - I - ICMS/IPVA

NSE-I - ICMS/IPVA

Despachos do Chefe, de 28-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe do Núcleo de Serviços Especializados de Sorocaba que deu provimento ao pedido de reconhecimento de imunidade e concessão de isenção ou dispensa de pagamento do IPVA, com base na Lei 13.296 de 23-12-2008, no Decreto 59.953 de 13-12-2013 e na Portaria CAT 27 de 26-02-2015.

Os autos serão encaminhados ao arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

NOME	CPF/CNPJ	SIVEI/SIGAGDOC	PLACA(S)
Silvana Flosi	253.762.918-39	040032-20201027-085647847-19	FOJ3C54
Nelson Bastos de Sena	126.674.338-31	040032-20201214-104752475-94	GEM3A74
Pedro Pazoto	388.159.078-15	040032-20201229-130558018-16	BTJ7I21
Vera Lúcia da Silva	17.480.242/0001-22	040032-20201230-100246388-97	GAZ6E21
Jodi Itapeva Transportes Ltda.	52.014.610/0001-48	040032-20201230-173139365-27	EFO5011
S M Transportes e Turismo Eireli	34.039.277/0001-40	040032-20201230-153303924-98	EVR6798, EVU5359
WF Tur Transportes e Fretamentos	37.714.992/0001-29	040032-20201230-145233141-64	DZE6I91, FTM0D12
Henrique A. T. De Matos Rocha	30.588.345/0001-79	040032-20201230-190543915-49	FRH3I50
Auto Ônibus Nardelli Ltda.	56.648.512/0001-13	040032-20201230-221445610-35	BFZ9B00
Auto Ônibus Nardelli Ltda.	56.648.512/0001-13	040032-20201230-222611994-22	KRT4I57
Eduardo de Castro Camargo	269.442.748-09	040032-20201230-085707280-37	FPZ7C15
Diocese de Itapetininga	02.724.569/0016-01	040032-20201231-094910071-82	GDA5D10
Rejane dos Santos Martins	301.818.548-05	040032-20210104-123620250-17	EES0I29
L D C Transporte de Passageiros	05.391.790/0001-05	040032-20201228-102057220-12	KWG8D79, ESU0G69
T J Turismo Ibiuna Eireli	22.261.547/0001-83	040032-20201230-111748980-13	EZL7H40
Blam Tur Fretamento Transportes	21.989.741/0001-17	040032-20201222-111928537-62	FVQ1E40, FSV9580
Jodi Itapeva Transportes Ltda.	52.014.610/0001-48	040032-20201230-173534178-23	BTB8H93
Jodi Itapeva Transportes Ltda.	52.014.610/0001-48	040032-20201230-164812906-37	CLH4162
Camila Casares Puente	312.297.568-84	040032-20201223-151918347-72	CUC2D85
Roberto Florentino da Silva	020.842.198-09	040032-20201221-152813657-13	BYX7H38
Ana Flávia Broca Mantuaneli	371.258.438-59	040032-20201221-162955932-31	FSV1F38
Victor Branco de Araújo	005.531.328-06	040032-20201222-191511883-97	FKK2F62
Fernanda Aparecida Secoli	293.448.028-31	040032-20201230-105245924-13	FEF8D46
Kátia Dias da Rosa Pereira	155.710.498-04	040032-20201230-131815407-44	BZG7G58
Lázara de Fátima Rodrigues Machado	161.133.948-08	040032-20201230-152746721-81	FXG5G48
Luiz Manoel de Oliveira	049.477.828-89	040032-20201230-193345658-32	BZK5C27
Carla Alves da Silva	325.826.838-09	040032-20201230-190647856-52	FFK2C64
Francisca Jordão Donderi	127.970.098-00	040032-20201216-125948191-97	FDC2B67
Luiz Carlos Aparecido da Silva	106.083.058-20	040032-20201221-120113769-38	GDK2F78
Mayra Fernanda Groninger	360.562.028-01	040032-20201229-091222226-35	GCB2889
Iris Paiva Queirós Maia	280.237.348-06	040032-20201224-100156942-44	FWW2F83
RAIMUNDO AZEVEDO FERREIRA	021.070.808-52	040032-20201230-194403300-16	EFC2A05
Guilherme Solano Paes Breda	349.529.978-55	040032-20201230-213729293-98	EXB7D71
Tânia Regina de Meirelles Casert	058.024.478-42	040032-20201230-150933516-94	EMM1H47
Letícia Correa Pacheco	441.692.558-10	040032-20201230-100244595-71	FEJ1B34
Sylvia Maria de Oliveira Quartim	569.556.778-53	040032-20201230-102326546-31	EHC0I21
Estela Vaz	985.073.468-04	040032-20201230-113457159-15	EWD3F98
Fernanda Reis Carvalho Scarpanti	370.699.068-70	040032-20201230-155357288-11	GEM5A24
Jorge José Damasceno	391.338.509-68	040032-20201230-163059461-86	FZC9C08
Catharina Lopes Rolim	348.778.088-76	040032-20201230-172716375-69	FCY0E65
Daniel Almeida Gonçalves	425.771.398-45	040032-20201230-202542913-11	GHE3B38
Frederico da Costa Stetner	204.914.158-00	SFP-EXP-2021/17513	FTY8J35
Odair Portes de Almeida	555.496.408-72	SFP-EXP-2021/17526	FOL1A79
Rafael Franzolini	453.532.028-48	SFP-EXP-2021/17539	FJE0190
Rodrigo de Lima Campos Vieira	377.628.058-18	040032-20201218-123909470-85	BSX6E51
Marilda Zecca da Cruz	891.427.488-87	040032-20201231-153532990-31	ERO5749
Luzia Francisco de Oliveira	895.163.468-04	040032-20201231-172049125-94	FKM9267
Ana Maria Bertagna Gobo	144.810.758-05	040032-20201231-192402669-21	FGU9654
Rosana Aparecida Marques de Abreu	074.289.648-06	040032-20201231-103444469-72	DWM2E58
Aparecida Maciel Bolgioni	147.655.218-50	040032-20201223-142633327-11	GFB0D76
Jorge Paixão Sorocaba	09.209.275/0001-04	040032-20201221-172404516-95	FWS7I18
Osvaldir Tadeu Silveira Pupo	749.504.018-15	040032-20201230-112505491-49	FAH3A49
Giovana de Macedo Melo	461.430.938-06	040032-20201231-180752474-81	FWS6961
David de Oliveira	051.864.858-37	040032-20201229-135601909-57	FVJ1D98
Edvaldo Francisco Pereira	288.320.918-95	040032-20210102-175544890-16	EMS5896
Marielle de Lima Castelo	328.535.898-03	040032-20210104-142139259-29	GER6364
Celia Stipp Keese	834.699.668-34	040032-20210104-172409423-17	CKU4D27
Adriana Gongora Boscoa	128.821.098-14	040032-20210102-090950230-84	FWI5B78
Filomena Correa de Sampaio Galvão	834.474.408-30	040032-20210103-151740193-16	FAX4G09

NSE-I - ICMS/IPVA

Despachos do Chefe, de 28-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe do Núcleo de Serviços Especializados de Sorocaba que negou provimento ao pedido de reconhecimento de imunidade e concessão de isenção ou dispensa de pagamento do IPVA, com base na Lei 13.296 de 23-12-2008, no Decreto 59.953 de 13-12-2013 e na Portaria CAT 27 de 26-02-2015.

O requerente deverá efetuar o pagamento do débito com os acréscimos legais ou, dentro do prazo de 30 dias, contados da data da notificação, apresentar recurso, uma única vez, à Delegada Regional Tributária da Delegacia Regional Tributária de Sorocaba, nos termos do Art. 9º, parágrafos 6º e 7º da Portaria CAT 27, de 26-02-2015.

Os autos aguardarão o decurso do prazo no Núcleo de Serviços Especializados da Delegacia Regional Tributária de Sorocaba.

NOME	CPF/CNPJ	SIVEI/SIGADOC	PLACA(S)
João Batista Vieira	749.276.558-49	040032-20201221-171337014-39	DWH9676
Nilton Morse	749.783.738-91	040032-20201230-113849438-96	ECT9H45
Mariana Lopes Ferreira Garcia	229.058.918-74	040032-20201230-120556380-12	EUV5700
Jeferson Bacha	205.533.238-49	040032-20201230-135621466-13	FTS1C17
Adilson Apolinário dos Santos	295.842.458-80	040032-20201230-140345827-36	EQV2B69
Cintia Leticia Baptistella	177.362.388-55	040032-20201230-142135642-41	GAW7G46
João Jacob Ribeiro	890.511.068-15	040032-20201230-152809518-78	FGV1596
Nelson Peron	438.493.858-68	040032-20201230-142848618-86	GHE3669
Conceição Aparecida Barros Machado	555.938.528-04	040032-20201230-144534671-59	BZG3G33
Diego Ryan Oliveira Braga	414.314.718-10	040032-20201230-145102420-15	DLB9G07
Adriana Katia Pimentel Zuanazzi	197.399.128-42	040032-20201230-191922601-87	GBZ4539
Vinicius Henrique da Costa Trama	368.108.048-89	040032-20201230-174123599-71	EUR9538
Marcos Sérgio Macedo	167.425.828-39	040032-20201230-184756627-34	EJD9489
José Benedito de Carvalho Filho	748.690.358-04	040032-20201230-184442879-89	FSA3845
Adélia Aparecida Fátima Bolzon M.	118.493.838-55	040032-20201230-182454856-96	FCJ5499
Rogério Cláudio Amado	724.642.916-68	040032-20201230-192043396-14	CQM5824
Aparecido Roberto Luiz	052.188.648-11	040032-20201230-185645596-96	GCZ3G46
Viviane Aparecida do Carmo	160.024.568-48	040032-20201230-191537512-35	FCP1F83
José Domingos Ricardo	281.143.628-63	040032-20201230-193556387-14	ENR6452
Jesael Marcolino Anhaia	106.085.738-33	040032-20201230-195755222-22	FOD5A88
Jossimar de Andrade	870.278.799-72	040032-20201230-201857056-32	EVE1936
Tatiane Carvalho de Souza	692.843.502-04	040032-20201230-203309805-19	FOC8J64
Sheila Pereira Ponte dos Santos	167.417.428-40	040032-20201230-210643562-78	FZZ2B17
Joelma Helena Alves Castilho	164.363.748-76	040032-20201230-210716417-15	EUO4F59
Harriete Vieira Lopes	751.688.558-49	040032-20201230-214341655-59	GJK9192
Yara Maria Christofoletti Branco	304.308.258-38	040032-20201230-215612380-47	FKF2I01
Lina Saito Sarmento Manuel	039.782.558-71	040032-20201230-215701671-68	GIX1120
Glaucia Rodrigues Vieira da Costa	160.130.688-10	040032-20201230-221006899-42	GJL5I27
Rafael Pinheiro Selingardl	356.540.978-90	040032-20201230-222536915-17	EUK8A41
Lenir Moreno de Souza	304.210.028-67	040032-20201230-191413671-11	FYK1H26
Wagner Stipp de Souza	214.770.618-35	040032-20201231-091554519-59	FKM7B97
Valdecir José Antonio	107.103.728-50	040032-20201231-102645613-91	FXF1304
Higor Camargo de Oliveira	561.404.478-79	040032-20201231-160056433-17	DTQ5780
Antonio José Fernandes	020.856.698-83	040032-20201231-193810914-59	DEF6139
Alessandro de Almeida	221.784.718-03	040032-20201231-205751270-97	EGG2780
Acácia Haak Alves	099.092.718-00	040032-20210101-175703630-52	FLW4281
Cláudio Marcelino Passos	252.091.038-03	040032-20210102-170120377-11	GAH7766
Andrônico Araújo Mariz Junior	082.189.878-78	040032-20210102-110954817-89	FYF6J84
Iracy Alves Queiroz de Souza	269.256.548-71	040032-20210103-141152355-49	BYI2679
Marcos Vinicius de Castro	383.556.648-25	040032-20210103-140716717-99	FOK6A89
Alessandra da Silva Pereira Gasp	103.230.328-00	040032-20210104-133750077-84	FDN9D45
João Daniel Ferraz	113.916.748-04	040032-20210104-213041038-41	FKM3D26
Edvaldo Rodrigues Betim	032.622.658-37	040032-20210104-143427396-64	FAL0170
Mário Stoppa	371.399.328-91	040032-20210104-205636506-51	FYT9A63
Andrea Maria Fieri Silva	281.485.708-84	040032-20210104-201957829-29	BUZ1E33
Marisa Domingues Silva	891.007.198-20	040032-20210104-180055487-18	GDS7522
Michelle Barros Walkinir	738.755.973-20	040032-20210104-164604446-25	BXW1068
Sérgio Lúcio Moreira	110.483.258-57	040032-20210104-105310476-47	ELD7F49
Anderson Rodrigues do Prado	298.955.448-39	040032-20210104-214538817-81	EYW2745
Sérgio da Silva Lopes	021.037.758-56	040032-20210104-182145179-16	DMS6748
Angela Gimenez Conde Lourenceti	063.201.888-71	040032-20210104-101228317-59	FGA1880
Renata Pasquale Rosa	064.981.478-90	040032-20210104-182544617-14	FFM5F14
Celia Maria Buffolo Brandl	177.268.428-73	040032-20210104-214217997-41	BNN5A69
Sidinei Avelino	172.856.098-54	040032-20210104-201902750-59	KUQ9445
Maria Cláudia de Deus Sousa	149.721.138-71	040032-20210104-223931340-64	EXY2988

Delegacia Regional Tributária de Campinas - DRT-5

Comunicado

Notificação – AIIM ICMS

Contribuinte: MHF Restaurantes Ltda.

IE: 795.430.894.110

CNPJ/CPF: 13.264.911/0003-30

Endereço:

Unidade de Julgamento: DTJ-2 - Delegacia Tributária de Julgamento de Campinas.

Posto Fiscal de Vinculação: PF-Campinas, Av. Dr. Alberto Sarmento, 4 - Bonfim - Campinas - SP

AIIM - ICMS 4.140.860-3, de 28-01-2021

Nos termos do "caput" do artigo 100 e do §3º do artigo 99, ambos do Decreto 54.486/2009, fica o autuado notificado da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM por infração à legislação tributária devendo recolher o débito fiscal exigido no AIIM ou apresentar Defesa, por escrito, no prazo de 30 dias.

Nos termos do § 4º do artigo 99 do Decreto 54.486/2009, durante o prazo para interposição da Defesa, uma via do AIIM e dos demonstrativos e documentos que o instruem ficarão à disposição do interessado, responsável solidário ou de pessoa legalmente habilitada, na repartição fiscal de vinculação do contribuinte, podendo ser retirados nos dias úteis durante os horários de expediente.

Considerar-se-á realizada esta notificação no quinto dia útil posterior ao da data desta publicação no Diário Oficial do Estado. (item 1 do §4º do artigo 9º da Lei 13.457/2009).

Conforme o artigo 27, §4º da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

Nos termos do artigo 85-B da Lei 6.374/89, caso haja expressa confissão irretratável do débito fiscal e renúncia ao contencioso administrativo tributário, e se atendidas as demais condições previstas no §1º, em havendo exigência de imposto, as infrações ficarão sujeitas a multa de 35% equivalente ao valor do imposto ou, nos demais casos, redução de 50% sobre os valores previstos na legislação vigente.

Para mais dúvidas sobre a confissão irretratável redução da multa ou sobre os procedimentos para confessar, acesse o link: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/cfaiim/Paginas/Como-Confessar.aspx

Além disso, de acordo com o artigo 95, incisos I e II e §8º, da Lei 6.374/89, a multa poderá ser paga com desconto de 70% dentro do prazo de 15 dias ou de 60% dentro do prazo de 30 dias, contados da data em que se considerar esta notificação realizada, condicionando-se este benefício ao pagamento integral do débito e implicando em renúncia à Defesa e aos recursos previstos na legislação. Os valores líquidos para pagamento encontram-se no Demonstrativo do Débito Fiscal - Quadro 2.

Para simular ou para gerar a DARE de pagamento acesse o sistema da Conta Fiscal do AIIM: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/cfaiim/Paginas/Sobre.aspx

Para informações sobre Parcelamentos e sobre documentos necessários acesse o link: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/parcelamento-icms/Paginas/D%C3%A9bitos-que-podem-serparcelados.aspx

Nos termos do artigo 100, §§ 1º e 2º do Decreto 54.486/2009, decorrido o prazo de 30 dias da data em que se considerar realizada esta notificação sem que haja o recolhimento ou acordo de parcelamento do débito fiscal exigido no AIIM ou, ainda, a apresentação de Defesa, o AIIM será encaminhado ao Delegado Regional Tributário para ratificação e implicará na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado.

As infrações podem caracterizar crime contra ordem tributária, casos em que poderão ser comunicadas ao Ministério Público por meio de Representação Fiscal de Crime Contra Ordem Tributária, nos termos da legislação vigente.

DO CREDENCIAMENTO NO ePAT E DA APRESENTAÇÃO DA DEFESA POR MEIO DO ePAT

O notificado poderá se credenciar no ePAT, nos termos da Portaria CAT 198/2010, para ter acesso à integra do auto de infração e ao processo eletrônico a qualquer tempo, logo depois que tiver concluído o seu credenciamento.

O credenciamento poderá ser efetuado, desde que o notificado possua assinatura digital, através do Portal do ePAT – Módulo do Contribuinte: https://www.fazenda.sp.gov.br/ePAT/portal/

A Defesa deverá ser enviada através do Portal do ePAT nos termos dos artigos 13, 14 e 15 da Portaria CAT 198/2010, munida de documentos e peças em formato pdf, e dirigida ao Julgador Tributário.

O autuado poderá vincular representantes legais ao AIIM, outorgando procuração eletrônica no Portal do ePAT, os quais terão acesso à íntegra do processo eletrônico e poderão enviar a Defesa, recurso, petição e praticar todos os atos processuais.

Nos casos em que os representantes do autuado não estiverem credenciados no ePAT, os atos do processo eletrônico poderão ser praticados no Posto Fiscal de Vinculação, atendendo ao disposto no artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

Ressalte-se que a apresentação de Defesa acarreta no início do processo administrativo tributário nos termos do artigo 33 da Lei 13.457/2009, sujeitando o contribuinte às regras processuais, especialmente quanto à Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais através da publicação no Diário Eletrônico da Secretaria da Fazenda, conforme artigo 29 da Portaria CAT 198/2010 e artigo 1º da Resolução SF 20/2011.

Núcleo de Serviços Especializados - I - ICMS

Comunicado

O(s) contribuinte(s) abaixo identificado(s) fica(m) notificado(s) da decisão do Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I - ICMS de Campinas do Indeferimento do pedido de reativação da eficácia da Inscrição Estadual que se encontra Suspensa no âmbito do Programa Nos Conformes.

Poderá(ão) apresentar recurso dirigido ao Delegado Regional Tributário de Campinas, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação deste edital.

Razão Social: Adrielle Galvão Camargo 41064503802

Inscrição Estadual: 165.484.670.115

CNPJ: 34.442.655/0001-31

Data da Suspensão por Não Localização: 31-08-2020

Gdoc/SIGA DOC: SFP-EXP-2020/163109

Posto Fiscal de Campinas

PF-Campinas

Comunicado

O(s) contribuinte(s) a seguir identificado(s) fica(m) notificado(s) do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

No prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, o(s) contribuinte(s) ou responsável(is), sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa, deverá(ão) recolher o débito fiscal integralmente ou apresentar contestação, por escrito, ao Chefe da Unidade de Julgamento, que deve ser protocolizada no PF-Campinas sito à Avenida Dr. Alberto Sarmento, 4 - Bonfim, CEP 13070-901 - Campinas - SP, conforme disposto no artigo 5º do Decreto 54.714/09, nos dias úteis e no horário das 09h às 16h30.

São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do imposto as pessoas indicadas no § 2º do artigo 6º da Lei 13.296/08.

Os dados foram obtidos nos sistemas de informação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e/ou em documentos colhidos pela fiscalização.

Base de cálculo e alíquota nos termos dos artigos 7º, 8º e 9º e 1º das Disposições Transitórias da Lei 13.296/08.

As tabelas de valor venal para os veículos usados foram publicadas no Diário Oficial do Estado – D.O., conforme:

Resolução SF - 81, de 26-11-2015, D.O. 28-11-2015, exercício 2016

Resolução SF - 90, de 24-11-2016, D.O. 30-11-2016, exercício 2017

Resolução SF - 106, de 29-11-2017, D.O. 30-11-2017, exercício 2018

Resolução SF - 123, de 27-11-2018, D.O. 30-11-2018, exercício 2019

Resolução SFP - 106, DE 16-12-2019, D.O. 17-12-2019, exercício 2020

Resolução SFP - 93, DE 16-12-2020, D.O. 17-12-2020, exercício 2021

Os Juros de Mora são calculados na forma da Lei 10.175/98 e aplicados conforme a Lei 13.296/08.

Acréscimos moratórios calculados nos termos do artigo 27 da Lei 13.296/08.

Nos casos em que houve pagamento parcial, após o prazo legal, o valor do imposto devido foi imputado, conforme § 1º do artigo 18 da Lei 13.296/08.

O valor do débito fiscal, a seguir discriminado, é valido para pagamento até o último dia útil do mês da data desta publicação. Após essa data, o valor será atualizado nos termos da legislação vigente à época da ocorrência do fato gerador.

A não quitação dos débitos relacionados implicará a inscrição do nome do contribuinte ou responsável no CADIN Estadual, nos termos da Lei 12.799/2008.

Nome CPF/CNPJ RENAVAM Placa do Veículo Nº Controle Exercício IPVA Multa Juros

Azul Empreendimentos Casas Ltda. 26.771.270/0001-90 00714380164 FNH6944 310056640 2020 1085,44 217,08 156,31

Azul Empreendimentos Casas Ltda. 26.771.270/0001-90 00714380164 FNH6944 310056640 2019 1110,00 221,99 319,68

Sérgio Elias Cavallini 094.743.498-43 00728966336 GVM2534 310056639 2019 383,12 76,62 110,34

Sérgio Elias Cavallini 094.743.498-43 00728966336 GVM2534 310056639 2018 391,48 78,29 169,12

Sérgio Elias Cavallini 094.743.498-43 00728966336 GVM2534 310056639 2017 414,24 82,84 238,85

Delegacia Regional Tributária de São José do Rio Preto - DRT-8

Posto Fiscal de São José do Rio Preto

Comunicado

Ato de Cassação da Eficácia de Inscrição Estadual

Ficam os contribuintes adiante arrolados, todos vinculados a esta unidade fiscal, notificados de que as suas inscrições no Cadastro Sefaz foram declaradas INAPTAS pelo fisco, pelo fato de que foi constatada a inatividade dos respectivos estabelecimentos nos endereços indicados no Cadesp, nos termos do artigo 31, inciso I do RICMS/2000 (aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000), cc artigo 12 da Portaria CAT 95, de 24-11-2006.

Nome: Riopretana Distribuidora de Medicamentos Limitada

Endereço: Rua Doutor José Jorge Cury, 635

Bairro/CEP: Parque Industrial Tancredo Neves / 15.076-610

Cidade: São José do Rio Preto

IE: 647.578.245.112

CNPJ: 11.550.277/0001-04

Data de Inatividade: 23-04-2019

Expediente SIGADOC nº: SFP-EXP-2020/202441

Observação - Sobre os atos de cassação ora publicados, o contribuinte/interessado poderá interpor recurso escrito dirigido ao Delegado Regional Tributário da DRT-8/São José do Rio Preto, nos termos do artigo 13 da Portaria CAT 95/2006.

Comunicado

Exclusão de Contabilista

Atendendo ao disposto no inciso III, artigo 2º-A, Anexo II, da Portaria CAT 92/98, comunicamos aos contribuintes abaixo relaiconados, a exclusão do contabilista vinculado ao seu estabelecimento inscrito no Cadastro de Contribuintes de ICMS do Estado de São Paulo - Cadesp.

Em razão disto, deverá ser providenciada alteração cadastral com vinculação de novo contabilista por meio do Portal da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim.

Notificação:

Batistel Comércio Atacadista de Pisos e Revestimentos Eireli IE: 647.459.510.110 CNPJ: 03.377.079/0001-62

Delegacia Regional Tributária de Presidente Prudente - DRT-10

Núcleo de Serviços Especializados - DRT-10

Comunicado

Ato de Cassação de Eficácia de Inscrição

O(s) Contribuinte(s) abaixo relacionado(s) fica(m) notificado(s) de que teve(tiveram) cassada a eficácia de sua(s) Inscrição(ões) Estadual(ais), nos termos da Portaria CAT 95/2006, a partir da(s) data(s) indicada(s) pela não localização do estabelecimento, com base legal no art. 20, inciso I da Lei 6.374/89 e art. 31, inciso I do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/2000.

RAZÃO SOCIAL	IE	CNPJ	INATIVIDADE
Thais G. M. Da Silva Lanchonete	562.406.877.110	27.667.473/0001-01	28-06-2019
Marcelo Fernandes - Frios	494.094.355.117	10.743.267/0001-22	29-01-2018
Carvalho & Marson Ltda.	150.048.718.119	23.172.013/0001-43	01-08-2017
Leandro Batista de Castro 42162590816	562.449.210.112	32.161.584/0001-73	15-01-2019
Auto Posto Aviação Martinópolis Ltda.	440.013.472.110	03.296.964/0001-17	05-12-2018
T. A. de S. Acuia e Cia. Ltda.	562.491.962.116	11.050.514/0001-78	23-01-2020
Mixamo - Comércio de Combustíveis Ltda.	562.272.045.114	07.778.556/0001-52	30-06-2020

Desta decisão caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, perante a Delegada Regional Tributária da DRT-10, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação.

Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo - DRT-12

Comunicado

O Delegado Regional Tributário de São Bernardo do Campo - DRT/12, com fundamento no artigo 16 da Portaria CAT 95/2006, deu início, nos autos do processo de protocolo SFP-PRC-2020/19337, mediante a expedição de Ordem de Instauração, do Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade (PCN) Da Inscrição Estadual 286.594.183.114, atribuída à pessoa jurídica L2S Colchões Tecnológicos Ltda., CNPJ 36.671.963/0001-64, com endereço declarado na Avenida Vereador Juarez Rios de Vasconcelos, 71, Sala 3, Centro, Diadema/SP, em razão de indícios de simulação de existência do estabelecimento ou da empresa, desde 13-03-2020, data de sua concessão. O sócio-administrador constante no Cadesp é Luciano Lopes da Silva, CPF 406.681.648-75. A situação descrita subsume-se à hipótese prevista no artigo 30, inciso I do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto 45.490/2000, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto 51.305/06, efeitos a partir de 25-11-2006. A instauração do PCN tem fundamento nos artigos 15, 16, 17, 37 e seguintes da Portaria CAT 95, de 24-11-2006. Em consonância ao artigo 17, §1º, da Portaria CAT 95/2006 o contribuinte poderá apresentar, no prazo de 15 dias, informações e/ou documentos com a finalidade de esclarecer os fatos que motivaram a medida.

Comunicado

Fica o interessado notificado da decisão do Recurso referente ao Pedido de Isenção de IPVA/Reconhecimento de Imunidade objeto do processo abaixo referenciado:

Nome CPF/CNPJ SIVEI GDOC/SIGADOC Placa Situação

Fábio Marinho Tonga 140.120.438-46 120032-20200731-103623468-15 SFP-PRC-2020/21320 FAT-5A42 Deferido

Raimunda Maria de Novaes 656.804.808-91 120032-20200810-112347146-72 SFP-PRC-2020/21275 DZE-2H69 Deferido

Delegacia Regional Tributária de Guarulhos - DRT-13

Núcleo de Serviços Especializados - I - ICMS

NSE-I - ICMS

Comunicado

Cassação da Eficácia de Inscrição Estadual.

O Chefe do PF-10 Guarulhos, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, comunica aos interessados que, em decorrência de decisão exarada(s) no(s) expediente(s), determinou a cassação da eficácia da Inscrição Estadual, atribuída ao(s) estabelecimento(s) do(s) contribuinte(s) abaixo.

Contribuinte: Silvana Nardone 15447767806

Inscrição Estadual: 796.267.914.118

CNPJ: 21.152.162/0001-15

Endereço: Avenida Doutor Renato de Andrade Maia, 530 - CEP 07.114-000 - Parque Renato Maia - Guarulhos/SP.

SPDOC: SFP-EXP-2020/142107

Data da Inatividade: 30-04-2020

Motivo: Não Localização de Contribuinte

Da cassação caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Guarulhos no prazo de 30 dias contados desta publicação, nos termos do art. 13 da Portaria supramencionada.

NSE-I - ICMS

Comunicado

Cassação da Eficácia de Inscrição Estadual.

O chefe do PF-10 Guarulhos, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, comunica aos interessados que, em decorrência de decisão exarada(s) no(s) expediente(s), determinou a cassação da eficácia da Inscrição Estadual, atribuída ao(s) estabelecimento(s) do(s) contribuinte(s) abaixo.

Contribuinte: Júlio Cezar Yoshimoto 01405136987

Inscrição Estadual: 796.824.229.113

CNPJ: 32.259.356/0001-30

Endereço: Avenida Doutor Renato de Andrade Maia, 530 - CEP 07.114-000 - Parque Renato Maia - Guarulhos/SP.

SPDOC: SFP-EXP-2020/142112

Data da Inatividade: 11-05-2020

Motivo: Não Localização de Contribuinte

Da cassação caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Guarulhos no prazo de 30 dias contados desta publicação, nos termos do art. 13 da Portaria supramencionada.

NSE-I - ICMS

Comunicado

Cassação da Eficácia de Inscrição Estadual.

O Chefe do PF-10 Guarulhos, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, comunica aos interessados que, em decorrência de decisão exarada(s) no(s) expediente(s), determinou a cassação da eficácia da Inscrição Estadual, atribuída ao(s) estabelecimento(s) do(s) contribuinte(s) abaixo.

Contribuinte: Magauto & Som - Acessórios para Veículos Ltda.

Inscrição Estadual: 796.045.967.118

CNPJ: 17.130.537/0001-79

Endereço: Rua Holandesa, 364 - CEP 07.180-200 - Cidade Jardim Cumbica - Guarulhos/SP.

SPDOC: SFP-EXP-2020/217802

Data da Inatividade: 27-11-2017

Motivo: Não Localização de Contribuinte

Da cassação caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Guarulhos no prazo de 30 dias contados desta publicação, nos termos do art. 13 da Portaria supramencionada.

Delegacia Regional Tributária de Araraquara - DRT-15

Núcleo Fiscal de Cobrança - DRT-15

Comunicado

Não constam em nossos sistemas o recolhimento ou acordo de parcelamento do débito tributário constituído através do Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM – cujo nome do autuado, identificação, número e data de lavratura se encontra abaixo relacionado.

No exercício da competência a que se refere o inciso I do artigo 2º da Resolução SF-50, de 27-04-2018, comunicamos que o correspondente o processo administrativo correspondente ao mencionado AIIM permanecerá em cobrança administrativa sob a responsabilidade deste Núcleo Fiscal de Cobrança durante o prazo de 15 dias - no aguardo de uma das seguintes providências: Recolhimento integral do débito, com o desconto na multa previsto na legislação vigente, ou Pedido de parcelamento do débito, nos termos da legislação em vigor, medidas que deverão ser realizados através de canais virtuais.

A emissão de DARE para pagamento poderá ser obtida on line através do sistema Conta Fiscal do AIIM, botão "Pagar".

Os formulários necessários para parcelamento poderão ser obtidos também on line no Posto Fiscal Eletrônico da Secretaria da Fazenda e Planejamento. O envio do pedido de parcelamento, bem como o encaminhamento da documentação exigida, deverá ser realizado por meio eletrônico para os seguintes e-mails a depender da circunscrição na qual se encontra a empresa:

Araraquara - pfarara@fazenda.sp.gov.br – telefone (16) 3301-0755;

São Carlos - pfsaocarlos@fazenda.sp.gov.br - telefone (16) 3371-3003;

Rio Claro - pfrioclaro@fazenda.sp.gov.br - (19) 3524-7919;

Pirassununga - pfpirassununga@fazenda.sp.gov.br - telefone (19) 3561-3343.

Dúvidas a respeito da presente notificação podem ser enviadas para os e-mails acima indicados ou serem esclarecidas através de ligações para os telefones dos Postos Fiscais, das 9h às 12h de segunda a sexta-feira, enquanto não forem normalizados os atendimentos presenciais nas unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Esgotado o prazo, sem que uma das providências sugeridas tenha sido tomada, o débito será inscrito na dívida ativa, sendo encaminhado para cobrança executiva, com os acréscimos e gravames daí decorrentes.

Lwiz XV Comercial Ltda.

CNPJ: 04.483.021/0002-47

IE: 181.307.496.115

Referente ao AIIM 4.131.989-8 de 28-01-2020

Advogado/Procurador: André Wadhy Rebehy - OAB: 174.491 SP

Núcleo de Serviços Especializados - II

NSE-II

Comunicado

O(s) contribuinte(s) a seguir identificado(s) fica(m) cientificado(s) sobre a Cassação da Eficácia da Inscrição Estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SP, da(s) seguinte(s) empresa(s), com base no § 4º do Artigo 11 da Portaria CAT 95/2006:

PROTOCOLADO	RAZÃO SOCIAL	IE	CNPJ	ENDEREÇO	INAPTO DESDE
SFP-EXP-2020/202863	Carlos Alberto Machado Junior & Cia. Ltda.	536.052.974.113	15.311.493/0001-58	Avenida Newton Prado, 2378, Pirassununga - CEP 13.631-040	03-04-2012
SFP-EXP-2020/203793	Nereu Araújo Lessa	684.035.970.117	05.532.782/0001-23	Rua Carlos Soldi, 241, Taquaritinga - CEP 15.900-000	07-04-2014

NSE-II

Comunicado

O(s) contribuinte(s) a seguir identificado(s) fica(m) cientificado(s) sobre a Suspensão da Eficácia da Inscrição Estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SP, da(s) seguinte(s) empresa(s), com base no Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

PROTOCOLADO	RAZÃO SOCIAL	IE	CNPJ	ENDEREÇO	SUSPENSO DESDE
SFP-EXP-2021/17458	Distribuidora de Cosméticos Araújo e Filhos Ltda.	181.005.338.112	12.271.675/0001-54	Rua Aristides Penedo, 404, Araraquara - CEP 14.807-414	17-11-2020
SFP-EXP-2021/15985	Angela Maria Silva Bueno	637.194.597.113	17.071.695/0001-03	Rua da Imprensa, 218, São Carlos - CEP 13.569-007	22-01-2021
SFP-EXP-2021/17207	Reynaldo Alves da Silva Neto	181.338.912.110	08.807.815/0001-99	Avenida Espanha, 795, Araraquara - CEP 14.801-130	25-01-2021
SFP-EXP-2021/16034	Maura Maria de Oliveira 31967082847	637.201.539.117	17.619.911/0001-02	Rua Padre Teixeira, 1707, São Carlos - CEP 13.560-210	25-01-2021
SFP-EXP-2021/15964	AZ Distribuição de Cosméticos Ltda.	637.194.417.111	17.058.010/0001-80	Rua Padre Teixeira, 1707, São Carlos - CEP 13.560-210	25-01-2021
SFP-EXP-2021/16926	Luiz S. Da Silva São Carlos	637.187.216.119	05.128.062/0001-05	Avenida Romualdo Villani, 831, São Carlos - CEP 13.563-651	26-01-2021

SUBCOORDENADORIA DE CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS

Delegacia Tributária de Julgamento 1 - São Paulo

DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 28-12-2020

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que Negou Provimento ao recurso de ofício interposto face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/2008.

Em relação aos valores proporcionais a 9/12 do exercício de 2015, extingue-se o crédito tributário, nos termos do art. 156, inciso IX, do Código Tributário Nacional - CTN.

Em relação ao valores proporcionais a 3/12 do exercício de 2015, bem como em relação aos demais exercícios (2016 a 2019), deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08. Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/09.

Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Cristian Andrés Azagra San Matin 13522577850 70.849.816-4 FRD-7082

DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 28-12-2020

O contribuinte e seu procurador, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que Não Admitiu o recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/2008.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/2009, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/2008.

Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Banco Pan S.A. 59285411000113 31.003.198-9 FSS-6622

Banco Pan S.A. 59285411000113 31.003.214-3 AUT-7065

Procurador

Luiz Gustavo A. S. Bichara OAB/SP 303.020

DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 20-01-2021

O contribuinte e os advogados abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que Não Conheceu, por vício de representatividade, o recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/2008.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/2009, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/2008. Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.000.345-9 AAY-9035

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.000.628-0 ABW-0516

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.002.084-6 AJS-4856

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.002.941-2 AKI-0026

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.004.019-5 AKZ-5086

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.004.238-6 ALC-8660

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.004.445-0 ALG-9816

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.004.847-9 ALO-1605

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.005.402-9 ALY-2545

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.006.505-2 AMS-5635

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.006.633-0 AMU-2416

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.007.010-2 AMZ-1146

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.008.519-1 AOA-7595

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.012.428-7 ART-0116

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.018.998-1 BEM-0645

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.023.655-7 CLX-9585

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.025.081-5 COT-7706

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.026.791-8 CQB-7815

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.027.505-8 CQO-9956

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.028.391-2 CRJ-1595

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.029.342-5 CRV-5655

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.030.082-0 CSD-5114

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.031.809-4 CSX-4835

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.035.781-6 CVL-5135

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.036.143-1 CVN-0446

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.036.492-4 CVP-3086

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.040.298-6 CXW-8335

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.041.020-0 CYB-1376

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.041.798-9 CYI-3166

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.041.813-1 CYI-3755

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.041.915-9 CYI-8275

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.042.140-3 CYJ-9115

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.046.674-5 CZI-2885

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.046.742-7 CZI-4916

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.050.427-8 DAL-1726

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.050.531-3 DAL-6316

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.051.272-0 DAO-6195

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.051.571-9 DAP-7929

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.051.863-0 DAR-1156

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.054.120-2 DBC-0965

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.055.790-8 DBM-5705

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.057.166-8 DBV-7015

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.057.305-7 DBW-2520

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.057.545-5 DBX-3350

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.058.651-9 DCB-8566

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.060.137-5 DCH-9965

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.060.374-8 DCK-7444

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.060.872-2 DCQ-2156

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.063.049-1 DDC-5225

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.063.603-1 DDE-4514

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.064.855-0 DDI-6342

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.066.028-8 DDN-5286

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.066.851-2 DDQ-2966

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.068.807-9 DDX-0627

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.069.696-9 DDZ-8192

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.070.115-1 DEB-2565

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.072.179-4 DEJ-0776

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.073.268-8 DEN-2236

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.073.822-8 DER-6865

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.074.101-0 DES-7496

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.075.462-3 DEX-7775

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.076.911-0 DFF-9496

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.078.049-0 DFJ-7825

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.078.634-0 DFL-5296

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.079.168-1 DFN-1542

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.079.484-0 DFO-1875

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.080.830-9 DFS-3415

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.081.530-2 DFU-4486

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.083.169-1 DFZ-4962

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.083.287-7 DFZ-8876

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.084.106-4 DGC-5995

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.084.184-2 DGC-8816

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.085.369-8 DGI-2733

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.085.990-1 DGJ-9305

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.086.034-4 DGK-0429

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.086.379-5 DGL-1125

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.087.069-6 DGN-9916

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.087.403-3 DGO-9406

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.088.969-3 DGX-7365

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.089.038-5 DGX-8636

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.089.576-0 DHF-3805

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.090.196-6 DHH-3566

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.090.901-1 DHO-5005

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.092.255-6 DHS-4235

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.092.612-4 DHT-3996

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.094.662-7 DHZ-2596

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.095.501-0 DIB-6016

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.095.874-5 DIC-6825

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.095.907-5 DIC-7935

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.097.043-5 DIG-0216

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.097.574-3 DIH-6083

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.098.988-2 DIL-6186

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.099.132-3 DIM-0626

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.099.818-4 DIO-1196

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.100.219-0 DIP-4261

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.100.426-5 DIQ-0145

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.100.957-3 DIR-5766

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.101.971-2 DIU-3376

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.102.371-5 DIV-4555

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.102.737-0 DIW-6546
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.103.381-2 DIY-4352
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.103.565-1 DIY-8885
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.104.555-3 DJB-8716
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.105.011-1 DJD-3736
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.105.408-6 DJE-4756
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.105.935-7 DJG-1205
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.107.100-0 DJN-6695
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.108.570-8 DKA-6075
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.108.650-6 DKA-8593
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.109.773-5 DKD-5066
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.110.210-0 DKE-5560
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.112.428-3 DKQ-2626
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.113.822-1 DKV-1766
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.113.938-9 DKV-4085
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.114.020-3 DKV-5946
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.114.137-2 DKV-8245
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.114.173-6 DKV-9165
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.114.462-2 DKW-6715
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.115.067-1 DKY-2716
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.115.076-2 DKY-2845
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.115.289-8 DKY-8355
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.115.361-1 DKZ-0445
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.115.992-3 DLA-7939
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.116.512-1 DLC-1845
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.116.710-5 DLC-6325
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.116.988-6 DLF-2686
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.117.002-5 DLF-3046
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.119.076-0 DLR-5095
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.119.138-7 DLR-6685
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.119.848-5 DMA-1185
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.120.643-3 DMC-1432
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.121.154-4 DMD-5435
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.121.857-5 DMF-5746
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.122.591-9 DMH-6452
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.124.478-1 DMM-5285
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.124.550-5 DMM-6896
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.125.119-0 DMO-8375
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.127.354-9 DMV-1646
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.128.730-5 DMY-9305
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.130.587-3 DNK-3176
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.130.822-9 DNL-0585
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.133.276-1 DNY-1706
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.133.299-2 DNY-2294
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.133.336-4 DNY-3426
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.138.640-0 DPE-8206
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.139.362-2 DPJ-1245
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.142.102-2 DQA-0126
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.143.506-9 DQE-1145
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.146.480-0 DQN-0765
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.147.168-2 DQO-8905
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.150.486-9 DQZ-9116
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.152.605-1 DRG-1436
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.154.619-0 DRM-3965
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.154.936-1 DRN-3625
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.157.884-1 DSA-9225
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.157.907-9 DSA-9846
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.158.106-2 DSB-4646
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.158.227-3 DSB-7796
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.158.232-7 DSB-7876
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.158.235-2 DSB-7985
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.159.436-6 DSF-4195
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.162.211-8 DSN-4986
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.163.128-4 DSQ-0106
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.165.449-1 DSY-0515
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.165.478-8 DSY-1365
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.166.397-2 DTB-0125
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.166.881-7 DTC-5126
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.168.918-3 DTS-7876
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.169.175-0 DTT-5476
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.169.826-3 DTV-3996
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.170.375-1 DTX-1015
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.171.249-1 DTZ-5125
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.171.393-8 DTZ-8336
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.171.458-0 DTZ-9846
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.172.096-7 DUB-8395
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.174.041-3 DUH-5035
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.177.322-4 DUR-1786
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.177.878-7 DUS-7886
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.177.994-9 DUT-1236
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.178.338-2 DUU-2705
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.182.977-1 DVT-5135
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.184.812-1 DWF-1395
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.184.832-7 DWF-1945
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.185.183-1 DWG-1985
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.186.099-6 DWJ-1525
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.190.254-1 DXB-4975
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.190.599-2 DXC-4725
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.198.910-5 DYH-6935
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.202.039-4 DZG-5806
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.202.159-3 DZH-0015
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.205.323-5 EAA-0266
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.205.653-4 EAB-0015
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.206.876-7 EAF-1866
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.208.804-3 EAL-1926
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.209.826-7 EAO-3586
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.222.610-5 ECT-5356
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.226.382-5 EDN-1116
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.226.418-0 EDN-2036
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.228.972-3 EDW-0266
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.232.672-0 EEN-3265
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.232.782-7 EEN-7016
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.236.522-1 EFA-6435
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.237.249-3 EFC-9025
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.238.704-6 EFS-6596
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.243.178-3 EGH-9565
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.246.782-0 EGW-1445
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.247.383-2 EHR-9595
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.247.882-9 EIA-4051
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.252.410-4 EIS-4805
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.253.283-6 EIV-2976
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.260.778-2 EKM-9115
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.261.996-6 EKR-2905
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.261.997-8 EKR-2906
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.262.364-7 EKS-5916
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.262.442-1 EKS-8396
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.262.447-0 EKS-8495
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.262.716-1 EKT-6475
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.265.044-4 ELD-5985
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.272.669-2 EML-0935
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.276.610-0 ENA-5995
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.279.377-2 ENO-2996
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.281.309-6 ENV-7185
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.281.458-1 ENW-1725
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.284.586-3 EPF-8645
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.284.605-3 EPF-9266
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.288.521-6 EPT-2155
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.289.870-3 EPY-4235
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.289.882-0 EPY-4695
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.296.311-2 ERB-9355
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.299.822-9 ERO-0105
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.299.886-2 ERO-1646
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.299.974-0 ERO-4105
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.301.574-6 ERU-5466
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.304.677-9 ETD-1176
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.304.901-0 ETD-9135
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.305.412-0 ETF-8825
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.305.973-7 ETH-8845
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.305.984-1 ETH-9125
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.307.582-2 ETN-4864
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.307.643-7 ETN-6436
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.309.684-9 ETV-6235
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.309.686-2 ETV-6325
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.321.407-0 EVQ-5026
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.339.940-8 FAA-8345
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.342.597-3 FAO-5045
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.343.736-7 FAW-7676
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.424.382-9 GOL-8895
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.429.466-7 HBY-1165
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.429.472-2 HBY-1436
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.430.137-4 HCU-5566
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.430.940-3 HDV-1176
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.431.999-8 HFG-4995
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.432.435-0 HFR-6136
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.433.327-2 HGS-3665
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.436.374-4 HJP-2533
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.437.189-3 HKT-8095
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.441.183-0 HPK-0186
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.441.456-9 HQB-0935
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.442.162-8 HSF-7195
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.443.115-4 HWU-7136
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.447.794-4 JHQ-0665
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.447.797-0 JHQ-0735
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.449.496-6 JPA-9455
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.449.969-1 JPN-9245
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.452.377-2 JWS-5595
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.452.591-4 JXJ-1355
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.456.869-0 KQF-4015
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.458.034-2 KWY-0375
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.458.954-0 KZF-0146
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.459.535-7 LCP-3196
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.461.500-9 LON-9486
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.464.786-2 MCI-5186
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.464.824-6 MCL-8915
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.467.991-7 MSJ-8860
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.471.040-7 NFF-5956
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.471.460-7 NGO-5746

Advogados
Luiz Gustavo A. S. Bichara OAB/SP 303.020
Thiago Paranhos Neves OAB/SP 351.018
DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 20-01-2021

O contribuinte e os advogados, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que Não Conheceu, por vício de representatividade, o recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/2008.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/2009, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/2008. Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.488.765-4 ACH-7788
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.489.970-0 AJQ-5135
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.490.603-0 AKF-6957
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.490.793-8 AKI-7061
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.490.846-3 AKJ-4239 Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.490.998-4 AKM-3678
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.491.430-0 AKW-8278
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.491.829-8 ALG-4228
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.491.891-2 ALH-6687
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.492.632-5 ALY-4587
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.493.138-2 AMF-4745
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.494.430-3 ANB-8417
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.494.828-0 ANI-9028
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.496.562-8 AOU-4168
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.501.253-0 AVP-2125
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.503.308-9 BAC-4477
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.503.339-9 BAD-0307
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.504.385-0 BEL-0638
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.505.996-0 BSG-9228
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.505.997-2 BSG-9237
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.507.257-5 BWZ-7517
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.508.432-2 CKD-3834
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.509.056-5 CLK-5727
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.509.475-3 CMD-6984
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.509.750-0 CML-0696
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.509.855-2 CMM-7187
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.512.053-3 CPB-1063
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.512.078-8 CPB-6289
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.512.799-0 CPJ-3307
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.513.511-1 CPU-9206
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.513.935-9 CQC-5107
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.514.284-0 CQH-6777
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.515.426-9 CRD-0683
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.517.189-9 CRM-8477
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.521.333-0 CTA-4428
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.523.139-2 CTX-3099
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.523.433-2 CUB-2448
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.525.088-0 CVK-7475
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.527.364-7 CWC-8736
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.528.687-3 CXA-1817
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.529.779-2 CXM-7648
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.530.397-4 CXT-1771
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.530.858-3 CXX-1927
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.531.517-4 CYA-5643
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.531.869-2 CYC-2208
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.536.642-0 CZC-4127
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.536.841-5 CZD-2127
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.537.278-9 CZE-8558
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.537.922-0 CZI-4047
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.538.860-8 CZN-9479
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.540.018-9 CZX-8038
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.540.773-1 DAE-1778
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.546.372-2 DBG-4858
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.546.674-7 DBI-0536
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.546.744-2 DBI-3478
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.546.894-0 DBJ-3450
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.548.148-7 DBP-3798
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.549.101-8 DBW-1677
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.552.277-5 DCK-3668
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.552.997-6 DCQ-1204
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.554.452-7 DCZ-5027
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.554.492-8 DCZ-6118
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.555.404-1 DDC-7424
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.556.138-0 DDF-0197
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.556.716-3 DDG-8048
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.557.135-0 DDI-0608
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.557.373-4 DDI-7745
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.559.452-0 DDQ-6148
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.560.123-7 DDS-6038
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.560.340-4 DDT-2294
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.560.885-2 DDV-0497
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.564.928-3 DEJ-0817
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.568.028-9 DEX-2617
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.568.270-5 DEX-9018
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.568.389-8 DEY-2986
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.569.481-1 DFF-6588
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.569.869-5 DFG-8778
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.570.417-8 DFI-7137
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.570.972-3 DFK-6559
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.571.849-9 DFN-2388
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.572.145-0 DFO-2058
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.572.268-5 DFO-6748
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.572.392-6 DFP-0237
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.572.434-7 DFP-1781
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.573.275-7 DFR-6907
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.573.747-0 DFS-8636
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.575.619-1 DFY-1989
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.576.012-1 DFZ-4627
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.576.670-6 DGB-3357

Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.576.850-8 DGB-8467
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.579.509-3 DGL-6698
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.579.699-1 DGN-1898
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.579.743-0 DGN-2697
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.579.787-9 DGN-3771
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.579.831-8 DGN-4861
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.580.382-0 DGO-9077
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.581.178-5 DGV-5443
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.581.554-7 DGW-4091
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.581.700-3 DGW-6964
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.582.037-3 DGX-7177
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.582.083-0 DGX-8097
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.582.132-8 DGX-8968
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.582.232-1 DGZ-1428
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.582.294-1 DGZ-3047
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.582.750-1 DHF-7158
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.582.843-8 DHG-0397
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.583.063-9 DHG-7408
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.583.132-2 DHG-9677
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.583.354-9 DHH-6018
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.584.398-1 DHQ-0227
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.585.122-9 DHR-7599
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.585.188-6 DHR-9418
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.586.369-4 DHV-5166
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.587.932-0 DIA-2578
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.588.682-7 DIC-2388
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.588.896-4 DIC-8343
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.589.598-1 DIE-9347
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.590.432-5 DIH-2628
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.591.457-4 DIK-3736
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.592.810-0 DIN-9837
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.593.511-5 DIQ-0798
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.593.681-8 DIQ-5458
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.595.745-7 DIW-8628
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.596.180-1 DIY-2157
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.596.382-2 DIY-7797
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.596.539-9 DIZ-2868
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.597.335-9 DJB-7318
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.597.610-5 DJC-8107
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.598.061-3 DJE-1987
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.599.567-7 DJN-3048
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.599.772-8 DJN-8478
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.599.822-8 DJN-9997
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.601.226-4 DKB-7068
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.603.084-9 DKM-2627
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.603.540-9 DKO-4178
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.604.221-9 DKQ-6128
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.605.266-3 DKV-0578
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.605.525-1 DKV-7231
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.605.541-0 DKV-7748
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.606.169-0 DKX-7728
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.606.805-1 DKZ-7718
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.609.329-0 DLP-4218
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.610.096-7 DLU-1547
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.610.929-6 DMB-6107
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.612.014-0 DMF-2047
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.612.680-4 DMH-3268
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.613.715-2 DMK-5617
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.614.207-0 DMM-0208
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.614.796-0 DMO-5707
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.615.116-1 DMP-6617
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.615.374-1 DMQ-5638
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.615.756-4 DMR-8068
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.617.696-0 DMY-1168
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.619.664-8 DNK-4577
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.620.903-5 DNS-6956
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.621.074-8 DNT-2727
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.622.125-4 DNY-6568
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.622.915-0 DOD-3808
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.623.225-2 DOG-3777
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.623.446-7 DOI-4477
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.623.946-5 DOM-6018
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.624.733-4 DOR-0826
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.626.023-5 DPB-1408
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.629.878-0 DQA-2298
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.630.042-7 DQA-6667
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.630.071-3 DQA-7867
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.630.671-5 DQC-7608
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.631.644-7 DQG-2768
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.632.217-4 DQI-1598
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.633.266-0 DQL-7838
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.633.730-0 DQN-3073
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.634.083-8 DQO-3488
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.634.855-2 DQR-1028
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.635.018-2 DQR-6852
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.635.404-7 DQT-0138
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.636.407-7 DQX-4127
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.640.035-5 DRK-3138
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.641.040-3 DRN-8628
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.641.184-5 DRO-3008
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.641.422-6 DRP-1018
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.643.565-5 DSB-0138
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.643.890-5 DSB-9407
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.645.115-6 DSG-0537
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.647.181-7 DSN-0348
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.650.035-0 DSX-6638
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.650.534-7 DSZ-3267
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.650.619-4 DSZ-6317
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.652.331-3 DTP-4024
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.652.977-7 DTR-6088
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.653.623-0 DTT-6208
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.653.739-7 DTT-9638
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.654.631-3 DTW-8367
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.654.878-4 DTX-6418
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.655.337-8 DTZ-0418
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.655.405-0 DTZ-2438
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.655.601-0 DTZ-8107
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.655.621-5 DTZ-8718
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.658.943-9 DUL-2148
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.659.120-3 DUL-8553
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.662.213-3 DVB-1047
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.662.349-6 DVB-6347
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.663.869-4 DVK-8758
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.665.543-6 DVT-0948
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.667.057-7 DWE-4148
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.667.182-0 DWE-8687
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.669.798-4 DWN-6248
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.673.346-0 DXF-6088
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.674.017-8 DXH-7857
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.674.414-7 DXQ-0728
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.674.424-0 DXQ-0938
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.675.197-8 DXS-4268
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.675.867-5 DXU-5078
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.676.362-2 DXW-2597
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.677.062-6 DXY-5627
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.679.013-3 DYF-4557
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.681.159-8 DZC-5338
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.681.223-2 DZC-8328
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.683.199-8 DZK-0537
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.686.555-8 EAF-6047
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.692.688-2 EBB-6128
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.696.108-0 EBO-0128
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.701.894-8 EDG-2618
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.701.896-1 EDG-2677
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.703.594-6 EDN-8006
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.705.364-0 EDV-1183
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.705.502-7 EDV-5674
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.710.252-2 EET-4267
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.712.232-6 EFB-6698
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.712.787-7 EFM-5757
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.715.619-1 EFZ-7077
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.715.767-5 EGA-2247
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.721.491-9 EHF-0730
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.731.065-9 EJS-4007
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.731.337-5 EJT-4068
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.732.123-2 EJY-4698
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.732.706-4 EKK-6438
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.734.361-6 EKR-2817
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.734.703-8 EKS-7968
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.735.848-6 EKY-5848
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.735.894-2 EKY-7647
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.742.140-8 EME-9228
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.743.404-0 EMK-2928
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.743.713-1 EML-5758
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.743.725-8 EML-6367
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.744.207-2 EMN-6418
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.744.772-0 EMQ-1258
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.746.806-1 ENA-3388
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.747.109-6 ENB-4007
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.747.137-0 ENB-4977
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.749.317-1 ENP-0458
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.750.288-3 ENT-1678
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.754.019-7 EPI-0998
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.756.570-4 EPS-2808
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.758.237-4 EPZ-3427
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.761.665-7 EQQ-5708
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.763.849-5 ERD-2128
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.766.563-2 ERO-4098
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.768.953-3 ERZ-1947
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.770.193-4 ETB-4218
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.770.921-0 ETF-1238
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.771.610-0 ETH-9558
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.773.007-7 ETN-7448
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.774.668-1 ETV-4187
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.776.185-2 EUC-2537
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.783.379-6 EVK-0407
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.785.036-8 EVR-5508
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.785.041-1 EVR-5628
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.802.894-9 FAO-5067
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.818.948-9 FFY-0077
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.820.005-9 FGF-8088
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.849.494-8 FRA-3088
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.877.766-1 GPM-9043
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.878.702-2 GVF-7548
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.878.754-0 GVG-3638
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.880.049-0 GXZ-8935
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.881.680-0 HAM-8688
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.882.563-1 HCA-2512
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.882.804-8 HCG-8077
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.883.235-0 HCO-8578
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.885.529-5 HFT-4118
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.885.609-3 HFW-5657
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.886.110-6 HGR-1208
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.886.801-0 HHM-7528
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.890.994-2 HMS-6527
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.893.227-7 HRO-6997
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.894.926-5 HXK-3257
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.898.009-0 JFX-0296
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.898.993-7 JHH-2607
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.899.773-9 JJB-7727
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.900.043-1 JLQ-5758
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.900.199-0 JMX-6088
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.900.606-8 JOP-6260
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.900.936-7 JPE-1778
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.904.836-1 KED-9964
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.904.991-2 KEK-3327
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.905.417-8 KFG-8242
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.905.767-2 KHX-6367
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.910.143-0 KZQ-9008
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.910.767-5 LCX-0482
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.911.860-0 LNQ-3269
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.912.901-4 LOT-7417
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.915.375-2 MBZ-4028
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.917.823-2 MQM-1618
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.919.676-3 MWA-5007
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.919.755-0 MWB-4753
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.921.051-6 NCK-2088
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.921.747-0 NFX-7668
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.921.918-0 NGM-5767
Pan Arrendamento Mercantil S.A. 2682287000102 70.922.211-7 NHO-3827

Advogados
Luiz Gustavo A. S. Bichara OAB/SP 303.020
Thiago Paranhos Neves OAB/SP 351.018
DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 20-01-2021

O contribuinte e seu respectivo advogado/procurador, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que Deu Provimento ao Recurso de Ofício formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/2008.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/2009, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/2008. Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa
Antonio Manoel Leite 5159512853 69.499.816-3 ORA-7231
DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 20-01-2021

O contribuintes e seu respectivo advogado/procuradore, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que Deu Provimento ao Recurso de Ofício formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/2008.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/2009, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/2008. Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa
Fernando Cesar Bassegio 69537771091 70.361.528-2 FGB-5655
Procurador
Lucas Parreira OAB/SP 342.809
DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 20-01-2021

O contribuinte e seu procurador, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que Negou Provimento ao recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/2008.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/2009, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/2008.

Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa
Carmelinda Gomes Lopez 2248983883 70.524.610-3 CVC-6697
Procuradora
Cátia Cristina Gomes Lopez CPF 16319992816
DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 20-01-2021

O contribuinte e seu procurador, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que Negou Provimento ao recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/2008.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/2009, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/2008.

Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa
Banco Pan S.A. 59285411000113 31.002.893-0 EZI-5166
Procurador
Luiz Gustavo A. S. Bichara OAB/SP 303.020
DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 26-01-2021

O contribuinte e seu respectivo procurador, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que Negou Provimento ao recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/2008.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/2009, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/2008.

Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento 1149953000189 31.000.869-4 DWB-6659

Procurador

Adriano Keith Yjichi Haga OAB/SP 187.281

DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 21-01-2021

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que Deu Provimento para anular o julgamento a quo para que, considerando aprova do protocolo tempestivo, outra decisão seja proferida.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Engeset Engenharia e Serviços de Telecom. 8162032000103 31.001.089-5 OQP-2842

Procurador

Danilo de Andrade Fernandes OAB/MG 128.797

DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 29-01-2021

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que deu provimento ao recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. Em razão disso, extingue-se o crédito tributário nos termos do art. 156, inciso IX do Código Tributário Nacional - CTN.

Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Localiza Rent a Car 16.670.085/0224-77 30.107.769-1 HOH-6592

Luísa Cristina Miranda Carneiro - OAB/SP 362.620

DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 29-01-2021

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que deu provimento ao recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. Em razão disso, extingue-se o crédito tributário nos termos do art. 156, inciso IX do Código Tributário Nacional - CTN.

Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Sílvia Regina de Almeida Souza 16945466833 69.031.047-0 ESS-6507

DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 29-01-2021

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que deu provimento ao recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. Em razão disso, extingue-se o crédito tributário nos termos do art. 156, inciso IX do Código Tributário Nacional - CTN.

Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Amadeu Ribeiro Junior 7215425819 69.902.635-0 GGZ-1133

DTJ-1

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 29-01-2021

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado das decisões do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo que negaram provimento aos recursos formulados face às decisões do Chefe da Unidade de Julgamento acerca dos lançamentos do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/09, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Os autos serão encaminhados para a Delegacia Regional Tributária - DRT de vinculação do veículo, onde aguardarão o prazo para pagamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Associação Chama Viva 31795586000151 70.290.396-6 EQA-0136

Associação Chama Viva 31795586000151 70.337.687-1 EZM-0476

Associação Chama Viva 31795586000151 70.368.040-7 FHP-8445

Unidade de Julgamento de São Bernardo do Campo

UJ-SBC

Despachos do Chefe da Unidade de Julgamento, de 28-01-2021

Os contribuintes e seus advogados/procuradores, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de SBC que negou provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo no Posto Fiscal identificado na Comunicação de Lançamento.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	PROCESSO Nº
Dilma Badin Assad	28111272839	70.556.105-7	DDE-9142	51085-605959/2019
Localiza Rent a Car	16670085018283	31.002.239-3	PUA-0090	1000857-75167/2020
Localiza Rent a Car	16670085021586	31.002.253-8	PYP-5287	1000857-75170/2020
Localiza Rent a Car	16670085018283	31.002.250-2	PYP-9677	1000857-75173/2020
Localiza Rent a Car	16670085018283	31.000.195-0	PYL-4465	1000857-75176-2020

Adv. Bruna Luiza Assis Rodrigues Rocha OAB/MG 151.523

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	PROCESSO Nº
Mônica Feitosa Nunes	27650828808	73.566.132-7	FNW-6B58	SFP-EXP-2020/246621
Ouro Verde Locação e Serviço S.A.	75609123000123	70.960.124-4	AYM-0295	SFP-EXP-2020/211639
Ouro Verde Locação e Serviço S.A.	75609123000123	70.960.245-5	AYM-2185	SFP-EXP-2020/211639
Ouro Verde Locação e Serviço S.A.	75609123000123	71.648.644-1	PYE-9495	SFP-EXP-2020/211639

Adv.: Arnaldo Conceição Junior - OAB-PR 15.471; Luana Von Steinkirch de Oliveira - OAB-PR 31.091; Juliana Koque de Muzio Conte - OAB-PR 45.065; Roberta Del Valle Borin OAB-PR 56.253

UJ-SBC

Despachos do Chefe da Unidade de Julgamento, de 28-01-2021

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de SBC que deu provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. Em razão disso, extingue-se o crédito tributário conforme disposto no artigo 156, inciso IX do Código Tributário Nacional - CTN.

Os autos serão encaminhados ao arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	PROCESSO Nº
Helio do Nascimento	839233817	71.784.198-4	CYJ-8734	SFP-EXP-2020/225825

UJ-SBC

Despachos do Chefe da Unidade de Julgamento, de 28-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de São Bernardo do Campo, pelo arquivamento do processo por perda de objeto. Houve a extinção do crédito do IPVA exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08, pelo pagamento, conforme disposto no artigo 156, inciso I, do Código Tributário Nacional - CTN.

Os autos serão encaminhados ao arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	PROCESSO Nº
Piccolli e Premier Com. de. Móveis Ltda	20021998000118	71.831.039-1	DBC-4J41	SFP-EXP-2020/737672
Luciene de Souza Lima	37843449841	71.960.167-8	DGG-3435	SFP-EXP-2020/232589
José Anibal Dias Pocas	29828554887	72.465.201-2	ELF-9D24	SFP-EXP-2020/233648
Jirou Kaneko EPP	16849145000100	72.680.897-0	FBM-7F45	SFP-EXP-2020/230774
Daniel Bomfim Hansen	40387394818	72.762.671-1	FKK-2305	SFP-EXP-2020/233416
Leandro Lopes de Almeida	34950629808	73.574.908-5	FQV-9788	SFP-EXP-2020/246222
Nilton Zardo	4305554828	72.685.344-6	FBU-5333	SFP-EXP-2020/218900

Delegacia Tributária de Julgamento 3 - Bauru

DTJ-3 - Bauru

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 29-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru que não conheceu aos recursos formulados face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/09, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Lourdes Gomes Garcia Ueno 97018406820 71.333.901-9 DRN-4150

Advogada: Bárbara Penteado Nakayama - OAB/SP 260.499

Quatiguá Comércio de Alimentos Ltda. 13461718000127 70.970.897-0 BXZ-1979

DTJ-3 - Bauru

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 29-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru que negou provimento ao recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/09, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Gustavo Henrique Alves Galdino Rosa 37773539812 71.442.539-4 ERD-1979

Santos e Carvalhaes Transportes Mecânica 22564935000133 72.804.995-8 FQA-0G35

Advogado:

Márcio Albertini de Sá - OAB/SP 219.380

DTJ-3 - Bauru

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 29-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru que não conheceu, por vício de representação, do recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/09, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Os autos serão encaminhados ao arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 71.750.468-2 CTU-1494

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 71.791.163-9 CYU-3906

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.401.239-4 EGD-0336

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.555.951-2 ERP-1422

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.695.662-4 FDJ-2374

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.702.879-0 FEB-9981

Advogados:

Adriana Serrano Cavassani, OAB/SP 196.162

Marcelo Tesheiner Cavassani, OAB/SP 71.318

Sílvio Osmar Martins Junior OAB/SP 253.479

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru que não conheceu, por perda de objeto, do recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/09.

Os autos serão encaminhados ao arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.645.118-6 EYP-2386

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.707.105-1 FEO-6934

Advogados:

Adriana Serrano Cavassani, OAB/SP 196.162

Marcelo Tesheiner Cavassani, OAB/SP 71.318

Sílvio Osmar Martins Junior OAB/SP 253.479

DTJ-3 - Bauru

Despacho do Delegado Tributário de Julgamento, de 29-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru que negou provimento ao recurso formulado face à decisão do Chefe da Unidade de Julgamento acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/09, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Os autos serão encaminhados ao arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Banco Santander (Brasil) S.A. 90400888000142 31.004.571-0 EYU-3021

Adriana Serrano Cavassani, OAB/SP 196.162

Érico Rodrigo Gabriel 27690025897 72.722.374-4 FGA-1924

José Eduardo Mirandola 9629146819 72.803.199-1 FPO-2I82

José Eduardo Mirandola, OAB/SP 147.198

Suprema Veículos e Peças Ltda. 47533625000182 72.774.122-6 FLN-7444

Suprema Veículos e Peças Ltda. 47533625000182 72.308.282-0 EAC-5G61

Suprema Veículos e Peças Ltda. 47533625000182 72.354.838-9 EDD-4034

Suprema Veículos e Peças Ltda. 47533625000182 72.354.854-7 EDD-4561

Agricultura e Abastecimento

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SAA-8, de 28-1-2021

Dispõe sobre a instituição de Grupo Trabalho, com objetivo de apresentar a proposta de minuta de decreto que cria o "Programa Mais Gestão, Mais Renda"

O Secretário da Agricultura e Abastecimento, com fundamento no artigo 48, inciso I, alínea g, do Decreto 43.142 de 02-06-1998, e

Considerando que o Governo do Estado instituiu por meio do Decreto 64.320, de 05-07-2019, o Programa "Cidadania no Campo 2030", implantado para promover o desenvolvimento paulista por meio do agronegócio e que este programa estabelece as diretrizes que deverão nortear programas, projetos e ações em curso ou que venham a ser desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

Considerando a Lei 10.177, de 30-12-1998, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública;

Considerando a Lei Complementar 863, de 29-12-1999, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o item 16, parágrafo único, do artigo 23 da Constituição Estadual;

Considerando que um instrumento regulatório escrito de forma acessível, clara, compreensível e coerente é crucial para garantir a segurança jurídica e seu cumprimento, favorecendo assim a tomada de decisão dos produtores e dos consumidores e potencializando, assim, o desenvolvimento social e econômico,

Resolve:

Artigo 1º - Fica constituído o Grupo de Trabalho no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento-SAA com objetivo de elaborar proposta de minuta de decreto para implantação do programa denominado "Mais Gestão, Mais Renda".

Artigo 2º - O Grupo de Trabalho constituído no artigo 1º é composto por servidores vinculados à SAA, conforme abaixo:

I - Alexandre Manzoni Grassi, RG 28.086.192-8;

II - Antonio Lopes Junior, RG 25.928.599-7;

III - Carolina Roberta Alves de Mattos, RG 32.354.455-1;

IV - Diógenes Kassaoka, RG 25.818.649-5;

V - Elizabete Gonçalves Alvarez, RG 16.654.581-8;

VI - Érika Ramos Mello, RG 11.771.117-6;

VII - Francisco Rodrigues Martins, RG 27.708.947-5;

VIII - José Luiz Fontes, RG 10.969.378-04;

IX - Juliana Augusto Cardoso, RG 44.813.392-1;

X - Júlio Cesar Thoaldo Romeiro, RG 28.191.910-0;

XI - Luiz Gustavo de Souza Ferreira, RG 19.130.029-9;

XII - Luis Fernando Bianco, RG 15.754.734-6;

XIII - Luiz Henrique Barrochelo - RG 29.655.224-0;

XIV - Marcia Cristina de Morais, RG 25.624.339-6;

XV - Michael Cerqueira de Oliveira, RG 43.367.970-0;

XVI - Priscilla Rocha Silva Fagundes, RG 12.242.338-0;

XVII - Ricardo Henrique Casini Chiarelli, RG 30.245.565-6;

XVIII - Ricardo Lorenzini Bastos, RG 32.692.083-3, e

XIX - Vivaldo Alberto Vigano - RG 16.107.190-9.

§1º - O Grupo de Trabalho poderá promover reuniões temáticas e convidar técnicos especialistas, criadores e pesquisadores para participação, para tratar de questões específicas de suas respectivas áreas de conhecimento e, assim, contribuir com os estudos e realizar quaisquer outras ações necessárias para o objetivo previsto no artigo 1º.

§2º - A coordenação do grupo será exercida pelo designado no inciso VIII do artigo 2º desta Resolução.

Artigo 3º - A proposta de minuta do decreto deverá:

I - definir as justificativas, as premissas e os objetivos do Programa;

II - identificar as regiões e cadeias produtivas prioritárias;

III - determinar qual será o Público Estratégico (stakeholders) e Público Beneficiário;

IV - propor as estratégias e ações a serem executadas, assim como as etapas e cronograma para sua execução;

V - alinhar as normas propostas e as estratégicas de ação entre os órgãos vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado;

VI - indicar os custos estimados para implantação e implementação do programa;

VII - verificar a repercussão de forma substancial nas políticas públicas de saúde, de segurança, ambientais, econômicas ou sociais, e

VIII - estabelecer indicadores e metas do projeto.

§1º - O Grupo de Trabalho tem a incumbência de definir as diretrizes estabelecidas pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento, abrangendo as seguintes premissas:

1 - Pilares Operacionais:

a - Infraestrutura Rural;

b - Produção Sustentável;

c - Gestão da Propriedade Rural; e

d - Organização Rural,

2 - Fortalecimento Institucional, e

3 - Gestão do Projeto e Impactos.

§2º - A minuta de decreto deverá também atender as seguintes diretrizes:

a) essencialidade, exigindo apenas o que é disposto ou necessário para a interpretação ou aplicação da lei;

b) efetividade, estabelecendo normas, padrões e regras simples, factíveis e viáveis, dotados de segurança jurídica, tanto para o Estado quanto para a sociedade;

c) modernidade, estando em consonância com a atualidade e o estado-da-arte científico e tecnológico, assim como incentivem e viabilizem a inovação;

d) transparência, utilizando linguagem simples e também permitam a ampla participação da sociedade durante as etapas de sua elaboração, implantação, monitoramento e revisão, e

e) sustentabilidade, maximizando os ganhos sociais, ambientais e econômicos, por meio da avaliação de custos e benefícios das alternativas regulatórias disponíveis, incluindo a da não regulamentação, com o objetivo de reduzir a burocracia e os custos para sociedade e o Estado.

Artigo 4º - O prazo para apresentação da proposta de minuta do decreto é de 8 de fevereiro de 2021.

Artigo 5º - As atividades dos integrantes do Grupo de Trabalho serão realizadas sem prejuízo das atribuições inerentes ao cargo ou função que ocupem.

Artigo 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. (SAA-PRC/2019/02204)

COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Portaria CDA-3, de 28-1-2021

Designa gestores para acompanhamento e fiscalização de execução contratual

O Coordenador da Defesa Agropecuária (CDA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, nos termos do artigo 10 do Decreto 42.857, de 11-02-1998, c/c artigo 64 da Lei estadual 6.544/89 e artigo 67 da Lei 8.666/93, decide:

Artigo 1° - Designar a servidora Célia Beatriz Gonçalves; R.G.: 5.501.853-1 para atuar como gestora, referente ao Contrato CDA 08/2020 e seus anexos, firmado com a empresa Service Prest Serviços e Soluções Eireli, para prestação de serviços com fornecimento de mão de obra e material para manutenção da cobertura do EDA Araraquara - CDA, constante no processo SAA-PRC-2020/04883.

Artigo 2° - Fixar as seguintes atribuições dos gestores ora designados, sem prejuízo das demais obrigações previstas em leis ou regulamentos:

I - manter cópia e conhecer o contrato, edital e proposta da contratada, bem como, o tipo do serviço, especificações e preços;

II - manter registro do acompanhamento e gestão de contratos encerrados, que serão utilizados como base para futuros procedimentos e análise de preços praticados;

III - conhecer detalhadamente o local e como os serviços serão executados;

IV - assegurar a perfeita execução do contrato (correspondência entre especificações técnicas e execução dos serviços), verificando permanentemente a qualidade dos serviços e se são cumpridas as obrigações relativas à utilização de materiais e equipamentos em quantidade suficientes;

V - verificar periodicamente, requisitando a documentação respectiva, ou indagando aos empregados da contratada, se são cumpridas obrigações legais com relação aos funcionários da contratada;

VI - verificar se a pessoa jurídica contratada está executando pessoalmente as obrigações, sem transferir responsabilidades, ou formalizar subcontratações não autorizadas pela Administração;

VII - estabelecer forma de controle e avaliação da execução dos serviços;

VIII - solicitar, se for o caso, complementação de material e equipamento para execução dos serviços e substituição de empregados por conduta inadequada;

IX - determinar que a contratada elimine ou substitua, por sua conta e risco e às suas expensas, serviços em que se verificarem vícios, incorreções, defeitos, resultantes da execução ou material empregado;

X - comunicar ao superior hierárquico, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes, situações cujas decisões ou providências escapem à sua competência;

XI - exigir, se for o caso, que a contratada mantenha preposto - encarregado - aceito pela Administração, no local dos serviços;

XII - verificar e adotar providências necessárias, com antecedência mínima de 90 dias, para:

a) aditamentos;

b) revisões;

c) prorrogações, inclusive, obtendo manifestação do contratado quanto à pretensão;

d) denúncia do contrato;

e) proposta de rescisão contratual, amigável ou unilateral;

XIII - glosar pagamentos em razão de serviços de qualidade inferior ou não executados; XIV - sugerir aplicação de penalidades à contratada em decorrência do descumprimento das obrigações contratuais;

XV - adotar providências decorrentes de eventual descumprimento total ou parcial das obrigações, verificando as responsabilidades cabíveis e comunicando imediatamente à autoridade competente.

Artigo 3º - Os Núcleos de Finanças e de Suprimentos e Patrimônio, do Centro Administrativo, deverão fornecer documentação e informações, adotando procedimentos propostos pelo (s) gestor (es) do contrato, em prazo suficiente para evitar a interrupção ou prejuízo da execução dos serviços.

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 03-12-2020.

Portaria CDA-4, de 28-1-2021

Designa gestores para acompanhamento e fiscalização de execução contratual

O Coordenador da Defesa Agropecuária (CDA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, nos termos do artigo 10 do Decreto 42.857, de 11-02-1998, c/c artigo 64 da Lei estadual 6.544/89 e artigo 67 da Lei 8.666/93, decide:

Artigo 1° - Designar o servidor Antonio Marcos Duarte; R.G.: MG-2.782.961 e para atuar como gestor, e como suplente os servidores Acrísio Pereira Lima Júnior; R.G.: 23.763.310-3 e Weisley da Silva Glória; R.G.: 64.231.359-3, referente ao Contrato CDA 05/2020 e seus anexos, firmado com a empresa Sodalita Informatica e Telecomunicacao Ltda, para prestação de serviços de engenharia para expansão e adequação da infraestrutura do prédio sede da Coordenadoria da Defesa Agropecuária, no Município de Campinas/SP, constante no processo SAA-PRC-2020/07792.

Artigo 2° - Fixar as seguintes atribuições dos gestores ora designados, sem prejuízo das demais obrigações previstas em leis ou regulamentos:

I - manter cópia e conhecer o contrato, edital e proposta da contratada, bem como, o tipo do serviço, especificações e preços;

II - manter registro do acompanhamento e gestão de contratos encerrados, que serão utilizados como base para futuros procedimentos e análise de preços praticados;

III - conhecer detalhadamente o local e como os serviços serão executados;

IV - assegurar a perfeita execução do contrato (correspondência entre especificações técnicas e execução dos serviços), verificando permanentemente a qualidade dos serviços e se são cumpridas as obrigações relativas à utilização de materiais e equipamentos em quantidade suficientes;

V - verificar periodicamente, requisitando a documentação respectiva, ou indagando aos empregados da contratada, se são cumpridas obrigações legais com relação aos funcionários da contratada;

VI - verificar se a pessoa jurídica contratada está executando pessoalmente as obrigações, sem transferir responsabilidades, ou formalizar subcontratações não autorizadas pela Administração;

VII - estabelecer forma de controle e avaliação da execução dos serviços;

VIII - solicitar, se for o caso, complementação de material e equipamento para execução dos serviços e substituição de empregados por conduta inadequada;

IX - determinar que a contratada elimine ou substitua, por sua conta e risco e às suas expensas, serviços em que se verificarem vícios, incorreções, defeitos, resultantes da execução ou material empregado;

X - comunicar ao superior hierárquico, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes, situações cujas decisões ou providências escapem à sua competência;

XI - exigir, se for o caso, que a contratada mantenha preposto - encarregado - aceito pela Administração, no local dos serviços;

XII - verificar e adotar providências necessárias, com antecedência mínima de 90 dias, para:

a) aditamentos;

b) revisões;

c) prorrogações, inclusive, obtendo manifestação do contratado quanto à pretensão;

d) denúncia do contrato;

e) proposta de rescisão contratual, amigável ou unilateral;

XIII - glosar pagamentos em razão de serviços de qualidade inferior ou não executados;

XIV - sugerir aplicação de penalidades à contratada em decorrência do descumprimento das obrigações contratuais;

XV - adotar providências decorrentes de eventual descumprimento total ou parcial das obrigações, verificando as responsabilidades cabíveis e comunicando imediatamente à autoridade competente.

Artigo 3º - Os Núcleos de Finanças e de Suprimentos e Patrimônio, do Centro Administrativo, deverão fornecer documentação e informações, adotando procedimentos propostos pelo (s) gestor (es) do contrato, em prazo suficiente para evitar a interrupção ou prejuízo da execução dos serviços.

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 22-10-2020.

Portaria CDA-5, de 28-1-2021

Designa gestores para acompanhamento e fiscalização de execução contratual

O Coordenador da Defesa Agropecuária (CDA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, nos termos do artigo 10 do Decreto 42.857, de 11-02-1998, c/c artigo 64 da Lei estadual 6.544/89 e artigo 67 da Lei 8.666/93, decide:

Artigo 1° - Designar a servidora Célia Beatriz Gonçalves; R.G.: 5.501.853-1 para atuar como gestora, referente ao Contrato CDA 09/2020 e seus anexos, firmado com a empresa MMO Construções Ltda ME, para prestação de serviços de engenharia para reparos e adequação do prédio sede da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, acesso principal e portaria do parque da CDA e CDRS, constante no processo SAA-PRC-2020/08843.

Artigo 2° - Fixar as seguintes atribuições dos gestores ora designados, sem prejuízo das demais obrigações previstas em leis ou regulamentos:

I - manter cópia e conhecer o contrato, edital e proposta da contratada, bem como, o tipo do serviço, especificações e preços;

II - manter registro do acompanhamento e gestão de contratos encerrados, que serão utilizados como base para futuros procedimentos e análise de preços praticados;

III - conhecer detalhadamente o local e como os serviços serão executados;

IV - assegurar a perfeita execução do contrato (correspondência entre especificações técnicas e execução dos serviços), verificando permanentemente a qualidade dos serviços e se são cumpridas as obrigações relativas à utilização de materiais e equipamentos em quantidade suficientes;

V - verificar periodicamente, requisitando a documentação respectiva, ou indagando aos empregados da contratada, se são cumpridas obrigações legais com relação aos funcionários da contratada;

VI - verificar se a pessoa jurídica contratada está executando pessoalmente as obrigações, sem transferir responsabilidades, ou formalizar subcontratações não autorizadas pela Administração;

VII - estabelecer forma de controle e avaliação da execução dos serviços;

VIII - solicitar, se for o caso, complementação de material e equipamento para execução dos serviços e substituição de empregados por conduta inadequada;

IX - determinar que a contratada elimine ou substitua, por sua conta e risco e às suas expensas, serviços em que se verificarem vícios, incorreções, defeitos, resultantes da execução ou material empregado;

X - comunicar ao superior hierárquico, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes, situações cujas decisões ou providências escapem à sua competência;

XI - exigir, se for o caso, que a contratada mantenha preposto - encarregado - aceito pela Administração, no local dos serviços;

XII - verificar e adotar providências necessárias, com antecedência mínima de 90 dias, para:

a) aditamentos;

b) revisões;

c) prorrogações, inclusive, obtendo manifestação do contratado quanto à pretensão;

d) denúncia do contrato;

e) proposta de rescisão contratual, amigável ou unilateral;

XIII - glosar pagamentos em razão de serviços de qualidade inferior ou não executados;

XIV - sugerir aplicação de penalidades à contratada em decorrência do descumprimento das obrigações contratuais;

XV - adotar providências decorrentes de eventual descumprimento total ou parcial das obrigações, verificando as responsabilidades cabíveis e comunicando imediatamente à autoridade competente.

Artigo 3º - Os Núcleos de Finanças e de Suprimentos e Patrimônio, do Centro Administrativo, deverão fornecer documentação e informações, adotando procedimentos propostos pelo (s) gestor (es) do contrato, em prazo suficiente para evitar a interrupção ou prejuízo da execução dos serviços.

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25-11-2020.

Educação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Secretário, de 28-1-2021

Interessada: Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula.

Assunto: Contratação de serviços de tecnologia da informação no âmbito do programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), contemplando levantamento de requisitos, detalhamento de soluções, testagem e suporte de sustentação de software, gestão de dados, apoio a execução de atividades técnicas, serviço de processamento e monitoramento em nuvem e disponibilização de acesso a plataforma específicos.

Nº de Referência: Seduc-Prc-2021/01964.

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para contratação da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp, por meio de dispensa de licitação, com fulcro no artigo 24, inciso XVI, da Lei Federal 8.666/93, visando à prestação de serviços especializados de tecnologia da informação no âmbito do programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), contemplando levantamento de requisitos, detalhamento de soluções, testagem e suporte de sustentação de software, gestão de dados, apoio a execução de atividades técnicas, serviço de processamento e monitoramento em nuvem e disponibilização de acesso a plataforma específicos, para atendimento da demanda desta Secretaria.

Diante dos elementos instrutórios constantes dos autos, em especial, da justificativa formulada pela Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula (fls. 02/09 e 210/213), do Parecer Técnico de fls. 141/143, do Despacho Cecol-046/2021 e do Parecer CJ/SE-79/2021, às fls. 179/204, que adoto como razão de decidir, Ratifico, nos termos do artigo 26, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, o ato praticado pelo Coordenador da Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula, consoante documento encartado à fl. 229, que declarou a dispensada de licitação, com fulcro no artigo 24, inciso XVI, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, visando à contratação da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, CNPJ 62.577.929/0001- 35, no valor total de R$ 44.782.178,40, cujo objeto consiste na prestação de serviços especializados de tecnologia da informação no âmbito do programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), contemplando levantamento de requisitos, detalhamento de soluções, testagem e suporte de sustentação de software, gestão de dados, apoio a execução de atividades técnicas, serviço de processamento e monitoramento em nuvem e disponibilização de acesso a plataforma específicos.

Comunicado

Em obediência ao disposto no artigo 5º da Lei Federal 8666/93 e na Resolução 5/97, de 24-4-97, publicada em 10-5-97, do Tribunal de Contas do Estado, indicamos, a seguir, os pagamentos necessários que devem ser providenciados de imediato, pelo fato de envolverem despesas inadiáveis e imprescindíveis, pelo regime de adiantamento (material de consumo, despesas miúdas e de pronto pagamento, transportes, diárias, aquisição de combustíveis e bolsas de estudos), fornecedores, serviços de terceiros e de utilidade pública, indispensáveis para o bom andamento das atividades administrativas e pedagógicas.Tais pagamentos, consideradas as excepcionalidades decada caso, estão sendo autorizados independentemente da ordem cronológica de sua inscrição no SIAFEM.

2020/2021 PD's

UGF 080001 - Tesouro Do Estado

PDS a serem pagas

080001

Data: 28-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
080282	2020PD00822	19.173,24
TOTAL		19.173,24
TOTAL GERAL		19.173,24

Comunicado

Em obediência ao disposto no artigo 5º da Lei Federal 8666/93 e na Resolução 5/97, de 24-4-97, publicada em 10-5-97, do Tribunal de Contas do Estado, indicamos, a seguir, os pagamentos necessários que devem ser providenciados de imediato, pelo fato de envolverem despesas inadiáveis e imprescindíveis, pelo regime de adiantamento (material de consumo, despesas miúdas e de pronto pagamento, transportes, diárias, aquisição de combustíveis e bolsas de estudos), fornecedores, serviços de terceiros e de utilidade pública, indispensáveis para o bom andamento das atividades administrativas e pedagógicas.Tais pagamentos, consideradas as excepcionalidades de Cada caso, estão sendo autorizados independentemente da ordem cronológica de sua inscrição no SIAFEM.

PDS a serem pagas

080050

Data: 28-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
080282	2020PD00821	205,34
TOTAL		205,34
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080294	2021PD00069	61,18
TOTAL		61,18
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080296	2021PD00011	380,22
TOTAL		380,22
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080307	2021PD00005	10.698,00
TOTAL		10.698,00
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080325	2021PD00010	1.055,56
080325	2021PD00012	5.678,47
TOTAL		6.734,03
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080329	2021PD00032	451,80
TOTAL		451,80
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080332	2021PD00051	69,36
080332	2021PD00052	543,99
TOTAL		613,35
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080340	2021PD00036	291,83
TOTAL		291,83
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080351	2021PD00007	480,00
TOTAL		480,00
TOTAL GERAL		19.915,75

Comunicado

Em obediência ao disposto no artigo 5º da Lei Federal 8666/93 e na Resolução 5/97, de 24-4-97, publicada em 10-5-97, do Tribunal de Contas do Estado, indicamos, a seguir, os pagamentos necessários que devem ser providenciados de imediato, pelo fato de envolverem despesas inadiáveis e imprescindíveis, pelo regime de adiantamento (material de consumo, despesas-miúdas e de pronto pagamento, transportes, diárias, aquisição de combustíveis e bolsas de estudos), fornecedores, serviços de terceiros e de utilidade pública, indispensáveis para o bom andamento das atividades administrativas e pedagógicas. Tais pagamentos, consideradas as excepcionalidades de Cada caso, estão sendo autorizados independentemente da ordem cronológica de sua inscrição no SIAFEM.

PDS a serem pagas

UGF 080040 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

Data: 27-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
080102	2021PD00048	3.260,99
TOTAL		3.260,99
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080289	2021PD00048	4.947,68
TOTAL		4.947,68
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080295	2021PD00035	342,68
TOTAL		342,68
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080300	2020PD01730	3.135,19
TOTAL		3.135,19
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080306	2020PD01294	6.144,38
TOTAL		6.144,38
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080311	2021PD00007	800,05
TOTAL		800,05
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080315	2020PD01494	5.535,82
TOTAL		5.535,82
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080322	2020PD00817	5.467,31
TOTAL		5.467,31
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080324	2020PD01755	2.791,07
TOTAL		2.791,07
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080330	2020PD00797	6.325,08
TOTAL		6.325,08
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080331	2020PD01501	4.406,46
TOTAL		4.406,46
UG LIQUIDANTE	**NÚMERO DA PD**	**VALOR**
080347	2020PD01200	4.302,45
TOTAL		4.302,45
TOTAL GERAL		47.459,16

Comunicado

Em obediência ao disposto no artigo 5º da Lei Federal 8666/93 e na Resolução 5/97, de 24-4-97, publicada em 10-5-97, do Tribunal de Contas do Estado, indicamos, a seguir, os pagamentos necessários que devem ser providenciados de imediato, pelo fato de envolverem despesas inadiáveis e imprescindíveis, pelo regime de adiantamento (material de consumo, despesas-miúdas e de pronto pagamento, transportes, diárias, aquisição de combustíveis e bolsas de estudos), fornecedores, serviços de terceiros e de utilidade pública, indispensáveis para o bom andamento das atividades administrativas e pedagógicas. Tais pagamentos, consideradas as excepcionalidades de Cada caso, estão sendo autorizados independentemente da ordem cronológica de sua inscrição no SIAFEM.

PDS a serem pagas

UGF 080040 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

Data: 28-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
080277	2021PD00010	1.109,84
TOTAL		1.109,84
TOTAL GERAL		1.109,84

CHEFIA DE GABINETE

Despacho da Chefe de Gabinete, de 28-1-2021

Assunto: Chamamento Público 02/2021 - Secretaria Estadual de Educação

Número de referência: Processo SEDUC EXP-2020/367239 - Chamamento Público para Cadastramento

O Estado de São Paulo, com sede no Palácio dos Bandeirantes, através da Secretaria Estadual de Educação, atendendo aos princípios administrativos correlatos à presente matéria, em especial, o da busca do melhor interesse público e o da transparência da administração, nos termos do Decreto 65.231 de 8 de outubro de 2020 e da Resolução SEDUC 78/2020, torna pública a realização de Chamamento Público para o Cadastramento de Propostas, de pessoas jurídicas para condições especiais de venda, parcelamento ou financiamento de "computadores pessoais", segundo a definição do artigo 3º do Decreto instituidor do Programa "Computador do Professor" (Programa), em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos. As inscrições serão recebidas mediante envio de mensagem ao correio eletrônico chamamentopub.seduc@educacao.sp.gov.br, e poderão ser feitas a partir da data da publicação deste edital até o dia 03-02-2021. O Edital poderá ser consultado pelos interessados nos sites https://www.educacao.sp.gov.br/chamamentos-publicos/ e www.imprensaoficial.com.br, opção "negócios públicos", ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico.

Despacho da Chefe de Gabinete, de 28-1-2021

Assunto: Parecer da Comissão de Chamamentos Públicos – Revogação do Edital 10/2020

A Comissão Permanente de Análise de Chamamento Público e Procedimento de Manifestação de Interesse para Doação de Bens, Serviços ou Direitos no âmbito da Secretaria de Educação, em face da publicação da Portaria Citem-s/nº, de 27-01-2021, que altera o Anexo I da Portaria Citem, de 11-11-2020, que estabelece as definições, especificações e características dos equipamentos tecnológicos referidos na Resolução Seduc-78, de 27-10-2020, a qual dispõe sobre o Programa Computador do Professor, instituído pelo Decreto 53.559, de 15-10-2008, nos termos da Lei 11.498, de 15-10-2003, delibera por revogar o Chamamento Público 10/2020, cujo objeto é o cadastramento de propostas com intuito de favorecer a competição e propiciar economia de escala na aquisição de computadores pessoais, nos termos do Programa "Computador do Professor", propiciando a seus beneficiários o acesso a condições vantajosas nos negócios de: i) venda à vista ou venda com pagamento parcelado; iii) abertura de crédito para financiamento de aquisição.

CONSELHO ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE SÃO PAULO

Comunicado

Nos termos dos artigos 12, inciso II, e 16, parágrafo 1º, do Regimento Interno do CEAE-SP e considerando o cronograma de reuniões ordinárias para o ano de 2021 (aprovado em 10-12-2020), convoco os senhores conselheiros, titulares, suplentes a Reunião Ordinária, a ser realizada em 28-01-2021 (quinta-feira), a partir das 17h30, por motivos da pandemia do Covid-19, a reunião não será aberta e nem presencial, os conselheiros se reunirão via videoconferência, com a seguinte pauta1:

1. Leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
2. Leitura e distribuição do expediente e de informes;
3. Discussão e votação da ordem do dia;
4. Informes dos conselheiros e comunicações gerais;
5. Outros assuntos;

1 Considerando o disposto no artigo 21 do Regimento Interno do CEAE-SP. (001/2021)

COORDENADORIA PEDAGÓGICA

Portaria do Coordenador, de 28-01-2021

Prorrogando, com fundamento no artigo 2º, da Resolução SE-51, de 1º-11-2017, por mais 60 dias, o prazo da Comissão de Sindicância designada pela Portaria CGEB de 19-03-2019, publicada no D.O. de 11-04-2019, Seção I, página 35, junto ao Núcleo Educacional Especializado Convívio I e II, mantido por Núcleo Educacional Especializado Convívio Ltda, ME, CNPJ 01.237.913/0001-99, e CNPJ 01.237.913/0002-70, jurisdicionadas à Diretoria de Ensino Região Leste 1, instalada em 02-05-2019, nas dependências da Diretoria de Ensino Região Leste 1, situada à Rua Caetano de Campos, 220, Vila Moreira, São Paulo, SP. (Processo 620902/2019).

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

Portaria Cise-2, de 28-1-2021

O Coordenador da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares, com fundamento no artigo 57 do Decreto 64.187 de 19-04-2019, e em atendimento ao artigo 67 da Lei 8.666, de 21-06-1993 e artigo 2º da Resolução SE 48, de 17-07-2013, designa os servidores abaixo, para sem prejuízo dos vencimentos, e das demais vantagens de seus cargos, constituírem a função de Gestores e Fiscais dos Contratos de Aquisição de Gêneros Alimentícios, abaixo:

Gestor - Silvia Palmira Dias dos Santos, RG 7.409.692-8, Cargo Executivo Público;

Gestor Substituto – Fábio David de Brito, RG 41.580.941-1, Cargo Assessor Técnico V

Fiscal responsável Celog Beatriz Ferraz de Oliveira, RG 42.660.097-6, cargo Diretor I;

Fiscal responsável Celog Fabiano Pitombeira Martins, RG 43.889.187-9, cargo Diretor I.

Processo licitatório Seduc-PRC-2019/18994 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/02306 - Contrato 001/Daesc/2021 – Produto Bolinho de Abacaxi em Embalagem Individual - Fornecedor Conser Alimentos Ltda.

Processo licitatório Seduc-PRC-2019/18994 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/02308 - Contrato 002/Daesc/2021 – Produto Bolinho de Chocolate em Embalagem Individual - Fornecedor Conser Alimentos Ltda.

Processo licitatório Seduc-PRC-2019/17998 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/02309 - Contrato 003/Daesc/2021 – Produto Massa de Sêmola com Ovos Tipo Fusilli (Parafuso) - Fornecedor Ouro Preto Alimentos Comércio Ltda.

Processo licitatório Seduc-PRC-2019/17997 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/02310 - Contrato 004/Daesc/2021 – Produto Biscoito Doce Tipo Maisena - Fornecedor Alimentos Dallas Indústria e Comércio Ltda.

Processo licitatório Seduc-PRC-2019/17997 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/02311 - Contrato 005/Daesc/2021 – Produto Biscoito Doce Tipo Maisena - Fornecedor Ouro Preto Alimentos Comércio Ltda.

Processo licitatório Seduc-PRC-2020/44635 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/00728 - Contrato 006/Daesc/2021 – Produto Arroz Integral - Fornecedor Demello Alimentos Ltda.

Processo licitatório Seduc-PRC-2019/17997 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/00760 - Contrato 007/Daesc/2021 – Produto Massa de Sêmola com Ovos Tipo Curto Penne (Pena) - Fornecedor Massas Alimentícias da Roz Ltda.

Processo licitatório Seduc-PRC-2019/17998 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/00732 - Contrato 008/Daesc/2021 – Produto Massa de Sêmola com Ovos Tipo Fusilli (Parafuso) - Fornecedor Massas Alimentícias da Roz Ltda.

Processo Licitatório Seduc-Prc-2019/17998 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/00762 - Contrato 009/Daesc/2021 – Produto Biscoito Doce Sabor Chocolate - Fornecedor Pastifício Selmi S/A.

Processo licitatório Seduc-PRC-2019/17810 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/00765 - Contrato 010/Daesc/2021 – Produto Biscoito Doce sem Recheio Sabor Coco - Fornecedor Pastifício Selmi S/A.

Processo licitatório Seduc-PRC-2019/17810 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/00753 - Contrato 011/Daesc/2021 – Produto Biscoito Doce sem Recheio Sabor Coco - Fornecedor Ouro Preto Alimentos Comércio Ltda.

Processo licitatório Seduc-PRC-2019/17810 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/00764 - Contrato 012/Daesc/2021 – Produto Biscoito Salgado Tipo Água e Sal - Fornecedor Pastifício Selmi S/A.

Processo licitatório Seduc-PRC-2019/17810 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/00748 - Contrato 013/Daesc/2021 – Produto Biscoito Salgado Tipo Água e Sal - Fornecedor Ouro Preto Alimentos Comércio Ltda.

Processo licitatório Seduc-PRC-2020/44635 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/02529 - Contrato 014/Daesc/2021 – Produto Flocos de Milho sem Açucar - Fornecedor Comercial Ramsay Eireli EPP.

Processo licitatório Seduc-PRC-2020/44635 - Processo de compra Seduc-PRC-2021/02531 - Contrato 015/Daesc/2021 – Produto Flocos de Milho sem Açucar - Fornecedor Ouro Preto Alimentos Comércio Ltda.

Atribuições dos Gestores e Fiscais dos Contratos de Aquisição de Gêneros Alimenticios

Compete ao gestor do contrato: exercer as rotinas administrativas relacionadas à formalização de contratos, acompanhamento de sua execução e zelar pelo cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Compete ao Centro de Serviços de Nutrição-Cenut: exercer as atividades relativas ao controle de qualidade dos produtos, em cumprimento as especificações técnicas e demais condições previstas nos Termos de Referência.

Compete ao Centro de Logística e Distribuição-Celog: exercer atividades relativas ao recebimento, conferência, guarda, distribuição e controle dos gêneros alimentícios que se encontram armazenados no Centro de Distribuição da Pasta.

DIRETORIAS DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO CENTRO-OESTE

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Cessando, com fundamento no Decreto 47.685, de 20-02-2003, obedecendo às condições previstas na Resolução SE 23, de 18-04-2013, a ocupação pelo servidor indicado, da dependência da Zeladoria da Unidade Escolar abaixo:

EE João Cruz Costa, por Evelyne Alves Ramos, RG 44.888.746-0, Agente de Organização Escolar. Processo Seduc 1445658/2020. A pedido da interessada a partir de 18-01-2021

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO CENTRO-SUL

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-01-2021

Instituindo, com fundamento no Decreto 63.979/2018 e Portaria do Coordenador CGRH, de 4-1-2021, a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado responsável pelo Processo de heteroidentificação de candidatos pretos, pardos e indígenas:

- Fortunata Regina Pezzato, RG 7.511.304, Supervisor de Ensino;

- Maria Valeria Camolezi, RG 22.032.888, Supervisor de Ensino;

- Mario Cavalcanti Jakelaitis, RG 18.021.383, Supervisor de Ensino;

- Marlete da Silva Lucas, RG 16.640.908-X, Supervisor de Ensino;

- Nonato Assis de Miranda, RG 14.370.301-8, Supervisor de Ensino.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Declarando, nos termos da Deliberação CEE 21/2001 e Indicação CEE 15/2001, da Lei Federal 9394/1996, especialmente no § 1º do Artigo 23 e alíneas "b" e "c" do Inciso II do Artigo 24 e nos termos do Inciso XXIII do Artigo 2º da Lei Estadual 10.403 de 06-07-1971, e à vista da documentação apresentada, que os estudos realizados por: Giovanna Bumaruf Lucchese, RG 50.987.748-5, nascida em 11-06-2001, em São Paulo/SP, mediante estudos realizados em British Columbia /Canadá, no ano de 2020, são equivalentes ao Sistema Brasileiro de Ensino, em Nível de conclusão do Ensino Médio.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 1

Despacho do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Processo Seduc-PRC-2020/12103

Interessado(a): EE Rita Julia de Oliveira, Professora

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE/2019

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada em 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada, e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres – APM, cuja Ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Despacho do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Processo Seduc-PRC-2020/59175

Interessado(a): EE Marinha do Brasil

Assunto: Doação de Material Permanente/PDDE Acessibilidade

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada em 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada, e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres – APM, cuja Ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 4

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 26-1-2021

Dispõe sobre autorização de curso e novos ambientes

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região Leste 4, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016 e demais normas vigentes, e à vista do parecer conclusivo da Comissão de Supervisores de Ensino, responsável pela análise da documentação que consta no Processo Seduc-PRC-2020/38922 de 24-08-2020, expede a presente Portaria:

Artigo 1º – Fica autorizado o funcionamento do Curso de Ensino Médio e autorizado o uso de novos ambientes, conforme sumário descritivo constante no processo, junto ao Colégio Galileu Galilei, situado à Rua Gerson Mendonça 40, Parque São Lourenço, São Paulo - SP, CEP 03270-110, mantido por Colégio Galileu Galilei Ltda, CNPJ 01.522.040/0001-66, autorizado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 12-01-2004, publicada no D.O. de 14-01-2004.

Artigo 2º – Os responsáveis pelo Estabelecimento de Ensino ficam obrigados a manter adequados às normas que forem baixadas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da Lei 9394/1996, os seguintes documentos: Regimento Escolar, Plano de Curso e Plano Escolar.

Artigo 3º – A Diretoria de Ensino da Região Leste 4, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 26-1-2021

Homologando, conforme o Decreto 64.187/2019, Indicação CEE 09/97, Indicação CEE 13/97 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento constante no Protocolado Seduc-EXP-2020/271557, por extemporaneidade, o Plano Escolar de 2020 da Rede Decisão – Unidade Fátima.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 5

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 27-1-2021

Designando, com fulcro no artigo 3°, inciso IV, do Decreto 47.297/02, os funcionários abaixo relacionados para, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens de seu cargo ou função, atuarem nas licitações na modalidade Pregão Eletrônico a serem realizados pela Diretoria de Ensino - Região Leste 5.

Pregoeiros:

- Vera Lúcia Quinalia Solonca – RG: 14.243.341 – Diretor Técnico II – CAF;
- Ilias Pashalidis – RG: 27.040.473-9 – Executivo Público;
- Victor Shikata – RG: 22.179.011-1 – Executivo Público; Vanilda da Penha Ventura Panissa – RG: 17.093.725-2 – Diretor I NCS.

Equipe de Apoio:

- Vera Lúcia Quinalia Solonca – RG: 14.243.341 – Diretor Técnico II – CAF;
- Ilias Pashalidis – RG: 27.040.473-9 – Executivo Público;
- Maria Aparecida da Silva Santos – RG: 16.234.865 – Diretor I NFI;
- Victor Shikata – RG: 22.179.011-1 – Executivo Público;
- Vanilda da Penha Ventura Panissa – RG: 17.093.725-2 – Diretor I NCS.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 27-1-2021

Designando, os servidores a seguir relacionados para constituírem a Comissão Julgadora de Licitações a que se refere o artigo 46, da Lei Estadual 6.544/89 e artigo 51 da Lei Federal 8.666/93, sendo:

- Vera Lúcia Quinalia Solonca – RG: 14.243.341 – Diretor Técnico II – CAF;
- Ilias Pashalidis – RG: 27.040.473-9 – Executivo Público;
- Maria Aparecida da Silva Santos – RG: 16.234.865 – Diretor I NFI;
- Victor Shikata – RG: 22.179.011-1 – Executivo Público;
- Vanilda da Penha Ventura Panissa – RG: 17.093.725-2 – Diretor I NCS.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 27-1-2021

Tornando sem efeito, a publicação no suplemento do D.O. de 28-12-1994, página 69, volume 104, 241, referente a Lauda de Concluintes do Curso de 1º Grau do ano letivo de 1993 da EE Duque de Caxias, em nome de Rosana Conceição Piccirillo - RG. 29.935.796-X/SP, por ter sido publicado com o nome da aluna incorreto.

(Portaria 19)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO NORTE 1

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Norte 1, expede a presente portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento Escolar do Colégio CML, CIE 7664, sito a Av. Raimundo Pereira de Magalhães 4.050, Pirituba, São Paulo/SP, mantido por Colégio CML Ltda, CNPJ 38.053.349/0001-64.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino - Região Norte1, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando seus efeitos no ano subsequente à sua publicação.

Declarando: Vago o cargo a partir de 08-01-2021, em virtude de falecimento de Alessandra Cristina Barbosa, RG 25.389.948-5, Professor de Educação Básica I, SQC-II-QM da EE Morro Doce, Diretoria de Ensino Região Norte 1, Diretoria de Ensino Região Norte 1.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO NORTE 2

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Designando, em atendimento à Deliberação CEE 138/2016 e Indicação 141/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016, e Indicação CEE 154/2016 e Resolução SE 51/2017, e à vista do Protocolo SEDUC-PRC-2021/03496, os Supervisores de Ensino:

- Márcia Virgínia de Barros Saes Pelissari, RG. 14.396.726-5;
- Cristiane Caetano de Toledo Barreto, RG. 17.440.208-9.

Para, procederem a análise da documentação, emitindo parecer conclusivo sobre o pedido de transferência de entidade mantenedora do Colégio Cermac, situado à Av. Guacá 764, Mandaqui, CEP 02435-001, São Paulo - SP, CNPJ 09.942.402/0001-80.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Designando, em atendimento à Deliberação CEE 138/2016 e Indicação 141/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016, e Indicação CEE 154/2016 e Resolução SE 51/2017, e à vista do Protocolo Seduc-PRC-2021/03478, os Supervisores de Ensino:

- Geandro de Oliveira, RG 42.744.761-6;
- Robinson Felix Augusto de Oliveira, RG 6.293.122-2.

Para, procederem a análise da documentação, emitindo parecer conclusivo sobre o pedido de transferência de entidade mantenedora do High Line School, situado à Av. Nova Cantareira 2534, Tucuruvi, São Paulo – Capital, CNPJ 44.612.406/0001-09.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Designando, em atendimento à Deliberação CEE 138/2016 e Indicação 141/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016 e Indicação CEE154/2016 e Resolução SE 51/2017 e à vista do Protocolo Seduc-PRC-2021/03528, os Supervisores de Ensino:

- Claudinete Florêncio Soares Andrade, RG 17.775.638;
- Márcia Virgínia de Barros Saes Pelissari, RG 14.396.726-5;
- Rosemary Aparecida Alves Maluf dos Reis, RG 15.810.927-2.

Para, procederwm a análise da documentação, emitindo um parecer conclusivo sobre o pedido de Autorização de Multi-Espaço do Colégio Dom Bosco – Unidade III, CNPJ 10.536.156/0001-45, situado à Avenida Santa Inês, 2031, Parque Mandaqui, São Paulo / Capital, CEP 02415-002.

Termo de Aditamento - Colaboração

Processo 1201340/2018

Parecer Referencial CJ 34/2020

Fundamento Legal: Lei Federal 13.019/2014, de 31-07-2014, alterada pela Lei Federal 13.204/15, de 14-12-2015, bem como pelos Decretos 61.981/216, 62.294/2016 e 63.934/2018

Convenentes: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, e a Associação Filhas de Santa Maria da Providência – Afismap.

Signatário da OSC: Marinês Salete Fiorentin

Gestor da parceria, nomeado pela Diretoria de Ensino: Daniela Andrade Zeppellini

Objeto – 3º Aditamento ao Termo de Colaboração celebrado em 23-12-2020, objetivando o atendimento de educandos com graves deficiências que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.

Data da assinatura: 23-12-2020.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 1

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Declarando, nos termos da Deliberação CEE 21/2001, Indicação CEE 15/2001, da Lei Federal 9.394/1996, especialmente no § 1º do artigo 23 e alíneas "b" e "c" do inciso II, do artigo 24 e, nos termos do inciso XXIII do artigo 2º da Lei Estadual 10.403 de 06-07-1971, à vista da documentação apresentada, da Informação Favorável do Supervisor de Ensino, de 22-01-2021 e, homologada pela Dirigente Regional de Ensino em 27-01-2021, que os estudos realizados no exterior, em nível de conclusão do Ensino Médio nos EUA com término em 2020, por Diogo Mello Tognozzi RG 54.223.957-7, são equivalentes aos cumpridos no Sistema Brasileiro de Ensino para a Conclusão do Ensino Médio.

(Portaria 8)

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Declarando, nos termos da Deliberação CEE 21/2001, Indicação CEE 15/2001, da Lei Federal 9.394/1996, especialmente no § 1º do artigo 23 e alíneas "b" e "c" do inciso II, do artigo 24 e, nos termos do inciso XXIII do artigo 2º da Lei Estadual 10.403 de 06-07-1971, à vista da documentação apresentada, da Informação Favorável do Supervisor de Ensino, de 22-01-2021 e, homologada pela Dirigente Regional de Ensino em 27-01-2021, que os estudos realizados no exterior, em nível de conclusão do Ensino Médio no Peru, no período de 1985 a 1989, por Sônia Karina Valderrrama Neumann RNE V712072-W, são equivalentes aos cumpridos no Sistema Brasileiro de Ensino para a Conclusão do Ensino Médio.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Declarando, nos termos da Deliberação CEE 21/2001, Indicação CEE 15/2001, da Lei Federal 9.394/1996, especialmente no § 1º do artigo 23 e alíneas "b" e "c" do inciso II, do artigo 24 e, nos termos do inciso XXIII do artigo 2º da Lei Estadual 10.403 de 06-07-1971, à vista da documentação apresentada, da Informação Favorável do Supervisor de Ensino, de 22-01-2021 e, homologada pela Dirigente Regional de Ensino em 27-01-2021, que os estudos realizados no exterior, em nível de conclusão do Ensino Médio na Austrália, com término em 2019, por Tiago Amadei Navarro Barbiellini RG 54.830.190-6, são equivalentes aos cumpridos no Sistema Brasileiro de Ensino para a Conclusão do Ensino Médio.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Declarando, nos termos da Deliberação CEE 21/2001, Indicação CEE 15/2001, da Lei Federal 9.394/1996, especialmente no § 1º do artigo 23 e alíneas "b" e "c" do inciso II, do artigo 24 e, nos termos do inciso XXIII do artigo 2º da Lei Estadual 10.403 de 06-07-1971, à vista da documentação apresentada, da Informação Favorável do Supervisor de Ensino, de 22-01-2021 e, homologada pela Dirigente Regional de Ensino em 27-01-2021, que os estudos realizados no exterior, em nível de conclusão do Ensino Médio no Líbano em 1992, por Faiçal Hussein Mohamad Wardani RG 36.031.049 SSP/SP, são equivalentes aos cumpridos no Sistema Brasileiro de Ensino para a Conclusão do Ensino Médio.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Homologando, nos termos do Decreto 64.187/19, Resolução SE 51/17, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, e à vista do parecer conclusivo do supervisor de ensino responsável pelo estabelecimento, o Plano Escolar para o ano letivo de 2020 dos seguintes estabelecimentos de ensino:

- Colégio Adventus Código CIE 176597, Rua dos Calangos, 141, Parque Doratéia, CEP 04474-270, São Paulo – SP;
- Colégio Gerar Código CIE 806432, localizada na Rua Profº Guilherme Belfort Sabino, 137, Campo Grande, CEP 04678-000 (Sede) e extensão na Rua Profº Guilherme Belfort Sabino, 153 e 154, Campo Grande, CEP 04678-000, São Paulo – SP;
- Colégio Adventista Santo Amaro Código CIE 107633, localizado na Rua Profº Delgado de Carvalho, 118, Santo Amaro, CEP 04741-020, São Paulo – SP;
- Escola Aquarela do Brasil Código CIE 444327, localizada na Rua Senador Paulo Guerra, 04, Jardim Niteroi, CEP 04434-100, São Paulo – SP;
- Instituto de Educação União Brasileira Código CIE 810630, localizado na Rua Conceição da Boa Viagem, 71, Balneário Mar Paulista, CEP 04463-030, São Paulo – SP.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Indeferindo, nos termos da Lei Federal 9394/96, e suas alterações, Deliberação CEE 138/2016 e com as devidas alterações pela Deliberação CEE 143/2016 e Deliberação CEE 148/2016 e Resolução SE 51/2017 e à vista do Relatório da Comissão de Supervisores de Ensino, datado de 21-01-2021- Processo SEDUC –PRC 2020/43852 de 24-09-2020, a solicitação de Autorização para Instalação e Funcionamento do estabelecimento de Ensino Centro Educacional Império das Letras, localizado na Rua Arnaldo Magniccaro,107, Vila Gea, São Paulo – SP e Rua Aristeu Dias Leme, 192, São Paulo – SP, com os cursos de Educação Infantil- pré-escola - para crianças de 4 e 5 anos e Ensino Fundamental – Anos Iniciais – do 1º ao 5º ano, mantido por o Centro Educacional Império Paulista S/S LTDA – ME CNPJ 21.060.577/0001-69, tendo em vista o não atendimento da Deliberação CEE 138/2016, alterada pelas Deliberações CEE 143 e 148/2016.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 3

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Instituindo, nos termos do §1º, do artigo 1º, da Portaria do Coordenador da CGRH, de 4-1-2021, a Comissão de Heteroidentificação da Diretoria de Ensino -Regiaõ Sul 3, composta dos seguintes membros:

- Ascenção Pires Monteiro RG 5.712.461;
- Barbara Aparecida Rodrigues da Silva RG 24.165.433-6;
- Edelcio Fernandes RG 25.420.878;
- Gisélia Moreira Falcone RG 20.497.712-5;
- Pedro Roberto Rovaris RG 9.331.598.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-01-2021

Dispõe sobre aprovação de novo regimento escolar

O Dirigente Regional da Diretoria de Ensino da Região Sul 3, com fundamento na Deliberação CEE 138-2016, Deliberação CEE 144-2016, Indicação 141-2016, Parecer 67-1988, Lei Federal 9394-96 - LDBEN, Lei Federal 8069-90 – ECA, Constituição 1988 e demais normas vigentes, à vista do Processo Seduc 2020-50781 de 04-11-2020 expede a seguinte portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Novo Regimento Escolar da Escola Céu Azul, Código CIE: 267880, situada na Estrada da Barragem 127, Colônia, CEP 04895-000, São Paulo, SP, mantida por Associação Cristã de Ensino, CNPJ 05.317.786-0001-99, em substituição ao Regimento aprovado pela Portaria do Dirigente Regional de Ensino publicada em D.O. de 25-01-2020.

Artigo 2º - Os responsáveis pelo estabelecimento de ensino ficam obrigados a manter adequados seu Regimento Escolar e Plano Escolar às instruções relativas ao cumprimento da Lei Federal 9.394-96 e às normas dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino – Região Sul 3, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor no início do ano letivo de 2021.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE GUARULHOS NORTE

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Declarando, nos termos da Deliberação CEE 21/2001 e Indicação nº CEE 15/2001, da Lei federal 9.394/1996, especialmente no § 1º do Artigo 23 e alíneas "b" e "c" do Inciso II do Artigo 24 e nos termos do inciso XXIII do Artigo 2º da Lei estadual 10.403 de 6.7.1971 e à vista da documentação apresentada, que os estudos realizados por Carlos Alfredo Rivas Gomez, RNM: G415465-S, nascido em 20-01-1999, em Ciudad Guayana – Estado Bolivar - Venezuela, mediante estudos realizados na Venezuela, no período de 07/2012 a 22-07-2015, são equivalentes aos do Sistema Brasileiro de Ensino, em nível de conclusão do Ensino Médio.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE GUARULHOS SUL

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Aprova o Regimento Escolar da Escola Aroeira, CNPJ 25.146.232/0001-83

A Dirigente Regional de Ensino de acordo com a Lei Federal 9.394/96, com o Decreto 64.187/2019 e com a Resolução SE 51/2017, com fundamento na Deliberação CEE 10/97, Deliberação CEE 138/2016, Deliberação CEE 144/2016 e Deliberação CEE 155/2017, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento Escolar da Escola Aroeira, sito à Rua Capitão Rabelo 304, Guarulhos-SP, mantido por Centro Educacional Opus Ltda, CNPJ 25.146.232/0001-83.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino da Região de Guarulhos Sul, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Autoriza o funcionamento da Escola Aroeira, CNPJ 25.146.232/0001-83.

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Guarulhos Sul, com fulcro na Lei Federal 9.394/1996, Deliberação CEE 138/2016, alterada pelas Deliberações CEE 143/2016, CEE 148/2016 e pela Resolução SE 51/2017 e considerando o contido no Processo Seduc-PRC-2020/48885, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado o funcionamento da Escola Aroeira, no seguinte endereço: Rua Capitão Rabelo 304, Guarulhos/SP, mantido por Centro Educacional Opus Ltda, CNPJ 25.146.232/0001-83;

Artigo 2° - A Escola Aroeira manterá no endereço supra a seguinte modalidade de ensino:

I – Educação Infantil (4 e 5 anos)

II - Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano).

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino – Região de Guarulhos Sul, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-01-2021

Homologando, conforme o Decreto 64.187/19 e Resolução SE 51/17, com fundamento na Lei 9394/96, Indicação CEE 09/97, Indicação CEE 13/97, Deliberação CEE 138/16, alterada pela Deliberação CEE 148/16 e demais normas vigentes, à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pela análise da documentação e pelo estabelecimento, o Plano Escolar 2021 do Centro Educacional Bem Te Vi. SEDUC-Processo 2021/03665.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITAPEVI

Portarias do Dirigente Regional de Ensino, de 26-1-2021

Declarando, nos termos da Deliberação CEE 21/01 e Indicação 15/01; da Lei Federal 9.394/96, especialmente no § 1º do Artigo 23 e alíneas b e c do Inciso II, do Artigo 24; nos termos do Inciso XXIII do Artigo 2º da Lei Estadual 10.403, de 06-07-1971 e à vista da documentação apresentada, que os estudos realizados por:

- Carlos Indami, RG. 66.345.675-7/SP, nascido em 16-03-1975, em Nhacra/Guiné Bissau, mediante estudos realizados em Bissau/Guiné Bissau, no período de 2001/2002, são equivalentes aos cumpridos no sistema brasileiro de ensino, para a conclusão do Ensino Fundamental;
- Auzenda Ca Indami, RG. 66.345.775-0/SP, nascido em 03-08-1985, em Bissau/Guiné Bissau, mediante estudos realizados em Bissau/Guiné Bissau, no período de 2003/2004, são equivalentes aos cumpridos no sistema brasileiro de ensino, para a conclusão do Ensino Médio.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITAQUAQUECETUBA

Retificação do D.O. de 17-12-2020

Na parte que autorizou a ocupação da EE Profª Nanci Cristina do Espírito Santo por Marcelo Lucas Carlos, RG 47.578.128, para onde se lê: Seduc PRC-2020/57821, leia-se: Processo: Seduc PRC-2021/03514.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MAUÁ

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Convocando, os interessados identificados abaixo para "Orientação Técnica" sobre a inserção de dados no sistema Sigeprev na Diretoria de Ensino – Região de Mauá.

Dias 27, 28 e 29-01-2021 – das 8h às 17h

- Nagila Macedo de Carvalho Santos, RG 44.358.663, AOE;

Dias 25 a 29-01-2021 – das 8h às 17h

- Jacqueline Mendonca Silva, RG MG12433724, SE.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE OSASCO

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região Osasco, nos termos do Artigo 19 da Deliberação CEE 138/2016 e demais normas vigentes e a vista do Seduc-Processo 2021/03728, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica encerrado o Curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental, autorizado pela Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 10-03-1998, publicada no D.O. de 20-03-1998, oferecido pelo Colégio Papa Mike (CIE 256869), situado na Rua Minas Bogasian 350, Centro, Osasco, São Paulo, Osasco, mantido pelo Colégio Papa Mike LTDA, CNPJ 01.628.183/0001-57.

Artigo 2º - O acervo do Curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental ficará sob a responsabilidade da própria escola.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino da Região Osasco, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SUZANO

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Instituindo, com fundamento no Decreto 63.979/2018, e Portaria do Coordenador, de 04-01-2021, a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado responsável pelo Processo de heteroidentificação de candidatos pretos, pardos e indígenas:

Reni Gomes da Silva, RG 22.158.007, Supervisor de Ensino

Jani Aparecida de Lima Ramos, RG 16.844.605, Supervisor de Ensino

Talita Cristina Previatti, RG 35.036.533, Analista Administrativo

Stefane Silva, RG 41.162.001, Oficial Administrativo

Aline Cardoso de Sá, RG 33.922.703, PEB II-Readaptada

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TABOÃO DA SERRA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-01-2021

Declarando vago, o cargo em nome de Jucimeire de Souza Bispo, RG 19.727.244-7, PEB II, SQC-II-QME, classificada na EE Marechal Henrique Teixeira Lott, em Embu das Artes, em decorrência do falecimento de ocorrido em 21-01-2021.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ADAMANTINA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Convocando, nos termos da Resolução 62, de 11-12-2017 para a Reunião "Introdução às Metodologias do Programa Ensino Integral", os Supervisores de Ensino e Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico da Diretoria de ensino de Adamantina envolvidos na ação; os Diretores, Vice diretores e Professores coordenadores Gerais das Unidades Escolares EE Alfredo Machado, EE Eng. Isac Pereira Garcez, EE José Firpo, EE Osvaldo Martins e Diretores das Unidades Escolares EE Carlos Umberto Carrara e EE Dom Bosco.

Data: 01-02-2021

Horário: 8h às 14h.

Local: Polo de Capacitação, Rua Bráulio Molina Frias 120, Adamantina - SP

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ANDRADINA

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Convocando, nos termos da Resolução SE 62, de 11-12-2017, os Diretores das unidades escolares jurisdicionadas à Diretoria de Ensino - Região de Andradina, para Orientação Técnica: "Retorno as aulas presenciais em 2021", conforme segue:

Data: 02-02-2021

Horário: das 8h30 às 17h30

Local: Diretoria de Ensino Região de Andradina.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ARAÇATUBA

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, 28-01-2021

Instituindo, nos termos do § 1°, do artigo 1°, da Portaria do Coordenador da CGRH, de 04-01-2021, publicada no D.O. de 05-01-2021, a Comissão de Heteroidentificação da Diretoria de Ensino - Região de Araçatuba, composta pelos seguintes membros:

- Sandra Cristina Ferreira Verardino - Supervisor de Ensino;
- Luis Aparecido Pradela - RG 16.428.161 - Diretor I do Núcleo de Administração de Pessoal;
- Sonia Sayuri Yamamoto, RG 24.120.165-2 - Diretor I do Núcleo de Frequência e Pagamento;

- Célia Maria Nunes, RG 8479.006-4 - Diretor II do Centro de Recursos Humanos;

- Lívia Rejane Moreno - 34.035.226-7 - Analista Administrativo.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ASSIS

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Declarando que fica responsável pela Administração de Segurança do Sistema Gestão Dinâmica de Administração Escolar - GDAE na Diretoria de Ensino Região Assis, a partir desta data, Danilo Rodrigo de Souza, RG 48.628.288-0/SP, em substituição a Dênis Agostinho de Oliveira, RG 40.237.537-3/SP.

(Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021, 72/2021-Dera)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE BAURU

Portaria DRE-4, de 27-1-2021

Dispõe sobre designação de Supervisores de Ensino

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região Bauru, conforme Decreto 64.187/2019 e Resolução SE 51/2017, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, e à vista do Processo 1188/0054/2003 Volumes 1 e 2 legados para SPDOC SEE/2008836/2018 Volumes 1 e 2 e protocolo 01/2021, resolve:

Artigo 1º - Designar os Supervisores de Ensino: Maristela Bárbara Rodrigues de Lima, RG 18.036.143; Jose Ângelo Thimoteo da Silva, 13.342.980; e Érica Cristina de Bessa Nakano, RG 23.720.977 para comporem comissão que procederá a análise da documentação, vistoria dos equipamentos e instalações físicas, emitindo parecer conclusivo sobre o pedido de autorização para uso das ampliações no prédio onde está instalado o Colégio Portinari, CIE 121.125, situado à Rua 28 de abril, 586, Centro, em Lençóis Paulista/SP, mantido por Preve Lençoense de Ensino e Educação Ltda, CNPJ 05.855.565/0001-74, com sede à Rua 28 de abril, 586, Centro, no município de Lençóis Paulista/SP.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE BIRIGUI

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Designando, nos termos da Resolução SE 98, de 18-12-2012, alterada pela Resolução SE 81, de 13-12-2013, os servidores abaixo relacionados, para comporem, sem prejuízo das atividades inerentes a seus cargos, vencimentos e vantagens das funções que exercerem, à Equipe de Apoio de Material Excedente - Eamex da Diretoria de Ensino Região de Birigui.

- Agatha Ferreira Gonçalves - RG 47.670.486-8;
- Cássio Sandrigo Santini - RG 44.770.348-1;
- Claudia Sinhorini Biassi - RG 28.902.436-5;
- Inez de Fátima Marin Barbeiro - RG 17.362.330-X;
- Marcia Borges Faria - RG 8.483.309-9.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Designando, nos termos da Resolução SE 98, de 18-12-2012, alterada pela Resolução SE 81, de 13-12-2013 os servidores abaixo relacionados, para comporem, sem prejuízo das atividades inerentes a seus cargos, vencimentos e vantagens das funções que exercerem, à Comissão Interna de Material Excedente - Cimex das unidades escolares jurisdicionadas à Diretoria de Ensino Região de Birigui.

UNIDADE ESCOLAR	NOME	RG	CARGO
Enzo Bruno Carramaschi	César Lucas Vendrame	351663836	Diretor de Escola
Enzo Bruno Carramaschi	Deize Maria Pavan de Barros	294938266	AOE
Antônio Sales de Oliveira	Lucy Florêncio Fernandes	12742242	Vice-Diretor de Escola
Antônio Sales de Oliveira	Dienes |Mendes Pereira	34870660	Professora
Carlos Rosa	Cristiano Paco da Silva	26215004	Agente de Organização Escolar
Carlos Rosa	Leonardo Antonio Ferreira	45763460	Gerente de Organização Escolar
Esmeralda Milano Maroni	Nilson Evangelista de Souza	276508750	Professor Readaptado
Esmeralda Milano Maroni	Edna Bergamasco Teixeira	15827250	Agente de Organização Escolar
Geracina de Menezes Sanches	Angelica Vieira Castelão	447762795	Vice Diretor
Geracina de Menezes Sanches	Andressa Caetano Manoel	434611694	Vice Diretor
Hermínio Cantisani	Maria Madalena de Oliveira	28382778	Professora Sala de Leitura
Hermínio Cantisani	Denise Gonçalves de Oliveira Bregadioli	258220533	Coordenadora
Izabel de Almeida Marin	Marcio Rodrigo Valera	228432108	Gerente de Organização Escolar
Izabel de Almeida Marin	Silvia Cristina Sanches Alcantara	228432455	Secretaria e Escola
Lydia Helena Frandsen Stuhr	Rosangela Soares de Albuquerque Gomes	302748076	Agente de Organização Escolar
Lydia Helena Frandsen Stuhr	Marco Antonio da Silva	209406008	Agente de Organização Escolar
Olívia Ângela Furlani	Luis Antonio Pedro	191838500	Vice Diretor Olívia Ângela Furlani
Thania Izildinha Viana	447527775	Agente de Organização Escola	
Regina Valarini Vieira	Sueli da Silva Lima	267599444	Agente de Organização Escolar
Regina Valarini Vieira	Maria Vania Sgobi de Oliveira	185078060	Gerente de Organização Escolar
Ricardo Peruzzo	Diego Xavier dos Santos	44753977	Agente de Organização Escolar
Ricardo Peruzzo	Eliane Nunes da Silva	32097165	Agente de Organização Escolar
Stélio Machado Loureiro	Ednéia Sobreira	18716373	Professora
Stélio Machado Loureiro	João Cláudio Celestino	18721773	Vice Diretor
Terezinha Lot Zin	Adriana Aparecida Batista de Souza	227318742	Vice-Diretora
Terezinha Lot Zin	Vivian Cavalcanti de Oliveira	270449826	Agente de Organização Escolar
Vicente Felício Primo	Juliane Chioderoli dos Santos	248638555	Agente de Organização Escolar
Vicente Felício Primo	Erica Fernanda da Silva	43330442	Agente de Organização Escolar
Agostinho Grigoleto	Marta Suart	207345776	Diretor
Agostinho Grigoleto	Altieres Luiz Alves	447808849	Vice Diretor
Álvaro Alvim	Wanderlei Bueno	203041513	Diretor de Escola
Álvaro Alvim	Adalberto Luiz dos Santos	290528598	AOE
Oswaldo Januzzi	Zenir Aparecida Magno	23712697	Agente de Serviços Escolares
Oswaldo Januzzi	Virleide Viturino dos Santos Bruno	199287648	Agente de Organização Escolar
José Maria dos Reis	Nilce Elaine de Almeida	187152366	Agente de Organização Escolar
José Maria dos Reis	Marco Antonio de Andrade	119651348	Gerente de Organização Escolar
Antônio Kassawara Katutok	Angélica Cervante Marcolino de Souza	282301112	Vice Diretor de Escola
Antônio Kassawara Katutok	Cristiane Aparecida Vacari Gimenez	474327322	Agente de Organização Escolar
Maria Mathilde Castein Castilho	Geni Maria de França Campache	236284332	Agente de Organização Escolar
Maria Mathilde Castein Castilho	Fernanda Cortez Gonçalves M. De Oliveira	274270158	Professor Sala de Leitura
Pio Antunes de Figueiredo	Joelma Regina dos Santos	302747035	Agente de Organização Escolar
Pio Antunes de Figueiredo	Silmara Garcia Pereira Simonato	254390213	Vice Diretor de Escola
Cinélzia Lorenci Maroni	Marcelo Lopes de Matos	276444851	Vice Diretor
Cinélzia Lorenci Maroni	Catia Pereira Fernandes Petean	465435981	AOE
Octaviano Cardoso	Eloiza Brito Defalqui	402799355	Agente de Organização Escolar
Octaviano Cardoso	Ana Lúcia Monção Correa	329891698	Agente de Organização Escolar

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE BOTUCATU

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Dispõe sobre autorização para ampliação de Prédio Escolar e funcionamento de Curso

O Dirigente Regional de Ensino – Região de Botucatu, conforme o Decreto 64.187/2019, Resolução SE 51/2017, com fundamento na Deliberação CEE 138/16, alterada pela Deliberação CEE 148/16 e demais normas vigentes, à vista do Processo SEDUC-EXP-2020/396465, expede a presente portaria:

Artigo 1º - Fica autorizada a ampliação dos espaços escolares constantes do processo Seduc-EXP-2020/396465 do Estabelecimento de Ensino

Emef Joaquim Francisco Miranda, situado à Rua João Rosa de Oliveira, 233 - Centro, Porangaba - SP, mantido pela Prefeitura Municipal de Porangaba, prédio estadual cedido ao Município por meio da Lei 14.461, de 25/05/2.011.

Artigo 2º - Os responsáveis pelo Estabelecimento de Ensino ficam obrigados a manter adequados às normas que forem baixadas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da Lei 9.394/1996 e demais norma vigentes.

Artigo 3º - A Dirigente Regional de Ensino – Região de Botucatu, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta portaria.

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAMPINAS - LESTE

Portarias do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Declarando, com fundamento no artigo 3º da Deliberação CEE 21/2001, homologada por Resolução SE de 03-01-2002, publicada no D.O. de 04-01-2002, que os estudos realizados no exterior pelos alunos abaixo relacionados, são equivalentes aos cumpridos no Sistema Estadual de Ensino, em nível de conclusão de:

- Ensino Fundamental: João Suzan Moi, RG 54.274.820-4;
- Ensino Fundamental e Médio: Luana Pedro de Abreu, RG 13.784.884-8;
- Ensino Fundamental e Médio: Letícia Otenio, RG 52.122.690-9;
- Ensino Fundamental: Matheus Otenio, RG 52.122.691-0;
- Ensino Fundamental: Beatriz Bistaffa Vitor, RG 56.548.143-5;
- Ensino Médio: Inocia Senatus, Rnm F142504-X;
- Ensino Médio: Martin Andres Lopez Klingerman, RNE G449635-S;
- Ensino Fundamental: Luana Caires Silva dos Santos, RG 20.698.558-48;
- Ensino Médio: Vinícius Cocucci Reis, RG 39.331.561-7;
- Ensino Médio: Georgia Thomaz da Silva Sacramento, RG 58.860.100-7;
- Ensino Fundamental: Audiana Dias Fernandes, Passaporte C00030414.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAMPINAS - OESTE

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 26-1-2021

Instituindo, nos termos da Portaria do Coordenador, de 04-1-2021, publicada em 05-01-2021, a Comissão de Heteroidentificação no âmbito desta Diretoria de Ensino:

Maria José Jesus de Lima RG 9.594.127
Maria Isabel Garcia Bedran Gauy RG 20.349.242
Leila Nogueira Ghisloti RG 21.654.890-1
Cleber Ricardo Magdalena RG 23362474-0
Daiane dos Santos RG 47928690
(Port. 1)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAPIVARI

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Designando Comissão de heteroidentificação, sendo:

Vera Regina Ferraz Cruz RG 21.346.894-3 CPF 138.005.608-01 Assessor II – Núcleo de Frequência e Pagamento

Mariana Aparecida Teixeira RG 42.609.001-9 CPF 349.878.638-55 PEB II

Miguel Angelo Rodrigues de Jesus CPF: 06853786831 RG: 17.498.734-1 Supervisão de Ensino

Milta Alves Ribeiro Maron RG 17703003-3 CPF 12247493831 Supervisão de Ensino

Alair Candelaria Bernardinetti Lelli RG 20.118.989-9 CPF: 120.694.468.-40 Supervisão de Ensino

Milton Domingos da Silva RG: 18094404-6 CPF: 058322048-75 Supervisão de Ensino

Cíntia de Lourdes Assalin Armelin RG: 23.544.177-6 CPF: 153.867.628-18 Supervisão de Ensino

(Port. 3)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CARAGUATATUBA

Portaria DRE-105, de 15-12-2020

Dispõe sobre homologação de Plano Escolar

O Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino - Região de Caraguatatuba, conforme o Decreto 64.187/2019 e a Resolução SE-51/2017, com fundamento na LDBEN-9394/96, nas Deliberações CEE-10/97, 138/2016 e 143/2016 e demais normas vigentes, à vista do Protocolo Seduc-EXP-2020/56511, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica homologado, de acordo com o Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, o Plano Escolar - ano 2021 da seguinte escola: - Colégio Tableau, Centro, Caraguatatuba/SP, Código CIE 259238.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino - Região de Caraguatatuba, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-01-2021

Homologando, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Indicação CEE 09/97, Indicação CEE 13/97, e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, extemporâneamente, o Plano Escolar 2020 do Escola Cristã Arco Iris, mantido pela Escola Cristã Arco Iris Eireli - CNPJ 39.268.124/0001-98.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE FRANCA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região de Franca torna público o credenciamento de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico para Ensino Fundamental – anos iniciais, Química/Física, Tecnologia, Língua Portuguesa e Projetos Especiais, que preencheram os requisitos nos termos da Resolução Seduc-3, de 11-1-2021, assim como aqueles não credenciados:

Credenciados a PCNP

NOMES DOS CANDIDATOS	COMPONENTE CURRICULAR
Helen Andrioli Moreno	Ensino Fundamental – anos iniciais
Thiago Dias Rezende	Química/Física
William Donizete Andrade	Tecnologia
Ana Maria Paulino Comparini	Língua Portuguesa
Gabriela Silva Ferreira	Projetos Especiais

Obs. os demais inscritos não foram credenciados.

Apostila da Dirigente Regional de Ensino, de 28-01-2021

Declarando, com fundamento no art. 86, Inciso VI, da Lei 10.261/68, 01 cargo vago, a partir de 08-11-2020, de Agente de Organização Escolar, SQC-III-QAE, da EE Suely Machado da Silva, em Franca, Diretoria de Ensino Região de Franca, em virtude de falecimento de Josiane de Aquino Silva Alves, RG: 27.409.171-9.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JABOTICABAL

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Designando, com base nos termos do Decreto 61.928/2016, alterado pelo Decreto 63.650/2019, da Resolução SE 63/2016 e da Portaria CISE 1/2016, os servidores abaixo relacionados como responsáveis pelo acompanhamento ao Convênio de Alimentação Escolar-2021, conforme segue:

Diretoria Regional de Ensino - Região de Jaboticabal
Telefone Institucional: 16-3209-2340
E-mail institucional da DE - dejab@educacao.sp.gov.br

Identificação dos responsáveis pela alimentação escolar na Diretoria de Ensino:

- Titular: Renata Larissa Sarti Comar, RG 41.479.849-1, CPF 361.884.808-09, Diretor Técnico II – Centro de Administração, Finanças e Infraestrutura, Telefone Institucional: 16-3209-2392, E-mail: dejabcaf@educacao.sp.gov.br;

- Suplente: Anishrrlley de Souza Portilho, RG 1.893.587/PA, CPF 306.771.902-63, Diretor I – Núcleo de Apoio Administrativo, Telefone Institucional: 16-3209-2396, E-mail: dejabna@educacao.sp.gov.br;

- Diretor CAF: Renata Larissa Sarti Comar, RG 41.479.849-1, CPF 361.884.808-09, Diretor Técnico II, Telefone Institucional: 16-3209-2392, E-mail: dejabcaf@educacao.sp.gov.br.

(Portaria 1)

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Declarando Regularizada, com fundamento no item 3, Subitem 3.1.1, Item 4, Subitens 4.1, 4.3 e Subitem 6.1.2 da Indicação CEE 08/86 e nos termos da Deliberação CEE 18/86 e Resolução SE 307/1986, a vida escolar da aluna Isabela Alana Rodrigues dos Santos, RG. 45.084.623-4, referente aos estudos da 1ª Série do Ensino Médio.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JACAREÍ

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino resolve:

Artigo 1º - Designar Francisca Nágila Jorge Rodrigues Ramos – RG 16.298.488-1 – Executivo Público, gestor do contrato e Cláudia Rejane Souza da Silva – RG 27.796.617-6 – PEB II Assistente Técnico, co-gestor do contrato 001/2021 - Empresa: Gef Serviços Eireli EPP Ltda - cujo objeto é Prestação de Serviços de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênicos sanitárias adequadas aos alunos regularmente matriculados na rede pública estadual.

Artigo 2º - Compete ao referido gestor e co-gestor a fiscalização do contrato de forma a garantir o fiel cumprimento das cláusulas contratuais, bem como cumprir e fazer cumprir as obrigações da Administração oriundas da presente contratação.

Artigo 3º - O gestor e o co-gestor deverão comunicar imediatamente ao superior hierárquico toda e qualquer ocorrência oriunda da execução do contrato para que sejam adotadas as medidas necessárias.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino resolve:

Artigo 1º - Designar Francisca Nágila Jorge Rodrigues Ramos – RG 16.298.488-1 – Executivo Público, gestor do contrato e Cláudia Rejane Souza da Silva – RG 27.796.617-6 – PEB II Assistente Técnico, co-gestor do contrato 002/2021 - Empresa: Convida Refeições Ltda - cujo objeto é Prestação de Serviços de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênicos sanitárias adequadas aos alunos regularmente matriculados na rede pública estadual.

Artigo 2º - Compete ao referido gestor e co-gestor a fiscalização do contrato de forma a garantir o fiel cumprimento das cláusulas contratuais, bem como cumprir e fazer cumprir as obrigações da Administração oriundas da presente contratação.

Artigo 3º - O gestor e o co-gestor deverão comunicar imediatamente ao superior hierárquico toda e qualquer ocorrência oriunda da execução do contrato para que sejam adotadas as medidas necessárias.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Designando, com base nos termos do Decreto 61.828/2016, da Resolução SE 63/2016, e da Portaria CISE 1/2016, os servidores abaixo relacionados como responsáveis pelo Convênio de Alimentação Escolar 2021:

Titular:
Nome Completo - Francisca Nágila Jorge Rodrigues Ramos
RG 16.298.488-1
Cargo - Executivo Público
Telefone Institucional - (12) 3954-2624
E-mail - dejacnut@educacao.sp.gov.br

Suplente:
Nome Completo - Luciene Vital Gomes dos Santos
RG 37.823.116-9
Cargo - Diretor do Núcleo de Compras e Serviços.
Telefone Institucional - (12) 3954-2622
E-mail - dejacncs@educacao.sp.gov.br

Identificação do Diretor do CAF:
Nome Completo - Tiago da Cruz Lima
RG 34.501.170-3
Telefone Institucional - (12) 3954-2621
E-mail - dejaccaf@educacao.sp.gov.br

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JALES

Portarias do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Autorizando:

No Processo SEDUC-PRC-2021/01760 - Interessada: EE "Profª Vanir Ferrero Moraes" - Guzolândia/SP

Assunto:- Doação de bens móveis, em face do que consta no processo em epígrafe, com fundamento no item 2, alínea "b", inciso VI, artigo 80 do Decreto 57.141/2011, com fundamento na Resolução SE 45, de 18-04-2012, publicada em 19-04-2012, autorizo para o uso da unidade escola indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres, (adquiridos pelo Convênio - PDDE - Educação Básica/2019), cuja ata de deliberação e nota fiscal se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado o Centro de Administração, Finanças e Infraestrutura, através do seu Núcleo de Administração, desta Diretoria de Ensino - Região de Jales a firmar os termos de doação e a adotar as providências necessárias à incorporação contábil dos bens móveis ao patrimônio estadual da unidade escolar.

No Processo SEDUC-PRC-2021/02011 - Interessada: EE "Antônio Marin Cruz" - Marinópolis/SP

Assunto:- Doação de bens móveis, em face do que consta no processo em epígrafe, com fundamento no item 2, alínea "b", inciso VI, artigo 80 do Decreto 57.141/2011, com fundamento na Resolução SE 45, de 18-04-2012, publicada em 19-04-2012, autorizo para o uso da unidade escola indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres, (adquiridos pelo Convênio - PDDE - Paulista/2020), cuja ata de deliberação e nota fiscal se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado o Centro de Administração, Finanças e Infraestrutura, através do seu Núcleo de Administração, desta Diretoria de Ensino - Região de Jales a firmar os termos de doação e a adotar as providências necessárias à incorporação contábil dos bens móveis ao patrimônio estadual da unidade escolar.

No Processo SEDUC-PRC-2021/02682 - Interessada: EE "Juvenal Giraldelli" - Jales/SP

Assunto:- Doação de bens móveis, em face do que consta no processo em epígrafe, com fundamento no item 2, alínea "b", inciso VI, artigo 80 do Decreto 57.141/2011, com fundamento na Resolução SE 45, de 18-04-2012, publicada em 19-04-2012, autorizo para o uso da unidade escola indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres, (adquiridos pelo Convênio - PDDE - Educação Básica/2020), cuja ata de deliberação e nota fiscal se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado o Centro de Administração, Finanças e Infraestrutura, através do seu Núcleo de Administração, desta Diretoria de Ensino - Região de Jales a firmar os termos de doação e a adotar as providências necessárias à incorporação contábil dos bens móveis ao patrimônio estadual da unidade escolar.

No Processo SEDUC-PRC-2021/02683 - Interessada: EE "Juvenal Giraldelli" - Jales/SP

Assunto:- Doação de bens móveis, em face do que consta no processo em epígrafe, com fundamento no item 2, alínea "b", inciso VI, artigo 80 do Decreto 57.141/2011, com fundamento na Resolução SE 45, de 18-04-2012, publicada em 19-04-2012, autorizo para o uso da unidade escola indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres, (adquiridos pelo Convênio - PDDE - Estrutura/2020), cuja ata de deliberação e nota fiscal se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado o Centro de Administração, Finanças e Infraestrutura, através do seu Núcleo de Administração, desta Diretoria de Ensino - Região de Jales a firmar os termos de doação e a adotar as providências necessárias à incorporação contábil dos bens móveis ao patrimônio estadual da unidade escolar.

No Processo SEDUC-PRC-2021/02684 - Interessada: EE "Juvenal Giraldelli" - Jales/SP

Assunto:- Doação de bens móveis, em face do que consta no processo em epígrafe, com fundamento no item 2, alínea "b", inciso VI, artigo 80 do Decreto 57.141/2011, com fundamento na Resolução SE 45, de 18-04-2012, publicada em 19-04-2012, autorizo para o uso da unidade escola indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres, (adquiridos pelo Convênio - PDDE - Qualidade/2020), cuja ata de deliberação e nota fiscal se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado o Centro de Administração, Finanças e Infraestrutura, através do seu Núcleo de Administração, desta Diretoria de Ensino - Região de Jales a firmar os termos de doação e a adotar as providências necessárias à incorporação contábil dos bens móveis ao patrimônio estadual da unidade escolar.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JUNDIAÍ

Extratos de Contratos

Décimo Termo de Aditamento de Suspensão Contratual
Processo Seduc-PRC-2020/44036
Legado Seduc/882286/2018 - 00582/0059/2015.
Pregão Eletrônico: 003/2015.
Contrato 003/2015 – DERJ.
Informação Decon-Cofi 05405-2020, de 05-10-2020.

Objeto: Prestação de serviços contínuos de apoio aos alunos com deficiência que apresentem limitações motoras e outras que acarretem dificuldades de caráter permanente ou temporário no autocuidado.

Contratante: Diretora de Ensino da Região de Jundiaí – CNPJ 46.384.111/0097-91.

Contratada: Associação Educacional da Juventude – Assej – CNPJ 03.722.285/0001-62.

Data da Celebração do Termo: 18-01-2020.
Vigência: de 01-02-2021 a 03-10-2021.
Classificação Orçamentária: 12.367.0800.5156.0000.

Primeiro Termo de Aditamento de Suspensão Contratual
Processo Seduc-PRC-2020/21345.
Legado Seduc/796392/2019.
Pregão Eletrônico: 004/2019.
Contrato 108/2019.
Informação Decon-Cofi 4488-2020, de 16-09-2020.

Objeto: prestação de serviços contínuos de apoio aos alunos com deficiência que apresentam limitações motoras e outras que acarretem dificuldades de caráter permanente ou temporário no autocuidado, com fornecimento de material e mão de obra.

Contratante: Diretoria de Ensino - Região de Jundiaí - CNPJ 46.384.111/0097-91.

Contratada: Associação Educacional de Juventude - Assej - CNPJ 03.722.285/0001-62.

Data da Celebração do Termo: 18-01-2021.
Vigência: 01-02-2021 a 24-06-2021.
Classificação Orçamentária: 12.367.0800.5156.0000

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE LIMEIRA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Designando, com base no Decreto 61.928/2016, Resolução SE 63/2016 e Portaria Cise-1/2016, como Gestora a servidora Maísa Boscheiro Legracie Camarini, RG 29.420.462-3, Agente Técnico de Assistência à Saúde e como Cogestora, a servidora Alba Valéria de Araújo Millo Lins, RG 57.474.387-x, Diretor I - Núcleo de Finanças, do Convênio de Alimentação Escolar 2021 celebrado entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e os municípios jurisdicionados à esta Diretoria de Ensino.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MARÍLIA

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

A Dirigente Regional de Ensino com fundamento no Decreto 47.685, de 28-02-2003 e Resolução 23, de 20-04-2013, expede a presente Portaria:

Artigo 1º- Fica autorizada a Maria Cláudia dos Santos Azevedo, RG. 21.464.785-7, Agente de Organização Escolar, Funcionário Público Estadual, com sede na EE Prof. Amílcare Mattei, a ocupar as dependências da zeladoria da EE Prof. Amílcare Mattei, Município de Marília, conforme Termo de Autorização de Uso que integra o Seduc-PRC-2021/00821-V01 e observadas as disposições da Resolução SE 23/2013.

Artigo 2º - As responsabilidades do ocupante da zeladoria estão estabelecidas em Termo de Compromisso devidamente assinado pelo compromitente, pelo diretor da escola e pela Dirigente Regional de Ensino.

Artigo 3º - O Diretor da EE Prof. Amilcare Mattei, da Diretoria de ensino Região de Marília, zelará pelos cumprimentos das obrigações do ocupante da zeladoria, adotando as medidas necessárias no caso de encaminhamento para desocupação.

Artigo 4º- A presente autorização conta com validade por dois anos.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino - Região de Mirante do Paranapanema, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Designa, de acordo com o Decreto 57.141/2011, com fundamento no inciso IV do artigo 3º do Decreto 47.297, de 06-11-2002, e no artigo 51 da Lei Federal 8.666, de 21-07-993, a Comissão de Licitação para Convite BEC para o exercício de 2019, como segue:

Presidente:

- Enio Magro, RG 18.397.177-2, Dirigente Regional de Ensino;

- Kleber Aparecido Guarnieri Alves, RG 33.061.011-9, Supervisor de Ensino.

Membros:

- Kelmy Rocha Gois Martins Lima, RG 30.238.263-X, Diretor Técnico II - Centro de Administração, Finanças e Infraestrutura;

- Vanessa Nakano Aguillar, RG 34.697.399-5, Diretor I - Núcleo de Compras e Serviços;

- Rayane Ercília Carvalho Alves, RG 47.794.358-5, Oficial Administrativo;

- Luana Marcela da Silva Ruas Pereira, RG 40.078.853-6, Agente de Organização Escolar.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 2-1-2021, com vigência de 2-1-2021 a 31-12-2021.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino - Região de Mirante do Paranapanema, de acordo com o Decreto 57.141/2011, expede a seguinte Portaria:

Artigo 1º - Ficam designados, com fundamento no inciso IV, do artigo 3º, do Decreto 47.297, de 6-11-2002, a Comissão Julgadora de Licitações para Pregão Eletrônico, como segue:

Autoridade Competente:

- Ênio Magro, RG 18.397.177-2, Dirigente Regional de Ensino;

- Kleber Aparecido Guarnieri Alves, RG 33.061.011-9, Supervisor de Ensino.

Subscritor de Edital:

- Kelmy Rocha Góis Martins Lima, RG 30.238.263-X, Diretor Técnico II - Centro de Administração, Finanças e I nfraestrutura;

Pregoeiro:

- Vanessa Nakano Aguillar, RG 34.697.399-5, Diretor I - Núcleo de Compras e Serviços;

- Rayane Ercília Carvalho Alves, RG 47.794.358-5, Oficial Administrativo;

- José Uilson Cordeiro, RG 17.309.384-X, Diretor Técnico I - Núcleo de Obras e Manutenção Escolar;

Equipe de Apoio:

-Vanessa Nakano Aguillar, RG 34.697.399-5, Diretor I - Núcleo de Compras e Serviços;

- Rayane Ercília Carvalho Alves, RG 47.794.358-5, Oficial Administrativo;

- Luana Marcela da Silva Ruas Pereira, RG 40.078.853-6, Agente de Organização Escolar.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 2-1-2021, com vigência de 2-1-2021 a 31-12-2021.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PINDAMONHANGABA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino, conforme o Decreto 64.187/2019, de 17-04-2019, Resolução SE 51, de 01-11-2017, com fundamento na Deliberação CEE 138-2016, alterada pela Deliberação CEE 148-2016 e demais normas vigentes e, à vista do Processo 977/0067/2016, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizada a instalação e o funcionamento do Curso de Ensino Fundamental – Anos Finais, do Estabelecimento de Ensino "Escola Jardim das Nações – Unidade II", localizado à Avenida Marginal, 2507, Bairro Caminho Novo, Tremembé – SP, Estado de São Paulo, mantido pela entidade jurídica Jardim das Nações Educacional Eireli, CNPJ 22.653.656/0001-46, autorizado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 16-12-2016, publicada em 20-12-2016, à Rua Maria do Carmo Ribeiro, 3116 - no bairro Caminho Novo, CEP 12120-000, no Município de Tremembé.

Artigo 2º - O Estabelecimento de Ensino continuará mantendo em sua extensão o Curso de Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Artigo 3º - Os responsáveis pelo estabelecimento de ensino ficam obrigados a manter adequados seu Regimento Escolar, a Proposta Pedagógica da Escola, o Plano de Curso e o Plano de Gestão, às instruções relativas ao cumprimento da Lei Federal 9.394/96, e às normas dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

Artigo 4º - A Diretoria de Ensino - Região Pindamonhangaba, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino - Região de Pindamonhangaba, conforme o Decreto 64.187/2019, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2018, Deliberação CEE 10/97 e Indicação CEE 9/97, Deliberação CEE 144/2016, Deliberação CEE 155/2017, Deliberação CEE 140/2016 e demais normas vigentes, à vista do Processo 977/0067/2016, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o novo Regimento Escolar da Escola Jardim das Nações – Unidade II, localizado à Avenida Marginal 2507, Bairro Caminho Novo, Tremembé – SP, Estado de São Paulo, mantido pela entidade jurídica Jardim das Nações Educacional Eireli, CNPJ 22.653.656/0001-46, autorizado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 16-12-2016, publicada em 20-12-2016, à Rua Maria do Carmo Ribeiro, 3116 - no bairro Caminho Novo, CEP 12120-000, no Município de Tremembé, com base nos dispositivos constitucionais vigentes, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Artigo 2º - A aprovação deste novo Regimento decorre da autorização e implantação do Curso de Ensino Fundamental – Anos Finais a partir do corrente ano letivo.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino - Região de Pindamonhangaba, responsável pela supervisão da Escola, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PIRASSUNUNGA

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Dispõe sobre aprovação de Adendo Regimental

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Pirassununga, com fundamento na Deliberação CEE 10/97, e à vista do Processo 001/0070/2008, expede a presente Portaria:

Art. 1º - Fica aprovado o Adendo Regimental introduzido no Regimento Escolar do Centro Educacional Lemense (Código CIE 185607), Leme – SP.

Art. 2º - O Adendo de que trata esta Portaria refere-se aos artigos: 8º e 56 do Regimento Escolar anteriormente aprovado por Portaria de 18-12-2018, publicada em D.O. de 19-10-2018, Seção I, Página 37.

Art. 3º - A Diretoria de Ensino Região Pirassununga, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

A Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino - Região de Presidente Prudente, conforme o Decreto 64.187/2019 e com fundamento, na Deliberação CEE 144/2016, Deliberação CEE 188/2020, Parecer CEE 67/1998 e demais normas vigentes, e à vista do Processo Seduc-PRC-2020/50261, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento Escolar do Colégio Arte Livre, sito à Rua Martins Francisco 224-1, Jardim Tênis Clube, Regente Feijó-SP, mantido por Colégio Arte Livre S/S Ltda, CNPJ 04.824.433/0001-12, que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado por Portaria da Dirigente Regional de Ensino.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino - Região Presidente, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação gerando efeitos a partir do início do ano letivo de 2021.

(Portaria 7)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Declarando vago, a partir de 13-01-2021, em virtude de falecimento, o cargo, em nome de Carla Aparecida Alexandre Perossi, RG 24.946.459-7, Professor Educação Básica II (Matemática), SQC-II-QM-SE, na EE Coronel João de Souza Campos, em Cravinhos.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 26-1-2021

Autorizando, com fundamento no Decreto 47.685, de 28-02-2003 e Resolução SE. 23 de 18-04-2013, a ocupação pelo servidor indicado, das dependências da zeladoria da unidade escolar abaixo relacionada:

EE Conde Francisco Matarazzo, em Santa Rosa de Viterbo/SP, Daniel Miranda, RG16.236.909-8, Coveiro, com cargo efetivo na Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo, em Santa Rosa de Viterbo/SP, a ocupar as dependências da EE Conde Francisco Matarazzo, na cidade de Santa Rosa de Viterbo/SP, desta Secretaria Estadual da Educação do Estado de São Paulo. (SEDUC-PRC-2021/00016)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTO ANASTÁCIO

Portaria DRE-8, de 28-1-2021

Dispõe sobre autorização de instalação do tipo de ensino na Modalidade Sala de Recurso - Atendimento Educacional Especializado

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região Santo Anastácio, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, e demais normas vigentes, à vista do Processo 905817 de 08-04-2019, expede a presente Portaria:

Artigo 1º – Fica autorizado a instalação e funcionamento da Sala de Recurso - Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Intelectual no Estabelecimento de Ensino na EE 18 de Junho - CIE 32220, situado na Rua Paraná 5-44, Centro, CEP 19470-000, Presidente Epitácio/SP.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir do 1º dia letivo.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Instituindo, nos termos do § 1°, do artigo 1°, da Portaria do Coordenador da CGRH de 04, publicada em 05-01-2021, a Comissão de Heteroidentificação da Diretoria de Ensino - Região de Santo Anastácio composta pelos seguintes membros:

- Luciene Pereira Barreto, RG 17.604.640, Supervisor de Ensino;

- Josete Guariento Carvelli, RG. 9.347.695, Supervisor de Ensino;

- Sueli Honoria Ros Lopes Sousa, RG. 12.518.206-5, Diretora do Centro de Recursos Humanos;

- Denise Aparecida Sanches Silva, RG. 15.565.538, Diretora do Núcleo de Administração de Pessoal;

- Marcelo Ravazzi Tesine, RG 18.522.650, PEB II – Readaptado.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTOS

Portaria DRE-17, de 28-1-2021

Dispõe sobre autorização para ampliação do Prédio Escolar

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região de Santos, com fundamento na Deliberação CEE 138/16, acrescida do dispositivo pela Deliberação CEE 143/16 e alterada pela Deliberação CEE 148/16 e demais normas vigentes, à vista do Seduc-EXP-2020/351230, expede a presente Portaria:

Artigo 1º – Ficam autorizados a instalação e o funcionamento sob a forma de Ampliação do Prédio, do Estabelecimento de Ensino Escola de Enfermagem El Shaday Santos (Código CIE: 260.812), situado na Rua Viriato Correia da Costa 50, Jardim Santa Maria, CEP 11089-020, Santos - SP, mantido por Escola de 1º e 2º graus e Enfermagem El Shaday de Santos S/C Ltda, CNPJ 04.700.853/0001-97, autorizado pela Portaria do Dirigente Regional de Ensino, D.O. de 25-01-2000.

Artigo 2º – O Estabelecimento de Ensino manterá (os) curso (s): Habilitação Profissional Técnico em Enfermagem, adequados às normas que forem baixadas pelo Conselho Nacional e Estadual de Educação e cumprimento da Lei Federal 9394/96.

Artigo 3º – A Diretoria de Ensino - Região Santos, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portarias do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Declarando, com fundamento na Deliberação CEE 21/01, e à vista do Seduc-CAP-2019/395629, que os estudos realizados no exterior por Khadige Mohamad Abou Arabi, RG 59.593.401-8, são equivalentes aos cumpridos no sistema brasileiro, em nível de conclusão do Ensino Médio.

Homologando:

Anexos do Plano de Gestão 2020

Município de Santos:

- EE Barnabé.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO CARLOS

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Dispõe sobre a autorização de uso de sala de aula adequada no prédio escolar

A Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino - Região de São Carlos, conforme o Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 29/2012, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016 e demais normas vigentes, à vista do Processo Seduc775917/2020, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado o uso de mais uma sala de aula adequada no prédio escolar do Colégio Adventista de São Carlos, Código CIE 115277, situado à Rua Jacinto Favoreto 992, Jardim Macarengo, CEP 13.560-462, São Carlos - SP, autorizado por Portaria CEI de 24/10/78, mantido pela Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social – Região Administrativa Oeste, CNPJ 43.586.122/0001-14.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino - Região de São Carlos, responsável pela Supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Dispõe sobre a autorização de instalação de curso de Ensino Médio

A Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino - Região de São Carlos, conforme o Decreto 64.187/2019 e Resolução SE 51/2017, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148 e demais normas vigentes, à vista do Processo Seduc 860918/2020, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado a instalação e funcionamento do curso de Ensino Médio, no estabelecimento de ensino Colégio Planeta, localizado à Rua Dr. Serafim Vieira de Almeida 280, Jardim Paraíso, São Carlos, SP, mantido pela Escola de Ensino Fundamental e Infantil J.L.F. Ltda. ME, CNPJ 12.794.795/0001-36, autorizado pela Portaria da Dirigente Regional de Ensino, publicada no D.O. de 31-01-2000.

Artigo 2º - Os responsáveis pelo Estabelecimento de Ensino ficam obrigados a mantê-lo adequados às normas que forem baixadas pelo Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação, bem como as demais instruções relativas ao cumprimento da Lei 9.394/1996 e demais normas pertinentes.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino Região de São Carlos, responsável pela Supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Dispõe sobre homologação de Regimento Escolar e Plano de Curso

A Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino – Região de São Carlos, conforme o Decreto 64.187/2019, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 140/2016 e Deliberação CEE 148/2016, Resolução SE 51/2017 demais normas vigentes, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Ficam homologados o Regimento Escolar e o Plano de Curso do Colégio Planeta, localizado à Rua Dr. Serafim Vieira de Almeida 280, Jardim Paraíso, São Carlos, SP, mantido pela Escola de Ensino Fundamental e Infantil J.L.F. Ltda. ME, CNPJ 12.794.795/0001-36, autorizado pela Portaria da Dirigente Regional de Ensino, publicada no D.O. de 31-01-2000.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino – Região de São Carlos, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Instituindo, com fundamento no Decreto 63.979, de 19-12-2018 e na forma disciplinada pela Portaria do Coordenador da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Educação, de 04 publicada a 05-01-2021, a Comissão de Heteroidentificação no âmbito da Diretoria de Ensino Região São João da Boa Vista, composta dos seguintes membros:

- Mariângela Leocardio Jacomini, RG 17.204.436-4/SP, Supervisor de Ensino;

- Marcos Nogueira da Lima, RG MG-4.065.078/MG, Supervisor de Ensino;

- Elenir Navas, RG 15.926.753-52/SP, Supervisor de Ensino;

- Luiz Antonio Lizarelli Filho, RG 24.310.030-9/SP, Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico;

- Caroline Alves Ferreira Mariano, RG 40.272.190-1/SP, Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Designando, nos termos dos Art. 66, 67 e 68 Livro III, Instruções 01/2020 – Resolução 07/2020 TCE/SP com efeitos retroativos a partir de 02-03-2020, Adilson José Gizzi, RG 32.337.853-5, Executivo Público da Diretoria de Ensino – Região de São João da Boa Vista como o responsável pelo Controle Interno desta Diretoria de Ensino, e, em seu impedimento, o responsável será Angeli Bizaia Rodrigues, RG 28.503.772-9, Executivo Público lotado nesta Diretoria de Ensino.

Comunicado

Ficha Informativa da Diretoria de Ensino - 2021

Convênio Alimentação Escolar 2021

Ref.: Decreto 61.928/2016 / Resolução Se 63/2016 / Portaria Cise 1/2016

Identificação da Diretoria de Ensino

Diretoria Regional de Ensino de São João da Boa Vista

Telefone Institucional

(Xx) Xxxx-Xxxx (19) 3638-0300

E-Mail institucional da DE desjv@educacao.sp.gov.br

Identificação dos Responsáveis pela Alimentação Escolar na Diretoria de Ensino

Titular:

Nome Completo

(De Acordo com RG) Cláudia Helena da Silva

RG 42.061.354-7 CPF 331.372.738-70

Cargo

(Se Nutricionista Informar Nº CRN) Diretor Técnico II

Telefone Institucional

(Xx) Xxxx-Xxxx (19) 3638-0310 Telefone Celular

(Xx) Xxxxx-Xxxx (19) 97112-1325

E-Mail claudia.silva15@educacao.sp.gov.br

Suplente:

Nome Completo

(De Acordo com RG) André Molnar

RG 15.477.216-1 CPF 042.742.268-08

Cargo

(Se Nutricionista Informar Nº CRN) Professor Educação Básica II

Telefone Institucional

(Xx) Xxxx-Xxxx (19) 3638-0322 Telefone Celular

(Xx) Xxxxx-Xxxx (19) 99631-4821

E-Mail desjvnfi@educacao.sp.gov.br

Identificação do Diretor do CAF

Nome Completo

(De Acordo com RG) Cláudia Helena da Silva

RG 42.061.354-7 CPF 331.372.738-70

Telefone Institucional

(Xx) Xxxx-Xxxx (19) 3638-0310 Telefone Celular

(Xx) Xxxxx-Xxxx (19) 97112-1325

E-Mail desjvcaf@educacao.sp.gov.br

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

Extratos de Contratos

Processo Seduc-PRC-2020/55736

Contratante: Diretoria de Ensino - Região de São Joaquim da Barra

Contratada: João Henrique Alves Serviços e Construções - CNPJ 19.086.259/0001-25

Objeto: contratação serviços para troca de piso e construção paredes de alvenaria na sede da Diretoria de Ensino

Nota de Empenho: 2020NE00924

Valor Total: R$ 16.638,20

Valor por exercício: o mesmo.

Prazo de entrega: 30 dias

Data da Assinatura: 09-12-2020

Verba: ND 33903979-PT 12122081561780000-FR 001002007 do orçamento vigente.

Processo Seduc-PRC-2020/55737

Contratante: Diretoria de Ensino - Região de São Joaquim da Barra

Contratada: João Henrique Alves Serviços e Construções - CNPJ 19.086.259/0001-25

Objeto: contratação serviços de manutenção e conservação predial para pintura interna da sede da Diretoria de Ensino

Nota de Empenho: 2020NE00922

Valor Total: R$ 13.500,00

Valor por exercício: o mesmo.

Prazo de entrega: 30 dias

Data da Assinatura: 08-12-2020

Verba: ND 33903979-PT 12122081561780000- FR 001002007 do orçamento vigente.

Processo Seduc-PRC-2020/52893

Contratante: Diretoria de Ensino - Região de São Joaquim da Barra

Contratada: Celso Bertoluci Botucatu - ME - CNPJ 01.826.948/0001-63

Objeto: Contratação de serviço de confecção de cortinas para as dependências da Diretoria de Ensino

Nota de Empenho: 2020NE00860

Valor Total: R$ 8.890,00

Valor por exercício: o mesmo.

Prazo de entrega: 30 dias

Data da Assinatura: 20-11-2020

Verba: ND 3393999- PT 12122081561780000-FR 003001051 do orçamento vigente.

Processo Seduc-PRC-2020/57301

Contratante: Diretoria de Ensino - Região de São Joaquim da Barra

Contratada: SMT Telefonia e Segurança Ltda – ME - CNPJ 08.702.790/0001-69

Objeto: Contratação de serviço de instalação/montagem de equipamentos de videomonitoramento para a Diretoria de Ensino, com fornecimento dos equipamentos e materiais

Nota de Empenho: 2020NE00937

Valor Total: R$ 11.050,00

Valor por exercício: o mesmo.

Prazo de entrega: 30 dias

Data da Assinatura: 14-12-2020

Verba: ND 33903999-PT 12122081561780000-FR 001002007 do orçamento vigente.

Processo Seduc-PRC-2020/19977

Contratante: Diretoria de Ensino - Região de São Joaquim da Barra

Contratada: Refrigas Eletrodomesticos Barretos Ltda. - ME - CNPJ 24.092.027/0001-10

Objeto: Contratação de serviço para manutenção nos purificadores de água, refrigerador e micro-ondas da sede da Diretoria de Ensino

Nota de Empenho: 2020NE00278

Valor Total: R$ 785,00

Valor por exercício: o mesmo.

Prazo de entrega: 15 dias

Data da Assinatura: 30-04-2020

Verba: ND 3393980-PT 12122081561780000-FR 003001051 do orçamento vigente.

Processo Seduc-PRC-2020/44344

Contratante: Diretoria de Ensino - Região de São Joaquim da Barra

Contratada: Refrigas Eletrodomesticos Barretos Ltda ME - CNPJ 24.092.027/0001-10

Objeto: contratação de serviço manutenção de aparelhos de ares condicionados sede da Diretoria de Ensino, Rede do Saber e Núcleo Pedagógico

Nota de Empenho: 2020NE00679

Valor Total: R$ 4.370,00

Valor por exercício: o mesmo.

Prazo de entrega: 30 dias
Data da Assinatura: 30-09-2020
Verba: ND 33903980-PT 12122081561780000-FR 003001051 do orçamento vigente.
Processo Seduc-PRC-2020/28903
Contratante: Diretoria de Ensino - Região de São Joaquim da Barra
Contratada: Gente Seguradora S.A. - CNPJ 90.180.605/0001-02
Objeto: Contratação de seguro patrimonial para a Diretoria de Ensino – 2020/2021
Nota de Empenho: 2020NE00446
Valor Total: R$ 2.000,00
Valor por exercício: o mesmo.
Prazo de entrega: 01-07-2020 a 01-07-2021
Data da Assinatura: 18-06-2020
Verba: ND 33903945-PT 12122081561780000-FR 003001051 do orçamento vigente.
Processo Seduc-PRC-22712
Contratante: Diretoria de Ensino - Região de São Joaquim da Barra
Contratada: Sompo Seguros S.A. – CNPJ 61.383.493/0001-80
Objeto: Contratação de seguro patrimonial para atender ao Núcleo Pedagógico e a Rede do Saber 2020/2021
Nota de Empenho: 2020NE00277
Valor Total: R$ 2.069,59
Valor por exercício: o mesmo.
Prazo de entrega: 02-05-2020 a 02-05-2021
Data da Assinatura: 30-04-2020
Verba: ND 33903945-PT 12122081561780000-FR 003001051 do orçamento vigente.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 20-1-2021

Indeferindo, conforme o Decreto 64.187/2019, Resolução SE 51/2017, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, Deliberação CEE 148/2016, e demais normas vigentes, e à vista do Processo Seduc-PRC-2020/48784, o pedido de autorização para mudança de endereço do Instituto Alpha Lumen, situado à Rua Clóvis Bevilacqua 868, Jardim Esplanada, e de sua extensão, situada à Rua Fernão Dias 260/280, Jardim América, São José dos Campos, São Paulo, mantido pela Associação Alpha para Educação Especial, CNPJ 19.136.655/0002-10.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino de 26-1-2021

Designando, com fundamento na Deliberação CEE 10/1997, Deliberação CEE 138 de 11-02-2016 e à vista do Seduc-PRC-2021/02050, o Supervisor de Ensino: Luís Fabian de Freitas Bittencourt – RG 25.090.137-7, para sem prejuízo da função que exerce nesta unidade compor a Comissão, que procederá análise da documentação, emitindo parecer conclusivo sobre o pedido de autorização de mudança de endereço do Instituto Alpha Lumen, mantido por Associação Alpha para Educação Especial, localizado à Rua Clóvis Bevilacqua 868, Jardim Esplanada, CNPJ 19.136.655/0001-10 e da sua extensão localizada à Rua Fernão Dias 260, Jardim América, São José dos Campos, São Paulo, CNPJ 19.136.655/0002-10, em substituição à Supervisora Vanessa César Silva – RG 19.323.126-8, designada por Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 19-01-2021, publicada no D.O. de 21-01-2021, página 34.

Portarias da Dirigente Regional de Ensino, de 27-1-2021

Homologando, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Indicação CEE 09/97, Indicação CEE 13/97, e à vista do parecer conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo Estabelecimento, o Plano Escolar para o ano de 2020:

- Instituto São José I, referente ao curso de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;

- Instituto São José II, referente ao curso de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Portaria da Dirigente Regional de Ensino de 28-1-2021

Homologando, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Indicação CEE 09/97, Indicação CEE 13/97, e à vista do parecer conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo Estabelecimento, o Plano Escolar para o ano de 2020, do Colégio Joseense II, referente aos cursos: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Dispõe sobre autorização, instalação e funcionamento de escola

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região São José dos Campos, com fundamento na Lei 9.394/96, Lei 10.098/2000, Lei 12.244/2010, Decreto 5.296/2004, Deliberação CEE 149/2016, Deliberação CEE 10/97, Deliberação CEE 138/2016, e Indicação CEE 141/2016 e demais normas vigentes, à vista do Processo Seduc-PRC-2020/45831, expede a presente Portaria:

Artigo 1º – Ficam autorizados a instalação e o funcionamento do Estabelecimento de Ensino Instituto Educacional Alétea, localizado à Rua Benedito da Silva Ramos 445, Jardim Esplanada II, São José dos Campos, SP, mantido pelo Instituto Educacional Alétea Ltda, CNPJ 20.872.280/0001-35, com os Cursos de Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano.

Artigo 2º – Os responsáveis pelo Estabelecimento de Ensino ficam obrigados a manter adequados às normas que forem baixadas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da Lei 9394/1996, os seguintes documentos: Regimento Escolar, Proposta Pedagógica e Plano Escolar.

Artigo 3º – A Diretoria de Ensino da Região de São José dos Campos, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Dispõe sobre aprovação de Regimento Escolar

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região São José dos Campos, com fundamento na Deliberação CEE 10/97, Indicação CEE 09/97, Deliberação CEE 144/2016 e demais normas vigentes, à vista do Processo Seduc-PRC-2020/47069, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino Instituto Educacional Alétea, localizado à Rua Benedito da Silva Ramos, 445, Jardim Esplanada II, São José dos Campos, SP, mantido pelo Instituto Educacional Alétea Ltda, CNPJ 20.872.280/0001-35, com os Cursos de Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino - Região São José dos Campos, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Homologando, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Indicação CEE 09/97, Indicação CEE 13/97, e à vista do parecer conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo Estabelecimento, o Plano Escolar para o ano de 2021, do Instituto Educacional Alétea, referente aos cursos: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

A Dirigente Regional de Ensino, com fundamento no Decreto 47.685, de 28-02-2003, e na Resolução SE 23, de 20-04-2013, expede a presente portaria:

Artigo 1º – Fica autorizada Maria Maurisa de Oliveira Silva, RG 15.449.494-X, Gerente de Organização Escolar lotada na EE Prof. Edewaldo Freitas Gaia Sant'Ana, a ocupar as dependências da zeladoria da EE Prof. Edewaldo Freitas Gaia Sant'Ana, conforme Termo de Autorização de Uso que integra o Processo Seduc-PRC-2021/03396 e observadas às disposições da Resolução SE 23/2013;

Artigo 2º – As responsabilidades do ocupante da zeladoria estão estabelecidas em Termo de Compromisso devidamente assinado pelo compromitente, e pela Dirigente de Ensino;

Artigo 3º – A presente autorização conta com validade por 2 anos;

Artigo 4º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO ROQUE

Portaria DRE-11, de 28-1-2021

Constitui subcomissão para atuar em atividades relativas à Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso- CADA/SE, em atendimento à Resolução SE 17, de 17-02-2016

O Dirigente Regional de Ensino, com fundamento no disposto na alínea "a" do Inciso I do artigo 90, do Decreto 57.141, de 18-07-2011 e tendo em vista o contido no parágrafo único do artigo 12 do Decreto 58.052, de 16-05-2012, e na Resolução SE 17, de 17-02-2016, baixa a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica constituída, no âmbito da Diretoria de Ensino – Região São Roque, a Subcomissão de Avaliação de Documentos e Acesso, para atendimento às demandas relativas às atribuições previstas para a Comissão de Avaliação de Documentos de Acesso– CADA, descritas nos Decretos nºs. 29.838/89, 48.897/04 e 58.052/12.

Artigo 2º - A subcomissão a que se refere o artigo 1º desta resolução será integrada pelos seguintes servidores:

I – Camila Domingues Antunes Zarboch, RG: 36.346.843-3, do Núcleo de Administração;

II – Kátia Cristina Barão da Mata – RG: 42.790.816, do Núcleo Pedagógico;

III –Eliana Fernandes dos Santos, RG: 43.111.424, do Núcleo de Vida Escolar;

V –Jorge Francisco Paschoal, RG: 17.891.658-4, do Núcleo de Apoio Administrativo;

V – Rosana Aida Cilia – PG: 17.286.133-0, Supervisor de Ensino;

VI - Luciene Teixeira de Carvalho Gramático, RG: 19.175.760, Diretor de Escola.

Parágrafo único - A coordenação da subcomissão caberá ao servidor mencionado no inciso V deste artigo.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-01-2021

O Dirigente Regional de Ensino, nos termos da alínea "e", inciso III do artigo 36 do Decreto 52.833, de 24-03-2008, expede a seguinte Portaria:

Artigo 1º - Designa as servidoras Ivanete Baptista Nunes Rodelli, RG 13.311.527-6 e Danielle Silva de Oliveira Simão, RG 46.603.663-2, para compor a estrutura a que se refere o inciso III do artigo 2º Portaria CAF/G-11, de 8-4-2008, e exercer a função de Administrador Local do Sistema de Segurança do SDPE - Sistema de Despesa de Pessoal do Estado da CAF – Coordenação da Administração Financeira da Secretaria da Fazenda, disponível na internet através do endereço eletrônico www.folhadepagamento.sp.gov.br.

Artigo 2º - O Administrador Local do Sistema de Segurança exercerá a função em conformidade ao artigo 5º da Portaria CAF/G-11, de 08-04-2008, publicada no D.O. de 11-4-2008.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO VICENTE

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

A Dirigente Regional de Ensino, com fundamento no Decreto 47.685, de 28-02-2003 e Resolução SE 23, de 19-04-2013, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizada Tânia Mara Azevedo, RG 25.544.856-9, Agente de Organização escolar, a ocupar as dependências da zeladoria da EE Governador Mario Covas Junior, sito à Doutor Archimedes Bava s/nº, Parque das Bandeiras, São Vicente/SP, jurisdicionada à Diretoria de Ensino - Região São Vicente conforme Termo de Autorização de uso que integra o Processo Seduc/CAP 2020/1034228 e observadas às disposições da Resolução SE 23 de 19-04-2013.

Artigo 2º - As responsabilidades do ocupante da Zeladoria estão estabelecidas em Termo de Compromisso devidamente assinado pelo Compromitente, pelo Diretor da Escola e pelo Dirigente Regional de Ensino.

Artigo 3º - O Diretor da E.E.Governador Mario Covas Junior zelará pelo cumprimento das obrigações do ocupante da zeladoria, adotando as medidas necessárias no caso de encaminhamento para desocupação.

Artigo 4º - A presente autorização tem a validade por 2 anos.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SERTÃOZINHO

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Dispõe sobre validação das horas de estágio remoto aos alunos das Instituições de Ensino Superior

A Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino - Região de Sertãozinho, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Ficam validadas, em conformidade com o Parecer CEE-109, de 15-4-2020, e Parecer do Diretor de Escola, de 02-10-2020, as horas de estágio realizadas na EE "Prof. José Luiz de Siqueira", município de Barrinha, vinculada a esta Diretoria de Ensino - Região de Sertãozinho, por meio de atividades educacionais não presenciais pelo aluno Líria Rosa Dias da Silva, regularmente matriculado na UNAR Centro Universitário de Araras.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portarias do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Designando os interessados abaixo relacionado para, em atendimento ao disposto no artigo 67 da Lei 8.666/93, proceder ao acompanhamento do Contrato 002/17, referente à prestação de serviço de profissional de apoio escolar - Processo 1126/0083/2016:

Fiscal dos Serviços:
EE Profª Nícia Fabíola Zanuto Giraldi (Sertãozinho/SP)
Diretor: Regimar Cristina Manfrim Soares RG22.559.488-2
Vice-diretor: Adriana Ap. Cantolini Faquin RG25.359.060-7
Vice-diretor: Simone Maria Viel RG 19.974.600-X
EE Profº Basílio Rodrigues da Silva (Pontal/SP)
Diretor: Rosana Ap. Cantolini RG 23.721.424-6
Vice-diretor: Rosangela Barbosa Aguiar Turaça RG 23.718.996-3
Vice-diretor: Marcela Cristina Silva Rodrigues RG 32.595.553-0

Designando os interessados abaixo relacionado para, em atendimento ao disposto no artigo 67 da Lei 8.666/93, proceder ao acompanhamento do Contrato 07/19, referente à prestação de serviço de profissional de apoio escolar - Processo SPDOC SEE 1985284/2018:

Fiscal dos Serviços:
EE Profª Maria Elyde Mônaco dos Santos (Terra Roxa - SP)
Diretor: Maria Nascimento Caroni RG 29.905.559-0
EE Profº Plínio Berardo (Jardinópolis/SP)
Diretor: Roberta Rueda Ballejo Bontadini RG 32.593.118-5
Vice-Diretor: Ricardo Alexandre Caligaris RG 24.155.097-x
Vice-diretor: Vinícius Simões RG 21.965.251-x
Vice-diretor: Samuel Rodrigues Pinto RG 32.743.410-7
EE Profº Nestor Gomes de Araújo (Dumont/SP)
Carolina Aparecida Fábio Merlin - RG 17.065.056, Diretor de Escola
Marco Antônio C. de Oliveira - RG 13.071.268-1, Vice-Diretor

Designando os interessados abaixo relacionado para, em atendimento ao disposto no artigo 67 da Lei 8.666/93, proceder ao acompanhamento do Contrato 14/19, referente à prestação de serviço de profissional de apoio escolar – Processo SPDOC 1403694/19:

Fiscal dos Serviços:
EE Domingos Paro (Pitangueiras/SP – Distrito de Ibitiuva)
Adriana Leite Rocha Belotti - RG 24.467.055-9, Diretor de Escola
Cristiano Rodrigo Borges Ramos - RG 33.566.856-2, Vice-Diretor

Designando os interessados abaixo relacionado para, em atendimento ao disposto no artigo 67 da Lei 8.666/93, proceder ao acompanhamento do Contrato 003/21, referente à prestação de serviço de profissional de apoio escolar - Processo Seduc-PRC-2020/41543:

Fiscal dos Serviços:
EE Antônio Furlan Junior- Sertãozinho
Analuci Afonso Lacerda Lisauskas – RG. 24.307.556-X Diretor de Escola
Josiane Rodrigues Oliveira de Lucena RG. 32.745.896-3 Vice Diretor
Idelma Cristina de Souza Silva RG 32.655.116-5 Vice Diretor
EE Luiz Marcari- Barrinha
Vice-diretor: Tatiane de Carvalho RG 30.322.224-4
EE Dolores Martins de Castro - Pontal
Diretor: Denise Ribeiro Nardelli e Lopes RG 12.853.279-8
EE Orminda Guimarães Cotrim -Pitangueiras
Diretor: Alessandra Ap. Ripamonte Lima RG 23.857.358-8
Vice-diretor: Ederlei Carlos de Oliveira RG 25.712.414-7
EE Odulfo de Oliveira Guimarães- Viradouro
Diretor: Sandra Regina Tonioli Felippe RG 17.107.046-x
Vice-diretor: Carlos Augusto Cuchiaro RG 32.896.203-x
EE Ferrucio Chiaratti -Sertãozinho
Diretor: Paulo Roberto Mermejo RG 12.285.271-0
Vice-diretor: Amanda Gouveia Alves RG 41.379.972-4
Vice-diretor: João Acácio Busquini RG. 19.354.450-7
EE Plinio Berardo- Jardinópolis
Diretor: Roberta Rueda Ballejo Bontadini RG 32.593.118-5
Vice-Diretor: Ricardo Alexandre Caligaris RG 24.155.097-x
Vice-Diretor: Vinícius Simões RG 21.965.251-x
Vice-Diretor: Samuel Rodrigues Pinto RG 32.743.410-7

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SOROCABA

Portaria DRE-8, de 28-1-2021

Dispõe sobre autorização de extensão de escola

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região de Sorocaba, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, Deliberação CEE 148/2016, Deliberação CEE 190/2020, e demais normas vigentes, à vista do Processo Seduc-PRC-2020/56846, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizada a instalação e o funcionamento, sob forma de extensão do Estabelecimento de Ensino - Colégio Politécnico de Sorocaba - FUA, código CIE 569409, localizado à Rua Barão de Cotegipe 400 - 1º andar, Vila Leão, mantido por Fundação Ubaldino do Amaral, CNPJ 71.466.288/0001-32, autorizado pela Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 20-03-2015, publicada no D.O. de 21-03-2015, página 38, na Avenida Carlos Reinaldo Mendes 2800, Bairro Alto da Boa Vista, ambos no município de Sorocaba; com os cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e Ensino Médio.

Artigo 2º- Fica aprovado o novo Regimento Escolar, que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado.

Artigo 3º - Os responsáveis pelo estabelecimento de ensino ficam obrigados a manter adequados seu Regimento Escolar e Plano Escolar às instruções relativas ao cumprimento da Lei Federal 9.394/96 e às normas dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

Artigo 4º - A Diretoria de Ensino da Região Sorocaba, responsável pela supervisão do citado estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da presente Portaria.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TAUBATÉ

Portaria DRE-4, de 27-1-2021

Dispõe sobre autorização do curso de Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Aprovação de Regimento Escolar

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região de Taubaté, conforme Decreto 64.187/2019, Resolução SE 29/2012, com fundamento na Lei 9.394/1996; Deliberação CEE 138/2016 e Indicação CEE 141/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016 e Indicação CEE 154/2016; Resolução SE 51/2017 e demais normas vigentes, à vista do Processo SEDUC-PRC-2020/57316-V01, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizada a instalação e funcionamento do Curso de Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º ano) a funcionar na Rua Helvino de Moraes, 169, Vila São José, CEP: 12.043-300, em Taubaté, estado de São Paulo, prédio anexo do estabelecimento de ensino denominado Fábula Berçário e Educação Infantil, Código CIE: 479.263, situado à Rua Engenheiro Urbano Alves Pereira de Souza, 203 - Centro - CEP: 12.043-300, no município de Taubaté, estado de São Paulo, autorizado a funcionar pela Portaria da PMT 740, de 01-11-2012, publicada em 02-11-2012, no Jornal Diário de Taubaté, página 6B, mantido pela Fábula Berçário e Educação Infantil Ltda. - ME, CNPJ: 14.763.347/0001-09.

Artigo 2º - Fica aprovado o novo Regimento Escolar do estabelecimento de ensino denominado Fábula Berçário e Educação Infantil, Código CIE: 479.263, sendo revogado o Regimento Escolar aprovado pela Portaria da PMT 740, de 01-11-2012, publicada em 02-11-2012, no Jornal Diário de Taubaté, página 6B.

Artigo 3º - Os responsáveis pelo Estabelecimento de Ensino ficam obrigados a manter o Calendário Escolar, as Matrizes Curriculares, a Proposta Pedagógica, o Regimento Escolar e o Plano de Gestão Escolar adequados às normas que forem baixadas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da Lei 9.394/1996.

Artigo 4º - A Diretoria de Ensino da Região de Taubaté, atendendo ao disposto no artigo 1º da Deliberação CEE 138/2016, passa a ser responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino e zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Republicada por conter incorreções.)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE VOTUPORANGA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28-1-2021

Instituindo, nos termos da Portaria do Coordenador, de 04-1-2021, publicada em 05-1-2021, a Comissão de Heteroidentificação no âmbito desta Diretoria de Ensino:

- Edson Salustiano Alves, RG 21.997.320 - 9;
- Luciene Pereira Paiva Marchioreto, RG 23.147.750 - 8;
- Marcia Suzana Pinto Zoccal, RG 17.517.518 - 4;
- Ester Ilidia dos Santos Oliveira, RG 9.759.148 - 8;
- Mara Cristina Marques Regatieri, RG 17.520.027 - 0.

Extrato de Contrato
Termo de Suspensão de Invalidação
Processo 00165/0090/2016 - SPDOC 914710/18 – Seduc-PRC-2020/42180
Modalidade: Pregão Eletrônico 001/2016 - Menor Preço
Contrato 006/2016
Objeto: Sexto Termo de Aditamento de Suspensão e Invalidação do Quinto Termo Aditivo de Prorrogação, por ter sido prorrogação durante o período suspenso - Contrato de prestação de serviços contínuos de apoio aos alunos com deficiência que apresentam limitações motoras e outras que acarretem dificuldades de caráter permanente ou temporário no autocuidado das EE Epaminondas José de Andrade, em Cardoso, EE Pref. Décio Prata, em Floreal, EE José Florêncio do Amaral, em Monções, EE Cecília Meireles, em Parisi, EE de Nova Luzitânia, em Nova Luzitânia e EE Prof. Cícero Barbosa Lima Júnior, em Votuporanga, Diretoria de Ensino Região Votuporanga,
Contratante: Diretoria de Ensino – Região de Votuporanga
Contratada: RMC – Gestão de Serviços Ltda - EPP - CNPJ 21.330.920/0001-48
Data da Assinatura: 22-01-2021
Natureza da Despesa: 33903908
Vigência: 20-04-2019 A 19-04-2020
Nova Vigência: O prazo de vigência do contrato está suspenso desde 24-03-2020, nos termos da Resolução SE 27/2020, devendo retomar o seu curso a partir de 01-02-2021 e se estenderá até 27-02-2021.
Informação Decon/Cofi 05937/2020 DE 26-10-2020
Parecer Referencial CJ 1111/2020
Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Extrato de Contrato
Aditamento de suspensão
Processo SPDOC 811925/2019 – Seduc-PRC-2020/37234
Contrato 006/19
Contratante: Diretoria de Ensino - Região de Votuporanga
Contratada: R C dos Santos Eireli - CNPJ 30.127.398/0001-92
Objeto: Primeiro Termo de Aditamento de Suspensão do Contrato de prestação de serviços contínuos de apoio aos alunos com deficiência que apresentam limitações motoras e outras que acarretem dificuldades de caráter permanente ou temporário no autocuidado, com fornecimento de material e mão de obra, a serem executados nas Unidade Escolares: EE Prof.ª Tereza Valverde Cardoso Tirapele - município de Gastão Vidigal, EE Cecilia Meireles - município de Parisi-SP, EE Gentila Guizzi Pinatti - município de Sebastianópolis do Sul, EE Prof.ª Juraci Lima Lupo - município de Votuporanga, EE Sebastião Almeida Oliveira – Município de Votuporanga, EE . Prof.ª Enny Tereza Longo Fracaro – Município de Votuporanga e EE Sebastião Almeida de Oliveira– Município de Votuporanga, jurisdicionadas à Diretoria de Ensino Região Votuporanga.
Natureza de Despesa: 33903908
Vigência: 01-08-2019 a 31-07-2020
Nova Vigência: O prazo de vigência do contrato está suspenso desde 24-03-2020, nos termos da Resolução SE 27/2020, devendo retomar o seu curso a partir de 01-02-2021 e se estenderá até 10-06-2021.
Assinatura: 22-01-2021
Informação Decon/Cofi 04909/2020 de 21-09-2020
Parecer CJ/SE 21/2020
Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Extrato de Contrato
Aditamento de suspensão
Processo SEE/1966570/19/2018 – Seduc-PRC-2020/43162
Contrato 012/19
Contratante: Diretoria de Ensino - Região de Votuporanga
Contratada: R C dos Santos Eireli - CNPJ 30.127.398/0001-92
Objeto: Primeiro Termo de Aditamento de Suspensão de Contrato de prestação de serviços contínuos de apoio aos alunos com deficiência que apresentam limitações motoras e outras que acarretem dificuldades de caráter permanente ou temporário no autocuidado, com fornecimento de material e mão de obra, a serem executados nas Unidade Escolares: EE Arthur Francisco Andrighetti - município de Cardoso, EE José Antônio de Castilho - município de Nova Castilho e EE Dr. José Manoel Lobo - município de Votuporanga, jurisdicionadas à Diretoria de Ensino Região Votuporanga.
Natureza de Despesa: 33903908
Vigência: 01-10-2019 a 30-09-2020
Nova Vigência: O prazo de vigência do contrato está suspenso desde 24-03-2020, nos termos da Resolução SE 27/2020, devendo retomar o seu curso a partir de 01-02-2021 e se estenderá até 10-08-2021.
Assinatura: 22-01-2021
Informação: Decon/Cofi 5111/2020 de 29-09-2020
Parecer Referencial CJ/SEE 21/2020
Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Extrato de Contrato
Aditamento de Suspensão
Processo 00494/0090/2015 - SEE 935668/18 – Seduc-PRC-2020/43647-
Contrato 001/2016
Modalidade: Pregão Eletrônico 003/2015 - Menor Preço
Objeto: Sétimo Termo de Aditamento de suspensão do contrato de prestação de serviços contínuos de apoio aos alunos com deficiência que apresentam limitações motoras e outras que acarretem dificuldades de caráter permanente ou temporário no autocuidado das EE Álvaro Duarte de Almeida, em Cosmorama, EE Pedro Pedrosa, em Nhandeara, EE Leonardo Lopes Bomfim, em Nova Luzitânia, EE Cel. Pontes Gestal, em Pontes Gestal, EE Prof. Cícero Usberti, em Valentim Gentil e EE Gentila Guizzi Pinatti em Sebastianópolis do Sul, Diretoria de Ensino Região Votuporanga.
Contratante: Diretoria de Ensino – Região de Votuporanga
Contratada: RMC – Gestão de Serviços Eireli - EPP - CNPJ 21.330.920/0001-48
Data da Assinatura: 22-01-2021
Natureza da Despesa: 33903908
Vigência Inicial: 12-01-2020 A 11-01-2021
Nova Vigência: O prazo de vigência do contrato está suspenso desde 24-03-2020, nos termos da Resolução SE 27/2020, devendo retomar o seu curso a partir de 01-02-2021 e se estenderá até 21-11-2021.
Informação DECON/COFI 5227/2020 DE 30-09-2020.
Parecer Referencial CJ/SE 21/2020

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Extrato de Contrato

Aditamento de Suspensão

Processo 00241/0090/2018 - SEE 731818/18 – Seduc-PRC-2020/42685-

Contrato 013/2018

Modalidade: Pregão Eletrônico 004/2018 - Menor Preço

Objeto: Segundo Termo de Aditamento de Suspensão de Contrato de prestação de serviços contínuos de apoio aos alunos com deficiência que apresentam limitações motoras e outras que acarretem dificuldades de caráter permanente ou temporário no autocuidado das EE Prof.ª Tereza V. Cardoso Tirapele, em Gastão Vidigal, EE Porfírio Pimentel, em Macaubal, EE Prof. Cícero Barbosa Lima Júnior e EE Dr. José Manoel Lobo, em Votuporanga, Diretoria de Ensino Região Votuporanga.

Contratante: Diretoria de Ensino – Região de Votuporanga

Contratada: Consermais Serviços Eireli - CNPJ 18.656.582/0001-24

Natureza da Despesa: 33903908

Vigência: 27-08-2019 A 26-08-2020

Data da Assinatura: 22-01-2021

Nova Vigência: O prazo de vigência do contrato está suspenso desde 24-03-2020, nos termos da Resolução SE 27/2020, devendo retomar o seu curso a partir de 01-02-2021 e se estenderá até 06-07-2021.

Informação Decon/Cofi 05104/2020 DE 24-09-2020.

Parecer referencial CJ/SE 21/2020

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Saúde

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SS-16, de 28-1-2021

Determina que todos os serviços de saúde públicos e privados do Estado de São Paulo informem diariamente as doses aplicadas da vacina contra a COVID-19 de forma nominal no Sistema de Informação – VaciVida

O Secretário da Saúde, considerando:

- O Decreto Estadual 64.879, de 20-03-2020, pelo qual é reconhecido o estado de calamidade pública no Estado de São Paulo, à vista da declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPIN), pela Portaria MS/GM-188, de 03-02-2020, decorrente da pandemia da Covid-19;

- O inicio da Campanha de imunização contra COVID-19 conforme preconizado pelo Programa Nacional de Imunização;

- A obrigatoriedade de registros nominais de aplicação de vacinas contra COVID-19;

- O documento técnico do Estado de São Paulo da campanha de vacinação contra a COVID-19;

- Que o estado de São Paulo desenvolveu a plataforma VaciVida, sendo uma solução digital para o controle e rastreabilidade das doses de vacinação contra a COVID-19 que garante a transparência desta importante ação em vigilância em saúde e é uma inovação para uma campanha de vacinação.

- O sistema PeriWeb de notificação de Desvio da Qualidade de Medicamento.

- O estabelecido na Lei Federal 8.080, de 19-9-90 (Lei Orgânica da Saúde) e na Lei Estadual Complementar 791, de 9-3-95 (Código de Saúde no Estado), que dispõem sobre a promoção e a proteção da saúde e, ainda, na Lei 10.083, de 23-9-98 (Código Sanitário do Estado),

Resolve:

Artigo 1º - Fica determinado de que todos os serviços de saúde públicos e privados do Estado de São Paulo, integrantes ou não do Sistema Único de Saúde – SUS/SP, devidamente registrados como sala de vacinas e demais unidades de saúde que realizam a respectiva ação, são obrigados a informar diariamente as doses aplicadas da vacina contra a COVID-19 de forma nominal no Sistema de Informação – VaciVida através do link: https://vacivida.sp.gov.br/imunizacao/;

Artigo 2º - Fica instituído o Tutorial do Sistema VaciVida que está disponível no link http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/vacina/vacivida_tutorial.pdf;

Artigo 3º - A plataforma foi desenvolvida considerando as melhores práticas de segurança da informação com uso de tecnologia de ponta, a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo assegura a Confidencialidade dos dados trafegados e registrados na sua plataforma com base na Lei, dentre as quais citamos: a) A Lei 13.709, de 14-08-2019, que protege os dados pessoais e, em seu art. 2º, disciplina a proteção de dados pessoais sob os seguintes fundamentos: I – o respeito à privacidade; IV – a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; b) O Decreto 9.637, de 26-12-2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI), no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação a nível nacional; c) O art. 5.º, inciso X, da Constituição o qual prevê como invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Artigo 4º - Em caso de dúvidas quanto às informações descritas, o serviço de help desk para o módulo do VaciVida Imunização está ativo, através dos números: 0800 722 8900 ou (11) 2899-1577.

Artigo 5º - As suspeitas de desvio de qualidade das vacinas contra Covid-19 devem ser notificadas no sistema PeriWeb.

Parágrafo único. O acesso ao sistema Peri Web está disponível no site do Centro de Vigilância Sanitária - CVS, através do link http://www.cvs.saude.sp.gov.br/eventos_adv.asp?x=todos

Artigo 6º - O não cumprimento dos requisitos desta Resolução caracteriza infração sanitária, sem prejuízo das de natureza civil ou criminal, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas na legislação vigente, Lei 10.083/1998, o Código sanitário do Estado de São Paulo.

Artigo 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

COORDENADORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DE SAÚDE

GABINETE DO COORDENADOR

INSTITUTO BUTANTAN

Portaria IB-1, de 15-1-2021

O Diretor do Instituto Butantan, em conformidade com Decreto 64.518 de 10-10-2019, publicado em 11-10-2019, resolve:

Artigo 1º - Designar com base no artigo 5º do Decreto 44.074 de 01-07-1999, Fabia Luzia Cestari, RG 19.670.522-8, Diretor Técnico II, para exercer a função de Ouvidor, do Instituto Butantan, a funcionária ora designada exercerá suas funções pelo prazo de 1 ano, permitindo a recondução.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Portaria do Coordenador, de 27-1-2021

Classificando, nos termos dos artigos 54 e 55, da Lei Complementar 180/78, o(s) Cargo(s) Vago(s) do SQC-I, a partir de 01-12-2020 na seguinte conformidade.

Classe Ex-Ocupante Motivo Vacância

Sub-Quadro R G Dg D O E Proc./Ofício nº

DA UA: Gabinete do Secretário e Assessorias

UD: Gabinete do Secretário e Assessorias

UO: Administração Superior da Secretaria e da Sede

Para a (o): Centro de Articulação Interinstitucional e Formalização, do Grupo de Gestão de Convênios SUS/SP - GGCon-SUS/SP

Para a UA: Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira - CGOF

UD: Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira - CGOF

UO: Administração Superior da Secretaria e da Sede

1 Diretor Técnico II Maria Helena Ribeiro da Silva Exoneração

SQC – I 8688446 – SP 09-06-1998 75004/16

(Republicado por ter saído com incorreções)

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

Despacho do Coordenador, de 28-1-2021

SES-PRC-SES-PRC-2021/02567

Interessado: TAMIRES DE LIRA TAVARES

Assunto: Autorização acima de 50% de diárias.

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional, a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado pertencente ao Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo - CVS/SP, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

- TAMIRES DE LIRA TAVARES – RG 41.700.351-1, Agente Técnico de Assistência à Saúde, Efetivo.

- Motivo do deslocamento: realizar inspeções e apoio técnico aos Grupos de Vigilância Sanitária - GVS e Vigilâncias Sanitárias Municipais no Estado de São Paulo por meio de convocações da Divisão Técnica de Produtos de Interesse a Saúde, do Centro de Vigilância Sanitária – Ditep/CVS, para realizar inspeções em empresas fabricantes de Insumos Farmacêuticos Ativos, Medicamentos, Gases Medicinais, Produtos para Saúde, Cosméticos, Alimentos, Saneantes, Distribuidora de Medicamentos, Farmácias e Drogarias. Ainda quando da necessidade de deslocamento por motivo de cursos e eventos fora do estado de São Paulo, inspeções sanitárias em estabelecimentos situados nos municípios do Estado de São Paulo, que possuem estabelecimentos fabricantes dos produtos acima mencionados, em atendimento a demandas oriundas da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa com finalidade de investigação, monitoramento pós registro e comércio e certificação de boas práticas de fabricação, bem como as denúncias e solicitações dos cidadãos, do Poder Judiciário e Ministério Público.

- Localidade de provável deslocamento: Araraquara, Descalvado, Araçatuba, Jales, Ribeirão Preto, Barretos, Campinas, Americana, Sorocaba, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Santos, Itapira, Hortolândia, Bragança Paulista, Cosmópolis, Atibaia, Dracena, Jardinópolis, Bom Jesus dos Perdões, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Echaporã, Ibitinga, Ibaté, Franco da Rocha, Mairiporã, Embu, Osasco, Jandira, São Bernardo, Santo André, Itapevi, Taubaté, Campos do Jordão, Santa Rita do Passa Quatro, Barueri, Osasco, Aparecida, São José do Rio Preto, Diadema, Santo André, Bauru, entre outros. (Despacho 172/2021 - GC/CCD)

Despacho do Coordenador, de 28-1-2021

SES-PRC-2021/02875

Interessado: RODNEY ZAGATO

Assunto: Autorização acima de 50% de diárias.

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional, a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado pertencente a Naor São José Do Rio Preto, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

Rodney Zagato - RG 13.693.902-8, Oficial Operacional, Efetivo.

Motivo do deslocamento: Conduzir técnicos dos Grupos de Vigilância Epidemiológica e Sanitária XXIX, para realização de visitas de caráter técnico, participação em reuniões, treinamentos e outras ações pertinentes ao cargo e/ou exigências de acordo com a demanda.

Localidade de provável deslocamento: Deslocamentos para os 67 municípios de abrangência do GVE e GVS XXIX: Adolfo, Álvares Florence, Américo de Campos, Ariranha, Bady Bassitt, Bálsamo, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Cosmorama, Embaúba, Elisiário, Fernando Prestes, Floreal, Gastão Vidigal, General Salgado, Guapiaçu, Ibirá, Icem, Ipiguá, Irapuã, Itajobi, Jaci, José Bonifácio, Macaubal, Magda, Marapoama, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Novais, Novo Horizonte, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Palmares Paulista, Paraíso, Parisi, Paulo de Faria, Pindorama, Pirangi, Planalto, Poloni, Pontes Gestal, Potirendaba, Riolândia, Sales, Santa Adélia, São José do Rio Preto, Sebastinópolis do Sul, Tabapuã, Tanabi, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Urupês, Valentim Gentil, Votuporanga, Zacarias e São Paulo, além de outras localidades (Despacho 171/2021 - GC/CCD)

Despacho do Coordenador, de 28-1-2021

SES-PRC-SES-PRC-2021/02551

Interessado: GIULIANNA APARECIDA DE ALENCAR DIAS.

Assunto: Autorização para recebimento de diárias acima de 50%.

Número de referência: 0227/2021 - GC/CCD

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional; a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, prestando serviços no Centro de Vigilância Sanitária, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. GIULIANNA APARECIDA DE ALENCAR DIAS- RG. 42.334.993-4 - Atas - Farmaêutico - Efetivo.

2. Localidade de provável deslocamento: Aguaí, Araçatuba, Araraquara, Bertioga, Ibitinga, Ibaté, Taquaritinga, Assis, Barretos, Cajobi, Colina, Botucatu, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cosmópolis, Hortolândia, Franca, Marília, Echaporã, Piracicaba, Presidente Prudente, Dracena, Ouro Verde, Presidente Wenceslau, Cajuru, Cravinhos, Jardinópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Bertioga, Guarujá, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, Itapira, Moji-Guaçu, São José dos Campos, Catanduva, São José do Rio Preto, Jales, Sorocaba, Campos do Jordão, Taubaté, Aparecida, Cruzeiro, Cunha, Queluz, Santo André, Mogi das Cruzes, Guarulhos, Suzano, Franco da Rocha, Cajamar, Mairiporã, Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Itapevi, Jandira, Osasco e Taboão da Serra.

3. Motivo do deslocamento: Inspeções e apoio técnico aos Grupos de Vigilância Sanitária - GVS e Vigilâncias Sanitárias Municipais no Estado de São Paulo por meio de convocações da Divisão Técnica de Produtos de Interesse a Saúde, do Centro de Vigilância Sanitária - Ditep/CVS, para realizar inspeções em empresas fabricantes de Insumos Farmacêuticos Ativos, Medicamentos, Correlatos (Produtos Médicos), Cosméticos, Produtos de Higiene, Perfumes, Saneantes Domissanitários, Alimentos e Tabaco e Produtos Fumígeros. Inspeções sanitárias em estabelecimentos fabricantes dos produtos acima mencionados, em atendimento a demandas oriundas da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa com finalidade de investigação, monitoramento pós registro e comércio e certificação de boas práticas de fabricação, bem como as denúncias e solicitações dos cidadãos, do Poder Judiciário e Ministério Público.

Despacho do Coordenador, de 28-1-2021

SES-PRC-SES-PRC-2021/02918

Interessado: RAFAELA SABINO DA SILVA.

Assunto: Autorização para recebimento de diárias acima de 50%.

Número de referência: 0228/2021 - GC/CCD

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012 Autorizo em caráter excepcional; a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, prestando serviços no CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. RAFAELA SABINO DA SILVA- RG. 46.709.189-4 - Atas - Farmacêutico - Efetivo.

2. Localidade de provável deslocamento: Araraquara, Descalvado, Araçatuba, Jales, Ribeirão Preto, Barretos, Campinas, Americana, Sorocaba, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Santos, Itapira, Hortolândia, Bragança Paulista, Cosmópolis, Atibaia, Dracena, Jardinópolis, Bom Jesus dos Perdões, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Echaporã, Ibitinga, Ibaté, Franco da Rocha, Mairiporã, Embu, Osasco, Jandira, São Bernardo, Santo André, Itapevi, Taubaté, Campos do Jordão, Santa Rita do Passa Quatro, Barueri, Osasco, Aparecida, São José do Rio Preto, Diadema, Santo André, Bauru, entre outros.

3. Motivo do deslocamento: inspeções e apoio técnico aos Grupos de Vigilância Sanitária - GVS e Vigilâncias Sanitárias Municipais no Estado de São Paulo por meio de convocações da Divisão Técnica de Produtos Relacionados à Saúde, do Centro de Vigilância Sanitária - Ditep/CVS, para realizar inspeções em empresas fabricantes de Insumos Farmacêuticos Ativos, Medicamentos, Gases Medicinais, Produtos para Saúde, Cosméticos, Alimentos, Saneantes, Distribuidora de Medicamentos, Farmácias e Drogarias. Ainda quando da necessidade de deslocamento por motivo de cursos e eventos fora do estado de São Paulo. Inspeções sanitárias em estabelecimentos fabricantes dos produtos acima mencionados, em atendimento a demandas oriundas da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa com finalidade de investigação, monitoramento pós registro e comércio e certificação de boas práticas de fabricação, bem como as denúncias e solicitações dos cidadãos, do Poder Judiciário e Ministério Público.

Despacho do Coordenador, de 28-1-2021

SES-PRC-2021/02931

Interessado: MARCIA MIDORI TAKAYANAGI CHEN

Assunto: Autorização para recebimento de diárias acima de 50%.

Número de referência: 0229/2021 - GC/CCD

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional; a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, do Grupo de Vigilancia Sanitaria - Capital do Centro de Vigilância Sanitária, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. MARCIA MIDORI TAKAYANAGI CHEN- RG. 10.918.011-2 - Atas - Farmacêutico - Efetivo, exercendo cargo em Comissão de Diretor técnico de Saúde I.

2. Localidade de provável deslocamento: Araraquara, Descalvado, Araçatuba, Jales, Ribeirão Preto, Barretos, Campinas, Americana, Sorocaba, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Santos, Itapira, Hortolândia, Bragança Paulista, Cosmópolis, Atibaia, Dracena, Jardinópolis, Bom Jesus dos Perdões, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Echaporã, Ibitinga, Ibaté, Franco da Rocha, Mairiporã, Embu, Osasco, Jandira, São Bernardo, Santo André, Itapevi, Taubaté, Campos do Jordão, Santa Rita do Passa Quatro, Barueri, Osasco, Aparecida, São José do Rio Preto, Diadema, Santo André, Bauru, entre outros.

3. Motivo do deslocamento: inspeções e apoio técnico aos Grupos de Vigilância Sanitária - GVS e Vigilâncias Sanitárias Municipais no Estado de São Paulo por meio de convocações da Divisão Técnica de Produtos Relacionados à Saúde, do Centro de Vigilância Sanitária - Ditep/CVS, para realizar inspeções em empresas fabricantes de Insumos Farmacêuticos Ativos, Medicamentos, Gases Medicinais, Produtos para Saúde, Cosméticos, Alimentos, Saneantes, Distribuidora de Medicamentos, Farmácias e Drogarias. Ainda quando da necessidade de deslocamento por motivo de cursos e eventos fora do estado de São Paulo. Inspeções sanitárias em estabelecimentos fabricantes dos produtos acima mencionados, em atendimento a demandas oriundas da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa com finalidade de investigação, monitoramento pós registro e comércio e certificação de boas práticas de fabricação, bem como as denúncias e solicitações dos cidadãos, do Poder Judiciário e Ministério Público.

Despacho do Coordenador, de 28-1-2021

SES-PRC-2021/03063

Interessado: JANAINA EVALDT DA ROCHA.

Assunto: Autorização para recebimento de diárias acima de 50%.

Número de referência: 0230/2021 - GC/CCD

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional; a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, do Centro de Vigilância Sanitária, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. JANAINA EVALDT DA ROCHA- RG. 43.658.872-9 - Atas - Farmacêutico - Efetivo.

2. Localidade de provável deslocamento: Aguaí, Araçatuba, Araraquara, Bertioga, Ibitinga, Ibaté, Taquaritinga, Assis, Barretos, Cajobi, Colina, Botucatu, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cosmópolis, Hortolândia, Franca, Marília, Echaporã, Piracicaba, Presidente Prudente, Dracena, Ouro Verde, Presidente Wenceslau, Cajuru, Cravinhos, Jardinópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Bertioga, Guarujá, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, Itapira, Moji-Guaçu, São José dos Campos, Catanduva, São José do Rio Preto, Jales, Sorocaba, Campos do Jordão, Taubaté, Aparecida, Cruzeiro, Cunha, Queluz, Santo André, Mogi das Cruzes, Guarulhos, Suzano, Franco da Rocha, Cajamar, Mairiporã, Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Itapevi, Jandira, Osasco e Taboão da Serra.

3. Motivo do deslocamento: Inspeções e apoio técnico aos Grupos de Vigilância Sanitária - GVS e Vigilâncias Sanitárias Municipais no Estado de São Paulo por meio de convocações da Divisão Técnica de Produtos de Interesse a Saúde, do Centro de Vigilância Sanitária - Ditep/CVS, para realizar inspeções em empresas fabricantes de Insumos Farmacêuticos Ativos, Medicamentos, Correlatos (Produtos Médicos), Cosméticos, Produtos de Higiene, Perfumes, Saneantes Domissanitários, Alimentos e Tabaco e Produtos Fumígeros. Inspeções sanitárias em estabelecimentos situados nos municípios de São Paulo, que possuem estabelecimentos fabricantes dos produtos acima mencionados, em atendimento a demandas oriundas da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa com finalidade de investigação, monitoramento pós registro e comércio e certificação de boas práticas de fabricação, bem como as denúncias e solicitações dos cidadãos, do Poder Judiciário e Ministério Público.

Despacho do Coordenador, de 28-1-2021

SES-PRC-2021/03064

Interessado: CARLA AIOLFI GUIMARÃES PYCK.

Assunto: Autorização para recebimento de diárias acima de 50%.

Número de referência: 0231/2021 - GC/CCD

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional; a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, do Centro de Vigilância Sanitária, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. CARLA AIOLFI GUIMARÃES PYCK- RG. 43.510.525-5 - Atas - Farmacêutico - Efetivo.

2. Localidade de provável deslocamento: Araraquara, Descalvado, Araçatuba, Jales, Ribeirão Preto, Barretos, Campinas, Americana, Sorocaba, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Santos, Itapira, Hortolândia, Bragança Paulista, Cosmópolis, Atibaia, Dracena, Jardinópolis, Bom Jesus dos Perdões, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Echaporã, Ibitinga, Ibaté, Franco da Rocha, Mairiporã, Embu, Osasco, Jandira, São Bernardo, Santo André, Itapevi, Taubaté, Campos do Jordão, Santa Rita do Passa Quatro, Barueri, Osasco, Aparecida, São José do Rio Preto, Diadema, Santo André, Bauru, entre outros.

3. Motivo do deslocamento: Inspeções e apoio técnico aos Grupos de Vigilância Sanitária - GVS e Vigilâncias Sanitárias Municipais no Estado de São Paulo por meio de convocações da Divisão Técnica de Produtos de Interesse a Saúde, do Centro de Vigilância Sanitária - Ditep/CVS, para realizar inspeções em empresas fabricantes de Insumos Farmacêuticos Ativos, Medicamentos, Correlatos (Produtos Médicos), Cosméticos, Produtos de Higiene, Perfumes, Saneantes Domissanitários, Alimentos e Tabaco e Produtos Fumígeros. Inspeções sanitárias em estabelecimentos situados nos municípios de São Paulo, que possuem estabelecimentos fabricantes dos produtos acima mencionados, em atendimento a demandas oriundas da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa com finalidade de investigação, monitoramento pós registro e comércio e certificação de boas práticas de fabricação, bem como as denúncias e solicitações dos cidadãos, do Poder Judiciário e Ministério Público.

Despacho do Coordenador, de 28-1-2021

SES-PRC-2021/03065

Interessado: CRISTINA TANCREDI

Assunto: Autorização para recebimento de diárias acima de 50%.

Número de referência: 0232/2021 - GC/CCD

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional; a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, do Centro de Vigilância Sanitária, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. CRISTINA TANCREDI- RG. 17.689.613-2 - Atas - Farmacêutico - Efetivo.

2. Localidade de provável deslocamento: Aguaí, Araçatuba, Araraquara, Bertioga, Ibitinga, Ibaté, Taquaritinga, Assis, Barretos, Cajobi, Colina, Botucatu, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cosmópolis, Hortolândia, Franca, Marília, Echaporã, Piracicaba, Presidente Prudente, Dracena, Ouro Verde, Presidente Wenceslau, Cajuru, Cravinhos, Jardinópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Bertioga, Guarujá, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, Itapira, Moji-Guaçu, São José dos Campos, Catanduva, São José do Rio Preto, Jales, Sorocaba, Campos do Jordão, Taubaté, Aparecida, Cruzeiro, Cunha, Queluz, Santo André, Mogi das Cruzes, Guarulhos, Suzano, Franco da Rocha, Cajamar, Mairiporã, Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Itapevi, Jandira, Osasco e Taboão da Serra.

3. Motivo do deslocamento: Inspeções e apoio técnico aos Grupos de Vigilância Sanitária - GVS e Vigilâncias Sanitárias Municipais no Estado de São Paulo por meio de convocações da Divisão Técnica de Produtos de Interesse a Saúde, do Centro de Vigilância Sanitária - Ditep/CVS, para realizar inspeções em empresas fabricantes de Insumos Farmacêuticos Ativos, Medicamentos, Correlatos (Produtos Médicos), Cosméticos, Produtos de Higiene, Perfumes, Saneantes Domissanitários, Alimentos e Tabaco e Produtos Fumígeros. Inspeções sanitárias em estabelecimentos situados nos municípios de São Paulo, que possuem estabelecimentos fabricantes dos produtos acima mencionados, em atendimento a demandas oriundas da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa com finalidade de investigação, monitoramento pós registro e comércio e certificação de boas práticas de fabricação, bem como as denúncias e solicitações dos cidadãos, do Poder Judiciário e Ministério Público.

Despacho do Coordenador, de 28-1-2021

SES-PRC-2021/03066

Interessado: ANA TERESA DA SILVA MARCHESINI ANDREETA.

Assunto: Autorização para recebimento de diárias acima de 50%.

Número de referência: 0233/2021 - GC/CCD

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional; a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, do Grupo de Vigilância Sanitária de Campinas, do Centro de Vigilância Sanitária, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. ANA TERESA DA SILVA MARCHESINI ANDREETA- RG. 21.502.292 - Atas - Farmacêutico - Efetivo.

2. Localidade de provável deslocamento: Araraquara, Jales, Ribeirão Preto, Ourinhos, Barretos, Americana, Amparo, Artur Nogueira, Atibaia, Bragança Paulista, Bom Jesus dos Perdões, Cabreúva, Campinas, Campo Limpo Paulista, Cosmópolis, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jaguariúna, Jundiaí, Louveira, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo, Sorocaba, Presidente Prudente, Presidente Wenceslau, Santos, Itapira, Dracena, Jardinópolis, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Echaporã, Ibitinga, Franco da Rocha, Mairiporã, Embu, Osasco, Jandira, São Bernardo, Itapevi, Taubaté, Campos do Jordão, São Sebastião da Grama, Barueri, Osasco, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Diadema, Guarulhos, Santo André, entre outros.

3. Motivo do deslocamento: Inspeções em empresas fabricantes de Produtos para a Saúde sediadas no GVS XVII - Campinas e em outros GVS's do Estado de São Paulo, por meio de convocações da Divisão Técnica de Produtos de Interesse a Saúde, do Centro de Vigilância Sanitária - Ditep/CVS. Inspeções sanitárias em estabelecimentos fabricantes dos produtos acima mencionados situados nos municípios do Estado de São Paulo, em atendimento a demandas oriundas da Agência Nacional de

Vigilância Sanitária - Anvisa com finalidade de investigação, monitoramento pós registro/comércio e certificação de boas práticas de fabricação, bem como, denúncias e solicitações dos cidadãos, do Poder Judiciário e Ministério Público.

Despacho do Coordenador, de 28-1-2021

SES-PRC-2021/03068

Interessado: THAIS VIEIRA DE CAMARGO.

Assunto: Autorização para recebimento de diárias acima de 50%.

Número de referência: 0234/2021 - GC/CCD

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional; a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, do Centro de Vigilância Sanitária, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. THAIS VIEIRA DE CAMARGO- RG. 19.223.912-0 - Atas - Farmacêutico - Efetivo.

2. Localidade de provável deslocamento: Araraquara, Descalvado, Araçatuba, Jales, Ribeirão Preto, Barretos, Campinas, Americana, Sorocaba, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Santos, Itapira, Hortolândia, Bragança Paulista, Cosmópolis, Atibaia, Dracena, Jardinópolis, Bom Jesus dos Perdões, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Echaporã, Ibitinga, Ibaté, Franco da Rocha, Mairiporã, Embu, Osasco, Jandira, São Bernardo, Santo André, Itapevi, Taubaté, Campos do Jordão, Santa Rita do Passa Quatro, Barueri, Osasco, Aparecida, São José do Rio Preto, Diadema, Santo André, Bauru, entre outros.

3. Motivo do deslocamento: Inspeções e apoio técnico aos Grupos de Vigilância Sanitária - GVS e Vigilâncias Sanitárias Municipais no Estado de São Paulo por meio de convocações da Divisão Técnica de Produtos de Interesse a Saúde, do Centro de Vigilância Sanitária - Ditep/CVS, para realizar inspeções em empresas fabricantes de Insumos Farmacêuticos Ativos, Medicamentos, Gases Medicinais, Produtos para Saúde, Cosméticos, Alimentos, Saneantes, Distribuidora de Medicamentos, Farmácias e Drogarias. Inspeções sanitárias em estabelecimentos situados nos municípios do Estado de São Paulo, que possuem estabelecimentos fabricantes dos produtos acima mencionados, em atendimento a demandas oriundas da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa com finalidade de investigação, monitoramento pós registro e comércio e certificação de boas práticas de fabricação, bem como as denúncias e solicitações dos cidadãos, do Poder Judiciário e Ministério Público.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ

Despacho do Diretor Técnico de Saúde III, de 28-01-2021

Cessando o Despacho de 21, publicado em 22-02-2020 e retificado em 29-02-2020, a partir de 26-01-2021 na parte em que concedeu, nos termos do artº. 202 da Lei 10.261/68, a Licença sem Vencimentos ou remuneração em nome de Ana Clara Novais Ribeiro, RG 38.871.267-3, Oficial de Saúde, do SQC.III, classificada no Instituto Adolfo Lutz, da Coordenadoria de Controle de Doenças. SES-PRC-2020/02668.

Extrato de Aditamento do Contrato

Por Excepcionalidade

Processo 001.0701.000.940/2015

Processo SPDOC 2113028/2018

Contrato 004/2016

Modalidade: Pregão Eletrônico 140/2015

Contratante: Instituto Adolfo Lutz

Contratada: Gertad Segurança Patrimonial Eireli - EPP

CNPJ: 14.117.320/0001-30

Objeto: Prorrogação por excepcionalidade de prazo por mais 12 meses, o contrato será rescindido na dependência da finalização da licitação em andamento, referente à Prestação de Serviços de Vigilância/Segurança Patrimonial com a efetiva cobertura dos postos designados, no âmbito do Centro de Laboratório Regional de Taubaté

Data da assinatura: 04-01-2021

Data da vigência: 12 meses

Período: 04-01-2021 a 03-01-2022

"Cláusula Resolutiva

A contratação estará sujeita à condição resolutiva consubstanciada no encerramento da nova licitação para a Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Vigilância/Segurança Patrimonial com a efetiva cobertura dos postos designados, no âmbito do Centro de Laboratório Regional de Taubaté.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no caput desta Cláusula Resolutiva a Contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização.

Parágrafo Segundo - Não obstante o prazo estipulado no caput, o Contrato será rescindido na dependência da finalização da licitação referente ao processo SES/PRC 2020/35108 em andamento, com aviso prévio de 30 dias de acordo com a cláusula quarta, parágrafo terceiro do contrato, e do inciso II, do artigo 79, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores."

CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GRUPO DE VIGILÂNCIA VIII - MOGI DAS CRUZES

Despacho do Diretor Técnico de Saúde II, de 28-1-2021

Indeferindo o Protocolo: 2020/49909. Atividade Econômica do Estabelecimento: Atividade Odontológica. Razão Social: Mori Clin Serviços Odontológicos Eireli. Município: Mogi das Cruzes-SP. (Comunicado de LTA)

GRUPO DE VIGILÂNCIA IX - FRANCO DA ROCHA

Despacho do Diretor Técnico, de 27-01-2021

Interessado: Jaqueline Valéria Silva Lanchonete - CNPJ 20.809.457/0001-59

Assunto: A.I.F 032057 de 30-12-2020

Número de referência: GVS IX - 085/2021

Documento: SES-PRC-2021/00122

Em observância aos Pactos de Gestão Regional, a Autoridade Municipal, foi informada pelo Ofício GVS IX - 004/2021, sobre ação desenvolvida em carater complementar através do auto de Infração número 032057 de 30-12-2020.

Considerando que neste mesmo ofício o caso foi contra referenciado para providencias municipais;

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria Técnica do GVS IX/cvs/CCD/SES-SP, torna público o arquivamento do presente processo.

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Portaria CSS- 3, de 28-1-2021

A Coordenadora de Saúde da Coordenadoria de Serviços de Saúde, objetivando a garantia de uma gestão eficiente, que garanta a segurança nos atendimentos Cirúrgicos, prestada à população usuária do SUS, resolve:

Artigo 1º - Constituir a Comissão Técnica de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), com o objetivo de Otimizar os recursos já disponibilizados. A presente Comissão deverá criar metodologia para catalogar os materiais (OPME) e apresenta-los para uma análise, dispensação e utilização em procedimentos Cirúrgicos que serão realizados nas Unidades Hospitalares, sob subordinação desta Coordenadoria, em conformidade com as políticas e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS.

Artigo 2º - A Comissão será composta pelos servidores abaixo mencionados, que exercerão suas atribuições sem prejuízos daquelas inerentes ao seu cargo, quais sejam:

Presidente: Carmen Regina Pereira Rampaso - RG: 13.746.400-9 - Enfermeira da Coordenadoria de Serviços de Saúde;

Suplente: Sandra Regina Sestokas Zorzeto - RG: 16.714.213-6 - Médica Assistente da Coordenadoria de Serviços de Saúde

Membros:

1) José Wilson R. Machado - RG: 6.854.302-5 - Médico - Conjunto Hospitalar do Mandaqui;

2) Nelson Santana Gomes Junior - RG: 24.619.947-7 - Médico - Complexo Hospitalar Padre Bento de Guarulhos;

3) André Jorge da Costa - RG: 8.398.090-4 - Enfermeiro - Hospital Regional de Osasco;

4) Rafael Garbin Machado - RG: 20.572.702-5 - Médico Hospital Regional de Osasco;

5) Raquel Gonçalves de Oliveira - RG: 28.368.961-4 - Enfermeira - Hospital Ipiranga;

6) Joicemar Tarouco Amaro - RG: 39.020.458-4 - Médico - Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha.

Artigo 3º - A Comissão Técnica, ora instituída, poderá convidar novo Membro para integrá-lo, ou proceder outras alterações que julgar necessário ao cumprimento da finalidade.

Artigo 4º - A presente Comissão Técnica deverá reunir-se periodicamente, segundo calendário estabelecido em comum acordo, para tratar dos assuntos inerentes a matéria e registrar em ATA as providências adotadas.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Despacho do Coordenador, de 28-1-2021

Processo: SES-PRC-2020/17051

Negando Provimento ao recurso interposto pela empresa DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA - EIRELI, CNPJ 13.649.411/0001-54, devendo ser mantida a multa aplicada pelo CAISM PHILIPPE PINEL, no valor R$ 2.169,79, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520/02 c.c. Resolução SS - 92 de 10-11-2016 pelo descumprimento contratual.

Despachos do Coordenador, de 28-1-2021

Processo: SES-PRC-2021/01349

Interessado: Hospital Santa Tereza de Ribeirão Preto

Assunto: Vale transporte

Ratificando a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor Técnico de Saúde III, do Hospital Santa Tereza de Ribeirão Preto, para aquisição de vale transporte/créditos, destinados a funcionários celetistas que prestam serviços na Unidade de Saúde, por meio da empresa PROURBANO - CONSÓRCIO RIBEIRÃO PRETO DE TRANSPORTES, CNPJ 15.474.043/0001-86, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações posteriores, e em conformidade com o artigo 26, dos diplomas legais citados.

Processo: SES-PRC-2021/00246

Interessado: Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia "José Ermírio de Moraes"

Assunto: Vale transporte

Ratificando a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor Técnico de Saúde III, do Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia "José Ermírio de Moraes", para aquisição de vale transporte/créditos, destinados a funcionários celetistas que prestam serviços na Unidade de Saúde, por meio da empresa GUARUPAS - Associação das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros de Guarulhos e Região, CNPJ 74.504.937/0001-30, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações posteriores, e em conformidade com o artigo 26, dos diplomas legais citados.

Processo: SES-PRC-2021/00508

Interessado: Hospital Infantil Cândido Fontoura

Assunto: Vale transporte

Ratificando a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor Técnico de Saúde III, do Hospital Infantil Cândido Fontoura, para aquisição de vale transporte/créditos, destinados a funcionários celetistas que prestam serviços na Unidade de Saúde, por meio da empresa VB SERVIÇOS COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA, CNPJ 00.288.916/0001-99, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações posteriores, e em conformidade com o artigo 26, dos diplomas legais citados.

Processo: SES-PRC-2021/00094

Interessado: Hospital Geral de São Mateus "Dr. Manoel Bifulco"

Assunto: Vale transporte

Ratificando a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor Técnico de Saúde III, do Hospital Geral de São Mateus "Dr. Manoel Bifulco", para aquisição de vale transporte/créditos, destinados a funcionários celetistas que prestam serviços na Unidade de Saúde, por meio da empresa BUS FÁCIL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 21.303.181/0001-03, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações posteriores, e em conformidade com o artigo 26, dos diplomas legais citados.

Processo: SES-PRC-2021/1467

Interessado: Centro Especializado em Reabilitação "Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti"

Assunto: Vale transporte

Ratificando a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor Técnico de Saúde III, do Centro Especializado em Reabilitação "Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti", para aquisição de vale transporte/créditos, destinados a funcionários celetistas que prestam serviços na Unidade de Saúde, por meio da empresa QUATAI TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SPE LTDA, CNPJ 31.599.393/0001-25, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações posteriores, e em conformidade com o artigo 26, dos diplomas legais citados.

Processo: SES-PRC-2021/01293

Interessado: Centro Especializado em Reabilitação "Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti"

Assunto: Vale transporte

Ratificando a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor Técnico de Saúde III, do Centro Especializado em Reabilitação "Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti", para aquisição de vale transporte/créditos, destinados a funcionários celetistas que prestam serviços na Unidade de Saúde, por meio da empresa MOGIPASSES COMÉRCIO DE BILHETES ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ 07.715.946/0001-83, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações posteriores, e em conformidade com o artigo 26, dos diplomas legais citados.

Processo: SES-PRC-2021/01305

Interessado: Centro Especializado em Reabilitação "Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti"

Assunto: Vale transporte

Ratificando a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor Técnico de Saúde III, do Centro Especializado em Reabilitação "Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti", para aquisição de vale transporte/créditos, destinados a funcionários celetistas que prestam serviços na Unidade de Saúde, por meio da empresa VIAÇÃO JACAREÍ LTDA, CNPJ 50.479.476/0001-25, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações posteriores, e em conformidade com o artigo 26, dos diplomas legais citados.

Processo: SES-PRC-2021/00763

Interessado: CAIS "Professor Cantídio de Moura Campos" – Botucatu

Assunto: Vale transporte

Ratificando a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor Técnico de Saúde III, do CAIS "Professor Cantídio de Moura Campos" - Botucatu, para aquisição de vale transporte/créditos, destinados a funcionários celetistas que prestam serviços na Unidade de Saúde, por meio da empresa CONSORCIO DE TRANSPORTE COLETIVO DE BOTUCATU-CTCB, CNPJ 15.188.612/0001-27, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações posteriores, e em conformidade com o artigo 26, dos diplomas legais citados.

Processo: SES-PRC-2021/00582

Interessado: CENTRO PIONEIRO EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL "AJJE"

Assunto: Vale transporte

Ratificando a inexigibilidade de licitação declarada pelo Diretor Técnico de Saúde III, do CENTRO PIONEIRO EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL "AJJE", para aquisição de vale transporte/créditos, destinados a funcionários celetistas que prestam serviços na Unidade de Saúde, por meio da empresa VIAÇÃO CIDADE DE CAIEIRAS LTDA, CNPJ: 71.896.880.0001-74, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações posteriores, e em conformidade com o artigo 26, dos diplomas legais citados.

GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO

NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Extrato de Recebimento de Doação

Processo nº: SES/1393678/2020

Interessado: Coordenadoria de Serviços de Saúde

Doador: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina- SPDM

Donatário: Secretaria de Estado da Saúde

Objeto: Recebimento de Doação de 03 negatoscópio, 01serra de gesso, 01 foco cilíndrico led, 02 escadas dois graus, 03 banqueta fixa alta, 01 fotóforo com fonte, 01 nobreak, 02 longarina de 2 lugares, 01 armário secretária, 04 mesa reta 3 gavetas, 02 arquivo de aço, 04 cadeira fixa, 04 cadeira giratória, 01 armário de bancada com 3 gaveteiro, 01 armário com 02 gaveteiro, 03 rádio FM com CD e USB, 01 câmara digital e 01 monitor led 19,5', no valor de R$ 16.925,03, da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina- SPDM, para a Secretaria de Estado da Saúde, em reposição aos bens não localizados no último inventário, com a finalidade de utilização no Ambulatório Médico de Especialidades de São José dos Campos - AME São José dos Campos Autorização: 05-01-2021.

CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO DR. ARNALDO PEZZUTI CAVALCANTI - MOGI DAS CRUZES

Portaria CERDAPC-1, de 28-1-2021

O Diretor Técnico de Saúde III do Centro Especializado em Reabilitação "Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti", resolve:

Artigo 1º - Cessar a partir desta data, a designação dos servidores que compõem a Comissão de Farmácia e Terapêutica deste Centro Especializado em Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti, com a revogação da Portaria 31/2017, publicada em 09-01-2018.

Artigo 2º - Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica deste Centro Especializado em Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti:

Evandro Lúcio Batista - RG 16.616.041 - Presidente

Shirley Paciullo Ramalho - RG 42.888.587-1 - Vice-Presidente

Maria Aparecida dos Santos Oshiro de Oliveira - RG 18.082.111-8 - Secretária

Wladimir Alves Pereira - RG 17.329.113 - Representante da CCIH

Maria Olívia Costa Parra Rebolo - RG 15.773.859-0 - Representante do Serviço Médico

Olga Silva Pereira dos Santos - RG 13.046.975-0 - Representante da Enfermagem

Marla Vargas Rodrigues Vidal - RG 39.118.649-8 - Representante Médico UTI Pediátrica

Carlos Raggio Chrisman - RG 3.936.804 - Representante Médico Suplente

Regina Yooko Okada Suzuki - RG 11.778.786-3 - Representante da Enfermagem Suplente

Ana Maria França Komada - RG 22.036.490 - Representante da Enfermagem Suplente

Ione Cabral do Carmo - RG 727.900 - Representante da Enfermagem Suplente

Artigo 3º - Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições próprias de seu(s) cargo(s) / funções-atividades.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

HOSPITAL GERAL DOUTOR MANOEL BIFULCO - SÃO MATEUS

Portaria HGSMDMB-7, de 20-1-2021

O Diretor Técnico de Departamento de Saúde, do Hospital Geral de São Mateus Dr. Manoel Bifulco, resolve:

Artigo 1º - Cessar a partir da data da publicação Portaria 02/2020 – HGSMDMB, publicada em D.O. 30-01-2020, referente à designação dos servidores que compõem a Comissão de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde – PGRSS do Hospital Geral de São Mateus.

Artigo 2º - Designar os servidores abaixo para comporem a Comissão de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde – PGRSS, do Hospital Geral de São Mateus, cabendo à coordenação ao primeiro e vice coordenação ao segundo:

- Adriana Alves Gouveia – Diretor I – Higiene Hospitalar;
- Adriana Alves Smecelato – Diretor Técnico de Saúde I – Diretoria de Enfermagem;
- Daniela Alves Pires – Diretor Técnico de Saúde I – Nutrição;
- Lívia Rodrigues – Supervisora – Ambulatório;
- Ana Satie Yashiro Nakama – Médica – SCIH.

Suplentes:

- Tania Alves Piloto – Diretor Técnico de Saúde I – Diretoria de Enfermagem;
- Vera Yoshiko Saco – Diretor I - Nutrição;
- Diany Priscila Silva Oliveira – Enfermeira – Educação Continuada.

Apoio:

- Eluzia Macaneiro Dopico – Chefe I – Higiene Hospitalar;
- Cássia Cristina Scarpim Ribeiro – Enfermeira – Supervisora Limpeza Especializada;
- Elaine Modesto.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência de 2 anos.

Portaria HGSMDMB-9, de 27-1-2021

O Diretor Técnico de Departamento de Saúde do Hospital Geral de São Mateus, considerando o que estabelece a Portaria do Ministério da Saúde - 1.262, de 16-06-2006, publicada em DOU de 19-06-2006, que "aprova o Regulamento Técnico para estabelecer as atribuições, deveres e indicadores de eficiência e do potencial de doação de órgãos e tecidos relativos às Comissões Intra-hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante (CIHDOTT)"), delibera:

Artigo 1º - Cessar a partir desta data, a designação dos servidores que compõem a Comissão de Intra-hospitalar de Transplante do Hospital Geral São Mateus, com a revogação da Portaria - 029/2016, publicada em 20-06-2016.

Artigo 2º - Designar os servidores abaixo, para compor a Comissão Intra-hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante (CIHDOTT) do Hospital Geral São Mateus, exercendo suas atribuições de acordo com o que estabelece o Regulamento Técnico da referida Portaria:

- Dr. Édesio Vieira da Silva Filho - Coordenador Médico UTI Adulto;
- Dr. Firmino Haag Ferreira Junior – Supervisor Técnico Equipe Médica UTI Adulto;
- Alessandra Castilho Mansano Sanches – Enfermeira/Supervisora – Centro Cirúrgico;
- Ester de Brito Pinto – Psicóloga;
- Claudia Eliza Ricardo Cardassi – Assistente Social.

Artigo 3º - Esta Portaria entrara em vigor na data da publicação.

HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS

Extrato de Empenho

Nota de Empenho: 2021Ne00018

Processo 2021/03893

N° Contrato: 2021Ct00015

Contratante: Hospital Regional de Assis

Contratado: Cristalia Produtos Quim.e Farmaceutico Lt

CNPJ: 44734671000151

Programa de Trabalho: 10303093061170000

Classificação Econômica: 33903030

Objeto: Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmaceuticos

Tipo da Licitação: Dispensa de Licitação

Vigência: A Partir da Emissão, Até 31-12-2021

Valor: R$17.550,00

Data da Assinatura: 28Jan2021

Extrato de Empenho

Nota de Empenho: 2021Ne00019

Processo 2021/03389

N° Contrato: 2021Ct00018

Contratante: Hospital Regional de Assis

Contratado: Com.de Gas Dona de Candido Mota Ltda Me

CNPJ: 01873366000138

Programa de Trabalho: 10302093048500000

Classificação Econômica: 33903010

Objeto: Aquisição de Generos Alimenticios

Tipo da Licitação: Dispensa de Licitação

Vigência: A Partir da Emissão, Até 31-12-2021

Valor: R$4.260,00

Data da Assinatura: 28Jan2021

UNIDADE DE GESTÃO ASSISTENCIAL III - HOSPITAL INFANTIL DARCY VARGAS

Portaria DTDS-1, de 28-1-2021

O Diretor Técnico de Saúde III, da UGA III – Hospital Infantil Darcy Vargas resolve:

Artigo 1º - Determinar a constituição de Comissão de Apuração Preliminar – Furto nas Dependências do Hospital.

A Comissão de Apuração Preliminar será constituída por:

Rinaldo de Novaes Gomes – RG.: 29.570.846-3 – Oficial Administrativo – Presidente;

Marcia Moura Jacob Moreira – RG: 22.959.725 – Oficial de Saúde – Secretária.

Os membros ora designados atuarão sem prejuízos das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar de imediato os trabalhos de apuração no prazo de 30 dias.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

UNIDADE DE GESTÃO ASSISTENCIAL IV - HOSPITAL E MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

Extratos de Notas de Empenhos

Processo: 202040785

Objeto: aquisição de compressa de gaze 7,5 x 7,5 sem fio radiopaco

Modalidade: PE 145/20

Oferta de compra 2020OC00404

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros

Contratada: Rhodes Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda EPP

CNPJ: 29.196.670/0001-07

Natureza de Despesa: 33903031

Nota de Empenho: 2020NE01122

Prazo de Entrega: 15 dias corridos

Data de emissão: 11-12-2020

Valor: R$ 9.417,00

Programa de Trabalho: 10302093048500000

Fonte de Recurso: 001001141

Processo: 202050294

Objeto: aquisição de tubo de extensao confeccionado em pvc transparente

Modalidade: ATA C018/20

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros

Contratada: Seroplast Ind e com de Produtos Hospitalares

CNPJ: 23596733/0001-36

Natureza de Despesa: 33903031

Nota de Empenho: 2020NE01124

Prazo de Entrega: 15 dias corridos

Data de emissão: 15-12-2020

Valor: R$ 8.820,00

Programa de Trabalho: 10302093048500000

Fonte de Recurso: 001001141

Processo: 202031443

Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de confecção de

capas de prontuários

Modalidade: PE 154/20

Oferta de compra 2020OC00450

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros

Contratada: Jocean Indústria Gráfica Ltda.

CNPJ: 46.565.602/0001-97

Natureza de Despesa: 33903983

Nota de Empenho: 2020NE01144

Prazo de Entrega: 30 dias corridos

Data de emissão: 23-12-2020

Valor: R$ 5.790,00

Programa de Trabalho: 10302093048500000

Fonte de Recurso: 001001141

COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE TAUBATÉ

Despachos do Diretor Técnico de Saúde III, de 28-1-2021

Processo 2021-03347

Assunto: Aquisição de medicamentos - AJ

Considerando os documentos constantes do presente processo, Adjudico à empresa ELI LILLY DO BRASIL LTDA - item05 – 2110 unidades de Insulina glargina 100ui/ml, forma farmacêutica solução injetável, forma de apresentação cárpule 3ml, via de administração subcutânea, solicitados às folhas 02 e 03 na quantidade mencionada, tendo em vista a empresa acima ter seu preço classificado em primeiro lugar nas Atas de Registro de Preços n.º M139/19, consequentemente detentora da Ata em questão.

Processo 2021-03351
Assunto: Aquisição de medicamentos - AJ
Considerando os documentos constantes do presente processo, Adjudico à empresa ELI LILLY DO BRASIL LTDA - item05 – 1380unidades de Insulina glargina 100ui/ml, forma farmacêutica solução injetável, forma de apresentação cárpule 3ml, via de administração subcutânea, solicitados às folhas 02 e 03 na quantidade mencionada, tendo em vista a empresa acima ter seu preço classificado em primeiro lugar nas Atas de Registro de Preços n.º M139/19, consequentemente detentora da Ata em questão.
Item11 - 4020 Unidades de Bolsa para estoma intestinal, fechada, bolsa opaca, com plástico macio, atóxico e hipoalergênico, confeccionada em películas plásticas de EVA, PVDC e PU, revestimento externo macio e sem tramas de poliéster com base adesiva de resina sintética de dupla camada com formato oval, flexível, composta por pectina, gelatina, carboximetilcelulose sódica, de resina óxido de ferro sintético, goma guar, sis e pib, recortável de 10 a 76mm, com película protetora de polipropileno siliconado com demarcação, filtro anti odor incorporado, bordas externas adesivas de resina sintética, delgada, flexíveis e com 5 pontos de extra flexibilidade, 1 peça, sem adesivo microporoso. [Unidade de Fornecimento: Unidade; item12 - 1200 unidades de Bolsa para estoma intestinal, fechada, bolsa transparente, com plástico macio, atóxico e hipoalergênico, confeccionada em películas plásticas de EVA, PVDC e PU, revestimento externo macio e sem tramas de poliéster base adesiva de resina sintética de dupla camada, com formato oval, flexível, composta por pectina, gelatina, carboximetilcelulose sódica, de resina óxido de ferro sintético, goma guar, sis e pib, recortável de 10 a 76mm, com película protetora de polipropileno siliconado com demarcação, filtro anti odor incorporado, bordas externas adesivas de resina sintética, delgadas, flexíveis e com 5 pontos de extra flexibilidade, 1 peça, sem adesivo microporoso. [Unidade de Fornecimento: Unidade], solicitados às folhas 04,05,06 E 07 na quantidade mencionada, tendo em vista a empresa acima ter seu preço classificado em primeiro lugar nas Atas de Registro de Preços n.º C068/20, consequentemente detentora da Ata em questão.
Processo 2020-45102
Assunto: Aquisição de material de ostomia - Ata C067/20
Considerando os documentos constantes do presente processo, Adjudico às empresas HOLLISTER DO BRASIL LTDA-Item 09 – 500 unidades de Bolsa estoma urinário drenável pre-cort.1 peca tipo drenável, pre-cortada 1 peca, transparente, 22mm, com torneira de drenagem e válvula anti-refluxo, com barreira, de resina sintética(no mínimo carboximetilcelulose sódica), convexa, capacidade a partir da válvula de 300ml, adulto, adesivo tipo microporoso; CBS MÉDICO CIENTIFICA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-Item 05 – 500 Unidades de Bolsa estoma intestinal drenavel pre-cort.1 peca tipo convexa, pre--cortada,1 peca, transparente, 28mm, com barreira, de resina sintética (no mínimo carboximetilcelulose sódica), mínimo de 1,5cm a partir da pré-abertura, adulto(entre 20 - 30cm comp, e 12 a 16cm larg.), adesivo tipo microporoso; BMD COMERCIO de PRODUTOS MEDICOS LTDA-Item 08 – 6.400 Unidades de Bolsa estoma intestinal drenável recort,1peca tipo drenavel, recortavel,1 peca, transparente, 64mm, com barreira, de resina sintética (no mínimo carboximetilcelulose sódica), adulto, sem adesivo; COLOPLAST DO BRASIL LTDA-Item 11 - 360 Unidades de Bolsa estoma urinário drenável pre-cort.1 peca tipo drenável, pre-cortada 1 peca, transparente, 25mm, com torneira de drenagem e válvula anti-refluxo, com barreira, de resina sintética(no mínimo carboximetilcelulose sódica), convexa, capacidade a partir da valvula de 300ml, adulto, sem adesivo, Item 10 – 320 Unidades de - Bolsa estoma urinário drenável pre-cort.1 peca tipo drenável, pré-cortada 1 peca, transparente, 18mm, com torneira de drenagem e válvula anti-refluxo, com barreira, de resina sintética(no mínimo carboximetilcelulose sódica), convexa, capacidade a partir da válvula de 300ml, adulto, sem adesivo; COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA-Item 01 – 5000 Unidades de Filtro de carvão ativado composto de carvão ativado coberto por plástico, impermeável a líquidos, permeável a gases, absorvente de odor, auto-adesivo, descartável, c/validade mínima de 02 anos
, solicitados às folhas 02 e 03 na quantidade mencionada, tendo em vista a empresa acima ter seu preço classificado em primeiro lugar nas Atas de Registro de Preços n.º C067/20, consequentemente detentora da Ata em questão.
Processo 2020-45928
Assunto: Aquisição de material de ostomia - Ata C066/20
Considerando os documentos constantes do presente processo, Adjudico às empresas HOLLISTER DO BRASIL LTDA-Item 01 – 500 Unidades de Sistema 2 peças para estoma intestinal, drenável, com barreira de resina sintética, convexa, opaca, pré-cortada de 19mm e adesivo microporoso. [Unidade de Fornecimento: Unidade; Item 04 – 500 Unidades de Sistema 2 peças para estoma intestinal, drenável, com barreira de resina sintética, convexa, opaca, pré-cortada de 22mm e adesivo microporoso, sem pressão abdominal. [Unidade de Fornecimento: Unidade]; Item 05 – 360 Unidades de Bolsa estoma intestinal, drenavel, pre-cort.2pecastipo convexa, opaca, 38mm, com sistema placa-bolsa com flange compatível, com barreira, de resina sintética com resina na parte interna da flange, que não exerça pressão abdominal, adulto, adesivo microporoso Item 09 – 1000 Unidades de Sistema 2 peças para estoma intestinal, drenável, com barreira de resina sintética, convexa, opaca, flange de 70mm, recortável de 13 a 51mm, fechamento integrado com conectores plásticos, com filtro, adesivo gás permeável, sem pressão abdominal. [Unidade de Fornecimento: Unidade; Item 11 – 600 Unidades de Sistema 2 peças para estoma intestinal, drenável, com barreira de resina sintética, opaca, recortável até 44mm, flange de 57mm, adesivo microporoso, sem pressão abdominal. [Unidade de Fornecimento: Unidade] e COLOPLAST DO BRASIL LTDA- Item 06 - 360 Unidades de Bolsa estoma intestinal, drenavel, precort.2pecas tipo convexa, pre-cortada,2 pecas, opaca, 28mm, com sistema placa-bolsa com flange compatível, com barreira, de resina sintética com resina na parte interna da flange, adulto, com pressão, sem adesivo; Item 07 - 500 Unidades de Sistema 2 peças para estoma urinário, drenável, com barreira de resina sintética, convexa, pré-cortada de 28mm. [Unidade de Fornecimento: Unidade], solicitados às folhas 02 e 03 na quantidade mencionada, tendo em vista a empresa acima ter seu preço classificado em primeiro lugar nas Atas de Registro de Preços n.º C066/20, consequentemente detentora da Ata em questão.
Processo 2020-45935
Assunto: Aquisição de material de ostomia - Ata C065/20
Considerando os documentos constantes do presente processo, Adjudico às empresas BMD COMERCIO de PRODUTOS MEDICOS LTDA -Item 03 – 600 Unidades de Bolsa drenável para estoma intestinal, transparente, com base adesiva de resina sintética, adesivo microporoso, convexa, pré cortada 25mm. [Unidade de Fornecimento: Unidade; Item 13 – 500 Unidades de Bolsa para estoma urológico, transparente, com base adesiva de resina sintética, recortável de 19 a 45mm - [Unidade de Fornecimento: Unidade e COLOPLAST DO BRASIL LTDA-Item 05 - 360 Unidades de Bolsa drenável, para estoma intestinal, transparente, recortável 15 a 43mm, com base de resina sintética (em espiral), convexa - [Unidade de Fornecimento: Unidade, solicitados à folha 02 na quantidade mencionada, tendo em vista a empresa acima ter seu preço classificado em primeiro lugar nas Atas de Registro de Preços n.º C065/20, consequentemente detentora da Ata em questão.
Processo 2020-48705
Assunto: Aquisição de medicamentos - AJ
Considerando os documentos constantes do presente processo, Adjudico à empresa PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - item03 – 540 comprimidos Mirtazapina 30mg, forma farmacêutica capsula/comprimido, solicitados às folhas 02 e 03 na quantidade mencionada, tendo em vista a empresa acima ter seu preço classificado em primeiro lugar nas Atas de Registro de Preços n.º M035/20, consequentemente detentora da Ata em questão.

COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Termos Aditivos de Convênios
"Em cumprimento do Decreto 58.052, de 16-05-2012"
Processo nº: SES-PRC-2020-16610
Termo Aditivo 00001/2020 ao Convênio 01222/2020
Interessado: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui - CNPJ: 45.383.106/0001-50
Objeto: Alteração do plano de trabalho e da cláusula quarta do convênio 01222/2020, com a supressão dos serviços do Centro de Triagem aos pacientes com suspeita de Covid -19 em container.
Registro Atual: SANI: 9880
Parecer da Consultoria Jurídica SES: Parecer CJ/SS 746/2020
Data da Assinatura: 22-09-2020
Vigência: 21-10-2020
Processo nº: SES-PRC-2020-16175
Termo Aditivo 00001/2020 ao Convênio 01221/2020
Interessado: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui - CNPJ: 45.383.106/0001-50
Objeto: Alteração do plano de trabalho e da cláusula quarta do convênio 01221/2020, com a supressão dos serviços do Centro de Triagem aos pacientes com suspeita de Covid -19 em container.
Registro Atual: SANI: 9879
Parecer da Consultoria Jurídica SES: Parecer CJ/SS 747/2020
Data da Assinatura: 22-09-2020
Vigência: 21-10-2020
Extrato de Convenios
"Em cumprimento do Decreto 58.052, de 16-05-2012"
Processo nº: SES-PRC-2020/48071
Convênio 01467/2020
Interessado: POLEM - ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS PESSOAS COM LESÃO MEDULAR - CNPJ: 08.979.246/0001-69
Programa: 038 - Emendas
Objeto: Investimentos - Construção parcial da nova sede correspondente a 17% do total da obra
Valor Total: R$ 200.000,00, em parcela única
UGE: 090196
Registro Atual: SANI: 4181 / Portal: 2019SES1321
Programa de Trabalho: 6273 - Desenvolvimento de Ações de Saúde Decorrentes de Emendas Parlamentares
Natureza da Despesa: 445042 - Investimentos - Filantrópicas (manter somente o correto)
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES: Parecer Referencial 47/2020
Data da Assinatura: 29-12-2020
Vigência: 31-12-2021
Processo 0005472/2020
Convênio 01468/2020
Interessado: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
CNPJ: 47.708.771/0001-00
Programa: 002 - Demandas Parlamentares
Objeto: Custeio – Aquisição de Material Hospitalar
Valor Total: R$ 150.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: 2020SES3985
SANI: 9786
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6213.0000
Natureza da Despesa: 335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer Referencial CJ/SS 14-2020 - Parecer CJ/SS 701-2020
Data da Assinatura: 16-12-2020
Vigência: 31-03-2021
Processo nº: SES-PRC-2021/02144
Convênio 00017/2021
Interessado: HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RPUSP com a interveniência da FAEPA - RIBEIRÃO PRETO
CNPJ: 56.023.443/0001-52 - HCFMRPUSP
CNPJ: 57.722.118/0001-40 - FAEPA - RIBEIRÃO PRETO
Programa: 012 - Subvenção
Objeto: Custeio - disponibilização de leitos de UTI Adulto para atendimento a pacientes com Covid-19
Valor Total: R$ 15.020.997,42, em parcelas
UGE: 090196
Registro Atual: 2021SS00052 - SANI: 10115
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6213.0000
Natureza da Despesa: 335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer Referencial CJ/SS 41/2020
Data da Assinatura: 27-01-2021
Vigência: 31-12-2021
Processo nº: SES-PRC-2020/52646
Convênio 1482/2020
Interessado: Fundação São Paulo - Hospital Santa Lucinda - CNPJ: 60.990.751/0017-91
Programa: 002 - Demandas Parlamentares
Objeto: Investimento - aquisição de equipamentos
Valor Total: R$ 200.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: 2020SS01739 - SANI: 10052
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6213.0000
Natureza da Despesa: 445042
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES: 45/2020
Data da Assinatura: 30-12-2020
Vigência: 31-12-2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000534
Convênio 000007/2021
Interessado: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO CARLOS - CNPJ:59.610.394/0001-42
Programa: Emendas LOA
Objeto: Investimento - Compra de equipamentos para Unidade de Atenção Especializada em Saúde
Valor Total: R$ 300.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda 001595
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.000
Natureza da Despesa: 445042
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES:47/2020
Data da Assinatura: 19-01-2021
Vigência:31/12/2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000094
Convênio 000404/2020
Interessado: SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA- CNPJ:55.990.451/0001-05
Programa: Emendas LOA
Objeto: Custeio - Aquisição de Equipamento
Valor Total: R$ 130.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda 2146
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa:335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES:16/2020 e Parecer CJ 701/2020
Data da Assinatura: 14-01-2021
Vigência: 31-03-2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000448
Convênio 000425/2020
Interessado: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO JOSE DOS CAMPOS - CNPJ:45.186.053/0001-87
Programa: Emendas LOA
Objeto: Investimento - Aquisição de 1 aparelho desfibrilador, 6 monitores multiparamétricos, 1 aparelho Ecocardiograma.
Valor Total: R$100.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda 2467
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa:445042
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES: 16/2020 e Parecer CJ/SS 701/2020
Data da Assinatura:14/01/2021
Vigência:30/06/2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000200
Convênio 000205/2020
Interessado: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ASSIS - CNPJ:44.364.826/0001-05
Programa: Emendas LOA
Objeto: Custeio - Aquisição de Material de Consumo
Valor Total: R$ 100.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda 3092
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa:335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES:16/2020 e Parecer CJ 701/2020
Data da Assinatura: 12-01-2021
Vigência: 31-03-2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000410
Convênio 000439/2020
Interessado: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE TUPI PAULISTA - CNPJ:72.699.119/0001-05
Programa: Emendas LOA
Objeto: Custeio - Materiais de Consumo Medicamentos
Valor Total: R$ 100.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda 3171
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa:335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES:47/2020
Data da Assinatura:14/01/2021
Vigência:31/12/2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000503
Convênio 000002/2021
Interessado: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CHAVANTES
Programa: Demanda Parlamentar
Objeto: Custeio - Prestação de Serviços Médicos
Valor Total: R$ 100.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda S 3244
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6213.0000
Natureza da Despesa:335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES: CJ/SS 45/2020 e Parecer CJ/SS 701/2020
Data da Assinatura: 13-01-2021
Vigência:31/12/2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000531
Convênio 000006/2021
Interessado: UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas - CNPJ:46.068.425/0001-33
Programa: Demanda Parlamentar
Objeto: Custeio - Material de Consumo – Equipamento de Proteção Individual
Valor Total: R$100.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda S 3275
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6213.0000
Natureza da Despesa:445042
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES:45/2020 e Parecer nº.CJ/SS 701/2020
Data da Assinatura: 19-01-2021
Vigência:31/12/2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000481
Convênio 000445/2020
Interessado: ASSOCIAÇÃO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS - HOSPITAL SÃO DOMINGOS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS
CNPJ:53.221.255/0015-46
Programa: Demanda Parlamentar
Objeto: Custeio Material de Consumo e Prestação de Serviços de Terceiros
Valor Total: R$ 200.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda S 3394
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6213.0000
Natureza da Despesa:335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES: 45/2020 e Parecer CJ/SS 701/2020
Data da Assinatura:13/01/2021
Vigência:31/12/2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000518
Convênio 000011/2021
Interessado: CASA DE DAVID TABERNACULO ESPIRITA PARA EXCEPCIONAIS - CNPJ:61.957.627/0001-20
Programa: Emendas LOA
Objeto: Investimento – equipamentos médicos hospitalares
Valor Total: R$ 100.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda 003442
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.000
Natureza da Despesa:445042
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES:47/2020
Data da Assinatura: 19-01-2021
Vigência:31/12/2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000480
Convênio 000428/2020
Interessado: ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DO PARI - CNPJ:05.245.390/0001-83
Programa: Emendas LOA
Objeto: Custeio - Aquisição de Máquina de Unitarização de Doses de Medicamentos
Valor Total: R$ 100.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda 003455
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa:335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES: 47/2020 e Parecer CJ 701/2020
Data da Assinatura:14/01/2021
Vigência:31/12/2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000516
Convênio 000436/2020
Interessado: IRMANDADE DE SANTA CASA DE MISERICORDIA DE DIADEMA - CNPJ:59.168.948/0001-01
Programa: Emendas LOA
Objeto: Investimento - Ampliação
Valor Total: R$ 150.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda 3554
Programa de Trabalho:10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa: 445042
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES: 16/2020 e Parecer CJ 701/2020
Data da Assinatura: 13-01-2021
Vigência:30/06/2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000513
Convênio 000014/2021
Interessado: ASSOCIAÇÃO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS
CNPJ:53.221.255/0051-00
Programa: Emendas LOA
Objeto: Investimento - Prestação de Serviços porEmpreitada Global
Valor Total: R$ 680.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda 3966
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa:445042
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES:47/2020 e Parecer CJ/SS 701/2020
Data da Assinatura: 21-01-2021
Vigência:31/12/2021
Processo nº: SES-PRC-2020-000511
Convênio 000418/2020
Interessado: IRMANDADE DA SANTA CASA DE IPAUSSU - CNPJ:47.644.406/0001-70
Programa: Emendas LOA
Objeto: Custeio - Custeio Material de Consumo e Prestação de Serviços
Valor Total: R$ 100.000,00
UGE: 090196
Registro Atual: Demanda 4670
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.000
Natureza da Despesa:335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica SES:47/2020
Data da Assinatura: 14-01-2021
Vigência:31/12/2021
Extrato de Termo Aditivo
"Em cumprimento do Decreto 58.052, de 16-05-2012"
Processo nº: SES-PRC-2020/33177
1° Termo de Aditamento ao Convênio 00426/2020
Interessado: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE PRUDENTE
CNPJ: 55.344.337/0001-08
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade retificar o plano de trabalho anexo ao Convênio 00426/2020, nos termos do novo plano que segue em anexo e conforme justificativa e detalhamento constante do processo.
Registro Atual: 2020SES0278
SANI: 9864
Parecer CJ/SS 778/2020
Data da Assinatura: 21-12-2020
Processo nº: SES-PRC-202000066
1° Termo de Aditamento ao Convênio 01036/2020
Interessado: ASSOCIAÇÃO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS - LAR SANTA MARIA NA PROVIDENCIA DE DEUS - CNPJ: 53.221.255/0025-18
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade o repasse de recursos financeiros no valor de R$ 2.187.000,00, em parcelas, destinados ao Custeio - Material de Consumo, Prestação de Serviços por terceiros e Folha de Pagamento, Encargos, Benefícios/Auxílios legais, Contribuições, para atendimento do Programa Recomeço, nos termos do novo Plano de Trabalho que segue no instrumento, bem como prorrogar a vigência do Convênio 01036/2020 até 31-12-2023.
Registro Atual: 2020SES10053
SANI: 9937
Parecer Referencial CJ/SS 46/2020
Data da Assinatura:28/12/2020
Vigência: 31-12-2023
Processo nº: SES-PRC-2020/23336
3° Termo de Aditamento ao Convênio 1382/2020
Objeto: O presente Termo Aditivo de Retirratificação tem por finalidade retificar o plano de trabalho anexo ao Convênio 1382/2020, nos termos do novo plano que segue em anexo e conforme justificativa e detalhamento constante do processo.
Registro Atual: 2020SS01375
SANI: 10022
Parecer Referencial Aditivo CJ/SS 43/2020
Data da Assinatura: 30-12-2020
Retificação do D.O. de 20-1-2021
Na publicação do Processo:: 001/0201/001587/2018
Interessado: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – HCFMUSP
CNPJ: 60.448.040/0001-22
Registro Atual: SANI: 10059 / Portal: 2020SS01758
Onde se lê: Valor: R$ 6.500.000,00
Leia-se: Valor: R$ R$ 1.000.000,00

FUNDAÇÃO ONCOCENTRO DE SÃO PAULO

Portaria do Diretor Administrativo Financeiro, de 28-1-2021
O Diretor Administrativo Financeiro da Fundação Oncocentro de São Paulo - FOSP, Considerando os Atos do Governador, Decretos de 08-01-2021, nomeando Victor Wünsch Filho, RG 12.857.193-7, para exercer o cargo de Diretor-Presidente para um mandato de 4 anos, edita a presente Portaria, nos termos abaixo:
Artigo 1º. Demissão a pedido de Jose Eluf Neto, DRT 409, RG. 4.514.386-9, CPF. 527.545.618-20 do cargo em confiança de Diretor-Presidente em 11-01-2021.
Artigo 2º. Admissão de Victor Wünsch Filho, DRT 450, RG. 12.857.193-7, CPF. 183.828.867-87, para o cargo em confiança de Diretor-Presidente em 12-01-2021.
Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE - HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

Despacho do Gestor de Suprimentos, de 28-1-2021
Em face às informações constantes do presente e da manifestação do Jurídico de Suprimentos que acolho e nos termos da Competência atribuída pela Portaria FPS/ HSP 09/11, Autorizo com fundamento no artigo 57, II artigo 65, §1º da Lei 8.666/93 e suas alterações, a supressão de 31,10% do objeto do contrato administrativo 06/2018, que se refere a prestação de serviços de hospedagem do site da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, firmado com a empresa Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, correspondente ao valor total de R$ 6.000,00, concomitantemente com o acréscimo ao seu objeto de 12,23% correspondente ao valor total de R$ 2.894,40, e ainda a prorrogação de seu prazo de vigência, por mais 12 meses, com reajuste de preço no importe de 3,42 %, a partir de 29-01-2021, passando assim o valor mensal a ser de R$1.107,30, totalizando o valor de R$ 13.287,60

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP

Termo Aditivo de Reti-Ratificação de Contrato

Processo 5521/2016

SPDOC 661527/2018

Contrato 01/2017 celebrado entre o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina - HCFMUSP e a Fundação Faculdade de Medicina - FFM

CNPJ: 56.577.059/0001-00

Termo Aditivo 8º

Objeto: operacionalização da Gestão e execução, pela contratada, das ações de ensino e pesquisa e das atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos nas unidades do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo -"Octavio Frias de Oliveira" - ICESP

Reti-Ratificar o 6º Termo Aditivo, incluindo as alterações para o exercício de 2020 constantes no Anexo Técnico II - características dos serviços Assistenciais e no Anexo Técnico III - Indicadores de Qualidade

Parecer: 300/2020 da Área de Consultoria Jurídica

Assinatura: 26/01/2021

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

Portaria HCRP-11, de 27-1-2021

O Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo:

Considerando que, mediante exposição de motivos, às fls. 06, o Conselho Federal de Medicina, por meio da Recomendação CFM no. 1/2015, justifica a necessidade de criação de Comitês de Bioética;

Considerando a recomendação do Conselho Federal de Medicina no. 8/2015 quanto a criação, o funcionamento e a participação de Médicos nos Comitês de Bioética;

Considerando que referido Comitê deve ter caráter educativo e eminentemente consultivo e deve estar preparado para auxiliar a Diretoria Clínica na tomada de decisões, na solução de situações especiais, no âmbito de assistência à saúde e dilemas de ordem moral;

Considerando o parecer da Consultoria Jurídica do Hospital quanto a necessidade de criação de um Grupo de Trabalho para discussão da proposta apresentada pelo CREMESP, de criação de um Comitê de Bioética, incluindo, se for o caso, a elaboração de seu Regimento Interno, resolve:

Artigo 1º - Fica constituído um Grupo de Trabalho para a implementação de um Comitê de Bioética no Hospital das Clínicas, bem como para elaborar uma Minuta de Regimento Interno quanto as suas atribuições e a forma de funcionamento.

Artigo 2º. - O Grupo de Trabalho será composto pelos membros, abaixo relacionados, sob a Presidência do Prof. Dr. JOSÉ SIMON CAMELO, Diretor Clínico deste Hospital:

Membros:

- Prof.Dr. OSVALDO MASSAITI TAKAYANAGUI, Docente do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento;

- Prof.Dr. SILVIO TUCCI JÚNIOR, Docente do Departamento de Cirurgia e Anatomia;

- Profa.Dra. ALESSANDRA KIMIE MATSUNO, Docente FAEPA do Departamento de Puericultura e Pediatria;

- Prof.Dr. GERALDO DUARTE, Docente do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia;

- Prof.Dr. EDUARDO FERRIOLI, Docente do Departamento de Clínica Médica;

- Dr. MARCELO BONVENTO, Coordenador da Organização de Procura de Órgãos - OPO;

- Dra. CATALINA CAMAS CABRERA, Médica da Equipe Médica de Psiquiatria - Campus;

- Prof.Dr. HERMES DE FREITAS BARBOSA, Docente do Departamento de Patologia e Medicina Legal;

- Prof.Dr. LEANDRO MACHADO COLLI, Docente do Departamento de Imagens Médicas, Hematologia e Oncologia Clínica;

- Dra. OLGA LAURA SENA ALMEIDA, Diretora Técnica de Saúde I do Departamento de Atenção à Saúde;

Artigo 3º. - O Grupo de Trabalho deverá apresentar o resultado de seu trabalho no prazo de 60 dias.

Artigo 4º - A presente Portaria entra em vigor nesta data, revogando a Portaria HCRP 8, de 15-01-2021.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU

Comunicado

Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - SP - CNPJ: 12.474.705/0001-20, nos termos do artigo 5º "caput" da Lei Federal 8.666/93, que dispõe que os pagamentos de suas obrigações devem obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes motivos relevantes de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, vem informar que houve quebra na ordem cronológica de pagamento das PDs.

PDs a serem pagas

092597

Data: 28-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
092501	2021PD00839	141,92
092501	2021PD00840	164,48
092501	2021PD00841	123,10
092501	2021PD00842	241,81
092501	2021PD00843	116,66
092501	2021PD00844	310,15
092501	2021PD00845	147,53
092501	2021PD00846	107,73

Termos Aditivos ao Convênio

Interessados – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB

CNPJ: 12.474.705-0001-20, PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA CNPJ: 46.634.606/0001-80 e Fundação para o Desenvolvimento Médico Hospitalar – FAMESP CNPJ: 46.230.439/0001-01

Objeto: O presente instrumento tem por objeto Prorrogar pelo período de 05 meses, o prazo de vigência do Convênio celebrado entre a Prefeitura, HCFMB e FAMESP firmado em 03-08-2020, nos termos da Cláusula Décima Quarta do referido Convênio.

Data Assinatura: 04-01-2021 – Vigência: 03-01-2021 a 02-06-2021 - 5 meses

Interessados – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB

CNPJ: 12.474.705-0001-20, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL CNPJ: 46.634.523/0001-90 e Fundação para o Desenvolvimento Médico Hospitalar – FAMESP CNPJ: 46.230.439/0001-01

Objeto: O presente instrumento tem por objeto Prorrogar pelo período de 06 meses, o prazo de vigência do Convênio celebrado entre a Prefeitura, HCFMB e FAMESP firmado em 16-07-2020, nos termos da Cláusula Décima Quarta do referido Convênio.

Data Assinatura: 15-01-2021 – Vigência: 16-01-2021 a 15-07-2021 - 6 meses

ÓRGÃOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Decisões da Autoridade Competente, de 28-1-2021

Empresa: ELFA MEDICAMENTOS LTDA

Apenso I - Processo 01962/2019 - Protocolo 3919

Conforme previsto na SHCFMB 085, de 23-07-2019. Não há como afastar da conclusão de que houve atraso da obrigação pactuada, na medida em que embora a empresa seja vencedora da licitação, não foi capaz de adimplir com sua obrigação no prazo contratual, que foi pré-estabelecido entre as partes; causando assim prejuízos e transtornos à Administração Pública.

Houve descumprimento parcial, a empresa entregou o produto em atraso. Considerando o inadimplemento das obrigações assumidas pela empresa, bem como a existência de previsão legal editalícia das sanções.

Como é sabido o edital é a lei interna, na qual se encontram vinculados os licitantes e a Administração Pública, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no artigo 3º da Lei 8.666/1993. Por isso, cabe à empresa licitante, ao ingressar na disputa, se assegurar de que tem condições para atender à demanda estimada, no prazo acordado. Ao optar por participar, assume todos os ônus daí decorrentes, inclusive no que se refere à possibilidade de ser apenada em virtude de eventual descumprimento de obrigação.

Nesse sentido, expõe o Edital Convocatório na aplicação de sanções para o caso de inadimplemento, o contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas.

Fica multada pelos dias de atraso devidamente comprovado, pois empresa atrasou a entrega do material, infringiu os dispositivos do artigo 7º da Lei 10.520 de 17-07-2002 e do artigo 87, II, da Lei 8.666/93, além das demais cominações legais. De acordo com a Intimação enviada via Correios através de A.R.

Empresa: ELFA MEDICAMENTOS LTDA

Apenso IV - Processo 01962/2019 - Protocolo 00015

Conforme previsto na SHCFMB 085, de 23-07-2019. Não há como afastar da conclusão de que houve atraso da obrigação pactuada, na medida em que embora a empresa seja vencedora da licitação, não foi capaz de adimplir com sua obrigação no prazo contratual, que foi pré-estabelecido entre as partes; causando assim prejuízos e transtornos à Administração Pública.

Houve descumprimento parcial, a empresa entregou o produto em atraso. Considerando o inadimplemento das obrigações assumidas pela empresa, bem como a existência de previsão legal editalícia das sanções.

Como é sabido o edital é a lei interna, na qual se encontram vinculados os licitantes e a Administração Pública, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no artigo 3º da Lei 8.666/1993. Por isso, cabe à empresa licitante, ao ingressar na disputa, se assegurar de que tem condições para atender à demanda estimada, no prazo acordado. Ao optar por participar, assume todos os ônus daí decorrentes, inclusive no que se refere à possibilidade de ser apenada em virtude de eventual descumprimento de obrigação.

Nesse sentido, expõe o Edital Convocatório na aplicação de sanções para o caso de inadimplemento, o contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas.

Fica multada pelos dias de atraso devidamente comprovado, pois empresa atrasou a entrega do material, infringiu os dispositivos do artigo 7º da Lei 10.520 de 17-07-2002 e do artigo 87, II, da Lei 8.666/93, além das demais cominações legais. De acordo com a Intimação enviada via Correios através de A.R.

Comunicados

Decisão de Defesa Prévia

Apenso I – Processo 1739/2019 – Protocolo 00021

A empresa SMT IMPORTADORA E DISTR. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. apresentou tempestivamente Defesa Prévia em relação à aplicação de penalidade de multa pelo atraso efetivo na entrega de produtos do Empenho 5263/2020.

A partir do exame da Defesa Prévia protocolada pela contratada acerca desta penalidade, vimos ponderar o seguinte:

No presente caso ocorreu uma situação não usual. Houve a entrega dos produtos com atraso em decorrência dos impactos da pandemia da Covid -19 na cadeia produtiva do produto em questão. A contratada alega que os produtos desta nota de empenho são fabricados na China e, em função da pandemia, o aumento da demanda por produtos médico-hospitalares, cancelamento de vôos, entre outras dificuldades vem ocasionando atrasos nos pedidos.

A empresa, no entanto, concluiu a entrega de todos os produtos solicitados na Nota de Empenho. Pode-se concluir que apesar das conseqüências advindas da pandemia da Covid -19, os produtos foram entregues.

É de se destacar que dentre os princípios acolhidos pela administração pública, estão os princípios da razoabilidade e o da proporcionalidade, que são originados da construção doutrinária e jurisprudencial. O princípio da razoabilidade exige proporcionalidade entre os meios que se utiliza o administrador e a finalidade dentro do caso concreto, devendo a solução ser a adequada para alcançar a finalidade. O princípio da proporcionalidade refere-se ao ato emanado da administração ser proporcional ao seu atendimento completo.

Alguns dos princípios informadores da atuação administrativa se encontram previstos no artigo 37 da Constituição Federal, a exemplo da legalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência; outros se encontram esparsos ao longo do texto constitucional, além daqueles previstos na legislação infraconstitucional. Ainda, há aqueles que se encontram apenas implícitos no ordenamento jurídico, ou por força da doutrina e da jurisprudência.

No presente caso devemos levar em consideração o princípio da razoabilidade, que em situação excepcional dos impactos da pandemia da Covid -19 na cadeia produtiva do produto, entendemos adequado não atribuir à contratada penalização de multa pelos dias de atraso na entrega.

Assim, é razoável, admitirem-se razões expostas pela contratada e promover a desconsideração da multa proposta pela última notificação.

Por todo o exposto, a administração decide considerar procedente a Defesa Prévia impetrada pela empresa, concedendo-lhe provimento e afastando a penalidade de multa moratória considerando-se os motivos relacionados.

Decisão de Defesa Prévia

SMT IMPORTADORA E DISTR. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Apenso II – Processo 1739/2019 – Protocolo 00023

A empresa SMT IMPORTADORA E DISTR. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. apresentou tempestivamente Defesa Prévia em relação à aplicação de penalidade de multa pelo atraso efetivo na entrega de produtos do Empenho 4981/2020.

A partir do exame da Defesa Prévia protocolada pela contratada acerca da penalidade de multa, vimos ponderar o seguinte:

No presente caso ocorreu uma situação não usual. Houve a entrega dos produtos com atraso em decorrência dos impactos da pandemia da Covid -19 na cadeia produtiva do produto em questão. A contratada alega que os produtos desta nota de empenho são fabricados na China e, em função da pandemia, o aumento da demanda por produtos médico-hospitalares, cancelamento de vôos, entre outras dificuldades vem ocasionando atrasos nos pedidos.

A empresa, no entanto, concluiu a entrega de todos os produtos solicitados na Nota de Empenho. Pode-se concluir que apesar das conseqüências advindas da pandemia da Covid -19, os produtos foram entregues.

É de se destacar que dentre os princípios acolhidos pela administração pública, estão os princípios da razoabilidade e o da proporcionalidade, que são originados da construção doutrinária e jurisprudencial. O princípio da razoabilidade exige proporcionalidade entre os meios que se utiliza o administrador e a finalidade dentro do caso concreto, devendo a solução ser a adequada para alcançar a finalidade. O princípio da proporcionalidade refere-se ao ato emanado da administração ser proporcional ao seu atendimento completo.

Alguns dos princípios informadores da atuação administrativa se encontram previstos no artigo 37 da Constituição Federal, a exemplo da legalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência; outros se encontram esparsos ao longo do texto constitucional, além daqueles previstos na legislação infraconstitucional. Ainda, há aqueles que se encontram apenas implícitos no ordenamento jurídico, ou por força da doutrina e da jurisprudência.

No presente caso devemos levar em consideração o princípio da razoabilidade, que em situação excepcional dos impactos da pandemia da Covid -19 na cadeia produtiva do produto, entendemos adequado não atribuir à contratada penalização de multa pelos dias de atraso na entrega.

Assim, é razoável, admitirem-se razões expostas pela contratada e promover a desconsideração da multa proposta pela última notificação.

Por todo o exposto, a administração decide considerar procedente a Defesa Prévia impetrada pela empresa, concedendo-lhe provimento e afastando a penalidade de multa moratória considerando-se os motivos relacionados.

Decisão da Autoridade Competente

Empresa: ELFA MEDICAMENTOS S/A

Apenso III - Processo 01962/2019 - Protocolo 4320

Conforme previsto na SHCFMB 085, de 23-07-2019. Não há como afastar da conclusão de que houve atraso da obrigação pactuada, na medida em que embora a empresa seja vencedora da licitação, não foi capaz de adimplir com sua obrigação no prazo contratual, que foi pré-estabelecido entre as partes; causando assim prejuízos e transtornos à Administração Pública.

Houve descumprimento parcial, a empresa entregou o produto em atraso. Considerando o inadimplemento das obrigações assumidas pela empresa, bem como a existência de previsão legal editalícia das sanções.

Como é sabido o edital é a lei interna, na qual se encontram vinculados os licitantes e a Administração Pública, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no artigo 3º da Lei 8.666/1993. Por isso, cabe à empresa licitante, ao ingressar na disputa, se assegurar de que tem condições para atender à demanda estimada, no prazo acordado. Ao optar por participar, assume todos os ônus daí decorrentes, inclusive no que se refere à possibilidade de ser apenada em virtude de eventual descumprimento de obrigação.

Nesse sentido, expõe o Edital Convocatório na aplicação de sanções para o caso de inadimplemento, o contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas.

Fica multada pelos dias de atraso devidamente comprovado, pois empresa atrasou a entrega do material, infringiu os dispositivos do artigo 7º da Lei 10.520 de 17-07-2002 e do artigo 87, II, da Lei 8.666/93, além das demais cominações legais. De acordo com a Intimação enviada via Correios através de A.R.

Logística e Transportes

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Despacho do Superintendente, de 28-1-2021

Diante dos elementos de instrução deste protocolo, salientando-se o Parecer CJ-DER-21/2021, fls. 37/45, com fundamento no art. 6º, § 1º, da DTM-SUP/DER-012/2016, Nego Provimento à defesa de fls. 23/25, formulada por Leopoldo Luiz Xavier de Aguiar e mantenho a cobrança dos danos causados à Autarquia. (Protocolo DER-1791936/2020).

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

DIVISÃO REGIONAL DE CAMPINAS

Despacho do Diretor Regional, de 28-1-2021

Assunto: Termo de Compromisso e Autorização

Face ao requerido Interessado AC2M Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, Autorizo a abertura à Rodovia SP 063, km 63+865,57m, lado esquerdo, trecho BR 381/Bragança Paulista, conforme o TCA 172/DR.1/2020 referente ao Protocolo 187176/2020.

DIVISÃO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Despacho da Autoridade Competente, de 28-1-2021

Cancelando a Nota de Empenho 2020NE00142, diante do Despacho do Diretor Administrativo de fl. 84 do Protocolo DER-1105940/2020, tendo em vista que a empresa C.A. Teixeira Móveis ME não efetuou a entrega do objeto referente à Oferta de Compra 162111160552020OC00029.

Despacho do Diretor Regional, de 26-1-2021

Às fls. 26 do Processo DERSP-PRC-2021/00394-V01, diante dos elementos de instrução deste procedimento, Ratifico nos termos do artigo 25, da Lei Federal 8.666/93, para a empresa Vivo Telefônica Brasil S.A. para o fornecimento de serviços de telefonia fixa destinados à Sede da DR.9, RC9.3 e UBA (Unidade Básica de Atendimento), no valor de R$ 20.000,00, para o exercício de 2021.

DIVISÃO REGIONAL DE SÃO PAULO

Despachos do Diretor Regional, de 26-1-2021

Inexigível de Licitação: Edital 0021/2021-IN-DR10; Protocolo DER/89344/2021 Ratificando o ato da Diretora do SA.10, que autorizou a contratação com a empresa Via Nova Serviços Eireli, objetivando a compra de vale transporte para os servidores da DR.10 regidos pela CLT, para cumprimento da Lei Federal 7.418/85, no valor estimado anual de R$ 174.705,77.

Inexigível de Licitação: Edital 0022/2021-IN-DR10; Protocolo DER/89381/2021 Ratificando o ato da Diretora do SA.10, que autorizou a contratação com a empresa Viação Jacareí Ltda, objetivando a compra de vale transporte para os servidores da DR.10regidos pela CLT, para cumprimento da Lei Federal 7.418/85, no valor estimado anual de R$ 2.448,00.

Inexigível de Licitação: Edital 0023/2021-IN-DR10; Protocolo DER/89409/2021 Ratificando o ato da Diretora do SA.10, que autorizou a contratação com a empresa Mogi Passes Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda, objetivando a compra de vale transporte para os servidores da DR.10 regidos pela CLT, para cumprimento da Lei Federal 7.418/85, no valor estimado anual de R$ 27.000,00.

Inexigível de Licitação: Edital 0024/2021-IN-DR10; Protocolo DER/89422/2021 Ratificando o ato da Diretora do SA.10, que autorizou a contratação com a empresa Auto Viação Suzano Eireli, objetivando a compra de vale transporte para os servidores da DR.10 regidos pela CLT, para cumprimento da Lei Federal 7.418/85, no valor estimado anual de R$ 4.200,00.

Inexigível de Licitação: Edital 0025/2021-IN-DR10; Protocolo DER/89453/2021 Ratificando o ato da Diretora do SA.10, que autorizou a contratação com a empresa Viação Cidade de Caieiras Ltda, objetivando a compra de vale transporte para os servidores da DR.10 regidos pela CLT, para cumprimento da Lei Federal 7.418/85, no valor estimado anual de R$ 2.457,60.

Inexigível de Licitação: Edital 0026/2021-IN-DR10; Protocolo DER/89464/2021 Ratificando o ato da Diretora do SA.10, que autorizou a contratação com a empresa Auto Viação Urubupungá Ltda, objetivando a compra de vale transporte para os servidores da DR.10 regidos pela CLT, para cumprimento da Lei Federal 7.418/85, no valor estimado anual de R$ 4.710,40.

Inexigível de Licitação: Edital 0027/2021-IN-DR10; Protocolo DER/89477/2021 Ratificando o ato da Diretora do SA.10, que autorizou a contratação com a empresa BB Transporte e Turismo Ltda, objetivando a compra de vale transporte para os servidores da DR.10 regidos pela CLT, para cumprimento da Lei Federal 7.418/85, no valor estimado anual de R$ 4.700,00.

Inexigível de Licitação: Edital 0028/2021-IN-DR10; Protocolo DER/89485/2021 Ratificando o ato da Diretora do SA.10, que autorizou a contratação com a empresa Cartão Legal – Sistema de Automatização e Gerenciamento Ltda, objetivando a compra de vale transporte para os servidores da DR.10 regidos pela CLT, para cumprimento da Lei Federal 7.418/85, no valor estimado anual de R$ 14.820,00.

Inexigível de Licitação: Edital 0029/2021-IN-DR10; Protocolo DER/89493/2021 Ratificando o ato da Diretora do SA.10, que autorizou a contratação com a empresa São Paulo Transporte S/A, objetivando a compra de vale transporte para os servidores da DR.10 regidos pela CLT, para cumprimento da Lei Federal 7.418/85, no valor estimado anual de R$ 15.646,86.

Inexigível de Licitação: Edital 0030/2021-IN-DR10; Protocolo DER/89507/2021 Ratificando o ato da Diretora do SA.10, que autorizou a contratação com a empresa Reunidas Paulista de Transportes Ltda, objetivando a compra de vale transporte para os servidores da DR.10 regidos pela CLT, para cumprimento da Lei Federal 7.418/85, no valor estimado anual de R$ 5.000,00.

DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Portaria do Superintendente, de 21-1-2021

O Superintendente do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo-Daesp, tendo em vista a Resolução 392, de 6 setembro de 2016, que estabelece o regime tarifário aplicável aos aeródromos públicos delegados aos Estados, informa os preços das Tarifas Aeroportuárias de Movimento de Aeronaves (Pouso/ Permanência), Embarque e Conexão de Passageiros; praticados nos Aeroportos:

Araçatuba - SBAU

Aaraquara - SBAQ

Bauru Arealva - SBAE

Marília - SBML

Presidente Prudente - SBDN

Ribeirão Preto - SBRP

São José do Rio Preto - SBSR

Sorocaba - SDCO

Grupo I Voos Domésticos - Tarifas Aplicáveis/ R$

Tabela 1

Embarque 28,33

Conexão 8,67

Pouso(ton.) 9,29

Permanência Patio de Manobras(ton. Horas)1,8180

Permanência Área de Estadia (ton. Horas) 0,3866

Grupo II - Tarifas Aplicáveis/ R$

Tabela 2 Doméstico

Faixas de PMD (ton.)	Pouso	Permanência - Pátio	Permanência - Estadia
Até 1	106,13	24,97	1,86
+ de 1 até 2	106,13	24,97	1,86
+ de 2 até 4	184,69	24,97	1,86
+ de 4 até 6	373,32	24,97	2,16
+ de 6 até 12	485,99	24,97	3,73
+ de 12 até 24	1.104,03	36,29	7,20
+ de 24 até 48	2.833,72	72,81	14,59
+ de 48 até 100	3.353,50	120,54	24,15
+ de 100 até 200	5.472,16	273,18	54,61
+ de 200 até 300	8.637,04	476,40	95,33
+ de 300	14.437,94	692,67	138,56

Tabela 2 Internacional

Faixas de PMD (ton.)	Pouso	Permanência - Pátio	Permanência - Estadia
Até 1	244,73	26,07	1,84
+ de 1 até 2	244,73	26,07	1,84
+ de 2 até 4	420,31	26,07	3,46
+ de 4 até 6	851,30	28,75	5,84
+ de 6 até 12	1.122,67	52,18	10,64
+ de 12 até 24	2.537,95	101,09	20,48
+ de 24 até 48	5.709,01	204,85	40,43
+ de 48 até 100	7.725,53	339,99	66,22
+ de 100 até 200	12.859,92	769,89	152,71
+ de 200 até 300	20.415,22	1.343,99	268,16
+ de 300	33.823,16	1.954,81	392,13

Andradina - SDDN

Assis – SNAX

Avaré - SDRR

Barretos - SNBA

Dracena - SDDR

Franca - SIMK

Penápolis - SDPN

São Carlos - SDSC

São Manuel - SDNO

Tupã - SDTP

Votuporanga - SDVG

Grupo I Voos Domésticos - Tarifas Aplicáveis/ R$

Tabela 3.

Embarque 23,47

Conexão 7,09

Pouso(ton.)7,03

Permanência Patio de Manobras (ton. Horas) 1,4090

Permanência Área de Estadia (ton. Horas) 0,2954

Grupo II - Tarifas Aplicáveis/ R$

Tabela 4 Doméstico

Faixas de PMD (ton.)	Pouso	Permanência - Pátio	Permanência - Estadia
Até 1	59,34	19,38	1,54
+ de 1 até 2	84,56	27,68	2,20
+ de 2 até 4	146,88	27,68	2,20
+ de 4 até 6	298,13	27,68	2,20
+ de 6 até 12	386,11	27,68	2,85
+ de 12 até 24	878,54	27,72	5,61
+ de 24 até 48	2.259,33	55,50	11,06
+ de 48 até 100	2.666,64	91,99	18,36
+ de 100 até 200	5.213,06	208,35	41,70
+ de 200 até 300	6.834,98	363,23	72,72
+ de 300	11.446,12	528,31	105,61

Tabela 4 Internacional

Faixas de PMD (ton.)	Pouso	Permanência - Pátio	Permanência - Estadia
Até 1	138,33	14,91	1,07
+ de 1 até 2	196,87	21,82	1,31
+ de 2 até 4	351,18	21,82	2,93
+ de 4 até 6	702,31	26,07	5,32
+ de 6 até 12	931,11	46,27	9,29
+ de 12 até 24	2.090,98	86,74	17,56
+ de 24 até 48	4.756,61	176,12	34,56
+ de 48 até 100	6.400,67	291,02	57,75
+ de 100 até 200	10.667,83	662,95	132,74
+ de 200 até 300	16.983,41	1.153,51	230,66
+ de 300	28.055,62	1.683,96	334,40

Guaratinguetá - SBGW

Presidente Epitácio - SDEP

Registro - SSRE

Grupo I Voos Domésticos - Tarifas Aplicáveis/ R$

Tabela 5.

Embarque 16,23

Conexão 4,73

Pouso(ton.) 3,30

Permanência

Patio de Manobras(ton. Horas) 0,6590

Permanência Área de Estadia (ton. Horas) 0,1362

Grupo II - Tarifas Aplicáveis/ R$

Tabela 6 Doméstico

Faixas de PMD (ton.)	Pouso	Permanência - Pátio	Permanência - Estadia
Até 1	36,11	5,48	1,54
+ de 1 até 2	51,70	7,92	2,20
+ de 2 até 4	88,52	7,92	2,20
+ de 4 até 6	180,35	7,92	2,20
+ de 6 até 12	230,89	7,92	2,20
+ de 12 até 24	529,29	13,02	2,64
+ de 24 até 48	1.374,11	25,88	5,34
+ de 48 até 100	1.600,54	42,86	8,62
+ de 100 até 200	2.639,43	97,35	19,45
+ de 200 até 300	4.000,00	169,40	33,86
+ de 300	6.763,15	246,58	49,38

Tabela 6 Internacional

Faixas de PMD (ton.)	Pouso	Permanência - Pátio	Permanência - Estadia
Até 1	69,18	6,39	1,07
+ de 1 até 2	106,42	9,04	1,31
+ de 2 até 4	180,92	9,04	1,31
+ de 4 até 6	356,47	11,70	2,68
+ de 6 até 12	473,55	22,89	4,52
+ de 12 até 24	1,069,43	43,09	9,04
+ de 24 até 48	2.420,84	89,40	17,27
+ de 48 até 100	3.256,17	146,86	28,75
+ de 100 até 200	5.448,25	331,48	66,22
+ de 200 até 300	8.677,81	576,77	115,45
+ de 300	14.328,26	836,38	167,35

Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º-3-2021.

(Portaria Daesp-2, de 21-1-2021)

Cultura e Economia Criativa

GABINETE DO SECRETÁRIO

Decisão do Secretário, de 28-1-2021

Processo SCEC-PRC-2020/00667

Interessado: Unidade de Difusão Cultural Bibliotecas e Leitura

Assunto: Convocação Pública - Bibliotecas -Decisão do Secretário - Organização Social

De acordo com o artigo 21 da Resolução SC 23, de 26-10-2020, com base no Parecer Técnico emitido pela Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura, declaro como vencedora a Organizações Social de Cultura para gestão da Biblioteca de São Paulo, Biblioteca Parque Villa-Lobos, SISEB (Sistema Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo) e Centro Cultural de Estudos Superiores AúthosPagano:

- SPLeituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura

Resolução SC-3, de 27-1-2021

Nomeia os membros do Corpo de Júri do "Prêmio Governo do Estado de São Paulo para as Artes 2020"

O Secretário de Cultura e Economia Criativa, conforme artigo 100, inciso I, alínea "j", do Decreto Estadual 50.941, de 05-07-2006, resolve:

Artigo 1° - Fica instituído o Corpo de Júri do "Prêmio Governo do Estado de São Paulo para as Artes 2020", para exercer as funções previstas no item IV, subitem 4.3. do Regulamento do Prêmio, publicado, na data de 13-01-2021, no Diário Oficial de São Paulo, Caderno do Poder Executivo, Seção I, páginas 82 e 83.

Parágrafo único – São membros do Corpo de Júri a que se refere o "caput" do presente artigo:

I. Adriana Barbosa, RG 28.595.136-1;

II. André Luiz Pompéia Sturm, RG 9.813.707-4;

III. Antônio Thomaz Garcia Lessa Júnior, OAB-PR 25876;

IV. Christiano Lima Braga, RG 3159067;

V. Inês Vieira Bogéa, RG 38.998.607-0;

VI. Ivam Cabral, RG 28.776.045-5;

VII. Jochen Volz, RNE V440802-Y;

VIII. Miguel Arcanjo Prado de Oliveira, RG nº MG-4.459.223;

IX. Pierre André Ruprecht, RG 3.481.955-1;

X. Renata Vieira da Motta, RG 17.119.002-6.

Artigo 2° - O Júri tomará as decisões referentes à segunda etapa do Prêmio de que trata o artigo 1º desta Resolução, sendo:

ETAPA II – SELEÇÃO DOS INDICADOS

Cada membro do Corpo de Júri escolherá até 10 nomes para cada uma das categorias descritas no item IV, subitem 4.3. do Regulamento do Prêmio, publicado, na data de 13-01-2021, no Diário Oficial de São Paulo, Caderno do Poder Executivo, Seção I, páginas 82 e 83, entre os indicados na Etapa 1 ou não.

Artigo 3° - O valor para atender as despesas de cada jurado será de R$ 5.000,00.

Artigo 4° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CONS. DEFESA DO PATRIM. HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO

Retificação do D.O. de 28-1-2021

Pauta 2010, publicada no D.O. Pág. 66 e 67, com a inclusão dos Itens 08 e 09 do Item 3.1 – Processos para Deliberação com Parecer de Conselheiro Relator

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - Condephaat

Sessão Ordinária 2010ª

01/02/2021

Horário – 09h30.

Local – Teleconferência

1. Expediente

Comunicação e Justificação de ausência de Conselheiros

Votos e Moções

Leitura abreviada de papéis para a ciência do Conselho e ulteriores providências

Comunicações da Presidência

Comunicações da Vice Presidência

Comunicações dos Conselheiros

Comunicações do Grupo Técnico

Aprovação da ata 2009 de 18-01-2021

2. Proposições

3. Ordem do dia

3.1- Processos para deliberação com parecer de Conselheiro Relator

3.2-Processos para deliberação com parecer favorável

3.2.1-Bens Tombados ou em estudo de Tombamento

3.2.2-Bairros Tombados ou em estudo de Tombamento

3.2.3-Áreas Naturais tombadas ou em estudo de Tombamento

3.2.4- Núcleos Urbanos tombados ou em estudo de tombamento

3.2.5-Áreas Envoltórias

3. Ordem do Dia

3.1 – Processos para Deliberação com Parecer de Conselheiro Relator

01-Processo 76623/2016/

- Interessado: UPPH
- Data do Protocolo Inicial: 10-06-2016 (Fl. 02)
- Data do Último Protocolo: 01-08-2016 (Fl. 14)
- Endereço do Imóvel: Rua Coronel Jose Eusebio S/N - Consolacao - São Paulo / SP

02-Processo 79029/2017

- Interessado: UPPH
- Data do Protocolo: 24-07-2017
- Assunto Atual: Denúncia – Recurso
- Endereço do Imóvel: Conjunto da Estação Ferroviária de Dois Córregos

03-Processo 81257/2018

- Interessado: Condephaat/UPPH
- Data do Protocolo: 04-07-2018
- Assunto Atual: Denúncia – Recurso À Multa
- Endereço do Imóvel: Casa de Lúcio Bento/Orfanato São Nicolau, Rua Pernambuco, 1065, Esquina com a Rua Bahia, Avaré-Sp

04-Processo 65396/2011

- Interessado: Angela Mendez Garcia
- Data do Protocolo Inicial: 24-10-2011
- Data do Último Protocolo: 04-02-2019
- Endereço do Imóvel: Rua Antonio Olivio de Araujo/Qd.24A S/Nº - Centro - Itanhaém / Sp
- Proteção do Bem: Área Envoltória
- Integra o Conjunto: Centro Histórico de Itanhaém

05-Processo 79755/2017

- Interessado: UPPH
- Data do Protocolo: 10-11-2017
- Assunto Atual: Denúncia – Recurso
- Endereço do Imóvel: Complexo Industrial Carioba, Situado a Avenida Carioba, 1615, Americana-Sp

06-Processo 85064/2019

- Interessado: Rafael Amaral
- Data do Protocolo Inicial: 22-11-2019
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua XV De Novembro 444 - Centro Histórico - Iguape
- Proteção do Bem: Bem Tombado
- Integra o Conjunto: Centro Histórico de Iguape

07-Processo 65342/2011

- Interessado: Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras
- Data do Protocolo: 24-10-2011
- Assunto Atual: Pedido de Tombamento
- Endereço do Imóvel: Avenida Armando Penteado, S/N, Santa Cruz das Palmeiras-Sp

08-Processo 85201/2020

- Interessado: Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
- Data do Protocolo Inicial: 26-12-2019
- Data do Último Protocolo: 03-08-2020 (Fl.375)
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Estudo Preliminar
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel:

Metrô, Linha 19 Celeste S/N

São Paulo / Sp

- Proteção do Bem: Parcialmente Inserido em Diversas Áreas Envoltórias
- Área Envoltória De: Ete Carlos de Campos; Mercado Municipal da Cantareira, Resid. Marieta T. De Carvalho; Teatro Municipal; Antigo Banco de S.paulo; Largo da Memória; Ed. Alexandre Mackenzie; Igreja de Sto. Antonio, Resid. Elias Pacheco Chaves, Igreja de S.francisco de A. Da Venerável Ordem dos Padres Menores; Fac. De Direito da Usp e Tribuna Livre; Ed. Saldanha Marinho; Castelinho da Brigadeiro, Casa de Dona Yayá, Teatro Oficina e Escola de Primeiras Letras.
- Parecer do Relator: Marcos Moliterno

09-Processo 86019/2020

- Interessado: Prefeitura do Município de Porto Feliz
- Data do Protocolo Inicial: 11-08-2020
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua Vilma Antunes Garcia Até Bairro Vila Nova S/N - Centro - Porto Feliz / Sp
- Proteção do Bem: Tombado
- Integra o Conjunto: Parque das Monções

3.2 – Processos para Deliberação com Parecer Favorável

3.2.1-Bens Tombados Ou em Estudo de Tombamento

01-Processo Scec-Prc-2020/00730

- Interessado: Prefeitura Municipal de Campinas
- Assunto Atual: Projeto Básico para a Contratação de Empresa para Elaboração do Projeto Executivo de Conservação, Recuperação e Acessibilidade do Conjunto Arquitetônico da Fazenda Mato Dentro
- Endereço do Imóvel: Rodovia Heitor Penteado, Km 3 - Vila Brandina - Campinas - Sp
- Proteção do Bem: Tombado

02-Processo 80108/2021

- Interessado: Museu Paulista - Universidade de São Paulo
- Data do Protocolo Inicial: 04-01-2018
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque da Independência (Museu Paulista) S/Nº - Ipiranga - São Paulo / Sp
- Proteção do Bem: Bem Tombado
- Integra o Conjunto: Museu Paulista

03-Processo 83998/2019

- Interessado: Vk Arquitetura Restauro
- Data do Protocolo Inicial: 19-07-2019
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua da Ajuda 500 - Centro - Guararema / Sp
- Proteção do Bem: Bem Tombado
- Integra o Conjunto: Capela Nossa Senhora da Ajuda

04-Processo 86491/2021

- Interessado: Célia Camargo Leão Edelmuth
- Data do Protocolo Inicial: 08-01-2021
- Data do Último Protocolo:
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto:
- Pós Intervenção:
- Endereço do Imóvel: Avenida Auro Soares de Moura Andrade 564/664 - Barra Funda - São Paulo / Sp
- Proteção do Bem: Bem Tombado

3.2.2-Bairros Tombados Ou em Estudo de Tombamento

01-Processo 84671/2019

- Interessado: Guilherme Paulo Doucher Neto
- Data do Protocolo Inicial: 19-09-2019 (Fl.)
- Data do Último Protocolo: Informar (Fl.)
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção (Fl.)
- Detalhe do Assunto:
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Alameda Gabriel Monteiro da Silva 643 - Jardim América - São Paulo / Sp
- Proteção do Bem: Tombado

02-Processo 86488/2020

- Interessado: Pmsp/Sp-Sé/Cpo/Uav
- Data do Protocolo Inicial: 21-12-2020
- Assunto Atual: Remoção de Arvores
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel:

Avenida Rio Branco, Alt do 530 - Campos Elíseos

São Paulo / Sp

- Proteção do Bem: Inserido em Área Sob Estudo de Tombamento
- Integra o Conjunto: Bairro dos Campos Elíseos

3.2.3- Áreas Naturais Tombadas Ou em Estudo de Tombamento

01-Processo 72255/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

02-Processo 72256/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

03-Processo 72257/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

04-Processo 72258/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

05-Processo 72259/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

06-Processo 72260/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

07-Processo 72261/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

08-Processo 72262/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

09-Processo 72263/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

10-Processo 72264/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

11-Processo 72265/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

12-Processo 72266/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

13-Processo 72267/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

14-Processo 72268/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

15-Processo 72269/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

16-Processo 72270/2014

- Interessado: Fundação Florestal
- Data do Protocolo Inicial: 07-07-2014
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Instalação de Rede de Energia Elétrica
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Outro Parque Estadual do Jurupará Sn - Dos Paulos/Bonito - Ibiúna / Sp
- Proteção do Bem: Inserido Área Tombada

3.2.4-Núcleos Urbanos Tombados Ou em Estudo de Tombamento

01-Processo 86444/2020

- Interessado: Sergio Forato
- Data do Protocolo: 02-12-2020
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Endereço do Imóvel: Praça da Bandeira 225, Centro, Amparo-Sp

02-Processo 86385/2020

- Interessado: Benedita Rosangela de Mendonça
- Data do Protocolo Inicial: 11-09-2020 (Fl.2)
- Data do Último Protocolo: 23-10-2020 (Fl.3)
- Assunto Atual: Serviços de Conservação
- Detalhe do Assunto: Manutenção de Cobertura
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua Ignácio Gióia 85 (J28) - Centro - São Luís do Paraitinga / Sp
- Proteção do Bem: Tombado – Núcleo Urbano de São Luiz do Paraitinga – Gp3
- Área Envoltória De: Sobrado À Praça Oswaldo Cruz 3, Casa Oswaldo Cruz e Capela de N. S. Das Mercês

03-Processo 86392/2020

- Interessado: José Carlos Pettorossi Imparato
- Data do Protocolo Inicial: 27-11-2020 (Fl.2)
- Assunto Atual: Serviços de Conservação
- Detalhe do Assunto: Proposta de Pintura de Fachada
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua do Carvalho 193 (E42) - Benfica - São Luís do Paraitinga / Sp
- Proteção do Bem: Tombado – Núcleo Urbano de São Luiz do Paraitinga – Gp2
- Área Envoltória De: Sobrado À Praça Oswaldo Cruz 3, Casa Oswaldo Cruz

3.2.5-Áreas Envoltórias

01-Processo 86076/2020

- Interessado: Luiz Eduardo dos Ramos Costa
- Data do Protocolo Inicial: 03-09-2020 (Fl.2)
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção (Fl.5)
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua Tabapuã 901 - Itaim Bibi - São Paulo / Sp
- Área Envoltória De: Sitio Itaim

02-Processo 86255/2020

- Interessado: Sidnei Caris
- Data do Protocolo Inicial: 02-10-2020 (Fl.2)
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção (Fl.5)
- Detalhe do Assunto: Projeto/Construção
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua Rondonia, Lot Portal Patrimonium - Lt 04/ Qd 51 S/N - Massaguaçu - Caraguatatuba / Sp
- Área Envoltória De: Serra do Mar e de Paranapiacaba

03-Processo 86290/2020

- Interessado: Danilo Muniz dos Santos
- Data do Protocolo Inicial: 18-11-2020 (Fl.2)
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção (Fl.5)
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua da Canatareira (Esq Paula Souza) 587 - Santa Efigênia - São Paulo / Sp
- Área Envoltória De: Vila Economizadora

04-Processo 86310/2020

- Interessado: Prefeitura Municipal do Guarujá
- Data do Protocolo Inicial: 04-11-2020
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Acessibilidade
- Endereço do Imóvel: Outro Faixa Arenosa na Orla da Praia das Astúrias S/N - Praia das Astúrias - Guarujá / Sp
- Proteção do Bem: Área Envoltória
- Área Envoltória De: Morros do Monduba, do Pinto e do Icanhema

05-Processo 86312/2020

- Interessado: Claudia B. De Oliveira Amaral
- Data do Protocolo Inicial: 14-10-2020
- Assunto Atual: Anúncio
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel:

Rua Maria Antonia 81 – Consolação

São Paulo / Sp

- Proteção do Bem: Inserido em Área Envoltória
- Área Envoltória De: Colégio Visconde de Porto Seguro

06-Processo 86340/2020

- Interessado: Condomínio Edifício Liberdade
- Data do Protocolo Inicial: 26-10-2020
- Assunto Atual: Serviços de Conservação
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Largo da Pólvora 141 - Liberdade - São Paulo / Sp
- Proteção do Bem: Área Envoltória
- Área Envoltória De: Capela dos Aflitos

07-Processo 86341/2020

- Interessado: Hospital Orto Serviços Médicos e Cirúrgicos Ltda
- Data do Protocolo Inicial: 23-10-2020
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Projeto/Construção
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel:

Rua Santa Elza 103 - Vila Jacy

São José Dos Campos / Sp

- Proteção do Bem: Inserido em Área Envoltória
- Área Envoltória De: Sanatório Vicentina Aranha

08-Processo 86343/2020

- Interessado: Ar 10 - Incorporação e Construção Spe - Ltda
- Data do Protocolo Inicial: 13-11-2020
- Assunto Atual: Demolição
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua Barra Funda 251 - Barra Funda - São Paulo / Sp
- Proteção do Bem: Área Envoltória
- Área Envoltória De: Teatro São Pedro

09-Processo 86345/2020

- Interessado: Ar 21 Incorporação e Construção Ltda
- Data do Protocolo Inicial: 13-11-2020
- Assunto Atual: Demolição
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua Conselheiro Brotero 672/674 - Santa Cecília - São Paulo / Sp
- Proteção do Bem: Área Envoltória
- Área Envoltória De: Casa de Mário de Andrade

10-Processo 86371/2020

- Interessado: Prefeitura Municipal de Ilhabela
- Data do Protocolo Inicial: 23-11-2020
- Assunto Atual: Reforma
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua da Padroeira 140 - Vila - Ilhabela / Sp
- Proteção do Bem: Área Envoltória
- Área Envoltória De: Antiga Cadeia e Fórum de Ilhabela

11-Processo 86383/2020

- Interessado: Laura Lucia Araujo da Silva Ramalho
- Data do Protocolo Inicial: 23-10-2020
- Assunto Atual: Regularização
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua Coronel Manuel Py 361 - Lauzane Paulista - São Paulo / Sp
- Proteção do Bem: Área Envoltória
- Área Envoltória De: Reserva Estadual da Cantareira e Parque Estadual da Capital (Horto Florestal)

12-Processo 86389/2020
- Interessado: Valéria Limongi Zambon
- Data do Protocolo Inicial: 23-10-2020
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Detalhe do Assunto: Projeto/Construção
- Pós Intervenção: Não
- Endereço do Imóvel: Rua Santa Rita 1005/1009 - Centro - Itu / Sp
- Proteção do Bem: Área Envoltória
- Área Envoltória De: Centro Histórico de Itu

13-Processo 85954/2020
- Interessado: Laguna Nera Empreendimentos Imobiliários Ltda
- Data do Protocolo: 22-01-2021
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Endereço do Imóvel: Rua Clodomiro Amazonas, 121 – São Paulo-Sp

14-Processo 86503/2021
- Interessado: Unesp-Reitoria
- Assunto Atual: Pedido de Aprovação de Intervenção
- Endereço do Imóvel: Rua Jose Barbosa de Barros, 1780 – Botucatu-Sp

UNIDADE DE ATIVIDADES CULTURAIS

UNIDADE DE FOMENTO À CULTURA

PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL
COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CAP
Comunicado

Ata da Reunião Ordinária do Dia 26-01-2021

Após análise e discussão a CAP - Comissão de Análise de Projetos decidiu aprovar os pedidos de Alteração de Projetos e de Planilha Orçamentária dos projetos abaixo relacionados, nos seguintes segmentos:

ARTES PLÁSTICAS, VISUAIS E DESIGN
Proponente: Arquiprom Ltda
Projeto: A Origem dos Nomes dos Municípios Paulistas
Código: 27483
CINEMA
Proponente: Ebisu Filmes Ltda Me
Projeto: Eu Queria Ser Chico Landi
Código: 22637
MÚSICA
Proponente: Casa das Artes de Itapira
Projeto: Plano Anual 2020
Código: 27065
Proponente: Mmp Produções e Eventos Ltda
Projeto: Trovadores Mirins - Escola de Trovadores
Código: 23747
PROJETOS ESPECIAIS-PRIMEIRAS OBRAS, EXPERIMENTAÇÕES, PESQUISAS, PUBLICAÇÕES, CURSOS, VIAGENS, ...
Proponente: Giácomo Favretto Fotografias Ltda Epp
Projeto: Olha Pra Mim - Livro
Código: 25956
Proponente: Associação Amor de Mãe de Marília - Sp
Projeto: Acordes da Esperança-2ª Edição
Código: 27758
Proponente: Guilherme Ramos Parreira
Projeto: Angá
Código: 25386
TEATRO
Proponente: Baile Soluções Culturais Eireli
Projeto: Elizeth (Nome Provisório)
Código: 27712

A CAP decidiu reprovar os pedidos de Alteração de Projetos e de Planilha Orçamentária dos projetos abaixo relacionados, nos seguintes segmentos:

PROJETOS ESPECIAIS - PRIMEIRAS OBRAS, EXPERIMENTAÇÕES, PESQUISAS, PUBLICAÇÕES, CURSOS, VIAGENS, ...
Proponente: Forma Cultural Edições Artísticas Ltda Epp
Projeto: Tocar & Encantar
Código: 27176

A CAP decidiu solicitar complemento de informação referente aos pedidos de Alteração de Projetos e de Planilha Orçamentária dos projetos abaixo relacionados, nos seguintes segmentos:

DANÇA
Proponente: Flávio Roberto Andrade Freitas
Projeto: Carmen com o Ícaro Companhia de Dança
Código: 28383
MÚSICA
Proponente: Renato Luiz Gagliardi Arantes
Projeto: Suíte Cabocla
Código: 28519
Proponente: Rodrigo Alves Emke
Projeto: Rodrigo José
Código: 28595
TEATRO
Proponente: Trapiche - Producoes Culturais Ltda - Me
Projeto: Musical - A Borboleta sem Asas
Código: 24886

A CAP decidiu aprovar das seguintes solicitações de transferências de valores entre projetos, que serão enviados ao Secretário da Pasta, para análise e aprovação final:

MÚSICA
Proponente: Fundação Orquestra Sinfônica do Est. De São Paulo
Projeto: Plano Anual de Atividades Osesp 2020
Código: 27291
Valor: R$ 630.488,88
Para
Proponente: Fundação Orquestra Sinfônica do Est. De São Paulo
Projeto: Plano Anual Osesp 2021
Código: 30760

Antes do encerramento da reunião a Presidente fez a distribuição de projetos, entre projetos novos, complementos de informações, recursos, solicitações de alterações de projetos e transferência de recursos entre projetos.

A Presidente agradeceu a presença e o apoio de todos, e, assim, declarou encerrada a reunião, e eu, Cibele Bezerra de Lima, secretariei, digitei e conferi a presente ata que vai assinada pelos presentes.

A partir do primeiro dia útil após a publicação desta Ata no Diário Oficial do Estado, poderão ser conhecidos os pareceres da comissão quanto a reprovação, solicitação de complemento de informações e aprovação:

Poderão os proponentes entrar em contato com o ProAC ICMS nos telefones (11) 3339-8280, 3339-8227 ou 3339-8228, ou pelo e mail proacicms@sp.gov.br, para ter conhecimento da situação dos projetos inscritos no Programa.

Em casos de reprovação, os proponentes têm 15 dias corridos, a partir da data do envio do parecer por e-mail, para entrar com recurso.

Em casos de solicitação de complemento de informações, o prazo é de 60 dias.

Não atendidos os prazos de complemento de informações e reprovação, os projetos e outras solicitações serão indeferidos.

Atenção! Os pareceres são enviados sempre no primeiro dia útil após a data da publicação, por email cadastrado no sistema do ProAC ICMS.

São Paulo, 26-01-2021.

UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Comunicado

Expedientes recebidos por correio na Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico – Condephaat. Segue abaixo o protocolo cadastrado para cada pedido, identificado por endereço, para acompanhamento do andamento de cada solicitação.

1. Expedientes Spdoc Sc/78595/2021
Interessado: Fundação Theatro Municipal de São Paulo
Praça Ramos de Azevedo, S/ - Centro - São Paulo – Sp
2. Expedientes Spdoc Sc/78815/2021
Interessado: Upph
Juntar ao Processo Condephaat 61420
3. Expedientes Spdoc Sc/ 79091/2021
Interessado: Casa Branca I Sociedade Incorporadora Spe Ltda
Rua Emiliano Augusto Correa Campedelli, S/N – Jd Olaria – Caraguatatuba - Sp
4. Expedientes Spdoc Sc/ 79142/2021 - 22-01-2021 - 12:14:06
Interessado: Claro - Emerson Ferreira das Neves
Complementação de Documentos Sc/ 2157326/2020- Informações: Avenida Marechal Rondon, S/N - Código Cartográfico 3411.24.81.0450.00000 - Fazenda Chapadão - Jd Eulina - Campinas - Sp
5. Expedientes Spdoc Sc/79738/2021
Interessado: Universidade Estadual Paulista – Unesp
Aprovação de Projeto para Fábrica de Amostras de Medicamentos Biológicos para Pesquisa Clinica (Vacinas/ Fábrica Escola) - Rua José Barbosa de Barros, 1780 - Fazenda do Lageado/ Jd Paraíso - Botucatu - Sp
6. Expedientes Spdoc Sc/79803/2021
Interessado: Faculdade de Ciências Agronômicas
Remoção de Árvores e Supressão de Vegetação Nativa- Av Universitária, 3780 - Altos do Paraíso - Botucatu - Sp
7. Expedientes Spdoc Sc/79894/2021
8. Interessado: Marco A. A. Rezende
Juntar ao Dossiê Preliminar – 01283/2020
9. Expedientes Spdoc Sc/79970/2021
Interessado: Município de Caçapava
Solicita Vistoria Técnica do Condephaat ao Acervo do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas Roberto Eduardo Lee
10. Expedientes Spdoc Sc/80036/2021
Interessado: Lc Ribeiro Odontologia Ltda
Rua Santa Cruz, 805 – Centro – Itu - Sp
11. Expedientes Spdoc Sc/80115/2021
Interessado: Fundação Florestal
Juntar ao Processo Condephaat 86098
12. Expedientes Spdoc Sc/80160/2021
Interessado: Fundação Florestal
13. Expedientes Spdoc Sc/80211/2021
Interessado: Condephat - Tatuí
Informa a Situação Atual do Bem Tombado Indústrias Têxteis São Martinho - Rua Nhonhô Da Botica - Tatuí
14. Expedientes Spdoc Sc/80345/2021
Interessado: Fde
Construção de Novo Prédio Escolar no Município de Bertioga – Rua Aprovada B1 Com Rua 22, Qd a - Cj Habitacional Bertioga D1
15. Expedientes Spdoc Sc/80458/2021
Interessado: Fundação Pró Memoria - Prefeitura Municipal de São Carlos
Juntar ao Processo Condephaat 85997/2020
16. Expedientes Spdoc Sc/80623/2021
Interessado: Fde
Rua Antonio Raposo, 87 - Lapa - Sp
17. Expedientes Spdoc Sc/80730/2021
Interessado: Ricardo Boccafusco Bento
Rua Suzano, 116 - Jd Paulista - São Paulo - Sp
18. Expedientes Spdoc Sc/80778/2021
Interessado: Daniel Tuyoshi Yoshinaga
Juntar ao Processo Condephaat 76428/2016
19. Expedientes Spdoc Sc/81069/2021
Interessado: Nuxx Confecções de Roupas Eireli
Rua Aimores, 208 - Bom Retiro - São Paulo – Sp
20. Expedientes Spdoc Sc/ 81069/2021
Interessado: Upph - Retorno de Ofício sem Recebimento
Juntar ao Processo Condephaat 86346
21. Expedientes Spdoc Sc/ 97137/2021
Interessado: Fábio Maximiliano Santiago
Complementação do Protocolo 2008594/2020
22. Expedientes Spdoc Sc/97103/2021
Interessado: Pericles Custódio Martins
Juntar ao 85882
23. Expedientes Spdoc Sc/97081/2021
Interessado: Banco Santander S.a.
Av. Arnolfo de Azevedo, 61 - Pacaembu - São Paulo - Sp
24. Expedientes Spdoc Sc/97370/2021
Interessado: João Carlos Behisnelian
Rua José Clemente, 39 - Jd Paulista - São Paulo -Sp
25. Expedientes Spdoc Sc/97439/2021
Interessado: Agnaldo Dias da Silva
Rua Antonio Ferreira da Silva Sobrinho (Antiga Rua 3), S/N - Lt 1/ Qd e - Lot. Jd Califórnia - Benfica - Caraguatatuba - Sp
26. Expedientes Spdoc Sc/97495/2021
Interessado: Astolfi e Filhos - Adm. De Bens Ltda
Praça Barão do Rio Pardo, 233, 239, 285 - Centro - Casa Branca - Sp
27. Expedientes Spdoc Sc/97562/2021
Interessado: Filinho Pedro Parmigiani
Rua São Daniel, 173 - Vl Brasílio Machado - São Paulo - Sp
28. Expedientes Spdoc Sc/97971/2021
Interessado: Rede Dom Pedro de Postos Ltda
Rodovia Regis Bittencourt - Br 116 - Km 369 - Santa Rita do Ribeira - Miracatu - Sp

Comunicado

Os processos a seguir foram avaliados pelo Setor Técnico da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico, e se encontram fora de áreas sob proteção do CONDEPHAAT, conforme informação em cada item:

Processo 86236
Interessado: Agro Pecuária Vale Corumbataí S.A.
Referente ao imóvel localizado na: Avenida Benedita Arthur, S/N, Parque dos Jequitibás
Santa Gertrudes – SP
Resposta: Considerando que a área em questão até o presente momento não é tombada pelo Condephaat, não se encontra inserida em área envoltória de bem tombado pelo Condephaat e não está em estudo de tombamento por este órgão, as intervenções a serem nela realizadas estão isentas da aprovação deste órgão. Sugerimos consultar o Portal: www.idesp.sp.gov.br/Visualizador. Esclareça-se que a presente informação não isenta o interessado da necessidade de consulta aos demais órgãos municipais, estaduais e federais.

Processo 86313
Interessado: JEA Comércio de Alimentos Eireli
Referente ao imóvel localizado na: Praça Vilaboim, 113, Higienópolis
São Paulo – SP
Resposta: Considerando que o imóvel em questão até o presente momento não é tombado pelo Condephaat, não se encontra inserido em área envoltória de bem tombado pelo Condephaat e não está em estudo de tombamento por este órgão, as intervenções a serem nele realizadas estão isentas da aprovação deste órgão. Sugerimos consultar o Portal: www.idesp.sp.gov.br/Visualizador. Esclareça-se que a presente informação não isenta o interessado da necessidade de consulta aos demais órgãos municipais, estaduais e federais.

Processo 86398
Interessado: Sérgio Vieira de Moraes
Referente ao imóvel localizado na: Rua Vieira de Morais, 557, Campo Belo - São Paulo – SP
Resposta: Considerando que o imóvel em questão até o presente momento não é tombado pelo Condephaat, não se encontra inserido em área envoltória de bem tombado pelo Condephaat e não está em estudo de tombamento por este órgão, as intervenções a serem nele realizadas estão isentas da aprovação deste órgão. Sugerimos consultar o Portal: www.idesp.sp.gov.br/Visualizador. Esclareça-se que a presente informação não isenta o interessado da necessidade de consulta aos demais órgãos municipais, estaduais e federais.

Processo 86416
Interessado: Tenda Negócios Imobiliários S/A
Referente ao imóvel localizado na: Rua Maria Ursula, 40, Campestre
Santo André - SP
Resposta: Considerando que o imóvel em questão até o presente momento não é tombado pelo Condephaat, não se encontra inserido em área envoltória de bem tombado pelo Condephaat e não está em estudo de tombamento por este órgão, as intervenções a serem nele realizadas estão isentas da aprovação deste órgão. Sugerimos consultar o Portal: www.idesp.sp.gov.br/Visualizador. Esclareça-se que a presente informação não isenta o interessado da necessidade de consulta aos demais órgãos municipais, estaduais e federais.

Processo 86457
Interessado: Drogaria São Paulo S.A.
Referente ao imóvel localizado na:
Avenida Ibirapuera, 1280, Indianópolis - São Paulo – SP
Resposta: Considerando que o imóvel em questão até o presente momento não é tombado pelo Condephaat, não se encontra inserido em área envoltória de bem tombado pelo Condephaat e não está em estudo de tombamento por este órgão, as intervenções a serem nele realizadas estão isentas da aprovação deste órgão. Sugerimos consultar o Portal: www.idesp.sp.gov.br/Visualizador. Esclareça-se que a presente informação não isenta o interessado da necessidade de consulta aos demais órgãos municipais, estaduais e federais.

Processo 86127
Interessado: Mogno Empreendimentos Imobilários Ltda
Referente ao imóvel localizado na: Rua Amaral Gurgel (Esq C/ A Rua General Jardim), 338/344 E 352, Vila Buarque
São Paulo – SP
Resposta: Considerando que o imóvel em questão até o presente momento não é tombado pelo Condephaat, não se encontra inserido em área envoltória de bem tombado pelo Condephaat e não está em estudo de tombamento por este órgão, as intervenções a serem nele realizadas estão isentas da aprovação deste órgão. Sugerimos consultar o Portal: www.idesp.sp.gov.br/Visualizador. Esclareça-se que a presente informação não isenta o interessado da necessidade de consulta aos demais órgãos municipais, estaduais e federais.

Processo 86321
Interessado: Drogaria São Paulo
Referente ao imóvel localizado na: Rua Passo da Pátria, 1101, Bela Aliança
São Paulo – SP
Resposta: Considerando que o imóvel em questão até o presente momento não é tombado pelo Condephaat, não se encontra inserido em área envoltória de bem tombado pelo Condephaat e não está em estudo de tombamento por este órgão, as intervenções a serem nele realizadas estão isentas da aprovação deste órgão. Sugerimos consultar o Portal: www.idesp.sp.gov.br/Visualizador. Esclareça-se que a presente informação não isenta o interessado da necessidade de consulta aos demais órgãos municipais, estaduais e federais.

Processo 86244
Interessado: Carlos Alberto Duarte Moreira
Referente ao imóvel localizado na: Rua Augusta, 2015, Cerqueira César
São Paulo – SP
Resposta: Considerando que o imóvel em questão até o presente momento não é tombado pelo Condephaat, não se encontra inserido em área envoltória de bem tombado pelo Condephaat e não está em estudo de tombamento por este órgão, as intervenções a serem nele realizadas estão isentas da aprovação deste órgão. Sugerimos consultar o Portal: www.idesp.sp.gov.br/Visualizador. Esclareça-se que a presente informação não isenta o interessado da necessidade de consulta aos demais órgãos municipais, estaduais e federais.

Processo 86298
Interessado: Elanir Silva dos Santos
Referente ao imóvel localizado na: Rua Laurindo de Brito, 548, Lapa
São Paulo – SP
Resposta: Considerando que o imóvel em questão até o presente momento não é tombado pelo Condephaat, não se encontra inserido em área envoltória de bem tombado pelo CONDEPHAAT e não está em estudo de tombamento por este órgão, as intervenções a serem nele realizadas estão isentas da aprovação deste órgão. Sugerimos consultar o Portal: www.idesp.sp.gov.br/Visualizador. Esclareça-se que a presente informação não isenta o interessado da necessidade de consulta aos demais órgãos municipais, estaduais e federais.

Processo 86321
Interessado: Drogaria São Paulo
Referente ao imóvel localizado na: Rua Passo da Pátria, 1101, Bela Aliança
São Paulo – SP
Resposta: Considerando que o imóvel em questão até o presente momento não é tombado pelo Condephaat, não se encontra inserido em área envoltória de bem tombado pelo Condephaat e não está em estudo de tombamento por este órgão, as intervenções a serem nele realizadas estão isentas da aprovação deste órgão. Sugerimos consultar o Portal: www.idesp.sp.gov.br/Visualizador. Esclareça-se que a presente informação não isenta o interessado da necessidade de consulta aos demais órgãos municipais, estaduais e federais.

Comunicado

Os processos a seguir foram avaliados pelo Setor Técnico da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico, e para prosseguimento da sua instrução necessitam de documentação complementar, conforme orientação constante em cada item.

Processo 86282
Interessado: Bruno Moraes Di Croce
Referente ao imóvel localizado na: Rua Leiria, 160, Vila Mariana
São Paulo – SP
Comunique-se – Diante da documentação protocolada em 13-11-2020, a fim de atender ao estabelecido na resolução de tombamento para a área envoltória do Parque do Ibirapuera (Diretrizes de Uso e Ocupação do solo estabelecida pela lei de zoneamento municipal 7.805, de 01-11-1972, segundo Res. SC 01/92, de 25.jan.1992, Art. 4º), para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado:

1) Indicação de taxa de ocupação (T. O.) que deve ser no máximo de 0,5;

2) Revisão do projeto de maneira a atender aos recuos mínimos obrigatórios: recuo de frente = 5,0m, recuo de fundo = 5,0m e recuo lateral de um dos lados = 1,5m.

Processo 86305
Interessado: Carlos Alberto de Melin
Referente ao imóvel localizado na:
Avenida do Engenho Velho - Lt 10/ Qd 36 - Lot Praia da Lagoinha - Gleba C, S/N, Lagoinha
Ubatuba – SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado:

1) Levantamento planialtimétrico com indicação das cotas topográficas em planta do lote para mais precisa localização do imóvel em relação às áreas naturais tombadas pelo Condephaat.

Processo 86356
Interessado: João Afif Machado Acras
Referente ao imóvel localizado na: Estrada Cel. José Gladiador, 1580-A, Morro Doce
São Paulo – SP
Comunique-se: Em atendimento ao pedido de aprovação de projeto de intervenção/regularização dos lotes situados na Estrada Cel. José Gladiador, 460-868, Morro Doce, São Paulo, Capita, para prosseguimento da análise, vimos solicitar:

1) Coordenadas UTM do terreno total para sua correta localização;

2) Projeto da intervenção a ser realizada com plantas cortes e elevações;

3) No caso do objeto ser regularização das edificações existentes, projeto arquitetônico completo de todas elas.

Processo 86365
Interessado: Regina de Oliveira Caggiano
Referente ao imóvel localizado na: Rua João Lourenço, 91, Vl Nova Conceição
São Paulo – SP
Comunique-se – Em atendimento ao pedido de regularização de edificação existente, para prosseguimento da análise, vimos solicitar o envio de projeto contendo as seguintes cotas:

1) Todos os recuos obrigatórios cotados (frente: 5,00 m; fundos:5,00 m e uma das laterais:1,50m);

2) Cotas de nível em todas as extremidades do lote;

3) Altura total dos corpos edificados até o último corpo sobrelevado, sendo admitida altura máxima de 10,00m;

4) Informar a taxa de ocupação do projeto.

Processo 86426
Interessado: Elias Barros da Silva Junior
Referente ao imóvel localizado na: Rua Pedro de Toledo, 2404, Vl Clementino
São Paulo- SP
Comunique-se: Considerando que a resolução de tombamento do Parque do Ibirapuera estabelece que, para imóveis localizados no endereço em tela, deverá ser observada a legislação municipal vigente na data do tombamento, para prosseguimento da análise, deverá o interessado:

1) apresentar projeto de edificação que contemple o recuo de fundo mínimo de 5,00 metros. Em caso de edícula, esta deverá distar no mínimo 1,5 metro da edificação principal. Havendo passagem coberta entre ambas, a largura da cobertura permitida é entre 1,00 e 3,00 m, e a passagem deverá ser aberta nas laterais.

2) taxa de ocupação mínima de 0,50.

Processo 86464
Interessado: Ellece Varejo de Alimentos Ltda
Referente ao imóvel localizado na:
Avenida Paulista, 2163, Cerqueira Cesar
São Paulo – SP
Comunique-se – Considerando que falta clareza sobre a solicitação referente ao endereço acima, para prosseguimento da instrução, o interessado deverá enviar material complementar explicando:

1) se o pedido diz respeito a anuência para intervenção no imóvel, caso em que deverá apresentar peça gráfica em escala, devidamente assinada pelo proprietário (ou seu preposto) e pelo responsável técnico pela intervenção, bem como imagens do local; havendo necessidade de implantação de comunicação visual externa (anúncio), este deverá estar referenciado no projeto. Cabe ainda ressaltar que a eventual anuência por parte do CONDEPHAAT não isenta o interessado de aprovação junto aos demais órgãos licenciadores Federais, Estaduais e Municipais (no caso, lei 14223 de 01-01-2007 e decretos 47950 de 05-12-2006).

2) se o pedido corresponde apenas a solicitação de informação acerca do imóvel, conforme consta no requerimento enviado.

Processo 84301
Interessado: Mayara Ferreira Santos
Referente ao imóvel localizado na: Rua Francisco Maciel Leite, LT 03, S/N Enseada
Ubatuba - SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado:

1) Laudo de caracterização da vegetação do lote, assinado por profissional habilitado.

2) Indicar, no projeto, a delimitação da área verde destinada à preservação da vegetação nativa no lote.

3) Regularizar junto à CETESB a solicitação de autorização para supressão de vegetação nativa do lote, para devido prosseguimento dos autos neste Condephaat. Após, comunicar o feito a este órgão.

Processo 85264
Interessado: André Oliveira Perosa
Referente ao imóvel localizado na: Rua Coronel Alfredo Cabral, 140
Jardim Paulistano - São Paulo - SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado novas plantas de arquitetura em que o terceiro pavimento obedeça a 3,00m de recuo lateral de ambos os lados. No projeto apresentado o recuo lateral é inferior a 3,00m.

Processo 85568
Interessado: Guilherme Paulo Scarpel de Mello
Referente ao imóvel localizado na: Rua Leonardo Pinto da Cunha, 95 - Qd 03, Lt 11, Vila Higienópolis
São José Dos Campos – SP
Comunique-se – Diante da documentação protocolada em 23-11-2020, para prosseguimento da instrução o interessado deverá apresentar informações quanto ao uso comercial pretendido. Informamos que, em acordo ao zoneamento vigente à época, somente serão admitidas atividades de uso compatível com o residencial, uso sujeito a controle e uso industrial compatível com o residencial conforme estabelecido no texto da Lei Complementar 165/97, Capítulo III, Seção I, Art. 75 e Capítulo IV, Seção II, Art. 99, 101 e 102. Ainda, os recuos obrigatórios para o local dependem do uso.

Processo 85641
Interessado: Ita Miriam Buchpiguel
Referente ao imóvel localizado na: Alameda Gabriel Monteiro da Silva, 1572 Jardim América
São Paulo - SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado (reiteração):

Comprovação da pré-existência da residência em data anterior ao tombamento (23/01/1986), uma vez que a edificação não atende ao mínimo de recuo de fundos (5,0 m) e o segundo pavimento não atende aos recuos laterais obrigatórios de 3,00m de ambos os lados. Caso não seja comprovada a pré-existência, o projeto deverá adequar a construção às diretrizes da Resolução SC-02/86.

Processo 86007
Interessado: Antonio Angelo Doratiotto Neto
Referente ao imóvel localizado na: Rua Manoel da Nóbrega, 1610 Jardim Paulista
São Paulo - SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado:

1) Corpos edificados acima do 2º pavimento deverão guardar recuos de 3,00m em relação às duas divisas laterais.

2) Esclarecemos que a Resolução SC-02/86, de tombamento dos Bairros dos Jardins, determina que as obras serão regidas pela Legislação Municipal vigente na data do tombamento (Artigo 3°, §1°, item 1), devendo, portanto, atender aos recuos solicitados acima, conforme Lei 7805/72, complementada pela 8001/73 e 9049/80.

Processo 86058
Interessado: Calil & Sá Administração de Bens
Referente ao imóvel localizado na: Praça Afonso Pena, 291, Centro
São José Dos Campos – SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução e tendo em vista a proximidade da edificação e da Igreja São Benedito, bem tombado através da Resolução 25 de 25-07-1980, informamos que as cores para nova pintura da fachada do imóvel localizado na Praça Afonso Pena 291 - Centro - São José Dos Campos / SP devem ser discretas. Assim, para continuidade das análises, solicitamos que seja apresentado:
1) Novo Memorial Descritivo com a especificação das cores que serão utilizadas na Fachada do imóvel;
2) Nova Peca Gráfica com o desenho de elevação do imóvel com os planos de cor condizentes com a proposta do Memorial.
Processo 86113
Interessado: Marina Canto do Rio Ltda
Referente ao imóvel localizado na: Rua Hilarião Crisólogo Matos, 10, Boiçucanga
São Sebastião – SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução e melhor subsidiar a análise, deverá o interessado apresentar relatório fotográfico demonstrando todas as edificações/ áreas cobertas existentes no lote
Processo 86182
Interessado: Alex Hanazaki
Referente ao imóvel localizado na: Alameda Gabriel Monteiro da Silva, 404 Jd America
São Paulo - SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado:
1) Representar o perímetro do Lote nas plantas de todos os pavimentos e cotar os recuos.
2) Apresentar a planta do 2° Pavimento (a planta do 1° Pavimento foi desenhada 2 vezes na prancha 3/4).
3) O segundo pavimento deverá respeitar recuos laterais de 3,0 metros de ambos os lados.
4) Apresentar as plantas de arquitetura completas em escala 1:100, para nossa melhor compreensão. Conforme a NBR 6492.
5) Apresentar a Tabela de Árvores existentes e a plantar, na calçada e no lote, com seus nomes vulgares ou científicos, assinado por profissional competente, com locação gráfica em planta e fotos correspondentes (utilizar a mesma numeração na tabela, no relatório fotográfico e na planta).
6) Apresentar a elevação do fechamento frontal do lote conforme disposto pelo Egrégio Colegiado: "Para os Bairros dos Jardins, os muros de fechamento no alinhamento dos lotes, devem ter altura máxima de (i) 2 metros, quando estes tiverem menos de 50% de sua superfície vazada,(ii) 3 metros, quando estes tiverem mais de 50% de sua superfície vazada, composta de matéria que não vede a visão". ATA 1633 de 4/7/11
Processo 86209
Interessado: Décio Casella
Referente ao imóvel localizado na: Rua das Cabriúvas, Lt 13, Qd 02, S/N
Massaguaçu - Park Imperial
Caraguatatuba - SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado:
1) Laudo de caracterização da vegetação do lote, assinado por profissional habilitado.
Processo 86188
Interessado: Marco Sostini
Referente ao imóvel localizado na: Outro Vereda 7, Aldeia G, Lt 22 (Condomínio Aldeias do Cachoeiro do Sobrado), S/N, Praia do Felix
Ubatuba – SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução, deverá o interessado apresentar mapa da localização do imóvel dentro da praia do Félix, município de Ubatuba, de modo a possibilitar a identificação precisa do local onde se dará a intervenção pretendida.
Processo 86267
Interessado: Ronaldo de Britto Gonzalez
Referente ao imóvel localizado na: Rua Principado de Mônaco, 226 Pacaembu
São Paulo - SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado:
1) Inserir quadro de áreas em planta, com informações relativas à área do lote (escritura e real), taxa de ocupação (máximo 50%), coeficiente de aproveitamento (máximo 1,00) e taxa de ajardinamento (mínimo 30% de jardim sobre terra);
2) Cotar os recuos: de frente (mínimo 5,00 m), laterais (no mínimo 1,5 m de ambos os lados) e de fundo (mínimo de 5,00 m);
3) A edificação principal não poderá se fundir à edícula, pois caracterizaria ocupação do recuo de fundo;
4) Apresentar levantamento fotográfico dos exemplares arbóreos existentes, acompanhado de quadro inserido em planta, com nome vulgar e científico;
5) Apresentar memorial descritivo assinado pelo proprietário e pelo responsável técnico, em três vias. Não são aceitas cópias de assinaturas.
Processo 86293
Interessado: Paulo Cesar Coelho
Referente ao imóvel localizado na: Avenida Primavera, P 24, Lt 07, S/N Jardim Primavera
Guarujá - SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado:
1) No projeto, apresentar a planta de implantação, com a localização da construção dentro do lote, esclarecendo se haverá intervenção em área tombada. Nessa planta deverão constar as curvas de nível, cotas e eventual área verde para preservação de vegetação nativa do lote.
2) Nos cortes, representar o terreno e sua declividade.
3) Havendo supressão de vegetação nativa ou intervenção em APP, deverá ser obtida autorização na CETESB. Apresentar protocolo do processo na Agência Ambiental.
Processo 86299
Interessado: Sidney Souza do Nascimento
Referente ao imóvel localizado na: Rua Quatorze, Lt 31, Qd 30, S/N Recanto Verde Mar
Caraguatatuba - SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado:
1) Implantação onde figurem as dimensões do lote e as cotas de nível dos vértices, bem como as curvas de nível;
2) Indicação das cotas de nível da edificação (em corte) e altura total (até o último corpo sobrelevado);
3) Esclarecer qual será o recobrimento da parte do lote denominada "barranco" (vegetação nativa, gramado, ou outro);
4) Indicar em planta eventual área verde para preservação de vegetação nativa no lote;
5) Laudo de caracterização da vegetação do lote, assinado por profissional habilitado
Processo 86287
Interessado: Isabella M. Fernandes
Referente ao imóvel localizado na: Rua Prudente Corrêa, 162 Jardim América
São Paulo- SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado:
1) Relatório fotográfico dos elementos arbóreos existentes no lote e na calçada, com identificação (nome vulgar ou científico) e relacionados às suas representações em projeto (utilizar mesma numeração nas fotos e no projeto).
2) Atender ao recuo mínimo de fundo de 5,00 metros;
3) O segundo pavimento deverá respeitar recuos laterais de 3,0 metros de ambos os lados;
4) Desenho em elevação do muro de fechamento do lote no alinhamento, que poderá ter altura máxima de: (i) 2 metros, quando estes tiverem menos de 50% de sua superfície vazada; (ii) 3 metros, quando estes tiverem mais de 50% de sua superfície vazada, composta de matéria que não vede a visão
Processo 86376
Interessado: Dreyfus Carmona
Referente ao imóvel localizado na: Avenida IV Centenário (Umapaz), 1268 Jd. Luzitânia
São Paulo - SP
Comunique-se – Tendo em vista a Deliberação Normativa Condephaat-1 de 05-07-2016 referente a eventos temporários, informamos que o evento "Arvore de Natal" com realização de 04-12-2020 a 06-01-2021 no Parque do Ibirapuera, bem tombado conforme a Resolução SC 1 de 25-01-1992 – é isento de aprovação no CONDEPHAAT, uma vez que a análise técnica da UPPH foi favorável à solicitação. Conforme estabelece a referida Normativa, o interessado deverá encaminhar Termo de Compromisso assinado - download em http://condephaat.sp.gov.br/autorizacao-para-eventos/, a se comprometer em devolver a área em perfeitas condições de conservação.
Processo 86338
Interessado: Jânio Ardito Lerário
Referente ao imóvel localizado na: Rua Padre Gastão, 320, São Francisco
São Sebastião – SP
Comunique-se – Para prosseguimento da instrução e no sentido de melhor subsidiar a análise a luz das diretrizes expressas na resolução 120, de 31-10-2016, publicada no Diário Oficial de 02-11-2016, página 51, o interessado deverá:
1) indicar a altura dos corpos a serem edificados no recuo frontal e sua volumetria (tipo de cobertura, altura etc.) nos cortes e elevações;
2) indicar em planta, se for o caso, que a cobertura em telhas de barro existente será mantida em sua totalidade, executando-se apenas uma ampliação. Caso contrário, deverá atender ao disposto na Resolução acima citada (parágrafo único, item 1, alínea c).

Desenvolvimento Econômico

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO

Termo de Convênio
Processo 1795077/2020
Convênio 086/2020
Parecer Referencial CJ/CEETEPS 13/2019
Partícipes: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e o Município de Guararema.
Data da assinatura: 16-12-2020
Convênio de Cooperação Técnico – Educacional que entre si celebram o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e o Município de Guararema
Pelo presente instrumento, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia estadual de regime especial, nos termos do artigo 15, da Lei 952, de 30-01-1976, associado à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", criado pelo Decreto-Lei de 06-10-1969, com sede na Rua dos Andradas, 140 – Santa Ifigênia – São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF 62.823.257/0001-09, doravante denominado CEETEPS, neste ato representado por sua Diretora Superintendente, Professora Laura M. J. Laganá, devidamente autorizada ad referendum e o Município de Guararema, com sede na Praça Coronel Brasilio Fonseca, 35, Centro, CEP: 08900-000, Guararema /SP, inscrito sob CNPJ/MF 46.523.262/0001-31, doravante denominado Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Adriano de Toledo Leite, devidamente autorizado pela Lei Orgânica Municipal, resolvem firmar o presente Termo de Convênio, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas atualizações e Decreto 59.215/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 – Constitui objeto do presente convênio a cooperação técnico-educacional dos partícipes para a implantação de Classes Descentralizadas no Município de GUARAREMA, visando fomentar a formação técnica da população, nos termos do Plano de Trabalho anexo, devidamente aprovado e que constitui parte integrante deste instrumento independentemente da transcrição.
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES
2.1 – São atribuições do CEETEPS:
a) instalar, no Município de GUARAREMA, a Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio, conforme disposto no Plano de Trabalho, de acordo com as diretrizes da Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico;
b) quando se fizer necessário, providenciar a reformulação do Plano de Trabalho acompanhada da competente justificativa e concordância expressa dos participantes, desde que não implique a alteração do objeto deste convênio;
c) responsabilizar-se pelo processo de seleção dos candidatos para ingresso no referido curso, em conformidade com as orientações e cronograma estipulados pela Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico;
d) indicar um professor da Escola Técnica Estadual de Santa Isabel, no Município Santa Isabel /SP, para exercer as funções de Coordenação de Projetos Responsável por Classes Descentralizadas em conformidade com a Deliberação CEETEPS 005 de 05-12-2013, alterada pela Deliberação 013, de 12-02-2015 (anexo III);
e) disponibilizar docentes para lecionarem na Classe Descentralizada;
f) responsabilizar-se pelos registros e acompanhamento acadêmico dos alunos, em consonância com as determinações legais, tendo em vista a avaliação e os certificados e diplomas a serem expedidos;
g) responsabilizar-se pela supervisão do processo de ensino e aprendizagem, por meio do Grupo de Supervisão Educacional - GSE;
h) avaliar o convênio ao final de cada período letivo, a fim de que sejam feitas as intervenções que se fizerem necessárias ao bom andamento do objeto do convênio em conformidade com o descrito no plano de trabalho e no anexo II do mesmo.
2.2 - São atribuições do MUNICÍPIO:
a) disponibilizar as instalações físicas necessárias para a implantação da classe descentralizada, responsabilizando-se pela adequação, conservação e segurança do prédio, para o pleno desenvolvimento das atividades teóricas e práticas, conforme Plano de Curso devidamente aprovado pela Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico (Anexo I);
b) responsabilizar-se pelas despesas com energia elétrica, água e linha telefônica, como também pelos serviços auxiliares de apoio, de manutenção, limpeza e vigilância do prédio da Escola Profissionalizante Prefeito Sebastião Alvino de Souza, sito na Rua Dr. Armindo, 567, Bairro Nogueira, CEP: 08900-000, Guararema /SP, onde o curso será instalado;
c) responsabilizar-se pelo transporte dos professores e do gestor do convênio, citado no item 4.1, no percurso do Município de SANTA ISABEL /SP – Etec de Santa Isabel, até o Município de GUARAREMA /SP e do Município de GUARAREMA /SP até o Município SANTA ISABEL /SP – Etec de Santa Isabel.
d) responsabilizar-se pelas despesas referentes à alimentação dos professores do CEETEPS;
e) responsabilizar-se, às suas expensas, pela aquisição e manutenção dos equipamentos necessários às atividades práticas, bem como pelo material didático e de consumo, descritos no capítulo 7 do Plano de Curso (Anexo I);
f) fornecer alimentação escolar aos alunos da Classe Descentralizada, garantindo uma alimentação balanceada, com nutrientes adequados à faixa etária dos estudantes;
g) fazer em conjunto com a Etec de Santa Isabel - SANTA ISABEL /SP, no município de GUARAREMA e entorno, a divulgação na mídia e em visitas às escolas do município e do entorno, da abertura do prazo para inscrição no Exame de Seleção (Vestibulinho) para a Habilitação Profissional a ser instalada por força deste convênio.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA GRATUIDADE DOS CURSOS
3.1 – O curso previsto no presente convênio será gratuito aos alunos matriculados, conforme estabelece o inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal.
CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO DO CONVÊNIO
4.1 – Para a administração das atividades do presente convênio, os partícipes indicam como Gestora, a Profa. Gisele Adriana Dias Pereira, Diretora da Escola Técnica Estadual de Santa Isabel – Santa Isabel /SP, como responsável pela fiscalização, solução e encaminhamento de questões técnicas, administrativas e financeiras que surgirem durante a vigência do presente convênio.
4.2 – São atribuições do Gestor:
a) zelar pelo fiel cumprimento das obrigações estipuladas neste convênio; pela execução das metas convencionadas no plano de trabalho; e pela fiel observância do cronograma de execução;
b) monitorar, permanentemente, as ações de execução do convênio, de forma a assegurar que as atividades programadas sejam efetivadas de acordo com as especificações dos conteúdos do curso, consignados no Plano de Trabalho;
c) elaborar relatório técnico, quando solicitado, demonstrando o cumprimento do objeto e metas estabelecidas no Convênio.
CLÁUSULA QUINTA – ACOMPANHAMENTO E SUPERVISÃO DO CONVÊNIO
5.1 - O acompanhamento e supervisão da execução do convênio serão realizados por técnicos indicados pelo CEETEPS, por meio de visitas in loco ou de conferência de documentos, os quais deverão avaliar o cumprimento e a compatibilidade da execução do objeto do ajuste ao que foi pactuado, apresentando relatório circunstanciado ao término de cada período letivo.
CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR
6.1 – Cada um dos Partícipes arcará com as despesas decorrentes de suas respectivas atribuições, não havendo repasse de recursos materiais e/ou financeiros ao Município pelo CEETEPS.
CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
7.1 – Este Convênio de Cooperação Técnica-Educacional não possui repasse de verbas;
7.2 – A Prestação de Contas será de forma simplificada, por intermédio de elaboração de relatório no tocante à:
a) resultados alcançados e seus benefícios;
b) grau de satisfação do público beneficiário;
c) frequência dos docentes;
d) quantidade de pessoas certificadas ao final e a forma de como os cursos foram desenvolvidos.
CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES
8.1 – O presente convênio poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo, havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, vedada a modificação do objeto.
CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA
9.1 – O prazo de vigência do presente convênio é de 18 meses, contados a partir de sua assinatura.
Parágrafo único – Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado, mediante termo aditivo e prévia autorização dos representantes legais dos partícipes.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO
10.1 – Admite-se a denúncia deste convênio por acordo entre as partes, assim como por desinteresse unilateral, impondo-se, neste último caso, notificação prévia de 30 (trinta) dias;
10.2 – O presente convênio poderá ser rescindido, na hipótese de violação de qualquer de suas cláusulas;
10.3 – Ocorrendo o encerramento do presente convênio por decurso de prazo, por denúncia (consensual ou unilateral) ou por rescisão, fica assegurada a conclusão das atividades em andamento, decorrentes das obrigações e responsabilidades assumidas pelos partícipes.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS
11.1 – Os casos omissos serão resolvidos por acordo entre os partícipes, pelos seus coordenadores, desde que observado o objeto do convênio.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO
12.1 – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas deste convênio que não forem resolvidas na esfera administrativa, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, assim, por estarem os partícipes justos e acertados, firmam o presente instrumento em 2 vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, na presença de 2 testemunhas abaixo assinadas e identificadas.
São Paulo, 16-12-2020.

Habitação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Comunicado
Ata da 1ª Sessão Ordinária do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais - Graprohab.
Aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, à Rua Boa Vista, 170 - 14º andar, realizou-se a Primeira Sessão Ordinária do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais. Presentes os Representantes conforme a competente lista de presença. Às dez horas havendo nº regimental, respondendo pela Presidência do Graprohab o Dr. Lacir Ferreira Baldusco declarou abertos os trabalhos, passando-se à apreciação dos itens constantes da ordem do dia: 01 - Leitura e discussão da Ata da 47ª Sessão Ordinária/2020, a qual posta em votação foi considerada aprovada. 02 - Leitura da Correspondência Recebida. 03 - Análise da Exigência Técnica do Protocolo 15.427 referente ao Loteamento "Residencial Santo Antônio", no Município de Rio das Pedras, tendo como interessado Delair Simões de Oliveira Júnior. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo indeferiu o projeto e os Representantes da Secretaria da Habitação e do DAEE o consideraram o projeto aprovado. 04 - Análise da Reabertura do Protocolo 15.644 referente ao Loteamento "Verde Y Sol", no Município de Atibaia, tendo como interessado por do Sol Residencial Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Por solicitação do Representante do DAEE e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. 05 - Análise da Exigência Técnica do Protocolo 15.670 referente ao Loteamento "Residencial Vale do Sol", no Município de Vinhedo, tendo como interessada Cooperativa Habitacional Nova Aliança de Vinhedo Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o nº 001/2021. 06 - Análise da Reabertura do Protocolo 16.158 referente ao Loteamento "Residencial Alto Douro", no Município de Valinhos, tendo como interessado Alto Douro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. Por solicitação do Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão o Representante da Secretaria da Habitação considerou o projeto aprovado. 07 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 16.291 referente ao Loteamento "Jardim das Flores", no Município de Jaguariúna, tendo como interessado TC Terrenos e Casas Empreendimentos Ltda. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo indeferiu o projeto e os Representantes da Secretaria da Habitação e do DAEE o consideraram aprovado. 08 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 16.474 referente ao Loteamento "Jardim Residencial São Lucas", no Município de Porangaba, tendo como interessado LB & M Empreendimentos e Participações Eireli. Por solicitação do Representante do DAEE e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 9-2-2021. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo indeferiram o projeto e o Representante da Sabesp o considerou aprovado. 09 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 16.523 referente ao Loteamento "Residencial Parque dos Antúrios", no Município de Itatiba, tendo como interessado Antúrios 11 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o nº 002/2021. 10 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 16.710 referente ao Condomínio "Residencial Manacás", no Município de Vargem Grande Paulista, tendo como interessado Parque Emerson Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o nº 003/2021. 11 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 16.788 referente ao Loteamento "Jardim Esmeralda", no Município de Avaré, tendo como interessado Cruz Novaes Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda. Por solicitação do Interessado, dos Representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, da Sabesp e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão o Representante da Secretaria da Habitação indeferiu o projeto. 12 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 16.796 referente ao Loteamento "Residencial Monte Lupo", no Município de Araraquara, tendo como interessado CRAP Participações e Empreendimentos Ltda. Após discussão o Representante da Secretaria da Habitação indeferiu o projeto e o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo o considerou aprovado. 13 - Análise da Reabertura do Protocolo 16.815 referente ao Loteamento "Residencial Terras da Fazenda", no Município de Paulínia, tendo como interessada Terras da Estância II Empreendimento Imobiliário Ltda. Por solicitação do Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. 14 - Análise da Reabertura do Protocolo 16.841 referente ao Loteamento "Jardim Esperança", no Município de Nova Europa, tendo como interessada ADENE - Associação de Desenvolvimento de Nova Europa. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o nº 004/2021. 15 - Análise da Reabertura do Protocolo 16.851 referente ao Condomínio "Residencial The Point", no Município de Cotia, tendo como interessado Sítio de Roma Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentou exigências técnicas e os Representantes da Secretaria da Habitação e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. 16 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 16.860 referente ao Loteamento "São Pedro", no Município de Itaporanga, tendo como interessado Fernandes Gonçalves Loteamento SPE Ltda. Por solicitação dos Representantes do Daee, da Sabesp e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão o Representante da Secretaria da Habitação indeferiu o projeto e o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo o considerou aprovado. 17 - Análise da Reabertura do Protocolo 16.862 referente ao Condomínio "Lotes Madri", no Município de Jardinópolis, tendo como interessado BM Jardinópolis Empreendimentos e Participações S/A. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentou exigências técnicas e os Representantes da Secretaria da Habitação e do DAEE consideraram o projeto aprovado. 18 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 16.865 referente ao Loteamento "Residencial Reserva da Mata", no Município de Campinas, tendo como interessada Fazenda Recanto Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. Por solicitação do Representante do DAEE e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo indeferiu o projeto e o Representante da Secretaria da Habitação o considerou aprovado. 19 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 16.943 referente ao Loteamento "Residencial Vila Central", no Município de Elias Fausto, tendo como interessado Terracapri Incorporações e Construções Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o nº 005/2021. 20 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 16.970 referente ao Loteamento "Jardim Xingu", no Município de Monte Mor, tendo como interessada Cecília Helena Ferreira da Cunha. Por solicitação dos Representantes do Daee, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão o Representante da Secretaria da Habitação indeferiu o projeto e o Representante da Sabesp o considerou aprovado. 21 - Análise da Reabertura do Protocolo 16.979 referente ao Loteamento "Residencial e Comercial Aymoré", no Município de Viradouro, tendo como interessado Hélio Mira de Assumpção Júnior. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o nº 006/2021. 22 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 16.995 referente ao Loteamento "Las Villas de Maria", no Município de Bom Jesus dos Perdões, tendo como interessados José Airton Pinto e Outros. Por solicitação do Representante do DAEE e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo consideraram o projeto aprovado. 23 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 17.006 referente ao Loteamento "Jardim Santa Eliza IX", no Município de Barra Bonita, tendo como interessada Imobiliária

Mucare Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o nº 007/2021. 24 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 17.007 referente ao Loteamento "Residencial Julia Arid III", no Município de Guapiaçu, tendo como interessado G.F. Incorporadora e negócios Imobiliários Ltda. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo indeferiu o projeto e os Representantes da Secretaria da Habitação e do DAEE o consideraram aprovado. 25 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 17.036 referente ao Loteamento "Residencial São Francisco", no Município de Salto, tendo como interessado São Francisco Salto Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Por solicitação do Representante do DAEE e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão o Representante da Secretaria da Habitação indeferiu o projeto e o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo o considerou aprovado. 26 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 17.062 referente ao Loteamento "Jardim das Cerejeiras", no Município de Garça, tendo como interessado Jardim das Cerejeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda. Por solicitação do Representante do DAEE e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo indeferiu o projeto e o Representante da Secretaria da Habitação o considerou aprovado. 27 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 17.086 referente ao Loteamento "Jardim Silva III", no Município de Itajobi, tendo como interessado Sila & Silva Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, do DAEE e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o nº 008/2021. 28 -Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 17.090 referente ao Loteamento "Residencial São João", no Município de Vinhedo, tendo como interessado Antônio Solera Castilho. Por solicitação do Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e do DAEE consideraram o projeto aprovado. 29 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 17.130 referente ao Condomínio "Residencial Majui I", no Município de Jau, tendo como interessado Majui SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Por solicitação do Representante da Secretaria da Habitação e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo considerou o projeto aprovado. 30 - Análise do Protocolo 17.173 referente ao Loteamento "Residencial Village Conti", no Município de Buritama, tendo como interessado CRV Urbanizadora Ltda. Por solicitação do Representante do DAEE e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. 31 - Análise do Protocolo 17.229 referente ao Condomínio "Residencial Milano", no Município de São Bernardo do Campo, tendo como interessada Construtora Sammarone Ltda. Por solicitação do Representante da Sabesp e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, do DAEE e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. 32 - Análise do Protocolo 17.230 referente ao Loteamento "Residencial Alvorada", no Município de Santa Cruz do Rio Pardo, tendo como interessado André Luiz Cachoni da Silva. Por solicitação do Representante da Sabesp e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. 33 - Análise do Protocolo 17.231 referente ao Loteamento "Vilas do Oriente", no Município de Oriente, tendo como interessado Vilas Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Por solicitação do Representante da Sabesp e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. 34 - Análise do Protocolo 17.232 referente ao Loteamento "Terras de Cillo", no Município de Santa Bárbara d'Oeste, tendo como interessado Fratelli Negócios e Participações Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. 35 - Análise do Protocolo 17.233 referente ao Loteamento "Residencial Alto da Serra", no Município de Taquarituba, tendo como interessado Alto da Serra Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. 36 - Análise do Protocolo 17.234 referente ao Loteamento "Residencial Ferreira Santos", no Município de Avaré, tendo como interessado José Carlos Morais. Por solicitação do Representante da Sabesp e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentou exigências técnicas e o Representante da Secretaria da Habitação considerou o projeto aprovado. 37 - Análise do Protocolo 17.235 referente ao Loteamento "Jardim Amélia", no Município de Boraceia, tendo como interessado Jardim Amélia Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp apresentaram exigências técnicas. 38 - Análise do Protocolo 17.238 referente ao Loteamento "Residencial Terra Nova", no Município de Saltinho, tendo como interessado Ronaldo José Torrezam e Outros. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp apresentaram exigências técnicas. 39 - Análise do Protocolo 17.241 referente ao Loteamento "Jardim Imperial", no Município de Regente Feijó, tendo como interessado Matsuda Construtora Incorporadora e Comércio Ltda. Por solicitação do Representante da Sabesp e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. 40 - Análise do Protocolo 17.242 referente ao Loteamento "Residencial Jardim Ecoville", no Município de Itupeva, tendo como interessada V. Barros Participações e Administração de Bens. Por solicitação dos Representantes do Daee, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, da Sabesp e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão o Representante da Secretaria da Habitação apresentou exigências técnicas. 41 - Análise do Protocolo 17.244 referente ao Loteamento "Jardim Monte Carlo", no Município de Bady Bassit, tendo como interessado MC Bady Loteamento - SPE Ltda. Por solicitação do Representante do DAEE e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentou exigências técnicas e o Representante da Secretaria da Habitação aprovou o projeto. 42 - Análise do Protocolo 17.245 referente ao Loteamento "Jardim Quatro Estações", no Município de Americana, tendo como interessado Inspetoria Salesiana de São Paulo. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. 43 - Análise do Protocolo 17.246 referente ao Loteamento "Misto sem Denominação", no Município de Louveira, tendo como interessados Nelson Jonas Necchio e Outros. Por solicitação do Representante do DAEE e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. 44 - Análise do Protocolo 17.247 referente ao Loteamento "Residencial Coles", no Município de Itapira, tendo como interessado Residencial Coles Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. 45 - Análise do Protocolo 17.259 referente ao Condomínio "Residencial Veneto", no Município de Jundiaí, tendo como interessada Emccamp Incorporação Jundiaí SPE Ltda. Após discussão o Representante da Secretaria da Habitação apresentou exigências técnicas e o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo considerou o projeto aprovado. 46 - Análise do Protocolo 17.263 referente ao Loteamento "Jardim São Gabriel", no Município de Ibitinga, tendo como interessada A.M. Ibitinga Empreendimentos Imobiliários Eireli. Por solicitação do Representante do DAEE e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 09-02-2021. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. 47 - Análise do Protocolo 17.269 referente ao Loteamento "Jardim são Francisco", no Município de Tambaú, tendo como interessada Associação Construindo Sonhos de Tambaú - ACONST. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentou exigências técnicas e o Representante da Secretaria da Habitação considerou o projeto aprovado. 48 - Análise do Protocolo 17.278 referente ao Loteamento "Residencial Parque Talismã", no Município de Piratininga, tendo como interessada Talismã Brasil Loteamentos Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas e o Representante da Sabesp aprovou o projeto. 49 - Assuntos Gerais: 01 - Análise do Recurso do Protocolo 16.308 referente ao Condomínio "Parque Imperial", no Município de Sorocaba, tendo como interessado Parque Imperial participações e Negócios Imobiliários Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o nº 009/2021. 02 - Análise das Exigências Técnicas do Protocolo 16.895 referente ao Loteamento "Artesano", no Município de Campinas, tendo como interessada a RCN Empreendimentos Imobiliários Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria da Habitação, do DAEE e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o nº 010/2021. 03 - Análise da Reabertura do Protocolo 15.743 referente ao Loteamento "Jardim do Lago", no Município de Caçapava, tendo como interessado Jardim do Lago SPE Ltda. Após discussão o Representante do DAEE apresentou exigências técnicas e os Representantes da Secretaria da Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. Correspondência Recebida: 1 - Agropastoril Ltda. Protocolo 17.040 - Monte Mor. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação, da Cetesb e Sabesp emitidas em reunião de 22-09-2020: Deferido 12 meses. 2 - Montante Incorporações Ltda. Protocolo 16.058 - Guaratinguetá. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação e da Cetesb emitidas em reunião de 13-10-2020: Deferido 12 meses. 3 - Ricardo Antônio Bocardi. Protocolo 17.044 - Ubirajara Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação, do Daee, da Cetesb e da Sabesp emitidas em reunião de 06-10-2020: Deferido 12 meses. 4 - Lucky Capital Empreendimentos Ltda. Protocolo 17.124 - Pindamonhangaba Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação, da Cetesb e da Sabesp emitidas em reunião de 03-11-2020: Deferido 12 meses. 5 - Lucky Capital Empreendimentos Ltda. Protocolo 17.125 - Pindamonhangaba. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação e da Cetesb. Protocolo aprovado pela Sabesp em reunião de 03-11-2020: Deferido 12 meses. 6 - Residencial Terras de São José Empreendimentos SPE Ltda. Protocolo 17.096 - Cerquilho. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação e da Cetesb emitidas em reunião de 20-10-2020: Deferido 12 meses. 7 - TVS Empreendimentos e Participações Ltda. Protocolo 17.212 - São Paulo. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação, da Cetesb e da Sabesp emitidas em reunião de 15-12-2020: Deferido 12 meses. 8 - 370 Empreendimentos e Participações Ltda. Protocolo 17.047 - Promissão. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação e da Cetesb. Protocolo aprovado pelo DAEE em reunião de 20-10-2020: Deferido 12 meses. 9 - Geronal do Brasil Participações Ltda. Protocolo 17.042 - Várzea Paulista. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação, da Cetesb e da Sabesp. Protocolo aprovado pelo DAEE em reunião de 20-10-2020: Deferido 12 meses. 10 - Malagutti & Cia Empreendimentos Imobiliários Ltda. Protocolo 16.494 - Cabrália Paulista. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação e da Cetesb emitidas em reunião de 20-10-2020: Deferido 12 meses. 11 - N.P.A. Empreendimentos Ltda. Protocolo 16.135 - Tietê. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação e da Cetesb emitidas em reunião de 22-09-2020: Deferido 12 meses. 12 - José Antônio de Genaro. Protocolo 17.084 - Elias Fausto. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação e da Cetesb. Protocolo aprovado pelo DAEE e pela Sabesp em reunião de 13-10-2020: Deferido 12 meses. 13 - Jean George El Mazi. Protocolo 17.111 - Pirapora do Bom Jesus. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação, da Cetesb e da Sabesp emitidas em reunião de 20-10-2020: Deferido 12 meses. 14 - MTC 16 Villa Campestre III Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Protocolo 17.121 - Vargem Grande Paulista. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação, da Cetesb e da Sabesp emitidas em reunião de 27-10-2020: Deferido 12 meses. 15 - Município de Nova Granada. Protocolo 17.161 - Nova Granada. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação e da Cetesb. Protocolo aprovado pela Sabesp em reunião de 20-10-2020: Deferido 12 meses. 16 - LGR Construções e Empreendimentos Eireli. Protocolo 17.126 - Castilho. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação e da Cetesb emitidas em reunião de 27-10-2020: Deferido 12 meses. 17 - Ratto Engenharia Ltda. Protocolo 17.055 - Santa Branca. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação e da Cetesb. Protocolo aprovado pelo DAEE e Sabesp em reunião de 27-10-2020: Deferido 12 meses. 18 - Caribo Empreendimentos Imobiliários Dracena Ltda. Protocolo 17.142 - Dracena. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação, da Cetesb e do DAEE emitidas em reunião de 17-11-2020: Deferido 12 meses. 19 - Hector Enrique Giana e Outra. Protocolo 15.949 - Santo Antônio do Pinhal. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação. Protocolo aprovado pela Cetesb e Sabesp em reunião de 08-12-2020: Deferido 12 meses. 20 - João Carlos de Almeida e Outro. Protocolo 17.200 - Bauru. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Cetesb. Protocolo aprovado pela Secretaria da Habitação e DAEE em reunião de 10-11-2020: Deferido 12 meses. 21 - Marituim Empreendimentos Imobiliários - SPE Ltda. Protocolo 17.063 - Engenheiro Coelho. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação e da Cetesb. Protocolo aprovado pelo DAEE em reunião de 17-11-2020: Deferido 12 meses. 22 - José Estevão Franco de Souza Bassoli. Protocolo 17.144 - Tuiuti. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Cetesb. Protocolo aprovado pela Secretaria da Habitação e DAEE em reunião de 10-11-2020: Deferido 12 meses. 23 - José Luciano Malagutti. Protocolo 17.199 - Rio Claro. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da Secretaria da Habitação e da Cetesb emitidas em reunião de 10-11-2020: Deferido 12 meses. 24 - Por solicitação do Interessado Jardim Morro Azul Pompéia Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, fica cancelado o Protocolo 16.120, Loteamento "Jardim Morro Azul" no Município de Pompéia. Análise de alterações em protocolos já certificados: 01 - Expediente 699/18. Protocolo 13.538 - Condomínio Residencial "Jardins", Vargem Grande Paulista - SP. Reconsideração ao indeferimento relativo a Projeto Modificativo. Mantido o indeferimento pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. 02 - Expediente 306/20. Protocolo 14.052 - Loteamento "Tarabaí E", Tarabaí - SP. Análise de Exigências Técnicas relativas a Projeto Modificativo. O novo projeto foi deferido pela Secretaria da Habitação, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e Departamento de Águas e Energia Elétrica. 03 - Expediente 419/20. Protocolo 12.200 - Loteamento "Residencial Reserva da Mata", Campinas - SP. Solicitação de Revalidação de Certificado. O Certificado 646/2013 foi revalidado até 10-12-2021. 04 - Expediente 488/20. Protocolo 11.621 - Loteamento "Morada dos Príncipes", Vinhedo - SP. Solicitação de Revalidação de Certificado. O pedido foi indeferido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. 05 - Expediente 565/20. Protocolo 12.769 - Loteamento "Alto do Sion" (Antigo Buona Vita Atibaia), Atibaia - SP. Solicitação de Alteração dos Projetos da EEE e ETE. O pedido foi indeferido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. 06 - Expediente 631/20. Protocolo 14.036 - Loteamento "Residencial Santa Rita", Mirandópolis - SP. Solicitação de Revalidação de Certificado. O Certificado 616/2015 foi revalidado até 15-12-2021. 07 - Expediente 652/20. Protocolo 14.997 - Loteamento "Residencial Jardim Barreto", General Salgado - SP. Solicitação de Revalidação de Certificado. O Certificado 413/2017 foi revalidado até 07-11-2021. 08 - Expediente 655/20. Protocolo 14.408 - Loteamento "Residencial São Francisco", Barretos - SP. Solicitação de Revalidação de Certificado. O pedido foi indeferido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. 09 - Expediente 685/20. Protocolo 15.190 - Loteamento "Residencial Jardim Vila Maria II", Jales - SP. Solicitação de Revalidação de Certificado. O Certificado 441/2018 foi revalidado até 18-12-2022. 10 - Expediente 692/20. Protocolo 14.925 - Loteamento Residencial "Sem denominação", Salto de Pirapora - SP. Solicitação de Revalidação de Certificado. O Certificado 439/2018 foi revalidado até 18-12-2022. 11 - Expediente 695/20. Protocolo 15.829 - Loteamento "Residencial Reserva dos Ipês", Cristais Paulista - SP. Solicitação de Alteração de Condicionante. O pedido foi indeferido pela Secretaria da Habitação, mantida a Condicionante. 12 - Expediente 697/20. Protocolo 16.376 - Loteamento "Residencial das Acácias", Paulínia - SP. Solicitação de Alteração de Condicionante. O pedido foi deferido pela Secretaria da Habitação. 13 - Expediente 711/20. Protocolo 15.716 - Condomínio "Vila Itália", Castilho - SP. Solicitação de Revalidação de Certificado. O Certificado 029/2019 foi revalidado até 22-01-2023. Foi dado ao Colegiado conhecimento das análises dos expedientes efetuadas pela área técnica do Graprohab: 1 - Expediente 0484/20-D - JSL Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de São Paulo: Deferido. 2 - Expediente 0486/20-D - Antibes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.- Condomínio Vertical, no Município de São Paulo: Deferido. 3 - Expediente 0488/20-D - Município de Tambaú - Desmembramento, no Município de Tambaú: Indeferido. 4 - Expediente 0532/20-D - MRV LXXXV Incorporações Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de Araraquara: Deferido. 5 - Expediente 0533/20-D - Prefeitura Municipal de Vinhedo - Condomínio Vertical, no Município de Vinhedo: Deferido. 6 - Expediente 0548/20-D - Sol Serviços e Obras Ltda. - Condomínio de Lotes, no Município de Cotia: Indeferido. 7 - Expediente 0551/20-D - Páteo do Cambuci Lote 05 Empreendimentos e Participações Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de São Paulo: Deferido. 8 - Expediente 0553/20-D - Shangri-Lá Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Condomínio de Lotes, no Município de São Roque: Deferido. 9 - Expediente 0566/20-D - EMBRAPLAN Engenharia Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de Piracicaba: Indeferido. 10 - Expediente 0568/20-D - M.A.R. Évora Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de São Paulo: Deferido. 11 - Expediente 0570/20-D - Valdespino Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de São Paulo: Indeferido. 12 - Expediente 0571/20-D - Favero Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Desmembramento, no Município de Engenheiro Coelho: Deferido. 13 - Expediente 0573/20-D - DS Imobilli Empreendimentos Ltda. - Desmembramento, no Município de Cerquilho: Indeferido. 14 - Expediente 0574/20-D - Plano Danúbio Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de São Paulo: Deferido. 15 - Expediente 0575/20-D - Plano Danúbio Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de São Paulo: Deferido. 16 - Expediente 0576/20-D - PRT Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Desmembramento, no Município de São José dos Campos: Indeferido. 17 - Expediente 0578/20-D - Rafael Lima do Amaral - Desmembramento, no Município de Monte Aprazível: Deferido. 18 - Expediente 0579/20-D - Luiza Quessada Zanetoni e Outros - Desmembramento, no Município de Mendonça: Indeferido. 19 - Expediente 0580/20-D - Nilson Ricardo Mota - Desmembramento, no Município de Paranapanema: Indeferido. 20 - Expediente 0581/20-D - Cleuseni Aparecida Tocco Galdino - Desmembramento, no Município de Monte Mor: Indeferido. 21 - Expediente 0584/20-D - Itamar Jardim de Oliveira e Outros - Desmembramento, no Município de Populina: Indeferido. 22 - Expediente 0585/20-D - Residencial Estância Marieta Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de Capão Bonito: Deferido. 23 - Expediente 0589/20-D - Construção e Empreendimentos Imobiliários Reseda Ltda. - Condomínio de Lotes, no Município de Jaguariúna: Indeferido. 24 - Expediente 0590/20-D - Residencial Guarapiranga SPE Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de São Paulo: Deferido. 25 - Expediente 0592/20-D - BRZ Empreendimentos Portal Quinta das Macieiras SPE Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de Barretos: Deferido. 26 - Expediente 0593/20-D - Município de Tambaú - Desmembramento, no Município de Tambaú: Indeferido. 27 - Expediente 0594/20-D - Município de Tambaú - Desmembramento, no Município de Tambaú: Indeferido. 28 - Expediente 0595/20-D - Município de Tambaú - Desmembramento, no Município de Tambaú: Indeferido. 29 - Expediente 0596/20-D - MRV MDI Reserva Ouro Branco II Incorporações Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de Ribeirão Preto: Indeferido. 30 - Expediente 0598/20-D - Mathilde Mano Centarola - Desmembramento, no Município de Neves Paulista: Indeferido. 31 - Expediente 0599/20-D - Arlindo Ferreira - Desmembramento, no Município de Vista Alegre do Alto: Indeferido. 32 - Expediente 0602/20-D - Tamburutacas Enseada SPE Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de Ubatuba: Indeferido. 33 - Expediente 0604/20-D - Ramilo Jorge Nassif - Desmembramento, no Município de Sales: Deferido. 34 - Expediente 0001/21-D - Residencial Iperó SPE 2 Ltda. - Condomínio Vertical, no Município de Iperó: Indeferido. Nada mais a ser tratado, o Presidente declarou encerrada a Sessão.

Infraestrutura e Meio Ambiente

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SIMA-7, de 28-1-2021

Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual Xixová-Japuí

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, resolve:

Artigo 1º - Ficam designados os seguintes representantes para compor o Conselho Consultivo do Parque Estadual Xixová-Japuí, como membros, para o mandato 2020/2022, nos termos da Resolução SMA 88, de 01-09-2017:

I - Do Poder Público:

a) Pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal: Marisa Goulart, RG 7.142.240-7, como titular, e Maria de Carvalho Tereza Lanza, RG 59.649.813-90, como suplente;

b) Pela Polícia Militar Ambiental, da Polícia Militar do Estado de São Paulo: Paulo Galvão Nogueira, RG 25.532.111-9, como titular, e Cristiano Bauer Bezerra, RG 27.773.390-X, como suplente;

c) Pelo Exército Brasileiro: Lucas Soares Sousa, RG 36.563.857-8, como titular, e Márcio de Souza Araújo Lemos, RG 21.643.314-4, como suplente;

d) Pela Fundação Nacional do Índio - Funai: Sandra Mara Fasolini, RG 58.792.470-6, como titular, e Mariany Martinez dos Santos, RG 43.544.336-7, como suplente;

e) Pelo Município de São Vicente - Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Animal: Mainan Heiffig Villela, RG 30.899.682-3, como titular, e Joanete Maria do Nascimento, RG 27.346.408-5, como suplente;

f) Pelo Município de Praia Grande - Secretaria de Meio Ambiente: Mariane Laurentino Ferreira, RG 41.630.131-9, como titular, e Felipe Porto Medeiros Santos, RG 42.125.436-1, como suplente;

g) Pela Universidade Federal de São Paulo - Unifesp: Igor Dias Medeiros, RG 2.364.292 SSP-SC, como titular, e Esther Beneveni de Souza, RG 38.622.067-0, como suplente;

h) Pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp: Mario Manoel Rollo Junior, RG 12.319.208, como titular, e Marcos Ricardo Bornschein, RG 4.392.832-5 SESP/PR, como suplente; e

i) Pela Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp: Luiz Fernando Maciel Oliva, RG 42.167.598-6, como titular, e Bruno Fernandes Takano, RG 35.259.328-3, como suplente.

II - Da Sociedade Civil:

a) Pelo Colégio Novomundo: Daria Teixeira Passos, RG 26.842.261-8, como titular, e Márcio Cisterna Motta, RG 30.268.106-1, como suplente;

b) Pela Associação dos Moradores do Bairro Canto do Forte – Amoforte: Leniro Guedes Lemos Junior, RG 32.765.916-6, como titular, e Luiz Carlos Turella, RG 38.719.458-46, como suplente;

c) Pela Sociedade de Amigos de Bairro do Parque Prainha: Renato Battisti Archer, RG 03.475.839-68, como titular, e Norbert Schoeberi, RG nº W224076-Z, como suplente;

d) Pelo Instituto Gremar - Pesquisa, Educação e Gestão de Fauna: Natália de Souza Tanque, RG 41.643.859-3, como titular, e Theo Miranda dos Reis, RG 22.917.805-4, como suplente;

e) Pela Aiuka - Consultoria em Soluções Ambientais Ltda.: Viviane Barquete Garcia Costa, RG 28.087.955-6, como titular, e Driellie Florencio de Melo, RG 47.891.601-2, como suplente;

f) Pelo Instituto Biopesca: Rodrigo Del Rio do Valle, RG 18.615.208-5, como titular, e Juarez de Castro Cabral, RG 24.864.959-0, como suplente;

g) Pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – Abrelpe: Carlos Roberto Viera da Silva Filho, RG 25.391.466, como titular, e Gabriela Gomes Prol Otero, RG 29.950.098-6, como suplente;

h) Pela Babi Standup: Barbara Silva de Lima, RG 32.207.308-X, como titular, e Karl Douglas Stricker, RG 43.271.877-1, como suplente; e

i) Pela Comunidade Indígena Paranapuã: Ronildo Amandios, RG 53.069.082-2, como titular, e, Eliana Macena, RG 39.566.279-4, como suplente.

Artigo 2º - O Conselho Consultivo do Parque Estadual Xixová-Japuí terá a seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Presidência;

III - Secretaria Executiva;

IV - Câmaras Temáticas, se for o caso; e

V - Grupos de Trabalho, se for o caso.

§1º - O Plenário será composto por todos os membros do Conselho Consultivo, designados na forma desta Resolução, que terão direito a voz e voto.

§2º - O Conselho Consultivo será presidido pelo gestor da unidade de conservação e, na sua ausência, por seu suplente.

§3º - O Secretário Executivo do Conselho Consultivo será eleito pelo Plenário.

§4º - O mandato dos conselheiros será de 2 anos, renovável por igual período.

§5º - As reuniões do Conselho Consultivo serão públicas, com pautas preestabelecidas no ato da convocação, que deverão ser divulgadas e realizadas em local de fácil acesso.

§6º - O Conselho Consultivo deverá adotar Regimento Interno disciplinando o seu funcionamento.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo FF 1.224/2017)

Resolução SIMA-8, de 28-1-2021

Renova o Conselho Consultivo do Parque Estadual Juquery

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente,

Considerando a Resolução SMA 88, de 01-09-2017, que dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pelos órgãos e entidades vinculadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplentes e dá providências correlatas;

Considerando a Resolução SMA 97, de 02-08-2018, que dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual Juquery, em especial o § 4°, do artigo 3°, que prevê a renovação do mandato pelo período adicional de 2 anos; e

Considerando a manifestação dos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual Juquery, durante a 9ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17-07-2020, favorável à renovação do mandato dos conselheiros por um período de 2 anos,

Resolve:

Artigo 1º - Fica renovado o mandato dos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual Juquery, para o biênio 2021/2023:

I - Do Poder Público:

a) Pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal: Adriano Candeias de Almeida, RG 41.897.515-2, como titular, e Vladimir Arrais de Almeida, RG 16.343.618-6, como suplente;

b) Pela Polícia Militar do Estado de São Paulo: Marcos de Brito Nobre, RG 43.532.736-7, como titular, e Felício Pellucci Júnior, RG 27.768.749-4, como suplente;

c) Pelo Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar do Estado de São Paulo: Felipe da Silva Flora, RG 44.856.631-X, como titular, e Claudeomiro Leite de Moraes, RG 28.516.299-8, como suplente;

d) Pelo Complexo Hospital do Juquery, da Secretaria de Estado da Saúde: Gustavo Couto de Oliveira, RG 41.267.516-X, como titular, e Patricia Braz Locatelli, RG 34.967.603-3, como suplente;

e) Pela Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa, Carolina Maciel Souza, RG 30.804.655-9, como titular, e pelo Centro de Progressão Penitenciária, da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, Rosemberg Lourenço de Oliveira, RG 9.053.596-0, como suplente;

f) Pela Guarda Civil Municipal, do Município de Franco da Rocha: Elias Domingos de Oliveira, RG 33.760.345, como titular, e Naima de Albuquerque Marques, RG 28.036.597-4, como suplente;

g) Pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, do Município de Caieiras: Adriano Udvari, RG 19.887.804-7, como titular, e Douglas Moreira Santos, RG 45.895.166-3, como suplente; e

h) Pela Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, do Município de Mairiporã: Ana Clara Alves, RG 38.229.264-9, como titular, e Orlando Soares dos Santos, RG 38.809.331-6, como suplente.

II- Da Sociedade Civil:

a) Pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM: Leandro Tavares Azevedo Vieira, RG 29.416.010-3, como titular, e Magno Botelho Castelo Branco, RG 900.021.098-97, como suplente;

b) Pela Associação dos Técnicos, Tecnólogos, Engenheiros, Geólogos, Arquitetos e Agrônomos de Mairiporã – ATEGAM: José Eduardo Victorino, RG 8.745.559-6, como titular, e Vivian Xavier de Oliveira, RG 44.799.001-9, como suplente;

c) Pela Essencis Soluções Ambientais S.A.: Eduardo Azzari, RG 10.502.961, como titular, e Débora Zonzini Ponce, RG 44.241.396-8, como suplente;

d) Pela Associação dos Moradores e Amigos da Vila Ramos - Viva Vila: Eda Gomes Lambert, RG 7.744.472-3, como titular, e Tânia Regina Jesus, RG 17.268.845-0, como suplente;

e) Pelo Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana: Bonfilio Alves Ferreira, RG 14.478.068-9, como titular, e Marguerite Fioravante dos Santos, RG 27.303.938-6, como suplente;

f) Pela Associação Arautos do Evangelho do Brasil: Sérgio Ueda, RG 8.848.116-4, como titular, e Paulo Monteiro da Silva, RG 5.288.460, como suplente;

g) Pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo - IBC/USP: Sérgio Tadeu Meirelles, RG 36.648.256-7, como titular, e Ana Lúcia Brandimarte, RG 9.059.833-7, como suplente; e

h) Pela Jotaeme Fitafer Indústria Metalúrgica Ltda.: Alexandre Cordeiro de Oliveira, RG 24.738.474-4, como titular, e Luciana Silva, RG 46.710.188-7, como suplente.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo FF 148/2018)

Resolução SIMA-9, de 28-1-2021

Renova o Conselho Consultivo da Estação Ecológica Ibicatu

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente,

Considerando a Resolução SMA 88, de 01-09-2017, que dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pelos órgãos e entidades vinculadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplentes e dá providências correlatas;

Considerando a Resolução SMA 166, de 30-11-2018, que dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo da Estação Ecológica Ibicatu, em especial o §4º, do artigo 3º, que prevê a renovação do mandato pelo período adicional de 2 anos; e

Considerando a manifestação dos membros do Conselho Consultivo da Estação Ecológica Ibicatu, durante a Reunião Ordinária, ocorrida em 06-10-2020, favorável à renovação do mandato dos conselheiros por um período de 2 anos,

Resolve:

Artigo 1º - Fica renovado o mandato dos membros do Conselho Consultivo da Estação Ecológica Ibicatu, para o biênio 2021/2023:

I - Do Poder Público:

a) Pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo: Antonio Alvaro Buso Junior, RG 24.324.230-X, como titular, e João Marcelo Elias, RG 17.498.495-9, como suplente;

b) Pela Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento - CDRS/SAA: Denis Herisson da Silva, RG 29.348.719-4, como titular, e Henrique Bellinaso, RG 30.258.867-X, como suplente;

c) Pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo – USP: Flávio Bertin Gandara Mendes, RG 9.899.451, como titular, e Ricardo Ribeiro Rodrigues, RG 10.954.040, como suplente; e

d) Pelo Município de Piracicaba: Giovanni Batista Campos, RG 21.842.152-7, como titular, e Antônio Salvador Castello, RG 11.739.897, como suplente.

II- Da Sociedade Civil:

a) Pela Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico, Paulo Busato, RG 42.232.468-1, como titular, e pela Pira 21 Piracicaba Realizando o Futuro, Ely Eser Barreto Cesar, RG 2.633.717-4, como suplente;

b) Pela Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba – Afocapi: Rodrigo Cristofoletti, RG 30.915.579-4, como titular, e José Rodolfo Penatti, RG 12.497.067-9, como suplente;

c) Pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Piracicaba e Saltinho: Aparecida de Jesus Pino Camargo, RG 11.738.640, como titular, e Aparecida de Lourdes Pino, RG 24.321.880-01, como suplente;

d) Pela Cooperativa dos Produtores de Milho de Piracicaba e Região – Copimays: Noedir Pereira Granja, RG 13.652.827, como titular, e Oswaldo Luiz Spada, RG 15.122.292, como suplente.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo FF 822/2018)

Resolução SIMA-10, de 28-1-2021

Renova o Conselho Consultivo do Parque Estadual Vassununga

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente,

Considerando a Resolução SMA 88, de 01-09-2017, que dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pelos órgãos e entidades vinculadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplentes e dá providências correlatas;

Considerando a Resolução SMA 182, de 13-12-2018, que dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual Vassununga, em especial o § 4°, do artigo 3º, que prevê a renovação do mandato pelo período adicional de 2 anos; e

Considerando a manifestação dos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual Vassununga, durante a 8ª Reunião Ordinária, ocorrida em 26-11-2020, favorável à renovação do mandato dos conselheiros por um período de 2 anos,

Resolve:

Artigo 1º - Fica renovado o mandato dos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual Vassununga, para o biênio 2021/2023:

I - Do Poder Público:

a) Pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal, Gabriel Henrique Sant'Ana Pereira, RG 33.064.253-4, como titular, e pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, André Luis Teixeira de Lucca, RG 19.138.507-4, como suplente;

b) Pela Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável, da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – CDRS/SAA: Amanda Hernandes, RG 34.282.304-8, como titular, e Osmar de Almeida Júnior, RG 46.310.015-3, como suplente;

c) Pela Universidade de São Paulo - USP: Danilo Boscolo, RG 25.607.887-7, como titular, e Tomas Ferreira Domingues, RG 19.669.106-0, como suplente;

d) Pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente - ICMBio/MMA: Rogério Rene Garcia Machado, RG 22.958.852-9, como titular, e Fernando Rochetti dos Santos, RG 32.437.706-X, como suplente; e

e) Pelo Município de Santa Rita do Passa Quatro: Germano Quaglio, RG 17.292.925-8, como titular, e Benedito de Souza Lopes Neto, RG 35.260.447-5, como suplente.

II- Da Sociedade Civil:

a) Pela Associação de Reposição Florestal do Pardo Grande – Verde Tambaú: Gustavo do Valle Silvestre, RG 23.520.200-9, como titular, e Marcelo Pinto, RG 12.109.368-2, como suplente;

b) Pela Santa Rita Outdoor: Fábio Samogim, RG 32.025.742-3, como titular, e Hamilton José de Camargo, RG 8.005.514, como suplente;

c) Pela Usina Santa Rita S.A – Açúcar e Álcool: Fabrizzio Girotto, RG 29.952.195-9, como titular, e Marcelo dos Santos Pádua Diniz, RG 36.148.401-X, como suplente;

d) Pela International Paper do Brasil Ltda.: Rafael Mariano da Silva, RG 34.521.357-9, como titular, e Miguel Magela Diniz, RG M - 3.047.628, como suplente; e

e) Pela Concessionária Via Paulista S.A.: Daniel Mandel Neto, RG 10.212.922, como titular, e Tatiana Henley de Azevedo Coimbra, RG 42.000.656-4, como suplente.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo FF 427/2018)

Comunicado

Em obediência ao artigo 5º da Lei Federal 8.666/1993 e instrução 02/95 Item II e aditamento 01/97 do Tribunal de Contas do Estado, justificamos e indicamos a seguir, os pagamentos que devem ser providenciados de imediato para o bom andamento desta pasta, cujo não cumprimento implicará em prejuízos à ordem interna. Tais pagamentos estão sendo efefuados, excluindo-se da ordem cronológica da inscrição no Siafem.

PDS a serem pagas

260001

Data: 27-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
260101	2021PD00009	143.100,00
260101	2021PD00011	32.550,00
260101	2021PD00017	43.800,00
260101	2021PD00026	32.550,00
TOTAL		252.000,00

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
260106	2020PD00676	210,30
260106	2021PD00052	66,46
TOTAL		276,76
TOTAL GERAL		250.276,76

Comunicado

Em obediência ao artigo 5º da Lei Federal 8.666/1993 e instrução 02/95 Item II e aditamento 01/97 do Tribunal de Contas do Estado, justificamos e indicamos a seguir, os pagamentos que devem ser providenciados de imediato para o bom andamento desta pasta, cujo não cumprimento implicará em prejuízos à ordem interna. Tais pagamentos estão sendo efefuados, excluindo-se da ordem cronológica da inscrição no Siafem.

PDS a serem pagas

260001

Data: 28-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
260101	2021PD00057	15.462,00
260101	2021PD00058	1.180,94
260101	2021PD00078	145,26
TOTAL		16.788,20

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
260106	2021PD00010	26.600,00
260106	2021PD00012	6.408,33
260106	2021PD00023	120.162,72
260106	2021PD00025	3.635,33
260106	2021PD00028	13.062,50
260106	2021PD00029	1.332,83
260106	2021PD00034	30.249,11
260106	2021PD00036	40.570,03
TOTAL		242.020,85
TOTAL GERAL		258.809,05

Extrato de Termo de Doação

Doador: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Donatário: Complexo Hospitalar Padre Bento de Guarulhos.

Objeto: 250 mudas de espécies florestais nativas, em razão da necessidade de cumprimento de Termo de Ajuste de Conduta assumido perante à Secretaria de Meio Ambiente, do Município de Guarulhos.

Valor Total: R$ 750,00.

Parecer CJ-SIMA-015/2021.

Data da Assinatura: 28-1-2021.

(Processo Digital SIMA.042135/2020-24)

SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO E BIODIVERSIDADE

Departamento de Gestão Regional

Centro Técnico Regional I - Campinas

Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial.

Auto de infração Ambiental: 20200516018297-1

Data da Infração: 29-5-2020

Autuado: José Valdir Granelli, CPF 045.813.768-58.

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 960,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780093

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista

Auto de infração Ambiental: 20200703003706-1

Data da Infração: 16-7-2020

Autuado: Thomaz Edson de Sordi, CPF 849.585.378-72

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Alterar Valor para Devido a constatação de atenuantes;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 875,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780096

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200813004633-2

Data da Infração: 14-8-2020

Autuado: José Valdir Granelli, CPF 17.072.413/0061-15

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Anular;

AIA Anulado.

Valor consolidado da multa: R$ 930,00

Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação da improcedência da infração/autuação. Recomenda-se que seja cadastrado projeto de restauração no SARE para a área de APP atingida pelo fogo.

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200818003641-1

Data da Infração: 24-8-2020

Autuado: José Valdir Granelli, CPF 17.072.413/0061-15

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 35.340,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200818003641-2

Data da Infração: 24-8-2020

Autuado: José Valdir Granelli, CPF 17.072.413/0061-15

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 6.330,40

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200831006035-1

Data da Infração: 2-9-2020

Autuado: Antonio Madeira Neto, CPF 326.190.069-53

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Destruição ou inutilização do produto: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200913012298-1

Data da Infração: 19-9-2020

Autuado: José Valdir Granelli, CPF 17.072.413/0061-15

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Anular;

AIA Anulado.

Valor consolidado da multa: R$ 8.570,80

Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação da improcedência da infração/autuação. Planilha de nexo de casualidade foi atualizada com base nos documentos apresentados pelo autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 07 - Atibaia - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201009005777-1

Data da Infração: 10-10-2020

Autuado: Paulo Sergio Barbieri, CPF 338.596.338-99

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Houve conciliação.

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780069

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA O acompanhamento do andamento do auto de infração pode ser feito em https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/ Duvidas podem ser sanadas pelo e-mail cfb.campinas@sp.gov.br

Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201109004715-1

Data da Infração: 9-11-2020

Autuado: Rodrigo da Silva Almeida, CPF 321.038.908-09

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Atendimento suspenso.

Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos: A IT - CM 123/2020, que subsidiou a fiscalização na propriedade, cita o polígono denominado "A", correspondente a 0,44 ha, porém este não foi descrito no Boletim de Ocorrência Ambiental; em análise às imagens do Google Earth, dois dos polígonos autuados continuam parcialmente ocupados por remanescente florestal em desacordo com a descrição da autuação, onde consta supressão de gramíneas; o autuado alegou que a área indicada por polígono "A" estava recebendo intervenção a título de recuperação voluntária de nascente com plantio de mudas. Assim, solicita-se aos agentes fiscalizadores esclarecerem se há dano ambiental passível de autuação no referido polígono "A" e a revisão da delimitação de dois dos polígonos autuados, conforme imagem a ser anexada a esta ATA.

Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201105003886-1

Data da Infração: 5-11-2020

Autuado: Flavio Ribeiro Ferreira, CPF 275.004.748-06

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 1.360,00

Observações: Consta na notificação a data do atendimento em 20-1-2021 e no AIA 21-1-2021, contudo, o autuado não compareceu ao Atendimento em nenhuma das duas datas e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 08 - Jundiaí - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201114011311-1

Data da Infração: 14-11-2020

Autuado: Maria do Socorro da Silva, CPF 097.029.958-33

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O andamento do processo pode ser verificado em https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

Ponto de Atendimento: Ponto 08 - Jundiaí - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201114007656-1

Data da Infração: 14-11-2020

Autuado: Arnaldo Antonio Franca, CPF 948.870.128-53

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Houve conciliação.

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780118

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA 3092/2021. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O andamento do processo pode ser acompanhado em https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/. Duvidas podem ser encaminhadas ao e-mail: cfb.campinas@sp.gov.br

Ponto de Atendimento: Ponto 08 - Jundiaí - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20201025014950-1

Data da Infração: 16-11-2020

Autuado: Cicera Maria de Jesus Souza, CPF 102.568.178-98

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Aplicar;

Houve conciliação.

Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental - AIA aguardará a destinação adequada das aves para finalização e posterior arquivamento do AIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201210004711-1

Data da Infração: 15-12-2020

Autuado: Celso Jorge, CPF 016.309.298-24

Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.600,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201210006344-1
Data da Infração: 15-12-2020
Autuado: Renato Duarte Cespedes, CPF 261.162.558-17
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Atendimento suspenso até apresentação de informações complementares.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Anular;
AIA Anulado.
Valor consolidado da multa: R$ 16.065,00
Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação de vício administrativo insanável, sendo necessário lavrar novo AIA em substituição com as devidas correções. O Atendimento do novo auto será agendado para data oportuna.
Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201210006344-2
Data da Infração: 15-12-2020
Autuado: Renato Duarte Cespedes, CPF 261.162.558-17
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Atendimento suspenso até apresentação de informações complementares.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Anular;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
AIA Anulado.
Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação de vício administrativo insanável, sendo necessário lavrar novo AIA em substituição com as devidas correções. O Atendimento do novo auto será agendado para data oportuna.
Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201210006344-3
Data da Infração: 15-12-2020
Autuado: Renato Duarte Cespedes, CPF 261.162.558-17
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Atendimento suspenso até apresentação de informações complementares.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Anular;
AIA Anulado.
Valor consolidado da multa: R$ 1.710,00
Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação de vício administrativo insanável, sendo necessário lavrar novo AIA em substituição com as devidas correções. O Atendimento do novo auto será agendado para data oportuna.
Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201214006221-1
Data da Infração: 14-12-2020
Autuado: Carlos Alberto Martucci Vallim Balthazar, CPF 293.525.358-20
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.350,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201214006221-2
Data da Infração: 14-12-2020
Autuado: Carlos Alberto Martucci Vallim Balthazar, CPF 293.525.358-20
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Aplicar;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200807003839-1
Data da Infração: 10-8-2020
Autuado: Onofre Marques Duarte, CPF 050.503.048-90
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.100,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Endereço para correspondência do autuado: Rua Ariodante Beneduzzi, 155 - Centro - Socorro/SP
Ponto de Atendimento: Ponto 07 - Atibaia - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200911012923-1
Data da Infração: 12-9-2020
Autuado: José Claudio Araujo da Silva, CPF 054.360.348-29
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780368
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA 3297/2021. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O andamento processo AIA 20200911012923-1 pode ser acompanhado no sistema em https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/
Ponto de Atendimento: Ponto 07 - Atibaia - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200911004043-1
Data da Infração: 11-9-2020
Autuado: Edson Aparecido Moraes, CPF 035.427.678-67
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Aplicar;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 300,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. O autuado teve ciência de que sua licença do SISPASS será cancelada com base no Art . 21A, parágrafo 1º, inciso II da Resolução SMA-48/2014 e que deverá proceder com a transferência das aves que ainda encontram-se em seu plantel para outro criador amadorista devidamente regular ou para cetas/cras, ficando com a guarda doméstica provisória das aves até a entrega das mesmas. A transferência deverá ser solicitada através do email sispass@sp.gov.br. Após a adequada entrega das aves e o pagamento da multa, poderá, se assim desejar, solicitar nova homologação no SISPASS, através do email sispass@sp.gov.br. O acesso e acompanhamento do processo digital do auto de infração ambiental pode ser feito acessando https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/
Ponto de Atendimento: Ponto 07 - Atibaia - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200910004712-1
Data da Infração: 19-9-2020
Autuado: Maria Cristina Simões, CPF 125.186.848-75
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780572
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA 3434/2021. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA O andamento do processo AIA 20200910004712-1 pode ser feito acessando o endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/
Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201025012639-1
Data da Infração: 29-10-2020
Autuado: Kelly Cristina Vasconcelos Melo, CPF 397.992.768-70
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Anular;
Advertência: Aplicar;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201105003699-1
Data da Infração: 5-11-2020
Autuado: Leandro Roberto da Rocha, CPF 399.214.908-00
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 380,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201120016661-2
Data da Infração: 25-11-2020
Autuado: Nivaldo Bertollucci Salomone, CPF 200.270.528-34
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 3.850,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780456
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA, Termo de Intenção de Apresentação de Garantia para Restituição de Instrumentos Apreendidos e emissão do boleto de recolhimento da multa, os quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA ou Termo de Intenção poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O processo digital poderá ser consultado no endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (cadastrar usuário e senha).
Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201022012581-1
Data da Infração: 11-11-2020
Autuado: Jesus Roberto Nunes Duarte, CPF 046.057.008-03
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Valor da multa alterado para R$3.000,00. O autuado não é reincidente conforme art. 6 da Res 48/2014;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 3.000,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201103011495-1
Data da Infração: 9-11-2020
Autuado: Elizaldo Barbosa da Silva, CPF 319.773.834-91
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Anular;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Advertência: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20190416009833-1
Data da Infração: 16-4-2019
Autuado: Maria Aparecida Bazão Neile, CPF 04.340.224/0001-01
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 11.160,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro
Auto de infração Ambiental: 20190628015519-1
Data da Infração: 28-6-2019
Autuado: Francisco Alves da Silva, CPF 039.274.066-43
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 300,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro
Auto de infração Ambiental: 20190628015519-2
Data da Infração: 28-6-2019
Autuado: Samuell Victor Ferreira Alves da Silva, CPF 473.071.188-23
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 600,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20190625003649-1
Data da Infração: 1º-7-2019
Autuado: Raizen Energia S/A - Filial Santa Helena, CPF 08.070.508/0094-77
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 279.750,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20190625003649-2
Data da Infração: 1-7-2019
Autuado: Raizen Energia S/A - Filial Santa Helena, CPF 08.070.508/0094-77
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 13.500,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20200323017496-1
Data da Infração: 2-4-2020
Autuado: Irene Aparecida Gervazoni de Oliveira, CPF 107.351.638-55
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.866,40
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780767
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da guia de recolhimento da multa, a qual foi entregue ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20200323017496-2
Data da Infração: 2-4-2020
Autuado: Irene Aparecida Gervazoni de Oliveira, CPF 107.351.638-55
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.713,60
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780774
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da guia de recolhimento da multa, a qual foi entregue ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20200323017496-3
Data da Infração: 2-4-2020
Autuado: Irene Aparecida Gervazoni de Oliveira, CPF 107.351.638-55
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 3.579,10
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780771
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20200323017496-4
Data da Infração: 2-4-2020
Autuado: Irene Aparecida Gervazoni de Oliveira, CPF 107.351.638-55
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 6.517,44
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780762
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20200323017496-5
Data da Infração: 2-4-2020
Autuado: Irene Aparecida Gervazoni de Oliveira, CPF 107.351.638-55
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 13.829,06
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780761

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20200323017496-6

Data da Infração: 2-4-2020

Autuado: Irene Aparecida Gervazoni de Oliveira, CPF 107.351.638-55

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 42.524,40

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780751

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200429010511-1

Data da Infração: 3-5-2020

Autuado: Cirilo Kantoviz Francisco Camacho, CPF 288.707.468-79

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Suspensão total ou parcial da atividade: Aplicar;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 2.400,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200426019690-1

Data da Infração: 30-4-2020

Autuado: Marcos Aparecido Pires, CPF 282.029.578-93

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Houve conciliação.

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780746

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. E-mail para contato: douglasbonfa@outlook.com

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20200817011227-1

Data da Infração: 23-9-2020

Autuado: Irene Aparecida Gervazoni de Oliveira, CPF 107.351.638-55

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 1.512,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780753

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da guia de recolhimento da multa, a qual foi entregue ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20200904004650-1

Data da Infração: 23-9-2020

Autuado: Leonardo Pereira de Barros, CPF 052.902.687-23

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Alterar Valor para Correção do valor para R$ 58.740,00. Trata-se de vegetação nativa em estágio inicial de regenereção.;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 23.496,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780808

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20200925010620-1

Data da Infração: 25-9-2020

Autuado: Altair Alves, CPF 061.958.858-60

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 23.904,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20201021006364-1

Data da Infração: 23-10-2020

Autuado: Antonio Fernando Paranhos, CPF 07.977.643/0001-39

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 327,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780970

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da guia de recolhimento da multa, a qual foi entregue ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20201021006364-2

Data da Infração: 23-10-2020

Autuado: Antonio Fernando Paranhos, CPF 07.977.643/0001-39

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Houve conciliação.

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780964

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20190324018432-1

Data da Infração: 26-03-2019

Autuado: João Luiz Zaninotti, CPF 067.693.418-83

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Suspensão total ou parcial da atividade: Aplicar;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 1.000,00

Observações: Obtida conciliação com emissão das guias de recolhimento da multa, entregues ao autuado, e, cuja quitação ensejará o arquivamento do presente AIA. Ressalta-se ter sido dada ciência no que tange ao cancelamento de sua licença SISPASS, conforme preconizado pelo Artigo 21 A, parágrafo 1°, inciso II da Resolução SMA-48/2014. Foi orientado também quanto a necessidade de proceder com a transferência das aves existentes em seu plantel, para outro criador amadorista em situação regular ou para Cetas/Cras autorizados, podendo permanecer com a guarda provisória das aves até a efetiva entrega das mesmas. A transferência deverá ser solicitada por meio do e-mail sispass@sp.gov.br Destaca-se, por fim, que após a adequada entrega das aves, bem como, a quitação da multa aplicada, poderá o interessado, se assim o desejar, requerer nova homologação no SISPASS utilizando o endereço eletrônico já referido.

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20190818016139-1

Data da Infração: 18-8-2019

Autuado: Fernando Luiz de Carli, CPF 368.693.718-22

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 4.193,40

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781102

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20190712008647-1

Data da Infração: 19-8-2019

Autuado: Joarez Gonçalves de Pontes, CPF 392.171.238-62

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Houve conciliação.

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781322

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20190803001273-1

Data da Infração: 16-8-2019

Autuado: Jordi Pardo, CPF 237.961.128-97

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Anular;

Embargo de obra ou atividade: Anular;

AIA Anulado.

Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação da improcedência da infração/autuação. Após Publicação desta Ata no Diário Oficial do Estado o processo será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20190803001273-2

Data da Infração: 16-8-2019

Autuado: Jordi Pardo, CPF 237.961.128-97

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

AIA Anulado.

Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação da improcedência da infração/autuação, dado não ter sido comprovada a relação de nexo causalidade com a conduta infracional em questão. Nesse sentido, após a publicação desta Ata junto a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, proceder-se-á ao arquivamento do presente processo administrativo.

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20190820008437-1

Data da Infração: 21-8-2019

Autuado: Romualdo Conceição de Oliveira, CPF 404.331.418-32

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 2.400,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200812010741-1

Data da Infração: 17-8-2020

Autuado: Benedito Bueno de Oliveira Junior, CPF 155.040.408-33

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200817005331-1

Data da Infração: 18-8-2020

Autuado: Abengoa Bioenergia Agroindustria Ltda, CPF 06.252.818/0002-69

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Anular;

AIA Anulado.

Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação da improcedência da infração/autuação.

Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista

Auto de infração Ambiental: 20200818004747-1

Data da Infração: 22-8-2020

Autuado: Eliel Passoni, CPF 052.379.058-97

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Alterar Valor para Devido a constatação de atenuantes.;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 836,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781374

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O autuado está ciente de que enquanto o AIA não for arquivado, deve manter seu endereço de correspondência atualizado junto à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Caso, não seja possível a entrega de correspondências ao autuado, as notificações serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e serão adotadas as providências a revelia do autuado junto ao AIA. Dúvidas podem ser sanadas pelo e-mail cfb.campinas@sp.gov.br, celular (11) 95092-7495 ou pelo telefone 19 3790 3740. Consulta ao processo pode ser realizado por meio do endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200819003338-1

Data da Infração: 21-8-2020

Autuado: Teresinha Bento Orozimbo, CPF 088.393.148-65

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 50,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista

Auto de infração Ambiental: 20200819006750-1

Data da Infração: 19-8-2020

Autuado: Celso Antonio de Oliveira, CPF 552.412.208-87

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Anular;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Aplicar;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 514,80

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O autuado está ciente de que enquanto o AIA não for arquivado, deve manter seu endereço de correspondência atualizado junto à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Caso, não seja possível a entrega de correspondências ao autuado, as notificações serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e serão adotadas as providências a revelia do autuado junto ao AIA. Dúvidas podem ser sanadas pelo e-mail cfb.campinas@sp.gov.br, celular (11) 95092-7495 ou pelo telefone 19 3790 3740. Consulta ao processo pode ser realizado por meio do endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista

Auto de infração Ambiental: 20200819006750-2

Data da Infração: 19-8-2020

Autuado: Celso Antonio de Oliveira, CPF 552.412.208-87

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Anular;

Embargo de obra ou atividade: Anular;

AIA Anulado.

Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado uma vez que os AIA 20200819006750-1 e AIA 20200819006750-2 referem-se ao mesmo tipo de dano ambiental realizado pelo mesmo autuado. Sendo assim, considerando a economia processual e que há consequência sobre a penalidade aplicada, as providências relativas ao dano ambiental referente ao AIA 20200819006750-2 serão adotadas no âmbito do AIA 20200819006750-1.

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201126004352-1

Data da Infração: 26-11-2020

Autuado: Junior dos Santos Souza, CPF 039.824.745-58

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 1.600,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201207005090-1

Data da Infração: 11-12-2020

Autuado: Claudio Donizete Cerri, CPF 027.887.768-02

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 250,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. O autuado ficou como fiel depositário da ave apreendida.

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201201003642-1

Data da Infração: 10-12-2020

Autuado: Airton Aparecido de Souza, CPF 943.249.489-68

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Destruição ou inutilização do produto: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201201003642-2

Data da Infração: 10-12-2020

Autuado: Airton Aparecido de Souza, CPF 943.249.489-68

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Destruição ou inutilização do produto: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 1.350,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201211006560-1

Data da Infração: 11-12-2020

Autuado: Carlos Vitor Carioca, CPF 017.071.558-28

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Houve conciliação.

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781388

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201209006397-1
Data da Infração: 10-12-2020
Autuado: Mario Augusto de Souza, CPF 286.841.568-70
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.440,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuada na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20210113007736-1
Data da Infração: 20-1-2021
Autuado: Rodrigo Flores Portela Pires, CPF 352.528.838-74
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Majoração pela constatação de agravante;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 19.500,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20210104009558-1
Data da Infração: 20-1-2021
Autuado: Rodrigo Oliveira da Silva, CPF 312.315.998-12
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781228
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Em caso de dúvidas, enviar e-mail para cfb.campinas@sp.gov.br
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20190414003799-1
Data da Infração: 14-4-2019
Autuado: Landivaldo Cividati, CPF 099.737.798-43
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20190416005615-1
Data da Infração: 16-4-2019
Autuado: Aparecido Tadeu Cellin, CPF 016.195.918-04
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Anular;
Advertência: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. Insta esclarecer que o interessado já apresentou, na presente sessão de conciliação, fotografias comprovando a regeneração natural dos indivíduos arbóreos em questão, fato que possibilitou isentá-lo da obrigatoriedade de firmar o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), dado ter havido a reparação do dano acontecido.
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20190416007306-1
Data da Infração: 19-4-2019
Autuado: Henrique Miranda, CPF 017.147.278-07
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 900,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20190420017162-1
Data da Infração: 21-4-2019
Autuado: Antonia Neuma Alves da Silva, CPF 315.275.758-10
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 150,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Considerando tratar-se de falta grave, pelo art. 21A §1 inciso II da Resolução SMA-048/2014, o registro de criador de passeriforme no SISPASS será cancelado. Ademais a autuada fica ciente que deverá contatar a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado para indicar a qual criador serão destinadas as aves pertencentes de seu plantel. email para contato: sispass@sp.gov.br
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20190618005080-1
Data da Infração: 19-6-2019
Autuado: Associação Pantando Sonhos, CPF 28.648.564/0001-54
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20190618005080-2
Data da Infração: 19-6-2019
Autuado: Associação Pantando Sonhos, CPF 28.648.564/0001-54
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20190622012573-5
Data da Infração: 22-6-2019
Autuado: Valtemir Rodrigues, CPF 110.016.658-05
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20190622012573-6
Data da Infração: 22-6-2019
Autuado: Valmir Rodrigues, CPF 123.357.288-14
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 07 - Atibaia - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200128005374-1
Data da Infração: 31-1-2020
Autuado: Damiao Pinheiro da Silva, CPF 063.457.208-36
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200313002423-1
Data da Infração: 13-03-2020
Autuado: Nazir Francisco de Oliveira, CPF 864.795.048-87
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 576,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. A restituição dos bens apreendidos fica condicionada ao pagamento da multa e comprovação de posse do bem.
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200313002423-2
Data da Infração: 13-03-2020
Autuado: José Reinaldo de Moraes, CPF 002.709.558-44
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 576,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. A devolução dos bens apreendidos fica condicionada ao pagamento da multa e comprovação de posse do bem.
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200316010687-1
Data da Infração: 16-03-2020
Autuado: Nazir Francisco de Oliveira, CPF 864.795.048-87
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 800,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. A restituição dos bens apreendidos ficam condicionadas ao pagamento da multa e comprovação da posse do bem.
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200316010687-2
Data da Infração: 16-03-2020
Autuado: José Reinaldo de Moraes, CPF 002.709.558-44
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 800,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. A restituição dos bens apreendidos fica condicionada ao pagamento da multa e comprovação de posse do bem.
Ponto de Atendimento: Ponto 07 - Atibaia - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200328012709-1
Data da Infração: 2-4-2020
Autuado: Soraya Rodrigues Machado, CPF 110.876.058-90
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Na presente data foram apresentados documentos que comprovam que o dano foi reparado por meio da regeneração natural da vegetação nativa. Dessa forma, foi acordado que não é necessário o firmamento de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 07 - Atibaia - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200402005723-1
Data da Infração: 4-4-2020
Autuado: José Laercio Ogando, CPF 003.520.648-97
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Em caso de dúvidas, entrar em contato com cfb.campinas@sp.gov.br
Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200826006212-1
Data da Infração: 27-8-2020
Autuado: Ivandecir Aparecido Cardoso, CPF 057.452.698-63
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Anular;
Houve conciliação.
Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação da improcedência da infração/autuação, pois existe um AIA 219.399/2008 lavrado no local, cujo TCRA vem sendo cumprido.
Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista
Auto de infração Ambiental: 20200826006534-1
Data da Infração: 29-8-2020
Autuado: Gilvan Salu da Silva, CPF 547.746.244-20
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Devido a constatação de atenuantes.;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.100,00
Observações: Obtida conciliação com emissão das 14 guias de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento das guias, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. O autuado está ciente de que enquanto o AIA não for arquivado, deve manter seu endereço de correspondência atualizado junto à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Caso, não seja possível a entrega de correspondências ao autuado, as notificações serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e serão adotadas as providências a revelia do autuado junto ao AIA. Dúvidas podem ser sanadas pelo e-mail cfb.campinas@sp.gov.br, celular (11) 95092-7495 ou pelo telefone 19 3790 3740. Consulta ao processo pode ser realizado por meio do endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/
Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200826007129-1
Data da Infração: 27-8-2020
Autuado: Antônio Carlos Pereira de Azevedo, CPF 134.347.808-15
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 5.450,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista
Auto de infração Ambiental: 20200827004720-1
Data da Infração: 28-8-2020
Autuado: Antonio Marcelino de Oliveira, CPF 167.985.458-58
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Devido a constatação de atenuantes.;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 900,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200908005164-1
Data da Infração: 10-9-2020
Autuado: Felype Silva dos Santos, CPF 032.913.255-59
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 600,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201113010998-1
Data da Infração: 13-11-2020
Autuado: Jorge Ferreira Porto, CPF 255.877.428-06
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 5.250,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201113010998-2
Data da Infração: 13-11-2020
Autuado: Jorge Ferreira Porto, CPF 255.877.428-06
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.680,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 06 - Campinas - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201113010998-3
Data da Infração: 13-11-2020
Autuado: Jorge Ferreira Porto, CPF 255.877.428-06
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Correção conforme artigo 26, inciso I;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.540,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 08 - Jundiaí - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201116007140-1
Data da Infração: 17-11-2020
Autuado: Sergio Eneias Pedroni, CPF 664.136.138-15
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3782129
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 08 - Jundiaí - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201116007140-2
Data da Infração: 17-11-2020
Autuado: Sergio Eneias Pedroni, CPF 664.136.138-15
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3782136
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 08 - Jundiaí - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201111011460-1
Data da Infração: 18-11-2020
Autuado: José Carlos Correia, CPF 424.310.009-82
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Aplicar;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Anular;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 08 - Jundiaí - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201128009031-1
Data da Infração: 10-12-2020
Autuado: Marcio Benedito Matias, CPF 096.788.128-51
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Alteração do valor da multa, em razão da apresentação de autorização anterior ao AIA.;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 360,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3782167
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 10 - São João da Boa Vista - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201221010191-1
Data da Infração: 22-12-2020
Autuado: Madeireira Oliveira Tambaú Ltda. - ME, CPF 72.051.253/0001-03
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Centro Técnico Regional II - Araçatuba

Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.
Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba
Auto de infração Ambiental: 20200305008734-1
Data da Infração: 11-3-2020
Autuado: Matheus Pina Tenaglia, CPF 283.615.008-47
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 52.080,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200708004553-1
Data da Infração: 8-7-2020
Autuado: Peterson Ferreira da Silva, CPF 310.894.748-65
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20210104013023-1
Data da Infração: 4-1-2021
Autuado: Wilian Araujo Ferreira, CPF 491.707.508-40
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 900,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20210104013023-2
Data da Infração: 4-1-2021
Autuado: Fernando Mazuel dos Santos, CPF 304.333.508-22
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 900,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200507008046-1
Data da Infração: 9-5-2020
Autuado: Alberto Gregaitis Filho, CPF 08.280.855/0003-97
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 3.660,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780460
Observações: O Atendimento Ambiental foi prorrogado para data posterior aos 40 dias previstos no artigo 7º do Decreto Estadual 60.342/2014 em razão do Decreto 64.881/2020 que instituiu a quarentena no Estado de São Paulo devido à Pandemia Covid-19. Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba
Auto de infração Ambiental: 20200510018746-1
Data da Infração: 12-5-2020
Autuado: Marcel Henrique Ribeiro e Outra, CPF 18.271.133/0002-49
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 6.300,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780366
Observações: O Atendimento Ambiental foi prorrogado para data posterior aos 40 dias previstos no artigo 7º do Decreto Estadual 60.342/2014 em razão do Decreto 64.881/2020 que instituiu a quarentena no Estado de São Paulo devido à Pandemia Covid-19. Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200430005091-1
Data da Infração: 30-4-2020
Autuado: José Carlos Soares da Silva, CPF 153.825.618-50
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.376,00
Observações: O Atendimento Ambiental foi prorrogado para data posterior aos 40 dias previstos no artigo 7º do Decreto Estadual 60.342/2014 em razão do Decreto 64.881/2020 que instituiu a quarentena no Estado de São Paulo devido à Pandemia Covid-19.O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200718012872-5
Data da Infração: 19-7-2020
Autuado: Elton Ferreira da Silva, CPF 021.842.691-74
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 600,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20210107004635-1
Data da Infração: 7-1-2021
Autuado: Mayk Paszko dos Santos, CPF 310.224.338-06
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. O autuado foi orientado a buscar a regularização junto ao SISPASS.
Ponto de Atendimento: Ponto 31 - Jales - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20210111006870-1
Data da Infração: 11-1-2021
Autuado: Comércio de Madeiras Tocantins Ltda, CPF 62.699.509/0001-21
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Atendimento suspenso.
Valor consolidado da multa: R$ 4.036,54
Observações: Compareceu no atendimento, Clemente Natal Alves Martins, informando que não tem procuração para representar o autuado, entretanto, alegou que o caminhão utilizado no transporte da madeira foi adquirido por ele, e não pertence à empresa autuada Comércio de Madeira Tocantins Madeiras, apenas ainda não fez a transferência da propriedade do veículo para seu nome. Informou ainda que fez somente o frete da carga, proveniente da Madeireira Verde Ltda. - EPP, CNPJ21.150.789/0001-58, localizada no município Brasnorte/MT e que a autuada não teve qualquer participação na venda ou transporte da madeira. Diante da situação, delibera-se pela suspensão do atendimento ambiental para que seja efetuada novas diligências pela PAmb, ratificando ou não a presente autuação ou eventualmente outra alteração cabível.
Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20210108009625-1
Data da Infração: 13-1-2021
Autuado: João Luiz Alves Pereira, CPF 040.444.998-02
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.320,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Delibera-se pela manutenção da apreensão da madeira com perdimento do produto da infração, mantendo o depósito provisório até finalização do procedimento de destinação definitiva conforme artigo 93 da Resolução SMA-48/2014.
Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210108009625-2
Data da Infração: 13-1-2021
Autuado: Divaldo de Oliveira, CPF 112.168.928-06
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Delibera-se pela manutenção da apreensão da madeira com perdimento do produto da infração, mantendo o depósito provisório até finalização do procedimento de destinação definitiva conforme artigo 93 da Resolução SMA-48/2014.
Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20210108009625-3
Data da Infração: 13-1-2021
Autuado: Dulcival de Oliveira, CPF 121.680.078-29
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Delibera-se pela manutenção da apreensão da madeira com perdimento do produto da infração, mantendo o depósito provisório até finalização do procedimento de destinação definitiva conforme artigo 93 da Resolução SMA-48/2014.
Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200428009563-1
Data da Infração: 18-5-2020
Autuado: Arquimedes Carrilho Celeri, CPF 130.046.848-37
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780883
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201006016642-1
Data da Infração: 9-10-2020
Autuado: Domingos Carlos Porser, CPF 094.030.708-11
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780743
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201006016642-2
Data da Infração: 9-10-2020
Autuado: Domingos Carlos Porser, CPF 094.030.708-11
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780744
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201009006040-1
Data da Infração: 9-10-2020
Autuado: João Lopes Neto, CPF 004.630.338-33
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780779
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201009008836-1
Data da Infração: 9-10-2020
Autuado: Pedro Henrique Americo Silva, CPF 445.561.598-90
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201016013596-1
Data da Infração: 17-10-2020
Autuado: Nelson Trofino, CPF 023.766.848-38
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão

resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201127005715-1

Data da Infração: 27-11-2020

Autuado: Gilmar Lobato, CPF 136.951.248-14

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 240,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 31 - Jales - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20210108004739-1

Data da Infração: 8-1-2021

Autuado: Renaldo Lemes Gonçalves, CPF 785.505.138-49

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Houve conciliação.

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780747

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20210111007156-1

Data da Infração: 11-1-2021

Autuado: Salima de Oliveira, CPF 928.001.308-49

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada não compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20210111007156-2

Data da Infração: 11-1-2021

Autuado: José Donizetti Feboli Junior, CPF 323.580.878-74

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada não compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Atendimento suspenso.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Considerando que o autuado entrou em contato com a PAmb e informou que está apresentando sintomas, com suspeita de ter adquirido Covid-19, o mesmo solicitou o reagendamento do AA, e considerando o que estabelece o art. 7º do Decreto Estadual 64.456/2019, delibera-se pela suspensão do atendimento ambiental, sendo que nova data foi reagendada para o dia 19-2-2021, às 15h30, estando o autuado devidamente ciente.

Ponto de Atendimento: Ponto 31 - Jales - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20210112005732-1

Data da Infração: 12-1-2021

Autuado: Lourivaldo Moreira da Silva, CPF 503.459.238-04

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Houve conciliação.

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780787

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20210113006846-2

Data da Infração: 13-1-2021

Autuado: Cucarolla Componentes para Móveis Ltda. - EPP, CPF 17.630.265/0001-76

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Anular;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 163,73

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20210113006846-1

Data da Infração: 13-1-2021

Autuado: Cucarolla Componentes para Móveis Ltda. - EPP, CPF 17.630.265/0001-76

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Anular;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 121,14

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. Delibera-se pela destinação da madeira apreendida nos termos da legislação vigente.

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201009004462-1

Data da Infração: 9-10-2020

Autuado: Agropecuária Terras Novas S.A, CPF 07.024.787/0043-20

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 135.984,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201009004462-2

Data da Infração: 9-10-2020

Autuado: Agropecuária Terras Novas S.A, CPF 07.024.787/0043-20

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 148.230,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201007013952-2

Data da Infração: 8-10-2020

Autuado: Evair de Dono Ayala, CPF 072.076.488-20

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 1.750,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201007013952-3

Data da Infração: 8-10-2020

Autuado: Evair de Dono Ayala, CPF 072.076.488-20

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 6.657,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781107

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201007013952-4

Data da Infração: 8-10-2020

Autuado: Evair de Dono Ayala, CPF 072.076.488-20

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 135,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781110

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da guia de recolhimento da multa, a qual foi entregue ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201029008112-1

Data da Infração: 30-10-2020

Autuado: Izabella Lopes Medardoni, CPF 394.223.768-74

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 880,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201031010534-3

Data da Infração: 31-10-2020

Autuado: Erivelto de Castro Rocha, CPF 415.165.688-00

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 296,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201031010534-1

Data da Infração: 31-10-2020

Autuado: Juscelino Mendes dos Santos, CPF 017.210.328-27

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 222,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201031010534-2

Data da Infração: 31-10-2020

Autuado: Pedro Cordeiro da Silva, CPF 025.933.498-75

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 296,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201128009468-1

Data da Infração: 28-11-2020

Autuado: Benedito Faustino de Paula, CPF 016.077.558-23

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 72,52

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Os petrechos apreendidos poderão ser devolvidos em definitivo ao infrator após o pagamento integral da multa consolidada, devendo o mesmo entrar em contato com o Policia Ambiental após o pagmento da multa.

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201028003473-1

Data da Infração: 28-10-2020

Autuado: Pedro Guilherme, CPF 227.084.138-72

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 540,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781591

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201028003473-2

Data da Infração: 28-10-2020

Autuado: Pedro Guilherme, CPF 227.084.138-72

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 345,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781598

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201028003473-3

Data da Infração: 28-10-2020

Autuado: Pedro Guilherme, CPF 227.084.138-72

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 510,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781606

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201028003473-4

Data da Infração: 28-10-2020

Autuado: Pedro Guilherme, CPF 227.084.138-72

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Houve conciliação.

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781613

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 13 - Araçatuba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201107009772-1

Data da Infração: 7-11-2020

Autuado: Edgar Batista de Oliveira, CPF 165.579.418-36

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu à sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 886,80

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Comunicado

O Diretor do Centro Técnico Regional de Fiscalização de Araçatuba - CTRF-2, da Secretaria do Meio Ambiente, torna público a relação de Auto de Infração Ambiental, cujo autuado não foi localizado para entrega da notificação via Correios e/ou Polícia Militar Ambiental. O Centro Técnico Regional de Fiscalização de Araçatuba está localizado na Rua Tenente Alcides Teodoro dos Santos 260, Bairro Aviação, CEP 16055-557, Araçatuba - SP. Em caso de comparecimento, agendar previamente pelo telefone (18) 3607-0550.

Auto de Infração Ambiental 20191107003075-1

Autuado: Juliana Santos Nubiato, CPF 35.404.992/0001-05

Município da Infração: Sud Mennucci

Após análise do processo em epígrafe, foi observada pendência em relação ao pagamento da guia de recolhimento 526.364 emitida por este CTR. Desta forma, seguem abaixo as considerações: Elaboramos nova Guia de Recolhimento no valor de R$ 317,81, referente ao débito vencido e não quitado. O boleto, com vencimento em 26-4-2021, poderá ser solicitado a este Centro Técnico Regional via e-mail no endereço eletrônico: cfb.araçatuba@sp.gov. Lembramos que caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, o débito será incluído no Sistema da Dívida Ativa para cobrança judicial junto à Procuradoria Geral do Estado. Havendo a quitação do débito, o processo administrativo será considerado encerrado e encaminhado para arquivo. Em caso de dúvidas, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br

Auto de Infração Ambiental 20190218004794-1

Autuado: Higor Henrique Rodrigues Cecilio, CPF 477.933.958-83

Município da Infração: Auriflama

Após análise do processo em epígrafe, foi observada pendência em relação ao pagamento da guia de recolhimento emitida por este CTR. Desta forma, seguem abaixo as considerações: Elaboramos nova Guia de Recolhimento no valor de R$ 2.400,00, referente ao débito vencido e não quitado. O boleto, com vencimento em 26-4-2021, poderá ser solicitado a este Centro Técnico Regional via e-mail no endereço eletrônico: cfb.araçatuba@sp.gov. Lembramos que caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, o débito será incluído no Sistema da Dívida Ativa para cobrança judicial junto à Procuradoria Geral do Estado. Havendo a quitação do débito, o processo administrativo será considerado encerrado e encaminhado para arquivo. Em caso de dúvidas, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental 20190801009303-2

Autuado: Maria dos Anjos da Silva Pereira, CPF 034.785.896-14

Município da Infração: Santa Rita d'Oeste

Tendo em vista a necessidade de darmos continuidade à administração do processo em epígrafe, segue abaixo as considerações desta Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade: Informamos que não consta em nosso Sistema Integrado de Gestão Ambiental (Sigam) o pagamento de uma parcela referente à multa aplicada junto ao Auto de Infração Ambiental (AIA) acima referido. Desta forma, elaboramos nova guia de arrecadação no valor total devido, perfazendo o montante de R$ 136,32, que deverá ser pago em qualquer agência bancária. O boleto, com vencimento em 26-4-2021, poderá ser solicitado a este Centro Técnico Regional via e-mail no endereço eletrônico: cfb.araçatuba@sp.gov. Informamos ainda que o não pagamento da multa até a data de vencimento acarretará na inclusão do débito no Sistema de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado, para adoção de medidas judiciais cabíveis. Assim que a multa for paga, o processo será considerado concluso e encaminhado para arquivo. Em caso de dúvidas, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental 20190618005737-1

Autuado: Ademar Gaiotto Filho, CPF 061.715.188-16

Município da Infração: Araçatuba

Após análise do processo em epígrafe, foi observada pendência em relação ao pagamento das 12 guias de recolhimento emitidas na sessão de atendimento ambiental ocorrida em 7-8-2019. Desta forma, seguem abaixo as considerações: Elaboramos nova Guia de Recolhimento no valor de R$ 4.050,00, referente aos débitos vencidos e não quitados. O boleto, com vencimento em 21-3-2021, poderá ser solicitado a este Centro Técnico Regional via e-mail no endereço eletrônico: cfb.araçatuba@sp.gov. Lembramos que caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, o débito será incluído no Sistema da Dívida Ativa para cobrança judicial junto à Procuradoria Geral do Estado. Havendo a quitação do débito, o processo administrativo será considerado encerrado e encaminhado para arquivo. Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br

Auto de Infração Ambiental 20190702009271-1

Autuado: Almir Alves Albino, CPF 040.749.348-41

Município da Infração: Araçatuba

Comunicamos que foi verificado em nosso sistema a não quitação de uma parcela da multa aplicada em razão do presente Auto de Infração Ambiental vencida em 19-3-2020. Assim, para integral quitação do débito, elaboramos nova guia com valor remanescente. O boleto, com vencimento em 26-02-2021, poderá ser solicitado a este Centro Técnico Regional via e-mail no endereço eletrônico: cfb.araçatuba@sp.gov. Após o pagamento da multa, não havendo outras pendências vinculadas ao AIA, o processo deverá ser encaminhado para arquivo e controle de reincidências. O não pagamento do valor implicará na inscrição do débito no Sistema de Dívida Ativa para cobrança judicial da multa. O comparecimento ao CTRF 2 deverá ser previamente agendado. Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental 20191230005445-1

Autuado: Carlos Daniel Mota, CPF 481.842.788-88

Município da Infração: Fernandópolis

Informamos que não foi efetuado o protocolo de defesa contra a decisão do Atendimento Ambiental Simplificado, no

prazo dos 20 dias, conforme estipulado em legislação vigente. Diante do exposto, deverá ser efetuado o pagamento do valor de R$ 1.500,00 em dinheiro ou cheque administrativo, em qualquer agência bancária, no prazo que consta da Guia de Arrecadação. O boleto, com vencimento em 5-4-2021, poderá ser solicitado a este Centro Técnico Regional via e-mail no endereço eletrônico: cfb.araçatuba@sp.gov. O pagamento da multa não exime o autor da infração da obrigação de reparar o dano ambiental causado, nos termos do artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal 6.938/81 e também da responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida, caso existam, (verificar campo 23 do Auto de Infração) tais como embargo, demolição, suspensão das atividades, ou outra, que permanecem vigentes. Na esfera administrativa não é mais possível à interposição recurso, razão pela qual, caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada, o débito será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, assim como o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental 176790/2005

Autuado: Jurandir Ferrarez, CPF 080.850.898-90

Município da Infração: Votuporanga

Considerando a obrigação de reparar o dano ambiental causado, nos termos do artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal 6.938/81, a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - Centro Técnico Regional de Araçatuba solicita que o autuado apresente no prazo de 60 dias, contados do recebimento desta notificação, Relatório Técnico Fotográfico contendo no mínimo 08 fotos com coordenadas geográficas, demonstrando a situação atual da área objeto do Auto de Infração Ambiental 176790/2005. O não atendimento desta Notificação implicará no encaminhamento de seu processo à Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas judiciais cabíveis para fazer executar a reparação do dano ambiental, nos termos da legislação ambiental vigente. Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br. Em caso comparecimento é necessário o prévio agendamento.

Auto de Infração Ambiental 09.641-2000

Autuado: Vera Teixeira da Silva, CPF 281.634.508-43

Município da Infração: Santa Fé do Sul

Comunicamos a existência de passivo ambiental em razão do Auto de Infração Ambiental 09.641/2000 vinculado ao imóvel "Rancho Teixeira" que tramita neste Centro Técnico Regional em Araçatuba. A autuada deverá encaminhar Relatório Técnico a este Centro Técnico Regional em Araçatuba demonstrando a situação atual do imóvel, com delimitação do uso e ocupação do solo, indicando a faixa definida como Área de Preservação Permanente pela Lei 12.561/2012 e os marcos fixados pela empresa concessionária de energia no Reservatório da UHE. O documento deverá ser encaminhado em até 30 dias, a contar da data de recebimento desta Notificação. O não atendimento do solicitado dentro do prazo determinado poderá implicar na cobrança de multa, sem prejuízo do encaminhamento do processo para cobrança judicial da reparação do dano. O local poderá ser, a qualquer tempo, fiscalizado. O comparecimento ao CTRF 2 deverá ser previamente agendado. Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental 267216/2012

Autuado: Nobuco Ayacibara Marimoto, CPF 102.735.828-44

Município da Infração: Cosmorama

Considerando a obrigação de reparar o dano ambiental causado, nos termos do artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal, e do artigo 4º da Lei Federal 6.938/81, a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - Centro Técnico Regional de Araçatuba solicita que o autuado apresente no prazo de 60 dias, contados do recebimento desta notificação, Relatório Técnico Fotográfico contendo no mínimo 08 fotos com coordenadas geográficas e o croqui de acesso à área, demonstrando a situação atual da área objeto do Auto de Infração Ambiental 267216/2012. O não atendimento desta Notificação implicará no encaminhamento de seu processo à Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas judiciais cabíveis para fazer executar a reparação do dano ambiental, nos termos da legislação ambiental vigente. Em caso comparecimento é necessário o prévio agendamento. Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental

Autuado: Marco Antônio Filasi, CPF 735.880.598-49

Município da Infração: Cardoso

Comunicamos a existência de passivo ambiental vinculado ao imóvel rural denominado "Estância da Mata", município de Cardoso/SP. O processo administrativo - AIA 155781/2004 - foi lavrado em nome de Marco Antônio Filasi - por suprimir com machado e foice, vegetação secundária em estágio médio (capoeira), sem licença ambiental, em área correspondente a 0,0224 hectares. O débito relativo à multa foi quitado. Contudo, o pagamento da multa não exime o autor da infração de reparar o dano ambiental. Considerando a necessidade de certificar a reparação do referido dano ambiental, solicitamos o envio de Relatório Fotográfico, no prazo de 60 dias, a contar da data do recebimento desta notificação, demonstrando o estado atual da área objeto da autuação. É necessário que o documento seja impresso, contenha no mínimo 8 fotos e relacione cada uma das imagens apresentadas com as respectivas coordenadas geográficas dos locais. Obs.: A documentação pode ser enviada por correio (com AR). Em caso de comparecimento é necessário prévio agendamento. Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental 186098/2007

Autuado: José Vilarins Marques, CPF 063.696.198-25

Município da Infração: Penapolis

Reiteração Notif. 1124/2018 e 143/2020. Solicita-se a apresentação das adequações listadas na Notif. 1124/2018 e reiteradas na Notif. 143/2020. Prazo para entrega: 60 dias contados do recebimento da notificação. Ressalta-se que, em caso de não atendimento do solicitado dentro do prazo solicitado poderá caracterizar o descumprimento do TCRA e o encaminhamento deste processo à Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas judiciais cabíveis para fazer cumprir o compromisso e reparação do dano ambiental, nos termos da legislação vigente. Em caso comparecimento é necessário o prévio agendamento. Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental 24.507/1990

Autuado: Marcos Pereira Rosa, CPF 025.751.478-32

Município da Infração: Cardoso

Comunicamos a existência de passivo ambiental vinculado ao imóvel rural denominado "Fazenda Bela Vista". O processo administrativo - AIA 24.507/1990 - foi lavrado em desfavor de Marcos Pereira Rosa (CPF 132.134.408-25), "por exercer atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, sem licença ambiental legalmente exigível, cultivando, uma área de 0,7ha em faixa marginal, inferior a 100m à represa hidroelétrica de Água Vermelha". Considerando a necessidade de certificar a reparação do referido dano ambiental, solicitamos o envio de Relatório Técnico Fotográfico, no prazo de 60 dias a contar da data do recebimento desta notificação, demonstrando o estado atual da área objeto da autuação. É necessário que o documento seja impresso, contenha croqui de localização e no mínimo 6 fotos e relacione cada uma das imagens apresentadas com as respectivas coordenadas geográficas dos locais. O não atendimento do solicitado no prazo estipulado implicará na adoção das medidas judiciais cabíveis para cobrar a obrigação de reparar o dano ambiental. Em caso comparecimento é necessário o prévio agendamento. Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental 267236/2012

Autuado: Irmãos Correa Armazéns Gerais Ltda, CPF 04.129.435/0001-91

Município da Infração: Álvares Florence

Acusamos o pagamento da multa no valor de R$ 500,00 em 27-9-2012, porém não acusamos o recebimento da documentação que comprova a abertura de processo de licenciamento ambiental junto à Cetesb, visando à regularização da infração em tela.

O processo administrativo - AIA 267236/2012 foi lavrado em nome de Irmãos Correa Armazéns Gerais Ltda, por "Fazer funcionar estabelecimento utilizando recursos ambientais considerados potencialmente poluidores, em desacordo com a licença obtida, incorrendo no disposto do artigo 66 do Decreto Federal 6.514/2008", ficando embargada a atividade degradadora na área objeto da presente autuação com base nos termos do artigo 5º, inciso VII, conforme artigo 13 da Resolução SMA-32/2010. Considerando a necessidade de certificar o cumprimento do compromisso, Solicitamos o envio da Licença de Operação do órgão competente - Cetesb, no prazo de 60 dias, a contar da data do recebimento desta Notificação. O não atendimento implicará na adoção das medidas judiciais cabíveis para cobrar a obrigação de reparar o dano ambiental. Obs: A documentação pode ser enviada por correio (com AR). Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental 196910/2006

Autuado: Osvaldo Alves, CPF 784.988.218-00

Município da Infração: Floreal

Não acusamos o recebimento do Relatório Técnico Fotográfico, referente ao TCRA 31.683/2008, vencido em 16-7-2008, que prevê "efetuar e manter aceiros nos limites externos das APPs e fragmentos florestais que se confrontem com áreas de lavoura e pastagem existentes no imóvel", originado de um passivo ambiental vinculado ao imóvel rural denominado "Sítio São Benedito I", localizado no município de Floreal. O processo administrativo - AIA 196.910/2006 - foi lavrado em nome de "Osvaldo Alves", por fazer uso de fogo em área agropastoris sem autorização do órgão ambiental competente, conforme o disposto no artigo 57 da Resolução SMA-37/2005, em área correspondente a 2,00ha. Considerando a concessão de desconto de 90% no valor da multa, mediante adoção de medidas de reparação do dano ambiental, de acordo com o artigo 62 da Resolução SMA-37/2005 e a necessidade de certificar o cumprimento do compromisso e a reparação do referido dano ambiental, solicitamos o envio de Relatório Fotográfico no prazo de 60 dias, a contar da data do recebimento desta notificação, demonstrando o estado atual dos aceiros nos limites externos das APPs e fragmentos florestais que se confrontem com áreas de lavoura e pastagem. É necessário que o documento seja impresso, contenha no mínimo 8 fotos e relacione cada uma das imagens apresentadas com as respectivas coordenadas geográficas dos locais. O não atendimento implicará na perda do benefício concedido pela Comissão Regional de Julgamento, além da adoção das medidas judiciais cabíveis para cobrar a obrigação de reparar o dano ambiental. Obs: A documentação pode ser enviada por correio (com AR). Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental 09.620/2000

Autuado: Aparecido Donizetti de Mello, CPF 018.532.928-42

Município da Infração: Sebastianópolis do Sul

Comunicamos a existência de passivo ambiental vinculado ao imóvel rural denominado "Sítio N.S. Aparecida", em Sebastianópolis do Sul. O Processo Administrativo - AIA 09.620 - foi lavrado em nome de Aparecido Donizetti de Mello - CPF 018.532.928-42 - em razão do corte de duas árvores nativas, sem licença do órgão Ambiental, sendo firmado o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental 113/03 prevendo o plantio de 20 mudas de árvores nativas, em uma área correspondente a 0,012 ha. Considerando a necessidade de certificar o cumprimento do compromisso e a reparação do referido dano ambiental, solicitamos o envio de Relatório Fotográfico no prazo de 60 dias, a contar da data do recebimento desta notificação, demonstrando o estado atual do reflorestamento implantado. É necessário que o documento seja impresso, contenha no mínimo 6 fotos e relacione cada uma das imagens apresentadas com as respectivas coordenadas geográficas dos locais. O não atendimento implicará na perda do benefício concedido pela Comissão Especial de Julgamento, além da adoção das medidas judiciais cabíveis para cobrar a obrigação de reparar o dano ambiental. A documentação pode ser enviada por Correio (com AR). Em caso de comparecimento é imprescindível o agendamento prévio. Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental 19.562/2000

Autuado: Orestes Martins de Menezes, CPF 141.653.768-68

Município da Infração: Riolândia

Informamos que, nos termos do parágrafo único do artigo 5º e artigo 6º da Resolução SMA-98/2016, o auto em epígrafe encontra-se suspenso para todos os efeitos legais.

Ressalva-se que a permissão da continuidade de suas atividades declaradas na área rural consolidada ocorrerá em caráter precário, seguindo os parâmetros do artigo 8º da Resolução SMA-98/2016, enquanto não for implantado no Estado de São Paulo o Programa de Regularização Ambiental - PRA, houver prazo para aderir a este programa ou estiver sendo cumprido o termo de compromisso firmado entre seu bojo. Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Auto de Infração Ambiental 277302/2013

Autuado: Edvilson Aparecido de Souza - ME, CPF 11.116.725/0001-66

Município da Infração: Fernandópolis

Trata a presente comunicação acerca do desembargo da área/atividade objeto do AIA 277302/2013.Considerando o documento protocolado em 12-4-2013 pelo autuado, informando que a empresa não desenvolverá mais a atividade no local objeto do AIA 277302/2013, pela impossibilidade de licenciamento; Considerando o Termo de Vistoria Ambiental da PAmb. 137355, de 7-5-2013, informando que a empresa encontra-se com as atividades paralisadas e portanto a advertência foi cumprida, e o Termo de Vistoria Ambiental da PAmb. 137515, de 4-7-2013, informando que todos os maquinários foram retirados do local da autuação, restando apenas os 315 sacos de reboco com 20 Kg, apreendidos; Considerando decisão - Controle Jecrim - Fernandópolis/SP, 234/13, de 26-7-2013, do Juiz de Direito, Maurício Ferreira Fontes, "autorizo a doação do material apreendido ao Asilo São Vicente de Paula...", além do Termo de Destinação (doação) da PAmb. 130296, de 13-8-2013, e finalmente o Termo de Julgamento de Auto de Infração, de 5-9-2013, onde o Cap, PM Siconeli, Comandante da 2ª Cia. PAmb de Fernandópolis, julga o AIA com advertência cumprida. Informamos que o dano ambiental ocasionado é passível de ser considerado reparado. Sendo assim, por não restarem mais pendências, já que a penalidade imposta foi a de Advertência, o presente processo é considerado concluso e será encaminhado para arquivo. Cumpre salientar que novas instalações de atividades consideradas potencialmente poluidoras, dependerão de prévia autorização do órgão ambiental competente. Em caso de comparecimento é necessário prévio agendamento. Qualquer dúvida, entrar em contato pelo e-mail: cfb.araçatuba@sp.gov.br.

Centro Técnico Regional III - Santos

Comunicado

O Diretor do Centro Técnico Regional III - Santos, da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, torna público a relação de Autos de Infração Ambiental intimando o autuado abaixo consignado a comparecer à Sede do Centro Técnico Regional III - Santos, localizada à Av. Bartolomeu de Gusmão, 192, Ponta da Praia, Santos, SP, conforme data agendada para o Atendimento Ambiental.

Em função da pandemia do Covid-19 e do Decreto Estadual 64.881, de 22-3-2020, que estabeleceu a quarentena em todo o Estado de São Paulo, bem como da necessidade de ainda ser mantido o distanciamento social, o atendimento ambiental dos Autos de Infração Ambiental relacionados ocorrerá, na forma semi-presencial, na data e horário abaixo indicados:

O Autuado deverá comparecer portando os documentos necessários para a realização da reunião (CPF, RG ou CNH, Comprovante de Residência, Procuração, caso necessário, e demais documentos que quiser apresentar relacionados ao caso).

Ressalta-se que é obrigatório o uso de máscara e para a realização do atendimento ambiental será disponibilizada ao Autuado uma estação de trabalho específica para esta finalidade, contendo computador e demais equipamentos necessários para a vídeo conferência, e seguindo os critérios sanitários e de distanciamento recomendados pelo Governo do Estado de São Paulo, tendo em vista a pandemia do Covid-19.

Nº do Auto de Infração: 20201105005202-1

Nome do Infrator: Angela Maria de Jesus Barbosa, CPF 305.120.208-84

Município do local de infração: Guarujá - SP

Penalidade aplicada: Advertência

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 1º-2-2021, às 9 horas

Nº do Auto de Infração: 20201105005128-1

Nome do Infrator: Marcelo Xavier de Barros, CPF 113.389.718-59

Município do local de infração: Guarujá - SP

Penalidade aplicada: Advertência

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 1º-2-2021, às 10 horas

Nº do Auto de Infração: 20201105003567-1

Nome do Infrator: Daniel Vitorino Vanderlei, CPF 300.481.028-06

Município do local de infração: Praia Grande - SP

Penalidade aplicada: Advertência

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 1º-2-2021, às 15 horas

Nº do Auto de Infração: 20201105003631-1

Nome do Infrator: Daniel Vitorino Vanderlei, CPF 300.481.028-06

Município do local de infração: Praia Grande - SP

Penalidade aplicada: Advertência

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 1º-2-2021, às 16 horas

Comunicado

O Diretor do Centro Técnico Regional III - Santos, da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, torna público a relação de Autos de Infração Ambiental intimando o autuado abaixo consignado a comparecer à Sede do Centro Técnico Regional III - Santos, localizada à Av. Bartolomeu de Gusmão, 192, Ponta da Praia, Santos, SP, conforme data agendada para o Atendimento Ambiental.

Em função da pandemia do Covid-19 e do Decreto Estadual 64.881, de 22-3-2020, que estabeleceu a quarentena em todo o Estado de São Paulo, bem como da necessidade de ainda ser mantido o distanciamento social, o atendimento ambiental dos Autos de Infração Ambiental relacionados ocorrerá, na forma semi-presencial, na data e horário abaixo indicados:

O Autuado deverá comparecer portando os documentos necessários para a realização da reunião (CPF, RG ou CNH, Comprovante de Residência, Procuração, caso necessário, e demais documentos que quiser apresentar relacionados ao caso).

Ressalta-se que é obrigatório o uso de máscara e para a realização do atendimento ambiental será disponibilizada ao Autuado uma estação de trabalho específica para esta finalidade, contendo computador e demais equipamentos necessários para a vídeo conferência, e seguindo os critérios sanitários e de distanciamento recomendados pelo Governo do Estado de São Paulo, tendo em vista a pandemia do Covid-19.

Nº do Auto de Infração: 20201105003441-1

Nome do Infrator: Anderson Felix Augusto, CPF 456.054.878-17

Município do local de infração: Praia Grande - SP

Penalidade aplicada: Multa

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 2-2-2021, às 10 horas

Nº do Auto de Infração: 20201105003372-1

Nome do Infrator: Rafael Gomes Freitas, CPF 400.505.518-41

Município do local de infração: Praia Grande - SP

Penalidade aplicada: Advertência

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 2-2-2021, às 11 horas

Comunicado

O Diretor do Centro Técnico Regional III - Santos, da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, torna público a relação de Autos de Infração Ambiental intimando o autuado abaixo consignado a comparecer à Sede do Centro Técnico Regional III - Santos, localizada à Av. Bartolomeu de Gusmão, 192, Ponta da Praia, Santos, SP, conforme data agendada para o Atendimento Ambiental.

Em função da pandemia do Covid-19 e do Decreto Estadual 64.881, de 22-3-2020, que estabeleceu a quarentena em todo o Estado de São Paulo, bem como da necessidade de ainda ser mantido o distanciamento social, o atendimento ambiental dos Autos de Infração Ambiental relacionados ocorrerá, na forma semi-presencial, na data e horário abaixo indicados:

O Autuado deverá comparecer portando os documentos necessários para a realização da reunião (CPF, RG ou CNH, Comprovante de Residência, Procuração, caso necessário, e demais documentos que quiser apresentar relacionados ao caso).

Ressalta-se que é obrigatório o uso de máscara e para a realização do atendimento ambiental será disponibilizada ao Autuado uma estação de trabalho específica para esta finalidade, contendo computador e demais equipamentos necessários para a vídeo conferência, e seguindo os critérios sanitários e de distanciamento recomendados pelo Governo do Estado de São Paulo, tendo em vista a pandemia do Covid-19.

Nº do Auto de Infração: 20201031019695-1

Nome do Infrator: Adriano Cesar de Vasconcelos, CPF 404.736.218-27

Município do local de infração: São Vicente - SP

Penalidade aplicada: Multa

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 3-2-2021, às 14 horas.

Nº do Auto de Infração: 20201105004622-1

Nome do Infrator: Reinaldo Correia da Silva Banzato, CPF 323.049.268-43

Município do local de infração: Praia Grande - SP

Penalidade aplicada: Multa

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 3-2-2021, às 16 horas

Comunicado

O Centro Técnico Regional III - Santos, da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, torna público a relação de Autos de Infração Ambiental intimando o autuado abaixo consignado a comparecer à Sede do Centro Técnico Regional III - Santos, localizada à Av. Bartolomeu de Gusmão, 192, Ponta da Praia, Santos, SP, conforme data agendada para o Atendimento Ambiental.

Em função da pandemia do Covid-19 e do Decreto Estadual 64.881, de 22-3-2020, que estabeleceu a quarentena em todo o Estado de São Paulo, bem como da necessidade de ainda ser mantido o distanciamento social, o atendimento ambiental dos Autos de Infração Ambiental relacionados ocorrerá, na forma semi-presencial, na data e horário abaixo indicados:

O Autuado deverá comparecer portando os documentos necessários para a realização da reunião (CPF, RG ou CNH, Comprovante de Residência, Procuração, caso necessário, e demais documentos que quiser apresentar relacionados ao caso).

Ressalta-se que é obrigatório o uso de máscara e para a realização do atendimento ambiental será disponibilizada ao Autuado uma estação de trabalho específica para esta finalidade, contendo computador e demais equipamentos necessários para a vídeo conferência, e seguindo os critérios sanitários e de distanciamento recomendados pelo Governo do Estado de São Paulo, tendo em vista a pandemia do Covid-19.

Nº do Auto de Infração: 20201106005338-1

Nome do Infrator: Talita Doriana da Silva, CPF 610.409.674-34

Município do local de infração: Praia Grande - SP

Penalidade aplicada: Advertência

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 4-2-2021, às 15 horas

Nº do Auto de Infração: 20201106005319-1

Nome do Infrator: Jeniffer Thais Araujo Silva Perez, CPF 403.564.918-03

Município do local de infração: Praia Grande - SP

Penalidade aplicada: Advertência

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 4-2-2021, às 16 horas

Comunicado

O Centro Técnico Regional III – Santos, da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, faz publicar a relação de Autos de Infração Ambiental intimando o autuado abaixo consignado a comparecer à Sede do Centro Técnico Regional III – Santos, localizada à Av. Bartolomeu de Gusmão, 192, Ponta da Praia, Santos/SP, conforme data agendada para o Atendimento Ambiental.

Em função da pandemia do Covid-19 e do Decreto Estadual 64.881 de 22-03-2020, que estabeleceu a quarentena em todo o Estado de São Paulo, bem como da necessidade de ainda ser mantido o distanciamento social, o atendimento ambiental dos Autos de Infração Ambiental relacionados ocorrerá, na forma semi-presencial, na data e horário abaixo indicados:

O Autuado deverá comparecer portando os documentos necessários para a realização da reunião (CPF, RG ou CNH, Comprovante de Residência, Procuração, caso necessário, e demais documentos que quiser apresentar relacionados ao caso).

Ressalta-se que é obrigatório o uso de máscara e para a realização do atendimento ambiental será disponibilizada ao Autuado uma estação de trabalho específica para esta finalidade, contendo computador e demais equipamentos necessários para a vídeo conferência, e seguindo os critérios sanitários e de distanciamento recomendados pelo Governo do Estado de São Paulo, tendo em vista a pandemia do Covid-19.

Número do Auto de Infração: 20201105005921-1

Nome do Infrator: Claudiner Marques Junior

CPF: 054.626.268-60

Município do local de infração: Bertioga/SP

Penalidade aplicada: Multa

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 08-02-2021 às 10:00h

Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.

Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200225008887-2

Data da Infração: 25-02-2020

Autuado: Ismael Aleixo, CPF 066.943.208-33

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Alterar Objeto para Devolução da motoserra condicionada a apresentação da LPU; Guia SIGAM paga.;

Multa simples: Alterar Valor para Constatação de atenuante;

Houve conciliação.

Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Valor consolidado da multa já pago. Para a retirada da motosserra apresentar nota fiscal da mesma, LPU e guia SIGAM.

Ponto de Atendimento: Ponto 19 - Peruíbe - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200802012918-1

Data da Infração: 2-8-2020

Autuado: Enoque dos Santos, CPF 331.177.168-07

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Alterar Valor para alterado pela constatação de atenuantes.

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 2.520,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos

Auto de Infração Ambiental: 20201024024576-1

Data da Infração: 25-10-2020

Autuado: José Maria Santana Dias, CPF 959.300.356-87

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Houve conciliação.

Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos

Auto de Infração Ambiental: 20201024014555-1

Data da Infração: 24-10-2020

Autuado: Jeni Rodrigues, CPF 294.929.388-39

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Alterar Animais para 3B1C2P, verificar destinação das aves.;

Multa simples: Alterar Valor para em função das circunstâncias atenuantes.;

Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 300,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201025010299-1
Data da Infração: 25-10-2020
Autuado: Ronaldo Barbosa, CPF 143.699.808-52
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201010012896-1
Data da Infração: 24-10-2020
Autuado: Geison Moura Gomes, CPF 357.606.468-00
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 19 - Peruíbe - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210106004534-2
Data da Infração: 6-1-2021
Autuado: Cicero Marques dos Santos, CPF 972.792.008-00
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar valor para Alterado pela Constatação de Atenunates;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 3.600,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 19 - Peruíbe - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210107005488-1
Data da Infração: 7-1-2021
Autuado: Enoque dos Santos, CPF 331.177.168-07
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 19 - Peruíbe - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210107005706-1
Data da Infração: 7-1-2021
Autuado: Enoque dos Santos, CPF 331.177.168-07
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 19 - Peruíbe - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210107005951-1
Data da Infração: 7-1-2021
Autuado: Enoque dos Santos, CPF 331.177.168-07
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para alterado pela constatação de atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.200,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210112003833-1
Data da Infração: 12-1-2021
Autuado: Marivaldo da Silva Aragão, CPF 066.744.018-62
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 3.900,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA Verificada a reincidência específica através do AIA 13728-2 (revel) e aplicada a majoração em triplo.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210113007524-2
Data da Infração: 13-1-2021
Autuado: Ketle Carneiro de Vasconcelos, CPF 431.464.488-58
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210113007524-3
Data da Infração: 13-1-2021
Autuado: Nathan de Cerqueira Leite Scherer, CPF 395.060.818-40
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200202012548-1
Data da Infração: 9-02-2020
Autuado: Cleber Sousa Roberto, CPF 409.685.798-09
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Constatação de atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.600,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200331007437-1
Data da Infração: 31-03-2020
Autuado: Ana Maria Carvalho Ferreira, CPF 905.745.678-87
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Constatação de atenuantes e agravantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.940,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Prazo de quinze dias para apresentar a procuração, de acordo com o estatuto da OAB.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201027014510-1
Data da Infração: 28-10-2020
Autuado: Nelson Antonio da Silva, CPF 732.956.208-49
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para constatação de atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 18.600,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201030004281-1
Data da Infração: 30-10-2020
Autuado: Ana Thales Ferreira de Brito, CPF 100.771.024-10
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: A autuada não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples no valor de R$ 90,00, (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201027009719-1
Data da Infração: 28-10-2020
Autuado: Odair florentino da silva, CPF 134.051.378-10
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201027009719-2
Data da Infração: 28-10-2020
Autuado: Douglas Jesus Leme da Silva, CPF 389.107.128-05
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201027009719-3
Data da Infração: 28-10-2020
Autuado: Vitor Afonso Santos Costa, CPF 054.973.603-43
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20210107008175-1
Data da Infração: 8-1-2021
Autuado: Maria José Laurindo, CPF 884.505.038-68
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para constatação de atenuantes;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210113007524-1
Data da Infração: 13-1-2021
Autuado: Yuri Azevedo de Souza Pomarole, CPF 426.916.948-60
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210113007524-4
Data da Infração: 13-1-2021
Autuado: Ygor Lustosa Peluso, CPF 105.858.229-13
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210116007850-1
Data da Infração: 16-1-2021
Autuado: Jair Brasílio dos Santos, CPF 038.282.708-24
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Constatação de Atenuante e Agravante;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.920,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210115005853-1
Data da Infração: 15-1-2021
Autuado: Iraildes Novaes de Jesus, CPF 108.526.378-96
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200103007299-1
Data da Infração: 3-1-2020
Autuado: Aurelio Silva dos Passos, CPF 352.214.598-41
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Alterar Objeto para Alteração da penalidade de apreensão do bem apreendido, pois não houve dano ambiental relatado AIA;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200103007299-2
Data da Infração: 3-1-2020
Autuado: Marco Antonio Souza Campos, CPF 251.009.178-65
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Alterar Objeto para Devolução do bem apreendido; Ausência de efetivo dano e infrator sem AIA anterior.;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200523013207-1
Data da Infração: 27-05-2020
Autuado: Lucelio Santos da Silva, CPF 385.608.928-42
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201028006318-1
Data da Infração: 28-10-2020
Autuado: Lucas Rian da Silva Mariano, CPF 464.254.558-10
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para constatação de atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 3.000,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201028006318-2
Data da Infração: 28-10-2020
Autuado: Carlos Eduardo Lopes Suzart, CPF 504.941.828-30
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para constatação de atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 3.000,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201031011847-1
Data da Infração: 31-10-2020
Autuado: Gutemberg Cordeiro, CPF 042.341.665-02
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201029004160-1
Data da Infração: 29-10-2020
Autuado: Renato Moraes, CPF 164.742.378-30
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para constatação de atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 4.800,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 19 - Peruíbe
Auto de Infração Ambiental: 20210102007265-1
Data da Infração: 2-1-2021
Autuado: Gilson Etelvino Mendes, CPF 766.109.938-15
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para em função da constatação de atenuantes previstos na legislação;
Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.400,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Observação: As gaiolas e viveiro metalico apreendidos deverão ser destruidos
Ponto de Atendimento: Ponto 19 - Peruíbe
Auto de Infração Ambiental: 20210102007265-2
Data da Infração: 2-1-2021
Autuado: Gilson Etelvino Mendes, CPF 766.109.938-15
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para em função de atenuantes previstos na legislação;
Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.400,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Observação: As gaiolas e viveiro metálico apreendidos deverão ser destruídos.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20210110011005-1
Data da Infração: 10-1-2021
Autuado: Paulo Cesar Pinheiro, CPF 311.158.778-95
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20210110011005-2
Data da Infração: 10-1-2021
Autuado: José Carlos Sales, CPF 057.626.798-88
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 19 - Peruíbe
Auto de Infração Ambiental: 20201226008103-1
Data da Infração: 30-12-2020
Autuado: José Roberto Moreira, CPF 693.017.358-49
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Advertência: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20210108010269-1
Data da Infração: 8-1-2021
Autuado: Vera Lucia Guimarães Silvado, CPF 018.564.398-10
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para constatação de atenuantes;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 19 - Peruíbe
Auto de Infração Ambiental: 20210103007771-1
Data da Infração: 3-1-2021
Autuado: Marcelo André Gollega Soares, CPF 246.396.128-77
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para pela constatação de atenuantes previstos na legislação;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.050,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Número: 3780995
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201031007960-1
Data da Infração: 31-10-2020
Autuado: Claudiner Marques Junior, CPF 054.626.268-60
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20200929010899-1
Data da Infração: 30-10-2020
Autuado: Bruno da Costa Pereira, CPF 388.031.588-47
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201021009705-1
Data da Infração: 30-10-2020
Autuado: Edvaldo Silva do Carmo, CPF 578.488.585-53
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
AIA Anulado.
Valor consolidado da multa: R$ 5.100,00
Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado, pois consta no relatório da autoridade policial ocorrência de problemas técnicos no sistema na elaboração do AIA, foi gerado o SIOPM 10002-1 em substituição ao SIOPM 9705.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201021009705-2
Data da Infração: 30-10-2020
Autuado: Edvaldo Silva do Carmo, CPF 578.488.585-53
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
AIA Anulado.
Valor consolidado da multa: R$ 6.000,00
Observações: Anulação do auto de infração. O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado, pois consta no relatório da autoridade policial ocorrência de problemas técnicos no sistema na elaboração do AIA, foi gerado o SIOPM 14983-1 em substituição ao SIOPM 9705.-2.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201026016444-1
Data da Infração: 1-11-2020
Autuado: Arthur Leal Alcantara, CPF 174.876.838-77
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201029014983-1
Data da Infração: 1º-11-2020
Autuado: Edvaldo Silva do Carmo, CPF 578.488.585-53
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Anular;
Advertência: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20210110011005-3
Data da Infração: 10-1-2021
Autuado: James Marcel Guariento Pinheiro, CPF 351.050.158-60
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210117012640-1
Data da Infração: 17-1-2021
Autuado: Augusto de Lima Guerra, CPF 428.214.558-79
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Anular;
Multa simples: Aplicar;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.100,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210117012640-2
Data da Infração: 17-1-2021
Autuado: Felipe Henrique de Souza, CPF 429.663.158-65
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210117012640-3
Data da Infração: 17-1-2021
Autuado: Lucas da Costa Modesto, CPF 374.485.748-41
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210117011781-1
Data da Infração: 17-1-2021
Autuado: Shirlei de Carvalho Ribeiro, CPF 362.047.218-10
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210117011475-1
Data da Infração: 17-1-2021
Autuado: Beatriz Antonia Romão Alexandre, CPF 473.479.788-90
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Virtual
Auto de Infração Ambiental: 20210117026964-1
Data da Infração: 18-1-2021
Autuado: José Paulo da Silva, CPF 121.496.858-92
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alteração do valor da multa simples pela constatação de atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 41.240,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201103004584-1
Data da Infração: 3-11-2020
Autuado: Geronimo Andre Cabral, CPF 489.730.948-40
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Alterar Animais para soltos no habitat natural;
Multa simples: Alterar Valor para constatação de atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.312,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos
Auto de Infração Ambiental: 20201103006822-1
Data da Infração: 3-11-2020
Autuado: Ubirajara Silva, CPF 109.869.198-96
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 19 - Peruíbe - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210109008311-1
Data da Infração: 9-1-2021
Autuado: Cristina Santana Ramires de Oliveira, CPF 353.514.008-04
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 19 - Peruíbe - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210109010451-1
Data da Infração: 9-1-2021
Autuado: Nelson Gomes da Silva, CPF 022.360.338-42
Data da Sessão: 28-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Virtual

Auto de Infração Ambiental: 20210117026964-3

Data da Infração: 18-1-2021

Autuado: Robson dos Santos, CPF 042.253.999-66

Data da Sessão: 28-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Alterar Valor para em razão da constatação de atenuantes previstas na legislação.;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 24.744,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Virtual

Auto de Infração Ambiental: 20210117026964-4

Data da Infração: 18-1-2021

Autuado: Claussuel Felix Pereira Araujo, CPF 073.900.989-37

Data da Sessão: 28-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Alterar Valor para em virtude da constatação de atenuantes previstas na legislação.;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 24.744,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos - Virtual

Auto de Infração Ambiental: 20210117026964-5

Data da Infração: 18-1-2021

Autuado: José Antonio Remelo, CPF 859.064.339-53

Data da Sessão: 28-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Alterar Valor para em virtude da constatação de atenuantes previstas na legislação.;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 24.744,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Centro Técnico Regional IV - São José do Rio Preto

Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200419016845-1

Data da Infração: 19-4-2020

Autuado: Ricardo Correa, CPF 336.093.838-01

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Anular;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 166,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200419016845-4

Data da Infração: 19-4-2020

Autuado: Luiz Augusto Saranbeli, CPF 342.714.168-35

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200425028393-3

Data da Infração: 25-4-2020

Autuado: Deyvis Martins Coutinho, CPF 359.440.148-06

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200425028393-4

Data da Infração: 25-4-2020

Autuado: Gustavo José Soares de Sousa, CPF 260.946.768-07

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200427002566-1

Data da Infração: 27-4-2020

Autuado: Vagner da Cruz Rozendo, CPF 256.811.718-41

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 1.064,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200428001782-1

Data da Infração: 28-4-2020

Autuado: Julio Cesar Ferreira dos Santos, CPF 290.992.808-07

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Aplicar;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 200,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200429009994-1

Data da Infração: 23-4-2020

Autuado: Paulo Cesar Risso, CPF 011.065.238-06

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 5.000,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 30 - Fernandópolis - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20210108011784-1

Data da Infração: 8-1-2021

Autuado: Miguel Batista de Souza, CPF 541.232.408-87

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Demolição de obra: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200407003816-1

Data da Infração: 7-4-2020

Autuado: Vanderley Uga Filho, CPF 121.655.848-50

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200407007661-1

Data da Infração: 7-4-2020

Autuado: Vanderley Uga Filho, CPF 121.655.848-50

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 1.500,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200413015668-1

Data da Infração: 14-4-2020

Autuado: Janaina Favile Colturato Fachim, CPF 286.515.168-94

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200413013727-3

Data da Infração: 29-4-2020

Autuado: Creusa Aparecida Mantovani Diniz, CPF 109.447.718-40

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 10.800,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200429013171-1

Data da Infração: 3-5-2020

Autuado: Alteia Costantini, CPF 889.118.108-00

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 2.100,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200516004398-6

Data da Infração: 17-5-2020

Autuado: Tanael de Souza Alves, CPF 069.991.465-51

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200518010884-1

Data da Infração: 18-5-2020

Autuado: Valdeci Bonatte, CPF 050.155.828-46

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Houve conciliação.

Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20201015005059-2

Data da Infração: 16-10-2020

Autuado: Silvano Perpetuo Marim, CPF 244.640.348-45

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva

Auto de Infração Ambiental: 20200614016068-1

Data da Infração: 26-6-2020

Autuado: Valdemar Rebelato, CPF 08.341.403/0088-67

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 8.436,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780912

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200919016523-1

Data da Infração: 23-9-2020

Autuado: Tietê Agroindustrial S.A, CPF 51.843.514/0096-00

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto:

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Atendimento suspenso.

Valor consolidado da multa: R$ 103.500,00

Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pela Polícia Ambiental. O autuado fica ciente da nova data de Atendimento Ambiental agendada para o dia 20-4-2021, às 13h30

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200919016523-2

Data da Infração: 23-9-2020

Autuado: Tietê Agroindustrial S.A, CPF 51.843.514/0096-00

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto:

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Atendimento suspenso.

Valor consolidado da multa: R$ 202.125,00

Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pela Polícia Ambiental. O autuado fica ciente da nova data de Atendimento Ambiental agendada para o dia 20-4-2021, às 13h30

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200919016519-1

Data da Infração: 23-9-2020

Autuado: Edenir C. Mendes Manente e Outros, CPF 07.992.057/0007-59

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto:

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Atendimento suspenso.

Valor consolidado da multa: R$ 729.000,00

Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pela Polícia Ambiental. O autuado fica ciente da nova data de Atendimento Ambiental, reagendada para o dia 26-4-2021, às 9 horas.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200919016519-2

Data da Infração: 23-9-2020

Autuado: Edenir C. Mendes Manente e Outros, CPF 07.992.057/0007-59

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto:

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Atendimento suspenso.

Valor consolidado da multa: R$ 178.200,00

Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pela Polícia Ambiental. O autuado fica ciente da nova data de Atendimento Ambiental, reagendada para o dia 26-4-2021, às 9 horas.

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200914007003-2

Data da Infração: 24-9-2020

Autuado: Agrícola Moreno de Nipoa Ltda, CPF 15.418.409/0001-08

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 20.666,25

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780836

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto

Auto de Infração Ambiental: 20200914007003-1

Data da Infração: 24-9-2020

Autuado: Agrícola Moreno de Nipoa Ltda, CPF 15.418.409/0001-08

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 24.300,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780833

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados

digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20201007009443-1
Data da Infração: 14-10-2020
Autuado: Antonio Moisés do Amaral, CPF 018.686.368-36
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20200717005311-1
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: José Luis Garrido, CPF 263.564.878-60
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.200,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780825
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20200717005311-2
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: José Luis Garrido, CPF 263.564.878-60
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.870,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780831
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20200717005311-3
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: José Luis Garrido, CPF 263.564.878-60
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780838
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20201106009331-1
Data da Infração: 10-11-2020
Autuado: Lucio Carlos Zocarato, CPF 018.657.788-50
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20200920013599-1
Data da Infração: 24-9-2020
Autuado: Agrícola Moreno de Nipoa Ltda, CPF 15.418.409/0001-08
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 150.187,50
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781160
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20200920013530-1
Data da Infração: 24-9-2020
Autuado: Agrícola Moreno de Nipoa Ltda, CPF 15.418.409/0001-08
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 160.256,25
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781142
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20200920013530-2
Data da Infração: 24-9-2020
Autuado: Agrícola Moreno de Nipoa Ltda, CPF 15.418.409/0001-08
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 180.225,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781155
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20200920012731-1
Data da Infração: 24-9-2020
Autuado: Agrícola Moreno de Nipoa Ltda, CPF 15.418.409/0001-08
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 539.325,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781128
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20200920012731-2
Data da Infração: 24-9-2020
Autuado: Agrícola Moreno de Nipoa Ltda, CPF 15.418.409/0001-08
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 689.850,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781137
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20200920013513-1
Data da Infração: 24-9-2020
Autuado: Agrícola Moreno de Nipoa Ltda, CPF 15.418.409/0001-08
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 91.203,75
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781190
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20201015005059-1
Data da Infração: 16-10-2020
Autuado: Flavio Renato Marim, CPF 292.168.708-93
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20201106018615-1
Data da Infração: 8-11-2020
Autuado: Genivaldo Salvador Garcia, CPF 254.193.188-30
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.760,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20201106009423-1
Data da Infração: 10-11-2020
Autuado: Adelino Moreira, CPF 049.594.608-73
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 344,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20200825005265-1
Data da Infração: 11-11-2020
Autuado: Cofco International Brasil S/A, CPF 06.315.338/0099-22
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.025,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20200825005265-2
Data da Infração: 11-11-2020
Autuado: Cofco International Brasil S/A, CPF 06.315.338/0099-22
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 4.995,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20200825005265-3
Data da Infração: 11-11-2020
Autuado: Cofco International Brasil S/A, CPF 06.315.338/0099-22
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.039,50
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 00000262499
Data da Infração: 8-8-2011
Autuado: Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, CPF 50.031.780/0001-05
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.800,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781624
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 00000317817
Data da Infração: 15-1-2015
Autuado: Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, CPF 50.031.780/0001-05
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 118.354,50
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781602
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 00000317816
Data da Infração: 15-1-2015
Autuado: Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, CPF 50.031.780/0001-05
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 628.830,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781590
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20200813006709-1
Data da Infração: 15-8-2020
Autuado: Cristiano Aparecido de Almeida de Luca, CPF 391.782.468-06
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 88.000,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20200813006709-2
Data da Infração: 15-8-2020
Autuado: Cristiano Aparecido de Almeida de Luca, CPF 391.782.468-06
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 5.197,50
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20200920013619-1
Data da Infração: 24-9-2020
Autuado: Coplasa Açúcar e Álcool Ltda, CPF 05.928.246/0001-41
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Atendimento suspenso até apresentação de informações complementares.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
AIA Anulado.
Valor consolidado da multa: R$ 29.175,00
Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação de vício administrativo insanável, devendo ser lavrado novo AIA em substituição com as devidas correções. O autuado fica ciente da nova data de Atendimento Ambiental reagendada para o dia 01-4-2021, às 11h.
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20200920013587-1
Data da Infração: 24-9-2020
Autuado: Coplasa Açúcar e Álcool Ltda, CPF 05.928.246/0001-41
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Atendimento suspenso até apresentação de informações complementares.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
AIA Anulado.
Valor consolidado da multa: R$ 119.295,00
Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação de vício administrativo insanável, devendo ser lavrado novo AIA em substituição com as devidas correções. O autuado fica ciente da nova data de Atendimento Ambiental reagendada para o dia 01-4-2021, às 10h
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20200918011847-1
Data da Infração: 22-9-2020
Autuado: Jorge Luiz Zaccas, CPF 786.983.918-34
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Anular;
Multa simples: Aplicar;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 750,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20200918011847-2
Data da Infração: 22-9-2020
Autuado: Jorge Luiz Zaccas, CPF 786.983.918-34
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 6.000,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20200918011029-1
Data da Infração: 21-9-2020
Autuado: Elizeu Marques, CPF 262.330.868-33
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 300,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20200713001645-4
Data da Infração: 14-7-2020
Autuado: Ulisses Shigueo Shiraoka, CPF 181.077.638-40
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20201110006070-1
Data da Infração: 11-11-2020
Autuado: Carlos da Justi a Bordetas Junior, CPF 033.546.968-00
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 800,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20201119005682-2
Data da Infração: 23-11-2020
Autuado: Comércio de Madeiras JMP Ltda, CPF 96.675.624/0001-88
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20201119005682-1
Data da Infração: 23-11-2020
Autuado: Comércio de Madeiras JMP Ltda, CPF 96.675.624/0001-88
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.148,99
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20201215002948-2
Data da Infração: 15-12-2020
Autuado: Luis Airton Pazinatti, CPF 062.283.898-90
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva
Auto de Infração Ambiental: 20201215002948-3
Data da Infração: 15-12-2020
Autuado: Luis Fernando Batista, CPF 119.577.978-00
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Alterar Animais para Anula-se a apreensão dos animais.;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 00000316119
Data da Infração: 23-9-2014
Autuado: Madeireira Lourenção Ltda, CPF 62.334.867/0001-30
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Anular;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 133.804,73
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 00000316118
Data da Infração: 23-9-2014
Autuado: Madeireira Lourenção Ltda, CPF 62.334.867/0001-30
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 4.365,00
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 28 - São José do Rio Preto
Auto de Infração Ambiental: 20200407014444-1
Data da Infração: 7-4-2020
Autuado: Milton Isenco Guardiano Junior, CPF 446.378.168-07
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Alterar Objeto para barco de alumínio 405M201802165854366106 e motor de popa 1038272;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Centro Técnico Regional V - Presidente Prudente
Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.
Ponto de Atendimento: Ponto 16 - Dracena
Auto de Infração Ambiental: 20191227013899-1
Data da Infração: 28-12-2019
Autuado: Douglas Willian de Oliveira, CPF 411.103.378-41
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 16 - Dracena
Auto de Infração Ambiental: 20200405014338-1
Data da Infração: 5-4-2020
Autuado: José Carlos Tadei, CPF 129.334.378-13
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 16 - Dracena
Auto de Infração Ambiental: 20201219015933-1
Data da Infração: 21-12-2020
Autuado: Carlos Alberto Minuncio, CPF 069.535.048-03
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para redução devido aplicação de atenuantes;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 344,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 16 - Dracena
Auto de Infração Ambiental: 20201215003947-1
Data da Infração: 15-12-2020
Autuado: Marili de Souza Pereira Fernandes, CPF 347.295.078-19
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após a publicação do resultado do atendimento ambiental no D.O, o auto de Infração será encaminhado para arquivamento.
Ponto de Atendimento: Ponto 16 - Dracena
Auto de Infração Ambiental: 20201219007507-1
Data da Infração: 28-12-2020
Autuado: Joaquim Jailson Nunes Xavier, CPF 123.515.278-28
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para redução devido aplicação de atenuantes;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.320,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente
Auto de Infração Ambiental: 20201009008914-1
Data da Infração: 4-11-2020
Autuado: Renan Aparecido Lasso Galhardo, CPF 369.455.568-40
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Número: 3780962
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente
Auto de Infração Ambiental: 20201017009460-1
Data da Infração: 1-11-2020
Autuado: Amarildo de Osti, CPF 062.013.118-74
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alterado em função de atenuante;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 546,70
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Material apreendido pode ser devolvido ao autuado após a comprovação do pagamento da multa, caso esteja disponível para devolução.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente
Auto de Infração Ambiental: 20201030005173-1
Data da Infração: 30-10-2020
Autuado: José Carlos Bodelao, CPF 969.377.268-72
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Dado que a infração ser na modalidade advertência e não existir reparação do dano, os petrechos podem ser devolvidos ao autuado
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente
Auto de Infração Ambiental: 20201030005173-2
Data da Infração: 30-10-2020
Autuado: Francisco de Oliveira, CPF 206.430.958-61
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Caso o petrecho ainda esteja íntegro junto à Políci Ambiental, o bem poderá ser devolvido ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201030005173-3
Data da Infração: 30-10-2020
Autuado: Vagner de Oliveira, CPF 217.182.308-93
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Petrecho do autaudo pode ser devolvido, caso haja interesse do autuado e caso não tenham sido encaminhados para destruição.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201103006925-1
Data da Infração: 5-11-2020
Autuado: Aloizio Pereira, CPF 121.094.598-32
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alteração em função de atenuantes;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente
Auto de Infração Ambiental: 20201103006925-2
Data da Infração: 5-11-2020
Autuado: Roberto Celso de Oliveira, CPF 091.160.098-19
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alteração em função de atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 400,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Cabe ressaltar que o outro autuado na ocorrência (Sr. Aloisio), confessou que abateu o animal e não deu outras informações sobre outros participantes.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente
Auto de Infração Ambiental: 20201116008917-1
Data da Infração: 23-11-2020
Autuado: Natalina Coutinho dos Reis Maturano, CPF 080.286.748-01
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Animal permaneceu com a autuada, aguardando destinação.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20180301008027-1
Data da Infração: 1-3-2018
Autuado: Antonio da Silva Santos, CPF 446.178.289-15
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Valor da multa alterado devido atenuantes assinaladas;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Nome do autuado e CPF conforme o AIA: Antonio Silva dos Santos, CPF 446.178.289-15.
Ponto de Atendimento: Ponto 17 - Teodoro Sampaio - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20191001004396-1
Data da Infração: 9-10-2019
Autuado: Lurdes de Souza Ferreira, CPF 276.071.678-38
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Foram apresentadas fotos pela autuada que comprovam que a árvore regenerou-se, e deste modo, considerou-se desnecessária a formalização de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental que visasse a reparação do dano.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20191202014466-1
Data da Infração: 6-12-2019
Autuado: Leonildo Batista de Oliveira, CPF 017.780.378-95
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Valor da multa alterado devido atenuantes assinalados;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 350,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20191202014466-2
Data da Infração: 6-12-2019
Autuado: Luiz Sergio Rigonato, CPF 050.951.808-71
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Valor da multa alterado devido atenuantes assinaladas;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 350,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20191212007464-1
Data da Infração: 17-12-2019
Autuado: Marisa Conceição Pereira da Silva Souza, CPF 260.330.968-43
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter; Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 17 - Teodoro Sampaio
Auto de Infração Ambiental: 20200130013541-1
Data da Infração: 16-3-2020
Autuado: Romulo Martins Galeno, CPF 433.405.858-22
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200326007786-1
Data da Infração: 30-3-2020
Autuado: Juraildes da Conceição dos Santos, CPF 104.855.928-94
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Número: 3781121
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 17 - Teodoro Sampaio - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201210007815-1
Data da Infração: 14-12-2020
Autuado: David Montagner Lopes, CPF 693.927.499-53
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.115,40
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Número: 3781240
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 17 - Teodoro Sampaio - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201210007815-2
Data da Infração: 14-12-2020
Autuado: David Montagner Lopes, CPF 693.927.499-53
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 10.560,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Número: 3781272
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200106008836-1
Data da Infração: 6-1-2020
Autuado: Antonio Mendes de Souza, CPF 002.403.328-65
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Valor da multa alterado devido atenuantes assinalados;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.400,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201010012531-1
Data da Infração: 9-11-2020
Autuado: Valter Cesar da Silva, CPF 237.137.208-00
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Suspensão total ou parcial da atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Número: 3781784
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201010012531-2
Data da Infração: 9-11-2020
Autuado: Valter Cesar da Silva, CPF 237.137.208-00
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Suspensão total ou parcial da atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Número: 3781811
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201015004461-1
Data da Infração: 13-11-2020
Autuado: Murilo Cintra Peretti, CPF 413.809.588-81
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Valor da multa alterado devido atenuantes assinaladas;
Suspensão total ou parcial da atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.890,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201006003969-1
Data da Infração: 11-11-2020
Autuado: Elisangela Fumagali Gerolino, CPF 033.591.069-62
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto:
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Valor alterado devido atenuantes assinalados;
Atendimento suspenso.
Valor consolidado da multa: R$ 24.296,00
Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pela Polícia Ambiental.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201019016033-1
Data da Infração: 20-11-2020
Autuado: Leonildo Aparecido Sperandio, CPF 017.729.478-73
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201105007137-1
Data da Infração: 5-11-2020
Autuado: Cyntia RR Mendes Peixaria Eireli, CPF 32.196.377/0001-54
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Valor da multa alterado devido atenuantes assinalados;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 396,80
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201105007137-2
Data da Infração: 5-11-2020
Autuado: Cyntia RR Mendes Peixaria Eireli, CPF 32.196.377/0001-54
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Valor da multa alterado devido atenuantes assinalados;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 445,60
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 15 - Presidente Prudente - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201106005559-1
Data da Infração: 6-11-2020
Autuado: Francisco Leite de Araujo, CPF 058.775.468-05
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Anular;
Multa simples: Alterar Valor para Valor da multa alterado devido atenuantes e agravantes assinalados;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.116,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 16 - Dracena - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201204005791-1
Data da Infração: 28-12-2020
Autuado: Francisco Domingos Lopes da Silva, CPF 262.019.748-14
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alterado por agravante (reincidente específico) e atenuante (animais puderam ser soltos);
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 14.400,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Animais foram soltos na natureza, não havendo pendência de destinação
Ponto de Atendimento: Ponto 16 - Dracena
Auto de Infração Ambiental: 20210112010551-1
Data da Infração: 14-1-2021
Autuado: Aracy Stigliano Ferreira ME, CPF 08.973.479/0001-54
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Suspensão total ou parcial da atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 5.270,97
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 16 - Dracena
Auto de Infração Ambiental: 20210112006855-1
Data da Infração: 14-1-2021
Autuado: Aracy Stigliano Ferreira ME, CPF 08.973.479/0001-54
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para redução devido aplicação de atenuante;
Suspensão total ou parcial da atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 4.693,63
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Centro Técnico Regional VI - Bauru

Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200718008148-1
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: Valdir Correa, CPF 961.661.188-72
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.840,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780184
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O autuado declarou possuir renda mensal inferior a dois salários mínimos e sendo assim fez jus a atenuante em virtude da situação econômica.
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200718008148-2
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: Valdir Correa, CPF 961.661.188-72
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780190
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O AIA foi lavrado tendo como base o art 51, tendo em vista se tratar de área declarada como reserva legal no CAR, e por essa razão foi considerada para a autuação a área onde houve o dano.
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200717011428-1
Data da Infração: 17-7-2020
Autuado: Açucareira Quatá S/A, CPF 60.855.574/0013-07
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 115.374,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200717011428-2
Data da Infração: 17-7-2020
Autuado: Açucareira Quatá S/A, CPF 60.855.574/0013-07
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 72.765,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200717011428-3
Data da Infração: 17-7-2020
Autuado: Açucareira Quatá S/A, CPF 60.855.574/0013-07
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 266.980,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - 1
Auto de infração Ambiental: 20200829018770-1
Data da Infração: 30-8-2020
Autuado: Paulo Henrique Fernandes Coelho, CPF 336.919.498-86
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Aplicação de atenuantes nos termos dos ítens 1.2.2.1.8. e 1.2.2.1.9.3.2. do GPAF (jan/17).;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 100,00
Observações: 1) Obtida conciliação com emissão da guia de recolhimento da multa, a qual foi entregue ao autuado. ___ 2) Acesso ao processo digital: www.e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (nº do processo digital: SIMA.036195/2020-57). ___ 3) Centro Técnico Regional de Bauru: 14-3103-0230 – cfb.bauru@sp.gov.br . (AIAe 15616/20)
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200904004615-1
Data da Infração: 9-9-2020
Autuado: Ricardo José Vicente, CPF 074.678.688-39
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Aplicação de atenuante nos termos dos ítens 1.2.2.1.8. e 1.2.2.1.9.3.1. do GPAF (jan/17).;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 30.690,00
Observações: 1) Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. ___ 2) O autuado estava acompanhado e assistido por Bruno Gilberti Vuolo, CPF 286421708/24, que se identificou como agrônomo. ___ 3) Acesso ao processo digital: www.e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (nº do processo digital: SIMA.038319/2020-57).___ 3) Centro Técnico Regional de Bauru: 14-3103-0230 – cfb.bauru@sp.gov.br . (AIAe 16543/20). Use somente o email enquanto persistirem as restrições da Covid-19.
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200904004615-2
Data da Infração: 9-9-2020
Autuado: Ricardo José Vicente, CPF 074.678.688-39
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto:
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Aplicar;
Atendimento suspenso.
Valor consolidado da multa: R$ 15.150,00
Observações: 1) O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pela Polícia Ambiental . ___ 2) O autuado estava acompanhado e assistido por Bruno Gilberti Vuolo, CPF 286421708/24, que se identificou como agrônomo. ___ 3) Acesso ao processo digital: www.e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (nº do processo digital: SIMA.038320/2020-80).___ 3) Centro Técnico Regional de Bauru: 14-3103-0230 – cfb.bauru@sp.gov.br . (AIAe 16544/20). Use somente o email enquanto persistirem as restrições da Covid-19.

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200813003883-1
Data da Infração: 30-8-2020
Autuado: Carlito de Lima Felisberto, CPF 524.145.158-72
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Aplicação de atenuantes nos termos dos ítens 1.2.2.1.8. e 1.2.2.1.9.3.1. do GPAF (jan/17).;
Embargo de obra ou atividade: Aplicar;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 10.750,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780227
Observações: 1) Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão das guias de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. ___ 2) Acesso ao processo digital: www.e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (nº do processo digital: SIMA.041198/2020-79). ___ 3) Centro Técnico Regional de Bauru: 14-3103-0230 – cfb.bauru@sp.gov.br . ___ 4) Enquanto persistirem as restrições da Covid-19 use o somente email caso necessite tirar dúvidas. (AIAe 17078/20).
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200813003883-2
Data da Infração: 30-8-2020
Autuado: Carlito de Lima Felisberto, CPF 524.145.158-72
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Aplicação de atenuantes nos termos dos ítens 1.2.2.1.8. e 1.2.2.1.9.3.1. do GPAF (jan/17).;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 11.095,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780235
Observações: 1) Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão das guias de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. ___ 2) Acesso ao processo digital: www.e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (nº do processo digital: SIMA.041199/2020-46). ___ 3) Centro Técnico Regional de Bauru: 14-3103-0230 – cfb.bauru@sp.gov.br . ___ 4) Enquanto persistirem as restrições da Covid-19 use o somente email caso necessite tirar dúvidas. (AIAe 17079/20)
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201111003166-2
Data da Infração: 20-11-2020
Autuado: Angela Maria Nicolau, CPF 137.285.508-41
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Houve conciliação.
Observações: 1) Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental referente à infração cometida. Após a publicação da presente Ata no Diário Oficial do Estado o processo será arquivado. ___ 2) Acesso ao processo digital: www.e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (nº do processo digital: SIMA.048621/2020-57). ___ 3) Centro Técnico Regional de Bauru: 14-3103-0230 – cfb.bauru@sp.gov.br . . ___ 4) Enquanto persistirem as restrições da Covid-19 use o somente email caso necessite tirar dúvidas. (AIAe 21351/20)
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20200717003638-1
Data da Infração: 17-7-2020
Autuado: BRACELL SP CELULOSE LTDA, CPF 53.943.098/0001-87
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20200717003638-2
Data da Infração: 17-7-2020
Autuado: Bracell Sp Celulose Ltda, CPF 53.943.098/0001-87
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.640,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20200717003632-1
Data da Infração: 17-7-2020
Autuado: Bracell SP Celulose Ltda., CPF 53.943.098/0001-87
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 4.725,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200902010575-1
Data da Infração: 5-9-2020
Autuado: Benedita Helena Mendes, CPF 269.126.398-36
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200905009925-1
Data da Infração: 9-9-2020
Autuado: Lins Agroindustrial S.A., CPF 35.637.796/0001-72
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação. Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 83.584,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Do mais, visando sanar erro material no item 9 do Relatório da Autoridade Ambiental (página 20 deste processo digital SIMA.038314/2020-02), entenda-se que os artigos 44 e 58 da Resolução SMA-48/2014 tipificam, RESPECTIVAMENTE, as condutas infracionais 20200905009925-2 e 20200905009925-1.
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200905009925-2
Data da Infração: 9-9-2020
Autuado: Lins Agroindustrial S.A., CPF 35.637.796/0001-72
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 9.382,50
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Do mais, visando sanar erro material no item 9 do Relatório da Autoridade Ambiental (página 20 deste processo digital SIMA.038316/2020-46), entenda-se que os artigos 44 e 58 da Resolução SMA-48/2014 tipificam, respectivamente, as condutas infracionais 20200905009925-2 e 20200905009925-1.
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200910009871-1
Data da Infração: 14-9-2020
Autuado: Lucas Rogerio Camilli, CPF 403.126.598-06
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 118,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200831006927-1
Data da Infração: 17-9-2020
Autuado: Maria Eugenia Afonso, CPF 068.039.568-73
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.400,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200831007887-1
Data da Infração: 2-9-2020
Autuado: Sebastião Carlos Gonçalves de Lima, CPF 707.359.998-72
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780512
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Não foi possível aplicar atenuante de bons antecedentes devido à existência de infração ambiental anterior transitada em julgado (AIA 14.480/2000).
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20201214004747-1
Data da Infração: 14-12-2020
Autuado: Bracell SP Celulose Ltda., CPF 53.943.098/0001-87
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Atendimento suspenso até apresentação de informações complementares.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Anular;
AIA Anulado.
Observações: Decidiu-se pela anulação e substituição do AIA em todos os seus termos. A empresa Bracell apresentou documento comprovando a não autoria dos fatos e identificando o responsável. Dessa forma, deve ser lavrado um novo Auto de Infração Ambiental em desfavor de Macplan Terraplanagem e Locações Ltda. (CNPJ: 8.785.964/0006-09), Endereço: Rua Apolinário Pereira da Silva, 75 - Bairro: Jardim Industrial - CEP: 16605-156 - Pirajuí - SP, devendo ser feito contato através dos telefones/email: (14) 3572-0369, adm03.prj@macplan.net.br e (27) 99788-6080 (Celso Augusto Bastos Leitão). Após a lavratura do novo AIA, deverá ser agendada uma data para o Atendimento Ambiental.
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200718008051-1
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: José Da Silva, CPF 257.725.318-40
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.930,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780830
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O representante do autuado declarou que o Sr. José da Silva possui baixo grau de instrução e também é agricultor familiar, sendo a propriedade sua principal fonte de renda e subsistência, sendo assim fez jus aos atenuantes de baixo grau de escolaridade e em virtude da situação econômica.
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200718008051-2
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: José Da Silva, CPF 257.725.318-40
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 203,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780842
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O representante do autuado declarou que o Sr. José da Silva possui baixo grau de instrução e também é agricultor familiar, sendo a propriedade sua principal fonte de renda e subsistência, sendo assim fez jus aos atenuantes de baixo grau de escolaridade e em virtude da situação econômica.
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200713006587-1
Data da Infração: 20-7-2020
Autuado: José Da Silva, CPF 257.725.318-40
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780851
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200717005088-1
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: Vanda Irene Wrede Hippler, CPF 261.933.628-78
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 750,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781000
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200718008128-1
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: Juliano Guerreiro Marini, CPF 255.804.958-54
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 43.200,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200718008128-2
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: Juliano Guerreiro Marini, CPF 255.804.958-54
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Atendimento suspenso até apresentação de informações complementares.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Anular;
Multa simples: Anular;
AIA Anulado.
Valor consolidado da multa: R$ 29.720,00
Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação de vício administrativo insanável, sendo solicitadas informações adicionais para a posterior lavratura de novo AIA em substituição. A área autuada foi considerada área de Reserva Legal, tendo em vista o declaração de proposta de Reserva Legal realizada no CAR no entanto, essa área não está mais declarada como proposta de Reserva Legal e ainda não consta na Matrícula do imóvel. Parte da área não possui cobertura de vegetação nativa, sendo assim considerada área de uso comum. Dessa forma solicita nova vistoria na área objeto da autuação para que seja considerada no calculo apenas as áreas que possuem vegetação nativa e mudança no enquadramento.
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200910008465-1
Data da Infração: 10-9-2020
Autuado: Alcebiades Martins dos Santos, CPF 070.465.768-66
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor devido a aplicação de atenuantes;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200910008465-2
Data da Infração: 10-9-2020
Autuado: Alcebiades Martins dos Santos, CPF 070.465.768-66
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alterar o valor devido a aplicação de atenuantes;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 900,00
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200908009293-1
Data da Infração: 8-9-2020
Autuado: Estefano Alex Nogueira Junior, CPF 397.794.138-04
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor devido a aplicação de atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201111003166-3
Data da Infração: 20-11-2020
Autuado: Lazaro Silva do Nascimento, CPF 443.085.438-60
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Anular;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Multa simples: Aplicar;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 300,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - 1
Auto de infração Ambiental: 20200908007898-1
Data da Infração: 14-9-2020
Autuado: Victorio Gaspar Debiazzi Junior, CPF 28.783.735/0001-58
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto:
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Atendimento suspenso.
Valor consolidado da multa: R$ 7.155,00
Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pela Polícia Ambiental. Verificar despacho anexado ao processo.
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200718009022-1
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: Vandivalde Antonio Gimenez, CPF 001.900.438-90
Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 16.240,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781192

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA Autuado declarou ser autônomo, sem renda mensal fixa, portanto, faz jus à atenuante de situação econômica.

Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200718008781-1

Data da Infração: 18-7-2020

Autuado: José Elias da Silva, CPF 055.123.228-50

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200718014552-1

Data da Infração: 18-7-2020

Autuado: Luiz Esmerino de Souza, CPF 035.712.688-22

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 3.472,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781390

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA Autuado declarou ser aposentado e receber um salário mínimo por mês, fazendo jus à atenuante de situação econômica.

Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200718010010-1

Data da Infração: 18-7-2020

Autuado: Mario Ambrozio, CPF 437.260.628-15

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 406,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781316

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200718009211-1

Data da Infração: 18-7-2020

Autuado: Celio Marcos Sampaio, CPF 033.186.338-36

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 3.696,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 29 - Catanduva

Auto de infração Ambiental: 20200725025350-1

Data da Infração: 27-7-2020

Autuado: Walter Nicolini, CPF 001.999.398-61

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 644,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - 1

Auto de infração Ambiental: 20200913014187-1

Data da Infração: 14-9-2020

Autuado: Claudinez Miguel, CPF 130.814.558-63

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Destruição ou inutilização do produto: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 3.300,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - 1

Auto de infração Ambiental: 20200914008174-1

Data da Infração: 14-9-2020

Autuado: Walmir Bordin, CPF 276.470.398-81

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 11.400,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - 1

Auto de infração Ambiental: 20200904007981-1

Data da Infração: 15-9-2020

Autuado: Raízen Energia S/A - Filial Diamante, CPF 08.070.508/0095-58

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 27.742,50

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - 1

Auto de infração Ambiental: 20200904007981-2

Data da Infração: 15-9-2020

Autuado: Raízen Energia S/A - Filial Diamante, CPF 08.070.508/0095-58

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 10.469,25

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - 1

Auto de infração Ambiental: 20200911004391-1

Data da Infração: 16-9-2020

Autuado: Rau Furquim Neto, CPF 07.974.662/0001-01

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Houve conciliação.

Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - 1

Auto de infração Ambiental: 20200911011049-1

Data da Infração: 16-9-2020

Autuado: Aparecido José Gamba, CPF 111.187.948-69

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 464,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201208003496-1

Data da Infração: 8-12-2020

Autuado: Allan Diego da Silva, CPF 349.292.068-39

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 600,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200315018544-3

Data da Infração: 15-3-2020

Autuado: Rafael Pereira Gomes, CPF 416.563.218-07

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200315018544-5

Data da Infração: 15-3-2020

Autuado: Leovaldo Pereira Gomes, CPF 130.876.088-40

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200409017441-1

Data da Infração: 9-4-2020

Autuado: Ailton Araujo, CPF 339.384.648-52

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200411006524-2

Data da Infração: 13-4-2020

Autuado: Eric Oliveira de Sousa, CPF 316.334.408-93

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200419011545-6

Data da Infração: 19-4-2020

Autuado: Gustavo da Silva Ocao, CPF 400.181.098-02

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200608011394-1

Data da Infração: 10-06-2020

Autuado: Tiago Roberto dos Santos Queiroz, CPF 340.256.308-85

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Destruição ou inutilização do produto: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200704009872-1

Data da Infração: 4-7-2020

Autuado: Jeferson Vilas Boas dos Santos, CPF 301.663.268-36

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200907008730-1

Data da Infração: 17-9-2020

Autuado: Aline Ragonezi, CPF 323.291.908-16

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 300,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200915004833-1

Data da Infração: 16-9-2020

Autuado: Raizen Energia S/A - Filial Barra, CPF 08.070.508/0003-30

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 104.692,50

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200911009433-1

Data da Infração: 16-9-2020

Autuado: Raízen Energia S/A - Filial Dois Córregos, CPF 08.070.508/0072-61

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 222.750,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200911009433-2

Data da Infração: 16-9-2020

Autuado: Raízen Energia S/A - Filial Dois Córregos, CPF 08.070.508/0072-61

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 60.480,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200911009433-3

Data da Infração: 16-9-2020

Autuado: Raízen Energia S/A - Filial Dois Córregos, CPF 08.070.508/0072-61

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 39.960,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200916007553-1

Data da Infração: 24-9-2020

Autuado: Raízen Energia S/A - Filial Diamante, CPF 08.070.508/0095-58
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.148.175,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200315018544-2
Data da Infração: 15-3-2020
Autuado: Alvaro Alexandre Oliveira, CPF 321.132.238-80
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200410005739-2
Data da Infração: 10-4-2020
Autuado: Weslei de Oliveira Toledo, CPF 463.604.498-38
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200718008576-1
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: Louri Madeiras Ltda. ME, CPF 18.272.093/0001-79
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Anular;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Aplicar;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 883,12
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 18 - Marília - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200718013900-1
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: Louri Madeiras Ltda. ME, CPF 18.272.093/0001-79
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 13.328,19
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - 1
Auto de infração Ambiental: 20200910009752-1
Data da Infração: 18-9-2020
Autuado: Amado Galhardi, CPF 053.364.088-16
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 18.000,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - 1
Auto de infração Ambiental: 20200910009752-2
Data da Infração: 18-9-2020
Autuado: Amado Galhardi, CPF 053.364.088-16
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 142.192,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 14 - Bauru - 1
Auto de infração Ambiental: 20200915008643-1
Data da Infração: 28-9-2020
Autuado: Júlio Márcio Pereira de Oliveira e Outros, CPF 08.088.099/0001-37
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 14.782,50
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201205000927-1
Data da Infração: 5-12-2020
Autuado: Claudemir da Silva, CPF 345.211.188-10
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201205000927-2
Data da Infração: 5-12-2020
Autuado: Almir Fernandes Silva Junior, CPF 452.316.398-77
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201205000927-3
Data da Infração: 5-12-2020
Autuado: Denis Donizete Munhos, CPF 428.339.348-74
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.

Centro Técnico Regional VII - Taubaté
Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Virtual
Auto de Infração Ambiental: 20200720009104-1
Data da Infração: 20-7-2020
Autuado: Antonio Jair de Melo, CPF 109.829.218-96
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após a publicação da ata no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o auto será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Virtual
Auto de Infração Ambiental: 20200720009104-2
Data da Infração: 20-7-2020
Autuado: Antonio Jair de Melo, CPF 109.829.218-96
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 600,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200720009104-3
Data da Infração: 20-7-2020
Autuado: Maurilio Augusto dos Santos, CPF 153.872.318-24
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200717008952-1
Data da Infração: 22-7-2020
Autuado: Rubens Franca de Oliveira, CPF 340.876.128-05
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 810,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780259
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - 1
Auto de Infração Ambiental: 20201115010541-1
Data da Infração: 21-11-2020
Autuado: Antonio Augusto de Oliveira, CPF 049.650.238-70
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780158
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O autuado informou que esta árvore já estava morta, que foi autorizado o corte pela Prefeitura e que, mesmo assim, adotará as medidas para a reparação dos danos (conforme TCRA firmado). Informou ainda que fará a remoção dos restos da árvore (morta), uma vez que o local onde está continua oferecendo riscos (queda de galhos secos), o que foi entendido como possível, uma vez que a autuação já considerou o corte da árvore.
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - 1
Auto de Infração Ambiental: 20201112008157-1
Data da Infração: 21-11-2020
Autuado: Esmeraldo Batista de Carvalho, CPF 040.454.018-06
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780186
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. No Relatório da autoridade policial constou como área total 0,0442 ha de área autuada, mas somando as três áreas de intervenção a área total é de 0,0449, dado, portanto, corrigido nesta sessão de AA.
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201110008325-1
Data da Infração: 12-11-2020
Autuado: José Amarildo Nunes, CPF 081.183.398-40
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200801010031-1
Data da Infração: 1º-8-2020
Autuado: Waldir Rosa dos Santos, CPF 063.243.158-00
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Restritiva de direito: Aplicar;
Suspensão total ou parcial da atividade: Aplicar;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 400,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. O autuado foi orientado sobre a legislação vigente e, quanto à sanção de cancelamento do cadastro de criador amador de passeriformes, informou que não possui aves em seu plantel, que as aves que possuía vieram a óbito ou foram transferidas e não tem interesse em continuar a atividade de criação amadora, autorizando o cancelamento de sua licença no SisPass pela equipe da SIMA.
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200813004675-1
Data da Infração: 23-8-2020
Autuado: Julio Cristofer Sales da Silva, CPF 419.259.508-75
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. As notificações referentes ao presente AIA serão encaminhadas para o e-mail juliosallesobrabo@gmail.com
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Virtual
Auto de Infração Ambiental: 20200731008246-1
Data da Infração: 26-8-2020
Autuado: Gustavo Cruz, CPF 396.546.528-70
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental. Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.520,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780439
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200825006870-1
Data da Infração: 4-9-2020
Autuado: Renata Ferreira de Lima Nascimento, CPF 361.225.938-50
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780357
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201215005094-1
Data da Infração: 15-12-2020
Autuado: Pedro Paulo da Silva Pastor, CPF 043.898.655-52
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após a publicação do extrato da presente ata no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o AIA será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210119005711-1
Data da Infração: 19-1-2021
Autuado: Luiz Carlos dos Reis, CPF 056.487.828-61
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.000,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. As notificações serão realizadas pelo e-mail vandadiniz45@gmail.com
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210119005711-2
Data da Infração: 19-1-2021
Autuado: Luiz Carlos dos Reis, CPF 056.487.828-61
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. As notificações serão realizadas pelo e-mail vandadiniz45@gmail.com
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Virtual
Auto de Infração Ambiental: 20200428004303-1
Data da Infração: 2-5-2020
Autuado: Marcos Lopes Rocha, CPF 065.351.098-52
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
AIA Anulado.
Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação da improcedência da infração/autuação.
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200529004988-2
Data da Infração: 2-6-2020
Autuado: José De Paula Rodrigues, CPF 547.839.178-68
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780866
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200831005681-1
Data da Infração: 31-8-2020
Autuado: Maria Cristina Gabriel Costa, CPF 162.700.138-79
Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200602005173-1
Data da Infração: 24-10-2020
Autuado: Marco Aurelio de Souza Pereira, CPF 250.737.818-21
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 720,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780861
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA O autuado foi orientado para realizar a inscrição da propriedade no SICAR pelos seguintes endereços eletrônicos: www.ambiente.sp.gov.br/sicar/passo-a-passo/ ou www.sigam.ambiente.sp.gov.br/ As notificações referentes ao presente AIA serão realizadas pelo e-mail maaureliopa@gmail.com
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201021007018-7
Data da Infração: 27-10-2020
Autuado: Bruno Canevari Goncalves Ferreira Carvalho, CPF 409.612.278-50
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201027007882-1
Data da Infração: 27-10-2020
Autuado: Bruno Canevari Goncalves Ferreira Carvalho, CPF 409.612.278-50
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 400,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201007010819-1
Data da Infração: 21-10-2020
Autuado: José Alex Piao, CPF 311.954.928-20
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 6.000,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA As notificações serão realizadas pelo e-mail alexborrachapinda@gmail.com
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201007010819-2
Data da Infração: 21-10-2020
Autuado: José Pião, CPF 122.080.108-92
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 6.000,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA Compareceu neste Atendimento o filho do autuado, Sr. José Alex Pião, informando que seu pai encontra-se hospitalizado, e que por isso, não foi possível o seu comparecimento. Informou ainda a escolaridade e a renda do seu pai, para fins de atenuantes, o que pôde ser confirmado com as atenuantes concedidas em AIA anterior do Sr. José Pião (20191006009995-1). Não foi considerado reincidente, pois ainda não se deu o trânsito em julgado do primeiro AIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201125009863-1
Data da Infração: 30-11-2020
Autuado: Marcos Javier Pocardich, CPF 219.433.088-70
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 592,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780790
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201125009863-2
Data da Infração: 30-11-2020
Autuado: Marcos Javier Pocardich, CPF 219.433.088-70
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 440,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780802
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201016008207-1
Data da Infração: 16-10-2020
Autuado: David Ruben Cancino Isla, CPF 038.098.018-52
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.000,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780791
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA O autuado foi orientado a realizar o cadastro da propriedade no SICAR nos endereços eletrônicos www.ambiente.sp.gov.br/sicar/passo-a-passo/ ou www.sigam.ambiente.sp.gov.br/. As notificações serão realizadas pelo e-mail chibrascalhas@hotmail.com
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Virtual
Auto de Infração Ambiental: 20201216000198-1
Data da Infração: 21-12-2020
Autuado: Filipe Augusto de Souza Richieri, CPF 308.806.048-16
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.665,68
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780917
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA Caso não haja o licenciamento ambiental da área as medidas necessárias à reparação ambiental do dano serão o isolamento e proteção da área autuada para regeneração natural da vegetação nativa pelo período mínimo de 12 meses.
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210102006828-1
Data da Infração: 4-1-2021
Autuado: Mauricio Soares, CPF 284.180.438-06
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da Ata no Diário Oficial, o AIA poderá ser arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201222006674-1
Data da Infração: 22-12-2020
Autuado: João Edineudo da Silva Alves, CPF 680.772.384-91 Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. As notificações serão realizadas pelo e-mail allafnascimento.vibe@gmail.com
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201222006674-2
Data da Infração: 22-12-2020
Autuado: João Edineudo da Silva Alves, CPF 680.772.384-91
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 150,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. As notificações serão realizadas pelo e-mail allafnascimento.vibe@gmail.com
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201024011157-1
Data da Infração: 1º-1-2021
Autuado: Francisco das Chagas de Carvalho Trindade, CPF 286.494.273-91
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Suspensão total ou parcial da atividade: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. O autuado está ciente de que, em função da sanção de cancelamento do cadastro de Criador Amador de Passeriforme, deverá providenciar a entrega das aves que ainda se encontram em sua residência no Cetas/Ibama em Lorena ou transferi-las para outro Criador Amador e agendar atendimento pelo e-mail sispass@sp.gov.br para efetivar o cancelamento do cadastro em um prazo máximo de 60 dias.
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200725018654-1
Data da Infração: 27-7-2020
Autuado: Everaldo Cesar Branco, CPF 250.887.678-03
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781386
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA . Se não houver a abertura do processo de licenciamento ambiental ou não houver a expedição de licença pela Cetesb, o autuado precisará encaminhar e-mail para cfb.taubate@sp.gov.br para agendar outro atendimento para assinar outro TCRA, para a reparação dos danos ambientais.
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200725018654-2
Data da Infração: 27-7-2020
Autuado: Everaldo Cesar Branco, CPF 250.887.678-03
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781406
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA . Se não houver a abertura do processo de licenciamento ambiental ou não houver a expedição de licença pela Cetesb, o autuado precisará encaminhar e-mail para cfb.taubate@sp.gov.br para agendar outro atendimento para assinar outro TCRA, para a reparação dos danos ambientais.
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200810007052-1
Data da Infração: 10-8-2020
Autuado: Carlos Alberto Frederico Junior, CPF 418.844.638-27
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 6.000,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781298
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200531013730-1
Data da Infração: 22-10-2020
Autuado: Napoleão Severo Depelegrine, CPF 706.201.999-20
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Multa duplicada, nos termos do art. 71 da Res. SMA-48/2014.;
Apreensão de bens e animais: Aplicar;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.080,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781141
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA . Ficam corrigidos os campos 20 (Estrada Lourenço Velho), 21 (s/nº), 22 (Lourenço Velho) e 24 (Lat: -23°28'32,88"; Long: -45°30'37,61") do AIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200814009533-1
Data da Infração: 25-10-2020
Autuado: Jaime Ferraz de Oliveira, CPF 837.090.026-72
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781337
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA . Ficam corrigidos os campos 20 (Estrada Municipal Nelson Garcia dos Reis), 21 (s/nº), 22 (Rio Negro) e 24 (Lat: -23°32'50,09"; Long: -45°27'03,65" do presente AIA. Cabe esclarecer que o trecho objeto do presente AIA, ao contrário do descrito no BOA 14082020009533, não está inserido em Área de Proteção Ambiental. Encontra-se, todavia, na Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar. Notificações futuras serão encaminhadas no e-mail informado. Caso não seja possível a abertura ou ocorra o indeferimento de processo de regularização junto ao ente licenciador ambiental (Cetesb), o autuado deverá retornar ao CTR-Taubaté no prazo de 60 dias para a assinatura de novo Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), que deverá prever, basicamente, as seguintes medidas para a recuperação: 1) Devolver o trecho à sua topografia original, por meios que minimizem o impacto da atividade; 2) Isolar o trecho de fatores de degradação, tais como pessoas, animais de grande porte ou veículos; 3) Realizar o plantio e manutenção (por no mínimo 24 meses) de 50 (cinquenta) mudas de espécies arbóreas nativas, no espaçamento 3m x 2m, na área objeto do AIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200814009533-4
Data da Infração: 25-10-2020
Autuado: Jaime Ferraz de Oliveira, CPF 837.090.026-72
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Anular;
AIA Anulado.
Observações: Foi constatada a existência de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR 35323060325259 - Fazenda Tamanduá - inscrita em 29-9-2017) de propriedade que engloba a porção objeto do presente AIA, justificando-se o cancelamento do AIA em tela. O autuado foi orientado, dentre outros temas, sobre a necessidade de realização do SiCAR de sua fração do imóvel e acerca das regras para parcelamento/fracionamento do solo. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200814009533-2
Data da Infração: 25-10-2020
Autuado: Jaime Ferraz de Oliveira, CPF 837.090.026-72
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Correção da multa, com a duplicação nos termos do art. 71 da Res. SMA-48/2014.;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 654,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781350
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA . Ficam corrigidos os campos 20 (Estrada Municipal Nelson Garcia dos Reis), 21 (s/nº), 22 (Rio Negro) e 24 (Lat: -23°32'50,09"; Long: -45°27'03,65" do presente AIA. Cabe esclarecer que o trecho objeto do presente AIA, ao contrário do descrito no BOA 14082020009533, não está inserido em Área de Proteção Ambiental. Encontra-se, todavia, na Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar. Notificações futuras serão encaminhadas no e-mail informado.
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200814009533-3
Data da Infração: 25-10-2020
Autuado: Jaime Ferraz de Oliveira, CPF 837.090.026-72
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Multa corrigida e duplicada, nos termos do arts. 7º, § 2º, e 71, da Res. SMA-48/2014.;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 792,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781361
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram fornecidas ao autuado por meio do E-Ambiente. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA . Ficam corrigidos os campos 20 (Estrada Municipal Nelson Garcia dos Reis), 21 (s/nº), 22 (Rio Negro) e 24 (Lat: -23°32'49,04"; Long: -45°27'05,37") do presente AIA. Cabe esclarecer que o trecho objeto do presente AIA, ao contrário do descrito no BOA 14082020009533, não está inserido em Área de Proteção Ambiental. Encontra-se, todavia, na Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar. Notificações futuras serão encaminhadas no e-mail informado. Caso não seja possível a abertura ou ocorra o indeferimento de processo de regularização junto ao ente licenciador ambiental (Cetesb), o autuado deverá retornar ao CTR-Taubaté no prazo de 60 dias para a assinatura de novo Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), que deverá prever, basicamente, as seguintes medidas para a recuperação: 1) Devolver o trecho à sua topografia original, por meios que minimizem o impacto da atividade; 2) Isolar o trecho de fatores de degradação, tais como pessoas, animais de grande porte ou veículos; 3) Realizar o plantio e manutenção (por no mínimo 24 meses) de 600 (seiscentas) mudas de espécies arbóreas nativas, no espaçamento 3m x 2m, na área objeto do AIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - 1
Auto de Infração Ambiental: 20201117008611-1
Data da Infração: 26-11-2020
Autuado: Willian de Souza Silva, CPF 380.106.788-21
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Suspensão total ou parcial da atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 500,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - 1
Auto de Infração Ambiental: 20201125005582-1
Data da Infração: 27-11-2020
Autuado: Claudia Helena Chad, CPF 267.742.208-51
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 3.500,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. A autuada informou que a ave está sendo mantida em seu domicilio, no endereço constante nesta Ata.
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201016002612-1
Data da Infração: 28-1-2020
Autuado: Claudio Dias Gonçalves, CPF 098.470.428-02
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Multa duplicada, nos termos do art. 6º, II da Res. SMA-48/2014.;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 10.800,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. Consta lavrado contra o autuado, anteriormente ao presente, o AIA 332338, de 27-11-2015, por transportar fauna silvestre sem autorização (art. 25 da Res. SMA-48/2014).
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - 1
Auto de Infração Ambiental: 20201127005956-1
Data da Infração: 27-11-2020
Autuado: Rogerio da Cruz Menezes, CPF 016.752.047-48
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781301
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. As coordenadas constantes na "Área 01" do BO estão equivocadas, sendo consideradas como verdadeiras as que constaram no Relatório da Autoridade Policial (44º54'30.3" - 23º08'02.8").
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201222006105-1
Data da Infração: 4-1-2021
Autuado: Renan Aparecido Dias do Nascimento, CPF 367.779.078-66
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.800,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - 1
Auto de Infração Ambiental: 20201125004176-1
Data da Infração: 29-11-2020
Autuado: Nehemias Faulstich de Oliveira, CPF 613.445.247-53
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781458
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200217006808-1
Data da Infração: 13-03-2020
Autuado: Joel Cardoso do Prado, CPF 005.304.088-05
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781799
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA O autuado não foi considerado reincidente, porque esta autuação se refere a uma dano causado em 2016, mas não autuado naquela época.
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200725016350-1
Data da Infração: 27-7-2020
Autuado: Carlos Pereira Sacramento, CPF 061.883.766-37
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781874
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA Caso não haja o licenciamento ambiental da área as medidas necessárias à reparação ambiental do dano serão o desfazimento do tanque implantado em APP, o plantio de 18 mudas de espécies arbóreas nativas no espaçamento de 3 x 2 metros, o favorecimento da regeneração natural da vegetação nativa, o isolamento da área para sua proteção e a manutenção da área pelo período mínimo de 24 meses.
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200725016350-2
Data da Infração: 27-7-2020
Autuado: Carlos Pereira Sacramento, CPF 061.883.766-37
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781895
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA Caso não haja o licenciamento ambiental da área as medidas necessárias à reparação ambiental do dano serão o plantio de 26 mudas de espécies arbóreas nativas diversas no espaçamento de 3 x 2 metros na via de acesso autuada, o favorecimento da regeneração natural da vegetação nativa nas entrelinhas do plantio, o isolamento da área para sua proteção e a manutenção da área pelo período mínimo de 24 meses.
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200815013826-1
Data da Infração: 15-8-2020
Autuado: Rozivaldo Rocha Mares, CPF 319.896.458-01
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781676
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200724004956-1
Data da Infração: 15-8-2020
Autuado: Edivaldo Jose Teixeira, CPF 129.111.968-05
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 440,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781609
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200811004576-2
Data da Infração: 17-8-2020
Autuado: Geraldo Miguel Filho, CPF 183.955.678-12
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200801016370-2
Data da Infração: 26-8-2020
Autuado: Angelica Alvarenga de Carvalho, CPF 475.166.088-82
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Aplicar;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 206,40
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781605
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA As notificações serão realizadas pelo e-mail joseanselmo1521@gmail.com
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200821003846-1
Data da Infração: 26-8-2020
Autuado: Valter de Almeida Correa, CPF 291.224.298-32
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa diária. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200826006597-1
Data da Infração: 30-8-2020
Autuado: Olcione Braz, CPF 300.220.638-54
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.400,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. As notificações serão realizadas pelo e-mail olcionebraz@gmail.com
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200906010612-1
Data da Infração: 6-9-2020
Autuado: Jocelino Aparecido Moreira, CPF 019.149.498-46
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781880
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 25 - Taubaté - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200805003821-1
Data da Infração: 6-9-2020
Autuado: Denaldo Barbosa de Sousa, CPF 062.220.356-80
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 3.240,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA As notificações serão realizadas pelo e-mail denaldo.barbosa@gmail.com
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201123013806-1
Data da Infração: 30-11-2020
Autuado: Carlos de Oliveira, CPF 063.713.128-20
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Nesta data, fica ciente o autuado que deverá agendar atendimento com Departamento de Fauna através do e-mail: cfb.sjcampos@sp.gov.br; para tratar do cancelamento do Cadastro Técnico Federal (CTF) de passeriformes. Nesta data ainda, solicita-se à Policia Militar Ambiental o bloqueio do CTF do autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201130003470-1
Data da Infração: 9-12-2020
Autuado: Fábio Augusto da Silva, CPF 263.509.458-67
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.000,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Ressalta-se, por oportuno, que a espécie de patativa, descrita como em perigo de extinção (Sphorofila Plumbea Plumbea), não foi encontrada com o autuado, fora apreendida a espécime Patativa Chorão (Sporophila leucoptera). Portanto, o valor da multa foi corrigido na presente sessão.
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201125005660-1
Data da Infração: 29-11-2020
Autuado: Hamilton Francisco de Oliveira, CPF 177.966.158-41
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781925
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201125005039-1
Data da Infração: 3-12-2020
Autuado: Itamar Rodrigues da Silva, CPF 019.283.958-64
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781855
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - 1
Auto de Infração Ambiental: 20201201012988-1
Data da Infração: 6-12-2020
Autuado: Carina Aparecida Palma Moreira, CPF 357.952.738-05
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Considerando que foi aplicada advertência e apreendida a ave, o presente procedimento será Arquivado após publicação em D.O.
Ponto de Atendimento: Ponto 26 - Aparecida - 1
Auto de Infração Ambiental: 20201126008195-1
Data da Infração: 1º-12-2020
Autuado: Alessandro Tondato Louzada, CPF 268.040.628-17
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3782144
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 27 - São José dos Campos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210109009831-1
Data da Infração: 11-1-2021
Autuado: Raphael Guelli de Queiroz, CPF 311.656.788-37
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.500,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:
· livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
· Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Centro Técnico Regional VIII - Sorocaba
Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200104009194-1
Data da Infração: 4-1-2020
Autuado: Marco Antonio Oliveira de Souza, CPF 402.620.688-26
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.800,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. O autuado abriu mão da defesa administrativa.

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - Itapeva
Auto de infração Ambiental: 20200603008974-1
Data da Infração: 10-6-2020
Autuado: Tiago Aparecido Inacio, CPF 322.616.738-33
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 112,20
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780088
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20201101013538-1
Data da Infração: 1º-11-2020
Autuado: Isaltino Dourado, CPF 270.974.948-32
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Advertência cumprida. Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Considerando que houve a conciliação o autuado renuncia ao direito de recorrer administrativamente. Cumpre informar que, após a publicação do teor da ata em Diário Oficial, o AIA será encerrado e arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20201101013538-2
Data da Infração: 1º-11-2020
Autuado: Reginaldo Augusto da Silva, CPF 346.505.698-18
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Advertência cumprida. Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Considerando que houve a conciliação o autuado renuncia ao direito de recorrer administrativamente. Cumpre informar que, após a publicação do teor da ata em Diário Oficial, o AIA será encerrado e arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20201101013538-3
Data da Infração: 1º-11-2020
Autuado: Francisco Amaro Nunes, CPF 885.540.153-04
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Advertência cumprida. Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Considerando que houve a conciliação o autuado renuncia ao direito de recorrer administrativamente. Cumpre informar que, após a publicação do teor da ata em Diário Oficial, o AIA será encerrado e arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20201101013538-4
Data da Infração: 1º-11-2020
Autuado: Jose Nunes de Araujo, CPF 092.257.478-29
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Advertência cumprida. Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Considerando que houve a conciliação o autuado renuncia ao direito de recorrer administrativamente. Cumpre informar que, após a publicação do teor da ata em Diário Oficial, o AIA será encerrado e arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201210003972-1
Data da Infração: 14-12-2020
Autuado: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CPF 46.384.400/0128-21
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 3.000,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201210012148-1
Data da Infração: 16-12-2020
Autuado: Carlos Roberto Nunes dos Santos, CPF 005.570.328-30
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 100,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. O autuado abriu mão da defesa administrativa.

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20201116007458-1
Data da Infração: 2-1-2021
Autuado: Roberta Ribeiro pinto, CPF 297.631.888-30
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 281,40
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780179
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20210102009238-1
Data da Infração: 2-1-2021
Autuado: Sonia Luiza da Mota do Nascimento, CPF 116.767.758-70
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20201124004786-1
Data da Infração: 2-1-2021
Autuado: Helio Mariano, CPF 791.110.508-10
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.763,10
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200512009352-1
Data da Infração: 14-5-2020
Autuado: José Eder de Oliveira, CPF 047.157.958-09
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - Itapeva
Auto de infração Ambiental: 20200810012336-1
Data da Infração: 15-8-2020
Autuado: Antonio Aparecido Melo Ferreira, CPF 110.414.058-63
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 539,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780358
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - ITAPEVA
Auto de infração Ambiental: 20200820010607-1
Data da Infração: 24-8-2020
Autuado: Jean Carlos Rodrigues Moreira, CPF 269.012.288-05
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Aplicar;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780445
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201229010141-1
Data da Infração: 29-12-2020
Autuado: Claudio Jensen, CPF 038.650.668-01
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201223004599-6
Data da Infração: 16-1-2021
Autuado: Paulo Henrique Garcia, CPF 481.630.878-46
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Acompanharam o Atendimento Ambiental: Leonardo Alves Pereira, CPF 343.277.608-03, proprietário do imóvel. Tatiana Lucas de Sousa Oliveira, CPF 268.720.758-64, advogada

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201223004599-1
Data da Infração: 16-1-2021
Autuado: Marco Antonio Clemente Machado, CPF 065.312.358-29
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Apreensão de bens e animais: Aplicar;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780408
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA Acompanharam o Atendimento Ambiental: Leonardo Alves Pereira, CPF 343.277.608-03, proprietário do imóvel. Tatiana Lucas de Sousa Oliveira, CPF 268.720.748-64, advogada.

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201223004599-2
Data da Infração: 16-1-2021
Autuado: Francisco Vieira, CPF 027.166.768-01
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780431
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA Acompanharam o Atendimento Ambiental: Leonardo Alves Pereira, CPF 343.277.608-03, proprietário do imóvel. Tatiana Lucas de Sousa Oliveira, CPF 268.720.748-64, advogada.

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201223004599-3
Data da Infração: 16-1-2021
Autuado: Sebastião Pinto de Oliveira, CPF 017.481.805-09
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 540,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780482
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA Acompanharam o Atendimento Ambiental: Leonardo Alves Pereira, CPF 343.277.608-03, proprietário do imóvel. Tatiana Lucas de Sousa Oliveira, CPF 268.720.748-64, advogada.

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201223004599-4
Data da Infração: 16-1-2021
Autuado: Sebastião Pinto de Oliveira, CPF 017.481.805-09
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201223004599-5
Data da Infração: 16-1-2021
Autuado: Paulo Henrique Garcia, CPF 481.630.878-46
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 540,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780486
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA Acompanharam o Atendimento Ambiental: Leonardo Alves Pereira, CPF 343.277.608-03, proprietário do imóvel. Tatiana Lucas de Sousa Oliveira, CPF 268.720.748-64, advogada.

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20190626005441-1
Data da Infração: 28-6-2019
Autuado: Reginaldo Evaristo da Silva, CPF 237.399.698-73
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.680,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A sanção de apreensão e a situação do autuado como fiel depositário fica mantida. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 11 - Rio Claro - - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20190626005441-2
Data da Infração: 28-6-2019
Autuado: Cláudio de Aquino Nascimento, CPF 010.122.055-33
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.240,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. Fica mantida a sanção de apreensão e a situação do autuado como fiel depositário. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200420015030-2
Data da Infração: 21-4-2020
Autuado: Pedro Celso Rodrigues, CPF 167.517.678-70
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 4.080,00
Observações: Considerando que os agentes do Atendimento Ambiental não chegaram a um consenso quanto à decisão do auto, uma vez que o agente da CFB, conforme Despacho de 20-1-2021 (págs 33 a 35), entende que o AIA deve ser anulado pela falta das coordenadas geográficas de cada árvore (imprescindível para a regularização do auto), e o agente da PAmb não concorda com tal decisão, tem-se que diante de tal impasse restou apenas a possibilidade do autuado interpor defesa, uma vez que a PAmb já despachou não ser possível informar a localização de cada árvore suprimida. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20201127006072-1
Data da Infração: 27-11-2020
Autuado: Secretaria da Administração Penitenciária, CPF 96.291.141/0042-58
Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 193,50

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780781

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20201127006072-2

Data da Infração: 27-11-2020

Autuado: Secretaria da Administração Penitenciária, CPF 96.291.141/0042-58

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 300,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780801

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201217009294-1

Data da Infração: 22-12-2020

Autuado: Eliel Chagas Gomes, CPF 340.946.058-60

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 4.000,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20201221007580-1

Data da Infração: 22-12-2020

Autuado: Nelson de Albuquerque Medeiros, CPF 118.252.128-21

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Aplicar;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 60,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780927

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Foi adicionada a sanção de embargo da área.

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201229003083-1

Data da Infração: 29-12-2020

Autuado: Paulo Paschoalinotto Epp, CPF 67.952.549/001º-57

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Alterar Valor para R$ 31.026,78;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 24.821,42

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201221011359-1

Data da Infração: 23-12-2020

Autuado: Luiz Eurico da Silva, CPF 570.225.938-68

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 2.880,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780886

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão das guias de recolhimento da multa, os quais foram juntados ao processo digital. Considerando que houve a conciliação o autuado renuncia ao direito de recorrer administrativamente. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201221011359-2

Data da Infração: 23-12-2020

Autuado: Luiz Eurico da Silva, CPF 570.225.938-68

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Atendimento suspenso até apresentação de informações complementares.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Anular;

Embargo de obra ou atividade: Anular;

AIA Anulado.

Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação de vício administrativo insanável, sendo necessária a lavratura de novo AIA, em substituição, com as devidas correções. O Atendimento Ambiental do novo auto será realizado em data a ser agendada pela Polícia Militar Ambiental. Cumpre informar que, após a publicação do teor da ata em Diário Oficial, o AIA será encerrado e arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201221011359-3

Data da Infração: 23-12-2020

Autuado: Luiz Eurico da Silva, CPF 570.225.938-68

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Houve conciliação.

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780915

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Considerando que houve a conciliação o autuado renuncia ao direito de recorrer administrativamente. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200120008920-1

Data da Infração: 20-1-2020

Autuado: José Antonio Prestes, CPF 057.008.948-40

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 4.800,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. O autuado abriu mão da defesa administrativa.

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200120008920-3

Data da Infração: 20-1-2020

Autuado: José Antonio Prestes, CPF 057.008.948-40

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 7.700,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200120008920-4

Data da Infração: 20-1-2020

Autuado: José Antonio Prestes, CPF 057.008.948-40

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 42.000,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201222005170-3

Data da Infração: 24-12-2020

Autuado: Flavio José Rodrigues da Silva, CPF 010.982.604-30

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20201215005564-1

Data da Infração: 22-12-2020

Autuado: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquilho - Saaec, CPF 50.797.752/001º-01

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20201215005564-2

Data da Infração: 22-12-2020

Autuado: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquilho - Saaec, CPF 50.797.752/001º-01

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201218004442-1

Data da Infração: 23-12-2020

Autuado: Airton Martins de Araujo, CPF 167.316.268-13

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 660,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781261

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O autuado abriu mão da defesa administrativa.

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Virtual

Auto de infração Ambiental: 20201220013428-1

Data da Infração: 23-12-2020

Autuado: Paulo Henrique de Paiva Ferreira, CPF 478.794.698-69

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Houve conciliação.

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781345

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O autuado abriu mão da defesa administrativa.

Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201220013428-2

Data da Infração: 23-12-2020

Autuado: Paulo Henrique de Paiva Ferreira, CPF 478.794.698-69

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 600,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781370

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O autuado abriu mão da defesa administrativa.

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20210105007193-1

Data da Infração: 6-1-2021

Autuado: Gilberto Aparecido Domingues da Silva, CPF 410.368.518-26

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201229009983-1

Data da Infração: 4-1-2021

Autuado: Antonio Aparecido da Silva, CPF 048.306.788-10

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 112.500,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201229009983-2

Data da Infração: 4-1-2021

Autuado: Suely Carlos de Oliveira Silva, CPF 173.643.478-01

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 67.500,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201229009983-3

Data da Infração: 4-1-2021

Autuado: Antonio Aparecido da Silva, CPF 048.306.788-10

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 18.750,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201229009983-4

Data da Infração: 4-1-2021

Autuado: Suely Carlos de Oliveira Silva, CPF Não Informado

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 11.250,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201229009983-5

Data da Infração: 4-1-2021

Autuado: Antonio Aparecido da Silva, CPF 048.306.788-10

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 750,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201229009983-6

Data da Infração: 4-1-2021

Autuado: Suely Carlos de Oliveira Silva, CPF 173.643.478-01

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 450,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20210123007793-1

Data da Infração: 23-1-2021

Autuado: Ana Cristina Meinberg, CPF 151.633.238-57

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Houve conciliação.

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781348

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200430016565-1

Data da Infração: 1º-5-2020

Autuado: Rodrigo Soares da Silva, CPF 222.731.658-62

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Advertência cumprida. Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Considerando que houve a conciliação o autuado renuncia ao direito de recorrer administrativamente. Cumpre informar que, após a publicação do teor da ata em Diário Oficial, o AIA será encerrado e arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200430016565-2
Data da Infração: 1º-5-2020
Autuado: Ismael Dionisio Mendes, CPF 828.019.089-91
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Advertência cumprida. Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Considerando que houve a conciliação o autuado renuncia ao direito de recorrer administrativamente. Cumpre informar que, após a publicação do teor da ata em Diário Oficial, o AIA será encerrado e arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - ITAPEVA
Auto de infração Ambiental: 20200814008963-4
Data da Infração: 21-8-2020
Autuado: Eurides dos Santos, CPF 252.114.568-82
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 50,00
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - ITAPEVA
Auto de infração Ambiental: 20200814008963-5
Data da Infração: 21-8-2020
Autuado: Eurides dos Santos, CPF 252.114.568-82
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 450,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781916
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - ITAPEVA
Auto de infração Ambiental: 20200814008963-1
Data da Infração: 21-8-2020
Autuado: Eurides dos Santos, CPF 252.114.568-82
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 165,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781817
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - ITAPEVA
Auto de infração Ambiental: 20200814008963-2
Data da Infração: 21-8-2020
Autuado: Eurides dos Santos, CPF 252.114.568-82
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 198,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781844
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - Itapeva
Auto de infração Ambiental: 20200814008963-3
Data da Infração: 21-8-2020
Autuado: Eurides dos Santos, CPF 252.114.568-82
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 50,00
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201121013575-6
Data da Infração: 25-11-2020
Autuado: Luiz Henrique Topal, CPF 102.396.608-54
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 147.000,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201121013575-7
Data da Infração: 25-11-2020
Autuado: José Luiz Alves Frutuoso, CPF 037.056.638-60
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 88.200,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201121013575-8
Data da Infração: 25-11-2020
Autuado: Marcos Aurélio Campos Fazano, CPF 944.479.938-72
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 205.800,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201121013575-9
Data da Infração: 25-11-2020
Autuado: Marcos Almeida Leme, CPF 722.610.058-49
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 294.000,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Virtual
Auto de infração Ambiental: 20201016013151-1
Data da Infração: 8-12-2020
Autuado: Renato Zuzarte da Silva, CPF 336.644.788-51
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 8.800,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201220013682-1
Data da Infração: 20-12-2020
Autuado: Osmar Tadeu Francisco, CPF 150.495.598-63
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 595,04
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201220013682-2
Data da Infração: 20-12-2020
Autuado: Antonio Cirino de Farias, CPF 105.944.758-48
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 669,42
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20210105011764-1
Data da Infração: 6-1-2021
Autuado: Pedro Mario Francisco, CPF 137.184.978-16
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 300,00
Observações: O autuado não compareceu à sessão do Atendimento Ambiental, portanto terá o prazo de 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Cumpre informar que a ave objeto do auto foi destinada pelo Delegado de Plantão ao próprio autuado (TC 900001/2021), o qual permaneceu como fiel depositário da mesma.
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201226014085-1
Data da Infração: 30-12-2020
Autuado: Marcio Soares da Silva, CPF 234.143.148-86
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 146.784,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201226014085-2
Data da Infração: 30-12-2020
Autuado: Zelia Fernandes, CPF 372.467.868-13
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 146.784,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - ITAPEVA
Auto de infração Ambiental: 20201228010196-1
Data da Infração: 30-12-2020
Autuado: Edivanio Maciel Ferreira, CPF 650.845.274-68
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.100,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - ITAPEVA
Auto de infração Ambiental: 20201228010196-2
Data da Infração: 30-12-2020
Autuado: Edivanio Maciel Ferreira, CPF 650.845.274-68
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 14.400,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - ITAPEVA
Auto de infração Ambiental: 20201228010196-3
Data da Infração: 30-12-2020
Autuado: Edivanio Maciel Ferreira, CPF 650.845.274-68
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 250,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20191027009919-1
Data da Infração: 27-10-2019
Autuado: Antonio Salves de Oliveira, CPF 039.741.738-11
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 600,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3782146
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O autuado abriu mão da defesa administrativa.
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20191025006442-1
Data da Infração: 27-10-2019
Autuado: Marineide dos Santos Oliveira, CPF 254.801.558-06
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 3.240,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 04 - Botucatu - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200520014808-1
Data da Infração: 20-5-2020
Autuado: Ducarmo José Da Silva, CPF 187.250.968-18
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - ITAPEVA
Auto de infração Ambiental: 20201224018059-1
Data da Infração: 5-1-2021
Autuado: alceu de souza gomes neto, CPF 345.954.218-77
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3782134
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 05 - Itapetininga - Semipresencial - ITAPEVA
Auto de infração Ambiental: 20210104011037-1
Data da Infração: 6-1-2021
Autuado: Adelson Ryden, CPF 753.167.068-20
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 350,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3782187
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 03 - Sorocaba - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201230008713-1
Data da Infração: 7-1-2021
Autuado: Carlos Alberto de Campos, CPF 035.257.638-32
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3782220
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Centro Técnico Regional IX - Ribeirão Preto
Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20190607005446-1
Data da Infração: 19-6-2019
Autuado: Frederico Augusto Nelis Asse, CPF 249.092.318-89
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.160,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780128
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20190922011577-13
Data da Infração: 25-9-2019
Autuado: Emerson Antonio da Silva, CPF 163.882.798-21
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Aplicar;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 108.000,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto
Auto de infração Ambiental: 20191128004834-1
Data da Infração: 17-12-2019
Autuado: José Luciano Mascarenhoas Lima, CPF 076.394.058-58
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 250,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20191023006622-2
Data da Infração: 5-11-2019
Autuado: Braghetto & Filhos Ltda., CPF 44.230.779/0001-07
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780081
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200214017174-2
Data da Infração: 9-3-2020
Autuado: Warlen Pereira da Costa, CPF 369.876.738-45
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.152,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Nota: 1) o autuado, por ser infrator "Primário", teve o valor da multa reduzido em 20%. Observa-se que: o autuado estava pescando em Local e Período (defeso) proibidos, ou seja, em área de "corredeira" do rio Sapucaí contrariando (-20,6496° e -47,6533°), também, o inciso IV do Art. 3° da Instrução Normativa Ibama 25/2009. Desse modo, o valor da multa foi devidamente Majorado; 2) o petrecho apreendido (1 tarrafa: malha 20 mm) será destinado à Destruição. Os peixes objetos da autuação (cascudos, mandis e lambaris) foram destinados ao aterro sanitário de Franca conforme Termo próprio da PAmb; 3) este processo é Digital (Sima.14554/2020-02) e para acessá-lo o autuado deverá inicialmente fazer o cadastro na plataforma do E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento" e, posteriormente, entrar no portal E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/portal" para acesso e anexação de documentos como, por exemplo: Defesa & outros conforme artigos 15° e 16° do Decreto SP 64456/19. Na impossibilidade de acesso ao portal E-ambiente, a Defesa poderá ser protocolada no Batalhão da Polícia Militar Ambiental (PAmb) mais próximo do local onde se deu a infração e dentro do prazo legal.

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200214017174-3
Data da Infração: 9-3-2020
Autuado: Deivson Aparecido da Costa, CPF 333.135.188-18
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 576,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Nota: 1) o autuado, por ser infrator "Primário", teve o valor da multa reduzido em 20%. Observa-se que: o autuado estava pescando em Local e Período (defeso) proibidos, ou seja, em área de "corredeira" do rio Sapucaí contrariando (-20,6496° e -47,6533°), também, o inciso IV do Art. 3° da Instrução Normativa Ibama-25/2009. Desse modo, o valor da multa foi devidamente Majorado; 2) o petrecho apreendido (1 tarrafa: malha 20 mm) será destinado à Destruição. Os peixes objetos da autuação (cascudos, mandis e lambaris) foram destinados ao aterro sanitário de Franca conforme Termo próprio da PAmb; 3) este processo é Digital (Sima.14555/2020-79) e para acessá-lo o autuado deverá inicialmente fazer o cadastro na plataforma do E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento" e, posteriormente, entrar no portal E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/portal" para acesso e anexação de documentos como, por exemplo: Defesa & outros conforme Artigos 15° e 16° do Decreto SP 64456/19. Na impossibilidade de acesso ao portal E-ambiente, a Defesa poderá ser protocolada no Batalhão da Polícia Militar Ambiental (PAmb) mais próximo do local onde se deu a infração e dentro do prazo legal e se for o caso em tela. Caso a multa não seja integralmente paga, o débito será inscrito no Sistema da Dívida Ativa (SDA) do Estado.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto
Auto de infração Ambiental: 20200604008316-1
Data da Infração: 4-6-2020
Autuado: Reginaldo Cardoso, CPF 139.510.148-57
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.600,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA O processo digital poderá ser consultado no endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (cadastrar usuário e senha)

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto
Auto de infração Ambiental: 20200603005146-1
Data da Infração: 3-6-2020
Autuado: Rodrigo Di Giovanni Zanirato, CPF 266.234.618-33
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.650,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA O processo digital poderá ser consultado no endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (cadastrar usuário e senha)

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200513014794-1
Data da Infração: 31-5-2020
Autuado: Romes Miranda, CPF 005.411.278-88
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Nota: 1) o autuado, por ser infrator "Primário", teve a penalidade de Advertência mantida bem como o embargo da área/obra/atividade. No entanto, uma próxima autuação ambiental o autuado perderá a "primariedade" e o valor da multa poderá ser duplicado (2x) ou triplicado (3x) dependendo da infração cometida (Art. 6° da Resolução SMA-48/2014); 2) a área onde se deu a autuação localiza-se no CAR 35495080340673 "Estância Olhos D'água" que tem como proprietários: Leonilda/Ana Paula/Ana Cristina Ravagnani Lourinho & Márcio Zanetti Ferreira e não Romes Miranda como declarado no BOA/PAmb; 3) se a área autuada (-20,5937° e -47,6363°) está destinada a "Loteamento", conforme consta no BOA/PAmb (09-6-20), então o autuado deverá regularizar a situação junto ao órgão Licenciador (municipal ou estadual) e/ou obter maiores informações para o uso de tal área; 3) este processo é Digital (Sima.23983/2020-24) e para acessá-lo o autuado deverá inicialmente fazer o cadastro na plataforma do E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento" e, posteriormente, entrar no portal E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/portal" para acesso e anexação de documentos como: Defesa & outros conforme artigos 15° e 16° do Decreto SP 64456/19. Na impossibilidade de acesso ao portal E-ambiente, a Defesa poderá ser protocolada no Batalhão da Polícia Militar Ambiental (PAmb) mais próximo do local onde se deu a infração dentro do prazo legal.

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200520008207-1
Data da Infração: 30-5-2020
Autuado: Carlos Roberto Aparecido Pereira, CPF 183.221.708-66
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Nota: 1) o autuado, por ser infrator "Primário", teve a penalidade de Advertência mantida. No entanto, uma próxima autuação ambiental o autuado perderá a "primariedade" e o valor da multa poderá ser duplicado (2x) ou triplicado (3x) dependendo da infração cometida (Art. 6° da Resolução SMA-48/2014); 2) as áreas de preservação permanentes (APP's) são áreas protegidas por Lei e seu uso ou intervenção deve ser Autorizado pelo órgão competente (Leis Federal 11428/06 e 12651/12, Decreto SP 13550/09 e Resolução SMA-48/14); 3) este processo é Digital (Sima.24003/2020-91) e para acessá-lo o autuado deverá inicialmente fazer o cadastro na plataforma do E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento" e, posteriormente, entrar no portal E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/portal" para acesso e anexação de documentos como: Defesa & outros conforme Artigos 15° e 16° do Decreto SP 64456/19. Na impossibilidade de acesso ao portal E-ambiente, a Defesa poderá ser protocolada no Batalhão da Polícia Militar Ambiental (PAmb) mais próximo do local onde se deu a infração dentro do prazo legal.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto
Auto de infração Ambiental: 20200528014107-1
Data da Infração: 8-6-2020
Autuado: Adalgisa Santos de Lima, CPF 697.890.377-91
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 50,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. A autuada foi orientada acerca das responsabilidades que possui ao ser fiel depositária do animal e deverá comunicar a PAmb sobre morte e/ou fuga do animal.

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200515008981-1
Data da Infração: 29-5-2020
Autuado: Fabiano Alves, CPF 222.964.028-36
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Aplicar;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.089,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Nota: 1) o autuado, por ser infrator "Primário", teve o valor da multa reduzido em 20%. No entanto, uma próxima autuação ambiental o autuado perderá a "primariedade" e o valor da multa poderá ser duplicado (2x) ou triplicado (3x) dependendo da infração cometida (Art. 6° da Resolução SMA-48/2014); 2) a área onde se deu a autuação (-20,1893° e -48,0391°) trata-se de área Pública sob a responsabilidade da Prefeitura de Miguelópolis e encontra-se embargada conforme Relatório da Polícia Militar Ambiental (PAmb); 3) este processo é Digital (Sima.25016/2020-16) e para acessá-lo o autuado deverá inicialmente fazer o cadastro na plataforma do E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento" e, posteriormente, entrar no portal E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/portal" para acesso e anexação de documentos como: Defesa & outros conforme Artigos 15° e 16° do Decreto SP 64456/19. Na impossibilidade de acesso ao portal E-ambiente, a Defesa poderá ser protocolada no Batalhão da Polícia Militar Ambiental (PAmb) mais próximo do local onde se deu a infração e dentro do prazo legal.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200807009661-1
Data da Infração: 7-8-2020
Autuado: Helio Pereira, CPF 005.721.388-73
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Anular;
Advertência: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: A penalidade de multa simples foi convertida em Advertência, tendo em vista: a mensagem 4BPAMB-810/43/20 encaminhada via e-mail pelo 4BPAmb às 1ª a 4ª CIA e ao CTR-IX em 24-11-2020; e o fato de constar no BOA 07082020009661, no Relatório da Autoridade, que se tratou de caso de guarda de animal silvestre não ameaçada de extinção, com a finalidade exclusiva de estimação. A ave ficará mantida em depósito com o autuado. Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200813016897-1
Data da Infração: 14-8-2020
Autuado: Helio Dias Ledesma, CPF 138.534.108-47
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Anular;
Advertência: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.

Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200813016897-2
Data da Infração: 14-8-2020
Autuado: Edvaldo Dias Ledesma, CPF 214.695.518-02
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Anular;
Advertência: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20191025009260-1
Data da Infração: 12-12-2019
Autuado: Arantes Ribeiro dos Santos Junior, CPF 345.165.898-42
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 787.200,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200218013027-1
Data da Infração: 26-2-2020
Autuado: Antonio Paulo Avelar, CPF 238.545.376-20
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.600,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200330006941-2
Data da Infração: 3-4-2020
Autuado: Luis Guilherme Martins Magalhães, CPF 468.764.838-00
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Endereço para correspondência: Rua Francisco Alves Costa, 460 - Santa Terezinha - São Joaquim da Barra - SP.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200508005193-1
Data da Infração: 10-5-2020
Autuado: Geraldo José Rossini, CPF 048.588.188-88
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.385,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200627013015-2
Data da Infração: 28-6-2020
Autuado: José Paulo dos Santos, CPF 475.337.494-72
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200627013015-3
Data da Infração: 28-6-2020
Autuado: Valmir Bernardo, CPF 096.190.488-73
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200627013015-4
Data da Infração: 28-6-2020
Autuado: Ismael Jesus da Rocha, CPF 246.052.078-64
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200626010240-1
Data da Infração: 28-6-2020
Autuado: Leandro Aparecido Lourenco, CPF 156.285.508-50
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200813011511-2
Data da Infração: 13-8-2020
Autuado: Edson de Lima Santos, CPF 645.121.699-20
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 370,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Os petrechos poderão ser destruídos.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201126009496-1
Data da Infração: 26-11-2020
Autuado: Benedito Silveira Alves, CPF 026.547.308-08
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. Fazemos constar que, como não houve solicitação dos bens apreendidos, deliberamos pela destruição dos mesmos.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201126009496-2
Data da Infração: 26-11-2020
Autuado: Valter Pinhaneli, CPF 020.122.598-04
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Aplicar;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. Fazemos constar que, como não houve solicitação dos bens apreendidos, deliberou-se pela destruição dos mesmos.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201128009818-2
Data da Infração: 28-11-2020
Autuado: Everson Francisco Nogueira, CPF 382.765.958-20
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 840,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias corridos para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O processo digital poderá ser consultado no endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (cadastrar usuário e senha)
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201120016661-1
Data da Infração: 25-11-2020
Autuado: Nivaldo Bertollucci Salomone, CPF 200.270.528-34
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 6.300,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780398
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA, Termo de Intenção de Apresentação de Garantia para Restituição de Instrumentos Apreendidos e emissão do boleto de recolhimento da multa, os quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA ou Termo de Intenção poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O processo digital poderá ser consultado no endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (cadastrar usuário e senha)
Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201117004728-1
Data da Infração: 9-12-2020
Autuado: Reginaldo Duarte do Amaral, CPF 074.637.378-37
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.576,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201127010640-1
Data da Infração: 3-12-2020
Autuado: Saluz Comercio de Sucatas e Plásticos Ltda. ME, CPF 18.694.374/0001-10
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. O prazo para interposição de defesa de 20 dias corridos. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º da Res. SMA-nº 48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O processo digital poderá ser consultado no endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (cadastrar usuário e senha)
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201127010684-1
Data da Infração: 3-12-2020
Autuado: Saluz Comercio de Sucatas e Plásticos Ltda. ME, CPF 18.694.374/0001-10
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Demolição de obra: Anular;
Embargo de obra ou atividade: Anular;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 5.000,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. O prazo para interposição de defesa é de 20 dias corridos. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O processo digital poderá ser consultado no endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (cadastrar usuário e senha)
Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200419010765-1
Data da Infração: 23-4-2020
Autuado: Irineu Aparecido Ulbrick, CPF 189.276.488-11
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 100,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200513006284-1
Data da Infração: 13-5-2020
Autuado: João Adão Alves, CPF 040.232.118-93
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 7.000,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA ou através do email cfb.saocarlos@sp.gov.br .
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200822007341-2
Data da Infração: 22-8-2020
Autuado: Silmar Domingos de Souza, CPF 191.657.928-07
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 840,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. De acordo com o BOA 22082020007341, de 23-8-2020, os molinetes apreendidos permaneceram depositados na sede da Base Operacional de Santa Rita do Passa Quatro e os demais materiais (linhadas de mão, puçá, canos de PVC e suporte de metal) foram destruídos e devidamente destinados ao Eco Ponto Municipal.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201014009651-6
Data da Infração: 21-10-2020
Autuado: Edmar Velloso de Carvalho, CPF 214.949.038-22
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 18.000,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. De acordo com o BOA 14102020009651, de 23-10-2020, as providências com relação aos animais apreendidos ficaram a cargo da Polícia Civil.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201014009651-7
Data da Infração: 21-10-2020
Autuado: Lourival Festucci, CPF 595.241.038-34
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 108.000,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. BOA 14102020009651, de 23-10-2020, as providências com relação aos animais apreendidos ficaram a cargo da Polícia Civil.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201014009651-8
Data da Infração: 21-10-2020
Autuado: Rodrigo Anacleto Pereira Candido, CPF 183.233.338-82
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 18.000,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. BOA 14102020009651, de 23-10-2020, as providências com relação aos animais apreendidos ficaram a cargo da Polícia Civil.
Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201119011990-1
Data da Infração: 23-11-2020
Autuado: Romildo José Batista da Silva, CPF 757.186.504-20
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Suspensão total ou parcial da atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 3.600,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201119011990-2
Data da Infração: 23-11-2020
Autuado: Romildo Jose Batista da Silva, CPF 757.186.504-20
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 400,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201123005416-1
Data da Infração: 24-11-2020
Autuado: Vitorino Modesto Batista, CPF 241.166.703-59
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 9.000,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20171204013405-4
Data da Infração: 2-2-2018
Autuado: João Luiz Tolini, CPF 743.159.008-34
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Anular;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Aplicar;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 997,20
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. . Obs. O autuado informou verbalmente que possui renda de 1 (um) salário mínimo e estudou até a 3º série do ensino fundamental. A Sra. Vanessa Trevisan de Souza CPF 216.227.558-98 acompanhou o autuado como apoio.
Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200209009579-9
Data da Infração: 9-2-2020
Autuado: Manoel Antonio Santos Pinheiro, CPF 950.801.633-72
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 150,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da guia de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. O Sr. Manoel informou que não possui documento que comprova a propriedade dos petrechos apreendidos nesta infração, desta forma os mesmos podem ser destruídos.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200606018192-1
Data da Infração: 8-6-2020
Autuado: Rodrigo Bento Bejo, CPF 376.079.688-57
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para valor da multa simples alterado pela aplicação de atenuante;
Apreensão de bens e animais: Aplicar;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 4.000,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O autuado deverá requerer a regularização do seu cadastro de criador de passeriformes através do email: sispass@sp.gov.br
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200606018192-2
Data da Infração: 8-6-2020
Autuado: Rodrigo Bento Bejo, CPF 376.079.688-57
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para valor da multa simples alterado pela aplicação de atenuante;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.400,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão

resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200606020326-1

Data da Infração: 8-6-2020

Autuado: Tales Sant Ana Barroso, CPF 382.771.598-97

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Alterar Valor para valor da multa simples alterado pela aplicação de atenuantes;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 10.800,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200603004427-1

Data da Infração: 8-6-2020

Autuado: Elson Ferreira, CPF 016.618.958-83

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Alterar Valor para valor da multa simples alterado pela aplicação de atenuante;

Embargo de obra ou atividade: Aplicar;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 2.108,70

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200718001584-1

Data da Infração: 18-7-2020

Autuado: Adeilson Santos Silva, CPF 460.913.718-60

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. 01 tarrafa depositada na sede da Base Operacional da Polícia Ambiental em Jaboticabal, não havendo comprovação de propriedade, poderá ser destruída não havendo óbice judicial.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200718001584-2

Data da Infração: 18-7-2020

Autuado: Denilson Henrique Lima Bota, CPF 463.080.888-46

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço ttp://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. 01 tarrafa depositada na sede da Base Operacional da Polícia Ambiental em Jaboticabal, não havendo comprovação de propriedade, poderá ser destruída não havendo óbice judicial.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200909009371-5

Data da Infração: 23-9-2020

Autuado: João Batista Carneiro Constâncio, CPF 747.175.968-20

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto:

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Atendimento suspenso.

Valor consolidado da multa: R$ 72.226,00

Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de orientações/esclarecimentos perante as direções superiores da CFB/SIMA sobre a valoração da caução referente aos maquinários apreendidos pela PAmb. Tais equipamentos encontram-se com o autuado como fiel depositário. Os agravantes e atenuantes serão analisados na nova sessão do Atendimento Ambiental. O atendimento foi reagendado para o dia 26-3-2020 para as 13 horas. Osmar Eugênio de Souza Junior, CPF 147.651.438-05 esteve presente como apoio ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200909009371-6

Data da Infração: 23-9-2020

Autuado: João Batista Carneiro Constâncio, CPF 747.175.968-20

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 500,50

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781489

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da guia de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O autuado firmou "Termo de Intenção de Apresentação de Garantia para restituição de instrumentos apreendidos " para restituição dos bens apreendidos antes do cumprimento do TCRA. Caso não seja apresentada a caução no prazo estabelecido no referido "Termo de Intenção de Apresentação de Garantia para restituição de instrumentos apreendidos" tendo em vista que os equipamentos ficaram depositados com o autuado, serão adotadas as providências cabíveis visando o depósito dos bens apreendidos em local de propriedade do Estado de São Paulo. O Sr. Osmar Eugênio de Souza Junior, CPF 147.651.438-05 esteve presente como apoio ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201110014814-1

Data da Infração: 16-11-2020

Autuado: Gessuel Felix Oliveira, CPF 014.295.396-23

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 140,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da guia de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Gessuel nos informou que não é proprietário dos bens apreendidos nesta autuação, sendo um arpão, um barco de alumínio e um motor de popa. Desta forma, os mesmos podem ter a devida destinação. O Autuado reside em Uberaba - MG, nesta Ata foi preenchido como Adamantina, pois não tem como preencher com município de outro Estado.

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201110014814-2

Data da Infração: 16-11-2020

Autuado: Sergio Reis Santana, CPF 882.303.096-04

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 420,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da guia de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Dos bens apreendidos nesta autuação, mediante a comprovação de propriedade, devendo ser apresentados junto à Polícia Ambiental, poderá ser devolvido o barco de alumínio e o motor de popa 15 hp Yamaha e o comprovante de quitação da multa no valor de R$ 420,00, o boleto emitido vence dia 26-4-2021. Sendo assim o prazo para apresentar os documentos comprobatórios de propriedade deverão ser apresentados até 20 dias após o vencimento deste boleto. Após este prazo os bens poderão ser destinados conforme legislação vigente.

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201110009571-1

Data da Infração: 12-11-2020

Autuado: Thais de Sales Meirelles, CPF 047.626.758-73

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 14.490,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781275

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201110009571-2

Data da Infração: 12-11-2020

Autuado: Thais de Sales Meirelles, CPF 047.626.758-73

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 6.000,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781284

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201111005044-1

Data da Infração: 30-11-2020

Autuado: João Carlos Lemes de Araujo, CPF 742.312.198-34

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 150,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da guia de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da guia, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. Obs. O autuado informou verbalmente que possui renda de um 1 (um) salário mínimo e estudou até a 4º série do ensino fundamental.

Ponto de Atendimento: Ponto 34 - São Carlos - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201125012886-2

Data da Infração: 1-12-2020

Autuado: Vicente Francisco Gomes, CPF 021.666.938-30

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Suspensão total ou parcial da atividade: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 450,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20201228009032-1

Data da Infração: 30-12-2020

Autuado: José Vicente Bonandin, CPF 039.392.548-00

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 100,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da guia de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da guia, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. O autuado informou verbalmente que estudou até a 4º série do ensino fundamental e está desempregado.

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200309012571-1

Data da Infração: 9-3-2020

Autuado: Marcos Vinicius Oliveira Faria, CPF 399.915.888-33

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 1.000,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200503011829-2

Data da Infração: 4-5-2020

Autuado: Luiz Daniel Carli Tozetti, CPF 305.285.248-52

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Anular;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Aplicar;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 200,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. NOTA: 1) o autuado, por ser "reincidente Genérico" (ref.: AIAe 6697/17 "por pescar utilizando petrechos não permitidos....") teve a penalidade de Advertência convertida em Multa Simples (R$ 100,00) conforme o parágrafo 5° do art. 9° da Resolução SMA-48/14 e Majoração do valor conforme inciso II do art. 6º da Resolução citada; 2) também incide sobre tal área "Recanto do Camelo" os processos: PAMB Polícia Ambiental 82183/2000 (NIS: 1280809) com tramitação eletrônica para a Cetesb Ribeirão Preto e o AIA 46837/02 "Luiz Henrique Tozetti" que se encontra na Regional de Campinas; 3) este processo é Digital (Sima.20761/2020-46) e para acessá-lo o autuado deverá inicialmente fazer o cadastro na plataforma do E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento" e, posteriormente, entrar no portal E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/portal" para acesso e anexação de documentos como: DEFESA & outros conforme Artigos 15° e 16° do Decreto SP 64456/19. Na impossibilidade de acesso ao portal E-ambiente, a Defesa poderá ser protocolada no Batalhão da Polícia Militar Ambiental (PAmb) mais próximo do local onde se deu a infração e dentro do prazo legal.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200503011829-1

Data da Infração: 4-5-2020

Autuado: Luiz Daniel Carli Tozetti, CPF 305.285.248-52

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Anular;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Aplicar;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 1.100,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Nota: 1) o autuado, por ser "reincidente Genérico" (ref.: AIAe 6697/17 "por pescar utilizando petrechos não permitidos....") teve a penalidade de Advertência convertida em Multa Simples (R$ 550,00) conforme o parágrafo 5° do art. 9° da Resolução SMA-48/14 e Majoração do valor conforme inciso II do art. 6º da Resolução citada; 2) também incide sobre tal área "Recanto do Camelo" os processos: PAMB Polícia Ambiental 82183/2000 (NIS: 1280809) com tramitação eletrônica para a Cetesb Ribeirão Preto e o AIA 46837/02 "Luiz Henrique Tozetti" que se encontra na Regional de Campinas; 3) este processo é Digital (Sima.20762/2020-13) e para acessá-lo o autuado deverá inicialmente fazer o cadastro na plataforma do E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento" e, posteriormente, entrar no portal E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/portal" para acesso e anexação de documentos como: Defesa & outros conforme Artigos 15° e 16° do Decreto SP 64456/19. Na impossibilidade de acesso ao portal E-ambiente, a Defesa poderá ser protocolada no Batalhão da Polícia Militar Ambiental (PAmb) mais próximo do local onde se deu a infração e dentro do prazo legal.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200608010036-2

Data da Infração: 8-6-2020

Autuado: Silvio José De Carvalho, CPF 172.101.778-09

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias corridos para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O processo digital poderá ser consultado no endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (cadastrar usuário e senha)

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200603000751-1

Data da Infração: 8-6-2020

Autuado: Luiz Carlos Costa Silva, CPF 222.447.338-90

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 2.462,40

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias corridos para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O processo digital poderá ser consultado no endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (cadastrar usuário e senha)

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200603000751-2

Data da Infração: 8-6-2020

Autuado: Luiz Carlos Costa Silva, CPF 222.447.338-90

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Demolição de obra: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias corridos para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º da Res. SMA-nº 48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O processo digital poderá ser consultado no endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (cadastrar usuário e senha).

Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200528010368-1

Data da Infração: 1-6-2020

Autuado: Veber Cintra Chagas, CPF 007.832.188-34

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Suspensão total ou parcial da atividade: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 2.128,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781866

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200610005678-1

Data da Infração: 15-6-2020

Autuado: Taina Roberta Bispo Machado, CPF 445.051.288-06

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto:

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Atendimento suspenso.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 300,00

Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pela Polícia Ambiental. Consta no BOA 10062020005678 que "constatou-se fisicamente na residência a presença de 01 (um) espécime coleirinho-papa-capim sem anilha de identificação, que segundo informações do Sr. Hermes, pertence a seu filho, que também reside pelo local e no momento estava trabalhando", no entanto, o auto foi lavrado em desfavor da Sra. Tainá Roberta Bispo Machado, nora do Sr. Hermes. Portanto, faz-se necessário a Polícia Ambiental informar o motivo dessa divergência.

Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial

Auto de infração Ambiental: 20200718001584-3

Data da Infração: 18-7-2020

Autuado: José Marcos dos Santos, CPF 328.735.218-05

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias corridos para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O processo digital poderá ser consultado no endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (cadastrar usuário e senha)
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200718001584-4
Data da Infração: 18-7-2020
Autuado: Carlos dos Santos Vasco, CPF 345.013.488-44
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias corridos para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O processo digital poderá ser consultado no endereço https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento (cadastrar usuário e senha).
Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201004008674-1
Data da Infração: 18-10-2020
Autuado: Lair Bianco, CPF 907.390.438-20
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781593
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200930007946-1
Data da Infração: 22-10-2020
Autuado: Lairto Bento da Silva, CPF 980.586.308-53
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.016,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Nota: 1) o autuado, por ser infrator "PRIMÁRIO", teve o valor da multa reduzido em 10%. No entanto, uma próxima autuação ambiental o autuado perderá a "primariedade" e o valor da multa poderá ser duplicado (2x) ou triplicado (3x) dependendo da infração cometida (Art. 6° da Resolução SMA-48/2014); 2) a área autuada (-21,2576° e -47,2588°) está cadastrada no CAR 35094030014171 (Faz. Santo Antônio III) e é objeto de Ação de Usucapião (Forum de Cajuru) segundo alegado pelo autuado; 3) este processo é Digital (Sima.46544/2020-13) e para acessá-lo o autuado deverá inicialmente fazer o cadastro na plataforma do E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento" e, posteriormente, entrar no portal E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/portal" para acesso e anexação de documentos como: Defesa & outros conforme Artigos 15° e 16° do Decreto SP 64456/19. Na impossibilidade de acesso ao portal E-ambiente, a Defesa poderá ser protocolada no Batalhão da Polícia Militar Ambiental (PAmb) mais próximo do local onde se deu a infração e dentro do prazo legal.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201022012073-1
Data da Infração: 22-10-2020
Autuado: Lairto Bento da Silva, CPF 980.586.308-53
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.600,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. NOTA: 1) o autuado, por ser infrator "Primário", teve o valor da multa reduzido em 20%. No entanto, uma próxima autuação ambiental o autuado perderá a "primariedade" e o valor da multa poderá ser duplicado (2x) ou triplicado (3x) dependendo da infração cometida (art. 6° da Resolução SMA-48/2014); 2) as 4 (quatro) aves apreendidas foram soltas nas proximidades da Mata da Graciosa (Cajuru) e as 4 (quatro) gaiolas foram para a destruição conforme prevê o GPO/PAmb; 3) este processo é DIGITAL (Sima.47937/2020-02) e para acessá-lo o autuado deverá inicialmente fazer o cadastro na plataforma do E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento" e, posteriormente, entrar no portal E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/portal" para acesso e anexação de documentos como: DEFESA & outros conforme Artigos 15° e 16° do Decreto SP 64456/19. Na impossibilidade de acesso ao portal E-ambiente, a Defesa poderá ser protocolada no Batalhão da Polícia Militar Ambiental (PAmb) mais próximo do local onde se deu a infração e dentro do prazo legal. Caso a multa não seja integralmente paga, o débito será inscrito no Sistema da Dívida Ativa (SDA) do Estado.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201028010651-1
Data da Infração: 3-11-2020
Autuado: Willian Seixas Ferreira, CPF 387.962.478-00
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 312,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. NOTA: 1) o autuado, por ser infrator "Primário", teve o valor da multa reduzido considerando as atenuantes. No entanto, uma próxima autuação ambiental o autuado perderá a "primariedade" e o valor da multa poderá ser duplicado (2x) ou triplicado (3x) dependendo da infração cometida (Art. 6° da Resolução SMA-48/2014). Na ocasião foi entregue ao Sr. William a cartilha da "Educação Ambiental"; 2) os peixes capturados foram para o aterro sanitário de Jaboticabal e as 4 (quatro) serão destinadas à Destruição por contrariar a alínea "a" do inciso I do art. 2° da IN Ibama 26/2009 e conforme o GPO/PAmb; 3) este processo é Digital (Sima.47939/2020-46) e para acessá-lo o autuado deverá inicialmente fazer o cadastro na plataforma do E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento" e, posteriormente, entrar no portal E-ambiente "https://e.ambiente.sp.gov.br/portal" para acesso e anexação de documentos como: Defesa & outros conforme artigos 15° e 16° do Decreto SP 64456/19. Na impossibilidade de acesso ao portal E-ambiente, a Defesa poderá ser protocolada no Batalhão da Polícia Militar Ambiental (PAmb) mais próximo do local onde se deu a infração e dentro do prazo legal. Caso a multa não seja integralmente paga, o débito será inscrito no Sistema da Dívida Ativa (SDA) do Estado.
Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20201201004128-1
Data da Infração: 7-12-2020
Autuado: Rosana Aparecida Rodrigues de Lima Silva, CPF 232.506.278-36
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 600,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto
Auto de infração Ambiental: 20191212017503-1
Data da Infração: 28-12-2019
Autuado: Agnaldo Gonçalves de Lima, CPF 195.054.468-02
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 400,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. De acordo com o BOA 12122019017503, de 02-1-2020, devido ao estado de domesticação da ave, foi realizada consulta a três locais apropriados a recebê-la, sendo: Bosque e Zoo Fábio Barreto em Ribeirão Preto, contato com Cézar Henrique Branco, RG 44220639-2; Parque Ecológico de São Carlos, contato com Viviane Carlin Rocha, RG 23924979-3; Vitas Franca, contato com Célio Villani, RG 6450935, porém, nenhum dos locais citados possuíam vagas para receber a ave. Sendo assim, o papagaio ficou depositado aos cuidados do Sr. Agnaldo Gonçalves de lima, qualificado como AD (autor direto).
Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200302005906-1
Data da Infração: 5-3-2020
Autuado: Emerson Trevisan, CPF 199.636.578-93
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Destruição ou inutilização do produto: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 600,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. Fazemos constar que a capivara apreendida foi libertada na natureza e as duas aves, por estarem domesticadas, foram destinadas ao Vitas - Viveiro de Triagem de Aves Silvestres em Franca - SP.
Ponto de Atendimento: Ponto 32 - Franca - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200406001703-1
Data da Infração: 7-4-2020
Autuado: Marco Aurelio de Souza, CPF 312.052.028-46
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. Fazemos constar que o autuado declarou que o bem apreendido não possuia nota fiscal, fato este que embasou que esta sessão destine o bem para destruição.
Ponto de Atendimento: Ponto 33 - Ribeirão Preto - Semipresencial
Auto de infração Ambiental: 20200728007756-1
Data da Infração: 3-8-2020
Autuado: Abel José Maria, CPF 118.392.688-08
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Suspensão total ou parcial da atividade: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 7.500,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Centro Técnico Regional X - Embu das Artes
Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200828007472-1
Data da Infração: 3-9-2020
Autuado: Renato Pires de Freitas, CPF 342.677.828-90
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Anular;
Embargo de obra ou atividade: Anular;
AIA Anulado.
Observações: Cancela-se o auto de Infração ambiental em função de que para o dano ambiental em questão foi lavrado o AIA 20200828007472-2, e nome da pessoa juridica.
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200828007472-2
Data da Infração: 3-9-2020
Autuado: Emporio MHR Comércio e Serviços Eireli, CPF 14.468.676/0001-19
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780975
Observações: Corrige-se o nome da empresa para Emporio Mega Comercio de Materiais para Construção, CNPJ: 26.352.803/0001-07. Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200728003145-1
Data da Infração: 9-8-2020
Autuado: Ester Ernega Ribeiro, CPF 184.680.198-28
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 660,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781021
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201113009842-1
Data da Infração: 14-11-2020
Autuado: Francisco Evaldo Pereira Rogerio, CPF 139.836.898-92
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.350,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201112005570-1
Data da Infração: 16-11-2020
Autuado: Marcelo Celisvaldo e Souza, CPF 350.313.358-58
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto:
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Atendimento suspenso.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 3.450,00
Observações: Verificou-se que a area do poligono autuado é muito maior que a area autuada. O auto de Infração ambiental sera encaminhado a Policia Militar Ambiental para esclarecimento em relação ao tamanho da área autuada e a definição do poligono autuado. Após a correção devera ser agendada uma nova data para o prosseguimento do atendimento ambiental.
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201112004851-1
Data da Infração: 16-11-2020
Autuado: AMBV - Associação de Moradores em Busca da Vitória., CPF 30.244.538/0001-02
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 760,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780923
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20191126004907-1
Data da Infração: 26-11-2019
Autuado: Lourival Laureano Pereira, CPF 63.144.098-45
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 750,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais vão ser encaminhadas via e-mail ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20191216007478-1
Data da Infração: 16-12-2019
Autuado: Daniela Trindade de Abreu - ME., CPF 11.051.369/0001-40
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais serão encaminhadas via email ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20191216007478-2
Data da Infração: 16-12-2019
Autuado: Daniela Trindade de Abreu - ME., CPF 11.051.369/0001-40
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 880,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais serão encaminhadas via email ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200122005961-1
Data da Infração: 22-1-2020
Autuado: Henrique Machado Lanzieri, CPF 349.783.448-32
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200805011225-1
Data da Infração: 11-8-2020
Autuado: Bruno Dantas de Sousa, CPF 341.117.908-28
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Suspensão total ou parcial da atividade: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 3.400,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais serão enviadas por email ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200828009157-1
Data da Infração: 28-8-2020
Autuado: AJR Comércio de Materiais para Construção Ltda - ME, CPF 27.840.547/0001-51
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 8.539,21
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200828009157-2
Data da Infração: 28-8-2020
Autuado: AJR Comércio de Materiais para Construção Ltda. - ME, CPF 27.840.547/0001-51
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.617,08
Observações: A madeira apreendida permanecera em deposito sob responsabilidade do proprietário, até a destinação final definida pela autoridade competente. Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200210006900-1
Data da Infração: 10-2-2020
Autuado: Cassio Aurelio Coelho da Silva, CPF 52.803.718-82
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 4.000,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781840

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200228009502-1

Data da Infração: 28-2-2020

Autuado: Hamilton Xavier, CPF 68.300.558-81

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Anular;

Embargo de obra ou atividade: Anular;

AIA Anulado.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação da improcedência da infração/autuação: fora de APP.

Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200604008203-1

Data da Infração: 5-06-2020

Autuado: Daniel Miguel Coentro, CPF 294.610.598-92

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Anular;

Embargo de obra ou atividade: Aplicar;

Multa simples: Aplicar;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 1.198,40

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 20 - Santos

Auto de Infração Ambiental: 20201101010002-1

Data da Infração: 1º-11-2020

Autuado: Edvaldo Silva do Carmo, CPF 578.488.585-53

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Alterar Valor para em função das circunstâncias atenuantes.;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 3.600,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 01 - Embu - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201112003023-2

Data da Infração: 12-11-2020

Autuado: Andre de Araujo Vieira, CPF 280.725.118-82

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 3.600,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Centro Técnico Regional XI - São Bernardo do Campo

Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201023003271-1

Data da Infração: 23-10-2020

Autuado: José Batista dos Santos, CPF 772.323.138-53

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas: Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 250,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201023003271-2

Data da Infração: 23-10-2020

Autuado: José Batista dos Santos, CPF 772.323.138-53

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 1.500,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201023003271-3

Data da Infração: 23-10-2020

Autuado: José Batista dos Santos, CPF 772.323.138-53

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 1.100,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 02 - São Bernardo do Campo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201101007642-1

Data da Infração: 1º-11-2020

Autuado: Isac Caetano Brito, CPF 460.708.748-38

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Anular;

Advertência: Manter;

Houve conciliação.

Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 02 - São Bernardo do Campo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201101007642-3

Data da Infração: 1º-11-2020

Autuado: Damião Gondin Alves, CPF 586.328.914-72

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Anular;

Advertência: Aplicar;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Houve conciliação.

Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201017017502-1

Data da Infração: 27-10-2020

Autuado: Antonio Barros de Melo, CPF 153.027.758-24

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 5.886,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201017017502-3

Data da Infração: 27-10-2020

Autuado: Atila José Puertas Tavares, CPF 051.365.058-00

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 5.886,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201017017502-2

Data da Infração: 27-10-2020

Autuado: Antonio Barros de Melo, CPF 153.027.758-24

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 29.358,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201017017502-4

Data da Infração: 27-10-2020

Autuado: Atila Jose Puertas Tavares, CPF 051.365.058-00

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 29.358,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 02 - São Bernardo do Campo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201215006081-1

Data da Infração: 15-12-2020

Autuado: Reginaldo Alves Nascimento, CPF 009.200.305-21

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 2.400,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 02 - São Bernardo do Campo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200318009102-1

Data da Infração: 24-3-2020

Autuado: Denis Goulart, CPF 066.243.750-00

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 02 - São Bernardo do Campo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200331012366-1

Data da Infração: 31-3-2020

Autuado: Antonio Rufino da Silva Filho, CPF 011.288.158-00

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 1.050,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201213009768-1

Data da Infração: 13-12-2020

Autuado: Denis Trindade Abreu, CPF 422.715.408-10

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201118012860-1

Data da Infração: 1-12-2020

Autuado: Roseli Bertoque, CPF 147.657.088-45

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Anular;

Advertência: Aplicar;

Houve conciliação.

Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201209006521-1

Data da Infração: 9-12-2020

Autuado: Anderson dos Santos Oliveira, CPF 113.434.064-80

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Houve conciliação.

Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. O processo digital SIMA.053398/2020-80 poderá ser consultado através do link: https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

Ponto de Atendimento: Ponto 02 - São Bernardo do Campo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201223004047-1

Data da Infração: 23-12-2020

Autuado: Valteide Soares, CPF 041.064.525-70

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 1.184,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 02 - São Bernardo do Campo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201223004047-2

Data da Infração: 23-12-2020

Autuado: Paulo José Xavier da Silva, CPF 180.002.258-16

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 1.184,00

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201215004038-1

Data da Infração: 19-12-2020

Autuado: Hélio Miguel, CPF 083.289.877-59

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto:

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Atendimento suspenso.

Valor consolidado da multa: R$ 3.850,00

Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos, considerando a documentação apresentada pelo autuado nesta sessão de Atendimento Ambiental. Sugere-se a análise pelo Departamento de Fauna da Nota Fiscal 148, de 30-3-2017, para subsidiar a continuidade deste atendimento e decisão do AIA. Documentos pertinentes à autuação poderão ser apresentados através do link: https://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201220016264-1

Data da Infração: 20-12-2020

Autuado: José Ricardo Santos de Freitas, CPF 403.119.898-10

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Alterar Valor para R$ 2.500,00;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Suspensão total ou parcial da atividade: Aplicar;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 1.000,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Verifica-se que a espécie Oryzoborus angolensis, popularmente conhecida por Curió, não está relacionada no Decreto Estadual 63.853/2018. Desta forma, houve a correção do valor da multa. O cadastro de criador amador deverá ser suspenso. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Virtual

Auto de Infração Ambiental: 20170620002988-1

Data da Infração: 20-6-2017

Autuado: Paulo Sergio Vieira de Menezes, CPF 077.509.898-11

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 600,00

Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: Número: 3781601

Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 02 - São Bernardo do Campo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20190705004275-1

Data da Infração: 5-7-2019

Autuado: Francisco Xavier de Lima, CPF 399.296.888-03

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 10.000,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 02 - São Bernardo do Campo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20191029005690-1

Data da Infração: 29-1-2020

Autuado: José Correia de Barros, CPF 942.593.489-49

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 150,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 02 - São Bernardo do Campo - Virtual

Auto de Infração Ambiental: 20200527007618-1

Data da Infração: 28-5-2020

Autuado: Michel Efroim Burg, CPF 189.112.268-15

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 62.244,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201119008746-1

Data da Infração: 20-11-2020

Autuado: Francisco Januário dos Santos, CPF 012.040.738-80

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Anular;

Apreensão de bens e animais: Aplicar;

Advertência: Aplicar;

Houve conciliação.

Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201119008746-2

Data da Infração: 20-11-2020

Autuado: Rafael Francisco dos Santos, CPF 341.644.128-10

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Aplicar;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 450,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201119008746-3

Data da Infração: 20-11-2020

Autuado: Veronildo Tenorio Pereira, CPF 306.819.468-73

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Apreensão de bens e animais: Aplicar;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 450,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 02 - São Bernardo do Campo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201217003437-1

Data da Infração: 28-12-2020

Autuado: Lucio Vieira de Melo, CPF 166.773.298-60

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Manter;

Houve conciliação.

Valor consolidado da multa: R$ 2.100,00

Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. Registra-se que, por falta de local para destinação, o autuado ficou como depositário dos pássaros e foi cientificado que deverá comunicar imediatamente a Polícia Militar Ambiental ou a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade em caso de qualquer ocorrência envolvendo os animais (fuga, óbito etc.). O autuado foi informado ainda que fica proibida a venda ou doação dos animais e que os mesmos poderão ser recolhidos a qualquer momento.

Ponto de Atendimento: Ponto 02 - São Bernardo do Campo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201130009925-11

Data da Infração: 1º-12-2020

Autuado: Silvania Aparecida F Andrade, CPF 282.055.568-30

Data da Sessão: 28-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 12 - São Paulo - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201203008622-1

Data da Infração: 6-12-2020

Autuado: Madevante madeireira Ltda., CPF 08.096.683/0001-34

Data da Sessão: 28-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 25.086,75

Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Núcleo de Gestão de Programas de São Paulo

Comunicado

O Diretor do Centro Técnico Regional XI, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, torna público a relação dos Autos de Infração Ambiental aptos a serem encaminhados para arquivo. A reincidência implicará aplicação de multa simples.

Auto de Infração Ambiental 20171213003248-1

Autuado: João Rodrigues Morais

CPF/CNPJ: 115.161.798-97

Município da infração: São Paulo - SP

Auto de Infração Ambiental 20180106007993-1

Autuado: Emerson Ferraz

CPF/CNPJ: 292.159.428-58

Município da infração: São Paulo - SP

Auto de Infração Ambiental 20171121006528-1

Autuado: Djalma Gonçalves dos Santos

CPF/CNPJ: 999.425.698-04

Município da infração: São Paulo - SP

Auto de Infração Ambiental 20171119010820-1

Autuado: Manoel Santos da Paz

CPF/CNPJ: 834.896.573-49

Município da infração: São Paulo - SP

Auto de Infração Ambiental 20180112005499-1

Autuado: Sinvaldo da Silva Rocha

CPF/CNPJ: 003.937.808-05

Município da infração: São Paulo - SP

Auto de Infração Ambiental 20171016006303-1

Autuado: Antonio Joaquim Veloso Neto

CPF/CNPJ: 696.724.158-34

Município da infração: São Paulo - SP

Auto de Infração Ambiental 20171113012196-1

Autuado: karem Cristina tomaz

CPF/CNPJ: 383.234.708-98

Município da infração: São Paulo - SP

Centro Técnico Regional XII - Mogi das Cruzes

Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200816017581-1

Data da Infração: 16-8-2020

Autuado: Paulo Renato da Silva, CPF 051.404.646-59

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias corridos. O recolhimento do valor de eventual multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200804012508-6

Data da Infração: 16-8-2020

Autuado: Paulo Renato da Silva, CPF 051.404.646-59

Data da Sessão: 21-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias corridos. O recolhimento do valor de eventual multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201102013028-1

Data da Infração: 16-11-2020

Autuado: Rivaldo José Sandes, CPF 683.364.464-00

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201111002470-1

Data da Infração: 19-11-2020

Autuado: Antonio Carlos de Camargo, CPF 593.440.168-87

Data da Sessão: 22-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Aplicar;

Apreensão de bens e animais: Manter;

Multa simples: Anular;

Houve conciliação.

Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Recomenda-se o arquivamento do presente AIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200402012604-1

Data da Infração: 7-4-2020

Autuado: Manuel Rogerio de Mendonça, CPF 170.986.628-44

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto:

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Atendimento suspenso.

Valor consolidado da multa: R$ 5.500,00

Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pela Cetesb, quanto à regularidade das intervenções constatadas em APP. Foi identificada a continuidade das intervenções em APP (área de novas intervenções correspondente a 1,6915 ha), demandando nova fiscalização da Polícia Militar Ambiental para averiguação dos novos danos, no âmbito de suas competências. Ressalta-se que a lavratura dos AIAs pela Polícia Militar Ambiental não exime a Cetesb da fiscalização envolvendo suas competências específicas, no que tange à averiguação dos danos decorrentes da atividade potencialmente poluidora que afetou até o momento área aferida em 13,1500 ha, cf. estabelecido pelo Decreto Estadual 8.468/1976 artigos 51, 76 e 78 inciso II C/C Decisão de Diretoria 38/2017/C, de 7-2-2017.

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200402012604-2

Data da Infração: 7-4-2020

Autuado: Manuel Rogerio de Mendonça, CPF 170.986.628-44

Data da Sessão: 25-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto:

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Manter;

Atendimento suspenso.

Valor consolidado da multa: R$ 5.500,00

Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pela Cetesb, quanto à regularidade das intervenções constatadas em APP. Foi identificada a continuidade das intervenções em APP (área de novas intervenções correspondente a 1,6915 ha), demandando nova fiscalização da Polícia Militar Ambiental para averiguação dos novos danos, no âmbito de suas competências. Ressalta-se que a lavratura dos AIAs pela Polícia Militar Ambiental não exime a Cetesb da fiscalização envolvendo suas competências específicas, no que tange à averiguação dos danos decorrentes da atividade potencialmente poluidora que afetou até o momento área aferida em 13,1500 ha, cf. estabelecido pelo Decreto Estadual 8.468/1976 artigos 51, 76 e 78 inciso II C/C Decisão de Diretoria 38/2017/C, de 7-2-2017.

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20191015010568-1

Data da Infração: 18-10-2019

Autuado: Granja Kinukawa, CPF 08.446.507/0001-85

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto:

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Atendimento suspenso.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 5.481,00

Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pela Polícia Ambiental.

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20191015010568-2

Data da Infração: 18-10-2019

Autuado: Granja Kinukawa, CPF 08.446.507/0001-85

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Advertência: Anular;

AIA Anulado.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Anulação do Auto de Infração Ambiental devido à constatação da improcedência da autuação, uma vez que foi publicada a Lei Federal 13.887/2019 que prorroga a inscrição no CAR por tempo indeterminado.

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200630009737-1

Data da Infração: 26-7-2020

Autuado: Claiton de Paula Ribeiro, CPF 309.930.738-67

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Alterar Valor para de R$ 10.000,00 para R$ 20.000,00;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 20.000,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200630009737-2

Data da Infração: 26-7-2020

Autuado: Claiton de Paula Ribeiro, CPF 309.930.738-67

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Alterar Valor para de R$ 10.000,00 para R$ 20.000,00;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 20.000,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200630009737-3

Data da Infração: 26-7-2020

Autuado: Claiton de Paula Ribeiro, CPF 309.930.738-67

Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Alterar Valor para de R$ 10.000,00 para R$ 20.000,00;

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 20.000,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20200831006857-1

Data da Infração: 7-9-2020

Autuado: Richard Garcia, CPF 060.335.918-36

Data da Sessão: 27-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Multa simples: Manter;

Embargo de obra ou atividade: Aplicar;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 10.500,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias corridos. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial

Auto de Infração Ambiental: 20201030008633-1

Data da Infração: 13-11-2020

Autuado: Simone dos Santos Neves Fonseca, CPF 254.899.788-05
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 800,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado (guias anexas ao processo digital no e.ambiente). A autuada não realizou cadastro no e.ambiente, o 2° Pel sem condições de realizar a cópia dos documentos por falta de meios (impressora sem tonner). A autuada tem o prazo de cinco dias para realizar a assinatura eletrônica dos documentos, caso não realize a assinatura este Ato será cancelado sendo necessário nova sessão de atendimento ambiental para consolidação do AIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201117009357-1
Data da Infração: 19-11-2020
Autuado: Santa Guiomar da Silva, CPF 049.549.728-25
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.620,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201117009357-2
Data da Infração: 19-11-2020
Autuado: Santa Guiomar da Silva, CPF 049.549.728-25
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.620,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 35 - Mogi das Cruzes - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201117009357-3
Data da Infração: 19-11-2020
Autuado: Santa Guiomar da Silva, CPF 049.549.728-25
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.520,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Centro Técnico Regional XIII - Ubatuba
Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - 1
Auto de Infração Ambiental: 20200617009336-1
Data da Infração: 17-6-2020
Autuado: Carmen Lucia Garcia Chacon, CPF 012.185.188-55
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200618010922-3
Data da Infração: 18-6-2020
Autuado: Wellington Dantas de Melo, CPF 203.900.188-30
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 300,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780175
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Virtual
Auto de Infração Ambiental: 20201024012917-8
Data da Infração: 24-10-2020
Autuado: Renilson Mota dos Santos, CPF 298.652.258-08
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 800,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Virtual
Auto de Infração Ambiental: 20201024012917-2
Data da Infração: 24-10-2020
Autuado: Nivaldo Ferreira de Jesus, CPF 108.919.536-20
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Virtual
Auto de Infração Ambiental: 20201024012917-4
Data da Infração: 24-10-2020
Autuado: Adriano Natal, CPF 345.228.188-40
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 100,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Virtual
Auto de Infração Ambiental: 20201024012972-2
Data da Infração: 24-10-2020
Autuado: Nivaldo Ferreira de Jesus, CPF 108.919.536-20
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Aplicar;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Virtual
Auto de Infração Ambiental: 20201028010639-1
Data da Infração: 30-10-2020
Autuado: Nivaldo Ferreira de Jesus, CPF 108.919.536-20
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Virtual
Auto de Infração Ambiental: 20201028010639-6
Data da Infração: 30-10-2020
Autuado: Renilson Mota dos Santos, CPF 298.652.258-08
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Aplicar;
Suspensão total ou parcial da atividade: Aplicar;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 3.000,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Aplicou-se a penalidade de suspensão das atividades no SISPASS, conforme indicado no Boletim de Ocorrência Ambiental, com fundamento no § 1º do artigo 56 da Instrução Normativa Ibama-10/2011, visto que houve ilegalidade grave com falsificação de anilhas. Aplicou-se também penalidade de apreensão das aves, que já foram de fato apreendidas e destinadas, conforme descrito no BO. Ressalta-se que a manutenção de aves regulares que estejam em sua posse é permitida, porém conforme o § 4º do artigo 56 da mencionada In Ibama, o criador fica proibido de participar de torneios, realizar reprodução, venda, transferência, transporte ou qualquer movimentação das aves de seu plantel, até que obtenha a regularização junto à SIMA e procedimentos adotados pelos responsáveis do SISPASS, agendando atendimento através do email sispass2@sp.gov.br.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201220011994-1
Data da Infração: 20-12-2020
Autuado: Rai de Jesus Ferreira de Souza, CPF 475.140.908-51
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 576,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201220011994-2
Data da Infração: 20-12-2020
Autuado: Ricardo Gonçalves Ferreira, CPF 367.100.618-84
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 576,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201209010121-1
Data da Infração: 21-12-2020
Autuado: Luismar Gonçalves Reis, CPF 107.838.706-04
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.100,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201125006192-1
Data da Infração: 5-12-2020
Autuado: Valeria da Silva Ferreira Santos, CPF 375.841.878-03
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.800,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201203007742-1
Data da Infração: 7-12-2020
Autuado: Luciano da Silva Costa, CPF 020.849.585-12
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.430,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201203007742-2
Data da Infração: 7-12-2020
Autuado: Luciano da Silva Costa, CPF 020.849.585-12
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201203007742-3
Data da Infração: 7-12-2020
Autuado: Sidney Bronzatto, CPF 125.566.358-86
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780495
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Caso não seja regularizada, as medidas a serem adotadas para reparação ambiental são: 1. Paralisar as atividades causadoras do dano ambiental objeto da autuação e remover da área autuada qualquer fator que impeça a regeneração da vegetação; 2. Permitir a recuperação da área autuada através do processo de regeneração natural.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201215010283-1
Data da Infração: 15-12-2020
Autuado: Luiz Antonio Modesto da Silva, CPF 116.810.696-60
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201215010564-1
Data da Infração: 15-12-2020
Autuado: Danilo Nascimento, CPF 372.635.428-03
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201208011984-1
Data da Infração: 16-12-2020
Autuado: Erinaldo Silva de Jesus, CPF 037.482.245-08
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto:
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Atendimento suspenso.
Observações: O atendimento ambiental foi suspenso e será encaminhado ao Departamento de Fomento à Proteção da Biodiversidade, para orientação de como prosseguir com o caso em tela. Assim que a auto retornar será reagendada nova data de Atendimento Ambiental. Contato do senhor Erinaldo Whats App12-99783-2927
Ponto de Atendimento: Ponto 23 - Ubatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201215005737-1
Data da Infração: 16-12-2020
Autuado: Willian Inacio dos Santos, CPF 336.022.598-89
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Manter;
Suspensão total ou parcial da atividade: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.000,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Considerando que o autuado não utiliza mais seu cadastro no SISPASS, foi solicitado pelo mesmo o cancelamento definitivo do cadastro. Sendo assim, serao tomadas as devidas providencias para que o cancelamento definitivo seja efetuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201217006803-1
Data da Infração: 17-12-2020
Autuado: Paiva & Assis Madeireira Ltda., CPF 09.195.180/0001-89
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Apreensão de bens e animais: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. A penalidade de apreensão do caminhão foi anulada tendo em vista o descrito na Orientação CFB 05/2020 de 23-12-2020. Foi mantida a apreensão da madeira e será encaminhada para doação.
Ponto de Atendimento: Ponto 23 - Ubatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200602006094-1
Data da Infração: 17-6-2020
Autuado: Maria D'Ajuda Evangelista de Moura, CPF 524.096.195-68
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781456
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 23 - Ubatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200617004532-1
Data da Infração: 17-6-2020
Autuado: Ivan Pereira dos Santos, CPF 330.642.488-98
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781117
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - 1
Auto de Infração Ambiental: 20200618010922-1
Data da Infração: 18-6-2020
Autuado: Helena Isabel da Silva, CPF 056.643.568-39
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 900,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - 1
Auto de Infração Ambiental: 20200618010922-2
Data da Infração: 18-6-2020
Autuado: Helena Isabel da Silva, CPF 056.643.568-39
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200622005429-1
Data da Infração: 22-6-2020
Autuado: Helio Januario Leite, CPF 133.335.818-09
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 800,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. O autuado ficou ciente da necessidade de apresentar comprovante de hipossuficiência financeira no prazo máximo de 10 dias, podendo ser o valor respectivo do desconto da multa cobrado caso apresente.
Ponto de Atendimento: Ponto 23 - Ubatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201023005114-1
Data da Infração: 23-10-2020
Autuado: José Luiz de Moraes, CPF 032.803.548-38
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781143
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Segundo esclarecimentos prestados pela Policia Militar Ambiental, o barraco está fora da área autuada.
Ponto de Atendimento: Ponto 23 - Ubatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201218006355-2
Data da Infração: 18-12-2020
Autuado: Eloy Rosa de Oliveira Junior, CPF 214.802.198-27
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 780,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 23 - Ubatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201208010040-1
Data da Infração: 26-12-2020
Autuado: Ronaldo dos Santos Alves, CPF 051.251.776-28
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201230006746-1
Data da Infração: 30-12-2020
Autuado: Carlos Alberto dos Santos, CPF 886.008.748-15
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781116
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210112004737-1
Data da Infração: 12-1-2021
Autuado: Sebastião Luiz de Oliveira, CPF 163.667.328-76
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 100,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201023006274-1
Data da Infração: 29-10-2020
Autuado: Luis Carlos da Silva, CPF 117.032.348-04
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.000,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781974
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201210005438-2
Data da Infração: 10-12-2020
Autuado: Dagma Maria Oliveira de Abreu, CPF 873.182.887-68
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 600,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201223006830-2
Data da Infração: 24-12-2020
Autuado: Francisco Cruz da Silva, CPF 697.894.953-15
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 23 - Ubatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201223006830-4
Data da Infração: 24-12-2020
Autuado: Cícero Carlos de Almeida, CPF 893.389.363-68
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201223006830-1
Data da Infração: 24-12-2020
Autuado: Francisco Cruz da Silva, CPF 697.894.953-15
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201223006830-3
Data da Infração: 24-12-2020
Autuado: Cícero Carlos de Almeida, CPF 893.389.363-68
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 23 - Ubatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201217008750-1
Data da Infração: 17-12-2020
Autuado: Rogerio da Silva Xavier, CPF 168.863.508-46
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3782154
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. Caso não haja êxito na regularização as medidas de reparação recomendadas são: 1. Paralisar as atividades causadoras do dano ambiental objeto da autuação e remover da área autuada qualquer fator que impeça a implantação e o desenvolvimento do plantio, assim como a regeneração da vegetação; 2. Isolar a área autuada de possíveis fatores de degradação; 3. Realizar o plantio e a manutenção de 116 mudas de espécies arbóreas nativas da região, no exato local da autuação, utilizando o espaçamento de 3 x 2 metros entre as mudas (três metros entre linhas e dois metros entre plantas).
Ponto de Atendimento: Ponto 24 - Caraguatatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210103008416-1
Data da Infração: 3-1-2021
Autuado: Joseano Matos de Jesus, CPF 042.400.295-70
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 600,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 23 - Ubatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210107005875-1
Data da Infração: 7-1-2021
Autuado: Carlito Gomes de Moura, CPF 913.561.728-49
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 23 - Ubatuba - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210107006574-1
Data da Infração: 7-1-2021
Autuado: Carlito Gomes de Moura, CPF 913.561.728-49
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 6.000,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3782217
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Centro Técnico Regional XIV - Registro
Comunicado

O Diretor do Centro Técnico Regional XIV - Registro, da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, torna público a relação de Autos de Infração Ambiental intimando o autuado abaixo consignado a comparecer à Sede do Centro Técnico Regional XIV - Registro, localizada à Rua Melastomásceas, 54 - Vila Tupy - Registro - SP, tel. (13) 3828-1670, conforme data agendada para o Atendimento Ambiental.
Em função da pandemia do Covid-19 e do Decreto Estadual 64.881, de 22-3-2020, que estabeleceu a quarentena em todo o Estado de São Paulo, bem como da necessidade de ainda ser mantido o distanciamento social, o atendimento ambiental dos Autos de Infração Ambiental relacionados ocorrerá, na forma semi-presencial, na data e horário abaixo indicados:
O Autuado deverá comparecer portando os documentos necessários para a realização da reunião (CPF, RG ou CNH, Comprovante de Residência, Procuração, caso necessário, e demais documentos que quiser apresentar relacionados ao caso).
Ressalta-se que é obrigatório o uso de máscara e para a realização do atendimento ambiental será disponibilizada ao Autuado uma estação de trabalho específica para esta finalidade, contendo computador e demais equipamentos necessários para a vídeo conferência, e seguindo os critérios sanitários e de distanciamento recomendados pelo Governo do Estado de São Paulo, tendo em vista a pandemia do Covid-19.
Nº do Auto de Infração: 20200815010220-1
Nome do Infrator: Gilmar Divino Pereira dos Santos, CPF 192.847.268-08
Município do local de infração: Sete Barras
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 1º-2-2021, às 8h30
Nº do Auto de Infração: 20200429006228-1
Nome do Infrator: Maria Fatima de Amorim Oliveira, CPF 843.989.739-15
Município do local de infração: Barra do Turvo
Penalidade aplicada: Multa Simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 1º-2-2021, às 16 horas.
Nº do Auto de Infração: 20200720009156-1
Nome do Infrator: Izaias Vieira de Almeida, CPF 272.193.738-30
Município do local de infração: Iporanga
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 2-2-2021, às 8h30
Nº do Auto de Infração: 20200720009156-2
Nome do Infrator: Izaias Vieira de Almeida, CPF 272.193.738-30
Município do local de infração: Iporanga
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 2-2-2021, às 9h30
Nº do Auto de Infração: 20200720009156-3
Nome do Infrator: Izaias Vieira de Almeida, CPF 272.193.738-30
Município do local de infração: Iporanga
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 2-2-2021, às 10h30
Nº do Auto de Infração: 20200720009156-4
Nome do Infrator: Izaias Vieira de Almeida, CPF 272.193.738-30
Município do local de infração: Iporanga
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 2-2-2021, às 13 horas
Nº do Auto de Infração: 20200720009156-5
Nome do Infrator: Izaias Vieira de Almeida, CPF 272.193.738-30
Município do local de infração: Iporanga
Penalidade aplicada: Multa Simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 2-2-2021, às 14 horas
Nº do Auto de Infração: 20200720009156-6
Nome do Infrator: Izaias Vieira de Almeida, CPF 272.193.738-30
Município do local de infração: Iporanga
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 2-2-2021, às 15 horas
Nº do Auto de Infração: 20200720009156-7
Nome do Infrator: Izaias Vieira de Almeida, CPF 272.193.738-30
Município do local de infração: Iporanga
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 2-2-2021, às 16 horas
Nº do Auto de Infração: 20200730007535-1
Nome do Infrator: Nilson Severino da Silva, CPF 044.314.148-78
Município do local de infração: Pariquera-Açu
Penalidade aplicada: Advertência
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 3-2-2021, às 8h30
Nº do Auto de Infração: 20200731009030-1
Nome do Infrator: Antonio Pereira Filho, CPF 287.367.608-62
Município do local de infração: Registro
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 3-2-2021, às 9h30
Nº do Auto de Infração: 20200731009034-1
Nome do Infrator: Adiel Aparecido Pereira, CPF 219.460.538-05
Município do local de infração: Registro
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 3-2-2021, às 10h30
Nº do Auto de Infração: 20200730009750-1
Nome do Infrator: Esmeraldo Ferreira da Silva, CPF 799.812.328-15
Município do local de infração: Registro
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 3-2-2021, às 15 horas
Nº do Auto de Infração: 0200803014234-1
Nome do Infrator: Roberto Paes Lourenço, CPF 517.094.798-41
Município do local de infração: Juquiá
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 4-2-2021, às 8h30
Nº do Auto de Infração: 20200809015124-1
Nome do Infrator: Antonio de Oliveira, CPF 396.666.388-00
Município do local de infração: Registro
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 4-2-2021, às 9h30
Nº do Auto de Infração: 20200726024021-1
Nome do Infrator: Amaro Roza dos Santos, CPF 119.026.458-71
Município do local de infração: Juquiá
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 4-2-2021, às 10h30
Nº do Auto de Infração: 20200721007899-1

Nome do Infrator: Jesse Nagliati Vasconcelos, CPF 127.915.658-92
Município do local de infração: Miracatu
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 5-2-2021, às 8h30
Nº do Auto de Infração: 20200721007899-2
Nome do Infrator: Jesse Nagliati Vasconcelos, CPF 127.915.658-92
Município do local de infração: Miracatu
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 5-2-2021, às 8h30
Nº do Auto de Infração: 20200816016486-1
Nome do Infrator: Loide de Oliveira Mariano, CPF 275.948.698-26
Município do local de infração: Miracatu
Penalidade aplicada: Advertência
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 5-2-2021, às 14 horas
Nº do Auto de Infração: 20200823014028-1
Nome do Infrator: Plinio Barbosa de Oliveira, CPF 875.344.609-72
Município do local de infração: Barra do Turvo
Penalidade aplicada: Multa simples
Data Agendada para Atendimento Ambiental: 5-2-2021, às 15 horas

Comunicado

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Autos de Infração Ambiental avaliados no Atendimento Ambiental.

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20200618010713-1
Data da Infração: 18-6-2020
Autuado: Leriana de Lima Ramos Pontes, CPF 339.209.518-40
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20200701007402-1
Data da Infração: 1º-7-2020
Autuado: JEssica Aparecida de Gouveia Correa, CPF 408.291.308-45
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780092
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 21 - Apiaí - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210107003231-1
Data da Infração: 7-1-2021
Autuado: Armando Furquim de Lima, CPF 147.530.398-03
Data da Sessão: 21-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para devido às atenuantes;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 800,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20200623007547-1
Data da Infração: 26-6-2020
Autuado: Michel Laurence Godoy Pereira, CPF 433.927.108-06
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes!;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 7.000,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200719020170-1
Data da Infração: 23-7-2020
Autuado: Joécio Dantas Filho, CPF 488.665.805-97
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 7.200,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200719020170-1
Data da Infração: 23-7-2020
Autuado: Joécio Dantas Filho, CPF 488.665.805-97
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 4.800,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200719020170-2
Data da Infração: 23-7-2020
Autuado: Joécio Dantas Filho, CPF 488.665.805-97
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.080,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20201208007307-1
Data da Infração: 8-12-2020
Autuado: Antonio Dias, CPF 510.194.509-91
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes!;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.470,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20201208007307-2
Data da Infração: 8-12-2020
Autuado: Antonio Dias, CPF 510.194.509-91
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20201208007307-3
Data da Infração: 8-12-2020
Autuado: Antonio Dias, CPF 510.194.509-91
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes!;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.030,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20201208007307-4
Data da Infração: 8-12-2020
Autuado: Antonio Dias, CPF 510.194.509-91
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20201208007307-5
Data da Infração: 8-12-2020
Autuado: Antonio Dias, CPF 510.194.509-91
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes!;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.590,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200806010767-1
Data da Infração: 10-8-2020
Autuado: Claudio Santana Ferreira, CPF 334.036.928-33
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.340,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200806010767-2
Data da Infração: 10-8-2020
Autuado: Claudio Santana Ferreira, CPF 334.036.928-33
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.280,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20201207011852-1
Data da Infração: 9-12-2020
Autuado: Eliene Lima de Oliveira, CPF 008.121.288-77
Data da Sessão: 22-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para em virtude da constatação de atenuantes;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 2.040,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3780365
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20200618006645-1
Data da Infração: 18-6-2020
Autuado: José Benedito Gatto, CPF 074.653.028-54
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200806009793-1
Data da Infração: 6-8-2020
Autuado: Pedro Teixeira, CPF 799.857.428-34
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.178,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200806009793-2
Data da Infração: 6-8-2020
Autuado: Pedro Teixeira, CPF 799.857.428-34
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 4.620,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20201208009150-2
Data da Infração: 8-12-2020
Autuado: Thyago Baptista Cordeiro Keutenedian, CPF 309.782.358-19
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes!;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 10.000,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20201208009150-1
Data da Infração: 8-12-2020
Autuado: Thyago Baptista Cordeiro Keutenedian, CPF 309.782.358-19
Data da Sessão: 25-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes!;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 10.000,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200423004827-1
Data da Infração: 23-4-2020
Autuado: Edson Jesus Santana, CPF 151.875.468-64
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Anular o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Anular;
AIA Anulado.
Observações: O Auto de Infração Ambiental em questão foi anulado devido à constatação da improcedência da infração/autuação.

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200423004827-2
Data da Infração: 23-04-2020
Autuado: Edson Jesus Santana, CPF 151.875.468-64
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para em virtude da constatação de atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.178,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200723013072-1
Data da Infração: 23-7-2020
Autuado: André Pires de Oliveira, CPF 411.699.268-27
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 100,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200723013072-2
Data da Infração: 23-7-2020
Autuado: Regenildo Reded Pontes, CPF 468.036.628-10
Data da Sessão: 26-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 200,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado.
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200708009376-1
Data da Infração: 22-7-2020
Autuado: Maria Antonieta Amabile, CPF 901.573.208-63
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 9.660,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200717009047-1
Data da Infração: 17-7-2020
Autuado: Caio Vinicius Matheus Gomes, CPF 500.897.518-84
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.920,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 21 - Apiaí - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201210008185-1
Data da Infração: 23-12-2020
Autuado: Vera Franco do Amaral, CPF 156.672.088-57
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para devido às atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.043,70
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 21 - Apiaí - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201210008185-2
Data da Infração: 23-12-2020
Autuado: Vera Franco do Amaral, CPF 156.672.088-57
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para devido às atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 1.945,30
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20201228005152-1
Data da Infração: 28-12-2020
Autuado: João Xavier, CPF 142.652.888-47
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes!;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 3.520,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20201228005152-2
Data da Infração: 28-12-2020
Autuado: Hebert David Xavier, CPF 513.374.538-97
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes!;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 3.520,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 21 - Apiaí - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210107004373-1
Data da Infração: 8-1-2021
Autuado: Graciela Regina da Silva, CPF 326.336.788-90
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para devido às atenuantes;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 564,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781214
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 21 - Apiaí - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20210109014668-1
Data da Infração: 9-1-2021
Autuado: Cacilda da Silva, CPF 130.410.478-88
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Apreensão de bens e animais: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para devido às atenuantes;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 150,00
Observações: Obtida conciliação com emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado na presente data. Após o pagamento da(s) guia(s), o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20200807002817-1
Data da Infração: 23-12-2020
Autuado: Luiz Fernando de Moura, CPF 282.025.348-28
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto:
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes!;
Atendimento suspenso.
Valor consolidado da multa: R$ 2.178,00
Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pelo "Gestor do Parque Estadual do Rio Turvo", que deverá determinar as medidas de reparação para a concluzão do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental a ser celebrado entre o autuado e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade).
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20200807002817-2
Data da Infração: 23-12-2020
Autuado: Luiz Fernando de Moura, CPF 282.025.348-28
Data da Sessão: 26-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto:
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes!;
Atendimento suspenso.
Valor consolidado da multa: R$ 1.980,00
Observações: O atendimento ambiental foi suspenso em razão da necessidade de esclarecimentos pelo "Gestor do Parque Estadual do Rio Turvo", que deverá determinar as medidas de reparação para a conclusão do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental a ser celebrado entre o autuado e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade).
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20200605010689-1
Data da Infração: 21-6-2020
Autuado: Felicio Miranda, CPF 038.901.228-92
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa neste prazo, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20200605010689-2
Data da Infração: 21-6-2020
Autuado: Claudio de Andrade Miranda, CPF 376.984.568-46
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 21 - Apiaí - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200716012277-1
Data da Infração: 24-7-2020
Autuado: Marcelo Messias dos Santos, CPF 121.299.828-67
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para devido às atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 5.040,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O Autuado alega pertencer a Comunidade Tradicional e irá entrar em contato com o Gestor do Parque, visando obter a autorização para plantio de roça de subsistência.
Ponto de Atendimento: Ponto 21 - Apiaí - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200716012277-2
Data da Infração: 24-7-2020
Autuado: Marcelo Messias dos Santos, CPF 121.299.828-67
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para devido às atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 13.132,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O Autuado irá solicitar a autorização para o plantio da roça junto ao Gestor da Unidade de Conservação.
Ponto de Atendimento: Ponto 21 - Apiaí - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20200716012277-3
Data da Infração: 24-7-2020
Autuado: MARCELO MESSIAS DOS SANTOS, CPF 121.299.828-67
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para devido às atenuantes;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 18.480,00
Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. O Autuado irá solicitar a autorização para o plantio de roça ao Gestor da Unidade de Conservação.
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200724008284-1
Data da Infração: 24-7-2020
Autuado: Pedro Neves, CPF 041.208.988-22
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida.
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200724008284-2
Data da Infração: 24-7-2020
Autuado: Weslley Augusto Tifoski Gomes, CPF 519.815.288-90
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Houve conciliação.
Observações: Obtida a conciliação e fornecidos os devidos esclarecimentos ao autuado quanto à legislação ambiental em vigor referente à infração cometida. Após publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O, o presente Auto de Infração Ambiental será arquivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200724008284-3
Data da Infração: 24-7-2020
Autuado: Pedro Neves, CPF 041.208.988-22
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 210,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781828
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro
Auto de Infração Ambiental: 20200724008284-4
Data da Infração: 24-7-2020
Autuado: Weslley Augusto Tifoski Gomes, CPF 519.815.288-90
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Manter;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 210,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781794
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 21 - Apiaí - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201214011220-1
Data da Infração: 26-12-2020
Autuado: Vanderlei Darros Feldhaus, CPF 131.871.148-73
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para devido às atenuantes;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 30.030,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781595
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA. TCRA de Regularização da área junto à CETESB.
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20201228004178-1
Data da Infração: 28-12-2020
Autuado: Gabriel da Silva ME, CPF 31.231.266/0001-79
Data da Sessão: 27-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes!;
Houve conciliação.
Valor consolidado da multa: R$ 1.364,00
Firmado Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental: 3781671
Observações: Obtida a conciliação através da assinatura do TCRA e emissão da(s) guia(s) de recolhimento da multa, as quais foram entregues ao autuado. Relatórios de acompanhamento ou outros documentos relativos ao TCRA poderão ser apresentados digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.O autuado pretende regularizar a atividade na terra. Para isso deve ter a autorização da proprietária que irá fornecer uma procuração no prazo de 5 dias úteis para que o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental pelo licenciamento possa ser efetivado.
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20201227010791-1
Data da Infração: 27-12-2020
Autuado: José Reinaldo, CPF 799.710.328-72
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Aplicar;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa, após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.
Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape
Auto de Infração Ambiental: 20201227010791-2
Data da Infração: 27-12-2020
Autuado: José Reinaldo, CPF 799.710.328-72
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada não compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes;
Embargo de obra ou atividade: Aplicar;
Não houve conciliação.
Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir desta publicação para interposição de defesa contra a decisão acima.
Valor consolidado da multa: R$ 2.030,00
Observações: O autuado não compareceu ao Atendimento e terá 20 dias para interpor defesa após a publicação da decisão resultante do Atendimento Ambiental no D.O. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA
Ponto de Atendimento: Ponto 21 - Apiaí - Semipresencial
Auto de Infração Ambiental: 20201222009017-1
Data da Infração: 22-12-2020
Autuado: Andreia Renata Barbosa Looze Batista, CPF 292.472.778-25
Data da Sessão: 28-1-2021
A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.
Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.
Decisão sobre as sanções administrativas:
Advertência: Manter;
Embargo de obra ou atividade: Manter;
Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. Caso não haja apresentação de defesa administrativa nesse prazo, poderá ser aplicada a penalidade multa simples (com base no artigo 9º, § 3º, da Res. SMA-48/2014). A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA.

Ponto de Atendimento: Ponto 22 - Registro - Semipresencial - Iguape

Auto de Infração Ambiental: 20201224012908-1

Data da Infração: 24-12-2020

Autuado: Leandro Jorge de Moraes, CPF 256.882.248-19

Data da Sessão: 28-1-2021

A parte interessada compareceu a sessão do atendimento ambiental.

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental.

Decisão sobre as sanções administrativas:

Embargo de obra ou atividade: Manter;

Multa simples: Alterar Valor para Alterar valor em razão de agravantes e atenuantes!;

Não houve conciliação.

Fica estabelecido o prazo de 20 dias contados a partir da data da sessão do Atendimento Ambiental para interposição de defesa contra a decisão acima.

Valor consolidado da multa: R$ 5.096,00

Observações: Não houve concordância com os termos propostos. Prazo para interposição de defesa de 20 dias. O recolhimento do valor da multa fica suspenso até a avaliação da defesa a ser apresentada pelo autuado. A defesa poderá ser apresentada digitalmente no endereço http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Portaria do Superintendente, de 28-1-2021

Com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto n. 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei 6.134 de 02/06/88, do Decreto n. 32.955 de 07/02/91, da Lei 7.663 de 30/12/91, do Decreto 63.262 de 09/03/18 e da Portaria DAEE n. 1630 de 30/05/17, reti-ratificada em 24-06-2020.

Fica outorgada, em nome de International Paper do Brasil Ltda, CPF/CNPJ 52.736.949/0110-01, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação e industrial, no município de Santa Rita do Passa Quatro, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Afluente do Rio Bebedouro - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°36'54.680") - Longitude o (47°33'28.213") - Volume Diário 272,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200022841-098.

- Captação Superficial - Rio Bebedouro - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°37'6.481") - Longitude o (47°33'10.458") - Volume Diário 1.050,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200022841-MCG. Processo DAEE 9305103 - Extrato de Portaria 447/21.

Fica outorgada, em nome de 2R Participações Ltda, CPF/CNPJ 03.550.509/0002-87, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de Paulínia, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Tubarão - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°43'59.920") - Longitude o (47°10'13.510") - Volume Diário: 15,75 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200018953-9RO. Processo DAEE 9812524 - Extrato de Portaria 422/21.

Fica outorgada, em nome de PPC Santana Equipamentos Elétricos Ltda, CPF/CNPJ 33.852.322/0001-18, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e a correspondente autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Pedreira, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°44'26.050") - Longitude o (46°53'56.730") - Volume Diário: 90,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200019375-X2W. Processo DAEE 9831026 - Extrato de Portaria 423/21.

Fica outorgada, em nome de SÉRGIO YUKIO SUKESSADA, CPF/CNPJ 111.149.878-40, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Taquarivaí, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Afluente do Córrego das Águas Claras - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°57'36.647") - Longitude o (48°47'12.302") - Volume Diário 1.800,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200027559-CSF. Processo DAEE 9413591 - Extrato de Portaria 442/21.

Fica outorgada, em nome de CICCOTTI AGROPECUÁRIA LTDA, CPF/CNPJ 23.011.991/0001-03, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Guarantã, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Afluente do Córrego Ponte Funda - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°47'35.160") - Longitude o (49°27'25.490") - Volume 1.152,00 m³ - Prazo 36 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200014313-6A0.

- Captação Superficial - Córrego do Henrique - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°48'23.000") - Longitude o (49°28'35.800") - Volume Diário: 2.480,00 m³ - Prazo 36 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200014313-FH4. Processo DAEE 9710485 - Extrato de Portaria 416/21.

Fica outorgada, em nome de MOBIBRASIL TRANSPORTE SÃO PAULO LTDA, CPF/CNPJ 11.031.202/0003-89, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de São Paulo, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°38'47.830") - Longitude o (46°38'43.260") - Volume Diário: 36,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200014204-V0C. Processo DAEE 9913308 - Extrato de Portaria 418/21.

Fica outorgada, em nome de PIMENTA VERDE ALIMENTOS LTDA, CPF/CNPJ 09.060.964/0111-34, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins urbano-sanitário, no município de São José dos Campos, conforme abaixo identificado:

- Lançamento Superficial - Córrego Vidoca - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°14'12.900") - Longitude o (45°52'30.200") - Volume Diário: 28,80 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200026287-6RQ. Processo DAEE 9607679 - Extrato de Portaria 428/21.

Fica outorgada, em nome de ZAMI AUTOMAÇÃO, MANUTENÇÃO, INDUSTRIA E COMERCIO DE VALVULAS EIRELI, CPF/CNPJ 03.269.929/0001-09, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Ribeirão Preto, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°11'39.700") - Longitude o (47°45'39.920") - Volume Diário: 57,60 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200026835-LLK. Processo DAEE 9305528 - Extrato de Portaria 420/21.

Fica outorgada, em nome de SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IBIRAREMA, CPF/CNPJ 05.416.196/0001-13, a concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Ibirarema, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°48'55.111") - Longitude o (50°4'28.946") - Volume Diário: 134,40 m³ - Prazo 120 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200026791-LO5. Processo DAEE 9408816 - Extrato de Portaria 480/21.

Fica outorgada, em nome de EIXO SP CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A, CPF/CNPJ 36.146.575/0001-64, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de Gália, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°15'49.340") - Longitude o (49°31'7.510") - Volume Diário: 5,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20200010604-O77. Processo DAEE 9413616 - Extrato de Portaria 483/21.

Fica outorgada, em nome de ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DAS CHÁCARAS DO CONDOMINIO SANTA MONICA, CPF/CNPJ 05.153.132/0001-77, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Limeira, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Tubarão - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°42'36.949") - Longitude o (47°28'12.606") - Volume Diário: 140,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200021694-9C5. Processo DAEE 9823180 - Extrato de Portaria 492/21.

Fica outorgada, em nome de ÁGUAS DE MATÃO S.A, CPF/CNPJ 19.190.721/0001-30, a concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Matão, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°33'15.700") - Longitude o (48°31'52.800") - Volume Diário: 500,00 m³ - Prazo 120 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025180-U8B. Processo DAEE 9712316 - Extrato de Portaria 484/21.

Fica outorgada, em nome de SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, CPF/CNPJ 45.754.108/0001-08, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e a correspondente concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Cordeirópolis, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Tubarão - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°27'51.510") - Longitude o (47°28'10.750") - Volume Diário: 100,00 m³ - Prazo 120 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200005562-N96.

- Captação Subterrânea - Aquífero Tubarão - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°28'48.720") - Longitude o (47°24'47.130") - Volume Diário: 160,00 m³ - Prazo 120 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200005568-M3Z. Processo DAEE 9806701 - Extrato de Portaria 499/21.

Fica outorgada, em nome de KAZUHIKO INO, CPF/CNPJ 109.324.028-87, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins rural, no município de Mogi das Cruzes, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°25'35.988") - Longitude o (46°12'28.111") - Volume Diário: 60,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200018173-YSB. Processo DAEE 9601991 - Extrato de Portaria 503/21.

Fica outorgada, em nome de SEARA ALIMENTOS LTDA, CPF/CNPJ 02.914.460/0192-50, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e a correspondente autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Amparo, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°42'40.160") - Longitude o (46°49'18.230") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025239-3FG.

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°42'29.920") - Longitude o (46°49'23.320") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025239-4N4.

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°42'39.710") - Longitude o (46°49'14.900") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025239-5SN.

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°42'39.540") - Longitude o (46°49'12.160") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025239-8F6.

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°42'32.180") - Longitude o (46°49'21.810") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025239-8V9.

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°42'35.570") - Longitude o (46°49'32.720") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025239-BVE.

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°42'40.490") - Longitude o (46°49'25.880") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025239-EX8.

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°42'34.760") - Longitude o (46°49'30.150") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025239-IK7.

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°42'40.510") - Longitude o (46°49'27.520") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025239-JYN.

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°42'35.840") - Longitude o (46°49'23.120") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025239-X2T. Processo DAEE 9814372 - Extrato de Portaria 489/21.

Fica outorgada, em nome de CLAUDIR BORRI, CPF/CNPJ 012.561.659-72, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins doméstico, no município de Rosana, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°37'23.300") - Longitude o (53°5'37.600") - Volume Diário: 6,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20200028137-B15. Processo DAEE 9414227 - Extrato de Portaria 500/21.

Fica outorgada, em nome de ELCIO CONSTANTINO GREGIO, CPF/CNPJ 005.225.668-55, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Turmalina, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Ribeirão do Arrancado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°4'27.200") - Longitude o (50°31'4.320") - Volume Diário: 210,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210001508-B2E.

- Captação Superficial - Afluente do Ribeirão do Arrancado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°4'27.080") - Longitude o (50°30'49.960") - Volume Diário: 80,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210001508-D7U. Processo DAEE 9209322 - Extrato de Portaria 501/21.

Fica outorgada, em nome de CONDOMINIO EDIFICIO CRUZEIRO DO SUL, CPF/CNPJ 07.423.160/0001-92, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Sumaré, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Tubarão - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°49'43.298") - Longitude o (47°16'15.898") - Volume Diário: 48,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200020995-QHH. Processo DAEE 9809815 - Extrato de Portaria 421/21.

Fica outorgada, em nome de CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA FILHO, CPF/CNPJ 423.301.228-53, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Casa Branca, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Ribeirão dos Cocais - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°53'25.530") - Longitude o (47°6'52.130") - Volume Diário 1.600,00 m³ - Prazo 36 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200018468-US0. Processo DAEE 9310649 - Extrato de Portaria 427/21.

Fica outorgada, em nome de ANTONIO LUÍS GUINA, CPF/CNPJ 133.258.768-20, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Batatais, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Córrego do Estreito - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°52'34.490") - Longitude o (47°42'22.050") - Volume Diário: 288,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200020857-7S2. Processo DAEE 9301123 - Extrato de Portaria 429/21.

Fica outorgada, em nome de MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA SILVA, CPF/CNPJ 121.933.098-17, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins doméstico, no município de Taubaté, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Taubaté - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°1'51.000") - Longitude o (45°29'51.900") - Volume Diário: 5,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20210000316-3W8. Processo DAEE 9609247 - Extrato de Portaria 451/21.

Fica outorgada, em nome de F.DE A.BRAGANTE, CPF/CNPJ 03.341.779/0001-05, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de mineração, no município de Fernão, conforme abaixo identificado:

- Lançamento Superficial - Ribeirão das Anta - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°21'14.587") - Longitude o (49°31'26.605") - Volume Diário 199,08 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200026305-Z5X.

- Captação Superficial - Ribeirão das Antas - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°21'14.512") - Longitude o (49°31'25.454") - Volume Diário 201,60 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200026305-1BH. Processo DAEE 9405249 - Extrato de Portaria 443/21.

Fica outorgada, em nome de DIEGO RIBEIRO FAZAN 10323011632, CPF/CNPJ 39.790.265/0001-76, a autorização administrativa para a(s) interferência(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de mineração, no município de Votuporanga, conforme abaixo identificado:

- Extração de Minério - Córrego do Marinheirinho - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°21'32.953" e 20°21'33.645") - Longitude o (50°1'33.345" e 50°1'29.082") - Extensão: 250,00 metros - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210001805-3CS. Processo DAEE 9209323 - Extrato de Portaria 419/21.

Fica outorgada, em nome de AGROVERT"S INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CPF/CNPJ 05.593.131/0002-24, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Monte Alto, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°14'13.448") - Longitude o (48°35'11.829") - Volume Diário: 132,00 m³ - Prazo 48 meses; Solicitado pelo Requerimento 20190024573-Y2G. Processo DAEE 9209314 - Extrato de Portaria 449/21.

Fica outorgada, em nome de MARCO ANTONIO ALVARENGA ORTIZ, CPF/CNPJ 701.079.046-91, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins doméstico, no município de Jambeiro, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°17'53.700") - Longitude o (45°45'55.700") - Volume Diário: 12,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20210000777-E5S. Processo DAEE 9609259 - Extrato de Portaria 452/21.

Fica outorgada, em nome de MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A, CPF/CNPJ 08.343.492/0001-20, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Ribeirão Preto, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°9'28.480") - Longitude o (47°45'8.930") - Volume Diário: 5.000,00 m³ - Prazo 12 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200026465-WHA. Processo DAEE 9309854 - Extrato de Portaria 400/21.

Fica outorgada, em nome de COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, CPF/CNPJ 43.776.517/0180-46, a concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins urbano, no município de Capão Bonito, conforme abaixo identificado:

- Lançamento Superficial - Ribeirão do Poço - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°58'25.590") - Longitude o (48°20'56.600") - Volume Diário 4.938,72 m³ - Prazo 120 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200006580-9TX. Processo DAEE 9400711 - Extrato de Portaria 441/21.

Fica outorgada, em nome de MAUSER DO BRASIL EMBALAGENS INDUSTRIAIS S.A, CPF/CNPJ 08.246.617/0010-94, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Taubaté, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Taubaté - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°2'28.098") - Longitude o (45°37'22.946") - Volume Diário: 90,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200016358-4D7. Processo DAEE 9605884 - Extrato de Portaria 450/21.

Fica outorgada, em nome de COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, CPF/CNPJ 43.776.517/0003-41, a concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Caçapava, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°8'18.135") - Longitude o (45°43'20.689") - Volume Diário: 407,00 m³ - Prazo 120 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200027926-BWE. Processo DAEE 9608702 - Extrato de Portaria 453/21.

Fica outorgada, em nome de ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DO BRESCO ITUPEVA PARQUE CORPORATIVO, CPF/CNPJ 24.221.448/0001-01, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de Itupeva, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°13'33.784") - Longitude o (47°1'32.910") - Volume Diário: 72,00 m³ - Prazo 8 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200011735-75J. Processo DAEE 9831236 - Extrato de Portaria 457/21.

Fica outorgada, em nome de MARIA CRISTINA MARSON MARROCO, CPF/CNPJ 159.785.908-77, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins doméstico, no município de Araraquara, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°46'34.500") - Longitude o (48°12'0.500") - Volume Diário: 5,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20210000656-7GD. Processo DAEE 9712498 - Extrato de Portaria 399/21.

Fica outorgada, em nome de CARAMURU - SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, CPF/CNPJ 02.648.663/0001-42, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de Ribeirão Preto, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°11'21.330") - Longitude o (47°49'10.286") - Volume Diário: 15,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210001309-D3L. Processo DAEE 9304591 - Extrato de Portaria 454/21.

Fica outorgada, em nome de SUCOCÍTRICO CUTRALE LTDA, CPF/CNPJ 61.649.810/0098-90, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Rincão, conforme abaixo identificado:

- Lançamento Superficial - Ribeirão das Almas - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°32'51.080") - Longitude o (48°7'43.050") - Volume Diário 9.348,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200028404-OU0.

- Captação Superficial - Ribeirão do Monte Alegre - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°32'15.500") - Longitude o (48°8'54.050") - Volume Diário 7.180,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200028399-NRI.

- Captação Superficial - Ribeirão do Monte Alegre - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°32'15.500") - Longitude o (48°8'54.050") - Volume Diário 15.580,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200028391-2ER.

- Captação Superficial - Ribeirão do Monte Alegre - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°32'15.050") - Longitude o (48°8'54.050") - Volume Diário 8.400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200028396-UVO. Processo DAEE 9304231 - Extrato de Portaria 458/21.

Fica outorgada, em nome de ADRIANO DA SILVA PINHEIRO, CPF/CNPJ 692.554.905-91, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins doméstico, no município de Valinhos, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°59'46.263") - Longitude o (47°1'4.758") - Volume Diário: 5,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20200026379-75P. Processo DAEE 9831580 - Extrato de Portaria 485/21.

Fica outorgada, em nome de CRISTIAN BAUMGART STROCZYNSKI, CPF/CNPJ 263.386.548-82, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins de recreação e paisagismo, no município de Bragança Paulista, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°58'45.700") - Longitude o (46°42'10.433") - Volume Diário: 14,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20200026973-2BM. Processo DAEE 9821794 - Extrato de Portaria 482/21.

Fica outorgada, em nome de CAPRICÓRNIO TÊXTIL S.A, CPF/CNPJ 60.745.411/0012-90, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de São Carlos, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°2'23.640") - Longitude o (47°52'13.730") - Volume Diário: 800,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200027289-ZG3. Processo DAEE 9707309 - Extrato de Portaria 459/21.

Fica outorgada, em nome de PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU, CPF/CNPJ 45.728.326/0001-78, a concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Guapiaçu, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°45'24.001") - Longitude o (49°8'27.612") - Volume Diário: 40,00 m³ - Prazo 120 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000413-FWZ. Processo DAEE 9200577 - Extrato de Portaria 460/21.

Fica outorgada, em nome de CARLOS JORGE FURLONG, CPF/CNPJ 192.564.358-10, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins de paisagismo, no município de Indaiatuba, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°10'25.041") - Longitude o (47°11'43.152") - Volume Diário: 4,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20200025916-D9P. Processo DAEE 9831521 - Extrato de Portaria 486/21.

Fica outorgada, em nome de ALEXANDRE DE SOUZA BARBOSA, CPF/CNPJ 37.443.669/0001-68, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins de irrigação, no município de Cordeirópolis, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Passa Dois - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°28'14.100") - Longitude o (47°25'7.700") - Volume Diário: 7,50 m³; Solicitado pelo Requerimento 20200026846-222. Processo DAEE 9831568 - Extrato de Portaria 491/21.

Fica outorgada, em nome de PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS, CPF/CNPJ 46.371.654/0001-22, a concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Santa Cruz das Palmeiras, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°48'3.940") - Longitude o (47°13'16.690") - Volume Diário: 128,00 m³ - Prazo 120 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200029378-7NI. Processo DAEE 9301439 - Extrato de Portaria 478/21.

Fica outorgada, em nome de PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS, CPF/CNPJ 46.371.654/0001-22, a concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Santa Cruz das Palmeiras, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°48'0.650") - Longitude o (47°13'12.390") - Volume Diário: 128,00 m³ - Prazo 120 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200029378-6EG. Processo DAEE 9301439 - Extrato de Portaria 479/21.

Fica outorgada, em nome de PAULO GIOVANI DE ALMEIDA, CPF/CNPJ 291.699.458-02, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Taguaí, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Ribeirão da Fartura - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°28'36.750") - Longitude o (49°23'42.280") - Volume Diário 300,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025566-C45. Processo DAEE 9413054 - Extrato de Portaria 490/21.

Fica outorgada, em nome de USINA SÃO LUIZ S/A, CPF/CNPJ 53.408.860/0001-25, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Ourinhos, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°56'30.433") - Longitude o (49°46'14.195") - Volume Diário: 216,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200013436-4T6.

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°55'54.334") - Longitude o (49°45'56.547") - Volume Diário: 286,40 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200013436-5O1.

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°56'29.120") - Longitude o (49°46'17.300") - Volume Diário: 2.800,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200013436-FJV.

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°56'42.247") - Longitude o (49°46'7.242") - Volume Diário: 144,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200013436-INC.

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°56'15.100") - Longitude o (49°46'5.000") - Volume Diário: 210,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200013436-U13. Processo DAEE 9400810 - Extrato de Portaria 504/21.

Fica outorgada, em nome de SERGIO PEREIRA PIMENTA, CPF/CNPJ 005.798.968-03, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e a correspondente autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins rural, no município de Nuporanga, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°48'21.250") - Longitude o (47°41'34.730") - Volume Diário: 100,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200023420-KYG. Processo DAEE 9314145 - Extrato de Portaria 505/21.

Fica outorgada, em nome de TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A, CPF/CNPJ 47.080.619/0061-58, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e a correspondente autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Pitangueiras, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°0'22.065") - Longitude o (48°17'17.603") - Volume Diário: 300,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200029057-QX8. Processo DAEE 9313307 - Extrato de Portaria 424/21.

Fica outorgada, em nome de ALFA JARDINÓPOLIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CPF/CNPJ 11.657.374/0001-09, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e a correspondente autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Jardinópolis, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°3'39.570") - Longitude o (47°44'0.850") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025721-6OP. Processo DAEE 9314271 - Extrato de Portaria 481/21.

Fica outorgada, em nome de VANIL BAPTISTA FORTES, CPF/CNPJ 263.977.628-23, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Casa Branca, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Córrego Uberabinha - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°58'20.540") - Longitude o (47°2'12.030") - Volume Diário 1.887,80 m³ - Prazo 36 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200022961-G03.

- Captação Superficial - Córrego Uberabinha - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°58'20.600") - Longitude o (47°2'12.250") - Volume Diário 1.887,80 m³ - Prazo 36 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200022958-1CV.

- Captação Superficial - Córrego Uberabinha - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°58'12.050") - Longitude o (47°1'52.160") - Volume Diário 1.115,20 m³ - Prazo 36 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200022955-5QN. Processo DAEE 9314180 - Extrato de Portaria 425/21.

Fica outorgada, em nome de THEREZA RITA JUNQUEIRA DE QUEIROZ, CPF/CNPJ 227.361.658-96, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Colina, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Córrego da Consulta - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°48'5.939") - Longitude o (48°37'45.920") - Volume Diário 1.638,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000851-EP3. Processo DAEE 9304287 - Extrato de Portaria 455/21.

Fica outorgada, em nome de BRACELL SP CELULOSE LTDA, CPF/CNPJ 53.943.098/0001-87, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Marília, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Afluente do Rio do Peixe ou Ribeirão da Garça - Água I - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°18'41.340") - Longitude o (49°53'12.520") - Volume Diário 120,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200020960-5DM.

- Captação Superficial - Afluente do Rio do Peixe ou Ribeirão da Garça - Água H - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°17'21.220") - Longitude o (49°52'26.120") - Volume Diário 120,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200020960-5LN.

- Captação Superficial - Córrego Bom Jesus - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°19'44.930") - Longitude o (49°53'10.200") - Volume Diário 72,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200020960-LOE. - Captação Superficial - Rio do Peixe ou Ribeirão da Garça - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°16'35.070") - Longitude o (49°52'25.090") - Volume Diário 120,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200020960-P4U. Processo DAEE 9414011 - Extrato de Portaria 488/21.

Fica outorgada, em nome de EIXO SP CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A, CPF/CNPJ 36.146.575/0001-64, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de Marília, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°13'29.010") - Longitude o (49°53'30.050") - Volume Diário: 5,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20200010603-7YD. Processo DAEE 9413613 - Extrato de Portaria 432/21.

Fica outorgada, em nome de HIROYUKI OI, CPF/CNPJ 026.957.368-27, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Itapetininga, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Afluente do Córrego Antenor Furtado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°29'37.270") - Longitude o (48°10'40.240") - Volume Diário 1.800,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200019871-ISE.

- Captação Superficial - Córrego Antenor Furtado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°30'0.770") - Longitude o (48°10'38.800") - Volume Diário 2.640,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200019871-KYR.

- Captação Superficial - Córrego Antenor Furtado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°30'6.310") - Longitude o (48°10'37.000") - Volume Diário 1.980,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200019871-EHA. Processo DAEE 9414018 - Extrato de Portaria 392/21.

O preambulo da Portaria DAEE n. 870 de 28-04-2011, publicada no D.O. de 29-04-2011, passa a vigorar com a seguinte redação: "O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto n. 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei n. 6.134 de 02/06/88, do Decreto n. 32.955 de 07/02/91, da Lei n. 7.663 de 30/12/91, do Decreto n. 41.258 de 31/10/96 e da Portaria DAEE n. 1.630 de 30/05/17, reti-ratificada em 24-06-2020 e, tendo em vista as declarações e informações contido(s) no Processo DAEE n. 9412533."

O caput do artigo 1. da Portaria DAEE n. 870 de 28-04-2011, publicada no D.O. de 29-04-2011, passa a vigorar com a seguinte redação: "Fica ALEXANDER CARDOSO VAN MELIS, CNPJ n. 08.447.292/0001-17, autorizado a utilizar e interferir em recursos hídricos, na Fazenda 4 Rios, Bairro: Apiaí, município de PARANAPANEMA, para fins de irrigação, conforme abaixo relacionado:"

A Portaria DAEE n. 870 de 28-04-2011, publicada no D.O. de 29-04-2011, continua em vigor em todos os seus termos, exceto no que foi retificado na presente Portaria. Processo DAEE 9412533 - Extrato de Portaria 436/21.

Fica outorgada, em nome de PARQUE ZOOLÓGICO MUNICIPAL, CPF/CNPJ 46.137.410/0001-80, a concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de Bauru, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°20'26.490") - Longitude o (49°1'13.690") - Volume Diário: 292,50 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000433-2RH. Processo DAEE 9703222 - Extrato de Portaria 439/21.

Fica outorgada, em nome de MARCELO MARTINS DA SILVA, CPF/CNPJ 145.689.028-00, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins rural, no município de Promissão, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°24'53.025") - Longitude o (49°48'10.547") - Volume Diário: 19,40 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000713-M1U. Processo DAEE 9712526 - Extrato de Portaria 440/21.

Fica outorgada, em nome de CONDOMÍNIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI SÃO CARLOS, CPF/CNPJ 03.008.173/0001-44, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de São Carlos, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°1'2.358") - Longitude o (47°54'59.283") - Volume Diário: 500,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000646-934. Processo DAEE 9703897 - Extrato de Portaria 438/21.

Fica outorgada, em nome de PICININ ALIMENTOS LTDA, CPF/CNPJ 46.232.021/0001-33, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Santa Cruz do Rio Pardo, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°52'35.510") - Longitude o (49°35'59.590") - Volume Diário: 51,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025910-0MW. Processo DAEE 9404988 - Extrato de Portaria 430/21.

Fica outorgada, em nome de ROBERTO DORSA CRESTANA, CPF/CNPJ 229.384.238-02, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins rural, no município de Cerqueira César, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Córrego do Pouso Alegre - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°6'3.516") - Longitude o (49°8'44.448") - Volume Diário 1.806,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200004657-7YO. Processo DAEE 9413372 - Extrato de Portaria 433/21.

Fica outorgada, em nome de ADILSON APARECIDO DE SOUZA, CPF/CNPJ 072.024.618-03, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação no município de Botucatu, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Rio Pardo - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°56'44.670") - Longitude o (48°36'2.980") - Volume Diário 650,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200017041-EZ2. Processo DAEE 9413883 - Extrato de Portaria 434/21.

Fica outorgada, em nome de CLAUDIO BISPO - ME, CPF/CNPJ 24.768.053/0001-15, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de Presidente Epitácio, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°45'46.375") - Longitude o (52°6'31.513") - Volume Diário: 18,70 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000898-11L. Processo DAEE 9408982 - Extrato de Portaria 435/21.

Fica outorgada, em nome de RODRIGO SPINA, CPF/CNPJ 226.907.158-13, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins de irrigação, no município de Batatais, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°49'28.730") - Longitude o (47°41'29.780") - Volume Diário: 60,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200029181-C0R. Processo DAEE 9314454 - Extrato de Portaria 437/21.

Fica outorgada, em nome de ADRIANO DONIZETI MILHOSSI, CPF/CNPJ 284.880.778-40, a autorização administrativa para o(s) em usos em recursos hídricos subterrâneos, para fins de irrigação, no município de Marapoama, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°17'18.932") - Longitude o (49°11'1.427") - Volume Diário: 600,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000778-ISX. Processo DAEE 9712451 - Extrato de Portaria 461/21.

Fica outorgada, em nome de F.DE A.BRAGANTE, CPF/CNPJ 03.341.779/0001-05, a autorização administrativa para a(s) interferência(s)em recursos hídricos superficiais, para fins de mineração, no município de Fernão, conforme abaixo identificado:

- Extração de Minério - Ribeirão das Antas - Coord. Geográfica(s) Latitude S (I 22°21'14.512") - Longitude o (49°31'25.453") e Coord. Geográfica(s) Latitude S (F 22°21'14.670") - Longitude o (49°31'28.564")- Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200026305-7DM. Processo DAEE 9405249 - Extrato de Portaria 444/21.

Fica outorgada, em nome de MARCO ANTÔNIO DA FONSECA VIANA, CPF/CNPJ 020.402.568-06, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de São José do Rio Pardo, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Afluente do Córrego do Veado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°38'27.146") - Longitude o (46°48'57.806") - Volume Diário 360,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200027188-P32. Processo DAEE 9314294 - Extrato de Portaria 448/21.

Despacho do Superintendente, de 28-01-2021

Revogação

Com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei 6.134 de 02/06/88, do Decreto 32.955 de 07/02/91, da Lei 7.663 de 30/12/91, do Decreto 63.262 de 09/03/18 e da Portaria DAEE 1630 de 30/05/17, reti-ratificada em 24-06-2020.

Referência:

Autos DAEE 9820532

Com fundamento do Artigo 9.º do Decreto Estadual 63.262 de 09/03/18, do Artigo 30 da Portaria DAEE 1630 de 30-05-2017, e em atendimento ao Parecer Técnico da Diretoria da Bacia do BMT:

Fica revogada a Dispensa de Outorga, que autorizou a (o) 2R Participações Ltda., CNPJ 03.550.509/0003-68, município de Sumaré, pelo prazo indeterminado, a captação subterrânea – Aquífero Cristalino - Coord. UTM (km) N 7.475,84 e e 276,42 – Vazão 4,50 m³/h.

DIRETORIA DA BACIA DO ALTO TIETÊ E BAIXADA SANTISTA

Despacho da Diretora da Bacia do Alto Tietê e Baixada Santista, de 27-1-2021

Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.632, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes dos requerimentos, registrados sob o Protocolo DAEE n. 2656/18 de 26-12-2018, apresentado por Progresso Administradora de Bens Próprios Ltda, CNPJ 56.907.868/0005-58 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9911930, declaramos dispensada de outorga a interferência, localizada no município de Mauá, conforme abaixo:

Travessia - Rio Tamanduateí - Coordenadas Geográficas Latitude S 23°40'04,95" – Longitude o 46°25'27,82". Extrato DDO/BAT n.19, de 27-01-2021.

Despacho da Diretoria da Bacia do Alto Tietê e Baixada Santista, de 21-1-2021

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Fonte Azul Comércio de Água Bruta Ltda, CNPJ: 07.588.428/0001-46 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9907396, declaramos dispensado de outorga o uso, localizado no município de Cajamar, conforme abaixo:

- Captação Superficial - Afluente do Rio Juqueri - Coord. Geográficas Latitude S (23°22'52.700") - Longitude o (46°55'45.250") - Vazão Máxima Instantânea 0,90 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 21,60 m³ - Período 24h /dia; Solicitado pelo Requerimento 20190006433-11T.

Extrato DDO n. 12/21.

Despacho da Diretoria da Bacia do Alto Tietê e Baixada Santista, de 26-01-2021

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Ricardo Sato Tsuchiya, CPF: 179.159.248-18 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9913075, declaramos dispensada de outorga a interferência, localizada no município de Suzano, conforme abaixo:

- Reservatório de Acumulação - Rio Taiaçupeba Mirim - Coord. Geográficas Latitude S (23°37'17.584") - Longitude o (46°18'33.822") - Volume: 180,00 m3; Solicitado pelo Requerimento 20200021416-ZCX.

Extrato DDO n. 17/21.

Despacho da Diretoria da Bacia do Alto Tietê e Baixada Santista, de 26-01-2021

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por MRS logística S.A, CNPJ: 01.417.222/0002-58 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9906979, declaramos dispensado de outorga o uso, localizado no município de Santo André, conforme abaixo:

- Lançamento Superficial - Afluente do Rio Grande - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°46'45.084") - Longitude o (46°18'6.466") - Vazão Máxima Instantânea 0,002 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 0,048 m³ - Período 24h /dia; Solicitado pelo Requerimento 20200008879-CHT.

Extrato DDO n. 16/21.

Despacho da Diretoria da Bacia do Alto Tietê e Baixada Santista, de 26-01-2021

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Ricardo Sato Tsuchiya, CPF: 179.159.248-18 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9913075, declaramos dispensado de outorga o uso, localizado no município de Suzano, conforme abaixo:

- Captação Superficial - Rio Taiaçupeba Mirim - Coord. Geográficas Latitude S (23°37'18.200") - Longitude o (46°18'33.500") - Vazão Máxima Instantânea 7,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 7,00 m³ - Período 1h /dia; Solicitado pelo Requerimento 20200007158-WC4.

Extrato DDO n. 18/21.

DIRETORIA DA BACIA DO MÉDIO TIETÊ

Despacho do Diretor da Bacia do Médio Tiete-BMT, de 28-1-2020

Declaração de Viabilidade- DVI

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1.630, de 30-05-2017, as declarações e as informações, apresentado por Reservas de Itatiba Empreendimentos Imobiliários Ltda, CPF/CNPJ 15.837.223/0001-85, na Diretoria de Bacia do Médio Tietê, declaramos viável a concepção da interferência em recurso hídrico do empreendimento que a demanda, com a finalidade de Saneamento (esgoto), na Estrada Adolpho Pecorari, s/nº - CEP 13.256-800, Itatiba - SP, localizada no município de Itatiba, conforme abaixo:

- Travessia Aérea - - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°59'50.125") - Longitude o (46°52'22.012") - Vazão Máxima Instantânea 0,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 0,00 m³ - Período 0h /dia - Prazo 12 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200013101-O2T. - Travessia Aérea - - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°0'2.240") - Longitude o (46°52'37.222") - Vazão Máxima Instantânea 0,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 0,00 m³ - Período 0h /dia - Prazo 12 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200013101-SA6. - Travessia Aérea - - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°59'40.591") - Longitude o (46°52'12.670") - Vazão Máxima Instantânea 0,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 0,00 m³ - Período 0h /dia - Prazo 12 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200013101-R6Y. - Travessia Aérea - - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°59'54.709") - Longitude o (46°50'55.378") - Vazão Máxima Instantânea 0,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 0,00 m³ - Período 0h /dia - Prazo 12 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200013101-1UI. - Travessia Subterrânea - - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°59'16.259") - Longitude o (46°50'47.179") - Vazão Máxima Instantânea 0,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 0,00 m³ - Período 0h /dia - Prazo 12 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200013101-9N8. Processo DAEE 9821786 - Extrato DVI 06- SOE /20.

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1.630, de 30-05-2017, as declarações e as informações, apresentado por Bres Itupeva II Empreendimentos Imobiliarios Ltda, CPF/CNPJ 37.997.837/0001-67, na Diretoria de Bacia do Médio Tietê, declaramos viável a concepção da interferência em recurso hídrico do empreendimento que a demanda, com a finalidade de urbano - sanitário, na Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, nº - - CEP 13.295-000, Itupeva - SP, localizada no município de Itupeva, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino-fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°13'23.171") - Longitude o (47°2'7.382") - Volume Diário: 100,80 m³ - Prazo 24 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200016368-866. Processo DAEE 9830927 - Extrato DVI 07-SOE /20.

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1.630, de 30-05-2017, as declarações e as informações, apresentado por Crisa Empreendimentos Ltda, CPF/CNPJ 02.544.853/0001-10, na Diretoria de Bacia do Médio Tietê, declaramos viável a concepção da interferência em recurso hídrico do empreendimento que a demanda, com a finalidade de industrial - sanitário, na Estrada Municipal PRC 040, nº S/n - CEP 12.970-000, Piracaia - SP, localizada no município de Piracaia, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino-fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°6'13.750") - Longitude o (46°26'52.360") - Volume Diário: 40,00 m³ - Prazo 24 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200017157-Z4Y. Processo DAEE 9830906 - Extrato DVI 08-SOE /20.

Despacho do Diretor da Bacia do Médio Tiete- BMT, de 28-1-2020

Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por ARLINDO Andermarki, CPF/CNPJ 133.567.208-72 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9831452, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Jundiaí, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino-fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°9'34.384") - Longitude o (46°49'6.906") - Volume Diário: 1,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200025137-OV1.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Médio Tietê / n. 139-SOE.

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Silvio Roberto Argimon da Silva, CPF/CNPJ 012.124.938-77 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9831265, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de São Roque, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino-fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°38'45.500") - Longitude o (47°5'13.300") - Volume Diário: 10,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200023195-TPX.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Médio Tietê / n. 140-SOE.

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Posto de Combustivel Atibaia SP Ltda, CPF/CNPJ 69.345.254/0001-48 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9807999, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Atibaia, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino-fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°12'11.760") - Longitude o (46°35'26.380") - Volume Diário: 14,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200025735-5SW.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Médio Tietê / n. 141-SOE.

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Carlos Eduardo Ferreira da Silva, CPF/CNPJ 283.466.328-94 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9822750, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Limeira, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Tubarão - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°31'44.414") - Longitude o (47°19'25.630") - Volume Diário: 4,50 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200003049-CQN.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Médio Tietê / n. 142-SOE.

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Ezy Pereira Dos Santos Santos, CPF/CNPJ 351.181.648-34 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9831142, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Tuiuti, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino-fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°50'22.800") - Longitude o (46°39'40.700") - Volume Diário: 1,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200021147-E8Q.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Médio Tietê / n. 144- SOE.

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Roberto Rivelino Rodrigues De Almeida, CPF/CNPJ 099.943.418-71 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9831029, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Pereiras, conforme abaixo:

- Captação Superficial - Sem denominação - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°6'15.000") - Longitude o (48°0'26.000") - Vazão Máxima Instantânea 2,75 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 22,00 m³ - Período 8h /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200018600-M8S.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Médio Tietê / n. 143-SOE.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Médio Tietê, de 26-1-2021

Informe de Indeferimento

Referência:

- Interessado: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
- CPF/CNPJ: 43.776.517/0573-78
- Município: Piedade
- Processo DAEE 9800361

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAEE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Captação Superficial - Rio Pirapora - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°43'9.010") - Longitude o (47°24'1.050") - Vazão Máxima Instantânea 421,45 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 9.524,77 m³ - Período 22h36 /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20190012517-GBK.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Médio Tietê/ n. 51- SOE.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Médio Tietê, de 26 / 1 / 2021

Informe de Indeferimento

Referência:

- Interessado: MUNICÍPIO DE ELIAS FAUSTO
- CPF/CNPJ: 44.723.740/0001-21
- Município: Elias Fausto
- Processo DAEE 9800182

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAEE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Lançamento Superficial - CÓRREGO STEIN - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°2'6.675") - Longitude o (47°19'47.052") - Vazão Máxima Instantânea 0,01 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 0,22 m³ - Período 22h /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200014587-4VL.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Médio Tietê/ n. 52-SOE.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Médio Tietê, de 26 / 1 / 2021

Informe de Indeferimento

Referência:

- Interessado: Urânio Distribuidora e Comércio Atacadista de Produtos LTDA
- CPF/CNPJ: 10.953.229/0002-85
- Município: Campinas
- Processo DAEE 9810784

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAEE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Retificação / Revogação - - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°51'23.343") - Longitude o (47°8'33.557") - Vazão Máxima Instantânea 0,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 0,00 m³ - Período 0h /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20190021232-BJN.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Médio Tietê/ n. 54-SOE.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Médio Tietê, de 26 / 1 / 2021

Informe de Indeferimento

Referência:

- Interessado: MINERAÇÃO DUNAS LTDA
- CPF/CNPJ: 61.008.017/0001-80
- Município: São Pedro
- Processo DAEE 9807390

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAEE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°34'2.010") - Longitude o

(47°52'51.400") - Volume Diário: 4,50 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200025709-932.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Médio Tietê/ n. 55-SOE.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Médio Tietê, de 26 / 1 / 2021

Informe de Indeferimento

Referência:

- Interessado: Viaterra Empreendimentos Ltda
- CPF/CNPJ: 05.896.665/0001-49
- Município: Campinas
- Processo DAEE 9829524

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAEE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Lançamento Superficial - Ribeirão das Anhumas - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°47'3.940") - Longitude o (47°3'58.750") - Vazão Máxima Instantânea 0,34 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 8,16 m³ - Período 24h /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200002147-9NZ.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Médio Tietê/ n. 56-SOE.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Médio Tietê, de 26 / 1 / 2021

Informe de Indeferimento

Referência:

- Interessado: GLOBE QUÍMICA S.A.
- CPF/CNPJ: 03.198.606/0001-71
- Município: Cosmópolis
- Processo DAEE 9809635

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAEE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Captação Superficial - Rio Jaguari - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°41'13.792") - Longitude o (47°9'1.861") - Vazão Máxima Instantânea 35,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 175,00 m³ - Período 5h /dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200021603-IU9.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Médio Tietê/ n. 58-SOE.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Médio Tietê, de 26 / 1 / 2021

Informe de Indeferimento

Referência:

- Interessado: Nancy de Lourdes forster
- CPF/CNPJ: 149.887.898-96
- Município: Indaiatuba
- Processo DAEE 9829599

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAEE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino-fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°8'19.780") - Longitude o (47°11'28.400") - Volume Diário: 8,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200004104-6U3. - Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino-fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°8'19.080") - Longitude o (47°11'2.500") - Volume Diário: 8,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200004276-1N2.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Médio Tietê/ n. 57-SOE.

Despacho do Diretor da Bacia Diretoria de Bacia do Médio Tietê, de 26 / 1 / 2021

Informe de Indeferimento

Referência:

- Interessado: ANGELO ANTONIO PARISE E OUTRO
- CPF/CNPJ: 30.104.484/0001-80
- Município: Conchas
- Processo DAEE 9830948

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1630/2017 e suas portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAEE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Reservatório de Acumulação - - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°0'45.000") - Longitude o (48°2'41.000") - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200019436-OHH.

Extrato de Informe de Indeferimento/ Diretoria de Bacia do Médio Tietê/ n. 53-SOE.

DIRETORIA DA BACIA DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

Despacho do Diretor da Bacia do Paraíba e Litoral Norte, de 26-1-2021

Declaração Sobre Viabilidade de Implantação de Empreendimento

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1.630, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento registrado sob Protocolo Graprohab n. 16.628, apresentado por Tecky Construtora e Incorporadora Ltda - CNPJ 07.452.516/0001-16 na Diretoria da Bacia do Paraíba e Litoral Norte - BPB e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9608332, declaramos viável a concepção do(s) uso(s) e da(s) interferência(s) em recursos hídricos do empreendimento que o(s) demanda, localizado no município de São José dos Campos, conforme abaixo:

Barramento – Afluente do Ribeirão do Cajuru - Coordenadas Geográficas Latitude S 23º11’54,32” – Longitude o 45º47’44,87”.

Travessia - Afluente do Ribeirão do Cajuru - Coordenadas Geográficas Latitude S 23º11’57,57” - Longitude o 45º47’45,95”. Extrato DVI/BPB n. 022 de 26-01-2021.

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1.630, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento registrado sob Protocolo Graprohab n. 17.056, apresentado por Incorporadora Saint Martin Ltda - CNPJ 20.615.267/0001-09 na Diretoria da Bacia do Paraíba e Litoral Norte - BPB e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9608950, declaramos viável a concepção do(s) uso(s) e da(s) interferência(s) em recursos hídricos do empreendimento que o(s) demanda, localizado no município de Ubatuba, conforme abaixo:

Travessia - Rio Aracaú - Coordenadas Geográficas Latitude S 23º27’42,97” - Longitude o 45º3’55,82”. Extrato DVI/BPB n. 025 de 26-01-2021.

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1.630, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento registrado sob Protocolo Graprohab n. 17.326/20.21, apresentado por João José Correa Felippo - CPF 494.132.018-20 na Diretoria da Bacia do Paraíba e Litoral Norte - BPB e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9609262, declaramos viável a concepção do(s) uso(s) e da(s) interferência(s) em recursos hídricos do empreendimento que o(s) demanda, localizado no município de Guaratinguetá, conforme abaixo:

Captação Subterrânea – Aquífero Embasamento Cristalino - Coordenadas Geográficas Latitude S 22º48’5,7” - Longitude o 45º14’39,9”. Extrato DVI/BPB n. 026 de 26-01-2021.

Despacho do Diretor da Bacia do Paraíba e Litoral Norte, de 27-01-2021

Declaração Sobre Viabilidade de Implantação de Empreendimento

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1.630, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento registrado sob Protocolo Graprohab n. 17.325/20.21, apresentado por João José Correa Felippo - CPF 494.132.018-20 na Diretoria da Bacia do Paraíba e Litoral Norte - BPB e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9609261, declaramos viável a concepção do(s) uso(s) e da(s) interferência(s) em recursos hídricos do empreendimento que o(s) demanda, localizado no município de Guaratinguetá, conforme abaixo:

Travessia 01 - Afluente do Ribeirão Guaratinguetá - Coordenadas Geográficas Latitude S 22º47’42,6” - Longitude o 45º14’42,3”.

Travessia 02 - Afluente do Ribeirão Guaratinguetá - Coordenadas Geográficas Latitude S 22º47’46” - Longitude o 45º14’45,1”. Extrato DVI/BPB n. 027 de 27-01-2021.

DIRETORIA DE BACIA DO TURVO GRANDE

Despacho do Diretor da Bacia do Turvo Grande, de 27-1-2021

Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Elcio Constantino Gregio, CPF/CNPJ 005.225.668-55 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9209322, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Turmalina, conforme abaixo:

- Reservatório de Acumulação - Afluente do Ribeirão do Arrancado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°4'27.680") - Longitude o (50°30'51.020") - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20210001508-1CG.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Turvo Grande n. 029/2021

Despacho do Diretor da Bacia do Turvo Grande, de 27/1/2021

Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30-05-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Passarinho Pré Moldados de Concreto Ltda-EPP, CPF/CNPJ 57.449.308/0001-36 e do parecer técnico contido no Processo DAEE n. 9203782, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Cedral, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°53'35.351") - Longitude o (49°17'39.568") - Volume Diário: 12,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20210001961-QTP.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Turvo Grande n. 030/2021

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comunicado

A Cetesb para dar cumprimento a Resolução Conama 06, de 24-01-1986 e Resolução SMA 09, de 03-02-2017, faz publicar os pedidos de licenças solicitadas, posição 28-01-2021 no Âmbito da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental.

Processo 076/2020 (076340/2020-86)

A Cetesb, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, torna público que recebeu o pedido de Licença Ambiental de Instalação, da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás, para SDGN Atibaia, nos municípios de Atibaia e Jarinu/SP.

Processo 13576/2001 (069913/2020-40)

A Cetesb, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, torna público que recebeu o pedido de Licença Ambiental de Operação, da Rodovias das Colinas S/A, para Duplicação da Rodovia Antônio Romano Schincariol - SP 127 km 51+000 ao km 52+200m, no município de Saltinho/SP.

Processo 268/2010 (004120/2021-82)

A Cetesb, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, torna público que recebeu o pedido de Licença Ambiental de Operação, da Ultrafértil S/A, para Ampliação do Terminal Marítimo de Santos (Tiplan) - Implantação da Tulha Ferroviária de Fertilizantes, no município de Cubatão/SP.

Comunicado

Cetesb - Licenças Concedidas de 01/12/20 à 31/12/20 - Quantidade: 1249

TIPO (*)	NÚMERO	EMPREENDIMENTO	ENDEREÇO	ATIVIDADE
LP/LI	21002149	+mais Nutriação Industria E Comercio De Nutrição Animal Ltda	Estrada Municipal Rio Claro-ajapi, 11039 - Rio Claro	Ração para qualquer tipo de animal (bovinos, suínos(porcos), aves, coe
LP	30002544	2e Ambiental Comercio De Metais Ltda.	Rua Flor De Maio, 656 - Itaquaquecetuba	Metais ferrosos e não-ferrosos descartados, trituração para a recupera
LO	37004303	3 Irmaos Mutton E Cia. Ltda.	Rodovia Dom Pedro I - Sp 65 - Pista Norte, Km 103 - Itatiba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	51001475	3d Refrigeração, Indústria E Comércio Ltda - Me	Avenida Pedro Benevente Filho, 684 - Cosmorama	Máquinas e equipamentos para refrigeração, n.e.; fabricação de
LP/LI	34002499	3m Do Brasil Ltda	Rodovia Anhanguera, 0 Km 110 - Sumaré	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP/LI	34002498	3m Do Brasil Ltda	Rodovia Anhanguera, 0 Km 110 - Sumaré	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP/LI	34002497	3m Do Brasil Ltda	Rodovia Anhanguera, 0 Km 110 - Sumaré	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LI	14004065	4b Plastic Comércio De Plásticos Ltda Me	Rua Abelardo Rodrigues Y Rodrigues, 560 - Catanduva	Granulos a partir da recuperação de materiais plásticos descartados; o
LO	3006677	A. C. Bar - Bebidas Artesanais Ltda. - Epp	Estrada Municipal De Lorena, Lorem 167, Km 1,9 - Lorena	Cervejas; fabricação de
LP	34002604	A. C. Pacheco Fabricação E Com. De Microcimento E Componentes Ltda Me	Avenida Alfredo Contatto, 249 - Santa Bárbara D´oeste	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas, fabricação de
LP/LI	11001228	A. Soares Dos Santos De Camargo Industria Saneante	Rua Antartica, 631 - Marília	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LI	4003910	A.l. Costacurta Soluções Em Resíduos	Estrada Candido Portinari - Sitio São José, 0 Crt 101 -a Juruce - Jardinópolis	Recuperação de materiais não especificado anteriormente
LO	45008617	A.m.p. Produtos Terapêuticos Ltda.	Rua Cesário Ramalho, 615 - São Paulo	Bandagens; fabricação de
LI	65000595	Aaj Comércio De Hortifruti Ltda Epp	Rodovia Sp-147, Km 77, S/Nº Sítio Rosa Branca - Engenheiro Coelho	Legumes e vegetais; processamento de
LO	6010083	Ab Brasil Indústria E Comércio De Alimentos Ltda	Avenida Itavuvu, 4691 - Sorocaba	Ovo preparado industrialmente (pasteurizado, desidratado, etc.); fabri
LI	40000887	Abatedouro De Aves Califórnia Ltda.	Estrada Municipal Pgi 050, Km 2 - Pirangi	Farinhas de carne e de despojos da carne de animais; produção de (quan
LO	46001976	Abatedouro De Frangos Melo Ltda Me	Sitio São Francisco - Rod. Sp 268, Km 2.5, S/N - Angatuba	Aves abatidas (frescas, refrigeradas ou congeladas); produção de
LP	63000514	Abengoa Bioenergia Agroindustria Ltda. - Em Recuperação Judicial	Fazenda Lagoa Formosa, S/Nº Setor Ii - São João Da Boa Vista	Usina de açúcar e álcool
LO	48005757	Abraça Tools Indústria E Comércio De Ferramentas Eireli	Avenida Fundibem, 171 Galpão C - Diadema	Ferramentas, utensílios e instrumentos para trabalhos manuais; fabrica
LO	48005756	Abraferr Tools Indústria E Comércio De Ferramentas Ltda	Avenida Fundibem, 171 Galpão A - Diadema	Ferramentas, utensílios e instrumentos para trabalhos manuais; fabrica
LP/LI	37001540	Abrão & Abrão Ltda. - Epp	Avenida A, 175 - Paulínia	Preparações alimentícias compostas homogeneizadas; produção de
LO	36011608	Acquametal Fr Ind E Com De Est E Reservatórios Metalicos Eireli	Rua Jose Carlos Geiss, 200 - Indaiatuba	Reservatórios metálicos para água potável; fabricação de
LP/LI	4001607	Açúcar Mascavo Rosa Lima	Estrada Municipal Jardinopolis - Fazenda Sant, S/N Faz Santa Helena - Jardinópolis	Açúcar mascavo; fabricação de
LO	14009169	Adalfredo Ferrisi & Cia Ltda	Rua Cascata, 248 - Catanduva	Posto de combustível
LO	48005752	Adefix Colas Industriais Ltda.	Rua Minas Gerais, 160 - Diadema	Colas a base de resinas sintéticas ou de látex; fabricação de
LP/LI	12000690	Adene Indústria E Comércio De Produtos De Limpeza Ltda - "me"	Rua Adão Lourenconi, 81 - Presidente Prudente	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	34009279	Adere Produtos Auto Adesivos Ltda	Estrada Municipal Valencio Calegari, 2002 - Sumaré	Adesivos de borracha; fabricação de
LO	48005736	Adn Indústria E Comércio De Plásticos Ltda .	Rua Tupi, 111 - Diadema	Trituração, granulação ou de moagem de materiais plásticos descartados
LO	4008808	Adriana Cristina Ovidio Matias Decorações	Rua Antonio Tavares, 45 - Porto Ferreira	Artesanato em cerâmica, louça, porcelana ou barro cozido; fabricação d
LO	64001866	Adriana Estadella-me	Rua Doutor Miguel Alvarenga, 781 - Botucatu	Produtos diversos; fabricação de
LO	37004335	Advanced Insulation Systems Do Brasil Ltda	Rodovia Sp 107, Km 29, B 11 - Jaguariúna	Material plástico; tingimento, pigmentação e outros beneficiamentos de
LO	3006651	Agc Vidros Do Brasil Ltda	Estrada Municipal Doutor Jaime Eduardo Ribeir, 500 - Guaratinguetá	Vidro plano; fabricação de
LI	36003773	Agrana Fruit Brasil Limitada	Avenida Vereador José Donatto, 530 Bloco A - Cabreúva	Polpa de frutas; produção de
LP	48000463	Agrisal Adm. De Bens Proprios Ltda	Avenida Doutor Jose Fornari, 1777 - São Bernardo Do Campo	Posto de gasolina
LP/LI	5002201	Agro Industria Nutrihorto Ltda	Avenida Jeronyma De Oliveira Lima, 24 - Monte Mor	Óleos refinados e gorduras; comércio atacadista de
LP	63000513	Agroindustria Santa Rita Ltda	Sitio Taquara Branca, 01 Fz Sta Lucia - São José Do Rio Pardo	Cebola; cultivo de
LO	51001477	Agropecuária, Elétrica E Hidráulica Tanabi Eireli	Rodovia Atílio Zanetoni, S/Nº Km 05 - Tanabi	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LO	14009166	Água Mineral Leve Ltda - Me	Fazenda Santa Maria, S/Nº - José Bonifácio	Águas minerais; extração, engarrafamento e gaseificação de
LO	5010237	Ahlstrom-munksjo Brasil Indústria E Comércio De Papéis Especiais Ltda	Rua Armando Steck, 770 - Louveira	Papel de acabamento especial, impregnado ou revestido; fabricação de
LO	14009174	Air Liquide Brasil Ltda	Rua Monteiro Lobato, 800 - São José Do Rio Preto	Misturas de gases industriais; fabricação de
LO	37004318	Air Liquide Brasil Ltda.	Avenida Doutor Roberto Moreira, 3715 - Paulínia	Gases elementares (oxigênio, nitrogênio, hidrogênio, etc); fabricação
LO	48005709	Alamar Tecno Cientifica Ltda	Rua Emir Macedo Nogueira, 179 211 - Diadema	Reagentes de diagnóstico ou de laboratório; fabricação de
LP	42001619	Alcool Ferreira Sa	Rua Municipal Jayme Alberto Bergstron, 0 Cp 071 - Cordeirópolis	Álcool etílico; comércio atacadista de
LO	30012801	Ald Indústria E Comércio Ltda - Epp	Rua Coronel Souza Reis, 94 - São Paulo	Artefatos de joalheria e ourivesaria; fabricação de
LO	14009168	Alessandra Sueli De Campos - Plásticos	Rua Said Tuma, 280 - Catanduva	Materiais plásticos em grãos (grânulos) a partir de sucatas ou resíduo
LO	21009065	Alex Domingos Froner Epp	Rua Antonio Bacchi, 1745 Comercial - Piracicaba	Abraçadeiras, cantoneiras e suportes metálicos; fabricação de
LO	42007098	Alfa Equipamentos Rodoviários Eireli	Rua Marginal A Rodovia Anhanguera, 7498 Altura Do Km 134 - Limeira	Reboques, semirreboques ou carretas com carroceria aberta; fabricação
LO	64001844	Alfa Modelos E Moldes Ltda Me	Rua Silvestre Bartolli, 1113 - Botucatu	Laminados planos de material plástico; fabricação de
LP/LI	46000389	All Quality Log Comércio E Industria Importação E Exportação Ltda	Rua Arlindo Bento Mariano, 150 - Itapetininga	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	48005735	Alldi Indústria E Comércio Ltda	Rua Rodrigo, 51 - Diadema	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LO	40002137	Allplant - Indústria E Comércio De Fertilizantes Ltda.	Avenida Mário De Oliveira, 800 - Barretos	Fertilizantes químicos de uso agrícola e doméstico; fabricação de
LO	40002138	Allplant - Indústria E Comércio De Fertilizantes Ltda.	Avenida Mário De Oliveira, 800 - Barretos	Fertilizantes químicos de uso agrícola e doméstico; fabricação de
LO	48005708	Alpax Comércio De Produtos Para Laboratorios Ltda	Rua Serra Da Borborema, 40 - Diadema	Aparelhos eletrônicos para usos técnicos, n.e., fabricação de
LO	45008616	Altaflex Indústria E Comércio De Latex Ltda Epp	Rua Antônio Marcondes, 187 - São Paulo	Artefatos de borracha para uso pessoal, n.e.; fabricação de
LI	45002797	Althea Clínica De Apoio Ao Paciente Crônico Ltda	Rua Borges Lagoa, 1341 - São Paulo	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LO	29008726	Alufenix Indústria E Comércio De Metais Ltda.-epp	Estrada Municipal Do Taboão, 153 - Franco Da Rocha	Perfis de alumínio; produção de
LP/LI	42001802	Alumitech Industria De Moldes, Matrizes E Pecas Eireli	Via Prefeito Jurandyr Paixao, 2001 - Limeira	Moldes, modelos, matrizes e estampos de metal para fins industriais; f
LO	40002144	Alunov Comércio E Indústria De Alumínio Ltda.	Rua Capitão Manoel Do Nascimento, 329 - Bebedouro	Perfis de alumínio; produção de
LO	33007771	Amf Aeroporto Comércio Varejista De Combustíveis Ltda	Avenida Washington Luís, 5730 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	63000823	Amor Industria E Comercio De Produtos Alimenticios Ltda	Rua Coronel Diogo, 525 K E L - Mococa	Pão de queijo congelado, inclusive massa preparada congelada; fabricaç
LP/LI	15001555	Amore Al Dente Industria E Comercio De Alimentos Ltda	Rua Areial, 516 - Guarulhos	Massas preparadas (frescas, congeladas ou resfriadas), para lasanha, p
LO	37004323	Amp Foods Ltda -me	Rodovia João Beira, Km 48 - Amparo	Alimentos conservados (feijoadas, enlatados, etc); preparação de
LI	3002839	Amsted Maxion Fundição E Equipamentos Ferroviários S.a.	Rua Othon Barcellos, 77 - Cruzeiro	Metais ferrosos, fundição de
LP	28001774	Anchieta Brasiliense Recauchutagem De Pneus Ltda	Rua Homero Nigro, 731 - Américo Brasiliense	Pneus (recondicionamento, recauchutagem, recapagem ou remoldagem); ser
LP	36002824	Anderson Edivaldo De Carvalho Baterias Tracionarias	Avenida Pacaembu, 1390 Setor Industrial - Várzea Paulista	Baterias e acumuladores para veículos, recondicionamento de
LP/LI	36003206	Andre Luís Da Silva - Ind. E Com. De Produtos Alimenticios Ltda	Rua Alberto Guizo, 180 - Indaiatuba	Pratos prontos congelados a base de massas; fabricação de
LO	73002248	Andrea Linhares Azevedo Me	Rua Enéas De Camargo, 150 - São Carlos	Alimentos preparados para gatos, cachorros e outros animais; fabricaçã
L.O. PRECÁRIO	42001622	Andressa Cerchiari 21889110833	Rua Alfredo De Luca, 366 - Limeira	Artigos de bijuterias (bijouterias); fabricação de
LP	72000261	Animas - Crematorio Pet Ltda	Estrada Djalma Pinto Ribeiro, 1022 - Itapecerica Da Serra	Cremação de cadáveres de animais; serviços de
LP/LI	27000848	Anisinos Indústria E Comércio De Produtos Químicos E Couros Ltda	Rua Edgard Batista Frutuoso, 140 160 - Franca	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	34009226	Anna Flora Industria E Comercio De Perfumaria E Cosméticos Ltda Eireli	Rua 13 De Maio, 857 - Santa Bárbara D'oeste	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	45008583	Anodização Progresso Ltda	Rua Das Municipalidades, 310 - São Paulo	Anodização; serviço de
LO	29008728	Anodizalum Industria E Comercio Ltda	Rua Soldado Antonio Romano De Oliveira, 15 17 - São Paulo	Anodização; serviço de
LP	5002312	Antares Reciclagem Ltda	Rua Maria Cândida Andrade Aguirra, S/N Quad-d, Lot 4,5,6 - Elias Fausto	Resíduos contendo produtos químicos, recuperação de
LO	42007104	Antibióticos Do Brasil Ltda.	Rodovia Sp-332, S/N Km 135 - Cosmópolis	Produtos farmoquímicos; fabricação de

LO	33007795	Antônio Neto De Aragão Me	Rua Alicia Francisca De Oliveira, 107 - Taboão Da Serra	Amaciantes ou suavizantes de tecidos; fabricação de
LO	64001852	Aparecido Pires	Rua Maria Baldini Bataglini, 37 - Laranjal Paulista	Salgadinhos congelados; fabricação de
LO	51001479	Api - Produtos Quimicos Ltda	Rodovia Feliciano Sales Cunha, S/Nº Km 482,5 - Poloni	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LI	37001009	Apliquim Indústria Comércio E Serviços Ltda.	Avenida Irene Karcher, 1201 - Paulínia	Mercúrio, recuperação de
LO	34009288	Aplos Indústria E Comércio De Bebidas Eireli	Rua Cruzeiro Do Sul, 805 Salões 24, 25, 26 - Americana	Sucos de frutas prontos para consumo; produção de
LI	48000421	Apoena Biosoluções Do Brasil Eireli	Rua Solimoes, 121 Galpão 3 - Diadema	Adubos e fertilizantes organominerais; fabricação de
LO	4008793	Apotheker Indústria Farmacêutica Ltda - Me	Rua Pedro Targa, 350 - Jardinópolis	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LP/LI	73000643	Apramed Industria E Comercio De Aparelhos Medicos Ltda	Avenida Antonio Martinez Carrera Filho, 50 - São Carlos	Aparelhos eletroterapêuticos; fabricação de
LO	26006312	Aquarela Do Brasil Beneficiadora Textil Ltda.	Rua Votuporanga, 305 - Poá	Branqueamento em fios, tecidos e artigos têxteis e em peças do vestuár
LO	32010052	Araguaia Indústria, Comércio E Serviços Eireli	Rua São João Do Araguaia, 405 - Barueri	Painéis metálicos; fabricação de
LO	42007090	Araujo Comercio De Fertilizantes Eireli - Epp	Rua Tenente Aviador Ely Orta Barbosa, 105 - Limeira	Fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos; fabricação de
LI	4003907	Areia Do Vale Extração E Comércio Ltda.	Rodovia Cândido Portinari, 0 Km 323 - Jardinópolis	Areia; extração de
LO	64001853	Areião Empresa De Mineração Ltda.	Rodovia Sp-147 Km 221, S/N Ribeirão Bonito I - Anhembi	Areia; extração de
LO	45008547	Aria Centro De Serviços Automotivos Eireli	Alameda Dos Guatás, 375 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	21009122	Arlington Thermal Management - Peças Automotivas Termofixas Ltda	Avenida Comendador Leopoldo Dedini, 310 - Piracicaba	Peças e acessórios para o sistema motor para veículos rodoviários; fab
LO	57003326	Arnaldo Michelletti Junior	Rua José Joaquim Nogueira, 299 A - Santa Branca	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	52000655	Art Museu Ferragens Ltda	Avenida Doutor José Antonio Miziara, 461 - Jaboticabal	Corte e dobra de metais; serviço de
LP/LI	16001672	Arteres Indústria E Comércio Ltda. - Epp	Rua Dos Coqueiros, 875 Anexo 861/865 - Santo André	Nécessaire, estojo; fabricação de
LO	21009091	Asséptico Produtos Descartáveis Ltda	Avenida 5, 1367 Esquina Da Rua 15 - Rio Claro	Materiais para odontologia, n.e.; fabricação de
LO	73002232	Assoc. Dos Prod. De Café Natural Do B. Paraíso Do Alto De Torrinha	Rua Vicinal Cezarino Mariano, Km 12,5, 1 - Torrinha	Café, não associado ao cultivo; beneficiamento de
LO	45008614	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De São Paulo	Rua Loefgreen, 2109 - São Paulo	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LP/LI	25000341	Associação Dos Moradores E Proprietários Do Verde Mar	Avenida Anchieta, 6561 284 - Bertioga	Associação de bairros
LI	60002145	Associação Lar São Francisco De Assis Na Providencia De Deus	Avenida São Francisco De Assis, 260 - Bragança Paulista	Hospital universitário
LO	16011069	Asti Industria E Comercio De Cosmeticos Ltda.	Rua Goncalves Dias, 61 - São Caetano Do Sul	Batons; fabricação de
LP	63000516	At Comércio De Cereais Ltda	Estrada Vicinal Olavo De Almeida, S/N - - Espírito Santo Do Pinhal	Óleos vegetais em bruto, comestíveis ou não (exceto de milho); produçã
LO	21009082	Atelifer Indústria E Comércio De Ferramentas Ltda-epp	Avenida 4, 2214 - Rio Claro	Ferramentas industriais, n.e.; fabricação de
LI	3002836	Athenas Soluções Ambientais Ltda. Epp	Estrada Vicinal Do Brejão, 0 Zona Rural - Canas	Areia lavada para construção; extração de
LP/LI	60001486	Atiquimica Produtos De Higiene E Limpeza Ltda - Me	Rua Da Bahia, 108 - Atibaia	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LP	61000544	Atracare Industria De Produtos Hospitalares Ltda.	Avenida Getulio Vargas, 930 Bloco 9f Galpao 2 - São Roque	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados a
LO	30012795	Ats Industria E Comercio De Materiais Eletricos Eireli	Rua Alto Da Conceicao, 184 186 - São Paulo	Fios, cabos e condutores elétricos isolados, n.e.; fabricação de
LO	27005730	Atual Chemical Comércio De Produtos Químicos Eireli Me	Avenida Professor Hilario Giovanella, 145 - Franca	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LI	42002223	Augepoxi Indústria E Comércio De Tintas Especiais Eireli	Rua Otto Herbst, 140 - Cosmópolis	Resinas epóxi; fabricação de
LO	65004162	Aumoco Alimentacao Natural Para Caes E Gatos Ltda	Rua Carlos Fatuto, 160 Box 02 - Leme	Alimentos preparados para gatos, cachorros e outros animais; fabricaçã
LO	3006668	Auricchio Barros Extração E Comércio De Areia E Pedra Ltda	Estrada Municipal João Marcondes Dos Santos, S/Nº - Pindamonhangaba	Areia lavada para construção; extração de
LO	4008795	Aurora Irene Paccagnan Tosetti	Rua Manoel De Assis Cunha, 314 - Santa Rita Do Passa Quatro	Preservação do pescado (peixes, crustáceos e moluscos)
LO	63002803	Auto Posto 3g Eireli	Avenida Christovam Lima Guedes, 1653 - Mococa	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	68000441	Auto Posto Acquamarine De Caragua Ltda	Rua José Herculano, 3970 - Caraguatatuba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	29008686	Auto Posto Aiwa Ltda	Rua Das Cerejeiras, 1827 - São Paulo	Posto de gasolina
LO	26006304	Auto Posto Amv Ltda.	Rua Foz Do Iguacu, 100 - Poá	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	63002825	Auto Posto Antonieta De Pinhal Ltda	Rua Barão De Mota Paes, 82 - Espírito Santo Do Pinhal	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	60005763	Auto Posto Athibaia Ltda	Avenida Jeronimo De Camargo, 6020 - Atibaia	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	34009284	Auto Posto Avenida Da Industria Ltda.	Avenida Da Indústria, 81 - Santa Bárbara D´oeste	Posto de abastecimento de veículos
LP	30002545	Auto Posto Barão Da Assis Ltda	Avenida Doutor Assis Ribeiro, 5138 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	27005734	Auto Posto Bira Ltda	Rodovia João Traficante, Km 1+494,60m - Franca	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	29008735	Auto Posto Blue Ltda.	Rua Otaviano Alves De Lima, 3600 - São Paulo	Auto posto
LO	37004321	Auto Posto Brotas Ltda	Avenida Benedito Alves Barbosa Sobrinho, 872 - Itatiba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	61003553	Auto Posto Cancian Ltda	Rua Bela Vista, 715 - Tietê	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	14001743	Auto Posto Cecap Ltda	Avenida Fortunato Ernesto Vetorasso, 650 - São José Do Rio Preto	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	62001534	Auto Posto De Combustíveis De Suzanápolis Ltda	Rua Antonio Jesus Pastoreli, 313 - Suzanápolis	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	4002734	Auto Posto De Paula Santa Rita Do Passa Quatro Ltda	Avenida José Ribeiro De Oliveira, 980 - Santa Rita Do Passa Quatro	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	73002249	Auto Posto Do Lago De Pirassununga Ltda	Rua Antônio Joaquim Mendes, 1534 - Pirassununga	Posto de combustível
LO	18003347	Auto Posto E Centro De Conveniência Glicério Santista Ltda	Avenida General Francisco Glicério, 369 - Santos	Posto de abastecimento de veículos
LO	5010232	Auto Posto E Serviços Speed Ltda.	Avenida Josefina Giovana Rossi, 1730 - - Capivari	Posto de combustível
LO	52002926	Auto Posto Eldorado De Taquaritinga Ltda.	Rua General Glicerio, 07 - Taquaritinga	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	15009791	Auto Posto Elenco Ltda	Estrada Do Elenco, 775 - Guarulhos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	4008805	Auto Posto Estância De Nuporanga Eireli	Rua Visconde Do Ouro Preto, 891 - Nuporanga	Posto de combustível
LO	13003598	Auto Posto Garcia Araçatuba Ltda.	Avenida Prestes Maia, 1566 - Araçatuba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	45008541	Auto Posto Gusa Ltda.	Estrada Das Lagrimas, 3766 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	15009798	Auto Posto Ilha De Cumbica Ltda.	Avenida Santos Dumont, 533 - Guarulhos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	60005749	Auto Posto Imigrantes De Bragança Paulista Ltda.	Rua Dos Imigrantes (esq. Trav. Tamoio), 3500 Travessa Tamoio - Bragança Paulista	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	60001483	Auto Posto Imigrantes De Bragança Paulista Ltda.	Rua Dos Imigrantes (esq. Trav. Tamoio), 3500 Travessa Tamoio - Bragança Paulista	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	32010087	Auto Posto Intercolinas Ltda	Rua Charqueada, 379 - Cajamar	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	21009103	Auto Posto Ipe De Piracicaba Ltda	Rodovia Sp 127, S/N Km 40,5 - Piracicaba	Posto de gasolina
LO	45008593	Auto Posto Jj Ltda	Rua Dom Manuel Da Ressureição, 37 - São Paulo	Posto de abastecimento de veículos
LO	62001535	Auto Posto Joclar Ltda.	Avenida Brasil Sul, 594 - Ilha Solteira	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	3006678	Auto Posto Leiria Taubaté Ltda.	Avenida Dom Pedro I, 601 - Taubaté	Posto de combustível
LO	3006669	Auto Posto Lider Junior Ltda.	Avenida Frei Orestes Girardi, 3569 - Campos Do Jordão	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	45008615	Auto Posto Luppi Ltda	Avenida Professor Francisco Morato, 2950 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	33007774	Auto Posto M5 Eireli	Rua Peloponeso, 20 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	18003348	Auto Posto Mf Rodriguez Eireli	Rua Sen Pinheiro Machado, 723 - Santos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	60001911	Auto Posto Midas Ltda.	Rua Dr. Freitas, 436 - Bragança Paulista	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	6010158	Auto Posto Naka Ltda.	Rua Fortunatinho C/ Monsenhor Cintra, 10 - Ibiúna	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	37004314	Auto Posto Nossa Senhora Do Amparo Ltda.	Avenida Dr. Carlos Burgos, 3300 - Amparo	Posto de combustível
LO	32010074	Auto Posto Nova União Ltda	Rua Fernão Dias Paes Leme, 129 - Barueri	Posto de abastecimento de veículos
LI	60002143	Auto Posto P & S Ltda	Estrada Municipal Pdb 369, 0 S/n - Pedra Bela	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	26006309	Auto Posto Padre Eustáquio Ltda	Avenida Vinte E Seis De Marco, 16 - Poá	Posto de combustível
LO	11005939	Auto Posto Papagaio Eireli	Rodovia Assis Chateubriand - Sp 425, S/N Km 392 - Parapuã	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	26006317	Auto Posto Pekny Ltda.	Rua Joao Pekny, 1498 - Poá	Auto posto
LI	37001007	Auto Posto Portal Das Águas Ltda	Rua Waldyr Beira, 182 - Amparo	Posto de combustível
LO	68000444	Auto Posto Praia Center Ltda	Rua Doze, 22 - Caraguatatuba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	68000442	Auto Posto Praia Center Ltda. - Filial 02	Avenida Hum, 320 - Caraguatatuba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	49001235	Auto Posto Retiro Das Caravelas Ltda	Avenida Pinta Retiro Das Caravelas, 759 - Cananéia	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	30012797	Auto Posto Ricar Ltda	Rua Silvina De Camargo Esq/ Amazonas, 31 - Arujá	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	6010162	Auto Posto Roberta Ltda	Avenida Pedro Pires De Mello, 80 - Salto De Pirapora	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	16011067	Auto Posto San Pietro Ltda	Avenida Pereira Barreto, 555 - Santo André	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	34009293	Auto Posto Sant Ana De Sumaré Ltda	Rua Virginia Viel Campo Dall Orto, S/N Km 02 - Sumaré	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	62001532	Auto Posto Santa Clara Ltda. - Epp	Avenida Eugino José Gomes, 15 - Santa Clara D'oeste	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	61003578	Auto Posto São Bartolomeu Ii Ltda	Avenida Pref. Bernardino De Lucca, 940 - São Roque	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	6010170	Auto Posto São Bartolomeu Sorocaba Ltda.	Avenida Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes, 1447 - Sorocaba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	64000509	Auto Posto Seminário Ltda.	Rua Prof. Erotildes F. Gorga, 49 Posto Combust. - Conchas	Posto de combustível
LO	3006659	Auto Posto Silva E Venâncio Ltda	Rua Major Miguel Chiaradia, 159 - São Bento Do Sapucaí	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	45001123	Auto Posto Sonimar Ltda	Avenida Jornalista Roberto Marinho, 4389 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	18003350	Auto Posto Super 1000 Do Quietude Ltda	Rua Milton Daniels, S/N Quadra 16 Lote 1 - Praia Grande	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	11005908	Auto Posto Takao Guaiçara Ltda	Rodovia Br 153, Km 172 - Guaiçara	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	37004302	Auto Posto Três Irmãos Itatiba Ltda	Rodovia Dom Pedro I - Km106, 101 - Itatiba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	34009200	Auto Posto União Sumaré Ltda.	Rua Municipal Valêncio Calegari, 660 - Sumaré	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	62001533	Auto Posto Urania Ltda	Via De Acesso Jose Francisco Pereira, S/N - Urânia	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	14009177	Auto Posto Vip Rio Preto Ltda	Avenida Mirassolândia, 200 - São José Do Rio Preto	Posto de combustível
LO	5010240	Auto Posto Viva Ltda.	Rodovia Municipal Dos Andradas, 988 - Valinhos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	5010108	Auto Posto Vô João Ltda	Avenida Albino José Barbosa De Oliveira, 2151 - Campinas	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	21009089	Auto Posto Xororó Ltda	Rua 6, 3641 - Rio Claro	Combustíveis para veículos automotores (postos revendedores), comércio
LO	12003549	Auto Posto Zepa Ltda	Rodovia De Acesso Euclides Da Cunha A Sp 613, S/Nº Km 0,15 - Euclides Da Cunha Paulista	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	32010079	Auto Viação Urubupungá Ltda	Rua Estrela D Alva, 64 - Santana De Parnaíba	Posto de abastecimento de veículos
LO	29008746	Autran Metais Ltda - Me	Rua Terceiro-sargento Joao Lopes Filho, 228 - São Paulo	Metalurgia dos metais preciosos
LO	48005733	Avantglass Industria E Comercio De Maquinas E Acessorios Eireli Me	Rua Prudente De Morais, 690 - Diadema	Máquinas para industria do vidro; fabricação de
LO	57003322	Avibras Indústria Aeroespacial S.a	Rodovia Dos Tamoios, Km 14 - Estrada Varadur, 1200 - Jacareí	Peças e acessórios para equipamento bélico pesado; fabricação de
LP/LI	29001242	Az Industria E Comercio De Maquinas E Ferramentas Ltda	Rua Francisco Nunes Pereira, 08 - São Paulo	Peças e dispositivos elétricos e eletrônicos para motores e máquinas;
LO	15009783	Baba Indústria Alimentícia Eireli	Rua Ilha Bela, 313 - Guarulhos	Preparações alimentícias compostas homogeneizadas; produção de
LO	60005755	Ballagro Agro Tecnologia Ltda	Estrada Municipal Carlos Gebim, 2353 11 9 5037-9778 - Bom Jesus Dos Perdões	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LO	60005759	Ballagro Agro Tecnologia Ltda.	Estrada Municipal Otacilio Beltrame, 300 - Piracaia	Fertilizantes químicos de uso agrícola e doméstico; fabricação de
LP/LI	71000338	Bameve - Mineração E Comércio De Águas Ltda	Rodovia Sp 255 Km 137+400 M, 0 Faz. Santa Rita - Coronel Macedo	Águas minerais; extração, engarrafamento e gaseificação de
LO	30012799	Bandeirantes Sinais Viarios Ltda	Avenida Presidente Wilson, 1326 - São Paulo	Placas para sinalização e orientação rodoviária; fabricação de
LP/LI	65001275	Barbieri E Tarozzi Do Brasil Ltda.	Rua Jorge Margy, 1020 Fr D, L 2, Qd B - Mogi Guaçu	Máquinas e aparelhos para industria cerâmica; fabricação de
LO	21009108	Barra Do Tietê Comercial E Serviços Ltda.	Sitio Esperança, S/N - Rio Claro	Argila, associado a extração; beneficiamento de
LO	21009109	Barra Do Tietê Comercial E Serviços Ltda.	Sitio São Luiz, S/Nº - Rio Claro	Argila, associado a extração; beneficiamento de
LO	21009110	Barra Do Tietê Comércial E Serviços Ltda.	Sitio São Pedro, S/n - Rio Claro	Argila, associado a extração; beneficiamento de
LO	15009792	Barriforte Indústria E Comércio De Embalagens Ltda	Avenida Venturosa, 656 - Guarulhos	Embalagens de papel, impressas ou não; fabricação de
LI	4003905	Basalto Pedreira E Pavimentacao Ltda	Rodovia Anhanguera, Km 300 - Cravinhos	Basalto, associado a extração; beneficiamento de
LO	48005715	Basf S.a.	Avenida Angelo Demarchi, 123 - São Bernardo Do Campo	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas, fabricação de
LO	57003318	Basf S/a	Rodovia Presidente Dutra, Km 161 - Jacareí	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LP	7002299	Baterias Cral Ltda	Rua Ezequiel Vaz, 4-115 N.a. - Bauru	Baterias e acumuladores para veículos; fabricação de
LO	7007477	Baterias Cral Ltda	Rua Ezequiel Vaz, 4-115 N.a. - Bauru	Baterias e acumuladores para veículos; fabricação de
LO	70000725	Baumin Indústria E Comércio De Minerais Ltda.	Estrada Itapeva À Maringá - Km 06, S/Nº Beneficiamento - Itapeva	Filitos (antofilitos, leucofilitos, etc); beneficiamento de (associado
LI	14004064	Bebidas Poty Ltda	Rodovia Abel Pinho Maia Km 12,5, S/N Industrial - Potirendaba	Cervejas; fabricação de
LI	14004066	Bebidas Poty Ltda	Rodovia Abel Pinho Maia Km 12,5, S/N Industria - Potirendaba	Refrigerantes; fabricação de
LO	65004070	Begllim Comercial Ltda	Rodovia Sp 191, 799 - Conchal	Recuperação de materiais não especificado anteriormente
LI	11002611	Beira Rio Porto De Areia Eireli	Estrada Municipal Herculândia-bairro Marco Oi, S/Nº - Herculândia	Areia; extração de
LO	63002819	Belgica Auto Posto Ltda.	Avenida Senador Jose Emirio De Moraes, 20 - Mococa	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	33001062	Bell Type Industries Ltda	Avenida Mal Castelo Branco, 781 - Taboão Da Serra	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LI	61000454	Bellacor Industria E Comercio De Tintas Ltda	Rua Henrique Walter, 101 - Boituva	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados a
LP/LI	37001542	Bertoni Indústria E Comércio Textil Ltda	Rua Domingos Pretti, 255 - Itatiba	Artefatos têxteis não especificados anteriormente (exceto vestuário);
LO	42007094	Beser Industria E Comercio De Joias Ltda	Rua Profª Jamile Caram Souza Dias, 109 - Limeira	Artefatos de joalheria e ourivesaria; fabricação de
LP	37000850	Bib Indústria E Comércio De Bebidas E Alimentos Ltda.	Rua Dos Imigrantes, 886 - Paulínia	Cervejas; fabricação de
LO	52002928	Bio Force Agrosciencies Ltda	Rua Sebastiao Pedrinho, 231 - Jaboticabal	Fertilizantes químicos de uso agrícola e doméstico; fabricação de
LO	52002924	Bioenergética São Martinho S.a.	Fazenda São Martinho, S/N - Pradópolis	Cogeração de energia elétrica
LP	21002358	Bioenergia Costa Pinto Ltda.	Acesso Bairro Costa Pinto, S/N Área 1 - Piracicaba	Cogeração de energia elétrica
LO	33007769	Biogenic Group Indústria E Comércio Ltda	Rua Antonio Antenor Nogueira, 136 - Taboão Da Serra	Aditivos nutricionais para ração animal; fabricação de
LP/LI	70000261	Biomax Biomassa Ltda.	Estrada Municipal, 50 Gleba B - Itapeva	Briquetes, lenhas ou carvões ecológicos (de resíduos de madeira, casc
LO	64001856	Biopet Produtos Para Animais Ltda.	Rodovia Marechal Rondon, Km 232-galpão B - Botucatu	Alimentos preparados para gatos, cachorros e outros animais; fabricaçã

LO	6010172	Bios-diagnóstica Indústria E Comércio De Produtos Biológicos Ltda-epp	Rua Leão Brasil, 243 - Sorocaba	Reagentes para analises clinicas e laboratoriais; fabricação de
LO	65004158	Biosev S.a.	Estrada Vicinal Jose De Sousa Queiroz Filho, Km 12 - Leme	Usina de açúcar e álcool
LO	65004157	Biosev S.a.	Estrada Vicinal Jose De Sousa Queiroz Filho, Km 12 - Leme	Usina de açúcar e álcool
LO	71001367	Biotube Ambiental Eireli - Me	Estrada Vicinal Piraju - Sarutaiá, S/N - Sarutaiá	Arenito; extração de
LP/LI	25000340	Birla Carbon Brasil Ltda.	Rua Rene Fonseca, 0 - Cubatão	Negro-de-fumo; fabricação de
LP/LI	37001541	Bj Tech Ltda	Rua Liberato Sartorato, 60 Quadra B, Lote 16 - Itatiba	Moldes, modelos, matrizes e estampos de metal para fins industriais; f
LO	65004150	Black White Ind. E Comercio Atacadista De Produtos Quimicos Ltda Me	Rua Leopoldo Campos Pedrini, Qd C, Lt 7, 299 - Mogi Guaçu	Preparações tensoativas para lavagem e limpeza; fabricação de
LP/LI	33001061	Blisali Indústria E Comércio De Alimentos Ltda - Epp	Rua Peixoto Melo Filho, 86 - São Paulo	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LO	57003321	Blue Tech Eletrônicos Eireli	Rodovia Vito Ardito, 3000 Km 115 - Caçapava	Aparelhos telefônicos; fabricação de
LO	60005758	Blueplast Indústria E Comércio De Plásticos Ltda	Rua Estr. Francisco Lopes Rojas, 1700 (antiga Mãe Dos H - Bragança Paulista	Polipropileno; fabricação de
LO	37004315	Boehringer Ingelheim Animal Health Do Brasil Ltda.	Fazenda São Francisco, S/n - Paulínia	Vacina contra aftosa; fabricação de
LO	68000443	Boissucanga Auto Posto Ltda	Avenida Walkir Vergani, 166 - São Sebastião	Posto de abastecimento de veículos
LO	45008618	Bone Apetite Comércio E Indústria De Alimentação Pet Ltda	Rua Itapicuru, 231 Casa 2 - São Paulo	Alimentos preparados para gatos, cachorros e outros animais; fabricaçã
LP/LI	37001535	Borgwarner Brasil Ltda	Rua Fioravante Piovani, 2500 - Itatiba	Peças e acessórios para o sistema motor para veículos rodoviários; fab
LO	3006680	Borrachas E Equipamentos Elgi Ltda	Estrada Chiquito De Aquino, 150 - Lorena	Partes de pneus (borracha de ligação, camelbacks, etc) fabricação de
LO	30012762	Boyler Industria De Suplementos Alimentares Ltda.	Rua Joaquim Marra, 2015 - São Paulo	Complementos alimentares; produção de
LP/LI	61001335	Br Vidros - Industria De Esquadrias De Aluminio Ltda. Epp	Estrada Municipal Batista Favoretti, 615 - Boituva	Janelas de alumínio; fabricação de
LI	42002222	Brascar Implementos Rodoviarios Eireli	Avenida Major Jose Levy Sobrinho, 2500 Sala 01 - Limeira	Carrocerias para caminhões; fabricação de
LP	36002825	Brasilata S/a Embalagens Metálicas	Rodovia Anhanguera Km 51+360m, Galpões 1 E 3 - Jundiaí	Embalagens metálicas; fabricação de
LP/LI	32001605	Brasilgrafica S/a Industria E Comércio.	Alameda Tocantins, 679 - Barueri	Embalagens de papel-cartão, impressas ou não; fabricação de
LO	28005383	Brasilux Tintas Técnicas Ltda	Via Augusto Bambozzi, 380 Setor Industrial - Matão	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas, fabricação de
LO	14009106	Braslatex Industria E Comercio De Borrachas Ltda.	Estrada Municipal Balsamo À Mirassolandia, Km 04 - Bálsamo	Borracha natural e sintética; beneficiamento de
L.O. LOTEAMENTO	34000159	Braspark Administradora De Imóveis Próprios Ltda	Rodovia Jose Lozano De Araujo, Km 2,5 - Sumaré	Aluguel de imóvel próprio
LP	49000368	Braz Belchior Godinho - Me	Sitio Três Irmãos - Estrada Do Quiri, 0 S/n - Pedro De Toledo	Areia; extração de
LP	63000517	Brazão Lubrificantes Ltda.	Rodovia Sp225 - Aguaí Pirassununga, Km 1,5 - Aguaí	Óleos lubrificantes usados; recuperação, reciclagem, rerrefino de
LP	63000512	Breno Cunha Franchi Me	Rua Santa Rita De Cassia, 25 - São José Do Rio Pardo	Chope; fabricação de
LO	37004337	Brinquedos Zucatoys Indústria E Comércio Ltda - Epp	Rua José Soave, 88 Galpão 03 E 04 - Itatiba	Brinquedos, de qualquer material, para animais; fabricação de
L.O. PRECÁRIO	42001623	Brk Ambiental - Limeira S.a. - Ete Tatu	Via Jurandir Paixão Campos Freire, S/Nº Km 01 - Limeira	Entulho; coleta e remoção de
LP	16003290	Brk Ambiental - Mauá S.a.	Estrada Do Carneiro, Altura 1581 - Mauá	Estação elevatória de esgoto
LO	45008594	Bronx Motronics Indústria E Comércio Ltda. Me	Rua Francisco Tapajós, 741 - São Paulo	Portas e portões automáticos; fabricação de
LP	73000377	Brotas Beer Indústria De Bebidas Ltda.	Rua R: Angelo Martinelli, 85 - Brotas	Cervejas; fabricação de
LO	7007459	Brplas Industria E Comercio De Plástico Ltda Epp	Rua Catarina Schneider, 1148 Loteamento Leb - Bauru	Sucatas de materiais plásticos, trituração, limpeza e triagem de
LP	16003294	Bruborr Indústria De Borrachas Eireli Epp	Avenida Alberto Soares Sampaio, 944 - Mauá	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LP/LI	36003199	Bsc Quimica Ltda	Rua Andre Adolfo Ferrari, 489 - Indaiatuba	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não es
LO	32010085	Bun-tech Tecnologia Em Insumos Ltda	Rua Dos Estados, 150 - Santana De Parnaíba	Resina de fenol formaldeido; fabricação de
LI	51000279	Bunge Açúcar E Bioenergia S.a.	Sitio Paturi, S/Nº - Paulo De Faria	Usina de açúcar e álcool
LO	48005720	Bvm Isolantes Eletricos Ltda - Me.	Rua Paes Leme, 121 - Diadema	Isoladores para uso elétricos (em aparelhos, equipamentos, etc)
LO	7007476	C P Industria E Comercio De Componentes Automotivos Ltda	Rua Duque De Caxia, 1319 Fundos - Pederneiras	Material elétrico para veículos automotores (exceto baterias); fabrica
LP/LI	3001190	C. H. De Souza Jacinto & Cia Ltda Me	Estrada Municipal Fazenda Boa Vista, 750 - Roseira	Jogos de dama, xadrez, bingo, gamao, domino, dados e outros jogos recr
LO	6010165	C.v. Fundição Ltda - Me	Estrada Benedita Maria De Camargo, 44 - Votorantim	Fundição de metais ferrosos; serviço de
LO	34009305	Cabibrás - Caldeiraria E Cabinas Ltda	Rua Armando Calligaris, 253 Salão J, I, Pátio - Americana	Máquinas, aparelhos e implementos para agricultura, n.e.; fabricação d
LP	57000622	Cabo Vale Condutores Elétricos Eireli	Rua Angelo Paschoal De Marco, 61 - Caçapava	Fios, cabos e condutores elétricos de cobre, isolados; fabricação de
LO	36011607	Café Joia Torrefação Ltda Me	Rua Crisolita, 470 - Indaiatuba	Café torrado e moído; produção de
LO	64001864	Caio - Induscar Industria E Comercio De Carrocerias Ltda.	Avenida Deputado Dante Delmanto, 3010 Bloco 1 Setor E - Botucatu	Carrocerias para ônibus e microônibus; fabricação de
LO	5010253	Caldo Nobre Comércio De Alimentos Ltda	Estrada Municipal, 150 Lote 66-b - Valinhos	Arroz (descascado, moído, branqueado, polido, etc); beneficiamento de
LO	52002933	Camaroto & Camaroto Ltda - Me.	Rua São Pedro, 338 - Dumont	Lingüicas, salsichas e outros produtos embutidos, de salamaria e de sa
LO	28005389	Caramuru Construcoes Ltda	Avenida Joao Soares E Arruda, 1305 - Araraquara	Estações de transmissão de energia elétrica, construção de
LO	11005919	Cardil Comércio De Materiais De Construção Ltda	Rodovia David Eid, S/N Km 29 - Sabino	Areias, cascalhos, pedregulhos e semelhantes
LO	32010091	Cardoso Masterbatches Comércio De Plásticos Eireli - Me	Rua Ministro Nelson Hungria, 550 Galpão 01 - Carapicuíba	Masterbatch; fabricação de
LP/LI	40000364	Cargill Agrícola S.a	Rodovia Armando De Salles Oliveira, Km 400 - Bebedouro	Pectina; Fabricação De
LO	34009287	Carhej - Linha Branca E Automotiva Ltda.	Rodovia Arnaldo Julio Mauerberg, Lote Gleba-01-b - Nova Odessa	Artefatos Diversos De Metais Não Ferrosos (Exceto Alumínio), Não Espec
LI	52000625	Carlos Alberto Faveri Me	Avenida Engenheiro Willian Cestari, 681 - Monte Alto	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	67001331	Carlos Alberto Hurtado Nabarreto - "me"	Estrada Municipal Lcl 010, 1291 - Lucélia	Tempera, cementação de aço, recozimento de arame, tratamento térmico;
LI	27003377	Carlos Donizetti Trajano De Mattos	Rua Dos Bem-te-vis, SN 17/18 Q.02 - Franca	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	21009116	Carvoaria Rf Ltda.	Sitio Água Bonita, 0 - Santa Maria Da Serra	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LO	59002264	Casa Avenida Comércio De Combustíveis Ltda.	Rua Duque De Caxias, 265 - Ourinhos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	59002262	Casa Di Conti Ltda	Estrada Municipal Cdm 010, GL C Sítio São Pedro - Cândido Mota	Cervejas; fabricação de
LI	7003319	Castello E Molina Industria E Comercio De Bebidas Ltda Me	Avenida Gofredo Schilini, 1555 - Dois Córregos	Chope; fabricação de
LO	21009105	Catálise Indústria E Comércio De Metais Ltda	Rua Miguel De Cillo, 25 - Piracicaba	Ferroligas em formas primárias; produção de
LO	32010080	Cazi Quimica Farmaceutica Industria E Comercio Ltda	Rua Antonio Lopes, 134 - Jandira	Remédios para uso humano; fabricação de
LO	37004328	Cbb Indústria E Comércio De Asfalto E Engenharia Ltda.	Avenida Paris, 3268 - Paulínia	Artigos de asfalto e produtos semelhantes, n.e.; fabricação de
LP/LI	26001186	Cbd Mecanica Industrial Ltda	Rua Mitsuharu Matsushita, 298 - Suzano	Peças para máquinas e equipamentos de uso específico; fabricação de
LP/LI	32001599	Cbfa - Comercial Brasileira De Ferro E Aco Ltda.	Rua Ester Rombenso, 180 - Osasco	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
L.O. LOTEAMENTO	14000466	Cdhu / Conjunto Habitacional "irapuã C"	Rua Afonso Pena, S/N.º - Irapuã	Loteamento e venda de imóveis próprios
LO	32010100	Celocorte Embalagens Ltda.	Rua Espírito Santo, 446 - Santana De Parnaíba	Embalagens de material plástico (polietileno, pvc e semelhantes); fabr
L.O. PRECÁRIO	63000181	Centres - Central De Tratamento De Residuos Ltda	Rodovia Sp 225 - Deputado Ciro Albuquerque, 0 Km 10,5 - Aguaí	Aterros sanitários; gestão de
LO	33007793	Centro Automotivo 1028 Ltda	Avenida Presidente João Goulart, 1028 - São Paulo	Auto posto
LO	29008564	Centro Automotivo Caminho Certo Ltda	Avenida Manoel Domingos Pinto, 610 - São Paulo	Posto de abastecimento de veículos
LO	45008600	Centro Automotivo Danisa Ltda.	Avenida Tiradentes, 1088 - São Paulo	Posto de combustível
LI	15003409	Centro Automotivo Duque Aeroporto Ltda	Rodovia Helio Smidt, S/N Luc0z14l004 - Guarulhos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	29008672	Centro Automotivo Portal Do Jaragua Ltda	Rua Raimundo Pereira De Magalhães, 11860 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	29002130	Centro Automotivo Terra Nova Ltda	Avenida Otaviano Alves De Lima, 1510 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	65004170	Centro De Serviços Frango Assado Norte Ltda	Rua Sp 340, Km 191 - Mogi Guaçu	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	37004336	Cerâmica A. Battocchio Ltda.	Avenida Pacífico Moneda, 1301 Cx. Postal 64 - Jaguariúna	Tijolos cerâmicos ou de barro cozido - exceto refratário; fabricação d
LO	63002815	Cerâmica Artistica São Domingos Ltda Me	Rodovia Padre Donizetti, Chácara Bela Vista, S/N - Tambaú	Artesanato em cerâmica, louça, porcelana ou barro cozido; fabricação d
LO	5010177	Cerâmica Da Mata Ltda.	Sitio São Luiz - Estrada Do Friburgo, 0 Rural - Monte Mor	Argila; extração de
LO	61003566	Ceramica Faulin Ltda	Sitio Santa Cruz, S/N Rural - Jumirim	Argila; extração de
LO	65004151	Ceramica Hollywood Ltda Me	Sitio Monjolo Velho, S/Nº - Itapira	Lajotas de cerâmica; fabricação de
LP/LI	5002214	Cerâmica Pdo Ltda	Avenida João Carlos De Lima, 1621 - Elias Fausto	Tijolos cerâmicos ou de barro cozido - exceto refratário; fabricação d
LI	6004991	Cerâmica Pérsio Santi Ltda	Gleba C - Bairro Água Branca, 0 0 - Tatuí	Argila; extração de
LO	36011610	Cerâmica Santa Clara De Indaiatuba Ltda	Sitio Santa Clara, S/n - Indaiatuba	Tijolos cerâmicos ou de barro cozido - exceto refratário; fabricação d
LO	21009113	Cerba Destilaria De Álcool Ltda.	Rodovia Sp 135, S/N Km 17,75 - Piracicaba	Álcool redestilado; fabricação de
LO	11005923	Cereais Confiança Comércio Importação E Exportação Ltda	Estrada Luzia Atz Lopes, S/N - Quintana	Amendoim descascado; fabricação de
LO	45008607	Certa Centro De Referência Em Tratamentos Avançados Ltda	Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 4605 - São Paulo	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LP	46000793	Cervejaria Pinelli Ltda.	Rua Diácono Antonio Nunes Sobrinho, 2599 - Itapetininga	Cervejas; fabricação de
LO	6010174	Cervejaria S.b. Ltda	Rua Diadema, 500 - Sorocaba	Cervejas; fabricação de
LO	4008800	Cervejaria Wolfes Bier Ltda	Avenida Eduardo Toniello, 886 - Sertãozinho	Chope; fabricação de
LO	45008619	César Di Ciomo - Epp.	Rua Do Chaco, 247 - São Paulo	Adesivos e selantes para uso industrial e doméstico; fabricação de
LP/LI	48001636	Ch Plast Industria E Comercio Unipessoal Ltda	Rua Botocudos, 359 - Diadema	Injeção de peças plásticas
LP/LI	27000850	Chão Preto Comércio Derivados Petróleo Ltda.	Rua Antônio Abdalla, 493 - Ituverava	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	16011071	Chemical Manager Ltda - Me	Avenida José Ricardo Nalle, 1010 A - Mauá	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	48005687	Chemicalflex Industria E Comercio Eireli	Rua Humaita, 91 - Diadema	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	57003319	Chrispin Pintor Tintas Comercio E Serviços Ltda Me	Rua Guaianesia, 410 416 - São José Dos Campos	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas, fabricação de
LP	46000794	Cia De Saneamento Basico Do Estado De São Paulo	Rua José Apolinário, S/Nº Est Rio Pequeno - São Miguel Arcanjo	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	51001474	Cia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo - Sabesp	Rua Brasil, 1495 - Monte Aprazível	Água, captação, tratamento e distribuição de
LI	11002610	Cia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo - Sabesp	Granja Itagaki, Ete - Bastos - Bastos	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	62001531	Cia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo Sabesp	Estrada Municipal Para Sítios Bandeirante, S/N.º Km 1,2 - Sud Mennucci	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LI	12001576	Cia. Saneamento Básico Do Estado São Paulo - Sabesp -ete- Cel. Goulart	Sitio São João, S/Nº - Álvares Machado	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	48005707	Ciabond Indústria E Comércio De Adesivos Ltda.	Rua Doutor Oscar De Barros, 15 - Diadema	Colas e adesivos a base de cianocrilatos; fabricação de
LO	72002542	Cinque & Filhos Indústria E Comércio Ltda - Epp	Rua Martiniano Lemos Leite, 30 Lote 3-qda - Cotia	Conservas de carne (seca, salgada, defumada ou conservada); preparação
LO	21009087	Citropoli Do Brasil Indústria E Comércio Eireli-epp	Rua 3 Jp, 1044 - Rio Claro	Suco concentrado de frutas diversas; produção de
LO	42007093	Citrosuco S/a Agroindústria	Rodovia Anhanguera, Km 149 - Limeira	Suco concentrado de laranja; produção de
LO	63002816	Clarice De Melo Piva - Me	Rua Sítio Primavera, S/N Km 10 - Divinolândia	Aguardente de cana-de-açúcar; fabricação de
LP/LI	27000849	Clasico Sabor Latino Ltda Me	Rua Ifigenia Maria De Oliveira, 4101 - Franca	Massas preparadas (frescas, congeladas ou resfriadas), para lasanha, p
LO	33007765	Cober-teto Estruturas Metalicas Ltda-epp	Rua Afonso Desiderio, 41 - Taboão Da Serra	Estruturas metálicas, n.e.; fabricação de
LO	14009165	Colombo Agroindustria S.a	Rodovia Orivaldo Thito Colombo, S/Nº Fundos Fábr. Adub - Santa Adélia	Adubos químicos para uso agrícola e doméstico; fabricação de
LP	21002360	Colvadis Produtos Siderurgicos, Acessorios Industriais E Laboratoriais	Rodovia Cornelio Pires, Km 03 / Brcao 8-9 - Piracicaba	Corte e dobra de metais; serviço de
LO	62001526	Comercial De Combustíveis Tropical Fernandópolis Ltda	Avenida Libero De Almeida Silvares, 3104 - Fernandópolis	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	29008738	Comercial Nemeth Eireli	Rodovia Tancredo De Almeida Neves, 3007 Km 30,5 - Caieiras	Pneus (recondicionamento, recauchutagem, recapagem ou remoldagem); ser
LO	30012775	Comil Cover Sand Indústria E Comércio Ltda	Rua Do Bronze, 30 - Itaquaquecetuba	Depósito de produtos químicos ou de produtos inflamáveis
LO	32010086	Comlubri Auto Posto Ltda	Alameda Araguacema, 24 - Barueri	Auto posto
LO	45008499	Companhia De Saneamento Básico Do Est De S Paulo Sabesp - Eee Pomar	Avenida Das Nacoes Unidas, S/N Ponte Ary Torres - São Paulo	Estação elevatória de esgoto
LP	49000367	Companhia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo	Estrada Municipal Pindaúba - Cajati, 0 Ecte Pindauba - Jacupiranga	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LI	49000334	Companhia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo	Estrada Municipal Takashi Fukuda, 0 Ecte Vl Andréia - Cajati	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	27005731	Companhia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo - Ete Aeroporto	Rua Ary Fernandes, S/Nº - Franca	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LP	70000160	Companhia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo - Sabesp	Estrada Municipal Guarizinho Caputera, S/Nº Ete Guarizinho - Itapeva	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LP	57000620	Companhia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo - Sabesp	Avenida Olívio Gomes, 520 Ete Lavapés - São José Dos Campos	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LP	57000625	Compass Minerals America Do Sul Industria E Comercio S.a.	Rua Dom Pedro I, 4500 Km. 4,5 - Jacareí	Adubos químico puros, compostos e complexos; fabricação de
LO	15009789	Condor Brasil Ind. Com. Serviços E Transport De Cosmeticos Eireli Epp	Rua Doutor Sergio Machado Brauner, 73 - Mairiporã	Cosméticos; fabricação de
LP/LI	29001205	Conexão Rio Santa Fé Serviços De Armazenagem Ltda	Estrada Chica Luiza, 2060 - São Paulo	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guar
LO	21009086	Conexpira Indústria E Comércio De Conexões Eireli	Rua Osvaldo Petermam (jardim Das Margaridas), 97 E Número 99 - Piracicaba	Tubos e canos de aço com costura, inclusive conexões; produção de
LO	33007781	Conline Sinalização Viaria Ltda	Rua Andre De Leão, 484 - São Paulo	Chapas, laminas, lençóis ou placas de borracha natural ou sintética, m
LO	6010169	Construtora Julio & Julio Ltda	Estrada Jose Celeste, 361 Sala 30 - Sorocaba	Asfalto de petróleo, cimento asfáltico ou outros resíduos de óleos de
LP/LI	15001552	Construtora Ribeiro Caram Ltda	Estrada Velha Guarulhos-sao Miguel, 00 Sn - Guarulhos	Concreto usinado, fabricação de
LO	64001857	Conterma Energia Eireli Epp	Rua Amélia Barbieri Schincariol, 10 Área De Caldeiras - São Manuel	Vapor e água quente para calefação, energia e outros usos; produção, c
LO	48005730	Continental Parafusos S/a	Avenida Fukuichi Nakata, 630 - Diadema	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LP/LI	18000468	Controle De Pragas Integrado Ltda.	Avenida De Visconde Sao Leopoldo, 455 - Santos	Imunização e combate de pragas urbanas; serviços de
LO	14009171	Contyres Industrial Pneumatico Ltda - Me	Rua Três, 48 - Cedral	Pneus (recondicionamento, recauchutagem, recapagem ou remoldagem); ser
LO	49001240	Cooperativa Dos Agrigultores Agroflorestais De Barra Do Turvo, Adrianó	Estrada Sp 552/230, S/N Km 29,5 - Barra Do Turvo	Legumes e outros vegetais, n.e., em conservas; produção de
LO	29008725	Coopermiti - Cooperativa De Trab, Prod, Rec, E Gestão De Res Sólidos	Rua Joao Rudge, 366 - São Paulo	Estações de transferência de resíduos não-perigosos, responsáveis pelo
LO	42007099	Coperfil Industria E Comercio De Perfilados Ltda	Rua Dr. Hipolito Pinto Ribeiro, 221 - Limeira	Artefatos de serralheria, exceto esquadrias; fabricação de
LP/LI	7001146	Corcril Serviços De Pintura Eireli Epp	Rua Júlio Andreolli, 200 - Lençóis Paulista	Andaime torre, montagem e desmontagem de
LO	36011613	Correias Universal Ltda	Rua Eurípedes De Camillo, 35 - Várzea Paulista	Correias e esteiras de borracha para máquinas (planas, cilíndricas, tr
LI	30004671	Cortesia Serviços De Concretagem Ltda.	Estrada Do Corta Rabicho, Sem Numero - Itaquaquecetuba	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	61003579	Cósmica Pet Indústria E Comércio Eireli	Rodovia Antonio Pires De Almeida / Sp-97, S/N Km. 23.5 - Porto Feliz	Garrafas pet, recuperação de
LO	32010092	Cosmoquimica Industria E Comércio Ltda.	Avenida Gupe, 10497 Fundos - Barueri	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	27005719	Costa Morais & Cia Ltda	Rua Capitão Antonio Joaquim, 282 Bairro: Centro - Jeriquara	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	64001851	Cotiplas Imports - Industria, Comércio, Importaçao E Exportaçao Ltda	Rua Marechal Rondon, Km 178,853, 0 Galpao 1 - Laranjal Paulista	Brinquedos de qualquer material, mecanizados ou não; fabricação de
LO	64001850	Cotiplas Industria E Comercio De Artefatos Plasticos Ltda	Rodovia Marechal Rondon, Km 179,6 - Laranjal Paulista	Brinquedos de qualquer material, mecanizados ou não; fabricação de

LO	65004152	Cozillar Industria E Comercio De Aluminio Eireli	Avenida Flamboyant, 261 - Araras	Utensílios domésticos de alumínio; produção de
LO	64001863	Cpa - Centro De Processamento De Alumínio Ltda	Avenida Dante Delmanto, 3010 - Botucatu	Laminados planos de alumínio; produção de
LP/LI	45001126	Creatrix Design Grafico Ltda - Me	Rua Grumarim, 9 - São Paulo	Modelos para moldes; fabricação de
LO	4008774	Crematório Da Cidade De Ribeirão Preto Ltda. - Me	Avenida Antonio Da Costa Santos, 345 - Ribeirão Preto	Cremação de cadáveres humanos; serviços de
LP/LI	37001532	Cria Sim Produtos De Higiene Ltda.	Rua José Vieira Dos Santos, 6945 - Paulínia	Sabões para uso industrial, em barras, pedaços, etc; fabricação de
LO	15009785	Cris Derivados De Petróleo Ltda. - Epp	Estrada Velha Guarulhos Sao Miguel, 138 Antigo Nº 02 - Guarulhos	Retalhista de derivados do petróleo; comércio atacadista de
LO	42007097	Cristhen Irving Carmaci	Avenida Campinas, 1441 - Limeira	Tratamento e revestimento em metais; serviços de
LO	36011620	Crs Brands Indústria E Comércio Ltda.	Avenida Humberto Cereser, 3170 - Jundiaí	Vinhos de mesa; fabricação de
LP	27002168	Curtume Rf Ltda	Rua Major Goulart, 930 - Patrocínio Paulista	Couros e peles curtidos ou preparados, n.e.; fabricação de
LO	57003325	Cyprium Fundição De Metais Ltda	Avenida Adhemar Pereira De Barros, 707 - Jacareí	Fundição de metais não ferrosos; serviço de
LO	71001369	D. G. Holroyd Produção De Alimentos	Rodovia Sp 261, Km 16, + 4 Km De Terra - Cerqueira César	Conservas de legumes e outros vegetais mediante congelamento, coziment
LO	65004154	Dairy Partners Americas Brasil Ltda	Avenida Angelo Franzini, 655 - Araras	Produtos derivados do leite; fabricação de
LI	15003410	Damapel Indústria Comercio E Distribuição De Papéis Ltda	Avenida Otávio Braga De Mesquita, 3748 - Guarulhos	Papel absorvente; fabricação de
LO	15009796	Damapel Indústria Comercio E Distribuição De Papéis Ltda	Avenida Otávio Braga De Mesquita, 3748 - Guarulhos	Papel absorvente; fabricação de
LO	15009795	Damapel Indústria Comercio E Distribuição De Papéis Ltda	Avenida Otávio Braga De Mesquita, 3748 - Guarulhos	Papel absorvente; fabricação de
LO	59002261	Dana Agro Science Eireli	Avenida Da Primaveras, 1479 - Tarumã	Adubos químicos para uso agrícola e doméstico; fabricação de
LO	21009114	Daniel Braidotti	Rua Doutor Lula, 155 - Piracicaba	Manequins; fabricação de
LP/LI	34002495	Daniele Rodrigues Da Silva Doces	Avenida Ytamaraka, 976 - Hortolândia	Doces diversos (exceto de frutas ou de leite); fabricação de
LO	42007084	Das Fabricação De Autopeças Brasil Ltda	Avenida Stanley, 1540 - Limeira	Bancos e estofados de qualquer material para veículos automotores; fab
LO	32010083	Datainox Tubos Ltda - Epp	Rua Luiz Vieira, 700 - Itapevi	Tubos e canos de aço com costura, inclusive conexões; produção de
LO	42007092	Daubert Do Brasil Ltda	Rodovia Engenheiro Joao Tosello (limeira - Mo, 3320 Km 103 - Sp 147 - Limeira	Embalagens de material plástico (polietileno, pvc e semelhantes); fabr
LO	40002140	David De Oliveira Comércio De Combustíveis Eireli	Rua David De Oliveira, 21 - Olímpia	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	16011078	Daytec & Biotec Do Brasil Produtos Quimicos E Biológicos Ltda	Avenida Guido Aliberti, 3233 - São Caetano Do Sul	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	34009228	De Panes-industria E Comercio De Produtos Alimenticios Ltda-me	Estrada Servidão De Passagem 1, 1288 Gleba D-lote 18 - Santa Bárbara D´oeste	Produtos da indústria do pão, fabricação de
LO	34009285	De Panes-industria E Comercio De Produtos Alimenticios Ltda-me	Estrada Servidão De Passagem 1, 1288 Gleba D-lote 18 - Santa Bárbara D´oeste	Produtos da indústria do pão, fabricação de
LP	65000716	Decorlit Indústria E Comércio Ltda.	Rua Dr. Herminio Ometto, 1185 - Leme	Artefatos de fibrocimento para uso na construção; fabricação de
LP/LI	37001529	Defendi Do Brasil Peças Para Eletrodomésticos Ltda.	Rua Joao Miguel De Camargo, 14 - Itatiba	Peças e acessórios para aparelhos eletrodomésticos; fabricação de
LO	28005382	Degan Importação E Exportação Ltda	Rodovia Sp 304 - Km 394,5, Caixa Postal 07 - Borborema	Produtos de origem vegetal não especificados anteriormente, moagem e f
LI	36003770	Dejopak Gestão De Resíduos Ltda	Avenida Marginal Rio Jundiai, 2175 - Várzea Paulista	Sistema de tratamento de resíduos de serviço de saúde - exceto inciner
LO	63002824	Delaplastic Indústria E Comércio Ltda	Rua Matheus Delalibera, 421 - São João Da Boa Vista	Sacos de fios de ráfia, polipropileno e outros materiais plásticos têx
LP/LI	6001977	Delipet Nutricao Animal Ltda	Rua Curupaiti, 217 - Sorocaba	Alimentos preparados para gatos, cachorros e outros animais; fabricaçã
LO	37004326	Delmiro Ferreira De Oliveira 026915572986	Rua João Moises Castelo, 110 Barracão - Pedreira	Artefatos Diversos De Alumínio; Fabricação De
LO	13003599	Departamento De Água E Esgoto De Penápolis - Aterro Sanitário	Estrada Municipal Elpídio Aurélio Ferreira, S/N - Penápolis	Aterros sanitários; gestão de
LP	59000375	Dervil Molina	Rua Jose Dias Negrao, S/N Lote 02 - Ourinhos	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	18003354	Desentupidora Salvador Ltda Epp	Rua Benedito Boaventura, 284 - Guarujá	Imunização e controle de pragas urbanas; serviços de
L.I. DESMEMBR.	64000004	Desmembramento Distrito Industrial I	Avenida Maestro Antônio Antunes Da Silva, 0 - Cesário Lange	Desmembramento
L.P. DESMEMBR.	64000003	Desmembramento Distrito Industrial I	Avenida Maestro Antônio Antunes Da Silva, 0 - Cesário Lange	Desmembramento
LP	48000473	Dinamica Soluções Ambientais Ltda	Rua Alvares Cabral, 1530 - Diadema	Resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líqüido, pastoso
LO	37004280	Dirson Mitestainer - Me	Rua Ceziro Imbrunito, 137 - Pedreira	Artefatos de metal para uso doméstico, n.e.; fabricação de
LP	48000470	Disco Indústria, Comércio, Importação E Exportação Eireli	Avenida Das Nossa Senhora Gracas, 921 - Diadema	Fios, cabos e condutores elétricos de cobre, isolados; fabricação de
LO	29008732	Divibrás Comércio De Vidros Temperados E Metais Brasil Ltda	Avenida João Paulo I, 1711 1713/1735 - São Paulo	Vidros elaborados para usos n.e.; fabricação de
LP	14002659	Don Tonel Beershop Ltda	Rua Siqueira Campos, 3966 - São José Do Rio Preto	Cervejas; fabricação de
LI	29003478	Dow Agrosciences Industrial Ltda	Rodovia Presidente Tancredo De Almeida Neves, Km 38 - Franco Da Rocha	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LO	16011072	Dsd Industria E Comercio Ltda	Avenida Queiros Dos Santos, 1867 - Santo André	Ferramentas industriais de precisão; fabricação de
LP/LI	45001125	Dubai Posto De Combustíveis Ltda	Avenida Arnolfo Azevedo, 261 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	70000263	Dulcineia A. G. Biasini Me	Estrada Municipal Bº Proença - Bº Apiai Mirim, S/N Sit. São Benedito - Capão Bonito	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LO	52002931	Dumont Auto Posto Ltda	Rua Alfredo Condeixa, 46 - Dumont	Posto de combustível
LP/LI	18000467	Duque Granitos Ltda	Avenida Presidente Kennedy, 4071 - Praia Grande	Peças decorativas em mármore, granito e outras pedras; fabricação de
LO	65004156	Duraface Indústria E Comércio Ltda	Avenida Otto Barreto, 1355 - Araras	Máquinas, aparelhos e implementos para agricultura, n.e.; fabricação d
LO	32010077	Duran Comércio De Aromas E Essências Eireli	Rua Joao Dias Ribeiro, 119 - Itapevi	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LP/LI	36003197	Dux Comercio E Importação Ltda - Epp	Avenida Prefeito Luis Latorre, 9450 Modulos N 18 E 19 - Jundiaí	Alimentos dietéticos; preparação de
L.O. LOTEAMENTO	61000081	Dvr B Administração E Empreendimentos Ltda.	Rua Eduardo Lucchese, 15 Sp-280-km 97 - Porto Feliz	Condomínio industrial
LO	4008801	Dx Industria, Comercio, Importação E Exportação Ltda - Epp	Rua Coimbra, 1702 - Ribeirão Preto	Materiais para odontologia, n.e.; fabricação de
LP/LI	42001807	Dyane Braga De Lissa Mendes	Rua Vereador Gregorio Aparecido Swenson, 306 Comercial - Santa Gertrudes	Cosméticos; fabricação de
LO	14009178	E De J Ribeiro Laticinios Me	Rua Doutor Plinio Costantini, 1765 - São José Do Rio Preto	Queijo minas; fabricação de
LP	4002743	E. A Bernando Comercio De Pneumáticos - Me	Rua Jorge Saqui, 380 - Jardinópolis	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LO	33007724	E.h.r. Industria E Comércio De Plásticos Ltda. Me	Rua Pedro Gonçalves, 22 - Taboão Da Serra	Material plástico; tingimento, pigmentação e outros beneficiamentos de
LO	61003575	Eaton Power Solution Ltda.	Rodovia Marechal Rondon / Sp-300, S/N° Km 125, Parte E - Porto Feliz	Máquinas de corrente continua (geradores); fabricação de
LO	64001858	Eco Power Produtos De Limpeza Eireli - Me	Rua Osorio Campos Leite, 65 - São Manuel	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	5010238	Eco-vallore Gestão E Valorização Ambiental Ltda Me	Rua Francisco Ceara Barbosa, 1070 Filial - Campinas	Armazenamento de produtos perigosos por conta de terceiros
LO	57003330	Ecológica Nova Era Ind. E Com. Ltda	Estrada Municipal Do Lambari, 1451 - Jacareí	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	30012794	Ecometal Industrial Ltda. Me	Rua Do Canto, 25 - São Paulo	Molas de todos os tipos, exceto para veículos; fabricação de
LP/LI	36003202	Ecovaale Comercio De Plastico Ltda	Rua Jose Lisboa, 41 Lote 04 - Qc - Várzea Paulista	Embalagens de qualquer material; comércio atacadista de
LO	6010164	Edison L. Ventura E Cia Ltda - Me	Avenida 27 De Marco, 303 - Votorantim	Doce suspiro; fabricação de
LO	30012793	Edmarc Silk Ltda	Rua Manuel Quirino De Mattos, 1267 - São Paulo	Materiais diversos (plástico, tecido, couro, etc); impressão sob encom
LP/LI	70000262	Edson Romano Cerciná	Rodovia Francisco Alves Negrão - Sp 258, S/Nº Km 267 + 405 M - Taquarivaí	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	21009083	Eduardo Augusto Brugin Me	Rua Terenzio Galesi, 599 - Piracicaba	Artefatos Diversos De Ferro E Aço; Fabricação De
LO	63002812	Egeminas Mineração Ltda	Fazenda Mafra, S/Nº R. Campo Belo - Tambaú	Argila; extração de
LP/LI	4001604	Eko's Agroecologia Industria E Comércio Ltda	Rua Damião Arnoni, 160 - Porto Ferreira	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	16011073	Ekotek Especialidades Quimicas Industria E Comercio Ltda Me	Rua Edson Erasmo Da Silva, 458 - Mauá	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	33007761	Elastomar Indústria E Comércio De Artefatos De Borracha Eireli	Rua Lauzane, 660 670 - São Paulo	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LO	3006673	Elfer Indústria, Serviço E Comércio Ltda.	Avenida Julio De Paula Claro, 1001 - Pindamonhangaba	Estamparia de metais; serviço de
LP	51000309	Elgon Participações E Empreendimentos Ltda	Estrada Municipal Herbert Vinicius Mequi, S/Nº Km 01 - Votuporanga	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	33001666	Eliane Mendes Brito Pavani Me	Rua Leonor Lagreca Faysano, 52 - Taboão Da Serra	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LO	33007785	Elind Industrial E Comercial Ltda - Epp.	Rua Olinda, 60 - São Paulo	Peças e acessórios para materiais elétricos usados em circuito de cons
LO	29008729	Elvin Lubrificantes Indústria E Comércio Ltda	Estrada Para Parnaíba, 6550 - Franco Da Rocha	Óleos lubrificantes acabados; fabricação de
LO	4008794	Ely Farmacêutica Eireli - Me	Rua Vereador Miguel Cury, 22 Galpão I - Cravinhos	Fármacos; fabricação de
LO	70000726	Embacorp Soluções Em Embalagens De Papel Ltda.	Rodovia Luiz José Sguario, S/N Km 31 - Nova Campina	Celulose de todos os tipos; fabricação de
LO	34009306	Embark Indústria E Comércio De Implementos Rodoviários Ltda.	Rua José Belisário Filho, 162 - Sumaré	Carrocerias para automóveis, caminhonetes (camionetas, camionetes) e u
LO	64001855	Embraer S.a	Avenida Alcides Cagliari, 2281 - Botucatu	Aeronaves para passageiros, construção e montagem de
LO	16011079	Emklave Indústria E Comércio De Artefatos De Madeira Ltda	Estrada Do Sapopemba, 26319 - - Mauá	Móveis de madeira; fabricação de
LO	4008811	Empresa De Mineração Elias João Jorge Ltda.	Rodovia Dr. Chaffy Jorge, Km 05 - São Simão	Areia; extração de
LO	26006283	Empresa De Mineração Fiori Do Taboão Ltda	Estrada Municipal São Bento/ Lambari, S/N Fiori Industrial - Mogi Das Cruzes	Areia lavada para construção; extração de
LO	26006273	Empresa De Mineração Fiori Do Taboão Ltda	Estrada Municipal S B Lambari, S/N Fiori Ceci - Mogi Das Cruzes	Areias, cascalhos, pedregulhos e semelhantes
LO	26006239	Empresa De Mineração Fiori Do Taboão Ltda.	Estrada Municipal São Bento / Lambari, S/N.º Fiori Aparecidinh - Mogi Das Cruzes	Areia lavada para construção; extração de
LI	65000366	Empresa Mineradora Cidade Das Águas Ltda	Estrada Municipal Monte Alegre Do Sul - Serra, 0 Km 6 - Serra Negra	Águas minerais; extração, engarrafamento e gaseificação de
LO	71001366	Empresa Mineradora Estância De Águas De Santa Barbara Ltda-me	Rua Das Mangueiras, 10 - Águas De Santa Bárbara	Águas minerais; extração, engarrafamento e gaseificação de
LO	49001242	Engenharia E Construções Cso Ltda	Rodovia Regis Bittencourt - Br 116, S/N Km 439 - Registro	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LP	4002740	Engenho Santa Maria	Sitio Isadora, Sn - Sertãozinho	Aguardente de cana-de-açúcar; fabricação de
LO	26006306	Engesig Industria E Comercio Ltda	Rua Katsuji Kitaguchi, 351 - Mogi Das Cruzes	Veículos para transporte especializado (ambulâncias, carros celulares,
LO	6010154	Engetref Indústria E Comércio Ltda	Rua Professora Aloysa Amparo, 393 Lote 06 - Sorocaba	Retrefilados de aço; produção de
LO	49001239	Epcco Engenharia De Projetos E Construções Ltda.	Rodovia Regis Bittencourt - Br 116, S/N Km 448 - Registro	Misturas betuminosas a base de asfalto ou betume (cut-backs), obtidas
LO	61003501	Epris Emprendedora De Produtos Internacionais Ltda.	Rodovia Quintino De Lima, Km 8, Km 08 - São Roque	Bebidas destiladas; fabricação de
LP/LI	63000824	Erik Amércio Luciano - Me	Rodovia Casa Branca/aguaí, Km 30, S/Nº - Casa Branca	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LP	48000472	Esperança Indústria E Comércio De Forjados Ltda	Rua Oswaldo Cruz, 41 - São Bernardo Do Campo	Ferro e aço forjado em formas e pecas, n. e.; produção de
LO	29008739	Essencis Soluções Ambientais S.a.	Via De Acesso Norte Km 33 (rod Dos Bandeirant, S/N - Caieiras	Resíduos contaminados; tratamento e disposição de
LO	29008744	Essencis Soluções Ambientais S.a.	Via De Acesso Norte Km 33 (rod Dos Bandeirant, S/N - Caieiras	Resíduos contaminados; tratamento e disposição de
LO	26006300	Estação Elevatória De Esgotos Vila Bragança - Sabesp	Estrada Do Serrote, 920 - Salesópolis	Estação elevatória de esgoto
LP	32002513	Eurofarma Laboratórios S/a	Rodovia Presidente Castelo Branco, Km 35,6 - Itapevi	Remédios alopáticos para uso humano; fabricação de
LI	73000334	Euroind Indústria Comércio E Logística Ltda	Avenida Ézio Morganti, 720 - Ibaté	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LP	21002359	Evoluc Lubrificantes Ltda	Rua Jose Coelho Prates Junior, 690 - Piracicaba	Armazenamento (depósito) de resíduos perigosos
LI	42002221	Excelmin Indústria, Comercio, Importação E Exportação Eireli	Rua Dirceu Balloni, 464 - Limeira	Adubos e fertilizantes organominerais; fabricação de
LP	59000372	Exportadora Capricornio Coffees Ltda	Rua Hugo Luz, 361 - Ourinhos	Café, não associado ao cultivo; beneficiamento de
LI	21003201	Extração E Comercio De Areia São Pedro Ltda	Rodovia Sp 191 Km 148, S/N - Santa Maria Da Serra	Areia; extração de
LO	26006299	Extração Transp. E Com. De Areia E Pedregulho Guanabara Ltda. Epp	Rua Espanha, 325 Nova Guanabara - Guararema	Areia; extração de
LP	37000851	Exxtend Biotecnologia Ltda.	Avenida Oswaldo Piva, 2319 - Paulínia	Ácidos nucléicos, seus sais; outros compostos heterociclicos, n.e.; fa
LP/LI	14001741	F G Recuperadora De Metais Rio Preto Ltda	Rua Uber Folchine, 660 - São José Do Rio Preto	Metalurgia dos metais preciosos
LI	4003882	F. M Soares Serviços E Comércio De Tintas Ltda	Avenida Dezenove De Junho, 505 - Ribeirão Preto	Tintas a base de água; fabricação de
LO	45008602	F.g. Itaim Auto Posto Ltda	Avenida Santo Amaro, 314 316 E 320 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	57003329	F.r. Brito & C.e.j Monteiro Ltda - Epp	Rua Arthur Cazarino, 185 - Jacareí	Peças e acessórios para embarcações de uso comercial, para transporte
LO	48005724	Fab Indústria E Comercio De Produtos Para Artes E Festas Ltda	Avenida Humberto Alencar Castelo Branco, 1260 Galpão G6 - São Bernardo Do Campo	Aditivos para a industria alimentar; fabricação de
LP/LI	51000364	Fabiano Fontes Carvão - Me	Fazenda Santa Adélia, S/N° Cór. Mangue - Tanabi	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LO	11005927	Faleiros & Cia Ltda	Rua Pedro Pavanelli, 30 - Tupã	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	7007451	Fan Store Entretenimento S.a.	Avenida Pedro Ometto, 1570 - Barra Bonita	Estamparia e texturização em artigos têxteis, inclusive peças do vestu
LO	36011609	Farm Cervejaria Escola Ltda	Rua Topazio, 60 - Indaiatuba	Cervejas; fabricação de
LO	15009800	Fastweld Indústria E Comércio Ltda	Rua Soldado Antonio Martins De Oliveira, 344 Área 2 Fundos - Guarulhos	Fios, cabos e condutores elétricos de cobre, isolados; fabricação de
LO	64001847	Faulin Telhas Ltda	Sitio Marilau, S/N Extração Argila - Laranjal Paulista	Argila; extração de
LP/LI	27000847	Fauna E Flora Brasil Cosméticos Ltda Me	Avenida Paulo Vi, 1923 - Franca	Produtos de beleza e higiene pessoal; fabricação de
LO	27005729	Fauna E Flora Brasil Eireli-me	Rua Antônio Brasilino Dos Santos, 2457 - Franca	Mel artificial ou mistura de mel natural com mel artificial; outros pr
LO	26006295	Fauzi Elias Harati - Me	Rua Marcelino Brunetti, 502 - Poá	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	33007794	Fênix Produtos Naturais E Artesanais Ltda - Me	Avenida Marechal Castelo Branco, 52 - Taboão Da Serra	Defumadores, incensos e ervas secas para banhos; fabricação de
LI	63000440	Fer Alvarez Produtos Siderúrgicos Indústria E Comércio Ltda	Avenida Ademir Gomes De Lima, 735 - São João Da Boa Vista	Sucata metálica; comércio atacadista de
LO	52002923	Fernando Luis Elias 12244371875	Rua Italia Mastrogiacomo Sampaio, 336 - Dumont	Embutidos diversos de suínos (porcos); produção de (quando não integra
LO	4008806	Fitanew Indústria Têxtil Ltda Epp	Rua Manoel Lourenço Júnior, 287 - Porto Ferreira	Artefatos têxteis não especificados anteriormente (exceto vestuário);
LP/LI	42001803	Fl Indústria E Comércio De Bijuterias E Acessórios Eireli	Rua Vicente De Felice, 758 - Limeira	Artefatos de joalheria e ourivesaria; fabricação de
LO	48005726	Flai Industria E Comércio Eireli	Rua Tiguassu, 221 - Diadema	Óleos desmoldantes ou antiaderentes; fabricação de
LP/LI	63000825	Fljp Quimica Ltda	Rua Henry Nestle, 156 - São José Do Rio Pardo	Desinfetantes; fabricação de
LP/LI	32001606	Fonte Azul Comércio De Água Bruta Ltda - Me	Estrada Francisco Missé, 800 - Cajamar	Água comum purificada, adicionada ou não de sais minerais; produção de
LO	26006305	Forconsult Industrial Ltda.	Rua Adolfo Lutz, 137 - Mogi Das Cruzes	Painéis de comando e controle de energia eletrica; fabricação de
LP/LI	64000510	Fortpav Pavimentação E Serviços Ltda	Rodovia Alcides Soares, S/N° Km 10 - Botucatu	Artigos de asfalto e produtos semelhantes, n.e.; fabricação de
LO	64001860	Fortpav Pavimentação E Serviços Ltda	Rodovia Alcides Soares, S/N° Km 10 - Botucatu	Artigos de asfalto e produtos semelhantes, n.e.; fabricação de
LO	37004301	Fresenius Medical Care Ltda	Rua Amoreira, 891 - Jaguariúna	Remédios para uso humano; fabricação de
LP	5002313	Frigodeliss Ltda	Estrada Velha Capivari - Porto Feliz, Caixa Postal 61 - Capivari	Suínos (porcos); abate de
LP	5002314	Frigodeliss Ltda	Estrada Velha Capivari - Porto Feliz, Caixa Postal 61 - Capivari	Suínos (porcos); abate de
LO	11005938	Frigoestrela S/a Em Recuperação Judicial	Estrada Vicinal Romão Lopes Martins, S/Nº Km 0+700 M - Tupã	Suínos (porcos); abate de
LO	11005910	Frigorífico Comercial Bossoni Ltda	Estrada Municipal Lupércio, 20 Km 01 - Lupércio	Bovinos; abate de
LO	11005926	Frigorífico Marana Ltda.	Estrada Munic. Herculândia-bairro Baixa Fria-, Estância Marana - Herculândia	Bovinos; abate de
LP/LI	16001673	Fruta Planta Life Eireli Me	Avenida Dom Pedro Ii, 2664 - Santo André	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LO	12003543	Fundição Dema Ltda -"epp"	Rodovia Assis Chateaubriand - Sp 425, S/Nº Km 443 - Regente Feijó	Metais ferrosos, fundição de

LI	32003978	Funerária Santa Catarina Ltda - Me	Rua Nicolau Mayevsky, 1112 - Jandira	Funerária; serviços de
LP	11001786	Furgoben Equipamentos Rodoviários Ltda - Epp	Rua Azarias Carvalho Leme, 1747 - Marília	Carrocerias para caminhões; fabricação de
LO	63002814	Furini, Furini & Furini Eireli Epp	Rodovia Padre Donizetti, Km 17,5, S/Nº - Tambaú	Telhas cerâmicas ou de barro cozido; fabricação de
LO	32010089	G&g Auto Posto Ltda	Rodovia Presidente Castelo Branco, 10500 Km 29, 991 - Barueri	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	63000442	G.a. Industria De Alimentos Comercio Importacao E Exportacao Ltda	Rua Das Coladeiras, 25 - Tapiratiba	Doce de banana em pasta; fabricação de
LP	33001663	Gabriel Cepeda Gonçalves	Rodovia Regis Bittencourt, 691 - Taboão Da Serra	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	48005727	Galvanoplastia Anchieta Ltda.	Rua Idealopolis, 345 - Diadema	Galvanoplastia; serviço de
LO	45008605	Galvanoplastia Belo Horizonte Ltda.	Rua Alencar Araripe, 129 - São Paulo	Galvanoplastia; serviço de
LO	48005740	Galvanoplastia Diadema Ltda - Epp	Avenida N.sra Das Graças E R.profªaparecida D, 353 170 - Diadema	Galvanização; serviços de
LO	15009788	Garden Química Indústria E Comércio Eireli	Rua Luiz Rodrigues De Freitas, 172 Galpão 03 - Guarulhos	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	6010173	Gcp Brasil Indústria E Comércio De Produtos Químicos	Avenida Paraná, 4690 - Sorocaba	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	40002136	Geison Dos Santos Anjos Me	Rua Mário Estato, 146 - Bebedouro	Recuperação de materiais não especificado anteriormente
LO	65004076	Genfértil Indústria E Comércio De Fertilizantes Orgânicos Ltda.-epp	Rodovia Sp 340 - Km. 153, Estância Provaso - Mogi-mirim	Compostos orgânicos para fertilização do solo a partir de processo de
LO	26006311	Genisis Ind. E Distrib. De Suplem. Alimen. Cosmet. Saúde Ltda. - Me	Rua Presidente Castelo Branco, 326 - Ferraz De Vasconcelos	Complementos alimentares; produção de
LO	48005737	Gensys Tecnologia E Sistemas Ltda.	Rua Sonia Maria, 200 - Diadema	Embalagens de material plástico (polietileno, pvc e semelhantes); fabr
LO	27005732	Geraldo Donizete Careta - Me	Rua Jeronimo Augusto Barbosa, 552 - Ituverava	Peças e acessórios para máquinas e equipamentos usados na industria de
LP/LI	3001189	Geraldo Maciel Fagundes Doceira Me	Rua Sebastiao Martins, 205 - Cruzeiro	Doces diversos (exceto de frutas ou de leite); fabricação de
LO	3006665	Gestamp Brasil Indústria De Autopeças S/a	Avenida Eurico Ambrogi Santos, 1800 Dist. Industrial - Taubaté	Peças e acessórios para carrocerias de veículos automotores; fabricaçã
LO	11005925	Gg Concreto Eireli	Rodovia Comandante Joao Ribeiro De Barros, 0 Km 523 + 250 M - Tupã	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LP/LI	36003200	Ghl Ferramentaria De Moldes Ltda	Avenida Vitoria Rossi Martini, 1405 - Indaiatuba	Moldes, modelos, matrizes e estampos de metal para fins industriais; f
LO	59002260	Gigantão Minério E Aços Ltda. - Me	Estrada Lutécia A Paulópolis, S/Nº Km 20 - Lutécia	Areia; extração de
LP/LI	13000752	Giovana Albino Bedore	Rua Sao Joao, 183 - Birigui	Produtos de origem vegetal não especificados anteriormente, moagem e f
LI	13001984	Global Control Agro Ltda - Me	Rua José Beltran, 140 - Coroados	Compostos organo-inorgânicos, n.e.; fabricação de
LO	42007101	Globalnutry Indústria E Comércio De Prod. Na Nutrição Animal Ltda.	Rua Diamantino Ribeiro, 43 Zona Industrial I - Cosmópolis	Fermentos e leveduras; fabricação de
LO	57003328	Globo Central De Usinagem Ltda	Rua Rodolfo Alberto Wysling, 331 Distrito Industri - Jambeiro	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LP/LI	34002503	Glow Tecidos Ltda	Rua Ricardo Fracassi, 116 - Santa Bárbara D´oeste	Tecidos de filamentos continuos e de fios de fibras artificiais ou sin
LP	62000320	Gms Poliuretano Ltda	Rua Fioravanti Meneguezzi, 202 - Jales	Resinas de poliuretano; fabricação de
LO	12003561	Gold Carnes Comércio Atacadista De Carnes E Derivados Ltda	Estrada Vicinal Prefeito Fouad Youssef Makari, 00 Rural - Regente Feijó	Bovinos; abate de
LO	34009290	Golden Sumaré Auto Posto Ltda.	Avenida Emilio Bosco, 5985 - Sumaré	Posto de combustível
LO	26006298	Gomes Garcia Industria E Comercio De Materiais Elétricos Ltda Me	Rua Campos Do Jordao, 135 - Poá	Material elétrico para instalações em circuito de consumo; fabricação
LP/LI	6001975	Goshen Alimentos Ltda	Rodovia Bunjiro Nakao, Km 57, 0 Km 57 - Ibiúna	Produtos alimentares a base de soja (queijo, massa frita, etc); fabric
LO	4008798	Graciele Ferreira De Oliveira	Rua Xv De Novembro, 263 - Sales Oliveira	palha preparada ou manufaturada para cigarros; Fabricação de
LO	33007745	Gráfica E Editora Altamisa Ltda	Avenida Pedro Roschel Gottsfritz, 263 - São Paulo	Reprodução de trabalhos de arte; edição integrada à impressão de
LO	21009117	Graintec Indústria E Comércio De Produtos Químicos Ltda	Avenida Brasil, 5133 - Rio Claro	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP/LI	15001553	Grano Nicoletti Comercio Alimenticio Ltda Epp	Avenida Carlos Ferreira Endres, 1159 - Guarulhos	Bolos industrializados; fabricação de
LO	65004127	Grantec Produtos Para Cerâmica Ltda - Epp	Avenida Adelia Caleffi Gerbi, Acesso Para, 221 Av Das Indus, 500 - Estiva Gerbi	Massa refrataria - inclusive chamote; fabricação de
LO	45008595	Grase Indústria De Ferramentas Ltda. - Epp.	Rua Ostenda, 187 - São Paulo	Ferramentas industriais, n.e.; fabricação de
LO	37004330	Greco & Guerreiro Ltda.	Rua Albano Donizete Miano, 91 - Morungaba	Embalagens de plástico; fabricação de
LO	33007770	Greenci Indústria E Comércio Ltda. - Epp	Rua Afonso Desidério, 260 - Taboão Da Serra	Circuito impresso; fabricação de
LO	48005700	Gridcar Calotas Industria E Comercio De Plásticos Eireli - Epp	Rua Júpiter, 72 - Diadema	Artefatos de material plástico, reforçados ou não com fibra de vidro,
LO	37004329	Gruppo Minerali Do Brasil Ltda.	Estrada Do Bairro Jaguari, S/N S.cach.dojaguari - Morungaba	Granito, associado a extração; beneficiamento de
LO	65004161	Guaçu Cabos Industria E Comércio Ltda	Rua Eng. Ronaldo Algodoal Guedes Pereira, 300 - Mogi Guaçu	Fios, cabos e condutores elétricos de cobre, isolados; fabricação de
LO	4008792	Guaina Comercial E Industrial Ltda - Epp	Avenida Marginal Esquerda, 2975 - Orlândia	Fios, cabos e condutores elétricos de cobre, isolados; fabricação de
LO	33007791	Guarapiranga Tratamento De Metais Ltda - Me	Rua João Paula Franco, 265 - São Paulo	Galvanoplastia; serviço de
LO	45008598	Guido Spaggiari Neto - Me	Avenida Comendador Alberto Dias, 129 - São Paulo	Produtos diversos; fabricação de
LO	3006679	Gustavo José Gomes Vieira - Me	Rua Est Mun Comendador Ettore Afarelli, 2501 - Pindamonhangaba	Bovinos; abatedouro de
LO	65004153	H. V. Posto Santo Antônio Ltda.	Rua Albino Cardoso, 129 - Araras	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	48000418	H.q.z. - Fabricação E Comércio De Alimentos E Bebidas Eireli - Me	Rua Vinte E Oito De Setembro, 526 - Diadema	Bebidas destiladas; fabricação de
LP/LI	14001740	Hair Vip Brasil Cosméticos Ltda - Me	Avenida Engenheiro Nilton Flávio Silva Pinto, 2583 Marginal Was Luis - Mirassol	Cosméticos; fabricação de
LP/LI	11001229	Harald Indústria E Comércio De Alimentos Ltda	Avenida República, 6545 - Marília	Doces diversos (exceto de frutas ou de leite); fabricação de
LP/LI	27000851	Harus Indústria E Comercio De Cosméticos Ltda	Avenida Wilson Sabio De Mello, 4100 - Franca	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LP/LI	30002120	Hastfix Comércio E Indústria De Artefatos Plásticos Eireli	Avenida Doutor Assis Ribeiro, 5601 - São Paulo	Injeção de peças plásticas
LI	63000445	Hba Hutchinson Brasil Automotive Ltda.	Rua Antonio Ribeiro Fialho, 699 - Casa Branca	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LO	40002145	Hcb Unidades Móveis S.a.	Avenida Joao Baroni, 3251 - Barretos	Carrocerias metálicas especializadas para caminhões; fabricação de
LO	48005749	Hd Flex Ind. E Com. De Adesivos Selantes E Envasamento De Aerosol Ltda	Rua Silvio Romero, 143 125 E 133 - Diadema	Adesivos e selantes para uso industrial e doméstico; fabricação de
LP/LI	30002119	Hdg Industria E Comercio De Metais Eireli	Estrada Adilia Barbosa Neves, 3565 - Arujá	Galvanização; serviços de
LO	49001224	Hebrom Indústria De Produtos Alimentícios - Ltda	Rua Godofredo Ribeiro De Freitas, S/ Nº Lote 19 - Quad. E - Eldorado	Preparações alimentícias compostas homogeneizadas; produção de
LO	40002134	Hecfil Maquinas E Equipamentos Eireli Epp	Rodovia Sp 351 Laureanous Brogna, S/N Km 132-galpão A - Viradouro	Máquinas para a industria têxtil, n.e.; fabricação de
LO	18003352	Helpjet Comercial Ltda	Rua Jose Batista Campos, 1563 Lote 02 - Itanhaém	Posto de combustível
LP/LI	65001273	Helptech Indústria E Comércio De Plásticos Ltda.	Rua Irineu Torres, 25 - Araras	Injeção de peças plásticas
LO	65004160	Herison Robert Da Silva - Me	Rua Ruperto Malaman, 260 - Araras	Galvanoplastia; serviço de
LI	65000602	Hiago Gabriel Dos Santos Garcia	Rodovia Municipal De Servidão - Rodov. Lindoi, 0 Sitio Mercurio - Lindóia	Usinas de reciclagem de resíduos da construção civil
LO	63002817	Hidrotam Comércio De Tubos E Conexões Ltda.	Rua Alécio Viziolli, 172 - Tambaú	Conexões de material plástico para uso na construção; fabricação de
LO	63002818	Hidrotam Comércio De Tubos E Conexões Ltda.	Rua Alécio Viziolli, 172 - Tambaú	Conexões de material plástico para uso na construção; fabricação de
LO	30012786	Hiper Gás Comércio De Ferramentas E Carga De Oxigênio Ltda - Me	Avenida Condessa Elisabeth De Robiano, 2300 - São Paulo	Gases industriais; comércio atacadista de
LI	45002795	Hospital Alemão Oswaldo Cruz	Rua Vergueiro, 17 R S Joaquim 36 - São Paulo	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LO	14009167	Hospital Assistencial De Potirendaba	Avenida Ana Josefa Peres Garcia, 430 - Potirendaba	Hospital geral; público ou particular
LI	48000419	Hospital Da Mulher De São Bernardo Do Campo	Avenida Imperador Pedro Ii, 250 - São Bernardo Do Campo	Atendimento a urgências e emergências médicas
LP	57000618	Hospital De Retaguarda E Reabilitação Geriátrica Reger Ltda	Rua Engenheiro Prudente Meireles De Morais, 646 - São José Dos Campos	Hospital; público ou particular
LO	57003323	Hospital De Retaguarda Municipal	Rua Professor Felicio Savastano, 200 - São José Dos Campos	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LO	16011080	Hospital E Maternidade Central Ltda	Rua Manoel Coelho, 845 - São Caetano Do Sul	Hospital geral; público ou particular
LI	33002845	Hospital Esporte E Saúde Ltda - Me	Avenida Fagundes Filho, 475 - São Paulo	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LP	30002543	Hospital San Gennaro Ltda	Avenida Paes De Barros, 1327 1333 - São Paulo	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LO	36011614	Housewhey Indústria E Comércio De Alimentos Ltda - Me	Rua Do Retiro, 1772 - Jundiaí	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LI	13002002	Humaita Food Service Indústria E Comércio Ltda	Rua Prudente De Moraes, 10 - Guararapes	Carne bovina congelada; produção de
LO	33007797	Huntsman Química Brasil Ltda	Avenida Ibirama, 518 Predio 421 - Taboão Da Serra	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LP/LI	21002150	Hwashin Fabricante De Peças Automotivas Brasil Ltda.	Avenida Seoul, 601 - Piracicaba	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LO	37004324	Hydrocom Comércio De Equipamentos Eletromecânicos Eireli	Rua Antonio Olímpio De Morais, 370 - Paulínia	Estruturas metálicas, n.e.; fabricação de
LO	4008810	I&m Papeis E Embalagens Ltda	Rodovia Pavimentação Asfáltica Srv 322, 3 Fazenda Amália - Santa Rosa De Viterbo	Papelão ondulado; fabricação de
LP/LI	4001606	I9tech Soluções Industriais Eireli - Epp	Rua Maria De Oliveira Lazzarini, 74 - Ribeirão Preto	Máquinas para a industria do álcool; fabricação de
LP	68000070	Iate Clube Comércio E Serviços Náuticos - Ltda	Avenida Doutor Manoel Hipolito Do Rego, 2650 - São Sebastião	Garagem náutica; guarda de barcos de lazer
LP/LI	29001245	Ibramac Indústria E Comércio De Equipamentos Para Confecção Ltda	Rua Santo Antonio De Lisboa, 462 - São Paulo	Aparelhos eletrônicos para usos técnicos, n.e., fabricação de
LP/LI	4001608	Ideias Artes & Designer Ltda	Rua Bento Jose De Carvalho, 1497 - Porto Ferreira	Artefatos de cerâmica branca para qualquer uso; fabricação de
LI	6004993	Iharabras S/a Industrias Quimicas	Avenida Liberdade, 1701 Bloco B - Sorocaba	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LP	6003228	Iharabras S/a Industrias Quimicas	Avenida Liberdade, 1701 Bloco B - Sorocaba	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LP	6003229	Iharabras S/a Industrias Quimicas	Avenida Liberdade, 1701 Bloco B - Sorocaba	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LP	34002606	Ilimit Caldeiraria Ltda Epp	Rua Vereador Sergio Leopoldino Alves, 1200 - Santa Bárbara D´oeste	Peças e obras diversas de caldeiraria pesada; fabricação de
LO	62001536	Imec Indústria De Base Metalúrgica Eireli	Rua Júlio Ventura, 697 - Sud Mennucci	Peças e acessórios para caldeiras geradoras de vapor para aquecimento
LO	52002934	Imeve - Indústria De Medicamentos Veterinários S/a	Rua Minervino Campos Pedroso, 311 - Jaboticabal	Preparações farmacêuticas para uso veterinário; fabricação de
LO	65004165	Impacto Industria E Comercio De Saneantes Eireli	Rua Ari Wilson Cremasco, 199 - Itapira	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LP/LI	34002502	Império Massas Eireli	Rua Rita Lima, 150 - Hortolândia	Pão de queijo congelado, inclusive massa preparada congelada; fabricaç
L.O. PRECÁRIO	4000836	Imporpel Industria E Comércio De Papeis Ltda	Rua Gal. Alvaro De Goes Valeriani, 611 - Porto Ferreira	Papel miolo; fabricação de
LO	16011081	In Natura Indústria De Alimentos Ltda.	Rua Itapiranga, 220 260 - Santo André	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LO	32010076	Inbarnox Indústria Brasileira De Artefatos De Aço Inoxidável Ltda Epp	Rua Amador Bueno, 585 579 - Osasco	Peças e acessórios para máquinas e equipamentos de uso geral; fabricaç
LO	73002243	Inbracel Industria Brasileira De Centrifugação Ltda	Rua Perimetral, 00 - São Carlos	Tubos de aço flexíveis, inclusive conexões; produção de
LO	33007767	Incofitas Indústria E Comércio Ltda.	Rua Durvalina Firmino Alves, 210 200 - Taboão Da Serra	Artefatos de papel, papelão ondulado, cartolina ou papel-cartão de aca
L.O. LOTEAMENTO	61000077	Incorporadora An Empreendimentos Imobiliários Ltda	Estrada Turistica Do Morro Do Saboó, 10400 - São Roque	Prédios comerciais, construção de
LO	32010090	Indaço Comercialização E Fabricação De Ferramentas Ltda	Rua Dos Tuiuius, 100 - Carapicuíba	Brocas, pontas, fresas e outros acessórios intercambiáveis para ferram
LP/LI	36003198	Indukern Do Brasil Química Ltda	Avenida Ain Ata, 304 - Jundiaí	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LO	12003537	Indústria De Derivados De Mandioca Primavera Ltda - Epp	Rodovia Arlindo Bétio (sp - 613), S/Nº Km 70,4 - Rosana	Amido e fécula de mandioca; fabricação de
LI	57000516	Indústria De Tijolos Parateí Ltda.	Estrada Hondo Japao Jcr Iii, 2645 - Jacareí	Argila; extração de
LP/LI	4001611	Indústria E Comércio De Chopeiras Ribeirão Preto Ltda.	Rua Antonio Pareschi, 205 - Ribeirão Preto	Chopeiras e cervejeiras térmicas; fabricação de
LO	59002241	Indústria E Comércio De Colchões Castor Ltda.	Avenida Armando Silva, 310 311 - Ourinhos	Colchoes; fabricação de
LO	59002256	Industria E Comercio De Derivados De Mandioca São Luiz Ltda	Rodovia Fortunato Petrini Km 450, S/N - Cândido Mota	Farinha de mandioca (inclusive para panificação); fabricação de
LO	45008613	Indústria E Comércio De Elásticos Mammuth Ltda-epp	Rua Coronel Frias, 266 274 - São Paulo	Fios de borracha; fabricação de
LO	34009291	Indústria E Comércio De Franjas Zanini Ltda	Rua Do Açúcar, 207 - Santa Bárbara D´oeste	Artefatos têxteis não especificados anteriormente (exceto vestuário);
LO	63002813	Industria E Comercio De Plasticos Rio Pardo Ltda	Avenida Dos Braghetta, 199 - São José Do Rio Pardo	Embalagens de plástico; fabricação de
LO	42007085	Industria E Comercio De Tanques Limeira Ltda	Rodovia Limeira - Mogi Mirim, Sp 147/cxpst 2160 - Limeira	Carrocerias tanque (metálicas) para caminhões; fabricação de
LO	12003513	Indústria E Comércio Laticínios Novo Tempo Ltda	Rodovia Olímpio Ferreira Da Silva, S/Nº Km 39 - Mirante Do Paranapanema	Queijos; fabricação de
LP/LI	33001065	Indústria Gráfica E Editora Hertha Ltda Epp	Avenida Laurita Ortega Mari, 539 - Taboão Da Serra	Serviços gráficos para terceiros não especificados, exceto encadernaçã
LO	33007782	Industria Química Toledo Ltda.	Rua Jaguajira, 80 78 - São Paulo	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados a
LO	26006314	Inês Gomes Teixeira - Epp	Rua Atleta Wagner Luiz Furim, 69 - Mogi Das Cruzes	Peças e acessórios para máquinas e equipamentos de uso geral; fabricaç
LO	14009180	Infinity Auto Posto E Conveniencia Ltda	Rua General Glicerio, 1916 - São José Do Rio Preto	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	65001274	Ingredion Brasil - Ingredientes Industriais Ltda	Rua Paula Bueno, 2935 --- - Mogi Guaçu	Amido e fécula de milho; fabricação de
LO	61003577	Inkasa Industria E Comercio Eireli	Rodovia Raposo Tavares, S/N Km 52,700 - São Roque	Móveis de madeira; fabricação de
LI	36003772	Innara Indústria Nacional De Aramados Ltda.	Rua Eduardo Borsari, 1445 - Indaiatuba	Artefatos de metal para uso doméstico, n.e.; fabricação de
LP/LI	30002114	Innovation Industria E Comercio De Cosméticos Ltda	Rua Cana Verde, 110 C. Via Cir. 1192 - Itaquaquecetuba	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	36011622	Inoxcva Comercio E Industria De Equipamentos Criogenicos Ltda	Rua Akio Umeda, 236 - Indaiatuba	Tanques e reservatórios - inclusive de aço inoxidável, cilíndricos; fa
LO	5010234	Inproco Industria E Comercio Eireli	Rua Estacio De Sa, 1450 - Campinas	Cremes e molhos diversos a base de emulsão do tipo óleo e água; prepar
LO	6010160	Inser Indústria Comércio E Serviços Ltda.	Avenida Fernando Stecca, 530 - Sorocaba	Materiais para odontologia, n.e.; fabricação de
LO	45008610	Instituição Paulista Adventista De Educação E Assistência Social.	Rua Rocha Pombo, 49 - São Paulo	Hospital geral; público ou particular
LI	45002796	Instituto Butantan	Avenida Doutor Vital Brasil, 1500 - São Paulo	Soros e vacinas para uso humano; fabricação de
LP	45001641	Instituto Butantan	Avenida Doutor Vital Brasil, 1500 - São Paulo	Soros e vacinas para uso humano; fabricação de
LO	45008611	Instituto Butantan	Avenida Doutor Vital Brasil, 1500 - São Paulo	Soros e vacinas para uso humano; fabricação de
LO	4008804	Intelli Indústria De Terminais Elétricos Ltda	Rua Marginal Direita, 680 - Orlândia	Peças e dispositivos elétricos e eletrônicos para motores e máquinas;
LO	5010243	Interchange Veterinária Indústria E Comércio Sa	Rua Ângelo Esteves, 51 - Campinas	Medicamentos a base de outros antibióticos, para uso veterinário; fabr
LO	60005761	Intercos Do Brasil Indústria E Comércio De Produtos Cosméticos Ltda	Rodovia Dom Pedro I, Pista Norte - Km 87, Unid.36/37/38 - Atibaia	Cosméticos; fabricação de
LO	60005760	Intercos Do Brasil Indústria E Comércio De Produtos Cosméticos Ltda	Rodovia Dom Pedro I, Pista Norte - Km 87, Unid.36/37/38 - Atibaia	Cosméticos; fabricação de
LP	33001665	International Industria Automotiva Da America Do Sul Ltda	Avenida Das Nacoes Unidas, 22002 21896 - São Paulo	Motores para caminhões e ônibus; fabricação de
LI	65000601	International Paper Do Brasil Ltda	Rodovia Sp-340, Km 171 - Mogi Guaçu	Celulose de todos os tipos; fabricação de
LP/LI	57001028	Intertrim Ltda.	Rua Henry Nestlé, 3000 - Caçapava	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fabricação de
LO	16011070	Intlab Suplementos Nutricionais Ltda.	Rua Pedro Ripoli, 2231 - Ribeirão Pires	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LO	16011085	Invert Sugar Indústria E Comércio De Produtos Saneantes Ltda	Avenida Utinga, 1513 - Santo André	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
L.O. PRECÁRIO	48000180	Inylbra Indústria E Comércio Ltda.	Avenida Presidente Juscelino, 165 - Diadema	Artefatos têxteis não especificados anteriormente (exceto vestuário);
LI	4003909	Iper Indústria De Peças Rodrigues Ltda.	Estrada Vicinal Leonardo Rodrigues, 0 Km 0 + 270m - Pontal	Fundição de metais ferrosos; serviço de
LO	12003559	Irineu Carminatte - Me	Rua Bartira, 201 - Rancharia	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	64001862	Irizar Brasil Ltda	Rodovia Marechal Rondon, Km 252,5 - Botucatu	Ônibus e microônibus; fabricação de
LO	73002194	Irmandade Da Santa Casa De Misericórdia De Pirassununga	Avenida Newton Prado, 1883 - Pirassununga	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LO	65004168	Irmãos Caio Indústria E Comércio De Algodão Ltda	Rodovia Monsenhor Clodoaldo De Paiva (sp 147), 46 Zona Rural - Itapira	Fio beneficiado ou acabado de algodão, inclusive mescla; fabricação de

LO	7007473	Irmãos De Gaspari Cosméticos Ltda. - Me	Avenida Dr. Antonio Galizia, 1000 - Bariri	Cosméticos; fabricação de
LO	7007458	Irmaos Passaura S.a	Rua Julio Andreolli, 100 Zona Industrial - Lençóis Paulista	Tanques, reservatórios e caldeira (exceto para veículos), manutenção e
LP	70000161	Irmãs Fellet Agronegócio Ltda	Fazenda Fazenda Lagoa Bonita, SN Sp-249, Km 105 - Itaberá	Semente de soja (quando realizada juntamente ao cultivo); produção de
LO	42007095	Isis Industria E Comercio De Bijuterias Ltda Epp	Rua Martim Francisco, Esq C/ Av. Sgto Pessot, 15 - Limeira	Artigos de bijuterias (bijouterias); fabricação de
LP	14002663	Ismairen Francine Priuli De Almeida	Avenida Silio Paschoal, 555 - José Bonifácio	Reboques e semirreboques (exceto para caminhões); fabricação de
LP/LI	29001244	Isoall Soluções Integradas Em Áudio E Acústica Eireli	Rua Agamenon Magalhaes, 442 448 - São Paulo	Produtos diversos; fabricação de
LI	11002609	Isomármore Industrial Ltda.	Avenida Dr. Labieno Da Costa Machado, 4196 Q-d; L-21 - Garça	Peças de marmorite, granitina e materiais semelhantes, n.e.; fabricaçã
LO	52002932	Isomix Indústria E Comércio Ltda - Me	Rua Fortunato Frasca, 851 - Jaboticabal	Artefatos de caca e pesca; fabricação de
LP/LI	48001640	Isringhausen Industrial Ltda	Rua Jacui, 370 - Diadema	Bancos e estofados de qualquer material para veículos automotores; fab
LO	21009112	It Label Etiquetas Ltda Me	Rua Corcovado, 221 - Piracicaba	Etiquetas de tecidos; fabricação de
LO	3006671	Itaguaçu Mineração E Transporte Ltda - Epp	Fazenda Santo Antonio Do Porto Do Meira, S/Nº Faz Santo Antônio - Lorena	Areia; extração de
L.O. PRECÁRIO	3001281	Itaguaçu Mineração E Transporte Ltda - Epp	Estrada Particular Do Veloso, 01 - Roseira	Areia; extração de
LO	65004155	Itap Indústria Itapirense De Peças Ltda	Rodovia Sp-352, Km 163, S/Nº Cx. Postal 146 - Itapira	Parafusos metálicos; fabricação de
LO	3006664	Itw Fluids & Hygiene Solutions Ltda.	Rua Ciro Da Conceição, 700 - Tremembé	Papel toalha; fabricação de
LO	33007733	Izumi Indústria Eletrônica Ltda	Rua Albert Einstein, 435 - Taboão Da Serra	Eletroportáteis, fabricação de
LO	48005759	J & F Tratamento Térmico Ltda	Rua Do Sol, 112 122 - Diadema	Galvanoplastia; serviço de
LO	13003595	J & W Pet Industria E Comercio De Alimentos Para Animais - Eireli	Rua Julio Santini, 153 - Promissão	Alimentos preparados para gatos, cachorros e outros animais; fabricaçã
LP	4002737	J F Fabrica De Carrocerias Jardinopolis Ltda	Rua Maria Marincek, 112 Lote 01-quadra06 - Jardinópolis	Cabines para caminhões; fabricação de
LO	65004163	J. Gonelli	Rua Angelo Candido, 710 - Leme	Preparações utilizadas na alimentação de animais; produção de
LO	63002822	J. Nogueira Indústria E Comércio De Café Ltda Epp	Avenida Marginal Luiza B. Farnetani, 329 Gleba B-1 - São João Da Boa Vista	Café torrado e moído; produção de
LP	32002514	Jardin De La Vie Memorial S.a	Avenida Honorio Alvares Penteado, 3396 Rem2, Lote 06 - Santana De Parnaíba	Cremação de cadáveres humanos; serviços de
LO	21009102	Jaw Plasticos Ltda	Estrada Municipal Rio Claro - Ajapi, 8412 Km 10 - Rio Claro	Material plástico; tingimento, pigmentação e outros beneficiamentos de
LP/LI	12000692	Jbs Sa.	Avenida Domingos Ferreira De Medeiros, S/nº - Presidente Epitácio	Pós para gelatinas; fabricação de
LO	48005712	Jbxplast Composto Vinilico Eireli	Rua Humaita, 211 - Diadema	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	42007107	Jca Industria E Comercio Ltda - Epp	Rua Orlando Modolo, 955 - Limeira	Moldes, modelos, matrizes e estampos de metal para fins industriais; f
LP	33001667	Jcb Brewhouse Comercio De Bebidas Eireli - Me	Rua Alexandre Dumas, 1129 - São Paulo	Chope; fabricação de
LO	33007713	Jet 7 Postos E Serviços Ltda	Rua Padre José De Anchieta, 964 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	11002612	Jl Torrefação De Amendoim Ltda	Rua A, 134 - Iacri	Amendoim e castanha de caju torrados e salgados; produção de
LO	15009799	Joal Vidros Industria Ltda Me	Rua Ibiraiaras, 171 - Guarulhos	Conta-gotas de vidro; fabricação de
L.O. LOTEAMENTO	14000468	João Morelli E Outros / Lot. Pedro Morelli	Rua João Vendrasco, S/N - Potirendaba	Loteamento e venda de imóveis próprios
LO	6010161	John Mc Lebleau Temperos Especiais Ltda	Rua Laurito Gabriel, 90 - Araçoiaba Da Serra	Condimentos e especiarias (canela, colorau, sal com alho, etc); prepar
LP/LI	33001064	Jorge Fernando Viegas Da Rocha	Rua Ibiraja, 348 - São Paulo	Molas de todos os tipos para veículos rodoviários (exceto feixes de mo
LP	64000349	José Antonio Dellaqua Junior	Rodovia Alcides Soares, 000 Km 01 - Botucatu	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
L.O. LOTEAMENTO	14000467	Jose Baldissera E Outros - Loteamento Residencial Baldissera	Prolongamento Da Rua Amadeu Malvezzi, 0 - Potirendaba	Pessoa Física
LO	3006674	José Jair Nogueira Emboava Taubaté - Me	Estrada Municipal Baracéia, 5000 - Taubaté	Conservas de carne de bovinos; produção de (quando não integrada ao ab
LO	4008809	José Nildo Pereira Leite Me	Rua João Mallaman, 60 - Porto Ferreira	Objetos decorados de cerâmica, louca, vidro e cristal, inclusive ladri
LO	37004278	José Roberto Morim Me	Rodovia Lúcio Roque Flaiban, Km 3,5 - Morungaba	Artefatos de tapeçaria, n.e.; fabricação de
LO	42007087	Jotek Beneficiamento Em Peças Automotivas Ltda-epp	Rua Jose Jorge Rodrigues, 360 A - Limeira	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LP/LI	28001065	Jpfa Saneantes Do Brasil Ltda	Rua Sao Lourenco, 1520 - Matão	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LP/LI	30002112	Js Metais Sanitários Ltda - Epp	Rua Rosas De Maio, 156 - São Paulo	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LO	11005930	Juliana Peanuts Ltda.	Rodovia Cte Joao R.de Barros(sp-294) Km 524,2, Chácara - 02 - Tupã	Amendoim descascado; fabricação de
LO	26006301	Jusquimica Indústria E Comércio Ltda - Me	Rua Antônio Da Surreição, 119 - Suzano	Sabões na forma: pó, liquida, escamas e barra; fabricação de
LO	21009104	K2 Cosméticos Ltda Me	Avenida Marginal 1, 455 - Rio Claro	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LI	65000600	Kaizen - Industria E Comercio De Fundidos Ltda - Eireli - Epp	Estrada Municipal Angelo Spatti S/nº - Antiga, S/Nº Kn. 2,6 - Araras	Fundição de metais ferrosos; serviço de
LP	4002739	Kaktos Tecnologia Em Nutrição Vegetal Ltda	Avenida Da Apae, 304 Galpão 296 - Altinópolis	Adubos e fertilizantes organominerais; fabricação de
LO	6010167	Kalina Ligia Bezerra De Araujo - Me	Rua Mario Antunes Santos, 211 - Salto De Pirapora	Pães congelados; fabricação de
LP	57000621	Kbf Chem Indústria E Comércio - Eireli	Estrada Velha De Mogi Das Cruzes, S/Nº - Santa Isabel	Laminados de borracha; fabricação de
L.O. PRECÁRIO	5001196	Kemin Do Brasil Ltda	Rua Krebsfer, 736 - Valinhos	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LO	33007747	Kert Indústria E Comércio De Cosméticos Ltda	Rua Antonio Antenor Nogueira, 55 85 95 - Taboão Da Serra	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	5010175	Kikkoman Do Brasil Industria E Comercio De Alimentos E Bebidas Ltda.	Rua Romeu Tulio, 105 - Campinas	Aguardente de cereais; fabricação de
LP	26001665	Kimberly-clark Brasil Indústria E Comércio De Produtos De Higiene Ltda	Rodovia Professor Alfredo Rolim De Moura, 7077 Km 59 - Mogi Das Cruzes	Papel absorvente; fabricação de
LP	14002662	Kleber Ferreira 29587791819	Rua Mato Grosso, 121 - Novo Horizonte	Pneus (recondicionamento, recauchutagem, recapagem ou remoldagem); ser
LP	5002316	Koinonia Fitas E Peças Técnicas De Espumas Ltda	Rua Laerte De Paiva, 440 - Valinhos	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LP	26001664	Komatsu Do Brasil Ltda	Rodovia Indio Tibirica, 2000 Guaio - Suzano	Ferro e aço fundido em formas e pecas, n.e.; produção de
LO	60005757	Kreger Indústria E Comércio De Tintas, Vernizes E Afins Ltda - Epp	Rua José Ramos Guimarães, 40 - Bom Jesus Dos Perdões	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas, fabricação de
LO	12003508	Kuroce & Olivo Ltda	Rua Benedito De Olyveira, 55 - Presidente Bernardes	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	34002501	Kwangjin Indústria De Auto Peças Ltda	Estrada Da Servidão, 680 Prédio - Sumaré	Comandos elétricos para movimentação de vidros de veículos; fabricação
LP/LI	3001188	L.d. De Souza Jacinto Me	Estrada Municipal Fazenda Boa Vista, 750 Galpão B - Roseira	Brinquedos de qualquer material, mecanizados ou não; fabricação de
LP/LI	72000796	Labor Estabille Indústria E Comércio De Equipamentos Científicos Ltda	Rua Da Fortaleza, 65 - Cotia	Peças para máquinas e equipamentos de uso especifico; fabricação de
LO	33007778	Laboratório Naturizza Eireli	Rua Brasilina Beu, 85 - Taboão Da Serra	Medicamentos homeopáticos para uso humano; fabricação de
LO	6010116	Laboratórios Kester Pharma Eireli	Rua Armando Pannunzio, 49 Fundos - Sorocaba	Alimentos dietéticos; preparação de
LO	15009782	Lacorte Indústria E Comércio De Corte E Laminação De Aço Ltda	Avenida Santos Dumont, 3424 Galpão A - Guarulhos	Laminados planos de aço, n.e; produção de
LI	27003378	Laercio Murilo Gomes Chaves	Rodovia Vicinal Joao Traficante, SN Km 3+194,63m - Franca	Posto de gasolina
LP/LI	59000582	Lakma Dermocosmeticos Eireli	Avenida Luiz Saldanha Rodrigues, 1900 Fundos - Ourinhos	Cosméticos; fabricação de
LO	13003596	Lalo Auto Posto De Combustíveis Ltda. - Me	Avenida Isaura Macarini Albani, 2304 - Birigui	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	15009784	Lami Corte Industria E Comercio De Fitas De Aço Ltda	Avenida Santos Dumont, 3424 Galpao B - Guarulhos	Laminados planos de aço, n.e; produção de
LO	12003552	Lana S. Kaku - "epp"	Rua Coronel Albino, 681 - Presidente Prudente	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LP/LI	3001191	Lasenor Brasil Indústria E Comércio Ltda	Avenida Heubach, 1000 Armazen A - Potim	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LO	3006657	Latasa Indústria E Comércio Ltda.	Avenida Julio De Paula Claro, 900 - Pindamonhangaba	Alumínio em lingotes e outras formas primarias; produção de
LO	12003556	Laticínios Gardênia Ltda - "me"	Rua Joaquim Carlos De Souza, 60 - Rancharia	Laticínios (produtos do leite)
LO	59002258	Laticínios Gege Ltda.	Rua Cláudio Gibim, 75 - Oscar Bressane	Laticínios (produtos do leite)
LO	34009298	Laticrete Solepoxy Indústria E Comércio De Resina Ltda	Rua Athos Astolfi, 68 - Sumaré	Resinas termofixas; fabricação de
LO	34009297	Laurito - Indústria, Comércio E Pinturas Ltda - Epp	Rua João Braulino, 271 - Santa Bárbara D'oeste	Pintura industrial; serviço de
LP/LI	73000653	Lavatory Fios Quimicos Ltda - Me	Rua Dona Alexandrina, 494 - São Carlos	Shampoos (ou xampus); fabricação de
LI	60002144	Leitesol Industria E Comércio S.a.	Rua Alkindar Monteiro Junqueira, 525 Caixa Postal 35 - Bragança Paulista	Leite longa vida; produção de
LO	46001982	Lep Laminadora Para Massas Ltda M.e	Rua Takeo Okawa, 264 - Itapetininga	Máquinas para panificação e pastifício, n.e.; fabricação de
LO	40002146	Liberfos Indústria E Comércio De Fertilizantes Ltda.	Via Vicinal Luiz Donato, S/N A 1200 Metros - Barretos	Fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos; fabricação de
LO	34009282	Liberty Chemicals Indústria E Comércio Ltda	Avenida Angelina Pascote, 4505 Sl20/30/90 - Americana	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	30012788	Libreria Editora Ltda Epp	Rua Dias Leme, 507 - São Paulo	Globos geográficos; fabricação de
LO	16011076	Lider Indústria E Comércio De Brinquedos Ltda.	Estrada Do Guaraciaba, 595 - Mauá	Brinquedos de qualquer material, mecanizados ou não; fabricação de
LO	42007100	Life's Industria E Comercio De Produtos Alimenticios Ltda	Rua Elza Leite De Barros Barreto, 158 158 A - Limeira	Complementos alimentares; produção de
LO	30012790	Light Hair Indústria E Comércio De Cosméticos Ltda	Rua Dos Fonsecas, 542 - São Paulo	Cosméticos; fabricação de
LO	42007108	Linox Limeira Inoxidáveis Ltda - Epp	Rua Mário Lima, 533 - Limeira	Tubos trefilados de aço, inclusive conexões; produção de
LO	11005928	Lins Agroindustrial S.a.	Estrada Municipal Prefeito Chiquinho Junqueir, S/Nº Km 16 - Lins	Usina de açúcar e álcool
LO	11005929	Lins Agroindustrial S.a.	Estrada Municipal Prefeito Chiquinho Junqueir, S/Nº Km 16 - Lins	Usina de açúcar e álcool
LO	6010132	Lobo Comércio E Indústria De Artefatos De Arame Ltda Epp	Rua Dr. Alvim Teixeira Aguiar, 379 5i - Sorocaba	Cabos e cordoalhas de aço; fabricação de
LO	48005729	Local Armazens Gerais Ltda	Estrada Dos Casa, 2301 - São Bernardo Do Campo	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não es
LO	40002148	Lodes Indústria Química Ltda.	Rua Bela Vista, 495 - Olímpia	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LO	21009100	Loop Indústria E Comércio De Produtos Alimentícios Ltda.	Estrada Vicente Belini, 180 - Piracicaba	Sucos de frutas prontos para consumo; produção de
LO	62001539	Lopes Farinha & Filhos Ltda	Avenida Atlantica, 1775 - Ilha Solteira	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
L.O. LOTEAMENTO	4000295	Loteamento Alto Da Boa Vista	Anel Viario Municipal, 0 - Ipuã	Loteamento e venda de imóveis próprios
L.O. LOTEAMENTO	13000143	Loteamento Residencial "costa Home"	Estrada Municipal Ernesto Moretti, 3000 - Araçatuba	Loteamento e venda de imóveis próprios
L.O. LOTEAMENTO	40000145	Loteamento Residencial Viva Olímpia	Rua Abrão Nejm Aidar, S/N - Olímpia	Loteamento de terreno próprio sem benfeitorias
LO	59002257	Lotus Comércio E Indústria De Produtos De Mandioca Ltda.	Rodovia Francisco Gabriel Da Mota, S/N Km 02 - Cândido Mota	Amido e fécula de mandioca; fabricação de
LO	21009085	Lubrasil Lubrificantes Ltda	Rua Olivia Gobbo Nardelli, 141 - Piracicaba	Óleos lubrificantes recuperados (rerrefinados); produção de
LP	21002357	Lubrasil Lubrificantes Ltda	Rua Olivia Gobbo Nardelli, 141 - Piracicaba	Óleos lubrificantes recuperados (rerrefinados); produção de
LO	15009787	Lubrivan Paulista Derivados De Petróleo Ltda Epp	Rua Benedito Valadares Ribeiro, 1306 Antigo 225 - Guarulhos	Revendedor retalhista de combustíveis; comércio atacadista de
LP	37000847	Lubrizol Do Brasil Aditivos Ltda	Rua Antonio Olímpio De Morais, 40 200 - Paulínia	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LO	62001521	Luciana Ternero Paineis Eireli Epp	Rua Julio Xavier De Jesus, 20 - Santa Fé Do Sul	Placas metálicas indicadoras, para qualquer fim; fabricação de
LO	64001865	Luciano Chacon Eireli	Avenida Universitária, 1145 Lote A - Quadra H - Botucatu	Posto de gasolina
LP	11001785	Lugus Torrefação Ltda.	Sitio Água Da Mata, S/Nº - Garça	Café torrado e moído; produção de
LO	33007768	Luis Fernando De Carvalho Cassins	Avenida José André De Moraes, 96 - Taboão Da Serra	Artefatos de serralheria, exceto esquadrias; fabricação de
LO	37004304	Luis Fernando Farinassi-me	Rua Luis Bortoletto, 33 Barracão - Pedreira	Bibelôs de porcelana; fabricação de
LP	33001664	Luiz Augusto Freitas Da Silveira	Rua Leonel Vaz De Barros, 00 - São Paulo	Posto de gasolina
LO	37004327	Luiz Benedito Vieira - Me	Estrada Municipal Olival Pires, 1137 A - Pedreira	Artefatos modelados ou talhados de ceras ou resinas naturais; fabricaç
L.O. LOTEAMENTO	33000039	Luiz Migliano I Empreendimentos Imobiliários Ltda	Rua Doutor Luiz Migliano, 1870 - São Paulo	Incorporação de imóveis próprios
LO	34009266	Luma Industria E Comércio De Linhas Ltda	Rua Daniel Empk, 200 - Nova Odessa	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos e artigos têxteis, i
LO	37004332	Lumar Recuperadora De Metais Ltda. Me	Rua Goiabeira, 246 - Jaguariúna	Materiais metálicos para fins de recuperação, seleção e classificação
LO	48005699	Lumibrise Indústria, Comércio E Instalação Ltda Epp	Rua Tibirica, 263 - Diadema	Forros e revestimentos metálicos para isolamento térmico; fabricação d
LO	26006310	Luvidarte Indústria De Vidros E Iluminação Ltda	Rua Caetano Rubio, 213 - Ferraz De Vasconcelos	Artigos de vidro para mesa, cozinha e outros usos domésticos; fabricaç
LP/LI	5002215	Luxottica Brasil Produtos Óticos E Esportivos Ltda.	Rua Henrique Veiga, 05 - Campinas	Aros e armações para óculos; fabricação de
LP/LI	37001534	Lv Artigos Cerâmicos Ltda	Rua Padre Francisco Da Silva, 570 652 - Pedreira	Artesanato em cerâmica, louça, porcelana ou barro cozido; fabricação d
LO	3006663	M. J. De Azevedo Paganin & Cia. Ltda. Epp	Avenida Hilário José Signorini, 1000 Distr Ind Una Ii - Taubaté	Artesanato em fibrocimento ou gesso; fabricação de
LP	72000260	M. R. Imperio Laboratorio Produtos Farmaceuticos Ltda	Via Das Magnolias, 81 - Cotia	Medicamentos fitoterápicos para uso humano; fabricação de
LO	33007777	M.n. Naves Móveis Ltda.	Rua Porfirio Herdeiro,, 415 - - Taboão Da Serra	Armários e outros moveis embutidos, de madeira; fabricação de
L.O. PRECÁRIO	30000831	M19 Auto Posto E Conveniencia Ltda	Rua Industrial, 418 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	29002128	M20 Auto Posto E Conveniencia Ltda	Avenida Nova Cantareira, 894 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	29003481	M2g Indústria E Comércio De Acessórios Em Alumínio Ltda-me	Rua Parazinho, 86 - São Paulo	Abraçadeiras, cantoneiras e suportes metálicos; fabricação de
LO	59002263	Ma Serviços De Auto Posto Ltda.	Avenida Miguel Cury, 801 Loja A - Ourinhos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	63000439	Maaz Industria De Bebidas Eireli	Rua Ivo Rodrigues, 13 - Vargem Grande Do Sul	Aguardentes compostas; fabricação de
LO	71001365	Machado & Machado De Itaí Ltda	Rua José Silveira Melo, 1063 - Itaí	Posto de combustível
LO	21009121	Macmolde - Ind. E Com. De Machos, Moldes E Prod. P/ Fundição Eireli	Rua 29, 2160 2180 - Rio Claro	Moldes de areia para fundição; fabricação de
LO	64001835	Mact - Indústria E Comércio De Equipamentos Industriais Ltda - Me	Rua Carlos De Rosa, 302 - Botucatu	Carrocerias para caminhões; fabricação de
LO	29008682	Madeiramix Comercial Eirele - Epp	Rua Maria Amalia Lopes Azevedo, 2031 - São Paulo	Portas de madeira; fabricação de
LP/LI	26001187	Magecolor Sp Pintura À Pó Ltda	Rua Joao Canzi, 600 - Ferraz De Vasconcelos	Pintura eletrostática; serviço de
LO	6010091	Magest Produtos Automotivos Ltda. - Me	Rua Belmiro Moreira Soares, 504 - Sorocaba	Preparados para perfumar e desodorizar locais; fabricação de
LO	30012802	Mahle Behr Gerenciamento Térmico Brasil Ltda	Estrada Dos Fernandes, 510 - Arujá	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LP/LI	60001485	Mais Cor Comercio De Corantes E Pigmentos Ltda - Me	Rua Antonio Raposo Tavares, 460 - Atibaia	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	18003349	Makro Atacadista S/a	Avenida Ayrton Senna Da Silva, 119 - Praia Grande	Posto de combustível
LO	21009097	Manuel Gomes Pereira Epp	Rua Jornalista Eugenio Losso, 1260 - Piracicaba	Fundição de metais não ferrosos; serviço de
LO	21009098	Manuel Gomes Pereira Epp	Rua Jornalista Eugenio Losso, 1260 - Piracicaba	Fundição de metais não ferrosos; serviço de
LO	11005931	Máquinas Agrícolas Jacto S/a	Rua Rodolfo Lara Campos, 509 - Pompéia	Peças para máquinas, aparelhos e implementos agrícolas; fabricação de
LO	65004167	Marangoni-meiser Pisos Metalicos Ltda	Rua João Pinto, 878 - Mogi-mirim	Retrefilados de aço; produção de
LP/LI	12000691	Marcela Elias Ferreira - Me	Rua Usina De Canoas, Lote 4, 1151 Quadra 22 - Rosana	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LI	6004997	Marceli Administradora De Bens Ltda	Avenida Tres De Marco, 6810 - Sorocaba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	40002143	Marcelo De Carvalho Dias & Cia. Ltda.	Rua Alda Queiroz De Carvalho Alves, 50 - Barretos	Suplemento mineral para rações; fabricação de
LO	62001537	Marcelo Marques Lobo - Me	Rua São Paulo, 1457 - Populina	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	62000337	Marcelo Mauricio Da Rocha - Eireli	Rodovia Sp-543, S/N Km 587 - Ouroeste	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	64001849	Marco Antonio Comparoni - Me	Sitio São José, S/N Extração De Areia - Anhembi	Areia; extração de

LI	62000284	Marcos Aparecido Muniz Hortifrutigranjeiro	Chacara Nossa Senhora Aparecida, S/N.° C.desengano - Vitória Brasil	Adubos e fertilizantes organominerais; fabricação de
LO	49001244	Marcos Roberto Cardoso Costa - Me	Rua Rhodia, 500 Bloco 06 - Juquiá	Palmito em conservas; produção de
LP/LI	4001603	Marcotel Química Indústria E Com. De Produtos Para Limpeza Ltda - Me	Rua Ribeirao Preto, 2250 - Ribeirão Preto	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LP/LI	29001240	Mardan Fire Engenharia, Construção E Extintores Ltda.	Rua Joaquim Jose Fioravante, 11 - Caieiras	Entulho; coleta e remoção de
LO	29008724	Mardan Fire Engenharia, Construção E Extintores Ltda.	Rua Joaquim Jose Fioravante, 11 - Caieiras	Entulho; coleta e remoção de
LP	13001305	Maria Chica Centro De Abastecimento Ltda	Avenida Leandro Ratisbona De Medeiros, 635 - Penápolis	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	37001539	Maria Dolores Galieta Morim Me	Rua Lúcio Roque Flaiban, S/N Km 04 - Morungaba	Artefatos de tapeçaria, n.e.; fabricação de
LO	37004277	Maria Dolores Galieta Morim Me	Rua Lúcio Roque Flaiban, S/N Km 04 - Morungaba	Artefatos de tapeçaria, n.e.; fabricação de
LO	30012804	Maria Eliene De Alcantara-epp	Rua Sao Raimundo, 235 - São Paulo	Reboques e semirreboques (exceto para caminhões); fabricação de
LI	7003318	Maria Lucia Chenardi Pengo	Rua Luiz Pengo, 150 Bloco 2 - Jaú	Impermeabilizantes para pintura e acabamentos; fabricação de
LO	29008731	Maricar Gasolinas E Serviços Automotivos Eireli	Avenida Imirim, 3013 - São Paulo	Posto de combustível
LO	14009173	Marítimos Barcos Ltda-me	Avenida Engº Modesto José Moreira Junior, 35-05 - Mirassol	Embarcações para esporte e lazer, n.e.; construção de
LO	26006302	Masterfoods Brasil Alimentos Ltda.	Rodovia Presidente Dutra, S/N.° Km 175,4 - Guararema	Derivados do beneficiamento do cacau; fabricação de
LO	28005386	Matheus Gallo	Rua Francisco Porto, 717 - Itápolis	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	62001538	Mauricio Brambilla Filho - Me	Rodovia Feliciano Salles Da Cunha, Lin Ramal Al 06 - Pereira Barreto	Saibro; extração de
LP/LI	51000362	Max Economic Produtos De Limpeza Ltda	Avenida Joaquim Cardoso, 2142 - Cardoso	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	28005393	Max Fert - Industria E Comercio De Fertilizantes Especiais Ltda - Me	Rua Dos Lopes, 126 - Boa Esperança Do Sul	Adubos e fertilizantes organominerais; fabricação de
LO	29008743	Mb Comércio De Fundidos Eireli - Me	Rua Araguaiana, 100 - São Paulo	Peças fundidas de ferro e aço; produção de
LO	34009304	Mb Engenharia E Meio Ambiente Ltda	Rua Das Acacias, 779 - Hortolândia	Óleos e lubrificantes usados, processamento e recuperação como matéria
LO	34009303	Mb Engenharia E Meio Ambiente Ltda	Rua Das Acacias, 779 - Hortolândia	Óleos e lubrificantes usados, processamento e recuperação como matéria
LP	21002355	Mb Enzymas Ltda	Avenida Sete De Setembro, 2083 - Saltinho	Compostos organo-inorgânicos, n.e.; fabricação de
LO	21009026	Mbm Crematórios Ltda Epp	Rua Cajobi, 326 - Piracicaba	Cremação de cadáveres humanos; serviços de
LO	45008597	Mce - Parts Indústria E Comércio Ltda - Epp	Rua Leais Paulistanos, 634 - São Paulo	Parafusos metálicos; fabricação de
LI	5004111	Mce Vedações Ltda	Avenida Anton Von Zuben, 2751 - Campinas	Selo de segurança metálico; fabricação de
LO	40002139	Md Dantas Carvão Me	Recanto Santa Cecília, S/N - Guaira	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LO	30012791	Mds Indústria E Comércio De Artigos Metálicos Eireli - Epp	Rua João Faolim, 6 - São Paulo	Expositores, displays ou mostruários metálicos; fabricação de
LO	33007788	Medical Paniagua Produtos Hospitalares Ltda - Me	Rua Manoel Soares Sebastião, 351 - São Paulo	Peças e acessórios para instrumentos e utensílios não-eletrônicos para
LI	26002479	Medieval Fundição Ltda - Me	Estrada Joao Gaspar Delgado, 41 - Ferraz De Vasconcelos	Ligas de metais nao-ferrosos fundidas em formas e pecas; produção de
LO	6010129	Megacolors Prime Ltda Me	Rua Augusto Gutierres, 125 - Sorocaba	Pintura eletrostática; serviço de
LI	29003479	Melhoramentos Cmpc Ltda.	Rodovia Presidente Tancredo De Almeida Neves, Km 34 - Caieiras	Papel absorvente; fabricação de
LI	29003480	Melhoramentos Cmpc Ltda.	Rodovia Presidente Tancredo De Almeida Neves, Km 34 - Caieiras	Papel absorvente; fabricação de
LO	26006307	Mellicz Ambiental Ltda. - Epp	Rua Dos Maçons, 337 - Suzano	Materiais plásticos descartados; recuperação de
LO	21009106	Melplas Comércio De Plásticos Eireli - Me	Avenida Brasil, 000 Corporate Park - Rio Claro	Sucatas de materiais plásticos para granulagem; processamento de (limp
LO	7007457	Merchandising Manufactoring Ltda	Rua Apolinario Pereira Da Silva, 120 - Pirajuí	Montagem e acabamento de moveis de metal, associado a fabricação de mo
LO	5010247	Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda	Rua Treze De Maio, 1161 - - Campinas	Especialidades farmacêuticas alopáticas para uso humano; fabricação de
LP	5002315	Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda	Rua Treze De Maio, 1161 - - Campinas	Especialidades farmacêuticas alopáticas para uso humano; fabricação de
LO	42007091	Merkato Indústria E Comércio, Importação E Exportação De Sais Ltda-epp	Rua Prefeito Virgínio Ometto, 245 - Iracemápolis	Aditivos para a industria alimentar; fabricação de
LO	42007103	Metal Sul Joias Industria Comercio Importação E Exportação Ltda.	Rua Maria Tomeo De Almeida, 398 - Limeira	Semi-jóias; fabricação de
LO	48005760	Metalbrazing Brasagem E Tratamento Termico Ltda - Epp	Rua Alvares Cabral, 1370 - Diadema	Tratamento e revestimento em metais; serviços de
LO	29008737	Metalflexo Ind. E Com. De Ferramentas Para Flexografia Ltda - Epp	Rua Soldado Cristovao Morais Garcia, 294 - São Paulo	Facas e laminas para máquinas industriais; fabricação de
LO	33007725	Metalurgica Alado Ltda.	Avenida Jacobus Baldi, 681 - São Paulo	Artefatos Diversos De Ferro E Aço; Fabricação De
LP	28001776	Metalurgica Bassi Ltda	Avenida Angelin Re, 1503 - Matão	Cercas metálicas (telas); fabricação de
LI	65000599	Metalurgica Lot Eireli	Estrada Municipal Angelo Spatti, Km. 2,8 - Araras	Peças fundidas de ferro e aço; produção de
LP/LI	37001538	Metropolitana Armazenamento De Combustíveis Ltda.	Avenida Guarana, 1614 Sala 04 - Paulínia	Bases de armazenamento de combustíveis
LO	34009283	Mexichem Brasil Indústria De Transformação Plástica Ltda.	Avenida Da Amizade, 1700 - Sumaré	Tubos de pvc; fabricação de
LO	7007456	Mezzani Alimentos Ltda	Rua Waldemar Pereira Da Silveira, 03-27 - Bauru	Massas alimentícias cozidas, recheadas ou preparadas de outro modo (ra
LO	7007416	Mezzani Alimentos Ltda	Rua Waldemar Pereira Da Silveira, 03-27 - Bauru	Massas alimentícias cozidas, recheadas ou preparadas de outro modo (ra
LO	37004325	Mgl Sucesso Quimica Eireli	Rua Tau Nobrega, 183 - Amparo	Produtos de beleza e higiene pessoal; fabricação de
LO	48005734	Microcast Indústria,comércio,importação E Exportação Ltda.	Rua Maria De Lourdes, 166 - Diadema	Conexões de metais não-ferrosos, n.e.; produção de
LO	65004148	Microfusão Do Brasil Fundição De Metais Ltda.	Rua Ademar Bombo, 500 - Mogi Guaçu	Metais não ferrosos, fundição de
LI	63000426	Mil Onibus Mais Dunas Ltda	Rodovia Sp 350, Faz. Mil Vezes - Tapiratiba	Areia; extração de
LO	14009176	Milk Vitta Comercio E Industria Ltda	Rua Olinda, 1229 - Catanduva	Laticínios (produtos do leite)
LP/LI	34002488	Miltrat Tratamento E Revestimento Em Metais Ltda Epp	Rua Luiz Suzigan, 384 364 - Galpão 01 - Santa Bárbara D'oeste	Tempera, cementação de aço, recozimento de arame, tratamento térmico;
LO	32009930	Mineração Angelini Ltda-me	Rua Sítio Itaqueri, Km 50,5 - Pirapora Do Bom Jesus	Dolomita, associado a extração; beneficiamento de
LO	32010096	Mineração Angelini Ltda-me	Rua Sítio Itaqueri, Km 50,5 - Pirapora Do Bom Jesus	Dolomita, associado a extração; beneficiamento de
LP	60001913	Mineração Atibaia Ltda	Rodovia Dom Pedro I, 0 Km 81 (sul) - Atibaia	Areias, cascalhos, pedregulhos e semelhantes
LI	4003911	Mineração Bento Quirino Ltda.	Rodovia Sp 253, Km 132 - São Simão	Argila; extração de
LP	6003226	Mineração Comércio E Transporte De Areia Estrela Epp	Travessa Um Estrada Capela Do Alto Ipero, 00 Cx Postal 285 - Capela Do Alto	Usinas de reciclagem de resíduos da construção civil
LO	4008791	Mineração Darcy R.o. E Silva Ltda.	Fazenda Luciana, Dt. Bento Quirino - São Simão	Argilas - inclusive refratarias; extração de
LI	64000322	Mineração Gnt Ltda	Rodovia Mario Batista Mori - Sp 141 - Km 42,1, S/N Ext. Argila - Cesário Lange	Argila, associado a extração; beneficiamento de
LO	64001859	Mineração Gnt Ltda	Rodovia Mario Batista Mori - Sp 141 - Km 42,1, S/N Ext. Argila - Cesário Lange	Argila, associado a extração; beneficiamento de
LP	63000515	Mineração Rio Base Ltada. Epp	Rodovia Prefeito Homero Correa Leite (sp 207), S/N - Mococa	Pedra britada (britamento associado a extração); extração de
LO	49001243	Mineração Subaúma Ltda	Rua Ivo Zanella (sp-222), Km 83,5 - Iguape	Areia lavada para construção; extração de
LI	29003477	Mineradora Pedrix Ltda	Rodovia Dos Bandeirantes, Km 30 - Caieiras	Granito, associado a extração; beneficiamento de
LO	65004166	Mineral Comércio De Granitos Ltda-me	Avenida Antonio Machado, 1478 - Mogi Guaçu	Pedras recortadas (mármore, granito e outras) a partir de placas ou ch
LP/LI	33001060	Ml 20 Imigrantes Auto Posto Ltda.	Avenida Miguel Estefano, 1663 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	26006297	Moraes & Novaes Industria De Móveis Ltda.epp	Avenida Alcides Da Silva, 107 S.com. 02 E 03 - Mogi Das Cruzes	Móveis de madeira; fabricação de
LO	40002142	Morais Reciclagem E Comércio De Plástico Ltda.	Avenida Rio Dalva, 317 - Barretos	Granulos a partir da recuperação de materiais plásticos descartados; o
L.O. PRECÁRIO	49000174	Mosaic Fertilizantes P&k Ltda.	Rodovia Régis Bittencourt, S/N Km 488,5 - Cajati	Fosfato bicalcico; fabricação de
LP/LI	49000250	Mosaic Fertilizantes P&k Ltda.	Rodovia Régis Bittencourt, S/N Km 488,5 - Cajati	Fosfato bicalcico; fabricação de
LO	37004320	Motivating Graphics Indústria E Comércio De Produtos Gráficos Ltda.	Praca Emílio Marconato, 1000 Galpões G - Jaguariúna	Gráfica: cartazes, prospectos, calendários, encartes e outros impresso
LO	52002927	Msaraujo Fundição Eireli	Rua Minervino Campos Pedroso, 431 - Jaboticabal	Fundição de metais não ferrosos; serviço de
LO	45008586	Msid Peças E Acessórios Para Motos Eireli	Avenida Engº Heitor Antonio Eiras Garcia, 3348 - São Paulo	Motocicletas; fabricação de
LO	65004143	Mtl Comércio E Reciclagem De Madeira Ltda	Gleba Parte Da Gleba 3 - Horto Mogi Guaçu, 0 - Mogi Guaçu	Desperdícios de madeira, recuperação de
LO	3006658	Multiclad Ind E Com De Processamento De Metais Por Explosão Eireli Epp	Estrada Da Jararaca - Faz. Boa Esperança, S/Nº Km 14 - Lorena	Chapas de aço revestidas; produção de
LP/LI	37001531	Multinova Industria De Embalagens Plásticas Ltda	Rua Vicenzo Gransghelli, 556 448 - Jaguariúna	Laminados de espuma de plástico expandido; fabricação de
LP/LI	26001184	Multyplasticos Industria E Comercio De Plasticos Eireli	Rua Uruacu, 740 Galpão - Poá	Artefatos de material plástico para uso pessoal ou doméstico; fabricaç
LI	67000284	Município De Andradina - Aterro Sanitário E Usina De Compostagem	Estrada Municipal Add-260, S/Nº Km 06 - Andradina	Depósitos de lixo e aterros sanitários para disposição de resíduos não
LO	11005933	Município De Arco-íris	Estrada Vicinal Arco-íris-luiziânia, S/Nº Km 03+700m/aterro - Arco-íris	Aterros sanitários; gestão de
LI	59000316	Município De Cândido Mota	Estrada Municipal Cdm-020, S/N Km 001 - Cândido Mota	Administração pública em geral
L.O. PRECÁRIO	64000059	Municipio De Conchas	Rua Albino Pavan, 0000 Cemitério Ecol - Conchas	Gestão de cemitérios
LO	28005390	Município De Gavião Peixoto - Aterro Sanitário	Estrada Vicinal Do Bebedouro - Gp 41, KM 2, - Gavião Peixoto	Aterros sanitários; gestão de
LP	3001857	Município De Guaratinguetá	Estrada Municipal Rafael Américo Ranieri, 999 Usina De Asfalto - Guaratinguetá	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
L.O. LOTEAMENTO	62000183	Municipio De Indiapora - Loteamento Indiaporã I	Via De Acesso Ouroeste/indiaporã, S/N - Indiaporã	Loteamento sem benfeitorias
LO	28005387	Municipio De Nova Europa - Utrcc	Estrada Municipal Nova Europa - Tabatinga, Km 2,0 - Nova Europa	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
LO	3006666	Município De Pindamonhangaba	Avenida Do Princesa Norte, 380 - Pindamonhangaba	Hospital; público ou particular
LO	11005879	Município De Rinópolis	Estrada Municipal Rnp 020, S/Nº Km 02-aterro - Rinópolis	Aterros sanitários; gestão de
LI	12001557	Município De Rosana - Aterro Em Valas	Estrada Interna Entre A Divisa Do Canteiro De, S/Nº Zona Rural - Rosana	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
LO	62001525	Município De Santa Albertina - Aterro Em Valas	Estrada Municipal Do Retrato, S/N.° Km 3,5 - Santa Albertina	Aterros sanitários; gestão de
LP	28001777	Município De Santa Ernestina - Cemitério	Rua Dos Cavichioli, 115 - Santa Ernestina	Gestão de cemitérios
LO	62001524	Município De Tres Fronteiras - Aterro Em Valas	Estrada Boiadeira, S/N Faz. Ponte Pensa - Três Fronteiras	Aterros sanitários; gestão de
LO	40002135	Município De Viradouro - Ponto De Abastecimento	Avenida João Gibran, 885 - Viradouro	Posto de combustível
LO	7007465	N L Alimentos Indústria E Comércio Ltda	Rua Humaitá, 1849 - Jaú	Pão de queijo congelado, inclusive massa preparada congelada; fabricaç
LO	4008797	N3 Indústria E Comércio De Produtos Químicos Eireli - Me	Avenida America Do Sul, 1285 - Ribeirão Preto	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP	33001662	Naked Nuts Indústria & Comércio Ltda Me	Rua Atica, 463 - São Paulo	Pasta de amendoim; Fabricação de
LP	48000469	Nc Plast Ind., Com. De Máq. E Serviços De Plásticos Em Geral Eireli	Avenida Dom Pedro I, 400 - Diadema	Materiais plásticos em grãos (grânulos) a partir de sucatas ou resíduo
LO	73002252	Neovia Nutrição E Saúde Animal Ltda	Rua João Augusto Cirelli, 274 - Descalvado	Rações e forragens balanceadas para animais (bovinos, suínos (porcos),
LP/LI	63000828	Nestlé Brasil Ltda	Rua Henry Nestlé, SN - São José Do Rio Pardo	Produtos de origem vegetal não especificados anteriormente, moagem e f
LP/LI	7001143	Ng Tratamento E Comércio De Madeiras	Rua Batista Andreotti, 180 - Agudos	Madeira tratada com creosoto ou outro agente de conservação; produção
LO	63002810	Nina Martinelli Pisos E Revestimentos Ltda Epp	Rua Cel. José Bitencourt, 21 - Tambaú	Pisos cerâmicos, esmaltados ou não; produção de
LO	63002811	Nina Martinelli Pisos E Revestimentos Ltda Epp	Rua Cel. José Bitencourt, 21 - Tambaú	Pisos cerâmicos, esmaltados ou não; produção de
LO	5010233	Nippon Paint Tintas Automotivas Do Brasil Ltda	Rua Alziro Chiccetto, 210 - Vinhedo	Esmaltes, lacas e vernizes; fabricação de
LO	37004311	Niradelka Indústria E Comércio De Vidros E Cristais Ltda. - Epp	Rua Victorio Bacarelli, 113 - Pedreira	Artefatos de vidro e cristal para uso domestico, para hotéis, restaura
LO	6010153	Nissin Foods Do Brasil Ltda	Rua Bunjiro Nakao, Km 57 - Ibiúna	Macarrão; fabricação de
LP/LI	28001066	Nivaldo Mundin Junior Eireli	Avenida Herminio Cristovão, 555 A Terreo Predio C - Américo Brasiliense	Cilindros hidráulicos; fabricação de
LO	3006670	Nossa Telha Indústria E Comércio De Telhas De Concreto Ltda-epp	Prolongamento Da Rua Raul Pompéia, Lote 06-07 - Guaratinguetá	Artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque não espe
LO	33007773	Nova Design Industria E Comercio Eireli	Rua Antonio Antenor Nogueira, 90 - Taboão Da Serra	Adesivos e selantes para uso industrial e doméstico; fabricação de
LO	32010101	Nova Pagina Industria Grafica Ltda	Rua Osasco, 1274 - Cajamar	Artefatos de papel, papelão, cartolina ou papel-cartão para escritório
LP	59000374	Nova Platina Bioenergia Ltda.	Acesso Bairro Água Da Mumbuca, S/Nº - Platina	Álcool anidro ou hidratado para fins carburantes; fabricação de
LP	27002171	Nox Cafe Ltda	Fazenda Santana, 0 - Pedregulho	Café torrado e moído; produção de
LO	51001451	Nutani Indústria E Comércio De Produtos Para Alimentação Animal Ltda	Rua Antonio Ferreira De Jesus Filho, 400 - Votuporanga	Ração para qualquer tipo de animal (bovinos, suínos(porcos), aves, coe
LO	33007763	Nutrel Indústria E Comércio Eireli Epp	Rua Zioudu Benedito Romanini, 98 - Taboão Da Serra	Preparações alimentícias compostas homogeneizadas; produção de
LO	64001861	Nutrição Animal Ra Ltda Epp	Estrada Municipal Pereiras X Bairro Da Serra, 0 Sitio Bela Vista - Pereiras	Alimentos preparados para animais (bovinos, suínos (porcos), coelhos,
LP/LI	73000652	Nutrivet Nutrição Veterinária Eireli	Rua Ernesto Gonçalvez Rosa Júnior, 437 - São Carlos	Suplemento mineral para rações; fabricação de
LP	12001152	Nuvem Uav Indústria De Aeronaves Ltda	Rua Vicente Furlanetto, 765 Piso Térreo - Presidente Prudente	Aeronaves, montagem de
LO	48005719	Oerlikon Friction Systems Do Brasil Ltda	Rua Tupiniquins, 70 - Diadema	Peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão para veícu
LO	21009101	Oji Papéis Especiais Ltda	Via Comendador Pedro Morganti, 3393 - Piracicaba	Papel de acabamento especial, impregnado ou revestido; fabricação de
LP	21002356	Okr - Koroiva Industria De Caldeiras E Equipamentos Industriais Ltda	Via Vicente Verdi, 678 - Charqueada	Peças e acessórios para caldeiras geradoras de vapor, exceto para aque
LO	37004308	Oliveira & Carbonari Ltda - Me	Rua Francisco Assis De Castro, 32 - Itatiba	Artefatos de vidro e cristal para uso domestico, para hotéis, restaura
LO	64001843	Oliveira Estruturas Metálicas Pardinho Ltda Epp	Rodovia João Emílio Roder, S/N Km 2 - Pardinho	Esquadrias metálicas (de fabricação própria), montagem de
LO	37004333	Orgema Cafés Especiais Ltda	Rodovia Estadual João Beira (sp 95) - Km 48,5, Caixa Postal 30 - Amparo	Café torrado e moído; produção de
LP/LI	48001639	Orientaltec Indústria E Comércio Ltda.	Avenida Lauro Gomes, 4879 - São Bernardo Do Campo	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não es
LO	48005742	Orientaltec Indústria E Comércio Ltda.	Avenida Lauro Gomes, 4879 - São Bernardo Do Campo	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não es
LO	36011611	Orientaltec Indústria E Comércio Ltda.	Rua Via Paulo Leoni, 2227 Lote01 Gleba C2-a - Itupeva	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	33007776	Osaka Desentupidora E Dedetizadora Ltda. - Epp	Rua Manoel Soares Sebastiao, 172 - São Paulo	Desentupimento em prédios; serviço de
LO	12003562	Osamu Yabuta E Outros	Granja Yabuta, S/n - Rancharia	Ovos de galinha; produção de
LI	63000443	Osvaldo De Souza Dias Filho	Avenida Brasil, 0 - Caconde	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	48005743	Oswaldo Nunes Junior Me	Rua Pedro Paulo Celestino, 345 373 - Diadema	Pintura em produtos metálicos; serviço de
LP	4002738	Ouro Fino Saúde Animal Ltda	Rodovia Anhanguera, Km 298 - Cravinhos	Remédios para uso veterinário; fabricação de
LO	16011086	Ouro Verde Chemicals Ltda.	Avenida Papa Joao Xxiii, 4584 - Mauá	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP/LI	59000585	Ourominas Industria E Comércio De Produtos Alimentícios Ltda -me	Rua Professor Osório, 1191 - São Pedro Do Turvo	Amido e fécula de mandioca; fabricação de
LI	34003491	Ox Technique Produtos Orgânicos Ltda	Rua Cristina Pereira Dos Anjos, 38 - Sumaré	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LP	3001854	Oxiteno S.a. Indústria E Comércio	Avenida Agostinho Manfredini, 56 - Tremembé	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LO	62001527	Ozana Indústria E Comércio De Ferro E Aço Ltda. - Epp	Rua Brasil, 187 - Fernandópolis	Corte e dobra de metais; serviço de
LO	42007096	P L De Oliveira Filho - Me.	Rua Professor Estevan Lange Adrien, 425 E Nº 411 - Limeira	Máquinas, aparelhos e implementos para agricultura, n.e.; fabricação d
L.O. PRECÁRIO	63000180	Pamax Comércio De Produtos Metalúrgicos Ltda.	Rua Rachid Elias Sobrinho, 100 - Espírito Santo Do Pinhal	Máquinas, aparelhos e implementos para agricultura, n.e.; fabricação d
LO	13003597	Pampili Produtos Para Meninas Ltda.	Rua Vinte E Um De Abril, 640 - Birigui	Calçados de material sintetico montado; fabricação de
LP/LI	45001124	Pandaya Fabricação E Comércio De Alimentos Eireli	Rua Lisboa, 971 - São Paulo	Pães congelados; fabricação de
L.O. LOTEAMENTO	6000135	Parque Serra Bonita Incorporações Spe Ltda	Rua Comendador Vicente Amaral, 3333 - Sorocaba	Empreendimentos imobiliários, residenciais ou não, provendo recursos f

LO	37004286	Paulo Berenguel & Cia Ltda.	Avenida José Lozano Araújo, 1005 - Paulínia	Posto de abastecimento de veículos
LO	29008730	Pcl Acoplamentos Hidráulicos E Pneumáticos Ltda	Rua Rua: Coronel Antonio Ferraz, 9 B - São Paulo	Abraçadeiras, cantoneiras e suportes metálicos; fabricação de
LP	27002170	Pedra Agroindustrial S/a	Fazenda Sao Luiz Da Esplanada, S/nº - Buritizal	Álcool etílico de cana-de-açúcar, hidratado; fabricação de
LO	34009262	Pedreira Bonato Ltda	Rodovia Sp 306, 0 Km 26 + 300 M - Santa Bárbara D´oeste	Pedra britada (britamento associado a extração); extração de
LO	34009280	Peletização Textil Tapajós Ltda.-me	Rua Gustavo Teixeira, 283 - Santa Bárbara D´oeste	Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusive em peças do
LO	15009794	Person Industria E Comercio De Helices Ltda. Epp	Rua Dom Pedrito, 212 186 - Guarulhos	Hélices para embarcações; fabricação de
L.O. LOTEAMENTO	4000298	Pesiltec Assistencia Tecnica Ltda - Me - Lot Jardim Santa Silvia	Rua Maria Aparecida Andrade, S/N - Sertãozinho	Loteamento sem benfeitorias
LO	25001305	Petrobras Distribuidora S.a. - Bacub	Rua Joaquim Miguel Couto, 1985 - Cubatão	Bases de armazenamento de combustíveis
LP/LI	13000753	Petrocana Ltda Em Recuperacao Judicial	Rodovia Sp 425 Entroc Rodovia Sp 463, S/N Pq.ind. Clealco - Clementina	Posto de abastecimento de veículos
LO	37004338	Petróleo Brasileiro S/a	Rodovia Sp 332, Km 132 - Paulínia	Fabricação de produtos do refino de petróleo
LO	4008712	Petrotec Equipamentos Para Construção Civil - Epp	Rodovia Atílio Balbo, S/N Km333 - Sertãozinho	Peças para máquinas e equipamentos de uso especifico; fabricação de
LP/LI	42001808	Pg Quimica Ltda	Rua Atílio Gardezani, 107 Lot. Fla. F. Levy - Cordeirópolis	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP	4002736	Phb Industrial S/a	Rua Usina Da Pedra, Caixa Postal 02 - Serrana	Resinas celulósicas; fabricação de
LO	6009686	Phytonatus Nutraceutica Ltda	Rua Engenheiro Carlos Alberto Calandrino, 185 Lote 3 E 4 - Sorocaba	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LO	6010168	Pilareia Mineração Ltda	Rodovia José De Carvalho, Km 131, Sitio Diogo - Pilar Do Sul	Areia; extração de
LP/LI	59000583	Pinton Smooth Indústria E Comércio De Cosméticos Ltda	Rua Luiz Nobile, 644 - Assis	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	49001241	Piramide Extração E Comércio De Area Ltda	Rua Guaviruva, Km 4,5 - Registro	Areia lavada para construção; extração de
LO	73002256	Pirapeixes - Indústria E Comércio Atacadista De Pescados - Eireli - Me	Rua Genésio De Bem, 1674 - Pirassununga	Preparações diversas de peixes (exceto pratos prontos congelados); fab
LP/LI	29001236	Pirenopolis Industria E Comercio De Plasticos Eireli	Rua Friedrich Von Voith, 896 - São Paulo	Artigos descartáveis de plástico; fabricação de
LP/LI	3001184	Pisani Plásticos S.a.	Avenida Tobias Salgado, 461 - Pindamonhangaba	Embalagens de plástico; fabricação de
LO	45008626	Pixinguinha Auto Posto Ltda	Avenida Corifeu De Azevedo Marques, 826 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	15002306	Plaspak Plásticos Eireli - Epp	Rua Itaparantim, 547 - Guarulhos	Materiais plásticos em grãos (grânulos) a partir de sucatas ou resíduo
LO	73002251	Plaston Termoplásticos Ltda	Rua 6 De Agosto, 893 - Pirassununga	Granulos a partir da recuperação de materiais plásticos descartados; o
L.O. PRECÁRIO	21000996	Plaza Indústria E Comércio Ltda.- Epp	Estrada Da Boa Vista, 000 Caixa Postal 15 - Santa Maria Da Serra	Farinha de mandioca (inclusive para panificação); fabricação de
LP/LI	5002216	Plw Industria E Comércio De Produtos De Limpeza Eireli	Estrada Duilio Beltramini, 7957 - Valinhos	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	15009793	Pman Serviços Representações Comércio E Indústria Ltda	Rua Padre Celestino, 873 - Guarulhos	Aditivos para a industria alimentar; fabricação de
LI	26002478	Poa Comercio Varejista De Combustíveis Ltda	Rodovia Joao Afonso De Souza Castellano, 205 - Poá	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	48005763	Poli Resinas Indústria E Comércio De Resinas Ltda	Estrada Fukutaro Yida, 1310 - São Bernardo Do Campo	Resina de poliéster insaturado; fabricação de
LO	45008603	Polikote Revestimentos Anticorrosivos Ltda	Rua Mateo Forte, 207 Fundos - São Paulo	Elastômeros não vulcanizados; fabricação de
LO	14009170	Polimix Concreto Ltda	Avenida Percy Gandini, 3745 - São José Do Rio Preto	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	36011617	Polimix Concreto Ltda	Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, Km 82 + 200 Metro - Cabreúva	Centros de serviços de apoio às empresas
LP	14002664	Poliplas Selantes E Adesivos Limitada	Rua Pedro Martins, 230 - São José Do Rio Preto	Resinas termofixas; fabricação de
LO	21009118	Polisinter Indústria E Comércio Ltda.	Chacara São Pedro, 25 Gleba 46 - Piracicaba	Produtos da metalurgia do pó; fabricação de
LO	48005711	Pomar Ambiental Engenharia Ltda Me	Avenida Roberto Gordon, 342 - Diadema	Armazenamento (depósito) de resíduos perigosos
LO	33007775	Ponte Alta - Extração De Areia E Transporte Ltda. - Epp	Estrada Da Ponte Alta, 10000 - São Paulo	Areia; extração de
LP/LI	28001067	Porkao Industria E Comercio De Carnes E Embutidos Ltda - Me	Rua Francisco Sampaio Peixoto, 707 - Araraquara	Embutidos diversos de suínos (porcos); produção de (quando não integra
LO	33007779	Portal Da Guarapiranga Auto Posto Ltda	Avenida Guarapiranga, 271 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	45008592	Portal Do Educandário Auto Posto Eireli	Avenida Engenheiro Heitor Antonio Eiras Garcí, 4252 - São Paulo	Posto de gasolina
LO	33007678	Porto Alegre Comércio De Combustíveis Ltda.	Rua Morais De Barros Esq R Conde De Porto Ale, S/N - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	12001153	Porto Comercio De Areia Fina Ltda	Sitio São José Ii, 0 Sítio São José Ii - Presidente Bernardes	Areia; extração de
LP	62000318	Porto De Areia Irmãos Brambilla Ltda.	Rodovia Ver. Dourival Da Silva Louzada, S/N Lin Frigorifico - Pereira Barreto	Areia; extração de
LP	7002295	Porto De Areia Santa Izabel Ltda	Margem Leito Do Rio Piracicaba - Represa De B, 0 Anm 820.515/1994 - Dois Córregos	Areia; extração de
LI	46001138	Posto De Serviço Alto Da Serra Ltda	Rodovia Raposo Tavares, S/Nº Km 205 - Angatuba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	30012798	Posto De Serviço Boa Sorte Ltda	Avenida Ragueb Chohfi, 4930 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	45008621	Posto De Serviços Adriser Ltda	Rua Votupoca, 34 - São Paulo	Posto de combustível
LP/LI	30002113	Posto De Serviços Automotivos E Com. De Comb. Paris Ltda	Rua Ferreira De Oliveira, 187 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	30012806	Posto De Serviços Automotivos E Com. De Comb. Paris Ltda	Rua Ferreira De Oliveira, 187 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	25001306	Posto De Serviços Badejo De Bertioga Ltda	Rodovia Sp 55 Br 101, S/N Km 211,5 - Bertioga	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	30012389	Posto De Serviços Nova Damásio Ltda	Rua Damásio Pinto, 265 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	45008612	Posto De Serviços Paraná Ltda.	Rua Alvarenga, 1041 - São Paulo	Posto de gasolina
LO	5010239	Posto Dom Pedro I 124 Sul Ltda.	Rodovia Dom Pedro I, S/Nº Km 124 - Valinhos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	21009088	Posto Floridiana Ltda	Avenida Brasil, 2277 - Rio Claro	Posto de abastecimento de veículos
LO	27005737	Posto Jardim Palma Ltda	Avenida Adhemar Pereira De Barros, 393 - Franca	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	27005733	Posto Mário Roberto Janjão Ltda.	Rua Doutor Hélio Palermo, 3831 - Franca	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	36003185	Posto Nova Era De Jundiaí 2 Ltda.	Rua Doutor Antenor Soares Gandra, 1150 Terreo - Jundiaí	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	59000584	Posto Paulista Ibirarema Ltda	Rodovia Raposo Tavares - Sp 270 - Km 408, S/N Com Est. Ibm 444 - Ibirarema	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	64001867	Posto Titan De São Manuel Ltda	Rua Comendador Theophilo Portella, 150 Lote 101 Qd-d - São Manuel	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	45008620	Potenza Petróleo Serviços Automotivos - Eireli	Avenida Jaguare, 1662 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	21009084	Pq Silicas Brazil Ltda	Rua P 5, 1223 - Rio Claro	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados a
LO	33007751	Prana Petroquimica Ltda	Rua Isabel Soria Mainardes, 160 - Taboão Da Serra	Óleos vegetais polimerizados, soprados, oxidados, etc, produção de
LP	72000262	Prefeitura Do Município De Cotia (lixão Municipal)	Rua Prof. Manoel J. Pedroso, 1347 - Cotia	Administração pública em geral
LO	37004305	Prefeitura Do Município De Jaguariúna	Avenida Pacífico Moneda, 1051 - Jaguariúna	Recuperação de materiais não especificado anteriormente
LP	7002297	Prefeitura Municipal De Bariri	Rodovia Sp 304 Bariri / Itaju Km 337, 337 Area / Disposiçao - Bariri	Aterros de resíduos inertes e da construção civil
LO	60005762	Prefeitura Municipal De Joanópolis - Aterro Sanitário Em Valas	Rua De Servidao Da Ete - Rodovia Sp 36, S/N Km 113 - Joanópolis	Aterros sanitários; gestão de
LO	7007463	Prefeitura Municipal De Macatuba	Estrada Mtb, 040 - Macatuba	Gestão de cemitérios
L.O. LOTEAMENTO	4000297	Prefeitura Municipal De Porto Ferreira	Rua Alvaro De Goes Valeriani, 1225 - Porto Ferreira	Condomínio comercial e/ou de serviços
L.O. PRECÁRIO	4000834	Prefeitura Municipal De São Joaquim Da Barra - Ete	Estrada São Joaquim Da Barra - Pioneiros, S/N Faz Vargem Grande - São Joaquim Da Barra	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
L.O. LOTEAMENTO	3000100	Prefeitura Municipal De Taubaté	Rua Apparecida Cazal, SN Cohab - Taubaté	Apartamentos, casas, conjuntos habitacionais, prédios, edifícios, edif
LI	26002474	Premill Artefatos De Cimento Eireli - Epp	Avenida Ricieri Jose Marcatto, 3800 - Mogi Das Cruzes	Artefatos de cimento para uso na construção; fabricação de
LO	27005735	Prime Chemical Indústria E Comércio De Produtos Químicos Ltda	Rua Alberto Rodrigues Alves, 330 - Franca	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	33007749	Primola Fragrancias Industria E Comercio Ltda	Rua Pais Da Silva,, 726 - São Paulo	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LP/LI	42001804	Procer Indústria De Produtos Cerâmicos Importação E Exportação Ltda	Rua Jerson Adilson Rivaben, 00 - Cordeirópolis	Cerâmica técnica (para uso químico, elétrico, mecânico, etc); fabricaç
LP/LI	33001067	Prometalic Indústria E Comércio Eireli	Rua Centro Africana, 194 - São Paulo	Galvanoplastia; serviço de
LP	16003289	Prometeon Tyre Group Indústria Brasil Ltda.	Avenida Alexandre De Gusmao, 487 Porta T1 - Hse - Santo André	Pneus para automóveis, caminhões, ônibus, aeronaves, bicicletas, motoc
LO	33007708	Promo2go Comunicação E Marketing Eireli.	Rua Afonso Desiderio, 280 - - Taboão Da Serra	Displays(expositores/mostruários) de madeira; fabricação de
LO	15009790	Protect Surface Tratamento De Superfícies Eireli - Epp	Avenida Santa Ifigênia, 152 - Guarulhos	Galvanoplastia; serviço de
LO	57003324	Pulcra Especialidades Químicas Ltda.	Rodovia Pres. Dutra Km 161, S/N Est. Rio Abaixo - Jacareí	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LO	65004149	Pura Linha Indústria E Comercio De Rações E Cereais Ltda. Epp	Rodovia Governador Doutor Adhemar Pereira De, S/Nº Km 165 - Mogi-mirim	Alimentos preparados para animais (bovinos, suínos (porcos), coelhos,
LP/LI	36003203	Pyrotek Tecnologia Ltda	Rua Antonio Ovidio Rodrigues, 913 - Jundiaí	Produtos cerâmicos refratários; fabricação de
LO	33007789	Qualicabos Indústria E Comércio De Cabos Ltda - Me.	Rua Balthazar Figueiredo De Almeida, 36 38 - São Paulo	Fios, cabos e condutores elétricos isolados, n.e.; fabricação de
LO	45008606	Queens Auto Posto Ltda.	Avenida Santo Amaro, 2250 - São Paulo	Posto de gasolina
LO	48005762	Quimar Indústrias Químicas Ltda	Rua Álvares Cabral, 1140 - Diadema	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	42007105	R G Plastic Embalagens Ltda - Me	Rua Rod. Sp 316, Km 164, S/nº, Galpão 03 - Cordeirópolis	Embalagens de material plástico (polietileno, pvc e semelhantes); fabr
LO	29008736	R.a.beauty Cosmeticos Ltda Me	Rua Francisco Carlos De Souza, 289 - São Paulo	Condicionadores para cabelos; fabricação de
LP	3001855	R.f. De Lima Plásticos -me	Rua Augusto Pereira Coelho, 237 - Roseira	Materiais plásticos descartados; recuperação de
LP	15002307	Rafael Landucci Da Silva	Estrada Guarulhos-nazare, 346 - Guarulhos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	62001528	Raguife Indústria E Comércio De Rações Ltda	Rua Municipal Sfs 14, S/Nº C. Cabeceira - Santa Fé Do Sul	Ração para qualquer tipo de animal (bovinos, suínos(porcos), aves, coe
LO	62001471	Raguife Indústria E Comércio De Rações Ltda	Rua Municipal Sfs 14, S/Nº C. Cabeceira - Santa Fé Do Sul	Ração para qualquer tipo de animal (bovinos, suínos(porcos), aves, coe
LO	62001529	Raguife Indústria E Comércio De Rações Ltda	Rua Municipal Sfs 14, S/Nº C. Cabeceira - Santa Fé Do Sul	Ração para qualquer tipo de animal (bovinos, suínos(porcos), aves, coe
LP	59000373	Raizen Energia S.a.	Rodovia Raposo Tavares, S/N Km 334 - Ipaussu	Usina de açúcar e álcool
LI	21003203	Raízen Energia S/a - Filial Costa Pinto	Acesso Bairro Costa Pinto, S/N Área 1 - Piracicaba	Álcool anidro ou hidratado para fins carburantes; fabricação de
LI	21003202	Raízen Energia S/a - Filial Costa Pinto	Acesso Bairro Costa Pinto, S/N Área 1 - Piracicaba	Álcool anidro ou hidratado para fins carburantes; fabricação de
LI	21003204	Raizen Energia S/a- Filial Santa Helena	Rodovia Cornelio Pires, Km 7,5 - Rio Das Pedras	Usinas de açúcar e álcool
LO	5010200	Ramos & Bicudo Ltda.	Rua Doutor Rodrigues Alves, 621 - Capivari	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	14001742	Randoli - Industria E Comercio De Artigos Funebres Ltda Me	Rua C, 3010 - Mirassol	Folhas, flores e frutos artificiais; fabricação de
L.O. LOTEAMENTO	32000087	Rb Commercial Properties 28 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	Avenida Portugal, 46 - Itapevi	Condomínio industrial
LP	11001784	Rb De Garça Comércio E Indústria De Alimentos Eireli	Avenida Drº Labieno Da Costa Machado, 4100 - Garça	Doce de frutas em calda; produção de
LO	11005940	Rb De Garça Comércio E Indústria De Alimentos Eireli	Avenida Drº Labieno Da Costa Machado, 4100 - Garça	Doce de frutas em calda; produção de
LO	26006313	Rdo - Usinagem Ltda. - Me	Avenida Shozo Sakai, 1240 - Mogi Das Cruzes	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LP/LI	14001744	Real Caixas Indústria E Comércio De Embalagens Ltda	Rua Maria Aparecida Roio Leonardi, 2095 - São José Do Rio Preto	Embalagens de papelão ondulado, impressas ou não; fabricação de
LO	48005747	Recaf Comercial E Tecnica Ltda	Rua Luiz Ferreira Da Silva, 360 - São Bernardo Do Campo	Aparelhos eletrônicos para usos técnicos, n.e., fabricação de
LO	3006660	Recivale Industria E Comercio De Metais S.a	Avenida Julio De Paula Claro, 875 - Pindamonhangaba	Alumínio em lingotes e outras formas primarias; produção de
LI	16005399	Rede D'or São Luiz S.a.	Rua Doutor Nicolau Assef, 52 Ant Guimarães Car - Ribeirão Pires	Hospital; público ou particular
LO	26006296	Rede De Postos Sete Estrelas Ltda	Rua Lothar Waldemar Hoehnne, 1717 - Mogi Das Cruzes	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	48000420	Rede Dor São Luiz S/a.	Rua Americo Brasiliense, 596 - São Bernardo Do Campo	Hospital especializado; público ou particular
LO	21009107	Refrata Refratários Ltda	Avenida Refrata, 205 - Ipeúna	Cerâmica refratária; fabricação de
LO	30012796	Reginaldo Tellini Ferramentaria	Rua Bacairis, 263 - São Paulo	Moldes, modelos, matrizes e estampos de metal para fins industriais; f
LP/LI	5002212	Rei Indústria E Comércio De Abrasivos Ltda	Rua Arnaldo Roque Brisque, 333 - Vinhedo	Abrasivos naturais ou artificiais, em pó ou em grãos, aplicados sobre
LI	49000337	Reinaldo Rosado 05841565613	Rua Nelson Brihi Badur, 727 - Registro	Limpeza de fossas sépticas; serviços de
LO	33007760	Renda Star Industria E Comercio Ltda	Rua Franklin Magalhaes, 642 - São Paulo	Subprodutos resultantes do beneficiamento de fibras têxteis; obtenção
LO	33007753	Renk`s Industrial Ltda	Avenida Maria Coelho Aguiar, 573 Cj. B - Galpão 7 - São Paulo	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LP	15002305	Renomax Renovadora De Pneus - Eireli	Rodovia Arao Sahm, 08 - Mairiporã	Pneus (recondicionamento, recauchutagem, recapagem ou remoldagem); ser
L.O. LOTEAMENTO	42000061	Residencial Chácara São José	Rua Pastor Ariano Ferreira, 145 - Limeira	Loteamento e venda de imóveis próprios
L.O. LOTEAMENTO	12000140	Residencial Oliveira I (adilmar Alves De Oliveira)	Avenida Zil Brasil, S/Nº - Mirante Do Paranapanema	Loteamento sem benfeitorias
L.O. LOTEAMENTO	51000165	Residencial Villaggio Gessy Borges Caneguim Empreendimentos Spe Ltda	Rua Elias Chibeb, S/Nº - Sebastianópolis Do Sul	Loteamento e venda de imóveis próprios
LP/LI	37001537	Rhodia Brasil S.a.	Avenida Doutor Roberto Moreira, 5005 - Paulínia	Fenóis; fenóis-álcoois e seus derivados; fabricação de
LO	14009158	Rhuany Industria Química Ltda - Me	Rua Luiza Tondim Daneluce, 801 - São José Do Rio Preto	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	16011075	Rimale Componentes Para Esquadrias Ltda	Avenida Presidente Costa E Silva, 2333 Galpão 1 - Santo André	Injeção de peças plásticas
LO	14009172	Rio Preto Comércio De Tambores E Bombonas Ltda-me	Avenida João Pazzotto, 1920 - Neves Paulista	Tambores e tanques metálicos para embalagem, recuperação de
LO	21009094	Riomanfe Comércio E Manutenção De Equipamentos Ltda Epp	Rua 1-a, 69 - Rio Claro	Moldes, modelos, matrizes e estampos de metal para fins industriais; f
LO	6010122	Roberg Alimentos E Medicamentos Da Natureza Ltda.	Alameda Das Abelhas, 8 Cx.postal 23 - Votorantim	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LP/LI	37001533	Roberta Lopes Eireli Me	Rua Arthur Pinto Lima, 194 - Amparo	Artefatos têxteis não especificados anteriormente (exceto vestuário);
LO	42007106	Roberto Hipólito De Souza	Rua Walter Da Rocha Brandão, 61 - Limeira	Tratamento e revestimento em metais; serviços de
LO	45008609	Rocel Industria E Comercio De Perfilado De Aluminio Ltda	Avenida Carioca, 374 - São Paulo	Alumínio fundido em formas e pecas; produção de
LP	21002354	Rochosa Mineração E Comércio Ltda	Fazenda São Sebastião, SIN Anm 820.963/2016 - Rio Claro	Argila; extração de
LO	3006676	Rodão Auto Posto Ltda.	Avenida Marechal Deodóro, 420 - Taubaté	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	73000376	Rodo Inox Indústria E Comércio De Tanques Ltda	Rua Ézio Morganti, 1000 Lt 32 - Qd 08 - Ibaté	Carrocerias tanque (metálicas) para caminhões; fabricação de
LP/LI	34002506	Rodrigo Banzato Gonçalves	Avenida Sao Jeronimo, 4600 Bl 6f - Americana	Peças e dispositivos elétricos e eletrônicos para motores e máquinas;
LO	51001478	Rodrigues E Nogueira Auto Posto Votuporanga Ltda	Rua José Ferreira Vieira Neto, 1839 - Votuporanga	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	64000511	Roi Indústria E Comércio De Alimentos Ltda	Estrada Secundaria Do Bairros Das Partes, 361 - Porangaba	Produtos diversos de carne (hambúrgueres, pates, almondegas, etc.); pr
LP/LI	42001805	Roller Steel Produtos Siderurgicos Ltda	Estrada Municipal Lim 173, 600 Galpão 01 - Limeira	Retrefilados, relaminados, perfilados
LI	65000363	Romariz Mineração Ltda.	Rua Antônio Luiz De Almeida, 755 Cp 60 - Águas De Lindóia	Águas minerais; extração, engarrafamento e gaseificação de
LO	49001246	Rp Comércio De Materiais Para Construção Ltda	Rodovia Régis Bittencourt (br 116), 0 Km 388,70 - Miracatu	Pedra britada (britamento associado a extração); extração de
LO	49001248	Rp Comércio De Materiais Para Construção Ltda	Rodovia Régis Bittencourt (br 116), 0 Km 388,70 - Miracatu	Pedra britada (britamento associado a extração); extração de
LO	49001245	Rp Comércio De Materiais Para Construção Ltda.	Rodovia Regis Bittencourt, Km 389 - Miracatu	Pedra britada (britamento associado a extração); extração de
LO	21009081	Rpa Comércio De Combustiveis Piracicaba Iii Ltda	Avenida Investigador Lucidio Leite, 35 S/nº - Piracicaba	Posto de abastecimento de veículos
LO	26006315	S & J Comercio De Madeira Ltda-me	Rua São Paulo - Rio De Janeiro, 363 Km 34 - Poá	Madeira, beneficiamento (serrada, resserrada, etc.)
LO	11005921	S S Artefatos De Madeira Eireli	Via De Acesso Luciano Rivaben, 1364 - Gália	Móveis de madeira; fabricação de
LP	61000546	S. Braga Cury Cervejaria	Estrada Vicinal Cerquilho-boituva, Km 09, Ch. Samambaia - Cerquilho	Chope; fabricação de

LO	4008796	S. C. Indústria E Comércio Ltda. - Epp	Avenida Mal. Costa E Silva, 3471 - Ribeirão Preto	Telas de arame; fabricação de
LO	34009302	S.I. Bazanella Plásticos Ltda - Epp	Avenida Armando Salles De Oliveira, 1035 - Americana	Materiais plásticos em grãos (grânulos) a partir de sucatas ou resíduo
LP	16003293	S2 Synergy Tecnologia Em Poliuretano Ltda.	Rua Aulivieri Bozzato, 1312 - Mauá	Artefatos de espuma de borracha; fabricação de
L.O. PRECÁRIO	65000185	Saae - Saneamento Ambiental De Águas De Lindóia - Ete Pelado	Rodovia Sp 360 - Km 178, 196 Lado Esquerdo - Águas De Lindóia	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	70000727	Sabesp - Cia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo	Rua Faz. Itaú Agro, S/N Eee - Ete-sede - Itapeva	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LP	70000162	Sabesp - Cia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo	Estrada Municipal, S/N Ete Apiaí-mirim - Capão Bonito	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	73002174	Saep - Estação De Tratamento De Esgoto - Ete Santa Fé	Rua Sao Lucas, 40 - Pirassununga	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LP	57000623	Safran Cabin Brazil Ltda.	Avenida Getulio Dorneles Vargas, 3000 - Jacareí	Partes, peças e acessórios para aeronaves; fabricação de
LO	72002554	Saint-gobain Do Brasil Produtos Industriais E Para Construção Ltda	Rodovia Regis Bittencourt, 1962 Galpão 05 - Embu Das Artes	Colas e adesivos a base de cianocrilatos; fabricação de
LO	37004334	Sanatório Ismael	Avenida Allan Kardec, 1100 - Amparo	Sanatório com internação; público ou particular
LO	5010252	Sanebavi - Saneamento Básico Vinhedo - Eee Log & Print	Rua Iracema Lucas, 579 Log & Print - Vinhedo	Estação elevatória de esgoto
LO	5010249	Sanebavi - Saneamento Básico Vinhedo - Eee Alziro Chicchetto	Rotatoria Alziro Chicchetto, 372 - Vinhedo	Estação elevatória de esgoto
LO	5010251	Sanebavi - Saneamento Básico Vinhedo - Eee Coim	Rua Angelo Bevilaqua, 109 - Vinhedo	Estação elevatória de esgoto
LO	5010250	Sanebavi - Saneamento Básico Vinhedo - Eee Unilever	Avenida Das Industrias, 159 - Vinhedo	Estação elevatória de esgoto
LO	52002929	Sanen Engenharia Ltda	Rodovia Deputado Cunha Bueno, Km1+100m - Jaboticabal	Fabricação de produtos do refino de petróleo
LI	26002480	Sanofi Medley Farmacêutica Ltda.	Rua Conde Domingos Papaiz, 413 - Suzano	Preparações farmacêuticas alopáticas para uso humano; fabricação de
LI	26002481	Sanofi Medley Farmacêutica Ltda.	Rua Conde Domingos Papaiz, 413 - Suzano	Preparações farmacêuticas alopáticas para uso humano; fabricação de
LO	6010166	Santo Comércio E Importação De Produtos Alimentícios Ltda.	Rua Elias Maluf, 1835 Anexo A - Sorocaba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	11005914	Santos, Freire & Cia Ltda	Rua Professor Sud Menucci, 97 - Rinópolis	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	26006308	Sanval Industria De Metais Ltda-epp	Rua Ernestina, 309 - Ferraz De Vasconcelos	Fundição de metais não ferrosos; serviço de
LO	52002091	São Martinho Terras Imobiliárias S.a.	Fazenda São José, Matr. 367, 0 Sítio São Pedro - Pradópolis	Cascalho natural; extração de
LO	52002935	São Martinho Terras Imobiliárias S.a.	Fazenda Piraju, S/N Matr.8896 - Guatapará	Cascalho natural; extração de
LO	52002930	São Martinho Terras Imobiliárias S.a.	Fazenda Barreiro, S/N Matr. 9120 - Guatapará	Cascalho natural; extração de
LO	18003351	Sao Pedro Comercio De Gelo, Insumos E Servicos Para Pesca Ltda.-epp	Rua Particular, 115 - Guarujá	Gelo (exceto gelo seco); fabricação de
LO	40002141	São Sebastião De Guaíra Comércio De Pneus Ltda. - Me	Avenida José Cavenaghe, 2225 Acesso Ii - Guaíra	Pneus (recondicionamento, recauchutagem, recapagem ou remoldagem); ser
LO	48005670	Saturno Indústria De Tintas E Representações Comerciais Ltda.	Avenida São Paulo, 10 - São Bernardo Do Campo	Tintas e vernizes dissolvidos em meio não aquoso para qualquer uso; fa
LO	7007452	Sawi Indústria Cerâmica Ltda - Me	Rua José Augusto Angélice, 370 - Barra Bonita	Telhas cerâmicas ou de barro cozido; fabricação de
LO	7007453	Sawi Indústria Cerâmica Ltda - Me	Rua José Augusto Angélice, 370 - Barra Bonita	Telhas cerâmicas ou de barro cozido; fabricação de
LO	46001991	Sbb Industria E Comercio De Produtos De Higiene Ltda.	Rodovia Leonidio De Souza Barros, 953 Km 6,5 - Sarapuí	Detergentes para uso institucional e doméstico; fabricação de
LO	16011083	Sca Serviços E Caldeiraria Ltda	Rua Panamericana, 155 - Ribeirão Pires	Peças e obras diversas de caldeiraria pesada; fabricação de
LO	73002250	Scalla Cerâmica Artistica Ltda	Rodovia Sp 215, Km 105,5, 0000 - Descalvado	Aparelhos completos de louca para serviço de mesa (jantar, café, chá,
LI	5004113	Schering Plough Indústria Farmacêutica Ltda.	Rua Treze De Maio, 1161 Predio 72 - Campinas	Preparações farmacêuticas para uso humano; fabricação de
LO	21009093	Scoda Aeronáutica Fab,com,imp,exp Aeronaves,serv Manut,escola Av Civil	Estrada Municipal Ipn 020, Km 0,1 - Ipeúna	Aeronaves para passageiros, construção e montagem de
LO	45008601	Scorplast Indústria E Comércio De Sucatas De Plásticos Ltda - Epp	Rua Antonio Frederico, 689 - São Paulo	Materiais plásticos em grãos (grânulos) a partir de sucatas ou resíduo
LP	37000849	Seara Alimentos Ltda	Rodovia Joao Beira, Km 48,3 - Amparo	Aves; abate de (exceto em aviários)
LP/LI	65001276	Sems Biofarmacêutica Indústria E Comércio De Produtos P/ Saúde Humana	Avenida Francisco Gomes, 170 - Lindóia	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LP/LI	63000826	Seon - Tecnologia Em Usinagem Ltda	Rodovia Sp 340 - Km 269, S/N Cxpst 304 - Mococa	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LP/LI	21002151	Seoyon E-hwa Fabricação De Sistema Interior Automotivo Brasil Ltda	Avenida Coréia Do Sul, 1550 - Piracicaba	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LO	21009120	Seoyon E-hwa Fabricação De Sistema Interior Automotivo Brasil Ltda	Avenida Coréia Do Sul, 1550 - Piracicaba	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LP/LI	48001638	Seral Otis Indústria Metalúrgica Ltda	Rua Elisha Otis, 2200 - São Bernardo Do Campo	Elevadores para passageiros; fabricação de
LO	48005702	Serbin Indústria E Comércio De Móveis Eireli	Rua Rubens Pedroso, 250 - Diadema	Moveis de material plástico, reforçados ou não com fibra de vidro; fab
LO	49001247	Serra Pereira Conservas Alimenticias Ltda	Rua Andrelino De Oliveira, 69 - Cananéia	Palmito em conservas; produção de
LO	11005922	Serrano & Delgado - Extração De Minerais Ltda	Estrada Vicinal Cafelândia-bairro Três Barra, S/Nº Km 7,5 - Cafelândia	Areia; extração de
LP	4002742	Sertãozinho Industria E Serviços Especiais Ltda - Me	Rua Ademir Sponchiado, 408 - Sertãozinho	Peças e acessórios para turbinas e rodas hidráulicas; fabricação de
LI	36003767	Serviço Autônomo De Água E Esgotos	Rua Bernardino De Campos, 799 - Indaiatuba	Água, captação, tratamento e distribuição de
LP	61000545	Serviço Autônomo Municipal De Água E Esgoto - Samae (ete Central)	Rua Indalécio Costa, S/nº, Ete Central - Tietê	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	12003551	Seven Driver Audio Ltda - " epp"	Rodovia Julio Budisk, S/Nº Km 30-a - Alfredo Marcondes	Alto-falantes; fabricação de
LO	36011619	Shimtek Industria E Comercio De Resinas Ltda	Avenida Emilio Chechinato, 3995 - Itupeva	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	34009296	Shinsung Do Brasil Indústria E Comércio De Produtos Químicos Ltda.	Rua Do Metalurgico, 140 Salão 1 - Americana	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não es
LO	34009295	Shinsung Do Brasil Indústria E Comércio De Produtos Químicos Ltda.	Rua Do Metalurgico, 140 Salão 1 - Americana	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não es
LO	42007073	Siatec Ferramentaria Eireli - Epp	Rua Dirceu Balloni, 324 - Limeira	Moldes, modelos, matrizes e estampos de metal para fins industriais; f
LP/LI	4001609	Sibrape Ind. E Com. De Equipamentos Aquaticos E De Filtragem Ltda.	Rua Armando Tarozzo, 210 - Ribeirão Preto	Bombas de ar ou de vácuo; fabricação de
LO	36011615	Siemens Infraestrutura E Indústria Ltda.	Avenida Engenheiro Joao Fernandes Gimenes Mol, 1745 Prédio 2 - Jundiaí	Peças e acessórios para máquinas e equipamentos de uso geral; fabricaç
L.O. PRECÁRIO	32001129	Silcon Ambiental Ltda.	Estrada José Pedro, 920 Km 56 - Pirapora Do Bom Jesus	Tratamento e eliminação de resíduos tóxicos; serviços de
LO	63002826	Silvio Angelo Sardeli Me	Rodovia Sp 344 - São João B. Vista / V.g. Sul, Km 15 - São João Da Boa Vista	Areia; extração de
LP/LI	63000827	Siniflex - Industria, Comércio E Export. De Estofados E Colchoes Ltda	Avenida Marginal, 220 - Aguaí	Conjunto estofado de madeira; fabricação de
LP	60001904	Sinto Brasil Produtos Limitada	Estrada Municipal Yuzuru Nagai, 1 - Atibaia	Ferro e aço fundido em formas e pecas, n.e.; produção de
LO	33007706	Sky Optiks Indústria De Óculos Ltda. - Epp.	Rua Manoel Gonçalves, 19 - Taboão Da Serra	Óculos completos, com ou sem grau; fabricação de
LI	30004672	Sm Baptistão - Me	Rua Alexandre De Moura, 201 - São Paulo	Pinos e contrapinos metálicos; fabricação de
LO	64001842	Sm Industria Metalurgica Ltda	Rua José Nepomuceno De Lima, 52 - São Manuel	Estantes metálicas; fabricação de
LO	21009092	Sms Do Brasil Servicos E Logística Industrial Ltda.	Avenida Marechal Castelo Branco, 101 Portão 1 - Piracicaba	Materiais metálicos, redução de volume para a recuperação de (corte, p
LO	11005932	Smx Serviços De Concretagem Ltda.	Avenida Eugênio Coneglian, 1632 Bloco B - Marília	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	32010078	Sn Industria Metalurgica Ltda- Me	Rua Rio De Janeiro, 953 - - Santana De Parnaíba	Galvanoplastia; serviço de
LO	52002925	Soares Industria E Comércio Ltda Epp	Rodovia Sp 305 Km 11,81, S/N Chac Santa Clothi - Monte Alto	Redutores e variadores de velocidade; fabricação de
LO	57003320	Soatech Comercio E Reciclagem De Eletroeletronicos Ltda	Rodovia Geraldo Scavone, 2080 G26 - Indusvale - Jacareí	Recuperação de materiais não especificado anteriormente
LO	18003355	Socores Beneficiamento De Metais Ltda. - Epp	Rua Dr. Sóter De Araújo, 130 - Praia Grande	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LI	40000888	Soft Metais Ltda.	Avenida João Ferreira Penna, 281 - Bebedouro	Ligas de metais nao-ferrosos fundidas em formas e pecas; produção de
LO	27005736	Soft Works Epi Calçados Ltda	Rua Tristao De Almeida, 3771 - Franca	Calçados de couro para segurança industrial; fabricação de
LO	48005728	Solixx Reciclagem Ltda - Epp	Rua Poaca, 160 - Diadema	Estações de transferência de resíduos perigosos, responsáveis pelo arm
LO	48005732	Solodimix - Agv Máquinas E Equipamentos Ltda.	Rua Argentina, 30 - Diadema	Peças para máquinas e equipamentos para a industria da construção; fab
LO	6010124	Sorocaps Indústria Farmacêutica Ltda.	Avenida Victor Andrew, 1350 - Sorocaba	Produtos alimentícios enriquecidos com vitaminas ou proteínas; prepara
LO	36011618	Souza Indústria E Comércio De Metais Cabreúva Ltda Me	Rua Rica, 15 - Cabreúva	Retrefilados de metais não-ferrosos, n.e.; produção de
LO	21009096	Sp Trade Água Mineral Ltda.	Sitio Maristela, S/N - Analândia	Águas minerais; extração, engarrafamento e gaseificação de
LO	48005691	Spdm - Associação Paulista Para O Desenvolvimento Da Medicina	Rua Jose Bonifacio, 1641 - Diadema	Hospital geral; público ou particular
LO	45008590	Splanada Da Raposo Auto Service Ltda	Via Raposo Tavares, 1015 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	36010733	Ss Lazarini Indústria E Comércio	Rua Da Mina, 2143 - Itupeva	Solventes, diluentes e outros produtos para remover tintas; fabricação
LO	36011621	Ss Lazarini Indústria E Comércio	Rua Da Mina, 2143 - Itupeva	Solventes, diluentes e outros produtos para remover tintas; fabricação
LI	63000441	St.puccílli Cervejaria Artesanal Ltda	Rua Doutor Tulio Ribeiro Rocha, 100 - Mococa	Chope; fabricação de
LO	16011068	Star Life Eco Posto Ltda	Rua Romano, 93 - Mauá	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	4001605	Stark Indústria E Comércio De Moldes E Matrizes Ltda. - Me	Rua Alemanha, 1425 - Ribeirão Preto	Ferramentas industriais, n.e.; fabricação de
LP/LI	42001806	Stc Ferramentaria Eireli	Rua David Silva, 84 - Limeira	Ferramentas de embutir, estampar ou puncionar; fabricação de
LO	26006318	Steck Indústria Elétrica Ltda	Estrada Municipal Noriko Hamada, 180 Parte A - Guararema	Peças e acessórios para equipamentos de distribuição e controle de ene
LO	42007102	Stoller Do Brasil Ltda	Estrada Municipal Cms-470, 300 - Cosmópolis	Fertilizantes químicos puros, compostos e complexos; fabricação de
LO	57003327	Stratus Compostos Estruturais Ltda	Rua Januária, 571 Empresa - São José Dos Campos	Artefatos de material plástico, reforçados ou não com fibra de vidro p
LO	6010159	Suez - Tecnologias E Soluções P/tratamento De Águas Ltda	Avenida Paraná, 4900 - Sorocaba	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	48005754	Super Posto 902 Ltda	Avenida Prestes Maia, 902 - Diadema	Posto de abastecimento de veículos
LI	30004673	Super Spring Industria Metalurgica Ltda	Estrada Do Corredor, 4733 Galpão 02 E 03 - Itaquaquecetuba	Artefatos Diversos De Ferro E Aço; Fabricação De
LO	5010254	Superflex Produtos De Borracha Ltda	Avenida Das Industrias, 100 Galpão 3 - Vinhedo	Pneus; fabricação de
LO	61003574	Supermix Concreto S/a	Rodovia Emerenciano Prestes De Barros / Sp-97, S/N Km 12 - Porto Feliz	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	63002823	Supplement Labs Ltda.	Avenida Rodrigues Alves, 1154 - São João Da Boa Vista	Produtos alimentícios enriquecidos com vitaminas ou proteínas; Prepara
LP	42001620	Suzano S.a.	Estrada Do Lageado, 0 - Limeira	Celulose de todos os tipos; fabricação de
LP	37000848	Syngenta Proteção De Cultivos Ltda.	Rodovia Professor Zeferino Vaz, S N Km 127,5 - Paulínia	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LP/LI	32001604	T M Cunha Indústria E Comércio De Alimentos Para Animais - Me	Estrada Jose Marques Ribeiro, 86 - Cajamar	Alimentos preparados para gatos, cachorros e outros animais; fabricaçã
LO	6010119	T.r.o. Ambiental Ltda - Epp	Rua Quirino De Mello, 1121 - Sorocaba	Resíduos contaminados; tratamento e disposição de
LI	42002215	Tais Da Paixão	Rodovia Prefeito Aziz Lian, S/N Km 36,9 - Artur Nogueira	Posto de combustível
LP	62000319	Talita Tameirão Silva Peixes Eireli - Me	Rodovia Sp 640, S/N Km 04 - Santa Clara D'oeste	Farinhas de carne e de despojos da carne de animais; produção de (quan
LO	51001476	Tanabi Comercio De Piscinas E Acessorios Eireli - Epp	Rodovia Euclides Da Cunha (sp 320), S/Nº Km 475 Brcao 1 - Tanabi	Piscinas de material plástico reforçado com fibra de vidro; fabricação
LP/LI	32001603	Tc Distribuidora De Alimentos Eireli	Avenida Rui Barbosa, 2915 Salão - Carapicuíba	Produtos da indústria do pão, fabricação de
L.O. PRECÁRIO	37000426	Tct - Terminal Ciapetro Taurus Ltda.	Avenida Sidney Cardon De Oliveira, 1515 - Paulínia	Depósito de produtos químicos ou de produtos inflamáveis
LP/LI	37001536	Teadit Indústria E Comércio Ltda.	Avenida Henri Bobst, 401 - Itatiba	Artefatos de material plástico, reforçados ou não com fibra de vidro p
LO	34009294	Technogun Indústria E Comércio De Artefatos De Caça E Pesca Ltda	Rua Da Juta, 503 Salão 02 - Americana	Artefatos de caca e pesca; fabricação de
LP/LI	3001186	Tecnoval Laminados Plásticos Ltda.	Rua Osvaldo Junqueira Ortiz Monteiro, 66 - Lorena	Laminados tubulares de material plástico; fabricação de
LO	11005920	Tekal Equipamentos Para Avicultura Ltda	Avenida Jacob Geris, 155 - Bastos	Máquinas, aparelhos e implementos para agricultura, n.e.; fabricação d
LO	26006316	Tekfio Condutores Elétricos Eireli - Me	Rua Joao De Godoy, 335 - Poá	Fios, cabos e condutores elétricos de cobre, isolados; fabricação de
LO	16011077	Temperjato Tratamento De Metais Eireli	Rua Luis Novi, 135 - Mauá	Tratamento térmico do aço; serviço de
LP/LI	30002116	Tempo Indústria E Comércio De Plásticos Ltda-me	Rua Isa Silveira Leal, 135 - São Paulo	Sacolas de material plástico; fabricação de
LP/LI	30002118	Tempofilme Indústria E Comércio De Plásticos Ltda-me	Rua Marietta Lara De Faria, 320 Galpão 218 E 234 - São Paulo	Sacolas de material plástico; fabricação de
LO	52002939	Tereos Açúcar E Energia Brasil S.a	Fazenda Piratininga, S/Nº Caixa Postal 05 - Pitangueiras	Usina de açúcar e álcool
LP/LI	32001600	Teresa M Ferreira Dos Santos	Estrada Cabreuva, 16 Loja - Carapicuíba	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LP/LI	37001519	Terminal De Combustíveis Paulínia S.a.	Avenida Paris, 4077 Sala 3 - Paulínia	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não es
L.O. PRECÁRIO	28000899	Terral Agricultura E Pecuária S/a	Rodovia Francisco Malzoni, Km 13,5, Est. Part. Km 2,8 - Motuca	Carne de bovinos fresca (verde) ou refrigerada; produção de
L.O. PRECÁRIO	28000898	Terral Agricultura E Pecuária S/a	Rodovia Francisco Malzoni, Km 13,5, Est. Part. Km 2,8 - Motuca	Carne de bovinos fresca (verde) ou refrigerada; produção de
LO	63002827	Terrasil Concreto Ltda	Rua Joaquim Jose Dos Santos, 0 Gleba C - São João Da Boa Vista	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LP	60001912	Terrasil Concreto Ltda.	Rua Nicolau Chede, 491 - Vargem	Argamassa preparada para construção; fabricação de
LO	4008803	Terrena Agronegócios Ltda	Avenida Ernesto Soldera, 40 Sitio Agua Vermel - Sertãozinho	Fertilizantes compostos npk; fabricação de
LO	4008802	Terrena Agronegócios Ltda	Avenida Ernesto Soldera, 40 Sitio Agua Vermel - Sertãozinho	Fertilizantes compostos npk; fabricação de
LO	73002253	Terroni Equipamentos Científicos Indústria E Comércio Ltda. - Epp	Rua Rio Amazonas, 600 - São Carlos	Máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação de uso industrial e
LO	14009175	Tessa Tecnologia E Desenvolvimento Ltda	Rua Assis Chateaubriand, Km 175,9, 1759 - Guapiaçu	Estruturas metálicas, n.e.; fabricação de
LP/LI	34002504	Textil Omborgo Ltda	Rua Antônio Jorge Chebab, 520 - Sumaré	Tecidos de filamentos continuos e de fios de fibras artificiais ou sin
L.O. PRECÁRIO	63000179	Tiziu Coffees Comércio De Café Ltda.	Avenida Dos Trabalhadores, 24 - Espirito Santo Do Pinhal	Café; torrefação e moagem de
LO	48005746	Tkl Indústria E Comércio Metalúrgica Ltda - Me	Rua Bezerra De Menezes, 107 - Diadema	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LO	21009057	To Farms Indústria E Comércio De Produtos Agrícolas Ltda.	Rua Democlácio José Rossin, 113 Alphanorth - Piracicaba	Adubos e fertilizantes organominerais; fabricação de
LP/LI	48001634	Top-x Foods Produtos Alimenticios Ltda Me	Rua Vinte E Dois De Agosto, 104 - Diadema	Lingüicas, salsichas e outros produtos embutidos, de salamaria e de sa
LO	21009111	Topdrill Ferramentas Ltda - Epp	Rua 24, 2051 - Rio Claro	Ferramentas industriais, n.e.; fabricação de
LO	3006672	Total Brasil Distribuidora Ltda.	Avenida Tobias Salgado, 45 - Pindamonhangaba	Óleos lubrificantes básicos; fabricação de
LO	6010175	Toyota Do Brasil Ltda	Avenida Toyota, 9005 - Sorocaba	Automóveis, montagem de
LO	3006579	Tplan Construtora Ltda.	Avenida Virgilio Cardoso Pinna, 679 - Taubaté	Asfalto de petróleo, cimento asfáltico ou outros resíduos de óleos de
LP/LI	48001635	Tr Industria, Comercio E Serviços De Medição Ltda	Rua Santa Marta, 220 - Diadema	Ferramentas industriais, n.e.; fabricação de
LP/LI	30002115	Trali Industria E Comercio Ltda	Rua Santo Antonio De Itaberava, 598 - - São Paulo	Ferramentas industriais, n.e.; fabricação de
LO	42007086	Transmob Transportes Ltda	Rua Miguel Guidotti, 925 - Limeira	Posto de abastecimento de veículos
LO	42007089	Transportadora Contatto Ltda.	Rodovia Anhanguera, Km 136 - Limeira	Transporte rodoviário de cargas perigosas
LO	11005936	Transporte Coletivo Grande Marília Ltda.	Rua Marcos Bortion, 233 - Marília	Posto de abastecimento de veículos
L.O. PRECÁRIO	3001280	Tremembé Indústrias Químicas Ltda.	Avenida Arcênio Riemma, 1000 - Taubaté	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LO	5010242	Trust Ceramics Brasil Ltda	Avenida Benjamin De Paula Franca, 454 - Valinhos	Cerâmica refratária; fabricação de
LO	11005882	Tsuzuki Fertilizantes Ltda.	Avenida José Adão Filho, 200 - Bastos	Adubos e fertilizantes nitrogenados; fabricação de
LO	48005741	Tubos Ipiranga Indústria E Comércio Ltda	Avenida Piraporinha, 317 - São Bernardo Do Campo	Trefilados de metal, exceto para construção; comércio atacadista de
LO	46001977	Uilson Romanha & Cia Ltda	Sitio Tereza - Fazenda São Roque, S/Nº 820.221/2000-dnpm - Itapetininga	Areia; extração de
LP/LI	34002507	Umicore Brasil Ltda	Avenida Sao Jeronimo, 5000 Edif 4 5 6 E 7 - Americana	Metalurgia dos metais preciosos
LO	42007088	Una Flor Perfumaria E Cosmético Ltda	Rua Aratiba, 312 - Limeira	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de

LO	52002936	Unimaq Máquinas E Equipamentos Ltda	Rodovia Brigadeiro Faria Lima, 01 Km 341+82 Metros - Jaboticabal	Peças para máquinas e equipamentos de uso especifico; fabricação de
LP	57000619	Unimed De Caçapava Cooperativa De Trabalho Médico	Rodovia João Do Amaral Gurgel, 1225 - Caçapava	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LI	70000143	Unipetro Ourinhos Distribuidora De Petroleo Ltda	Rua João Rodrigues Dos Santos, 20 - Itapeva	Revendedor retalhista de combustíveis; comércio atacadista de
LP	42001618	Uniplastic Industria E Comercio Ltda	Rua Abelardo Pinto De Lemos, 2258 Caixa Postal 331 - Limeira	Tintas de impressão; fabricação de
LO	65004164	Uniposto Araras Ltda	Rua José Ometto, 1290 - Araras	Auto posto
LO	21009099	Universal Extração E Comércio De Minérios Ltda.	Rodovia Geraldo De Barros (sp-191), Km 146, S, 0 Faz Lagoa Dourada - Santa Maria Da Serra	Areia lavada para construção; extração de
L.O. PRECÁRIO	6001152	Upl Do Brasil Ind. E Com. De Insumos Agropecuários S.a.	Rodovia Francisco José Ayub, Km 122 - Salto De Pirapora	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LI	6004996	Upl Do Brasil Ind. E Com. De Insumos Agropecuários S.a.	Rodovia Francisco José Ayub, Km 122 - Salto De Pirapora	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LP	6003227	Upl Do Brasil Ind. E Com. De Insumos Agropecuários S.a.	Rodovia Francisco José Ayub, Km 122 - Salto De Pirapora	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LP/LI	5002211	Usiesp Usinagens Especiais Ltda (filial)	Rua Antônio Raposo Tavares, 531 Lote 23 - Qudra C - Valinhos	Produtos de caldeiraria leve; fabricação de
LO	64001854	Usina Açucareira S. Manoel S.a.	Fazenda Boa Vista, 00 Cx Postal 127 - São Manuel	Usinas de açúcar e álcool
LP/LI	3001187	Usina Araucária Eireli - Epp	Estrada Vicinal Francisco Lopes Pereira, 25 Sítio Borda Campo - Cunha	Madeira imunizada; produção de
LP	4002733	Usina Bazan S/a	Fazenda Dois Córregos, S/N - Pontal	Usinas de açúcar e álcool
LP	63000511	Usina De Britagem - Pref. Mun. De Espirito Santo Do Pinhal	Rodovia Vicinal Belmiro Floreze, 0 - Espírito Santo Do Pinhal	Usinas de reciclagem de resíduos da construção civil
LI	63000444	Usina De Britagem - Pref. Mun. De Espirito Santo Do Pinhal	Rodovia Vicinal Belmiro Floreze, 0 - Espírito Santo Do Pinhal	Usinas de reciclagem de resíduos da construção civil
LP/LI	15001554	Usina Natural Cosmeticos Ltda	Rua Tilapia, 45 - Mairiporã	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	62001523	Ute Vale Do Paraná Albioma S/a	Rodovia Sp-595, S/N.º Km 84+800m Sala 1 - Suzanápolis	Eletricidade através da biomassa; geração, produção de
LI	4003908	V. Dos Reis Indústria E Comércio De Sucatas De Alumínio	Rua Barretos, 1086 1066 - Ribeirão Preto	Alumínio em lingotes e outras formas primarias; produção de
LO	26006303	Valdeci Macedo Silva - Me	Rua João Canzi, 100 Galpão 40 - Ferraz De Vasconcelos	Intermediários para detergentes e tensoativos; fabricação de
LP	14002660	Valorgas Energia Catanduva Spe Ltda.	Estrada Municipal Ctv 020, 1 Faz Sta Barbara - Catanduva	Energia elétrica de origem térmica (combustíveis renováveis); geração
LP	73000375	Vansil - Indústria Comércio E Representações Ltda.	Rua João Augusto Cirelli, 640 - Descalvado	Remédios para uso veterinário; fabricação de
LO	21009095	Vb Transportes E Turismo Ltda	Avenida 43, 1696 - Rio Claro	Posto de abastecimento de veículos
LO	34009307	Vccoat Indústria De Tintas E Vernizes Eireli-epp	Rua Zulmiro Trevisani, 753 - Sumaré	Tintas automotivas; fabricação de
LI	5004112	Vectorcontrol Ind. Com. Prods. Agropec. Ltda	Rua Antonio Pinhata, 70 - Vinhedo	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LP	14002661	Vegas Tintas E Revestimentos Especiais Ltda	Ramal Acesso Uchôa A Sp-310, 0 Km 0 + 300m - Uchoa	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas, fabricação de
LO	37004331	Vida & Energia Distribuidora De Gás Liquefeito De Petróleo Ltda.	Rua Pln 410, 767 - Paulínia	Gás liquefeito de petróleo; comércio atacadista de
LO	32010099	Vida Lavanderias Especializadas Ltda.	Estrada Maricá Marques, 536 Galpão 1 - Santana De Parnaíba	Lavanderia industrial
LO	29008733	Vida Nova Engenharia E Terraplenagem Ltda	Avenida Chica Luisa, 1696 - São Paulo	Aterros de resíduos inertes e da construção civil
LO	65004159	Vida Verde Industria E Comercio De Insumos Organicos Eireli	Avenida Rainha, 800 Quadra H - Mogi-mirim	Compostos orgânicos para fertilização do solo a partir de processo de
LO	32010084	Videojet Do Brasil Comercio De Equip Para Codificação Industrial Ltda.	Rua São Paulo, 261 291 - Barueri	Tintas de impressão; fabricação de
LO	37004310	Vila Real Transportes E Serviços Ltda.	Rua Jose Da Costa, 141 - Paulínia	Caminhão tanque de combustíveis; transporte rodoviário
LO	62001520	Vine Sinalização Viaria Ltda	Rua Júlio Xavier De Jesus, 30 - Santa Fé Do Sul	Placas metálicas indicadoras, para qualquer fim; fabricação de
LO	60005756	Vinhais Auto Posto Ltda	Avenida Sao Joao, 321 - Bom Jesus Dos Perdões	Posto de abastecimento de veículos
LI	36003771	Vinícola Salton S/a	Rua Edgard Máximo Zambotto, Km 62,5, 107 Esq. C/ Rua Um - Jarinu	Conhaque; fabricação de
LI	52000624	Viralcool Açúcar E Álcool Ltda	Estrada Municipal Faz. Santa Cecícia Cx. Post, 0 - Pitangueiras	Álcool anidro ou hidratado para fins carburantes; fabricação de
LO	70000724	Vitalacqua Fonte San Gennaro Envasadora Ltda	Estrada Da Serra Velha, S/Nº Km 2,5 - Ribeirão Branco	Águas minerais; extração, engarrafamento e gaseificação de
LI	3002840	Vitta Química Indústria E Comércio Ltda.	Avenida Dom João Vi, 600 Cx Postal 1017 - Pindamonhangaba	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados a
LP	4002735	Vittia Fertilizantes E Biológicos S.a	Avenida Marginal Esquerda, 2000 - São Joaquim Da Barra	Adubos químico puros, compostos e complexos; fabricação de
LO	4008807	Vittia Fertilizantes E Biológicos S.a	Avenida Marginal Esquerda, 2000 - São Joaquim Da Barra	Adubos químico puros, compostos e complexos; fabricação de
LP/LI	61001334	Viva Care Material Médico Hospitalar Ltda	Avenida Getulio Vargas, 930 Bloco 9f Galpao 1 - São Roque	Estojos ou caixas de urgência com curativo, gaze, etc; fabricação de
LP	48000471	Vivacor Industria De Tintas E Vernizes Ltda	Rua Rio Grande Do Sul, 81 - Diadema	Esmaltes, lacas e vernizes; fabricação de
LO	18003353	Vopak Brasil S.a.	Rua Eustachio Alves De Souza, 155 Área 4 - Santos	Armazéns gerais (emissão de warrant)
LI	73000336	Votorantim Cimentos S. A.	Fazenda Chapadão Verde, S/N - Itirapina	Cimento portland; fabricação de
LP	70000159	Votorantim Cimentos S.a.	Rodovia Pedro Rodrigues Garcia (sp-249)-km 65, S/Nº Calcinação - Itapeva	Dolomita calcinada ou sinterizada; produção de
LI	70000144	Votorantim Cimentos S.a.	Rodovia Pedro Rodrigues Garcia (sp-249)-km 65, S/Nº Calcinação - Itapeva	Dolomita calcinada ou sinterizada; produção de
LP/LI	6001978	W. E. Barbosa	Rua Professor Ruy Telles Miranda, 413 - Sorocaba	Tratamento e revestimento em metais; serviços de
LO	15009786	Wek Serv Comércio De Beneficiamento De Borrachas Ltda. Epp	Rua Simão Pereira, 90 - Guarulhos	Chapas, laminas, lençóis ou placas de borracha natural ou sintética, m
LO	34009277	Welmy Industria E Comercio Ltda	Rua Irma Anetta Snapp, 81 - Santa Bárbara D´oeste	Balanças ou básculas automáticas ou não, n.e.; fabricação de
LO	73002254	Wetco Indústria E Comércio De Alimentos Para Animais S/a	Avenida Tenente Olympio Guiguer, 2324 - Pirassununga	Alimentos preparados para gatos, cachorros e outros animais; fabricaçã
LO	64001834	Wf Estruturas E Sistemas Ltda	Rua Isaura Fernandes Dos Santos, 61 - Botucatu	Partes, peças e acessórios para aeronaves; fabricação de
LP	48000467	White Martins Gases Industriais Ltda	Avenida Casa Grande, 2422 - Diadema	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	21009090	White Martins Gases Industriais Ltda	Avenida Mal. Castelo Branco, 101 - Piracicaba	Oxigênio; fabricação de
LP	30002546	Wilson Caldeira Paiva	Estrada Alberto Hinoto, 937 957 - Itaquaquecetuba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	37001010	Wise Plásticos S.a.	Avenida Osvaldo Berto, 405 D.i Alfredo Rela - Itatiba	Materiais plásticos descartados; recuperação de
LO	32010071	X Metais Industria E Comercio De Metais Eireli	Rua Joao Ramalho, 178 - Osasco	Sucatas de ferro, aço, metais ferrosos e não ferrosos, seleção de
LP	27002169	Xp Industria De Bebidas Ltda	Rua Alfredo Afonso Galante, 03 Barracao 01 - Pedregulho	Refrigerantes; fabricação de
LP	57000624	Yaborá Industria Aeronáutica S.a.	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2170 Prédio F56 2ºpav - São José Dos Campos	Aeronaves para passageiros, construção e montagem de
LP/LI	61001325	York Industria E Comércio De Produtos Plásticos S.a.	Rodovia Marechal Rondon (sp-300), Km 136 - Porto Feliz	Tecidos de acabamento especial - colagem em tecidos com material plást
LI	65000598	Zagaza Indústria E Comércio Ltda.	Estrada Municipal Araras / Fazenda São José, S/N Km 2,8 - Araras	Peças fundidas de ferro e aço; produção de
LO	42007109	Zf Automotive Brasil Ltda.	Rodovia Anhanguera, Km 147, S/N - Limeira	Peças e acessórios para o sistema de freios para veículos rodoviários;
LO	42007110	Zf Automotive Brasil Ltda.	Rodovia Anhanguera, Km 147, Pavilhão A - Limeira	Peças e acessórios para os sistemas de direção e suspensão para veícul
LO	6010120	Zf Do Brasil Ltda	Rua Doutor Jurgen Ulderup, 541 Ala 05 - Sorocaba	Mecanismos de direção para veículos rodoviários; fabricação de

(*) Licenças: LP=Prévia / LI=Instalação / LO=Operação / L.O. Prec=Operação a Título Precário

Comunicado

Cetesb - Licenças Solicitadas de 01/12/20 à 31/12/20 - Quantidade: 1287

TIPO (*)	NÚMERO	EMPREENDIMENTO	ENDEREÇO	ATIVIDADE
LP/LI	91557526	3d Comércio E Fabricação De Produtos Metálicos Ltda	Alameda Maria Tereza, 5680 - Valinhos	Ferramentas de corte e extrusão, n.e.; fabricação de
LO	91568871	3m Do Brasil Ltda	Rodovia Anhanguera, 0 Km 110 - Sumaré	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91571093	3m Do Brasil Ltda	Rodovia Anhanguera, 0 Km 110 - Sumaré	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP/LI	91576146	3m Do Brasil Ltda	Rodovia Anhanguera, 0 Km 110 - Sumaré	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LI	91567044	4b Plastic Comércio De Plásticos Ltda Me	Rua Abelardo Rodrigues Y Rodrigues, 560 - Catanduva	Granulos a partir da recuperação de materiais plásticos descartados; o
LP	91532207	A A Ribeiro Extração E Comercio De Areia Me	Estrada Da Barra Funda, 0 Km 4,5 - Miracatu	Areia; extração de
LO	91476411	A.c. Bonani Comercio Ltda	Rua Jose Pietro Garcia, 51 - Mauá	Moveis de material plástico, reforçados ou não com fibra de vidro; fab
LI	91561423	A.l. Costacurta Soluções Em Resíduos	Estrada Candido Portinari - Sítio São José, 0 Crt 101 -a Juruce - Jardinópolis	Recuperação de materiais não especificado anteriormente
LO	91566618	A.m.p. Produtos Terapêuticos Ltda.	Rua Cesário Ramalho, 615 - São Paulo	Bandagens; fabricação de
LP	91571089	Aacd - Associação De Assistência À Criança Deficiente	Avenida Professor Ascendino Reis, 724 - São Paulo	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LI	91568733	Abatedouro De Aves Califórnia Ltda.	Estrada Municipal Pgi 050, Km 2 - Pirangi	Farinhas de carne e de despojos da carne de animais; produção de (quan
LP	91488689	Açocort Indústria De Aço Ltda. - Epp	Rua Ribeirão Preto, 1930 - Ribeirão Preto	Estruturas metálicas, n.e.; fabricação de
LI	91557010	Acrilex Tintas Especiais S/a	Estrada Galvao Bueno, 5000 - São Bernardo Do Campo	Tintas e vernizes dissolvidos em meio aquoso para qualquer uso; fabric
LP/LI	91568890	Adere Produtos Auto Adesivos Ltda	Estrada Municipal Valencio Calegari, 2002 - Sumaré	Adesivos de borracha; fabricação de
LP/LI	91547903	Adilac Ingredientes E Aditivos Para Ind. De Laticinios E Alimentos	Estrada Municipal Da Cachoeira, 0 Km 1,41 - Cabreúva	Preparações alimentícias compostas homogeneizadas; produção de
LO	91565953	Advics Automotiva Latin America Ltda.	Rodovia Waldomiro Correa De Camargo, Km 55 - Itu	Cilindros de freio para veículos rodoviários; fabricação de
LO	91564830	Aeroeste Combustíveis De Aviação Ltda	Rodovia Olegário Ferraz, S/N - Araçatuba	Posto de abastecimento de veículos
LI	91564726	Ageo Terminais E Armazéns Gerais S.a	Ilha Barnabe , S/N.º Proaps 79 - Santos	Armazéns gerais (emissão de warrant)
LO	91568398	Agra Indústria E Comércio Ltda	Avenida Major Pinheiro Froes, 2161 - Suzano	Máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação de uso industrial e
LI	91562595	Agrana Fruit Brasil Limitada	Avenida Vereador José Donatto, 530 Bloco A - Cabreúva	Polpa de frutas; produção de
LI	91575815	Agrisal Adm. De Bens Proprios Ltda	Avenida Doutor Jose Fornari, 1777 - São Bernardo Do Campo	Posto de gasolina
LO	91570116	Agro Industria Nutrihorto Ltda	Avenida Jeronyma De Oliveira Lima, 24 - Monte Mor	Óleos refinados e gorduras; comércio atacadista de
LP	91566280	Agroindustria Santa Rita Ltda	Sitio Taquara Branca, 01 Fz Sta Lucia - São José Do Rio Pardo	Cebola; cultivo de
LO	91562130	Águas De Matão S/a	Rodovia Dr. Laerte José Tarallo Mendes, S/N - Matão	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LP	91553767	Águas De Votorantim S.a. - Eta Votex	Avenida Santo Antonio, 892 - Votorantim	Água, captação, tratamento e distribuição de
LP	91553786	Águas De Votorantim S.a. - Eta Votocel	Rua Irma Ferrarezi, 144 - Votorantim	Água, captação, tratamento e distribuição de
LO	91568807	Ajinomoto Do Brasil Indústria E Comércio De Alimentos Ltda	Avenida Oriento,, 000 - Laranjal Paulista	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LO	91551464	Ald Indústria E Comércio Ltda - Epp	Rua Coronel Souza Reis, 94 - São Paulo	Artefatos de joalheria e ourivesaria; fabricação de
LP	91558816	Aldoro Indústria De Pós E Pigmentos Metálicos Ltda	Avenida Suecia, 570 - Rio Claro	Produtos da metalurgia do pó; fabricação de
LO	91553765	Alfaterm Indústria E Comércio Ltda	Estrada Tenente Marques, 5490 - Santana De Parnaíba	Torres de resfriamento; fabricação de
LO	91565490	Alimentos Dallas Industria E Comércio Ltda	Via Das Palmas, 453 - Cabreúva	Alimentos a base de trigo ou de flocos de trigo; produção de
LO	91569716	Allbiom Biotecnologia Ltda. - Epp	Rodovia Abrão Assed (sp-333), Km 4 - Cajuru	Fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos; fabricação de
LP/LI	91561815	Almeida Industria E Comercio De Cosmeticos Eireli	Rua Oscarito, 26 - Mauá	Cosméticos; fabricação de
LO	91565587	Alta Noroeste Sinalização Viária Ltda - Epp	Rua Aviação, 2025 - Araçatuba	Placas para sinalização e orientação rodoviária; fabricação de
LI	91557832	Althea Clínica De Apoio Ao Paciente Crônico Ltda	Rua Borges Lagoa, 1341 - São Paulo	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LO	91528041	Alto Padrao Posto De Servicos Eireli	Rua Carmem Rodrigues Canavez, S/N - Restinga	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91556415	Altolin Indústria E Comércio De Produtos De Limpeza Eireli	Rua Alcides Senno, 165 - Assis	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	91553883	Aluer Alumínio Do Brasil Ltda	Avenida Coronel Horácio Boson, 155 - Porto Feliz	Alumínio fundido em formas e pecas; produção de
LO	91566407	Aluminec Recuperação De Metais Ltda-me	Rua Albertina Colozio Laguna, 105 - Ferraz De Vasconcelos	Fundição de metais não ferrosos; serviço de
LO	91569585	Alvorada Industria E Comercio De Produtos Alimenticios Ltda Me	Avenida Demetria, 615 Cp 204 - Botucatu	Mel artificial ou mistura de mel natural com mel artificial; outros pr
LO	91562426	Amcor Packaging Do Brasil Ltda	Avenida Francisco Pereira Dutra, 2010 - Louveira	Embalagens de material plástico (polietileno, pvc e semelhantes); fabr
LP/LI	91567115	Americar Equipamentos E Peças Para Movimentação De Materiais Eireli	Rodovia Prefeito Aziz Lian (sp 107), 500 - Santo Antônio De Posse	Carrinhos para supermercado; fabricação de
LP/LI	91557087	Amor Industria E Comercio De Produtos Alimenticios Ltda	Rua Coronel Diogo, 525 K E L - Mococa	Pão de queijo congelado, inclusive massa preparada congelada; fabricaç
LO	91557016	Amr Industria E Comercio De Produtos Siderurgicos Ltda.	Rua Matias De Albuquerque, 179 - São Paulo	Laminados planos de aço, n.e; produção de
LO	91541546	Ana Lúcia Martins Mutinelli Me	Rodovia Anhanguera, Km 227,5 Sp330 Sul, 0 Rural - Porto Ferreira	Tijolos cerâmicos ou de barro cozido - exceto refratário; fabricação d
LO	91557857	Anderson Aparecido Dos Santos	Avenida Paulista, 1866 Oeste - Pederneiras	Sucatas de materiais plásticos, trituração, limpeza e triagem de
LP	91558923	Andrade Metais Industria E Comercio Ltda	Rua Alberto Magnusson, 322 - Indaiatuba	Artefatos Diversos De Metais Não Ferrosos (Exceto Alumínio), Não Espec
LO	91568207	Angelo Roque De Santis & Cia Ltda	Avenida Angelo Ramos, 15 - Porto Ferreira	Posto de abastecimento de veículos
LP/LI	91553636	Anisinos Indústria E Comércio De Produtos Químicos E Couros Ltda	Rua Edgard Batista Frutuoso, 140 160 - Franca	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
L.O. LOTEAMENTO	91564413	Anisio Moreno Junior	Prolongamento Da Avenida Theofilo Joaquim Rib, S/Nº - Paulo De Faria	Loteamento e venda de imóveis próprios
LO	91555661	Anodial - Anodização De Alumínio Ltda. - Me	Rua Mal. Costa E Silva, 4335 - Ribeirão Preto	Anodização; serviço de
LO	91557454	Aparecido Ferreira Pessoa & Cia. Ltda	Rua Santos, 219 - Catanduva	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91563498	Api - Produtos Quimicos Ltda	Rodovia Feliciano Sales Cunha, S/N° Km 482,5 - Poloni	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LO	91561784	Aquamec Industria E Comercio De Equipamentos Ltda.	Avenida Tiradentes, 2620 - Itu	Máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, fabricação
LO	91566741	Aquanalyze Brasil Produtos Quimicos Ltda Epp	Avenida Dos Trabalhadores, Lote 02, Quadra B, 678 830 - São João Da Boa Vista	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LO	91571375	Aratu Ambiental Ltda. - Epp	Rua Willy Conrado Bohlen, 350 Cp 170 - Taubaté	Resíduos contaminados; tratamento e disposição de
LI	91560070	Arbore Industria E Comércio De Fertilizantes Ltda	Estrada Municipal Do Bairro Dos Morais, 0 Km 1,5 Fundos - Socorro	Fertilizantes químicos de uso agrícola e doméstico; fabricação de
LO	91575116	Arbuz Química Ltda	Avenida Guerino Turatti, 410 - Araras	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LI	91572329	Arcos Fibra Comercio E Indústria Ltda Epp	Avenida Brasil, 3500 Galpão C - Rio Claro	Cabines para caminhões; fabricação de
LI	91547469	Areião Empresa De Mineração Ltda.	Rodovia Sp-147 Km 221, S/N Ribeirão Bonito I - Anhembi	Areia; extração de
LO	91572970	Argetax Adm. E Part. Em Emp. Comerciais Ltda. (juan Jose Repucci)	Rua Chico Pontes, 1292 (filial 005) - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	91560701	Aroma Bioenergia Ltda.	Rua Waldyr Martins Ferreira, 500 Uninorte - Piracicaba	Glicerina; fabricação de
LO	91570050	Arte Em Metais Ind Com De Bijuterias Ltda Me	Rua Dr. Antonio De Luna, 1001 - Limeira	Artigos de bijuterias (bijouterias); fabricação de
LO	91527039	Artefatos De Papel Predileta Indústria E Comércio Ltda-epp	Rua André De Leão, 158 - São Paulo	Sacos de papel impressos ou não; fabricação de
LO	91567473	Asséptico Produtos Descartáveis Ltda	Avenida 5, 1367 Esquina Da Rua 15 - Rio Claro	Materiais para odontologia, n.e.; fabricação de
LP/LI	91559374	Assisfit Comércio E Assistência Técnica De Equip. De Ginastica Eireli	Rua Santa Brigida, 23 - São Paulo	Aparelhos eletrônicos para usos técnicos, n.e., fabricação de
LO	91532747	Associação De Aquicultores Do Córrego Recanto Da Onça	Corrego Recanto Da Onça / Sítio Água Doce, 0 Zona Rural - Santa Fé Do Sul	Tilápia; criação de
LP	91572332	Asstam Combustiveis Ltda	Rua Giovanni Carnovali, 79 115 - São Paulo	Revendedor retalhista de combustíveis; comércio atacadista de
LP	91540400	At Comércio De Cereais Ltda	Estrada Vicinal Olavo De Almeida, S/N - - Espírito Santo Do Pinhal	Óleos vegetais em bruto, comestíveis ou não (exceto de milho); produçã
LO	91560543	Ata Assessoria Industria E Comercio De Tensoativos Ltda	Estrada Velha De Bragança Paulista, 1900 - Mairiporã	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LO	91574396	Ata Assessoria Industria E Comercio De Tensoativos Ltda	Avenida Casa Verde, 3431 - São Paulo	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91577045	Athenas Indústria E Terceirização De Cosméticos Eireli-epp	Avenida Juscelino Kubstcheck De Oliveira, 800 - Caieiras	Cosméticos; fabricação de
LP/LI	91545187	Atmosfera Gestao E Higienização De Texteis S.a.	Rua Luiz Ometto, 236 256, 216 - Santa Bárbara D´oeste	Roupas de cama, mesa e banho; aluguel de, locação de

LO	91560019	Atual Chemical Comércio De Produtos Químicos Eireli Me	Avenida Professor Hilario Giovanella, 145 - Franca	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LI	91563948	Augepoxi Indústria E Comércio De Tintas Especiais Eireli	Rua Otto Herbst, 140 - Cosmópolis	Resinas epóxi; fabricação de
LO	91568737	Aumoco Alimentacao Natural Para Caes E Gatos Ltda	Rua Carlos Fatuto, 160 Box 02 - Leme	Alimentos preparados para gatos, cachorros e outros animais; fabricaçã
LO	91569053	Auto Posto & Serviços Caminho Do Ouro Ltda.	Praca Edgar José De Oliveira, 100 - Cunha	Posto de abastecimento de veículos
LO	91568221	Auto Posto 100% Ltda	Rua Rancharia, 165 - Campinas	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91550995	Auto Posto 13 Ltda	Rua Otone Corrêa, 1.672 - Matão	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91566720	Auto Posto 5300 Ltda.	Avenida Do Estado, 5300 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91565907	Auto Posto 710 Ltda	Rua Clodomiro Amazonas, 710 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	91548682	Auto Posto Aeroporto Bauru Ltda	Alameda Doutor Octavio Pinheiro Brisolla Quad, 23-25 - Bauru	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91544983	Auto Posto Alpha Ltda	Rua Zanzibar, 80 - São Paulo	Posto de gasolina
LI	91558293	Auto Posto Alvorada Cajamar Ltda	Avenida Jordano Mendes, 1318 - Cajamar	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91571009	Auto Posto Alvorada De Jundiaí Ltda.	Rua Doutor Odil Campos De Saes, 470 - Jundiaí	Posto de combustível
LO	91534900	Auto Posto Apex Ltda	Rodovia Flavio De Carvalho, 1618 - Valinhos	Posto de combustível
LO	91567518	Auto Posto Arena 2 Ltda	Rua Bento De Abreu, 280 - Araraquara	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91556654	Auto Posto Bandeira 3 Ltda	Rua Dr Carlos Botelho, 2120 - São Carlos	Auto posto
LP	91567358	Auto Posto Barão Da Assis Ltda	Avenida Doutor Assis Ribeiro, 5138 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91566667	Auto Posto Boa Vista De Rio Das Pedras Ltda	Avenida Dos Operários, 355 - Rio Das Pedras	Posto de combustível
LO	91564832	Auto Posto Brenda & Glenda Ltda.	Avenida Floriano Peixoto, 1233 - Ipuã	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91550295	Auto Posto Capital Do Surf Ltda	Rua Prof. Thomaz Galhardo, 1151 - Ubatuba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91561887	Auto Posto Cbw Santa Cecília Ltda.	Avenida Brasilia, 540 - Paulínia	Posto de abastecimento de veículos
LP/LI	91563456	Auto Posto Cecap Ltda	Avenida Fortunato Ernesto Vetorasso, 650 - São José Do Rio Preto	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91560080	Auto Posto Céu Azul Ltda - Epp	Estrada Municipal Estação De Pereiras, S/N S/n.º - Pereiras	Auto posto
LO	91570301	Auto Posto Das Oliveiras Km 274 Ltda.	Rodovia Regis Bittencourt, 4551 Km 274 - Taboão Da Serra	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91569221	Auto Posto Delta Paquetá Ltda	Avenida Doutor Roberto De Almeida Vinhas, 11545 L 9,10,11e12 Q44 - Praia Grande	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91571951	Auto Posto Dona Sinhá Dos Lares Ltda.	Rua Charles Schnneider, 2020 - Taubaté	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91568248	Auto Posto Duque Bandeirantes Ltda	Rua Conceição De Monte Alegre, 1680 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91555371	Auto Posto Duque Conde Alphaville Ltda.	Rua Sagitário, 607 - Barueri	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91544126	Auto Posto Energia De Itu Ltda	Rua Floriano Peixoto, 1215 - Itu	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91551939	Auto Posto Esperança De Angatuba Ltda	Praca Expedicionários, 5 - Angatuba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91562473	Auto Posto Estado De São Paulo Ltda.	Avenida Engenheiro Caetano Álvares, S/n - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91561432	Auto Posto Estrela De Hortolândia - Eireli.	Rua Romualdo Ferreira Da Silva, 666 - Hortolândia	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91569904	Auto Posto Expedicionarios Ltda	Rua Francisco Rodrigues Filho, 889 - Mogi Das Cruzes	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91568909	Auto Posto Flecha Iii Ltda	Avenida Vereador Antônio Borges, 1144 - São Sebastião	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91566293	Auto Posto Florez Ltda	Avenida Francisco Monteiro, 836 - Ribeirão Pires	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91556907	Auto Posto G4 Ltda	Avenida João Ramalho, 1738 - Mauá	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	91568872	Auto Posto Granero Ltda.	Rua Doutor Plinio Barreto, 31 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91553573	Auto Posto Guaru Park Ltda	Rua Teixeira Mendes, 313 - Guarulhos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91563885	Auto Posto Ilha Negra Ltda	Avenida Dos Caiçaras, 1085 - Guarujá	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91568953	Auto Posto Imigrante Ltda.	Avenida Fernando Costa, 30 - Mogi Das Cruzes	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91570393	Auto Posto Independência Sorocaba Ltda	Rua 07 De Setembro, 255 - Sorocaba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91566686	Auto Posto Irmãos Miguel Ltda	Rua Araújo Campos, 857 - Morungaba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91563159	Auto Posto Isejima Do Brasil Ltda	Rodovia Régis Bitencourt, S/nº, Km 384,5 - Miracatu	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91560357	Auto Posto Itamarati Abundancia Ltda	Avenida Philadelpho Manoel Gouveia Netto, 150 - São José Do Rio Preto	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91562326	Auto Posto Jardim Do Éden Ltda	Avenida Hollingsworth, 45 - Sorocaba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91565703	Auto Posto Jules Rimet Ltda.	Rua Oswaldo Casimiro Muller, 304 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	91566066	Auto Posto Kamomê Ltda	Rodovia Br 101, S/N Km 50 - Ubatuba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91566185	Auto Posto Low Prices Ltda.	Rua Heitor Penteado, 1148 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91572412	Auto Posto Lutaif Ltda	Avenida Luis Dumont Villares, 1159 - São Paulo	Posto de abastecimento de veículos
LO	91567499	Auto Posto Maria Padilha Ltda	Rua Fiorelli Peccicacco, 663 Antigo Nº 288 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	91571850	Auto Posto Midas Ltda.	Rua Dr. Freitas, 436 - Bragança Paulista	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91544894	Auto Posto Mm Ltda	Rua Vigario Albernaz, 808 - São Paulo	Posto de combustível
LO	91575985	Auto Posto Mocoquinha Eireli	Avenida Presidente Castelo Branco, 207 - Mococa	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91561630	Auto Posto Morumbi São Carlos Ltda	Avenida Morumbi, 1251 - São Carlos	Posto de combustível
LO	91569096	Auto Posto Nakia Ltda	Rua Pedroso, 288 - São Paulo	Posto de combustível
LO	91568729	Auto Posto Nossa Senhora Salete Ltda	Rua Das Hortências, 346 - Santo André	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91566694	Auto Posto Novo Milênio Ltda	Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, 385 - Santos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91569323	Auto Posto P 3 Ltda.	Rua Doutor Lauro Correia Da Silva, 4485 - Limeira	Posto de abastecimento de veículos
LO	91569430	Auto Posto Parque Domitila Ltda	Avenida Do Anastacio, 1757 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	91564657	Auto Posto Planalto Ltda	Rua Mendes De Moraes, 2152 - Presidente Prudente	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	91548485	Auto Posto Portal Das Águas Ltda	Rua Waldyr Beira, 182 - Amparo	Posto de combustível
LO	91564764	Auto Posto Portal Das Águas Ltda	Avenida Waldyr Beira, 2150 - Amparo	Posto de combustível
LO	91569686	Auto Posto Positano Ltda	Avenida Antonio Carlos Benjamim Dos Santos , 3730 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91564643	Auto Posto Poti Ltda.	Avenida Potirendaba, 3050 - São José Do Rio Preto	Posto de combustível
LO	91541675	Auto Posto Potirendaba Ltda	Avenida Anna Josefa Peres Garcia, S/N Km 01 - Potirendaba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91568943	Auto Posto Praia Center Ltda. - Filial 03	Rua Massaguaçu, 185 - Caraguatatuba	Derivados do petróleo; comércio varejista
LO	91568955	Auto Posto Praia Center Ltda. - Filial 04	Avenida Jose Amador Galvão, 26 - Caraguatatuba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91570227	Auto Posto Provazi Ltda.	Rua Dr. Fernando Costa, 237 - Boituva	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91563752	Auto Posto R5 Ltda.	Avenida Senador Roberto Simonsen, 599 - São Caetano Do Sul	Posto de abastecimento de veículos
LO	91572045	Auto Posto Ramal Ltda	Avenida Embaixador Macedo Soares, 6000 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91561875	Auto Posto Regiane Ltda.	Rua Japão, 763 - Santo André	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91568143	Auto Posto Rei Da Castelo 2 Ltda.	Rua Castelo Branco, S/Nº C.p. Nº 20 C.lang - Quadra	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91525327	Auto Posto Rio Piedade Ltda	Rua Ernani Pires Domingues, 4200 - São José Do Rio Preto	Posto de combustível
LI	91554175	Auto Posto Rosa Carvalho Ltda	Via Augusto Pereira De Araujo Cunha Pdb 369, 59 - Pedra Bela	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91568891	Auto Posto Rota Do Sol Ltda	Rua Rio Branco, 383 - Caraguatatuba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	91560051	Auto Posto São Cristovão Ltda.	Rodovia Presidente Dutra, S/Nº Km 201,8 - Arujá	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91573972	Auto Posto Scuby Ltda.	Rua Nova Cantareira, 27 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91556969	Auto Posto Shopping Cidade Ltda	Rua Atanázio Soares, 3686 - Sorocaba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91567514	Auto Posto Simão Ltda	Avenida Milton Hitosi Yaekashi, 209 - Vista Alegre Do Alto	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91568209	Auto Posto Sirio Ltda	Avenida Ruy Rodriguez, 3255 - Campinas	Posto de combustível
LO	91570724	Auto Posto Tapera Ltda	Rua Auto Estrada Francisco Von Zuben, 1451 - Valinhos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91566278	Auto Posto Thai Ltda.	Rua Laurindo Pereira, 145 - Mogi Das Cruzes	Posto de combustível
LP	91565174	Auto Posto Tiradentes De Pedreira Ltda	Avenida Dr. Sylvio De Aguiar Maia, 559 - Pedreira	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91567886	Auto Posto Titan Ama Ltda	Rua Engenheiro Willian Cestari, 1011 - Monte Alto	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91570189	Auto Posto Turquinho Ltda	Rua Antonio Tonon, 133 - Coronel Macedo	Posto de gasolina
LO	91562135	Auto Posto Vera Cruz De Mongagua Ltda	Rua Monteiro Lobato, 3674 - Mongaguá	Posto de combustível
LO	91556148	Auto Posto Via Nébias Ltda	Avenida Conselheiro Nébias, 469 - Santos	Posto de combustível
LO	91485082	Auto Posto Via Radial Ltda.	Avenida Conde Frontim, 2544 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	91553979	Auto Posto Vila Barros Ltda	Rua Otavio Braga De Mesquita, 1838 - Guarulhos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	91572553	Auto Posto Vila Zilda Ltda	Rua Do Ushikichi Kamiya, 73 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91521738	Auto Posto Vista Bella Ltda	Rua Manoel Dutra, 236 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91563714	Auto Posto Walter Ltda	Rua Fernando Costa, 279 - Álvares Machado	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91532587	Auto Posto Xingu Avenida Ltda.	Avenida Joao Amadeu, 3371 - Jales	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91567075	Auto Posto Zanwal Ltda.	Rua Barra Do Tibagi, 35 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91542199	Ava Serviços Automotivos Ltda	Avenida Bosque Da Saude, 1210 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	91554745	Az Armaturen Do Brasil Ltda	Rua Osvaldo Berto, 600 - Itatiba	Válvulas tipo macho para fins industriais; fabricação de
LI	91567340	Azul-luber Ambiental Ltda	Rua Fabio Conti, Quadra 7 - Lote 8 - Jardinópolis	Estações de transferência de resíduos perigosos, responsáveis pelo arm
LO	91576132	B & S Equipamentos De Segurança Ltda	Rua João Grigoletto, 154 - Araras	Equipamentos de segurança industrial, n.e.; confecção de
LO	91526156	B.m.g - Aço Inoxidável Ltda.	Rua Joao Daprat, 331 - São Bernardo Do Campo	Chapas, Bobinas E Outros Laminados Metálicos Cortados Em Qualquer Form
LO	91565852	Baccareli E Vicentini Ind. E Com. De Artefatos De Papel Ltda. Me	Rua Padre Orestes Ladeira, 148 - Pedreira	Papel impregnado ou revestido; fabricação de
LO	91566183	Balsa Mundo Serraria E Plantio Ltda	Rua Iris Bortoloti Tomazini, S/N Barracão 2 - Trabiju	Madeira serrada ou desdobrada; produção de
LP/LI	91562597	Barbieri E Tarozzi Do Brasil Ltda.	Rua Jorge Margy, 1020 Fr D, L 2, Qd B - Mogi Guaçu	Máquinas e aparelhos para industria cerâmica; fabricação de
LO	91563584	Barbieri E Tarozzi Do Brasil Ltda.	Rua Jorge Margy, 1020 Fr D, L 2, Qd B - Mogi Guaçu	Máquinas e aparelhos para industria cerâmica; fabricação de
LO	91563550	Barra Do Tietê Comercial E Serviços Ltda.	Sitio São Luiz, S/Nº - Rio Claro	Argila, associado a extração; beneficiamento de
LO	91563538	Barra Do Tietê Comercial E Serviços Ltda.	Sitio Esperança, S/N - Rio Claro	Argila, associado a extração; beneficiamento de
LO	91563579	Barra Do Tietê Comércial E Serviços Ltda.	Sitio São Pedro, S/n - Rio Claro	Argila, associado a extração; beneficiamento de
LO	91565542	Barracão Da Arte By Geórgia Ltda - Me	Rua Distrito Federal, 444 - Santo André	Artesanato em materias diversos, não especificados anteriormente; fabr
LO	91569316	Barro Branco Mineração Ltda	Sitio São Joaquim, 0 Gleba A - Porto Ferreira	Argila; extração de
LI	91564796	Barysul Plastic Comercio E Serviços Ltda	Rua Luzia De Santis, 55 - Bariri	Materiais plásticos descartados; recuperação de
LI	91551747	Basalto Pedreira E Pavimentação Ltda	Sitio São Sebastião, 00 - Leme	Basalto; extração de
LI	91561018	Basalto Pedreira E Pavimentação Ltda.	Rodovia Lix Da Cunha, 0 Km 14,4 - Campinas	Pedra britada (britamento associado a extração); extração de
LO	91572392	Bauer Do Brasil Sistemas De Irrigação E De Tratamento Residual Ltda.	Rua Eislêben Cereja Corrêa Fonseca, 117 - São João Da Boa Vista	Equipamentos para irrigação agrícola, fabricação de
LO	91567351	Bauman & Bauman Comercio De Bebidas Ltda Me	Rua Ananias Franceschini, 105 - Descalvado	Cervejas; fabricação de
LO	91533217	Baumin Indústria E Comércio De Minerais Ltda.	Estrada Itapeva À Maringá - Km 06, S/Nº Beneficiamento - Itapeva	Filitos (antofilitos, leucofilitos, etc); beneficiamento de (associado
LO	91546794	Bebidas Poty Ltda	Rodovia Abel Pinho Maia Km 12,5, S/N Industria - Potirendaba	Refrigerantes; fabricação de
LP/LI	91546764	Bedore Produtos Cerâmicos	Rodovia Brigadeiro Faria Lima, S/N Km 339,7 - Jaboticabal	Velas filtrantes; fabricação de
LP	91570049	Bela Vista Usina De Reciclagem	Chacara Corrego Das Pedras, 825 - Brotas	Usinas de reciclagem de resíduos da construção civil
LO	91570968	Bell Type Industries Ltda	Avenida Mal Castelo Branco, 781 - Taboão Da Serra	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91564831	Bem Estar Indústria, Comércio E Importação De Cosméticos S.a.	Avenida Prestes Maia, 792 - Diadema	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	91561201	Bentomar Industria E Comercio De Minerios Ltda	Rua Doutor Edgard Magalhães Noronha, 165 Antigo 658 - São Paulo	Outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriorme
LP/LI	91568665	Bertoni Indústria E Comércio Textil Ltda	Rua Domingos Pretti, 255 - Itatiba	Artefatos têxteis não especificados anteriormente (exceto vestuário);
LO	91554726	Bestseal Indústria De Selantes E Adesivos S.a.	Avenida Getulio Vargas, 930 Bloco 12b - São Roque	Adesivos e selantes para uso industrial e doméstico; fabricação de
LO	91553318	Binkafer Aluminio Ltda - Epp	Rua Antonio Frederico, 602 610, 622 E 626 - São Paulo	Alumínio em lingotes e outras formas primarias; produção de
LO	91555814	Binkafer Aluminio Ltda.-epp	Avenida Carioca, 184 208 - São Paulo	Alumínio em lingotes e outras formas primarias; produção de
LP	91546174	Binnox Metais Comercio Ltda	Rua Raphael Da Anunciacao Fontes, 407 - Suzano	Utensílios domésticos de alumínio; produção de
LO	91561130	Bio Force Agrosciencies Ltda	Rua Sebastiao Pedrinho, 231 - Jaboticabal	Fertilizantes químicos de uso agrícola e doméstico; fabricação de
LP/LI	91568451	Bio-chem Cleantec Solucoes Ambientais Ltda.	Alameda Das Industrias, 95 Polo 40 - Lote 08 - Vargem Grande Paulista	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91566932	Biofarm Química E Farmacêutica Ltda	Rua João Batista Ferraz Sampaio, 710 - Jaboticabal	Antibióticos veterinários (oral e injetável); fabricação de
LO	91563574	Biotrans Solucoes Ambientais Eireli - Epp	Avenida Do Algodao, 504 Galpão 2 - Americana	Estações de transferência de resíduos perigosos, responsáveis pelo arm
LO	91570819	Bmb Belgo Mineira Bekaert Artefatos De Arame Ltda	Rodovia Adauto Campo Dall Orto, S/N Km 1,320 - Sumaré	Telas para pneumáticos; fabricação de
LO	91536360	Boa Hora Central De Tratamento De Resíduos Ltda	Rua Daniel Pedro Peralta, 925 - Mauá	Incineração de lixo; serviços de
LO	91543648	Boa Hora Central De Tratamento De Resíduos Ltda	Rua Daniel Pedro Peralta, 925 - Mauá	Incineração de lixo; serviços de
LP	91565193	Boehringer Ingelheim Animal Health Do Brasil Ltda.	Fazenda São Francisco, S/n - Paulínia	Vacina contra aftosa; fabricação de
LP/LI	91550100	Boi Na Brasa - Ind. E Com. De Carvão Da Estância De Socorro Ltda-me	Rua Est. Mun. P/ Bairro Do Camanducaia De Bai, 0 Km 08 - Socorro	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LO	91560092	Bonne Vie Pet Comércio De Alimentos Para Animais Ltda	Rua Sorocaba, 518 - Indaiatuba	Alimentos preparados para gatos, cachorros e outros animais; fabricaçã
LP/LI	91560904	Borgwarner Brasil Ltda	Rua Fioravante Piovani, 2500 - Itatiba	Peças e acessórios para o sistema motor para veículos rodoviários; fab
LO	91510183	Borrachas Anflex Olímpia Ltda	Estrada Vicinal João Custodio Sobrinho Km 6,4, Sitio Vista Alegr - Olímpia	Borracha natural, goma vegetal; representante comercial e agente do co
LO	91569368	Box 4 Posto De Serviços E Conveniencias Ltda.	Rua Da Colonia, 600 897 - São Paulo	Posto de abastecimento de veículos

LO	91561892	Bragança Indústria De Gelo Ltda - Me	Rua Boa Vista, 1 Zona Rural - Bragança Paulista	Gelo (exceto gelo seco); fabricação de
LI	91566598	Brascar Implementos Rodoviarios Eireli	Avenida Major Jose Levy Sobrinho, 2500 Sala 01 - Limeira	Carrocerias para caminhões; fabricação de
LO	91542533	Brasil Espresso Comercio Atacadista Ltda	Rua Diacono Josias De Souza, 474 Lote 25a Quadra E - Jundiaí	Café; torrefação e moagem de
LP	91564057	Braslatex Industria E Comercio De Borrachas Ltda.	Estrada Municipal Balsamo À Mirassolandia, Km 04 - Bálsamo	Borracha natural e sintética; beneficiamento de
LO	91566805	Brastil Ind. Com.imp. E Exp. De Produtos Metal-metalurgicos Ltda	Rodovia Anhanguera Km 143,6, Galpao 7 - Limeira	Tubos e canos de aço sem costura, inclusive conexões; produção de
LP	91570581	Breno Cunha Franchi Me	Rua Santa Rita De Cassia, 25 - São José Do Rio Pardo	Chope; fabricação de
LO	91563928	Bronx Motronics Indústria E Comércio Ltda. Me	Rua Francisco Tapajos, 741 - São Paulo	Portas e portões automáticos; fabricação de
LP	91545559	Bruborr Indústria De Borrachas Eireli Epp	Avenida Alberto Soares Sampaio, 944 - Mauá	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LO	91548113	C.w.a. Indústria De Produtos Metálicos Ltda - Epp	Rua José Milanes, 121 - Jandira	Metais não ferrosos, fundição de
LO	91554619	Caa De Souza Usinagem Industrial - Epp	Rua Dorival Faveri, 100 - Limeira	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LO	91558928	Caetano José Tedeschi - Me	Estrada Municipal Fazenda 3 M, Trr, 246 Km 01 - Torrinha	Pallets (paletes) de madeira; fabricação de
LP	91563880	Caf Brasil Indústria E Comércio S/a	Avenida Ytamaraká, Gleba A - Hortolândia	Vagões de passageiro, construção de
LP	91542332	Café Olivi Indústria E Comércio De Café Ltda. - Me	Avenida Pedro Americo, 1074 - Santo André	Café; torrefação e moagem de
LO	91544793	Caldesc Tecnologia Em Caldeiraria E Montagem Ltda - Me	Rua Siqueira Campos, 500 Fundos - Descalvado	Peças para máquinas e equipamentos de uso especifico; fabricação de
LO	91558671	Camaroto & Camaroto Ltda - Me.	Rua São Pedro, 338 - Dumont	Lingüicas, salsichas e outros produtos embutidos, de salamaria e de sa
LO	91543521	Campeão 80 Posto De Serviços Ltda	Rodovia Dos Bandeirantes, 80,5 Km - Campinas	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91563136	Capelini Industria E Comercio De Malhas, Tecidos E Aviamentos Ltda	Rua Vereador Dercy Bertanha, 560 - Cerquilho	Tecidos de malha de algodão, circular; fabricação de
LP	91561876	Caramuru Construcoes Ltda	Avenida Joao Soares E Arruda, 1305 - Araraquara	Estações de transmissão de energia elétrica, construção de
LO	91564501	Carlos Alberto Hurtado Nabarreto - "me"	Estrada Municipal Lcl 010, 1291 - Lucélia	Tempera, cementação de aço, recozimento de arame, tratamento térmico;
LO	91554914	Carlos Alberto Sonvesso - "me"	Rua Vicente Mele, 290 - Presidente Prudente	Peças metálicas estampadas, n.e.; fabricação de
LI	91570335	Carlos Donizetti Trajano De Mattos	Rua Dos Bem-te-vis, SN 17/18 Q.02 - Franca	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91560704	Carrefour Comércio E Indústria Ltda	Avenida Pedro Americo, 23 Setor I - Santo André	Posto de combustível
LO	91551069	Carvoaria São Bento Ltda-me	Rua Municipal Do Bairro Dos Gonçalves, Km 1 - Piracaia	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LO	91564583	Casa Do Aroma Essencias Para Alimentos E Bebidas Ltda	Avenida Dr. Fernando Costa, 310 - São José Do Rio Preto	Aromas e essências sintéticas; fabricação de
LO	91566803	Cbl Comercio E Reciclagem De Borrachas Ltda	Rua Jose Edgard Pereira Barreto, 160 - Cravinhos	Borracha, recuperação de
LI	91570430	Cbl Comercio E Reciclagem De Borrachas Ltda	Rua Jose Edgard Pereira Barreto, 160 - Cravinhos	Borracha, recuperação de
LP	91501748	Cbtm - Companhia Brasileira De Tecnologia De Materiais Ltda	Rua Coronel Jose Augusto De Oliveira Salles, 138 - São Carlos	Peças forjadas de ferro e aço, n.e.; fabricação de
LI	91563864	Cdr Pedreira - Centro De Disposição De Resíduos Ltda.	Estrada Professor Edmundo Rosset, 7450 - São Paulo	Depósitos de lixo e aterros sanitários para disposição de resíduos não
LO	91564956	Cebi Brasil Ltda	Rua Engº Ermênio O. Penteado (sp-75), Km 55 - Indaiatuba	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LO	91552269	Cedispal Central De Distribuicao De Produtos Alimenticios Ltda	Rua Frei Caneca, 15 Lt 1699 Quadra 65 - Osasco	Pastifício
LO	91566287	Central Alimentos Para Animais E Representações Ltda	Estrada Municipal Para O Bairro Do Rio Do Pei, KM 01 7500250 / 344550 - Socorro	Alimentos preparados para animais (bovinos, suínos (porcos), coelhos,
LO	91564739	Centro Alto Conveniencia Ltda	Avenida Santo Andre, 700 - Ribeirão Pires	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91553175	Centro Automotivo Aloha Ltda	Avenida Dos Estados, 6145 - Santo André	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91569431	Centro Automotivo C. C. C. Ltda.	R Carneiro Da Cunha, 590 - São Paulo	Comércio Varejista De Combustíveis.
LO	91555754	Centro Automotivo Center Paes De Barros Ltda	Avenida Paes De Barros, 2381 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91565376	Centro Automotivo Polo Tamboré Ltda	Alameda América, 64 - Santana De Parnaíba	Posto de abastecimento de veículos
LP	91552213	Centro Automotivo Prime De Sorocaba Ltda	Rua Atanázio Soares, 1135 - Sorocaba	Posto de combustível
LO	91560134	Centro De Serviços Frango Assado - Norte Ltda.	Rodovia Dom Pedro I, S/Nº Km 66,7 - Atibaia	Posto de abastecimento de veículos
LP	91571443	Centro Hospitalar De Guaratinguetá Da Vinci	Avenida Juscelino Kubitschek De Oliveira, 1301 - Guaratinguetá	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LP/LI	91552780	Cerâmica Aleixos	Rua Jose Maria Tomasi, 291 - Taquarituba	Tijolos cerâmicos ou de barro cozido - exceto refratário; fabricação d
LO	91556543	Cerâmica Argitecnica Ltda - Epp	Rua Pedro Mazzarino, 321 - Itapetininga	Tijolos cerâmicos ou de barro cozido - exceto refratário; fabricação d
LP/LI	91564608	Cerâmica Artesanal São Camilo Ltda-epp	Estrada Do Jacu, 1850 - Itu	Beneficiamento de minerais não-metalicos não associado a extração; ser
LO	91562465	Cerâmica Artistica São Domingos Ltda Me	Rodovia Padre Donizetti, Chácara Bela Vista, S/N - Tambaú	Artesanato em cerâmica, louça, porcelana ou barro cozido; fabricação d
LO	91567349	Cerâmica Barrobello Indústria E Comércio Ltda	Sitio Recreio Do Bairro Saúde, 0 0 - Santa Cruz Da Conceição	Argila; extração de
LO	91571784	Cerâmica Coracini Ltda - Me	Avenida Centenário, 670 - Vargem Grande Do Sul	Lajotas de cerâmica; fabricação de
LP	91551881	Ceramica Faulin Ltda	Sitio Santa Cruz, S/N Rural - Jumirim	Argila; extração de
LO	91571499	Cerâmica Gresca G2 Ltda	Estrada Do Jacuhu - Chácara São João, S/N° - Itu	Argila; extração de
LP	91502623	Cerãmica Maniezzo	Fazenda Ponte Funda, 0 - Itapira	Argila; extração de
LO	91549185	Ceramica Tezotto Ltda Epp	Rodovia Marechal Rondon, S/N Km 166 - Jumirim	Telhas cerâmicas ou de barro cozido; fabricação de
LO	91565183	Cerapura Indústria E Comércio Ltda.	Avenida Leblon, 695 - São Paulo	Depilatórios; fabricação de
LP	91556520	Cervejaria Artesanal Pratinha Ltda.	Avenida Caramuru, 485 - Ribeirão Preto	Cervejas; fabricação de
LO	91550407	Cervejaria Bepin Beer Ltda	Rua Luiz De Medeiros Barros, 21 Barracão - Tietê	Cervejas; fabricação de
LP	91572592	Cervejaria Grããos Ltda. - Me	Rua Manoel Gomes Dos Santos, 2365 - Cravinhos	Cervejas; fabricação de
LP	91571027	Cervejaria Pata Da Onça Indústria De Bebidas Ltda. - Me	Rua Valdir Antonio Fantini, 1140 - Ribeirão Preto	Cervejas; fabricação de
LI	91570184	Cervejaria Pinelli Ltda.	Rua Diácono Antonio Nunes Sobrinho, 2599 - Itapetininga	Cervejas; fabricação de
LO	91563068	Cervejaria Pinhalzinho Ltda - Epp	Rua Dos Jacarandás, 42 - Pinhalzinho	Cervejas; fabricação de
LP	91558090	Cervejaria Salles Bier Ltda - Me	Rua Capitão Vital Pereira Lima, 245 - Sales Oliveira	Chope; fabricação de
LO	91539378	Cervejaria Wayne190 Ltda	Avenida Americo De Carvalho, 109 - Sorocaba	Cervejas; fabricação de
LO	91550960	Cervejaria Zx S.a	Rodovia Anhanguera, Km 308+300metros - Ribeirão Preto	Cervejas; fabricação de
LO	91559804	Cfw Industria E Comercio Ltda-epp	Rua Jequitai, 343 - Guarulhos	Tubos de aço flexíveis, inclusive conexões; produção de
LP/LI	91563044	Cg Sistemas Construtivos Ltda - Epp	Estrada Do Tanaka, 229 - Suzano	Desdobramento de madeira; serviço de
LO	91575366	Chaib & Planche Cervejaria Ltda. Me	Rua São Paulo, 995 - Conchal	Cervejas; fabricação de
LO	91564130	Cheiro Verde Comércio De Material Reciclável Ambiental Ltda Epp	Rua Luiz Pimentel Mattos, 498 Rss-transbordo - Itapeva	Transbordo de resíduos de serviços de saúde
LP	91569921	Cherokee Gran Posto Ltda	Rua Anhanguera, S/N Km 116 + 231 - Nova Odessa	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91571065	Choco Campos Indústria E Comércio De Chocolates Ltda	Rua Inacio Caetano, 490 - Campos Do Jordão	Chocolate em barras ou tabletes; fabricação de
LP	91544859	Cia De Saneamento Basico Do Estado De São Paulo	Rua Acampamento Do Joaquim, 1 Eee Abaitinga - São Miguel Arcanjo	Estação elevatória de esgoto
LP	91544703	Cia De Saneamento Basico Do Estado De São Paulo	Rua Pedro Rodrigues Gavião, 169 Eee Gavião - São Miguel Arcanjo	Estação elevatória de esgoto
LO	91559282	Cia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo - Ete Guariba	Rua Fazenda Bacuri (ete Guariba), S/nº - Guariba	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LP	91553227	Cia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo - Sabesp	Estrada Municipal Araçatuba A Palmeira D'oest, S/N.º Cór. Paca - Palmeira D`oeste	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	91565328	Cia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo - Sabesp	Fazenda Jamaica, S/N Ete Arandu - Arandu	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LP	91552346	Cia De Saneamento Basico Do Estado De Sao Paulo Sabesp	Estrada Aguassai, 1100 Eta Jardim Japão - Cotia	Água, captação, tratamento e distribuição de
LP	91548968	Cia De Saneamento Basico Do Estado De Sao Paulo Sabesp	Rua Alexandre Palazolli, 902 - Pirapora Do Bom Jesus	Água, captação, tratamento e distribuição de
LO	91566470	Cia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo Sabesp	Rua Margem Do Ribeirão Das Cachaças, S/N Ete Gramadão - São Miguel Arcanjo	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	91559529	Cia San Basico Do Est De S. Paulo - Ete Águas Da Prata	Avenida Eduardo Lírio, S/N.º Final Da Avenida - Águas Da Prata	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	91563913	Cia Saneamento Básico Do Estado De São Paulo Eee47 Jdn Grande	Estrada Montalvão, S/Nº - Presidente Prudente	Estações de bombeamento de água, esgoto, águas pluviais, construção de
LP/LI	91557085	Cicero Martins Ferreira Me	Ruela A, 423 Ceramica Rio Negr - Panorama	Tijolos cerâmicos ou de barro cozido - exceto refratário; fabricação d
LO	91567015	Cirúrgica Brasil Comercial E Importadora Ltda.	Rua Teixeira Mendes, 53 - São Paulo	Gazes esterilizadas não impregnadas com substâncias farmacêuticas; fab
LI	91568495	Cji Comércio E Indústria De Revestimentos Eireli. - Epp	Rua Gaspere, 271 Lote 8 Quadra D - Jaguariúna	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas, fabricação de
LP/LI	91556703	Clarice Aparecida Tafarello Biasini	Sitio Santo Antonio, Estrada Municipal - Guapiara	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LP	91481535	Clarice Juliana Rodrigues	Estrada Do Lageado, 1035 - Santo Antônio Do Pinhal	Artefatos de concreto, exceto para uso na construção; fabricação de
LP/LI	91559851	Clasico Sabor Latino Ltda Me	Rua Ifigenia Maria De Oliveira, 4101 - Franca	Massas preparadas (frescas, congeladas ou resfriadas), para lasanha, p
LO	91543525	Claudinei Carriel	Rua Sp 250, Altura Km156 - Pilar Do Sul	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
L.O. LOTEAMENTO	91564173	Clodoaldo Cavalheiro E Silvana Mendes Cavalheiro	Rua Vereador Ignacio Leite, S/N S/n - Areiópolis	Loteamento e venda de imóveis próprios
LP	91564051	Cnp Indústria E Comércio De Plásticos Técnicos Ltda Epp	Estrada Da Mina, 300 - Itupeva	Materiais plásticos descartados; recuperação de
LP	91552370	Cofaco Fabricadora De Correias Eireli	Avenida De Cillo, 432 - Santa Bárbara D´oeste	Correias e esteiras de borracha para máquinas (planas, cilíndricas, tr
LI	91563821	Cofco International Brasil S.a.	Estrada Municipal Ibirá A Potirendaba, S/N Km 6,7 Parte Ii - Potirendaba	Usina de açúcar e álcool
LP/LI	91564676	Cofco International Brasil S.a.	Estrada Municipal Ibirá A Potirendaba, S/N Km 6,7 Parte Ii - Potirendaba	Usina de açúcar e álcool
LP/LI	91553925	Coferly Cosmética Ltda	Rua Euricledes Formiga, 60 N.100 - Cotia	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	91566560	Coimbra Guindastes Eletrônica E Hidráulica Ltda	Rua Amador Bueno, 447 - Santos	Embarcações para tranporte de cargas, manutenção e reparação executada
LO	91562090	Coimbra Industria Comércio E Usinagem De Metais Ltda	Rua Virgilia Maria De Oliveira Freitas, 91 - Regente Feijó	Parafusos metálicos; fabricação de
LI	91559638	Colorcon Do Brasil Ltda	Rua Ema Gazzi Magnusson, 205 - Indaiatuba	Produtos farmoquímicos; fabricação de
LO	91569540	Comega Industria De Tubos Ltda	Rua Peru, 3006 - Ribeirão Preto	Tubos e canos de aço com costura, inclusive conexões; produção de
LP	91463323	Comercio De Residuos Texteis Virgeflex Ltda Epp	Rua Sao Joao, 340 - Ferraz De Vasconcelos	Material têxtil, recuperação de
LO	91566838	Companhia Brasileira De Aluminio	Rua Moraes Do Rego, 347 - Alumínio	Ligas de alumínio em formas primárias ou semiacabadas; produção de
LO	91551916	Companhia Brasileira De Distribuição	Rua Luiz Emanuel Bianchi, 120 - Itatiba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	91567061	Companhia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo	Rua José Maria Bonrruque, 0 Ecte Barreiro - Barra Do Turvo	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	91558117	Companhia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo - Ete Aeroporto	Rua Ary Fernandes, S/Nº - Franca	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	91565324	Companhia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo - Sabesp	Margem Da Rodovia Sp - 249, S/N Ete Taguaí - Taguaí	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LP/LI	91529972	Companhia Ultragaz S. A.	Avenida Ernesto Igel, 2848 - Paulínia	Distribuidora de gás liquefeito de petróleo; comércio atacadista de
LO	91566494	Companhia Ultragaz S/a	Avenida Alberto Soares Sampaio, 1098 - Mauá	Distribuidora de gás liquefeito de petróleo; comércio atacadista de
LO	91549798	Competro Comércio De Derivados De Petróleo Ltda	Rua Coronel Ernesto Piedade, 235 - Sarapuí	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91561083	Comsape Extração E Comércio De Minérios Ltda.	Estrada Charqueada/sta Maria Da Serra, S/Nº Km 118 - São Pedro	Areia; extração de
LO	91571011	Concrebase Servicos De Concretagem Ltda	Estrada Municipal Do Taperinha, S/N Tapera Grande - Itu	Concreto usinado, fabricação de
LO	91565242	Concreto Pimentel Eireli	Estrada Benedito Cesario De Oliveira, 2100 - Taboão Da Serra	Concreto usinado, fabricação de
L.O. LOTEAMENTO	91529005	Cond.morada Nova Dos Flausino Spe Ltda/lot."morada Nova Dos Flausinos"	Rua João Cantareiro Serrano, S/N - Novais	Loteamento e venda de imóveis próprios
LO	91565554	Condat Lubrificantes Do Brasil Ind. E Com. Ltda	Rodovia Dom Pedro I, Km 65 - Bom Jesus Dos Perdões	Sabões para uso industrial, em barras, pedaços, etc; fabricação de
LP/LI	91558684	Conselho Da Comunidade De Taubaté	Rodovia Amador Bueno Da Veiga, Km 138,5, 6695 Cpp De Tremembé - Tremembé	Sabões na forma: pó, liquida, escamas e barra; fabricação de
LP	91555732	Consorcio Construtor Metro Linha 2 Verde - Lote 3	Rua Sao Maximiano, 51 - São Paulo	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LP/LI	91567835	Consorcio Sp 070	Estrada Municipal, Gleba 122 - Mogi Das Cruzes	Asfalto, pavimentação de rodovias, obras de
LI	91568211	Constroeste Construtora E Participações Ltda.	Estrada Vicinal Antonio Gonçalves Do Carmo, S/Nº Km 1,3 - Onda Verde	Aterros sanitários; gestão de
LO	91545312	Construtora Julio & Julio Ltda	Estrada Jose Celeste, 361 Sala 30 - Sorocaba	Asfalto de petróleo, cimento asfáltico ou outros resíduos de óleos de
LO	91566236	Construtora Madri Ltda	Avenida Riga, 173 - Itapetininga	Estradas, construção de
LO	91558249	Construtora Queiroz Galvão S/a	Tunel 5 - Emboque Caraguatatuba, S/N - Caraguatatuba	Estradas, construção de
LI	91565607	Construtora Simoso Ltda	Rua Rod.mogi Guaçu-itapira Km 01-b.c.laurindo, S/N - Mogi Guaçu	Pedra britada (britamento associado a extração); extração de
LO	91576230	Controle De Pragas Integrado Ltda.	Avenida De Visconde Sao Leopoldo, 455 - Santos	Imunização e combate de pragas urbanas; serviços de
LO	91566371	Cooperativa Dos Cafeicultores Da Regiao De Pinhal	Rua Vereador Estevo De Filippi, 1305 - Espírito Santo Do Pinhal	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	91523445	Cooperativa Dos Coletores De Resíduos Da Construção Civil De Rio Claro	Avenida Velha Da Assistência, 550 - Rio Claro	Usinas de reciclagem de resíduos da construção civil
LO	91533550	Cooperativa Dos Plantadores De Cana Do Oste Do Estado De São Paulo	Avenida Caramuru, 1018 - Ribeirão Preto	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91552112	Coopercitrus - Cooperativa De Produtores Rurais	Rua Siqueira Campos, 3996 - Pirassununga	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91556328	Copeli Cosméticos E Perfumes Ltda Epp	Estrada Caucaia Do Alto, 7522 - Cotia	Cosméticos; fabricação de
LO	91564507	Copyedisa Mídia Impressa Ltda.- Epp	Rua Soldado Benedito Patricio, 410 - São Paulo	Gráfica: cartazes, prospectos, calendários, encartes e outros impresso
LO	91571090	Correcta Industria E Comércio Ltda.	Avenida Miguel Frias E Vasconcelos, 852 - São Paulo	Farinha de trigo; fabricação de
LP	91567106	Corso Mineração Ltda	Sitio Jaboticabal, S/N - Caconde	Areia; extração de
LO	91553686	Cortesia Serviços De Concretagem Ltda.	Rua Prof. Luiz Ignácio De Anhaia Mello, 4200 - São Paulo	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	91512044	Cosmetic Group Ind. E Com. De Cosméticos Eireli - Epp	Rua Cabo Joao Romeu Teixeira, 336 - Mauá	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	91569707	Costa Forte Gerenciamento E Soluções Ambientais Ltda	Estrada Municipal Carlos Miranda Barreto, 371 - Tremembé	Resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líqüido, pastoso
LO	91560605	Cp Kelco Brasil S/a	Avenida Araras, 799 E Nº 838 - Limeira	Pectina; fabricação de
LO	91564871	Cr Ambiental Areia E Pedra Ltda-epp	Estrada Tres Cruzes, 99 - São Paulo	Usinas de reciclagem de resíduos da construção civil
LP/LI	91567600	Creatrix Design Grafico Ltda - Me	Rua Grumarim, 9 - São Paulo	Modelos para moldes; fabricação de
LO	91572022	Creatrix Design Grafico Ltda - Me	Rua Grumarim, 9 - São Paulo	Modelos para moldes; fabricação de
LO	91571063	Crismol Indústria E Comércio De Molas Ltda Epp	Rua Rua: Soldado Alcebíades Bobadilha Da Cunh, 715 - São Paulo	Molas de todos os tipos, exceto para veículos; fabricação de
LP	91568021	Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda	Rodovia Sp 147 Itapira - Lindoia, S/N Km 14 - Itapira	Medicamentos sistêmicos específicos para uso humano; fabricação de
LP	91568126	Cristina Extração E Comércio De Areia E Pedra Ltda	Rodovia Nesralla Rubez, S/nº, Km 7, Fazenda Da Várzea - Cruzeiro	Areia; extração de
LO	91570035	Cromadora Continental Ltda Epp	Rua Marechal Costa E Silva, 4240 - Ribeirão Preto	Galvanoplastia; serviço de
LO	91557329	Cromo Azul Industria E Comercio De Artefatos De Arame Ltda	Rua Papoula, 299 387 - Itaquaquecetuba	Peças e acessórios para fogões para uso domestico; fabricação de

LP	91563927	Crs Brands Indústria E Comércio Ltda.	Avenida Humberto Cereser, 3170 - Jundiaí	Vinhos de mesa; fabricação de
LO	91558008	Cts - Cooperativa De Transportes De Sorocaba E Região	Rodovia Raposo Tavares Km 95,5, Posto De Combustí - Sorocaba	Posto de combustível
LO	91559525	Curtume Tropical Ltda	Avenida Alberto Pulicano, 3731 - Franca	Couros; tingimento e pintura de
LO	91566423	D&r Indústria E Comércio Ltda	Rua Bento Pereira Dutra, 720 - Louveira	Artefatos Diversos De Ferro E Aço; Fabricação De
LO	91569997	D. Pedro Parking Posto Ltda	Rodovia Dom Pedro I, S/Nº Km 144,5 - Campinas	Óleo diesel para veículos; comércio varejista
LO	91554806	Dalegria Industria E Comercio Eireli Epp	Avenida Joao Paulo Ablas, 1.380 G 5 - Cotia	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	91564018	Daniel Delli Colli - "me"	Rodovia Assis Chateaubriand - Sp-425, S/Nº Km 443 - Regente Feijó	Cervejas; fabricação de
LP	91576083	Danpower Caldeiras E Equipamentos Ltda.	Rua Antonio Graneiro Lopes Filho, 301 - Piracicaba	Caldeiras geradoras de vapor para usos diversos - exceto para aquecime
LO	91557856	Daslagoas Cervejaria Ltda	Avenida Engenheiro Newton Flavio Silva Pinto, 2547 Qd. D/lt. 05 - Mirassol	Cervejas; fabricação de
LO	91528565	Dbp - Distribuidora Brasileira Produtos Automotivos Ltda	Avenida Antonino Dias Bastos, 1048 - São Roque	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	91546056	Dcasa Indústria E Comércio De Saneantes E Cosméticos Ltda	Rua Treze De Maio, 67 - Diadema	Detergentes para uso institucional e doméstico; fabricação de
LO	91566663	De Panes-industria E Comercio De Produtos Alimenticios Ltda-me	Estrada Servidão De Passagem 1, 1288 Gleba D-lote 18 - Santa Bárbara D´oeste	Produtos da indústria do pão, fabricação de
LI	91557654	Decktel Indústria E Comércio De Telas De Arame Ltda - Epp	Rua Angelo Mariano, 21 Galpão 1 - São Paulo	Telas de arame; fabricação de
LP	91563121	Decorlit Indústria E Comércio Ltda.	Rua Dr. Herminio Ometto, 1185 - Leme	Artefatos de fibrocimento para uso na construção; fabricação de
LO	91567223	Dedini S/a Industrias De Base	Rodovia Rio Claro Piracicaba, Km 26,3 - Piracicaba	Peças para máquinas e equipamentos de uso especifico; fabricação de
LO	91572617	Defendi Do Brasil Peças Para Eletrodomésticos Ltda.	Rua Joao Miguel De Camargo, 14 - Itatiba	Peças e acessórios para aparelhos eletrodomésticos; fabricação de
LP/LI	91566818	Delicias Da Dindah Alimentos Ltda	Rua Do Chumbo, 1461 - Americana	Preparações salgadas para aperitivos (torresminho, etc); produção de
LP	91569160	Demetra Agroscience Inovacao Tecnologica Ltda	Rua Dr Artur Costacurta, 550 Box 3 - Jardinópolis	Adubos e fertilizantes organominerais; fabricação de
LO	91558609	Dental Morelli Ltda	Rua Jundiaí, 230 - Sorocaba	Aparelhos para correção da arcada dentaria, exceto sob encomenda; fabr
LP	91566809	Departamento De Água E Esgoto De Americana	Praca Doutor Fernando Costa, 125 - Americana	Água para fins de abastecimento (desinfecção, coagulação, floculação,
LO	91550247	Departamento De Água E Esgoto De Penápolis - Aterro Sanitário	Estrada Municipal Elpídio Aurélio Ferreira, S/N - Penápolis	Aterros sanitários; gestão de
LO	91554085	Des-far Laborátorios Ltda	Rua Eponina, 412 - São Paulo	Produtos terapêuticos para uso veterinário; fabricação de
LP	91556670	Destilaria Nova Era Ltda	Rua Fazenda Santa Helena, S/n - Ibaté	Álcool redestilado; fabricação de
LO	91567148	Dimensional Centelha Solucoes Ltda	Avenida Laranjeiras, 2665 - Limeira	Aparelhos eletrônicos para usos técnicos, n.e., fabricação de
LO	91562602	Dimetal - Distribuidora De Produtos Metalúrgicos Ltda	Rua Sp 215 - Km 171, Faz. Corredeira - Ibaté	Briquetes de bagaço de cana ou de materiais semelhantes (biomassa); fa
LP/LI	91547329	Dimple Industria E Comercio De Produtos Automotivos Ltda	Rua Antonio De Barros, 878 - Cajamar	Detergentes para uso institucional e doméstico; fabricação de
LO	91570945	Diniz Eucalipto Tratados Ltda Me	Rodovia Engenheiro Joao Tosello, S/N Km 105 - Limeira	Madeira; tratamento de
LO	91557763	Distribuidora Marques & Merenda Ltda - Me	Travessa Dosulina Cherice Vitta, 380 - Jaboticabal	Briquetes, lenhas ou carvões ecológicos (de resíduos de madeira, casc
LO	91567092	Divino Serviços Automotivos Ltda.	Rua Divino Salvador, 245 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	91568322	Dnc Industrial Campinas Ltda Epp	Rua Jasmin, 47 - Hortolândia	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP/LI	91552546	Doctor Pisos Indústria, Comércio E Serviços Eireli - Epp	Rua Bartolomeu Dias, 421 - Sorocaba	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP	91524078	Donizete Barros Garcia	Chacara Fada, S/N - Itapeva	Areia; extração de
LO	91551819	Donizete José Dos Santos Comercio De Metais	Avenida Ricardo Bassoli Cezare, 149 -- - Campinas	Pintura eletrostática; serviço de
LI	91541646	Drenaltec Indústria E Comércio Ltda	Rua Manoel Joaquim Filho, 290 - Paulínia	Artesanato em fibrocimento ou gesso; fabricação de
LO	91557452	Ds Ambiental Eireli - Me	Rua Francisco Pinho, 159 - Sorocaba	Resíduos e sucatas metálicos; comércio atacadista de
LO	91565302	Dubraval Embalagens Ltda.	Estrada Vicinal Nelson Taufic Nassif, S/N Km 02 - Monte Alegre Do Sul	Embalagens de papelão ondulado, impressas ou não; fabricação de
LO	91559069	Dumont Auto Posto Ltda	Rua Alfredo Condeixa, 46 - Dumont	Posto de combustível
LP/LI	91560776	Duque Granitos Ltda	Avenida Presidente Kennedy, 4071 - Praia Grande	Peças decorativas em mármore, granito e outras pedras; fabricação de
LP	91561692	Duratex S.a	Rodovia Marechal Rondon, Km 323 - Agudos	Chapas e placas de madeira prensada ou aglomerada; fabricação de
LO	91574065	Duratex S.a	Rua Antônio Frederico Ozanam, 11900 - Jundiaí	Material sanitário de cerâmica; fabricação de
LO	91557113	Dyl Industria E Comercio De Produtos De Limpeza Ltda	Rua Otavio Buriola, 68201 Comercial - Auriflama	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	91510869	E De J Ribeiro Laticinios Me	Rua Doutor Plinio Costantini, 1765 - São José Do Rio Preto	Queijo minas; fabricação de
LI	91556636	E.b. Teixeira	Rua Dante Fuga, 223 - Poá	Fios, cabos e condutores elétricos de cobre, isolados; fabricação de
LO	91568408	Eaton Ltda. - Divisão Transmissões	Rua Engenheiro Antonio De Simoes Neto, 465 - Mogi-mirim	Peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão para veícu
LP	91555503	Ecco Premium Comercio De Hortifruti Eireli	Area Rural De Engenheiro Coelho, Sitio Conceição - Engenheiro Coelho	Conservas de legumes e outros vegetais mediante congelamento, coziment
LO	91566909	Eco-vallore Gestão E Valorização Ambiental Ltda Me	Rua Francisco Ceara Barbosa, 1070 Filial - Campinas	Armazenamento de produtos perigosos por conta de terceiros
LO	91567413	Ecopalace Comércio De Resíduos E Sucatas Ltda Me	Rua Jacofer, 367 - São Paulo	Materiais plásticos descartados; recuperação de
LO	91550517	Ecoparque In Memoriam Crematorio Ltda	Rodovia Adhemar Pereira De Barros Sp-340, Km 139,5 - Santo Antônio De Posse	Cremação de cadáveres humanos; serviços de
LP	91567622	Eduplast Industria E Comercio De Plasticos Eireli	Rua Bugio Vermelho, 135 - São Paulo	Sucatas de materiais plásticos, trituração, limpeza e triagem de
LO	91554765	Efton Quimica Comercial Ltda - Me	Rua Julia Maria Galieta, 293 - Sumaré	Preparações para limpeza a seco; fabricação de
LO	91571629	Eko's Agroecologia Industria E Comércio Ltda	Rua Damião Arnoni, 160 - Porto Ferreira	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	91549811	Elco Indústria Mecânica Ltda - Epp.	Rua Itapira, 18 22/26 - Santo André	Artefatos diversos de metais não ferrosos (exceto alumínio), não espec
LO	91547162	Eletro Metalurgica Edanca Eireli	Rua Maria Cardoso Costa, 505 - São Bernardo Do Campo	Painéis metálicos; fabricação de
LO	91564186	Elite Glass Industria E Comercio De Vidros Ltda	Rua Engenheiro Armando De Arruda Pereira, 369 - São Caetano Do Sul	Decoração, lapidação, gravação, espelhação, vitrificação, bisotagem e
LO	91522874	Elret Industria De Peças E Ferramentaria Ltda	Rua Dr Edgard Magalhães Noronha, 628 - São Paulo	Peças e acessórios para máquinas e equipamentos de uso geral; fabricaç
LO	91567033	Elzira Lombardi Fregonezi Taiaçu - Me	Avenida General Osorio, 747 - Taiaçu	Preparações alimentícias compostas homogeneizadas; produção de
LO	91565022	Embacorp Soluções Em Embalagens De Papel Ltda.	Rua Henedina R. O. Bresler, 150 - Paulínia	Embalagens de papelão ondulado, impressas ou não; fabricação de
LP/LI	91545481	Embakeep Importadora E Comercio De Embalagens E Descartaveis Do Brasil	Rua Nancyr Feliciano De Oliveira, 540 Quadra38 Lote 16 - Praia Grande	Embalagens de plástico; fabricação de
LO	91559671	Embalatec Industrial Ltda	Rua Altena, 281 - Salto	Pallets (paletes) de madeira; fabricação de
LO	91565664	Embalatec Industrial Ltda	Avenida Henrich Reismann, 2405 Galpão Amarelo (3 - Bom Jesus Dos Perdões	Paletes (pallets) metálicos; fabricação de
LO	91570840	Embase Embalagens Ltda.	Rua Dois De Julho, 62 - Diadema	Serigrafia (silk-screen); impressão sob encomenda
LO	91525823	Emerson De Souza Fort Pneus Eireli Me	Rua Jose Soares Dos Santos, 100 Bloco C2 - Sorocaba	Pneus (recondicionamento, recauchutagem, recapagem ou remoldagem); ser
LO	91569901	Empresa De Mineração Vale Das Brotas De Lindoya Ltda	Avenida Nossa Senhora Das Brotas, 13 Glega A - Lindóia	Água mineral, deposito de; comércio varejista
LO	91521273	Empresa Brasileira De Serviços Ambientais Ltda Me	Rua Vereador Valentin Dalseno, 180 - Monte Alto	Borracha natural e sintética; beneficiamento de
LO	91568658	Engepac Britagem E Comércio De Pedras Ltda.	Rodovia Sp 191, SN Km 77,4 - Rio Claro	Pedra britada (britamento associado a extração); extração de
LP	91566746	Erc Fundição E Centrifugação De Tubos Eireli	Estrada Laranja Azeda, 1972 - Arujá	Peças fundidas de ferro e aço; produção de
LP/LI	91566983	Espaço Gaia Empreendimentos Imobiliáios Spe Ltda.	Rua Dom Pedro I (sp - 65), S/Nº Km 90 - Jarinu	Serviços combinados para apoio a edifícios
LO	91567253	Espaço Jaguaré Serviços Automotivos - Eireli	Avenida Jaguare, 1470 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	91563924	Essencis Soluções Ambientais S.a.	Via De Acesso Norte Km 33 (rod Dos Bandeirant, S/N - Caieiras	Resíduos contaminados; tratamento e disposição de
LO	91560977	Estevão Geines Berna Santiago - Me	Rua Antonio Lara Pinto, 121 - Mairinque	Detergentes para uso institucional e doméstico; fabricação de
LO	91566589	Estiva Gerbi Produtos Cerâmicos Ltda-me	Rua Fazenda Itaqui, S/N Zona Rural - Estiva Gerbi	Argila; extração de
LO	91542282	Etacom - Empresa Tambauense De Transporte E Comércio De Minérios Ltda.	Estrada Vicinal Hermando Rigoli, S/N Km 7,5 - Tambaú	Argila, associado a extração; beneficiamento de
LO	91541172	Etron Tecnologia Em Saneamento E Representação Comercial Ltda Epp	Rua Cinco, 586 Esquina Rua Dois - Limeira	Abrasivos químicos; comércio atacadista de
LO	91563958	Europa Empreendimentos Ltda	Avenida Dos Imigrantes, 465 - Bragança Paulista	Posto de abastecimento de veículos
LO	91570406	Everest Produtos E Serviços Ltda - Epp	Rua Rafael De Senzi, 726 - São Carlos	Diamantes (ferramentas industriais); fabricação de
LO	91561590	Evers Nutracêutica Indústria E Comércio Ltda	Rua José De Resende Meirelles, 3820 - Vinhedo	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LO	91558173	Expander Manutenção Ltda	Estrada Dos Pereiras, 550 Galpão 1 - Cotia	Trocadores (permutadores) de calor, fabricação de
LP	91547690	Exportadora Capricornio Coffees Ltda	Rua Hugo Luz, 361 - Ourinhos	Café, não associado ao cultivo; beneficiamento de
LI	91565736	Extração De Areia Ariebir Ltda	Sitio São Benedito, S/N - Registro	Areia; extração de
LO	91564913	Extração De Areia Triângulo Ltda. Epp	Rua Municipal Cba Km 09, - Juquiá	Areia; extração de
LO	91568761	Extração E Comercio De Areia Do Vale Do Sol Ltda-me	Sitio Alegria, 0 - Corumbataí	Areia; extração de
LO	91567508	Extração E Comércio De Areia São Pedro Ltda	Rodovia Sp-304, 0 Km 197 - São Pedro	Areia; extração de
LO	91569763	Extração E Comércio De Areia São Pedro Ltda	Rodovia Sp-304, 0 Km 197 - São Pedro	Areia; extração de
LO	91571585	Extração Transp. E Com. De Areia E Pedregulho Guanabara Ltda. Epp	Rua Espanha, 325 Nova Guanabara - Guararema	Areia; extração de
LP	91552093	Exxtend Biotecnologia Ltda.	Avenida Oswaldo Piva, 2319 - Paulínia	Ácidos nucléicos, seus sais; outros compostos heterociclicos, n.e.; fa
L.O. LOTEAMENTO	91559409	F A Oliva Cia Ltda - Res. Conquista Agapeama	Rua Setembrina De Queiroz Telles, S/Nº - Jundiaí	Condomínio de prédio, residencial ou não; atividade de
LP/LI	91561612	F. J. Almeida E Cia Ltda	Rua Bento Dias, 60 - Capivari	Posto de combustível
LO	91567162	F. Mota Administração E Empreendimentos Ltda	Estrada Do Rio Preto, S/N Km. 12 - Itanhaém	Areias, cascalhos, pedregulhos e semelhantes
LP	91568575	F.c. Camargo E Oliveira Empreendimentos Imobiliarios Spe Ltda	Avenida Celso Egidio De Almeida, 00 Estrada Municipal - Engenheiro Coelho	Condomínio comercial e/ou de serviços
LO	91553021	Fabiano Aparecido Thomaz Avicultura Ltda	Rodovia Washington Luiz, Km 234, 0 - São Carlos	Aves; abate de (exceto em aviários)
LP	91568149	Fabio W. L. Ramos - Comercio E Reciclagem De Borracha-epp.	Rua Caramuru, 255 Galpão B - Diadema	Borracha, recuperação de
LP/LI	91573963	Fagmol Industria E Comercio Ltda - Epp	Rua Do Serralheiro, 110 - - Americana	Moldes, modelos, matrizes e estampos de metal para fins industriais; f
LP/LI	91564422	Fameth Industria E Comercio De Produtos Metalurgicos Ltda	Rua Doutor Ulisses Guimaraes, 151 Galpão E E F - Mauá	Trefilaria (produção de arames)
LO	91564479	Família De Lucca Comércio De Combustíveis Ltda	Praca Da República, 139 - São Roque	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	91564870	Fan Technology Resources- Tecnol. Em Sistemas De Ventilacao Ltda.	Rodovia Waldomiro Corrêa De Camargo, 5300 Km 53,7 - Itu	Artefatos plásticos, reforçados ou não com fibra de vidro, para uso na
LO	91569584	Farmbio Industria E Comercio De Defensivos Agricolas Ltda Epp	Avenida Marginal Joaquim Inácio Barbosa, 260 - Ituverava	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LP	91559709	Faro Ambiental Comercio De Produtos Para Piscina Ltda - Me	Rua Luiz Onofre De Amorim, 405 Galpao B - Atibaia	Desinfestantes domissanitários, fabricação de
LP/LI	91565222	Fastwork Program Systems Ltda.	Rua João Franco De Oliveira, 1271 - Piracicaba	Peças e acessórios para máquinas e equipamentos de uso geral; fabricaç
LO	91572243	Fatomaq Indústria De Máquinas Agrícolas Ltda - Me	Rua Dos Trabalhadores, 844 - Espírito Santo Do Pinhal	Máquinas, aparelhos e implementos para agricultura, n.e.; fabricação d
LP/LI	91570107	Fauna E Flora Brasil Cosméticos Ltda Me	Avenida Paulo Ví, 1923 - Franca	Produtos de beleza e higiene pessoal; fabricação de
LO	91558874	Fauna E Flora Brasil Eireli-me	Rua Antônio Brasilino Dos Santos, 2457 - Franca	Mel artificial ou mistura de mel natural com mel artificial; outros pr
LO	91531321	Favorito Comércio E Indústria De Carnes Ltda.	Estrada Municipal Pirapozinho A Cel. Goulart, S/Nº Km 0,1 - Pirapozinho	Charque; produção de
LP/LI	91548206	Fci Industrial Ltda.	Estrada Da Balsa, 824 - Barueri	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LO	91563974	Fênix Indústria De Móveis Itatiba Ltda	Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra, S/N Km 86 - Itatiba	Móveis de madeira; fabricação de
LP/LI	91534826	Fermat Adictives Indústria Eireli	Rodovia Mario Batista Mori, 5700 Galpão 1 - Tatuí	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LO	91538092	Fernandes Dos Santos - Me	Estrada Para Bairro Guaxinduva, S/Nº Sítio Marmeleiro - Nazaré Paulista	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LO	91554050	Fernandes Industria E Comercio De Compostos De Borracha Ltda Me	Rua Tristao De Almeida, 4561 - Franca	Chapas, laminas, lençóis ou placas de borracha natural ou sintética, m
LO	91569022	Fernandez Sociedade Anônima Indústria De Papel	Rodovia Amparo - Monte Alegre Do Sul, S/N Km 2 - Amparo	Papeis para embalagem; fabricação de
LP	91570375	Ferplast Ind E Comércio De Peças Plásticas E Ferramentais - Eireli-epp	Avenida Brasil, 1001 - Mairinque	Condomínio industrial
LO	91561742	Ferreira E Ferreira Marmores E Granitos Ltda - Me	Avenida Melvin Jones, 1305 - Araras	Produtos de marmoraria; fabricação de
LO	91569156	Ferrusi Indústria Comércio De Peças Ltda.	Rodovia Vicinal Antônio Sarti, Km 1,6 - Sertãozinho	Peças fundidas de ferro e aço; produção de
LI	91512633	Fersol Industria E Comércio S/a	Rodovia Presidente Castelo Branco, Km 68,5 - Mairinque	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LP	91551796	Fertinova Produtos Agricolas Eireli	Avenida Juscelino Kubitschek De Oliveira, 661 - Indaiatuba	Adubos e fertilizantes organominerais; fabricação de
LO	91556176	Fey Industria E Comercio Ltda	Avenida Paris, 280 - Arujá	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LP/LI	91560782	Fisher Piscicultura Água Vermelha Ltda	Estrada Vicinal Belmiro Cavalini, S/N° Estância Fisher - Riolândia	Peixes - piscicultura; criação de
LP/LI	91558934	Fl Indústria E Comércio De Bijuterias E Acessórios Eireli	Rua Vicente De Felice, 758 - Limeira	Artefatos de joalheria e ourivesaria; fabricação de
LO	91569492	Flagian Importação E Exportação Ltda	Rua Jaceru, 63 - São Paulo	Produtos de beleza e higiene pessoal; fabricação de
LO	91568736	Flavour Mix Industria Comercio Importação E Exportação Ltda	Rua 3 Di, 199 - Rio Claro	Néctares de frutas; fabricação de
LO	91562226	Flexopet Ind. E Com. De Plásticos Eireli - Me	Avenida Engenheiro Ivanil Francischini, 13187 - Ibitinga	Garrafas de plástico; fabricação de
LO	91566830	Flextronics International Tecnologia Ltda	Rua Liberdade, 6315 Blocos 9 E 10 - Sorocaba	Equipamento multifuncionais; fabricação de
LP/LI	91567181	Fljp Quimica Ltda	Rua Henry Nestle, 156 - São José Do Rio Pardo	Desinfetantes; fabricação de
LO	91483833	Fm Impressos Personalizados Ltda.	Rua João Ferreira De Camargo, 714 - Barueri	Material publicitário; edição integrada à impressão de
LP/LI	91536863	Fmja Comércio De Combustível Eireli	Rodovia Anhanguera, S/N Km 345+100m - Sales Oliveira	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91568333	Foltran Guimarães Ind. Com. De Cachaça Ltda	Fazenda Guadalupe, 0 Brcao 1 - Pirassununga	Aguardente de cana-de-açúcar; fabricação de
LO	91565478	Fomeco Do Brasil Indústria Metalúrgica Ltda.	Rodovia Akzo Nobel, 2300 Gleba 07 - Itupeva	Tubos de escape para veículos rodoviários; fabricação de
LO	91565831	Fonte Paredão Vermelho Ltda. - Me	Estrada Municipal Paredão Vermelho, S/N Km 38 - Piracicaba	Águas minerais; extração, engarrafamento e gaseificação de
LO	91563754	Force Química Ltda Me	Rua Sebastiana Nunes, 69 - Votorantim	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LP	91525034	Foresto E Floriam Concreto E Construções Ltda.	Rua Prudente De Moraes, 1239 - Rio Das Pedras	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	91562604	Forgerini & Inouye Ltda	Rua Lourenco Inocentini, 700 - São Carlos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91571793	Fortpav Pavimentação E Serviços Ltda	Rodovia Alcides Soares, S/N° Km 10 - Botucatu	Artigos de asfalto e produtos semelhantes, n.e.; fabricação de
LO	91566993	Frantins Indústria E Comério De Produtos Odontológicos Ltda	Rua Curitiba, 4721 - Pirassununga	Resinas acrilicas; fabricação de
LO	91566563	Frigel Latino América Indústria E Comércio De Máquinas De Resfriamento	Rua Antonio Christi, 203 - Jundiaí	Máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação de uso industrial e
LO	91560751	Frigorífico Aurefrig Eireli Me	Estrada Municipal Para Sete Copas, S/Nº Km 06 - Presidente Prudente	Bovinos; abate de
LO	91549414	Frigorifico Avicola Familia Ltda	Rua Municipal, 0 - Itapira	Frangos (exceto em aviários); abate de
LO	91569934	Frigorífico Marba Ltda	Avenida César Magnani, 971 - São Bernardo Do Campo	Produtos diversos de carne (hambúrgueres, pates, almondegas, etc.); pr

LO	91553929	Frigorífico Matadouro Guareí Ltda - Epp	Estrada Municipal Do Bairro Floresta, S/N Km 01 - Guareí	Reses (bovinos); abate de
LP/LI	91556719	Fruta Planta Life Eireli Me	Avenida Dom Pedro Ii, 2664 - Santo André	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LO	91568751	Fukuya Kanemoto & Cia Ltda	Avenida Otaviano Alves De Lima, 2888 - São Paulo	Posto de abastecimento de veículos
LO	91553584	Fundação Antonio Prudente	Rua Professor Antonio Prudente, 211 - São Paulo	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LO	91568280	Fundiart - Fundição Artística Ltda - Epp	Rua Francisco Carlos De Castro Neves, 1551 - Piracicaba	Metais não ferrosos, fundição de
LO	91560745	Fuseo Adesivos E Selantes Ltda Me	Rua Luiz Gonzaga Rocha - Novo Cep 18207-844, 82 Rua Luiz Gonzaga - Itapetininga	Adesivos e selantes para uso industrial e doméstico; fabricação de
LI	91568782	G.a. Industria De Alimentos Comercio Importacao E Exportacao Ltda	Rua Das Coladeiras, 25 - Tapiratiba	Doce de banana em pasta; fabricação de
LP	91551041	G.g. Francisco & Cia Ltda - "me"	Estrada Vicinal Raimundo Maiolini - Sps - 01, S/Nº Km 16 - Presidente Prudente	Areia; extração de
LO	91563428	Galutti Automotive Indústria Metalúrgica Ltda	Rua Rinaldo Chiarotti, 123 - Mauá	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LO	91547899	Galvanica Zincofort Eireli Epp	Rua Professor Ruy Telles Miranda, 97 - Sorocaba	Zincagem; serviço de
LO	91562358	Galvanobrás Galvanoplastia Do Brasil Ltda	Rua Domingos Piunti, 361 - Itu	Galvanoplastia; serviço de
LP/LI	91570074	Gandolpho & Falconi Indústria De Ferramentas Agrícolas Ltda	Rua Major Joaquim Gabriel De Carvalho, 870 Prédio 1 - Matão	Ferramentas agrícolas manuais; fabricação de
LO	91556958	Gasalco Combustíveis E Derivados De Petróleo Ltda	Rua Ipanema, 4200 - Sorocaba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91561058	Gcp Brasil Indústria E Comércio De Produtos Químicos	Avenida Paraná, 4690 - Sorocaba	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP/LI	91558861	Gdbr Indústria E Comércio De Componentes Químicos E De Borracha Ltda	Avenida Olavo Egydio De Souza Aranha Setúbal, 1000 - Itapetininga	Peças e acessórios de material plástico para a industria de transporte
LP/LI	91571139	Gdbr Indústria E Comércio De Componentes Químicos E De Borracha Ltda	Avenida Olavo Egydio De Souza Aranha Setúbal, 1000 - Itapetininga	Peças e acessórios de material plástico para a industria de transporte
LO	91528008	Geison Dos Santos Anjos Me	Rua Mário Estato, 146 - Bebedouro	Recuperação de materiais não especificado anteriormente
LO	91531361	Geison Dos Santos Anjos Me	Rua Mário Estato, 146 - Bebedouro	Recuperação de materiais não especificado anteriormente
LO	91569840	Gestamp Brasil Indústria De Autopeças S/a	Avenida Eurico Ambrogi Santos, 1800 Dist. Industrial - Taubaté	Peças e acessórios para carrocerias de veículos automotores; fabricaçã
LP	91554566	Gibabor Rubber Ind E Com De Artefatos E Trafilados De Borracha - Eirel	Rodovia Marechal Rondon, 0 Km 135 - Galpão A - Porto Feliz	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LO	91552528	Gilberto Alexandre Fossa Brene Me	Rua Miguel Moises, 262 - Ituverava	Preparações utilizadas na alimentação de animais; produção de
LI	91572390	Giro Metais Indústria E Comércio Ltda	Avenida Bom Jesus, 1035 Galpão 01 - Bom Jesus Dos Perdões	Ligas de metais em formas primarias; produção de
LP	91543677	Global Packaging Ltda	Rua Antonio Gonzaga Dos Santos, 131 - Hortolândia	Granulos a partir da recuperação de materiais plásticos descartados; o
LO	91566412	Global Papeis Eireli	Rua Geraldo Turazzi, 192 Fábrica - Luís Antônio	Papeis para escrever; fabricação de
LO	91559364	Glúten Free Alimentos Ltda	Rua Juvenal Arantes, 2160 - Jundiaí	Farinha de arroz; fabricação de
LO	91567207	Gm Indústria Comércio E Representação De Ceras E Derivados Ltda	Rua Ernesto Biester, 59 - São Paulo	Cosméticos; fabricação de
LO	91521717	Godks Industria De Plasticos Ltda	Avenida Maria Leonor, 500 - Diadema	Injeção de peças plásticas
LO	91574008	Golden Technology Ltda.	Avenida Heubach, 1000 - Potim	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP	91561796	Goodyear Do Brasil Produtos De Borracha Ltda	Avenida Affonso Pansan, 3415 Sp-330 Km 128 - Americana	Pneus para automóveis, caminhões, ônibus, aeronaves, bicicletas, motoc
LI	91541254	Gran Corte Alimentos Importação E Exportação Ltda	Rodovia Antonio Salim Curiati Sp245, Km 20 - Cerqueira César	Carne de suíno (porco) congelada; produção de
LO	91562367	Granja Satoshi	Rua Das Gerânios, S/N Sitio Do Toco I - Sumaré	Ovos; produção de
LI	91551718	Granulados Para Canteiro Santa Luzia Ltda - "me"	Sitio Santa Luzia, S/Nº Zona Rural - Álvares Machado	Saibro; extração de
LO	91563336	Grase Indústria De Ferramentas Ltda. - Epp.	Rua Ostenda, 187 - São Paulo	Ferramentas industriais, n.e.; fabricação de
LO	91571254	Guaçu Cabos Industria E Comércio Ltda	Rua Eng. Ronaldo Algodoal Guedes Pereira, 300 - Mogi Guaçu	Fios, cabos e condutores elétricos de cobre, isolados; fabricação de
LO	91569050	Guapiara Mineração Indústria E Comércio Ltda.	Estrada Municipal Da Água Fria, S/Nº Britagem/moagem - Guapiara	Calcário, associado a extração; beneficiamento de
LO	91557539	Guaratinguetá Saneamento S/a	Rua Dr. Neir Augusto Ortiz Pereira, 1209 Ete Campo Galvão - Guaratinguetá	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LP	91549501	Guerra Participações E Empreendimentos Ltda	Avenida Ragueb Chohfi, 86 82 E 166 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91558991	Guilherme Brisola Machado & Cia. Ltda. - Epp	Avenida Jacinto Ferreira De Sá, 1686 - Ourinhos	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91524469	Guilherme Calegari	Rua Vereador Valentim Dalseno, 61 - Monte Alto	Materiais plásticos descartados; recuperação de
LO	91559657	H & N Homeopatia E Produtos Naturais Ltda - Epp	Rua Doutor César, 212 Fundos - São Paulo	Produtos farmacêuticos de base para medicamentos humanos e veterinário
LO	91570326	H. Chebli Indústria E Comércio Ltda Epp	Rua Dom Lucas Obes, 757 - São Paulo	Objetos de vidro e cristal para adorno, n.e.; fabricação de
LP/LI	91569727	Harus Indústria E Comercio De Cosméticos Ltda	Avenida Wilson Sabio De Mello, 4100 - Franca	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	91571621	Hasten Indústria E Comércio De Especialidades Químicas Ltda Epp	Rua Cabo Romeu Casa Grande, 690 - São Paulo	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LP/LI	91567790	Hastfix Comércio E Indústria De Artefatos Plásticos Eireli	Avenida Doutor Assis Ribeiro, 5601 - São Paulo	Injeção de peças plásticas
LP/LI	91556705	Hatikavah Cosmética Importação E Exportação - Eireli	Avenida Do Trabalhador, 2261 - Boituva	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LP/LI	91559139	Hattan Vidros Ltda	Rua Engenheiro Armando De Arruda Pereira, 357 - São Caetano Do Sul	Decoração, lapidação, gravação, espelhação, vitrificação, bisotagem e
LP	91545859	Hb Metalurgica Ltda	Rua Antonio Galvão Pacheco, 185 Galpão D - Ala B - Boituva	Artefatos Diversos De Ferro E Aço; Fabricação De
LO	91541736	Hba Hutchinson Brasil Automotive Ltda	Rua Dr. Carlos Kielander, 02 - Monte Alto	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LO	91548534	Hba Hutchinson Brasil Automotive Ltda	Rua Das Palmas, 84 - Monte Alto	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LI	91550558	Hba Hutchinson Brasil Automotive Ltda.	Rua Antonio Ribeiro Fialho, 699 - Casa Branca	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LI	91571081	Hba Hutchinson Brasil Automotive Ltda.	Rua Antonio Ribeiro Fialho, 699 - Casa Branca	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LO	91568375	Helibombas Indústria E Comércio De Bombas Helicoidais Ltda	Estrada Vicinal Francisco Jose Zanin, 1577 - Araraquara	Bombas hidráulicas; fabricação de
LI	91576653	Helio Bernardes De Souza 71399364804	Rua José Jercoles Modonezzi, S/N Gleba 4 - Itapira	Areia; extração de
LO	91570712	Helptech Indústria E Comércio De Plásticos Ltda.	Rua Irineu Torres, 25 - Araras	Injeção de peças plásticas
LO	91572306	Hemisferio Produtos Tecnicos E Engenharia Ltda	Rua Carlos Jose Michelon, 1388 - São Paulo	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91558601	Henkel Ltda.	Avenida José Alves De Oliveira, 1000 - Jundiaí	Adesivos e selantes para uso industrial e doméstico; fabricação de
LP/LI	91550340	Henrique Cezar Calegari Dias Ind. E Com. De Alimentos Nutraceuticos	Rua Ministro Nelson Hungria, 150 - Carapicuíba	Complementos dietéticos; fabricação de
LI	91567866	Hexahedron Ltda.	Estrada Vicinal João Guilherme Assumpção, 556 - Tietê	Gestão de cemitérios
LI	91568957	Hiago Gabriel Dos Santos Garcia	Rodovia Municipal De Servidão - Rodov. Lindoi, 0 Sitio Mercurio - Lindóia	Usinas de reciclagem de resíduos da construção civil
LO	91568713	Hibiscus Phytocosméticos Ltda - Epp	Rua Max Mangels Senior, 347 - São Bernardo Do Campo	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	91561869	Hidrotam Comércio De Tubos E Conexões Ltda.	Rua Alécio Viziolli, 172 - Tambaú	Conexões de material plástico para uso na construção; fabricação de
LP/LI	91569073	Himaflex Indústria E Comércio De Plásticos Ltda.	Rua Milton José Nunes Fernandes, 171 - Guaratinguetá	Mangueiras flexíveis de plástico (pvc); fabricação de
LO	91552579	Honda Lock São Paulo Indústria E Comércio De Peças Ltda	Rodovia Miguel Melhado Campos (sp-324), S/N Km 81 - Itupeva	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LO	91547227	Hospital Da Face Ltda	Rua Izonzo, 155 - São Paulo	Hospital geral; público ou particular
LO	91568371	Hospital Das Clínicas Da Faculdade De Medicina De Ribeirão Preto - Usp	Avenida Dos Bandeirantes, 3900 Campus Universit. - Ribeirão Preto	Hospital geral; público ou particular
LO	91563996	Hospital Das Clinicas Da Fmusp - Instituto Da Criança	Avenida Doutor Eneas Carvalho De Aguiar, 647 - São Paulo	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LO	91566093	Hospital Municipal De Brasilândia	Estrada Do Sabao , S/Nº Esq Av. Michihisa - São Paulo	Hospital geral; público ou particular
LP/LI	91570441	Hot Flowers Ind.com Acessórios Adultos Ltda Epp	Rua Perola, 275 - Indaiatuba	Produtos diversos; fabricação de
LO	91567530	Hotel Mantovani Ltda. Epp	Rua França, 34 - Águas De Lindóia	Hotel
LO	91563944	Hubbell Do Brasil Ind. Com. Imp. E Exp. De Equipamentos Elétricos Ltda	Rodovia Antonio Romano Schincariol, S/N Km 113 - Tatuí	Peças e acessórios para equipamentos de distribuição e controle de ene
LO	91541576	Huehoco Acp Do Brasil Industria E Comercio De Fitas Metalicas S.a	Avenida Friedrich Karl Heinrich Becker, 64 Terreo - Nova Odessa	Laminados longos de alumínio; produção de
LP	91532744	Hugo Esteves Pereira Junior	Rodovia Neguinho Fogaça (sp 139), S/Nº Km 8,5 - Registro	Palmito em conservas; produção de
LO	91569907	Huntsman Química Brasil Ltda	Avenida Ibirama, 518 Predio 421 - Taboão Da Serra	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LP	91569521	Hyundai Motor Brasil Montadora De Automóveis Ltda	Avenida Hyundai, 777 - Piracicaba	Automóveis e utilitários transformados; fabricação de
LO	91572714	I9tech Soluções Industriais Eireli - Epp	Rua Maria De Oliveira Lazzarini, 74 - Ribeirão Preto	Máquinas para a industria do álcool; fabricação de
LO	91550132	Ibac - Indústria Brasileira De Alimentos E Chocolates Ltda.	Estrada Antiga De Itu, 437 - Itapevi	Chocolate em barras ou tabletes; fabricação de
LP/LI	91543327	Ibbl Tecnologia Em Água Eireli	Rodovia Waldomiro Correa De Camargo, S/Nº Km 52,5 - Itu	Filtros, depuradores, ozonizadores e semelhantes para uso doméstico; f
LO	91540009	Ibplc Pré Moldados Indústria, Comércio E Serviços S/a	Rua Municipal Benedito Domingues Vieira, 450 - Ibiúna	Estruturas pré-moldadas de concreto armado; fabricação de
LP/LI	91530034	Ideal Mecanica De Precisão Ltda	Estrada Comendador Orlando Grande, 88 - Embu Das Artes	Produtos de caldeiraria leve; fabricação de
LI	91570735	Ideal Terraplenagem Ltda.	Rua Sergio Lucindo Da Silva, 420 - Ubatuba	Concreto usinado, fabricação de
LO	91567355	Idel Indústria E Comércio De Produtos De Limpeza Ltda-epp	Avenida Tenente José Jerônimo De Mesquita, 464 - São Paulo	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LP/LI	91567535	Iff Essências E Fragrâncias Ltda	Praca Luiz Domingos Sillos, 01 Distr Industrial - Taubaté	Aditivos para a industria alimentar; fabricação de
LP	91561867	Iharabras S/a Industrias Quimicas	Avenida Liberdade, 1701 Bloco B - Sorocaba	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LO	91569884	Iharabras S/a Industrias Quimicas	Avenida Liberdade, 1701 Bloco B - Sorocaba	Defensivos agrícolas, n.e.; fabricação de
LP/LI	91566577	Imerys Do Brasil Comercio De Extracao De Minerios Ltda	Avenida Valentina Mello Freire Borenstein, 545 - Mogi Das Cruzes	Outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriorme
LP	91563283	Imoges Imóveis E Getão Ltda	Rua Fazenda Paraguassu, 0 - Iracemápolis	Argila; extração de
LI	91526240	Imperatriz Indústria E Comércio De Bebidas Ltda	Rua Jose Marcelino Barbosa, 173 Quadra J Lote 7 - Sorocaba	Chope; fabricação de
LP/LI	91563527	Império Massas Eireli	Rua Rita Lima, 150 - Hortolândia	Pão de queijo congelado, inclusive massa preparada congelada; fabricaç
LP/LI	91557826	Inbra Indústrias Químicas Ltda	Rodovia Antônio Rossi, Km 0,8 - Elias Fausto	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LP	91570257	Incargel Indústria De Cerâmica Eireli Epp	Estrada Municipal Do Jacuhu, S/N - Itu	Argila; extração de
LO	91571939	Indukern Do Brasil Química Ltda	Avenida Ain Ata, 304 Lote Multivias - Jundiaí	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LO	91539095	Indústria Brasileira De Rebites Ltda	Rua Adherbal Stresser, 212 - São Paulo	Artefatos de trefilados, n.e., - (exceto produtos padronizados); produ
LO	91556188	Indústria De Artefatos De Borrachas Guamantec Ltda.	Rua Do Canto, 12 - São Paulo	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LO	91560675	Industria De Artefatos De Metais Terlizzi Ltda	Rua Dr. Vinicio Gagliardi, 1292 - Cerquilho	Acessórios do vestuário descartáveis confeccionados com tecidos; fabri
LO	91566617	Indústria De Móveis Zanovello Ltda	Rua Ferrucio Zanovello, 72 - Floreal	Bancos de madeira; fabricação de
LO	91561926	Indústria De Produtos Alimentícios Açaijureia Brasil Ltda-me	Rua Nove, 321 Br 116 Km 404,5 - Miracatu	Polpa de frutas; produção de
LO	91563652	Indústria De Telas E Arames Goldoni Eireli - Em Recuperação Judicial	Estrada Vicinal Vereador Giovani Costa, 00 Km 1+10m - Laranjal Paulista	Telas de arame; fabricação de
LO	91563202	Indústria E Comércio De Alimentos Adel & Cia Ltda - "epp"	Rua José Bongiovani, 110 - Presidente Prudente	Paes e roscas industrializados; fabricação de
LO	91571763	Indústria E Comércio De Bebidas E Conexos Germânia Ltda	Rodovia Variante Vinhedo Viracopos Sp 334, S/N Km 78 - Vinhedo	Chope; fabricação de
LO	91564734	Industria E Comércio De Chocolates Tiquinho Ltda - Me	Rodovia Washington Luiz, Km 230,5 - São Carlos	Derivados do beneficiamento do cacau; fabricação de
LO	91561210	Indústria Luky Ltda	Rua Joaquim Marques De Figueiredo, 10-33 - Bauru	Sabonetes na forma líquida e barra; fabricação de
LO	91561900	Industria Metalurgica Costinha Ltda	Rua José De Alencar, 56 - São Caetano Do Sul	Máquinas para a industria metalúrgica; fabricação de
LO	91559608	Indústria Metalúrgica Mca Ltda.	Rua Municipal Júlio Peron, 1001 - Pedreira	Artefatos de metal para uso doméstico, n.e.; fabricação de
LO	91571218	Indústria Metalúrgica Multiart Ltda	Avenida Padre Arlindo Vieira, 585 575 - São Paulo	Retrefilados, relaminados, perfilados
LP	91541433	Indústria Quimica Anastácio S/a	Rua João Tibiriçá, 1262 - São Paulo	Compostos organo-inorgânicos, n.e.; fabricação de
LO	91554343	Industria Quimica Mogiana Ltda Epp	Rua São Bento, 184 - Osasco	Produtos químicos para agricultura; comércio atacadista de
LO	91567359	Industrias Arteb Ltda - Em Recuperação Judicial	Avenida Piraporinha, 1221 - São Bernardo Do Campo	Peças e acessórios para carrocerias de veículos automotores; fabricaçã
LP/LI	91571708	Indústrias Químicas Lorena Ltda.	Rua Um Esquina Com Rua Seis, 01 Fábrica - Roseira	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91509041	Ingefloc Indústria Geral De Flocos Ltda -epp	Rua Rod Anhangüera, Km 50,7; Galpão C - Jundiaí	Algodão (algodão cardado, penteado, etc.), beneficiamento realizado em
LO	91535945	Inicial Comércio De Combustíveis Ltda.	Rua Rui Barbosa, 95 - Jardinópolis	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	91489223	Innovation Industria E Comercio De Cosméticos Ltda	Rua Cana Verde, 110 C. Via Cir. 1192 - Itaquaquecetuba	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	91560320	Inove Pack Do Brasil Ind. E Com. De San. E Domissanitários Eireli	Rua Valentim Magalhães, 1387 - Santo André	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LP	91565814	Instituto Butantan	Avenida Doutor Vital Brasil, 1500 - São Paulo	Soros e vacinas para uso humano; fabricação de
LI	91566124	Instituto Butantan	Avenida Doutor Vital Brasil, 1500 - São Paulo	Soros e vacinas para uso humano; fabricação de
LP	91563809	Instituto De Atenção Básica E Avançada A Saúde - Iabas	Rua Antonio Carlos, 122 Hosp. Bela Vista - São Paulo	Atendimento a urgências e emergências médicas
LO	91572706	Iochpe Maxion S.a.	Rua Doutor Othon Barcellos, 83 Industria - Cruzeiro	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LO	91532552	Ipe Comercio Combustiveis Ltda	Rua Barao De Campinas, 246 - Limeira	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	91559515	Iper Indústria De Peças Rodrigues Ltda.	Estrada Vicinal Leonardo Rodrigues, 0 Km 0 + 270m - Pontal	Fundição de metais ferrosos; serviço de
LI	91532360	Ipiranga Agroindustrial S.a.	Fazenda Nova, S/n - Iacanga	Álcool etílico de cana-de-açúcar, anidro; fabricação de
LP	91552398	Ipiranga Bioenergia Descalvado S.a	Rodovia Guilherme Scatena. Km 22 Setores A E, 0 Caixa Postal 41 - Descalvado	Cogeração de energia elétrica
LO	91561655	Irmandade De Misericordia De Campinas	Avenida Benjamin Constant, 1657 - Campinas	Hospital geral; público ou particular
LO	91561286	Irmãos Caio Indústria E Comércio De Algodão Ltda	Rodovia Monsenhor Clodoaldo De Paiva (sp 147), 46 Zona Rural - Itapira	Fio beneficiado ou acabado de algodão, inclusive mescla; fabricação de
LO	91563949	Irmãos De Gaspari Cosméticos Ltda. - Me	Avenida Dr. Antonio Galizia, 1000 - Bariri	Cosméticos; fabricação de
LO	91562761	Irmãos Gabriel De Souza & Cia Ltda	Rua José Ignácio Ribeiro, 254 - Fartura	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91558184	Irmãos Rocha Porto Feliz Ltda Me	Sitio Santo Antonio, S/Nº - Porto Feliz	Argila; extração de
LI	91573451	Irmãos Toniello Ltda	Fazenda Córrego Das Pedras, S/N Caixa Postal 508 - Sertãozinho	Álcool etílico de cana-de-açúcar, hidratado; fabricação de
LP	91565289	Ismairen Francine Priuli De Almeida	Avenida Silio Paschoal, 555 - José Bonifácio	Reboques e semirreboques (exceto para caminhões); fabricação de
LO	91568019	Isomix Indústria E Comércio Ltda - Me	Rua Fortunato Frasca, 851 - Jaboticabal	Artefatos de caca e pesca; fabricação de
LO	91568758	It Label Etiquetas Ltda Me	Rua Corcovado, 221 - Piracicaba	Etiquetas de tecidos; fabricação de
LP/LI	91564140	Ita Construtora Ltda	Estrada Da Capela De São Pedro, 1301 - Vargem Grande Paulista	Casas de madeira pré-fabricados; de fabricação própria; montagem de
LI	91551657	Itacol Indústria, Comércio, Imp E Expo De Resinas Naturais Ltda.	Rua Olavo Egydio Souza Aranha Setubal, 251 Bloco C - Itapetininga	Colofonia; fabricação de
LO	91532578	Itacon Concreto Ltda - Epp	Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira, Km 28 + 250 - Itatiba	Concreto usinado, fabricação de
L.O. LOTEAMENTO	91564185	Itajobi Urbanizadora Spe Ltda - Lot Res Zeny Rohwedder Farhat	Rua Pedro De Toledo, S/N - Itajobi	Loteamento e venda de imóveis próprios
LO	91564354	Ivan Junior De Andrade Eireli - Epp	Rua Arminda Nogueira, 2197 - Franca	Couros e peles de bovinos; curtimento e outras preparações de
LO	91571649	J B F - Indústria E Comércio De Jóias Ltda	Via Luiz Varga, 3215 A - Limeira	Artigos de bijuterias (bijouterias); fabricação de

LO	91573057	J L Sangalette - Me	Rodovia Capitão Barduino, 2519 - Socorro	Telas de arame; fabricação de
LO	91571725	J. Pilon S/a Açúcar E Álcool	Fazenda Santa Maria, 0 Caixa Postal 19 - Cerquilho	Usina de açúcar e álcool
LO	91570703	J.s.a Ind. E Comercio De Bijuterias - Me	Rua Renato Pereira Guimarães, 624 - Limeira	Artigos de bijuterias (bijouterias); fabricação de
LP/LI	91490109	J.t.m.r Comércio De Peças Metálicas Ltda - Me	Rua Alexandre De Gusmao, 302 - São Paulo	Zincagem; serviço de
LO	91559987	Jaltex Quimica Industria E Comercio Ltda.	Rua Milton Alves, 104 - Jandira	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LI	91537151	Jamef Transportes - Eireli	Rua Miguel Mentem, 500 - São Paulo	Transporte rodoviário de cargas em geral, intermunicipal
LO	91567885	Janaina Nadaleto De Oliveira & Cia Ltda	Rua Barão Do Rio Branco, 1819 - Sertãozinho	Posto de combustível
LO	91533395	Jardim Indústria E Comércio S.a	Rua Arari Leite, 826 - São Paulo	Café; torrefação e moagem de
LI	91563868	Jaupavi Terraplenagem E Pavimentação Ltda	Estrada Municipal Jaú - Bariri, 0 Km 2 - Jaú	Pavimentação (asfalto, cimento), em rodovias, obras de
LO	91530761	Java Flavor Ind E Com Ltda	Rua Milton Alves, 81 Oficial 57 - Jandira	Essências e concentrados aromáticos artificiais; fabricação de
LP	91505181	Jcb Brewhouse Comercio De Bebidas Eireli - Me	Rua Alexandre Dumas, 1129 - São Paulo	Chope; fabricação de
LP/LI	91566286	Jessica Luciana Thomazzi	Rua Paulino Carlos, 1343 - Ibaté	Materiais empregados em obturações dentarias; fabricação de
LO	91567719	Jfmaz Cervejaria Artesanal Ltda - Me	Rua Alpheu Grimello, 288 - Bragança Paulista	Cervejas; fabricação de
LO	91566237	Jhaady Industria,com.,import.,export.,pesquisa E Desenvolv. Ltda-me	Rua Santos Dumont, 800 Box/salas 01 E 03 - São Carlos	Cremes e loções; fabricação de
LP	91548114	Jhonathas Thomas Silva De Avila	Rodovia Angelo Cavalheiro - Fazenda Cravinhos, Km 1 Tulha - Cravinhos	Café torrado e moído; produção de
LP/LI	91565517	Jmc - Industria De Embalagens Plasticas Ltda.	Avenida Francisco Roveri (lot. Ind. Fazgran), 1413 C.jdi Iii G107108 - Jundiaí	Embalagens de material plástico (polietileno, pvc e semelhantes); fabr
LO	91536479	Joalmi Industria E Comércio Ltda	Rua Eunice , 283 - Guarulhos	Peças e acessórios para o sistema motor para veículos rodoviários; fab
LP	91556840	Joao Batista Almeida Medeiros Agrociencias Ltda	Rua Benevenuto Moretto - Km 30, Sítio 12 Macacos - Amparo	Compostos orgânicos para fertilização do solo a partir de processo de
LO	91566342	João Maulin Palhas - Me	Rua Major Manoel Miranda Paciencia, 214 Anexo 220 - Sales Oliveira	palha preparada ou manufaturada para cigarros; Fabricação de
LO	91566970	João Montanhim Filho & Cia Ltda Me	Rua Bairro Cerquilho Velho, S/N Zona Rural - Cerquilho	Aguardente de cana-de-açúcar; fabricação de
L.O. LOTEAMENTO	91543587	João Morelli E Outros / Lot. Pedro Morelli	Rua João Vendrasco, S/N - Potirendaba	Loteamento e venda de imóveis próprios
LO	91564689	Joaquim Ferreira Vieira Neto Eireli	Avenida Maria Antonia Camargo De Oliveira, 3571 - Araraquara	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	91558600	Jobajo Industria E Comércio De Produtos De Borracha - Eireli	Rua Zilda, 1242 - São Paulo	Artefatos de borracha para uso pessoal, n.e.; fabricação de
LP/LI	91564061	John Bean Technologies Máquinas E Equipamentos Industriais Ltda.	Avenida Engº Camilo Dinucci, 4605 - Araraquara	Máquinas para industria de bebidas, n.e.; fabricação de
LO	91564127	Jorge Aparecido Garcia-me	Estrada Municipal Leopoldino Bortolossi,, 225 Barracao B - Itatiba	Moldes de plástico; produção de
LO	91565585	José Antônio Buscarioli Transportadora Epp	Rodovia Sp 344 Km 235 + 500, S/N 820.294/2007 - São João Da Boa Vista	Areia; extração de
LP	91539260	José Carlos Lazari Me	Fazenda Palmeiras Gleba E, S/N - Itapira	Argila; extração de
LP	91559652	José Carlos Lazari Me	Rua Santa Terezinha, 0 - Itapira	Areia; extração de
LO	91540081	Jose Geraldo Polegatto Sj Do Rio Preto - Me	Rua Roque Martins Da Costa Junior, 280 - São José Do Rio Preto	Peças para máquinas-ferramenta; fabricação de
LO	91561610	José Jair Nogueira Emboava Taubaté - Me	Estrada Municipal Baracéia, 5000 - Taubaté	Conservas de carne de bovinos; produção de (quando não integrada ao ab
LO	91542862	Jose Reinaldo Orlandini Me	Estrada Bairro Rosa Mendes, 2 Sítio - Pinhalzinho	Tijolos cerâmicos ou de barro cozido - exceto refratário; fabricação d
LP/LI	91545758	José Roberto Morim Me	Rodovia Lúcio Roque Flaiban, Km 3,5 - Morungaba	Artefatos de tapeçaria, n.e.; fabricação de
LO	91568088	Jotaclass Indústria E Comércio Ltda.	Rua Angelo Folini, 470 - Birigui	Cabedal de couro para calcados; fabricação de
LO	91562082	Joyson Safety Systems Brasil Ltda	Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, 0 Km 66 - Jundiaí	Peças e acessórios para os sistemas de direção e suspensão para veícul
LI	91568798	Jpgc Administradora Ltda.	Rua Limeira, 450 - Santa Bárbara D´oeste	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LI	91567393	Jr Metalurgica Ltda. - Me	Rua Lorenzo Penna, 281 - São Paulo	Artefatos Diversos De Ferro E Aço; Fabricação De
LP/LI	91558952	Js Metais Sanitários Ltda - Epp	Rua Rosas De Maio, 156 - São Paulo	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LO	91567070	Jtb Comercio De Cereais Eireli	Sitio Turvinho, SN - Cesário Lange	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LP/LI	91556716	Jumirim Malhas Ltda - Epp	Estrada Municipal Bairro Garcia, 000 - Jumirim	Tecidos de malha, n.e., fabricação de
LO	91565146	Jund Loc Locações De Container Ltda	Avenida Judith Carrara Jahnel, 2200 - Jundiaí	Serviços de coleta, armazenamento, transporte e disposição final de lo
LO	91549668	Juraci Modesto Pereira & Cia Ltda.	Sitio Paraíso, S/N Córrego Do Cervo - Nova Canaã Paulista	Argila; extração de
LO	91547328	Juvenal Giacchetto & Cia Ltda - Epp	Rua Feliciano Sales Cunha, 2000 - São José Do Rio Preto	Ferro e aço fundido em formas e pecas, n.e.; produção de
LP	91530472	K7 Revestimentos Industriais Eletrostaticos Ltda.	10a Rua Antonio Belizia, 72 - Araçariguama	Tintas em pó; fabricação de
LI	91567006	Kaizen - Industria E Comercio De Fundidos Ltda - Eireli - Epp	Estrada Municipal Angelo Spatti S/nº - Antiga, S/Nº Kn. 2,6 - Araras	Fundição de metais ferrosos; serviço de
LO	91564189	Kalina Industria De Fios E Linhas S.a.	Rua Agenor Faion, 140 Salão 1 - Americana	Linhas para costurar e bordar; fabricação de
LI	91566569	Karter Lubrificantes Eireli	Estrada Municipal Edson Loesch De Freitas, 150 - Jacareí	Graxas lubrificantes; fabricação de
LO	91535249	Keralux Indústria E Comércio De Cosméticos Ltda. Epp	Rua Francisco Eugenio Dos Santos, 98 - Tatuí	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LP/LI	91560053	Kiaroma Comércio De Especiarias Ltda Epp	Avenida Doutor Chafic Facury, 4991 - Franca	Condimentos e especiarias (canela, colorau, sal com alho, etc); prepar
LO	91553138	Kiddo Indústria E Comércio Ltda.	Rodovia Regis Bittencourt, 3666 Km 272,7 - Taboão Da Serra	Produtos diversos; fabricação de
LP	91545639	Kleber Ferreira 29587791819	Rua Mato Grosso, 121 - Novo Horizonte	Pneus (recondicionamento, recauchutagem, recapagem ou remoldagem); ser
LP	91560875	Koinonia Fitas E Peças Técnicas De Espumas Ltda	Rua Laerte De Paiva, 440 - Valinhos	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LI	91570796	Komatsu Do Brasil Ltda	Rodovia Indio Tibirica, 2000 Guaio - Suzano	Ferro e aço fundido em formas e pecas, n.e.; produção de
LO	91563017	Laboratório Okochi Ltda-epp	Estrada Da Adutora, 1313 Km 4 - Ribeirão Pires	Preparações alimentícias compostas homogeneizadas; produção de
LO	91542691	Laboratórios Bruch Ltda	Rua Monsenhor Alfredo Pereira Sampaio, 420 - São Paulo	Produtos biológicos veterinários; fabricação de
LO	91545059	Laborlab Produtos Para Laboratórios Ltda.	Rua Do Capão Bonito, 489 - Guarulhos	Kits diagnósticos; fabricação de
LO	91567187	Lactea Cientifica Ltda	Rua Scuvero, 224 - São Paulo	Aparelhos eletrônicos para usos técnicos, n.e., fabricação de
LI	91568173	Laercio Murilo Gomes Chaves	Rodovia Vicinal Joao Traficante, SN Km 3+194,63m - Franca	Posto de gasolina
LP	91539055	Lajes Itaim Indústria E Comércio Ltda	Estrada Ecoturistica De Parelheiros, 344 - São Paulo	Artefatos de cimento para uso na construção; fabricação de
LO	91572386	Lamberti Brasil Produtos Químicos Ltda	Estrada Vasconcelos, 490 - Nova Odessa	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91547078	Laminados Multiuso Eireli - Me	Rua Begonia Real, 118 E - São Paulo	Laminados planos de material plástico; fabricação de
LI	91570381	Lara Central De Tratamento De Resíduos Ltda	Avenida Guaraciaba, 430 - Mauá	Depósitos de lixo e aterros sanitários para disposição de resíduos não
LO	91573419	Larissa Eduarda Da Silva Eireli	Rua Jayme Canelli, 51 - Araras	Peças e acessórios para bicicletas e triciclos não motorizados; fabric
LP	91575882	Laticínios Freiria Ltda - Epp	Rua João Roberto Da Silva, 508 - Santo Antônio Da Alegria	Laticínios (produtos do leite)
LO	91565377	Laurito - Indústria, Comércio E Pinturas Ltda - Epp	Rua João Braulino, 271 - Santa Bárbara D´oeste	Pintura industrial; serviço de
LO	91568273	Lava Rápido Jm Ltda	Avenida Queiroz Filho, 190 - Santo André	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	91567705	Lavatory Fios Químicos Ltda - Me	Rua Dona Alexandrina, 494 - São Carlos	Shampoos (ou xampus); fabricação de
LO	91572354	Lavatory Fios Químicos Ltda - Me	Rua Dona Alexandrina, 494 - São Carlos	Shampoos (ou xampus); fabricação de
LO	91567233	Leandro Isac Tiriaco	Avenida Alcindo Barbosa, 800 - Mogi-mirim	Limpeza de fossas sépticas; serviços de
LO	91570818	Lemes E Cia Comunicação Visual Ltda Epp	Travessa Djanira Motta, 2103 - Avaré	Anúncios e placas indicadoras, luminosos; fabricação de
LO	91486613	Leonam Sistemas De Aquecimento Ltda - Epp	Via De Circulação, Quadra B Lote 6 - Arujá	Peças e dispositivos elétricos e eletrônicos para motores e máquinas;
LO	91568617	Lgv Corte Laser Metais Industria E Comercio Ltda	Rua Antonio Da Fonseca Martins, 521 - São Caetano Do Sul	Corte e dobra de metais; serviço de
LO	91560164	Lider Indústria E Comércio De Brinquedos Ltda.	Estrada Do Guaraciaba, 595 - Mauá	Brinquedos de qualquer material, mecanizados ou não; fabricação de
LO	91568625	Liderpox Pintura Eletrostática Ltda - Epp	Via Syrio Ignátios, 1590 - Porto Ferreira	Tintas em pó; fabricação de
LO	91565842	Ligia Maria Marques 30020401850	Rua Padre Francisco Salvino, 497 - Pedreira	Artefatos modelados ou talhados de ceras ou resinas naturais; fabricaç
LO	91570583	Limer Stamp Estamparia, Ferramentaria E Usinagem Ltda	Rua Jose Fontanin, 310 - Limeira	Moldes, modelos, matrizes e estampos de metal para fins industriais; f
LP	91558129	Limp Locações De Equipamentos Mogi Guaçu - Eireli	Rodovia Sp-342, Km 175 - Mogi Guaçu	Aterros de resíduos inertes e da construção civil
LO	91559346	Linox Limeira Inoxidáveis Ltda - Epp	Rua Mário Lima, 533 - Limeira	Tubos trefilados de aço, inclusive conexões; produção de
LO	91554055	Liquigás Distribuidora S. A.	Avenida Ernesto Igel, 2928 2984 - Paulínia	Distribuidora de gás liquefeito de petróleo; comércio atacadista de
LO	91537350	Liquigas Distribuidora S.a.	Rua Percy Gandini, 881 - São José Do Rio Preto	Gás liquefeito de petróleo; comércio atacadista de
LI	91553747	Lixolimpo Vale Do Mogi Guacu Ltda.	Estrada Municipal Luiz Fernando Marchi, 00 Km 2,2 - Leme	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
LO	91565085	Localfrio S/a. Armazéns Gerais Frigoríficos	Avenida Lidio Martins Correia, S/N.º - Guarujá	Armazéns gerais (emissão de warrant)
LP/LI	91529898	Lodes Indústria Química Ltda.	Rua Bela Vista, 495 - Olímpia	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LO	91566525	Londra Açúcar E Álcool Ltda Em Recuperação Judicial	Estrada Vicinal Municipal Vicinal Das Usinas, KM 23 Zona Rural - Itaí	Álcool etílico de cana-de-açúcar, hidratado; fabricação de
LP/LI	91561756	Long Way Industria E Comercio De Produtos Alimenticios Ltda.	Rua Pacífico, 160 - Cotia	Preparações alimentícias compostas homogeneizadas; produção de
L.O. LOTEAMENTO	91560347	Loteamento Altos Do Pinheiro Ii	Avenida Domingos Mariani, 0 Av 03 Do Lot. I - Matão	Loteamento e venda de imóveis próprios
L.O. LOTEAMENTO	91568148	Loteamento Colina Do Bosque Jaboticabal Spe Ltda	Avenida Benjamin Constant Nº 642, SL 26 Lot Colina Bosque - Jaboticabal	Terrenos próprios; compra e venda de
LO	91564204	Loteamento Industrial Fechado	Rua Antonio Cantiero, S/N - Araras	Condomínio industrial
L.O. LOTEAMENTO	91565036	Loteamento Jardim Arruda	Estrada Vicinal Nrd-30, S/N - Narandiba	Loteamento de terreno próprio sem benfeitorias
L.O. LOTEAMENTO	91454525	Loteamento Jardim Imperial	Estrada Maria Joaquina De Arruda, S/N - Mogi Guaçu	Loteamento e venda de imóveis próprios
L.O. LOTEAMENTO	91567880	Loteamento Residencial E Comercial "jardim Sul"	Rua Ivone Fernandes Bernardi (fazenda Tambury, NT Nt - Sertãozinho	Loteamento de terreno próprio sem benfeitorias
L.O. LOTEAMENTO	91563848	Loteamento Residencial E Comercial Jardim Das Flores	Avenida Ytamaraka, 00 Gleba A2 - Hortolândia	Loteamento e venda de imóveis próprios
L.O. LOTEAMENTO	91569106	Loteamento Residencial Jardim Parenti Iv	Rua Vereador Jone Luiz Sartori, S/Nº. Matrícula 33814 - Itatinga	Obras de outros tipos (construção)
L.O. LOTEAMENTO	91539168	Loteamentos Mv Urupês Ltda. - Loteamento Residencial Monte Líbano	Prolongamento Da Rua Altino Ferreira Das Neve, 0 - Santa Fé Do Sul	Loteamento e venda de imóveis próprios
LP/LI	91566729	Lourdes Aparecida Scatolim Martins Epp	Rua Cesar Lepri, 893 - Tambaú	Telhas cerâmicas ou de barro cozido; fabricação de
LO	91534618	Lourenço Moraes Mello Ltda - Epp	Estrada Do Maquininha, 5053 - São Sebastião	Areia lavada para construção; extração de
LP	91540173	Ls Blindagens	Estrada Dos Fernandes, 3383 - Suzano	Vidro plano; fabricação de
LP	91567527	Lubrasil Lubrificantes Ltda	Rua Olivia Gobbo Nardelli, 141 - Piracicaba	Óleos lubrificantes recuperados (rerrefinados); produção de
LO	91554275	Lucelena Mariano Mendes Fernandes - Epp	Rua Tristão D´almeida, 4565 - Franca	Peças para máquinas e equipamentos de uso especifico; fabricação de
LO	91555456	Luiz Alexandre De Morais	Rua Jose De Rezende Meirelles, 3780 - Vinhedo	Pintura eletrostática; serviço de
LO	91529988	Luiz Guilherme Ernesto Junior	Rua Sitio Uirapuru Ii, 0 Estr Do Rio Verde - Tapiraí	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LO	91553908	Lumar Recuperadora De Metais Ltda. Me	Rua Goiabeira, 246 - Jaguariúna	Materiais metálicos para fins de recuperação, seleção e classificação
LO	91566508	Lumazil Indústria E Comércio Ltda	Avenida Das Cerejeiras, 744 748 - São Paulo	Produtos de beleza e higiene pessoal; fabricação de
LO	91566612	Lumazil Indústria E Comércio Ltda	Avenida Das Cerejeiras, 577 - São Paulo	Preparações tensoativas para lavagem e limpeza; fabricação de
LO	91566783	Lupus Equipamentos Para Lubrificacao E Abastecimento Ltda	Rua Lupo Paneli, 303 - Cerquilho	Equipamentos para postos de gasolina; fabricação de
LO	91561332	Luwa Auto Posto Ltda	Rua Américo Pereira Lima, 556 - Mococa	Posto de abastecimento de veículos
LI	91555957	Lwart Soluções Ambientais Ltda	Rodovia Juliano Lorenzetti, S/N R M Rondon Km 304 - Lençóis Paulista	Óleos lubrificantes usados; recuperação, reciclagem, rerrefino de
LI	91565511	Ly Do Brasil Industria E Comercio De Artefatos De Borracha Ltda	Estrada Municipal Jose Sedano, 854 Galpão D, Md14e15 - Campinas	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LO	91342288	M C Ramos Martignoni Lisboa	Rua Doutor Simão, 727 - Piraju	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91567912	M P - Comércio De Materiais Hospitalares Ltda.	Rua Renato Coelho, 99 - Itapira	Materiais para odontologia, n.e.; fabricação de
LO	91562616	M. T. G. Comercio De Componentes Eletricos Eireli	Avenida Armando Sestini, 460 - Caieiras	Perfuração em chapas metálicas; serviço de
LO	91570289	M.f.f. Ruette - Epp	Rua Nossa Sra. Das Brotas, 499 - Lindóia	Águas minerais; extração, engarrafamento e gaseificação de
LO	91568411	M.t. Mineração Ltda Me	Sitio Do Sapezeiro, Zona Rural - Ipeúna	Areia; extração de
LO	91536427	M.v.s. Maricato Indústria De Cosméticos Epp	Rua Imperial, 697 - São José Do Rio Preto	Cosméticos; fabricação de
LI	91559153	Maaz Industria De Bebidas Eireli	Rua Ivo Rodrigues, 13 - Vargem Grande Do Sul	Aguardentes compostas; fabricação de
LP/LI	91529971	Mactra Indústria E Comércio Ltda.	Estrada Municipal Benedito Antonio Regagnin, 6600 Caixa Postal 288 - Itatiba	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91569126	Madeira Viva - Arte Em Madeira Ltda	Avenida Da Agua Funda, 1317 1327 / 1329 - Diadema	Moveis embutidos de madeira; fabricação de
LO	91564895	Magic Petrol Comércio De Combustível Ltda	Avenida Doutor Gofredo Schilini, 1005 - Dois Córregos	Posto de combustível
LP/LI	91538421	Magnum Limpeza Automotiva Ltda	Rua Zulmiro Trevisani, 790 - Sumaré	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LP	91536344	Magsupri Industria E Comercio De Suprimentos De Informatica Eireli	Avenida Guerino Grisotti, 810 - Itatiba	Tintas de impressão; fabricação de
LP	91564132	Makingplast Materiais Plasticos Eireli	Rua Ettore Soliane, 221 - Indaiatuba	Trituração, granulação ou de moagem de materiais plásticos descartados
LP	91569830	Mancheta Lider Produtos Para Bombas De Concreto Ltda	10a Rua Da Indústria, 25 - Bom Jesus Dos Perdões	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LP/LI	91568788	Mando Corporation Do Brasil Indústria E Comércio De Auto Peças Ltda	Rua Stanley, 2888 - Limeira	Freios a disco (sistema completo) para veiculo rodoviário; fabricação
LO	91565175	Maquinas Furlan Ltda	Rodovia Engenheiro Joao Tosello Sp 147, 0 Km 104 - Limeira	Máquinas e equipamentos para mineração; fabricação de
LO	91550619	Marau Galvanoplastia E Comercio Eireli	Rua Tiguassu, 281 - Diadema	Galvanoplastia; serviço de
LP/LI	91566054	Marbow Resinas Eireli	Rua Antonio Bellizia, 527 Cond.rib.colégio - Araçariguama	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91564083	Marcelo Marques Lobo - Me	Rua São Paulo, 1457 - Populina	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91557071	Marcelo Pires Da Fonseca Eireli Me	Rua Zaira Ometto, 575 - Limeira	Artigos de bijuterias (bijouterias); fabricação de
LO	91563194	Marcia A. Fernandes - Epp	Rua Vergínio Belgini, 1060 - Itatiba	Artefatos estampados de metal, exceto utensílios domésticos; fabricaçã
LO	91545441	Marcia Augusta Da Silva Parra Melo Oliveira Me	Avenida Deocleciano Alves Pereira, 62 - São Paulo	Materiais plásticos descartados; recuperação de
LI	91566496	Marcos Antonio De Nadai	Estrada Municipal Lim-146, Km 12 - Limeira	Aterros de resíduos inertes e da construção civil
LI	91552193	Marcos Aparecido Muniz Hortifrutigranjeiro	Chacara Nossa Senhora Aparecida, S/N.º C.desengano - Vitória Brasil	Adubos e fertilizantes organominerais; fabricação de
LO	91557352	Marfort Serviços Marítimos Ltda	Rua Guilherme Backeuser, 76 - Guarujá	Embarcações para usos especiais (rebocadores, pesqueiros, barcos-farol
LO	91558502	Marfrig Global Foods Sa	10a Rua Prefeito Jose Carlos, 750 Predio 03 - Itupeva	Conservas de carne (seca, salgada, defumada ou conservada); preparação
LO	91568825	Maria De Cassia Bergamaschi	Avenida São Carlos, 305 - São Carlos	Posto de abastecimento de veículos
LP/LI	91545778	Maria Dolores Galieta Morim Me	Rua Lúcio Roque Flaiban, S/N Km 04 - Morungaba	Artefatos de tapeçaria, n.e.; fabricação de

LP/LI	91567321	Marilene Oliver Gimenez	Rua Assis Chateaubriand, 68 - Dracena	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91568258	Mario Sergio Gomes Me	Estrada Pereiras À Conchas, 1288 A - Pereiras	Cachaça ou caninha; produção de
LP/LI	91570058	Marles Indústria Têxtil E Comércio Ltda.	Avenida Angelo Pascote, 510 740 - Americana	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos e artigos têxteis, i
LO	91553827	Marmoraria & Granitaria Duarte Ltda - Me	Avenida Lourenço De Souza Franco, 2160 - Mogi Das Cruzes	Pedras recortadas (mármore, granito e outras) a partir de placas ou ch
LO	91561013	Marquespan Indústria De Alimentos Ltda	Rua Anna Inghes Del Fiol, 591 Guardinha - Tatuí	Pães congelados; fabricação de
LP	91573989	Martins Lara & Lara Ltda.	Estrada Do Campinho, S/Nº Zona Rural - Lorena	Argila; extração de
LO	91563678	Mas-tinbras Ltda	Avenida Adalmiro, 225 - Arujá	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91566910	Master Diamond Ferramentas Ltda	Rua Victório Primon, 66 - São Paulo	Diamantes (ferramentas industriais); fabricação de
LO	91568440	Masterfoods Brasil Alimentos Ltda.	Rodovia Presidente Dutra, S/N.º Km 175,4 - Guararema	Derivados do beneficiamento do cacau; fabricação de
LO	91566646	Mastertrat - Tratamento Térmico Ltda - Me	Rua Jandyra Oliveira Ricato, 351 - Sumaré	Tempera, cementação de aço, recozimento de arame, tratamento térmico;
LO	91552944	Matadouro Municipal De Pilar Do Sul	Rua Sp 93 C/ Pls 408, Km 02 - Pilar Do Sul	Matadouros municipais ou particulares - abate de bovinos sob contrato
LO	91535517	Matheus Moreira Silveira - Me	Rua Cristiano Viana, 828 - São Paulo	Artigos de vidro para mesa, cozinha e outros usos domésticos; fabricaç
LO	91521622	Matieli Eden Artefatos De Cimento	Rua Miguel Arcangelo Matielo, 282 - Sorocaba	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	91523649	Matieli Eden Artefatos De Cimento Ltda	Rodovia Votorantim / Piedade, Sp-79, 3410 Sp 79 - Votorantim	Concreto usinado, fabricação de
LP/LI	91543401	Mauad Alimentos Ltda	Alameda Pedro Wolf, 330 - Indaiatuba	Sorvetes; fabricação de
LP	91564404	Maxbor Industria E Comercio De Artefatos De Borracha Ltda	Rua Antonio Ovidio Rodrigues, 1270 - Jundiaí	Artefatos de borracha para uso pelas indústrias; fabricação de
LO	91571417	Maximus Importação E Exportação Ltda Me.	Rua Newton Prado, 48 Nº 50 - São Paulo	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos e artigos têxteis, i
LO	91577215	Maxioil Do Brasil Industria E Comercio De Produtos Quimicos Ltda	Estrada Particular Sadae Takagi, 2837 Sitio Mato Dentro - São Bernardo Do Campo	Óleos lubrificantes acabados; fabricação de
LP/LI	91567975	Mayekawa Do Brasil Equipamentos Industriais Ltda	Rua Licatem, 250 Blocos B/c - Arujá	Compressores frigoríficos para uso industrial; fabricação de
LO	91542255	Mdc - Br Gerenciamento De Negócios Ltda - Epp	Rua Arnaldo Magniccaro, 963 - - São Paulo	Doces e geléias homogeneizados; produção de
LP	91568121	Megabor Industria E Comercio De Artefatos De Borracha Eireli- Epp	Rua Raphael Andreolli, 1751 - Ribeirão Preto	Peças e acessórios de borracha para usos industriais diversos; fabrica
LP/LI	91562178	Megalaser Industria Metalurgica Ltda	Avenida Moises Forti, 1500 Lote 4 Quadra E - Capivari	Produtos de caldeiraria leve; fabricação de
LO	91560837	Megh Indústria E Comércio Ltda	Avenida Presidente Wilson, 4986 - São Paulo	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91566050	Mendonça Produtos Eletrônicos Ltda-me	Rua Carlos Ferrari, 3147 - Garça	Isoladores para uso elétricos (em aparelhos, equipamentos, etc)
LO	91566333	Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda	Rua Treze De Maio, 1161 - - Campinas	Especialidades farmacêuticas alopáticas para uso humano; fabricação de
LP/LI	91562865	Metalurgica D. J. Ltda.	Rua Venus, 49 - Diadema	Ferramentas industriais, n.e.; fabricação de
LI	91566988	Metalurgica Lot Eireli	Estrada Municipal Angelo Spatti, Km. 2,8 - Araras	Peças fundidas de ferro e aço; produção de
LP	91552195	Metalurgica R.argento Eireli - Epp	Rua Antonio Meneghel, 603 580 - Americana	Metais ferrosos, fundição de
LO	91561949	Metso Brasil Indústria E Comércio Ltda	Avenida Independência, 2500 - Sorocaba	Peças para máquinas e equipamentos para a extração e beneficiamento de
LO	91567908	Mge Automação E Serviços Ltda - Epp	Rua Demifonte, 246 - São Paulo	Dispositivos industriais de controle elétrico; fabricação de
LO	91554758	Mh Equipamentos E Servicos Ltda	Rua Daria Galvao Da Silva, 456 - Sorocaba	Aparelhos eletrônicos para usos técnicos, n.e., fabricação de
LP/LI	91570461	Mhnano Comercio Industria E Desenvolvimento Ltda	Rua Sebastião Pontello, 535 Lote 04 - Nova Odessa	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LP/LI	91566702	Micro Forge Indústria E Comércio De Reagentes Ltda	Avenida Prefeito Jose Lozano Araujo, 1136 B - Paulínia	Reagentes de diagnóstico ou de laboratório; fabricação de
LO	91569454	Microbell Jaboticabal Indústria E Comércio De Equipamentos Ltda Epp	Avenida Caetano Boarini, 50 - Jaboticabal	Peças para máquinas e equipamentos de uso específico; fabricação de
LO	91561894	Microparts Tools Eireli - Epp	Rua Eldorado, 92 - São Caetano Do Sul	Ferramentas industriais, n.e.; fabricação de
LO	91562422	Miguana Industria E Comercio Ltda Epp	Avenida Werner Sonnelfeld, 622 Cilo Industrial - Tremembé	Cloreto de zinco; fabricação de
LP	91553309	Mineração Alfagrês Ltda	Sitio Ribeirão Do Cabeça, 0 0 - Rio Claro	Argila; extração de
LO	91570355	Mineração Barrocão Ltda	Fazenda São José Ii, 0 0 - Pirassununga	Areia; extração de
LO	91568846	Mineração Do Vale Ltda	Sitio Palmeiras, S/Nº - Corumbataí	Areia; extração de
LP	91562677	Mineração Fronteira Ltda.	Rodovia Sp 249 (entrada Bº. Capoavinha + 3 Km, S/N 820.006/2012-dnpm - Nova Campina	Quartzo (cristal de rocha); extração de
LO	91530156	Mineração Itapeva Ltda.	Estrada Luiz José Sguario Km 05, 00 804.178/1974-dnpm - Itapeva	Filitos (antofilitos, leucofilitos, etc); extração de
LP	91515105	Mineração Noroeste Paulista Ltda	Rodovia Péricles Belini, S/Nº Km 74,9 - Monções	Pedra britada (britamento associado a extração); extração de
LO	91571854	Mineração Pedroso Eireli	Fazenda União, 0 Zona Rural - Rio Claro	Argila; extração de
LP	91573991	Mineração Rio Base Ltada. Epp	Rodovia Prefeito Homero Correa Leite (sp 207), S/N - Mococa	Pedra britada (britamento associado a extração); extração de
LO	91567026	Mineradora Argila Rocha Dourada Ltda - "me"	Estrada Vic. Dep. José De Carvalho Sobrinho, S/Nº Km 22-faz Canaã - Paulicéia	Argila; extração de
LI	91566787	Mineradora Curumim Ltda.	Sitio São Bento, S/Nº Zona Rural - Porto Feliz	Areia; extração de
LO	91514937	Mineradora De Saibro Ubatuba -epp	Rua Frei Tarcísio Corrêa, 713 - Ubatuba	Saibro; extração de
LO	91514934	Mineradora De Saibro Ubatuba -epp	Rua Frei Tarcísio Corrêa, 713 - Ubatuba	Saibro; extração de
LO	91487809	Mineradora Vale Das Nascentes Ltda.	Rua Municipal, S/Nº Cx. Postal 327 - Piedade	Águas minerais; extração, engarrafamento e gaseificação de
LO	91563489	Mintercol Minerais, Terraplenagem E Construções Ltda	Fazenda Itaguaçu, 3534 - Aparecida	Areia; extração de
LO	91563348	Mix Semião - Indústria E Comércio De Produtos Alimentícios Ltda	Rua José Joaquim Correr, 15 - Botucatu	Misturas e pastas para produtos de padaria, pastelaria, etc.; produção
LO	91566623	Mixfértil Indústria E Comércio De Produtos Químicos Ltda.	Avenida Constante Pavan, 1155 - Paulínia	Fertilizantes compostos npk; fabricação de
LO	91563566	Mixtecnotintas Resinas Termoplasticas Eireli	Avenida Industrial, 2537 - Santo André	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas, fabricação de
LO	91548971	Ml De Lima Ferreira Ltda - Me	Avenida Registro, 356 - Itaquaquecetuba	Lavanderia; serviços de
LO	91568292	Moacir De Oliveira Preto 07957249850	Sitio Mario Preto, 0 - Socorro	Areia; extração de
LO	91567334	Molise Serviços E Construcões Ltda	Rua Paranhos Pederneiras, 200 - São Paulo	Ruas, praças, calcadas, construção e/ou reforma de
LO	91570045	Momesso Indústria De Maquinas Ltda	Rodovia Marechal Rondon - Sp 300, S/Nº Km 516 - Birigui	Máquinas agrícolas (exceto tratores); fabricação de
LO	91562715	Montecarlo Equipamentos Ltda Me	Avenida Renato Zanin, 45 - Canas	Obras de caldeiraria pesada para as industrias mecânica, química, side
LO	91554650	Monumental Industria De Pneus Novos E Reformados Ltda	Avenida Fuad Assef Maluf, 505 Gleba B03 - Sumaré	Pneus; fabricação de
LP/LI	91567039	Motivating Graphics Indústria E Comércio De Produtos Gráficos Ltda.	Avenida Vicenzo Granghelli, 1264 - Jaguariúna	Gráfica: cartazes, prospectos, calendários, encartes e outros impresso
LI	91564711	Mrp Comércio De Derivados De Petróleo Ltda	Rua Donizete Aparecido Pedroso De Souza, 256 - Guararapes	Revendedor retalhista de derivados do petróleo; comércio atacadista de
L.O. LOTEAMENTO	91498341	Mrv Engenharia E Participações S.a	Rua Patricia Rodrigues Fontes, 605 - São José Do Rio Preto	Incorporação de imóveis próprios
L.O. LOTEAMENTO	91537718	Mrv Engenharia E Participações Sa - Loteamento Jardim Paris	Rua Oswaldir Taranto, 0 Matrícula 56.378 - São José Do Rio Preto	Loteamento e venda de imóveis próprios
LP/LI	91564301	Ms Manutenção E Reparo De Máquinas Ltda	Chacara Nossa Senhora Aparecida, S/N Galpão 1 - Fernando Prestes	Máquinas e equipamentos para a industria alimentar, reparação e manute
LP/LI	91554431	Msb Industria E Comercio Ltda	Rua Waldemar Almeida Prado, 100 - Mogi Das Cruzes	Produtos da indústria do pão, fabricação de
LO	91570420	Mult Beef Comercial Ltda.	Rua Dom Luiz Do Amaral Mousinho, 500 - Brodowski	Conservas de carne de bovinos; produção de (quando não integrada ao ab
LO	91539655	Mundo Limpo Reciclagem De Artefatos De Ferro Ltda - Me	Rua Brasil, 2000 - Mogi Guaçu	Sucatas de ferro e aço, recuperação de
LI	91567295	Município De Cândido Mota	Estrada Municipal Cdm-020, S/N Km 001 - Cândido Mota	Administração pública em geral
LO	91560724	Município De Descalvado	Rua José Quirino Ribeiro, 55 - Descalvado	Administração pública em geral
LP	91516588	Município De Florínea	Rua Livino C De Oliveira, 699 - Florínea	Administração pública em geral
LO	91573865	Município De Gavião Peixoto - Aterro Sanitário	Estrada Vicinal Do Bebedouro - Gp 41, KM 2, - Gavião Peixoto	Aterros sanitários; gestão de
LO	91568970	Município De Ibirarema	Estrada Municipal Ibirarema Palmital, Ibm 050 - Ibirarema	Aterros sanitários; gestão de
L.O. LOTEAMENTO	91568325	Municipio De Indiapora - Loteamento Indiaporã I	Via De Acesso Ouroeste/indiaporã, S/N - Indiaporã	Loteamento sem benfeitorias
LP	91562769	Município De Nova Europa	Rodovia Sp - 331, Km 31 - Nova Europa	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
LP	91576119	Município De Peruibe	Rua Nilo Soares Ferreira, 50 - Peruíbe	Administração pública em geral
LP	91538237	Município De Piquerobi - Transbordo	Estrada Pqb-010, S/Nº - Piquerobi	Estações de transferência de resíduos não-perigosos, responsáveis pelo
L.O. LOTEAMENTO	91554474	Município De Presidente Epitácio	Praca Almirante Tamandaré, S/N - Presidente Epitácio	Loteamento sem benfeitorias
LO	91561399	Município De Santa Albertina - Aterro Em Valas	Estrada Municipal Do Retrato, S/N.º Km 3,5 - Santa Albertina	Aterros sanitários; gestão de
LO	91568206	Murilo Rubião De Oliveira Pontal Me	Rua Jeronimo Mauricio De Almeida, 33 - Pontal	Detergentes para uso institucional e doméstico; fabricação de
LO	91562142	Nacs Industria E Comercio De Cosmeticos Ltda Me	Rua Carlos Alberto Ferragut, 83 - Vinhedo	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	91558626	Nandofer Comércio De Sucatas Ltda	Rua Décio Da Silva, 537 - Guarulhos	Recuperação de materiais não especificado anteriormente
LI	91544031	Natucoat Industria E Comercio De Tintas Ltda. Me	Rua Anesio De Moraes, 301 - São Roque	Tintas em pó; fabricação de
LO	91571507	Natural Products & Technologies	Rua Carmelindo Rosatto, 335 Cp 041 - Rafard	Fármacos; fabricação de
LO	91559305	Naty Indústria E Comércio De Produtos De Limpeza Ltda - Me	Avenida Mem De Sá, 415 - Marília	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	91570999	Náutica Santana Ltda. - Me	Rua Dr. Manoel Hipólito Do Rego, 1600 Ricardo M Do Rego - São Sebastião	Garagem náutica; guarda de barcos de lazer
LO	91569517	Nek Indústria E Comércio Ltda	Rua Alcides Sottini , 285 - Araras	Galvanoplastia; serviço de
LO	91561496	Neli Oliveira Da Silva Química - Me	Rua Delcio Ferreira De Azevedo, 537 - Sorocaba	Detergentes para uso institucional e doméstico; fabricação de
LO	91564548	Nelson De Sene	Rua Exp. Antonio Caetano De Souza Filho, 209 - Buri	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91566834	Neto Auto Posto Ltda	Rua Santos Dumont, 1077 - Ferraz De Vasconcelos	Posto de abastecimento de veículos
LO	91546175	Neutravita Comercio De Neutralizador De Odores Eireli	Avenida Das Comunicacoes, 265 Galpao Modulo E04 - Osasco	Misturas de substancias odoríferas para usos industriais; fabricação d
LO	91508557	New Black Industria E Comercio De Cosmeticos Ltda-me	Rua Henrique Walter, 80 - Boituva	Produtos de beleza e higiene pessoal; fabricação de
LO	91558854	Ngb Galvanoplastia Ltda	Rua Ada Negri, 505 - São Paulo	Galvanoplastia; serviço de
LO	91569667	Nicomo Participações Eireli	Rua Joao Da Fonseca, 255 Área A Lote 4 - Mogi Guaçu	Intermediários para adubos químicos; fabricação de
LO	91546080	Nikkon Ferramentas De Corte Ltda	Rua Tarquino Favali, 40 - Suzano	Outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriorme
LP/LI	91562532	Nilton Carlos De Lima	Rua Rural, 0 Sit.agua Do Limão - Cerqueira César	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LO	91557770	Nissin Foods Do Brasil Ltda	Rua Bunjiro Nakao, Km 57 - Ibiúna	Macarrão; fabricação de
LP/LI	91551990	Nivaldo Mundin Junior Eireli	Avenida Herminio Cristovão, 555 A Terreo Predio C - Américo Brasiliense	Cilindros hidráulicos; fabricação de
LP	91569105	Nova Lodo & Mota Dedetizadora E Desentupidora Ltda. - Me	Rua Coronel Miguel Brisola De Oliveira, 576 - Ribeirão Preto	Esvaziamento de fossas sépticas; serviços de
LO	91524222	Nova Trat Comercio & Serviços Industriais Ltda	Rua Luiz Pionte, 105 - Itu	Tratamento e revestimento em metais; serviços de
LP	91568501	Nox Cafe Ltda	Fazenda Santana, 0 - Pedregulho	Café torrado e moído; produção de
LP/LI	91567255	Nsk Brasil Ltda.	Avenida Vereador Joao Batista Fitipaldi, 66 - Suzano	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LP/LI	91550183	Nt Industria E Comercio De Produtos Alimenticios Eireli	Rua Carlos Drumond De Andrade, 131 - Caçapava	Sorvetes; fabricação de
LO	91566811	Nutratec - Tecnologia Em Nutrientes Ltda. - Epp	Rua Alexandre Villa, 26 - Ribeirão Preto	Preparações alimentícias compostas homogeneizadas; produção de
LO	91529445	Nutrição Animal Ra Ltda Epp	Estrada Municipal Pereiras X Bairro Da Serra, 0 Sitio Bela Vista - Pereiras	Alimentos preparados para animais (bovinos, suínos (porcos), coelhos,
LO	91493869	Nutrien Soluções Agrícolas Ltda.	Rodovia Raposo Tavares, 0 Km 172 - Itapetininga	Fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos; fabricação de
LP/LI	91567490	Nutriglobal Ind.comercio Importação E Exportação De Alimentos Ltda-me	Rua Luiz Marincek, 163 167 - Jardinópolis	Farinhas de milho termicamente tratadas ou alimentos a base de milho (
LO	91573162	Nutrisafra Fertilizantes Ltda	Area Rural, 147 Caixa Postal 58 - Cosmópolis	Fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos; fabricação de
LO	91559651	Oitenta Auto Posto Ltda	Avenida Capitão João, 614 - Mauá	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91568538	Okr - Koroiva Industria De Caldeiras E Equipamentos Industriais Ltda	Via Vicente Verdi, 678 - Charqueada	Peças e acessórios para caldeiras geradoras de vapor, exceto para aque
LP	91568464	Okr - Koroiva Industria De Caldeiras E Equipamentos Industriais Ltda	Via Vicente Verdi, 678 - Charqueada	Peças e acessórios para caldeiras geradoras de vapor, exceto para aque
LP/LI	91534965	Olinto Rodrigues De Arruda E Outros	Estrada Logradouro Rural, S/N Km 270 - Iaras	Ração para qualquer tipo de animal (bovinos, suínos(porcos), aves, coe
LO	91562960	Oliveira & Oliveira Ltda	Rua Vereador Antonio De Oliveira, 381 - Valinhos	Tecido algodão tintos ou estampados, inclusive mescla; fabricação de
LO	91569765	Omega Industria De Sopro Eireli	Rua Rodrigo, 109 - Diadema	Embalagens de material plástico (polietileno, pvc e semelhantes); fabr
LO	91558736	Ophthalmos S.a.	Avenida Manoel Monteiro De Araujo , 1051 Lote B - São Paulo	Remédios alopáticos para uso humano; fabricação de
LO	91567624	Orientaltec Indústria E Comércio Ltda.	Rua Via Paulo Leoni, 2227 Lote01 Gleba C2-a - Itupeva	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91572433	Orientaltec Indústria E Comércio Ltda.	Avenida Lauro Gomes, 4879 - São Bernardo Do Campo	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não es
LO	91561349	Orion Aviation Eireli	Rodovia Assis Chateaubriand - Sp 425, S/Nº Km 459 - Presidente Prudente	Derivados do petróleo; comércio varejista
LP/LI	91563388	Orion Gravação De Cilindros Ltda -me	Rua Jorge Bráulio De Camargo- Lotes 5, 6 E 7, Quadra "a" - Tietê	Chapas e pecas metálicas, impressão de
LO	91552509	Ouro Verde Chemicals Ltda.	Avenida Papa Joao Xxiii, 4584 - Mauá	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LI	91567245	Ox Technique Produtos Orgânicos Ltda	Rua Cristina Pereira Dos Anjos, 38 - Sumaré	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LO	91566851	Oxicam Gases Eireli	Rua Jose Antonio Filho, 246 - Paulínia	Gases elementares (oxigênio, nitrogênio, hidrogênio, etc); fabricação
LO	91566789	Oxigênio Portogás Do Brasil Comércio De Gases Ltda Epp	Rua Elias João Andraus Neto, 351 - Taubaté	envasamento de produtos químicos e/ou inflamáveis sob contrato; Serviç
LI	91570415	Oxiteno S.a. Indústria E Comércio	Avenida Agostinho Manfredini, 56 - Tremembé	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LO	91558160	P. S. J. Anhanguera Comércio De Combustíveis Ltda	Rodovia Anhanguera, Km 398 - Guará	Posto de combustível
LO	91553397	P.s. Gomes Ferragem - Me	Rua Reinaldo Elisei, 1292 - Cruzeiro	Ferragens; comércio varejista
LO	91561351	Paineira Alimentos Ltda	Rua Dr. Antonio João Abdalla,, 985 - Cajamar	Carne bovina seca; produção de
LO	91567601	Pampili Produtos Para Meninas Ltda.	Rua 21 De Abril, 500 - Birigui	Calçados de material sintetico montado; fabricação de
LO	91572404	Pandaya Fabricação E Comércio De Alimentos Eireli	Rua Lisboa, 971 - São Paulo	Pães congelados; fabricação de
LP/LI	91539381	Pandurata Alimentos Ltda	Rua Carlo Bauducco , 200 - Guarulhos	Biscoitos e bolachas industrializados; fabricação de
LO	91569036	Papalégua Auto Center Ltda.	Rua Alonso Peres, 202 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91572690	Paranoá Indústria De Borracha Ltda	Avenida Casa Grande, 1911 - Diadema	Canos, tubos, mangueiras e mangotes de borracha para veículos, máquina
LO	91560286	Passatec Passamanaria E Tecelagem Ltda	Rua Chyio Yamamoto, 249 - Guarulhos	Fios simples de polipropileno; fabricação de
LP/LI	91566871	Pastifício Selmi S/a	Rodovia Virgínia Viel Dall`orto, Km 1,9 - Sumaré	Massas alimentícias (talharim, espaguete, etc); fabricação de
LO	91567119	Pastorello & Zorzo Tratamento De Superfície Ltda - Epp	Rua Domingos Garcia, 145 - Limeira	Zincagem; serviço de
LO	91568390	Paulo Antonio Dahmen Rodrigues Me	Bloco Caio Prado, 0 Sítio São Luiz - Araras	Sucatas de materiais plásticos para granulagem; processamento de (limp

LI	91556539	Paulo Benedito Diniz - Me	Rodovia Sp-127, Km 198,5, S/Nº Anm 820.502/2017 - Capão Bonito	Areias, cascalhos, pedregulhos e semelhantes
LO	91543220	Paulo Cesar De Oliveira - Usinagem - Me	Rua Itatiba, 340 - São Bernardo Do Campo	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LO	91565065	Pavimentadora Santo Expedito Ltda	Rodovia Sp 340, Km 205,5 - Aguaí	Basalto, associado a extração; beneficiamento de
LO	91563345	Pavimentadora Santo Expedito Ltda.	Avenida Rainha, 435 - Mogi-mirim	Misturas betuminosas a base de asfalto ou betume (cut-backs), obtidas
LP	91564236	Pedra Agroindustrial S/a	Fazenda Sao Luiz Da Esplanada, S/nº - Buritizal	Álcool etílico de cana-de-açúcar, hidratado; fabricação de
LO	91569478	Pedra Agroindustrial S/a	Fazenda Da Pedra, Caixa Postal 02 - Serrana	Usina de açúcar e álcool
LP	91570339	Pedra Agroindustrial S/a	Fazenda Da Pedra, Caixa Postal 02 - Serrana	Usina de açúcar e álcool
LO	91561022	Pedra E Arte Marmoraria Ltda - Me	Avenida Solon Pereira, 1095 - Aparecida	Produtos de marmoraria; fabricação de
LO	91534992	Pedreira Engebrita Ltda	Rodovia Cônego Domênico Rangoni, Km 252 - Santos	Pedras e outros materiais para construção, associado a extração; benef
LP	91546298	Pedreira Sanson Ltda.	Rodovia A. R. Schincariol (sp - 127), Km 103,, Estr Mun Tti-403 - Tatuí	Pedra britada (britamento associado a extração); extração de
LO	91567169	Pedrita Pisos E Pedras Decorativas Ltda. - Epp	Avenida Dr. Carlos Burgos, 1255 - Amparo	Pedras recortadas (mármore, granito e outras) a partir de placas ou ch
LP/LI	91576110	Pedro Henrique Ferraz De Toledo Eireli	Rua Dos Tuiuiús, 490 - Piracicaba	Materiais plásticos descartados; recuperação de
LO	91573042	Percebon Joias Eireli	Rua Nicolau Leite Do Canto, 34 - Limeira	Artigos de bijuterias (bijouterias); fabricação de
LP/LI	91572654	Persilsp Comercio De Aços Ltda	Rua Luiz Perassa Sobrinho, 36 - São Paulo	Fonte de alimentação; fabricação de
LO	91564572	Petrini Usinagem E Caldeiraria Ltda	Rua Joaquim Nabuco, 1026 - Salto	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LP/LI	91561274	Petrobras Distribuidora S.a. - Base De Bauru	Rua Professora Zenita Alcantara Nogueira, 01-70 - Bauru	Bases de armazenamento de combustíveis
LP/LI	91561263	Petrobras Distribuidora S/a - Baden	Rodovia Raposo Tavares (sp 270), S/Nº Km 563 - Presidente Prudente	Combustíveis derivados do refino do petróleo - exceto realizado por tr
LO	91559334	Petrobras Transporte S/a - Transpetro	Rua Felipe Camarão, 393 - São Caetano Do Sul	Transporte dutoviário
LP	91576948	Petrocenter Auto Posto Ltda	Rua Dom Henrique Mourão, 336 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91571682	Petrocom Industria Metalurgica Ltda	Rua Rodrigo Ribeiro De Melo, 306 Recreio De Barão - Campinas	Lingotes de metais não-ferrosos, n.e.; produção de
LO	91567437	Petróleo Fonte De Energia Auto Posto Eireli	Rua Lopes Chaves, 522 524 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91567366	Petroluma Auto Posto Ltda.	Rua Manoel Tavares Da Silva, 766 - Campo Limpo Paulista	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	91560020	Petropav Indústria E Comércio De Asfalto Ltda	Avenida Richard Freudenberg, 1001 Box N° 9 - Agudos	Artigos de asfalto e produtos semelhantes, n.e.; fabricação de
LP/LI	91567558	Pg Quimica Ltda	Rua Atilio Gardezani, 107 Lot. Fla. F. Levy - Cordeirópolis	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP/LI	91558877	Pgs - Solucoes De Geracoes De Energia Eireli	5a Rua Jose Malaquias Paes, 120 Brcao A - Monte Mor	Peças e acessórios para máquinas e equipamentos de uso geral; fabricaç
LO	91552464	Phytoessence Fragrâncias Ltda	Alameda Rio Preto, 522 - Barueri	Essências e concentrados aromáticos artificiais; fabricação de
LO	91546968	Pinguim Indústria E Comércio De Radiadores Eireli	Rua Madalena De Madureira, 151 - São Paulo	Radiadores completos para veículos rodoviários; fabricação de
LO	91572600	Pinus Brasil Agro Florestal Ltda.	Fazenda Pedra Maria, S/Nº - Buri	Breu da destilação da madeira; produção de
LO	91543472	Piratininga Ind Com De Produtos Escolares Ltda - Epp	Rua Kari, 12 Esq M. Assis - Guarulhos	Giz em bastões e outras formas; fabricação de
LO	91567352	Pita-bread Indústria De Panificação Ltda	Avenida Ndustrial Walter Kloth, 777 - - Atibaia	Panetones e similares (de industria); fabricação de
LO	91568830	Pixinguinha Auto Posto Ltda	Avenida Corifeu De Azevedo Marques, 826 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91542869	Plantec Polímeros Industrial Ltda Epp	Rua Liliane Cinelli Barros, 65 - Piracaia	Embalagens de plástico; fabricação de
LP	91560112	Plentychem Industrial E Comercial De Aditivos Ltda	Rua Antonio Da Surreição, 213 - Suzano	Pigmentos inorgânicos de origem mineral ou sintética em forma básica o
LP/LI	91554961	Plw Industria E Comércio De Produtos De Limpeza Eireli	Estrada Duilio Beltramini, 7957 - Valinhos	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LI	91567118	Poa Comercio Varejista De Combustíveis Ltda	Rodovia Joao Afonso De Souza Castellano, 205 - Poá	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91565569	Policrom Galvanotécnica Ltda - Epp	Rua Francisco Alves, 30 - Piracicaba	Galvanoplastia; serviço de
LO	91565571	Policrom Galvanotécnica Ltda - Epp	Rua Francisco Alves, 30 - Piracicaba	Galvanoplastia; serviço de
LO	91562484	Polidora J.n.a. Ltda -me	Rua Dom Pedro Henrique De Orleans E Bragança, 318 - São Paulo	Polimento de metais; serviço de
LO	91567147	Polikote Revestimentos Anticorrosivos Ltda	Rua Mateo Forte, 207 Fundos - São Paulo	Elastômeros não vulcanizados; fabricação de
LO	91560896	Polimix Concreto Ltda	Rodovia Joao Hermenegildo De Oliveira, Km 06 - Bragança Paulista	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LP	91529081	Polimix Concreto Ltda.	Rua Equador, 129 Parte - São Roque	Obras de acabamento, n.e., (construção)
LP	91553293	Poliplas Selantes E Adesivos Limitada	Rua Vitorio Gasparo, 120 Mini Distrito - São José Do Rio Preto	Resinas termofixas; fabricação de
LP	91555293	Poliplas Selantes E Adesivos Limitada	Rua Pedro Martins, 230 - São José Do Rio Preto	Resinas termofixas; fabricação de
LP/LI	91551969	Polivetro Indústria E Comercio De Abrasivos Ltda.	Rua Benedito Ariovaldo Cintra, 126 - Atibaia	Outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriorme
LO	91563711	Poly Extração E Comércio De Cascalho Ltda. - Epp	Estrada Municipal (braço Do Meio), 300 - Pedro De Toledo	Cascalho natural; extração de
LP/LI	91547580	Porkao Industria E Comercio De Carnes E Embutidos Ltda - Me	Rua Francisco Sampaio Peixoto, 707 - Araraquara	Embutidos diversos de suínos (porcos); produção de (quando não integra
LO	91563585	Porto De Areia Gimenez & Gimenez Ltda	Rua Margem Direita Rio Bauru - Rd Pd - Santel, 0 Km 15 - Pederneiras	Areia; extração de
LO	91561015	Porto Feliz Industria E Comercio De Papel E Papelão Ltda	Rua Anita Garibaldi, 1081 - Porto Feliz	Papeis para embalagem; fabricação de
LI	91559325	Portomais Extração E Comércio De Areia Ltda.	Avenida Alfredo Sartorelli, S/Nº Sitio Santo Anton - Iperó	Argila; extração de
LO	91564738	Posto De Serviços Badejo De Bertioga Ltda	Rodovia Sp 55 Br 101, S/N Km 211,5 - Bertioga	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91567363	Posto De Serviços Guararapes Ltda.	Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 725 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91561750	Posto De Serviços Santa Cecilia Ltda	Rua Dr Frederico Steidel, 58 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91561202	Posto Gigante Beira Rio Ltda.	Avenida Com. Pereira Inacio, 1801 - Sorocaba	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91574900	Posto Indaiá Leão Xiii Ltda	Avenida Leao Xiii, 1730 - Ribeirão Preto	Posto de combustível
LO	91571246	Posto Jardim Palma Ltda	Avenida Adhemar Pereira De Barros, 393 - Franca	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91552696	Posto Monte Carlo Norte Ltda	Avenida Alfredo Antonio De Oliveira, 4921 - São José Do Rio Preto	Auto posto
LO	91549591	Posto Nacional Da Campina Ltda	Rodovia Raposo Tavares, S/Nº Km 212,3 - Campina Do Monte Alegre	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91570631	Posto Parque Brasil 500 Ltda	Rodovia Adauto Campo Dall Orto, S/N Km 1 + 957 Mts - Sumaré	Posto de combustível
LP	91570651	Posto Parque Brasil 500 Ltda	Rodovia Adauto Campo Dall Orto, S/N Km 1 + 957 Mts - Sumaré	Posto de combustível
LO	91551271	Posto Rio Claro Center Shopping Ltda	Rua 1-b, 32 - Rio Claro	Posto de abastecimento de veículos
LO	91537963	Posto Taboão São Roque Ltda	Rua Sao Paulo, 1378 - São Roque	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91560999	Posto Três Grandi Ltda	Rua Quintino Bocaiuva, 355 - Presidente Prudente	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91544740	Posto Vila Nova Cotia Ltda	Estrada Padre Inacio, 60 - Cotia	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91565335	Potenza Petróleo Serviços Automotivos - Eireli	Avenida Jaguare, 1662 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91567058	Pp - Penápolis Papéis Ltda	Avenida Antônio Veronese, 490 - Penápolis	Papel kraft; fabricação de
LO	91562242	Ppg Industrial Do Brasil - Tintas E Vernizes - Ltda	Avenida Sao Carlos, 620 - Américo Brasiliense	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas, fabricação de
LI	91561226	Prefeitura Do Município De Porto Feliz	Rua Adhemar De Barros, 340 - Porto Feliz	Administração pública em geral
LO	91572489	Prefeitura Do Municipio De Ribeirão Grande	Estrada Municipal Do Bairro Ferreira Dos Mato, S/N Aterro/seletivo - Ribeirão Grande	Aterros sanitários; gestão de
LO	91543616	Prefeitura Municipal De Brotas - Aterro Sanitário Em Valas	Rua Municipal Bro 105, S/Nº Km 6,1 - Brotas	Aterros sanitários; gestão de
LO	91542509	Prefeitura Municipal De Buri	Rodovia Tertulino Gonçalves De Albuquerque, S/N° Aterro Em Uso - Buri	Aterros sanitários; gestão de
LO	91560352	Prefeitura Municipal De Coronel Macedo	Prolongamento Calixto Clemente De Almeida - S, S/N.º Novo Aterro Valas - Coronel Macedo	Aterros sanitários; gestão de
LO	91540929	Prefeitura Municipal De Mairiporã - Gestão Pública	Rua 1º De Maio X Rua 25 De Dezembro, S/N° - Mairiporã	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LO	91560929	Prefeitura Municipal De Pirassununga - Fabrica De Tubos De Concreto	Rua Germano Dix, 3480 - Pirassununga	Tubos de cimento; fabricação de
LO	91559685	Prefeitura Municipal De São João Da Boa Vista - Usina De Asfalto	Estrada Municipal Do Gerivá, 160 - São João Da Boa Vista	Artigos de asfalto e produtos semelhantes, n.e.; fabricação de
L.O. LOTEAMENTO	91559186	Prefeitura Municipal De Sao Paulo - Sehab	Avenida Antonio Carlos Benjamim Dos Santos, S/N - São Paulo	Apartamentos, casas, conjuntos habitacionais, prédios, edifícios, edif
LP	91537844	Prefeitura Municipal De Valentim Gentil / Aterro Em Valas	Estrada Vicinal Benedito Rodrigues, S/Nº - Valentim Gentil	Aterros sanitários; gestão de
L.O. LOTEAMENTO	91551093	Prefeitura Municipalde Olimpia	Avenida Harry Gianecchini, 0 0 - Olímpia	Loteamento e venda de imóveis próprios
LO	91569501	Prime Chemical Indústria E Comércio De Produtos Químicos Ltda	Rua Alberto Rodrigues Alves, 330 - Franca	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LI	91547080	Prisma Serviços De Eletroerosão A Fio Ltda-me	Rua Coronel Mendonça, 522 - São Paulo	Artefatos Diversos De Ferro E Aço; Fabricação De
LP/LI	91474992	Prisztech Do Brasil Industria Quimica Ltda	Rua Ourinhos, 205 - Taboão Da Serra	Detergentes para uso institucional e doméstico; fabricação de
LO	91564155	Private Cosméticos, Indústria E Comércio Ltda	Rua Natale Capelatto, 50 - Valinhos	Artigos de perfumaria e cosméticos; fabricação de
LO	91532034	Pró-quimica F.d. Industria E Comércio De Produtos De Limpeza Ltda-me	Rua Mauricio Galli, 3619 - Araraquara	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LI	91572325	Produtos Alimenticios Orlândia S/a Com. Ind.	Avenida Do Café, 129 - Orlândia	Óleo de soja refinado; produção de
LO	91566674	Produtos Quimicos Cerruti Ltda	Avenida Pedro Botesi, 2364 - Mogi-mirim	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LP/LI	91571551	Prometalic Indústria E Comércio Eireli	Rua Centro Africana, 194 - São Paulo	Galvanoplastia; serviço de
LO	91530496	Propintec Pinturas Tecnicas Ltda	Rua Alberto Peratello, 391 - Cabreúva	Pintura em produtos metálicos; serviço de
LO	91547485	Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incendio Ltda	Rua Ganges E Rua Do Aluminio 270, 356 - São Paulo	Extintores de incêndio; fabricação de
LO	91565344	Prysmian Cabos E Sistemas Do Brasil S.a.	Avenida Pirelli, 1100 - Sorocaba	Fios, cabos e condutores elétricos isolados, n.e.; fabricação de
LO	91555896	Prysmian Cabos E Sistemas Do Brasil S/a	Rua Chicri Maluf, 121 - Sorocaba	Fios, cabos e condutores elétricos isolados, n.e.; fabricação de
LP/LI	91562974	Pupée Indústria E Comércio De Brinquedos Ltda	Rodovia Marechal Rondon, Km 178,830 - Laranjal Paulista	Bonecas e bonecos de qualquer material, mecanizados ou não; fabricação
LO	91572291	Qeel - Química Especializada Erich Ltda - Epp	Rua Afonso Vidal, 192 - São Paulo	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91567839	Quallical Indústria E Comércio Ltda	Estrada De Ferro Santos A Jundiai, S/Nº Km 38 - Santo André	Cal hidratada (extinta); fabricação de
LP	91569719	Qually Química Impermeabilizantes, Adesivos Indústria E Comércio Ltda.	Rua França, 1907 - Ribeirão Preto	Impermeabilizantes para pintura e acabamentos; fabricação de
LO	91546027	Quantiq Distribuidora Ltda	Rua Ayrton Senna Da Silva, 2336 Parte Sala 01 - Mauá	Aditivos para combustíveis e lubrificantes; comércio atacadista de
LO	91576972	Queluz Auto Posto Ltda	Rua 14 De Julho, 114 - São Paulo	Com. De Combustíveis Para Veículos Automotores (Postos Revendedores).
LP/LI	91555528	Química Araguaya Indústria, Comércio, Importação E Exportação Eireli	Estrada Taquaral, 687 - Cerquilho	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não es
LO	91511933	Quinel Sucos E Embalagens Ltda	Rua Silvério Finamore, 1000 - Louveira	Suco concentrado de laranja; produção de
LO	91566168	Quinta Marcha Auto Posto Ltda.	Rua Washington Luíz, 1171 - São Paulo	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	91561131	Quinta Semente Comercio De Alimentos Ltda	Avenida Quatorze De Dezembro, 2950 - Jundiaí	Amendoim e castanha de caju torrados e salgados; produção de
LO	91562885	R & S Blumos Industrial E Comercial Ltda.	Rua Santa Mônica, 1365 - Cotia	Preparações alimentícias compostas homogeneizadas; produção de
LO	91564030	R. A. Almeida Porcelanas - Me	Rua Jorge Bellix, 173 - Pedreira	Artefatos de cerâmica branca para qualquer uso; fabricação de
LO	91560855	R. Liguori Ltda. Epp	Rua Noraldino Alves De Lima, 75 - Guarulhos	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas, fabricação de
LO	91552368	R. R Megaplast Indústria E Comércio Ltda - Me	Rua Victorio Fornazaro, 1303 - Carapicuíba	Artigos de material plástico para mesa, copa, cozinha e outros usos do
LO	91539155	R.c.s.e. Industria De Tintas Eireli	Rodovia Lix Da Cunha, 2831 - Indaiatuba	Preparações químicas auxiliares para tintas e vernizes; fabricação de
LP/LI	91569704	R3 Industria De Embalagens Ltda	Avenida Manoel Fontoura, 100 - Cravinhos	Embalagens de plástico; fabricação de
LI	91566509	Race Indústria E Comércio De Elastômeros Ltda	Rua André Rodrigues Cara, 248 - Sorocaba	Artigos de elastomeros vulcanizados; fabricação de
LO	91560873	Raguife Indústria E Comércio De Rações Ltda	Rua Municipal Sfs 14, S/Nº C. Cabeceira - Santa Fé Do Sul	Ração para qualquer tipo de animal (bovinos, suínos(porcos), aves, coe
LI	91561663	Raízen Biogás Ltda	Rodovia Brigadeiro Faria Lima, SN Km 322 - Guariba	Eletricidade através da biomassa; geração, produção de
LO	91570613	Raízen Energia S.a.	Fazenda Da Serra, S/N Área 1 - Ibaté	Usina de açúcar e álcool
LO	91561958	Raizen Energia S/a	Fazenda Pau D`alho, 0 S/nº - Barra Bonita	Usina de açúcar e álcool
LO	91567041	Raízen Energia S/a - Filial Costa Pinto	Acesso Bairro Costa Pinto, S/N Área 1 - Piracicaba	Álcool anidro ou hidratado para fins carburantes; fabricação de
LO	91561122	Raízen Energia S/a- Filial Rafard	Rua Do Engenho, S/N Area 1 - Rafard	Usina de açúcar e álcool
LO	91567219	Raizen Energia S/a- Filial Santa Helena	Rodovia Cornelio Pires, Km 7,5 - Rio Das Pedras	Usinas de açúcar e álcool
LI	91568869	Raizen Energia S/a- Filial Santa Helena	Rodovia Cornelio Pires, Km 7,5 - Rio Das Pedras	Usinas de açúcar e álcool
LO	91562650	Raízen Energia S/a- Filial São Francisco	Fazenda Sobrado, S/N Área 1 - Elias Fausto	Usina de açúcar e álcool
LP/LI	91566924	Raj Tecnologia Química Ltda Me	Rua Jose De Ribamar Souza, 403 -3 - Catanduva	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LP/LI	91566075	Ramm Química Comércio E Indústria Eireli	Estrada Municipal Pln 137, 5702 Caixa Postal 835 - Paulínia	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP/LI	91552122	Randoli - Industria E Comercio De Artigos Funebres Ltda Me	Rua C, 3010 - Mirassol	Folhas, flores e frutos artificiais; fabricação de
LP/LI	91567512	Raphael Oliveira Graça	Avenida Dr. José De Paula Eduardo, 930 - Monte Alto	Bombas hidráulicas; fabricação de
LO	91542747	Rápido Luxo Campinas Ltda	Rua Manoel Dos Santos Marta, 45 - Valinhos	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretament
LP	91570794	Rayflex Portas Flexiveis Ltda	Estrada Municipal Yoneji Nakamura, 778 - Mogi Das Cruzes	Artefatos Diversos De Ferro E Aço; Fabricação De
LP/LI	91568546	Rcc Fábrica De Peças E Componentes Agrícolas Ltda.	Rodovia Anhanguera (sp-330), KM 29 - Cravinhos	Máquinas e aparelhos para apicultura; fabricação de
LP	91559985	Rebocar Industrial Ltda. Epp.	Rodovia Washington Luiz, Km 298 +850 M - Matão	Reboques e semirreboques (exceto para caminhões); fabricação de
LO	91519964	Recauchutagem Poliguara Ltda - Epp	Rua Rio De Janeiro, 28 - Itaquaquecetuba	Pneus (recondicionamento, recauchutagem, recapagem ou remoldagem); ser
LP	91559230	Reciplast Caiman Indústria E Comércio Ltda	Avenida Emilio Chechinato, 3915 - Itupeva	Materiais plásticos descartados; recuperação de
LP/LI	91576493	Reckitt Benckiser (brasil) Ltda	Rodovia Raposo Tavares, 8015 Km 18 - São Paulo	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LI	91560840	Rede D'or São Luiz S.a.	Rua Doutor Nicolau Assef, 52 Ant Guimarães Car - Ribeirão Pires	Hospital; público ou particular
LP	91543740	Regiane Aparecida Maganin Me	Rua João José Attab Miziara, 1770 - Porto Ferreira	Artefatos de gesso; fabricação de
LP	91545792	Regiane Fradique De Lima	Avenida Jose Rodrigues Da Costa Sobrinho, 2180 - Franca	Tintas a base de água; fabricação de
LO	91565648	Reiart - Papeis, Artefatos E Grafica Eireli-epp	Avenida Mário Dedini, 100 Galpão 08 - Charqueada	Artefatos de papel, papelão, cartolina ou papel-cartão para escritório
LI	91556359	Reichhold Do Brasil Ltda	Avenida Amazonas, 1100 - Mogi Das Cruzes	Resinas termofixas; fabricação de
L.O. LOTEAMENTO	91555516	Res. São Bernardo (são Bernardo Rancharia Empreend. Imob. Ltda)	Rua Dos Operários, S/N° - Rancharia	Loteamento e venda de imóveis próprios
L.O. LOTEAMENTO	91533128	Residencial Arboris Palmital Empreendimentos Imobiliários Ltda	Rua José Batista, S/N.º - Palmital	Loteamento e venda de imóveis próprios
L.O. LOTEAMENTO	91516359	Residencial Chácara São José	Rua Pastor Ariano Ferreira, 145 - Limeira	Loteamento e venda de imóveis próprios
L.O. LOTEAMENTO	91556151	Residencial Mart Ville (mart Ville Empreendimento Imobiliário Ltda)	Rodovia Arthur Boigues Filho, S/Nº - Presidente Prudente	Loteamento e venda de imóveis próprios

LO	91537066	Ret Produtos Alimenticios Ltda	Rua Santana Do Rio Preto, 535 - São Paulo	Biscoitos doces, recheados e/ou com cobertura, etc; fabricação de
LO	91562127	Retainers Indústria E Comércio Ltda - Epp	Rua Cel. José Venâncio Dias, 75 - São Paulo	Peças e acessórios de borracha para usos industriais diversos; fabrica
LP	91567184	Reversa Do Brasil Ltda	Rua Renato Da Costa Bonfim, 115 - Espírito Santo Do Pinhal	Central de Recebimento que operem com óleo comestível usado
LO	91559509	Reverty Logística Eireli - Epp	Rua São Marcos, 1381 A - Araçariguama	Resíduos contaminados; tratamento e disposição de
LO	91560955	Reynaldo Borges Affonso Junior Eireli	Rodovia Antonio Nicolau Ferreira, Km 5 + 500m, S/N Sítio Roda D'água - Piraju	Preparação do leite
LP	91560290	Rgs Distribuidora De Bebidas Ltda	Rua Luis Nunes, 294 Casa Comercial - Cabreúva	Cervejas; fabricação de
LP/LI	91563469	Rhodia Brasil S.a.	Avenida Doutor Roberto Moreira, 5005 - Paulínia	Fenóis; fenóis-álcoois e seus derivados; fabricação de
LO	91563894	Rial Graf Industria Grafica Ltda - Me	Rua Das Onças, 68 - Cotia	Gráfica: materiais para escritório;impressão sob encomenda
LO	91572448	Ribamar Indústria E Comércio De Pescados Ltda - Epp	Avenida Dr.aureliano Da Silva Arruda, 1248 - Mongaguá	Peixes enlatados em conservas (óleo, salmoura, molhos, etc); fabricaçã
LP	91576484	Ricardo Santana Silva 84823356420	Rua Emma Frederici Geraldelli, 163 - Hortolândia	Esvaziamento de fossas sépticas; serviços de
LO	91568359	Righi & Righi Ltda	Avenida Rodrigues Alves, 75 - Capivari	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LI	91560045	Ril Fixadores E Rebites Ltda Me	Avenida Santana Do Mundau, 1432 - Guarulhos	Rebites metálicos; fabricação de
LO	91558629	Rimale Componentes Para Esquadrias Ltda	Avenida Presidente Costa E Silva, 2333 Galpão 1 - Santo André	Injeção de peças plásticas
LO	91563474	Rkr Acabamentos Graficos Eireli Epp	Rua Joao De Paula Franco, 334 - São Paulo	Serviços gráficos para terceiros não especificados, exceto encadernaçã
LO	91562909	Rm Beneficiamento De Metais Eireli - Me	Rua Soldado Geraldo Augusto Dos Santos, 110 - São Paulo	Galvanoplastia; serviço de
LO	91564167	Roberto Hipólito De Souza	Rua Walter Da Rocha Brandão, 61 - Limeira	Tratamento e revestimento em metais; serviços de
LP	91533070	Rocha Comércio De Combustíveis Ltda.	Rodovia Percy Waldir Semeghini, S/N Km 606 - Ouroeste	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP	91415537	Rocha Silva Brandao Cozinhas Profissionais Ltda	Rua Tupinambas, 918 - Diadema	Artefatos Diversos De Alumínio; Fabricação De
LO	91563707	Rockwell Automation Do Brasil Ltda	Avenida Prefeito Luiz Latorre, 9401 Gleba 2, Galpão 7 - Jundiaí	Instrumento, utensílios e aparelhos de medida, teste e controle; fabri
LP	91566639	Rodo Inox Indústria E Comércio De Tanques Ltda	Rua Ézio Morganti, 1000 Lt 32 - Qd 08 - Ibaté	Carrocerias tanque (metálicas) para caminhões; fabricação de
LO	91572308	Rodrigues E Nogueira Auto Posto Votuporanga Ltda	Rua José Ferreira Vieira Neto, 1839 - Votuporanga	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LP/LI	91562363	Rodrimar Sa Terminais Portuarios E Armazens Gerais Em Recuperacao Judi	Rua Jose Pinto Blandy, 250 - Santos	Transporte rodoviário de cargas em geral, municipal
LP	91550946	Romero & Santos Auto Posto Ltda	Rua José Alves De Barcelos, 498 - Riolândia	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91569393	Roper Sustentabilidade Ambiental E Eventos Ltda	Rua Andries Both, 249 - São Paulo	Estações de transferência de resíduos perigosos, responsáveis pelo arm
LP/LI	91569459	Rosimeire Aparecida Delgado De Jesus	Rua Batista Arnoni, 91 - Porto Ferreira	Artesanato em cerâmica, louça, porcelana ou barro cozido; fabricação d
LO	91533671	Rossana Aparecida De Sales Faria Me	Estrada De Pitangueiras Sentido Toledo Sertão, S/n - Pedra Bela	Carvão vegetal (florestas plantadas); produção de
LO	91571190	Rosso Comércio Varejista De Combustíveis Ltda	Avenida Corredor Abd, 1127 - Diadema	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91554840	Rousselot Gelatinas Do Brasil Ltda	Avenida Domingos Ferreira De Medeiros, S/Nº Km 4,0 - Presidente Epitácio	Gelatina em pó para fins alimentares; produção de
LO	91561860	Rubberking Indústria E Comércio De Auto Peças Ltda	Avenida Sao Sebastiao, 355 - Cajuru	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LO	91529584	Rulli Standard Indústria E Comércio De Máquinas Ltda.	Rua Amancio Gaiolli, 915 - Guarulhos	Máquinas para a industria de artigos plásticos; fabricação de
LO	91553759	Rx Indústria De Bebidas Ltda - Me	Rua Jose Martinez Peres, 398 - Sorocaba	Cervejas; fabricação de
LP	91555886	S/a Stéfani Comercial	Rua Major H. Tavares Pinheiro, 3214 - Jaboticabal	Pneus (recondicionamento, recauchutagem, recapagem ou remoldagem); ser
LP	91557823	S2 Synergy Tecnologia Em Poliuretano Ltda.	Rua Aulivieri Bozzato, 1312 - Mauá	Artefatos de espuma de borracha; fabricação de
LO	91568370	Saae - Serviço Autônomo De Água E Esgoto - Aterro Sanitário	Rodovia Sp 95 (jaguariúna/amparo), S/N Km 63 - Pedreira	Depósitos de lixo e aterros sanitários para disposição de resíduos não
LO	91565540	Sabesp - Cia De Saneamento Básico Do Estado De São Paulo	Rua Próximo Ao Ribeirão Lageado (faz. Rib. Br, S/N Ete Cel. Macedo - Coronel Macedo	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	91568519	Sabic Innovative Plastics South America Ind. E Com. De Plásticos Ltda	Rua Manoel Thomaz, 545 - Campinas	Plásticos de engenharia (abs e poliacetal); fabricação de
LP	91568266	Safra Indústria E Comércio De Álcool Para Uso Doméstico Ltda	Rodovia Wilson Finardi (sp 191), Km 60, 00 Bairro Dos Lopes - Rio Claro	Álcool para uso domestico
LO	91562636	Sales & Barel Industria E Serviços De Caldeiraria Ltda	Avenida 09, 01 - Santa Gertrudes	Peças e obras diversas de caldeiraria pesada; fabricação de
LO	91561510	Salmeron Ambiental Ltda.	Avenida Bandeirantes, 2480 - Sorocaba	Recuperação de materiais não especificado anteriormente
LO	91535769	Salute Industria De Papelao Ondulado Ltda	Rua Guarapari, 171 - Poá	Artefatos de papel, papelão ondulado, cartolina ou papel-cartão de aca
LO	91571026	Salvador Frutuoso Limeira	Rua Parana, 698 - Limeira	Artigos de bijuterias (bijouterias); fabricação de
LP	91548926	Samae - Serviço Autônomo Municipal De Água E Esgoto De Tiête	Rua Dos Expedicionários, 768 Ete Central - Tietê	Água, captação, tratamento e distribuição de
LP/LI	91542158	Samtronic Indústria E Comércio Ltda	Rua Das Industrias, 334 D. Industrial Iv - Bragança Paulista	Aparelhos não eletrônicos para laboratórios; fabricação de
LP	91567205	Sanasa - Soc. De Ab. De Água E Saneamento S/a - Eee Pq. Valença 01	Rua Jaime Buratto, Eee Pq. Valença 1 - Campinas	Estação elevatória de esgoto
LP	91563777	Sanasa - Soc. De Ab. De Água E Saneamento S/a - Eee Von Zuben	Rua Antonio Marques Serra, Eee Von Zuben - Campinas	Estação elevatória de esgoto
LP/LI	91572041	Sanavita Indústria E Comércio De Alimentos Funcionais Ltda.	Rua Capitão José Pinto Siqueira, 750 Galpão A - Piracicaba	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LO	91567829	Sanebavi - Eee 01 San Diego	Rua José Roder, S/N - Vinhedo	Abastecimento de água; serviço de
LO	91567794	Sanebavi - Eee 02 Colinas San Diego	Rua Natal Valio, S/N - Vinhedo	Abastecimento de água; serviço de
LO	91567590	Sanebavi - Saneamento Básico Vinhedo - Eee Log & Print	Rua Iracema Lucas, 579 Log & Print - Vinhedo	Estação elevatória de esgoto
LO	91567547	Sanebavi - Saneamento Básico Vinhedo - Eee Alziro Chicchetto	Rotatoria Alziro Chicchetto, 372 - Vinhedo	Estação elevatória de esgoto
LO	91567616	Sanebavi - Saneamento Básico Vinhedo - Eee Coim	Rua Angelo Bevilaqua, 109 - Vinhedo	Estação elevatória de esgoto
LO	91567729	Sanebavi - Saneamento Básico Vinhedo - Eee Santa Claudina	Rua Afonso Garbuio, 1032 Calçada - Vinhedo	Estação elevatória de esgoto
LO	91567538	Sanebavi - Saneamento Básico Vinhedo - Eee Unilever	Avenida Das Industrias, 159 - Vinhedo	Estação elevatória de esgoto
LP	91545330	Sangiacomo Materiais De Construçao Ltda	Estrada Da Serra Velha, S/N - Paranapanema	Concreto usinado, fabricação de
LP/LI	91568048	Sans Industria Quimica Ltda - Me	Rua Norival Folster, 510 - Santa Bárbara D´oeste	Cosméticos; fabricação de
LO	91567735	Santa Casa De Misericórdia De Presidente Prudente	Rua Wenceslau Braz, 5 - Presidente Prudente	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LI	91571106	Santa Casa De Misericórdia De Santa Rosa De Viterbo	Rua Henrique Dumont, 582 - Santa Rosa De Viterbo	Hospital geral; público ou particular
LP	91570980	Santa Casa De Misericórdia E Maternidade Nossa Sra Da Conceição	Rua Padre Rodolfo, 320 - Cunha	Hospital geral; público ou particular
LO	91561288	Santa Mônica Produtos Químicos Catanduva Ltda	Rua Livramento, 175 - Catanduva	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	91574883	Santaconstancia Tecelagem Ltda	Alameda Primeiro-sargento Osmar Cortez Claro , 40 - São Paulo	Estamparia e texturização em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusiv
LP	91571135	Santana Transporte E Gerenciamento Eireli Me	Rua Marcelino Brunetti, 438 - Poá	Recuperação de materiais não especificado anteriormente
LP/LI	91551181	Santista Têxtil Ltda	Rodovia Antonio Romano Schincariol, Km 118 - Tatuí	Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusive em peças do
LP/LI	91497760	São Benedito Indústria E Comércio De Nutrição Animal Ltda.	Rua De Marques Tamandare, 550 - Salto	Ração para qualquer tipo de animal (bovinos, suínos(porcos), aves, coe
LO	91567079	São Carlos Ambiental - Serv De Limpeza Urb E Tratamento De Res Ltda	Rodovia Luiz Augusto De Oliveira, Km 162 - São Carlos	Depósitos de lixo e aterros sanitários para disposição de resíduos não
L.I. LOTEAMENTO	91568203	Savegnago - Empreendimentos E Participações Ltda	Rua Engenheiro Augusto De Figueiredo, S/N Qt 17210 - Campinas	Loteamento e venda de imóveis próprios
LP	91564598	Scadozam Comércio Verejista De Areia Ltda. - Me	Fazenda Jangada, S/N - Itirapina	Areia; extração de
LO	91569186	Scania Latin America Ltda	Avenida Jose Odorizzi, 151 - São Bernardo Do Campo	Caminhões completos; fabricação de
LO	91569163	Scens Indústria E Comércio De Fragrâncias Ltda Me	Rua Alfredo Acchar, 795 - Vinhedo	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LP/LI	91558400	Schneider Indústria E Comércio De Plásticos Ltda. - Epp.	Rua José Bueno De Camargo, 1 - Boituva	Material plástico; tingimento, pigmentação e outros beneficiamentos de
LP	91577138	Sec2 - Serviços E Comércio Da Construção Ltda.	Avenida Celso Daniel, 1676 - Ribeirão Preto	Construções pré-fabricadas de metal; fabricação de
LO	91568895	Sefar Industria E Comercio Ltda.	Avenida Robert Kennedy, 625 - São Bernardo Do Campo	Telas preparadas para pintura; fabricação de
LP/LI	91519461	Sefert Nutrição Animal Industria E Comercio Ltda	Estancia Santa Fé, S/N Sala 2 - Santa Cruz Do Rio Pardo	Produtos de origem vegetal não especificados anteriormente, moagem e f
LO	91569966	Selak Tintas E Vernizes Industriais Ltda.	Estrada Taboão Do Paratei, 151 - Mogi Das Cruzes	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas, fabricação de
LP/LI	91572378	Sems Biofarmacêutica Indústria E Comércio De Produtos P/ Saúde Humana	Avenida Francisco Gomes, 170 - Lindóia	Alimentos para fins nutricionais; produção de
LP	91568721	Sensient Technologies Brasil Ind, Com, Imp, Exp. E Ingredientes Ltda.	Rua Benedito Quina Da Silva, 550 Polo Industrial - Jundiaí	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriorme
LP/LI	91558673	Seon - Tecnologia Em Usinagem Ltda	Rodovia Sp 340 - Km 269, S/N Cxpst 304 - Mococa	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LP	91573984	Sérgio Henrique Boer Me	Estrada Velha Rio Claro- Ipeuna, 0 Km12 - Ipeúna	Gim, uísque, vodca e outros destilados; fabricação de
LO	91561604	Serralheria Art & Fer Tietê Ltda-me	Rua Vila Nova, 1255 - Tietê	Esquadrias metálicas (de fabricação própria), montagem de
LO	91558341	Serviço Autônomo De Água E Esgoto De Sorocaba - Ete Itanguá	Rodovia Sorocaba/porto Feliz, S/nº, Ete Itanguá - Sorocaba	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	91558328	Serviço Autônomo De Água E Esgoto De Sorocaba - Ete Pitico	Avenida Itavuvu, Faz. São Pedro - Sorocaba	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	91558313	Serviço Autônomo De Água E Esgoto De Sorocaba - Ete Sorocaba 2	Estrada Do Raimundo, Ete Sorocaba 2 - Sorocaba	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LO	91565766	Serviço Municipal Autônomo De Agua E Esgoto / Ete	Rodovia Délcio Custódio Da Silva (sp-427), Km 4,5 - São José Do Rio Preto	Estações de tratamento de esgoto (ete); operação de
LP	91562505	Serviço Municipal De Águas E Esgotos - Semae	Rua Tanzania, 165 - Mogi Das Cruzes	Estação elevatória de esgoto
LO	91568840	Sew Eurodrive Brasil Ltda	Rua 2 Entre Rua 3 E Rua 5, Cond. Ind Conpark - Rio Claro	Redutores e variadores de velocidade; fabricação de
LO	91550047	Sfera Industria E Comércio Ltda	Rua Almirante Barroso, 85 Km 63 - São Roque	Colchoes; fabricação de
LO	91564825	Sgpol Estruturas E Construcoes Ltda	Estrada Est Mss 367, S/Nº Km1.66 Sala 03 - Mirassol	Estruturas pré-moldadas de concreto armado; fabricação de
LP/LI	91569553	Sgreen	Rua Jorge Gnann, 115 - Artur Nogueira	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LO	91574387	Si Group Crios Resinas S/a	Avenida Brasil , 4500 - Rio Claro	Resinas fenólicas; fabricação de
LO	91577686	Sibrape Ind. E Com. De Equipamentos Aquaticos E De Filtragem Ltda.	Rua Armando Tarozzo, 210 - Ribeirão Preto	Bombas de ar ou de vácuo; fabricação de
LO	91577530	Sicar Montreal Industria De Produtos Para Piscinas Ltda.	Rua Jorge Saquy, 440 - Jardinópolis	Cloro para piscina; fabricação de
LO	91570031	Sidnei Tadeu Almeida Costa	Avenida Jose Horacio Mellão, 2000 Letra B - São Manuel	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91564540	Siladipe Indústria De Máquinas Ltda	Avenida Dona Ruyce Ferraz Alvim, 2928 - Diadema	Peças para máquinas e equipamentos de uso especifico; fabricação de
LO	91551941	Silcon Ambiental Ltda	Rua Ruzzi, 440 - Mauá	Resíduos perigosos qualquer estado físico (sólido, líqüido, pastoso, g
LP	91562510	Silcon Ambiental Ltda.	Estrada José Pedro, 920 Km 56 - Pirapora Do Bom Jesus	Tratamento e eliminação de resíduos tóxicos; serviços de
LO	91553147	Silva & Granai Ltda - Epp	Rua Ugo Vechio, 001 - Bocaina	Curtimento e outras preparações do couro; serviço de
LP/LI	91556108	Silvia Edilaine Christofoletti Baesteiro	Rodovia Luiz Dias Gonzaga, 0 Km 02 - Piracicaba	Tijolos cerâmicos ou de barro cozido - exceto refratário; fabricação d
LO	91564440	Silvio Angelo Sardeli - Me	Rodovia Sp 344 - S. J Da Boa Vista / V. G Sul, 0 Km 15 - São João Da Boa Vista	Areia; extração de
LO	91565635	Sin - Sistema De Implante Nacional - S/a	Rua Soldado Ocimar Guimarães Da Silva, 2445 09 - São Paulo	Materiais para odontologia, n.e.; fabricação de
LP/LI	91567491	Siniflex - Industria, Comércio E Export. De Estofados E Colchoes Ltda	Avenida Marginal, 220 - Aguaí	Conjunto estofado de madeira; fabricação de
LP/LI	91563922	Sinter Futura Ltda	Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Gleba 1b1 - Monte Mor	Cosméticos; fabricação de
LP/LI	91561026	Sirios Bread Indústria De Panificação E Lanches Ltda	Rua Demifonte, 256 Lote 25 Quadra A - São Paulo	Produtos da indústria do pão, fabricação de
LI	91559283	Sistema Nova Ambiental Ltda-epp	Estrada Aracariguama, 751 - Itapevi	Resíduos contaminados; tratamento e disposição de
LP	91556554	Sitol Sociedade Indl De Tecnica De Oleos Ltda	Rodovia Anhanguera, Km 69 - Jundiaí	Gorduras vegetais não comestíveis; produção de
LI	91568040	Sm Baptistão - Me	Rua Alexandre De Moura, 201 - São Paulo	Pinos e contrapinos metálicos; fabricação de
LI	91530148	Snec Industria E Comercio Ltda	Rua Coimbra, 250 Moinho Velho - Cotia	Fios, cabos e condutores elétricos isolados, n.e.; fabricação de
LO	91546194	Só Fitas Indústria, Comércio E Representação Ltda.	Rua Da Mooca, 3237 - São Paulo	Produtos diversos; fabricação de
LO	91548965	Socer Rb Industria E Comercio Ltda - Filial Sweet Gum	Estrada Municipal Olavo Egydio De Souza Aranh, 251 Bloco B - Itapetininga	Gomas de mascar, chicletes; Fabricação de
LO	91559600	Sociedade Beneficente E Hosp Santa Casa De Misericordia De Rib Preto	Avenida Da Saudade, 456 - Ribeirão Preto	Hospital; público ou particular
LO	91566350	Sociedade Beneficente São Camilo	Rua Pouso Alegre, 01 - São Paulo	Hospital geral; público ou particular
LO	91567230	Sociedade Ituana De Águas Minerais Ltda Epp	Rodovia Da Convencao, 2,6 K Chác Do Rosário - Itu	Argila; extração de
LO	91565620	Socores Beneficiamento De Metais Ltda. - Epp	Rua Dr. Sóter De Araújo, 130 - Praia Grande	Usinagem (torno, fresa, etc); serviço de
LO	91567648	Soft Metais Ltda.	Avenida João Ferreira Penna, 281 - Bebedouro	Ligas de metais nao-ferrosos fundidas em formas e pecas; produção de
LI	91569614	Soft Metais Ltda.	Avenida João Ferreira Penna, 281 - Bebedouro	Ligas de metais nao-ferrosos fundidas em formas e pecas; produção de
LP	91560296	Solid Participações Societárias E Administração S/a	Rodovia Br-262-pista Sul, Km 321 + 148,00m - Castilho	Posto de combustível
LO	91559914	Soroplast Indústria E Comércio De Artefatos Plásticos Ltda.	Rua Anuar Dequech, 425 - Sorocaba	Artigos descartáveis de plástico; fabricação de
LO	91571447	Sp Trade Água Mineral Ltda.	Sitio Maristela, S/N - Analândia	Águas minerais; extração, engarrafamento e gaseificação de
LO	91564383	Spf Do Brasil Industria E Comercio Ltda	Rodovia Sp 215, Km 112,5 - Descalvado	Extratos e sucos de carnes de aves; produção de
LO	91556673	Spraying Systems Do Brasil Ltda.	Estrada Yae Massumoto, 313 - São Bernardo Do Campo	Artesanato em metais (exceto metais preciosos); fabricação de
LO	91550563	Ssoil Energy S/a	Estrada Municipal Coroados, 148 Km 1,1 - Coroados	Fabricação de produtos do refino de petróleo
LI	91567643	St.puccílli Cervejaria Artesanal Ltda	Rua Doutor Tulio Ribeiro Rocha, 100 - Mococa	Chope; fabricação de
LO	91551947	Star Flash Indústria E Comércio De Produtos Químicos Ltda.	Rua Luiz Lazaretti, 244 - Valinhos	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	91570998	Stark Indústria E Comércio De Moldes E Matrizes Ltda. - Me	Rua Alemanha, 1425 - Ribeirão Preto	Ferramentas industriais, n.e.; fabricação de
LO	91559630	Stg Revestimentos Em Metais Ltda - Me	Rua Buritizal, 258 - Campinas	Galvanoplastia; serviço de
LO	91551358	Sticle Dublagem E Comércio De Tecidos Ltda	Avenida Vereador Rubens Mazieiro, 957 - Ribeirão Pires	Tecidos planos de algodao, inclusive mesclas, crus ou acabados (benefi
LO	91571762	Stolthaven Santos Ltda	Rua Augusto Scaraboto, 54 Área 2 - Santos	Armazéns gerais (emissão de warrant)
LP/LI	91568467	Stratus Indústria E Comércio De Produtos Químicos Ltda.	Rua Alfredo Achcar, 761 - Vinhedo	Essências e fragrâncias sintéticas; fabricação de
LP	91567068	Suall Industria E Comércio Ltda.	Fazenda Mato Quieto, S/Nº Estr. Fiori Biodi - Lavrinhas	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados a
LO	91567972	Sucos Kiki Eireli	Area Rural, S/Nº Km 164 - Engenheiro Coelho	Suco concentrado de laranja; produção de
LO	91540563	Sudan Tubos Flexíveis Ltda	Rua Do Alvarenga, 164 - São Paulo	Mangueiras de plástico (pvc), reforçadas ou não, com ou sem acessórios
LP	91495699	Sued Socks Industria E Comercio De Meias Ltda	Estrada Katsuji Kitaguchi, 168 - Mogi Das Cruzes	Meias para qualquer uso; fabricação de
LP	91482949	Superah Indústria E Comércio De Fertilizantes Ltda.	Estrada Municipal Sta. Mercedes 124 Terra Nov, Fazenda Diamante - Santa Mercedes	Adubos e fertilizantes organominerais; fabricação de
LP	91564421	Superbase & Concresul Ltda	Rua Hércules Francatto, 240 - Capão Bonito	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	91573819	Supercon Concreto Ltda.	Rua Rod. Washington Luiz, Km 229, S/N C.postal 652 - São Carlos	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	91500979	Sylvio Junqueira Novaes E Outros	Fazenda Cova Da Onça, 0 Zona Rural - Ilha Solteira	Tilápia; criação de
LO	91554368	T.c.f. Comunicação Visual Ltda.	Rua Salvador Peluso Basile, 165 - Taboão Da Serra	Faixas e cartazes de propaganda; impressão sob encomenda

LP	91567906	Takesako Beneficiamento De Minérios Ltda	Rodovia João Hermenegildo De Oliveira, 00 Km 2 - Vargem	Apoio a extração de minerais não-metalicos; atividades de
LO	91564976	Tambores Araras Indústria E Comércio Ltda	Rodovia Anhanguera, S/N Km 166,5 - Araras	Tambores e tanques metálicos para embalagem, recuperação de
LO	91569718	Tavares Comércio De Insumos Agrícolas Ltda. - Me	Avenida Brasil, 45 - Ribeirão Preto	Telas de arame; fabricação de
LP/LI	91551054	Tecelagem Roma Ltda	Rua Prof° Elza Orsi Avalone, 230 - Tatuí	Tecidos de filamentos continuos e de fios de fibras artificiais ou sin
LO	91567319	Technogun Indústria E Comércio De Artefatos De Caça E Pesca Ltda	Rua Da Juta, 503 Salão 02 - Americana	Artefatos de caca e pesca; fabricação de
LP	91567578	Techwire Industria E Comercio De Arames Ltda	Avenida Nossa Senhora De Fatima, 2700 Sl 03-cond.d.inês - Americana	Artefatos de trefilados, n.e., - (exceto produtos padronizados); produ
LO	91487491	Tecno Tools Ferramentas E Abrasivos Ltda.	Rua Manoel Silveira Camargo, 432 - Itu	Brocas, pontas, fresas e outros acessórios intercambiáveis para ferram
LO	91564512	Tecnoperfil Alumínio Ltda.	Estrada Municipal Sabina Baptista De Camargo, 2945 Área 1 C - Hortolândia	Barras de alumínio; produção de
LO	91559604	Tecnotextil Indústria E Comércio De Cintas Ltda.	Rua Conselheiro Saraiva, 19 17/21 - Santos	Artefatos têxteis não especificados anteriormente (exceto vestuário);
LO	91569880	Tecumseh Do Brasil Ltda	Rua Cel. José Augusto De Oliveira Salles, 478 - São Carlos	Compressores para uso não-industrial, fabricação de
LO	91569890	Tecumseh Do Brasil Ltda.	Rua Ray Wesley Herrick, 700 - São Carlos	Compressores para uso não-industrial, fabricação de
LI	91566074	Tegoline Artefatos De Cimento Ltda Epp	Avenida 22 De Março, 551 - Canas	Artefatos de cimento para uso na construção; fabricação de
LI	91566338	Tegoline Artefatos De Cimento Ltda Epp	Rua Seichi Shimazu, Lote A1 - Canas	Artefatos de cimento para uso na construção; fabricação de
LO	91568154	Tekinox Manutençao E Montagens Industriais Ltda.	Rodovia Dr. Roberto Moreira, 2858 Térreo - Paulínia	Peças e acessórios para máquinas e equipamentos de uso geral; fabricaç
LP/LI	91542376	Tempo Indústria E Comércio De Plásticos Ltda-me	Rua Isa Silveira Leal, 135 - São Paulo	Sacolas de material plástico; fabricação de
LP/LI	91542393	Tempofilme Indústria E Comércio De Plásticos Ltda-me	Rua Marietta Lara De Faria, 320 Galpão 218 E 234 - São Paulo	Sacolas de material plástico; fabricação de
LI	91504209	Tenda Atacado Ltda	Avenida Charles Schnneider, 850 - Taubaté	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91568921	Tereos Açúcar E Energia Brasil S.a	Fazenda Piratininga, S/Nº Caixa Postal 05 - Pitangueiras	Usina de açúcar e álcool
LI	91558798	Terloc - Terminal Logístico Cesari Ltda	Avenida Antonio Fadim, 861 L.10a Q2246 Salac - Paulínia	Armazéns gerais (emissão de warrant)
LO	91564403	Terra Biotecnologia Ind. E Com. De Aditivos Industriais Ltda. Epp	Rua Izuardo Bressanim, 171 Gleba B-2-1-a/5 - Barra Bonita	Aditivos de uso industrial; fabricação de
LI	91559633	Terra Limpida Agricultura Limitada	Estrada Cassia Dos Coqueiros A Monte Santo, KM 08 Zona Rural - Cássia Dos Coqueiros	Laticínios (produtos do leite)
LO	91570895	Terrar Indústria E Comércio Ltda.	Avenida Caf, 660 - Rio Claro	Beneficiamento de minerais não-metalicos não associado a extração; ser
LP	91567922	Terrasil Concreto Ltda	Estrada Municipal Laura Storani Checchinato, 255 - Jundiaí	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	91570754	Terrestre Ambiental Ltda	Rodovia Cônego Domênico Rangoni, S/N Km 254.9 - Santos	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
LP/LI	91565791	Tetra Pak Ltda	Rodovia Campinas Capivari, S/N Km 23,5 - Monte Mor	Embalagens de papel, impressas ou não; fabricação de
LO	91538890	Tez Touros Ltda Epp	Rua Rod.acesso Prof.benedito Montenegro, 00000 Sitio São Roque - Bocaina	Curtimento e outras preparações do couro; serviço de
LO	91528966	Tezopet Produtos Para Animais Ltda-me	Rodovia Marechal Rondon / Sp-300, S/N Km 166 - Jumirim	Outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriorme
LP	91539994	Thiago Vidal Resíduos Me	Rua Falcao, 713 Galpão - Caraguatatuba	Serviços de coleta, armazenamento, transporte e disposição final de lo
LO	91565692	Thora Eco Ambiental Ltda	Fazenda Água Branca, S/N - Itu	Transporte rodoviário de carga, intermunicipal, interestadual e intern
LO	91565547	Timavo Do Brasil S/a Indústria Têxtil	Estrada Jorge Ferreira, 620 - Itatiba	Estamparia e texturização em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusiv
LP	91567004	Tirolixo Gestão De Resíduos Ltda.	Rua João Batista Pessini, 648 - Itupeva	Serviços de coleta, armazenamento, transporte e disposição final de lo
LO	91568482	Titanx Refrigeração De Motores Ltda	Rua Amoreira, 1071 Cond Flexparque - Jaguariúna	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LP/LI	91570584	Titanx Refrigeração De Motores Ltda	Rua Amoreira, 1071 Cond Flexparque - Jaguariúna	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LP/LI	91565001	Tmr Indústria E Comércio De Auto Peças Eireli	Avenida Santa Monica, 222 - Mauá	Peças e acessórios novos para veiculo automotor; comércio varejista
LO	91562585	Tobras Distribuidora De Combustíveis Ltda.	Avenida Sidney Cardon De Oliveira, 1325 - Paulínia	Bases de armazenamento de combustíveis
LO	91545640	Tok Final Indústria, Comércio E Serviços De Bijouterias Ltda - Me	Rua Frei Gaspar, 654 - São Paulo	Artigos de bijuterias (bijouterias); fabricação de
LP	91562408	Toppetro Comercio De Derivados De Petroleo Ltda.	Rua José Francisco Raposo, 1171 - Guararema	Retalhista de biodiesel; comércio atacadista de
LO	91536815	Torino Indústria E Comércio De Artigos Do Vestuário Ltda-me	Rua Barra Do Tibaji, 789 A - São Paulo	Fivelas de qualquer material; fabricação de
LO	91555081	Tower Automotive Do Brasil Ltda.	Avenida Tower Automotive, 611 - Arujá	Peças e acessórios não-eletricos, n.e., para veículos automotores; fab
LO	91530911	Toyo Ink Brasil Ltda.	Rua Gustavo Henrique Meerson, 350 - Jundiaí	Tintas de impressão; fabricação de
LO	91560679	Toyota Do Brasil Ltda	Avenida Toyota, 9005 - Sorocaba	Automóveis, montagem de
LO	91560819	Toyota Do Brasil Ltda	Avenida Toyota, 9005 - Sorocaba	Automóveis, montagem de
LO	91553486	Tpg Serviços Gráficos Especializados Eireli	Avenida Jose Maria Fernandes, 542 542 A - São Paulo	Matrizes para impressão (fotolitos, clichês, chapas para ofsete (off-s
LO	91561353	Trairagem Pescados Ltda	Rua Teixeira, 791 1 - Bragança Paulista	Preservação do pescado (peixes, crustáceos e moluscos)
LP/LI	91569390	Transformadores Jundiaí Ltda	Avenida Antonio Pincinato, 78 - Jundiaí	Transformadores de alta e baixa tensão; fabricação de
LP	91571871	Transmaion Transportes De Cargas Ltda	Rua Ataíde Da Silva Rosa, 50 - Pratânia	Produtos perigosos; transporte rodoviário
LP/LI	91565955	Transmaroni Transportes Brasil Rodoviários Ltda	Rua Sem Denominacao (jgua), 0 Km18,5 Anhanguera - São Paulo	Transporte rodoviário de carga, intermunicipal, interestadual e intern
LO	91544176	Transmartyna Ltda	Rua Jose Vicente, 183 - Cubatão	Transporte rodoviário de cargas em geral, intermunicipal
LO	91563465	Transtanque Com De Derivados De Petroleo Ltda	Av Alberto Pulicano, 4250 - Franca	Comércio Atacadista De Combustíveis Para Veículos Automotores - TRR
LO	91560087	Trb Pharma Indústria Química E Farmacêutica Ltda	Rua Hildebrando Siqueira, 149 - São Paulo	Remédios alopáticos para uso humano; fabricação de
LO	91564809	Tredezine Industria Cosmetica Ltda	Rua Dr. Artur Costacurta, 550 Box 5 - Jardinópolis	Cosméticos; fabricação de
LP	91554043	Trifolium Fabricante E Distribuidora De Bebidas Ltda	Rua Coronel Esdras Evilmerodach De Oliveira, 117 - Taubaté	Cervejas; fabricação de
LO	91562529	Tt Steel Do Brasil Indústria Metalúrgica Ltda	Avenida Antonio Comitre, 1400 Lote 12 - Sorocaba	Corte e dobra de metais; serviço de
LP/LI	91551184	Tubolix Embalagens Ltda	Rodovia Cornélio Pires Ou Sp-127, S/N Km 85,3 - Tietê	Cartuchos e cilindros de papelão ondulado para embalagem, impressos ou
LO	91568687	Twinglass Vidros Ltda	Rua Herminio De Mello, 226 - Indaiatuba	Vidros para pára-brisas de veículos; fabricação de
LO	91575761	Umicore Brasil Ltda	Avenida Sao Jeronimo, 5000 Edif 4 5 6 E 7 - Americana	Metalurgia dos metais preciosos
LO	91577863	Umicore Brasil Ltda	Avenida São Jerônimo, 5000 - Americana	Catalisador para automóveis; fabricação de
LO	91564629	Umicore Shokubai Brasil Industrial Ltda	Avenida São Jerônimo, 5000 Prédio 1 Portão 4 - Americana	Catalisador para automóveis; fabricação de
LP	91562464	Unigrà Brasil Indústria E Comércio De Produtos Alimentícios Ltda	Avenida Fernando Stecca, 1370 - Sorocaba	Preparações alimentícias compostas homogeneizadas; produção de
LP/LI	91557421	Unilever Brasil Industrial Ltda	Avenida Gessy Lever, 99 - Valinhos	Sabões para uso industrial, em barras, pedaços, etc; fabricação de
LI	91569766	Unimed De Araçatuba Cooperativa De Trabalho Médico - Hospital	Rua Gaspar De Lemos, 02 - Araçatuba	Atendimento hospitalar com internação; atividades de
LO	91559571	Unimol Brasil Indústria De Produtos Químicos Ltda.	Rua Da Liberdade, 325 - Guaratinguetá	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	91559703	Unimol Brasil Indústria De Produtos Químicos Ltda.	Rua Da Liberdade, 325 - Guaratinguetá	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	91566937	Unipar Indupa Do Brasil S/a	Estrada De Ferro Santos - Jundiaí, Km 38 - Santo André	Pvc (policloreto de vinila); fabricação de
LI	91536269	Universal Extração E Comércio De Minérios Ltda.	Rodovia Geraldo De Barros (sp-191), Km 146, S, 0 Faz Lagoa Dourada - Santa Maria Da Serra	Areia lavada para construção; extração de
LO	91570704	Universal Extração E Comércio De Minérios Ltda.	Rodovia Geraldo De Barros (sp-191), Km 146, S, 0 Faz Lagoa Dourada - Santa Maria Da Serra	Areia lavada para construção; extração de
LO	91570855	Universal Quimica Industria E Comercio Eireli	Rua Luiz Marincek, 35 - Jardinópolis	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	91570059	Universidade Estadual Paulista Julio De Mesquita Filho - Ib	Distrito De Rubiao Junior, 0 Campus De Botucat - Botucatu	Pesquisa educacional
LO	91564089	Usiesp Usinagens Especiais Ltda	Rua Krebsfer, 667 A - Valinhos	Escoramentos metálicos para construção civil, fabricação de
LI	91551807	Usina Alto Alegre S/a - Açúcar E Álcool	Fazenda Alta Floresta, S/Nº - Presidente Prudente	Álcool etílico de cana-de-açúcar, hidratado; fabricação de
LO	91567170	Usina Anchieta Ind E Comercio De Derivados Quimicos Ltda	Rua Eugenia S. Vitale, 300 - São Bernardo Do Campo	Artigos de asfalto e produtos semelhantes, n.e.; fabricação de
LO	91567174	Usina Anchieta Ind E Comercio De Derivados Quimicos Ltda	Rua Eugenia S. Vitale, 300 - São Bernardo Do Campo	Artigos de asfalto e produtos semelhantes, n.e.; fabricação de
LI	91569872	Usina Bazan S/a	Fazenda Dois Córregos, S/N - Pontal	Usinas de açúcar e álcool
LP	91535168	Usina De Britagem - Pref. Mun. De Espirito Santo Do Pinhal	Rodovia Vicinal Belmiro Floreze, 0 - Espírito Santo Do Pinhal	Usinas de reciclagem de resíduos da construção civil
LI	91572401	Usina De Britagem - Pref. Mun. De Espirito Santo Do Pinhal	Rodovia Vicinal Belmiro Floreze, 0 - Espírito Santo Do Pinhal	Usinas de reciclagem de resíduos da construção civil
LO	91568179	Usina Granelli Ltda	Fazenda São Benedito, Cx. Postal 08 - Charqueada	Álcool anidro ou hidratado para fins carburantes; fabricação de
LP/LI	91566499	Usina São Domingos Açúcar E Etanol S. A.	Rodovia Vicente Sanchez, S/Nº Km 07 - Catanduva	Usina de açúcar e álcool
LO	91570777	Usintek Usinagem Técnica Industrial Ltda	Avenida Bom Pastor, 1213 - Santo André	Ferramentas industriais, n.e.; fabricação de
LP/LI	91570775	Usiteg Indústria E Comércio Ltda - Me	Rua Joao Bertacchi, 80 - São Paulo	Ferramentas industriais, n.e.; fabricação de
LO	91551285	V. B. Circuitos Impressos Ltda.	Rua Professor Arruda Sampaio, 194 S - São Paulo	Circuito impresso; fabricação de
LO	91561821	Valdecir Vellosa	Rua Bernardo Monteiro, 222 - Araraquara	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	91567789	Valdeir Aparecido Baiti - Eireli - Me	Estrada Municipal Alzira Visentainer Falavign, 520m - Itápolis	Aeronaves, manutenção e reparação executada por empresa especializada
LI	91531515	Vale Do Paraná S/a - Álcool E Açúcar	Rodovia Sp-595, S/N.º Km 84+800 Metros - Suzanápolis	Usina de açúcar e álcool
LO	91557567	Vale Petro Comercio E Participações Ltda	Estrada Municipal Bento Pereira De Toledo, 672 Galpão 02 - Itupeva	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LI	91570929	Valebeton Concreto Eireli	Avenida Fagundes De Oliveira, 1400 - Diadema	Massa de concreto preparada para construção; fabricação de
LO	91566259	Valência Indústria E Comércio De Materiais De Limpeza Ltda.-epp	Rua Soldado Arlindo Sardanha, 11 - São Paulo	Produtos de limpeza e polimento; fabricação de
LO	91563888	Valeo Sistemas Automotivos Ltda	Rua Rodrigues De Medeiros, 214 - São Paulo	Peças e acessórios para os sistemas de direção e suspensão para veícul
LP	91537100	Valoren Recuperadora De Residuos Ltda.	Rodovia Sp-73, 6265 Km 62,5 - Indaiatuba	A coleta, classificação e separação (sem transformação) de resíduos e
LO	91559620	Vanessa Aparecida Luciano Delgado - Me	Rua Dos Bem-te-vis, 110 - Itaquaquecetuba	Sucatas de alumínio, recuperação de
LO	91562427	Vanguarda Refratários Especiais Ltda	Rua Luiz Carlos Brunello, 407 435 - Valinhos	Produtos cerâmicos refratários; fabricação de
LO	91554451	Varroc Do Brasil Industria E Comércio Ltda.	Avenida Parana, 2879 Galpão 2 - Sorocaba	Peças e acessórios para carrocerias de veículos automotores; fabricaçã
LO	91557504	Venkuri Indústria De Produtos Médicos Ltda.	Rua Arbusto, 39 - São Paulo	Hemostáticos esterilizados absorvíveis para cirurgia ou odontologia; f
LP/LI	91562264	Versatil Engenharia Ltda	Avenida Dos Estados, 8900 - Santo André	Obras de outros tipos (construção)
LP/LI	91479364	Vesuvio Industria De Colchoes Tecnologicos Eireli	Avenida Luiz Gonzaga Das Neves, 2442 - Tremembé	Colchoes; fabricação de
LO	91566216	Vetrofibra Indústria E Comércio Ltda - Epp	Avenida Comendador Camilo Julio, 2655 U.a.c. 11 - Sorocaba	Laminados tubulares de material plástico; fabricação de
LP/LI	91555218	Vib-tech Industrial Ltda	Avenida Takara Belmont, 233 - Arujá	Máquinas para a industria metalúrgica; fabricação de
LO	91568887	Vida Bothanica Ind. E Com. De Cosmeticos E Produtos Naturais Eireli	Rua Joaquim Nabuco, 195 - São Caetano Do Sul	Cosméticos; fabricação de
LO	91551377	Vida Forte Nutrientes Industria E Comercio De Produtos Naturais Ltda	Estrada Municipal Dr. Celso Charuri, 405 - Araçoiaba Da Serra	Preparações alimentícias compostas homogeneizadas; produção de
L.O. LOTEAMENTO	91548501	Vila Hípica Emp. E Part. Ltda - Lot. Res. Ecovilla Boa Vista	Rodovia Dos Agricultores, S/N Km 2 - Valinhos	Loteamento e venda de imóveis próprios
LO	91566069	Vingi Indústria Têxtil Ltda.	Avenida Industrial Oscar Bergreen, 1500 - Nova Odessa	Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, inclusive em peças do
LO	91569786	Visão Industrial E Comercial Ltda - Epp	Rua Vicente Da Costa, 351 - São Roque	Peças e acessórios para instrumentos musicais; fabricação de
LO	91558922	Viscaya Extração E Comércio De Argila Ltda.	Chacara Córrego Da Grama, S/Nº - Vargem Grande Do Sul	Argila; extração de
LO	91559403	Vital Aluminio Tubos E Perfis Especiais Ltda-epp	Rua Antonio Leite Vital, 844 - Votorantim	Perfis de alumínio; produção de
LP	91571007	Vital Brasil Chemical Indústria E Comércio De Produtos Químicos Ltda	Avenida Padre Cesar Luzio, 751 - Barretos	Adubos químicos para uso agrícola e doméstico; fabricação de
LP	91556694	Vittia Fertilizantes E Biologicos S.a	Avenida Marginal Salto Brilhante, 360 - Ituverava	Adubos e fertilizantes fosfatados; fabricação de
LI	91571642	Vittia Fertilizantes E Biológicos S.a	Avenida Marginal Esquerda, 2000 - São Joaquim Da Barra	Adubos químico puros, compostos e complexos; fabricação de
LP	91572572	Volkswagen Do Brasil Industria De Veiculos Automotores Ltda	Estrada Marginal Da Via Anchieta, Km 23,5 - São Bernardo Do Campo	Automóveis completos; fabricação de
LO	91565489	Vopak Brasil S.a.	Rua Eustachio Alves De Souza, 155 Área 4 - Santos	Armazéns gerais (emissão de warrant)
LI	91558541	Votorantim Cimentos S. A.	Fazenda Chapadão Verde, S/N - Itirapina	Cimento portland; fabricação de
LO	91555238	Votorantim Cimentos S.a.	Estrada De Araçariguama, 0 Caixa Postal 1023 - Araçariguama	Pedra britada (britamento associado a extração); extração de
LI	91572253	Votorantim Cimentos S.a.	Rodovia Pedro Rodrigues Garcia (sp-249)-km 65, S/Nº Calcinação - Itapeva	Dolomita calcinada ou sinterizada; produção de
LO	91566238	Vulcano 10 Auto Posto Ltda	Rua Paul Harris, 141 - Araras	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91563078	W.r.grace Brasil Indústria E Comércio De Produtos Químicos Ltda	Avenida Parana, 4690 Rua 2 - Sorocaba	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
LP	91567048	Wa Steel Indústria E Comércio De Peças Eireli	Avenida Alberto Jafet, 229 Galpão 01 - Diadema	Juntas de expansão e outras juntas para tubulações e encanamentos; fab
LO	91546907	Wan Industria E Beneficiamento De Chapas Ltda	Avenida Marginal Do Rio Jundiai, 680 - Várzea Paulista	Solda; serviço de
LP	91564028	White Martins Gases Industriais Ltda	Rua Iracema Lucas, 255 - Vinhedo	Gases industriais (exceto o gás cloro e os da extração e refino do pet
LO	91563834	Wireplast Indústria E Comércio De Arames Ltda-epp	Rua Siqueira Campos, 199 - Borebi	Arames de aço galvanizados; produção de
LI	91569738	Wise Plásticos S.a.	Avenida Osvaldo Berto, 405 D.i Alfredo Rela - Itatiba	Materiais plásticos descartados; recuperação de
LO	91532547	Xingu Comércio De Combustíveis Ltda.	Avenida Paulo Marcondes, 720 - Jales	Posto de combustível
LP	91566964	Xp Industria De Bebidas Ltda	Rua Alfredo Afonso Galante, 03 Barracao 01 - Pedregulho	Refrigerantes; fabricação de
LO	91566239	Yara Brasil Fertilizantes S.a	Avenida Engenheiro Plínio De Queiroz, 1100 - Cubatão	Fertilizantes compostos npk; fabricação de
LO	91553790	Ycar Artes Gráficas Ltda	Rua Líbero Badaró, 1201 - São Bernardo Do Campo	Material publicitário; edição integrada à impressão de
LO	91553738	Youssef T. Halabi	Rua João Galo, 263 - Birigui	Combustíveis e lubrificantes para veículos; comércio varejista
LO	91570608	Z B V Metalúrgica Industria E Comercio Ltda.	Rua Aparecida Tufanin Anitelli, 188 - Leme	Artefatos Diversos De Ferro E Aço; Fabricação De
LO	91564411	Z. M. De Araujo Guerra - Me	Rua Dos Agricultores, Km 09, 0 Sitio Canaã - Artur Nogueira	Alimentos preparados para animais (bovinos, suínos (porcos), coelhos,
LP	91558694	Z.kal - Metalurgica Ltda	Rodovia Monsenhor Clodoaldo De Paiva, Km 46 - Itapira	Utensílios domésticos de metais (exceto talheres); fabricação de
LO	91556152	Zbn Indústria Mecânica Ltda	Via De Acesso Joao Cazerta, 4351 - Araçatuba	Fundição de metais ferrosos; serviço de
LP/LI	91566311	Zf Automotive Brasil Ltda.	Rodovia Anhanguera, Km 147, S/N - Limeira	Peças e acessórios para o sistema de freios para veículos rodoviários;
LO	91565320	Zf Do Brasil Ltda.	Rua Sachs, 555 Anexo Parte I - Araraquara	Peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão para veícu
LO	91558643	Zin-camp Tratamento De Metais Ltda	Rua Zilda Ciccone Girardi, 136 - Campinas	Galvanoplastia; serviço de
LO	91563781	Zoetis Industria De Produtos Veterinarios Ltda	Estrada Luiz Fernando Rodriguez, 1701 - Campinas	Remédios para uso veterinário; fabricação de
LO	91506743	Zucca Alimentos Ltda Me	Rua Do Guarujá, 3600 - Salto	Produtos hortícolas conservados, congelados (exceto pratos prontos con

(*) Licenças: LP=Prévia / LI=Instalação / LO=Operaçã

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

Despacho da Procuradora Geral do Estado, de 22-01-2021, nos autos do proc. PGE-PRC 2020/03385

Considerando o disposto no artigo 2º, da Resolução PGE 32/2020, designo a dra. Edna Maria Farah Hervey Costa para compor o grupo de trabalho criado por aquele ato, em substituição a dra. Maria Inez Peres Biazotto. (Republicado por conter incorreção.)

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Comunicado

Pauta da 2ª Sessão Ordinária - Biênio 2021/2022

Data da Realização: 01-02-2021

Horário 10h

A 2ª Sessão Ordinária do Egrégio Conselho da Procuradoria Geral do Estado será realizada virtualmente, via Microsoft Teams, e o link de acesso para acompanhamento ao vivo da sessão ficará disponível na Área Restrita do Site da PGE.

As inscrições para participar do "Momento do Procurador" e do "Momento do Servidor" deverão ser enviadas para conselhopge@sp.gov.br até às 09h do dia 01-02-2021 e os inscritos receberão link específico para participação na sessão.

Hora do Expediente

I- Comunicações da Presidência

II- Relatos da Secretaria

III- Momento do Procurador

IV- Momento Virtual do Procurador

V- Momento do Servidor

VI- Manifestações dos Conselheiros Sobre Assuntos Diversos

VII- Discussão e Votação de Matéria que dispense Processamento

Ordem do Dia

Processo: PGE-EXP-2021/00769

Interessado: Ouvidoria da Procuradoria Geral do Estado

Assunto: Relatório da Ouvidoria PGE - 2º semestre de 2020

Relator: Conselheiro Bruno Maciel dos Santos

CENTRO DE ESTUDOS

Portaria CE-ESPGE-1, de 27-1-2021

Designa Coordenadores e Professores Assistentes para o curso Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Estado - Turma 2021/2022 e curso Pós-Graduação Lato Sensu em Direito & Economia - Turma 2020/2021

O Chefe do Centro de Estudos e Diretor da Escola Superior da Procuradoria Geral do estado de São Paulo, conforme Regimento Interno da Escola Superior da PGE,

Considerando o início das aulas da Pós-Graduação em Direito do Estado - Turma 2021/2022 e das aulas da Pós-Graduação em Direito & Economia - Turma 2020/2021 programado para 1º semestre de 2021 resolve:

Artigo 1º - Designar como Coordenadores do curso Pós-Graduação em Direito do Estado - Turma 2021/2022:

André Luiz dos Santos Nakamura

Christiane Mina Falsarella

Julia Maria Plenamente Silva

Artigo 2º - Designar como Professores Assistentes do curso Pós-Graduação em Direito do Estado - Turma 2021/2022

Beatriz Meneghel Chagas Camargo

Carlos José Teixeira de Toledo

Eduardo Walmsley Soares Carneiro

Fabrício Contato Lopes Resende

Julio Rogério Almeida de Souza

Mateus Camilo Ribeiro da Silveira

Patrícia Ulson Pizarro Werner

René Zamlutti Junior

Artigo 3º - Designar como Coordenadores do curso Pós-Graduação em Direito & Economia - Turma 2020/2021

Fabio André Uema Oliveira

Haroldo Pereira

Roberto Augusto Castellano Pfeiffer

Artigo 4º - Designar como Professores Assistentes do curso Pós-Graduação em Direito & Economia - Turma 2020/2021

Caio Augusto Nunes de Carvalho

Carlos Eduardo Teixeira Braga

Emanuel Fonseca Lima

Thamy Kawai Marcos

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunicado

O Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos - Escola Superior da PGE - comunica aos Procuradores do Estado que estão abertas vagas para participação no curso "A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos", a ser realizado pela PGE-RJ e CEJUR.

O curso será realizado de 26 de fevereiro a 23 de julho 2021, as sextas-feiras, das 10h às 12h, via plataforma online.

Os pedidos de inscrição deverão ser encaminhados ao Serviço de Aperfeiçoamento do CE, até o dia 04 de fevereiro, às 14h, por meio do sistema informatizado, acessível na área restrita do site da PGE/SP.

LINK DO SITE: (http://www.pge.sp.gov.br/Restrito/Default.aspx), Centro de Estudos / Cursos / Consulta Cursos.

Nos termos do inciso IV, art. 4º, da Resolução PGE 23/2020 e do art. 7º, inciso IV, da Resolução PGE 24/2020, não haverá pagamento de diárias e nem reembolso de transporte.

PROCURADORIAS REGIONAIS

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

Comunicado G.PR-1 nº 9, de 28-1-2021

A Procuradoria Regional da Grande São Paulo faz saber que estarão abertas as inscrições para todos(as) os(as) Procuradores(as) do Estado, independentemente da área ou unidade de classificação, no período compreendido entre os dias 29-1 a 6-2-2021, para preenchimento de 4 vagas para integrar Comissão de Concurso para admissão de estagiários de Direito na área do Contencioso Geral e Tributário Fiscal do Gabinete da Procuradoria Regional da Grande São Paulo.

O requerimento de inscrição poderá ser efetuado eletronicamente pelo correio Notes, dirigido a Monica de Fátima Gonçalves, Servidora da Procuradoria Regional da Grande São Paulo, por e-mail (mfgoncalves@sp.gov.br) ou em papel, nos termos do modelo anexo, que deverá ser assinado pelo interessado ou procurador habilitado e entregue, mediante recibo, na sede da Procuradoria Regional da Grande São Paulo, à Avenida Rangel Pestana, 300, 15º andar, Centro, São Paulo, SP, das 9 às 15 horas.

Não será admitida mais de uma inscrição por Procurador do Estado.

Havendo mais inscrições do que vagas será realizado sorteio no dia 8-2-2021, às 11 horas, na sede da Procuradoria Regional da Grande São Paulo, para escolha dos membros da Comissão, ficando os remanescentes na ordem de sorteio, como suplentes.

Constituída a Comissão, o Procurador do Estado Respondendo pelo Expediente da Procuradoria Regional da Grande São Paulo designará seu Presidente, que coordenará os trabalhos e decidirá as questões sobre as quais não tenha havido consenso entre os integrantes da Comissão.

O certame deverá ser realizado no primeiro semestre de 2021.

Os membros da Comissão desenvolverão as seguintes atividades: a) divulgação pessoal do concurso nas faculdades de Direito da Grande São Paulo; b) elaboração das questões da prova com respectivos gabaritos; c) aplicação da prova em data a ser definida; d) correção da prova; e) exame e decisão de eventuais recursos; f) elaboração da lista de classificação dos candidatos aprovados; g) elaboração do relatório final do certame; h) participação em todas as reuniões necessárias ao planejamento e realização do concurso na Sede da Seccional ou no Gabinete do Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Regional da Grande São Paulo. Serão elaboradas atas de todas as reuniões, indicando-se a presença ou ausência dos membros.

As informações poderão ser obtidas no site da Procuradoria Geral do Estado: www.pge.sp.gov.br, na medida da disponibilidade do site, ou pessoalmente no endereço de inscrição.

ANEXO I

Modelo de Requerimento de Inscrição

Ilustríssima Senhora Procuradora do Estado Respondendo pelo Expediente da Procuradoria Regional da Grande São Paulo

_____, Procurador(a) do Estado, R.G. nº _____, nível_____, classificado(a) na área do(a) _____, da Procuradoria_____, domiciliado em _____, Estado de São Paulo, residente na_____, Telefone(s) nº(s) _____, vem requerer sua inscrição para integrar a Comissão de Concurso de Estagiários da Área do Contencioso Geral e Tributário Fiscal do Gabinete da Procuradoria Regional da Grande São Paulo.

Termos em que,

P. Deferimento.

São Paulo _____ de _____ de 2021.

_____

assinatura do(a) interessado(a)

PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS

Portaria do Procurador do Estado Chefe, de 28-01-2021

Cancelando, nos termos da Portaria CGPGE 01 de 14-08-2018, as credenciais dos estagiários outorgada aos estudantes de Direito abaixo identificados, nos termos do Inciso II do Artigo 12, do Decreto 56.013 de 15-07-2010. (Portaria GAB PR02/E 003/2021)

NOME	RG.
Marcela Chioro Abreu	55.085.786 – 0
Brenda Ceccilia Lizieiro de Vasconcelos	50.939.857 – 1
Breno Florêncio dos Santos	52.200.268 – 7

Turismo

DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS

Termos de Aditamento

2º Termo de Aditamento ao Convênio – Dadetur 296/2019 – Parecer Referencial CJ/ST 05/2020 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Anhembi - Proc. Dadetur 2258549/2019– Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira, Quarta e Sexta – Melhoria da iluminação pública e ornamental na orla das lagoas do Rio Tietê - o valor do presente convênio é de R$ 302.089,39, sendo o valor de R$ 302.089,39 de responsabilidade do Estado e/ou o que exceder, de responsabilidade do Município - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente ao Município 2 parcelas: I – 1ª parcela: inalterada; II – 2ªparcela: no valor de R$ 5.112,08, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior e após a medição desta etapa concluída, observado o disposto no inciso I do § 3º do artigo 116 da Lei Federal 8.666 de 21-06-1993, com suas alterações – Data da assinatura do Termo de Aditamento: 27-01-2021.

1º Termo de Aditamento ao Convênio – Dadetur 167/2018 – Parecer Referencial CJ/ST 05/2020 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Iguape - Proc. Dadetur 349/2018 – Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira e Nona – Requalificação da orla do valo grande – Fase III - o prazo de vigência do presente convênio é de 1.470 dias, contados da assinatura do convênio ocorrida em 06-07-2018, com vencimento em 15-07-2022 – Data da assinatura do Termo de Aditamento: 27-01-2021.

2º Termo de Aditamento ao Convênio – Dadetur 117/2017 – Parecer Referencial CJ/ST 05/2020 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Ilha Solteira - Proc. Dadetur 143/2017 – Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira e Nona – Construção e Adequação de Equipamentos Públicos nas Praias – 3ª fase - o prazo para execução do presente convênio será de 1.545 dias, contados de sua assinatura ocorrida em 01-11-2017, com vencimentos em 24-01-2022. Data da assinatura do Termo de Aditamento: 27-01-2021.

1º Termo de Aditamento ao Convênio – Dadetur 044/2019 – Parecer Referencial CJ/ST 05/2020 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Monte Alegre do Sul - Proc. Dadetur 094/2018 – Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira e Nona – Iluminação Colonial e decorativa – Etapa II - o prazo de vigência do presente convênio é de 510 dias, contados de sua assinatura do convênio ocorrida em 28-11-2019, com vencimento em 21-04-2021. Data da assinatura do Termo de Aditamento: 27-01-2021.

1º Termo de Aditamento ao Convênio – Dadetur 114/2019 – Parecer Referencial CJ/ST 05/2020 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Orlândia - Proc. Dadetur 470/2018– Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira, Quarta, Sexta e Nona – Construção de Pórtico na entrada da cidade - o valor do presente convênio é de R$ 58.704,48, sendo o valor de R$ 58.704,48 de responsabilidade do Estado e/ou o que exceder, de responsabilidade do Município - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados ao Município em uma única parcela no valor de R$ 58.704,48, a ser paga em até 30 dias após a medição desta etapa concluída; nos termos dos Decretos Estaduais 62.032/2016, 63.264/2018 e Decreto 63.369/2018, observado o disposto no I do §3º artigo 116 da Lei Federal 8.666 de 21-06-1993, com suas alterações – o prazo de vigência do presente convênio é de 620 dias, contados da assinatura do convênio ocorrida em 05-09-2019, com vencimento em 17-05-2021. Data da assinatura do Termo de Aditamento: 27-01-2021.

Termos de Aditamento

3º Termo de Aditamento ao Convênio – Dadetur 283/2019 – Parecer Referencial CJ/ST 05/2020 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Caconde - Proc. Dadetur 2921697/2019 – Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira e Quarta – Melhorias na Iluminação de Vias Públicas – Fase III – o valor do presente convênio é de R$ 454.933,01, sendo o valor de R$ 453.845,96 de responsabilidade do Estado e o valor de R$ 1.087,05, e/ou o que exceder, de responsabilidade do Município – Data da assinatura do Termo de Aditamento: 28-01-2021.

2º Termo de Aditamento ao Convênio – Dadetur 356/2019 – Parecer Referencial CJ/ST 05/2020 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Lins - Proc. Dadetur 3369411/2019– Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira, Quarta e Sexta – Melhoria na iluminação pública em área de interesse turístico - o valor do presente convênio é de R$ 89.582,93, sendo o valor de R$ 89.582,93 de responsabilidade do Estado e/ou o que exceder, de responsabilidade do Município - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados em uma única parcela, no valor de R$ 89.582,93, após a expedição da ordem de início de serviço; nos termos dos Decretos Estaduais 62.032/2016, 63.264/2018 e Decreto 63.369/2018, observado o disposto no I do §3º artigo 116 da Lei Federal 8.666 de 21-06-1993, com suas alterações. Data da assinatura do Termo de Aditamento: 25-01-2021.

1º Termo de Aditamento ao Convênio – Dadetur 111/2018 – Parecer Referencial CJ/ST 05/2020 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Igaraçu do Tietê - Proc. Dadetur 249/2018– Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira, Quarta, Sexta e Nona – Prolongamento, reurbanização e implantação de dispositivo viário na interseção da Avenida Marginal com a Rua Joaquim Medeiros e alça de ligação até a rua Júlio Vieira - o valor do presente convênio é de R$ 995.837,65, sendo o valor de R$ 995.837,65 de responsabilidade do Estado e/ou o que exceder, de responsabilidade do Município - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente ao Município 4 parcelas: I – 1ª parcela: no valor de R$ 243.451,28. Valor repassado ao Município em 05-07-2018; II – 2ªparcela: no valor de R$ 268.609,72. Valor repassado ao Município em 05-07-2019; III – 3ª parcela: no valor de R$ 230.847,21. Valor repassado ao Município em 31-01-2020; IV – 4ª parcela: no valor de R$ 252.929,44, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior e após a medição desta etapa concluída; observado o disposto no inciso I do § 3º do artigo 116 da Lei Federal 8.666 de 21-06-1993, com suas alterações – o prazo para execução do presente convênio será de 1.100 dias, contados de sua assinatura ocorrida em 20-06-2018, com vencimento em 24-06-2021.Data da assinatura do Termo de Aditamento: 28-01-2021.

Universidade de São Paulo

REITORIA

AGÊNCIA USP DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA NACIONAL E INTERNACIONAL

Resumo de Acordo

Processo USP 2020.1.5812.1.3;

Partícipes: Universidade de São Paulo e "Karolinska Institutet" (Suécia);

Objeto: cooperação acadêmica entre as partes, em áreas de mútuo interesse;

Vigência: de 27-01-2021 a 26-01-2026;

Data da assinatura: 27-01-2021.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Comunicado

Em cumprimento ao parágrafo 1º do Artigo 5º da Portaria GR-4710 de 25-02-2010, comunicamos que o pagamento ao fornecedor Desintec Serviços Técnicos Ltda, no valor de R$ 851,57 referente ao Processo 18.1.01483.86.1 foi efetuado com preterição da ordem cronológica, devido a problemas administrativos.

Comunicado

Em cumprimento ao parágrafo 1º do Artigo 5º da Portaria GR-4710 de 25-02-2010, comunicamos que o pagamento ao fornecedor Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no valor de R$ 253,97 referente ao Processo 19.1.01334.86.7 foi efetuado com preterição da ordem cronológica, devido a problemas administrativos.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

Portaria D.EEFE-2, de 22-1-2021

Dispõe sobre a Comissão Assessora de Avaliação dos Departamentos da EEFE para a avaliação da Progressão Horizontal

O Diretor da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, considerando:

- A relevância institucional do processo de Progressão na Carreira;

- A necessidade de estabelecer uma dinâmica avaliativa que contemple tanto as especificidades dos candidatos quanto o Projeto Acadêmico Institucional;

- A condução de um processo avaliativo harmonioso e equânime entre os Departamentos;

- A manifestação das chefias de Departamento quanto à Composição das Comissões Assessoras;

Portaria:

Artigo 1º -No âmbito da EEFE, será composta uma única Comissão Assessora, com o objetivo de auxiliar os Departamentos na avaliação dos relatórios dos candidatos à progressão horizontal na carreira docente.

Artigo 2º - A referida Comissão elaborará as Diretrizes Gerais para o presente processo avaliativo e critérios de ordenação, que observarão obrigatoriamente o perfil docente da unidade e a aderência ao Projeto Acadêmico do Departamento e da Unidade.

Artigo 3º - Nos termos do Edital da Progressão Horizontal, a Comissão deverá encaminhar a cada um dos Departamentos um relatório circunstanciado acompanhado de uma lista contendo de maneira ordenada, os docentes para a Progressão Horizontal dentre aqueles que melhor preencherem os requisitos do perfil da Unidade para um nível imediatamente superior ao ocupado.

Artigo 4º - A Comissão em comento será presidida pelo Prof. Dr. Umberto Cesar Corrêa e terá a seguinte composição:

- Prof.ª Dr.ª Cláudia Lúcia de Morares Forjaz (EFB);
- Prof. Dr. Emerson Franchini (EFE);
- Prof. Dr. Go Tani (EFP);
- Prof..ª Dr.ª Patrícia Chakur Brum (EFB);
-Prof. Dr. Valmor Alberto Augusto Trícoli (EFE); e

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Despacho do Diretor, de 28-1-2021

O Diretor da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo homologa o resultado final da eleição para Representação Discente de Graduação junto aos Colegiados da EEFE, ocorrida no dia 8 de dezembro de 2020, nos termos da Portaria D.EEFE-24/2020, conforme segue:

Representante junto a Congregação

Chapa Abre Alas Tit.: Marcos Kaue Ferreira de Queiroz

Sup.: Wesley Rodrigues de Lima,	36
Nulo	4
Branco	0

Representante junto ao Conselho Técnico Administrativo

Chapa Abre Alas Tit.: Yuri Pittelkow Liegel

Sup.: Pedro Henrique Rodrigues do Vale	33
Nulo	6
Branco	1

Representante junto ao Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano

Chapa Abre Alas Tit.: Júlia Silveira Marante

Sup.: Camila Regis Cavalcante	33
Nulo	5
Branco	2

Representante junto ao Departamento de Esporte

Chapa Abre Alas Tit.: Yuri Pittelkow Lieg	32
Nulo	8
Branco	0

Representante junto ao Departamento de Pedagogia do Movimento do Corpo Humano

Chapa Abre Alas Tit.: Barbara Silva Ferreira

Sup.: Wesley Rodrigues de Lima	36
Nulo	4
Branco	0

Representante junto à Comissão de Graduação

Chapa Abre Alas Tit.: Marcos Kaue Ferreira de Queiroz

Sup.: Júlia Silveira Marante	34
Nulo	5
Branco	1

Representante junto à Comissão de Cultura e Extensão Universitária

Chapa Abre Alas Tit.: Pedro Henrique Rodrigues do Vale

Sup.: Barbara Silva Ferreira	33
Nulo	6
Branco	1

Representante junto à Comissão de Coordenação do Curso de Bacharelado em Esporte

Chapa Abre Alas Tit.: Augusto Rapp de Eston Pinto Coelho,

Sup. Caue Tonelli Marangoni	33
Nulo	7
Branco	0

Representante junto à Comissão de Coordenação do Curso de Bacharelado em Educação Física

Chapa Abre Alas Tit.: Henrique Souza de Oliveira,

Sup.: Guilherme de Medeiros Souza	33
Nulo	7
Branco	0

Representante junto à Comissão de Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física

Chapa Abre Alas Tit.: Wesley Rodrigues de Lima

Sup.: Mateus Macedo de Araujo	35
Nulo	5
Branco	0

Em razão do período excepcional de prevenção de contágio pela Covid-19 e conforme disposto no artigo 4º da Resolução USP 7495, de 27-03-2020, não foi disponibilizada votação convencional, tendo o resultado acima sido obtido a partir da totalização dos votos da votação eletrônica.

O mandato dos novos representantes será de 30-1-2021 a 29-1-2022.

(Comunicado EEFE-USP-1, de 28-1-2021)

Extrato de Termo Aditivo de Contrato

1º Termo Aditivo de Prorrogação do Prazo do Contrato 001/2020-EEFE USP - Processo: 2020.1.224.39.3

Convite: 001/2020-EEFE USP

Contratante: Escola de Educação Física e Esporte da USP

Contratada: Quatar Construções e Manutenções Ltda EPP – CNPJ: 21.029.437/0001-28

Objeto: Reforma geral do reservatório elevado de água da Escola de Educação Física e Esporte da USP.

Objeto do Aditamento: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato por mais 60 dias, a contar de 30-01-2021, com término em 30-03-2021, conforme Cronograma Físico-Financeiro reprogramado, anexo ao processo em epígrafe.

Data da Assinatura: 27-01-2021.

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Termo de Cooperação Internacional

Processo: 2020.1.311.22.9

Convenente: Universidade de São Paulo – Pró-Reitoria de Pesquisa

Signatário: Prof. Dr. Sylvio Canuto – Pró-Reitor

Concedente: Escola Nacional de Saúde Pública - Fiocruz

Signatário: Hermano Albuquerque de Castro - Diretor

Concedente: Universidade Nova de Lisboa/Escola Nacional de Saúde Pública

Signatária: Carla Nunes - Diretora

Objeto: Colaboração entre as partes para a elaboração e execução do projeto de pesquisa "Pesquisa Social Comparada de Mensuração da Reação Populacional à Pandemia de Covid-19 e as Medidas Governamentais de Contenção e Resposta a Pandemia – Termômetro Social – Covid-19 – Brasil".

Fundamento: Resolução USP 6966 de 21-10-2014 e pela Portaria USP 6580 de 21-10-2014 alterada pela Portaria USP 6631 de 27-02-2015.

Assinatura: 04-12-2020.

Vigência: 04-12-2020 a 03-12-2025.

ESCOLA POLITÉCNICA

Extratos de Termos Aditivos

Processo: 19.1.03120.03.1

Nº Mercúrio: 45493

Partícipes: Convênio que entre si celebram a USP/EP - Unidade Embrapii (UE Poli USP - MCE), Companhia Brasileira Alumínio e a FUSP.

Objeto: Embrapii MCE - Desenvolvimento de mistura cimentícia ecoeficiente com a incorporação de resíduo de Bauxita

Termo Aditivo 1: Prorrogação do prazo de vigência

Data de Assinatura: 04-12-2020

Processo: 16.1.00795.03.5

Nº Mercúrio: 40198

Partícipes: Convênio que entre si celebram a USP/EP; a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE).

Objeto: Proposta de credenciamento da Escola Politécnica da USP, como unidade Embrapii – Chamada Pública Embrapii 02-2015

Termo Aditivo 2: Alteração de valor

Data de Assinatura: 23-12-2020

Processo: 16.1.00795.03.5

Nº Mercúrio: 40198

Partícipes: Convênio que entre si celebram a USP/EP; a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE).

Objeto: Proposta de credenciamento da Escola Politécnica da USP, como unidade Embrapii – Chamada Pública Embrapii 02-2015

Termo Aditivo 1: Alteração de fundação

Data de Assinatura: 11-04-2018

Processo: 16.1.00795.03.5

Nº Mercúrio: 40198

Partícipes: Convênio que entre si celebram a USP/EP; a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE).

Objeto: Proposta de credenciamento da Escola Politécnica da USP, como unidade Embrapii – Chamada Pública Embrapii 02-2015

Valor: R$ 9.900.000,00

Vigência: 6 anos, contados da data de sua assinatura

Data de Assinatura: 15-08-2016

Extrato de Convênio
Processo: 20.1.01519.03.6
Nº Sistema de Convênios: 1012678
Partícipes: Termo de Acordo e Cooperação que entre si celebram a USP/EP e a Universidade Federal da Bahia - UFBA.
Objeto: Acordo de Propriedade Intelectual para projeto de pesquisa Fapesp/Fapesb
Vigência: 24 meses
Data de Assinatura: 21-01-2021

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DE RIBEIRÃO PRETO

DIRETORIA

Comunicado
Seção de Contabilidade
Justificativa de Atraso de Pagamento
Processo 19.1.00799.60.2
Material de Consumo
Interessado: White Martins Gases Industriais Ltda.
CNPJ 35.820.448/0094-35
Valor: R$ 574,76
Ref: Pagamento
Em atenção ao artigo 5º, parágrafo 1º da Portaria GR 4710/2010, a liquidação de despesa para o pagamento acima mencionado, referentes à Nota de Empenho 287425/2021 valor de R$ 574,76, não houve tempo hábil para o pagamento em seu vencimento. Justificamos que houve atraso em sua tramitação devido ao fechamento do exercício.

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Extrato de Contrato
Contrato: 21/2020
Processo: 20.1.00610.12.9
Contratante: Universidade de São Paulo
Contratada: Itapema Comércio, Revestimentos e Serviços Gerais Ltda - ME
Objeto: Prestação de Serviço de Servico de Manutenção ou Conservação de Forro.
Modalidade: Dispensa-Compra Direta
Parecer Jurídico: PG.P. 1424/19-RUSP e PG.P. 15795/20-RUSP, emitidos pela Procuradoria Geral em 18-10-2019 e 19-03-2020, respectivamente.
Valor do Contrato: 33.000,00
Vigência: O presente contrato terá vigência adstrita ao recebimento definitivo de seu objeto e seu respectivo pagamento.
Classificação Funcional Programática: 12.122.1043.6351
Classificação da Despesa Orçamentária: 3.3.90.39.79
Data da Assinatura: 09-11-2020

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO

SERVIÇO DE GRADUAÇÃO
Comunicado
O Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo torna público o Resultado Final do processo seletivo para Transferência Externa - ingresso 1º semestre de 2021 de acordo com Edital FFCLRP-SG 02/2020 DE 16-10-2020.
Bacharelado em Química
Adriano Bressan Junior - Reprovado
Isabela de Oliveira Alves - Reprovada
João Pedro dos Anjos Pavan - Reprovado
João Vitor Gonçalves de Faria - Reprovado
Miriele Amaral Ribeiro - Reprovada
Nadine Mayra Angelina Gonçalves - Reprovada
Biblioteconomia e Ciência da Informação
Juliana dos Santos Batista - Aprovada
Mayumi Leticia Hojo - Aprovada
Ciências Biológicas
Ana Lara Barros Silveira - Aprovada
Luísa Brás Mota - Reprovada
Mayara de Oliveira Gallo - Reprovada
Pedro Henrique Nunes Zani - Aprovado
Física Médica
Daneska Melo do Carmo - Aprovada
Débora Martins de Souza - Aprovada
Karen dos Santos Paveglio Vieira - Aprovada
Laura Ribeiro de Oliveira - Aprovada
Lucas Naves da Silva - Aprovado
Luiza Cotrim de Faria – Aprovada
Licenciatura em Química
Mariana do Nascimento Silva - Reprovada
Matemática Aplicada a Negócios
Davi dos Santos Moreira - Aprovado
Fabiano Padilha - Reprovado
Pedagogia
Clayton Donizetti de Oliveira - Aprovado
Isabela Araújo dos Santos - Classificada
Isabela Magalhães Rodrigues - Classificada
João Pedro Santiago Mendes Cardote - Aprovado
Julia de Freitas Rodriguez - Classificada
Larissa Casanova Jurca - Reprovada
Livia Casanova Jurca – Aprovada
Maria Victória Plácido de Sousa - Aprovada
Marina de Souza Castilho - Classificada
Renata da Silva Costa - Aprovada
Tamara Rodrigues Silva - Classificada
Willian Fernando Figueira Pedroso - Aprovado
SERVIÇO DE GRADUAÇÃO
Comunicado
O Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo torna público o Resultado Final do processo seletivo para Transferência Interna - ingresso 1º semestre de 2021 de acordo com Edital FFCLRP-SG 02/2020 DE 10-10-2020.
Bacharelado em Química
Jackson Breno Amaral Silva - Aprovado
Matheus Antonio dos Santos Silva - Reprovado
Biblioteconomia e Ciência da Informação
Ana Caroline Oliveira da Silva - Aprovada
Mayumi Leticia Hojo - Aprovada
Ciências Biológicas
Ademir Ribeiro de Souza - Aprovado
Carlos Alberto C. Junior - Reprovado
João Pedro Debiagi - Aprovado
Kathleen Carolina Antunes Vieira - Reprovada
Luiz Henrique de Almeida - Reprovado
Maria Vitória da Silva dos Santos - Reprovada
Miriam Cristina Santos Souza - Reprovada
Ciência da Computação
Gustavo Siqueira Barbosa - Aprovado
Hélio Nogueira Cardoso - Reprovado
Lucas Mendes Mussato Fernandes – Reprovado
Matheus Rodrigues dos Santos - Reprovado
Priscila de Souza Franco - Reprovada
Física Médica
Gabrielli Cotrim de Almeida - Reprovada
Joao Pedro Chaves Del Rei Costa - Aprovado
Júlia Kiyo Buso Saito - Aprovada
Matemática Aplicada a Negócios
Julia Matiko Chibana - Aprovada
Luis Guilherme Coelho Bueno – Aprovado
Pedagogia
Matheus de Oliveira Lima - Reprovado
Psicologia
Adriane de Camargo - Reprovada
Alice Peixoto Viana-Psicologia - Classificada
Aline Mauch dos Santos - Reprovada
Ana Julia Leme Silva - Classificada
Ana Laura Machado - Classificada
Ana Paula de Faria Leão - Reprovada
Beatriz Carneiro Alves de Lima - Reprovada
Camila Franco Alexandre - Classificada
Carla Barreto Dória Pinto - Reprovada
Caroline Bucater Galves - Reprovada
Cristian Juliani Quiles - Reprovado
Elias Mendes Nunes - Aprovado
Felipe Barbosa Nunes Fernandes - Classificado
Gabriela Fernanda Gaziro - Reprovada
Giovanna Assis Georgini - Classificada
Giullia Yuri Inoue Luiz - Reprovada
Gustavo Mafili de Mattos Rigobello - Classificado
Heron Carlos de Godoy Caldas Junior - Classificado
Igor Henrique Bonfim Carlos - Classificado
João Pedro Janson de Oliveira - Reprovado
Julia Hannah Teixeira - Reprovada
Júlia Marques de Lima - Reprovada
Juliana Mendonça Altino de Lima - Reprovada
Julio Henrique Sabino de Souza - Reprovado
Luan Galve Fernandes da Silva - Classificado
Luiz Felipe de Figueiredo Ferreira - Reprovado
Marcelo Augusto Longo Rodrigues - Reprovado
Comunicado
Em atenção ao parágrafo 1º do artigo 5º da Portaria GR-4.710, de 25-2-2010, justificamos que o(s) pagamento(s) à empresa abaixo não foi(ram) efetuado(s) na data devida por problemas administrativos que impossibilitaram a tramitação normal do processo:
Empresa: Econtherm Climatização Ltda. - ME.
Processo: 2019.1.1007.59.9
Empenho(s): 03133869/2020
Retificação do D.O. de 16-01-2021
Edital SPG 002/2021, referente ao Processo Seletivo de Ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação FFCLRP/USP – Curso de Doutorado - 2º Semestre de 2021, publicado no, pgs. 100 e 101, Seção I:
Onde se lê:
V. Do Processo Seletivo para o Doutorado Direto
1.1.3 Para a prova didática será destinado período específico que será tornado público na mesma data de publicação das inscrições deferidas, dia 15-03-2021;
Leia-se:
V. Do Processo Seletivo para o Doutorado Direto
1.1.3 Para a prova didática será destinado período específico que será tornado público na mesma data de publicação das inscrições deferidas, dia 29-03-2021;

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Retificação do D.O. de 16-1-2021
Na publicação (seção I - página 101,), onde se lê: "6.1 As inscrições estarão abertas das 00h do dia 15-01-2021 até as 23h59 do dia 15-02-2021, no endereço: www.usp.digital.usp.br (sistema Atena)."...leia-se: "6.1 As inscrições estarão abertas das 00h do dia 15-01-2021 até as 23h59 do dia 01-03-2021, no endereço: www.uspdigital.usp.br (sistema Atena)".

HOSPITAL DE REABILITAÇÃO DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS

Extrato de Contrato
Processo 20.1.00591.61.2
Contratante: Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais/USP
Licitação: Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços 00043/2020-HRAC
Objeto: Prestação de Serviço Terceirizado de Exame Laboratorial
Contratada: CDI Magna Diagnóstico por Imagem Ltda
Contrato 04/2021
Classificação Funcional Programática: 10.302.930.5276
Classificação de Despesa Orçamentária: 3.3.90.39.14
Valor total do contrato: R$ 131.466,00
Data da assinatura: 21-01-2021
Extrato de Contrato
Processo 20.1.00589.61.8
Contratante: Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais/USP
Licitação: Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços 00040/2020-HRAC
Objeto: Prestação de Serviço Terceirizado de Exame Laboratorial
Contratada: Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia de Bauru Ltda
Contrato 05/2021
Classificação Funcional Programática: 10.302.930.5276
Classificação de Despesa Orçamentária: 3.3.90.39.14
Valor total do contrato: R$ 3.860,00
Data da assinatura: 21-01-2021

INSTITUTO DE FÍSICA DE SÃO CARLOS

Despacho do Diretor, de 27-01-2021
Ratificando o ato declaratório de dispensa de licitação de acordo com o Art. 26 da lei Federal 8666/93 de 21-06-1993 e suas alterações posteriores combinando com o artigo 1º Inciso I -letra "h" da Portaria GR 6.561 de 16-06-2014.
1 - Recursos CNPq 440116/2020-1
Processo 21.1.21.76.0
Contratada: Immuno American Corporation
Valor: USD 10.937,00 Objeto: Anticorpos e proteínas
Extratos de Convênios
Processo: 20.1.00471.76.5
Partícipes: USP/IFSC-Unidade Embrapii, FAFQ e a Alliance Comercial de Sao Carlos Ltda ME.
Objeto: convênio de pesquisa para execução do projeto "Reformulação de Sistema Mecânico, Sistema Óptico e Eletrônica para Microscópio
Linha-1 da Alliance – Otimização da Linha de Produção"
Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura.
Data da Assinatura: 13-01-2021.
Processo: 20.1.00470.76.9
Partícipes: USP/IFSC-Unidade Embrapii, FAFQ e a Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda.
Objeto: convênio de pesquisa para execução do projeto "Desenvolvimento de Protótipo para análise de Viabilidade
de Emprego de Inteligência Artificial e Realidade Aumentada para Redes de Valor Global."
Vigência: 08 meses a partir da data da assinatura.
Data da Assinatura: 13-01-2021.

Universidade Estadual de Campinas

REITORIA

Resolução GR - 5, de 28-01-2021

Estabelece os critérios e procedimentos para o processo de vacinação na área de saúde da Unicamp, definidos por GT específico nomeado para esta finalidade

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, considerando:
O Relatório emanado pelo Grupo de Trabalho, Portaria GR 006/2021 criado para definir critérios e procedimentos para o processo de vacinação contra Covid-19 na área da saúde da Unicamp (Relatório anexo);
A necessária disponibilização para a comunidade da área da saúde da Unicamp que compreende o Hospital de Clínicas (HC), o Centro de Saúde da Comunidade (Cecom), Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti – CAISM, Gastrocentro, Hemocentro e demais áreas de atendimento ambulatorial, de critérios objetivos de priorização da convocação para vacinação contra Covid-19 dos trabalhadores da área da saúde;
O quantitativo de doses recebidas que tem sido muito inferior à necessidade;
Que não havendo previsão de recebimento de nova remessa da vacina Coronavac, a Secretaria de Saúde solicitou reservar a segunda dose para todos os que estão sendo vacinados;
O apontamento técnico que ambas as vacinas são contraindicadas para menores de 18 anos, para quem tem alergia a algum componente da vacina e para quem está com quadro febril agudo;
Que a vacinação contra Covid-19 pode ser oferecida à gestantes e mulheres que estão amamentando, mas que tal decisão deve ser compartilhada com o médico que as acompanha;
As comorbidades definidas pelo Ministério da Saúde (conforme previsto no Guia de Vigilância Epidemiológica de 05-08-2020 do Ministério da Saúde do Brasil) enquadram-se nesta Resolução como "comorbidades com prioridade de convocação;
Os critérios de prioridade de vacinação seguem orientações do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19 elaborado em consonância com as orientações da Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e do Plano Estadual de Imunização, bem como o Plano da Prefeitura Municipal de Campinas.
Art. 1º – O processo de vacinação da comunidade de saúde da Unicamp seguirá a ordem de priorização definida nesta Resolução (inclui servidores, funcionários Funcamp, terceirizados e estudantes).
§ 1º - Compete aos dirigentes das áreas de Saúde (HC, CAISM Hemocentro, Gastrocentro, DSO e Cecom), juntamente com a DEAS, elaborar lista única das pessoas da comunidade de saúde da Unicamp que serão vacinadas com prioridade.
§ 2º - Os grupos prioritários serão convocados pelo Cecom, com identificação do dia, local e horário para a vacinação, bem como com a indicação do grupo prioritário a que pertence, nos termos do art. 2º desta Resolução.
§ 3º - Somente as pessoas devidamente convocadas nos termos do parágrafo anterior é que poderão se dirigir ao Cecom para serem vacinadas.
§ 4º - Os grupos serão convocados na ordem prevista nesta Resolução, sucessivamente, desde que todos do grupo anterior estejam vacinados e/ou convocados.
Art. 2º – O critério de priorização previsto nesta Resolução considera os riscos de exposição e os riscos de adoecimento, atingindo estados mais graves da Covid-19, sendo a seguinte a ordem de prioridade:
I - Trabalhadores das equipes de vacinação contra Covid-19.
II - Trabalhadores das áreas Covid ainda não vacinados:
Caracterizam-se como áreas Covid: UER, UTI Covid, Enfermaria Covid, Centro Obstétrico, pronto atendimento do Cecom e CAISM, Odontologia (HC e Cecom), Laboratório de Microbiologia do HC, LACTAD;
Caracterizam-se como trabalhadores de áreas Covid: enfermagem, médicos assistentes, docentes, residentes, alunos do curso de extensão com atividade assistencial, dentistas, fisioterapeutas, apoio (profissionais que trabalham com secreção respiratória, coleta e manipulação RT-PCR, técnicos e biomédicos da radiologia e medicina nuclear), nutrição, telefonista UER, administrativo UER, farmácia UER, limpeza e recepção UER, recepção Pronto-Atendimento Médico Cecom e CAISM, motoristas de ambulância.
III. Trabalhadores da enfermaria e internação em Áreas "Não Covid" em atividade presencial:
Caracterizam-se como áreas não Covid, Enfermarias e áreas de internação, que não UER, UTI Covid e Enfermarias Covid;
Caracterizam-se como trabalhadores de áreas não Covid: enfermagem, serviço social, nutrição, psicólogos, docentes, médicos assistentes, residentes, alunos do curso de extensão com atividade assistencial, e profissionais da limpeza;
Trabalhadores da enfermaria e internação em Áreas "Não Covid" com 60 anos ou mais ou com comorbidades com prioridade de convocação.
IV. Trabalhadores das áreas "Não Covid" em atividade presencial em Centros cirúrgicos, central de material em atividade presencial com 60 anos ou mais ou com comorbidades com prioridade na convocação.
V. Trabalhadores das áreas ambulatoriais: Otorrinolaringologia, Oftalmologia e Fonoaudiologia. Caracterizam-se como trabalhadores destas áreas: docentes, médicos assistentes, residentes, alunos do curso de extensão e de pós-graduação com atividade assistencial, enfermagem, serviço social, profissionais de limpeza e, trabalhadores com 60 anos ou mais ou com comorbidades com prioridade na convocação.
VI. Trabalhadores de todas as outras áreas ambulatoriais e UBS em atividade presencial, incluindo CRIE, CCIH, NVE, Hospital Dia, Unidade de Órteses e Próteses, Hemocentro, Gastrocentro e Fisioterapia. Caracterizam-se como trabalhadores destas áreas: psicólogos, nutricionistas, enfermagem, serviço social, profissionais de limpeza docentes, médicos assistentes, residentes, alunos do curso de extensão com atividade assistencial ou de pós-graduação com atividade assistencial, bem como trabalhadores com 60 anos ou mais ou com comorbidades com prioridade na convocação.
VII. Trabalhadores das áreas ambulatoriais de apoio, radiologia, medicina nuclear, procedimentos especializados, Diretoria Clínica – recepção (administrativo e enfermagem). Caracterizam-se como áreas de apoio – radiologia, medicina nuclear, anatomia patológica, LPC (que não trabalhem com secreção respiratória), demais laboratórios em atividade presencial e, caracterizam-se como trabalhadores destas áreas: residentes, enfermagem, docentes, médicos assistentes, e trabalhadores da limpeza bem como trabalhadores com 60 anos ou mais ou com comorbidades com prioridade na convocação.
VIII. Trabalhadores das áreas de laboratório, apoio de portarias, recursos humanos, atendimento remoto, telefonia, farmácia, almoxarifado e, informática e trabalhadores com 60 anos ou mais ou com comorbidades com prioridade na convocação.
IX. Docentes e assistentes que estão em atividade presencial exclusiva administrativa ou de gestão ou que tem atividade assistencial habitual mas encontram-se em atividade remota ou afastados.
X. Professores e médicos colaboradores oficialmente integrados aos serviços assistenciais e que estejam exercendo atividade assistencial presencial.
XI. Alunos de graduação da área da saúde com atividade assistencial.
XII. Trabalhadores da Policlínica com 60 anos ou mais ou com comorbidades com prioridade na convocação.
Art. 3º – A aplicação do critérios acima estará sendo acompanhada pela seguinte comissão: Raquel Silveira Bello Stucchi – FCM, Maurício Etchebehere – DEAS; Antônio Gonçalves de Oliveira Filho – HC; Carolina Carvalho Ribeiro do Valle – CAISM; Luciane da Silva Antunes – Cecom; Adilton Dorival Leite – DEAS; Sérgio Roberto de Lucca – FCM; Patricia Asfora Falabella Leme – Cecom; Erick de Paula – Hemocentro; Elaine Ataide – Gastrocentro; Erika Christiane Marocco Duran – FEnf e, Professora Maria Silvia Viccari Gatti, Adunicamp.
Art. 4º – O descumprimento da presente Resolução acarretará a apuração de responsabilidade.
Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Contratos

Apostila do Responsável, de 28-01-2021
Contrato 319/2019 - Processo 01-P-20917/2017
Contratante: Universidade Estadual de Campinas
Contratada: Deivisontur Transportes e Turismo Ltda - EPP
Com fundamento no art. 65, parágrafo 8º, da Lei Federal 8.666/93, os valores unitários ficam reajustados em -6,06%, a partir de 01-05-2020, conforme varia o do IPC-Fipe, de acordo com o Decreto Estadual 48.326/2003, no período de 05/2019 a 05/2020. Com este reajuste o novo valor mensal estimado do contrato de R$ 11.115,28 (03)
Extrato de Contrato
Contrato 18/2021 – Processo: 01 – P 753/2021 – Contratante: Universidade Estadual de Campinas – Contratada: Pontual Comercial Agricola Ltda. – Objeto: fornecimento de legumes e verduras processadas com entrega parcelada – Valor do Contrato: R$ 574.675,70 – Modalidade: Dispensa de Licitação com Base no Inciso IV Do Artigo 24 Da Lei Federal 8666/93– Funcional Programática: 12.0364.1043.5312 – Elemento Econômico: 3330-10– Vigência: A Partir da Data de Assinatura Até O Recebimento Total do Objeto. – Assinatura: 27-01-2021.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

HOSPITAL DA MULHER PROF. DR. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI - CTO. DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER

Extrato de Contrato
Contrato de Aquisição com Entrega Única 15/2021 - Processo 27P-4492/2020 – Inexigibilidade de Licitação com base no Inciso I do artigo 25 da Lei Federal 8666/93 – Contratante: Universidade Estadual de Campinas - Contratada: Nihon Kohden Brasil Imp. Exp. Com. Equip. Médicos Ltda., inscrita no CNPJ: 14.365.637/0001-96 – Objeto: Aquisição de três monitores de parâmetros fisiológicos, modelo CSM-1502, marca Nihon Kohden RMS 80914690015, com entrega única – Valor contratual R$ 177.000,00 – Dotação extraorçamentária de origem federal, reservada à conta do convênio código 848735, ano 2017, fonte de recurso 005.010.059 no elemento econômico 4452.35 – Vigência: a vigência será a partir de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto – Data da assinatura: 27-01-2021.

Universidade Estadual Paulista

REITORIA

Portaria do Reitor, de 28-1-2021

Delega competência à autoridade que especifica

O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, com fundamento no inciso XXI do artigo 34 do Estatuto da Unesp, expede a seguinte portaria:
Artigo 1º – Delega competência a Profa. Dra. Célia Regina Nogueira, RG 7904485-2, Professora Titular da Faculdade de Medicina do Campus de Botucatu, do Departamento de Clínica Médica para, no âmbito da Universidade:
I – representar a Unesp junto ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq), ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em questões específicas que envolvam Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado;
II - assinar, quando se fizer necessário, todo e qualquer documento ou instrumento jurídico concernente a questões que envolvam Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Portaria Unesp s/nº, de 24-1-2018.
(Proc. 2526-2018-Runesp)

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAMPUS DE ASSIS

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS

Divisão Técnica Administrativa

Portaria FCLA - 3/2021-D, de 28-1-2021
Dispõe sobre constituição da Comissão Permanente de Patrimônio
A Diretora da Faculdade de Ciências e Letras de Assis expede a seguinte Portaria:
Artigo 1º - Ficam designados Nerci Chagas da Silva Filho – RG 10.306.547-7, Rodrigo Caro Claudino, RG 33.026.663-9 e Nilton da Silva Barros, RG 29.087.157-8, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Permanente de Patrimônio desta Faculdade.
Artigo 2º - Ficam designados, como suplentes, Luceli Vasconcellos Resende, RG 18.583.822-4 e Maria Auxiliadora Neves de Carvalho, RG 18.227.245-X.
Artigo 3º - A referida Comissão terá as seguintes atribuições:
a) Avaliar os bens móveis, quando for o caso;
b) Apresentar parecer em processos que envolvam baixa, transferência e permuta de bens patrimoniais;
c) Apresentar parecer em processos de bens colocados em disponibilidade pelo órgão detentor; e,
d) Opinar em processos de bens considerados excedentes.
Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria 0 1/2020-D de 07-01-2020.
Extrato de Contrato
Processo: 686/2020-C.As - Contrato: 08/2020-C.As - Contratante: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Assis - Contratada: Telefônica Brasil S/A - Objeto: Contratação de empresa para operação de STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) em adesão à Ata de Registro de Preços

26/2020-RUNESP - Valor Mensal Estimado: R$ 1.140,55 - Valor Estimado para o Exercício de 2021: R$ 7.983,85 - Valor Estimado para o Exercício de 2022: R$ 13.686,60 - Valor Estimado para o Exercício de 2023: R$ 9.124,40 - Valor Total Estimado do Contrato: R$ 30.794,85 - Vigência: 30 meses a partir de 01-02-2021 - Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 26/2020-RUNESP - Data da Assinatura: 01-12-2020.

CAMPUS DE BAURU

FACULDADE DE ENGENHARIA

Divisão Técnica Administrativa

Despacho do Diretor, de 28-01-2021

Em obediência ao artigo 5º da Lei 8.666-93 e suas alterações, justificamos o pagamento efetuado imediato, independente de ordem cronológica, no valor de R$ 285,60 a Transurb - Associação das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Bauru SP, despesa necessária ao desenvolvimento das atividades desta Unidade.(Proc: 18/2020-não publicado em data oportuna).

FACULDADE DE CIÊNCIAS

Despacho do Diretor, de 27-01-2021

Cancelando a matrícula dos alunos 151024901 - Caio Augusto Vieira Zanelato; 161022898 - Carlos Eduardo Gonçalves; 141021578 - Fábio José Tasca Aguiar; 141021756 - Lucas de Souza Alves; 151023999 - Matheus Sacoman Torquato da Silva; 181023611 - Otavio Milanin Neto, conforme Artigo 31, Inciso II, da Portaria do Diretor da FC.C.Bru 45, de 22-05-2013. (007/2021)

Ministério Público

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÕES

Resolução 1.297/2020 PGJ, de 28-12-2020

(SEI 29.0001.0132425.2020-44)

"Altera a Resolução 1.035/2017-PGJ, de 25-07-2017, reorganiza a Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá outras providências.".

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual 734, de 26-11-1993, em especial por seu artigo 19, inciso I, alínea "c"; inciso VI, alíneas "b", "c" e "d", inciso X, alíneas "a", "b" e "e", e inciso XII, alíneas "c", "e", "n" e "o";

CONSIDERANDO a necessidade de reorganizar a estrutura organizacional, administrativa e hierárquica da Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo;

CONSIDERANDO a premência de aperfeiçoar a sistemática de aplicação e tratamento de dados dos instrumentos de avaliação de desempenho, atualmente utilizados para efeito de confirmação e movimentação nas Carreiras do Quadro de Pessoal desta Instituição;

CONSIDERANDO que somente com a gradativa evolução dos conceitos de valorização dos Servidores deste Ministério Público se faz possível assegurar uma gestão ética, integrada e participativa dos integrantes da Instituição, observando-se os princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a premissa de que o crescimento continuado do incentivo à gestão do conhecimento, da compreensão sistêmica das necessidades Institucionais e dos processos de trabalho atualmente existentes, torna-os cada vez mais adequados e eficazes em face das demandas impostas pela sociedade;

CONSIDERANDO a necessidade de estimular e aprimorar o desenvolvimento das habilidades necessárias à contínua melhoria do desempenho profissional e de valores e atitudes focados no crescimento integral do servidor, tornando-o plenamente apto para o harmonioso exercício de suas atribuições;

CONSIDERANDO que o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público - é Órgão Auxiliar do Ministério Público, incumbindo-lhe o aprimoramento profissional e cultural de todos os integrantes da Instituição.

RESOLVE:

Art. 1º - Os artigos 1º, 2º, 3º 4º, "caput", incisos I a IX, § 2º e § 3º e artigo 5º, da Resolução 1.035/17-PGJ, de 25-07-2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - A Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo - CGS é órgão vinculado à estrutura organizacional, hierárquica e administrativa da Diretoria Geral, sendo encarregada da orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos servidores do Ministério Público, devendo, ainda, avaliar o resultado de suas atividades.

Art. 2º - As atividades da CGS serão coordenadas por membro do Ministério Público, integrante da Assessoria de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, designado Coordenador da CGS para o período de 02 (dois) anos, admitida recondução para períodos sucessivos.

Art. 3º - A Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo será constituída por servidores lotados no Centro de Recursos Humanos, indicados pela Diretoria da citada unidade e aprovados pela Coordenadoria da CGS.

Art. 4º - São competências da CGS:

I - Coordenar a atuação das Comissões Processantes Permanentes e das Comissões Permanentes de Evolução Funcional das regiões administrativas do Ministério Público;

II – Propor e supervisionar a implantação de cursos de gestão de pessoas e capacitação para os servidores;

III - Atuar de forma complementar junto aos presidentes das comissões regionais na fiscalização e acompanhamento das atividades dos servidores do Ministério Público;

IV – Realizar, quando necessário, visitas avaliatórias, de fiscalização e acompanhamento junto aos servidores da Instituição;

V - Estabelecer e acompanhar o cumprimento das metas fixadas nos programas de atuação da Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores;

VI - Fazer sugestões e recomendações às áreas administrativas e aos servidores do Ministério Público;

VII - Determinar e superintender a organização dos dados e assentamentos digitalizados, relativos às atividades funcionais e à conduta dos servidores do Ministério Público, coligindo todos os elementos necessários à aferição de seu merecimento;

VIII - Dirigir e distribuir os serviços da Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores;

IX - Desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas.

§ 1º (...)

§ 2º - Dos assentamentos de que trata o inciso VII, deverão constar obrigatoriamente:

(...)

(...)

(...)

§ 3º - A Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores do Ministério Público fará publicar, no Diário Oficial, extrato anual das atividades desempenhadas.

Art. 5º – Eventuais conflitos entre as competências da CGS e demais comissões regionais serão dirimidos pelo Diretor Geral do Ministério Público." (NR)

Art. 2º - Os §§ 1º a 5º, do art. 7º, o § 1º, do art. 8º, o art. 10, o art. 11, "caput", e § 4º, o § 6º, do art. 14, o § 2º, do art. 23, o § 4º, do art. 24, o inciso II, do art. 25, o art. 28, "caput", o art. 39, "caput", §§ 1º e 2º, integrantes dos Títulos I e II, do Livro II, da Resolução 1.035/17-PGJ, de 25-07-2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º (...)

§ 1º - A presidência das Comissões será exercida por membro do Ministério Público de qualquer entrância, indicado pelo Coordenador da CGS e designado pelo Procurador Geral de Justiça para o período de um ano, admitida recondução para períodos sucessivos.

§ 2º - Na hipótese de ausência de Promotores de Justiça interessados em presidir as Comissões tratadas no artigo anterior, o Procurador-Geral de Justiça designará membro dentre as Promotorias de Justiça de Entrância Final, para a presidência de ambas as comissões, observados os seguintes critérios:

I – O Promotor de Justiça que ainda não tenha exercido a presidência da CPP ou da CPEF na carreira;

II – Havendo mais de um Promotor de Justiça na situação do inciso anterior, o mais novo na lista de antiguidade de entrância final da respectiva área regional;

III – Caso todos os Promotores de Justiça de entrância final da área regional já tenham exercido a função, será escolhido aquele que exerceu a presidência há mais tempo;

§ 3º - Os demais integrantes das Comissões serão servidores do Ministério Público, indicados pelo respectivo dirigente administrativo regional e designados pelo Procurador Geral de Justiça para o período de um ano, admitida recondução para períodos sucessivos. Esses mesmos servidores poderão integrar mais de uma das Comissões tratadas no artigo anterior.

§ 4º - A indicação tratada no parágrafo anterior, de servidores no âmbito da Área Regional da Capital, caberá ao Diretor do Centro de Recursos Humanos.

§ 5º - Os integrantes das Comissões tratadas no artigo anterior serão livremente designados e exonerados, a critério do Procurador Geral de Justiça, após manifestação da Coordenação da CGS.

TÍTULO II

DAS COMISSÕES PROCESSANTES PERMANENTES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 8º (...)

§ 1º. Os procedimentos regidos pelas disposições do presente Capítulo são também aplicáveis aos agentes públicos ocupantes de cargos em comissão, exercentes de funções de confiança, estagiários de Direito ou, ainda, servidores cedidos ao Ministério Público.

(...)

Art. 10 - Os integrantes das Comissões tratadas no artigo anterior serão livremente designados e exonerados, a critério do Procurador Geral de Justiça, após manifestação da Coordenação da CGS.

Art. 11 – As Comissões Processantes Permanentes serão compostas por um Promotor de Justiça, que será seu presidente, e por dois servidores estáveis do Ministério Público, lotados na área regional respectiva, designados pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo prazo de 1 (um) ano, admitida a recondução, podendo ser, a seu critério, dispensados a qualquer tempo.

(...)

§ 4º. A indicação de servidores para a Comissão Processante Permanente da Área Regional da Capital será feita pela direção do Centro de Recursos Humanos."

CAPÍTULO II

DA INSTAURAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO

SEÇÃO I

DAS AUTORIDADES COMPETENTES

Art. 14

(...)

§ 6º. A remoção ou transferência superveniente do servidor não altera a competência da Comissão Processante Permanente da Área Regional na qual instaurado o processo administrativo disciplinar.

(...)

SEÇÃO VI

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 23

(...)

§ 2º. A citação do processado será feita pessoalmente, por intermédio do seu superior hierárquico, ou diretamente, onde possa ser encontrado, facultado o uso do e-mail funcional para a efetivação do ato, desde que devidamente confirmado o recebimento do mandado de citação pelo servidor processado.

Art. 24 (...)

§ 1º (...)

§ 4º. O defensor terá vista dos autos na secretaria da Comissão Processante Permanente, podendo retirá-los, mediante carga, durante o prazo para a apresentação da defesa. Em se tratando de autos digitais, será concedido acesso ao respectivo processo, certificando-se nos autos.

(...)

Art. 25 (...)

I – (...)

II - designará data para a realização de audiência de instrução, em que serão ouvidas as testemunhas arroladas na portaria inicial, as indicadas pela defesa, e interrogado o processado, nesta ordem, expedindo-se as notificações. Caso concorde a defesa, a audiência poderá ser realizada pela via remota, através de plataforma disponibilizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

(...)

Art. 28. A testemunha que morar em comarca diversa poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimada a defesa, exceto se for possível a realização de audiência pela via remota.

SEÇÃO VII

DO JULGAMENTO

(...)

Art. 39. O servidor processado, bem como seu defensor, serão intimados pela secretaria da Comissão Processante Permanente acerca do inteiro teor da decisão, iniciando-se o prazo para interposição de recurso e para apresentação do pedido de reconsideração da efetiva ciência da decisão, devidamente certificada nos autos.

§ 1º. A ciência do inteiro teor da decisão pode se dar por meio do comparecimento na secretaria da Comissão Processante Permanente ou através do encaminhamento de cópia da decisão por correio eletrônico ao servidor processado, bem como a seu defensor, desde que devidamente confirmado o seu recebimento.

§ 2º. Transitada em julgado a decisão, e ausente qualquer manifestação por parte da defesa, a decisão será publicada dentro do prazo de 8 (oito) dias, com a anotação da penalidade imposta no prontuário do servidor." (NR)

Art. 3º - Os artigos 55, "caput", incisos I a IV, §§ 1º e 2º, e o § 1º, do art. 57, do Capítulo I - Título III, do Livro II, da Resolução 1.035/17-PGJ, de 25-07-2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 55. Em cada região administrativa do Ministério Público do Estado de São Paulo haverá uma Comissão Permanente de Evolução Funcional - CPEF, integrante da estrutura organizacional, hierárquica e administrativa da Diretoria Geral, competindo-lhe a organização, o processamento, o acompanhamento e a avaliação dos procedimentos relativos aos servidores de sua respectiva área de atuação, concernente ao:

I - estágio probatório;

II - avaliação formal e periódica de desempenho;

III - progressão e promoção funcional;

IV - programa permanente de capacitação.

§ 1º. A Comissão Permanente de Evolução Funcional da Área Regional da Capital e Grande São Paulo está inserida na estrutura organizacional, hierárquica e administrativa da Diretoria Geral.

§ 2º. Compete, ainda, às Comissões Permanentes de Evolução Funcional – CPEF estudar e sugerir, de acordo com as necessidades de racionalização e melhoria dos métodos de trabalho, a implementação de alterações e reestruturações administrativas, além de outras que lhe forem atribuídas por Resolução específica do Procurador-Geral de Justiça, compatíveis às suas finalidades.

(...)

Art. 57 (...)

§ 1º. Os integrantes das comissões e respectivos suplentes serão livremente designados e exonerados pelo Procurador-Geral de Justiça, após manifestação da Coordenação da CGS." (NR)

Art. 4º - O art. 59, "caput", e parágrafo único, 61, "caput", incisos I a IX, e parágrafo único, art. 63, "caput", incisos I a III, § 1º, alíneas a e b, § 2º, § 3º, e seu inciso IV, art. 64, "caput", e parágrafo único, art. 65, incisos I a III, §§ 1º a 3º, art. 67, art. 68, "caput", §§ 1º e 2º, art. 69, "caput", art. 70, "caput", §§ 1º a 3º, art. 71, "caput", §§ 1º a 3º, art. 72, "caput", §§ 1º, a 2º, do Capítulo II - Título III, do Livro II, da Resolução 1.035/17-PGJ, de 25-07-2017, passam a vigorar com a redação abaixo indicada, suprimida a Subseção II e inseridos os tópicos I.A – Da avaliação permanente de desempenho – APD e I.B – Do questionário de perfil funcional – QPF, nos seguintes termos:

"Art. 59. O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, integrante do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo, ao assumir o exercício de suas atividades, cumprirá estágio probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses, ao longo do qual seu desempenho, perfil e postura funcionais serão objeto de avaliação para efeito da sua confirmação na carreira ou exoneração do respectivo cargo.

Parágrafo único. A avaliação a que se refere o "caput" deste artigo também deverá ser utilizada para fins de aquisição da estabilidade prevista no art. 41, § 4º, da Constituição Federal.

(...)

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE EVOLUÇÃO FUNCIONAL

Art. 61. As Comissões Permanentes de Evolução Funcional – CPEF serão responsáveis pelos procedimentos relativos ao estágio probatório dos servidores, competindo-lhes:

I – gerar, instruir, acompanhar e finalizar os procedimentos digitais individualizados em nome dos servidores em período de estágio probatório;

II – disponibilizar, utilizando-se das plataformas mais adequadas disponíveis para tanto, os formulários de atribuição de conceitos avaliatórios e os de eventual impugnação destes;

III – acompanhar, orientar e verificar o correto preenchimento, dentro dos prazos estabelecidos nesta Resolução, da documentação mencionada no inciso anterior efetuando, posteriormente, o processamento dos dados obtidos para efeito de totalização da média final e do percentual de aproveitamento do estagiando em cada etapa de avaliação;

IV - analisar e propor, justificadamente, a recusa ou a homologação das avaliações, bem como dos eventuais pedidos de impugnação formulados pelo servidor avaliado, sugerindo, quando necessário, a realização de nova avaliação;

V - indicar, com base no resultado das etapas do processo avaliatório, a inclusão do servidor no Programa de Recuperação de Desempenho – PRD, a fim de propiciar-lhe a oportunidade de obter, nos períodos subsequentes, melhores resultados;

VI – realizar visitas avaliatórias aos estagiandos, na medida em que estas se façam necessárias, individualmente ou em ação conjunta com a Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores do Ministério Público - CGS;

VII - manter organizados e atualizados todos os dados relativos às avaliações dos servidores em estágio probatório, disponibilizando sua consulta sempre que regularmente solicitada;

VIII – remeter digitalmente ao Diretor-Geral, antes do final do período de estágio probatório, relatório circunstanciado contendo a totalização dos resultados obtidos e opinando, fundamentadamente, naquilo que diz respeito à confirmação dos servidores avaliados nos cargos de carreira do Quadro de Pessoal do Ministério Público;

IX - executar outras tarefas correlatas, de acordo com as necessidades do serviço e/ou mediante determinação das autoridades superiores.

Parágrafo único. As avaliações dos servidores serão realizadas por meio de plataforma digital.

Art. 62 (...)

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

SUBSEÇÃO I

I. DA ESTRUTURA AVALIATÓRIA E SEUS INSTRUMENTOS

Art. 63. A avaliação de servidor em estágio probatório será efetuada periodicamente, por meio da aplicação dos seguintes instrumentos de Avaliação de Desempenho:

I – Instrumentos Obrigatórios:

a) Avaliação Permanente de Desempenho - APD;

b) Questionário de Perfil Funcional – QPF;

II – Instrumento Opcional de Visita Avaliatória - VAV;

III – Instrumento Agregado de Aproveitamento em Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional – CAF.

§ 1º. O período de estágio probatório será dividido em 4 (quatro) etapas de avaliação propiciando a totalização dos resultados e finalização do processo de estágio probatório em data anterior ao término dos 36 (trinta e seis) meses estabelecidos no art. 59 da presente Resolução, da seguinte forma:

a) a primeira, a segunda e quarta etapas, com duração de 6 (seis meses);

b) a terceira etapa com duração de 1 (um) ano.

§ 2º. No início de cada etapa de avaliação o superior imediato responsável, juntamente com o servidor em estágio probatório, deverão proceder ao planejamento de atividades do estágio para aquele período, de acordo com as particularidades e necessidades dos serviços afetos ao setor do Ministério Público onde esteja lotado o estagiando, de modo a estimular sua atitude crítica ao exercício de sua função, bem como o fornecimento de parâmetros para o controle de qualidade, aptidão e capacidade do servidor para o desempenho das atribuições do cargo ocupado.

§ 3º. No transcurso do período de estágio, para a correta aplicação e interpretação dos instrumentos de avaliação definidos neste artigo, deverão os superiores:

(...)

IV - justificar, em formulário próprio, as eventuais menções de elogio ou crítica apresentadas no decorrer de cada etapa de avaliação.

(...)

I.A - DA AVALIAÇÃO PERMANENTE DE DESEMPENHO – APD

Art. 64. Para avaliação permanente de desempenho - APD, a todo o servidor em estágio probatório será atribuído, automaticamente, o conceito 2 (dois), correspondente ao atendimento das expectativas.

Parágrafo Único. O conceito será alterado, com ELOGIO ou CRÍTICA, mediante o preenchimento de formulário de Inspeção Permanente – IP, disponível no portal eletrônico.

Art. 65. O percentual de aproveitamento na APD consistirá no valor da média dos conceitos recebidos pelo servidor no exercício de suas atividades laborativas, na seguinte conformidade:

I – Conceito máximo 3 (três): a ser atribuído quando o servidor receber no mínimo 4 (quatro) ELOGIOS, através de formulário de inspeção permanente;

II – Conceito 2 (dois): a ser atribuído quando o servidor não receber nenhum ELOGIO OU CRÍTICA, através do formulário de inspeção permanente;

III – Conceito mínimo 1 (um): a ser atribuído quando o servidor receber no mínimo 2 (duas) CRÍTICAS, através de formulário de inspeção permanente.

§ 1º. A Inspeção Permanente – IP poderá ser elaborada por qualquer integrante do MPSP, desde que hierarquicamente superior ao avaliado;

§ 2º. Caberá à CPEF Regional a análise do conteúdo da IP encaminhada, podendo esta ser aceita ou descartada, na forma do art. 69, para efeito de cômputo da média final, a critério do Presidente da CPEF.

§ 3º. As Inspeções Permanentes recebidas deverão constar dos respectivos assentamentos funcionais.

(...)

Art. 67. Para o resultado final do instrumento Avaliação Permanente de Desempenho – APD serão consideradas até duas casas decimais.

Art. 68. O servidor em estágio probatório será cientificado, por meio de plataforma digital, de Inspeções Permanentes referentes ao seu desempenho funcional.

§ 1º. O servidor poderá impugnar a Inspeção Permanente, através de requerimento formulado à Comissão Permanente de Evolução Funcional – CPEF responsável, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da ciência da referida manifestação.

§ 2º. De posse de todos os dados, inclusive da eventual impugnação a que se refere o parágrafo anterior, à época da elaboração do Relatório Final da etapa de avaliação, as Comissões de Evolução Regionais proporão, fundamentadamente, a aceitação ou rejeição da impugnação, submetendo a matéria à deliberação superior.

Art. 69. As Comissões de Evolução Regionais deliberarão, fundamentadamente, acerca da aceitação ou não da Inspeção Permanente, cientificando o interessado.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º (...)

I.B - DO QUESTIONÁRIO DE PERFIL FUNCIONAL – QPF

Art. 70. O questionário de perfil funcional - QPF é de caráter obrigatório e consiste na aplicação de questões de múltipla escolha, a ser proposto ao final de cada etapa avaliatória durante o estágio probatório.

§ 1º. A atribuição de conceito avaliatório a que se refere o "caput" fica delimitada entre 0 (zero) e 3 (três), sendo consideradas até duas casas decimais.

§ 2º. Os temas a serem utilizados na formulação das questões do QPF serão previamente escolhidos, dentre aqueles considerados como de interesse institucional, a serem divulgados pela CGS, que poderá disponibilizar palestras ilustrativas sobre referidos assuntos.

§ 3º. A participação nas palestras ilustrativas previstas no parágrafo anterior será opcional.

Art. 71. Ao final do período correspondente a cada etapa, o servidor terá 30 (trinta) dias para o preenchimento do Questionário de Perfil Funcional então vigente e disponibilizado por meio de plataforma digital.

§ 1º. Eventual atraso na apresentação do formulário de que trata este artigo deverá ser justificado à respectiva Comissão Permanente de Evolução Funcional, a quem caberá deliberar sobre a aceitação da justificativa e eventual concessão de novo prazo.

§ 2º. A não apresentação do questionário, pelo servidor no prazo estabelecido, devidamente superada eventual análise de justificativas por eventual atraso, importará em lançamento de conceito "0" (zero).

§ 3º. Os servidores afastados de seus cargos ou funções, bem como aqueles que prestam serviços em outros órgãos da Administração Pública ou junto às entidades representativas de classe, estão dispensados da apresentação do QPF.

Art. 72. O servidor em estágio probatório será cientificado, por meio de plataforma digital, do conceito atribuído ao seu Questionário de Perfil Funcional - QPF.

§ 1º. O servidor poderá impugnar o conceito atribuído ao seu Questionário de Perfil Funcional, através de requerimento formulado à Comissão Permanente de Evolução Funcional – CPEF responsável, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da ciência do conceito atribuído.

§ 2º. De posse de todos os dados, inclusive da eventual impugnação a que se refere o parágrafo anterior, à época da elaboração do Relatório Final da etapa de avaliação, as Comissões de Evolução Regionais proporão, fundamentadamente, a aceitação ou rejeição da impugnação, submetendo a matéria à deliberação superior." (NR)

Art. 5º - Ficam acrescentados os art. 72-A ao 72-E, integrantes do Capítulo II - Título III, do Livro II, da Resolução 1.035/17-PGJ, de 25-07-2017, bem como os tópicos II. – Das visitas avaliatórias – VAV, III. Do aproveitamento em capacitação e aperfeiçoamento funcional – CAF, IV – Do resultado final do percentual e aproveitamento da etapa de avaliação e V – Do programa de recuperação de desempenho – PRD, com a seguinte redação:

"II. - DAS VISITAS AVALIATÓRIAS – VAV

Art. 72-A. O instrumento opcional de avaliação denominado Visitas Avaliatórias - VAV, se destina à apuração e saneamento de condutas funcionais consideradas flagrantemente irregulares por parte dos servidores em estágio probatório.

§ 1º. As VAVs serão realizadas pelos integrantes das Comissão Permanente de Evolução Funcional da região administrativa a que o servidor avaliado esteja vinculado e com a participação da Coordenadoria Geral dos Servidores – CGS, se necessário.

§ 2º. Somente serão efetuadas Visitas Avaliatórias nas hipóteses em que não for possível, por outros meios, apurar e/ou sanear as condutas a que se refere o "caput" deste artigo, dando-se preferência, sempre, à realização dos trabalhos por meio virtual.

§ 3º. Concluídos os trabalhos relativos às VAVs, a Coordenadoria da CGS ou a Presidência da CPEF responsável elaborará relatório circunstanciado, mencionando os fatos observados, os aspectos funcionais apurados e as providências eventualmente adotadas, além de propor aquelas de caráter disciplinar ou administrativo que excedam suas atribuições.

§ 4ª. Constatada conduta funcional irregular do servidor avaliado, independentemente de outras medidas cabíveis, ser-lhe-á atribuído o conceito avaliatório 1 (um), com os consequentes efeitos negativos sobre o cálculo do resultado final e do percentual de aproveitamento daquela etapa de avaliação.

§ 5º. O servidor poderá impugnar o conceito atribuído em visita avaliatória, através de requerimento formulado à Comissão Permanente de Evolução Funcional – CPEF responsável, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da ciência do conceito atribuído.

§ 6º. De posse de todos os dados, inclusive da eventual impugnação a que se refere o parágrafo anterior, à época da elaboração do Relatório Final da etapa de avaliação, as Comissões de Evolução Regionais proporão, fundamentadamente, a aceitação ou rejeição da impugnação, submetendo a matéria à deliberação superior."

III - DO APROVEITAMENTO EM CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL – CAF

Art. 72-B – A participação em cursos, palestras e demais eventos de aperfeiçoamento, destinados à capacitação funcional do servidor, poderá acrescer, em cada etapa de avaliação, até 4 (quatro) pontos no resultado final, observando-se, para tanto, o total de horas de aprendizado apresentadas a título

do instrumento agregado de Aproveitamento em Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional - CAF.

§ 1º - Para a finalidade mencionada no "caput" do presente dispositivo somente serão considerados os temas que efetivamente sejam de interesse institucional, contribuam ou sejam destinados à capacitação do servidor para o exercício de suas atribuições funcionais e que tenham sido concluídos no decorrer de um determinado período avaliatório.

§ 2º - Para efeito do acréscimo referido no "caput" deste artigo, os documentos comprobatórios de aproveitamento do servidor em cursos, palestras e demais aperfeiçoamentos destinados à capacitação funcional deverão ser apresentados à Comissão Permanente de Evolução Funcional Regional de sua lotação em até 60 (sessenta) dias a contar da conclusão do período avaliatório.

§ 3º - A atribuição do valor do CAF em cada etapa avaliatória ficará a cargo das Comissões Permanentes de Evolução Funcional a qual esteja vinculado o servidor, considerando-se o tempo de duração do curso, palestra ou aperfeiçoamento funcional, sua finalidade, bem como sua utilidade para o desempenho das respectivas funções públicas observando-se, ainda, à seguinte escala:

a) 01 (um) ponto para um total de até 30 (trinta) horas de capacitações válidas no período;

b) 02 (dois) pontos quando apresentadas capacitações válidas que totalizem mais de 30 (trinta) e até 100 (cem) horas de duração;

c) 03 (três) pontos quando apresentadas capacitações válidas que totalizem mais de 100 (cem) até 359 (trezentas e cinquenta e nove) horas e

d) 04 (quatro) pontos quando apresentadas capacitações válidas que totalizem mais de 359 (trezentas e cinquenta e nove) horas.

IV - DO RESULTADO FINAL DO PERCENTUAL DE APROVEITAMENTO DA ETAPA DE AVALIAÇÃO

Art. 72-C. O resultado final da etapa de avaliação será obtido pela somatória dos pontos atribuídos em cada um dos instrumentos de avaliação computados no período correspondente, observado o caráter obrigatório ou opcional inerente a cada um deles, sendo admitidas até duas casas decimais, na seguinte conformidade:

RF = APD (até 3) + QPF (até 3) + CAF (até 4) - VAV (até 1)

§ 1º. Para efeito da apuração do valor a que se refere o "caput" deste artigo, deverão ser consideradas as seguintes definições:

a) RF – Resultado Final da Etapa de Avaliação de Desempenho;

b) (APD) - Avaliação Permanente de Desempenho;

c) (QPF) - Questionário de Perfil Funcional;

d) (CAF) - Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional, quando houver;

e) (VAV) - Visitas Avaliatórias, quando houver.

Art. 72-D. O percentual de aproveitamento da etapa de avaliação do servidor será obtido por meio da multiplicação do resultado final, a que se refere o artigo anterior, por 10 (dez), admitidas até duas casas decimais.

V - DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE DESEMPENHO - PRD

Art. 72-E. Homologada a segunda etapa de avaliação, o servidor em estágio probatório que apresentar percentual de aproveitamento médio inferior a 65% será indicado para participar do Programa de Recuperação de Desempenho – PRD.

§ 1º. O Programa de Recuperação de Desempenho consiste em entrevista do estagiando pela CPEF responsável, com a finalidade de estabelecer estratégias e das metas de melhoria nos pontos cujo desempenho foi considerado deficiente.

§ 2º. O superior hierárquico imediato do servidor em estágio probatório será cientificado pela Comissão Permanente de Evolução Funcional - CPEF das metas estabelecidas no Programa de Recuperação de Desempenho - PRD, devendo rever o planejamento de estágio e observar seu cumprimento pelo estagiando nas próximas atribuições de conceitos.

§ 3º - Para controle do cumprimento das metas estabelecidas, a Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo e as Comissões Permanentes de Evolução Funcional poderão utilizar-se de outros dados de produtividade e acompanhamento disponíveis, mesmo que externos ao sistema de avaliação de desempenho." (AC)

Art. 6º - Os incisos II e III, e o parágrafo único, do art. 74, e o art. 75, "caput", §§ 1º a 3º, da Resolução 1.035/17-PGJ, de 25-07-2017, passam a vigorar com sua redação, reclassificados na Subseção II – Das Demais Disposições, nos seguintes termos:

"SUBSEÇÃO II

DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 74. (...)

I – (...)

II – Quando a soma dos dias de afastamento do servidor em estágio probatório for superior a 50% e inferior a 75% do total de dias da etapa de avaliação, serão repetidos os resultados finais obtidos nos instrumentos obrigatórios da etapa imediatamente anterior, salvo se essa situação ocorrer no decurso da primeira etapa de avaliação, quando, então, serão atribuídos ao estagiando 2 (dois) pontos a título de Avaliação Permanente de Desempenho – APD e 2 (dois) pontos à guisa do questionário de Perfil Funcional - QPF.

III – Se a soma dos dias de afastamento do servidor em estágio probatório for igual ou superior a 75% do total do período da etapa de avaliação, a mesma deverá ser desconsiderada para efeito de apuração do aproveitamento final do estágio probatório, independentemente de eventuais conceitos avaliatórios previamente atribuídos.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no presente artigo, para aferição do percentual a que se referem os artigos 72 e 75 desta Resolução, serão consideradas, apenas, as etapas que possibilitarem a apuração dos instrumentos obrigatórios de avaliação de desempenho.

Art. 75. Ao final das 4 (quatro) etapas de avaliação do estágio probatório, o Diretor Geral, com base no relatório circunstanciado emitido pelas Comissões Permanentes de Evolução Funcional – CPEF considerará, no prazo de 10 (dez) dias, apto para o exercício do cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo, o servidor que alcançar aproveitamento igual ou superior a 65% do total de pontos possíveis de serem alcançados e não contar com imposição de penalidade disciplinar em regular procedimento administrativo.

§ 1º. Se o servidor não atingir a pontuação a que se refere o "caput" deste artigo, o Diretor Geral proporá sua exoneração ao Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º. Se o servidor sofrer aplicação de penalidades administrativas previstas nos incisos I, II e III do art. 251 da Lei Estadual 10.261, de 28-10-1968, em regular processo administrativo, o Diretor Geral poderá propor, fundamentadamente e a despeito do percentual de aproveitamento obtido, sua exoneração ao Procurador Geral de Justiça.

§ 3º. O servidor avaliado deverá ser notificado da deliberação a que se refere o § 1º, a fim de que possa apresentar defesa por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, sendo-lhe previamente autorizado o livre acesso aos seus assentamentos de avaliação de desempenho, do qual deverão constar, obrigatoriamente, os relatórios circunstanciados emitidos pelas Comissões Permanentes de Evolução Funcional – CPEF, bem como todos os registros relativos aos instrumentos de avaliação aplicados." (NR)

Art. 7º - Os artigos 77, "caput", parágrafo único, 79, "caput", incisos I a IX, art. 80, "caput", art. 81, "caput", e parágrafo único, art. 82, "caput, e §§ 1º e 2º, art. 83, "caput", incisos I a III, e parágrafo único, integrantes do Capítulo III - Título III, do Livro II, da Resolução 1.035/17-PGJ, de 25-07-2017, passam a vigorar com a redação abaixo indicada, redenominada a Seção III - Do processo de avaliação, e a Seção IV – Das demais disposições, suprimida a Seção V, nos seguintes termos:

"Art. 77. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo e confirmado na carreira será periodicamente avaliado em seu desempenho profissional, perfil e postura funcionais, visando à obtenção dos subsídios necessários a propiciar sua evolução funcional.

Parágrafo único. A avaliação a que se refere o "caput" deste artigo também será utilizada para fins de preenchimento de requisito para o exercício de função de confiança, conforme previsto no § 2º, do art. 6º, da Lei Complementar Estadual 1.118, de 01-06-2010.

Art. 78 (...)

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE EVOLUÇÃO FUNCIONAL

Art. 79. Naquilo que se refere à instrução e o acompanhamento dos procedimentos relativos à avaliação formal do desempenho dos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo, compete às Comissões Permanentes de Evolução Funcional - CPEF:

I – gerar, instruir, acompanhar e finalizar os procedimentos digitais em nome dos servidores em período de avaliação formal de desempenho;

II – disponibilizar, utilizando-se de plataformas digitais disponíveis para tanto, os formulários de atribuição de conceitos avaliatórios e os de eventual impugnação destes;

III – acompanhar orientar e verificar o correto preenchimento, dentro dos prazos estabelecidos nesta Resolução, da documentação mencionada no inciso anterior efetuando, posteriormente, o processamento dos dados obtidos para efeito de totalização da média final e do percentual de aproveitamento do servidor em cada etapa de avaliação;

IV - analisar e propor, justificadamente, a recusa ou a homologação das avaliações, bem como dos eventuais pedidos de impugnação formulados pelo servidor avaliado, sugerindo, quando necessário, a realização de nova avaliação;

V - indicar, com base no resultado das etapas do processo avaliatório, a inclusão do servidor no Programa de Recuperação de Desempenho – PRD, a fim de propiciar-lhe a oportunidade de obter, nos períodos subsequentes, melhores resultados;

VI – realizar visitas avaliatórias aos servidores, na medida em que estas se façam necessárias, individualmente ou em ação conjunta com a Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores do Ministério Público - CGS;

VII - manter organizados e atualizados todos os dados relativos às avaliações formais de desempenho dos servidores já confirmados na carreira, disponibilizando sua consulta sempre que regularmente solicitada, inclusive para efeito da realização dos processos de progressão e promoção funcional;

VIII – realizar estudos acerca dos resultados obtidos na avaliação formal de desempenho dos servidores para a identificação das áreas profissionais mais carentes, no intuito de subsidiar eventuais propostas de implantação de cursos, ações e programas de capacitação e aperfeiçoamento;

IX - executar outras tarefas correlatas, em vista das necessidades do serviço e/ou mediante determinação das autoridades superiores, inclusive as competências previstas no art. 61 desta Resolução, reservadas as particularidades inerentes ao processo de avaliação formal de desempenho.

Art. 80. Compete, ainda, às Comissões Permanentes de Evolução Funcional – CPEF a avaliação da funcionalidade do Sistema de Avaliação Formal de Desempenho do Ministério Público do Estado de São Paulo, propondo medidas de aperfeiçoamento e controle.

SEÇÃO III

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 81. A avaliação formal do desempenho dos servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo será periódica e observará o disposto no "caput" e incisos I, II e III do artigo 63 da presente Resolução.

Parágrafo único. A periodicidade de cada etapa de avaliação formal de desempenho será anual, iniciando-se sempre em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada exercício.

SEÇÃO IV

DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 82. A avaliação formal de desempenho será anual e feita, preferencialmente, com base no exercício das atribuições próprias do cargo isolado ou de carreira do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo para o qual o servidor tenha sido nomeado.

§ 1º. No caso de servidores afastados das atividades inerentes de seus cargos em virtude de designação para função de confiança ou nomeação para cargo de provimento em comissão do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo, a avaliação terá por base exclusivamente o desempenho apresentado na função de confiança ou no cargo de provimento em comissão.

§ 2º. No caso de servidores afastados, com ou sem prejuízo dos vencimentos, para prestar serviços em outros órgãos da Administração Pública, da Administração descentralizada da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como em entidades representativas de classe, onde não haja possibilidade de avaliação periódica de seu desempenho nos moldes estabelecidos na presente Resolução, ser-lhes-á atribuídos, a título de resultado nos instrumentos obrigatórios, o conceito avaliatório "2" (dois).

Art. 83. A avaliação do desempenho do servidor afastado do exercício de suas atribuições em decorrência das demais situações previstas na Lei Estadual 10.261, de 28-10-1968, obedecerá às seguintes regras:

I - quando a soma dos afastamentos, no período, for inferior a 50% do total de dias da etapa, a avaliação de desempenho processar-se-á nos moldes estabelecidos na Seção III deste Capítulo;

II - quando a soma dos dias de afastamento do servidor for superior a 50% e inferior a 75% do total de dias da etapa de avaliação, serão repetidos os conceitos atribuídos na etapa imediatamente anterior, salvo se essa situação ocorrer no decurso da primeira avaliação formal, quando, então, ser-lhe-á atribuído, em cada instrumento de avaliação obrigatório, o conceito "2" (dois).

III - se a soma dos dias de afastamento do servidor for igual ou superior a 75% do total do período da etapa de avaliação, a mesma deverá ser desconsiderada para efeito de registro de avaliação formal de desempenho, independentemente de eventuais conceitos avaliatórios previamente atribuídos em qualquer instrumento.

Parágrafo único. Para aferição do aproveitamento necessário à participação nos processos de progressão e promoção funcional, deverão ser consideradas todas as etapas de avaliação formal de desempenho regularmente instauradas pelo MPSP, independentemente das situações elencadas no presente artigo." (NR)

Art. 8º. Fica acrescentado o art. 81-A na Seção III, do Capítulo III - Título III, do Livro II, da Resolução 1.035/17-PGJ, de 25-07-2017, com a seguinte redação:

"Art. 81-A. Os procedimentos da avaliação formal de desempenho obedecerão, naquilo que couber e observados seus fins, às disposições constantes dos artigos 64 a 78 desta Resolução.

Parágrafo único. Naquilo que se refere ao Programa de Recuperação de Desempenho – PRD, aplicam-se aos servidores sujeitos à avaliação formal de desempenho as disposições contidas no art. 72-E da presente Resolução, salvo em relação ao limite do percentual de aproveitamento alcançado, o qual passa a ser, para efeito de indicação, de 55% e desde que registrado em duas etapas avaliatórias consecutivas." (AC)

Art. 9º - O art. 88, "caput", e parágrafo único, art. 90, "caput", §§ 1º a 8º, art. 91, art. 92, incisos II e IV e § 1º, do art. 93, os incisos II e III e parágrafo único, do art. 97, os incisos I e II, do art. 101, o art. 103, "caput", e incisos I e II, do Capítulo IV - Título III, do Livro II, da Resolução 1.035/17-PGJ, de 25-07-2017, passam a vigorar com a redação abaixo indicada, suprimida a Seção III – Dos processos da comissão permanente de evolução funcional, nos seguintes termos:

"Art. 88. Após o aproveitamento no estágio probatório, o servidor titular de cargo efetivo pertencente às carreiras do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo, fará jus à movimentação vertical na respectiva carreira, mediante classificação nos processos de progressão e promoção funcional.

Parágrafo único. Os critérios e procedimentos constantes da presente Resolução também se aplicam aos servidores titulares de cargos efetivos, bem como aos exercentes de funções atividades regidas pela Lei 500, de 13-11-1974, cujo ingresso na Instituição tenha ocorrido em data anterior à da vigência da Lei Complementar Estadual 1.118, de 01-06-2010.

(...)

Art. 90. Os processos de progressão e de promoção funcional far-se-ão, alternadamente, um ano por antiguidade e outro por merecimento, obedecidos os interstícios mínimos estabelecidos na lei, levando em conta os resultados da avaliação formal de desempenho e considerando, como data base, o dia 31 de julho do respectivo exercício.

§ 1º. Os efeitos da progressão e da promoção funcional terão vigência a contar do dia 1º de agosto do ano de realização dos respectivos processos de movimentação vertical.

§ 2º. Vencida a data base do exercício, prevista no caput, o Centro de Recursos Humanos classificará os servidores aptos e inaptos à progressão e promoção, por carreira e padrão de enquadramento, indicando os motivos da inaptidão.

§ 3º. Além dos requisitos previstos nesta Resolução, a promoção funcional dependerá da comprovação de aproveitamento do servidor em cursos de aperfeiçoamento, ações ou programas de capacitação, a que se refere o § 2º do art. 14 da Lei Complementar Estadual 1.118, de 01-06-2010.

§ 4º. A Coordenadoria Geral de Servidores – CGS - fará publicar no Diário Oficial relação dos servidores aptos à progressão e/ou promoção funcional.

§ 5º. Da relação a que se refere o parágrafo anterior, caberá impugnação dirigida à CGS, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação.

§ 6º. Após manifestação da CGS o Diretor-Geral decidirá sobre o acolhimento ou não da impugnação.

§ 7º. Acolhida a impugnação, a CGS promoverá as alterações necessárias e providenciará a republicação do resultado final e da homologação do processo.

§ 8º. Homologado o resultado final, a CGS providenciará a confecção das competentes apostilas de enquadramento, encaminhando-as posteriormente para publicação e demais providências cabíveis.

SEÇÃO II

DOS PROCESSOS DE MOVIMENTAÇÃO VERTICAL

Art. 91. Compete à Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores – CGS - sugerir, realizar, acompanhar e avaliar os procedimentos relativos aos processos de progressão e promoção funcional dos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo, conforme as diretrizes traçadas na presente Resolução, propondo, quando necessárias, ações e medidas de aperfeiçoamento, controle e correção.

SUBSEÇÃO I

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 92. A progressão funcional é a movimentação do servidor de uma referência para a seguinte, dentro de uma mesma classe, obedecidos os interstícios mínimos estabelecidos na lei, contados da última movimentação imediatamente anterior.

SUBSEÇÃO II

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR ANTIGUIDADE

Art. 93 (...)

I – (...)

II - ter obtido aproveitamento médio de, no mínimo, 65%, consideradas somente as etapas homologadas após sua última movimentação na carreira;

III – (...)

IV - não ter registrado em seus assentamentos funcionais, desde a movimentação imediatamente anterior, falta injustificada ao serviço ou aplicação de quaisquer penalidades administrativas a que se referem os incisos I, II e III do art. 251 da Lei Estadual 10.261, de 28-10-1968;

§ 1º. Uma falta injustificada ou penalidade administrativa, a que se refere o inciso III deste artigo, poderá obstar a evolução funcional do servidor uma única vez, perdendo esse efeito para a movimentação subsequente.

(...)

SUBSEÇÃO III

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MERECIMENTO

Art. 97 (...)

I – (...)

II - obter percentual de aproveitamento médio igual ou superior a 80%, consideradas somente as etapas homologadas após sua última movimentação na carreira;

III - não ter registrado em seus assentamentos funcionais, desde a movimentação imediatamente anterior, falta injustificada ao serviço ou aplicação de quaisquer penalidades administrativas a que se referem os incisos I, II e III do art. 251 da Lei Estadual 10.261, de 28-10-1968;

(...)

Parágrafo único. Uma falta injustificada ou penalidade administrativa, a que se refere o inciso III deste artigo, poderá obstar a evolução funcional do servidor uma única vez, perdendo esse efeito para a movimentação subsequente.

SUBSEÇÃO IV

DA PROMOÇÃO FUNCIONAL

(...)

SUBSEÇÃO V

DA PROMOÇÃO FUNCIONAL POR ANTIGUIDADE

Art. 101. (...)

I - preencher os requisitos dos incisos I a V do art. 93 deste Resolução;

II - possuir em seus assentamentos funcionais registros de, pelo menos, 30 (trinta) horas de aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento, ações ou programas de capacitação oferecidos, recomendados ou aceitos como tal pela CGS, os quais tenham sido realizados no intervalo de tempo compreendido entre a última movimentação na carreira e a data base do processo.

(...)

SUBSEÇÃO VI

DA PROMOÇÃO FUNCIONAL POR MERECIMENTO

Art. 103. A promoção funcional por merecimento será baseada, predominantemente, na apuração do aproveitamento obtido na avaliação formal de desempenho e na participação em cursos de aperfeiçoamento, ações ou programas de capacitação por servidor do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo que, na data base do início do processo:

I - preencher os requisitos dos incisos I a V do art. 97 desta Resolução;

II - possuir em seus assentamentos funcionais registros de, pelo menos, 100 (cem) horas de aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento, ações ou programas de capacitação oferecidos, recomendados ou aceitos como tal pela CGS, os quais tenham sido realizados no intervalo de tempo compreendido entre a última movimentação na carreira e a data base do processo." (NR)

Art. 10. - Fica acrescentado o art. 116-A ao Capítulo V – Seção III, da Resolução 1.035/17-PGJ, de 25-07-2017, com a seguinte redação:

"Art. 116-A. Como parte obrigatória do Subprograma de Integração será disponibilizado aos servidores que ingressarem nos quadros funcionais do Ministério Público um curso de capacitação inicial que abordará os aspectos elencados no art. 109.

§ 1º. Os novos servidores deverão concluir integralmente o curso de capacitação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data da posse;

§ 2º. Após a conclusão do curso de capacitação, os novos servidores serão submetidos a avaliação e considerados aprovados aqueles que acertarem pelo menos 70% das questões propostas, com posterior expedição de certificado de aproveitamento;

§ 3º. O servidor reprovado na primeira avaliação poderá repeti-la tantas vezes quantas forem necessárias para obter a aprovação;

§ 4º. Fica facultado à Diretoria-Geral indicar outros servidores integrantes dos quadros funcionais do Ministério Público para que participem do curso de capacitação previsto no "caput".

§ 5º. Qualquer servidor poderá, voluntariamente e a qualquer tempo, se inscrever para participar do curso de capacitação de que trata o presente artigo, sem necessidade de se submeter à avaliação final, salvo se tiver interesse em receber o certificado de aproveitamento, caso em que deverá frequentar pelo menos 75 % (setenta e cinco por cento) do total da carga horária fixada, além de obter aproveitamento satisfatório na respectiva avaliação, acertando no mínimo 70% das questões propostas." (AC)

Art. 11 - O art. 118, "caput", incisos I a III, e o art. 120, integrantes do Capítulo VI - Título III, do Livro II, da Resolução 1.035/17-PGJ, de 25-07-2017, passam a vigorar com a redação abaixo indicada, suprimidas suas Seções II, III, IV e V, nos seguintes termos:

"Artigo 118 – Para o exercício de suas funções, as Comissões Permanentes de Evolução Funcional - CPEF poderão, em atividade conjunta com a Coordenadoria Geral de Acompanhamento e Supervisão Disciplinar dos Servidores - CGS:

I – expedir avisos, comunicados, orientações, manuais e demais informativos a respeito dos instrumentos de avaliação e da dinâmica de aplicação dos sistemas de avaliação de desempenho inerentes aos processos de estágio probatório, avaliação formal de desempenho, progressão e promoção funcional, bem como do programa permanente de capacitação;

II – realizar, relatar e conceituar o desempenho funcional em Visitas Avaliatórias - VAV;

III – colaborar na execução das atividades ligadas ao Programa Permanente de Capacitação - PPC.

(...)

Artigo 120 - Sempre que, em sede de Visita Avaliatória - VAV, restar comprovada a violação dos deveres impostos aos servidores do Ministério Público, o Coordenador Geral e/ou os Presidentes das Comissões Permanentes de Evolução Funcional noticiarão tais fatos à autoridade administrativa competente, para efeito da instauração do procedimento disciplinar adequado." (NR)

Art. 12. – O art. 126, "caput", o art. 127 e o art. 128, integrantes do Capítulo VII - Título III, do Livro II, da Resolução 1.035/17-PGJ, de 25-07-2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 126. Para efeito da promoção funcional, os servidores poderão aproveitar, observadas as exigências desta Resolução e a critério das Coordenadoria Geral de Servidores – CGS -, a conclusão de cursos.

I – (...)

II – (...)

Art. 127 – Os eventos referidos no inciso I do art. 108 serão realizados, preferencialmente, em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Art. 128. A Diretoria-Geral do Ministério Público, no âmbito de suas respectivas atribuições, poderá expedir normas internas para regular a aplicação dos procedimentos definidos nesta Resolução, bem como decidir acerca de eventuais divergências ou omissões." (NR)

Art. 13. - A presente resolução se aplica integralmente ao estágio probatório iniciado a partir de sua vigência.

Parágrafo único - Nos casos de estágio probatório em andamento, os novos instrumentos previstos nesta resolução serão aplicados às etapas que se iniciarem a partir da data prevista no 'caput', sem modificação dos respectivos períodos, sendo, no entanto, reclassificadas para acompanharem a presente alteração.

Art. 14 - A contagem dos interstícios mínimos necessários à movimentação nas carreiras, previstos no artigo 14, § 1º, da Lei Complementar 1.118/2010, em relação ao ano de 2020, terá como início do período a data de 01-08-2020.

Art. 15 - A presente Resolução entra em vigor no dia 01-01-2021, revogadas as disposições em contrário, notadamente o § 4º, do art. 63, art. 66 e §§, parágrafo único do art. 79, 84 a 87, 94 a 96, 98, 99, parágrafo único do art. 101, 102, "caput", incisos I e II, e parágrafo único, parágrafo único do art. 103, 104 e parágrafo único do art. 120, os Anexos I a VI da Resolução 1.035/2017-PGJ, de 25-07-2017, e a Resolução 1.056/2017-PGJ, publicada no D.O. de 01/11/2.017.

(Republicada por ter havido incorreção na edição do D.O. de 29-12-2020 e 12-01-2021)

PORTARIAS

Portarias de 28-01-2021
A – Subprocuradorias
Designando:

nº 837/2021 - Vilma Hayek, 36º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Cível, para, com prejuízo de suas atribuições normais e anteriores designações, prestar serviços em procedimento em curso na Comissão Processante Permanente - Membros, de 27 a 29-01-2021.

Republicadas:

nº 13357/2020 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, as férias, no período mencionado do mês de JANEIRO DE 2021, aos Senhores Procuradores de Justiça abaixo relacionados:

Exclua-se:

Dimitrios Eugenio Bueri (17 a 31)

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 17-12-2020)

nº 702/2021 - Cristiane Yoko Shida, 31º Promotor de Justiça Criminal, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, **auxiliar junto ao Setor de Recursos Extraordinários e Especiais Criminais, nos termos do artigo 13, § 4º, da Resolução 1124/2018,** no período de 15 a 28-02-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 28-01-2021)

nº 784/2021 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, 30 dias de férias, referentes ao período de 1 DE FEVEREIRO A 2 DE MARÇO DE 2021, aos Senhores Procuradores de Justiça abaixo relacionados:

Inclua-se:

Dimitrios Eugenio Bueri

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 28-01-2021)

nº 785/2021 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, as férias, no período mencionado do mês de FEVEREIRO DE 2021, aos Senhores Procuradores de Justiça abaixo relacionados:

Exclua-se:

Dimitrios Eugenio Bueri (1 a 15)

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 28-01-2021)

C – Assessoria

Tornando sem efeito:

nº 838/2021 - a portaria 11447/2020 que designou o Promotor de Justiça de Mirante do Paranapanema, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos do inquérito civil 14.0411.0000194/2018-1, em trâmite pela Promotoria de Justiça de Rosana, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

nº 839/2021 - a portaria 12977/2020 que designou Henrique Lucas de Miranda, 1º Promotor de Justiça de Cruzeiro, para acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Queluz, de 19 a 24 de janeiro, e acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Queluz (ESAJ), de 25 a 31-01-2021.

nº 840/2021 – a portaria 105/2021 que designou Promotor de Justiça de Urânia, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, tendo em vista decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, oficiar nos autos representação nº MP 43.0361.0000146/2020, em trâmite pela Promotoria de Justiça de Palmeira D´Oeste, para atuar no feito e nele prosseguir em seus ulteriores termos.

nº 841/2021 - a portaria 208/2021 que designou Felipe Duarte Gonçalves Ventura de Paula, 6º Promotor de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça que atua perante o Departamento Estadual de Execução Criminal (Deecrim) da Região da Capital, de 1 a 14-02-2021.

nº 842/2021 - a portaria 209/2021 que designou Felipe Duarte Gonçalves Ventura de Paula, 6º Promotor de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça que atua perante o Departamento Estadual de Execução Criminal (Deecrim) da Região da Capital, de 15 a 28-02-2021.

nº 843/2021 - a portaria 390/2021 que designou Alice Monteiro Melo Sampaio Camargo, 5º Promotor de Justiça de Embu das Artes, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Embu das Artes, de 1 a 14-02-2021.

Designando:

nº 844/2021 – 19º Promotor de Justiça Criminal, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos 1527010-42.2020.8.26.0228, em trâmite pelo Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária – DIPO 3.2.2, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

nº 845/2021 - 64º Promotor de Justiça Criminal, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos 1512987-43.2020.8.26.0050, em trâmite pela 1ª Vara Especializada de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

nº 846/2021 – 3º Promotor de Justiça Criminal do Tatuapé, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos nº MP 38.0634.0001017/2020, em trâmite pela Promotoria de Justiça de Tatuapé, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

nº 847/2021 – 7º Promotor de Justiça de Franca, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, tendo em vista decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, oficiar nos autos do inquérito civil nº MP 14.0722.0007639/2017, em trâmite pela Promotoria de Justiça de Franca, para atuar no feito e nele prosseguir em seus ulteriores termos.

nº 848/2021 – Promotor de Justiça de Itaberá, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, tendo em vista decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, oficiar nos autos do inquérito civil nº MP 14.0299.0000232/2018, em trâmite pela Promotoria de Justiça de Itaporanga, para atuar no feito e nele prosseguir em seus ulteriores termos.

nº 849/2021 - 1º Promotor de Justiça de Rio Claro, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos 1501339-78.2019.8.26.0510, em trâmite pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Claro, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

nº 850/2021 - 1º Promotor de Justiça Auxiliar de Taubaté, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos 1502806-04.2020.8.26.0625, em trâmite pela Vara do Juizado Especial Criminal de Taubaté, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

nº 851/2021 - 17º Promotor de Justiça de Campinas, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos 1516556-25.2018.8.26.0114, em trâmite pela 4ª Vara Criminal da Comarca de Campinas, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

nº 852/2021 - 20º Promotor de Justiça de São José dos Campos, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos 1500805-93.2020.8.26.0577, em trâmite pela Vara do Júri de Execuções Criminais da Comarca de São José dos Campos, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

nº 853/2021 – Eduardo Luiz Michelan Campana, 5º Promotor de Justiça de Sertãozinho, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, e sem ônus para o Ministério Público, oficiar nos autos 1000216-08.2020.8.26.0530, no dia 29-12-2020.

nº 854/2021 – Jairo Edward de Luca, 22º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, e sem ônus para o Ministério Público, oficiar nos autos 1525135-37.2020.8.26.0228, no dia 28-12-2020.

nº 855/2021 - Ethel Cipele, 15º Promotor de Justiça de Ribeirão Preto, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça Cível de Nossa Senhora do Ó (ESAJ), de 12 a 26-01-2021.

nº 856/2021 - Daniela Rangel Cunha Amadei, 2º Promotor de Justiça de Tremembé, para acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Piquete (ESAJ), de 25 a 31-01-2021.

nº 857/2021 - Dilson Santiago de Souza, 1º Promotor de Justiça Auxiliar de Franca, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Guaíra (ESAJ), de 25 a 31-01-2021.

nº 858/2021 - Fabio Antonio Xavier de Moraes, 8º Promotor de Justiça de São José dos Campos, para acumular o exercício das funções do 7º Promotor de Justiça de Jacareí (ESAJ), de 25 a 31-01-2021.

nº 859/2021 - Gianfranco Silva Caruso, 2º Promotor de Justiça de Cruzeiro, para acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Queluz, de 19 a 24-01-2021.

nº 860/2021 - Heloisa Gaspar Martins Tavares, 1º Promotor de Justiça de Catanduva, para acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Monte Azul Paulista (ESAJ), de 25 a 31-01-2021.

nº 861/2021 - Hermes Duarte Morais, 1º Promotor de Justiça de Guariba, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Sertãozinho, no dia 29-01-2021.

nº 862/2021 - Manoel Sergio da Rocha Monteiro, 1º Promotor de Justiça de Taubaté, para acumular o exercício das funções do 4º Promotor de Justiça de Jacareí (ESAJ), de 25 a 31-01-2021.

nº 863/2021 - Paulo Augusto Radunz Junior, 1º Promotor de Justiça de Orlândia, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Morro Agudo (ESAJ), de 25 a 27 e de 29 a 31-01-2021.

nº 864/2021 - Ricardo Reis Simili, 1º Promotor de Justiça de Guaratinguetá, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Aparecida (ESAJ), de 25 a 31-01-2021.

nº 865/2021 - Rodolfo Strazzi Arcangelo Pereira, 7º Promotor de Justiça de São José do Rio Preto, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 10º Promotor de Justiça de São José do Rio Preto, de 26 a 31-01-2021.

nº 866/2021 - Virginia Silveira Martins Neves Roma, 1º Promotor de Justiça de Lorena, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Lorena, de 22 a 31-01-2021.

nº 867/2021 - Ana Maria Aiello Demadis, 12º Promotor de Justiça Criminal, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 2º Promotor de Justiça Criminal, de 1 a 14-02-2021.

nº 868/2021 - Cristiane Melilo Dilascio Mohmari dos Santos, 121º Promotor de Justiça Criminal, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 2º Promotor de Justiça Criminal, de 15 a 28-02-2021.

nº 869/2021 - Fernando Fernandes Fraga, 8º Promotor de Justiça de Assis, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Palmital, de 2 a 12-02-2021.

nº 870/2021 - Gabriel Rigoldi Vidal, 2º Promotor de Justiça de Santa Rita do Passa Quatro, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Santa Rita do Passa Quatro, de 1 a 5 de fevereiro de 2021.

nº 871/2021 - Henrique Lucas de Miranda, 1º Promotor de Justiça de Cruzeiro, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Lorena (ESAJ), de 1 a 4 de fevereiro de 2021.

nº 872/2021 - Jose Luiz Saikali, 12º Promotor de Justiça de Santo André, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 10º Promotor de Justiça de Mauá, de 1 a 28-02-2021.

nº 873/2021 - Jose Luiz Saikali, 12º Promotor de Justiça de Santo André, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 8º Promotor de Justiça de Santo André, de 15 a 28-02-2021.

nº 874/2021 - Juliana Lourenço Baleroni Magalhaes, 2º Promotor de Justiça de Embu das Artes, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Embu das Artes, de 1 a 14-02-2021.

nº 875/2021 - Maria Cristiana Lenotti Neira, 2º Promotor de Justiça de Guararapes, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Guararapes, de 8 a 12-02-2021.

nº 876/2021 - Paulo Cesar Neuber Deligi, 1º Promotor de Justiça de Olímpia, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de Olímpia, de 15 a 28-02-2021.

nº 877/2021 - Rosinei Horstmann Saikali, 14º Promotor de Justiça de Santo André, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 5º Promotor de Justiça de Mauá, de 1 a 28-02-2021.

nº 878/2021 - Rosinei Horstmann Saikali, 14º Promotor de Justiça de Santo André, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 8º Promotor de Justiça de Santo André, de 1 a 14-02-2021.

nº 879/2021 - Gianfranco Silva Caruso, 2º Promotor de Justiça de Cruzeiro, para acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Queluz, de 19 a 24-01-2021.

Republicadas:

nº 12630/2020 - Fabricio Pereira de Oliveira, 2º Promotor de Justiça Substituto da 20ª Circunscrição Judiciária (Itu), para auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça que atua perante o Setor de Atendimento de Crimes da Violência contra Infante, Idoso, Pessoa com Deficiência e Vítima de Tráfico Interno de Pessoas – SANCTVS (ESAJ), de 1 a **31 de janeiro, e auxiliar no exercício das funções do 6º Promotor de Justiça de Rio Claro, no dia 27-01-2021.**

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 16-01-2021)

nº 12888/2020 - Daniela Rangel Cunha Amadei, 2º Promotor de Justiça de Tremembé, para acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Piquete, de 16 a 24-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 28-01-2021)

nº 12895/2020 - Dilson Santiago de Souza, 1º Promotor de Justiça Auxiliar de Franca, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Guaíra, de 19 a 24-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 28-01-2021)

nº 12924/2020 - Fabio Antonio Xavier de Moraes, 8º Promotor de Justiça de São José dos Campos, para acumular o exercício das funções do 7º Promotor de Justiça de Jacareí, de 1 a 24-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 28-01-2021)

nº 12951/2020 - Gianfranco Silva Caruso, 2º Promotor de Justiça de Cruzeiro, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Queluz, de **1 a 18**-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 12-12-2020)

nº 12975/2020 - Heloisa Gaspar Martins Tavares, 1º Promotor de Justiça de Catanduva, para acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Monte Azul Paulista, de 1 a 24-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 28-01-2021)

nº 12978/2020 - Henrique Lucas de Miranda, 1º Promotor de Justiça de Cruzeiro, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Queluz, de **1 a 31**-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 12-12-2020)

nº 13052/2020 - Manoel Sergio da Rocha Monteiro, 1º Promotor de Justiça de Taubaté, para acumular o exercício das funções do 4º Promotor de Justiça de Jacareí, de 1 a 24-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 28-01-2021)

nº 13091/2020 - Milena Aparecida Carli, 2º Promotor de Justiça de Guariba, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Sertãozinho, **nos dias 28 e 30 a 31**-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 12-12-2020)

nº 13105/2020 - Paulo Augusto Radunz Junior, 1º Promotor de Justiça de Orlândia, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Morro Agudo, de 1 a 24-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 28-01-2021)

nº 13149/2020 - Ricardo Reis Simili, 1º Promotor de Justiça de Guaratinguetá, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Aparecida, de 19 a 24-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 28-01-2021)

nº 13381/2020 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, 30 dias de férias, referentes ao período de 2 A 31-01-2021, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:

Exclua-se:

Ricardo Manuel Castro

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 17-12-2020)

nº 13382/2020 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, as férias, no período mencionado do mês de JANEIRO DE 2021, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:

Cassiano Antonio de Oliveira **(2 a 16)**

Inclua-se:

Ricardo Manuel Castro (2 a 16)

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 17-12-2020)

nº 168/**2021** - 11º Promotor de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos 1501489-97.2020.8.26.0001, em trâmite pela 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Santana, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

(Republicada por necessidade de retificação – D.O. de 22-01-2021)

nº 169/**2021 - 5º Promotor de Justiça de São José dos Campos**, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos 1517684-78.2020.8.26.0577, em trâmite pela Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São José dos Campos, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.

(Republicada por necessidade de retificação – D.O. de 22-01-2021)

nº 170/**2021** – os integrantes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO – Núcleo XI – Santos, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, e em conjunto com o Promotor de Justiça natural, oficiarem nos autos do processo 1000097-65.2021.8.26.0157 (ordem 42/2021), em trâmite pela 1ª Vara da Comarca de Cubatão, a partir de 19-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação – D.O. de 22-01-2021)

nº 380/2021 - Alessandra Aparecida Gomes Koga, 3º Promotor de Justiça de Votorantim, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Votorantim, de **1 a 14**-02-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 27-01-2021)

nº 433/2021 - Edivon Teixeira Junior, 21º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, para acumular o exercício das funções do **16º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, de 1 a 12-02-2021**.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 27/01/202

nº 484/2021 - Hermes Duarte Morais, 1º Promotor de Justiça de Guariba, para acumular o exercício das funções do 4º Promotor de Justiça de Sertãozinho, de **1 a 28**-02-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 27-01-2021)

nº 555/2021 - Patricia Lacerda Pavani Couvre, Promotor de Justiça de Tambaú, para acumular o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de Mococa, de 1 a 5 de fevereiro de 2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 27-01-2021)

nº 568/2021 - Renata Caetano Pereira da Silva Fuga, 4º Promotor de Justiça de Santana do Parnaíba, para acumular o exercício das funções do 18º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, **de 1 a 15-02-2021.**

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 27-01-2021)

nº 575/2021 - Ricardo Hildebrand Garcia, 7º Promotor de Justiça de Sorocaba, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Votorantim, de **15 a 28**-02-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 27-01-2021)

nº 611/2021 - Yara Jerozolimski, 1º Promotor de Justiça de Casa Branca, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de Mococa, de 1 a 5 de fevereiro de 2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 27-01-2021)

nº 626/2021 - Caio Cesar Poltronieri, 2º Promotor de Justiça Substituto da 13ª Circunscrição Judiciária (Araraquara), para auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça que atua perante o Departamento Estadual de Execução Criminal (Deecrim) da 6ª Região Administrativa Judiciária – Ribeirão Preto, de 1 a 28-02-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 27-01-2021)

nº 683/2021 - Pedro Javaroni Machado Fonseca, 2º Promotor de Justiça Substituto da 2ª Circunscrição Judiciária (São Bernardo do Campo), para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, de 1 a 6 de fevereiro, **assumir o exercício das funções do 17º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, de 1 a 14 de fevereiro,** e assumir o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, de 15 a 28-02-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 27-01-2021)

nº 692/2021 - Rodrigo Nunes Serapiao, 6º Promotor de Justiça Substituto da 3ª Circunscrição Judiciária (Santo André), para assumir o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Ferraz de Vasconcelos, de 1 a 14 de fevereiro, assumir o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de Arujá, de 15 a 28-02-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 27-01-2021)

nº 834/2021 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, 30 dias de férias, referentes ao período de 1 DE FEVEREIRO A 2 DE MARÇO DE 2021, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:

Exclua-se:

Bruno Orsini Simonetti

Incluam-se:

Alex Facciolo Pires

Denise Cristina da Silva

Fabio Brambilla

Felipe Duarte Paes Bertolli

Fernando Pastorelo Kfouri

Marcelo Alexandre de Oliveira

Maria Cristiana Lenotti Neira

Pierre Pena Rocha

Priscila Gomes Barcellos Borges

Renato Queiroz de Lima

Tania Mara Tortola

Thiago Batista Ariza

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 28-01-2021)

nº 835/2021 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, as férias, no período mencionado do mês de FEVEREIRO DE 2021, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:

Incluam-se:

Bruno Orsini Simonetti (16/02 a 02/03)

Ricardo Manuel Castro (1 a 15)

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 28-01-2021)

AVISOS

Aviso 40/2021 - PGJ-2ªInstância, de 28-1-2021

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais publica, para conhecimento, o Relatório Geral das Atividades das Procuradorias de Justiça, referente ao mês de dezembro de 2020

(Procuradorias)	Sobras mês anterior	Recebidos	Distrib	Sobras
Procuradoria Criminal	0	2691	2691	0
Proc. Habeas Corpus	664	2854	2830	688
Procuradoria Cível	2675	3558	3252	2981
Proc. Int. Difusos e Coletivos	1353	1899	1243	2009
Câmara Especial	1273	951	834	1390
Rec. Ext. Esp. Criminal	0	1234	1234	0
TOTAL	5965	13187	12084	7068

Observação: Recursos Interpostos no mês de dezembro de 2020:

Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandado Segurança Criminais 3

Procuradoria de Justiça Cível 0

Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos 27

Setor Câmara Especial 0

Setor de Recursos Extraordinários e Especiais Criminais:

*Extraordinários 01

*Especiais 36

*Embargos de Declaração 15

*Recursos Internos Tribunais Superiores 01

*Ciência com Agravo 00

Aviso 41/2021 – PGJ-CPJ, de 28-01-2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, AVISA aos Senhores Membros do Egrégio Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça que será realizada REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA TELEPRESENCIAL, no dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro de 2021, às 14 horas. PADS 05/2020.

Aviso 042/2021 – PGJ-AD, de 28-01-2021

O **Procurador-Geral de Justiça,** no uso de suas atribuições normais, **PUBLICA,** nos termos do artigo 10º, da Resolução 1.223/2020-PGJ, a Escala Anual de Participação nas **Audiências de Custódia da Capital**, referente ao mês de **FEVEREIRO de 2021.**

AVISA, ainda, que as eventuais substituições e cessões das datas que constam da escala devem ocorrer em favor de Promotores de Justiça **Titulares**; na hipótese de substituição ou cessão para Promotores de Justiça **Substitutos**, deve ser observado se o membro indicado está designado para atuação na Comarca da Capital **na data ou período da substituição na escala**.

FEVEREIRO

DIA 1 - segunda-feira

5º PJ CRIMINAL DE SANTANA

18º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

DANIELA MOYSES DA SILVEIRA FAVARO

7º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

2º PJ CRIMINAL DE PENHA DE FRANÇA

LARISSA MOTTA NUNES LIGER

JULIANO CARVALHO ATOJI

DIA 2 - terça-feira

RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER

19º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

FABIOLA MORAN FALOPPA

8º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

PAULO D'AMICO JUNIOR

1º PJ REPRESSÃO À SONEGAÇÃO FISCAL

JULIANO CARVALHO ATOJI

DIA 3 - quarta-feira

11º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

20º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

ANA LAURA RIBEIRO TEIXEIRA MARTINS

CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR

ESTEFANIA FERRAZZINI PAULIN

RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER

5º PJ IV TRIBUNAL DO JÚRI

DIA 4 - quinta-feira

RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER

1º PJ CRIMINAL DA LAPA

9º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

VANESSA THEREZINHA SOUSA DE ALMEIDA

5º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

3º PJ REPRESSÃO À SONEGAÇÃO FISCAL

6º PJ IV TRIBUNAL DO JÚRI

DIA 5 - sexta-feira

13º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

2º PJ CRIMINAL DA LAPA

10º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR

1º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

MARCIA LOURENÇO MONASSI

VINICIUS BONESSO GUILLEN

DIA 8 - segunda-feira

1º PJ CRIMINAL DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

ADRIANA RIBEIRO SOARES DE MORAIS

14º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR

2º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

5º PJ REPRESSÃO À SONEGAÇÃO FISCAL

DANIELA MOYSES DA SILVEIRA FAVARO

DIA 9 - terça-feira

2º PJ CRIMINAL DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

4º PJ CRIMINAL DA LAPA

15º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR

3º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

1º PJ V TRIBUNAL DO JÚRI

RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER

DIA 10 - quarta-feira

3º PJ CRIMINAL DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

22º PJ CRIMINAL

41º PJ CRIMINAL

RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER

81º PJ CRIMINAL

2º PJ V TRIBUNAL DO JÚRI

1º PJ I TRIBUNAL DO JÚRI

DIA 11 - quinta-feira

3º PJ CRIMINAL

21º PJ CRIMINAL

42º PJ CRIMINAL

CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR

82º PJ CRIMINAL

3º PJ V TRIBUNAL DO JÚRI

2º PJ I TRIBUNAL DO JÚRI

DIA 12 - sexta-feira

CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR

SILVIA CHAKIAN DE TOLEDO SANTOS

43º PJ CRIMINAL

RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER

FABIOLA MORAN FALOPPA

4º PJ V TRIBUNAL DO JÚRI

3º PJ I TRIBUNAL DO JÚRI

DIA 17 - quarta-feira

2º PJ CRIMINAL

31º PJ CRIMINAL

44º PJ CRIMINAL

JULIANO CARVALHO ATOJI

84º PJ CRIMINAL

MARCIA LOURENÇO MONASSI

4º PJ I TRIBUNAL DO JÚRI

DIA 18 - quinta-feira

4º PJ CRIMINAL

24º PJ CRIMINAL

46º PJ CRIMINAL

CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR

86º PJ CRIMINAL

PEDRO ANDRE PICADO ALONSO

JULIANO CARVALHO ATOJI

DIA 19 - sexta-feira

5º PJ CRIMINAL

25º PJ CRIMINAL

45º PJ CRIMINAL

OSIAS DAUDT
ANA LAURA RIBEIRO TEIXEIRA MARTINS
102º PJ CRIMINAL
6º PJ I TRIBUNAL DO JÚRI
DIA 22 - segunda-feira
ADRIANA RIBEIRO SOARES DE MORAIS
32º PJ CRIMINAL
48º PJ CRIMINAL
67º PJ CRIMINAL
SILVIA CHAKIAN DE TOLEDO SANTOS
JULIANO CARVALHO ATOJI
7º PJ I TRIBUNAL DO JÚRI
DIA 23 - terça-feira
6º PJ CRIMINAL
VAGNER DOS SANTOS QUEIROZ
47º PJ CRIMINAL
71º PJ CRIMINAL
RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER
PEDRO ANDRE PICADO ALONSO
8º PJ I TRIBUNAL DO JÚRI
DIA 24 - quarta-feira
9º PJ CRIMINAL
33º PJ CRIMINAL
49º PJ CRIMINAL
68º PJ CRIMINAL
89º PJ CRIMINAL
RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER
JULIANO CARVALHO ATOJI
DIA 25 - quinta-feira
RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER
29º PJ CRIMINAL
51º PJ CRIMINAL
69º PJ CRIMINAL
PAULO D'AMICO JUNIOR
104º PJ CRIMINAL
10º PJ I TRIBUNAL DO JÚRI
DIA 26 - sexta-feira
JULIANO CARVALHO ATOJI
28º PJ CRIMINAL
50º PJ CRIMINAL
70º PJ CRIMINAL
PEDRO ANDRE PICADO ALONSO
105º PJ CRIMINAL
1º PJ II TRIBUNAL DO JÚRI

Aviso 45/2021 – PGJ – AD, de 28-1-2021

O **Procurador-Geral de Justiça**, no uso de suas atribuições legais, **AVISA** aos senhores Procuradores e Promotores de Justiça que, nos termos do provimento 2589/2021 do Conselho Superior da Magistratura (disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=63157&pagina=1, as comarcas relacionadas nos grupos 05 (Barretos), 06 (Bauru), 08 (Franca), 09 (Marília), 11(Presidente Prudente), 16 (Sorocaba), e 17 (Taubaté) do anexo I do provimento 2.566/2020 do Conselho Superior da Magistratura (disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Download/Portal/Coronavirus/Comunicados/ProvimentoCSM2566_2020.pdf) permanecerão integralmente em teletrabalho até o dia 07-02-2021 (inclusive) em razão de o Poder Judiciário estar até a data referida exclusivamente em trabalho interno. A partir do dia 08-02-2021, voltam a correr os prazos processuais para os processos físicos. Não se aplicam às comarcas indicadas no período a Resolução PGJ 1.214/2020, que estabelece normas transitórias para a retomada segura das atividades presenciais no âmbito do Ministério Público.

Aviso 47/2021 - PGJ-CAOCV, de 28-1-2021

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, e a pedido do **Centro de Apoio Cível e Tutela Coletiva - Área da Pessoa Idosa**, com o objetivo de atualizar as informações cadastrais das Entidades de Abrigo de Idoso de todas as modalidades, **SOLICITA** a todos os Promotores de Justiça com atribuições na defesa da pessoa idosa o preenchimento do formulário abaixo informando os dados cadastrais, de identificação e contatos existentes nas Instituições de Idosos dos Municípios onde atuam:

https://forms.office.com/Pages/ResponsePage.aspx?id=mYS9LY1QdkujHco5yz2PHc5FQlDlIlshJp4_wzcjTwddURUwwNTZZVTc5TUFPTlExNUdMUENDNktMNi4u

DIRETORIA GERAL

Aviso 008/2021 – DG/MP, de 27-01-2021

O Diretor-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, em atendimento ao quanto determinado pelo artigo 48 da Lei Complementar 101/2000, torna público o Relatório de Gestão Fiscal correspondente ao 3º quadrimestre de 2020:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA GERAL
CENTRO DE CONTROLE INTERNO

Período de Apuração : 3º QUADRIMESTRE DE 2020

DESPESA TOTAL	EXERCÍCIO DE 2020												TOTAL ACUMULADO DOS 12 ÚLTIMOS MESES
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS	**35.013.552,34**	**60.374.199,02**	**64.631.183,71**	**60.402.770,14**	**69.944.060,72**	**44.851.082,21**	**44.727.148,63**	**49.027.603,08**	**46.720.489,01**	**48.114.300,54**	**69.413.454,69**	**123.947.506,38**	**717.167.350,47**
31900100 - APOSENTADORIAS E RESERVA E REFORMAS	**11.281.523,97**	**11.334.999,89**	**11.581.582,48**	**6.298.474,01**	**17.120.591,01**	**11.602.554,48**	**11.283.381,86**	**11.153.644,45**	**10.975.568,01**	**10.936.874,63**	**10.329.020,20**	**11.104.055,31**	**135.002.270,30**
31900119 - ATRASADOS-OUTROS PODERES/MINIST.PUBLICO	11.281.523,97	11.334.999,89	11.581.582,48	6.298.474,01	17.120.591,01	11.602.554,48	11.283.381,86	11.153.644,45	10.975.568,01	10.936.874,63	10.329.020,20	11.104.055,31	135.002.270,30
31900100 - PENSÕES	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
31900100 - OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS	**23.732.028,37**	**49.039.199,13**	**53.049.601,23**	**54.104.296,13**	**52.823.469,71**	**33.248.527,73**	**33.443.766,77**	**37.873.958,63**	**35.744.921,00**	**37.177.425,91**	**59.084.434,49**	**112.843.451,07**	**582.165.080,17**
31900701 - CONTRIBUICAO PATRONAL	193.521,49	190.264,81	191.405,30	188.238,83	195.104,49	189.968,90	194.759,69	195.667,54	197.778,95	198.038,85	203.469,57	407.089,41	2.545.307,83
31911301 - CONTRIB PATRONAL-SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPRE	23.509.866,90	22.746.801,80	23.415.262,74	23.630.828,20	22.699.867,70	28.788.161,54	29.309.598,38	34.375.203,26	30.829.309,76	30.744.913,50	31.454.413,14	43.315.825,12	344.820.052,04
31909434 - REMBOLSO DE FÉRIAS INATIVOS	28.639,98	23.368.017,45	27.384.548,50	28.289.825,37	28.094.057,12	4.218.984,21	3.916.361,95	3.240.033,45	4.669.011,39	6.191.165,78	26.258.056,17	64.451.712,82	220.110.414,19
31909435 - REMB.FERIAS-OUTRO PODER E MIN.PUBLI-INATIVOS	0,00	2.734.115,07	2.058.384,69	1.995.403,73	1.834.440,40	51.413,08	23.046,75	63.054,38	48.820,90	43.307,78	1.168.495,61	4.668.823,72	14.689.306,11
PESSOAL ATIVO	**147.740.984,32**	**142.778.278,87**	**138.986.651,36**	**138.467.489,86**	**153.009.508,96**	**134.220.648,08**	**135.125.668,56**	**153.757.042,23**	**140.224.781,92**	**139.234.641,07**	**142.914.484,76**	**196.656.205,94**	**1.763.116.385,93**
31901100 - VENCIMENTOS, VANTAGENS E OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	**139.795.999,94**	**135.057.525,56**	**132.203.605,12**	**132.337.829,79**	**145.414.561,01**	**133.845.849,83**	**134.744.328,61**	**153.358.052,01**	**139.846.554,59**	**138.858.832,46**	**142.537.551,31**	**196.045.378,32**	**1.724.046.068,55**
31901111 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE	109.338.936,41	111.161.542,56	112.428.579,68	112.298.840,72	112.082.052,63	111.763.788,61	112.135.489,35	112.407.881,35	112.448.664,30	112.237.489,10	112.845.460,21	112.224.899,65	1.343.373.624,57
31901128 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE-13 SALARIO	8.541.321,38	4.810.359,06	4.894.757,97	4.812.661,09	557,88	0,00	11.582,46	18.039.087,62	4.504.148,50	3.794.940,82	4.576.190,27	58.327.403,41	112.313.010,46
31901130 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE - 1/3 FERIAS	1.283.376,85	470.977,65	149.194,75	143.322,84	47.249,85	266.806,37	107.939,88	230.959,76	308.796,02	285.447,34	279.530,76	-18.232,29	3.555.369,78
31901133 - VENCITOS.ATRASADOS-OUTR.PODERES E MINIST.PUB	18.142.053,61	15.950.619,72	11.840.971,07	12.257.160,00	30.542.704,05	18.485.660,06	19.106.691,61	18.898.205,00	19.168.727,58	19.152.989,52	21.353.121,46	17.109.619,75	222.008.523,43
31901136 - ABONO DE PERMANENCIA	2.073.167,33	2.017.962,33	2.188.544,76	2.159.232,58	2.122.007,18	2.737.925,98	2.814.252,14	3.239.004,99	2.887.782,19	2.853.845,26	2.950.830,61	3.955.397,40	31.999.952,75
31909416 - OUTRAS INDENIZAÇÕES	417.144,36	646.064,24	701.556,89	666.612,56	619.989,42	591.668,81	568.373,17	542.913,29	528.436,00	534.120,42	532.418,00	4.446.290,40	10.795.587,56
													0,00
31911300- OBRIGAÇÕES PATRONAIS	**7.559.798,88**	**7.337.692,08**	**6.400.334,86**	**5.747.934,94**	**7.214.394,98**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**34.260.155,74**
31911302 - CONTRIB ESTADO P/COBERTURA INSUF FIN-SPPREV	7.559.798,88	7.337.692,08	6.400.334,86	5.747.934,94	7.214.394,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.260.155,74
													0,00
31901300 - BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS	**385.185,50**	**383.061,23**	**382.711,38**	**381.725,13**	**380.552,97**	**374.798,25**	**381.339,95**	**398.990,22**	**378.227,33**	**375.808,61**	**376.933,45**	**610.827,62**	**4.810.161,64**
31901312 - OUTRAS CONTRIBUICOES DE PREV.SOCIAL	4.048,24	2.020,02	2.020,02	2.020,02	2.020,02	2.020,02	2.025,98	2.020,24	2.020,24	2.020,24	2.020,24	2.020,24	26.275,52
31901322 - PARCELAM.DE DEBITOS JUNTO A PREV.SOCIAL	100.690,46	100.885,75	101.034,78	101.209,51	101.353,41	101.476,75	101.584,67	101.682,31	101.764,54	101.846,76	101.928,99	102.006,08	1.217.464,01
31901324 - PREVIDENCIA SOCIAL/PESSOAL COMISSIONADO	280.446,80	280.155,46	279.656,58	278.495,60	277.179,54	271.301,48	277.729,30	295.287,67	274.442,55	271.941,61	272.984,22	506.801,30	3.566.422,11
													0
TOTAL GERAL	**182.754.536,66**	**203.152.477,89**	**203.617.835,07**	**198.870.260,00**	**222.953.569,68**	**179.071.730,29**	**179.852.817,19**	**202.784.645,31**	**186.945.270,93**	**187.348.941,61**	**212.327.939,45**	**320.603.712,32**	**2.480.283.736,40**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**162.602.793.818,90**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 1º, art. 166 da CF)	**112.382.412,43**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	**162.490.411.406,47**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 16, art. 166 da CF)	**224.896.467,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL	**162.265.514.939,47**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	**2.480.283.736,40**	**1,53%**
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**3.245.310.298,79**	**2,00%**
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**3.083.044.783,85**	**1,90%**
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**2.920.779.268,91**	**1,80%**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS CANCELADOS POR INDISPONIBILIDADE FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigaçãoes Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a – (b + c + d + e))			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**154.042.896,89**	**1.962.062,19**	**6.988.245,10**	**10.631.223,94**	**-**	**134.461.365,66**	**15.244.335,07**	**-**	**119.217.030,59**
Recusos Vinculados Fundos Especiais de Despesa	**154.042.896,89**	**1.962.062,19**	**6.988.245,10**	**10.631.223,94**	**-**	**134.461.365,66**	**15.244.335,07**	**-**	**119.217.030,59**
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**2.181.927.145,98**	**2.476.702,75**	**22.825.673,50**	**313.907,14**	**0,00**	**2.156.310.862,59**	**5.024.439,90**	**0,00**	**2.151.286.422,69**
Recursos do Tesouro do Estado	**2.181.927.145,98**	**2.476.702,75**	**22.825.673,50**	**313.907,14**	**-**	**2.156.310.862,59**	**5.024.439,90**	**-**	**2.151.286.422,69**
TOTAL (III) = (I + II)	**2.335.970.042,87**	**4.438.764,94**	**29.813.918,60**	**10.945.131,08**	**0,00**	**2.290.772.228,25**	**20.268.774,97**	**0,00**	**2.270.503.453,28**

Fonte da Informação: SIAFEM-SP - Sistema de Administração Financeira para Estado e Municípios

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - Anexo 6 R$

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Valor Até o Quadrimestre	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
Receita Corrente Líquida	162.602.793.818,90	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	162.265.514.939,47	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite	2.480.283.736,40	1,53%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2,00%	3.245.310.298,79	2,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,90%	3.083.044.783,85	1,90%
Limite Alerta (Inciso II - parágrafo I do artigo 59 LRF) 1.80%	2.920.779.268,91	1,80%
Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa		
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS APAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCIO)
Valor total	20.268.774,97	2.270.503.453,28

Fonte de Informações: SIAFEM-SP - Sistema de Administração Financeira para Estado e Municípios

CENTRO DE RECURSOS HUMANOS

Procuradoria Geral de Justiça

Portarias do Procurador-Geral de Justiça de 22-1-2021

Exonerando, nos termos do art. 58, I, § 1º, item 2, da L.C. 180/78, dos cargos de Assessor do MP, Ref. CC-02, da Tab. II do Anexo VI, do QPMPESP, ficando em consequência cessados os efeitos das Portarias que fixaram as gratificações em nome dos interessados:

Adriana Perez Felipim, RG. 16.864.536-1; Adriane Moreira Tempest, RG. 9.134.528-5; Fabricia Massoni Cicotti, RG. 30.608.521-5; Lelia Marino, RG. 9.649.976-X; Paulo Roberto Leonel Ferreira, RG. 8.768.688.

Diretoria Geral

No Comunicado DG/MP 43, de 15-12-2020, publicado no D.O. de 17-12-2020, convocando servidores para prestação de serviços de interesse da Instituição em 2020:

Inclua-se:

Alipio do Nascimento Martins Junior, dias 30-10 e 2-11

Bruno Henrique Rigoni Barros, dia 19-12

Cleber Adriano de Faria, dia 19-12

Renan Euzebio Alexandre, dia 5-12

Exclua-se:

Claudia Maria Cezarino Simões, dia 14-3.

Defensoria Pública do Estado

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Ato do Defensor Público-Geral, de 27-1-2021

Tornando sem efeito, com fundamento no artigo 19, inciso XII da Lei Complementar 988 de 09-01-2006, a nomeação para o cargo efetivo de Oficial de Defensoria Pública de Nicolas Teodoro de Menezes Silva, RG 48.744.850-9, nomeado por Ato do Defensor Público-Geral do Estado publicado no D.O. de 24-10-2020.

Ato do Defensor Público-Geral, de 27-1-2021

Exonerando, a pedido, a partir de 07-01-2021, Evelyn Jessica Honda Otsu, RG 52.535.371-9, do cargo de Oficiala de Defensora Pública do Estado.

Ato do Defensor Público-Geral, de 27-1-2021

Nomeando, com fundamento no artigo 19, inciso VII da Lei Complementar 988 de 09-01-2006, para ocupar o cargo efetivo de Defensor Público do Estado Nível I, Pedro Henrique Pedretti Lima, RG 22.284.575-2, em Jornada Integral no SQCD, na EV-E referência 1, de que trata o anexo do Artigo 240 da Lei Complementar 988 de 09-01-2006, em vaga decorrente da exoneração de Rafael da Silva Melo Glatzl, RG 46.015.817-X, salientando que não haverá impacto orçamentário, nos termos do art. 8º, IV, da Lei Complementar 173/2020.

Ato do Defensor Público-Geral, de 27-1-2021

Nomeando, com fundamento no artigo 19, inciso VII da Lei Complementar 988 de 09-01-2006, para ocupar o cargo efetivo de Defensora Pública do Estado Nível I, Amanda Moniz de Abreu, RG 34.922.230-7, em Jornada Integral no SQCD, na EV-E referência 1, de que trata o anexo do Artigo 240 da Lei Complementar 988 de 09-01-2006, em vaga decorrente da exoneração de Danielle Castanheira de Oliveira, RG 25.772.169-6, salientando que não haverá impacto orçamentário, nos termos do art. 8º, IV, da Lei Complementar 173/2020.

Ato do Defensor Público-Geral, de 27-1-2021

Nomeando, com fundamento no inciso VII do artigo 19, da Lei Complementar 988 de 09-01-2006, Pedro Luiz de Araujo, RG 7.348.962, para ocupar o cargo de Oficial de Defensoria Pública, em Jornada Integral, na EV-I no SQCA-III, referência 1, Grau "A", de que trata o anexo do Artigo 12 da Lei Complementar 1050 de 24-06-2008, em vaga decorrente da exoneração de Renan Gomes Cruz, RG 48.185.565-8, salientando que não haverá impacto orçamentário, nos termos do art. 8º, IV, da Lei Complementar 173/2020.

Ato do Defensor Público-Geral, de 27-1-2021

Tornando Vago, o cargo de Oficial de Defensoria Pública ocupado por Daniel Henrique da Cruz Flori, RG 29.452.965-2, em virtude de seu falecimento, ocorrido em 08-01-2021.

SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Ato da Segunda Subdefensora Pública-Geral do Estado, de 28-1-2021

Tornando sem efeito a designação do Defensor Público Danilo Vicente de Araújo Silva, conforme Ato da Segunda Subdefensora Pública-Geral do Estado, de 15-12-2020, publicado no DO de 16-12-2020, para atuar em plantões judiciários de Mogi das Cruzes, nos termos Deliberação CSDP 334/2017, no período de 07-01-2021 a 19-12-2021.

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Comunicado

Lista de Antiguidade para efeito de Promoção de Defensor/a Público/a do Estado nos termos do Artigo 115 da Lei Complementar 988/2006 e Deliberação CSDP 244, de 24 de fevereiro de 2012, informando que o prazo de impugnação é de 2 dias.

CLASS	NOME	RG	CARGO	INICIO_CARREIRA	INICIO_NIVEL	NIVEL	CLASSE	CLASSE_EXTENSO	CARREIRA	CARREIRA_EXTENSO	ESTADO	ESTADO_EXTENSO	GERAL	GERAL_EXTENSO	IDADE	DT_NASCIMENTO	CONCURSO
1º	Fernanda Chammas Agostinho Gomes	330462337	Defensor/a Público/a do Estado	14/05/2007	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	40	17/01/1981	223
2º	Simone De Oliveira Domingues Ladeira Alcantara	330379616	Defensor/a Público/a do Estado	14/05/2007	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	39	03/02/1981	33
3º	Talitha D'Aquino Tavano Carvalho	267688209	Defensor/a Público/a do Estado	14/05/2007	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	39	10/04/1981	94
4º	Carlos Eduardo Afonso Rodrigues	332528753	Defensor/a Público/a do Estado	14/05/2007	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	39	22/09/1981	144
5º	Alessandro Valerio Follador	384238294	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	7600	20 anos e 10 meses	7600	20 anos e 10 meses	42	24/10/1978	118
6º	Luis Guilherme Pereira Delledono	220110797	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	5762	15 anos, 9 meses e 17 dias	5821	15 anos, 11 meses e 16 dias	39	09/08/1981	91
7º	Lais Rabello Zaros	34349050X	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	5609	15 anos, 4 meses e 14 dias	5609	15 anos, 4 meses e 14 dias	39	13/11/1981	23
8º	Rafael Morais Portugues De Souza	363466332	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	40	27/03/1980	114
9º	Antonio Machado Neto	265948083	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	40	08/09/1980	7
10º	Taissa Nunes Vieira Pinheiro	7212886	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	39	30/05/1981	68
11º	Luiz Eduardo Kawano Dias	324134769	Defensor/a Público/a do Estado	25/08/2008	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4530	12 anos e 5 meses	4530	12 anos e 5 meses	4530	12 anos e 5 meses	39	19/08/1981	160
12º	Juliana Do Val Ribeiro	336526507	Defensor/a Público/a do Estado	18/09/2009	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	34	27/06/1986	14
13º	Lucas Pampana Basoli	332150331	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4207	11 anos, 6 meses e 12 dias	36	17/03/1984	17
14º	Bruno Bortolucci Baghim	43923718X	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	36	16/03/1984	35
15º	Tatiana Semensatto De Lima Costa	278821200	Defensor/a Público/a do Estado	01/12/2009	23/01/2016	3	1823	4 anos, 12 meses e 3 dias	4067	11 anos, 1 mês e 22 dias	4067	11 anos, 1 mês e 22 dias	4067	11 anos, 1 mês e 22 dias	42	24/10/1978	40
16º	Ana Helena Aiba Aguemi	255329775	Defensor/a Público/a do Estado	14/05/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	5767	15 anos, 9 meses e 22 dias	5767	15 anos, 9 meses e 22 dias	38	08/03/1982	189
17º	David Jose Vicente Martins	294183644	Defensor/a Público/a do Estado	14/05/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	39	28/07/1981	205
18º	Paula Barbosa Cardoso	352593003	Defensor/a Público/a do Estado	14/05/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	39	05/11/1981	63
19º	Marina Diana Egydio Tedeschi Jardim	353910405	Defensor/a Público/a do Estado	14/05/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	39	23/01/1982	126
20º	Ana Carolina Souza Reis Braga	5879884	Defensor/a Público/a do Estado	14/05/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	37	30/07/1983	83
21º	Marcia Harumi Rezende Kobuti	423417721	Defensor/a Público/a do Estado	14/05/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	37	22/08/1983	178
22º	Wladimyr Alves Bitencourt	216216023	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	7327	20 anos e 27 dias	7327	20 anos e 27 dias	49	09/01/1972	67
23º	Renata Klimke	27119294X	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	7140	19 anos, 6 meses e 25 dias	7140	19 anos, 6 meses e 25 dias	46	21/01/1975	19
24º	Augusto Gallego Pereira	326234147	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	5857	16 anos e 17 dias	5857	16 anos e 17 dias	38	11/04/1982	103
25º	Rene Robson Falcao De Morais	349368132	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	5852	16 anos e 12 dias	5852	16 anos e 12 dias	38	27/07/1982	88
26º	Vanessa Douradinho Da Rocha Volpato	32995863X	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	5661	15 anos, 6 meses e 6 dias	5661	15 anos, 6 meses e 6 dias	40	27/10/1980	99
27º	Silvia Pontes Figueiredo	250375345	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	5646	15 anos, 5 meses e 21 dias	5646	15 anos, 5 meses e 21 dias	39	17/06/1981	87
28º	Clarissa Portas Baptista Da Luz	305991279	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	5506	15 anos, 1 mês e 1 dia	5814	15 anos, 11 meses e 9 dias	39	19/03/1981	24
29º	Fabio Mantovan Dos Santos	257553204	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	5445	14 anos, 11 meses e 5 dias	5445	14 anos, 11 meses e 5 dias	39	14/07/1981	96
30º	Renata Simoes Stabile Bucceroni	336884230	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	5234	14 anos, 4 meses e 4 dias	5234	14 anos, 4 meses e 4 dias	38	02/09/1982	92
31º	Maria Isabel Toledo Del Rio	334225267	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	5112	14 anos e 2 dias	5112	14 anos e 2 dias	39	25/05/1981	20
32º	Catia Maria Brolazo	283808950	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	5105	13 anos e 12 meses	5105	13 anos e 12 meses	43	06/12/1977	125
33º	Fernanda Correa Da Costa Benjamim	708121	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	5021	13 anos, 9 meses e 6 dias	5021	13 anos, 9 meses e 6 dias	41	20/11/1979	121
34º	Lia Ruiz Lourenco	286751471	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4903	13 anos, 5 meses e 8 dias	5597	15 anos, 4 meses e 2 dias	42	06/05/1978	101
35º	Pietro Da Silva Estabile	114798713	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	7073	19 anos, 4 meses e 18 dias	41	25/04/1979	117
36º	Ricardo Augusto Wiziack Zago	249337526	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	43	03/12/1977	122
37º	Mike Luiz Sella Da Costa	208439018	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	42	30/09/1978	10
38º	Marcos Henrique Caetano Do Nascimento	254541586	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	40	06/10/1980	80
39º	Gabriela Freitas Aleixo Galvao De Souza	280653591	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	40	15/10/1980	9
40º	Luis Gustavo Fontanetti Alves Da Silva	265535359	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	39	24/04/1981	40
41º	Viviane Remondes Caruso	298076391	Defensor/a Público/a do Estado	10/10/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4850	13 anos, 3 meses e 15 dias	4850	13 anos, 3 meses e 15 dias	4850	13 anos, 3 meses e 15 dias	37	25/02/1983	127
42º	Flavio De Almeida Pontinha	281368193	Defensor/a Público/a do Estado	06/12/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4793	13 anos, 1 mês e 18 dias	4793	13 anos, 1 mês e 18 dias	4793	13 anos, 1 mês e 18 dias	44	18/01/1977	145
43º	Fernanda Tatari Frazao De Vasconcelos	337419085	Defensor/a Público/a do Estado	06/12/2007	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4793	13 anos, 1 mês e 18 dias	4793	13 anos, 1 mês e 18 dias	4793	13 anos, 1 mês e 18 dias	39	11/04/1981	139
44º	Ricardo Cesar Franco	331824395	Defensor/a Público/a do Estado	14/01/2008	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4754	13 anos e 9 dias	4960	13 anos, 7 meses e 5 dias	4960	13 anos, 7 meses e 5 dias	39	04/03/1981	148
45º	Rodrigo Emiliano Ferreira	72495330	Defensor/a Público/a do Estado	14/01/2008	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4754	13 anos e 9 dias	4754	13 anos e 9 dias	4754	13 anos e 9 dias	40	30/01/1980	149
46º	Luciano Castrequini Bufulin	341271342	Defensor/a Público/a do Estado	08/08/2008	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4547	12 anos, 5 meses e 17 dias	4547	12 anos, 5 meses e 17 dias	4547	12 anos, 5 meses e 17 dias	39	07/06/1981	157
47º	Ricardo Gabriel Gomes Pedreira	176346892	Defensor/a Público/a do Estado	16/01/2009	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4386	12 anos e 6 dias	8179	22 anos, 4 meses e 29 dias	8689	23 anos, 9 meses e 24 dias	47	24/01/1974	165
48º	Roberta Prestes Abissamra	131295019	Defensor/a Público/a do Estado	26/01/2009	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4376	11 anos, 12 meses e 1 dia	10204	27 anos, 11 meses e 19 dias	10966	30 anos e 16 dias	50	09/11/1970	167
49º	Giuliano D Andrea	289097034	Defensor/a Público/a do Estado	27/07/2009	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4194	11 anos, 5 meses e 29 dias	4194	11 anos, 5 meses e 29 dias	5729	15 anos, 8 meses e 14 dias	43	16/12/1977	135
50º	Fernando Catache Borian	326888913	Defensor/a Público/a do Estado	18/09/2009	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	5100	13 anos, 11 meses e 25 dias	5100	13 anos, 11 meses e 25 dias	36	01/02/1984	1
51º	Julio Grostein	307643177	Defensor/a Público/a do Estado	18/09/2009	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	5053	13 anos, 10 meses e 8 dias	5053	13 anos, 10 meses e 8 dias	35	16/07/1985	5
52º	Leandro De Castro Gomes	8922771	Defensor/a Público/a do Estado	18/09/2009	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	37	19/08/1983	7
53º	Juliana Pascutti Ferreira De Oliveira	402457262	Defensor/a Público/a do Estado	18/09/2009	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	36	18/01/1985	13
54º	Andre Vicentini Gazal	323721023	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4363	11 anos, 11 meses e 18 dias	4363	11 anos, 11 meses e 18 dias	40	25/02/1980	24
55º	Rafael Galati Sabio	346342466	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	31/01/2017	3	1449	3 anos, 11 meses e 24 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4264	11 anos, 8 meses e 9 dias	4264	11 anos, 8 meses e 9 dias	35	02/04/1985	30
56º	Flavia Quintaes Louvain Alvarenga	528202820	Defensor/a Público/a do Estado	14/05/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	4999	13 anos, 8 meses e 14 dias	38	14/01/1983	82
57º	Amanda Cavalcante Fervenca	325042305	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4965	13 anos, 7 meses e 10 dias	40	19/03/1980	66
58º	Alandeson De Jesus Vidal	6637239	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	44	01/03/1976	108
59º	Fabiana Dematte De Arruda Lemos	270163025	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	44	13/04/1976	124
60º	Ricardo Fagundes Gouvea	283754618	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	42	23/04/1978	15
61º	Rodrigo Cesar Jeronymo	302314064	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	41	05/08/1979	43
62º	Rosely Galvao Mota Chaves	509603336	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	41	20/01/1980	38
63º	Juliana Maria Callegari Davansso	290196231	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	40	01/06/1980	62
64º	Mariana Zakia Cavalcanti	348368008	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	40	20/09/1980	123
65º	Leonardo Scofano Damasceno Peixoto	93002196867	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	40	24/01/1981	77
66º	Roseleine Aparecida Da Silva	63621269	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	39	21/03/1981	84
67º	Juliana Martins De Carvalho Monnerat	352675214	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	39	13/05/1981	32
68º	Ana Paula De Souza Campos	307949710	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	38	20/04/1982	78
69º	Horacio Xavier Franco Neto	306389435	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	38	12/05/1982	52
70º	Luiza Ferreira Coelho	294671146	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	38	14/09/1982	81
71º	Matheus Assad Joao	302378005	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	38	23/10/1982	64
72º	Amanda Ruiz Babadopulos	250779791	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	38	28/10/1982	70
73º	Saulo Dutra De Oliveira	12035280	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	37	21/03/1983	42
74º	Diana Melo Nunes	340876694	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	37	15/11/1983	89
75º	Felix Roberto Damas Junior	293910844	Defensor/a Público/a do Estado	10/10/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4850	13 anos, 3 meses e 15 dias	4850	13 anos, 3 meses e 15 dias	4850	13 anos, 3 meses e 15 dias	41	28/10/1979	33
76º	Thiago Santos De Souza	253388910	Defensor/a Público/a do Estado	24/10/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4836	13 anos, 3 meses e 1 dia	4836	13 anos, 3 meses e 1 dia	4836	13 anos, 3 meses e 1 dia	42	04/07/1978	129
77º	Joao Paulo Dos Santos	247046644	Defensor/a Público/a do Estado	29/10/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4831	13 anos, 2 meses e 26 dias	5100	13 anos, 11 meses e 25 dias	5100	13 anos, 11 meses e 25 dias	39	28/08/1981	136
78º	Monica Godano Schlodtmann	230738448	Defensor/a Público/a do Estado	29/10/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4831	13 anos, 2 meses e 26 dias	4831	13 anos, 2 meses e 26 dias	4831	13 anos, 2 meses e 26 dias	42	15/02/1978	130
79º	Orivaldo De Sousa Ginel Junior	330331395	Defensor/a Público/a do Estado	29/10/2007	03/02/2018	3	1081	2 anos, 11 meses e 21 dias	4831	13 anos, 2 meses e 26 dias	4831	13 anos, 2 meses e 26

107º	Priscilla Batista Bastos	206278855	Defensor/a Público/a do Estado	25/03/2008	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4683	12 anos, 10 meses e 3 dias	4683	12 anos, 10 meses e 3 dias	4683	12 anos, 10 meses e 3 dias	37	04/01/1984	152
108º	Fernanda Caccavali Macedo	247395055	Defensor/a Público/a do Estado	08/08/2008	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4547	12 anos, 5 meses e 17 dias	4547	12 anos, 5 meses e 17 dias	4547	12 anos, 5 meses e 17 dias	42	27/09/1978	140
109º	Thaluane Fonseca	323246758	Defensor/a Público/a do Estado	08/08/2008	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4547	12 anos, 5 meses e 17 dias	4547	12 anos, 5 meses e 17 dias	4547	12 anos, 5 meses e 17 dias	37	28/12/1983	154
110º	Carolina Leite Lopez De Leon	255335209	Defensor/a Público/a do Estado	18/08/2008	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4537	12 anos, 5 meses e 7 dias	4537	12 anos, 5 meses e 7 dias	4537	12 anos, 5 meses e 7 dias	43	22/07/1977	153
111º	Paula Vieira Salles	11087821	Defensor/a Público/a do Estado	18/08/2008	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4537	12 anos, 5 meses e 7 dias	4537	12 anos, 5 meses e 7 dias	4537	12 anos, 5 meses e 7 dias	40	14/09/1980	156
112º	Juliano Bassetto Ribeiro	304212337	Defensor/a Público/a do Estado	01/09/2008	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4523	12 anos, 4 meses e 23 dias	5447	14 anos, 11 meses e 7 dias	5447	14 anos, 11 meses e 7 dias	40	05/08/1980	159
113º	Renata De Mello	27195677X	Defensor/a Público/a do Estado	01/09/2008	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4523	12 anos, 4 meses e 23 dias	4523	12 anos, 4 meses e 23 dias	4523	12 anos, 4 meses e 23 dias	40	27/11/1980	161
114º	Marta Morena Maluly Cardoso	325025642	Defensor/a Público/a do Estado	02/03/2009	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4341	11 anos, 10 meses e 26 dias	4341	11 anos, 10 meses e 26 dias	4341	11 anos, 10 meses e 26 dias	40	12/08/1980	170
115º	Karina Santos Salvador	249855665	Defensor/a Público/a do Estado	22/05/2009	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4260	11 anos, 8 meses e 5 dias	5246	14 anos, 4 meses e 16 dias	6075	16 anos, 7 meses e 25 dias	40	21/11/1980	126
116º	Douglas Tadashi Magami	257188939	Defensor/a Público/a do Estado	18/09/2009	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	5895	16 anos, 1 mês e 25 dias	5895	16 anos, 1 mês e 25 dias	38	06/01/1983	12
117º	Mariana Pagano Gil	264135118	Defensor/a Público/a do Estado	18/09/2009	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	39	11/08/1981	11
118º	Andrew Toshio Hayama	43557646X	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	5639	15 anos, 5 meses e 14 dias	5639	15 anos, 5 meses e 14 dias	36	12/05/1984	50
119º	Adriana Mas Rosa	287098503	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4455	12 anos, 2 meses e 15 dias	4455	12 anos, 2 meses e 15 dias	42	27/09/1978	46
120º	Luiz Fernando Baby Miranda	320558423	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	40	12/10/1980	34
121º	Felipe Capra Da Cunha Lopes	108791658	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	38	06/12/1982	45
122º	Andre Cadurin Castro	327428752	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	37	25/08/1983	36
123º	Silvia Caniver Drago	231701913	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	36	20/12/1984	19
124º	Andrea Da Silva Lima	267353984	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	8475	23 anos, 2 meses e 20 dias	8475	23 anos, 2 meses e 20 dias	47	31/05/1973	78
125º	Paulo Andre Costa Carvalho Matos	7952029	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	4779	13 anos, 1 mês e 4 dias	4779	13 anos, 1 mês e 4 dias	36	21/06/1984	20
126º	Diogo Cesar Perino	326447611	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	4476	12 anos, 3 meses e 6 dias	4476	12 anos, 3 meses e 6 dias	35	06/06/1985	5
127º	Erik Saddi Arnesen	358443118	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	4020	11 anos e 5 dias	4020	11 anos e 5 dias	37	29/10/1983	6
128º	Jose Rodolfo Stutz Cunha	202476438	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	6026	16 anos, 6 meses e 6 dias	35	30/01/1985	65
129º	Virginia Sanches Rodrigues Caldas Catelan	4253217	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	4406	12 anos e 26 dias	35	25/07/1985	33
130º	Ana Livia Mottola	296713508	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3886	10 anos, 7 meses e 26 dias	38	27/10/1982	60
131º	Matheus Bortoletto Raddi	12979720	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3799	10 anos, 4 meses e 29 dias	34	08/09/1986	27
132º	Marina Costa Craveiro Peixoto	340007023	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3760	10 anos, 3 meses e 20 dias	37	28/09/1983	46
133º	Aurea Maria De Oliveira Manoel	296143972	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	39	21/08/1981	63
134º	Gustavo Rodrigues Minatel	343215871	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	38	12/03/1982	23
135º	Luciano Pereira De Andrade	351000707	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	38	16/08/1982	30
136º	Simone Lavelle Godoy De Oliveira	444689102	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	35	05/03/1985	8
137º	Arthur Soares Pinto Moser	439126605	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	35	01/11/1985	18
138º	Camila Paronetti Silva	325136646	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	34	08/04/1986	34
139º	Renata Oliva Monteiro Matos	441956361	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	33	30/01/1987	73
140º	Jonas Zoli Segura	341330334	Defensor/a Público/a do Estado	11/04/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3571	9 anos, 9 meses e 16 dias	4383	12 anos e 3 dias	4383	12 anos e 3 dias	36	02/06/1984	83
141º	Bruno Girade Parise	28848048X	Defensor/a Público/a do Estado	11/04/2011	01/02/2019	3	718	1 ano, 11 meses e 23 dias	3571	9 anos, 9 meses e 16 dias	3571	9 anos, 9 meses e 16 dias	3571	9 anos, 9 meses e 16 dias	36	10/03/1984	90
142º	Thais De Assis Figueiredo Guimaraes Aiello	303785408	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	40	23/04/1980	35
143º	Tatiana Aparecida Bordao Da Silva	440891711	Defensor/a Público/a do Estado	13/09/2007	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	4877	13 anos, 4 meses e 12 dias	37	23/08/1983	119
144º	Fabricio Feres Furlan	261560268	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	9756	26 anos, 8 meses e 26 dias	9756	26 anos, 8 meses e 26 dias	43	31/10/1977	48
145º	Maria Teresa Bastia Vichi	325582956	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4848	13 anos, 3 meses e 13 dias	4848	13 anos, 3 meses e 13 dias	40	02/02/1980	20
146º	Ana Braga Nobre Correia	353346093	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4560	12 anos e 6 meses	4560	12 anos e 6 meses	35	03/05/1985	37
147º	Fabiana Julia Oliveira Resende	352292040	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4191	11 anos, 5 meses e 26 dias	4552	12 anos, 5 meses e 22 dias	37	17/07/1983	26
148º	Eduardo Jacomo Teixeira	351864830	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4933	13 anos, 6 meses e 8 dias	36	24/01/1985	38
149º	Maria Clara Paletta Lomar	216325110	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	48	12/02/1972	43
150º	Mariana De Souza Lima Lauand	8505071	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	42	20/08/1978	27
151º	Danielle Cristina Uemura	244934782	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	40	26/06/1980	44
152º	Rafael Soares Da Silva Vieira	335416974	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	40	06/12/1980	28
153º	Ilka Saito Millan	186920945	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	37	24/02/1983	23
154º	Guilherme Augusto Campos Bedin	304445691	Defensor/a Público/a do Estado	27/11/2009	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	4071	11 anos, 1 mês e 26 dias	36	14/05/1984	33
155º	Vivian Mantic Correia Gonzalez	341537858	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	5748	15 anos, 9 meses e 3 dias	5748	15 anos, 9 meses e 3 dias	39	26/12/1981	77
156º	Danilo Caetano Silvestre Torres	324675227	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	5685	15 anos e 7 meses	5685	15 anos e 7 meses	39	18/09/1981	58
157º	Tamara De Padua Capuano	439244596	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	4380	12 anos	4380	12 anos	34	26/05/1986	70
158º	Carolina Dalla Valle Bedicks	449400293	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	4026	11 anos e 11 dias	4026	11 anos e 11 dias	34	17/05/1986	39
159º	Lilian Rodrigues Mano	444666606	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	4503	12 anos, 4 meses e 3 dias	33	21/06/1987	74
160º	Vanessa Alves Vieira	341714860	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	4362	11 anos, 11 meses e 17 dias	37	15/02/1983	44
161º	Bruna Goncalves Da Silva Loureiro	132103938	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	4016	11 anos e 1 dia	37	05/04/1983	28
162º	Daniel Mobley Grillo	124753401	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3933	10 anos, 9 meses e 13 dias	40	12/12/1980	16
163º	Fernanda Cukier Dos Santos	201053121	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3806	10 anos, 5 meses e 6 dias	37	15/12/1983	11
164º	Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa	7697171	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3723	10 anos, 2 meses e 13 dias	37	23/11/1983	21
165º	Bernardo Faeda E Silva	13936736	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3707	10 anos, 1 mês e 27 dias	35	08/07/1985	13
166º	Marina Neves De Campos Mello	301931938	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	41	28/06/1979	68
167º	Aline Rodrigues Penha	323488134	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	41	09/11/1979	71
168º	Deise Gomes Da Cunha Tureta	120697230	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	40	16/09/1980	75
169º	Glauco Mazetto Tavares Moreira	253484029	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	40	06/11/1980	41
170º	Rafael Gandara D' Amico	278185794	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	39	11/08/1981	53
171º	Adriano Lino Mendonca	11098594	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	39	05/12/1981	29
172º	Anna Cecilia Silva Ferreira De Oliveira	281332356	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	38	04/04/1982	26
173º	Milena Jackeline Reis	71888576	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	38	19/04/1982	2
174º	Fernando Artacho Carvalho Martins	303589085	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	38	22/11/1982	80
175º	Paulo Arthur Araujo De Lima Ramos	2678348	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	37	05/03/1983	15
176º	Elisa Maria Rudge Ramos	349865590	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	37	07/05/1983	54
177º	Alexandra Pinheiro De Castro	331905723	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	37	23/12/1983	1
178º	Maiara Cangucu Marfinati	429845261	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	36	18/07/1984	36
179º	Isabela Veloso Monreal	434631474	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	35	17/05/1985	69
180º	Nelise Christino De Castro Santos Ogawa	12812307	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	34	09/08/1986	62
181º	Mariana Salomao Carrara	439913585	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	34	09/11/1986	12
182º	Danilo Martins Ortega	437344381	Defensor/a Público/a do Estado	28/01/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	3644	9 anos, 11 meses e 29 dias	33	29/01/1987	25
183º	Luciano Dal Sasso Masson	35067517X	Defensor/a Público/a do Estado	11/04/2011	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	3571	9 anos, 9 meses e 16 dias	3627	9 anos, 11 meses e 12 dias	3627	9 anos, 11 meses e 12 dias	38	12/03/1982	94
184º	Cristina Emy Yokaichiya	257814553	Defensor/a Público/a do Estado	23/11/2012	01/02/2020	3	353	11 meses e 23 dias	2979	8 anos, 1 mês e 29 dias	2979	8 anos, 1 mês e 29 dias	3015	8 anos, 3 meses e 5 dias	39	21/09/1981	3

(Republicado por conter incorreções.)

CORREGEDORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Despacho do Corregedor-Geral, de 26-01-2021

Expediente CGDP 001/2021

Interessada: Corregedoria-Geral

Assunto: Autorização para atividade docente/discente de Defensor/a Público/a

"Diante do exposto, defiro o pedido de autorização para que o Defensor Público Luciano Pereira de Andrade possa se ausentar de suas atividades às terças-feiras, das 09h às 12h, para frequentar aulas da disciplina "Estudos da Condição Humana na Contemporaneidade", no período entre 15 de março e 11-07-2021, tratando-se de atividade discente em nível de Mestrado em Ciências Humanas e Sociais, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), o que não o isenta de permanecer em seu local de trabalho, mesmo nos dias e horários das atividades acadêmicas, se houver comprovada necessidade do serviço."

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria do Coordenador Geral de Administração, de 28-1-2021

Credenciando, com fundamento no artigo 72 da Lei Complementar 988 de 09-01-2006 combinado com o artigo 3º da Deliberação CSDP 26, de 21-12-2006, com redação conferida pela Deliberação CSDP 354, de 16-07-2018, para exercer a função de estagiário/a de direito, na Defensoria Pública do Estado, o/a(s) estudante(s):

UNIDADE SÃO MIGUEL PAULISTA

Larissa Diamantino Ferreira, RG. 378702075, a partir de 29-01-2021

UNIDADE SANTO AMARO

Jackeline Santos Teixeira, RG. 374751018, a partir de 29-01-2021

UNIDADE NOSSA SENHORA DO Ó

Bruna Goncalves Pagno, RG. 471972502, a partir de 29-01-2021

UNIDADE LAPA

Raquel Barbosa Nina, RG. 1514085992, a partir de 26-01-2021

UNIDADE MOGI DAS CRUZES

Jacqueline dos Santos Ambrosio, RG. 52899783X, a partir de 01-02-2021

Luiz Felipe Mutti Salustiano, RG. 546824833, a partir de 01-02-2021

UNIDADE SÃO VICENTE

Keveny Simiao de Sousa, RG. 43525845X, a partir de 27-01-2021

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Camilla Puccia de Figueiredo, RG. 393322002, a partir de 08-02-2021

UNIDADE MAUA

Thais Oliveira de Souza, RG. 482059266, a partir de 28-01-2021

UNIDADE PRAIA GRANDE

Juliana Oliveira Menezes, RG. 392271862, a partir de 25-01-2021

Matheus Teodoro Placido da Costa, RG. 550734272, a partir de 25-01-2021

POLO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO CENTRAL - CÍVEL

Silas Roberto Zacarias Junior, RG. 530415549, a partir de 01-02-2021

Portarias do Coordenador Geral de Administração, de 28-1-2021

Descredenciando, com fundamento no artigo 78, inciso II, alínea "d", da Lei Complementar 988 de 09-01-2006 combinado com o artigo 16 das Disposições Transitórias e Finais da Deliberação CSDP 26, de 21-12-2006, de exercer a função de estagiário de direito, na Defensoria Pública do Estado, a/o(s) estudante(s):

UNIDADE ARAÇATUBA

Vinicius Garcia Fernandes Molina, RG. 487382857, a partir de 27-01-2021

Descredenciando, com fundamento no artigo 78, inciso I, da Lei Complementar 988 de 09-01-2006 combinado com o artigo 16 das Disposições Transitórias e Finais da Deliberação CSDP 26, de 21-12-2006, de exercer a função de estagiário de direito, na Defensoria Pública do Estado, a/o(s) estudante(s):

UNIDADE SANTO AMARO

Kassia Cristina de Castro Bertouza, RG. 459072195, a partir de 28-01-2021

Vanessa Valdivina da Silva Abreu, RG. 412588316, a partir de 21-01-2021

UNIDADE SANTOS

Stefanye Rocha da Silva, RG. 428996206, a partir de 28-01-2021

UNIDADE JECRIM/DIPO

Andrea Haddad Gaspar, RG. 137744699, a partir de 30-01-2021

DIVISÃO DE ATENDIMENTO INICIAL ESPECIALIZADO AO PÚBLICO

Vinicius Barbosa de Lima, RG. 475664541, a partir de 29-01-2021

UNIDADE FRANCA

Paulo Henrique Soares de Lacerda, RG. 521600169, a partir de 28-01-2021

UNIDADE LAPA

Brenda Teixeira Nascimento, RG. 505488279, a partir de 28-01-2021

Portarias do Coordenador Geral de Administração, de 22-1-2021

Descredenciando, com fundamento no artigo 78, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar 988 de 09-01-2006 combinado com o artigo 16 das Disposições Transitórias e Finais da Deliberação CSDP 26, de 21-12-2006, de exercer a função de estagiário de direito, na Defensoria Pública do Estado, a/o(s) estudante(s):

UNIDADE TUPÃ

Juliana Alves Pardim, RG. 411646928, a partir de 24-01-2021

Descredenciando, com fundamento no artigo 78, inciso I, da Lei Complementar 988 de 09-01-2006 combinado com o artigo 16 das Disposições Transitórias e Finais da Deliberação CSDP 26, de 21-12-2006, de exercer a função de estagiário de direito, na Defensoria Pública do Estado, a/o(s) estudante(s):

UNIDADE DIADEMA

Rafaela Boani de Queiroz, RG. 39783598X, a partir de 23-01-2021

UNIDADE PRESIDENTE PRUDENTE

Beatriz Carrion de Andrade Santos, RG. 539069073, a partir de 23-01-2021

UNIDADE JECRIM/DIPO

Franklin Andrade da Silva, RG. 44486782X, a partir de 24-01-2021

Julie Carol Rutman, RG. 391793299, a partir de 24-01-2021

UNIDADE TUPÃ

Tamara da Silva Rondon, RG. 498669002, a partir de 24-01-2021

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Despacho do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Deferindo o pedido de licença maternidade de Daniely Maria Vaiano Glens, RG. 41656408-2, Agente de Defensoria Pública do Estado, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 20-01-2021.

Ato do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Lista de Antiguidade para fins de remoção na carreira de oficiais de defensoria, nos termos do Artigo 3º do Ato Normativo DPG nº 78, de 22 de novembro de 2013.

| CLASS | NOME | RG

12º	Sergio Luiz Galvao	161692667	Oficial	05/05/2009	4287	11 anos, 9 meses e 2 dias	4287	11 anos, 9 meses e 2 dias	4287	11 anos, 9 meses e 2 dias	53	04/12/1967	196
13º	Alexandre De Padua Medeiros Abreu	441096839	Oficial	05/05/2009	4287	11 anos, 9 meses e 2 dias	4287	11 anos, 9 meses e 2 dias	4287	11 anos, 9 meses e 2 dias	39	22/12/1981	174
14º	Akira Marcos Uehara	224528294	Oficial	22/06/2009	4239	11 anos, 7 meses e 14 dias	4239	11 anos, 7 meses e 14 dias	4239	11 anos, 7 meses e 14 dias	44	12/06/1976	243
15º	Maria Regina Pereira Lopes	151763446	Oficial	01/07/2009	4230	11 anos, 7 meses e 5 dias	4230	11 anos, 7 meses e 5 dias	4617	12 anos, 7 meses e 27 dias	57	07/06/1963	220
16º	Angela Vieira Peres	48567368X	Oficial	07/07/2009	4224	11 anos, 6 meses e 29 dias	4787	13 anos, 1 mês e 12 dias	4787	13 anos, 1 mês e 12 dias	36	07/08/1984	229
17º	Silvia Helena Dos Santos Claro	402847155	Oficial	13/07/2009	4218	11 anos, 6 meses e 23 dias	4218	11 anos, 6 meses e 23 dias	6200	16 anos e 12 meses	35	29/05/1985	222
18º	Ana Maria Aparecida Mendes Silva	186667796	Oficial	21/08/2009	4179	11 anos, 5 meses e 14 dias	4179	11 anos, 5 meses e 14 dias	4179	11 anos, 5 meses e 14 dias	53	15/02/1967	255
19º	Carolina Alves Bacaro	281238911	Oficial	21/08/2009	4179	11 anos, 5 meses e 14 dias	4179	11 anos, 5 meses e 14 dias	4179	11 anos, 5 meses e 14 dias	42	24/03/1978	288
20º	Flavia Ferro Fanelli	263395650	Oficial	28/09/2009	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	4141	11 anos, 4 meses e 6 dias	44	01/03/1976	280
21º	Augusto Roxo Beltran	435395944	Oficial	03/09/2009	4041	11 anos e 26 dias	4041	11 anos e 26 dias	4041	11 anos e 26 dias	38	11/08/1982	271
22º	Ricardo Amorim Leite	204129461	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	5798	15 anos, 10 meses e 19 dias	4505	15 anos, 10 meses e 19 dias	44	08/11/1976	6
23º	Ana Paula Shimabuco	229009177	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	5121	14 anos e 11 dias	6088	16 anos, 8 meses e 8 dias	48	08/03/1972	100
24º	Luciane Bortolazzi Cassiano Das Chagas	230297432	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	4085	11 anos, 2 meses e 10 dias	4089	11 anos, 2 meses e 14 dias	45	30/10/1975	93
25º	Marina Oliveira Dos Santos	261831690	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	4955	13 anos e 7 meses	41	12/01/1980	12
26º	Miriam Rute Rais Da Silva Ushijima	78940953	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	64	23/03/1956	4
27º	Ruthe Miyuki Narita	103236090	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	61	07/07/1959	4
28º	Isabel Pereira Dos Santos	161910683	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	58	02/01/1963	54
29º	Elias Sousa Do Nascimento	1415141	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	57	26/02/1963	41
30º	Sonia Regina Da Silva	155890062	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	55	06/06/1965	34
31º	Debora Neves Marin Da Silva	204195731	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	53	27/09/1967	8
32º	Claudia Regina Recke	188098483	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	52	15/01/1969	5
33º	Marcia Silvestre Da Silva	24477674X	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	47	21/04/1973	7
34º	Gleyce Maria Da Silva	542943608	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	45	12/12/1975	88
35º	Fernando Bertozo De Godoy	267400378	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	44	21/05/1976	3
36º	Daniela Perez Da Silva	233877150	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	44	15/01/1977	68
37º	Daniel Okayama	249864551	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	43	15/09/1977	63
38º	Edilma Sanches Dos Santos Carvalho	205978010	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	43	12/11/1977	17
39º	Rodrigo Yukio Ansai	248748208	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	43	28/12/1977	75
40º	Renata Eri Suguimoto	342937777	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	39	12/12/1981	3
41º	Marcelo Emidio De Franca Nazare	345662696	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	38	15/10/1982	24
42º	Raquel Miada Cervigni	299792717	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	38	04/02/1983	81
43º	Fernanda De Mauro	323621077	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	37	10/06/1983	72
44º	Brunno Gozzi Candido De Oliveira	435142896	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	36	14/02/1984	33
45º	Valdecyr Dos Santos Xavier Junior	331203753	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	35	03/03/1985	45
46º	Moniki Flavia Ferreira Velozo Silva	529425427	Oficial	12/04/2010	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	3945	10 anos, 9 meses e 25 dias	35	13/01/1986	64
47º	Fabio Renato Florencio De Almeida	333218863	Oficial	12/04/2010	3944	10 anos, 9 meses e 24 dias	3944	10 anos, 9 meses e 24 dias	3944	10 anos, 9 meses e 24 dias	34	30/05/1986	51
48º	Greice De Oliveira	273242155	Oficial	12/04/2010	3943	10 anos, 9 meses e 23 dias	3943	10 anos, 9 meses e 23 dias	3943	10 anos, 9 meses e 23 dias	45	10/08/1975	6
49º	Jaime Leitao Da Silva Filho	229487439	Oficial	06/05/2010	3921	10 anos, 9 meses e 1 dia	4214	11 anos, 6 meses e 19 dias	4214	11 anos, 6 meses e 19 dias	44	19/10/1976	65
50º	Marcio Carvalho Barbisan	293390599	Oficial	09/06/2010	3887	10 anos, 7 meses e 27 dias	4577	12 anos, 6 meses e 17 dias	4577	12 anos, 6 meses e 17 dias	41	25/05/1979	123
51º	Pacelli Cartaxo Bastos	503849340	Oficial	09/06/2010	3887	10 anos, 7 meses e 27 dias	3887	10 anos, 7 meses e 27 dias	4033	11 anos e 18 dias	41	13/11/1979	118
52º	Marcos Rossi De Cerqueira Leite	304094109	Oficial	09/06/2010	3887	10 anos, 7 meses e 27 dias	3887	10 anos, 7 meses e 27 dias	3887	10 anos, 7 meses e 27 dias	42	04/12/1978	121
53º	Jarbas Correa Leite	340491899	Oficial	09/06/2010	3887	10 anos, 7 meses e 27 dias	3887	10 anos, 7 meses e 27 dias	3887	10 anos, 7 meses e 27 dias	36	22/09/1984	116
54º	Marcelo Hocoya	137350065	Oficial	09/06/2010	3886	10 anos, 7 meses e 26 dias	3886	10 anos, 7 meses e 26 dias	3886	10 anos, 7 meses e 26 dias	53	18/07/1967	9
55º	Erica Meireles De Oliveira	471949085	Oficial	09/06/2010	3886	10 anos, 7 meses e 26 dias	3886	10 anos, 7 meses e 26 dias	3886	10 anos, 7 meses e 26 dias	30	31/10/1990	8
56º	Valdir Rodrigues Maruco Junior	326879912	Oficial	09/06/2010	3882	10 anos, 7 meses e 22 dias	3882	10 anos, 7 meses e 22 dias	3882	10 anos, 7 meses e 22 dias	39	04/08/1981	112
57º	Fabiano Alves Henriques	216716652	Oficial	02/08/2010	3833	10 anos, 6 meses e 3 dias	4255	11 anos e 8 meses	4255	11 anos e 8 meses	46	25/03/1974	127
58º	Ricardo Beda Da Silva	420178442	Oficial	09/09/2010	3795	10 anos, 4 meses e 25 dias	3795	10 anos, 4 meses e 25 dias	3795	10 anos, 4 meses e 25 dias	37	20/02/1983	5
59º	Marli Ferreira Dos Santos Silva	242551932	Oficial	13/09/2010	3791	10 anos, 4 meses e 21 dias	3791	10 anos, 4 meses e 21 dias	3791	10 anos, 4 meses e 21 dias	50	17/05/1970	141
60º	Juliana Valle Coca Moralis	328508652	Oficial	15/09/2010	3789	10 anos, 4 meses e 19 dias	3789	10 anos, 4 meses e 19 dias	3789	10 anos, 4 meses e 19 dias	38	16/04/1982	138
61º	Maria Jose De Souza	177806552	Oficial	21/09/2010	3783	10 anos, 4 meses e 13 dias	3783	10 anos, 4 meses e 13 dias	3783	10 anos, 4 meses e 13 dias	53	12/11/1967	154
62º	Eveline Portela Biriba De Almeida	1461862140	Oficial	23/09/2010	3781	10 anos, 4 meses e 11 dias	3781	10 anos, 4 meses e 11 dias	3781	10 anos, 4 meses e 11 dias	41	14/11/1979	151
63º	Sergio Henrique Barros De Menezes	157770734	Oficial	27/09/2010	3777	10 anos, 4 meses e 7 dias	3777	10 anos, 4 meses e 7 dias	3777	10 anos, 4 meses e 7 dias	55	16/12/1965	44
64º	Rosa Das Neves Goncalves Pires	332960699	Oficial	13/10/2010	3761	10 anos, 3 meses e 21 dias	3761	10 anos, 3 meses e 21 dias	3761	10 anos, 3 meses e 21 dias	46	13/04/1974	163
65º	Marcia Anderlini Joyce	131471429	Oficial	15/10/2010	3759	10 anos, 3 meses e 19 dias	3759	10 anos, 3 meses e 19 dias	3759	10 anos, 3 meses e 19 dias	58	30/04/1962	185
66º	Claudia Silva Fernandes Ribeiro	506601419	Oficial	18/10/2010	3756	10 anos, 3 meses e 16 dias	3756	10 anos, 3 meses e 16 dias	3756	10 anos, 3 meses e 16 dias	50	09/01/1971	5
67º	Marcus Emanuel Pereira De Oliveira	348418413	Oficial	26/10/2010	3748	10 anos, 3 meses e 8 dias	4207	11 anos, 6 meses e 12 dias	4207	11 anos, 6 meses e 12 dias	46	01/02/1975	182
68º	Cristiane Rensi	267241215	Oficial	03/11/2010	3740	10 anos e 3 meses	3740	10 anos e 3 meses	3740	10 anos e 3 meses	41	18/08/1979	172
69º	Silmeyre Garcia Zanati De Moraes	326985037	Oficial	09/11/2010	3734	10 anos, 2 meses e 24 dias	3734	10 anos, 2 meses e 24 dias	3734	10 anos, 2 meses e 24 dias	41	11/09/1979	6
70º	Fabio Yuji Ogata	258835254	Oficial	25/11/2010	3718	10 anos, 2 meses e 8 dias	3932	10 anos, 9 meses e 12 dias	3932	10 anos, 9 meses e 12 dias	41	28/07/1979	186
71º	Leticia Macedo	348419284	Oficial	20/12/2010	3692	10 anos, 1 mês e 12 dias	4036	11 anos e 21 dias	4125	11 anos, 3 meses e 20 dias	42	27/01/1979	155
72º	Marcela Richena Demonte	331450161	Oficial	04/01/2011	3678	10 anos e 28 dias	3678	10 anos e 28 dias	3678	10 anos e 28 dias	35	26/03/1985	24
73º	Idemburgo Mussuri De Gouveia	127749934	Oficial	17/01/2011	3665	10 anos e 15 dias	3665	10 anos e 15 dias	3665	10 anos e 15 dias	48	04/02/1973	200
74º	Leandro Pereira Castilho	329845871	Oficial	03/02/2011	3648	9 anos, 12 meses e 3 dias	3648	9 anos, 12 meses e 3 dias	3648	9 anos, 12 meses e 3 dias	42	02/06/1978	13
75º	Assis Jose Ferreira	562673787	Oficial	16/02/2011	3635	9 anos, 11 meses e 20 dias	3635	9 anos, 11 meses e 20 dias	3635	9 anos, 11 meses e 20 dias	29	05/04/1991	4
76º	Claudia Correia Lima De Freitas	300542975	Oficial	28/02/2011	3623	9 anos, 11 meses e 8 dias	3623	9 anos, 11 meses e 8 dias	3623	9 anos, 11 meses e 8 dias	43	25/06/1977	203
77º	Cristiane De Paula Neves	299772822	Oficial	01/03/2011	3622	9 anos, 11 meses e 7 dias	3981	10 anos, 11 meses e 1 dia	3981	10 anos, 11 meses e 1 dia	41	01/12/1979	4
78º	Eduardo Marcilio Da Silva	189406525	Oficial	10/03/2011	3613	9 anos, 10 meses e 28 dias	3613	9 anos, 10 meses e 28 dias	3613	9 anos, 10 meses e 28 dias	50	15/07/1970	211
79º	Jefferson Canuto Ribeiro	428916247	Oficial	10/03/2011	3613	9 anos, 10 meses e 28 dias	3613	9 anos, 10 meses e 28 dias	3613	9 anos, 10 meses e 28 dias	34	11/06/1986	206
80º	Fabio Ricardo Gotuzo	278497986	Oficial	02/05/2011	3559	9 anos, 9 meses e 4 dias	6000	16 anos, 5 meses e 10 dias	6011	16 anos, 5 meses e 21 dias	43	15/03/1977	213
81º	Claudete Aparecida Marques De Carvalho	189404887	Oficial	25/11/2010	3554	9 anos, 8 meses e 29 dias	5678	15 anos, 6 meses e 23 dias	6090	16 anos, 8 meses e 10 dias	49	20/08/1971	192
82º	Claudio Aparecido Urze	8833868X	Oficial	09/05/2011	3553	9 anos, 8 meses e 28 dias	9470	25 anos, 11 meses e 15 dias	9498	26 anos e 8 dias	63	18/02/1957	25
83º	Valter Hugo Bargmann	77904114	Oficial	13/05/2011	3549	9 anos, 8 meses e 24 dias	4643	12 anos, 8 meses e 23 dias	4643	12 anos, 8 meses e 23 dias	65	31/01/1956	226
84º	Luis Carlos Biroli Trevizan	431769783	Oficial	13/05/2011	3549	9 anos, 8 meses e 24 dias	3549	9 anos, 8 meses e 24 dias	3549	9 anos, 8 meses e 24 dias	33	28/04/1987	16
85º	Lillian Emi Kuroki	341160775	Oficial	30/05/2011	3532	9 anos, 8 meses e 7 dias	3532	9 anos, 8 meses e 7 dias	3532	9 anos, 8 meses e 7 dias	31	26/09/1989	232
86º	Tu Moon Ming	90798326	Oficial	06/06/2011	3525	9 anos e 8 meses	3525	9 anos e 8 meses	3525	9 anos e 8 meses	56	27/12/1964	233
87º	Priscila Assuncao Ramos Marques	325973556	Oficial	08/06/2011	3523	9 anos, 7 meses e 28 dias	3523	9 anos, 7 meses e 28 dias	3523	9 anos, 7 meses e 28 dias	40	11/12/1980	237
88º	Marcia Terumi Miyadi Akamine	117778114	Oficial	01/07/2011	3500	9 anos, 7 meses e 5 dias	3500	9 anos, 7 meses e 5 dias	5536	15 anos, 2 meses e 1 dia	54	10/07/1966	241
89º	Edson Souza De Moura	202828645	Oficial	01/07/2011	3500	9 anos, 7 meses e 5 dias	3500	9 anos, 7 meses e 5 dias	3500	9 anos, 7 meses e 5 dias	49	20/03/1971	240
90º	Flavia Vilar Bassalobre Pires	245780531	Oficial	01/07/2011	3500	9 anos, 7 meses e 5 dias	3500	9 anos, 7 meses e 5 dias	3500	9 anos, 7 meses e 5 dias	46	21/06/1974	243
91º	Akira Matsuzaki	5480268	Oficial	05/07/2011	3496	9 anos, 7 meses e 1 dia	3496	9 anos, 7 meses e 1 dia	3496	9 anos, 7 meses e 1 dia	68	02/05/1952	244
92º	Rafael Alves De Moura	338308581	Oficial	19/07/2011	3482	9 anos, 6 meses e 17 dias	3482	9 anos, 6 meses e 17 dias	3482	9 anos, 6 meses e 17 dias	35	10/11/1985	236
93º	Luciana Aparecida Da Silveira Oliveira De Sousa	434368337	Oficial	25/07/2011	3476	9 anos, 6 meses e 11 dias	3476	9 anos, 6 meses e 11 dias	3861	10 anos, 7 meses e 1 dia	36	03/11/1984	38
94º	Ikaro Beraldo Da Silveira Balestrin	443247390	Oficial	01/08/2011	3469	9 anos, 6 meses e 4 dias	3469	9 anos, 6 meses e 4 dias	3469	9 anos, 6 meses e 4 dias	33	21/11/1987	6
95º	Lidiane Cintra Lonardi	407530691	Oficial	17/08/2011	3453	9 anos, 5 meses e 18 dias	3453	9 anos, 5 meses e 18 dias	3453	9 anos, 5 meses e 18 dias	36	01/05/1984	5
96º	Norma Silverio De Freitas	82659527	Oficial	12/09/2011	3427	9 anos, 4 meses e 22 dias	4209	11 anos, 6 meses e 14 dias	4294	11 anos, 9 meses e 9 dias	67	29/04/1953	258
97º	Cileide Das Gracas Lima Case	250866304	Oficial	16/09/2011	3423	9 anos, 4 meses e 18 dias	5362	14 anos, 8 meses e 12 dias	5378	14 anos, 8 meses e 28 dias	46	15/02/1974	246
98º	Ana Paula Mesquita Flauzino	435758792	Oficial	26/09/2011	3413	9 anos, 4 meses e 8 dias	3413	9 anos, 4 meses e 8 dias	3413	9 anos, 4 meses e 8 dias	36	31/01/1985	48
99º	Rodrigo Teodoro Lugato	25097325X	Oficial	10/10/2011	3399	9 anos, 3 meses e 24 dias	3399	9 anos, 3 meses e 24 dias	3399	9 anos, 3 meses e 24 dias	42	27/08/1978	265
100º	Antonio Matosinho De Paula	200890396	Oficial	18/10/2011	3391	9 anos, 3 meses e 16 dias	3391	9 anos, 3 meses e 16 dias	3391	9 anos, 3 meses e 16 dias	54	18/03/1966	263
101º	Angela Canetta	14208296X	Oficial	19/10/2011	3390	9 anos, 3 meses e 15 dias	3390	9 anos, 3 meses e 15 dias	6568	17 anos, 12 meses e 3 dias	56	16/08/1964	260
102º	Ana Paula Weffort	448233020	Oficial	24/10/2011	3385	9 anos, 3 meses e 10 dias	3385	9 anos, 3 meses e 10 dias	3385	9 anos, 3 meses e 10 dias	49	08/04/1971	14
103º	Luciano Martins Da Costa	262073559	Oficial	28/10/2011	3381	9 anos, 3 meses e 6 dias	4191	11 anos, 5 meses e 26 dias	4191	11 anos, 5 meses e 26 dias	45	19/03/1975	4
104º	Geovani Bianchi Lopes	323401247	Oficial	07/11/2011	3371	9 anos, 2 meses e 26 dias	3371	9 anos, 2 meses e 26 dias	3371	9 anos, 2 meses e 26 dias	40	25/04/1980	52
105º	Alexandre Dall Ovo Thurmann	274819910	Oficial	08/11/2011	3370	9 anos, 2 meses e 25 dias	3370	9 anos, 2 meses e 25 dias	3370	9 anos, 2 meses e 25 dias	44	27/11/1976	272
106º	Ed Ricardo Amate Caparoz	157787254	Oficial	16/11/2011	3362	9 anos, 2 meses e 17 dias	3362	9 anos, 2 meses e 17 dias	7485	20 anos, 6 meses e 5 dias	53	03/02/1968	56
107º	Marcella Moreira De Almeida	7707549	Oficial	06/12/2011	3342	9 anos, 1 mês e 27 dias	3342	9 anos, 1 mês e 27 dias	3342	9 anos, 1 mês e 27 dias	37	17/11/1983	55
108º	Gabriel Pinto Nunes	325335989	Oficial	15/12/2011	3333	9 anos, 1 mês e 18 dias	3333	9 anos, 1 mês e 18 dias	3333	9 anos, 1 mês e 18 dias	37	14/02/1983	267
109º	Paulo Roberto Sperandio Cott	24909907X	Oficial	03/01/2012	3314	9 anos e 29 dias	3314	9 anos e 29 dias	6481	17 anos, 9 meses e 6 dias	45	07/04/1975	275
110º	Michelle Santo Beraldo Pessoni	431574108	Oficial	09/01/2012	3308	9 anos e 23 dias	3308	9 anos e 23 dias	3308	9 anos e 23 dias	36	20/04/1984	26
111º	Roseleni Siqueira Da Silva	62453889	Oficial	16/01/2012	3301	9 anos e 16 dias	3301	9 anos e 16 dias	3301	9 anos e 16 dias	49	14/04/1971	276
112º	Guilherme Pini Rodrigues Santos	335219019	Oficial	08/02/2012	3278	8 anos, 11 meses e 28 dias	3278	8 anos, 11 meses e 28 dias	3278	8 anos, 11 meses e 28 dias	41	24/11/1979	29
113º	Corina Lima Chiarini	292055717	Oficial	13/02/2012	3273	8 anos, 11 meses e 23 dias	3273	8 anos, 11 meses e 23 dias	3273	8 anos, 11 meses e 23 dias	42	25/01/1979	287
114º	Fatima Alves Correia	321136834	Oficial	15/02/2012	3271	8 anos, 11 meses e 21 dias	3271	8 anos, 11 meses e 21 dias	3271	8 anos, 11 meses e 21 dias	37	14/05/1983	279
115º	Marcia Haidee Silva Molina	253476136	Oficial	17/02/2012	3269	8 anos, 11 meses e 19 dias	3269	8 anos, 11 meses e 19 dias	3269	8 anos, 11 meses e 19 dias	40	15/06/1980	11
116º	Karla Rocha De Azevedo Dornelas	44005848X	Oficial	23/02/2012	3263	8 anos, 11 meses e 13 dias	3263	8 anos, 11 meses e 13 dias	3263	8 anos, 11 meses e 13 dias	34	28/01/1987	285
117º	Monica Massena De Souza	119197819	Oficial	01/03/2012	3256	8 anos, 11 meses e 6 dias	3256	8 anos, 11 meses e 6 dias	3256	8 anos, 11 meses e 6 dias	60	11/07/1960	289
118º	Ileni Quaglio De Oliveira	125642374	Oficial	05/03/2012	3252	8 anos, 11 meses e 2 dias	3252	8 anos, 11 meses e 2 dias	3252	8 anos, 11 meses e 2 dias	57	31/03/1963	295
119º	Luana Clementino Chalegre	424902898	Oficial	06/03/2012	3251	8 anos, 11 meses e 1 dia	3251	8 anos, 11 meses e 1 dia	3251	8 anos, 11 meses e 1 dia	33	20/12/1987	297
120º	Amanda Elizabeth Do Prado Albino	431988328	Oficial	20/03/2012	3237	8 anos, 10 meses e 17 dias	3237	8 anos, 10 meses e 17 dias	3237	8 anos, 10 meses e 17 dias	34	25/08/1986	6
121º	Raquel De Oliveira Renault Cunha	184362490	Oficial	23/03/2012	3234	8 anos, 10 meses e 14 dias	3234	8 anos, 10 meses e 14 dias	3234	8 anos, 10 meses e 14 dias	48	08/02/1973	290
122º	Fernando Bonini	225298375	Oficial	02/04/2012	3224	8 anos, 10 meses e 4 dias	3224	8 anos, 10 meses e 4 dias	3224	8 anos, 10 meses e 4 dias	39	23/08/1981	8
123º	Graziela De Sousa	300768084	Oficial	18/04/2012	3208	8 anos, 9 meses e 18 dias	3208	8 anos, 9 meses e 18 dias	3208	8 anos, 9 meses e 18 dias	40	17/01/1981	306
124º	Claudia Veloso De Oliveira Vale	276200019	Oficial	02/05/2012	3194	8 anos, 9 meses e 4 dias	3194	8 anos, 9 meses e 4 dias	3625	9 anos, 11 meses e 10 dias	43	01/10/1977	23
125º	Marcos De Souza Farias	442096781	Oficial	02/05/2012	3194	8 anos, 9 meses e 4 dias	3194	8 anos, 9 meses e 4 dias	3194	8 anos, 9 meses e 4 dias	32	23/02/1988	326
126º	Talita Martineli E Chaim Rezeke	259416289	Oficial	14/05/2012	3182	8 anos, 8 meses e 22 dias	4112	11 anos, 3 meses e 7 dias	4112	11 anos, 3 meses e 7 dias	43	29/07/1977	313
127º	Kelly Nepomuceno Leite Rodrigues	432369533	Oficial	14/05/2012	3182	8 anos, 8 meses e 22 dias	3182	8 anos, 8 meses e 22 dias	3182	8 anos, 8 meses e 22 dias	37	07/10/1983	312
128º	Joao Paulo Vaz De Almeida	271674787	Oficial	23/05/2012	3173	8 anos, 8 meses e 13 dias	4104	11 anos, 2 meses e 29 dias	4104	11 anos, 2 meses e 29 dias	37	10/06/1983	31
129º	Flavia Agostini	276819226	Oficial	01/06/2012	3164	8 anos, 8 meses e 4 dias	3164	8 anos, 8 meses e 4 dias	3164	8 anos, 8 meses e 4 dias	34	26/04/1986	336
130º	Gleice Maira Limongi Mutte Penteado	268005540	Oficial	18/06/2012	3147	8 anos, 7 meses e 17 dias	3909	10 anos, 8 meses e 19 dias	3909	10 anos, 8 meses e 19 dias	43	25/05/1977	64
131º	Maria Cristina Ferreira Salerno	191846417	Oficial	18/06/2012	3147	8 anos, 7 meses e 17 dias	3147	8 anos, 7 meses e 17 dias	3147	8 anos, 7 meses e 17 dias	52	17/12/1968	338
132º	Gabriel Fernando Antunes Passerotti	43664289X	Oficial	21/06/2012	3144	8 anos, 7 meses e 14 dias	3144	8 anos, 7 meses e 14 dias	3144	8 anos, 7 meses e 14 dias	34	17/06/1986	353
133º	Willians Rocha Monteiro	229597701	Oficial	27/06/2012	3138	8 anos, 7 meses e 8 dias	3138	8 anos, 7 meses e 8 dias	6193	16 anos, 11 meses e 23 dias	48	18/01/1973	346
134º	Tamar Agra Silva	402106088	Oficial	05/07/2012	3130	8 anos e 7 meses	3130	8 anos e 7 meses	3130	8 anos e 7 meses	35	12/04/1985	339
135º	Antonio Carlos Da Silva	438741213	Oficial	20/07/2012	3115	8 anos, 6 meses e 15 dias	3115	8 anos, 6 meses e 15 dias	3115	8 anos, 6 meses e 15 dias	35	30/08/1985	349
136º	Cesar Ayumu Tsuchiya	564446774	Oficial	27/07/2012	3108	8 anos, 6 meses e 8 dias	3108	8 anos, 6 meses e 8 dias	3108	8 anos, 6 meses e 8 dias	54	18/10/1966	345
137º	Cintia Pimentel Teixeira De Oliveira	418038685	Oficial	08/08/2012	3096	8 anos, 5 meses e 26 dias	3096	8 anos, 5 meses e 26 dias	3096	8 anos, 5 meses e 26 dias	37	26/07/1983	18
138º	William Santos De Abreu	245620199	Oficial	27/08/2012	3077	8 anos, 5 meses e 7 d

153º	Daniel Ferreira Lopes	27291891X	Oficial	03/06/2013	2797	7 anos, 8 meses e 2 dias	2797	7 anos, 8 meses e 2 dias	2797	7 anos, 8 meses e 2 dias	41	03/08/1979	2
154º	Dante Costa Santos Guimaraes Erdmann	300856842	Oficial	03/06/2013	2797	7 anos, 8 meses e 2 dias	2797	7 anos, 8 meses e 2 dias	2797	7 anos, 8 meses e 2 dias	39	25/03/1981	4
155º	Gisele Galhardo Sanches	455081438	Oficial	03/06/2013	2797	7 anos, 8 meses e 2 dias	2797	7 anos, 8 meses e 2 dias	2797	7 anos, 8 meses e 2 dias	37	08/01/1984	3
156º	Andrea Pinheiro Dos Santos Jasper Boer	584664291	Oficial	03/06/2013	2797	7 anos, 8 meses e 2 dias	2797	7 anos, 8 meses e 2 dias	2797	7 anos, 8 meses e 2 dias	35	06/05/1985	6
157º	Omar Hussein Hassan	320143703	Oficial	03/06/2013	2796	7 anos, 8 meses e 1 dia	2796	7 anos, 8 meses e 1 dia	2796	7 anos, 8 meses e 1 dia	41	22/07/1979	30
158º	Roberto Dos Santos Fausto	443037395	Oficial	05/06/2013	2795	7 anos e 8 meses	2795	7 anos e 8 meses	2795	7 anos e 8 meses	37	20/10/1983	29
159º	Joas De Souza	386605646	Oficial	07/06/2013	2793	7 anos, 7 meses e 28 dias	3444	9 anos, 5 meses e 9 dias	3444	9 anos, 5 meses e 9 dias	30	21/01/1991	15
160º	Sebastiao Marcos Rodrigues De Oliveira	56267150X	Oficial	10/06/2013	2790	7 anos, 7 meses e 25 dias	4022	11 anos e 7 dias	4022	11 anos e 7 dias	46	15/01/1975	16
161º	Carlos Roberto Pinheiro	171638360	Oficial	13/06/2013	2787	7 anos, 7 meses e 22 dias	2787	7 anos, 7 meses e 22 dias	2787	7 anos, 7 meses e 22 dias	57	19/10/1963	27
162º	Adriana Zoboli	259003736	Oficial	17/06/2013	2783	7 anos, 7 meses e 18 dias	2783	7 anos, 7 meses e 18 dias	2783	7 anos, 7 meses e 18 dias	44	01/02/1977	24
163º	Shirley Correa De Paiva	133123972	Oficial	10/07/2013	2760	7 anos, 6 meses e 25 dias	2760	7 anos, 6 meses e 25 dias	2760	7 anos, 6 meses e 25 dias	56	24/05/1964	1
164º	Carlos Ari Pedroso	322426224	Oficial	10/07/2013	2760	7 anos, 6 meses e 25 dias	2760	7 anos, 6 meses e 25 dias	2760	7 anos, 6 meses e 25 dias	43	23/05/1977	3
165º	Rafael Rozalen	334524295	Oficial	10/07/2013	2760	7 anos, 6 meses e 25 dias	2760	7 anos, 6 meses e 25 dias	2760	7 anos, 6 meses e 25 dias	34	30/04/1986	1
166º	Ademir Teodoro Serafim	205941308	Oficial	12/07/2013	2758	7 anos, 6 meses e 23 dias	2758	7 anos, 6 meses e 23 dias	2758	7 anos, 6 meses e 23 dias	51	03/03/1969	34
167º	Andre Willian De Oliveira Pereira	326991815	Oficial	15/07/2013	2755	7 anos, 6 meses e 20 dias	2755	7 anos, 6 meses e 20 dias	2755	7 anos, 6 meses e 20 dias	38	12/10/1982	2
168º	Anderson Teruyuki Shiroto	492560134	Oficial	15/07/2013	2755	7 anos, 6 meses e 20 dias	2755	7 anos, 6 meses e 20 dias	2755	7 anos, 6 meses e 20 dias	29	29/07/1991	32
169º	Renato Cristiam Goldoni Domingos	372851678	Oficial	15/07/2013	2755	7 anos, 6 meses e 20 dias	2755	7 anos, 6 meses e 20 dias	2755	7 anos, 6 meses e 20 dias	28	19/07/1992	33
170º	Nadia Cristina De Eca Rajab	223865308	Oficial	01/08/2013	2738	7 anos, 6 meses e 3 dias	2738	7 anos, 6 meses e 3 dias	2738	7 anos, 6 meses e 3 dias	40	02/12/1980	43
171º	Dayane De Medeiros Raimundo	447886022	Oficial	02/08/2013	2737	7 anos, 6 meses e 2 dias	2737	7 anos, 6 meses e 2 dias	2737	7 anos, 6 meses e 2 dias	31	21/06/1989	4
172º	Everaldo Borges Dos Santos	566441858	Oficial	16/08/2013	2723	7 anos, 5 meses e 18 dias	2877	7 anos, 10 meses e 22 dias	2877	7 anos, 10 meses e 22 dias	48	15/12/1972	46
173º	Jessica Garcez Quirino	360005640	Oficial	19/08/2013	2720	7 anos, 5 meses e 15 dias	2720	7 anos, 5 meses e 15 dias	2720	7 anos, 5 meses e 15 dias	29	26/06/1991	50
174º	Luciano De Souza Cordeiro	288868547	Oficial	23/08/2013	2716	7 anos, 5 meses e 11 dias	2716	7 anos, 5 meses e 11 dias	2716	7 anos, 5 meses e 11 dias	38	23/09/1982	51
175º	Rafael Camargo Soares Figueiredo	487030308	Oficial	26/08/2013	2713	7 anos, 5 meses e 8 dias	2713	7 anos, 5 meses e 8 dias	2713	7 anos, 5 meses e 8 dias	29	04/09/1991	1
176º	David Kalil Abud	336075066	Oficial	28/08/2013	2711	7 anos, 5 meses e 6 dias	2954	8 anos, 1 mês e 4 dias	2954	8 anos, 1 mês e 4 dias	32	10/05/1988	57
177º	Camila Rocha De Freitas	351896429	Oficial	02/09/2013	2706	7 anos, 5 meses e 1 dia	2835	7 anos, 9 meses e 10 dias	2835	7 anos, 9 meses e 10 dias	36	17/02/1984	59
178º	Nathalia Netto Di Renzo	466780163	Oficial	18/09/2013	2690	7 anos, 4 meses e 15 dias	3097	8 anos, 5 meses e 27 dias	3097	8 anos, 5 meses e 27 dias	31	16/01/1990	61
179º	Eduardo Shinhei Uehara	166551296	Oficial	23/09/2013	2685	7 anos, 4 meses e 10 dias	2685	7 anos, 4 meses e 10 dias	2685	7 anos, 4 meses e 10 dias	53	12/12/1967	62
180º	Carlos Alexandre Lemos De Oliveira	571263665	Oficial	26/09/2013	2682	7 anos, 4 meses e 7 dias	2682	7 anos, 4 meses e 7 dias	2682	7 anos, 4 meses e 7 dias	42	21/07/1978	54
181º	Giovanna Olivan	337386444	Oficial	01/10/2013	2677	7 anos, 4 meses e 2 dias	2677	7 anos, 4 meses e 2 dias	2677	7 anos, 4 meses e 2 dias	34	11/02/1986	63
182º	Glaucia Regina Sudano	243392825	Oficial	01/11/2013	2646	7 anos, 3 meses e 1 dia	2646	7 anos, 3 meses e 1 dia	2646	7 anos, 3 meses e 1 dia	42	15/02/1978	17
183º	Nathalie Tressino Conde	462043022	Oficial	01/11/2013	2646	7 anos, 3 meses e 1 dia	2646	7 anos, 3 meses e 1 dia	2646	7 anos, 3 meses e 1 dia	31	08/01/1990	67
184º	Bruno Bugarin Guerra	328180002	Oficial	04/11/2013	2643	7 anos, 2 meses e 28 dias	2643	7 anos, 2 meses e 28 dias	2643	7 anos, 2 meses e 28 dias	35	20/11/1985	29
185º	Augusto Cesar Domingues	244220104	Oficial	11/11/2013	2636	7 anos, 2 meses e 21 dias	10246	28 anos e 26 dias	10246	28 anos e 26 dias	47	07/02/1974	81
186º	Edivaldo Batista De Oliveira Junior	432506949	Oficial	18/11/2013	2629	7 anos, 2 meses e 14 dias	2629	7 anos, 2 meses e 14 dias	2629	7 anos, 2 meses e 14 dias	32	19/08/1988	69
187º	Karine Fernandes Assalve	327980217	Oficial	21/11/2013	2626	7 anos, 2 meses e 11 dias	3708	10 anos, 1 mês e 28 dias	3708	10 anos, 1 mês e 28 dias	33	23/07/1987	70
188º	Bruno Henrique Dos Santos	9240149	Oficial	25/11/2013	2622	7 anos, 2 meses e 7 dias	2622	7 anos, 2 meses e 7 dias	3034	8 anos, 3 meses e 24 dias	32	14/02/1988	68
189º	Fabricia Morais Tozetti Contri	275184900	Oficial	26/11/2013	2621	7 anos, 2 meses e 6 dias	2621	7 anos, 2 meses e 6 dias	2621	7 anos, 2 meses e 6 dias	47	18/08/1973	19
190º	Lucy Arlete Marchioli	159372550	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	6100	16 anos, 8 meses e 20 dias	6189	16 anos, 11 meses e 19 dias	61	03/03/1959	84
191º	Valter Ramos Rodrigues	266810779	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	4875	13 anos, 4 meses e 10 dias	4881	13 anos, 4 meses e 16 dias	45	08/12/1975	112
192º	Fernando Espinha	422663992	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	4603	12 anos, 7 meses e 13 dias	4612	12 anos, 7 meses e 22 dias	33	16/02/1987	94
193º	Diego De Souza Pessoa	449432683	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	4337	11 anos, 10 meses e 22 dias	4342	11 anos, 10 meses e 27 dias	32	06/11/1988	121
194º	Mayra Goncalves Uchima	454002749	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	3904	10 anos, 8 meses e 14 dias	3904	10 anos, 8 meses e 14 dias	31	24/02/1989	122
195º	Debora Maria De Oliveira Dalborgo	275533001	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	3285	9 anos	3285	9 anos	44	01/06/1976	86
196º	Joao Vitor Vitorelli Santiago Viana	303697416	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	3284	8 anos, 12 meses e 4 dias	3284	8 anos, 12 meses e 4 dias	36	25/09/1984	98
197º	Merlim Koba	159465540	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	3145	8 anos, 7 meses e 15 dias	3145	8 anos, 7 meses e 15 dias	54	24/01/1967	97
198º	Maria Lindineide De Oliveira Zaccarelli	213669341	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2908	7 anos, 11 meses e 23 dias	2910	7 anos, 11 meses e 25 dias	51	18/08/1969	125
199º	Jose Santos Pinho	258687058	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2887	7 anos, 11 meses e 2 dias	2887	7 anos, 11 meses e 2 dias	57	20/12/1963	124
200º	Aline Noriko Luna	214107772	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2754	7 anos, 6 meses e 19 dias	2754	7 anos, 6 meses e 19 dias	42	14/05/1978	139
201º	Karina Aparecida Braga De Souza	424459425	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2672	7 anos, 3 meses e 27 dias	2672	7 anos, 3 meses e 27 dias	40	11/01/1981	32
202º	Maria Aparecida Goncalves	68243212	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	65	23/10/1955	129
203º	Sergio Mitsuyoshi Uieti	81893541	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	62	06/04/1958	90
204º	Jose Antonio Ferraz	158112386	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	56	18/08/1964	119
205º	Jaciara Carvalho Dos Santos	549637412	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	55	17/01/1966	85
206º	Vanete Fernandes Zain	178177763	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	54	12/12/1966	123
207º	Ailton Joji Fucamizu	179177229	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	53	05/08/1967	104
208º	Quelita Isaias De Oliveira	183024321	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	52	28/02/1968	113
209º	Roberto Souza Santos	208841465	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	52	04/04/1968	91
210º	Adriano Alves De Figueiredo	18987241X	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	47	15/04/1973	21
211º	Marcio Akira Mizobuchi	278212219	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	44	31/01/1977	140
212º	Constanza Polo Cardoso Trivelato	297692008	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	43	13/12/1977	134
213º	Alexandre Tadeu Dos Santos	211788594	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	42	06/06/1978	133
214º	Marcos Giangiulio Faustino	30771830X	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	42	10/06/1978	33
215º	Claudia Cristina Pitta	244675090	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	42	03/10/1978	2
216º	Cassio Nunes Da Rocha	255481986	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	42	04/10/1978	77
217º	Denis Rodrigues Molina	266406361	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	41	20/10/1979	103
218º	Vivianne Ferreira De Arruda Ormond	584176922	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	40	11/07/1980	115
219º	Larissa Maria Veloso Costa Granato	57689364X	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	39	24/01/1982	73
220º	Sirlene Satie Tokko	347991105	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	38	21/04/1982	111
221º	Diego Goncalves De Oliveira	435209115	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	36	10/12/1984	31
222º	Diego Lopes Cristino	435360498	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	35	06/04/1985	132
223º	Flavia Machion Leon	443793438	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	33	11/06/1987	110
224º	Tayanne Ramos Tavares Da Motta Stutz	217350958	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	32	18/10/1988	130
225º	Kelly Karoline Da Cruz Miguel Valverde Costa	1597851	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	31	08/03/1989	79
226º	Caio Vinicius Martins Da Silveira	46654473X	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	30	26/03/1990	78
227º	Carolina Sichetti Antunes	306926660	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	30	21/12/1990	116
228º	Luana Barbosa Nicodemo	322398800	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	29	02/05/1991	96
229º	Ana Luiza Lima Kobayashi	421735429	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	29	28/06/1991	127
230º	Rafael Rodrigues Pereira	362943291	Oficial	20/01/2014	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	2566	7 anos e 11 dias	28	19/04/1992	81
231º	Meiji Yoshinaga	37587079	Oficial	23/01/2014	2563	7 anos e 8 dias	2563	7 anos e 8 dias	2563	7 anos e 8 dias	73	03/11/1947	143
232º	Daniel Goncalves Machado	295632550	Oficial	03/02/2014	2552	6 anos, 12 meses e 2 dias	2552	6 anos, 12 meses e 2 dias	2552	6 anos, 12 meses e 2 dias	41	24/12/1979	144
233º	Paulo Marcelo Pereira	231789580	Oficial	10/02/2014	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	44	13/11/1976	32
234º	Cassia Regina Guerra Soares	218068797	Oficial	12/02/2014	2543	6 anos, 11 meses e 23 dias	2543	6 anos, 11 meses e 23 dias	2543	6 anos, 11 meses e 23 dias	47	15/03/1973	80
235º	Karen Cristine Delgado Miguez	9906392X	Oficial	17/02/2014	2538	6 anos, 11 meses e 18 dias	2538	6 anos, 11 meses e 18 dias	2538	6 anos, 11 meses e 18 dias	48	18/07/1972	72
236º	Talita Marques Aimola	422022913	Oficial	17/02/2014	2538	6 anos, 11 meses e 18 dias	2538	6 anos, 11 meses e 18 dias	2538	6 anos, 11 meses e 18 dias	36	11/12/1984	141
237º	Flavia Maria Borges Jacinto	275433900	Oficial	26/02/2014	2529	6 anos, 11 meses e 9 dias	2529	6 anos, 11 meses e 9 dias	2529	6 anos, 11 meses e 9 dias	42	04/11/1978	147
238º	Vagner Francisco Ramaldes	255510639	Oficial	26/02/2014	2529	6 anos, 11 meses e 9 dias	2529	6 anos, 11 meses e 9 dias	2529	6 anos, 11 meses e 9 dias	42	21/01/1979	152
239º	Thiago Rogerio Silva Soares	342639614	Oficial	26/02/2014	2529	6 anos, 11 meses e 9 dias	2529	6 anos, 11 meses e 9 dias	2529	6 anos, 11 meses e 9 dias	37	26/09/1983	4
240º	Marcio Moro	166319727	Oficial	06/03/2014	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	3485	9 anos, 6 meses e 20 dias	3595	9 anos, 10 meses e 10 dias	53	31/08/1967	153
241º	Marisa Francisca Dos Santos	81056941	Oficial	06/03/2014	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	6213	17 anos e 8 dias	63	22/11/1957	3
242º	Carlos Carfaro Dos Santos	22995599X	Oficial	06/03/2014	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	3989	10 anos, 11 meses e 9 dias	45	12/02/1975	156
243º	Carlos Alberto Do Rosario Luiz	363226783	Oficial	06/03/2014	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	51	15/01/1970	145
244º	Vera Lucia Alves Sierpinski	396244166	Oficial	06/03/2014	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	39	08/08/1981	148
245º	Edson Luiz Gomes Carvalheiro	324933460	Oficial	06/03/2014	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	37	12/05/1983	146
246º	Rogerio De Oliveira Rodrigues	421171820	Oficial	06/03/2014	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	36	21/05/1984	157
247º	Daniel Naitzki Facina	361203780	Oficial	06/03/2014	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	2521	6 anos, 11 meses e 1 dia	28	16/04/1992	155
248º	Larissa Layla Nagai	268114626	Oficial	17/03/2014	2510	6 anos, 10 meses e 20 dias	3138	8 anos, 7 meses e 8 dias	3138	8 anos, 7 meses e 8 dias	37	01/11/1983	163
249º	Renata Garcia	474460678	Oficial	17/03/2014	2510	6 anos, 10 meses e 20 dias	2554	6 anos, 12 meses e 4 dias	2554	6 anos, 12 meses e 4 dias	29	27/06/1991	166
250º	Viviane Costa De Souza Guizze	122433944	Oficial	17/03/2014	2510	6 anos, 10 meses e 20 dias	2510	6 anos, 10 meses e 20 dias	2510	6 anos, 10 meses e 20 dias	44	07/12/1976	170
251º	Fernando Hideo Tiba	236849219	Oficial	17/03/2014	2510	6 anos, 10 meses e 20 dias	2510	6 anos, 10 meses e 20 dias	2510	6 anos, 10 meses e 20 dias	43	06/12/1977	151
252º	Priscila Melo Dos Santos	484815817	Oficial	17/03/2014	2510	6 anos, 10 meses e 20 dias	2510	6 anos, 10 meses e 20 dias	2510	6 anos, 10 meses e 20 dias	30	03/01/1991	167
253º	Regiane Da Silva Costa	426239738	Oficial	19/03/2014	2508	6 anos, 10 meses e 18 dias	2508	6 anos, 10 meses e 18 dias	2508	6 anos, 10 meses e 18 dias	32	16/03/1988	160
254º	Romulo De Freitas Beltran	346867940	Oficial	18/03/2014	2504	6 anos, 10 meses e 14 dias	2504	6 anos, 10 meses e 14 dias	2504	6 anos, 10 meses e 14 dias	38	24/09/1982	168
255º	Ivone Neves De Freitas Scapin	201094034	Oficial	01/04/2014	2495	6 anos, 10 meses e 5 dias	2495	6 anos, 10 meses e 5 dias	2495	6 anos, 10 meses e 5 dias	49	21/03/1971	172
256º	Noemi Simoes Da Silva	192285907	Oficial	02/04/2014	2494	6 anos, 10 meses e 4 dias	2494	6 anos, 10 meses e 4 dias	2494	6 anos, 10 meses e 4 dias	51	30/05/1969	169
257º	James Herminio Porto Da Silva	492239411	Oficial	02/04/2014	2493	6 anos, 10 meses e 3 dias	2493	6 anos, 10 meses e 3 dias	2493	6 anos, 10 meses e 3 dias	27	18/08/1993	171
258º	Silvana Andreazze	137387556	Oficial	07/04/2014	2489	6 anos, 9 meses e 29 dias	5225	14 anos, 3 meses e 25 dias	5225	14 anos, 3 meses e 25 dias	55	19/06/1965	154
259º	Silvia Tioko Uemura	114884596	Oficial	07/04/2014	2489	6 anos, 9 meses e 29 dias	2489	6 anos, 9 meses e 29 dias	2489	6 anos, 9 meses e 29 dias	54	11/01/1967	164
260º	Emerson Da Silva Barreto	186533615	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	6805	18 anos, 7 meses e 25 dias	6805	18 anos, 7 meses e 25 dias	50	01/05/1970	4
261º	Marcia Soriano Silva	337251988	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	3611	9 anos, 10 meses e 26 dias	3613	9 anos, 10 meses e 28 dias	37	05/02/1984	193
262º	Vanderlei Silva Junior	381983018	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	3308	9 anos e 23 dias	3308	9 anos e 23 dias	30	24/02/1990	222
263º	Hizzis Aparecida Do Nascimento	283753523	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	3306	9 anos e 21 dias	3308	9 anos e 23 dias	43	28/12/1977	175
264º	Daniela Falleiros Nunziata	259929529	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	3214	8 anos, 9 meses e 24 dias	3214	8 anos, 9 meses e 24 dias	44	13/04/1976	213
265º	Magali Soluri	119476368	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	3199	8 anos, 9 meses e 9 dias	3217	8 anos, 9 meses e 27 dias	58	30/04/1962	186
266º	Denis Moura Dos Santos	401916170	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2657	7 anos, 3 meses e 12 dias	4346	11 anos, 11 meses e 1 dia	34	09/07/1986	9
267º	Julio Cesar Dias	429097888	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	4577	12 anos, 6 meses e 17 dias	34	30/12/1986	205
268º	Jorgina Maciel Da Silva	79321859	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	65	14/10/1955	211
269º	Renato Carlos Belesk	114135460	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	55	15/08/1965	221
270º	Carlos Antonio Petronilho	283756317	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	45	03/06/1975	227
271º	Rodrigo Nascimento Maciel	280385377	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	43	02/12/1977	8
272º	Carlos Alberto Gomes Barros	5902651	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	42	11/12/1978	234
273º	Adilson Silva Lobato	218421370	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	42	02/01/1979	248
274º	Joao Batista Mello Reis	307348313	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	41	19/07/1979	24
275º	Glaucia Laionartte Nobrega Pereira Rozalem	327043726	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	41	18/09/1979	5
276º	Renata Dos Santos Neves	352359067	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	40	27/08/1980	192
277º	Weder De Oliveira Junior	305344353	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	39	17/11/1981	240
278º	Jaiane White Medeiros De Sousa	277398010	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	38	10/09/1982	195
279º	Andreia Harumi Nishi	284457711	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	38	15/12/1982	210
280º	Edvan Mota Dos Santos	339733081	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	38	17/01/1983	4
281º	Leondas Oliveira Miranda	495960081	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	37	31/03/1983	7
282º	Cristiane Radeschi Figueiredo Mussolini	428402665	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	37	14/07/1983	91
283º	Marco Antonio Jacomini Brandao	338683136	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9

295º	Veronica Hitomi Shimabukuro	343230707	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	26	15/08/1994	216
296º	Jose Vilson Miranda Junior	362643258	Oficial	22/04/2014	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	2474	6 anos, 9 meses e 14 dias	25	06/07/1995	235
297º	Ricardo Gomes Da Silva	15328996X	Oficial	24/04/2014	2472	6 anos, 9 meses e 12 dias	10233	28 anos e 13 dias	10233	28 anos e 13 dias	58	23/10/1962	6
298º	Mariana De Moraes Leticio	35262002X	Oficial	24/04/2014	2472	6 anos, 9 meses e 12 dias	2472	6 anos, 9 meses e 12 dias	2472	6 anos, 9 meses e 12 dias	35	21/10/1985	23
299º	Aparicio Alves De Franca Neto	434524578	Oficial	25/04/2014	2471	6 anos, 9 meses e 11 dias	2471	6 anos, 9 meses e 11 dias	2471	6 anos, 9 meses e 11 dias	34	02/12/1986	40
300º	Isadora Goncalves De Oliveira	430020855	Oficial	29/04/2014	2467	6 anos, 9 meses e 7 dias	2467	6 anos, 9 meses e 7 dias	2467	6 anos, 9 meses e 7 dias	34	22/04/1986	215
301º	Josy Goncalves Rosa Sousa	302479661	Oficial	05/05/2014	2461	6 anos, 9 meses e 1 dia	2461	6 anos, 9 meses e 1 dia	2461	6 anos, 9 meses e 1 dia	42	05/01/1979	1
302º	William Eduardo Leandro	33641142X	Oficial	05/05/2014	2461	6 anos, 9 meses e 1 dia	2461	6 anos, 9 meses e 1 dia	2461	6 anos, 9 meses e 1 dia	33	19/01/1988	5
303º	Mariana May Batista	407544343	Oficial	07/05/2014	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	4110	11 anos, 3 meses e 5 dias	4111	11 anos, 3 meses e 6 dias	32	19/07/1988	5
304º	Regina Celia Batelli	215494490	Oficial	07/05/2014	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	51	17/07/1969	3
305º	Cristiane Leao Do Amaral	258984478	Oficial	07/05/2014	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	41	22/08/1979	209
306º	Fabiana Henriques Martins Correa	320632180	Oficial	07/05/2014	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	39	01/08/1981	239
307º	Luanda Lucia Dos Santos	332837063	Oficial	07/05/2014	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	37	25/11/1983	204
308º	Marina Paredes De Castro Azevedo	535115301	Oficial	07/05/2014	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	34	03/09/1986	187
309º	Sabrina Cristina Tressino Conde	423309110	Oficial	07/05/2014	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	2459	6 anos, 8 meses e 29 dias	34	07/09/1986	184
310º	Alexandra Da Conceicao Correa	292268658	Oficial	08/05/2014	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	2821	7 anos, 8 meses e 26 dias	2822	7 anos, 8 meses e 27 dias	42	08/08/1978	249
311º	Claudete Conceicao Da Silva	140086158	Oficial	08/05/2014	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	57	30/11/1963	228
312º	Valter Luiz De Souza	233775390	Oficial	08/05/2014	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	48	25/02/1972	189
313º	Barbara Romilda Zanolla Leite	302120701	Oficial	08/05/2014	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	41	23/03/1979	8
314º	Patrick Goncalves De Lima	258436025	Oficial	08/05/2014	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	41	05/11/1979	246
315º	Karina Martinez Cidre Joaquim	370092326	Oficial	08/05/2014	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	2458	6 anos, 8 meses e 28 dias	29	12/10/1991	241
316º	Cleide Helena Santos Cardoso	378355600	Oficial	07/05/2014	2457	6 anos, 8 meses e 27 dias	2457	6 anos, 8 meses e 27 dias	2457	6 anos, 8 meses e 27 dias	42	29/04/1978	231
317º	Sandra De Souza Chagas	226834827	Oficial	12/05/2014	2454	6 anos, 8 meses e 24 dias	2454	6 anos, 8 meses e 24 dias	2454	6 anos, 8 meses e 24 dias	51	07/07/1969	2
318º	Lina Galli	279436774	Oficial	13/05/2014	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	2754	7 anos, 6 meses e 19 dias	41	04/04/1979	1
319º	Gisele Regina Alves	28286832X	Oficial	12/05/2014	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	43	01/09/1977	8
320º	Thiago Barros Beira	487285669	Oficial	14/05/2014	2452	6 anos, 8 meses e 22 dias	2452	6 anos, 8 meses e 22 dias	2452	6 anos, 8 meses e 22 dias	28	03/07/1992	6
321º	Adriano Henrique Marques	358857065	Oficial	14/05/2014	2452	6 anos, 8 meses e 22 dias	2452	6 anos, 8 meses e 22 dias	2452	6 anos, 8 meses e 22 dias	27	24/01/1994	256
322º	Juliano Mitio Takimoto	325497096	Oficial	15/05/2014	2451	6 anos, 8 meses e 21 dias	2451	6 anos, 8 meses e 21 dias	2451	6 anos, 8 meses e 21 dias	40	02/02/1981	208
323º	Andressa Rodrigues De Oliveira	493352351	Oficial	15/05/2014	2451	6 anos, 8 meses e 21 dias	2451	6 anos, 8 meses e 21 dias	2451	6 anos, 8 meses e 21 dias	28	13/06/1992	252
324º	Monica Costa Silva Andrade Machado	443340699	Oficial	19/05/2014	2447	6 anos, 8 meses e 17 dias	2447	6 anos, 8 meses e 17 dias	2447	6 anos, 8 meses e 17 dias	36	16/06/1984	39
325º	Leonardo Cavalcanti Monta	44327521X	Oficial	19/05/2014	2447	6 anos, 8 meses e 17 dias	2447	6 anos, 8 meses e 17 dias	2447	6 anos, 8 meses e 17 dias	33	21/10/1987	188
326º	Giovani Molina Mota	366952729	Oficial	23/05/2014	2443	6 anos, 8 meses e 13 dias	2443	6 anos, 8 meses e 13 dias	2443	6 anos, 8 meses e 13 dias	25	11/04/1995	198
327º	Leticia Raimundo Ferreira Orioli	10831273	Oficial	26/05/2014	2440	6 anos, 8 meses e 10 dias	2440	6 anos, 8 meses e 10 dias	2440	6 anos, 8 meses e 10 dias	35	15/01/1986	2
328º	Bruna Cunha Machado	258810002	Oficial	26/05/2014	2440	6 anos, 8 meses e 10 dias	2440	6 anos, 8 meses e 10 dias	2440	6 anos, 8 meses e 10 dias	33	02/12/1987	11
329º	Angela Nunes Bergamin	343982821	Oficial	19/05/2014	2437	6 anos, 8 meses e 7 dias	2437	6 anos, 8 meses e 7 dias	2437	6 anos, 8 meses e 7 dias	38	21/03/1982	86
330º	Denis Seppi Macedo	449071133	Oficial	02/06/2014	2433	6 anos, 8 meses e 3 dias	2433	6 anos, 8 meses e 3 dias	4087	11 anos, 2 meses e 12 dias	31	03/04/1989	253
331º	Catarina Marchiori	222344209	Oficial	02/06/2014	2433	6 anos, 8 meses e 3 dias	2433	6 anos, 8 meses e 3 dias	2433	6 anos, 8 meses e 3 dias	48	31/01/1973	6
332º	Stefanie Fabiana Goncalves	490265613	Oficial	06/06/2014	2429	6 anos, 7 meses e 29 dias	2429	6 anos, 7 meses e 29 dias	2429	6 anos, 7 meses e 29 dias	27	01/10/1993	245
333º	Jennifer Grey Martins Padilha	368597970	Oficial	11/06/2014	2424	6 anos, 7 meses e 24 dias	2424	6 anos, 7 meses e 24 dias	2424	6 anos, 7 meses e 24 dias	29	18/08/1991	7
334º	Lais Matias Dos Santos	497363288	Oficial	11/06/2014	2424	6 anos, 7 meses e 24 dias	2424	6 anos, 7 meses e 24 dias	2424	6 anos, 7 meses e 24 dias	27	19/10/1993	237
335º	Beatriz Mie Morikawa	416384456	Oficial	16/06/2014	2419	6 anos, 7 meses e 19 dias	2419	6 anos, 7 meses e 19 dias	2419	6 anos, 7 meses e 19 dias	26	27/04/1994	255
336º	Marcos Felipe Rochel	264487503	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	5381	14 anos, 9 meses e 1 dia	5390	14 anos, 9 meses e 10 dias	41	14/05/1979	14
337º	Sergio Santos Wendt	355589114	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	4230	11 anos, 7 meses e 5 dias	4230	11 anos, 7 meses e 5 dias	29	11/03/1991	287
338º	Diogo Medeiros De Franca	444510916	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	3221	8 anos, 10 meses e 1 dia	3638	9 anos, 11 meses e 23 dias	35	06/07/1985	4
339º	Fiorela Liria Vanzella	262335487	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2468	6 anos, 9 meses e 8 dias	2468	6 anos, 9 meses e 8 dias	44	19/11/1976	8
340º	Claudio Vieira Marques	376805456	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	3103	8 anos, 6 meses e 3 dias	46	22/08/1974	8
341º	Daniel Henrique De Jesus Dos Santos	48819748X	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	3047	8 anos, 4 meses e 7 dias	28	15/08/1992	1
342º	Argemiro Di Franco Filho	90694879	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	63	11/11/1957	268
343º	Valdir Martins Reis	15990254X	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	54	12/07/1966	270
344º	Alexandre Scandiussi	220291627	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	47	22/11/1973	282
345º	Eduardo Sebastiao Da Costa	171668534	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	46	13/03/1974	262
346º	Tamara Iwtchenko Alves De Lima	227467929	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	45	19/02/1975	265
347º	Adriane Salles Caiado	266750138	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	45	07/01/1976	276
348º	Tatiane Medeiros Cruz	270895668	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	43	23/08/1977	263
349º	Erika Ferreira Santos De Albuquerque	2102153	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	43	14/12/1977	267
350º	Graziele Alessandra Lourenco Colla	290441821	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	42	26/02/1978	2
351º	Ana Paula Ferreira Costa	307339403	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	42	06/01/1979	264
352º	Gilze Ribeiro Moreno	264284458	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	39	01/01/1982	6
353º	Adriana Cristina Rodrigues Vidigal	337894231	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	38	30/10/1982	13
354º	Aline Cristina Serrano	347139279	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	36	29/04/1984	4
355º	Julio Alberto Soares Catao	402238412	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	33	05/03/1987	288
356º	Lais Tajariolli Fontanetti Alves Da Silva	430323645	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	32	11/07/1988	5
357º	Raphael Vieira Coelho	439665590	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	32	15/10/1988	3
358º	Krishna Gomes Da Silva	443636059	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	31	20/06/1989	280
359º	Jonathan Su Lam	466637019	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	31	26/01/1990	261
360º	Jessica Pinheiro De Jesus	475031544	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	30	21/02/1990	5
361º	Neidy Fernandes Venturini	465513888	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	30	09/06/1990	258
362º	Aarao Vinicius Dias Silva	339693939	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	28	09/01/1993	277
363º	Carla Cristina Orosa Moreschi	52200278X	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	27	27/08/1993	3
364º	Beatriz De Santana Prates	454199016	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	27	30/11/1993	260
365º	Victor Teixeira Resca	498317912	Oficial	01/07/2014	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	2404	6 anos, 7 meses e 4 dias	25	28/04/1995	283
366º	Fabiel Henrique Nascimento	436030482	Oficial	01/07/2014	2402	6 anos, 7 meses e 2 dias	3016	8 anos, 3 meses e 6 dias	3027	8 anos, 3 meses e 17 dias	34	17/03/1986	5
367º	Ana Thaisse Dias	546369637	Oficial	07/05/2014	2398	6 anos, 6 meses e 28 dias	2398	6 anos, 6 meses e 28 dias	2398	6 anos, 6 meses e 28 dias	36	23/03/1984	230
368º	Rachel Maria Borges Souto	445027435	Oficial	15/07/2014	2390	6 anos, 6 meses e 20 dias	2390	6 anos, 6 meses e 20 dias	2390	6 anos, 6 meses e 20 dias	31	19/05/1989	13
369º	Roberto Genesio Ribeiro	49365290	Oficial	01/07/2014	2384	6 anos, 6 meses e 14 dias	2384	6 anos, 6 meses e 14 dias	2384	6 anos, 6 meses e 14 dias	69	01/04/1951	269
370º	Rafael Caramaschi Pansanato	339145948	Oficial	21/07/2014	2384	6 anos, 6 meses e 14 dias	2384	6 anos, 6 meses e 14 dias	2384	6 anos, 6 meses e 14 dias	40	15/09/1980	2
371º	Vinicius De Moura Ribeiro	407309299	Oficial	21/07/2014	2384	6 anos, 6 meses e 14 dias	2384	6 anos, 6 meses e 14 dias	2384	6 anos, 6 meses e 14 dias	36	10/01/1985	7
372º	Robynson Andre De Toledo	336906341	Oficial	28/07/2014	2377	6 anos, 6 meses e 7 dias	5123	14 anos e 13 dias	5124	14 anos e 14 dias	39	15/08/1981	1
373º	Lais Sampaio Cesar	350968718	Oficial	28/07/2014	2377	6 anos, 6 meses e 7 dias	2377	6 anos, 6 meses e 7 dias	2377	6 anos, 6 meses e 7 dias	29	06/08/1991	9
374º	Margarida Maria Lage	215753756	Oficial	30/07/2014	2375	6 anos, 6 meses e 5 dias	2375	6 anos, 6 meses e 5 dias	2375	6 anos, 6 meses e 5 dias	65	06/10/1955	279
375º	Simone Aparecida Spadare	21716173X	Oficial	30/07/2014	2375	6 anos, 6 meses e 5 dias	2375	6 anos, 6 meses e 5 dias	2375	6 anos, 6 meses e 5 dias	47	30/03/1973	284
376º	Leda Christian Libardi Liborio	10610231X	Oficial	04/08/2014	2370	6 anos e 6 meses	2370	6 anos e 6 meses	2370	6 anos e 6 meses	62	22/09/1958	4
377º	Luana Luzia Neris Santos	291001543	Oficial	05/08/2014	2369	6 anos, 5 meses e 29 dias	2369	6 anos, 5 meses e 29 dias	2369	6 anos, 5 meses e 29 dias	36	04/09/1984	266
378º	Claudio Lancellotti	114131624	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	9092	24 anos, 11 meses e 2 dias	9954	27 anos, 3 meses e 9 dias	56	29/09/1964	298
379º	Tiago Correa	429170907	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	4232	11 anos, 7 meses e 7 dias	4232	11 anos, 7 meses e 7 dias	35	26/09/1985	295
380º	Jose Cicero Lopes Da Silva	96021731	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	3308	9 anos e 23 dias	3308	9 anos e 23 dias	69	07/07/1951	257
381º	Eliana Nieves	201141565	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	3259	8 anos, 11 meses e 9 dias	3282	8 anos, 12 meses e 2 dias	59	05/12/1961	297
382º	Adenisia Maria Machado	590209139	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2877	7 anos, 10 meses e 22 dias	2878	7 anos, 10 meses e 23 dias	29	03/05/1991	7
383º	Vanessa Brito De Jesus	348665660	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	3434	9 anos, 4 meses e 29 dias	31	07/04/1989	291
384º	Regina Modesta Di Gennaro	198433694	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	49	18/05/1971	294
385º	Alexandre Rebello Figueiredo Abreu	252423690	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	45	26/05/1975	272
386º	Davi De Andrade Alves	285741731	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	43	03/01/1978	11
387º	Carlos Takita Mizukai	255457649	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	42	01/06/1978	16
388º	Remi Batista Magalhaes	297211560	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	40	04/01/1981	12
389º	Aline Renata Limongi	412067742	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	38	20/02/1982	4
390º	Kelly Cristina Alves Da Silva Martins	426895988	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	37	30/01/1984	11
391º	Catherine Oliveira De Araujo	339448751	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	34	18/01/1987	299
392º	Leonardo Barroso Vieira	443955621	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	33	03/08/1987	296
393º	Fabiana Raquel Ramos	435263948	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	33	26/12/1987	15
394º	Rossana Danielle De Fatima Martins	478572463	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	29	04/08/1991	6
395º	Yan Chiacchio Bernardino	478792839	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	29	21/12/1991	8
396º	Leonardo Azevedo De Mendonca	483797868	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	28	26/04/1992	292
397º	Suelen Narriman Paulo Moraes	436382908	Oficial	18/08/2014	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	26	10/07/1994	300
398º	Marcio Rafael Goncalves Nepomuceno	368849314	Oficial	18/08/2014	2355	6 anos, 5 meses e 15 dias	2355	6 anos, 5 meses e 15 dias	2355	6 anos, 5 meses e 15 dias	37	23/04/1983	290
399º	Marina Kawakami	121051262	Oficial	01/09/2014	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	3413	9 anos, 4 meses e 8 dias	3416	9 anos, 4 meses e 11 dias	58	01/04/1962	8
400º	Tatiane Alves Da Silva	331544143	Oficial	01/09/2014	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	3799	10 anos, 4 meses e 29 dias	40	23/04/1980	17
401º	Debora Simone Lins Dornellas	223915798	Oficial	01/09/2014	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	49	07/08/1971	7
402º	Eliane Miqueloto Alvares De Arruda	230952732	Oficial	01/09/2014	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	44	03/03/1976	9
403º	Raquel Vieira Simiao	338027385	Oficial	01/09/2014	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	35	10/03/1985	6
404º	Nathalia Torres De Almeida Da Silva	206559338	Oficial	01/09/2014	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	35	24/01/1986	9
405º	Renata Monteiro Varjao	443082030	Oficial	01/09/2014	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	34	06/08/1986	10
406º	Cleide De Souza Lima	443323872	Oficial	01/09/2014	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	34	16/01/1987	9
407º	Pamela Alves Correia	439962857	Oficial	01/09/2014	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	2342	6 anos, 5 meses e 2 dias	26	16/09/1994	302
408º	Maria Cristina De Vasconcellos Bruno	155348218	Oficial	01/09/2014	2341	6 anos, 5 meses e 1 dia	2405	6 anos, 7 meses e 5 dias	2405	6 anos, 7 meses e 5 dias	61	07/10/1959	12
409º	Juliana Do Nascimento Gitahy Baldan	285185871	Oficial	01/09/2014	2341	6 anos, 5 meses e 1 dia	2341	6 anos, 5 meses e 1 dia	2341	6 anos, 5 meses e 1 dia	36	10/05/1984	301
410º	Anna Luiza Oliveira Fleury	290000002	Oficial	01/09/2014	2341	6 anos, 5 meses e 1 dia	2341	6 anos, 5 meses e 1 dia	2341	6 anos, 5 meses e 1 dia	33	01/05/1987	16
411º	Eliana Cordeiro De Lima Carlet	300956058	Oficial	03/09/2014	2340	6 anos e 5 meses	2870	7 anos, 10 meses e 15 dias	2872	7 anos, 10 meses e 17 dias	44	09/03/1976	11
412º	Saul Lazaro Goncalves Silva	585396668	Oficial	15/09/2014	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2999	8 anos, 2 meses e 19 dias	36	11/02/1984	14
413º	Raimundo Jose Borba	209400456	Oficial	15/09/2014	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	69	26/09/1951	8
414º	Marta Maria Do Nascimento	217094478	Oficial	15/09/2014	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	52	07/08/1968	9
415º	Renata Muniz De Aguiar	307717896	Oficial	15/09/2014	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	40	11/09/1980	14
416º	Tiago Mariano Ferraz	336137503	Oficial	15/09/2014	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	39	18/03/1981	7
417º	Patricia Da Costa Rodrigues	436024238	Oficial	15/09/2014	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	34	22/05/1986	8
418º	Jackson Hideki Matsumoto	295233187	Oficial	15/09/2014	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	34	04/06/1986	308
419º	Rafael Jose Goncalves	40316610X	Oficial	15/09/2014	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	33	13/12/1987	13
420º	Beatriz De Lima Santos	29731659X	Oficial	15/09/2014	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	2328	6 anos, 4 meses e 18 dias	29	30

437º	Alvaro De Souza Castro	63054644	Oficial	15/12/2014	2237	6 anos, 1 mês e 17 dias	2307	6 anos, 3 meses e 27 dias	2307	6 anos, 3 meses e 27 dias	67	23/09/1953	9
438º	Richard Andrey Toth Renz	10785381371	Oficial	15/12/2014	2237	6 anos, 1 mês e 17 dias	2237	6 anos, 1 mês e 17 dias	2237	6 anos, 1 mês e 17 dias	36	07/01/1985	8
439º	Wagner Ramos Vieira Junior	344072009	Oficial	12/02/2015	2178	5 anos, 11 meses e 23 dias	3241	8 anos, 10 meses e 21 dias	3256	8 anos, 11 meses e 6 dias	33	26/09/1987	318
440º	Wivian Lucia Oliva	340179296	Oficial	12/02/2015	2178	5 anos, 11 meses e 23 dias	2178	5 anos, 11 meses e 23 dias	2178	5 anos, 11 meses e 23 dias	39	12/02/1981	317
441º	Luis Gustavo Rossato	309083072	Oficial	13/02/2015	2177	5 anos, 11 meses e 22 dias	2656	7 anos, 3 meses e 11 dias	2656	7 anos, 3 meses e 11 dias	38	19/07/1982	10
442º	Diego Aveiro Ferreira	347047671	Oficial	12/02/2015	2177	5 anos, 11 meses e 22 dias	2177	5 anos, 11 meses e 22 dias	2177	5 anos, 11 meses e 22 dias	37	07/12/1983	316
443º	Leonardo Dainez Lauand	416047348	Oficial	12/02/2015	2175	5 anos, 11 meses e 20 dias	2175	5 anos, 11 meses e 20 dias	2175	5 anos, 11 meses e 20 dias	31	23/03/1989	319
444º	Sandro Figueiredo Assuncao	349972291	Oficial	02/03/2015	2160	5 anos, 11 meses e 5 dias	2160	5 anos, 11 meses e 5 dias	2160	5 anos, 11 meses e 5 dias	58	08/07/1962	19
445º	Claudenir Alvarenga Almeida	251384834	Oficial	04/03/2015	2158	5 anos, 11 meses e 3 dias	2158	5 anos, 11 meses e 3 dias	2158	5 anos, 11 meses e 3 dias	49	16/11/1971	320
446º	Aquinoa Pereira Alves Shirahata	379283414	Oficial	09/03/2015	2153	5 anos, 10 meses e 28 dias	2153	5 anos, 10 meses e 28 dias	3161	8 anos, 8 meses e 1 dia	52	22/06/1968	19
447º	Lezia Franca Da Silva	181560938	Oficial	02/03/2015	2150	5 anos, 10 meses e 25 dias	2150	5 anos, 10 meses e 25 dias	2150	5 anos, 10 meses e 25 dias	52	15/01/1969	10
448º	Angelica Apparecida De Oliveira	480902240	Oficial	17/03/2015	2145	5 anos, 10 meses e 20 dias	2145	5 anos, 10 meses e 20 dias	2145	5 anos, 10 meses e 20 dias	29	20/01/1992	21
449º	Oliver Eduardo Ribeiro Da Silva	477410479	Oficial	25/03/2015	2137	5 anos, 10 meses e 12 dias	3331	9 anos, 1 mês e 16 dias	3342	9 anos, 1 mês e 27 dias	29	04/03/1991	6
450º	Rosiane Pimenta Do Nascimento Lima	535116536	Oficial	06/04/2015	2125	5 anos e 10 meses	2125	5 anos e 10 meses	2125	5 anos e 10 meses	40	11/06/1980	328
451º	Barbara Muniz Vieira Borges Nunes Coelho	1244132	Oficial	06/04/2015	2125	5 anos e 10 meses	2125	5 anos e 10 meses	2125	5 anos e 10 meses	33	05/03/1987	330
452º	Bruna De Jesus Francisco	356034057	Oficial	06/04/2015	2125	5 anos e 10 meses	2125	5 anos e 10 meses	2125	5 anos e 10 meses	32	16/11/1988	10
453º	Carolina Almeida Santos	484683470	Oficial	06/04/2015	2125	5 anos e 10 meses	2125	5 anos e 10 meses	2125	5 anos e 10 meses	26	05/05/1994	329
454º	Tatiana Oliveira De Jesus	440199396	Oficial	27/04/2015	2104	5 anos, 9 meses e 9 dias	3277	8 anos, 11 meses e 27 dias	3279	8 anos, 11 meses e 29 dias	37	15/03/1983	331
455º	Caroline Pereira Da Silva	416062659	Oficial	27/04/2015	2104	5 anos, 9 meses e 9 dias	2104	5 anos, 9 meses e 9 dias	2104	5 anos, 9 meses e 9 dias	35	29/01/1986	332
456º	Gisele Goncalves	437743329	Oficial	27/04/2015	2104	5 anos, 9 meses e 9 dias	2104	5 anos, 9 meses e 9 dias	2104	5 anos, 9 meses e 9 dias	33	03/03/1987	16
457º	Livia Hatsue Akamine Tanaka	3443832 6X	Oficial	04/05/2015	2097	5 anos, 9 meses e 2 dias	2097	5 anos, 9 meses e 2 dias	2097	5 anos, 9 meses e 2 dias	41	12/12/1979	336
458º	Renan Antonio Bueno	479973106	Oficial	01/06/2015	2069	5 anos, 8 meses e 4 dias	2069	5 anos, 8 meses e 4 dias	3415	9 anos, 4 meses e 10 dias	29	31/10/1991	13
459º	Renata Da Silva Castelli	282980945	Oficial	02/06/2015	2068	5 anos, 8 meses e 3 dias	2068	5 anos, 8 meses e 3 dias	2068	5 anos, 8 meses e 3 dias	37	03/11/1983	334
460º	Monyse Silva Oliveira De Souza	1289483701	Oficial	10/06/2015	2060	5 anos, 7 meses e 25 dias	2060	5 anos, 7 meses e 25 dias	2060	5 anos, 7 meses e 25 dias	30	28/06/1990	337
461º	Esdra Germania De Lima	475012975	Oficial	13/07/2015	2027	5 anos, 6 meses e 22 dias	2027	5 anos, 6 meses e 22 dias	2027	5 anos, 6 meses e 22 dias	30	06/08/1990	340
462º	Tiago Januario De Morais	461738867	Oficial	03/08/2015	2006	5 anos, 6 meses e 1 dia	2006	5 anos, 6 meses e 1 dia	2006	5 anos, 6 meses e 1 dia	30	18/06/1990	1
463º	Tatiane Carvalho Loiola	365605578	Oficial	03/08/2015	2006	5 anos, 6 meses e 1 dia	2006	5 anos, 6 meses e 1 dia	2006	5 anos, 6 meses e 1 dia	27	16/07/1993	17
464º	Maria Hilda Martins Damasceno	963972X	Oficial	13/08/2015	1996	5 anos, 5 meses e 21 dias	1996	5 anos, 5 meses e 21 dias	1996	5 anos, 5 meses e 21 dias	51	27/11/1969	18
465º	Jessica Lilian Carrera Misko	329459673	Oficial	13/08/2015	1996	5 anos, 5 meses e 21 dias	1996	5 anos, 5 meses e 21 dias	1996	5 anos, 5 meses e 21 dias	34	24/03/1986	343
466º	Bezaliel Reis Da Silva	449322105	Oficial	24/09/2015	1954	5 anos, 4 meses e 9 dias	1954	5 anos, 4 meses e 9 dias	1954	5 anos, 4 meses e 9 dias	32	06/08/1988	346
467º	Raquel De Oliveira Martins	439960009	Oficial	14/10/2015	1934	5 anos, 3 meses e 19 dias	2726	7 anos, 5 meses e 21 dias	2726	7 anos, 5 meses e 21 dias	26	07/06/1994	341
468º	Rosa Maria Pontes	13070331X	Oficial	19/10/2015	1929	5 anos, 3 meses e 14 dias	1929	5 anos, 3 meses e 14 dias	1929	5 anos, 3 meses e 14 dias	60	23/08/1960	21
469º	Eliana Dos Santos Malaquias	452139016	Oficial	05/11/2015	1912	5 anos, 2 meses e 27 dias	1912	5 anos, 2 meses e 27 dias	1912	5 anos, 2 meses e 27 dias	40	20/07/1980	11
470º	Marcia Keiko Sato	202135330	Oficial	25/11/2015	1892	5 anos, 2 meses e 7 dias	1892	5 anos, 2 meses e 7 dias	1892	5 anos, 2 meses e 7 dias	49	19/03/1971	347
471º	Luiz Henrique Cardoso Franco	259081103	Oficial	07/12/2015	1880	5 anos, 1 mês e 25 dias	5650	15 anos, 5 meses e 25 dias	5666	15 anos, 6 meses e 11 dias	39	13/03/1981	19
472º	Michel Hibi	244625566	Oficial	15/12/2015	1872	5 anos, 1 mês e 17 dias	1872	5 anos, 1 mês e 17 dias	1872	5 anos, 1 mês e 17 dias	46	08/10/1974	358
473º	Amanda Dos Santos Silva	492890584	Oficial	22/02/2016	1803	4 anos, 11 meses e 13 dias	1803	4 anos, 11 meses e 13 dias	1803	4 anos, 11 meses e 13 dias	27	08/04/1993	349
474º	Marcela Cristina Arashi Riato	266373975	Oficial	14/03/2016	1782	4 anos, 10 meses e 22 dias	2791	7 anos, 7 meses e 26 dias	3183	8 anos, 8 meses e 23 dias	44	25/05/1976	46
475º	Suzana Ribeiro Gama Barbuglio	33946088X	Oficial	14/04/2016	1751	4 anos, 9 meses e 21 dias	4482	12 anos, 3 meses e 12 dias	4532	12 anos, 5 meses e 2 dias	37	25/01/1984	9
476º	Leila Cristina Alarcon Ismail	174255627	Oficial	19/04/2016	1746	4 anos, 9 meses e 16 dias	1746	4 anos, 9 meses e 16 dias	1746	4 anos, 9 meses e 16 dias	54	29/03/1966	352
477º	Marli Junko Komatsu Abe	268435273	Oficial	02/05/2016	1733	4 anos, 9 meses e 3 dias	1733	4 anos, 9 meses e 3 dias	1733	4 anos, 9 meses e 3 dias	47	19/08/1973	355
478º	Cintia Bovo Diniz	385088760	Oficial	03/05/2016	1732	4 anos, 9 meses e 2 dias	1732	4 anos, 9 meses e 2 dias	1732	4 anos, 9 meses e 2 dias	49	12/01/1972	353
479º	Marcelio Brito Santos	340529416	Oficial	04/05/2016	1731	4 anos, 9 meses e 1 dia	1731	4 anos, 9 meses e 1 dia	1731	4 anos, 9 meses e 1 dia	48	05/12/1972	11
480º	Elisangela Mendes	262417893	Oficial	23/05/2016	1712	4 anos, 8 meses e 12 dias	2885	7 anos e 11 meses	2885	7 anos e 11 meses	45	28/01/1976	354
481º	Andrea Costa Santos	226113826	Oficial	16/06/2016	1688	4 anos, 7 meses e 18 dias	1688	4 anos, 7 meses e 18 dias	1688	4 anos, 7 meses e 18 dias	47	22/03/1973	356
482º	Natalia Koto Alves	352266648	Oficial	01/07/2014	1674	4 anos, 7 meses e 4 dias	1674	4 anos, 7 meses e 4 dias	1674	4 anos, 7 meses e 4 dias	32	20/10/1988	289
483º	Helio Gilson Ribeiro Da Silva	552611840	Oficial	01/07/2016	1673	4 anos, 7 meses e 3 dias	1673	4 anos, 7 meses e 3 dias	1673	4 anos, 7 meses e 3 dias	49	05/05/1971	357
484º	Sudhania Oliveira Do Nascimento	161326857	Oficial	17/08/2016	1626	4 anos, 5 meses e 16 dias	2870	7 anos, 10 meses e 15 dias	2870	7 anos, 10 meses e 15 dias	57	29/07/1963	360
485º	Priscila Gomes De Sales	335660101	Oficial	08/09/2016	1604	4 anos, 4 meses e 24 dias	1604	4 anos, 4 meses e 24 dias	1604	4 anos, 4 meses e 24 dias	35	22/01/1986	358
486º	Patricia Lima De Oliveira	434504427	Oficial	19/09/2016	1593	4 anos, 4 meses e 13 dias	1593	4 anos, 4 meses e 13 dias	1593	4 anos, 4 meses e 13 dias	26	15/06/1994	359
487º	Daniele Leite Carneiro De Libero	35103304X	Oficial	03/10/2016	1579	4 anos, 3 meses e 29 dias	1579	4 anos, 3 meses e 29 dias	1579	4 anos, 3 meses e 29 dias	36	16/01/1985	361
488º	Renan Meirelles Coelho	487236610	Oficial	09/01/2017	1481	4 anos e 21 dias	1481	4 anos e 21 dias	1481	4 anos e 21 dias	28	27/06/1992	2
489º	Viviane Maria Gomes Da Silva	45058043X	Oficial	23/01/2017	1467	4 anos e 7 dias	1467	4 anos e 7 dias	1467	4 anos e 7 dias	32	09/12/1988	12
490º	Renato De Alcantara Ribeiro	434637154	Oficial	14/03/2017	1417	3 anos, 10 meses e 22 dias	1417	3 anos, 10 meses e 22 dias	1417	3 anos, 10 meses e 22 dias	36	17/08/1984	364
491º	Fatima Margarida De Freitas Correa	273294301	Oficial	16/03/2017	1415	3 anos, 10 meses e 20 dias	1415	3 anos, 10 meses e 20 dias	1415	3 anos, 10 meses e 20 dias	44	09/11/1976	363
492º	Luis Paulo Barros Pinheiro	1,79531E+11	Oficial	17/04/2017	1383	3 anos, 9 meses e 18 dias	1383	3 anos, 9 meses e 18 dias	1383	3 anos, 9 meses e 18 dias	33	25/06/1987	1
493º	Elisangela Souza Da Cruz	27119859X	Oficial	02/05/2017	1368	3 anos, 9 meses e 3 dias	2159	5 anos, 11 meses e 4 dias	2181	5 anos, 11 meses e 26 dias	43	28/06/1977	365
494º	Ana Carolina Dos Santos Pinto	471071195	Oficial	01/09/2017	1246	3 anos, 5 meses e 1 dia	1246	3 anos, 5 meses e 1 dia	1246	3 anos, 5 meses e 1 dia	30	14/11/1990	24
495º	Samir Gazzal Bannout	442875794	Oficial	19/09/2017	1228	3 anos, 4 meses e 13 dias	3467	9 anos, 6 meses e 2 dias	3467	9 anos, 6 meses e 2 dias	33	30/03/1987	5
496º	Valeria Pereira Medeiros	452925575	Oficial	25/09/2017	1222	3 anos, 4 meses e 7 dias	3304	9 anos e 19 dias	3304	9 anos e 19 dias	27	31/10/1993	3
497º	Bruna Carolina Valverde Torres	430858395	Oficial	21/11/2017	1165	3 anos, 2 meses e 10 dias	1165	3 anos, 2 meses e 10 dias	1165	3 anos, 2 meses e 10 dias	32	09/02/1988	8
498º	Jean Michel Da Silva Fermino	495817879	Oficial	27/11/2017	1159	3 anos, 2 meses e 4 dias	2140	5 anos, 10 meses e 15 dias	2140	5 anos, 10 meses e 15 dias	26	12/07/1994	30
499º	Ramon Matheus Oliveira Francisco Souza	341310220	Oficial	28/11/2017	1158	3 anos, 2 meses e 3 dias	1158	3 anos, 2 meses e 3 dias	1158	3 anos, 2 meses e 3 dias	25	27/02/1995	2
500º	Daniela Almeida Da Silveira	322112114	Oficial	01/02/2018	1093	2 anos, 12 meses e 3 dias	1093	2 anos, 12 meses e 3 dias	1093	2 anos, 12 meses e 3 dias	36	09/08/1984	2
501º	Naila Guimaraes Dos Santos	352325549	Oficial	21/02/2018	1073	2 anos, 11 meses e 13 dias	1073	2 anos, 11 meses e 13 dias	1073	2 anos, 11 meses e 13 dias	32	30/09/1988	11
502º	Ana Elvira Ribeiro De Freitas	338713682	Oficial	23/02/2018	1071	2 anos, 11 meses e 11 dias	1071	2 anos, 11 meses e 11 dias	1071	2 anos, 11 meses e 11 dias	39	27/07/1981	10
503º	Paula Nogueira Salles Souza Tamaru	282057778	Oficial	26/02/2018	1068	2 anos, 11 meses e 8 dias	1068	2 anos, 11 meses e 8 dias	1068	2 anos, 11 meses e 8 dias	32	16/01/1989	2
504º	Valeria Elena Gomes	176715496	Oficial	05/03/2018	1061	2 anos, 11 meses e 1 dia	1061	2 anos, 11 meses e 1 dia	3103	8 anos, 6 meses e 3 dias	52	03/09/1968	1
505º	Vinicius Parreira De Sousa	479389202	Oficial	15/03/2018	1051	2 anos, 10 meses e 21 dias	1051	2 anos, 10 meses e 21 dias	1051	2 anos, 10 meses e 21 dias	29	06/12/1991	5
506º	Maria Cecilia Franco Da Costa	440387607	Oficial	07/05/2018	998	2 anos, 8 meses e 28 dias	998	2 anos, 8 meses e 28 dias	998	2 anos, 8 meses e 28 dias	32	04/07/1988	3
507º	Ioshizo Tamie Fernandes Matzuda	930308	Oficial	14/06/2018	960	2 anos, 7 meses e 20 dias	960	2 anos, 7 meses e 20 dias	3208	8 anos, 9 meses e 18 dias	32	19/04/1988	4
508º	Viviane Leme Bovolon	34913182X	Oficial	14/06/2018	960	2 anos, 7 meses e 20 dias	960	2 anos, 7 meses e 20 dias	960	2 anos, 7 meses e 20 dias	35	07/03/1985	5
509º	Marina Barrera Simionato	418291548	Oficial	14/06/2018	960	2 anos, 7 meses e 20 dias	960	2 anos, 7 meses e 20 dias	960	2 anos, 7 meses e 20 dias	28	21/12/1992	26
510º	Andrea Pires Pacheco	131422172	Oficial	18/06/2018	956	2 anos, 7 meses e 16 dias	956	2 anos, 7 meses e 16 dias	956	2 anos, 7 meses e 16 dias	37	29/04/1983	6
511º	Matheus Rodrigues Dos Santos Silva	385250368	Oficial	26/06/2018	948	2 anos, 7 meses e 8 dias	1555	4 anos, 3 meses e 5 dias	1555	4 anos, 3 meses e 5 dias	28	14/08/1992	29
512º	Alex Leoni Lourenco	404680823	Oficial	12/07/2018	932	2 anos, 6 meses e 22 dias	3237	8 anos, 10 meses e 17 dias	3248	8 anos, 10 meses e 28 dias	39	09/09/1981	30
513º	Letizia Fonseca Ferroni Freitas	628058044	Oficial	23/08/2018	890	2 anos, 5 meses e 10 dias	890	2 anos, 5 meses e 10 dias	890	2 anos, 5 meses e 10 dias	45	24/05/1975	31
514º	Ana Claudia De Souza Braggiao	416021827	Oficial	29/10/2018	823	2 anos, 3 meses e 3 dias	823	2 anos, 3 meses e 3 dias	823	2 anos, 3 meses e 3 dias	34	06/01/1987	2
515º	Cicero Dulceni Feitoza Da Silva	336240107	Oficial	25/02/2019	704	1 ano, 11 meses e 9 dias	704	1 ano, 11 meses e 9 dias	704	1 ano, 11 meses e 9 dias	42	28/11/1978	32
516º	Jose Dias De Almeida Filho	23119271X	Oficial	01/03/2019	700	1 ano, 11 meses e 5 dias	700	1 ano, 11 meses e 5 dias	700	1 ano, 11 meses e 5 dias	47	14/10/1973	33
517º	Marilisa De Oliveira Jubilato	111753302	Oficial	11/03/2019	690	1 ano, 10 meses e 25 dias	690	1 ano, 10 meses e 25 dias	690	1 ano, 10 meses e 25 dias	56	11/01/1965	34
518º	Renan Correa Prandini	48713140X	Oficial	13/03/2019	688	1 ano, 10 meses e 23 dias	688	1 ano, 10 meses e 23 dias	688	1 ano, 10 meses e 23 dias	28	15/07/1992	3
519º	Beatriz Ligia Do Carmo	466805585	Oficial	27/03/2019	674	1 ano, 10 meses e 9 dias	674	1 ano, 10 meses e 9 dias	674	1 ano, 10 meses e 9 dias	30	30/04/1990	8
520º	Barbara Lopes Luna	47056703X	Oficial	01/04/2019	669	1 ano, 10 meses e 4 dias	669	1 ano, 10 meses e 4 dias	669	1 ano, 10 meses e 4 dias	25	13/06/1995	36
521º	Silvia Viviane De Sales Lima	300889628	Oficial	16/04/2019	654	1 ano, 9 meses e 19 dias	654	1 ano, 9 meses e 19 dias	654	1 ano, 9 meses e 19 dias	43	26/12/1977	35
522º	Raquel Aparecida De Faria	415702653	Oficial	22/04/2019	648	1 ano, 9 meses e 13 dias	648	1 ano, 9 meses e 13 dias	648	1 ano, 9 meses e 13 dias	35	08/04/1985	37
523º	Rosemille Christine Dos Santos Nazari	79071064	Oficial	24/05/2019	616	1 ano, 8 meses e 11 dias	616	1 ano, 8 meses e 11 dias	616	1 ano, 8 meses e 11 dias	38	15/09/1982	43
524º	Rodrigo Garcia Gavioli	435421360	Oficial	10/06/2019	599	1 ano, 7 meses e 24 dias	599	1 ano, 7 meses e 24 dias	599	1 ano, 7 meses e 24 dias	35	30/08/1985	7
525º	Giovanna Druziani	44813536X	Oficial	17/06/2019	592	1 ano, 7 meses e 17 dias	592	1 ano, 7 meses e 17 dias	592	1 ano, 7 meses e 17 dias	31	23/04/1989	3
526º	Rafael De Mello Danezzi	439922756	Oficial	24/06/2019	585	1 ano, 7 meses e 10 dias	585	1 ano, 7 meses e 10 dias	585	1 ano, 7 meses e 10 dias	33	03/04/1987	42
527º	Marcelino Spoliar Junior	296733258	Oficial	02/07/2019	577	1 ano, 7 meses e 2 dias	577	1 ano, 7 meses e 2 dias	577	1 ano, 7 meses e 2 dias	42	12/11/1978	4
528º	Lilian Akamine Cezar	299464180	Oficial	12/07/2019	567	1 ano, 6 meses e 22 dias	567	1 ano, 6 meses e 22 dias	567	1 ano, 6 meses e 22 dias	41	02/02/1980	45
529º	Weberton Rodrigues Mariano	44178267X	Oficial	23/07/2019	556	1 ano, 6 meses e 11 dias	556	1 ano, 6 meses e 11 dias	556	1 ano, 6 meses e 11 dias	32	18/05/1988	9
530º	Thatyana Vianna Tome	443323525	Oficial	01/08/2019	547	1 ano, 6 meses e 2 dias	547	1 ano, 6 meses e 2 dias	547	1 ano, 6 meses e 2 dias	36	04/04/1984	2
531º	Willy Mesquita	478738481	Oficial	12/08/2019	536	1 ano, 5 meses e 21 dias	536	1 ano, 5 meses e 21 dias	536	1 ano, 5 meses e 21 dias	29	06/02/1991	7
532º	Cristiano Cabeca Bonfim	30291013X	Oficial	15/08/2019	533	1 ano, 5 meses e 18 dias	533	1 ano, 5 meses e 18 dias	533	1 ano, 5 meses e 18 dias	38	01/10/1982	8
533º	Daniela De Melo E Silva Dias De Abreu	439912015	Oficial	19/08/2019	529	1 ano, 5 meses e 14 dias	529	1 ano, 5 meses e 14 dias	529	1 ano, 5 meses e 14 dias	32	06/09/1988	61
534º	Roberta Alves Ferreira	465322931	Oficial	09/09/2019	508	1 ano, 4 meses e 23 dias	508	1 ano, 4 meses e 23 dias	508	1 ano, 4 meses e 23 dias	30	03/07/1990	67
535º	Carolina Oliveira Da Rocha	470106943	Oficial	16/09/2019	501	1 ano, 4 meses e 16 dias	501	1 ano, 4 meses e 16 dias	501	1 ano, 4 meses e 16 dias	30	10/01/1991	47
536º	Alessandra Pavan Dos Santos	294124755	Oficial	07/10/2019	480	1 ano, 3 meses e 25 dias	480	1 ano, 3 meses e 25 dias	480	1 ano, 3 meses e 25 dias	39	15/02/1981	72
537º	Fernanda Cristina Santos	463555417	Oficial	16/10/2019	471	1 ano, 3 meses e 16 dias	471	1 ano, 3 meses e 16 dias	471	1 ano, 3 meses e 16 dias	30	06/07/1990	73
538º	Marisa Yumiko Uno	235993499	Oficial	21/10/2019	466	1 ano, 3 meses e 11 dias	466	1 ano, 3 meses e 11 dias	466	1 ano, 3 meses e 11 dias	47	30/04/1973	71
539º	Eric Santiago Vieira	449783261	Oficial	29/10/2019	458	1 ano, 3 meses e 3 dias	458	1 ano, 3 meses e 3 dias	458	1 ano, 3 meses e 3 dias	31	13/06/1989	76
540º	Leonardo Duarte Braga De Azevedo Santos	296788581	Oficial	19/11/2019	437	1 ano, 2 meses e 12 dias	437	1 ano, 2 meses e 12 dias	437	1 ano, 2 meses e 12 dias	25	25/07/1995	75
541º	Guilherme Camano Rodrigues Cal	379522111	Oficial	03/12/2019	423	1 ano, 1 mês e 28 dias	423	1 ano, 1 mês e 28 dias	423	1 ano, 1 mês e 28 dias	23	06/05/1997	79
542º	Lidiane Da Fonseca Luiz	308780000	Oficial	07/02/2020	357	11 meses e 27 dias	357	11 meses e 27 dias	357	11 meses e 27 dias	35	10/06/1985	9
543º	Genisson Dos Santos	44894876X	Oficial	14/02/2020	350	11 meses e 20 dias	350	11 meses e 20 dias	350	11 meses e 20 dias	31	04/09/1989	1
544º	Leonardo Guilherme Da Costa	449681415	Oficial	01/09/2020	150	5 meses	150	5 meses	150	5 meses	31	23/09/1989	1
545º	Luciana Fornasaro Pelais	227721238	Oficial	05/10/2020	116	3 meses e 26 dias	116	3 meses e 26 dias	116	3 meses e 26 dias	43	18/05/1977	3
546º	Claudio Yuji Maeda	268295827	Oficial	26/10/2020	95	3 meses e 5 dias	95	3 meses e 5 dias	95	3 meses e 5 dias	39	29/05/1981	83
547º	Edemilson Henrique De Souza	23825687X	Oficial	05/11/2020	85	2 meses e 25 dias	85	2 meses e 25 dias	85	2 meses e 25 dias	45	15/04/1975	1
548º	Alan Franco De Souza	35906808X	Oficial	13/11/2020	77	2 meses e 17 dias	77	2 meses e 17 dias	77	2 meses e 17 dias	30	19/08/1990	84
549º	Andre Pereira Da Silva Cruz	364220934	Oficial	16/11/2020	74	2 meses e 14 dias	74	2 meses e 14 dias	74	2 meses e 14 dias	33	09/11/1987	82
550º	Andre Luis Coelho Medina	299698476	Oficial	17/11/2020	73	2 meses e 13 dias	73	2 meses e 13 dias	73	2 meses e 13 dias	40	18/08/1980	86
551º	Eller Aguiar Souza Araujo	488738817	Oficial	07/01/2021	22	22 dias	22	22 dias	22	22 dias	27	04/10/1993	8

Ato do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Tornando pública a abertura do Concurso de Remoção de Oficial/la de Defensoria:

Data Início Inscrições: 29-01-2021

Data Término das Inscrições: 03-02-2021 até às 17hs, através do e-mail: drh@defensoria.sp.def.br

Data Realização do Concurso Remoção: 04-02-2021 às 11h30

LOCAL: DRH - Rua Libero Badaró, 616 - 6o. Andar

REGIONAL	UNIDADE	VAGAS
Regional Jundiaí	Unidade Jundiaí	1
Regional Sorocaba	Unidade Sorocaba	1

Ato do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Informando que estão abertas as inscrições para seleção de Oficiais/las de Defensoria Pública, para atuação nas vagas da Administração Superior, nos termos do artigo 14 do Ato Normativo DPG 154 de 22-02-2019.

As/Os interessadas/os deverão instruir o pedido de inscrição com o Currículo atualizado e Carta de Apresentação.

As inscrições deverão ser feitas no período de 29-01-2021 a 03-02-2021, até às 17hs, através do email: drh@defensoria.sp.def.br

A seleção das/os interessadas/os será realizada pelo Departamento de Recursos humanos nos termos do §1º do artigo 7º do Ato Normativo DPG 78, de 22-11-2013.

Eventuais dúvidas e esclarecimentos sobre as atribuições devem ser encaminhadas ao e-mail: drh@defensoria.sp.def.br.

ÓRGÃO	SETOR	CARGO	VAGAS	ATRIBUIÇÃO
Defensoria Pública	Divisão de Atendimento Inicial Especializado ao Público	Oficial de Defensoria	1	Atendimento ao público – organizar, acompanhar e realizar atendimento ao público, anterior à orientação jurídica, especialmente quanto ao papel da Defensoria Pública, público atendido e avaliação econômico-financeira; Atendimentos especializados – organizar, acompanhar e realizar atendimentos especializados ao público, como atendimento à população em situação de rua, pedidos de vagas em creche, investigação de paternidade, demandas conciliáveis, curatela e alvará, em especial separação de documentação, elaboração de ofícios, conferência de documentos e agendamento de audiências; Providenciar a expedição, digitalização e recepção de documentos e cópias de processos relacionadas a avaliação financeira, recursos de denegação, atendimentos especializados mencionados, assim como o respectivo arquivamento; prestar as informações que lhe forem requisitadas e expedir certidões; organizar o trabalho dos estagiários administrativos e as tarefas administrativas junto aos estagiários de direito e Defensores Públicos. Atividades administrativas relativas a tramitação de processos, pagamento de estagiários, controles de expedientes.

Ato do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Convocando a candidata aprovada em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionada, para até o dia 04-02-2021, encaminhar à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Divisão de Atendimento Criminal, através do endereço eletrônico kmendonca@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Cassia Raiane Pires da Silva	CPF: 425.745.808-93.

Ato do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Convocando os/as candidatos/as aprovados/as em Concursos de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionados/as, para até o dia 12-02-2021, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Santos, através do endereço eletrônico dgoliveira@defensoria.sp.gov.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Carlos Matheus Tenorio Dias Gonzaga	RG: 39.144.015-9;
Bianca Moura do Vale Gomes	RG: 64.860.044-0;
Thiago Luis Barbosa Freitas	RG: 54.210.060-5;
Monique Costa de Aguiar	CPF: 416.056.478-02.

Ato do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Convocando as candidatas aprovadas em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionadas, para até o dia 04-02-2021, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Araçatuba, através do endereço eletrônico gsanches@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Beatriz Mariano Annelli	CPF: 395.539.028-47;
Camila Inaê Dos Santos	CPF: 464.063.898-16;
Elenita Marcal Ferreira	CPF: 417.186.248-59.

Ato do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Convocando os/as candidatos/as aprovados/as em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionados/as, para até o dia 04-02-2021, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Campinas, através do endereço eletrônico mdemonte@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Maria Eduarda Viva Pires de Campos	CPF: 434.256.198-02;
Gabriel Dalanezi	CPF: 458.215.198-10.

Ato do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Convocando as candidatas aprovadas em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionadas, para até o dia 03-02-2021, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Itapetininga, através do endereço eletrônico mrochel@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula;
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Andressa Ribeiro Guimarães Ferreira	CPF: 394.798.308-50;
Scarlet de Souza Fernandes Oliveira	CPF: 422.061.448-67;
Letícia Maria de Oliveira Machado	CPF: 475.778.718-93.

Ato do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Convocando os/as candidatos/as aprovados/as em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionados/as, para no dia 02-02-2021, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Rio Claro, através do endereço eletrônico unidade.rioclaro@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Hellen Crhistiny de Souza Noleto	RG: 1.031.839;
Miguel de Oliveira Abreu	RG: 3.694.536;
Sara Rosemary Barbosa de Souza	RG: 60.000.821-6;
Bruna Helena magri	RG: 3.642.540-4;
Vanessa Hye Yeon An Yoo	RG: 337002.

Ato do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Convocando as candidatas aprovadas em Concursos de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionadas, para nos dias abaixo indicados, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade de Santo Amaro, através do endereço eletrônico lsantos@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME		DOCUMENTO
Ana Kelly Rodrigues Santana de Sousa	CPF: 061.267.843-16,	29-01-2021;
Thamires Fernandes de Oliveira	CPF: 457.238.158-57,	29-01-2021;
Roberta Almeida Teixeira	CPF: 033.252.452-61,	05-02-2021.

Ato do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Convocando a candidata aprovada em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionada, para até o dia 04-02-2021, encaminhar à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade São José dos Campos, através do endereço eletrônico csribeiro@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Ana Carla dos Santos Souza	CPF: 461.022.448-85.

Ato do Diretor Técnico, de 28-1-2021

Convocando a candidata aprovada em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionada, para no dia 04-02-2021, encaminhar à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Tupã através do endereço eletrônico alourenco@defensoria.sp.def.br - unidade.tupa@defensoria.sp.def.br em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula;
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Bruna Caroline Silva	RG: 53.418.308-6.

Editais

GOVERNO

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE PROCEDIMENTOS E LOGÍSTICA

Comunicado

Acha-se aberta vistas, pelo prazo de 10 dias a contar desta publicação, para o seguinte documento:

Processo 010.068/2010 – Protocolo 168.138/10 - 2°Vol. – Vistas à EMPRESA VIAÇÃO PIRACEMA DE TRANSPORTES LTDA, aprovo o parcelamento do pagamento e autorizo o andamento do requerimento da empresa, para conhecimento.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Comunicado

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, a que se refere o artigo 12 do, inciso IV, da Instrução Normativa APE/SAESP 02, de 2 de dezembro de 2010

Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos 14/2021

Seção de Trânsito - Arandu

A Coordenadora da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso, instituída pela Portaria Detran 825/2012, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 28-06-2012, em conformidade com os prazos definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos aprovada pela Resolução SGP- 23, de 29-07-2011, faz saber a quem possa interessar que, a partir do 30.º dia subsequente à data de publicação deste Edital, o Departamento Estadual de Trânsito – Detran, eliminará os documentos abaixo relacionados. Os interessados poderão requerer às suas expensas, no prazo citado, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso.

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Registro e controle de veículos

Série documental: 023.03.01.007 – Expediente de comunicação de venda de veículo

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 01(uma) Caixa

Observações complementares:

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Registro e controle de veículos

Série documental: 023.03.01.008 – Expediente de emissão de 2ª via de documentos

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 02(duas) Caixas

Observações complementares:

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Registro e controle de veículos

Série documental: 023.03.01.012 – Expediente de registro e licenciamento de veículos

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 6 Caixas

Observações complementares:

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Transferências e alterações de veículos

Série documental: 023.03.02.003 – Expediente de transferência de propriedade de veiculo

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 10 Caixas

Observações complementares:

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Transferências e alterações de veículos

Série documental: 023.03.02.004 – Expediente de transferência de localidade de veiculo

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 7 Caixas

Observações complementares:

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Transferências e alterações de veículos

Série documental: 023.03.02.005 – Processo para emissão de 2ª via de documento de transferência

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 3 Caixas

Observações complementares:

Total de caixas: 29 Caixas

Total de Metros Lineares: 4,06

Comunicado

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos

a que se refere o artigo 12 do, inciso IV, da Instrução Normativa APE/SAESP 02, de 2 de dezembro de 2010

Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos 15/2021

Seção de Trânsito - Paranapanema

A Coordenadora da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso, instituída pela Portaria Detran 825/2012, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 28-06-2012, em conformidade com os prazos definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos aprovada pela Resolução SGP- 23, de 29-07-2011, faz saber a quem possa interessar que, a partir do 30.º dia subsequente à data de publicação deste Edital, o Departamento Estadual de Trânsito – Detran, eliminará os documentos abaixo relacionados. Os interessados poderão requerer às suas expensas, no prazo citado, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso.

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Habilitação de condutores

Atividade: Expedição e renovação de habilitação

Série documental: 023.02.01.008 – Expediente de pré-cadastro para inclusão no e-CNHsp.

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 22(vinte e duas) Caixas

Observações complementares:

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Registro e controle de veículos

Série documental: 023.03.01.006 – Processo de bloqueio, desbloqueio e baixa definitiva de veículo por danos de média ou grande monta.

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 9 Caixas

Observações complementares:

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Registro e controle de veículos

Série documental: 023.03.01.007 – Expediente de comunicação de venda de veículo

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 11 Caixas

Observações complementares:

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Registro e controle de veículos

Série documental: 023.03.01.008 – Expediente de emissão de 2ª via de documentos

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 10 Caixas

Observações complementares:

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Registro e controle de veículos

Série documental: 023.03.01.012 – Expediente de registro e licenciamento de veículos

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 46 Caixas

Observações complementares:

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Transferências e alterações de veículos

Série documental: 023.03.02.003 – Expediente de transferência de propriedade de veiculo

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 57 Caixas

Observações complementares:

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Transferências e alterações de veículos

Série documental: 023.03.02.004 – Expediente de transferência de localidade de veiculo

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 34 Caixas

Observações complementares:

Função: Planejamento e gestão de políticas para o trânsito

Subfunção: Licenciamento de veículos

Atividade: Transferências e alterações de veículos

Série documental: 023.03.02.005 – Processo para emissão de 2ª via de documento de transferência

Data-Limite: 1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010

Quantidade: 38 Caixas

Observações complementares:

Total de caixas: 227(duzentas e vinte e sete) Caixas

Total de Metros Lineares: 31,78

DIRETORIA DE HABILITAÇÃO

Citação

Chegaram ao conhecimento desta Diretoria irregularidades administrativas possivelmente perpetradas no processo de habilitação dos condutores abaixo relacionados, face realização de prova teórica em local diverso do local de cadastro. Diante desse fato fora instaurado processos administrativos em face dos mesmos. Sendo assim, esta diretoria cita os abaixo relacionados para apresentarem defesa junto a este órgão no prazo de 15 dias, nos termos do artigo 63 da Lei Estadual 10.177/98, indicando e especificando as provas que pretende produzir, por suposta infração ao artigo 140 do Código de Trânsito Brasileiro.

Devido a quarentena implementada pelo Decreto 64.881, de 22-03-2020, as defesas, recursos e os pedidos de vistas processuaisdos processos abaixo elencados deverão ser remetidas exclusivamente por endereço eletrônico para o e-mail nucleofiscalizacao.covid19@detran.sp.gov.br, ou fisicamente por correios no endereço R. João Brícola, 32 – 9º Andar – Núcleo de Fisclaização de Candidatos e Condutores – Centro – São Paulo/SP – CEP 01014/010.

No caso de pedido de vistas, será encaminhada cópia integral digitalizada do processo. As defesas, recursos e os pedidos de vistas somente serão aceitos com as devidas alegações em documento devidamente assinado e datado; documento de identificação do processado; em caso de procurador, apresentar

procuração reconhecida em cartório nos últimos 90 dias (exceto procuração dada a advogados, as quais não serão necessárias reconhecimento de firma em cartório, sendo substituída por carteira OAB); além do documento de identificação do procurador, todos esses documentos deverão ser enviados em um Único arquivo, exclusivamente em formato PDF, ou por correio no endereço R. João Brícola, 32 – 9º Andar – Núcleo de Fisclaização de Candidatos e Condutores – Centro – São Paulo/SP – CEP 01014/010.

PA - NOME DO CONDUTOR - REGISTRO
2/2021 - Wilton Braz de Medeiros - 06715944205
3/2021 - Eder Leite Moura da Silva - 06666829698
4/2021 - Jose de Oliveira Farias - 06673758200
5/2021 - Tania Costa Santos - 06675798639
6/2021 - Antonio Gomes da Costa - 06673339981
7/2021 - Francislanio Ferreira Beserra - 06585836997
8/2021 - Manoel Domingos Neto - 06657758164
9/2021 - Micael de Oliveira Santos - 06624212163
10/2021 - Wellington Amorim dos Santos - 06606687619
11/2021 - Antonio Jose de Araujo - 06624216359
12/2021 - Jacildo Rosendo da Silva - 06597759909
13/2021 - Jackson Santos da Silva - 06647070508
14/2021 - Jonathan da Silva de Jesus - 06617397410
15/2021 - Jose Francisco da Silva - 06641663246
16/2021 - Joao Batista dos Santos Neto - 06712371051
17/2021 - Victor Hugo Rodrigues Oliveira - 06587080253
18/2021 - Maria Correa da Silva - 06617190527
19/2021 - Alex Silva da Anunciacao - 06627545701
20/2021 - Alexandre Costa Soares - 06614273852
21/2021 - Amanda Teodoro Feliciano - 06627546937
22/2021 - Carlos Alberto Chaves da Silva - 06631787584
23/2021 - Daniel Quirino de Oliveira - 06624217376
24/2021 - Diego dos Santos Vieira - 06624216575
26/2021 - Edsonia de Assis Ribeiro - 06631788169
27/2021 - Elisangela Roberta Guimaraes Souza - 06667286293
28/2021 - Gildesio Pires da Silva - 06650832111
29/2021 - Guilherme Pereira de Oliveira - 06624216683
30/2021 - Joseneide Ferreira Rosa - 06609489391
31/2021 - Lidiuvana Sidou da Costa - 06606686818
32/2021 - Luiz Fabio Silveira Monteiro - 06596302733
34/2021 - Maria Marli da Silva - 06606688744
35/2021 - Paulo dos Santos Pereira - 06617190635
36/2021 - Robson Micael Silva - 06667286077
37/2021 - Santiago Moreira dos Santos - 06614273960
38/2021 - Severino Joao da Costa - 06606687178
39/2021 - Tarcina de Fatima Coimbra de Almeida - 06627546502
40/2021 - Tiago Silva Santana - 06709664600
41/2021 - Walason Lopes Santos - 06624216467
42/2021 - Vandilson Pinheiro Rocha - 06636620582
43/2021 - Evaldo Luis da Silva Mendes - 06636620140
44/2021 - Maria Gita da Silva - 06624896409
45/2021 - Ricardo Santos de Araujo - 06624896725
46/2021 - Antonio Carneiro dos Santos - 06632277074
47/2021 - Maria Aparecida da Silva de Souza - 06632276930
48/2021 - Neilson Dias de Souza - 06669954433
49/2021 - Ranyere Jefferson Alves Pereira - 06609488374
50/2021 - Jose Claudio dos Santos - 06658581088
51/2021 - Karina Santos Amado - 06627547511
52/2021 - Jean Alves Cordeiro - 06597726427
53/2021 - William Nascimento Ferreira - 06622131282
54/2021 - Jose Joao da Silva - 06607468006
55/2021 - Jose Umberto de Lima Neto - 06607467630
56/2021 - Fernando Nascimento da Silva - 06649403506
57/2021 - Valdeir Pereira Souza - 06663054653
58/2021 - Andre Luis da Silva - 06650832554
59/2021 - Cicero Alves da Fonseca - 06622187444
60/2021 - Maicon Jesus de Oliveira - 06644944918
61/2021 - Jose de Jesuis Alves - 06632277182
62/2021 - Jose Valdo Alves Gama - 06632277290
63/2021 - Jose Advonaldo da Silva - 06648795433
65/2021 - Fabio Jose dos Santos - 06654402179
66/2021 - Juliano Salustiano de Moura - 06627546388
67/2021 - Guilhermino Pereira dos Santos - 06615172952
68/2021 - Karine Aparecida da Silva Rosa - 06634877635
69/2021 - Severino Antonio Roberto - 06636843892
70/2021 - Gilvan Oliveira da Silva - 06650941274
71/2021 - Geralda de Fatima Coelho - 06647274658
72/2021 - Caio do Carmo Jesus - 06638723342
73/2021 - Maria de Fatima Lucena Fraga - 06654345092
74/2021 - Ailton da Silva - 06651164899
75/2021 - Bruno Cesar Eneas Gomes - 06636215050
76/2021 - Alan Cesar Medeiros - 06695385508
77/2021 - Eronildo Goncalves Carneiro - 06633241350
78/2021 - Josimar Avelino dos Santos - 06654200712
79/2021 - Jozano Domingos dos Santos - 06669212219
80/2021 - Lucas Barzotini - 06680381336
81/2021 - Osmar dos Santos - 06663559400
83/2021 - Ailton Antonio da Silva - 06694017272
84/2021 - Alessandro Alves dos Santos - 06632277307
85/2021 - Antonio Germano da Rocha - 06644941740
86/2021 - Claudionor Jose dos Santos - 06695383906
87/2021 - Rafael Santos da Silva - 06667287200
89/2021 - Arlon Sampaio dos Santos - 06614385740
90/2021 - Antonio Lucas Alves Pedra - 06646830976
91/2021 - Flavio Gomes Alvano - 06647274982
92/2021 - Joao Ferraz Vieira - 06654200604
93/2021 - Jonas Souza Almeida - 06667287535
94/2021 - Maria Jose Jesus da Silva - 06663558718
95/2021 - Antonio Santana de Jesus - 06628356388
96/2021 - Joaquim Alves dos Santos - 06624896833
97/2021 - Valmira Pereira - 06618890197
98/2021 - Reiven de Jesus Cruz - 06703382970
99/2021 - Adeilto Lacerda de Sousa - 06654198556
100/2021 - Gleidson Carvalho da Silva - 06688338724
101/2021 - Isaias Amaral de Oliveira - 06650832662
102/2021 - Joel Correia Lima - 06694554203
103/2021 - Thiago Santos Silveira - 06688339209
104/2021 - Lucas Alexandre Morais Carneiro - 06648793940
105/2021 - Marlos dos Reis Damasceno - 06636712085
106/2021 - Everton Araujo Silva - 06656335604
107/2021 - Maria Augusta da Silva - 06641455832
108/2021 - Rosana Bueno - 06665985235
109/2021 - Audenes Pedro de Lima - 06641693992
110/2021 - Jose Saulo Aleixo de Lima - 06688418158
111/2021 - Ramires Julio Vertu - 06658801730
112/2021 - Gilmar Rodrigues do Nascimento - 06686477650
113/2021 - Reinaldo Novais Almeida - 06686478235
114/2021 - Uilias Santos Rocha - 06677287921
115/2021 - Jose Maria Ferreira da Silva - 06676164602
116/2021 - Jose Edicacio Fernandes - 06655287150
117/2021 - Alefh Batista da Silva - 06627541724
118/2021 - Antonio de Jesus Soares da Silva - 06667287978
119/2021 - Diego Bezerra da Silva - 06694709120
120/2021 - Ivanildo Pereira do Nascimento - 06654200498
121/2021 - Juscelino Francisco de Araujo - 06667287643
122/2021 - Mazio Barreto da Silva - 06703911321
123/2021 - Michel Albuquerque Santa Rita - 06647070716
124/2021 - Pedro Henrique de Assis - 06703911213
125/2021 - Sheila da Paz Macedo - 06650833355
126/2021 - Valter Tereza de Queiroz - 06651165914
127/2021 - Eladio da Silva Oliveira - 06667287427
128/2021 - Agusto Cilirio dos Santos - 06658798773
129/2021 - Antonio Rocha - 06669685207
130/2021 - Carlos Henrique Chaves Lima - 06657758505
131/2021 - Ronaldo Pacheco - 06689662534
132/2021 - Vilma Rocha dos Santos Silva - 06657758056
133/2021 - Adao Santos da Silva - 06694017380
134/2021 - Genival Firmo dos Santos - 06692307812
135/2021 - Ismar Clayton Carvalho dos Santos - 06672692548
136/2021 - Osael de Sousa Lima - 06696184899
137/2021 - Antonio Paulo da Silva Lopes - 06647937987
138/2021 - Felipe da Silva Gales - 06706423890
139/2021 - Mateus da Silva Sousa - 06686262559
140/2021 - Cletomildo Agostinho Almeida dos Santos - 06667284475
141/2021 - Fabiola Maria Ramos - 06667284916
142/2021 - Jose de Souza Santana - 06694630541
143/2021 - Jose da Rocha Pereira - 06658580395
144/2021 - Jose Sabino Pereira da Silva - 06703205108
145/2021 - Lindolfo Barbosa Lindolfo - 06662994319
146/2021 - Manoel Bezerra de Franca - 06674849713
147/2021 - Adailton Amaral Costa - 06694017930
148/2021 - Luis Henrique Silva - 06669212327
149/2021 - Marquinhos Trindade dos Santos - 06694018073
150/2021 - Ricardo Francisco de Lima - 06679936801
151/2021 - Valdemir Rodrigues da Cruz - 06694017713
152/2021 - Marcio Brandao Lima - 06657758380
153/2021 - Jackson dos Santos Ferreira - 06650356823
154/2021 - Cassio Silva de Sousa - 06635847150
155/2021 - Manoel Dias de Barros Neto - 06650612747
156/2021 - Antonio Lopes Barbosa Filho - 06703911430
157/2021 - Roberto Jose Pereira - 06679511488
158/2021 - Francisco Leandro do Nascimento - 06698447830
159/2021 - Beneval Alcantara da Silva - 06676539229
160/2021 - Domingos Jesus dos Santos - 06686406090
161/2021 - Edivaldo Ferreira da Silva - 06672691639
162/2021 - Erasmo Vieira - 06686402902
163/2021 - Hildebrandes de Oliveira Melo - 06686405621
164/2021 - Wanderlei Rodrigues - 06672691520
165/2021 - Josevaldo de Sousa Santos - 06698450401
166/2021 - Jose Carlos Silva de Santana - 06667288444
167/2021 - Josefa Santos da Cruz - 06676164710
168/2021 - Junio Alves Pessoa - 06667288336
169/2021 - Pedro Henrique Nascimento da Silva - 06694554862
170/2021 - Manoel Moacir Dias Torres - 06670796347
171/2021 - Flavio Gomes de Moura - 06713169812
172/2021 - Risomar Maria da Silva - 06694017499
173/2021 - Jose Lidio Araujo Passos - 06693850198
174/2021 - Jose Veloso da Silva - 06686567994
175/2021 - Sandra das Dores Lopes dos Santos - 06694709898
176/2021 - Ademir de Siqueira Gomes - 06703377272
177/2021 - Cosme Alves da Silva - 06704236140
178/2021 - Betanio dos Santos Moco - 06666467409
179/2021 - Tiago Souza do Bonfim - 06690618775
180/2021 - Ana Paula Viana da Silva - 06688340261
181/2021 - Gerinalda Souza dos Santos - 06688418707
182/2021 - Rosemeire da Silva - 06667284367
183/2021 - Jose Odair Paviani - 06694017821
184/2021 - Francisco Egnaldo Lucena Saraiva - 06698450501
185/2021 - Geova Carvalho Pessoa - 06695517202
186/2021 - Delma Dorea Dias - 06694554970
187/2021 - Expedito Goncalves - 06667285492
188/2021 - Joao Batista Gouveia - 06695162749
189/2021 - Rafael Aparecido Sousa Oliveira - 06698450610
190/2021 - Fernando Alves de Queiroz - 06699396972
191/2021 - Lourival Alves Galindo - 06709664494
192/2021 - Edno Rodrigues de Moura - 06698447949
193/2021 - Antonio Batista Vital - 06694553296
194/2021 - Jose Natan Ferreira de Oliveira - 06675451361
195/2021 - Jose da Silva Ferreira - 06703377380
196/2021 - Carlos Antonio de Souza da Silva - 06698286307
197/2021 - Thiago Nascimento Cardoso - 06685188200
198/2021 - Fabiana Cristiane Rodrigues - 06698450728
199/2021 - Leonardo da Silva - 06713757323
200/2021 - Cesar Faria Santos - 06694553188
201/2021 - Alenilson Caetano da Silva - 06694018306
202/2021 - Felipe Tafarel Xavier - 06712898347
203/2021 - Blandson Vieira dos Santos - 06703383997
204/2021 - Helio Roberto Silva de Melo - 06709667111
206/2021 - Uelington Santos Menezes - 06682133681
207/2021 - Florisvaldo Silva Viana - 06703377605
208/2021 - Macilene Alves de Lima - 06695514242
209/2021 - Jucicleide Conceicao dos Santos - 06701213643
210/2021 - Jose Sena de Miranda - 06709665628
211/2021 - Hermano Neves de Souza Junior - 05800672466
212/2021 - Kleber Mendes Gomes - 06158749078
213/2021 - Assis Felix de Sousa - 05860366316
214/2021 - Raul de Jesus Santos - 06363693892
215/2021 - Jose Aparecido de Gois - 00864692800
216/2021 - Jose Maria Coelho - 02956698082
217/2021 - Celia Regina de Santana Carvalho - 03096365822
218/2021 - Ubirajara de Godoy Brancaglione - 02638232279
221/2021 - Bruno de Oliveira Gomes - 06957974766
222/2021 - Juliana Mazoni Pinto - 06884150921

Chega ao conhecimento desta Diretoria irregularidades administrativas possivelmente perpetradas no processo de habilitação do condutor abaixo descrito, em decorrência de suposto desbloqueio irregular no Processo Administrativo de Suspensão. Sendo assim, esta Diretoria cita o abaixo relacionado para apresentar defesa junto a este órgão no prazo de 15 dias, nos termos do artigo 63 da Lei Estadual 10.177/98, indicando e especificando as provas que pretende produzir, por suposta infração ao artigo 261, do Código de Trânsito Brasileiro.

Devido a quarentena implementada pelo Decreto 64.881, de 22-03-2020, os recursos e os pedidos de vistas processuais dos processos abaixo elencados deverão ser remetidas exclusivamente por endereço eletrônico para o e-mail nucleofiscalizacao.covid19@detran.sp.gov.br, ou fisicamente por correios no endereço R. João Brícola, 32 – 9º Andar – Núcleo de Fisclaização de Candidatos e Condutores – Centro – São Paulo/SP – CEP 01014/010.

No caso de pedido de vistas, será encaminhada cópia integral digitalizada do processo. Os recursos somente serão aceitos com as devidas alegações em documento devidamente assinado e datado; documento de identificação do processado; em caso de procurador, apresentar procuração reconhecida em cartório nos últimos 90 dias (exceto procuração dada a advogados, as quais não serão necessárias reconhecimento de firma em cartório, sendo substituída por carteira OAB); além do documento de identificação do procurador, todos esses documentos deverão ser enviados em um Único arquivo, Exclusivamente em formato PDF, ou por correio no endereço R. João Brícola, 32 – 9º Andar – Núcleo de Fisclaização de Candidatos e Condutores – Centro – São Paulo/SP – CEP 01014/010.

PA - NOME DO CONDUTOR - REGISTRO
240/2021 - Marcos Jose Souza Pereira Santana - 05010902538
241/2021 - Monique Donata Tonini - 01555895791

Chega ao conhecimento desta Diretoria irregularidades administrativas possivelmente perpetradas no processo de habilitação dos condutores abaixo relacionados, sendo apontado irregularidades na Utilização do Código de Entidade, diante desse fato fora instaurado processos administrativos em face dos mesmos, podendo haver o cancelamento do registro mediante aplicação da penalidade do Art. 263 §1º. O interessado poderá apresentar defesa conforme os procedimentos abaixo.

Devido à quarentena implementada pelo Decreto 64.881, de 22-03-2020, as defesas e os pedidos de vistas processuais dos processos abaixo elencados deverão ser remetidas exclusivamente por endereço eletrônico para o e-mail nucleofiscalizacao.covid19@detran.sp.gov.br, ou fisicamente por correios no endereço R. João Brícola, 32 – 9º Andar – Núcleo de Fiscalização de Candidatos e Condutores – Centro – São Paulo/SP – CEP01014/010.

No caso de pedido de vistas, será encaminhada cópia integral digitalizada do processo. Os pedidos e defesas somente serão aceitos com as devidas alegações em documento devidamente assinado e datado; documento de identificaçãodo processado; em caso de procurador, apresentar procuração reconhecida em cartório nos últimos 90 dias (exceto procuração dada a advogados, as quais não serão necessárias reconhecimento de firma em cartório, sendo substituída por carteira OAB); além do documento de identificação do procurador, todos esses documentos deverão ser enviados em um Único arquivo, Exclusivamente em formato PDF, ou por correio no endereço R. João Brícola, 32 – 9º Andar – Núcleo de Fisclaização de Candidatos e Condutores – Centro – São Paulo/SP – CEP 01014/010.

Sendo assim, esta diretoria cita os abaixo relacionados para apresentarem defesa junto a este órgão no prazo de 15 dias, nos termos do artigo 63 da Lei Estadual 10.177/98, indicando e especificando as provas que pretende produzir, por suposta infração ao artigo 140 e 147 do Código de Trânsito Brasileiro, de acordo com os procedimentos acima.

PA - NOME DO CONDUTOR - REGISTRO
242/2021 - Ednaldo de Oliveira Chagas - 03856692529

Chega ao conhecimento desta Diretoria irregularidades administrativas possivelmente perpetradas no processo de habilitação do condutor abaixo relacionado, sendo apontado utilização de endereço falso, diante desse fato fora instaurado processo administrativo em face dos mesmo, podendo haver o cancelamento do registro mediante aplicação da penalidade do Art. 263 §1º. O interessado poderá apresentar defesa conforme os procedimentos abaixo.Devido a quarentena implementada pelo Decreto 64.881, de 22-03-2020, as defesas e os pedidos de vistas processuais dos processos abaixo elencados deverão ser remetidas exclusivamente por endereço eletrônico para o e-mail nucleofiscalizacao.covid19@detran.sp.gov.br, ou fisicamente por correios no endereço R. João Brícola, 32 – 9º Andar – Núcleo de Fisclaização de Candidatos e Condutores – Centro – São Paulo/SP – CEP 01014/010.

No caso de pedido de vistas, será encaminhada cópia integral digitalizada do processo. Os pedidos e defesas somente serão aceitos com as devidas alegações em documento devidamente assinado e datado; documento de identificação do processado; em caso de procurador, apresentar procuração reconhecida em cartório nos últimos 90 dias (exceto procuração dada a advogados, as quais não serão necessárias reconhecimento de firma em cartório, sendo substituída por carteira OAB); além do documento de identificação do procurador, todos esses documentos deverão ser enviados em um Único arquivo, Exclusivamente em formato PDF, ou por correio no endereço R. João Brícola, 32 – 9º Andar – Núcleo de Fisclaização de Candidatos e Condutores – Centro – São Paulo/SP – CEP 01014/010.Sendo assim, esta diretoria cita os abaixo relacionados para apresentarem defesa junto a este órgão no prazo de 15 dias, nos termos do artigo 63 da Lei Estadual 10.177/98, indicando e especificando as provas que pretende produzir, por suposta infração ao artigo 140 do Código de Trânsito Brasileiro, de acordo com os procedimentos acima.

PA - NOME DO CONDUTOR - REGISTRO
243/2021 - Gideon Morais Franco - 03987038197

JUSTIÇA E CIDADANIA

FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE

Comunicados

Processo Administrativo Disciplinar 0450/20
Interessado (a): Caio Julio Cezar Bosque – RE 220358
Deliberação

Em análise aos autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado em razão da prática de suposta falta funcional consistente na apresentação de faltas injustificadas ao trabalho.

Cumpre enfatizar que foram depreendido esforços no intuito de cientificar o processado da demanda administrativa e exercer sua defesa, para tanto, foi enviado telegrama para o endereço residencial, às fls. 10/11, contudo, a devolutiva dos Correios foi que o destinatário estava "ausente", nas três tentativas, levando a efetivar o ato através de edital, às fls. 14/17.

Entretanto, o processado não apresentou sua defesa prévia dentro do prazo legal, como se assevera na certidão de fls. 18.

Para prosseguimento do feito o processado deverá ser intimado por edital, nos termos do art. 21, § 2º da já mencionada Portaria Normativa, para apresentar as Alegações Finais de Defesa, no prazo de 07 dias, sob pena de preclusão, conforme preceitua o artigo 26 da Portaria Normativa n. 253/2013.

Processo Administrativo Disciplinar 0046/20
Interessado (a): André das Dores Barboza – RE 446749
Deliberação

O processado André das Dores Barboza - RE. 44.674-9 foi notificado para apresentar Defesa Prévia. Porém, permaneceu inerte, permitindo transcorrer "in albis" o prazo para a apresentação de defesa e rol de testemunhas. Ocorrendo assim a sua preclusão. Conforme se infere na certidão de fls. 38.

Desta forma, nos termos do § 2º do artigo 24 da Portaria Normativa 253/2013, considerando-se que a prova documental juntada é suficiente para a instrução do presente procedimento em razão da matéria tratada nos autos, apresente o processado, se desejar, Alegações Finais em 07 dias, conforme artigo 26 da Portaria Normativa 253/2013 da Fundação CASA.

Processo Administrativo Disciplinar 2105/19
Interessado (a): Ana Claudia Silva – RE 239823
Deliberação

A processada Ana Cláudia Silva - RE. 23.982-3 foi notificada para apresentar Defesa Prévia. Porém, permaneceu inerte, permitindo transcorrer "in albis" o prazo para a apresentação de defesa e rol de testemunhas. Ocorrendo assim a sua preclusão. Conforme se infere na certidão de fls. 25.

Desta forma, nos termos do § 2º do artigo 24 da Portaria Normativa 253/2013, considerando-se que a prova documental juntada é suficiente para a instrução do presente procedimento em razão da matéria tratada nos autos, apresente o processado, se desejar, Alegações Finais em 07 dias, conforme artigo 26 da Portaria Normativa 253/2013 da Fundação CASA.

SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DR. MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA

Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa

Notificação

Processo da contratação: DHPP 052/2020.
Convite Eletrônico: 180128000012020OC00191.
Grupo: 69 – Equipamentos, Sistemas, Materiais para Treinamento Operacional; matéria.
Classe: 6940 - Produtos Químicos e Materiais para Investigação Criminal
Material: 250856 - Kit para Investigação Criminal
Itens: 5714923 e 5714915
Elemento de Despesa:339030 – Material de Consumo
Natureza de Despesa: 33903090.
Contrato: 2020NE00297, emitida em 28-10-2020.
Contratada: TMB COMÉRCIO DE EQUIP. DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ 25.149.750/0001-50.
Valor: R$103,08.
Data da celebração do contrato: 28-10-2020 - Prazo para a entrega: 18-11-2020
Data da entrega: 24-11-2020.

Conduta irregular: Com fundamento no art. 86 da Lei federal 8.666/93 e no artigo 80 da Lei estadual 6.544/89, fica a empresa Notificada a recolher a importância de R$103,08, relativa à multa aplicada, ao Tesouro do Estado de São Paulo, por meio de DARE/SP, no prazo de 05 dias úteis contados do recebimento desta notificação, sujeitando-a à inscrição na Dívida Ativa Estadual no caso de não cumprimento da medida. O comprovante de pagamento deverá ser encaminhado à este Departamento, podendo ser por meio do endereço eletrônico adm.dhpp@policiacivil.sp.gov.br.

Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo

Delegacia Seccional de Polícia de Carapicuíba

Correição

O Delegado de Polícia Titular da Delegacia Seccional de Polícia de Carapicuíba, faz saber que, em conformidade com o artigo 22, inciso II, do Decreto 33.829/91, c.c. a Resolução SSP-46/70, realizará Correição Ordinária, referente ao Primeiro Semestre de 2021, em todas as Unidades subordinadas, conforme calendário abaixo:

DATA	HORÁRIO	UNIDADE
01/03/21 2ª feira	10h	DDM de Cotia
	11h	2º DP de Cotia
03/03/214ª feira	10h	DDM de Santana de Parnaíba
	11h	Posto de Identificação de Santana de Parnaíba
	12h	Del. Pol de Santana de Parnaíba e Setor de Cartas Precatórias
05/03/216ª feira	10h	Del. Esp. Proteção ao Idoso
	11h	1º DP de Barueri
10/03/214ª feira	10h	1º DP de Cotia
12/03/216ª feira	10h	SIG
	11h	DISE
15/03/212ª feira	10h	Posto de Identificação e Cadeia Pública de Jandira
	11h	Del. Pol. de Jandira e Setor de Cartas Precatórias
17/03/214ª feira	10h	DDM de Barueri
	11h	2ª Del. Pol. de Barueri
19/03/21 6ª feira	10h	SHPP
	11h	DICCMA
23/03/21 3ª feira	10h	Cadeia Pública e Posto de Identificação de Cotia
	11h	Del. Pol. de Cotia e Núcleo de Cartas Precatórias
26/03/216ª feira	10h	Posto de Identificação e Cadeia Pública de Barueri
	11h	Del. Pol. De Barueri e Núcleo de Cartas Precatórias
	11h30	NECRIM
29/03/212ª feira	10h	Posto de Identificação de Pirapora do Bom Jesus
	11h	Del. Pol. de Pirapora do Bom Jesus
31/03/21 4ª feira	10h	Posto de Identificação de Vargem Grande Paulista
	11h	Del. Pol. de Vargem Grande Paulista
01/04/215ª feira	10h	DDM de Carapicuíba
	11h	Cadeia Pública de Carapicuíba
	12h	1ª Del. Pol. de Carapicuíba e Núcleo de Cartas Precatórias
07/04/214ª feira	10h	2ª Del. Pol. de Carapicuíba
	11h	3ª Del. Pol. de Carapicuíba
09/04/216ª feira	10h	DDM de Itapevi
	11h	Posto de Identificação e Cadeia Pública de Itapevi
	11h30	Del. Pol. de Itapevi e Núcleo de Cartas Precatórias

Faz saber, ainda, a Autoridade Policial Correicional, que será realizada audiência pública, em cada unidade, sendo facultada ao interessados, oportunidade para apresentação de sugestões e eventuais reclamações relacionadas à prestação do serviço policial .

Ficam convocadas todas as Autoridades Policiais e demais servidores sujeitos aos atos correicionais, a serem realizados nos dias e horários constantes do presente edital .

(Carapicuíba,27-01-2021).

Corregedoria Geral da Polícia Civil

Divisão de Sindicâncias Administrativas

Equipe R

Notificação

S.A. 68/2020 – D.G.P. 1273/20 – Administração Pública X Dr. Alexandre Felipe de Oliveira (Delegado de Polícia). Fica o Defensor Constituído Notificado a Comparecer Perante Esta Equipe "R" da Divisão de Sindicâncias Administrativas, Sito a Rua da Consolação, 2333 – 6º Andar – Cerqueira César – São Paulo – SP, no Próximo Dia 03-02-2021, Às 15:00 Horas, para Participar de Audiência de Instrução, Oportunidade em Que Será Ouvida a Vítima. Dr. Agnaldo Aparecido Bueno de Oliveira, OAB/SP 259.673.

Divisão de Processos Administrativos

2ª Unidade Processante Permanente

Notificação

PAD 119/2015– DGP 5530/2015 – acusado NELSON SECAF JUNIOR – Escrivão de Polícia. A Presidente da 2ª Unidade Processante Permanente, nos termos dos artigos 112, da Lei Orgânica da Polícia, Notifica o defensor Dr. DANIEL LEON BIALSKI, OAB/SP 125.000, com escritório à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717 – 7º andar – Itaim Bibi – São Paulo/SP, que a partir da ciência deste, fica aberto, Novamente, o prazo de 5 dias para apresentação das Alegações Complementares, nos autos do PAD 119/2015, de quem é defensor legalmente constituído. E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital uma única vez.

Notificação

PAD 087/2020– DGP 3776/2020 – acusado Jackson Paulino da Silva – Agente Policial. A Presidente da 2ª Unidade Processante Permanente, nos termos dos artigos 112, da Lei Orgânica da Polícia, Notifica os defensores Dr. Durval Ferratoni, OAB/SP 111.086, Dr. Felipe Allan dos Santos, OAB/SP 350.420, Dr. Fabio Augusto Filipe de Alencar Trindade, OAB/SP 399.014 com escritório à Avenida Casper Libero, 58 – 7º andar – Sta. Ifigência e o Dr. Alex Korosue, OAB/SP 258.928, com escritório à Rua dos Três Irmãos, 310 – cj. 305 – Jardim Guedala, que a partir da ciência deste, fica aberto o prazo de 7 dias para apresentação das Alegações Finais, nos autos do PAD 087/2020, de quem são defensores legalmente constituídos. E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital uma única vez.

Notificação

PAD 069/2018 – DGP 7428/2018 – acusados Regis Moreira Liberato e Renan Santos Rocha . Notificação. A Presidente da 2ª Unidade Processante Permanente nos termos dos artigos 112 da Lei Orgânica da Polícia, Notifica o Dr. José Carlos Nogueira, OAB/SP 110.088, com escritório à Rua Missionária Sara Cooper, 179, sala 04 – Centro – Suzano/SP, que partir da ciência deste, Novamente, fica aberto prazo de 7 dias para apresentação das Alegações Finais dos acusados, nos autos do PAD 069/2018, onde figuram como acusados os policiais civis supracitados, de quem é defensor legalmente constituído. E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital uma única vez.

Divisão das Corregedorias Auxiliares

3ª Corregedoria Auxiliar - Ribeirão Preto

Notificação

De ordem da presidente dos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar 3ªCA-015/20 – DGP. 1690/2019 (SAD 9ªCA-0.004/19) Notifico o Dr. LEONARDO RIBEIRO MARIANNO – OAB/SP 295.891, a Dra. TATIANE MENDES FERREIRA – OAB/SP 205.788 e a Dra. CAROLINE SARTO – OAB/SP 355.494, advogados estabelecidos e militantes na comarca de Piracicaba/SP, defensores constituídos da Sindicada GRASIELA DE OLIVEIRA – Escrivã de Polícia, nos autos acima referidos, de que foi encerrada a fase instrutória estando aberto o prazo de 7 dias, nos termos do Artigo 109, parágrafo 3º da LOP, para apresentação das Alegações Finais conforme preconiza o Artigo 112 da LC. 207/79, alterada pela LC. 922/02, bem como ficam Notificados que demais Notificações devidas nos autos serão realizadas por intermédio de publicação no Diário Oficial do Estado.

Notificação

De ordem da presidente dos autos do Processo Administrativo Disciplinar 3ªCA-011/19 – DGP. 6765/2019 Notifico o Dr. GILMAR MACHADO DA SILVA – OAB/SP 176.398, advogado estabelecido e militante na comarca de Franca-SP, defensor constituído do Acusado RICARDO ALEXANDRE FERRAREZI – Investigador de Polícia, nos autos acima referidos, para que, com Vista nos autos, os quais encontram-se a disposição nesta 3ª Corregedoria Auxiliar, localizada na Rua Lafaiete, 1617, Centro,

em Ribeirão Preto-SP, tome ciência dos documentos juntados e, manifeste-se formalmente no prazo de 5 dias, conforme preconiza o parágrafo 2º do Artigo 114 da LC 207/79, alterada pela LC 922/02, bem como fica Notificado que demais Notificações devidas nos autos serão realizadas por intermédio de publicação no Diário Oficial do Estado .

8ª Corregedoria Auxiliar - Presidente Prudente

Intimação

SA-8-006/20 - O Delegado de Polícia Assistente da 8ª Corregedoria Auxiliar da Corregedoria Geral da Polícia Civil, presidindo os autos da Sindicância Administrativa n. SA-8-006/20, faz saber ao advogado de defesa Dr. Carlos Alberto Moura Sales, OAB/SP 322.334, com escritório na Rua Palmares, n. 05, Centro, na cidade de Assis/SP, bem como ao acusado naqueles autos, de que a audiência para oitiva da testemunha arrolada pela Administração: Dr. Marcelo Ito Okuma, foi designada para o dia 02-02-2021, às 11h. Essa audiência será realizada por videoconferência, através do sistema "Microsoft Teams" e o link de acesso será encaminhado para o e-mail institucional da testemunha e para o e-mail do advogado de defesa: carlos.jus@hotmail.com (caso entender necessário, fornecer outro endereço de e-mail).

Intimação

SA-8-002/20 - O Delegado de Polícia Assistente da 8ª Corregedoria Auxiliar da Corregedoria Geral da Polícia Civil, presidindo os autos da Sindicância Administrativa n. SA-8-002/20, faz saber à advogada Dra. Ironei Taborda dos Santos, OAB/PR n. 88492, com endereço profissional na Rua Periquito do Pescoço Marron, 102 – San Rafael, Arapongas/PR, bem como ao acusado naqueles autos, de que a audiência de instrução através de sistema virtual para oitiva das testemunhas arroladas pela Administração e pela Defesa não foi realizada devido ao não comparecimento da defensora que não apresentou nenhuma justificativa nem atendeu as ligações telefônicas com o intuito de verificar eventuais dificuldades que estaria encontrando para acessar o sistema. Houve impossibilidade de contato com o sindicado pois as ligações realizadas para o celular caíram na caixa postal. Considerando a dificuldade na realização da audiência pelo sistema virtual, delibero pela realização da audiência de instrução pelo sistema presencial e para tanto, será expedida carta precatória à Equipe de Corregedoria de Assis, tendo em vista que todas as testemunhas arroladas são policiais civis em exercício na área territorial da Delegacia Seccional de Polícia de Assis/SP.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

COMANDO GERAL

Diretoria de Educação e Cultura

Escola Superior de Soldados Coronel PM Eduardo Assumpção

Notificação

Solicito notificar, mediante publicação em D.O, o advogado Dr. Giuliano Oliveira Mazitelli, OAB 221.639-SP, Defensor da Sd PM 2ª Cl 171357-4 Amanda de Oliveira Leite Soares, para comparecer às 9h do dia 04-02-2021, na sede da 4ª Cia Es da Escola Superior de Soldados "Cel PM Eduardo Assumpção", sito Av. Dr. Felipe Pinel, 2859 - Pirituba - São Paulo SP, para acompanhar oitiva da estagiária, nos termos do art. 15 e seu parágrafo único da Portaria Cmt G DP-1/423/19.

Diretoria de Pessoal

Presídio da Polícia Militar Romão Gomes

SEÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR E DISCIPLINA

Intimação

O Encarregado do Procedimento Disciplinar de Interno nº PMRG-062/04/20, em que figura como acusado o interno 207 Willian Robert da Silva, intima e cientifica neste ato, o Dr. Eliezer Pereira Martins, inscrito na OAB/SP 168.735 e o Dr. Weverson Fábrega dos Santos, inscrito na OAB/SP 234.064, do seguinte despacho: Considerando as atribuições de instrução delegadas a esta Oficial, faço a juntada das imagens em conformidade ao entendimento do encarregado anterior, entretanto as testemunhas requeridas pela defesa não se encontram mais recolhidas neste estabelecimento prisional, sendo assim solicito que a defesa se manifeste quanto à manutenção do pedido.

SEÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR E DISCIPLINA

Intimação

O Presidente do Procedimento Disciplinar de Interno nº PMRG-126/04/19, em que figura como acusado o interno 023 José Rocha Ribeiro, intima e cientifica neste ato, o Dr. Jorge Cristiano Luppi, inscrito na OAB/SP 353625 e Dra. Sheila Aparecida da Silva Luppi, inscrita na OAB/SP 222.069, do seguinte despacho: 1. Considerando os pedidos da defesa na ata de sessão de vinte e nove de outubro de 2020 decido: 1.1. defiro a oitiva do Cb PM Jorge Filho, por se tratar de testemunha segundo a defesa como fundamental, atrelado ao fato que reforça o pedido realizado na defesa prévia do acusado, quando solicitou a oitiva dos policiais de estavam de serviço; 1.2. indefiro a oitiva do ex-interno Dorivan Martins, por entender que o pedido é intempestivo e protelatório, não tendo a defesa solicitado em momento oportuno.

Intimação

O Encarregado do Procedimento Disciplinar de Interno nº PMRG-196/04/20, em que figura como acusado o interno 05, Augusto João Ferreira Santana, intima neste ato o Dr. Thiago de Oliveira Lacerda, inscrito na OAB/SP 404.967, do seguinte despacho: 1. Considerando a defesa apresentada defiro o pedido de oitivas. 2. Deixo de atender aos requerimentos documentais, pela inexistência de tais documentos, uma vez que as condutas previstas nos artigos 35 e 36 de RIPMRG, até a presente data dispensam tal formalidade.

Intimação

O Presidente do Processo Regular-PAD Nº PMRG-001/04/20, em que figura como acusado o Sd PM 162508-0 Victor Magalhães Lopes, Intima neste ato, o Dr. Ivândaro Alves da Silva, inscrito na OAB/SP 372.632, para que compareça em 03-02-2021, às 10h, na Rua Waldemar Jose Strazzacappa, 272, Jardim Indianápolis, Campinas/SP, na Sala da Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina, da 3ª Cia do 47º BPM/I, Telefone: (19) 3225-7025, a fim de participar da inquirição da testemunha da Administração, que será realizada por meio de carta precatória. Notifico ainda, que diante do seu não comparecimento de forma injustificada, será nomeado Defensor "Ad Hoc", conforme o disposto no § 1º do artigo 21 das I-16 PM, para prosseguimento do feito. Os autos se encontram a disposição para vistas na Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina do Presídio da Polícia Militar "Romão Gomes", sito Avenida Tenente Júlio Prado Neves, 451, Vila Albertina, São Paulo/SP, telefones (11) 2206-4495 e 2206-4480.

Intimação

O Encarregado do Procedimento Disciplinar de Interno nº PMRG-132/04/20, em que figura como acusado o interno 279 Dario Satilite, intima neste ato a Dra. Flavia Magalhães Artilheiro, OAB/SP 247.025, para que compareça na Avenida Tenente Julio Prado Neves, 451, Jardim Tremembé, São Paulo – Capital, no Setor PJMD do PMRG – CEP: 02370-000 – Tel: 22064480, às 09h no dia 05-02-2021, para oitiva de testemunhas requeridas pela defesa.

Intimação

O Encarregado do Procedimento Disciplinar de Interno nº PMRG-180/04/20, em que figura como acusado o interno 279 Dario Satilite, intima neste ato a Dra. Flavia Magalhães Artilheiro, OAB/SP 247.025, para que compareça na Avenida Tenente Julio Prado Neves, 451, Jardim Tremembé, São Paulo – Capital, no Setor PJMD do PMRG – CEP: 02370-000 – Tel: 22064480, às 10h no dia 05-02-2021, para oitiva de testemunhas requeridas pela defesa.

COMANDO DE POLICIAMENTO DA CAPITAL CORONEL PM JOSÉ HERMÍNIO RODRIGUES

Comando de Policiamento de Área Metropolitana 2 - Capital

Notificação

Referência: Procedimento Disciplinar 46BPMM-077/064/20.
Interessado: 1º Sgt PM 864315-6 Hamilton Alves.

De acordo com a Lei Estadual 13.688, de 03-07-2018, Notifico o defensor constituído, Dr. César Octavio Brum, advogado OAB 161.552, com endereço profissional à Av. Marquês de São Vicente 531, 2º andar, Barra Funda - São Paulo/SP, a comparecer na Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina da 1ª Companhia do 46º Batalhão de Polícia Militar, sito à Rodovia Anchieta 1838, Moinho Velho, São Paulo/SP, telefone: (11) 2272-9550, no horário administrativo das 09h às 18h, de segunda a sexta feira, para tomar ciência da decisão do Procedimento Disciplinar referenciado. Foi encaminhado para o e-mail brum@aasp.org.br.

COMANDO DE POLICIAMENTO METROPOLITANO

Intimação

O Presidente do Processo Administrativo Disciplinar nº CPM-010/23/20 intima o Dr. Jeyzel W. Credidio, OAB/SP 322.441, defensor constituído do Sd PM 142253-7 Lucas Ferreira Basílio, do 36º BPM/M, para tomar conhecimento do Despacho Nº CPM-003/20/21, conforme segue: 1. Em 22JAN21, aportou neste 2º Conselho Permanente de Disciplina do Comando de Policiamento Metropolitano, via e-mail, a petição do Dr. Jeyzel Credidio, OAB/SP 322.441, defensor constituído do Sd PM 142253-7 Lucas Ferreira Basílio, do 36º BPM/M, contendo os seguintes requerimentos: 1.1. juntada aos autos das folhas de elogios, avaliações e comportamento do Sd PM, além dos cursos internos já realizados e láurea de mérito pessoal recebida; 1.2. juntada aos autos do procedimento disciplinar que seu cliente, em tese, já tenha respondido anteriormente acerca do mesmo fato gerador deste processo regular; 1.3. a oitiva das testemunhas de defesa arroladas, conforme rol das testemunhas mencionadas na referida petição; 1.4. que as intimações ocorram exclusivamente em nome do patrono. 2. É a síntese do necessário, da qual passo a decidir: 2.1. quanto ao subitem 1.1 informo ao nobre causídico que tais documentos já se encontram encartados no processo regular em andamento, pois compõem o assentamento individual do acusado; 2.2. quanto aos subitens 1.3 e 1.4. defiro tais requerimentos. 3. Ao Sr. Escrivão: 3.1. providenciar junto à unidade do acusado o referido no item 1.2 deste despacho; 3.1. a publicação em D.O. e juntada aos autos.

Intimação

O Presidente do Conselho de Disciplina nº CPM-15/23/20 Intima o Dr. João Carlos Campanini, OAB/SP 258.168, defensor do Sd PM 119804-1 Hélio Mendonça Monteiro, do 33º BPM/M, a comparecer no dia 12-02-2020, às 08h30, na sala de audiências do 1º Conselho Permanente de Disciplina do Comando de Policiamento Metropolitano, sito à Praça Cel Fernando Prestes, 115, Bom Retiro - São Paulo/SP, Tel: (11) 3327-7259, a fim de participar da sessão de inquirição de testemunhas da Administração. (Intimação Nº CPM-003/19/21)

Comando de Policiamento de Área Metropolitana 6 - Santo André

6º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano Cel. PM Estevam Nikoluk - São Bernardo do Campo

Comunicado

Na qualidade de Presidente do Procedimento Disciplinar, o qual responde o Sd PM 143511-6 Weslley Aparecido de Souza Ossuna, lotado na 7ª Cia do 6º BPMM, cientifico a Defensora constituída Dra. Flávia Magalhães Artilheiro - OAB/SP 247.025, da decisão do Recurso Hierárquico Ato do Cmt Pol Área M-2: à vista do que foi apurado nos autos do Procedimento Disciplinar 46BPM/M-311/061/19, o Recurso Hierárquico foi indeferido.

30º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano - Mauá

Intimação

1. O Presidente do Conselho de Justificação Protocolo GS 2788/2020, ao qual responde o 1º Ten PM 107868-2 Marcelo Augusto Veloso, pertencente ao 29º BPM/M, intima a Dra Flávia Artilheiro, inscrita na OAB/SP sob o 247.025 defensora legalmente constituída no Conselho de Justificação GS-2788/2020, sob as penas da Lei, para que dentro do prazo de 5 dias, a contar desta publicação, apresente os motivos pelo qual seu cliente faltou a perícia agendada junto a Divisão de Psiquiatria do Centro Médico da Polícia Militar, que estava previamente agendada para o dia 06-01-2021, às 13 h.

2. Esclareço que tal documentação deverá ser protocolada junto a Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina do 30º BPM/M, localizada na Avenida Papa João XXIII, 528-A, - Vila Noêmia, Mauá /SP, em razão da alteração do Presidente do Conselho de Justificação.

Comando de Policiamento de Área Metropolitana 7 - Guarulhos

26º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano - Franco da Rocha

Notificação

Nos termos do § 4º, do art. 54 das I-16-PM, o Oficial Presidente do Inquérito policial Militar 26BPMM-024/06/20, Notifica o Dr. André Lopes dos Santos OAB/SP 374.373, Defensor Constituído nos autos em epígrafe do Sd PM 191128-7 Ítalo Augusto Lemos Tavares, para que compareça à Seção de Polícia Judiciária Militar e disciplina na sede do Vigésimo Sexto Batalhão de Polícia Militar Metropolitano, sito a Avenida dos Coqueiros, s/ nº, (dentro do Complexo Hospitalar Juquery), Centro – Franco da Rocha/SP, CEP: 07850-320 – Fone (11) 4443-6507, a fim de prestar depoimentos nos autos do Inquérito Policial Militar, na data de 03-02-2021, às 14h, visando atender os princípios do contraditório e ampla defesa do devido processo legal.

Comando de Policiamento de Área Metropolitana 12 - Mogi das Cruzes

Notificação

Na qualidade de Encarregado do Inquérito Policial Militar 32BPMM-031/06/20, notifico o Dr. João Carlos Campanini, portador da OAB 258.168, sócio administrador da Oliveira Campanini Advogados Associados, com escritório na Av. Mal. Eurico Gaspar Dutra, 1402, Santana – São Paulo/SP a comparecer na Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina do 32º BPM/M, sito à Avenida Paulista, 173 – Jd. Monte Cristo – Suzano/SP, telefone (11) 4748-7580 ramal 232, a fim de participar da oitiva do civil Wendel Ferreira da Silva, RG 59.390.931 e do Sd PM 157949-9 Marcelino Souza Pinheiro, o qual figura na condição de investigado, em 03-02-2021, às 9 h e 10 h, respectivamente.

Notificação

Fica notificado o Defensor Cmt do 32º BPM/M Decisão de Procedimento Disciplinar: Ao Subten PM 950678-A Aldair José Romão da Silva, da 1ª Cia PM do 32º BPM/M e ao defensor constituído nos autos, Adv. Dr. Manoel Cavalcante Lucena Júnior, OAB/SP 373.024, com sede profissional na Avenida Nove de Julho, 841, Sala 15, Centro – Poá/SP, CEP: 08550-100, à vista do que foi apurado no PD 32BPMM-054/06/19, foi reconhecida causa de justificação na conduta do acusado. Faço saber que os autos do Procedimento Disciplinar estão à disposição do acusado e do defensor, de segunda a sábado, no horário das 7 h às 19 h, na Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina do 32º BPM/M, sito à Avenida Paulista, 173, Jardim Monte Cristo – Suzano/SP, fone (11) 4748-8566- ramal 232, para vistas em cartório e/ou carga, cabendo ressaltar que o prazo para eventual interposição de recurso próprio (Pedido de Reconsideração de Ato, com base no artigo 57, RDPM) é de cinco dias, a contar da data desta publicação.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR

Comando de Policiamento do Interior 2 - Campinas

49º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Jundiaí

Notificação

PAD 49BPMI-001/06/20

Acusado: Sd PM 138141-5 Jose Vinicius Peres Maffa

Na qualidade de Presidente do Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria 49BPMI-001/06/20, nos termo do inciso II do Artigo 56 das I-16-PM, Notifico o Dr. Mauro da Costa Ribas Junior – OAB/SP 400.995, defensor do Sd PM 138141-5 Jose Vinicius Peres Maffa, acusado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar 49BPMI-001/06/20, de 21SET20, para que compareça em audiência de instrução, em 03-02-2021, as 09h, na sede da Segunda Companhia do Quadragésimo Nono Batalhão de Policia Militar do Interior, cito a Rua castro Alves, 372, Vila Santa Teresinha, município de Itatiba/SP, telefone (11) 4538-3661, para interrogatório do acusado, devendo o defensor atentar para o disposto no "Caput" do artigo 165 das I-16-PM, ficando desde já o defensor ciente, que nos termos do § 1º do artigo 21 das I-16-PM, o não comparecimento injustificado acarretará no prosseguimento do processo sendo nomeado defensor Ad Hoc para efeito do ato. (a) Rafael Rizzardi de Moraes – Presidente, Itatiba, 29JAN21, Notificação 49BPMI-001/20.6/21.

Comando de Policiamento do Interior 4 - Bauru

9º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Marília

Intimação

O Presidente do Procedimento Disciplina 4BPMI-010/13/20, intima a Advogada Joice Vanessa dos Santos OAB/SP 338.189, defensora constituída do Sd PM 142822-5 Carlos Eduardo Cândido da Silva, acusado nos autos do PD 4BPMI-010/13/20, para a realização da Audiência de Instrução e Julgamento, que a requerimento dessa patrona foi redesignada para 09-02-2021 às 15hs, na sede do 6º Gp PM da 4ª Cia PM do 9º Batalhão de Polícia Militar do Interior, situada a Rua General Osório, s/nº, Centro, Vera Cruz/SP, bem como, notifico a advogada que os autos do referido procedimento disciplinar estão disponíveis para vista e/ou carga no mesmo endereço.

Comando de Policiamento do Interior 6 - Santos

14º Batalhão de Polícia Militar do Interior Cap. PM Alberto Mendes Júnior - Registro

Intimação

O Encarregado do Procedimento Disciplinar nº Subcmt PM-033/362/19, 1º Ten PM Ricardo Lima Felisardo, nos termos do § 7º do artigo 3º da Portaria do Cmt G Nº CorregPM-001/360/13, Intima o Cb PM 90157-1 Humberto Juvenal Cunha, policial militar inativo, tendo como última Unidade o 14º BPM/I e seu defensor constituído para participarem da sessão de oitiva, por Carta Precatória, da testemunha da Administração, Sd PM 144.639-8 Andrey de Souza Magalhães, a qual realizar-se-á em 051000FEV21 na Seção de Polícia Judiciária Militar do 10º BAEP, localizada à Rua Maringá, 450, Parque Taquaral, Piracicaba.

45º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Praia Grande

Intimação

O Encarregado do Inquérito Policial Militar 45BPMI-009/070/20 Intima o Cb PM 125490-1 Fagner Celso Nunes e seu defensor, devidamente constituído nos autos, Dr. Alex Sandro Ochsendorf, OAB/SP 162.430, com escritório sediado à Av. Conselheiro Nébias, 703, Conj. 1905, Boqueirão - Santos/SP - CEP 11045-003, telefone (13) 3221.6820, para que compareçam à Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina do 45º Batalhão de Polícia Militar do Interior, sito à Av. Ayrton Senna, 1.511, Bairro Intermares - Praia Grande/SP, telefone: (13) 3471-9292, no dia 01-02-2021, às 10 h, para depoimento do respectivo policial militar, observo que os autos do procedimento estão disponíveis para vista no mesmo endereço.

Notificação

1. O Sd PM 138046-0 Diedson David dos Santos Cota e seu advogado Dr. Alex Sandro Ochsendorf, OAB/SP 162.430, sito a Praça Dom Idílio José Soares 42, conj. 59, Centro – Santos/SP, sobre a decisão do Procedimento Disciplinar 45BPMI-016/070/20, a qual foi aprovada pelo Comandante da Unidade ensejando a sanção disciplinar de Repreensão.

2. A partir desta publicação o interessado e seu defensor possuem o prazo de cinco dias para interposição de Recurso.

3. Caso sejam necessárias vistas ou carga dos autos, os documentos físicos encontram-se disponíveis na sede da 1ª Companhia do 45º Batalhão de Polícia Militar do Interior, Rua Amália Bellotti Pastorello 94, Tude Bastos – Praia Grande/SP, telefone (13) 3473-4980, de segunda a sexta-feira no horário compreendido entre as 9h as 18h.

Notificação

O Presidente do Procedimento Disciplinar 45BPMI-113/070/18, notifica o defensor, Dr. Paulo Henrique Fidelis Ribeiro – OAB/SP 329.639, com escritório à Rua Santa Lúcia, 373 - Tatuapé - São Paulo/SP, CEP 03304-060, telefone (11) 3938-6748, defensor constituido pelo acusado Cb PM 951943-2 Lenilda Venuto, que deverá comparecer à 3ª Cia PM do 45º BPM/I, sito à Rua Guimarães Rosa, 1069 - Ocian - Praia Grande/SP - tel. (13) 3471.8004, em 08-02-2021, às 10h onde ocorrerá a Audiência de Instrução e Julgamento.

Notificação

Na qualidade de Presidente do Procedimento Disciplinar 45BPMI-044/070/20, Notifico o Dr. Émerson Lima Tauyl – OAB/SP 362.139, com escritório à Avenida Brasil, 600 - Boqueirão - Praia Grande/SP, CEP 11.701-090, telefone (13) 3591.6153, defensor constituido pelo acusado o Cb PM 135964-9 Diogo Santana Oliveira, que deverá comparecer à 2ª Cia PM do 45º BPM/I, sito a Av. Presidente Kennedy, 17914, Balneário Flórida, Praia Grande/SP, Telefone para contato: 3493-1388, Setor de Justiça e Disciplina, em 4 de fevereiro de 2021, às 10h, onde ocorrerá a Audiência de Instrução e Julgamento.

Notificação

O Presidente do Processo Administrativo Disciplinar N 45BPMI-001/070/20

Notifica os militares do Estado Cb PM 138254-3 Rodrigo Lopes Martins e Sd PM 140291-9 Marcos Marcelo Silva, bem como seus defensores constituídos, Dr.Emerson Lima Tauyl OAB/SP 362.139 e Dr. Daniel Tavares Elias C. Kitadani OAB/SP 331.770, a fim de tomarem ciência do resultado de exame pericial solicitado pela defesa, reiterando que até o presente momento os defensores não apresentaram testemunhas de defesa.

Comando de Policiamento do Interior 7 - Sorocaba

22º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Itapetininga

Comunicado

1. Na qualidade de Encarregado do Inquérito Policial Militar 22BPMI-009/11/20, cientifico os Defensores constituídos dos investigados, 1º Sgt PM 129300-1 Ramon Fernandes Assunção e Cb PM 129558-6 Anselmo dos Santos Carrascal, o Dr. João Carlos Campanini OAB/SP 258.168 e o Dr. Rafael Siqueira Oliveira OAB/SP 334.275, para comparecerem no dia 03-02-2021 às 10h, na Fundação IV de Sorocaba/SP, sito a Avenida Dr. Antônio de Souza Netto, 200 – Aparecidinha, Sorocaba/SP, onde será realizada a oitiva do adolescente envolvido na ocorrência do dia 21-12-2020.

2. Portanto, é necessário que tome ciência de tal decisão o acusado e seu defensor.

Comando de Policiamento do Interior 9 - Piracicaba

Notificação

Na qualidade de Encarregado da Carta Precatória nº CPI9-3/340/20, referente ao Procedimento Disciplinar 1BPRv-054/62/18, notifico o Dr. João Paulo Silva Rocha, OAB/SP 263.060, a comparecer em 09-02-2021, às 10 h, na sede da 2ª Companhia do 1º BPRv, localizada no Km 291+400 metros da SP-055 (Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, Pista Oeste, Jardim Japurá, Praia Grande/SP, no Subsetor de Polícia Judiciária Militar e Disciplina, onde serão realizadas as oitivas do 2º Sgt PM 110954-5 Walter Lira Braz e Cb PM 923582-5 Valdir Emerick dos Santos.

Fica o defensor constituído cientificado que, caso não tenha interesse em comparecer, seja apresentado por escrito, o rol de quesitos (perguntas) a serem formulados para as testemunhas, no prazo de três dias a contar do recebimento deste documento, o qual pode ser encaminhado para o endereço: 1bprv2ciasjd@policiamilitar.sp.gov.br.

24º Batalhão de Polícia Militar do Interior - São João da Boa Vista

Intimação

Referência: Conselho de Disciplina 24BPMI-001/16/19.

O Presidente do Conselho de Disciplina instaurado por meio da Portaria 24ºBPMI-001/16/19, Intima o Militar do Estado acusado, Cb PM 126931-3 Fernando Scarcella Gomes da Silva, portador do RG 30.652.601-3 SSP/SP, brasileiro, Casado, filho de João Batista Gomes da Silva e de Maria Aparecida Scarcella da Silva, natural de São José do Rio Pardo/SP, nascido em 15-05-1980 e seu Defensor legalmente constituído, Dr. Tadeu de Carvalho, advogado inscrito na OAB/SP 99549, para que ofereça seus Memoriais Finais de Defesa, no prazo de 5 dias, conforme disposto no §7º do artigo 164 das I-16-PM, tendo seus requerimentos atendidos conforme se verifica nas folhas 525 e seguintes, estando os autos à disposição do defensor para carga.

COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE

Regimento de Polícia Montada 9 de Julho - Capital

Notificação

O Comandante do Regimento de Polícia Montada "9 de Julho", notifica a Dra. Lucíola Silva Fidelis, OAB/SP 169.947, defensora constituída do Cb PM 942216-1 Salim Ferreira Tosta, para que tenha ciência sobre a decisão da Reconsideração de Ato referente ao Procedimento Disciplinar nº RPMon -020/13/20, e que os autos encontram-se à disposição para vistas, por parte dos defensores, na Seção de Justiça e Disciplina do RPMon "9 de Julho", sito à Rua Dr. Jorge Miranda, 238, Bairro Luz, São Paulo/SP.

COMANDO DE POLICIAMENTO RODOVIÁRIO

5º Batalhão de Polícia Rodoviária - Sorocaba

Notificação

1. O Presidente do Procedimento Disciplinar 5BPRv-057/06/20, nos termos do inc. II do art. 56 da I-16-PM, notifica o advogado Marcelo Barbosa Cardoso, OAB/SP 413.158, com escritório na Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, 51, sala 1101 - Centro, Guarulhos/SP, Defensor constituído do acusado Sd PM 172013-9 Felipe Noronha Sueiro, que a sessão da Audiência de Instrução e Julgamento foi designada para o dia 08-02-2021, às 14h30, na Sede da 2ª Companhia de Policiamento Rodoviário, localizada na Rodovia SP 270 Raposo Tavares, Km 167, Jardim Bela Vista, município de Itapetininga/SP, sendo que o acusado foi citado dia 28-02-2021.

2. Os autos permanecem à disposição para vistas em cartório, nos dias úteis, das 09h às 18h, na sede da 2ª Cia do 5º BPRv, sito à Rodovia Raposo Tavares, Km 167, Jardim Bela Vista, Itapetininga/SP.

ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL

PENITENCIÁRIA DR. JOSÉ AUGUSTO CÉSAR SALGADO - TREMEMBÉ

Centro Administrativo

Núcleo de Finanças e Suprimentos

Notificações

Processo 2020/42044 – Pregão 25/2020 - contrato 088/2020

Assunto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis

Fica notificada a empresa ROVER CLEAN, SOLUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 30.376.971/0001-00, a proceder a entrega de 700 quilos de sal refinado conforme calendario de entrega agendado para 16-01-2021, portanto em desacordo com edital, fica Notificada a empresa a efetuar a entrega da mercadoria em 02 dias úteis e o não cumprimento desta notiicação sujeitará a empresa às multas e penas previstas na Resolução SAP-06/2007, correspondente à obrigação não cumprida e suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração nos termos do artigo 87 da Lei Federal 8666/93.

Processo 2020/42044 – Pregão 30/2020 - contrato 004/2021

Assunto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis

Fica notificada a empresa FABIANA DA SILVA MARQUESI, CNPJ: 27.249.577/0001-98, a proceder a entrega de 20 baldes de margarina com sal de 15 quilos cada com no minimo 60% de lipidios, conforme calendario de entrega agendado para 19-01-2021, portanto em desacordo com edital, fica Notificada a empresa a efetuar a entrega da mercadoria em 02 dias úteis e o não cumprimento desta notificação sujeitará a empresa às multas e penas previstas na Resolução SAP-06/2007, correspondente à obrigação não cumprida e suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração nos termos do artigo 87 da Lei Federal 8666/93.

Processo 2020/42044 – Pregão 25/2020 - contrato 089/2020

Assunto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis

Fica notificada a empresa L.G.P DE CASTRO ME, CNPJ: 18.713.218/0001-59, a proceder a entrega de 120 frascos de 750 ml de vinagre de vinho, conforme calendario de entrega agendado para 14-01-2021, portanto em desacordo com edital, fica Notificada a empresa a efetuar a entrega da mercadoria em 02 dias úteis e o não cumprimento desta notiicação sujeitará a empresa às multas e penas previstas na Resolução SAP-06/2007, correspondente à obrigação não cumprida e suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração nos termos do artigo 87 da Lei Federal 8666/93.

Processo 2020/42044 – Pregão 25/2020 - contrato 090/2020

Assunto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis

Fica notificada a empresa RODRIGO LUIZ DE SOUZA RODRIGUES, CNPJ: 33.132.441/0001-04, a proceder a entrega de 96 embalagens de extrato de tomate 4,10 lt, conforme calendario de entrega agendado para 19-01-2021, portanto em desacordo com edital, fica Notificada a empresa a efetuar a entrega da mercadoria em 02 dias úteis e o não cumprimento desta notiicação sujeitará a empresa às multas e penas previstas na Resolução SAP-06/2007, correspondente à obrigação não cumprida e suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração nos termos do artigo 87 da Lei Federal 8666/93.

Processo 2020/42044 – Pregão 25/2020 - contrato 082/2020

Assunto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis

Fica notificada a empresa HYRE COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM GERAL EIRELI, CNPJ: 30.170.053/0001-11, a proceder a entrega de 20 quilos de caldo de carne em pó e 20 quilos de caldo de galinha em pó, conforme calendario de entrega agendado para 19-01-2021, portanto em desacordo com edital, fica Notificada a empresa a efetuar a entrega da mercadoria em 02 dias úteis e o não cumprimento desta notiicação sujeitará a empresa às multas e penas previstas na Resolução SAP-06/2007, correspondente à obrigação não cumprida e suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração nos termos do artigo 87 da Lei Federal

FAZENDA E PLANEJAMENTO

COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

DEPARTAMENTO DE DESPESA DE PESSOAL DO ESTADO - DDPE

Centro Regional de Despesa de Pessoal - CRDPe-Ribeirão Preto

Notificação

Fica Notificado o abaixo discriminado para, no prazo de 15 dias, contatar o CRDPe-5, situada na avenida Presidente Kennedy, 1.550, Bairro Ribeirânia, Ribeirão Preto, telefone (16) 3965-9309, visando à devolução de numerário aos cofres públicos do Estado. Informações adicionais estão resguardadas e disponíveis ao interessado no citado CRDPe-5, assim como fica assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório. A falta de manifestação poderá implicar a inscrição no Cadin Estadual e envio do processo à Área do Contencioso Geral da Procuradoria Geral do Estado para ajuizamento de ação de conhecimento.

ELENA FATIMA DE ANGELIS BRAGA, RG 14.529.754-8

CPF 159.990.948-01, correspondente ao período de 13-03-2013 a 31-07-2019

EDUCAÇÃO

DIRETORIAS DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO CENTRO

Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio

Comunicado

A Direção da EE Profª Zuleika de Barros Martins Ferreira, Diretoria de Ensino Região Centro, situada na Rua Padre Chico, 420- Pompeia, São Paulo/SP, torna pública a existência de 01 vaga para Posto de Trabalho de Professor Coordenador do Ensino Médio.

Para o Desempenho da Função de Professor Coordenador Pedagógico, o candidato deverá:

Possuir mais de 3 anos de experiência docente na rede pública estadual de SP; ser Titular de cargo ou Categoria F, Conhecer a legislação específica da rede estadual, possuir liderança, habilidade em mobilizar o grupo para aprimorar as práticas pedagógicas e as interações humanas; Mostrar-se flexível às mudanças e inovações pedagógicas; 2.4. Ter disponibilidade para desenvolver ações em diferentes horários e dias da semana, de acordo com as especificidades do posto de trabalho desta unidade escolar, cumprindo a carga horária de 40 horas semanais.

Entrega da proposta de trabalho: de 2/02/21 a 04/3/21 das 09 às15 horas na secretaria da escola.

Entrevista e avaliação da proposta: dia 5/1 às 11 horas, obedecendo a ordem de chegada.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO CENTRO-SUL

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino convoca os candidatos inscritos e classificados, nos termos da Resolução SE 05 de 07-01-2020 alterada pela Resolução SE 18/2020, de 31-01-2020, atendendo ao disposto na mesma legislação, para sessão de atribuição para Suporte Pedagógico, conforme especificação:

Diretor de Escola - 01 cargo vago

EE Caetano de Campos

Data: 29-01-2021 (sexta-feira).

Horário: 9h

Local: Diretoria de Ensino Região Centro Sul - Rua Dom Antonio Galvão, 95 – Vila Gumercindo – São Paulo.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 1

Retificação do D.O de 27-1-2021

Na publicação do Comunicado da Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1 aos candidatos inscritos e classificados nos termos da Resolução SE-05/2020, alterada pelas Resoluções Seduc 18/2020 e 56/2020, a sessão de escolha a se realizar no dia, local e horários: Dia: 01-02-2021; Local: Sede da Diretoria de Ensino Região Leste 1, situada à Rua Caetano de Campos 220 – Tatuapé.

Um Cargo vago de Diretor de Escola - EE Dom Miguel de Cervantes Y Saavedra

Horário: 10 h

Três Cargos vagos de Supervisor de Ensino

Horário: 10h30

Efetivo exercício na mesma data da atribuição.

1- O inscrito nos termos desta resolução deverá apresentar, em cada sessão de atribuição da qual participe, termo de anuência expedido pelo superior imediato, com data atualizada, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação.

2- Para a atribuição o candidato deverá ter ciência da necessidade de apresentar:

Termo de anuência, do local de exercício, expedido pelo superior imediato e ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino, quando for o caso, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento da vaga, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação;

Declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso;

Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13.

3- É expressamente vedada a atribuição de vaga e/ou sua respectiva designação:

a) ao candidato que se encontrar afastado a qualquer título;

b) por procuração de qualquer espécie.

4- O Candidato não poderá, na data da atribuição, encontrar-se em férias, licença-prêmio, licença-saúde, ou qualquer outro afastamento, inclusive designação, que o impeça de entrar em exercício imediato;

A Diretoria Regional de Ensino está desenvolvendo suas atividades, respeitando todos os protocolos de saúde e condições estabelecidas no Plano São Paulo.

Atentar ao cumprimento do Decreto 64.549, de 05-04-2020, que dispõe sobre o uso geral e obrigatório de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia da Covid-19.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 3

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino convoca todos os candidatos classificados na Diretoria de Ensino Leste 3 que atendam ao contido nos termos da Res. SE 05/2020, alterada pela Res. SE 18/2020, para sessão de atribuição de um cargo vago de Diretor de Escola – Classe Suporte Pedagógico e outras que venham a surgir no período deste edital.

No caso de acumulação, trazer o horário do cargo/função com o qual pretende acumular, para exame da situação. Os candidatos deverão apresentar termo de anuência expedido pelo superior imediato e ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino, com data atualizada. Não haverá atribuição por procuração.

Data da Atribuição: 01-01-2021.

Horário: 9h

Local: Sede da Diretoria de Ensino - Leste 3 - Rua Isabel Urbina, 200 - Cohab José Bonifácio - São Paulo - SP.

(Retificando a publicação do D.O. de 28-01-2021, seção I, página 121, onde constou 26-01-2021 leia-se 01-01-2021).

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 4

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino – DER Leste 4, torna pública para todos os candidatos inscritos e classificados, nos termos da Resolução SE 5/2020 de 07-01-2020, alterada pela Resolução SE 18/2020 de 31-01-2020, Resolução Seduc 81 de 09-11-2020 e Portaria CGRH-16 de 09-12-2020, a sessão de atribuição de Suporte Pedagógico – Supervisor de Ensino – na seguinte conformidade:

- 2 cargos de Supervisor de Ensino, a saber:
- 1 Cargo vago.
- 1 Cargo em substituição.

Data da Atribuição: 01-02-2021 às 9h. A sessão de atribuição será realizada remotamente pela Plataforma Microsoft Teams.

Observações:

1- O candidato deverá enviar e-mail para o endereço eletrônico: delt4@educacao.sp.gov.br, informando no assunto: "Sessão de Atribuição de Suporte Pedagógico – Supervisor de Ensino".

2 - O candidato deverá encaminhar os documentos, abaixo relacionados, digitalizados para o endereço: delt4@educacao.sp.gov.br, preferencialmente até o dia 29-01-2021 às 12h e, digitar no corpo do e-mail, endereço de e-mail institucional para que receba o convite da reunião remota no dia da atribuição.

2.1 - Termo de anuência, do local de exercício, expedido pelo superior imediato e ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino, quando for o caso, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento de vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação;

2.2- Declaração de horário, atualizada, assinada pelo superior imediato, caso acumule cargo ou função;

2.3- Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13;

3 - Fica expressamente vedada a atribuição por procuração de qualquer espécie;

4 - Somente poderão participar da atribuição de vaga os candidatos que, na data da atribuição e sua respectiva designação, se encontrarem em exercício de seu cargo (Artigo 6º, parágrafo único da Resolução 5, de 07-01-2020);

- *Cumpre ressaltar que a atribuição, será realizada remotamente, via Microsoft Teams, tendo em vista o contexto da pandemia do Covid-19 e da necessidade de distanciamento social; e, em virtude do Decreto 65.437, de 30-12-2020 que "Estende a quarentena no Estado de SP até o dia 07-02-2021".

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO NORTE 1

Comunicado

Credenciamento Emergencial - 2021

A Diretoria de Ensino – Região Norte 1 torna pública a abertura de inscrições e a realização do credenciamento emergencial para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes após Processo de Credenciamento Anual.

I - Disposições Preliminares

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, e ocorrerá no período de 01-02-2021 a 17-02-2021, considerando todas as fases do certame.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino - Região Norte 1, no endereço eletrônico denorte1.educacao.sp.gov.br onde constará a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 – Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 – Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrido penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 anos.

II - Dos Requisitos

1 - Para participar do processo de credenciamento, os titulares de cargo de Diretor de Escola, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.1) Para atuação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de:

b.1.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.4) Licenciatura plena em componente curricular específico, para atuar como docente especialista.

b.2) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

b.3) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser Professor Educação Básica I (titular de cargo ou função-atividade) e portador de uma das seguintes habilitações:

b.3.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.3.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.3.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

b.4) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o docente deve ser portador de diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio.

b.5) Para atuação como Vice-Diretor de Escola, o docente (titular de cargo ou função-atividade) deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.5.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.5.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.6) Para atuação como Diretor de Escola, o titular de cargo docente ou de Diretor de Escola deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.6.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.6.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.7) Para atuação em Sala/Ambiente de Leitura, o docente (readaptado, titular de cargo na situação de adido e ocupante de função-atividade que se encontre cumprindo horas de permanência) deverá ser portador de portador de diploma de licenciatura plena.

c) possuir experiência mínima:

c.1) de 3 anos de exercício no magistério público estadual, quando docente, Professor Coordenador Geral – PCG ou docente na Sala/Ambiente de Leitura;

c.2) de 5 anos de experiência no magistério, quando Vice-Diretor de Escola;

c.3) de 8 anos de experiência no magistério, quando Diretor de Escola;

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

2 – O docente readaptado somente poderá atuar na Sala/Ambiente de Leitura, desde que o rol de atividades previstos pelo CAAS seja compatível com as atribuições previstas para a função no Programa Ensino Integral, sendo que o docente nesta condição funcional não poderá atuar em outra função no PEI.

III – Da Inscrição

1 – A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 – A Inscrição ocorrerá no período de 01-02-2021 a 04-02-2021, via formulário online disponibilizado nos links: Links

Formulário de Inscrição para a Função "Prof Regente de Classe (Ef Anos Iniciais)":

https://forms.gle/iSjXpn7do7AAXvow9

Formulário de Inscrição para a Função "Prof Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Disciplinas (Arte, Ed. Física e Ingles)":

https://forms.gle/DVyLdJWzowDnm4S86

Formulário de Inscrição para a Função "Docente - Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio":

https://forms.gle/2QJ9zuWYThGNb7dA8

Formulário de Inscrição para a Função "Professor Sala de Leitura":

https://forms.gle/sbRQ1pxeECazDkwW7

Formulário de Inscrição para a Função "Professor Coordenador Geral":

https://forms.gle/psdCdsdQ3VXqLdiEA

Formulário de Inscrição para a Função "Vice Diretor de Escola":

https://forms.gle/bvnJMhX45CgehkkL7

Formulário de Inscrição para a Função "Diretor de Escola":

https://forms.gle/CvQ4ypc5SNzTdEnu5

3 – O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" (Efape);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 ponto, totalizando, no máximo 10 pontos.

6 - O integrante do Quadro do Magistério, de que trata o item 5.1 deverá, obrigatoriamente, ter concluído o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" com aproveitamento "Satisfatório", a fim de que sua inscrição no presente processo de Credenciamento seja validada.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6.

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma Atividade para cada função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

IV – Do Deferimento das Inscrições e da Classificação

1 - No período de 05-02-2021 a 09-02-2021, a Diretoria de Ensino analisará as informações preenchidas pelos candidatos na etapa de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 – A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

4.1 - Para Diretor de Escola, Vice-Diretor e Professor Coordenador Geral:

a) maior tempo no magistério público estadual;

b) maior idade entre os credenciados;

c) maior pontuação obtida na análise da Atividade.

4.2 - Para Docentes:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula, para docentes e Professor Coordenador Geral, bem como a Atividade, para Diretor de Escola e Vice-Diretor, serão avaliadas pela Diretoria de Ensino, no período de 05-02-2021 a 09-02-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1 a 3 pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 – A Diretoria de Ensino – Região Norte 1 disponibilizará o resultado e Classificação do credenciamento no dia 10-02-2021, no site Diretoria de Ensino Norte 1.

V – Do Recurso

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da Classificação, no período de 11-02-2021 a 12-02-2021, mediante requerimento a ser encaminhado para o e-mail dent1crh@educacao.sp.gov.br

2 – A Diretoria de Ensino analisará os recursos no período de 15-02-2021 a 16-02-2021 e disponibilizará no site Diretoria de Ensino Norte 1, a Classificação Final Pós- Recurso, em 17-02-2021.

VI – Da Alocação

1 - A chamada para alocação será realizada mediante publicação no site da Diretoria de Ensino Região Norte 1, no endereço eletrônico, indicando o dia, horário e local da sessão.

VII - Disposições Finais

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino – Região Norte 1, após consulta à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, conforme o caso.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 1

Comunicado

Atribuição na Classe de Suporte Pedagógico

O Dirigente Regional de Ensino comunica aos inscritos e classificados nos termos da Resolução SE.05/2020 alterada pela Resolução SE 18/2020 e Res. SE 56/2020 que a sessão de Atribuição na Classe de Suporte Pedagógico de Diretor de Escola será realizada conforme segue:

Local: Diretoria de Ensino – Região Sul 1

Rua Pensilvânia, 115 – Brooklin 3º andar

Data: 02-02-2021

Horário: 9h

Diretor de Escola

EE Prof. Duglas Teixeira Monteiro

EE Amador e Catharina Saporito Augusto

EE Luis Gonzaga Travassos da Rosa

O inscrito deverá apresentar termo de anuência, do local de exercício, expedido pelo superior imediato com data atualizada correspondente ao edital, declaração de horário para fins de acumulação, caso acumule, e declaração de grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 2

Comunicado

Centro de Estudo de Línguas

Credenciamento Emergencial 2021

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Sul 2, em atendimento às disposições da Resolução SE 3, de 28-01-2011, Resolução SE 44, de 13-08-2014, alterada pela Resolução SE 83, de 17-12-2018, torna pública a abertura de inscrições para o processo de credenciamento, emergencial, de docentes interessados em atuar no Centro de Estudo de Línguas jurisdicionados a esta Diretoria de Ensino, na seguinte conformidade:

I – Dos idiomas

1) Francês

2) Espanhol

4) Inglês

5) Alemão

6) Japonês

7) Italiano

II – Da Data, do Local e das Condições para o CredenciamentO.

1) Período do Credenciamento:

Dia: 29-01-2021 a 01-02-2021.

Link: https://bit.ly/2YjDmqR

2) Requisitos:

a) ser portador de Licenciatura Plena em Letras, com habilitação na língua estrangeira pretendida ou

b) ser portador de Licenciatura Plena em qualquer componente curricular ou, nesta ordem sequencial, de Diploma de Curso Superior, do qual constem 160 horas de estudos de uma das disciplinas da base nacional comum, com certificado de conclusão de curso específico de, no mínimo, 360 horas no idioma pretendido, em que comprove as competências e as habilidades de leitura, escrita, conversação, fluência e entendimento exigidos no idioma a ser ministrado ou

c) aluno do curso de Licenciatura Plena em Letras, preferencialmente do último ano, com habilitação na língua estrangeira objeto da docência ou

d) portador de Diploma de Curso de Nível Superior com comprovação de exame de proficiência linguística no idioma a ser ministrado.

e) estar devidamente inscrito para o processo de atribuição de aulas e também inscritos especialmente para este projeto em 2021, na Diretoria de Ensino da Região Sul 2.

f) estar devidamente classificado no processo de atribuição de aulas na Diretoria de Ensino da Região Sul 2 em 2021.

3) Documentação:

No ato da inscrição para credenciamento o interessado deverá encaminhar no e-mail (desu2ese@educacao.sp.gov.br) a documentação abaixo relacionada:

a) Requerimento de inscrição devidamente preenchido pelo candidato;

b) RG (cópia acompanhada do original);

c) CPF (cópia acompanhada do original);

d) diploma do curso de Licenciatura Plena em Letras, ou Certificado de conclusão do referido curso com habilitação na língua estrangeira pretendida e respectivo Histórico Escolar (cópias acompanhadas dos originais) ou

e) diploma de outras Licenciaturas ou Diploma de Curso Superior em outra área acompanhado do respectivo Histórico Escolar e Certificado de curso específico no idioma pretendido, comprovando as competências e as habilidades de leitura, escrita, conversação e entendimento oral exigidos no idioma a ser ministrado (cópias acompanhadas dos originais) ou

f) atestado/declaração de matrícula, em 2021, no último ano do curso de Licenciatura Plena em Letras, com habilitação na língua estrangeira objeto da docência, expedido pela instituição de ensino superior que estiver oferecendo o curso (original);

g) Diploma de Curso de Nível Superior acompanhado do respectivo Histórico Escolar e comprovante de exame de proficiência linguística no idioma pretendido;

h) declaração atualizada de tempo de serviço, em dias, exercido em Centro de Estudos de Línguas da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (anexo A);

i) declaração atualizada de tempo de serviço, em dias, exercido no Magistério Público da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo ou em outra esfera pública, no campo de atuação referente às aulas a serem atribuídas (anexo B);

j) declaração atualizada de tempo de serviço, em dias efetivamente trabalhados, exercido na docência do idioma objeto de inscrição em instituição privada, desde que de renomada competência (anexo C);

k) declaração atualizada de assiduidade no Magistério Público Oficial da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, referente ao período de 30-06-2020, fornecida pelo diretor da escola (anexo B);

l) certificado de curso presencial de língua estrangeira e/ou extensão cultural, com carga mínima de 30 horas, comprovadamente realizado nos últimos 4 anos (data base 31-12-2019), em país estrangeiro ou no Brasil, por instituições de reconhecida competência (cópia acompanhada do original);

m) comprovante de participação em orientação técnica promovida pela SEE, nos últimos 4 anos (data base 31-12-2019), em parceria com instituições de renomada competência (cópia acompanhada do original);

m) comprovante de proficiência no idioma em que se inscreve, último nível ou grau, através de exame realizado por instituição de renomada competência (cópia acompanhada do original);

n) diploma de mestre ou título de doutor na língua estrangeira objeto da docência (cópia acompanhada do original);

II – Da pontuação

a) Quanto ao tempo de serviço:

1) tempo de serviço exercido em Centro de Estudos de Línguas da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, contados até a data base de 30-06-2020: 0,005 por dia (Anexo A);

2) tempo de serviço exercido no Magistério Público da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo no campo de atuação referente a aulas do ensino fundamental e/ou médio, contados até a data base de 30-06-2020: 0,001 por dia (Anexo B);

3) tempo de serviço exercido no Magistério do ensino fundamental e/ou médio de qualquer esfera pública, contados até a data base de 30-06-2020: 0,001 por dia (Anexo B);

4) tempo de serviço na docência do idioma em que se inscreve, exercido em instituição privada, desde que de renomada competência, contados em dias efetivamente trabalhados até a data base de 30-06-2020: 0,002 por dia (Anexo C);

b) Quanto aos títulos específicos para o idioma pretendido:

1) curso de língua estrangeira e/ou extensão cultural, com carga mínima de 30 (trinta) horas, comprovadamente realizado nos últimos 4 anos (data base 31-10-2019), no Brasil ou no exterior, por instituições de reconhecida competência: 1 ponto por curso até o máximo de 3 pontos;

2) orientação técnica promovida pela CGEB, nos últimos 4 anos (data base 31-12-2019), em parceria com instituições de renomada competência: 1 ponto por curso até o máximo de 5 pontos;

3) certificado de exame de proficiência, último nível ou grau, no idioma em que se inscreve, através de documento expedido por instituição de renomada competência 3 pontos:

4) diploma de mestre ou título de doutor na língua estrangeira objeto da docência: 5 ou 10 pontos, respectivamente, (não cumulativos);

5) assiduidade no Magistério Público Oficial da Secretaria de Estado da Educação, no período de 30-06-2020, com comprovada atuação de, no mínimo, 300 dias de exercício:

a) sem registro de qualquer ausência no referido período: 5 pontos;

b) com registro de até 03 abonos de falta: 3 pontos;

c) com registro de 04 até 06 abonos de falta: 2 pontos;

d) com registro de qualquer número de falta justificada, injustificada, Médica, licença ou afastamento a qualquer título ou quantidade inferior a 300 dias de exercício no referido período: zero ponto.

III – Da classificação

1) Os candidatos inscritos serão classificados em ordem decrescente, de acordo com o total da pontuação obtida, respeitando-se a ordem de prioridade quanto à habilitação/qualificação e situação funcional, conforme o disposto na legislação pertinente à atribuição de aulas em vigor.

2) A classificação dos docentes para atuar nos Centros de Estudos de Línguas jurisdicionados será publicada por esta Diretoria de Ensino, após a publicação da classificação para ministrar aulas no ano letivo de 2021 pela Coordenadoria Geral de Recursos Humanos (CGRH) da Seduc.

IV – Das disposições finais

1) Os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados no ato da inscrição, posteriormente não será realizada juntada de documentação.

2) O ato de Inscrição no Processo de Credenciamento implica na aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições constantes no presente Edital e conhecimento da legislação específica.

3) O Resultado do Credenciamento de Docentes para atuar junto ao Centro de Estudos de Línguas jurisdicionados a esta Diretoria de Ensino será divulgado em 10 úteis. Os recursos deverão ser protocolados na Diretoria de Ensino Região Sul 2, até 5 dias úteis após a publicação do resultado.

4) O resultado do credenciamento pós-recurso será publicado no site da Diretoria de Ensino.

5) A atribuição de aulas será realizada conforme cronograma a ser publicado pela Diretoria de Ensino Sul 2, no ano letivo de 2021, em data a ser oportunamente divulgada.

6) Os casos omissos serão resolvidos por uma comissão composta pelos Supervisores de Ensino jurisdicionados a esta Diretoria de Ensino.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 3

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino comunica aos candidatos inscritos e classificados nos termos da Resolução SE 82, de 16-12-2013, alterada pela Resolução SE 42, de 31-7-2014, alterada pela Resoluçaõ SE 5 de 7-1-2020, e pela Resolução SE 18, de 31-1-2020, que haverá Atribuição:

- 1 cargos em substituição de Suporte Pedagógico de Supervisor de Ensino

- Dia: 29-1-2021

- Horário: 10 h

Local da Atribuição: Sede da Diretoria de Ensino Região Sul 3, sita à Avenida Alcindo Ferreira 4, Jardim Cruzeiro, CEP 04803-170.

O candidato deverá observar o disposto no parágrafo único, artigo 5º, da Resolução SE 82-2013. Os candidatos que acumulam cargo ou função deverão comparecer munidos da declaração de horário, assinada pelo Superior imediato.

Parágrafo único - O inscrito nos termos desta resolução deverá apresentar, em cada sessão de atribuição da qual participe, termo de anuência expedido pelo superior imediato, ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento de vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação, bem como declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso, e, declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13.

Observamos que o exercício se dará de acordo com Portaria CGRH 16 de 9-12-2020

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CARAPICUÍBA

Convocação

A Direção da EE Roque Celestino Pires, em Cotia, convoca o funcionário RAFAEL MOMOLO, RG. 47.183.079-0, AOE-SQC--III-QAE,

para comparecer nesta Unidade Escolar no dia 03-02-2021 às 10h para tratar de assuntos de sua vida funcional.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE DIADEMA

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino, torna público para todos os candidatos inscritos e classificados, nos termos da Resolução SE 5/2020 de 07-01-2020, alterada pela Resolução SE 18/2020 de 31-01-2020, Resolução SEDUC 81 de 09-11-2020 e Portaria CGRH-16 de 09-12-2020, a sessão de atribuição de Suporte Pedagógico para um cargo vago de Diretor de Escola, na EE Sergio Buarque de Holanda, e seis cargos vagos de Supervisor de Ensino, na seguinte conformidade:

Data da Atribuição:

01/02/2021 às 9h30 – Diretor de Escola

01/02/2021 às 10 h – Supervisor de Ensino

Local da atribuição: on-line pela Plataforma Microsoft Teams.

Observações:

1 - O candidato deverá apresentar:

1.1 - Termo de anuência, do local de exercício, expedido pelo superior imediato e ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino, quando for o caso, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento de vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação;

1.2 - Declaração de horário, atualizada, assinada pelo superior imediato, caso acumule cargo ou função;

1.3 - Declaração do grau de parentesco com o superior imediato, nos termos da Súmula Vinculante 13.

1.4 - Cópia do RG

2 – Os candidatos deverão encaminhar todos os documentos solicitados, digitalizados para o endereço de email (dediacrh@educacao.sp.gov.br), até o dia 29-01-2021, às 15 h e, informar no corpo do e-mail, endereço de e-mail institucional para que receba o convite da reunião remota no dia da atribuição, informando também, para qual sessão estará concorrendo.

3 - Somente poderá participar da atribuição de vaga o candidato que, na data da atribuição e sua respectiva designação, se encontrar em exercício de seu cargo.

4 - Cumpre ressaltar que a atribuição, será realizada remotamente, via Microsoft Teams, tendo em vista o contexto da pandemia do Covid-19, da necessidade de distanciamento social, e, em virtude de Decreto Governamental que estabelece a situação de quarentena.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE GUARULHOS NORTE

Comunicado

A Dirigente da Diretoria Regional de Ensino, comunica aos candidatos inscritos e classificados na Diretoria de Ensino Guarulhos Norte, na Classe de Suporte Pedagógico, nos termos da Res. SE 5/2020, alterada pela Res. SE 18/20, que ocorrerá uma sessão de atribuição de 1 cargo vago de Supervisor de Ensino, observando o quanto segue:

Data da Atribuição: 01-02-2021 (segunda-feira).

Horário: 09h, via aplicativo Teams

Documentos a serem encaminhados (digitalizados):

1 - Termo de anuência do Superior Imediato, com data atualizada;

2 - Declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso;

3 – Declaração de próprio punho, de acúmulo/não acúmulo de cargos;

4 – Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13;

5 - E-mail Institucional da Microsoft – para envio do link Teams;

6 - Número da Classificação de Supervisor de Ensino.

Observações:

1 – Todos os interessados já classificados deverão encaminhar os documentos acima relacionados, digitalizados até às 16h do dia 29-01-2021, para o e-mail: degnonap@educacao.sp.gov.br, Assunto: Atribuição cargo vago de Supervisor de Ensino;

2 - 30 minutos antes do início da sessão estará disponível no site da Diretoria de Ensino o link para Atribuição por Videoconferência com a Dirigente Regional de Ensino, Diretor de

CRH, Diretor de NAP, Supervisor (es) de Ensino da Comissão de Suporte Pedagógico;

3 – É vedada à atribuição de vagas e/ou sua respectiva designação:

A - Ao candidato que estiver afastado a qualquer título, nos termos do Artigo 6º § único da Resolução SE 05 de 07-01-2020, que assim dispõe:

- Parágrafo único – Para fins de participação na sessão de atribuição de vaga e sua respectiva designação, o candidato deverá, na data da atribuição, se encontrar em exercício, não podendo, neste momento, se encontrar em qualquer tipo de licença, afastamento ou férias;

B - Por procuração de qualquer espécie;

C - Que tiverem sofrido penalidades nos últimos 5 anos.

D – Na hipótese de acumulação de cargos, antes do exercício, deverá haver publicação de novo ato decisório.

4 - Os candidatos estão cientes que:

A - No ato da designação deverá comprovar o tempo mínimo de efetivo exercício no magistério no campo que se dará o afastamento;

A - Os recursos tecnológicos para participar da Atribuição por Videoconferência serão de responsabilidade exclusiva dos candidatos;

B – A Sessão de Atribuição ocorrerá no horário divulgado no presente Edital, observando que qualquer eventual atraso no início da sessão não beneficiará candidato retardatário.

(Artigo 5º item V da Resolução SE 05/2020).

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITAQUAQUECETUBA

Comunicado

Edital I Para Seleção de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico 2021

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de Itaquaquecetuba torna públicos os critérios estabelecidos para seleção e designação de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico desta Diretoria de Ensino.

Os processos de inscrição, seleção e designação de Professor Coordenador no Núcleo Pedagógico desta Diretoria de Ensino atenderão os dispositivos da Resolução Seduc-3, de 11-1-2021, e serão conduzidos em conformidade com o disposto no presente edital:

12 - Vagas para Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico:

03 vagas para Língua Portuguesa;

01 vaga para Matemática Anos finais e Ensino médio;

01 vaga para Educação Física;

01 vaga para Física/Química;

01 vaga para História

01 vaga para Educação Especial;

01 vaga para matemática Anos Iniciais;

01 Vaga para Projetos Especiais;

02 Vaga para Tecnologia Educacional.

1 – Dos requisitos para o exercício da função

I - Ser docente titular de cargo ou ocupante de função-atividade (estável, celetista ou categoria F), podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que, no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Gestão Pública – CAAS.

II - Contar com, no mínimo, 3 anos de experiência no magistério Público Estadual (um mil e noventa e cinco dias de efetivo exercício).

III - Ser portador de diploma de licenciatura plena.

IV - Encontrar-se em efetivo exercício.

a) O docente, classificado em unidade escolar da circunscrição da Diretoria de Ensino, terá prioridade na indicação para designação, no posto de trabalho de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino - PCNP.

b) Em caso de indicação de docente não classificado na forma estabelecida para as designações, a que se refere o item anterior, deverá ser exigida a apresentação de anuência expressa do superior imediato do docente na unidade escolar de origem, previamente ao ato de designação.

c) A designação para atuar como Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico somente poderá ser concretizado quando houver substituto para assumir as aulas da carga horária do docente a ser designado.

2 – Carga Horária, conforme art. 9º da Resolução Seduc-3, de 11-1-2021.

A carga horária a ser cumprida pelo docente para o exercício da função gratificada de PCNP será de 40 horas semanais, distribuídas por todos os dias da semana.

I – Das atribuições dos Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico, conforme art. 73 do Decreto 57.141, de 18-07-2011 e artigo 6º da Resolução Seduc-3, de 11-1-2021 - atuar como gestor pedagógico, com competência para planejar, acompanhar e avaliar os processos de ensinar e aprender, bem como o desempenho de professores e alunos;

II - Orientar o trabalho dos demais docentes, nas reuniões pedagógicas e no horário de trabalho coletivo, de modo a apoiar e subsidiar as atividades em sala de aula, observadas as sequências didáticas de cada ano, curso e ciclo;

III - Ter como prioridade o planejamento e a organização dos materiais didáticos, impressos ou em DVDs, e dos recursos tecnológicos, disponibilizados na escola;

IV – Coordenar as atividades necessárias à organização, ao planejamento, ao planejamento, ao acompanhamento, à avaliação e à análise dos resultados dos estudos de reforço e de recuperação;

V - Decidir, juntamente com a equipe gestora e com os docentes das classes e/ou das disciplinas, a conveniência e oportunidade de se promoverem intervenções imediatas na aprendizagem, a fim de sanar as dificuldades dos alunos, mediante a aplicação de mecanismos de apoio escolar, como a inserção de professor auxiliar, em tempo real das respectivas aulas, e a formação de classes de recuperação contínua e/ou intensiva;

VI - Relacionar-se com os demais profissionais da escola de forma cordial, colaborativa e solícita, apresentando dinamismo e espírito de liderança;

VII - Trabalhar em equipe como parceiro;

VIII - Orientar os professores quanto às concepções que subsidiam práticas de gestão democrática e participativa, bem como as disposições curriculares, pertinentes às áreas e disciplinas que compõem o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino;

IX - Coordenar a elaboração, o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação da proposta pedagógica, juntamente com os professores e demais gestores da unidade escolar, em consonância com os princípios de uma gestão democrática participativa e das disposições curriculares, bem como dos objetivos e metas a serem atingidos;

X - Tornar as ações de coordenação pedagógica um espaço dialógico e colaborativo de práticas gestoras e docentes, que assegurem:

a) A participação proativa de todos os professores, nas horas de trabalho pedagógico coletivo, promovendo situações de orientação sobre práticas docentes de acompanhamento e avaliação das propostas de trabalho programadas;

b) A vivência de situações de ensino, de aprendizagem e de avaliação ajustadas aos conteúdos e às necessidades, bem como às práticas metodológicas utilizadas pelos professores;

c) A efetiva utilização de materiais didáticos e de recursos tecnológicos, previamente selecionados e organizados, com plena adequação às diferentes situações de ensino e de aprendizagem dos alunos e as suas necessidades individuais;

d) As abordagens multidisciplinares, por meio de metodologia de projeto e/ou de temáticas transversais significativas para os alunos;

e) A divulgação e o intercâmbio de práticas docentes bem sucedidas, em especial as que façam uso de recursos tecnológicos e pedagógicos disponibilizados na escola;

f) A análise de índices e indicadores externos de avaliação de sistema e desempenho da escola, para tomada de decisões em relação à proposta pedagógica e a projetos desenvolvidos no âmbito escolar;

g) A análise de indicadores internos de frequência e de aprendizagem dos alunos, tanto da avaliação em processo externo, quanto das avaliações realizadas pelos respectivos docentes, de forma a promover ajustes contínuos das ações de apoio necessárias à aprendizagem;

h) A obtenção de bons resultados e o progressivo êxito do processo de ensino e aprendizagem na unidade escolar.

XI - Implementar ações de apoio pedagógico e educacional que orientem os professores na condução de procedimentos relativos a organização e funcionamento do currículo nas modalidades de ensino;

XII - Orientar os professores:

a) Na implementação do currículo;

b) Na utilização de materiais didáticos e paradidáticos;

XIII - Avaliar a execução do currículo e propor os ajustes necessários;

XIV – Acompanhar e orientar os professores em sala de aula, quando necessário, para garantir a implementação do currículo;

XV – Implementar e acompanhar programas e projetos educacionais da Secretaria relativos à área de atuação que lhes é própria;

XVI – Identificar necessidades e propor ações de formação continuada de professores e de professores coordenadores no âmbito da área de atuação que lhes é própria;

XVII – Participar da implementação de programas de formação continuada, em articulação com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores;

XVIII - Acompanhar e apoiar reuniões pedagógicas realizadas nas escolas;

XIX - Promover encontros, oficinas de trabalho, grupos de estudos e outras atividades para divulgar e capacitar professores na utilização de materiais pedagógicos em cada disciplina;

XX - Participar do processo de elaboração do plano de trabalho da Diretoria de Ensino;

XXI - Elaborar o plano de trabalho do Núcleo para melhoria da atuação docente e do desempenho dos alunos;

XXII - Orientar, em articulação com o Centro de Atendimento Especializado, do Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica, as atividades de educação especial e inclusão educacional no âmbito da área de atuação que lhes é própria;

XXIII - Acompanhar o trabalho dos professores em suas disciplinas e as metodologias de ensino utilizadas em sala de aula para avaliar e propor ações de melhoria de desempenho em cada disciplina;

XXIV - Organizar o acervo de materiais e equipamentos didático-pedagógicos;

XXV - Articular com o Centro de Biblioteca e Documentação, do Centro de Referência em Educação "Mário Covas" - CRE, e com as escolas a implantação e supervisão das salas de leitura;

XXVI - Analisar os resultados de avaliações internas e externas e propor medidas para melhoria dos indicadores da educação básica, no âmbito da área de atuação que lhes é própria.

XXVII – O PCNP tem o compromisso de:

a) Identificar e valorizar os saberes do Professor Coordenador - PC da unidade escolar;

b) Fortalecer o papel do PC como formador de professores;

c) Oferecer subsídios teóricos e operacionais de sustentação da prática do PC;

d) Organizar e promover Orientações Técnicas visando a esclarecer e orientar os PCs quanto à observância:

d.1 - dos princípios que fundamentam o currículo e os conceitos de competências e habilidades;

d.2 - dos procedimentos que otimizam o desenvolvimento das habilidades e competências avaliadas pelo Saresp (observar, realizar e compreender);

d.3 - das concepções de avaliação que norteiam o currículo e a aprendizagem no processo - AAP e Saresp, articuladas com as avaliações internas das escolas;

XXVIII - Proporcionar aos PCs a reflexão sobre a metodologia da observação de sala e os princípios que a efetivam na prática;

XXIX - Promover a construção de instrumentos colaborativos e de indicadores imprescindíveis ao planejamento, à efetivação da observação, ao feedback e à avaliação;

XXX - Acompanhar o processo de ensino e aprendizagem nas unidades escolares, bem como o desempenho de gestores, professores e alunos;

XXXI - Verificar os registros de observação realizados pelo PC da unidade escolar sobre a Gestão da Sala de Aula, para análise e monitoramento de ações de formação;

XXXII - Realizar ações de formação para os professores visando à implementação do currículo e colaborando na construção e no desenvolvimento de situações de aprendizagem;

XXXIII - Analisar as metas definidas na proposta pedagógica das escolas e os resultados educacionais atingidos, a fim de indicar estratégias que visem à superação das fragilidades detectadas na verificação:

a) dos resultados atingidos, identificando quais as habilidades a serem priorizadas;

b) dos Planos de Ensino/Aula dos professores, identificando a relação existente entre as habilidades/competências pretendidas e os conteúdos relacionados nos Planos de Ensino/Aula;

XXXIV - Promover orientações técnicas com a finalidade precípua de divulgar e orientar o planejamento, a organização e a correta utilização de materiais didáticos, impressos ou em DVDs, e recursos tecnológicos disponibilizados nas escolas;

XXXV - Acompanhar os processos formativos desenvolvidos pelo PC da unidade escolar, a fim de:

a) Verificar o Plano de Formação Continuada do PC, bem como os registros das reuniões nos horários de trabalho pedagógico coletivo, para identificação das formas de implementação do currículo;

b) Verificar o cumprimento das ações de formação contempladas no Plano de Formação Continuada do PC, em sua participação nas reuniões nos horários de trabalho pedagógico coletivo;

c) Realizar intervenções pedagógicas, oferecendo contribuições teóricas e/ou metodológicas que visem à construção do espaço dialógico de formação;

d) Analisar os materiais didáticos e paradidáticos, identificando sua relação e pertinência com o currículo e seu efetivo uso;

XXXVI - de sua atuação, a fim de atender com eficiência e eficácia às demandas peculiares à área/disciplina pela qual é responsável, dentre as seguintes áreas/disciplinas do Núcleo Pedagógico:

a) Linguagens, abrangente às disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física;

b) Matemática;

c) Ciências da Natureza, abrangente às disciplinas de Ciências Físicas e Biológicas, Física, Química e Biologia;

d) Ciências Humanas, abrangente às disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia;

e) Educação Especial;

f) Tecnologia Educacional, observadas as demais atribuições, definidas por detalhamento na Resolução SE 59, de 2 de junho de 2012; e

g) Programas e Projetos da Pasta.

3 – Do perfil profissional

Do candidato é esperado o seguinte perfil profissional:

a) Ser capaz de desenvolver ações de formação continuada de professores e de acompanhamento do processo pedagógico na escola.

b) Possuir e ser capaz de desenvolver, cotidianamente, competência relacional e atuar para a consecução dos princípios da gestão democrática.

c) Atuar na perspectiva da educação inclusiva e na construção de um espaço coletivo de discussão da função social da escola.

d) Possuir habilidade gerencial e técnico-pedagógica e ser capaz de desenvolver ações de implantação e desenvolvimento do Currículo Oficial junto às equipes escolares, especialmente junto aos professores.

e) Demonstrar interesse para o aprendizado e o ensino e compreender os processos administrativos e financeiros como meios para a consecução dos objetivos pedagógicos.

f) Possuir habilidades inerentes para o bom atendimento ao público escolar, tanto do ponto de vista técnico quanto relacional.

g) Possuir disponibilidade para atender a convocação dos órgãos da Pasta, inclusive em municípios diversos da sede de exercício.

h) Possuir habilidade no uso didático-pedagógico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

i) Disponibilidade para atuar nos períodos em que a unidade funciona.

4 – Dos documentos necessários

No ato de inscrição o candidato deverá preencher a ficha disponível na Diretoria de Ensino com a indicação de:

a) Documento oficial com foto (RG civil, CNH ou Passaporte Nacional) e CPF.

b) Currículo

c) Declaração de contagem de tempo de serviço no magistério público estadual, que comprove 1.095 (um mil e noventa e cinco dias) de efetivo exercício.

d) Cópia do Holerite do mês corrente da abertura deste edital.

e) Cursos promovidos pela SEE/SP, em qualquer de suas instâncias, especialmente aqueles que se referirem diretamente à atuação do professor coordenador de Núcleo Pedagógico, se houver.

f) Cursos de graduação, especialização ou pós-graduação, bem como os respectivos históricos Escolares, além dos cursos de atualização, que considere pertinentes ao exercício da função de professor coordenador, nos termos das atribuições da função e do perfil profissional esperado, se houver.

5 – Da proposta de trabalho

Deverão constar, no mínimo, as exigências/atribuições definidas na Resolução 3 de 11-01-2021, bem como explicitar os referenciais teóricos que fundamentam o exercício da função de Professor Coordenador de Núcleo Pedagógico

6 – Da indicação para entrevista

a) Para seleção dos candidatos, o Dirigente Regional, poderá designar Comissão constituída por até dois Supervisores e Diretor do Núcleo Pedagógico e ou substituto.

b) A entrevista será agendada após a indicação pelo Dirigente dos candidatos selecionados e versará sobre as competências relacionadas às atribuições da função e sobre o perfil profissional do candidato.

c) No ato da entrevista, os candidatos selecionados deverão comprovar os cursos constantes na ficha de inscrição.

d) Para as entrevistas, além do Dirigente Regional, poderá ocorrer a participação da Supervisão de Ensino e/ou Diretor do Núcleo Pedagógico.

7 – Dos Resultados

Após realização das entrevistas, o Dirigente, apoiado pela Comissão designada, se houver, poderá indicar o docente que venha a ser selecionado para ocupar o posto de trabalho levando em conta o resultado da entrevista, o perfil profissional e o percurso acadêmico comprovado na entrega de documentos.

8 – Etapas

a) A Inscrição e entrega de documentos conforme item 06 ocorrerá através do

Link: https://forms.gle/NDFHkPDqYt9h8SWE8 de 28-01-2021 a 07-02-2021;

b) A etapa I do processo seletivo consistirá em análise às respostas dispostas no formulário digital, tais como, análise do currículo, análise e aprovação da proposta de trabalho.

c) A convocação para etapa II e III do processo seletivo (entrevista individual e/ou em grupo) ocorrerá por e-mail, após aprovação na etapa I, com data e horário das entrevistas informadas previamente.

d) Indicação e designação do docente.

9 – Disposições finais

a) As etapas deste processo de seleção não poderão ser feitas por procuração.

b) Situações omissas serão decididas pelo Dirigente de Ensino ouvidas a Comissão, se necessário, à luz da Resolução Seduc-3, de 11-1-2021e demais diplomas legais aplicáveis.

Comunicado

Edital de Credenciamento Emergencial para Atuação em 2021 - Programa Ensino Integral

A Diretoria de Ensino - Região Itaquaquecetuba torna pública a abertura de inscrições e a realização do credenciamento emergencial para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes após Processo de Credenciamento Anual.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, e ocorrerá no período de 29-01-2021 a 02-02-2021, considerando todas as fases do certame.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino - Região Itaquaquecetuba, no endereço eletrônico https://deitaquaquecetuba.educacao.sp.gov.br/onde constará a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 – Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 – Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrida penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 anos.

6 – Podem se inscrever para este cadastro emergencial os docentes habilitados na seguinte conformidade:

a) Arte;
b) Letras (Português e Inglês);
c) Matemática e Física;
d) Química;
e) Ciências Físicas e Biológicas;
f) Biologia;
g) História;
h) Geografia;
i) Filosofia;
j) Sociologia.

II - DOS REQUISITOS

1 - Para participar do processo de credenciamento, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.1) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

b.2) Para atuação em Sala/Ambiente de Leitura, o docente (readaptado, titular de cargo na situação de adido e ocupante de função-atividade que se encontre cumprindo horas de permanência) deverá ser portador de portador de diploma de licenciatura plena.

c) possuir experiência mínima:

c.1) de 3 anos de exercício no magistério público estadual, quando docente, ou docente na Sala/Ambiente de Leitura;

c.2) Considerando a necessidade da abertura do cadastro emergencial

A data base de 31-01-2021, para a obtenção dos 1095 dias de experiência, inclusive para o docente contratado (categoria O);

c.3) Anexar declaração de tempo serviço;

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

2 – O docente readaptado somente poderá atuar na Sala/Ambiente de Leitura, desde que o rol de atividades previsto pelo CAAS seja compatível com as atribuições previstas para a função no Programa Ensino Integral, sendo que o docente nesta condição funcional não poderá atuar em outra função no PEI.

III – DA INSCRIÇÃO

1 – A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 – A Inscrição ocorrerá no período de 29-01-2021 a 02-02-2021, via formulário online que será preenchido uma única vez, disponibilizado no link https://forms.gle/1LZFohpPUPDcBzLNA

3 – O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" (Efape);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 ponto, totalizando, no máximo 10 pontos.

6 - O integrante do Quadro do Magistério, de que trata o item 5.1 deverá, obrigatoriamente, ter concluído o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" com aproveitamento "Satisfatório", a fim de que sua inscrição no presente processo de Credenciamento seja validada.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6,0 .

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma Atividade para cada função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

9. Link para acessar o Modelo da Atividade de Sala de Aula: https://drive.google.com/file/d/1OWs7-lng3uHEVBbmx0y-NOzwp1kteC-a_/view?usp=sharing

10 – Anexar declaração de tempo de serviço.

IV – DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES E DA CLASSIFICAÇÃO

1 - No período de 03-02-2021 a 04-02-2021, a Diretoria de Ensino analisará as informações preenchidas pelos candidatos na etapa de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 – A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

4.1 - Para Docentes:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula será avaliada pela Diretoria de Ensino, no período de 03-02-2021 a 04-02-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1 a 3,0 pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 – A Diretoria de Ensino – Região Itaquaquecetuba disponibilizará o resultado e a Classificação do credenciamento emergencial no dia 05-02-2021, no site https://deitaquaquecetuba.educacao.sp.gov.br.

V – DO RECURSO

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da Classificação, no período de 05-02-2021 a 07-02-2021, mediante requerimento a ser encaminhado para o peiitaquaquecetuba@gmail.com.

2 – A Diretoria de Ensino analisará os recursos no período de 08-02-2021 a 09-02-2021 e disponibilizará no site https://deitaquaquecetuba.educacao.sp.gov.br a Classificação Final Pós-Recurso, em 10-02-2021.

VI – DA ALOCAÇÃO

1 - A chamada para alocação será realizada mediante publicação no site da Diretoria de Ensino – Região Itaquaquecetuba, no endereço eletrônico, https://deitaquaquecetuba.educacao.sp.gov.br indicando o dia, horário e local da sessão.

VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino – Região Itaquaquecetuba, após consulta à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, conforme o caso.

Comunicado

Edital de Atribuição de Suporte Pedagógico 01/2021

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região de Itaquaquecetuba Comunica aos interessados inscritos e classificados nas classes de Diretor de Escola e de Supervisor de Ensino para sessão de atribuição nos termos da Res. SE 18, de 31-01-2020 que altera a Resolução SE 5, de 07-01-2020, conforme segue:

Data: 29-01-2021 (sexta - feira).

Horário: 09h.

Local: Rua Jundiaí, 84 - Monte Belo - Itaquaquecetuba, S.P. (Sala do Gabinete)

1 cargo vago para Supervisor de Ensino

1 cargo vago para Diretor de Escola na EE Profa. Vera Lúcia Leite da Costa, em Itaquaquecetuba.

Os candidatos deverão apresentar:

1. Termo de Anuência do Superior imediato;

2. Em caso de acumulação de cargo ou função deverão apresentar Declaração de Horário de Trabalho atualizada, assinada pelo Superior Imediato.

3. Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13.

É vedada a atribuição de vaga por procuração.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MOGI DAS CRUZES

Comunicado

Cronograma de Atribuição de Classes e Aulas 2021

Projeto de Reforço e Recuperação das Aprendizagens/2021

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região de Mogi das Cruzes torna público o cronograma referente à sessão de atribuição de classes e aulas durante o ano de 2021 nos termos da Resolução Seduc 72/2020, Resolução SE 37/2019; Resolução Seduc 65/2020; Resolução Seduc 12/2021 e Portaria COPED/CGRH s/n de 26-01-2021

Atenção: As sessões de atribuição de classes e aulas previstas neste cronograma nas FASES de DIRETORIA DE ENSINO ocorrerão de forma on-line, pelo Teams.

Fevereiro/2021

Atribuição de Aulas: Reforço e Recuperação

Data Local Hora Público Alvo

4-2-2021 – quinta-feira

Fase 1 – UE

Manhã

I) Docentes titulares de cargo com sede ou exercício na Unidade Escolar, que se encontre na situação de adido, sem descaracterizar essa condição, ou a título de carga complementar de trabalho;

II) Docentes não efetivos – Cat F, com sede ou exercício na Unidade Escolar, para composição ou complementação de sua carga horária de trabalho;

III) Docente contratado, com aulas já atribuídas na Unidade Escolar, para complementação da carga horária, até o limite de 32 aulas

Atribuição de Aulas: Reforço e Recuperação

10-2-2021 – Quarta-Feira – 8h30

Fase 2 – Diretoria de Ensino

Bancas: Classe, Língua Portuguesa e Matemática.

I) Docentes titulares de cargo, que se encontre na situação de adido, sem descaracterizar essa condição, ou a título de carga complementar de trabalho.

II) Docentes titulares de cargo de outras Diretorias de Ensino, cadastrados na DE de Mogi das Cruzes, que se encontre na situação de adido, sem descaracterizar essa condição, ou a título de carga complementar de trabalho.

III) Docentes não efetivos – Cat F, para composição ou complementação de sua carga horária de trabalho;

IV) Docentes não efetivos (Cat. F) de outras Diretorias de Ensino, cadastrados na DE de Mogi das Cruzes, para composição ou complementação de sua carga horária de trabalho;

III) Docentes com contratos ativos (Cat. O), com aulas já atribuídas ou em interrupção de exercício, para composição ou complementação da carga horária, até o limite de 32 aulas semanais, na seguinte ordem de prioridade:

1- Portadores de diploma de Licenciatura Plena;

2- Portadores de diploma de Licenciatura Curta;

3- Alunos de último ano de curso, devidamente reconhecido, de Licenciatura Plena na disciplina a ser atribuída;

4- Portadores de diploma de Bacharel ou de Tecnólogo de nível superior, desde que na área da disciplina a ser atribuída, identificada pelo histórico do curso;

5- Alunos do último ano de curso devidamente reconhecido de Bacharelado ou de Tecnologia de nível superior, desde que da área da disciplina a ser atribuída, identificada pelo histórico escolar do curso.

IV) Docentes contratados de outras Diretorias de Ensino, cadastrados na DE de Mogi das Cruzes, respeitada a ordem de habilitação/qualificação.

Atenção

1) O presente Edital trata de atribuição de aulas do Projeto de Reforço e Recuperação com vigência até 22-12-2021.

2) Para participar dessa atribuição de aulas o docente deve estar devidamente inscrito no processo anual de atribuição de classes e aulas/2021, no campo de atuação classe ou aula, e se dispor a atuar presencialmente.

3) As aulas do Projeto de Reforço e Recuperação só poderão ser atribuídas, nesse momento, ao Docente Efetivo, não Efetivo – Cat. F e Docentes Contratados – Cat O, não contemplando os candidatos a contratação, nem Cat. V.

4) As aulas do Projeto de Reforço e Recuperação só poderão ser atribuídas para professores que não sejam do grupo de risco, ou caso sejam, assinem um termo de responsabilidade se dispondo a realizar as atividades presenciais. Na associação de aulas na SED (Secretaria Escolar Digital) só se permitirá a concretização da atribuição para professores que tenham respondido ao questionário do grupo de risco (SED), indicando que não fazem parte de nenhum grupo de risco, ou caso sejam, que assinem o termo de responsabilidade de retorno na SED. Caso contrário a atribuição será tornada sem efeito.

5) Para ter a atribuição dessas aulas o docente deve preencher os seguintes requisitos: Anos Iniciais - PEB I, com formação em magistério ou Licenciatura Plena em Pedagogia e Anos Finais e Ensino Médio - PEB II, devidamente habilitado ou qualificado no componente curricular de Língua Portuguesa ou Matemática.

6) O professor do Projeto de Reforço e Recuperação não poderá ser substituído e perderá a carga horária atribuída caso inicie qualquer tipo de licença ou afastamento.

7) Excepcionalmente, nos casos de licença-saúde, licença-acidente de trabalho, licença à gestante, licença-adoção e licença-paternidade, o docente permanecerá com a carga horária relativa às aulas do Projeto de Reforço e Recuperação, apenas para fins de pagamento e enquanto perdurar a licença, sendo as aulas correspondentes liberadas, de imediato, para atribuição a outro docente, que venha efetivamente a ministrá-las.

Orientações para a Atribuição On-Line

Durante o período estabelecido legalmente como quarentena, as sessões de Atribuição de Classes e Aulas ocorrerão de forma on-line pelo Teams, apenas para professore(a)s que se inscreveram para o Processo de Atribuição de Classes e Aulas/2021. Além disso, todo(a)s o(a)s docentes deverão preencher, obrigatoriamente, até às 21h da segunda-feira, dia 8-2-2021, o formulário disponibilizado abaixo. Após este horário o formulário estará indisponível e o(a) candidato(a) deverá aguardar a próxima sessão de atribuição. Deve ser anexado ao formulário:

- Declaração oficial e atualizada de todos os seus horários de trabalho, da(s) unidade(s) escolar(es) de exercício, inclusive com as Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo - ATPC, contendo a distribuição das aulas pelos turnos diários e pelos dias da semana.

Professore(a)s categoria "O", em interrupção de exercício, devem anexar declaração com saldo zerado de aula. (Estas declarações são fornecidas pelas escolas);

- Docentes que se encontram na condição de estudantes, deverão apresentar, obrigatoriamente, comprovante atualizado (janeiro/2021) de matrícula e frequência no respectivo curso;

- O não encaminhamento de qualquer documento elencado acima implicará na não participação da presente sessão de atribuição de classes e aulas on-line.

Formulário de Atribuição On-Line 2021 - Preenchimento - Professore(a)s

(O formulário ficará disponível a partir das 9h da seguda-feira, 8-2-2021 até 21h deste mesmo dia)

- Será disponibilizado um link na página da Diretoria de Ensino, ao qual o(a) candidato(a) inscrito deverá acompanhar ao vivo a sala de atribuição on-line e, a atribuição só se efetivará por esse canal, obedecendo a ordem de classificação, até que todas as aulas sejam atribuídas ou não haja mais interessado(a)s habilitado(a)s/qualificado(s) inscrito(a)s. Caso o docente não esteja conectado à sala on-line, não fará jus à atribuição, sendo considerado desistente e, a atribuição dará continuidade com o próximo inscrito calssificado.

- O presente edital trata apenas de atribuição de aulas do Projeto de Reforço e Recuperação com vigência até 22-12-2021, para atuação presencial, abrangendo apenas Docentes Efetivos, Docentes não Efetivos – Cat. F e Docentes Contratados – Cat. O.

- A Consolidação da Presente Atribuição, ou seja: vigência de carga horária, só se efetivará com o efetivo exercício presencial. Se, por qualquer motivo, não se der o efetivo exercício presencial, a atribuição será tornada sem efeito.

- A sessão de atribuição, na Diretoria de Ensino, seguirá a lista geral de classificação em cada faixa a ser atendida, estando os docentes divididos em três salas do Teams, na seguinte conformidade:

- Banca de Classe;
- Banca de Língua Portuguesa;
- Banca Matemática.

- As indicações de escolas pelo(a) candidato(a), no momento do preenchimento do formulário para participação na atribuição on-line, são apenas para facilitar o momento da atribuição, isso não significa que o(a) candidato(a) será atendido(a) na sua indicação.

- A ata da atribuição efetivada on-line na sala virtual do Teams será encaminhada ao(a) docente e à unidade escolar, por e-mail.

- O saldo de classes e aulas estará disponível para consulta a partir das 9h da segunda-feira (8-2-2021), no site da Diretoria de Ensino Região de Mogi das Cruzes, assim como o link do formulário para participação na atribuição.

- O link para a sala em que será realizada a atribuição de classes e aulas no dia 10-2-2021, ficará disponível a partir das 8h deste mesmo dia. Ressaltamos que a atribuição só se dará se o interessado estiver conectado à sala de atribuição!

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE OSASCO

Comunicado

O Diretor de Escola da Escola Estadual Professor Claudinei Garcia, com fundamento no Decreto 47.685, de 20-02-2003 e Resolução 23/2013 de 18-04-2013, torna público aos interessados em ocupar as dependências da zeladoria da EE Professor Claudinei Garcia que receberá inscrições nos dias 08 e 09-02-2021, de servidores públicos interessados em ocupar tais dependências, as propostas de manifestação de interesse deverão ser entregues no horário das 10 horas às 14 horas, na secretaria da Unidade Escolar, localizada na Rua Águia, 47, Vila Ayrosa-Osasco/SP, e as entrevistas serão realizadas no dia 11-02-2021, às 13 h.

Requisitos básicos para zeladoria:

1 – Ser servidor público Efetivo em qualquer Escola, ou Órgão da administração do Poder Público Estadual ou Municipal, inclusive Praça de Serviço Ativo da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

2 – O servidor público indicado para ocupar as dependências próprias de zeladoria não poderá possuir casa própria no município onde se localiza a unidade escolar, ou órgão de lotação.

Documentos necessários:

1 – Comprovante de que é funcionário público efetivo (holerite atualizado);

2 – Cópias dos documentos pessoais (RG, CPF, Certidão de Casamento ou União Estável);

3 – Ofício do superior imediato informando o(s) horário(s) de trabalho do servidor.

Das Disposições Finais:

1 – De acordo com o artigo 547 do Decreto 42.850/63, o ocupante das dependências da zeladoria deverá contribuir ao Estado com 10% de sua remuneração a título de conservação do imóvel, exceto funcionários do quadro QSE e SQC no quadro da Secretaria da educação, descontados diretamente da folha de pagamento, se Funcionário Estadual, ou via boleto/Gare, para os demais casos;

2 – De acordo, com o mesmo Decreto, em seu parágrafo 548, o ocupante não poderá ceder ou alugar o imóvel, bem como utilizá-lo com outro objetivo que não seja o de moradia;

3 – Não cabe Recurso ou solicitação de Revisão da indicação do servidor pelo Diretor da Escola.

4 – A entrega dos documentos solicitados ao certame implica no conhecimento e aceitação dos termos e critérios deste processo de seleção, inclusive da Legislação citada, e do fato de que se trata de Ocupação das dependências de Zeladoria, não contratação, portanto estes atos não produzem efeitos trabalhistas futuros.

E para que chegue ao conhecimento de todos, torna público o presente edital fazendo publicação em site da Diretoria de Ensino – Região Osasco

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTO ANDRÉ

Licitação - Cantina Escolar

A Diretoria Executiva da Associação de Pais e Mestres da EE PROF. JOSÉ AUGUSTO LEITE FRANCO, sito à Rua Iraúna, 351, em Bairro Parque Erasmo Assunção, Santo André- SP, torna pública a Abertura do Processo de Licitação para a administração dos serviços da Cantina Escolar da referida escola e comunica aos interessados que as instruções deverão ser retiradas no endereço acima, entre os dias 29-01-2021 a 04-02-2021 no horário das 8:00h às 16h30, mediante a comprovação do recolhimento de R$ 58,18, correspondente à 2 (duas) Ufesp's, em nome da APM da EE PROF. JOSÉ AUGUSTO LEITE FRANCO junto ao Banco do Brasil S/A, Agência 6973-6 -, conta corrente 813-3, sem devolução do referido valor em caso de não retirada das instruções e/ou desistência do processo de licitação. O comprovante deverá ser apresentado no ato da retirada do envelope.

As propostas deverão ser encaminhadas em envelopes lacrados para o mesmo local, no dia 05-02-2021, até as 10h. A abertura dos envelopes contendo as propostas será realizada em sessão pública no dia 08-02-2021 às 10h, nas dependências da escola, pela Comissão Julgadora designada pelo Diretor Executivo da APM.

A Diretoria Executiva da Associação de Pais e Mestres reserva-se o direito de escolher a proposta mais conveniente ou recusar todas as propostas, caso os legítimos interesses da Escola não sejam satisfeitos, o proponente não poderá ter restrições que o impeçam de realizar atividade profissional e não caberá recurso contra a decisão da Comissão Julgadora.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Convocação

A Direção da EE Professor Jorge Rahme, convoca Simone Teruko Nakamura, RG 17.459.282, PEB II, SQC-II-QM, a comparecer nesta Unidade Escolar para tomar ciência que está incurso no ilícito de abandono de cargo por ter faltado por mais de 45 dias consecutivos.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE AMERICANA

Comunicado

Professor Coordenador de Unidade Escolar

O Diretor da Escola Estadual Dirceu Dias Carneiro, situada na Rua Guaianazes 1504, Jd. Santa Rita de Cássia, município de Santa Bárbara d'Oeste, jurisdicionada à Diretoria de Ensino Região de Americana, de acordo com o Decreto 64.187/2019 e a Resolução Seduc-3, de 11-1-2021, torna público aos interessados em ocupar o posto de trabalho da função de Professor Coordenador desta Unidade Escolar, conforme segue:

UNIDADE ESCOLAR	PROFESSOR COORDENADOR	Nº VAGAS
EE Dirceu Dias Carneiro	Anos Finais /Ensino Médio	01

I – Dos requisitos para o exercício da função de professor coordenador nas unidades escolares (Artigo 7º - Res. Seduc-3/2021):

I. Ser docente titular de cargo ou ocupante de função-atividade, podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que, no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Gestão Pública – CAAS.

II. Contar com, no mínimo, 3 anos de experiência no magistério público estadual.

III. Ser portador de diploma de licenciatura plena.

IV. A acumulação remunerada de Professor Coordenador com a função docente deverá ser exercida, desde que observados os itens I e II do Artigo 10 da Resolução Seduc-3/2021.

V. O docente contratado nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, não poderá ser designado para o exercício das atribuições de Professor Coordenador.

VI. O docente, classificado na unidade escolar ou classificado em unidade escolar da circunscrição da Diretoria de Ensino, terá prioridade na indicação para designação, respectivamente, no posto de trabalho de Professor Coordenador da unidade escolar – PC.

VII. Em caso de indicação de docente não classificado na forma estabelecida para as designações, a que se refere o §2º deste artigo, deverá ser exigida a apresentação de anuência expressa do superior imediato do docente na unidade escolar de origem, previamente ao ato de designação.

VIII. A designação para atuar como Professor Coordenador - PC somente poderá ser concretizada quando houver substituto para assumir as aulas da carga horária do docente a ser designado.

II - Das Inscrições

Para os docentes interessados:

1) Entrega da Documentação (vide item III deste edital).

Período inscrição de 29/01 e 01 e 02-02-2021.

Local: na própria unidade escolar.

2) Entrevista com a Equipe Gestora e Supervisor de Ensino da Unidade Escolar.

03/02/2021

III- Da Documentação

No ato da inscrição apresentar original e cópia simples dos seguintes documentos:

1) RG e CPF.

2) Currículo atualizado contendo informações de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução SEDUC-3/2021, bem como um breve relato de sua trajetória profissional e experiências bem-sucedidas.

3) Atestado/Declaração única fornecida pela escola Sede de Controle de Frequência informando:

a) Tempo (em dias) de experiência como docente da rede estadual (data base 31-12-2020); mínimo de 3 anos - 1.095 dias).

b) Situação funcional do candidato (Titular de Cargo, Categoria F, Adido, Readaptado).

c) Total de aulas atribuídas, respectiva(s) disciplina(s) e se são aulas livres ou, ainda, se o docente se encontra em Horas de Permanência.

4) Diploma(s) do(s) curso(s) de licenciatura plena, acompanhados dos respectivos Histórico(s) Escolar(es) e outros certificados que possuir.

5) Declaração emitida e assinada pelo(s) Diretor(es) de Escola(s) de que não exerce Acúmulo de Cargos ou que exerce Acúmulo de Cargos, informando as Jornadas de Trabalho e/ou Cargas Horárias e as respectivas Unidades Escolares.

IV- Das Entrevistas

Para os docentes inscritos, as entrevistas ocorrerão na Unidade Escolar, em horários previamente agendados com os respectivos candidatos, cujas inscrições forem deferidas. Versará sobre as expectativas do interessado para o desempenho da função, conhecimentos e domínio dos requisitos das atribuições conforme legislação vigente.

V- Das Atribuições da Função Gratificada de Professor Coordenador - PC

Para acompanhamento de uma única unidade escolar:

1) atuar como gestor pedagógico, com competência para planejar, acompanhar e avaliar os processos de ensinar e aprender, bem como o desempenho de professores e alunos.

2) orientar o trabalho dos docentes, nas reuniões pedagógicas e no horário de trabalho coletivo, de modo a apoiar e subsidiar as atividades em sala de aula, observadas as sequências didáticas de cada ano, curso e ciclo.

3) ter como prioridade o planejamento, a organização e o desenvolvimento de atividades pedagógicas, utilizando os materiais didáticos impressos e os recursos tecnológicos, sobretudo os disponibilizados pela Secretaria da Educação.

4) apoiar a análise de indicadores de desempenho e frequência dos estudantes para a tomada de decisões visando favorecer melhoria da aprendizagem e a continuidade dos estudos.

5) coordenar as atividades necessárias à organização, ao planejamento, ao acompanhamento, à avaliação e à análise dos resultados dos estudos de reforço e de recuperação.

6) decidir, juntamente com a equipe gestora e com os docentes das classes e/ou dos componentes curriculares, a conveniência e oportunidade de se promoverem intervenções imediatas na aprendizagem, a fim de sanar as dificuldades dos alunos, mediante a aplicação de mecanismos de apoio escolar, e a formação de classes de recuperação contínua e/ou intensiva.

7) orientar os professores quanto às concepções que subsidiam práticas de gestão democrática e participativa, bem como as disposições curriculares, pertinentes às áreas do conhecimento e componentes curriculares que compõem o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

8) coordenar a elaboração, o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação da proposta pedagógica, juntamente com os professores e demais gestores da unidade escolar, em consonância com os princípios de uma gestão democrática participativa e das disposições curriculares, bem como dos objetivos e metas a serem atingidos.

9) tornar as ações de coordenação pedagógica um espaço dialógico e colaborativo de práticas gestoras e docentes, que assegurem:

a) a participação proativa de todos os professores, nas aulas de trabalho pedagógico coletivo, promovendo situações de orientação sobre práticas docentes de acompanhamento e avaliação das propostas de trabalho programadas;

b) a vivência de situações de ensino, de aprendizagem e de avaliação ajustadas aos conteúdos e às necessidades, bem como às práticas metodológicas utilizadas pelos professores;

c) as abordagens multidisciplinares, por meio de metodologias significativas para os alunos;

d) a divulgação e o intercâmbio de práticas docentes bem sucedidas, em especial as que façam uso de recursos tecnológicos e pedagógicos disponibilizados na escola.

VI - Do Resultado Final e Publicação do Ato de Designação

O resultado final do processo seletivo será divulgado aos candidatos selecionados e a designação será realizada por Portaria do Dirigente Regional de Ensino mediante publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

VII - Disposições Finais

1) Os candidatos, que após análise da documentação apresentada, não atenderem os requisitos mínimos para a inscrição, contidos nos Itens I e III deste Edital, terão suas inscrições indeferidas antecipadamente à submissão das entrevistas, especialmente aqueles que tiveram aulas em substituição atribuídas.

2) A carga horária a ser cumprida pelo docente para o exercício da função gratificada de PC será de 40 horas semanais, distribuídas por todos os dias da semana e em todos os turnos de funcionamento da escola.

3) A análise do currículo acadêmico e da experiência profissional do candidato, em especial com vistas à atuação do Professor Coordenador nos Anos Iniciais do ensino fundamental, deverá priorizar a experiência em alfabetização.

4) O perfil e a qualificação profissional do candidato deverão ser compatíveis com a natureza das atribuições relativas ao posto de trabalho a ser ocupado.

5) A designação para Professor Coordenador de Escola ficará sujeita à atribuição de suas aulas em substituição.

6) Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Equipe Gestora e Supervisor de Ensino responsáveis pelo processo da Unidade Escolar.

7) O candidato deverá ter conhecimento do Decreto 64.187/2019 e a Resolução Seduc-3, de 11-1-2021.

Comunicado

Professor Coordenador de Unidade Escolar

O Diretor da Escola Estadual Prof Eduardo Silva, situada na Av./Rua Belo Horizonte 1200, Jardim Esmeralda, município de Santa Bárbara d´Oeste, jurisdicionada à Diretoria de Ensino Região de Americana, de acordo com o Decreto 64.187/2019 e a Resolução Seduc-3, de 11-1-2021, torna público aos interessados em ocupar o posto de trabalho da função de Professor Coordenador desta Unidade Escolar, conforme segue:

UNIDADE ESCOLAR	PROFESSOR COORDENADOR	Nº VAGAS
EE Prof Eduardo Silva	Anos Finais / Ensino Médio	01

I – Dos requisitos para o exercício da função de professor coordenador nas unidades escolares (Artigo 7º - Res. Seduc-3/2021):

I. Ser docente titular de cargo ou ocupante de função-atividade, podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que, no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Gestão Pública – CAAS.

II. Contar com, no mínimo, 3 anos de experiência no magistério público estadual.

III. Ser portador de diploma de licenciatura plena.

IV. A acumulação remunerada de Professor Coordenador com a função docente deverá ser exercida, desde que observados os itens I e II do Artigo 10 da Resolução Seduc-3/2021.

V. O docente contratado nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, não poderá ser designado para o exercício das atribuições de Professor Coordenador.

VI. O docente, classificado na unidade escolar ou classificado em unidade escolar da circunscrição da Diretoria de Ensino, terá prioridade na indicação para designação, respectivamente, no posto de trabalho de Professor Coordenador da unidade escolar – PC.

VII. Em caso de indicação de docente não classificado na forma estabelecida para as designações, a que se refere o §2º deste artigo, deverá ser exigida a apresentação de anuência expressa do superior imediato do docente na unidade escolar de origem, previamente ao ato de designação.

VIII. A designação para atuar como Professor Coordenador - PC somente poderá ser concretizada quando houver substituto para assumir as aulas da carga horária do docente a ser designado.

II - Das Inscrições

Para os docentes interessados:

1) Entrega da Documentação (vide item III deste edital).

Período inscrição de 01 a 03-02-2021.

Local: na própria unidade escolar.

2) Entrevista com a Equipe Gestora e Supervisor de Ensino da Unidade Escolar.

III- Da Documentação

No ato da inscrição apresentar original e cópia simples dos seguintes documentos:

1) RG e CPF.

2) Currículo atualizado contendo informações de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução SEDUC-3/2021, bem como um breve relato de sua trajetória profissional e experiências bem-sucedidas.

3) Atestado/Declaração única fornecida pela escola Sede de Controle de Frequência informando:

a) Tempo (em dias) de experiência como docente da rede estadual (data base 31-12-2020); mínimo de 3 anos - 1.095 dias).

b) Situação funcional do candidato (Titular de Cargo, Categoria F, Adido, Readaptado).

c) Total de aulas atribuídas, respectiva(s) disciplina(s) e se são aulas livres ou, ainda, se o docente se encontra em Horas de Permanência.

4) Diploma(s) do(s) curso(s) de licenciatura plena, acompanhados dos respectivos Histórico(s) Escolar(es) e outros certificados que possuir.

5) Declaração emitida e assinada pelo(s) Diretor(es) de Escola(s) de que não exerce Acúmulo de Cargos ou que exerce Acúmulo de Cargos, informando as Jornadas de Trabalho e/ou Cargas Horárias e as respectivas Unidades Escolares.

IV- Das Entrevistas

Para os docentes inscritos, as entrevistas ocorrerão na Unidade Escolar, em horários previamente agendados com os respectivos candidatos, cujas inscrições forem deferidas. Versará sobre as expectativas do interessado para o desempenho da função, conhecimentos e domínio dos requisitos das atribuições conforme legislação vigente.

V- Das Atribuições da Função Gratificada de Professor Coordenador - PC

Para acompanhamento de uma única unidade escolar:

1) atuar como gestor pedagógico, com competência para planejar, acompanhar e avaliar os processos de ensinar e aprender, bem como o desempenho de professores e alunos.

2) orientar o trabalho dos docentes, nas reuniões pedagógicas e no horário de trabalho coletivo, de modo a apoiar e subsidiar as atividades em sala de aula, observadas as sequências didáticas de cada ano, curso e ciclo.

3) ter como prioridade o planejamento, a organização e o desenvolvimento de atividades pedagógicas, utilizando os materiais didáticos impressos e os recursos tecnológicos, sobretudo os disponibilizados pela Secretaria da Educação.

4) apoiar a análise de indicadores de desempenho e frequência dos estudantes para a tomada de decisões visando favorecer melhoria da aprendizagem e a continuidade dos estudos.

5) coordenar as atividades necessárias à organização, ao planejamento, ao acompanhamento, à avaliação e à análise dos resultados dos estudos de reforço e de recuperação.

6) decidir, juntamente com a equipe gestora e com os docentes das classes e/ou dos componentes curriculares, a conveniência e oportunidade de se promoverem intervenções imediatas na aprendizagem, a fim de sanar as dificuldades dos alunos, mediante a aplicação de mecanismos de apoio escolar, e a formação de classes de recuperação contínua e/ou intensiva.

7) orientar os professores quanto às concepções que subsidiam práticas de gestão democrática e participativa, bem como as disposições curriculares, pertinentes às áreas do conhecimento e componentes curriculares que compõem o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

8) coordenar a elaboração, o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação da proposta pedagógica, juntamente com os professores e demais gestores da unidade escolar, em consonância com os princípios de uma gestão democrática participativa e das disposições curriculares, bem como dos objetivos e metas a serem atingidos.

9) tornar as ações de coordenação pedagógica um espaço dialógico e colaborativo de práticas gestoras e docentes, que assegurem:

a) a participação proativa de todos os professores, nas aulas de trabalho pedagógico coletivo, promovendo situações de orientação sobre práticas docentes de acompanhamento e avaliação das propostas de trabalho programadas;

b) a vivência de situações de ensino, de aprendizagem e de avaliação ajustadas aos conteúdos e às necessidades, bem como às práticas metodológicas utilizadas pelos professores;

c) as abordagens multidisciplinares, por meio de metodologias significativas para os alunos;

d) a divulgação e o intercâmbio de práticas docentes bem sucedidas, em especial as que façam uso de recursos tecnológicos e pedagógicos disponibilizados na escola.

VI - Do Resultado Final e Publicação do Ato de Designação

O resultado final do processo seletivo será divulgado aos candidatos selecionados e a designação será realizada por Portaria do Dirigente Regional de Ensino mediante publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

VII - Disposições Finais

1) Os candidatos, que após análise da documentação apresentada, não atenderem os requisitos mínimos para a inscrição, contidos nos Itens I e III deste Edital, terão suas inscrições indeferidas antecipadamente à submissão das entrevistas, especialmente aqueles que tiveram aulas em substituição atribuídas.

2) A carga horária a ser cumprida pelo docente para o exercício da função gratificada de PC será de 40 horas semanais, distribuídas por todos os dias da semana e em todos os turnos de funcionamento da escola.

3) A análise do currículo acadêmico e da experiência profissional do candidato, em especial com vistas à atuação do Professor Coordenador nos Anos Iniciais do ensino fundamental, deverá priorizar a experiência em alfabetização.

4) O perfil e a qualificação profissional do candidato deverão ser compatíveis com a natureza das atribuições relativas ao posto de trabalho a ser ocupado.

5) A designação para Professor Coordenador de Escola ficará sujeita à atribuição de suas aulas em substituição.

6) Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Equipe Gestora e Supervisor de Ensino responsáveis pelo processo da Unidade Escolar.

7) O candidato deverá ter conhecimento do Decreto 64.187/2019 e a Resolução Seduc-3, de 11-1-2021.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ANDRADINA

Notificação

Notificando, nos termos do Contrato 055/2020, constante do Processo nº Seduc -PRC-2020/35628, firmado entre esta Diretoria de Ensino Região de Andradina e a empresa MIGUEL ARCANGELO DE AGUIAR - ME, CNPJ/MF sob 23.915.844/0001-68, cujo objeto se refere à prestação de serviços de limpeza em ambiente escolar, executados no âmbito das Unidades Escolares sob nossa jurisdição, para que justifique e regularize os apontamentos, conforme especificado a seguir:

1. Conforme Termo de Contrato Supra a Contratada assinou contrato em 05-01-2021 para início imediato do objeto.

2. Ocorre que decorridos mais de 20 dias do inicio da vigência contratual a Contratada não deu início a execução do contrato, fato que pode ser comprovado conforme diversas comunicações dos locais onde a Contratada deveria prestar o serviço, conforme segue:

2.1. EE Profª Alice Marques da Silva Rocha - Ofício 005/2021, de 19-01-2021, e Ofício 006/2021, de 21-01-2021;

2.2. EE Francisco Teodoro de Andrade - Ofício 011/2021, de 25-01-2021;

2.3. EE João Brembatti Calvoso - Ofício 003/2021, de 13-01-2021;

2.4. EE João Carreira - Ofício 001/2021, de 22-01-2021;

2.5. EE Profª Léa Silva Moraes - Ofício 002/2021, de 19-01-2021;

2.6. EE Cel Francisco Schmidt - Ofício 010/2021, de 14-01-2021;

2.7. EE Profª Zilda Prado Paulovich - Ofício 004/2021, de 22-01-2021.

3. Fato é que a Contratada não fez contato com os funcionários que designou para o serviço, sequer enviou produtos e equipamentos de limpeza para os locais, nem tampouco entra contato com a Contratante via telefone e/ou outros meios, atuando com animo de abandono contratual.

Os apontamentos ora listados violam o Instrumento Contratual nas Clausulas Primeira em seu § 1º, cc Cláusula Segunda, cc Claúsula Quarta, cc Cláusula Sexta em Seus §§ 1º E 2º, Cc Cláusula Décima Terceira em Seus §§ 1º E 2º E Cc Cláusula Décima Sexta.

Neste Termos, Fixo o Prazo de 2 Dias Úteis para Que a Contratada Compareça Nesta Diretoria de Ensino Região de Andradina, Sob Pena de Rescisão Unilateral do Contrato e Consequente Abertura de Procedimento de Sanção Administrativa, garantindo assim o direito a sua ampla defesa e o contraditório, nos termos do que dispõe o artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ARARAQUARA

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Araraquara, comunica aos candidatos inscritos nos termos da Res. SE 05/2020, alterada pela Res. SE 18/2020, para participarem de sessão de atribuição de um cargo vago de Diretor de Escola, da Classe de Suporte Pedagógico para início imediato, conforme discriminado abaixo:

01 cargo vago de Diretor de Escola na EE Deputado João Salgado Sobrinho, em Matão, por tempo indeterminado.

Data: 01-02-2021 (segunda-feira)

Horário: às 9:00h

Local: Sede da Diretoria de Ensino Região de Araraquara, situada à Rua Gonçalves Dias, 291, Centro, em Araraquara – SP.

Apresentar no ato da Atribuição:

1- Termo de Anuência do Superior Imediato, com data atualizada, conforme disposto no artigo 5º, § único da Res. SE 05/2020;

2. Declaração de horário, em caso de acumulação, para verificação da legalidade;

3- Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13.

Obs.: Não haverá atribuição por procuração. Edital, de 26-01-2021

(Edital, de 26-01-2021)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ASSIS

Comunicado

Edital de 26-01-2021

A Dirigente Regional de Ensino de Assis convoca os candidatos inscritos e classificados, nos termos da Res. SE 05/2020 e suas alterações posteriores, para substituir ou responder pelas atribuições de cargos de Suporte Pedagógico, a fim de participarem da sessão de atribuição de vagas que ocorrerá na seguinte conformidade:

Data: 29-01-2021 (sexta-feira)

Horário: 10h

Local: Sede da Diretoria de Ensino – Região de Assis (Rua Padre Gusmões, 828 – Bairro Santa Cecília - Assis / SP)

Vagas oferecidas:

01 vaga de Diretor de Escola na EE do Jardim São Francisco (Cândido Mota) – cargo vago / tempo indeterminado

Observação: A atribuição será feita apenas ao candidato pessoalmente presente, com exercício imediato, que deverá apresentar, nos termos do parágrafo único do artigo 5º da Resolução SE 05/2020:

1. termo de anuência, do local de exercício, expedido pelo superior imediato e ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino, quando for o caso, com data atualizada correspondente a este edital de oferecimento de vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação;

2. declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso;

3. declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13.

Ficam os candidatos cientes da necessidade de emprego de medidas preventivas que inibam o contágio pelo Coronavírus - Covid 19. O uso de máscara é obrigatório.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE BAURU

Comunicado

Edital de Credenciamento Cel– Nª 01/2021

Docentes Interessados em Atuar no Centro de Estudo de Línguas Jurisdicionados À Diretoria de Ensino – Região de Bauru

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino de Bauru, em atendimento às disposições da Resolução SE 3/2011, alterada pela Resolução SE 9/2016 e pela Resolução SE 64/2016, Resolução SE 44/2014, Alterada pela Resolução SE 43/2018, e Resolução SE 83/2018, torna pública a abertura de inscrições para o processo de credenciamento de docentes interessados em atuar no Centro de Estudo de Línguas junto à EE Prof. Christino Cabral-Bauru jurisdicionado a esta Diretoria de Ensino, na seguinte conformidade:

I – Dos Idiomas

1) Espanhol

II – Da Inscrição

1) Período de inscrição: 01 a 04-02-2021.

2) As inscrições serão realizadas através do preenchimento do FORMULÁRIO INSCRIÇÃO CEL 2021, cujo link está publicado no site da Diretoria de Ensino de Bauru: http://debauru.educacao.sp.gov.br/ e http://atribuicaodebauru.blogspot.com/ mediante a entrega obrigatória de documentos listados no item 7 deste edital, sendo todos digitalizados e inseridos em um único arquivo.

3) Os documentos comprobatórios requeridos deverão ser preenchidos e identificados no anexo "FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO CEL 2021", que estão no site da Diretoria de Ensino – Região de Bauru

4) Requisitos:

a) ser portador de diploma de Licenciatura Plena em Letras, com habilitação na língua estrangeira objeto da docência ou;

b) ser portador de diploma de licenciatura plena em qualquer componente curricular ou de diploma de curso superior, nesta ordem sequencial, do qual constem 160 horas de estudos de uma das disciplinas da base nacional comum, com certificado de conclusão de curso específico de, no mínimo, 360 horas no idioma pretendido, comprovando as competências e as habilidades básicas de leitura, escrita, conversação, fluência e entendimento exigidas para a docência desse idioma, ou

c) ser aluno do curso de licenciatura plena em Letras, preferencialmente de último ano, com habilitação na língua estrangeira objeto da docência, quando comprovada a inexistência dos profissionais relacionados nos itens "a" e "b"; ou

d) ser portador de Diploma de Curso de Nível Superior com comprovação de exame de proficiência linguística no idioma a ser ministrado; e) estar devidamente inscrito para o processo regular de atribuição de aulas, para o ano letivo de 2021, na Diretoria de Ensino de Bauru.

5) Documentação:

No ato da inscrição, para credenciamento, o interessado deverá apresentar a documentação abaixo relacionada digitalizada, em momento oportuno serão complementados por cópias impressas:

a) Ficha de inscrição;

b) RG;

c) CPF;

d) diploma do curso de Licenciatura Plena em Letras, com habilitação na língua estrangeira pretendida e respectivo Histórico Escolar (cópias acompanhadas dos originais), ou

e) diploma de outras Licenciaturas ou Diploma de Curso Superior em outra área com Certificado de curso específico no idioma pretendido de, no mínimo, 360 horas, comprovando as competências e as habilidades de leitura, escrita, conversação e entendimento oral exigidas no idioma a ser ministrado (cópias acompanhadas dos originais), ou

f) atestado/declaração de matrícula para o ano de 2021, se aluno de curso de Licenciatura Plena em Letras, com habilitação na língua estrangeira objeto da docência, expedido pela instituição de ensino superior que estiver oferecendo o curso (original);

g) comprovante de inscrição no Processo de Atribuição de Classes e Aulas de 2021 na Diretoria de Ensino - Região de Bauru, constando que o docente fez opção poro Projeto.

h) declaração de tempo de serviço, em dias, exercido em Centro de Estudos de Línguas da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (anexo A);

i) declaração de tempo de serviço, em dias, exercido no Magistério Público da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, no campo de atuação referente às aulas do Ensino Fundamental e/ou Médio (anexo B);

j) declaração de tempo de serviço, em dias, no magistério do ensino fundamental e/ou médio de qualquer esfera pública; (anexo B);

k) declaração de tempo de serviço, em dias efetivamente trabalhados, exercido na docência do idioma objeto de inscrição, em instituição privada, desde que de renomada competência (anexo C);

l) declaração de assiduidade no Magistério Público Oficial da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, referente ao período de 01-07-2018 a 30-06-2020, fornecida pelo diretor da escola (anexo B);

m) certificado de curso presencial de língua estrangeira e/ou extensão cultural, com carga mínima de 30 horas, comprovadamente realizado nos últimos 4 anos (data base 31-10-2020, no Brasil ou no exterior, por instituições de reconhecida competência;

n) comprovante de participação em orientação técnica promovida pela SEE, nos últimos 4 anos (data base 31-10-2020), em parceria com instituições de renomada competência;

o) comprovante de proficiência no idioma em que se inscreve, através de exame realizado por instituição de renomada competência

p) diploma de mestre ou título de doutor na língua estrangeira objeto da docência

III – Da Pontuação

1) Quanto ao tempo de serviço:

a) tempo de serviço exercido em Centro de Estudos de Línguas da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, contados até a data base de 30-06-2020: 0,005 por dia (ANEXO A);

b) tempo de serviço exercido no Magistério Público da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo no campo de atuação referente a aulas do ensino fundamental e/ou médio, contados até a data base de 30-06-2020: 0,001 por dia (ANEXO B);

c) tempo de serviço exercido no Magistério do ensino fundamental e/ou médio de qualquer esfera pública, contados até a data base de 30-06-2020: 0,001 por dia (ANEXO B);

d) tempo de serviço na docência do idioma em que se inscreve, exercido em instituição privada, desde que de renomada competência, contados em dias efetivamente trabalhados até a data base de 30-06-2020: 0,002 por dia (ANEXO C);

2) Quanto aos títulos específicos para o idioma pretendido:

a) Curso de língua estrangeira e/ou extensão cultural, com carga mínima de 30 horas, comprovadamente realizado nos últimos 4 anos (data base de 31-10-2020), no Brasil, ou no exterior, por instituições de reconhecida competência: 1 ponto por curso até o máximo de 3 pontos;

b) Orientação técnica promovida pela SEE, nos últimos 4 anos (data base de 31-10-2020), em parceria com instituições de renomada competência: 1 ponto por curso até o máximo de 5 pontos;

c) Certificado de exame de proficiência, último nível ou grau, no idioma em que se inscreve, através de documento expedido por instituição de renomada competência: 3.0 pontos; d) Diploma de mestrado, na língua estrangeira objeto da inscrição: 5 pontos;

e) Diploma de doutorado, na língua estrangeira objeto da inscrição: 10 pontos.

3) Quanto à assiduidade:

Assiduidade no Magistério Público Oficial da Secretaria de Estado da Educação, no período de 01-07-2018 a 30-06-2020, com comprovada atuação de, no mínimo, 300 dias de exercício:

a) Sem registro de qualquer ausência no referido período: 5 pontos;

b) Com registro de até 03 abonos de falta: 3 pontos;

c) Com registro de 04 até 06 abonos de falta: 2 pontos;

d) Com registro de qualquer número de falta justificada, injustificada, médica, licença ou afastamento a qualquer título ou quantidade inferior a 300 dias de exercício no referido período: zero ponto.

IV – Da Classificação

1) Os candidatos inscritos serão classificados em ordem decrescente, de acordo com o total da pontuação obtida, respeitando-se a ordem de prioridade quanto à habilitação/qualificação e situação funcional, conforme o disposto na legislação pertinente à atribuição de aulas em vigor.

2) Em caso de empate, aplicar-se-á o disposto no Inciso V do artigo 7º da Resolução SE 72/2020, de 13-10-2020, na seguinte ordem de critério:

a) Idade igual ou superior a 60 anos - Estatuto do Idoso

b) Maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo;

c) Por encargos de família (maior número de dependentes);

d) Maior idade, para os inscritos com idade inferior a 60 anos.

3) A classificação inicial dos docentes para atuar nos Centros de Estudos de Línguas jurisdicionados a esta Diretoria de Ensino será publicada em 09-02-2021.

4) Prazo para interposição de recurso: 10 e 11-02-2021.

5) Classificação Final: 13-02-2021, no site da Diretoria de Ensino de Bauru.

V – Das Disposições Finais

1) Não será realizada juntada de documentação após o período de inscrição previsto.

2) O docente que desistir das aulas do Centro de Estudos de Línguas ficará impedido de concorrer a novas atribuições no decorrer do ano da desistência, conforme Artigo 16 da Resolução SE-44/2014.

3) O docente para o qual for atribuída classe não poderá exercer nenhuma outra atividade ou prestação de serviços que implique em afastamento das funções para as quais foi selecionado;

4) O candidato que se inscrever com o comprovante de inscrição em outra Diretoria de Ensino, somente poderá participar da atribuição de aulas do CEL, caso sua opção de transferência esteja concretizada pela efetiva atribuição na DE indicada.

5) O ato de Inscrição no Processo de Credenciamento implica na aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições constantes no presente Edital e conhecimento da legislação específica.

6) A atribuição de aulas será realizada conforme cronograma de atribuição divulgado pela SEE/SP, Diretoria de Ensino – Região Bauru para o ano letivo de 2021, e será divulgado no site/blog da Atribuição da DER-Bauru.

7) Os casos omissos serão resolvidos por uma comissão específica responsável pelos Centros de Estudos de Línguas jurisdicionados a esta Diretoria de Ensino.

8) Novas orientações publicadas pelos órgãos centrais da SEDUC poderão determinar alterações no presente edital.

7)O original deste Edital assinado ficará arquivado nesta Diretoria de Ensino.

Bauru, 27-01-2021

Anexo A

(papel timbrado)

DECLARAÇÃO

O Diretor de Escola da EE _____, vinculadora do Centro de Estudos de Línguas _____, município de _____, Diretoria de Ensino – Região _____ declara para fins de inscrição no processo de credenciamento de docentes interessados em atuar junto a Centro de Estudos de Línguas em 2021, que _____ _____, RG: _____, () titular de cargo ou () ocupante de função atividade ou candidato () do componente _____, portador de () Licenciatura Plena ou () Diploma de Curso Superior ou () Certificado de Conclusão em _____, conta até 30-06-2020 com _____ dias trabalhados junto ao Centro de Estudos de Línguas da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Declara ainda que, tendo atuado no Centro de Estudos de Línguas, vinculado a esta unidade escolar, durante o ano letivo de 2020, teve seu desempenho profissional considerado _____ (satisfatório ou insatisfatório).

Data, carimbo e assinatura do Diretor de Escola

Anexo B

(papel timbrado)

DECLARAÇÃO

O Diretor da escola _____, município de _____, Diretoria de Ensino – Região de _____, declara, para fins de inscrição no processo de credenciamento de docentes interessados em atuar junto a Centro de Estudos de Línguas da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, que_____ _____, RG: _____, () titular de cargo ou () ocupante de função atividade ou () candidato do componente _____, portador de () Licenciatura Plena ou () Diploma de Curso Superior ou () Certificado de Conclusão ou () Declaração/atestado de matrícula em 2020, se aluno de curso de licenciatura plena (Letras), em _____: 1) conta com _____ dias trabalhados no Magistério Público Oficial (federal/estadual/municipal) _____, contados até a data base de 30-06-2020; 2) apresenta os registros das seguintes ausências e afastamentos comprovados durante o período de 01-07-2018 a 30-06-2020: a) _____ dias trabalhados b) _____ dias de faltas abonadas c) _____ dias de faltas, licenças, afastamentos de quaisquer naturezas (excetuadas as abonadas) Data, carimbo e assinatura do Diretor de Escola.

ANEXO C

(papel timbrado da instituição, contendo nome, CNPJ e endereço)

DECLARAÇÃO

O mantenedor do Colégio/Escola _____, localizado à rua _____, nº _____, na cidade de _____, declara, exclusivamente para fins de inscrição no processo de credenciamento de docentes interessados em atuar junto a Centro de Estudos de Línguas da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, que _____, RG: _____, Carteira Profissional nº _____, série _____, contrato de trabalho registrado às folhas _____, ministrou aulas nesta instituição de ensino, no idioma _____, durante o período de ____/____/_____ a ____/____/____ (data limite até 30-06-2020), registrando, no período acima citado, um total de _____ dias efetivamente trabalhados.

Data, carimbo e assinatura do mantenedor.

Ficha de Inscrição

Centro de Estudos de Língua- Cel

Processo de Credenciamento 2021

Diretoria de Ensino -Região de Bauru

I. Identificação

Nome:

RG:

CPF:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Telefone Residencial: Celular:

Email:

Nº de dependentes:

II. DISCIPLINA DA INSCRIÇÃO

()Espanhol ()Inglês ()Francês ()Alemão

() Japonês () Italiano ()Mandarim

Iii.situação Funcional:

() Efetivo - () Cat. "F" - () Candidato a Contratação

Tem Inscrição para Projeto para Atribuição 2021? () Sim ()Não

IV. Habilitação

	FAIXA	HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO
()	1	Licenciatura Plena Letras com habilitação específica no idioma de inscrição
()	2	Curso superior na área de Letras, com 360 horas de carga horária nos estudos da língua estrangeira que pretende lecionar.
()	3	Curso Superior de outra área ou disciplina, desde que tenha concluído curso específico (360 horas ou mais), no idioma de inscrição.
()	4	Aluno do último período do curso de Letras, com habilitação na língua estrangeira que pretende ministrar.

Os Campos Abaixo Serão Preenchidos pela Diretoria de Ensino

V. Tempo de Serviço / Titulação:

Quanto ao tempo de Serviço - Dias - Pontos

a) 0,005 por dia de tempo de serviço em C.E.L da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo contados até 30-06-2020;

b) 0,001 (um milésimo) por dia de efetivo exercício no magistério público do Estado de São Paulo, no campo de atuação referente a aulas do ensino fundamental e/ou médio contados até 30-06-2020;

c) 0,001 (um milésimo) por dia de efetivo exercício no magistério do ensino fundamental e/ou médio de qualquer esfera pública contados até 30-06-2020;

d) 0,002 (dois milésimos) por dia de efetivo exercício no ensino da língua estrangeira objeto da inscrição, em instituição privada, desde que de renomada competência, contados até 30-06-2020.

Quanto aos Títulos específicos para o Idioma pretendido.

a) 3,0 ponto por Certificado de Exame de proficiência.

b) 1,0 ponto por curso de língua estrangeira ou extensão cultural (30 horas) comprovadamente realizado nos últimos quatro anos no Brasil ou no Exterior, por Instituição de reconhecida competência, até o máximo 3,0 pontos. Até 31-10-2020

c) 1,0 ponto por participação em Orientação Técnica promovida pela CEGEB, nos últimos 4 anos em parceria com Instituições de renomada competência até o máximo 5,0 pontos. Até 31-10-2020

d) 5,0 pontos por diploma de mestrado relacionado na Língua Estrangeira, objeto da inscrição.

e) 10,0 pontos por diploma de doutorado relacionado ao idioma que pretende ministrar.

3) Quanto à assiduidade:

Assiduidade no Magistério Público Oficial da Secretaria de Estado da Educação, no período de 01-07-2018 a 30-06-2020, com comprovada atuação de, no mínimo, 300 dias de exercício:

a) Sem registro de qualquer ausência no referido período: 5 pontos;

b) Com registro de até 03 abonos de falta: 3 pontos;

c) Com registro de 04 até 06 abonos de falta: 2 pontos;

d) Com registro de qualquer número de falta justificada, injustificada, médica, licença ou afastamento a qualquer título ou quantidade inferior a 300 dias de exercício no referido período: ponto

Total de Pontos

Pontuação em Nível de Diretoria de Ensino:

Supervisor

Diretor

Cooordeador Cel

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE BOTUCATU

Comunicado

Edital para Preenchimento de Vaga de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico

A Dirigente Regional de Ensino, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com a Resolução Seduc-3, de 11-01-2021, torna público o período de inscrição para preenchimento de vagas de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico.

I Das Vagas Oferecidas:

COMPONENTE CURRICULAR	N. DE VAGAS
Ciências	01

Ii. Dos Requisitos De Habilitação Para Preenchimento Da Função:

Artigo 7º da Resolução Seduc-3, de 11-01-2021.

Ser docente titular de cargo ou ocupante de função-atividade, podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que, no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Gestão Pública - CAAS;

Contar com, no mínimo, 3 anos de experiência no magistério público estadual;

Ser de diploma de licenciatura plena.

II. Atribuições:

Artigo 6º -São atribuições dos Professores Coordenadores integrantes dos Núcleos Pedagógicos – PCNP:

I – implementar ações de formação e de apoio pedagógico e educacional que orientem os Professores Coordenadores e os docentes na condução de procedimentos relativos à organização e funcionamento do currículo nas modalidades de ensino;

II – orientar os professores:

a) na implementação do currículo;

b) na utilização de materiais didáticos e paradidáticos impressos, assim como de recursos digitais;

III – avaliar a execução do currículo e propor os ajustes necessários;

IV – acompanhar e orientar os professores em sala de aula, quando necessário, para garantir a implementação do currículo;

V – implementar e acompanhar programas e projetos educacionais da Secretaria relativos à área de atuação que lhes é própria;

VI – identificar necessidades e propor ações de formação continuada de professores e de professores coordenadores no âmbito da área de atuação que lhes é própria;

VII – participar da implementação de programas de formação continuada, em articulação com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo "Paulo Renato Costa Souza";

VIII – acompanhar e apoiar reuniões pedagógicas realizadas nas escolas;

IX – promover encontros, oficinas de trabalho, grupos de estudos e outras atividades para divulgar e capacitar professores na utilização de materiais pedagógicos em cada componente curricular;

X – participar do processo de elaboração do plano de trabalho da Diretoria de Ensino;

XI – elaborar o plano de trabalho do Núcleo Pedagógico para melhoria da atuação docente e do desempenho dos alunos;

XII – orientar, em articulação com o Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado – DEMOD, as atividades de educação especial e inclusão educacional no âmbito da área de atuação que lhes é própria;

XIII – acompanhar o trabalho dos professores em seus componentes curriculares e as metodologias de ensino utilizadas em sala de aula para avaliar e propor ações de melhoria de desempenho em cada componente curricular;

XIV – organizar o acervo de materiais e equipamentos didático-pedagógicos;

XV – articular com a Coordenadoria Pedagógica, e com as escolas a implantação e supervisão das salas de leitura;

III Período de inscrição:

Data: de 29-01-2021 a 01-02-2021, via formulário eletrônico, de acordo com as vagas disponíveis, disponibilizado no site Diretoria de Ensino – Região de Botucatu (https://debotucatu.educacao.sp.gov.br/).

Entrevista dos candidatos: 02-02-2021 com horário agendado a combinar, de forma remota.

Resultado: Até 03-02-2021.

IV Documentos que devem ser apresentados para designação:

1 - RG e CPF;

2 - Diploma de Licenciatura Plena;

3 - Declaração, expedida pela escola de classificação ou sede de controle de frequência, constando que o docente conte, no mínimo, com três anos de experiência no magistério da Secretaria de Estado da Educação;

4 - Termo de Compromisso e Responsabilidade;

5 - Termo de anuência.

V Apresentação da Proposta de Trabalho por Meio de Formulário Eletrônico no Ato da Inscrição:

1 - Plano de Formação Continuada dos docentes, contemplando ações a serem desenvolvidas, visando o desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho pedagógico, fundamentados nos princípios que norteiam o Currículo Oficial do Estado de São Paulo.

2 - Tais ações deverão ser pautadas na análise dos indicadores da Diretoria de Ensino – Região de Botucatu;

3 - Currículo atualizado;

4 - Experiência profissional na área de Educação;

Os documentos comprobatórios deverão ser apresentados caso o candidato seja selecionado.

VI Entrevista E Avaliação Da Proposta De Trabalho:

A entrevista constará da apresentação pelo candidato (a) do seu histórico profissional e da proposta de trabalho para o posto de trabalho objeto de sua inscrição;

A entrevista ocorrerá após o encerramento das inscrições, remotamente, por meio do Google Meet.

VIII Das disposições finais

1 - A designação para atuar como Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico somente poderá ser concretizada quando as aulas da carga horária do docente a ser designado forem atribuídas a outro docente.

2 - Das decisões finais da comissão designada para realizar este processo seletivo não caberá interposição de recursos. Os casos omissos ao disposto no presente edital serão analisados pelos responsáveis designados.

3 - O candidato tem por responsabilidade acompanhar, por meio do site da Diretoria de Ensino – Região de Botucatu (https://debotucatu.educacao.sp.gov.br/) as publicações, informações e avisos, não sendo aceita a alegação de desconhecimento dos mesmos.

4 - O ato da inscrição implicará na aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições do presente edital.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAMPINAS - LESTE

Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio

Comunicado

Professor Coordenador

Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio

A Direção da EE Guido Segalho, situada à Avenida Paschoal Celestino Soares, s/n, Vila Teixeira, Campinas – SP comunica aos professores interessados a existência de uma vaga para o posto de trabalho de Professor Coordenador dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

O envio dos projetos dar-se-á no período de 29-01-2021 a 01-02-2021 ao seguinte e-mail: e018922a@educacao.sp.gov.br. As entrevistas serão agendadas pela Direção da Unidade Escolar via o número de telefone informado pelo candidato no projeto. Os candidatos deverão atender ao contido na Resolução Seduc 3 de 11-01-2021, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador e dá providências correlatas, alterada pela Resolução Seduc 10 de 18-01-2021.

A Direção da EE Joaquim Ferreira Lima, situada à Rua Prof. João Nogueira Ferraz Filho 30, Vila 31 de Março, Campinas – SP, comunica aos professores interessados a existência de uma vaga para o posto de trabalho de Professor Coordenador dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

O envio dos projetos dar-se-á no período de 29-01-2021 a 01-02-2021 ao seguinte e-mail: e018399a@educacao.sp.gov.br. As entrevistas serão agendadas pela Direção da Unidade Escolar via o número de telefone informado pelo candidato no projeto. Os candidatos deverão atender ao contido na Resolução Seduc 03 de 11-01-2021, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador e dá providências correlatas, alterada pela Resolução Seduc 10 de 18-01-2021.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE FRANCA

Comunicado

Edital de Credenciamento para Atribuição de Aulas dos Centros de Estudos de Línguas (CEL) da Diretoria de Ensino - Região de Franca – 2021

A Dirigente Regional de Ensino, em atendimento às disposições da Resolução SE 44, de 13-082014, alterada pela Resolução SE 83, de 17-12-2018, da Resolução SE 72, de 13-10-2020 e da Portaria CGRH – 09, de 13-11-2020, torna público o Edital de abertura de inscrições para o processo de credenciamento de docentes interessados em concorrer, no ano letivo de 2021, a novas atribuições no Centro de Estudos de Línguas jurisdicionado a esta Diretoria de Ensino:

I - Período de Credenciamento:

a) Dia 02-02-2021;

b) Local para entrega da documentação: Diretoria de Ensino – Região de Franca, sito à rua Benedito Maniglia, 200 – Vila Chico Júlio – Franca, S.P.

Entregar em mãos para os supervisores Maristela ou Pedro Paulo, das 13h30 às 17h, no Plantão da Supervisão.

II - IDIOMAS:

a) Inglês, Espanhol, Francês, Italiano e Japonês.

III- REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO:

O candidato deverá, no ato do credenciamento, comprovar:

a) estar inscrito no processo regular de atribuição de aulas - 2021 com opção para ministrar aulas na Diretoria de Ensino - Região de Franca e ter optado, também, pela inscrição em Projetos da Pasta (CEL);

b) ser portador de diploma de licenciatura plena em Letras, com habilitação na língua estrangeira objeto da docência; ou

c) ser portador de diploma de licenciatura plena em qualquer componente curricular ou, nesta ordem sequencial, de diploma de curso de nível superior, do qual constem 160 horas de estudos de uma das disciplinas da base nacional comum, com certificado de conclusão de curso específico de, no mínimo, 360 horas no idioma pretendido, comprovando as competências e as habilidades básicas de leitura, escrita, conversação, fluência e entendimento exigidas para a docência desse idioma; ou

d) ser aluno de curso de licenciatura plena em Letras, preferencialmente, de último ano, com habilitação na língua estrangeira objeto da docência ou;

e) ser profissional graduado em curso de nível superior e que seja portador de exame de proficiência linguística no idioma objeto da docência, a quem poderá ser atribuídas aulas do CEL, em caráter de absoluta excepcionalidade, quando comprovada a inexistência dos profissionais acima elencados.

IV- DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO:

a) RG;

b) CPF;

c) Diploma do curso de licenciatura plena em Letras, ou Certificado de conclusão do referido curso com habilitação na língua estrangeira pretendida e respectivo Histórico Escolar (cópias acompanhadas dos originais) ou

d) Diploma de outras licenciaturas ou Diploma de Curso Superior em outra área e Certificado de curso específico no idioma pretendido, comprovando as competências e as habilidades de leitura, escrita, conversação e entendimento oral exigidos no idioma a ser ministrado (cópias acompanhadas dos originais) ou

e) Declaração de matrícula atualizada, no curso de licenciatura plena em Letras, preferencialmente, de último ano, com habilitação na língua estrangeira objeto da docência, expedido pela instituição de ensino superior que estiver oferecendo o curso (original);

f) Declaração de tempo de serviço em dias efetivamente trabalhados, exercido na docência do idioma objeto da inscrição em CEL, até a data de 30-06-2020, expedida pelo diretor de escola - (Anexo I);

g) Declaração de tempo de serviço, em dias, no Magistério Público Oficial do Estado de São Paulo (Ensino Fundamental e/ou Médio) até 30-06-2020, com a declaração de assiduidade, referente ao período de 01-07- 2019 a 30-06-2020, fornecida pelo diretor da escola (Anexo II);

h) Declaração de tempo de serviço em dias no Magistério do Ensino Fundamental e/ou Médio de qualquer esfera, até a data de 30-06-2020, expedida pela autoridade competente;

i) Declaração de tempo de serviço, em dias efetivamente trabalhados, exercido na docência do idioma objeto de inscrição em instituição privada, desde que de renomada competência - (Anexo

III);

j) Certificado de curso de língua estrangeira e/ou extensão cultural, com carga mínima de 30 horas, comprovadamente realizado nos últimos quatro anos (data base 30-06- 2020), no Brasil ou no exterior, por instituições de reconhecida competência (cópia acompanhada do original);

l) Comprovante de participação em orientação técnica promovida pela Coordenadoria Pedagógica – Coped ou Coordenadoria de Gestão da Educação Básica - CGEB, nos últimos quatro anos, (data base 30-06-2020), em parceria com instituições de renomada competência;

m) Certificado de exame de proficiência no idioma em que se inscreve, expedido por instituição de renomada competência;

n) Diploma de mestre ou título de doutor na língua estrangeira objeto da docência;

o) Comprovante de inscrição para o processo de atribuição de aulas em 2021 na Diretoria de Ensino - Região Franca, com opção em projetos da pasta no sistema;

Todos os documentos deverão ser entregues dentro de envelope na EE Torquato Caleiro.

V– CLASSIFICAÇÃO:

Os candidatos inscritos e credenciados serão classificados, de acordo com a pontuação obtida, respeitando-se a ordem de prioridade quanto à habilitação/qualificação e situação funcional, conforme o disposto na legislação pertinente à atribuição de aulas em vigor.

1 - Quanto ao tempo de serviço (data base: 30-06-2020):

a) 0,005 (cinco milésimos) por dia de efetivo exercício em CEL;

b) 0,001 (um milésimo) por dia de efetivo exercício no magistério público do Estado de São Paulo, no campo de atuação referente a aulas do ensino fundamental e/ou médio;

c) 0,001 (um milésimo) por dia de efetivo exercício no magistério do ensino fundamental e/ou médio de qualquer esfera pública;

d) 0,002 (dois milésimos) por dia de efetivo exercício no ensino da língua estrangeira objeto da inscrição, em instituição privada, desde que de renomada competência, nos últimos quatro anos, (data base: 30-062020);

2 - Quanto aos títulos específicos para o idioma pretendido:

a) 3,0 pontos para certificado de exame de proficiência, último nível ou grau;

b) 1,0 ponto por curso de língua estrangeira e/ou extensão cultural, com carga mínima de 30 horas, comprovadamente realizado nos últimos quatro anos, no Brasil ou no exterior, por instituição de reconhecida competência: até o máximo de 3 pontos;

c) 1 ponto por participação em Orientação Técnica promovida pela Seduc, nos últimos 4 anos, em parceria com instituições de renomada competência, até o máximo de 5,0 pontos;

d) 5,0 pontos, por diploma de Mestrado, na língua estrangeira objeto da inscrição;

e) 10,0 pontos, por diploma de Doutorado, na língua estrangeira objeto da inscrição;

f) assiduidade no Magistério Público Oficial da Secretaria de Estado da Educação, no período de 01-07-2019 a 30-06-2020, com comprovada atuação de, no mínimo, 300 dias de exercício (Ficha 100):

- 5,0 pontos sem registro de qualquer ausência no referido período;

- 4,0 pontos com registro de até 02 (duas) faltas no referido período; - 3,0 pontos com registro de até 03 faltas no referido período;

- 2,0 pontos com registro de 04 ou 5 faltas no referido período;

- 1 ponto com registro de 06 faltas no referido período;

- O candidato com registro superior a 06 faltas no referido período, não pontuará neste quesito.

VI- DO CRONOGRAMA:

a) Período de Credenciamento: de 02-02-2021.

II - Atribuição das aulas dos Centros de Estudos de Línguas – CEL ocorrerá em conformidade com o Cronograma do Processo de Atribuição de Classes/Aulas - 2021, que será disponibilizado no site https://defranca.educacao.sp.gov.br

VIII- DISPOSIÇÕES FINAIS:

a) O docente para o qual forem atribuídas aulas não poderá exercer nenhuma outra atividade ou prestação de serviços que implique em afastamento das funções para as quais foi selecionado.

b) O docente que, por qualquer motivo, desistir das aulas que lhe foram atribuídas no CEL não poderá ter nova atribuição de aulas no mesmo ano de desistência.

c) Os documentos exigidos neste Edital deverão ser entregues na Diretoria de Ensino – Região de Franca, no ato da inscrição, não sendo aceita a juntada posterior.

d) O ato de Inscrição no Processo de Credenciamento implicará na aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições constantes no presente Edital e conhecimento da legislação específica.

d) Os casos omissos ao disposto no presente Edital serão decididos pela Comissão de Atribuição de Aulas da Diretoria de Ensino – Região de Franca.

e) O presente Edital poderá sofrer alterações oriundas de legislação ou normatização supervenientes de órgãos centrais da Seduc .

f) O Resultado do Credenciamento de Docentes para atuar junto ao Centro de Estudos de Línguas jurisdicionados a esta Diretoria de Ensino será divulgado até 03-02-2021.

Eventuais recursos deverão ser devidamente instruídos e protocolados no Protocolo da Diretoria de Ensino da Região de Franca, nos dias 04-02-2021, das 9 às 16 horas.

O Resultado pós recurso do credenciamento será publicado até dia 05-02-2021, no endereço eletrônico da Diretoria de Ensino: https://defranca.educacao.sp.gov.br.

As datas da divulgação do resultado poderão sofrer alterações conforme cronograma da Seduc .

O interessado deverá apresentar a Declaração de Contagem de Tempo atualizada para fins de classificação do credenciamento, acrescentando documentos que forem de atualização profissional.

Franca, 28-01-2020.

Silma Rodrigues de Oliveira Leite

Dirigente Regional de Ensino

Diretoria de Ensino – Região Franca

ANEXO I (papel timbrado)

DECLARAÇÃO

O Diretor de Escola da EE _____, vinculadora do Centro de Estudos de Línguas_____, município de _____, Diretoria de Ensino - Região _____, declara, para fins de inscrição no processo de credenciamento de docentes interessados em atuar junto ao Centro de Estudos de Línguas em 2020, que _____, RG:_____, (titular de cargo/ ocupante de função atividade ou categoria__), do componente _____, portador de (Licenciatura Plena ou Diploma de Curso Superior ou Certificado de Conclusão em _____, conta até 3006-2020 com _____dias trabalhados junto ao Centro de Estudos de Línguas da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Declara ainda que, tendo atuado no Centro de Estudos de Línguas vinculado a esta unidade escolar, durante o ano letivo de 2020, teve seu desempenho profissional avaliado pelo Conselho Consultivo do CEL, sendo considerado

_____. (satisfatório ou insatisfatório)

Data, carimbo e assinatura do Diretor de Escola

ANEXO II (papel timbrado)

DECLARAÇÃO

O Diretor de Escola da EE_____ município de _____, Diretoria de Ensino – Região_____, declara, para fins de inscrição no processo de credenciamento de docentes interessados em atuar junto ao Projeto Centro de Estudos de Línguas – CEL da Seduc, em 2021, que_____RG:_____, (titular de cargo / ocupante de função atividade ou categoria) do componente_____, portador de (Licenciatura Plena Letras / Diploma de Curso Superior/ Certificado de Conclusão ou aluno do ___ semestre) em _____:

1) conta com _____ dias trabalhados no Magistério do Ensino Fundamental ou Médio, em qualquer esfera pública, contados até a data base de 30-06-2020 (mediante apresentação de documento comprobatório);

2) conta com _____ dias trabalhados no Magistério Público Oficial da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo no Ensino Fundamental ou Médio, contados até a data base de 30-06-2020; 3) apresenta os registros das seguintes ausências e afastamentos comprovados durante o período de 01-07-2019 a 30-062020:

a) _____ dias trabalhados

b) _____ dias de faltas abonadas

c) _____dias de faltas justificadas

d) _____ dias de faltas, licenças, afastamentos de qualquer natureza (Excetuadas as abonadas e as justificadas).

Data, Carimbo e Assinatura do Diretor de Escola

ANEXO III (papel timbrado da instituição, contendo nome, CNPJ e endereço)

DECLARAÇÃO

O mantenedor do Colégio _____, localizado à rua _____, nº_____ na cidade de _____, declara, exclusivamente para fins de inscrição no processo de credenciamento de docentes interessados em atuar junto a Centro de Estudos de Línguas da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo em 2021, que _____, RG: _____, Carteira Profissional nº _____, série _____, contrato de trabalho registrado às folhas _____, ministrou aulas nesta instituição de ensino, no idioma _____, durante o período de ____/____/_____ a ____/____/____ (nos últimos 4 anos e a data limite até 30-06-2020), registrando, no período acima citado, um total de _____ dias efetivamente trabalhados.

Local, data, carimbo e assinatura do mantenedor

Observação: Os Anexos devem constar a situação funcional do candidato e a sua qualificação, identificando apenas uma única condição e não citar todas como apresentadas nos modelos.

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região de Franca, torna público o credenciamento de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico para Ensino Fundamental – anos iniciais, Química/Física, Tecnologia, Língua Portuguesa e Projetos Especiais, que preencheram os requisitos nos termos da Resolução Seduc-3, de 11-1-2021, assim como aqueles não credenciados:

Credenciados a PCNP

Nomes dos candidatos	Componente Curricular
Helen Andrioli Moreno	Ensino Fundamental – anos iniciais
Thiago Dias Rezende	Química/Física
William Donizete Andrade	Tecnologia
Ana Maria Paulino Comparini	Língua Portuguesa
Gabriela Silva Ferreira	Projetos Especiais

Obs. os demais inscritos não foram credenciados.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE GUARATINGUETÁ

Comunicado

Edital – Programa Sala de Leitura - 2021

O Diretor da EE Prof. Francisco Marques de Oliveira Junior, em Lorena, considerando publicação específica de autorização para funcionamento do Programa Sala de Leitura, torna pública a abertura de inscrições para o processo de credenciamento, seleção e atribuição aos docentes interessados em atuar em Sala de Leitura, no ano letivo de 2021, nos termos da Resolução SE 76/2017 (alt. pela Resolução SE 81/2018) e Instrução Conjunta CENP/DRHU de 04-03-2009.]

I – LOCAL

EE Prof. Francisco Marques de Oliveira Junior

Rua Cardeal Dom Carlos Carmello de Vasconcellos Motta 05, Parque das Rodovias, Lorena/SP

II – REQUISITOS

São requisitos à seleção para atuar nas salas ou ambientes de leitura:

1 – Ser portador de diploma de licenciatura plena;

2 – Possuir vínculo docente com a Secretaria de Estado da Educação em qualquer um dos campos de atuação, observada a seguinte ordem de prioridade por situação funcional, sendo:

a) Docente readaptado

b) Docente titular de cargo, na situação de adido, que esteja cumprindo horas de permanência na composição da Jornada de Trabalho;

c) Docente ocupante de função atividade que esteja cumprindo horas de permanência correspondente à carga horária mínima de 12 horas semanais.

3 – O docente readaptado poderá ser incumbido do gerenciamento de sala ou ambiente de leitura da unidade escolar de classificação, devendo, para no caso de escola diversa, solicitar previamente a mudança da sede de exercício, nos termos da legislação vigente.

4 – Para os docentes a que se referem as alíneas "b" e "c" do item 2 somente poderá haver atribuição de sala ou ambiente de leitura na comprovada inexistência de classe ou de aulas de sua habilitação/qualificação, que lhe possam ser atribuídas, em nível de Unidade Escolar e de Diretoria de Ensino.

5 – Atender às atribuições prevista na Resolução do programa com o devido desempenho de suas funções como responsável pela Sala de Leitura, devendo propor e executar ações inovadoras e criativas de acordo com a Proposta Pedagógica da Unidade Escolar que incentivem a leitura e a construção de canis de acesso a universos culturais mais amplos. Para tanto, é imprescindível que o docente indicado para essa função:

a) Seja leitor assíduo, tenha gosta pela leitura, mantendo-se sempre informado e atualizado por meio de jornais, revistas, bem como de quaisquer outras mídias e recursos complementares;

b) Conheça e demonstre estar inserido nas atividades do cotidiano escolar;

c) Domine programas e ferramentas de informática;

6 – Estar inscrito no processo anual de atribuição de classe ou aulas, tendo, inclusive, efetuado opção pelo Programa em tela.

III – DA ATRIBUIÇÃO

As salas ou ambientes de leitura contarão com professor responsável por seu funcionamento, a quem caberá o que está disposto na legislação vigente (ver artigo 3º da Res. SE 76/2017) mediante o processo articulado pelo Diretor da Escoa (artigo 6º da Res. SE 76/2017).

IV – DA CARGA HORÁRIA

1 – O professor selecionado e indicado para atuar na sala ou ambiente de leitura exercerá suas atribuições com a carga horária de acordo com a opção da Direção da Escola, mediante o disposto na legislação vigente.

2 – O professor, no desempenho das atribuições relativas à sala ou ambiente de leitura, usufruirá férias de acordo com o calendário escolar, juntamente com seus pares docente.

V – DA INSCRIÇÃO

As inscrições serão efetuadas no período de 02/02 a 04-02-2021, diretamente nesta Unidade Escolar constituindo-se como opção do candidato em virtude de onde pretenderia atuar como responsável por Sala de Leitura, devendo:

1 – apresentar originais e cópias reprográficas simples dos seguintes documentos:

a) Diploma de Licenciatura Plena

b) RG e CPF

c) Comprovante de estar inscrito no processo de atribuição de aulas do ano vigente e com opção pelo Programa Sala de Leitura

2 – Preencher ficha de inscrição na escola com os seguintes dados e informações:

Diretoria de Ensino

Unidade Escolar/CIE

Nome do docente, RG e RS/PV

Endereço e telefone para contato

Endereço eletrônico

3 – Entregar Projeto de Trabalho elaborado, que deverá complementar:

Identificação, Público Alvo, Justificativa, Objetivos, Ações, Estratégias, Período de Realização e Avaliação

(Referências Bibliográficas: Anexo 2 da Instrução Conjunta CENP/DRHU de 04-03-2009).

VI – DA ENTREVISTA

A entrevista acontecerá no dia 05-02-2021, às 14h, na EE Prof. Francisco Marques de Oliveira Júnior

VII – DA SELEÇÃO

Para fins de seleção serão considerados:

1 – Projeto de Trabalho

2 – Entrevista com o candidato à Sala de Leitura, sobre o Projeto de Trabalho apresentado, no dia e horário acima estipulado.

3 – O pleno atendimento aos requisitos para o desempenho das atribuições.

VIII – Da Classificação, Divulguação do Resultado e Atribuição

Para classificação dos docentes selecionados, haverá que se considerar:

a) O somatório das pontuações de 0 a 20 pontos, para o projeto de trabalho apresentado, e de zero a 10 pontos, para a entrevista, a serem avaliados conjuntamente pelo Diretor da Escola, Professor Coordenador e com a deliberação do Conselho de Escola (§ único, artigo 6º da Resolução SE 76/2017) com o devido acompanhamento do Supervisor de Ensino da Unidade Escolar;

b) A prioridade de classificação para docentes readaptados;

c) A atribuição ocorrerá na própria Unidade Escolar, em data a ser informada oportunamente pela Direção da Escola e com registro em livro próprio.

A relação dos candidatos credenciados/classificados será publicada na unidade escolar onde foi feito a inscrição, encaminhando-se à Diretoria de Ensino cópia de tal expediente bem como os dados específicos dos docentes responsáveis selecionados para atuar na Sala de leitura.

IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 – O candidato que deixar de comprovar alguma das exigências do presente edital terá sua inscrição indeferida.

2 – No decorrer do ano letivo, o docente que, por qualquer motivo, deixar de corresponder às expectativas do desenvolvimento do Programa Sala de Leitura, cujas aulas lhe tenham sido atribuídas, perderá, a qualquer tempo, estas aulas, por decisão da equipe gestora, ouvido o Supervisor de Ensino da escola.

3 – Ao docente que se encontre com aulas da SALA DE LEITURA atribuídas aplicam-se as disposições da legislação específica do processo de atribuição de classes, turmas, aulas de projetos da Pasta e modalidade de ensino, bem como as da legislação referente ao processo regular de atribuição de classes e aulas.

4 – O ato da inscrição implicará na aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições do presente edital.

5 – O candidato fica ciente da obrigatoriedade de cumprir o compromisso das diferentes ações pedagógicas realizadas, sejam presenciais ou a distância, por meio de trabalho direto ou de possíveis parcerias.

6 – Os casos omissos ao disposto do presente edital serão analisados pela equipe gestora da escola assistida pelo Supervisor de Ensino.

7 – Novas orientações publicadas pelos órgãos centrais da SEE poderão determinar alterações no presente edital.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITU

Comunicado

Atribuição - Classe de Suporte Pedagógico

Diretor de Escola e Supervisor de Ensino

A Dirigente Regional de Ensino - Região de Itu, nos termos do artigo 22 da LC 444/1985, Anexo III da LC 836/1997, na conformidade das disposições do Decreto 53.037/2008, alterado pelo Decreto 59. 447/13; e com base na Resolução SE-05, de 07/01/20, alterada pela Resolução SE-18, de 31/01/20, torna público aos candidatos inscritos e classificados no Processo de Inscrição do Suporte Pedagógico/2020, a Sessão de Atribuição da Classe de Suporte Pedagógico conforme segue:

I – Das vagas:

a) Dois cargos vagos de Diretor de Escola, sendo: EE Profa. Esther Maurino Rodrigues – Porto Feliz e EE Profa. Maria Tereza Guimarães de Ângelo – Salto

b) Três cargos de Supervisor de Ensino, sendo: 2 cargos vagos em decorrência de aposentadoria e 01 cargo em substituição por tempo indeterminado.

II – Da Atribuição:

Data: 01-02-2021 (segunda-feira)

Horário: às 8h30.

Local: na Sede da Diretoria de Ensino - Região de Itu - Pça Almeida Júnior, 10 - Vila Nova - Itu/SP.

A Classificação dos Candidatos Classificados nas Faixas I e III - Diretor de Escola, encontra-se publicada no site da Diretoria de Ensino: https://deitu.educacao.sp.gov.br/classificacao-final--classe-de-suporte-pedagogico-diretor-de-escola-e-supervisor--de-ensino/

No ato da atribuição, o candidato deverá apresentar os documentos originais:

1- RG;

2- Termo de Anuência expedido pelo superior imediato, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento das vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação;

3- Declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso;

4- Declaração de Grau de Parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13.

Fica expressamente vedada a atribuição das vagas, por procuração de qualquer espécie.

Somente poderá participar da atribuição de vaga e sua respectiva designação o candidato que, na data da atribuição, se encontrar em exercício de seu cargo.

Comunicamos a adoção de medidas para prevenção ao contágio e disseminação do coronavírus (Covid-19) estabelecidos em Decretos Governamentais e Resoluções da SEDUC, sendo eles: uso obrigatório de máscara, distanciamento físico e outros protocolos obrigatórios de saúde/segurança.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JABOTICABAL

Convocação

A Dirigente Regional de Ensino convoca os interessados inscritos pela Resolução SE 82/2013 alterada pela Resolução SE 42/2014, alterada pela Resolução SE 5/2020, alt. Pela Resolução SE 18/2020, para comparecerem à sessão de atribuição para substituir por tempo indeterminado, João Marques Gouvea Neto, RG 11.651.212, Supervisor de Ensino, titular de cargo, afastado como Secretário Municipal de Educação no município de Guariba. E, também à sessão de atribuição para exercer em cargo vago a função de Supervisor de Ensino, conforme segue:

Dia: 29-01-2021

Horas: 9 h

Local: Praça Dr. Joaquim Batista, 204 – centro, Jaboticabal – S.P.

Os interessados deverão comparecer munidos:

Do termo de anuência do superior imediato, com data atualizada e com validade abrangendo apenas o período de vigência da designação (parágrafo único do artigo 5º, da Res. SE 82/2013);

Somente poderá participar da atribuição de vaga e sua respectiva designação o candidato que, na data da atribuição, se encontrar em exercício de seu cargo, caso esteja designado apresentar o pedido de cessação protocolado.

Caso acumule cargos, trazer o horário atualizado do cargo com o qual pretende acumular.

Não será atribuída a vaga mediante procuração.

Comunicado

Programa Ensino Integral

Credenciamento Emergencial - 2021

A Diretoria de Ensino - Região Jaboticabal torna pública a abertura de inscrições e a realização do Credenciamento Emergencial para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes após Processo de Credenciamento Anual apenas para as disciplinas de História, Geografia, Língua Portuguesa, Inglês, Arte e também Sala de Leitura.

I - Disposições Preliminares

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, e ocorrerá no período de 28-01-2021 a 04-02-2021 considerando todas as fases do certame para preenchimento de vagas.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino – Região Jaboticabal, no endereço eletrônico http://www.dejaboticabal.com.br/ onde constará a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 – Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 – Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrido penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 anos.

II - Dos Requisitos

1 - Para participar do processo de credenciamento, os titulares de cargo de Diretor de Escola, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.1) Para atuação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de:

b.1.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.4) Licenciatura plena em componente curricular específico, para atuar como docente especialista.

b.2) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

b.3) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser Professor Educação Básica I (titular de cargo ou função-atividade) e portador de uma das seguintes habilitações:

b.3.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.3.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.3.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

b.4) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o docente deve ser portador de diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio.

b.5) Para atuação como Vice-Diretor de Escola, o docente (titular de cargo ou função-atividade) deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.5.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.5.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.6) Para atuação como Diretor de Escola, o titular de cargo docente ou de Diretor de Escola deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.6.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.6.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.7) Para atuação em Sala/Ambiente de Leitura, o docente (readaptado, titular de cargo na situação de adido e ocupante de função-atividade que se encontre cumprindo horas de permanência) deverá ser portador de portador de diploma de licenciatura plena.

c) possuir experiência mínima (data base 31-01-2021):

c.1) de 3 anos de exercício no magistério público estadual, quando docente, Professor Coordenador Geral – PCG ou docente na Sala/Ambiente de Leitura;

c.2) de 5 anos de experiência no magistério, quando Vice--Diretor de Escola;

c.3) de 8 anos de experiência no magistério, quando Diretor de Escola;

C.4)No credenciamento emergencial, o profissional poderá comprovar os 3 anos de experiência no momento da designação ao Programa. Essa regra é aplicada apenas para o Credenciamento Emergencial;

c.5) Quanto ao tempo de experiência (aposentado), no credenciamento emergencial poderá ser considerado para a obtenção dos 1.095 dias.

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

2 – O docente readaptado somente poderá atuar na Sala/Ambiente de Leitura, desde que o rol de atividades previstos pelo CAAS seja compatível com as atribuições previstas para a função no Programa Ensino Integral, sendo que o docente nesta condição funcional não poderá atuar em outra função no PEI.

III – Da Inscrição

1 – A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 – A Inscrição ocorrerá no período de 28-01-2021 a 01-02-2021, via formulário online disponibilizado no link - é necessário estar logado em e-mail institucional do Google (@servidor.educacao.sp.gov.br ou @prof.educacao.sp.gov.br) para acessar os links:

Link Professor Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio:

https://forms.gle/KGCJFLE1jsbeTctCA

Link Professor Sala de Leitura:

https://forms.gle/PtyCbYiEWpPodMBy9

3 – O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" (Efape);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 ponto, totalizando, no máximo 10 pontos.

6 - O integrante do Quadro do Magistério, de que trata o item 5.1 deverá, obrigatoriamente, ter concluído o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" com aproveitamento "Satisfatório", a fim de que sua inscrição no presente processo de Credenciamento seja validada.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6.

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma Atividade para cada função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

IV – Do Deferimento das Inscrições e da Classificação

1 - No período de 28-01-2021 a 01-02-2021, a Diretoria de Ensino analisará as informações preenchidas pelos candidatos na etapa de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 – A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

4.1 - Para Diretor de Escola, Vice-Diretor e Professor Coordenador Geral:

a) maior tempo no magistério público estadual;

b) maior idade entre os credenciados;

c) maior pontuação obtida na análise da Atividade.

4.2 - Para Docentes:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula, para docentes e Professor Coordenador Geral, bem como a Atividade, para Diretor de Escola e Vice-Diretor, serão avaliadas pela Diretoria de Ensino, no período de 28-01-2021 a 01-02-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1 a 3,0 pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 – A Diretoria de Ensino – Região Jaboticabal disponibilizará o resultado e Classificação do credenciamento no dia 02-02-2021, no site http://www.dejaboticabal.com.br/

V – Do Recurso

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da Classificação, no período de 02-02-2021 a 03-02-2021 até 12h, mediante requerimento a ser encaminhado para o dejabnap@gmail.com

2 – A Diretoria de Ensino analisará os recursos no período de 02-02-2021 a 03-02-2021 e disponibilizará no site http://www.dejaboticabal.com.br/, a Classificação Final Pós- Recurso, em 04-02-2021

VI – Da Alocação

1 - A chamada para alocação será realizada mediante publicação no site da Diretoria de Ensino – Região Jaboticabal, no endereço eletrônico http://www.dejaboticabal.com.br/, indicando o dia, horário e local da sessão.

VII - Disposições Finais

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino – Região Jaboticabal, após consulta à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, conforme o caso.

(Republicado por conter alterações).

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JALES

Comunicado

Vagas do Programa Ensino Integral 2021

O Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino - Região de Jales, nos termos das Resoluções SE 10/2020 e SE 84/2020, convoca os candidatos do Processo de Credenciamento Inicial e Credenciamento Emergencial de 2021, para o Programa de Ensino Integral, classificados nas Faixas II/III e Categoria O, das disciplinas e funções relacionadas às vagas das escolas do Programa Ensino Integral.

Os candidatos deverão participar da atribuição das vagas remotamente, de acordo com o cronograma abaixo:

1 - Dia 29-01-2021, às 14h:

– Docentes Titulares de Cargo e Categoria F (PEB I e PEB II), da Diretoria de Ensino de Jales,

– Docentes Titulares de Cargo e Categoria F (PEB I e PEB II), de outras Diretorias de Ensino e,

– Docentes Categoria o (PEB I e PEB II), da Diretoria de Ensino de Jales e outras Diretorias de Ensino.

Link para acesso: (Será disponibilizado no site da Diretoria de Ensino, uma hora antes do início da atribuição, neste mesmo Edital).

As vagas serão oferecidas aos candidatos de acordo com as Faixas, seguindo a ordem de classificados.

É importante que os candidatos acessem previamente o site da Diretoria de Jales: https://dejales.educacao.sp.gov.br, para conhecimento das vagas disponíveis, bem como, as Escolas e sua localização.

No site da Diretoria será publicado um número de telefone celular para contato, caso o candidato tenha dificuldades de acesso, sempre verificando primeiro, a sua conexão com a internet.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JAÚ

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino, Região de Jaú, nos termos da Resolução SE 05/20, alterada pela Resolução SE 18/20,

comunica aos candidatos inscritos e classificados nesta Diretoria de Ensino da Região de Jaú, que fará realizar sessão pública de atribuição de 2 vagas de Suporte Pedagógico - Diretor de Escola, conforme segue:

Data: 02-02-2021

Local: Diretoria de Ensino da Região de Jaú, rua Tenente Lopes, 633 - Centro - Jaú

Horário: 8h30

Vagas: EE Profª Maria Luiza Ferreira Zambello (Barra Bonita)

EE Lázaro Franco de Moraes (Torrinha)

No ato da atribuição, os candidatos deverão apresentar termo de anuência expedido pelo superior imediato, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento de vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação, bem como declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso, e, declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13. Ficam expressamente vedadas a atribuição de vaga e sua respectiva designação, por procuração de qualquer espécie. Somente poderá participar da atribuição de vaga e sua respectiva designação os candidatos que, na data da atribuição, se encontrarem em exercício de seu cargo.

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino da Região de Jaú, nos termos da Resolução SE 05/20, alterada pela Resolução SE 18/20, comunica aos candidatos inscritos e classificados nesta Diretoria de Ensino da Região de Jaú, que fará realizar sessão pública de atribuição de 1 vaga de Suporte Pedagógico - Supervisor de Ensino, conforme segue:

Data: 02-02-2021

Local: Diretoria de Ensino - Região de Jaú - Rua Tenente Lopes, 633 – Centro/Jaú

Horário: 8h30

Vagas: Diretoria de Ensino da Região de Jaú

Cargo: em substituição por 60 dias

No ato da atribuição, o candidato deverá apresentar termo de anuência expedido pelo superior imediato, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento de vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação, bem como declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso, e, declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13. Ficam expressamente vedadas a atribuição de vaga e sua respectiva designação, por procuração de qualquer espécie. Somente poderá participar da atribuição de vaga e sua respectiva designação o candidato que, na data da atribuição, se encontrar em exercício de seu cargo.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE LIMEIRA

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino convoca os candidatos inscritos nos termos da Res. SE 05/2020, alterada pela Res. SE 18/2020, Res. SE 56/2020 e Res. SE 81/2020, para atribuição que ocorrerá no dia 01-02-2021, pela Plataforma do Microsoft Teams. O convite será enviado aos interessados que tenham preenchido o formulário e anexado a documentação para participar da sessão, através do link:

https://forms.gle/aYv4oqUWoU7ENRoR9 - até às 16h do dia 29-01-2021

9h – Atribuição de 2 cargos vagos de Diretor de Escola.

Os candidatos deverão anexar: termo de anuência, do local de exercício, expedido pelo superior imediato e ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino, quando for o caso, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento de vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação, declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso, e declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13, bem como, declaração que se encontra em exercício na data da atribuição, não se encontrando em qualquer tipo de licença, afastamento ou férias.

(Edital 2)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MOGI-MIRIM

Comunicado

Programa Ensino Integral

Credenciamento Emergencial - 2021

A Diretoria de Ensino - Região Mogi Mirim torna pública a abertura de inscrições e a realização do credenciamento emergencial para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes após Processo de Credenciamento Anual.

I - Disposições Preliminares

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020 e Resolução SE 04, de 03-01-2020, e ocorrerá no período de 01-02-2021 a 11-02-2021 considerando todas as fases do certame.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino - Região Mogi Mirim, no endereço eletrônico demogimirim.educacao.sp.gov.br onde constará a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 – Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 – Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrido penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 anos.

II - Dos Requisitos

1 - Para participar do processo de credenciamento, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.2) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

b.3) Para atuação em Sala/Ambiente de Leitura, o docente (readaptado, titular de cargo na situação de adido e ocupante de função-atividade que se encontre cumprindo horas de permanência) deverá ser portador de portador de diploma de licenciatura plena.

c) possuir experiência mínima:

c.1) de 3 anos de exercício no magistério público estadual, quando docente ou docente na Sala/Ambiente de Leitura (data-base: 31-01-2021).

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

2 – O docente readaptado somente poderá atuar na Sala/Ambiente de Leitura, desde que o rol de atividades previstos pelo CAAS seja compatível com as atribuições previstas para a função no Programa Ensino Integral, sendo que o docente nesta condição funcional não poderá atuar em outra função no PEI.

III – Da Inscrição

1 – A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.1 – A Inscrição ocorrerá no período de 01-02-2021 a 03-02-2021, via formulário online disponibilizado no link:

https://forms.gle/Mkbd3wneUjrKocD38 para candidatos a docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio.

2.2 - A Inscrição ocorrerá no período de 01-02-2021 a 03-02-2021, via formulário online disponibilizado no link:

https://forms.gle/WTirzAhgivEc7TFz7 para candidatos a docentes da Sala de Leitura.

3 – O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" (Efape);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 ponto, totalizando, no máximo 10 pontos.

6 - O integrante do Quadro do Magistério, de que trata o item 5.1 deverá, obrigatoriamente, ter concluído o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" com aproveitamento "Satisfatório", a fim de que sua inscrição no presente processo de Credenciamento seja validada.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6.

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma Atividade para a função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

IV – Do Deferimento das Inscrições e da Classificação

1 - No período de 04-02-2021 a 05-02-2021, a Diretoria de Ensino analisará as informações preenchidas pelos candidatos na etapa de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 – A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

4.1 - Para Docentes:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula, para docentes serão avaliadas pela Diretoria de Ensino, no período de 04-02-2021 a 05-02-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1 a 3 pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 – A Diretoria de Ensino – Região Mogi Mirim disponibilizará o resultado e Classificação do credenciamento no dia 06-02-2021, no site demogimirim.educacao.sp.gov.br.

V – Do Recurso

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da Classificação, no período de 08-02-2021 a 09-02-2021, mediante requerimento a ser encaminhado para o e mail: demgm@educacao.sp.gov.br.

2 – A Diretoria de Ensino analisará os recursos no período de 10-02-2021 e disponibilizará no site demogimirim.educacao.sp.gov.br, a Classificação Final Pós-Recurso, em 11-02-2021.

VI – Da Alocação

1 - A chamada para alocação será realizada mediante publicação no site da Diretoria de Ensino – Região Mogi Mirim, no endereço eletrônico demogimirim.educacao.sp.gov.br, indicando o dia, horário e local da sessão.

VII - Disposições Finais

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino – Região Mogi Mirim, após consulta à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, conforme o caso.

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino convoca os candidatos inscritos e classificados, nos termos da Resolução SE 05 de 07-01-2020 alterada pela Resolução SE 18/2020, de 31-01-2020, atendendo ao disposto na mesma legislação, para sessão de atribuição para Suporte Pedagógico, conforme especificação:

01 cargo vago - Diretor de Escola: EE Ibrantina Cardona - Holambra/SP

Dia - 01-02-2021 Horário - 9h

Local: Avenida Santo Antonio, 248 Centro - Mogi Mirim.

Observação: O interessado deverá apresentar no ato Termo de Anuência do local de exercício expedido pelo superior imediato e Ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino, quando for o caso, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento de vagas, devendo ser expedido em única via original e uma para cada uma das classes de Suporte Pedagógico.

Em caso de acumulação de cargo ou função o candidato deverá apresentar Declaração de Horário de Trabalho atualizada e assinada pelo Superior Imediato, com o qual pretende acumular, para exame da situação, Declaração de Parentesco nos termos da Súmula Vinculante 13. Fica vedada a atribuição de vaga e/ ou sua respectiva designação ao candidato que, na data da atribuição, se encontre afastada a qualquer título, inclusive férias, licença-prêmio, licença saúde e designações que o impeça de entrar em exercício na data da atribuição. Fica vedada também a participação por procuração, de qualquer espécie, em sessão de atribuição.Atenção: A desistência da designação, por qualquer motivo, deverá ser feita de próprio punho pelo designado, ficando o candidato impedido de participar de nova atribuição na vigência de sua última inscrição, em qualquer vínculo que possua.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE OURINHOS

Comunicado

A Dirigente de Ensino da Região de Ourinhos torna pública a classificação do credenciamento emergencial para atuar nas escolas do Programa de Ensino Integral (PEI) - Atuação 2021 (Lei Complementar 1.164/2012, alterada pela Lei Complementar 1.191/2012, bem como o Decreto 59.354/2013, alterado pelo Decreto 64.770/2020 e Resolução SE 04/2020).

Vice-Diretor de Escola

Faixa II - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência na Diretoria de Ensino

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Pontuação	Magistério
1	Rita Choukaira	25186424803	10	53,175	7700
2	Grenda Glória Generich Candido	34183625831	10	23,494	3177
3	Ariella Crispim Camargo de Souza	19150812890	10	61,122	8446
4	Ednamara Dnévia Félix Barbosa	24683721821	10	54,415	7345
5	Wilians Leite da Fonseca	205106637	10	44,838	5834
6	José Augusto Camargo	33044151813	9	35,585	4655
7	Veruska de Fatima Fernandes Giacomini	15831692884	7	42,292	5756

Vice-Diretor de Escola

Faixa III - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência em outras Diretorias de Ensino

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Pontuação	Magistério
1	Francieli Aparecida Bernardes Shiraishi	36315277802	10	28,319	8387
2	Christian Wagner de Lima	21938388879	10	36,126	5018

Faixa II - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência na Diretoria de Ensino PCG

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Pontuação	Magistério
1	Luiz Antônio Barbosa	01567251854	10	58,408	7684
2	Rita Choukaira	25186424803	10	53,175	7700
3	Sarah Maria Françólle Coelho	05300264903	10	25,505	2215
4	Grenda Glória Generich Candido	3418362831	10	23,494	3177
5	José Augusto Camargo	33044151813	9	35,585	4655

Faixa III - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência na Diretoria de Ensino PCG

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Pontuação	Magistério
1	Francieli Aparecida Bernardes Shiraishi	36315277802	10	28,319	8387
2	Evillin Aruane Machado Barros	36859433833	10	23,880	2185
3	Christian Wagner de Lima	21938388879	10	36,126	5018

Professor EF Anos Finais e/ou EM

Faixa II - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência em outras Diretorias de Ensino

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Pontuação	Magistério
1	Rita Choukaira	25186424803	10	53,175	7700
2	Alessandra Martins Bernardo Ribeiro	26755148881	10	52,986	6038
3	Ricardo da Silva	32453508806	10	31,533	3524
4	Grenda Glória Generich Candido	34183625831	10	23,494	3177
5	Maria Lucia dos Santos Justo.	02924735912	9	50,270	5610
6	Samantha Briganti de Godoy	08776372960	9	25,757	2251
7	Fernando Henrique de Paula	00479871973	9	24,588	2084
8	Fernanda Cristina Rodrigues Ribeiro	33744598896	7	17,763	1109
9	Maria Aparecida Teixeira Zapater	07891789827	10	53,492	7356
10	Wilians Leite da Fonseca	205106637	10	44,838	5834
11	Cleide de Melo e Mello	25947600803	10	37,672	5096
12	Reginaldo Cardoso de Lima	16200444803	10	36,279	4897
13	Ligia Corradi Franco Dapare	31264577893	8	29,461	3923

Professor EF Anos Finais e/ou EM

Faixa III - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência em outras Diretorias de Ensino

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Pontuação	Magistério
1	Francieli Aparecida Bernardes Shiraishi	36315277802	10	28,319	8387
2	Evillin Aruane Machado Barros	36859433833	10	23,880	2185

Faixa II - Professores com sede de controle de frequência na Diretoria de Ensino (Categoria O)

Nº	Nome	CPF	Pontuação	Pontuação	Magistério
1	Fernando Paulo Moreno	03727101822	10	32,820	2735
2	Elis Regina de Amorim Arantes	15825483829	10	21,293	1247
3	Renata da Silva Bueno	32103460898	10	19,704	1642
4	Andreia Alessandra Fedel	20667764836	10	17,872	1170
5	Meirise dos Santos Palma	25775304802	10	12,017	1159
6	Franciele Batan Ferreira	25071053802	8	34,416	2338
7	Marcos Antonio Rodrigues	36912659870	8	31,024	1752
8	Hilda Moretis do Nascimento	26619904882	7	36,829	3684
9	Flávio Alves de Barros	26059574890	7	26,984	2026
10	Leticia Carolina Tonelo Onça Dias	35822186866	6	26,580	2215
11	Marta Regina da Conceiçao	31260467899	6	23,024	1752

Lista de não Classificadoss - todas as categorias

Nº	Nome	CPF
1	Aldilene Cristina Viana	32250619808
2	Ana Lucia de Mello	7207720874
3	Bruno Antunes dos Santos Neto	39735456850
4	Carlos Eduardo Ferreira	34770043880
5	Cleide de Melo e Mello	25947600803
6	Elinea Guimarães de Freitas Souza	25906511806
7	Elis Marina Alberini	40373477848
8	Fabiana de Fatima Ezau	45307480814
9	Franciele Batan Ferreira	25071053802
10	Gilsa Fernandes da Silva	13825643840
11	Isolina Castadelle de Oliveira	00122282817
12	José Augusto Camargo	33044151813
13	Juciani Cristina dos Santos	37000070862
14	Marcia Cristina Nogueira	18612971810
15	Maria Aparecida Bezerra Esposto	16248696888
16	Maria de Fátima Gonçalves	03914645822
17	Maria Regina Cachoni	82470758815
18	Marilda Rodrigues Di Bastiani	6600903848
19	Patricia Miguel Andreotti	29435033806
20	Renata da Silva Bueno	32103460898
21	Rosimeire Borilio Tavante	16200289808
22	Silvia Cristina Borges	35212876885
23	Sonia Maria Sapelli Filipini Rodrigues	05840521892
24	Vera Lucia da Silva	25379190847

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PENÁPOLIS

Comunicado

Edital de Atribuição de Suporte Pedagógico

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de Penápolis torna pública para candidatas e candidatos com inscrição e classificação, nos termos da Resolução SE 5/2020 de 07-01-2020, alterada pela Resolução SE 18/2020 de 31-01-2020, Resolução SEDUC 81 de 09-11-2020 e Portaria CGRH-16 de 09-12-2020, a sessão de atribuição de Suporte Pedagógico na seguinte conformidade:

- 01 cargo vago de Diretor de Escola, na Escola Estadual Prefeito Francisco Antonino;

- 01 cargo vago de Supervisor de Ensino.

Local de atribuição:

Sede da Diretoria de Ensino – Região de Penápolis

Dia: 01-02-2021

Horário: 09 horas

Endereço: Avenida Álvaro Gomes, 181-A – Jardim Monreal – Penápolis – SP.

Telefone: (18) 3654-0008.

As candidatas e candidatos deverão apresentar no ato:

1. Termo de Anuência do Superior Imediato;

2. Em caso de acumulação de cargo ou função, o candidato deverá apresentar Declaração de Horário de Trabalho atualizada, assinada pelo Superior Imediato;

3. Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13.

Observações: - Fica expressamente vedada a atribuição de vaga e sua respectiva designação (artigo 6º da Resolução SE-05/2020):

a) Por procuração de qualquer espécie;

b) Ao candidato que, na data da atribuição, não se encontrar em exercício de seu cargo.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PIRAJU

Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio

Comunicado

O Diretor da EE "Miguel Marvullo", Diretoria de Ensino - Região de Piraju, nos termos da Resolução Seduc-3, de 11-01-2021, torna público a abertura do período de recebimento de Propostas de Trabalho e realização de entrevistas para docentes interessados em exercer junto a esta Unidade Escolar a função gratificada de Professor Coordenador.

1. - Das vagas disponíveis

Encontra-se disponível nesta Unidade Escolar 01 (uma) vaga de Professor Coordenador do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

1. - Dos requisitos para o desempenho da função de PC

Para o desempenho da função de Professor Coordenador (PC) o candidato deve reunir os seguintes requisitos:

1. ser docente titular de cargo ou ocupante de função-atividade, podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que, no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Gestão Pública - CAAS;

2. contar com, no mínimo, 3 anos de experiência no magistério público estadual;

3. ser portador de diploma de licenciatura plena.

Obs: O Professor Coordenador deve cumprir carga horária semanal de 40 horas, distribuídas de forma a atender, nos diferentes dias da semana e horários, as necessidades específicas da Unidade Escolar.

1. - Das inscrições

As inscrições deverão ser enviadas para o e-mail da EE "Miguel Marvullo", e034400a@educacao.sp.gov.br, das 8h do dia 27/01 às 16h do dia 29-01-2020. Deverão constar no corpo do e-mail a solicitação da inscrição, o nome completo e os dados pessoais do candidato. A documentação da inscrição, descritas no item IV deste edital, deverão ser digitalizadas e enviadas como anexo do email.

1. - Dos documentos necessários à inscrição

No ato da inscrição, os candidatos interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

1. Cópia do Diploma e Histórico da Licenciatura Plena;

2. Declaração do superior imediato que conta no mínimo com 3 anos de experiência no magistério público estadual.

2. Declaração de disponibilidade para cumprimento de carga horária;

3. Proposta de Trabalho, conforme diretrizes constantes no Item V.

Os originais dos documentos anexados no e-mail deverão ser apresentados posteriormente, pelo(a) candidato(a) selecionado(a), no ato da designação.

1. - Da Proposta de Trabalho

A Proposta de Trabalho, a ser entregue no ato da inscrição, deverá conter:

1. Atividades propostas para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico, fundamentado nos princípios que norteiam o Currículo Paulista, em especial aqueles que se referem diretamente à área de atuação do Professor Coordenador;

2. Currículo atualizado contendo a participação em cursos de atualização profissional oferecidos pela SEE e/ou Diretoria de Ensino, em especial aqueles que se referem diretamente à área de atuação do Professor Coordenador;

3. Currículo acadêmico e profissional do candidato, em especial com vistas à atuação do Professor Coordenador;

A proposta de trabalho deverá ser enviada em formato PDF.

1. - Da entrevista individual

Será realizada entrevista individual com os candidatos inscritos, na data de 03-02-2021, em horário a ser definido e agendado com cada candidato. A entrevista poderá ocorrer de forma on-line ou presencial, na sede da EE "Miguel Marvullo", localizada na Rua Rio de Janeiro, 598 - Centro - Manduri/SP. Em caso de necessidade, a depender da quantidade de candidatos inscritos, a entrevista individual poderá ser agendada para data posterior à informada, a critério da Unidade Escolar e sempre com prévio agendamento com o candidato.

Por ocasião da entrevista serão analisados, entre outros fatores:

1. a compatibilização do perfil e da qualificação profissional do candidato com a natureza das atribuições relativas ao posto de trabalho a ser ocupado, previstas no artigo 5º da Resolução Seduc-3, de 11-1-2021;

2. a experiência anterior de Professor Coordenador ou de docente na perspectiva da educação inclusiva e na construção de um espaço coletivo de discussão da função social da escola;

3. as habilidades e conhecimentos do candidato oriundos da participação em cursos promovidos pela Seduc -SP, em especial aqueles que se referem diretamente à área de atuação do Professor Coordenador;

4. a disponibilidade de tempo do candidato para cumprir o horário da coordenação, investir em sua qualificação profissional e atender às atividades de formação continuada propostas pela Diretoria de Ensino e pelos órgãos centrais da Pasta.

Observação: Caso haja alteração na legislação, o presente edital será tornado insubsistente e/ou retificado.

Comunicado

O Diretor da EE "Monsenhor José Trombi", Diretoria de Ensino - Região de Piraju, nos termos da Resolução Seduc-3, de 11-01-2021, torna público a abertura do período de recebimento de Propostas de Trabalho e realização de entrevistas para docentes interessados em exercer junto a esta Unidade Escolar a função gratificada de Professor Coordenador.

I. - Das vagas disponíveis

Encontra-se disponível nesta Unidade Escolar 01 (uma) vaga de Professor Coordenador do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

II. - Dos requisitos para o desempenho da função de PC

Para o desempenho da função de Professor Coordenador (PC) o candidato deve reunir os seguintes requisitos:

a) ser docente titular de cargo ou ocupante de função-atividade, podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que, no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Gestão Pública - CAAS;

b) contar com, no mínimo, 3 anos de experiência no magistério público estadual;

c) ser portador de diploma de licenciatura plena.

Obs: O Professor Coordenador deve cumprir carga horária semanal de 40 horas, distribuídas de forma a atender, nos diferentes dias da semana e horários, as necessidades específicas da Unidade Escolar.

III - Das inscrições

As inscrições deverão ser realizadas na sede da EE "Monsenhor José Trombi", localizada na Avenida São Caetano, 117 - Vila Nova- Fartura/SP, nos dias 27, 28 e 29-01-2021, das 8h às 17h, ou através do e-mail e034368a@educacao.sp.gov.br. No caso de as inscrições serem realizadas por e-mail, deverão seguir no corpo do e-mail a solicitação da inscrição, o nome completo e os dados pessoais do candidato. A documentação da inscrição,

descritas no item IV deste edital, deverão ser digitalizadas e enviadas como anexo do e-mail.

IV- Dos documentos necessários à inscrição (deverão ser entregues pessoalmente ou digitalizados e enviados pelo e-mail e034368a@educacao.sp.gov.br.)

No ato da inscrição, os candidatos interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

1. Cópia do Diploma e Histórico da Licenciatura Plena, acompanhado dos originais;

2. Declaração do superior imediato que conta no mínimo com 3 anos de experiência no magistério público estadual.

3. Declaração de disponibilidade para cumprimento de carga horária;

4. Proposta de Trabalho, conforme diretrizes constantes no Item V.

V- Da Proposta de Trabalho

A Proposta de Trabalho, a ser entregue no ato da inscrição, deverá conter:

a) Atividades propostas para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico, fundamentado nos princípios que norteiam o Currículo Paulista, em especial aqueles que se referem diretamente à área de atuação do Professor Coordenador;

b) Currículo atualizado contendo a participação em cursos de atualização profissional oferecidos pela SEE e/ou Diretoria de Ensino, em especial aqueles que se referem diretamente à área de atuação do Professor Coordenador;

c) Currículo acadêmico e profissional do candidato, em especial com vistas à atuação do Professor Coordenador;

Caso a inscrição venha a ser realizada por e-mail, a proposta de trabalho deverá ser enviada em formato PDF.

VI- Da entrevista individual

Será realizada entrevista individual com os candidatos inscritos, na data de 03-02-2021, em horário a ser definido e agendado com cada candidato. A entrevista poderá ocorrer de forma on-line ou presencial, na sede da EE Monsenhor José Trombi, localizada na Avenida São Caetano, 117 - Vila Nova - Fartura/SP. Em caso de necessidade, a depender da quantidade de candidatos inscritos, a entrevista individual poderá ser agendada para data posterior à informada, a critério da Unidade Escolar e sempre com prévio agendamento com o candidato.

Por ocasião da entrevista serão analisados, entre outros fatores:

1. a compatibilização do perfil e da qualificação profissional do candidato com a natureza das atribuições relativas ao posto de trabalho a ser ocupado, previstas no artigo 5º da Resolução Seduc-3, de 11-1-2021;

2. a experiência anterior de Professor Coordenador ou de docente na perspectiva da educação inclusiva e na construção de um espaço coletivo de discussão da função social da escola;

3. as habilidades e conhecimentos do candidato oriundos da participação em cursos promovidos pela Seduc -SP, em especial aqueles que se referem diretamente à área de atuação do Professor Coordenador;

4. a disponibilidade de tempo do candidato para cumprir o horário da coordenação, investir em sua qualificação profissional e atender às atividades de formação continuada propostas pela Diretoria de Ensino e pelos órgãos centrais da Pasta.

Observação: Caso haja alteração na legislação, o presente edital será tornado insubsistente e/ou retificado.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PIRASSUNUNGA

Comunicado

Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico

A Dirigente Regional de Ensino comunica que estão abertas as inscrições para a seleção de docentes, com vistas ao preenchimento do Posto de Trabalho de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico (PCNP), nos termos da Resolução Seduc-3, de 11-1-2021 ficando revogadas as disposições em contrário e, em especial, a Resolução SE 75, de 30-12-2014, a Resolução SE 12, de 29-1-2016, a Resolução SE 15, de 5-2-2016, a Resolução SE 6, de 20-1-2017, a Resolução SE 34, de 17-5-2018, e a Resolução SE 90, de 28-12-2018. e suas alterações, alinhado ao Plano Estratégico 2019-2022 e aos objetivos de aprendizagem da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, assim como fortalecer o trabalho pedagógico nas Unidades Escolares, torna público o período de credenciamento de professores interessados em atuar como Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico em 2021 conforme segue:

Vagas

01 PCNP de Língua Portuguesa

01 PCNP de Matemática

01 PCNP de Química

01 PCNP de Física

02 PCNPs de Tecnologia

01 PCNP Geografia

I - Dos Requisitos de Habilitação para o Preenchimento do Posto de Trabalho:

a) Ser docente titular de cargo ou docente abrangido pelo § 2º do artigo 2º da Lei Complementar 1.010/2007 (Categoria de Admissão "F"), podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que, no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Gestão Pública - CAAS;

b) Contar com, no mínimo, 3 anos de efetivo exercício no magistério público estadual de São Paulo.

c) Ser portador de Licenciatura Plena no respectivo componente curricular.

d) O docente classificado em unidade escolar da circunscrição da Diretoria de Ensino terá prioridade na indicação para designação no Posto de Trabalho de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico. Em caso de indicação de docente desta ou de outra Diretoria de Ensino deverá ser exigida a apresentação de Anuência expressa do superior imediato do docente na unidade escolar de origem, previamente ao ato de designação.

e) A designação para atuar como Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino somente poderá ser concretizada quando houver substituto para assumir as aulas da carga horária do docente a ser designado.

II - Das Inscrições

1- Local: As inscrições serão realizadas por meio virtual através do link:

https://forms.gle/GU2DZQhEPTyR1aMY8

2- Data: 29-01-2021 a 02-02-2021

III- Da Documentação

No ato da inscrição virtual, através do link https://forms.gle/GU2DZQhEPTyR1aMY8

enviar todos os documentos em formato PDF, conforme segue:

1- RG e CPF;

2- Currículo atualizado, contendo a trajetória profissional e experiências bem-sucedidas;

3- Declaração ÚNICA fornecida pela escola Sede de Controle de Frequência contendo: a) Tempo (em dia) de experiência como docente da rede estadual (data base 31-12-2020; mínimo de 3 anos - 1.095 dias);

b) Situação funcional do candidato (especificar se: Titular de Cargo, Categoria F, Adido, Readaptado);

c) Total de aulas atribuídas, respectiva(s) disciplina(s) e se são aulas livres ou, ainda, se o docente se encontra em Horas de Permanência.

4- Diploma(s) do(s) curso(s) de Licenciatura Plena, acompanhados dos respectivos Histórico(s) Escolar(es) e outros certificados pertinentes à área de atuação.

5- Declaração emitida e assinada pelo(s) Diretor(es) de Escola(s) de que não exerce Acúmulo de Cargos ou que exerce Acúmulo de Cargos, informando as Unidades Escolares, as Jornadas de Trabalho e/ou Cargas Horárias e os respectivos horários de trabalho.

IV - Perfil Profissional

Perfil profissional que demonstre:

a) Conhecer, compreender, trabalhar o Currículo da SEE/ SP, seus fundamentos e concepções;

b) Mostrar flexibilidade às mudanças e inovações pedagógicas;

c) Possuir habilidades relacionadas ao uso das Tecnologias;

d) Possuir a capacidade de desenvolver cotidianamente, competência relacional e atuar para a consecução dos princípios da Gestão Democrática no coletivo formado pelos Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico;

e) Possuir habilidade gerencial-técnico-pedagógica e ser capaz de desenvolver ações de implementação e desenvolvimento do Currículo Oficial junto às Escolas e aos docentes para aprimorar o processo ensino-aprendizagem;

f) Possuir habilidade e demonstrar interesse em aprender;

g) Ser proativo;

h) Possuir habilidades inerentes ao bom atendimento ao público, tanto do ponto de vista técnico, quanto relacional;

i) Apresentar disponibilidade para atender às convocações dos órgãos centrais da Pasta, bem como para desenvolver ações em diferentes horários e dias da semana, de acordo com as especificidades do posto de trabalho que exijam deslocamentos e viagens;

j) Cumprir a carga horária de 40 horas semanais.

V- Da Proposta de Trabalho

A proposta de trabalho deve conter as exigências definidas na Resolução Seduc 3/2021, artigo 6º:

- implementar ações de formação e de apoio pedagógico e educacional que orientem os Professores Coordenadores e os docentes na condução de procedimentos relativos à organização e funcionamento do currículo nas modalidades de ensino;

II - orientar os professores:

a) na implementação do currículo;

b) na utilização de materiais didáticos e paradidáticos impressos, assim como de recursos digitais;

III - avaliar a execução do currículo e propor os ajustes necessários;

IV - acompanhar e orientar os professores em sala de aula, quando necessário, para garantir a implementação do currículo;

V - implementar e acompanhar programas e projetos educacionais da Secretaria relativos à área de atuação que lhes é própria;

VI - identificar necessidades e propor ações de formação continuada de professores e de professores coordenadores no âmbito da área de atuação que lhes é própria;

VII - participar da implementação de programas de formação continuada, em articulação com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo "Paulo Renato Costa Souza";

VIII - acompanhar e apoiar reuniões pedagógicas realizadas nas escolas;

IX - promover encontros, oficinas de trabalho, grupos de estudos e outras atividades para divulgar e capacitar professores na utilização de materiais pedagógicos em cada componente curricular;

X - participar do processo de elaboração do plano de trabalho da Diretoria de Ensino;

XI - elaborar o plano de trabalho do Núcleo Pedagógico para melhoria da atuação docente e do desempenho dos alunos;

XII - orientar, em articulação com o Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado - DEMOD, as atividades de educação especial e inclusão educacional no âmbito da área de atuação que lhes é própria;

XIII - acompanhar o trabalho dos professores em seus componentes curriculares e as metodologias de ensino utilizadas em sala de aula para avaliar e propor ações de melhoria de desempenho em cada componente curricular;

XIV - organizar o acervo de materiais e equipamentos didático-pedagógicos;

XV - articular com a Coordenadoria Pedagógica, e com as escolas a implantação e supervisão das salas de leitura;

VI- Da Atuação:

Atender com eficiência e eficácia às demandas peculiares e de formação à área e componente curricular pela qual é responsável.

VII- Das Entrevistas

As entrevistas serão previamente agendadas com os respectivos candidatos, cujas inscrições forem deferidas, por meio de e-mail ou WhatsApp e versarão sobre as expectativas do interessado para o desempenho da função, conhecimentos e domínio dos requisitos das atribuições conforme legislação vigente.

VIII- Do Resultado e Publicação do Ato de Designação

O resultado do processo seletivo será divulgado aos candidatos selecionados e a designação será realizada por Portaria da Dirigente Regional de Ensino mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

IX - Disposições Finais

a) Os candidatos, que após análise da documentação apresentada, não atenderem aos requisitos mínimos para a inscrição, contidos no Item I deste Edital, terão suas inscrições indeferidas antecedentemente à submissão das Entrevistas, especialmente aqueles que:

a) tiveram aulas em Substituição atribuídas na Composição de Jornada de Trabalho aos Titulares de Cargo e Carga Horária aos não Efetivos (Cat. F) (Inciso II do artigo 15 da Res. SE 72/2020).

b) A carga horária a ser cumprida pelo docente para o exercício da função gratificada de PCNP será de 40 horas semanais, distribuídas por todos os dias da semana.

c) Incumbe ao PCNP estar ciente de que deverá ter conhecimento da Resolução Seduc-3, de 11-1-2021

d) Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Sra. Dirigente Regional de Ensino, pela Comissão de Supervisores de Ensino e Responsável do Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino de Pirassununga.

(Edital 8)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Comunicado

Credenciamento Emergencial - 2021

A Diretoria de Ensino - Região Presidente Prudente torna pública a abertura de inscrições e a realização do credenciamento emergencial para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes após Processo de Credenciamento Anual.

I - Disposições Preliminares

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, e ocorrerá no período de 25-01-2021 a 02-02-2021, considerando todas as fases do certame.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino - Região Presidente Prudente, no endereço eletrônico https://depresidenteprudente.educacao.sp.gov.br/, onde constará a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 – Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 – Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrido penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 anos.

II - Dos Requisitos

1 - Para participar do processo de credenciamento, os titulares de cargo de Diretor de Escola, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.1) Para atuação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de:

b.1.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.4) Licenciatura plena em componente curricular específico, para atuar como docente especialista.

b.2) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

b.3) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser Professor Educação Básica I (titular de cargo ou função-atividade) e portador de uma das seguintes habilitações:

b.3.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.3.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.3.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

b.4) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o docente deve ser portador de diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio.

b.5) Para atuação como Vice-Diretor de Escola, o docente (titular de cargo ou função-atividade) deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.5.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.5.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.6) Para atuação como Diretor de Escola, o titular de cargo docente ou de Diretor de Escola deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.6.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.6.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.7) Para atuação em Sala/Ambiente de Leitura, o docente (readaptado, titular de cargo na situação de adido e ocupante de função-atividade que se encontre cumprindo horas de permanência) deverá ser portador de portador de diploma de licenciatura plena.

c) possuir experiência mínima (data base 31-01-2021):

c.1) de 3 anos de exercício no magistério público estadual, quando docente, Professor Coordenador Geral – PCG ou docente na Sala/Ambiente de Leitura;

c.2) de 5 anos de experiência no magistério, quando Vice-Diretor de Escola;

c.3) de 8 anos de experiência no magistério, quando Diretor de Escola;

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

2 – O docente readaptado somente poderá atuar na Sala/Ambiente de Leitura, desde que o rol de atividades previstos pelo CAAS seja compatível com as atribuições previstas para a função no Programa Ensino Integral, sendo que o docente nesta condição funcional não poderá atuar em outra função no PEI.

III – Da Inscrição

1 – A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 – A Inscrição ocorrerá no período de 25-01-2021 a 27-01-2021, via formulário online disponibilizado no link (é necessário estar logado em e-mail institucional para acessar o link):

https://docs.google.com/forms/d/1EXiTvxFtzH3N-0fw7TAiGJtwgH4VAjzCxy61Kqo4apo/edit

3 – O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" (Efape);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 (dez) questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 ponto, totalizando, no máximo 10 pontos.

6 - O integrante do Quadro do Magistério, de que trata o item 5.1 deverá, obrigatoriamente, ter concluído o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" com aproveitamento "Satisfatório", a fim de que sua inscrição no presente processo de Credenciamento seja validada.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6.

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma Atividade para cada função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

IV – Do Deferimento das Inscrições e da Classificação

1 - No período de 28-01-2021 a 29-01-2021, a Diretoria de Ensino analisará as informações preenchidas pelos candidatos na etapa de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 – A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

4.1 - Para Diretor de Escola, Vice-Diretor e Professor Coordenador Geral:

a) maior tempo no magistério público estadual;

b) maior idade entre os credenciados;

c) maior pontuação obtida na análise da Atividade.

4.2 - Para Docentes:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula, para docentes e Professor Coordenador Geral, bem como a Atividade, para Diretor de Escola e Vice-Diretor, serão avaliadas pela Diretoria de Ensino, no período de 28-01-2021 a 29-01-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1 a 3 pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 – A Diretoria de Ensino – Região Presidente Prudente disponibilizará o resultado e Classificação do credenciamento no dia 29-01-2021, no site https://depresidenteprudente.educacao.sp.gov.br/ .

V – Do Recurso

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da Classificação, no período de 29-01-2021 a 01-02-2021, mediante requerimento a ser encaminhado para o e-mail neide.gimenez@educacao.sp.gov.br.

2 – A Diretoria de Ensino analisará os recursos no período de 01-02-2021 a 02-02-2021 e disponibilizará no site https://depresidenteprudente.educacao.sp.gov.br/, a Classificação Final Pós- Recurso, em 02-02-2021.

VI – Da Alocação

1 - A chamada para alocação será realizada mediante publicação no site da Diretoria de Ensino – Região Presidente Prudente, no endereço eletrônico https://depresidenteprudente.educacao.sp.gov.br/, indicando o dia, horário e local da sessão.

VII - Disposições Finais

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino – Região Presidente Prudente, após consulta à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, conforme o caso.

Comunicado

Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico - PCNP

A Dirigente Regional de Ensino, nos termos da Resolução SE 75/2014, diante do disposto no artigo 73 - do Decreto 57.141/2011, do artigo 6º da Resolução Seduc 3, de 11-01-2021, e à vista do que lhe apresentou o Diretor do Núcleo Pedagógico, torna pública a abertura do período de recebimento de propostas de trabalho e da realização de entrevistas para docentes interessados em exercer junto à Diretoria de Ensino da Região de Presidente Prudente (DERPP) a função gratificada de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico (PCNP).

I – Vaga/escolaridade necessária/contextualização

PCNP de História	01 vaga	Requisito: Licenciatura Plena em História
PCNP de Arte	01 vaga	Requisito: Licenciatura Plena em Arte

II – Condições para a designação

a) Ser docente titular de cargo ou ocupante de função-atividade, podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que, no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da CAAS – Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Gestão Pública.

b) Contar com mais de 3 anos de efetivo exercício no magistério público estadual de São Paulo.

c) Ser portador de diploma de licenciatura plena.

d) No ato da inscrição não possuir acúmulo de cargo.

III - Perfil profissional

Do candidato é esperado o seguinte perfil profissional:

a) Ser capaz de desenvolver ações de formação continuada de professores e de acompanhamento do processo pedagógico na escola.

b) Possuir e ser capaz de desenvolver, cotidianamente, competência relacional e atuar para a consecução dos princípios da gestão democrática no coletivo formado pelos PCNP.

c) Possuir habilidade gerencial e técnico-pedagógica e ser capaz de desenvolver ações de implantação e desenvolvimento do Currículo Oficial junto às escolas e aos docentes.

d) Demonstrar interesse para o aprendizado e para o ensino.

e) Compreender os processos administrativos e financeiros como meios para a consecução dos objetivos pedagógicos.

f) Possuir habilidades inerentes do bom atendimento ao público, tanto do ponto de vista técnico quanto relacional.

g) Ter disponibilidade para atender à convocação dos órgãos centrais da Secretaria de Estado da Educação no município de São Paulo ou outros.

h) Ter disponibilidade para acompanhar in loco as ações desenvolvidas nas escolas dos diferentes municípios que integram a DERPP, bem como para orientar professores e professores coordenadores.

h) Ter habilidade no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação.

i) Ter conhecimento do disposto no Decreto 57.141/11, especialmente o artigo 73, e do artigo 6º da Resolução Seduc 3, de 11-01-2021.

j) Participar ativamente da construção e implementação do Plano Anual de Trabalho do Núcleo Pedagógico.

IV – Proposta de Trabalho

O candidato deverá apresentar no ato da inscrição projeto de trabalho explicitando:

a) Identificação completa do proponente (com contato telefônico), incluindo descrição sucinta de sua trajetória escolar e de formação; experiências profissionais; situação funcional (se é titular de cargo ou ocupante de função atividade); a que unidade escolar pertence;

b) Área de Conhecimento/ Disciplina em que pretende atuar como Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico;

c) Justificativas e resultados esperados no exercício de suas funções de PCNP, incluindo: diagnóstico da Diretoria de Ensino, fundamentado por meio dos resultados do SARESP apresentados pelas escolas; justificativa da função pretendida;

d) Objetivos e descrição sintética das ações que pretende desenvolver;

e) Proposta de Avaliação e acompanhamento do próprio projeto de trabalho (estratégias para garantir o monitoramento e execução do projeto).

f) Não será permitida, sob nenhuma hipótese, a juntada de documentos após a realização da inscrição. É de total responsabilidade do candidato entregar todos os documentos, pois a

falta de um deles implicará o indeferimento da candidatura pela comissão responsável pela seleção (quando da etapa de análise dos materiais), bem como eliminará o candidato da possibilidade de realização da entrevista.

V - Documentos

Anexadas à proposta de trabalho, o interessado deverá entregar cópias simples dos seguintes documentos:

a) Cópia do RG e CPF.

b) CTA (data base dezembro de 2020) - fornecida pela escola sede de controle de frequência.

c) Diploma(s) do(s) curso(s) de licenciatura plena que possui.

d) Em caso de pós-graduação, inserir também cópia dos diplomas e históricos.

VI – Entrevista

a) A entrevista, que ocorrerá na sede da DERPP, versará sobre a proposta de trabalho e sobre as expectativas do interessado para o desempenho da função.

a.1) No ato da entrevista é imprescindível o conhecimento e/ou domínio dos requisitos do perfil profissional conforme item III deste edital,

a.2) A entrevista ocorrerá com agendamento prévio. A convocação será pelo blog http://supernucleoprudente.blogspot.com.br/

VII – Períodos e locais

- De 27-01-2021 a 08-02-2021 - das 8h30 às 11h30 e das 14h às 16h30 – Entregar a Ficha de Inscrição (modelo em anexo), entregar a Proposta de Trabalho e os Documentos no Núcleo Pedagógico (sala 28) da Diretoria de Ensino.

a.) A proposta de trabalho e os documentos deverão ser acondicionados em um único envelope com a identificação do candidato.

- 10-02-2021 – divulgação no blog do NPE das inscrições deferidas, dos horários e dos locais de entrevista.

- De 10 a 12-02-2021 – realização das entrevistas.

- Até dia 17-02-2021 – divulgação dos resultados pelo blog do NPE.

VIII – Disposições finais

a) As etapas deste processo de seleção não poderão ser realizadas por procuração.

b) O horário regular de trabalho do PCNP é das 8h às 17h (com uma hora de almoço, obrigatória). Quando houver necessidade da própria DERPP, o horário poderá ser alterado para atendimento de demanda específica.

c) Uma vez entregue sua proposta de trabalho, o candidato estará ciente e de acordo que, após a realização da entrevista, é de exclusiva decisão da DERPP acatar ou rejeitar qualquer uma das propostas apresentadas.

Presidente Prudente, 21-01-2021.

Ficha de Inscrição ao Processo Seletivo para PCNP

Eu, XXXX

2- A indicação do Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico será efetuada por uma comissão composta por minimamente um Supervisor de Ensino e pelo Diretor do Núcleo Pedagógico.

3- Não poderão participar deste processo o docente enquadrado na categoria O; afastados pelo artigo 22 da LC 444/85; com aulas atribuídas de projetos.

4- Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela comissão responsável pelo processo.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TAQUARITINGA

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino comunica os candidatos inscritos e classificados na Diretoria de Ensino – Região de Taquaritinga, na classe de Suporte Pedagógico, nos termos da Resolução SE 82/2013, alterada pela Resolução SE 42/2014, combinada com a Resolução SE 05, de 07-01-2020, alterada pela Resolução SE 18, de 31-01-2020, que haverá sessão de atribuição de:

1 cargo vago de Diretor de Escola (EE Maestro Villa Lobos, em Pirangi)

Local da atribuição: Sede da Diretoria de Ensino

Av. Heitor Alves Gomes, 230 – Jardim Beatriz – Taquaritinga – SP

Data da sessão de atribuição: 01-02-2021 – horário: 9 h

Apresentar no ato da Atribuição:

Termo de Anuência do Superior imediato;

Declaração de próprio punho informando que não sofreu penalidades, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

Em caso de acumulação de cargo ou função, o candidato deverá apresentar Declaração de Horário de Trabalho atualizada, assinada pelo Superior Imediato.

Obs: Não haverá atribuição por procuração e somente poderá participar da atribuição de vaga e sua respectiva designação o candidato que, na data da atribuição, se encontrar em exercício de seu cargo.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TUPÃ

Comunicado

Credenciamento Centro de Estudo Línguas (CEL) 2021.

A Dirigente Regional de Ensino da Região de Tupã, em atendimento às disposições da Resolução SE 03, de 28-01-2011, Resolução SE 81, DE 04-11-2009 e Resolução SE 44, de 13-8-2014, torna pública a classificação final pós-recurso dos inscritos no processo de Credenciamento inicial e convoca para a entrevista para atuação de professores no Centro de Estudos de Línguas (CEL), em 2021.

Entrevista no endereço eletrônico: https://meet.google.com/ofp-zhny-vmu?authuser=2&hs=122

Data: 29-01-2021

Horário: 09h

Idioma: INGLÊS

CATEGORIA	NOME	RG	PONTUAÇÃO
Candidato	Viviani de Souza Bravi	40.196.003-1	2,632

Idioma: ESPANHOL

CATEGORIA	NOME	RG	PONTUAÇÃO
Candidato	Clodomir Guldoni Rodrigues	17.913.848-0	8,261

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE VOTUPORANGA

Comunicado

Candidatos Indeferidos na Faixa II e na Faixa III

Relação dos Indeferidos - Programa Ensino Integral

Faixa II- Professores com Sede de classificação ou Sede do Controle de frequência na Diretoria de Ensino. Resolução SEDUC 84, de 16 /11/2020.

Função: Professor EF Anos Iniciais/ Finais e /ou EM.

NOME	CPF	MOTIVO
Rosângela Aparecida Brazil	289.498.068-00	1
Eloá Lopes de Araújo	370.828.118-70	4
Ivan Brígido Vilela Pinto	109.400.418-98	4 e 6
Isabel Soares da Silva Santos	349.966.848-09	4
Tânia Ferreira Peres	326.280.288-32	2
Vânia Cristina Benini Longo	265.642.568-92	3 e 4
Mirian Cristina Gonzales Fagundes	360.130.208-09	2, 3, 4 e 6
Kleber de Souza Schmidt	177.126.788-71	4
Celma Aparecida Ribeiro	050.768.718-30	2 e 4
Ana Cristina da Cruz	148.257.618-01	4
Mileni Fagundes de Oliveira	369.100.718.08	2 e 4
Mariani Fagundes de Oliveira	394.523.748-37	4
Rosimar de Oliveira Freitas Borges	087.528.628-36	4
Iracélia Maria Veja Peres Curia	089.071.158-50	5
Neide Maria Aguilar Massitelli	259.753.618-18	4
Mirela Godoy Dias dos Santos	260.344.438-73	2
Ana Paula da Silva Santos	231.826.098-23	4
Clauciele Galardine de Sales Soares	318.223.038-77	4
Tatiani de Fátima Rodrigues Rebelo	346.318.968-25	2 e 4
Dhieniffer Dalila da Conceição	081.900.379-43	4
Mara Faichel	338.134.378-50	4 e 6
Kleber Aparecido da Rocha	325.001.638-14	4
Fernando Scanferla Moriali	217.328.118-65	4
Paulo Henrique Inácio Correia	391.07.618-30	4
Rubens Antonio da Silva Oliveira	177.982.818-78	6
Márcia Cristina Toshi	126.042.498-71	2 e 6
Tatiane Barriento Martins de Arruda	350.181.388-07	2
Eliana Renzo Pires	090.359.058-14	2
Amanda Oliveira da Silva Moriale	433.182.098-05	2
Marcio Leandro Teixeira	277.313.358-79	2
Olga Constância Ribeiro	018.669.818-62	4
Flávia Andréia Nogaroto Sanches	268.439.958-10	4
Cristina Aparecida Piacenti	039.662.508-88	5
Alex Nascimento Bitencourt da Silva	387.989.418-36	4
Adrieli Batista dos Santos Silva	369.472.868-67	4
Saulo Piaui Augusto	095.629.878-84	2
Mayara Gonçales Ribeiro	375.982.738-12	4
Crislaine Mazuquini Miranda	383.804.588-26	4
Natalia Aparecida do Nascimento Torquato	395.440.078-22	4
Simone Dongue Cavichio	368.396.228-35	4
Tamirys Josiane Lima	350.891.748-73	4
Luiz Júnior Bonifácio de Azevedo	373.392.968-32	4
Márcia Dias Cabelo	070.482.788-38	4
Isabela Magri Ralho	482.092.868-62	4
Viviane Aparecida Faria Parreira Jeuken	268.232.068-61	4
Renee Domingas Valeriani Brachini Santos	254.853.518-59	4
Felipe Ramos de Oliveira	344.811.978-46	4
Maria Aparecida dos Santos	152.105.398-73	4
Danitielle Cineli Simonato	359.287.528-06	4
Alessandra Maria Molina	386.429.348-08	4
Carmen Valéria Cassim	168.657.388-02	4
Thiago Iani Costa Ramos	370.447.388-00	4 e 5
Aparecido Benedito de Macedo	018.972.588-52	4
Edvan Batista de Oliveira	433.053.028-79	4
Iraides Pissolato da Silva	045.710.698-04	4
Alexandre Pianta Guerra	360.235.248-00	4
Rosangela Maria Miguel Constâncio	166.105.738-16	4
Andréia Cristina da Silva	335.788.578-66	4

Faixa III- Professores com Sede de classificação ou Sede do Controle de frequência na Diretoria de Ensino. Resolução SEDUC 84, de 16 /11/2020.

NOME	CPF	MOTIVO
Bruno José de Oliveira Ferreira	329.331.358-25	2
Claudia Liberato dos Santos	311.056.368-10	4
Noemy Pereira da Silva Scena	428.490.858-80	4
Karina Alcântara Vieira	420.430.918-67	2 e 4
João Victor Aparecido Guilhem	344.747.648-68	2

Motivo

1- O candidato já atuou no Programa e teve sua designação cessada do Regime de Dedicação Plena e Integral, nos últimos 5 anos.

2- O candidato não realizou o Curso do Programa Ensino Integral – Curso: " da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição).

3- O candidato tirou nota abaixo da média referente ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6.

4- O candidato não tem o tempo mínimo de experiência profissional de 3 anos de exercício no magistério público estadual.

5- O candidato não está inscrito no processo inicial de atribuição de classe e aula de 2021.

6- O candidato não é readaptado.

Convocação

Edital - O Dirigente Regional de Ensino, nos termos das Resoluções SE 10/2020 e SE 84/2020, convoca os candidatos deferidos no Processo de Credenciamento Inicial e no 1º Processo de Credenciamento Emergencial, para as escolas do Programa de Ensino Integral, classificados na faixa II – Efetivos e Categoria "F" e faixa III – Efetivos e Categoria "F", e Categoria "O", nesta Diretoria de Ensino. A atribuição será presencial, de acordo com o cronograma abaixo estabelecido.

Relação dos candidatos classificados no 1º processo de Credenciamento Emergencial PEI

Classificação dos candidatos deferidos na Faixa II – Diretoria de Ensino de Votuporanga

Sala de Leitura- Faixa II

	Pontuação	Nome Completo	CPF	Dígito Identificador (DI) Para Designação no PEI	Situação de Exercício	DIretoria de Ensino de Exercício	Pontuação da Classificação na Diretoria de Ensino:	Tempo de Magistério:	Formação / Disciplina:	DIsciplina do Vínculo:	Outras Licenciaturas / Habilitações:
1	10	Ana Lucia da Silva	13842860803	DI 1	Readaptado	Votuporanga	53,349	6923	História	História	Não Possuo
2	8	Sandra Borges Daher	08085458845	DI 2	Readaptado	Votuporanga	42,513	4574	Letras	Inglês	Língua Portuguesa

Anos Iniciais - Faixa II (Arte, Educação Física e Inglês)

	Pontuação	Nome Completo	CPF	Dígito Identificador (DI) Para Designação no PEI	DIretoria de Ensino de Exercício	Pontuação da Classificação na Diretoria de Ensino:	Tempo de Magistério:	Formação / Disciplina:	DIsciplina do Vínculo:	Outras Licenciaturas / Habilitações:
1	10	Rubens Antonio da Silva Oliveira	17798281878	DI 1	Votuporanga	40,248	5676	Educaçao Fisica	Educaçao Fisica, Biologia, Pedagogia	Biologia, Pedagogia, Di
2	10	João Petenucci Francisco	28224006875	DI 1	Votuporanga	18,371	1976	Educacao Fisica	Tecnologia e Eletivas	Pelo Historico Escolar Posso Biologia
3	6	Marcia Aparecida Morete	12180421842	DI 1	Votuporanga	3,684	1820	Licenciatura Plena em Arte e Poa Graduacao em Arrea Visuais.	Arte	Licenciatura Plena em Historia com Direitos a Ministrar Sociologia, Geografia.

Professores Regente de Classe - Faixa II

0	Pontuação	Nome Completo	CPF	Dígito Identificador (DI) Para Designação no PEI	Situação de Exercício	DIretoria de Ensino de Exercício	Pontuação da Classificação na Diretoria de Ensino:	Tempo de Magistério:	Formação / Disciplina:	DIsciplina do Vínculo:	Outras Licenciaturas / Habilitações:
1	10	Rubens Antonio da Silva Oliveira	17798281878	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	40,248	5679	Educaçao Fisica, Biologia, Pedagogia	Educaçao Fisica	Pedagogia, Biologia, D I
2	7	Juliana Cristina Longo	37853688873	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	23,853	2108	Peb L	Classe	Não Possuo
3	6	Lucélia Lourenço Medeiros	37800784819	DI 1	T	Votuporanga	29,448	2792	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia

Anos Finais e Ensino Médio - Faixa II

	Pontuação	Nome Completo:	CPF	Dígito Identificador (DI) Para Designação no PEI	Situação de Exercício	DIretoria de Ensino de Exercício	Pontuação da Classificação na Diretoria de Ensino:	Tempo de Magistério:	Formação / Disciplina:	DIsciplina do Vínculo:	Outras Licenciaturas / Habilitações:
1	10	Luciane Cristina de Souza	12164161840	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	20711	10184	Letras	Língua Portuguesa	Pedagogia
2	10	Aroldo Elvio Leso	15279784869	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	45,867	8549	Letras	Inglês	Língua Portuguesa
3	10	Alini Flávia Bernardi do Nascimento	28494375814	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	51598	6614	Educação Física	Educação Física	Não
4	10	Tânia Maria de Barros Pupim	12162320835	DI 3	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	42,426	5779	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Pedagogia
5	10	Mônica de Andrade Santos Sobrinho	25146880867	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	49,808	5759	História	Religião	Nenhuma
6	10	Alessandra de Araújo Silva Pierin	18448891813	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	47,936	5195	Matemática	Ciências	Pedagogia
7	10	Paulo André Da Mata Costa	21808658809	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	20,011	2498	Sociologia	Sociologia	Pedagogia/Magistério/ Língua Portuguesa
8	10	Michele Carina de Carvalho da Silva	32346090808	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	19,01	1519	Matemática	Matemática	Matemática
9	10	Alcinei Nogueira.	07675929802	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	74,51	1269	Geografia.	História.	Ciências Físicas e Biológicas, Matemática e Química
10	9	Daniel Lucio Marin	32795646897	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	27,961	2608	Letras - Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Língua Inglesa	Língua Inglesa	"Pedagogia - Licenciatura Plenas; Pós Graduação em Gestão Escolar: 1090 Horas."
11	8	Valeria Cristina Scacalossi	06170157836	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	37,857	5529	Quimica	Qimica	Biologia, Ciencias Fisicas e Biologicas e Matematica
12	10	Edineia Jodas Faustino	10283114860	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	61.828	8534	Matemática/Ciências	Matemática/Ciências	Biologia
13	10	José Candido Domingues.	07299473860	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	59,485	8513	História	História	Não Tenho
14	10	Michelle Patricia Sarchis Prieto	21570722846	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	46,644	6306	Ciências Físicas e Biológicas	Matemática	Física, Oficinas Curriculares e Oficinas - Eei
15	10	André Luiz Marcolino	18914628817	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	40,207	5816	Física	Física	Matemática/ Química
16	10	Rubens Antonio da Silva Oliveira	17798281878	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	40,248	5679	Pedagogia, Educaçao Fisica, Biologia	Educaçao Fisica	Biologia, Pedagogia, D I
17	10	Silmara do Carmo Mantelo Buosi	26045410840	DI 1	Designado (Efetivo/Estável)	Votuporanga	37,903	5344	Ciências com Habilitação em Matemática Correlatas Bio/Qui/Fis	Ciências	Pedagogia
18	10	Marina Vieira Sotelo Garcia	08200390802	DI 2	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Votuporanga	38,8	4690	Ciencias Habilitaçao Matematica	Biologia, Fisica, Quimica	Pedagogia
19	10	Edilce Ferlete Teixeira Rocha	06549794803	DI 2	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	52.877	6308	Ciências Físicas e Biológicas.	Matemática	Não.
20	10	Vanda Aparecida Longhi Ulian	04711302816	DI 2	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	23,674	5811	Português/Inglês	Português/Inglês	Não Tenho
21	10	Sandra Munhoz Cardoso	04902489856	DI 2	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	24,172	5336	Matemática	Matemática/Eletiva	Pedagogia
22	10	João Petenucci Francisco	28224006875	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	18,371	1976	Educacao Fisica	Eletivas e Tecnologia	Pelo Historico Escola Posso Biologia
23	10	Maria Celestina Flores	21486774890	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	22,936	1933	Ciências Físicas e Biológicas (Ciências e Biologia)	Ciências	Pedagogia e Leciono Matemática no Ensino Fundamental
24	10	Marina Felippi Ferreira	54475210925	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	16,6	1681	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia
25	10	Flávio Santiago Zoais	34546454848	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	21,048	1678	Letras	Português/Inglês	Espanhol
26	10	Geisa Mara Pinheiro Brito da Costa	42001185804	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	7,471	1360	Licenciatura Plena em Geografia	Geografia/História	História
27	10	Maria Roseli Buzo	07804737874	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	13.104	1307	Geografia/Comunicação Social e Pedagogia	Geografia/História	Comunicação Social e Pedagogia
28	10	Alessandra Amabile Lujan Friozi	12171764899	DI 1	Interrupção de Exercício (Categoria 0)	Votuporanga	5,676	1281	Geografia/História/Sociologia	Geografia	História e Sociologia
29	10	Octavio Vendramel Neto	33810209864	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	15,619	1215	Historia	Historia	Arte / Pedagogia / Ensino Religioso / Libras
30	10	Adriele Maria Geanini Mendonça	32815048841	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	8,158	1165	Química	Química	Arte, Pedagogia, Correlatas em Física e Matemática
31	10	Edvânia Cambrais Caldeira Salomão	33708106890	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	13,582	1100	Ciências Biológicas	Ciências e Biologia	Pedagogia
32	9	Alessandro Henrique Grippe	31086272870	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	8895	1988	Matematica	Interlocutor de Libras	Matemática, Física, Interlocutor de Libras, Pedagogia, Transtorno Espectro Autista
33	9	Elinalda Corrêa da Silva Freitas	21597100838	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	19,416	1400	Educação Fiísica	Educação Fiísica	Pedagoagia
34	8	Luciane Paula de Castilho Francisco	13335467850	DI 1	Interrupção de Exercício (Categoria 0)	Votuporanga	9,146	5510	Pedagogia, Arte, Ciências	Arte	Pedagogia, Arte
35	8	Marcelo Aparecido da Silva	31297410890	DI 1	Interrupção de Exercício (Categoria 0)	Votuporanga	6532	3027	Matemática	Matemática	Pedagogia, Ciências, Química, Física, Biologia
36	8	Joao Aparecido Simao	06001108854	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	19,252	1674	Ciências Físicas e Biológicas	Ciências Físicas e Biológicas	Analista de Sistemas por 11 Anos
37	8	Valdirene Aparecida de Aguiar Agostini	16746727807	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	1378	1378	Arte	Arte	Pedagogia
38	8	Sara Regina Luz de Oliveira	18454912894	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	13,62	1135	Língua Portuguesa/Inglês	Língua Portuguesa	Não
39	7	Taila Maria Furquim	25469695875	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	36,84	2174	Arte	Arte	Pedagogia/ Pós em Educação Especial/ Sala de Aee
40	7	Tatiani Cássia Souza Soares	33768548821	DI 1	Interrupção de Exercício (Categoria 0)	Votuporanga	18.490	1.378	Física	Física	Matemática
41	6	Joao Miguel da Silva Neto	00516455800	DI 2	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	44065 Pontos	3882	Matematica	Matematica (Ens.fundamental Anos Finais)	Ciencias Fisica e Biologica
42	6	Juscileia Ferreira Bento Magalhaes Lima	29782308862	DI 3	Interrupção de Exercício (Categoria 0)	Votuporanga	2400- Sem Inscrição	2389	Historia	Filosofia	Pedagogia e Arte
43	6	Fabiana Cristina Gonçalves de Almeida	40703254847	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	Votuporanga	17732	2069	Sociologia, Biologia, Ciencias Fisicas e Biologicas, Quimica, Oficinas Curriculares.	Sociologia, Ciencias, Biologia e Quimica.	Sociologia, Biologia, Ciencias Fisicas e Biologicas, Quimica, Oficinas. Curriculares

Classificação dos Candidatos Deferidos na Faixa III – Outras Diretorias de Ensino

Anos Iniciais - Faixa III (Arte, Educação Física e Inglês)

	Pontuação	Nome Completo	CPF	Dígito Identificador (DI) Para Designação no PEI	DIretoria de Ensino de Exercício	Pontuação da Classificação na Diretoria de Ensino:	Tempo de Magistério:	Formação / Disciplina:	DIsciplina do Vínculo:	Outras Licenciaturas / Habilitações:
1	10	Tania Marta de Oliveira	21570529841	DI 1	Araçatuba	30.58	1270	Educação Física com Habilitação em Biologia	Educação Física	Pedagogia/ Oficina Curriculares
2	9	Reginaldo Francisco de Moura	36698531898	DI 1	Fernandópolis	18.982	1.197	Licenciatura Plena em Educação Física	Educação Física	Sem Outras Licenciaturas, Cursando Pedagogia

Anos Finais e Ensino Médio- Faixa III

	Pontuação	Nome Completo:	CPF	Dígito Identificador (DI) Para Designação no PEI	Situação de Exercício	Unidade de Exercício	DIretoria de Ensino de Exercício	Pontuação da Classificação na Diretoria de Ensino:	Tempo de Magistério:	Formação / Disciplina:	DIsciplina do Vínculo:	Outras Licenciaturas / Habilitações:
1	10	Emerson Luiz Garbelin	10281781826	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	São José Do Rio Preto	São José Do Rio Preto	56,229	10072	História	História	Licenciatura Plena em Pedagogia
2	10	Célia Borges da Silva	24940118843	DI 1	Designado (Efetivo/Estável)	Sumaré	EE Guido Rosolen	38,035	8075	Matemática, Ciencias Fisicas e Biologicas, Física, Química	Matemática	Ciencias Fisicas e Biologicas, Física, Química e Pedagogia
3	10	Silvia Helena Eduardo	15925499859	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Birigui	Birigui	46,803	4091	Geografia	História	
4	10	Elaine Cristina Doimo de Oliveira	24826937806	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	EE Carlos Gomes	Campinas Leste	12174	4016	Letras Português	Inglês	Pedagogia
5	10	Daiane Paulino Valim Paracatu	35605427822	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	José Zanovelli	José Bonifácio	21.885	3851	Sociologia, História	Sociologia	História, Geografia
6	10	Maria Edmar da Silva Kabeya	15778869843	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	EE João Batista Botelho	Araçatuba	18,492	2604	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Inglês
7	10	Moacir Gualdi Júnior	36069522877	DI 1	Contrato Ativo (Categoria 0)	EE Gabriel Cozzetto	José Bonifácio	27707	2133	Matemática	Matemática	Física
8	10	Valéria Aparecida Pereira Souza	33704868817	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	Sumaré	Sumaré	32,499	1968	Licenciatura em Matemática	Matemática	Física

9	10	Amanda Oliveira da Silva Moriale	43318209805	DI 1	Contrato Ativo (Categoria O)	Fernandópolis	Fernandópolis	21,732	1811	Ciências Físicas e Biológicas	Ciências e Biologia	Pedagogia, Filosofia e Sociologia
10	10	Jorge Luiz de Oliveira Costa	34270152893	DI 1	Contrato Ativo (Categoria O)	Dr. Pio Antunes de Figueiredo	Birigui	28292	1691	História	História e Sociologia	Letras/Português e Inglês
11	10	Emanuel Messias de Brito	14434780832	DI 1	Contrato Ativo (Categoria O)	São José Do Rio Preto	São José Do Rio Preto	17.664	1519	Educação Física	Educação Física	Pedagogo
12	10	Tiago Henrique de Oliveira	41655439855	DI 1	Contrato Ativo (Categoria O)	Ourinhos	Ourinhos	13,462	1121	Língua Portuguesa/Inglesa	Língua Portuguesa	Não
13	8	Gustavo Henrique Bernardes	27321595811	DI 1	Em Exercício (Efetivo/Estável)	E.e.profº. Júlio César D'Elia	Franca	0	7969	Licenciatura Plena em Matemática	Matemática	Licenciatura Plena em Pedagogia
14	7	Reginaldo Francisco de Moura	36698531898	DI 1	Interrupção de Exercício (Categoria O)	EE Donato Marcelo Balbo	Fernandópolis	18.982	1.197	Licenciatura Plena em Educação Física	Educação Física	Cursando Pedagogia
15	6	Carla Rosana Correa	10950174890	DI 1	Contrato Ativo (Categoria O)	José Zanovelli	José Bonifácio	52,771	6967	Arte, Pedagogia e Letras .	Arte	Deficiência Intelectual (Pós Graduação) Filosofia, Sociologia, Inglês
16	6	Josiane Queiroz de Oliveira	17359288878	DI 3	Interrupção de Exercício (Categoria O)	Município	São José Do Rio Preto	19,824	2869	Estudos Sociais/ História	História	Geografia/ Sociologia
17	6	Angelica da Silva	21611160880	DI 1	Contrato Ativo (Categoria O)	EE Rtita Bicudo, Profa	Norte 2	26.11	2060	Sociologia	Filosofia	Ciências Sociais

SAÚDE

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Retificação do D.O. de 28-11-2020

Na publicação do Edital de Abertura de Inscrições do Processo Seletivo para Preenchimento de Vagas do Curso de Especialização em Gestão de Pessoas em Saúde – 2021/2022

O Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS/SP "Dr. Antônio Guilherme de Souza" através do Centro de Treinamento e Desenvolvimento do GSDRH da CRH, torna pública:

O número de vagas a serem preenchidas para 34.

Onde se lê: O Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS/SP "Dr. Antônio Guilherme de Souza" através do Centro de Treinamento e Desenvolvimento do GSDRH da CRH, torna pública a abertura das inscrições no período de 01/12 a 21-12-2020 para o Processo Seletivo destinado ao preenchimento de 30 vagas para o curso de Especialização em Gestão de Pessoas em Saúde, reconhecido como Especialização pelo Parecer 298/20 do Conselho Estadual de Educação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo - CEE/SEE/SP, a serem oferecidas em 2021/2022.

Leia-se: O Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS/SP "Dr. Antônio Guilherme de Souza" através do Centro de Treinamento e Desenvolvimento do GSDRH da CRH, torna pública a abertura das inscrições no período de 01/12 a 21-12-2020 para o Processo Seletivo destinado ao preenchimento de 34 vagas para o curso de Especialização em Gestão de Pessoas em Saúde, reconhecido como Especialização pelo Parecer 298/20 do Conselho Estadual de Educação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo - CEE/SEE/SP, a serem oferecidas em 2021/2022.

Convocação

Processo Seletivo

Especialização em Gestão de Pessoas em Saúde 2021/2022

Resultado Final e Convocação para a Matrícula

O Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS/SP "Dr. Antônio Guilherme de Souza", através do Centro de Treinamento e Desenvolvimento do GSDRH da CRH, torna público o Resultado Final do Processo Seletivo para preenchimento de vagas no Curso de Especialização em Gestão de Pessoas em Saúde - 2021/2022 e Convoca os candidatos aprovados para a realização de Matrícula.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	RG
8º	Amanda Eduarda da Silva Gomes Dib	46.150.235-5
33º	Aurea Cristina Souza	62.311.065-9
28º	Bianca Cardoso Teixeira	37.484.662-5
3º	Carmen Livia Formoso Camargo	15.647.243-0
18º	Catia Cilene de Oliveira Paiva	20.002.247-7
25º	Cristina Kalliopi Pilos	28.158.472-2
15º	Daniela Claro de Oliveira	40.373.519-1
32º	Denise de Oliveira Carneiro	16.481.730-X
22º	Edna Silva Ferreira	237018287
34º	Elaine Cristina Roberto	28406939-5
31º	Eliana Aparecida Ramos da Silva	17.710.871-X
26º	Eliana Moreira de Sousa	21.920.991-1
5º	Éline Kate Pires Massarico	42.367.816-4
27º	Elisabete Alves de Araujo Pedroso	17.179.547-7
30º	Elza Bizio Leal	10.770.890-5
21º	Fernando Conego Santos	34.080.778-7
1°	Guilherme Fonseca Cabral Ferraz	42.051.647-5
2º	Jakeline Nogueira de Lima	28.036.423-4
4º	Janete Lourenço Sgueglia	22.397.540-0
7º	Margarete Aparecida dos Santos Nobile Ribeiro	159722950
20º	Maria Selma Silva Freires	21.646.609-X
19º	Monique da Silva Santos Corredato	41.478.923-4
10º	Monique Rodrigues Gomes dos Anjos	42.100.257-8
6º	Nayara Oliveira de Brito	36.130.568-0
14º	Pamela Sessinato Barbosa	40.240.316.2
12º	Paulo Jorge Figueiredo da Costa Romão	15.584.779-X
11º	Rafael de Oliveira Alves	23.716.729-3
9º	Raphael Augusto de Oliveira Silva	36.904.414-5
17º	Roberta de Oliveira Costa	32.905.982-8
29º	Rodrigo Teixeira Pires	077.619.102-0
13º	Simone de Paula Florencio da Silva	32.637.185-0
24º	Suely Aparecida Machado Miranda	18.527.657-X
16º	Viviane Grams Carvalho	48.106.558-1
23º	Yuri Arimoto Ogata	44.097.549-9

O candidato deverá se apresentar no Anfiteatro I - subsolo do Centro de Formação de Recursos Humanos CEFOR/SUS/SP - Rua Dona Inácia Uchôa, 574 – Vila Mariana – SP, no período de 3 a 9 de fevereiro das 10h às 15h:

1. portando máscara, caneta esferográfica própria azul ou preta e mantendo o distanciamento de no mínimo 1,5 metros dos demais candidatos

2. munidos de cópia simples e originais (para conferência) dos seguintes documentos:

2.1.02 (duas) fotos 3x4 recentes;

2.2. Cédula de identidade (RG) e CPF ou comprovante de inscrição emitido pela Receita Federal;

2.3. Diploma ou declaração de conclusão de curso de ensino superior em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, acompanhado de Histórico Escolar;

2.4. Comprovante de residência atual;

2.5. Comprovante de alistamento militar, se sexo masculino;

2.6. Título de eleitor com o comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO - SANTOS

Intimação

Ofício No.DSMP/HGA 013/2021

Fornecedor Protec Export Ind, Com, Import e Export de Equip Médicos Hospitalares Ltda

CNPJ: 06.207.441/0001-45

Rod Bunjiro Nakao, 49800

06726300 - São Paulo - SP

1. O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do(a) Hosp. Guilherme Alvaro, Santos, Vem Comunicar Protec Export Ind, Com, Import e Export de Equip Médicos Hospitalares Ltda - CNPJ: 06.207.441/0001-45, já qualificada no edital Dispensa de Licitação, acerca da apuração dos seguintes fatos:

2. Trata-se o presente de inexecução total de obrigação, referente à aquisição de Linha de Amostragem para Monitor G Séries de N.o, Realizada Através da Dispensa de Licitação, Processo Ses-Prc-2020/28340, em Que a Empresa Protec Export Ind.com Imp e Exp de Equip. Sagrou-Se Vencedora, Conforme Nota de Empenho 2020NE02068, datada de 27-08-2020, no valor total de R$ 575,00.

Devido a entrega não ter sido realizada, foi emitida Nota de Anulação de Empenho 2020NE03224, datada de 30-12-2020 no mesmo valor.

O valor total da multa é de R$ 175,5, referente a 30% do valor do ajuste, conforme Resolução SS-92 de 10-11-2016, artigo 4º, estando sujeita às sanções por inadimplemento, ficando passível à aplicação de penalidades.

Com objetivo de garantir o preconizado no art. 5. Inciso LV da Constituição Federal de 1.988; concedemos o prazo de 5 dias úteis a partir da data consignada no Aviso de Recebimento deste, via Correios e da sua publicação em Diário Oficial do Estado, para que a empresa apresente a prévia defesa, ficando desde já autorizada vista aos autos e extração de cópias mediante pagamento dos respectivos emolumentos e agendamento prévio.

A defesa poderá ser apresentada via Correio ou mediante protocolo na Rua Dr. Oswaldo Cruz, 197 - Boqueirão - Santos - CEP: 11045-904 – Divisão Técnica de Gerenciamento Hospitalar das 8horas às 16horas de segunda a sexta-feira.

3. Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar do recebimento desta intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site www.esancoes.sp.gov.br com inclusão do código de acesso 202153LV7AKBQF, que permitirá selecionar a opção "Fornecedor Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação;

4. A perda do prazo de defesa ensejará a aplicação das penalidades legais.

5. Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, vista dos autos do processo no seguinte endereço: Rua Oswaldo Cruz, 197, Santos - Sp, 11045904

INSTITUTO PAULISTA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA - JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

Convocação

O Diretor Técnico II da Gerência de Recursos Humanos deste, Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia "José Ermírio de Moraes", da Coordenadoria de Serviços de Saúde, convoca a AURELINA BORGES DOS SANTOS, RG. 12895852, Agente Técnico de Assistência a Saúde "Assistente Social", CLT, para comparecer ao Núcleo de Gestão de Pessoal à Praça Padra Aleixo Monteiro Mafra (Praça do Forro), 34, sala 21, São Miguel Paulista nesta Capital, no prazo máximo de 5 dias uteis, para tratar de assunto de seu interesse. Por não ter Tomado ciência ate apresente data, é citado agora por Edital, na forma da Lei para defender-se. E para que não alegue ignorância ou desconhecimento.

LOGÍSTICA E TRANSPORTES

GABINETE DO SECRETÁRIO

NÚCLEO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comunicado

Anexo II a que se refere o artigo 26 do Decreto 48.897, de 27-08-2004

Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos 01/2021

A Coordenadora da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso, reestruturada pela Resolução SLT-4, de 28-06, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 02-07-2019, em conformidade com os prazos definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: atividades-meio, faz saber a quem possa interessar que, a partir do 30.º dia subsequente à data de publicação deste Edital, a Secretaria de Logística e Transportes eliminará os documentos abaixo relacionados. Os interessados poderão requerer às suas expensas, no prazo citado, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido dirigida à Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso.

Função: 004 – Gestão de Bens Materiais e Patrimoniais

Subfunção:004.01 – Controle de compras, serviços e obras

Atividades: 004.01.03 – Cadastramento de fornecedores e prestadores de serviços

Série documental: 004.01.03.001 - Cadastro de fornecedores e prestadores de serviços

Datas-limite: 1968-1975

Quantidade (metros lineares): 0,14

Observações complementares: 1968,1969,1970,1975

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.01 – Controle de compras, serviços e obras

Atividades: 004.01.04 – Aquisição de bens materiais e patrimoniais

Série documental: 004.01.04.001 - Processo de aquisição de bens de informática e automação

Datas-limite: 1968-1999

Quantidade (metros lineares): 0,14

Observações complementares: 1968, 1970, 1971, 1987, 1993, 1994, 1996, 1999

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.01 – Controle de compras, serviços e obras

Atividades: 004.01.04 – Aquisição de bens materiais e patrimoniais

Série documental: 004.01.04.002 - Processo de aquisição de material de consumo

Datas-limite: 1962-1998

Quantidade (metros lineares): 111,78

Observações complementares: 1962, 1965, 1968-1980, 1988, 1989, 1991-1993, 1995, 1998

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.01 – Controle de compras, serviços e obras

Atividades: 004.01.04 – Aquisição de bens materiais e patrimoniais

Série documental: 004.01.04.003 - Processo de aquisição de material permanente

Datas-limite: 1965-1993

Quantidade (metros lineares): 27,94

Observações complementares: 1965, 1968-1972, 1974-1979, 1992, 1993

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.01 – Controle de compras, serviços e obras

Atividades: 004.01.05 – Contratação de serviços e obras

Série documental: 004.01.05.004 - Processo de contratação de serviço técnico profissional generalizado

Datas-limite: 1965-1997

Quantidade (metros lineares): 0,42

Observações Complementares: 1965, 1968, 1969, 1970, 1973, 1977, 1981, 1984, 1985-1992, 1997

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.01 – Controle de compras, serviços e obras

Atividades: 004.01.05 – Contratação de serviços e obras

Série documental: 004.01.05.005 - Processo de contratação de serviços comuns

Datas-limite: 1964-1998

Quantidade (metros lineares): 29,16

Observações Complementares: 1964,1965, 1968-1979, 1981, 1986, 1987, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1998

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.01 – Controle de compras, serviços e obras

Atividades: 004.01.05 – Contratação de serviços e obras

Série documental: 004.01.05.006 - Processo de contratação de serviços terceirizados

Datas-limite: 1965-1997

Quantidade (metros lineares): 29,16

Observações Complementares: 1965, 1968-1972, 1974, 1975, 1976, 1977, 1981, 1987, 1989, 1990, 1992, 1994, 1995, 1997

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.02 – Controle de bens patrimoniais

Atividades: 004.02.02 – Defesa de bens patrimoniais

Série documental: 004.02.02.003 - Processo de sindicância relativa à defesa de bens patrimoniais

Datas-limite: 1973-1999

Quantidade (metros lineares): 0,14

Observações Complementares: 1973, 1974, 1988-1991, 1993, 1994, 1995, 1999

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.02 – Controle de bens patrimoniais

Atividades: 004.02.03 – Locação de bens patrimoniais

Série documental: 004.02.03.001 - Processo de locação de máquinas e equipamentos

Datas-limite: 1974-1999

Quantidade (metros lineares): 0,28

Observações Complementares: 1974-1979, 1981, 1984, 1987, 1991, 1992, 1993, 1994 1996,1999

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.02 – Controle de bens patrimoniais

Atividades: 004.02.04 – Registro da movimentação de bens patrimoniais

Série documental: 004.02.04.004 - Processo de transferência de bens patrimoniais

Datas-limite: 1968-1997

Quantidade (metros lineares): 0,28

Observações Complementares: 1968, 1969, 1970-1975, 1979, 1980, 1984, 1986, 1987, 1989, 1992-1995, 1997

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.02 – Controle de bens patrimoniais

Atividades: 004.02.05 – Arrolamento e baixa de bens patrimoniais

Série documental: 004.02.05.002 - Processo de arrolamento de bens excedentes, inservíveis ou em desuso

Datas-limite: 1969-1999

Quantidade (metros lineares): 0,28

Observações Complementares: 1969, 1972, 1973, 1974, 1976, 1989, 1992, 1993-1995, 1997, 1998, 1999

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.03 – Controle de almoxarifado

Atividades: 004.03.01 – Verificação de estoque e distribuição

Série documental: 004.03.01.001 - Balancete de material de almoxarifado

Datas-limite: 1969-1998

Quantidade (metros lineares): 0,14

Observações Complementares: 1969, 1975 -1985, 1987-1996, 1998

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.04 – Controle de patrimônio imobiliário

Atividades: 004.04.03 – Defesa de bens imóveis

Série documental: 004.04.03.001 - Processo de contratação de seguro para imóveis

Datas-limite: 1965-1998

Quantidade (metros lineares): 0,28

Observações Complementares: 1965, 1976, 1978-1980, 1987- 1989, 1993-1995, 1998

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.05 – Controle de transportes internos

Atividades: 004.05.02 – Aquisição de veículos

Série documental: 004.05.02.003 - Processo de aquisição de veículo

Datas-limite: 1969-1997

Quantidade (metros lineares): 0,70

Observações Complementares: 1969-1972, 1974-1981, 1986, 1993-1997

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção:004.05 – Controle de transportes internos

Atividades: 004.05.08 – Controle da guarda e do uso de veículos

Série documental: 004.05.08.012 - Processo de inscrição de funcionário ou servidor no regime de quilometragem

Datas-limite: 1964-1972

Quantidade (metros lineares): 0,42

Observações Complementares: 1964, 1968-1972

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção: 004.05 – Controle de transportes internos

Atividades: 004.05.08 – Controle da guarda e do uso de veículos

Série documental: 004.05.08.013 - Processo de sindicância de acidente com veículo

Datas-limite: 1968-1996

Quantidade (metros lineares): 0,84

Observações Complementares: 1968-1970, 1972-1994, 1996

Função: 004 – GESTÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Subfunção: 004.05 – Controle de transportes internos

Atividades: 004.05.09 – Controle do consumo de combustível

Série documental: 004.05.09.003 - Processo de aquisição de combustível

Datas-limite: 1968-1999

Quantidade (metros lineares): 0,56

Observações Complementares: 1968, 1969, 1972, 1976, 1979, 1981, 1983, 1986, 1991-1996, 1998, 1999

Função: 006 – GESTÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES

Subfunção:006.01. – Comunicação administrativa

Atividades: 006.01.10 – Controle de correspondência

Série documental: 006.01.10.003 - Ofício, carta, requerimento, moção ou voto, abaixo-assinado

Datas-limite: 1965-2008

Quantidade (metros lineares): 0,98

Observações complementares: 1965, 1967–1979, 1992, 1993, 1995, 2007, 2008

Total de metros lineares = 203,64

NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS

Comunicado

Edital de Classificação Final 01/2021

Processo de Progressão 2017

O Núcleo de Recursos Humanos da Secretaria de Logística e Transportes Torna Pública a Lista de Classificação Final do Processo de Progressão Referente ao Ano de 2017, de Que Trata a Lei Complementar 1.080, de 17-12-2008, para os Servidores do Quadro Desta Pasta, Mediante Condições Estabelecidas Nas Instruções Especiais do Edital de Abertura 01/2021, Publicado em 16-01-2021.

Classificacão Final

Progressão 2017

Cargo/Função-Atividade: Auxiliar de Serviços Gerais

	NOME	RG	PADRÃO ATUAL	ADI 2016	ADI 2017	MÉDIA ADI 2016/2017	PONTUAÇÃO ID	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO) NO PADRÃO ATUAL (ATÉ 31-10-2017	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Givaldo da Silva Ramos	14.946.682	1-F	97	98	97,5	00	731	01-07-1962	97,5
2º	Nélia Maria Ferreira Aguiar	11.472.526-3	1-F	94	98	96	00	731	11-10-1952	96
3º	Nilton Monteiro de Lara	13.213.070-1	1-C	94	95	94,5	00	731	08-08-1947	94,5
4º	Dolores Rodrigues da Silva	6.363.320	1-F	90	91	90,5	00	731	17-08-1951	90,5
5º	Nilson Santana	11.874.451-3	1-C	90	91	90,5	00	731	29-11-1958	90,5
6º	Marcelo Virginio	17.135.933	1-C	80	90	89	00	1096	25-03-1965	89
7º	Francisco Rodrigues da Silva	13.767.932	1-B	87	90	88,5	00	13012	28-04-1956	88,5

Classificacão Final

Progressão 2017

Cargo/Função-Atividade: Oficial Administrativo

	NOME	RG	PADRÃO ATUAL	ADI 2016	ADI 2017	MÉDIA ADI 2016/2017	PONTUAÇÃO ID	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO NO PADRÃO ATUAL (ATÉ 31-10-2017)	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Maria Avanete da Silva	18.948.758	1-E	100	100	100	00	731	26-05-1970	100
2º	Fatima Aparecida Marcellino	17.661.570-2	1-B	90	100	95	04	967	07-06-1965	99
3º	Francisco Jose Sampaio	10.309.707-7	1-C	731	95	99	00	731	12-11-1958	97
4º	Elaine Cristina Bothmann	19.342.952-4	1-C	85	99	92	3,55	1091	23-12-1969	95,5

	NOME	RG	PADRÃO ATUAL	ADI 2016	ADI 2017	MÉDIA ADI 2016/2017	PONTUAÇÃO ID	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO NO PADRÃO ATUAL (ATÉ 31-10-2017)	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO FINAL
1º	Clemente Gonçalves	6.835.990-1	1-B	79	91	85	00	731	03-03-1947	85

INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Comunicado

A Diretoria de Recursos Humanos, torna pública a lista de classificação final do Processo de Promoção por Antiguidade, referente ao exercício de 2020 das séries de classes de Engenheiro, Engenheiro Agrônomo e Arquiteto à vista do disposto nas Leis Complementares nºs 540/88 e 789/94, regulamentada pelo Decreto 42.250 de 23/09/97, com a redação alterada pelo Decreto 42.419, de 04/11/97.

Para fins de desempate, foram aplicados os critérios estabelecidos no Artigo 16 do Decreto 42.250 de 23/09/97.

I - Maior tempo de serviço na série de classes;

II - Maior tempo de serviço público estadual;

III - Maiores encargos de família;

IV -Mais idade.

Da listagem publicada caberá recurso à Diretoria de Recursos Humanos no prazo de 5 dias úteis a contar da data da publicação, conforme Artigo 18 do Decreto 42.250 de 23/09/97.

Classe: Arquiteto V; contingente 01; total a ser promovido - 01

Clas.	Pront.	Nome	RG	T.S.C	T.S.P	Encargos Família	Data Nascimento

Nada Consta

Classe: Engenheiro Agrônomo II; contingente 01; total a ser promovido - 01

Clas.	Pront.	Nome	RG	T.S.C	T.S.P	Encargos Família	Data Nascimento
1º	10071	WALKER DE SOUZA PINTO	20480444-9	2825	2825	0	31-12-1975

Classe: Engenheiro Agrônomo III; contingente 02; total a ser promovido - 01

Clas.	Pront.	Nome	RG	T.S.C	T.S.P	Encargos Família	Data Nascimento

Nada Consta

Classe: Engenheiro Agrônomo IV; contingente 03; total a ser promovido - 02

Clas.	Pront.	Nome	RG	T.S.C	T.S.P	Encargos Família	Data Nascimento

Nada Consta

Classe: Engenheiro I; contingente 02; total a ser promovido - 01

Clas.	Pront.	Nome	RG	T.S.C	T.S.P	Encargos Família	Data Nascimento

Nada Consta

Classe: Engenheiro II; contingente 01; total a ser promovido - 01

Clas.	Pront.	Nome	RG	T.S.C	T.S.P	Encargos Família	Data Nascimento

Nada Consta

Classe: Engenheiro III; contingente 05; total a ser promovido - 04

Clas.	Pront.	Nome	RG	T.S.C	T.S.P	Encargos Família	Data Nascimento
1º	9826	MARCOS ANDRE DOS SANTOS	23695642-5	3887	3887	0	06-04-1974
2º	9831	DARCIO DE ALMEIDA COSTA	3954977-X	3831	3831	0	20-12-1947

Classe: Engenheiro IV; contingente 58; total a ser promovido – 41

Clas.	Pront.	Nome	RG	T.S.C	T.S.P	Encargos Família	Data Nascimento

Nada Consta

(Comunicado DHU de 26-01-2021)

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comunicado

A Cetesb para dar cumprimento a Resolução Conama 06, de 24-01-1986 e Resolução SMA 09, de 03-02-2017, faz publicar os pedidos de licenças solicitadas, posição 28-01-2021 no Âmbito da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental.

Processo 028/2021 (078768/2020-26)

A Cetesb, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, torna público que recebeu o pedido de Licença Ambiental Prévia, da GLP S Participações S/A, para Centro Logístico GLP Ribeirão Pires, no município de Ribeirão Pires/SP, mediante apresentação do Relatório Ambiental Preliminar (RAP). Declara aberto o prazo de 30 dias a partir da publicação desta nota, para manifestação, por escrito, de qualquer interessado. A solicitação deverá ser protocolada ou enviada por carta registrada, postada no prazo acima definido ao Setor de Triagem e Acompanhamento de Processos, Av. Professor Frederico Hermann Junior, 345, Alto de Pinheiros, CEP 05459-900, São Paulo/SP.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PROCURADORIAS REGIONAIS

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS

Comunicado

Edital do Procedimento de Seleção de Estagiários de Direito da Procuradoria Regional de Campinas - Seccional de Limeira, área do contencioso.

I. O Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Regional de Campinas faz saber que, no período de 01 a 08-02-2021, estarão abertas as inscrições para o procedimento de seleção de estagiários de Direito para Seccional de Limeira da Procuradoria Regional de Campinas, do qual poderão participar estudantes de Direito cursando os dois últimos anos do curso jurídico (7º, 8º, 9º ou 10º semestres) em 2021, em Faculdades de Direito oficiais ou reconhecidas. Estudantes matriculados no 6º semestre poderão efetuar a inscrição, ficando o início do estágio condicionado à realização de matrícula no 7º semestre.

II. O processo seletivo destina-se à formação de cadastro de reserva. Os candidatos habilitados poderão ser convocados para as vagas de estagiário que eventualmente forem abertas, na medida das necessidades da unidade, até o limite de 20 (vinte) vagas, dentro do período de validade do certame, que é de 1 (um) ano, sempre de acordo com a ordem de classificação e na medida dos recursos disponíveis.

III. Nos termos do artigo 17, §5º, da Lei federal 11.788, de 25-09-2008, fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% das vagas. Para o cumprimento de tal dispositivo, serão destinadas as vagas 10ª (décima), 20ª (vigésima), 30ª (trigésima) e, assim, sucessivamente. Esses candidatos deverão apresentar requerimento de inscrição instruído com laudo médico atestando o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência à Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10, bem como informar quais ajudas técnicas e condições específicas são necessárias para a realização da prova. Serão fornecidas condições especiais aos candidatos com deficiência visual, auditiva e física. O requerimento de reserva de vagas e o atendimento às ajudas técnicas solicitadas serão analisados pela Comissão Organizadora em 5 (cinco) dias e publicado no Diário Oficial do Estado. Dessa decisão, poderá ser interposto recurso administrativo em igual prazo, endereçado ao Centro de Estágios da PGE. Se não houver candidatos deficientes inscritos ou aprovados, as respectivas vagas poderão ser preenchidas pelos demais candidatos.

IV. O candidato que não estiver inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Seção de São Paulo, deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início do estágio, comprovar a sua inscrição no Quadro de Estagiários da Ordem dos Advogados do Brasil, sob pena de desligamento do estágio.

V. O estágio pressupõe matrícula e frequência regular no curso de Direito e terá a carga horária de 4 (quatro) horas diárias. A duração do estágio condiciona-se à conclusão do curso de Direito e não pode exceder a 2 (dois) anos, fazendo o estudante jus à bolsa mensal de R$ 828,00, nos termos da Resolução PGE 15, de 10-05-2018, além de auxílio-transporte (R$ 6,00 por dia), nos termos da Resolução PGE 48, de 28-06-2011.

VI. O estágio não confere ao estudante de Direito vínculo empregatício com o Estado.

VII. O candidato aprovado deverá, quando da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, firmar declaração de que não é servidor público e, tampouco, possui vínculo com escritório de advocacia que atue contra a Fazenda do Estado de São Paulo, judicial ou extrajudicialmente; ou, que na condição de servidor público, não possui impedimento para exercer a advocacia e não exerce atividades incompatíveis com a advocacia, de acordo com o disposto na Lei federal 8.906, de 4 de julho de 1994, havendo compatibilidade de horários entre as atividades concernentes à sua condição de servidor público, estudante de direito e estagiário da Procuradoria Geral do Estado, e ainda apresentar cópia da Cédula de Identidade, comprovante de matrícula ou declaração da Faculdade que demonstre estar cursando o 4º ou 5º ano (7º, 8º, 9º ou 10º semestres) em Faculdade de Direito oficial ou reconhecida.

VIII. As inscrições serão realizadas SOMENTE VIA INTERNET, mediante acesso ao endereço eletrônico da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo

– www.pge.sp.gov.br – item "Processo Seletivo de Estagiário". Atenção: selecionar o Processo Seletivo da Seccional de Limeira da Procuradoria Regional de Campinas e a partir daí é só seguir as orientações do próprio sistema para preenchimento dos dados solicitados e efetuar a inscrição.

IX. A prova apresentará 15 questões de múltipla escolha (com cinco alternativas cada) e uma dissertação, divididas como segue:

a) 5 (cinco) questões de Direito Administrativo, observado o seguinte conteúdo programático:

1. Atos Administrativos: Atributos, Elementos e Extinção;

2. Administração Pública (artigos 37 e 38 da Constituição da República);

3. Servidores Públicos (artigos 39 a 41 da Constituição da República);

4. Bens públicos (artigos 98 a 103 do Código Civil);

5. Improbidade Administrativa: Disposições Gerais (artigos 1º a 8º da Lei federal 8.429, de 2 de junho de 1992).

b) 5 (cinco) questões de Direito Processual Civil, observado o seguinte conteúdo programático:

1. Prazos: Disposições Gerais (artigos 218 a 232 do Código de Processo Civil);

2. Procedimento Comum: Petição Inicial e Contestação (artigos 319 a 331 e artigos 335 a 342 do Código de Processo Civil);

3. Provas: Disposições Gerais (artigos 369 a 380 do Código de Processo Civil);

4. Recursos: Disposições Gerais (artigos 994 a 1.008 do Código de Processo Civil);

5. Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei federal 12.153, de 22-12-2009).

c) 5 (cinco) questões de Direito Tributário, observado o seguinte conteúdo programático:

1. Sistema Tributário Nacional: Princípios Gerais e Limitações do Poder de Tributar (artigos 145 a 152 da Constituição da República);

2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal (artigo 155 da Constituição da República);

3. Aplicação, Interpretação e Integração da Legislação Tributária (artigos 105 a 112 do Código Tributário Nacional);

4. Suspensão do Crédito Tributário (artigos 151 a 155-A do Código Tributário Nacional);

5. Extinção do Crédito Tributário (artigos 156 a 174 do Código Tributário Nacional);

d) uma dissertação de Direito Constitucional com, no máximo, 20 (vinte) linhas, observado o seguinte conteúdo programático:

1. Princípios Fundamentais (Arts. 1° a 4º da Constituição da República

2. Direitos e Deveres Individuais (artigo 5º da Constituição da República);

3. Organização dos Poderes (artigos 44 a 135 da Constituição da República);

4. Controle de Constitucionalidade

5. Ordem Econômica e Financeira (artigos 170 a 192 da Constituição da República);

6. Ordem Social (artigos 193 a 232 da Constituição da República).

X. Cada questão de múltipla escolha valerá 0,5 (cinco décimos) de ponto e a questão dissertativa valerá 2,5 pontos (dois pontos e cinco décimos), totalizando 10 (dez) pontos.

XI. A prova realizar-se-á no dia 10-02-2021, quarta-feira, com duração de 2 (duas) horas, das 14h às 16h, nos auditórios e salas de aula do Pavilhão de Aulas da Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Rua Paschoal Marmo, 1888 – Jardim Nova Itália, Limeira (CEP 13484-332). Os candidatos deverão comparecer com trinta minutos de antecedência, munidos de documento de identidade com foto, protocolo de inscrição e caneta esferográfica azul ou preta. Não serão tolerados atrasos. Não serão permitidas quaisquer consultas à doutrina, legislação ou jurisprudência.

XII. Será excluído do processo seletivo o candidato que:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;

c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) não apresentar documento que bem o identifique;

e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;

g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

h) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

i) não devolver integralmente o material recebido;

j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;

k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares. A propósito, ressalva-se que o candidato com deficiência auditiva o candidato poderá solicitar, no momento das provas, autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação, com a finalidade de garantir a lisura do certame;

l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

XIII. O resultado da prova escrita será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Executivo - Seção I e também será divulgado no site da PGE/SP. O prazo para eventual recurso será de 2 (dois) dias úteis seguintes à publicação do resultado no D.O.

XIV. Considerar-se-ão habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a cinco, numa escala de zero a dez. Em caso de empate, a classificação será resolvida favoravelmente ao candidato que: (a) obtiver a maior nota da Dissertação; (b) obtiver a maior nota em Processo Civil; (c) estiver matriculado no 4º ano do curso de Direito; (d) tiver a maior idade. Os candidatos habilitados que excederem o número de vagas abertas serão convocados para o preenchimento de vagas existentes durante a validade do certame e na medida dos recursos disponíveis, nos termos do artigo 2º da Resolução PGE-39, de 8-7-2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS

Comunicado

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes
Edital 1/2021

Seleção de Candidatos em Fluxo Contínuo para o Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes

A Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes (CCP-ET) da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, torna público que estão abertas as inscrições para a seleção de candidatos ao curso de Doutorado, em fluxo contínuo, e estabelece as normas para o processo de seleção.

1. INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

1.1. Período e local de inscrições. As inscrições podem ser efetuadas em qualquer época do ano, a partir de 18/01/21 até 31-12-2021. As inscrições e a documentação indicada no item 1.3 devem ser enviadas por e-mail.

1.2. Requisitos para inscrição. Poderão se inscrever no processo seletivo candidatos portadores de diploma de graduação e diploma de mestrado stricto sensu. Os requisitos para cada área de concentração são listados na tabela a seguir:

Área de concentração: Planejamento e Operação de Sistemas de Transporte

Áreas de formação de nível superior: Engenharia (qualquer especialização); Arquitetura; Economia; Administração; Matemática; Estatística; Ciências da Computação; Física; Geografia; Tecnólogos em Logística; ou outras áreas afins

Área de concentração: Infraestrutura de Transportes (Pavimentos)

Áreas de formação de nível superior: Engenharia Civil; Engenharia Química; Engenharia Ambiental; Geologia; Tecnólogos em Construção Civil, Pavimentação ou Estradas; ou outras áreas afins

Área de concentração: Infraestrutura de Transportes (Geomática)

Áreas de formação de nível superior: Matemática; Estatística; Ciências da Computação; Engenharia Civil; Engenharia Cartográfica; Engenharia de Agrimensura; Engenharia Ambiental; Tecnólogos em Construção Civil, Estradas, Geoprocessamento ou Logística; ou outras áreas afins

1.3. Documentação para inscrição. No ato da inscrição, deverá ser entregue a documentação listada a seguir (as cópias precisam ser autenticadas):

- ficha de inscrição, disponível na secretaria do PPG-ET e na página http://www.stt.eesc.usp.br, opção Pós-Graduação – Processo seletivo, com indicação da área de concentração desejada;

- Curriculum Vitae, elaborado de acordo com modelo disponível na secretaria do PPG-ET e na página http://www.stt.eesc.usp.br, opção Pós-Graduação – Processo seletivo, com os respectivos comprovantes;

- cópia do Histórico Escolar oficial completo do curso de graduação, incluindo eventuais reprovações e trancamentos;

- cópia do diploma de graduação;

- cópia do Histórico Escolar oficial completo do mestrado stricto sensu, incluindo eventuais reprovações e trancamentos;

- cópia do diploma de mestrado stricto sensu ou, na sua falta, cópia da ata de defesa ou da ficha de aprovação;

- cópia da versão final da dissertação de mestrado, na forma impressa ou eletrônica;

- cópia do currículo Lattes.

- comprovante de proficiência em língua inglesa, com pontuação mínima de 540 pontos no teste TOEFL ITP ou 76 pontos no teste TOEFL iBT ou 6.5 pontos no teste IELTS ou grau B ou superior no Cambridge FCE ou grau C ou superior no Cambridge CAE obtidos há menos de 5 anos (retroativos à data da inscrição no processo seletivo).

- cópia de 1 artigo publicado ou aceito para publicação seguindo as instruções do item I.1 do Anexo I;

- carta de aceitação de um dos orientadores credenciados no PPG-ET (veja tabela a seguir), manifestando sua anuência ao projeto de pesquisa apresentado e comprometendo-se a orientar o candidato;

- projeto de pesquisa, elaborado em acordo com o orientador, detalhando a pesquisa proposta para o doutorado, seguindo as instruções do item I.1 do Anexo I deste edital;

- duas cartas de recomendação acadêmica, no formulário padrão disponível na secretaria do PPG-ET e na página http://www.stt.eesc.usp.br, opção Pós-Graduação – Processo seletivo. As cartas de recomendação devem estar em envelopes lacrados pelos recomendantes e devem ser entregues pelo candidato junto com a documentação. Os recomendantes devem avaliar a capacidade do aluno e seu potencial como aluno de doutorado;

Área de concentração: Planejamento e Operação de Sistemas de Transporte

Orientadores credenciados: Ana Paula Camargo Larocca, André Luiz Barbosa Nunes da Cunha, Antônio Nélson Rodrigues da Silva, Cira de Souza Pitombo e José Reynaldo Anselmo Setti.

Área de concentração: Infraestrutura de Transportes (Pavimentos e Geomática)

Orientadores credenciados: Adalberto Leandro Faxina, Ana Paula Furlan, Ana Paula Camargo Larocca, Irineu da Silva, Jamilla Emi Sudo Lutif Teixeira, Jefferson Lins da Silva, José Leomar Fernandes Jr. E Paulo César Lima Segantine

- cópias do RG e do CPF, para brasileiros; cópia do passaporte ou RNE, para estrangeiros;

- uma foto 3×4 recente; e

- comprovante de recolhimento de taxa de inscrição no valor de R$ 200,00, que deverá ser depositado no Banco do Brasil, Ag. 3062-7, C/C: 168150-8, em nome de USP/EESC/STT - Taxas de Seleção PGr. O comprovante não pode ser enviado separado da documentação.

2. PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. O processo de seleção é realizado durante todo o ano, de acordo com a abertura de vagas pelos orientadores credenciados para orientar doutorado. Em qualquer período do ano, os orientadores poderão solicitar à CCP-ET a abertura de vagas de doutorado. Uma vez aprovada a abertura de vagas, a CCP-ET designará uma comissão de seleção conforme estabelecido pelo item 2.2 deste edital.

2.2. A realização do processo de seleção será organizada e coordenada por uma comissão formada por três orientadores do Programa, designados pela CCP-ET, da qual não poderá fazer parte o orientador escolhido pelo candidato. Uma vez homologada a inscrição e o candidato notificado, a comissão de seleção decidirá sobre o calendário do processo de seleção.

2.3. O processo de seleção terá duas fases, sendo ambas eliminatórias.

2.3.1. A primeira fase consiste na avaliação da documentação apresentada pelo candidato. A avaliação do candidato se dará por meio de 2 quesitos, aos quais serão atribuídas notas que podem variar de 0,0 a 10,0: (1) currículo – peso 2 e (2) histórico escolar – peso 3. O Anexo I detalha os critérios para a avaliação desses quesitos. A nota final do candidato na primeira fase será a média ponderada das notas obtidas na avaliação dos quesitos discriminados no Anexo I. A nota mínima para aprovação na primeira fase será 7,0.

2.3.2. A segunda fase do processo seletivo consiste na avaliação do projeto de pesquisa e de sua defesa pelo candidato. A avaliação do projeto se dará por meio de 2 quesitos, aos quais serão atribuídas notas que podem variar de 0,0 a 10,0: (1) apresentação do projeto – peso 2 e (2) arguição – peso 3. A apresentação do projeto deverá ser de no máximo 20 minutos e será seguida de arguição pela comissão de seleção. A critério da comissão de seleção, a apresentação do projeto de pesquisa poderá ser feita por videoconferência. Cada examinador atribuirá uma nota entre 0,0 e 10,0, conforme os critérios estabelecidos no Anexo II. A nota final na segunda fase será a média aritmética das notas dos examinadores. A nota mínima para aprovação na segunda fase será 7,0.

3. MATRÍCULA

3.1. Matrícula dos alunos regulares. Os candidatos selecionados serão notificados pela coordenação do PPG-ET por e-mail, no qual haverá instruções sobre o prazo para manifestação obrigatória de interesse pela vaga, a documentação exigida para matrícula e o período de matrícula. A lista de documentos exigidos para matrícula de alunos brasileiros e estrangeiros pode ser obtida junto à secretaria do PPG-ET, no endereço constante no item 1.1, ou pelo e-mail pos-transportes@eesc.usp.br.

3.2. Prazo para matrícula e validade do processo seletivo. A validade do processo seletivo encerra-se 120 dias a partir da data de divulgação dos resultados.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. A inscrição do candidato no processo seletivo implica no reconhecimento e na aceitação das normas estabelecidas neste edital, do Regimento Geral da Pós-Graduação da USP, do Regulamento da Pós-graduação da EESC-USP e do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes da EESC-USP. Essas normas e regimentos podem ser obtidos na página do Programa na internet ou na secretaria do PPG-ET, no endereço constante no item 1.1, ou pelo e-mail pos-transportes@eesc.usp.br.

4.2. A documentação dos candidatos reprovados será descartada após a divulgação dos resultados deste processo seletivo.

4. 3. Os casos omitidos por este edital serão decididos pela comissão de seleção.

4.4. Este edital é válido até 31-12-2021 e pode ser revogado antes disto, a critério da CCP-ET. Com o presente edital ficam revogadas as disposições em contrário.

4.5. Informações adicionais e formulários encontram-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.stt.eesc.usp.br, na opção Pós-Graduação – Processo Seletivo, ou pelo e-mail pos-transportes@eesc.usp.br.

4.6. Todas as etapas do processo seletivo serão divulgadas por e-mail e na página do Programa na internet.

ANEXO I

I.1. Critérios para avaliação do currículo: A avaliação do currículo será feita mediante nota que pode variar entre 0,0 e 10,0. Só serão levadas em consideração as atividades que estiverem devidamente comprovadas. A nota será calculada proporcionalmente ao número de pontos obtidos, variando de 0,0, para 0 pontos, a 10,0, para a pontuação máxima (150 pontos). Os critérios listados na tabela a seguir servirão para a avaliação do currículo:

Itens obrigatórios: Formação ligada à área de concentração

Critério: Mestrado em Engenharia de Transportes ou área correlata: 20 pontos; Mestrado em outras áreas: a critério da comissão de seleção, de 0 a 15 pontos dependendo da conexão entre o mestrado e a área de concentração.

Pontuação: 20

Itens obrigatórios: Artigo publicado ou aceito para publicação ou em processo de avaliação em coautoria com o orientador do mestrado, em periódico científico relevante para a área de Engenharia de Transportes(1,2,3).. O candidato deve ser o primeiro autor.

Critério: Apresentação de 1 artigo publicado ou aceito para publicação, em revistas A1, A2, B1 ou B2. Apresentação de 1 comprovante de que o artigo está em processo de avaliação, em revistas A1, A2, B1 ou B2.

Pontuação: 130 e 100 pontos, respectivamente.

(1) Referentes às áreas de: Planejamento e Operação de Sistemas de Transporte, Infraestrutura de Transportes (Pavimentos e Geomática).

(2) Será considerado válido o comprovante de artigo em processo de revisão com data de até 180 dias retroativos à data de inscrição no processo seletivo. Pode ser substituído por e-mail do editor da revista informando que o artigo está em revisão – neste caso, a data do e-mail pode ser de até 60 dias retroativos à data de inscrição no processo seletivo.

(3) Periódicos não listados no Qualis CAPES serão classificados com seu fator de impacto, tomando por base os critérios de estratificação do QUALIS Engenharias I da CAPES.

I.2. Comprovação das atividades relatadas no currículo: A documentação aceita para comprovação das atividades relatadas no currículo está listada na tabela a seguir. Os itens sem comprovação não serão pontuados.

Item: Formação ligada à área de concentração

Documentação: Histórico escolar oficial da graduação e do mestrado

Item: Artigo em periódico científico

Documentação: Artigo publicado: texto completo do artigo e DOI ou URL do artigo;

Artigo aceito para publicação: texto completo do artigo e correspondência oficial do periódico comunicando a aceitação definitiva do artigo para publicação; Artigo em processo de avaliação: texto completo do artigo e correspondência oficial do periódico comunicando a entrada do artigo no processo de avaliação ou correspondência oficial do periódico comunicando as correções a serem feitas no texto(1).

(1) O texto deve ser apresentado em pdf, contendo a identificação dos autores.

I.3. Critérios para avaliação do histórico escolar: A avaliação do histórico escolar será feita individualmente por cada membro da comissão, mediante nota que pode variar entre 0 e 10 . A nota final da avaliação do histórico escolar será a média aritmética das notas dos avaliadores. Os critérios considerados são dados na tabela a seguir:

Aspecto analisado: Desempenho acadêmico

Critério: Notas e reprovações no histórico escolar da graduação e do mestrado; média ponderada do curso de graduação e do mestrado

Aspecto analisado: Tempo para conclusão do curso de mestrado

Critério: Número de meses para a conclusão do curso de mestrado

ANEXO II

II.1. Critérios para avaliação do projeto de pesquisa: O projeto de pesquisa deverá ser redigido individualmente pelo candidato. Espera-se que o orientador apenas oriente a elaboração e discuta com o candidato os aspectos científicos do projeto, sem participar de sua redação. O projeto deverá deixar clara a contribuição para o conhecimento científico que a pesquisa proposta poderá trazer e se essa contribuição é significativa e relevante para justificar a outorga do título de doutor.

II.1.1. O projeto deverá ser apresentado impresso em papel A4, com margens de 2,5 cm e espaçamento 1,5 linhas, letras Times New Roman 12 e tendo no mínimo 15 e no máximo 20 páginas. A página de rosto deve conter apenas o título do projeto e os nomes do candidato e do orientador. O projeto poderá ser redigido em português, inglês ou espanhol e deve ter a estrutura costumeira de projetos de pesquisa. Três vias impressas devem ser entregues.

II.1.2. Os critérios para avaliação do projeto compreendem os seguintes aspectos: relevância científica e contribuição inédita para o avanço do conhecimento naquela área; definição dos objetivos; revisão inicial da literatura; adequação do método proposto; adequação das ferramentas propostas; adequação do cronograma; resultados esperados; clareza e concisão do texto; e inserção do projeto nas linhas de pesquisa do orientador.

II.1.3. O projeto será avaliado separadamente pelos membros da comissão de seleção, que atribuirão nota de 0,0 a 10,0. A nota final do projeto será a média aritmética das notas individuais dos avaliadores.

II.2 Critérios para atribuição de notas na etapa de apresentação e arguição do projeto de pesquisa. Será avaliada a capacidade do candidato de apresentar seu projeto, mostrar domínio sobre o tema do projeto e defender suas ideias perante os questionamentos da comissão de seleção. A apresentação e arguição serão avaliadas pelos membros da comissão de seleção, que atribuirão nota de 0,0 a 10,0. A nota final da apresentação e da arguição será a média aritmética das notas individuais dos avaliadores.

Comunicado

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes
Edital 1/2021

Seleção de Candidatos Às Vagas do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes para o Curso de Mestrado para o Ano Letivo de 2021

A Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes, da Escola de Engenharia de São

Carlos da Universidade de São Paulo, torna público que estarão abertas as inscrições para a seleção de candidatos ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes (PPG-ET) e estabelece as normas para o processo de seleção de alunos.

1. Das Disposições Gerais

1.1. Para fins de inscrição no processo seletivo, toda a entrega de documentos deverá ser feita de acordo com o disposto neste edital. A documentação para a matrícula poderá ser enviada para o e-mail da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes do Departamento de Engenharia de Transportes da EESC-USP.

1.2. O processo de seleção será realizado em duas fases.

1.3. Poderão participar do processo de seleção candidatos que completarem cursos de graduação até a data de matrícula, conforme disposto no item 5.1.

1.4. Aos egressos do referido curso será outorgado o Título de "Mestre em Ciências". Programa: Engenharia de Transportes, com a indicação da respectiva área de concentração em que está matriculado.

1.5. A realização do processo de seleção será coordenada pela Comissão Coordenadora do Programa - CCP-ET.

2. ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E NÚMERO DE VAGAS POR ORIENTADOR

2.1. Os candidatos deverão se inscrever em apenas uma das duas áreas de concentração do PPG-ET: (1) Planejamento e Operação de Sistemas de Transporte; (2) Infraestrutura de Transportes (Pavimentos ou Geomática). Os orientadores credenciados e o número de vagas estão listados a seguir:

Área de concentração: Planejamento e Operação de Sistemas de Transporte

Orientadores credenciados: Ana Paula Camargo Larocca (2), André Luiz Barbosa Nunes da Cunha (2), Antônio Nélson Rodrigues da Silva (1), Cira Souza Pitombo (1) e José Reynaldo Anselmo Setti (2).

Área de concentração: Infraestrutura de Transportes

Orientadores credenciados: Adalberto Leandro Faxina (3), Ana Paula Furlan (2), Jamilla Emi Sudo Lutif Teixeira (2), Jefferson Lins da Silva (2), José Leomar Fernandes Jr. (1), Rogério Pinto Ribeiro (1) e Paulo César Lima Segantine (2).

3. INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

3.1. Período e local das inscrições. O período para realização das inscrições é de 01-10-2020 a 05-03-2021. A inscrição deverá ser realizada por meio do envio da documentação completa em pdf, para o e-mail: pos-transportes@eesc.usp.br. Não serão aceitas inscrições enviadas após a data de encerramento do período das inscrições.

3.2. Requisitos para inscrição. Poderão se inscrever no processo seletivo candidatos portadores de diploma de nível superior ou candidatos em fase de conclusão de curso de graduação. Os requisitos para cada área de concentração são listados na tabela a seguir:

Área de concentração: Planejamento e operação de Sistemas de Transporte.

Áreas de formação de nível superior: Engenharia (qualquer especialização); Arquitetura; Economia; Administração; Matemática; Estatística; Ciências da Computação; Física; Geografia; Tecnólogos em Logística; ou outras áreas afins

Área de concentração: Infraestrutura de Transportes (Pavimentos)

Áreas de formação de nível superior: Engenharia Civil; Engenharia Química; Engenharia Ambiental; Geologia; Tecnólogos em Construção Civil, Pavimentação ou Estradas; ou outras áreas afins

Área de concentração: Infraestrutura de Transportes (Geomática)

Áreas de formação de nível superior: Engenharia Civil; Engenharia Cartográfica; Engenharia de Agrimensura; Engenharia Ambiental; Matemática; Estatística; Ciências da Computação; Tecnólogos em Construção Civil, Estradas, Geoprocessamento ou Logística; ou outras áreas afins

3.3. Documentação para inscrição. No ato da inscrição, a documentação listada a seguir (as cópias não precisam ser autenticadas) deve ser enviada digitalmente (pdf) para o e-mail da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes do Departamento de Engenharia de Transportes da EESC-USP: pos-transportes@eesc.usp.br:

- ficha de inscrição, disponível na secretaria do PPG-ET e na página http://www.stt.eesc.usp.br, opção Pós-Graduação – Processo seletivo;

- Curriculum Vitae, elaborado de acordo com modelo disponível na secretaria do PPG-ET e na página http://www.stt.eesc.usp.br, opção Pós-Graduação - Processo Seletivo, com os respectivos comprovantes;

- cópia do diploma da Graduação, frente e verso, ou declaração informando a data da colação de grau, caso não conste no histórico escolar; caso a colação de grau esteja prevista para ocorrer após o encaminhamento da documentação para este processo seletivo, o candidato deve apresentar uma declaração assinada por ele informando estar ciente que para realizar a matrícula no curso de mestrado, caso seja aprovado no processo seletivo, deverá apresentar o diploma de Graduação ou a declaração de colação de grau já realizada;

- cópia do Histórico Escolar oficial completo de disciplinas de pós-graduação cursadas como aluno especial no PPG-ET ou em outro programa de pós-graduação, incluindo eventuais reprovações e trancamentos, caso o candidato já tenha cursado disciplinas de pós-graduação;

- duas cartas de recomendação acadêmica, no formulário padrão disponível na secretaria do PPG-ET e na página http://www.stt.eesc.usp.br, opção Pós-Graduação - Processo Seletivo. Os recomendantes devem enviar as cartas de recomendação para o e-mail da secretaria do Programa: pos-transportes@eesc.usp.br.

- comprovante de proficiência em língua inglesa obtido nos últimos 5 anos e válido até a data de apresentação na inscrição, com pontuação mínima de 480 pontos no teste TOEFL ITP ou 70 pontos no teste TOEFL iBT ou 5,5 pontos no teste IELTS ou grau C ou superior no Cambridge CAE. Em decorrência da pandemia da COVID-19 e em caráter estritamente excepcional, o comprovante de proficiência em língua inglesa poderá ser apresentado no ato da matrícula, ou seja, sua apresentação passa a não ser obrigatória na fase de inscrição.

- cópias do RG e do CPF, para brasileiros; cópia do passaporte ou RNE, para estrangeiros;

- uma foto 3×4 recente;

- comprovante de recolhimento de taxa de inscrição no valor de R$100,00, que deverá ser depositada no Banco do Brasil, Ag. 3062-7, C/C: 168150-8, em nome de USP/EESC/STT - Taxas de Seleção PGr. A cópia do comprovante deve ser enviada junto com a documentação para a inscrição.

3.4. Indicação da área de interesse. No campo apropriado do formulário de inscrição, os candidatos deverão indicar a área de concentração em que se inscrevem, uma vez que a classificação final dos candidatos aprovados será feita por área de concentração.

3.5. Deferimento das inscrições. Só serão deferidas as inscrições recebidas em conformidade com os prazos constantes no item 2.1, cuja documentação estiver completa. As inscrições deferidas serão divulgadas até uma semana depois de terminado o prazo de inscrições, apenas na Secretaria do PPG-ET e na página http://www.stt.eesc.usp.br, na opção Pós-Graduação - Processo Seletivo.

4. PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. A realização do processo de seleção será coordenada por uma comissão formada por orientadores do Programa, designados pela Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes (CCP-ET). O processo seletivo consiste de duas etapas, sendo a primeira eliminatória e a segunda classificatória.

4.2. Primeira etapa. A primeira etapa consiste de três provas: Matemática, Física e Redação em Língua Portuguesa. O candidato que obtiver nota 0 em qualquer uma das provas estará eliminado. Os candidatos poderão usar calculadora científica, conforme o item 6.8, nas provas de Matemática e Física. A nota da primeira etapa será a média aritmética das notas das três provas. Serão considerados aprovados na primeira etapa os alunos que obtiverem nota maior ou igual a 6,0. Os conteúdos e temas para as provas da primeira fase estão discriminados no Anexo I deste edital. As provas de Matemática e Física da primeira etapa serão realizadas no dia 20-03-2021 (sábado), às 8h, em modo remoto, com duração máxima de três horas. A prova de Redação será realizada no mesmo dia, com início às 14h, em modo remoto e com duração máxima de duas horas. Além dos itens básicos necessários para a realização das provas (lápis, caneta, borracha, régua e calculadora), os candidatos também deverão providenciar um computador com câmera acoplada ou um notebook com webcam e também deverão dispor de um dispositivo com câmera digital de boa qualidade (smartphone, por exemplo), caso seja necessário fotografar a solução de alguma questão da prova para envio.

4.2.1. Fica facultado a qualquer candidato substituir as provas escritas da primeira etapa, conforme item 4.2 (Matemática, Física e Redação em Língua Portuguesa), pelo teste oficial Graduate Record Examination (GRE). Esta regra se aplica também ao candidato estrangeiro que concorrer em seu país às bolsas PEC-PG concedidas pelo governo brasileiro ou a bolsas concedidas por outros órgãos de fomento. A pontuação mínima no teste oficial GRE é de 155 em raciocínio verbal, 148 em raciocínio quantitativo e 4,0 em escrita analítica. Serão aceitos os resultados oficiais do GRE obtidos a partir de 01-05-2020.

4.2.1.1. A nota a ser atribuída ao candidato na primeira etapa será a média das pontuações obtidas pelo candidato em raciocínio verbal, raciocínio quantitativo e escrita analítica, sendo as notas individuais destas avaliações transformadas em uma escala de 0 a 10 por meio de regra de três simples. Por exemplo, um candidato que obtiver 5 no GRE em escrita analítica receberá nota 7,5 na pontuação do processo seletivo, sendo aplicada regra de três simples considerando que a pontuação máxima neste item no GRE (6 pontos) equivale a 10 na escala de 0 a 10 e a pontuação mínima exigida pelo Programa (4,0) equivale a 5 na escala de 0 a 10. O mesmo procedimento será aplicado às notas das provas de raciocínio verbal e raciocínio quantitativo, sendo que em ambos os casos a pontuação máxima do GRE é 170.

4.2.1.2. No campo apropriado do formulário de inscrição, se desejado, os candidatos deverão indicar a opção de substituição das provas escritas da primeira etapa, conforme item 4.2 (Matemática, Física e Redação em Língua Portuguesa), pelo teste oficial Graduate Record Examination (GRE).

4.2.1.3. O resultado oficial do GRE deve ser recebido pela secretaria do PPG-ET até o dia 19-03-2021 (sex-feira), das 13h às 17h30, pelo e-mail pos-transportes@eesc.usp.br.

4.2.1.4. Os resultados oficiais do GRE recebidos após os prazos indicados no item 4.2.2.3 implicarão na desclassificação do candidato na primeira etapa do processo de seleção.

4.3. Segunda etapa. A segunda etapa consiste da avaliação do currículo e do histórico escolar da graduação e, se houver, de disciplinas de pós-graduação cursadas isoladamente no PPG-ET ou em outros programas. Os critérios para avaliação do currículo e do histórico escolar estão discriminados no Anexo II deste edital. A nota da segunda etapa do processo de seleção será a média ponderada da nota do currículo (peso 2) e da nota da avaliação do histórico escolar (peso 3). O currículo deverá ser apresentado de acordo com o modelo disponível na secretaria do PPG-ET ou na página do PPG-ET na internet. Só deverão ser incluídas no currículo atividades passíveis de comprovação. Os comprovantes aceitos estão descritos no Anexo II deste edital.

4.4. Pontuação final e classificação. A pontuação final dos candidatos será calculada em função da média ponderada da nota obtida na primeira etapa (peso 2) e da nota obtida na segunda etapa (peso 1). A classificação dos candidatos será feita em função das áreas de concentração. Em caso de empate na pontuação, o critério de desempate será a nota da primeira etapa. Persistindo o empate, o critério passa a ser a nota da segunda etapa.

4.5. Divulgação dos resultados. O resultado do processo seletivo será divulgado até o dia 31-03-2021, na secretaria do PPG-ET e na página do Programa na internet. A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente da pontuação final, separadamente para cada área de concentração do Programa.

4.6 Manifestação de interesse na vaga. Os candidatos devem enviar e-mail para a secretaria do Programa confirmando o interesse na vaga em até 10 dias corridos da data de divulgação dos resultados. O não recebimento do e-mail será interpretado como não interesse pela vaga e os candidatos da lista de espera serão convocados.

5. MATRÍCULA

5.1. Matrícula dos alunos regulares. Respeitando a ordem de classificação e considerando o número de vagas disponíveis, os candidatos selecionados serão notificados pela coordenação do PPG-ET por e-mail para a realização da matrícula. Na ocorrência de candidatos selecionados que manifestem desinteresse pela vaga ou que optem por fazer a matrícula como aluno especial ou que não apresentem a documentação necessária para matrícula como aluno regular e sendo o número de candidatos aprovados maior que o número de vagas oferecidas na área de concentração ou se houver abertura de novas vagas pelos orientadores permanentes do Programa, dentro do presente edital, os próximos candidatos na lista de classificados poderão ser convocados. As matrículas serão efetivadas no período estipulado pelo calendário a ser publicado pela USP. Em decorrência da pandemia da COVID-19 e em caráter estritamente excepcional, o comprovante de proficiência em língua inglesa poderá ser apresentado no ato da matrícula, ou seja, sua apresentação passa a não ser obrigatória na fase de inscrição.

5.1.1. Em decorrência da pandemia da COVID-19 e em caráter estritamente excepcional, não será exigida no ato da matrícula a apresentação do diploma dos candidatos aprovados que não puderam colar grau até a data da matrícula. Em substituição, a Circular CoPGr/01/2021 exige a apresentação dos seguintes documentos: (i) documento oficial da Instituição informando a data de conclusão do curso e (ii) declaração oficial da instituição notificando a impossibilidade de ocorrer a colação de grau.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. A inscrição do candidato implica no reconhecimento e na aceitação das normas estabelecidas neste edital, do Regimento Geral da Pós-Graduação da USP, do Regulamento da Pós-Graduação da EESC-USP e do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes da EESC-USP. Essas normas e regimentos podem ser obtidos na página do Programa na internet ou na secretaria do PPG-ET, no endereço constante no item 2.1 ou pelo e-mail pos-transportes@eesc.usp.br.

6.2. O Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Transportes da EESC-USP não se responsabiliza pela aplicação e pagamentos das taxas dos Exames de Proficiência indicados no item 3.3 e do teste internacional Graduate Record Examination (GRE) indicado no item 4.2.2.

6.3. A documentação dos candidatos reprovados será descartada após a divulgação dos resultados deste processo seletivo.

6.4. As provas da primeira etapa poderão ter a data alterada por quaisquer dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19.

6.5. Este edital é válido até 15-04-2021 e pode ser revogado antes disto, a critério da CCP-ET.

6.6. Com o presente edital ficam revogadas as disposições em contrário.

6.7. O processo seletivo tem validade por 180 dias contados a partir da data de divulgação dos resultados, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

6.8. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Seleção instituída pela CCP-ET.

6.9. Formulários e informações adicionais estão disponíveis na secretaria do PPG-ET e na página do Programa na Internet (www.stt.eesc.usp.br), na opção Pós-Graduação - Processo Seletivo e também podem ser obtidos pelo e-mail pos-transportes@eesc.usp.br.

ANEXO I

I.1. Temas para a prova de Matemática. Domínio de uma função; Função polinomial; Função exponencial e equações exponenciais; Função logarítmica e propriedades operatórias; Trigonometria no triângulo retângulo e no círculo; Funções e relações trigonométricas; Progressões aritmética e geométrica; Propriedades e operações com matrizes; Determinantes; Soluções de sistemas lineares; Coordenadas cartesianas; Vetores; Dependência linear; Bases; Produto escalar; Produto vetorial; Translação e rotação; Retas e planos; Distância e ângulo; Coordenadas polares e esféricas; Limite; Continuidade; Derivada; Teorema do valor médio; Aplicações da derivada; Aplicações da integral; Métodos de integração; Elementos dos estudos das probabilidades. Bibliografia sugerida:

1) Guidorizzi, H. L. (2002) Um Curso de Cálculo, vol. 1, 5ª. ed, Livros Técnicos e Científicos.

2) Stewart, J. (2014) Cálculo, vols. 1 e 2, 7ª. ed, Cengage Learning.

3) Thomas, G. B. (2013) Cálculo, vol. 1, 12ª. ed, Pearson.

4) Swokowski, E. W. (1995) Cálculo com Geometria Analítica, vols. 1 e 2, 2ª. ed, Makron Books.

I.2. Temas para a prova de Física. Grandezas físicas, padrões e unidades; Vetores e escalares; Adição, decomposição e multiplicação de vetores; Conceito de força resultante; Decomposição de forças e produto escalar; Equilíbrio de pontos materiais no plano; Equilíbrio de pontos materiais no espaço; Estática dos corpos rígidos; Força de reação; Equilíbrio de corpos rígidos em duas dimensões; Cinemática dos pontos materiais; Movimentos unidimensionais; Movimentos em duas e três dimensões; Lançamentos de projéteis no campo gravitacional; Movimentos circulares; Trabalho realizado por uma força constante e por uma força variável. Bibliografia sugerida:

1) Beer, F.; Johnston, E.; Mazurek, D.; Eisenberg, E. (2011) Mecânica Vetorial para Engenheiros: Estática. 9ª. ed. McGraw-Hill.

2) Tipler, P.; Mosca, G. (2009) Física para Cientistas e Engenheiros, vol. 1, 6ª. ed, LTC.

3) Halliday, D.; Resnick, R.; Walker, J. (2016) Fundamentos de Física, vol. 1, 10ª. ed, LTC.

I.3. Prova de Redação. Na correção da prova de Redação serão considerados os seguintes aspectos: (i) domínio da norma culta da língua portuguesa; (ii) compreensão do tema proposto, abordagem do tema e potencial crítico dos argumentos escolhidos e (iii) concisão, coerência, organização, clareza e fluência do texto.

ANEXO II

II.1. Critérios para avaliação do currículo. Os critérios constantes da tabela a seguir serão aplicados na avaliação do currículo. Ao candidato que obtiver o maior número de pontos será atribuída nota 10,0 e a nota dos demais candidatos será calculada proporcionalmente ao número de pontos obtidos, variando de 0,0 a 10,0. Serão considerados apenas as atividades e publicações do período entre 2016 e 2019.

Item: Formação ligada à área de concentração

Critério: Curso de graduação conforme tabela do item 2.2: 100 pontos; outros cursos de graduação: até 80 pontos, a critério da Comissão de Seleção, dependendo da conexão entre a graduação e a área de concentração.

Máximo: 100 pontos

Item: Iniciação Científica (IC)

Critério: Com bolsa de estudos: 40 a 60 pontos/ano, a critério da Comissão de Seleção; sem bolsa: 15 a 30 pontos/ano, a critério da Comissão de Seleção (limitado a 2 ICs)

Máximo: 120 pontos

Item: Apresentação de trabalhos científicos em reuniões científicas-

Critério: Em português: 5 pontos/trabalho, até 10 pontos; em inglês: 10 pontos/trabalho, até 20 pontos (limitado a 2 apresentações)

Máximo: 20 pontos

Item: Resumos publicados ou aceitos para publicação em anais-

Critério: Em português: 5 pontos/resumo, até 10 pontos; em inglês: 10 pontos/resumo, até 20 pontos (limitado a 1 resumo)

Máximo: 20 pontos

Item: Trabalhos completos publicados ou aceitos para publicação em anais de congressos-

Critério: Em português: 20 pontos/trabalho, até 80 pontos; em inglês: 40 pontos/trabalho, até 80 pontos (limitado a 2 trabalhos)

Máximo: 80 pontos

Item: Artigos publicados ou aceitos para publicação em periódicos relevantes para a Engenharia de Transportes- -

Critério: Periódicos A1, A2 ou B1 (Qualis): 160 pontos; periódicos B2 e B3: 60 pontos/artigo, até 120 pontos, a critério da Comissão de Seleção; periódicos B4 e B5: 40 pontos/artigo, até 60 pontos; Periódicos C: 20 pontos/artigo, até 20 pontos.

Máximo: 160 pontos

- Se o candidato não for o primeiro autor, a pontuação será dividida por dois.

- - Artigos submetidos valem 80% do valor equivalente ao artigo aprovado para publicação ou publicado.

II.2. Comprovação das atividades indicadas no currículo. A documentação aceita para comprovação das atividades indicadas no currículo está listada na tabela a seguir. Os candidatos poderão enviar documentação adicional, cuja aceitação ficará a critério da Comissão de Seleção.

Item: Formação ligada à área de concentração

Documentação: Histórico escolar

Item: Iniciação científica

Documentação: Com bolsa de estudos: cópia do contrato ou termo de concessão ou declaração da agência de fomento; sem bolsa: declaração do orientador

Item: Apresentação de trabalhos científicos em reuniões científicas

Documentação: Cópia do e-mail ou carta de aceitação do trabalho ou comprovante de inscrição ou apresentação do trabalho

Item: Resumos publicados em anais de congressos

Documentação: Anais impressos: cópia do e-mail ou carta de aceitação e das páginas do resumo; anais eletrônicos: cópia da carta de aceitação e URL do resumo (anais na web) ou das páginas do resumo (anais em pdf)

Item: Trabalhos completos publicados em anais de congressos

Documentação: Anais impressos: cópia do e-mail ou carta de aceitação e da primeira página do trabalho; anais eletrônicos: cópia do e-mail ou carta de aceitação e URL do trabalho (anais na web) ou da primeira página do trabalho (anais em pdf)

Item: Artigos publicados em periódicos

Documentação: Primeira página do artigo e DOI ou URL do artigo

Item: Cursos de aperfeiçoamento ou capacitação ligados à área de concentração

Documentação: Certificado de conclusão, onde apareça o número de horas; certificado de estudos especiais na área, em que apareça a lista de cursos e as notas

II.3. Critérios para avaliação do histórico escolar. A avaliação do histórico escolar será feita por cada membro da comissão de seleção separadamente, mediante nota que pode variar de 0 a 10. A nota final será a média aritmética das notas dos avaliadores. Os critérios considerados nesta avaliação são listados na tabela a seguir:

Item: Desempenho acadêmico

Critério: Notas e reprovações no histórico escolar da graduação e, se for o caso, de disciplinas de pós-graduação já cursadas; média ponderada do curso de graduação; classificação na turma

Desempenho: até 5

Item: Carga horária da graduação

Critério: Carga horária do curso de graduação e, particularmente, das disciplinas relacionadas com a área de concentração desejada

Desempenho: até 2

Item: Tempo para conclusão do curso de graduação

Critério: Número de semestres para conclusão do curso

Desempenho: até 3

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Comunicado

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Processo Seletivo de Alunos Especiais do Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações - Disciplinas do 1º Trimestre Letivo de 2021

Retificação e Ratificação do Edital FEA-RP 044/2020

A Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da FEA-RP/USP informa a aprovação da retificação do Edital FEA-RP 044/2020, nos seguintes termos:

No item 5.5, onde se lê:

A data e horário de cada prova estão indicados no Anexo a do presente edital. O local de realização das provas será divulgado no site https://www.fearp.usp.br/ppgao/processos-de-selecao/490-alunos-especiais.html até o dia 12-02-2021.

Leia-se:

No dia 22-02-2021, a partir das 14 h, as provas (uma para cada disciplina) serão disponibilizadas no site https://www.fearp.usp.br/ppgao/processos-de-selecao/490-alunos-especiais.htm. Os candidatos terão até as 14h do dia 23-02-2021 para enviarem as provas respondidas para o e-mail rad@fearp.usp.br.

No Cronograma Geral, onde constam as datas e horários das provas, leia-se: 22-02-2021, a partir das 14 h.

Fica ratificado, ainda, o conteúdo restante do Edital.

Negócios Públicos

PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - IAMSPE

NÚCLEO DE PREGÃO ELETRÔNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato IAMSPE N.º411/2020

Processo IAMSPE N.º 6473/2019

Pregão Eletrônico N.º 109/2020

Parecer CJ/IAMSPE N.º392/2020 DE 08/12/2020 e Nº 399/2020 de 14/12/2020

Contratante: Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe

Contratado: DELBRAS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE NO BREAKS E ESTABILIZADORES EIRELI.

CNPJ n.° 07.607.171/0001-22

OBJETO: Aquisição de 144 (cento e quarenta e quatro) Baterias estacionárias.

Natureza de Despesa: 44905220

Nota de Empenho: 2020NE20938

Funcional Programática: 10302512148600000

Fonte de Recursos:004001001

Valor: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste contrato pelo preço total de R$ 115.016,00 (cento e quinze mil e dezesseis reais).

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

Prazo de entrega : até 31/12/2020.

Data da Assinatura do Contrato: 04/01/2021.

GMS.1/PE, 28/01/2021

mam.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - IAMSPE

NÚCLEO DE PREGÃO ELETRÔNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato IAMSPE N.º412/2020

Processo IAMSPE N.º 6473/2019

Pregão Eletrônico N.º 109/2020

Parecer CJ/IAMSPE N.º392/2020 DE 08/12/2020 e nº 399/2020 de 14/12/2020

Contratante: Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe

Contratado: VIGUIST INFORMÁTICA LTDA-ME

OBJETO: Aquisição de 320(trezentos e vinte)Baterias estacionárias.

CNPJ nº 06.032.137/0001-04

Natureza de Despesa: 44905220

Nota de Empenho: 2020NE20939

Funcional Programática: 10302512148600000

Fonte de Recursos:004001001

Valor: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste contrato pelo preço total de R$ 553.600,00 (quinhentos e cinquenta e três mil e seiscentos reais).

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

Prazo de entrega : até 31/12/2020.

Data da Assinatura do Contrato: 04/01/2021.

GMS.1/PE, 28/01/2021

mam.

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO

Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE

Processo IAMSPE N.º 4883/2020

Pregão RP n.º 399 / 2020

Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso

VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos

a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os

preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 137.

ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO
DA
VIGÊNCIA
DA ATA
DE R.P
1
MODULO PARA DIETA ENTERAL OU ORAL COMPOSTO NO MIN. 70% DE
FIBRA ALIMENTAR C/ PROPORÇAO DE 60% DE FIBRA SOLUVEL E 40% DE
INSOLUVEL, EM PO, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE APROPRIADO,
EMBALADO EM EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA, A
APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A NTA 83 (DECRETO
12.486 DE 20/10/78)
3889246 R$ 0,1000 20.08.2020
GS.01, em 28/01/2021
8
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.° 981 - 6º andar, o PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 55 / 2021 - PROCESSO IAMSPE N.º 8120 / 2020 - OFERTA DE COMPRA Nº 5129015105820210C00077 - PARA AQUISIÇÃO DE:

MATERIAIS PARA RECONSTRUÇÃO DE BUCO MAXILO.

O encerramento e abertura dar-se-ão no dia 11 / 2 /2021 - às 9:00 HS.

Os interessados deverão acessar, a partir de 1 / 2 /2021, o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível também no site www.e-negociospublicos.com.br.

São Paulo, 28 de JANEIRO de 2021
Ikk 1111111111111111111
8
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.° 981 - 6º andar, o PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 56 / 2021 - PROCESSO IAMSPE N.º 9724 / 2020 - OFERTA DE COMPRA Nº 5129015105820210C00025 - PARA AQUISIÇÃO DE:

BOLSA DE ESTOMA.

O encerramento e abertura dar-se-ão no dia 11 / 2 /2021 - às 9:00 HS.

Os interessados deverão acessar, a partir de 1 / 2 /2021, o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível também no site www.e-negociospublicos.com.br.

São Paulo, 28 de JANEIRO de 2021
Ikk 2222222222222222222
8
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.° 981 - 6º andar, o PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 57 / 2021 - PROCESSO IAMSPE N.º 9863 / 2020 - OFERTA DE COMPRA Nº 5129015105820210C00009 - PARA AQUISIÇÃO DE:

ATRACÚRIO, BESILATO.

O encerramento e abertura dar-se-ão no dia 11 / 2 /2021 - às 9:00 HS.

Os interessados deverão acessar, a partir de 1 / 2 /2021, o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível também no site www.e-negociospublicos.com.br.

São Paulo, 28 de JANEIRO de 2021
Ikk 333333333333333333
8
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.° 981 - 6º andar, o PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 58 / 2021 - PROCESSO IAMSPE N.º 9026 / 2020 - OFERTA DE COMPRA Nº 5129015105820210C00026 - PARA AQUISIÇÃO DE:

DISPOSITIVO DE SELAGEM DE TECIDO .

O encerramento e abertura dar-se-ão no dia 11 / 2 /2021 - às 9:00 HS.

Os interessados deverão acessar, a partir de 1 / 2 /2021, o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível também no site www.e-negociospublicos.com.br.

São Paulo, 28 de JANEIRO de 2021
Ikk 444444444444444
8
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.° 981 - 6º andar, o PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS N.º 59 / 2021 - PROCESSO IAMSPE N.º 9643 / 2020 - OFERTA DE COMPRA Nº 5129015105820210C00065 - PARA :

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS DE FORNECIMENTO E IMPRESSÃO DE CRACHÁS FUNCIONAIS EM CARTÃO TIPO SMART CARD (FRENTE E VERSO), sob o regime de empreitada por preço unitário

O encerramento e abertura dar-se-ão no dia 11 / 2 /2021 - às 10:00 HS.

Os interessados deverão acessar, a partir de 1 / 2 /2021, o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível também no site www.e-negociospublicos.com.br.

São Paulo, 28 de JANEIRO de 2021
Ikk 555555555555555555
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 7071/2020
Pregão RP n.º 561 / 2020

Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso

VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos

a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os

preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 246.

ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO
DA
VIGÊNCIA
DA ATA
DE R.P
1
CABOZANTINIBE, LEVOMALATO 60 MG, FORMA FARMACÊUTICA
COMPRIMIDO/CAPSULA/COMPRIMIDO REVESTIDO, FORMA DE
APRESENTAÇÃO COMPRIMIDOS/CAPSULA/COMPRIMIDO REVESTIDO,
VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL
5369550 R$ 937,5300 04.11.2020
GS.02, em 28/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 8201/2020
Pregão RP n.º 619 / 2020

Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso

VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos

a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os

preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 271.

ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO
DA
VIGÊNCIA
DA ATA
DE R.P
1
ACIDO ACETILSALICILICO 100MG, FORMA FARMACEUTICA
CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO REVESTIDO/DRAGEA, FORMA DE
APRESENTACAO CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO
REVESTIDO/DRAGEA.
103187 R$ 0,0290 20.11.2020
2 DILTIAZEM, CLORIDRATO 30 MG, FORMA DE APRESENTAÇÃO
COMPRIMIDO.
224120 R$ 0,2300 20.11.2020
GS.03, em 28/01/2021
****
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2021
PROCESSO IAMSPE Nº 6446/2020
OFERTA DE COMPRA N° 5129015105820200C02030
DESPACHO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Considerando a manifestação prestada pelo Departamento de Administração constante às fls. 58, CONVALIDO o ato do subscritor, INDEFIRO a IMPUGNAÇÃO apresentada pela empresa CRUZEL COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, ANULO o item 02 por vício insanável de edital, bem como AUTORIZO a continuidade do PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇO nº 031/2021 para o dia 29.01.2021 às 09h.

GMS 28/01/2021 – DSS *******

JUSTIÇA E CIDADANIA

FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE

EXTRATO DE CONTRATO
Processo SDE 1771/2020
Pregão Eletronico SDE n°093/20
Parecer GTAJ n° 157/2020 de 17/12/2020
Espécie:Termo de Contrato SCO nº 003/2021
Contratante: FUNDAÇÃO CASA-SP
Contratada: VIDA NOVA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
Objeto: Aquisição e fornecimento de água mineral em garrafões retornáveis,
Vigência: de 26/01/2021 à 31/12/2021.
Valor Total: R$ 29.827,20
Classificação dos Recursos:33.90.30.10/14.122.1729.5904.0000
Data da Assinatura: 22/01/2021

Processo SDE n.º 2715/2019 - Acha-se aberto o Pregão Eletrônico SDE n.º 090/2020, OC nº 171312170482021OC00003, que tem como objeto a prestação de serviços de implantação de placas para sinalização de área de segurança, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 11/02/2021, às 09:30 horas. Os interessados em participar do certame deverão acessar, a partir de 01/02/2021, o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital também se encontra disponível no endereço eletrônico www.imprensaoficial.com.br - Negócios Públicos

SEGURANÇA PÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

PROCESSO n° 11/2018
CONTRATO Nº. 21/2018
PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2018

1º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 21/2018 FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, POR INTERMÉDIO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA E A EMPRESA VS2 SANEAMENTO E SERVIÇOS LTDA - ME, TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA HOSPITALAR E DE ASSEIO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL PARA EPC/EPML DRACENA, EPC PRESIDENTE VENCESLAU, EPC ADAMANTINA E NPML SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.

Aos 03 dias do mês de novembro do ano de 2020, na cidade de São Paulo, compareceram de um lado como CONTRATANTE o Estado de São Paulo, por através da Secretaria da Segurança Pública, por intermédio da Divisão de Administração da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, inscrito(a) no CNPJ/MF sob nº 23.429.162/0004-98, com sede na Rua Moncorvo Filho, n° 410 - 4° andar - no bairro do Butantã, São Paulo/SP, neste ato representada pela doutora Patrícia Harich, RG 15.110.837-7 e CPF:245.611.018-18, Diretora da Divisão de Administração da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, e, de outro lado, como CONTRATADA a empresa VS2 Saneamento e Serviços LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.439.760/0001-32, com sede na Rua Manoel da Rocha Lins, n° 271 – sala 03 – no bairro do Rio Bonito, São Paulo/SP – CEP: 04827-010, neste ato representada pelo Senhor Fabio Vida de Araújo, R.G. nº 49.328.615 SSP/SP e CPF nº 394.445.868-04.

RESOLVEM, de comum acordo, aditar o Contrato nº 21/2018, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, o que ora fazem nos termos a seguir expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 30 (trinta) meses, de 03 de novembro de 2020 a 02 de maio de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R$ 410.135,10 (quatrocentos e dez mil centro e trinta e cinco reais e dez centavos) para o período de 30 (trinta) meses, sendo o valor de R$ 27.342,34 (vinte e sete mil trezentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos) para o presente exercício; o valor de R$ 164.054,04 (cento e sessenta e quatro mil cinquenta e quatro reais quatro centavos) para o exercício de 2021; o valor de R$ 164.054,04 (cento e sessenta e quatro mil cinquenta e quatro reais e quatro centavos) para o exercício de 2022; e o valor de R$ 54.684,68 (cinquenta e quatro mil seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) para o exercício de 2023 onerando a classificação orçamentária nº 33903796.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento e que não se revelem com o mesmo conflitantes.

E por estarem assim, justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, na presença de duas testemunhas, que também o assinam para todos os fins e efeitos de direito.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DR. MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA

Departamento de Polícia Judiciária da Capital

4ª Delegacia Seccional de Polícia - Norte

Homologação
Processo: 08/20
Data da adjudicação e da homologação: 07/07/2020
Modalidade Licitatória: Pregão Eletrônico
Ordem de Compra: 180357000010C00049
Contrato: 01/2020
Contratante: 4ª Delegacia Seccional de Polícia, CNPJ: 04236548/0093-04
UGE:180357
Contratada: Essencis Soluções Ambientais S.A., CNPJ 40.263.170/0001-83
Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Destinação de Resíduos Perigosos – Classe I
Valor do contrato: 300.000,00
Quantidade: 30.000 kg
Vigência: 30 meses
Natureza de despesa:33903966
PTRESS:180205
TERMO DE IMPOSIÇÃO DE MULTA
Processo nº 38/20
UGE:180357
Oferta de Compra: 180357000012020OC00117
Empenho: 2020NE00239
Contratante: 4ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA
Contratada: LRA COMPUTER INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 334006830001-23

O Delegado de Polícia Titular da 4ª Delegacia Seccional de Polícia, expede o presente TERMO para, com amparo no item "o", e item "9" do Preâmbulo do Edital Eletrônico de Contratações Convite Eletrônico nº OC000117/2020 e com fundamento no artigo 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, a sanção administrativa de MULTA decorrente do atraso injustificado de 18 dias na entrega do bem adquirido no item 07 do referido contrato, no valor de R$ 7,64 (sete Reais e sessenta e quatro centavos), conforme cálculo efetuado na forma do inciso V, do artigo 7º, da Resolução SSP-333/05, à empresa COMERCIAL RICASA LTDA. O valor da multa ora aplicada será descontado do pagamento devido à Contratada, nos termos do artigo 9º da Resolução SSP 333/05, observado o disposto no artigo 13 da citada Resolução, estando os autos com vistas franqueada aos interessados.

Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo

Delegacia Seccional de Polícia de Mogi das Cruzes

Delegacia Seccional de Polícia de Mogi das Cruzes. Convite Eletrônico BEC 180275000012020OC00016. Considerando a prerrogativa da Administração Pública de rever seus próprios atos, ainda a tempo, a Comissão Julgadora de Licitação dessa Unidade Gestora Executora 180275, entendeu por bem a necessidade de proceder análise mais apurada no que concerne o quantitativo e a especificação técnica do objeto a ser adquirido. Nesse passo, diante dos motivos expostos, cabe informar aos senhores licitantes que com fundamento no artigo 49 da Lei 8.666/93, determino a ANULAÇÃO do presente Convite Eletrônico BEC 180275000012020OC00016 por interesse da Administração Pública, ainda a tempo, visto a não emissão de Nota de Empenho, visando proceder nova análise do quantitativo e especificação técnica do objeto a ser adquirido.

Delegacia Seccional de Polícia de Mogi das Cruzes. Convite Eletrônico BEC 180275000012020OC00060. Considerando a prerrogativa da Administração Pública de rever seus próprios atos, ainda a tempo, a Comissão Julgadora de Licitação dessa Unidade Gestora Executora 180275, entendeu por bem a necessidade de proceder análise mais apurada no que concerne o quantitativo e a especificação técnica do objeto a ser adquirido. Nesse passo, diante dos motivos expostos, cabe informar aos senhores licitantes que com fundamento no artigo 49 da Lei 8.666/93, determino a ANULAÇÃO do presente Convite Eletrônico BEC 180275000012020OC00060 por interesse da Administração Pública, ainda a tempo, visto a não emissão de Nota de Empenho, visando proceder nova análise do quantitativo e especificação técnica do objeto a ser adquirido.

Delegacia Seccional de Polícia de Mogi das Cruzes. Convite Eletrônico BEC 180275000012020OC00017. Considerando a prerrogativa da Administração Pública de rever seus próprios atos, ainda a tempo, a Comissão Julgadora de Licitação dessa Unidade Gestora Executora 180275, entendeu por bem a necessidade de proceder análise mais apurada no que concerne o quantitativo e a especificação técnica do objeto a ser adquirido. Nesse passo, diante dos motivos expostos, cabe informar aos senhores licitantes que com fundamento no artigo 49 da Lei 8.666/93, determino a REVOGAÇÃO do presente Convite Eletrônico BEC 180275000012020OC00017 por interesse da Administração Pública, ainda a tempo, visto a não emissão de Nota de Empenho, visando proceder nova análise do quantitativo e especificação técnica do objeto a ser adquirido.

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 4 - Bauru

Delegacia Seccional de Polícia de Jaú

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JAÚ

Encontra-se aberto, na DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JAÚ, PREGÃO ELETRONICO de nº 001/2021 (Processo DSPJ nº 34/2020) para a contratação de Serviços de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA, para atender as Unidades Policiais de Jau, por meio de Pregão Eletrônico, do Tipo Menor Preço, por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo a, realizar-se no dia 11/02/2021, às 09:00 horas para a Oferta de

Compra 180303000012021OC00001. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 01/02/2021, o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O edital também se encontra disponível no endereço eletrônico

www.imesp.gov.br – negócios públicos

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

COMANDO GERAL

Diretoria de Logística

Centro de Suprimento e Manutenção de Motomecanização

EXTRATO DE CONTRATO/ NOTA DE EMPENHO

Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:

Instrumento Contratual: 2021NE00002

Objeto: Serviço de Recarga em equipamento de segurança , extintor do CMM.

Contratada: Sudaseg Comercio e Serviços Ltda
CNPJ nº 08.717.385/0001-14
Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico
Valor: R$ 4.000,00
Data de celebração: 26/01/2021
Identificação do crédito orçamentário: 001001001 - Tesouro
Prazo de entrega: 10/02/2021.

Diretoria de Saúde

Centro Médico

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
UGE 180220 - CENTRO MÉDICO
PROCESSO Nº 2020220479

PREGÃO ELETRÔNICO PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N° PR-220/0116/20

EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMed-016/543/20

Em primeiro lugar para o Item 1, conforme segue:
Empresa: Interlab Distribuidora de Produtos Científicos Ltda
CNPJ/MF: 46.849.303/0001-84
Valor dos Itens:R$ 198.000,00
Em primeiro lugar para o Item 2, conforme segue:
Empresa: Greiner Bio-One Brasil Produtos Médicos Hospitalares Ltda
CNPJ/MF: 71.957.310/0001-47
Valor dos Itens:R$ 48.600,00
Valor total dos itens: R$ 246.600,00

As referidas partes, CONSIDERANDO:

a) que em 25 de junho de 2020, foi publicado em Diário Oficial do Estado nº 130(19125), Poder Executivo – Seção I, pagina 47 a Ata de Registro de Preço nº CMed-016/543/20, o objetivo da presente Ata é constituir o Sistema de Registro de Preços (SRP), com o registro de preços para Aquisição de Materiais para Laboratório – INSUMOS PARA COLETA DE RT-PCCR PARA COVID-19, a serem utilizados no Centro Médico da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

b) que no item 4., do referido instrumento ficou estabelecida a validade do registro de preços será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogável por igual período até o limite de 12 (doze) meses, a critério do CONTRATANTE, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente;

c) que a CONTRATADA comprovou, perante o CONTRATANTE, que mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas à época do certame, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal 8.666/1993;

DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, de 24/12/2020 A 24/06/2021.

DA RATIFICAÇÃO

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

E, por estarem assim, justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, na presença de duas testemunhas, que também o assinam para todos os fins e efeitos de direito.

COMANDO DE POLICIAMENTO DA CAPITAL CORONEL PM JOSÉ HERMÍNIO RODRIGUES

Comando de Policiamento de Área Metropolitana 10 - Capital

HOMOLOGAÇÃO DE CONVITE
CPA/M-10 – UGE 180224

O Dirigente da UGE 180224, após análise dos autos do Convite Eletrônico nº CPAM10-281/14/20, Processo nº 2020224647 - Oferta de Compra nº 180224000012020OC01080, que tem por objeto aquisição de BANDEIRAS para SEDE do 37º BPM/M, HOMOLOGA:

Os itens 01 e 02 para a empresa BANDEIRAS ONLINE ARTEFATOS TÊXTEIS LTDA, sob o CNPJ nº 00.295.234/0001-03, totalizando R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais);

O item 03 para a empresa SUELI DA SILVA TEIXEIRA-ME, sob o CNPJ nº 00.757.676/0001-24, totalizando R$ 990,00 (novecentos e noventa reais).

Valor total do presente licitação é de R$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais).

HOMOLOGAÇÃO DE CONVITE
CPA/M-10 – UGE 180224

O Dirigente da UGE 180224, após análise dos autos do Convite Eletrônico nº CPAM10-281/14/20, Processo nº 2020224647 - Oferta de Compra nº 180224000012020OC01080, que tem por objeto aquisição de BANDEIRAS para SEDE do 37º BPM/M, HOMOLOGA:

Os itens 01 e 02 para a empresa BANDEIRAS ONLINE ARTEFATOS TÊXTEIS LTDA, sob o CNPJ nº 00.295.234/0001-03, totalizando R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais);

O item 03 para a empresa SUELI DA SILVA TEIXEIRA-ME, sob o CNPJ nº 00.757.676/0001-24, totalizando R$ 990,00 (novecentos e noventa reais).

Valor total do presente licitação é de R$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais).

HOMOLOGAÇÃO DE OFERTA DE COMPRA
CPA/M-10 – UGE 180224

O Dirigente da UGE 180224, após análise dos autos do Convite Eletrônico nº CPAM10-282/14/20, Processo nº 2020224648 - Oferta de Compra nº 180224000012020OC01082, que tem por objeto aquisição de BRASÕES para o 37º BPM/M, HOMOLOGA:

O item 01 para a empresa EDIMILTON DE SOUZA TELES - ME, sob o CNPJ nº 39.019.120/0001-76, totalizando R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

Valor total do presente licitação é de R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

CPA/M-10 – UGE 180224

OFERTA DE COMPRA DESERTA

O Dirigente da Unida Gestora Executora 180.224, torna Público que a OFERTA DE COMPRA 180224000012020OC01100 e 180224000012020OC01281, processo 2020224649, cujo objeto é a aquisição de ESCADA para a sede do CPA/M-10, declarada DESERTA a presente Licitação.

HOMOLOGAÇÃO DE OFERTA DE COMPRA

CPA/M-10 – UGE 180224

O Dirigente da UGE 180224, após análise dos autos do Convite Eletrônico nº CPAM10-288/14/20, Processo nº 2020224654 - Oferta de Compra nº 180224000012020OC01125, que tem por objeto aquisição de UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS para SEDE do 37ª BPM/M, HOMOLOGA:

Os itens 01, 02 e 04 para a empresa PONTO MIX COMERCIAL E SERVICOS EIRELI, sob o CNPJ nº 29.940.579/0001-54, totalizando R$ 1.032,60 (um mil e trinta e dois reais e sessenta centavos).

O item 03 para a empresa J. DA S. N. SANTANA LIMPEZA, sob o CNPJ nº 29.588.052/0001-02, totalizando R$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais).

Valor total do presente licitação é de R$ 1.248,60 (um mil e duzentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos).

CPA/M-10 – UGE 180224

OFERTA DE COMPRA FRACASSADA

O Dirigente da Unida Gestora Executora 180.224, torna Público que a OFERTA DE COMPRA 180224000012020OC01126 e 180224000012020OC01400, processo 2020224655, cujo objeto é a aquisição de CAVALETE para a sede do 37º BPM/M, declarada FRACASSADAS em virtude dos valores ofertados pelas Licitantes estarem acima do valor referencial.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR

Comando de Policiamento do Interior 1 - São José dos Campos

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR UM

Convite

Extrato de Homologação, Adjudicação e Nota de Empenho de Convite BEC

CV-155/0050/2020

Processo nº CPI1 – 2020155142

Oferta de Compra: 180155000012020OC00140

Objeto: Material de Construção (Reforma sala PJMD do 5° BPM/I)

Contratante: Estado de São Paulo - Polícia Militar – Comando de Policiamento do Interior Um - UGE 180.155.

Licitante(s) vencedora(s):

A. Itens 1, 3, 4 e 5 restaram como fracassado;

B. Item 2 restou como deserto;

Crédito Orçamentário: Exercício: 2020; Fonte: FEPOM 0030031060; PTRES: 180.402, Elementos de Despesa: 339030-52.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR UM

Convite

Extrato de Homologação, Adjudicação e Nota de Empenho de Convite BEC

CV-155/0097/2020

Processo nº CPI1 – 2020155280

Oferta de Compra: 180155000012020OC00434

Objeto: Gêneros Alimentícios para a Operação Romeiro do 23° BPM/I

Contratante: Estado de São Paulo - Polícia Militar – Comando de Policiamento do Interior Um - UGE 180.155.

Licitante(s) vencedora(s):

A. Itens 1, 2, 3, 6, 9, 10, 11, 12, 13 e 15 restaram como fracassado;

B. Itens 4, 5, 7, 8 e 14 restaram como deserto;

Crédito Orçamentário: Exercício: 2020; Fonte: FEPOM 0030031060; PTRES: 180.402, Elementos de Despesa: 339030-10.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR UM

Convite

Extrato de Homologação, Adjudicação e Nota de Empenho de Convite BEC

CV-155/0132/2020

Processo nº CPI1 – 2020155380

Oferta de Compra: 180155000012020OC00651

Objeto: Suporte prolongador de coldre (3°BAEP)

Contratante: Estado de São Paulo - Polícia Militar – Comando de Policiamento do Interior Um - UGE 180.155.

Licitante(s) vencedora(s):

A. Item 1, restou como fracassado;

Crédito Orçamentário: Exercício: 2020; Fonte: TESOURO 001001001; PTRES: 180.402, Elementos de Despesa: 339030-63.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR UM

Convite

Extrato de Homologação, Adjudicação e Nota de Empenho de Convite BEC

CV-155/0135/2020

Processo nº CPI1 – 2020155389

Oferta de Compra: 180155000012020OC00694

Objeto: Material para Operação Verão do 20° BPM/I

Contratante: Estado de São Paulo - Polícia Militar – Comando de Policiamento do Interior Um - UGE 180.155.

Licitante(s) vencedora(s):

A. Itens 1, 2, 3 e 4 restaram como fracassado;

B. Item 5, foi homologado porém não foi realizado empenho devido o Decreto Estadual n° 65.352/20.;

Crédito Orçamentário: Exercício: 2020; Fonte: FEPOM 0030031060; PTRES: 180.402, Elementos de Despesa: 339030-10.

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº CPI1 – PR-155/0049/20.

Processo nº CPI1-2020155363.

Oferta de Compra nº 180155000012019OC00647.

Objeto: Serviço de manutenção automotiva preventiva e corretiva de viaturas policiais do Comando Policiamento do Interior Um (CPI-1) e Unidades Subordinadas.

Contratante: Estado de São Paulo - Polícia Militar - Comando de Policiamento do Interior Um, UGE 180155.

Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02; Crédito Orçamentário: Exercício 2020.

Fonte: 001001001; PTRES: 180.422; Elemento de Despesa: 33903985.

Empresa Contratada: TRUCK CENTER FERREIRENSE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVAS LTDA ME, CNPJ: 09.155.378/0001-39.

Contrato: CPI1-016/104/21; Valor Total: R$ 9.750,00.

Item 05: Serviço de manutenção corretiva viatura prefixo I-05276; Nota de Empenho: 2020NE00031; R$ 9.750.00.

CONVOCAÇÃO

O COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR UM, ATRAVÉS DO DIRIGENTE DA UGE 180155, CONFORME PREVISTO EM EDITAL (PREGÃO ELETRÔNICO nº CPI1-PR-155/0049/20 E PROCESSO nº 2020155363) TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DA EMPRESA TRUCK CENTER FERREIRENSE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.155.378/0001-39, PARA QUE COMPAREÇA À SEDE DO CPI-1, SITUADA NA AV DEPUTADO BENEDITO MATARAZZO nº 9.931, JARDIM AUGUSTA, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP, PARA FIRMAR O RESPECTIVO INSTRUMENTO CONTRATUAL E A RETIRADA DO OBJETO ORA LICITADO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, A CONTAR DESTA PUBLICAÇÃO.

Comando de Policiamento do Interior 3 - Ribeirão Preto

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR TRÊS

UGE-180158

DESPACHO Nº CPI3-020/41/21

DESIGNAÇÃO DE GESTOR

O Dirigente da UGE 180.158 – CPI-3, com fundamento no que dispõe o artigo 67 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, resolve:

1. Designar HIGOR VILLA GANDRA, Cb PM da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CPF: 281.846.098-09, como Gestor, para acompanhar e fiscalizar a execução Serviços de impressão e reprografia corporativa, objeto do Contrato Nº CPI3-056/41/15, Processo Nº 2014158769, que, passa de fiscal eventual para titular.

2. No impedimento legal do servidor indicado no item anterior, fica designado EDUARDO MITSUO DE MACEDO, Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CPF 363.758.038-10, para cumprir o ali disposto.

3. Fixar as atribuições do Gestor do contrato, conforme segue:

3.1. providenciar imediatamente, após designação formal: cópia do contrato, edital e proposta da contratada, tomando conhecimento integral de seu teor;

3.2. conhecer detalhadamente o local e como serão executados os serviços, objeto da licitação;

3.3. estabelecer forma de controle e avaliação da execução do contrato;

3.4. verificar permanentemente a qualidade e se os materiais entregues correspondem exatamente ao especificado no contrato, (projeto básico);

3.5. sugerir aplicação de penalidades à contratada em decorrência do descumprimento das obrigações contratuais;

3.6. propor a rescisão do contrato, por inexecução total ou parcial dos serviços objeto do contrato, elencando os motivos que justifiquem a medida, para decisão da autoridade competente;

3.7. zelar pela observância das condições e prazos de pagamento.

4. A Seção de Finanças deverá acompanhar o andamento do contrato fornecendo documentação, informações e adotando procedimentos, em tempo hábil, a permitir a continuidade da execução do contrato, que viabilizarão o exercício das atribuições do Gestor de Contratos.

Comando de Policiamento do Interior 9 - Piracicaba

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO: 362/0066/20 PROCESSO Nº 2020362458 OFERTA DE COMPRA N° 180362000012021OC00003

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29/01/21.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/02/21 – as 09h00min

O Dirigente da UGE 180362, por intermédio do Coronel PM Willians de Cerqueira Leite Martins, RG 18.898.052 e CPF 115.413.948-44, usando a competência delegada pelos artigos 3° e 7°, inciso I, do Decreto Estadual n° 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a Rua Américo Vespúcio, 438 – Bairro Algodoal – CEP 13.405-374 – Piracicaba/SP, licitação na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL sob o regime de empreitada por preço unitário, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual n° 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual n° 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. OBJETO

1.1. Descrição. A presente licitação tem por objeto a Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com a disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, em locais determinados nas dependências da Sede do CPI-9, 10º BPM/I e Cia de Força Tática do 10º BPM-I conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este Edital como Anexo I.

CORPO DE BOMBEIROS

Comando do Corpo de Bombeiros

Administração do Corpo de Bombeiros

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE BOMBEIROS – UGE 180199

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 199/0033/19

PROCESSO Nº. 2019199064

CONTRATO Nº. CCB-013/421/2020

TERMO ADITIVO Nº. CCB-02/421/2021

CONTRATANTE: UGE 180.199 - Administração do Corpo de Bombeiros

CONTRATADA: RESGATÉCNICA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE EIRELI

CNPJ: 15.453.449/0003-44

Parecer Jurídico Consultoria Jurídica da Polícia Militar do Estado de São Paulo: CJ/PM n.º 010/2016 (Parecer Referencial), de 27 de setembro de 2016

OBJETO: Aquisição de 81 (oitenta e um) desencarceradores hidráulicos combinados e extensores destinados as Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros.

ENTREGA (TOTAL/PARCELADA): Total

VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar de sua assinatura

DATA DO CONTRATO: 13/04/2020

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 3.807.000,00 (três milhões, oitocentos e sete mil reais)

PTRes/PROGRAMA DE TRABALHO: 180.513 – 06.182.1811.5000 –Salvamento e Resgate

FONTE DE RECURSO: 043.001.127 - FESIE.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 05

DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO: 26/01/2021

DATA DE ENTREGA: 15/02/2021

Comando de Bombeiros do Interior

Centro de Suprimento e Manutenção do Material Operacional de Bombeiros - Capital

CORPO DE BOMBEIROS

CENTRO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DO MATERIAL OPERACIONAL DE BOMBEIROS – UGE 180.200

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Dirigente da UGE 180.200 – Centro de Suprimento e Manutenção do Material Operacional de Bombeiros, após análise dos autos do Convite nº BEC-00373/2020 - Processo nº. CSMMOpB-2020200250 - Oferta de Compra nº. 180200000012020OC00373 para compra de material de pintura para este Centro do Corpo de Bombeiros, após o julgamento do recurso HOMOLOGA a decisão da Comissão Julgadora de Licitação e ADJUDICA conforme segue:

item - material - Qtde - vencedor - va-lor

1 - BOINA DE POLIMENTO,EM LA SINTE-TICA,MEDINDO 8",NA COR BRANCA - 10 - FRACASSADO - 0

2 - BOINA DE POLIMENTO,FORMATO AL-VEOLAR,MODELO SIMPLES,MED.8",NA COR CINZA - 50 - FRACASSADO - 0

3 - COMPLEMENTOS PARA PINTURA AU-TOMOTIVA, PU, PRIMER, CINZA, EM LATA - 20 - IMPORTADORA ALVA-MAR COMERCIO DE PECAS PARA AUTOS LTDA - 134,4

4 - CONJUNTO APLICADOR DE MASSA, INCOLOR, MEDINDO APROX. 5 POLE-GADAS LARG. - 30 - FRACASSADO - 0

5 - DISCO LIXA DE OXIDO DE ALUMINIO DIAM. 114,30MM, GRAO 220 - 100 - FRACASSADO - 0

6 - DISCO LIXA, DE OXIDO DE ALUMINIO, COM DIAMETRO DE 6 POLEGADAS - 100 - FRACASSADO - 0

7 - ESPATULA PARA PINTU-RA,CELULOIDE,(9X23)CM - 100 - FRACASSADO - 0

8 - ESPATULA PARA PINTU-RA,CELULOIDE,INCOLOR - 100 - FRACASSADO - 0

9 - LUVA DE SEGURAN-CA,VAQUETA,GRANDE,BRANCA,AGENTES ABRASIVOS ESCORIANTES - 50 - KT EPI E ACESSÓ-RIOS INDUSTRIAIS LTDA. - 24,5

10 - MASCARA TRANSFERIDORA DE ADE-SIVOS,PVC CALAND,TRANSP,MEDIO TACK,LARG.1M - 10 - FRACASSADO - 0

11 - PECA REPOSICAO P/CABINE PINTU-RA, FILTRO PISO, G-3, 1.100X1.400MM - 5 - YVYTU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIL-TROS LTDA-EPP - 48,57

12 - PECA REPOSICAO P/CABINE PINTU-RA, FILTRO PLISSADO, 900X6.000MM - 5 - BRAFILTROS CO-MERCIO DE FILTROS INDUSTRIAIS LTDA ME - 286

13 - PINCEL PARA PINTURA,PELO SINTE-TICO,CABO LONGO,CHATO,N.4 - 30 - MARIA BERNADETE DE CAMPOS 01022343882 - 2,3

14 - POLIDOR DE METAIS,LIQUIDO VISCO-SO,EM LATA - 80 - IMPORTADORA ALVA-MAR COMERCIO DE PECAS PARA AUTOS LTDA - 15,62

15 - PULVERIZADOR MANU-AL,CAPACIDADE UTIL 1,0LITRO,PRESSAO MAXIMA 3 BAR - 3 - FRACASSADO - 0

16 - SUPRIM.P/MANUT.DE MAQ.E E-QUIP,BASE DISCO ABRASI-VO,P/LIXADEIRA ORBITAL - 80 - FRACASSADO - 0

17 - THINNER AUTOMOTIVO P/DILUIçãO TINTA AUTOMOTIVO,5 LT - 150 - DENNIS MARTINS AURAFI - ME - 44,95

Orça a presente licitação o valor total de de R$ 13.646,95 (treze mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos).

A ata em sua íntegra está disponível no site www.bec.sp.gov.br.

WAGNER GIURNI GOMES

Ten Cel PM – Dirigente da UGE 180 200

COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR JOÃO NEGRÃO

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL INTERNACIONAL Considerando os apontamentos trazidos pelo setor técnico acerca de incorreções no anexo I.3, o Edital em tela foi republicado, não interferindo no prazo legal de publicidade, encontrando-se aberto no COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO – "JOÃO NEGRÃO" (CAvPM) o PREGÃO PRESENCIAL INTERNACIONAL PR-173/0036/20, do tipo MENOR PREÇO, PROCESSO Nº 2020173136, objetivando AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AERONAVE DE ASA ROTATIVA, BITURBINA, LEVE, PARA O COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – "JOÃO NEGRÃO". A realização da sessão pública será no DIA 02/03/2021 às 09:00 HORAS, no endereço: AV. OLAVO FONTOURA, 1078, SANTANA – SÃO PAULO/SP, CEP: 02012-020. O novo edital na íntegra está disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.imesp.com.br, opção "e-negociospublicos" ou poderá ser solicitado através do e-mail: cavpmuge@policiamilitar.sp.gov.br

ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DIRETORA DO DEPT. ADMINISTRAÇÃO DE 22 01 2021

À vista dos elementos de instrução dos autos e no uso da Competência a mim atribuída pelo Decretos nº 46.623, de 21 de março de 2002, e, nos termos do artigo 3º, inciso VII, do Decreto nº 47.297/02, artigo 13, inciso VII, da Resolução CC-27/06, bem como considerando a manifestação da Pregoeira (fls.232/233), decido:

1. DECLARAR FRACASSADO o item 1 (papel higiênico) do Pregão Eletrônico DA nº 007/2020.

2. AUTORIZO a reabertura de licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", nos termos que dispõe a Lei Federal n º 10.520, Decreto Estadual nº 49.722/05, Resolução CC 27/06 e Decreto nº 51.469/07, bem como Resolução CEGP 10/2002 e Lei 8.666/93, visando nova tentativa de contratação de empresa para fornecimento do item referente ao papel higiênico (item 1), para o exercício de 2021, para atender à Sede desta Secretaria.

3. HOMOLOGO o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico DA nº 007/2020, Processo SAP 40549/2020, em favor da empresa PARILIMP COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI. - CNPJ nº 28.398.064/0001-01, para o item 2 (sabonete líquido), no valor unitário de R$ 5,00 (cinco reais); R$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco) mensais, totalizando o valor de R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos) para 12 (doze) meses.

4. Ato contínuo, AUTORIZO a despesa, a lavratura do termo de contrato e o empenhamento em favor da empresa PARILIMP COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI. - CNPJ nº 28.398.064/0001-01, para o item 2 (sabonete líquido), no valor unitário de R$ 5,00 (cinco reais); R$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco) mensais, totalizando o valor de R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos) para 12 (doze) meses, no exercício de 2021, declarando que as despesas têm previsão orçamentária e se adequam à Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como CONVOCO a mesma para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação deste ato, a comparecer ao Departamento de Administração, da Secretaria da Administração Penitenciária, Avenida General Ataliba Leonel, n° 556 - Santana - CEP 02033-000 - São Paulo - SP, para assinatura do respectivo Termo de Contrato, portando os documentos exigidos para fins de contratação

REPUBLICADO POR SAIR COM INCORREÇÃO.

CHEFIA DE GABINETE

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 16/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020.

No uso da competência a mim atribuída pelo Decreto Estadual n° 46.623, de 21 de março de 2002, resolvo APOSTILAR o reajuste no valor de R$ 62.686,90 (sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa centavos), correspondente ao reajuste das medições nº 58, 59A, 59B, 60, 61 e 62, referente a execução do Contrato 16/2015, celebrado entre esta Pasta e a empresa Sial Construções Civis Ltda., que tem como objeto a execução de obras e serviços de engenharia para a construção da Penitenciária Feminina de São Vicente/SP, com base na cláusula oitava do contrato acima citado e no art. 65, § 8° da Lei Federal n° 8.666/93.

Nota de Empenho 2020NE00439

Data de Emissão 18/12/2020

Valor do Empenho R$ 62.686,90

COORDENADORIA DE SAÚDE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

PROCESSO SAP/CS 2020/05654

PREGÃO ELETRÔNICO N° 035/2020-CS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 380193000012020OC00146.ARP00002

O Estado de São Paulo, por intermédio da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário, doravante designada "ÓRGÃO GERENCIADOR", neste ato representada pela Senhora Antônia Marcelina Fabiano Teixeira, RG nº 19.470.366-6, CPF nº 079.425.878/60, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, devidamente homologado pela autoridade competente, resolve celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fundamento no Decreto Estadual nº 47.945/2003, tendo por objeto a CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MEDICAMENTOS PADRONIZADOS (ANALGÉSICO DE AÇÃO CENTRAL, ANSIOLÍTICO, ANTICONVULSIVANTE E ANTIDEPRESSIVO), procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais fornecedores que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. DO OBJETO E RESPECTIVAS QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a aquisição futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES de CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MEDICAMENTOS PADRONIZADOS (ANALGÉSICO DE AÇÃO CENTRAL, ANSIOLÍTICO, ANTICONVULSIVANTE E ANTIDEPRESSIVO), conforme o detalhamento e as especificações constantes da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

ITEM - DESCRIÇÃO - CÓDIGO BEC - QUANTITATIVOS ESTIMADOS POR ÓRGÃO PARTICIPANTE

03

MIDAZOLAM, MALEATO 15MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO REVESTIDO, FORMA DE APRESENTACAO CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA DE 14.031 UNIDADES PARA O PERÍODO DE 12 MESES - NOME COMERCIAL: DORMIRE MARCA: SIMILAR FABRICANTE: CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA: 1.0298.01430058 APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 20 UNIDADES PRAZO DE VALIDADE NA ENTREGA MEDICAMENTOS COM VALIDADE IGUAL OU INFERIOR 24 MESES – NO MÍNIMO 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DA VALIDADE, A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.

10320-9 - 1. CENTRO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS DE SAÚDE DA COORDENADORIA DE SAÚDE / 2. HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO "PROF. ANDRÉ TEIXEIRA LIMA", DE FRANCO DA ROCHA: 4.031

3.COORDENADORIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: 0

4. COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL: 7.000

5. COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE:0

6. COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO: 0

7. COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO: 3.000

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1 - FIGURAM COMO ÓRGÃOS PARTICIPANTES DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. CENTRO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS DE SAÚDE DA COORDENADORIA DE SAÚDE

AV. ZAKI NARCHI, Nº 1563, CARANDIRU, SÃO PAULO - SP

TELEFONE/ FAX: (11) /2221-8051

E-MAIL: anarodrigues@sp.gov.br / suprimentos@saude.sap.sp.gov.br

CONTATO: ANA PAULA RODIGUES D'AGOSTINO

2. HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO "PROFESSOR ANDRÉ TEIXEIRA LIMA", DE FRANCO DA DA ROCHA

RODOVIA PREF.LUIZ SALOMÃO CHAMMA, KM 43 – VILA RAMOS, FRANCO DA ROCHA, SÃO PAULO - SP

TELEFONE/ FAX: (11) 4449.4433

E-MAIL: sandra.selis@sap.sp.gov.br

CONTATO: SANDRA SELIS

3. COORDENADORIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

AVENIDA GENERAL ATALIBA LEONEL, Nº 656, CARANDIRU, SÃO PAULO - SP

TELEFONE: (11) 2221-4441

E-MAIL: rtrevisan@sp.gov.br

CONTATO: RENATA LOPES PUTTINI TREVISAN

4. COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL

ENDEREÇO: AVENIDA AMADOR BUENO DA VEIGA, Nº 450, JARDIM SANTA CLARA, TAUBATÉ - SP

TELEFONE: (12) 3624-6797 - RAMAL 238

E-MAIL: vleite@sp.gov.br

CONTATO: VILMA LEITE

5. COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE

ESTRADA VICINAL PREF. ANIBAL HAMAN, KM 6 – AEROPORTO, PIRAJUÍ - SP

TELEFONE: (14) 3584-4555/4466

E-MAIL: adrianaamaro@sp.gov.br

CONTATO: ADRIANA ALBUQUERQUE AMARO

6. COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO

RODOVIA CAMPINAS/MONTE MOR. KM 4,5 - BAIRRO NOVA BOA VISTA, CAMPINAS - SP

TELEFONE: (19) 3282-4442 / 3282-3132

E-MAIL: alexsantos@sp.gov.br

CONTATO: ALEXANDRE LAZINHO

7. COORDENADORIA DAS UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO

AVENIDA ANTONIO MARQUES DA SILVA, S/Nº, PRESIDENTE VENCESLAU - SP

TELEFONE: (18) 3272-2270

E-MAIL: dtomokane@sp.gov.br

CONTATO: DENISE YUKIKO TOMOKANE

3. DOS FORNECEDORES

3.1. Figura como primeira classificada e DETENTORA desta Ata de Registro de Preços a empresa DANIEL FERRARI ABRANTES - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 28.004.857/0001-07, estabelecida na Rua São Paulo, nº. 41 – Sala 1104 – Vila Belmiro – Santos/SP – CEP: Telefone (13) 3301-1102 – email – vendas@ferrarimed.com.br

3.2. Consultadas as empresas participantes do Pregão Eletrônico que precedeu esta Ata, nos termos do artigo 11, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 47.945/2003, nenhuma concordou em fornecer ao preço ofertado, na licitação, pela DETENTORA da Ata.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são:

ITEM

DESCRIÇÃO - CÓDIGO BEC - VALOR UNITÁRIO

03 - Control.Midazolam, Maleato 15Mg, Cap/Cp/Cp Ver. Oral - 254681 - R$ 1,30

4.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.

4.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade do preço registrado. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:

4.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

4.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;

4.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

5. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

5.2. A prorrogação da validade do Sistema de Registro de Preços será admitida até que se alcance o prazo máximo de 12 (doze) meses, nele incluídas as eventuais prorrogações.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

6.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

6.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razões de interesse público ou a pedido do fornecedor.

7. CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

7.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

7.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

7.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 7.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

7.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

7.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

7.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

7.2.6. Também constitui condição para a celebração da contratação a apresentação dos documentos a que se referem as declarações de que trata o item 4.1.4.6 deste Edital.

7.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

7.3.1. O prazo indicado no item 7.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

7.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 7.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

7.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções administrativas.

E, lida e achada conforme, a presente ata segue assinada pelo representante do ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos representantes dos FORNECEDORES com preços registrados nesta Ata, todos abaixo indicados e identificados.

São Paulo, 05 de Janeiro de 2021.

PELO ÓRGÃO GERENCIADOR: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA COORDENADORIA DE SAÚDE

ANTONIA MARCELINA FABIANO TEIXEIRA

RG 19.470.366-6

CPF 079.425.878-60

PELA DETENTORA: DANIEL FERRARI ABRANTES - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS – ME

Cristiane Manuel Ribas

RG: 16.247.635-8 SSP/SP

CPF 133.606.298-33

TESTEMUNHAS:

CAMILA GUIMARÃES RODRIGUES - VANIA DURÃES DOS SANTOS

RG: 35.465.745-8 - RG 34.308.770-4

CPF: 316.563.718-04 - CPF 323.360.178-65

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

APOSTILA

PROCESSO Nº SPDoc 3089559/2019 (Gestão SAP 103/19CORE)

CONTRATO Nº 009/19CORE

Apostila de Reajuste de Preço

I – Autorizo, nos termos do § 8º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, e em atendimento ao contido nos Parágrafo Terceiro, da Cláusula Sétima – Dos Preços e Reajuste, do Contrato n° 009/19CORE, Processo SPDoc 3089559/2019 (Gestão SAP 103/19CORE), O REAJUSTE DE PREÇO à base de 5,67% retroagindo os efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2020, em conformidade com o índice de reajuste de preços divulgado pelo CADTERC – Cadastro de Serviços Terceirizados, passando o valor mensal a vigorar da seguinte conformidade:

• Valor Mensal – por veículo tipo perua – R$ 1.680,15 (mil e seiscentos e oitenta reais e quinze centavos);

II – Cientifique-se a empresa contratada para emissão da Nota Fiscal complementar, pertinente ao fornecimento realizado a partir do dia 01/11/2020;

III – Efetua os procedimentos de praxe quanto à liquidação das despesas resultantes;

PENITENCIÁRIA NILTON SILVA - FRANCO DA ROCHA II

Interessado: Penitenciária "Nilton Silva" de Franco da Rocha

Assunto: Equipamentos de Cozinha

Oferta de Compras BEC – 2020OC00153

Processo nº 2020/22755

Despacho do Diretor Técnico III.

A vista do que consta nos autos, e no uso da competência a mim atribuída:, HOMOLOGO, e adjudico o procedimento licitatório levado a efeito da comissão julgadora deste órgão/entidade, em conformidade com o item à empresa:

- MAGALI APOLINIA MAZZONI LOPES ME – CNPJ 04229776/0001-39, os item 012 no valor total de R$ 9.169,20 (nove mil e cento e sessenta e nove reais e vinte centavos);

- DALSON COM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E FERRAMENTAS0, CNPJ 06968409/0001-82 os item 07 no valor total de R$ 758,00 (setecentos e cinquenta e oito reais);

- DATA EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA LTDA os item 15 no valor total de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

- COMERCIAL DISCON LTDA, CNPJ 14365828/0001-58, os item 09 no valor total de R$ 121,10 (cento e vinte e um reais e dez centavos);

- MFS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTO LTDA os item 002 no valor total de R$ 4.980,00 (quatro mil e novecentos e oitenta reais);

- CONEXÃO CHINELOS CONFECCÇÕES EIRELI os item 014 no valor total de R$ 3.790,00 (três mil e setecentos e noventa reais);

- PONTO MIX COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 29940579/0001-54 os item 03,04 no valor total de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais);

- LOS ANGELES ARTIGOS DE PROTEÇAO LTDA, CNPJ 52391927/0001-01 os item 013 no valor total de R$ 130,00 (cento e trinta reais);

- BALEIRA LTDA ME, CNPJ 16880322/0002-93 os item 02, no valor total de R$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais);

- CELIO ALVES DE OLIVEIRA, CNPJ 18249454/0001-66 os item 001 no valor total de R$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais);

Declaro os itens 05,06,08, fracassados devido o valor ofertado estar acima do preço de referência estabelecido pela UGE contratante.

Interessado: Penitenciária "Nilton Silva" de Franco da Rocha

Assunto: Material para Construção

Oferta de Compras BEC – 2020OC00402

Processo nº 37790/2020

Despacho do Diretor Técnico III.

A vista do que consta nos autos, e no uso da competência a mim atribuída:, HOMOLOGO, e adjudico o procedimento licitatório levado a efeito da comissão julgadora deste órgão/entidade, em conformidade com o item à empresa:

- STORAGE E LOGISTICS IMPOR E EXPOR EIRELI– CNPJ 01812515/0001-59, os item 002 no valor total de R$ 1.695,00 (hum mil e seiscentos e noventa e cinco reais);

- UNIVERSO COMERCIAL LTDA ME, CNPJ 07404108/0001-99 os item 01 no valor total de R$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais);

- WELLINGTON RICARDO SIMONETTI ME os item 004 no valor total de R$ 10.0000,00 (dez mil reais);

- RUBENS DANTAS NETO, CNPJ 10417609/0001-14, os item 06 no valor total de R$ 2.130,00 (dois mil e cento e trinta reais);

- MR DE LACERDA RESENDE 70 VILA NHOCUNE os item 005 no valor total de R$ 3.250,00 (três mil e duzentos e cinquenta reais);

- MHR COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA os item 07 no valor total de R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais);

- ANVAX COMPANY HIGIENE E PERFUMARIA LTDA, CNPJ 34346501/0001-46 os item 03 no valor total de R$ 959,70 (novecentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos);

Declaro os itens 08, fracassados devido o valor ofertado estar acima do preço de referência estabelecido pela UGE contratante.

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL

Extrato do Ajuste

Contratante: Departamento de Administração

Processo SAP-PRC-2021/00581 – Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021

Descrição sucinta serviço: Fornecimento de passagens de ônibus para servidores da Coordenadoria COREVALI

Credor: Empresa de Ônibus Pássaro Marrom S.A.

CNPJ: 61.563.557/0001-25

Valor do Empenho: R$ 10.000,00

Data da Celebração: 28/01/2021

Prazo de Vigência: 365 dias

Programa de Trabalho: 14122381361460000

Nota de Empenho: 2021NE00012

Parecer: Decreto nº 61476 – 03/09/15

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DR. JOSÉ AUGUSTO CÉSAR SALGADO - TREMEMBÉ

Convite Bec nº 380144000012020OC00293 - Processo nº 2020/39760

Objeto: Aquisição de Antenas Wireless

Nos termos das competências a mim atribuídas, após exame dos autos do presente convite referente à aquisição de antenas wireless para esta Penitenciaria, decido pela homologação/adjudicação do certame às empresas abaixo descritas.

ITEM EMPRESA VALOR

01 - OSMAR ALTINO VALIM - R$ 2.640,00

Convite Bec nº 380144000012020OC00291 - Processo nº 2020/39254

Objeto: Aquisição de Bombas Dosadora

Nos termos das competências a mim atribuídas, após exame dos autos do presente convite referente à aquisição de bombas dosadora para esta Penitenciaria, decido pela homologação/adjudicação do certame às empresas abaixo descritas.

ITEM EMPRESA VALOR

01 - SANCOMAR COMERCIAL LTDA - R$ 8.598,00

Convite Bec nº 380144000012020OC00282 - Processo nº 2020/33371

Objeto: Aquisição de materiais de botas

Nos termos das competências a mim atribuídas, após exame dos autos do presente convite referente à aquisição de materiais de botas para esta Penitenciaria, decido pela homologação/adjudicação do certame às empresas abaixo descritas.

ITEM EMPRESA VALOR

01 - DATA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA ME - R$ 181,05

02 - DATA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA ME - R$ 181,05

Convite Bec nº 380144000012020OC00334 - Processo nº 2020/35074

Objeto: Aquisição de cama e banho

Nos termos das competências a mim atribuídas, após exame dos autos do presente convite referente à aquisição de cama e banho para esta Penitenciaria, decido pela homologação/adjudicação do certame às empresas abaixo descritas.

ITEM EMPRESA VALOR

01 - WELLINGTON RICARDO SIMONETTI ME - R$ 4.949,40

02 - WELLINGTON RICARDO SIMONETTI ME - R$ 4.000,00

03 - JASMIM COLCHOES EIRELI - R$ 14.250,00

Convite Bec nº 380144000012020OC00223 - Processo nº 2020/33785

Objeto: Aquisição de itens para aevp

Nos termos das competências a mim atribuídas, após exame dos autos do presente convite referente à aquisição de itens para aevp para esta Penitenciaria, decido pela homologação/adjudicação do certame às empresas abaixo descritas.

ITEM EMPRESA VALOR

01 - JOSE DORIVALDO LOPES DOS SANTOS ME - R$ 617,50

02 - JOSE DORIVALDO LOPES DOS SANTOS ME - R$ 585,00

03 - JOSE DORIVALDO LOPES DOS SANTOS ME - R$ 1.206,20

04 - JOSE DORIVALDO LOPES DOS SANTOS ME - R$ 2.205,20

05 - JOSE DORIVALDO LOPES DOS SANTOS ME - R$ 299,40

06 - JOSE DORIVALDO LOPES DOS SANTOS ME - R$ 1.546,90

Convite Bec nº 380144000012020OC00336 - Processo nº 2020/34929

Objeto: Aquisição de materiais de limpeza

Nos termos das competências a mim atribuídas, após exame dos autos do presente convite referente à aquisição de materiais de limpeza para esta Penitenciaria, decido pela homologação/adjudicação do certame às empresas abaixo descritas.

ITEM EMPRESA VALOR

01 - MARCIELE DAIANE CORREA ARTIGOS DE ESCRITORIO E PAPELARIA - R$ 163,00

02 - CELIO ALVES DE OLIVEIRA COMERCIAL - R$ 495,00

Convite Bec nº 380144000012020OC00329 - Processo nº 2020/35940

Objeto: Aquisição de Materiais de manutenção

Nos termos das competências a mim atribuídas, após exame dos autos do presente convite referente à aquisição de Materiais de Manutenção para esta Penitenciaria, decido pela homologação/adjudicação do certame às empresas abaixo descritas.

ITEM EMPRESA VALOR

02 - JCVM COMERCIAL LTDA - R$ 956,25

05 - A. ALVES DA SILVA COMERCIO DE MATERIAL PARA CONSTRUCAO EIRELI ME - R$ 449,25

12 - A. ALVES DA SILVA COMERCIO DE MATERIAL PARA CONSTRUCAO EIRELI ME - R$ 82,50

16 - A. ALVES DA SILVA COMERCIO DE MATERIAL PARA CONSTRUCAO EIRELI ME - R$ 168,75

19 - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO PASSAGEM FUNDA LTDA ME - R$ 232,00

20 - A. ALVES DA SILVA COMERCIO DE MATERIAL PARA CONSTRUCAO EIRELI ME - R$ 3.056,25

23 - WILSON MUDAS AMBIENTAL EIRELI ME - R$ 10.124,00

Convite Bec nº 380144000012020OC00332 - Processo nº 2020/27978

Objeto: Aquisição de Materiais de manutenção

Nos termos das competências a mim atribuídas, após exame dos autos do presente convite referente à aquisição de Materiais de Manutenção para esta Penitenciaria, decido pela homologação/adjudicação do certame às empresas abaixo descritas.

ITEM EMPRESA VALOR

02 - Jessica Lemes Brito de Araújo ME - R$ 680,00

03 - Jessica Lemes Brito de Araújo ME - R$ 1.116,00

04 - F.A. Comercial Ltda - R$ 379,80

05 - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO PASSAGEM FUNDA LTDA ME - R$ 281,70

06 - F.A. Comercial Ltda - R$ 245,00

07 - JLP CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA - R$ 3.515,20

Convite Bec nº 380144000012020OC00330 - Processo nº 2020/33833

Objeto: Aquisição de Materiais de Manutenção

Nos termos das competências a mim atribuídas, após exame dos autos do presente convite referente à aquisição de Materiais de manutenção para esta Penitenciaria, decido pela homologação/adjudicação do certame às empresas abaixo descritas.

ITEM EMPRESA VALOR

01 - JLP CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA - R$ 1.838,40

Convite Bec nº 380042000012020OC00018 - Processo nº 2020/32737

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes

Nos termos das competências a mim atribuídas, após exame dos autos do presente convite referente à aquisição de materiais permanentes para esta Penitenciaria, decido pela homologação/adjudicação do certame às empresas abaixo descritas.

ITEM EMPRESA VALOR

01 - Comercial Usual Eireli - R$ 1.186,00

02 - JLP CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA - R$ 546,84

03 - COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO PASSAGEM FUNDA LTDA ME - R$ 375,00

05 - ADEMAR PEDRODE GODOI ME - R$ 522,90

Convite Bec nº 380144000012020OC00335 - Processo nº 2020/35071

Objeto: Aquisição de vestuario para sentenciado

Nos termos das competências a mim atribuídas, após exame dos autos do presente convite referente à aquisição de vestuario para sentenciados desta Penitenciaria, decido pela homologação/adjudicação do certame às empresas abaixo descritas.

ITEM EMPRESA VALOR

01 - JKJ IND. ECOM.DE ARTIGOS TEXTEIS E CONFECçÃO LTDA - R$ 2.700,00

02 - JKJ IND. ECOM.DE ARTIGOS TEXTEIS E CONFECçÃO LTDA - R$ 1.350,00

03 - JKJ IND. ECOM.DE ARTIGOS TEXTEIS E CONFECçÃO LTDA - R$ 2.970,00

04 - JKJ IND. ECOM.DE ARTIGOS TEXTEIS E CONFECçÃO LTDA - R$ 4.950,00

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE BAURU

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: CENTRO DE DETENÇAO PROVISÓRIA "ASP FRANCISCO CARLOS CANESCHI" DE BAURU

OBJETO: COMPRA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS

VIGÊNCIA: 01 de Setembro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020.

PROCESSO: 087/20CDPB

PREGÃO ELETRÔNICO: 008/2020

PARECER JURÍDICO CJ/SAP: PARECER JURÍDICO CJ/SAP: 001/2020 DE 20 DE MARÇO DE 2020.

PROGRAMA DE TRABALHO: 14421381361410000 - PROV. SERVIÇOS NECESSIDADES MATERIAIS BASICAS

NATUREZA DE DESPESA: 33903010 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS

EXTRATO DE CONTRATO: 036/2020

DATA: 24/08/2020

DRIVEOP IMP. E EXP. LTDA

CNPJ: 28.399.024/0001-84

Valor Total (Negociado): R$ 4.093,00 (quatro mil e noventa e três reais).

2020NE00567

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CERQUEIRA CÉSAR

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CERQUEIRA CÉSAR

EXTRATOS DE ADITAMENTO

5° Termo Aditivo ao Contrato 077/2015

Processo: 156/15CDPCQ

Pregão Eletrônico: 019/2015

Parecer Jurídico e Sigla: CJ/SAP 1849/2015

Contratante: Centro de Detenção Provisória de Cerqueira César

Objeto: Aquisição de prestação de serviços de impressão e reprografia corporativa

Contratada: DIGITAL INFORMÁTICA E LOCAÇÕES LTDA - ME

CNPJ: 11.901.111/0001-95

Vigência: 26/10/2015 A 25/10/2020

Data Assinatura: 26/10/2020

Valor Inicial do Contrato: R$ 41.700,00

Valor Total do Contrato: R$ 104.995,79

Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380613

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE TAIÚVA

Extrato de Contrato

Contrato nº 65/2020

Pregão Eletrônico nº 15/2020

Processo nº 104/20TAV

Contratante: Centro de Detenção Provisória de Taiúva

Contratada: RODRIGO LUIZ DE SOUZA RODRIGUES 40841376859 - MEI

CNPJ: 33.132.441/0001-04

Objeto do contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis, com entrega parcelada, para consumo do Centro de Detenção Provisória de Taiúva, no período de 01 de janeiro a 30 de abril de 2021.

Valor total do Contrato: R$ 1.133,00 (um mil cento e trinta e três reais)

Vigência: 01/01/2021 a 30/04/2021

Data da assinatura: 03/12/2020

Extrato de Contrato

Contrato nº 79/2020

Pregão Eletrônico nº 15/2020

Processo nº 104/20TAV

Contratante: Centro de Detenção Provisória de Taiúva

Contratada: HYRÊ COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EIRELI

CNPJ: 30.170.053/0001-11

Objeto do contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis, com entrega parcelada, para consumo do Centro de Detenção Provisória de Taiúva, no período de 01 de janeiro a 30 de abril de 2021.

Valor total do Contrato: R$ 2.649,20 (dois mil seiscentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)

Vigência: 01/01/2021 a 30/04/2021

Data da assinatura: 03/12/2020

Extrato de Contrato

Contrato nº 67/2020

Pregão Eletrônico nº 18/2020

Processo nº 106/20TAV

Contratante: Centro de Detenção Provisória de Taiúva

Contratada: MAIS SÃO PAULO TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA..

CNPJ: 08.877.106/0001-80

Objeto do contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis, com entrega parcelada, para consumo do Centro de Detenção Provisória de Taiúva, no período 01 de janeiro a 30 de abril de 2021.

Valor total do contrato: R$ 136.800,00 (cento e trinta e seis mil e oitocentos reais)

Vigência: 01/01/2021 a 30/04/2021

Data da assinatura: 15/12/2020

Extrato de Contrato

Contrato nº 71/2020

Pregão Eletrônico nº 18/2020

Processo nº 106/20TAV

Contratante: Centro de Detenção Provisória de Taiúva

Contratada: DUARTE ALIMENTOS ATACADISTA LTDA

CNPJ: 17.793.806/0001-87

Objeto do contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis, com entrega parcelada, para consumo do Centro de Detenção Provisória de Taiúva, no período de 01 de janeiro a 30 de abril de 2021.

Valor total do Contrato: R$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais)

Vigência: 01/01/2021 a 30/04/2021

Data da assinatura: 15/12/2020.

2 º Extrato de Contrato

Aditivo do Contrato nº 46/2020

Pregão Eletrônico nº 10/2020

Processo nº 68/20TAV

Contratante: Centro de Detenção Provisória de Taiúva

Contratada: J&A COMERCIAL DO BRASIL EIRELI - ME

CNPJ: 35.156.745/0001-29

Objeto do contrato: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis, com entrega parcelada, para consumo do Centro de Detenção Provisória de Taiúva, no período de setembro a dezembro de 2020.

Valor total do aditamento: R$ 6.737,50 (seis mil setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Valor total do Contrato passa de $ 71.812,50 (setenta e um mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), para R$ 78.550,00 (setenta e oito mil quinhentos e cinquenta reais), sendo o aditamento aproximadamente 9,38% do valor total do contrato.

Vigência: 07/10/2020 a 31/12/2020

Data da assinatura: 17/12/2020

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA "DR. ALBERTO BROCCHIERI" DE BAURU

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA ALBERTO BROCCHIERI DE BAURU
EXTRATOS DE CONTRATO
Contrato: 088/2020-CPPAB
Pregão Eletrônico 025/2020-CPPAB
Contratante: Centro de Progressão Penitenciária "Alberto Brocchieri" de Bauru
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Leite Laticínios e Seus Derivados
Vigência: 04 meses
Processo: 32227/2020-CPPAB
Contratada: MUNDO SELETIVO COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI
CNPJ 17.046.477/0001-00
Valor do Contrato: R$ 7.500,00(Sete Mil e Quinhentos Reais)
PTRES: 380.617
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141
Natureza de Despesa: 33903010
Parecer Referencial CJ/SAP n.º 001/2020 de 20/03/2020
Data Assinatura: 01/12/2020
CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA ALBERTO BROCCHIERI DE BAURU
EXTRATOS DE CONTRATO
Contrato: 085/2020-CPPAB
Pregão Eletrônico 025/2020-CPPAB
Contratante: Centro de Progressão Penitenciária "Alberto Brocchieri" de Bauru
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Leite Laticínios e Seus Derivados
Vigência: 04 meses
Processo: 32227/2020-CPPAB
Contratada: ZD ALIMENTOS S/A
CNPJ 56.073.307/0008-43
Valor do Contrato: R$ 172.800,00(Cento e Setenta e Dois e Oitocentos Reais)
PTRES: 380.617
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141
Natureza de Despesa: 33903010
Parecer Referencial CJ/SAP n.º 001/2020 de 20/03/2020
Data Assinatura: 01/12/2020
CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA ALBERTO BROCCHIERI DE BAURU
EXTRATOS DE CONTRATO
Contrato: 107/2020-CPPAB
Pregão Eletrônico 029/2020-CPPAB
Contratante: Centro de Progressão Penitenciária "Alberto Brocchieri" de Bauru
Objeto: Aquisição de Gêneros Carnes, Aves e Peixes Processados e Semi Processados.
Vigência: 04 meses
Processo: 33798/2020-CPPAB
Contratada: FRIOLI FRIGORIFICO OLIVEIRA LTDA - EPP
CNPJ 09.174.844/0001-23
Valor do Contrato: R$ 203.910,00(Duzentos e Três Mil, Novecentos e Dez Reais)
PTRES: 380.617
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141
Natureza de Despesa: 33903010
Parecer Referencial CJ/SAP n.º 001/2020 de 20/03/2020
Data Assinatura: 20/08/2020
CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA ALBERTO BROCCHIERI DE BAURU
EXTRATOS DE CONTRATO
Contrato: 087/2020-CPPAB
Pregão Eletrônico 025/2020-CPPAB
Contratante: Centro de Progressão Penitenciária "Alberto Brocchieri" de Bauru
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Leite Laticínios e Seus Derivados
Vigência: 04 meses
Processo: 32227/2020-CPPAB
Contratada: DISTRIBUIDORA DE FRANGOS E FRIOS K DELÍCIA LTDA
CNPJ 09.321.376/0001-72
Valor do Contrato: R$ 39.000,00(Trinta e Nove Mil Reais)
PTRES: 380.617
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141
Natureza de Despesa: 33903010
Parecer Referencial CJ/SAP n.º 001/2020 de 20/03/2020
Data Assinatura: 01/12/2020
CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA ALBERTO BROCCHIERI DE BAURU
EXTRATOS DE CONTRATO
Contrato: 094/2020-CPPAB
Pregão Eletrônico 026/2020-CPPAB
Contratante: Centro de Progressão Penitenciária "Alberto Brocchieri" de Bauru
Objeto: Aquisição de Gêneros Carnes, Aves e Peixes Processados e Semi Processados.
Vigência: 04 meses
Processo: 33798/2020-CPPAB
Contratada: FABRICA DE EMBUTIDOS FINO SABOR LTDA
CNPJ 24.341.770/0001-66
Valor do Contrato: R$ 72.000,00(Setenta e Dois Mil)
PTRES: 380.617
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141
Natureza de Despesa: 33903010
Parecer Referencial CJ/SAP n.º 001/2020 de 20/03/2020
Data Assinatura: 02/12/2020

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE JARDINÓPOLIS

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE JARDINÓPOLIS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO
PROCESSO Nº 192/19CPPJ – PREGÃO ELETRONICO Nº 026/2019.
CONTRATO Nº 001/2020
CONTRATANTE- CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE JARDINÓPOLIS
CONTRATADA: GASBALL ARMAZENADORA E DISTRIBUIDORA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO A GRANEL
VALOR DA SUPRESSÃO: R$ 14.904,54
VALOR DO CONTRATO: R$ 367.200,00
VALOR DO CONTRATO ADITADO: R$ 352.295,46
VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31/12/2020.
CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE JARDINÓPOLIS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/20540 – PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2020.
CONTRATO Nº 078/2020
CONTRATANTE- CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE JARDINÓPOLIS
CONTRATADA: BH FOODS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP
OBJETO: GENEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS
VALOR DA SUPRESSÃO: R$ 3.797,28
VALOR DO CONTRATO: R$ 246.120,00
VALOR DO CONTRATO ADITADO: R$ 242.322,72
VIGÊNCIA: 04 MESES
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31/12/2020.
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/03559 – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00004
CONTRATO Nº 2020CT00052
2020NE00442
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa aquisição de Saco de Lixo e Pano de Limpeza, em favor da empresa J M H FAL EMBALAGENS - CNPJ: 30.133.073/0001-12
II – Data de Celebração do Termo de Contrato: 17/03/2020 - VALOR: R$ 1.860,00
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903016 - PTRes: 380617 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361410000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência; 17/03/2020 a 17/04/2020.
****
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/03559 – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00004
CONTRATO Nº 2020CT00051
2020NE00441
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa aquisição de Saco de Lixo e Pano de Limpeza, em favor da empresa BELLIMP COM. DE PROD.HIG. E LIMP.EIRELI - EPP - CNPJ: 02.403.262/0001-22
II – Data de Celebração do Termo de Contrato: 17/03/2020 - VALOR: R$ 3.494,00
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903014 - PTRes: 380617 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361410000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência; 17/03/2020 a 17/04/2020.
****
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/03559 – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00004
CONTRATO Nº 2020CT00053
2020NE00443
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa aquisição de Saco de Lixo e Pano de Limpeza, em favor da empresa BRUNO DE SOUZA LIMA - CNPJ: 34.669.066/0001-90
II – Data de Celebração do Termo de Contrato: 17/03/2020 - VALOR: R$ 600,00
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903016 - PTRes: 380617 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361410000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência; 17/03/2020 a 17/04/2020.
****
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/05404 – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00008
CONTRATO Nº 2020CT00055
2020NE00480
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa aquisição de Materiais Elétricos, em favor da empresa SHEKINAH MATERIAIS P/CONSTRUCAO LTDA - EPP - CNPJ: 07.702.233/0001-85
II – Data de Celebração do Termo de Contrato: 24/03/2020 - VALOR: R$ 1.298,28
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903054 - PTRes: 380618 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361670000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência; 24/03/2020 a 24/04/2020.
****
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/05404 – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00008
CONTRATO Nº 2020CT00056
2020NE00481
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa aquisição de Materiais Elétricos, em favor da empresa RIBEIRÃO VERDE IND. E COM. DE MAT. ELETRICOS - CNPJ: 13.322.944/0001-27
II – Data de Celebração do Termo de Contrato: 24/03/2020 - VALOR: R$ 200,00
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903054 - PTRes: 380618 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361670000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência; 24/03/2020 a 24/04/2020.
****
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/05404 – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00008
CONTRATO Nº 2020CT00057
2020NE00482
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa aquisição de Materiais Elétricos, em favor da empresa CASA FERNANDES ATACADISTA LTDA - EPP - CNPJ: 74.287.566/0001-82
II – Data de Celebração do Termo de Contrato: 24/03/2020 - VALOR: R$ 529,00
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903054 - PTRes: 380618 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361670000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência; 24/03/2020 a 24/04/2020.
****
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/08348 – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00036
CONTRATO Nº 2020CT00084
2020NE00672
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa aquisição de Materiais de Manutenção, em favor da empresa ER COMERCIAL-MATERIAIS PARA SOLDA LTDA - CNPJ: 15.135.292/0001-47
II – Data de Celebração do Termo de Contrato: 17/04/2020 - VALOR: R$ 1.198,00
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903090 - PTRes: 380618 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361670000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência; 17/04/2020 a 17/05/2020.
****
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/08348 – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00036
CONTRATO Nº 2020CT00085
2020NE00673
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa aquisição de Materiais Elétricos, em favor da empresa JADE LEPERA PRESTES COM. MAT. CONSTRUÇÃO - ME - CNPJ: 29.298.255/0001-64
II – Data de Celebração do Termo de Contrato: 17/04/2020 - VALOR: R$ 1.357,68
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903090 - PTRes: 380618 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361670000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência; 17/04/2020 a 17/05/2020.
****
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/09916 - – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00062
CONTRATO Nº 2020CT00113
2020NE00995
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa Aquisição de Pneus de Veículos Oficiais, em favor da empresa MGB PNEUS IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI - CNPJ: 20.183.508/0001-80
II – Data de Celebração do Termo de Contrato: 13/05/2020 - VALOR: R$ 2.723,90
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903050 - PTRes: 380616 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361390000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência; 13/05/2020 a 13/06/2020.
****
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/09916 - – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00062
CONTRATO Nº 2020CT00114
2020NE00996
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa Aquisição de Pneus de Veículos Oficiais, em favor da empresa CONSTANTINO PNEUS EIRELI - CNPJ: 35.793.795/0001-17
II – Data de Celebração do Termo de Contrato: 13/05/2020 - VALOR: R$ 2.760,00
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903053 - PTRes: 380616 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361390000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência; 13/05/2020 a 13/06/2020.
****

PENITENCIÁRIA VALDIC JUNIO ALVES PRIMO DE AVANHANDAVA

EXTRATO DE CONTRATO
Contratante: Penitenciária "Valdic Junio Alves Primo" de Avanhandava
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 031/2020-P.AVAN
Processo: SAP-PRC-2020/35251-P.AVAN
Vigência: 01/01/2021 à 30/04/2021.
Recursos orçamentários: Elemento econômico: 339030-10, PTRES: 380617, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2021
Número e data do Parecer Jurídico: CJ/SAP 001/2020 – 20/03/2020
Contrato nº 023/2021-P.AVAN
Contratada: ALGARI FÁTIMA DE OLIVEIRA BRAZ EIRELI
CNPJ: 07.696.967/0001-07
Valor Total: R$ 7.920,00
Data da assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Penitenciária "Valdic Junio Alves Primo" de Avanhandava
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 031/2020-P.AVAN
Processo: SAP-PRC-2020/35251-P.AVAN
Vigência: 01/01/2021 à 30/04/2021.
Recursos orçamentários: Elemento econômico: 339030-10, PTRES: 380617, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2021
Número e data do Parecer Jurídico: CJ/SAP 001/2020 – 20/03/2020
Contrato nº 024/2021-P.AVAN
Contratada: COMERCIO DE OVOS JF DE ADAMANTINA ME
CNPJ: 15.228.690/0001-08
Valor Total: R$ 20.848,18
Data da assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Penitenciária "Valdic Junio Alves Primo" de Avanhandava
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 031/2020-P.AVAN
Processo: SAP-PRC-2020/35251-P.AVAN
Vigência: 01/01/2021 à 30/04/2021.
Recursos orçamentários: Elemento econômico: 339030-10, PTRES: 380617, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2021
Número e data do Parecer Jurídico: CJ/SAP 001/2020 – 20/03/2020
Contrato nº 025/2021-P.AVAN
Contratada: JC GOMES COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA EPP
CNPJ: 07.374.152/0001-01
Valor Total: R$ 42.876,90
Data da assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Penitenciária "Valdic Junio Alves Primo" de Avanhandava
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 031/2020-P.AVAN
Processo: SAP-PRC-2020/35251-P.AVAN
Vigência: 01/01/2021 à 30/04/2021.
Recursos orçamentários: Elemento econômico: 339030-10, PTRES: 380617, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2021
Número e data do Parecer Jurídico: CJ/SAP 001/2020 – 20/03/2020
Contrato nº 026/2021-P.AVAN
Contratada: SIRLENE ANTONIO GRAVATA CANOLA 01064097197
CNPJ: 33.007.041/0001-69
Valor Total: R$ 13.183,50
Data da assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Penitenciária "Valdic Junio Alves Primo" de Avanhandava
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 037/2020-P.AVAN
Processo: SAP-PRC-2020/35251-P.AVAN
Vigência: 04/01/2021 à 30/04/2021.
Recursos orçamentários: Elemento econômico: 339030-10, PTRES: 380617, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2021
Número e data do Parecer Jurídico: CJ/SAP 001/2020 – 20/03/2020
Contrato nº 027/2021-P.AVAN
Contratada: SIRLENE ANTONIO GRAVATA CANOLA 01064097197
CNPJ: 33.007.041/0001-69
Valor Total: R$ 3.864,00
Data da assinatura: 04/01/2021.
EXTRATO DE CONTRATO
Contratante: Penitenciária "Valdic Junio Alves Primo" de Avanhandava
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 029/2020-P.AVAN
Processo: SAP-PRC-2020/34999-P.AVAN
Vigência: 01/01/2021 à 30/04/2021
Recursos orçamentários: Elemento econômico: 339030-10, PTRES: 380617, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2021
Número e data do Parecer Jurídico: CJ/SAP 001/2020 – 20/03/2020
Contrato nº 016/2021-P.AVAN
Contratada: AQUARIUS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI ME
CNPJ nº 35.726.915/0001-63
Valor Total: R$ 10.011,70
Data da assinatura: 01/01/2021
Contratante: Penitenciária "Valdic Junio Alves Primo" de Avanhandava
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 029/2020-P.AVAN
Processo: SAP-PRC-2020/34999-P.AVAN
Vigência: 01/01/2021 à 30/04/2021
Recursos orçamentários: Elemento econômico: 339030-10, PTRES: 380617, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2021
Número e data do Parecer Jurídico: CJ/SAP 001/2020 – 20/03/2020
Contrato nº 017/2021-P.AVAN
Contratada: LATICÍNOS ZACARIAS LTDA
CNPJ nº 60.570.488/0001-14
Valor Total: R$ 90.105,30
Data da assinatura: 01/01/2021
Contratante: Penitenciária "Valdic Junio Alves Primo" de Avanhandava
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 030/2020-P.AVAN
Processo: SAP-PRC-2020/34999-P.AVAN
Vigência: 01/01/2021 à 30/04/2021
Recursos orçamentários: Elemento econômico: 339030-10, PTRES: 380617, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2021
Número e data do Parecer Jurídico: CJ/SAP 001/2020 – 20/03/2020
Contrato nº 018/2021-P.AVAN
Contratada: AQUARIUS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI ME
CNPJ nº 35.726.915/0001-63
Valor Total: R$ 25.750,40
Data da assinatura: 01/01/2021
Contratante: Penitenciária "Valdic Junio Alves Primo" de Avanhandava
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 035/2020-P.AVAN
Processo: SAP-PRC-2020/34999-P.AVAN
Vigência: 01/01/2021 à 30/04/2021
Recursos orçamentários: Elemento econômico: 339030-10, PTRES: 380617, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2021
Número e data do Parecer Jurídico: CJ/SAP 001/2020 – 20/03/2020
Contrato nº 019/2021-P.AVAN
Contratada: BELARIS ALIMENTOS LTDA EPP
CNPJ nº 17.088.309/0001-88
Valor Total: R$ 55.488,00
Data da assinatura: 01/01/2021
Contratante: Penitenciária "Valdic Junio Alves Primo" de Avanhandava
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 035/2020-P.AVAN
Processo: SAP-PRC-2020/34999-P.AVAN
Vigência: 01/01/2021 à 30/04/2021
Recursos orçamentários: Elemento econômico: 339030-10, PTRES: 380617, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2021
Número e data do Parecer Jurídico: CJ/SAP 001/2020 – 20/03/2020
Contrato nº 020/2021-P.AVAN
Contratada: BELLO ALIMENTOS LTDA
CNPJ nº 08.201.770/0015-00
Valor Total: R$ 117.300,00
Data da assinatura: 01/01/2021
Contratante: Penitenciária "Valdic Junio Alves Primo" de Avanhandava
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 035/2020-P.AVAN
Processo: SAP-PRC-2020/34999-P.AVAN
Vigência: 01/01/2021 à 30/04/2021
Recursos orçamentários: Elemento econômico: 339030-10, PTRES: 380617, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2021
Número e data do Parecer Jurídico: CJ/SAP 001/2020 – 20/03/2020
Contrato nº 021/2021-P.AVAN
Contratada: FÁBRICA DE EMBUTIDOS DE CARNES FINO SABOR LTDA
CNPJ nº 24.341.770/0001-66
Valor Total: R$ 39.412,80
Data da assinatura: 01/01/2021
Contratante: Penitenciária "Valdic Junio Alves Primo" de Avanhandava
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 035/2020-P.AVAN
Processo: SAP-PRC-2020/34999-P.AVAN
Vigência: 01/01/2021 à 30/04/2021
Recursos orçamentários: Elemento econômico: 339030-10, PTRES: 380617, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2021
Número e data do Parecer Jurídico: CJ/SAP 001/2020 – 20/03/2020
Contrato nº 022/2021-P.AVAN
Contratada: MAIS SÃO PAULO TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA – ME
CNPJ nº 08.877.106/0001-80
Valor Total: R$ 144.198,60
Data da assinatura: 01/01/2021

PENITENCIÁRIA ORLANDO BRANDO FILINTO - IARAS

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado
Penitenciária "Orlando Brando Filinto" de Iaras/SP
Encontra-se aberta na Penitenciária Orlando Brando Filinto, de Iaras, licitação n.º 001/2021, destinada a aquisição de Gêneros Alimentícios Carnes, Aves e Peixes in natura, processados e semi processados para consumo durante o período de 01/03/2021 a 30/04/2021, do tipo menor preço, na modalidade Pregão, a ser realizado por intermédio da Bolsa Eletrônica de Compras, no dia 11 de fevereiro de 2021, às 09 horas, no site da BEC.

PENITENCIÁRIA DE MARÍLIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PENIT. DE MARILIA
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
Pregão Eletrônico nº : 031/2020-PMAR
Processo nº : 171/2020-PMAR
Objeto : Aquisição de Gás (G.L.P.) a granel, para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, para a Penitenciária de Marília e Centro de Ressocialização de Marília.
Às 09:01:46 horas do dia 07 de Dezembro de 2020, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade Rosiane Nunes de Souza Lepri e respectivo(s) membro(s) da equipe de apoio: Rodrigo da Silva Manzato, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico em epígrafe, relativo à oferta de compra - OC: 380125000012020OC00408. Inicialmente o Pregoeiro abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances.
Resultado da Sessão Pública
Encerrada sem recurso
ITEM 1
Descrição: COMBUSTIVEL, GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP), COMERCIAL A GRANEL, COMPOSICAO PROPANO E BUTANO,TOXICO E INFLAMAVEL, DE ACORDO COM AS LEGISLACOES VIGENTES DA ANP
Quantidade / Unidade de Fornecimento: 80.000 / QUILOGRAMA
Menor Valor: 4,0800
CNPJ/CPF - Vencedor: 61602199025700 - COMPANHIA ULTRAGAZ S/A
Propostas Entregues: 3
Desistência de Propostas: 0
Propostas Restantes: 3
Propostas Classificadas: 3
Resultado do Item: Adjudicado
Justificativa: TENDO EM VISTA O PREÇO NEGOCIADO, ESTAR DE ACORDO COM O VALOR REFERENCIAL E ESTANDO A DOCUMENTAÇÃO EM ORDEM, ADJUDICO ESTE ITEM AO VENCEDOR, PROPONDO A AUTORIDADE COMPETENTE A DEVIDA HOMOLOGAÇÃO.

Propostas
Licitante - Ordem - Marca - Valor - Data/Hora - Situação - Justificativa
Copagaz Distribuidora de Gás S/A - 1 - Petrobras - GAS COMBUSTIVEL G.L.P GRANEL - 5,5000 - 04/12/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
COMPANHIA ULTRAGAZ S/A - 2 - Ultragaz/GLP a granel - 7,0000 - 04/12/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
GASBALL ARMAZENADORA E DISTRIBUIDORA LTda - 3 - Petrobras - GLP a Granel - 10,0000 - 02/12/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
Desistência
Não houve desistência.
Lances Ofertados
Licitante - Valor - Data/Hora - Situação
COMPANHIA ULTRAGAZ S/A - 4,9800 - 07/12/2020 09:11:40 - Válido e confirmado
Copagaz Distribuidora de Gás S/A - 4,1000 - 07/12/2020 09:15:25 - Válido e confirmado
COMPANHIA ULTRAGAZ S/A - 4,0800 - 07/12/2020 09:16:30 - Válido e confirmado
Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte
Não houve licitante que se encontrasse na condição de empate prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
Negociação
Não houve negociação.
Análise da Aceitabilidade do Preço
Licitante - Origem - Valor - Data/Hora - Preço - Justificativa
COMPANHIA ULTRAGAZ S/A - Lances - 4,0800 - 07/12/2020 09:28 - Aceitável - Considero o preço aceitável mediante consulta do preço referencial
Habilitação
Licitante - Data/Hora - Habilitação - Justificativa
COMPANHIA ULTRAGAZ S/A - 07/12/2020 13:52 - Habilitado - Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no edital.
Manifestação de Intenção de Interposição de Recurso
Decorrido o prazo para manifestação de recurso, não houve interposição de recurso.
Licitantes
Legenda - Enquadramento - CNPJ/CPF - Licitante
FOR0656 - Outros - 02.430.968/0001-83 - GASBALL ARMAZENADORA E DISTRIBUIDORA LTda
FOR0177 - Outros - 03.237.583/0018-05 - Copagaz Distribuidora de Gás S/A
FOR0846 - Outros - 61.602.199/0257-00 - COMPANHIA ULTRAGAZ S/A
Chat
De - Para - Mensagem - Data/Hora
Sistema BEC/SP - TODOS - Sessão Pública Aberta. - 07/12/2020 09:01:46
Pregoeiro - TODOS - Bom dia a todos.
07/12/2020 09:01:55
FOR0846 - Pregoeiro - Bom dia.
07/12/2020 09:02:20
FOR0177 - Pregoeiro - Bom dia!
07/12/2020 09:03:40
Sistema BEC/SP - TODOS - Propostas analisadas. - 07/12/2020 09:05:39
Pregoeiro - TODOS - Início da etapa de lances para o item 1 - 07/12/2020 09:05:46
Sistema BEC/SP - TODOS - Informativo: Encerrada a fase de lances do item:1 - 07/12/2020 - 09:20:46 - 07/12/2020 09:21:00
Sistema BEC/SP - TODOS - Informativo: Encerrada a fase de lances para esta Oferta de Compra. - 07/12/2020 09:21:00
Sistema BEC/SP - TODOS - Informativo: Iniciada a fase de negociação. - 07/12/2020 09:21:00
Sistema BEC/SP - TODOS - Etapa de negociação item 001:
COMBUSTIVEL GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO(GLP),COMERCIAL A GRANEL
Menor lance: R$ 4,0800
Negociação disponível para fornecedor ganhador - 07/12/2020 09:22:00
Sistema BEC/SP - TODOS - Etapa de negociação encerrada e etapa de aceitabilidade iniciada. - 07/12/2020 09:27:47
Pregoeiro - FOR0846 - (VALOR ACEITO - ITEM 1) R$ 4,0800 Justificativa: Considero o preço aceitável mediante consulta do preço referencial - 07/12/2020 09:28:03
Sistema BEC/SP - TODOS - Aceitabilidade do preço encerrada e habilitação iniciada.
Caso necessite encaminhar anexo utilize o botão.
07/12/2020 09:28:07
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_2.pdf". - 07/12/2020 09:30:52
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_3.pdf". - 07/12/2020 09:31:20
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_4.pdf". - 07/12/2020 09:31:30
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_5.pdf". - 07/12/2020 09:31:46
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_6.pdf". - 07/12/2020 09:32:04
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_7.pdf". - 07/12/2020 09:32:23
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_8.pdf". - 07/12/2020 09:32:38
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_9.pdf". - 07/12/2020 09:32:55
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_10.pdf". - 07/12/2020 09:33:11
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_11.pdf". - 07/12/2020 09:33:27
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_12.pdf". - 07/12/2020 09:33:40
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_13.pdf". - 07/12/2020 09:33:54
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_14.pdf". - 07/12/2020 09:34:07
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_15.pdf". - 07/12/2020 09:34:31
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_16.pdf". - 07/12/2020 09:34:52
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_17.pdf". - 07/12/2020 09:35:07
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_18.pdf". - 07/12/2020 09:35:21
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_19.pdf". - 07/12/2020 09:35:42
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_20.pdf". - 07/12/2020 09:36:00
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_21.pdf". - 07/12/2020 09:36:15
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_22.pdf". - 07/12/2020 09:36:30
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_23.pdf". - 07/12/2020 09:37:00
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_24.pdf". - 07/12/2020 09:37:16
FOR0846 - Pregoeiro - Já iremos enviar as propostas e as declarações pois estamos assinando - 07/12/2020 09:38:08
FOR0846 - Pregoeiro - O Fornecedor "COMPANHIA ULTRAGAZ S/A" enviou o arquivo "FOR0846_25.pdf". - 07/12/2020 09:49:57
Pregoeiro - TODOS - O Licitante COMPANHIA ULTRAGAZ S/A foi habilitado para o Item 1.
Justificativa: Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no edital. - 07/12/2020 13:52:54
Pregoeiro - TODOS - Srs. Licitantes, as informações cadastrais do licitante vencedor poderão ser consultadas, durante a sessão pública, selecionando o item e clicando no botão Ficha cadastral licitante. - 07/12/2020 13:52:59
Sistema BEC/SP - TODOS
Licitante vencedor : COMPANHIA ULTRAGAZ S/A - Item : 1 - Valor Negociado : 4,0800
07/12/2020 13:52:59
Sistema BEC/SP - TODOS - Etapa de Habilitação encerrada e fase de Manifestação de Intenção de Recurso iniciada. - 07/12/2020 13:52:59
Sistema BEC/SP - TODOS - A partir deste horário, qualquer licitante poderá interpor recurso, imediata e motivadamente, nesta sessão pública. - 07/12/2020 13:52:59
Pregoeiro - TODOS - Prazo de recursos de 05 minutos. - 07/12/2020 13:53:28
Sistema BEC/SP - TODOS - Decorrido o prazo para manifestação de recurso, não houve interposição. - 07/12/2020 13:58:55
Sistema BEC/SP - TODOS - Informativo: Atos decisórios - 07/12/2020 13:58:55
Sistema BEC/SP - TODOS - Informativo: ELABORAÇÃO DA ATA - 07/12/2020 14:33:00
Pregoeiro - TODOS - Sessão pública encerrada. - 07/12/2020 14:34:09
Encerramento realizado por Rosiane Nunes de Souza Lepri
Considerações finais - EM CONFORMIDADE COM O PARECER DO PREGOEIRO E CONSIDERANDO QUE O PERÍODO DE AQUISIÇÃO PERTENCE AO EXERCÍCIO DE 2021 E DEPENDE DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS APÓS A PUBLICAÇÃO DE LEI ORÇAMENTÁRIA CORRESPONDENTE ÀQUELE ANO, HOMOLOGO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO AO LICITANTE VENCEDOR.
Data - 07/12/2020 às 14:33:58
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PENIT. DE MARILIA
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
Pregão Eletrônico nº : 033/2020-PMAR
Processo nº : 171/2020-PMAR
Objeto : Aquisição de Gás P 13 (G.L.P.), para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, para a Penitenciária de Marília e Centro de Ressocialização de Marília.
Às 09:06:30 horas do dia 07 de Dezembro de 2020, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade Rosiane Nunes de Souza Lepri e respectivo(s) membro(s) da equipe de apoio: Rodrigo da Silva Manzato, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico em epígrafe, relativo à oferta de compra - OC: 380125000012020OC00409. Inicialmente o Pregoeiro abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances.
Resultado da Sessão Pública
Encerrada sem recurso
ITEM 1
Descrição: GAS DE COZINHA, COMPOSICAO BASICA PROPANO E BUTANO,ALTAMENTE TOXICO E INFLAMAVEL, FORNECIDO EM BOTIJAO, CUJA FORMA DE FORNECIMENTO DEVERA SER COM TROCA DE CILINDRO VAZIO, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A REVENDEDOR DE ACORDO COM A PORTARIA ANP 297/03 E BOTIJAO DE ACORDO COM ABNT NBR 8866
Quantidade / Unidade de Fornecimento: 100 / BOTIJAO 13,00 QUILOGRAMA
Menor Valor: 80,0000
CNPJ/CPF - Vencedor: 06128188000134 - A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANSPORTES LTDA. - ME
Propostas Entregues: 1
Desistência de Propostas: 0
Propostas Restantes: 1
Propostas Classificadas: 1
Resultado do Item: Adjudicado
Justificativa: APURADO OS VALORES DE ACORDO COM O VALOR REFERENCIAL E DOCUMENTAÇÃO EM ORDEM, ADJUDICO ESTE ITEM AO VENCEDOR.
Propostas
Licitante - Ordem - Marca - Valor - Data/Hora - Situação - Justificativa
A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANSPORTES LTDA. - ME - 1 - nacional gás - 80,0000 - 28/11/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
Desistência
Não houve desistência.
Lances Ofertados
Não houve lances.
Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte
Não houve licitante que se encontrasse na condição de empate prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
Negociação
Não houve negociação.
Análise da Aceitabilidade do Preço
Licitante - Origem - Valor - Data/Hora - Preço - Justificativa
A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANSPORTES LTDA. - ME - Análise de propostas - 80,0000 - 07/12/2020 09:15 - Aceitável - Considero o preço aceitável mediante consulta de preço de mercado e devido as altas que o produto tem sofrido ao longo dos meses neste ano.
Habilitação
Licitante - Data/Hora - Habilitação - Justificativa
A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANSPORTES LTDA. - ME - 07/12/2020 12:42 - Habilitado - Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no edital.
Manifestação de Intenção de Interposição de Recurso
Decorrido o prazo para manifestação de recurso, não houve interposição de recurso.
Licitantes
Legenda - Enquadramento - CNPJ/CPF - Licitante
FOR0096 - ME - 06.128.188/0001-34 - A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANSPORTES LTDA. - ME
Chat
De - Para - Mensagem - Data/Hora
Sistema BEC/SP - TODOS - Sessão Pública Aberta. - 07/12/2020 09:06:30
Pregoeiro - TODOS - Bom dia.
07/12/2020 09:06:37
Sistema BEC/SP - TODOS - Propostas analisadas. - 07/12/2020 09:07:04
Sistema BEC/SP - TODOS - Etapa Analisando as Propostas encerrada e fase de Negociação iniciada. Não haverá etapa de lances, pois há somente uma proposta classificada em cada item. - 07/12/2020 09:07:04
Sistema BEC/SP - TODOS - Etapa de negociação item 001:
GAS DE COZINHA,COMPOSICAO BASICA:PROPANO E BUTANO
Menor proposta: R$ 80,0000
Negociação disponível para fornecedor ganhador - 07/12/2020 09:07:04
FOR0096 - Pregoeiro - BOM DIA
07/12/2020 09:07:11
Pregoeiro - FOR0096 - Senhor licitante meu referencial pe de R$ 76,99, podemos fechar.?
07/12/2020 09:07:41
FOR0096 - Pregoeiro - NÃO CONSIGO
07/12/2020 09:08:48
FOR0096 - Pregoeiro - O GLP ESTÁ TENDO REAJUSTE TD MÊS
07/12/2020 09:09:00
Pregoeiro - FOR0096 - OK iremos fechar
07/12/2020 09:13:50
Sistema BEC/SP - TODOS - Etapa de negociação encerrada e etapa de aceitabilidade iniciada. - 07/12/2020 09:14:01
FOR0096 - Pregoeiro - OK
07/12/2020 09:14:24
Pregoeiro - FOR0096 - (VALOR ACEITO - ITEM 1) R$ 80,0000 Justificativa: Considero o preço aceitável mediante consulta de preço de mercado e devido as altas que o produto tem sofrido ao longo dos meses neste ano. - 07/12/2020 09:15:31
Sistema BEC/SP - TODOS - Aceitabilidade do preço encerrada e habilitação iniciada.
Caso necessite encaminhar anexo utilize o botão.
07/12/2020 09:15:36
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_2.pdf". - 07/12/2020 09:16:36
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_3.pdf". - 07/12/2020 09:16:42
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_4.pdf". - 07/12/2020 09:16:49
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_5.pdf". - 07/12/2020 09:16:58
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_6.pdf". - 07/12/2020 09:17:07
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_7.pdf". - 07/12/2020 09:17:15
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_8.pdf". - 07/12/2020 09:17:21
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_9.pdf". - 07/12/2020 09:17:27
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_10.pdf". - 07/12/2020 09:17:35
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_11.pdf". - 07/12/2020 09:17:42
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_12.pdf". - 07/12/2020 09:17:48
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_13.pdf". - 07/12/2020 09:17:56
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_14.pdf". - 07/12/2020 09:18:04
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_15.pdf". - 07/12/2020 09:18:10
FOR0096 - Pregoeiro - JÁ ENVIO AS DECLARAÇÕES, UM MINUTO
07/12/2020 09:18:34
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_16.pdf". - 07/12/2020 09:21:54
FOR0096 - Pregoeiro - CONFIRA OS DOCS POR FAVOR, VEJA SE FALTA ALGUM
07/12/2020 09:22:17
Pregoeiro - FOR0096 - Ok..só um instante...
07/12/2020 10:11:48
FOR0096 - Pregoeiro - TUDO CERTO?
07/12/2020 10:48:46
Pregoeiro - FOR0096 - Tudo certo - 07/12/2020 11:01:16
FOR0096 - Pregoeiro - OK OBRIGADO
07/12/2020 11:04:28
Pregoeiro - TODOS - Senhor por favor pode me enviar a planilha de proposta?
07/12/2020 11:40:10
FOR0096 - Pregoeiro - UM MINUTO
07/12/2020 11:54:06
FOR0096 - Pregoeiro - O Fornecedor "A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANS" enviou o arquivo "FOR0096_17.pdf". - 07/12/2020 12:07:40
FOR0096 - Pregoeiro - ENVIADO
07/12/2020 12:07:47
Pregoeiro - TODOS - O Licitante A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANSPORTES LTDA. - ME foi habilitado para o Item 1.
Justificativa: Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no edital. - 07/12/2020 12:42:39
Pregoeiro - TODOS - Srs. Licitantes, as informações cadastrais do licitante vencedor poderão ser consultadas, durante a sessão pública, selecionando o item e clicando no botão Ficha cadastral licitante. - 07/12/2020 12:44:12
Sistema BEC/SP - TODOS
Licitante vencedor : A.F.A. COMERCIO DE GAS E TRANSPORTES LTDA. - ME - Item : 1 - Valor Negociado : 80,0000
07/12/2020 12:44:12
Sistema BEC/SP - TODOS - Etapa de Habilitação encerrada e fase de Manifestação de Intenção de Recurso iniciada. - 07/12/2020 12:44:12
Sistema BEC/SP - TODOS - A partir deste horário, qualquer licitante poderá interpor recurso, imediata e motivadamente, nesta sessão pública. - 07/12/2020 12:44:12
Sistema BEC/SP - TODOS - Decorrido o prazo para manifestação de recurso, não houve interposição. - 07/12/2020 12:55:06
Sistema BEC/SP - TODOS - Informativo: Atos decisórios - 07/12/2020 12:55:06
Sistema BEC/SP - TODOS - Informativo: ELABORAÇÃO DA ATA - 07/12/2020 12:56:00
Pregoeiro - TODOS - Sessão pública encerrada. - 07/12/2020 13:05:00
Encerramento realizado por Rosiane Nunes de Souza Lepri
Considerações finais - Agradeço, primeiramente a Deus que nos permitiu mais um dia de vida e de trabalho, aos Fornecedores pela ordem, colaboração, participação e paciência; à Equipe de apoio que se empenhou imensamente para que tudo pudesse transcorrer na mais perfeita ordem e, à Autoridade Competente pelo apoio dispensado; desejando a todos um feliz natal e maravilhoso ano vindouro e que Deus abençoe a todos com muita Saúde, Paz e Prosperidade. Obrigado e até o próximo
Data - 07/12/2020 às 13:04:51
Interessado: Penitenciária de Marília
Assunto: - Aquisição de Gás (G.L.P) a Granel, para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, para a Penitenciária de Marília e Centro de Ressocialização de Marilia.
Diante dos elementos de instrução dos autos, com base na competência atribuída pelo Artigo 3º, Inciso VII, Parágrafo Único do Decreto nº 47.297 de 06/11/2002 e Artigo 6º, Inciso VII da Resolução CEGP-10 de 19/11/2002;
I – HOMOLOGO o objeto do Pregão Eletrônico nº 031/2020-PMAR.
II – AUTORIZO a despesa no valor total de R$ 326.400,00 (trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais), na seguinte conformidade:
R$ 326.400,00 (trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais), para a empresa COMPANHIA ULTRAGAZ S/A, referente ao item 01.
III - Seguem os autos ao Núcleo de Finanças e Suprimentos para as providências de sua alçada.
Marília, 07 de dezembro de 2020.
DUMAS DE OLIVEIRA JUNIOR
Diretor Técnico III
Interessado: Penitenciária de Marília
Assunto: - Aquisição de Gás (G.L.P) a Granel, para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, para a Penitenciária de Marília e Centro de Ressocialização de Marilia.
Diante dos elementos de instrução dos autos, com base na competência atribuída pelo Artigo 3º, Inciso VII, Parágrafo Único do Decreto nº 47.297 de 06/11/2002 e Artigo 6º, Inciso VII da Resolução CEGP-10 de 19/11/2002;
I – HOMOLOGO o objeto do Pregão Eletrônico nº 032/2020-PMAR.
II – AUTORIZO a despesa no valor total de R$ 8.000,00 (oito mil reais), na seguinte conformidade:
R$ 8.000,00 (oito mil reais), para a empresa A.F.A. COMÉRCIO DE GÁS E TRANSPORTES LTDA - ME, CNPJ: 06.128.188/0001-34,referente ao item 01.
III - Seguem os autos ao Núcleo de Finanças e Suprimentos para as providências de sua alçada.
Marília, 07 de dezembro de 2020.
DUMAS DE OLIVEIRA JUNIOR
Diretor Técnico III
PENITENCIÁRIA DE MARÍLIA
Extrato de Contrato
Contratante: Penitenciária de Marilia
Objeto: Aquisição de gás (G.L.P.) a granel 01/01/2021 a 31/12/2021.
Pregão Eletrônico nº 031/2020-PMAR
Processo: nº 171/2020–PMAR
PARECER CJ/SAP Nº 008/2020 de 19/11/2020
Unidade Gestora: 380125
Elemento Econômico: 33903024
PTRES: 380617
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PROV. SERVICOS NECESSIDADES MATERIAIS BÁSICAS do exercício 2021.
Extrato de Contrato nº 006/2021-PMAR
Contratante: Penitenciária de Marília
Contratada: COMPANHIA ULTRAGAZ S/A
CNPJ: 61.602.199/0257-00
Valor: R$ 326.400,00
Data da Assinatura: 02/01/2021
Prazo de Vigência: 31/12/2021.
Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.
PENITENCIÁRIA DE MARÍLIA
Extrato de Contrato
Contratante: Penitenciária de Marilia
Objeto: Aquisição de gás (G.L.P.) a granel 01/01/2021 a 31/12/2021.
Pregão Eletrônico nº 032/2020-PMAR
Processo: nº 171/2020–PMAR
PARECER CJ/SAP Nº 008/2020 de 19/11/2020
Unidade Gestora: 380125
Elemento Econômico: 33903024
PTRES: 380617
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PROV. SERVICOS NECESSIDADES MATERIAIS BÁSICAS do exercício 2021.
Extrato de Contrato nº 007/2021-PMAR
Contratante: Penitenciária de Marília
Contratada: AFA COMÉRCIO DE GÁS E TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ: 06.128.188/0001-34
Valor: R$ 8.000,00
Data da Assinatura: 02/01/2021
Prazo de Vigência: 31/12/2021.
Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.

PENITENCIÁRIA FEMININA DE RIBEIRÃO PRETO

PENITENCIARIA FEMININA DE RIBEIRÃO PRETO
Extrato do 4º Contrato de Aditamento Nº 001/2020 PFERP
CONTRATANTE: PENITENCIARIA FEMININA DE RIBEIRÃO PRETO
Contratado (a): SMART GÁS DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 05.463.702/0001-25
Valor do aditamento de supressão: R$ 4.248,00 (quatro mil duzentos e quarenta e oito reais).
Data da Assinatura: 31/12/2020
Processo: 138/2019-PFERP
Vigência - 01/01/2020 a 31/12/2020
Objeto: GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO P-45 ACONDICIONADO EM BOTIJÕES/CILINDROS TRANSPORTÁVEIS

PENITENCIÁRIA DE BERNARDINO DE CAMPOS

CENTRO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato:054/2020-PBC
Parecer Jurídico e Sigla: Parecer CJ/SAP 004/2020
Pregão Eletrônico: 013/2020-PBC
Processo:2020/38036
Contratante: Penitenciária de Bernardino de Campos
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis com entrega parcelada
Contratada: NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ:08.528.442/0001-17
Data Assinatura: 08/12/2020
Vigência:01/01/2021 a 30/04/2021
Valor do Contrato: R$ 74.706,00
Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380617
CENTRO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato:055/2020-PBC
Parecer Jurídico e Sigla: Parecer CJ/SAP 004/2020
Pregão Eletrônico: 013/2020-PBC
Processo:2020/38036
Contratante: Penitenciária de Bernardino de Campos
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis com entrega parcelada
Contratada: DAVID GUILHERME FREITAS DO NASCIMENTO

CNPJ:36.702.392/0001-88
Data Assinatura:08/12/2020
Vigência:01/01/2021 a 30/04/2021
Valor do Contrato: R$ 151.110,00
Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380617
CENTRO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato:056/2020-PBC
Parecer Jurídico e Sigla: Parecer CJ/SAP 004/2020
Pregão Eletrônico: 013/2020-PBC
Processo:2020/38036
Contratante: Penitenciária de Bernardino de Campos
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis com entrega parcelada
Contratada: FABIANA DA SILVA MARQUESI ME
CNPJ: 27.249.577/0001-98
Data Assinatura: 08/12/2020
Vigência:01/01/2021 a 30/04/2021
Valor do Contrato: R$ 4.252,50
Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380617
CENTRO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato:057/2020-PBC
Parecer Jurídico e Sigla: Parecer CJ/SAP 004/2020
Pregão Eletrônico: 013/2020-PBC
Processo:2020/38036
Contratante: Penitenciária de Bernardino de Campos
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis com entrega parcelada
Contratada: MOINHO GLOBO ALIMENTOS S.A
CNPJ: 81.442.014/0015-62
Data Assinatura: 08/12/2020
Vigência:01/01/2021 a 30/04/2021
Valor do Contrato: R$ 45.600,00
Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380617
CENTRO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato:058/2020-PBC
Parecer Jurídico e Sigla: Parecer CJ/SAP 004/2020
Pregão Eletrônico: 013/2020-PBC
Processo:2020/38036
Contratante: Penitenciária de Bernardino de Campos
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis com entrega parcelada
Contratada: DS COMERCIO DE MERCADORIAS ALIMENTICIAS EIRELI
CNPJ: 11.641.920/0001-05
Data Assinatura: 08/12/2020
Vigência:01/01/2021 a 30/04/2021
Valor do Contrato: R$67.050,00
Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380617
CENTRO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato:059/2020-PBC
Parecer Jurídico e Sigla: Parecer CJ/SAP 004/2020
Pregão Eletrônico: 013/2020-PBC
Processo:2020/38036
Contratante: Penitenciária de Bernardino de Campos
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis com entrega parcelada
Contratada: GUACIRA ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 48.347.736/0001-67
Data Assinatura: 08/12/2020
Vigência:01/01/2021 a 30/04/2021
Valor do Contrato: R$4.650,00
Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380617
CENTRO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato:060/2020-PBC
Parecer Jurídico e Sigla: Parecer CJ/SAP 004/2020
Pregão Eletrônico: 013/2020-PBC
Processo:2020/38036
Contratante: Penitenciária de Bernardino de Campos
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis com entrega parcelada
Contratada: ROBERTO CARLOS GRILLO ME
CNPJ:08.646.877/0001-66
Data Assinatura: 08/12/2020
Vigência:01/01/2021 a 30/04/2021
Valor do Contrato: R$ 4.148,00
Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380617
CENTRO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato:061/2020-PBC
Parecer Jurídico e Sigla: Parecer CJ/SAP 004/2020
Pregão Eletrônico: 013/2020-PBC
Processo:2020/38036
Contratante: Penitenciária de Bernardino de Campos
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis com entrega parcelada
Contratada: PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA ME
CNPJ:59.652.487/0001-30
Data Assinatura: 08/12/2020
Vigência:01/01/2021 a 30/04/2021
Valor do Contrato: R$ 44.340,00
Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380617
CENTRO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato:062/2020-PBC
Parecer Jurídico e Sigla: Parecer CJ/SAP 004/2020
Pregão Eletrônico: 013/2020-PBC
Processo:2020/38036
Contratante: Penitenciária de Bernardino de Campos
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis com entrega parcelada
Contratada: PASOLI ALIMENTOS EIRELI EPP
CNPJ:64.060.734/0001-49
Data Assinatura: 08/12/2020
Vigência:01/01/2021 a 30/04/2021
Valor do Contrato: R$4.004,00
Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380617
CENTRO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato:063/2020-PBC
Parecer Jurídico e Sigla: Parecer CJ/SAP 004/2020
Pregão Eletrônico: 013/2020-PBC
Processo:2020/38036
Contratante: Penitenciária de Bernardino de Campos
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis com entrega parcelada
Contratada: GABRIELA P.DOS SANTOS ME
CNPJ:25.036.571/0001-07
Data Assinatura: 08/12/2020
Vigência:01/01/2021 a 30/04/2021
Valor do Contrato: R$3.670,00
Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380617
CENTRO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato:064/2020-PBC
Parecer Jurídico e Sigla: Parecer CJ/SAP 004/2020
Pregão Eletrônico: 013/2020-PBC
Processo:2020/38036
Contratante: Penitenciária de Bernardino de Campos
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis com entrega parcelada
Contratada: L.G.P. DE CASTRO ME
CNPJ: 18.713.218/0001-59
Data Assinatura: 08/12/2020
Vigência:01/01/2021 a 30/04/2021
Valor do Contrato: R$ 3.900,00
Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380617

PENITENCIÁRIA DE TAQUARITUBA

PENITENCIÁRIA DE TAQUARITUBA
ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta na Penitenciária de Taquarituba, Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº PTAQ 001/21, oriundo do Processo nº PTAQ 200/20, destinado a aquisição de gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros com participação ampla, para o período de fevereiro a abril de 2021, do tipo Menor Preço. A realização da sessão será em 11/02/2021 às 09h00min, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O Edital na íntegra poderá ser retirado na Penitenciária de Taquarituba, situada a Rodovia Eduardo Saigh, SP 255, Km 326, na cidade de Taquarituba, nos dias úteis das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

As informações estarão disponíveis no sítio http://www.e--negociospublicos.com.br, e www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CAPELA DO ALTO

Processo: 37227/2020

Interessado: Centro de Detenção Provisória de Capela do Alto

Referente: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis, para consumo dos detentos desta Unidade Prisional no período de fevereiro de 2021 a 30 de abril de 2021.

Encontra-se aberta no CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CAPELA DO ALTO, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nº 003/2021, do tipo MENOR PREÇO, referente ao Processo nº 37227/2020, Oferta de Compra 380255000012021OC00001, destinado à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS com entrega parcelada, para o consumo de detentos desta Unidade Prisional para o fornecimento de 89 (oitenta e nove) dias, compreendendo o período de fevereiro de 2021 a abril de 2021. A realização da sessão será no dia 10/02/2021, às 9:00h.

Os interessados em participar do certame deverão acessar o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, a partir do dia 29/01/2021, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital também se encontra disponível no endereço eletrônico www.e-negociospublicos.com.br, e as informações poderão ser obtidas na própria Unidade através do telefone: (15)3267-8120.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE LIMEIRA

DESPACHO DO DIRETOR TECNICO III

I – Decorrido os prazos legais para recursos HOMOLOGO o procedimento licitatório na modalidade Convite, Oferta de Compras nº. 380271000012020OC00378, Processo nº. 2020/36892 – que trata da para Aquisição de Seringas, para uso nesta Unidade Prisional, considerando, que as detentoras das melhores propostas classificadas reúnem condições de habilitação jurídica e fiscal, não recaindo sobre a empresa sanções de ordem administrativa estadual, e ADJUDICO o item na seguinte conformidade:

• LABTECH PROD. LAB. E HOSPITAIS LTDA, CNPJ:02.419.460/0001-84, no valor total de R$ 2.984,25 (Dois mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos);

II – Autorizo a despesa no valor total de 2.984,25 (Dois mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), bem como a emissão de Nota de Empenho às empresas acima relacionadas

III – Publique-se.

Extrato de Contrato
Convite Eletrônico 380271000012020OC00378
Processo 2020/36892
Objeto: PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SAUDE.
Contratante: CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE LIMEIRA
Contratada: LABTECH PROD. LAB. E HOSPITAIS LTDA
CNPJ: 02.419.460/0001-84
Modalidade: Convite Eletrônico
Nota de Empenho: 2020NE00747
Valor total: R$ 2.984,25
Data da celebração: 25/11/2020
Programa de trabalho: 10302381361420000
PTRES: 3805179
FONTE: 001001001
Natureza de despesa: 33903031
Prazo de vigência: 25/11/2020 a 14/12/2020
Parecer: s/nº, minuta de edital aprovada pela PGE.
Publicado em atendimento ao Decreto Estadual nº 61.476 de 03/09/2015 com redação dada pelo Decreto Estadual nº 61.897 de 31/03/2016.
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE LIMEIRA
DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO III - DE 26/11/2020.
Pregão Eletrônico nº. 029/2020
Processo nº. 2020/36765

Objeto :AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO A GRANEL COM ENTREGA PARCELADA, PARA O PERIODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

HOMOLOGO a adjudicação proferida pelo Pregoeiro referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº. 029/2020, objeto do Processo 2020/36765, que trata da aquisição de GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO A GRANEL COM ENTREGA PARCELADA, para consumo nesta unidade prisional, regida pela Lei Federal 10.520 de 17/07/02, pelo Decreto 49.722 de 24/06/05, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal 8.666 de 21/06/93, da Lei Estadual nº. 6.544 de 22/11/89, da Resolução CC-27 de 25/05/06, CC-48 de 05/11/07 e Resolução SAP n. 06 de 10.01.07 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, sendo autoridade competente nos termos do art. 3º do Decreto 47.297 de 06/11/02, pelo critério de menor preço, ficando na seguinte conformidade:

VENCEDORES

Fornecedor 1 : - GASBALL ARMAZENADORA E DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 02.430.968/0001-83
Vencedor do(s) Item(ns): 1
Valor Total (Negociado): R$385.320,00
Total Geral (Negociado): R$ 385.320,00
DESPACHO DO DIRETOR TECNICO III

I – Decorrido os prazos legais para recursos Homologo o procedimento licitatório na modalidade Convite, Oferta de Compras nº. 380271000012020OC00358, Processo nº. 2020/33413 – que trata da aquisição de Uniforme dos servidores pertencentes a essa Unidade Prisional, considerando, que as detentoras das melhores propostas classificadas reúnem condições de habilitação jurídica e fiscal, não recaindo sobre a empresa sanções de ordem administrativa estadual, e ADJUDICO o item na seguinte conformidade:

• W5 UNIFORMES PROFISSIONAIS, CNPJ: 17.986.013/0001-84, no valor total de R$ 1.687,00 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais);

• CONEXÃO CHINELOS, CNPJ: 20.919.806/0001-95, no valor total de R$ 2.251,80 (dois mil duzentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos);

• M.G.R CONFECÇÕES DE UNIFORMES LTDA ME, CNPJ: 21.639.761/0004-68, no valor total de R$ 11.927,00 (onze mil novecentos e vinte e sete reais);

• JKJ IND COM DE ARTIGOS TEXTEIS E CONF LTDA, CNPJ: 57.467.136/0001-23, no valor total de R$ 39.440,00 (trinta e nove mil quatrocentos e quarenta reais);

II Declaro os itens; 010, 011, 012, 026, 027, 028, 032, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082 foram fracassados e/ou deserto por não apresentarem propostas e apresentar propostas com valores acima do referencial.

III – Publique-se.

PENITENCIÁRIA DE CAPELA DO ALTO

PROCESSO: SAP-PRC-2020/33479 – PCA
CONVITE ELETRÔNICO: 380256000012020OC00300

ASSUNTO: Aquisição de Vestuários para Sentenciados, através da BEC (Bolsa Eletrônica de Compras).

HOMOLOGAÇÃO

Despacho do Diretor Técnico III, 09-12-2020.

ACOLHO a decisão da Comissão Julgadora Permanente de Licitações, e diante da competência a mim atribuída, HOMOLOGO o presente certame e ADJUDICO os materiais referentes a Oferta de Compra 380256000012020OC00300, conforme Processo SAP-PRC-2020/33479 - PCA, que trata de Aquisição de Vestuários para Sentenciados, autorizando a despesa na seguinte conformidade: item 04 para a empresa COMERCIAL DEBECHE TEXTIL EIRELI ME, CNPJ 08.974.702/0001-88, perfazendo um valor total de R$ 5.720,00 (cinco mil, setecentos e vinte reais).

EXTRATOS DE CONTRATOS
Extrato de Contrato nº 2020NE00696
Processo nº SAP-PRC-2020/33479 - PCA
Convite Eletrônico nº 380256000012020OC00300
Contratante: PENITENCIÁRIA DE CAPELA DO ALTO
Contratado (a): COMERCIAL DEBECHE TEXTIL EIRELI ME
C.N.P.J.: 08.974.702/0001-88
Objeto: Aquisição de Vestuários para Sentenciados
Valor: R$ 5.720,00
Vigência: 09/12/2020 a 28/12/2020
Data: 09/12/2020
EXTRATOS DE CONTRATOS
Extrato de Contrato nº 085/2020
Processo nº 33415/2020 - PCA
Pregão Eletrônico nº 013/2020
Contratante: PENITENCIÁRIA DE CAPELA DO ALTO
Contratado (a): BLUESEA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS EIRELI ME
CNPJ: 27.489.162/0001-91
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Valor: R$ 32.250,00 (trinta e dois mil, duzentos e cinquenta reais)
Vigência: 17/11/2020 à 31/12/2020
Data: 17/11/2020.
Extrato de Contrato nº 086/2020
Processo nº 33415/2020 - PCA
Pregão Eletrônico nº 013/2020
Contratante: PENITENCIÁRIA DE CAPELA DO ALTO
Contratado (a): LL ADMINISTRADORA E COMÉRCIO DE FRIOS EIRELI
CNPJ: 30.684.952/0001-32
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Valor: R$ 7.920,00 (sete mil, novecentos e vinte reais)
Vigência: 17/11/2020 à 31/12/2020
Data: 17/11/2020.
Extrato de Contrato nº 087/2020
Processo nº 33415/2020 - PCA
Pregão Eletrônico nº 013/2020
Contratante: PENITENCIÁRIA DE CAPELA DO ALTO
Contratado (a): NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 08.528.442/0001-17
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Valor: R$ 19.512,00 (dezenove mil, quinhentos e doze reais)
Vigência: 17/11/2020 à 31/12/2020
Data: 17/11/2020.
EXTRATOS DE CONTRATOS
Extrato de Contrato nº 104/2020
Processo nº 33415/2020 - PCA
Pregão Eletrônico nº 018/2020
Contratante: PENITENCIÁRIA DE CAPELA DO ALTO
Contratado (a): BH FOODS COMERCIO E IND. LTDA
CNPJ: 02.973.358/0001-26
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Valor: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
Vigência: 07/12/2020 à 31/12/2020
Data: 07/12/2020.
Extrato de Contrato nº 105/2020
Processo nº 33415/2020 - PCA
Pregão Eletrônico nº 018/2020
Contratante: PENITENCIÁRIA DE CAPELA DO ALTO
Contratado (a): FRIGORIFICO REY CHARQUES LTDA
CNPJ: 03.597.643/0001-52
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Valor: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
Vigência: 07/12/2020 à 31/12/2020
Data: 07/12/2020.
Extrato de Contrato nº 106/2020
Processo nº 33415/2020 - PCA
Pregão Eletrônico nº 018/2020
Contratante: PENITENCIÁRIA DE CAPELA DO ALTO
Contratado (a): MARAVILHA INDUSTRIA E COMERCIO DE LINGUIÇA LTDA - ME
CNPJ: 67.954.024/0001-50
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Valor: R$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais)
Vigência: 07/12/2020 à 31/12/2020
Data: 07/12/2020.
Extrato de Contrato nº 107/2020
Processo nº 33415/2020 - PCA
Pregão Eletrônico nº 018/2020
Contratante: PENITENCIÁRIA DE CAPELA DO ALTO
Contratado (a): NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 08.528.442/0001-17
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Valor: R$ 3.344,00 (três mil, trezentos e quarenta e quatro reais)
Vigência: 07/12/2020 à 31/12/2020
Data: 07/12/2020.

PENITENCIÁRIA JAIRO DE ALMEIDA BUENO - ITAPETININGA I

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39847
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00015
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - MARAVILHA IND. E COMÉRCIO DE LINGUIÇA LTDA-ME
CNPJ: - 67954024/0001-50
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS
NE: - 2021NE00006
VALOR.: - 38.500,00 (TRINTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00017
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - BIGUA ALIMENTOS LTDA.
CNPJ: - 55694814/0001-65
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00007
VALOR.: - 67.200,00 (SESSENTA E SETE MIL E DUZENTOS REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00018
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: - 08528442/0001-17
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00008
VALOR.: - 16.739,58 (DEZESSEIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00019
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - A.C. SCHIAVON CAFÉ
CNPJ: - 39011770/0001-75
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00009
VALOR.: - 12.500,00 (DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00020
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - GABRIELA P. DOS SANTOS - ME
CNPJ: - 25036571/0001-07
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00010
VALOR.: - 3.530,60 (TRES MIL, QUINHENTOS E TRINTA REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00021
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME
CNPJ: - 27249577/0001-98
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00011
VALOR.: - 852,80 (OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00022
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - DAVID GUILHERME FREITAS DO NASCIMENTO
CNPJ: - 36702392/0001-88
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00012
VALOR.: - 45.900,00 (QUARENTA E CINCO MIL E NOVECENTOS REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00023
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - DRIVEOP I IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA ME
CNPJ: - 28399024/0001-84
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00013
VALOR.: - 642,60 (SEISCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00024
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: - 08528442/0001-17
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00014
VALOR.: - 1.698,30 (UM MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00025
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - COMERCIAL OLIVEIRA ITAPETININGA EIRELI
CNPJ: - 00993490/0001-74
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00015
VALOR.: - 2.447,40 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00025
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - COMERCIAL OLIVEIRA ITAPETININGA EIRELI
CNPJ: - 00993490/0001-74
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00015
VALOR.: - 2.447,40 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2020-PI
CONTRATO: - 20201CT00027
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - ROBERTO CARLOS GRILLO ME
CNPJ: - 08646877/0001-66
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00016
VALOR.: - 517,05 (QUINHENTOS E DEZESSETE REAIS E CINCO CENTAVOS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00030
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - MOINHO GLOBO ALIMENTOS S.A
CNPJ: - 81442014/0015-62
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00017
VALOR.: - 30.600,00 (TRINTA MIL E SEISCENTOS REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00028
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - GABRIELA P. DOS SANTOS - ME
CNPJ: - 25036571/0001-07
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00018
VALOR.: - 102,45 (CENTO E DOIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39845
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00029
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME
CNPJ: - 27249577/0001-98
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
NE: - 2021NE00019
VALOR.: - 1.152,00 (UM MIL, CENTO E CINQUENTA E DOIS REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39846
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00031
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - JOSE AMARILDO DE CAMARGO – ME
CNPJ: - 10672183/0001-45
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTI GRANJEIROS
NE: - 2021NE00020
VALOR.: - 17.477,00 (DEZESSETE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39846
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00032
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - LEONDENIS DE OLIVEIRA ALHOS
CNPJ: - 09158824/0001-69
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTI GRANJEIROS
NE: - 2021NE00021
VALOR.: - 1.824,00 (UM MIL, OITOCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39846
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00033
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - GISELE REGINA RODRIGUES KINITELL - ME
CNPJ: - 69037240/0001-67
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTI GRANJEIROS
NE: - 2021NE00022
VALOR.: - 48.485,00 (QUARENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39846
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00034
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - M&M TRANSPORTES E COMERCIO LTDA. ME
CNPJ: - 17269869/0001-39
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTI GRANJEIROS
NE: - 2021NE00023
VALOR.: - 18.600,00 (DEZOITO MIL E SEISCENTOS REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 2020/39846
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 030/2020-PI
CONTRATO: - 2021CT00035
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - M&M TRANSPORTES E COMERCIO LTDA. ME
CNPJ: - 17269869/0001-39
OBJETO: - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTI GRANJEIROS
NE: - 2021NE00024
VALOR.: - 29.680,00 (VINTE E NOVE MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 317482
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2018-PI
CONTRATO: - 2021CT00036
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS
CNPJ: - 25165749/0001-10
OBJETO: - GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEIS
NE: - 2021NE00025
VALOR.: - 31.200,00 (TRINTA E UM MIL E DUZENTOS REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 317482
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2018-PI
CONTRATO: - 2021CT00037
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS
CNPJ: - 25165749/0001-10
OBJETO: - GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEIS
NE: - 2021NE00026
VALOR.: - 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO: - 317482
MODALIDADE: - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2018-PI
CONTRATO: - 2021CT00038
CONTRATANTE: - PENITENCIÁRIA "JAIRO DE ALMEIDA BUENO" DE ITAPETININGA.
CONTRATADA: - NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS
CNPJ: - 25165749/0001-10
OBJETO: - GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEIS
NE: - 2021NE00027
VALOR.: - 8.400,00 (OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS)
PERÍODO: - 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

PENITENCIÁRIA "ASP. MARIA FILOMENA DE SOUZA DIAS" DE ITAPETININGA

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO CENTRAL
PENITENCIARIA "ASP MARIA FILOMENA DE SOUSA DIAS"
RETIFICAÇÃO DE EDITAL
Encontra-se aberta na Penitenciária "ASP MARIA FILOMENA DE SOUSA DIAS, Pregão Eletrônico nº 001/2021, objetivando a compra de gêneros alimentícios estocáveis, com entrega parcelada, para consumo desta Unidade Prisional e do Centro de Ressocialização de Itapetininga no período de 12/02/2021 a 31/03/2021, do tipo MENOR PREÇO cuja realização da sessão será no dia 11/02/2021, com início previsto às 09 h, através do sítio eletrônico www.bec. sp.gov.br. O edital completo está disponível nos sítios www.imprensaoficial.com.br opção e-negociospublicos e www.bec.sp.gov.br.
Oferta de Compra: 380136000012021OC00001.

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE VALPARAÍSO

COMUNICADO
Com base no Edital do Pregão Eletrônico nº 022/20CPPV - Processo 2020/38880, que ata da aquisição de gêneros alimentícios Hortifrutigranjeiros para consumo desta Unidade Prisional e do CR de Araçatuba, para os meses de janeiro a abril 2021, convocamos as empresas abaixo relacionadas a comparecerem na sala da Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos, deste Centro de Progressão Penitenciaria de Valparaiso, sita à estrada municipal VPS 012/VPS 351 km 02, na cidade de Valparaiso - SP, para assinatura dos Termos de Contrato e retirada das Notas de Empenho:
Contrato 01-21CPPV-2021NE00001 - 07374152000101 - J C GOMES COM. DE PROD. ALIM. LTDA
Contrato 02-21CPPV-2021NE00002 – 33007041000169 - SIRLENE A. GRAVATA CANOLA 0106409719
Contrato 03-21CPPV-2021NE00003 - 15228690000108 - COM DE OVOS JF DE ADAMANTINA LTDA
Contrato 04-21CPPV-2021NE00004 - 19990105000163 - MARCOS GIULIANO PETELINKAR
COMUNICADO
Com base no Edital do Pregão Eletrônico nº 023/20CPPV - Processo 2020/38897, que trata da aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, para consumo desta Unidade Prisional e do CR de Araçatuba, no período de janeiro a dezembro de 2021, convocamos a empresa CIA. ULTRAGAZ S.A – CNPJ. 61.602.199.0184-02 a comparecer na sala da Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos, deste Centro de Progressão Penitenciaria de Valparaiso, sita à estrada municipal VPS 012/VPS 351 km 02, na cidade de Valparaiso – SP, para assinatura do Termo de Contrato nº 30-21CPPV e retirada da Nota de Empenho 2021NE00030 .

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DR. JAVERT DE ANDRADE - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

EXTRATO DE CONTRATO
Termo de Contrato nº 076/2020
Processo nº 32808/2020
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis
CONTRATANTE: Centro de Progressão Penitenciária "Dr. Javert de Andrade"
CONTRATADA: COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI
CNPJ nº: 24.744.074/0001-09
Pregão Eletrônico nº 021/2020
Valor do Contrato: R$ 100.840,00
Nota de Empenho nº 2020NE00545
Data da celebração: 01/11/2020
UGE 380106, Elemento Econômico 33903010, PTRES: 380717
Categoria Funcional Programática 14421381361410000
Prazo de Vigência: 02 meses
Parecer CJ/SAP 004/2020 datado de 05/06/2020
EXTRATO DE CONTRATO
Termo de Contrato nº 077/2020
Processo nº 32808/2020
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis
CONTRATANTE: Centro de Progressão Penitenciária "Dr. Javert de Andrade"
CONTRATADA: GABRIELA P. DOS SANTOS ME
CNPJ nº: 25.036.571/0001-07
Pregão Eletrônico nº 021/2020
Valor do Contrato: R$ 180,94
Nota de Empenho nº 2020NE00543
Data da celebração: 01/11/2020
UGE 380106, Elemento Econômico 33903010, PTRES: 380717
Categoria Funcional Programática 14421381361410000
Prazo de Vigência: 02 meses
Parecer CJ/SAP 004/2020 datado de 05/06/2020
EXTRATO DE CONTRATO
Termo de Contrato nº 078/2020
Processo nº 32808/2020
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis
CONTRATANTE: Centro de Progressão Penitenciária "Dr. Javert de Andrade"
CONTRATADA: VALERIA VIDOTO BOGAZ ME
CNPJ nº: 32.387.462/0001-08
Pregão Eletrônico nº 021/2020
Valor do Contrato: R$ 8.650,00
Nota de Empenho nº 2020NE00544
Data da celebração: 01/11/2020
UGE 380106, Elemento Econômico 33903010, PTRES: 380717
Categoria Funcional Programática 14421381361410000
Prazo de Vigência: 02 meses
Parecer CJ/SAP 004/2020 datado de 05/06/2020
EXTRATO DE CONTRATO
Termo de Contrato nº 079/2020
Processo nº 38401/2020
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis
CONTRATANTE: Centro de Progressão Penitenciária "Dr. Javert de Andrade"
CONTRATADA: VALERIA VIDOTO BOGAZ ME
CNPJ nº: 32.387.462/0001-08
Pregão Eletrônico nº 024/2020
Valor do Contrato: R$ 41.424,00
Nota de Empenho nº 2020NE00606
Data da celebração: 01/12/2020
UGE 380106, Elemento Econômico 33903010, PTRES: 380717
Categoria Funcional Programática 14421381361410000
Prazo de Vigência: 01 meses
Parecer CJ/SAP 004/2020 datado de 05/06/2020

PENITENCIÁRIA DE OSVALDO CRUZ

AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberta na PENITENCIÁRIA DE OSVALDO CRUZ, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2021-POC, PROCESSO N° 37142/2020-POC, destinado a aquisição de gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiros) para os meses de fevereiro a abril de 2021 a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia 11/02/2021 às 9 horas. A íntegra do edital estará disponível no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (18) 3529-1791 ramal 215 e nesta Unidade, sito à Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros Km 572, Bairro Venda Branca, Osvaldo Cruz – SP.
Extrato de contrato nº 0127/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Perecíveis)
Contratado(a): OURO VERDE COMÉRCIO DE CARNES LTDA
CNPJ: 32.076.568/0001-82
Pregão eletrônico: 025/2020-POC
Valor: R$ 54.258,40
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00016
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020
Extrato de contrato nº 0128/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Perecíveis)
Contratado(a): FABRICA DE EMBUTIDOS DE CARNES FINO SABOR LTDA
CNPJ: 24.341.770/0001-66
Pregão eletrônico: 025/2020-POC
Valor: R$ 16.695,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00017
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020
Extrato de contrato nº 0129/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Perecíveis)
Contratado(a): MRB ATACADISTA DE CARNES EIRELI
CNPJ: 34.783.862/0001-50
Pregão eletrônico: 027/2020-POC
Valor: R$ 263.079,92
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00018
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020
Extrato de contrato nº 0130/2020-POC
Objeto: - Gêneros Alimentícios (Perecíveis)
Contratado(a): DUARTE ALIMENTOS ATACADISTA ME
CNPJ: 17.793.806/0001-87
Pregão eletrônico: 027/2020-POC
Valor: R$ 23.044,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00019
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020
Extrato de contrato nº 0182/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Perecíveis)
Contratado(a): MRB ATACADISTA DE CARNES EIRELI
CNPJ: 34.783.862/0001-50
Pregão eletrônico: 030/2020-POC
Valor: R$ 48.960,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00020
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020
Extrato de contrato nº 0183/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Perecíveis)
Contratado(a): MAURO SÉRGIO TREVIZAN
CNPJ: 33.737.231/0001-31
Pregão eletrônico: 030/2020-POC
Valor: R$ 30.580,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00021
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020
Extrato de contrato nº 0131/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): ROVER CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 30.376.971/0001-00
Pregão eletrônico: 024/2020-POC
Valor: R$ 1.245,00
Data assinatura:01/01/2021
Empenho:2021NE00002
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0132/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): IND. COM. PROD. ALIMENTÍCIOS ALFA OMEGA EIRELI
CNPJ: 01.876.346/0001-10
Pregão eletrônico: 024/2020-POC
Valor: R$ 5.009,40
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00003
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0133/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): CAMPO FINO IND. COM. IMP. EXP. ALIMENTOS EIRELI
CNPJ: 24.744.074/0001-09
Pregão eletrônico: 024/2020-POC
Valor: R$ 57.475,20
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00005
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0134/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): PASOLI ALIMENTOS EIRELI
CNPJ: 64.060.734/0001-49
Pregão eletrônico: 024/2020-POC
Valor: R$ 2.900,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00004
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0135/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): GABRIELA PEREIRA SANTOS ME
CNPJ: 25.036.571/0001-07
Pregão eletrônico: 024/2020-POC
Valor: R$ 5.622,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00006
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0136/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): PILAR COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA ME
CNPJ: 59.652.487/0001-30
Pregão eletrônico: 024/2020-POC
Valor: R$ 20.860,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00007
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0137/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): FABIANA SILVA MARQUESI ME
CNPJ: 27.249.577/0001-98
Pregão eletrônico: 024/2020-POC
Valor: R$ 11.988,80
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00008
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0138/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): RODRIGO LUIZ S. RODIRGUJES MEI
CNPJ: 27.249.577/0001-98
Pregão eletrônico: 024/2020-POC
Valor: R$ 1.195,20
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00009
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0139/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): MAANAIM IN. COM. ALIMENTOS LTDA EPP
CNPJ: 08.032.777/0001-40
Pregão eletrônico: 024/2020-POC
Valor: R$ 16.730,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00010
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0141/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): VALÉRIA VIDOTO BOGAZ ME
CNPJ: 32.387.462/0001-08
Pregão eletrônico: 024/2020-POC
Valor: R$ 9.142,00
Data assinatura:01/01/2021
Empenho:2021NE00012
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0140/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): ROBERTO CARLOS GRILLO ME
CNPJ: 08.646.877/0001-66
Pregão eletrônico: 024/2020-POC
Valor: R$ 5.206,90
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00011
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0179/2020-POC
Objeto: - Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): CAMPO FINO IND. COM. IMP. EXP. ALIMENTOS EIRELI
CNPJ: 24.744.074/0001-09
Pregão eletrônico: 029/2020-POC
Valor: R$ 1.206,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00013
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0180/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)

Contratado(a): ROBERTO CARLOS GRILLO ME
CNPJ: 08.646.877/0001-66
Pregão eletrônico: 029/2020-POC
Valor: R$ 432,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00014
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0181/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (Estocáveis)
Contratado(a): VALÉRIA VIDOTO BOGAZ ME
CNPJ: 32.387.462/0001-08
Pregão eletrônico: 029/2020-POC
Valor: R$ 9.432,00
Data assinatura:01/01/2021
Empenho:2021NE00015
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 004/2020 de 04/06/2020
Extrato de contrato nº 0175/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (hortifrutigranjeiros)
Contratado(a) MARCOS GIULIANO PETELINKAR-ME
CNPJ: 19.990.105/0001-63
Pregão eletrônico: 026/2020-POC
Valor: R$ 5.976,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00052
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 002/2020 de 16/04/2020
Extrato de contrato nº 0176/2020-POC
Objeto: - Gêneros Alimentícios (hortifrutigranjeiros)
Contratado(a) COMERCIAL DE CEREAIS DEMARQUE LTDA EPP
CNPJ: 04.179.414/0001-80
Pregão eletrônico: 026/2020-POC
Valor: R$ 35.585,60
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00053
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 002/2020 de 16/04/2020
Extrato de contrato nº 0177/2020-POC
Objeto: - Gêneros Alimentícios (hortifrutigranjeiros)
Contratado(a) ROQUE CUSTODIO JUNIOR ME
CNPJ: 23.014.804/0001-45
Pregão eletrônico: 026/2020-POC
Valor: R$ 3.888,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00054
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 002/2020 de 16/04/2020
Extrato de contrato nº 0178/2020-POC
Objeto: Gêneros Alimentícios (hortifrutigranjeiros)
Contratado(a) COMERCIO DE OVOS JF DE ADAMANTINA LTDA ME
CNPJ: 15.228.690/0001/08
Pregão eletrônico: 026/2020-POC
Valor: R$ 22.091,70
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00055
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903010
Prazo:120 dias
Parecer CJ/SAP: 002/2020 de 16/04/2020
Extrato de contrato nº 0142/2020-POC
Objeto: Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo
Contratado(a): COMPANHIA ULTRAGAZ S/A
CNPJ: 61.602.199/0274-01
Pregão eletrônico: 028/2020-POC
Valor: R$ 248.676,00
Data assinatura: 01/01/2021
Empenho:2021NE00001
Ptres:380717
Funcional Prog: 14421381361410000
Nd:33903024
Prazo: 365 dias
Parecer CJ/SAP: 008/2020 de 13/08/2020

PENITENCIÁRIA DE PRACINHA

COMUNICADO

Chamada Pública 003/2020-PPRAC. Processo: SAP-PRC-2020/40032. Local: Penitenciária de Pracinha. Chamada Pública visando o credenciamento de agricultores familiares para atendimento do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS. A Penitenciária de Pracinha, atendendo a Lei 14.591 de 14-10-2011 e o Decreto Estadual 57.755, de 24-01-2012, torna público o presente sistema de credenciamento visando aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar por inexigibilidade de licitação, artigo 25, da Lei 8.666/93, para atendimento da Penitenciária de Pracinha no período de 17/02/2021 a 30/04/2021. Os interessados poderão obter cópia integral do edital no sítio eletrônico: www.sap.sp.gov.br. A documentação completa, composta pela habilitação jurídica e pela proposta de venda, deverá ser entregue na entidade credenciadora, Penitenciária de Pracinha, situada na Estrada Vicinal Geraldo Rissato, Km 16, Zona Rural, município de Pracinha, no período de 01/02/2021 a 12/02/2021, das 9h às 16h, em envelope endereçado à Comissão de Avaliação e Credenciamento – Chamada Pública 003/2021-PPRAC. Será permitida a remessa de documentação via correios que somente será considerada e analisada se recebida na entidade credenciadora no período supracitado, respeitando-se o encerramento às 16h. Os documentos de habilitação e as propostas de venda apresentadas serão analisados, na data de 18/02/2021, a partir das 09h00min, em uma única etapa, pela Comissão de Avaliação e Credenciamento, que verificará sua conformidade com os requisitos do edital e na legislação vigente. O aviso contendo o resumo do presente edital (respeitados os requisitos contidos no artigo 11 do Decreto 57.755/12 e suas alterações) será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na página da internet da entidade credenciadora (www.sap.sp.gov.br), no site do PPAIS, e em jornal de circulação local na data de 30/01/2021, com a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital, e todas as informações sobre a chamada pública.

PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00688
Processo nº. 069/2020PL
Pregão nº. 025/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: MAURO SÉRGIO TREVIZAN
CNPJ: 33.737.231/0001-31
Valor: R$ 46.400,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 23/09/2020
Prazo de Vigência: 120 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00847
Processo nº. 070/2020PL
Pregão nº. 070/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: PILAR CEREAIS LTDA ME
CNPJ: 05.098.638/0001-20
Valor: R$ 103.047,60
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 06/11/2020
Prazo de Vigência: 60 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00781
Processo nº. 070/2020PL
Pregão nº. 028/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA
CNPJ: 59.652.487/000130
Valor: R$ 66.420,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 28/10/2020
Prazo de Vigência: 60 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00780
Processo nº. 071/2020PL
Pregão nº. 018/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: KENIA KAZUE AKUTAGAWA TUPA ME
CNPJ: 04.666.113/0001-81
Valor: R$ 18.367,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 15/09/2020
Prazo de Vigência: 120 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00782
Processo nº. 070/2020PL
Pregão nº. 028/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: ROBERTO CARLOS GRILLO ME
CNPJ: 08.646.877/000166
Valor: R$ 13.470,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 28/10/2020
Prazo de Vigência: 60 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00783
Processo nº. 070/2020PL
Pregão nº. 028/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: GABRIELA PEREIRA DOS SANTOS ME
CNPJ: 25.036.571/0001-07
Valor: R$ 1.787,52
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 26/11/2020
Prazo de Vigência: 60 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00910
Processo nº. 070/2020PL
Pregão nº. 034/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA
CNPJ: 59.652.487/0001-30
Valor: R$ 22.103,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 26/11/2020
Prazo de Vigência: 60 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00980
Processo nº. 070/2020PL
Pregão nº. 041/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: VALÉRIA VIDOTO BOGAZ ME
CNPJ: 32.387.462/0001-08
Valor: R$ 5.120,50
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 15/12/2020
Prazo de Vigência: 30 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00981
Processo nº. 070/2020PL
Pregão nº. 041/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: ROVER CLEAN SOLUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 30.376.971/0001-00
Valor: R$ 990,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 15/12/2020
Prazo de Vigência: 30 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00787
Processo nº. 069/2020PL
Pregão nº. 030/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: OURO VERDE COMÉRCIO DE CARNES
CNPJ: 32.076.568/0001-82
Valor: R$ 12.500,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 29/10/2020
Prazo de Vigência: 60 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00786
Processo nº. 122/2020PL
Pregão nº. 029/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: MRB ATACADISTA
CNPJ: 34.78.862/0001-50
Valor: R$ 435.000,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 29/10/2020
Prazo de Vigência: 60 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00878
Processo nº. 122/2020PL
Pregão nº. 033/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: BELARIS ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 17.088.309/0001-88
Valor: R$ 48.000,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 14/11/2020
Prazo de Vigência: 60 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00640
Processo nº. 071/2020PL
Pregão nº. 018/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: COMERCIAL DE CEREAIS DEMARQUE
CNPJ: 04.179.414/0001-80
Valor: R$ 4.995,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 15/09/2020
Prazo de Vigência: 120 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00707
Processo nº. 071/2020PL
Pregão nº. 026/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: COMERCIO DE CEREAIS DEMARQUE
CNPJ: 04.179.414/0001-80
Valor: R$ 12.100,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 30/09/2020
Prazo de Vigência: 120 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00708
Processo nº. 071/2020PL
Pregão nº. 026/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: ALGARI FÁTIMA DE OLIVEIRA BRAZ EIRELI
CNPJ: 07.696.967/0001-07
Valor: R$ 5.500,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 30/09/2020
Prazo de Vigência: 120 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00776
Processo nº. 071/2020PL
Pregão nº. 027/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: ALGARI FÁTIMA DE OLIVEIRA BRAZ EIRELI
CNPJ: 07.696.967/0001-07
Valor: R$ 4.450,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 28/10/2020
Prazo de Vigência: 120 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00777
Processo nº. 071/2020PL
Pregão nº. 027/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: SIRLENE33.007.041/0001-69
Valor: R$ 7.884,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 28/10/2020
Prazo de Vigência: 60 dias
EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2020PL
Nota de Empenho: 2020NE00778
Processo nº. 071/2020PL
Pregão nº. 027/20-PL
Objetivo: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Contratante: PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
Contratada: KENIA KAZUE AKUTAGAWA
CNPJ: 04.666.113/0001-81
Valor: R$ 6.423,00
Elemento Econômico: 33903010
Categoria Funcional Programática: 14421381361410000
PTRES: 380717
Data de assinatura: 28/10/2020
Prazo de Vigência: 120 dias
AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/21-PL
PROCESSO Nº 148/2020PL

A Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, por intermédio da Penitenciária de Lucélia, da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste, comunica a abertura de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/21-PL, objeto do Processo nº 148/2020PL, que trata da aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis (Participação Restrita ME, EPP e Cooperativa) destinados ao preparo das refeições dos sentenciados e funcionários desta Unidade Prisional, durante os meses de fevereiro a abril de 2021.

A sessão pública será realizada por meio eletrônico no sitio www.bec.sp.gov.br (opção pregão eletrônico), com início previsto para as 09:00 hrs do dia 11/02/2021. O Edital na íntegra será disponibilizado, no endereço www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br.

PENITENCIÁRIA ASP LINDOLFO TERÇARIOL FILHO DE MIRANDÓPOLIS

N O T I F I C A Ç Ã O

Transcorrido o prazo estabelecido através da publicação no D.O.E de 07/12/2020,

em conformidade com o item 11.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 034/2020-MIRII, oriundo

do Processo nº SAP-37877;

Fica essa empresa MRB ATACADISTA DE CARNES EIRELI,, CNPJ nº.

34.783.862/0001-50,, NOTIFICADA a comparecer no prazo de 05 (cinco) dias corridos, na

Penitenciária "ASP Lindolfo Terçariol Filho" de Mirandópolis, sita à Av. Dr. Oswaldo Brandi

Faria, nº 4450, Mirandópolis/SP, a fim de assinar o Termo de Contrato nº 007/2021-MIRII,

que tem como objeto o fornecimento de 22.800 quilogramas de Frango semi-processado coxa e

sobrecoxa, congelado.

Ressalto a necessidade do cumprimento das obrigações assumidas, uma vez que,

conforme preceitua o item 12 (SANÇÕES ADMINISTRATIVAS) do documento editalício, a

empresa que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato,

deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o

retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução

do contrato ou comportar-se de modo inidôneo, ficará impedida de licitar e contratar com a

União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo

das multas previstas e das demais cominações legais.

N O T I F I C A Ç Ã O

Transcorrido o prazo estabelecido através da publicação no D.O.E de 24/12/2020, em

conformidade com o item 11.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 038/2020-MIRII, oriundo do

Processo nº SAP-37877;

Fica essa empresa MRB ATACADISTA DE CARNES EIRELI,, CNPJ nº. 34.783.862/0001-

50,, NOTIFICADA a comparecer no prazo de 05 (cinco) dias corridos, na Penitenciária "ASP

Lindolfo Terçariol Filho" de Mirandópolis, sita à Av. Dr. Oswaldo Brandi Faria, nº 4450,

Mirandópolis/SP, a fim de assinar o Termo de Contrato nº 029/2021-MIRII, que tem como

objeto o fornecimento de 2.800 quilogramas de Fígado; Bovino, Resfriado.

Ressalto a necessidade do cumprimento das obrigações assumidas, uma vez que, conforme

preceitua o item 12 (SANÇÕES ADMINISTRATIVAS) do documento editalício, a empresa

que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de

entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da

execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou

comportar-se de modo inidôneo, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados,

Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas

previstas e das demais cominações legais.

PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU

Termo de Contrato n º 152/2020PPAC
Processo SAP-PRC- 2020/19702 – PREGÃO 017/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: VALÉRIA VIDOTO BOGAZ- ME
CNPJ: 32.387.462/0001-08
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Valor: R$ 5.100,00
Vigência: 05/11/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 05/11/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 001/2020 de 20/03/2020
Termo de Contrato n º 153/2020PPAC
Processo SAP-PRC- 2020/19702 – PREGÃO 017/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: VIGRAN ALIMENTOS EIRELI- ME
CNPJ: 66.754.342/0001-05
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Valor: R$ 3.240,00
Vigência: 05/11/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 05/11/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 001/2020 de 20/03/2020
Termo de Contrato n º 154/2020PPAC
Processo SAP-PRC- 2020/19702 – PREGÃO 017/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: ROBERTO CARLOS GRILLO- ME
CNPJ: 08.646.877/0001-66
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Valor: R$ 1.520,00
Vigência: 05/11/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 05/11/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 001/2020 de 20/03/2020
Termo de Contrato n º 155/2020PPAC
Processo SAP-PRC- 2020/19702 – PREGÃO 017/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: FABIANA DA SILVA MARQUESI- ME
CNPJ: 27.249.577/0001-98
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Valor: R$ 1.520,00
Vigência: 05/11/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 05/11/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 001/2020 de 20/03/2020
Termo de Contrato n º 156/2020PPAC
Processo SAP-PRC- 2020/19702 – PREGÃO 017/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: GABRIELA P. DOS SANTOS ME
CNPJ: 25.036.571/0001-07
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Valor: R$ 11.600,00
Vigência: 05/11/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 05/11/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 001/2020 de 20/03/2020
Termo de Contrato n º 157/2020PPAC
Processo SAP-PRC- 2020/19702 – PREGÃO 017/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: PILAR CEREAIS LTDA
CNPJ: 05.098.638/0001-20
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Valor: R$ 11.100,00
Vigência: 05/11/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 05/11/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 001/2020 de 20/03/2020
Termo de Contrato n º 158/2020PPAC
Processo SAP-PRC- 2020/19702 – PREGÃO 017/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA ME
CNPJ: 59.652.487/0001-30
Objeto: Gêneros Alimentícios Estocáveis
Valor: R$ 6.225,00
Vigência: 05/11/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 05/11/2020

Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 001/2020 de 20/03/2020
Termo de Contrato n º 142/2020PPAC
Processo 2020/22988 – PREGÃO 014/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: MARCOS GIULIANO PETELINKAR
CNPJ: 19.990.105/0001-63
Objeto: Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Valor: R$ 7.470,00
Vigência: 01/09/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 21/08/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 002/2020 de 16/04/2020
Termo de Contrato n º 143/2020PPAC
Processo 2020/22988 – PREGÃO 014/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: SIRLENE ANTONIA GRAVATA CANOLA
CNPJ: 33.007.041/0001-69
Objeto: Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Valor: R$ 4.900,00
Vigência: 01/09/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 21/08/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 002/2020 de 16/04/2020
Termo de Contrato n º 144/2020PPAC
Processo 2020/22988 – PREGÃO 014/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: COMERCIAL DE CEREAIS DEMARQUE LTDA EPP
CNPJ: 04.179.414/0001-80
Objeto: Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Valor: R$ 17.050,00
Vigência: 01/09/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 21/08/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 002/2020 de 16/04/2020
Termo de Contrato n º 145/2020PPAC
Processo 2020/22988 – PREGÃO 014/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: KENIA KAZUE AKUTAGAEA TUPÃ- ME
CNPJ: 04.666.113/0001-81
Objeto: Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Valor: R$ 17.956,00
Vigência: 01/09/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 21/08/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 002/2020 de 16/04/2020
Termo de Contrato n º 146/2020PPAC
Processo 2020/22988 – PREGÃO 014/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: COMERCIO DE OVOS JF DE ADAMANTINA LTDA ME
CNPJ: 15.228.690/0001-08
Objeto: Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Valor: R$ 11.088,00
Vigência: 01/09/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 21/08/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 002/2020 de 16/04/2020
Termo de Contrato n º 147/2020PPAC
Processo 2020/22988 – PREGÃO 014/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: ROQUE CUSTODIO JUNIOR ME
CNPJ: 23.014.804/0001-45
Objeto: Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros
Valor: R$ 4.500,00
Vigência: 01/09/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 21/08/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 002/2020 de 16/04/2020
Termo de Contrato n º 140/2020PPAC
Processo SAP-PRC- 2020/19705– PREGÃO 015/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: OURO VERDE COMERCIO DE CARNES LTDA
CNPJ: 32.076.568/0001-82
Objeto: Gêneros Alimentícios Perecíveis
Valor: R$ 85.400,00
Vigência: 01/09/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 21/08/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 001/2020 de 20/03/2020
Termo de Contrato n º 141/2020PPAC
Processo SAP-PRC- 2020/19705– PREGÃO 015/2020PPAC
Contratante: PENITENCIÁRIA OZIAS LÚCIO DOS SANTOS DE PACAEMBU
Contratado: DAIARA OLIVEIRA DOS SANTOS GOMES 38515170833
CNPJ: 30.102.059/0001-51
Objeto: Gêneros Alimentícios Perecíveis
Valor: R$ 8.800,00
Vigência: 01/09/2020 a 31/12/2020
Data da elaboração: 21/08/2020
Elemento Econômico: 3339030-10 PTRES: 380717
Unidade Gestora Responsável: 380016
Parecer Referencial CJ/SAP n° 001/2020 de 20/03/2020

PENITENCIÁRIA SÍLVIO YOSHIHIKO HINOHARA - PRESIDENTE BERNARDES

COMUNICADO

Dando cumprimento ao que dispõe a Portaria CAM 5/3 da Coordenadoria de Administração, que trata da aquisição de GÊNEROS ALIMENTICIOS (ESTOCÁVEIS), comunicamos às firmas abaixo relacionadas que se encontra disponível, a partir desta data, no Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária "Sílvio Yoshihiko Hinohara" de Presidente Bernardes, na Rod. Raposo Tavares, Km 586, cidade de Presidente Bernardes - SP, a seguinte Nota de Empenho referente ao Pregão Eletrônico nº 010/20-PPB, Processo SAP-PRC - 2020/40116, Oferta de Compra nº 380128000012020OC00333

2021NE00001 – KENIA KAZUE AKUTAGAWA

2021NE00002 – ALGARI FATIMA DE OLIVEIRA BRAZ - EIRELI

2021NE00003 – SIRLENE ANTONIA GRAVATA CANOLA

2021NE00004 – COMERCIAL HORTIFRUTI FRANCISCO DONA LTDA - ME

COMUNICADO

Dando cumprimento ao que dispõe a Portaria CAM 5/3 da Coordenadoria de Administração, que trata da aquisição de GÊNEROS ALIMENTICIOS (ESTOCÁVEIS), comunicamos às firmas abaixo relacionadas que se encontra disponível, a partir desta data, no Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária "Sílvio Yoshihiko Hinohara" de Presidente Bernardes, na Rod. Raposo Tavares, Km 586, cidade de Presidente Bernardes - SP, a seguinte Nota de Empenho referente ao Pregão Eletrônico nº 008/20-PPB e nº 008A/20, Processo nº SAP-PRC-2020/38964, Oferta de Compra nº 380128000012020OC00306 e nº 380128000012020OC00307.

2021NE00022 – DUARTE ALIMENTOS ATACADISTA LTDA - EPP

2021NE00023 – FRIGORIFICO CALAFATE LTDAI

2021NE00024 – MRB ATACADISTA DE CARNES EIRELI

2021NE00025 – CLAUDIO ROGERIO BARROCA CALDEIRA - ME

2021NE00026 – OURO VERDE COMÉRCIO DE CARNES LTDA

2021NE00027 – VITANUTRI ALIMENTOS EIRELI EPP

2021NE00030 – DUARTE ALIMENTOS ATACADISTA LTDA – EPP

2021NE00031 – CLAUDIO ROGERIO BARROCA CALDEIRA - ME

COMUNICADO

Dando cumprimento ao que dispõe a Portaria CAM 5/3 da Coordenadoria de Administração, que trata da aquisição de GÊNEROS ALIMENTICIOS (ESTOCÁVEIS), comunicamos às firmas abaixo relacionadas que se encontra disponível, a partir desta data, no Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária "Sílvio Yoshihiko Hinohara" de Presidente Bernardes, na Rod. Raposo Tavares, Km 586, cidade de Presidente Bernardes - SP, a seguinte Nota de Empenho referente ao Pregão Eletrônico nº 008/20-PPB e nº 008A/20, Processo nº SAP-PRC-2020/38964, Oferta de Compra nº 380128000012020OC00306 e nº 380128000012020OC00307.

2021NE00022 – DUARTE ALIMENTOS ATACADISTA LTDA - EPP

2021NE00023 – FRIGORIFICO CALAFATE LTDAI

2021NE00024 – MRB ATACADISTA DE CARNES EIRELI

2021NE00025 – CLAUDIO ROGERIO BARROCA CALDEIRA - ME

2021NE00026 – OURO VERDE COMÉRCIO DE CARNES LTDA

2021NE00027 – VITANUTRI ALIMENTOS EIRELI EPP

2021NE00030 – DUARTE ALIMENTOS ATACADISTA LTDA – EPP

2021NE00031 – CLAUDIO ROGERIO BARROCA CALDEIRA - ME

PENITENCIÁRIA FEMININA DE TUPI PAULISTA

Extrato de Nota de Empenho nº 2020NE01016

Edital CV nº 17 - 380251000012020OC00140 – Para Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO.

Contratante: Penitenciária Feminina de Tupi Paulista

Contratado (a): RMR INFORMATICA, COMERCIO LTDA – EPP

CNPJ: 00.568.528/0001-61

Valor: R$ 312,90 - Data: 06/10/2020

Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903061

PTRES: 380713 - Categoria Funcional Programática: 14122381361460000

Prazo de Vigência: 08 dias

Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.

Extrato de Nota de Empenho nº 2020NE01017

Edital CV nº 17 - 380251000012020OC00140 – Para Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO.

Contratante: Penitenciária Feminina de Tupi Paulista

Contratado (a): DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA ME

CNPJ: 04.708.626/0001-08

Valor: R$ 49,20 - Data: 06/10/2020

Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903041

PTRES: 380713 - Categoria Funcional Programática: 14122381361460000

Prazo de Vigência: 08 dias

Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.

Extrato de Nota de Empenho nº 2020NE01018

Edital CV nº 17 - 380251000012020OC00140 – Para Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO.

Contratante: Penitenciária Feminina de Tupi Paulista

Contratado (a): DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA ME

CNPJ: 04.708.626/0001-08

Valor: R$ 900,00 - Data: 06/10/2020

Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903060

PTRES: 380713 - Categoria Funcional Programática: 14122381361460000

Prazo de Vigência: 08 dias

Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.

Extrato de Nota de Empenho nº 2020NE01019

Edital CV nº 17 - 380251000012020OC00140 – Para Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO.

Contratante: Penitenciária Feminina de Tupi Paulista

Contratado (a): MIXPEL DISTRIBUIDORA-EIRELI-ME

CNPJ: 23.799.954/0001-01

Valor: R$ 59,34 - Data: 06/10/2020

Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903041

PTRES: 380713 - Categoria Funcional Programática: 14122381361460000

Prazo de Vigência: 08 dias

Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.

Extrato de Nota de Empenho nº 2020NE01020

Edital CV nº 17 - 380251000012020OC00140 – Para Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO.

Contratante: Penitenciária Feminina de Tupi Paulista

Contratado (a): ALFA SUPRIM. ESCOLARES E P/ ESCRIT. LTDA EPP

CNPJ: 23.932.921/0001-98

Valor: R$ 146,00 - Data: 06/10/2020

Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903041

PTRES: 380713 - Categoria Funcional Programática: 14122381361460000

Prazo de Vigência: 08 dias

Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.

Extrato de Nota de Empenho nº 2020NE01021

Edital CV nº 17 - 380251000012020OC00140 – Para Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO.

Contratante: Penitenciária Feminina de Tupi Paulista

Contratado (a): SUA LISTA COM ELETRON. MAT ESCOLAR LTDA-EPP

CNPJ: 24.137.594/0001-45

Valor: R$ 361,50 - Data: 06/10/2020

Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903041

PTRES: 380713 - Categoria Funcional Programática: 14122381361460000

Prazo de Vigência: 08 dias

Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.

Extrato de Nota de Empenho nº 2020NE01022

Edital CV nº 17 - 380251000012020OC00140 – Para Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO.

Contratante: Penitenciária Feminina de Tupi Paulista

Contratado (a): DINAMICA ATACADO DE PAPELARIA LTDA - ME

CNPJ: 24.279.522/0001-32

Valor: R$ 501,04 - Data: 06/10/2020

Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903041

PTRES: 380713 - Categoria Funcional Programática: 14122381361460000

Prazo de Vigência: 08 dias

Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.

Extrato de Nota de Empenho nº 2020NE01023

Edital CV nº 17 - 380251000012020OC00140 – Para Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO.

Contratante: Penitenciária Feminina de Tupi Paulista

Contratado (a): H.E. JUSSANI

CNPJ: 32.264.983/0001-60

Valor: R$ 320,00 - Data: 06/10/2020

Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903061

PTRES: 380713 - Categoria Funcional Programática: 14122381361460000

Prazo de Vigência: 08 dias

Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.

Extrato de Nota de Empenho nº 2020NE01024

Edital CV nº 17 - 380251000012020OC00140 – Para Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO.

Contratante: Penitenciária Feminina de Tupi Paulista

Contratado (a): RONALDO ELETRO EIRELI

CNPJ: 35.968.629/0001-04

Valor: R$ 1.195,50 - Data: 06/10/2020

Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903055

PTRES: 380713 - Categoria Funcional Programática: 14122381361460000

Prazo de Vigência: 08 dias

Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.

Extrato de Nota de Empenho nº 2020NE01025

Edital CV nº 17 - 380251000012020OC00140 – Para Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO.

Contratante: Penitenciária Feminina de Tupi Paulista

Contratado (a): REPRESENTAÇÕES MELLAGI EIRELI

CNPJ: 43.347.046/0001-94

Valor: R$ 155,20 - Data: 06/10/2020

Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903041

PTRES: 380713 - Categoria Funcional Programática: 14122381361460000

Prazo de Vigência: 08 dias

Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.

Extrato de Nota de Empenho nº 2020NE01026

Edital CV nº 17 - 380251000012020OC00140 – Para Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO.

Contratante: Penitenciária Feminina de Tupi Paulista

Contratado (a): PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA ME

CNPJ: 59.652.487/0001-30

Valor: R$ 1.375,00 - Data: 06/10/2020

Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903041

PTRES: 380713 - Categoria Funcional Programática: 14122381361460000

Prazo de Vigência: 08 dias

Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016

FAZENDA E PLANEJAMENTO

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CENTROS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO

Centro Regional de Administração de Taubaté

Despacho do Diretor Técnico de Divisão da Fazenda Estadual, de 26/01/2021

Ratifico a situação de inexigibilidade de licitação declarada pela Diretora do NSI no processo SFP-PRC-2021/01629 – Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto – SABESP – CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Centro Regional de Administração de São José do Rio Preto

Despacho do Diretor Técnico de Divisão da Fazenda Estadual, de 26/01/2021

"Diante dos relatos, considerando ainda, que nenhuma despesa pode ser levada à termo sem o prévio empenho e respectiva contabilização (artigo 8º da Lei Estadual n.º 10.320/68), no uso da competência conferida pela alínea "e", inciso II, do artigo 194, do Decreto n.º 64.152/19, R A T I F I C O, conforme os preceitos contidos nos artigos 26, das Leis Federal n.º 8.666/93 e Estadual n.º 6.544/89, o reconhecimento de situação de inexigibilidade de licitação para o pagamento de despesas com o serviço de fornecimento de energia elétrica pela ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A - CNPJ:02.328.280/0001-97, e utilizado pelos Postos Fiscais de Jales e Votuporanga no Exercício de 2021"

Despacho do Diretor Técnico de Divisão da Fazenda Estadual, de 26/01/2021

Diante dos relatos, considerando ainda, que nenhuma despesa pode ser levada à termo sem o prévio empenho e respectiva contabilização (artigo 8º, da Lei Estadual n.º 10.320/68), no uso da competência conferida pela alínea "e", do inciso II, do artigo 194, do Decreto n.º 64.152/19, R A T I F I C O, conforme os preceitos contidos nos artigos 26, da Lei Federal n.º 8.666/93 e Estadual n.º 6.544/89, o reconhecimento de situação de inexigibilidade de licitação para o pagamento de despesas com o serviço de fornecimento de energia elétrica pela ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, - CNPJ:07.282.377/0001-20, e utilizado pelo Posto Fiscal de Catanduva no Exercício de 2021

Despacho do Diretor Técnico de Divisão da Fazenda Estadual, de 26/01/2021

Dados os fatos e expostos os fundamentos, considerando ainda, que nenhuma despesa pode ser levada a termo sem o prévio empenho e respectiva contabilização (artigo.8º, da Lei Estadual n.º 10.320/68), no uso da competência conferida pela alínea "e", inciso II, do artigo 194, do Decreto n.º 64.152/19, R A T I F I C O, conforme os preceitos contidos nos artigos 26, das Leis Federal n.º 8.666/93 e Estadual n.º 6.544/89, o reconhecimento de situação de inexigibilidade de licitação para o pagamento de despesas com o serviço de água/esgoto pela SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE VOTUPORANGA - SAEV - CNPJ:72.962.806/0001-71, e utilizado pelo Posto Fiscal de Votuporanga no Exercício de 2021

Despacho do Diretor Técnico de Divisão da Fazenda Estadual, de 26/01/2021

Dados os fatos e expostos os fundamentos, considerando ainda, que nenhuma despesa pode ser levada à termo sem o prévio empenho e respectiva contabilização (artigo 8º da Lei Estadual n.º 10.320/68), no uso da competência conferida pela alínea "e", inciso II, do artigo 194, do Decreto n.º 64.152/19, R A T I F I C O, conforme os preceitos contidos nos artigos 26, das Leis Federal n.º 8.666/93 e Estadual n.º 6.544/89, o reconhecimento de situação de inexigibilidade de licitação para o pagamento de despesas com o serviço de água/esgoto pela SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE CATANDUVA - SAEC - CNPJ:10.559.279/0001-00, e utilizado pelo Posto Fiscal de Catanduva no Exercício de 2021

Despacho do Diretor Técnico de Divisão da Fazenda Estadual, de 26/01/2021

Dados os fatos e expostos os fundamentos, considerando ainda, que nenhuma despesa pode ser levada à termo sem o prévio empenho e respectiva contabilização (artigo 8º, Lei Estadual n.º 10.320/68), no uso da competência conferida pela alínea "e", inciso II, do artigo 194, do Decreto n.º 64.152/19, R A T I F I C O, conforme os preceitos contidos nos artigos 26, das Leis Federal n.º 8.666/93 e Estadual n.º 6.544/89 o reconhecimento de situação de inexigibilidade de licitação para o pagamento de despesas com o serviço de água/esgoto pela COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP - CNPJ:43.776.517/0001-80, e utilizado pelo Posto Fiscal de Jales no Exercício de 2021.

Despacho do Diretor Técnico de Divisão da Fazenda Estadual, de 26/01/2021

Dados os fatos e expostos os fundamentos, considerando ainda, que nenhuma despesa pode ser levada à termo sem o prévio empenho e respectiva contabilização (artigo 8º, Lei n.º 10.320/68), no uso da competência conferida pela alínea "e", inciso II, do artigo 194, do Decreto n.º 64.152/19, R A T I F I C O, conforme os preceitos contidos nos artigos 26, das Leis Federal n.º 8.666/93 e Estadual n.º 6.544/89, o reconhecimento de situação de inexigibilidade de licitação para o pagamento de despesas com o serviço de água/esgoto pela SERVIÇO MUNICIPAL AUTONÔMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SEMAE - CNPJ: 04.691.691/0001-78, e utilizado pelo Prédio Sede da SEFAZ de São José do Rio Preto, no Exercício de 2021

Centro Regional de Administração de Araçatuba

Despacho da Diretora Técnica de Divisão da Fazenda Estadual de 28/01/2021

SFP-PRC-2021/01866 – ÁGUAS DE ANDRADINA S/A – CNPJ: 12.584.063/0001-11

Objeto: Pagamento de Contas de Utilidade Pública.

Conforme competência prevista na alínea "e", inciso II, artigo 194, do decreto nº 64.152 de 22/03/2019 e, em conformidade com o artigo 26 da Lei Estadual nº 6.544/89, combinado com o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, RATIFICO o ato de inexigibilidade de licitação para pagamento de água e esgoto da unidade Fazendária do Posto Fiscal de Andradina, situada a Rua Paes Leme nº 1.951 – Andradina /SP - (Exercício de 2021)

Despacho da Diretora Técnica de Divisão da Fazenda Estadual de 28/01/2021

SFP-PRC-2021/01872 – SAMAR SOLUÇÕES AMNIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A – CNPJ: 16.832.157/0001-13

Objeto: Pagamento de Contas de Utilidade Pública.

Conforme competência prevista na alínea "e", inciso II, artigo 194, do decreto nº 64.152 de 22/03/2019 e, em conformidade com o artigo 26 da Lei Estadual nº 6.544/89, combinado com o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, RATIFICO o ato de inexigibilidade de licitação para pagamento tarifa de agua e esgoto da unidade Fazendária de Araçatuba, situada a Rua São Paulo nº 510 – Vila Mendonça - Araçatuba/SP. (Exercício de 2021)

Despacho da Diretora Técnica de Divisão da Fazenda Estadual de 28/01/2021

SFP-PRC-2021/01864 – DEPARTAMENTO AUTONÔNO DE AGUA E ESGOTO DE PENÁPOLIS – CNPJ: 49.576.614/0001-05

Objeto: Pagamento de Contas de Utilidade Pública.

Conforme competência prevista na alínea "e", inciso II, artigo 194, do decreto nº 64.152 de 22/03/2019 e, em conformidade com o artigo 26 da Lei Estadual nº 6.544/89, combinado com o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, RATIFICO o ato de inexigibilidade de licitação para pagamento tarifa de agua e esgoto da unidade Fazendária do Posto Fiscal de Penápolis, situada a Rua Av. Bento da Cruz nº 568 – Penápolis/SP. (Exercício de 2021)

Despacho da Diretora Técnica de Divisão da Fazenda Estadual de 28/01/2021

SFP-PRC-2021/01876 – ELEKTRO REDES S.A – CNPJ: 02.328.280/0001-97

Objeto: Pagamento de Contas de Utilidade Pública.

Conforme competência prevista na alínea "e", inciso II, artigo 194, do decreto nº 64.152 de 22/03/2019 e, em conformidade com o artigo 26 da Lei Estadual nº 6.544/89, combinado com o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, RATIFICO o ato de inexigibilidade de licitação para pagamento de tarifa de energia elétrica para a unidade Fazendária do Posto Fiscal de Andradina, situada a Rua Paes Leme nº 1.951 – Andradina /SP - (Exercício de 2021)

Despacho da Diretora Técnica de Divisão da Fazenda Estadual de 28/01/2021

SFP-PRC-2021/01889 – COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ – CPFL – CNPJ: 33.050.196/0001-88

Objeto: Pagamento de Contas de Utilidade Pública.

Conforme competência prevista na alínea "e", inciso II, artigo 194, do decreto nº 64.152 de 22/03/2019 e, em conformidade com o artigo 26 da Lei Estadual nº 6.544/89, combinado com o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, RATIFICO o ato de inexigibilidade de licitação para pagamento tarifa de energia elétrica da unidade Fazendária de Araçatuba, situada a Rua São Paulo nº 510 – Vila Mendonça - Araçatuba/SP. (Exercício de 2021)

Despacho da Diretora Técnica de Divisão da Fazenda Estadual de 28/01/2021

SFP-PRC-2021/01921 – TELEFÔNICA BRASIL S.A – CNPJ: 02.558.157/0001-62 – Objeto: Pagamento de Contas de Utilidade Pública.

Conforme competência prevista na alínea "e", inciso II, artigo 194, do decreto nº 64.152 de 22/03/2019 e, em conformidade com o artigo 26 da Lei Estadual nº 6.544/89, combinado com o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, RATIFICO o ato de dispensa de licitação para pagamento tarifa telefônica da unidade Fazendária do Posto Fiscal de Andradina, situada a Rua Paes Leme nº 1.951 – Andradina /SP - (Exercício de 2021)

Centro Regional de Administração de Osasco

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE OSASCO

PROCESSO SFP N.º PRC-2021/01563

OBJETO: RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INFANTIL PARA A REGIONAL OSASCO

DESPACHO DA DIRETORA DO CRA DE 28/01/2021

CONTRATADA: ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL AMABILE PROVASI LTDA. - CNPJ: 11.301.312/0001-51

RATIFICANDO a dispensa de licitação constante do Processo SFP N.º PRC-2021/01563 - Contratação Emergencial de Serviços de Acolhimento Infantil através de Dispensa de Licitação.(CRA-DL-04/2021)

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

Instituto de Tecnologia de Alimentos
Processo SAA nº: 2020/10651
Interessado: Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL
Assunto: Aquisição Detergente alcalino EXTRAN
Oferta de Compra: 130127000012020OC00015

Despacho da Senhora Diretora Técnica de Departamento de 25.11.2020

No uso de minhas atribuições legais, notadamente a competência atribuída pelo artigo 1º da Resolução SAA 50, DE 20/09/2007, e à vista dos elementos constantes dos autos, HOMOLOGO o resultado e ADJUDICO o objeto do Convite BEC nº. 130127000012020OC00015 – Aquisição Detergente alcalino, conforme abaixo:

Item 01: Empresa: MERCK S.A. - CNPJ: 33.069.212/0008-50 - Valor Total: R$ 1.885,60.

Autorizo a despesa no valor total de R$ 1.885,60 (um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

Republicado nesta data por não ter sido localizado nos autos.

EDUCAÇÃO

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

Comunica, com fundamento no Artigo 5º, Inciso VIII, do Decreto Estadual 47.945/03 a ATA VALIDA DE REGISTRO DE PREÇOS - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

ARROZ INTEGRAL
Processo SEDUC-PRC-2020/44635– PE RP 054/20
Preços Registrados.
1º Demello Alimentos Ltda. R$ 5,35 quilo
Validade da Ata de RP – 06.01.2022
BISCOITO DOCE SEM RECHEIO SABOR CHOCOLATE
Processo SEDUC-PRC-2019/17998– PE 046/20
1º Pastificio Selmi S/A. R$ 7,07 quilo
Validade da Ata de RP – 29.12.2021
BISCOITO DOCE SEM RECHEIO TIPO MAISENA
Processo SEDUC-PRC-2019/17998 – PE RP 044/20
Preços Registrados.
1º Alimentos Dallas Indústria e Comércio Ltda. R$ 6,02 quilo
Cota: Ouro Preto Alimentos Comércio Ltda. R$ 7,38
Validade da Ata de RP – 19.12.2021
BISCOITO DOCE SEM RECHEIO SABOR COCO
Processo SEDUC-PRC-2019/17810 – PE RP 061/20
Preços Registrados.
1º Pastificio Selmi S/A. R$ 7,00 quilo
Cota: Ouro Preto Alimentos Comércio Ltda. R$ 7,72
Validade da Ata de RP – 06.01.2022
BOLINHO DE ABACAXI SEM RECHEIO E.I
Processo SEDUC-PRC-2019/17994 – PE RP 047/20
Preços Registrados.
1º Conser Alimentos Ltda. R$ 20,35 quilo
Validade da Ata de RP – 19.12.2021
BOLINHO DE CHOCOLATE SEM RECHEIO E.I
Processo SEDUC-PRC-2019/17994 – PE RP 047/20
Preços Registrados.
1º Conser Alimentos Ltda. R$ 20,25 quilo
Validade da Ata de RP – 19.12.2021
BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL
Processo SEDUC-PRC-2019/17810 – PE RP 061/20
Preços Registrados.
1º Pastificio Selmi S/A. R$ 6,95 quilo
Cota: Ouro Preto Alimentos Comércio Ltda. R$ 7,72
Validade da Ata de RP – 06.01.2022
FLOCOS DE MILHO SEM AÇÚCAR
Processo SEDUC-PRC-2020/44635 – PE RP 067/20
Preços Registrados.
1º Comercial Ramsay Eireli EPP. R$ 9,74 quilo
Cota: Ouro Preto Alimentos Comércio Ltda. R$ 9,75
Validade da Ata de RP – 07.01.2022
MASSA DE SÊMOLA COM OVOS TIPO FUSILLI
Processo SEDUC-PRC-2019/17998 – PE RP 046/20
Preços Registrados.
1º Massas Alimentícias Da Roz. R$ 3,03 quilo
Cota: Ouro Preto Alimentos Comércio Ltda. R$ 4,60
Validade da Ata de RP – 29.12.2021
Validade da Ata de RP Cota – 19.12.2021-
MASSA DE SÊMOLA COM OVOS TIPO PENNE
Processo SEDUC-PRC-2019/17997 – PE RP 044/20
Preços Registrados.
1º Massas Alimentícias Da Roz. R$ 3,20 quilo
Validade da Ata de RP – 29.12.2021

Comunica, com fundamento no Artigo 5º, Inciso VIII, do Decreto Estadual 47.945/03 a ATAS VALIDAS DE REGISTRO DE PREÇOS - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

1 HORTIFRUTI - Região Metropolitana - PRC-2019/15266 005/DAESC/2020 OC00003
Validade da ata: 20.08.2021
LOTE 1 - CAIEIRAS, CARAPICUIBA, ITAPEVI E OSASCO
COMERCIAL HORTIFRUTIGRANJEIRO ITAUBA LTDA CNPJ n.º 01.916.756/0001-48
1 - Abacaxi Perola - R$ 5,20 - quilo
2 - Banana Nanica - R$ 0,68 - unidade
3 - Goiaba Vermelha R$ 1,25 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional - R$ 0,98 unidade
5 - Mamão Formosa R$ 5,30 - quilo
6 - Melancia Comum R$ 2,50 - quilo
7 - Melão, Amarelo R$ 3,50 - quilo
8 - Abobora, Seca - R$ 2,40 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira R$ 2,50 - quilo
10 - Acelga Alongada R$ 3,00 - quilo
11 - Alface Crespa Verde R$ 6,00 - quilo
12 - Batata Comum - R$ 3,00 - quilo
13 - Beterraba, Extra a R$ 2,30 - quilo
14 - Cenoura Nantes, R$ 2,50 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro R$ 2,60 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 6,00 quilo
17 - Mandioca, Branca R$ 2,70 - quilo
18 - Pepino Comum, R$ 2,50 - quilo
19 - Repolho Verde Liso R$ 2,20 - quilo
20 - Tomate Debora, R$ 3,90 - quilo
LOTE 2 - DIADEMA, SÃO BERNARDO DO CAMPO, MAUÁ E SANTO ANDRE
TROPICAL DISTRIBUIDORA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA CNPJ n.º 67.484.378/0001-89
1 - Abacaxi Perola - R$ 5,26 - quilo
2 - Banana Nanica - R$ 0,69 - unidade
3 - Goiaba Vermelha R$ 1,05 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional R$ 0,88 - unidade
5 - Mamão Formosa R$ 5,11 - quilo
6 - Melancia Comum R$ 2,75 - quilo
7 - Melão, Amarelo R$ 3,70 - quilo
8 - Abobora, Seca R$ 2,60 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira (2a) R$ 2,70 - quilo
10 - Acelga Alongada R$ 3,20 - quilo
11 - Alface Crespa Verde R$ 5,70 - quilo
12 - Batata Comum - R$ 3,50 - quilo
13 - Beterraba, Extra a R$ 2,50 - quilo
14 - Cenoura Nantes, R$ 2,80 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro R$ 2,80 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 6,52 quilo
17 - Mandioca, Branca R$ 2,80 - quilo
18 - Pepino Comum, R$ 3,00 - quilo
19 - Repolho Verde Liso R$ 2,70 - quilo
20 - Tomate Debora, R$ 4,75 - quilo
LOTE 3 - ITAPECERICA DA SERRA E TABOÃO DA SERRA
MARIA DE FATIMA QUEIROZ HORTIFRUTI CNPJ n.º 22.985.779/0001-84
1 Abacaxi Perola R$ 5,30 - quilo
2 Banana Nanica R$ 0,77 - unidade
3 Goiaba Vermelha R$ 1,35 - unidade
4 Maçã, Gala Nacional - R$ 0,85 - unidade
5 Mamão Formosa R$ 3,92 - quilo
6 Melancia Comum - R$ 2,49 - quilo
7 Melão, Amarelo R$ 3,78 - quilo
8 Abobora, Seca R$ 2,67 - quilo
9 Abobrinha Brasileira (2a) - R$ 2,10 - quilo
10 Acelga Alongada R$ 2,60 - quilo
11 Alface Crespa Verde - R$ 6,05 - quilo
12 Batata Comum R$ 3,20 - quilo
13 Beterraba, Extra a - R$ 1,60 - quilo
14 Cenoura Nantes, - R$ 2,10 - quilo
15 Chuchu Verde Claro - R$ 2,70 - quilo
16 Couve Manteiga Extra, R$ 6,30 - quilo
17 Mandioca, Branca R$ 2,49 - quilo
18 Pepino Comum, R$ 3,00 - quilo
19 Repolho Verde Liso - R$ 2,30 - quilo
20 Tomate Debora, R$ 4,80 - quilo
2 HORTIFRUTI - Capital de São Paulo B - PRC-2019/12690 - 008/DAESC/2020 OC00007
VALIDADE DA ATA: 20.08.2021
LOTE 1 - LESTE 1, LESTE 2, LESTE 3, LESTE 4 E LESTE 5
COMERCIAL THIFER HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA CNPJ n.º 07.420.390/0001-06
1 Abacaxi; Perola; R$ 5,30 - quilo
2 Abobora; Seca R$ 2,67 - quilo
3 Abobrinha; Brasileira - R$ 2,69 - quilo
4 Acelga; Alongada R$ 3,19 - quilo
5 Alface; Crespa Verde - R$ 6,05 - quilo
6 Banana; Nanica de Segunda - R$ 0,75 - unidade
7 Batata; Comum Lavada; R$ 3,55 - quilo
8 Beterraba; Extra a R$ 2,15 - quilo
9 Cenoura; Variedade Nantes; - R$ 2,49 - quilo
10 Chuchu; Verde Claro - R$ 2,99 - quilo
11 Couve; Manteiga Extra; R$ 6,25 - quilo
12 Goiaba; Vermelha; R$ 1,09 - quilo
13 Maçã; Gala Nacional; R$ 0,91 - unidade
14 Mamão; Formosa R$ 5,14 - unidade
15 Mandioca, Branca, Graúda - R$ 2,75 - quilo
16 Melancia; Comum; Redonda R$ 2,75 - quilo
17 Melão; Amarelo; R$ 3,78 - quilo
18 Pepino; Comum; R$ 2,95 - quilo
19 Repolho; Verde R$ 2,97 - quilo
20 Tomate; Debora; Extra Aa; R$ 4,80 quilo
LOTE 2 - NORTE 1 E NORTE 2
AGRO COMERCIAL PORTO S.A CNPJ n.º 10.558.126/0001-30
1 Abacaxi; Perola; - R$ 5,56 - quilo
2 Abobora; Seca R$ 2,95 - quilo
3 Abobrinha; Brasileira - R$ 3,18 - quilo
4 Acelga; Alongada R$ 3,97 - quilo
5 Alface; Crespa Verde - R$ 5,89 - quilo
6 Banana; Nanica de Segunda - R$ 0,84 - unidade
7 Batata; Comum Lavada; R$ 3,29 - quilo
8 Beterraba; Extra a R$ 2,57 - quilo
9 Cenoura; Variedade Nantes; - R$ 3,27 - quilo
10 Chuchu; Verde Claro - R$ 3,37 - quilo
11 Couve; Manteiga Extra; R$ 6,69 - quilo
12 Goiaba; Vermelha; R$ 1,19 - quilo
13 Maçã; Gala Nacional; R$ 0,89 - unidade
14 Mamão; Formosa R$ 4,49 - unidade
15 Mandioca, Branca, Graúda - R$ 2,79 - quilo
16 Melancia; Comum; Redonda - R$ 2,62 - quilo
17 Melão; Amarelo; R$ 4,24 - quilo
18 Pepino; Comum; R$ 3,29 - quilo
19 Repolho; Verde R$ 3,16 - quilo
20 Tomate; Debora; Extra Aa; - R$ 4,27 - quilo
3 HORTIFRUTI - Região Interior de São Paulo B - PRC-2019/15253 - 016/DAESC/2020 OC00018
Validade da ata: 08.08.2021
LOTE 1 - ARARAQUARA, JABOTICABAL, PIRASSUNUNGA, SÃO CARLOS, TAQUARITINGA - MM BRASIL ALIMENTOS LTDA CNPJ n.º 15.577.225/0001-82
1 - Abacaxi; Perola; R$ 5,23 - quilo
2 - Abobora; Seca - R$ 2,65 - quilo
3 - Abobrinha; Brasileira - R$ 2,77 - quilo
4 - Acelga; Alongada R$ 3,25 - quilo
5 - Alface; Crespa Verde - R$ 6,30 - quilo
6 - Banana; Nanica de Segunda R$ 0,68 - unidade
7 - Batata; Comum Lavada; R$ 3,50 - quilo
8 - Beterraba; Extra a R$ 2,50 - quilo
9 - Cenoura; Variedade Nantes; - R$ 2,85 - quilo
10 - Chuchu; Verde Claro - R$ 2,89 - quilo
11 - Couve; Manteiga Extra; - R$ 6,50 - quilo
12 - Goiaba; Vermelha; R$ 1,30 - quilo
13 - Maçã; Gala Nacional; - R$ 0,78 - unidade
14 - Mamão; Formosa R$ 4,90 - unidade
15 - Mandioca, Branca, Graúda R$ 2,90 - quilo
16 - Melancia; Comum; Redonda R$ 2,50 - quilo
17 - Melão; Amarelo; R$ 3,76 - quilo
18 - Pepino; Comum; R$ 3,00 - quilo
19 - Repolho; Verde - R$ 2,50 - quilo
20 - Tomate; Debora; Extra Aa; R$ 4,71 - quilo
LOTE 2 - BARRETOS, FRANCA, RIBEIRÃO PRETO, SÃO JOAQUIM DA BARRA E SERTÃOZINHO
W&C ALIMENTOS EIRELI CNPJ n.º 10.362.443/0001-86
1 - Abacaxi; Perola; R$ 5,31 - quilo
2 - Abobora; Seca - R$ 2,73 - quilo
3 - Abobrinha; Brasileira R$ 2,57 - quilo
4 - Acelga; Alongada R$ 3,30 - quilo
5 - Alface; Crespa Verde R$ 5,37 - quilo
6 - Banana; Nanica de Segunda R$ 0,76 - unidade
7 - Batata; Comum Lavada; R$ 3,55 - quilo
8 - Beterraba; Extra a R$ 2,60 - quilo
9 - Cenoura; Variedade Nantes; - R$ 2,88 - quilo
10 - Chuchu; Verde Claro R$ 2,90 - quilo
11 - Couve; Manteiga Extra; - R$ 6,60 - quilo
12 - Goiaba; Vermelha; R$ 1,55 - quilo
13 - Maçã; Gala Nacional; R$ 1,35 - unidade
14 - Mamão; Formosa R$ 5,47 - unidade
15 - Mandioca, Branca, Graúda R$ 2,91 - quilo
16 - Melancia; Comum; Redonda - R$ 2,86 - quilo
17 - Melão; Amarelo; R$ 4,00 - quilo
18 - Pepino; Comum; R$ 3,08 - quilo
19 - Repolho; Verde - R$ 2,80 - quilo
20 - Tomate; Debora; Extra Aa; R$ 5,40 - quilo
4 HORTIFRUTI - Região Interior de São Paulo A - PRC-2019/15247 006/DAESC/2020 OC00005
validade da ata: 08.08.2021
LOTE 1 - ANDRADINA, ARAÇATUBA E BIRIGUI
COMERCIAL HORTIFRUTIGRANJEIRO ITAUBA LTDA CNPJ n.º 01.916.756/0001-48
1 - Abacaxi Perola - R$ 5,19 - quilo
2 - Banana Nanica - R$ 0,74 - unidade
3 - Goiaba Vermelha R$ 1,58 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional R$ 1,37 - unidade
5 - Mamão Formosa R$ 5,30 - quilo
6 - Melancia Comum R$ 2,72 - quilo
7 - Melão, Amarelo R$ 3,70 - quilo
8 - Abobora, Seca - R$ 2,55 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira (2a) R$ 2,64 - quilo
10 - Acelga Alongada R$ 3,12 - quilo
11 - Alface Crespa Verde R$ 6,01 - quilo
12 - Batata Comum - R$ 3,34 - quilo
13 - Beterraba, Extra a R$ 2,40 - quilo
14 - Cenoura Nantes, R$ 2,72 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro R$ 2,74 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 6,19 - quilo
17 - Mandioca, Branca R$ 2,76 - quilo
18 - Pepino Comum, R$ 3,00 - quilo
19 - Repolho Verde Liso R$ 2,59 - quilo
20 - Tomate Debora, R$ 4,58 - quilo
LOTE 2 - ASSIS, JAÚ, BAURU, LINS, MARÍLIA, OURINHOS, PENÁPOLIS, ADAMANTINA, MIRANTE DO PARANAPANEMA, PRESIDENTE PRUDENTE, SANTO ANÁSTACIO E TUPÃ
W&C ALIMENTOS EIRELI CNPJ n.º 10.362.443/0001-86
1 - Abacaxi Perola - R$ 5,10 - quilo
2 - Banana Nanica - R$ 0,76 - unidade
3 - Goiaba Vermelha R$ 1,55 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional - R$ 1,30 - unidade
5 - Mamão Formosa R$ 5,15 - quilo
6 - Melancia Comum R$ 2,60 - quilo
7 - Melão, Amarelo R$ 3,55 - quilo
8 - Abobora, Seca - R$ 2,50 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira (2a) R$ 2,50 - quilo
10 - Acelga Alongada R$ 2,95 - quilo
11 - Alface Crespa Verde R$ 5,34 - quilo
12 - Batata Comum - R$ 3,05 - quilo
13 - Beterraba, Extra a R$ 2,39 - quilo
14 - Cenoura Nantes, R$ 2,40 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro R$ 2,40 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 6,00 - quilo
17 - Mandioca, Branca R$ 2,60 - quilo
18 - Pepino Comum, R$ 2,70 - quilo
19 - Repolho Verde Liso - R$ 2,25 - quilo
20 - Tomate Debora, - R$ 4,82 - quilo
LOTE 3 - CANTANDUVA, FERNANDÓPOLIS, JALES, JOSÉ BONIFÁCIO, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, VOTUPORANGA
MM BRASIL ALIMENTOS LTDA CNPJ n.º 15.577.225/0001-82
1 - Abacaxi Perola - R$ 5,18 - quilo
2 - Banana Nanica - R$ 0,77 - unidade
3 - Goiaba Vermelha R$ 1,62 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional R$ 1,38 - unidade
5 - Mamão Formosa R$ 5,50 - quilo
6 - Melancia Comum R$ 2,97 - quilo
7 - Melão, Amarelo R$ 4,02 - quilo
8 - Abobora, Seca - R$ 2,78 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira (2a) R$ 2,78 - quilo
10 - Acelga Alongada R$ 3,70 - quilo
11 - Alface Crespa Verde R$ 7,27 - quilo
12 - Batata Comum - R$ 3,51 - quilo
13 - Beterraba, Extra a R$ 2,62 - quilo
14 - Cenoura Nantes, R$ 2,92 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro R$ 2,89 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 6,69 - quilo
17 - Mandioca, Branca R$ 2,91 - quilo
18 - Pepino Comum, R$ 3,16 - quilo
19 - Repolho Verde Liso R$ 2,93 - quilo
20 - Tomate Debora, R$ 4,77 - quilo
5 HORTIFRUTI - Região Metropolitana e Litoral de São Paulo - PRC-2019/1526 017/DAESC/2020 - OC00020
Validade da ata: 25.08.2021
LOTE 1 - SANTOS E SÃO VICENTE
ARMAZÉM 972 – IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI, CNPJ n.º 00.159.461/0001-01
1 - Abacaxi Perola - R$ 5,10 - quilo
2 - Banana Nanica - R$ 0,70 - unidade
3 - Goiaba Vermelha R$ 1,50 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional R$ 1,20 - unidade
5 - Mamão Formosa R$ 4,90 - quilo
6 - Melancia Comum R$ 2,70 - quilo
7 - Melão, Amarelo R$ 3,43 - quilo
8 - Abobora, Seca - R$ 2,28 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira (2a) R$ 2,28 - quilo
10 - Acelga Alongada R$ 2,70 - quilo
11 - Alface Crespa Verde R$ 5,53 - quilo
12 - Batata Comum - R$ 3,32 - quilo - 32.780
13 - Beterraba, Extra a R$ 2,28 - quilo
14 - Cenoura Nantes, R$ 2,34 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro R$ 2,34 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 4,50 - quilo
17 - Mandioca, Branca R$ 2,54 - quilo
18 - Pepino Comum, R$ 2,75 - quilo
19 - Repolho Verde Liso R$ 2,15 - quilo
20 - Tomate Debora, R$ 3,50 - quilo
LOTE 2 - ITAQUAQUECETUBA, MOGI DAS CRUZES, SUZANO, GUARULHOS NORTE E GUARULHOS SUL
COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA, CNPJ n.º 01.920.177/0001-79
1 - Abacaxi Perola - R$ 5,45 - quilo
2 - Banana Nanica - R$ 0,77 - unidade
3 - Goiaba Vermelha R$ 1,36 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional - R$ 0,99 - unidade
5 - Mamão Formosa R$ 5,34 - quilo
6 - Melancia Comum R$ 2,77 - quilo
7 - Melão, Amarelo R$ 3,74 - quilo
8 - Abobora, Seca - R$ 2,65 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira (2a) R$ 2,77 - quilo
10 - Acelga Alongada R$ 3,25 - quilo
11 - Alface Crespa Verde - R$ 6,09 - quilo
12 - Batata Comum R$ 3,39 - quilo
13 - Beterraba, Extra a R$ 2,50 - quilo
14 - Cenoura Nantes, R$ 2,83 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro R$ 2,86 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 6,53 - quilo
17 - Mandioca, Branca R$ 2,82 - quilo
18 - Pepino Comum, R$ 3,02 - quilo
19 - Repolho Verde Liso R$ 2,70 - quilo
20 - Tomate Debora, R$ 4,75 - quilo
6 HORTIFRUTI - Região Capital A - PRC-2019/12516 - 007/DAESC/2020 - OC00006
Validade da ata: 25.08.2021
LOTE 1 -CENTRO, CENTRO OESTE E CENTRO SUL
CASTOR ALIMENTOS LTDA, CNPJ n.º 69.314.870/0001-31
1 - Abacaxi Perola - R$ 5,47 - quilo
2 - Banana Nanica - R$ 0,92 - unidade
3 - Goiaba Vermelha R$ 1,33 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional - R$ 0,96 - unidade
5 - Mamão Formosa R$ 5,52 - quilo
6 - Melancia Comum R$ 2,73 - quilo
7 - Melão, Amarelo R$ 4,08 - quilo
8 - Abobora, Seca - R$ 2,77 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira (2a) R$ 3,05 - quilo
10 - Acelga Alongada R$ 3,77 - quilo
11 - Alface Crespa Verde R$ 6,12 - quilo
12 - Batata Comum - R$ 3,38 - quilo
13 - Beterraba, Extra a R$ 2,90 - quilo
14 - Cenoura Nantes, R$ 3,14 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro R$ 3,20 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 6,37 - quilo
17 - Mandioca, Branca R$ 2,88 - quilo
18 - Pepino Comum, R$ 3,18 - quilo
19 - Repolho Verde Liso R$ 3,03 - quilo
20 - Tomate Debora, R$ 4,89 - quilo
LOTE 2 - SUL 1, SUL 2 E SUL 3 - JJ COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTICIOS, CNPJ n.º 54.388.509/0001-82
1 - Abacaxi Perola - R$ 5,50 - quilo
2 - Banana Nanica - R$ 1,00 - unidade
3 - Goiaba Vermelha - R$ 1,20 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional - R$ 1,00 - unidade
5 - Mamão Formosa - R$ 5,38 - quilo
6 - Melancia Comum R$ 2,92 - quilo
7 - Melão, Amarelo - R$ 4,32 - quilo
8 - Abobora, Seca - R$ 3,06 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira (2a) R$ 3,21 - quilo
10 - Acelga Alongada R$ 3,90 - quilo
11 - Alface Crespa Verde - R$ 6,32 - quilo
12 - Batata Comum - R$ 3,70 - quilo
13 - Beterraba, Extra a R$ 2,75 - quilo
14 - Cenoura Nantes, R$ 3,25 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro - R$ 3,42 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 6,63 - quilo
17 - Mandioca, Branca R$ 3,25 - quilo
18 - Pepino Comum, R$ 3,19 - quilo
19 - Repolho Verde Liso R$ 3,05 - quilo
20 - Tomate Debora, R$ 5,20 - quilo
7 HORTIFRUTI - Região Interior C - PRC-2019/15258 - 004/DAESC/2020 OC00004
LOTE 1- AMERICANA, BRAGANÇA PAULISTA, CAMPINAS, LESTE, CAMPINAS OESTE, CAPIVARI, JUNDIAÍ, LIMEIRA, MOGI MIRIM, PIRACICABA, SÃO JOÃO DA BOA VISTA E SUMARÉ - PRC-2019/15258 - 004/DAESC/2020 - OC00004
CONFRUTY ALIMENTOS EIRELI CNPJ sob o n.º 53.726.295/0001-44
Validade da ata 01.12.2021
1 - Abacaxi Perola - R$ 5,60 - quilo
2 - Banana Nanica - R$ 0,75 - unidade
3 - Goiaba Vermelha - R$ 1,50 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional - R$ 1,15 - unidade
5 - Mamão Formosa - R$ 5,50 - quilo
6 - Melancia Comum - R$ 2,96 - quilo
7 - Melão, Amarelo - R$ 4,00 - quilo
8 - Abobora, Seca - R$ 2,65 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira (2a) - R$ 2,60 - quilo
10 - Acelga Alongada - R$ 3,70 - quilo
11 - Alface Crespa Verde - R$ 6,20 - quilo
12 - Batata Comum - R$ 3,25 - quilo
13 - Beterraba, Extra a - R$ 2,40 - quilo
14 - Cenoura Nantes, - R$ 2,85 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro - R$ 2,80 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 7,00 - quilo
17 - Mandioca, Branca - R$ 2,90 - quilo
18 - Pepino Comum, - R$ 3,00 - quilo
19 - Repolho Verde Liso - R$ 2,93 - quilo
20 - Tomate Debora, - R$ 4,65 - quilo
LOTE 2 -AVARÉ, BOTUCATU, ITAPETININGA, ITU, SÃO ROQUE, SOROCABA E VOTORANTINCOMERCIAL HORTIFRUTIGRANJEIRO ITAUBA LTDA CNPJ n.º 01.916.756/0001-48 - Validade da ata: 03.10.2021
1 - Abacaxi Perola - R$ 4,20 - quilo
2 - Banana Nanica - R$ 0,60 - unidade
3 - Goiaba Vermelha R$ 1,28 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional - R$ 1,19 - unidade
5 - Mamão Formosa R$ 4,29 - quilo
6 - Melancia Comum R$ 2,20 - quilo
7 - Melão, Amarelo R$ 2,92 - quilo
8 - Abobora, Seca - R$ 2,07 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira (2a) - R$ 2,14 - quilo
10 - Acelga Alongada R$ 2,52 - quilo
11 - Alface Crespa Verde R$ 4,87 - quilo
12 - Batata Comum - R$ 2,70 - quilo
13 - Beterraba, Extra a R$ 1,94 - quilo
14 - Cenoura Nantes, R$ 2,20 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro R$ 2,22 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 5,00 - quilo
17 - Mandioca, Branca R$ 2,24 - quilo
18 - Pepino Comum, R$ 2,35 - quilo
19 - Repolho Verde Liso R$ 2,10 - quilo
20 - Tomate Debora, R$ 3,71 - quilo
LOTE 3 - APIAÍ, ITAPEVA, ITARARÉ, PIRAJU, MIRACATU E REGISTRO.
COMERCIAL HORTIFRUTIGRANJEIRO ITAUBA LTDA CNPJ n.º 01.916.756/0001-48
1 - Abacaxi Perola - R$ 4,90 - quilo
2 - Banana Nanica - R$ 0,71 - unidade
3 - Goiaba Vermelha R$ 1,50 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional - R$ 1,38 - unidade
5 - Mamão Formosa R$ 5,03 - quilo
6 - Melancia Comum - R$ 2,58 - quilo
7 - Melão, Amarelo R$ 3,43 - quilo
8 - Abobora, Seca - R$ 2,43 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira (2a) R$ 2,51 - quilo
10 - Acelga Alongada R$ 2,96 - quilo
11 - Alface Crespa Verde - R$ 5,71 - quilo
12 - Batata Comum - R$ 3,17 - quilo
13 - Beterraba, Extra a R$ 2,28 - quilo
14 - Cenoura Nantes, R$ 2,58 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro - R$ 2,61 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 5,88 - quilo
17 - Mandioca, Branca R$ 2,63 - quilo
18 - Pepino Comum, R$ 2,76 - quilo
19 - Repolho Verde Liso R$ 2,46 - quilo
20 - Tomate Debora, R$ 4,35 - quilo
LOTE 4 - CARAGUATATUBA, GUARATINGUETÁ, JACAREÍ, PINDAMONHANGABA, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E TAUBATÉ
SOUZA E SOUZA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA CNPJ n.º 14.086.640/0001-70
1 - Abacaxi Perola - R$ 5,45 - quilo - 76.725
2 - Banana Nanica - R$ 0,77 - unidade
3 - Goiaba Vermelha R$ 1,55 - unidade
4 - Maçã, Gala Nacional R$ 1,35 - unidade
5 - Mamão Formosa R$ 4,84 - quilo
6 - Melancia Comum R$ 2,42 - quilo
7 - Melão, Amarelo R$ 3,73 - quilo
8 - Abobora, Seca - R$ 2,42 - quilo
9 - Abobrinha Brasileira (2a) - R$ 2,95 - quilo
10 - Acelga Alongada R$ 3,64 - quilo
11 - Alface Crespa Verde R$ 5,24 - quilo - 11
12 - Batata Comum - R$ 3,22 - quilo
13 - Beterraba, Extra a R$ 2,41 - quilo
14 - Cenoura Nantes, R$ 2,51 - quilo
15 - Chuchu Verde Claro R$ 2,82 - quilo
16 - Couve Manteiga Extra, - R$ 6,45 - quilo
17 - Mandioca, Branca R$ 2,66 - quilo
18 - Pepino Comum, R$ 3,00 - quilo
19 - Repolho Verde Liso R$ 2,66 - quilo
20 - Tomate Debora, R$ 4,84 - quilo
TEMPEROS - SEDUC-PRC-2020/05326 - 026/DAESC/2020 - 2020OC00021
Validade da ata: 20.08.2021
LOTE 1 AMERICANA, BRAGANÇA PAULISTA, CAMPINAS, LESTE, CAMPINAS OESTE, CAPIVARI, JUNDIAÍ, LIMEIRA, MOGI MIRIM, PIRACICABA, SÃO JOÃO DA BOA VISTA E SUMARÉ
CONFRUTY ALIMENTOS EIRELI CNPJ sob o n.º 53.726.295/0001-44 - UF
Alho Branco - quilo - R$ 19,72
Cebola Branca - quilo - R$ 4,00
Cebolinha - quilo - R$ 11,20
Salsa, Salsinha - quilo - R$ 14,70
Limão Tahiti - unidade - R$ 0,46
LOTE 2 APIAÍ, ITAPEVA, ITARARÉ, PIRAJU, MIRACATU E REGISTRO
TROPICAL DISTRIBUIDORA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA CNPJ n.º 67.484.378/0001-89
Alho Branco - quilo R$ 20,00
Cebola Branca - quilo R$ 4,00
Cebolinha - quilo - R$ 11,20
Salsa, Salsinha - quilo - R$ 14,20
Limão Tahiti - unidade - R$ 0,53

Comunica, com fundamento no Artigo 5º, Inciso VIII, do Decreto Estadual 47.945/03 a ATAS VALIDAS DE REGISTRO DE PREÇOS - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

1 OVOS Capital B PRC-2019/14259 - 023/DAESC/2020 - OC00013
lote 1 - Tropical Distribuidora de Hort Ltda - R$ 12,85 - bandeja
lote 2 - Tropical Distribuidora de Hort Ltda - R$ 12,85 - bandeja
Vencimento da ata: - 07.08.2021
2 OVOS Interior A PRC-2019/14247 - 013/DAESC/2020 - OC00011
lote 1 - Tropical Distribuidora de Hort Ltda - R$ 12,82 - bandeja
lote 2 - W&C ALIMENTOS EIRELI - R$ 13,20 - bandeja
lote 3 - MM BRASIL ALIMENTOS LTDA - R$ 14,00 - bandeja
Vencimento da ata: 08.08.2021
3 OVOS RMSP PRC-2019/14277 - 010/DAESC/2020 - OC00010
lote 1 - ARMAZÉM 972 IMP E EXPO EIRELI - R$ 12,60 - bandeja
lote 2 - Tropical Distribuidora de Hort Ltda - R$ 13,90 - bandeja
Vencimento da ata: 37.08.2021

4 OVOS Interior C PRC-2019/14263 - 015/DAESC/2020 - OC00008
lote 1 Tropical Distribuidora de Hort Ltda - R$ 13,00 - bandeja
lote 2 Tropical Distribuidora de Hort Ltda - R$ 13,95 - bandeja
lote 3 Comercial Itaúba - R$ 13,00 - bandeja
lote 4 Tropical Distribuidora de Hort Ltda - R$ 13,00 - bandeja
Vencimento da ata 27.08.2021
5 OVOS Metropolitana - PRC-2019/14283 - 018/DAESC/2020 - OC00019
lote 1 - Tropical Distribuidora de Hort Ltda - R$ 13,40 - bandeja
lote 2 - Tropical Distribuidora de Hort Ltda - R$ 13,40 - bandeja
lote 3 - Tropical Distribuidora de Hort Ltda - R$ 13,40 - bandeja
Vencimento da ata 27.08.2021
6 OVOS Interior B PRC-2019/14231 - 020/DAESC/2020 - OC00009
lote 1 - Tropical Distribuidora de Hort Ltda - R$ 13,90 - bandeja
lote 2 - Agro Porto - R$ 13,80 - bandeja
Vencimento da ata 02.09.2021
7 OVOS Capital A PRC-2019/14466 - 014/DAESC/2020 - OC00012
lote 1 - Nutrise Comercial Ltda - R$ 10,98 - bandeja
lote 2 - Tropical Distribuidora de Hort Ltda - R$ 13,80 - bandeja
Vencimento da ata 02.09.2021

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

COMUNICADO
Comunicamos que a sessão de processamento do Pregão Eletrônico n°. 21/00035/20/05 - Oferta de Compra nº 081101080462020OC00334, Objeto: CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DA FDE, que ocorreria às 10:00h do dia 01/02/2021, está SUSPENSA, para adequação no edital e seus anexos.
Contrarrazões
Em 28-01-2021, a empresa CONSTRUNORTE ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA. apresentou, tempestivamente, Contrarrazões ao Recurso Administrativo apresentado pela empresa CEDRO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, na fase de proposta comercial da Tomada de Preços nº 69/00223/20/02.
Despacho do Presidente de 27-01-2021 - DECISÃO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO
À vista dos elementos que instruem os autos, em especial o Parecer da Gerência de Operações e Logística - GLOG e a Manifestação do Pregoeiro, decido pelo conhecimento do recurso interposto pela empresa DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS S.A., no Pregão Eletrônico nº 36/01193/20/05, posto que tempestivo e quanto ao mérito, pelo improvimento, mantendo inalterado o resultado do certame.
Despachos do Diretor de Obras e Serviços e do Diretor Administrativo e Financeiro de 21-01-2021 – HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO
Homologo o procedimento licitatório, relativo à contratação de empresa para execução de Serviços Especializados de Engenharia na EE Prof. João Pedro do Nascimento - Apiaí/SP, e adjudico o objeto do certame à empresa CONSTRUTORA ROCCA EIRELI, classificada com o menor preço na Tomada de Preços nº 69/00216/20/02, pelo valor de R$ 305.462,03 (trezentos e cinco mil quatrocentos e sessenta e dois reais e três centavos), que representa um desconto de 25,58% (vinte e cinco vírgula cinquenta e oito por cento) sobre o valor estimado pela FDE.
Homologo o procedimento licitatório, relativo à contratação de empresa para execução de Serviços Especializados de Engenharia na EE Prof. Arlindo Silvestre - Limeira/SP, e adjudico o objeto do certame à empresa CONSTRUNORTE ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, classificada com o menor preço na Tomada de Preços nº 69/00217/20/02, pelo valor de R$ 296.123,31 (duzentos e noventa e seis mil cento e vinte e três reais e trinta e um centavos), que representa um desconto de 27,76% (vinte e sete vírgula setenta e seis por cento) sobre o valor estimado pela FDE.
Despachos do Diretor de Obras e Serviços e do Diretor Administrativo e Financeiro de 28-01-2021 – HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO
Homologo o procedimento licitatório, relativo à contratação de empresa para execução de Serviços Especializados de Engenharia na EE Dr. Bento Ferraz - Palestina/SP, e adjudico o objeto do certame à empresa LEMAM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, classificada com o menor preço na Tomada de Preços nº 69/00079/20/02, pelo valor de R$ 119.340,29 (cento e dezenove mil trezentos e quarenta reais e vinte e nove centavos), que representa um desconto de 25,62% (vinte e cinco vírgula sessenta e dois por cento) sobre o valor estimado pela FDE.
Homologo o procedimento licitatório, relativo à contratação de empresa para execução de Serviços Especializados de Engenharia na EE Prof. João Caly - Taboão da Serra/SP, e adjudico o objeto do certame à empresa LEMAM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, classificada com o menor preço na Tomada de Preços nº 70/00199/20/02, pelo valor de R$ 143.723,38 (cento e quarenta e três mil setecentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), que representa um desconto de 25,23% (vinte e cinco vírgula vinte e três por cento) sobre o valor estimado pela FDE.
Homologo o procedimento licitatório, relativo à contratação de empresa para execução de Serviços Especializados de Engenharia nas EE Prof. José Joaquim Cardoso de Mello Neto - São Paulo/SP e EE Samuel Wainer - São Paulo/SP, e adjudico o objeto do certame à empresa ARUÁ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP, classificada com o menor preço na Tomada de Preços nº 70/00200/20/02, pelo valor de R$ 443.747,66 (quatrocentos e quarenta e três mil setecentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos), que representa um desconto de 36,74% (trinta e seis vírgula setenta e quatro por cento) sobre o valor estimado pela FDE.

DIRETORIAS DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTO ANDRÉ

COMUNICADO, DE 28-01-2021
Diante dos elementos constantes nos autos, tendo sido ADJUDICADO/ HOMOLOGADO, a empresa: TORRES & VIANA Food Eireli, no item 01, e a empresa AD FOOD ALIMNTAÇÃO EIRELI, nos itens 02, 03 e 04 do Pregão Eletrônico n.º 004/2020 – Processo 2019/21902, conforme D.O.E. 28/11/2020 a fls. 58.
Tendo em vista a Resolução SEDUC n. °11, de 26-01-2021 Comunicado para as adjudicatárias acima mencionadas que compareçam, na data de 29-01-2021, ao Núcleo de Compras e Serviços desta Diretoria para assinar o termo de contrato.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JACAREÍ

EXTRATO DE CONTRATO
Processo: SEDUC-PRC-2020/35401 SPDOC 1545204/2019
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 005/19 de 08/06/2020
Nota Técnica CJ/SE nº 1/2020 de 07/01/2020
Contrato: 001/21
Resumo do Objeto: Prestação de Serviços de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênicos sanitárias adequadas aos alunos regularmente matriculados na rede pública estadual
Contratada: GEF SERVIÇOS EIRELI EPP.
CNPJ: 11.515.105/0001-08
Data da Assinatura: 12/01/2021
Vigência: de 01/02/2021 a 31/07/2023
Valor Estimado do Contrato: R$ 2.415.345,30
Programa de Trabalho: 12368081561720000
Natureza da Despesa: 339039
PTRES: 080195
Fonte: 005003002
EXTRATO DE CONTRATO
Processo: SEDUC-PRC-2020/35401 SPDOC 1545204/2019
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 005/19 de 08/06/2020
Nota Técnica CJ/SE nº 1/2020 de 07/01/2020
Contrato: 002/21
Resumo do Objeto: Prestação de Serviços de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênicos sanitárias adequadas aos alunos regularmente matriculados na rede pública estadual
Contratada: CONVIDA REFEIÇÕES LTDA.
CNPJ: 05.599.283/0001-53
Data da Assinatura: 19/01/2021
Vigência: de 01/02/2021 a 31/07/2023
Valor Estimado do Contrato: R$ 2.419.787,10
Programa de Trabalho: 12368081561720000
Natureza da Despesa: 339039
PTRES: 080195
Fonte: 005003002

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Gabinete do Coordenador

Despacho da Senhora Coordenadora de Saúde - Coordenadoria de Assistência Farmacêutica em 27/01/2021
PROCESSO: SES – 2020/21020
INTERESSADO: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
ASSUNTO: Pregão (Eletrônico) - Registro de Preços nº. 067/2020 – Medicamentos.
Trata-se de licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico para Constituição de Sistema de Registro de Preços para a Aquisição de Bens - Medicamentos nº 067/2020.À vista dos elementos que constam dos autos, em especial, às fls. retro, relatório do pregoeiro, que assegura que os preços negociados no pregão considerados aceitáveis pelo Pregoeiro, atendem às disposições legais vigentes, HOMOLOGO com fulcro no disposto no inciso XXII, do art. 4º, da Lei Federal 10.520/2002, com art. 13 do Decreto 63.722/2018 e inciso VII do art. 6º da Resolução CEGP - 10/2002, o procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico para CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS - MEDICAMENTOS visando registrar o item 01, a favor da empresa LABORATÓRIO QUIMICO FARMACEUTICO BERGAMO LTDA., item 02, a favor da empresa SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., item 07, a favor da empresa JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA. e item 09, a favor da empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.Ressalto que que os itens 03, 04, 05 e 06 restaram fracassados e o item 08 foi deserto, devendo ser inseridos em novo processo, em momento oportuno.

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DA SENHORA COORDENADORA DA CGA DE 27/01/2021
Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA.
Assunto: Registro de Preços de Órteses e Próteses ? Joelho, de Uso Ambulatorial e Hospitalar.
Número de referência: SES-PRC-2019/02913
Em observância ao disposto nos termos do item 10 do capítulo XV, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 139/2019, e considerando o resultado da pesquisa encartada ao presente, conformeSES-CAP-2021/51391, SES-CAP-2021/51402, SES-CAP-2021/51413, SES-CAP-2021/51424, SES-CAP-2021/51438 e SES-CAP-2021/51444 e SES-INF-2021/08473, ficam mantidos os preços registrados de Órteses e Próteses - Joelho, de Uso Ambulatorial e Hospitalar, haja vista estarem compatíveis com os praticados no mercado.
DESPACHO DA SENHORA COORDENADORA DA CGA DE 27/01/2021
Interessado: Coordenadoria de Serviços de Saúde - CSS
Assunto: Registro de Preços de Agulhas e Dispositivos Diversos, de Uso Ambulatorial e Hospitalar.
Número de referência: SES-PRC-2019/04745
Em observância ao disposto nos termos do item 10 do capítulo XV, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 111/2019, e considerando o resultado da pesquisa encartada ao presente, conformeSES-CAP-2021/50949, SES-CAP-2021/50954, e SES-INF-2021/08371, ficam mantidos os preços registrados de Agulhas e Dispositivos Diversos, de Uso Ambulatorial e Hospitalar, haja vista estarem compatíveis com os praticados no mercado.
DESPACHO DA SENHORA COORDENADORA DA CGA DE 27/01/2021
Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA.
Assunto: Registro de Preços de Órteses e Próteses ? Pequenos e Grandes Fragmentos, de Uso Ambulatorial e Hospitalar.
Número de referência: SES-PRC-2019/00086
Em observância ao disposto nos termos do item 10 do capítulo XV, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 130/2019, e considerando o resultado da pesquisa encartada ao presente, conformeSES-CAP-2021/51046, SES-CAP-2021/51066, SES-CAP-2021/51125, SES-CAP-2021/51133, SES-CAP-2021/51143 e SES-INF-2021/08424, ficam mantidos os preços registrados de Órteses e Próteses - Pequenos e Grandes Fragmentos, de Uso Ambulatorial e Hospitalar, haja vista estarem compatíveis com os praticados no mercado.
DESPACHO DA SENHORA COORDENADORA DA CGA DE 27/01/2021
Interessado: Coordenadoria de Serviços de Saúde - CSS
Assunto: Registro de Preços de Coletor e Bolsa Para Estoma Intestinal e Uro, de Uso Ambulatorial e Hospitalar.
Número de referência: SES-PRC-2020/10780
Em observância ao disposto nos termos do item 10 do capítulo XV, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 065/2020, e considerando o resultado da pesquisa encartada ao presente, conformeSES-CAP-2021/53544, SES-CAP-2021/53547, SES-CAP-2021/53549, e SES-INF-2021/08881, ficam mantidos os preços registrados de Coletor e Bolsa Para Estoma Intestinal e Uro, de Uso Ambulatorial e Hospitalar, haja vista estarem compatíveis com os praticados no mercado.
DESPACHO DA SENHORA COORDENADORA DA CGA DE 27/01/2021
Interessado: Coordenadoria de Serviços de Saúde - CSS
Assunto: Registro de Preços de Bolsas e Sistema Duas Peças Intestinal e Uro, de Uso Ambulatorial e Hospitalar.
Número de referência: SES-PRC-2020/10785
Em observância ao disposto nos termos do item 10 do capítulo XV, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 068/2020, e considerando o resultado da pesquisa encartada ao presente, conformeSES-CAP-2021/53469, SES-CAP-2021/53477, e SES-INF-2021/08869, ficam mantidos os preços registrados de Bolsas e Sistema Duas Peças Intestinal e Uro, de Uso Ambulatorial e Hospitalar, haja vista estarem compatíveis com os praticados no mercado.
COMUNICADO
PROCESSO Nº SES-PRC-2020/42523
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DAS DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE EQUOTERAPIA EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 336/2020 – Oferta de Compra nº 090102000012020OC00465
Considerando que para a sessão pública agendada para 27/01/2021 às 09:00h, não houve a apresentação de propostas por empresas interessadas, fica agendada nova data de abertura da sessão pública para o dia 12/02/2021 às 09:00 horas.
A data do início do prazo de envio da Proposta Eletrônica será dia 29/01/2021, podendo os interessados em participar do certame, acessar o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.
O presente comunicado e o Edital com novas datas encontram-se disponíveis no site www.e-negociospublicos.com.br no campo "Retificação", e na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar nº 188 - 2º andar, Jardim América - SP - Capital, no horário das 09:00 às 16:00 horas.

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/51005
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090193.96/2020
Contrato: 090193.61/2020
Objeto: Aquisição de Bens (Seringas e Agulhas) Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio do (a) Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças – Grupo De Gerenciamento Administrativo.
Contratada: CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
Valor do Contrato: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
UGE: 090193
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001133
Nota de Empenho: 2020NE01634
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903031
Data assinatura do contrato: 30/12/2020
Vigência de entrega do Contrato: 30/04/2021
Inicio: 29/12/2020
Termino: 30/04/2021
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/50988
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090193.101/2020
Contrato: 090193.55/2020
Objeto: Aquisição de Bens (Seringas e Agulhas) Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio do (a) Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças – Grupo De Gerenciamento Administrativo.
Contratada: CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
Valor do Contrato: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
UGE: 090193
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001133
Nota de Empenho: 2020NE01582
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903031
Data assinatura do contrato: 29/12/2020
Vigência de entrega do Contrato: 31/05/2021
Inicio: 29/12/2020
Termino: 31/05/2021
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/50860
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090193.89/2020
Contrato: 090193.54/2020
Objeto: Aquisição de Bens (Seringas e Agulhas) Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio do (a) Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças – Grupo De Gerenciamento Administrativo.
Contratada: CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
Valor do Contrato: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
UGE: 090193
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001133
Nota de Empenho: 2020NE01554
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903031
Data assinatura do contrato: 29/12/2020
Vigência de entrega do Contrato: 28/02/2021
Inicio: 29/12/2020
Termino: 28/02/2021
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/51065
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090193.107/2020
Contrato: 090193.53/2020
Objeto: Aquisição de Bens (Seringas e Agulhas) Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio do (a) Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças – Grupo De Gerenciamento Administrativo.
Contratada: CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
Valor do Contrato: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
UGE: 090193
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001133
Nota de Empenho: 2020NE01600
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903031
Data assinatura do contrato: 29/12/2020
Vigência de entrega do Contrato: 31/07/2021
Inicio: 29/12/2020
Termino: 31/07/2021
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/51068
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090193.106/2020
Contrato: 090193.52/2020
Objeto: Aquisição de Bens (Seringas e Agulhas) Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio do (a) Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças – Grupo De Gerenciamento Administrativo.
Contratada: CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
Valor do Contrato: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
UGE: 090193
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001133
Nota de Empenho: 2020NE01599
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903031
Data assinatura do contrato: 29/12/2020
Vigência de entrega do Contrato: 30/06/2021
Inicio: 29/12/2020
Termino: 30/06/2021
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/51069
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090193.105/2020
Contrato: 090193.51/2020
Objeto: Aquisição de Bens (Seringas e Agulhas) Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio do (a) Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças – Grupo De Gerenciamento Administrativo.
Contratada: CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
Valor do Contrato: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
UGE: 090193
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001133
Nota de Empenho: 2020NE01598
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903031
Data assinatura do contrato: 29/12/2020
Vigência de entrega do Contrato: 30/06/2021
Inicio: 29/12/2020
Termino: 30/06/2021
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/50992
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090193.99/2020
Contrato: 090193.50/2020
Objeto: Aquisição de Bens (Seringas e Agulhas) Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio do (a) Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças – Grupo De Gerenciamento Administrativo.
Contratada: CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
Valor do Contrato: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
UGE: 090193
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001133
Nota de Empenho: 2020NE01592
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903031
Data assinatura do contrato: 29/12/2020
Vigência de entrega do Contrato: 31/05/2021
Inicio: 29/12/2020
Termino: 31/05/2021
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/50985
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090193.103/2020
Contrato: 090193.49/2020
Objeto: Aquisição de Bens (Seringas e Agulhas) Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio do (a) Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças – Grupo De Gerenciamento Administrativo.
Contratada: CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
Valor do Contrato: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
UGE: 090193
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001133
Nota de Empenho: 2020NE01585
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903031
Data assinatura do contrato: 29/12/2020
Vigência de entrega do Contrato: 30/06/2021
Inicio: 29/12/2020
Termino: 30/06/2021
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/50996
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090193.97/2020
Contrato: 090193.42/2020
Objeto: Aquisição de Bens (Seringas e Agulhas) Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio do (a) Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças – Grupo De Gerenciamento Administrativo.
Contratada: CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
Valor do Contrato: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
UGE: 090193
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001133
Nota de Empenho: 2020NE01578
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903031
Data assinatura do contrato: 29/12/2020
Vigência de entrega do Contrato: 30/04/2021
Inicio: 29/12/2020
Termino: 30/04/2021
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/50878
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090193.93/2020
Contrato: 090193.40/2020
Objeto: Aquisição de Bens (Seringas e Agulhas) Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio do (a) Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças – Grupo De Gerenciamento Administrativo.
Contratada: CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
Valor do Contrato: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
UGE: 090193
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001133
Nota de Empenho: 2020NE01561
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903031
Data assinatura do contrato: 29/12/2020
Vigência de entrega do Contrato: 31/03/2021
Inicio: 29/12/2020
Termino: 31/03/2021
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/50878
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090193.93/2020

Contrato: 090193.40/2020
Objeto: Aquisição de Bens (Seringas e Agulhas) Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio do (a) Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças – Grupo De Gerenciamento Administrativo.
Contratada: CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
Valor do Contrato: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
UGE: 090193
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001133
Nota de Empenho: 2020NE01561
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903031
Data assinatura do contrato: 29/12/2020
Vigência de entrega do Contrato: 31/03/2021
Inicio: 29/12/2020
Termino: 31/03/2021
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/50879
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090193.94/2020
Contrato: 090193.38/2020
Objeto: Aquisição de Bens (Seringas e Agulhas) Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19).
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio do (a) Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Controle de Doenças – Grupo De Gerenciamento Administrativo.
Contratada: CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
Valor do Contrato: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)
UGE: 090193
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001133
Nota de Empenho: 2020NE01560
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903031
Data assinatura do contrato: 29/12/2020
Vigência de entrega do Contrato: 31/03/2021
Inicio: 29/12/2020
Termino: 31/03/2021
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/48134
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090176.09/2020
Contrato: 002/2021
Objeto: Serviço de Instalação/Montagem de Mobiliário para Escritório – Arquivo Deslizante da Biblioteca/IAL.
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, através da Coordenadoria de Controle de Doenças.
Contratada: ARTHCO COMERCIO DE MÓVEIS E MATERIAIS PARA ESCRITORIO - EIRELI
CNPJ: 23.908.807/0001-22
Valor do Contrato: R$ 1.838.000,00 (hum milhão oitocentos e trinta e oito mil reais)
UGE: 090176
PTRES: 090.702
Fonte de Recursos: 005001068
Nota de Empenho: 2020NE00206
Programa de Trabalho: 10122094062150000
Natureza de Despesa: 33903999
Data assinatura do contrato: 12/01/2021
Vigência de entrega do Contrato: 45 dias úteis
Inicio: 01/02/2021
Termino: 07/04/2021
DESPACHO GC nº 235/2021
EM: 28/01/2021
SES-PRC-2020/48134
INTERESSADO: COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE MOBILIARIO PARA ESCRITORIO – ARQUIVO DESLIZANTE DA BIBLIOTECA/IAL
Referência: Pregão Eletrônico: 090176.09/2020
O Dirigente da UGE 090176, com fundamento no que dispõe o artigo 67 e seguintes, da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação vigente, RESOLVE:
1. - Designar o servidor Renan Matheus Predasoli como Gestor/Fiscal para acompanhar e fiscalizar a realização da entrega do objeto do contrato nº 002/2021, constantes do Termo de Referência do Edital de licitações. Processo SES-PRC-2020/48134 e Nota de Empenho nº 2020NE00206.
2. - O gestor contratual deverá realizar o acompanhamento e fiscalização dos Atos Administrativos em epígrafe, observar e dar fiel cumprimento ao contido nas cláusulas do contrato nº 002/2021, onde constam todas as atribuições do Gestor de Contrato e outros procedimentos, conforme reza a legislação em vigor.
3. - Após o Recebimento do objeto, relatar a este Dirigente (Via Núcleo de Infraestrutura) circunstancialmente todos os fatos, ocorrências e incidentes que houver durante a fiscalização, devendo juntar toda a documentação produzida.
Coordenadoria de Controle de Doenças
Extrato de Contrato
Processo SES-PRC-2020/46958
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090176.11/2020
Contrato: 001/2021
Objeto: Serviço de Manutenção ou Conservação Predial – Mão de Obra Geral da Biblioteca/IAL
Contratante: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, através da Coordenadoria de Controle de Doenças.
Contratada: BELARTEC – MANUTENÇÃO & NEGOCIOS EIRELI
CNPJ: 33.143.669/0001-91
Valor do Contrato: R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais)
UGE: 090176
PTRES: 090.708
Fonte de Recursos: 005001068
Nota de Empenho: 2020NE00207
Programa de Trabalho: 10305093247220000
Natureza de Despesa: 33903979
Data assinatura do contrato: 11/01/2021
Vigência de entrega do Contrato: 60 dias uteis
Inicio: 01/03/2021
Termino: 25/05/2021
DESPACHO GC nº 236/2021
EM: 28/01/2021
SES-PRC-2020/46958
INTERESSADO: COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO OU CONSERVAÇÃO PREDIAL – MÃO DE OBRA GERAL DA BIBLIOTECA/IAL
Referência: Pregão Eletrônico: 090176.11/2020
O Dirigente da UGE 090176, com fundamento no que dispõe o artigo 67 e seguintes, da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação vigente, RESOLVE:
1. - Designar o servidor Renan Matheus Predasoli como Gestor/Fiscal para acompanhar e fiscalizar a realização da entrega do objeto do contrato nº 001/2021, constantes do Termo de Referência do Edital de licitações. Processo SES-PRC-2020/46958 e Nota de Empenho nº 2020NE00207.
2. - O gestor contratual deverá realizar o acompanhamento e fiscalização dos Atos Administrativos em epígrafe, observar e dar fiel cumprimento ao contido nas cláusulas do contrato nº 001/2021, onde constam todas as atribuições do Gestor de Contrato e outros procedimentos, conforme reza a legislação em vigor.
3. - Após o Recebimento do objeto, relatar a este Dirigente (Via Núcleo de Infraestrutura) circunstancialmente todos os fatos, ocorrências e incidentes que houver durante a fiscalização, devendo juntar toda a documentação produzida.

CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PROFESSOR ALEXANDRE VRANJAC

DIRETORIA TÉCNICA DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE
Processo: SES-PRC-2020/51410
Despacho Nº 97 – 2021
Em: 28 – 01 – 2021
Trata-se do presente a Prestação de Serviços de Locação de Grupo Gerador para Diversos GVES.
Após reunião com Equipe Técnica (Comissão de Licitação), foi constatado a necessidade de realizar adequações no termo de referência.
Diante do exposto, REVOGO o Pregão Eletrônico Nº 001-2021, referente a oferta de compras 090194000012021OC00002, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/1993.

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO AMBULATORIAL DA CAPITAL

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO AMBULATORIAL DA CAPITAL
Processo nº. :SES-PRC 2020-45242
Interessado:Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital.
Assunto:Aquisição de Medicamentos - Entrega Única.
Encontra-se aberto no Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital o Pregão Eletrônico Nº: 9/2021 promovido para aquisição de medicamentos, entrega única, cuja sessão será no dia 11/02/2021 às 11:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelos sites www.e-negociospublicos.com.br e www.pregao.sp.gov.br, ou pelos telefones (11) 3385-7114 / 3385-7043 e no endereço Rua Leopoldo Miguez, 327 - 2º Andar - Setor Azul - Cambuci/SP.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO AMBULATORIAL DA CAPITAL
COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO QUE SE ENCONTRA DISPONÍVEL PARA RETIRADA AS NOTAS DE EMPENHO, NO NÚCLEO DE COMPRAS E GESTÃO DE CONTRATOS, SITO À RUA LEOPOLDO MIGUEZ, Nº. 327 – 2º ANDAR – SETOR AZUL – CAMBUCI - SÃO PAULO/ SP.
PARA RETIRADA DAS NOTAS DE EMPENHO, SERÁ CONSIDERADO O PRAZO DETERMINADO NO EDITAL, COMO SEGUE:
1- - NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS CORRIDOS CONTADOS DA DATA DA CONVOCAÇÃO, A ADJUDICATÁRIA DEVERÁ COMPARECER PERANTE O ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE PARA A RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO OU, ALTERNATIVAMENTE, SOLICITAR O SEU ENVIO POR MEIO ELETRÔNICO.
2- - O PRAZO INDICADO NO ITEM 1 PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, POR SOLICITAÇÃO JUSTIFICADA DO INTERESSADO E ACEITA PELA ADMINISTRAÇÃO.
3- - O NÃO COMPARECIMENTO DO FORNECEDOR PARA RETIRAR A NOTA DE EMPENHO OU, QUANDO SOLICITADO O SEU ENVIO POR MEIO ELETRÔNICO, A AUSÊNCIA DE ENVIO DE CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO DENTRO DO PRAZO INDICADO NO ITEM IMPORTARÁ NA RECUSA À CONTRATAÇÃO, SUJEITA À APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CABÍVEIS.
EXTRATO DE CONTRATO
RESUMO DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO (BOLSAS E ACESSÓRIOS DE OSTOMIA) POR MEIO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO OSTOMIZADO - ENTREGA ÚNICA
PROCESSO Nº: SES-PRC-2020/02079
MODALIDADE DA LICITAÇÃO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
DATA DO AJUSTE: 11/02/2020
PRAZO DA VIGÊNCIA: 11/02/2020 A 27/02/ 2020
NÚMERO DO EMPENHO: 2020NE00078
FONTE DE RECURSO: 001001141
CONTRATADA: BMD –COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.
ATA Nº C409/18
CNPJ: 09.603.161/0004-97
VALOR (R$) 10.031,70
NÚMERO DO EMPENHO: 2020NE00079
FONTE DE RECURSO: 001001141
CONTRATADA: BMD –COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.
ATA Nº 0C245 ARP22/19
CNPJ: 09.603.161/0004-97
VALOR (R$) 35.424,00
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO AMBULATORIAL DA CAPITAL
Processo nº. :SES-PRC 2020-45242
Interessado:Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital.
Assunto:Aquisição de Medicamentos - Entrega Única.
Encontra-se aberto no Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital o Pregão Eletrônico Nº: 8/2021 promovido para aquisição de medicamentos, entrega única, cuja sessão será no dia 11/02/2021 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelos sites www.e-negociospublicos.com.br e www.pregao.sp.gov.br, ou pelos telefones (11) 3385-7114 / 3385-7043 e no endereço Rua Leopoldo Miguez, 327 - 2º Andar - Setor Azul - Cambuci/SP.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO AMBULATORIAL DA CAPITAL
Processo nº. :SES-PRC 2020-52345
Interessado: Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital.
Assunto: Aquisição de recipientes para lixo para o CS I Pinheiros e NGA 63 - Várzea do Carmo - Entrega Única.
Encontra-se aberto no Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital o Pregão Eletrônico Nº: 7/2021 promovido para aquisição de recipientes para lixo para o CS I Pinheiros e NGA 63 - Várzea do Carmo, entrega única, cuja sessão será no dia 17/02/2021 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelos sites www.e-negociospublicos.com.br e www.pregao.sp.gov.br, ou pelos telefones (11) 3385-7114 / 3385-7043 e no endereço Rua Leopoldo Miguez, 327 - 2º Andar - Setor Azul - Cambuci/SP..
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO AMBULATORIAL DA CAPITAL
Processo nº. :SES-PRC-2021-02036
Interessado: Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital.
Assunto: Aquisição de bens de consumo (dispositivos de ostomia) para o Programa de Assistência ao Ostomizado - entrega única.
Encontra-se aberto no Departamento de Gerenciamento Ambulatorial da Capital o Pregão Eletrônico Nº: 6/2021 promovido para aquisição de bens de consumo (dispositivos de ostomia) para o Programa de Assistência ao Ostomizado - entrega única, cuja sessão será no dia 11/02/2021 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br e www.bec.fazenda.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelos sites www.e-negociospublicos.com.br e www.pregao.sp.gov.br, ou pelos telefones (11) 3385-7114 / 3385-7043 e no endereço Rua Leopoldo Miguez, 327 - 2º Andar - Setor Azul - Cambuci/SP.

CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE - SANTA RITA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA CAIS – SR
EXTRATO DE CONTRATO / NE
PROCESSO N.º 6903/2020
PREGÃO ELETRÔNICO 03/2020
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO N.º 2020NE00446
CONTRATANTE: CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA – CAIS –SR
CONTRATADA: COTUCA COMERCIO DE TUBOS CATANDUVA LTDA
CNPJ: 16672798/0001-58
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – HIDRAULICA
AMPARO LEGAL: LF 8666/93 E 10520/02
VIGÊNCIA: 30 (TRINTA) DIAS
VALOR TOTAL: R$ 1.425,00
PROGRAMA DE TRABALHO: 10302093048500000
NATUREZA DE DESPESA: 33903050
DATA DA ASSINATURA: 08/04/2020
PARECER JURÍDICO SS N° 02/2019 - DATA: 13/03/2019
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA CAIS – SR
EXTRATO DE CONTRATO / NE
PROCESSO N.º 6903/2020
PREGÃO ELETRÔNICO 03/2020
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO N.º 2020NE00447
CONTRATANTE: CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA – CAIS –SR
CONTRATADA: COTUCA COMERCIO DE TUBOS CATANDUVA LTDA
CNPJ: 16672798/0001-58
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – HIDRAULICA
AMPARO LEGAL: LF 8666/93 E 10520/02
VIGÊNCIA: 30 (TRINTA) DIAS
VALOR TOTAL: R$ 710,00
PROGRAMA DE TRABALHO: 10302093048500000
NATUREZA DE DESPESA: 33903052
DATA DA ASSINATURA: 08/04/2020
PARECER JURÍDICO SS N° 02/2019 - DATA: 13/03/2019
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA CAIS – SR
EXTRATO DE CONTRATO / NE
PROCESSO N.º 6903/2020
PREGÃO ELETRÔNICO 03/2020
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO N.º 2020NE00448
CONTRATANTE: CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA – CAIS –SR
CONTRATADA: DAVOP COMERCIAL EIRELI EPP
CNPJ: 04463413/0001-63
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – HIDRAULICA
AMPARO LEGAL: LF 8666/93 E 10520/02
VIGÊNCIA: 30 (TRINTA) DIAS
VALOR TOTAL: R$ 5.211,70
PROGRAMA DE TRABALHO: 10302093048500000
NATUREZA DE DESPESA: 33903052
DATA DA ASSINATURA: 08/04/2020
PARECER JURÍDICO SS N° 02/2019 - DATA: 13/03/2019
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA CAIS – SR
EXTRATO DE CONTRATO / NE
PROCESSO N.º 6903/2020
PREGÃO ELETRÔNICO 03/2020
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO N.º 2020NE00445
CONTRATANTE: CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA – CAIS –SR
CONTRATADA: L.A. ZAMPOLO CONEHIDRO COM DE TUBOS E CONEXOE
CNPJ: 35703977/0001-50
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – HIDRAULICA
AMPARO LEGAL: LF 8666/93 E 10520/02
VIGÊNCIA: 30 (TRINTA) DIAS
VALOR TOTAL: R$ 42,50
PROGRAMA DE TRABALHO: 10302093048500000
NATUREZA DE DESPESA: 33903052
DATA DA ASSINATURA: 08/04/2020
PARECER JURÍDICO SS N° 02/2019 - DATA: 13/03/2019
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA CAIS – SR
EXTRATO DE CONTRATO / NE
PROCESSO N.º 6903/2020
PREGÃO ELETRÔNICO 03/2020
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO N.º 2020NE00444
CONTRATANTE: CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA – CAIS –SR
CONTRATADA: MENEZES E RODRIGUES COMERCIAL LTDA - ME
CNPJ: 29575837/0001-40
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – HIDRAULICA
AMPARO LEGAL: LF 8666/93 E 10520/02
VIGÊNCIA: 30 (TRINTA) DIAS
VALOR TOTAL: R$ 1.200,00
PROGRAMA DE TRABALHO: 10302093048500000
NATUREZA DE DESPESA: 33903050
DATA DA ASSINATURA: 08/04/2020
PARECER JURÍDICO SS N° 02/2019 - DATA: 13/03/2019
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA CAIS – SR
EXTRATO DE CONTRATO / NE
PROCESSO N.º 6903/2020
PREGÃO ELETRÔNICO 03/2020
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO N.º 2020NE00443
CONTRATANTE: CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA – CAIS –SR
CONTRATADA: M.F. COMERCIO GERENC. E SERVICOS EIRELLI - ME
CNPJ: 20853918/0001-90
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – HIDRAULICA
AMPARO LEGAL: LF 8666/93 E 10520/02
VIGÊNCIA: 30 (TRINTA) DIAS
VALOR TOTAL: R$ 1.956,00
PROGRAMA DE TRABALHO: 10302093048500000
NATUREZA DE DESPESA: 33903050
DATA DA ASSINATURA: 08/04/2020
PARECER JURÍDICO SS N° 02/2019 - DATA: 13/03/2019
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA CAIS – SR
EXTRATO DE CONTRATO / NE
PROCESSO N.º 6903/2020
PREGÃO ELETRÔNICO 03/2020
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO N.º 2020NE00442
CONTRATANTE: CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE SANTA RITA – CAIS –SR
CONTRATADA: SHEKINAH MATERIAIS P/CONSTRUCAO LTDA - EPP
CNPJ: 07702233/0001-85
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – HIDRAULICA
AMPARO LEGAL: LF 8666/93 E 10520/02
VIGÊNCIA: 30 (TRINTA) DIAS
VALOR TOTAL: R$ 500,00
PROGRAMA DE TRABALHO: 10302093048500000
NATUREZA DE DESPESA: 33903052
DATA DA ASSINATURA: 08/04/2020

CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE CLEMENTE FERREIRA - LINS

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO C-CFL-PE n° 11/2021
PROCESSO SES-PRC n° 2020/02854
OFERTA DE COMPRA N° 090147000012021OC00012
Retificamos o edital do pregão eletrônico C-CFL-PE 11/2021, referente à AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS – NÃO ADQUIRIDOS, para o Centro de Atenção Integral á Saúde "Clemente Ferreira" em Lins, o termo de referência, anexo I, item 4. CRONOGRAMA DE ENTREGAS;
Onde consta:
4. CRONOGRAMA DE ENTREGAS
ÍTEM - MATERIAL - Unidade - FEV - MAR - ABR - MAI - SOMA
FINAL - VALIDADE
19 - 09 - 23 - 06 - 20 - 04 - 18
1 - Pó p/ prep. Pudim Diet. Sabor caramelo ou chocolate - cx c/ 36 - 4 - 4 - 4 - 4 - 16 - Mínima de 6 meses
2 - Pó p/ prep. Pudim Sabor Chocolate - kg - 30 - 40 - 30 - 40 - 140 - Mínima de 6 meses
3 - Carne Suina Pernil sem osso - kg - 0 - 120 - 0 - 120 - 0 - 120 - 360 - Mínima de 6 meses
4 - Presunto - kg - 0 - 14 - 14 - 14 - 42 - Mínima de 6 meses
5 - Toucinho - kg - 0 - 15 - 15 - 15 - 45 - Mínima de 6 meses
leia-se
ÍTEM - MATERIAL - Unidade - FEV - MAR - ABR - MAI - SOMA
FINAL - VALIDADE
19 - 09 - 23 - 06 - 20 - 04 - 18
1 - Pó p/ prep. Pudim Diet. Sabor caramelo ou chocolate - Cx c/ 36 - 4 - 4 - 4 - 4 - 16 - Mínima de 6 meses
2 - Pó p/ prep. Pudim Sabor Chocolate - kg - 30 - 40 - 30 - 40 - 140 - Mínima de 6 meses
3 - Carne Suina Pernil sem osso - kg - 140 - 140 - 140 - 140 - 140 - 140 - 200 - 1040 - Mínima de 6 meses
4 - Presunto - kg - 0 - 14 - 14 - 14 - 42 - Mínima de 6 meses
5 - Toucinho - kg - 0 - 15 - 15 - 15 - 45 - Mínima de 6 meses

CENTRO PIONEIRO EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ARQUITETO JANUÁRIO JOSÉ EZEMPLARI

ABERTURA DE PREGÃO ELETRONICO
Encontra-se aberto no CENTRO PIONEIRO EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL "AJJE", PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2021 – Processo nº 2020/38546, Oferta de Compras nº 090186000012020OC00010, Prestação de Serviços de Gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis em Veículos e outros Serviços Prestados por Postos Credenciados, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será no dia 11/02/2021 às 09:00 horas, por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo através do sítio www.bec.sp.gov.br ou fazenda www.fazenda.sp.gov.br. O Edital na íntegra encontra-se disponível no site www.imesp.sp.gov.br, opção "e-negociospublicos".
CENTRO PIONEIRO EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - AJJE
Retificação da publicação do dia 27/01/2021, página 110, Executivo I:
Onde se lê:
Encontra-se aberto no CENTRO PIONEIRO EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL "AJJE", PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2021 – Processo CPAP "AJJE" nº 2020/43151, Oferta de Compras nº 090186000012021OC00009 – AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será no dia 09/02/2021 às 09:00 horas, por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo através do sítio www.bec.sp.gov.br ou fazenda www.fazenda.sp.gov.br. O Edital na íntegra encontra-se disponível no site www.imesp.sp.gov.br , opção "e-negociospublicos ".
.
Leia-se:
Encontra-se aberto no CENTRO PIONEIRO EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL "AJJE", PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2021 – Processo CPAP "AJJE" nº 2020/43151, Oferta de Compras nº 090186000012021OC00009 – AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será no dia 10/02/2021 às 09:00 horas, por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo através do sítio www.bec.sp.gov.br ou fazenda www.fazenda.sp.gov.br. O Edital na íntegra encontra-se disponível no site www.imesp.sp.gov.br, opção "e-negociospublicos".

CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI

Em, 28 de janeiro de 2021.
Interessado: Conjunto Hospitalar do Mandaqui
Assunto: AQUISIÇÃO DE MONITORES MULTIPARÂMETROS
Processo nº 20/50664 – PRGÃO 483/20
Versam os autos de procedimento licitatório, na modalidade de pregão, realizado por intermédio do Sistema eletrônico de compras denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo de Estado São Paulo – Sistema BEC/SP" com utilização de recursos do programa de trabalho, denominada "PREGÃO ELETRÔNICO", nº 483/20, objetivando a AQUISIÇÃO DE MONITORES MULTIPARÂMETROS OC 901720000120200C00710.
Revogado Para Rever Quantitativo.
Ante a todo exposto REVOGO, o referido Pregão por razões de interesse público e eficiência da administração pública.

HOSPITAL ESTADUAL ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO DOUTOR FRANCISCO RIBEIRO ARANTES - ITU

ABERTURA
Encontra-se aberto no HOSPITAL ESTADUAL ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO "DR. FRANCISCO RIBEIRO ARANTES", PREGÃO ELETRÔNICO número HEERFRA–011/2021, destinado

a AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL, LIMPEZA, OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO (PANO MULTIUSO, ABSORVENTE, SABONETE, ETC), do tipo MENOR PREÇO. A sessão será realizada no dia 11/02/2021, às 9h00, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo". Oferta de compra N° 090203000012021OC00013 Os interessados a participar do certame deverão acessar a partir de 29/01/2021, o site www.bec.sp.gov.br, mediante obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

As informações estão disponíveis no site: http:/www.e--negociospublicos.com.br.

Outras informações com Núcleo de Compras e Suprimentos ou Núcleo de Enfermagem no tel. (11) 4019-9810 ou pelo e-mail: heerfra-nucleocompras@saude.sp.gov.br.

Atenciosamente,

Diretor Técnico de Saúde III

.....

.

EXTRATO DE ADITAMENTO – REAJUSTE

Processo nº SES/1881951/2018

Contrato nº HEERFRA-015/2019

Contratante: HOSPITAL ESTADUAL ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO "DR. FRANCISCO RIBEIRO ARANTES"

Contratado (a): FULL PRIME COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME.

CNPJ: 10.317.801/0001-39

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE IMPRESSÃO CORPORATIVA POR MEIO DE OUTSOURCING.

Ficam reajustados os preços do Contrato nº HEERFRA-015/2019 em 2,62% (dois virgula sessenta e dois por cento), correspondente à variação do IPC-FIPE referente ao período compreendido entre Abril de 2019 a abril de 2020.

O valor mensal atualizado do Contrato nº HEERFRA-015/2019 passa de R$ 3.586,66 (três mil quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos) para R$ 3.782,45 (três mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), perfazendo o valor atualizado do contrato em R$ 111.250,78 (Cento e onze mil, duzentos e cinquenta reais e setenta e oito centavos).

Diretor Técnico de Saúde III

HOSPITAL GERAL DE TAIPAS

Encontra-se aberta no Hospital Geral de Taipas a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2021, referente ao Processo nº SES/51054/2021, oferta de compra nº 090155000012021OC00001, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR (MANTA AQUECIDA)

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 29/01/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 11/02/2021 às 09h00 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

Encontra-se aberta no Hospital Geral de Taipas a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2021, referente ao Processo nº SES/47211/2021, oferta de compra nº 090155000012021OC00003, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 29/01/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 11/02/2021 às 09h00 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

HOSPITAL GERAL DOUTOR JOSÉ PANGELLA - VILA PENTEADO

Despacho

Interessado: Hospital Geral Dr. José Pangella de Vila Penteado

Assunto: Aplicação de Penalidade

Número de referência: DTS-III 009/2021

Trata-se de procedimento para aplicação de penalidade de multa à empresa SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., em razão do descumprimento da obrigação descrita na nota de empenho 2020NE00521, emitida por esta unidade hospitalar para a entrega de medicamentos, decorrente do Pregão Eletrônico 131/2019, Oferta de Compra nº 090201000012019OC00352.

A empresa fora notificada por meio de AR (Aviso de Recebimento) sobre a aplicação da multa, porém não apresentou defesa prévia tempestivamente, tendo em vista que o recebimento do AR ocorreu em 27/10/2020, com prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento para apresentação da defesa, que não ocorreu.

Todavia, forçosamente, podemos considerar que a defesa prévia apresentada fora intempestiva, haja vista que a empresa SOMA anexou documentos referentes a sua defesa no sistema e-Sanções somente em 23/11/2020, em um campo que não é destinado à apresentação da defesa prévia.

Em que pese, suas alegações na defesa prévia, quanto à solicitação para a Secretaria de Estado da Saúde/SES quanto ao cancelamento do Item - 08 Norepinefrina, marca Hipolabor da Ata de Registro de Preços nº 131/2019, devido o reajuste no preço de venda do medicamento em razão da pandemia da COVID-19, não fora anexada a resposta da SES, e não podemos minimizar os efeitos da omissão da empresa SOMA na entrega do medicamento, que causou sérios transtornos ao hospital.

Após as breves considerações, mantenho a decisão de aplicação da pena de multa pela inexecução total do contrato, conforme o artigo 87, inciso II da Lei nº 8666/1993, combinado com o artigo 4º da Resolução SS - 92, de 10/11/2016, no valor de R$ 1.593,60 (mil quinhentos e noventa e três reais e sessenta centavos), correspondente a 30% sobre o valor da Nota de Empenho 2020NE00521, sem prejuízo da aplicação do disposto no artigo 7º da Lei nº 10.520/2020.

Isto posto, oficie ao contratado para, se quiser, interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento desta notificação, ou recolher o valor da multa no prazo de 30 (trinta) dias, em guia DARE, com posterior envio do comprovante de pagamento.

Nada mais havendo a lavrar, determino, publique-se.

São Paulo, 28 de janeiro de 2021.

Nelo Galvani Neto

Diretor Técnico de Saúde III

HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO / DIRETORIA

HOSPITAL GERAL DOUTOR MANOEL BIFULCO - SÃO MATEUS

RETIFICAÇÃO

DOE 27/01/2021

*ABERTURA

Pregão Eletrônico nº 038/2021, referente ao Processo nº SES – PRC-2020/49381

Onde se lê : 09/02/2016

Leia-se: 09/02/2021

ABERTURA

Acha-se aberto no Hospital Geral de São Mateus "Dr. Manoel Bifulco", a licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 044/21, referente ao Processo nº SES PROC – 2021/01154, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – AMPLA (ATROPINA, LIDOCAINA, MILRINONA E OUTROS.). A data da abertura para a Oferta de Compra nº OC nº 090159000012021OC00047 será no dia 11/02/2021, a partir das 09h00min, através do sistema BEC. O edital na integra está disponível para consulta e no site www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br

HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA - GUAIANAZES

COMUNICADO

Comunicamos aos fornecedores abaixo relacionados, que a partir desta data, acha-se à disposição na Seção de Compras do Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa - Guaianases sito à Av. Miguel Achiole, 135 – Guaianases – São Paulo de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, as Notas de Empenho que deverão ser retiradas no prazo de 5 dias, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas nos casos de descumprimento às obrigações de acordo com a Lei Federal – 8.666/93, atualizada pela Lei Federal – 8.883/94.

Processo: SES-PRC-2020/18472

Modalidade: Pregão Eletrônico: 094/2020

Oferta de Compras nº: 090158000012020oc00230

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR (PIJAMA ADULTO)

EMPENHO - EMPRESA

2020NE00918 - DIKSZTEJN & CIA LTDA

2020NE00919 - DIKSZTEJN & CIA LTDA

Observação:

As Notas de Empenho serão enviadas por email (digitalizada), caso haja necessidade da via original deverá solicitar com antecedência de 48 horas através de telefone ou email para a Seção de Compras.

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO - SANTOS

Em, 28/01/2021

INTERESSADO: HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE FRONHAS

PROCESSO: SES-PRC-2020/37853

090141000012021OC0003

PREGÃO Nº 001/21

Ciente e de acordo, HOMOLOGO a licitação realizada por meio do Pregão Eletrônico.

E ratifico a adjudicação do seu objeto no âmbito do Hospital Guilherme Álvaro - adjudico a favor das empresas –

COMERCIAL TEXTIL DFM EIRELI-EPP CNPJ: 32.075.199/0001-03 no valor total de R$ 5.530,00 (Cinco mil quinhentos e trinta reais)

ABERTURA

Encontra-se aberto no HOSPITAL GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, Pregão Eletrônico

nº 018/21, referente ao Processo nº SES-PRC-2021/01116, oferta de compras

090141000012021OC00039, destinada a aquisição, com entrega parcelada, de

análises quantitativas de troponina, pro bnp e dímero d, bem como de

equipamentos a serem recebidos em regime de comodato, para a realização a

sessão será na data 11/02/2021 e horário 09:00hs, por intermédio do Sistema

Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do

Estado de São Paulo".

Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 01/02/2021, o

site www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e

credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.imprensaoficial.com.br

ABERTURA

Encontra-se aberta no HOSP. GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, Pregão Eletrônico nº020/21, referente ao Processo n° SES-PRC-2020/44708, oferta de compra 090141000012021OC00044, destinada a Aquisição de Filtro Veia Cava, para a realização a sessão será na data 12/02/2021, e horário 09:00hs, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo".

Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 01/02/2021, o site www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.imprensaoficial.com.br

ABERTURA

Encontra-se aberto no HOSPITAL GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, Pregão Eletrônico nº 022/21, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/43292, oferta de compras 090141000012021OC00043, destinada a Aquisição de Grampeador cirúrgico linear e cargas, para a realização a sessão será na data 18/02/2021 e horário 09:00hs, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo".

Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 01/02/2021, o site www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.imprensaoficial.com.br

Em, 28/01/2021

INTERESSADO: HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE BALÃO PARA ANGIOGRAFIA

PROCESSO: SES-PRC-2020/41833

090141000012021OC0007

PREGÃO Nº 003/21

Ciente e de acordo, HOMOLOGO a licitação realizada por meio do Pregão Eletrônico.

E ratifico a adjudicação do seu objeto no âmbito do Hospital Guilherme Álvaro - adjudico a favor das empresas –

BIOTRONIK COMERCIAL MEDICA LTDA CNPJ: 50.595.271/0001-05 no valor total de R$ 44.100,00 (Quarenta e quatro mil e cem reais)

HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA

HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA

COMUNICADO

PREGÃO ELETRÔNICO: 003/2021

PROCESSO:01360/2021

OFERTA DE COMPRA: 090169000012021OC00004

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - FILME PARA RAIO X DRY

COMUNICAMOS AOS INTERESSADOS QUE ENCONTRA-SE ABERTO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021

DO TIPO MENOR PREÇO, CUJA DATA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ DIA 11/02/2021 ÀS 09:00 HS, NO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.BEC.SP.GOV.BR OU WWW.BEC.FAZENDA.SP.GOV.BR

HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA

COMUNICADO

PREGÃO ELETRÔNICO: 004/2021

PROCESSO:50808/2020

OFERTA DE COMPRA: 090169000012021OC00005

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - KIT REAGENTE BIOQUÍMICA

COMUNICAMOS AOS INTERESSADOS QUE ENCONTRA-SE ABERTO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021

DO TIPO MENOR PREÇO, CUJA DATA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ DIA 11/02/2021

ÀS 09:00 HS, NO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.BEC.SP.GOV.BR OU WWW.BEC.FAZENDA.SP.GOV.BR

HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA

COMUNICADO

PREGÃO ELETRÔNICO: 005/2021

PROCESSO:01915/2021

OFERTA DE COMPRA: 090169000012021OC00006

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - FÓRMULA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL

COMUNICAMOS AOS INTERESSADOS QUE ENCONTRA-SE ABERTO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021

DO TIPO MENOR PREÇO, CUJA DATA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ DIA 11/02/2021 ÀS 09:00 HS, NO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.BEC.SP.GOV.BR OU WWW.BEC.FAZENDA.SP.GOV.BR

HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA

PREGÃO ELETRÔNICO: 006/2021

PROCESSO:01907/2021

OFERTA DE COMPRA: 090169000012021OC00007

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - LEITE INTEGRAL

COMUNICAMOS AOS INTERESSADOS QUE ENCONTRA-SE ABERTO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

DO TIPO MENOR PREÇO, CUJA DATA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ DIA 11/02/21 ÀS 09:00 HS, NO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.BEC.SP.GOV.BR OU WWW.BEC.FAZENDA

HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS

A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 12/2021, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/52314, oferta de compras 090121000012021OC00009, destinado à AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 11/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 11/2021, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/50722, oferta de compras 090121000012021OC00012, destinado à AQUISIÇÃO DE CILINDROS COM GASES MEDICINAIS, do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 11/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 14/2021, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/52316, oferta de compras 090121000012021OC00011, destinado à AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 11/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 10/2021, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/52332, oferta de compras 090121000012021OC00008, destinado à AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 11/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

HOSPITAL REGIONAL DOUTOR OSIRIS FLORINDO COELHO - FERRAZ DE VASCONCELOS

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 21/2021, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/18428 oferta de compra nº 090166000012021OC00021 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE FITA ADESIVA CIRURGICA.

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 01/02/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 11/02/2021, às 09H00 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 22/2021, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/46432 oferta de compra nº 090166000012021OC00022 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE AGULHA DESCARTÁVEL HIPODERMICA E ANESTESIA RAQUIDIANA.

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 01/02/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 11/02/2021, às 11H00 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 24/2021, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/47365 oferta de compra nº 090166000012021OC00024 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE SABONETE EM ESPUMA COM DISPESER EM COMODATO.

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 01/02/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 11/02/2021, às 10H00 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 25/2021, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/47408 oferta de compra nº 090166000012021OC00025 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE HIGIENIZADOR EM GEL COM DISPESER EM COMODATO.

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 01/02/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 11/02/2021, às 09H00 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 26/2021, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/51007 oferta de compra nº 090166000012021OC00026 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE EQUIPO PARA DIETA ENTERAL.

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 01/02/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 11/02/2021, às 09H00 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

COMUNICADO

COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRA A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, SITO A RUA PRUDENTE DE MORAIS, 257 - VILA CORRÊA - FERRAZ DE VASCONCELOS/ SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, A SEGUINTE NOTA DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADA NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

PROCESSO Nº SES-PRC-2020/20303

PREGÃO Nº 212/2020

2020NE00600 * BRIT ASSESSORIAS CONSULTORIAS E REPRESENTAÇÕES EIRELI

(Empenhado em 28/05/2020)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

COMUNICADO

COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRA A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, SITO A RUA PRUDENTE DE MORAIS, 257 - VILA CORRÊA - FERRAZ DE VASCONCELOS/ SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, A SEGUINTE NOTA DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADA NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

PROCESSO Nº SES-PRC-2020/45547

ATA C088/2019

2020NE01261* DIPROMED COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA

(Empenhado em 19/11/2020)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

COMUNICADO

COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRA A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, SITO A RUA PRUDENTE DE MORAIS, 257 - VILA CORRÊA - FERRAZ DE VASCONCELOS/ SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, A SEGUINTE NOTA DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADA NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

PROCESSO Nº SES-PRC-2020/46141

ATA M183/2019

2020NE01338 * CIRURGICA SÃO JOSÉ LTDA

(Empenhado em 10/12/2020)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

COMUNICADO

COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRA A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, SITO A RUA PRUDENTE DE MORAIS, 257 - VILA CORRÊA - FERRAZ DE VASCONCELOS/ SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, A SEGUINTE NOTA DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADA NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

PROCESSO Nº SES-PRC-2020/46886

ATA C089/2019

2020NE01347 * CIRURGICA SÃO JOSÉ LTDA

(Empenhado em 10/12/2020)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

COMUNICADO

COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRA A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, SITO A RUA PRUDENTE DE MORAIS, 257 - VILA CORRÊA - FERRAZ DE VASCONCELOS/ SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, A SEGUINTE NOTA DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADA NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

PROCESSO Nº SES-PRC-2020/47398

ATA C110/2019

2020NE01381 * DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA

(Empenhado em 18/12/2020)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

COMUNICADO

COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRA A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, SITO A RUA PRUDENTE DE MORAIS, 257 - VILA CORRÊA - FERRAZ DE VASCONCELOS/ SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, A SEGUINTE NOTA DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADA NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

PROCESSO Nº SES-PRC-2020/47398

ATA C110/2019

2020NE01493 * DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA

(Empenhado em 30/12/2020)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

COMUNICADO

COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRA A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, SITO A RUA PRUDENTE DE MORAIS, 257 - VILA CORRÊA - FERRAZ DE VASCONCELOS/ SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, A SEGUINTE NOTA DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADA NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

PROCESSO Nº SES-PRC-2020/47947

ATA M202/2019

2020NE01369 * PORTAL LTDA

(Empenhado em 16/12/2020)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

COMUNICADO

COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRA A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, SITO A RUA PRUDENTE DE MORAIS, 257 - VILA CORRÊA - FERRAZ DE VASCONCELOS/ SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, A SEGUINTE NOTA DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADA NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

PROCESSO Nº SES-PRC-2020/47949

ATA M110/2019

2020NE01274 * PORTAL LTDA

(Empenhado em 26/11/2020)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

COMUNICADO

COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRA A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, SITO A RUA PRUDENTE DE MORAIS, 257 - VILA CORRÊA - FERRAZ DE VASCONCELOS/ SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, A SEGUINTE NOTA DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADA NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

PROCESSO Nº SES-PRC-2020/45545

PREGÃO Nº 431/2020

2020NE01384 * LM MONTAJE CONFECÇÕES EIRELI

(Empenhado em 18/12/2020)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
COMUNICADO
COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRA A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, SITO A RUA PRUDENTE DE MORAIS, 257 - VILA CORRÊA - FERRAZ DE VASCONCELOS/ SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, A SEGUINTE NOTA DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADA NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.
PROCESSO Nº SES-PRC-2020/45545
PREGÃO Nº 431/2020
2020NE01420 * LM MONTAJE CONFECÇÕES EIRELI
(Empenhado em 23/12/2020)
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
COMUNICADO
COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRA A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, SITO A RUA PRUDENTE DE MORAIS, 257 - VILA CORRÊA - FERRAZ DE VASCONCELOS/ SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, A SEGUINTE NOTA DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADA NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.
PROCESSO Nº SES-PRC-2020/47367
PREGÃO Nº 468/2020
2020NE01427 * CIRURGICA FERNANDES COM. MAT. CIR. E HOSP.
(Empenhado em 23/12/2020)
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
COMUNICADO
COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRA A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS, SITO A RUA PRUDENTE DE MORAIS, 257 - VILA CORRÊA - FERRAZ DE VASCONCELOS/ SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, A SEGUINTE NOTA DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADA NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.
PROCESSO Nº SES-PRC-2020/35164
PREGÃO Nº 450/2020
2020NE01415 * DEVANTCARE COMERCIAL LTDA-EPP
(Empenhado em 23/12/2020)

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
ABERTURA DE LICITAÇÃO
Acha-se aberta no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 030/21, referente ao Processo IDPC n.º SES-PRC-2021/03080, cujo objeto é para Aquisição de fio guia, kit de dispositivo, cateter e outros.
A abertura da sessão será no dia 11 de fevereiro de 2021, nesta unidade por intermédio da "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP" a partir das 09:00 horas.
O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.pregao.sp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
ABERTURA DE LICITAÇÃO
Acha-se aberta no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 031/20, referente ao Processo IDPC n.º SES-PRC-2021/02705, cujo objeto é para Aquisição de torneirinha, luva, coletor e outros.
A abertura da sessão será no dia 11 de Fevereiro de 2021, nesta unidade por intermédio da "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP" a partir das 09:00 horas.
O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.pregao.sp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: SC COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRE
C.N.P. J: 34396122000160
Assunto: AQUISIÇÃO DE VÁLVULA DE PRESSÃO PARA OXIGÊNIO E CAPA PARA COLCHÃO,
PROCESSO IDPC nº 2020/46422
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 449/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01958 - Valor R$ 7.052,80.
Data de Emissão: 22DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: FOX IND. COM. MAT. MÉD. E HOSPITALARES EI
C.N.P. J: 28791011000156
Assunto: AQUISIÇÃO DE GORRO, ISOLADOR DE PRESSÃO, LÂMINA DE BISTURI E OUTROS,
PROCESSO IDPC nº 2020/48125
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 468/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01959 - Valor R$ 918,00.
Data de Emissão: 21DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: GOLD CARE COM MATERIAIS CIRURGICOS E
C.N.P. J: 26685436000155
Assunto: AQUISIÇÃO DE_CATETER EPIDURAL, COBERTURA TRANSPARENTE, DRENO DE TORAX E OUTROS,
PROCESSO IDPC nº 2020/47569
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 458/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01962 - Valor R$ 6.960,00.
Data de Emissão: 21DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: FENIX BRASIL- COMPRA,VENDA,IMP. E EXP. EIR
C.N.P. J: 08608621000164
Assunto: AQUISIÇÃO DE DISPENSER PARA COPO DE ÁGUA
PROCESSO IDPC nº 2020/47070
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 460/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01961 - Valor R$ 2.475,00.
Data de Emissão: 22DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: SC COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRE
C.N.P. J: 34396122000160
Assunto: AQUISIÇÃO DE_CATETER EPIDURAL, COBERTURA TRANSPARENTE, DRENO DE TORAX E OUTROS,
PROCESSO IDPC nº 2020/47569
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 458/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01963 - Valor R$ 9.172,00.
Data de Emissão: 21DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
COMUNICADO DE CANCELAMENTO DE EMPENHO
Comunicamos a todos que se fizerem interessados que a Nota de Empenho 2020NE01933, CONTRATADA: PHO-PRODUTOS HOSPITALARES E ODONT LTDA, C.N.P.J.: 08211767/0001-71 PROCESSO nº SES-PRC-2020/47950, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU DISPENSA DE LICITAÇÃO OU INEXIGIVEL OUPREGÃO ELETRÔNICO Nº 463/20 – LEI 10.520/02.- Valor R$ 31.500,00, foi CANCELADA PARCIALMENTE OU NA TOTALIDADE através da 2020NE01964 por motivos administrativos.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: PHO-PRODUTOS HOSPITALARES E ODONT LTDA
C.N.P. J: 08211767000171
Assunto: AQUISIÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 10ML E FONDAPARINUX 2,5MG/ML – 0,5ML
PROCESSO IDPC nº 2020/47950
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 463/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01933 - Valor R$ 31.500,00.
Data de Emissão: 21DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: PHO-PRODUTOS HOSPITALARES E ODONT LTDA
C.N.P. J: 08211767000171
Assunto: AQUISIÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% - 10ML E FONDAPARINUX 2,5MG/ML – 0,5ML
PROCESSO IDPC nº 2020/47950
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 463/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01965 - Valor R$ 31.500,00.
Data de Emissão: 23DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: PHO-PRODUTOS HOSPITALARES E ODONT LTDA.
C.N.P. J: 08211767000171.
Assunto: AQUISIÇÃO DE COLETOR DE URINA, COMPRESSA, CONECTOR PARA HEMODIÁLISE E OUTROS
PROCESSO IDPC nº 202/047549
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 461/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01974 - Valor R$ 3.729,00.
Data de Emissão: 23DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: MEDICAMENTAL HOSPITALAR LTDA.
C.N.P. J: 31378288000166.
Assunto: AQUISIÇÃO DE COLA DE FIBRINA.
PROCESSO IDPC nº 2020/49229
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 480/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01977 - Valor R$ 34.160,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: PHO-PRODUTOS HOSPITALARES E ODONT LTDA.
C.N.P. J: 08211767000171.
Assunto: AQUISIÇÃO DE COLETOR DE URINA, COMPRESSA, CONECTOR PARA HEMODIÁLISE E OUTROS
PROCESSO IDPC nº 202/047549
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 461/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01974 - Valor R$ 3.729,00.
Data de Emissão: 23DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: PHO-PRODUTOS HOSPITALARES E ODONT LTDA.
C.N.P. J: 08211767000171.
Assunto: AQUISIÇÃO DE COLETOR DE URINA, COMPRESSA, CONECTOR PARA HEMODIÁLISE E OUTROS
PROCESSO IDPC nº 202/047549
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 461/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01970 - Valor R$ 3.729,00.
Data de Emissão: 23DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: VIVA CARE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

C.N.P. J: 24562614000125.
Assunto: AQUISIÇÃO DE COLETOR DE URINA, COMPRESSA, CONECTOR PARA HEMODIÁLISE E OUTROS
PROCESSO IDPC nº 202/047549
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 461/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01975 - Valor R$ 370,00.
Data de Emissão: 23DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: CONTROLL PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS
C.N.P. J: 11144448000103
Assunto: AQUISIÇÃO DE DIAZEPAM 10MG, DIPIRONA 500MG, ESPIRONOLACTONA 25MG E OUTROS.
PROCESSO IDPC nº 2020/48186
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 469/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01984 - Valor R$ 312,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: DANIELA CRISTINA SOUZA SANTOS – ME.
C.N.P. J: 15329061000174
Assunto: AQUISIÇÃO DE DIAZEPAM 10MG, DIPIRONA 500MG, ESPIRONOLACTONA 25MG E OUTROS.
PROCESSO IDPC nº 2020/48186
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 469/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01985 - Valor R$ 1.390,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: DANIEL FERRARI ABRANTES - DISTR. DE MED.
C.N.P. J: 28004857000107
Assunto: AQUISIÇÃO DE DIAZEPAM 10MG, DIPIRONA 500MG, ESPIRONOLACTONA 25MG E OUTROS.
PROCESSO IDPC nº 2020/48186
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 469/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01986 - Valor R$ 510,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: CM HOSPITALAR S A.
C.N.P. J: 12420164000904
Assunto: Aquisição de Tirofibana 0,25mg-50ml, morfina 1mg-2ml, morfina 10mg-1ml, milrinona 1mg-10ml e outros,
PROCESSO IDPC nº 2020/48999
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 472/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE001989 - Valor R$ 65.962,50.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: CRISTALIA PRODUTOS QUIM.E FARMACEUTICO LTDA.
C.N.P. J: 44734671000151
Assunto: Aquisição de Tirofibana 0,25mg-50ml, morfina 1mg-2ml, morfina 10mg-1ml, milrinona 1mg-10ml e outros,
PROCESSO IDPC nº 2020/48999
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 472/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE001990 - Valor R$ 19.845,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: MANZATOS FARMA EIRELI.
C.N.P. J: 17756574000197
Assunto: Aquisição de Tirofibana 0,25mg-50ml, morfina 1mg-2ml, morfina 10mg-1ml, milrinona 1mg-10ml e outros,
PROCESSO IDPC nº 2020/48999
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 472/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE001992 - Valor R$ 357,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.
C.N.P. J: 94389400000184
Assunto: Aquisição de Tirofibana 0,25mg-50ml, morfina 1mg-2ml, morfina 10mg-1ml, milrinona 1mg-10ml e outros,
PROCESSO IDPC nº 2020/48999
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 472/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE001991 - Valor R$ 918,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: BIOFAC INDUSTRIA, COMERC. E REPRESENTACAO.
C.N.P. J: 14112327000160
Assunto: Aquisição de Tirofibana 0,25mg-50ml, morfina 1mg-2ml, morfina 10mg-1ml, milrinona 1mg-10ml e outros,
PROCESSO IDPC nº 2020/48999
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 472/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE001993 - Valor R$ 116,60.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: CONTATTI COM. E REPRESENTACOES LTDA.
C.N.P. J: 90108283000182
Assunto: AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO PARA PERFUSÃO DE ÓRGÃOS,
PROCESSO IDPC nº 2020/49377
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 482/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01994 - Valor R$ 900,90.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: CONTATTI COM. E REPRESENTACOES LTDA.
C.N.P. J: 90108283000182
Assunto: AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO PARA PERFUSÃO DE ÓRGÃOS,
PROCESSO IDPC nº 2020/49377
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 482/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01995 - Valor R$ 89.189,10.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA.
C.N.P.J.: 58295213000178.
Assunto: manutenção corretiva com substituição de peças para a ressonância do Instituto,
PROCESSO nº SES-PRC-2020/49973 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01996 – Valor R$ 318.478,36
Data de Emissão: 18DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento.
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA.
C.N.P.J.: 58295213000178.
Assunto: manutenção corretiva com substituição de peças para a ressonância do Instituto,
PROCESSO nº SES-PRC-2020/49973 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01997 – Valor R$ 15.302,00
Data de Emissão: 18DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento.
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: MAPMED DISTRIBUIDORA DE PRODS HOSP EIRELI
C.N.P. J: 33375370000162
Assunto: AQUISIÇÃO DE ELETRODO, EXTENSOR, FITA E OUTROS.
PROCESSO IDPC nº 2020/48124
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 466/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE02003 - Valor R$ 26.000,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: BIOPACK PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP.
C.N.P. J: 11934368000143
Assunto: AQUISIÇÃO DE ELETRODO, EXTENSOR, FITA E OUTROS.
PROCESSO IDPC nº 2020/48124
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 466/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE02004 - Valor R$ 3.600,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
C.N.P. J: 05847630000110
Assunto: Aquisição de Norepinefrina 1mg-4ml e suxametonio 100mg,
PROCESSO IDPC nº 2020/49817
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 484/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01998 - Valor R$ 126.000,00.
Data de Emissão: 29DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: INTERLAB FARMACEUTICA LTDA
C.N.P. J: 43295831000140

Assunto: AQUISIÇÃO DE CEFTAZIDIMA PENTAIDRATADO 2000MG+AVIBACTAM SÓDICO 500MG
PROCESSO IDPC nº 2020/49999
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 494/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01999 - Valor R$ 104.805,85.
Data de Emissão: 29DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: TOTAL LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO.
C.N.P. J: 21310535000139
Assunto: AQUISIÇÃO DE FIO GUIA, INSUFLADOR, CATETER E OUTROS.
PROCESSO IDPC nº 2020/46819
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 457/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE02000 - Valor R$ 33.300,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: VASHOS COM DISTR E REPR PRODUTOS MED. HOS.
C.N.P. J: 14416240000186
Assunto: AQUISIÇÃO DE FIO GUIA, INSUFLADOR, CATETER E OUTROS.
PROCESSO IDPC nº 2020/46819
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 457/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE02001 - Valor R$ 12.420,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUIÇÃO LIMITADA.
C.N.P.J.: 22797545000103.
Assunto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES,
PROCESSO nº SES-PRC- 2020/51599 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01978 – Valor R$ 49.215,00
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento.
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: POLITEC IMPORTACAO E COMERCIO LIMITADA.
C.N.P. J: 43894609000164
Assunto: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE AUTOTRANSFUSÃO,
PROCESSO IDPC nº 2020/48476
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 471/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE02005 - Valor R$ 72.000,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020.
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: DE PAULI COM. REPRES. IMP.EXP.LTDA.
C.N.P. J: 03951140000133
Assunto: AQUISIÇÃO EQUIPO DE BOMBA TIPO ENTERAL,
PROCESSO IDPC nº 2020/48506
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 470/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE02006 - Valor R$ 56.580,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: TOTAL LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO.
C.N.P. J: 21310535000139.
Assunto: AQUISIÇÃO DE INSUFLADOR COM MANOMETRO.
PROCESSO IDPC nº 2020/47102
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 454/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE02002 - Valor R$ 69.300,00.
Data de Emissão: 28DEZ2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMÍLIO RIBAS

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE: 053/2020
PROCESSO: 202019487
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001141
UGE: 090183
OBJETO: Manutenção em equipamentos de central de material marca Baumer
CONTRATADO: MPBIOS REPRESENTACAO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 07369213000134
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01877
VALOR: R$ 49.900,00
EMITIDA EM: 18/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 148/2019
PROCESSO: 202049452
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 - Itens constantes em ARP - Anidulafungina à Protamina
CONTRATADO: INTERLAB FARMACEUTICA LTDA
CNPJ: 43295831000140
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01897
VALOR: R$ 70.954,80
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 183/2019
PROCESSO: 202049452
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 - Itens constantes em ARP - Anidulafungina à Protamina
CONTRATADO: CIRURGICA SAO JOSE LTDA
CNPJ: 55309074000104
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01898
VALOR: R$ 37.233,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 146/2019
PROCESSO: 202049452
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 - Itens constantes em ARP - Anidulafungina à Protamina
CONTRATADO: CRISTALIA PRODUTOS QUIM.E FARMACEUTICO LT
CNPJ: 44734671000151
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01899
VALOR: R$ 2.520,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 149/2019
PROCESSO: 202049452
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 - Itens constantes em ARP - Anidulafungina à Protamina
CONTRATADO: PORTAL LTDA
CNPJ: 05005873000100
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01900
VALOR: R$ 2.851,20
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 125/2019
PROCESSO: 202049452
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 - Itens constantes em ARP - Anidulafungina à Protamina
CONTRATADO: LABORATORIOS B. BRAUN
CNPJ: 31673254000951
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01901
VALOR: R$ 28.152,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 614/2020
PROCESSO: 202017032
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001141
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DRENO E OUTROS
CONTRATADO: SC COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRE
CNPJ: 34396122000160
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01902
VALOR: R$ 562,50
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 614/2020
PROCESSO: 202017032
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001141
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DRENO E OUTROS
CONTRATADO: HOSPEC HOSPITALAR LTDA - ME
CNPJ: 27885491000151
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01903
VALOR: R$ 1.740,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 031/2020
PROCESSO: 202049452
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 - Itens constantes em ARP - Anidulafungina à Protamina.
CONTRATADO: PRATI DONADUZZI E CIA LTDA
CNPJ: 73856593001138
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01904
VALOR: R$ 14.376,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 590/2020
PROCESSO: 202031170
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001141
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENVELOPE PLÁSTICO E OUTROS
CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA M
CNPJ: 04708626000108
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01905
VALOR: R$ 1.711,17
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 015/2020
PROCESSO: 202049452
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 - Itens constantes em ARP - Anidulafungina à Protamina.
CONTRATADO: CRISMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA--EPP
CNPJ: 04192876000138
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01906
VALOR: R$ 3.348,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 590/2020
PROCESSO: 202031170
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001141
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENVELOPE PLÁSTICO E OUTROS
CONTRATADO: ROVER CLEAN SOLUçõES COMéRCIO E SERVIçOS
CNPJ: 30376971000100
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01907
VALOR: R$ 1.110,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 201/2019
PROCESSO: 202049452
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 - Itens constantes em ARP - Anidulafungina à Protamina.
CONTRATADO: AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
CNPJ: 65817900000171
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01909
VALOR: R$ 213,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 607/2020
PROCESSO: 202021789
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001141
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de Correia BX-77 - Para ar comprimido
CONTRATADO: HEOT COML E DIST DE PEÇAS E ACESS P VEIC
CNPJ: 33916260000160
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01911
VALOR: R$ 875,52
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 642/2020
PROCESSO: 202031204
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 045500005
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de Termômetro e Termohigrômetro
CONTRATADO: M.F. COMERCIO, GERENCIAMENTO SERVIÇOS EI
CNPJ: 20853918000271
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01912
VALOR: R$ 2.660,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 547/2020
PROCESSO: 202031168
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 041016006
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de saco plastico 30 x 40
CONTRATADO: CELIO ALVES DE OLIVEIRA COMERCIAL - EPP
CNPJ: 18249454000166
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01913
VALOR: R$ 1.908,90
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 747/2020
PROCESSO: 202033423
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de Kits para Identificação automatizada de Bactérias e Leveduras (MIC)
CONTRATADO: BECTON DICKNSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTD
CNPJ: 21551379002141
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01914
VALOR: R$ 63.750,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 704/2020
PROCESSO: 202040080
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de composto protetor
CONTRATADO: PROMEFARMA REPRES.COMERCIAIS LTDA
CNPJ: 81706251000198
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01915
VALOR: R$ 8.100,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 704/2020
PROCESSO: 202040080
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de composto protetor
CONTRATADO: CCP MED DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP
CNPJ: 17700085000113
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01916
VALOR: R$ 15.000,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE: 054/2020
PROCESSO: 202036087
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001141
UGE: 090183
OBJETO: Manutenção corretiva com reposição de peça para monitor marca Mindray
CONTRATADO: MINDRAY DO BRASIL COM. DIST. DE EQUIP. MÉ
CNPJ: 09058456000187
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01917
VALOR: R$ 6.840,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 560/2020
PROCESSO: 202029139
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de sistema de canula(CPAP)
CONTRATADO: VAD MEDICAL COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 26185580000122
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01918
VALOR: R$ 18.900,00
EMITIDA EM: 22/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE: 055/2020
PROCESSO: 202036087
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001141
UGE: 090183
OBJETO: Manutenção corretiva com reposição de peça para monitor marca Mindray
CONTRATADO: MINDRAY DO BRASIL COM. DIST. DE EQUIP. MÉ
CNPJ: 09058456000187
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01919
VALOR: R$ 390,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 696/2020
PROCESSO: 202031536
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de umidificador e outro
CONTRATADO: EXPAND MEDICO LTDA.
CNPJ: 00844672000183
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01920
VALOR: R$ 41.400,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIA
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE: 056/2020
PROCESSO: 202035941
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001141
UGE: 090183
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA MONITORES MULTIPARAMÉTRICOS
CONTRATADO: MINDRAY DO BRASIL COM. DIST. DE EQUIP. MÉ
CNPJ: 09058456000187
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01921
VALOR: R$ 29.106,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 697/2020
PROCESSO: 202031536
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de umidificador e outro

CONTRATADO: GLOBAL TEC IND E COM.DE PRODUTOS MEDS EIR
CNPJ: 06157734000165
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01922
VALOR: R$ 9.720,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 762/2020
PROCESSO: 202044162
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de insumos de Frascos para Hemocultura,
CONTRATADO: BECTON DICKNSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTD
CNPJ: 21551379002141
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01923
VALOR: R$ 171.900,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 97/2019
PROCESSO: 202026361
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - ÁCIDO URSODESOXICÓLICO À MIRTAZAPINA- ATA
CONTRATADO: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 12889035000102
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01924
VALOR: R$ 354,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 758/2020
PROCESSO: 202044151
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de Kits para Identificação automatizada de Bactérias e Leveduras
CONTRATADO: BECTON DICKNSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTD
CNPJ: 21551379002141
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01925
VALOR: R$ 97.750,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 757/2020
PROCESSO: 202041721
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de reagentes Bioquímica automatizada
CONTRATADO: DBR COM. IMPORTACAO DE MAT.MEDICO HOSP. L
CNPJ: 08396572000143
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01926
VALOR: R$ 339.144,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 737/2020
PROCESSO: 202044599
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005105023
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de MICROSCÓPIO BINOCULAR CAMPO CLARO AUMENTO 10X CAMPO 20MM 05 OBJETIVAS
CONTRATADO: WEBLABOR SAO PAULO MATERIAIS DIDATICOS LT
CNPJ: 13533610000100
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01927
VALOR: R$ 9.800,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 759/2020
PROCESSO: 202046178
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de meios de cultura pronto para uso
CONTRATADO: MEDICAL CHIZZOLINI LTDA
CNPJ: 25067657000105
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01928
VALOR: R$ 18.609,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 765/2020
PROCESSO: 202038118
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de medicamentos que apresentam a ação terapêutica como antiespasmódico, diurético, anestésico, repositor hormonal, anti-hipertensivo e antimicótico tópico
CONTRATADO: CRISTALIA PRODUTOS QUIM.E FARMACEUTICO LT
CNPJ: 44734671000151
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01930
VALOR: R$ 1.251,75
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 765/2020
PROCESSO: 202038118
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de medicamentos que apresentam a ação terapêutica como antiespasmódico, diurético, anestésico, repositor hormonal, anti-hipertensivo e antimicótico tópico
CONTRATADO: MEDICAMENTAL HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 31378288000166
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01931
VALOR: R$ 1.082,70
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 765/2020
PROCESSO: 202038118
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de medicamentos que apresentam a ação terapêutica como antiespasmódico, diurético, anestésico, repositor hormonal, anti-hipertensivo e antimicótico tópico
CONTRATADO: AZULPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
CNPJ: 03634617000157
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01932
VALOR: R$ 2.160,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 765/2020
PROCESSO: 202038118
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de medicamentos que apresentam a ação terapêutica como antiespasmódico, diurético, anestésico, repositor hormonal, anti-hipertensivo e antimicótico tópico
CONTRATADO: PROVIP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 20202872000140
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01933
VALOR: R$ 4.361,40
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 765/2020
PROCESSO: 202038118
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de medicamentos que apresentam a ação terapêutica como antiespasmódico, diurético, anestésico, repositor hormonal, anti-hipertensivo e antimicótico tópico
CONTRATADO: EXATA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIREL
CNPJ: 27376632000100
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01934
VALOR: R$ 11.330,55
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 728/2020
PROCESSO: 202042743
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de Aparelho para Higiene Bronquica
CONTRATADO: SC COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRE
CNPJ: 34396122000160
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01935
VALOR: R$ 1.797,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 728/2020
PROCESSO: 202042743
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de álccol em espuma
CONTRATADO: HIROMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EP
CNPJ: 26476191000156
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01936
VALOR: R$ 48.937,50
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 558/2020
PROCESSO: 202019493
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de álccol em espuma
CONTRATADO: HIROMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EP
CNPJ: 26476191000156
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01937
VALOR: R$ 16.875,00
EMITIDA EM: 23/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 664/2020
PROCESSO: 202038218
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de conjunto para nebulização e outros
CONTRATADO: HIROMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EP
CNPJ: 26476191000156
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01938
VALOR: R$ 11.208,60
EMITIDA EM: 28/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 770/2020
PROCESSO: 202039108
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de fio de sutura de nylon e outros
CONTRATADO: SUTUMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS
CNPJ: 22910512000128
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01939
VALOR: R$ 237,60
EMITIDA EM: 28/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 770/2020
PROCESSO: 202039108
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de fio de sutura de nylon e outros
CONTRATADO: ZMED DISTRIBUIDORA DE MAT. MÉDICOS EIRELI
CNPJ: 23690002000155
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01940
VALOR: R$ 9.473,28
EMITIDA EM: 28/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 768/2020
PROCESSO: 202038721
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001141
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de haste para coleta e outros
CONTRATADO: FORLAB COM.EQUIP.MATLS.P/LABORATóRIOS LT-
CNPJ: 12655453000135
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01943
VALOR: R$ 12.000,00
EMITIDA EM: 28/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 768/2020
PROCESSO: 202038721
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001141
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de haste para coleta e outros
CONTRATADO: DGC COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO
CNPJ: 06238495000178
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01944
VALOR: R$ 294,00
EMITIDA EM: 28/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 518/2020
PROCESSO: 202024644
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: aquisição de Cateter para Hemodialise
CONTRATADO: UNIDAS MEDICAL IMPORTAÇÃO E EXP LTDA EPP
CNPJ: 17094914000161
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01945
VALOR: R$ 43.500,00
EMITIDA EM: 28/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 746/2020
PROCESSO: 202042752
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 005001133
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de dispositivo para continência urinaria
CONTRATADO: PS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DA SAUDE LTD
CNPJ: 08304991000108
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01946
VALOR: R$ 2.391,00
EMITIDA EM: 28/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRONICO: 767/2020
PROCESSO: 202038721
CREDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001141
UGE: 090183
OBJETO: Aquisição de haste para coleta e outros
CONTRATADO: INTERLAB DISTR DE PROD CIENTIF.LTDA
CNPJ: 46849303000184
NOTA DE EMPENHO: 2020NE01949
VALOR: R$ 13.520,00
EMITIDA EM: 29/12/2020
PRAZO DO CONTRATO: 10 DIAS

UNIDADE DE GESTÃO ASSISTENCIAL III - HOSPITAL INFANTIL DARCY VARGAS

ACHA-SE ABERTO NO HOSPITAL INFANTIL DARCY VARGAS, SITO NA RUA DR. SERÁFICO DE ASSIS CARVALHO Nº 34 – MORUMBI - SÃO PAULO, A LICITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 010/2021 REFERENTE AO SES–PRC–2020/43782
BEC OC Nº 090162000012021OC00004.
AQUISIÇÃO DE AMICACINA, ANFOTERICINA, ANLODIPINA, BUPIVACAINA E OUTROS
A REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ NO
DIA 10 / 02 /2021 A PARTIR DAS 09h00, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.BEC.SP.GOV.BR. O EDITAL NA INTEGRA ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA E RETIRADA NO SITE WWW.BEC.SP.GOV.BR OU.,WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR.

COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE PRUDENTE

PREGÃO ELETRÔNICO
Encontra-se aberta no Departamento Regional de Saúde-DRS XI Presidente Prudente, a licitação na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo Sistema BEC/SP, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, nº 001/2021 – Oferta de Compra 090117000012021OC00001 objetivando AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES EM TRATAMENTO NO AMBULATÓRIO REGIONAL DE SAÚDE MENTAL DE PRESIDENTE PRUDENTE
A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizado no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia 11/02/2021, às 09:00 horas.

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR CHOPIN TAVARES DE LIMA

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP
AVISO DE LICITAÇÃO
Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação:
Pregão Eletrônico nº 0179/2020 – Processo: 88573
Oferta de Compra nº 091101090452020OC00821
Pregoeiro designado: Vagner Ribeiro de Souza
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE AR CONDICIONADO DE ÁREAS CLASSIFICADAS E DE EQUIPAMENTOS COM FLUXO DE AR
Realização da Sessão: 11/02/2021 às 09:00 horas
EDITAL / INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6226 / 6156, das 10:00 às 12:00 hs. e das 13:00 às 16:00 hs. – E-mail licitacao@furp.sp.gov.br – As licitantes interessadas poderão consultar o resumo do edital nos sites: www.pregao.sp.gov.br e www.furp.sp.gov.br ou adquiri-lo através do site www.imprensaoficial.com.br ou www.bec.sp.gov.br
FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR – CHOPIN TAVARES DE LIMA FURP
Extrato de Contrato nº 088578050100
Oferta de compra nº 091101090452020OC00771
Contratante: Fundação Para o Remédio Popular – Furp
Contratada: GERRESHEIMER PLÁSTICOS SÃO PAULO LTDA.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 0182/2020.
Objeto: aquisição de material de embalagem (Frasco de Polietileno de 25 e 100 ml + tampa com sílica)
Processo Furp nº 88.578.
Valor Total: R$ 146.037,80
Vigência Contratual: 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato.
Data de Assinatura: 28/01/2021
FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR – CHOPIN TAVARES DE LIMA FURP
Comunicado
Pregão Eletrônico nº 0141/2020-D. Oferta de compra nº 091101090452020OC00687 – Objeto: aquisição de matéria-prima farmacêutica (PROPRANOLOL CLORIDRATO). Tendo em vista o constante nos autos e, considerando as informações contidas na Ata do Pregão nº 0141/200-D, o pregoeiro Arthur Estevan Gil Xavier declara fracassado o certame. Processo Furp nº 87109.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP

GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
DIVISAO DE MATERIAL - NILO
Acha-se aberto no Hospital das Clínicas da FMUSP o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/21 PROCESSO Nº 1370690/20 Oferta de Compra 092301090572021OC00148 para aquisição futura e eventual de Registro de Preços de esponja para limpeza dupla face, cuja sessão será realizada no dia 10/02/2021 às 09:00 horas. O edital na íntegra estará disponível aos interessados nos sites www.bec.sp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br ou na Divisão de Material, na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Prédio da Administração, 2º andar, das 08:00 às 16:00 horas, no valor de R$ 10,00 (dez reais), na versão impressa, a partir de 29/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO:RENATA INÁCIO DA SILVA.
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
DIVISAO DE MATERIAL - NILO
Acha-se aberto no Hospital das Clínicas da FMUSP o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/21 PROCESSO Nº 741804/20 Oferta de Compra 092301090572021OC00058 para aquisição futura e eventual de Registro de Preços de LENCOS UMEDECIDOS EMBEBIDO EM DETERGENTE HOSPITALAR, cuja sessão será realizada no dia 10/02/2021 às 09:00 horas. O edital na íntegra estará disponível aos interessados nos sites www.bec.sp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br ou na Divisão de Material, na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Prédio da Administração, 2º andar, das 08:00 às 16:00 horas, no valor de R$ 10,00 (dez reais), na versão impressa, a partir de 29/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO:RENATA INÁCIO DA SILVA.
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
DIVISAO DE MATERIAL - NILO
Acha-se aberto no Hospital das Clínicas da FMUSP o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/21 PROCESSO Nº 2135627/20 Oferta de Compra 092301090572021OC00114 para aquisição futura e eventual de Registro de Preços de LAMPADA P/LARINGOSCOPIO INFANTIL, cuja sessão será realizada no dia 10/02/2021 às 09:00 horas. O edital na íntegra estará disponível aos interessados nos sites www.bec.sp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br ou na Divisão de Material, na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Prédio da Administração, 2º andar, das 08:00 às 16:00 horas, no valor de R$ 10,00 (dez reais), na versão impressa, a partir de 29/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO:RENATA INÁCIO DA SILVA.
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
DIVISAO DE MATERIAL - NILO
COMUNICADO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17/2021
PROCESSO N.º 1980549/2020
Comunicamos que o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2021, PROCESSO Nº 1980549/2020, com data inicial de realização em 28/01/2021 às 09:00 horas, terá uma nova data agendada para 25/02/2021.
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO (HCFMUSP)
DIVISAO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
Encontra-se aberto pelo HCFMUSP, o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0102/2021, Processo Administrativo nº 1595960/2020 Oferta de Compra 092301090572021OC00126 para a constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP, tipo menor preço, para aquisição de DOMPERIDONA 10MG OU BROMOPRIDA 10MG COMPRIMIDO, INSULINA ASPART 1000UI FA OU INSULINA LISPRO 1000UI FA, cuja sessão será realizada no dia 10/02/2021 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O edital na íntegra estará disponível no(s) endereço(s) eletrônico(s) www.bec.sp.gov.br – opção "edital" e www.imprensoficial.com.br opção "e-negociospublicos" ou, em versão impressa, no Expediente do NILO,2º andar do prédio da Administração, na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Cerqueira César, São Paulo-SP das 08:00 às 16:00 horas, no valor de R$ 10,00 (dez reais), a partir do dia 29/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: JULIANE B. DE OLIVEIRA MOURA E SUPLENTES.
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO (HCFMUSP)
DIVISAO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
Encontra-se aberto pelo HCFMUSP, o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0103/2021, Processo Administrativo nº 1725027/2020 Oferta de Compra 092301090572021OC00132 para a constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP, tipo menor preço, para aquisição de ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS CONTENDO 200 ML OU ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS CONTENDO 100 ML, cuja sessão será realizada no dia 10/02/2021 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O edital na íntegra estará disponível no(s) endereço(s) eletrônico(s) www.bec.sp.gov.br – opção "edital" e www.imprensoficial.com.br opção "e-negociospublicos" ou, em versão impressa, no Expediente do NILO,2º andar do prédio da Administração, na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Cerqueira César, São Paulo-SP das 08:00 às 16:00 horas, no valor de R$ 10,00 (dez reais), a partir do dia 29/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: JULIANE B. DE OLIVEIRA MOURA E SUPLENTES.
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO (HCFMUSP)
DIVISAO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
Encontra-se aberto pelo HCFMUSP, o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0097/2021, Processo Administrativo nº 2100415/2020 Oferta de Compra 092301090572021OC00124 para a constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP, tipo menor preço, para aquisição de CLARITROMICINA 500MG OU AZITROMICINA 500MG, cuja sessão será realizada no dia 10/02/2021 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O edital na íntegra estará disponível no(s) endereço(s) eletrônico(s) www.bec.sp.gov.br – opção "edital" e www.imprensoficial.com.br opção "e-negociospublicos" ou, em versão impressa, no Expediente do NILO,2º andar do prédio da Administração, na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Cerqueira César, São Paulo-SP das 08:00 às 16:00 horas, no valor de R$ 10,00 (dez reais), a partir do dia 29/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: KIZE DOS SANTOS VOLTAN E SUPLENTES.
EDITAL
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (HCFMUSP)
DIVISÃO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
Encontra-se aberto pelo HCFMUSP, o EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL DE ÂMBITO INTERNACIONAL nº 0101/2021, Processo Administrativo nº 1257391/2020, para constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP, tipo menor preço, para aquisição de FLUCITOSINA 500 MG, cuja sessão pública será realizada no dia 09/02/2021 às 9 horas, na Sala do Pregão - 2° andar do Prédio da Administração na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Cerqueira César, São Paulo-SP.
Considerando a edição, no sítio www.bec.sp.gov.br, das minutas padrão de edital para Aquisição de bem(ns) pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, resta justificada a impossibilidade de utilização do Pregão, em sua forma eletrônica neste procedimento, que visa a aquisição de objeto destinado à área da saúde em licitação de âmbito internacional, em razão da inviabilidade de estabelecimento de critérios de equiparação de preços e de pagamento, para os quais o sistema desenvolvido para o pregão eletrônico, ambiente BEC, ainda não está adaptado.
Destarte, a situação sob enfoque se reveste de característica suficiente para a excepcional opção pela forma presencial do pregão.
O edital, na íntegra, estará disponível no(s) endereço(s) eletrônico(s) www.hc.fm.usp.br e www.imprensaoficial.com.br – opção "e-negociospublicos" ou, em versão impressa, no

Expediente do NILO, 2° andar do Prédio da Administração na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Cerqueira César, São Paulo--SP, das 8 às 16 horas, no valor de R$10,00 (dez reais), a partir do dia Pregoeiro designado: RENATA INÁCIO DA SILVA e Suplentes.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA U.S.P.

DESPACHO DO SENHOR SUPERINTENDENTE

Processo nº 1373936/2020

HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 0995/20, na seguinte conformidade:

Empresa: DUPATRI HOSPITALAR COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Para item 1 - Valor unitário R$ 1,28 - Valor total R$ 28.160,00

Empresa: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Para item 2 - Valor unitário R$ 0,37 - Valor total R$ 36.519,00

Empresa: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA

Para item 3 - Valor unitário R$ 1,60 - Valor total R$ 83.200,00

Empresa: R&C DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI

Para item 4 - Valor unitário ML: R$ 0,1375 Valor unitário FR: R$ 1,375

Valor total R$ 12.144,00

Empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA

Para item 5 - Valor unitário R$ 25,00 - Valor total R$ 86.250,00

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA U.S.P.

DESPACHO DO SENHOR SUPERINTENDENTE

Processo nº 1478147/2020

HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 1000/2020, na seguinte conformidade:

Empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA

Para item 1 - Valor unitário R$ 1,05 - Valor total R$ 144.322,50

Para item 5 - Valor unitário R$ 34,30 - Valor total R$ 441.098,00

Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL SA

Para item 2 - Valor unitário R$ 3,10 - Valor total R$ 139.500,00

Empresa: FUTURA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

Para item 3 - Valor unitário R$ 0,5560 - Valor total R$ 129.803,76

Empresa: GUERBET PRODUTOS RADIOLÓGICOS LTDA

Para item 6 - Valor unitário R$ 586,00 - Valor total R$ 501.030,00

Para item 4 - Fracassado - Preço Inaceitável - Variável 3,00%

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA U.S.P.

DESPACHO DO SENHOR SUPERINTENDENTE

Processo nº 876928/2020

HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 01022/20, na seguinte conformidade:

Empresa: ANBIOTON IMPORTADORA LTDA

Para item 1 - Valor unitário FR R$ 2,2700 – Valor unitário ML 0,0227 Valor total R$ 118.721,00

Empresa: AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Para item 2 - Valor unitário R$ 2,8000 - Valor total R$ 128.800,00

Empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Para item 3 - Valor unitário R$ 0,1260 - Valor total R$ 324.450,00

Empresa: ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA

Para item 5 - Valor unitário R$ 44,0000 - Valor total R$ 660.000,00

Para item 4 - Revogado -

Para item 6 - Fracassado - Preço Inaceitável - Variável 16,92%

Para item 7 - Fracassado - Preço Inaceitável - Variável 19,45%

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA U.S.P.

DESPACHO DO SENHOR SUPERINTENDENTE

Processo nº 1787557/2020

HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 01035/20, na seguinte conformidade:

Empresa: MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS LTDA-ME

Para item 1 - Valor unitário R$ 0,5360 - Valor total R$ 147.400,00

Empresa: HYPOFARMA INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA LTDA

Para item 3 - Valor unitário R$ 11,2000 - Valor total R$ 306.286,40

Empresa: GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A

Para item 4 - Valor unitário R$ 0,0290 - Valor total R$ 345.885,90

Empresa: CM HOSPITALAR S.A

Para item 5 - Valor unitário R$ 60,2100 - Valor total R$ 236.565,09

Para item 6 - Valor unitário R$ 112,4400 - Valor total R$ 248.492,40

Para item 2 - Fracassado

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA USP

DIVISAO DE MATERIAL – NILO

Processo nº: 1042903/2020

Pregão nº: 1090/2020

Oferta de Compra nº 092301090572020OC01242

HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 1090/20, na seguinte conformidade:

Empresa: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

Para o lote 1 - Valor total R$ 7.999,20

Para Subitem 1 - Valor unitário R$ 7,06 - Valor total R$ 5.083,20

Para Subitem 2 - Valor unitário R$ 8,10 - Valor total R$ 2.916,00

Ata de Registro de Preços HCFMUSP N.º 1090/2020

PROCESSO N.º 1042903/2020

PREGÃO ELETRONICO N.º 1090/2020

Oferta de Compra n º 092301090572020OC01242

Considerando que o julgamento da licitação é por item e que o julgamento de classificação em 13 de janeiro de 2021, foi homologado pelo superintendente em 19 de janeiro de 2021, fica homologado a Ata de Registro de preços ao preço da primeira classificada, conforme segue:

LOTE 01 COMPOSTO POR 02 ITENS VALOR TOTAL R$ 7.999,20

ITEM 1

DESCRIÇÃO: FIO DE SUTURA CIRÚRGICA DE FIBRA DE POLIÉSTER TRANÇADO, MULTIFILAMENTAR, COM REVESTIMENTO DE POLIBUTILATO , AGULHADO, DIMENSÕES APROXIMADAS: FIO DIAMETRO N 3-0 COM 75 CM DE COMPRIMENTO, AGULHAS: 02 AGULHAS DE ½ CIRCULO CILINDRICA 2,0 CM DE COMPRIMENTO, ESTÉRIL. EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA. A APRESENTAÇÃO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE, ANVISA/MS. EM CONFORMIDADE COM A NBR 13.904 DE MAIO DE 2003.

CÓDIGO HC: 62060018

UNIDADE HC: ENV

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 720

CÓDIGO SIAFÍSICO: 1790110

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

MARCA: ETHICON

FABRICANTE: JOHNSON & JOHNSON

EMBALAGEM: CX C/ 24 UNIDADES

PROCEDÊNCIA: NACIONAL

N° DO REGISTRO MS: 10132590044

VALOR UNITÁRIO: R$ 7,06 Valor Total: R$ 5.083,20

ICMS: INCLUSO

VALIDADE: 12 MESES

ITEM 2

DESCRIÇÃO: FIO DE SUTURA EM FILAMENTOS DE POLIÉSTER TRANÇADO 4-0, REVESTIDO COM POLIBUTILATO, COM 2 AGULHAS 1/2 CIRCULO, CILINDRICA, 13 MM, MEDINDO NO MINIMO 60 CM, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERIL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.

CÓDIGO HC: 62060020

UNIDADE HC: ENV

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 360

CÓDIGO SIAFÍSICO: 2833794

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

MARCA: ETHICON

FABRICANTE: JOHNSON & JOHNSON

EMBALAGEM: CX C/ 24 UNIDADES

PROCEDÊNCIA: NACIONAL

N° DO REGISTRO MS: 10132590044

VALOR UNITÁRIO: R$ 8,10 Valor Total: R$ 2.916,00

ICMS: INCLUSO

VALIDADE: 12 MESES

Processo nº: 1155493/2020

Pregão nº: 1086/2020

Oferta de Compra nº 092301090572020OC01272

HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 1086/20, na seguinte conformidade:

Empresa: DILEPE IND. E COM. DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA

Para o lote 1 - Valor total R$ 9.579,60

Para Subitem 1 - Valor unitário R$ 106,44 - Valor total R$ 1.915,92

Para Subitem 2 - Valor unitário R$ 106,44 - Valor total R$ 3.831,84

Para Subitem 3 - Valor unitário R$ 106,44 - Valor total R$ 1.915,92

Para Subitem 4 - Valor unitário R$ 106,44 - Valor total R$ 1.915,92

Para o lote 2 - Valor total R$ 133.334,10

Para Subitem 1 - Valor unitário R$ 107,35 - Valor total R$ 1.932,30

Para Subitem 2 - Valor unitário R$ 107,50 - Valor total R$ 3.870,00

Para Subitem 3 - Valor unitário R$ 107,35 - Valor total R$ 63.765,90

Para Subitem 4 - Valor unitário R$ 107,35 - Valor total R$ 63.765,90

AUTORIZO RETOMADA do lote 03 para sessão pública em data a ser determinada oportunamente com as demais licitantes classificadas.

Ata de Registro de Preços HCFMUSP N.º 1086/2020

PROCESSO N.º 1155493/2020

PREGÃO ELETRONICO N.º 1086/2020

Oferta de Compra n º 092301090572020OC01272

Considerando que o julgamento da licitação é por item e que o julgamento de classificação em 13 de janeiro de 2021, foi homologado pelo superintendente em 21 de janeiro de 2021, fica homologado a Ata de Registro de preços ao preço da primeira classificada, conforme segue:

LOTE 01 COMPOSTO POR 04 ITENS VALOR TOTAL R$ 9.579,60

ITEM 1

DESCRIÇÃO: BOTA IMOBILIZADORA TIPO ROBOFOOT CURTA, SUPORTE RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, HASTES LATERAIS EM DURALUMINIO, SOLADO RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, TAMANHO PEQUENO. EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. A APRESENTACAO DEVERA ATENDER A LEGISLACAO VIGENTE.

CÓDIGO HC: 73020002

UNIDADE HC: UND

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 36

CÓDIGO SIAFÍSICO: 5292514

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: DILEPE IND. E COM. DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA

MARCA: DILEPE

FABRICANTE: DILEPE

EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO

PROCEDÊNCIA: BRASIL

N° DO REGISTRO MS: 80018110024

VALOR UNITÁRIO: R$ 106,44 Valor Total: R$ 3.831,84

ICMS: ISENTO

VALIDADE: 12 MESES

ITEM 2

DESCRIÇÃO: BOTA IMOBILIZADORA TIPO ROBOFOOT CURTA, SUPORTE RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, HASTES LATERAIS EM DURALUMINIO, SOLADO RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, TAMANHO INFANTIL. EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. A APRESENTACAO DEVERA ATENDER A LEGISLACAO VIGENTE.

CÓDIGO HC: 73020001

UNIDADE HC: UND

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 18

CÓDIGO SIAFÍSICO: 5292522

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: DILEPE IND. E COM. DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA

MARCA: DILEPE

FABRICANTE: DILEPE

EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO

PROCEDÊNCIA: BRASIL

N° DO REGISTRO MS: 80018110024

VALOR UNITÁRIO: R$ 106,44 Valor Total: R$ 1.915,92

ICMS: ISENTO

VALIDADE: 12 MESES

ITEM 3

DESCRIÇÃO: BOTA IMOBILIZADORA TIPO ROBOFOOT CURTA, SUPORTE RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, HASTES LATERAIS EM DURALUMINIO, SOLADO RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, TAMANHO MEDIO. EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. A APRESENTACAO DEVERA ATENDER A LEGISLACAO VIGENTE.

CÓDIGO HC: 73020003

UNIDADE HC: PC

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 18

CÓDIGO SIAFÍSICO: 5292530

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: DILEPE IND. E COM. DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA

MARCA: DILEPE

FABRICANTE: DILEPE

EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO

PROCEDÊNCIA: BRASIL

N° DO REGISTRO MS: 80018110024

VALOR UNITÁRIO: R$ 106,44 Valor Total: R$ 1.915,92

ICMS: ISENTO

VALIDADE: 12 MESES

ITEM 4

DESCRIÇÃO: BOTA IMOBILIZADORA TIPO ROBOFOOT CURTA, SUPORTE RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, HASTES LATERAIS EM DURALUMINIO, SOLADO RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, TAMANHO GRANDE. EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. A APRESENTACAO DEVERA ATENDER A LEGISLACAO VIGENTE.

CÓDIGO HC: 73020004

UNIDADE HC: PC

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 18

CÓDIGO SIAFÍSICO: 5292549

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: DILEPE IND. E COM. DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA

MARCA: DILEPE

FABRICANTE: DILEPE

EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO

PROCEDÊNCIA: BRASIL

N° DO REGISTRO MS: 80018110024

VALOR UNITÁRIO: R$ 106,44 Valor Total: R$ 1.915,92

ICMS: ISENTO

VALIDADE: 12 MESES

LOTE 02 COMPOSTO POR 04 ITENS VALOR TOTAL R$ 133.334,10

ITEM 1

DESCRIÇÃO: BOTA IMOBILIZADORA TIPO ROBOFOOT LONGA, SUPORTE RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, HASTES LATERAIS EM DURALUMINIO, SOLADO RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, TAMANHO INFANTIL. EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. A APRESENTACAO DEVERA ATENDER A LEGISLACAO VIGENTE.

CÓDIGO HC: 73020005

UNIDADE HC: PC

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 18

CÓDIGO SIAFÍSICO: 5292557

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: DILEPE IND. E COM. DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA

MARCA: DILEPE

FABRICANTE: DILEPE

EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO

PROCEDÊNCIA: BRASIL

N° DO REGISTRO MS: 80018110024

VALOR UNITÁRIO: R$ 107,35 Valor Total: R$ 1932,30

ICMS: ISENTO

VALIDADE: 12 MESES

ITEM 2

DESCRIÇÃO: BOTA IMOBILIZADORA TIPO ROBOFOOT LONGA, SUPORTE RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, HASTES LATERAIS EM DURALUMINIO, SOLADO RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, TAMANHO PEQUENO. EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. A APRESENTACAO DEVERA ATENDER A LEGISLACAO VIGENTE.

CÓDIGO HC: 73020006

UNIDADE HC: PC

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 36

CÓDIGO SIAFÍSICO: 5292565

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: DILEPE IND. E COM. DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA

MARCA: DILEPE

FABRICANTE: DILEPE

EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO

PROCEDÊNCIA: BRASIL

N° DO REGISTRO MS: 80018110024

VALOR UNITÁRIO: R$ 107,50 Valor Total: R$ 3870,00

ICMS: ISENTO

VALIDADE: 12 MESES

ITEM 3

DESCRIÇÃO: BOTA IMOBILIZADORA TIPO ROBOFOOT LONGA, SUPORTE RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, HASTES LATERAIS EM DURALUMINIO, SOLADO RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, TAMANHO MEDIO. EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. A APRESENTACAO DEVERA ATENDER A LEGISLACAO VIGENTE.

CÓDIGO HC: 73020007

UNIDADE HC: PC

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 594

CÓDIGO SIAFÍSICO: 5292573

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: DILEPE IND. E COM. DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA

MARCA: DILEPE

FABRICANTE: DILEPE

EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO

PROCEDÊNCIA: BRASIL

N° DO REGISTRO MS: 80018110024

VALOR UNITÁRIO: R$ 107,35 Valor Total: R$ 63.765,90

ICMS: ISENTO

VALIDADE: 12 MESES

ITEM 4

DESCRIÇÃO: BOTA IMOBILIZADORA TIPO ROBOFOOT LONGA, SUPORTE RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, HASTES LATERAIS EM DURALUMINIO, SOLADO RIGIDO CONFECCIONADO EM NYLON, TAMANHO GRANDE. EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. A APRESENTACAO DEVERA ATENDER A LEGISLACAO VIGENTE.

CÓDIGO HC: 73020008

UNIDADE HC: PC

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 594

CÓDIGO SIAFÍSICO: 5292581

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: DILEPE IND. E COM. DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA

MARCA: DILEPE

FABRICANTE: DILEPE

EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO

PROCEDÊNCIA: BRASIL

N° DO REGISTRO MS: 80018110024

VALOR UNITÁRIO: R$ 107,35 Valor Total: R$ 63.765,90

ICMS: ISENTO

VALIDADE: 12 MESES

Processo nº: 1331891/2020

Pregão nº: 928/2020

Oferta de Compra nº 092301090572020OC01078

HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 928/20, na seguinte conformidade:

Empresa: BRAILE BIOMÉDICA INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Para o lote 1 - Valor total R$ 8.666.974,80

Para item 1 - Valor unitário R$ 240,82 - Valor total R$ 1.473.818,40

Para item 2- Valor unitário R$ 112,25 - Valor total R$ 686.970,00

Para item 3 - Valor unitário R$ 971,80 - Valor total R$ 5.947.416,00

Para item 4 - Valor unitário R$ 86,23 - Valor total R$ 558.770,40

Ata de Registro de Preços HCFMUSP N.º 928/2020

PROCESSO N.º 1331891/2020

PREGÃO ELETRONICO N.º 928/2020

Oferta de Compra n º 092301090572020OC01078

Considerando que o julgamento da licitação é por item e que o julgamento de classificação em 12 de janeiro de 2021, foi homologado pelo superintendente em 21 de janeiro de 2021, fica homologado a Ata de Registro de preços ao preço da primeira classificada, conforme segue:

LOTE 01 COMPOSTO POR 04 ITENS VALOR TOTAL R$ 8.666.974,80

ITEM 1

DESCRIÇÃO: CONJUNTO DE TUBOS P/ CIRCULACAO EXTRACORPOREO ADULTO, COMPOSTO DE TUBOS DE PVC ATÓXICOS E TRANSPARENTES E ACESSÓRIOS CONSTITUIDOS POR MATERIAIS DE GRAU MÉDICO, ATÓXICOS E BIOCOMPATÍVEIS, ESTÉRIL E APIROGENICO. EMBALAGEM EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE, ANVISA/MS. ANEXAR O MEMORIAL DESCRITIVO.

CÓDIGO HC: 64050261

UNIDADE HC: UND

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 6120

CÓDIGO SIAFÍSICO: 1699105

UNIDADE SIAFISICO: CJT

CLASSIFICAÇÃO: BRAILE BIOMÉDICA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

MARCA: BRAILE BIOMÉDICA

FABRICANTE: BRAILE BIOMÉDICA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

EMBALAGEM: CAIXA UNITÁRIA

PROCEDÊNCIA: NACIONAL

N° DO REGISTRO MS: 10159030040

VALOR UNITÁRIO: R$ 240,82 Valor Total: R$ 1.473.818,40

ICMS: ISENTO

VALIDADE: 12 MESES

ITEM 2

DESCRIÇÃO: RESERVATÓRIO DE CARDIOTOMIA CONFECCIONADO EM POLIMETILMETACRILATO COM VOLUME MÁXIMO DE 2000 ML, ENTRADA DE SANGUE ASPIRADO E ENTRADA RÁPIDA DE PRIMING DE 1/4POL., 03 ENTRADAS DE ¼POL. E SAÍDA DE 3/8POL. COMPATÍVEL COM A ENTRADA VENOSA DO OXIGENADOR, ENTRADA DE DROGAS TIPO LUER-LOCK, COM DESBORBULHADOR DE POLIURETANO E FIBRA DE POLIÉSTER, COM CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE PARTÍCULAS MAIORES QUE 105 MICRAS. O RESERVATÓRIO DE CARDIOTOMIA DEVE PERMITIR USO DE ASPIRAÇÃO A VÁCUO, ESTERIL, APIROGENICO. EMBALAGEM QUE PROMOVA BARREIRA BACTERIANA E PERMITA ABERTURA ASSEPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, CODIGO DE REFERENCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA / MS. VIDE MEMORIAL DESCRITIVO.

CÓDIGO HC: 64050255

UNIDADE HC: UND

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 6120

CÓDIGO SIAFÍSICO: 1844121

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: BRAILE BIOMÉDICA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

MARCA: BRAILE BIOMÉDICA

FABRICANTE: BRAILE BIOMÉDICA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

EMBALAGEM: CAIXA UNITÁRIA

PROCEDÊNCIA: NACIONAL

N° DO REGISTRO MS: 10159030078

VALOR UNITÁRIO: R$ 112,25 Valor Total: R$ 686.970,00

ICMS: ISENTO

VALIDADE: 12 MESES

ITEM 3

DESCRIÇÃO: OXIGENADOR DE MEMBRANA VÁCUO (SELADO) ADULTO COM SUPERFÍCIE DE ÁREA DA MEMBRANA MÍNIMO DE 2M2, NÃO POSSIBILITAR USO DE SHUNT, COMPOSTO POR CÂMARA DE OXIGENAÇÃO, TROCADOR DE CALOR COM CONTROLE DE TEMPERATURA, RESERVATÓRIO VENOSO MANUFATURADO COM TERMOPLÁSTICO BIOCOMPATÍVEL COM DESBORBULHADOR DE POLIURETANO E FIBRA DE POLIÉSTER, COM CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE PARTÍCULAS MAIORES QUE 105 MICRAS. A CAMARA DE OXIGENAÇÃO DEVE SER CONSTITUIDA POR FIBRAS OCAS POLIMÉRICAS, COM CONECTOR DE ENTRADA E SAÍDA VENOSA DE 3/8POL, ENTRADA E SAÍDA DE GAS DE ¼POL., SAÍDA DE RECIRCULAÇÃO DE ¼POL., ENTRADA E SAÍDA DE AGUA DE ½ POL., TOMADA DE AMOSTRA ARTERIAL – TIPO LUER LOCK E PRIMING TOTAL DE NO MÁXIMO 390 ML E FLUXO DE SANGUE RECOMENDADO DE 1 A 7 LITROS POR MINUTO. DEVE POSSIBILITAR USO EM PROCEDIMENTOS DE DRENAGEM VENOSA ASSISTIDA POR VÁCUO COM CONEXÕES COMPATÍVEIS COM A VÁLVULA REGULADORA DE VÁCUO, RESERVATÓRIO VENOSO COM 01 ENTRADA VENOSA DE ½POL.COM CONEXÃO PARA SENSOR DE TEMPERATURA, 01 SAÍDA DE 3/8POL.; 01 SAÍDA DE GÁS (RESPIRO) ¼POL.; 01 ENTRADA DE ¼POL. PARA A RECIRCULAÇÃO; 05 ENTRADAS DE ¼POL.; 01 ENTRADA DE 3/8POL., E ENTRADAS DE DROGA TIPO LUER LOCK, ESTÉRIL, APIROGENICO. EMBALAGEM QUE PROMOVA BARREIRA BACTERIANA E PERMITA ABERTURA ASSEPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, CODIGO DE REFERENCIA , TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA / MS. VIDE MEMORIAL DESCRITIVO.

CÓDIGO HC: 64050293

UNIDADE HC: UND

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 6120

CÓDIGO SIAFÍSICO: 1846124

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: BRAILE BIOMÉDICA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

MARCA: BRAILE BIOMÉDICA

FABRICANTE: BRAILE BIOMÉDICA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

EMBALAGEM: CAIXA UNITÁRIA

PROCEDÊNCIA: NACIONAL

N° DO REGISTRO MS: 10159030085/ 10159030078

VALOR UNITÁRIO: R$ 971,80 Valor Total: R$ 5.947.416,00

ICMS: ISENTO

VALIDADE: 12 MESES

ITEM 4

DESCRIÇÃO: FILTRO DE LINHA ARTERIAL COM CORPO DE POLICARBONATO E FILTRO EM MALHA DE POLIÉSTER COM CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE PARTÍCULAS DE ATE 40 MICRA, COM CONECTOR DE ENTRADA E SAÍDA 3/8 POL, VOLUME MÁXIMO DO PRIMING DE 210ML, FLUXO MÁXIMO DE 6L/MIN, COM UMA EXTENSÃO DE CATABOLHAS, TIPO LUER LOCK E 01 TORNEIRA DE 3 VIAS, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. EMBALAGEM QUE PROMOVA BARREIRA BACTERIANA E PERMITA ABERTURA ASSEPTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, CODIGO DE REFERENCIA , TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA / MS. VIDE MEMORIAL DESCRITIVO.

CÓDIGO HC: 61230014

UNIDADE HC: UND

QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 6480

CÓDIGO SIAFÍSICO: 925950

UNIDADE SIAFISICO: UND

CLASSIFICAÇÃO: BRAILE BIOMÉDICA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

MARCA: BRAILE BIOMÉDICA

FABRICANTE: BRAILE BIOMÉDICA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

EMBALAGEM: CAIXA UNITÁRIA

PROCEDÊNCIA: NACIONAL

N° DO REGISTRO MS: 10159030079

VALOR UNITÁRIO: R$ 86,23 Valor Total: R$ 558.770,40

ICMS: ISENTO

VALIDADE: 12 MESES

Processo nº: 1955624/2020

Pregão nº: 1099/2020

Oferta de Compra nº 092301090572020OC01288

HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 1099/20, na seguinte conformidade:

Empresa: MEDICAL SHOPPING PRODUTOS HOSPITALARES LTDA- EPP

Para item 1 - Valor unitário R$ 9,70 - Valor total R$ 7.022,80

Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA
Para item 2 - Valor unitário R$ 930,00 - Valor total R$ 22.320,00
Ata de Registro de Preços HCFMUSP N.º 1099/2020
PROCESSO N.º 1955624/2020
PREGÃO ELETRONICO N.º 1099/2020
Oferta de Compra n º 092301090572020OC01288
Considerando que o julgamento da licitação é por item e que o julgamento de classificação em 14 de janeiro de 2021, foi homologado pelo superintendente em 26 de janeiro de 2021, fica homologado a Ata de Registro de preços ao preço da primeira classificada, conforme segue:
ITEM 1
DESCRIÇÃO: MALHA TUBULAR COM APROXIMADAMENTE 10CM DE LARGURA, CONSTITUIDA DE FIOS DE ALGO-DAO, BINADOS, TIPO PUNHO SIMPLES A MALHA DEVERA APRESENTAR ELASTICIDADE ADEQUADA, ISENTA DE QUAISQUER DEFEITOS, EM ROLO COM 25METROS, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, A APRESENTAÇÃO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.
CÓDIGO HC: 61270008
UNIDADE HC: ROL
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 724
CÓDIGO SIAFÍSICO: 216194
UNIDADE SIAFISICO: ROL
CLASSIFICAÇÃO: MEDICAL SHOPPING PRODUTOS HOSPITALARES LTDA- EPP
MARCA: POLAR FIX
FABRICANTE: POLAR FIX INDUSTRIA E COMÉRCIODE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
EMBALAGEM: UNIDADE
PROCEDÊNCIA: BRASIL
N° DO REGISTRO MS: 8003400021
VALOR UNITÁRIO: R$ 9,70 Valor Total: R$ 7.022,80
ICMS: INCLUSO
VALIDADE: 12 MESES
Ata de Registro de Preços HCFMUSP N.º 1099/2020
PROCESSO N.º 1955624/2020
PREGÃO ELETRONICO N.º 1099/2020
Oferta de Compra n º 092301090572020OC01288
Considerando que o julgamento da licitação é por item e que o julgamento de classificação em 14 de janeiro de 2021, foi homologado pelo superintendente em 26 de janeiro de 2021, fica homologado a Ata de Registro de preços ao preço da primeira classificada, conforme segue:
ITEM 2
DESCRIÇÃO: CABO-ELETRODO ENDOCÁRDICO, EM SILICONE OU POLIURETANO, BIPOLAR, COM LIBERAÇÃO DE ESTERÓIDES, FIXACAO ATIVA, CONEXAO IS1, COMPRIMENTO DE 80 A 90CM, ESTERIL, APIROGENICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ROTULO COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VENCIMENTO, LOTE, SERIE, RG.MINIST. SAUDE. - MEMORIAL DESCRITIVO
CÓDIGO HC: 64050194
UNIDADE HC: PC
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 24
CÓDIGO SIAFÍSICO: 4834178
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA
MARCA: MEDTRONIC
FABRICANTE: MEDTRONIC
EMBALAGEM: INDIVIDUAL
PROCEDÊNCIA: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
N° DO REGISTRO MS: 10339190495
VALOR UNITÁRIO: R$ 930,00 Valor Total: R$ 22.320,00
ICMS: INCLUSO
VALIDADE: 12 MESES
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
DIVISAO DE MATERIAL - NILO
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
DIVISAO DE MATERIAL - NILO
Acha-se aberto no Hospital das Clínicas da FMUSP o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/21, PROCESSO Nº 1653091/2020, Oferta de Compra 092301090572021OC00013 para constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura e eventual, de cânulas, cuja sessão será realizada no dia 11/02/2021, às 09:00 horas. O edital na íntegra estará disponível aos interessados nos sites www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br a partir de 29/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: RENATA DA SILVA OLIVEIRA e suplentes.
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
DIVISAO DE MATERIAL - NILO
Acha-se aberto no Hospital das Clínicas da FMUSP o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/21, PROCESSO Nº 1678891/2020, Oferta de Compra 092301090572021OC00016 para constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura e eventual, de filme preto e branco, com cessão em comodato de equipamentos, incluindo acessórios e insumos que lhes sejam inerentes e assistência técnica, cuja sessão será realizada no dia 11/02/2021, às 09:00 horas. O edital na íntegra estará disponível aos interessados nos sites www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br a partir de 29/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: PATRICIA NUNES DOS SANTOS e suplentes.
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
DIVISAO DE MATERIAL - NILO
Acha-se aberto no Hospital das Clínicas da FMUSP o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/21, PROCESSO Nº 1492254/2020, Oferta de Compra 092301090572021OC00078 para constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura e eventual, de cânulas, tubo extensor em pvc e enxerto de pericárdio bovino, cuja sessão será realizada no dia 23/02/2021, às 09:00 horas. O edital na íntegra estará disponível aos interessados nos sites www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br a partir de 29/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: JOSÉ ROBERTO SANTOS DE MATOS e suplentes.
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
DIVISAO DE MATERIAL - NILO
Acha-se aberto no Hospital das Clínicas da FMUSP o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/21, PROCESSO Nº 1678888/2020, Oferta de Compra 092301090572021OC00015 para constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura e eventual, de agulha para anestesia, com cessão em comodato de equipamentos, incluindo acessórios e insumos que lhes sejam inerentes e assistência técnica, cuja sessão será realizada no dia 10/02/2021, às 09:00 horas. O edital na íntegra estará disponível aos interessados nos sites www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br a partir de 29/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: GABRIELA RODRIGUES CARDOSO e suplentes.

Processo nº: 1042922/2020
Pregão nº: 1098/2020
Oferta de Compra nº 092301090572020OC01281
HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 1098/20, na seguinte conformidade:
EMPRESA: DILEPE IND. COM. MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA.
Para item 1 - Valor unitário R$ 37,40 - Valor total R$ 2.917,20
Para item 2 - Valor unitário R$ 37,40 - Valor total R$ 24.235,20
Ata de Registro de Preços HCFMUSP N.º 1098/2020
PROCESSO N.º 1042922/2020
PREGÃO ELETRONICO N.º 1098/2020
Oferta de Compra n º 092301090572020OC01281
Considerando que o julgamento da licitação é por item e que o julgamento de classificação em 12 de janeiro de 2021, foi homologado pelo superintendente em 14 de janeiro de 2021, fica homologado a Ata de Registro de preços ao preço da primeira classificada, conforme segue:
ITEM 1
DESCRIÇÃO: MULETA DE ALUMINIO ANODIZADO, TIPO AXILAR, TAMANHO PEQUENO COM REGULAGEM DE ALTURA (ENTRE 100 E 125 CM), COM APOIO PALMAR ANATOMICO, ALMA DE FERRO, REVESTIDO COM POLIURETANO, COM REGULAGEM DE ALTURA MINIMA EM 3 POSICOES DE ACORDO COM O COMPRIMENTO DO MEMBRO SUPERIOR DO PACIENTE, CAPACIDADE DE PESO DE 90 A 100 KG (O PAR), COM PONTEIRA DE BORRACHA, ADERENTE, RESISTENTE, FLEXIVEL. EMBALAGEM APROPRIADA QUE PROMOVA INTEGRIDADE DO PRODUTO, CONFORME LEGISLACAO VIGENTE, ANVISA/MS.
CÓDIGO HC: 64060006
UNIDADE HC: PC
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 78
CÓDIGO SIAFÍSICO: 3761355
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: DILEPE IND. E COM. DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA
MARCA: DILEPE
FABRICANTE: DILEPE
EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO
PROCEDÊNCIA: BRASIL
N° DO REGISTRO MS: 80018119014
VALOR UNITÁRIO: R$ 37,40 Valor Total: R$ 2.917,20
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 2
DESCRIÇÃO: MULETA DE ALUMINIO ANODIZADO, TIPO AXILAR, TAMANHO M COM REGULAGEM DE ALTURA (ENTRE 120 E 130 CM), COM APOIO PALMAR ANATOMICO, ALMA DE FERRO, REVESTIDO COM POLIURETANO, COM REGULAGEM DE ALTURA MINIMA EM 3 POSICOES DE ACORDO COM O COMPRIMENTO DO MEMBRO SUPERIOR DO PACIENTE. CAPACIDADE DE PESO DE 90 A 100 KG (O PAR), COM PONTEIRA DE BORRACHA, ADERENTE, RESISTENTE, FLEXIVEL. O MATERIAL DEVERA ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE.EMBALAGEM APROPRIADA QUE PROMOVA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.
CÓDIGO HC: 64060020
UNIDADE HC: UND
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 648
CÓDIGO SIAFÍSICO: 3761363
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: DILEPE IND. E COM. DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS LTDA
MARCA: DILEPE
FABRICANTE: DILEPE
EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO
PROCEDÊNCIA: BRASIL
N° DO REGISTRO MS: 80018119014
VALOR UNITÁRIO: R$ 37,40 Valor Total: R$ 24.235,20
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
Processo nº: 1212223/2020
Pregão nº: 1033/2020
Oferta de Compra nº 092301090572020OC01293
HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 1033/20, na seguinte conformidade:
EMPRESA: AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA
Para o lote 1 - Valor total R$ 547.266,08
Para item 1 - Valor unitário R$ 532,36 - Valor total R$ 400.334,72
Para item 2 - Valor unitário R$ 532,36 - Valor total R$ 48.977,12
Para item 3 - Valor unitário R$ 532,36 - Valor total R$ 48.977,12
Para item 4 - Valor unitário R$ 532,36 - Valor total R$ 48.977,12
Ata de Registro de Preços HCFMUSP N.º 1033/2020
PROCESSO N.º 1212223/2020
PREGÃO ELETRONICO N.º 1033/2020
Oferta de Compra n º 092301090572020OC01293
Considerando que o julgamento da licitação é por item e que o julgamento de classificação em 15 de janeiro de 2021, foi homologado pelo superintendente em 21 de janeiro de 2021, fica homologado a Ata de Registro de preços ao preço da primeira classificada, conforme segue:
LOTE 01 COMPOSTO POR 04 ITENS VALOR TOTAL R$ 547.266,08
ITEM 1
DESCRIÇÃO: GRAMPEADOR CIRCULAR INTRALUMINAL, CURVO, COM TROCATER FIXO, RETRATIL, CABEÇA DESTACAVEL, COM GRAMPOS DE TITANIO, COM DIAMETRO DE 28/29 MM PARA ANASTOMOSE DO APARELHO DIGESTIVO, DESCARTAVEL, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.
CÓDIGO HC: 65060163
UNIDADE HC: PC
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 752
CÓDIGO SIAFÍSICO: 2624664
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA
MARCA: COVIDIEN
FABRICANTE: COVIDIEN LLC
EMBALAGEM: 03 UNIDADES
PROCEDÊNCIA: Estados Unidos da América
N° DO REGISTRO MS: 10349000267
VALOR UNITÁRIO: R$ 532,36 Valor Total: R$ 400.334,72
ICMS: INCLUSO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 2
DESCRIÇÃO: GRAMPEADOR CIRCULAR INTRALUMINAL, CURVO, COM TROCATER FIXO, RETRATIL, CABEÇA DESTACAVEL, COM GRAMPOS DE TITANIO, COM DIAMETRO DE 33/34 MM, PARA ANASTOMOSE DO APARELHO DIGESTIVO, DESCARTAVEL, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.
CÓDIGO HC: 65060074
UNIDADE HC: PC
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 92
CÓDIGO SIAFÍSICO: 2624729
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA
MARCA: COVIDIEN
FABRICANTE: COVIDIEN LLC
EMBALAGEM: 03 UNIDADES
PROCEDÊNCIA: Estados Unidos da América
N° DO REGISTRO MS: 10349000267
VALOR UNITÁRIO: R$ 532,36 Valor Total: 48.977,12
ICMS: INCLUSO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 3
DESCRIÇÃO: GRAMPEADOR CIRCULAR INTRALUMINAL, CURVO, COM TROCATER FIXO, RETRATIL, CABEÇA DESTACAVEL, COM GRAMPOS DE TITANIO, COM DIAMETRO DE 24/25 MM, PARA ANASTOMOSE DO APARELHO DIGESTIVO, DESCARTAVEL, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.
CÓDIGO HC: 65060091
UNIDADE HC: PC
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 92
CÓDIGO SIAFÍSICO: 2624818
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA
MARCA: COVIDIEN
FABRICANTE: COVIDIEN LLC
EMBALAGEM: 03 UNIDADES
PROCEDÊNCIA: Estados Unidos da América
N° DO REGISTRO MS: 10349000267
VALOR UNITÁRIO: R$ 532,36 Valor Total: 48.977,12
ICMS: INCLUSO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 4
DESCRIÇÃO: GRAMPEADOR CIRCULAR INTRALUMINAL, CURVO, COM TROCATER FIXO, RETRATIL, CABEÇA DESTACAVEL, COM GRAMPOS DE TITANIO, COM DIAMETRO DE 20/21 MM, PARA ANASTOMOSE DO APARELHO DIGESTIVO, DESCARTAVEL, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.
CÓDIGO HC: 65060092
UNIDADE HC: PC
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 92
CÓDIGO SIAFÍSICO: 740306
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA
MARCA: COVIDIEN
FABRICANTE: COVIDIEN LLC
EMBALAGEM: 03 UNIDADES
PROCEDÊNCIA: Estados Unidos da América
N° DO REGISTRO MS: 10349000267
VALOR UNITÁRIO: R$ 532,36 Valor Total: 48.977,12
ICMS: INCLUSO
VALIDADE: 12 MESES
Processo nº: 1264690/2020
Pregão nº: 1070/2020
Oferta de Compra nº 092301090572020OC01341
HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 1070/20, na seguinte conformidade:
Empresa: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
Para o lote 1 - Valor total R$ 529.908,75
Para item 1 - Valor unitário R$ 99,32 - Valor total R$ 12.415,00
Para item 2 - Valor unitário R$ 62,00 - Valor total R$ 52.700,00
Para item 3 - Valor unitário R$ 117,18 - Valor total R$ 49.801,50
Para item 4 - Valor unitário R$ 62,00 - Valor total R$ 52.700,00
Para item 5 - Valor unitário R$ 67,53 - Valor total R$ 40.518,00
Para item 6 - Valor unitário R$ 57,72 - Valor total R$ 51.948,00
Para item 7 - Valor unitário R$ 76,81 - Valor total R$ 32.644,25
Para item 8 - Valor unitário R$ 70,81 - Valor total R$ 30.094,25
Para item 9 - Valor unitário R$ 50,24 - Valor total R$ 100.480,00
Para item 10 - Valor unitário R$ 109,78 - Valor total R$ 52.145,50
Para item 11 - Valor unitário R$ 71,96 - Valor total R$ 43.176,00
Para item 12 - Valor unitário R$ 90,29 - Valor total R$ 11.286,25
Ata de Registro de Preços HCFMUSP N.º 1070/2020
PROCESSO N.º 1264690/2020
PREGÃO ELETRONICO N.º 1070/2020
Oferta de Compra n º 092301090572020OC01341
Considerando que o julgamento da licitação é por item e que o julgamento de classificação em 10 de janeiro de 2021, foi homologado pelo superintendente em 26 de janeiro de 2021, fica homologado a Ata de Registro de preços ao preço da primeira classificada, conforme segue:
LOTE 01 COMPOSTO POR 12 ITENS VALOR TOTAL R$ 529.908,75
ITEM 1
DESCRIÇÃO: PINÇA FAURE CURVA COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 20 CM, EM AÇO INOXIDAVEL AISI 400. AUTOCLAVÁVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
CÓDIGO HC: 65120069
UNIDADE HC: UND
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 125
CÓDIGO SIAFÍSICO: 121010
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
MARCA: QUINELATO
FABRICANTE: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS:10301950026
VALOR UNITÁRIO: R$ 99,32 Valor Total: R$ 12.415,00
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 2
DESCRIÇÃO: PINÇA KOCHER RETA, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 14 CM DE, EM AÇO INOXIDAVEL AISI 400. AUTOCLAVÁVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
CÓDIGO HC: 65120055
UNIDADE HC: UND
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 850
CÓDIGO SIAFÍSICO: 121320
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
MARCA: QUINELATO
FABRICANTE: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS:10301950026
VALOR UNITÁRIO: R$ 62,00 Valor Total: R$ 52.700,00
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 3
DESCRIÇÃO: PINÇA ALLIS COM 5 X 6 DENTES, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 20 CM , EM AÇO INOXIDAVEL AISI 400. AUTOCLAVÁVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
CÓDIGO HC: 65120064
UNIDADE HC: UND
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 425
CÓDIGO SIAFÍSICO: 1727710
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
MARCA: QUINELATO
FABRICANTE: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS:10301950026
VALOR UNITÁRIO: R$ 117,18 Valor Total: R$ 49.801,50
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 4
DESCRIÇÃO: PINÇA KOCHER CURVA, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 14 CM, EM AÇO INOXIDAVEL AISI 400. AUTOCLAVÁVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
CÓDIGO HC: 65120057
UNIDADE HC: UND
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 850
CÓDIGO SIAFÍSICO: 1893360
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
MARCA: QUINELATO
FABRICANTE: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS:10301950026
VALOR UNITÁRIO: R$ 62,00 Valor Total: R$ 52.700,00
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 5
DESCRIÇÃO: PINÇA KOCHER CURVA,COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 16 CM, EM AÇO INOXIDAVEL AISI 400. AUTOCLAVÁVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
CÓDIGO HC: 65120058
UNIDADE HC: UND
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 600
CÓDIGO SIAFÍSICO: 1967231
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
MARCA: QUINELATO
FABRICANTE: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS:10301950026
VALOR UNITÁRIO: R$ 67,53 Valor Total: R$ 40.518,00
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 6
DESCRIÇÃO: PINÇA ALLIS COM DENTE 5 X 6, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 15 CM, EM AÇO INOXIDAVEL AISI 400. AUTOCLAVÁVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
CÓDIGO HC: 65120060
UNIDADE HC: UND
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 900
CÓDIGO SIAFÍSICO: 231258
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
MARCA: QUINELATO
FABRICANTE: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS:10301950026
VALOR UNITÁRIO: R$ 57,72 Valor Total: R$ 51.948,00
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 7
DESCRIÇÃO: PINÇA KOCHER RETA, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 18 CM, EM AÇO INOXIDAVEL AISI 400. AUTOCLAVÁVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
CÓDIGO HC: 65120054
UNIDADE HC: UND
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 425
CÓDIGO SIAFÍSICO: 233307
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
MARCA: QUINELATO
FABRICANTE: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS:10301950026
VALOR UNITÁRIO: R$ 76,81 Valor Total: R$ 32.644,25
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 8
DESCRIÇÃO: PINÇA KOCHER CURVA, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 18 CM, EM AÇO INOXIDAVEL AISI 400. AUTOCLAVÁVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
CÓDIGO HC: 65120059
UNIDADE HC: UND
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 425
CÓDIGO SIAFÍSICO: 233315
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
MARCA: QUINELATO
FABRICANTE: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS:10301950026
VALOR UNITÁRIO: R$ 70,81 Valor Total: R$ 30.094,25
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 9
DESCRIÇÃO: PINÇA BACKAUS, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 14 CM, EM AÇO INOXIDAVEL AISI 400. AUTOCLAVÁVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
CÓDIGO HC: 65120067
UNIDADE HC: UND
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 2000
CÓDIGO SIAFÍSICO: 325724
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
MARCA: QUINELATO
FABRICANTE: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS:10301950026
VALOR UNITÁRIO: R$ 50,24 Valor Total: R$ 100.480,00
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 10
DESCRIÇÃO: PINÇA ALLIS COM DENTE 5 X 6, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 18 CM , EM AÇO INOXIDAVEL AISI 400. AUTOCLAVÁVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

CÓDIGO HC: 65120061
UNIDADE HC: UND
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 475
CÓDIGO SIAFÍSICO: 438901
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
MARCA: QUINELATO
FABRICANTE: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS:10301950026
VALOR UNITÁRIO: R$ 109,78 Valor Total: R$ 52.145,50
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 11
DESCRIÇÃO: PINÇA KOCHER RETA, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 16 CM, EM AÇO INOXIDAVEL AISI 400. AUTOCLAVÁVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
CÓDIGO HC: 65120016
UNIDADE HC: PC
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 600
CÓDIGO SIAFÍSICO: 565644
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
MARCA: QUINELATO
FABRICANTE: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS:10301950026
VALOR UNITÁRIO: R$ 71,96 Valor Total: R$ 43.176,00
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 12
DESCRIÇÃO: PINÇA FAURE RETA, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 22 CM, EM AÇO INOXIDAVEL AISI 400. AUTOCLAVÁVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
CÓDIGO HC: 65120068
UNIDADE HC: UND
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 125
CÓDIGO SIAFÍSICO: 892777
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
MARCA: QUINELATO
FABRICANTE: SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS:10301950026
VALOR UNITÁRIO: R$ 90,29 Valor Total: R$ 11.286,25
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
Processo nº: 1956256/2020
Pregão nº: 1088/2020
Oferta de Compra nº 0923010905720200C01291
HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 1088/20, na seguinte conformidade:
Empresa: MEDICAMENTAL HOSPITALAR LTDA
Para item 1 - Valor unitário R$ 0,40 - Valor total R$ 12.480,00
Para item 2 - Valor unitário R$ 0,3890 - Valor total R$ 933,60
Para item 3 - Valor unitário R$ 0,61 - Valor total R$ 22.692,00
Empresa: COTAÇÃO COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Para item 4 - Valor unitário R$ 180,00 - Valor total R$ 19.440,00
Ata de Registro de Preços HCFMUSP N.º 1088/2020
PROCESSO N.º 1956256/2020
PREGÃO ELETRONICO N.º 1088/2020
Oferta de Compra n º 0923010905720200C01291
Considerando que o julgamento da licitação é por item e que o julgamento de classificação em 14 de janeiro de 2021, foi homologado pelo superintendente em 16 de janeiro de 2021, fica homologado a Ata de Registro de preços ao preço da primeira classificada, conforme segue:
ITEM 1
DESCRIÇÃO: CATETER P/ OXIGENIO, CALIBRE 8, DESCARTAVEL, ESTERIL, ATÓXICO, CONFECCIONADO EM POLIVINIL, FLEXIVEL, TRANSPARENTE, EXTREMIDADE DISTAL ATRAUMÁTICO, ORIFÍCIOS LATERAIS SEM REBARBAS, EXTREMIDADE PROXIMAL COM CONECTOR PARA EXTENSÃO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE - M.S.ANVISA
CÓDIGO HC: 61130502
UNIDADE HC: PC
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 31200
CÓDIGO SIAFÍSICO: 164178
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: MEDICAMENTAL HOSPITALAR LTDA
MARCA: MEDSONDA
FABRICANTE: MEDSONDA IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES DESCARTAVEIS LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIA
PROCEDÊNCIA: BRASIL
N° DO REGISTRO MS: 80163570002
VALOR UNITÁRIO: R$ 0,40 Valor Total: R$ 12.480,00
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 2
DESCRIÇÃO: CATETER P/ OXIGENIO, CALIBRE 6, DESCARTAVEL, ESTERIL, ATÓXICO, CONFECCIONADO EM POLIVINIL, FLEXIVEL, TRANSPARENTE, EXTREMIDADE DISTAL ATRAUMÁTICO, ORIFÍCIOS LATERAIS SEM REBARBAS, EXTREMIDADE PROXIMAL COM CONECTOR PARA EXTENSÃO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE - M.S. ANVISA
CÓDIGO HC: 61130372
UNIDADE HC: PC
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 2400
CÓDIGO SIAFÍSICO: 175293
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: MEDICAMENTAL HOSPITALAR LTDA
MARCA: MEDSONDA
FABRICANTE: MEDSONDA IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES DESCARTAVEIS LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIA
PROCEDÊNCIA: BRASIL
N° DO REGISTRO MS: 80163570002
VALOR UNITÁRIO: R$ 0,3890 Valor Total: R$ 933,60
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
ITEM 3
DESCRIÇÃO: SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL, CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATOXICA, SILICONIZADA, DESCARTAVEL, COM VALVULA DIGITAL, COM ORIFICIO CENTRAL E LATERAL NA EXTREMIDADE, PONTA ARREDONDADA, COM CONECTOR PARA ADAPTAÇÃO, CALIBRE N 16, COMPRIMENTO APROXIMADO 50 CM, ESTERIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ANVISA/MS.
CÓDIGO HC: 61330093
UNIDADE HC: PC
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 37200
CÓDIGO SIAFÍSICO: 685461
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: MEDICAMENTAL HOSPITALAR LTDA
MARCA: MEDSONDA
FABRICANTE: MEDSONDA IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES DESCARTAVEIS LTDA
EMBALAGEM: UNITÁRIA
PROCEDÊNCIA: BRASIL
N° DO REGISTRO MS: 80163570005
VALOR UNITÁRIO: R$ 0,61 Valor Total: R$ 22.692,00
ICMS: ISENTO
VALIDADE: 12 MESES
Ata de Registro de Preços HCFMUSP N.º 1088/2020
PROCESSO N.º 1956256/2020
PREGÃO ELETRONICO N.º 1088/2020
Oferta de Compra n º 0923010905720200C01291
Considerando que o julgamento da licitação é por item e que o julgamento de classificação em 14 de janeiro de 2021, foi homologado pelo superintendente em 16 de janeiro de 2021, fica homologado a Ata de Registro de preços ao preço da primeira classificada, conforme segue:
ITEM 4
DESCRIÇÃO: CATETER PARA DIÁLISE PERITONIAL, TIPO TENCKHOFF, P/ PACIENTE RENAL AGUDO, TAM. ADULTO, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 45 CM, CONFECCIONADO COM TUBO DE SILICONE MULTIPERFURADO NUMA DAS EXTREMIDADES, PROVIDO DE UM ÚNICO ANEL DE DACRON, CONECTOR DE POLIETILENO, TAMPA LUER PARA VEDAÇÃO E CLAMP P/ FECHAMENTO DO FLUXO, RADIOPACO. EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA. A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE, ANVISA/MS.
CÓDIGO HC: 61130453
UNIDADE HC: PC
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA: 108
CÓDIGO SIAFÍSICO: 1719416
UNIDADE SIAFISICO: UND
CLASSIFICAÇÃO: COTAÇÃO COM. REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
MARCA: BIOMEDICAL
FABRICANTE: BIOMEDICAL
EMBALAGEM: UNITÁRIA
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
N° DO REGISTRO MS: 10196320054
VALOR UNITÁRIO: R$ 180,00 Valor Total: R$ 19.440,00
ICMS: INCLUSO
VALIDADE: 12 MESES
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
DIVISAO DE MATERIAL - NILO
Acha-se aberto no Hospital das Clínicas da FMUSP o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2021 PROCESSO HCFMUSP/1563879/20 Oferta de Compra: 0923010905720210C000169 para aquisição futura e eventual de Registro de Preços de para FEIJÃO CARIOQUINHA, FEIJÃO PRETO, cuja sessão será realizada no dia 11/02/2021 às 09:00 horas. O edital na íntegra estará disponível aos interessados nos sites www.bec.sp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br ou na Divisão de Material, na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Prédio da Administração, 2º andar, das 08:00 às 16:00 horas, no valor de R$ 10,00 (dez reais), na versão impressa, a partir de 28/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: RENATA INACIO DA SILVA
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (HCFMUSP)
DIVISÃO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS HCFMUSP
PROCESSO Nº HCFMUSP/1976169/20
PREGÃO Nº 1009/20
OFERTA DE COMPRA: 0923010905720200C01306
Considerando que a licitação em referência foi homologada em 19 de janeiro de 2021, publicada no D.O.E. em 29 de janeiro de 2021, divulga-se abaixo o extrato da Ata referenciada dela decorrente, com os preços registrados dos primeiros classificados e dos demais fornecedores que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos:
MARINGÁ HOSPITALAR DIST. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI
CNPJ: 07.396.733/0001-36
ITEM 1:
DESCRIÇÃO: LENCOL DE PAPEL DESCARTAVEL, BRANCA, MEDINDO (50CM X 50M), INDIV. ANEXAR DESCRIÇÃO COMPLETA PARA FINS DE LICITAÇÃO.
CÓDIGO: 40310012
CÓDIGO SIAFISICO: 2294516
UNIDADE: UND
QUANTIDADE: 76.660
CLASSIFICAÇÃO – 1ª: MARINGÁ HOSPITALAR DIST. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI
MARCA: DESCARBOX ECOLOGIC 50X50
FABRICANTE: DESCARBOX ECOLOGIC
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
EMBALAGEM: Cx. c/ 10 Unidades
VALOR UNITÁRIO: R$ 4,90
ICMS:
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (HCFMUSP)
DIVISÃO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS HCFMUSP
PROCESSO Nº HCFMUSP/1976169/20
PREGÃO Nº 1009/20
OFERTA DE COMPRA: 0923010905720200C01306
Considerando que a licitação em referência foi homologada em 19 de janeiro de 2021, publicada no D.O.E. em 29 de janeiro de 2021, divulga-se abaixo o extrato da Ata referenciada dela decorrente, com os preços registrados dos primeiros classificados e dos demais fornecedores que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos:
JCP INDUSTRIA E COMERCIO DE DESCARTAVEIS LTDA
CNPJ: 38.050.438/0001-57
ITEM 2:
DESCRIÇÃO: PAPEL TOALHA GOFRADO, INTERFOLHADO PARA USO EM DISPENSER, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EXISTENTE. FARDO EM PAPEL KRAFT RESISTENTE COM 1250 FOLHAS, DISPOSTAS EM CINCO PACOTES PLÁSTICOS FECHADOS COM 250 FOLHAS CADA.
CÓDIGO: 40310002
CÓDIGO SIAFISICO: 2918692
UNIDADE: PCT C/1250 FLS
QUANTIDADE: 391.132
CLASSIFICAÇÃO – 1ª: JCP INDUSTRIA E COMERCIO DE DESCARTAVEIS LTDA
MARCA: DANDY
FABRICANTE: JCP IND. E COM. DE DESCARTÁVEIS LTDA ME
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
EMBALAGEM: FARDO COM 1250 FOLHAS, CONTENDO 5 MAÇOS COM SINTA PLÁSTICA CONTENDO 250FL CADA
VALOR UNITÁRIO: R$ 12,80
ICMS:
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (HCFMUSP)
DIVISÃO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
PROCESSO Nº HCFMUSP/1976169/20
PREGÃO Nº 1009/20
OFERTA DE COMPRA: 0923010905720200C01306
MARINGÁ HOSPITALAR DIST. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI
CNPJ: 07.396.733/0001-36
JCP INDUSTRIA E COMERCIO DE DESCARTAVEIS LTDA
CNPJ: 38.050.438/0001-57
Objeto: Papel p/lençol em bobina 50cm larg X 500m, papel toalha 3 dobras interfolhado,
Empresa: JCP INDUSTRIA E COMERCIO DE DESCARTAVEIS LTDA
CNPJ: 38.050.438/0001-57
HOMOLOGO o procedimento de Pregão Eletrônico nº 00854/20, na seguinte conformidade:
Empresa: MARINGÁ HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI.
Para item 01 - Valor unitário R$ 4,90
Empresa: JCP INDUSTRIA E COMERCIO DE DESCARTAVEIS LTDA.
Para item 02 - Valor pct com 1250 R$ 2,56 pct com 250 fls - Valor unitário R$ 12,80
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃOPAULO (HCFMUSP)
DIVISÃO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
Ata de Registro de Preços HCFMUSP: 1022/2020
Processo administrativo Nº: 876928/2020
Pregão Eletrônico Nº: 1022/2020
Oferta de compra: 0923010905720200C01255
Considerando que o julgamento da licitação é por item e que o julgamento de classificação em 08 de janeiro de 2021, foi homologado pelo superintendente em 20 de janeiro de 2021, fica homologada a Ata de Registro de preços ao preço da primeira classificada, conforme segue:
ITEM 01:
DESCRIÇÃO: OLEO MINERAL SOLUCAO ORAL FRASCO 100 ML
CÓDIGO HC: 11010042
CÓDIGO SIAFÍSICO: 108952
UNIDADE: FR
QUANTIDADE: 52.300
CLASSIFICAÇÃO: 1° ANBIOTON IMPORTADORA LTDA
MARCA: Óleo mineral
FABRICANTE: Airela
EMBALAGEM: CX C/50
RMS: Isento
PROCEDÊNCIA: Nacional
VALOR UNITÁRIO ML: R$ 0,0227 VALOR UNITÁRIO FR: R$ 2,27 VALOR TOTAL: R$ 118.721,00
ICMS:
VALIDADE: 12 MESES
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃOPAULO (HCFMUSP)
DIVISÃO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
Ata de Registro de Preços HCFMUSP: 1022/2020
Processo administrativo Nº: 876928/2020
Pregão Eletrônico Nº: 1022/2020
Oferta de compra: 0923010905720200C01255
Considerando que o julgamento da licitação é por item e que o julgamento de classificação em 08 de janeiro de 2021, foi homologado pelo superintendente em 20 de janeiro de 2021, fica homologada a Ata de Registro de preços ao preço da primeira classificada, conforme segue:
ITEM 02:
DESCRIÇÃO: PROTAMINA (CLORIDRATO) 10 MG/ML AMPOLA 5 ML
CÓDIGO HC: 11140036
CÓDIGO SIAFÍSICO: 111562
UNIDADE: AMP
QUANTIDADE: 46.000
CLASSIFICAÇÃO: 1° AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
MARCA: Protamina
FABRICANTE: Collera
EMBALAGEM: CX C/25 AMP
RMS: 1044001840042
PROCEDÊNCIA: Nacional
VALOR UNITÁRIO: R$ 2,80 VALOR TOTAL: R$ 128.800,00
ICMS:Incluso
VALIDADE: 12 MESES

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2021, do tipo menor preço, destinado à aquisição de FIO DE SUTURA EM AÇO REVESTIDO; FIO DE SUTURA ABSORVIVEL DIAMETRO 1 e 3-0 COLORIDO .... A realização da Sessão será no dia 10/02/2021, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 29/01/2021/2021. OC Nº: 092201090562021oc00068. O edital na íntegra poderá ser retirado no Setor de Expediente do Departamento de Apoio Administrativo, das 08 às 17 horas ou através do site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2021, do tipo menor preço, destinado à aquisição de VINCRISTINA SULFATO; TOPOTECANO PO PARA SOLUÇÃO; BUSSULFANO SOLUÇÃO INJETAVEL.... A realização da Sessão será no dia 10/02/2021, às 14:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 29/01/2021/2021. OC Nº: 092201090562021oc00069. O edital na íntegra poderá ser retirado no Setor de Expediente do Departamento de Apoio Administrativo, das 08 às 17 horas ou através do site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.

COMUNICADO DA SEÇÃO DE LICITAÇÕES
Pregão Eletrônico HCRP nº 440/2020.
Processo HCRP nº 9489/2020.
OC Nº 092201090562020OC00470.
Objeto: Aquisição em Sistema de Registro de Preços de Material de Consumo Médico Hospitalar.
As atas de Registro de Preços para os itens 01, 20, 04, 05 e 09, cuja publicação se deu em 29/12/2020 - D.O.E. n.º 256, e a aquela referente a assinatura dos Contratos de Comodato se deu em 14/01/2021 - D.O.E. n.º 08 (BACE COM. INT. LTDA).
Diante disso fica republicada a referida Ata de Registro de Preços, cuja validade se inicia na data desta publicação.
As demais condições permanecem inalteradas.
Ribeirão Preto, 28 de janeiro de 2021.
COMUNICADO DA SEÇÃO DE LICITAÇÕES
Pregão Eletrônico HCRP nº 440/2020.
Processo HCRP nº 9489/2020.
OC Nº 092201090562020OC00470.
Objeto: Aquisição em Sistema de Registro de Preços de Material de Consumo Médico Hospitalar.
As atas de Registro de Preços para os itens 03, 06 a 08 e 10 a 14, cuja publicação se deu em 29/12/2020 - D.O.E. n.º 256, e a aquela referente a assinatura do Contrato de Comodato se deu em 27/01/2021 - D.O.E. n.º 17 (RIAADE SUPRIM. MED. LTDA).
Diante disso fica republicada a referida Ata de Registro de Preços, cuja validade se inicia na data desta publicação.
As demais condições permanecem inalteradas.
Ribeirão Preto, 28 de janeiro de 2021.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU

HOSPITAL DAS CLÍNICAS
FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 251/2020 - HCFMB
PROCESSO nº 01743/2020 - HCFMB
PREGÃO nº 388/2020 - HCFMB
Com fundamento no Decreto Estadual nº 47.945/2003, tendo por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE USO LABORATORIAL (FRASCOS DE HEMOCULTURAS), COM CESSÃO DE USO GRATUITA, EM REGIME DE COMODATO, DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À COMPLETA EXECUÇÃO DOS TESTES, procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais fornecedores que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.
1. DO OBJETO E RESPECTIVAS QUANTIDADES ESTIMADAS
1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a aquisição futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE USO LABORATORIAL (FRASCOS DE HEMOCULTURAS), COM CESSÃO DE USO GRATUITA, EM REGIME DE COMODATO, DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À COMPLETA EXECUÇÃO DOS TESTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEÇÃO TÉC. LABORATÓRIOS ANÁLISES CLÍNICAS, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.
1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.
1.3. Deverão ser mantidas durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES
2.1. Figura como ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Ata de Registro de Preços o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU – HCFMB, localizado na Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/nº Rubião Junior, Botucatu/SP, CEP: 18.618-687.
3. PREÇOS
3.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:
Item/ Quantidade Total Estimada/ Unid/ Descrição do Material/ Preço Unitário/ Preço Total/ Classificação/ Empresa/ CNPJ/ Marca/ Procedência/ Embalagem
1/400/FR FRASCO/FRASCO PARA HEMOCULTURA; PARA BACTERIAS ANAEROBIAS; EXECUCAO TECNICA AUTOMATIZADA; COM RESINA; FRASCO PARA ADULTO; NUMERO DE LOTE,DATA DE FABRICACAO/VALIDADE; C/CALDO DIGESTO CASEINA DE SOJA MENADIONA,HEMINA,RESINA C/SPS OUTROS SUBSTRATOS, AMINOACIDOS, ETC./R$ 21,12/R$ 8.448,00/Classificação: Única Classificada/Empresa: CQC - TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA/CNPJ: 46.962.122/0003-21/ Marca: BIOMERIEUX/Procedência: EUA/Embalagem: HEMOCULTURA P/ 100 TESTES;
2/14000/FR FRASCO/FRASCO PARA HEMOCULTURA; PARA BACTERIAS AEROBIAS; EXECUCAO TECNICA AUTOMATIZADA; COM RESINA; FRASCO PARA ADULTO; NUMERO DE LOTE,DATA DE FABRICACAO/VALIDADE; C/CALDO DIGESTO CASEINA DE SOJA, MEDIONA, HEMINA,RESINA C/SPS OUTROS SUBSTRATOS, AMINOACIDOS, ETC/R$ 21,12/R$ 295.680,00/Classificação: Única Classificada/Empresa: CQC - TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA/CNPJ: 46.962.122/0003-21/Marca: BIOMERIEUX/Procedência: EUA/Embalagem: HEMOCULTURA P/ 100 TESTES;
3/12000/FR FRASCO/FRASCO PARA HEMOCULTURA; PARA BACTERIAS AEROBIAS; EXECUCAO TECNICA AUTOMATIZADA; COM RESINA; FRASCO PEDIATRICO; NUMERO DE LOTE,DATA DE FABRICACAO/VALIDADE; C/CALDO DIGESTO CASEINA DE SOJA,MENADIONA,HEMINA,RESINA C/SPS OUTROS SUBSTRATOS, AMINOACIDOS, ETC./R$ 21,12/R$ 253.440,00/Classificação: Única Classificada/Empresa: CQC - TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA/CNPJ: 46.962.122/0003-21/Marca: BIOMERIEUX/Procedência: EUA/Embalagem: HEMOCULTURA P/ 100 TESTES
3.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.
3.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.
3.4. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:
3.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;
3.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;
3.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.
3.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.
4. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
4.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.
5. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:
5.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
5.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;
5.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
5.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;
5.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
6. CONTRATAÇÕES DOS FORNECEDORES PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
6.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.
6.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
6.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

6.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

6.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

6.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 6.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

6.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

6.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

6.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

6.2.6. Também constitui condição para a celebração da contratação a apresentação dos documentos a que se referem as declarações de que trata o item 4.1.4. e 4.1.5. deste Edital.

6.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

6.3.1. O prazo indicado no item 6.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

6.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 6.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

6.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções para o caso de inadimplemento.

6.5. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo da unidade promotora da licitação, no endereço indicado no preâmbulo deste edital, à vista do respectivo "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo".

6.6. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

6.7. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A.

6.8. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

6.9. Os bens deverão ser entregues em até 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS, contados da data da retirada da nota de empenho pela contratada.

6.10. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no(s) locais indicados na Relação de Órgãos Participantes, que constitui Anexo I.2 deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

6.11. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

6.12. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução cuja cópia constitui Anexo IV do Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis.

6.13. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

6.14. O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato, quando houver.

6.15. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

6.16. Os procedimentos para a imposição de sanções serão conduzidos:

6.16.1. No âmbito do Órgão Participante, para a aplicação das penalidades de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais;

6.16.2. No âmbito do Órgão Gerenciador, para aplicação das demais penalidades não indicadas no 6.16.1;

6.17. As sanções serão aplicadas pela autoridade competente do órgão que conduziu o procedimento, em conformidade com o disposto no item 6.16. Poderão ser motivos de rescisão contratual, com as conseqüências previstas, aqueles elencados nos artigos 75 a 82 da Lei estadual n.º 6.544/89 e artigos 77 a 80, 86 e 88 da Lei federal n.º 8.666/93.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA

A Superintendência do HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA – HCFAMEMA HOMOLOGA em 28/01/2021 o Pregão Eletrônico nº 4/2021, Processo nº 2021/00006 de REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES. Ficam convocada(s) para assinatura da(s) Ata(s), a(s) empresa(s) vencedora(s) e a(s) empresa(s) que as aderiram de acordo com o item 6.7 do Edital.

A Superintendência do HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA – HCFAMEMA HOMOLOGA em 28/01/2021 o Pregão Eletrônico nº 1/2021, Processo nº 2021/00004 de REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS. Ficam convocada(s) para assinatura da(s) Ata(s), a(s) empresa(s) vencedora(s) e a(s) empresa(s) que as aderiram de acordo com o item 6.7 do Edital.

Aviso de Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico Nº 23/2021, PROCESSO Nº 2021/00034, para aquisição eventual e futura de SACOS PLASTICOS, com encerramento em 11/02/2021 às 09:00 hs. Mais informações e aquisição do Edital completo, fone/fax (14) 3434-2501 ou nos sites: www.hc.famema.br e www.bec.sp.gov.br.

Aviso de Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico Nº 27/2021, PROCESSO Nº 2021/00038, para aquisição eventual e futura de COPOS DESCARTÁVEIS, com encerramento em 11/02/2021 às 09:00 hs. Mais informações e aquisição do Edital completo, fone/fax (14) 3434-2501 ou nos sites: www.hc.famema.br e www.bec.sp.gov.br.

LOGÍSTICA E TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIRETORIA DE ENGENHARIA

DIRETORIA DE ENGENHARIA
JULGAMENTO DE LICITAÇÕES
Retificação do DOE de 21/01/2021 pag. 105
Edital 389/2019-CV

Onde se lê: Conforme decisão autuada no protocolo nº DER/2525047/2019 – 38º. V

Leia-se: Conforme decisão autuada no protocolo nº DER/3323514/2019 – 4º. V

CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVA

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA
CNPJ: 61.914.891/0001-86
ABERTURA DE LICITAÇÃO - COMUNICADO

A Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, comunica a abertura do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico: nº 001/2021 – Processo FPA nº 0023/2021, para a prestação de serviços para a locação de galpão estruturado com fechamento no perímetro, cobertura em lona PVC e acessórios. A realização da sessão será em 11/02/2021 às 10h00min, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. O Edital, na integra, será disponibilizado no endereço www.e-negociospublicos.com.br e www.tvcultura.com.br, e a informação resumida no endereço www.pregao.sp.gov.br.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020
PROCESSO Nº 20/201-M
DESPACHO GLPS N. 001/2021
COMUNICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO FRACASSADO

O Gerente de Licitações, Patrimônio e Suprimentos da FAPESP no uso de suas atribuições e nos termos da manifestação do Pregoeiro, comunica:

1. - O Pregão Eletrônico nº 16/2020, Oferta de Compra 101101100472020OC00029, foi considerado Fracassado.

São Paulo, 27 de janeiro de 2021.
Processo: - 19/091 - M
Interessada: - Gerência de Informática
Assunto: - Prestação de serviços de manutenção do Sistema Storage Dell Compellent SC800 Storage Center controller.
Referência: - Apostila de Reajuste de Preços

Despacho do Sr. Gerente Administrativo em Substituição de 28/01/2021, autorizando o reajuste dos preços do Contrato FAPESP n.º 044/2019, celebrado com a empresa Interquattri Informática e Telecomunicações Ltda, conforme discriminado abaixo:

Proc. n.º 19/091-M
Contrato: FAPESP n.º 044/2019
Partes: - Contratante: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Contratado: Interquattri Informática e Telecomunicações Ltda
CNPJ n.º 05.213.235/0001-85

Reajuste: Data base outubro/2019 com vigência a partir de outubro/2020, de acordo com a Cláusula Sexta, do Contrato original.

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de manutenção do Sistema Storage Dell Compellent SC800 Storage Center controller.

Periodicidade do Reajuste: anual
Valor mensal atual: R$ 29.555.56
Valor mensal com reajuste: R$ 31.154,52
Índice de Reajuste – IPC/FIPE: 5,41%

Data do reajuste: 28/01/2021, retroativo a 01/10/2020, conforme disposto no item 6.1 do Contrato.

Valor total do reajuste para os 13 (treze) meses será de R$ 20.786,48 (vinte mil, setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos), cuja importância será acrescida no valor contratual a título de reajuste, e onerará as verbas orçamentárias sob a classificação funcional programática 1912210445699.0000 – Administração da Fundação de amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, Elemento Econômico 33.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e comunicação – Pessoa Jurídica – Item de Despesa 15 – Manutenção de Equipamentos de Tecnologia da Informação, que apresenta saldo disponível para o exercício de 2021.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA, a licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021, OC.102401100632021oc00002, referente ao Processo nº 2445833/19, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações, denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP", cujo objeto é CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP - para AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA BOVINO, RAÇÃO PARA GALINHA, RAÇÃO PARA SUINOS, MILHO COMPONENTE, FARELO DE SOJA, FARELO DE TRIGO, a realização do pregão será no dia 12 de fevereiro de 2021, a partir das 09:00 horas. O edital na integra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site www.bec.sp.gov.br e https://dca.cps.sp.gov.br/licitacoes/.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA DE 28/01/2021

Tendo em vista a decisão de fls. retro que negou provimento ao recurso interposto pela empresa Tecne Engenharia e Sistemas Ltda, ADJUDICO E HOMOLOGO o objeto da presente licitação, qual seja, fornecimento de Serviço na modalidade SaaS (Software as a Service) de Solução de Gestão Acadêmica via Internet, possibilitando gerenciamento, controle e automatização quanto a matriz curricular, matrícula, rematrícula, notas, calendário acadêmico, transferências, certificações e diplomas, entre outros, incluindo os respectivos serviços de implantação, instalação, consultoria de implantação, customização, parametrização, treinamento, interligação de sistemas (incluindo-se principalmente ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a empresa Otimize-TI Soluções Otimizando Negocios de Informatica Ltda, CNPJ nº 04.149.773/0001-95, por ter ofertado o menor preço e por ter atendido na íntegra as condições do edital.

Nego provimento ao recurso interposto pela empresa Tecne Engenahria e Sistemas Ltda, acolhendo integralmente o relatório do pregoeiro e a manifestação da consultoria jurídica, ora reportada, ficando mantida a decisão de habilitar e declarar vencedora a empresa Otimize- TI Soluções Otimizando Negócios de Informática LTDA.

INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE DE 28/01/2021
PROCESSO DAEE N° 2994421/2019 2° Vol.

De acordo com a Inf. ADA nº 050/2021, fls. 348/349 e PARECER PJU Nº 13/2020, fls. 353/354, autorizamos a lavratura do Termo de Ajuste Final ao Termo de Contrato nº 2020/11/00001.2, de 02/01/2020, celebrado entre o DAEE e a AGÊNCIA AEROTUR LTDA-EPP, para prestação de serviços de agenciamento sistematizado de viagens corporativas no território nacional, consistindo na Redução Contratual de R$ 35.323,90, não utilizados, finalizando assim o presente termo no valor de R$ 1.412,06, observadas as normas legais.

FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO

Contrato: AJ-163/2010. Processo: 0427PE2007. Pregão Eletrônico nº 020/2020. Parecer Jurídico: AJ-271/2010. Contratante: Fundação Parque Zoológico de São Paulo. Contratado: Saframil Comércio de Cereais Eireli EPP. CNPJ: 29.897.116/0001-57. Objeto: Aquisição de 3.000 quilos de Farelo de Algodão, em pó, isento de sujeiras e insetos, com 33% a 48% de proteína bruta, embalado em sacos padronizados e rotulados com data de validade, com entregas parceladas e 15.000 quilos de Farelo de Soja tostado, em pó, isento de sujeiras e insetos, com 45% de proteína bruta, embalado em sacos padronizados e rotulados com data de validade com entregas parceladas, na forma, condições e quantidades, conforme especificações constantes do Termo de Referência Anexo I. Vigência: 04/11/2020 a 30/06/2021. Valor: R$ 43.380,00. Item de Despesa 3.3.90.30.81 PTR'es 264604. Assinatura: 02/10/2020.

Contrato: AJ-170/2010. Processo: 0555PE2009. Pregão Eletrônico nº 027/2020. Parecer Jurídico: AJ-283/2010. Contratante: Fundação Parque Zoológico de São Paulo. Contratado: Saframil Comércio de Cereais Eireli EPP. CNPJ: 29.897.116/0001-57. Objeto: Aquisição de Sal Grosso Marinho; composto por cloreto de sódio puro 99,74 (sal marinho grosso purificado) isento de iodo; cálcio de 0,070 + magnésio de 0,050+sulfato de 0,238; granulação uniforme; forma cristais brancos; odor inodoro; acondicionado em sacos de polipropileno de 25 quilos, com entregas parceladas conforme especificações constantes do Termo de Referência Anexo I. Vigência: 22/10/2020 a 30/06/2021. Valor: R$ 17.220,00. Item de Despesa 3.3.90.30.81 PTR'es 264604. Assinatura: 22/10/2020.

Contrato: AJ-208/2012. Processo: 0377SE2006. Dispensa de Licitação nº 261/2020. Parecer Jurídico: AJ-349/2012. Contratante: Fundação Parque Zoológico de São Paulo. Contratado: Eximia Informática Ltda EPP. CNPJ: 62.216.700/0001-75. Objeto: Termo de Prorrogação do contrato de prestação de serviços, nº AJ-111/2007, de 13/07/2020. Vigência: 13/01/2021 a 12/07/2021. Valor: R$ 17.320,02. Item de Despesa 33.90.39.12 PTR'es 264602. Assinatura: 30/12/2020.

Contrato: AJ-200/2012. Processo: 0881CP1812. Concorrência nº 005/2018. Parecer Jurídico: AJ-343/2012. Contratante: Fundação Parque Zoológico de São Paulo. Contratado: Foto & Gráfica Ltda. CNPJ: 05.304.334/0001-72. Objeto: Termo de Prorrogação e Reti-Ratificação do contrato de permissão de uso, nº AJ-028/1903 de 08/03/2019. Vigência: 25/03/2021 a 17/07/2021. Valor: R$ 26.238,24. Assinatura: 23/12/2020.

Contrato: AJ-201/2012. Processo: 0255CP1804. Concorrência nº 001/2018-A. Parecer Jurídico: AJ-341/2012. Contratante: Fundação Parque Zoológico de São Paulo. Contratado: Foto & Gráfica Ltda. CNPJ: 05.304.334/0001-72. Objeto: Termo de Reti-Ratificação do contrato de permissão de uso, nº AJ-099/1807 de 23/07/2018. Vigência: 21/08/2020 a 20/08/2021. Valor: R$ 535.870,73. Assinatura: 23/12/2020.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

EXTRATO

Despacho da Procuradora de Estado Adjunta Respondendo pelo Expediente da Procuradoria Geral do Estado, de 27/01/2021

Processo: PGE nº 16831-1104461/2015
Pregão Eletrônico nº 23/2015

OBJETO: Prestação de serviço de locação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e aparelhos para telecomunicação -central telefônica - PABX

Com supedâneo no parecer jurídico da Subprocuradoria Geral - Área da Consultoria Geral -SubG-Cons. nº 3/2021, ratifico, nos termos do artigo 57, § 4º, da Lei Federal nº 8666/93, a autorização declarada pela Diretora do Departamento de Suprimentos e Atividades Complementares, da Procuradoria Geral do Estado, para a prorrogação em caráter excepcional do contrato firmado com a empresa NCOM LOCADORA DE SISTEMAS LTDA, cujo objeto é a prestação de serviços de locação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e aparelhos para telecomunicação -central telefônica - PABX, para o edifício onde encontra-se instalada a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares.

Despacho da Procuradora Geral do Estado, de 20/01/2021.

Processo GDOC nº 16831-675230/2007 - Objeto - Locação de imóvel - Nos termos do artigo 6º do Decreto nº 41.043, de 25 de julho de 1996, autorizo a lavratura do instrumento de prorrogação do contrato de locação do 6º andar, do imóvel situado na Rua Pamplona, nº 227, bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo, onde se encontram instaladas algumas Unidades desta PGE (Contrato PGE nº 018/2007), desde que observadas às recomendações contidas na Resolução PGE nº 26, de 29/08//2016.

Despacho da Procuradora Geral do Estado, de 20/01/2021.

Processo GDOC nº 16831-31129/2011 - Objeto - Locação de imóvel - Nos termos do artigo 6º do Decreto nº 41.043, de 25 de julho de 1996, autorizo a lavratura do instrumento de prorrogação do contrato de locação do 5º andar, do imóvel situado na Rua Pamplona, nº 227, bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo, onde se encontram instaladas algumas Unidades desta PGE (Contrato PA S/Nº), desde que observadas às recomendações contidas na Resolução PGE nº 26, de 29/08//2016.

Despacho da Procuradora Geral do Estado, de 20/01/2020

Processo GDOC nº 18487-289340/2007 - Objeto - Locação de imóvel - Nos termos do artigo 6º do Decreto nº 41.043, de 25 de julho de 1996, autorizo a lavratura do instrumento de prorrogação do contrato de locação do 14º e 15º andares, do imóvel situado na Rua Pamplona, nº 227, bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo, onde se encontram instaladas algumas Unidades desta PGE (Contrato PGE nº 05/2007), desde que observadas às recomendações contidas na Resolução PGE nº 26, de 29/08//2016.

Despacho da Procuradora Geral do Estado, de 20/01/2021

Processo GDOC nº 16831-881173/2010 – Objeto – locação de imóvel. Nos termos do artigo 6º do Decreto nº 41.043, de 25 de julho de 1996, autorizo a lavratura do instrumento de prorrogação do contrato de locação do 4º e 7º andares, do imóvel situado na Rua Pamplona, nº 227, bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo, onde se encontram instaladas algumas Unidades desta PGE (Contrato PGE nº 01/2007), desde que observadas às recomendações contidas na Resolução PGE nº 26, de 29/08//2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITORIA

VICE-REITORIA

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE MATERIAL
JUSTIFICATIVA

Em atenção ao parágrafo 1º do artigo 5º da Portaria GR Nº 4.710, de 25/02/2010, justificamos que o pagamento à empresa abaixo não foi efetuado na data devida por problemas administrativos que impossibilitaram a tramitação normal do processo:

EMPRESA: I9 Solutions – Soluções Comerciais e Gestão de Transportes LTDA-ME.
PROCESSO Nº: 2019.1.4355.1.6
EMPENHO: 174998/2020
CODAGE
DA - DAML-01
JUSTIFICATIVA

Em atenção ao parágrafo 1º do artigo 5º da Portaria USP GR-4.710 de 25.02.2010, justificamos que o pagamento à empresa GR SERVIÇOS E INSTALAÇÕES EIRELI, através da Nota de Empenho nº 278190/2020 processo nº. 20.1.830.01.3, competência dezembro/2020, não teve seu pagamento efetuado na data devida por problemas administrativos que impossibilitaram a tramitação normal do processo.

CODAGE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA

Em atenção ao parágrafo 1º do artigo 5º da Portaria GR Nº 4.710 de 25.02.2010, justificamos que o pagamento à empresa abaixo, referente ao pagamento do contrato nº 62/2016, período de 22/11/2020 a 21/12/2020, diferença de reajuste, não foi efetuado na data devida por problemas administrativos que impossibilitaram a tramitação normal do processo:

EMPRESA: ELEVADORES ZENIT EIRELI
PROCESSO Nº: 2016.1.30151.1.2
EMPENHO : 296686
VALOR: R$ 952,75
CODAGE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA

Em atenção ao parágrafo 1º do artigo 5º da Portaria GR Nº 4.710 de 25.02.2010, justificamos que o pagamento à empresa abaixo, referente ao pagamento do contrato nº 62/2016, período de 22/09/2020 a 21/11/2020, diferença de reajuste, não foi efetuado na data devida por problemas administrativos que impossibilitaram a tramitação normal do processo:

EMPRESA: ELEVADORES ZENIT EIRELI
PROCESSO Nº: 2016.1.30151.1.2
EMPENHO : 296686
VALOR: R$ 97,60

SUPERINTENDÊNCIA DO ESPAÇO FÍSICO DA USP

Julgamento de Licitação

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2020-SEF – Execução dos serviços de reforma do Anexo do Prédio da Administração Central para a Superintendência de Prevenção e Proteção Universitária e da Área de Apoio dos Terceirizados, da Reitoria da USP. Processo 20.1.187.82.0.

A Comissão decide REVISAR o julgamento publicado no D.O.E. de 22/01/2021 de Classificação, por ter observado que a empresa LETCON CONSTRUTORA LTDA. – EPP não havia sido oficializada para se manifestar, referente ao item 9.6 do Edital, quanto à condição de EPP. Assim, temos que:

Fica MANTIDA a DESCLASSIFICAÇÃO das empresas: MACIEL CONSTRUÇÕES LTDA. – ME por não atender ao subitem 6.2.2.5, não apresentando a Planilha de Preços em arquivo digital. Como consta da Ata de Abertura dos envelopes nº 1 – Proposta de Preços, a empresa apresentou apenas a caixa de CD, porém sem a mídia com o respectivo arquivo; e ARGOS CONSTRUÇÃO E SOLUÇÃO LTDA. – EPP por não atender ao subitem 6.2.1.3 do Edital, não incluindo o Prazo de vigência dos serviços de manutenção de equipamentos em sua Folha Proposta.

A empresa LETCON CONSTRUTORA LTDA. – EPP apresentou a Declaração exigida no item 5.3 do Edital enquadrando-se na condição do item 9.6 do edital, e apresentou nova proposta.

Dessa forma, a Comissão Julgadora, revendo seu julgamento anterior, CLASSIFICA em 1º lugar a firma LETCON CONSTRUTORA LTDA. – EPP por ter atendido as exigências do edital e ter apresentado proposta de menor preço global entre as demais concorrentes, classificadas na seguinte ordem: SENCA SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA. – 2º lugar; EMPREITEC CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA. – 3º lugar; HARUS CONSTRUÇÕES LTDA. – 4º lugar; ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.– 5º lugar; CONSTRUTORA BRASFORT LTDA. – EPP – 6º lugar; FABECON ENGª E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. – EPP– 7º lugar; ATRYAN'S ARQª RESTAUR. E CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP – 8º lugar; e DUCTBUSTERS ENGENHARIA LTDA. – 9º lugar.

Fica designada a data de 08.02.2021, às 10h00 na SEF, para a abertura do envelope nº 02 (habilitação), caso não haja interposição de recurso.

Em função das medidas temporárias e emergenciais contra o contágio pelo COVID-19, a sessão será realizada por meio digital, via Google Meet – link: https://meet.google.com/gqa-atea-ggq

Caso alguma licitante deseje, mesmo não sendo recomendado, participar presencialmente da sessão, primordial que agendem, com antecedência mínima de 24 horas da data e horário da sessão, através do email coppola@usp.br, limitada a apenas um representante por empresa.

Julgamento de Licitação

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2020-SEF – Execução dos serviços de conservação de fachadas e reforma parcial das Coberturas do Edifício Dr. Ayrosa Galvão e Oficina de Manutenção, da Faculdade de Saúde Pública da USP.

A Comissão Julgadora CLASSIFICA em 1º lugar a firma ATRYANS ARQª RESTAURAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP por ter atendido as exigências do edital e ter apresentado proposta de menor preço global, entre as duas concorrentes que apresentaram proposta e estão classificadas ficando, portanto, a empresa: CONSTRUTORA BRASFORT LTDA. – EPP, em 2º lugar.

Fica designada a data de 10.02.2021, às 09h00 na SEF, para a abertura do envelope nº 02 (habilitação), caso não haja interposição de recurso.

Em função das medidas temporárias e emergenciais contra o contágio pelo COVID-19, a sessão será realizada por meio digital, via Google Meet – link: https://meet.google.com/hqh-qsyi-pgk

Caso alguma licitante deseje, mesmo não sendo recomendado, participar presencialmente da sessão, primordial que agendem, com antecedência mínima de 24 horas da data e

horário da sessão, através do email coppola@usp.br, limitada a apenas um representante por empresa.

Julgamento de Licitação

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2020-SEF – Execução dos serviços de reforma da instalação hidráulica de incêndio e barrilete (sistema de sucção de água) do Instituto de Química da USP.

A Comissão Julgadora CLASSIFICA em 1º lugar a firma ATRYANS ARQª RESTAURAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP por ter atendido as exigências do edital e ter apresentado proposta de menor preço global, entre as duas concorrentes que apresentaram proposta e estão classificadas ficando, portanto, a empresa: D M DIAS CHAVES EIRELI – EPP, em 2º lugar.

Fica designada a data de 10.02.2021, às 10h00 na SEF, para a abertura do envelope nº 02 (habilitação), caso não haja interposição de recurso.

Em função das medidas temporárias e emergenciais contra o contágio pelo COVID-19, a sessão será realizada por meio digital, via Google Meet – link: https://meet.google.com/gbd--yxpn-pqp

Caso alguma licitante deseje, mesmo não sendo recomendado, participar presencialmente da sessão, primordial que agendem, com antecedência mínima de 24 horas da data e horário da sessão, através do email coppola@usp.br, limitada a apenas um representante por empresa.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICACAO

PREGÃO ELETRONICO 02/2021 – ECA

PROCESSO 21.1.00007.27.0

DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIARIO OFICIAL: 23/01/2021

A Escola de Comunicações e Artes comunica a RETIFICAÇÃO da PUBLICAÇÃO do PREGÃO ELETRONICO 02/2021 – ECA, sem reabertura do prazo de publicação da licitação, ficando alterada a redação abaixo.

ONDE SE LÊ:

26/02/2021

LEIA-SE

26/01/2021

Tendo em vista que a retificação ora mencionada NÃO ALTERA a formulação das propostas e as condições de fornecimento do objeto, comunicamos que a data da SESSÃO PÚBLICA NÃO SERÁ alterada.

São Paulo, 26 de janeiro de 2021.

DANIELA DE ALMEIDA FLAUSINO

Pregoeira

REVOGAÇÃO

São Paulo, 28 de janeiro de 2020.

Pregão Eletrônico 01/2021 - ECA

Processo: 21.1.00009.27.2

Encaminhe-se para aprovação da Diretoria, atendendo ao inciso IX, art. 38 da Lei 8.666/93, face a alteração do objeto.

Daniela de Almeida Flausino

Chefe do Serviço de Licitações e Materiais

REVOGAÇÃO

São Paulo, 28 de janeiro de 2020.

Pregão Eletrônico 02/2021 - ECA

Processo: 21.1.00007.27.0

Encaminhe-se para aprovação da Diretoria, atendendo ao inciso IX, art. 38 da Lei 8.666/93, face a alteração do objeto.

Daniela de Almeida Flausino

Chefe do Serviço de Licitações e Materiais

ESCOLA DE ENFERMAGEM

NIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Escola de Enfermagem

Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 - CEP. 05403-000

Fone/Fax Compras.:(011)3061-7511- Fax: (011)3061-7539

São Paulo - SP – Brasil

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020

PROCESSO Nº 20.1.316.7.7

Versa o presente processo sobre pregão eletrônico, para a Aquisição de cadeira giratória, cadeira caixa: conforme

especificações e condições constantes deste edital e seus anexos para a Escola de Enfermagem da USP.

Conforme a Ata de Julgamento emitida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, fica homologado o lote único do certame.

DESPACHO DA SENHORA DIRETORA

Homologo o lote único e autorizo a despesa de R$ 18.652,00 (Dezoito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais) relativa

ao Pregão Eletrônico BECSP – EEUSP de número 04/2020, nos termos da Lei 10.520, de 17.07.02; Lei 8.666/93 e alterações

posteriores à empresa J M COELHO FRANCATO.

São Paulo, 28 de janeiro de 2021.

Prof.ª Dr.ª Regina Szylit

Diretora

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

SERVIÇO DE MATERIAIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Para Registro de Preços nº. 20/2020 – FCF

Processo nº: 2020.1.660.9.6

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de 2021, a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, CNPJ nº. 63.025.530/0015-00, sediada na Av. Prof. Lineu Prestes, nº 580 - Conjunto das Químicas - Bloco 13A - P.Superior - sala 113 – Butantã - Cidade Universitária- São Paulo – SP- CEP. 05508-000, na qualidade de ORGÃO GERENCIADOR, representada neste ato pelo seu Diretor de Unidade de Ensino, Prof. Dr. Humberto Gomes Ferraz, por delegação de competência outorgada pela Portaria GR 6.561/2014, e, de outro lado, a empresa detentora abaixo relacionada, representada na forma de seu estatuto social, acordam proceder, nos termos das Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, dos Decretos Estaduais n.ºs 47.297/2002, 49.722/2005 e 63.722/2018, das Resoluções CEGP-10/2002 e CC-27/2006, bem como do Edital de Pregão constante dos autos do processo em epígrafe, ao REGISTRO DE PREÇOS referente ao item abaixo descrito, com seu respectivo preço unitário, observada a ordem de classificação.

ITEM 01

DESCRIÇÃO SUCINTA: Maravalha, conforme descrição do edital no Anexo I

QTDE.: 7.000 quilogramas

VALOR UNITÁRIO: R$ 18,00

VALOR TOTAL: R$ 126.000,00

TOTAL DO ITEM 01: R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais)

Prazo de Entrega: 10 dias corridos

Validade da Proposta: 60 dias corridos

Condições de Pagamento: 28 dias corridos

Código do Item BEC: 4435427

DADOS DO FORNECEDOR REGISTRADO PARA O ITEM 01

CLASSIFICAÇÃO: 1º

RAZÃO SOCIAL: Global Soluções em Nutrição e Tecnologia LTDA - ME

ENDEREÇO: Rua Mário Amaral, 299, Conj. 111. Paraíso – São Paulo SP. CEP 04002-001

CNPJ.: 25.535.123/0001-58

REPRESENTANTE LEGAL: Thiago Vignoli

CPF.: 091.032.867-62

RG.: 15.192.249-4 SSP/SP

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata, portanto, registrado, terá validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação e permanecerá fixo e irreajustável.

Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

São Paulo, 28 de janeiro de 2021.

.....

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS - USP

Prof. Dr. Humberto Gomes Ferraz

Diretor

.....

GLOBAL SOLUÇÕES EM NUTRIÇÃO E TECNOLOGIA LTDA - ME

Thiago Vignoli

Representante Legal

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

SERVIÇO DE MATERIAIS

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 21/2020 – FCF

O Diretor da FCF/USP homologa o procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico Nº 21/2020 – FCF/USP, conforme registro em Ata da Sessão Pública de 11/12/2020.

ITEM 01: AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA ANIMAIS (CRESCIMENTO)

Empresa Vencedora: QUIMTIA S.A.

CNPJ: 77.043.511/0001-15

Quantidade: 6.000 QUILOGRAMAS

Valor unitário: R$ 20,50 (vinte reais e cinquenta centavos)

Valor Total: R$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais)

Prof. Dr. Humberto Gomes Ferraz

Diretor da FCF/USP

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº: 1/2021 - FFCLRP

PROCESSO Nº: 21.1.00068.59.7

OFERTA DE COMPRA Nº: 102147100582021OC00001

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob Nº: 1/2021 - FFCLRP, do tipo menor preço, cujo objeto é SERVICO DE DEDETIZACAO, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 01/02/2021 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 11/02/2021 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 01/02/2021, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imesp.com.br e na Seção de Compras - Avenida Bandeirantes, 3900 - bloco 1 - ADM. - térreo - sala 15 - Monte Alegre - Ribeirão Preto / SP - CEP: 14040901 - Tel: 16-3315-3664 / 3315-3839 / 3315-3823 / 3315-3632 / 3315-3672 - Fax: 16-3315-9100.

Primeiro Termo de Aditamento do Contrato nº 27/2020

Convite de Preços 1/2020 – FFCLRP

Processo nº 2020.1.360.59.9

Contratante: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

Contratada: Aportécnica Equipamentos Industriais Ltda.

CNPJ. 07.580.524/0001-48

Objeto: reforma do piso e reorientação de tubulação de águas pluviais no anexo do Bloco 3 do Departamento de Psicologia da FFCLRP

Parecer jurídico: Portaria GR. 7.394/2019 – PG-USP

Crédito orçamentário: 12.122.1043.6351 – Orçamento

O prazo de execução passa a ser de 90 dias corridos.

O valor do contrato passa a ser de R$ 28.307,11, em virtude do acréscimo de R$ 9.314,11, correspondente a 49,04% do contrato original.

Data de assinatura: 19-01-2021.

Continuam inalteradas e em vigor as demais cláusulas e parágrafos do contrato inicial.

FACULDADE DE ODONTOLOGIA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Odontologia

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº: 6/2021 - FO

PROCESSO Nº: 21.1.00018.23.9

OFERTA DE COMPRA Nº: 102121100582021OC00005

A Faculdade de Odontologia torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob Nº: 6/2021 - FO, do tipo menor preço, cujo objeto é LAVADORA ULTRA-SONICA, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/01/2021 a partir das 10h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 11/02/2021 às 14h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 29/01/2021, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imesp.com.br e na Financeiro - Serviço de Licitações e Contratos - Avenida Professor Lineu Prestes, 2227 - Butantã - São Paulo / SP - CEP: 05508000 - Tel: 11 3091-7825 - Fax: 11 3091-7825.

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

4º TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE ESPAÇO

PROCESSO FSP NO 2016.1.1060.6.3

CONTRATO NO 01/2017 - Convite

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por intermédio da FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA/USP inscrita no CNPJ sob nº 63.025.530/0017-71 localizada na Av. Dr. Arnaldo, 715, São Paulo/SP, CEP 1246-904, neste ato representada por seu Diretor, Prof. Dr. Oswaldo Yoshimi Tanaka, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR 6.561/2014, doravante denominada CONCEDENTE, e de outro, a empresa SOUZA & PETERNELLA SERVIÇOS DE REPROGRAFIA LTDA. ME , inscrita no CNPJ sob nº 10.446.913.0001-90 com sede à Rua Voluntários da Pátria nº 451, sala 01, bairro Santana, São Paulo/SP, CEP 02011-000, representada na forma de seu estatuto social pelo Sr. Rodrigo de Souza Peternella, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, considerando:

- a Portaria MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, por meio da qual o Ministro de Estado da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus;

- a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que, ao dispor sobre medidas para o enfrentamento da citada emergência, elencou a "restrição de atividades [...] de maneira a evitar possível contaminação ou propagação do coronavírus" (art. 2º, II);

- o Decreto Paulista nº 64.881, de 22 de março de 2020, que decreta quarentena no Estado de São Paulo;

- os comunicados do M. Reitor da Universidade de São Paulo que, em observância às recomendações das autoridades sanitárias, suspendeu as aulas, atividades de extensão e eventos científicos presenciais, bem como a visitação aos Museus, tendo determinado, ainda, a adoção do trabalho remoto em todas as atividades laborais passíveis de serem realizadas dessa maneira, mantendo-se contingente presencial no quantitativo mínimo necessário para a não interrupção das atividades essenciais da USP;

- o Ofício CODAG E/CIRC/ 002/2020 que, considerando o agravamento da pandemia da Covid-19 e a necessidade de garantir a segurança não só da comunidade USP como dos prestadores de serviços à Universidade, orientou a promoção de readequações e remanejamentos nos contratos de uso de espaços e de prestação de serviços;

firmam o presente 4º TERMO DE SUSPENSÃO ao Contrato nº 01/2017, com fundamento no artigo 79, § 5°, da Lei nº 8.666/93, pelo período de 20/12/2020 a 20/03/2021 (90 dias), desobrigando as partes das obrigações nele definidas, notadamente quanto ao pagamento das Taxas de Administração durante o período.

Em relação às demais despesas de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA (energia elétrica, etc.), fica acordado que seu pagamento permanecerá sob responsabilidade da concessionária.

Desde já, as partes ficam cientes da possibilidade de prorrogação do período de suspensão acima mencionado, sob os mesmos fundamentos, de modo que, quando da retomada da execução do contrato, a vigência contratual será automaticamente prorrogada por igual tempo.

E, por se acharem assim, ajustadas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, dando-se publicidade do ato por meio da Imprensa Oficial.

São Paulo, 18/12/2020.

CONCEDENTE

FSP/USP

CONCESSIONÁRIA

SOUZA & PETERNELLA SERVIÇOS DE REPROGRAFIA LTDA.

EXTRATO DE CONTRATO 05/2020

PROCESSO: 20.1.510.6.0

PREGÃO ELETRONICO 05/2020

OBJETO: SERVIÇOS DE LIMPEZA HOSPITALAR

CONTRATADA: E-SERVICE SOLUÇOES EM SERVIÇOS EIRELI - ME

CNPJ: 19.338.879/0001-04

VALOR: R$ 507.000,00

DATA DE ASSINATURA:27/01/2021

DATA DE INICIO: 01/03/2021

PRAZO:12 MESES

PREGÃO ELETRÔNICO No. 12/2020

PROCESSO FSP No. 2020.1.659.6.3

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR

DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE EM 20/01/2021:

Nos termos da informação dada pela pregoeira, dou INDEFERIMENTO à intenção de recurso da empresa:

APOLO COMERCIO E SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO EIRELI ME

De acordo com a Ata da sessão pública do pregão 12/2020 – FSP/USP, realizado em 09/12/2020, conforme sugestão da pregoeira, classifico o fornecimento do lote 01, conforme segue, observando as especificações e demais elementos conforme o edital:

1) - Fornecedor :

PRADO COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES EIRELI

CNPJ: 04.602.194/0002-37

Lote: 01

Lance ofertado: R$ 44.500,00 (Quarenta e quatro mil e quinhentos reais).

PREGÃO ELETRÔNICO No. 12/2020

Processo FSP No. 2020.1.659.6.3

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Adjudico e Homologo o julgamento e classificação de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte, da pregoeira e equipe de apoio, referente à licitação em epígrafe, para AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR , conforme o referido processo.

São Paulo, 28 de janeiro de 2021.

Prof. Dr. Oswaldo Yoshimi Tanaka

Diretor

FSP-USP

FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS

...

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS - USP

TERCEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – ART. 57, §1º, inciso II, L. 8.666/1993)

PROCESSO FZEA N.º 20.1.463.74.6. E VOLUMES

CONTRATO NO Nº 034/2020 – FZEA-USP

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR MEIO DA FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS – FZEA-USP DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FZEA, E A EMPRESA NR CONSTRUÇÕES LTDA – ME.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte um, A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por meio da FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS – FZEA-USP, CNPJ nº 63.025.530/0097-56, sito, Av. Duque de Caxias Norte, 225 – Jardim Elite - Campus Fernando Costa USP Pirassununga – SP – CEP 13.635-900, neste ato, representada por sua Diretora de Unidade de Ensino, Profa. Dra. Elisabete Maria Macedo Viegas, RG nº 4.836.582-8 e C.PF. 742.571.108-72, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 6.561, de 16.06.2014, de ora em diante designada CONTRATANTE, e de outro, a empresa NR CONSTRUÇÕES LTDA – ME. C.N.P.J. nº 08.505.031/0001-06, com sede na Rua Clemente Ferreira, 421 / Jardim São Luiz - Ribeirão Preto / SP. 14020-410, representada na forma de seu estatuto social pelo Sr. Ricardo Jorge Righetti, CPF. 062.568.318-88, R.G. nº 11.435.624-5/SSP/SP, na qualidade de vencedora da TOMADA DE PREÇOS nº 002/2020 – FZEA-USP, com fundamento no artigo 57, § 1°, inciso II, da Lei n° 8.666/93, firmam o presente TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato por mais 45 (trinta) dias, a contar de 03/02/2021, com término em 22/03/2021, conforme Cronograma Físico-Financeiro reprogramado, ora em anexo.

1.2 O presente terceiro termo de aditamento tem por objeto contratual a prorrogação do prazo de execução dos serviços, conforme justificativa técnica, Cronograma-físico-financeiro reprogramado e autorização da Autoridade Competente juntados aos autos às fls. 669 a 702 e 705.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RENOVAÇÃO DA GARANTIA

2.1. Em conformidade com a CLÁUSULA NONA do Contrato no 034/2020, a CONTRATADA apresentou garantia na Carta Fiança Bancária BMG SEGUROS – APÓLICE nº 17412020000107750021218 – 22/10/2020, na importância de R$ 22.051,85 (vinte e dois mil, cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atribuído ao contrato, com validade até 30/05/2021, tendo sido prorrogada até 30/06/2021 conforme primeiro termo de aditamento.

2.2. Em decorrência da prorrogação do prazo indicada no item 1.1, neste ato, a CONTRATADA compromete-se a RENOVAR/PRORROGAR, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a garantia contratual, mediante caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública ou apresentação de fiança bancária ou seguro-garantia, com vencimento para 16/08/2021 depois do término da nova vigência do ajuste.

2.2.1. A garantia prestada será liberada ou restituída após o recebimento definitivo da obra.

2.3. Caso a garantia oferecida pela CONTRATADA evidencie qualquer impropriedade ou incorreção em seu teor ou origem, ou se for utilizada no pagamento de quaisquer obrigações, incluindo a indenização de terceiros, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, exigir sua regularização ou substituição no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação.

2.4. A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazo especificados no subitem anterior sujeitará a CONTRATADA às seguintes consequências:

a. retenção dos pagamentos que lhe sejam devidos, para recomposição da garantia contratual, na modalidade caução em dinheiro; ou

b. caracterização de inexecução contratual, ensejando a consequente aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA OITAVA e, ainda, a rescisão do ajuste com fundamento no artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

2.4.1 Na hipótese do item 2.4, caberá à Administração contratante decidir motivadamente entre a retenção de pagamentos para recomposição da garantia contratual ou a caracterização da inexecução contratual.

2.5. A devolução da garantia não isenta a CONTRATADA das responsabilidades previstas no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

2.6. À CONTRATANTE cabe descontar da garantia toda a importância que a qualquer título lhe for devida pela CONTRATADA.

2.7. A correção monetária da garantia prestada na forma de caução em dinheiro será calculada com base na variação de índice IPC/FIPE e, no caso de utilização de cheque, a data inicial da correção será a do crédito bancário.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

E, por se acharem assim, ajustadas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, dando-se publicidade do ato por meio da Imprensa Oficial.

Pirassununga, 28 de janeiro de 2021.

PROFA. DRA. ELISABETE MARIA MACEDO VIEGAS

RG nº 4.836.582-8-SSP/SP

Diretora de Unidade de Ensino – FZEA-USP

P/ CONTRATANTE

.

SR. RICARDO JORGE RIGHETTI

RG: 11.435.624-5/SSP/SP

CPF: 062.568.318-88

Sócio Diretor

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

NATHALIA THAYS FRASSE MALAMAN

CPF: 166.582.928-17

LAYLA DENÓFRIO

CPF: 356.812.028-36

ANEXO – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (REPROGRAMADO)

HOSPITAL DE REABILITAÇÃO DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2020 - HRAC-USP

PROCESSO Nº 20.1.571.61.1 / 21.1.6.61.3

OFERTA DE COMPRA Nº 102149100582020OC00081

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO e MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO.

LICITANTE VENCEDOR:

AUROBINDO PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LIMITADA: Item 05 no valor total de R$ 2.250,00;

BIOFAC INDÚSTRIA COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO LTDA: Item 11 no valor total de R$ 2.200,00;

SOMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA: Itens 09, 10, 15 e 20 no valor total de R$ 5.446,00;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA: Itens 02, 08 e 18 no valor total de R$ 10.957,00;

MANZATOS FARMA EIRELI: Item 22 no valor total de R$ 700,00;

Valor total do Pregão: R$ 21.553,00

"Homologo o procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico – Registro de Preços Nº 053/2020 – HRAC – USP, decisão proferida pela Pregoeira em ato de 08/12/2020 e autorizo a despesa".

Bauru, 28 de Janeiro de 2021.

Prof. Dr. Carlos Ferreira dos Santos

Superintendente "pro tempore" do HRAC – USP

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

HOSPITAL UNIVERSITARIO DA USP

PREGÃO ELETRONICO 001/2021

PROCESSO 2020.1.2144.62.1

OC: 102150100582021OC00005

REF. IMPUGNAÇÃO APRESENTADA POR ROSIELE FENDRICH.

A ROSIELE FENDRICH apresentou impugnação alegando direcionamento do monitoramento online ao sistema de determinada empresa.

INFORMAMOS QUE O PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO APRESENTADO FOI INDEFERIDO.

RESPOSTA NA INTEGRA PODERÁ SER CONSULTADA ATRAVÉS DO SÍTIO: www.bec.sp.gov.br, www.usp.br/licitacoes

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Extrato do Termo Aditivo Nº 001/2021-IAU

Contrato Nº 004/2019

Tomada de Preços 002/2019-IAU

Processo Nº 2019.1.207.93.4 e volumes

Contratante: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por meio do INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Contratada: HEMISFÉRIO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, C.N.P.J. nº 08.351.545/0001-54

Objeto: reforma e adequação de acessibilidade para o Prédio do Laboratório de Construção Civil e Conforto Ambiental do IAU da USP de São Carlos, no Campus 1.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. De acordo com as informações do ofício da CONTRATADA de 20 de janeiro de 2021 e anexo Carta da fabricante da plataforma elevatória, devido as consequências causadas pela pandemia do corona vírus e do isolamento social, ocorreu falta de material para fabricação, bem como a redução do trabalho de funcionários responsável por liberações alfandegárias atrasou a entrega de materiais importados.

1.2. Desta forma fica prorrogado o prazo contratual inicial em 50 dias, nos termos dos incisos II e V do § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93, contados a partir de 01 de fevereiro 2021, ficando o término dos serviços previsto para 22 de março de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Conforme constou do Termo Aditivo 005/2020 considerando a Ata de reunião de 03/08/2020, a CONTRATADA não solicitará o equilíbrio financeiro mencionado na Cláusula Quarta, item 4.2 do Contrato, regulamentado no inciso XI do artigo 40 da Lei 8.666/93, não tendo o que reclamar, seja agora ou posteriormente.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições constantes do contrato inicial, que ora se adita.

Assinatura do Termo Aditivo: 21/01/2021

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO nº. 12/2020
PROCESSO: - 2020.1.193.13.7
PREGÃO nº. - 12/2020 – PUSP-B
OBJETO: - PREPARADO LÍQUIDO PARA REFRESCO

HOMOLOGO o julgamento realizado em 18 de novembro de 2020 e autorizo a aquisição de Preparado Líquido para Refresco, utilizando recursos de tecnologia da informação – internet, em conformidade com as Leis federais nº 8.666/1993 e alterações posteriores e 10.520/2002 e com os decretos estaduais nºs 49.722 de 24/06/2005 e 57.159 de 21/07/2011.

Agrupamento 01 – Pasoli Alimentos Eireli EPP.

AUTORIZO A EMISSÃO DA RESPECTIVA NOTA DE EMPENHO.

Bauru, 26 de janeiro de 2021.
Prof. Dr. José Henrique Rubo
Prefeito do Campus USP de Bauru

PREFEITURA DO CAMPUS USP FERNANDO COSTA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Prefeitura do Campus Usp "Fernando Costa"
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO BEC N°: 1/2021 - PUSP-FC
PROCESSO Nº: 21.1.00019.19.7
OFERTA DE COMPRA Nº: 102118100582021OC00001

A Prefeitura do Campus Usp "Fernando Costa" torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob N°: 1/2021 - PUSP-FC, do tipo menor preço, cujo objeto é CALCARIO CALCITICO, FARELO DE ALGODAO PARA ANIMAIS, FARELO DE SOJA, INGREDIENTES PARA RACAO ANIMAL, NUCLEO VITAMINICO, SAL MINERAL, SAL MINERALIZADO, SUPLEMENTO VITAMINICO E MINERAL e UREIA, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 29/01/2021 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 11/02/2021 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 29/01/2021, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imesp.com.br.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

REITORIA

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Geral de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº. 844/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 88/2021

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de 2021, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legalmente representada pela autoridade competente, doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes subordinam-se às disposições das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR:

PRIMEIRO COLOCADO: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.734.671/0001-51, com sede na Rodovia Itapira-Lindóia, Km 14, Itapira/SP, CEP 13974-900, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o Sr. Alessandro Rotoli Camargo, inscrito no CPF sob o N.º 246.842.158-22 e portador da Carteira de Identidade n.º 24.837.066-2.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Mínima - Máxima
01 - 1.200 - 12.000 - R$ 2,35

Medicamentos controlados de uso humano; morfina, sulfato 10 mg/ml; forma farmacêutica solução injetável; forma de apresentação frasco-ampola / seringa preenchida / ampola 1 ml; via de administração intratecal / intramuscular / intravenosa.

Unidade de fornecimento: unidade
Marca: Cristália/Dimorf

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Mínima - Máxima
03 - 700 - 7.000 - R$ 4,15

Medicamentos controlados de uso humano; fentanila, citrato 78,5 mcg/ml (equiv. a 50 mcg de fentanila); forma farmacêutica solução injetável; forma de apresentação ampola / frasco-ampola / seringa preenchida 2 ml; via de administração epidural, intramuscular e intravenosa.

Unidade de fornecimento: unidade
Marca: Cristália/Fentanest

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Mínima - Máxima
16 - 700 - 7.000 - R$ 2,41

Medicamentos controlados de uso humano; fenitoina sódica 50 mg/ml; forma farmacêutica solução injetável; forma de apresentação ampola / frasco-ampola / seringa preenchida 5 ml; via de administração intravenosa.

Unidade de fornecimento: unidade
Marca: Cristália/Fenital

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Mínima - Máxima
17 - 1.200 - 12.000 - R$ 19,50

Medicamentos gerais de uso humano; rocuronio, brometo 10 mg/ml; forma farmacêutica solução injetável; forma de apresentação ampola / seringa preenchida / frasco-ampola 5 ml; via de administração intravenosa.

Unidade de fornecimento: frasco ampola com 5 mililitros
Marca: Cristália/Rocuron

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Mínima - Máxima
21 - 100 - 1.000 - R$ 12,50

Medicamentos controlados de uso humano; dexmedetomidina, cloridrato 100 mcg/ml; forma farmacêutica solução injetável; forma de apresentação ampola / seringa preenchida / frasco-ampola 2 ml; via de administração intravenosa.

Unidade de fornecimento: unidade
Marca: Cristália/Dex

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Mínima - Máxima
25 - 200 - 2.000 - R$ 2,00

Medicamentos controlados de uso humano; efedrina, sulfato 50 mg/ml; forma farmacêutica solução injetável; forma de apresentação ampola / frasco-ampola / seringa preenchida 1 ml; via de administração intramuscular / intravenosa / subcutânea.

Unidade de fornecimento: ampola
Marca: Cristália/Efedrin

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual;

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital;

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei;

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório;

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/1993.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Campinas, 27 de janeiro de 2021.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FORNECEDOR:
1º COLOCADO:
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
Nome: Alessandro Rotoli Camargo
CPF: 246.842.158-22
RG: 24.837.066-2
PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº. 844/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 89/2021

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de 2021, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legalmente representada pela autoridade competente, doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes subordinam-se às disposições das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR:

PRIMEIRO COLOCADO: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0004-91, com sede na Praça Emílio Marconato, 1.000, Galpão 22, Bairro Núcleo Residencial Doutor João Aldo Nassif, Jaguariúna/SP, CEP 13916-074, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o Sr. Rafael Olímpio Castanheira, inscrito no CPF sob o N.º 324.367.598-71 e portador da Carteira de Identidade n.º 35.348.360-6 SSP/SP.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Mínima - Máxima
02 - 400 - 4.000 - R$ 2,2828

Medicamentos gerais de uso humano; amicacina, sulfato 250mg/ml; forma farmacêutica solução injetável; forma de apresentação ampola / frasco-ampola / seringa preenchida 2 ml; via de administração intramuscular / intravenosa.

Unidade de fornecimento: ampola
Marca: Amicacina

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual;

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital;

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei;

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório;

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/1993.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Campinas, 27 de janeiro de 2021.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FORNECEDOR:
1º COLOCADO:
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA
Nome: Rafael Olímpio Castanheira
CPF: 324.367.598-71
RG: 35.348.360-6 SSP/SP
PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº. 844/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 93/2021

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de 2021, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legalmente representada pela autoridade competente, doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes subordinam-se às disposições das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR:

PRIMEIRO COLOCADO: VALINPHARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.857.076/0001-09, com sede na Avenida João Antunes dos Santos, 1137/1139, Jardim Pinheiros, Valinhos/SP, CEP 13274-290, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, a Sra Camila Nogueira Argeri, inscrita no CPF sob o N.º 309.063.258-62 e portadora da Carteira de Identidade n.º 44.024.376-2.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Mínima - Máxima
10 - 200 - 2.000 - R$ 11,83

Medicamentos gerais de uso humano; nitroprusseto de sódio 50 mg; forma farmacêutica pó liofilo / sol injetável / seringa preenchida com ou sem diluente; forma de apresentação ampola / frasco ampola / seringa preenchida com ou sem diluente; via de administração intravenosa.

Unidade de fornecimento: unidade
Marca: Nitrop

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual;

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital;

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei;

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório;

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/1993.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Campinas, 27 de janeiro de 2021.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FORNECEDOR:
1º COLOCADO:
VALINPHARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Nome: Camila Nogueira Argeri
CPF: 309.063.258-62
RG: 44.024.376-2
PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº. 844/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 100/2021

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de 2021, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legalmente representada pela autoridade competente, doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes subordinam-se às disposições das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR:

PRIMEIRO COLOCADO: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.324.221/0020-77, com sede na Avenida Brasil, 1255, Quadra 07, Lote 82, G01, Cidade Jardim, Anápolis/GO, CEP 75080-240, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por sua representante legal, a Sra. Dilma Mendes Luz, inscrita no CPF sob o N.º 355.798.461-34 e portadora da Carteira de Identidade n.º 2.044.401-SSP/GO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Mínima - Máxima
05 - 2.500 - 25.000 - R$ 1,00

Medicamentos gerais de uso humano; ondansetrona, cloridrato 2mg/ml; forma farmacêutica solução injetável; forma de apresentação frasco-ampola / seringa preenchida / ampola 2 ml; via de administração intravenosa.

Unidade de fornecimento: ampola
Marca: Cloridrato de Ondansetrona/Novafarma

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Mínima - Máxima
13 - 150 - 1.500 - R$ 7,10

Medicamentos gerais de uso humano; metilprednisolona, succinato sódico 125 mg; forma farmacêutica pó liofilo para solução injetável; forma de apresentação ampola / frasco-ampola / seringa preenchida + diluente 2 ml; via de administração intramuscular e intravenosa.

Unidade de fornecimento: unidade
Marca: Succinato Sódico de Metilprednisolona/Novafarma

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual;

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital;

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei;

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório;

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/1993.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Campinas, 27 de janeiro de 2021.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FORNECEDOR:
1º COLOCADO:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA
Nome: Dilma Mendes Luz
CPF: 355.798.461-34
RG: 2.044.401-SSP/GO
PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº. 669/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2021
PROCESSO Nº. 01-P-7370/2020

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de 2021, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legalmente representada pela autoridade competente, doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR:

PRIMEIRO COLOCADO: LMS COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 10.623.476/0001-32, com sede na Rua Renato Rinaldi, 568, Vila Carrão, São Paulo/SP, CEP 03426-000, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por sua representante legal, a Sra. Lucinda Maria Santos Torres Blanca, inscrita no CPF sob o N.º 269.883.078-69 e portadora da Carteira de Identidade n.º 32.038.129-SSP/SP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE GELATINA EM PÓ

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Mínima - Máxima
01 - 191 - 1.910 - R$ 7,30

Pó p/preparo de gelatina; sabor abacaxi; composto de açúcar, gelatina, sal, reguladores de acidez; aroma artificial de abacaxi, corantes, edulcorantes; e outros ingredientes permitidos; embalagem primaria apropriada e hermeticamente fechada; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução 273/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela ANVISA; com validade mínima de 10 meses na data da entrega

Descrição Complementar:

Nas embalagens individuais deverão constar prazos de validade

Unidade de Fornecimento: pacote com 1 quilograma
Marca: Crialimentos

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Mínima - Máxima
05 - 156 - 1.560 - R$ 7,30

Pó p/preparo de gelatina; sabor limão; composto de açúcar, gelatina, sal, reguladores de acidez; aroma artificial de limão, corantes, edulcorantes; e outros ingredientes permitidos; embalagem primaria apropriada e hermeticamente fechada; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC 273/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela ANVISA; com validade mínima de 10 meses

Descrição Complementar:

Nas embalagens individuais deverão constar prazos de validade

Unidade de Fornecimento: pacote com 1 quilograma
Marca: Crialimentos

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual e;

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93;

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Campinas, 15 de janeiro de 2021.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FORNECEDOR:
1º COLOCADO:
LMS COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI – EPP
Nome: Lucinda Maria Santos Torres Blanca
CPF: 269.883.078-69
RG: 32.038.129-SSP/SP
PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº 854/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2021

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de 2020, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legalmente representada pela autoridade competente doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR:

PRIMEIRO COLOCADO: LMS COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 10.623.476/0001-32, com sede na Rua Renato Rinaldi, 568, Vila Carrão, São Paulo/SP, CEP 03426-000, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por sua representante legal, a Sra. Lucinda Maria Santos Torres Blanca, inscrita no CPF sob o N.º 269.883.078-69 e portadora da Carteira de Identidade n.º 32.038.129-SSP/SP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE FARINHA DE MILHO E GRÃOS

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário
Máxima - Mínima
1 - 617 - 6.170 - R$ 2,56

Fubá de milho; obtido do grão de milho moído, fortificado com ferro e ácido fólico; de cor amarela, devendo se apresentar limpo e seco, com umidade máxima de 15%; com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; com ausência de mofo e ranço; isento de insetos, odores ou sabores estranhos ou impróprios; validade mínima de 4 meses na data da entrega, embalagem primaria saco plástico transparente, atóxico; e suas condições deverão estar de acordo com a Resolução RDC 263/05, RDC 344/02, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela ANVISA.

Descrição complementar:

O produto deverá estar acondicionado em saco plástico atóxico transparente contendo de 20 a 30 quilogramas (embalagem primária)

Unidade de fornecimento: quilograma

Marca: Xodomilho

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Máxima - Mínima

2 - 354 - 3.540 - R$ 8,39

Lentilha; de primeira; nova; constituída de grãos inteiros e sãos; com umidade máxima de 14% por peso; isenta de insetos, impurezas, matérias e odores estranhos ou impróprios; embalagem primaria saco de polietileno transparente e lacrado, com validade mínima de 5 meses na data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a Portaria 65/93 (mapa), Resolução RDC 275/02, RDC 07/11, RDC 14/14 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. adm determinados pelo MAPA e ANVISA.

Descrição complementar:

O produto deverá estar acondicionado em saco plástico atóxico contendo de 2 a 10 quilogramas (embalagem primária) e em saco plástico contendo entre 20 e 30 quilogramas (embalagem secundária).

Unidade de fornecimento: quilograma

Marca: R. Santos Alimentos

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Máxima - Mínima

3 - 289 - 2.890 - R$ 7,98

Grão de bico; de primeira; novo; constituído de grãos inteiros e sãos; com umidade máxima de 15% por peso; isento de insetos, impurezas, matérias e odores estranhos ou impróprios; embalagem primaria saco de polietileno, com validade mínima de 04 meses na data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a Resolução RDC 275/02, RDC 07/11, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela ANVISA.

Descrição complementar:

O produto deverá estar acondicionado em saco plástico atóxico contendo de 2 a 10 quilogramas (embalagem primária) e em saco plástico contendo entre 20 e 30 quilogramas (embalagem secundária).

Unidade de fornecimento: quilograma

Marca: R. Santos Alimentos

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Máxima - Mínima

4 - 254 - 2.540 - R$ 7,40

Ervilha seca; partida; de primeira; nova; constituída de grãos sãos e limpos; com umidade máxima de 15% por peso; isenta de sujidades, parasitas e larvas; embalagem primaria saco de polietileno, com validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a (Portaria MA.65/93) e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela ANVISA.

Descrição complementar:

O produto deverá estar acondicionado em saco de polietileno transparente e lacrado contendo, no mínimo, 500 gramas (embalagem primária) e em saco plástico contendo entre 20 e 30 quilogramas (embalagem secundária).

Unidade de fornecimento: quilograma

Marca: R. Santos Alimentos

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Máxima - Mínima

5 - 442 - 4.425 - R$ 7,57

COTA PRINCIPAL

Feijão; branco; grupo 1, classe branco, tipo 1; novo; constituído de grãos inteiros e sãos; com teor de umidade recomendada de até 14%; isento de matérias estranhas, impurezas, grãos mofados, ardidos, germinados e carunchados; embalagem primaria saco plástico atóxico, hermeticamente fechado, com validade mínima de 04 meses na data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com o Decreto 6268/07, Instrução Normativa 12/08, RDC 259/02, RDC 360/03; RDC 07/11 e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. adm. determinados pelo MAPA e ANVISA.

Descrição complementar:

Embalagem primária sacos plásticos pesando de 10 a 30 kg.

Unidade de fornecimento: quilograma

Marca: R. Santos Alimentos

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Máxima - Mínima

6 - 147 - 1.475 - R$ 7,57

COTA RESERVADA

Feijão; branco; grupo 1, classe branco, tipo 1; novo; constituído de grãos inteiros e sãos; com teor de umidade recomendada de até 14%; isento de matérias estranhas, impurezas, grãos mofados, ardidos, germinados e carunchados; embalagem primaria saco plástico atóxico, hermeticamente fechado, com validade mínima de 04 meses na data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com o Decreto 6268/07, Instrução Normativa 12/08, RDC 259/02, RDC 360/03; RDC 07/11 e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. adm. determinados pelo MAPA e ANVISA.

Descrição complementar:

Embalagem primária sacos plásticos pesando de 10 a 30 kg.

Unidade de fornecimento: quilograma

Marca: R. Santos Alimentos

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Máxima - Mínima

8 - 340 - 3.400 - R$ 5,80

Soja em grão; grupo i, classe amarela, tipo 1; deve estar limpa, seca e isenta de odores estranhos ou impróprios; embalagem primaria plástica, hermeticamente fechada e atóxica; embalagem secundaria caixa de papelão reforçado; com validade mínima de 06 meses na data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com Instrução Normativa 11/07, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. adm. determinados pelo MAPA e ANVISA.

Descrição complementar:

O produto deverá estar acondicionado em saco plástico atóxico contendo de 15 a 20kg e em saco de papel reforçado (embalagem primária)

Unidade de fornecimento: quilograma

Marca: R. Santos Alimentos

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual e;

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93;

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Campinas, 22 de janeiro de 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FORNECEDOR:

1º COLOCADO:

LMS COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI – EPP

Nome: Lucinda Maria Santos Torres Blanca

CPF: 269.883.078-69

RG: 32.038.129-SSP/SP

PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº 854/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2021

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de 2021, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legalmente representada pela autoridade competente doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR:

PRIMEIRO COLOCADO: PARTNER GESTÃO E LOGÍSTICA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 11.892.032/0001-65, com sede na Rua José Carlos Pimenta, 210, Vila Brasil, Presidente Prudente/SP, CEP 19040-450, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o Sr. Alexandre Marcondes Pereira, inscrito no CPF sob o N.º 058.805.518-22 e portador da Carteira de Identidade n.º 18.036.547-2.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE FARINHA DE MILHO

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Mínima - Máxima

7 - 690 - 6.900 - R$ 4,80

Farinha de milho; tipo biju, obtida do grão de milho torrado; na cor amarela, devendo se apresentar limpa e seca, com umidade máxima de 15%; isenta de insetos, odores ou sabores estranhos ou impróprios; validade mínima de 7 meses na data da entrega, embalagem primaria saco plástico transparente e atóxico; e suas condições deverão estar de acordo com a Resolução RDC 263/05, RDC 344/02, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. administrativos determinados pela ANVISA

Descrição complementar:

O produto deverá estar acondicionado em saco plástico atóxico transparente flexível termosselada contendo entre 20 e 30 quilogramas (embalagem primária).

Unidade de fornecimento: quilograma

Marca: Agrobal

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual e;

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93;

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Campinas, 27 de janeiro de 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FORNECEDOR:

1º COLOCADO:

PARTNER GESTAO E LOGISTICA EIRELI – EPP

Nome: Alexandre Marcondes Pereira

CPF: 058.805.518-22

RG: 18.036.547-2

PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº. 837/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2021

PROCESSO Nº. 01-P-10516/2020

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de 2020, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente representada pela autoridade competente, nos termos da Portaria DGA/Coordenadoria nº 52/2017 doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR:

PRIMEIRO COLOCADO: LMS COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº 10.623.476/0001-32, com sede na Rua Renato Rinaldi, 568, Vila Carrão, São Paulo/SP, CEP 03426-000, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por sua representante legal, a Sra. Lucinda Maria Santos Torres Blanca, inscrita no CPF sob o N.º 269.883.078-69 e portadora da Carteira de Identidade n.º 32.038.129-SSP/SP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE AVEIA, AMIDO DE MILHO E FARINHA DE MANDIOCA

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Mínima - Máxima

01 - 128 - 1.280 - R$ 8,72

Aveia; integral; em flocos; isenta de insetos, impurezas, matérias e odores estranhos ou impróprios; admitindo umidade máxima de 15% por peso; embalagem primaria atóxica, hermeticamente fechada, com validade mínima de 10 meses na data da entrega; embalagem secundaria caixa de papelão reforçado; e suas condições deverão estar de acordo com a RDC 263/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela Anvisa

Unidade de fornecimento: quilograma

Marca: R.S Alimentos

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Mínima - Máxima

03 - 1.007 - 10.070 - R$ 4,90

Amido de milho; produto amilaceo extraído do milho; com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; com umidade máxima de 14% por peso; isento de sujidades, parasitas e larvas; validade mínima de 10 meses na data da entrega, acondicionado em embalagem primaria plástica, flexível, termosselada, pesando 5kg; embalagem secundaria caixa de papelão reforçado, pesando de 20 a 30kg; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC numero 263 de 22/09/05 Anvisa e alterações posteriores

Unidade de fornecimento: quilograma

Marca: Tecnutri

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Mínima - Máxima

04 - 573 - 5.730 - R$ 2,50

Farinha de mandioca; crua; branca; isenta de sujidades, parasitas e larvas; acondicionada em saco de rafia de 50kg; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC numero 263 de 22/09/05 Anvisa e alterações posteriores

Informação complementar: validade mínima de 07 meses na data da entrega.

Unidade de fornecimento: quilograma

Marca: 3 Poderes

Item - Descrição do Material - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Mínima - Máxima

05 - 370 - 3.700 - R$ 9,80

Mistura para o preparo de curau; composta de açúcar, leite em pó, amido de milho, farinha de milho pre gelatinizada; aromatizantes; corantes; e outros ingredientes permitidos; com cor, cheiro e sabor característicos; isenta de sujidades, fermentação e outros materiais estranhos; com validade mínima de 5 meses na data da entrega; embalagem primaria plástica hermeticamente fechada e resistente; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC 273/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/; RDC 14/14 e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela Anvisa

Unidade de fornecimento: quilograma

Marca: Crialimentos

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual e;

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93;

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Campinas, 25 de janeiro de 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FORNECEDOR:

1º COLOCADO:

LMS COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI – EPP

Nome: Lucinda Maria Santos Torres Blanca

CPF: 269.883.078-69

RG: 32.038.129-SSP/SP

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberta na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) a Tomada de Preços TP DGA 1/2021, processo 01-P-12429/2020, do tipo menor preço global, destinada à Contratação de empresa especializada para reforma da entrada e distribuição de energia elétrica da Faculdade de Engenharia de Alimentos - FEA. Data de encerramento para entrega dos envelopes "A" e "B": 19/02/2021 às 09h30. Data da abertura do Envelope "A": 19/02/2021 às 14h00. Valor estimado do serviço é de R$ 557.872,12. O Edital, na íntegra, está disponível nos sites http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx e https://www.dga.unicamp.br/anexos_licitacoes/.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

HOSPITAL DAS CLÍNICAS

Governo do Estado de São Paulo

Universidade Estadual de Campinas

Hospital de Clínicas

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto no Hospital de Clínicas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP o Pregão Eletrônico PE - HC nº 00063/2021, Oferta de Compra BEC/SP 1022021005920210C00040, Processo 15P-13574/2020, do tipo menor preço unitário destinado a Registro de Preços de ACICLOVIR, ANFOTERICINA, PENICILINA, OXACILINA, GENTAMICINA E OUTROS, conforme discriminado no Anexo I. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 12/02/2021 às 09:30 horas, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual da BEC/SP (http://www.bec.sp.gov.br). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual da BEC/SP e https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx.

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

Processo nº 15P-3169/2019

AF: 2003/2020

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente representada, com base no inciso II do artigo 79 da Lei Federal nº 8666/93, decide rescindir totalmente a Autorização de Fornecimento sob o nº 2003/2020, referente a quantidade 2.500 unidades de CEFTAZIDIMA PENTAIDRATADA 1G, valor R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais) celebrado com a empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, por meio da Ata 154/2019, por motivo de falta do item no mercado e a expiração da Ata de RP.

PREGÃO ELETRÔNICO HC – Nº 746/2020

OFERTA DE COMPRA BEC Nº 1022021005920200C00455

PROCESSO nº 15-P-9244/2020 e nº 15-P-1663/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2021

Aos 28 dias do mês de janeiro do ano de 2021, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente representada pela autoridade competente, doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR(ES):

PRIMEIRO COLOCADO: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.772.798/0006-67, com sede na Praça Agrícola La Paz Tristante, nº 121, n 131 Parte 10, CEP: 06.276-035, Industrial Anhanguera, Osasco-SP, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o(a) Sr.(a) LUCAS PERSONA DE ALMEIDA , inscrito(a) no CPF sob o N.º 351.848.288-26 e portador(a) da Carteira de Identidade n.º 40.445.731

OBJETO:

Item

Descrição do Material

Quantidades Registradas

PREÇO UNITÁRIO

MÍNIMA

MÁXIMA

1Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 4 Mm; Comprimento: 100 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopaco; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

CHC: 34427

BEC: 3729869

SUS: 07.02.04.007-0

MARCA: MEDTRONIC

MODELO: SBI040120130

FABRICANTE: MEDTRONIC

PROCEDÊNCIA: IMPORTADO

EMBALAGEM: UNIDADE

01UNIDADE

05 UNIDADES

R$ 389,0000

4Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 6 Mm; Comprimento: 100 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

CHC: 34441

BEC: 3729982

SUS: 07.02.04.007-0

MARCA: MEDTRONIC

MODELO: SBI060100130

FABRICANTE: MEDTRONIC

PROCEDÊNCIA: IMPORTADO

EMBALAGEM: UNIDADE

01UNIDADE

10 UNIDADES

R$ 389,0000

5Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 2,5 Mm; Comprimento: 60 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,014 a 0,018 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

CHC: 34378

BEC: 3730093

SUS: 07.02.04.007-0

MARCA: MEDTRONIC

MODELO: PCE025060130

FABRICANTE: MEDTRONIC

PROCEDÊNCIA: IMPORTADO

EMBALAGEM: UNIDADE

01UNIDADE

15 UNIDADES

R$ 389,0000

9Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 8 Mm; Comprimento: 60 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

CHC: 897843

BEC: 3730549

SUS: 07.02.04.007-0

MARCA: MEDTRONIC

MODELO: SBI080060130

FABRICANTE: MEDTRONIC

PROCEDÊNCIA: IMPORTADO

EMBALAGEM: UNIDADE

01UNIDADE

06 UNIDADES

R$ 370,0000

10Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 7 Mm; Comprimento: 60 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;

CHC: 22553

BEC: 3730573

SUS: 07.02.04.007-0

MARCA: MEDTRONIC
MODELO: SBI070060130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: UNIDADE
01UNIDADE
02 UNIDADES
R$ 370,0000

12Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 5 Mm; Comprimento: 120 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 34436
BEC: 3730611
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: MEDTRONIC
MODELO: SBI050120130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: UNIDADE
01UNIDADE
08 UNIDADES
R$379,0000

13Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 3 Mm; Comprimento: 120 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,014 a 0,018 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenica; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 41057
BEC: 3730638
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: MEDTRONIC
MODELO: AMD030120152 / PCE030120130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: UNIDADE
01UNIDADE
50 UNIDADES
R$ 389,0000

14Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 6 Mm; Comprimento: 120 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 34443
BEC: 3730662
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: MEDTRONIC
MODELO: SBI060120130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: Unitário
01UNIDADE
10 UNIDADES
R$ 389,0000

16Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 12 Mm; Comprimento: 40 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 56977
BEC: 3730697
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: MEDTRONIC
MODELO: SBI120040130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: Unitário
01UNIDADE
10 UNIDADES
R$ 470,0000

17Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 3 Mm; Comprimento: 60 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,014 a 0,018 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril, Atoxico e Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 34391
BEC: 4314832
SUS: 07.02.04.007-0MARCA: MEDTRONIC
MODELO: PCE030060130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: Unitário
01UNIDADE
10 UNIDADES
R$ 389,0000

19Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 4 Mm; Comprimento: 60 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,014 a 0,018 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril, Atoxico e Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 951764
BEC: 4314875
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: MEDTRONIC
MODELO: PCE0400060130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: Unitário
01UNIDADE
06 UNIDADES
R$ 380,0000

20Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 4 Mm; Comprimento: 80 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,014 a 0,018 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril, Atoxico, Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 951755
BEC: 4314921
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: MEDTRONIC
MODELO: AMD040080152 / PCE040080130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: Unitário
01UNIDADE
02UNIDADES
R$ 389,0000

21Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 5 Mm; Comprimento: 40 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,014 a 0,018 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 951756
BEC: 4315774
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: MEDTRONIC
MODELO: PCE050040130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: Unitário
01UNIDADE
06 UNIDADES
R$ 400,0000

23Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 5 Mm; Comprimento: 80 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 951759
BEC: 4315901
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: MEDTRONIC
MODELO: SBI050080130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: Unitário
01UNIDADE
15 UNIDADES
R$ 389,0000

24Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 6 Mm; Comprimento: 80 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 34438BEC: 4315928
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: MEDTRONIC
MODELO: SBI060080130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: Unitário
01UNIDADE
06 UNIDADES
R$ 389,0000

26Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 7 Mm; Comprimento: 100 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 34449
BEC: 4315952
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: MEDTRONIC
MODELO: SBI070120130L / SBI070100130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: Unitário
01UNIDADE
03 UNIDADES
R$ 389,0000

27Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 7 Mm; Comprimento: 150 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 951762
BEC: 4315960
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: MEDTRONIC
MODELO: SBI070150130L
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: Unitário
01UNIDADE
02 UNIDADES
R$ 389,0000

30Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 9 Mm; Comprimento: 60 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 897876
BEC: 4316010
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: MEDTRONIC
MODELO: SBI090060130
FABRICANTE: MEDTRONIC
PROCEDÊNCIA: IMPORTADO
EMBALAGEM: Unitário
01UNIDADE
03 UNIDADES
R$ 420,0000

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:
1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual e;
2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.
3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93;

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:
1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.
2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.
3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:
A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.
As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.
PREGÃO ELETRÔNICO HC – Nº 621/2020
OFERTA DE COMPRA BEC Nº 102202100592020OC00397
PROCESSO nº 15-P-4244/2020 e nº 15-P-21281/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1117/2020
Aos 25 dias do mês de janeiro do ano de 2020, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente representada pela autoridade competente, doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.
As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.
FORNECEDOR(ES):
PRIMEIRO COLOCADO: CIRURGICAL PRIME PRODUTOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.238.109/0001-03, com sede na Rua Vergueiro. nº 2253, Cond 1404 Andar 14, CEP: 04.101-100, Vila Mariana, São Paulo-SP, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o(a) Sr.(a) PAMELA CRISTINA DE OLIVEIRA PINEIRO, inscrito(a) no CPF sob o N.º 385.111.948-78 e portador(a) da Carteira de Identidade n.º 47.047.910-3
OBJETO:
Item
Descrição do Material
Quantidades Registradas
PREÇO UNITÁRIO
MÍNIMA
MÁXIMA

09Cateter implantável; pediátrico; radiopaco; em silicone; com reservatório de injeção em titânio ou polissulfona multiperfurado; conectores de trava e preenchimento do cateter; tunelizador; fio guia j metálico; introdutor com dilatador peel away; agulha introdutora compatível; agulha de huber; reservatório com diâmetro da base de 2 a 2,6 cm, altura de 0,9 a 1 cm; comprimento do cateter 70 cm; e diâmetro de 6 a 7 fr; membrana de silicone resistente para 2 mil punções; estéril, atóxico, apirogênico; embalado em material que garanta a integridade do produto e permita transferência asséptica; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente; inclui cartão de identificação e etiquetas de registro.
CHC: 109775 BEC: 4131452
Sem Código SUS
MARCA: Bard Access Systems
FABRICANTE: Bard
PROCEDÊNCIA: Estados Unidos
EMBALAGEM: Individual
01 UNIDADE
03 UNIDADES
R$ 415,0000

10Cateter implantável; radiopaco; em silicone; com reservatório de injeção em titânio ou polissulfona multiperfurado; conectores de trava e preenchimento do cateter; tunelizador fio guia j metálico; introdutor com dilatador peel away; agulha introdutora compatível; agulha huber; reservatório com diâmetro da base de 2,4 a 3,2 cm, altura de 1 a 1,5 cm; comprimento do cateter 70 cm; diâmetro de 8 a 9,6 fr; membrana de silicone resistente para 2 mil punções; estéril, atóxico, apirogênico; embalado em material que garanta a integridade do produto e permita transferência asséptica; a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente; inclui cartão de identificação e etiquetas de registro.
CHC: 109776 BEC: 4131479
Sem Código SUS
MARCA: Bard Access Systems
FABRICANTE: Bard
PROCEDÊNCIA: Estados Unidos
EMBALAGEM: Individual
01 UNIDADE
130 UNIDADES
R$ 415,0000

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:
1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual.
2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93.

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:
1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.
2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.
3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:
A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas oucontrovérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.
As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.
PREGÃO ELETRÔNICO HC – Nº600/2020
OFERTA DE COMPRA BEC/SP: 102202100592020OC00333
PROCESSO nº 15-P-6000/2020 e nº 15-P-1188/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2021
Aos 25/01/2021, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.
As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.
FORNECEDOR(ES):
PRIMEIRO COLOCADO: BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.513.946/0001-14, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 21476, Prédios P8, P9 e P10, CEP: 04.795-000, Vila Almeida, São Paulo-SP, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o(a) Sr.(a) ANDRÉ ANDRADE SANTOS , inscrito(a) no CPF sob o N.º 354.077.088-76 e portador(a) da Carteira de Identidade n.º 24.203.000-2
OBJETO:
Item
Descrição do Material
Quantidades Registradas
PREÇO UNITÁRIO
MÍNIMA
MÁXIMA

04Conjunto para Angioplastia; Composto Por: Kit Insuflador para Cateter Balao; Em Angioplastia; Com Inferidor e Defletor para Fio Guia 0,014 Polegadas; Adaptador Em y de 0,018 Polegadas de Diâmetro Interno, Com Mecanismo de Válvula Anti Refluxo; Seringa Com Manometro para Insuflação de Cateter Balão, Com Variacao de Pressao de 0 a 20 Atm; Esteril, Atoxico e Apirogenico; Descartável; Embalagem Individual; Embalado Em Material Apropriado Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 632456
MARCA: Boston Scientific
FABRICANTE: Boston Scientific Tullamore Limited Sragh Industrial Estate, Tullamore- County Offaly- Irlanda
Boston Scientific Limited Business and Technology Park, Model Farm Road, Cork- Irlanda
PROCEDÊNCIA: Importado
EMBALAGEM: Caixas com 1 unidade(s)
01 UNIDADE
720 UNIDADES
R$ 130,0000

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:
1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual e;
2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.
3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93;

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:
1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.
2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.
3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:
A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.
As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.
PREGÃO ELETRÔNICO HC – Nº 746/2020
OFERTA DE COMPRA BEC Nº 102202100592020OC00455
PROCESSO nº 15-P-9244/2020 E 15-P-1658/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2021
Aos 25 dias do mês de janeiro do ano de 2021, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente representada pela autoridade competente, doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.
As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.
FORNECEDOR(ES):
PRIMEIRO COLOCADO: BIOTRONIK COMERCIAL MEDICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.595.271/0001-05, com sede na Rua dos Inocentes, nº 506, CEP: 04.764-050, Socorro, São Paulo-SP, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o(a) Sr.(a) ALEX VILLAR MONTINI, inscrito(a) no CPF sob o N.º 194.413.528-61 e portador(a) da Carteira de Identidade n.º 26.475.923-0
OBJETO:
Item
Descrição do Material
Quantidades Registradas
PREÇO UNITÁRIO
MÍNIMA
MÁXIMA

2Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 5 Mm; Comprimento: 100 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 34434
BEC: 3729958
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: BIOTRONIK
MODELO: PASSEO 35
FABRICANTE: BIOTRONIK
PROCEDÊNCIA: SUIÇA
01UNIDADE
05 UNIDADES
R$ 395,0000

15Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 10 Mm; Comprimento: 60 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 56976
BEC: 3730670
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: BIOTRONIK
MODELO: PASSEO 35
FABRICANTE: BIOTRONIK
PROCEDÊNCIA: SUIÇA
01UNIDADE
10 UNIDADES
R$ 395,0000

29Cateter para Angioplastia; Balao Em Nylon Com Revestimento Hidrofilico; Diametro: 8 Mm; Comprimento: 100 Mm; Com Extensao do Sistema de 135 Cm Aproximado; Otw; Compativel para Fio Guia 0,035 Polegadas; Com Marcadores Radiopacos; Esteril; Atoxico; Apirogenico; Embalado Em Material Com Barreira Microbiana Que Permita a Transferencia Asseptica; a Presentacao do Produto Devera Obedecer a Legislacao Vigente;
CHC: 951765
BEC: 4316002
SUS: 07.02.04.007-0
MARCA: BIOTRONIK
MODELO: PASSEO 35
FABRICANTE: BIOTRONIK
PROCEDÊNCIA: SUIÇA
01UNIDADE
08 UNIDADES
R$ 395,0000

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:
1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual e;
2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93;

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

RESULTADO FINAL

Pregão Eletrônico HC nº 00795/2020, processo 15P-10839/2020

OFERTA DE COMPRA BEC/SP: 102202100592020OC00496

Objeto: Registro de Preços de Tubo Extensor, Explante Escleral, Lente de Contato Plana, Faixa de Silicone e Óleo de Silicone, de acordo com o discriminado no Anexo I. Sessão Pública realizada em 09/12/2020 às 09:30 horas, conduzida pelo Pregoeiro designado nos autos do processo em epígrafe. Aberta as propostas das empresas licitantes, procedeu-se à análise das mesmas de acordo com as exigências do ato convocatório e foram selecionadas as propostas. Ultrapassada a fase de lances, restaram as empresas vencedoras: LEEDSAY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA. para o item 01 e OPHTALMED DISTRIBUIDORA LTDA. EPP. para o item 04. Após exame da documentação de habilitação, a vencedora foi declarada habilitada e adjudicatária do objeto. Não houve manifestação de interposição de recurso.

Os itens 03 e 05 resultaram Fracassados e o item 02 resultou Deserto.

A homologação da licitação pela Autoridade Competente ocorreu em 28/01/2021.

RESULTADO FINAL

Pregão Eletrônico HC nº 00782/2020, processo 15P-10778/2020

OFERTA DE COMPRA BEC/SP: 102202100592020OC00493

Objeto: Registro de Preços de Adenosina, Dexametasona, Furosemida, Hioscina, Nitroprussiato de Sódio, Protamina e Ondansetron, de acordo com o discriminado no Anexo I. Sessão Pública realizada em 04/12/2020 às 09:30 horas, conduzida pelo Pregoeiro designado nos autos do processo em epígrafe. Aberta as propostas das empresas licitantes, procedeu-se à análise das mesmas de acordo com as exigências do ato convocatório e foram selecionadas as propostas. Ultrapassada a fase de lances, restaram as empresas vencedoras: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA (ANÁPOLIS) para o item 01, PORTAL LTDA. para o item 02 e COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. para o item 06. Após exame da documentação de habilitação, as vencedoras foram declaradas habilitadas e adjudicatárias do objeto. Não houve manifestação de interposição de recurso.

Os itens 03, 04, 05 e 07 resultaram fracassados.

A homologação da licitação pela Autoridade Competente ocorreu em 28/01/2021.

RESULTADO FINAL

Pregão Eletrônico HC nº 00859/2020, processo 15P-6313/2020

OFERTA DE COMPRA BEC/SP: 102202100592020OC00541

Objeto: Registro de Preços de CICLOSPORINA, de acordo com o discriminado no Anexo I. Sessão Pública realizada em 20/01/2021 às 09:30 horas, conduzida pelo Pregoeiro designado nos autos do processo em epígrafe. Aberta as propostas das empresas licitantes, procedeu-se à análise das mesmas de acordo com as exigências do ato convocatório e foram selecionadas as propostas. Ultrapassada a fase de lances, restou a empresa vencedora: NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S/A para o item 01. Após exame da documentação de habilitação, a vencedora foi declarada habilitada e adjudicatária do objeto. Não houve manifestação de interposição de recurso.

A homologação da licitação pela Autoridade Competente ocorreu em 28/01/2021.

HOSPITAL DA MULHER PROF. DR. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI - CTO. DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER

AVISO DE ABERTURA – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto no Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti – Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher – CAISM – UNICAMP, o Pregão Eletrônico PE – CAISM nº 00097/2021, Processo nº 27P-8812/2020, Oferta de Compra BEC 102203100592021OC00019, do tipo menor preço, para Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de preparação e fornecimento de nutrição parenteral para o hospital CAISM. O prazo de entrega das propostas eletrônicas é de 01/02/2021 até o dia 18/02/2021 às 09:30 horas, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual da BEC/SP (http://www.bec.sp.gov.br). O edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual da BEC/SP e no www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx.

PREGÃO ELETRÔNICO CAISM Nº 00550/2020ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0083/2021 – PROC 27-P- 24391/2019 ORDEM DE COMPRA Nº 102203100592020OC00174 Aos 25 dias do mês de janeiro do ano de 2021, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente representada pelo SR. ADRIANO ROGÉRIO GOZZI, nos termos da Portaria Interna nº 023-DEC de 12/04/2019 doravante denominada simplesmente UNICAMP, RESOLVE registrar os preços do objeto da licitação acima, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o (s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório. As partes se subordinam às disposições das Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria. FORNECEDOR: PRIMEIRO COLOCADO: BLP COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA - ME. inscrito CNPJ nº 27.402.383/0001-80 com sede na RUA WALDEMAR GUIDOTTI, 265, NOVO JARDIM STABILE- BIRIGUI - SP – CEP 16204-055, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representada por seu representante legal SR. Bruno Henrique Costa Pepice , inscrito no CPF 346. 875. 968 -19 e portador da Carteira de Identidade nº 46.231.143-0 SSP/SP. OBJETO: Item 01 Descrição do Material : Sonda Foley; Em Borracha Natural; Siliconizada; Estéril; Com Balão de Ate 10 Ml; Com 2 Vias; Numero do Calibre Estampado Em Local Visível Calibre 10,embalada Em Material Que Garanta a Integridade do Produto; a Apresentação do Produto Devera Obedecer a Legislação Atual Vigente; Descrição complementar: 1. A embalagem do produto deve apresentar rótulo completo em português. 2. A embalagem deve permitir a abertura e a transferência asséptica. 3. A válvula de segurança para enchimento e esvaziamento do balão deve ser eficiente (abre e fecha). 4. O balão da sonda foley, quando insuflado no volume máximo da sua capacidade não deve obstruir os furos da sonda para drenagem da diurese. Embalagem: Unidade. CCAISM: 16515. Quantidades Registradas: MÍNIMA 01 UNIDADE MÁXIMA 90 UNIDADES PREÇO UNITÁRIO R$ 9,89 OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR: 1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual e; 2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital. 2.1. Na primeira aquisição do objeto deverão ser fornecidos, conforme subitem 8.3, em comodato 50 (cinquenta) aparelhos de leitura de tiras em regime de comodato. Tais bens ficarão instalados nas dependências do HOSPITAL CAISM, para utilização até o consumo total dos produtos em estoque e adquiridos através da Ata de Registro de Preços. 3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93; OBRIGAÇÕES DA UNICAMP: 1. A presente Ata não obriga a UNICAMP a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei. 2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório. 3. Realizar pesquisa de mercado, para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como, promover a publicação trimestral, dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal 8.666/93. VIGÊNCIA DA ATA: A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação na imprensa oficial. FORO Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes. As partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e único efeito. Campinas, 25 de janeiro de 2021.

COMUNICADO

PREGÃO ELETRÔNICO PE/CAISM Nº 00734/2020

PROCESSO Nº 27P 5437/2020

OFERTA DE COMPRA Nº: 102203100592020OC00241

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS de Ciclofosfamida,ifosfamida,mesna,fluoracila e cisplatina

Convocamos os licitantes participantes do PE CAISM 00734/2020 para retomada da Sessão Pública do item 03 no dia: 10/02/2021 às 14:00 horas.

Faz-se necessário a retomada da sessão pública, tendo em vista que a licitante vencedora não atendeu ao subitem 4.3, alínea "b" do Edital.

Pregoeiro: Sheila de Paula Yared

AVISO DE ABERTURA – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto no Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti – Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher – CAISM – UNICAMP, o Pregão Eletrônico PE – CAISM nº 00098/2021, Processo nº 27P-3657/2020, Oferta de Compra BEC 102203100592021OC00021, do tipo menor preço, para Registro de Preços de Manta de aquecimento, perneira e eletrodo. O prazo de entrega das propostas eletrônicas é de 01/02/2021 até o dia 19/02/2021 às 09:30 horas, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual da BEC/SP (http://www.bec.sp.gov.br). O edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual da BEC/SP e no www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

REITORIA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2018-RUNESP

PROCESSO Nº 2636/2017-RUNESP – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2017-RUNESP;

CONTRATANTE: Reitoria da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; CONTRATADA: Sistel Comércio e Serviços Eletro-Eletrônicos Ltda EPP; OBJETO: Estabelecer a prorrogação do prazo de vigência, referente a Prestação de Serviços de Consultoria especializada em Engenharia de Telecomunicações; VIGÊNCIA: 12 meses, 22/01/2021 a 21/01/2022; VALOR DO ADITIVO: R$ 113.880,00; RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: oneram o crédito orçamentário da Reitoria da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", de classificação programática 12.122.1043.6351 e categoria econômica 3.3.90.37.99 – Outros Serviços; VALOR INICIAL ATUALIZADO DO CONTRATO: R$ 113.880,00; PARECER JURÍDICO/Nº/DATA/SIGLA-ÓRGÃO: 01/2019-AJ, de 24/10/2019; DA RATIFICAÇÃO: Ratifica-se, no que couber, para todos os fins de direito as demais cláusulas e condições do aludido Contrato que permanecem inalteradas; DATA DA ASSINATURA: 11/01/2021.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO

ATO DA AUTORIDADE COMPETENTE, 28/01/2021 (P. 61/2021-RUNESP)

RATIFICANDO, NOS TERMOS DO ART. 25, INCISO I DA LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA BASIC ELEVADORES LTDA EPP - CNPJ: 02.254.737/0001-66, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO ELEVADOR DO PRÉDIO 02/IEMAR/SÃO VICENTE, POR 12 MESES, VALOR MENSAL DE R$1.000,00 (MIL REAIS), PERFAZENDO O VALOR TOTAL DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), COM BASE NO INCISO I DO ARTIGO 25 DA LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2020-RUNESP

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DOE/SP DE 03/12/2020 – PAG. 161

ONDE LÊ-SE:

"PRÓ REITORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2020-RUNESP, PROCESSO Nº 1139/2020-RUNESP, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020-RUNESP, OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 102301100612020OC00032. CONTRATANTE UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" – REITORIA, CNPJ 48.031.918/0001-24, CONTRATADA CERRADO VIAGENS EIRELI-EPP, CNPJ 26.722.189/0001-10, OBJETO: SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO SISTEMATIZADO PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO RECURSOS DO TESOURO DO ESTADO, DE CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 12.122.10.43.6351.107…… PARECER JURIDICO 08/2018-AJ, DE 09.01.2018 (ART. 2º, VI, DECRETO N. 61.476, DE 03/9/2015)."

LEIA-SE:

"PRÓ REITORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2020-RUNESP, PROCESSO Nº 1139/2020-RUNESP, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020-RUNESP, OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 102301100612020OC00032. CONTRATANTE UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" – REITORIA, CNPJ 48.031.918/0001-24, CONTRATADA TIM S/A, CNPJ 02.421.421/0001-11, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET MÓVEL 3G/4G ATRAVÉS DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP, CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO RECURSOS DO TESOURO DO ESTADO, DE CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 12.122.1043.6351…… PARECER JURIDICO 08/2018-AJ, DE 09.01.2018 (ART. 2º, VI, DECRETO N. 61.476, DE 03/9/2015)."

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAMPUS DE ARAÇATUBA

Faculdade de Odontologia

Encontra-se à disposição o Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021-FOA, Processo 00053/2021-FOA, Oferta de Compra BEC/SP (OC) nº 102302100612021OC00001, do tipo menor preço, destinado à aquisição de equipamentos e peças de reposição de uso odontológico com instalação. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 11/02/2021 às 09:00 horas, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário. Endereço eletrônico para participação no certame: www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra estará disponível, para consulta e retirada, nos endereços eletrônicos de divulgação do certame: www.bec.sp.gov.br / www.unesp.br/licitacao / www.pregao.sp.gov.br / www.imprensaoficial.com.br - opção "enegociospublicos" , no período compreendido entre os dias 29/01/2021 e 11/02/2021, com visita técnica facultativa no período de 29/01/2021 a 10/02/2021, das 08:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Identificação do Órgão responsável pela licitação: UG 102302, Gestão 10061, Seção Técnica de Materiais da Faculdade de Odontologia da UNESP - Campus de Araçatuba, situada à Rua José Bonifácio, nº 1193, Vila Mendonça, CEP 16015-050, Araçatuba - SP, telefones: (18) 3636-3226 ou 3636-3321, e-mail material.foa@unesp.br

CAMPUS DE BAURU

Faculdade de Ciências

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BAURU

FACULDADE DE CIÊNCIAS

Encontra-se aberta na Faculdade de Ciências do Campus de Bauru da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos da unidade, levada a efeito por meio do PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2021, do tipo MENOR PREÇO – Processo nº 76/2021, objetivando a AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO A ÓLEO MINERAL - 300KVA, CLASSE DE TENSÃO 15KV, TENSÕES PRIMÁRIAS–AT 13800/13200/12600/12000/11400/10800/10200 V (LIGAÇÃO TRIÂNGULO) TENSÕES SECUNDÁRIAS – BT 220 / 127V (LIGAÇÃO ESTRELA COM NEUTRO ACESSÍVEL - FABRICADO E ENSAIADO CONFORME NBR –PARA POSTE , que ocorrerá no dia 10 de fevereiro de 2021, às 09:00h no sítio www.bec.sp.gov.br. Maiores esclarecimentos sobre a licitação poderão ser obtidos pelo telefone: (14) 3103-6126, ou pelo e-mail: compras.fc.unesp.br.

CAMPUS DE BOTUCATU

Faculdade de Medicina

UNESP - CAMPUS DE BOTUCATU - FACULDADE DE MEDICINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020-FM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2020-FM

PROCESSO Nº 922/2020-FM

ITEM QTD UNID COD.BEC DESCRIÇÃO

01 - 21 - Unidade - 3980804 - Armário alto fechado modelo teto. Especificação técnica: armário alto; tipo fechado; em madeira MDP; revestido em ambos os lados em laminado melâminico de baixa pressão (bp); na cor casca de ovo, com acabamento em perfil de PVC reto em todas as bordas e boleado 180 graus; para a borda frontal, na mesma cor do revestimento; medindo (1600 x 800 x 500)mm = (axlxp); com 02 portas de abrir; dobradiças metálicas, permitindo abertura de 270 graus; com fechadura cremona e 2 chaves escamoteáveis; com puxadores metálicos tipo alça; 03 prateleiras reguláveis, as chapas de madeira deverão ter espessura mínima de 25mm; para o tampo superior e de no mínimo 18mm p/corpo, portas e prateleiras; base em requadro de aço SAE 1020; com acabamento em pintura eletrostática em tinta epoxi po; na cor casca de ovo; com sapatas niveladoras em poliprolipeno injetado; com garantia de no mínimo 12 Meses; Fabricado de Acordo Com Normas NBR/ABNT 13961/2010. Obrigatório apresentação de catálogo para análise.

MARCA/MODELO: MARZO VITORINO IMPÉRIA PREMIUM

VALOR UNITÁRIO: R$ 1.250,00

EMPRESA 1ª CLASSIFICADA: GUILHERME AUGUSTO DE GODOY ME - C.N.P.J. 09.111.269/0001-10

01 - 21 - Unidade - 3980804 - Armário alto fechado modelo teto. Especificação técnica: armário alto; tipo fechado; em madeira MDP; revestido em ambos os lados em laminado melâminico de baixa pressão (bp); na cor casca de ovo, com acabamento em perfil de PVC reto em todas as bordas e boleado 180 graus; para a borda frontal, na mesma cor do revestimento; medindo (1600 x 800 x 500)mm = (axlxp); com 02 portas de abrir; dobradiças metálicas, permitindo abertura de 270 graus; com fechadura cremona e 2 chaves escamoteáveis; com puxadores metálicos tipo alça; 03 prateleiras reguláveis, as chapas de madeira deverão ter espessura mínima de 25mm; para o tampo superior e de no mínimo 18mm p/corpo, portas e prateleiras; base em requadro de aço SAE 1020; com acabamento em pintura eletrostática em tinta epoxi po; na cor casca de ovo; com sapatas niveladoras em poliprolipeno injetado; com garantia de no mínimo 12 Meses; Fabricado de Acordo Com Normas NBR/ABNT 13961/2010. Obrigatório apresentação de catálogo para análise.

MARCA/MODELO: MADÚ ESPECIAL

VALOR UNITÁRIO: R$ 1.250,00

EMPRESA 2ª CLASSIFICADA: CARELI COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - C.N.P.J. 34.747.664/0001-30

02 - 50 - Unid - 5174805 - Cadeira giratória, concha dupla; com encosto e assento confeccionados em madeira compensada multilaminada; com espessura mínima de 15mm; revestidos em tecido 100% poliester; na cor azul marinho; acabamento em proteção de perfil PVC flexível; estofamento em espuma injetada de poliuretano; apresentando densidade de 50 kg/m3; espaldar médio; com encosto medindo no mínimo 46 x 48,5 cm (l x a); e assento medindo no mínimo 49,5 x 49 cm (l x p); com apoia braços revestidos em poliuretano injetado integral skin, com alma de aço; com regulagem de altura dos braços; encosto com regulagem de inclinação e altura; e regulagem pneumática (a gás) de altura do assento; tubo central em aço; proteção em capa telescópica; base formada por 05 patas com rodízios duplos de nylon; confeccionada em aço; acabamento com pintura eletrostática em tinta epoxi po; na cor azul marinho; com prazo de garantia de no mínimo 12 meses; fabricada de acordo com as normas NBR 13962 e NR 17. Obrigatório apresentação de catálogo para análise.

MARCA/MODELO: RATZ FLEX R320 DIRETOR

VALOR UNITÁRIO: R$ 485,00

EMPRESA: R. A. MANCO LTDA - C.N.P.J. 09.058.347/0001-60

03 - 65 - Unid - 5710006 - Cadeira giratória, revestimento couro sintético, espaldar baixo; concha dupla; com encosto e assento confeccionados em madeira compensada moldada; espessura mínima de 12mm; revestidos em couro sintético; na cor preta; acabamento em capa de polipropileno no contra encosto; estofamento em espuma de poliuretano moldada injetada com no mínimo 50mm de espessura; apresentando densidade de 45 kg/m3 e 50kg/m3,respectivamente; espaldar baixo; com encosto medindo no mínimo (305larg.x 240alt.) mm; e assento medindo no mínimo (400larg.x 380prof.)mm; com braços em estrutura interna em aço; com altura regulável; regulagem de altura e de inclinação, com mecanismo de flutuação para o encosto; e regulagem pneumático (a gás) de altura para o assento; tubo central em aço SAE 1010; com proteção em capa telescópica em polipropileno injetado; base formada por 05 patas com rodízios duplos de nylon; base em aço; com pintura eletrostática em tinta epóxi po; na cor preta; com prazo de garantia de no mínimo 12 meses; fabricada de acordo com as normas NBR/ABNT 13962/06 e NR-17. Obrigatório apresentação de catálogo para análise.

MARCA/MODELO: RATZ FLEX R140 SECRETÁRIA

VALOR UNITÁRIO: R$ 470,00

EMPRESA: R. A. MANCO LTDA - C.N.P.J. 09.058.347/0001-60

04 - 31 - Unid - 5715032 - Gaveteiro volante. Especificação técnica: gaveteiro p/escritório; em madeira mdp; espessura mínima de 25mm p/tampo superior e de 18mm p/o corpo; revestido em ambas as faces em laminado melâminico de baixa pressão; na cor casca de ovo, acabamento em perfis de PVC reto nas bordas laterais; borda frontal boleado a 180 graus, na mesma cor do revestimento; medindo (400x 550 x 620)mm=(lxpxa); tipo volante; contendo 03 gavetas, com quadros e fundo de aço 1020,sendo 1 para pasta suspensa; deslizando em roldanas de nylon c/trilhos telescópicos; puxadores metálicos tipo alça, fechadura c/fechamento simultâneo de todas as gavetas; c/02 chaves escamoteáveis; com garantia de no mínimo 12 meses; fabricado de acordo com as normas NBR/ABNT vigentes.

MARCA/MODELO: MADÚ ESPECIAL MEGASOFT

VALOR UNITÁRIO: R$ 590,00

EMPRESA: CARELI COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP - C.N.P.J. 34.747.664/0001-30

1º VIGÊNCIA - A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação.

2º Durante o prazo de validade da ATA inexistirá obrigatoriedade, por parte da UNESP – Campus de Botucatu – Faculdade de Medicina, de proceder aquisições exclusivamente por seu intermédio, podendo, quando julgar conveniente, utilizar outros meios expressamente contemplados em lei, sem que caiba ao detentor indenização ou recurso, assegurada preferência ao mesmo tão somente em igualdade de condições.

3º PRAZO E LOCAL DE ENTREGA – A empresa vencedora terá até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, em perfeitas condições de uso, nos exatos termos da Ata de Registro de Preços/Contratação estabelecidas em total consonância com o Edital, no que tange as suas características e padrão de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis.

4º PAGAMENTO - O pagamento será efetuado à vista da nota fiscal apresentada quando da entrega total do(s) produtos(s), por intermédio de crédito em conta corrente da signatária da ATA junto ao BANCO DO BRASIL S/A, no 30º (trigésimo) dia subsequente ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do(s) mesmo(s), sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade.

5º REVISÃO DE PREÇOS Será permitida a alteração contratual para restabelecer a relação que as partes pactuaram entre os encargos da detentora da ATA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de superveniência de fatos imprevisíveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, devidamente comprovada.

6º CANCELAMENTO O cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa: Pelo órgão responsável pelo REGISTRO, quando a signatária da ATA:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II – recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

V – for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

7º PENALIDADES Independentemente das responsabilidades civil e / ou criminal, ficará impedido de licitar e contratar com a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, e demais órgãos e entidades da Administração Estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, devendo, também, ser descredenciado, pelo mesmo prazo estabelecido anteriormente, do respectivo sistema de cadastramento de fornecedor, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002, publicada no DOU. de 18/7/2002, c/c o artigo 15 da Resolução do Comitê Estadual De Gestão Pública – CEGP – 10, de 19/11/2002, publicada no DOE. de 20 / 11 / 2002, sem prejuízo de sujeição às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993 e na Portaria UNESP n.º 06, de 13/01/21.

A recusa injustificada em assinar a ATA, pela(s) empresa(s) classificada(s) e indicada(s) para REGISTRO de seu(s) respectivo(s) preço(s), ensejará a aplicação da penalidade enunciada no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, c/c o artigo 15 da Resolução CEGP – 10/02, sendo que a multa corresponderá a 20% (vinte) por cento do valor do(s) produto(s) que seria(m) registrado(s) como de fornecimento da(s) mesma(s). A recusa injustificada da(s) detentora(s) desta ATA em receber a(s) Nota(s) de Empenho correspondentes às ordens de fornecimento, implicará na aplicação da multa de 20% (vinte) por cento do valor do documento de empenhamento de recursos, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, c/c o artigo 15 da Resolução CEGP-10 / 02. O retardamento injustificado da execução do objeto da Ata, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/02, c/c o artigo 15 da Resolução CEGP-10 / 02, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada por dia de atraso sobre a obrigação não cumprida, na seguinte proporção:

a) - atraso de até 30 (trinta) dias: multa de 0,2%;

b) - atraso superior a 30 (trinta) dias: multa de 0,3%.

Pela inexecução total ou parcial do ajuste, a multa decorrente da inadimplência contratual será de 20% (vinte por cento) sobre o total ou parte da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço de nova contratação, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/02, c/c o artigo 15 da Resolução CEGP-10 / 02.

8º Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da execução do(s) objeto(s), bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta ATA os documentos do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2020-FM, constantes do Processo n.º 922/2020-FM, e, em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da empresa mencionada.

Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

AVISO DE LICITAÇÃO:

Encontra-se aberto na Seção Técnica de Materiais da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia - UNESP - Câmpus de Botucatu, o Pregão Eletrônico nº 03/2021-FMVZ, Oferta de Compra n° 102312100612021oc00003, cujo objetivo é a EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PORTARIAS E EDIFÍCIOS – PARTICIPAÇÃO AMPLA – MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE. A abertura da sessão pública "on line" será no dia 11/02/2021 às 09h00min, nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para um dos endereços

eletrônicos citados, durante o período de 29/01/2021 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais, Rua Prof. Dr. Walter Maurício Correa, s/nº, UNESP Câmpus de Botucatu/SP. O Edital na íntegra consta no site da BEC: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br; no site da UNESP: www.unesp.br/licitacao; e na opção Negócios Públicos do site da Imprensa Oficial: www.imprensaoficial.com.br; bem como no site de Pregões: www.pregao.sp.gov.br. Processo n° 0050/2021-FMVZ. Maiores informações através dos telefones: (14) 3880-2192 ou (14) 3880-2193 e do e-mail: materiais.fmvz@unesp.br.

Botucatu, 28 de janeiro de 2021

Ofício nº 48/2021-STM – FMVZ

À

LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

Assunto: Notificação de Multa por Atraso na Entrega de Material

Processo nº 0843/2020-FMVZ

Considerando Nota de Empenho nº 0725/0127, de 06/10/2020, e Solicitação de Empenho nº 133345, no valor total de R$ 4.096,70 (quatro mil e noventa e seis reais e setenta centavos), referente à aquisição de insumos hospitalares através da Ata de Registro de Preços 02/2020-FMVZ, por meio da Empresa LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA, detentora da Ata em questão, e com prazo de entrega estabelecido em até10 dias úteis, vencendo em 21/10/2020;

Considerando que a Empresa entregou parte dos materiais com atrasos, após o envio de várias Notificações de Atraso de Entrega emitidas pelo Almoxarifado da FMVZ, que constam nos autos, sendo a Nota Fiscal nº 200.697 e os respectivos produtos entregues com 27 dias de atraso, e a Nota Fiscal nº 202.925 e seus produtos entregues com 90 dias de atraso, em 19/01/2021. Os atrasos resultaram na aplicação de multa conforme Informação 024/2021-STF, Portaria UNESP 53/1996, que seguem em anexo;

De ordem do Senhor Diretor Técnico Administrativo, tem a presente a finalidade de INFORMAR esta Empresa sobre o cálculo de multa em anexo, no valor de R$ 270,96 (duzentos e setenta reais e noventa e seis centavos), valor este referente aos dias de atraso sobre a obrigação não cumprida, nos termos da Portaria 53, de 13/03/96:

Artigo 4º - "O atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso sobre a obrigação não cumprida, na seguinte proporção: I - em se tratando de fornecimento de material e serviços: a) atraso de até 30 dias: multa de 0,2%; b) atraso superior a 30 dias: multa de 0,4%";

Outrossim, conforme Artigo 6º § 1º da Portaria supracitada – "O infrator deverá ser notificado do inteiro teor da multa, podendo apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação. "

Informamos ainda que os autos do processo se encontram à disposição para vistas da Seção Técnica de Materiais da FMVZ. Decorrido o prazo citado, o silêncio implicará na renúncia ao direito de ampla defesa e do contraditório, e o processo será encaminhado para a Seção Técnica de Finanças, para pagamento das Notas Fiscais com o devido desconto da multa.

CAMPUS DE RIO CLARO

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

Extrato de Contrato nº 991247884/2020 – Processo IGCE nº 391/2020

Contratante: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS – UNESP – CAMPUS DE RIO CLARO

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENVIO DE CORRESPONDÊNCIAS (CORREIO) NO ÂMBITO DO IGCE/UNESP

Valor: R$ 35.000,00

Prazo: 12 MESES

Assinatura: 21/08/2020

OBS: NÃO PUBLICADO EM ÉPOCA OPORTUNA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

Extrato de Contrato nº 991247884/2020 – Processo IGCE nº 391/2020

Contratante: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS – UNESP – CAMPUS DE RIO CLARO

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENVIO DE CORRESPONDÊNCIAS (CORREIO) NO ÂMBITO DO IGCE/UNESP

Valor: R$ 35.000,00

Prazo: 12 MESES

Assinatura: 21/08/2020

OBS: NÃO PUBLICADO EM ÉPOCA OPORTUNA

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL 008/2021-FAMESP/BAURU

Acha-se à disposição dos interessados do dia 29/01/2021 a 04/02/2021, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, na Célula de Gestão de Suprimentos da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar – FAMESP/BAURU, localizada na Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 1-100, Jardim Santos Dumont, Município de Bauru, Estado de São Paulo, Fone (0xx14) 3103-4116, ou pelo site https://www.famesp.org.br \> COMPRAS \> FAMESP-Bauru \> Modalidade \> Solicitacao de Proposta Comercial, a Solicitação de proposta comercial para futura Contratação de empresa especializada para locação de microscópio cirúrgico de alta definição para neurocirurgia para o Hospital de Base de Bauru, por um período mínimo de 12 meses, conforme as especificações constantes no Anexo I desta solicitação, para análise da Diretoria da FAMESP.

Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP

MATERNIDADE SANTA ISABEL

Resumo do Termo de Contrato n.º 001/2021-FAMESP/MSI

Processo: - 19.214/2020-FAMESP/BAURU

Modalidade:

Pregão eletrônico º 074/2020-FAMESP/BAURU

Contrato: - 001/2021-FAMESP/MSI

Contratante: - Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar – Maternidade Santa Isabel.

Contratada: - MAXLAV LAVANDERIA ESPECIALIZADA S.A.

Objeto:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia nas dependências da contratada envolvendo o fornecimento de enxoval com chip, processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob condições higiênico-sanitárias adequadas, para a Maternidade Santa Isabel, pelo período de 30 meses.

Vigência: - 30 meses.

Valor Mensal Estimado: - R$ 52.500,00.

Valor Total Estimado do Contrato: - R$ 1.575.000,00.

Data da Assinatura: - 11/01/2021.

Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP

AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE BAURU

Resumo do Termo de Contrato n.º 001/2021-FAMESP/AME BAURU

Processo: - 19.214/2020-FAMESP/BAURU

Modalidade:

Pregão eletrônico º 074/2020-FAMESP/BAURU

Contrato: - 001/2021-FAMESP/AME BAURU

Contratante: - Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar – Ambulatório Médico de Especialidades de Bauru.

Contratada: - MAXLAV LAVANDERIA ESPECIALIZADA S.A.

Objeto:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia nas dependências da contratada envolvendo o fornecimento de enxoval com chip, processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob condições higiênico-sanitárias adequadas, para a Ambulatório Médico de Especialidades de Bauru, pelo período de 30 meses.

Vigência: - 30 meses.

Valor Mensal Estimado: - R$ 2.625,00.

Valor Total Estimado do Contrato: - R$ 78.750,00.

Data da Assinatura: - 11/01/2021.

Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP

HOSPITAL DE BASE DE BAURU

Resumo do Termo de Contrato n.º 001/2021-FAMESP/HBB

Processo: - 19.214/2020-FAMESP/BAURU

Modalidade:

Pregão eletrônico º 074/2020-FAMESP/BAURU

Contrato: - 001/2021-FAMESP/HBB

Contratante: - Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar – Hospital de Base de Bauru.

Contratada: - MAXLAV LAVANDERIA ESPECIALIZADA S.A.

Objeto:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia nas dependências da contratada envolvendo o fornecimento de enxoval com chip, processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob condições higiênico-sanitárias adequadas, para o Hospital de Base de Bauru, pelo período de 30 meses.

Vigência: - 30 meses.

Valor Mensal Estimado: - R$ 172.500,00.

Valor Total Estimado do Contrato: - R$ 5.175.000,00.

Data da Assinatura: - 11/01/2021.

Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP

HOSPITAL ESTADUAL DE BAURU

Resumo do Termo de Contrato n.º 001/2021-FAMESP/HEB

Processo: - 19.214/2020-FAMESP/BAURU

Modalidade:

Pregão eletrônico º 074/2020-FAMESP/BAURU

Contrato: - 001/2021-FAMESP/HEB

Contratante: - Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar – Hospital Estadual de Bauru.

Contratada: - MAXLAV LAVANDERIA ESPECIALIZADA S.A.

Objeto:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia nas dependências da contratada envolvendo o fornecimento de enxoval com chip, processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob condições higiênico-sanitárias adequadas, para o Hospital Estadual de Bauru, pelo período de 30 meses.

Vigência: - 30 meses.

Valor Mensal Estimado: - R$ 270.000,00.

Valor Total Estimado do Contrato: - R$ 8.100.000,00.

Data da Assinatura: - 11/01/2021.

Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP

AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE ITAPETININGA

Resumo do Termo de Contrato n.º 001/2021-FAMESP/AME BAURU

Processo: - 19.214/2020-FAMESP/BAURU

Modalidade:

Pregão eletrônico º 074/2020-FAMESP/BAURU

Contrato: - 001/2021-FAMESP/AME ITAPETININGA

Contratante: - Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar – Ambulatório Médico de Especialidades de Itapetininga.

Contratada: - LAVISIM HIGIENIZAÇÃO TEXTIL S.A.

Objeto:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia nas dependências da contratada envolvendo o fornecimento de enxoval com chip, processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob condições higiênico-sanitárias adequadas, para a Ambulatório Médico de Especialidades de Itapetininga, pelo período de 30 meses.

Vigência: - 30 meses.

Valor Mensal Estimado: - R$ 5.500,00.

Valor Total Estimado do Contrato: - R$ 165.000,00.

Data da Assinatura: - 11/01/2021.

--

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2020-FAMESP/BAURU

PREGÃO ELETRONICO Nº 073/2020-FAMESP/BAURU

PROCESSO Nº 18845/2020-FAMESP/BAURU

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 47.945, de 16/07/2003, ficam registrados os preços, conforme segue:

ITEM - QUANT.ANUAL - UNID. - COD. - COD SUS DESCRIÇÃO

2 - 100 - UND. - 918811 - 07.02.03.065-1 - PARAFUSO CANULADO MINI, 2,7 MM EM AÇO INOXIDÁVEL ANTIMAGNÉTICOS. AS MEDIDAS SÃO APROXIMADAS DE ACORDO COM O FABRICANTE.

MARCA: HEXAGON

PROCEDÊNCIA:NACIONAL

REG. ANVISA: 10209780045

VALOR UNITÁRIO: R$ 257,29

EMPRESA VENCEDORA: CRUZ ALTA PRO-HOSPITALAR EIRELI. - CNPJ: 59.869.420/0001-51

3 - 50 - UND. - 918812 07.02.03.062-7 - PARAFUSO CANULADO 3,5MM ROSCA PARCIAL, AUTOROSQUEANTE, EM AÇO INOXIDÁVEL ANTIMAGNÉTICO, DIÂMETRO DE ROSCA 3,5MM, DIÂMETRO DE HASTE 2,4MM DIÂMETRO DE NÚCLEO 2,4MM, DIÂMETRO DA CABEÇA 5,0MM, CANULAÇÃO DE 1,35MM, HEXÁGONO INTERNO 2,5MM, COMPRIMENTO DE 10 A 50MM RESPECTIVAMENTE. AS MEDIDAS SÃO APROXIMADAS DE ACORDO COM CADA FABRICANTE.

MARCA: HEXAGON

PROCEDÊNCIA:NACIONAL

REG. ANVISA: 10209780045

VALOR UNITÁRIO: R$ 116,02

EMPRESA VENCEDORA: CRUZ ALTA PRO-HOSPITALAR EIRELI. - CNPJ: 59.869.420/0001-51

4 - 50 UND. - 918813 - 07.02.03.062-7 - PARAFUSO CANULADO 3,5MM, AUTOROSQUEANTE, ROSCA TOTAL, DIÂMETRO DE ROSCA 3,5MM, DIÂMETRO DO NÚCLEO 2,4MM, HEXÁGONO INTERNO 2,5MM, CANULAÇÃO 1,35MM, COMPRIMENTO DE 10 A 50MM RESPECTIVAMENTE. AS MEDIDAS SÃO APROXIMADAS DE ACORDO COM CADA FABRICANTE.

MARCA: HEXAGON

PROCEDÊNCIA:NACIONAL

REG. ANVISA: 10209780045

VALOR UNITÁRIO: R$ 116,02

EMPRESA VENCEDORA: CRUZ ALTA PRO-HOSPITALAR EIRELI. - CNPJ: 59.869.420/0001-51

5 - 130 - UND. - 918814 - 07.02.03.004-0 - ARRUELA LISA PARA PARAFUSO CANULADO, DIÂMETRO DE 7,0/3,6MM PARA PARAFUSO CANULADO DE 2,5MM, 3,5MM E 4,0MM, EM AÇO INOXIDÁVEL ANTIMAGNÉTICO. AS MEDIDAS SÃO APROXIMADAS DE ACORDO COM O FABRICANTE.

MARCA: HEXAGON

PROCEDÊNCIA:NACIONAL

REG. ANVISA: 10209780045

VALOR UNITÁRIO: R$ 8,05

EMPRESA VENCEDORA: CRUZ ALTA PRO-HOSPITALAR EIRELI. - CNPJ: 59.869.420/0001-51

6 - 320 - UND. - 918816 - 07.02.03.063-5 - PARAFUSO CANULADO DE 4,5MM, EM AÇO INOXIDÁVEL ANTIMAGNÉTICO, AUTOROSQUEANTE, DIÂMETRO DE ROSCA 4,5MM, DIÂMETRO DE HASTE 3,1MM, DIÂMETRO DO NÚCLEO 2,7MM, HEXÁGONO INTERNO 2,5MM, DIÂMETRO DA CABEÇA 6,5MM, CANULAÇÃO 1,75MM, COMPRIMENTO 20,0 A 72,0MM RESPECTIVAMENTE. AS MEDIDAS SÃO APROXIMADAS DE ACORDO COM O FABRICANTE.

MARCA: HEXAGON

PROCEDÊNCIA:NACIONAL

REG. ANVISA: 10209780045

VALOR UNITÁRIO: R$ 102,92

EMPRESA VENCEDORA: CRUZ ALTA PRO-HOSPITALAR EIRELI. - CNPJ: 59.869.420/0001-51

7 - 250 - UND. - 918818 - 07.02.03.073-3 - PARAFUSO CANULADO DE 7,0MM, EM AÇO INOXIDÁVEL ANTIMAGNÉTICO, DIÂMETRO DE ROSCA 7,0MM, LONGITUDE DE ROSCA 16,0 E 32,0MM, DIÂMETRO DA HASTE 4,5MM, DIÂMETRO DO NÚCLEO 4,5MM, HEXÁGONO INTERNO DE 3,5MM, DIÂMETRO DA CABEÇA 8,0MM, CANULAÇÃO DE 2,1MM, COMPRIMENTO DE 4,0 A 130,0MM RESPECTIVAMENTE. AS MEDIDAS SÃO APROXIMADAS DE ACORDO COM O FABRICANTE.

MARCA: HEXAGON

PROCEDÊNCIA:NACIONAL

REG. ANVISA: 10209780045

VALOR UNITÁRIO: R$ 90,29

EMPRESA VENCEDORA: CRUZ ALTA PRO-HOSPITALAR EIRELI. - CNPJ: 59.869.420/0001-51

8 - 84 - UND. - 918830 - 07.02.03.061-9 - PARAFUSO CANULADO AUTO COMPRESSÃO DE 2,7 X 16 E 30MM (HERBERT). AS MEDIDAS SÃO APROXIMADAS DE ACORDO COM O FABRICANTE.

MARCA: HEXAGON

PROCEDÊNCIA:NACIONAL

REG. ANVISA: 10209780045

VALOR UNITÁRIO: R$ 154,38

EMPRESA VENCEDORA: CRUZ ALTA PRO-HOSPITALAR EIRELI. - CNPJ: 59.869.420/0001-51

2. QUANTITATIVOS ESTIMADOS

Item - HEB – Bauru - HBB – Bauru - Total

2 - 100 - 0 - 100

3 - 50 - 0 - 50

4 - 50 - 0 - 50

5 - 80 - 50 - 130

6 - 100 - 220 - 320

7 - 150 - 100 - 250

8 - 80 - 4 - 84

1º VIGÊNCIA A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

2º Durante o prazo de validade da ATA inexistirá obrigatoriedade, por parte da FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR, de proceder aquisições exclusivamente por seu intermédio, podendo, quando julgar conveniente, utilizar outros meios expressamente contemplados em lei, sem que caiba ao detentor indenização ou recurso, assegurada preferência ao mesmo tão somente em igualdade de condições.

3º PRAZO E LOCAL DE ENTREGA Por ocasião do fornecimento, a Unidade requisitante estabelecerá o prazo de entrega do material, não podendo, todavia, ultrapassar o prazo previsto em edital, a partir do recebimento Autorização de Fornecimento e/ou Documento Equivalente por parte do fornecedor. A entrega deverá ser realizada nos locais indicados na Ata de Registro de Preços, em perfeitas condições de uso e funcionamento, correndo por conta da detentora da ATA todas as despesas pertinentes, envolvendo, entre outras, aquelas com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

4º PAGAMENTO O pagamento será efetuado à vista da nota fiscal apresentada quando da entrega do(s) produtos(s), por intermédio de crédito em conta corrente da signatária da ATA junto ao BANCO SANTANDER S/A OU BANCO DO BRASIL, no 90º (nonagésimo) dia subsequente ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do(s) mesmo(s), sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade, NÃO SENDO PERMITIDO EM HIPOTESE ALGUMA A EMISSÃO DE BOLETO BANCARIOS.

5º REVISÃO DE PREÇOS Será permitida a alteração contratual para restabelecer a relação que as partes pactuaram entre os encargos da detentora da ATA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de superveniência de fatos imprevisíveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, devidamente comprovada.

6º CANCELAMENTO O cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 05 (cinco) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa: Pelo órgão responsável pelo REGISTRO, quando a signatária da ATA:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

V. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

7º SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Poderá ficar impedido de licitar e contratar com a Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal Nº 10.520, de 17/7/2002, publicada no DOU. de 18 / 7/ 2002, c/c o artigo 15 da Resolução do Comitê Estadual De Gestão Pública – CEGP – 10, de 19 / 11 / 2002, publicada no DOE. de 20/11/2002. A aplicação da penalidade capitulada no subitem anterior não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei Federal Nº 8.666 de 21/06/1.993, e nas aplicações de multas conforme prevê o ANEXO III, DAS REGRAS DE PROCEDIMENTO Nº 01/2011 de 04/10/2011, conforme a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 062/2020-FAMESP/BAURU.

8º Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da execução do(s) objeto(s), bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta ATA os documentos do EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 073/2020-FAMESP/BAURU, constantes do PROCESSO n.º 18845/2020-FAMESP/BAURU, e, em especial, as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação da empresa: CRUZ ALTA PRO-HOSPITALAR EIRELI. - CNPJ: 59.869.420/0001-51

VALIDADE: 29/01/2021 A 28/01/2022

Concursos

SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

COMANDO GERAL

Diretoria de Pessoal

Comunicado Nº DP–1/312/21

A Diretora de Pessoal torna público que, em cumprimento à decisão judicial proferida no processo n° 2005337-38.2020.8.26.0000, reincluiu a candidata KAMILLA RICELLY DA SILVA OLIVEIRA FRANCA, RG 13.555.653-0, INSCRIÇÃO 55250378, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-2/321/19, conforme publicação inserta no DOE nº 125, de 25-6-20, entretanto, foi considerada INAPTA em etapa subsequente e excluída do certame.

Comunicado nº DP-11/311/21

A Diretora de Pessoal CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem em 8-2-21, às 9h00, no Complexo Administrativo PM, sito na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 260, 1º andar, sala 146, Bairro Canindé - São Paulo/SP, para posse no cargo público de Oficial Administrativo, Padrão "1-A", os quais foram nomeados em cumprimento à determinação judicial no processo respectivo, referente ao Edital nº DP-2/321/14, conforme publicações insertas no DOE nº 224, de 13-11-20, e DOE nº 10, de 16-1-21, após serem considerados Aptos nas Inspeções de Saúde, conforme DOE nº 17, de 27-1-21:

NOME - RG - PROCESSO - JUIZO

Vanessa Mariana dos Prazeres - 42.655.481-4 - 1051694-36.2017.8.26.0053 - 2ª TFPTJ-SP

Welson Pereira de Sousa - 52.156.142-5 - 60.849/SP - STJ

Comunicado Nº DP–54/312/21

A Diretora de Pessoal, em cumprimento ao acórdão proferido pela 8ª Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu provimento parcial ao recurso interposto pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo nos autos de Apelação Cível, processo nº 1060748-55.2019.8.26.0053, reinclui o candidato PABLO JUNIOR PEREIRA GONÇALVES, RG 64.379.477-3, INSCRIÇÃO 38621010, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-2/321/18, que foi considerado APTO na etapa subsequente, devendo acompanhar as demais publicações no DOE.

Comunicado Nº DP–56/312/21

A Diretora de Pessoal, em cumprimento à decisão proferida pelo Juiz de Direito da 13ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que deferiu a medida emergencial nos autos do Procedimento Comum Cível, processo nº 1064546-87.2020.8.26.0053, reinclui o candidato DANIEL PEDRO ANDRADE SILVA, RG 1.708.039-3, INSCRIÇÃO 54864437, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-2/321/19, ficando reservada a vaga até o julgamento do mérito da ação.

Comunicado Nº DP–61/312/21

A Diretora de Pessoal, em cumprimento à decisão proferida pelo Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que deferiu em parte a tutela provisória nos autos do Procedimento Comum Cível, processo nº 1064892-38.2020.8.26.0053, reserva a vaga ao candidato MARCUS VINICIUS ALVIM CATALANI, RG 30.208.100-8, INSCRIÇÃO 54909023, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-2/321/19, até o julgamento do mérito da ação.

Comunicado nº DP–62/312/21

A Diretora de Pessoal, em cumprimento ao acórdão proferido pela 8ª Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou provimento ao recurso interposto pela Fazenda Pública de São Paulo nos autos de Apelação Cível, processo nº 1040631-77.2018.8.26.0053, torna público que o candidato ANDERSON APARICIO SOARES, RG 21.022.393-9, INSCRIÇÃO 26798271, foi reincluído no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-1/321/18, conforme publicação inserta no DOE nº 166, de 5-9-18, considerado APTO nas etapas subsequentes e deverá acompanhar as demais publicações no DOE.

Comunicado Nº DP–67/312/21

A Diretora de Pessoal, em cumprimento ao acórdão proferido pela 10ª Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu provimento ao recurso nos autos de Apelação Cível, processo nº 1007182-94.2019.8.26.0053, reinclui o candidato ROGERIO ANDRADE DE MENESES, RG 39.357.450, INSCRIÇÃO 14199912, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-3/321/17, que foi considerado APTO na etapa subsequente devendo acompanhar as demais publicações no DOE.

ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Centro de Cadastro e Registro de Pessoal

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL CCP N° 004 DE 28-1-2021

(COMUNICA O ENCERRAMENTO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO PARA A CLASSE DE AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA (SEXO MASCULINO) - Edital de Abertura de Inscrições e Instruções Especiais n° 121/2014)

A COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO constituída junto ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Administração Penitenciária pela Resolução SAP nº. 119/2013, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 16.07.2013, COMUNICA que na data de 21.01.2021, findou-se o prazo de vigência do Concurso Público para provimento de cargos de AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA, destinados às unidades pertencentes a Secretaria da Administração Penitenciária, realizado na conformidade do Edital de Abertura de Inscrições e Instruções Especiais n° 121/2014, publicado em 06.09.2014, homologado por Despacho do Senhor Secretário de 20, publicado em 21.01.2017, prorrogado por mais 02 (dois) anos, por Despacho da mesma autoridade de 03, publicado em 04.12.2018.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

CONCURSO PÚBLICO PARA A CLASSE DE

AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA (SEXO MASCULINO)

(ref. EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES E INSTRUÇÕES ESPECIAIS Nº 023/2013)

EDITAL CCP Nº 005 DE 28-1-2021

EXCLUSÃO DA LISTA DOS INAPTOS NA 4ª FASE E A CLASSIFICAÇÃO DE 1 CANDIDATO

(acórdão)

A COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO, constituída no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Administração Penitenciária pela Resolução SAP nº 202/2012, publicada no DOE de 28.09.2012, que cuida do Concurso Público para o cargo de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (sexo masculino), regido pelo Edital nº 023/2013 (Edital de Abertura de Inscrições e Instruções Especiais), publicado no DOE de 09.03.2013, retirratificado pelo Edital nº 049/2013, publicado no DOE de 18.04.2013 – à vista do acórdão de

retratação datado de 08.10.2020, da 1ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no Recurso Inominado nº 1014632.44.2016.8.26.0037, da Comarca de Araraquara/SP, em que é recorrente o Sr. Jefferson Ferreira do Vale e recorridas a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e a Fundação VUNESP, oportunidade em que foi proferida a decisão "Ante o exposto, pelo meu voto, em sede de juízo de retratação, dou provimento ao recurso para declarar a nulidade do ato administrativo de exclusão do demandante do concurso público para provimento de cargos de Agente de Escolta e Administração Penitenciária, e, em consequência, garantir ao autor o retorno ao concurso público, devendo seguir as demais etapas previstas em edital" – EXCLUI o candidato abaixo da lista dos considerados INAPTOS na 4ª fase (Comprovação de Idoneidade e Conduta Ilibada na Vida Pública e na Vida Privada e Investigação Social) divulgada por meio do Edital n° 160/2014, publicado no DOE de 27.11.2014, bem como RETIFICA o Edital n° 001/2015, publicado no DOE de 07.01.2015, e sua(s) posterior(es) alteração(ções), para incluí-lo na respectiva classificação, ficando, em consequência, reclassificados os demais candidatos a partir dessa posição.

LISTA GERAL

CLASS - NOME - INSCRIÇÃO - DOCUMENTO - NOTA - SITUAÇÃO

1.820º - JEFFERSON FERREIRA DO VALE - 0900363 0 - 434337225 SP - 52,000 - acórdão

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO PARA A CARREIRA DE AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I (SEXO MASCULINO)

(ref. EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES E INSTRUÇÕES ESPECIAIS Nº 121/2014, no DOE de 06.09.2014)

EDITAL CCP Nº 006 DE 28-1-2021

DIVULGA EXCLUSÃO DA LISTA DOS INAPTOS NA 4ª FASE E A INCLUSÃO NA CLASSIFICAÇÃO FINAL

(acórdão)

A COMISSÃO DE CONCURSO (constituída no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Administração Penitenciária pela Resolução SAP nº 119/2013, publicada no DOE de 16.07.2013), que cuida do Concurso Público para o cargo de Agente de Segurança Penitenciária de Classe I (sexo masculino), regido pelo Edital nº 121/2014 (publicado no Diário Oficial do Estado em 06.09.2014), rerratificado por meio dos Editais nº 127/2014 e nº 148/2014 (publicados, respectivamente, no Diário Oficial do Estado de 13.09.2014 e de 23.10.2014) – à vista do acórdão, transitado em julgado, da 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos da Apelação Cível nº 1042564-56.2016.8.26.0053, da Comarca de São Paulo, em que é apelante o Senhor Rafael Tadeu Lemos da Silva e apelado o Estado de São Paulo, oportunidade em que foi proferida a seguinte decisão "Por maioria, deram provimento ao recurso, contra o 3º juiz" – EXCLUI o candidato a seguir da lista dos candidatos considerados INAPTOS na 4ª fase (Comprovação de Idoneidade e Conduta Ilibada na Vida Pública e na Vida Privada e Investigação Social) divulgada por meio do Edital n° 065/2016, publicado no DOE de 23.08.2016, bem como RETIFICA o Edital n° 002/2017, publicado no DOE de 06.01.2017, e suas posteriores alterações, para incluí-lo na respectiva classificação final, ficando, em consequência, reclassificados os demais candidatos a partir dessa posição.

LISTA GERAL

CLAS - NOME - INSCRIÇÃO - DOCUMENTO - NOTA - SITUAÇÃO

2.522º - RAFAEL TADEU LEMOS DA SILVA - 0419317 2 - 30763341X SP - 68,000 - acórdão

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO PARA A CARREIRA DE AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I (SEXO MASCULINO)

(ref. EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES E INSTRUÇÕES ESPECIAIS Nº 121/2014, no DOE de 06.09.2014)

EDITAL CCP Nº 007 DE 28-1-2021

DIVULGA EXCLUSÃO DA LISTA DOS INAPTOS NA 4ª FASE E A INCLUSÃO NA CLASSIFICAÇÃO FINAL

(sentença)

A COMISSÃO DE CONCURSO (constituída no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Administração Penitenciária pela Resolução SAP nº 119/2013, publicada no DOE de 16.07.2013), que cuida do Concurso Público para o cargo de Agente de Segurança Penitenciária de Classe I (sexo masculino), regido pelo Edital nº 121/2014 (publicado no Diário Oficial do Estado em 06.09.2014), rerratificado por meio dos Editais nº 127/2014 e nº 148/2014 (publicados, respectivamente, no Diário Oficial do Estado de 13.09.2014 e de 23.10.2014) – à vista da sentença, transitada em julgado, do Juizado Especial Cível e Criminal, do Foro e Comarca de Duartina/SP, na Ação Declaratória nº 1001061-27.2018.8.26.0169, em que é requerente o Senhor Elias Alves dos Santos e requerida a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, oportunidade em que foi proferida a seguinte decisão "Ante o exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, e o faço para reconhecer a ilegalidade do ato administrativo que excluiu o autor E.A.S. do concurso público de Agente de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo (edital n. 121/2014) na 4ª Fase (Comprovação de idoneidade e conduta ilibada na vida pública e na vida privada e investigação social) e, por conseguinte, determinar a reintegração do autor ao certame, com regular prosseguimento nas fases subsequentes" – EXCLUI o candidato a seguir da lista dos candidatos considerados INAPTOS na 4ª fase (Comprovação de Idoneidade e Conduta Ilibada na Vida Pública e na Vida Privada e Investigação Social) divulgada por meio do Edital n° 065/2016, publicado no DOE de 23.08.2016, bem como RETIFICA o Edital n° 002/2017, publicado no DOE de 06.01.2017, e suas posteriores alterações, para incluí-lo na respectiva classificação final, ficando, em consequência, reclassificados os demais candidatos a partir dessa posição.

LISTA GERAL

CLAS - NOME - INSCRIÇÃO - DOCUMENTO - NOTA - SITUAÇÃO

2.673º - ELIAS ALVES DOS SANTOS - 0429486 6 - 198119999 SP - 66,000 - sentença

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

UNIDADE: COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL: Médico I Especialidade Ginecologia e Obstetrícia Hospital Estadual de Presidente Prudente

EDITAL N.º 011/2021

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

A COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE da Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado Emergencial, instituída para o presente certame, torna pública a EXCLUSÃO no Edital nº 009/ 2021, publicado em D.O.E de 27/ 01 / 2021, do Processo Seletivo Simplificado Emergencial para o cargo de , Médico I Especialidade Ginecologia e Obstetrícia Hospital Estadual de Presidente Prudente

EXCLUA-SE:

NOTA DOS TÍTULOS NOTA DOS TÍTULOS COM PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

NÃO HOUVE CANDIDATO BENEFICIADO PELA FUNÇÃO DE JURADO, NO CRITÉRIO DE DESEMPATE.

NÃO HOUVE CANDIDATO BENEFICIADO POR ESTAR INSCRITO NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL, NO CRITÉRIO DE DESEMPATE

UNIDADE: COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL: Médico I Hospital Nestor Goulart Reis

EDITAL N.º 012/2021 - RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

A COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE da Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado Emergencial, instituída para o presente certame, torna pública a EXCLUSÃO no Edital nº 010/ 2021, publicado em D.O.E de 27/ 01 / 2021, do Processo Seletivo Simplificado Emergencial para o cargo de , Médico I Médico I Hospital Nestor Goulart Reis.

EXCLUA-SE:

NOTA DOS TÍTULOS NOTA DOS TÍTULOS COM PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

NÃO HOUVE CANDIDATO BENEFICIADO PELA FUNÇÃO DE JURADO, NO CRITÉRIO DE DESEMPATE.

NÃO HOUVE CANDIDATO BENEFICIADO POR ESTAR INSCRITO NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL, NO CRITÉRIO DE DESEMPATE.

UNIDADE: COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL: Enfermeiro Coordenadoria de Serviços de Saúde (Unidades da Capital e Grande São Paulo)

EDITAL N.º 013 /2021 - RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

A COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE da Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado Emergencial, instituída para o presente certame, torna pública a EXCLUSÃO no Edital nº 010/ 2021, publicado em D.O.E de 27/ 01 / 2021, do Processo Seletivo Simplificado Emergencial para o cargo de ,

Enfermeiro Coordenadoria de Serviços de Saúde (Unidades da Capital e Grande São Paulo)

EXCLUA-SE:

NÃO HOUVE INSCRIÇÃO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS – GUARATINGUETÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 026/01/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 97482/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Formas Expressivas Bidimensionais I(Comunicação Visual)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 15/02/2021 até às 23h59 de 01/03/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores

ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 026/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 026/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 15/02/2021 à 01/03/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 03/03/2021 à 12/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 05/03/2021 à 26/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 09/03/2021 à 30/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 10/03/2021 à 31/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 12/03/2021 à 02/04/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de

acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Formas Expressivas Bidimensionais I(Comunicação Visual): Arquitetura; Arquitetura e Urbanismo; Artes e Design; Artes Plásticas; Artes Plásticas – Ênfase em Design; Artes Plásticas e Desenho (LP); Artes Visuais; Artes Visuais (LP); Artes Visuais (Pintura, Escultura e Gravura); Artes Visuais com Ênfase em Design; Comunicação Visual; Comunicação Visual ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Desenho de Comunicação ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Desenho e Artes Plásticas (LP); Desenho e Plástica; Desenho e Plástica (LP); Desenho Gráfico; Desenho Industrial; Desenho Industrial – Habilitação em Programação Visual; Desenho Industrial – Habilitação em Projeto do Produto; Design – Habilitação em Comunicação Visual; Design – Habilitação em Design Digital; Design – Habilitação em Design do(de) Produto; Design – Habilitação em Design Gráfico; Design de Interiores; Design de Interiores ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Design de Produto; Design Digital; Design Gráfico; Design Gráfico ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Educação Artística com Habilitação em Artes Plásticas; Educação Artística com Habilitação em Artes Plásticas (LP); Educação Artística com Habilitação em Desenho; Educação Artística com Habilitação em Desenho (LP); Educação Artística com Habilitação em Desenho e Artes Plásticas; Tecnologia em Artes Gráficas; Tecnologia em Artes Plásticas; Tecnologia em Design; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Produção Gráfica; Tecnologia em Produção Multimídia; Tecnologia Gráfica;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 026/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS – GUARATINGUETÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 026/02/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 97956/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Tecnologia da Informação Aplicada a Administração(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 15/02/2021 até às 23h59 de 01/03/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimen-

to de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 026/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 026/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 15/02/2021 à 01/03/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 03/03/2021 à 12/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 05/03/2021 à 26/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 09/03/2021 à 30/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 10/03/2021 à 31/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 12/03/2021 à 02/04/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Tecnologia da Informação Aplicada a Administração(Administração): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Marketing; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração de Sistemas de Informação; Administração Geral; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Ciência(s) da(de) Computação; Ciências Administrativas; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Processos Gerenciais;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 026/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS – GUARATINGUETÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 026/03/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 98051/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Banco de Dados I(Desenvolvimento de Sistemas)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 15/02/2021 até às 23h59 de 01/03/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro

de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 026/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente

no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 026/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 15/02/2021 à 01/03/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 03/03/2021 à 12/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 05/03/2021 à 26/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 09/03/2021 à 30/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 10/03/2021 à 31/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 12/03/2021 à 02/04/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Banco de Dados I(Desenvolvimento de Sistemas): Administração de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas Administrativos em Processamento de Dados; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Desenvolvimento de Sistemas; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Análise de Sistemas Informativos em Processamento de Dados; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Ciência(s) da(de) Computação; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Sistemas; Engenharia de Software; Física – Opção Informática; Física Computacional; Informática; Informática ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Informática (LP); Informática – Ênfase em Banco de Dados; Informática – Sistemas de Informação; Matemática Aplicada à Informática; Matemática Aplicada às Ciências da Computação; Matemática Aplicada e Computação Científica; Matemática Aplicada e Computacional; Matemática com Ênfase em Informática (LP); Matemática com Informática; Matemática Computacional; Processamento de Dados; Processamento de Dados ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Sistemas de Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia de Computação; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise de Sistemas Web; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Jogos Digitais; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Internet; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Web; Tecnologia em Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Website; Tecnologia em Desenvolvimento para Web; Tecnologia em Desenvolvimento Web; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão de Sistemas Informatizados; Tecnologia em Gestão de Tecnologia de Desenvolvimento de Web Sites; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática – Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Informática – Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática e Aplicações Web; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática para Negócios; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Processamento de Dados e Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Segurança da Informação; Tecnologia em Segurança da Tecnologia da Informação; Tecnologia em Segurança de Computadores; Tecnologia em Sistema de Software; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Web; Tecnologia em Web Design; Tecnologia em Web Design e E–Commerce; Tecnologia em Web Site;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 026/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS – GUARATINGUETÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 026/04/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 98142/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Programação de Aplicativos Mobile II(Desenvolvimento de Sistemas)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 15/02/2021 até às 23h59 de 01/03/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 026/04/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 026/04/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 15/02/2021 à 01/03/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 03/03/2021 à 12/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 05/03/2021 à 26/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 09/03/2021 à 30/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 10/03/2021 à 31/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 12/03/2021 à 02/04/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Programação de Aplicativos Mobile II(Desenvolvimento de Sistemas): Análise de Sistemas; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Desenvolvimento de Sistemas; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Ciência(s) da(de) Computação; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Sistemas; Engenharia de Software; Processamento de Dados; Sistemas de Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia de Computação; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Jogos Digitais; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Internet; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Web; Tecnologia em Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Gerenciamento de Redes de Computadores; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Informática – Redes de Computadores; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Programação e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Segurança da Informação; Tecnologia em Segurança da Tecnologia da Informação; Tecnologia em Segurança de Computadores; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 026/04/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS – GUARATINGUETÁ

CLASSE DESCENTRALIZADA DE CUNHA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 026/05/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 98221/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Legislação Empresarial(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 15/02/2021 até às 23h59 de 01/03/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 026/05/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 026/05/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 15/02/2021 à 01/03/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 03/03/2021 à 12/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 05/03/2021 à 26/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 09/03/2021 à 30/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 10/03/2021 à 31/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 12/03/2021 à 02/04/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Legislação Empresarial(Administração): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Ciências Administrativas; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Jurídicas; Ciências Jurídicas e Sociais; Direito; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Processos Gerenciais;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 026/05/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS – GUARATINGUETÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 026/06/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 98298/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Gestão de Pessoas II (Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 15/02/2021 até às 23h59 de 01/03/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar

expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 026/06/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 026/06/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 15/02/2021 à 01/03/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 03/03/2021 à 12/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 05/03/2021 à 26/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 09/03/2021 à 30/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 10/03/2021 à 31/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 12/03/2021 à 02/04/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Gestão de Pessoas II (Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Agronegócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de(em) Recursos Humanos ; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Ciências Administrativas; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Jurídicas; Ciências Jurídicas e Sociais; Comércio Exterior e Negócios Internacionais; Direito; Pedagogia; Pedagogia (LP); Psicologia; Psicologia (LP); Tecnologia em Comercio Exterior; Tecnologia em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão de Processos Empreendedores; Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresa-

rial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Estratégica das Organizações – Foco em Gestão Financeira; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Recursos Humanos; Tecnologia em Relações Humanas;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 026/06/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS – GUARATINGUETÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 026/07/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 98368/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALFREDO DE BARROS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Qualidade e Teste de Software(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 15/02/2021 até às 23h59 de 01/03/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 026/07/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: rh@eteabs.com.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 026/07/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 15/02/2021 à 01/03/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 03/03/2021 à 12/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 05/03/2021 à 26/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para

a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 09/03/2021 à 30/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 10/03/2021 à 31/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 12/03/2021 à 02/04/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Qualidade e Teste de Software(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Administração de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas Administrativos em Processamento de Dados; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Desenvolvimento de Sistemas; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Tecnologia em Segurança da Informação; Análise de Sistemas Informativos em Processamento de Dados; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Ciência(s) da(de) Computação; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Sistemas; Física – Opção Informática; Física Computacional; Informática; Informática (LP); Informática – Sistemas de Informação; Matemática Aplicada às Ciências da Computação; Matemática Aplicada e Computação Científica; Matemática Aplicada e Computacional; Matemática com Informática; Matemática Computacional; Processamento de Dados; Sistemas de Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da Informação; Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia de Computação; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Jogos Digitais; Tecnologia em Desenvolvimento de Projetos de Rede de Computadores; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Software para Internet; Tecnologia em Desenvolvimento de Website; Tecnologia em Desenvolvimento para Web; Tecnologia em Desenvolvimento Web; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática com Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática para Negócios; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Processamento de Dados e Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Segurança da Informação; Tecnologia em Segurança da Tecnologia da Informação; Tecnologia em Segurança de Computadores; Tecnologia em Segurança de Redes de Computadores; Tecnologia em Sistema de Software; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Web; Tecnologia em Web Design; Tecnologia em Web Design e E–Commerce; Tecnologia em Web Design e Internet; Tecnologia em Web Site;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 026/07/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR DOUTOR ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO – PRESIDENTE PRUDENTE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 032/01/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 83838/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR DOUTOR ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

História (Base Nacional Comum/ ETIM)(Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 02/02/2021 até às 23h59 de 16/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e032adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 032/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para

ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e032adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 032/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 02/02/2021 à 16/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 18/02/2021 à 01/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 22/02/2021 à 15/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 24/02/2021 à 17/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 25/02/2021 à 18/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 01/03/2021 à 22/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital. ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular História (Base Nacional Comum/ ETIM)(Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Ciências Sociais com Habilitação em História (LP); Estudos Sociais com Habilitação em História (LP); Filosofia (LP); Geografia com Habilitação em História (LP); História (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 032/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR DOUTOR ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO – PRESIDENTE PRUDENTE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 032/02/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR DOUTOR ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Geografia (Base Nacional Comum/ ETIM)(Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 02/02/2021 até às 23h59 de 16/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e032adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 032/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do

documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e032adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 032/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 02/02/2021 à 16/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 18/02/2021 à 01/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 22/02/2021 à 15/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 24/02/2021 à 17/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 25/02/2021 à 18/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 01/03/2021 à 22/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Geografia (Base Nacional Comum/ ETIM)(Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Ciências Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Estudos Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Geografia (LP); História com Habilitação em Geografia (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 032/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, regis-

tro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/01/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 95948/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Biologia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 033/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 033/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Biologia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Biologia (LP); Ciências – Biologia (LP); Ciências Biológicas (LP); Ciências com Habilitação em Biologia (LP); Ciências da Natureza (LP); Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia (LP); Ciências Naturais com Habilitação em Biologia (LP); História Natural (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO 1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 033/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.
Licenciatura ou graduação: 5 pontos.
– Em outra área
Tipo(s):
Doutorado: 4 pontos.
Mestrado: 3 pontos.
Especialização: 2 pontos.
Licenciatura ou graduação: 1 ponto.
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR
– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular
Tipo(s):
Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.
Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.
Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.
Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA
Tipo(s):
Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.
2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS
CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.
PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO
1. Currículo atualizado (simplificado).
2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).
3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).
4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).
5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).
6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.
7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.
8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.
9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.
10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.
11. Cópia do PIS/PASEP.
12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.
13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.
14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.
15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).
16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.
17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:
17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.
17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.
18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):
18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
*
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/02/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 96009/2021
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES
O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.
O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:
COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):
Geografia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases) (Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio (ETIM))
Instruções Especiais
I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).
2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).
3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.
4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).
4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.
5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.
6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.
II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA
1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.
2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.
2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.
2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.
III – DOS REQUISITOS
1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.
1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.
2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.
IV – DAS INSCRIÇÕES
1. São condições para inscrição:
a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;
b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.
c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.
d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.
f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.
g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.
h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).
i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.
2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.
3. Para inscrever–se, o candidato deverá:
a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.
b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.
c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.
d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.
e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.
f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.
4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.
5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.
6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.
6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.
6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.
6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.
6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.
7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.
7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:
a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.
b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.
c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.
d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.
e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.
8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.
8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.
8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.
9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.
2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.
3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:
3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:
a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou
b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.
3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.
3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.
4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.
4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:
a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.
b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.
4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.
5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.
6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.
7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.
8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.
9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.
9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.
9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.
9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.
9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.
10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS
1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).
2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:
a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.
b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.
c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.
3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.
VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA
1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.
2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).
3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:
a) Que é preto, pardo ou indígena;
b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e
c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.
4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.
5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.
6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.
7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:
PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI
Onde:
PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.
MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.
MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.
7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:
a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.
b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).
c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.
d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.
8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:
NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI
Onde:
NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.
NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).
9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.
10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.
11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:
a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;
b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e
c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.
11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.
12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.
13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.
13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.
13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.
14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.
15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 033/02/2021.
15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.
15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 033/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Geografia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Ciências Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Estudos Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Geografia (LP); História com Habilitação em Geografia (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 033/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/03/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 96013/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Língua Estrangeira Moderna – Espanhol (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 033/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 033/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Língua Estrangeira Moderna – Espanhol (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Letras com Habilitação em Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Espanhol com as Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português e Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Português e Língua Espanhola Moderna com as Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Espanhol e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue/ Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Tradução e Intérprete Português/ Língua Estrangeira do Currículo (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Espanhol (LP); Licenciatura Específica na Língua Estrangeira; Secretariado Executivo com Habilitação em Espanhol (LP); Secretariado Executivo Trilíngue/ Espanhol (LP); Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado/ Espanhol (LP); Tecnologia em Formação de Secretariado/ Espanhol (LP); Tecnologia em Secretariado Executivo Bilíngue/ Espanhol (LP) ; Tradutor e Intérprete com Habilitação em Espanhol (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 033/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/04/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 96005/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Ações Microbiológicas na Água, Ar e Solo(Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 033/04/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 033/04/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias

que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Ações Microbiológicas na Água, Ar e Solo(Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Agronomia; Análises Clínicas ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Biologia; Biologia (LP); Biomedicina; Bioquímica; Bioquímica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Biotecnologia; Ciência do Mar; Ciência(s) dos Alimentos; Ciências Agrárias (LP); Ciências Agrícolas (LP); Ciências Ambientais; Ciências Biológicas; Ciências Biológicas (Biomédicas) – Modalidade Médica; Ciências Biológicas (LP); Ciências com Habilitação em Biologia; Ciências com Habilitação em Biologia (LP); Ciências Farmacêuticas; Ciências Físicas e Biológicas; Ciências Físicas e Biológicas (LP); Ecologia (G/LP); Engenharia Agrícola; Engenharia Agrícola e Ambiental; Engenharia Agronômica; Engenharia Ambiental; Engenharia Ambiental e Sanitária; Engenharia Ambiental e Urbana; Engenharia Bioquímica; Engenharia Biotecnológica; Engenharia de Alimentos; Farmácia; Farmácia – Alimentos ; Farmácia Bioquímica Industrial; Farmácia e Bioquímica; Farmácia Industrial; Gestão Ambiental; História Natural; História Natural (LP); Medicina Veterinária; Oceanografia; Tecnologia Ambiental; Tecnologia em Agronomia; Tecnologia em Controle Ambiental; Tecnologia em Gerenciamento Ambiental Industrial; Tecnologia em Gestão Ambiental; Tecnologia em Gestão Ambiental e Industrial; Tecnologia em Gestão Ambiental e Saneamento; Tecnologia em Meio Ambiente; Tecnologia em Saneamento; Tecnologia em Saneamento Ambiental; Tecnologia em Saneamento Ambiental com Habilitação em Controle Ambiental ; Tecnologia em(de) Alimentos; Zootecnia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 033/04/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/05/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 96006/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Gestão Estratégica de Resultados(Recursos Humanos)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 033/05/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 033/05/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Gestão Estratégica de Resultados(Recursos Humanos): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Informática; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração de(em) Recursos Humanos ; Administração em Agronegócios; Administração Rural; Ciências Administrativas; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Ciências Econômicas com Ênfase em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Financeira de Empresas; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Recursos Humanos;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 033/05/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO – CRUZEIRO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 077/07/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Educação Nutricional em Saúde Pública(Nutrição e Dietética)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 077/07/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que

não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 077/07/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Educação Nutricional em Saúde Pública(Nutrição e Dietética): Nutrição; Nutrição e Dietética ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 077/07/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/06/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 96015/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 033/06/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 033/06/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Educação do Campo com Habilitação em Língua Portuguesa (LP); Letras (LP); Letras – Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Inglês (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Linguística (LP); Letras com Habilitação em Português (LP); Letras com Habilitação em Português e Alemão (LP); Letras com Habilitação em Português e Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Português e Francês (LP); Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP); Letras com Habilitação em Português e Língua Espanhola Moderna com as Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa (LP); Letras com Habilitação em Português, Inglês e Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Espanhol e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Literaturas da Língua Portuguesa com suas respectivas Literaturas (LP) ; Letras com Habilitação em Secretariado Trilíngue/ Português (LP); Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue/ Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue/ Português (LP); Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue/ Inglês (LP); Letras com Habilitação em Tradução e Intérprete Português/ Língua Estrangeira do Currículo (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Inglês (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Português (LP); Letras: Língua Espanhola e Língua Portuguesa (LP); Letras: Língua Inglesa e Língua Portuguesa (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 033/06/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/07/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 96021/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Ética Organizacional, Extensão e Trabalho Rural(Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 033/07/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 033/07/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no

DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Ética Organizacional, Extensão e Trabalho Rural(Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Administração; Agroecologia; Agronomia; Ciências Agrárias (LP); Ciências Agrícolas (LP); Ciências Econômicas; Ciências Econômicas com Ênfase em Comércio Internacional; Ciências Econômicas e Administrativas; Economia; Engenharia Agrícola; Engenharia Agronômica; Engenharia de Agrimensura; Engenharia de Biossistemas; Engenharia Florestal; Medicina Veterinária; Tecnologia em Agronegócio(s); Tecnologia em Agronomia; Tecnologia em Cooperativismo; Tecnologia em Rede de Empresas, Associativismo e Cooperativismo no Agronegócio; Tecnologia em Silvicultura; Zootecnia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 033/07/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/08/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 96024/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Tendências e Cenários em Recursos Humanos(Recursos Humanos)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimen-

to de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 033/08/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 033/08/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Tendências e Cenários em Recursos Humanos(Recursos Humanos): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de(em) Recursos Humanos ; Administração Geral; Ciências Administrativas; Psicologia; Psicologia (LP); Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Recursos Humanos;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 033/08/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO – CRUZEIRO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 077/08/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Terapia Nutricional e Gastronomia Hospitalar(Nutrição e Dietética)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida

por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 077/08/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 077/08/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Terapia Nutricional e Gastronomia Hospitalar(Nutrição e Dietética): Nutrição;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 077/08/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/09/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 96028/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Nutrição Animal, Alimentos e Alimentação com Prática em Reservas Forrageiras e Animais Monogástricos(Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 033/09/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 033/09/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Nutrição Animal, Alimentos e Alimentação com Prática em Reservas Forrageiras e Animais Monogástricos(Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Agronomia; Ciências Agrárias (LP); Engenharia Agronômica; Medicina Veterinária; Tecnologia em Agronomia; Zootecnia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 033/09/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/10/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 96034/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Tecnologia de Produtos Amiláceos(Alimentos Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 033/10/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico,

voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e033op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 033/10/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Tecnologia de Produtos Amiláceos(Alimentos Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Agronomia; Agropecuária ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Alimentos ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Ciência(s) dos Alimentos; Ciências Agrárias (LP); Ciências Agrícolas (LP); Ciências com Habilitação em Química; Ciências Exatas com Habilitação em Química ; Ciências Farmacêuticas; Engenharia Agrícola; Engenharia Agrícola e Ambiental; Engenharia Agronômica; Engenharia Bioquímica; Engenharia de Alimentos; Engenharia de Produção Química ; Engenharia Industrial Química; Engenharia Química; Farmácia; Farmácia – Alimentos ; Farmácia Bioquímica Industrial; Farmácia e Bioquímica; Química; Química (LP); Química de Alimentos; Química Industrial; Química Tecnológica; Tecnologia (em) Química; Tecnologia (em) Química – Produção Industrial de Calçados; Tecnologia em Agronomia; Tecnologia em(de) Alimentos;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 033/10/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO – CRUZEIRO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 077/09/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Educação Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e

que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 077/09/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 077/09/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Educação Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD): Educação Física (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 077/09/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA CARMELINA BARBOSA – DRACENA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 052/09/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 97559/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA CARMELINA BARBOSA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Educação Física (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec) (Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão

Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecprofcarmelinabarbosa@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 052/09/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecprofcarmelinabarbosa@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 052/09/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Educação Física (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 052/09/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PADRE JOSÉ NUNES DIAS – MONTE APRAZÍVEL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 075/01/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 99240/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PADRE JOSÉ NUNES DIAS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e075adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 075/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição

de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e075adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 075/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 075/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 098/01/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 91157/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Planejamento Técnico da Construção Civil(Edificações)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 098/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 098/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Planejamento Técnico da Construção Civil(Edificações): Arquitetura; Arquitetura e Urbanismo; Engenharia Civil; Engenharia Civil – Ênfase em Transportes; Engenharia da Mobilidade; Engenharia de Produção Civil; Engenharia Industrial Civil; Tecnologia em Construção em(de) Edifícios; Tecnologia em Controle de Obras; Tecnologia em Planejamento e Gestão de Empreendimentos na Construção Civil; Tecnologia em Transporte Terrestre; Tecnologia em(da) Construção Civil; Tecnologia em(da) Construção Civil – Edifícios; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Edifícios; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Estruturas Metálicas; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Movimento de Terra e Pavimentação; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Obras Hidráulicas; Tecnologia em(da) Construção Civil – Movimentação de Terra e Pavimentação;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 098/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PADRE JOSÉ NUNES DIAS – MONTE APRAZÍVEL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 075/02/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 99241/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PADRE JOSÉ NUNES DIAS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Assistência de Enfermagem em UTI e Unidades Especializadas(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e075adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 075/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova,

antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e075adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 075/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Assistência de Enfermagem em UTI e Unidades Especializadas(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 075/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PADRE JOSÉ NUNES DIAS – MONTE APRAZÍVEL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, N° 075/03/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 99111/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PADRE JOSÉ NUNES DIAS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Planejamento e Organização de Rotinas de Departamento Pessoal(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e075adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 075/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e075adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 075/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Planejamento e Organização de Rotinas de Departamento Pessoal(Administração): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Agronegócios; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração de Pequenas e Médias Empresas; Administração de(em) Recursos Humanos ; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Ciências Administrativas; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Jurídicas; Contabilidade ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Direito; Tecnologia

em Gestão de Processos Empreendedores; Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Estratégica das Organizações – Foco em Gestão Financeira; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Recursos Humanos; Tecnologia em Relações Humanas;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 075/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PADRE JOSÉ NUNES DIAS – MONTE APRAZÍVEL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 075/04/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 99112/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PADRE JOSÉ NUNES DIAS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Custos, Processos e Operações Contábeis(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e075adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 075/04/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e075adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 075/04/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Custos, Processos e Operações Contábeis(Administração): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Administração Rural; Ciências Administrativas; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Econômicas; Ciências Econômicas com Ênfase em Comércio Internacional; Ciências Econômicas e Administrativas; Ciências Gerenciais; Ciências Gerenciais e Orçamentárias; Ciências Gerenciais e Orçamentos Contábeis; Comércio Exterior e Negócios Internacionais; Contabilidade ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Economia; Tecnologia em Administração de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Comercio Exterior; Tecnologia em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Gestão de Comercio Exterior; Tecnologia em Gestão de Finanças; Tecnologia em Gestão de Negócios e Finanças; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Estratégica das Organizações – Foco em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Financeira de Empresas; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Planejamento e Programação Econômica;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 075/04/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 098/02/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 92286/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Ética e Cidadania Organizacional(Edificações)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. Às datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de

14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 098/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 098/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Ética e Cidadania Organizacional(Edificações): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de(em) Recursos Humanos ; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Administração Pública; Ciências Administrativas; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Econômicas; Ciências Econômicas com Ênfase em Comércio Internacional; Ciências Econômicas e Administrativas; Ciências Gerenciais e Orçamentos Contábeis; Ciências Jurídicas; Ciências Jurídicas e Sociais; Ciências Sociais; Ciências Sociais (LP); Direito; Economia; Estudos Sociais com Habilitação em Educação Moral e Cívica (LP); Estudos Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Estudos Sociais com Habilitação em História (LP); Filosofia; Filosofia (LP); Gestão de Políticas Públicas; História; História (LP); Pedagogia; Pedagogia (LP); Psicologia; Psicologia (LP); Relações Internacionais; Sociologia; Sociologia (LP); Sociologia e Política; Sociologia e Política (LP); Tecnologia em Comercio Exterior; Tecnologia em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão de Comercio Exterior; Tecnologia em Gestão de Negócios e Finanças; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Estratégica das Organizações – Foco em Gestão Financeira; Tecnologia em Negócios Imobiliários; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Produção (da/de Produção); Tecnologia em Produção Industrial;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 098/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PADRE JOSÉ NUNES DIAS – MONTE APRAZÍVEL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 075/05/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 99108/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PADRE JOSÉ NUNES DIAS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Práticas com Animais Ruminantes(Agropecuária)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e075adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto de e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 075/05/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e075adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 075/05/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Práticas com Animais Ruminantes(Agropecuária): Agronomia; Ciências Agrárias (LP); Engenharia Agronômica; Medicina Veterinária; Tecnologia em Agronomia; Zootecnia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 075/05/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PADRE JOSÉ NUNES DIAS – MONTE APRAZÍVEL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 075/06/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 99109/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PADRE JOSÉ NUNES DIAS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Tecnologia de Produtos Vegetais(Agroindústria)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e075adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 075/06/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e075adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 075/06/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Tecnologia de Produtos Vegetais(Agroindústria): Agronomia; Agropecuária ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Alimentos ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Ciência(s) dos Alimentos; Ciências Agrárias (LP); Ciências Agrícolas (LP); Ciências com Habilitação em Química; Ciências com Habilitação em Química (LP); Ciências Exatas com Habilitação em Química ; Ciências Exatas com Habilitação em Química (LP); Engenharia Agrícola; Engenharia Agrícola e Ambiental; Engenharia Agroindustrial; Engenharia Agronômica; Engenharia de Alimentos; Engenharia de Biossistemas; Engenharia de Produção Agroindustrial; Engenharia de Produção Química ; Engenharia Industrial Química; Engenharia Química; Farmácia – Alimentos ; Química; Química com Atribuições Tecnológicas; Química Industrial; Tecnologia Agrícola; Tecnologia Agronômica em Administração Rural; Tecnologia em Agricultura ; Tecnologia em Agronegócio(s); Tecnologia em Agronomia; Tecnologia em Produção Agrícola; Tecnologia em(de) Alimentos;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 075/06/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), empre-

go correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO – CRUZEIRO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 077/01/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 84774/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Comunicação Mercadológica(Marketing)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 077/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 077/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Comunicação Mercadológica(Marketing): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração de Empresas; Administração em Marketing; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Comercialização e Mercadologia ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Comunicação Mercadológica; Comunicação Social com Habilitação em Produção Editorial; Comunicação Social com Habilitação em Propaganda e Marketing; Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda; Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas; Marketing; Propaganda e Marketing; Publicidade; Publicidade ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Publicidade e Propaganda; Publicidade, Propaganda e Criação; Publicidade, Propaganda, Criação e Produção; Tecnologia em Administração de Marketing no Varejo; Tecnologia em Criação e Produção Publicitária; Tecnologia em Gestão de Marketing; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão Mercadológica; Tecnologia em Marketing; Tecnologia em Marketing de Varejo; Tecnologia em Marketing Gerencial; Tecnologia em Produção Publicitária; Tecnologia em Publicidade, Propaganda e Marketing;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 077/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO – CRUZEIRO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 077/02/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 84684/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Técnicas de Informação e Comunicação Mercadológica(Marketing)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 077/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 077/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Técnicas de Informação e Comunicação Mercadológica(Marketing): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração de Empresas; Comunicação Social com Habilitação em Produção Editorial; Comunicação Social com Habilitação em Propaganda e Marketing; Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda; Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas; Marketing; Propaganda e Marketing; Propaganda, Publicidade e Criação – Habilitação em Marketing em Propaganda e Publicidade; Publicidade; Publicidade ("EII" –

Técnico com Formação Pedagógica); Publicidade e Propaganda; Publicidade, Propaganda e Criação; Publicidade, Propaganda, Criação e Produção; Tecnologia em Criação e Produção Publicitária; Tecnologia em Gestão de Marketing; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Mercadológica; Tecnologia em Marketing; Tecnologia em Marketing de Varejo; Tecnologia em Marketing Gerencial; Tecnologia em Produção Publicitária; Tecnologia em Publicidade, Propaganda e Marketing;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 077/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 098/03/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 91583/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Tecnologia dos Materiais de Construção Civil I (Edificações)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 098/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 098/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Tecnologia dos Materiais de Construção Civil I (Edificações): Arquitetura; Arquitetura e Urbanismo; Desenho de Construção Civil ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Edificações ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Engenharia Civil; Engenharia Civil – Ênfase em Transportes; Engenharia da Mobilidade; Engenharia de Produção Civil; Engenharia Industrial Civil; Engenharia Sanitária ; Saneamento ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Tecnologia em Construção em(de) Edifícios; Tecnologia em Controle de Obras; Tecnologia em Edifícios; Tecnologia em Estruturas Metálicas; Tecnologia em Gestão e Saneamento Ambiental; Tecnologia em Hidráulica e Saneamento Ambiental; Tecnologia em Movimentação de Terra e Pavimentação; Tecnologia em Obras Hidráulicas; Tecnologia em Planejamento e Gestão de Empreendimentos na Construção Civil; Tecnologia em Saneamento Ambiental; Tecnologia em Transporte Terrestre; Tecnologia em(da) Construção Civil; Tecnologia em(da) Construção Civil – Edifícios; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Edifícios; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Estruturas Metálicas; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Movimento de Terra e Pavimentação; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Obras Hidráulicas; Tecnologia em(da) Construção Civil – Movimentação de Terra e Pavimentação; Tecnologia em(da) Construção Civil – Movimento de Terra e Pavimentação; Tecnologia Sanitária;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 098/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO – CRUZEIRO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 077/03/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 84659/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Plano de Comunicação(Marketing)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar

solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 077/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 077/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Plano de Comunicação(Marketing): Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Marketing; Administração de Empresas; Administração em Marketing; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Comercialização e Mercadologia ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Comunicação Mercadológica; Comunicação Mercadológica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Comunicação Social com Habilitação em Marketing; Comunicação Social com Habilitação em Produção Editorial; Comunicação Social com Habilitação em Propaganda e Marketing; Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda; Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas; Marketing; Propaganda e Marketing; Propaganda, Publicidade e Criação – Habilitação em Marketing em Propaganda e Publicidade; Publicidade; Publicidade ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Publicidade e Propaganda; Publicidade, Propaganda e Criação; Publicidade, Propaganda, Criação e Produção; Tecnologia em Administração de Marketing no Varejo; Tecnologia em Criação e Produção Publicitária; Tecnologia em Gestão de Marketing; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Mercadológica; Tecnologia em Marketing; Tecnologia em Marketing de Varejo; Tecnologia em Marketing Gerencial; Tecnologia em Produção Publicitária; Tecnologia em Publicidade, Propaganda e Marketing;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 077/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 098/04/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 91682/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Topografia Aplicada à Construção Civil(Edificações Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de

seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 098/04/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 098/04/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Topografia Aplicada à Construção Civil(Edificações Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Agronomia; Arquitetura; Arquitetura e Urbanismo; Engenharia Agronômica; Engenharia Cartográfica; Engenharia Civil; Engenharia Civil – Ênfase em Transportes; Engenharia da Mobilidade; Engenharia de Agrimensura; Engenharia de Minas; Engenharia de Produção Civil; Engenharia de Produção de Minas; Engenharia Industrial Civil; Engenharia Industrial de Minas; Tecnologia em Agronomia; Tecnologia em Construção em(de) Edifícios; Tecnologia em Controle de Obras; Tecnologia em Planejamento e Gestão de Empreendimentos na Construção Civil; Tecnologia em Transporte Terrestre; Tecnologia em(da) Construção Civil; Tecnologia em(da) Construção Civil – Edifícios; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Edifícios; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Estruturas Metálicas; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Movimento de Terra e Pavimentação; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Obras Hidráulicas; Tecnologia em(da) Construção Civil – Movimentação de Terra e Pavimentação;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 098/04/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO – CRUZEIRO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 077/04/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 84612/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Fundamentos da Informática(Desenvolvimento de Sistemas)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas

Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 077/04/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 077/04/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Fundamentos da Informática(Desenvolvimento de Sistemas): Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas Administrativos em Processamento de Dados; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Desenvolvimento de Sistemas; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Análise de Sistemas Informativos em Processamento de Dados; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Ciência(s) da(de) Computação; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Sistemas; Engenharia de Software; Engenharia de Telecomunicações; Física – Opção Informática; Física Computacional; Informática; Informática (LP); Informática – Ênfase em Banco de Dados; Informática – Ênfase em Redes de Computadores; Informática – Sistemas de Informação; Matemática Aplicada às Ciências da Computação; Matemática Aplicada e Computação Científica; Matemática Aplicada e Computacional; Matemática com Informática; Matemática Computacional; Processamento de Dados; Sistemas de Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da Informação; Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia de Computação; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Jogos Digitais; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Internet; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Web; Tecnologia em Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Software para Internet; Tecnologia em Desenvolvimento de Website; Tecnologia em Desenvolvimento para Internet: Desenvolvimento para Web; Tecnologia em Desenvolvimento para Web; Tecnologia em Desenvolvimento Web; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Ênfase em Desenvolvimento de Sistemas Computacionais; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática – Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Informática – Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática com Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática e Aplicações Web; Tecnologia em Informática e Negócios; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática para Negócios; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Segurança da Informação; Tecnologia em Segurança da Tecnologia da Informação; Tecnologia em Segurança de Computadores; Tecnologia em Segurança de Redes de Computadores; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet; Tecnologia em Web; Tecnologia em Web Design; Tecnologia em Web Design e E–Commerce; Tecnologia em Web Design e Internet; Tecnologia em Web Site;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 077/04/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO – CRUZEIRO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 077/05/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 84758/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Programação Web II(Desenvolvimento de Sistemas)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 077/05/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 077/05/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Programação Web II(Desenvolvimento de Sistemas): Administração de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas Administrativos em Processamento de Dados; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Desenvolvimento de Sistemas; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Análise de Sistemas Informativos em Processamento de Dados; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Ciência(s) da(de) Computação; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Sistemas; Engenharia de Software; Física – Opção Informática; Física Computacional; Informática; Informática (LP); Informática – Ênfase em Banco de Dados; Informática – Ênfase em Redes de Computadores; Informática – Sistemas de Informação; Matemática Aplicada à Informática; Matemática Aplicada às Ciências da Computação; Matemática Aplicada e Computação Científica; Matemática Aplicada e Computacional; Matemática com Informática; Matemática Computacional; Processamento de Dados; Programação de Sistemas; Sistemas de Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Sistemas Informatizados – Internet e Rede; Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia de Computação; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise de Sistemas Web; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Análise e Projeto de Sistemas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Jogos Digitais; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Internet; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Web; Tecnologia em Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Software para Internet; Tecnologia em Desenvolvimento de Website; Tecnologia em Desenvolvimento para Web; Tecnologia em Desenvolvimento Web; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão de Redes de Computadores; Tecnologia em Gestão de Redes de Computadores e Internet; Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão de Sistemas Informatizados; Tecnologia em Gestão de Tecnologia de Desenvolvimento de Web Sites; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Ênfase em Desenvolvimento de Sistemas Computacionais; Tecnologia em Informática – Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Informática – Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática com Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática e Aplicações Web; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática para Negócios; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Processamento de Dados e Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Redes Operacionais: Internet/ Intranet; Tecnologia em Segurança da Informação; Tecnologia em Segurança da Tecnologia da Informação; Tecnologia em Segurança de Computadores; Tecnologia em Segurança de Redes de Computadores; Tecnologia em Sistema de Software; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Web; Tecnologia em Web Design; Tecnologia em Web Design e E–Commerce; Tecnologia em Web Design e Internet; Tecnologia em Web Site;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 077/05/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 098/05/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 91824/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Ações de Enfermagem em Saúde Coletiva (Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 098/05/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 098/05/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Ações de Enfermagem em Saúde Coletiva (Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 098/05/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO – CRUZEIRO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 077/06/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ SANT´ANA DE CASTRO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Sistemas Embarcados(Desenvolvimento de Sistemas)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 077/06/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e077op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 077/06/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos

credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Sistemas Embarcados(Desenvolvimento de Sistemas): Análise de Sistemas; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Desenvolvimento de Sistemas; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Ciência(s) da(de) Computação; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Controle e Automação – Mecatrônica; Engenharia de Sistemas; Engenharia de Software; Engenharia Elétrica; Sistemas de Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Informática – Redes de Computadores; Tecnologia em Informática com Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Programação e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Redes de Computadores;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 077/06/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ETEC POLIVALENTE DE AMERICANA - AMERICANA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 006/04/2019 – PROCESSO Nº 2641234/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02

CONVOCAÇÃO PARA APROVEITAMENTO

O Diretor de Escola Técnica da POLIVALENTE DE AMERICANA, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 25/09/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 14H00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, respeitando o disposto no subitem 6.2. do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições. O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação, mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão, ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

Local de apresentação: ETEC PROF. DR. JOSÉ DAGNONI

Endereço: AV. ANTONIO PEDROSO, NR. 1731

Bairro: CIDADE NOVA – Cidade: SANTA BÁRBARA D'OESTE

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 8. LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA (RECURSOS HUMANOS)

Nº AULAS: 5,00 – AULAS SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: DESIGNAÇÃO PARA ASSUMIR COORDENAÇÃO.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Graduado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

041/ MARCELLA SILVIA RIBEIRO GONÇALVES / 104924 / 013.330.152-40 / 1º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JÚLIO DE MESQUITA – SANTO ANDRÉ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 014/01/2020 – PROCESSO Nº 410797/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JÚLIO DE MESQUITA convoca os candidatos abaixo relacionados para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JÚLIO DE MESQUITA, sita na RUA PREFEITO JUSTINO PAIXÃO – 150

BAIRRO: CENTRO – CEP: 09020–130 – CIDADE: SANTO ANDRÉ.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO):

Estrutura e Rotinas em Serviços de Alimentação(Nutrição e Dietética)

CANDIDATO(S) SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

9/CRISTIANE OLIVEIRA DAMASCENO LOPES/42.304.666–4/217807478–29/36;

16 / ANDERSON DA SILVA / 45.565.601–0 / 328263288–67 / 31,25;

10 / CAROLINE RODRIGUES LEITE / 41.863.285–6 / 230450168–04 / 27;

11 / TANIA CRISTINA CALSA VENDETTI / 20.760.381–9 / 140533178–00 / 23,88;

4 / FERNANDA ALVES PRADO BORGES / 47.255.708–7 / 384456998–73 / 22,5;

CANDIDATO(S) NÃO SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

6 / JOCIANE JESUS DA SILVA / 38.214.519–7 / 637094905–10 / 22;

18 / DANIELE BARION ACERO / 27.555.414–4 / 258325968–70 / 22;

23 / DENISE MAGARIAN CARDOSO / 44.970.765–9 / 358846188–40 / 20,88;

26 / RODRIGO SILVA RIBAS / 28.035.981–0 / 282436088–77 / 19,02;

8 / MARINA SMANIA PILOTTO / 47.685.724–7 / 409432158–62 / 16,88;

12 / SIMONE GERALDINI DE PAIVA / 47.260.758–3 / 406800598–22 / 14,75;

20 / STEFANNY DA SILVA BARBOSA / 35.611.173–8 / 419421368–89 / 13,88;

19 / FABIANA DE MELO SERRANO / 29.694.177–3 / 225776388–25 / 12,38;

2 / GIOVANA DA SILVA BORBA / 53.328.552–5 / 470852498–62 / 9,5;

5/BEATRIZ BIGUINAS/39.039.572–9/457203878–38/9,5;

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

1. Características específicas de cada tipo de serviço de alimentação: indústria, restaurante comercial, hotel, hospital, lactário, casa de repouso, merenda escolar, cesta básica,

2. Diferentes sistemas de administração de UANs: auto–gestão, terceirização, refeição transportada e catering.

3. Gestão em Creches e Escolas: caracterização; legislação específica área e pessoal

Duração máxima da aula: 15 minutos

Data: 11/02/2021 Horário: 8h00

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JÚLIO DE MESQUITA – SANTO ANDRÉ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 014/02/2020 – PROCESSO Nº 410808/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JÚLIO DE MESQUITA convoca os candidatos abaixo relacionados para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JÚLIO DE MESQUITA, sita na RUA PREFEITO JUSTINO PAIXÃO – 150

BAIRRO: CENTRO – CEP: 09020–130 – CIDADE: SANTO ANDRÉ.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO):

Técnica Dietética I(Nutrição e Dietética)

CANDIDATO(S) SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

8/CRISTIANE OLIVEIRA DAMASCENO LOPES/42.304.666–4/217807478–29/36;

15/ANDERSON DA SILVA/45.565.601–0/328263288–67/31,25;

28/FABIANE MATIAS DOS ANJOS NASCIMENTO/35.356.812–0/345907988–67/29,5;

9/CAROLINE RODRIGUES LEITE/41.863.285–6/230450168–04/27;

3/FERNANDA ALVES PRADO BORGES/47.255.708–7/384456998–73/22,5;

CANDIDATO(S) NÃO SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

25 / ANGELA RODRIGUES DE SOUSA FREITAS / 30.333.150–1 / 285437048–12 / 22;

18 / DANIELE BARION ACERO / 27.555.414–4 / 258325968–70 / 22;

24 / DENISE MAGARIAN CARDOSO / 44.970.765–9 / 358846188–40 / 20,88;

5 / JOCIANE JESUS DA SILVA / 38.214.519–7 / 637094905–10 / 17;

7 / MARINA SMANIA PILOTTO / 47.685.724–7 / 409432158–62 / 16,88;

29 / ISABELLA MARIN TOLOTTI / 36.233.895–4 / 414134188–64 / 15,38;

13 / DANIELE CRISTINA LEITE BANDEIRA / 43.375.896–X / 331261468–64 / 15;

10 / SIMONE GERALDINI DE PAIVA / 47.260.758–3 / 406800598–22 / 14,75;

27 / RODRIGO SILVA RIBAS / 28.035.981–0 / 282436088–77 / 14,75;

19 / FABIANA DE MELO SERRANO / 29.694.177–3 / 225776388–25 / 12,38;

23 / DEBORA REGINA DA SILVA NASCIMENTO MAIA / 35.478.286–1 / 384242258–05 / 10;

1/GIOVANA DA SILVA BORBA/53.328.552–5/470852498–62/9,5;

4/BEATRIZ BIGUINAS/39.039.572–9/457203878–38/9,5;

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

1. Conceito e emprego dos índices para alimentos perecíveis e não perecíveis: Índice de Parte Comestível (IPC), Índice de Cocção (ICc) e Quantidade Adquirida (QA) ,Per capita e Porção

2. Modelo de Ficha Técnica: Nome da preparação, ingredientes, modo de preparo, medidas caseiras, peso bruto, peso líquido, fator de correção, cálculo nutricional, equipamentos e utensílios necessários, porção, rendimento.

3. Conceitos básicos sobre Métodos de cocção e suas interferências sobre as características dos alimentos

Duração máxima da aula: 15 minutos

Data: 09/02/2021 Horário: 8h00

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 098/06/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 91926/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Procedimentos de Enfermagem(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 098/06/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 098/06/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Procedimentos de Enfermagem(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 098/06/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JÚLIO DE MESQUITA – SANTO ANDRÉ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 014/03/2020 – PROCESSO Nº 410810/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JÚLIO DE MESQUITA convoca os candidatos abaixo relacionados para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JÚLIO DE MESQUITA, sita na RUA PREFEITO JUSTINO PAIXÃO – 150

BAIRRO: CENTRO – CEP: 09020–130 – CIDADE: SANTO ANDRÉ.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO):

Desenvolvimento do TCC em Nutrição e Dietética(Nutrição e Dietética)

CANDIDATO(S) SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

9/CRISTIANE OLIVEIRA DAMASCENO LOPES/42.304.666–4/217807478–29/36;00

16/ANDERSON DA SILVA/45.565.601–0/328263288–67/31,25;

29/FABIANE MATIAS DOS ANJOS NASCIMENTO/35.356.812–0/345907988–67/28;00

10/CAROLINE RODRIGUES LEITE/41.863.285–6/230450168–04/27;00

11/TANIA CRISTINA CALSA VENDETTI/20.760.381–9/140533178–00/23,88;

CANDIDATO(S) NÃO SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

4 / FERNANDA ALVES PRADO BORGES / 47.255.708–7 / 384456998–73 / 22,50;

26 / ANGELA RODRIGUES DE SOUSA FREITAS / 30.333.150–1 / 285437048–12 / 22;

19 / DANIELE BARION ACERO / 27.555.414–4 / 258325968–70 / 22;00

25 / DENISE MAGARIAN CARDOSO / 44.970.765–9 / 358846188–40 / 20,88;

6 / JOCIANE JESUS DA SILVA / 38.214.519–7 / 637094905–10 / 18;00

8 / MARINA SMANIA PILOTTO / 47.685.724–7 / 409432158–62 / 16,88;

30 / ISABELLA MARIN TOLOTTI / 36.233.895–4 / 414134188–64 / 15,38;

28 / RODRIGO SILVA RIBAS / 28.035.981–0 / 282436088–77 / 15,19;

12 / SIMONE GERALDINI DE PAIVA / 47.260.758–3 / 406800598–22 / 14,75;

21 / FABIANA DE MELO SERRANO / 29.694.177–3 / 225776388–25 / 12,38;

2 / GIOVANA DA SILVA BORBA / 53.328.552–5 / 470852498–62 / 9,5;

5 / BEATRIZ BIGUINAS / 39.039.572–9 / 457203878–38 / 9,5;

20 / ANATOLI NASCIMENTO BERDNIKOFF / 42.188.092–2 / 340095888–37 / 2;

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

1. Referencial teórico: pesquisa e compilação de dados, produções científicas etc.

2. Elaboração dos dados de pesquisa: seleção, codificação e tabulação.

3. Técnicas para elaboração de relatórios, gráficos, histogramas

Duração máxima da aula: 15 minutos

Data: 12/02/2021 Horário: 8h00

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PREFEITO ALBERTO FERES – ARARAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 024/02/2020 – PROCESSO Nº 550941/2020

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PREFEITO ALBERTO FERES faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado.

O presente resultado já considera, no cálculo da pontuação para candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas e manifestaram interesse em utilizar a pontuação diferenciada a que alude o Decreto nº 63.979/2018, a fórmula de cálculo prevista no mencionado Decreto, bem como no Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Os candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas deverão aguardar a convocação para verificação da veracidade da autodeclaração, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Artes (Base Nacional Comum)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD)

CANDIDATO(S) PONTUADOS(S) NO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

3/CLAUDEMIR DOS SANTOS CASSIANO/18.628.468–8/088.410.658–69/6,0;

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

1/16.614.009–0/108.576.758–26/;

2/49.762.384–5/412.421.928–83/;

4/41.327.829–3/344.573.928–55/;

5/22.368.264–0/110.109.948–83/;

6/49.031.751–0/389.820.698–01/;

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 098/07/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 91994/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Assistência de Enfermagem em UTI e Unidades Especializadas(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com

os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 098/07/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 098/07/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Assistência de Enfermagem em UTI e Unidades Especializadas(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 098/07/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ETEC AMIM JUNDI – OSVALDO CRUZ

PROCESSO SELETIVO DE DOCENTES, NOS TERMOS DO COMUNICADO CEETEPS N° 1/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.

AVISO N° 027/05/2018 DE 24/09/2018 – PROCESSO N° 1509272/2018.

AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 02

O Diretor da ETEC AMIM JUNDI, considerando a ocorrência de aulas e a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionados, para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 08h30 horas, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverão comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a preferência de titulação e a ordem de classificação final, respeitando o disposto no item 6 do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009. O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular que se inscreveu e obteve êxito, exceto na situação prevista no subitem 7.1 do mesmo inciso, com alterações introduzidas pelo Comunicado CEETEPS nº 5, de 29, publicado no DOE de 30.10.2009. Escolhidas e atribuídas as aulas, o(s) candidato(s) não aproveitado(s) aguardarão nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender à convocação para a referida ETEC, recusar as aulas ou não entregar a documentação para formalizar a contratação, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo na ETEC ou CLASSE DESCENTRALIZADA em que foi habilitado.

Observar-se-á, para o início do exercício, o disposto no item 9 do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC AMIM JUNDI

ENDEREÇO: RUA JAPÃO, Nº 724

BAIRRO: CENTRO – CIDADE: OSVALDO CRUZ

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 3. CÁLCULOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO (RECURSOS HUMANOS)

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 56/2021 – CETEC/GFAC: PRÁTICAS DE DEPARTAMENTO PESSOAL (RECURSOS HUMANOS)

Nº AULAS: 5,0 – AULAS EM SUBSTITUICAO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA EXERCER EMPREGO EM CONFIANÇA.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

001/ Aline Bezerra da Silva/ 32.591.478-3/ 007.866.219-23/ 1º

021/ Alessandro Ferreira da Costa/ 42.599.792-3/ 335.726.598-25/ 2º

- Graduado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

015/ Telma Leticia Boturi/ 28.074.439-0/ 219.512.788-01/ 1º.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/01/2020 – PROCESSO Nº 3687682/2020

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e convoca para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, sita na FAZENDA BAIXADA – S/Nº

BAIRRO: ZONA RURAL – CEP: 14540000 – CIDADE: IGARAPAVA.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Análise Sensorial de Alimentos(Alimentos Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec / Novotec Integrado))

CANDIDATO(S) SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

2 / Loriana Linhares Teixeira Ramos / 5186547 / 02470236126 / 19,5;

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

1. História da Análise Sensorial de Alimentos

2. Tipos de Testes (Triangular, Duo Trio, Testes de Aceitação e Teste de Preferência)

3. Análise Descritiva Quantitativa (ADQ)

Duração máxima da aula: 20 minutos

Data: 06/02/2021 Horário: 09:00

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/09/2019 – PROCESSO Nº 2846339/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e convoca para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, sita na FAZENDA BAIXADA – S/Nº

BAIRRO: ZONA RURAL – CEP: 14540000 – CIDADE: IGARAPAVA.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Aplicativos Informatizados(Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

CANDIDATO(S) SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

3/Roberto Maito Filho/16238091/08734699848/31,00;

2/Luiz Carlos Gonçalves Junior/4710761 7X/38886920830/24,00;

4/Douglas Rodrigues Tavares de Brito/003834133/376910 21852/13,00;

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

1/484910139/38429097805/;

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

1. Fundamentos de Sistemas Operacionais (Tipos, Características, Funções Básicas)

2. Ferramentas de Processamento e Edição de Textos (Formatação Básica, Organogramas, Mala Direta, Etiquetas)

3. Ferramentas para elaboração e gerenciamento de planilhas eletrônicas (formatação, fórmulas, funções e gráficos)

Duração máxima da aula: 20 minutos

Data: 06/02/2021 Horário: 09:00

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 098/08/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 92063/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Legislação Empresarial(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 098/08/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 098/08/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Legislação Empresarial(Administração): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Ciências Administrativas; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Jurídicas; Ciências Jurídicas e Sociais; Direito; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Processos Gerenciais;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 098/08/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 098/09/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 92136/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVEA NETTO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Direito Comercial e Empresarial(Contabilidade)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 098/09/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e098dir@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 098/09/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Direito Comercial e Empresarial(Contabilidade): Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Jurídicas; Ciências Jurídicas e Sociais; Direito;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 098/09/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza,

concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/11/2019 – PROCESSO Nº 2846474/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e convoca para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, sita na FAZENDA BAIXADA – S/Nº

BAIRRO: ZONA RURAL – CEP: 14540000 – CIDADE: IGARAPAVA.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Gestão de Conteúdo Web I(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec))

CANDIDATO(S) SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

3/Roberto Maito Filho/16238091/08734699848/31,00;

2/Luiz Carlos Gonçalves Junior/4710761 7X/38886920830/24,00;

4/Douglas Rodrigues Tavares de Brito/003834133/376910 21852/13,00;

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

1/484910139/38429097805/;

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

1. Serviços de Armazenamento

2. Kanban

3. Plugins e Extensões

Duração máxima da aula: 20 minutos

Data: 06/02/2021 Horário: 09:00

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA – IGARAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 033/12/2019 – PROCESSO Nº 2846430/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e convoca para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO JUNQUEIRA VEIGA, sita na FAZENDA BAIXADA – S/Nº

BAIRRO: ZONA RURAL – CEP: 14540000 – CIDADE: IGARAPAVA.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Química (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

CANDIDATO(S) SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

6/Eliana Aparecida dos Santos/ MG10899525/03600461699/20,25;

2/Michele Fuzatto de Oliveira/443014139/41585130818/10,75;

5/Luciana Custodio/24162535X/30078654840/3,00;

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

1/74651754/86208004853/;

3/403930340/31067345825/;

4/458053715/35084628892/;

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

1. Primeiros modelos de construção de matéria

2. Cálculo estequiométrico: equações das reações químicas e a resolução de problemas envolvendo cálculos

3. Alimentos e funções orgânicas

Duração máxima da aula: 20 minutos

Data: 06/02/2021 Horário: 09:00

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR CELSO CHARURI – CAPÃO BONITO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 124/03/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR CELSO CHARURI, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Planejamento e Organização de Rotinas Administrativas(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e124op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 124/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e124op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 124/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Planejamento e Organização de Rotinas Administrativas(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da

Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Agronegócios; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração de(em) Recursos Humanos ; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Administração Pública; Arquivologia; Biblioteconomia; Ciências Administrativas; Ciências Gerenciais; Comércio Exterior e Negócios Internacionais; Marketing; Secretariado Executivo; Secretariado Executivo Bilíngue; Secretariado Executivo Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês ; Secretariado Executivo Trilíngue; Secretariado Executivo Trilíngue – Português / Inglês / Espanhol ; Tecnologia em Administração de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado; Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado com Ênfase em Marketing; Tecnologia em Comercio Exterior; Tecnologia em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Gestão de Comercio Exterior; Tecnologia em Gestão de Logística; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão de Processos Empreendedores; Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão em Secretariado; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Estratégica das Organizações – Foco em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Logística; Tecnologia em Logística; Tecnologia em Logística e Transportes; Tecnologia em Logística Empresarial; Tecnologia em Marketing; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Planejamento e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Recursos Humanos; Tecnologia em Secretariado; Tecnologia em Secretariado Executivo; Tecnologia em Secretariado Executivo Bilíngue ; Tecnologia em Secretariado Executivo Trilíngue ;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 124/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ETEC COMENDADOR JOÃO RAYS – BARRA BONITA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 040/18/2019 – PROCESSO Nº 2828264/2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01

CONVOCAÇÃO PARA EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica da ETEC COMENDADOR JOÃO RAYS, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 09/10/2019, seção I, pág. 196 – 198, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: Etec Comendador João Rays

ENDEREÇO: Rua Ludovico Victório, 2140

BAIRRO: Vila Habitacional

CIDADE: Barra Bonita/SP

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): QUALIDADE E TESTE DE SOFTWARE (DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS)

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 74/2021 – CETEC/GFAC: BANCO DE DADOS II (DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS)

Nº AULAS: 05 – AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: RECONDUÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

01/ERIKA ARIAS BARRADO/40.202.537-4/347.699.388--45/1º

Graduado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

03/SÉRGIO CORRÊA DE LACERDA JUNIOR/24.345.304--8/177.894.118-45/1º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO QUIRINO - CAMPINAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 043/16/2019 – PROCESSO Nº 2416999/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 28/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da ETEC BENTO QUIRINO, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 11/09/2019, PRORROGA, a partir de 20/03/2021, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no(s) componente(s) curricular(es): 1 – 389626 – Ética e Cidadania Organizacional (Administração); 3 – 680693 – Técnicas Organizacionais (Administração); 6 – 244126 – Gestão Financeira e Econômica (Administração); 7 – 680827– Gestão da Produção e Materiais (Administração).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO QUIRINO - CAMPINAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 043/18/2019 – PROCESSO Nº 2417093/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 28/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da ETEC BENTO QUIRINO, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 11/09/2019, PRORROGA, a partir de 20/03/2021, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no(s) componente(s) curricular(es): 1 – 129789 – Introdução a Logística (Logística); 4 – 434102 – Gestão de Recursos e Materiais (Logística); 7 – 528420 – Gestão da Cadeia de Abastecimento (Logística).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR CELSO CHARURI – CAPÃO BONITO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 124/04/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR CELSO CHARURI, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Aplicativos Informatizados (para a Habilitação Administração)(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e124op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 124/04/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e124op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 124/04/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Aplicativos Informatizados (para a Habilitação Administração)(Administração): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Sistemas de Informação; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas Administrativos em Processamento de Dados; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Ciência e Tecnologia; Ciência(s) da(de) Computação; Ciências Administrativas; Ciências Econômicas; Ciências Econômicas com Ênfase em Comércio Internacional; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Economia; Engenharia da(de) Computação; Física – Opção Informática; Física Computacional; Informática; Informática ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Informática (LP); Informática – Sistemas de Informação; Matemática Aplicada às Ciências da Computação; Matemática Aplicada e Computação Científica; Matemática Aplicada e Computacional; Matemática com Informática; Matemática Computacional; Processamento de Dados; Processamento de Dados ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Programação de Sistemas ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Sistemas de Informação; Sistemas de Informação – Habilitação Planejamento Estratégico; Sistemas e Tecnologia da Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Sistemas Informatizados – Internet e Rede; Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Análise e Projeto de Sistemas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento para Web; Tecnologia em Desenvolvimento Web; Tecnologia em Gerenciamento de Redes de Computadores; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática para Negócios; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Web Design; Tecnologia em Web Design e E–Commerce;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 124/04/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ETEC CARLOS DE CAMPOS – SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 045/11/2019 – PROCESSO Nº 2907279/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 27/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da ETEC CARLOS DE CAMPOS, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 19/10/2020, PRORROGA, a partir de 29/02/2021, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no(s) componente(s) curricular(es): 1. LÍNGUA ESTRANGERIRA MODERNA – INGLÊS (PARTE DIVERSIFICADA) (ENSINO MÉDIO – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ EM com Ênfases/ PD).

*

ETEC CARLOS DE CAMPOS– SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 045/13/2019 – PROCESSO Nº 2907258/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 27/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da ETEC CARLOS DE CAMPOS, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura

de Inscrições, publicado no DOE de 19/10/2019, PRORROGA, a partir de 29/02/2021, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no(s) componente(s) curricular(es): 1. BIOLOGIA (BASE NACIONAL COMUM) (ENSINO MÉDIO- BNC/ BNCC/ ETIM/ Mtec/ EM com Ênfases/ PD).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR CELSO CHARURI – CAPÃO BONITO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 124/05/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR CELSO CHARURI, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Introdução ao Estudo do Direito(Serviços Jurídicos)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e124op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 124/05/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatu-

ra ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e124op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 124/05/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Introdução ao Estudo do Direito(Serviços Jurídicos): Ciências Jurídicas; Ciências Jurídicas e Sociais; Direito;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado e Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 124/05/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ETEC CARLOS DE CAMPOS – SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 045/14/2019 – PROCESSO Nº 2940437/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 27/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da ETEC CARLOS DE CAMPOS, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 24/10/2019, PRORROGA, a partir de 29/02/2021, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no(s) componente(s) curricular(es): 1. REPRESENTAÇÃO DIGITAL DE PROJETOS DE INTERIORES III (DESIGN DE INTERIORES).

*

ETEC PROF CARMELINO CORREA JÚNIOR - FRANCA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 046/02/2020 – PROCESSO Nº 441008/2020

EDITAL DE RESULTADO DA PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Diretor de Escola Técnica da ETEC PROF CARMELINO CORREA JÚNIOR, faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS e CLASSIFICAÇÃO FINAL.

1. COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): APLICATIVOS INFORMATIZADOS (RECURSOS HUMANOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO (MTEC – PROGRAMA NOVOTEC INTEGRADO – PARCERIA SEE))

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

01/40.347.658-6/346.329.178-93

03/47.508.549-8/406.632.908-05

04/28.194.554-8/292.709.558-26

06/34.209.168-2/364.736.218-22

07/42.620.371-9/417.815.658-64

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR DOMINGOS MINICUCCI FILHO – BOTUCATU

CLASSE DESCENTRALIZADA EE CARDOSO DE ALMEIDA – BOTUCATU

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 051/10/2019 – PROCESSO Nº 2587120/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 28/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da ETEC Doutor Domingos Minicucci Filho, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 30/10/2019, PRORROGA, a partir de 29/02/2021, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no componente curricular: Processos Operacionais Contábeis (para a Habilitação Administração) (Administração).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR CELSO CHARURI – CAPÃO BONITO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 124/06/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR CELSO CHARURI, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Introdução ao Direito Administrativo(Serviços Jurídicos)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxilià–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e124op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 124/06/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e124op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 124/06/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Introdução ao Direito Administrativo(Serviços Jurídicos): Ciências Jurídicas; Ciências Jurídicas e Sociais; Direito;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 124/06/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ETEC ELIAS NECHAR – CATANDUVA

EMEF PROFESSORA DIRCILIA DE CARVALHO PEREIRA GUTIERREZ - ARIRANHA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 054/04/2019 – PROCESSO Nº 3442813/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01

CONVOCAÇÃO PARA EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica da ETEC ELIAS NECHAR, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 12/12/2019 e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 09H00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação, mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC ELIAS NECHAR

ENDEREÇO: RUA GUARIBA Nº 800

BAIRRO: JARDIM BELA VISTA

CIDADE: CATANDUVA

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): LINGUAGEM, TRABALHO E TECNOLOGIA (ADMINISTRAÇÃO)

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 75/2021 – CETEC/GFAC: INGLÊS INSTRUMENTAL (ADMINISTRAÇÃO)

Nº AULAS: 2,50 – AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOITE

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO DO TITULAR PARA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

001/DIEGO DEBETO FIORENTIN/44.564.211-7/343.820.288--33/1º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR CELSO CHARURI – CAPÃO BONITO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 124/07/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR CELSO CHARURI, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

História (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do siste-

ma de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e124op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 124/07/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e124op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 124/07/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular História (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD): Ciências Sociais com Habilitação em História (LP); Estudos Sociais com Habilitação em História (LP); Filosofia (LP); Geografia com Habilitação em História (LP); História (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 124/07/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA HELCY MOREIRA MARTINS AGUIAR – CAFELÂNDIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 062/07/2019 – PROCESSO Nº 1192173/2019

EDITAL DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A AFERIÇÃO DA VERACIDADE DA AUTODECLARAÇÃO

O Diretor da Escola Técnica Estadual da Professora Helcy Moreira Martins Aguiar, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 11/05/2019:

1. DESIGNA, para compor a Comissão de Verificação do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

TITULARES:

1. FLAVIO CRISTINO DA SILVA SALES, RG: 29285095–5, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. LUCIANA DA GAMA CASTILHO, RG: 26139524–5, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

3. GIOVANNA ANDRESSA MARTOS LOBO, RG: 48.892.340-2, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

SUPLENTES:

4. EVERTON ESTEVAO FERREIRA DA SILVA, RG: 47973632–7, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

5. DENIS DOMINGOS SOARES, RG.: 41373372–5, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

6. ROSANE DE FATIMA APARECIDA DA SILVA MIGUEL RG: 26.242.887-8, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

2. CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para aferição da veracidade da autodeclaração, a ser realizada na ETEC Professora Helcy Moreira Martins Aguiar, sita a Praça Sagrado Coração de Jesus nº 70, cidade Cafelândia - SP, no dia 05/02/2021, às 10h30 min.

No dia e horário marcados, o candidato deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições), bem como com documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, uma vez que, caso subsistam dúvidas durante a veracidade da autodeclaração, será considerado o critério da ascendência, conforme previsto no item 8 e subitem 8.1. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

A ausência do candidato implicará na eliminação do mesmo no Processo Seletivo Simplificado, conforme previsto no subitem 7.2. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Implicará na eliminação do candidato, ainda, o não atendimento a exigência da apresentação de documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, na hipótese de subsistir dúvidas quanto a veracidade da autodeclaração mediante verificação da fenotipia.

É proibida a entrada do participante no local sem a máscara de proteção à Covid-19.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S)

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

35 / JOAO GABRIEL D ALBERTO / 50.174.261-X / 460.320.318-70.

*

ETEC DR. JOSÉ COURY – RIO DAS PEDRAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 071/01/2020 – PROCESSO Nº 178127/2020

EDITAL DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A AFERIÇÃO DA VERACIDADE DA AUTODECLARAÇÃO

O Diretor da ETEC Dr. JOSÉ COURY, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 30/01/2020:

1. DESIGNA, para compor a Comissão de Verificação do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

TITULARES:

1. ALAN SILVA DOS VALES, RG 21.499.277-9, Professor de Ensino Médio e Técnico;

2. RITA DE CÁSSIA BENTO BIANCHIM, RG 41.689.146-9, Professora de Ensino Médio e Técnico;

3. SANDRA MARIA DE OLIVEIRA DELAGRACIA DOS SANTOS, RG 19.225.584-9, Professora de Ensino Médio e Técnico.

SUPLENTES:

4. ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS, RG 16.511.367-4, Professor de Ensino Médio e Técnico;

5. LILIANA MARIA POMPERMAYER, RG 9.587.234-6, Professora de Ensino Médio e Técnico;

6. CÉLIA REGINA ROGERO, RG 7.949.115-7, Professora de Ensino Médio e Técnico.

2. CONVOCA o candidato abaixo relacionado para aferição da veracidade da autodeclaração, a ser realizada na ETEC Dr JOSÉ COURY, sita a Av. Prefeito Nicolau Marino, nº 2680 – Bairro: Núcleo Habitacional Lúcia Taranto Marrano, cidade Rio das Pedras, no dia 09/02/2021, às 15h40.

No dia e horário marcados, o candidato deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições), bem como com documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, uma vez que, caso subsistam dúvidas durante a veracidade da autodeclaração, será considerado o critério da ascendência, conforme previsto no item 8 e subitem 8.1. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

A ausência do candidato implicará na eliminação do mesmo no Processo Seletivo Simplificado, conforme previsto no subitem 7.2. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Implicará na eliminação do candidato, ainda, o não atendimento a exigência da apresentação de documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, na hipótese de subsistir dúvidas quanto a veracidade da autodeclaração mediante verificação da fenotipia.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S)

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

004/ LEILSON SOUZA RODRIGUES/ 43.135.021-3/ 298.076.508-28.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR JOSÉ COURY – RIO DAS PEDRAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 071/07/2020 – PROCESSO Nº 513817/2020

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR JOSÉ COURY faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e convoca para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR JOSÉ COURY, sita na AV. PREFEITO NICOLAU MARINO – 2680

BAIRRO: NOSSO TETO – CEP: 13390–000 – CIDADE: RIO DAS PEDRAS.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Análises de Ensaios Quantitativos(Açúcar e Álcool)

CANDIDATO(S) SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

1/DIEGO BATISTA FÉLIX/40.772.474–6/317.873.118–05/29;

2/FERNANDA DELL ANTONIO FACCHINI/40.211.424–3/331.411.178–96/14;

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

1– Técnicas de segurança laboratorial.

2– Técnicas de preparo e padronização de soluções.

3– Volumetria de Oxirredução: Preparação e Padronização do Licor de Fehling.

Duração máxima da aula: 25

Data: 10/02/2021 Horário: 9h00

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR RODOLPHO JOSÉ DEL GUERRA – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

CLASSE VINCULADA E. E. PROF. FERNANDO MAGALHÃES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 150/09/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 91094/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR RODOLPHO JOSÉ DEL GUERRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Estudos da Administração Pública(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado – Parceria SEE) – PEI 7Horas)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e150op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 150/09/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e150op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 150/09/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Estudos da Administração Pública(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado – Parceria SEE) – PEI 7Horas): Administração; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração Geral; Administração Pública; Ciências Administrativas; Ciências Econômicas; Ciências Jurídicas; Ciências Jurídicas e Sociais; Direito; Gestão de Políticas Públicas; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Pública;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 150/09/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ETEC MACHADO DE ASSIS - CAÇAPAVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 082/06/2019 – PROCESSO Nº 2604956/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02

CONVOCAÇÃO PARA APROVEITAMENTO COM EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica da Etec Machado de Assis, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado

no DOE de 27/09/2019, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação para a referida ETEC, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC DOUTOR GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN

ENDEREÇO: RUA OCTÁVIO RODRIGUES DE SOUZA, N°350

BAIRRO: PARQUE PADUAN

CIDADE: TAUBATÉ

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 5. Física (Base Nacional Comum/ ETIM)(Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec));

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 62/2021 – CETEC/GFAC: Matemática (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (MTEC – Programa Novotec Integrado)

Nº AULAS: 3,0 – AULAS SUBSTITUIÇÃO

LOCAL DAS AULAS: Extensão FATEC Taubaté pertencente a Etec Doutor Geraldo José Rodrigues Alckmin

PERÍODO DAS AULAS: MATUTINO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: Afastamento para coordenação de curso

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

13/André Luis Boaventura/41.801.638-0/ 341.239.018-67/1°

02/Antônio Carlos dos Reis/36.428.215-0/ 712.511.546-20/2°

01/Felipe Alves dos Santos/49.763.591-4/ 234.374.888-80/3°

*

ETEC PEDRO BADRAN - ORLÂNDIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/12/2019 – PROCESSO Nº 2305038/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02

CONVOCAÇÃO PARA APROVEITAMENTO

O Diretor de Escola Técnica da ETEC PEDRO BADRAN, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 21/08/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 14h, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação para a referida ETEC, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO

ENDEREÇO: AVENIDA 10, 1100

BAIRRO: CENTRO

CIDADE: ORLÂNDIA

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 1. Biologia (Ensino Médio com Habilitação Profissional Técnica em Administração)

Nº AULAS: 04– AULAS SUBSTITUIÇÃO

LOCAL DAS AULAS: ETEC PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO

PERÍODO DAS AULAS: VESPERTINO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA DESENVOLVER PROJETO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

094.001 / Aline Gomes Campos Nascimento / 32.192.983-4 / 325.433.318-75 / 40,25 / 83,00 / 123,25 / 1º;

094.004 / Gabriela Martins Neves / 49.205.608-0 / 430.827.418-43 / 3,13 / 84,67 / 87,80 / 2º;

094.002 / Aruan Marra Martins / 40.055.402-1 / 434.628.018-80 / 0,13 / 67,67 / 67,80 / 3º;

*

ETEC PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/15/2019 – PROCESSO Nº 2371443/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01

CONVOCAÇÃO PARA APROVEITAMENTO

O Diretor de Escola Técnica da ETEC PEDRO BADRAN considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 24/08/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 02/01/2021, às 14h, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação para a referida ETEC, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO

ENDEREÇO: AVENIDA 10, 1100

BAIRRO: CENTRO

CIDADE: ORLÂNDIA

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 1. Fundamentos da Informática (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec / AMS));

Nº AULAS: 6 – AULAS SUBSTITUIÇÃO

LOCAL DAS AULAS: ETEC PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO

PERÍODO DAS AULAS: VESPERTINO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA EXERCER EMPREGO PUBLICO EM CONFIANÇA

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

094.001 / Paulo Henrique Miele / 29.282.520-1 / 297.698.248-10 / 30,00 / 50,33 / 80,33 / 1º

*

ETEC DONA ESCOLÁSTICA ROSA – SANTOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 122/01/2021 – PROCESSO Nº 2651864/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03

CONVOCAÇÃO PARA APROVEITAMENTO COM EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica da ETEC DONA ESCOLÁSTICA ROSA, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 27/09/2019, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação para a referida ETEC, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC ALBERTO SANTOS DUMONT

ENDEREÇO: RUA DR. CARLOS NEHRING, 165

BAIRRO: JARDIM HELENA MARIA

CIDADE: GUARUJÁ

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 2. Biologia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec))

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 63/2021 – CETEC/GFAC: ESTUDOS AVANÇADOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, AGRÁRIAS E DA SAÚDE (ENSINO MÉDIO).

Nº AULAS: 6 – AULAS LIVRES

LOCAL DAS AULAS: ETEC ALBERTO SANTOS DUMONT

PERÍODO DAS AULAS: MATUTINO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AULAS REMANESCENTES DA ATRIBUIÇÃO DE AULAS.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

029/Katia Lima Greiffo Sampaio/30.945.931-X/287.203.678-48/30,12/66,60/96,72/1

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR RODOLPHO JOSÉ DEL GUERRA – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

CLASSE VINCULADA E. E. PROF. FERNANDO MAGALHÃES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 150/10/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 95615/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR RODOLPHO JOSÉ DEL GUERRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Administração da Produção e Serviços(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado – Parceria SEE) – PEI 7Horas)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e150op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 150/10/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e150op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 150/10/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Administração da Produção e Serviços(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado – Parceria SEE) – PEI 7Horas): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão Ambiental; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Administração Rural; Ciências Administrativas; Ciências Gerenciais; Ciências Gerenciais e Orçamentárias; Ciências Gerenciais e Orçamentos Contábeis; Engenharia da(de) Produção; Engenharia em Processos de Produção; Tecnologia Agronômica em Administração Rural; Tecnologia em Agronegócio(s) / Administração Rural; Tecnologia em Gestão da Produção; Tecnologia em Gestão da(de) Produção Industrial; Tecnologia em Gestão de Logística; Tecnologia em Gestão de Logística Empresarial; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão de Serviços; Tecnologia em Gestão de Serviços e Negócios; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Logística; Tecnologia em Logística; Tecnologia em Logística – Ênfase em Transportes; Tecnologia em Logística Aeroportuária; Tecnologia em Logística de Armazenamento e Distribuição; Tecnologia em Logística de Armazenamento e Distribuição de Materiais; Tecnologia em Logística e Transportes; Tecnologia em Logística e Transportes Multimodal; Tecnologia em Logística Empresarial; Tecnologia em Logística para o Agronegócio; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Planejamento e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Produção (da/de Produção); Tecnologia em Produção – Ênfase Industrial; Tecnologia em Produção de Materiais Plásticos ; Tecnologia em Produção Industrial;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 150/10/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR RENATO CORDEIRO – BIRIGÜI

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 123/02/2019 – PROCESSO Nº 2811265/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1

CONVOCAÇÃO PARA EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica Estadual DOUTOR RENATO CORDEIRO, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 11/10/2019, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 9horas, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação, mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR RENATO CORDEIRO

Endereço: RUA ERMANDO ZIN,1531

Bairro: JARDIM SANTANA

Cidade: BIRIGUI

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): CUSTOS E OPERAÇÕES CONTÁBEIS (ADMINISTRAÇÃO)

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 67/2021 – CETEC/GFAC: CUSTOS, PROCESSOS E OPERAÇÕES CONTÁBEIS (ADMINISTRAÇÃO)

Nº AULAS: 5 – AULAS SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: DIURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA ASSUMIR A DIREÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Graduado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

140 / Édson Hiroaki Makinodan / 13.025.900–7 / 041.454.218–50 / 110,16 / 1º

188 / Patrícia Marques Silva / 28.874.627–2 / 276.676.748–76 / 85,66 / 2º

55 / Berenice Neide de Souza Simões / 30.908.445-3 / 179.817.698-09 / 79,71 3º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR RODOLPHO JOSÉ DEL GUERRA – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

CLASSE VINCULADA E. E. DONA GENY GOMES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 150/11/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 95659/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR RODOLPHO JOSÉ DEL GUERRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Desenvolvimento para Dispositivos Móveis I(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado – Parceria SEE))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado

a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e150op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 150/11/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e150op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 150/11/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Desenvolvimento para Dispositivos Móveis I(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado – Parceria SEE)): Análise de Sistemas; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Ciência(s) da(de) Computação; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Sistemas; Engenharia de Software; Processamento de Dados; Sistemas de Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia de Computação; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Jogos Digitais; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Internet; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Web; Tecnologia em Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Software para Internet; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Programação e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Segurança da Informação; Tecnologia em Segurança da Tecnologia da Informação; Tecnologia em Segurança de Computadores; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 150/11/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ETEC CAROLINA CARINHATO SAMPAIO – SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 134/03/2019 – PROCESSO Nº 2630709/2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ETEC CARINHATO SAMPAIO convoca os candidatos abaixo relacionados para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ETEC CARINHATO SAMPAIO, sita na RUA FREDERICO GROTTE, Nº 322, cidade SÃO PAULO.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): LINGUAGEM, TRABALHO E TECNOLOGIA (ADMINISTRAÇÃO)

CANDIDATOS SELECIONADOS:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

10/ Domingos Aparecido dos Reis/ 33.693.948-6/ 313.564.538-05/ 113,00;

4/ Karen Liliana Osorio Gonzales/ 8.209.585-1/ 246.715.248-05/ 74,00;

2/ Almir Grigorio dos Santos/ 32.145.882-5/ 218.501.348-39/ 30,00.

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

1. Parâmetros de níveis de formalidade e de adequação de textos a diversas circunstâncias de comunicação. Estudos de textos técnicos comerciais por meio de: Indicadores linguísticos: vocabulário; morfologia; sintaxe; semântica; grafia; pontuação; acentuação, etc.

2. Técnicas de leitura especializada • Estudo dos significados dos termos técnicos;

3. Modelos de Redação Técnica e Comercial aplicados à área de Administração: Ofícios; Memorandos; Comunicados; Cartas; Avisos; Declarações; Recibos; Carta-currículo; Currículo; Relatório técnico; Contrato; Memorial descritivo; Memorial de critérios; Técnicas de redação.

Duração máxima da aula: 20 minutos

Data: 11/02/2021 Horário: 15h00.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): FÍSICA (BASE NACIONAL COMUM/ ETIM) (ENSINO MÉDIO - BNC/BNCC/ETIM/ MTEC/ EM COM ÊNFASES/ PD)

CANDIDATOS SELECIONADOS:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

7/ Lucas Alexandre Mortale/ 44.234.292-5/ 381.682.308-41/ 24,50;

23/ Claúdio Leite da Cunha/ 10.833.164/ 056.109.198-60/ 14,50;

20/ Luciano Amorim Cordeiro/ 25.136.809-9/ 246.400.198-82/ 11,00.

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

Movimentos: Formas de energia (mecânica, potencial, cinética, elástica);

Som, Imagem e Informação: Espelhos e lentes, instrumentos ópticos;

Propriedades térmicas de materiais.

Duração máxima da aula: 20 minutos

Data: 09/02/2021 Horário: 14h00.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA (BASE NACIONAL COMUM/ ETIM) (ENSINO MÉDIO - BNC/BNCC/ETIM/ MTEC/ EM COM ÊNFASES/ PD)

CANDIDATOS SELECIONADOS:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

10/ Domingos Aparecido dos Reis/ 33.693.948-6/ 313.564.538-05/ 113,00;

4/ Karen Liliana Osorio Gonzales/ 8.209.585-1/ 246.715.248-05/ 74,00;

2/ Almir Grigorio dos Santos/ 32.145.882-5/ 218.501.348-39/ 30,00.

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

Regência nominal e verbal;

Literatura: texto e contexto;

Variação linguística.

Duração máxima da aula: 20 minutos

Data: 11/02/2021 Horário: 14h00.

*

ETEC PROFESSOR MÁRIO ANTÔNIO VERZA– PALMITAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 164/11/2019 – PROCESSO Nº 3596759/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01

CONVOCAÇÃO PARA EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica da Etec Professor Mário Antônio Verza, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 12/12/2019, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC PROFESSOR MÁRIO ANTÔNIO VERZA

ENDEREÇO: AVENIDA ANCHIETA, 487

BAIRRO: CENTRO

CIDADE: PALMITAL

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA (Base Nacional Comum/ ETIM/ MTec) (Ensino Médio – BNC/ BNCC/ETIM/ MTec/ EM com Ênfase/ PD).

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 77/2021 – CETEC/GFAC: LÍNGUAGEM, TRABALHO E TECNOLOGIA (Técnico em Informática).

Nº AULAS: 2,5 – AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA ASSUMIR FUNÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

1 / Micaiser Faria Silva / RG 46.251.360-9 / CPF 384.394.838-05 / 1º

13/ Shaene Fernanda Ribeiro / RG 41.145.729-9 / CPF 369.469.878-70 / 2º

*

ETEC DE ARAÇATUBA – ARAÇATUBA

CLASSE DESCENTRALIZADA DO MUNICÍPIO DE GUARARAPES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 165/07/2019 – PROCESSO Nº 2603770/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2

CONVOCAÇÃO PARA EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica da ETEC DE ARAÇATUBA, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 17/09/2019, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10H00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC DE ARAÇATUBA

ENDEREÇO: AVENIDA PRESTES MAIA, 1764

BAIRRO: IPANEMA

CIDADE: ARAÇATUBA

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): LINGUAGEM, TRABALHO E TECNOLOGIA (DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS)

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 18/2021 – CETEC/GFAC: LINGUAGEM, TRABALHO E TECNOLOGIA (ADMINISTRAÇÃO)

Nº AULAS: 2,5 – AULAS SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: DESIGNAÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

4/ ALESSANDRA SILVA CAMARGO/ 26.845.318-4/ 264/689/408-26/ 1º

3/ MARCIA ELAINE LEITE NEGRI/ 26.844.564-2/ 165.514.468/50/ 2º

*

ETEC HELIÒPOLIS – SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 205/01/2019 –PROCESSO Nº 2520919/2019

EDITAL DE RESULTADO DA PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS E

CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Diretor de Escola Técnica da ETEC HELIÓPOLIS faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS e CLASSIFICAÇÃO FINAL.

1 – COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO) : Gestão Financeira e Econômica (Administração);

CANDIDATO(S) APROVADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial

Circunstanciado / Nota da Prova de Métodos Pedagógicos / Nota Final / Classificação

Final

- Graduado

005 / Emerson Eduardo da Silva / 34.560.529-9 / 358.112.448-35 / 6,87 / 53,00 / 59,87 / 1º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR RODOLPHO JOSÉ DEL GUERRA – SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

CLASSE VINCULADA E. E. DEP. VICENTE NASSER

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 150/12/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 95703/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR RODOLPHO JOSÉ DEL GUERRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Planejamento e Organização de Rotinas Administrativas(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado – Parceria SEE))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e150op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 150/12/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e150op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 150/12/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Planejamento e Organização de Rotinas Administrativas(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado – Parceria SEE)): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Agronegócios; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração de(em) Recursos Humanos ; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Administração Pública; Arquivologia; Biblioteconomia; Ciências Administrativas; Ciências Gerenciais; Comércio Exterior e Negócios Internacionais; Marketing; Secretariado Executivo; Secretariado Executivo Bilíngue; Secretariado Executivo Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês ; Secretariado Executivo Trilíngue; Secretariado Executivo Trilíngue – Português / Inglês / Espanhol ; Tecnologia em Administração de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado; Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado com Ênfase em Marketing; Tecnologia em Comercio Exterior; Tecnologia em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Gestão de Comercio Exterior; Tecnologia em Gestão de Logística; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão de Processos Empreendedores; Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão em Secretariado; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Estratégica das Organizações – Foco em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Logística; Tecnologia em Logística; Tecnologia em Logística e Transportes; Tecnologia em Logística Empresarial; Tecnologia em Marketing; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Planejamento e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Recursos Humanos; Tecnologia em Secretariado; Tecnologia em Secretariado Executivo; Tecnologia em Secretariado Executivo Bilíngue ; Tecnologia em Secretariado Executivo Trilíngue ;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 150/12/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ – POÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 210/04/2019 – PROCESSO Nº CPS/2896170/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e convoca para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ, sita na AVENIDA VITAL BRASIL – 827

BAIRRO: VILA AÇOREANA – CEP: 08557–000 – CIDADE: POÁ.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Estudos de Economia e Mercado(Administração)

CANDIDATO(S) SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

4 / Gabriela Rosa Menezes / 35.337.305–9 / 327.861.048–23 / 12,5;

3 / Débora Porcari Nunes Devechio / 48.210.693–1 / 346.811.468–03 / 10,00;

1 / Rafael Ferreira de Souza / 35.820.808–7 / 396.034.278–02 / 6,25;

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

2/33.267.646–8/275.340.258–26/;

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

1. Microeconomia

Agentes econômicos

2. Macroeconomia

Contabilidade Nacional, componentes de consumo

3. A influência das relações preço, oferta e demanda

Duração máxima da aula: 15 minutos

Data: 06/02/2021 Horário: 11h15

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ – POÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 210/08/2019 – PROCESSO Nº CPS/2896640/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e convoca para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ, sita na AVENIDA VITAL BRASIL – 827

BAIRRO: VILA AÇOREANA – CEP: 08557–000 – CIDADE: POÁ.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Procedimentos e Técnicas Empresariais(Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec))

CANDIDATO(S) SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

4 / Débora Porcari Nunes Devechio / 48.210.693–1 / 346.811.468–03 / 22,88;

6 / Thiago Hugo Cardozo / 47.220.831–7 / 398.579.478–24 / 14,00;

5 / Gabriela Rosa Menezes / 35.337.305–9 / 327.861.048–23 / 12,50;

8 / Jussara Cristina Scasni Ferrarezi Dias / 35.096.562–6 / 317.451.298–04 / 10,63;

9 / Reginaldo de Sousa Borges / 43.042.368–8 / 321.529.898–80 / 9,00;

CANDIDATO(S) NÃO SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

3 / Rafael Ferreira de Souza / 35.820.808–7 / 396.034.278–02 / 6,25;

1 / Alex Sandro Vicente de Oliveira / 28.295.959–2 / 274.946.528–17 / 5,00;

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

7/42.825.510–3/363.981.478–98/;

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

Estrutura Organizacional

Departamentalização

Teorias da Administração

Teoria das relaçoes humanas

Administração do tempo

Aplicação

Duração máxima da aula: 15 minutos

Data: 06/02/2021 Horário: 12h00

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ CARLOS SENO JUNIOR – OLÍMPIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 232/03/2020 – PROCESSO Nº 484761/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2

CONVOCAÇÃO PARA EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ CARLOS SENO JUNIOR, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 12/02/2020, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 16h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ CARLOS SENO JUNIOR

ENDEREÇO: RUA JOSÉ PITON - 165

BAIRRO: VILA RODRIGUES

CIDADE: OLÍMPIA

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA (ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO - ETIM)

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 49/2021 – CETEC/GFAC: ESTUDOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ADMINISTRAÇÃO)

Nº AULAS: 2,5 – AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: RECONDUÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Graduado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

10/ Emili Scudero / 25.687.479–7 / 257.708.758–60 / 2°

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ADOLPHO ARRUDA MELLO – PRESIDENTE PRUDENTE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 252/32/2019 – PROCESSO Nº 2986518/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01

CONVOCAÇÃO PARA APROVEITAMENTO

O Diretor de Escola Técnica da ETEC PROFESSOR ADOLPHO ARRUDA MELLO considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 07/11/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação para a referida ETEC, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC PROFESSOR EUDÉCIO LUIZ VICENTE

ENDEREÇO: Rua Líbero Badaró, nº 600

BAIRRO: Vila Jamil de Lima

CIDADE: Adamantina

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): APLICATIVOS INFORMATIZADOS (PARA HABILITAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO) (ADMINISTRAÇÃO)

Nº AULAS: 2,50 – AULAS EM SUBSTITUICAO

LOCAL DAS AULAS: ETEC PROFESSOR EUDÉCIO LUIZ VICENTE

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA ASSUMIR COORDENAÇÃO DE CURSO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

3/Simone Maria Valentini Fagundes/20.377.398-6/117.273.608-18/1º

5/Cesar Augusto Pinheiro Vitor/ 40.750.691-3/351.700.668-80/2º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ARAÇATUBA – ARAÇATUBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 165/03/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 94804/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ARAÇATUBA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Boas Práticas de Laboratório(Química)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 02/02/2021 até às 23h59 de 16/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "¡" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e165adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 165/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e165adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 165/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 02/02/2021 à 16/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 18/02/2021 à 26/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 23/02/2021 à 13/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 23/02/2021 à 16/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 24/02/2021 à 17/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 20/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Boas Práticas de Laboratório(Química): Bioquímica; Bioquímica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Ciência(s) dos Alimentos; Ciências Biológicas (Biomédicas) – Modalidade Médica; Ciências com Habilitação em Química; Ciências com Habilitação em Química (LP); Ciências com Habilitação em Química e Atribuições Tecnológicas ; Ciências Exatas com Habilitação em Química ; Ciências Exatas com Habilitação em Química (LP); Ciências Farmacêuticas; Ciências Naturais com Habilitação em Química (LP); Engenharia Bioquímica; Engenharia de Alimentos; Engenharia de Materiais; Engenharia de Produção Química ; Engenharia Industrial Química; Engenharia Química; Farmácia; Farmácia – Alimentos ; Farmácia Bioquímica Industrial; Farmácia e Bioquímica; Farmácia Industrial; Laboratorista Industrial ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Petroquímica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Química; Química ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Química (LP); Química com Atribuições Tecnológicas; Química de Alimentos; Química Industrial; Química Tecnológica; Tecnologia (em) Química; Tecnologia (em) Química – Produção Industrial de Calçados; Tecnologia em Biocombustível(eis); Tecnologia em Bioenergia; Tecnologia em Biotecnologia; Tecnologia em Polímeros; Tecnologia em Processos Químicos; Tecnologia em Processos Químicos Industriais; Tecnologia em Produção de Açúcar e Álcool; Tecnologia em Produção Sucroalcooleira; Tecnologia em(de) Alimentos;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 165/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área
Tipo(s):
Doutorado: 4 pontos.
Mestrado: 3 pontos.
Especialização: 2 pontos.
Licenciatura ou graduação: 1 ponto.
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR
– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular
Tipo(s):
Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.
Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.
Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.
Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA
Tipo(s):
Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.
2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS
CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.
PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO
1. Currículo atualizado (simplificado).
2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).
3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).
4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).
5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).
6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.
7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.
8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.
9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.
10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.
11. Cópia do PIS/PASEP.
12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.
13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.
14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.
15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).
16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.
17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:
17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.
17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.
18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):
18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DARCY PEREIRA DE MORAES - ITAPETININGS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 261/02/2019 – PROCESSO Nº 1585456/2019
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01
CONVOCAÇÃO PARA EQUIVALÊNCIA
O Diretor de Escola Técnica da ETEC DARCY PEREIRA DE MORAES, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 28/05/2019, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 09H00, no endereço abaixo indicado.
O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.
A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.
O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.
O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.
O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.
As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.
LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DARCY PEREIRA DE MORAES
ENDEREÇO: AVENIDA MOISES NALESSO, 2888
BAIRRO: VILA SÃO GONÇALO
CIDADE: ITAPETININGA
COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 6. REPRESENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA: ESPANHOL I (SECRETARIADO)
COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 73/2021 – CETEC/GFAC: REPRESENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA: ESPANHOL II (SECRETARIADO)
Nº AULAS: 2,5 – AULAS SUBSTITUIÇÃO
PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO
MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: LICENÇA GESTANTE
CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):
- Licenciado
Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL
05/ GISLAINE CRISTINA GAU/ 25.678.378-0/ 156.570.768-00/ 1º
*
ETEC BAROLOMEU BUENO DA SILVA-ANHANGUERA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, 262/01/2020 – PROCESSO Nº 184225/2020
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02
CONVOCAÇÃO PARA APROVEITAMENTO
O Diretor de Escola Técnica da ETEC BAROLOMEU BUENO DA SILVA-ANHANGUERA, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 17 de janeiro de 2020, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 13h00, no endereço abaixo indicado.
O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.
A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.
O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.
O candidato que não atender a convocação para a referida ETEC, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.
O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.
As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.
LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC GUARULHOS
ENDEREÇO: Rua Cristobal Claudio Elilo nº88
BAIRRO: Parque Cecap – 07190-065
CIDADE: Guarulhos SP
COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Sociologia (Base Nacional Comum/ ETIM) (Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio) (ETIM / MTec / Novotec Integrado)
Nº AULAS: 01 – AULAS EM SUBSTITUICAO
LOCAL DAS AULAS: ETEC GUARULHOS
PERÍODO DAS AULAS: MANHÃ
MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO
CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):
- Licenciado
8/ Rafael Blessa Maciel / 42.571.536–X / 427.660.988–79/ 3º
10/ Rosa Maria Lara N. Juodinis/4.103.717–0/056.937.058––20/4º
*
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CONSELHEIRO ANTONIO PRADO – CAMPINAS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 007/01/2019 – PROCESSO Nº 1444832/2019
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 4
O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CONSELHEIRO ANTONIO PRADO, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 11/06/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 14:00, no endereço abaixo indicado.
O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.
A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.
O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.
O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.
O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.
As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.
LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CONSELHEIRO ANTONIO PRADO
ENDEREÇO: AVENIDA CÔNEGO ANTONIO ROCCATO - S/ Nº - KM 3,5
BAIRRO: JARDIM SANTA MÔNICA – CIDADE: CAMPINAS
COMPONENTE CURRICULAR: 2 - 366273- BIOLOGIA (BASE NACIONAL COMUM) (ENSINO MÉDIO - BNC/ BNCC/ ETIM/ MTEC/ EM COM ÊNFASES/ PD)
Nº AULAS: 2,0 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO
PERÍODO DAS AULAS: DIURNO
MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PELA DELIBERAÇÃO CEETEPS 4/97
CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):
Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL
LICENCIADO-86/FABIANA ANDREA BARRERA GALLAND/3086603556/008.005.220-79/1º
LICENCIADO-98/FLAVIA GARCIA/32.763.790--0/277.227.848-44/2º
*
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DEPUTADO ARY DE CAMARGO PEDROSO – PIRACICABA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 193/03/2021, PROCESSO Nº
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES
O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DEPUTADO ARY DE CAMARGO PEDROSO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.
O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:
COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):
Filosofia (Base Nacional Comum/ ETIM)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD)
Instruções Especiais
I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).
2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).
3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.
4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).
4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.
5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.
6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.
II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA
1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.
2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.
2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.
2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.
III – DOS REQUISITOS
1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.
1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.
2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.
IV – DAS INSCRIÇÕES
1. São condições para inscrição:
a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;
b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.
c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.
d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.
f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.
g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.
h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).
i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.
2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.
3. Para inscrever–se, o candidato deverá:
a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.
b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.
c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.
d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.
e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.
f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.
4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.
5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.
6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.
6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.
6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.
6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.
6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.
7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.
7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:
a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.
b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.
c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.
d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.
e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.
8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.
8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.
8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.
9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.
2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.
3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:
3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:
a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou
b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.
3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão. 3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.
4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.
4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:
a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.
b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.
4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.
5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.
6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.
7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.
8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.
9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.
9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.
9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.
9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.
9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.
10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS
1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).
2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:
a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.
b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.
c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.
3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e193adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 193/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e193adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 193/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Filosofia (Base Nacional Comum/ ETIM)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD): Ciências Sociais (LP); Ciências Sociais com Habilitação em Filosofia (LP); Filosofia (LP); História (LP); Pedagogia (LP); Sociologia (LP); Sociologia e Política (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 193/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL GUSTAVO TEIXEIRA – SÃO PEDRO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 236/02/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL GUSTAVO TEIXEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Introdução ao Direito Administrativo(Serviços Jurídicos)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e236adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 236/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e236adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 236/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE. 8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Introdução ao Direito Administrativo(Serviços Jurídicos): Ciências Jurídicas; Ciências Jurídicas e Sociais; Direito;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 236/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES – ANDRADINA

UNIDADE SEDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 028/03/2019 – PROCESSO Nº 2465453/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 10/09/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES

ENDEREÇO: ESTRADA VICINAL SEBASTIÃO LOURENÇO DA SILVA, KM 11 - KM 11

BAIRRO: VILA PLANALTO – CIDADE: ANDRADINA

COMPONENTE CURRICULAR: 1 - 162852- FÍSICA (BASE NACIONAL COMUM/ ETIM)(AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO (ETIM))

Nº AULAS: 2 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: MATUTINO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: REABILITAÇÃO ADMINISTRATIVA

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

LICENCIADO 006/ALEXSANDER LOURENÇO PESSOA /43.122.738-X/356.996.278-47/1º

LICENCIADO 007/VIVIAN DELMUTE RODRIGUES/ 42.792.572-1/363.847.678-21/2º

*

ANDRADINA

UNIDADE SEDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 028/04/2019 – PROCESSO Nº 2476958/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 10/09/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES

ENDEREÇO: ESTRADA VICINAL SEBASTIÃO LOURENÇO DA SILVA, KM 11 - KM 11

BAIRRO: VILA PLANALTO – CIDADE: ANDRADINA

COMPONENTE CURRICULAR: 4 - 455381- GESTÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL II(AGRONEGÓCIO)

Nº AULAS: 3 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: RECONDUÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

GRADUADO 008/ PAULO MORAES FONSECA/33.100.140-8/321.406.958-60/1º

GRADUADO 029/CARLOS ALBERTO ZACARIN/11.962.360/110.751.768-08/2°

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL GUSTAVO TEIXEIRA – SÃO PEDRO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 236/03/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL GUSTAVO TEIXEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Introdução ao Direito Empresarial(Serviços Jurídicos)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo

Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e236adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 236/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para

a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e236adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 236/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Introdução ao Direito Empresarial(Serviços Jurídicos): Ciências Jurídicas; Ciências Jurídicas e Sociais; Direito;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 236/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO CARLOS BOTELHO DO AMARAL – GUARIBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 256/16/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 94782/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO CARLOS BOTELHO DO AMARAL, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Educação Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e256adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 256/16/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou

agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e256adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 256/16/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Educação Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Educação Física (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 256/16/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES – ANDRADINA

UNIDADE SEDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 028/04/2019 – PROCESSO Nº 2476958/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 3

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 10/09/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES

ENDEREÇO: ESTRADA VICINAL SEBASTIÃO LOURENÇO DA SILVA, KM 11 - KM 11

BAIRRO: VILA PLANALTO – CIDADE: ANDRADINA

COMPONENTE CURRICULAR: 5 - 673659- IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS(AGRONEGÓCIO)

Nº AULAS: 3 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: RECONDUÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

GRADUADO 033 / JOÃO HENRIQUE SILVA VERA / 13.468.995 / 070.566.846-05 / 1º

GRADUADO 029 / CARLOS ALBERTO ZACARIN / 11.962.360 / 110.751.768-08 / 2º

GRADUADO 007 / EDILSON DA SILVA DE OLIVEIRA / 45.404.573-6 / 428.535.868-98 / 3º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO CARLOS BOTELHO DO AMARAL – GUARIBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 256/17/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 94786/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO CARLOS BOTELHO DO AMARAL, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

História (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases) (Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia

(aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e256adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 256/17/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e256adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 256/17/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular História (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Ciências Sociais com Habilitação em História (LP); Estudos Sociais com Habilitação em História (LP); Filosofia (LP); Geografia com Habilitação em História (LP); História (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 256/17/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais: _____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES – ANDRADINA

UNIDADE SEDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 028/04/2019 – PROCESSO Nº 2476958/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 4

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 10/09/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES

ENDEREÇO: ESTRADA VICINAL SEBASTIÃO LOURENÇO DA SILVA, KM 11 - KM 11

BAIRRO: VILA PLANALTO – CIDADE: ANDRADINA

COMPONENTE CURRICULAR: 6 - 46983- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS(AGRONEGÓCIO)

Nº AULAS: 2 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: RECONDUÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

GRADUADO 011/LUIZ GUSTAVO FREDDI LOMBA FILHO/47.937.415-6/394.518.908-07/1º

GRADUADO 029/CARLOS ALBERTO ZACARIN/11.962.360/110.751.768-08/2º

GRADUADO 008/PAULO MORAES FONSECA /33.100.140-8/321.406.958-60/3º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO CARLOS BOTELHO DO AMARAL – GUARIBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 256/18/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 94791/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO CARLOS BOTELHO DO AMARAL, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Geografia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases) (Química Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de naciona-

lidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e256adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 256/18/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado. f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e256adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 256/18/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Geografia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Química Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Ciências Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Estudos Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Geografia (LP); História com Habilitação em Geografia (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 256/18/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento. 7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES – ANDRADINA

UNIDADE SEDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 028/05/2019 – PROCESSO Nº 2478042/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 3

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 18/09/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES

ENDEREÇO: ESTRADA VICINAL SEBASTIÃO LOURENÇO DA SILVA, KM 11 - KM 11

BAIRRO: VILA PLANALTO – CIDADE: ANDRADINA

COMPONENTE CURRICULAR: 7 - 46904- INGLÊS INSTRUMENTAL(LOGÍSTICA)

Nº AULAS: 2 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: RECONDUÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

LICENCIADO 48/CLAUDIA PRÓSPERO DE SANTANA/27.060.977/153.307.488-79/1º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES – ANDRADINA

UNIDADE SEDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 028/05/2019 – PROCESSO Nº 2478042/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 4

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 18/09/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES

ENDEREÇO: ESTRADA VICINAL SEBASTIÃO LOURENÇO DA SILVA, KM 11 - KM 11

BAIRRO: VILA PLANALTO – CIDADE: ANDRADINA

COMPONENTE CURRICULAR: 9 - 320255- INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO(SERVIÇOS JURÍDICOS)

Nº AULAS: 5 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA EXERCER EMPREGO EM CONFIANÇA

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

GRADUADO 30/RAFAEL ANTONIO CONEGLIAN BESSA/35.342.269/226.960.068-14/1º

GRADUADO014/JOSÉ HENRIQUE GALLI/11.963.715--7/023.512.148-70/2º

GRADUADO17/MARCEL LUIS CRUZ CALESTINI/29.278.829/310.532.368-67/3º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO CARLOS BOTELHO DO AMARAL – GUARIBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 256/19/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 95257/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO CARLOS BOTELHO DO AMARAL, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Biologia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases) (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e256adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 256/19/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e256adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 256/19/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Biologia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Biologia (LP); Ciências – Biologia (LP); Ciências Biológicas (LP); Ciências com Habilitação em Biologia (LP); Ciências da Natureza (LP); Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia (LP); Ciências Naturais com Habilitação em Biologia (LP); História Natural (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 256/19/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES – ANDRADINA

UNIDADE SEDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 028/06/2019 – PROCESSO Nº 2477820/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 20/09/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SEBASTIANA AUGUSTA DE MORAES

ENDEREÇO: ESTRADA VICINAL SEBASTIÃO LOURENÇO DA SILVA, KM 11 - KM 11

BAIRRO: VILA PLANALTO – CIDADE: ANDRADINA

COMPONENTE CURRICULAR: 1 - FUNDAMENTOS DA INFORMÁTICA(DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS)

Nº AULAS: 2 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: RECONDUÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

GRADUADO-14/FÁBIO LOPES THEODORO/30.583.436-8/268.436.398-60/1º

GRADUADO 19/MÁRCIO RENATO ANDRADE/20.427.642/067.343.138-08/2º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO CARLOS BOTELHO DO AMARAL – GUARIBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 256/20/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 95842/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENTO CARLOS BOTELHO DO AMARAL, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e256adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 256/20/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de

balanços
das empresas públicas

Compromisso com a transparência

- A **Secretaria da Fazenda**, em parceria com a Imprensa Oficial, reuniu os balanços dos últimos 5 anos das empresas públicas;
- Em sintonia com as mais modernas práticas de **governança corporativa**.

www.imprensaoficial.com.br/**empresaspublicas**

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e256adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 256/20/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Ciências com Habilitação em Física (LP); Ciências da Natureza (LP); Ciências da Natureza com Habilitação em Física (LP); Ciências Exatas com Habilitação em Física (LP); Ciências Exatas com Habilitação em Matemática (LP); Ciências Exatas com Habilitação em Química (LP); Ciências Naturais com Habilitação em Física (LP); Ciências Naturais e Matemática com Habilitação em Física (LP); Física (LP); Licenciatura Integrada Química/Física (LP); Matemática (LP); Química (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 256/20/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR BASILIDES DE GODOY – SÃO PAULO

CLASSE DESCENTRALIZADA CÉU PARQUE ANHANGUERA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 041/02/2019 – PROCESSO Nº 1023154/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR BASILIDES DE GODOY, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 23/04/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR BASILIDES DE GODOY

ENDEREÇO: RUA GUAIPÁ - Nº 678

BAIRRO: VILA LEOPOLDINA – CIDADE: SÃO PAULO

COMPONENTE CURRICULAR: 5 - 471410- GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL (PARA A HABILITAÇÃO LOGÍSTICA)(LOGÍSTICA)

Nº AULAS: 2,5 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: DESIGNAÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

LICENCIADO 03/ EVANDRO MARIANO BALTHAZAR/ 29.387.032-9/ 268.987.578-06/ 1º

GRADUADO 06/ VINÍCIUS TENORIO DA SILVA GOIS/ 44.839.649-X/ 359.403.098-95/ 2º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO ELIAS MARGUTTI – SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 287/01/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 90766/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO ELIAS MARGUTTI, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e287adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 287/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e287adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 287/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de

acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Letras – Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Inglês (LP); Letras com Habilitação em Língua e Literatura Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Língua Inglesa e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP); Letras com Habilitação em Português, Inglês e Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue/ Inglês (LP); Letras com Habilitação em Tradução e Intérprete Português/ Língua Estrangeira do Currículo (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Inglês (LP); Letras: Língua Inglesa e Língua Portuguesa (LP); Licenciatura Específica na Língua Estrangeira; Secretariado Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês (LP); Secretariado Executivo Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês (LP); Secretariado Executivo com Habilitação em Inglês (LP); Secretariado Executivo Trilíngue/ Inglês (LP); Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado/ Inglês (LP); Tecnologia em Formação de Secretário/ Inglês (LP); Tecnologia em Secretariado Executivo Bilíngue/ Inglês (LP); Tecnologia em Secretariado Executivo Trilíngue/ Inglês (LP); Tradutor e Intérprete com Habilitação em Inglês (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 287/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENEDITO STORANI – JUNDIAÍ

CLASSE DESCENTRALIZADA DE EE FLÁVIO DE CARVALHO - VALINHOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 042/15/2019 – PROCESSO Nº 3082067/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENEDITO STORANI, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 14/11/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENEDITO STORANI

ENDEREÇO: AV. ANTÔNIO PINCINATO - 4355

BAIRRO: RECANTO QUARTO CENTENARIO – CIDADE: JUNDIAÍ - SP

COMPONENTE CURRICULAR: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Nº AULAS: 2,5 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: RECONDUÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

GRADUADO 001/LEVI AUGUSTO DA SILVA VIEIRA/44.348.632-5/220.894.178-03/1º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO ELIAS MARGUTTI – SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 287/02/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 90463/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO ELIAS MARGUTTI, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Projeto Integrador I (para a Habilitação Administração) (Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 10/02/2021 até às 23h59 de 24/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e287adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 287/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e287adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 287/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias

que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 10/02/2021 à 24/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 26/02/2021 à 09/03/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 02/03/2021 à 23/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 04/03/2021 à 25/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 05/03/2021 à 26/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 09/03/2021 à 30/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Projeto Integrador I (para a Habilitação Administração)(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração de Empresas; Administração de Empresas – Ênfase em Marketing; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Ciências Administrativas; Ciências Gerenciais; Tecnologia em Comercio Exterior; Tecnologia em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão de Negócios e Inovação; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão de Serviços e Negócios; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Financeira de Empresas; Tecnologia em Logística; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Recursos Humanos;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 287/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR MARCOS UCHÔAS DOS SANTOS PENCHEL – CACHOEIRA PAULISTA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 044/01/2020 – PROCESSO Nº 567112/2020

EDITAL DE ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES, ANEXO I, ITEM 2, DO CAPÍTULO I, DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ETEC Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel faz saber aos candidatos a ALTERAÇÃO do Cronograma de Atividades constante do Anexo I, item 2, do Capítulo I do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 19/02/2020, Seção I, página 154-157, passando a vigorar conforme segue:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Sistemas de Automação (para a Habilitação Eletrônica) (Eletrônica Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec))

C. Do período provável para execução dos atos concernentes ao Exame de Memorial Circunstanciado (entrega, análise e publicação do resultado em DOE): 25/01/2021 a 12/02/2021.

D. Do período provável para execução dos atos concernentes a Prova de Métodos Pedagógicos (publicação em DOE da convocação e realização): 15/02/2021 a 26/02/2021.

E. Do período provável para divulgação em DOE do Edital de Resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e Classificação Final: 01/03/2021 a 05/03/2021.

F. Do período provável da divulgação em DOE do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 08/03/2021 a 12/03/2021.

G. A data de entrega do Memorial Circunstanciado e da realização da Prova de Métodos Pedagógicos constará dos seguintes Editais:

G.1. Edital de Deferimento e Indeferimento de Inscrições, de Designação da Banca Examinadora e Convocação para a Entrega do Memorial Circunstanciado;

G.2. Edital de Resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e Convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos;

G.3. Edital de Convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver);

H. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram-se dispostos no Capítulo XII do presente Edital.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR MARCOS UCHÔAS DOS SANTOS PENCHEL – CACHOEIRA PAULISTA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 044/02/2020 – PROCESSO Nº 567280/2020

EDITAL DE ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES, ANEXO I, ITEM 2, DO CAPÍTULO I, DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ETEC Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel faz saber aos candidatos a ALTERAÇÃO do Cronograma de Atividades constante do Anexo I, item 2, do Capítulo I do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 19/02/2020, Seção I, página 157-159, passando a vigorar conforme segue:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Sistemas Elétricos (para a Habilitação Eletrônica) (Eletrônica Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

C. Do período provável para execução dos atos concernentes ao Exame de Memorial Circunstanciado (entrega, análise e publicação do resultado em DOE): 25/01/2021 a 12/02/2021.

D. Do período provável para execução dos atos concernentes a Prova de Métodos Pedagógicos (publicação em DOE da convocação e realização): 15/02/2021 a 26/02/2021.

E. Do período provável para divulgação em DOE do Edital de Resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e Classificação Final: 01/03/2021 a 05/03/2021.

F. Do período provável da divulgação em DOE do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 08/03/2021 a 12/03/2021.

G. A data de entrega do Memorial Circunstanciado e da realização da Prova de Métodos Pedagógicos constará dos seguintes Editais:

G.1. Edital de Deferimento e Indeferimento de Inscrições, de Designação da Banca Examinadora e Convocação para a Entrega do Memorial Circunstanciado;

G.2. Edital de Resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e Convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos;

G.3. Edital de Convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver);

H. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram-se dispostos no Capítulo XII do presente Edital.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR MARCOS UCHÔAS DOS SANTOS PENCHEL – CACHOEIRA PAULISTA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 044/03/2020 – 567676/2020

EDITAL DE ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES, ANEXO I, ITEM 2, DO CAPÍTULO I, DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ETEC Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel, faz saber aos candidatos a ALTERAÇÃO do Cronograma de Atividades constante do Anexo I, item 2, do Capítulo I do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 19/02/2020, Seção I, página 159 - 162, passando a vigorar conforme segue:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Assistência à Saúde da Mulher e da Criança I (Enfermagem)

C. Do período provável para execução dos atos concernentes ao Exame de Memorial Circunstanciado (entrega, análise e publicação do resultado em DOE): 25/01/2021 a 12/02/2021.

D. Do período provável para execução dos atos concernentes a aferição da veracidade da autodeclaração (convocação, realização, resultado e respectivas publicações em DOE): 15/02/2021 a 26/02/2021.

E. Do período provável para execução dos atos concernentes a Prova de Métodos Pedagógicos (publicação em DOE da convocação e realização): 01/03/2021 a 12/03/2021.

F. Do período provável para divulgação em DOE do Edital de Resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e Classificação Final: 15/03/2021 a 19/03/2021.

G. Do período provável da divulgação em DOE do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 22/03/2021 a 26/03/2021.

H. A data de entrega do Memorial Circunstanciado e da realização da Prova de Métodos Pedagógicos constará dos seguintes Editais:

H.1. Edital de Deferimento e Indeferimento de Inscrições, de Designação da Banca Examinadora e Convocação para a Entrega do Memorial Circunstanciado;

H.2. Edital de Resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e Convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos;

H.3. Edital de Convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver);

I. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram-se dispostos no Capítulo XII do presente Edital.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR MARCOS UCHÔAS DOS SANTOS PENCHEL – CACHOEIRA PAULISTA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 044/04/2020 – 567781/2020

EDITAL DE ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES, ANEXO I, ITEM 2, DO CAPÍTULO I, DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ETEC Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel, faz saber aos candidatos a ALTERAÇÃO do Cronograma de Atividades constante do Anexo I, item 2, do Capítulo I do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 19/02/2020, Seção I, página 162 - 165, passando a vigorar conforme segue:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Saúde e Segurança Ocupacional (Enfermagem)

C. Do período provável para execução dos atos concernentes ao Exame de Memorial Circunstanciado (entrega, análise e publicação do resultado em DOE): 25/01/2021 a 12/02/2021.

D. Do período provável para execução dos atos concernentes a aferição da veracidade da autodeclaração (convocação, realização, resultado e respectivas publicações em DOE): 15/02/2021 a 26/02/2021.

E. Do período provável para execução dos atos concernentes a Prova de Métodos Pedagógicos (publicação em DOE da convocação e realização): 01/03/2021 a 12/03/2021.

F. Do período provável para divulgação em DOE do Edital de Resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e Classificação Final: 15/03/2021 a 19/03/2021.

G. Do período provável da divulgação em DOE do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 22/03/2021 a 26/03/2021.

H. A data de entrega do Memorial Circunstanciado e da realização da Prova de Métodos Pedagógicos constará dos seguintes Editais:

H.1. Edital de Deferimento e Indeferimento de Inscrições, de Designação da Banca Examinadora e Convocação para a Entrega do Memorial Circunstanciado;

H.2. Edital de Resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e Convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos;

H.3. Edital de Convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver);

I. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram-se dispostos no Capítulo XII do presente Edital.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL LAURINDO ALVES QUEIROZ – MIGUELÓPOLIS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 079/02/2019 – PROCESSO Nº 3690367/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL LAURINDO ALVES QUEIROZ faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado.

O presente resultado já considera, no cálculo da pontuação para candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas e manifestaram interesse em utilizar a pontuação diferenciada a que alude o Decreto nº 63.979/2018, a fórmula de cálculo prevista no mencionado Decreto, bem como no Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Os candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas deverão aguardar a convocação para verificação da veracidade da autodeclaração, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Projeto de Aplicações Web I(Informática para Internet)

CANDIDATO(S) PONTUADOS(S) NO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

1/WILLIAM DE LIMA ANSELMO/40.629.317–X/364.972.138–48/20,00;

2/RICARDO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA/28.121.848–1/263.659.248–28/17,00;

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR EDSON GALVÃO – ITAPETININGA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 053/04/2019 – PROCESSO Nº 2157247/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR EDSON GALVÃO, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 09/08/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 8h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR EDSON GALVÃO

ENDEREÇO: RODOVIA GLADYS BERNARDES MINHOTO, ESTRADA VICINAL ITAPETININGA -TATUI - S/N

BAIRRO: CAPÃO ALTO – CIDADE: ITAPETININGA SP

COMPONENTE CURRICULAR: 1 - 354161- APLICATIVOS INFORMATIZADOS(AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO (ETIM))

Nº AULAS: 2 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: DIURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA EXERCER EMPREGO EM CONFIANÇA

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

GRADUADO-27/SÍLVIA ROBERTA DE JESUS GARCIA /40.869.473-7 /229.045.978-08/1º;

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL LAURINDO ALVES QUEIROZ – MIGUELÓPOLIS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 079/03/2019 – PROCESSO Nº 3690610/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL LAURINDO ALVES QUEIROZ faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado.

O presente resultado já considera, no cálculo da pontuação para candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas e manifestaram interesse em utilizar a pontuação diferenciada a que alude o Decreto nº 63.979/2018, a fórmula de cálculo prevista no mencionado Decreto, bem como no Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Os candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas deverão aguardar a convocação para verificação da veracidade da autodeclaração, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Desenvolvimento e Design de Websites II(Informática para Internet)

CANDIDATO(S) PONTUADOS(S) NO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

1/WILLIAM DE LIMA ANSELMO/40.629.317–X/364.972.138–48/20,00;

2/RICARDO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA/28.121.848–1/263.659.248–28/17,00;

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL LAURINDO ALVES QUEIROZ – MIGUELÓPOLIS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 079/05/2019 – PROCESSO Nº 3690893/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL LAURINDO ALVES QUEIROZ faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado.

O presente resultado já considera, no cálculo da pontuação para candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas e manifestaram interesse em utilizar a pontuação diferenciada a que alude o Decreto nº 63.979/2018, a fórmula de cálculo prevista no mencionado Decreto, bem como no Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Os candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas deverão aguardar a convocação para verificação da veracidade da autodeclaração, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Introdução ao Direito Empresarial(Serviços Jurídicos)

CANDIDATO(S) PONTUADOS(S) NO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

4/JANAÍNA MARTINS DA SILVA FERNANDES/46.273.065–7/369.897.178–07/12,75;

7/SILVIA DE SOUZA OLIVEIRA LOUREIRO/60.764.269–5/111.137.716–23/8,00;

8/ADRIELI DE MELO GOMES COSTA/45.943.635–1/401.900.528–13/5,00;

5/JOÃO PAULO DE OLIVEIRA SANTOS/48.459.266–X/403.112.818–50/5,00;

1/RENATA QUEIROZ FRANCISCO BUCK/21.352.264–0/178.672.118–02/5,00;

2/KELY CRISTINA BERNARDINO DOMENES FERREIRA/40.353840–3/311.886.948–80/5,00;

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

3/32.854.234–9/327.087.718–84/;

6/42.546.837–2/322.347.528–17/;

9/40.852.843.6/348.922.348–93/;

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL LAURINDO ALVES QUEIROZ – MIGUELÓPOLIS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 079/06/2019 – PROCESSO Nº 3691008/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL LAURINDO ALVES QUEIROZ faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado.

O presente resultado já considera, no cálculo da pontuação para candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas e manifestaram interesse em utilizar a pontuação diferenciada a que alude o Decreto nº 63.979/2018, a fórmula de cálculo prevista no mencionado Decreto, bem como no Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Os candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas deverão aguardar a convocação para verificação da veracidade da autodeclaração, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Reprodução e Seleção Animal com Práticas com Animais de Pequeno Porte(Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

CANDIDATO(S) PONTUADOS(S) NO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

3/ISABELA CRISTINA DE SOUZA MARQUES/32.473.913–8/223.567.578–64/28,125;

1/BRUNO BONAFINI/41.329.022–0/321.859.078–75/9,25;

4/CAIO CESAR RODRIGUES DE FREITAS/42.774.263–8/359.024.868–82/7,25;

2/JOÃO PAULO PEREIRA DUARTE/49.704.027–X/439.695.528–69/5,13;

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

5/30.293.701–8/303.960.168–71/;

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL LAURINDO ALVES QUEIROZ – MIGUELÓPOLIS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 079/10/2019 – PROCESSO Nº 3691364/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL LAURINDO ALVES QUEIROZ faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado.

O presente resultado já considera, no cálculo da pontuação para candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas e manifestaram interesse em utilizar a pontuação diferenciada a que alude o Decreto nº 63.979/2018, a fórmula de cálculo prevista no mencionado Decreto, bem como no Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Os candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas deverão aguardar a convocação para verificação da veracidade da autodeclaração, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Procedimentos e Técnicas dos Serviços Jurídicos(Serviços Jurídicos Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec))

CANDIDATO(S) PONTUADOS(S) NO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

3/JANAÍNA MARTINS DA SILVA FERNANDES/46.273.065–7/369.897.178–07/12,75;

5/KELY CRISTINA BERNARDINO DOMENES FERREIRA/40.353.840–3/311.886.948–80/5,00;

6/JOÃO PAULO DE OLIVEIRA SANTOS/48.459.266–X/403.112.818–50/5,00;

7/ADRIELI DE MELO GOMES COSTA/45.943.635–1/401.900.528–13/5,00;

1/RENATA QUEIROZ FRANCISCO BUCK/21.352.264–0/178.672.118–02/5,00;

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

2/32.854.234–9/327.087.718–84/;

4/42.546.837–9/322.347.528–17/;

8/40.852.843–6/348.922.348–93/;

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO D'ARCÁDIA NETO – ASSIS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 095/02/2019 – PROCESSO Nº 1435677/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO D'ARCÁDIA NETO, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 01/06/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 09h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO D'ARCÁDIA NETO

ENDEREÇO: R. SR. DO BONFIM - 1226

BAIRRO: VILA XAVIER, – CIDADE: ASSIS - SP

COMPONENTE CURRICULAR: 1 - 275120- ENSAIOS TECNOLÓGICOS DOS MATERIAIS(MECÂNICA)

Nº AULAS: 2,5 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: RECONDUÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

GRADUADO 04/ TIAGO LOPES/ 45.704.005-1/ 359.494.588-00/1º

GRADUADO 03/ LUIZ FERNANDO DE CAMPOS/ 41.024.851-4/ 393.402.078-07/ 2º

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO FERREIRA ALVES – MOGI MIRIM

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 096/17/2019 – PROCESSO Nº 3249723/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO FERREIRA ALVES, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 14/11/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 09H00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: RUA ARIOVALDO SILVEIRA FRANCO - 237

BAIRRO: JARDIM 31 DE MARÇO – CIDADE: MOGI MIRIM

COMPONENTE CURRICULAR: FÍSICA (BASE NACIONAL COMUM/ ETIM)

Nº AULAS: 4,0 – AULAS AULAS LIVRES

PERÍODO DAS AULAS: VESPERTINO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: REDUÇÃO VOLUNTÁRIA

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

LICENCIATURA-1/DANIEL TAGLIAFERRO/33.144.990-0/298.119.978-10/1º

LICENCIATURA-5/MARCELO ACÁCIO SALGADO ADANI/27.147.833-0/265.973.848-30/2º;

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SYLVIO DE MATTOS CARVALHO – MATÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 103/08/2019 – PROCESSO Nº 2144011/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 22/08/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 09h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SYLVIO DE MATTOS CARVALHO

ENDEREÇO: R. CESÁRIO MOTTA - 644

BAIRRO: CENTRO – CIDADE: MATÃO

COMPONENTE CURRICULAR: 09 - 492314- ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL(ENFERMAGEM)

Nº AULAS: 2,0 – AULAS AULAS LIVRES

PERÍODO DAS AULAS: MATUTINO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: DIVISÃO DE TURMAS

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

GRADUADO-5/FABIANA SERAPIAO RIBEIRO DOS SANTOS /32.776.590-2 /283.115.518-55/2º

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SYLVIO DE MATTOS CARVALHO – MATÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 103/10/2019 – PROCESSO Nº 2557007/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SYLVIO DE MATTOS CARVALHO, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 18/09/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 09h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, não terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SYLVIO DE MATTOS CARVALHO

ENDEREÇO: R. CESÁRIO MOTTA - 644

BAIRRO: CENTRO – CIDADE: MATÃO

COMPONENTE CURRICULAR: 1 - 604124- TÉCNICAS DE PROGRAMAÇÃO(DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS)

Nº AULAS: 2,0 – AULAS AULAS LIVRES

PERÍODO DAS AULAS: MATUTINO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: DIVISÃO DE TURMAS

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

GRADUADO 02 / DANILO ANTONIO SICHIERI / 40.924.699-2 / 337.836.778-40 / 2º

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE MOGI DAS CRUZES – MOGI DAS CRUZES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO CEETEPS 17, DE 16/07/2015

EDITAL Nº 184/06/2020 – PROCESSO Nº 300760/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE MOGI DAS CRUZES, da cidade de MOGI DAS CRUZES, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do artigo 10 da Deliberação CEETEPS 017/2015, de 16, publicada no DOE de 18/07/2015, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, para a SESSÃO DE ESCOLHA DE AULAS, no dia 01/02/2021(segunda-feira), às 11 horas, no endereço abaixo indicado.

Os candidatos convocados deverão comparecer com documento de identidade ou far-se-ão representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final.

O candidato que atender a convocação, mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, não terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

Local de apresentação: Faculdade de Tecnologia de Mauá

Endereço: Avenida Antonia Rosa Fioravante, 804 – Cidade: Mauá

Faculdade de Tecnologia de Mauá

Curso Superior de Tecnologia em: Logística

Área da Disciplina: Transportes e Serviços

Disciplina e carga horária: Transportes de Cargas Especiais, 2 horas-aula, noturno

Número de vagas: 1

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF / CLASSIFICAÇÃO

5 / Dirceu Eduardo Galvao / 14.244.709-2 / 069.358.528-54 / 2º

1 / Isaias Marques da Silva / 15.262.478-8 / 023.109.768-90 / 3º

3 / Marcelo de Miranda Melo / 28.915.531-9 / 264.752.598-61 / 4º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE LINS – LINS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 148/05/2019, PROCESSO Nº 3369728/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 28/01/2021

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE LINS, no uso das atribuições conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, HOMOLOGA o Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no componente curricular: Gestão de Pessoas(Logística) .

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE LINS – LINS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 148/04/2019, PROCESSO Nº 3367192/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 28/01/2021

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE LINS, no uso das atribuições conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, HOMOLOGA o Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no componente curricular: Introdução à Logística(Logística) .

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS – RIBEIRÃO PIRES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 141/03/2020 – PROCESSO Nº 35132/2020

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado.

O presente resultado já considera, no cálculo da pontuação para candidatos que se declararam como pretos, pardos ou

indígenas e manifestaram interesse em utilizar a pontuação diferenciada a que alude o Decreto nº 63.979/2018, a fórmula de cálculo prevista no mencionado Decreto, bem como no Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Os candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas deverão aguardar a convocação para verificação da veracidade da autodeclaração, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Legislação Empresarial(Administração)

CANDIDATO(S) PONTUADOS(S) NO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

13/Regina de Oliveira Garofalo/33.799.118–2/298.724.048–10/43,00;

10/David Eugenio Angelo de Lima /42.825.510–3/363.981.478–98/40,75;

17/Artur Franco Bueno/11.370.010–6/091.369.228–03/37,00;

8/Letícia Lais Stevanini Ruiz /45.188.906–X/370.112.938–09/26,00;

19/Hilton Rodrigues Rosa Junior/15.541.988–2/102.929.128–46/22,00;

7/Neiva Baboni /20.932.914/155.430.768–60/20,00;

20/Railon Mendes de Moura/2231656/017.583.471–71/15,00;

5/Elizandra Janaina Francia Matano/25.316.138–1/264.098.068–84/11,50;

3/Cinthia Bueno Vasconcelos Ferrareze/44.167.903–1/224.617.648–40/9,37;

21/Fabiano Costa/30.571.739–X/291.385.678–06/9,12;

16/Vitor Maia Ceolin/38.811.428–9/419.484.658–33/5,00;

CANDIDATO(S) NÃO APROVADO(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF / Motivo

9/Debora Porcari Nunes Devechio/48.210.693–1/346.811.468–03/Não pontuou no Exame de Memorial Circunstanciado (subitem 1.7. do Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições).

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

1/41.748.861–0/406.779.358–89/;

2/25.708.336–4/174.824.148–60/;

4/52.387.735–3/456.548.198–79/;

6/21.768.094–X/105.047.698–04/;

11/48.701.238–0/365.515.018–00/;

12/13.629.908–8/085.328.548–93/;

14/16.166.892–6/085.617.738–55/;

15/39.226.656–8/469.801.948–60/;

18/17.307.690–7/061.168.608–26/;

22/55.623.802–3/042.794.307–80/;

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO SEBASTIÃO – SÃO SEBASTIÃO

INSTITUTO VERDESCOLA - VILA DO SAHY

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 188/03/2020 – PROCESSO Nº 203001/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO SEBASTIÃO, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 17/01/2020, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 01/02/2021, às 10h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO SEBASTIÃO

ENDEREÇO: RUA ITALO NASCIMENTO - 366

BAIRRO: PORTO GRANDE – CIDADE: SÃO SEBASTIÃO

COMPONENTE CURRICULAR: GESTÃO EMPRESARIAL (PARA A HABILITAÇÃO ADMINISTRAÇÃO - ETIM)

Nº AULAS: 2,0 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: DIURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: RECONDUÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

GRADUADO 10 / LUCIANA CAMILO DA ROCHA / 27.925.370-9 / 315.884.238-67/ 1º

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JADYR SALLES – PORTO FERREIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 202/24/2019 – PROCESSO Nº 2865442/2019

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JADYR SALLES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na AVENIDA PROF. HENRIQUE DA MOTTA FONSECA JR – 849 BAIRRO: CENTRO – CEP: 13660–158 – CIDADE: PORTO FERREIRA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Projeto de Aplicações para Web(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec))

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

1/ JEFFERSON RODRIGO SANTOS PEDRO / 41.602.452–X / 327.414.398–77;

2/ LILIAN TORREZAN / 33.614.618–8 / 288.848.618–02;

3/ NELSON JOSÉ CORRÊA DA SILVA / 25.561.445–7 / 370.671.502–30;

4/ ALEXANDRE ROSSI KUROSWISKI / 44.340.162–7 / 357.228.858–43;

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 04/02/2021.

HORÁRIO: DAS 08H00 MIN ÀS 12H00 MIN DAS 13H00 MIN ÀS 16H00 MIN.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:

1. DEIVIDI HENRIQUE DE SOUZA, RG.: 47635140–6,AUXILIAR DE DOCENTE, Presidente;

2. FABIO RUY, RG.: 30281864–9,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;

3. MATHEUS HENRIQUE DA SILVA, RG.: 46286023–1,AGENTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.

SUPLENTES:

1. LEANDRO MOREIRA, RG.: 32497283–0, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. GUSTAVO ALBERTO CANDIDO, RG.: 20524114, AGENTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ – POÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 210/01/2019 – PROCESSO Nº CPS/2219653/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado.

O presente resultado já considera, no cálculo da pontuação para candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas e manifestaram interesse em utilizar a pontuação diferenciada a que alude o Decreto nº 63.979/2018, a fórmula de cálculo prevista no mencionado Decreto, bem como no Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Os candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas deverão aguardar a convocação para verificação da veracidade da autodeclaração, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Geografia (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec))

CANDIDATO(S) PONTUADOS(S) NO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

6/Marcello Nascimento de Jesus/26.332.983–5/213.502.128–81/5,25;

3/Rosimeire Pereira de Andrade/33.986.027–3/301.830.098–00/5,10;

1/Clayton Santos Ferreira/32.360.774–3/297.601.088–95/5,00;

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

2/33.267.646–8/275.340.258–26/;

4/41.554.848–2/316.304.888–95/;

5/46.670.520–7/386.938.698–33/;

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ – POÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 210/02/2019 – PROCESSO Nº CPS/2895504/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado.

O presente resultado já considera, no cálculo da pontuação para candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas e manifestaram interesse em utilizar a pontuação diferenciada a que alude o Decreto nº 63.979/2018, a fórmula de cálculo prevista no mencionado Decreto, bem como no Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Os candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas deverão aguardar a convocação para verificação da veracidade da autodeclaração, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Biologia (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec))

CANDIDATO(S) PONTUADOS(S) NO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

2/Flávia Moraes Rodrigues de Lima/32.496.955–7/292.777.098–04/36,00;

3/César Henrique Yokomizo/28.555.637–X/306.960.858–28/25,25;

4/João Batista Carneiro de Souza/20.803.211–3/136.319.598–00/24,00;

1/Gilberto Yoshio suzuki/32.484.862–0/319.385.278–36/10,50;

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ – POÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 210/05/2019 – PROCESSO Nº CPS/2896241/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado.

O presente resultado já considera, no cálculo da pontuação para candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas e manifestaram interesse em utilizar a pontuação diferenciada a que alude o Decreto nº 63.979/2018, a fórmula de cálculo prevista no mencionado Decreto, bem como no Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Os candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas deverão aguardar a convocação para verificação da veracidade da autodeclaração, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Programação de Aplicativos Mobile I(Desenvolvimento de Sistemas)

CANDIDATO(S) PONTUADOS(S) NO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

2/Ewerson Eduardo Martins/25.415.330–6/250.023.708–70/22,00;

1/Getulio Barreto dos Santos/24.446.728–6/143.165.498–12/18,38;

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ – POÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 210/06/2019 – PROCESSO Nº CPS/2896286/2019

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE POÁ faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado.

O presente resultado já considera, no cálculo da pontuação para candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas e manifestaram interesse em utilizar a pontuação diferenciada a que alude o Decreto nº 63.979/2018, a fórmula de cálculo prevista no mencionado Decreto, bem como no Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Os candidatos que se declararam como pretos, pardos ou indígenas deverão aguardar a convocação para verificação da veracidade da autodeclaração, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Sistemas Embarcados(Desenvolvimento de Sistemas)

CANDIDATO(S) PONTUADOS(S) NO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO:

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

3/Ewerson Eduardo Martins/25.415.330–6/250.023.708–70/22,00;

4/Suelen Moreira Costa/40.408.709–7/315.978.058–90/5,00;

ETEC DR. JOSÉ COURY – RIO DAS PEDRAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 071/02/2020 – PROCESSO Nº 178132/2020

EDITAL DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A AFERIÇÃO DA VERACIDADE DA AUTODECLARAÇÃO

O Diretor da ETEC Dr. JOSÉ COURY, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 30/01/2020:

1. DESIGNA, para compor a Comissão de Verificação do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

TITULARES:

1. ALAN SILVA DOS VALES, RG 21.499.277-9, Professor de Ensino Médio e Técnico;

2. RITA DE CÁSSIA BENTO BIANCHIM, RG 41.689.146-9, Professora de Ensino Médio e Técnico;

3. SANDRA MARIA DE OLIVEIRA DELAGRACIA DOS SANTOS, RG 19.225.584-9, Professora de Ensino Médio e Técnico.

SUPLENTES:

4. ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS, RG 16.511.367-4, Professor de Ensino Médio e Técnico;

5. LILIANA MARIA POMPERMAYER, RG 9.587.234-6, Professora de Ensino Médio e Técnico;

6. CÉLIA REGINA ROGERO, RG 7.949.115-7, Professora de Ensino Médio e Técnico.

2. CONVOCA o candidato abaixo relacionado para aferição da veracidade da autodeclaração, a ser realizada na ETEC Dr JOSÉ COURY, sita a Av. Prefeito Nicolau Marino, nº 2680 – Bairro: Núcleo Habitacional Lúcia Taranto Marrano, cidade Rio das Pedras, no dia 09/02/2021, às 15h50.

No dia e horário marcados, o candidato deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições), bem como com documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, uma vez que, caso subsistam dúvidas durante a veracidade da autodeclaração, será considerado o critério da ascendência, conforme previsto no item 8 e subitem 8.1. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

A ausência do candidato implicará na eliminação do mesmo no Processo Seletivo Simplificado, conforme previsto no subitem 7.2. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Implicará na eliminação do candidato, ainda, o não atendimento a exigência da apresentação de documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, na hipótese de subsistir dúvidas quanto a veracidade da autodeclaração mediante verificação da fenotipia.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S)

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

003/ LEILSON SOUZA RODRIGUES/ 43.135.021-3/ 298.076.508-28.

ETEC DR. JOSÉ COURY – RIO DAS PEDRAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 071/03/2020 – PROCESSO Nº 205823/2020

EDITAL DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A AFERIÇÃO DA VERACIDADE DA AUTODECLARAÇÃO

O Diretor da ETEC Dr. JOSÉ COURY, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 30/01/2020:

1. DESIGNA, para compor a Comissão de Verificação do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

TITULARES:

1. ALAN SILVA DOS VALES, RG 21.499.277-9, Professor de Ensino Médio e Técnico;

2. RITA DE CÁSSIA BENTO BIANCHIM, RG 41.689.146-9, Professora de Ensino Médio e Técnico;

3. SANDRA MARIA DE OLIVEIRA DELAGRACIA DOS SANTOS, RG 19.225.584-9, Professora de Ensino Médio e Técnico.

SUPLENTES:

4. ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS, RG 16.511.367-4, Professor de Ensino Médio e Técnico;

5. LILIANA MARIA POMPERMAYER, RG 9.587.234-6, Professora de Ensino Médio e Técnico;

6. CÉLIA REGINA ROGERO, RG 7.949.115-7, Professora de Ensino Médio e Técnico.

2. CONVOCA o candidato abaixo relacionado para aferição da veracidade da autodeclaração, a ser realizada na ETEC Dr JOSÉ COURY, sita a Av. Prefeito Nicolau Marino, nº 2680 – Bairro: Núcleo Habitacional Lúcia Taranto Marrano, cidade Rio das Pedras, no dia 09/02/2021, às 16h00.

No dia e horário marcados, o candidato deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições), bem como com documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, uma vez que, caso subsistam dúvidas durante a veracidade da autodeclaração, será considerado o critério da ascendência, conforme previsto no item 8 e subitem 8.1. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

A ausência do candidato implicará na eliminação do mesmo no Processo Seletivo Simplificado, conforme previsto no subitem 7.2. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Implicará na eliminação do candidato, ainda, o não atendimento a exigência da apresentação de documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, na hipótese de subsistir dúvidas quanto a veracidade da autodeclaração mediante verificação da fenotipia.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S)

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

002/ LEILSON SOUZA RODRIGUES/ 43.135.021-3/ 298.076.508-28.

ETEC DR. JOSÉ COURY – RIO DAS PEDRAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 071/04/2020 – PROCESSO Nº 205836/2020.

EDITAL DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A AFERIÇÃO DA VERACIDADE DA AUTODECLARAÇÃO

O Diretor da ETEC Dr. JOSÉ COURY, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 30/01/2020:

1. DESIGNA, para compor a Comissão de Verificação do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

TITULARES:

1. ALAN SILVA DOS VALES, RG 21.499.277-9, Professor de Ensino Médio e Técnico;

2. RITA DE CÁSSIA BENTO BIANCHIM, RG 41.689.146-9, Professora de Ensino Médio e Técnico;

3. SANDRA MARIA DE OLIVEIRA DELAGRACIA DOS SANTOS, RG 19.225.584-9, Professora de Ensino Médio e Técnico.

SUPLENTES:

4. ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS, RG 16.511.367-4, Professor de Ensino Médio e Técnico;

5. LILIANA MARIA POMPERMAYER, RG 9.587.234-6, Professora de Ensino Médio e Técnico;

6. CÉLIA REGINA ROGERO, RG 7.949.115-7, Professora de Ensino Médio e Técnico.

2. CONVOCA o candidato abaixo relacionado para aferição da veracidade da autodeclaração, a ser realizada na ETEC Dr JOSÉ COURY, sita a Av. Prefeito Nicolau Marino, nº 2680 – Bairro: Núcleo Habitacional Lúcia Taranto Marrano, cidade Rio das Pedras, no dia 09/02/2021, às 16h10.

No dia e horário marcados, o candidato deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições), bem como com documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, uma vez que, caso subsistam dúvidas durante a veracidade da autodeclaração, será considerado o critério da ascendência, conforme previsto no item 8 e subitem 8.1. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

A ausência do candidato implicará na eliminação do mesmo no Processo Seletivo Simplificado, conforme previsto no subitem 7.2. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Implicará na eliminação do candidato, ainda, o não atendimento a exigência da apresentação de documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, na hipótese de subsistir dúvidas quanto a veracidade da autodeclaração mediante verificação da fenotipia.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S)

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

002/ LEILSON SOUZA RODRIGUES/ 43.135.021-3/ 298.076.508-28.

ETEC DR. JOSÉ COURY – RIO DAS PEDRAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 071/05/2020 – PROCESSO Nº 205848/2020.

EDITAL DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A AFERIÇÃO DA VERACIDADE DA AUTODECLARAÇÃO

O Diretor da ETEC Dr. JOSÉ COURY, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 30/01/2020:

1. DESIGNA, para compor a Comissão de Verificação do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

TITULARES:

1. ALAN SILVA DOS VALES, RG 21.499.277-9, Professor de Ensino Médio e Técnico;

2. RITA DE CÁSSIA BENTO BIANCHIM, RG 41.689.146-9, Professora de Ensino Médio e Técnico;

3. SANDRA MARIA DE OLIVEIRA DELAGRACIA DOS SANTOS, RG 19.225.584-9, Professora de Ensino Médio e Técnico.

SUPLENTES:

4. ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS, RG 16.511.367-4, Professor de Ensino Médio e Técnico;

5. LILIANA MARIA POMPERMAYER, RG 9.587.234-6, Professora de Ensino Médio e Técnico;

6. CÉLIA REGINA ROGERO, RG 7.949.115-7, Professora de Ensino Médio e Técnico.

2. CONVOCA o candidato abaixo relacionado para aferição da veracidade da autodeclaração, a ser realizada na ETEC Dr JOSÉ COURY, sita a Av. Prefeito Nicolau Marino, nº 2680 – Bairro: Núcleo Habitacional Lúcia Taranto Marrano, cidade Rio das Pedras, no dia 09/02/2021, às 16h20.

No dia e horário marcados, o candidato deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições), bem como com documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, uma vez que, caso subsistam dúvidas durante a veracidade da autodeclaração, será considerado o critério da ascendência, conforme previsto no item 8 e subitem 8.1. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

A ausência do candidato implicará na eliminação do mesmo no Processo Seletivo Simplificado, conforme previsto no subitem 7.2. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Implicará na eliminação do candidato, ainda, o não atendimento a exigência da apresentação de documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, na hipótese de subsistir dúvidas quanto a veracidade da autodeclaração mediante verificação da fenotipia.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S)

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

002/ LEILSON SOUZA RODRIGUES/ 43.135.021-3/ 298.076.508-28.

ETEC DR. JOSÉ COURY – RIO DAS PEDRAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 071/06/2020 – PROCESSO Nº 205863/2020.

EDITAL DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A AFERIÇÃO DA VERACIDADE DA AUTODECLARAÇÃO

O Diretor da ETEC Dr. JOSÉ COURY, nos termos do item 6 do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 30/01/2020:

1. DESIGNA, para compor a Comissão de Verificação do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

TITULARES:

1. ALAN SILVA DOS VALES, RG 21.499.277-9, Professor de Ensino Médio e Técnico;

2. RITA DE CÁSSIA BENTO BIANCHIM, RG 41.689.146-9, Professora de Ensino Médio e Técnico;

3. SANDRA MARIA DE OLIVEIRA DELAGRACIA DOS SANTOS, RG 19.225.584-9, Professora de Ensino Médio e Técnico.

SUPLENTES:

4. ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS, RG 16.511.367-4, Professor de Ensino Médio e Técnico;

5. LILIANA MARIA POMPERMAYER, RG 9.587.234-6, Professora de Ensino Médio e Técnico;

6. CÉLIA REGINA ROGERO, RG 7.949.115-7, Professora de Ensino Médio e Técnico.

2. CONVOCA o candidato abaixo relacionado para aferição da veracidade da autodeclaração, a ser realizada na ETEC Dr JOSÉ COURY, sita a Av. Prefeito Nicolau Marino, nº 2680 – Bairro: Núcleo Habitacional Lúcia Taranto Marrano, cidade Rio das Pedras, no dia 09/02/2021, às 16h30.

No dia e horário marcados, o candidato deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições), bem como com documento idôneo, com foto, de pelo menos um dos genitores, uma vez que, caso subsistam dúvidas durante a veracidade da autodeclaração, será considerado o critério da ascendência, conforme previsto no item 8 e subitem 8.1. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

A ausência do candidato implicará na eliminação do mesmo no Processo Seletivo Simplificado, conforme previsto no subitem 7.2. do Anexo VIII do Edital de Abertura de Inscrições.

Implicará na eliminação do candidato, ainda, o não atendimento a exigência da apresentação de documento idôneo, com

foto, de pelo menos um dos genitores, na hipótese de subsistir dúvidas quanto a veracidade da autodeclaração mediante verificação da fenotipia.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S)

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

006/ LEILSON SOUZA RODRIGUES/ 43.135.021-3/ 298.076.508-28.

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE MOGI DAS CRUZES – MOGI DAS CRUZES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO CEETEPS 17, DE 16/07/2015

EDITAL Nº 184/02/2020 – PROCESSO Nº 299981/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE MOGI DAS CRUZES, da cidade de MOGI DAS CRUZES, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do artigo 10 da Deliberação CEETEPS 017/2015, de 16, publicada no DOE de 18/07/2015, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, para a SESSÃO DE ESCOLHA DE AULAS, no dia 01/02/2021(segunda-feira), às 14 horas, no endereço abaixo indicado.

Os candidatos convocados deverão comparecer com documento de identidade ou far-se-ão representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final.

O candidato que atender a convocação, mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, não terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

Local de apresentação: Faculdade de Tecnologia de Guarulhos

Endereço: Rua Cristóbal Claudio Elillo, 88 - Cidade: Guarulhos

Faculdade de Tecnologia de Guarulhos

Curso Superior de Tecnologia em: Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Área da Disciplina: Ciência da Computação

Disciplina e carga horária: Sistemas Operacionais I - 4 horas-aula

Número de vagas: 1

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF / CLASSIFICAÇÃO

6 / Ewerson Eduardo Martins / 25.415.330-6 / 250.023.708-70 / 3º

7 / Aldo Ventura da Silva / 42.553.366-9 / 322.025.038-62 / 4º

2 / Edidio Rubens Dantas Lima / 58.612.852-9 / 284.673.373-20 / 5º

*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

FACULDADE DE MEDICINA

Tekyou Soluções

FACULDADE DE MEDICINA DA USP - COREME

RESIDÊNCIA MÉDICA 2021

RELATÓRIO DE CANDIDATOS POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO APÓS A 2ª FASE - PRÉ-RECURSOS

inscrição - nome - documento - programa - "Nota da 1a Fase" - "Nota da Prova Prática" - "Nota da Entrevista" - Nota Final - Classificação - "Data Nascimento"

PD0095 - MARIA JULIA DE ARO BRAZ CORBI - 35820058-1 SP - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 92,50 - 100,00 - 93,25 - 1 - 1994-03-05

PD0122 - PAOLA LAURENZA SILVA RESENDE - 16954239 MG - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 90,83 - 100,00 - 91,75 - 2 - 1992-10-01

PD0114 - PEDRO PAULO MACARINI GONCALVES VIEIRA - 381028677 SP - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 90,00 - 100,00 - 91,00 - 3 - 1990-01-02

PD0044 - PEDRO CARPINI DE OLIVEIRA - 49972630-3 SP - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 87,50 - 85,00 - 87,25 - 4 - 1993-01-05

PD0089 - LETICIA LOPES DANTAS - 2956758 DF - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 83,33 - 100,00 - 85,00 - 5 - 1992-10-19

PD0067 - FERNANDA FERRAO ANTONIO - 3074536 ES - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 83,33 - 100,00 - 85,00 - 6 - 1994-09-21

PD0025 - CECILIA FRANCA DE BRITTO LEITE - 7600924 PE - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 80,83 - 95,00 - 82,25 - 7 - 1994-07-24

PD0148 - MALU CARMONA DA ROSA - 7861438 PE - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 76,67 - 100,00 - 79,00 - 8 - 1990-11-17

PD0029 - MARIANA FONSECA SOUSA AQUINO - 31915531 SE - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 75,83 - 85,00 - 76,75 - 9 - 1990-08-06

PD0046 - ISABELA LOBAO DA ROCHA - 5043446 PI - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 75,83 - 60,00 - 74,25 - 10 - 1993-12-10

PD0015 - DIEGO LINEKER MARQUETTO SILVA - 481778652 SP - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 69,17 - 100,00 - 72,25 - 11 - 1992-05-29

PD0056 - EMANUELLE CRISTINE MARIM MAGALHAES - 966001 RO - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 70,83 - 75,00 - 71,25 - 12 - 1992-11-07

PD0012 - TAMARA MATTOS CARDOSO - 09583849-08 BA - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 69,17 - 75,00 - 69,75 - 13 - 1985-03-09

PD0107 - WANIA HIROMI YANAGUIZAWA - 384086159 SP - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 64,17 - 90,00 - 66,75 - 14 - 1988-04-28

PD0040 - MARIANA FREITAS CARDOSO PEREIRA - 4588716 GO - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 63,33 - 75,00 - 64,50 - 15 - 1994-01-24

PD0011 - PALOMA TORRES SECOMANDI MEROTI - 460085220 SP - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 64,17 - 65,00 - 64,25 - 16 - 1989-03-04

PD0057 - BRUNA RIBEIRO DE OLIVEIRA - 478952855 SP - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 64,17 - 65,00 - 64,25 - 17 - 1991-12-15

PD0134 - RAQUEL DORNELAS MARQUES - 2337038 ES - 002-CARDIOLOGIA PEDIATRICA - 62,50 - 60,00 - 62,25 - 18 - 1990-03-07

CM0177 - ANDRE LUIZ OLIVEIRA FEODRIPPE - 214305625 RJ - 003-ALERGIA E IMUNOLOGIA - 63,33 - 97,50 - 66,75 - 1 - 1990-12-17

CM0089 - PAULA LAZARETTI MORATO CASTRO - 382087525 SP - 003-ALERGIA E IMUNOLOGIA - 58,33 - 100,00 - 62,50 - 2 - 1991-10-20

CM0720 - VINICIUS CASTRO THOMAZI - 5107627902 RS - 003-ALERGIA E IMUNOLOGIA - 56,67 - 100,00 - 61,00 - 3 - 1994-01-19

CM0552 - MATEUS MELO DE OLIVEIRA COSTA - 2954958 PB - 003-ALERGIA E IMUNOLOGIA - 52,50 - 85,00 - 55,75 - 4 - 1989-07-08

CM0656 - ISABELA MARIA ANSELMO RIBEIRO SIMOES - 15736057 MG - 003-ALERGIA E IMUNOLOGIA - 46,67 - 93,80 - 51,38 - 5 - 1990-03-04

CM0287 - YVAN FIGUEROA OLGUIN - G255716J SP - 003-ALERGIA E IMUNOLOGIA - 45,83 - 83,80 - 49,63 - 6 - 1989-10-04

CM0792 - ANDRESSA MARIANE DA SILVA - 359683964 SP - 003-ALERGIA E IMUNOLOGIA - 39,17 - 85,00 - 43,75 - 7 - 1992-07-15

CM0506 - JULIA TORRES COSTA VINAGRE - MG10013045 MG - 003-ALERGIA E IMUNOLOGIA - 35,83 - 90,00 - 41,25 - 8 - 1985-10-01

CM0799 - ISABELLA CARVALHO MONTEIRO - 5140206 GO - 003-ALERGIA E IMUNOLOGIA - 33,33 - 95,00 - 39,50 - 9 - 1990-05-06

EN0026 - VICTOR LIRA DE OLIVEIRA - 9142070 PE - 004-ENDOSCOPIA - 77,50 - 75,00 - 77,25 - 1 - 1994-08-21

EN0002 - ALEXANDRE MORAES BESTETTI - 9085234368 RS - 004-ENDOSCOPIA - 75,00 - 75,00 - 75,00 - 2 - 1990-12-12

EN0020 - PEDRO HENRIQUE BORASCHI VIEIRA RIBAS - 40318901-9 SP - 004-ENDOSCOPIA - 69,17 - 75,00 - 69,75 - 3 - 1993-06-05

EN0010 - ERIKA YUKI YVAMOTO - 360041139 SP - 004-ENDOSCOPIA - 65,83 - 100,00 - 69,25 - 4 - 1991-03-29

EN0034 - MATHEUS CANDIDO HEMERLY - 1956660 ES - 004-ENDOSCOPIA - 68,33 - 75,00 - 69,00 - 5 - 1991-06-21

EN0007 - JOAO GUILHERME RIBEIRO JORDAO SASSO - 3226906 ES - 004-ENDOSCOPIA - 64,17 - 100,00 - 67,75 - 6 - 1992-03-12

EN0013 - CAROLINE FLAKSBAUM MOLL - 364055169 SP - 004-ENDOSCOPIA - 64,17 - 100,00 - 67,75 - 7 - 1993-06-27

EN0031 - ANGELO SO TAA KUM - 487133225 SP - 004-ENDOSCOPIA - 61,67 - 100,00 - 65,50 - 8 - 1991-01-18

EN0006 - VITOR DUARTE CASTRO ALVES - 2006009267310 CE - 004-ENDOSCOPIA - 65,83 - 55,00 - 64,75 - 9 - 1996-07-19

EN0009 - PEDRO HENRIQUE TELES PRADO - 4701979 GO - 004-ENDOSCOPIA - 65,83 - 50,00 - 64,25 - 10 - 1991-07-09

EN0021 - MARCELLA ROCHA MACHADO DE OLIVEIRA - 478769775 SP - 004-ENDOSCOPIA - 62,50 - 75,00 - 63,75 - 11 - 1991-02-22

EN0016 - ANDREA JACO YAMAMOTO - 13671962 MG - 004-ENDOSCOPIA - 63,33 - 50,00 - 62,00 - 12 - 1987-09-24

EN0036 - ISABELLE KRISTAL GRALA SOUZA E SILVA - 4108681943 RS - 004-ENDOSCOPIA - 60,83 - 50,00 - 59,75 - 13 - 1993-03-03

EN0025 - ALEXIS CARVALHO HOOPER - 10091003 MG - 004-ENDOSCOPIA - 59,17 - 50,00 - 58,25 - 14 - 1992-09-25

EN0018 - THAMARA PERINNI GATTI - 2345306 ES - 004-ENDOSCOPIA - 58,33 - 50,00 - 57,50 - 15 - 1991-08-26

EN0012 - BIANCA DAMASCENO GONCALVES - 6090705 PA - 004-ENDOSCOPIA - 58,33 - 50,00 - 57,50 - 16 - 1992-07-20

R10736 - ANDRE AMIN MARTIN AKHAVAN - 2318054 DF - 005-ANESTESIOLOGIA - 80,83 - 88,00 - 81,55 - 1 - 1995-02-03

R12513 - EUGENIO SARAIVA RAMOS - 003068756 RN - 005-ANESTESIOLOGIA - 80,00 - 87,10 - 80,71 - 2 - 1997-06-28

R10069 - PEDRO HENRIQUE ROCHA DE FREITAS - 3142776 DF - 005-ANESTESIOLOGIA - 77,50 - 92,00 - 78,95 - 3 - 1998-09-14

R12592 - ALVARO GROSSI ALBUQUERQUE MOREIRA - 16496093 MG - 005-ANESTESIOLOGIA - 76,67 - 94,00 - 78,40 - 4 - 1997-02-25

R10207 - TERCILIA DAMASCENO DINIZ - 17122378 MG - 005-ANESTESIOLOGIA - 77,50 - 81,80 - 77,93 - 5 - 1996-07-08

R10713 - BRUNO FERRANTE - 460273036 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 76,67 - 86,50 - 77,65 - 6 - 1989-06-16

R12284 - HENRIQUE RYU YAMANAKA NAKANO - 384105245 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 76,67 - 86,50 - 77,65 - 7 - 1996-05-01

R10485 - BRUNO MOLA - 381381687 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 74,17 - 92,50 - 76,00 - 8 - 1994-03-23

R13284 - MATHEUS DE ALMEIDA LEITE PETRONI - 440234256 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 73,33 - 98,50 - 75,85 - 9 - 1987-10-15

R13420 - MARCELO AUGUSTO MARTINS AIRES - 39310400X SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 75,00 - 77,70 - 75,27 - 10 - 1995-12-14

R11850 - DANILO CAJAIBA GANDARELA PEREIRA - 1546344411 BA - 005-ANESTESIOLOGIA - 75,00 - 73,00 - 74,80 - 11 - 1996-06-20

R14285 - MATHEUS NASCIMENTO SILVA VELLOSO - 271675068 RJ - 005-ANESTESIOLOGIA - 73,33 - 86,50 - 74,65 - 12 - 1995-07-21

R12471 - RAFAEL RIBEIRO ALVES - 2918545 PB - 005-ANESTESIOLOGIA - 72,50 - 93,90 - 74,64 - 13 - 1995-03-23

R13332 - NATALIA YUME HISSAYASU MENEZES - 487236944 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 72,50 - 91,00 - 74,35 - 14 - 1991-07-15

R13819 - PEDRO VICTOR MASSAROTO E SILVA - 38154164-2 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 71,67 - 98,50 - 74,35 - 15 - 1996-07-08

R12713 - THIAGO SCHROEDER BRANQUINHO REIS - 4476488 GO - 005-ANESTESIOLOGIA - 73,33 - 75,50 - 73,55 - 16 - 1997-06-16

R12527 - OCTAVIO SABOIA DANTAS - 002685495 RN - 005-ANESTESIOLOGIA - 71,67 - 86,30 - 73,13 - 17 - 1997-05-09

R15967 - CAIO ADRIAO DANGELO - 391363785 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,83 - 91,00 - 72,85 - 18 - 1996-07-04

R10083 - FELIPE CAMPOS DE SOUZA - 47383145-4 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,83 - 88,50 - 72,60 - 19 - 1991-04-24

R10984 - AMANDA SILVEIRA DIMBARRE - 96554087 PR - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,83 - 86,00 - 72,35 - 20 - 1995-02-14

R12286 - RAIANA RESENDE FIGUEIREDO - 17383476 MG - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,00 - 92,70 - 72,27 - 21 - 1996-03-05

R16014 - JORGE YUKIO HORSTMANN MURATA - 4448368 SC - 005-ANESTESIOLOGIA - 71,67 - 76,80 - 72,18 - 22 - 1991-05-25

R11503 - GIOVANNI PAVANELLO BRANDAO - 497475613 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,00 - 91,50 - 72,15 - 23 - 1995-12-15

R15109 - TIAGO HIROSHI MENESES SAIKI - 2680265 DF - 005-ANESTESIOLOGIA - 69,17 - 97,00 - 71,95 - 24 - 1995-12-27

R15132 - MAINA MARQUES BELEM VEIGA - 552709050 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 69,17 - 97,00 - 71,95 - 25 - 1997-03-03

R10256 - KARISIA SANTOS GUEDES - 2007009114686 CE - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,00 - 86,30 - 71,63 - 26 - 1993-12-24

R13259 - GUILHERME MOTA FILHO - 373954979 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,00 - 85,80 - 71,58 - 27 - 1994-01-27

R13076 - ALLAN GUILHERME SANTANA DA COSTA - 34055088 SE - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,83 - 77,50 - 71,50 - 28 - 1996-09-08

R13250 - ARTHUR CARVALHO SILVA - 1683923 ES - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,00 - 85,00 - 71,50 - 29 - 1989-11-24

R13263 - LUIS FILIPI SOUZA DE BRITTO COSTA - 8056105 PE - 005-ANESTESIOLOGIA - 69,17 - 91,00 - 71,35 - 30 - 1992-01-10

R10925 - JULIO RIBEIRO BORGES - 279457287 RJ - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,00 - 82,70 - 71,27 - 31 - 1996-08-12

R16563 - DANIEL ERWIN SCHMIDT - 43743347 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,00 - 81,00 - 71,10 - 32 - 1988-09-02

R11244 - LEONARDO GOMES CAMELLO - 9098739049 RS - 005-ANESTESIOLOGIA - 69,17 - 88,00 - 71,05 - 33 - 1995-05-12

R11950 - ALEXANDRE PEREIRA DE SOUZA FILHO - 9766764 PE - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,83 - 71,00 - 70,85 - 34 - 1990-10-30

R11982 - LUIZ CARLOS GABRIELE SUCUPIRA - 2001010528260 CE - 005-ANESTESIOLOGIA - 68,33 - 93,50 - 70,85 - 35 - 1995-11-06

R10608 - ROBERTA MARTINHO TONDATO - 388866548 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 70,00 - 77,30 - 70,73 - 36 - 1994-02-01

R12432 - PAULA GURGEL BARRETO - 32707118 SE - 005-ANESTESIOLOGIA - 68,33 - 91,30 - 70,63 - 37 - 1995-10-24

R15958 - BERNARDO D AVILA DE CASTRO BORGES - 2557051 DF - 005-ANESTESIOLOGIA - 69,17 - 82,00 - 70,45 - 38 - 1996-07-17

R14727 - ARTHUR DISEGNA - 3242677 DF - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 94,50 - 70,20 - 39 - 1996-11-01

R11171 - WASHINGTON GOMES DE ARAUJO - 330707115 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 68,33 - 86,50 - 70,15 - 40 - 1983-06-08

R10074 - LUCAS AFONSO CORTES BOGNIOTTI - 2854344 DF - 005-ANESTESIOLOGIA - 68,33 - 86,50 - 70,15 - 41 - 1993-11-23

R16113 - JESSICA RAYSER ZERWES - 5095470 SC - 005-ANESTESIOLOGIA - 69,17 - 77,50 - 70,00 - 42 - 1993-04-07

R13207 - VITOR VICENTIM DELLA NINA - 361357631 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 92,50 - 70,00 - 43 - 1995-03-13

R10652 - RAPHAEL RANGEL BARONE - 416602538 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 92,50 - 70,00 - 44 - 1995-10-04

R13769 - DAVI ROCHA MACAMBIRA ALBUQUERQUE - 2005009137795 CE - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 92,50 - 70,00 - 45 - 1996-03-28

R10202 - JOAO PEDRO DE OLIVEIRA E SANTOS - 53.391.104-7 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 69,17 - 76,70 - 69,92 - 46 - 1995-07-05

R10185 - GABRIEL FELIPE NEVES DE LIMA - MG17328559 MG - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 91,30 - 69,88 - 47 - 1994-12-30

R13386 - EVERTON LUIS SANTOS MOREIRA - 1342774574 BA - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 90,80 - 69,83 - 48 - 1996-03-30

R14421 - AMANDA MARIA MENEZES MOURA - 32210345 SE - 005-ANESTESIOLOGIA - 68,33 - 82,00 - 69,70 - 49 - 1994-08-05

R10139 - CAROLINA NAOMI SEGAWA - 481800931 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 89,00 - 69,65 - 50 - 1992-07-27

R15228 - TIAGO WATANABE YAO - 396262764 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 66,67 - 95,50 - 69,55 - 51 - 1996-07-26

R12396 - ANA CAROLINA NASCIMENTO ASSUNCAO SANTOS - 19258222 MG - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 87,50 - 69,50 - 52 - 1996-06-14

R12933 - EDINOI RODRIGUES BRITO FILHO - 31919952 SE - 005-ANESTESIOLOGIA - 66,67 - 94,30 - 69,43 - 53 - 1992-08-09

R13045 - PAULO RICARDO ASSIS DE SOUZA - 001752490 MS - 005-ANESTESIOLOGIA - 66,67 - 94,00 - 69,40 - 54 - 1991-01-07

R12842 - LARISSA NOGUEIRA CHIGNOLI - 406828301 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 83,80 - 69,13 - 55 - 1996-02-04

R10872 - DIEGO RAMOS MARTINES - 45813294-9 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 66,67 - 91,10 - 69,11 - 56 - 1996-04-21

R10260 - GUILHERME DA SILVA BERNARDO - 478944706 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 83,50 - 69,10 - 57 - 1991-06-18

R10137 - LUCAS CUNHA DE SOUZA - 1310259887 BA - 005-ANESTESIOLOGIA - 68,33 - 74,50 - 68,95 - 58 - 1996-10-16

R12747 - SERGIO MARIANO ZUAZO - 3101390 DF - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 82,00 - 68,95 - 59 - 1996-11-16

R11706 - LARISSA VERISSIMO RAMOS SILVA - 14183516 MG - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 81,30 - 68,88 - 60 - 1997-09-22

R16019 - LUIZ AUGUSTO MARIZ GOMES - 3299517 ES - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 79,80 - 68,73 - 61 - 1996-09-28

R12773 - DANILO KENJI SHIDO - 39758396-5 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 79,50 - 68,70 - 62 - 1995-10-10

R10440 - IOHANA ARRUDA DE OLIVEIRA - 2009009092930 CE - 005-ANESTESIOLOGIA - 68,33 - 71,20 - 68,62 - 63 - 1995-06-04

R11923 - THIAGO SOARES COSER - 3134360 DF - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 77,00 - 68,45 - 64 - 1994-11-21

R10113 - LUISA PONTES REGINATO - 385672160 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 76,30 - 68,38 - 65 - 1996-08-16

R10368 - GUILHERME OMETTO CREMONESI - 438608926 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 76,00 - 68,35 - 66 - 1997-10-09

R12634 - THAIS ROMERA BERGAMO - 402529169 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 66,67 - 80,80 - 68,08 - 67 - 1993-05-13

R14589 - LUANNA GABARRAO SILVA - 9978202-1 PR - 005-ANESTESIOLOGIA - 66,67 - 80,00 - 68,00 - 68 - 1995-02-06

R13333 - MATHEUS LEITE DE ALENCAR - 10909125 PE - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 72,30 - 67,98 - 69 - 1993-08-04

R13949 - ALESSANDRO SILVESTRE - 386482652 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 68,33 - 64,50 - 67,95 - 70 - 1995-03-07

R16457 - LEANDRO MACHADO DEORCE - 3455521 ES - 005-ANESTESIOLOGIA - 67,50 - 70,80 - 67,83 - 71 - 1996-03-19

R12789 - VICTOR HUGO TOMAZELA - 404053786 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 66,67 - 76,50 - 67,65 - 72 - 1994-07-09

R14234 - MATEUS AUGUSTO GOMES DE ASSIS - 528530008 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 69,17 - 53,80 - 67,63 - 73 - 1992-07-24

R11988 - CECILIA PACHECO LEMES - 5012900 GO - 005-ANESTESIOLOGIA - 66,67 - 74,50 - 67,45 - 74 - 1991-05-10

R12573 - MARCOS BERGAMINI BUDAG - 408290456 SP - 005-ANESTESIOLOGIA - 66,67 - 69,30 - 66,93 - 75 - 1992-10-08

CM0072 - RAFAEL DE LIMA ACCORSI - 98039090 PR - 006-CARDIOLOGIA - 77,50 - 86,40 - 78,39 - 1 - 1994-01-17

CM0749 - WILLIAM BATAH EL-FEGHALY - 002946752 RN - 006-CARDIOLOGIA - 75,83 - 94,40 - 77,69 - 2 - 1995-01-28

CM0331 - HADRIEN FELIPE MEIRA BALZAN - 91475243 PR - 006-CARDIOLOGIA - 77,50 - 79,00 - 77,65 - 3 - 1995-06-23

CM0086 - RENAN CINTRA DE ALVARENGA OLIVEIRA - 12082503 MG - 006-CARDIOLOGIA - 75,00 - 90,80 - 76,58 - 4 - 1987-04-04

CM0074 - PALMIRA GOMES AMARAL - 2528332 PB - 006-CARDIOLOGIA - 75,83 - 83,20 - 76,57 - 5 - 1987-07-11

CM0046 - PEDRO GUIMARAES SILVA - 1430949201 BA - 006-CARDIOLOGIA - 74,17 - 96,40 - 76,39 - 6 - 1994-04-06

CM0013 - VANESSA SIMIONI FARIA - 15518625 MG - 006-CARDIOLOGIA - 74,17 - 94,40 - 76,19 - 7 - 1992-11-03

CM0420 - VICTOR ARRAIS ARAUJO - 485247409 SP - 006-CARDIOLOGIA - 73,33 - 97,40 - 75,74 - 8 - 1991-10-25

CM0511 - JULIEN RAMOS STEIN - 5598748 SC - 006-CARDIOLOGIA - 75,83 - 73,40 - 75,59 - 9 - 1993-05-24

CM0495 - RAFAEL BERGO - 48530526-4 SP - 006-CARDIOLOGIA - 74,17 - 87,00 - 75,45 - 10 - 1992-06-09

CM0058 - GUILHERME MOREIRA PIZETTA - 3242159 ES - 006-CARDIOLOGIA - 75,00 - 78,50 - 75,35 - 11 - 1995-03-29

CM0275 - JULIA PEREIRA AFONSO DOS SANTOS TORMIN - 66.547.473-8 SP - 006-CARDIOLOGIA - 72,50 - 97,00 - 74,95 - 12 - 1994-04-17

CM0106 - JOSE AUGUSTO MANTOVANI RESENDE - 15347009 MG - 006-CARDIOLOGIA - 73,33 - 86,00 - 74,60 - 13 - 1994-10-28

CM0179 - GUILHERME DE OLIVEIRA DAHIA - 1324688084 BA - 006-CARDIOLOGIA - 71,67 - 86,50 - 73,15 - 14 - 1994-07-15

CM0194 - VICTOR GURGEL FREIRE NOGUEIRA - 2004010320222 CE - 006-CARDIOLOGIA - 71,67 - 86,10 - 73,11 - 15 - 1993-08-24

CM0163 - MELINA DE OLIVEIRA VALDO - 478860948 SP - 006-CARDIOLOGIA - 70,00 - 100,00 - 73,00 - 16 - 1991-10-08

CM0043 - PEDRO SERGIO SOARES JALLAD - 383850083 SP - 006-CARDIOLOGIA - 70,83 - 90,60 - 72,81 - 17 - 1993-01-22

CM0508 - ANDRE GAMA PALONE - 93327926 PR - 006-CARDIOLOGIA - 71,67 - 81,00 - 72,60 - 18 - 1995-06-04

CM0581 - GABRIEL DE JESUS DA FONSECA LOUREIRO - 4965698 PA - 006-CARDIOLOGIA - 73,33 - 65,50 - 72,55 - 19 - 1995-08-07

CM0395 - CAMILA PIMENTEL LANDIM DE ALMEIDA - 001813061 RN - 006-CARDIOLOGIA - 70,83 - 86,00 - 72,35 - 20 - 1994-04-11

CM0090 - MATHEUS LUAN QUEIROZ ALVES DA CUNHA - 2744563 DF - 006-CARDIOLOGIA - 71,67 - 76,50 - 72,15 - 21 - 1994-09-09

CM0063 - ARMINDO JREIGE JUNIOR - 2914983 DF - 006-CARDIOLOGIA - 70,00 - 91,50 - 72,15 - 22 - 1995-08-08

CM0618 - PEDRO HENRIQUE DE ALMEIDA MARINS - 16700533 MG - 006-CARDIOLOGIA - 70,00 - 89,70 - 71,97 - 23 - 1993-08-25

CM0271 - RUBENS FORNASARI NETO - 400577379 SP - 006-CARDIOLOGIA - 70,83 - 81,80 - 71,93 - 24 - 1994-01-17

CM0225 - ARONI MARCEU SOUSA E ROCHA - 1286559332 BA - 006-CARDIOLOGIA - 69,17 - 94,50 - 71,70 - 25 - 1991-12-30

CM0229 - BRUNO MAEDA FUZISSIMA - 358658652 SP - 006-CARDIOLOGIA - 69,17 - 89,80 - 71,23 - 26 - 1994-11-11

CM0376 - FELIPE BRINGEL LANDIM - 20070889494 CE - 006-CARDIOLOGIA - 70,00 - 81,00 - 71,10 - 27 - 1993-09-04

CM0535 - FERNANDA GONCALVES DE MATEO - 46400957-1 SP - 006-CARDIOLOGIA - 70,00 - 80,50 - 71,05 - 28 - 1994-10-08

CM0483 - GUSTAVO PAES SILVANO - 6295884 SC - 006-CARDIOLOGIA - 70,00 - 80,20 - 71,02 - 29 - 1994-12-11

CM0370 - LUIZ GUSTAVO DE MATOS - 126133383 PR - 006-CARDIOLOGIA - 69,17 - 85,10 - 70,76 - 30 - 1992-07-30

CM0114 - GABRIEL BARROS TAMBELLI PIRES - 46936354-X SP - 006-CARDIOLOGIA - 70,83 - 70,00 - 70,75 - 31 - 1995-12-15

CM0026 - IGOR HENRIQUE SILVA LEITE - 15328246 MG - 006-CARDIOLOGIA - 71,67 - 61,40 - 70,64 - 32 - 1992-11-21

CM0059 - JULIO EBRAIN NERIS - 4894556 SC - 006-CARDIOLOGIA - 70,00 - 71,20 - 70,12 - 33 - 1992-10-09

CM0028 - MATHEUS AUGUSTO DE OLIVEIRA AMORIM - 8085973 PE - 006-CARDIOLOGIA - 67,50 - 91,50 - 69,90 - 34 - 1995-10-18

CM0110 - RAFAEL RUAS NASTARI - 459980518 SP - 006-CARDIOLOGIA - 68,33 - 81,00 - 69,60 - 35 - 1988-10-15

CM0536 - LUCAS GARIBALD DE DEUS SOUSA - 3059680 PI - 006-CARDIOLOGIA - 69,17 - 70,00 - 69,25 - 36 - 1992-10-31

CM0594 - MARCEL OLIVEIRA FERREIRA - 1502492172 BA - 006-CARDIOLOGIA - 69,17 - 64,50 - 68,70 - 37 - 1992-10-19

CM0203 - RAFAEL VIEIRA FERNANDES - 14890234 MG - 006-CARDIOLOGIA - 67,50 - 76,40 - 68,39 - 38 - 1994-07-21

CM0125 - CAMILA MOTA GUIDA - 17106118 MG - 006-CARDIOLOGIA - 66,67 - 82,00 - 68,20 - 39 - 1994-01-07

CM0168 - MICHELE AMORIM HERINGER - 271555385 RJ - 006-CARDIOLOGIA - 65,83 - 87,50 - 68,00 - 40 - 1993-06-19

CM0747 - GABRIEL PRADO SAAD - 13344906 MG - 006-CARDIOLOGIA - 65,83 - 84,00 - 67,65 - 41 - 1994-05-27

CM0092 - GIORGIO MARINARO - 366589696 SP - 006-CARDIOLOGIA - 68,33 - 60,50 - 67,55 - 42 - 1993-03-05

CM0293 - NATALIA CARVALHINHO CARLOS DE SOUZA - 2238224 ES - 006-CARDIOLOGIA - 65,00 - 88,50 - 67,35 - 43 - 1995-01-03

CM0132 - ISABELA GALIZZI FAE - 14871204 MG - 006-CARDIOLOGIA - 65,83 - 79,50 - 67,20 - 44 - 1995-02-11

CM0085 - THAIS DOS SANTOS VIEIRA - 3063013 ES - 006-CARDIOLOGIA - 65,83 - 77,90 - 67,04 - 45 - 1995-08-12

CM0300 - MARCELO HENRIQUE MOREIRA BARBOSA - 42.128.822-X SP - 006-CARDIOLOGIA - 66,67 - 70,20 - 67,02 - 46 - 1993-06-04

CM0096 - HENRIQUE ELIAS CHUEIRE - 98825525 PR - 006-CARDIOLOGIA - 66,67 - 67,00 - 66,70 - 47 - 1994-01-20

CM0841 - JOHNATAN MICHAEL FERNANDES DE SOUZA - 5692976 GO - 006-CARDIOLOGIA - 66,67 - 67,00 - 66,70 - 48 - 1995-01-05

CM0224 - ALBERTO CEZAR SANTOS ALMEIDA FILHO - 1357573391 BA - 006-CARDIOLOGIA - 66,67 - 65,50 - 66,55 - 49 - 1992-10-20

CM0491 - PEDRO AUGUSTO SCHIAVINATO GABRILLI - 440842803 SP - 006-CARDIOLOGIA - 65,00 - 76,70 - 66,17 - 50 - 1993-11-20

CM0316 - AMANDA FERINO TEIXEIRA - 34424903 AL - 006-CARDIOLOGIA - 65,00 - 71,00 - 65,60 - 51 - 1995-08-21

CM0694 - MARCOS RENAN DINIZ ASSIS - 40857169X SP - 006-CARDIOLOGIA - 65,00 - 70,70 - 65,57 - 52 - 1987-09-27

CM0460 - BERNARDO DE ATHAYDE CUNHA BORGES DA FONTOURA - 83005084 PR - 006-CARDIOLOGIA - 65,00 - 70,00 - 65,50 - 53 - 1995-10-25

CM0853 - DIEGO MENDES DO CARMO - 5585836 GO - 006-CARDIOLOGIA - 65,00 - 67,50 - 65,25 - 54 - 1993-01-11

CM0068 - BRUNA DE DEUS HERRERA - 36835278X SP - 006-CARDIOLOGIA - 65,00 - 67,00 - 65,20 - 55 - 1993-10-20

CM0218 - MATHEUS BONINI CAMPANHA NETTO - 10943526-0 PR - 006-CARDIOLOGIA - 65,00 - 64,50 - 64,95 - 56 - 1994-10-14

CM0267 - HANNAH CATHARINA NEPOMUCENO GRACA IVANKOVICS - 727618 RO - 006-CARDIOLOGIA - 65,83 - 55,50 - 64,80 - 57 - 1990-06-22

CP0005 - LEONARDO KENJI SAKAUE KOYAMA - 538527973 SP - 007-CIRURGIA DE CABECA E PESCOCO - 87,50 - 98,00 - 88,55 - 1 - 1995-06-16

CP0001 - RODRIGO JOSE ASSIS DE CASTRO - 3359122 PB - 007-CIRURGIA DE CABECA E PESCOCO - 81,67 - 95,00 - 83,00 - 2 - 1995-03-07

CP0009 - PEDRO MARCOS SILVA TURRA - 19893221 MT - 007-CIRURGIA DE CABECA E PESCOCO - 81,67 - 77,00 - 81,20 - 3 - 1992-07-07

CP0004 - KIM SOARES MARINHO - 1485545 MS - 007-CIRURGIA DE CABECA E PESCOCO - 77,50 - 88,70 - 78,62 - 4 - 1989-10-14

CP0008 - NATHALIA MARIA LOPES CORDEIRO - 370839341 SP - 007-CIRURGIA DE CABECA E PESCOCO - 77,50 - 80,50 - 77,80 - 5 - 1993-01-17

CP0012 - ANNA CLARA HEBLING MITIDIERI - 478653177 SP - 007-CIRUR

R15884 - JOAB CARDOSO MAGALHAES - 1408675030 BA - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 73,33 - 91,00 - 75,10 - 1 - 1994-05-25
R15343 - JOAO GUILHERME VIDAL MEYER - 107277404 PR - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 74,17 - 54,00 - 72,15 - 2 - 1997-10-03
R14929 - DOMINGOS RICARDO ROCHA DA SILVA - 11.921.420-20 BA - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 70,83 - 82,50 - 72,00 - 3 - 1989-05-11
R15151 - MARCELA ALMEIDA MENDONCA - MG-15.391.911 MG - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 70,83 - 79,00 - 71,65 - 4 - 1995-08-09
R14086 - MATHEUS DIAS CARNEIRO - 24355658 AM - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 70,00 - 78,00 - 70,80 - 5 - 1997-06-27
R12973 - ARTHUR PIRES LACERDA - 213749914 RJ - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 68,33 - 83,00 - 69,80 - 6 - 1996-06-20
R12655 - RENZO ZANOTTI ROLDI - 2168227 ES - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 68,33 - 80,50 - 69,55 - 7 - 1996-05-23
R14598 - RAFAELA GARCIA FERREIRA SOARES - 366814989 SP - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 66,67 - 86,50 - 68,65 - 8 - 1991-11-08
R10097 - ANNA CLARA ALMEIDA BUENO MIRANDA - 486550667 SP - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 66,67 - 81,00 - 68,10 - 9 - 1992-04-01
R10751 - DANIEL ROBERT ALEXANDER - 3540705 ES - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 65,83 - 79,00 - 67,15 - 10 - 1996-04-26
R11711 - ALOYSIO ABDO SILVA CAMPOS - 3418032 ES - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 65,83 - 76,00 - 66,85 - 11 - 1996-05-02
R15982 - LUCAS YUNES COMINATTO BARBOSA - 376710901 SP - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 64,17 - 73,00 - 65,05 - 12 - 1996-01-03
R10519 - FLAVIO ABRAO NETO - 342589416 SP - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 63,33 - 78,00 - 64,80 - 13 - 1990-07-06
R16015 - MARCELA DALLA BERNARDINA SENA - MG15751528 MG - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 63,33 - 69,00 - 63,90 - 14 - 1996-09-16
R14031 - THAIS MONTERO - 382834665 SP - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 61,67 - 61,00 - 61,60 - 15 - 1994-01-27
R12485 - MATHEUS RITTO - 530708826 SP - 008-CIRURGIA CARDIOVASCULAR - 61,67 - 60,00 - 61,50 - 16 - 1995-05-18
AA0061 - JOAO VICTOR VALINHO DE MORAES - 1811241 ES - 010-MEDICINA DO SONO - 90,00 - 95,00 - 90,50 - 1 - 1986-01-03
AA0047 - CAMILA MUNARO MONTEIRO - 350303885 SP - 010-MEDICINA DO SONO - 85,00 - 95,00 - 86,00 - 2 - 1985-10-01
AA0026 - CAMILA COELHO CARNEIRO - 68353483 PR - 010-MEDICINA DO SONO - 65,00 - 95,00 - 68,00 - 3 - 1990-01-10
AA0202 - MARIANA BRAGA FALCAO - 344091648 SP - 010-MEDICINA DO SONO - 60,00 - 95,00 - 63,50 - 4 - 1984-01-30
CG0132 - SARAH COZAR ZOLIO - 414040715 SP - 011-CIRURGIA PEDIATRICA - 90,00 - 90,00 - 90,00 - 1 - 1993-04-14
CG0178 - MARCUS VINICIUS LOPES HORIUCHI - 33485385-0 SP - 011-CIRURGIA PEDIATRICA - 85,83 - 90,00 - 86,25 - 2 - 1992-04-09
CG0080 - FLAVIA GARCIA FROGERI - 478244666 SP - 011-CIRURGIA PEDIATRICA - 85,00 - 80,00 - 84,50 - 3 - 1994-08-07
CG0387 - JESSICA PALMA SOARES - 1403439117 BA - 011-CIRURGIA PEDIATRICA - 83,33 - 70,00 - 82,00 - 4 - 1992-06-04
CG0038 - GUILHERME FREDERICO FERRO ALVES - 49693997X SP - 012-CIRURGIA PLASTICA - 92,50 - 80,00 - 91,25 - 1 - 1992-11-21
CG0056 - PEDRO PINCELLI TEIXEIRA - 466211120 SP - 012-CIRURGIA PLASTICA - 90,00 - 85,00 - 89,50 - 2 - 1994-10-12
CG0036 - DANILO DE CASTRO MONTEIRO - 5410823 GO - 012-CIRURGIA PLASTICA - 90,00 - 75,00 - 88,50 - 3 - 1993-10-01
CG0026 - HENRIQUE TADASHI ITO RIVERO - 49539810X SP - 012-CIRURGIA PLASTICA - 87,50 - 95,00 - 88,25 - 4 - 1992-08-20
CG0091 - JOAO ESPINOLA PESSOA PINTO FILHO - 436924365 SP - 012-CIRURGIA PLASTICA - 86,67 - 95,00 - 87,50 - 5 - 1993-09-22
CG0352 - MOHAMAD ABDUL MAJID CHAMS - 96438680 PR - 012-CIRURGIA PLASTICA - 87,50 - 85,00 - 87,25 - 6 - 1994-01-31
CG0255 - ANA PAULA SCHREINER - 459908984 SP - 012-CIRURGIA PLASTICA - 85,83 - 100,00 - 87,25 - 7 - 1989-05-20
CG0123 - RAISSA BARAKATT DE FIGUEIREDO - 23048271 AM - 012-CIRURGIA PLASTICA - 88,33 - 75,00 - 87,00 - 8 - 1992-08-05
CG0381 - GUSTAVO LIMA DAS NEVES - 458811 AC - 012-CIRURGIA PLASTICA - 90,83 - 50,00 - 86,75 - 9 - 1990-10-06
CG0009 - VINICIUS PRESOTTO DO AMARAL - 496752108 SP - 012-CIRURGIA PLASTICA - 90,83 - 50,00 - 86,75 - 10 - 1993-03-25
CG0048 - ANDRE LUIS FERNANDES - 85079891 PR - 012-CIRURGIA PLASTICA - 87,50 - 80,00 - 86,75 - 11 - 1992-08-24
CG0041 - THAIS CRISTINA OLIVEIRA GERMANO - 001807914 RN - 012-CIRURGIA PLASTICA - 87,50 - 70,00 - 85,75 - 12 - 1992-07-28
CG0243 - BARTOLOMEU ANTONIO NASCIMENTO JUNIOR - 4622038 PE - 012-CIRURGIA PLASTICA - 85,83 - 80,00 - 85,25 - 13 - 1973-11-06
CG0194 - PABLO NEVES DE OLIVEIRA ESTRELLA - 7545398 PE - 012-CIRURGIA PLASTICA - 86,67 - 70,00 - 85,00 - 14 - 1990-11-01
CG0082 - OONA TOMIE DARONCH - 101350061 PR - 012-CIRURGIA PLASTICA - 85,83 - 75,00 - 84,75 - 15 - 1996-02-24
CG0059 - CAROLINE DE OLIVEIRA ROVERSI - 479273571 SP - 012-CIRURGIA PLASTICA - 86,67 - 65,00 - 84,50 - 16 - 1991-10-06
CG0349 - STEPHANIE PANIZZON - 2062965682 RS - 012-CIRURGIA PLASTICA - 86,67 - 60,00 - 84,00 - 17 - 1991-11-04
CG0088 - KAUE BARBOSA DE CARVALHO - 124157331 PR - 012-CIRURGIA PLASTICA - 85,83 - 65,00 - 83,75 - 18 - 1991-08-13
CG0054 - PEDRO EDUARDO DE OLIVEIRA CARTAXO - 2761140 PB - 012-CIRURGIA PLASTICA - 86,67 - 55,00 - 83,50 - 19 - 1989-05-09
CG0296 - ADRIANO DA FONSECA PEREIRA - 8554354 PE - 012-CIRURGIA PLASTICA - 86,67 - 50,00 - 83,00 - 20 - 1990-06-08
CG0323 - HYROAN BRANDELL PEREIRA CORREA - 0151078520002 MA - 013-CIRURGIA TORACICA - 82,50 - 75,00 - 81,75 - 1 - 1992-12-22
CG0146 - ISABELE ALVES CHIRICHELA - 97228469 PR - 013-CIRURGIA TORACICA - 81,67 - 70,00 - 80,50 - 2 - 1994-06-14
CG0004 - DANILO CARIBE CARNEIRO - 1292929154 BA - 013-CIRURGIA TORACICA - 81,67 - 60,00 - 79,50 - 3 - 1995-05-23
CG0196 - EUDES CARVALHO ASSIS FILHO - 5410488 GO - 013-CIRURGIA TORACICA - 78,33 - 80,00 - 78,50 - 4 - 1992-08-23
CG0426 - BERNARDO MULINARI DE LACERDA PESSOA - 96992998 PR - 013-CIRURGIA TORACICA - 75,83 - 100,00 - 78,25 - 5 - 1991-04-20
CG0238 - JOAO PEDRO CARNEIRO LEAO - 219106408 RJ - 013-CIRURGIA TORACICA - 78,33 - 70,00 - 77,50 - 6 - 1992-04-18
CG0288 - LUAN AGUIAR FERRETTI - 460334335 SP - 013-CIRURGIA TORACICA - 77,50 - 75,00 - 77,25 - 7 - 1993-07-29
CG0257 - LUIZ PEREIRA NEVES NETO - 3303616 PB - 013-CIRURGIA TORACICA - 77,50 - 70,00 - 76,75 - 8 - 1993-05-13
CG0176 - KAREN GUERRA DE SOUZA - 001096930 MS - 013-CIRURGIA TORACICA - 77,50 - 65,00 - 76,25 - 9 - 1994-04-04
CG0166 - FELIPE PAGNONCELLI FACHIN - 2102386576 RS - 013-CIRURGIA TORACICA - 76,67 - 70,00 - 76,00 - 10 - 1993-10-04
CG0232 - ANGELA GENOEFA RUDELL - 94640997 PR - 013-CIRURGIA TORACICA - 75,00 - 65,00 - 74,00 - 11 - 1987-06-14
AA0100 - GUILHERME ANDRIOLLI - 345327111 SP - 014-ENDOSCOPIA GINECOLOGICA - 75,00 - 90,00 - 76,50 - 1 - 1992-10-27
AA0243 - FERNANDA LEAO DE FARIA - 5427857 GO - 014-ENDOSCOPIA GINECOLOGICA - 65,00 - 90,00 - 67,50 - 2 - 1994-05-05
AA0196 - ROBERTA ABRAMO RIBEIRO - 16547460 MG - 014-ENDOSCOPIA GINECOLOGICA - 65,00 - 80,00 - 66,50 - 3 - 1993-02-09
AA0159 - LIGIA WALTER MOURA - 467339776 SP - 014-ENDOSCOPIA GINECOLOGICA - 60,00 - 70,00 - 61,00 - 4 - 1989-09-01
AA0085 - LIA KEIKO SOUSA SHIMAMURA - 292997640 RJ - 014-ENDOSCOPIA GINECOLOGICA - 60,00 - 60,00 - 60,00 - 5 - 1992-12-09
AA0105 - RODRIGO DE DON BRAGA - 4490509 SC - 014-ENDOSCOPIA GINECOLOGICA - 60,00 - 55,00 - 59,50 - 6 - 1989-03-14
R10297 - VIKTORIA WEIHERMANN - 6258914 SC - 015-CLINICA MEDICA - 79,17 - 88,04 - 80,06 - 1 - 1997-04-22
R10656 - CESAR RIBEIRO FILADELFO - 447670700 SP - 015-CLINICA MEDICA - 80,83 - 71,39 - 79,89 - 2 - 1989-12-06
R11994 - STEPHANIE KALLAS BEEBY - 500330700 SP - 015-CLINICA MEDICA - 80,83 - 66,42 - 79,39 - 3 - 1996-05-09
R13478 - LUCAS HENRIQUE PAUPITZ MENDES - 3601040 PB - 015-CLINICA MEDICA - 78,33 - 78,41 - 78,34 - 4 - 1994-07-11
R13432 - BRUNO GABRIELE COSTA - 2006009173293 CE - 015-CLINICA MEDICA - 77,50 - 85,03 - 78,25 - 5 - 1996-08-15
R11331 - ANA FLAVIA DE SEIXAS SALOMAO - MG 14777170 MG - 015-CLINICA MEDICA - 77,50 - 82,96 - 78,05 - 6 - 1993-03-29
R11688 - AMANDA KAORI ITO - 468643370 SP - 015-CLINICA MEDICA - 77,50 - 80,75 - 77,83 - 7 - 1994-06-08
R13223 - ISABELLA SALES DE MACEDO - 1393708463 BA - 015-CLINICA MEDICA - 78,33 - 70,81 - 77,58 - 8 - 1997-07-14
R10987 - ROBERTA SARTORIO SILVA RANGEL - 3309510 ES - 015-CLINICA MEDICA - 77,50 - 74,97 - 77,25 - 9 - 1997-02-03
R10731 - GUILHERME HENRIQUE RIBEIRO DE CARVALHO - 15836095 MG - 015-CLINICA MEDICA - 78,33 - 67,03 - 77,20 - 10 - 1996-01-18
R10792 - JOAO CONRADO KHOURI DOS SANTOS - 1415052492 BA - 015-CLINICA MEDICA - 77,50 - 73,67 - 77,12 - 11 - 1992-05-25
R10913 - GIULIA SALEZZE SOUZA - 3161487 ES - 015-CLINICA MEDICA - 76,67 - 79,38 - 76,94 - 12 - 1997-08-21
R11908 - ENIO SIMAS MACEDO - 20081713503 CE - 015-CLINICA MEDICA - 76,67 - 77,96 - 76,80 - 13 - 1996-11-26
R13895 - JOSE PAULO AMOEDO BUENO BRANDAO - 132210873 RJ - 015-CLINICA MEDICA - 77,50 - 66,22 - 76,37 - 14 - 1996-03-29
R12770 - THAIS ALVES ASSUMPCAO - 438089790 SP - 015-CLINICA MEDICA - 75,83 - 80,11 - 76,26 - 15 - 1993-09-11
R12558 - MATEUS ANDRADE BOMFIM MACHADO - 1520457162 BA - 015-CLINICA MEDICA - 75,83 - 76,85 - 75,93 - 16 - 1996-04-22
R11643 - DANIEL MACHADO FERREIRA COSTA - 1383788006 BA - 015-CLINICA MEDICA - 75,00 - 81,36 - 75,64 - 17 - 1997-04-27
R11638 - LAURA BRENHA RIBEIRO MARTINS - 503474708 SP - 015-CLINICA MEDICA - 75,00 - 80,44 - 75,54 - 18 - 1996-06-11
R10514 - MARISTELA CESAR FREIRE - 366695794 SP - 015-CLINICA MEDICA - 75,00 - 80,38 - 75,54 - 19 - 1994-01-17
R10546 - EDUARDO MATTOS S. THIAGO - 257242289 RJ - 015-CLINICA MEDICA - 75,83 - 72,25 - 75,47 - 20 - 1997-09-03
R11607 - JOAO GABRIEL FRAGOSO DIAS - 3363246 ES - 015-CLINICA MEDICA - 74,17 - 83,95 - 75,15 - 21 - 1995-12-22
R15016 - THIAGO DE MATOS DOURADO - 46.708.084-7 SP - 015-CLINICA MEDICA - 75,00 - 71,88 - 74,69 - 22 - 1990-01-01
R12265 - TATYANE MAZETTI SAITO - 36102065X SP - 015-CLINICA MEDICA - 75,00 - 71,59 - 74,66 - 23 - 1994-12-26
R12236 - CAMILA GUSMAO VICENTE DOS ANJOS - 1334136084 BA - 015-CLINICA MEDICA - 74,17 - 77,05 - 74,46 - 24 - 1994-07-26
R12169 - GIULIO DE LOS SANTOS FORTUNA - 376256369 SP - 015-CLINICA MEDICA - 75,00 - 69,44 - 74,44 - 25 - 1996-07-11
R12039 - LUCIANA BALTAZAR DA SILVEIRA DE ARAUJO - 1586134140 BA - 015-CLINICA MEDICA - 74,17 - 74,32 - 74,19 - 26 - 1996-06-27
R13419 - LEONARDO RANZINI FAJARDO - 506127229 SP - 015-CLINICA MEDICA - 74,17 - 73,43 - 74,10 - 27 - 1994-05-28
R10994 - JESSICA SILVA NICOLAU - 40.058.739-7 SP - 015-CLINICA MEDICA - 73,33 - 80,75 - 74,07 - 28 - 1995-05-03
R11193 - MARINA YURI KADEKARU - 376222189 SP - 015-CLINICA MEDICA - 75,00 - 65,53 - 74,05 - 29 - 1995-01-13
R13168 - GABRIELA ALVES MARTINS - 3156033 DF - 015-CLINICA MEDICA - 73,33 - 79,94 - 73,99 - 30 - 1997-05-19
R14207 - BERNARDO GAMBORGI SILVEIRA - 4859863 SC - 015-CLINICA MEDICA - 75,00 - 62,80 - 73,78 - 31 - 1997-02-22
R15101 - FABIO LUIS KENJI ITO - 390691537 SP - 015-CLINICA MEDICA - 74,17 - 66,59 - 73,41 - 32 - 1996-05-27
R13455 - MATEUS BRAZ BRAGA - 384229542 SP - 015-CLINICA MEDICA - 74,17 - 65,57 - 73,31 - 33 - 1995-05-24
R10304 - FABIO AUGUSTO DA ROCHA SPECIAN - 25371428 MT - 015-CLINICA MEDICA - 72,50 - 80,10 - 73,26 - 34 - 1998-01-01
R11034 - CAIO VINICIUS FERNANDES RODRIGUES - 531564502 SP - 015-CLINICA MEDICA - 73,33 - 72,45 - 73,24 - 35 - 1996-05-01
R13186 - MARCELA RODRIGUES CICCONE - 387470311 SP - 015-CLINICA MEDICA - 73,33 - 72,43 - 73,24 - 36 - 1993-08-23
R10424 - CAROLINA TIEMI IKEDO - 536177491 SP - 015-CLINICA MEDICA - 73,33 - 71,11 - 73,11 - 37 - 1995-06-13
R13907 - EUSLAN DE ALMEIDA JUNIOR - 5841966 GO - 015-CLINICA MEDICA - 72,50 - 77,34 - 72,98 - 38 - 1995-08-09
R10672 - FELIPE DE SOUZA CABRAL - 3.147.333 ES - 015-CLINICA MEDICA - 71,67 - 82,63 - 72,77 - 39 - 1995-10-11
R14413 - CAMILA BOBATO LARA - 93784081 PR - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 87,93 - 72,54 - 40 - 1995-04-12
R10661 - JULIANA ANJOS MONTEIRO - 31496784 SE - 015-CLINICA MEDICA - 73,33 - 65,25 - 72,52 - 41 - 1995-05-10
R14339 - ROGERIO BICUDO RAMOS FILHO - 520799276 SP - 015-CLINICA MEDICA - 71,67 - 79,49 - 72,45 - 42 - 1996-10-15
R11756 - NATALIA SIMOES GAMBINI - 41233429X SP - 015-CLINICA MEDICA - 72,50 - 71,46 - 72,40 - 43 - 1993-05-21
R12599 - DANIELE COSTA RACHID LACERDA - MG15011519 MG - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 86,20 - 72,37 - 44 - 1992-10-27
R15662 - VINICIUS SCANDIUZZI - 497771251 SP - 015-CLINICA MEDICA - 75,00 - 48,18 - 72,32 - 45 - 1995-06-14
R15062 - MARCO TULIO ROSA MAGALHAES FERNANDES - MG18170493 MG - 015-CLINICA MEDICA - 72,50 - 69,89 - 72,24 - 46 - 1997-03-21
R12466 - LARISSA SAWARIS NETO - 001487933 MS - 015-CLINICA MEDICA - 72,50 - 69,75 - 72,23 - 47 - 1997-09-12
R10933 - JOAO PEDRO APARECIDO RIBAS DE SOUZA - 1897287 MS - 015-CLINICA MEDICA - 71,67 - 77,29 - 72,23 - 48 - 1997-07-25
R12446 - BEATRIZ FERRANTE PASQUINI - 54827207-4 SP - 015-CLINICA MEDICA - 73,33 - 61,42 - 72,14 - 49 - 1997-10-16
R12959 - SABRINA ZANARDI MACHADO - 3538344 ES - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 83,86 - 72,13 - 50 - 1997-03-26
R10320 - THAIS CAMPELO BEDE VALE - 2006009207740 CE - 015-CLINICA MEDICA - 71,67 - 76,21 - 72,12 - 51 - 1996-04-01
R11755 - ERICA YUKARI YANAGUIHARA - 39888194-7 SP - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 83,27 - 72,07 - 52 - 1994-02-05
R11161 - BRUNO QUINTINO DE OLIVEIRA - 452975591 SP - 015-CLINICA MEDICA - 71,67 - 75,52 - 72,06 - 53 - 1995-12-22
R10477 - GABRIELA LIRA DEVENS - 3452011 ES - 015-CLINICA MEDICA - 72,50 - 66,25 - 71,88 - 54 - 1996-02-01
R13017 - ERIKA MIRANDA VASCONCELOS - 3682850 PB - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 80,02 - 71,75 - 55 - 1995-08-01
R12793 - JULIA YEN - 553631111 SP - 015-CLINICA MEDICA - 73,33 - 57,00 - 71,70 - 56 - 1997-08-08
R13670 - JULIANA MANDARANO DE MATTOS - 13980913 MG - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 77,98 - 71,55 - 57 - 1994-10-18
R12343 - LUCA CAMPOLINO ROSSO - 43387032889 SP - 015-CLINICA MEDICA - 71,67 - 70,33 - 71,54 - 58 - 1994-12-10
R11253 - ARYELL DAVID PROENCA - 36212434-6 SP - 015-CLINICA MEDICA - 72,50 - 61,60 - 71,41 - 59 - 1994-12-27
R14899 - MATHEUS DE ALMEIDA COSTA - 2008009132194 CE - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 75,86 - 71,33 - 60 - 1997-08-09
R10292 - THIAGO CAVALCANTI MATOS - 359057810 SP - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 75,81 - 71,33 - 61 - 1997-03-14
R10351 - MARCOS FELIPE DE LUNA BOZZOLO - 35455747-6 SP - 015-CLINICA MEDICA - 72,50 - 59,23 - 71,17 - 62 - 1996-06-11
R11764 - THAIS BAPTISTA TEIXEIRA - 284534484 RJ - 015-CLINICA MEDICA - 71,67 - 65,52 - 71,06 - 63 - 1997-12-12
R15860 - KAIOAN CHOMA - 128324925 PR - 015-CLINICA MEDICA - 71,67 - 65,18 - 71,02 - 64 - 1996-12-03
R10507 - MATEUS GUSTAVO FAVARO - 17122745 MG - 015-CLINICA MEDICA - 71,67 - 64,89 - 70,99 - 65 - 1992-08-01
R12662 - CAIO CESAR CHAVES COSTA - 6413886 PA - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 71,28 - 70,88 - 66 - 1995-11-26
R10728 - JULIANA SARAN CARNEIRO - 440860556 SP - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 78,45 - 70,85 - 67 - 1990-10-26
R13285 - FERNANDA VIEIRA LEAO - 206825580 RJ - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 77,47 - 70,75 - 68 - 1996-06-16
R11408 - GABRIELA CAMILOTTI PERIM - 530584694 SP - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 76,69 - 70,67 - 69 - 1996-02-18
R13605 - VINICIUS DOMINGOS MAIA MALVEIRA - 2007030000651 CE - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 68,16 - 70,56 - 70 - 1994-07-01
R10282 - TIAGO LIMA ARNAUD - 2007009246655 CE - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 82,21 - 70,47 - 71 - 1996-08-31
R11921 - RAFAEL CAMPOS OLIVEIRA - 5061677 GO - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 66,78 - 70,43 - 72 - 1996-06-07
R13286 - LUCAS ENOCK VIEIRA ROBERTO - 3313196 ES - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 66,54 - 70,40 - 73 - 1993-07-21
R11811 - LUCAS DANIEL SUZUKI GODOY - 531627640 SP - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 73,76 - 70,38 - 74 - 1996-12-10
R11868 - LUCAS SAAD SILVEIRA - 38621928X SP - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 66,01 - 70,35 - 75 - 1995-02-10
R11910 - RICARDO MIRANDA BORGES - MG-15.789.929 MG - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 73,28 - 70,33 - 76 - 1996-06-28
R10217 - LUCAS FAGUNDES - 21218188 MT - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 73,25 - 70,33 - 77 - 1991-12-26
R13827 - ANA ELOISA MELO NOVAES - 2446907 RN - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 80,61 - 70,31 - 78 - 1993-10-13
R10747 - BEATRIZ TAMBASCO ANTUNES - 381937744 SP - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 80,01 - 70,25 - 79 - 1996-01-17
R11216 - MARIANA WANDERLEY DE ARAUJO - 1418406848 BA - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 79,96 - 70,25 - 80 - 1995-10-02
R10757 - GUILHERME DOS SANTOS PEREZ - 383639256 SP - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 79,84 - 70,24 - 81 - 1993-03-31
R11437 - DANIEL SAN MARTIN CARVALHO CORREA - 442354642 SP - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 79,74 - 70,23 - 82 - 1994-12-31
R13013 - VITOR JODAR CAVALHEIRO - 374776921 SP - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 72,22 - 70,22 - 83 - 1995-05-27
R14615 - ROBERTO HANGLEY MENDES DANTAS JUNIOR - 3982654 PB - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 71,83 - 70,18 - 84 - 1996-04-15
R10295 - JOANA RAMOS DEHEINZELIN - 539706048 SP - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 71,36 - 70,14 - 85 - 1995-05-20
R14365 - LUCAS HENRIQUE OLANDOSKI ERBANO - 126234830 PR - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 78,76 - 70,13 - 86 - 1996-05-13
R10050 - RODRIGO CARNEIRO FRANCO - 4936384 PA - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 63,58 - 70,11 - 87 - 1990-12-05
R15084 - SULIVANHENRIQUE DE SOUSA MIRANDA - 17555427 MG - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 70,33 - 70,03 - 88 - 1994-09-08
R10491 - JULIA ISABEL RICHTER CICOGNA - 5427257 SC - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 76,91 - 69,94 - 89 - 1995-04-06
R15243 - ENRICO MULLER MANZANO - 441254755 SP - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 69,34 - 69,93 - 90 - 1996-09-29
R12473 - VINICIUS VITOR DE OLIVEIRA - 45.960.387-5 SP - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 76,75 - 69,93 - 91 - 1994-02-27
R13213 - MANUELA CRISTINA RIBEIRO DIAS BARROSO - 27.985.126-5 RJ - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 76,62 - 69,92 - 92 - 1995-12-02
R13221 - BRUNO NOSCHANG BLAAS - 1118133642 RS - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 69,04 - 69,90 - 93 - 1997-08-07
R10983 - JULIA ALMEIDA DE PAULA - MG18811404 MG - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 76,37 - 69,89 - 94 - 1996-01-08
R12358 - JOSE HUMBERTO DE OLIVEIRA LISBOA JUNIOR - 3910964 PB - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 68,79 - 69,88 - 95 - 1996-07-11
R13649 - SAARA BARROS NASCIMENTO - 2883251 PI - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 74,12 - 69,67 - 96 - 1991-06-29
R11079 - CIRO BEZERRA VIEIRA - 0224828920028 MA - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 73,77 - 69,63 - 97 - 1996-04-19
R11338 - LUCAS ANTONIO OLIVEIRA FARIA - 18205612 MG - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 73,35 - 69,59 - 98 - 1995-06-06
R10379 - BEATRIZ AUGUSTA POZZOLO - 9.461.487-2 PR - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 72,83 - 69,54 - 99 - 1997-10-04
R10366 - MARIANA BASSO SPADONI - 94053560 PR - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 71,88 - 69,44 - 100 - 1997-09-05
R16123 - JULIA MANARA MARTINS - 409381378 SP - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 63,25 - 69,33 - 101 - 1996-01-22
R15254 - ANA CAROLINA MORAIS CORREIA - 36571784 AL - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 62,12 - 69,21 - 102 - 1997-02-10
R12015 - PAULO ROBERTO GIOVANNETTI MASSABKI - 128574840 PR - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 69,46 - 69,20 - 103 - 1995-07-16
R10447 - LUCAS EDUARDO BENTHIEN SANTOS - 5627021 SC - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 69,41 - 69,19 - 104 - 1994-12-28
R10829 - MATHEUS DIGILIO MENDONCA RIBEIRO - 592753499 SP - 015-CLINICA MEDICA - 70,83 - 53,38 - 69,09 - 105 - 1995-09-21
R13199 - CARLO AUGUSTO CICCHETTO BASILIO - 457385959 SP - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 66,35 - 68,89 - 106 - 1994-06-12
R12103 - ISABELA BULHOES ANDRADE - 33302235 SE - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 66,24 - 68,88 - 107 - 1996-03-12
R11599 - ALEXANDRE SOARES FERREIRA JUNIOR - 499824210 SP - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 58,65 - 68,87 - 108 - 1994-08-29
R14356 - ANDRE JAEGER DE BELLI - 2091632881 RS - 015-CLINICA MEDICA - 70,00 - 58,04 - 68,80 - 109 - 1996-12-03
R13064 - RAUL SAKUMA NARITA - MG14299573 MG - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 64,60 - 68,71 - 110 - 1996-04-18
R10195 - BARBARA BAYEH - 47909061-0 SP - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 64,36 - 68,69 - 111 - 1990-12-22
R10831 - LUCCA CIRILLO LIMA - 420709320 SP - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 63,06 - 68,56 - 112 - 1996-01-02
R12459 - RAISSA HALLACK DREICON - 394082461 SP - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 61,61 - 68,41 - 113 - 1996-05-18
R13523 - MARIANA DE SOUZA DIAS - 5969074 PA - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 58,73 - 68,13 - 114 - 1995-09-22
R12787 - ROBERTA DE SOUZA DIAS - 5529397 PA - 015-CLINICA MEDICA - 69,17 - 56,27 - 67,88 - 115 - 1994-11-11
AA0035 - TAMARA MARIA RIBEIRO PEREIRA - 486127205 SP - 016-DOR (NEUROLOGIA, NEUROCIRURGIA) - 90,00 - 95,00 - 90,50 - 1 - 1992-03-15
AA0185 - CICERO KAIKY ANDRADE OLIVEIRA - 2005029145149 CE - 016-DOR (NEUROLOGIA, NEUROCIRURGIA) - 85,00 - 77,00 - 84,20 - 2 - 1992-09-09
AA0109 - JOSE LUCAS MALOSTI TEODORO RODRIGUES - 108085479 PR - 016-DOR (NEUROLOGIA, NEUROCIRURGIA) - 80,00 - 95,00 - 81,50 - 3 - 1994-05-18
AA0231 - ANSELMO ALVES BOA SORTE JUNIOR - 1011144786 BA - 016-DOR (NEUROLOGIA, NEUROCIRURGIA) - 70,00 - 95,00 - 72,50 - 4 - 1989-11-20
AA0010 - MATEUS DELTREGGIA - 352000880 SP - 016-DOR (NEUROLOGIA, NEUROCIRURGIA) - 65,00 - 87,00 - 67,20 - 5 - 1990-10-13
AA0218 - SILVIO MARCELO SILVA FERNANDES - 13830970 AM - 016-DOR (NEUROLOGIA, NEUROCIRURGIA) - 65,00 - 77,00 - 66,20 - 6 - 1979-01-07
AA0051 - MOHAMAD ALI HUSSEIN - 97153671 PR - 016-DOR (NEUROLOGIA, NEUROCIRURGIA) - 65,00 - 77,00 - 66,20 - 7 - 1990-06-04
AA0013 - SYLVIA REGINA RODRIGUES WEDEMANN - 413821298 SP - 017-DOR (ANESTESIOLOGIA) - 95,00 - 100,00 - 95,50 - 1 - 1992-04-10
AA0179 - PRISCILA BRISENO FROTA - 2004009074892 CE - 017-DOR (ANESTESIOLOGIA) - 95,00 - 95,00 - 95,00 - 2 - 1987-04-02
AA0097 - VICTOR EGYPTO PEREIRA - 3054048 PB - 017-DOR (ANESTESIOLOGIA) - 95,00 - 82,50 - 93,75 - 3 - 1993-01-01
AA0030 - EMILIO MAGALHAES MARTINS GUTZEIT WILL - 1175139629 BA - 017-DOR (ANESTESIOLOGIA) - 85,00 - 82,00 - 84,70 - 4 - 1992-11-09
AA0214 - CARLOS EDUARDO GONDIM OLIVEIRA - 96013034728 CE - 017-DOR (ANESTESIOLOGIA) - 90,00 - 31,00 - 84,10 - 5 - 1986-04-03
AA0007 - KARENTHAN DE ABREU RODRIGUES - 637111394 SP - 017-DOR (ANESTESIOLOGIA) - 85,00 - 65,00 - 83,00 - 6 - 1990-03-03
AA0169 - LADYER DA GAMA COSTA - 2080778 PI - 017-DOR (ANESTESIOLOGIA) - 75,00 - 75,00 - 75,00 - 7 - 1985-01-16
AA0245 - THAIANA PEZZI - 6097451667 RS - 017-DOR (ANESTESIOLOGIA) - 75,00 - 71,00 - 74,60 - 8 - 1988-08-17
AA0157 - LUISE GUIMARAES RODRIGUES - 9074091357 RS - 017-DOR (ANESTESIOLOGIA) - 75,00 - 70,00 - 74,50 - 9 - 1989-08-06
AA0053 - PEDRO FERRO LIMA MENEZES - 30309972 AL - 017-DOR (ANESTESIOLOGIA) - 75,00 - 67,50 - 74,25 - 10 - 1989-03-11
AA0101 - ARTUR DA SILVA BARROS DE SOUZA - 213325335 RJ - 017-DOR (ANESTESIOLOGIA) - 75,00 - 66,00 - 74,10 - 11 - 1990-05-19
AA0034 - PEDRO HENRIQUE ALVES MARTINS GUERRA - 12837732 MG - 017-DOR (ANESTESIOLOGIA) - 75,00 - 20,00 - 69,50 - 12 - 1992-09-23
AA0130 - EDUARDA CARNEIRO GOMES FERREIRA - 6828520 PE - 019-ENDOSCOPIA DIGESTIVA - 85,00 - 85,00 - 85,00 - 1 - 1991-09-20
AA0004 - THAIS CABRAL DE MELO VIANA - 8594144 PE - 019-ENDOSCOPIA DIGESTIVA - 80,00 - 93,00 - 81,30 - 2 - 1991-10-09
AA0203 - LIVIA MARIA ANTUNES PINTO AZEVEDO - 65959405-5 SP - 019-ENDOSCOPIA DIGESTIVA - 80,00 - 87,00 - 80,70 - 3 - 1989-08-03
AA0001 - GISELA BANDEIRA DE MELO LINS DE ALBUQUERQUE - 21282323 AM - 019-ENDOSCOPIA DIGESTIVA - 70,00

CM0681 - ALINE TIEMI HIROSE VENTURA - 19600062 MT - 020-CLINICA MEDICA - ANO ADICIONAL - 40,00 - 54,10 - 41,41 - 13 - 1990-04-27

CM0016 - ILDEFONSO LUIZ DE FREITAS NETO - 879315 RO - 020-CLINICA MEDICA - ANO ADICIONAL - 28,33 - 51,43 - 30,64 - 14 - 1986-10-08

R13133 - GABRIELA BIIHRER BELEI - 432622962 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 65,00 - 91,30 - 67,63 - 1 - 1993-07-01

R15701 - RAFAEL PECORARO DE ANDRADE - 327293160 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 63,33 - 85,10 - 65,51 - 2 - 1991-07-16

R10167 - ANA CAROLYNE SILVA DE JESUS - 32198310 SE - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 62,50 - 91,70 - 65,42 - 3 - 1994-06-01

R11251 - THOMAS HELFENSTEIN - 37.345.446-6 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 59,17 - 98,50 - 63,10 - 4 - 1994-12-12

R12716 - ANGELA HYUN JI KIM - 397375682 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 59,17 - 95,80 - 62,83 - 5 - 1997-05-27

R16818 - RENATA TAKEYAMA DE OLIVEIRA - 377468599 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 60,83 - 80,20 - 62,77 - 6 - 1993-12-28

R14017 - DOUGLAS REINOSO PEREIRA - 2129373 ES - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 59,17 - 89,30 - 62,18 - 7 - 1990-01-17

R10423 - LUCAS BRUNATI GREMASCHI - 127166838 PR - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 56,67 - 94,30 - 60,43 - 8 - 1995-07-18

R10974 - ANDREA DE CARVALHO CICHOCKI - 49370393 PR - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 59,17 - 65,80 - 59,83 - 9 - 1985-12-04

R12338 - VANESSA CLICIA MIHANA SAITO SUZUKI - 382318183 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 52,50 - 99,00 - 57,15 - 10 - 1993-11-22

R14933 - PAOLO KAM TICEU - 370949791 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 52,50 - 91,20 - 56,37 - 11 - 1993-04-02

R14279 - GUILHERME YUITI SIKUSAWA - 383031709 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 53,33 - 78,20 - 55,82 - 12 - 1996-02-16

R16444 - THADEU ROCHA DA COSTA - 342594394 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 50,83 - 96,20 - 55,37 - 13 - 1986-02-25

R14537 - DANIEL YITEH LIN - 32324330 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 50,00 - 91,40 - 54,14 - 14 - 1993-12-19

R12663 - DANIEL EIJI KAYANO - 367168753 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 50,00 - 84,00 - 53,40 - 15 - 1992-04-04

R13481 - MAYRA CREMONESI DIAS DOS SANTOS - 364807118 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 50,83 - 71,90 - 52,94 - 16 - 1992-07-02

R16617 - CESAR TAKESHI SUMITA - 456242375 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 48,33 - 87,70 - 52,27 - 17 - 1994-08-17

R13453 - LARYSSA RODRIGUES DE LIMA TRINCHAO - 377260046 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 48,33 - 80,80 - 51,58 - 18 - 1994-01-10

R12414 - CAROLINA MASINI PEDROZO - 373806759 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 45,83 - 94,50 - 50,70 - 19 - 1994-04-03

R13146 - MARCOS MATHEUS DA SILVA FONSECA - 5514450 GO - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 45,83 - 83,30 - 49,58 - 20 - 1992-11-11

R16182 - SERGIO VALERIO ESCOBAR FILHO - 6296051 SC - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 45,83 - 81,50 - 49,40 - 21 - 1998-05-12

R13296 - MARIANA KARAKIDA HASHIMOTO - 379471565 SP - 021-MEDICINA FISICA E REABILITACAO - 45,83 - 78,50 - 49,10 - 22 - 1992-01-09

CM0073 - OLIVIA DUARTE DE CASTRO ALVES - 2006009267301 CE - 022-GASTROENTEROLOGIA - 71,67 - 100,00 - 74,50 - 1 - 1995-04-15

CM0191 - MARIANA DE LIRA FONTE - 3788022 PB - 022-GASTROENTEROLOGIA - 71,67 - 91,33 - 73,64 - 2 - 1995-01-27

CM0498 - MARCUS VINICIUS DE ACEVEDO GARCIA GOMES - 32144296 AL - 022-GASTROENTEROLOGIA - 68,33 - 88,00 - 70,30 - 3 - 1995-06-15

CM0523 - INGRID MEDEIROS DE FIGUEIREDO - 2191209 RN - 022-GASTROENTEROLOGIA - 67,50 - 94,33 - 70,18 - 4 - 1993-10-16

CM0017 - DAVI VIANA RAMOS - 1161744630 BA - 022-GASTROENTEROLOGIA - 69,17 - 78,33 - 70,09 - 5 - 1994-05-19

CM0611 - AMANDA CARVALHO ALMEIDA DE MEDEIROS - 3525971 PB - 022-GASTROENTEROLOGIA - 65,00 - 96,67 - 68,17 - 6 - 1993-08-22

CM0808 - DIOGO DELGADO DOTTA - 17.568.821 MG - 022-GASTROENTEROLOGIA - 65,83 - 83,83 - 67,63 - 7 - 1995-05-22

CM0153 - AMANDA LIMA BRUNO - 3114585 PI - 022-GASTROENTEROLOGIA - 65,83 - 82,83 - 67,53 - 8 - 1993-02-05

CM0528 - TALLES FALQUETO RENON - 3233794 ES - 022-GASTROENTEROLOGIA - 64,17 - 96,67 - 67,42 - 9 - 1994-04-15

CM0479 - MARIA JULIA GABRIELA COLOSSI - 1396906460 BA - 022-GASTROENTEROLOGIA - 64,17 - 95,83 - 67,34 - 10 - 1993-12-01

CM0448 - DEBORA PIMENTEL CANOILAS - 217042035 RJ - 022-GASTROENTEROLOGIA - 67,50 - 64,50 - 67,20 - 11 - 1993-08-15

CM0371 - JOSE VIVALDO MOREIRA FEITOSA JUNIOR - 2006002080966 CE - 022-GASTROENTEROLOGIA - 65,00 - 86,33 - 67,13 - 12 - 1993-06-04

CM0736 - JESSICA BASTOS GARCIA - 3290463 ES - 022-GASTROENTEROLOGIA - 63,33 - 95,00 - 66,50 - 13 - 1994-12-22

CM0281 - ALINE ROMAO FONSECA - 2007010022463 CE - 022-GASTROENTEROLOGIA - 64,17 - 85,67 - 66,32 - 14 - 1990-08-01

CM0426 - HELOISA DI MATTEO JOAQUIM - 379802338 SP - 022-GASTROENTEROLOGIA - 63,33 - 88,00 - 65,80 - 15 - 1992-09-22

CM0039 - HIRAM MENEZES NASCIMENTO FILHO - 30951690 SE - 022-GASTROENTEROLOGIA - 63,33 - 85,83 - 65,58 - 16 - 1992-10-28

AA0028 - RODRIGO LIMA DOS SANTOS - 12064042 MG - 024-MEDICINA PALIATIVA - 90,00 - 90,00 - 90,00 - 1 - 1992-04-25

AA0135 - RENATA LARA BORGES - 5455678 GO - 024-MEDICINA PALIATIVA - 90,00 - 71,00 - 88,10 - 2 - 1992-02-04

AA0067 - JULIA RELVA BASSO - 348110170 SP - 024-MEDICINA PALIATIVA - 90,00 - 64,00 - 87,40 - 3 - 1983-05-24

AA0024 - CLARA DOMINGUEZ DA SILVA - 1281522813 BA - 024-MEDICINA PALIATIVA - 85,00 - 64,00 - 82,90 - 4 - 1989-06-05

AA0098 - HENRIQUE MURAGUCHI - 0244633320030 MA - 024-MEDICINA PALIATIVA - 80,00 - 91,00 - 81,10 - 5 - 1993-04-22

AA0206 - MATHEUS MARTINS DE SOUSA DIAS - 20070884379 CE - 024-MEDICINA PALIATIVA - 80,00 - 84,00 - 80,40 - 6 - 1995-05-11

AA0140 - CAMILA DE ALMEIDA CASTRO - 209268754 RJ - 024-MEDICINA PALIATIVA - 80,00 - 80,00 - 80,00 - 7 - 1988-02-12

AA0068 - RICARDO LUCAS DE SOUZA RODRIGUES - 203304597 RJ - 024-MEDICINA PALIATIVA - 75,00 - 97,00 - 77,20 - 8 - 1992-05-20

AA0167 - MORENA OLIVEIRA COSTA - 1016099223 BA - 024-MEDICINA PALIATIVA - 80,00 - 46,00 - 76,60 - 9 - 1990-03-07

AA0102 - DYONATHAN FERNANDE BONAMIGO - 4055519 SC - 024-MEDICINA PALIATIVA - 80,00 - 44,00 - 76,40 - 10 - 1991-01-14

AA0043 - RODRIGO DIAS BITTENCOURT - 0965603555 BA - 024-MEDICINA PALIATIVA - 75,00 - 65,00 - 74,00 - 11 - 1995-02-17

AA0153 - RENATHA DE SENA ROSA LAGO - 193293220015 MA - 024-MEDICINA PALIATIVA - 75,00 - 64,00 - 73,90 - 12 - 1988-10-07

AA0066 - LUISA CINQUE DE MELO - MG13362083 MG - 024-MEDICINA PALIATIVA - 75,00 - 57,00 - 73,20 - 13 - 1992-02-23

AA0240 - DAYANNE LUIZA DE CARVALHO - 13606931 MG - 024-MEDICINA PALIATIVA - 75,00 - 55,00 - 73,00 - 14 - 1986-03-21

AA0072 - FELIPE JATENE CAVALCANTE BOTELHO - 5901083 PA - 024-MEDICINA PALIATIVA - 75,00 - 48,00 - 72,30 - 15 - 1992-09-24

AA0042 - NATASHA MEGUMI SEO FUKUSHIMA - 642944842 SP - 024-MEDICINA PALIATIVA - 70,00 - 82,00 - 71,20 - 16 - 1991-01-08

AA0045 - CAROLINA SEARA COUTO - 12178333664 MG - 024-MEDICINA PALIATIVA - 70,00 - 69,00 - 69,90 - 17 - 1993-07-03

AA0132 - GABRIELA VARAJAO DE LATORRE - 343179362 SP - 024-MEDICINA PALIATIVA - 70,00 - 63,00 - 69,30 - 18 - 1992-06-01

AA0077 - MARINA FARINA DALLA COSTA - 552278221 SP - 024-MEDICINA PALIATIVA - 70,00 - 42,00 - 67,20 - 19 - 1992-11-13

AA0156 - FERNANDA MELLO ORTIGOSA NOGUEIRA - 328630007 SP - 024-MEDICINA PALIATIVA - 65,00 - 52,00 - 63,70 - 20 - 1987-03-16

AA0134 - SARAH HADDAD REIS - 16496575 MG - 024-MEDICINA PALIATIVA - 65,00 - 38,00 - 62,30 - 21 - 1991-09-14

CM0226 - BRUNA FONSECA ROCHA - 0293207920051 MA - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 75,00 - 88,00 - 76,30 - 1 - 1992-06-13

CM0286 - ANDREA DE GOES TRINDADE MELLO - 1378001001 BA - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 73,33 - 90,00 - 75,00 - 2 - 1994-10-04

CM0204 - PAULA LUCAFO ZENERO - 419880410 SP - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 72,50 - 92,00 - 74,45 - 3 - 1995-02-23

CM0232 - RAFAEL LOPES PACCA - 476707468 SP - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 71,67 - 88,00 - 73,30 - 4 - 1990-12-15

CM0394 - LUISA VILELA CARVALHO - 14956693 MG - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 70,00 - 100,00 - 73,00 - 5 - 1991-10-28

CM0057 - FELIPE MEDAUAR REIS DE ANDRADE MOREIRA - 1306951739 BA - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 70,83 - 91,00 - 72,85 - 6 - 1994-02-24

CM0388 - JOAO PAULO YOSHIO DA SILVA - 4694203 GO - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 70,00 - 94,00 - 72,40 - 7 - 1993-03-08

CM0276 - DIEGO LUZ FELIPE DA SILVA - 028649382005-3 MA - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 70,00 - 94,00 - 72,40 - 8 - 1994-02-21

CM0758 - FERNANDA SANTOS AZEVEDO - 236548095 RJ - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 70,00 - 91,00 - 72,10 - 9 - 1995-01-18

CM0359 - GISELLE GROETARES DE LIMA - 279461735 RJ - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 70,00 - 80,00 - 71,00 - 10 - 1994-04-21

CM0091 - ALESSANDRA MARIA CERQUEIRA DE SOUSA - 3167893 PI - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 68,33 - 94,00 - 70,90 - 11 - 1993-11-19

CM0680 - MARCELA DO VALE ELIAS - 15869665 MG - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 67,50 - 100,00 - 70,75 - 12 - 1993-02-10

CM0041 - THAIS BARBOSA RODRIGUES - MG17075731 MG - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 68,33 - 91,00 - 70,60 - 13 - 1994-03-19

CM0173 - CAIO BRANICIO PRATO - 401442640 SP - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 68,33 - 88,00 - 70,30 - 14 - 1993-05-16

CM0148 - CAROLINA PERRONE MARQUES - 5314748 SC - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 67,50 - 91,00 - 69,85 - 15 - 1994-04-12

CM0230 - FERNANDO GUIMARAES PORTO - 0964413990 BA - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 68,33 - 82,00 - 69,70 - 16 - 1993-03-05

CM0024 - FABIO TADAYOSHI SAZAKI JUNIOR - 99044500 PR - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 68,33 - 81,00 - 69,60 - 17 - 1994-10-15

CM0305 - SABRINA MARIA CORREA BRANT PEREIRA DE JESUS - 2975504 DF - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 66,67 - 94,00 - 69,40 - 18 - 1994-03-10

CM0558 - LUCAS VOGT COTA - 14312206 MG - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 66,67 - 93,00 - 69,30 - 19 - 1988-11-22

CM0189 - WILLIAM GEORGE GIUSTI FISCHER - 417452093 SP - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 65,00 - 98,00 - 68,30 - 20 - 1991-10-08

CM0532 - PHILIPPE MOTA COUTINHO DA SILVA - 1205310380 BA - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 65,00 - 89,00 - 67,40 - 21 - 1995-04-16

CM0291 - ANA CAROLINA VIEIRA DE LIMA - 4998878 GO - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 65,00 - 87,00 - 67,20 - 22 - 1989-07-29

CM0047 - CINTIA AMARO TEIXEIRA ALVES - 214469710 RJ - 026-HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - 65,00 - 81,00 - 66,60 - 23 - 1994-06-20

AA0006 - RUBENS VICENTE DE LUCA NETO - 16566027 MG - 027-HEPATOLOGIA - 85,00 - 90,00 - 85,50 - 1 - 1991-03-31

AA0155 - ISADORA GALVAO GONCALVES - 0270019920047 MA - 027-HEPATOLOGIA - 60,00 - 80,00 - 62,00 - 2 - 1991-10-04

R13722 - LUIZ FELIPE TOLENTINO PRIESTER - 389900163 SP - 028-MEDICINA DO TRABALHO - 64,17 - 90,00 - 66,75 - 1 - 1996-05-13

R12091 - ALVARO EMANUEL DE OLIVEIRA SIMOES - 584510184 SP - 028-MEDICINA DO TRABALHO - 62,50 - 100,00 - 66,25 - 2 - 1959-03-27

R12978 - NILTON DA SILVA OLIVEIRA JUNIOR - 22286810-7 SP - 028-MEDICINA DO TRABALHO - 55,83 - 90,00 - 59,25 - 3 - 1975-12-03

R14076 - MARILIA MIQUELAO GARCIA - 83125675 PR - 028-MEDICINA DO TRABALHO - 55,00 - 80,00 - 57,50 - 4 - 1985-02-14

R14565 - THIAGO AZEVEDO JOLY - 449561148 SP - 028-MEDICINA DO TRABALHO - 51,67 - 80,00 - 54,50 - 5 - 1989-03-05

R15134 - RAPHAEL PRIMO MARTINS DE SOUSA - 4044216 PA - 028-MEDICINA DO TRABALHO - 47,50 - 90,00 - 51,75 - 6 - 1990-07-02

R13308 - GUSTAVO NORIYUKI NAKASSONE - 46096902-X SP - 030-MEDICINA NUCLEAR - 64,17 - 79,64 - 65,72 - 1 - 1994-05-18

R14903 - LAIS FLAUSINO DIAS - 100246716 PR - 030-MEDICINA NUCLEAR - 60,83 - 78,50 - 62,60 - 2 - 1990-09-05

R15203 - ERICA SAYURI WATANABE - 283974424 SP - 030-MEDICINA NUCLEAR - 57,50 - 88,29 - 60,58 - 3 - 1983-11-12

R12417 - LAYLSON COSTA SANTOS - 34111328 AL - 030-MEDICINA NUCLEAR - 54,17 - 69,93 - 55,75 - 4 - 1994-07-20

R15351 - HUSSEIN YUSSEF LOPES ZAR - 490069058 SP - 030-MEDICINA NUCLEAR - 53,33 - 56,79 - 53,68 - 5 - 1993-06-08

R11502 - LUCAS NASCIMENTO SANTOS - 5574618 GO - 030-MEDICINA NUCLEAR - 50,00 - 68,21 - 51,82 - 6 - 1993-09-17

R15389 - FELIPE PICCARONE GONCALVES RIBEIRO - 322932932 SP - 030-MEDICINA NUCLEAR - 45,83 - 78,00 - 49,05 - 7 - 1992-01-05

R14997 - SERGIO ROGERIO DE ARAUJO MENDES FILHO - 3119946 PI - 030-MEDICINA NUCLEAR - 45,83 - 57,00 - 46,95 - 8 - 1993-11-05

R11686 - MARIANA DE MIRANDA SUGUINO - 9339596 MG - 030-MEDICINA NUCLEAR - 39,17 - 69,79 - 42,23 - 9 - 1987-11-15

R14759 - ERICK CANDIDO VELASQUEZ CENTELLAS - G296737J SP - 030-MEDICINA NUCLEAR - 38,33 - 54,04 - 39,90 - 10 - 1982-05-23

R13365 - REINALDO DEI TOS NETO - 98126759 PR - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 70,00 - 74,15 - 70,42 - 1 - 1991-04-01

R13031 - IGOR PEREIRA DE LIMA - 41.446.136-8 SP - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 57,50 - 84,15 - 60,17 - 2 - 1994-11-21

R10396 - GUSTAVO ANDRADE PIMENTA LEITE - 573572719 SP - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 55,83 - 85,40 - 58,79 - 3 - 1995-01-19

R10317 - LAIS KOMATSU DE PAIVA - 90885979 PR - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 54,17 - 87,56 - 57,51 - 4 - 1992-02-26

R11482 - JOAO GABRIEL ZANETTI CARVALHO - 3021343 ES - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 52,50 - 87,13 - 55,96 - 5 - 1993-12-21

R10885 - VITOR ABAURRE AMARAL - 3356693 ES - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 53,33 - 73,00 - 55,30 - 6 - 1995-04-09

R14335 - VANINA CASTRO DORIA DE ALMEIDA - 3189004 PB - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 49,17 - 73,70 - 51,62 - 7 - 1993-03-08

R14536 - AMANDA GONCALVES DA COSTA - 989389 RO - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 47,50 - 86,15 - 51,37 - 8 - 1996-05-05

R11031 - MATHEUS PRADO NASCIMENTO - 363096139 SP - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 48,33 - 74,41 - 50,94 - 9 - 1994-08-30

R14212 - FLAVIO GOIA NISHIDE - 389920861 SP - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 47,50 - 79,40 - 50,69 - 10 - 1993-03-10

R15247 - OSVALDO RODRIGUES ROCHA - MG20215666 MG - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 47,50 - 60,11 - 48,76 - 11 - 1996-10-18

R11109 - ANNA CAROLINE DOS SANTOS MOREIRA BEVENUTO - 49492889X SP - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 45,00 - 76,86 - 48,19 - 12 - 1992-02-03

R14079 - GIANLUCA NEUBERN PESCARMONA - 396176173 SP - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 45,00 - 68,14 - 47,31 - 13 - 1996-07-05

R11384 - GUILHERME ISAWA FARIA - 387617875 SP - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 44,17 - 73,75 - 47,13 - 14 - 1991-10-19

R13689 - RENATA COUTINHO PEREIRA - 3011625 PB - 031-MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL - 45,00 - 39,75 - 44,48 - 15 - 1988-05-28

CM0682 - ANA TERESA PEREIRA VIEIRA - 3361059 PB - 033-NEFROLOGIA - 74,17 - 94,00 - 76,15 - 1 - 1993-10-31

CM0207 - MATEUS COELHO GUERREIRO - 154554 AP - 033-NEFROLOGIA - 73,33 - 85,00 - 74,50 - 2 - 1996-02-03

CM0098 - DANIELA CAMPOSTRINI FAVARATO - 3047224 ES - 033-NEFROLOGIA - 72,50 - 85,00 - 73,75 - 3 - 1993-07-08

CM0075 - VINICIUS VASCONCELOS SOBRAL - 30950937 SE - 033-NEFROLOGIA - 72,50 - 80,00 - 73,25 - 4 - 1991-10-02

CM0587 - RENAN GOMES MENDES DINIZ - 97029041190 CE - 033-NEFROLOGIA - 70,83 - 85,00 - 72,25 - 5 - 1987-12-31

CM0436 - CHARLES HAMILTON MELO JUNIOR - 656892924 SP - 033-NEFROLOGIA - 70,83 - 80,00 - 71,75 - 6 - 1990-08-22

CM0715 - KAROLINE WAYLA COSTA DA SILVA - 400779 AP - 033-NEFROLOGIA - 68,33 - 85,00 - 70,00 - 7 - 1994-03-18

CM0202 - NATACHA UEDA MORALES - 36662314X SP - 033-NEFROLOGIA - 67,50 - 90,00 - 69,75 - 8 - 1992-12-08

CM0716 - ISABELA CAVALCANTE SALGADO - 0275397620048 MA - 033-NEFROLOGIA - 68,33 - 80,00 - 69,50 - 9 - 1993-11-21

CM0051 - JOAO VITOR ASSIS COSTA - 1442014458 BA - 033-NEFROLOGIA - 69,17 - 70,00 - 69,25 - 10 - 1994-08-12

CM0385 - DANIEL ANDREOLI GOMES - 6093363916 RS - 033-NEFROLOGIA - 68,33 - 75,00 - 69,00 - 11 - 1991-10-25

CM0462 - CAROLINA MARQUEZ LIMA - 17114263 MG - 033-NEFROLOGIA - 67,50 - 80,00 - 68,75 - 12 - 1993-08-24

CM0018 - LUISA SILVA DE SOUSA - 002368735 RN - 033-NEFROLOGIA - 66,67 - 85,00 - 68,50 - 13 - 1993-03-25

CM0306 - ANA BEATRIZ ABRANTES MOREIRA - 3300808 PB - 033-NEFROLOGIA - 67,50 - 75,00 - 68,25 - 14 - 1995-06-02

CM0283 - NATALIA JANONI MACEDO - 278874029 RJ - 033-NEFROLOGIA - 66,67 - 80,00 - 68,00 - 15 - 1993-10-21

CM0264 - THAIS LIMA VERDE DE ARAUJO SILVEIRA - 1395306494 BA - 033-NEFROLOGIA - 67,50 - 70,00 - 67,75 - 16 - 1993-04-29

CM0265 - LEANDRO FAVARO - 643350 AP - 033-NEFROLOGIA - 65,83 - 75,00 - 66,75 - 17 - 1995-01-14

CM0591 - MATHEUS RIZZATO ROSSI - 509894355 SP - 033-NEFROLOGIA - 65,83 - 70,00 - 66,25 - 18 - 1995-02-17

CM0650 - LEONARDO DE SOUZA VIDAL - 002084036 RN - 033-NEFROLOGIA - 64,17 - 85,00 - 66,25 - 19 - 1990-11-30

CM0112 - JULIA BALDON SCARDINI - 3170241 ES - 033-NEFROLOGIA - 65,00 - 75,00 - 66,00 - 20 - 1995-07-07

CM0176 - FLAVIA HOSANA DE MACEDO CUOCO - 356815948 SP - 033-NEFROLOGIA - 65,83 - 65,00 - 65,75 - 21 - 1992-09-17

CM0152 - CAROLINA MYWA TOMITA - 105755350 PR - 033-NEFROLOGIA - 65,00 - 70,00 - 65,50 - 22 - 1995-05-03

CM0469 - MARIA ESTHER DE REZENDE CORREA - 13580417 MG - 033-NEFROLOGIA - 65,83 - 60,00 - 65,25 - 23 - 1994-06-10

CM0348 - ISABELLA DE OLIVEIRA COUTINHO - 3038053 ES - 033-NEFROLOGIA - 64,17 - 55,00 - 63,25 - 24 - 1994-11-11

R14588 - ALEXANDRE BALDASSERINI GUIMARAES - 466640961 SP - 034-NEUROCIRURGIA - 75,83 - 100,00 - 78,25 - 1 - 1990-05-15

R10857 - PAULO ANTONIO RIBEIRO DE FREITAS - 5764388 GO - 034-NEUROCIRURGIA - 75,83 - 100,00 - 78,25 - 2 - 1997-05-11

R15854 - GUILHERME MARCONI GUIMARAES MARTINS HOLANDA - 2954712 PI - 034-NEUROCIRURGIA - 75,00 - 95,20 - 77,02 - 3 - 1994-05-13

R10489 - RONALDO DORNELAS DE FARIA JUNIOR - 1930596 MS - 034-NEUROCIRURGIA - 74,17 - 93,60 - 76,11 - 4 - 1996-08-02

R13096 - PEDRO JOSE RAMIRO MUINOS - 1169527507 BA - 034-NEUROCIRURGIA - 71,67 - 96,00 - 74,10 - 5 - 1995-07-15

R11634 - IGOR NAPOLEAO PAIVA ARAUJO - 019834812002-0 MA - 034-NEUROCIRURGIA - 75,00 - 60,80 - 73,58 - 6 - 1996-02-01

R15046 - FELIPE OSTERMANN MAGALHAES - 8110541698 RS - 034-NEUROCIRURGIA - 75,00 - 59,60 - 73,46 - 7 - 1991-12-07

R10016 - JOAO LUCAS SILVA SANTANA - 3670656 PI - 034-NEUROCIRURGIA - 75,83 - 45,20 - 72,77 - 8 - 1997-10-30

R12744 - ARTHUR BALESTRA SILVEIRA AYRES - 4476535 GO - 034-NEUROCIRURGIA - 71,67 - 67,60 - 71,26 - 9 - 1996-10-19

R11623 - ARTHUR FERRAZ JONG MUN LEE - 3058297 ES - 034-NEUROCIRURGIA - 71,67 - 40,80 - 68,58 - 10 - 1995-06-12

AA0210 - MUNIKI FERREIRA MARTINS - 5213856 SC - 035-MEDICINA FETAL - 75,00 - 59,00 - 73,40 - 1 - 1991-12-27

AA0057 - MARIANA PORTO MAGALHAES - 1343083109 BA - 035-MEDICINA FETAL - 70,00 - 95,00 - 72,50 - 2 - 1992-09-05

AA0188 - CAROL AMARAL TAVARES DALTRO - 1384176446 BA - 035-MEDICINA FETAL - 70,00 - 86,00 - 71,60 - 3 - 1993-03-30

AA0095 - AMANDA MANFROI - 2117950457 RS - 035-MEDICINA FETAL - 70,00 - 72,00 - 70,20 - 4 - 1994-12-02

AA0200 - ISABELLE GOMES SOARES - MG18032325 MG - 035-MEDICINA FETAL - 70,00 - 54,00 - 68,40 - 5 - 1994-01-09

AA0056 - RENATA GOMES CASTELLO - 359224465 SP - 035-MEDICINA FETAL - 65,00 - 88,00 - 67,30 - 6 - 1991-01-07

AA0122 - ADRIANA BARAZANI - 43978881X SP - 035-MEDICINA FETAL - 65,00 - 86,00 - 67,10 - 7 - 1986-07-14

AA0019 - JOAO VICTOR JACOMELE CALDAS - 14.179-970 MG - 035-MEDICINA FETAL - 65,00 - 84,00 - 66,90 - 8 - 1992-05-05

AA0083 - TAIANA QUEIROZ DE ARAUJO - 0971447462 BA - 035-MEDICINA FETAL - 65,00 - 55,00 - 64,00 - 9 - 1990-05-09

AA0036 - MARIANA DE SOUSA PRADO GERALDO - 479076030 SP - 035-MEDICINA FETAL - 60,00 - 86,00 - 62,60 - 10 - 1990-02-13

AA0070 - MAYRA MARTINS MELO - 99002179058 CE - 035-MEDICINA FETAL - 60,00 - 85,00 - 62,50 - 11 - 1988-03-01

PD0112 - RENAN GUIMARAES SANTANA - 13273374 MG - 036-NEUROLOGIA PEDIATRICA - 88,33 - 87,00 - 88,20 - 1 - 1992-08-07

PD0019 - FLORA CRUZ DE ALMEIDA - 2005010005910 CE - 036-NEUROLOGIA PEDIATRICA - 81,67 - 100,00 - 83,50 - 2 - 1993-01-07

PD0028 - NICHOLAS DOS SANTOS BARROS - 2717505 PI - 036-NEUROLOGIA PEDIATRICA - 82,50 - 90,00 - 83,25 - 3 - 1994-05-12

PD0049 - MARIA LUIZA AREAL CORREA DE SA E BENEVIDES - 6112888 SC - 036-NEUROLOGIA PEDIATRICA - 81,67 - 92,00 - 82,70 - 4 - 1994-03-23

PD0048 - ROBERTA DINIZ DE ALMEIDA - 3328878 ES - 036-NEUROLOGIA PEDIATRICA - 80,00 - 67,00 - 78,70 - 5 - 1992-11-12

PD0037 - ANA CRISTINA AZEVEDO LEAO - 3591234 PA - 036-NEUROLOGIA PEDIATRICA - 75,83 - 97,00 - 77,95 - 6 - 1986-03-26

PD0061 - MARCELA GONCALVES DE SOUZA MACHADO - 658346301 SP - 036-NEUROLOGIA PEDIATRICA - 77,50 - 77,00 - 77,45 - 7 - 1991-02-24

PD0013 - GUILHERME SIQUEIRA GAEDE - 14609112 MG - 036-NEUROLOGIA PEDIATRICA - 75,83 - 84,50 - 76,70 - 8 - 1988-08-30

PD0083 - LIVIA MARIA ALEXANDRE DA SILVA - 2003005012690 CE - 036-NEUROLOGIA PEDIATRICA - 73,33 - 88,50 - 74,85 - 9 - 1987-01-12

PD0058 - DAYANA DE LIMA MARIANO - 2004029088449 CE - 036-NEUROLOGIA PEDIATRICA - 73,33 - 79,00 - 73,90 - 10 - 1991-07-17

PD0138 - ANNA CAROLLINA EULALIO AMORIM BARATTA - 2692529 PI - 036-NEUROLOGIA PEDIATRICA - 72,50 - 75,50 - 72,80 - 11 - 1989-11-12

PD0039 - CAMILA IRINI OLIVEIRA PERIVOLARIS - 483214395 SP - 036-NEUROLOGIA PEDIATRICA - 74,17 - 55,00 - 72,25 - 12 - 1991-05-12

NU0011 - ROBERTO WELTON TEIXEIRA DA COSTA FILHO - 2005002095337 CE - 037-NUTROLOGIA - 50,00 - 70,00 - 52,00 - 1 - 1992-10-02

NU0012 - ISABELLE CAROLINNE SOUTO RAMOS - 206734170 RJ - 037-NUTROLOGIA - 45,83 - 90,00 - 50,25 - 2 - 1993-09-07

NU0009 - PLINIO AUGUSTO MOREIRA FONSECA - 14216529 MG - 037-NUTROLOGIA - 50,83 - 30,00 - 48,75 - 3 - 1990-12-05

R11059 - VITOR DIAS GOMES BARRIOS MARIN - 38.726.528-4 SP - 038-OFTALMOLOGIA - 76,67 - 99,44 - 78,95 - 1 - 1997-02-05

R16159 - ANDRE HIROSHI BANDO - 394696943 SP - 038-OFTALMOLOGIA - 74,17 - 96,81 - 76,43 - 2 - 1993-11-04

R10581 - PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA RIBEIRO - 14.247.698 MG - 038-OFTALMOLOGIA - 75,00 - 82,63 - 75,76 - 3 - 1997-03-07

R13026 - GIULIANNA MENDES RECCHIA - 522537182 SP - 038-OFTALMOLOGIA - 73,33 - 95,75 - 75,57 - 4 - 1996-11-30

R11791 - THAIS LIMA PAULA ORDONES - 17871673 MG - 038-OFTALMOLOGIA - 74,17 - 87,81 - 75,53 - 5 - 1994-11-22

R13797 - MATHEUS SILVA DE PAULA ROCHA - 5350828 GO - 038-OFTALMOLOGIA - 74,17 - 86,38 - 75,39 - 6 - 1996-05-13

R10566 - VINICIUS OLIVEIRA PESQUERO - 451227037 SP - 038-OFTALMOLOGIA - 74,17 - 85,38 - 75,29 - 7 - 1996-12-12

R15423 - FELIPE SABBAG STERSA - 526437728 SP - 038-OFTALMOLOGIA - 72,50 - 92,56 - 74,51 - 8 - 1995-10-30

R12072 - UGOR TOMAZ FERNANDES - 002837441 RN - 038-OFTALMOLOGIA - 71,67 - 86,94 - 73,20 - 9 - 1997-02-27

R11158 - ANTONIO JOSE INACIO RUFINO - 9224825 PE - 038-OFTALMOLOGIA - 72,50 - 78,94 - 73,14 - 10 - 1996-02-21

R10838 - ANDREA ALVES MORATO - 15613085 MG - 038-OFTALMOLOGIA - 71,67 - 84,94 - 73,00 - 11 - 1997-03-08

R12065 - NICOLAS CHIU OGASSAVARA - 502387609 SP - 038-OFTALMOLOGIA - 70,00 - 98,50 - 72,85 - 12 - 1996-01-10

R10742 - LETICIA HITOMI YAGI - 481665596 SP - 038-OFTALMOLOGIA - 70,00 - 97,75 - 72,78 - 13 - 1992-04-23

R11851 - FLAVIO MOURA TRAVASSOS DE MEDEIROS - 3188314 PB - 038-OFTALMOLOGIA - 71,67 - 82,63 - 72,77 - 14 - 1994-10-27

R13845 - CHAN SONG MOON - V427238E DF - 038-OFTALMOLOGIA - 70,83 - 88,50 - 72,60 - 15 - 1997-06-10

R12028 - MARCELO BUITRAGO DE ANDRADE - 15875272 MG - 038-OFTALMOLOGIA - 70,83 - 87,25 - 72,47 - 16 - 1994-10-12

R14010 - GUSTA

R11462 - MATHEUS AUGUSTO MACIEL SANTIAGO - 002365986 RN - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 74,17 - 96,00 - 76,35 - 2 - 1995-01-26

R10966 - RAUL SILVA SIMOES DE CAMARGO - 368086823 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 71,67 - 100,00 - 74,50 - 3 - 1994-01-20

R15214 - PEDRO ROSSI - 35475228-5 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 71,67 - 97,00 - 74,20 - 4 - 1990-09-27

R11192 - MATHEUS TRINDADE BRUXELAS DE FREITAS - 452554329 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 70,00 - 99,00 - 72,90 - 5 - 1997-02-08

R11823 - JOAO PEDRO TEIXEIRA BASMAGE - 001571657 MS - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 70,00 - 93,00 - 72,30 - 6 - 1997-06-11

R11402 - MUHAMAD MUSTAFA ATIEH - 1107274191 RS - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 69,17 - 95,00 - 71,75 - 7 - 1994-08-03

R10322 - VITOR HENRIQUE CAMPOY GUEDES - 3125043 PB - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 69,17 - 93,00 - 71,55 - 8 - 1995-11-01

R10769 - KAYO AUGUSTO DE ALMEIDA MEDEIROS - 387879080 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 68,33 - 97,00 - 71,20 - 9 - 1995-11-18

R10883 - ISABELA DE PAULA ASSAD - 384883254 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 68,33 - 97,00 - 71,20 - 10 - 1997-08-15

R10771 - TARICK ELEUTERIO SALIM ALI - 38404072X SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 68,33 - 96,00 - 71,10 - 11 - 1996-07-17

R12998 - FERNANDO LOUREIRO DE MIRANDA - 3261016 ES - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 67,50 - 95,00 - 70,25 - 12 - 1998-02-03

R15221 - PEDRO DE CASTRO NETO - 2002009100013 CE - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 66,67 - 98,00 - 69,80 - 13 - 1989-01-13

R13235 - GABRIEL MIGUEL DE CAMARGO - 32798235-4 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 65,00 - 100,00 - 68,50 - 14 - 1994-04-26

R12407 - VITOR LORENS YULTA ABE PUCCETTI - 39068162-3 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 65,00 - 94,00 - 67,90 - 15 - 1992-01-23

R11477 - RODRIGO MOREIRA DE SA - 3525982 PB - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 65,00 - 94,00 - 67,90 - 16 - 1993-07-18

R13394 - ISAAC ROCHA SILVA - 418437440 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 63,33 - 97,00 - 66,70 - 17 - 1993-09-05

R15907 - VICTOR MORES - 111465312 PR - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 63,33 - 96,00 - 66,60 - 18 - 1996-04-25

R11075 - FLAVIO DE FAVA SANCHES - 15435393 MT - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 62,50 - 96,00 - 65,85 - 19 - 1996-11-08

R13204 - ANDREY ALDRIN SANTOS PAIVA - 2653437 DF - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 61,67 - 95,00 - 65,00 - 20 - 1996-03-19

R13687 - CAIO CESAR NOGUEIRA DE FIGUEIREDO - 3851668 PB - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 61,67 - 94,00 - 64,90 - 21 - 1996-12-16

R14852 - RENAN JOSE RIGONATO - 41091254-2 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 61,67 - 93,00 - 64,80 - 22 - 1995-11-13

R13711 - GABRIEL BENEVIDES VALIATE MARTINS - 3308799 ES - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 61,67 - 92,00 - 64,70 - 23 - 1995-05-28

R10780 - THIAGO AUGUSTO DA SILVA - 15684288 MG - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 61,67 - 90,00 - 64,50 - 24 - 1996-05-31

R14348 - OSWALDO RAMOS NETO - 495398858 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 60,83 - 97,00 - 64,45 - 25 - 1992-11-04

R14117 - BRENO AUGUSTO GIESE RIBEIRO - 544193064 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 60,83 - 96,00 - 64,35 - 26 - 1995-03-16

R11157 - LUCAS PEREIRA SARMENTO - 3245917 ES - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 60,83 - 95,00 - 64,25 - 27 - 1996-08-05

R10340 - GABRIEL DE MELO SALGADO - 11854629 MG - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 60,83 - 93,00 - 64,05 - 28 - 1989-07-19

R13998 - WILLIAM OSAMU TODA KISAKI - 9095733581 RS - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 60,00 - 100,00 - 64,00 - 29 - 1996-06-13

R15945 - GEORGIA ZANDOMENICO PERITO - 5421436 SC - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 60,83 - 92,00 - 63,95 - 30 - 1998-01-16

R11884 - FABIO STUCCHI DEVITO FILHO - 458143637 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 60,83 - 91,00 - 63,85 - 31 - 1995-12-12

R10874 - GUSTAVO CONCON DE CASTRO - 374254084 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 60,00 - 98,00 - 63,80 - 32 - 1994-09-06

R13576 - DIEGO DA SILVA LUTKEMEYER - 625983348 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 60,00 - 96,00 - 63,60 - 33 - 1991-05-11

R15818 - KAIO PINHEIRO MARINHO - 3501862 PB - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 60,83 - 88,00 - 63,55 - 34 - 1994-01-06

R12008 - REBECCA GALLARDO FRANCO DE ANDRADE - 437913429 SP - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 60,00 - 95,00 - 63,50 - 35 - 1994-10-18

R13882 - PEDRO GUIMARAES CANDIDO FREIRE - 2791441 DF - 040-ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - 60,00 - 94,00 - 63,40 - 36 - 1997-02-01

R15196 - JOAO PEDRO AFONSO NASCIMENTO - 399001165 SP - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 70,83 - 100,00 - 73,75 - 1 - 1995-10-11

R12571 - BRUNA FERREIRA SILVA - MG-17.256.456 MG - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 71,67 - 90,00 - 73,50 - 2 - 1995-09-12

R10395 - RAFAEL DIAS DE CARVALHO - 17491908 MG - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 70,00 - 95,00 - 72,50 - 3 - 1995-06-30

R11320 - CARLOS AUGUSTO SERVATO BORGES - MG14854011 MG - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 69,17 - 100,00 - 72,25 - 4 - 1995-02-19

R12624 - GUILHERME RODRIGUES MARINHO - 389898132 SP - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 68,33 - 100,00 - 71,50 - 5 - 1995-04-24

R10325 - LORENA LIMA ALMAGRO PEREIRA - 469603094 SP - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 68,33 - 95,00 - 71,00 - 6 - 1994-02-18

R10466 - ALEXIA REZENDE GARCIA - MG13971162 MG - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 68,33 - 95,00 - 71,00 - 7 - 1995-01-06

R14274 - IGOR ALMEIDA NASCIMENTO - 31564020 SE - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 69,17 - 85,00 - 70,75 - 8 - 1995-12-11

R10640 - BARTIRA REZENDE RAMOS - 1587723182 BA - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 68,33 - 90,00 - 70,50 - 9 - 1993-12-15

R12463 - BEATRIZ COVICI BARROS - 124802032 PR - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 69,17 - 75,00 - 69,75 - 10 - 1993-08-22

R13156 - CAROLINA ARCOVERDE DE OLIVEIRA - 101882624 PR - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 67,50 - 90,00 - 69,75 - 11 - 1996-02-08

R13703 - LUCAS CAMPOS BARBOSA E SILVA - MG-19.481.738 MG - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 69,17 - 70,00 - 69,25 - 12 - 1996-03-11

R11088 - MARIA EDUARDA DUARTE VASCONCELOS - 3736195 PI - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 67,50 - 80,00 - 68,75 - 13 - 1996-02-03

R14042 - EMANUEL SARAIVA CARVALHO FEITOSA - 20075989187 CE - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 67,50 - 80,00 - 68,75 - 14 - 1997-03-08

R13537 - VINICIUS HENRIQUE DA SILVA FERREIRA - 497408417 SP - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 67,50 - 75,00 - 68,25 - 15 - 1993-10-10

R10464 - DANIELA COSTA MALHEIROS - 522022881 SP - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 66,67 - 80,00 - 68,00 - 16 - 1996-05-31

R10844 - LUCIANA DI GIOVANNI MARQUES DA SILVA - 359408138 SP - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 67,50 - 70,00 - 67,75 - 17 - 1991-12-28

R10070 - LUCAS CARNEIRO NASCIMENTO PEREIRA - 2355810 DF - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 67,50 - 70,00 - 67,75 - 18 - 1996-05-26

R15651 - GILVANDRO DE ASSIS ABRANTES LEITE FILHO - 9011504 PE - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 65,83 - 85,00 - 67,75 - 19 - 1995-09-17

R14041 - TAIS FERREIRA VILELA - 14902086 MG - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 67,50 - 65,00 - 67,25 - 20 - 1992-10-15

R16534 - DANIEL TINOCO LEITE - 1119917301 BA - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 65,83 - 80,00 - 67,25 - 21 - 1996-10-28

R12927 - JOSE PAULO PINOTTI FERREIRA JUNIOR - 2085844 ES - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 66,67 - 65,00 - 66,50 - 22 - 1995-03-23

R16156 - VICTORIA DE CASTRO LEME - 408107601 SP - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 66,67 - 60,00 - 66,00 - 23 - 1994-05-11

R14974 - SAMUEL BORGES BASSETTI - 34769065-8 SP - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 66,67 - 60,00 - 66,00 - 24 - 1994-06-25

R14614 - MARCO TULIO CRUZ BRAGA - 0964630311 BA - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 65,83 - 60,00 - 65,25 - 25 - 1992-03-26

R15057 - ALAN RODRIGUES DE ALMEIDA PAIVA - 16169614 MG - 041-OTORRINOLARINGOLOGIA - 65,83 - 60,00 - 65,25 - 26 - 1996-04-26

R10811 - JOAO PEDRO BASTOS DE SANTANA - 1313538531 BA - 043-PEDIATRIA - 78,33 - 80,00 - 78,50 - 1 - 1995-08-11

R11838 - JULIA FRAY RIBEIRO - 38401429X SP - 043-PEDIATRIA - 75,00 - 100,00 - 77,50 - 2 - 1996-05-21

R10712 - MARCELLA ZATTAR RIBEIRO - 06075097028 SC - 043-PEDIATRIA - 75,83 - 90,33 - 77,28 - 3 - 1996-01-12

R12216 - NICOLE NOGUEIRA RIBEIRO DE LIMA - 47004082-8 SP - 043-PEDIATRIA - 75,83 - 83,33 - 76,58 - 4 - 1994-06-30

R12257 - BARBARA HESSEL RODRIGUES - 500912038 SP - 043-PEDIATRIA - 70,83 - 100,00 - 73,75 - 5 - 1997-02-07

R13667 - LIA IIDA IMBIRIBA RODRIGUES - 5618696 PA - 043-PEDIATRIA - 69,17 - 100,00 - 72,25 - 6 - 1996-10-23

R16635 - BIANCA LIMA BARRETTO - 1383542430 BA - 043-PEDIATRIA - 70,00 - 91,00 - 72,10 - 7 - 1997-03-10

R12209 - CAROLINE SALVIO OSHIMA - 38961499-3 SP - 043-PEDIATRIA - 70,00 - 90,00 - 72,00 - 8 - 1994-12-15

R15696 - LORRANE ROQUE BAHIA SILVA - MG14289355 MG - 043-PEDIATRIA - 70,83 - 81,00 - 71,85 - 9 - 1995-10-28

R14828 - LARA SALVESTRINI DA CUNHA - 358990002 SP - 043-PEDIATRIA - 69,17 - 94,33 - 71,69 - 10 - 1996-11-12

R11028 - AMANDA SILVA GOMES - 362816104 SP - 043-PEDIATRIA - 73,33 - 56,00 - 71,60 - 11 - 1996-09-14

R11621 - GABRIEL TRAVA DUGAICH - 450964346 SP - 043-PEDIATRIA - 69,17 - 90,33 - 71,29 - 12 - 1995-08-18

R15379 - LARISSA SILVA VALADARES - 3606975 DF - 043-PEDIATRIA - 68,33 - 86,00 - 70,10 - 13 - 1996-05-08

R10025 - PAOLA GIULIA CONDE - 353147291 SP - 043-PEDIATRIA - 66,67 - 100,00 - 70,00 - 14 - 1995-04-18

R11076 - ALLINY OLIVEIRA CARVALHO GALVAN - 15132358 MT - 043-PEDIATRIA - 66,67 - 100,00 - 70,00 - 15 - 1997-05-23

R15951 - DEBORA STONOGA COUTINHO - 494481845 SP - 043-PEDIATRIA - 67,50 - 92,00 - 69,95 - 16 - 1994-09-07

R11112 - MARINA DE AZAMBUJA NOGUEIRA - 1100323516 RS - 043-PEDIATRIA - 69,17 - 75,33 - 69,79 - 17 - 1996-05-03

R12534 - BIANCA LISA DE FARIA - MG19152902 MG - 043-PEDIATRIA - 68,33 - 80,00 - 69,50 - 18 - 1997-07-21

R10889 - MARINA MARIA VIEIRA DE FIGUEIREDO CALDAS - 001816080 RN - 043-PEDIATRIA - 66,67 - 94,00 - 69,40 - 19 - 1995-11-26

R13131 - LUDMILLA VALE DA CRUZ - 3024315 DF - 043-PEDIATRIA - 67,50 - 83,00 - 69,05 - 20 - 1997-07-11

R16255 - ANA PAULA WINK - 1102464094 RS - 043-PEDIATRIA - 68,33 - 74,67 - 68,96 - 21 - 1996-01-21

R10632 - MARIA CAROLINA ALVES PEREIRA - 508995395 SP - 043-PEDIATRIA - 69,17 - 66,67 - 68,92 - 22 - 1996-04-22

R10599 - MELISSA DE MORAIS SILVERIO - 91840200 PR - 043-PEDIATRIA - 67,50 - 80,00 - 68,75 - 23 - 1995-11-16

R12464 - GABRIELA CANINA TOMAZINI - 534543601 SP - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 100,00 - 68,50 - 24 - 1996-08-06

R10401 - LUIZA CAMPOS BRUNETTI SPAGNOL - 3348668 ES - 043-PEDIATRIA - 65,83 - 90,00 - 68,25 - 25 - 1996-06-13

R10180 - DEBORA DE OLIVEIRA ANTUNES ROCHA - 16.630.221 MG - 043-PEDIATRIA - 66,67 - 80,00 - 68,00 - 26 - 1995-01-13

R15416 - ISABELLA DE ALMEIDA KRAUSER - 384357234 SP - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 95,00 - 68,00 - 27 - 1994-10-22

R16431 - VICTORIA SANTANA RAFAEL - 521729932 SP - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 95,00 - 68,00 - 28 - 1996-09-21

R10039 - ISABELLE REIS FRANCA MOTTA - 257252726 RJ - 043-PEDIATRIA - 67,50 - 72,00 - 67,95 - 29 - 1996-09-01

R16334 - EKATERINE APOSTOLOS DAGIOS - 6075311 GO - 043-PEDIATRIA - 66,67 - 78,00 - 67,80 - 30 - 1996-08-19

R10437 - GABRIELLE RODRIGUES DOMINGUES - 361600409 SP - 043-PEDIATRIA - 66,67 - 77,33 - 67,74 - 31 - 1996-04-16

R14998 - SAMANTHA GURGEL OLIVEIRA SOUSA - 17653167 MG - 043-PEDIATRIA - 66,67 - 76,67 - 67,67 - 32 - 1996-02-26

R13129 - MARIANA FIGUEIREDO GONZAGA DE LUCENA - 1324856211 BA - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 91,67 - 67,67 - 33 - 1993-04-17

R13826 - JOSE LADISLAU RAMOS FILHO - MG16936254 MG - 043-PEDIATRIA - 69,17 - 54,00 - 67,65 - 34 - 1993-09-29

R15091 - LILIAN SAORI OOKI - 396862512 SP - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 91,00 - 67,60 - 35 - 1995-04-10

R12123 - VINICIUS FRANCO SOUTO SEVERINO - 14486446 MG - 043-PEDIATRIA - 65,83 - 83,00 - 67,55 - 36 - 1994-04-22

R12411 - MATHEUS PIETRAROIA DOS SANTOS - 507218620 SP - 043-PEDIATRIA - 65,83 - 82,67 - 67,51 - 37 - 1996-04-14

R13084 - STEPHANIE LAHAT - 529407656 SP - 043-PEDIATRIA - 64,17 - 96,67 - 67,42 - 38 - 1996-04-30

R10267 - LETICIA MUNIZ DE VARGAS - 412898433 SP - 043-PEDIATRIA - 65,83 - 80,33 - 67,28 - 39 - 1994-03-28

R12648 - ANA LETICIA COIMBRA PAPASTAMATIOU - MG17053481 MG - 043-PEDIATRIA - 67,50 - 62,00 - 66,95 - 40 - 1996-07-21

R15141 - JOAO RENATO LOPES BOND - 133130724 RJ - 043-PEDIATRIA - 63,33 - 98,67 - 66,86 - 41 - 1989-03-23

R13775 - MARIANA GARCEZ DA CRUZ - 32650515 SE - 043-PEDIATRIA - 65,83 - 75,00 - 66,75 - 42 - 1996-04-14

R16136 - JULIANA GAIGHER GONCALVES - 3322673 ES - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 80,00 - 66,50 - 43 - 1994-10-14

R13862 - ANGELA DI GIANNI - 499788758 SP - 043-PEDIATRIA - 63,33 - 95,00 - 66,50 - 44 - 1995-04-24

R10123 - MARIA BEATRIZ RAVEDUTI ZAFIRO - 54418490-7 SP - 043-PEDIATRIA - 64,17 - 86,00 - 66,35 - 45 - 1995-12-27

R11065 - BRUNA FREITAS CAVALCANTI - 34945512 AL - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 77,33 - 66,23 - 46 - 1996-04-06

R12196 - BRUNA DOS ANJOS BORTOLINI - 3354277 ES - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 76,00 - 66,10 - 47 - 1996-09-06

R10214 - BEATRIZ GON PEREZ NARDOQUE - 45367430-6 SP - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 76,00 - 66,10 - 48 - 1997-01-12

R10675 - JESSICA FONSECA CAMPOS DE OLIVEIRA - 6095184 GO - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 75,00 - 66,00 - 49 - 1997-05-16

R11198 - FERNANDA LIMA GOMES - 1557609209 BA - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 74,33 - 65,93 - 50 - 1997-01-04

R15093 - IASMIN MARTINS RIBEIRO - 5571992 PA - 043-PEDIATRIA - 66,67 - 59,00 - 65,90 - 51 - 1997-03-31

R11415 - ANDRESSA ALMEIDA DE NORONHA - 397138891 SP - 043-PEDIATRIA - 63,33 - 88,33 - 65,83 - 52 - 1997-09-14

R14284 - JULIANA RISUENHO SAMPAIO MORAES - 0829547942 PA - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 95,00 - 65,75 - 53 - 1997-03-13

R16591 - JASMINE MASUZAKI WONG - 494477581 SP - 043-PEDIATRIA - 63,33 - 87,00 - 65,70 - 54 - 1994-09-14

R12122 - AMANDA MARIA RAMOS CUNHA MAIA - 3478386 PB - 043-PEDIATRIA - 67,50 - 49,33 - 65,68 - 55 - 1996-04-29

R11489 - JULIA SAMPAIO COELHO - 14127326 MG - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 100,00 - 65,50 - 56 - 1995-11-17

R11252 - TAIS BOUERI RAMOS - 379740229 SP - 043-PEDIATRIA - 63,33 - 83,33 - 65,33 - 57 - 1996-03-14

R16528 - LIGIA GONZALEZ NAZAR - 359104010 SP - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 90,33 - 65,28 - 58 - 1992-12-16

R11175 - LUCIANO DE MATTOS GUIZELINI - 438650670 SP - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 87,67 - 65,02 - 59 - 1997-06-22

R12475 - CAMILA BIANCHI MATIUZZI - 499986210 SP - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 92,33 - 64,74 - 60 - 1995-10-03

R12526 - LIVYA ISABELLA TELES DE OLIVEIRA LIMA - MG12067330 MG - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 61,00 - 64,60 - 61 - 1996-02-23

R12395 - THAIS SILVEIRA SANTOS - 39766987-2 SP - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 91,00 - 64,60 - 62 - 1996-09-19

R13515 - LIA ALEXANDRE BOTELHO DE PAULA - 361291292 SP - 043-PEDIATRIA - 64,17 - 68,33 - 64,59 - 63 - 1996-02-04

R10431 - PEDRO IGOR DA SILVA FARIAS - 3387080 PI - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 90,00 - 64,50 - 64 - 1996-01-12

R12011 - CAMILA NOURA DE BRITO - 5041864 PA - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 82,00 - 64,45 - 65 - 1994-01-17

R11501 - GABRIELA ADAMI - 404997442 SP - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 81,00 - 64,35 - 66 - 1995-09-30

R12955 - FELIPE ANTUNES DE SOUZA - 526196816 SP - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 80,67 - 64,32 - 67 - 1996-09-17

R13214 - GISELLY DOSTOIEVSKI QUEZADO LEITE ALVERNE - 2001010159664 CE - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 78,00 - 64,05 - 68 - 1986-01-02

R16587 - LUIS FELIPPE CHAMMAS - 302736451 SP - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 77,67 - 64,02 - 69 - 1979-03-15

R12453 - GEOVANNA MARIA TEIXEIRA JORGE - 384603002 SP - 043-PEDIATRIA - 66,67 - 40,00 - 64,00 - 70 - 1996-03-02

R16051 - GABRIEL SALMEN LOBO GONCALVES - 15128306 MG - 043-PEDIATRIA - 65,00 - 54,33 - 63,93 - 71 - 1993-02-03

R15318 - THAISE GRAMINHA LUCAS - 497296184 SP - 043-PEDIATRIA - 63,33 - 69,00 - 63,90 - 72 - 1995-05-30

R14408 - THAINA ALTAREJO MARIN - 397468374 SP - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 74,67 - 63,72 - 73 - 1996-01-03

R10797 - LUIZ FERNANDES NETO - 5455093 GO - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 81,00 - 63,60 - 74 - 1996-11-25

R10583 - BEATRIZ CHARPINEL SANTOS - 3445221 ES - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 73,00 - 63,55 - 75 - 1996-07-17

R13815 - CRISTIANA UYEDA DO AMARAL - 52052388-X SP - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 79,33 - 63,44 - 76 - 1994-11-30

R13249 - LAIS MARIA GASPAR COELHO - 0200307320020 MA - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 79,00 - 63,40 - 77 - 1996-11-16

R10106 - CRISTIANO GUIMARAES KOZUKI - 14573709 MG - 043-PEDIATRIA - 63,33 - 63,00 - 63,30 - 78 - 1991-12-26

R11685 - GEORGIA NEME - 361196003 SP - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 70,00 - 63,25 - 79 - 1996-04-27

R15992 - BRUNO SOUTO RANGEL DE CASTRO - 14557951 MG - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 74,33 - 62,94 - 80 - 1997-09-24

R15145 - NARA MARTINS MENEZES - 2005009124472 CE - 043-PEDIATRIA - 63,33 - 59,00 - 62,90 - 81 - 1990-04-11

R15991 - ANGELO PONTE DE FREITAS CAMPOS - MG13955576 MG - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 65,00 - 62,75 - 82 - 1997-01-12

R16638 - DAYANNE NOBRE PERERA - 2003010139830 CE - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 64,67 - 62,72 - 83 - 1993-07-06

R14251 - AMANDA SOARES MONTE - 469422671 SP - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 63,00 - 62,55 - 84 - 1993-11-03

R10345 - GIOVANNA ALTAFINI NASSER RIBEIRO NOGUEIRA - 39.773.771-3 SP - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 70,00 - 62,50 - 85 - 1996-01-23

R15835 - DIANA CAROLLINE FERREIRA COSTA - 0333530620070 MA - 043-PEDIATRIA - 62,50 - 58,00 - 62,05 - 86 - 1995-04-25

R13978 - GIOVANA CHRISPIM ZANONI - 399493967 SP - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 64,33 - 61,94 - 87 - 1994-09-27

R11917 - CATHERINNE DERTINATTI RAMOS - 396833172 SP - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 54,33 - 60,94 - 88 - 1996-08-02

R11406 - JOANA CHIARA MECCA - 483490702 SP - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 54,00 - 60,90 - 89 - 1996-06-02

R13058 - GABRIELLA PEREIRA MARQUES - 33218897 SE - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 47,67 - 60,27 - 90 - 1996-08-26

R12759 - CAROLINA SILVA DOS SANTOS - 456172336 SP - 043-PEDIATRIA - 61,67 - 40,00 - 59,50 - 91 - 1995-11-09

CM0066 - FRANCINI ROSSETTO DE OLIVEIRA - 341161299 SP - 044-PNEUMOLOGIA - 76,67 - 91,00 - 78,10 - 1 - 1990-02-08

CM0139 - AMANDA DOS SANTOS SCIORTINO - 3048429 ES - 044-PNEUMOLOGIA - 76,67 - 83,00 - 77,30 - 2 - 1991-08-14

CM0021 - LUIZA SARMENTO TATAGIBA - 3283326 ES - 044-PNEUMOLOGIA - 75,83 - 86,50 - 76,90 - 3 - 1992-07-08

CM0055 - GLAUCO CABRAL MARINHO PLENS - 384041309 SP - 044-PNEUMOLOGIA - 73,33 - 98,00 - 75,80 - 4 - 1994-02-09

CM0128 - MARINA DE LA CRUZ MOTA - 18315488 MT - 044-PNEUMOLOGIA - 73,33 - 80,50 - 74,05 - 5 - 1993-02-01

CM0159 - YALLY PRISCILA PESSOA NASCIMENTO - 7927043 PE - 044-PNEUMOLOGIA - 73,33 - 80,00 - 74,00 - 6 - 1993-03-02

CM0144 - RACHEL CARVALHO COELHO - 0201221420021 MA - 044-PNEUMOLOGIA - 66,67 - 62,50 - 66,25 - 7 - 1994-08-11

CM0762 - KAMILLA FLAUSINO MARANGONI - 18.412.395 MG - 044-PNEUMOLOGIA - 65,00 - 75,50 - 66,05 - 8 - 1995-08-10

CM0648 - GERSON DE ALMEIDA CORREIA SANTOS - 2099254 ES - 044-PNEUMOLOGIA - 63,33 - 80,50 - 65,05 - 9 - 1987-06-27

CM0425 - MAYRA DUARTE CASEIRO - 465342346 SP - 044-PNEUMOLOGIA - 60,00 - 93,50 - 63,35 - 10 - 1989-12-16

CM0856 - HELOISA MOURO - 482544533 SP - 044-PNEUMOLOGIA - 62,50 - 59,50 - 62,20 - 11 - 1992-06-20

CM0529 - FRANCISCO JOSE BARBOSA ZORRER FRANCO - 411429942 SP - 044-PNEUMOLOGIA - 59,17 - 75,00 - 60,75 - 12 - 1988-06-28

CM0187 - LUCCAS FERNANDES QUEIROZ - 5697493 GO - 044-PNEUMOLOGIA - 58,33 - 78,50 - 60,35 - 13 - 1994-02-15

CM0256 - LUCAS DAVI ARAUJO E SILVA - 360436213 SP - 044-PNEUMOLOGIA - 59,17 - 68,50 - 60,10 - 14 - 1989-11-15

CM0577 - BRUNA GARETTI - 488759936 SP - 044-PNEUMOLOGIA - 57,50 - 69,00 - 58,65 - 15 - 1993-01-16

CM0266 - NAYARA NOBRE BASSO - MG 15732595 MG - 044-PNEUMOLOGIA - 57,50 - 59,50 - 57,70 - 16 - 1993-01-06

AA0244 - ALLYSON DE CASTRO ECCARD - 121273304 RJ - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 100,00 - 69,00 - 78,00 - 85,40 - 1 - 1980-02-04

AA0078 - CAIO MARTINS MENEZES NAVES MAYRINK - 2004009060107 CE - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 80,00 - 79,00 - 89,00 - 80,50 - 2 - 1992-05-21

AA0060 - JOAO VICTOR RODRIGUES DE LACERDA - 2002029133677 CE - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 85,00 - 62,00 - 90,00 - 76,30 - 3 - 1992-07-09

AA0178 - FERNANDA BIZINOTO FREIRE - 5407830 GO - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 85,00 - 66,00 - 72,00 - 76,10 - 4 - 1992-05-22

AA0022 - CYNTHIA AJUS CYBULSKI - 83425091 PR - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 90,00 - 57,00 - 78,00 - 75,60 - 5 - 1993-01-18

AA0208 - SILVIA POLIANA GUEDES ALCOFORADO COSTA - 6393063 PE - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 85,00 - 58,00 - 88,00 - 74,50 - 6 - 1986-10-05

AA0062 - YOICHI TAKAKI KONNO - 486640784 SP - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 75,00 - 69,60 - 85,00 - 73,84 - 7 - 1992-02-19

AA0014 - SAHAMIA MARTINS RIBEIRO - 5002313 PI - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 90,00 - 49,50 - 80,00 - 72,80 - 8 - 1989-04-29

AA0008 - PAULO EDUARDO FAVARETTO - 4672789 SC - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 70,00 - 69,60 - 88,00 - 71,64 - 9 - 1991-04-07

AA0065 - RAFAEL BALONI ANDRADE - 197070772 SP - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 70,00 - 66,50 - 90,00 - 70,60 - 10 - 1976-01-16

AA0172 - EDUARDO GONCALVES GOMES DOS SANTOS - 33575957-9 SP - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 70,00 - 69,50 - 70,00 - 69,80 - 11 - 1991-02-18

AA0238 - GABRIEL HENRIQUE - 82479678 PR - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 75,00 - 56,10 - 82,00 - 68,14 - 12 - 1993-03-18

AA0147 - ALINE ELEN MARTINS CANAVEZ - 970555 RO - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 70,00 - 58,60 - 74,00 - 65,84 - 13 - 1989-11-13

AA0046 - CAROLINA CILIAO SALVADORI - 17500222 MT - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 80,00 - 45,10 - 75,00 - 65,54 - 14 - 1991-04-09

AA0184 - KAREN ASANO PAIVA MAGALHAES - 43744532X SP - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 70,00 - 58,60 - 57,00 - 64,14 - 15 - 1986-01-12

AA0091 - LAURA COSTA SOUZA - 5008554 GO - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 70,00 - 43,60 - 67,00 - 59,14 - 16 - 1988-10-13

AA0161 - FLAVIA VICENTINI QUARTIM BARBOSA - 478244927 SP - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 75,00 - 36,00 - 63,00 - 58,20 - 17 - 1991-03-02

AA0129 - SOPHIA BRAGA FIDELIS CAMPOS - MG11133481 MG - 045-PSIQUIATRIA DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - 70,00 - 27,00 - 72,00 - 53,00 - 18 - 1988-08-22

R13644 - PEDRO AUGUSTO MODENA FONSECA SANTOS - 398232179 SP - 046-PSIQUIATRIA - 78,33 - 88,00 - 79,30 - 1 - 1995-07-09

R10206 - HENRIQUE MICHELONI KOBAYASHI - 379781359 SP - 046-PSIQUIATRIA - 76,67 - 68,00 - 75,80 - 2 - 1995-07-13

R14214 - DOUGLAS ZUCOLOTTO DE STEFANI - 507983932 SP - 046-PSIQUIATRIA - 75,00 - 70,00 - 74,50 - 3 - 1996-04-06

R14331 - VICTOR VALENTE LOPES - 2004002113078 CE - 046-PSIQUIATRIA - 73,33 - 82,00 - 74,20 - 4 - 1995-04-07

R13408 - ARTHUR NEY ALVES DONATO - 2064508260 BA - 046-PSIQUIATRIA - 71,67 - 86,00 - 73,10 - 5 - 1997-10-24

R14106 - THAIS COSTA COELHO DE SOUZA - 33627179-7 SP - 046-PSIQUIATRIA - 70,83 - 93,00 - 73,05 - 6 - 1989-08-13

R11054 - IGOR STUDART DE LUCENA FEITOSA - 2006002146991 CE - 046-PSIQUIATRIA - 71,67 - 83,00 - 72,80 - 7 - 1996-07-16

R13654 - FRANCISCO JOSE BEGLIOMINI GIANNOCCARO - 394020911 SP - 046-PSIQU

R10045 - LEONARDO CARRICO APOSTOLATOS - 366790213 SP - 046-PSIQUIATRIA - 67,50 - 48,00 - 65,55 - 41 - 1994-01-23
R13012 - MARJORIE MASTELLARO BARUZZI - 399792776 SP - 046-PSIQUIATRIA - 67,50 - 44,00 - 65,15 - 42 - 1993-12-14
R11583 - JORDANA DE PAULA SOARES - 5560422 GO - 049-RADIOTERAPIA - 61,67 - 81,50 - 63,65 - 1 - 1994-03-12
R14144 - MAYARA MONTEIRO AULER - 209064286 RJ - 049-RADIOTERAPIA - 60,83 - 86,50 - 63,40 - 2 - 1991-05-13
R11138 - THAIS PAPOTTI MOURA - 392795401 SP - 049-RADIOTERAPIA - 52,50 - 78,75 - 55,13 - 3 - 1992-10-22
R14419 - JONAS BRUNO GIMENEZ CHULUCK - 485356594 SP - 049-RADIOTERAPIA - 52,50 - 76,00 - 54,85 - 4 - 1992-02-15
R12068 - ARTUR DE SAO THIAGO GOMES - 5295342 SC - 049-RADIOTERAPIA - 51,67 - 79,50 - 54,45 - 5 - 1990-08-31
R10563 - CAROLINA TEIXEIRA MURATORI - 18542208 MG - 049-RADIOTERAPIA - 51,67 - 76,50 - 54,15 - 6 - 1994-10-24
R12077 - MATHEUS CABRAL DOS SANTOS - 139824146 BA - 049-RADIOTERAPIA - 50,00 - 74,75 - 52,48 - 7 - 1991-12-15
R10255 - RICARDO CLAIREFONT DIAS REGIS - 5618677 PA - 049-RADIOTERAPIA - 43,33 - 70,75 - 46,07 - 8 - 1997-04-13
R12693 - DANIEL FIX - 98323996 PR - 049-RADIOTERAPIA - 44,17 - 60,00 - 45,75 - 9 - 1990-10-25
R10628 - JAQUELINE ARAUJO MONTEIRO - 934304 RO - 049-RADIOTERAPIA - 42,50 - 65,75 - 44,83 - 10 - 1990-06-17
R12974 - THAMY ALENCAR MENDES DE CARVALHO - 423292894 SP - 049-RADIOTERAPIA - 38,33 - 76,25 - 42,12 - 11 - 1986-02-18
R15504 - FERNANDA SILVA CALDAS - 1191322572 BA - 049-RADIOTERAPIA - 39,17 - 65,25 - 41,78 - 12 - 1992-02-01
CM0001 - THIAGO QUADRANTE FREITAS - 457805201 SP - 050-REUMATOLOGIA - 83,33 - 99,00 - 84,90 - 1 - 1994-02-28
CM0002 - MATEUS CAVARZAN LOPES - 378742851 SP - 050-REUMATOLOGIA - 80,83 - 86,00 - 81,35 - 2 - 1994-01-04
CM0406 - MATHEUS SILVA KOIKE - 348561179 SP - 050-REUMATOLOGIA - 79,17 - 89,00 - 80,15 - 3 - 1994-03-15
CM0219 - MIRIAM FANG CASTRO - 49028110-2 SP - 050-REUMATOLOGIA - 77,50 - 88,00 - 78,55 - 4 - 1993-12-14
CM0509 - RODRIGO LORENZETTI SERRANO - 441380566 SP - 050-REUMATOLOGIA - 70,00 - 89,00 - 71,90 - 5 - 1992-09-10
CM0108 - RENATA LYS PINHEIRO DE MELLO - 394069043 SP - 050-REUMATOLOGIA - 69,17 - 84,00 - 70,65 - 6 - 1992-10-23
CM0253 - ANA LUISA CERQUEIRA DE SANT ANA COSTA - 1137296771 BA - 050-REUMATOLOGIA - 67,50 - 87,00 - 69,45 - 7 - 1994-04-23
CM0735 - MARIA EUGENIA TEIXEIRA BICALHO - 15342705 MG - 050-REUMATOLOGIA - 67,50 - 80,00 - 68,75 - 8 - 1993-04-30
CM0512 - VICTOR CAIRES TADEU - 18215664 MG - 050-REUMATOLOGIA - 65,83 - 85,00 - 67,75 - 9 - 1994-07-28
CM0435 - JOAO CALVINO SOARES DE OLIVEIRA - 3572054 PB - 050-REUMATOLOGIA - 65,83 - 84,00 - 67,65 - 10 - 1992-08-06
CM0095 - CAROLINA TEIXEIRA CIDON - 5246541 PA - 050-REUMATOLOGIA - 66,67 - 76,00 - 67,60 - 11 - 1991-10-04
CM0779 - LEONARDO AFONSO COSTA - 18287629 MG - 050-REUMATOLOGIA - 65,83 - 79,00 - 67,15 - 12 - 1995-06-06
CM0121 - JUCIER GONCALVES JUNIOR - 20071470853 CE - 050-REUMATOLOGIA - 65,00 - 85,00 - 67,00 - 13 - 1994-02-19
CM0377 - THAIS HELENA BONINI GORAYEB - 387874653 SP - 050-REUMATOLOGIA - 64,17 - 78,00 - 65,55 - 14 - 1992-08-18
CM0083 - AUGUSTO VIANNA CEDRO - 997762357 BA - 050-REUMATOLOGIA - 63,33 - 85,00 - 65,50 - 15 - 1988-06-25
CM0171 - LUCAS GUIMARAES NOLASCO FARIAS - 33067775 SE - 050-REUMATOLOGIA - 63,33 - 84,00 - 65,40 - 16 - 1995-03-13
CM0052 - ISAAC FELIPE LEITE BRAZ - 003.866.562 RN - 050-REUMATOLOGIA - 61,67 - 91,00 - 64,60 - 17 - 1993-09-09
CM0464 - JENIFFER MIRELLI DOS SANTOS LOPES - 8088033 PE - 050-REUMATOLOGIA - 62,50 - 83,00 - 64,55 - 18 - 1990-09-13
CM0430 - DANIELA PEREIRA DE CASTRO ALVES - 1476333386 BA - 050-REUMATOLOGIA - 63,33 - 70,00 - 64,00 - 19 - 1990-02-03
CM0294 - MARCELO ANTONIO CARREIRA CAVALCANTI DE A. FILHO - 3560231 PB - 050-REUMATOLOGIA - 63,33 - 62,00 - 63,20 - 20 - 1992-09-15
CM0401 - JOANDSON DOS SANTOS SOUZA - 26910652003-7 MA - 050-REUMATOLOGIA - 60,83 - 71,00 - 61,85 - 21 - 1990-01-27
AA0189 - LAIS PEREIRA SILVA - 487443548 SP - 051-PSIQUIATRIA FORENSE - 95,00 - 100,00 - 95,50 - 1 - 1992-01-13
AA0195 - EMI MORI - 467607886 SP - 051-PSIQUIATRIA FORENSE - 85,00 - 100,00 - 86,50 - 2 - 1990-05-03
AA0012 - SAULO BATINGA CARDOSO - 31231225 SE - 051-PSIQUIATRIA FORENSE - 75,00 - 88,00 - 76,30 - 3 - 1989-06-21
AA0079 - NATHALIA MARTHO FERRARI - 351501630 SP - 051-PSIQUIATRIA FORENSE - 65,00 - 93,00 - 67,80 - 4 - 1987-10-22
CG0006 - AFONSO DA SILVA ALVES BENTO - 401064918 SP - 052-UROLOGIA - 88,33 - 100,00 - 89,50 - 1 - 1992-12-18
CG0195 - DAVID HAMILTON CHO - 369287927 SP - 052-UROLOGIA - 87,50 - 95,00 - 88,25 - 2 - 1993-06-16
CG0046 - GUILHERME GARCIA BARROS - 33.710.754-3 SP - 052-UROLOGIA - 86,67 - 100,00 - 88,00 - 3 - 1991-11-20
CG0137 - ANDRE LUIS DE MELLO MARTINEZ - 477854667 SP - 052-UROLOGIA - 87,50 - 90,00 - 87,75 - 4 - 1991-07-15
CG0018 - JOAO PEDRO MACHADO GISMONDI - 271612764 RJ - 052-UROLOGIA - 85,83 - 85,00 - 85,75 - 5 - 1993-11-04
CG0249 - MARCIO MAXI DE ARAUJO LIMA - 33357013 SE - 052-UROLOGIA - 85,00 - 85,00 - 85,00 - 6 - 1991-10-01
CG0421 - RAFAEL DA SILVA CUNHA - 2002009141569 CE - 052-UROLOGIA - 88,33 - 47,50 - 84,25 - 7 - 1987-09-29
CG0142 - RAUL LOURES - 17.113.959 MG - 052-UROLOGIA - 88,33 - 45,00 - 84,00 - 8 - 1994-10-23
CG0124 - PEDRO FERNANDES LESSA - 30915199-1 RJ - 052-UROLOGIA - 85,83 - 60,00 - 83,25 - 9 - 1994-09-30
CG0109 - HENRIQUE RORIZ FERREIRA DE CASTRO - 12257997 MG - 052-UROLOGIA - 86,67 - 50,00 - 83,00 - 10 - 1988-08-19
CG0105 - CARLOS HENRIQUE FRANCO OLIVEIRA - 33363510 SE - 052-UROLOGIA - 85,83 - 50,00 - 82,25 - 11 - 1993-03-11
CG0439 - JOSE HENRIQUE CAPELARI DA COSTA - 40914602X SP - 052-UROLOGIA - 85,83 - 50,00 - 82,25 - 12 - 1994-10-05
PD0059 - JULIA LOUREIRO SION - 391794310 SP - 054-HEMATOLOGIA-HEMOTERAPIA PEDIATRICA - 87,50 - 95,00 - 88,25 - 1 - 1992-08-25
PD0092 - ALINE SAYURI SAKAMOTO - 467610150 SP - 054-HEMATOLOGIA-HEMOTERAPIA PEDIATRICA - 85,83 - 87,50 - 86,00 - 2 - 1990-03-16
PD0022 - THAIS NOVAES FERREIRA - 466375980 SP - 054-HEMATOLOGIA-HEMOTERAPIA PEDIATRICA - 58,33 - 60,00 - 58,50 - 3 - 1990-06-11
AA0090 - ANDERSON BRUNO PELLANDA - 94800820 PR - 055-TRANSPLANTE DE RIM (UROLOGIA) - 75,00 - 90,00 - 76,50 - 1 - 1990-07-24
AA0133 - LUIGI ABRAS LORENZETTI - 474688070 SP - 055-TRANSPLANTE DE RIM (UROLOGIA) - 70,00 - 100,00 - 73,00 - 2 - 1989-09-18
PD0008 - CAMILA SABBAG CAMARGO PENTEADO - 96029918 PR - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 88,33 - 100,00 - 89,50 - 1 - 1994-02-19
PD0098 - YASMIN CIAMARICONE MOUKBEL - 497213370 SP - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 85,00 - 97,00 - 86,20 - 2 - 1993-05-07
PD0043 - MARIA CLARA SILVEIRA DE CARVALHO - 38054128-2 SP - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 81,67 - 100,00 - 83,50 - 3 - 1991-02-21
PD0072 - GUILHERME GEJER - 374989400 SP - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 81,67 - 97,00 - 83,20 - 4 - 1992-05-04
PD0033 - FELIPE CONCEICAO ANANIAS - 478656270 SP - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 80,83 - 97,00 - 82,45 - 5 - 1990-12-19
PD0063 - HUMBERTO MAGALHAES SILVA - 17171579 MG - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 80,00 - 92,00 - 81,20 - 6 - 1994-12-01
PD0119 - MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA RAMOS FILHO - 2616198 DF - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 77,50 - 97,00 - 79,45 - 7 - 1992-02-24
PD0041 - MAIRA TETI CAVALCANTI DE PAIVA - 7473204 PE - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 80,00 - 68,00 - 78,80 - 8 - 1994-09-04
PD0021 - RAISA SANCHES UZUN NOGUEIRA - 371559972 SP - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 75,00 - 92,00 - 76,70 - 9 - 1993-05-21
PD0007 - MARY ANNE KOWAL OLM - 9.700.407-8 SP - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 76,67 - 76,00 - 76,60 - 10 - 1959-10-31
PD0070 - KAMILA BOTELHO DAS DORES CASTRO - 33772601-2 SP - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 70,83 - 89,00 - 72,65 - 11 - 1990-02-12
PD0023 - TAMIRIS DE LIMA VITOR - 467477711 SP - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 65,83 - 72,00 - 66,45 - 12 - 1989-11-26
PD0127 - MARCUS VINICIUS DE GODOY NEGRI - 32917857X SP - 057-MEDICINA INTENSIVA PEDIATRICA - 56,67 - 86,00 - 59,60 - 13 - 1989-10-26
PD0096 - MARCELA ALVES GUERRA - 8500994 PE - 058-NEFROLOGIA PEDIATRICA - 91,67 - 80,00 - 90,50 - 1 - 1992-01-27
PD0018 - STEPHANIE MARCHIORI SANTANNA LEAL DE OLIVEIRA - 3.862.938 DF - 059-NEONATOLOGIA - 90,83 - 98,00 - 91,55 - 1 - 1992-10-06
PD0045 - VANESSA LISBETHE BEZERRA MAROPO - 3335524 PB - 059-NEONATOLOGIA - 89,17 - 85,00 - 88,75 - 2 - 1990-07-21
PD0084 - MARINA MOURA TOSCANO - 3202033 PB - 059-NEONATOLOGIA - 86,67 - 92,00 - 87,20 - 3 - 1992-07-18
PD0115 - GABRIELLY PASCOA NEGRETI - 492264120 SP - 059-NEONATOLOGIA - 85,00 - 98,00 - 86,30 - 4 - 1992-04-30
PD0030 - KELLY COLLA - 467239216 SP - 059-NEONATOLOGIA - 85,83 - 90,00 - 86,25 - 5 - 1989-12-16
PD0121 - JULIANA MONTEIRO LHAMAS - 414566026 SP - 059-NEONATOLOGIA - 83,33 - 99,00 - 84,90 - 6 - 1993-11-14
PD0099 - GIULIANNA FALAVINHA - 33901409X SP - 059-NEONATOLOGIA - 82,50 - 95,00 - 83,75 - 7 - 1988-08-18
PD0027 - CARLA TARDIN ALVES BELLON - 2131803 ES - 059-NEONATOLOGIA - 81,67 - 98,00 - 83,30 - 8 - 1994-04-16
PD0069 - FRANCINE HARB CORREA - 3104811041 RS - 059-NEONATOLOGIA - 80,83 - 99,00 - 82,65 - 9 - 1990-09-24
PD0109 - LUISA PETRI CORREA - 15395015 MG - 059-NEONATOLOGIA - 80,83 - 98,00 - 82,55 - 10 - 1993-10-17
PD0088 - MARCELA MALHEIRO SANTOS - 359374359 SP - 059-NEONATOLOGIA - 78,33 - 100,00 - 80,50 - 11 - 1994-02-22
PD0066 - CLARA DAFFONSECA CANARIO - 537959257 SP - 059-NEONATOLOGIA - 78,33 - 93,00 - 79,80 - 12 - 1993-05-27
PD0139 - TAMIRES BARBOSA BEZERRA - 1139646923 BA - 059-NEONATOLOGIA - 79,17 - 75,00 - 78,75 - 13 - 1992-05-19
PD0104 - BEATRIZ MARAFON LOPES DE LIMA - 502590646 SP - 059-NEONATOLOGIA - 77,50 - 87,00 - 78,45 - 14 - 1993-05-20
PD0074 - TAMY EZAKI CASTRO - 354380436 SP - 059-NEONATOLOGIA - 79,17 - 60,00 - 77,25 - 15 - 1989-06-28
PD0052 - ANA MARIA ROSSIGNOLLI PINTO - 361483089 SP - 059-NEONATOLOGIA - 75,83 - 90,00 - 77,25 - 16 - 1992-03-20
PD0142 - MILENA SANTOS BOMFIM SALVIANO - 32255357 SE - 059-NEONATOLOGIA - 74,17 - 60,00 - 72,75 - 17 - 1992-03-12
PD0038 - MARIANNA CRISTINA ROMEU COELHO - 361146048 SP - 059-NEONATOLOGIA - 68,33 - 95,00 - 71,00 - 18 - 1991-04-06
PD0105 - ANDREZA RODRIGUES DE ARAUJO - 20359071 AM - 059-NEONATOLOGIA - 64,17 - 83,00 - 66,05 - 19 - 1988-03-09
PD0106 - GIULIANNA PEDROSA SIBILLO - 363886795 SP - 059-NEONATOLOGIA - 60,83 - 85,00 - 63,25 - 20 - 1992-04-09
PD0113 - MAYARA FRANCO ZANATTA - 442473588 SP - 059-NEONATOLOGIA - 52,50 - 70,00 - 54,25 - 21 - 1988-01-29
PD0079 - REINAN TAVARES CAMPOS - 1166076458 BA - 060-REUMATOLOGIA PEDIATRICA - 84,17 - 90,00 - 84,75 - 1 - 1993-02-03
PD0078 - RENATA MARLI GONCALVES PIRES - 369596572 SP - 061-PNEUMOLOGIA PEDIATRICA - 85,83 - 86,65 - 85,91 - 1 - 1994-08-27
PD0009 - ISABELA MARIA FORTI GOMES - 496942293 SP - 061-PNEUMOLOGIA PEDIATRICA - 85,00 - 86,00 - 85,10 - 2 - 1993-01-25
PD0101 - TALIA ANDREA SORIA MUNOZ - 387565607 SP - 061-PNEUMOLOGIA PEDIATRICA - 85,00 - 83,70 - 84,87 - 3 - 1992-04-13
PD0143 - RAFAELA PORTO AVARY DE CAMPOS - 361151020 SP - 061-PNEUMOLOGIA PEDIATRICA - 83,33 - 84,60 - 83,46 - 4 - 1991-10-25
PD0006 - MONISE SANTOS DE CARVALHO - 47786188 SP - 061-PNEUMOLOGIA PEDIATRICA - 71,67 - 71,60 - 71,66 - 5 - 1988-05-17
CM0450 - ARTHUR DE AVILA MACHADO MODESTO - 47011692-4 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 78,33 - 90,00 - 79,50 - 1 - 1990-11-22
CM0240 - GUSTAVO BENFATTI OLIVATO - 497468414 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 74,17 - 100,00 - 76,75 - 2 - 1993-01-08
CM0296 - MARIANA CARVALHO GOUVEIA - 521760537 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 75,00 - 89,80 - 76,48 - 3 - 1994-02-21
CM0196 - FELIPPE LAZAR NETO - 352379625 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 72,50 - 100,00 - 75,25 - 4 - 1992-06-04
CM0251 - MIGUEL ZUGMAN - 78152222 PR - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 74,17 - 82,00 - 74,95 - 5 - 1993-01-31
CM0655 - DANILLO ZEFERINO DE OLIVEIRA SOUZA - 13851235 MG - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 74,17 - 79,00 - 74,65 - 6 - 1992-07-31
CM0423 - LUCAS TADEU BARRAK STANGLER - 36987920X SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 73,33 - 86,50 - 74,65 - 7 - 1995-05-13
CM0666 - LUCAS ALTOE BRANDAO - 124084539 PR - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 72,50 - 80,00 - 73,25 - 8 - 1991-10-18
CM0029 - CASSIO MURILO TROVO HIDALGO FILHO - 107267190 PR - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 71,67 - 86,00 - 73,10 - 9 - 1994-02-27
CM0601 - HELOISA GUEDES ANDRADE - 110813392 PR - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 73,33 - 70,00 - 73,00 - 10 - 1995-10-15
CM0150 - VICTOR JUNJI YAMAMOTO - 479074355 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 69,17 - 98,00 - 72,05 - 11 - 1990-01-26
CM0209 - RAFAEL DA NOBREGA OLIVEIRA - MG-17710686 MG - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 73,33 - 60,00 - 72,00 - 12 - 1993-06-03
CM0011 - MATEUS ZAPPAROLI CLARO - 34406572-8 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 68,33 - 92,00 - 70,70 - 13 - 1993-01-09
CM0053 - MARINA ACEVEDO ZARZAR DE MELO - 6122739 PE - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 65,83 - 100,00 - 69,25 - 14 - 1995-04-11
CM0597 - VITOR PINHEIRO SOBOTTKA - 492351284 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 66,67 - 92,00 - 69,20 - 15 - 1993-11-23
CM0067 - MATEUS MARINHO NOGUEIRA SOARES - 3312739 ES - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 70,83 - 54,00 - 69,15 - 16 - 1993-05-06
CM0118 - GIULIA KODJA ZANETTA - 497830097 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 65,00 - 100,00 - 68,50 - 17 - 1993-12-10
CM0372 - NICOLY MARQUES DE CASTRO - 20074410398 CE - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 67,50 - 71,00 - 67,85 - 18 - 1993-11-25
CM0364 - BRUNNA DE SOUSA SILVA - 8055695 GO - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 65,83 - 86,00 - 67,85 - 19 - 1993-05-22
CM0845 - NILDEVANDE FIRMINO LIMA JUNIOR - 8040074 PE - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 65,00 - 92,00 - 67,70 - 20 - 1992-06-28
CM0076 - JESSICA RIBEIRO ZANOTTI - 3256510 ES - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 65,83 - 83,00 - 67,55 - 21 - 1992-04-05
CM0288 - IZA ANDRADE DE AZEVEDO SOUZA - 374731925 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 66,67 - 72,00 - 67,20 - 22 - 1993-04-09
CM0313 - LUCAS SOARES ALMADA - 15993167 MG - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 64,17 - 84,00 - 66,15 - 23 - 1993-11-07
CM0554 - MARCELO GUERRA RODRIGUES - 48735349-3 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 65,83 - 68,00 - 66,05 - 24 - 1992-06-19
CM0273 - EDUARDO FELICIO DE CAMPOS - 4187303 SC - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 64,17 - 81,00 - 65,85 - 25 - 1993-05-07
CM0146 - OTAVIO MANFRINATI PETRONI - 374691241 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 65,00 - 72,00 - 65,70 - 26 - 1992-07-31
CM0015 - JULIANA FARHAT - 422898764 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 64,17 - 78,00 - 65,55 - 27 - 1993-03-13
CM0457 - RISIA PECINALI SANTOS - 1301127396 BA - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 66,67 - 54,00 - 65,40 - 28 - 1990-10-04
CM0258 - THALES SOARES SANTOS MACEDO - 5591910 GO - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 65,00 - 59,00 - 64,40 - 29 - 1994-04-20
CM0032 - PAULO FERNANDO DE MACEDO SANTOS - 431820430 SP - 063-CANCEROLOGIA CLINICA - 64,17 - 60,00 - 63,75 - 30 - 1986-09-05
CG0039 - LUCAS MORALES BASSI - 354850027 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 92,50 - 99,00 - 93,15 - 1 - 1994-10-22
CG0066 - LEONARDO ERVOLINO CORBI - 351839112 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 90,00 - 100,00 - 91,00 - 2 - 1994-08-30
CG0179 - KAIQUE FLAVIO XAVIER CARDOSO FILARDI - 1346209413 BA - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 90,00 - 98,00 - 90,80 - 3 - 1994-11-09
CG0210 - MELISSA MELLO MAZEPA - 84308820 PR - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 88,33 - 90,00 - 88,50 - 4 - 1992-07-07
CG0287 - VITORIA RAMOS JAYME - 486373812 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 87,50 - 95,00 - 88,25 - 5 - 1992-07-15
CG0028 - BRUNA DE CAMARGO NIGRO - 359517377 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 86,67 - 100,00 - 88,00 - 6 - 1992-11-29
CG0222 - ARTHUR YOUSSIF MOTA ARABI - 3178691 DF - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 86,67 - 100,00 - 88,00 - 7 - 1995-12-01
CG0128 - THIAGO PANZANI - 354728866 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 90,00 - 66,00 - 87,60 - 8 - 1993-10-25
CG0366 - JEAN CLEVER BIDO CESARIO - 42684810X SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 91,67 - 50,00 - 87,50 - 9 - 1995-03-09
CG0209 - CELINA PEREIRA HALLAL - 4095487866 RS - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 91,67 - 49,00 - 87,40 - 10 - 1994-10-20
CG0074 - LEONARDO AUGUSTO LIMA FARIAS - 890269 TO - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 91,67 - 46,00 - 87,10 - 11 - 1987-11-30
CG0024 - VICTOR KENZO IVANO - 95767508 PR - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 90,00 - 59,00 - 86,90 - 12 - 1995-09-20
CG0043 - EDUARDO FARIAS AURELIO - 37909731X SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 85,83 - 95,00 - 86,75 - 13 - 1994-06-15
CG0310 - RAFAELLA ORLOW OLIVEIRA - 467154211 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 86,67 - 70,00 - 85,00 - 14 - 1990-03-23
CG0279 - LUIZ FERNANDO HELD GENTIL - 46786651-X SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 86,67 - 65,00 - 84,50 - 15 - 1990-05-15
CG0314 - GUILHERME SERONNI - 4861993 GO - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 87,50 - 55,00 - 84,25 - 16 - 1994-03-04
CG0212 - MARCO AURELIO LEAO BELTRAMI - 106939713 PR - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 85,83 - 70,00 - 84,25 - 17 - 1993-07-22
CG0268 - WILLIAN CHAVES - 395239680 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 85,00 - 77,00 - 84,20 - 18 - 1994-11-11
CG0334 - GABRIELLA ROSCELI CAMPOS ZERBETTO - 502365183 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 86,67 - 60,00 - 84,00 - 19 - 1993-04-21
CG0112 - LUIS GUSTAVO GUSBERTI - 82511512 PR - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 85,83 - 65,00 - 83,75 - 20 - 1990-10-30
CG0015 - ISAAC MASSAUD AMIM AMARAL - 2323840 ES - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 85,00 - 66,00 - 83,10 - 21 - 1992-08-02
CG0219 - RAFAELA DE SOUZA NOVO - 485147488 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 84,17 - 70,00 - 82,75 - 22 - 1992-07-19
CG0073 - LEONARDO ISA BOTURA - 451528475 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 84,17 - 68,00 - 82,55 - 23 - 1993-11-03
CG0037 - ALEXANDRE COELHO GUIMARAES - 3175829 ES - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 85,00 - 59,00 - 82,40 - 24 - 1994-08-18
CG0172 - MARIANA ARAUJO SANTOS - 15871798 MG - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 82,50 - 70,00 - 81,25 - 25 - 1994-11-16
CG0190 - FELIPE DA FONSECA EMERENCIANO - 001800984 RN - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 84,17 - 52,00 - 80,95 - 26 - 1992-08-09
CG0218 - GUILHERME GARCIA HUDARI - 415868130 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 83,33 - 55,00 - 80,50 - 27 - 1993-01-22
CG0095 - AMANDA VITIELLO PEREIRA BROSCO - 388834985 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 82,50 - 50,00 - 79,25 - 28 - 1995-10-19
CG0263 - ADRIANA NASCIMENTO SILVA - 29017754-6 SP - 064-CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO - 82,50 - 45,00 - 78,75 - 29 - 1988-11-30
CG0199 - CAROLINE DE FREITAS CIRENZA - 349301451 SP - 065-COLOPROCTOLOGIA - 86,67 - 100,00 - 88,00 - 1 - 1992-07-25
CG0192 - HELDER DE MOURA VILLELA JUNIOR - 123369270 PR - 065-COLOPROCTOLOGIA - 88,33 - 80,00 - 87,50 - 2 - 1993-05-25
CG0154 - FERNANDA BOMFATI - 102001290 PR - 065-COLOPROCTOLOGIA - 83,33 - 90,00 - 84,00 - 3 - 1990-04-12
CG0371 - DIOLKIS ISALGUE IRIBAR - V972005Y SP - 065-COLOPROCTOLOGIA - 80,83 - 60,00 - 78,75 - 4 - 1982-09-16
CM0070 - GABRIEL NEIMANN DA CUNHA FREIRE - 1347888691 BA - 066-ENDOCRINOLOGIA - 78,33 - 77,00 - 78,20 - 1 - 1991-07-24
CM0774 - FERNANDO DE QUADROS IORRA - 3073590907 RS - 066-ENDOCRINOLOGIA - 75,83 - 92,00 - 77,45 - 2 - 1994-04-27
CM0384 - JOAO ROBERTO WIESE JUNIOR - 4646064 SC - 066-ENDOCRINOLOGIA - 75,83 - 86,00 - 76,85 - 3 - 1993-03-12
CM0033 - EDUARDO ZANATTA KAWAHARA - 256303751 RJ - 066-ENDOCRINOLOGIA - 76,67 - 75,00 - 76,50 - 4 - 1991-04-27
CM0429 - GABRIEL HENRIQUE MARQUES GONCALVES - 445122109 SP - 066-ENDOCRINOLOGIA - 74,17 - 96,00 - 76,35 - 5 - 1989-02-10
CM0407 - DONALDT LOPES DE SOUSA - 2736004 CE - 066-ENDOCRINOLOGIA - 78,33 - 50,00 - 75,50 - 6 - 1990-10-19
CM0626 - VITOR PIMENTEL RODRIGUES MANHAES - 223572173 RJ - 066-ENDOCRINOLOGIA - 75,00 - 73,00 - 74,80 - 7 - 1992-09-04
CM0081 - PATRICIA MARTINS BARROS RAPOZO MATHIAS - MG-16692046 MG - 066-ENDOCRINOLOGIA - 70,83 - 91,00 - 72,85 - 8 - 1993-04-26
CM0190 - MYLENA CAROLINA DE MEDEIROS SILVA - 8001528 PE - 066-ENDOCRINOLOGIA - 73,33 - 67,00 - 72,70 - 9 - 1994-01-10
CM0103 - MARINA ROCHA ROLIM - 2007009074455 CE - 066-ENDOCRINOLOGIA - 70,83 - 87,00 - 72,45 - 10 - 1995-12-15
CM0010 - ISABEL QUEIROZ MENEZES - 252538244 RJ - 066-ENDOCRINOLOGIA - 73,33 - 63,00 - 72,30 - 11 - 1995-06-09
CM0324 - SOFIA DUARTE SOARES - 1396578277 BA - 066-ENDOCRINOLOGIA - 73,33 - 57,00 - 71,70 - 12 - 1991-11-02
CM0269 - LAIS PINHEIRO LINS - 7218720 PE - 066-ENDOCRINOLOGIA - 72,50 - 55,00 - 70,75 - 13 - 1993-01-01
CM0208 - ANA PAULA SALVADOR BOUZAN - 412356892 SP - 066-ENDOCRINOLOGIA - 69,17 - 83,00 - 70,55 - 14 - 1991-08-04
CM0130 - CARLA VANESSA OLIVEIRA DO NASCIMENTO - 33605742 SE - 066-ENDOCRINOLOGIA - 72,50 - 52,00 - 70,45 - 15 - 1993-02-18
CM0714 - GABRIELA AREDES LIMA - 14637560 MG - 066-ENDOCRINOLOGIA - 70,83 - 53,00 - 69,05 - 16 - 1992-06-04
CM0022 - IEDA CRISTINA SOUSA DA ROCHA - 3573816 PI - 066-ENDOCRINOLOGIA - 70,83 - 52,00 - 68,95 - 17 - 1993-12-10
CM0367 - JULIANA CHAVES GARCIA - 497211798 SP - 066-ENDOCRINOLOGIA - 70,00 - 51,00 - 68,10 - 18 - 1992-09-03
CM0099 - CLARA RAFAEL SILVA XAVIER - 2548768 RN - 066-ENDOCRINOLOGIA - 68,33 - 63,00 - 67,80 - 19 - 1991-04-23
CM0197 - MARILIA BARRETTO GIRAO - 33115443 SE - 066-ENDOCRINOLOGIA - 69,17 - 47,00 - 66,95 - 20 - 1989-09-27
R14016 - MARIA LAURA ALVES DE MELO SILVA - 50872868X SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 75,00 - 90,00 - 76,50 - 1 - 1998-03-03
R10737 - GUILHERME TAVARES DE SA - 45784162-X SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 75,00 - 85,00 - 76,00 - 2 - 1997-10-24
R11788 - NICOLE KEMBERLY RIBEIRO ROCHA - 15063256 MG - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 73,33 - 100,00 - 76,00 - 3 - 1996-03-30
R11935 - ANA LUISA SMITH ROCHA - 1375228862 BA - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 73,33 - 95,00 - 75,50 - 4 - 1996-07-16
R11614 - ISABELLA DE PAULA BRANDAO - 271311391 RJ - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 75,00 - 65,00 - 74,00 - 5 - 1996-11-04
R12666 - MARIA CLARA LEMOS SANTOS - 431986472 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 72,50 - 85,00 - 73,75 - 6 - 1995-02-24
R10081 - CAROLINA NEVES BUHL - 497911280 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 71,67 - 92,50 - 73,75 - 7 - 1997-01-05
R14141 - BRUNA FERNANDES MARTINS - 365188979 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 71,67 - 90,00 - 73,50 - 8 - 1994-10-08
R10666 - GABRIELA NATANIA SALES REBELO - 347998598 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 70,83 - 92,50 - 73,00 - 9 - 1994-07-19
R10132 - BRUNA MATIOLE BONISSATO - 19291952 MG - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 70,00 - 95,00 - 72,50 - 10 - 1997-01-16
R13102 - SERGIO RODRIGUES DE MORAES - 37832245-X SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 70,00 - 87,50 - 71,75 - 11 - 1995-01-13
R12348 - LUIZA FIOR PELEGRINI - 39981047X SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 69,17 - 90,00 - 71,25 - 12 - 1993-04-10
R14057 - SOPHIA HELENA BATALHA - MG16768511 MG - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 69,17 - 90,00 - 71,25 - 13 - 1997-03-04
R11265 - JULIANA MAGALHAES AND

R12120 - GRACIELLA CALSOLARI FIGUEIREDO DE FARIAS - 502457570 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 67,50 - 90,00 - 69,75 - 23 - 1995-11-14

R14006 - CAROLINA BIANCHINI BORGES - 16770769 MG - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 67,50 - 90,00 - 69,75 - 24 - 1996-03-15

R11453 - STEPHANIE CHACHAMOVITZ NG - 344082283 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 69,17 - 72,50 - 69,50 - 25 - 1991-07-04

R14982 - DANIELE GONCALVES FRANCISCO - 382467863 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 68,33 - 77,50 - 69,25 - 26 - 1994-11-18

R11684 - AURELIO CANABRAVA GARRIDO - 385029573 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 66,67 - 90,00 - 69,00 - 27 - 1994-12-01

R13875 - ARTHUR GAIA DUARTE PEIXOTO - 31356915 AL - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 69,17 - 65,00 - 68,75 - 28 - 1993-12-18

R12968 - ISADORA TEIXEIRA NUNES DE MIRANDA - 3461198 PI - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 66,67 - 87,50 - 68,75 - 29 - 1998-07-08

R13098 - LETICIA SAMPAIO VILAS-BOAS - 1360086404 BA - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 65,83 - 95,00 - 68,75 - 30 - 1995-07-07

R12755 - JULIA HELENA ALVES FORTES MARTINS - 454777425 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 68,33 - 70,00 - 68,50 - 31 - 1995-03-27

R10531 - PABLO RODRIGO ANDRADE DA SILVA - 264334103 RJ - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 66,67 - 85,00 - 68,50 - 32 - 1994-05-29

R16239 - SARAH ANTUNES PEREIRA - 16217-082 MG - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 68,33 - 67,50 - 68,25 - 33 - 1995-10-09

R10280 - LUISA BEATO CARVALHO - 417060208 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 66,67 - 82,50 - 68,25 - 34 - 1993-05-04

R12870 - CRISTINA ABBAD DE OLIVEIRA CASTRO - 3120049 DF - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 66,67 - 82,50 - 68,25 - 35 - 1995-11-01

R11956 - VICTORIA FREIRE GIACOBBE - 508161861 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 66,67 - 82,50 - 68,25 - 36 - 1996-10-19

R14786 - JULIANA RIBEIRO - 444691765 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 66,67 - 80,00 - 68,00 - 37 - 1983-02-22

R10380 - TIAGO CABREDO DANTAS - 392966943 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 65,83 - 87,50 - 68,00 - 38 - 1994-02-01

R12497 - DANIELLE COSTA NAZARETH - MG19320151 MG - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 65,83 - 87,50 - 68,00 - 39 - 1995-11-06

R14846 - BRUNA LUIZA BRAGA PANTOJA - 6760791 PA - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 65,83 - 87,50 - 68,00 - 40 - 1997-05-03

R12285 - MARI HATTORI BALLANTYNE WYPER - 14553055 MG - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 66,67 - 77,50 - 67,75 - 41 - 1996-07-03

R13006 - RODRIGO MILAGRES MARTINS - 433160147 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 65,83 - 77,50 - 67,00 - 42 - 1994-12-27

R12482 - BRUNA FERRAREZI - 428279223 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 65,83 - 72,50 - 66,50 - 43 - 1994-10-13

R10647 - DANIELA MACHADO LABRE - 5838096 GO - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 65,83 - 72,50 - 66,50 - 44 - 1996-08-22

R11235 - HUGO MIGUEL CRISPIM - 4745523 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 65,83 - 70,00 - 66,25 - 45 - 1994-02-18

R10223 - JESSICA COUTO DOS ANJOS - 407187935 SP - 067-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - 65,83 - 65,00 - 65,75 - 46 - 1995-09-13

AA0166 - CARLOS AURELIO SANTOS ARAGAO - 32432720 SE - 068-TRANSPLANTE DE CORACAO (CARDIOLOGIA) - 100,00 - 100,00 - 100,00 - 1 - 1990-06-17

AA0217 - RUI PIERI NETO - 46810036- 2 SP - 068-TRANSPLANTE DE CORACAO (CARDIOLOGIA) - 100,00 - 95,00 - 99,50 - 2 - 1989-10-05

AA0093 - NATALIA DUARTE BARROSO - 1335360174 BA - 068-TRANSPLANTE DE CORACAO (CARDIOLOGIA) - 95,00 - 100,00 - 95,50 - 3 - 1991-03-21

AA0063 - SILAS RAMOS FURQUIM - 65462207-3 SP - 068-TRANSPLANTE DE CORACAO (CARDIOLOGIA) - 70,00 - 100,00 - 73,00 - 4 - 1987-12-22

R10888 - VITOR CIAMPONE ARCIERI - 384428617 SP - 069-INFECTOLOGIA - 75,00 - 90,00 - 76,50 - 1 - 1995-11-17

R11837 - EUSEBIO LINO DOS SANTOS JUNIOR - 35854200 SE - 069-INFECTOLOGIA - 72,50 - 85,00 - 73,75 - 2 - 1997-07-28

R12654 - CAROLINA LAROCCA SANTOS - 93550161 PR - 069-INFECTOLOGIA - 70,83 - 90,00 - 72,75 - 3 - 1994-03-12

R10075 - WILLIAM KAZUNORI SEKIGUCHI - 37640187-4 SP - 069-INFECTOLOGIA - 70,83 - 77,50 - 71,50 - 4 - 1994-11-16

R10643 - PEDRO HENRIQUE SIQUEIRA CARVALHO - 478238010 SP - 069-INFECTOLOGIA - 70,00 - 82,50 - 71,25 - 5 - 1990-09-12

R10278 - JULIANA CAVADAS TEIXEIRA - 1301568848 BA - 069-INFECTOLOGIA - 66,67 - 95,00 - 69,50 - 6 - 1995-01-18

R11231 - LARA SILVA PEREIRA GUIMARAES - 1130874702 BA - 069-INFECTOLOGIA - 66,67 - 75,00 - 67,50 - 7 - 1994-05-20

R14860 - JULIA FERREIRA MARI - 22508032 MG - 069-INFECTOLOGIA - 64,17 - 97,50 - 67,50 - 8 - 1996-03-05

R12675 - VICTOR GARCIA NUNEZ - 443818952 SP - 069-INFECTOLOGIA - 67,50 - 65,00 - 67,25 - 9 - 1996-08-11

R14343 - LUCAS DA MOTTA ESTEVES - 1634398 MS - 069-INFECTOLOGIA - 64,17 - 95,00 - 67,25 - 10 - 1997-08-17

R14007 - NICHOLAS FALCOMER KOETZ - 362803523 SP - 069-INFECTOLOGIA - 62,50 - 97,50 - 66,00 - 11 - 1996-01-04

R15804 - GIAP PASSOS FIGUEIREDO PEREIRA GOMES - 2014562067 BA - 069-INFECTOLOGIA - 65,00 - 70,00 - 65,50 - 12 - 1996-03-29

R11961 - ALINE BORGES MOREIRA DA ROCHA - 425274329 SP - 069-INFECTOLOGIA - 61,67 - 100,00 - 65,50 - 13 - 1994-01-22

R13539 - GABRIEL DA SILVA CALLE - 578778439 SP - 069-INFECTOLOGIA - 65,83 - 60,00 - 65,25 - 14 - 1996-01-20

R13162 - FLAVIO PASA BRANDT - 5138740 SC - 069-INFECTOLOGIA - 64,17 - 75,00 - 65,25 - 15 - 1994-10-12

R11169 - FABIO RIBEIRO DE BARROS CAMACHO - 590373237 SP - 069-INFECTOLOGIA - 62,50 - 85,00 - 64,75 - 16 - 1980-12-30

R10434 - TOMAS MOUTINHO - 497472430 SP - 069-INFECTOLOGIA - 61,67 - 92,50 - 64,75 - 17 - 1991-03-12

R13095 - RAFAEL ZONIN ROSENDO - 128391460 PR - 069-INFECTOLOGIA - 62,50 - 82,50 - 64,50 - 18 - 1997-07-04

R12067 - LUCAS DE SOUZA LOUREIRO ABBUD SANTOS - 381623713 SP - 069-INFECTOLOGIA - 61,67 - 87,50 - 64,25 - 19 - 1994-03-04

R10683 - ADRIANO CAOBIANCO SANT ANA FILHO - 388722447 SP - 069-INFECTOLOGIA - 61,67 - 87,50 - 64,25 - 20 - 1995-09-18

R10630 - ANA PAULA FREITAS BAHIA DOS SANTOS - 14681477 MG - 069-INFECTOLOGIA - 61,67 - 85,00 - 64,00 - 21 - 1995-11-28

R13379 - CARLA BEATRIZ VERONEZI MACEDO - 567869957 SP - 069-INFECTOLOGIA - 62,50 - 72,50 - 63,50 - 22 - 1995-01-11

R11063 - JOFRAN LUIZ MARTINS DA SILVA - 3231915 DF - 069-INFECTOLOGIA - 64,17 - 52,50 - 63,00 - 23 - 1996-05-26

R11968 - WALLISON DE LIMA TINTI - 48652683-5 SP - 069-INFECTOLOGIA - 61,67 - 75,00 - 63,00 - 24 - 1994-11-10

MA0003 - EDUARDA GARCIA GRANDE - 82206043 PR - 070-MASTOLOGIA - 82,50 - 95,00 - 83,75 - 1 - 1991-07-20

MA0004 - BARBARA NARCISO DUARTE - 2260372 RN - 070-MASTOLOGIA - 74,17 - 80,00 - 74,75 - 2 - 1994-04-25

MA0002 - MARINA BELLATTI KULLER - 489354993 SP - 070-MASTOLOGIA - 68,33 - 90,00 - 70,50 - 3 - 1992-12-09

MA0018 - MARCIO FELIPE SOARES SALES - 35328444 AL - 070-MASTOLOGIA - 66,67 - 98,00 - 69,80 - 4 - 1993-09-05

MA0006 - GABRIELA MARCAL RIOS - 83373903 PR - 070-MASTOLOGIA - 67,50 - 90,00 - 69,75 - 5 - 1990-12-21

MA0009 - MAYNARA ZOPPEI DOS SANTOS - 374758700 SP - 070-MASTOLOGIA - 67,50 - 85,00 - 69,25 - 6 - 1993-08-11

MA0020 - ALTIVO MANOEL LUZ NETO - 15254052 MG - 070-MASTOLOGIA - 65,83 - 99,00 - 69,15 - 7 - 1992-03-23

MA0015 - RAISSA DE HOLANDA MELO - 1933448 RN - 070-MASTOLOGIA - 66,67 - 85,00 - 68,50 - 8 - 1993-04-27

MA0019 - MARINA SCONZO POLYDORO - 384014112 SP - 070-MASTOLOGIA - 60,83 - 98,00 - 64,55 - 9 - 1993-06-07

MA0012 - MARCO ANTONIO CUPOLILLO - M8817573 MG - 070-MASTOLOGIA - 60,83 - 95,00 - 64,25 - 10 - 1992-04-24

PD0077 - ANA CAROLINA MARQUES DO VALE CAPUCHO - 2364487 PI - 071-GASTROENTEROLOGIA PEDIATRICA - 80,83 - 83,08 - 81,06 - 1 - 1987-05-12

PD0130 - JULIANA DA ROCHA - 3400655 PB - 071-GASTROENTEROLOGIA PEDIATRICA - 80,83 - 76,58 - 80,41 - 2 - 1992-12-21

PD0085 - JESSIKA ALVES DE SOUSA COSTA - 5794529 GO - 071-GASTROENTEROLOGIA PEDIATRICA - 79,17 - 74,58 - 78,71 - 3 - 1994-06-19

PD0108 - LIVIA BATISTA CHAVES - 463193842 SP - 071-GASTROENTEROLOGIA PEDIATRICA - 76,67 - 72,84 - 76,29 - 4 - 1990-02-27

PD0026 - CAROLINA RASSI DA CRUZ - 5268152 GO - 071-GASTROENTEROLOGIA PEDIATRICA - 74,17 - 76,91 - 74,44 - 5 - 1991-04-29

PD0034 - RAISSA CRISTAL DE MELLO CARNEIRO - 001739283 MS - 071-GASTROENTEROLOGIA PEDIATRICA - 74,17 - 71,58 - 73,91 - 6 - 1993-04-26

AA0148 - SAMUEL LUCAS DOS SANTOS - 43.748.063-X SP - 072-TRANSPLANTE DE PULMAO (CIR TORACICA) - 70,00 - 100,00 - 73,00 - 1 - 1987-11-11

AA0126 - IVANA TEIXEIRA DE AGUIAR - 2004009202548 CE - 072-TRANSPLANTE DE PULMAO (CIR TORACICA) - 75,00 - 50,00 - 72,50 - 2 - 1990-04-06

AA0221 - MICHEL RIBEIRO FERNANDES - 8082500706 RS - 073-TRANSPLANTE DE FIGADO (CIR DO AP DIGEST) - 85,00 - 96,68 - 86,17 - 1 - 1990-11-24

AA0212 - NATALIE ALMEIDA SILVA - 5573016 GO - 073-TRANSPLANTE DE FIGADO (CIR DO AP DIGEST) - 85,00 - 95,89 - 86,09 - 2 - 1994-02-14

AA0086 - ASTHELLA DE MOURA BITTENCOURT - 4961021 GO - 073-TRANSPLANTE DE FIGADO (CIR DO AP DIGEST) - 85,00 - 86,20 - 85,12 - 3 - 1988-01-15

AA0233 - VICTOR LUIZ DE VECHI TAFARELO - 97836124 PR - 073-TRANSPLANTE DE FIGADO (CIR DO AP DIGEST) - 65,00 - 88,45 - 67,35 - 4 - 1989-09-16

AA0040 - DANIEL FERNANDES DALA RIVA - 4097476751 RS - 073-TRANSPLANTE DE FIGADO (CIR DO AP DIGEST) - 50,00 - 85,26 - 53,53 - 5 - 1989-09-05

AA0104 - BRUNO JORGE MAIA MARINHO ALVES - 202052361 RJ - 074-TRANSPLANTE DE FIGADO (CIR PEDIATRICA) - 100,00 - 100,00 - 100,00 - 1 - 1990-01-22

AA0127 - CAROLINA MAGALHAES COSTA - 1163887064 BA - 074-TRANSPLANTE DE FIGADO (CIR PEDIATRICA) - 45,00 - 80,00 - 48,50 - 2 - 1990-01-24

TI0005 - CATERINA LURE NEMA PAIVA - 46876284X SP - 075-MEDICINA INTENSIVA - 81,67 - 90,00 - 82,50 - 1 - 1994-06-08

TI0026 - DOUGLAS TOLEDO CAMILO - 1705262 ES - 075-MEDICINA INTENSIVA - 77,50 - 92,50 - 79,00 - 2 - 1993-09-23

TI0009 - IONARA DE MEDEIROS - 16369435 MG - 075-MEDICINA INTENSIVA - 76,67 - 100,00 - 79,00 - 3 - 1993-09-06

TI0007 - FLAVIA VANESSA CARVALHO SOUSA ESTEVES - 3397790 PI - 075-MEDICINA INTENSIVA - 73,33 - 95,00 - 75,50 - 4 - 1996-07-03

TI0017 - LUCIANA JACINTHO CALEIRO - 455607643 SP - 075-MEDICINA INTENSIVA - 72,50 - 92,50 - 74,50 - 5 - 1993-07-31

TI0019 - EZEMIR DANTAS FERNANDES JUNIOR - 2901552 PB - 075-MEDICINA INTENSIVA - 71,67 - 92,50 - 73,75 - 6 - 1990-10-14

TI0013 - PAULA SEPULVEDA MESQUITA - 10903816 MG - 075-MEDICINA INTENSIVA - 71,67 - 90,00 - 73,50 - 7 - 1994-07-28

TI0002 - GABRIEL AFONSO DUTRA KRELING - 109143650 PR - 075-MEDICINA INTENSIVA - 70,83 - 97,50 - 73,50 - 8 - 1991-01-09

TI0011 - GABRIEL DE OLIVEIRA ARAUJO - 2427934 DF - 075-MEDICINA INTENSIVA - 72,50 - 80,00 - 73,25 - 9 - 1994-03-31

TI0029 - ANA LAURA JARDIM TAVARES - 3101327835 RS - 075-MEDICINA INTENSIVA - 70,00 - 100,00 - 73,00 - 10 - 1994-07-19

TI0003 - FREDERICO ALMEIDA BAPTISTA DE OLIVEIRA FILHO - 15192900 MG - 075-MEDICINA INTENSIVA - 67,50 - 80,00 - 68,75 - 11 - 1994-01-26

TI0006 - GABRIEL NOBREGA DE ARRUDA - 301448048 SP - 075-MEDICINA INTENSIVA - 66,67 - 82,50 - 68,25 - 12 - 1986-03-31

TI0024 - EDUARDO JOSE PAOLINELLI VAZ DE OLIVEIRA - 15673526 MG - 075-MEDICINA INTENSIVA - 65,00 - 92,50 - 67,75 - 13 - 1993-05-04

TI0031 - BRUNA SCHEIDT GREGIANIN - 1679701 MS - 075-MEDICINA INTENSIVA - 65,00 - 90,00 - 67,50 - 14 - 1994-02-05

TI0040 - HENRIQUE ARIZONO YAMAZAKI - 649714672 SP - 075-MEDICINA INTENSIVA - 62,50 - 85,00 - 64,75 - 15 - 1993-04-28

TI0015 - LUIZ MARCELO ALMEIDA DE ARAUJO - 592666219 SP - 075-MEDICINA INTENSIVA - 60,83 - 90,00 - 63,75 - 16 - 1990-08-17

TI0018 - LUCAS ANTONIO PERON - 403940771 SP - 075-MEDICINA INTENSIVA - 61,67 - 80,00 - 63,50 - 17 - 1995-03-16

TI0001 - AMALIA ELIZABETE COELHO PINGUELLO - 102780493 PR - 075-MEDICINA INTENSIVA - 60,00 - 92,50 - 63,25 - 18 - 1994-08-10

TI0010 - VINICIUS DE SOUZA BAZAN - 578996704 SP - 075-MEDICINA INTENSIVA - 60,83 - 80,00 - 62,75 - 19 - 1994-11-03

TI0023 - MARIANA OLIVEIRA MARASCA - 455195924 SP - 075-MEDICINA INTENSIVA - 60,00 - 82,50 - 62,25 - 20 - 1994-10-12

R15625 - RICARDO VINICIUS BRUNETO - 5373350 SC - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 70,00 - 96,00 - 72,60 - 1 - 1996-03-14

R14971 - CINTIA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS - 16462652 MG - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 64,17 - 90,00 - 66,75 - 2 - 1994-09-11

R11414 - KAREN CHRISTINE OLIVEIRA COSTA - 375508697 SP - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 58,33 - 90,00 - 61,50 - 3 - 1996-01-18

R14037 - PEDRO HENRIQUE NAHAS CHAGAS - 45502679-8 SP - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 57,50 - 96,00 - 61,35 - 4 - 1994-07-08

R13972 - LUMA CAROLYNE PIRES NEGRAO DE ARAUJO - 347302 AP - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 55,83 - 80,00 - 58,25 - 5 - 1993-06-02

R16535 - DANILO SOUZA GARCIA RAMOS - 1968102 ES - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 51,67 - 90,00 - 55,50 - 6 - 1990-07-11

R14426 - MATHEUS SANTOS GUIMARAES DE MOURA - 921656 RO - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 49,17 - 100,00 - 54,25 - 7 - 1993-02-08

R12051 - ANNE MARIELLE CAMARGO - 440953911 SP - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 49,17 - 100,00 - 54,25 - 8 - 1996-02-21

R11431 - LINA MARIA DARWICH ROCHA DA SILVA - 6276623 SP - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 49,17 - 90,00 - 53,25 - 9 - 1992-07-13

R14549 - ITALO FIORAVANTI SABO MENDES SOBRINHO - 17592291 MT - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 48,33 - 90,00 - 52,50 - 10 - 1994-05-12

R11840 - JOUBERT ARTIFON SILVA - 82492895 PR - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 49,17 - 80,00 - 52,25 - 11 - 1988-12-13

R12637 - ROBERTO AUGUSTO DE PADUA JUNIOR - 6876552 MG - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 47,50 - 80,00 - 50,75 - 12 - 1980-01-20

R16526 - JULIO ANGHINONI DE SOUZA - 151942733 PR - 076-MEDICINA LEGAL E PERICIA MEDICA - 47,50 - 60,00 - 48,75 - 13 - 1968-05-26

R12043 - CAHY MANOEL BANNWART - 6640928 PA - 077-PATOLOGIA - 70,00 - 95,00 - 72,50 - 1 - 1997-05-19

R10691 - HENRIQUE DE FIGUEIREDO MARISCO - 22641696 MT - 077-PATOLOGIA - 70,00 - 90,00 - 72,00 - 2 - 1995-05-15

R10326 - BRENO MACHADO NEVES - 6010922 GO - 077-PATOLOGIA - 66,67 - 95,00 - 69,50 - 3 - 1995-06-26

R13615 - PEDRO DRAGONE PIRES - 535181188 SP - 077-PATOLOGIA - 64,17 - 100,00 - 67,75 - 4 - 1995-09-02

R12577 - MURILO BILIBIO ENGLEITNER - 2104632423 RS - 077-PATOLOGIA - 65,00 - 85,00 - 67,00 - 5 - 1993-02-05

R15706 - FERNANDO LYRIO SARDINHA - 6906249 MB RJ - 077-PATOLOGIA - 63,33 - 95,00 - 66,50 - 6 - 1988-07-09

R13688 - REBECA SOARES DE ALMEIDA - 3418090 PB - 077-PATOLOGIA - 62,50 - 100,00 - 66,25 - 7 - 1997-04-27

R11353 - DAVID RAMOS DA SILVA - 476182530 SP - 077-PATOLOGIA - 61,67 - 100,00 - 65,50 - 8 - 1994-03-10

R12323 - MARCELO HENRIQUE SIMOES SILVA - 8118687 PE - 077-PATOLOGIA - 61,67 - 95,00 - 65,00 - 9 - 1996-06-07

R11037 - GABRIEL SA LEITAO DE ABREU PINTO - 7041610 PE - 077-PATOLOGIA - 60,83 - 95,00 - 64,25 - 10 - 1996-10-30

R12327 - CAIO MOURAO NOGARA - 45.470.874-9 SP - 077-PATOLOGIA - 60,00 - 95,00 - 63,50 - 11 - 1994-04-18

R10571 - ANA SOFIA SILVA MESQUITA - 17813009 MG - 077-PATOLOGIA - 60,00 - 95,00 - 63,50 - 12 - 1997-05-19

R10790 - RODRIGO FERNANDES NITSCH - 90425846 PR - 077-PATOLOGIA - 60,00 - 90,00 - 63,00 - 13 - 1996-09-12

R10576 - DYEGO MONDEGO MORAES - 0291264220053 MA - 077-PATOLOGIA - 58,33 - 100,00 - 62,50 - 14 - 1993-10-21

R11592 - FELIPE JOSE SANTAELLA - 536438341 SP - 077-PATOLOGIA - 57,50 - 100,00 - 61,75 - 15 - 1996-06-06

R15260 - FERNANDA REIS FEITOSA - 1323250476 BA - 077-PATOLOGIA - 58,33 - 90,00 - 61,50 - 16 - 1992-02-19

R13179 - JESUS FARIA ROSA JUNIOR - 18333778 MG - 077-PATOLOGIA - 56,67 - 100,00 - 61,00 - 17 - 1994-11-17

R12717 - ALINE DE MELO LACERDA - 35.321.254-4 SP - 077-PATOLOGIA - 58,33 - 80,00 - 60,50 - 18 - 1990-03-30

R11354 - ALICE DUTRA TATAGIBA - 282523166 RJ - 077-PATOLOGIA - 56,67 - 90,00 - 60,00 - 19 - 1997-05-27

R15039 - KARINE HITOMI HIROKAWA - 1734550 MS - 077-PATOLOGIA - 56,67 - 85,00 - 59,50 - 20 - 1997-08-28

R10172 - LEONARDO ROMANIELLO GAMA DE OLIVEIRA - MG16707588 MG - 077-PATOLOGIA - 55,83 - 90,00 - 59,25 - 21 - 1997-03-27

R15544 - MARCOS MONTEIRO MACHADO - 207917824 RJ - 077-PATOLOGIA - 55,83 - 80,00 - 58,25 - 22 - 1985-02-13

R12063 - JORDANIA DA SILVA SANTOS - 0424689820115 MA - 077-PATOLOGIA - 55,83 - 80,00 - 58,25 - 23 - 1996-03-08

R14574 - JAIDER MATHEUS MONTEIRO DE ANDRADE - MG16020075 MG - 077-PATOLOGIA - 54,17 - 95,00 - 58,25 - 24 - 1991-03-12

R12635 - MARIA CAROLINA CAVALCANTI LIMA CONSTANTINO - 8045129 PE - 077-PATOLOGIA - 54,17 - 95,00 - 58,25 - 25 - 1993-09-03

R13541 - LAURA ANTUNES VITRAL - 17935872 MG - 077-PATOLOGIA - 54,17 - 90,00 - 57,75 - 26 - 1994-08-06

R13676 - GUILHERME ANDRADE PELLISSARI - 503416496 SP - 077-PATOLOGIA - 54,17 - 90,00 - 57,75 - 27 - 1996-05-13

R13507 - AMANDA FEICH MONTEIRO DE CASTRO - 3194290 ES - 077-PATOLOGIA - 55,00 - 80,00 - 57,50 - 28 - 1996-10-18

R12415 - RENAN VIEIRA - 337153140 SP - 077-PATOLOGIA - 53,33 - 90,00 - 57,00 - 29 - 1987-08-27

R12426 - GABRIEL LAZARETTI MARDEGAN - 100923548 PR - 077-PATOLOGIA - 53,33 - 90,00 - 57,00 - 30 - 1995-12-29

R12879 - MARIANA LOPES OLIVEIRA - 15533686 MG - 077-PATOLOGIA - 52,50 - 90,00 - 56,25 - 31 - 1991-03-31

R10020 - ERIK FERNANDES PACHECO - 427592008 SP - 077-PATOLOGIA - 51,67 - 80,00 - 54,50 - 32 - 1995-03-30

R11040 - CASSIANO RENATO MAIA SILVEIRA - MG12211599 MG - 078-PATOLOGIA CLINICA/MEDICINA LABORATORIAL - 51,67 - 90,00 - 55,50 - 1 - 1988-02-26

R13763 - CRISTINA NAKAMURA - 118121418 SP - 078-PATOLOGIA CLINICA/MEDICINA LABORATORIAL - 44,17 - 74,00 - 47,15 - 2 - 1963-07-15

R15677 - ANA LAURA ARROYO TEIXEIRA - 40989652-4 SP - 078-PATOLOGIA CLINICA/MEDICINA LABORATORIAL - 34,17 - 95,00 - 40,25 - 3 - 1993-04-02

R16172 - DEOLINDO DE SOUSA RIBAMAR - 5017425 PI - 078-PATOLOGIA CLINICA/MEDICINA LABORATORIAL - 38,33 - 52,00 - 39,70 - 4 - 1992-10-04

R10890 - MARLOS SIQUEIRA ALVES NETO - MG-17406995 MG - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 75,83 - 95,00 - 77,75 - 1 - 1994-07-19

R15361 - MARCELO LIBERATO COELHO MENDES DE CARVALHO - 1320370926 BA - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 75,83 - 90,00 - 77,25 - 2 - 1996-02-26

R15438 - JOAO VITOR DUTRA VIEIRA - 37.398.180-6 SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 74,17 - 95,00 - 76,25 - 3 - 1994-04-06

R11976 - IURI SHEN DE LACERDA - 385879702 SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 72,50 - 90,00 - 74,25 - 4 - 1997-07-20

R12970 - ALESSANDRA DE PINHO PIMENTA BORGES - 2845686 DF - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 71,67 - 92,00 - 73,70 - 5 - 1991-10-25

R12434 - JOAO PAULO COLHADO FERREIRA - 131130406 PR - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 71,67 - 91,00 - 73,60 - 6 - 1996-05-30

R11227 - DOUGLAS DA CUNHA KHALIL - 47881619 SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 71,67 - 90,00 - 73,50 - 7 - 1991-07-08

R11391 - GABRIELLE NAKAMURA - 36.735.745-8 SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 70,00 - 95,00 - 72,50 - 8 - 1995-09-12

R14447 - FELIPE BARIZZA DE SOUZA - 483050921 SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 69,17 - 95,00 - 71,75 - 9 - 1991-05-07

R12608 - LEONARDO GOMES MARCELINO - 499149646 SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 70,00 - 87,00 - 71,70 - 10 - 1996-09-28

R12135 - GUSTAVO CARDOSO COUTINHO - 17758256 MG - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 69,17 - 94,00 - 71,65 - 11 - 1993-06-06

R13899 - PEDRO LOURENCO LINO - 53.967.185-X SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 70,00 - 85,00 - 71,50 - 12 - 1996-07-30

R13802 - VITTORIA COMINATO - 38678860-1 SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 69,17 - 90,00 - 71,25 - 13 - 1994-10-30

R11793 - RAFAEL VIANA DOS SANTOS - 5363621 GO - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 68,33 - 97,00 - 71,20 - 14 - 1994-03-15

R13087 - NATAN PARAISO RIBEIRO - 17703887 MG - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 70,00 - 80,00 - 71,00 - 15 - 1993-05-19

R13503 - PAULO ESROM MOREIRA CATARINA - 20077860432 CE - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 69,17 - 85,00 - 70,75 - 16 - 1995-10-26

R10087 - DANIEL NOGUEIRA MENDES BRAGA - 18253183 MG - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 68,33 - 90,00 - 70,50 - 17 - 1995-08-18

R13853 - JOSEFA JANIELE LOPES MOREIRA - 2003099100482 CE - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 68,33 - 88,00 - 70,30 - 18 - 1990-01-20

R11012 - NAOMI MURAKAMI - 270012354 RJ - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 67,50 - 95,00 - 70,25 - 19 - 1994-08-14

R11803 - VICTOR NUNES DE FIGUEIREDO CAVALCANTI - 2652552 PB - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 68,33 - 87,00 - 70,20 - 20 - 1985-04-08

R11417 - PLINIO TURINE NETO - 40359592-7 SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 67,50 - 93,00 - 70,05 - 21 - 1987-08-01

R13410 - JEAN LUCAS MENEGUETTI - 10.624.155-4 PR - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 68,33 - 85,00 - 70,00 - 22 - 1992-10-13

R11258 - PA DELA CELA PATERSON PEREIRA - 1357486235 BA - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 68,33 - 80,00 - 69,50 - 23 - 1992-04-22

R12881 - JOSE RODOLFO MARIANI RADAELI - 478746362 SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 67,50 - 85,00 - 69,25 - 24 - 1991-05-10

R10187 - CAROLINA CARACAS LIMA - 219700713 RJ - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 66,67 - 88,00 - 68,80 - 25 - 1994-04-20

R13108 - ANDERSON CARLOS LEDUR - 87000192 PR - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 67,50 - 80,00 - 68,75 - 26 - 1992-01-24

R11348 - EDUARDO MORENO JUDICE DE MATTOS FARINA - 3246687 ES - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 65,83 - 89,00 - 68,15 - 27 - 1997-08-01

R14349 - JOAO EMMANUEL ALEXANDRINO FORTALEZA - 20070071203 CE - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 66,67 - 81,00 - 68,10 - 28 - 1990-05-19

R11702 - LUIS FELIPE BRUNO DE ALMEIDA - 23030641X SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 66,67 - 80,00 - 68,00 - 29 - 1980-01-30

R13402 - AUGUSTO SARQUIS SERPA - 3314538 ES - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 66,67 - 77,00 - 67,70 - 30 - 1995-06-25

R11269 - EDUARDO FLAVIO DE LACERDA MARCAL FILHO - 5620289 PA - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 66,67 - 75,00 - 67,50 - 31 - 1989-02-13

R12841 - JAIRO ALVES DE SOUSA JUNIOR - 586532869 SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 65,83 - 82,00 - 67,45 - 32 - 1995-04-22

R15778 - GUILHERMES HENRIQUE CAVALCANTE - 832242 TO - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 65,83 - 81,00 - 67,35 - 33 - 1993-10-29

R15375 - MURILO MORAES DE FREITAS - 21472947 MT - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 65,83 - 80,00 - 67,25 - 34 - 1993-10-20

R12562 - THAIS SAYURI KUWAZURU - 500511883 SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 65,00 - 87,00 - 67,20 - 35 - 1995-08-16

R11215 - ALINE FERNANDES HALLA - 355855239 SP - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 65,00 - 85,00 - 67,00 - 36 - 1992-03-02

R15150 - TAILA SOUSA DE MOURA FE - 0207510620020 MA - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 65,00 - 81,00 - 66,60 - 37 - 1993-10-04

R10404 - MATEUS KLEINSORGEN BERNARDO SOARES - 208541615 RJ - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 65,00 - 80,00 - 66,50 - 38 - 1988-07-06

R12730 - LISLIE GABRIELA SANTIN - 1171341 RO - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 64,17 - 86,00 - 66,35 - 39 - 1996-09-05

R13425 - AMANDA GUEDES TENORIO - 36596248 AL - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 65,83 - 70,00 - 66,25 - 40 - 1997-05-30

R10903 - ANDRE MELO E SILVA DE FIGUEIREDO - 0198225920022 MA - 079-RADIOLOGIA E DIAGNOST POR IMAGEM - 64,17 - 85,00 - 66,25 - 41 - 1996-01-23

R13985 - VINICIUS PILAO DOS SANTOS - 356058

CM0773 - ANA CAROLINA FERRAZ - 5340818 SC - 080-GERIATRIA - 65,83 - 85,50 - 67,80 - 14 - 1993-05-27
CM0354 - DAVI WEI MING WANG - 470669147 SP - 080-GERIATRIA - 64,17 - 95,50 - 67,30 - 15 - 1990-05-18
CM0274 - FERNANDO CANDIDO DE OLIVEIRA FILHO - 401058633 SP - 080-GERIATRIA - 64,17 - 92,50 - 67,00 - 16 - 1994-01-16
CM0117 - FRANCISCO LUIS CIPRIANO MONTEIRO - 0251290320035 MA - 080-GERIATRIA - 63,33 - 95,50 - 66,55 - 17 - 1991-09-15
CM0199 - CRISTINA BASTOS VIEIRA - 12468352 MG - 080-GERIATRIA - 63,33 - 92,00 - 66,20 - 18 - 1983-07-17
CM0515 - LUCIANO HASHIMOTO VALENTE - 86787202 PR - 080-GERIATRIA - 65,00 - 72,50 - 65,75 - 19 - 1990-05-10
CM0234 - MARCELA SCHMITT SANTOS BELLEZA - 88467574 PR - 080-GERIATRIA - 64,17 - 79,00 - 65,65 - 20 - 1995-02-04
CM0160 - ANA BEATRIZ RODRIGUES DA MOTA - 3102901 RN - 080-GERIATRIA - 64,17 - 71,50 - 64,90 - 21 - 1993-04-06
CM0456 - PEDRO HENRIQUE NAVARRO ALVES DE LIMA - 353868188 SP - 080-GERIATRIA - 62,50 - 80,50 - 64,30 - 22 - 1993-01-15
CM0217 - MARIANA BASTOS PASSOS - 32169906 SE - 080-GERIATRIA - 62,50 - 79,50 - 64,20 - 23 - 1994-05-11
CM0337 - MARIA AUGUSTA TRINDADE DE ALMEIDA FREITAS - 31787975 SE - 080-GERIATRIA - 61,67 - 83,50 - 63,85 - 24 - 1992-03-19
CM0660 - ALESSANDRO FERNANDES CAVALCANTE AGUIAR - 931646 RO - 080-GERIATRIA - 61,67 - 81,00 - 63,60 - 25 - 1991-05-20
CM0669 - LIGIA FURLAN DA SILVA - 48.685.823-6 SP - 080-GERIATRIA - 61,67 - 79,50 - 63,45 - 26 - 1995-03-12
CM0246 - TAMARA FERREIRA TAVARES - 342547926 SP - 080-GERIATRIA - 60,83 - 75,50 - 62,30 - 27 - 1992-09-21
CM0549 - LAURA MARIA MENEZES QUINA - 13124041 MG - 080-GERIATRIA - 60,83 - 75,50 - 62,30 - 28 - 1993-07-20
CM0809 - ANA CAROLINA BORGES DE MIRANDA SOUZA - 2985510 PB - 080-GERIATRIA - 57,50 - 96,50 - 61,40 - 29 - 1990-05-07
CM0640 - ANA CAROLINA GUIMARAES SATO - 17725216 MT - 080-GERIATRIA - 60,00 - 69,50 - 60,95 - 30 - 1988-03-01
CM0302 - HENRIQUE MORAES PINTO NUNES - 020440414-9 RJ - 080-GERIATRIA - 59,17 - 76,00 - 60,85 - 31 - 1988-11-06
CM0346 - MARIANA MIEKO MENDES YASUI - 467626832 SP - 080-GERIATRIA - 57,50 - 86,50 - 60,40 - 32 - 1990-05-29
CM0247 - BEATRIZ CRISTINA EGIDIO DE REZENDE - 5097358 GO - 080-GERIATRIA - 57,50 - 85,50 - 60,30 - 33 - 1994-08-15
CM0825 - MARDELSON NERY DE SOUZA - 297555 AC - 080-GERIATRIA - 57,50 - 77,00 - 59,45 - 34 - 1985-10-10
CM0102 - VILSON CARDOSO DE OLIVEIRA JUNIOR - 435719488 SP - 080-GERIATRIA - 57,50 - 73,50 - 59,10 - 35 - 1994-10-06
CM0451 - JANINE GAVA BASTOS - 224371948 RJ - 080-GERIATRIA - 57,50 - 51,50 - 56,90 - 36 - 1992-04-01
AA0064 - LAIANE TABATA SOUZA CORGOSINHO - MG15508172 MG - 081-PSICOGERIATRIA - 95,00 - 100,00 - 99,00 - 97,40 - 1 - 1989-10-28
AA0227 - LUIZ HENRIQUE MONTEIRO - 45035954-2 SP - 081-PSICOGERIATRIA - 95,00 - 85,00 - 100,00 - 91,50 - 2 - 1989-06-02
AA0209 - STEFANIE SPADARI - 443516108 SP - 081-PSICOGERIATRIA - 85,00 - 85,00 - 88,00 - 85,30 - 3 - 1988-02-19
AA0173 - DOUGLAS DE SOUSA SOARES - 20070797727 CE - 081-PSICOGERIATRIA - 100,00 - 55,00 - 96,00 - 81,60 - 4 - 1993-06-08
AA0039 - ANA FLAVIA MACHADO - 87772837 PR - 081-PSICOGERIATRIA - 95,00 - 60,00 - 96,00 - 81,10 - 5 - 1992-09-21
AA0002 - AIRLA DIAS BARBOSA - 5187753 GO - 081-PSICOGERIATRIA - 90,00 - 62,50 - 80,00 - 78,00 - 6 - 1992-08-11
AA0170 - NATALIE VIEIRA ZANINI - 90886347 PR - 081-PSICOGERIATRIA - 90,00 - 57,50 - 92,00 - 77,20 - 7 - 1991-03-04
AA0050 - ISABELE MARTINS VALENTIM - MG14546570 MG - 081-PSICOGERIATRIA - 90,00 - 37,50 - 96,00 - 69,60 - 8 - 1989-04-10
AA0225 - AMOS VINICIUS AFONSO DOS SANTOS - 442376959 SP - 081-PSICOGERIATRIA - 85,00 - 45,00 - 76,00 - 68,10 - 9 - 1986-10-12
PD0131 - MARIANA MASSUE KOMATSU - 379937268 SP - 082-CANCEROLOGIA PEDIATRICA - 85,00 - 100,00 - 86,50 - 1 - 1991-11-21
PD0042 - ANA LUISA CONCEICAO DE JESUS - 31544657 SE - 082-CANCEROLOGIA PEDIATRICA - 85,00 - 96,00 - 86,10 - 2 - 1993-08-19
PD0068 - ANDRESSA VELLASCO BRITO COSTA EMERENCIANO - 002946670 RN - 082-CANCEROLOGIA PEDIATRICA - 77,50 - 94,00 - 79,15 - 3 - 1992-09-04
PD0093 - POLINE SPITTI ROCHA - 382187842 SP - 082-CANCEROLOGIA PEDIATRICA - 71,67 - 90,00 - 73,50 - 4 - 1991-08-22
PD0123 - CAMILA NORONHA SANTOS - 2917910 PI - 082-CANCEROLOGIA PEDIATRICA - 70,83 - 94,00 - 73,15 - 5 - 1991-01-28
PD0094 - CAROLINA SILVA DE AGUIAR - 378292110 SP - 082-CANCEROLOGIA PEDIATRICA - 68,33 - 94,00 - 70,90 - 6 - 1991-12-09
PD0140 - ETIENNE CEOLAN - 1105606576 RS - 082-CANCEROLOGIA PEDIATRICA - 67,50 - 94,00 - 70,15 - 7 - 1991-01-06
PD0016 - AILLYN FERNANDA BIANCHI - 5527779 SC - 082-CANCEROLOGIA PEDIATRICA - 64,17 - 90,00 - 66,75 - 8 - 1992-11-25
PD0124 - FELIPE HADDAD CARLOS - 2222981 ES - 082-CANCEROLOGIA PEDIATRICA - 57,50 - 88,00 - 60,55 - 9 - 1990-05-06
CG0144 - ALEXANDRE KIRCHNER PASCHOINI - MG13977003 MG - 083-CIRURGIA VASCULAR - 95,00 - 100,00 - 95,50 - 1 - 1994-02-21
CG0072 - SOO JIN LIM - V581608-V DF - 083-CIRURGIA VASCULAR - 91,67 - 100,00 - 92,50 - 2 - 1991-03-04
CG0157 - RICARDO WAKSMAN - 367976821 SP - 083-CIRURGIA VASCULAR - 91,67 - 94,00 - 91,90 - 3 - 1992-11-03
CG0060 - ANA BEATRIZ MADEIRA BOFFA - 418099443 SP - 083-CIRURGIA VASCULAR - 90,00 - 100,00 - 91,00 - 4 - 1994-01-17
CG0101 - RICARDO LIMA LOPES - 13900293 MT - 083-CIRURGIA VASCULAR - 90,83 - 86,00 - 90,35 - 5 - 1991-10-11
CG0125 - VINICIUS CARDOSO DE FARIAS - 381452335 SP - 083-CIRURGIA VASCULAR - 90,83 - 80,00 - 89,75 - 6 - 1991-08-22
CG0118 - JOAO PEDRO PIRETTI - 5747773 GO - 083-CIRURGIA VASCULAR - 89,17 - 94,00 - 89,65 - 7 - 1994-05-11
CG0021 - MARIA RENATA MENCACCI COSTA - 371631634 SP - 083-CIRURGIA VASCULAR - 87,50 - 100,00 - 88,75 - 8 - 1995-02-02
CG0411 - RODRIGO MARTINI MESQUITA - 1104092893 RS - 083-CIRURGIA VASCULAR - 89,17 - 84,00 - 88,65 - 9 - 1990-09-06
CG0158 - FRANCISCO AMADEU PEREIRA JUNIOR - 2008009163740 CE - 083-CIRURGIA VASCULAR - 88,33 - 78,00 - 87,30 - 10 - 1993-10-09
CG0164 - MATEUS STREVA LEITE - 231115932 RJ - 083-CIRURGIA VASCULAR - 86,67 - 88,00 - 86,80 - 11 - 1992-05-13
CG0055 - ANDRE LUIS BETTIATI JUNIOR - 405327493 SP - 083-CIRURGIA VASCULAR - 88,33 - 68,00 - 86,30 - 12 - 1993-09-04
CG0432 - AMANDA ARIAS BERARDINELLI - 459965281 SP - 083-CIRURGIA VASCULAR - 85,83 - 86,00 - 85,85 - 13 - 1989-03-10
CG0332 - ARNON FRANCA CAVERSAN - 3107271 ES - 083-CIRURGIA VASCULAR - 86,67 - 64,00 - 84,40 - 14 - 1991-12-26
CG0228 - DANIEL NOBILE DE AQUINO - MG-15.752.586 MG - 083-CIRURGIA VASCULAR - 82,50 - 88,00 - 83,05 - 15 - 1994-08-05
CG0187 - MATHEUS VERAS VIANA PORTELA - 2999342 PI - 083-CIRURGIA VASCULAR - 80,83 - 94,00 - 82,15 - 16 - 1994-07-05
CG0106 - THYAGO CEZAR PRADO PESSOA - 5497535 PA - 083-CIRURGIA VASCULAR - 82,50 - 76,00 - 81,85 - 17 - 1993-01-21
CG0220 - VIVIANE GALLI DIB - 482739861 SP - 083-CIRURGIA VASCULAR - 80,00 - 94,00 - 81,40 - 18 - 1991-01-04
CG0269 - MARCELO SHIGUEO YOSIKAWA MOTOKI - 47775496 SP - 083-CIRURGIA VASCULAR - 80,00 - 94,00 - 81,40 - 19 - 1991-07-01
CG0159 - FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA FILHO - 2001027015458 CE - 083-CIRURGIA VASCULAR - 80,00 - 92,00 - 81,20 - 20 - 1989-08-04
CG0163 - THULIO FERNANDES DE SOUZA - 10504915 MT - 083-CIRURGIA VASCULAR - 82,50 - 68,00 - 81,05 - 21 - 1992-05-27
CG0135 - GIAN CARLO VASSOLER - 470716009 SP - 083-CIRURGIA VASCULAR - 80,00 - 84,00 - 80,40 - 22 - 1990-09-28
R12168 - FABIO YUJI FURUKAWA - 1390090 MS - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 70,00 - 98,00 - 72,80 - 1 - 1992-12-22
R15113 - GREGORIO ZALAF CASEIRO - 328399516 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 70,83 - 86,00 - 72,35 - 2 - 1984-11-09
R11744 - MATHEUS PESSOA COLARES - 2007010078272 CE - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 68,33 - 100,00 - 71,50 - 3 - 1996-01-08
R15013 - VICTOR BARLOFA DE OLIVEIRA - 391059464 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 67,50 - 86,00 - 69,35 - 4 - 1997-09-04
R11981 - BRUNA SOARES PASSANEZI - 528001206 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 64,17 - 98,00 - 67,55 - 5 - 1996-01-25
R10719 - ANDRE AMADO FERREIRA DE MELLO - 398245150 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 64,17 - 90,00 - 66,75 - 6 - 1996-11-25
R11942 - LUCAS MAGALHAES MOREIRA - 399003654 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 62,50 - 95,00 - 65,75 - 7 - 1995-08-08
R16616 - ISABEL RAMOS DE ALMEIDA LAMBERTE - 39445399-2 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 61,67 - 95,00 - 65,00 - 8 - 1995-12-25
R13327 - BERNARDO BROSEGHINI KUNSCH - 3185988 ES - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 61,67 - 80,00 - 63,50 - 9 - 1994-09-16
R13109 - MARINA ALVES MARTINS SIQUEIRA - 466150106 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 60,00 - 95,00 - 63,50 - 10 - 1993-11-19
R10170 - MARINA FREITAS DE PADUA - 2827324 DF - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 60,00 - 95,00 - 63,50 - 11 - 1996-07-27
R12172 - DANIELA GONSALEZ MATAR TUCCI - 392156064 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 59,17 - 100,00 - 63,25 - 12 - 1996-01-29
R16238 - BRUNA PATTI SOLDI BACCARAT MONTEIRO - 387600656 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 59,17 - 98,00 - 63,05 - 13 - 1993-09-07
R15133 - GIULIANA FRANCO FACCO - 359406178 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 59,17 - 97,00 - 62,95 - 14 - 1989-12-02
R13364 - ANNA KAROLYNE DE ARAUJO COSTA GOLIN - 438330262 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 59,17 - 92,00 - 62,45 - 15 - 1994-02-15
R10077 - JULIA TIEMI HINO - 387854526 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 60,00 - 83,00 - 62,30 - 16 - 1996-05-07
R12249 - MATHEUS NEGRELI MOYANO DE PADUA - 484084641 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 60,00 - 78,00 - 61,80 - 17 - 1992-09-11
R11670 - GABRIELLE DE JESUS NOVAES - 40980727855 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 60,00 - 76,00 - 61,60 - 18 - 1992-06-22
R10232 - SARAH PEREIRA COSTA - 18321146 MG - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 58,33 - 90,00 - 61,50 - 19 - 1996-12-24
R14416 - ISADORA APARECIDA GHERALDE - 410052413 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 58,33 - 88,00 - 61,30 - 20 - 1994-06-30
R12555 - GIOVANNA TIEMI TAKARA - 372510279 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 58,33 - 83,00 - 60,80 - 21 - 1995-08-21
R12421 - VITOR YOITI UENO - 36390413X SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 61,67 - 48,00 - 60,30 - 22 - 1992-06-17
R14409 - REBECCA MOURA DE QUEIROZ SIQUEIRA - 280148503 RJ - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 58,33 - 78,00 - 60,30 - 23 - 1996-05-14
R10644 - BRENO PINN DE CASTRO - 378311426 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 56,67 - 90,00 - 60,00 - 24 - 1995-09-14
R11204 - BRUNO CARDOSO JERONIMO - 158036991 PR - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 58,33 - 70,00 - 59,50 - 25 - 1995-10-06
R10088 - CARINA COSTA PEREZ KRELING - 101660060 PR - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 55,00 - 98,00 - 59,30 - 26 - 1992-10-15
R14970 - MAYELE FARIAS DE OLIVEIRA - 1162259477 BA - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 55,00 - 94,00 - 58,90 - 27 - 1992-07-28
R13719 - JULIA BIGHETI BUSCH - 364699127 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 54,17 - 98,00 - 58,55 - 28 - 1993-06-01
R13457 - FELIPE MEUCCI DE PAULA GREGORIO - 333790285 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 56,67 - 72,00 - 58,20 - 29 - 1994-11-09
R13596 - GABRIELA KALIX FARIAS - 270030984 RJ - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 55,83 - 73,00 - 57,55 - 30 - 1996-05-17
R12069 - CAMILA FERNANDES CARNEIRO - 386942857 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 54,17 - 86,00 - 57,35 - 31 - 1995-06-27
R13369 - IAN ZARIFE MIRANDA - 279464937 RJ - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 53,33 - 93,00 - 57,30 - 32 - 1993-07-12
R10504 - DANIEL SILVA MAIA - 1376240696 BA - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 53,33 - 90,00 - 57,00 - 33 - 1993-06-17
R12583 - CAMILA MIKA SERIKAWA - 415633151 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 54,17 - 75,00 - 56,25 - 34 - 1994-06-21
R14881 - JOAO VITOR KATSUMATA DE ALENCAR - 359771804 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 53,33 - 82,00 - 56,20 - 35 - 1996-09-11
R11129 - PATRICIA BRITTO NAMURA - 394441564 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 53,33 - 67,00 - 54,70 - 36 - 1993-07-02
R16596 - GABRIEL LUIZ FERNANDES - 40282112-9 SP - 085-MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE - 54,17 - 57,00 - 54,45 - 37 - 1994-02-03
PD0010 - ROBERTA DE OLIVEIRA ANDRADE - 43116949-4 SP - 086-ENDOCRINOLOGIA PEDIATRICA - 95,00 - 100,00 - 95,50 - 1 - 1994-06-02
PD0102 - LYGIA QUEIROZ ESPER - 98435581 PR - 086-ENDOCRINOLOGIA PEDIATRICA - 90,00 - 95,00 - 90,50 - 2 - 1989-09-04
PD0117 - KAYLEIGH GONCALVES GUIMARAES - 15207925 MG - 086-ENDOCRINOLOGIA PEDIATRICA - 86,67 - 90,00 - 87,00 - 3 - 1993-04-11
PD0055 - RAQUEL GOMES LOT - 239927007 RJ - 086-ENDOCRINOLOGIA PEDIATRICA - 81,67 - 92,50 - 82,75 - 4 - 1990-10-18
PD0128 - BARBARA PINTO BARBOSA - 2002010231410 CE - 086-ENDOCRINOLOGIA PEDIATRICA - 82,50 - 65,00 - 80,75 - 5 - 1989-03-15
PD0047 - GENTIL FERREIRA GONCALVES NETO - 5090627 GO - 086-ENDOCRINOLOGIA PEDIATRICA - 82,50 - 60,00 - 80,25 - 6 - 1991-07-04
PD0004 - IZABELLE PERES CINTRA ZARIF - 399719519 SP - 086-ENDOCRINOLOGIA PEDIATRICA - 81,67 - 55,00 - 79,00 - 7 - 1993-09-02
PA0001 - VITOR MARCONDES RAMOS - 36713623-5 SP - 087-CIRURGIA GERAL - AVANCADO - 85,00 - 100,00 - 86,50 - 1 - 1990-09-29
PA0003 - FELIPE KFOURI - 357560000 SP - 087-CIRURGIA GERAL - AVANCADO - 85,83 - 85,00 - 85,75 - 2 - 1992-03-16
PA0009 - GEIBEL SANTOS DOS REIS JUNIOR - 1279964600 BA - 087-CIRURGIA GERAL - AVANCADO - 80,83 - 95,00 - 82,25 - 3 - 1989-01-24
PA0002 - ALLAN ANTONELLI MEIRA - 5265637 GO - 087-CIRURGIA GERAL - AVANCADO - 80,00 - 80,00 - 80,00 - 4 - 1990-07-16
PA0007 - MARCELINO QUAGLIA MORATO - 483018314 SP - 087-CIRURGIA GERAL - AVANCADO - 79,17 - 80,00 - 79,25 - 5 - 1991-10-17
PA0005 - FERNANDA BEGONHA GIACOMELLI - 1922633 ES - 087-CIRURGIA GERAL - AVANCADO - 78,33 - 80,00 - 78,50 - 6 - 1986-05-16
PA0008 - GUILHERME AUGUSTO DE GOUVEIA TAFNER JORGE - 283747316 SP - 087-CIRURGIA GERAL - AVANCADO - 75,83 - 75,00 - 75,75 - 7 - 1980-07-11
PA0004 - NARA BARBOSA DE ALMEIDA - 1135167621 BA - 087-CIRURGIA GERAL - AVANCADO - 73,33 - 70,00 - 73,00 - 8 - 1986-12-11
PA0010 - DENISE RAMOS DE CARVALHO - 584824294 SP - 087-CIRURGIA GERAL - AVANCADO - 66,67 - 60,00 - 66,00 - 9 - 1983-01-16
R10807 - NYCOLLE LOUISE KLEIN OTTONI GUEDES - 98051279 PR - 088-DERMATOLOGIA - 75,00 - 95,00 - 77,00 - 1 - 1996-12-22
R12086 - NATALIA MARIA NEVES SIMOES - 367825879 SP - 088-DERMATOLOGIA - 74,17 - 95,00 - 76,25 - 2 - 1991-09-20
R11546 - CINTIA AVILA SOUZA - 17252088 MG - 088-DERMATOLOGIA - 74,17 - 87,00 - 75,45 - 3 - 1996-02-07
R14073 - ANA CAROLINA AGUIAR AVILA - 6071884 GO - 088-DERMATOLOGIA - 74,17 - 85,00 - 75,25 - 4 - 1996-09-13
R13326 - PAULO STAHLSCHMIDT - 383666867 SP - 088-DERMATOLOGIA - 73,33 - 90,00 - 75,00 - 5 - 1996-03-18
R12136 - ELISA SCANDIUZZI MACIEL - 593086041 SP - 088-DERMATOLOGIA - 71,67 - 95,00 - 74,00 - 6 - 1996-06-26
R15032 - CECILIA MIRELLE ALMEIDA HONORATO - 003179173 RN - 088-DERMATOLOGIA - 72,50 - 87,00 - 73,95 - 7 - 1997-03-24
R14313 - ALICE CORTES DE CASTRO LIMA - 16718925 MG - 088-DERMATOLOGIA - 70,83 - 95,00 - 73,25 - 8 - 1995-08-25
R13339 - GIOVANNA GELLI CARRASCOZA - 504484187 SP - 088-DERMATOLOGIA - 70,83 - 94,00 - 73,15 - 9 - 1997-05-16
R11102 - AMITHIS BERNSTORFF FRANCIOZI - 5308687 SC - 088-DERMATOLOGIA - 70,83 - 93,00 - 73,05 - 10 - 1991-04-07
R12212 - BETINA NOGUEIRA DA SILVA - MG15969557 MG - 088-DERMATOLOGIA - 70,00 - 100,00 - 73,00 - 11 - 1994-04-02
R12505 - ANA LUIZA DEVITO GRISOTTO MAEKAWA - 399880409 SP - 088-DERMATOLOGIA - 72,50 - 75,00 - 72,75 - 12 - 1997-01-17
R14906 - EVELYN LYSIE MONIQUE GEWEHR BABO HOLDEFER - 107061134 PR - 088-DERMATOLOGIA - 70,83 - 90,00 - 72,75 - 13 - 1990-01-23
R13399 - GABRIELA IRENE GARCIA BRANDES - 366167601 SP - 088-DERMATOLOGIA - 70,00 - 90,00 - 72,00 - 14 - 1993-10-21
R10697 - CAMILA SILVEIRA NOBRE - 15744345 MG - 088-DERMATOLOGIA - 70,83 - 80,00 - 71,75 - 15 - 1994-05-12
R11886 - LUANA RYTHOLZ CASTRO - 33608547 SE - 088-DERMATOLOGIA - 70,83 - 75,00 - 71,25 - 16 - 1995-11-22
R10638 - HELOISA ANTONIUK PRESTA KOPS THALHEIMER - 8104862209 RS - 088-DERMATOLOGIA - 70,00 - 80,00 - 71,00 - 17 - 1997-03-02
R10415 - DANIEL EUGENIO ESPINDOLA DE AMURIM - 5280454 GO - 088-DERMATOLOGIA - 70,00 - 80,00 - 71,00 - 18 - 1998-01-27
R11396 - BRUNA MENDES DE ALMEIDA - 5042252 PI - 088-DERMATOLOGIA - 70,00 - 75,00 - 70,50 - 19 - 1995-01-04
R11730 - AHMED HAYDAR - 102161203 PR - 089-NEUROLOGIA - 80,83 - 100,00 - 82,75 - 1 - 1998-01-01
R10989 - JOAO CLAUDIO DA COSTA URBANO - 002512695 RN - 089-NEUROLOGIA - 77,50 - 97,00 - 79,45 - 2 - 1996-07-07
R15460 - GABRIELA ABRAHAO ALLIONI - 36757695-8 SP - 089-NEUROLOGIA - 77,50 - 82,00 - 77,95 - 3 - 1996-08-09
R11358 - CAIQUE DE MEDEIROS MENDES - 468268042 SP - 089-NEUROLOGIA - 75,00 - 100,00 - 77,50 - 4 - 1996-03-19
R12359 - LUCAS FERNANDES FERREIRA - 2006010236198 CE - 089-NEUROLOGIA - 75,00 - 91,00 - 76,60 - 5 - 1996-07-19
R10461 - WEVERTON CARLOS DA SILVA TEIXEIRA - 8811051 PE - 089-NEUROLOGIA - 75,00 - 90,00 - 76,50 - 6 - 1995-07-02
R11726 - GABRIEL SAMIR MARTINS DE SOUZA - 20078418075 CE - 089-NEUROLOGIA - 75,00 - 85,00 - 76,00 - 7 - 1994-07-19
R11565 - ALINE PAREDES CARDOSO - 372291053 SP - 089-NEUROLOGIA - 72,50 - 100,00 - 75,25 - 8 - 1994-12-08
R10381 - ANA LUISA DE CARVALHO CARDOZO HERNANDEZ - 1252723598 BA - 089-NEUROLOGIA - 72,50 - 100,00 - 75,25 - 9 - 1997-05-10
R12786 - MATEUS CAPOBIANGO BICALHO - MG-19314403 MG - 089-NEUROLOGIA - 73,33 - 91,00 - 75,10 - 10 - 1997-03-18
R14441 - SARA CAIXETA DE SOUZA - 4849664 GO - 089-NEUROLOGIA - 72,50 - 98,00 - 75,05 - 11 - 1997-03-11
R14856 - BERNARDO LEITE PONDE DA LUZ - 1419172530 BA - 089-NEUROLOGIA - 71,67 - 100,00 - 74,50 - 12 - 1996-12-04
R10058 - THIAGO TRAJANO DA SILVA - 17053792 MG - 089-NEUROLOGIA - 73,33 - 84,50 - 74,45 - 13 - 1998-02-22
R10920 - VICTOR CARDOSO DE FARIA - 5758187 GO - 089-NEUROLOGIA - 71,67 - 97,50 - 74,25 - 14 - 1994-03-03
R14816 - DIEGO SILVA FIGUEIREDO - 18268012 MG - 089-NEUROLOGIA - 73,33 - 82,00 - 74,20 - 15 - 1995-03-14
R10230 - RAFAEL TUZINO LEITE NEVES MAFFEI - 38805292-2 SP - 089-NEUROLOGIA - 71,67 - 93,00 - 73,80 - 16 - 1995-01-07
R13747 - TOMAS DE AZEVEDO RODRIGUES - 38.761.218-X SP - 089-NEUROLOGIA - 70,83 - 99,00 - 73,65 - 17 - 1995-03-20
R13656 - LUCAS TOSHIO UENISHI - 379562431 SP - 089-NEUROLOGIA - 70,83 - 98,00 - 73,55 - 18 - 1997-05-23
R10179 - PEDRO DEMARQUI RAMOS - 38520890-X SP - 089-NEUROLOGIA - 71,67 - 90,00 - 73,50 - 19 - 1997-04-17
R14554 - GABRIELLA CORREA DOUSSEAU - 19743705 MG - 089-NEUROLOGIA - 71,67 - 89,00 - 73,40 - 20 - 1996-11-13
R14911 - GABRIEL ROSA VILELA - 2330193 MS - 089-NEUROLOGIA - 71,67 - 86,00 - 73,10 - 21 - 1996-03-04
R14005 - CICERO RODRIGUES VELOSO - 1195752563 BA - 089-NEUROLOGIA - 70,83 - 92,00 - 72,95 - 22 - 1996-01-21
R14108 - VITOR MAIA ARCA - 6825035 PE - 089-NEUROLOGIA - 70,83 - 90,00 - 72,75 - 23 - 1993-08-09
R11579 - LOUISE MAKAREM OLIVEIRA - 22519912 AM - 089-NEUROLOGIA - 70,00 - 95,00 - 72,50 - 24 - 1997-02-21
R11545 - GUILHERME CALHEIROS INFORZATO DIAS GOMES - 37516043 AL - 089-NEUROLOGIA - 70,83 - 82,00 - 71,95 - 25 - 1994-03-28
R10891 - BRUNO REZENDE TRINDADE BORGES - 19010897 MG - 089-NEUROLOGIA - 70,83 - 80,00 - 71,75 - 26 - 1996-04-10
R11885 - LUIZ GUSTAVO BRENNEISEN SANTOS - 500940034 SP - 089-NEUROLOGIA - 69,17 - 95,00 - 71,75 - 27 - 1995-01-12
R11980 - GIULIA MARIA XIMENES VERDI - 35144513 AL - 089-NEUROLOGIA - 69,17 - 94,00 - 71,65 - 28 - 1997-07-18
R10572 - ADRIEL REGO BARBOSA - 3267810 PI - 089-NEUROLOGIA - 69,17 - 89,00 - 71,15 - 29 - 1995-08-11
R12107 - ANDRE FELIPE CANDEAS AMORIM - 3307957 ES - 089-NEUROLOGIA - 69,17 - 88,50 - 71,10 - 30 - 1994-09-28
R11542 - BARBARA LOIOLA SANTOS - 25052985 SE - 089-NEUROLOGIA - 70,00 - 80,50 - 71,05 - 31 - 1995-07-20
R10512 - THIAGO DE SOUZA ROSA - 501424167 SP - 089-NEUROLOGIA - 70,00 - 80,00 - 71,00 - 32 - 1994-12-08
R13923 - HEITOR NUNES DE OLIVEIRA SENTO-SE NETO - 1418653500 BA - 089-NEUROLOGIA - 70,00 - 80,00 - 71,00 - 33 - 1996-03-20
R12613 - PAULA TOMIKO UTIDA - 104197574 PR - 089-NEUROLOGIA - 69,17 - 85,00 - 70,75 - 34 - 1994-07-16
R10110 - MARCIO PINHEIRO LIMA - 3356096-0 AM - 089-NEUROLOGIA - 69,17 - 82,00 - 70,45 - 35 - 1997-09-24
R12831 - TAIS PINTO DE PAULA - 2007009068056 CE - 090-ACUPUNTURA - 55,00 - 51,70 - 54,67 - 1 - 1997-02-05
R13476 - AMANDA VICTORIA CASAGRANDE - 398804291 SP - 090-ACUPUNTURA - 48,33 - 100,00 - 53,50 - 2 - 1996-02-19
R12369 - MATHEUS DALMOLIN WINCKLER - 8104860559 RS - 091-MEDICINA ESPORTIVA - 70,00 - 90,00 - 72,00 - 1 - 1993-09-12
R12563 - LUCAS GALERA - 393750127 SP - 091-MEDICINA ESPORTIVA - 70,00 - 80,00 - 71,00 - 2 - 1994-10-31
R15713 - CAIO VINICIUS DE LIMA TORRES - 47734544X SP - 091-MEDICINA ESPORTIVA - 68,33 - 80,00 - 69,50 - 3 - 1991-04-10
R14446 - IVES PACHECO DEMARCO - 280360090 RJ - 091-MEDICINA ESPORTIVA - 68,33 - 75,00 - 69,00 - 4 - 1996-08-11
R13623 - DIOGO FIGUEIREDO SOUZA - 8146900 PE - 091-MEDICINA ESPORTIVA - 65,83 - 85,00 - 67,75 - 5 - 1991-09-17
R12864 - JORDANA NASCIMENTO MACHADO - 4740636 GO - 091-MEDICINA ESPORTIVA - 65,00 - 80,00 - 66,50 - 6 - 1994-12-26
R12201 - GUILHERME BOTTER MAIO ROCHA - 7083917001 RS - 091-MEDICINA ESPORTIVA - 64,17 - 80,00 - 65,75 - 7 - 1988-10-11
R10043 - PEDRO VICTOR RODRIGUES DE PAULA GOMES - 1301512460 BA - 091-MEDICINA ESPORTIVA - 62,50 - 75,00 - 63,75 - 8 - 1994-10-17
R10044 - MARIO ANTONIO VLADIMIR JOHNSON FRANCO - G388376E SP - 091-MEDICINA ESPORTIVA - 60,83 - 90,00 - 63,75 - 9 - 1989-02-19
R13829 - MARIANA SILVA CAMARGO DE SOUZA - 382740154 SP - 091-MEDICINA ESPORTIVA - 61,67 - 65,00 - 62,00 - 10 - 1995-04-17
AA0112 - MARCELO PAES MENEZES FILHO - 252538236 RJ - 092-TRANSPLANTE DE RIM (NEFROLOGIA) - 70,00 - 100,00 - 73,00 - 1 - 1992-02-07
AA0226 - ITALO JOSE ARAUJO SILVEIRA DE SA - 3612570 PB - 092-TRANSPLANTE DE RIM (NEFROLOGIA) - 75,00 - 50,00 - 72,50 - 2 - 1993-12-01
PD0120 - ALINE HAMATI ROSA BATISTA - 396818444 SP - 095-ALERGIA E IMUNOLOGIA PEDIATRICA - 85,00 - 100,00 - 86,50 - 1 - 1991-01-18
PD0020 - PAULO VICTOR FERREIRA MAI - 2237669 ES - 095-ALERGIA E IMUNOLOGIA PEDIATRICA - 81,67 - 100,00 - 83,50 - 2 - 1991-01-19
CH0006 - FABIO DE FRANCA URQUIZA - 478589566 SP - 096-CIRURGIA DA MAO - 80,83 - 96,00 - 82,35 - 1 - 1989-11-14
CH0002 - GUILHERME HENRIQUE MENEGHEL - 362416102 SP - 096-CIRURGIA DA MAO - 80,00 - 70,00 - 79,00 - 2 - 1991-08-05
CH0036 - ARTHUR KAYANO SARGACO - 357928969 SP - 096-CIRURGIA DA MAO - 75,00 - 91,00 - 76,60 - 3 - 1989-11-06
CH0021 - RENATO POLESE RUSIG - 439396906 SP - 096-CIRURGIA DA MAO - 73,33 - 96,00 - 75,60 - 4 - 1992-06-03
CH0035 - ALISSON AUGUSTO MURARO DOS REIS - 18989772 MT - 096-CIRURGIA DA MAO - 76,67 - 58,00 - 74,80 - 5 - 1992-06-25
CH0026 - RUDI NOGUEIRA - 2182630 DF - 096-CIRURGIA DA MAO - 75,00 - 52,00 - 72,70 - 6 - 1984-09-22
CH0001 - ANA CAROLINE LEITE DA SILVA - 603372715 SP - 096-CIRURGIA DA MAO - 71,67 - 71,00 - 71,60 - 7 - 1983-10-28
CH0009 - SERGIO LUIS CAVACANTE IBIAPINA - 20072316661 CE - 096-CIRURGIA DA MAO - 69,17 - 74,00 - 69,65 - 8 - 1992-04-12
CH0023 - LUCAS ALVES

R16761 - JORGE OBERHOFER CHAMMAS - 50314669 PR - 097-GENETICA MEDICA - 55,00 - 70,00 - 56,50 - 15 - 1977-08-03

R14147 - LARISSA BRETANHA PONTES - 470232341 SP - 097-GENETICA MEDICA - 54,17 - 75,00 - 56,25 - 16 - 1996-04-30

AA0099 - SILVIA DE OLIVEIRA VERISSIMO TEIXEIRA - 35837408-X SP - 099-NEUROFISIOLOGIA CLINICA (MED FIS E REAB) - 90,00 - 96,00 - 90,60 - 1 - 1989-09-09

AA0044 - FERNANDO CASELLA SALGADO - 359281527 SP - 099-NEUROFISIOLOGIA CLINICA (MED FIS E REAB) - 80,00 - 94,00 - 81,40 - 2 - 1987-07-10

AA0194 - DUANA SIMAKAWA JIMENEZ - 389312174 SP - 100-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - ANO ADICIONAL - 85,00 - 100,00 - 86,50 - 1 - 1992-05-11

AA0144 - LAURA BARROS ABATE ROTELLI - 14640229 MG - 100-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - ANO ADICIONAL - 75,00 - 100,00 - 77,50 - 2 - 1992-09-23

AA0123 - VICTOR GUEDES BACCHINI - 460193764 SP - 100-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - ANO ADICIONAL - 70,00 - 100,00 - 73,00 - 3 - 1988-01-19

AA0201 - VERENA MATTOS MUTTER - 413444610 SP - 100-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - ANO ADICIONAL - 50,00 - 90,00 - 54,00 - 4 - 1991-03-04

AA0114 - ANTONIO LUIZ DA COSTA SOARES JUNIOR - 258029867 RJ - 100-OBSTETRICIA E GINECOLOGIA - ANO ADICIONAL - 45,00 - 70,00 - 47,50 - 5 - 1992-12-08

AA0084 - RODRIGO PINA CIUFFO ALMEIDA - 217060912 RJ - 102-MEDICINA NUCLEAR - ANO ADICIONAL - 90,00 - 90,00 - 90,00 - 1 - 1991-12-05

AA0041 - BRUNA KOZLOWSKI ANDREUCCI - 408864291 SP - 102-MEDICINA NUCLEAR - ANO ADICIONAL - 85,00 - 90,00 - 85,50 - 2 - 1993-09-14

AA0089 - MARCELO FELICIANO LOPES - 292883079 SP - 102-MEDICINA NUCLEAR - ANO ADICIONAL - 70,00 - 90,00 - 72,00 - 3 - 1983-07-29

AA0092 - GUILHERME CABRAL COSTA RIBEIRO - MG 16522499 MG - 102-MEDICINA NUCLEAR - ANO ADICIONAL - 40,00 - 90,00 - 45,00 - 4 - 1990-08-29

PD0073 - ARIANE GUISSI DOS SANTOS - 369619043 SP - 103-INFECTOLOGIA PEDIATRICA - 81,67 - 96,00 - 83,10 - 1 - 1990-01-11

PD0100 - VITORIA PAULA DIAS CRUZ - MG15761356 MG - 103-INFECTOLOGIA PEDIATRICA - 73,33 - 98,00 - 75,80 - 2 - 1991-02-24

PD0125 - MILLENA CARVALHO CATHARINO - 123138759 PR - 103-INFECTOLOGIA PEDIATRICA - 59,17 - 94,00 - 62,65 - 3 - 1992-07-21

AA0175 - RAFAEL DA NOBREGA DE ALENCAR - 2001010335594 CE - 106-TRANSPLANTE DE MEDULA OSSEA - 75,00 - 99,00 - 77,40 - 1 - 1992-04-04

AA0186 - ANDERSON FELIPE DA SILVA - 16531571 MG - 106-TRANSPLANTE DE MEDULA OSSEA - 65,00 - 99,00 - 68,40 - 2 - 1993-07-14

AA0232 - MARCELLO MELARAGNO LODI - 309136520 SP - 106-TRANSPLANTE DE MEDULA OSSEA - 65,00 - 88,00 - 67,30 - 3 - 1990-11-30

AA0182 - ANITA CASSOLI CORTEZ - 37320579X SP - 106-TRANSPLANTE DE MEDULA OSSEA - 55,00 - 99,50 - 59,45 - 4 - 1989-07-12

AA0020 - ADEMAR RIBEIRO MORAES NETO - 020257212002-4 MA - 106-TRANSPLANTE DE MEDULA OSSEA - 55,00 - 69,00 - 56,40 - 5 - 1990-06-22

AA0239 - ALINY WEBER KUHN - 94667364 PR - 107-ENDOCRINOLOGIA - ANO ADICIONAL - 75,00 - 90,00 - 76,50 - 1 - 1992-01-20

AA0224 - CRISTINA MARIA ESCHER HUNSCHE - 80444893 PR - 107-ENDOCRINOLOGIA - ANO ADICIONAL - 60,00 - 80,00 - 62,00 - 2 - 1989-03-15

AA0137 - DIEGO SANTANA SODRE - 1203480040 BA - 108-NEUROFISIOLOGIA CLINICA (NEUROLOGIA) - 100,00 - 82,40 - 98,24 - 1 - 1990-12-17

AA0080 - ANTONIO EDVAN CAMELO FILHO - 2002006021350 CE - 108-NEUROFISIOLOGIA CLINICA (NEUROLOGIA) - 85,00 - 98,00 - 86,30 - 2 - 1990-12-17

PD0086 - MAYARA SCHIAVON RABELO - 370430335 SP - 109-EMERGENCIA PEDIATRICA - 77,50 - 100,00 - 79,75 - 1 - 1991-03-22

PD0146 - MARCELA GRAVELLE VIEIRA - 247879299 RJ - 109-EMERGENCIA PEDIATRICA - 65,83 - 100,00 - 69,25 - 2 - 1992-02-19

PD0137 - THAIS SANTOS DE SOUSA - 22114367 MG - 109-EMERGENCIA PEDIATRICA - 63,33 - 85,00 - 65,50 - 3 - 1990-04-06

PD0005 - NADIA CRUZEIRO FERREIRA - 72419111 PR - 109-EMERGENCIA PEDIATRICA - 60,83 - 80,00 - 62,75 - 4 - 1991-05-29

R10589 - ARTHUR DE CAMPOS SOARES - 528353172 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 70,83 - 93,43 - 73,09 - 1 - 1996-02-20

R15781 - ANTONIO DE BIASE CABRAL WYSZOMIRSKI - 32219970 AL - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 70,00 - 75,77 - 70,58 - 2 - 1996-04-18

R11663 - VICTOR CEZAR DE AZEVEDO PESSINI - 27.701.215-9 RJ - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 69,17 - 82,01 - 70,45 - 3 - 1996-04-02

R15385 - WILLIAM SIMOES RANGEL JUNIOR - 283634228 RJ - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 68,33 - 82,27 - 69,72 - 4 - 1996-06-25

R14298 - VICTOR NAVARRO JORDAO - 386829779 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 67,50 - 74,86 - 68,24 - 5 - 1995-10-24

R12037 - MELISSA OHANA MARTINS PINHEIRO - 27800271-2 RJ - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 66,67 - 80,31 - 68,03 - 6 - 1995-01-12

R15364 - ANDREA BEATRICE SANTOS DA SILVA - 0261042020031 MA - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 65,83 - 85,90 - 67,84 - 7 - 1993-12-22

R10158 - LUIZ RODOLFO EGYDIO DE CERQUEIRA CESAR - 561656253 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 65,83 - 83,71 - 67,62 - 8 - 1990-04-02

R16368 - RODRIGO MATHEUS SANTOS ALVES - 020557652002-1 MA - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 65,83 - 82,73 - 67,52 - 9 - 1995-12-26

R13737 - ADARA SAITO GOES - 349867100 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 65,00 - 89,25 - 67,43 - 10 - 1992-06-20

R14869 - JORGE LUCAS ANDRADE REIS CARVALHO - MG16181919 MG - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 65,00 - 83,58 - 66,86 - 11 - 1995-07-12

R11511 - JOAO PEDRO IZIDORIO LIMA - 3350523 PI - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 65,00 - 79,29 - 66,43 - 12 - 1997-06-26

R11836 - FELIPE BARBOSA VALLT - 481575662 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 65,00 - 78,62 - 66,36 - 13 - 1992-05-13

R12148 - BEATRIZ SOLETTI PEREIRA - 105030770 PR - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 65,00 - 78,51 - 66,35 - 14 - 1992-06-26

R11329 - CAIQUE NOGUEIRA DE SOUZA - 405158269 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 63,33 - 88,16 - 65,81 - 15 - 1995-01-21

R10726 - THALES VASSOLER MENDES DA SILVA - 40.626.530-6 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 64,17 - 76,66 - 65,42 - 16 - 1993-03-30

R10288 - RODRIGO ROSSINI DIAS LUZ - 253485149 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 62,50 - 89,09 - 65,16 - 17 - 1980-12-07

R13749 - SARA YUMI MOTOIKE - 65875744-1 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 62,50 - 88,15 - 65,07 - 18 - 1994-11-06

R10996 - ANDRE ABOU HAIDAR - 436624795 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 62,50 - 87,87 - 65,04 - 19 - 1986-09-09

R12118 - MATEUS BRAGA BIRELLO - 100822326 PR - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 62,50 - 78,40 - 64,09 - 20 - 1990-06-10

R11044 - JULIANA COSTA DE OLIVEIRA GALVAO - 2701934 DF - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 61,67 - 84,98 - 64,00 - 21 - 1996-07-01

R10449 - SILVIA GUIMARAES SAKAMOTO - 338129479 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 61,67 - 84,97 - 64,00 - 22 - 1987-09-13

R10435 - MARIANA RODRIGUES KISLING AVILA - 478309375 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 62,50 - 75,17 - 63,77 - 23 - 1991-09-22

R11325 - JONIEL JOSE WIEBBELLING DA SILVA - 2083080305 RS - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 61,67 - 80,74 - 63,58 - 24 - 1997-03-22

R12074 - PEDRO MAZZILLI SUPLICY - 50.437.594-5 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 61,67 - 79,39 - 63,44 - 25 - 1994-09-09

R14627 - CARLOS ROBERTO DO AMARAL LEMOS NETTO - 39822389-0 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 61,67 - 78,50 - 63,35 - 26 - 1993-06-18

R11572 - MATHEUS LEAO TAVARES COSTA - 5707408 GO - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 61,67 - 77,46 - 63,25 - 27 - 1996-07-15

R12537 - CELIA RAIANY FERREIRA DE FARIAS - 003160007 RN - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 61,67 - 77,33 - 63,24 - 28 - 1997-03-06

R10941 - JOAO VICTOR MARETTI - 430816820 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 60,83 - 82,51 - 63,00 - 29 - 1996-06-21

R10156 - GLAYCILANE BARBOSA DE OLIVEIRA - 483116300 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 60,83 - 80,61 - 62,81 - 30 - 1992-07-02

R11521 - GIOVANNA ROSA DE SOUSA - 364565214 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 60,83 - 75,68 - 62,32 - 31 - 1993-12-31

R13081 - TAIS CONTIERO RIBEIRO - 487139471 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 60,83 - 75,27 - 62,27 - 32 - 1992-04-14

R15721 - YAN PEDRO PAGNARD - 33.656.118-0 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 59,17 - 89,60 - 62,21 - 33 - 1990-02-02

R10826 - JOAO LUIZ RAMOS - 7944840 SC - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 60,00 - 80,81 - 62,08 - 34 - 1992-03-01

R11871 - BRUNA SOUZA MARQUES - 5233953 SC - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 59,17 - 88,20 - 62,07 - 35 - 1990-11-16

R10149 - CARLA GONCALVES DIAS - 42206239-X SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 60,00 - 76,13 - 61,61 - 36 - 1994-02-21

R16299 - CARLA MORAIS GUIMARAES - 5805162 GO - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 58,33 - 82,63 - 60,76 - 37 - 1995-08-10

R15287 - ISABELA CORREA AREIAS - 502195459 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 57,50 - 87,54 - 60,50 - 38 - 1996-07-04

R10103 - NAIMY BOUTROS GARCIA - 441550903 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 57,50 - 85,84 - 60,33 - 39 - 1992-05-16

R13123 - ARMANDO HENRIQUE RAMOS MINUCCI - 579946952 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 57,50 - 83,46 - 60,10 - 40 - 1992-11-12

R11739 - FABIO GONCALVES DE SANTANA JUNIOR - 1328718077 BA - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 57,50 - 81,19 - 59,87 - 41 - 1994-03-26

R12371 - NATHALIA CAVALCANTE NAVARRO - 449970061 SP - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 57,50 - 76,29 - 59,38 - 42 - 1992-09-01

R10063 - ALINE AGATHA LIMA DE OLIVEIRA - 23625465 AM - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 57,50 - 76,03 - 59,35 - 43 - 1994-02-10

R13980 - CASSIA MICHELLE ALMEIDA FERNANDES - 6160589 PA - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 57,50 - 74,05 - 59,16 - 44 - 1996-09-28

R13983 - MARINA ALMEIDA BRANDAO - 1454857579 BA - 116-MEDICINA DE EMERGENCIA - 57,50 - 73,34 - 59,08 - 45 - 1994-02-24

AA0163 - LAYLA MOHAMED EL MOUALLEM - 366577128 SP - 147-PSICOTERAPIA - 100,00 - 100,00 - 100,00 - 1 - 1990-03-20

AA0106 - PEDRO THIAGO BRITO DE NOBREGA - 556385032 SP - 147-PSICOTERAPIA - 100,00 - 97,00 - 99,70 - 2 - 1993-01-19

AA0058 - ELISA FERREIRA VIDAL - 12236122 MG - 147-PSICOTERAPIA - 100,00 - 94,00 - 99,40 - 3 - 1991-12-09

AA0027 - ANA LAURA PALMA FEDERMANN - 43688284X SP - 147-PSICOTERAPIA - 95,00 - 96,00 - 95,10 - 4 - 1985-01-23

AA0145 - DJACIR GURGEL DE FIGUEIREDO NETO - 2003002165746 CE - 147-PSICOTERAPIA - 90,00 - 82,00 - 89,20 - 5 - 1990-07-26

R13849 - DANIEL IMBASSAHY DE SA BITTENCOURT CAMARA E SILVA - 1543380794 BA - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 79,17 - 100,00 - 81,25 - 1 - 1996-02-15

R10471 - BRUNO BARROS BRITTO - 34694218 SE - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 76,67 - 92,50 - 78,25 - 2 - 1995-12-25

R13317 - MATEUS HENRIQUE FERNANDES MARTINS DA SILVA - 378450311 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 75,83 - 100,00 - 78,25 - 3 - 1996-10-01

R10814 - PABLO DO VALE E SILVA VIEIRA - 14208677 MG - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 77,50 - 82,50 - 78,00 - 4 - 1997-01-05

R11456 - CARLOS WUSTEMBERG GERMANO - 418829639 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 75,00 - 92,50 - 76,75 - 5 - 1995-01-09

R12777 - BRUNO CAMARGO CALABRIA ARAUJO - 399269599 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 74,17 - 100,00 - 76,75 - 6 - 1995-11-01

R11401 - MATHEUS ZANAROTTI ADABO - 396079970 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 74,17 - 97,50 - 76,50 - 7 - 1997-02-14

R12897 - LUCAS NAGIB LEMOS PAULO - 3093982 ES - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 74,17 - 92,50 - 76,00 - 8 - 1995-08-03

R16078 - LUIZA VIEITES - 35928078X SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 74,17 - 85,00 - 75,25 - 9 - 1996-12-25

R13198 - GUSTAVO MARTINI PERINI - 111252645 PR - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 74,17 - 85,00 - 75,25 - 10 - 1997-01-22

R15352 - GABRIEL DE JESUS LIMA - 364575797 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 72,50 - 100,00 - 75,25 - 11 - 1995-06-06

R14714 - PEDRO FILIPE MEDEIROS GOMES - 623438963 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 72,50 - 100,00 - 75,25 - 12 - 1995-09-25

R11561 - LUCAS PEREIRA REICHERT - 3182188 PB - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 71,67 - 100,00 - 74,50 - 13 - 1993-04-10

R13180 - LOUISE CORDEIRO POLO MENDES - 2439000 DF - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 72,50 - 87,50 - 74,00 - 14 - 1996-08-21

R10046 - ANA LUISA ATAIDE MORAES - 5823964 GO - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 74,17 - 70,00 - 73,75 - 15 - 1995-07-06

R10659 - VINICIUS DANIEL FARIS DE CAMPOS - 1163673 RO - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 73,33 - 77,50 - 73,75 - 16 - 1997-02-20

R14916 - MATHEUS ETTINGER MENDES - 33718504 SE - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 71,67 - 92,50 - 73,75 - 17 - 1996-11-11

R12204 - AMANDA ANACLETO DOS SANTOS - 460397552 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,83 - 100,00 - 73,75 - 18 - 1996-09-05

R16196 - JOAO VICTOR CAGOL ZORZO - 5519035 SC - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,83 - 97,50 - 73,50 - 19 - 1996-05-26

R13092 - JOAO LUCAS SALGE GONCALVES - 4423923 GO - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 71,67 - 87,50 - 73,25 - 20 - 1994-07-31

R13720 - ROBERTA MUNIZ MARQUES - 520485968 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,83 - 95,00 - 73,25 - 21 - 1993-06-30

R13352 - FILIPE DE ARRUDA PESSOA - 3615070 PB - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,83 - 92,50 - 73,00 - 22 - 1996-06-09

R10257 - HELIO BERGANTINI NETO - 52.142.866-X SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,00 - 100,00 - 73,00 - 23 - 1995-06-07

R12541 - LEONARDO BERNARDES DE AMARO - 45269021870 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,83 - 90,00 - 72,75 - 24 - 1997-04-05

R14155 - STERPHANY OHANA SOARES AZEVEDO PINTO - 3528596 PB - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,00 - 95,00 - 72,50 - 25 - 1994-11-28

R12104 - RAUL MUFFATO DAOLIO - 384019134 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,00 - 95,00 - 72,50 - 26 - 1995-09-19

R13415 - ANA LUIZA NUNES TUDE MENDES - 1608090027 BA - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,00 - 92,50 - 72,25 - 27 - 1997-01-21

R13748 - JOAO RICARDO JORDAO COUTINHO - 110020643 PR - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 69,17 - 95,00 - 71,75 - 28 - 1996-12-05

R10588 - VITORIO LOURENCON NETO - 38273001X SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,00 - 85,00 - 71,50 - 29 - 1996-01-05

R10765 - VICTOR KENJI UTINO KITAHARA - 49688072-X SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 100,00 - 71,50 - 30 - 1993-02-03

R11284 - LUCAS BEZERRA MILFONT - 237691969 RJ - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 100,00 - 71,50 - 31 - 1996-09-08

R11219 - GABRIEL VELOSO CUNHA - 5456690 GO - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 100,00 - 71,50 - 32 - 1996-09-15

R12240 - TARCISIO JUNIOR BITTENCOURT MACEDO - 601994346 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 100,00 - 71,50 - 33 - 1996-12-17

R11480 - ISABELA SALVADOR CONSTANTINO - 001880981 MS - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 69,17 - 90,00 - 71,25 - 34 - 1997-08-11

R11541 - MATEUS BACH SANTA CATARINA - 80352000 PR - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,00 - 80,00 - 71,00 - 35 - 1995-07-08

R12177 - MATHEUS FELIPE FERREIRA AGUIAR - MG17993602 MG - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,00 - 80,00 - 71,00 - 36 - 1996-01-18

R15137 - ALINE TATIANE RAMPIM - 105371179 PR - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 69,17 - 87,50 - 71,00 - 37 - 1995-03-06

R12207 - GABRIELA ARAUJO ATTIE - 15557855 MG - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 95,00 - 71,00 - 38 - 1995-03-30

R16190 - LUIZ HENRIQUE ROCHA GARCIA - 93987896 PR - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 69,17 - 85,00 - 70,75 - 39 - 1994-11-15

R12656 - JORGE LANDIVAR COUTINHO - 2677614 RN - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 92,50 - 70,75 - 40 - 1993-12-24

R13733 - BRUNO DE ABREU MARCON - 388239505 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 92,50 - 70,75 - 41 - 1995-01-06

R12887 - PEDRO ANTONIO ARAUJO SIMOES - 387476830 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 100,00 - 70,75 - 42 - 1995-08-01

R11877 - PAULO ROBERTO SAMPAIO PEIXOTO DE SOUSA - 1155354974 BA - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 100,00 - 70,75 - 43 - 1995-08-11

R12674 - EDUARDO FELIPE RODRIGUES SILVA - 395061489 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 100,00 - 70,75 - 44 - 1997-09-23

R12618 - FERNANDA PAIXAO DE ARAUJO FEITOSA - 3657631 PI - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 90,00 - 70,50 - 45 - 1997-04-29

R10674 - GABRIELA FONSECA LOPES - 49485540X SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 69,17 - 80,00 - 70,25 - 46 - 1994-08-02

R10268 - MATHEUS FELIPE DE SOUZA VASCONCELOS - 6556620 PA - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 69,17 - 80,00 - 70,25 - 47 - 1994-09-11

R11516 - FERNANDO DALMEIDA PERAZZO - 1166676218 BA - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 87,50 - 70,25 - 48 - 1996-03-18

R14475 - MATHEUS OLIVEIRA CASTRO - MG-16.264.013 MG - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 87,50 - 70,25 - 49 - 1997-03-01

R11370 - CAIO VINICIUS SOUZA TOSETTI - 52.047.565-3 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 95,00 - 70,25 - 50 - 1995-10-15

R10208 - ANDRESSA CORTEZ BELLOTTI RODANTE - 286441530 RJ - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 95,00 - 70,25 - 51 - 1995-10-19

R11191 - BRENO VICTOR BRANDAO ALMEIDA - MG20314470 MG - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 95,00 - 70,25 - 52 - 1997-12-03

R13224 - YAN DE OLIVEIRA CASTRO E CUNHA - 18574736 MG - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 70,00 - 70,00 - 70,00 - 53 - 1997-08-03

R12440 - VICTOR SANTOS COLL - 001.795.946 MS - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 69,17 - 77,50 - 70,00 - 54 - 1993-10-07

R13694 - TIAGO GENZINI DE MIRANDA - 384421118 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 92,50 - 70,00 - 55 - 1995-08-04

R14963 - PEDRO VICTOR BORGES MOREIRA - 2872396 DF - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 92,50 - 70,00 - 56 - 1996-08-28

R11625 - FERNANDA ALVARENGA ESTEVAN - 383545274 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 66,67 - 100,00 - 70,00 - 57 - 1992-08-28

R11106 - FABIO IAZZETTI LOPES - 54606101-1 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 66,67 - 100,00 - 70,00 - 58 - 1997-04-05

R15200 - DANILO NASCIMENTO GOMES - 6604921 PE - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 90,00 - 69,75 - 59 - 1995-10-05

R13032 - PAULO FERREIRA MEGA - 504806117 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 90,00 - 69,75 - 60 - 1996-02-21

R14299 - LEVI SANTANA GOMES NASCIMENTO - 2005034055098 CE - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 90,00 - 69,75 - 61 - 1996-03-12

R13053 - RAFAEL MENDES PEREIRA - 3500870 ES - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 87,50 - 69,50 - 62 - 1993-05-29

R10188 - AMANDA CRISTINE PEREIRA DE AMORIM - 19340852 MG - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 87,50 - 69,50 - 63 - 1997-08-04

R14750 - CAIO TRAJANO SIQUEIRA SALGADO - 1880053 RN - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 66,67 - 95,00 - 69,50 - 64 - 1989-04-26

R10274 - RAFAEL BENJAMIM ROSA DA SILVA - 36629314X SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 66,67 - 95,00 - 69,50 - 65 - 1993-01-21

R10184 - GABRIELA BEATRIZ SIA - 491679786 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 66,67 - 95,00 - 69,50 - 66 - 1995-06-16

R13290 - SERGIO LUIZ DE OLIVEIRA BORGES FILHO - 534548878 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 69,17 - 70,00 - 69,25 - 67 - 1995-10-02

R13079 - ALESSANDRA OLIVIERI GONCALVES - 383303023 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 85,00 - 69,25 - 68 - 1994-11-22

R10420 - JULIANA YUMI MYAKI PEDROSO - 507135441 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 67,50 - 85,00 - 69,25 - 69 - 1996-09-17

R11738 - IGOR THADEU GALDINO DE OLIVEIRA - 98786732 PR - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 66,67 - 92,50 - 69,25 - 70 - 1995-06-15

R13236 - AGRIPINO JOAQUIM DE MELO NETO - 3293674 PB - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 66,67 - 92,50 - 69,25 - 71 - 1996-03-19

R15270 - VICTOR HUGO BARBOZA MARTINS - 35315832X SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 100,00 - 69,25 - 72 - 1992-10-07

R11566 - PEDRO LINS PALMEIRA CARDOSO - 1154267873 BA - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 100,00 - 69,25 - 73 - 1995-05-05

R11432 - MARINA EGUCHI INABA - 401038087 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 100,00 - 69,25 - 74 - 1995-11-24

R16388 - GABRIELA CARVALHO DE SOUZA - 386718933 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 100,00 - 69,25 - 75 - 1996-01-16

R15436 - PEDRO LUIS FURLAM - 406664109 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 100,00 - 69,25 - 76 - 1996-06-15

R10467 - LUIZA BICUDO DE OLIVEIRA - 502064523 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 100,00 - 69,25 - 77 - 1996-07-03

R13782 - ANA PAULA DE FIGUEIREDO ANDRADE - 3676951 PB - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 75,00 - 69,00 - 78 - 1993-05-29

R14606 - RAFAELA MIHO YTO - 384731727 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 75,00 - 69,00 - 79 - 1994-12-15

R16194 - RODRIGO HAEITMANN SANTANA - 508763034 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 66,67 - 90,00 - 69,00 - 80 - 1996-02-28

R10228 - MAYARA MARIA DE JESUS ROZANTE - 542632822 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 66,67 - 90,00 - 69,00 - 81 - 1997-06-25

R13781 - GABRIEL VIEIRA GOUVEA - MG-20413975 MG - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 97,50 - 69,00 - 82 - 1997-11-18

R12479 - LEONARDO OLIVEIRA NOVAES - 1311141405 BA - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 68,33 - 70,00 - 68,50 - 83 - 1995-07-03

R12034 - BERNARDO SACHET DE ANDRADE - 1105339129 RS - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 92,50 - 68,50 - 84 - 1992-02-18

R11834 - RAPHAEL OLIVEIRA LIMA SILVA - 0194661120021 MA - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 92,50 - 68,50 - 85 - 1995-09-01

R12929 - ANDREY SALGADO MORAES FILHO - 0201603520024 MA - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 92,50 - 68,50 - 86 - 1996-08-25

R11014 - MARINA BORRI WOLOSKER - 501787872 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,00 - 100,00 - 68,50 - 87 - 1994-07-03

R14797 - RODRIGO SALIM APRIGLIANO - 50576611-5 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,00 - 100,00 - 68,50 - 88 - 1994-12-13

R11319 - PEDRO DI FRANCESCO VEIGA - 37119426X SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,00 - 100,00 - 68,50 - 89 - 1995-02-03

R14310 - DANIEL BIANQUI GUARALDO DA SILVA - 37.401.632-X SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,00 - 100,00 - 68,50 - 90 - 1996-04-09

R10190 - DANIEL LINHARES CARDOSO - 2003002200827 CE - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 90,00 - 68,25 - 91 - 1996-06-12

R14757 - PEDRO LUIS ESCHER ESCOBOSA PARRON - 405271098 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,00 - 95,00 - 68,00 - 92 - 1993-06-17

R11906 - RAPHAEL BRITO DE ALMEIDA DUTRA - 18557645 MG - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,00 - 95,00 - 68,00 - 93 - 1996-12-01

R12721 - LANA FERREIRA MOREIRA - 1457907461 BA - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 85,00 - 67,75 - 94 - 1994-04-15

R10876 - MATHEUS MARCELINO DIAS - 002361708 RN - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 85,00 - 67,75 - 95 - 1996-08-25

R14834 - RAFAEL MOREIRA DE SA - 3525972 PB - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 85,00 - 67,75 - 96 - 1996-11-24

R12259 - FERNANDA DIAS TERAMOTO - 371604667 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,00 - 92,50 - 67,75 - 97 - 1994-08-15

R11781 - ANA BEAT

R10919 - ANA BELEN GUTIERREZ RODRIGUEZ - G421587-S SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 72,50 - 66,50 - 107 - 1992-09-17

R11955 - GABRIELA VIEIRA ENDRICE - 38895114X SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,00 - 80,00 - 66,50 - 108 - 1994-07-26

R11754 - EMANUEL COSTA DAVID - 17334877 MG - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,00 - 80,00 - 66,50 - 109 - 1994-11-03

R12836 - DOUGLAS YUJI SAITO - 35092791-1 SP - 148-PRE--REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 70,00 - 66,25 - 110 - 1993-08-06

R10329 - FERNANDA DE ARAUJO SOARES - 1395391904 BA - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,00 - 72,50 - 65,75 - 111 - 1993-08-20

R14708 - DIOGO CARNEIRO LOPES CAPRIS - 209073634 RJ - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,83 - 62,50 - 65,50 - 112 - 1989-03-10

R10502 - ALEXANDRE CATOJO POGGI - 533416280 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,00 - 70,00 - 65,50 - 113 - 1995-05-31

R12388 - VIVIAN CALVINO LAGARES SCALCO - 362929002 SP - 148-PRE-REQUISITO EM AREA CIRURGICA BASICA - 65,00 - 70,00 - 65,50 - 114 - 1996-09-05

R13992 - GUILHERME KAZUO MARCHI OGAWA - 323893272 SP - 149-CIRURGIA GERAL - 67,50 - 100,00 - 70,75 - 1 - 1984-09-14

R13893 - JACQUELINE MENDES DE SOUZA - 495152286 SP - 149-CIRURGIA GERAL - 70,00 - 75,00 - 70,50 - 2 - 1992-09-08

R10305 - ANA PAULA COUTINHO BARROS DE BRITO - 213345408 RJ - 149-CIRURGIA GERAL - 66,67 - 90,00 - 69,00 - 3 - 1994-11-27

R11580 - JHONNATAN SMITH SOUZA PINTO - 27898121 AM - 149-CIRURGIA GERAL - 67,50 - 70,00 - 67,75 - 4 - 1996-07-28

R10263 - CATHARINA MARIA SEIXAS - 384416780 SP - 149-CIRURGIA GERAL - 62,50 - 95,00 - 65,75 - 5 - 1992-05-25

R13673 - RICARDO BUDTINGER FILHO - 25852507 MT - 149-CIRURGIA GERAL - 65,00 - 70,00 - 65,50 - 6 - 1995-11-01

R12772 - NATHALIA CAMIN CALIXTO SARROCHE DA SILVA - 37282847-4 SP - 149-CIRURGIA GERAL - 62,50 - 90,00 - 65,25 - 7 - 1995-08-29

R15898 - GABRIELA ANZAI PAVONI - 42.974.188-1 SP - 149-CIRURGIA GERAL - 64,17 - 70,00 - 64,75 - 8 - 1996-11-27

R11374 - GUSTAVO PEREIRA PEIXOTO - 2004034036427 CE - 149-CIRURGIA GERAL - 63,33 - 70,00 - 64,00 - 9 - 1996-03-28

R15073 - MATHEUS SILVA GARBIN - 378466549 SP - 149-CIRURGIA GERAL - 62,50 - 75,00 - 63,75 - 10 - 1994-01-15

R12391 - KELVIN HAMILTON NASCIMENTO DE SOUZA - 1387822535 BA - 149-CIRURGIA GERAL - 63,33 - 65,00 - 63,50 - 11 - 1994-01-22

R10585 - GREGORI MARTINS DOMINGOS - 5993197 GO - 149-CIRURGIA GERAL - 62,50 - 70,00 - 63,25 - 12 - 1995-12-06

AA0204 - GABRIEL NICOLAS CANO - 24893509-4 SP - 150-PSIQUIATRIA - ANO ADICIONAL - 75,00 - 81,50 - 75,65 - 1 - 1987-12-13

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

REITORIA

DIRETORIA GERAL DE RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAL

A Diretoria Geral de Recursos Humanos, através da Divisão de Gestão de Pessoal, torna pública a exclusão de NORMELI DE AZEVEDO SOUZA, inscrito sob nº 845, aprovado em 115º lugar, no Processo Seletivo Temporário para a função de TECNICO ENFERMAGEM/Técnico de enfermagem da Carreira de Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão do Edital de Abertura 004/2019, Processo nº 15P-3480/2019, junto à UNICAMP, por não atender ao item VI-3 combinado com o item VII-1 do edital.

DIRETORIA GERAL DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CANCELAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO UNICAMP Nº 93/2019

(REF.: EDITAL Nº 011/2019 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES)

A Diretoria Geral de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, no uso de suas atribuições legais, no que se refere ao Concurso Público para a função de Nutricionista pela Carreira de Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – PAEPE, regido pelo Edital nº 011/2019 de Abertura de Inscrições, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE em 15 de novembro de 2019,

Considerando o panorama mundial da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 11 de março de 2020;

Considerando o disposto na Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, que "estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências";

Considerando que o referido diploma legal, em seu artigo 8º, inciso V, proíbe a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 de realizar concurso público, exceto no caso de reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

Considerando que o Concurso Público em referência não se destina ao provimento de vagas decorrentes de vacância, o que contraria a Lei Complementar nº 173/2020,

RESOLVE:

I. - CANCELAR o Concurso Público para a função de Nutricionista, nos termos acima mencionados.

II. - Os candidatos pagantes poderão requerer a devolução do valor da taxa de inscrição, das 10h00min de 02 de fevereiro de 2021 até 23h59min de 19 de fevereiro de 2021. Para tanto, deverão proceder como segue:

a) - acessar o site https://www.vunesp.com.br/;

b) - efetuar o login na "Área do Candidato";

c) - selecionar o projeto "UCAP1901";

d) - clicar em "Alteração da Ficha de Inscrição";

e) - preencher com os dados de quem receberá o crédito (do candidato ou de outra pessoa por ele definida): nome do titular da conta, CPF do titular da conta, número do banco, nome do banco, número da agência, número da conta e dígito, tipo de conta (corrente ou poupança).

III. - A Fundação VUNESP realizará a devolução do valor correspondente à taxa de inscrição paga, no prazo de 15 dias úteis, contados a partir do encerramento do período de solicitação.

Contato:

Fundação Vunesp: telefone: (11) 3874-6300, Disque VUNESP (em dias úteis, de segunda-feira a sábado, das 8h às 18h) ou no site www.vunesp.com.br no "Fale Conosco".

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

DIRETORIA GERAL DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CANCELAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO UNICAMP Nº 98/2019

(REF.: EDITAL Nº 016/2019 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES)

A Diretoria Geral de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, no uso de suas atribuições legais, no que se refere ao Concurso Público para a função de Tecnólogo/Tecnólogo em Instrumentação e Controle pela Carreira de Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – PAEPE, regido pelo Edital nº 016/2019 de Abertura de Inscrições, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE em 15 de novembro de 2019,

Considerando o panorama mundial da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 11 de março de 2020;

Considerando o disposto na Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, que "estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências";

Considerando que o referido diploma legal, em seu artigo 8º, inciso V, proíbe a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 de realizar concurso público, exceto no caso de reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

Considerando que o Concurso Público em referência não se destina ao provimento de vagas decorrentes de vacância, o que contraria a Lei Complementar nº 173/2020,

RESOLVE:

I. - CANCELAR o Concurso Público para a função de Tecnólogo/Tecnólogo em Instrumentação e Controle, nos termos acima mencionados.

II. - Os candidatos pagantes poderão requerer a devolução do valor da taxa de inscrição, das 10h00min de 02 de fevereiro de 2021 até 23h59min de 19 de fevereiro de 2021. Para tanto, deverão proceder como segue:

a) - acessar o site https://www.vunesp.com.br/;

b) - efetuar o login na "Área do Candidato";

c) - selecionar o projeto "UCAP1901";

d) - clicar em "Alteração da Ficha de Inscrição";

e) - preencher com os dados de quem receberá o crédito (do candidato ou de outra pessoa por ele definida): nome do titular da conta, CPF do titular da conta, número do banco, nome do banco, número da agência, número da conta e dígito, tipo de conta (corrente ou poupança).

III. - A Fundação VUNESP realizará a devolução do valor correspondente à taxa de inscrição paga, no prazo de 15 dias úteis, contados a partir do encerramento do período de solicitação.

Contato:

Fundação Vunesp: telefone: (11) 3874-6300, Disque VUNESP (em dias úteis, de segunda-feira a sábado, das 8h às 18h) ou no site www.vunesp.com.br no "Fale Conosco".

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

SECRETARIA GERAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

EDITAIS

A Universidade Estadual de Campinas torna pública a abertura de inscrições para o concurso de provas e títulos para obtenção do Título de Livre Docente, na área de Uro-Oncologia, nas disciplinas MD134 – Atenção Clínico-Cirúrgica III, MD 644 – Fisiopatologia Integrada II, MD 752 – Atenção Clínico-Cirúrgica Integrada I, RM 876 – Urologia I, RM 877 – Urologia II e RM 878 – Urologia III, do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Estadual de Campinas.

I – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do link https://www.sis.cgu.unicamp.br/solicita/concurso/ no período de 30 dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado (DOE), até 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.

1.1. Poderão se inscrever ao concurso graduados em Curso Superior, portadores do título de Doutor, conferido pelo menos três (3) anos antes da data da inscrição.

1.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado, por meio do sistema de inscrição:

a. Título de Doutor;

b. documento de identificação (cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público);

c. exemplar da tese ou do Conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após seu doutoramento;

d. exemplar do Memorial contendo a formação científica, artística, didática e profissional do candidato, e, principalmente, suas atividades relacionadas com a disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, a saber:

d.1. títulos universitários: relação nominal de títulos universitários, relacionados com a disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, bem como dos diplomas ou outras dignidades universitárias e acadêmicas;

d.2. currículo lattes;

d.3. narrativa comentada da trajetória acadêmica e profissional, destacando os principais fatos da carreira;

d.4. relação dos trabalhos publicados com os respectivos resumos, no caso de não constarem os DOI no currículo lattes

1.3. O sistema emitirá um protocolo de recebimento após o encerramento da inscrição do candidato.

1.4. Os servidores da UNICAMP ficam desobrigados de apresentar documentos pessoais que já constem nos sistemas da Universidade.

1.5. A banca do concurso poderá solicitar ao candidato informações sobre o memorial descritivo ou solicitar documentação comprobatória.

1.6. O Memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento do prazo para inscrições.

1.7. Recebidas as inscrições e satisfeitas as condições do edital, as inscrições, com toda a documentação, serão direcionadas à Unidade para emissão de parecer acerca do aceite das inscrições. A Comissão designada terá 15 dias para emitir o parecer sobre as inscrições.

1.7.1. O parecer que analisa as inscrições será submetido à Congregação da Unidade, que constituirá Comissão Julgadora. Os candidatos serão notificados por Edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a respeito da composição da Comissão Julgadora e da fixação do calendário de provas, que será publicado no DOE após a aprovação das inscrições pela Congregação da Unidade.

1.8. Indeferido do pedido de inscrição, caberá pedido de reconsideração à Congregação da Unidade, até 48 horas após a publicação do indeferimento.

1.9. Mantendo-se o indeferimento pela Congregação da Unidade, caberá recurso à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho Universitário, até 48 horas após a publicação do indeferimento do pedido de reconsideração.

II - DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

2. A Comissão Julgadora do concurso será constituída de 5(cinco) membros aprovados pela Congregação da Unidade, entre especialistas de renome na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, 2 (dois) dos quais pertencerão ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre professores de nível MS-6 ou MS-5, em exercício na Universidade, e os 3 (três) restantes escolhidos entre professores dessas categorias ou de categorias equivalentes pertencentes a estabelecimentos de ensino superior oficial ou profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do País ou do exterior.

2.1. A Comissão será presidida pelo Professor da Universidade de maior categoria ou, quando de igual categoria, pelo mais antigo no cargo ou função.

III - DAS PROVAS

3. O presente concurso constará das seguintes provas:

I. Prova de Títulos (peso 5);

II. Prova de Arguição da tese ou do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento; (peso 3);

III. Prova Prática (peso 1);

3.1. A Prova de Títulos consistirá na avaliação pela Comissão Julgadora, com base no memorial apresentado, dos títulos do candidato, emitindo parecer circunstanciado em que se realce sua criatividade na ciência, nas artes ou humanidades e suas qualidades como professor e orientador de trabalhos.

3.1.1. No julgamento de títulos será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

a. Atividades Acadêmicas e profissionais do candidato relacionadas com a área do concurso;

b. Títulos universitários;

c. Diplomas de outras dignidades universitárias e acadêmicas e;

d. Outras contribuições.

3.2. A tese a ser defendida pelo candidato deverá basear--se em trabalho de pesquisa original. No caso de o candidato optar pela apresentação do conjunto de sua produção científica, artística ou humanística, realizada após o doutoramento, este conjunto de trabalhos será organizado de modo a demonstrar a capacidade crítica do candidato, bem como a originalidade de suas pesquisas.

3.2.1. A Comissão Julgadora procederá à arguição do candidato em relação à tese ou conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento.

3.3. Na prova didática o candidato fará uma exposição sobre tema de sua livre escolha, dentre aqueles constantes do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade, publicado no edital, devendo revelar cultura aprofundada no assunto.

3.3.1. Compete à Comissão decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

3.3.2. A Prova Didática terá duração de 50 a 60 minutos e nela o candidato desenvolverá o assunto escolhido, vedada a leitura do texto da aula, mas facultando-se o emprego de recursos pedagógicos de sua escolha.

3.4. A Prova Prática constará de discussão de 1 (um) caso clínico a ser selecionado pela Comissão Julgadora, dentre os pacientes internados na Enfermaria de Uro-Oncologia. O candidato terá até 1 (uma) hora para discorrer sobre o diagnóstico e tratamento, elaborar um relatório e fará a apresentação à Comissão Julgadora.

3.5. Caso o concurso seja realizado de forma remota, todos os atos públicos serão gravados com uso e tecnologia disponível nas unidades e arquivadas junto à Direção da unidade por no mínimo 6 (seis) meses após a homologação dos resultados pela CEPE.

3.5.1. A gravação de que trata o "caput" poderá ser disponibilizada na íntegra ou em partes, mediante solicitação formal protocoloziada junto à Direção da unidade responsável pelo concurso e assinatura de termo de responsabilidade pela guarda das informações e proibição de divulgação do todo ou de partes de seu conteúdo.

3.5.2. As etapas do concurso que ocorrerem de forma remota serão suspensas caso ocorra problema técnico que impeça a participação adequada de algum examinador ou candidato.

3.5.3. Ocorrendo um problema técnico durante a realização de uma etapa, esta deverá ser retomada a partir do estágio em que ocorreu o referido problema.

3.5.4. As razões de interrupção deverão ser registradas em ata, bem como a decisão da Comissão quanto às condições e prazo de retomada, incluindo a necessidade de se postergar o calendário inicialmente divulgado.

IV - DO JULGAMENTO DAS PROVAS

4. Cada examinador atribuirá notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada uma das provas.

4.1. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas por ele atribuídas às provas.

4.2. Os candidatos que alcançarem, de 3 (três) ou mais examinadores, a média mínima 7,0 (sete), serão julgados habilitados à Livre-Docência.

4.3. Os membros da Comissão Julgadora emitirão o julgamento no dia da realização de cada prova mencionada no item III deste edital.

4.4. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, emitirá um parecer circunstanciado, único e conclusivo, sobre o resultado do concurso que será submetido à aprovação da Congregação da Unidade.

4.5. Caso o concurso seja realizado de forma remota, o parecer emitido pela Comissão Julgadora poderá ser assinado de forma eletrônica (e-mail) ou mediante assinatura digital, devendo todos os documentos pertinentes ao concurso ser anexados aos autos correspondentes.

4.6. O parecer da Comissão Julgadora só poderá ser rejeitado pela Congregação, por erro formal de procedimento, mediante o voto da maioria absoluta dos membros.

4.7. A ciência da tabela de notas e da ata pelos candidatos será realizada de forma eletrônica, por meio de usuário e senha gerada especificamente para essa finalidade.

4.8. Todas as ocorrências observadas durante o concurso deverão ser registradas em ata elaborada pela Comissão Julgadora.

4.9. O resultado final do concurso para Livre-Docente, devidamente aprovado pela Congregação da Faculdade de Ciências Médicas, será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, com posterior publicação no D.O.E.

V - DO RECURSO

5. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, para a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.

VI – DA LEGISLAÇÃO

6. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-60/2020 e Deliberação CONSU--A-21/2014 que estabelece o perfil de Professor Associado I (MS-5.1) da Faculdade de Ciências Médicas.

ANEXO I- PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

MD134 - Atenção Clínico Cirurgica III

Bexiga Hiperativa

Disfunção sexual masculina

Doenças de próstata. Endourologia

Incontinência urinária de esforço. Infecções urinárias

Infertilidade masculina. Neoplasias do aparelho urinário e reprodutor masculino

Obstrução do trato urinário

Transplante renal e traumatismos urológicos

Urogeriatria

Urolitiase

Uroneurologia

Uropediatria

MD644 - Fisiopatologia Integrada II

Neoplasias do testículo: aspectos clinicocirúrgicos

Tumores renais: aspectos clínicocirurgicos

Uropatia obstrutiva: Hperplasia nodular da próstata

Disfunção erétil: aspectos clínicocirurgicos

Aspectos farmacológicos

Câncer de bexiga: aspectos clínicocirúrgicos

Patologia do pênis

Uropediatria: aspectos clínicocirurgicos

Infertilidade masculina

Litíase

Trauma urogenital

Uroginecologia

Infecções do trato urinário: aspectos clínicos

Câncer de próstata: epidemiologia

Aspectos clínicocirurgicos

MD752 - Atenção Clínico Cirurgica Integrada I

Neoplasias em Urologia

Infecção urinária

Disfunção vesical

Obstrução urinária

Litíase urinária

RM876 - Urologia I

Principais doenças clínicas

Bexiga hiperativa

Disfunção sexual masculina

Doenças da próstata

Hiperplasia nodular da próstata: aspectos clínicos

Neoplasias do aparelho urinário e reprodutor masculino

Obstrução do trato urinário

Traumatismos urológicos

Urogeriatria

Infecções do trato urinário: aspectos clínicos

Câncer da próstata: epidemiologia e aspectos clínicos

Patologia do pênis

RM877 - Urologia II

Principais aspectos cirurgicos

Urolitíase: endourologia e aspectos cirúrgicos

Uroneurologia e disfunções vesicais

Hiperplasia nodular da próstata: aspectos cirurgicos

Uroginecologia

Uropediatria: aspectos cirurgicos

Disfunção erétil: aspectos cirurgicos

Incontinência urinária de esforço

Infertilidade masculina: aspectos clínicos

Tumor de próstata: tratamento

Câncer de bexiga

Tumor renal

Tumor de pênis

RM878 - Urologia III

Doenças e tratamentos mais complexos

Transplante renal

Neoplasias do testículo: aspectos clínicocirurgicos

Uropediatria: aspectos cirúrgicos

Infertilidade masculina: aspectos cirúrgicos

Laparoscopias e robótica em urologia

Endourologia avançada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

EDITAL

A Universidade Estadual de Campinas torna pública a abertura de inscrições para o concurso de provas e títulos para obtenção do Título de Livre Docente, na área de Anatomia Patológica Especial, nas disciplinas MD644 - Fisiopatologia Integrada II e RM213 - Neuropatologia, do Departamento de Anatomia Patológica da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Estadual de Campinas.

I – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do link https://www.sis.cgu.unicamp.br/solicita/concurso/ no período de 30 dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado (DOE), até 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.

1.1. Poderão se inscrever ao concurso graduados em Curso Superior, portadores do título de Doutor, conferido pelo menos três (3) anos antes da data da inscrição.

1.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado, por meio do sistema de inscrição:

a. Título de Doutor;

b. documento de identificação (cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público);

c. exemplar da tese ou do Conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após seu doutoramento;

d. exemplar do Memorial contendo a formação científica, artística, didática e profissional do candidato, e, principalmente, suas atividades relacionadas com a disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, a saber:

d.1. títulos universitários: relação nominal de títulos universitários, relacionados com a disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, bem como dos diplomas ou outras dignidades universitárias e acadêmicas;

d.2. currículo lattes;

d.3. narrativa comentada da trajetória acadêmica e profissional, destacando os principais fatos da carreira;

d.4. relação dos trabalhos publicados com os respectivos resumos, no caso de não constarem os DOI no currículo lattes

1.3. O sistema emitirá um protocolo de recebimento após o encerramento da inscrição do candidato.

1.4. Os servidores da UNICAMP ficam desobrigados de apresentar documentos pessoais que já constem nos sistemas da Universidade.

1.5. A banca do concurso poderá solicitar ao candidato informações sobre o memorial descritivo ou solicitar documentação comprobatória.

1.6. O Memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento do prazo para inscrições.

1.7. Recebidas as inscrições e satisfeitas as condições do edital, as inscrições, com toda a documentação, serão direcionadas à Unidade para emissão de parecer acerca do aceite das inscrições. A Comissão designada terá 15 dias para emitir o parecer sobre as inscrições.

1.7.1. O parecer que analisa as inscrições será submetido à Congregação da Unidade, que constituirá Comissão Julgadora. Os candidatos serão notificados por Edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a respeito da composição da Comissão Julgadora e da fixação do calendário de provas, que será publicado no DOE após a aprovação das inscrições pela Congregação da Unidade.

1.8. Indeferido do pedido de inscrição, caberá pedido de reconsideração à Congregação da Unidade, até 48 horas após a publicação do indeferimento.

1.9. Mantendo-se o indeferimento pela Congregação da Unidade, caberá recurso à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho Universitário, até 48 horas após a publicação do indeferimento do pedido de reconsideração.

II - DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

2. A Comissão Julgadora do concurso será constituída de 5 (cinco) membros aprovados pela Congregação da Unidade, entre especialistas de renome na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, 2 (dois) dos quais pertencerão ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre professores de nível MS-6 ou MS-5, em exercício na Universidade, e os 3 (três) restantes escolhidos entre professores dessas categorias ou de categorias equivalentes pertencentes a estabelecimentos de ensino superior oficial ou profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do País ou do exterior.

2.1. A Comissão será presidida pelo Professor da Universidade de maior categoria ou, quando de igual categoria, pelo mais antigo no cargo ou função.

III - DAS PROVAS

3. O presente concurso constará das seguintes provas:

I. Prova de Títulos (peso 5);

II. Prova de Arguição da tese ou do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento; (peso 3);

III. Prova Prática (peso 1);

3.1. A Prova de Títulos consistirá na avaliação pela Comissão Julgadora, com base no memorial apresentado, dos títulos do candidato, emitindo parecer circunstanciado em que se realce sua criatividade na ciência, nas artes ou humanidades e suas qualidades como professor e orientador de trabalhos.

3.1.1. No julgamento de títulos será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

a. Atividades Acadêmicas e profissionais do candidato relacionadas com a área do concurso;

b. Títulos universitários;

c. Diplomas de outras dignidades universitárias e acadêmicas e;

d. Outras contribuições.

3.2. A tese a ser defendida pelo candidato deverá basear-se em trabalho de pesquisa original. No caso de o candidato optar pela apresentação do conjunto de sua produção científica, artística ou humanística, realizada após o doutoramento, este conjunto de trabalhos será organizado de modo a demonstrar a capacidade crítica do candidato, bem como a originalidade de suas pesquisas.

3.2.1. A Comissão Julgadora procederá à arguição do candidato em relação à tese ou conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento.

3.3. Na prova didática o candidato fará uma exposição sobre tema de sua livre escolha, dentre aqueles constantes do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade, publicado no edital, devendo revelar cultura aprofundada no assunto.

3.3.1. Compete à Comissão decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

3.3.2. A Prova Didática terá duração de 50 a 60 minutos e nela o candidato desenvolverá o assunto escolhido, vedada a leitura do texto da aula, mas facultando-se o emprego de recursos pedagógicos de sua escolha.

3.4. A Prova Prática constará de análise de lâminas sobre casos de patologia cirúrgica, selecionadas pela Comissão Julgadora, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas do concurso, na qual o candidato deverá propor, por escrito, hipóteses diagnósticas com justificativa e investigação com técnicas complementares, com duração máxima de até 2 (duas) horas. Após, o candidato fará a apresentação a Comissão Julgadora.

3.5. Caso o concurso seja realizado de forma remota, todos os atos públicos serão gravados com uso e tecnologia disponível nas unidades e arquivadas junto à Direção da unidade por no mínimo 6 (seis) meses após a homologação dos resultados pela CEPE.

3.5.1. A gravação de que trata o "caput" poderá ser disponibilizada na íntegra ou em partes, mediante solicitação formal protocoloziada junto à Direção da unidade responsável pelo concurso e assinatura de termo de responsabilidade pela guarda das informações e proibição de divulgação do todo ou de partes de seu conteúdo.

3.5.2. As etapas do concurso que ocorrerem de forma remota serão suspensas caso ocorra problema técnico que impeça a participação adequada de algum examindor ou candidato.

3.5.3. Ocorrendo um problema técnico durante a realização de uma etapa, esta deverá ser retomada a partir do estágio em que ocorreu o referido problema.

3.5.4. As razões de interrupção deverão ser registradas em ata, bem como a decisão da Comissão quanto às condições e prazo de retomada, incluindo a necessidade de se postergar o calendário inicialmente divulgado.

IV - DO JULGAMENTO DAS PROVAS

4. Cada examinador atribuirá notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada uma das provas.

4.1. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas por ele atribuídas às provas.

4.2. Os candidatos que alcançarem, de 3 (três) ou mais examinadores, a média mínima 7,0 (sete), serão julgados habilitados à Livre-Docência.

4.3. Os membros da Comissão Julgadora emitirão o julgamento no dia da realização de cada prova mencionada no item III deste edital.

4.4. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, emitirá um parecer circunstanciado, único e conclusivo, sobre o resultado do concurso que será submetido à aprovação da Congregação da Unidade.

4.5. Caso o concurso seja realizado de forma remota, o parecer emitido pela Comissão Julgadora poderá ser assinado de forma eletrônica (e-mail) ou mediante assinatura digital, devendo todos os documentos pertinentes ao concurso ser anexados aos autos correspondentes.

4.6. O parecer da Comissão Julgadora só poderá ser rejeitado pela Congregação, por erro formal de procedimento, mediante o voto da maioria absoluta dos membros.

4.7. A ciência da tabela de notas e da ata pelos candidatos será realizada de forma eletrônica, por meio de usuário e senha gerada especificamente para essa finalidade.

4.8. Todas as ocorrências observadas durante o concurso deverão ser registradas em ata elaborada pela Comissão Julgadora.

4.9. O resultado final do concurso para Livre-Docente, devidamente aprovado pela Congregação da Faculdade de Ciências Médicas, será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, com posterior publicação no D.O.E.

V - DO RECURSO

5. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, para a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.

VI – DA LEGISLAÇÃO

6. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-60/2020 e Deliberação CONSU-A-21/2014 que estabelece o perfil de Professor Associado I (MS-5.1) da Faculdade de Ciências Médicas.

ANEXO I- PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

MD644 - Fisiopatologia Integrada II:

BLOCO - NEUROPATOLOGIA

Patologia básica de neurônios e glia.

Hipertensão intracraniana, edema cerebral, hérnias. Hidrocefalia.

Distúrbios circulatórios: anatomia patológica.

Meningites, abcessos, neurotuberculose, neurocriptococose: anatomia patológica.

Encefalites virais, toxoplasmose, cisticercose: anatomia patológica.

Trauma crânio-encefálico: anatomia patológica.

Neoplasias do sistema nervoso central: anatomia patológica.

RM-213 – Neuropatologia

Introdução à Neuropatologia: Reações patológicas dos neurônios e da glia. Gliose. Hipertensão. Edema cerebral. Hérnias. Hidrocefalia. Acidentes vasculares cerebrais. Infartos. Hemorragias. Aneurismas. Patologia vascular cerebral no RN. Trauma crânio-encefálico: Contusões, hematomas traumáticos; Lesão axonal difusa. Epilepsia. Inflamações do sistema nervoso central: Meningites, encefalites virais, parasitoses. Neoplasias do sistema nervoso central e sistema nervoso periférico: Gliomas. Meningiomas. Schwannomas. Adenomas hipofisários. Metástases.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAMPUS DE ARARAQUARA

Faculdade de Ciências e Letras

EDITAL n.º 010/2021-FCL/CAr.

DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA

A Vice-Diretora no exercício da Diretoria da Faculdade de Ciências e Letras do Câmpus de Araraquara, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora do Concurso Público para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital nº 082/2020-FCL/CAr, na área: Ciências Sociais Aplicadas, sub-área de conhecimento: Economia e nas disciplinas: "Formação Econômica do Brasil II"; "Economia Brasileira", junto ao Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras do Câmpus de Araraquara.

COMISSÃO EXAMINADORA

Membros Titulares:

Prof. Dr. Leandro Pereira Morais

Profa. Dra. Érika Capelato

Profa. Dra. Suzana Cristina Fernandes de Paiva

Membros Suplentes:

Profa. Dra. Tatiana Massaroli de Melo

Prof. Dr. Alexandre Sartoris Neto

Profa. Dra. Dora Isabel Paiva da Costa

No prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento. Não sendo impugnada, ou não sendo acolhida a impugnação, fica mantida a composição da Comissão Examinadora supracitada para a prática dos atos que lhe couber, passando a correr o prazo de 48 horas para deferimento ou indeferimento das inscrições efetuadas. (Processo nº 733/2020-FCL/CAr.)

EDITAL n.º 011/2021-FCL/CAr.

DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA

A Vice-Diretora no exercício da Diretoria da Faculdade de Ciências e Letras do Câmpus de Araraquara, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora do Concurso Público para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital nº 085/2020-FCL/CAr, na área: Ciências Sociais Aplicadas, sub-área de conhecimento: Economia e nas disciplinas: "Economia Brasileira"; "Teorias do Crescimento e Ciclos Econômicos", junto ao Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras do Câmpus de Araraquara.

COMISSÃO EXAMINADORA

Membros Titulares:

Profa. Dra. Tatiana Massaroli de Melo

Profa. Dra. Ana Elisa Périco

Prof. Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes

Membros Suplentes:

Profa. Dra. Stela Luiza de Mattos Ansanelli

Prof. Dr. Elton Eustáquio Casagrande

Prof. Dr. Enéas Gonçalves de Carvalho

No prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento. Não sendo impugnada, ou não sendo acolhida a impugnação, fica mantida a composição da Comissão Examinadora supracitada para a prática dos atos que lhe couber, passando a correr o prazo de 48 horas para deferimento ou indeferimento das inscrições efetuadas. (Processo nº 726/2020-FCL/CAr.)

Faculdade de Ciências Farmacêuticas

CAMPUS DE ARARAQUARA

FALCULDADE DE CIENCIAS FARMACÊUTICAS

DESPACHO DO DIRETOR DE 28/01/2021.

O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DO CAMPUS DE ARARAQUARA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, "ad referendum" da Congregação da Unidade, com base na manifestação dos membros da Comissão Examinadora, do concurso público concurso público de Provas e Títulos para contratação de professor substituto, para o 1º semestre letivo de 2021, e pelo prazo máximo de 05 meses, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, nas disciplinas "Fundamentos de Toxicologia; Introdução às Análises Toxicológicas", junto ao Departamento de Fármacos e Medicamentos da Faculdade de Ciências Farmacêuticas:

NÃO ACOLHO o recurso apresentado pela candidata portadora do RG: MG 15.014.080. Portanto, MANTENHO O INDEFERIMENTO da referida inscrição.

(Processo FCF/CAr nº 490/2020)

CAMPUS DE BAURU

Faculdade de Engenharia

CAMPUS DE BAURU

FACULDADE DE ENGENHARIA

Edital Nº 04/2021 - STDARH/FEB

PRORROGANDO, até o dia 05 de fevereiro de 2021, as inscrições para o concurso público de Provas e Títulos para a contratação de 1 (um) PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no ano letivo de 2021, pelo prazo de 10 meses e em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Engenharia Civil, sub-área de conhecimento Construção Civil e no conjunto de disciplinas: "GERENCIAMENTO DE OBRAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL, PLANEJAMENTO DE CONSTRUÇÕES, SISTEMAS CONSTRUTIVOS, IMPERMEABILIZAÇÃO, HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO NA ENGENHARIA CIVIL", junto ao Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Engenharia do Câmpus de Bauru. O Edital 87/2020 de Abertura de Inscrição, foi publicado na íntegra no DOE de 18/12/2020, Executivo I, páginas 248-249.

(Processo nº 711/2020-FE/C.Bauru)

CAMPUS DE BAURU

FACULDADE DE ENGENHARIA

Edital Nº 05/2021 - STDARH/FEB

PRORROGANDO, até o dia 05 de fevereiro de 2021, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para a contratação de 1 (um) PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no ano letivo de 2021, pelo prazo de 10 meses e em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Engenharia Civil, sub-área de conhecimento Geotecnia e Transportes e no conjunto de disciplinas: "MECÂNICA DOS SOLOS", "TOPOGRAFIA" E "PAVIMENTAÇÃO", junto ao Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Engenharia do Câmpus de Bauru. O Edital 90/2020 de Abertura de Inscrição, foi publicado na íntegra no DOE de 18/12/2020, Executivo I, páginas 250-251.

(Processo nº 713/2020-FE/C.Bauru)

CAMPUS DE BOTUCATU

Faculdade de Ciências Agronômicas

EDITAL 16/2021-STDARH-FCA

CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS

O Diretor da Faculdade de Ciências Agronômicas – Unesp – Câmpus de Botucatu, por meio da Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, inscritos no concurso público de Provas e Títulos para contratação de 1 Professor Substituto, referente ao Edital 41/2020-STDARH-FCA-Abertura de Inscrições, no conjunto de disciplinas: Dendrometria; Planejamento Ambiental; Inventário Florestal; Manejo Florestal, junto ao Departamento de Ciência Florestal, Solos e Ambiente da Faculdade de Ciências Agronômicas do Câmpus de Botucatu, para as provas que serão realizadas de forma remota em reunião online, por meio da plataforma Google Meet, cujos links serão disponibilizados por e-mail no endereço eletrônico informado no formulário de inscrição, conforme segue:

Dia 4-2-2021 - às 9h - Sorteio do ponto da Prova Didática: será sorteado 1 dentre uma lista de 10 pontos elaborada pela Comissão Examinadora a partir do Programa do concurso.

Dia 5-2-2021 - às 9h30min - Prova Didática: constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de, no mínimo, 40 minutos e, no máximo, 60 minutos, sobre o tema sorteado no dia anterior, com 24 horas de antecedência. O candidato será desclassificado da prova didática se não atingir ou se ultrapassar o tempo acima mencionado. O controle do tempo de aula fica sob responsabilidade do candidato. A ordem de apresentação da aula seguirá a ordem de inscrição dos candidatos.

O candidato deverá acessar o link encaminhado para cada etapa no dia e horário estipulado, munido de documento de identidade com foto. Sua ausência importará na eliminação do concurso público. Não haverá segunda chamada para quaisquer etapas, seja qual for o motivo alegado, sendo o candidato responsável pela conexão da internet no momento da prova. (Processo 676/2020-FCA-CB)

Candidatos convocados: Nº de inscrição – Nome – RG:

1 - Humberto de Jesus Eufrade Junior – 46.912.202-X;

3 - Thalita Fernanda Sampaio – 40.596.788-3.

EDITAL 17/2021-STDARH-FCA

DIVULGAÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA

O Diretor da Faculdade de Ciências Agronômicas da Unesp - Câmpus de Botucatu, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora do concurso público de Provas e Títulos para a contratação de 1 Professor Substituto, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao 1º semestre letivo de 2021, pelo prazo de 5 meses, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Agronomia, subárea de conhecimento Floricultura, Parques e Jardins e na disciplina: Plantas Ornamentais e Paisagismo, junto ao Departamento de Produção Vegetal da Faculdade de Ciências Agronômicas do Câmpus de Botucatu, referente ao Edital 43/2020-STDARH-FCA.

COMISSÃO EXAMINADORA

Membros Titulares:

Professora Doutora Patrícia Reiners Carvalho

Professor Doutor Paulo Hercílio Viegas Rodrigues

Professora Assistente Doutora Elza Alves Correa

Membros Suplentes:

Professora Assistente Doutora Pâmela Gomes Nakada Freitas

Professor Assistente Doutor Marco Antonio Tecchio

Professora Titular Sarita Leonel

No prazo de até 2 dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.(Processo 679/2020-FCA-CB)

Faculdade de Medicina

EDITAL Nº 19/2021- STDARH/FM

DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA

A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso de Provas e Títulos, referente ao EDITAL Nº 272/2020 - STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:

.

Clínica Cirúrgica II (ortopedia, Traumatologia e Cirurgia da Mão), Ortopedia, Traumatologia e Cirurgia de Mão, junto ao

Departamento de Cirurgia e Ortopedia da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.

COMISSÃO EXAMINADORA

Membros Titulares:

Prof. Assist Dr Paulo Roberto de Almeida Silvares

Prof. Assist Dr Trajano Sardenberg

Prof. Assist Dr Emílio Carlos Curcelli

Membros Suplentes:

Prof. Assist Dr Gilberto José Cação Pereira

Prof. Assist Dr Hamilton da Rosa Pereira

Prof. Assist Dr Mauro dos Santos Volpi

No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

(Processo nº 1525/2020-FM)

.

EDITAL Nº 20/2021- STDARH/FM

CONVOCAÇÃO PARA PROVAS DIDÁTICA E DE TÍTULO

A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) para o Concurso de Provas e Títulos para contratação de Professor Substituto, referente ao EDITAL Nº 272/2020 - STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:

Clínica Cirúrgica II (ortopedia, Traumatologia e Cirurgia da Mão), Ortopedia, Traumatologia e Cirurgia de Mão, junto ao

Departamento de Cirurgia e Ortopedia da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, para as provas que serão realizadas nos dias: 09/02/2021 e 10/02/2021, na seguinte conformidade:

Data: 09 de fevereiro de 2021 – 09h00 - Sorteio de ponto para Prova Didática e Análise do Curriculum vitae

Data: 10 de fevereiro de 2021 – 09h00 - Prova Didática

O sorteio e a prova serão realizados no serviço de comunicação por vídeo Google Meet, cabendo ao candidato se conectar no horário agendado ao link disponibilizado no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br.

Candidatos – RG

DAVID NICOLETTI GUMIEIRO – 23.583.637-0

Proc. 1525/2020-FM

.

EDITAL Nº 21/2021 - STDARH/FM

DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA

A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso de Provas e Títulos, referente ao EDITAL Nº 271/2020 - STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:

.

Clínica Cirúrgica III - (gastroenterologia Cirúrgica e Cirurgia Geral), Introdução à Medicina de Urgência, Módulo Sistema Digestório, junto ao

Departamento de Cirurgia e Ortopedia da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.

COMISSÃO EXAMINADORA

Membros Titulares:

Professor Assistente Doutor Walmar Kerche de Oliveira

Professor Associado Rogério Saad Hossne

Professor Associado Luiz Eduardo Naresse

Membros Suplentes:

Professor Associado Celso Vieira de Souza Leite

Professor Assistente Doutor Luiz Henrique Cury Saad

Professor Assistente Doutor Mauro Masson Lerco

No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

(Processo nº 1624/2020-FM)

.

EDITAL Nº 22/2021 - STDARH/FM

CONVOCAÇÃO PARA PROVAS DIDÁTICA E DE TÍTULO

A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) para o Concurso de Provas e Títulos para contratação de Professor Substituto, referente ao EDITAL Nº 271/2020 - STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:

Clínica Cirúrgica III - (gastroenterologia Cirúrgica e Cirurgia Geral), Introdução à Medicina de Urgência, Módulo Sistema Digestório, junto ao Departamento de Cirurgia e Ortopedia da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, para as provas que serão realizadas nos dias: 08/02/2021 e 09/02/2021, na seguinte conformidade:

Data: 08 de fevereiro de 2021 – 14h00 - Sorteio de ponto para Prova Didática e Análise do Curriculum vitae

Data: 09 de fevereiro de 2021 – 14h00 - Prova Didática

O sorteio e a prova serão realizados no serviço de comunicação por vídeo Google Meet, cabendo ao candidato se conectar no horário agendado ao link disponibilizado no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br.

Candidatos – RG

PAULO ANTONIO RODRIGUES – 7.674.246-5

Proc. 1624/2020-FM

.

EDITAL Nº 23/2021- STDARH/FM

DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA

A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso de Provas e Títulos, referente ao EDITAL Nº 287/2020 - STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:

.

Administração em Enfermagem, Relacionamento Enfermeiro Paciente I, II e III, junto ao

Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.

COMISSÃO EXAMINADORA

Membros Titulares:

Prof. Associada Wilza Carla Spiri

Prof. Associada Silvana Andréa Molina Lima

Doutor Thiago da Silva Domingos

Membros Suplentes:

Prof. Assistente Dr Silvia Justina Papini

Prof. Associada Regina Célia Popim

Doutor Suzimar de Fátima Benato Fusco

No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

(Processo nº 1446-2020-FM)

.

EDITAL Nº 24/2021- STDARH/FM

CONVOCAÇÃO PARA PROVAS DIDÁTICA E DE TÍTULO

A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) para o Concurso de Provas e Títulos para contratação de Professor Substituto, referente ao EDITAL Nº 287/2020 - STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:

.

Administração em Enfermagem, Relacionamento Enfermeiro Paciente I, II e III, junto ao

Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, para as provas que serão realizadas nos dias: 08/02/2021 e 09/02/2021, na seguinte conformidade:

Data: 08 de fevereiro de 2021 – 14h00 - Sorteio de ponto para Prova Didática e Análise do Curriculum vitae

Data: 09 de fevereiro de 2021 – 14h00 - Prova Didática

O sorteio e a prova serão realizados no serviço de comunicação por vídeo Google Meet, cabendo ao candidato se conectar no horário agendado ao link disponibilizado no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br.

Candidatos – RG

CARINA GRESPI BUENO - 342777889

CHRISTINA OTAVIANO PINTO LARIVOIR - 639462534

JANAINA CRISTINA CELESTINO SANTOS - 422390276

KARIME RODRIGUES EMILIO DE OLIVEIRA - 435017895

SILVIA HELENA MENEGUIN BRAVIN - 239625651

Proc. 1446/2020-FM

.

EDITAL Nº 25/2021- STDARH/FM

DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA

A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso de Provas e Títulos, referente ao EDITAL Nº 280/2020- STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:

.

Enfermagem Ginecológica, Obstétrica e Neonatal, Enfermagem em Centro Cirúrgico e Enfermagem em Saúde Coletiva junto ao

Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.

COMISSÃO EXAMINADORA

Membros Titulares:

Profa. Associada Eliana Mara Braga

Profa. Assist Dra Marla Andréia Garcia Avila

Professor Doutor Meline Rossetto Kron Rodrigues

Membros Suplentes:

Profa. Assist Dra Milena Temer Jamas

Prof. Associada Wilza Carla Spiri

Doutor Suzimar de Fátima Benato Fusco

No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

(Processo nº 1439/2020-FM)

.

EDITAL Nº 26/2021 - STDARH/FM

CONVOCAÇÃO PARA PROVAS DIDÁTICA E DE TÍTULO

A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) para o Concurso de Provas e Títulos para contratação de Professor Substituto, referente ao EDITAL Nº 280/2020- STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:

.

Enfermagem Ginecológica, Obstétrica e Neonatal, Enfermagem em Centro Cirúrgico e Enfermagem em Saúde Coletiva junto ao

Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, para as provas que serão realizadas nos dias: 11/02/2021 e 12/02/2021, na seguinte conformidade:

Data: 11 de fevereiro de 2021 – 13h00 - Sorteio de ponto para Prova Didática e Análise do Curriculum vitae

Data: 12 de fevereiro de 2021 – 13h00 - Prova Didática

O sorteio e a prova serão realizados no serviço de comunicação por vídeo Google Meet, cabendo ao candidato se conectar no horário agendado ao link disponibilizado no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br.

Candidatos – RG

ANA ELISA DE OLIVEIRA ALHO - 475698514

ANNA PAULA FERRARI - 435018310

SILVIA HELENA MENEGUIN BRAVIN - 239625651

Proc. 1439/2020-FM

.

EDITAL Nº 27/2021 - STDARH/FM

DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA

A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso de Provas e Títulos, referente ao EDITAL Nº 282/2020- STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:

Assistência de Enfermagem ao Paciente Crítico; Enfermagem Ginecológica, Obstétrica e Neonatal e Gerência em Enfermagem, junto ao

Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.

COMISSÃO EXAMINADORA
Membros Titulares:
Prof. Titular Cristina Maria Garcia de Lima Parada
Prof. Associada Silmara Meneguin
Prof. Associada Janete Pessuto Simonetti
Membros Suplentes:
Profa. Associada Eliana Mara Braga
Prof. Associada Wilza Carla Spiri
Prof Doutora Meline Rossetto Kron Rodrigues
No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.
(Processo nº 1441/2020-FM)
.
EDITAL Nº 28/2021 - STDARH/FM
CONVOCAÇÃO PARA PROVAS DIDÁTICA E DE TÍTULO
A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) para o Concurso de Provas e Títulos para contratação de Professor Substituto, referente ao EDITAL Nº 282/2020- STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:
.
Assistência de Enfermagem ao Paciente Crítico; Enfermagem Ginecológica, Obstétrica e Neonatal e Gerência em Enfermagem, junto ao
Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, para as provas que serão realizadas nos dias: 11/02/2021 e 12/02/2021, na seguinte conformidade:
Data: 11 de fevereiro de 2021 – 8h30 - Sorteio de ponto para Prova Didática e Análise do Curriculum vitae
Data: 12 de fevereiro de 2021 – 8h30 - Prova Didática
O sorteio e a prova serão realizados no serviço de comunicação por vídeo Google Meet, cabendo ao candidato se conectar no horário agendado ao link disponibilizado no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br.
Candidatos – RG
VIVIANE CRISTINA DE ALBUQUERQUE GIMENEZ – 42.047.946-6
Proc. 1441/2020-FM
.
EDITAL Nº 29/2021 - STDARH/FM
DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA
A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso de Provas e Títulos, referente ao EDITAL Nº 298/2020-STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:
.
Anatomia Patologica Geral, Patologia Especial I, II, Patologia Geral, Módulo Base das Doenças 1, 2 e 3, Módulo Base das Doenças 6 e 7, Módulo Hematológico, Módulo a Célula Doente, junto ao
Departamento de Patologiada Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.
COMISSÃO EXAMINADORA
Membros Titulares:
Professor Assistente Doutor. Rosa Marlene Viero
Professor Assistente Doutor. Márcia Guimarães da Silva
Professor Assistente Doutor. Carla Adriane Franchi
Membros Suplentes:
Profa. Titular. Maria Aparecida M. Rodrigues
Prof. Associado. Júlio de Faveri
Prof. Associado Deilson Elgui de Oliveira
No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.
(Processo nº 1452/2020-FM)
EDITAL Nº 30/2021 - STDARH/FM
DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA
A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso de Provas e Títulos, referente ao EDITAL Nº 308-2020-STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:
.
Urologia Geral e Urologia Infantil, junto ao
Departamento de Especialidades Cirúrgicas e Anestesiologia da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.
COMISSÃO EXAMINADORA
Membros Titulares:
Prof Titular João Luiz Amaro
Prof Associado Paulo Roberto Kawano
Prof Dr Oscar Hidetoshi Fugita
Membros Suplentes:
Prof. Hamilto Akihissa Yamamoto
Prof Dr Carlos Marcio Nobre de Jesus
Dr Victor Augusto Sanguinetti Leitão
No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.
(Processo nº 1665/2020-FM)
EDITAL Nº 31/2021 - STDARH/FM
CONVOCAÇÃO PARA PROVAS DIDÁTICA E DE TÍTULO
A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) para o Concurso de Provas e Títulos para contratação de Professor Substituto, referente ao EDITAL Nº 308-2020- STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:
.
Urologia Geral e Urologia Infantil, junto ao
Departamento de Especialidades Cirúrgicas e Anestesiologiada Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, para as provas que serão realizadas nos dias: 22/02/2021 e 23/02/2021, na seguinte conformidade:
Data: 22 de fevereiro de 2021 – 09h00 - Sorteio de ponto para Prova Didática e Análise do Curriculum vitae
Data: 23 de fevereiro de 2021 – 09h00 - Prova Didática
O sorteio e a prova serão realizados no serviço de comunicação por vídeo Google Meet, cabendo ao candidato se conectar no horário agendado ao link disponibilizado no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br.
Candidatos – RG
PEDRO IVO ROCCHETTI PAJOLLI – 30.654.244-4
Proc. 1665/2020-FM
.
EDITAL Nº 32/2021 - STDARH/FM
DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA
A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso de Provas e Títulos, referente ao EDITAL Nº 309-2020-STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:
Urologia Geral e Urologia Infantil, junto ao
Departamento de Especialidades Cirúrgicas e Anestesiologia da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.
COMISSÃO EXAMINADORA
Membros Titulares:
Prof Titular João Luiz Amaro
Prof Associado Paulo Roberto Kawano
Prof Dr Oscar Hidetoshi Fugita
Membros Suplentes:
Prof. Hamilto Akihissa Yamamoto
Prof Dr Carlos Marcio Nobre de Jesus
Dr Victor Augusto Sanguinetti Leitão
No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.
(Processo nº 1666/2020-FM)
EDITAL Nº 33/2021 - STDARH/FM
CONVOCAÇÃO PARA PROVAS DIDÁTICA E DE TÍTULO
A Diretora da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) para o Concurso de Provas e Títulos para contratação de Professor Substituto, referente ao EDITAL Nº 309-2020- STDARH/FM na disciplina/conjunto de disciplinas:
.
Urologia Geral e Urologia Infantil, junto ao
Departamento de Especialidades Cirúrgicas e Anestesiologiada Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, para as provas que serão realizadas nos dias: 22/02/2021 e 23/02/2021, na seguinte conformidade:
Data: 22 de fevereiro de 2021 – 09h00 - Sorteio de ponto para Prova Didática e Análise do Curriculum vitae
Data: 23 de fevereiro de 2021 – 09h00 - Prova Didática
O sorteio e a prova serão realizados no serviço de comunicação por vídeo Google Meet, cabendo ao candidato se conectar no horário agendado ao link disponibilizado no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br.
Candidatos – RG
RODRIGO GUERRA DA SILVA – 27.637.900-7
Proc. 1666/2020-FM

CAMPUS DE GUARATINGUETÁ

Faculdade de Engenharia

RETIFICAÇÃO DO DOE DE 09/01/2021, SEÇÃO I, P. 216
No Edital 007/2021-FEG/STDARH, onde se lê: "no ano letivo de 2021", leia-se "no período relativo ao 1º semestre letivo de 2021". (Processo 001/2021-FEG)
EDITAL Nº 13/2021- FEG/CTIG
O Diretor da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá TORNA PÚBLICO o RESULTADO DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS do Concurso Público para constituição do Cadastro de Docentes do Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá "Professor Carlos Augusto Patrício Amorim", referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 138/2020-FEG/CTIG, publicado no DOE de 12/12/2020, objetivando a admissão, em caráter temporário, para ministrar as aulas que surgirem disponíveis (livres ou em substituição), durante o ano letivo de 2021, nos componentes curriculares ou grupo de componentes curriculares abaixo discriminados:
Componente curricular /
Grupo de Componentes Curriculares - Inscrição - Nome - RG - Nota da prova - Resultado
1 Língua Portuguesa e Literatura - 95 - 666129265 - 4,6 - INABILITADO
7 - Lilian areco - 203367613 - 9 - HABILITADO
78 - 3652695 - AUSENTE - -
46 - Marisa Fernandes Cardoso - 16142589 - 6,9 - HABILITADO
10 Eletrônica Analógica; Laboratório de Eletrônica Analógica; Circuitos Eletrônicos; Laboratório de Circuitos Eletrônicos; - 28 - 1620685 - 5 - INABILITADO
30 - 1620685 - AUSENTE - -
54 - Fernando Ribeiro Filadelfo - 325745390 - 9,5 - HABILITADO
56 - 325745390 - AUSENTE - -
84 - 54039162 - 1,5 - INABILITADO
69 - 243880029 - AUSENTE - -
11 Geração, Transmissão e Distribuição de Energia; Conservação de Energia - 15 - Leandro Pimenta de Carvalho - 307088662 - 6 - HABILITADO
81 - 178428565 - AUSENTE - -
12 Tecnologia Mecânica; Tecnologia dos Materiais, Máquinas e Ferramentas - 1 - Denis Felipe de Barros - 46510383 - 9,5 - HABILITADO
13 Prática em Oficina Mecânica; Metrologia - 2 - Jonas Cornelio Lopes - 46146665 - 7,1 - HABILITADO
41 - Rodrigo Rabelo da Encarnação - 404246667 - 8 - HABILITADO
9 - Sandro Luz da Silva - 149652914 - 9,4 - HABILITADO
14 Eletricidade; Laboratório de Eletricidade; Eletrotécnica; Laboratório de Eletrotécnica; Análise e Medidas - 31 - 1620685 - 5,3 - INABILITADO
55 - Fernando Ribeiro Filadelfo - 325745390 - 10 - HABILITADO
74 - 325745390 - AUSENTE - -
38 - 5237921 - AUSENTE - -
22 - Lucas Turner e Silva Costa Pinto - 504606487 - 8,3 - HABILITADO
16 - Luís Guilherme de Castro França - 635573386 - 10 - HABILITADO
73 - 54039162 - 0 - INABILITADO
82 - 178428565 - 0 - INABILITADO
57 - 215295072 - AUSENTE - -
15 Eletrônica Digital; Laboratório de Eletrônica Digital; Microprocessadores e Laboratório de Microprocessadores; Microcontroladores e Laboratório de Microcontroladores - 32 - Carlos Dolberth Jaeger - 1620685 - 7,5 - HABILITADO
87 - 210264594 - 2 - INABILITADO
17 - Luís Guilherme de Castro França - 635573386 - 8 - HABILITADO
67 - 243880029 - AUSENTE - -
101 - 222089948 - AUSENTE - -
16 Automação Industrial; Laboratório de Automação Industrial; Robótica; Sistema de Manufatura Flexível - 33 - Carlos Dolberth Jaeger - 1620685 - 9 - HABILITADO
89 - Eloi de Jesus Silva - 210264594 - 6,8 - HABILITADO
18 - Leandro Pimenta de Carvalho - 307088662 - 9,5 - HABILITADO
24 - Lucas Turner e Silva Costa Pinto - 504606487 - 7 - HABILITADO
17 Desenho Técnico; Desenho Técnico Mecânico; Desenho Assistido por Computador; Projetos Mecânicos de Máquinas, Ferramentas e Dispositivos - 4 - Jonas Cornelio Lopes - 46146665 - 8 - HABILITADO
18 Comandos Elétricos; Projetos de Instalações Elétricas; Máquinas Elétricas; Laboratório de Máquinas Elétricas - 53 - Fernando Ribeiro Filadelfo - 325745390 - 7 - HABILITADO
75 - 325745390 - AUSENTE - -
19 - Leandro Pimenta de Carvalho - 307088662 - 7 - HABILITADO
23 - Lucas Turner e Silva Costa Pinto - 504606487 - 9 - HABILITADO
19 Eletrônica Industrial; Laboratório de Eletrônica Industrial - 91 - 210264594 - AUSENTE - -
83 - 210264594 - AUSENTE - -
2 Geografia - 20 - Everaldo Tavares Ribeiro - 250113156 - 9 - HABILITADO
59 - 48380051 - AUSENTE
63 - Ivo Francisco Barbosa - 411361880 - 8 - HABILITADO
79 - 5694580 - AUSENTE - -
20 Ensaios Mecânicos e Metalográficos; Mecânica Geral; CNC - Comando Numérico Computadorizado - 44 - 435367237 - AUSENTE - -
42 - Rodrigo Rabelo da Encarnação - 404246667 - 7 - HABILITADO
8 - Sandro Luz da Silva - 149652914 - 9,1 - HABILITADO
21 Produção Mecânica - 3 - Jonas Cornelio Lopes - 46146665 - 9 - HABILITADO
11 - Sandro Luz da Silva - 149652914 - 8,8 - HABILITADO
22 Instrumentação e Controle de Processos; Laboratório de Instrumentação e Controle de Processos; Sistemas Supervisórios; Redes Industriais - 48 - Álvaro Eduardo de Moraes - 85049992 - 6,5 - HABILITADO
49 - 85049992 - AUSENTE - -
14 - Everton Coelho de Medeiros - 486576012 - 10 - HABILITADO
92 - 486576012 - AUSENTE - -
35 - Rodrigo Teixeira Figueira - 44954357 - 9 - HABILITADO
23 Comandos Hidráulicos e Pneumáticos - 5 - Jonas Cornelio Lopes - 46146665 - 9,7 - HABILITADO
45 - 325342763 - AUSENTE - -
36 - Rodrigo Teixeira Figueira - 44955357 - 9,7 - HABILITADO
24 Telecomunicações; Laboratório de Telecomunicações - 27 - Carlos Dolberth Jaeger - 1620685 - 9 - HABILITADO
29 - 1620685 - AUSENTE - -
3 Biologia - 86 - 460537878 - 4,8 - INABILITADO
77 - 384335196 - AUSENTE - -
39 - Andrei Gilson Vasconcelos Guimarães - 242393664 - 7 - HABILITADO
62 - 8190911 - AUSENTE - -
64 - 10647383 - AUSENTE - -
25 - Decio Garcia Neris - 394652885 - 8 - HABILITADO
65 - 237762489 - AUSENTE - -
13 - 494128756 - 5,3 - INABILITADO
50 - 117790683 - 5 - INABILITADO
34 - 109349225 - AUSENTE - -
80 - 249733559 - AUSENTE - -
93 - 0991549945 - AUSENTE - -
96 - Tadeu Carlos da Silva - 2846717 - 6,5 - HABILITADO
98 - 2846717 - AUSENTE - -
4 Inglês - Não houve candidato inscrito
5 Educação Física - 37 - Glauco Barletta da Costa - 304664911 - 9 - HABILITADO
72 - 12237070 - AUSENTE - -
70 - 324211478 - AUSENTE - -
71 - 324211478 - AUSENTE - -
103 - 468730126 - AUSENTE - -
68 - 444996151 - AUSENTE - -
6 Língua Espanhola - 21 - Márcio José Ferreira - 065964777 - 9 - HABILITADO
7 Filosofia e Sociologia - 85 - 409359762 - 5,5 - INABILITADO
102 - Felipe Furini Soares - 25426296 - 6,6 - HABILITADO
99 - 450890326 - AUSENTE - -
60 - 2374086 - AUSENTE - -
94 - 093795987 - AUSENTE - -
97 - 093795987 - AUSENTE - -
10 - Luciano Pereira de Menezes - 220498313 - 9,8 - HABILITADO
6 - 243855023 - AUSENTE - -
100 - 58494437 - AUSENTE - -
51 - 209822998 - AUSENTE - -
8 Organização Industrial e Gestão de Negócios; Gestão Empresarial - 58 - 258160787 - AUSENTE - -
88 - 344287117 - AUSENTE - -
66 - 323109378 - AUSENTE - -
26 - Lucio Gualiato Goncalves - 84240003 - 7,5 - HABILITADO
76 - 049126121 - 4 - INABILITADO
52 - 0131177685 - 3 - INABILITADO
9 Resistência dos Materiais; Elementos Orgânicos de Máquinas - 61 - Eduardo Gouveia Martins Romão - 335977273 - 6 - HABILITADO
90 - 344287117 - AUSENTE - -
43 - 435367237 - AUSENTE - -
47 - 435367237 - AUSENTE - -
40 - Rodrigo Rabelo da Encarnação - 404246667 - 9,8 - HABILITADO
12 - Sandro Luz da Silva - 149652914 - 9,2 - HABILITADO
O candidato poderá solicitar revisão da nota da prova no prazo de 3 dias úteis, contados desta publicação, mediante requerimento dirigido ao Diretor do Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá "Professor Carlos Augusto Patrício Amorim", enviado para o e-mail direcao.ctig.feg@unesp.br. (Processo 323/2020-FEG)
EDITAL Nº 14/2021 – FEG/STDARH
DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA
A Diretora da Divisão Técnica Administrativa da Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá, por meio da STDARH, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora, aprovada "ad referendum" da Congregação, do concurso público de Provas e Títulos para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital nº 148/2020-FEG/STDARH, no conjunto de disciplinas "TRANSPORTES I", "TRANSPORTES II", junto ao Departamento de Engenharia Civil desta Faculdade.
COMISSÃO EXAMINADORA
Membros Titulares:
Profa Dra. Vivian Silveira dos Santos Bardini
Profa. Dra. Luzenira Alves Brasileiro
Profa. Dra. Bárbara Stolte Bezerra
Membros Suplentes:
Prof. Dr. Jairo Salim Pinheiro de Lima
Prof. Dr. Gustavo Garcia Manzato
Prof. Dr. José Bento Ferreira
No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento. Não sendo impugnada, ou não sendo acolhida a impugnação, fica mantida a composição da Comissão Examinadora supracitada para a prática dos atos que lhe couber, passando a correr o prazo de 48 horas para deferimento ou indeferimento das inscrições efetuadas. (Processo 328/2020-FEG)

CAMPUS DE JABOTICABAL

Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias

EDITAL 024/2021-FCAV.
O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS - CÂMPUS DE JABOTICABAL – UNESP, no uso de suas atribuições legais, PRORROGA, até 05-02-2021, o prazo para as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao 1º semestre letivo de 2021, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Medicina Veterinária, subárea de conhecimento Reprodução Animal e no conjunto de disciplinas Biotécnicas aplicadas à Reprodução Animal; Reprodução e Inseminação Artificial, junto ao Departamento de Patologia, Reprodução e Saúde Única da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do Câmpus de Jaboticabal, de que trata o Edital nº 012/2021-FCAV.
(Proc. 2131/2020-FCAV)
EDITAL 025/2021-FCAV.
O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS - CÂMPUS DE JABOTICABAL – UNESP, no uso de suas atribuições legais, PRORROGA, até 05-02-2021, o prazo para as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao 1º semestre letivo de 2021, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Medicina Veterinária, subárea de conhecimento Inspeção de Produtos de Origem Animal e no conjunto de disciplinas Cadeias Produtivas: Matérias-primas Agropecuárias; Higiene e Inspeção de Carnes e Pescado, junto ao Departamento de Patologia, Reprodução e Saúde Única da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do Câmpus de Jaboticabal, de que trata o Edital nº 013/2021-FCAV.
(Proc. 2128/2020-FCAV).
EDITAL 026/2021-FCAV.
O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS - CÂMPUS DE JABOTICABAL – UNESP, no uso de suas atribuições legais, PRORROGA, até 05-02-2021, o prazo para as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao ano letivo de 2021, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Medicina Veterinária, subárea de conhecimento Reprodução Animal e no conjunto de disciplinas Fisiopatologia da Reprodução Animal I; Fisiopatologia da Reprodução Animal II, junto ao Departamento de Patologia, Reprodução e Saúde Única da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do Câmpus de Jaboticabal, de que trata o Edital nº 014/2021-FCAV.
(Proc. 2129/2020-FCAV).
EDITAL 027/2021-FCAV.
O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS - CÂMPUS DE JABOTICABAL – UNESP, no uso de suas atribuições legais, PRORROGA, até 05-02-2021, o prazo para as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao 1º semestre letivo de 2021, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Medicina Veterinária, subárea de conhecimento Reprodução Animal e na disciplina Obstetrícia Veterinária, junto ao Departamento de Patologia, Reprodução e Saúde Única da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do Câmpus de Jaboticabal, de que trata o Edital nº 016/2021-FCAV.
(Proc. 2130/2020-FCAV).

CAMPUS DE MARÍLIA

Faculdade de Filosofia e Ciências

Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
EDITAL n.º 013/2021-STDARH - DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA
A Diretora da Divisão Técnica Administrativa da Faculdade de Filosofia e Ciências do Campus de Marília, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso de Provas e Títulos referente ao Edital nº 165/2020-STDARH, na área Ciências Humanas, sub-área de conhecimento Educação e na disciplina/conjunto de disciplinas: Metodologia do Trabalho Cientifico, junto ao Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Faculdade de Filosofia e Ciências do Câmpus de Marília.
COMISSÃO EXAMINADORA
Membros Titulares:
Prof. Dr. Pedro Angelo Pagni
Profa. Dra. Elianeth Dias Kanthack Hernandes
Dra. Leila Maria Inoue
Membros Suplentes:
Profa. Dra. Emery Marques Gusmão
Profa. Dra. Rosane Michelli de Castro
Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho
No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.(Processo nº 941/2020)
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
EDITAL n.º 014/2021-STDARH - DIVULGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA
A Diretora da Divisão Técnica Administrativa da Faculdade de Filosofia e Ciências do Campus de Marília, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso de Provas e Títulos referente ao Edital nº 166/2020-STDARH, na área Ciências Humanas, sub-área de conhecimento Educação e na disciplina/conjunto de disciplinas: Fundamentos da Gestão em Educação, Gestão de Sistemas Educativos e Unidades Escolares, Educação Comparada, junto ao Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Faculdade de Filosofia e Ciências do Câmpus de Marília.
COMISSÃO EXAMINADORA
Membros Titulares:
Profa. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery
Profa. Dra. Cláudia da Mota Darós Parente
Profa. Dra. Viviani Fernanda Hojas
Membros Suplentes:
Profa. Dra. Emery Marques Gusmão
Profa. Dra. Fernanda Motta de Paula Resende
Profa. Dra. Graziela Zambão Abdian
No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento. (Processo nº 942/2020)

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Faculdade de Ciências e Tecnologia

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CONCURSO PÚBLICO 12/2020
EDITAL Nº 02/2021
O Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Campus de Presidente Prudente DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 (um) PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao ano letivo de 2021, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área: Economia, sub área de conhecimento: Economia e no conjunto de disciplinas: "FINANCIAMENTO DE INTERVENÇÕES URBANAS; ECONOMIA; ADMINISTRAÇÃO; PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETO; ADMINISTRAÇÃO EM FISIOTERAPIA", junto ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente (edital 126/2020).
COMISSÃO EXAMINADORA
Membros Titulares:
Prof. Dr. CÉSAR FABIANO FIORITI
Prof. Dr. FERNANDO SÉRGIO OKIMOTO
Profa. Dra. RENATA RIBEIRO DE ARAUJO
Membros Suplentes:
Profa. Dra. CRISTINA MARIA PERISSINOTTO BARON
Prof. Dr. FRANCISCO ANTUNES CAMINATI
Profa. Dra. IRACIMARA DE ANCHIETA MESSIAS
No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada ao Diretor da Unidade Universitária, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.
(Processo nº 964/2020-FCT)
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CONCURSO PÚBLICO 13/2020
EDITAL Nº 03/2021
O Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Campus de Presidente Prudente DIVULGA a composição da

Comissão Examinadora para o Concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 (um) PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao ano letivo de 2021, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área: Arquitetura e Urbanismo, sub área de conhecimento: Projeto de Arquitetura e Urbanismo e no conjunto de disciplinas: "PROJETO DE ARQUITETURA I; PROJETO DE ARQUITETURA II; PROJETO DE ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO; GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS E OBRAS", junto ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente (edital 127/2020).

COMISSÃO EXAMINADORA
Membros Titulares:
Profa. Dra. CRISTINA MARIA PERISSINOTTO BARON
Profa. Dra. CAROLINA LOTUFO BUENO BARTHOLOMEI
Profa. Dra. ARLETE MARIA FRANCISCO
Membros Suplentes:
Profa. Dra. IRACIMARA DE ANCHIETA MESSIAS
Prof. Dr. FERNANDO SÉRGIO OKIMOTO
Prof. Dr. LUÍS ANTONIO BARONE

No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada ao Diretor da Unidade Universitária, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

(Processo nº 965/2020-FCT)
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CONCURSO PÚBLICO 14/2020
EDITAL Nº 04/2021

O Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Campus de Presidente Prudente DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 (um) PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao ano letivo de 2021, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área: Arquitetura e Urbanismo, sub área de conhecimento: Projeto de Arquitetura e Urbanismo e no conjunto de disciplinas: "PROJETO DE URBANISMO I; PROJETO DE URBANISMO II; PROJETO DE URBANISMO III; PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL", junto ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente (edital 126/2020).

COMISSÃO EXAMINADORA
Membros Titulares:
Prof. Dr. MÁRCIO JOSÉ CATELAN
Profa. Dra. ARLETE MARIA FRANCISCO
Prof. Dr. LUÍS ANTONIO BARONE
Membros Suplentes:
Prof. Dr. FRANCISCO ANTUNES CAMINATI
Profa. Dra. CRISTINA MARIA PERISSINOTTO BARON
Profa. Dra. IRACIMARA DE ANCHIETA MESSIAS

No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada ao Diretor da Unidade Universitária, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

(Processo nº 966/2020-FCT)
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CONCURSO PÚBLICO 15/2020
EDITAL Nº 05/2021

O Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Campus de Presidente Prudente DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 (um) PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao ano letivo de 2021, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área: Arquitetura e Urbanismo, sub área de conhecimento: Paisagismo e no conjunto de disciplinas: "COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM URBANA; FUNDAMENTOS DE PROJETOS; PROJETO DE PAISAGISMO I; PROJETO DE PAISAGISMO II", junto ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente (edital 129/2020).

COMISSÃO EXAMINADORA
Membros Titulares:
Profa. Dra. CRISTINA MARIA PERISSINOTTO BARON
Profa. Dra. CAROLINA LOTUFO BUENO BARTHOLOMEI
Profa. Dra. ENCARNITA SALAS MARTIN
Membros Suplentes:
Prof. Dr. CÉSAR FABIANO FIORITI
Prof. Dr. FERNANDO SÉRGIO OKIMOTO
Prof. Dr. MÁRCIO JOSÉ CATELAN

No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada ao Diretor da Unidade Universitária, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

(Processo nº 967/2020-FCT)
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CONCURSO PÚBLICO 16/2020
EDITAL Nº 06/2021

O Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Campus de Presidente Prudente DIVULGA a composição da Comissão Examinadora para o Concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 (um) PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao ano letivo de 2021, em 24 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área: Arquitetura e Urbanismo, sub área de conhecimento: Projeto de Arquitetura e Urbanismo e no conjunto de disciplinas: "FUNDAMENTOS DE PROJETOS; PROJETO DE ARQUITETURA III; PROJETO DE ARQUITETURA IV; PROJETO DE ARQUITETURA V; PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO", junto ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente (edital 130/2020).

COMISSÃO EXAMINADORA
Membros Titulares:
Prof. Dr. HÉLIO HIRAO
Prof. Dr. CÉSAR FABIANO FIORITI
Profa. Dra. NEIDE BARROCÁ FACCIO
Membros Suplentes:
Profa. Dra. CRISTINA MARIA PERISSINOTTO BARON
Profa. Dra. CAROLINA LOTUFO BUENO BARTHOLOMEI
Profa. Dra. ARLETE MARIA FRANCISCO

No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada ao Diretor da Unidade Universitária, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

(Processo nº 968/2020-FCT)

CAMPUS DE RIO CLARO

Instituto de Biociências

Despacho do Diretor da Divisão Técnica Administrativa de 28-01-2021

PRORROGANDO até o dia 12-02-2021 o período de inscrição do Edital 013/2021-STDARH/CRC, publicado no DOE de 08-01-2021 – Concurso Público para contratação de 01 PROFESSOR SUBSTITUTO para o ano letivo de 2021 para o conjunto de disciplinas "Biofísica" e "Imunologia", junto ao Departamento de Biologia Geral e Aplicada do Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro.

(Proc. 672/2020-IB/CRC)

CAMPUS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Instituto de Ciência e Tecnologia

EDITAL Nº 01/2021 - ICT/CSJC – Comissão Examinadora

A Diretora da Divisão Técnica Administrativa, do Instituto de Ciência e Tecnologia, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora do Concurso Público para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital nº 52/2020 - ICT/CSJC, na Área Ciências Biológicas, sub-área de conhecimento Morfologia e na disciplina: "Anatomia", junto ao Departamento de Biociências e Diagnóstico Bucal, conforme segue:

MEMBROS TITULARES:
- Prof. Assoc. José Benedito Oliveira Amorim;
- Profa. Assoc. Ana Paula Martins Gomes;
- Prof. Dr. Miguel Christian Castillo Marin.
MEMBROS SUPLENTES:
- Prof. Assoc. Sérgio Lúcio Pereira de Castro Lopes;
- Prof. Dr. Lúcio Murilo dos Santos;
- Profa. Dra. Elaine Aparecida Félix de Araújo.

No prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, a Diretora da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento. Não sendo impugnada, ou não sendo acolhida a impugnação, fica mantida a composição da Comissão Examinadora supracitada para a prática dos atos que lhe couber, passando a correr o prazo de 48 horas para deferimento ou indeferimento das inscrições efetuadas.

(Proc. 336/2020-CSJC)

EDITAL Nº 02/2021 - ICT/CSJC – Comissão Examinadora

A Diretora da Divisão Técnica Administrativa, do Instituto de Ciência e Tecnologia, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora do Concurso Público para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital nº 53/2020 - ICT/CSJC, na Área da Saúde, sub-área de conhecimento Odontologia e no conjunto de disciplinas: "Dentística II"; "Dentística I" e "Oclusão e Escultura Dental", junto ao Departamento de Odontologia Restauradora, conforme segue:

MEMBROS TITULARES:
- Profa. Assoc. Ana Lia Anbinder;
- Prof. Dr. João Mauricio Ferraz da Silva;
- Profa. Dra. Ilene Cristine Rosia Cesar.
MEMBROS SUPLENTES:
- Prof. Assoc. Alexandre Luiz Souto Borges;
- Prof. Assoc. Cláudio Antonio Talge Carvalho;
- Prof. Dr. Fábio da Silva Matuda.

No prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, a Diretora da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento. Não sendo impugnada, ou não sendo acolhida a impugnação, fica mantida a composição da Comissão Examinadora supracitada para a prática dos atos que lhe couber, passando a correr o prazo de 48 horas para deferimento ou indeferimento das inscrições efetuadas.

(Proc. 334/2020-CSJC)

EDITAL Nº 03/2021 - ICT/CSJC – Comissão Examinadora

A Diretora da Divisão Técnica Administrativa, do Instituto de Ciência e Tecnologia, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora do Concurso Público para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital nº 54/2020 - ICT/CSJC, na Área da Saúde, sub-área de conhecimento Odontologia e na disciplina: "Endodontia", junto ao Departamento de Odontologia Restauradora, conforme segue:

MEMBROS TITULARES:
- Profa. Assoc. Luana Marotta Reis de Vasconcellos;
- Prof. Assoc. Sérgio Lúcio Pereira de Castro Lopes;
- Profa. Dra. Flávia Goulart da Rosa Cardoso.
MEMBROS SUPLENTES:
- Profa. Assoc. Luciane Dias de Oliveira;
- Profa. Assoc. Alessandra Buhler Borges;
- Profa. Dra. Paula Elaine Cardoso.

No prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, a Diretora da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento. Não sendo impugnada, ou não sendo acolhida a impugnação, fica mantida a composição da Comissão Examinadora supracitada para a prática dos atos que lhe couber, passando a correr o prazo de 48 horas para deferimento ou indeferimento das inscrições efetuadas.

(Proc. 335/2020-CSJC)

EDITAL Nº 04/2021 - ICT/CSJC – Comissão Examinadora

A Diretora da Divisão Técnica Administrativa, do Instituto de Ciência e Tecnologia, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora do Concurso Público para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital nº 55/2020 - ICT/CSJC, na Área da Saúde, sub-área de conhecimento Odontologia e no conjunto de disciplinas: "Extramuros"; "Odontologia Legal e Bioética" e "Orientação Profissional", junto ao Departamento de Odontologia Social e Clínica Infantil, conforme segue:

MEMBROS TITULARES:
- Prof. Dr. Dimas Reno de Lima;
- Prof. Dr. Edison Tibagy Dias de Carvalho Almeida;
- Profa. Dra. Letícia Vargas Freire Martins Lemos.
MEMBROS SUPLENTES:
- Profa. Dra. Denise Nicodemo;
- Prof. Dr. Marcos Augusto do Rego;
- Profa. Dra. Tânia Adas Saliba.

No prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, a Diretora da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento. Não sendo impugnada, ou não sendo acolhida a impugnação, fica mantida a composição da Comissão Examinadora supracitada para a prática dos atos que lhe couber, passando a correr o prazo de 48 horas para deferimento ou indeferimento das inscrições efetuadas.

(Proc. 339/2020-CSJC)

EDITAL Nº 05/2021 - ICT/CSJC – Comissão Examinadora

A Diretora da Divisão Técnica Administrativa, do Instituto de Ciência e Tecnologia, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora do Concurso Público para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital nº 56/2020 - ICT/CSJC, na Área da Saúde, sub-área de conhecimento Odontologia e no conjunto de disciplinas: "Extramuros"; "Odontologia em Saúde Coletiva I" e "Sociologia da Saúde", junto ao Departamento de Odontologia Social e Clínica Infantil, conforme segue:

MEMBROS TITULARES:
- Profa. Dra. Denise Nicodemo;
- Prof. Dr. Edison Tibagy Dias de Carvalho Almeida;
- Prof. Dr. Nivaldo André Zollner.
MEMBROS SUPLENTES:
- Prof. Dr. Dimas Reno de Lima;
- Profa. Dra. Letícia Vargas Freire Martins Lemos.
- Profa. Dra. Tânia Adas Saliba.

No prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, a Diretora da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento. Não sendo impugnada, ou não sendo acolhida a impugnação, fica mantida a composição da Comissão Examinadora supracitada para a prática dos atos que lhe couber, passando a correr o prazo de 48 horas para deferimento ou indeferimento das inscrições efetuadas.

(Proc. 340/2020-CSJC)

EDITAL Nº 06/2021 - ICT/CSJC – Comissão Examinadora

A Diretora da Divisão Técnica Administrativa, do Instituto de Ciência e Tecnologia, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora do Concurso Público para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital nº 57/2020 - ICT/CSJC, na Área da Saúde, sub-área de conhecimento Odontologia e no conjunto de disciplinas: "Odontopediatria"; "Odontopediatria I" e "Odontopediatria II", junto ao Departamento de Odontologia Social e Clínica Infantil, conforme segue:

MEMBROS TITULARES:
- Prof. Dr. João Carlos da Rocha;
- Profa. Dra. Adriene Mara Souza Lopes e Silva;
- Profa. Dra. Lucilei Lopes Bonato.
MEMBROS SUPLENTES:
- Prof. Dr. Dimas Renó de Lima;
- Prof. Dr. Celso Monteiro da Silva;
- Prof. Dr. Edison Tibagy Dias de Carvalho Almeida.

No prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, a Diretora da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento. Não sendo impugnada, ou não sendo acolhida a impugnação, fica mantida a composição da Comissão Examinadora supracitada para a prática dos atos que lhe couber, passando a correr o prazo de 48 horas para deferimento ou indeferimento das inscrições efetuadas.

(Proc. 341/2020-CSJC)

EDITAL Nº 07/2021 - ICT/CSJC – Comissão Examinadora

A Diretora da Divisão Técnica Administrativa, do Instituto de Ciência e Tecnologia, DIVULGA a composição da Comissão Examinadora do Concurso Público para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital nº 58/2020 - ICT/CSJC, na Área da Saúde, sub-área de conhecimento Odontologia e no conjunto de disciplinas: "Odontopediatria" e "Odontopediatria II", junto ao Departamento de Odontologia Social e Clínica Infantil, conforme segue:

MEMBROS TITULARES:
- Prof. Dr. João Carlos da Rocha;
- Profa. Dra. Adriene Mara Souza Lopes e Silva;
- Prof. Dr. Celso Monteiro da Silva;
MEMBROS SUPLENTES:
- Prof. Dr. Ivan Balducci;
- Profa. Dra. Lucilei Lopes Bonato.
- Profa. Dra. Lúcia Teramoto.

No prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, a Diretora da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento. Não sendo impugnada, ou não sendo acolhida a impugnação, fica mantida a composição da Comissão Examinadora supracitada para a prática dos atos que lhe couber, passando a correr o prazo de 48 horas para deferimento ou indeferimento das inscrições efetuadas.

(Proc. 342/2020-CSJC)

CAMPUS DE SOROCABA - INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EDITAL Nº 26/2021-STDARH – CONVOCAÇÃO

O Diretor Técnico da Divisão Técnica Administrativa do Instituto de Ciência e Tecnologia do Câmpus de Sorocaba, CONVOCA o(s) candidato(s) inscrito(s) no concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 (um) PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao 1º semestre letivo de 2021 e pelo prazo máximo de 05 (cinco) meses, em 12 (doze) horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área de ADMINISTRAÇÃO, sub-área de conhecimento de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA e na disciplina: "ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS", junto ao Departamento de Engenharia de Controle e Automação, objeto do Edital nº 73/2020-STDARH, para as provas a serem realizadas no período de 08/02/2021 a 09/02/2021, com início às 08:20, de forma remota em reunião online, por meio da plataforma Google Meet, cujos links serão disponibilizados por e-mail no endereço eletrônico informado no formulário de inscrição, conforme segue:

08 de fevereiro de 2021, às 08:20: o sorteio do tema, conforme Programa de Concurso constante no Edital de abertura de inscrições, para a prova didática será realizado via videoconferência, na presença dos candidatos.

09 de fevereiro de 2021, a partir das 08:20: os candidatos farão, via videoconferência, a prova didática. Nesta data e horário todos os candidatos deverão entregar o material didático e, em seguida, será realizado o sorteio da sequência de candidatos para apresentação. Os tempos mínimo e máximo para a apresentação das aulas didáticas serão de 30 (trinta) minutos e 40 (quarenta) minutos, respectivamente.

Os candidatos deverão atentar para as seguintes instruções: acessar o link que será enviado no dia 05/02/2021 às 09:00 ao e-mail, informado no ato da inscrição, para cada etapa específica no dia e horário estipulado, munidos de documento de identidade com foto; não haverá segunda chamada para a prova, seja qual for o motivo alegado, sendo o candidato responsável pela conexão da internet no momento da prova, importando a ausência do candidato na sua eliminação do Concurso Público.

Durante a realização do concurso o candidato deve utilizar equipamento com câmera, de modo a permitir a visualização de sua imagem em tempo real. Os recursos midiáticos serão de responsabilidade de cada candidato.

CANDIDATOS CONVOCADOS:
NOME - RG / RNE
EDUARDO ROBERTO PRIORE / 17.095.180 SSP/SP
ELIANE CRISTINA FRANCO GRANDO / - 20.692.393-4 SSP/SP
FILIPE DE CASTRO QUELHAS / 20.567.186-0 SSP/RJ
GABRIEL QUATROCHI CARVALHO / 47.698.390-3 SSP/SP
GRAZIELA BIZIN PANZA / 30.569.454-6 SSP/SP
JANAÍNA ALVES DE LIMA / 42.133.015-6 SSP/SP
PAULO HENRIQUE BERTUCCI RAMOS / 33.534.615-7 SSP/SP
REGINA SANTOS ALMEIDA / 60.990.245-3 SSP/SP
(Processo nº 329/2020-ICT/SOR)
Sorocaba, 28 de janeiro de 2021.
FABRÍCIO FERREIRA MARCIANO
Diretor Técnico de Divisão
Divisão Técnica Administrativa

CAMPUS EXPERIMENTAL DE REGISTRO

EDITAL Nº 01/2021-CERe - STAAd – Câmpus Experimental de Registro

A Supervisora Técnica da Seção Técnica de Apoio Administrativo do Câmpus Experimental de Registro DIVULGA a composição da Comissão Examinadora do Concurso Público para contratação de Professor Substituto, referente ao Edital 41/2020 –CERe –STAAd, no conjunto de disciplinas: "Química I" e " Química II", conforme segue:

Membros Titulares:
- Profª. Associada Patrícia Soares Santiago;
- Profª. Drª. Dariane Beatriz Schoffen Enke;
- Prof. Dr. Norival Alves Santos Filho.
Membros Suplentes:
- Profª. Associada Juliana Domingues Lima;
- Profª. Associada Giovana Bertini;
- Profª. Drª Lilian Cristina Makino.

No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada à Coordenadora Executiva, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento. Não sendo impugnada, ou não sendo acolhida a impugnação, fica mantida a composição da Comissão Examinadora supracitada para a prática dos atos que lhe couber, passando a correr o prazo de 48 horas para deferimento ou indeferimento das inscrições efetuadas.

(Processo nº 206/2020-CERe)
Registro, 28 de janeiro de 2021.
Gisele Marcelino da Silva
Supervisora Técnica de Seção
Seção Técnica de Apoio Administrativo

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR

CONVOCAÇÃO

A Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar convoca o (a) candidato (a), ADILMA OLIVEIRA, portador (a) do CPF: 092.965.478-14 classificado (a) em 20º lugar no processo seletivo de pessoal, realizado por essa fundação na função de TECNICO DE ENFERMAGEM (DETERMINADO) – 625/2020, para comparecer no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de publicação desta, no setor de Recursos Humanos da Fundação.

O não cumprimento no referido prazo implicará na perda de seus direitos, sendo convocado o candidato posterior para assumir referida vaga.

Atenciosamente,
Valquíria Aparecida Bazzo da Cunha
Gerente de Recursos Humanos
FAMESP

CONVOCAÇÃO

A Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar convoca o (a) candidato (a), ARIELLE EDUARDA DE OLIVEIRA, portador (a) do CPF: 440.867.778-78 classificado (a) em 67º lugar no processo seletivo de pessoal, realizado por essa fundação na função de ENFERMEIRO (DETERMINADO) – 618/2020, para comparecer no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de publicação desta, no setor de Recursos Humanos da Fundação.

O não cumprimento no referido prazo implicará na perda de seus direitos, sendo convocado o candidato posterior para assumir referida vaga.

Atenciosamente,
Valquíria Aparecida Bazzo da Cunha
Gerente de Recursos Humanos
FAMESP

CONVOCAÇÃO

A Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar convoca o (a) candidato (a), CHRISTIANE MARIA E SOUZA PEREIRA, portador (a) do CPF: 279.630.378-00 classificado (a) em 21º lugar no processo seletivo de pessoal, realizado por essa fundação na função de TECNICO DE ENFERMAGEM (DETERMINADO) – 625/2020, para comparecer no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de publicação desta, no setor de Recursos Humanos da Fundação.

O não cumprimento no referido prazo implicará na perda de seus direitos, sendo convocado o candidato posterior para assumir referida vaga.

Atenciosamente,
Valquíria Aparecida Bazzo da Cunha
Gerente de Recursos Humanos
FAMESP

CONVOCAÇÃO

A Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar convoca o (a) candidato (a), BERNARDO PEIXOTO DE ALMEIDA, portador (a) do CPF: 405.976.498-12 classificado (a) em 73º lugar no processo seletivo de pessoal, realizado por essa fundação na função de TECNICO DE ENFERMAGEM (DETERMINADO) – 620/2020, para comparecer no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de publicação desta, no setor de Recursos Humanos da Fundação.

O não cumprimento no referido prazo implicará na perda de seus direitos, sendo convocado o candidato posterior para assumir referida vaga.

Atenciosamente,
Valquíria Aparecida Bazzo da Cunha
Gerente de Recursos Humanos
FAMESP

CONVOCAÇÃO

A Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar convoca o (a) candidato (a), FERNANDA SOARES, portador (a) do CPF: 447.630.628-40 classificado (a) em 68º lugar no processo seletivo de pessoal, realizado por essa fundação na função de ENFERMEIRO (DETERMINADO) – 618/2020, para comparecer no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de publicação desta, no setor de Recursos Humanos da Fundação.

O não cumprimento no referido prazo implicará na perda de seus direitos, sendo convocado o candidato posterior para assumir referida vaga.

Atenciosamente,
Valquíria Aparecida Bazzo da Cunha
Gerente de Recursos Humanos
FAMESP

CONVOCAÇÃO

A Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar convoca o (a) candidato (a), CLARICE MARIA DA SILVA, portador (a) do CPF: 266.717.648-08 classificado (a) em 22º lugar no processo seletivo de pessoal, realizado por essa fundação na função de TECNICO DE ENFERMAGEM (DETERMINADO) – 625/2020, para comparecer no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de publicação desta, no setor de Recursos Humanos da Fundação.

O não cumprimento no referido prazo implicará na perda de seus direitos, sendo convocado o candidato posterior para assumir referida vaga.

Atenciosamente,
Valquíria Aparecida Bazzo da Cunha
Gerente de Recursos Humanos
FAMESP

CONVOCAÇÃO

A Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar convoca o (a) candidato (a), VICTOR GANDOLFO SCHERK, portador (a) do CPF: 451.356.378-85 classificado (a) em 75º lugar no processo seletivo de pessoal, realizado por essa fundação na função de TECNICO DE ENFERMAGEM (DETERMINADO) – 620/2020, para comparecer no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de publicação desta, no setor de Recursos Humanos da Fundação.

O não cumprimento no referido prazo implicará na perda de seus direitos, sendo convocado o candidato posterior para assumir referida vaga.

Atenciosamente,
Valquíria Aparecida Bazzo da Cunha
Gerente de Recursos Humanos
FAMESP

BEC - Bolsa Eletrônica de Compras

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

UG LIQUIDANTE	Nº. DA PD	VALOR R$
400102	2021PD00052	640,00
400033	2021PD00002	2.188,80

TOTAL GERAL DE PDS VENCIMENTO 30-01-2021..... R$ 2.828,80

Diário dos Municípios

ADAMANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADAMANTINA

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 06/2021 Tomada de Preços nº 01/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada para obra de construção de Barracão de Compostagem no Aterro Sanitário do Município. Credenciamento e entrega de envelopes até às 08h45min do dia 19/02/2021. Edital completo na Prefeitura Municipal de Adamantina e no site: www.adamantina.sp.gov.br. Informações pelo fone (18) 3502-9010 ou 9045. Adamantina, 28 de janeiro 2021. JOÃO LOPES DE OLIVEIRA - Secretário de Finanças.

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 07/2021 Tomada de Preços nº 02/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada para obra de construção de muro de arrimo na Creche ProInfância (EMEI Ciclo I Cecilia Meireles) – Adamantina/SP. Credenciamento e entrega de envelopes até às 13h45min do dia 19/02/2021. Edital completo na Prefeitura Municipal de Adamantina e no site: www.adamantina.sp.gov.br. Informações pelo fone (18) 3502-9010 ou 9045. Adamantina, 28 de janeiro 2021. JOÃO LOPES DE OLIVEIRA - Secretário de Finanças.

AGUAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAÍ

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. Processo Administrativo N° Sec Adm/Lic. 346/2020 - Pregão (Presencial) N° 039/2020. Registro de preços para o fornecimento de sensor para monitoramento de glicemia, intersticial, por método eletroquímica amperométrica, contínua, aplicada na parte posterior do braço, vida útil por até 14 dias, para atender a medidas judiciais, pelo período de 12 meses. Sessão designada para o dia 11 de fevereiro de 2021, às 09:00 horas. Edital a disposição no endereço eletrônico https://aguai.sp.gov.br/home/licitacoes/. Jonas Cavaretto Da Silva Junior – Pregoeiro

ÁGUAS DE LINDOIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDOIA

COMUNICADO

REFERENTE: JULGAMENTO DE RECURSO - RETOMADA DE SESSÃO PUBLICA

PROCESSO N.º 133/2020

EDITAL N.º 099/2020

PREGÃO ELETRONICO N.º 019/2020

LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA

OBJETO: Registro de Preços visando à aquisição de kits de alimentação suplementar a merenda escolar (alimentos) para atender alunos da educação básica do município de Águas de Lindoia, com entregas parceladas, pelo período de 06 (seis) meses, com Recursos da União x PMAL.

A Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, vem por meio deste COMUNICAR a V. Sa. que o recurso interposto pela empresa LMS COMÉRCIO DE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI, foi PROVIDO, assim COMUNICAMOS QUE FICA ESTABELECIDA A RETOMA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2020, PARA O DIA 01/02/2021, AS 14:00h (QUATORZE HORAS).

Destarte, segue comunicado para os participantes do certame e a municipalidade estará providenciando ainda a publicação no DOE da presente decisão e a disponibilização do presente no site do município www.aguasdelindoia.sp.gov.br link licitação, para o prosseguimento do processo supracitado, visando à adjudicação e homologação do referido processo.

Encontra-se a disposição dos interessados para vistas, o recurso na íntegra e o Processo em epigrafe. Informamos ainda que o presente comunicado está disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia www.aguasdelindoia.sp.gov.br, no link de licitações.

Águas de Lindóia, 28 de janeiro de 2021.

Atenciosamente,

Wellington Braz Dalonso

Pregoeiro Municipal

A Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia comunica a todos os interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras e Licitações os seguintes processos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021. Objeto: Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada para locação de caminhões e equipamentos pesados, com condutor, combustível e manutenção para atender a demanda da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, de forma parcelada pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no anexo I do Edital. Encerramento (credenciamento e entrega dos envelopes Nº 01 – Proposta e Nº 02 – Documentação) das 09h 00min até as 09h e 30min do dia 11/02/2021. Sessão de abertura: a partir das 09h e 45min. Período de Disponibilização do Edital: De 01/02/2021 até 10/02/2021.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021. Objeto: Registro de preços visando à aquisição de Cascalho de Rocha Natural e Pedra Rachão, para conservação de trechos de estradas rurais e vicinais do município e demais manutenções necessarias, entregue no município de Águas de Lindóia de forma parcelada, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no anexo I do Edital. Encerramento (credenciamento e entrega dos envelopes Nº 01 – Proposta e Nº 02 – Documentação) das 09h 00min até as 09h e 30min do dia 12/02/2021. Sessão de abertura: a partir das 09h e 45min. Período de Disponibilização do Edital: De 01/02/2021 até 11/02/2021.

Disponibilização: Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitação, sito a Rua Profª Carolina Fróes, 321, Centro, Águas de Lindóia - SP, mediante o recolhimento de R$ 15,00 (Quinze Reais) ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal www.aguasdelindoia.sp.gov.br

Maiores informações pelo telefone (19) 3924-9344, no horário comercial, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. As datas acima referem-se aos dias úteis e em que haja expediente na Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, quer seja, excluindo-se os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos – Diderot Camargo Netto – Secretário Municipal de Administração.

SANEAMENTO AMBIENTAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 – PROCESSO Nº 003/2021, Objeto Proposta mais vantajosa para Prestação de Serviços para preparação e usinagem de 400 (quatrocentas) Toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente CBUQ Faixa C do DNER e Aquisição de 5.000 (cinco mil) litros de Emulsão Asfáltica Catiônica RR-1C para aquisição parcelada durante o exercício de 2021, ou até o término das quantidades estabelecidas, aquele que ocorrer por último, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do Edital nº 002/2021 e seus anexos. Os envelopes PROPOSTA(1) e HABILITAÇÃO(2), juntamente com os documentos do credenciamento deverão ser entregues e protocolados até as 13h do dia 18/02/2021. A sessão pública se dará a partir das 13h30m, no mesmo dia e local. As informações poderão ser obtidas na Autarquia, na Alameda Rotary, 60 pelo Fone (19) 3924-8150 horário comercial. Edital completo poderá ser retirado no local mediante o recolhimento da taxa de R$ 10,00, ou fornecido gratuitamente por meio eletrônico no site www.saaeaguasdelindoia.com.br. Maiores informações através dos e-mails: joelferrarisaae@uol.com.br e cintia.saae@uol.com.br, Águas de Lindóia, 18 de fevereiro de 2021- CRISTIAN DA ROCHA PRADO - Presidente.

ÁGUAS DE SÃO PEDRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO

Extrato de Termo de Rescisão Amigável de Contrato

Contratante: Prefeitura do Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro. Contratada: CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA CONCIV LTDA. Objeto: Rescisão Amigável ao contrato 03/2021, cujo o objeto é a realização de recapeamento Asfáltico em vias do município de Águas de São Pedro, conforme justificativa no

referido Termo e fundamentada no Art. 79, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas

alterações posteriores. Assinatura: 22/01/2021. Águas de São Pedro/SP, 28/01/2021. Antonio Sergio Antunes – Departamento de Compras e Licitações

AGUDOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 001/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº.001/2021

FERNANDO OCTAVIANI, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, HOMOLOGO o PROCESSO Nº. 001/2021 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2021 às EMPRESAS: POSTO AGUDOS LTDA. INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 02.869.988/0001-55 e AUTO POSTO ESMERALDA DE AGUDOS LTDA. INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 64.937.295/0001-00, por estarem regulares e formalmente em ordem. AGUDOS, SEXTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2021. FERNANDO OCTAVIANI, PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDOS.

ALAMBARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAMBARI

Pregão Presencial 02/2021 - Proc. Adm. 05/2021 - Torna-se público para conhecimento dos interessados o Pregão Presencial 02/2021 – cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de até 600 (seiscentas) cestas básicas pelo período de 12 (doze) meses, para distribuição a famílias em vulnerabilidade/ou risco social. O Edital poderá ser adquirido no Paço Municipal à Rua Dahyr Rachid, 1245 Centro ou no site www.alambari.sp.gov.br. Data da abertura dos envelopes dia 11.02.2021 às 13:30 hrs. Alambari, 28 de janeiro de 2021. João Paulo Dantas Pinto - Prefeito.

AMERICANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

FUNDAÇÃO DE SAÚDE

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 02/2020 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 49/2019; CONTRATANTE: FUSAME-FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AMERICANA; PROC. ADMINISTRATIVO Nº 001.664/2019; CONTRATADA: STERIMED CEDRAL SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO LTDA. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO POR ÓXIDO DE ETILENO OU FORMOLDEÍDO; VALOR: R$ 56.327,40, DATA DE ASSINATURA: 07/01/2021 PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO: 12 MESES.

AMÉRICO BRASILIENSE

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2021. Pregão Presencial nº 0057/2020- Processo: 0229/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense. Contratado: Perfect Clean Serviços Especializados Eireli. Data de assinatura: 15/01/2021. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses. Valor: R$ 257.999,94 (Duzentos e cinqüenta e sete mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA NA UNIDADE HOSPITALAR "DR. JOSÉ NIGRO NETO" COM FORNECIMENTO DE PRODUTOS, MATERIAIS DE HIGIENE E EQUIPAMENTOS INCLUSOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E MANUAL OPERACIONAL PADRÃO.

ANDRADINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO NOROESTE DE SÃO PAULO

CNPJ: 07.309.266/0001-60

O Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo - CIENSP, pessoa jurídica de direito público, com esteio na Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014 e no Regulamento 03/2020, torna público, o Processo de Parcerias 01/2021, Chamamento 01/2021; tendo como objeto Seleção de propostas para a celebração de parceria com organização da sociedade civil (OSC), por meio da formalização de Acordo de Cooperação; visando o gerenciamento do Plano de Trabalho e incremento de atividades de recebimento, armazenamento, transporte, coleta e destinação final ambientalmente adequada de pilhas e baterias portáteis pós-consumo; nos municípios que integram o Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo – CIENSP. As propostas serão recebidas até 03 de Março de 2021, até as 14:00 hs. O edital completo está disponível no sítio www.ciensp.sp.gov.br e será fornecido aos interessados através do email: licitacao@ciensp.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (18) 3702-3150. OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES – Presidente.

ANGATUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGATUBA

RETIFICAÇÃO CONTRATUAL. Referência: Contrato nº 057/2020 - Processo nº 079/2020 – Tomada de Preços nº 013/2020. Retifica-se a publicação no Diário Oficial Poder Executivo – Seção I feita em 27 de janeiro de 2021 página 221. Contratante: Prefeitura do Município de Angatuba. Contratada: J&K CONSTRUÇÕES LTDA. Onde se lê: Representante: Sr. Luiz Antonio Machado; Leia-se: Sr. João Damasceno dos Santos. Contrato de inteiro teor arquivado junto ao Processo Administrativo.

RETIFICAÇÃO CONTRATUAL. Referência: Contrato nº 004/2015 - Processo nº 007/2015 – Dispensa nº 004/2015. Retifica-se a publicação no Diário Oficial Poder Executivo – Seção I - feita em 28 de janeiro de 2021 página 499. Locatária: Prefeitura do Município de Angatuba. Locador: Espólio de Clóvis Antonio de Meira. Onde se lê: Representante: Sr. Luiz Antonio Machado; Leia-se: Sr. João Damasceno dos Santos. Contrato de inteiro teor arquivado junto ao Processo Administrativo.

EXTRATO DE CONTRATO. Fundamento Legal: artigo 24, inciso IV Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Processo n.º 008/2021. Contrato n.º 001/2021. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 002/2021. Contratante: Prefeitura do Município de Angatuba. Representante: Sr. João Damasceno dos Santos. Contratada: SERPASS SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS NAS AREA DE SAÚDE EIRELLI. Representante Legal: Sr. Bernardo Borges Pessato. Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIFICOS PARA IMPLEMETAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO PARA ENFRENTAMENTO AO COVID-19 CONFORME PORTARIA N.º 1.445 DE 29 DE MAIO DE 2020, PELO PERÍODO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS. Valor R$ 468.180,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e oitenta reais). Vigência: 180 (cento e oitenta dias) contados a partir da data Ordem de Serviços. Data de Assinatura: 27 de janeiro de 2021. Contrato de inteiro teor arquivado junto ao Processo Administrativo.

ARAÇARIGUAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

Aviso de licitação

Pregão Presencial n.° 01/2021

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de concreto usinado utilizado na construção, manutenção ou reparos de peças estruturais como: lajes, vigas, pilares, blocos de fundações, estacas, sapatas, vigas de parede, muros de arrimo, pisos, guias, sarjetas, sarjetões, poços de visita, bocas de lobo, pavimentações e etc., pelo período de 12 (doze) meses.

Encerramento dia 11/02/2021, às 09:00hs

Sessão Pública do Pregão Presencial: 11/02/2021 ás 09:00hs, na Rua Leopoldo da Silva, nº. 1.000 - Jd. Bela Vista - Araçariguama - SP.

O edital em seu inteiro teor estará à disposição a partir do dia 01/02/2021, das 9:00 às 16:30 horas no endereço acima mencionado e também no site da Prefeitura www.aracariguama.sp.gov.br.

Departamento de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº 25/2020

PROCESSO nº 100/2020

OBJETO: Aquisição de material de limpeza para conservação e limpeza dos prédios públicos, através do sistema de registro de preços (SRP), pelo período de 12 (doze) meses.

Sessão publica do Pregão Presencial n° 25/2020: 18/02/2021 às 09hs na Rua Leopoldo da Silva n° 1.000, Jardim bela Vista Araçariguama Cep 18147-000.

O edital em seu inteiro teor estará à disposição a partir do dia 01/02/2021, das 9h às 16h30 no endereço acima mencionado e também no site da Prefeitura www.aracariguama.sp.gov.br

ARAÇATUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

COMUNICADO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2020 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 013/2020 - PROCESSO N.º 569/2020

O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, através da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos, TORNA PÚBLICO a homologação do item 47 para a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, classificada em segundo lugar no item; e a homologação do item 126 para a empresa ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, classificada em décimo primeiro lugar no item, no Pregão supracitado, nos termos do artigo 19 do Decreto 7.982/2013.

GABINETE DO PREFEITO - Araçatuba, 27 de janeiro de 2021.

DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 096/2020 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 070/2020 - PROCESSO N.º 1.580/2020

COMUNICADO

A Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Divisão de Licitação e Contratos, COMUNICA a todos os interessados, a RETIFICAÇÃO DO EDITAL e NOVA DATA de sessão de processamento do Pregão Presencial supra, que tem por objeto o "REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE BOLSAS DE OSTOMIA", tendo em vista questionamentos apresentados.

Na oportunidade comunicamos que a sessão de entrega e abertura dos envelopes dar-se-á as 09h00min do dia 11/02/2021, na sala de Licitação, Rua Coelho Neto, 73 - Araçatuba-SP.

O Edital retificado encontra-se à disposição no site www.aracatuba.sp.gov.br.

Araçatuba, 28 de janeiro de 2021.

CARLOS ALBERTO COELHO SALESSE - Secretaria Municipal de Administração

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, no uso de suas prerrogativas legais, TORNA PÚBLICO, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, que está procedendo à CHAMADA PÚBLICA - SME N.º 001/2021, conforme segue:

CHAMADA PÚBLICA SME N.º 001/2021 - Processo nº 003/2021

Chamada Pública para cadastramento de grupos formais de agricultores familiares para aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR destinados à ALIMENTAÇÃO ESCOLAR dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR e do EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO.

Os interessados deverão entregar os DOCUMENTOS e PROJETO DE VENDA, conforme solicitado em edital que serão recebidos às 09h00min do dia 23 de fevereiro de 2021, na sala de licitações - Paço Municipal, sito à Rua Coelho Neto, 73 - Araçatuba – SP.

O edital da Chamada Pública na íntegra encontra-se à disposição na Divisão de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal de Araçatuba – das 08h30min às 16h30min. O Edital poderá ser retirado gratuitamente mediante apresentação CD-ROM/Pen Drive, para cópia eletrônica do Edital, ou através do site: www.aracatuba.sp.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Araçatuba, 28 de janeiro 2021.

SILVANA DE SOUSA E SOUZA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ARANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARANDU

AVISO DE EDITAL

PROCESSO Nº 07/21

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/21

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a Cozinha Piloto para preparação da Merenda Escolar das Escolas do município e do hospital municipal e Casa Transitória, mediante ao sistema de Registro de preços, conforme Termo de Referencia e modelo proposta anexo ao edital.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

ABERTURA: 10 de fevereiro de 2021

HORÁRIO: 10:00 horas

LOCAL: Prefeitura Municipal de Arandu, sito a Rua Dezenove de Março, 480 – Centro – Arandu/SP.

Melhores informações poderão ser obtidas através do telefone (14) 3766-9022 ou na Rua Dezenove de Março, 480 – Centro – Arandu/SP.

Arandu, 28 de janeiro de 2021.

ROSELI DA SILVA SOUZA

Presidente da CPJL

AVISO DE EDITAL

PROCESSO Nº 08/21

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/21

OBJETO: Aquisição de carnes, coxa e S/coxa, peito de frango, linguiça e salsicha para a Cozinha Piloto preparação da Merenda Escolar das Escolas do Município e Hospital Municipal e Casa Transitória mediante ao Sistema de Registro de Preços, conforme especificação do Termo de Referência e Modelo Proposta

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

ABERTURA: 10 de fevereiro de 2021

HORÁRIO: 15:00 horas

LOCAL: Prefeitura Municipal de Arandu, sito a Rua Dezenove de Março, 480 – Centro – Arandu/SP.

Melhores informações poderão ser obtidas através do telefone (14) 3766-9022 ou na Rua Dezenove de Março, 480 – Centro – Arandu/SP.

Arandu, 28 de janeiro de 2021.

ROSELI DA SILVA SOUZA

Presidente da CPJL

AVISO DE EDITAL

PROCESSO Nº 09/21

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/21

OBJETO: Aquisição de oxigênio e ar medicinal, locação concentrador, BIPAP e CPAP, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante ao Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações do ermo de Referencia e Modelo de Proposta

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

ABERTURA: 11 de fevereiro de 2021

HORÁRIO: 10:00 horas

LOCAL: Prefeitura Municipal de Arandu, sito a Rua Dezenove de Março, 480 – Centro – Arandu/SP.

Melhores informações poderão ser obtidas através do telefone (14) 3766-9022 ou na Rua Dezenove de Março, 480 – Centro – Arandu/SP.

Arandu, 28 de janeiro de 2021.

ROSELI DA SILVA SOUZA

Presidente da CPJL

AVISO DE EDITAL

PROCESSO Nº 11/21

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/21

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição e fornecimento de frutas, e legumes de acordo com a necessidade da Prefeitura, pelo período de 12 (doze) meses. Conforme as especificações e quantidades constantes da Relação dos Itens da Licitação e Termo de Referência e (anexo), do presente edital, de acordo– Modelo de Proposta e Especificação do objeto.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

ABERTURA: 11 de fevereiro de 2021

HORÁRIO: 15:00 horas

LOCAL: Prefeitura Municipal de Arandu, sito a Rua Dezenove de Março, 480 – Centro – Arandu/SP.

Melhores informações poderão ser obtidas através do telefone (14) 3766-9022 ou na Rua Dezenove de Março, 480 – Centro – Arandu/SP.

Arandu, 28 de janeiro de 2021.

ROSELI DA SILVA SOUZA

Presidente da CPJL

AVISO CHAMADA PUBLICA Nº 02/21

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/21, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI Nº 11.947, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 38/2009, AMBAS DE 16/07/2009.

A Prefeitura Municipal de Arandu, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dezenove de Março, nº 480, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 46.634.176/0001-04, representado neste ato pelo Sr. Flavio Carlomagno Galhego, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 21 da Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução FNDE/CD n.º 38/2009, conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução FNDE n.º 26/2013, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO FNDE Nº 04/15/CD/FNDE/MEC, através da Secretaria de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de 12 meses. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 01/03/2021 às 16:00 horas, no Departamento de Licitação, com sede à Rua Dezenove de Março, nº 480, Centro, na cidade de Arandu/SP.

Arandu, 28 de janeiro de 2021

FLAVIO CARLOMAGNO GALHEGO

Prefeito Municipal

ARARAQUARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PARCIAL

PROCESSO LIC. Nº 3275/2020

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 187/2.020

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E COLETIVA (EPC) PARA GARANTIR AS MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA O COVID-19 NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL CONFORME DEMANDA POR UM PERÍODO DE 06 MESES, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

Homologo todos os atos praticados no presente processo licitatório, no presente para os lotes abaixo descritos, adjudicando-lhes o objeto previsto no Edital.

LOTE 01:Máscaras Reutilizáveis em Tecido LaváveL MARCA:Protevile EMPRESA VENCEDORA:PROTEVILE EQUIPAMENTOS EIRELI ME VALOR UNITÁRIO REGISTRADO:R$ 2,87

LOTE 06:Máscaras descartáveis com elástico caixa com 50 unidades MARCA:RDM Flex EMPRESA VENCEDORA:TESTA CONFECÇÃO ME VALOR UNITÁRIO REGISTRADO:R$ 15,02

LOTE 07:Máscaras descartáveis com elástico caixa com 50 unidades MARCA:Infiniti EMPRESA VENCEDORA:SAGATI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI ME VALOR UNITÁRIO REGISTRADO:R$ 15,04

Os lotes 02, 03 e 05 foram homologados anteriormente.

Araraquara, 28 de janeiro de 2.021.

CLÉLIA MARA DOS SANTOS

Secretária Municipal da Educação

SECRETARIA DA SAÚDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO: Nº 3335/2020

Pregão Eletrônico Nº 106/2020

ÓRGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS PEDIDO JUDICIAL

ATA

EMPRESA

029/2021

CNPJ 24.067.457/0001-81 Fornecedor FORCE MEDICAL DISTRIBUIDORA EIRELI

Lote: 1 - um FRALDA DESC. GERIATRICA TAM. "G" – MARCA PLENITUDE - Quant 12 meses: 3.600 Vlr Unit registrado: R$ 2,7000 Total Reg: 9.720,00 - Marca: plenitude - - Vlr Unit Ref. R$: R$ 2,7057 Vlr Total Ref. R$: 9.740,52 - Dif Percent: 0%

ATA DE RP COMPLETA NO SITE http://www.araraquara.sp.gov.br/portal-transparencia-saude/portal-transparencia-saude#LICITACAO_2020

PRAZO: 12 meses a partir desta publicação

ELIANA APARECIDA MORI HONAIN

Secretária de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO: Nº 3314/2020

Pregão Presencial Nº 038/2020

ÓRGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO E TRANSPORTE DE PACIENTES COM AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO E AVANÇADO

ATA

EMPRESA

478/2020

MMED SERVIÇOS MEDICOS EIRELLI CNPJ 33.053.772/0001-40

Lote: 1.1 - Serviço de remoção e transporte de pacientes composto por viaturas de atendimento básico – Tipo B, tripuladas com equipe composta por motorista socorrista e técnicos/agentes de enfermagem. Dentro e fora do município. - Quant 12 meses: 7.800 horas Vlr Unit registrado: 298,0000 Total Reg: 2.324.400,00 - - - Vlr Unit Ref. R$: 320,00 Vlr Total Ref. R$: 2.496.000,00 - Dif Percent: -7%

Lote: 1.2 - Serviço de remoção e transporte de pacientes composto por viaturas de atendimento avançado – Tipo D, tripuladas com equipe composta por motorista socorrista, enfermeiro e médico. Dentro e fora do município. - Quant 12 meses: 1.000 horas Vlr Unit registrado: 465,6000 Total Reg: 465.600,00 - - - Vlr Unit Ref. R$: 658,33 Vlr Total Ref. R$: 658.330,00 - Dif Percent: -29%

ATA DE RP COMPLETA NO SITE http://www.araraquara.sp.gov.br/portal-transparencia-saude/portal-transparencia-saude#LICITACAO_2020

PRAZO: 12 meses a partir desta publicação

ELIANA APARECIDA MORI HONAIN

Secretária de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO N°026/2020

PROCESSO Nº 244/2020

OBJETO: o REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE, que visa EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE TIRAS REAGENTES PARA TESTE DE GLICOSE COM FORNECIMENTO DE APARELHO MEDIDOR COMPATIVEL EM COMODATO para atender a Fundação Municipal Irene Siqueira Alves Vovó Mocinha – Fungota – Araraquara/SP, pelo período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Anexo I – Termo de Referência.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2021

MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 05.343.029/0001-90

LOTE 01 – Tira reagentes para teste de glicose com fornecimento de 30 aparelhos em comodato. Quant: 20.000 und. Marca: ON CALL PLUS II. Preço: R$0,575.

Período: 12 meses

_____

LUCIA REGINA ORTIZ LIMA

Diretora Executiva

FUNGOTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108 / 2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3536 / 2020

ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO

Objeto: Aquisição de medicamentos judiciais

Homologamos a adjudicação do pregoeiro do Edital acima citado, que considerou vencedoras em 1º lugar as empresas:

A.D. DAMINELLI - EIRELI - ME; 10.749.758/0001-80; Lote 5; Quant 3.600; Unit reg 1,92; Total reg 6.908,40; Lote 12; Quant 600; Unit reg 1,08; Total reg 648,00; Lote 30; Quant 1.800; Unit reg 1,13; Total reg 2.025,00; Lote 37; Quant 1.800; Unit reg 9,25; Total reg 16.650,00; CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; 05.782.733/0001-49; Lote 14; Quant 1.200; Unit reg 2,40; Total reg 2.883,60; Lote 29; Quant 600; Unit reg 0,62; Total reg 372,00; CM HOSPITALAR S.A; 12.420.164/0009-04; Lote 35; Quant 3.000; Unit reg 6,38; Total reg 19.140,00; Lote 36; Quant 1.200; Unit reg 6,38; Total reg 7.656,00; Lote 40; Quant 15; Unit reg 1.307,89; Total reg 19.618,35; EDERA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI; 26.291.613/0001-19; Lote 21; Quant 1.200; Unit reg 4,49; Total reg 5.389,80; LUMAR COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA; 49.228.695/0001-52; Lote 1; Quant 600; Unit reg 0,58; Total reg 348,00; Lote 7; Quant 60; Unit reg 47,02; Total reg 2.821,20; Lote 13; Quant 1.800; Unit reg 0,39; Total reg 702,00; Lote 38; Quant 600; Unit reg 0,93; Total reg 558,00; PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; 28.123.417/0001-60; Lote 28; Quant 3.000; Unit reg 2,18; Total reg 6.552,00; R.A.P.-APARECIDA - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA M; 06.968.107/0001-04; Lote 9; Quant 3.600; Unit reg 0,73; Total reg 2.628,00; Lote 25; Quant 600; Unit reg 1,10; Total reg 660,00; Lote 27; Quant 1.800; Unit reg 1,28; Total reg 2.304,00; Lote 31; Quant 600; Unit reg 0,40; Total reg 240,00; Lote 33; Quant 4.800; Unit reg 2,71; Total reg 13.008,00; STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA; 06.106.005/0001-80; Lote 32; Quant 2.400; Unit reg 0,52; Total reg 1.247,76.

Araraquara, 22 de janeiro de 2021

ELIANA APARECIDA MORI HONAIN

Secretária de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 02/2021 - Processo de Compras nº 098/2020 - Tipo: menor preço

Objeto: Contratação de empresa especializada e devidamente autorizada para prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, com a efetiva cobertura dos postos, com início em 1º de abril de 2021 e vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, nas dependências do prédio sede da Câmara Municipal de Araraquara, situado na Rua São Bento, 887, Centro, Araraquara/SP, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Endereço e período para aquisição do Edital: Câmara Municipal de Araraquara, Rua São Bento, 887 – Centro – Araraquara/SP, de segunda a sexta-feira, das 13 às 17 horas, ou através do site: www.camara-arq.sp.gov.br, link "licitações".

Data, horário para início e local de realização da Sessão: 11/02/2021, às 9h00, no Plenário sito à Rua São Bento, 887 – Centro – Araraquara/SP. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo e-mail licitacoes@camara-arq.sp.gov.br ou telefone (16) 3301-0619.

ARARAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS

SERVIÇO MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS

RATIFICAÇÃO

JONAS ALVES ARAÚJO FILHO, Presidente Executivo do Serviço Municipal de Transportes Coletivos de Araras, do Município de Araras, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, RATIFICA os pareceres exarados nos autos do Processo de Licitação que consubstanciou a Dispensa de Licitação nº 002/2021, com fulcro no artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, objetivando a aquisição direta e por dispensa de licitação, para atender necessidade imediata e indispensável, de caráter urgente e emergencial, de 12.000 litros de Óleo Diesel S-10 comum para uso na frota de ônibus do SMTCA.

Araras, 28 de janeiro de 2021.

JONAS ALVES ARAÚJO FILHO

PRESIDENTE EXECUTIVO – TCA

ARTUR NOGUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

O Município de Artur Nogueira, Estado de São Paulo, torna público o Extrato(s) de Ata(s) e Contrato(s) decorrente desta Prefeitura, conforme segue:

Contrato nº 002/2021 – Tomada de Preços nº 007/2020 – Processo Adm nº 5993-7/2020, tendo como partes Contratante: Prefeitura Municipal de Artur Nogueira/SP e Contratado(a): JPM MANUTENÇAO E SERVIÇOS EIRELI ME. Objeto: Contratação de empresa especializada em construção da Farmácia Municipal de Artur Nogueira, com quatro depósitos para medicamentos. Vigência: 12 (doze) meses. Valor global: R$ 577.994,48 (quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos). Dotação orçamentária: 420-06.01.10.301.0040.1011.449051.02.312.0001; 260-06.01.10.301.0040.1011.449051.01.310.0000. Data de assinatura: 14/01/2021. Artur Nogueira, 28 de janeiro de 2021. Lucas Sia Rissato – Prefeito Municipal.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Aviso de Suspensão Tomada de Preços nº 001/2021 - A Comissão permanente de Licitação do Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira - SAEAN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei nº 8.666/93, torna público aos interessados que a licitação sob a modalidade Tomada de Preços nº 001/2021,objetivando a contratação de Empresa Especializada para Execução de sistema de contenção à gravidade em gabião para reforço da condição de estabilidade e segurança da barragem de represa Cotrins, no Município de Artur Nogueira, e controle de qualidade de compactação do aterro, envolvendo mão de obra com fornecimento de materiais, tudo conforme descritivos, projetos, planilhas , cronogramas físico financeiros e outros, contidos nos termos do Anexo I - Termo de Referência (Mídia) está SUSPENSA em virtude da necessidade de realizar a revisão de planilha orçamentária. Artur Nogueira - SP, 28 de janeiro de 2021. Donato Marcello Redondo. Presidente da Comissão de Licitação.

ARUJÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2020 – Correção da classificação publicada no dia 24/12/2020.

Classificação com o valor unitário a ser registrado: lotes 01 – R$ 2,67 ; 17 – R$ 11,05 ; 23 – R$ 8.300,00 ; 32 – R$ 9.448,50 ; 35 – R$ 6.593,70 e 39 – R$ 20,00 a favor da empresa MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA; lotes 02 – R$ 7,98 e 47 – R$ 54,99 a favor da empresa MEDICAL CHIZZOLINI LTDA (EPP); lotes 03 – R$ 4,30 ; 04 – R$ 9.450,00 ; 14 – R$ 12.200,00 ; 20 – R$ 1.840,00 ; 27 – R$ 147,08 ; 37 – R$ 3,33 e 48 – R$ 22,77 a favor da empresa MED CENTER COMERCIAL LTDA; lote 05 – R$ 840.000,00 a favor da empresa MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ; lotes 06 – R$ 4,83 e 07 – R$ 8,12 a favor da empresa ORLA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI ; lotes 08 – R$ 9,60 ; 10 – R$ 87.000,00 e 11 – R$ 5,60 a favor da empresa MEDI HOUSE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS CIRURGICOS E HOSPITALARES EIRELI ; lotes 09 – R$ 2,41 ; 25 – R$ 26.530,00 ; 26 – R$ 14.870,00 ; 40 – R$ 8.050,00 e 45 – R$ 124,00 a favor da empresa VITAL HOSPITALAR COMERCIAL LTDA ; lote 13 – R$ 16.450,00 a favor da empresa NELMED COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LTDA (EPP) ; lotes 15 – R$ 10.675,00 e 28 – R$ 39,44 a favor da empresa S. V. BRAGA IMPORTADORA EIRELI (ME) ; lote 16 – R$ 0,41 a favor da empresa MDA INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI (EPP) ; lote 18 – R$ 3.998,40 a favor da empresa P S DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DA SAUDE EIRELI ; lotes 22 – R$ 0,24 ; 42 – R$ 12.500,00 e 43 – R$ 15.820,00 a favor da empresa NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S.A; lote 31 – R$ 6,59 a favor da empresa SNOP CORRELATOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (ME) e lote 44 – R$ 3,20 a favor da empresa EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. O lote 41 foi anulado, os lotes 30 e 36 restaram desertos, os lotes 12, 19, 21, 33, 34, 38 e 46 foram revogados e os lotes 24 e 29 foram declarados fracassados

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2020 – HOMOLOGADO todo o procedimento e ADJUDICADO à classificação acima.

Prefeitura Municipal de Arujá, 28 de Janeiro de 2021

ASPÁSIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPASIA/SP avisa que se acha aberta a Licitação na modalidade PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 003/2021, do Tipo Menor Preço, com critério de julgamento Por Item que objetiva a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de comunicação bidirecional de dados em banda larga de acesso a internet através de rede de comunicações utilizando-se conexão 100% fibra óptica com banda full de 150 Mbps-100% fibra óptica/modem ótico, gerenciamento integrado 24x7, roteador e manutenção por conta da contratada, para atender a demanda de acesso a internet dos vários departamentos desta municipalidade, até 31 de dezembro de 2021. A sessão de pregão será no dia 11 de fevereiro de 2021, na sala do setor de licitações, situada no paço municipal Rua Santos nº 350-Centro, nesta cidade. O credenciamento das empresas participantes ocorrera a partir das 09:00 horas, o prazo para credenciamento se transcorrera impreterivelmente durante o período de 15(quinze) minutos a partir do horário anteriormente estabelecido e a abertura dos envelopes será realizado na sequencia. Edital completo e maiores informações serão fornecidos pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal das 8h as 11h e das 13h as 17h ou pelo telefone (17) 36648780. Prefeitura Municipal de Aspásia, em 28 de Janeiro de 2021.IVAN DE PAULA Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPASIA avisa que se acha aberta a Licitação na modalidade PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 004/2021, do Tipo Menor Preço, com critério de julgamento Por Item que objetiva a contratação de empresa para Elaboração De ata de registro de preços para aquisição de diversos Itens de gênero Alimentício para merenda escolar com vigência de 6 (seis) meses. A sessão de pregão será no dia 10 de fevereiro de 2021, na sala do setor de licitações, situada no paço municipal Rua Santos nº 350-Centro, nesta cidade. O credenciamento das empresas participantes ocorrera a partir das 09:00 horas, o prazo para credenciamento se transcorrera impreterivelmente durante o período de 15(quinze) minutos a partir do horário anteriormente estabelecido e a abertura dos envelopes será realizado na sequencia. Edital completo e maiores informações serão fornecidos pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal das 8h as 11h e das 13h as 17h ou pelo telefone (17) 36648780 ou pelo e-mail licitacao@aspasia.sp.gov.br - Prefeitura Municipal de Aspásia, em 28 de Janeiro de 2021.IVAN DE PAULA - Prefeito Municipal

ASSIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS

REF:. PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2021 - Processo Licitatório N.º 001/2021 - De posse dos documentos que compõem o processo referenciado que objetivou o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FEMA, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital, e a manifestação contida nos autos do processo, HOMOLOGO todo o procedimento realizado, e de igual forma ADJUDICO, pelo critério de menor preço por lote, para a empresa FLÁVIA L. VIEIRA DE OLIVEIRA - AR CONDICIONADO ME, CNPJ sob nº 15.395.945/0001-27, pelo valor total de R$ 260.000,00.

REF:. PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2021 - Processo Licitatório N.º 002/2021 - De posse dos documentos que compõem o processo referenciado que objetivou o REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital, e a manifestação contida nos autos do processo, HOMOLOGO todo o procedimento realizado, e de igual forma ADJUDICO, pelo critério de menor preço por item, do item 1 ao 41, para a empresa AUTO POSTO PARK BURACÃO DE ASSIS LTDA, CNPJ sob nº 61.956.561/0001-53, pelo valor total de R$79.216,50. Assis, 28 de janeiro de 2021. Eduardo Augusto Vella Gonçalves - Diretor Executivo.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA

Aviso de licitação. Pregão Eletrônico 03/2021 - Proc. 06/2021. Registro de Preço para compra eventual de material escolar, para 17 (dezessete) municípios consorciados ao CIVAP. A sessão pública será realizada na plataforma eletrônica (Sistema Eletrônico FIORILLI) http://licita.civap.com.br:8079/comprasedital e sua abertura dar-se-á no dia 22 (vinte e dois) de fevereiro de 2021 a partir das 09h00m. O edital em inteiro teor e anexos estão disponíveis no site www.civap.com.br - aba "licitações". Informações: licita@civap.com.br ou através do telefone (18) 3323-2368.

Assis, 28 de janeiro de 2021. Luís Gustavo Evangelista - Presidente.

AVARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE AVARÉ

EXTRATO DE EDITAL Processo 20/20 Pregão Presencial 08/2020 DATA: 11/02/21 às 09:30 Hrs. A Câmara de Avaré, faz saber que se acha aberta a licitação do tipo menor preço global, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, com fornecimento de materiais de limpeza, equipamentos, disponibilização de mão de obra, uniformes e EPIs para manutenção da Sede da Câmara de Avaré, conforme especificações do edital disponível em: camaraavare.sp.gov.br VISITA TÉCNICA: Facultativa INFORMAÇÕES: Fone: (14) 3711.3070. FLÁVIO EDUARDO ZANDONÁ - Presidente

BANANAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANAL

A Prefeitura Municipal de Bananal torna pública a REVOGAÇÃO do certame licitatório objeto do PREGÃO PRESENCIAL n.º 043/2020.

A Prefeitura Municipal de Bananal torna pública a celebração do 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO n.º 14/2019. CONTRATADA: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP. OBJETO: PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR 12 MESES, mantidas as demais cláusulas contratuais

A Prefeitura Municipal de Bananal torna pública a abertura do PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2021, pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE. Participação Exclusiva ME/EPP. OBJETO: Locação de Analisador Hematológico, por 12 meses. DATA DA SOLENIDADE: 10/02/2021, às 10 horas. Adquira o seu edital no endereço eletrônico www.bananal.sp.gov.br ou através do e-mail comprasbananal@gmail.com. Esclarecimentos pelo telefone (12) 3116-9020

BARRA BONITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

Dispensa de Licitação

Em face da manifestação da requisição nº 386/2021, acolho o parecer da Secretaria de Justiça e Cidadania para autorizar a aquisição da empresa Vidrocor Tintas e Ferramentas Ltda; para Aquisição de diversas tipos de tintas para piso, no valor total de R$ 16.718,84, com base no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Barra Bonita, 15 de janeiro de 2021; José Luis Rici, Prefeito Municipal

Extrato de Contrato: Contrato nº 004/2021; Inexigibilidade nº 317/2021; Contratante: O Município da Estância Turística de Barra Bonita; Contratado: Imprensa Nacional: Objeto: Publicação no Diário Oficial da União de atos oficiais e demais matérias; Valor do Contrato: R$ 65.000,00; Vigência do Contrato: Conforme Cláusula Décima do Contrato; Data do Contrato: 19/01/2021.

BARRETOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS

Ratifico a contratação direta – OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para execução e exploração em caráter de exclusividade em regime de Contratação Emergencial e por prazo determinado do sistema de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Barretos.

Empresa: EXPRESSO ITAMARATI S.A no valor total estimado de R$ 1.262.342,16 pelo período de 90 dias, conforme artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93. Barretos, 28 de janeiro de 2021. Paula Oliveira Lemos – Prefeita Municipal.

BARUERI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI N° 376/2020 - DESPACHO DE REVOGAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em cursos de capacitação a serem ministrados aos servidores do Município, com foco em matérias relativas a Licitações Públicas, Gestão de Contratos e assuntos correlatos.

Decido pela REVOGAÇÃO do presente certame, por razões de interesse público e conveniência da Administração.

Dê-se ciência desta decisão às proponentes.

Publique-se.

Barueri, 28 de janeiro de 2021.

Geraldo Antonio Vinholi - Secretário de Suprimentos

Extrato de Termo Aditivo: Contrato S.O. nº 013/2021 -Termo de 2º Aditamento ao Contrato S.O nº 138/2020 – Contratante: Prefeitura do Município de Barueri. – Contratada: SITAG Engenharia LTDA. – EPP. - Objeto: Contratação de empresa para execução de muro de gabião para contenção de talude localizado junto a Rua Sol. Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, o prazo a que alude a Cláusula 2-2.1, do Contrato SO nº 138/2020.- Permanecem em vigor as demais Cláusulas do Contrato S.O nº 138/2020 não expressamente alteradas pelo presente aditamento. Assinatura: 28/01/2021. SECRETÁRIO DE OBRAS – JOSÉ ROBERTO PITERI.

BASTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BASTOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Bastos; CONTRATADA: Cirulabor Prod. Cirúrgicos LTDA. EPP.; OBJETO: Eventual aquisição de produtos de segurança individual e outros; VALOR: R$ 5.980,00; LICITAÇÃO: Pregão Presencial n.º 006/2020 - CIVAP; Bastos/SP., 28/01/2021. Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA N.º 002/2020

O Prefeito do Município de Bastos torna público a Homologação e Adjudicação da proposta de menor valor da empresa Sociedade Cooperativa Agrícola de Bastos, para os itens 01, 02, 04 ao 06, 08 ao 12, 14 e 15, no valor total de R$ 120.193,10. Os itens 03, 07, 13 e 16 foram desertos. Bastos/ SP., 28/01/2021. Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Bastos; CONTRATADA: Sociedade Cooperativa Agrícola de Bastos; CONTRATO n.º 087/2020; OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar p/ alimentação escolar; Vigência: 01.01.2021 à 31.07.2021; VALOR: R$ 120.193,10; LICITAÇÃO: Chamada Pública n.º 002/2020. Bastos/SP., 28.01.2021. Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2021;

O Prefeito de Bastos torna público que se encontra aberto na Divisão de Compras, o Edital do Chamamento Público n.º 001/2021, p/ prestação de serviços de sistema de gestão de pagamento. O Edital minucioso bem como outras informações serão fornecidas na Divisão de Compras de segunda à sexta-feira, no horário das 8:00 às 11:00 - 13:00 as 17:00 horas, na rua Adhemar de Barros, n.º 600. Informações à distância serão fornecidas pelo telefone (14) 3478-9800 ou pelo site www.bastos.sp.gov.br. A presente licitação encerrar-se-á após decorrer o prazo de 15 dias úteis da última publicação deste aviso em órgão de imprensa. Bastos/SP., 28.01.2021. Manoel Ironides Rosa – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2021;

O Prefeito de Bastos torna público que se encontra aberto na Divisão de Compras, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 002/2021, p/ aquisição de condicionadores e cortinas de ar. O Edital minucioso bem como outras informações serão fornecidas na Divisão de Compras de segunda à sexta-feira, no horário das 8:00 às 11:00 - 13:00 as 17:00 horas, na rua Adhemar de Barros, n.º 600. Informações à distância serão fornecidas pelo telefone (14) 3478-9800 ou pelo site www.bastos.sp.gov.br. A presente licitação encerrar-se-á após decorrer o prazo de 08 dias úteis da última publicação deste aviso em órgão de imprensa. Bastos/SP., 28.01.2021. Manoel Ironides Rosa – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003/2021;

O Prefeito de Bastos torna público que se encontra aberto na Divisão de Compras, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 003/2021, p/ eventual aquisição de gêneros alimentícios, produtos descartáveis e gás GLP. O Edital minucioso bem como outras informações serão fornecidas na Divisão de Compras de segunda à sexta-feira, no horário das 8:00 às 11:00 - 13:00 as 17:00 horas, na rua Adhemar de Barros, n.º 600. Informações à distância serão fornecidas pelo telefone (14) 3478-9800 ou pelo site www.bastos.sp.gov.br. A presente licitação encerrar-se-á após decorrer o prazo de 08 dias úteis da última publicação deste aviso em órgão de imprensa. Bastos/SP., 28.01.2021. Manoel Ironides Rosa – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS n.° 072/2020;

O Prefeito de Bastos torna público que se encontra aberto na Divisão de Compras, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 072/2020, p/ eventual aquisição de medicamentos. O Edital minucioso bem como outras informações serão fornecidas na Divisão de Compras de segunda à sexta-feira, no horário das 8:00 às 11:00 - 13:00 as 17:00 horas, na rua Adhemar de Barros, n.º 600. Informações à distância serão fornecidas pelo telefone (14) 3478-9800 ou pelo site www.bastos.sp.gov.br. A presente licitação encerrar-se-á após decorrer o prazo de 08 dias úteis da última publicação deste aviso em órgão de imprensa. Bastos/SP., 28.01.2021. Manoel Ironides Rosa – Prefeito Municipal.

BEBEDOURO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 01/2021 Contratante: Prefeitura Municipal de Bebedouro Processo: 01/2021 Contratada: Viação Urbana Guarulhos S.A. Valor: R$ 1.387.000,00 Assinatura: 28/01/2021 Objeto: Fornecimento de: 360.000 Vales Transporte, destinados ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, pelos Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo, de acordo com a Lei Municipal nº 3543, de 27 de dezembro de 2005 e de: 5.000 Vales Transporte, destinados aos Pacientes em tratamento do Programa Municipal DST/AIDS. Prazo de Vigência: 12 meses Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 01/2021.

Lucas Gibin Seren, Prefeito Municipal

BILAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BILAC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Bilac torna público que encontra-se aberto o Pregão (Presencial) n° 004/2021, Processo n° 006/2021, Processo Digital nº 134/2021, Registro de Preços, Tipo: Menor Preço por Item, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HORTIFRÚTI, conforme especificações constantes do Anexo II – Memorial Descritivo e Anexo XII – Termo de Referência. DATA DA REALIZAÇÃO: 11/02/2021. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09h. O edital por completo encontra-se disponível no site WWW.BILAC.SP.GOV.BR. Maiores informações pelo telefone: (18) 3659-9232 na Divisão de Licitações e Contratos. Bilac, 28 de janeiro de 2021 – VITOR OSMAR BOTINI, Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Bilac torna público que encontra-se aberto o Pregão (Presencial) n° 005/2021, Processo n° 010/2021, Processo Digital nº 135/2021, Registro de Preços, Tipo: Menor Preço por Item, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, para o Município de Bilac, conforme especificações constantes do Anexo II – Memorial Descritivo. DATA DA REALIZAÇÃO: 12/02/2021. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09h. O edital por completo encontra-se disponível no site WWW.BILAC.SP.GOV.BR. Maiores informações pelo telefone: (18) 3659-9232 na Divisão de Licitações e Contratos. Bilac, 28 de janeiro de 2021 – VITOR OSMAR BOTINI, Prefeito.

BIRIGUI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

EDITAL Nº 226/2.020 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2.020.
RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRA E DOCUMENTOS TÉCNICOS

Face o memorando nº 08/2.020, qual comunica o resultado da análise das amostras e documentos técnicos quanto ao registro de preços para aquisição de seringas de insulina e materiais de enfermagem, destinados à Secretaria Municipal de Saúde. Ficam aprovados os itens das seguintes empresas: "Loggen Produtos para Saúde Eireli", itens nº 15, 17, "Cirúrgica Olímpio – Eireli – EPP", item nº 18, "Force Medical Distribuidora Eireli", item nº 10, "G. P. Vezono Eireli", itens nº 04, 05, e 16. Melhores informações poderão ser obtidas junto à Seção de Licitações na Rua Santos Dumont nº 28, Centro, ou pelos telefones (018) 3643-6131. Birigui-SP, 28/01/2.021. Tatyane Fernanda Martins, Pregoeira Oficial.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Birigui. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021. CONTRATADA:

ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA O SETOR DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. ASSINATURA: 27/01/2.021. VALOR: R$2.878,00. PRAZO: 12 (doze) meses. PROPONENTES: 03. RECURSOS: Próprios. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 083/2020.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Birigui. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2021. CONTRATADA: MORK SOLAR – PRODUTOS E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA - EPP. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA O SETOR DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. ASSINATURA: 27/01/2.021. VALOR: R$16.285,92. PRAZO: 12 (doze) meses. PROPONENTES: 03. RECURSOS: Próprios. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 083/2020.

EDITAL Nº 06/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021.

Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de caminhões e equipamentos para coleta e destinação final de resíduos sólidos, sem motorista e sem combustível, destinados a Secretaria de Serviços Públicos, conforme especificações dos anexos I e II do Edital. Data da abertura – 11/02/2021, às 13:30 horas. Melhores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, na Rua Santos Dumont nº 28, Centro, ou pelo telefone (018) 3643-6133. O Edital poderá ser lido naquela seção e retirado gratuitamente no site www.birigui.sp.gov.br, Leandro Maffeis Milani, Prefeito Municipal, Birigui, 28/01/2021.

BOA ESPERANÇA DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO SUL

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021 - PROCESSO Nº 05/2021

JOSÉ MANOEL DE SOUZA, Prefeito Municipal de Boa Esperança do Sul, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, pelo presente e na melhor forma de direito, torna-se público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 02/2021, aberto através do Processo nº 05/2021, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA REDE PÚBLICA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO SUL/SP, que fica ALTERADO o Anexo I, 3 – CONSIDERAÇÕES GERAIS, item 3.10, do Edital do Pregão Presencial nº 02/2021, alterando a data de entrega para padronizar com as demais datas citadas no edital, conforme abaixo transcrito:

3.10. Prazo: O Prazo de entrega dos medicamentos contratados serão de, no máximo, 10 (dez) dias após o recebimento do Pedido ou Nota de Empenho.

Fica mantida a data da abertura da sessão no dia 03 de fevereiro de 2.021 às 09:00 horas.

Ficam ratificados todos os demais termos do edital e seus anexos.

Boa Esperança do Sul, em 28 de Janeiro de 2021.
JOSÉ MANOEL DE SOUZA - Prefeito Municipal

BOCAINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021

OBJETO: "Ata de Registro de Preços para Aquisição de Pão, Lanche de Presunto e Queijo, Bolo tipo Caseiro e Gás Liquefeito de Petróleo."

Os interessados poderão examinar, gratuitamente, o edital e seus anexos, a partir de 29 de janeiro de 2021, nos dias úteis, no horário das 8 às 10 e das 13 às 15 horas, horário de atendimento da Prefeitura,, sito à Rua 7 de setembro nº 177 - BAIRRO: Centro - CEP: 17240-000, Bocaina-Estado de São Paulo, ou através de "download" junto a "home page" desta Prefeitura, na Internet, no endereço de acesso http://www.transparencia.bocaina.sp.gov.br. Os envelopes contendo proposta e documentos serão recebidos no endereço acima citado, para fazer o protocolo, no dia 11 de fevereiro de 2021, até às 08:30 horas, iniciando a sua abertura às 9 horas.

Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, a declaração de ME/EPP (se for o caso), deverão ser apresentados em envelope a parte devidamente identificado ou avulsos e os envelopes documentação e proposta, poderão ser entregues no protocolo, até o dia e horário aprazados no presente edital.

Bocaina, 28 de janeiro de 2.021. Marco Antonio Giro - Prefeito Municipal

BORÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORÁ

Dados do contrato de origem
Processo nº 30/2020
Modalidade Tomada de Preços – 01/2020
Contrato nº 25/2020
Dados do termo de aditamento
Termo Aditivo 2

Objeto Contratação de empresa especializada para a execução de obras e serviços de construção de galeria e pavimentação da estrada vicinal BOR-010 km 11+500m que liga Borá a divisa com Quintana.

Valor do Contrato R$ 680.617,31 (seiscentos e oitenta mil e dezessete reais e trinta e um centavos).

Valor do Aditivo: R$ 140.204,43 (cento e quarenta mil e duzentos e quatro reais e quarenta e três centavos).

Ass. Termo Aditivo Quarta-Feira, 27 de janeiro de 2021.
Contratada NOROMIX CONCRETO S/A.
CNPJ 10.558.895/0001-38
Extrato de Contrato Publicação
DADOS DO CONTRATADO:
CONTRATO Nº 2/2021
DATA ASSINATURA: 27/01/2021

OBJETO Contratação de serviços profissionais, que poderão ser prestados por empresa ou profissional da Área de Informática, referente a prestação de serviços de manutenção nos computadores dos departamentos municipais e serviços referente à monitoramento, manutenção e backup dos servidores de dados administrativos da Prefeitura Municipal de Borá.

PRAZO VIGENCIA De fevereiro a 31 de dezembro de 2021.
VALOR CONTRATADO R$ 15.400,00
CONTRATADO: CASE MASTER INFORMÁTICA LTDA - ME
CNPJ: 13.633.901/0001-62
MODALIDADE Dispensa por Limite
NUMERO DA MODALIDADE 2/2021
NUMERO DO PROCESSO 2
DATA DE HOMOLOGAÇÃO 27/01/2021
Extrato de Contrato Publicação
DADOS DO CONTRATADO:
CONTRATO Nº 3/2021
DATA ASSINATURA: 28/01/2021

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE INFORMÁTICA COM LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS MONOCROMATICAS PARA OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE.

PRAZO VIGENCIA De fevereiro a 31 de dezembro de 2021.
VALOR CONTRATADO R$ 12.672,00
CONTRATADO: MARLENE ROSA DE JESUS PRESIDENTE PRUDENTE - ME
CNPJ: 01.225.026/0001-09
MODALIDADE Dispensa por Limite
NUMERO DA MODALIDADE 3/2021
NUMERO DO PROCESSO 3
DATA DE HOMOLOGAÇÃO 28/01/2021

BOTUCATU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 052/2020 – PROCESSO nº 41.033/2020 - OC: 822400801002020OC00056

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA DE PÉRDIO, MOBILIÁRIOS E VIDROS NAS UNIDADES ESCOLARES – PARTICIPAÇÃO AMPLA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.

DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12 DE FEVEREIRO DE 2021 - HORÁRIO: 09 HORAS.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br. Informações na Comissão Permanente - COPEL, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: pregaoeletronico@botucatu.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DO INFRAESTRUTURA

ANDREA CRISTINA PANHIN AMARAL NOGUEIRA– DIRETORA DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2021 – PROCESSO nº 02.373/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE PODA, RECOLHIMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE GALHOS DE ÁRVORES, EM VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS, ESCOLAS E DEMAIS PRÉDIOS PÚBLICOS NO MUNICIPIO DE BOTUCATU, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.

DATA: 11 DE FEVEREIRO DE 2021 - HORÁRIO: 13:00 HORAS.

LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA COPEL, SITO A PRAÇA PROF. PEDRO TORRES, nº100 CENTRO.

O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br. Informações na Comissão Permanente - COPEL, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

BRAGANÇA PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 052/2020 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TROCA DO TELHADO E REFORÇO NAS ESTRUTURAS DA COBERTURA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES AGOSTINHO ERCOLINI.Nos termos do Artigo 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, HOMOLOGO a licitação em epígrafe conforme julgamento exarado pela Comissão Permanente de Licitações, bem como demais documentos juntados aos autos. Sendo assim, ADJUDICO o objeto do presente certame, a empresa a seguir:CAT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI - VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 332.476,78.Bragança Paulista, 14 de Janeiro de 2021 - DR JESUS ADIB ABI CHEDID - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO-PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 25201/2020–PREGÃO PRESENCIAL Nº 233/2020-INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL, PARA OPERAR OS SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL. Nos termos do artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº 8666/93, combinado com o artigo 7º inciso IV do Decreto Municipal nº 1.754 de 21 de novembro de 2013, RATIFICO todos os atos praticados pela Sra. Pregoeira e pela equipe de apoio e HOMOLOGO o pregão em tela ao licitante abaixo relacionado. BANCO BRADESCO S/A - ITEM 01 – VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 8.735.000,00. Bragança Paulista,25 de janeiro de 2021. DR.

JESUS ADIB ABI CHEDID - Prefeito Municipal

BRODOWSKI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRODOWSKI

EXTRATO
2º Aditivo Contratual de Prazo
Dispensa de Licitação nº. 018/2020
Processo nº. 039/2020
Contrato nº. 031/2020
Contratante: Prefeitura Municipal de Brodowski
Contratada: WALTER PALMA JUNIOR 35966524807

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E ORIENTAÇÃO TÉCNICA NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA BÁSICA, ESTRATÉGIA ESUSAPS E REPASSES RECEBIDOS DO GOVERNO ESTADUAL.

Vigência: 90 dias
Data da assinatura: 30/12/2020.
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRODOWSKI
EXTRATO
1º Aditivo Contratual
Pregão Presencial nº. 013/2020
Processo nº. 052/2020
Contrato nº. 073/2020
Contratante: Prefeitura Municipal De Brodowski/SP
Contratada: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE BRODOWSKI.

Valor do Reequilíbrio de Preço: Item 162 – Valor Contratado: R$ 37,44, Valor Reajustado: R$ 83,01; Item 163 – Valor Contratado: R$ 37,44, Valor Reajustado: R$ 83,01; Item 164 – Valor Contratado: R$ 37,44, Valor Reajustado: R$ 83,01.

Data da assinatura: 28/01/2021

BURITIZAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZAL

EXTRATO DE RESCISÃO

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL DO CONTRATO Nº. 053/2018- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1369/2018- PROCESSO LICITATÓRIO N° 067/2018- PREGÃO PRESENCIAL Nº 054//2018 - PARTES: CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Buritizal – CONTRATADA: ALMEIDA & DONATO LTDA ME, objeto é contratação de empresa para prestação de serviços de controle de acesso para o centro de saúde III. A rescisão não gerará qualquer ônus para nenhuma das partes. A presente rescisão tem seus efeitos a partir da presente publicação nessa Imprensa Oficial. Buritizal, 28 de janeiro de 2021 – (a) Daniel Sarreta – Prefeito.

CAIEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2020
EMPRESA:
ATA nº 51 - DUPAC COMERCIAL EIRELI EPP

Ata de Registro de Preços originada do Pregão Presencial para Registro de Preços Pregão presencial nº044/2020 - tipo menor preço por item aquisição de Seringas Descartáveis para aplicação de insulina

Para fins de atendimento ao disposto no § 2º, art. 15 da Lei 8.666/93, torna público que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrados na referida ata, informações detalhadas de todos os elementos da ata encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município.

Caieiras, 28 de janeiro de 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2020 EXTRATO DE ATA

ÓRGÃO: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAIEIRAS Ata de Registro de Preços para eventual aquisição de Fraldas Geriátricas,MODALIDADE: PREGÃO Presencial Nº069/2020

Ata nº074 /2020 18166 PAMP & VAMD COMERCIO VAREJISTA EIRELI

ITEM OBJETO VALOR UNITARIO
1 025.00095.0004-01 FRALDA GERIATRICA C/ GEL TAMANHO G UN R$ 0,89
2 025.00095.0009-01 FRALDA GERIATRICA C/ GEL TAMANHO P UN R$ 0,89
3 025.00095.0004-01 FRALDA GERIATRICA C/ GEL TAMANHO G UN R$ 0,89
4 025.00095.0009-01 FRALDA GERIATRICA C/ GEL TAMANHO P UN R$ 0,89

VALIDADE: 12 meses CONTADOS DE 28/10/2020, NOS TERMOS DO ARTIGO 15 § 2º DA LEI 8.666/93, TORNA PÚBLICO, A RELAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2020 A DETENTORA SE PROPÕE A FORNECER O OBJETO LICITADO, EM ESTRITO CUMPRIMENTO AO PREVISTO NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PELO PREÇO CONSTANTE DA ATA QUE SERÁ AFIXADA NA ÍNTEGRA NO LOCAL DE COSTUME DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAIEIRAS CAIEIRAS, 28 de janeiro de 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE CAIEIRAS

Relatório de Gestão Fiscal
(Artigos 54 e 55 da LC 101/00)
Município de Caieiras
Poder Legislativo Municipal
3º Quadrimestre de 2020

I – COMPARATIVOS: VALORES EXPRESSOS EM R$

Receita corrente liquida no exercício anterior R$ 311.887.127,32 no 3º quadrimestre R$ 308.262.457,95

Despesas totais com pessoal no exercício anterior R$ 9.298.869,86 = 2,98% no 3º quadrimestre R$ 9.585.836,55 = 3,11%.

Limite de Alerta (§1ºart. 59 da LRF) no exercício anterior SX = 5,40% no 3º quadrimestre R$ 16.646.172,73 = 5,40%

Limite prudencial 95% (par. ún. art. 22 da LRF) no exercício anterior SX = 5,70% no 3º quadrimestre 17.570.960,10 = 5,70%.

Limite Legal (Incisos I, II e III art. 20 da LRF) R$ 18.713.227,64 = 6,00% no 3º quadrimestre R$ 18.495.747,48 = 6,00%.

Excesso a regularizar no exercício anterior R$ 0,00 = 0,00% no 3º quadrimestre R$ 0,00 = 0,00%.

II – INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS OU A ADOTAR (CASO ULTRAPASSE OS LIMITES ACIMA):

Obs: Sem observações.

III – DEMONSTRATIVOS:

Disponibilidades financeiras em 31/12 - Caixa R$ 0,00 – Bancos conta movimento R$ 956.095,25 – Bancos conta vinculadas R$ 0,00 - Aplicações financeiras R$ 0,00 - Realizável R$ 12.282,20

Subtotal R$ 968.377,45 – Deduções (-) R$ 0,00 – Total das Disponibilidades:R$ 968.377,45

Inscrição de restos a pagar: Processados do exercício R$ 151.213,54 – Não Processados do exercício R$ 730.952,60 – Total da inscrição R$ 882.166,14

Outras Obrigações Financeiras R$ 86.211,31 - RP Proc e não Proc exercício Anterior R$ 0.00

Total das Disponibilidades: R$ 968.377,45
Caieiras, 27 de janeiro de 2021.
FABRICIO CALANDRINI NOGUEIRA
Presidente da Câmara Municipal
ANDRÉ DE SOUSA LIMA
Responsável pelo Controle Interno - RG: 35.546.780-x
EDSON BUENO DE ARRUDA
Diretor Financeiro – RG: 12.680.511
RUTE FERNANDES DA SILVA
Contabilista CRC – Nº 248181/O-4
ANDERSON CARDOSO DA SILVA
1º Secretário
JOSEMAR SOARES VICENTE
2º Secretário

CAJAMAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR

JULGAMENTO E ANALISE DE AMOSTRA.
P.A. 10.409/2020 - Pregão Eletrônico nº 01/21

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais de enfermagem e insumos para atender unidades básicas de saúde (UBS), programa de saúde da família (PSF) e programa melhor em casa, conforme especificações dos itens descritos no Temo de Referência – Anexo II.

A amostra do item 01 da OC00001 (Avental protetor descartável com elástico no punho de TNT de tamanho único pacote com 10 unidades gramatura mínima 20 gramas), da empresa COTON MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP. – ANVISA 81931630002, foi declarada APROVADA; a amostra do item 02 da OC00001 (Touca Descartável com elástico pacote c/100 unidades), marca HNDESC - ANVISA 80719720007 da empresa CIRÚRGICA UNIÃO LTDA , foi declarada APROVADA; a amostra do item 03 da OC00001 (Máscara descartável com elástico tripla camada de proteção), MEDICAL LOG COM. E IND. DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA - ANVISA 81325540008, foi declarada APROVADA e a amostra do item 04 da OC00001 (Máscara facial filtragem nº 95 tipo bico de pato com elástico para encaixe na orelha), INDÚSTRIAS H.A. BARONE LTDA - ANVISA 80163740004 foi declarada APROVADA.

Ata na integra disponível no site www.cajamar.sp.gov.br.

Cajamar, 28 de Janeiro de 2021 – ALEXANDER CARVALHO - PREGOEIRO

CAJATI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

PRORROGAÇÃO N° 001 DO CONTRATO N° 161/2019 CONTRATANTE: P.M.C ASSINATURA: 13/01/2021 CONTRATADA: MGR SERVIÇOS COMBINADOS EIRELI - ME - OBJETO: Contratação de serviços terceirizados de impressão (terceirização, digitalização e cópias), englobando os seguintes itens: fornecimento de impressoras multifuncionais e peças de reparo destas; fornecimento de consumíveis, exceto o papel; software e servidor de gerenciamento, manutenção e suporte técnico (manutenção) para gerar a página impressa/digitalizada/copiada, conforme Termo de Referência do edital.. PRAZO DA PRORROGAÇÃO: 12 (doze) meses -MODALIDADE: Pregão Presencial nº 129/2019PROCESSO: 60899/2019

PROCESSO Nº 66519/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021

OBJETO: Contratação de empresa (s) para fornecimentos "in loco" de pães para as Unidades Escolares, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 15 de fevereiro de 2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: à partir das 10:00 horas do dia 15 de fevereiro de 2021.

LOCAL: bll.org.br, opção Licitações, diretamente em www.bllcompras.org.br ou através de link no site da Prefeitura Municipal de Cajati – SP, em www.cajati.sp.gov.br.

Informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (13) 3854-8700 ou pelo e-mail compras@cajati.sp.gov.br.

Cajati, 28 de janeiro de 2021.
SIDINEI APARECIDO RIBEIRO, Prefeito Municipal
PROCESSO Nº 66499/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021

OBJETO: Contratação de empresa (s) para fornecimentos parcelados "in loco" de carnes, congelados e refrigerados para as Unidades Escolares, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 12 de fevereiro de 2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: à partir das 10:00 horas do dia 12 de fevereiro de 2021.

LOCAL: bll.org.br, opção Licitações, diretamente em www.bllcompras.org.br ou através de link no site da Prefeitura Municipal de Cajati – SP, em www.cajati.sp.gov.br.

Informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (13) 3854-8700 ou pelo e-mail compras@cajati.sp.gov.br.

Cajati, 28 de janeiro de 2021.
SIDINEI APARECIDO RIBEIRO, Prefeito Municipal

CAMPO LIMPO PAULISTA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO 413/2020 TOMADA DE PREÇOS 01/2021.

ABERTURA: 29/01/2021

ENCERRAMENTO: 18/02/2021, ocasião em que a Secretaria da Câmara deverá receber ou ter recebido pelo correio, todos os envelopes exigidos no Edital.

OBJETO: Contratação de serviços técnico-profissionais de assistência médico-hospitalar com obstetrícia, cirúrgica, ambulatorial e laboratorial complementar aos funcionários, extensiva ao cônjuge e aos seus dependentes e, desde que assumam seu pagamento integral, aos inativos, bem como aos vereadores e respectivos dependentes, pelo critério de menor preço, desde que não superior ao praticado pelo mercado.

O Edital poderá ser retirado no endereço: Av. Adherbal da Costa Moreira, 255, 1º andar, das 9h00 às 18h00, nos dias úteis ou solicitado pelo e-mail contato@camaracampolimpo.sp.gov.br Fone: 4039-1526.

Campo Limpo Paulista, 29 de janeiro de 2021.
DIEGO HENRIQUE ITO
PRESIDENTE DA CÂMARA

CAMPOS DO JORDÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

Processo nº 11.184/2020
Pregão Presencial nº 047/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DO COMPLEXO DE SAÚDE, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital.

ATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

No dia 28 de janeiro de 2021, às 10h00, reuniram-se na sala de licitações da Secretaria de Administração, membros da Comissão Permanente de Licitação, constituída através das Portarias nºs 243/2019, 247/2019 e 699/2019, para a sessão pública de abertura da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 047/2020, objetivando a AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DO COMPLEXO DE SAÚDE, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital. A Comissão aguardou até as 11h00 min e, não havendo o comparecimento de empresas interessadas, declarou deserta a sessão. A Comissão, então, encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos presentes.

LUCINEIA GOMES DA SILVA
PREGOEIRA
MARIA LUCIA ROMEIRO DOS SANTOS
EQUIPE DE APOIO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

RETIFICAÇÃO

A Câmara Municipal de Campos do Jordão, em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 6º do Artigo 39 da Constituição da República Federativa do Brasil, faz saber o valor dos subsídios e das remunerações dos cargos e empregos públicos desta Câmara Municipal, no exercício de 2.021:

Cargos / Remuneração Mensal – R$
Procurador Jurídico – R$ 4.472,99

Câmara Municipal de Campos do Jordão, 25 de janeiro de 2.021.

CLAUDIO ADÃO DA SILVA, Presidente

CANAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAS

A prefeitura de Canas /SP faz saber, a todos os interessados, que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2021, para aquisição de tubos de concreto conforme especificações no Edital.

Data de sessão de abertura: 12/02/2021 as 09h30min.

O Edital completo poderá ser retirado no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Canas, sito a Avenida 22 de março nº 369 , centro, Canas/SP ou pelo site www.canas.sp.gov.br

Maiores informações pelo telefone 12 - 31516000

CAPELA DO ALTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Presencial nº 053/2020 - Despacho: HOMOLOGO o julgamento Procedido pelo Pregoeiro a Empresa: LUIZ ANDRÉ LEITE NETO SUPRIMENTOS no valor de R$ 30.470,00
Capela do Alto, 26 de Janeiro de 2021.
PERICLES GONÇALVES - Prefeito Municipal
PREGÃO ELETRÔNICO n° 003/2020
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
IMPUGNANTE: RÓCIO SAÚDE LTDA
RESULTADO: Impugnação julgada procedente no que se refere a participação de cooperativas e Organizações Sociais, em relação a documentação deverá ser seguida as exigências contidas no artigo 30, da Lei 8.666/93 e requisitando os demais documentos quando da assinatura do contrato pela empresa vencedora, e retificar o prazo de vigência contido no edital, mantidos os demais termos do Edital.
Capela do Alto/SP, 27 de Janeiro de 2021.
PREGÃO ELETRÔNICO n° 003/2020
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
IMPUGNANTE: SMB SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEDICINA S.A.
RESULTADO: Impugnação julgada improcedente no que se refere ao registro no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, mantidos os demais termos do Edital.
Capela do Alto/SP, 27 de Janeiro de 2021.

CARAPICUÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUÍBA

Pregão Presencial n° 04/21
Processo n° 29418/2020
Objeto: Registro de preços para aquisição de tiras reagentes para teste de glicemia
Recebimento e abertura dos envelopes dia 11/02/21 às 10:00 horas
Edital disponível no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras, p/retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442.
Carapicuíba, 28 de janeiro de 2021
Marco Aurélio dos Santos Neves - Prefeito

CERQUILHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO

EXTRATO DE CONTRATO
CONVITE 25/2020 - PROCESSO 447/2020
Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de ampliação da UBS Dr Vinicio Gagliardi
Termo Aditivo de valor ao Contrato 01-138/2020-SF de 21/01/2021
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerquilho
Contratada: Thiago Lima Rodrigues 43117042830
Valor: R$ 12.147,45

CHARQUEADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
De ordem do Prefeito Municipal, faço público, para conhecimento de interessados, que a Prefeitura do Município de Charqueada celebrou a Ata de Registro de Preços, nos moldes do que abaixo se resume:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 137/2020
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 42 / 2020
PROCESSO: 1270/2020
OBJETO: Aquisição de álcool em gel para a Secretaria Municipal de Saúde
DATA: 02/12/2020
CONTRATADA: RODRIGO TONELOTTO
PRAZO: 12 meses
VALOR GLOBAL: R$ 26.500,00
Charqueada/SP, 25 de janeiro 2021.
Rodrigo de Arruda -Prefeito Municipal
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
De ordem do Prefeito Municipal, faço público, para conhecimento de interessados, que a Prefeitura do Município de Charqueada celebrou a Ata de Registro de Preços, nos moldes do que abaixo se resume:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 139/2020
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 46 / 2020
PROCESSO: 1329/2020
OBJETO: Fornecimento de 750 cestas básicas para a Assistência Social – Emergencial CRAS e 1.300 cestas básicas para o Programa de Solidariedade ao Trabalhador Desempregado.
DATA: 10/12/2020
CONTRATADA: NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMETOS LTDA
PRAZO: 12 meses
VALOR GLOBAL: R$ 231.700,00
Charqueada/SP, 25 de janeiro 2021.
Rodrigo de Arruda -Prefeito Municipal
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
De ordem do Prefeito Municipal, faço público, para conhecimento de interessados, que a Prefeitura do Município de Charqueada celebrou a Ata de Registro de Preços, nos moldes do que abaixo se resume:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 140/2020
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 49 / 2020
PROCESSO: 1340/2020
OBJETO: Aquisição de Mobiliários para a Secretaria Municipal de Educação
DATA: 11/12/2020
CONTRATADA: J. M. COELHO FRANCATO LTDA
PRAZO: 12 meses
VALOR GLOBAL: R$ 4.275,00
Charqueada/SP, 25 de janeiro 2021.
Rodrigo de Arruda -Prefeito Municipal
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
De ordem do Prefeito Municipal, faço público, para conhecimento de interessados, que a Prefeitura do Município de Charqueada celebrou a Ata de Registro de Preços, nos moldes do que abaixo se resume:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 141/2020
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 49 / 2020
PROCESSO: 1340/2020
OBJETO: Aquisição de Mobiliários para a Secretaria Municipal de Educação
DATA: 11/12/2020
CONTRATADA: SUDESTE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES EIRELI.
PRAZO: 12 meses
VALOR GLOBAL: R$ 13.750,00
Charqueada/SP, 25 de janeiro 2021.
Rodrigo de Arruda -Prefeito Municipal
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
De ordem do Prefeito Municipal, faço público, para conhecimento de interessados, que a Prefeitura do Município de Charqueada celebrou a Ata de Registro de Preços, nos moldes do que abaixo se resume:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 147/2020
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRONICO N.º 34 / 2020
PROCESSO: 867/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
DATA: 11/12/2020
CONTRATADA: R. A. MARTINS – DISTRIBUIDORA - ME
PRAZO: 12 meses
VALOR GLOBAL: R$ 3.744,00 (três mil, setecentos e quarenta e quatro reais)
Charqueada/SP, 25 de janeiro 2021.
Rodrigo de Arruda -Prefeito Municipal
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
De ordem do Prefeito Municipal, faço público, para conhecimento de interessados, que a Prefeitura do Município de Charqueada celebrou a Ata de Registro de Preços, nos moldes do que abaixo se resume:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 150/2020
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRONICO N.º 34 / 2020
PROCESSO: 867/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
DATA: 21/12/2020
CONTRATADA: CIRURGICA SOUZA RIO PRETO EIRELLI ME
PRAZO: 12 meses
VALOR GLOBAL: R$ 3.959,00 (três mil, novecentos e cinquenta e nova reais)
Charqueada/SP, 25 de janeiro 2021.
Rodrigo de Arruda -Prefeito Municipal
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
De ordem do Prefeito Municipal, faço público, para conhecimento de interessados, que a Prefeitura do Município de Charqueada celebrou a Ata de Registro de Preços, nos moldes do que abaixo se resume:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 157/2020
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRONICO 52/2020
PROCESSO: 1425/2020
OBJETO: Aquisição de veículos.
DATA: 29/12/2020
CONTRATADA: RODONAVES CAMINHÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
PRAZO: 12 MESES
VALOR GLOBAL: R$ 898.000,00 (oitocentos noventa e oito mil reais)
Charqueada/SP, 25 de janeiro de 2020.
Rodrigo de Arruda -Prefeito Municipal
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
De ordem do Prefeito Municipal, faço público, para conhecimento de interessados, que a Prefeitura do Município de Charqueada celebrou a Ata de Registro de Preços, nos moldes do que abaixo se resume:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 157/2020
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRONICO 52/2020
PROCESSO: 1425/2020
OBJETO: Aquisição de veículos.
DATA: 29/12/2020
CONTRATADA: RODONAVES CAMINHÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
PRAZO: 12 MESES
VALOR GLOBAL: R$ 898.000,00 (oitocentos noventa e oito mil reais)
Charqueada/SP, 25 de janeiro de 2020.
Rodrigo de Arruda -Prefeito Municipal
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
De ordem do Prefeito Municipal, faço público, para conhecimento de interessados, que a Prefeitura do Município de Charqueada celebrou a Ata de Registro de Preços, nos moldes do que abaixo se resume:
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 151/2020
LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRONICO N.º 34 / 2020
PROCESSO: 867/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
DATA: 21/12/2020
CONTRATADA: E & AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI
PRAZO: 12 meses
VALOR GLOBAL: R$ 24.970,00 (vinte e quatro mil e novecentos e setenta reais)
Charqueada/SP, 25 de janeiro 2021.
Rodrigo de Arruda -Prefeito Municipal

COLÔMBIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA

PROCESSO Nº 006/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Colômbia leva ao conhecimento dos interessados que o edital do Pregão Presencial nº. 001/2021 – Processo nº. 006/2021, tipo Menor Preço Global, que se trata da Aquisição de 01 (UM) Veículo, zero Km (novo), ano de fabricação/modelo 2020, conforme Planilha Orçamentária, destinado para o Gabinete do Prefeito. Recebimento dos Envelopes até às 10:00 horas do dia 12 de Fevereiro de 2021. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados de 2ª (segunda) à 6ª (sexta) feira no Setor de Licitações e pelo site http://www.colombia.sp.gov.br/Licitacao; quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço Rua José da Mata, nº 668 - Centro - CEP. 14.795-000 ou pelo tel: (xx17) 3335-8517. Colômbia-SP, 28 de Janeiro de 2021 – Júlio Cesar dos Santos – Prefeito do Município.

CORONEL MACEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MACEDO

Aviso De Licitação.
Edital N° 03/2021.Tomada De Preço Nº 01/2021.Proc. Licitatório Nº 08/2021.Objeto: "Contratação de empresa especializada para reforma para instalação do Ipreco – Instituto de Previdência Municipal de Coronel Macedo", Cadastramento (CRC): Até o Dia 18/02/2021 as 17h00min Horas. Data de Credenciamento e Entrega De Envelopes: 23 de fevereiro de 2021 até as 09h00min horas, abertura dos envelopes: 23/02/2021 – Após Credenciamento. LOCAL: Prefeitura Municipal de Coronel Macedo / Av. Presidente Castelo Branco, 180, Conj. Habitacional Ico Tonon. Informações, no setor de licitações, pelo fone (14) 3767.1116, ou no e-mail: licitação@coronelmacedo.sp.gov.br. Coronel Macedo-SP,27 de janeiro de 2021.José Roberto Santinoni Veiga. Prefeito Municipal.

COSMÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021; TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão menor preço; OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e higiene para escolas da rede municipal. A Sessão Pública para o credenciamento, recebimento dos envelopes e abertura das propostas será realizado ás 09:00 horas do dia 12/02/2021.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021; TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão menor preço; OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços para elaboração de cálculos trabalhistas e cíveis que decorrem dos processos judiciais em que o Município figura como parte, visando a elaboração e conferência de cálculos para cumprimento e liquidação de sentença. A Sessão Pública para o credenciamento, recebimento dos envelopes e abertura das propostas será realizado ás 09:00 horas do dia 18/02/2021.
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021; TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão menor preço; OBJETO: Aquisição de Massa Asfáltica CBUQ para aplicação a frio para uso da Secretaria de Serviços Públicos. A Sessão Pública para o credenciamento, recebimento dos envelopes e abertura das propostas será realizado ás 14:00 horas do dia 12/02/2021.
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021; TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão menor preço; OBJETO: Aquisição de materiais para uso na Secretaria de Saneamento Básico. A Sessão Pública para o credenciamento, recebimento dos envelopes e abertura das propostas será realizado ás 14:00 horas do dia 18/02/2021.
LOCAL DA SESSÃO: Sede da Prefeitura Municipal de Cosmópolis, Rua Dr. Campos Sales, nº 398, Centro, Cosmópolis-SP na Sala de Compras/Licitações. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Sala de Compras e Licitações conforme endereço acima nos seguintes horários: das 8:00 às 16:00 horas, através de solicitação no e-mail compras@cosmopolis.sp.gov.br ou pelo site www.cosmopolis.sp.gov.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Cosmópolis, 28 de Janeiro de 2021. José Carlos Agnello – Secretário Municipal de Administração.

COTIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA

CNPJ: 53.454.187/0001-60 CONSTRUJOB CONSTRUÇOES R$ 1.612.054,52
CNPJ: 43.898.972/0001-58 CONSTRUTORA ROY R$ 551.059,91
CNPJ: 14.061.065/0001-51 ELITE FACILITY R$ 555.048,24
CNPJ: 11.641.186/0001-84 T.F.S COM. EQUIPAMENTOS R$ 1.081,00
CNPJ: 07.901.391/0001-64 G4 SOLUÇÕES R$ 198.098,70
CNPJ: 01.817.838/0001-35 OBRAGEM ENGENHARIA R$ 117.401,52
CNPJ: 18.340.275/0001-30 E.P DE OLIVEIRA WEB 13.475,88
CNPJ: 51.235.448/0001-25 CONAM CONSULTORIA R$ 83.942,00
CNPJ: 20.351.069/0001-77 OSAKA SERVIÇOS R$ 39.475,74
CNPJ: 57.494.031/0001-63 CBC COMP.BRASILEIRA CARTUCHO R$ 33.900,00
CNPJ: 10.788.080/0001-45 PAINEL MULTISERVIÇOS R$ 75.260,17
CNPJ: 12.367.644/0001-00 NOVO RUMO SINALIZAÇÃO R$ 62.000,00
CNPJ:19.953.309/0001-24 BRD CAIRES TRANSPORTES LOCAÇÕES LTDA R$ 51.680,00
CNPJ: 62.577.929/0001-35 CIA DE PROCESSAMENTO DADOS PRODESP R$ 6.013,00
CNPJ: 05.776.879/0001-81 DCT TECNOLOGIA R$ 6.136,53
CNPJ: 66.581.208/0001-50 EMPRESA DE LUTO XV NOVEMBRO R$ 8.842,00
CNPJ: 04.248.764/0001-51 INAP INST.NACIO. ANAL.PESQUISA R$ 7.000,00
CNPJ: 04.196.645/0001-00 IMPRENSA NACIONAL R$ 330,40
CNPJ: 45.876.059/0001-86 TOPDATA PROCESSAMENTO R$ 761,55
CNPJ: 82.845.322/0001-04 SOFTPLAN PLANEJAMENTO R$ 42.568,22
CNPJ: 08.996.838/0001-99 ENGEZ CONSTRUÇÕES R$ 56.375,02
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE COTIA
CNPJ: 60.924.040/0001-02 TB SERV.TRANSP.LIMP.GER RH S.A R$ 183.325,00
JUSTIFICATIVA: Os pagamentos autorizados não obedecem a ordem cronológica ditado pelo artigo 5º da lei 8.666/93 por se tratar de serviços, materiais e meios indispensáveis a obrigações da administração.
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Estrada Boa Vista, 575 – Condomínio Boa Vista – Galpão 11 e 12 - Jd. Atalaia – Cotia/SP, Rod. Raposo Tavares nº 36.720, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:
1) PA nº 31.025/2020. PP nº 02/2021. às 09:30 horas do dia 11/02/2021. OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa para Aquisição de Açúcar Refinado.
a) Luciano C. da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Logística
O edital está disponível para a retirada dos interessados, através do sitio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br
1) Proc. 50.180/2019 - Ratifico o ato de dispensa de licitação, com fundamento no inciso X do art. 24, para a locação do bem imóvel localizado na Rua Nemitala, 104 – Parque São George – Cotia/SP, vinculado a esta Secretaria Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, tendo como locadores os senhores: IVO MAGON JUNIOR e VERA CECILIA MARQUES MAGON
a) Givaldo da Costa – Secretario Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.
2) Extrato do contrato 007/2021 – Proc. 12.970/2020 – PP 072/2020 – Aquisição de 15 notebooks. Contratada: ALLAN RODRIGUES SILVA – EPP, valor contratual R$ 66.000,00 // prazo contratual: 06 meses // data ass. 26/01/21.
3) Extrato do contrato 006/2021 – Proc. 20.098/20 – PP 067/20 – Aquisição de servidor de dados em Rack. Contratada: ALLAN RODRIGUES SILVA -EPP, valor do contrato R$ 23.900,00 // prazo contratual: 03 meses. Data ass. 26/01/2021.
1) Termo Aditivo nº 003 ao contrato 005/2018 – Proc. 23.107/17 – PP 046/17 – Renovar a vigência contratual por mais 12 meses. Contratada: CONSER ALIMENTOS LTDA. Valor da renovação R$ 8.882.255,00 // data ass. 26/01/2021.
2) Termo Aditivo 002 ao contrato 007/2019 – Proc. 20.533/2018 – CP 012/18 – Renovação da vigência do contrato por mais 12 meses. Contratada: IN TIME COMUNICAÇÃO EIRELI. Valor da renovação: R$ 6.000.000,00 // data ass. 28/01/2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE COTIA

Proc. 001651/20 – Pregão Presencial 01/2021. Objeto: Prest. Serv. Telefonia Fixa Comutada – STFC, em linhas telefônicas diretas e serviço DDR Digital E1, destinados ao tráfego de chamadas entre a rede pública de telefonia, nas modalidades fixo-fixo e fixo-móvel, para tráfego de voz local e longa distância nacional (intra-estaduais e interestaduais). ADJUDICO o objeto do presente pregão à WIRELESS COMM SERVICES LTDA, proposta no valor total estimado de R$ 22.000,00. Cotia, 28/01/2021. Pregoeira.

CRAVINHOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAVINHOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA E ENTREGA DE PROPOSTAS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 001/2021
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cravinhos - SAAE torna público para conhecimento dos interessados que prorrogará o prazo de entrega e abertura das propostas referente ao Pregão Presencial, sob o nº. 001/2021, do tipo menor preço unitário, visando Registro de preços para aquisição de Biocomposto para auxílio em processos de mineração de matéria orgânica e neutralização de odores, conforme especificações e quantidades constantes no Edital e seus anexos. Os prazos de abertura e entrega de propostas inicialmente fixados ficam prorrogados para o dia 11 de fevereiro de 2021 (quinta-feira) às 09:00 horas. Ficam ratificados todos os demais atos administrativos já praticados. O edital encontra-se à disposição no Portal www.saaecravinhos.sp.gov.br, fone 16-3951-2006 - Cravinhos, 28 de janeiro de 2021. Lauro Catapani Filho - Diretor Superintendente.

CUNHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO
MUNICÍPIO DE CUNHA, inscrita no CNPJ sob nº 45.704.053/0001-21, representada pelo Prefeito Municipal, JOSÉ ÉDER GALDINO DA COSTA, através do presente, RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 64/2017, de 20/10/2017 e seus aditivos subsequentes, firmado com a empresa TRANSCOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES, inscrita no CNPJ/MF sob o no. 22.434.540/0001-16, pelos motivos a seguir no processo administrativo.
O Presente Termo de Rescisão será publicado na forma resumida, através de Extrato, em veículo de divulgação do Município. Cunha, 2601/2021. JOSÉ ÉDER GALDINO DA COSTA. Prefeito Municipal.

DIADEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA

SECRETARIA DE FINANÇAS

DESP. SECR. SAÚDE
PC:0130/19 – Pr. Eletrônico: 0106/19. Resumo Prorrogação e Convalidação do Contrato 51/19 entre Município Diadema e clined Clínica de Nefrologia de Diadema p/Prestação de Serviços Técnico Assistencial Especializado na Área de Terapia Renal Substitutiva para Pacientes na UTI-Hospital Municipal de Diadema. Fica prorrogada a vigência 01/01/2021 a 08/12/2021 podendo ser prorrogado. Vlr. R$792.420,72
PC:0269/2020 - Dispensa: 094/2020. Resumo Prorrogação e Convalidação do Contrato 63/20 entre Município Diadema e PHARMÁCIA ARTESANAL LTDA p/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARO E FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO PARENTERAL TOTAL PARA USO PEDIÁTRICO E ADULTO. Fica prorrogada a vigência 01/01/2021 a 11/05/2021 não podendo ser prorrogado. Vlr. R$114.828,79.

DOBRADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOBRADA

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Dobrada – SP torna público a abertura das seguintes licitações:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021. Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, leite integral UHT e suco concentrado para preparo da merenda escolar. Data e hora da abertura da sessão: 11/02/2021 às 09:00 horas.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021. Objeto: Registro de preços para aquisição de carnes, queijo e derivados de carne para preparo da merenda escolar. Data e hora da abertura da sessão: 12/02/2021 às 09:00 horas.
Local da sessão: www.bll.org.br
Os editais e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.dobrada.sp.gov.br e www.bll.org.br. Informações pelo telefone (16)3386-9000 ou pelo e-mail licitacao@dobrada.sp.gov.br.
Dobrada/SP, 28 de janeiro de 2021. ANTONIO CARLOS DE MATTOS SANTOS - Prefeito Municipal

DRACENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 - PROC. 002/2021 – AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se disponível o Edital do Pregão Presencial n.º 001/2021, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FRACIONADA PRESTAÇÃO SE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Data da sessão: 10/02/2021; horário: 09h00. Local: Sala de Licitações. Edital na íntegra: http://www.dracena.sp.gov.br. Dracena, 28 de Janeiro de 2.021. NELSON NABOR BUZINARO - SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGIAS.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROC. 009/2021 – AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se disponível o Edital do Pregão Presencial n.º 002/2021, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, CORPO DE BOMBEIROS E PROJETOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Data da sessão: 12/02/2021; horário: 08h00. Local: Sala de Licitações. Edital na íntegra: http://www.dracena.sp.gov.br. Dracena, 28 de Janeiro de 2.021. JULIANA CORREA PEREIRA DA SILVA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 - PROC. 010/2021 – AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se disponível o Edital do Pregão Presencial n.º 003/2021, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE PÃES PARA MERENDA ESCOLAR, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Data da sessão: 11/02/2021; horário: 13h30min. Local: Sala de Licitações. Edital na íntegra: http://www.dracena.sp.gov.br. Dracena, 28 de Janeiro de 2.021. JULIANA CORREA PEREIRA DA SILVA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 - PROC. 012/2021 – AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se disponível o Edital do Pregão Presencial n.º 004/2021, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE MARMITEX PARA O CAPS AD II E CAMPANHAS DE VACINAÇÃO, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Data da sessão: 11/02/2021; horário: 09h00. Local: Sala de Licitações. Edital na íntegra: http://www.dracena.sp.gov.br. Dracena, 28 de Janeiro de 2.021. ROSEMARY MAGY FONSECA SOUZA - SECRETÁRIA DA SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021 - PROC. 013/2021 – AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se disponível o Edital do Pregão Presencial n.º 005/2021, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE ETANOL COMUM, GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Data da sessão: 10/02/2021; horário: 13h30min. Local: Sala de Licitações. Edital na íntegra: http://www.dracena.sp.gov.br. Dracena, 28 de Janeiro de 2.021. ADEMAR ALVES PEREIRA - SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, HAB. E ASSUNTOS VIÁRIOS.

ELDORADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 007/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021
EDITAL N.º 003/2021
CONTRATO FEHIDRO 157/2020

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Eldorado o PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2021, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado à AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO CAMINHÃO ZERO KM, CONTAINER EM CHAPA GALVANIZADA, EQUIPAMENTOS DIVERSOS, MOBILIÁRIOS DIVERSOS E EQUIPAMENTOS DE PROTENÇÃO INDIVIDUAIS (EPIs) visando à execução do empreendimento cadastrado no Sistema de Informações do FEHIDRO SINFEHIDRO sob o código 2019-RB-382, denominado MELHORIA DO SISTEMA MUNICIPAL DA COLETA SELETIVA DE LIXO E DE TRIAGEM DE MATERIAIS PARA A RECICLAGEM, conforme Contrato nº FEHIDRO nº 157/2020, observado o Termo de Referência.

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 29/01/2021, às 09h00min.

TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 10/02/2021, às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/02/2021, às 09h10min.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 10/02/2021, às 09h30min.

LOCAL: http://comprasbr.com.br - "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: No Departamento de Compras e Licitações de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no Paço. Municipal sito à Praça Nossa Senhora da Guia, N.º 348, Centro, neste Município de Eldorado / SP ou pelo email: compras@eldorado.sp.gov.br ou pelos telefones (13) 3871-6117.

Prefeitura Municipal de Eldorado, 27 de janeiro de 2021.
DINOEL PEDROSO ROCHA - Prefeito

EMBU

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU

O Prefeito de Embu das Artes TORNA PÚBLICO:

2º Termo Aditivo ao Contrato 111/2020 – Data: 18/12/2020 - Contratante: Prefeitura de Embu das Artes - Contratada: Teto Construtora S/A – CNPJ: 13.034.156/0001-35 – Objeto: Resolvem prorrogar o prazo do referido contrato, sendo a vigência por mais 90 dias, a partir de 14/02/2021 e a execução por mais 90 dias, a partir de 15/01/2021 – Modalidade: Concorrência 018/2019.

3º Termo Aditivo ao Contrato 111/2020 – Data: 22/01/2021 - Contratante: Prefeitura de Embu das Artes - Contratada: Teto Construtora S/A – CNPJ: 13.034.156/0001-35 – Objeto: Resolvem reprogramar a planilha orçamentária, havendo um acréscimo de R$ 2.938,78 em relação ao anterior reprogramado, totalizando em acréscimos R$ 48.167,48, totalizando o valor do contrato em R$ 154.699,44 que equivale a 45,21% do valor inicial – Modalidade: Concorrência 018/2019.

2° Termo Aditivo ao Contrato 118/2017 – Data: 28/12/2020 - Contratante: Prefeitura de Embu das Artes - Contratada: Softpark Informática Ltda – CNPJ: 00.752.995/0001-47 – Objeto: Resolvem excluir do contrato o Sistema de Gestão da Saúde Municipal, sendo o valor mensal de R$ 16.985,00 equivalente a 39,96% do valor contratual originário e prorrogar o prazo de vigência do referido contrato por mais 12 meses, a partir do dia 01/01/2021 – Modalidade: Pregão Presencial 021/2017.

EMBU-GUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 0030/2018 REF.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 0034/2018 Contratada: EICON Controles Inteligentes de Negócios LTDA. Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de licenciamento de uso temporário de sistema para a modernização da administração tributária municipal, incluindo implantação, conservação, treinamento e suporte. Valor: R$ 107.155,02 Vigência: 03/12/2020 à 02/03/2021.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 0032/2018 REF.: CHAMADA PUBLICA N.º 0003/2018 Contratada:Claudio Luis D'Ângelo – ME Objeto:A presente licitação tem por objeto credenciar clinicas veterinárias especializados para a realização de atendimentos clínicos, exames, internações e procedimentos cirúrgicos em cães e gatos machos e fêmeas de pequeno, médio e grande porte; de rua ou de proprietários comprovadamente de baixa renda. Vigência: 12/12/2020 à 11/12/2021.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 0033/2018 REF.: CHAMADA PUBLICA N.º 0003/2018 Contratada:Clínica Veterinária Ollivet LTDA - ME. Objeto:A presente licitação tem por objeto credenciar clinicas veterinárias especializados para a realização de atendimentos clínicos, exames, internações e procedimentos cirúrgicos em cães e gatos machos e fêmeas de pequeno, médio e grande porte; de rua ou de proprietários comprovadamente de baixa renda. Vigência: 12/12/2020 à 11/12/2021.

FERNANDO PRESTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PRESTES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

Acha-se de aberto na Prefeitura Municipal de Fernando Prestes, o PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é à contratação de empresa seguradora especializada para prestação de serviços de seguros com cobertura total (danos materiais e danos corporais), dos veículos da frota pública municipal.

O Pregão Presencial será realizado no dia 11/02/2021, a partir das 8:30 HORAS, na sede da Prefeitura, localizada na Rua São Paulo, nº 57, Centro, na cidade de Fernando Prestes, neste Estado. Maiores informações e edital completo poderão ser obtidos, no horário de expediente, pelo telefone (16) 3258-4000 – Ramal 6, ou pelo site: www.fernandoprestes.sp.gov.br.

Fernando Prestes, 28 de janeiro de 2021.

_____
Rodrigo Ravazzi
Prefeito Municipal

FERNANDÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2021-

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis - CONTRATADA: FERNANDÓPOLIS SANTA RITA AUTO POSTO LTDA - PROCESSO: 485/2020 VALOR: R$ 871.931,50 - ASSINATURA: 04/01/2021 - OBJETO: "AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ETANOL) PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS/SP, COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE EM ATÉ 31 (TRINTA E UM) DE DEZEMBRO DE 2021 (DOIS MIL E VINTE E UM)". MODALIDADE: Pregão nº 047/2020. Fernandópolis/SP, 28 de janeiro de 2021. André Giovanni Pessuto Cândido – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2021-

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis - CONTRATADA: ROMERO & SANTOS AUTO POSTO LTDA - PROCESSO: 485/2020 VALOR: R$ 1.121.337,00 - ASSINATURA: 04/01/2021 - OBJETO: "AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ETANOL) PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS/SP, COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE EM ATÉ 31 (TRINTA E UM) DE DEZEMBRO DE 2021 (DOIS MIL E VINTE E UM)". MODALIDADE: Pregão nº 047/2020. Fernandópolis/SP, 28 de janeiro de 2021. André Giovanni Pessuto Cândido – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2021-

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis - CONTRATADA: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS COLOMBANO EIRELI - PROCESSO: 485/2020 VALOR: R$ 915.195,00 - ASSINATURA: 04/01/2021 - OBJETO: "AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ETANOL) PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS/SP, COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE EM ATÉ 31 (TRINTA E UM) DE DEZEMBRO DE 2021 (DOIS MIL E VINTE E UM)". MODALIDADE: Pregão nº 047/2020. Fernandópolis/SP, 28 de janeiro de 2021. André Giovanni Pessuto Cândido – Prefeito Municipal.

Republicação de Aviso de Licitação - Pregão

Eletrônico Nº 067/2020 - Proc. Nº 503/2020 - Data de Realização: 11 de fevereiro de 2021 -Horário: 08h30 (oito horas e trinta minutos) - Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br - Tipo: Menor Preço por Item - Modo de Disputa: Aberto - Objeto: "ELABORAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL PARA CONFECÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO

MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP, COM PREVISÃO DE CONSUMO

PARCELADAMENTE NO DECORRER DE 12 (DOZE) MESES". Classificada em itens,conforme especificações e quantidades constantes do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico n° 067/2020 - Do Credenciamento: O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil - Íntegra do Edital está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira à Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 13h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br. Fernandópolis/SP, 28 de janeiro de 2020. André Giovanni Pessuto Cândido – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 002/2021.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS. CONTRATADO: SYS4WEB BRASIL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA. PROCESSO Nº. 472/2020. VALOR: R$ 40.300,00 - ASSINATURA: 04/01/2021. OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA TI E SOFTWARE DE CONTROLE E GESTÃO EM SAÚDE, SEM LIMITE NO NÚMERO DE USUÁRIOS, COM FUNDAMENTO NA PORTARIA MS/GM Nº 2048/2002 E DEMAIS LEGISLAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EM ESPECIAL A PORTARIA MS/Nº 2026/2011, 1010/2012 E A PORTARIA SAS/MS/Nº 356/2013, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SAMU REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS/SP (CENTRAL DE REGULAÇÃO), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME

ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA". MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 058/2020. Fernandópolis-SP, 28 de janeiro de 2021. CECÍLIA AZADINHO MIRANDA - DIRETORA DE SUPRIMENTOS -

FRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA

AVISOS DE LICITAÇÃO

Processo nº 24328/20 - Pregão Eletrônico nº 13/2021 - Interessado: Secretaria de Saúde - Objeto: Aquisição de pilhas de aparelhos auditivos para a demanda da Sec. Saúde. Recebimento das propostas dos lotes: até às 13h30 do dia 26 de fevereiro de 2021 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 14h00 do dia 26 de fevereiro de 2021 - Início da disputa de preços: a partir das 14h30 do dia 26/02/2021.

Processo nº 51573/20 - Pregão Eletrônico nº 14/2021 - Interessado: Secretaria de Saúde - Objeto: Aquisição de materiais diversos para Raio X para a demanda da Sec. Saúde. Recebimento das propostas dos lotes: até às 8h30 do dia 1º de março de 2021 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 9h00 do dia 1º de março de 2021 - Início da disputa de preços: a partir das 9h30 do dia 1º/03/2021.

Processo nº 2692/21 - Pregão Eletrônico nº 15/2021 - Interessado: Secretaria de Saúde - Objeto: Aquisição de medicamentos de consumo e distribuição gratuita nas Unidades Básicas de Saúde. Recebimento das propostas dos lotes: até às 9h00 do dia 1º de março de 2021 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 9h30 do dia 1º de março de 2021 - Início da disputa de preços: a partir das 9h30 do dia 02/03/2021.

DISPONIBILIDADE DOS EDITAIS: A PARTIR DE 30/01/2021, NO PORTAL ELETRÔNICO WWW.LICITACOES-E.COM.BR

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo nº 24339/20 – Concorrência de Preços nº 16/2020 – Locação de estruturas diversas (arquibancada coberta, gradil de contenção, fechamento metálico, cabines individuais, extintores, palcos, pisos, tendas e lycra tensionada (incluindo serviços de montagem, transporte, instalação e desmontagem). O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitações torna público que, ficam HOMOLOGADAS e ADJUDICADAS as propostas das empresas Bernardes Promoções Artisticas Eireli – ME, item 9; Britto Produções Locações e Montagens Eireli – EPP, 2, 3, 4, 5, 7, 12; Reis & Ribeiro Estruturas e Produções de Eventos LTDA -ME, 1, 6, 8, 10, 11, 13.

JULGAMENTOS

Processo nº 38873/20 – Tomada de Preços nº 008/2020 – Serviços de avaliação de imóveis, terrenos e glebas do município de Franca/SP. O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitações torna público que, após análise da Secretaria, ficam classificadas as propostas de Bruno Molinari Trica, itens 2, 4, 7; David Henrique Ramos, 1, 3, 5, 6, 8.

Processo nº 36464/20 - Pregão Eletrônico nº 39/2020 - Interessado: Secretaria de Educação - Objeto: gêneros alimentícios estocáveis (achocolatado, aveia, barra de frutas, aveia desidratada, ervilha, fermento, milho, mistura em pó, pó para gelatina e extrato de tomate) para atendimento da merenda escolar. O Sr. Pregoeiro torna público que, após análise da Sec. Educação, ficam DESCLASSIFICADAS as empresas Mapa Comercial Distribuidora Ltda, nos lotes 1, 7 e 25; Merenda Mais de Suzano Alimentos Eireli, nos lotes 3 e 17; T. Sale Comércio e Distribuidora de Produtos Ltda, nos lotes 6, 15, 19 e 24; Prontinho Industria e Comércio Ltda, no lote 18. Ficam CLASSIFICADAS as 2ªs colocadas: T. Sale Comércio e Distribuidora de Produtos Ltda, lotes 1 e 25; Peg Lev Secos e Molhados Ltda Epp, lotes 7 e 24; Transpor Tar Produtos Alimentícios Eireli, nos itens 3, 17 e 19; Mapa Comercial Distribuidora Ltda, no lote 15; Datruni Consultoria e Comércio Eireli, lote 18. OBS: no lote 6 não houve 2º classificado.

Proc. nº 47745/20 - Pregão Eletrônico nº 48/20 - Interessado: Secretaria de Educação - Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios estocáveis (biscoito e margarina). O Sr. Pregoeiro torna público que, após análise da Sec. Educação, ficam DESCLASSIFICADAS as empresas Merenda Mais de Suzano Alimentos Eireli, nos lotes 2, 8; Nutricionale Comércio de Alimentos, no lote 5; Transpor Tar Produtos Alimentícios Eireli, nos itens 6 e 12; Danutri Consultoria e Comércio Eireli, no lote 7; Mapa Comercial Distribuidora Ltda, no lote 11. Ficam CLASSIFICADAS as 2ªs colocadas: Nutricionale Comércio de Alimentos, lotes 2 e 6; Jonathan de Albuquerque Reino Me, lotes 5 e 7; Mapa Comercial Distribuidora Ltda, lote 8; Peg Lev Secos e Molhados Ltda Epp, lotes 11 e 12.

Franca, 28 de janeiro de 2021.
Sérgio Luiz Romero Gerbasi
Presidente da Comissão Permanente de Licitações / Pregoeiro

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS
EDITAL DE CHAMAMENTO 001-20

Proc. nº 0537/2020 – Credenciamento público para contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos em caráter de plantão de 12 horas nas especialidades de emergencialistas nas áreas de clínica médica e pediatria para atuação no Pronto Socorro Dr. Álvaro Azzuz, Pronto Socorro Infantil, UPA Aeroporto I e UPA Anita. Credenciadas/aptas: J P ABDALA CARVALHO SERVIÇOS MEDICOS LTDA E S F MEDICINA E SAÚDE LTDA, BIANCA BORGES QUEIROZ EIRELI E N R SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Franca, 28 de janeiro de 2021.
Lucas Eduardo de Souza
Secretário de Saúde

FRANCISCO MORATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

Comunicado. Concorrência Pública nº 003/2020. Processo Administrativo nº 4716/2020. A Comissão Permanente de Licitações, comunica o deferimento do recurso administrativo, apresentado pela empresa Engeklam Empreendimentos Eireli, com a decisão de HABILITAÇÃO; e comunica o indeferimento do recurso administrativo, apresentado pela empresa Ilumitech Construtora Ltda, com a manutenção da INABILITAÇÃO. Com o Julgamento final a relação de HABILITADOS são: Citéluz Serviços de Iluminação Urbana S/A, Engeluz Iluminação e Eletricidade Eireli, Terwan Soluções de Eletricidade Industria e Comércio Ltda, RT Energia e Serviços Ltda e Engeklam Empreendimentos Eireli. INABILITADOS são: Luz Forte Iluminação e Serviços Eireli ME, Ilumitech Construtora Ltda e Ilumiterra Construções e Montagem Ltda. Fica designada sessão de abertura do envelope II – Proposta Comercial, para o dia 05 de fevereiro de 2021, às 10:00 h, na Praça da Liberdade, nº 10, 5º andar, Jardim Sinobe, Francisco Morato. Comissão Permanente de Licitações. Francisco Morato, 28 de janeiro de 2021.

GAVIÃO PEIXOTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAVIÃO PEIXOTO

Extrato de Aditamento Contratual

Contrato: 06/21. Contratante: Prefeitura do Município de Gavião Peixoto. Contratada: LMM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE CLÍNICO GERAL PARA O PFS II (PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA). Vigência: 17 dias. Valor R$ 8.000,00. O ajuste é celebrado diretamente com fundamento no art. 24, inciso II, como dispensa de licitação em razão do valor, relativo a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores. Assinatura: 15/01/2021.

GENERAL SALGADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

SETOR DE EDUCAÇÃO

ASSUNTO: A Diretora de Escola da EMEF "Azílio Antonio do Prado", município de General Salgado, com base no artigo 64, inciso I, do Decreto nº. 17.329/81, combinado com o artigo 8º, do Decreto nº 41.915/97, expede o seguinte Ato Decisório.

Ato Decisório nº. 01/2021– REGINA MARIA MARQUES, RG. 25.632.792-0, Professor I - Efetivo, na EMEF. "Azílio Antonio do Prado", em General Salgado, acumula com o cargo de PEB I na E.M.E.F. "Profª. Clara Carvalho Ferreira, no município de Auriflama - SP.

Acumulação Legal.
General Salgado, 27 de janeiro de 2021.
Maria Tereza Possetti Marques
Diretor de Escola

GETULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GETULINA

Extrato de Aditamento de Contrato
Processo nº 001/2021
Pregão Presencial nº 001/2021
Contrato nº 001/2021
Contratante: Prefeitura Municipal de Getulina
Contratada: Clodoaldo Mota da Silva MEI
Objeto: Prestação de serviços de propaganda com sonorização ambulante
Valor: R$-75.600,00
CAE: 3.3.90.39.88
Vigência: 12 meses
Assinatura: 28/01/2021
Antonio Carlos Maia Ferreira
Prefeito Municipal
Processo nº 001/2021
Pregão presencial nº 001/2021
Objeto: Prestação de serviços de propaganda com sonorização ambulante num período de 12 meses
Adjudicado e Homologado o Processo supracitado a favor da empresa Clodoaldo Mota da Silva MEI
Valor: R$-75.600,00
CAE: 3.3.90.39.88
Assinatura: 28/01/2021
Antonio Carlos Maia Ferreira
Prefeito Municipal

GUAIÇARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÇARA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO (PRESENCIAL) N° 001/2021, EDITAL Nº 002/2021, PROCESSO N° 005/2021. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RL-1C PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAIÇARA-SP. DATA: 12/02/2021, ÀS 09:00 HORAS. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Seção de Licitações, localizada na Rua Tiradentes n° 171 – Centro – CEP 16.430-051 – Telefone (14) 3547-9217, e-mail: licitacao@guaicara.sp.gov.br e no site: www.guaicara.sp.gov.br. Guaiçara-SP, 28 de janeiro de 2021. BRUNO FLORIANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO (PRESENCIAL) N° 02/2021, EDITAL Nº 002/2021, PROCESSO N° 006/2021. OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA UTILIZAÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE GUAIÇARA-SP. DATA: 19/02/2021, ÀS 09:00 HORAS. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Seção de Licitações, localizada na Rua Tiradentes n° 171 – Centro – CEP 16.430-051 – Telefone (14) 3547-9217, e-mail: licitacao@guaicara.sp.gov.br e no site: www.guaicara.sp.gov.br. Guaiçara-SP, 28 de janeiro de 2021. BRUNO FLORIANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal

GUARACI

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

Extrato de Contrato nº 002/2021
Processo de Licitação nº 086/2020
Pregão Presencial nº 024/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
Contratado: INOVAÇÃO COMPUTAÇÃO MÓVEL LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de sistema para leitura e impressão simultânea das faturas de água e esgoto mensais do DAEG, com fornecimento de 03 (três) licenças, 03 (três) smartphones com tela de 5", 03 (três) impressoras térmicas e 760 bobinas térmicas (rolo com 100 faturas úteis e entrega anual) e locação de sistema para execução e gestão das ordens de serviços, com fornecimento de 03 (três) licenças, 03 (três) smartphones com tela de 5"

Valor do Contrato: R$ 55.900,00
Prazo: 12 (doze) meses
Assinatura: 28/01/2021
Renato Azeda Ribeiro de Aguiar – Prefeito Municipal

GUARARAPES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO E MODIFICATIVO DE CONTRATO

Processo de Licitação nº 185/2019 – Pregão Presencial nº 107/2019

Contratante - Prefeitura Municipal de Guararapes
Contratado - Cambraleite Locadora de Veículos Ltda - EPP

Objeto - Primeiro Termo Aditivo e Modificativo ao contrato nº 002/2020 celebrado entre as partes para contratação de serviços de ônibus para transporte de pessoal da cidade de Guararapes até a cidade de Birigui e vice-versa, referente a linha nº 37, e tem por finalidade, prorrogar o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e reajustar valor.

Valor - R$ 6,77/Km rodado
Nº - 002/2.021
Assinatura - 04 de janeiro de 2.021
Vigência – 07 de janeiro de 2.021 a 06 de janeiro de 2.022
PROCESSO Nº 011/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA – RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE GUARARAPES/SP, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA DE BDI E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXOS AO PRESENTE EDITAL.

ENCERRAMENTO: 17/02/2021 ÀS 09:30 HORAS
ABERTURA: 17/02/2021 ÀS 10:00 HORAS

LOCAL: Os documentos para habilitação e os envelopes propostas, deverão ser protocolados até as 09:30 horas do dia 17/02/2021, na Seção de Expediente da Prefeitura Municipal de Guararapes, sito à Avenida Marechal Floriano, 565, neste Município de Guararapes/SP, sendo abertos às 10:00 horas do mesmo dia, no prédio localizado a Rua Prudente de Moraes, 575-Fundos.

OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolim Telles nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br

Guararapes, 28 de janeiro de 2021
Maria Marta Justi
Dirª Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

PROCESSO Nº 013/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA - RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE GUARARAPES-SP, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA DE BDI E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXOS AO PRESENTE EDITAL.

ENCERRAMENTO: 17/02/2021 ÀS 13:30 HORAS
ABERTURA: 17/02/2021 ÀS 14:00 HORAS

LOCAL: Os documentos para habilitação e os envelopes propostas, deverão ser protocolados até as 13:30 horas do dia 17/02/2021, na Seção de Expediente da Prefeitura Municipal de Guararapes, sito à Avenida Marechal Floriano, 565, neste Município de Guararapes/SP, sendo abertos às 14:00 horas do mesmo dia, no prédio localizado a Rua Prudente de Moraes, 575-Fundos.

OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolim Telles nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br

Guararapes, 28 de janeiro de 2021
Maria Marta Justi
Dirª Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

GUARAREMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA

EXTRATO: Contrato 03/2021. ORIGEM: Processo 11/2021, Dispensa de Licitação 06/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guararema. CONTRATADA: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUARAREMA. OBJETO: GERENCIAMENTO DO "CENTRO DE VACINAÇÃO - COVID-19". VALOR: R$ 646.170,73. VIGÊNCIA: 03 meses. ASSINATURA: 15/01/2021. JOSE LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

EXTRATO: Termo de Aditamento 05 - Contrato 46/2018. ORIGEM: Processo 104/2018, Pregão Presencial 24/2018. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guararema. CONTRATADA: SMARTLIFT ELEVADORES DO BRASIL LTDA - ME. OBJETO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES (SEM FORNECIMENTO DE PEÇAS). Retomada ao contrato. ASSINATURA: 14/01/2021; Vigência: 01/04/2021. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

GUARUJÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

AVISO DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças nas autoclaves da marca ORTOSINTESE e da marca STERMAX, para atender às Unidades da Secretaria de Saúde do Município de Guarujá.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP

O Edital na íntegra e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site www.guaruja.sp.gov.br, através do link "Serviços Online"; "Sistema de Licitações", ou pessoalmente, na Diretoria de Compras e Licitações(mediante o recolhimento de R$ 25,00 referentes aos custos de reprodução) sito na Av Santos Dumont, 800, 1º andar – Santo Antônio - Guarujá – SP, no período de 01 de fevereiro de2021 até o dia 10 de fevereiro de 2021.O pagamento deverá ser efetivado na Agência Bancária situada dentro do Paço Municipal Raphael Vitiello. Os demais atos que necessitarem de publicidade serão publicados oficialmente apenas no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, artigo 6º, inciso XIII; Lei Municipal nº 2.812/2001, e disponibilizados, em caráter informativo, no site do Município.

Os Envelopes nº 1 e 2 e a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação serão recebidos na Diretoria de Compras e Licitações no dia 11 de fevereiro de 2021 até às 09h30m, quando se dará a abertura da sessão pública.

Guarujá, 22 de janeiro de2021.

VITOR HUGO STRAUB CANASIRO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

GUARULHOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS

A Pref.de Guarulhos,através do Depto de Licit.e Contratos,torna público os seguintes atos:Agendadas:PE23/21 PA2799/20 menor preço c/reserva p/Me,Epp e Mei visa RP de botina de segurança.Abertura:15/02/21 8:30 disputa:9:30. PE24/21 PA26872/20 menor preço visa RP de preparação alcoólica p/fricção antisséptica das mãos.Abertura:12/02/21 8:30 disputa:9:30.PE25/21 PA26353/20 menor preço c/reserva p/ Me,Epp e Mei visa RP de cones,cavaletes e fita zebrada.Abertura:12/02/21 8:30 disputa:9:30.PE26/21 PA28471/20 menor preço c/reserva p/Me,Epp e Mei visa RP de termômetro infravermelho digital.Abertura:12/02/21 8:30 disputa:9:30.PE27/21 PA35569/20 menor preço exclusivo p/Me,Epp e Mei visa RP de probiótico p/cump.de mandado judicial.Abertura:16/02/21 8:30 disputa:9:30.PE28/21 PA27717/20 menor preço exclusivo p/ Me,Epp e Mei visa RP de entacapona p/atender a mandado judicial.Abertura:15/02/21 8:30 disputa:9:30.PE29/21 PA79889/19 menor preço global do item c/reserva p/Me,Epp e Mei visa RP de macarrão.Abertura:15/02/21 8:30 disputa:9:30.Repetição de Certame:PE271/20 PA20119/20 menor preço visa contratação de emp.especializada na prest.de servs.de hidroterapia p/atend. de demandas judiciais.Abertura:12/02/21 8:30 disputa:9:30. PE377/20 PA63445/19 menor preço c/reserva p/Me,Epp e Mei visa fornec.de microcomputadores.Abertura:16/02/21 8:30 disputa:9:30.Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link:Licit.Agendadas.Homologação:PE78/20 PA81316/19 Item 1 Pizani Equips.de Segurança Ltda e Item 2 R D David Prods.Promocionais Me.PE253/20 PA3196/19 Itens 1 e 3 Calçados Kallucci de Franca Ltda e Itens 2 e 4 B.G.F.Com. de Confecções e Calçados Ltda.PE305/20 PA25460/20 Itens 1 e 2 Soma/SP Prods.Hospitalares Ltda;Itens 3 e 5 Medimport Com. de Prods.Hospitalares Eireli;Item 4 Fracassado;Item 6 Inovamed Hospitalar Ltda;Item 7 Cristália Prods.Químicos Farmacêuticos Ltda;Itens 8 e 10 Dupatri Hospitalar Com.Imp.e Exp.Ltda e Item 9 Deserto.

PE347/20 PA26767/20 Item Único Cubomed Com.Atacadista de Prods.p/Saúde Eireli.PE362/20 PA30014/20 Itens 1 e 2 Genésio A.Mendes & cia Ltda.PE379/20 PA25037/20 Itens 1 e 3 Bertoni Medical Ltda e Item 2 Cicarelli Instrumentos Cirúrgicos Ltda Me.PE388/20 PA25952/20 Lotes 1 ao 5 Polar Fix Ind.e Com.de Prods.Hospitalares Ltda e Lote 6 P.H.O Prods. Hospitalares e Odontológicos Eireli.PE393/20 PA24754/20 Lote Único Norte Ind.Gráfica Ltda Epp.PE396/20 PA27213/20 Itens 1 e 2 Newcare Com.de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda. PE401/20 PA21338/20 Item Único Dupatri Hospitalar Com.Imp.e Exp.Ltda.Adjudicação e Homologação:PE365/20 PA25470/20 Itens 1 e 2 Vital Hospitalar Comercial Ltda e Item 3 Biobase Ind.e Com.Ltda.Homologação e Adjudicação:CP03/20 PA18072/95 Adjudicatária:Poly Clip System Ltda.CV16/20 PA31754/20

Adjudicatária:Fral Consultoria Ltda.Julgamento de Habilitação e Proposta:CV10/20 PA10891/20 a CPL-DLC.03 torna público a Habilitação das emps.Mgx Eng.e Consultoria Ltda Me,Exame Tecnologia S/S Ltda Me,Officeplan Planej.e Gerenciamento Ltda Epp e a Inabilitação das emps.Edipal Construtora e Imóveis Papai Ltda por não atender o item 5.1.4.2.1 atestado e RR Torres Arquitetura e Construção Eireli por não atender o item 5.1.4.1.apresentar Certidão do CAU vencida e não atender o item 5.1.4.2.1 atestado.Assim,a CPL classifica em 1ºExame Tecnologia S/S Ltda Me,2ºOfficeplan Planej.e Gerenciamento Ltda Epp e 3ºMgx Eng.e Consultoria Ltda Me.Face à classificação,a Comissão declara vencedora a emp. Exame Tecnologia S/S Ltda Me.Fica aberto prazo de 2 dias úteis p/interposição de recursos.Informamos que o arq.c/ julgamento na íntegra encontra-se disponível no Portal da Transp.no site oficial da Prefeitura de Guarulhos.Licitação Deserta:PE436/20 PA33667/20.Licitação Fracassada:PE06/21 PA30670/20.PE420/20 PA11323/20.Licitação Fracassada/ Revogada:PE103/20 PA55314/19 Itens 1 e 2 Fracassados e Item 3 Revogado em atendimento ao subitem 12.2.2 do Edital. Revogação do Ato de Adjudicação e Homologação:PE269/20 PA20022/20 Revogação da Adjudicação e Homologação do Item 10 à emp.Multifarma Com.e Representações Ltda.À vista disto,após a convocação dos licitantes remanescentes,o Item 10 restou Fracassado.Interposição de Recurso:CP03/18 PA53689/17 Tornamos público que a emp.Construrban Logística Ambiental Ltda interpôs recurso contra a decisão da Comissão.Fica aberto o prazo de 5 dias úteis p/contrarrazões. Extrato de Contratos/Termos/Autorizações de Fornec.Contratante PMG:CPS9912517536/21 Disp.Art 24 VIII da Lei 8666/93 PA28626/20 Contr.Emp.Brasileira de Correios e Telegrafos Obj Servs.Postais Vig 12 meses VrR$1.920.000,00 Ass13/01/21. CPS000301/21 ARP9311/20 PE11/20 PA1137/21 Contr.Guaru Pão Ind.e Com.Ltda Obj fornec.de pão francês c/margarina Vig 12 meses VrR$34.285,60 Ass 25/01/21.TA03-029001/18 PA3229/18 Contr.Proguaru Obj Servs.de controle,operação e fiscalização de portaria,c/efetiva cobertura dos postos designados pela Sec.da Saúde de Guarulhos.Finalidade:Acréscimo ao valor contratual equivalente à R$904.555,50,face à inclusão de 2 postos diurnos e 8 postos diuturnos Valor do contrato atualizado:R$10.225.422,66 Ass 18/01/21.TA01-020501/20 PA62155/17 Contr.Gidep Gestão Inteligente de Devedores Públicos Ltda Obj Prest.de servs.técs.de manutenção,sup.administração do ambiente computacional,atualização tecnológica e aperfeiçoamento p/Sist.Informatizado de Gestão da Execução Fiscal,integrado aos cadastros da Administração,c/todas as suas funcionalidades em ambiente WEB.Finalidade:Prorrogação do prazo de vigência contratual por 24 meses Vig 07/02/23 VrR$5.962.661,04 Ass 25/01/21.Penalidades:PA7650/20 tem o presente a finalidade de cientificar-lhes que foi Negado Provimento ao recurso interposto por essa emp.Airmed Eireli contra a penalidade aplicada em decorrência do inadimplemento de obrigações contratuais,fundamentada no Art 87 II da Lei de Licit.e Contratos,c/c cláusula 6 item 1 letra"b"e item 2 letras"a"e"b"da AF1461/19 decorrente da ARP012511/19 permanecendo a penalidade aplicada Multa de 0,33% por dia de atraso,sobre o valor correspondente da parcela,caracterizado pelo atraso de 21 dias na entrega códs.918,920,922 e 5061 e 54 dias cód.921 e 20% sobre o valor correspondente da parcela,pelo atraso de 61 dias cód.2082 e de 96 dias cód.5986,caracterizando inexecução parcial,todos do instrumento contratual,que perfaz a imp.de R$656,33.Motivo:atraso na entrega.PA1729/20 comunicamos através do presente que a emp.Transtam Comercial Eirlei em razão do descump.das obrigações assumidas nos termos do disp.no Dec.35699/19 e do Art 87 II da Lei de Licit.e Contratos c/c cláusula 6 itens 1 e 2 letra"a"da AF97/20 foi aplicada a penalidade de Multa de 20% sobre o valor que perfaz a imp.de R$6.000,00.Fica assegurado,o prazo recursal de 5 dias úteis conf.disp.no Art 109 I da LF8666/93.PA23680/20 comunicamos através do presente que a emp.Medefe Prods.Médico Hospitalares Ltda em razão do descump.das obrigações assumidas,nos termos do disp.no Dec.35699/19 e do Art 87 II da Lei de Licit.e Contratos c/c cláusula 6 itens 1 letra"b"e 2 letras"c"e"g"da AF535/20 decorrente da ARP24211/19 foi aplicada apenalidade de Multa de 20% sobre o seu valor,que perfaz a imp.de R$2.080,00.Fica assegurado,o prazo recursal de 5 dias úteis conf.disp.Art 109 I da LF8666/93.PA30266/20 comunicamos através do presente que a emp.Soma/SP Prods.Hospitalares Ltda em razão do descump. das obrigações assumidas,nos termos do disp.no Dec.35699/19 e do Art 87 I da Lei de Licit.e Contratos c/c cláusula 6 item 1 letra"a"da AF985/20 decorrente da ARP065311/19 foi aplicada apenalidade de Advertência.Fica assegurado,o prazo recursal de 5 dias úteis conf.disp.no Art 109 I da LF8666/93.Extrato de Atas/Termos ARPs formalizadas nos termos do edital,atendendo o estabelecido na lei complementar n°123/06 alterada pela lei complementar n°147/14 Vigência das ARPs:12 meses contados da assinatura e Contratante PMG:PA4484/20 PE217/20 ARP711/21 obj lote 01 75% fornec.de alimento substitutivo de leite,rações,suplementos vitamínicos p/animais,farinha láctea,sal grosso,farelo de trigo e outros.Fornecedor:Licitavet Comercial Ltda Epp Ass 14/01/21.ARP811/21 obj fornec.de papa p/filhotes,néctar p/beija flor e ração.Fornecedor:Sox Solução em Extrusão Ltda Ass 14/01/21.ARP911/21 obj 25% fornec. de alimento substitutivo de leite,rações,alimento coadjuvantes e suplementos vitamínicos p/animais.Fornecedor:Zom Comercial Eireli Ass 14/01/21.PA54903/19 PE122/20 ARP51111/20 obj fornec.de medicamentos p/cump.de mandado judicial. Fornecedor:Daniela Cristina Souza Stos Eireli Ass 02/12/20. PA8011/20 PE215/20ARP51211/20 obj fornec.de anestésico local injetável p/carpule odontológica a base de cloridrato de lidocaína e deprilocaína3%.Fornecedor:Diabéticos Eireli Ass 02/12/20.PA9987/20 PE233/20 ARP50711/20 obj fornec. de medicamento.Fornecedor:Inovamed Com.de Medicamentos Ltda Ass 30/11/20.PA91364/19 PE200/20 ARP49311/20 obj 25% fornec.de alimento nutricionalmente completo p/nutrição enteral ou oral em pó p/adulto.Fornecedor:Drogaria Popular Melhor Preço RGS EireliAss 25/11/20.ARP49411/20 obj 75% lote 1 fornec.alimento nutricionalmente completo p/nutrição enteral ou oral em pó p/adulto.Fornecedor:Support Prods.Nutricionais LtdaAss 25/11/20.PA78993/19 PE260/20 ARP51911/20 obj fornec.de digitalizadora de imagens.Fornecedor:Konica Minolta Healthcare do Brasil Ind.de Equips.Medicos Ltda Ass 03/12/20.PA22337/20 PE250/20 ARP1911/21 obj covid 19 75% fornec.de avental descartável.Fornecedor:Hipomed Com. Atacadista de Prods.p/Saúde Ltda Ass 20/01/21.PA24124/20 PE310/20 ARP2111/21 obj fornec.de cloreto de sódio 20% 20 mg/ml.Fornecedor:Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda Ass 21/01/21.PA24127/20 PE321/20 ARP1511/20 obj 25% fornec.de solução de ácido peracético.Fornecedor:Hospbox Distribuidora de Prods.Hospitalares Ltda-Me Ass 20/01/21.ARP1611/20 obj 75% fornec.de solução de ácido peracético.Fornecedor:Medpoa Com.de Material Hospitalar Ltda Ass 20/01/21.PA14200/20 PE354/20 ARP2011/21 obj fornec.de cabos,fusíveis,conectores e outros.Fornecedor:Comercial Ecomix Eireli Ass 20/01/21.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 2131/2020

O presidente da Câmara Municipal de Guarulhos, Exmo. Sr. FAUSTO MIGUEL MARTELLO, leva ao conhecimento de todos os interessados que fará realizar reunião pública no dia 12/02/2021, às 09h00min, visando ao credenciamento e abertura do procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL (nº 01/2021), do tipo Menor Preço.

Objeto: prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra de motorista, manobrista, copeira, ajudante geral, recepcionista, controlador de acesso e liderança, conforme detalhado no Termo de Referência, Anexo I do presente Edital.

Local: Rua João Gonçalves, nº 604, Centro, Guarulhos-SP (favor aguardar na recepção).

Obtenção do Edital: i) na sala da Comissão Permanente de Compras, Licitações e Contratos, 3º andar, sala nº 138, das 08h às 17h, ou; ii) pelo site http://www.guarulhos.sp.leg.br/ (acessar link "Portal da Transparência" e, dentro deste, ir na aba "Mais Transparência") ou ainda; iii) através do e-mail pregao@guarulhos.sp.leg.br (favor colocar no assunto do e-mail: "Solicita Edital Pregão Presencial nº 01/2021").

Guarulhos, 29 de janeiro de 2021.

FAUSTO MIGUEL MARTELLO

Presidente da Câmara Municipal de Guarulhos

GUZOLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

RESUMO DA ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Processo nº 002/2021, Licitação nº 002/2021, Edital nº 001/2021, Pregão Presencial nº 001/2021

Aberto os envelopes propostas das empresas credenciadas, Auto Posto Ártico de Guzolândia Eireli e João Carlos Cavassani o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, analisando o Edital e a proposta de menor preço por ítem, após as etapas de lances e negociação direta, ficou constatado que todos os itens foram fracassados. Demais informações serão dadas aos interessados no Setor de Licitação, no horário normal de expediente. Guzolândia, 28/01/2021. Luiz Umberto Maschio-Pregoeiro e Equipe de Apoio.

HORTOLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

DESPACHO. PMH 8063/2020. Inexigibilidade nº 04/2021. Objeto: Aquisição de insumos para implante coclear. Contratante: Município de Hortolândia/Fundo Municipal de Saúde. Contratada: POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. Enquadramento Legal: Artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93. 1. Diante dos elementos constantes nos autos, RATIFICO a decisão administrativa e AUTORIZO a aquisição, pelo valor total de de R$ 12.280,00 em favor da empresa POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, devendo onerar a dotação orçamentária do presente exercício, codificada sob Ficha nº 618, 02.35.10.10.3 02.0206.2355.3.3.90.32.00, D.R. 01.310.0000. Hortolândia, 27 de janeiro de 2021. Dênis André José Crupe/Secretário de Saúde.

AVISO. O Município de Hortolândia torna público aos interessados, o PREGÃO ELETRÔNICO RP nº 09/2021, Edital nº 11/2021, PMH nº 8021/2020. Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, com instalação. Data da Abertura 01/02/2021. Início do Cadastro das Propostas iniciais/documentos de habilitação 02/02/2021 às 08:00. Encerramento do Cadastro das Propostas iniciais/documentos de habilitação 11/02/2021 às 09:00. Início do Pregão (fase competitiva) 11/02/2021 às 09:30. Tempo de Disputa 10 minutos. Para todos as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br. Além da plataforma eletrônica disponível no website, o Edital e seus anexos poderá ser obtido no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br (Licitações - Fácil Hortolândia) ou junto ao Departamento de Suprimentos, Setor de Cadastro, na Rua José Cláudio Alves dos Santos, 585, Remanso Campineiro, Hortolândia/SP, 08:00 às 11:30:00 e das 13:00 às 16:30 horas, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância equivalente ao custo por folha da Administração. Hortolândia, 25 de janeiro de 2021. Ieda Manzano de Oliveira/Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal.

Aviso. O Município de Hortolândia torna público aos interessados, o Pregão Eletrônico 10/2021, Edital 12/2021, PMH 7425/2020, destinado exclusivamente à participação de ME/EPP. Objeto: Aquisição de pontas e peças de reposição para ultrassom odontológicos. Cadastro de Propostas iniciais/documentos de habilitação até 10/02/2021 às 08:30. Início do Pregão (fase competitiva) 10/02/2021 às 09:00. Tempo de Disputa 10 minutos. Para todos as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br. Além da plataforma eletrônica disponível no website, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br ou junto ao Departamento de Suprimentos, Setor de Cadastro, na Rua José Cláudio Alves dos Santos 585, Remanso Campineiro, Hortolândia/SP, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância do equivalente ao custo por folha da Administração. Hortolândia, 27 de janeiro de 2021. Ieda Manzano de Oliveira/Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal.

Aviso. O Município de Hortolândia torna público aos interessados, o Pregão Eletrônico 11/2021, Edital 13/2021,PMH 7698/2020, destinado exclusivamente à participação de ME/EPP. Objeto: Aquisição de materiais de infraestrutura de rede de informática. Cadastro de Propostas iniciais/documentos de habilitação até 10/02/2021 às 08:30. Início do Pregão (fase competitiva) 10/02/2021 às 09:30. Tempo de Disputa 10 minutos. Para todos as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br. Além da plataforma eletrônica disponível no website, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br ou junto ao Departamento de Suprimentos, Setor de Cadastro, na Rua José Cláudio Alves dos Santos, 585, Remanso Campineiro, Hortolândia/SP, das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância do equivalente ao custo por folha da Administração. Hortolândia, 27 de janeiro de 2021. Ieda Manzano de Oliveira/Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal.

AVISO. O Município de Hortolândia torna público aos interessados, o Pregão Presencial R.P. 142/2020, Edital 182/2020, PMH 6499/2020. Objeto: aquisição de purificador de água. Abertura 03/02/2021. SESSÃO PÚBLICA 12/02/2021. Horário às 14:30. O Edital e seus anexos poderá ser obtido no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br ou junto ao Departamento de Suprimentos, na Rua José Cláudio Alves dos Santos, 585, Remanso Campineiro, Hortolândia/SP, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, mediante o recolhimento aos cofres públicos das custos da reprografia. Hortolândia, 21 de janeiro de 2021. Ieda Manzano de Oliveira/Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal.

ERRATA DE HOMOLOGAÇÃO. Pregão Eletronico nº 123/2020. PMH n° 5647/2020. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médicos-hospitalares. PUBLICADA NO D.O.E e Diário do Município em 11/12/20... ONDE SE LÊ: bem como autoriza a respectiva despesa pelo valor de R$ 350.000,00. LEIA: bem como autoriza a respectiva despesa pelo valor de R$ 349.997,64. Hortolândia, 28 de janeiro de 2021. Secretário Municipal de Saúde/Denis André José Crupe.

Extrato de Contrato nº 66/2021. PMH nº 6346/20. Convite nº 13/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação de um parque ambiental em uma área pública ao lado do Loteamento Residencial Green Park. Contratada: Planeja Comercio de Materiais de Construção e Serviços de Reformas em Imóveis Eireli Epp, CNPJ 06.034.266/0001-31. Valor R$ 278.426,56. Prazo 06 meses da ordem de serviço. Assinatura 25/01/2021. Hortolândia, 25 de janeiro de 2021. José Nazareno Zeze Gomes/Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Extrato de Contrato nº 67/2021. PMH nº 5647-20. Pregão Eletronico nº 123/2020. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médicos-hospitalares. Contratada: INTER HELP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP, CNPJ 04.933.239/0001-75. Valor R$ 349.997,64. Prazo 12 meses da ordem de serviço. Assinatura 26/01/2021. Hortolândia, 26 de janeiro de 2021. Dênis André José Crupe/Secretaria Municipal de Saúde-Fundo Municipal de Saúde.

IACRI

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2021

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 005/2021 – Processo nº 013/2021, para o fornecimento parcelado de medicamentos manipulados, destinados ao Centro de Saúde – Setor de Saúde do Município, pelo período de 12 meses. O edital minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Compras desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525, ou pelo site www.iacri.sp.gov.br. A presente licitação realizar-se-á no dia 12/02/2021, às 9h00min.

HOMOLOGAÇÃO

O PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2021 para a venda da folha de pagamento do município de Iacri foi HOMOLOGADO para a seguinte licitante: BANCO BRADESCO S.A., no valor total de R$ 170.010,00.

TERMO DE REVOGAÇÃO

Carlos Alberto Freire, Prefeito Municipal de Iacri, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 49 da Lei Federal 8.666/93, resolve REVOGAR a licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 024/2020, Edital 045/2020, objetivando a fornecimento parcelado de medicamentos manipulados, destinados ao Centro de Saúde – Setor de Saúde do Município de Iacri, pelo período de 12 (doze) meses, devido ao desinteresse de proponentes em participar desta licitação, verificou a apresentação de uma única proposta, tornando assim os preços inexequíveis para o município, sendo que será aberta nova licitação, na mesma modalidade para proporcionar o aumento da competitividade, com a participação de maior números de propostas, o que poderá proporcionar menor preço para aquisição dos objetos.

Iacri, 28 de janeiro de 2021.

Carlos Alberto Freire–Prefeito Municipal

IARAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IARAS

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N° 001/2021

PROCESSO N° 008/2021

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a aquisição de sistema de ensino e fornecimento de material didático para alunos e professores, acompanhado de orientação pedagógica continuada aos professores e gestores para sua melhor utilização e acesso ao portal com conteúdo adicional para alunos, professores e gestores, para o ano letivo de 2021, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I.

DATA DE REALIZAÇÃO: 04/03/2021.

HORÁRIO DE INÍCIO: 09H00.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, localizado na Praça Monção nº 683 – Bairro Centro – CEP 18.775-021 – Iaras – SP – Telefone (0XX14) 3764-9400 – E-mail: licitacaoiaras@hotmail.com.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, localizado na Praça Monção nº 683 – Bairro Centro – CEP 18.775-021 – Iaras – SP – Telefone (0XX14) 3764-9400 – E-mail: licitacaoiaras@hotmail.com.

IARAS, 28 DE JANEIRO DE 2021.

MARCOS JOSÉ ROSA

PREFEITO MUNICIPAL DE IARAS

IBATÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATÉ

RETIFICAÇÃO II - PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2020

Objeto: Pregão Presencial pela modalidade Registro de Preços, EXCLUSIVAMENTE para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual visando a aquisição de Playgrounds a serem instalados em logradouros públicos, praças e escolas municipais de Ibaté/SP, conforme Termo de Referência (Anexo I).

O DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES torna público que, na data, horário e local, acima assinalados fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com critério de julgamento pelo "MENOR PREÇO POR LOTE", sob o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS–SRP.

DA RETIFICAÇÃO: Fica alterado o quantitativo dos itens, passando de 01 kit playgrounds para o quantitativo de 06 kits playgrounds, constantes do TERMO DE REFERÊNCIA – Anexo I.

Sendo designada nova data para abertura:

Data do Pregão: 12 de fevereiro de 2021 às 14:30 horas

Data da Entrega dos Envelopes: até às 14h15m do dia 12 de fevereiro de 2021.

Local: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Ibaté, localizado na Avenida São João, n.º 1771 – Centro – Ibaté/SP.

Conforme Decreto Executivo n.º 2.914, de 23 de dezembro de 2020, fica designado Pregoeiro e equipe de apoio, em obediência ao artigo 3º, inciso § 1º, da Lei Federal n.º 10.520/02.

Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Ibaté, localizada na Avenida São João, º 1.771, Centro, no horário compreendido entre as 08h às 12h e das 13h30m às 17h, de segunda a sexta-feira e gratuitamente pelo site: http://www.ibate.sp.gov.br no link "Licitações Públicas – Pregão Presencial", devendo ser enviado documento de retirada. Informações adicionais poderão ser obtidas por meio do telefone (16) 3343-9800 ramais 2071 e 2072.

Ibaté/SP, 28 de janeiro de 2021.

Marília de Oliveira

Chefe de Divisão de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATÉ

Encanto do Planalto

Avenida São João, n.º 1771 – Centro – Ibaté/SP

Fone/Fax: (16) 3343-9800

E-mail: licitacao@ibate.sp.gov.br

IBIRÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRÁ

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2021 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº. 019/2021

Objeto: registro de preços para fornecimento de carnes, frios e embutidos, destinados ao atendimento da merenda escolar. Encerramento e entrega de envelopes documentação e proposta, no dia 12/02/2021, às 08:30 horas, na sede da Prefeitura Municipal "Paço Municipal Sebastião Antonio Zito". Edital completo pelo site www.ibira.sp.gov.br. Informações pelo e-mail assessor@ibira.sp.gov.br ou telefone 17-35519900, com o Sr. Leandro Antonio Colombo Bueno, Pregoeiro, nos dias úteis, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibirá, em 28 de janeiro de 2021. – LEANDRO ANTONIO COLOMBO BUENO – PREGOEIRO

IEPÊ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ

COMUNICA HOMOLOGAÇÂO

PROCESSO Nº 01/2021

PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2021

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Iepê/SP, atendendo ao disposto na legislação que regula a matéria, comunicam a todos os interessados, que em decisão datada de 27/01/2021, nos autos do certame em epígrafe, o Exmo. Prefeito Municipal decidiu HOMOLOGAR os seguintes atos praticados, ratificando a adjudicação do objeto do certame o proponente: URS COMBUSTIVEL LTDA; CNPJ:03.773.599/0001-94 Fica o licitante vencedor convocado para assinatura do contrato no prazo estipulado no edital de licitação. Iepê/SP, Paço Municipal Jorge Bassil Dower, 28 de janeiro de 2021.

IGUAPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL

COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Iguape, situada na Avenida Adhemar de Barros, n.º 1.070, Bairro Porto do Ribeira, Iguape/SP, CEP 11.920-000 ,o PREGÃO PRESENCIAL nº. 001/2021, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM conforme especificações detalhadas no Edital.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETOR DE AR PARA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE IGUAPE, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013,Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2014.

DATA PARA A ENTREGA DO(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE QUANDO FOR O CASO E DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ATÉ: 10 DE FEVEREIRO DE 2021, ATÉ AS 9h30m HORAS (HORÁRIO DE BRASILIA) NO SETOR DE PROTOCOLO NESTA PREFEITURA.

LOCAL E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Auditório da Prefeitura Municipal de Iguape, situada na Avenida Adhemar de Barros n.º 1.070, Bairro Porto do Ribeira, Iguape/SP, CEP 11.920-00, no DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2021, AS 10h00m .

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: www.iguape.sp.gov.br ou de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, na Avenida Adhemar de Barros, nº 1.070 – Bairro Porto do Ribeira – Iguape – SP – CEP 11.920-000. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo e-mail licitacao@iguape.sp.gov.br ou telefone 0(13) 3848-6836, Prefeitura Municipal de Iguape.

Wilson Almeida Lima

Prefeito.

ILHABELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA

Extrato

Extrato do 5.º Termo Aditivo ao Convênio n.º 001/2018. Partícipes: o Município de Ilhabela e a Santa Casa de Misericórdia de Ilhabela. Objeto do 5.º Termo Aditivo ao Convênio n.º 001/2018: prorrogação do Convênio pelo prazo de 3 (três) meses, de 01.01.2021 a 31.03.2021, visando à execução das atividades concernentes ao SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS em parceria com o Poder Público Municipal (SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR LABORATÓRIO CLÍNICO E EXAMES COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO), consoante teor do Processo Administrativo n.º 6430-3/2018. Data da assinatura: 01.01.2021.

HOMOLOGAÇÃO

Proc.Adm.10743-9/2020 Considerando o disposto no inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a ADJUDICAÇÃO do certame licitatório levado a termo pelo Pregão Eletrônico 60/2020, que trata do REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMO PARA AUXÍLIO SUPLEMENTAR DO SERVIÇO SOCIAL, no item 6 a favor da empresa CIRÚRGICA SÃO JOSÉ LTDA. no valor total de R$ 2.943,36 (Dois mil, novecentos e quarenta e três reais e trinta e seis centavos), ficando Desertos os itens 1, 2, 3, 4 e Fracassado o item 5 e, HOMOLOGO a licitação de acordo com a proposta apresentada. Ilhabela, 25 de janeiro de 2021.Antonio Luiz Colucci – Prefeito Municipal. Proc.Adm. nº 7486-0/2020 Considerando o disposto no inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a ADJUDICAÇÃO o certame licitatório levado a termo pelo Pregão Eletrônico 52/2020, que trata do REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS, nos itens 2, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92 e 93 a favor da empresa BELLA`S GRÁFICA EIRELI - ME no valor total de R$ 139.733,35 (Cento e trinta e nove mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos), nos itens 1, 3, 9, 10, 15, 53, 54, 66, 72, 73, 82 e 85 a favor da empresa GRÁFICA IGUAÇU LTDA no valor total de R$ 8.000,60 (Oito mil reais e sessenta centavos), nos itens 14, 21, 41, 43, 55, 56, 62, 86 e 87 a favor da empresa PUCCINELLI GRÁFICA EDITORA LTDA-ME no valor total de R$ 3.691,10 (Três mil, seiscentos e noventa e um reais e dez centavos) e HOMOLOGO a licitação de acordo com as propostas apresentadas.Ilhabela, 25 de janeiro de 2021. Antonio Luiz Colucci – Prefeito Municipal.

Abertura Licitação

A Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Ilhabela, torna público que fará realizar à Rua Pref. Mariano P. de Araujo Carvalho, 86 Bairro Perequê, Ilhabela-SP, a seguinte licitação: Edital nº 004/2021 – Proc. Adm. nº 254-7/2021–Pregão Presencial nº 002/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da ANATEL (Agência Nacional de telecomunicações), para prestação de serviço, de natureza continuada, de telefonia móvel. data da entrega das propostas dia 11/02/2021 as 10:10horas. O Edital completo deverá ser retirado no Portal Oficial do Município sitio www.ilhabela.sp.gov.br – serviços – licitações e quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, das 10h00min às 17h00min ou pelo telefone (12) 3896-9207, em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência à data da abertura. Ilhabela, 28 de janeiro de 2021–Benedito Wenceslau Neto-Departamento de Licitações.

ILHA SOLTEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021.

OBJETO: Registro de preços visando a futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum (S500), Óleo Diesel S10 e Etanol) e Aditivo Arla 32, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Segurança, Transporte, Trânsito e Defesa Civil, desta Prefeitura Municipal. TIPO: Menor Preço por Item. DATA DA REALIZAÇÃO: 11/02/2021, com início às 09h00 (horário de Brasília). Informações e Edital na íntegra à disposição dos interessados no site: www.ilhasolteira.sp.gov.br e na Divisão de Compras, Sala 01 da Prefeitura, mediante identificação, endereço, número de telefone, e-mail e CNPJ ou CPF. Outras informações e/ou esclarecimentos pelo fone (18) 3743-6020, e-mail: compras@ilhasolteira.sp.gov.br ou Fax (18) 3743-6060. Ilha Solteira, 29/01/2021. Otávio Augusto Giantomassi Gomes – Prefeito Municipal.

INDAIATUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2021

EDITAL Nº 020/2021

Objeto: Seleção de produtor rural de pequeno porte, da Agricultura Familiar do Município, para ocupar e explorar, através de Permissão de Uso, com caráter precário e oneroso, por prazo indeterminado, área pública, referente a Unidade Comercial (Boxe 20), localizada na Antiga Estação de Itaici, sito à Rua Francisco Araújo, nº 08 – Bairro Itaici, cadastrada sob o nº 6002.1750.0-5, destinada ao funcionamento do "Ponto Verde" – Feira da Agricultura Familiar, sendo que as obrigações e direitos do Permissionário deverá estar de acordo com o Regulamento Geral e Decreto Nº 13.333, de 18/05/2018 constante do Anexo I, que faz parte integrante deste edital. O edital está disponível gratuitamente, através do "site" da Prefeitura na internet www.indaiatuba.sp.gov.br. Os envelopes deverão ser entregues no Departamento de Protocolo, localizado à Av. Engº Fábio Roberto Barnabé, 2.800 - Jardim Esplanada II - Indaiatuba SP, até as 09:00 horas do dia 18 de fevereiro de 2021, sendo que a abertura será na sala do Departamento de Licitações, localizada à Av. Engº Fábio Roberto Barnabé, 2.800 - Jardim Esplanada II - Indaiatuba/ SP. Informações através dos telefones nºs.: (19) 3834- 9085 / 3834-9087.

Indaiatuba, 28 de janeiro de 2021

NILSON ALCIDES GASPAR

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021

EDITAL Nº 019/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada para instalação de 280 (duzentos e oitenta) projetores interativos nos prédios da Secretaria Municipal de Educação, incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas e materiais, conforme descrição constante no anexo I do edital. O edital está disponível gratuitamente, através do "site" da Prefeitura na internet www.indaiatuba.sp.gov.br. Os envelopes deverão ser entregues, diretamente a Pregoeira Regiane Freitas de Abreu, na sala de reunião do Departamento de Licitações, localizado à Av. Engº. Fábio Roberto Barnabé, nº 2.800 - Jardim Esplanada II - Indaiatuba/ SP, às 09:00 horas do dia 12 de fevereiro de 2021. Informações através dos telefones nºs.: (19) 3834-9202 / (19) 3834-9085.

Indaiatuba, 28 de janeiro de 2021

NILSON ALCIDES GASPAR

Prefeito Municipal

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

AVISO DE REABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2020 - EDITAL Nº 129/2020 - PROCESSO Nº 134/2020

Objeto: Aquisição de tubos de PVC-U/PVC-O e PVC, através do Sistema de Registro de Preços.

COMUNICADO DE REABERTURA: O SAAE faz saber que encontra-se reaberto o procedimento licitatório em referência. O Edital Retificado, está disponível gratuitamente através dos sites: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.saae.sp.gov.br. Este Pregão será realizado de forma ELETRÔNICA, através do BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, na data de 18 de fevereiro de 2021, às 09h00. Maiores informações, na Gerência de Compras, Licitações e Contratos do SAAE, através do telefone: (19) 3834-9421. Indaiatuba, 28 de janeiro de 2021. ENGº SANDRO DE A. LOPES CORAL - SUPERINTENDENTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021 - EDITAL Nº 02/2021 - PROCESSO Nº 02/2021

Objeto: Fornecimento de Produtos Químicos, através do Sistema de Registro de Preços. O Edital está disponível gratuitamente através dos sites: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.saae.sp.gov.br. Este Pregão será realizado de forma ELETRÔNICA, através do BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, na data de 18 de fevereiro de 2021, às 09h00. Maiores informações, na Gerência de Compras, Licitações e Contratos do SAAE, através do telefone: (19) 3834-9435. Indaiatuba, 28 de janeiro de 2021. ENGº SANDRO DE A. LOPES CORAL - Superintendente

IPAUÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUÇU

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº08/2021. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Presencial. OBJETO: Registro de Preços aquisição de uniformes escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2021, conforme quantitativos e especificações constantes do Anexo I. Fica suspenso o presente certame para reanálise do objeto e seus quantitativos a serem licitados. Nova data de abertura será definida e publicada após analise.

Sergio Galvanin Guidio Filho

Prefeito Municipal.

IPEÚNA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEÚNA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 007/2021 – Objeto: aquisição de luvas de látex e nitrílica para procedimento não cirúrgico para atender demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ipeúna como proteção junto aos profissionais de saúde, através do Sistema de Registro de Preços. Recebimento dos envelopes: até às 10h00 do dia 11/2/2021. O edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua 01, 275 – Centro, Ipeúna/SP, no horário das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30, em dias úteis ou na página: http://transparencia.cebi.com.br/Compras-033. Informações pelo telefone (19) 3576-9007 ou e-mail licitacao@ipeuna.sp.gov.br. Ipeúna, 28/1/2021. Diego Heron Pinheiro - Prefeito Municipal.

IPUÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO 04/2021 - DISPENSA 01/2021

À vista das informações prestadas pelos orgãos da Autarquia Municipal e corroboradas pela procuradoria juridica, com base no artigo 24, VIII da Lei Federal nº8.666/93 RATIFICO a contratação do Banco do Brasil S/A, conforme solicitado, tendo como objeto a disponibilização de Sistema eletrônico licitações-e, a ser utilizado para compras desta Autarquia, através de Pregão Eletrônico, no valor estimado de R$ 586,42 (quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos).

Ipuã-SP, 27 de janeiro de 2021.

Maxwell Henrique da Silva–Superintendente

ITAJOBI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJOBI

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020 – Processo Licitatório 176/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE RECAPE ASFÁLTICO EM (CBUQ) CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, DE ACORDO COM PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMAFÍSICO-FINANCEIRO, JUSTIFICATIVA DE PREÇOS E PROJETO EM RUAS DA CIDADE DE ITAJOBI - SP., DE ACORDO COM O CONVÊNIO 046/2020 CELEBRADO JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR SUA SUBSECRETARIA DE CONVÊNIO COM OS MUNICÍPIOS E ENTIDADES GOVERNAMENTAIS, conforme especificações constantes no anexo I deste edital. Comunicamos a V. Sa. que resultante da Tomada de Preços em epigrafe, a comissão, ADJUDICOU em favor da empresa: NOROMIX CONCRETO S/A, CNPJ nº 10.558.895/0001-38, com sede na Rod. Pericles Beline, s/n, KM 121,7 SP 461, Zona Rural, em Votuporanga/SP, no valor de R$ 76.091,29 e o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal HOMOLOGOU para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o resultado da licitação, determinando a sua convocação para a assinatura do contrato nos termos do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93. Data: 28/01/2021.

Itajobi, 28/01/2021

Sidiomar Ujaque - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 - Processo: 005/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ELÉTRICOS, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

Data da Abertura: 28/01/2021.

Data de Entrega dos documentos e propostas: 11/02/2021 às 08:30horas.

Local de realização: Prefeitura Municipal de Itajobi, Rua Cincinato Braga, 360 – Centro, Itajobi/SP.

O Edital completo e demais anexos encontram-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações á Rua Cincinato Braga, nº 360 – Itajobi/SP, no horário das 09:00 as 17:00 horas e também no Site www.itajobi.sp.gov.br.

Legislação Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 171/07.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - Processo: 006/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE 1000 TONELADAS DE CBUQ - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE FAIXA GRANUL. D CAP 50/70, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

Data da Abertura: 28/01/2021.

Data de Entrega dos documentos e propostas: 12/02/2021 às 09:00horas.

Local de realização: Prefeitura Municipal de Itajobi, Rua Cincinato Braga, 360 – Centro, Itajobi/SP.

O Edital completo e demais anexos encontram-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações á Rua Cincinato Braga, nº 360 – Itajobi/SP, no horário das 09:00 as 17:00 horas e também no Site www.itajobi.sp.gov.br.

Legislação Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 171/07.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 - Processo: 007/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE 5.000 TONELADAS DE PEDREGULHO, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

Data da Abertura: 28/01/2021.

Data de Entrega dos documentos e propostas: 12/02/2021 às 13:00horas.

Local de realização: Prefeitura Municipal de Itajobi, Rua Cincinato Braga, 360 – Centro, Itajobi/SP.

O Edital completo e demais anexos encontram-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações á Rua Cincinato Braga, nº 360 – Itajobi/SP, no horário das 09:00 as 17:00 horas e também no Site www.itajobi.sp.gov.br.

Legislação Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 171/07.

Itajobi, 28/01/2021

Sidiomar Ujaque - Prefeito

ITANHAÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Processo nº 14.576/2020

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 43/2020

SECRETARIA REQUISITANTE: Serviços e Urbanização.

OBJETO: Registro de Preços para Possível Contratação de Empresa Especializada na Execução dos Serviços de Reparo em Pavimentação Asfáltica (Operação Tapa Buraco), a fim de Atender a Secretaria de Serviços e Urbanização da Prefeitura Municipal de Itanhaém, pelo período de 12 (doze) meses.

CONTRATADA: COMANDAÍ ENGENHARIA E COMÉRCIO - EIRELI Valor total da proposta: R$ 649.992,00 (Seiscentos e quarenta e nove mil novecentos e noventa e dois reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/01/2021.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 70/2020, Processo nº. 14.771/2020 visando o Registro de Preço para possível aquisição de Medicamentos Diversos e Psicotrópicos, a fim de atender ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgências, Rede de Atenção Básica e Rede de Atenção Especializada - Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Itanhaém pelo período de 12 meses, reserva de Itens para participação exclusiva de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor individual

Tiago Rodrigues Cervantes, Prefeito Municipal de Itanhaém – São Paulo, nos usos das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve homologar e adjudicar em favor das empresas:

NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 14.595.725/0001-84, que arrematou os Itens n°. 05 e 23 pelo valor de R$ 37.490,00; SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 05.847.630/0001-10, que arrematou o Item 32 pelo valor de R$ 54.000,00; PRO-SAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ 21.297.758/0001-03, que arrematou os Itens 11 e 17 pelo valor de R$ 11.360,00; COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, CNPJ 67.729.178/0004-91, que arrematou os Itens 04, 08 e 12 pelo valor de R$ 9.131,76; MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS LTDA, CNPJ 15.031.173/0001-44, que arrematou o Item 22 pelo valor de R$ 25.099,80; PORTAL LTDA, CNPJ 05.005.873/0001-00, que arrematou o Item 06 pelo valor de R$ 17.250,00; INDMED HOSPITALAR EIRELI, CNPJ 24.614.797/0001-85, que arrematou os Itens 16, 26 e 27 pelo valor de R$ 18.223,65; CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI, CNPJ Nº. 24.586.988/0001-80, que arrematou os Itens 10 e 29 pelo valor de R$ 58.999,90; CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ 44.734.671/0001-51, que arrematou os Itens 09, 18 e 19 pelo valor de R$ 15.958,00 e para a empresa PROATIVA HOSPITALAR EIRELI, CNPJ 27.656.480/0001-08, que arrematou os Itens 03, 20 e 31 pelo valor de R$ 47.317,12.

Os Itens 01, 13, 24 e 30 declarados FRACASSADOS, itens 02, 07, 14, 15, 21, 25, e 28 declarados DESERTOS.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL ITANHAÉM, 28 DE JANEIRO DE 2.021.

Tiago Rodrigues Cervantes

Prefeito Municipal.

CONTRATO: 189/2020 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS (PRETOS E COLORIDOS) PARA PLOTTER 7370) - CONTRATADO: SUZUPAPER COMERCIO DE PAPELARIA LTDA EPP - DATA: 25/01/2021 - MODALIDADE: DISPENSA Nº 94/2020 - PROCESSO: 17887/2020 - VALOR: R$ 7120.00 - VIGÊNCIA: 1 MES.

CONTRATO: 195/2020 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL LABORATORIAL - CONTRATADO: H. O. COMERCIAL E HOSPITALAR LTDA - DATA: 25/01/2021 - MODALIDADE: DISPENSA Nº 97/2020 - PROCESSO: 14453/2020 - VALOR: R$ 447000.00 - VIGÊNCIA: 5 MESES.

CONTRATO: 201/2020 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: ILUMINAÇÃO DECORATIVA DE PATRIMÔNIOS MUNICIPAIS - CONTRATADO: SOMAR ELETRICIDADE E SERVICOS LTDA - DATA: 23/12/2020 - MODALIDADE: CONVITE COMPRAS E SERVIÇOS Nº 32/2020 - PROCESSO: 15258/2020 - VALOR: R$ 92435.60 - VIGÊNCIA: 1 MES.

CONTRATO: 205/2020 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA O CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR DOS 156 POLICIAIS MILITARES DA OPERAÇÃO VERÃO 2020/2021 - CONTRATADO: AMX COMERCIO E SERVICO - EIRELI - ME - DATA: 18/12/2020 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2020 - PROCESSO: 14318/2020 - VALOR: R$ 192999.96 - VIGÊNCIA: 2 MESES.

CONTRATO: 206/2020 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA O CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR DOS 156 POLICIAIS MILITARES DA OPERAÇÃO VERÃO 2020/2021 - CONTRATADO: PANIFICADORA IVOTY LTDA - DATA: 18/12/2020 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2020 - PROCESSO: 14318/2020 - VALOR: R$ 25893.42 - VIGÊNCIA: 2 MESES.

CONTRATO: 01/2021 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO - CONTRATADO: SOFTPARK INFORMÁTICA LTDA. - DATA: 04/01/2021 - MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO OBRAS Nº 7/2020 - PROCESSO: 2500/2020 - VALOR: R$ 565840.00 - VIGÊNCIA: 12 MESES.

CONTRATO: 02/2021 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: LIMPEZA E ROÇADA - CONTRATADO: ARISTIDES PEREIRA NETO - DATA: 20/01/2021 - MODALIDADE: CONVITE COMPRAS E SERVIÇOS Nº 30/2020 - PROCESSO: 14645/2020 - VALOR: R$ 170255.32 - VIGÊNCIA: 12 MESES.

ADITAMENTO DE CONTRATO: 36/2018 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: SEGURO DE VEÍCULOS. - CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S.A. - DATA: 25/01/2021 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018 - PROCESSO: 486/2018 - VALOR: MAIS R$ 7.714,43 - VIGÊNCIA: 10 MESES.

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

Nos termos do processo nº 13.677/2020, a Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém – Estado de São Paulo, por intermédio do Secretário Municipal da Secretaria de Administração, infra-assinado, torna público aos interessados que se encontra aberta Licitação, modalidade "Pregão Presencial", de nº 47/2020, destinado ao Registro de Preços para Possível Aquisição de Produtos para Limpeza para Piscina, a fim de Atender as Piscinas do Centro de Convenções e Complexo Educacional Harry Forssell – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Itanhaém, pelo período de 12 (doze) meses.

TIPO "Menor Preço Global".

Os envelopes "proposta" e "documentação" deverão ser entregues na Sala de Licitações, situado no Bloco I (sala externa) da Prefeitura, na Avenida Washington Luiz, nº. 75, Centro, Município de Itanhaém/SP, às 09h00min (nove horas) do dia 12 de fevereiro de 2021, momento em que ocorrerá sua abertura, em sessão pública.

O edital poderá ser adquirido a partir do dia 29 de janeiro de 2021 no site http://www.itanhaem.sp.gov.br (link portal da transparência).

Itanhaém, 28 de janeiro de 2.021.

Gilberto Andriguetto Júnior – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 07/2021.

Acha-se aberto na Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Itanhaém o Pregão Eletrônico nº. 07/2021

Processo n º 1.091/2021

Interessado: Secretaria de Administração.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global

Objeto: Abertura de Processo Licitatório para Possível Aquisição de Café em Pó, para Atender a Todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Itanhaém pelo período de 12 (doze) meses, nos termos da legislação vigente, e Obtenção do edital completo: a partir do dia 29/01/2021, na Internet no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br;

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Início – Das 10:00 Horas dia 29/01/2021 e Final – às 08:30 Horas do dia 11/02/2021.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: A partir das 08:30 Horas do dia 11/02/2021.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: A partir das 10:00 Horas do dia 11/02/2021.

Recebimento da documentação do Item 01: até o 3º (terceiro) dia útil subseqüente ao da realização da sessão.

Todas as fases referentes a este procedimento licitatório serão realizadas pela Internet no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br.

ID licitações-e: 854801.

INFORMAÇÕES: Telefone (0xx13) 3421.1600, ramal 1200.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM, EM 28 DE JANEIRO DE 2.021.

Gilberto Andriguetto Júnior – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

ITAPECERICA DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUNICADO DE ABERTURA

A AUTARQUIA MUNICIPAL SAÚDE, COMUNICA aos interessados a abertura da seguinte(s) licitação(ões):

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/AMS–IS/2021 - Processo Administrativo nº. I – 835/2021 - Tipo: Menor preço por item. Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de ração para cães e gatos. A abertura da Sessão Pública será às 09h30 do dia 10/02/2021.

As Sessões ocorrerão no Auditório da Autarquia Municipal Saúde - IS, situada na Rua Major Manoel Francisco de Moraes nº. 286, Centro, Município de Itapecerica da Serra/SP. Os documentos referentes ao Credenciamento, os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, deverão ser entregues diretamente ao Pregoeiro. O caderno de licitação composto de edital e anexos poderá ser adquirido no endereço eletrônico da Prefeitura de Itapecerica da Serra, www.itapecerica.sp.gov.br

ITAPETININGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

TERMO DE REVOGAÇÃO REF: SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 127/2020 - ABERTURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS COM PEDAL PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SETORES - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COM A APLICAÇÃO DAS COTAS ABERTAS E RESERVADAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 48, INCISO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. Considerando a todo exposto que compõe o processo e no uso das atribuições legais a mim concedidas pela Lei Federal nº 8.666/93, REVOGO o presente certame, nos termos do artigo 49 da Lei Federal em comento. Proceda-se a seguir, com a publicação e demais providências necessárias. Itapetininga, 26 de janeiro de 2021. MÔNIA CRISTINE ROCHA MEIRA SCUDELER SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

COMUNICADO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 170/2020 – PROCESSO Nº 41679/2020 - OBJETO: ABERTURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS QUE SERÃO UTILIZADOS PELAS UNIDADES ESCOLARES EM COMBATE A DOENÇA COVID-19 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COM APLICAÇÃO DAS COTAS ABERTAS E RESERVADAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 48, INCISO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. Comunico a SUSPENSÃO da sessão do dia 02.02.2021 às 09:00 horas, para análise e averiguações no edital, com a posterior remarcação de nova data para a sessão pública, procedendo-se com a respectiva publicação para o conhecimento público. O comunicado está disponível no site www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Presencial. Itapetininga, 26 de janeiro de 2021. MAYARA NUNES BUSNELLO ROLIM DOS SANTOS DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS E CONTRATOS

COMUNICADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE, COM RECURSO ESTADUAL ATRAVÉS DAS EMENDAS 2020.37.15845, 2020.3.16910, 2020.71.18476 e 2020.025.007-4.

O Pregoeiro vem comunicar as empresas participantes, que fica designada a sessão de retomada para o dia 03.02.2021 às 09h. Itapetininga, 28 de janeiro de 2021. DELMA DUARTE DE LIMA CANELLA PREGOEIRA

ITAPEVI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

Processo SUPRI 483/2020 – Pregão Eletrônico 91/2020 – Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para locação de banheiros químicos. – O pregoeiro e a equipe de apoio faz saber aos interessados que, a Secretária Municipal da educação; A Secretária Municipal de Cultura e Juventude e o Secretário Municipal de Esporte e Lazer, por delegação do Exmo. Sr. Prefeito, homologou a decisão do Pregoeiro, adjudicando o objeto da licitação a favor da empresa: FIVE LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA LOC. CIVIL E EVENTOS EIRELI. Itapevi, 28/01/2021 – Departamento de Compras e Licitações.

Processo SUPRI 275/2020 – Tomada de Preço 14/2020 – Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de assessoria para execução do projeto de trabalho social de pós-ocupação – empreendimento Villagio Ambuitá com gestão condominial. – A comissão permanente de licitação faz saber aos interessados que, o Secretário Municipal de

Desenvolvimento Urbano e Habitação, por delegação do Exmo. Sr. Prefeito, homologou a decisão da Comissão, adjudicando o objeto da licitação a favor da empresa: MJ ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA EPP. Itapevi, 28/01/2021 – Departamento de Compras e Licitações.

Processo SUPRI 465/2020 – Pregão Eletrônico 71/2020 – Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de fardamento/Uniforme para a guarda civil municipal de Itapevi. – O pregoeiro e a equipe de apoio faz saber aos interessados que, o Secretário Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana, por delegação do Exmo. Sr. Prefeito, homologou a decisão da Pregoeiro, adjudicando o objeto da licitação a favor das empresas: UNIFORMES CAMPINAS EIRELI para os lotes 1, 3, 4; INDUSTRIA E COMERCIO JOSE ROMEU NITAQUES ROUPAS LTDA para o lote 2 e 5. Itapevi, 28/01/2021 – Departamento de Compras e Licitações.

Processo SUPRI 166/2020 – Pregão Presencial 15/2020 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO E ENTREGA PARCELADA DE MEDICAMENTOS. – O pregoeiro e a equipe de apoio faz saber aos interessados que, a Secretária de Saúde, por delegação do Exmo. Sr. Prefeito, homologou a decisão do Pregoeiro, adjudicando o objeto da licitação a favor da empresa: QUALITY MEDICAL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, para os lotes: 01, 02, 04,13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 39, 40,43, 44, 47, 48, 50, 54, 59, 60, 63, 65, 66, 67, 68, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 83, 85, 86, 87, 89, 90; REPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS para os lotes: 03, 21, 26, 41, 49, 61, 72; PORTAL LTDA para os lotes: 05, 08, 09, 51, 55; MARQUES MED DISTRIBUIDORA E MEDICAMENTOS LTDA para os lotes: 12, 18, 58; FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA para os lotes: 16, 62; VITAL HOSPITALAR COMERCIAL LTDA para os lotes: 34, 42, 64, 69, 80, 82, 88, 91; MEDICALL FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI para os lotes: 38, 84; COMERCIAL 3ALBE LTDA para os lotes: 46, 92; DESERTOS: 06, 07, 10, 11, 32, 52, 53, 56, 57, 78; FRACASSADOS: 24, 35, 36, 37, 45, 70. Itapevi, 28/01/2021 – Departamento de Compras e Licitações.

ITAPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS COM FORNECIMENTO PARCELADO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Para os fins e efeitos legais HOMOLOGO todos os atos praticados no presente certame licitatório e ADJUDICO o objeto da presente licitação às empresas abaixo relacionadas para os Lotes indicados, com os respectivos valores globais entre parênteses, conforme segue: CIRURGICA UNIÃO Lote 19 (R$ 7.099,85); a empresa E.C. DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI lotes 03 (R$ 6.200,00); 03 (R$ 6.300,00); 05 (R$ 183,99); 06 (R$ 1.099,98); 07 (R$ 3.019,99); 10 (R$ 16.350,00); 11 (R$ 22.200,00); DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI lotes 01 (R$ 290,00); 12 (R$ 21.499,80); 14 (R$ 7.349,96); 17 (R$ 42.300,00); ODONTOSUL LTDA lotes 02 (R$ 3.300,00); 08 (R$ 8.807,00); 09 (R$ 1.799,96); 13 (R$ 10.898,64); 15 (R$ 24.599,34); 16 (R$ 79.998,00);

ITAPIRA, 28 DE JANEIRO DE 2021.

SR. VLADEN VIEIRA

SECRETARIO DE SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021

OBJETO: Registro de preços para contratação de

empresa especializada para execução de roçada mecanizada em praças, jardins e logradouros públicos, neste município. Data de encerramento: 11/02/2021, às 09 horas. Adolpho Bellini Filho, Secretário de Serviços Públicos.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE ITAPIRA, torna público e de conhecimento dos interessados que, mediante o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2021, que receberá documentação de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, que tenham interesse em celebrar TERMO DE FOMENTO para a execução de PROJETO DE MANUTENÇÃO FUNCIONAL, ENSAIOS E APRESENTAÇÕES MUSICAIS DE CANTO CORAL. PERÍODO DO CHAMAMENTO: 01/02/2021 a 03/03/2021. LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES 01 E 02: Secretaria de Recursos Materiais: Rua João de Moraes 508 – Centro, Itapira/SP. César Ricardo Lupinacci, Secretário de Cultura e Turismo.

Os editais estarão disponíveis aos interessados através do site www.itapira.sp.gov.br. Demais esclarecimentos na Secretaria de Recursos Materiais, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 as 17h00, no endereço Rua João de Moraes, nº 508, Centro, Itapira/SP, ou pelo telefone (19) 3843-9180, ou pelo e-mail licitacoes@itapira.sp.gov.br. Itapira, 28 de janeiro de 2021.

ITAPORANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2021 – REGISTRO DE PREÇO 002/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES E FÓRMULAS INFANTIS PARA LACTANTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR

INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA -SP - RUA BOM JESUS Nº 738, ITAPORANGA-SP - SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (13:00 ÀS 16:30 HORAS); FONE: (15)3565-1397 OP. 03.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09:00 HORAS DO DIA 29/01/2021 ÀS 09:20 HORAS DO DIA 09/02/2021.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09:30 HORAS DO DIA 09/02/2021 ÀS 09:40 HORAS DO DIA 10/02/2021

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 10:00 HORAS DO DIA 10/02/2021.

REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF).

LOCAL: PORTAL: BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL WWW.BLL.ORG.BR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 082/2020 – REGISTRO DE PREÇO 064/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA UTI MÓVEL, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR

INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA -SP - RUA BOM JESUS Nº 738, ITAPORANGA-SP - SEGUNDA A SEXTA-FEIRA (13:00 ÀS 16:30 HORAS); FONE: (15)3565-1397 OP. 03.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09:00 HORAS DO DIA 29/01/2021 ÀS 09:10 HORAS DO DIA 10/02/2021.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09:20 HORAS DO DIA 10/02/2021 ÀS 09:30 HORAS DO DIA 11/02/2021

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 10:00 HORAS DO DIA 11/02/2021.

REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF).

LOCAL: PORTAL: BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL WWW.BLL.ORG.BR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 007/2021 REGISTRO DE PREÇOS 006/2021 (EXCLUSIVO PARA ME E EPP).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA ATENDIMENTO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR.

INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 17H), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08H DO DIA 01/02/2021 ÀS 08H30MIN DO DIA 12/02/2021.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08H35MIN DO DIA 12/02/2021 ÀS 08H30MIN DO DIA 17/02/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 09H DO DIA 17/02/2021.

REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF).

LOCAL: PORTAL: BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL WWW.BLL.ORG.BR.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO ITAPORANGA/SP COM MONITORES.

RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR.

INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 15H30MIN), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3.

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: 12/02/2021 ATÉ ÀS 09:00H.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E/OU ALTERNATIVOS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL

RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR.

INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 15H30MIN), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3.

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: 11/02/2021 ATÉ ÀS 14:00H.

DOUGLAS ROBERTO BENINI – PREFEITO MUNICIPAL

ITAPUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO: Face ao constante dos autos referentes ao procedimento licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, de nº 002/2020, de objeto "contratação de empresa para fornecimento de sistema pedagógico de ensino para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, com fornecimento de material didático, incluindo assessoria pedagógica continuada aos docentes e acesso ao portal educacional, para 1.547 alunos, para o ano letivo de 2021", HOMOLOGO, para todos os efeitos, o resultado da presente licitação, adjudicando o seu objeto, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, para a empresa Editora Aprende Brasil Ltda., nos valor total de R$ 562.533,04, tudo conforme a proposta apresentada pela licitante vencedora. Fica notificada a empresa para assinar o contrato no Setor de Licitações da Prefeitura. Itapuí, 28 de janeiro de 2021. Antonio Álvaro de Souza – Prefeito Municipal.

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO: Face ao constante dos autos referentes ao procedimento licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de nº 008/2020, de objeto "construção de Academia da Saúde, sendo de Convênio Federal de Proposta nº 11886.3420001/18-005, do Programa de Atenção Básica", HOMOLOGO, para todos os efeitos, o resultado da presente licitação, adjudicando o seu objeto, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, para a empresa D. C. A. de Souza Ltda., nos valor total de R$ 111.140,30, tudo conforme a classificação apurada pela Comissão Municipal de Licitações, das propostas apresentadas. Fica notificada a empresa para assinar o contrato no Setor de Licitações da Prefeitura. Itapuí, 28 de janeiro de 2021. Antonio Álvaro de Souza – Prefeito Municipal.

Aviso de Abertura de Licitação: Pregão nº 008/2021 – Edital nº 009/2021 – Processo nº 022/2021. Licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparados. Objeto: Contratação de Serviço de Interligação e Link de Internet. O encerramento será dia 11/02/2021 às 09:00 hs. O edital completo encontra-se disponível no site www.itapui.sp.gov.br, e no Setor de Licitação da Prefeitura. Maiores informações na Prefeitura, através do telefone (14) 3664.8040, no Setor de Licitação. Itapuí, 28 de fevereiro de 2021. Antônio A. de Souza - Prefeito Municipal.

ITARIRI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARIRI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº. 562/2020

Tomada de Preço nº. 006/2020

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão, manutenção preventiva e corretiva, armazenamento e descarte de lâmpadas, do parque de iluminação pública do município de Itariri/SP, incluindo o fornecimento de todos os materiais.

HOMOLOGO o processo licitatório acima mencionado e ADJUDICO o objetos à empresa: G-ENERGY ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA- ME., portadora do CNPJ sob o nº. 11.205.000/0001-44, com endereço na Av. Severino Meirelles, nº. 1246- Sala 06, Centro, Santa Rita do Passa Quatro/SP, no valor global de R$ 309.032,40 (trezentos e nove mil, trinta e dois reais e quarenta centavos).Itariri, 28 de janeiro de 2021. Dinamerico Gonçalves Peroni – Prefeito Municipal.

EDITAL Nº. 006/2021, DE 02 DE JULHO DE 2020.

SUSPENDE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2021

PROCESSO Nº . 19/2021

SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E TRANSPORTE UNIVESITÁRIO

DINAMERICO GONÇALVES PERONI, Prefeito Municipal de Itariri, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º.- SUSPENDER Pregão Presencial nº. 001/2021, cujo objeto é a contratação de empresas para Transporte de Alunos do ensino fundamental em atendimento ao Departamento de Educação e transporte universitários, deste município, em atendimento à determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - nos processos TC-000917.989.21-2 e TC-000944.989.21-9.

Itariri, 27 de janeiro de 2021.

Dinamerico Gonçalves Peroni

Prefeito Municipal

ITATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº. 16/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2021 - DIFERENCIADA COM COTA RESERVADA PARA ME, EPP E MEI, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS (computadores, notebooks e multifuncionais) para todos os departamentos e diretorias da Prefeitura Municipal de Itatinga, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até 15/02/2021, às 09:15; ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15/02/2021, às 09:30; CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES: no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº. 151/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2020 - DIFERENCIADA COM COTA RESERVADA PARA ME, EPP E MEI, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de PNEUS para utilização nos veículos da frota municipal de Itatinga, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até 17/02/2021, às 09:15; ABERTURA DAS PROPOSTAS: 17/02/2021, às 09:30; CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES: no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº. 150/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2020 – LICITAÇÃO EXCUSIVA PARA ME, EPP E MEI, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de ÓLEO LUBRIFICANTE para a frota de veículos municipais, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até 18/02/2021, às 09:15; ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18/02/2021, às 09:30; CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES: no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº. 18/2021 – TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021 TIPO: Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa para adequação espaço da Casa do Cidadão "Dr. José Laerte Josué", COM FORNECIMENTO DE MATERIAL MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS conforme condições e exigências contida no Edital e seus anexos. ENTREGA DOS ENVELOPES: até 19/02/2021, ÁS 09:00; ABERTURA DAS PROPOSTAS: 19/02/2021, ÀS 09:15; A VISITA TÉCNICA poderá ser realizada durante todo o período até às 16 horas do dia 18/02/2021. CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES: no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218.JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº. 148/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/2020 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de CONCRETO USINADO, conforme especificações constantes do anexo I deste Edital. ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até 22/02/2021, às 09:15; ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/02/2021, às 09:30; CÓPIA DO EDITAL E INFORMAÇÕES: no site www.itatinga.sp.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Itatinga, Rua Nove de Julho, 304, Centro – SALA DE LICITAÇÕES. Telefone (14) 3848-9800 ramal 218. JOÃO BOSCO BORGES - Prefeito Municipal.

ITIRAPINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

ATA DE CONVOCAÇÃO DE AMOSTRA E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Processo Administrativo n° 163/2020 – Pregão Presencial n° 026/2020 – Registrar preços para contratação de empresa especializada em suprimentos de informática cartuchos de tintas compatíveis e originais, toners com lacre de fábrica compatíveis e originais e tambor de imagem original, para fornecer a todas as secretarias municipais da Prefeitura de Itirapina, para um período de 12 meses.

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um (28/01/2021), às dezesseis horas (16h 00min), na sede da Prefeitura Municipal de Itirapina, sito à avenida um, n° 106, Centro de Itirapina, a Pregoeira juntamente com equipe de apoio designada pelo Decreto Municipal n° 3.613, de 14 de setembro de 2020, sendo essa: Eliane Aparecida Martins Garcia, Gabrielle Cristina Sales, José Airton Ferreira, Luana Gonçalves da Silva e Maira Godoy Gobbi reuniram-se para realizar a sessão pública do processo licitatório em referência. No dia 21.01.2021 foi encaminhado à ata a todas as proponentes com a convocação das empresas, para que as mesmas apresentassem amostra e documentação técnica: "LSF Comércio E Serviços De Impressão Eireli" – item 10 e "Trema Brasil Eireli" – item 11, encerrado o prazo no dia 27.01.2021, nenhuma das empresas apresentaram a amostra no prazo previsto, assim seguem ambas DESCLASSIFICADAS para os referidos itens. Serve este também para convocar a 6ª empresa classificada, para ENTREGA DE AMOSTRA E DOCUMENTAÇÃO TECNICA a empresa "Trema Brasil Eireli – item 10", não havendo empresa remanescente, o item 11 se deu fracassado. Devendo ser entregues no protocolo, situado na Avenida Um, n° 106, Centro, Itirapina/SP, conforme item 14 do edital, no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou seja, até 03 de fevereiro de 2021. Nada mais havendo a ser discutida, a Pregoeira determinou o encerramento da sessão, a lavratura da presente ata e que a mesma seja encaminhada via e-mail para todas as proponentes. ELIANE AP. MARTINS GARCIA-Pregoeira. GABRIELLE CRISTINA SALES- Equipe de Apoio. JOSÉ AIRTON FERREIRA-Equipe de Apoio. LUANA GONÇALVES DA SILVA-Equipe de Apoio. MAIRA GODOY GOBBI-Equipe de Apoio.

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n° 969/2020 - Modalidade: Pregão Presencial n° 043/2020 - Objeto: Registrar preços para eventual Aquisição de Kit Cesta Básica, pelo período de doze meses, conforme especificações do termo de referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no município de Itirapina/SP.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itirapina - CNPJ nº 46.313.714/0001-50.Ata de Registro de Preços n° 004/2020, de 28 de janeiro de 2021.Detentora: Comercial João Afonso Ltda – CNPJ n° 53.437.315/0001-67.Dotação Orçamentária n° 029 - Categoria Econômica 33.90.32.00. Vigência: 28/01/2021 a 28/01/2022 - 12 (doze) meses. Valor Registrado por Kit: R$ 96,61 (noventa e seis reais e sessenta e um centavos).

ITOBI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITOBI

Prefeito Municipal de Itobi, torna público que se acha aberto, o procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº01/21, com encerramento no dia 11/02/2021, às 13:00 horas, tendo como objeto a contratação de empresa para aquisição de combustíveis, com abastecimento diretamente das bombas. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Tel. (019) 3647 6000, ou pelo e-mail: licitacao@itobi.sp.gov.br, SITE www.itobi.sp.gov.br.

ITU

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITU

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 01/2021 – Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de infraestrutura viária e mobilidade urbana em vias do Município de Itu/SP – Pavimentação da Avenida Moysés Leis e ruas de acesso (trechos entre as Ruas Convenção, Rua Caruso Leis, Rua Capitão Silvio Fleming e a Avenida Itu 400 Anos – região do Bairro Vila Nova e Itu Novo Centro). A Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Gestão de Projetos informa a quem possa interessar que se encontra aberta a Concorrência nº 01/2021, para o objeto acima descrito. Os envelopes contendo a documentação e proposta comercial deverão ser entregues até o dia 05/03/2021, às 08h30, sendo a abertura às 09h00 do mesmo dia. O Edital completo está à disposição para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.itu.sp.gov.br. Caso prefira obter cópia do edital diretamente na Prefeitura o interessado deverá trazer o CD para reprodução do mesmo, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, exclusivamente no Departamento Central de Compras, sito na Av. Itu 400 Anos, nº 111, Bairro Itu Novo Centro, Itu/SP. Obs. 1) Não será enviado o Edital pelo correio. 2) Não serão prestadas informações por telefone, fax, e-mail. Itu, 28/01/2021 – Plínio Bernardi Júnior – Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Gestão de Projetos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pelo presente, HOMOLOGO o procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 026/2020, e ADJUDICO o objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BOMBAS DE INFUSÃO, EQUIPOS SIMPLES E EQUIPOS FOTOSSENSÍVEIS a empresa MULT MED EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA por ter ofertado o menor preço no lote, compatível com a estimativa prévia e atendendo as condições do edital. Itu, 28/01/2021 – JANAÍNA GUERINO DE CAMARGO – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

JABOTICABAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL

RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2020

O Prefeito de Jaboticabal/SP - comunica a todos os interessados que HOMOLOGOU o procedimento licitatório, modalidade TOMADA DE PREÇOS N° 07/2020 - que visa a contratação de empresa especializada, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra para REFORMA E AMPLIAÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL, sita à Av. Marechal Deodoro nº 104, Centro – Jaboticabal/SP - em favor da empresa: COLISEU ENGENHARIA E ARQUITETURA EIRELI – ME, no valor global de R$347.358,28 (trezentos e quarenta e sete mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos).

Jaboticabal, 28 de janeiro de 2021.

EMERSON RODRIGO CAMARGO

Prefeito

JANDIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/21 – Processo Nº 551/2021

Objeto: fornecimento de insumos para café da manhã do Obras, em atendimento a Secretaria de Obras, Trânsito e Transportes, desta Prefeitura. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio da "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" no sítio www.bec.sp.gov.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia 12/02/2021 às 10h00. O Edital retificado e seus anexos estão disponíveis em www.bec.sp.gov.br e www.jandira.sp.gov.br - aba transparência. Informações poderão ser obtidas pelo site da BEC, pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br ou telefone (11) 4619-8250. Rosangela Ribeiro da Silva - Pregoeira.

JUMIRIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM

COMUNICADO DE LICITAÇÃO

Comunica aos interessados a abertura do Processo nº 02/21, Pregão Eletrônico nº 01/21 para: "Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, para as escolas de Jumirim - EMEB "Governador Mário Covas Junior", E.E. "Prof. Jefferson Soares de Souza", EMEB "Marina Luchesi Fávero" e EMEB "Laerte Adelso Tezoto" para o ano de 2021." Data final para recebimento das propostas: 11/02/2021 às 09h00. Data para abertura e análise das propostas: 11/02/2021 às 09h01min. O edital na íntegra poderá ser obtido nos sites: www.bll.org.br, www.jumirim.sp.gov.br e e-mail licitacao@jumirim.sp.gov.br. Maiores informações pelo fone: (15) 3199-9800. Jumirim, 28 de janeiro de 2021. Daniel Vieira. Prefeito Municipal

JUNDIAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

OBJETO: Fornecimento de Digluconato de Clorhexidina, condicionador gel de ácido fosfórico, teste de vitalidade pulpar e outros, sob o Sistema de Registro de Preços.

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL: pelo site www.jundiai.sp.gov.br - link "Licitações/Compra Aberta – Acesso ao Sistema – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico", até às 09:00 horas do dia 12 de fevereiro de 2.021.

Pregoeiro (a) responsável: SUELEN APARECIDA LOPES SIMONETTO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021

OBJETO: Fornecimento de detergente enzimático, atadura crepe, esparadrapo impermeável e outros, sob o Sistema de Registro de Preços.

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL: pelo site www.jundiai.sp.gov.br - link "Licitações/Compra Aberta – Acesso ao Sistema – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico", até às 09:00 horas do dia 11 de fevereiro de 2.021.

Pregoeiro (a) responsável: ELIZÂNGELA APARECIDA EFIGÊNIO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021

OBJETO: Fornecimento de sabão em pó refinado, alvejante tipo água sanitária, esponja de limpeza dupla face, papel higiênico folha simples, papel toalha e outros, sob o Sistema de Registro de Preços.

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL: pelo site www.jundiai.sp.gov.br - link "Licitações/Compra Aberta – Acesso ao Sistema – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico", até às 09:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2.021.

Pregoeiro (a) responsável: ÉRIKA MELATO FRARE ROVERI.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA: www.jundiai.sp.gov.br (entrar no link "Licitações/Compra Aberta" – Consulta de Licitações – Pregão Eletrônico – Consultar Pregão Eletrônico - Editais/Anexos) - grátis, ou no Paço Municipal "Nova Jundiaí", Departamento de Compras Governamentais – 4º andar, de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 18:00 horas, mediante o pagamento de R$ 10,00 (dez reais) ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL: logo após o término do seu encaminhamento SESSÃO DE LANCES: o início da sessão de lances dar-se-á a partir de até 10 (dez) minutos após a abertura e classificação ou não das propostas.

ALEXANDRE CASTRO NUNES - Diretor do Departamento de Compras Governamentais

LARANJAL PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020

Pregão Presencial Registro de Preços nº 020/2020-Processo nº 039/2020.

Objeto- Aquisição de kits de higiene e limpeza, para o incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19, às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, em conforme com a Portaria nº 378 de 07 de Maio de 2.020, pelo período de 06 (seis) meses.O Prefeito Municipal de Laranjal Paulista, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o objeto do Pregão Presencial-Registro de Preços, ADJUDICADO pela Pregoeira e equipe de Apoio à empresa: FRATELLI COMÉRCIO DE DESCARTÁVEIS EIRELI, no valor de R$ 83,00 (oitenta e três reais) por kit de higiene e limpeza, sendo considerado vencedora do certame, pelo critério de menor preço unitário (por kit).

Laranjal Paulista, 28 de Janeiro de 2.021-Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.

LAVÍNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVÍNIA

TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2.020 – PROCESSO Nº. 038/2.020.

ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO

Prefeito de Lavínia-SP, HOMOLOGA o procedimento licitatório, tendo por objeto contratação de empresa para reforma e revitalização da Praça Municipal, à AVA BRASIL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELLI-EPP - CNPJ nº. 12.158.595/0001-97 no valor total R$ 553.617,58.

Lavínia-SP, 27 de janeiro de 2.021.

Salvador Cazuo Matsunaka – Prefeito.

LEME

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO MÉDICO VETERINÁRIO.

Considerando que os CATÁLOGOS apresentados foram aprovados, ficam os licitantes interessados, intimados da continuidade do julgamento do presente pregão, sessão a qual realizar-se á no dia 01.02.2021 a partir das 08:00h no site que opera a disputa.

Leme, 28 de janeiro de 2021. Patricia de Queiroz Magatti, PREGOEIRA

LENÇÓIS PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 004/2021 – Processo nº 033/2021

Objeto: Contratação de empresa para realização de concurso público. Tipo: Menor preço – Sessão de lances: 12 de fevereiro de 2021 às 09h00 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br e no portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: (14) 3269.7022/3269.7088. Lençóis Paulista, 28 de janeiro de 2021. JOSÉ DENILSON NOGUEIRA – Secretário de Suprimentos e Licitações.

LINDOIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA

EXTRATO DE CONTRATO - Processo 009/2021 – Dispensa de Licitação nº 004/2021. Contrato nº 006/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Lindóia. CONTRATADA: Nutriport Comercial Ltda. Objeto: Aquisição de Leites/Fórmulas e Suplementos alimentares especiais para uso dos pacientes do Município de Lindóia/SP. Valor: R$4.640,40 (quatro mil, seiscentos e quarenta reais e quarenta centavos). Assinatura: 15-01-2021. Vigência: até 14-02-2.021. LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO - Processo 009/2021 – Dispensa de Licitação nº 004/2021. Contrato nº 007/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Lindóia. CONTRATADA: Samapi Produtos Hospitalares Ltda. Objeto: Aquisição de Leites/Fórmulas e Suplementos alimentares especiais para uso dos pacientes do Município de Lindóia/SP. Valor: R$1.890,00 (Hum mil, oitocentos e noventa reais). Assinatura: 15-01-2021. Vigência: até 14-02-2.021. LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO - Processo 009/2021 – Dispensa de Licitação nº 004/2021. Contrato nº 008/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Lindóia. CONTRATADA: Humana Alimentar - Distribuidora de Medicamentos e Produtos Nutricionais Ltda. Objeto: Aquisição de Leites/Fórmulas e Suplementos alimentares especiais para uso dos pacientes do Município de Lindóia/SP. Valor: R$480,00 (quatrocentos e oitenta reais). Assinatura: 15-01-2021. Vigência: até 14-02-2.021. LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO - Processo 010/2021 – Dispensa de Licitação nº 005/2021. Contrato nº 009/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Lindóia. CONTRATADA: Medimport Comercio de Produtos Hospitalares Eireli. Objeto: Aquisição de Fraldas Geriátricas descartáveis para uso dos pacientes do Município de Lindóia/SP, durante o exercício de 2021. Valor: R$13.246,50 (treze mil, duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos). Assinatura: 18-01-2021. Vigência: até 18-01-2022. LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO - Processo 011/2021 – Dispensa de Licitação nº 006/2021. Contrato nº 010/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Lindóia. CONTRATADA: Elber Indústria e Refrigeração Ltda. Objeto: Aquisição de uma Câmara para Conservação de Imunobiológicos, Hemoderivados e Termolábeis, para utilização no armazenamento de vacinas para combate ao coronavírus causador da doença Covid-19. Valor: R$10.950,00 (dez mil, novecentos e cinquenta reais). Assinatura: 25-01-2021. Vigência: até 25-04-2.021. LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO - Processo 012/2021 – Dispensa de Licitação nº 007/2021. Contrato nº 011/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Lindóia. CONTRATADA: Ilson Ribeiro da Silva 14369292883. Objeto: Construção de 24 carneiras no cemitério Municipal da cidade de Lindóia/SP. Valor: R$19.054,34 (dezenove mil, cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos). Assinatura: 25-01-2021. Vigência: até 25-05-2.021. LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO - Processo 013/2021 – Dispensa de Licitação nº 008/2021. Contrato nº 012/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Lindóia. CONTRATADA: Perzonalize Papeis Ltda. Objeto: Aquisição de 350 bobinas de papel termo sensível para uso nas impressões de contas de água a serem entregues aos munícipes da cidade. Valor: R$3.493,00 (três mil, quatrocentos e noventa e três reais). Assinatura: 26-01-2021. Vigência: até 25-04-2.021. LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO - Processo 015/2021 – Dispensa de Licitação nº 009/2021. Contrato nº 013/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Lindóia. CONTRATADA: Agro Rio do Peixe. Objeto: Aquisição de 700 unidade de sal grosso (sacos com 25 quilos) a ser utilizado na geração de cloro para tratamento de água para consumo humano. Valor: R$11.060,00 (onze mil e sessenta reais). Assinatura: 27-01-2021. Vigência: até 27-01-2022. LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES – Prefeito Municipal.

LORENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 01 – Termo Aditivo n°04 - Contrato nº 01/17

PP. Nº 103/16

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena

CONTRATADA: PIONEIRA SANEAMENTO E LIMPEZA URBANA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA: A presente apostila tem como objeto a inclusão do paragrafo único na Clausula Primeira do termo aditivo em questão:

"Parágrafo único: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a partir de 05 de janeiro de 2021".

Os demais dados constantes no termo aditivo n° 04 permanecem inalterados

DATA DA ASSINATURA: 05/01/2021

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2020 PROC Nº 580/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena

OBJETO: Prestação de serviços de rastreamento de veículos para a frota de 22 (vinte e dois) veículos da Secretaria de Saude, conforme especificações técnicas e quantitativas constantes no Termo de Referência que integra esse contrato – Anexo I.

CONTRATADA: WEB RAST LTDA EPP

CNPJ Nº: 14.693.103/0001-99

VALOR TOTAL: R$ 5.918,66 (cinco mil e novecentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 28/01/2021

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 01 - Contrato 163/20 – TP 16/20 – Processo 335/20

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA

CONTRATADO: OFOS SERVIÇOS PREDIAIS LTDA

CNPJ Nº: 60.863.966/0001-84

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato n° 163/20, decorrente do Processo Licit. n° 335/20, TP n° 16/20, firmado em 18/09/20.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência contratual por mais 02 (dois) meses, a partir de 18/01/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo aditivo não importa em alteração do valor global do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: A despesa permanece vinculada a Dotação Orçamentaria referente ao contrato original

CLÁUSULA QUINTA: Não se aplica reajuste por falta de previsão contratual.

CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

DATA DA ASSINATURA: 18/01/2021

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 02 - Contrato 60/20 – TP 04/20 – Processo Licit 86/20

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA

CONTRATADO: FERRAZ FILHO ENGENHARIA EIRELI EPP

CNPJ Nº: 17.272.007/0001-65

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato n° 60/20, decorrente do Processo Licit n° 86/20, TP n° 04/20, firmado em 02/04/20.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência contratual por mais 02 (dois) meses, a partir de 02/02/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo aditivo não importa em alteração do valor global do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: A despesa permanece vinculada a Dotação Orçamentaria referente ao contrato original

CLÁUSULA QUINTA: Não se aplica reajuste por falta de previsão contratual.

CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

DATA DA ASSINATURA: 18/01/2021

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 04 - Contrato n° 01/17 – PP n° 103/16 – Processo Licit n° 471/16

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA

CONTRATADO: PIONEIRA SANEAMENTO E LIMPEZA URBANA LTDA

CNPJ Nº: 62.719.083/0022-55

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato n° 01/17, decorrente do Processo Licit n° 471/16, PP n° 103/16, firmado em 05/01/17, nos termos previstos em sua Clausula 2.3

CLÁUSULA SEGUNDA: A Contratada renuncia, neste ato, a aplicação do reajuste contratual previsto na Clausula 2.4

CLÁUSULA TERCEIRA: O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas a prorrogação do Contrato, pelo período de 12 (doze) meses, é de R$ 135.920,66 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e vinte reais e sessenta e seis centavos)

CLÁUSULA QUINTA: A Contratada se compromete a apresentar a regular Certidao de Debitos Relativos a Creditos Tributarios Federais e a Divida Ativa da Uniao no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do presente termo, prorrogáveis, se necessário, por igual periodo

CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

DATA DA ASSINATURA: 05/01/2021

SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

SUBSECRETARIA DE LEGISLAÇÃO

DECRETO Nº. 7.560/2021.

REVOGA O DECRETO 7.558 DE 27 DE JANEIRO DE 2021, DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE COMBATE À PANDEMIA PARA FASE VERMELHA, CONFORME 19º BALANÇO DO PLANO SÃO PAULO, DE 22/01/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PE Nº 14/2020– PROC. Nº 602/2020

O Município de Lorena-SP torna público que, considerando os trabalhos realizados para o atendimento ao Pregão Eletronico acima referido, registrados em atas juntadas aos autos, nos termos da Lei Federal n° 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006 e Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, cujo objeto é o registro de preços para a aquisição de inseticida, larvicida e raticida para as ações de controle de vetores, tendo em vista as necessidades da Vigilancia Epidemiologica, o Sr. Prefeito Municipal HOMOLOGA a ADJUDICAÇÃO dos procedimentos adotados e autoriza a contratação da empresa vencedora, com a emissão do contrato e com a respectiva Nota de Empenho:

EMPRESA: NUCLEO BRASIL PARTICIPAÇOES LTDA

CNPJ Nº: 06.983.188/0001-11

VENCEDORA DOS ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07

Valor Total: R$ 97.029,47 (noventa e sete mil, vinte e nove reais e quarenta e sete centavos).

LOUVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DA "PROPOSTA COMERCIAL" DA TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às 09:30 horas, na sede do Município de Louveira, na Rua Catharina Calssavara Caldana, nº 451, bairro do Leitão, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 103/2021, reuniu-se para a sessão pública de abertura da "Proposta Comercial" da Tomada de Preços nº 009/2020, que trata da contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de melhorias e ampliação nas redes de distribuição de água e nas redes coletoras de esgoto em diversos locais do município.

O Presidente da Comissão apresentou os envelopes de "Proposta", que se achavam aquartelados em outro envelope, já rubricado em sessão anterior e solicitou que conferissem a sua inviolabilidade. Aberta a palavra não houve manifestação.

O senhor Presidente, em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes de "Proposta" das empresas habilitadas, quais sejam, Água Forte Saneamento Ambiental Ltda, neste ato sem representante legal, Engetami Engenharia e Comércio Ltda, neste ato sem representante legal e GRSP Saneamento e Serviços Administrativos Ltda, neste ato representada pelo Sr. Douglas Caldeira Blante, portador do RG nº 43.809.294-6 e CPF nº 349.175.598-04.

Em seguida, o Presidente colocou à disposição dos presentes as propostas propriamente ditas contidas no envelope para exame. Aberta a palavra, não houve manifestação dos presentes.

Da análise da proposta, a Comissão deliberou: classificar em primeiro lugar a empresa Água Forte Saneamento Ambiental Ltda, com o valor de R$ 885.014,83; em segundo lugar a empresa Engetami Engenharia e Comércio Ltda, com o valor de R$ 895.411,25; em terceiro lugar a empresa GRSP Saneamento e Serviços Administrativos Ltda, com o valor de R$ 1.043.880,38;

A Comissão deliberou em reunir-se posteriormente para o julgamento da Proposta, cujo resultado será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, a qual segue assinada por todos. Vinícius Silveira Silva - Presidente da C.P.L.

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às 10:30 horas, na sede do Município de Louveira, na Rua Catharina Calssavara Caldana, nº 451, bairro do Leitão, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 103/2021, reuniu-se para a sessão pública de julgamento da Proposta Comercial da Tomada de Preços nº 009/2020, que trata da contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de melhorias e ampliação nas redes de distribuição de água e nas redes coletoras de esgoto em diversos locais do município. O Presidente da Comissão apresentou a "Proposta Comercial" da empresa, já aberta em sessão anterior. Aberta a palavra, não houve manifestação dos presentes. Da análise da proposta, a Comissão deliberou, diante do exposto, e à vista do cumprimento do artigo 48 da Lei 8.666/93, declarar vencedora, pelo critério de menor preço global, a empresa Água Forte Saneamento Ambiental Ltda, com o valor de R$ 885.014,83. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, a qual segue assinada por todos. Vinícius Silveira Silva - Presidente da C.P.L.

LUIZIÂNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIÂNIA

A Prefeitura do Município de Luiziânia - SP, comunica aos interessados a realização do TOMADA DE PREÇO nº. 001/2021 - Processo nº. 011/2021 – Edital nº 003/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE 7.067,84 M² DE RECAPE ASFÁLTICO DO TIPO CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) NAS VIAS DO CENTRO DE LUIZIÂNIA. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO (menor preço global). ENCERRAMENTO: 12/02/2021 às 09:00 horas. Abertura dos envelopes: 12/02/2021 às 09:05 horas. O Edital completo no site da Prefeitura e demais informações no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta-feira das 08:00 horas às 11:00 horas e das l3:00 horas às 16:00 horas. Luiziânia - SP, 28 de janeiro de 2021 – Rogélio Cervigne Barreto - Prefeito Municipal.

LUIZ ANTÔNIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ANTÔNIO

DECRETO Nº. 2.126 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CALAMIDADE PÚBLICA NESTE MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RODRIGO MELLO MARQUES, Prefeito do Município de Luiz Antônio, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

(...)

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de estado de calamidade pública neste município, até 30 de junho de 2021, ou até enquanto perdurar a classificação do COVID-19 como pandemia, conforme Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, de 30 de janeiro de 2020, e Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

(a) RODRIGO MELLO MARQUES - Prefeito Municipal

MACATUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 04-2021. EDITAL Nº 12-2021. PROCESSO Nº 56-2021. OBJETO: Aquisição de gás liquefeito de petróleo - GLP, acondicionados em botijões de 13 (treze) e 45 (quarenta e cinco) quilos, por meio do sistema de registro de preços, que serão destinados as Secretarias Municipais. Entrega parcelada e conforme necessidade pelo período de 12 (doze) meses. ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 19/02/2021 às 08h30min. O edital, na íntegra, poderá ser lido e obtido na Divisão de Licitação, Rua 09 de Julho, 15-20, Centro, CEP 17.290-011, Macatuba/SP, das 08h00 às 16h30min, nos dias úteis, ou pelo site www.macatuba.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone: (14) 3298-9846. Macatuba, 28 de janeiro de 2021. Anderson Ferreira. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06-2021. EDITAL Nº 11-2021. PROCESSO Nº 51-2021. OBJETO: Aquisição de carnes e embutidos, por meio do sistema de registro de preços, que serão destinados à merenda escolar e demais secretarias municipais em eventos e/ou projetos. Entrega parcelada e conforme necessidade até 31 de julho de 2021. RECEBIMENTO DA PROPOSTA: início as 08h00min do dia 29/01/2021 até às 08h00min do dia 11/02/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DOS LANCES: 11/02/2021 às 09h30min. LOCAL: https://bllcompras.com/Home/Login. O edital, na íntegra, poderá ser lido e obtido na Divisão de Licitação, Rua 09 de Julho, 15-20, Centro, CEP 17.290-011, Macatuba/SP, das 08h00 às 16h30min, nos dias úteis, ou pelo site www.macatuba.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone: (14) 3298-9819. Macatuba, 27 de janeiro de 2021. Anderson Ferreira. Prefeito Municipal.

MAIRINQUE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE

Anulação - Dispensa de Licitação nº 001/2021 - Contrato de Gestão com Organização Social que atue na área de Saúde para a gestão, execução e gerenciamento do Pronto Atendimento Municipal – Em 28/01/2021, o Sr. Prefeito municipal anulou a presente Dispensa de Licitação nº 001/2021 com fundamento no artigo 49, caput, da Lei 8.666/93 e na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

MARÍLIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO a dispensa de licitação para aquisição de Luvas de látex descartáveis não estéreis, para procedimentos, tamanhos P, M e G, necessárias para a manutenção dos serviços na área de enfermagem e odontologia nas Unidades de Saúde, sendo estas EPIs essenciais para o trabalho dos profissionais,diretamente da empresa: SOROMED MARÍLIA LTDA ME, CNPJ: 06.230.386/0001-04, dispensa com fulcro no Artigo 24, Inciso V, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Cássio Luiz Pinto Junior - Secretário Municipal da Saúde

Extratos de Registro de Preços

Contratante Prefeitura Municipal de Marília. Processo Pregão Eletrônico n.° 193/2020. Objeto Registro de Preços para eventual contratação de Empresas especializadas em Manutenção, Instalação e desinstalação de Ar Condicionado. Assinatura 28/01/2021. Vigência 27/01/2022 das seguintes atas:

Ata de Registro de Preços 016/2021. Contratada CILMARA CARREIRO PIZA 12930088850. Valor Máximo R$914.997,33.

Ata de Registro de Preços 017/2021. Contratada TECHNICIAN COMERCIO E SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA. Valor Máximo R$603.086,35.

Contratante Prefeitura Municipal de Marília. Processo Pregão Eletrônico n.° 235/2020. Objeto Registro de Preços para eventual aquisição de areia fina, areia grossa, pedra brita, pedrisco e pedra rachão. Assinatura 28/01/2021. Vigência 27/01/2022 das seguintes atas:

Ata de Registro de Preços 018/2021. Contratada ANDRÉ LUIS SAVIAN. Valor Máximo R$101.614,00.

Ata de Registro de Preços 019/2021. Contratada H2W - SOLUÇÕES LTDA. Valor Máximo R$216.295,98.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

TERMO DE PRORROGAÇÃO - EDITAL nº 36/2020 - PREGÃO PRESENCIAL nº 15/2020. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Presencial 15/2021. Objeto: contratação de instituição financeira, público ou privada, em caráter de exclusividade de serviços centralizados de processamento da folha de pagamento gerada pelo DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA, sem ônus para o Contratante, abrangendo todos os servidores efetivos, comissionados, agentes públicos, ou seja, qualquer pessoa que mantenha ou venha manter vínculo de remuneração empregatícia com o Departamento de Água e Esgoto de Marília-DAEM, conforme descrição e especificação constantes no anexo I - termo de referência. TERMO DE PRORROGAÇÃO: Tendo em vista que não acudiram licitantes, fica PRORROGADA a sessão de processamento do Pregão para dia 10/02/2021 a partir das 09:00 horas. Ficam mantidas as demais cláusulas editalícias. Termo de prorrogação e as demais informações poderão ser obtidos no site www.daem.com.br ou através do tel.: 14 3402-8510. Marília, 28 de janeiro de 2021. MARCELO JOSÉ DE MACEDO - Presidente – DAEM.

MARTINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

Fica homologado o processo supra em favor do proponente: MARIO FERREIRA DE SOUZA 09117056861 – Item 01, referente à contratação de empresa para prestação de serviços de roçagem de via (vicinal entre o Distrito de Teçainda e Vila Santa Luzia com distância total de 07 Quilometros) e logradouros públicos, serviço de varrição de vias publicas e transporte de materiais diversos, todos os dias, para atendimento dos Distritos de Teçainda e Vila Santa Luzia km 25, com equipamentos do tipo roçadeira, carreta e trator, por conta do contratado, incluindo as despesas com mão de obra. Fica convocado, p/ firmar contrato no prazo de cinco dias. Martinópolis/SP, 28/01/2021. MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA – Prefeito.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

Fica homologado o processo supra em favor do proponente: MELO GONÇALVES TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME – Linha 02, referente à contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de alunos das redes Municipal e Estadual de ensino do Município para o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, bem como a mão de obra necessária a execução – motoristas e monitores, conforme linhas, itinerários. Fica convocado, p/ firmar contrato no prazo de cinco dias. Martinópolis/SP, 28/01/2021. MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA – Prefeito.

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021

Torna-se público o processo supra p/ contratação de empresa para acolhimento do idoso J.B.R., com acompanhamento integral do mesmo, com 06 (seis) refeições diárias, assistência médica, nutricionista, farmacêutico, fisioterapeuta, pedagogo e enfermagem 24hs, além de serviços de ambulância, mediante a solicitação da Ação Cível Pública, registrada sob nº 1001672-60.2020.8.26.0346, em que figura como requerente o Ministério Publico do Estado de São Paulo, cuja apresentação das propostas dar-se-á 09:00 horas do dia 22/02/2021. Os interessados em participar, poderão retirar o respectivo Edital, na Prefeitura Municipal, no horário normal de expediente, ou site (www.martinopolis.sp.gov.br.). Martinópolis, 28/01/2021 – MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA – Prefeito.

EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 018/2021

Torna-se público o processo supra p aquisição eventual e futura, de forma parcelada, de camisetas, macacão, collant, bermuda, que serão utilizados nas campanhas que ocorrerão no ano de 2021 e pelos usuários do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referencia Especializado da Assistência Social – CREAS e Espaço Cidadão, a sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/ com início do recebimento dos documentos (propostas e habilitação) no dia 29/01/2021 a partir das 08 h 15 mim, e fim do recebimento das propostas em 26/02/2021 às 08 h e 20 mim. A abertura das propostas e etapa de lances ocorrerá as 08 h e 30 mim do dia 26/02/2021 no Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Os interessados em participar, poderão retirar o respectivo Edital, na Prefeitura Municipal, no horário normal de expediente, no site (www.martinopolis.sp.gov.br.), ou http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Martinópolis, 28/01/2021 – MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA – Prefeito.

EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2021

Torna-se público o processo supra p aquisição eventual e futura, de forma parcelada, de diversos materiais de limpeza e higiene, para diversos departamentos da municipalidade, a sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/ com início do recebimento dos documentos (propostas e habilitação) no dia 29/01/2021 a partir das 08 h 15 mim, e fim do recebimento das propostas em 02/03/2021 às 08 h e 20 mim. A abertura das propostas e etapa de lances ocorrerá as 08 h e 30 mim do dia 02/03/2021 no Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Os interessados em participar, poderão retirar o respectivo Edital, na Prefeitura Municipal, no horário normal de expediente, no site (www.martinopolis.sp.gov.br.), ou http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Martinópolis, 28/01/2021 – MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA – Prefeito.

EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2021

Torna-se público o processo supra p aquisição eventual e futura, de forma parcelada, de diversos medicamentos para o Departamento de Saúde, Saneamento e Bem Estar Social, a sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/ com início do recebimento dos documentos (propostas e habilitação)

no dia 29/01/2021 a partir das 08 h 15 mim, e fim do recebimento das propostas em 04/03/2021 às 08 h e 20 mim. A abertura das propostas e etapa de lances ocorrerá as 08 h e 30 mim do dia 04/03/2021 no Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Os interessados em participar, poderão retirar o respectivo Edital, na Prefeitura Municipal, no horário normal de expediente, no site (www.martinopolis.sp.gov.br.), ou http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Martinópolis, 28/01/2021 – MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA – Prefeito.

EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2021

Torna-se público o processo supra para aquisição eventual e futura, de forma parcelada, de toners compatíveis (novos) e originais com garantia para diversos departamentos da municipalidade, a sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/ com início do recebimento dos documentos (propostas e habilitação) no dia 29/01/2021 a partir das 08 h 15 mim, e fim do recebimento das propostas em 08/03/2021 às 08 h e 20 mim. A abertura das propostas e etapa de lances ocorrerá as 08h30 do dia 08/03/2021 no Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Os interessados em participar, poderão retirar o respectivo Edital, na Prefeitura Municipal, no horário normal de expediente, no site (www.martinopolis.sp.gov.br.), ou http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Martinópolis, 28/01/2021 – MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA – Prefeito.

MATÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO

"COMUNICADO N.º 003/2021"

O Dr. ADAUTO SCARDOELLI, Prefeito Municipal de Matão, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, COMUNICA que, decorrido o prazo regulamentar sem interposição de recurso, HOMOLOGA os objetos das seguintes licitações:

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 080/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO.

DETENTORA: COMERCIAL INFOMED LTDA. – ME.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Item: 2.19 = R$ 1.350,00; Itens: 1.30 e 2.30 = R$ 2.110,00; Itens: 1.31 e 2.31 = R$ 5.750,00; Itens: 1.34 e 2.34 = R$ 130,00; e Itens: 1.37 e 2.37 = R$ 2.190,00;

DETENTORA: EXCLUSIVA COMERCIAL E NEGÓCIOS LTDA – EPP.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Itens: 1.7 e 2.7 = R$ 54,00; Itens: 1.8 e 2.8 = R$ 126,00; Itens: 1.26 e 2.26 = R$ 906,00; Itens: 1.27 e 2.27 = R$ 740,00; Itens: 1.28 e 2.28 = R$ 4.890,00; Itens: 1.33 e 2.33 = R$ 130,00; Itens: 1.35 e 2.35 = R$ 2.400,00; Itens: 1.36 e 2.36 = R$ 2.400,00; Itens: 1.38 e 2.38 = R$ 3.400,00; Itens: 1.39 e 2.39 = R$ 6.200,00; 1.40 e 2.40 = R$ 900,00; e Itens: 1.41 e 2.41 = R$ 699,00;

DETENTORA: JDAVOGLIO COMERCIAL LTDA.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Item: 1.2 = R$ 1.470,00; Item: 1.11 = R$ 250,00; Item:1.15 = R$ 1.140,00; Item: 1.18 = R$ 2.990,00; e Item: 1.19 = R$ 950,00;

DETENTORA: NATALI BRINK COMERCIAL EIRELI – EPP.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Itens: 1.6 e 2.6 = R$ 245,00; Itens 1.14 e 2.14 = R$ 665,00; e Itens: 1.16 e 2.16 = R$ 650,00;

DETENTORA: SUDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES EIRELI – EPP.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Itens: 1.12 e 2.12 = R$ 799,00; Itens: 1.13 e 2.13 = R$ 395,00; e Itens: 1.17 e 2.17 = R$ 850,00;

DETENTORA: TECMÓVEIS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA. – EPP.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Itens: 1.1 e 2.1 = R$ 1.390,00; Item: 2.2 = R$ 1.470,00; Itens: 1.3 e 2.3 = R$ 1.370,00; Itens: 1.9 e 2.9 = R$ 225,00; Itens: 1.10 e 2.10 = R$ 830,00; Item: 2.11 = R$ 305,00; Item: 2.15 = R$ 1.250,00; e Itens: 1.24 e 2.24 = R$ 318,00;

DETENTORA: TUKABY MÓVEIS EIRELI – ME.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Itens: 1.4 e 2.4 = R$ 590,00; Itens: 1.5 e 2.5 = R$ 607,00; Item: 2.18 = R$ 2.990,00; Itens: 1.20 e 2.20 = R$ 500,00; Itens: 1.21 e 2.21 = R$ 460,00; Itens: 1.22 e 2.22 = R$ 540,00; Itens: 1.23 e 2.23 = R$ 712,00; e Itens: 1.25 e 2.25 = R$ 1.339,00.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a "AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO", para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Matão.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 075/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO.

DETENTORA: PRO-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS EIRELI – ME.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Item: 1.1 = R$ 6,00;

DETENTORA: FUSION MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. – ME.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Item: 2.1 = R$ 16,40; Item: 2.2 = R$ 10,96; e Item: 2.3 = R$ 8,30.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a "AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA DETECÇÃO DE COVID-19 E KITS DE TESTES RÁPIDOS PARA DENGUE", para a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Matão.

Comunica às Detentoras que estão convocadas para a assinatura das respectivas Atas de Registro de Preços no prazo estimado em Edital.

Matão, aos 28 de janeiro de 2021.

DR. ADAUTO SCARDOELLI

PREFEITO DE MATÃO

"EXTRATO DE CONTRATO"

PREGÃO PRESENCIAL N.º 081/2019 – CONTRATOS DE AQUISIÇÃO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO.

CONTRATADA: FORCE MEDICAL DISTRIBUIDORA EIRELI.

VALOR CONTRATADO: R$ 6.657,00.

TERMOS: Assinados aos 27 de janeiro de 2021.

PRAZO DE ENTREGA: em até 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

OBJETO: Registro de Preços para a Aquisição de Materiais de Enfermagem, para o Departamento de Saúde – Fundo Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Matão.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2020 – CONTRATOS DE AQUISIÇÃO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO.

CONTRATADA: M. C. F. SOBRAL – MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO.

VALOR CONTRATADO: R$ 3.004,50.

CONTRATADA: MORAES E GUEDES TINTAS LTDA – ME.

VALOR CONTRATADO: R$ 1.115,36.

CONTRATADA: VANESSA CRISTINA BARONI DE AQUINO – ME.

VALOR CONTRATADO: R$ 155,90.

TERMOS: Assinados aos 26 de janeiro de 2021.

PRAZO DE ENTREGA: em até 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato. OBJETO: Registro de Preços para a Aquisição de Materiais de Construção, para as diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Matão.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2020 – CONTRATO DE AQUISIÇÃO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO.

CONTRATADA: NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

VALOR: R$ 2.298,00.

TERMO: Assinado aos 25 de janeiro de 2021.

PRAZO DE VIGÊNCIA: em até 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato.

OBJETO: Registro de Preços para a Aquisição de Açúcar, Café e Chá, para as diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Matão.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 032/2020 – CONTRATO DE AQUISIÇÃO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO.

CONTRATADA: E. A. PALMA & CIA LTDA – ME.

VALOR CONTRATADO: R$ 28.703,00.

TERMO: Assinado aos 25 de janeiro de 2021.

PRAZO DE ENTREGA: em até 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura.

OBJETO: Registro de Preços para a "Aquisição de Medicamentos Veterinários, para o Departamento de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Serviços Municipais e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Matão.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 033/2020 – CONTRATO DE AQUISIÇÃO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO.

CONTRATADA: L.M. ALIMENTAÇÃO LTDA – ME.

VALOR CONTRATADO: R$ 30.375,00.

TERMO: Assinado aos 04 de janeiro de 2021.

PRAZO DE ENTREGA: O fornecimento dos produtos deverá ocorrer DIARIAMENTE, a contar do recebimento do contrato.

OBJETO: Registro de Preços para a "Aquisição de Marmitas", para diversas Secretarias Prefeitura Municipal de Matão.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2020 – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO.

DETENTORA: COMERCIAL INFOMED LTDA. – ME.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Item: 2.19 = R$ 1.350,00; Itens: 1.30 e 2.30 = R$ 2.110,00; Itens: 1.31 e 2.31 = R$ 5.750,00; Itens: 1.34 e 2.34 = R$ 130,00; e Itens: 1.37 e 2.37 = R$ 2.190,00;

DETENTORA: EXCLUSIVA COMERCIAL E NEGÓCIOS LTDA – EPP.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Itens: 1.7 e 2.7 = R$ 54,00; Itens: 1.8 e 2.8 = R$ 126,00; Itens: 1.26 e 2.26 = R$ 906,00; Itens: 1.27 e 2.27 = R$ 740,00; Itens: 1.28 e 2.28 = R$ 4.890,00; Itens: 1.33 e 2.33 = R$ 130,00; Itens: 1.35 e 2.35 = R$ 2.400,00; Itens: 1.36 e 2.36 = R$ 2.400,00; Itens: 1.38 e 2.38 = R$ 3.400,00; Itens: 1.39 e 2.39 = R$ 6.200,00; 1.40 e 2.40 = R$ 900,00; e Itens: 1.41 e 2.41 = R$ 699,00;

DETENTORA: JDAVOGLIO COMERCIAL LTDA.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Item: 1.2 = R$ 1.470,00; Item: 1.11 = R$ 250,00; Item:1.15 = R$ 1.140,00; Item: 1.18 = R$ 2.990,00; e Item: 1.19 = R$ 950,00;

DETENTORA: NATALI BRINK COMERCIAL EIRELI – EPP.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Itens: 1.6 e 2.6 = R$ 245,00; Itens 1.14 e 2.14 = R$ 665,00; e Itens: 1.16 e 2.16 = R$ 650,00;

DETENTORA: SUDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES EIRELI – EPP.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Itens: 1.12 e 2.12 = R$ 799,00; Itens: 1.13 e 2.13 = R$ 395,00; e Itens: 1.17 e 2.17 = R$ 850,00;

DETENTORA: TECMÓVEIS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA. – EPP.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Itens: 1.1 e 2.1 = R$ 1.390,00; Item: 2.2 = R$ 1.470,00; Itens: 1.3 e 2.3 = R$ 1.370,00; Itens: 1.9 e 2.9 = R$ 225,00; Itens: 1.10 e 2.10 = R$ 830,00; Item: 2.11 = R$ 305,00; Item: 2.15 = R$ 1.250,00; e Itens: 1.24 e 2.24 = R$ 318,00;

DETENTORA: TUKABY MÓVEIS EIRELI – ME.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Itens: 1.4 e 2.4 = R$ 590,00; Itens: 1.5 e 2.5 = R$ 607,00; Item: 2.18 = R$ 2.990,00; Itens: 1.20 e 2.20 = R$ 500,00; Itens: 1.21 e 2.21 = R$ 460,00; Itens: 1.22 e 2.22 = R$ 540,00; Itens: 1.23 e 2.23 = R$ 712,00; e Itens: 1.25 e 2.25 = R$ 1.339,00.

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS: Assinadas aos 28 de janeiro de 2021.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

OBJETO: Registro de Preços para a Aquisição de Mobiliário, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Matão.

PROPONENTES: 07.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2020 – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO.

DETENTORA: PRO-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS EIRELI – ME.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Item: 1.1 = R$ 6,00;

DETENTORA: FUSION MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. – ME.

VALOR REGISTRADO POR ITEM: Item: 2.1 = R$ 16,40; Item: 2.2 = R$ 10,96; e Item: 2.3 = R$ 8,30.

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS: Assinadas aos 28 de janeiro de 2021.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

OBJETO: Registro de Preços para a Aquisição de Testes Rápidos para detecção de Covid-19 e Kits de Testes Rápidos para Dengue, para a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Matão.

Palácio da Independência, 28 de janeiro de 2021.

TEREZA APARECIDA DO VALE ALMADO

PREGOEIRA MUNICIPAL

MENDONÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDONÇA

AVISOS DE LICITAÇÃO - A Comissão de Licitação do Município de Mendonça/SP, comunica a realização das licitações descritas abaixo:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021. OBJETO: Aquisição de Combustível para abastecimento da Frota Municipal visando o Exercício de 2021. DATA: 11/02/2021 às 09:00 horas.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021, exclusivo para Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP). OBJETO: Aquisição de Frios, Embutidos e Produtos Panificados durante o Exercício de 2021. DATA: 11/02/2021 às 14:00 horas. Município de Mendonça, 21 de janeiro de 2021. Sandra Helena Martins Zebiani - Presidente da Comissão de Licitação.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021. OBJETO: Aquisição de carne e frango durante o exercício de 2021. DATA: 12/02/2021 às 09:00 horas.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021, exclusivo para Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP). OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios durante o exercício de 2021. OBJETO: 12/02/2021 às 14:00hs. Município de Mendonça, 22 de janeiro de 2021. Sandra Helena Martins Zebiani - Presidente da Comissão de Licitação.

MIRA ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRA ESTRELA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2021. PROC. N.º 003/2021. O Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Mira Estrela-SP. OBJETO: Fornecimento de combustível, com entregas parceladas para setores desta municipalidade conforme especificações constantes em anexo II. TIPO: Menor preço por Item. EDITAL: Poderá ser retirado pessoalmente ou nos endereços eletrônico: http://186.201.185.59:5656/comprasedital/ e site: https://www.miraestrela.sp.gov.br/portal/editais/1. DIA 10/02/2021, às 09h00min. LOCAL: Paço Municipal – Rua: Manoel Estrela Matiel, 685- Mira Estrela - SP. DATA DA ENTREGA E ESCLARECIMENTOS: Rua: Manoel Estrela Matiel, 685 – Centro – Mira Estrela-SP, horário de expediente. Fone /fax (17)3846-1163. Custo: nihil. Mira Estrela, 28 de janeiro de 2021. Priscilla Fernanda Cobacho do Prado - Prefeita Municipal.

MIRASSOL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021 - PROCESSO Nº 135/2020 - D.A. - D.C.L.

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar – Seção Técnica de Nutrição e Dietética – Departamento de Educação.

Empresas Credenciadas: MASTER FOOD RIO PRETO LTDA – ME, CS COMERCIO DE CEREAIS EIRELI, NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, DANUTRI CONSULTORIA E COMERCIO EIRELI, NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, NORI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI e SOQUÍMICA LABORATÓRIOS LTDA.

Considerando o critério de julgamento fixado no Edital, qual seja, Menor Preço Unitário por Item, declaro as empresas vencedoras: DANUTRI CONSULTORIA E COMERCIO EIRELI, o item 13 do Edital, com valor total de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), MASTER FOOD RIO PRETO LTDA – ME os itens 15 e 28 do Edital, com valor total de R$ 57.828,00 (cinquenta e sete mil, oitocentos e vinte e oito reais), NORI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI os itens 08, 09, 32 e 33 do Edital, com valor total de R$ 76.965,00 (setenta e seis mil, novecentos e sessenta e cinco reais), NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, os itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 29 do Edital, com valor total de R$ 118.487,60 (cento e dezoito mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos) e SOQUÍMICA LABORATÓRIOS LTDA os itens 19, 20, 30 e 31 do Edital, com valor total de R$ 20.650,00 (vinte mil, seiscentos e cinquenta reais).

O item: 06 foi declarado deserto.

No mais, abra-se o prazo para apresentação das amostras nos termos do Edital.

Cópia da Ata à disposição dos interessados na Divisão de Compras e Licitação e no site www.mirassol.sp.gov.br.

Mirassol, 28 de janeiro de 2.021.

Jose Renato dos Santos Filho-Pregoeiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO este procedimento licitatório Pregão Presencial nº 067/2020, Processo nº 126/2020 – D.A. D.C.L., presidido pelo pregoeiro Sr. José Renato dos Santos Filho, por não vislumbrar nenhuma irregularidade, em favor da empresa vencedora: PIATTO ALIMENTOS LTDA, o objeto do edital, com valor total de R$ 335.730,00 (trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e trinta reais).

Mirassol/SP, 28 de janeiro de 2021.

EDSON ANTONIO ERMENEGILDO-PREFEITO MUNICIPAL

MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO Nº 156/2020 – PROCESSO Nº 24.181/2020 E APENSOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS (INJETÁVEIS, SOLUÇÕES, SUSPENSÕES, POMADAS, CREMES E GELÉIAS), incluindo itens para atendimento de Ordem Judicial.

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário de Saúde, comunica aos interessados que, face a lapso na ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do valor do item 139, e ainda após solicitação de desclassificação do item 92 pela empresa "FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES", o qual passa a ser adjudica e homologado à empresa "CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA", fica retificada a homologação, bem como o valor inicialmente publicado, para constar o valor total R$ 5.173.145,26 (cinco milhões, cento e setenta e três mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos).

Mogi das Cruzes, em 28 de janeiro de 2021.

HENRIQUE GEORGE NAUFEL - Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Secretária de Serviços Urbanos, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL":

EDITAL Nº 165/2020 - PROCESSO Nº 25.230/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE BRITA CORRIDA, PEDRA BRITA Nº 01, 02 E 04, PEDRA BRITADA GRADUADA, PEDRISCO LIMPO, RACHÃO/GABIÃO E AREIA DE PEDRA (BRITA).

Os envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "HABILITAÇÃO" serão recebidos e abertos no Departamento de Gestão de Bens e Serviços (1º andar do Edifício-Sede da Prefeitura), às 09 horas do dia 11 de fevereiro de 2021. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao).

Mogi das Cruzes, em 28 de janeiro de 2021.

CAMILA CRISTINA DE SOUZA - Secretária de Serviços Urbanos

MOGI GUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 01/FMPFM/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 403/2020. OBJETO: Contratação de empresa para "FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO DA FACULDADE MUNICIPAL PROFESSOR FRANCO MONTORO", no Município de Mogi Guaçu. Em face dos elementos constantes no processo em epígrafe, em especial a ata da sessão pública e ao disposto no art. 43, Inc.VI da Lei Fed. 8.666/93 e alterações, ficou homologado e adjudicado pelo Sr. Prefeito e Presidente do Conselho Administrativo da FEG em 25.01.2021, à empresa ALEX HENRIQUE CRUZ EIRELI, CNPJ nº 09.468.909/0001-43, no valor global de R$ 142.530,59. M. Guaçu, 28.01.2021. Rodrigo Falsetti – Prefeito Municipal/Presidente do Conselho Administrativo da FEG.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATOS

ADITAMENTO N.º 03 - CONTRATO N.º 02/SAMAE/2.018

CONTRATADA: A Copiadora Comércio de Equipamentos e Suprimentos Xerográficos Ltda EPP NATUREZA DA LICITAÇÃO: CV N.º 02/2.018 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 105/2.018 OBJETO: Prorroga prazo de vigência contratual por 12 meses VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 16.016,64 DOTAÇÃO: 13-0 41802.1751250072.579/33903900 DATA DE ASSINATURA: 28.jan.2.021.

ADITAMENTO N.º 02 - CONTRATO N.º 26/SAMAE/2.020

CONTRATADA: Comercial João Afonso Ltda NATUREZA DA LICITAÇÃO: TP N.º 12/2.020 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 972/2.020 OBJETO: Acréscimo no fornecimento correspondente a 16,7% e prorroga prazo de vigência contratual até 26.fev.2.021 VALOR ACRÉSCIMO: R$ 44.204,00 DOTAÇÃO: 13-041802.1751250072.579/33903900 DATA DE ASSINATURA: 22.jan.2.021.

Mogi Guaçu, 28 de janeiro de 2.021.

MARIO ANTONIO ZAIA – SUPERINTENDENTE

HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS nºs. 01 á 08/2021 Pregão Presencial n° 041/2020 P.L. nº 0911/2020. OBJETO: Registro de Preços para possível aquisição de material de consumo hospitalar: ataduras, seringas, malhas e luvas DETENTORAS: Acácia Comercio de Medicamentos Ltda CNPJ 03.945.035/0001-91 (R$ 804.310,00); Alfalagos Ltda CNPJ 05.194.502/0001-14 (R$ 72850,40); Cirúrgica União Ltda CNPJ 04.063.33/0001-21 (R$ 501.200,16); CBS Medico Cientifica S/A CNPJ 48.791.685/0001-68 (R$ 43.200,00); Med Center Comercial Ltda CNPJ 00.874.929/0001-40 (R$ 76.508,00);Polar Fix Industria e Comercio de Prod. Hosp. Ltda CNPJ 02.881.877/000-64 (R$31.141,92);Soma/SP Produtos Hospitalares Ltda CNPJ 05.847.630/0001-10 (R$ 28.179,84); Vital Hospitalar Comercial Ltda CNPJ 61.610.823/0001-88 (R$ 790.062,40).VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses. DATA DE ASSINATURA: 20/01/20201. DOTAÇÃO: (12)1030210032.349/3390300.

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS nºs. 09 á 11/2021 Pregão Presencial n° 045/2020 P.L. nº 01081/2020. OBJETO: Registro de Preços para possível aquisição de materiais de uso na rotina laboratorial DETENTORAS: Cirúrgica União Ltda CNPJ 04.063.33/0001-21 (R$ 13.390,92); Master Diagnostica Produtos Lab. e Hosp. Ltda. CNPJ 00.647.935/0001-64 (R$ 20.663,16); Nacional Comercial Hospitalar S/A CNPJ 52.202.744/0001-92 (R$ 53.372,00.VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses. DATA DE ASSINATURA: 21/01/20201. DOTAÇÃO: (04)1030210032.349/3390300.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 012/2021 Pregão Presencial n° 043/2020 P.L. nº 1032/2020. OBJETO: Registro de Preços para possível aquisição de clip hemostático conferido em titânio de forma parcelada, compatível com clipadora ma marca AESCULAP modelo PL 503R. DETENTORAS: Mogi Medical Equipamentos Eireli EPP CNPJ 28.199.997/0001-70 (R$ 28.600,00).VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses. DATA DE ASSINATURA: 21/01/2021. DOTAÇÃO: (11)1030210032.349/3390300. M.Guaçu, 28 de janeiro de 2021 – Rosa Ângela Iamarino Superintendente.

MONTE ALTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO

AVISOS DE LICITAÇÕES

Acham-se abertas, com instrumentos convocatórios para serem retirados ou consultados no Departamento de Licitações, sala nº 30, 2º andar, do prédio sede da Prefeitura Municipal, situado na Rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, 1.390, telefone (16) 3244 3113, ramais 3157 e 3158, no horário das 10:00 às 16:00 horas ou pelo site www.montealto.sp.gov.br, as seguintes licitações públicas:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021 - PROCESSO SA/DL Nº 04/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação e instalação de estrutura móvel em Octanorm, para atendimento de pacientes com queixas respiratórias e suspeitas de COVID.

Data do credenciamento, data da entrega dos envelopes de proposta e habilitação e início da sessão: dia 12/02/2021, às 09:00 horas.

Local: Associação Antialcoólica de Monte Alto

Avenida Quinze de Maio, nº 471.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2021 - PROCESSO SA/DL Nº 05/2021

Objeto: Contratação de fornecimento parcelado de combustíveis (etanol hidratado comum, gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S10).

Data do credenciamento, data da entrega dos envelopes de proposta e habilitação e início da sessão: dia 11/02/2021, às 09:00 horas.

Local: Associação Antialcoólica de Monte Alto

Avenida Quinze de Maio, nº 471.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2021 - PROCESSO SA/DL Nº 08/2021

Objeto: Registro de preços de dietas nutricionais e suplementos alimentares.

Data do credenciamento, data da entrega dos envelopes de proposta e habilitação e início da sessão: dia 15/02/2021, às 09:00 horas.

Local: Associação Antialcoólica de Monte Alto

Avenida Quinze de Maio, nº 471.

Reabertura de licitação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021 - PROCESSO SA/DL Nº 01/2021

Objeto: Registro de preços de materiais de construção para a Secretaria de Obras e Infraestrutura, tais como: barra de ferro, cimento, cal, areia grossa, pedra brita, cabo de enxada e carriola de pedreiro.

Data do credenciamento, data da entrega dos envelopes de proposta e habilitação e início da sessão: dia 16/02/2021, às 09:00 horas.

Local: Associação Antialcoólica de Monte Alto

Avenida Quinze de Maio, nº 471.

MONTE APRAZÍVEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE APRAZÍVEL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL: 03/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 08/2021

REGISTRO DE PREÇOS: 02/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição e confecções dos carnês de tributos municipais.

Data da realização da Sessão Pública: 12/02/2021

Horário: 09h15min.

Local da Abertura dos envelopes: Prefeitura de Monte Aprazível - Setor Municipal de Licitação, localizado na Praça São João, 117, Centro.

O edital na integra deverá ser acessado através do site www.monteaprazivel.sp.gov.br

Fundamentação legal: Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93.

Monte Aprazível, 27 de janeiro de 2021.

Marcio Luiz Miguel – Prefeito Municipal

Diego Santos Rossini – Pregoeiro Oficial

MONTE AZUL PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA

PARCERIA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

Instrumento da parceria: Termo de Fomento 001, de 28 de Janeiro de 2021.

Entidade da parceria: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Inscrita no CPNJ da Secretaria Federal do Brasil sob nº 50.408.756/0001-42.

Objeto da parceira: Prestação de serviços de atendimento a pessoas com deficiência e transtorno do espectro autista e seus familiares, oferecendo-lhe oportunidade para seu fortalecimento pessoal e social com vistas à inclusão social.

Valor total da parceira: R$ 170.000,00, que será liberado em 12 parcelas.

Período da parceira: Janeiro a Dezembro de 2021

Prestação de contas da parceria: mensalmente e, após o término da vigência, em prestação de contas global, com análises e emissão de pareceres mensal e global.

Fundamento legal: Lei federal nº 13.019, de 2014.

Monte Azul Paulista, 28 de Janeiro de 2021.

Marcelo Otaviano dos Santos - Prefeito Municipal

MORRO AGUDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Aviso de retificação
Pregão presencial n.º 001/2021
Processo administrativo n.º 002/2021
Modalidade: pregão presencial. Tipo: menor preço por usuário. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica-hospitalar e ambulaturial aos servidores públicos municipais. Suprime-se o seguinte item do edital: 14.13. Se a licitante Vencedora for Cooperativa, do valor unitário da proposta vencedora para fins contratuais, será deduzido o percentual incidente sobre a Seguridade Social, ou seja, 15% (quinze por cento). Entrega dos envelopes proposta e habilitação: até às 09h00min do dia 11/02/2021. Credenciamento e início da sessão: as 09h10m do dia 11/02/2021. Mantêm-se as demais cominações. Aquisição do edital: poderão adquirir na integra, por mídia, na Praça Martinico Prado, 1626, ou através do sítio: www.morroagudo.sp.gov.br. Informações através do telefone (16) 3851-1400. Morro Agudo/SP, 28/01/2021. Vinícius Cruz de Castro, prefeito municipal.

MORUNGABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORUNGABA

AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberta no Município de Morungaba/ SP, a seguinte licitação:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/01/2021
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Massa Asfáltica Fria, Massa Asfáltica Quente – CBUQ – FAIXA C, e Emulsão Asfáltica RR2C a serem utilizadas na manutenção das diversas ruas asfálticas municipais, pelo regime de menor preço por item, em conformidade com o Anexo I, integrante deste Edital.
DATA DE CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS / ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 11/02/2021 às 09:00 horas.
O Edital estará à disposição dos interessados para consulta, a partir do dia 29/01/2021 até o dia 11/02/2021, na Seção de Gestão de Suprimentos da Prefeitura, sita à Av. José Frare, nº 40, Centro, Morungaba/SP, no horário compreendido entre as 13:00 e 17:00 horas, podendo ser adquirido pelo valor de R$ 15,00 (quinze reais), ou gratuitamente através do site www.morungaba.sp.gov.br – Licitações – Editais.
Morungaba, 28 de janeiro de 2021. Prof. Marco Antonio de Oliveira, Prefeito Municipal

NOVA CANAÃ PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº	006/2021
Dispensa nº	006/2021
Termo de Contrato nº	006/2021
Objeto	Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis (álcool, óleo diesel e diesel S10) para consumo da frota municipal, conforme descrito no Termo de Referência.
Contratante	Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista/SP
Contratada	Posto Autolub - LTDA
Vigência	13/03/2021
Valor Global	R$ 140.210,00 (cento e quarenta mil e duzentos e dez reais)
Assinatura	12 de janeiro de 2021

Nova Canaã Paulista/SP, 12 de janeiro de 2021.
THAIS CRISTINA COSTA MOREIRA
Prefeita Municipal
ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº	006/2021
Dispensa nº	006/2021
Termo de Contrato nº	006/2021
Objeto	Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis (álcool, óleo diesel e diesel S10) para consumo da frota municipal, conforme descrito no Termo de Referência.
Contratante	Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista/SP
Contratada	Posto Autolub - LTDA
Vigência	13/03/2021
Valor Global	R$ 140.850,00 (cento e quarenta mil oitocentos e cinquenta reais)
Assinatura	18 de janeiro de 2021

Nova Canaã Paulista/SP, 18 de janeiro de 2021.
THAIS CRISTINA COSTA MOREIRA, Prefeita Municipal
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista/SP torna público que fará realizar sessão de PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2021, o qual objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos universitários para os campus do UNIFUNEC, no município de Santa Fé do Sul/SP, conforme especificações constantes do ANEXO I, do Edital. Os envelopes de Proposta e Habilitação deverão ser entregues, impreterivelmente, até as 11h do dia 12 de fevereiro de 2021, no Paço Municipal, Setor de Licitações, localizado sito à Rua Oito, n° 650 - Centro, Nova Canaã Paulista/SP. Os interessados em participar deste certame poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, pelo telefone (17) 3681-8000 ou, ainda pelo e-mail: licitacao@novacanaapaulista.sp.gov.br. Edital Completo e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado e poderão ser retirados de segunda a sexta-feira das 07h às 16h ou através do site www.novacanaapaulista.sp.gov.br.
Nova Canaã Paulista/SP, 27 de janeiro de 2021.
THAIS CRISTINA COSTA MOREIRA
Prefeita Municipal
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista/SP torna público que fará realizar sessão de PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2021, o qual objetiva a contratação de empresa para fornecimento de cartões magnéticos para gerenciamento do abastecimento de combustíveis (gasolina, álcool, óleo diesel e diesel S10) para consumo da frota municipal, conforme descrito no Termo de Referência, do Edital. Os envelopes de Proposta e Habilitação deverão ser entregues, impreterivelmente, até as 13h30min do dia 12 de fevereiro de 2021, no Paço Municipal, Setor de Licitações, localizado sito à Rua Oito, n° 650 - Centro, Nova Canaã Paulista/SP. Os interessados em participar deste certame poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, pelo telefone (17) 3681-8000 ou, ainda pelo e-mail: licitacao@novacanaapaulista.sp.gov.br. Edital Completo e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado e poderão ser retirados de segunda a sexta-feira das 07h às 16h ou através do site www.novacanaapaulista.sp.gov.br.
Nova Canaã Paulista/SP, 27 de janeiro de 2021.
THAIS CRISTINA COSTA MOREIRA
Prefeita Municipal

OLÍMPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA

Avisos de Licitação
Pregão Eletrônico para Registro de Preços n°. 06/2021 - Exclusivo para "ME" e "EPP"
Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais manipulados, para atender às necessidades da secretaria da saúde do Município de Olímpia/SP. Recebimento das propostas até dia 11/02/2021 às 08h30. Disputa às 09h do dia 11/02/2021.
Pregão Eletrônico n°. 07/2021 - Exclusivo para "ME" e "EPP"
Objeto: Aquisição de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Olímpia/SP. Recebimento das propostas até dia 11/02/2021 às 08h30. Disputa às 09h do dia 11/02/2021. Site: https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8095. Tel.: (17) 3279-3274. Olímpia, 28 de Janeiro de 2021. João Luiz Alves Ferreira - Diretor da Divisão de Suprimentos
Revogação do Pregão Eletrônico nº 205/2020
Às 15:14 horas do dia 28/01/2021, a Sra. Eliane Beraldo Abreu, Autoridade Competente, no uso de suas atribuições legais, resolve: REVOGAR o Pregão Eletrônico nº 205/2020, com base no que dispõe o artigo 49 da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações. Olímpia, 28 de Janeiro de 2021.

OSASCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.094/2019 – PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE FIOS CIRÚRGICOS, conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sítios: www.comprasnet.gov.br e www.transparencia.osasco.sp.gov.br - Envio das Propostas de Preços pelo site www.comprasnet.gov.br, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29/01/2021 e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/02/2021 às 10h00min.
Osasco, 27 de janeiro de 2021.
Meire Regina Hernandes
-Secretária Executiva de Compras e Licitações-
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Rua Narciso Sturlini, n.º 161 - Centro - CEP 06018-100 - OSASCO / SP. Fone: (11) 3652-9257
Home-page PMO - www.osasco.sp.gov.br E-Mail – dclc@osasco.sp.gov.br

OSVALDO CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSVALDO CRUZ

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISP. DE LICIT. n. 007/2021 – CONTRATO N. 11/2021 - OBJETO: Disponibilizar 01 profissional auxiliar de farmácia por período de 03 meses para atuar no centro específico COVID, para entrega de medicamentos no local. RATIFICAÇÃO EM: 22.01.2021. CONTRATADA: RIVIERA SERV-SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA-ME, Vr.: R$ 6.300,00 - Assin: 22.01.2021 – Vigência: 22.01.2021 a 21.04.2021. Osvaldo Cruz, 22.01.2021 – Vera Lúcia Alves – Prefeita Municipal.
DISP. DE LICIT. N. 122/20 – CONTRATO N. 348/20 - OBJETO: Contratação para Implantação de Sistema de Rastreamento, Monitoramento Controle de Veículos da Frota da Secretaria Municipal de Saúde e Educação. CONTRATADA: SATT MONITORAMENTO INTELIGENTE LTDA. RATIFICAÇÃO EM: 01.10.20.Vr.: R$ 17.596,80 - Assin: 01.10.20 – Vig: 01.10.20 a 30.09.21. Osv. Cruz, 01.10.2020 – Edmar C. Mazucato – Pref. Munic.
DISP. DE LICIT. n. 125/20 – CONTRATO N. 351/20 - OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos. CONTRATADA: BEV SAÚDE COM. DE PROD. HOSP. E ODONTOLÓGICO EIRELI. RATIFICAÇÃO EM: 01.10.20. Vr: R$ 17.574,50 - Assin: 01.10.20 – Vig: 02.10.2020 a 01.12.2020. Osvaldo Cruz, 01.10.2020 – Edmar C. Mazucato – Pref. Munic.
DISP. DE LICIT.. n. 128/20 – CONTRATO N. 510/20 – OBJETO: Contrato de serviços gráficos para confecção de carnês de impostos e taxas do Município p/ exerc. 2021. CONTRATADA: RGT IND. GRÁFICA E EMBALAGENS EIRELI-EPP, RATIFICAÇÃO EM: 01.12.2020. Vr: R$ 11.590,00 - Assin: 01.12.2020 – Vig: 01.12.2020 a 30.01.2021. Osvaldo Cruz, 01.12.2020 – Edmar C. Mazucato – Pref. Munic.
DISP. DE LICIT. n. 133/20 – CONTRATO N. 360/20 - OBJETO: Contrato de Elaboração de laudo de engenharia com projeto técnico para para emissão do AVCB do Estádio Municipal Breno Ribeiro do Val. CONTRATADA: VITOR & NETTO CATRACAS E EVENTOS LTDA-ME. RATIFICAÇÃO EM: 13.10.2020. Vr.: R$ 8.500,00 - Assin: 13.10.20 – Vigência: 13.10.2020 a 12.11.2020. Osvaldo Cruz, 13.10.2020 – Edmar C. Mazucato – Pref. Munic.
DISP. DE LICIT. n. 134/20 – CONTRATO N. 396/20 – OBJETO: Contrato de locação de placas de fechamento metálico, a serem instaladas no Estádio Municipal Breno Ribeiro do Val em atendimento as exigências do Corpo de Bombeiros e Federação Paulista de Futebol. CONTRATADA: MARCOS ROBERTO PRÓSPERO-ME. RATIFICAÇÃO EM: 20.10.20. Vr.: R$ 6.300,00 – Assin: 20.10.20 – Vig.: 20.10.20 a 20.11.20. Osvaldo Cruz, 20.10.2020 – Edmar C. Mazucato – Pref. Munic.
DISP. DE LICIT. n. 135/20 – CONTRATO N. 397/20 - OBJETO: Contrato de profissional especializado em medicina do trabalho para serviços de PCMSO, junto ao departamento de Recursos Humanos. CONTRATADA: SEGURA – SEGURANÇA OCUPACIONAL E MEDICINA DO TRABALHO S/S LTDA - ME. RATIFICAÇÃO EM: 20.10.2020. Vr: R$ 15.000,00 - Assin: 20.10.2020 – Vig.: 20.10.2020 a 20.01.2021. Osvaldo Cruz, 09.12.2020 – Edmar C. Mazucato – Pref. Munic.
DISP. DE LICIT. n. 136/20 – CONTRATO N. 398/20 –OBJETO: Contrato de seguro de veículos placa – FUR-9177; FVP-6181; DPC- 6008. CONTRATADA: PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS GERAIS S.A. RATIFICAÇÃO EM: 21.10.20. Vr: R$ 7.855,20 - Assin: 21.10.20 – Vig.: 25.10.2020 a 25.10.2021. Osvaldo Cruz, 21.10.2020 – Edmar C. Mazucato – Pref. Munic.
DISP. DE LICIT.. n. 137/20 – CONTRATO N. 414/20 –OBJETO: Contrato de serviço de seguro do veículo Mercedes Benz Caminhão Atron 1719, ano/mod. 2014 – FIA-5650. CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS. RATIFICAÇÃO EM: 04.11.20. Vr.: R$ 4.856,76 - Assinatura em: 04.11.20 – Vigência: 11.11.20 a 11.11.21. Osvaldo Cruz, 04.11.20 – Edmar C. Mazucato – Pref. Munic.
DISP. DE LICIT. n. 138/20 – CONTRATO N. 415/20 – OBJETO: Serviço de Seguro de 01 imóvel sito a Rua Hungria, nº 75 - 85, instalação do CRAS. CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS. RATIFICAÇÃO EM: 04.11.2020. Vr.: R$ 773,42 - Assin: 04.11.20 – Vig.: 17.11.2020 a 17.11.2021. Osvaldo Cruz, 04.11.2020 – Edmar C. Mazucato – Pref. Munic.

PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

EXTRATO DE TERMO DE ENCERRAMENTO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, com sede na Praça Marechal Arthur da Costa e Silva, nº 119, sediada nesta cidade, CNPJ nº 44.543.981/0001-99, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES, brasileiro, solteiro, Administrador de Empresa, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 47.801.886-1 e CPF/MF nº 395.567.688-90, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont nº 767 – Bairro Centro, CEP: 19970-000, em Palmital/SP, resolve dar por ENCERRADO o Contrato nº 008/2018 referente a TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018, Processo nº 020/2018, com a empresa Contratada ODAIR GERALDO NEGRÃO-EPP., devidamente instalada na Avenida Rui Barbosa nº 1.550, sala 25, pavto 01, Bairro: Centro, CEP: 19814-000, com sede no Município de Assis, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.513.655/0001-38, Inscrição Estadual nº 189.174.741.119, haja vista, que o prazo contratual ter expirado. Ptal, 28/01/2021. LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES-Prefeito Municipal.
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO
Contrato nº 028/2019. Modalidade: TP nº 002/2019. Contratada: ALEXANDRO PEDROSO MAZETTO-EPP. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato por mais 120 dias, contados a partir do dia 21/01/2021. Fundamento: item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato em referência. Data da assinatura: 21/01/2021. Ptal, 28/01/2021. Luís Gustavo Mendes Moraes – Prefeito Municipal.
LICITAÇÃO PROGRAMADA
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021 – Processo nº 003/2021 – Edital nº 003/2021 – Objeto: Contratação de empresa visando construção de lombofaixas de CBUQ, em várias ruas do Município de Palmital/SP. Prazo para Cadastramento: 19/02/2021 – até às 11h00min – Apresentação dos envelopes: 23/02/2021 às 09h30min horas – Abertura dos envelopes: 23/02/2021 às 09h45min. O Edital e seus anexos na íntegra encontram-se disponíveis no endereço da internet: www.palmital.sp.gov.br. Ptal, 28/01/2021. Luís Gustavo Mende Moraes – Prefeito Municipal.

PARAGUAÇU PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÕES
A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (PRESENCIAL), n.º002/2021, que tem como objetivo registro de preços, para realização de exames neurológicos, o início da sessão de abertura será no dia 10/02/2021, às 09:30 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.
A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que se encontra aberto no Departamento de Licitações, a Chamada Pública, n.º001/2021, que tem como objeto credenciamento de serviços médicos (gastroenterologia) para realização de consultas, no período do dia 28/01/2021 até o dia 22/02/2021, no horário das 09:00 horas às 10:30 horas e das 13:30 horas às 16:00 horas, nos dias de expediente. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal, ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.
Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 28 de janeiro de 2021.
Antonio Takashi Sasada - Prefeito Municipal
AVISO DE LICITAÇÕES
A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (PRESENCIAL), n.º003/2021, que tem como objetivo registro de preços, para Contratação de posto de combustíveis, para abastecimento da frota municipal de veículos., o início da sessão de abertura será no dia 11/02/2021, às 09:30 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.
Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 28 de janeiro de 2021.
Antonio Takashi Sasada - Prefeito Municipal

PARAPUÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

Termo de Ratificação
Dispensa nº07/2021-Processo nº13/2021
GILMAR MARTIN MARTINS-Prefeito Municipal de Parapuã,usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei após parecer da Assessoria Jurídica,RATIFICA a Dispensa de Licitação nos termos do artigo 24,inciso II da Lei 8.666/93,para a contratação de empresa para a prestação de serviços de instrução musical,comprometendo-se a ministrar aulas de música teórica e prática com realização de ensaios,para os alunos da rede municipal de ensino,de acordo com os termos propostos,por atender os requisitos legais à espécie.Gabinete do Prefeito,em 28 de janeiro de 2021.GILMAR MARTIN MARTINS-Prefeito Municipal.
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº01/2021-PROCESSO Nº11/2021
OBJETO:A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,em cumprimento às Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei Complementar 123/2006 e 147/2014,torna público que realizará abertura de procedimento licitatório no dia 18/02/2021,às 09:00 horas,na sala de reuniões do Departamento de Licitações,situado a Avenida São Paulo,nº1113,centro,visando a Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para execução de serviços de recapeamento asfáltico em diversas ruas da cidade,conforme Projetos,Planilha Orçamentária,Cronograma Físico–Financeiro,Memorial Descritivo da Obra,QCI e Planilha de Composição do BDI,formuladas pelo Departamento de Engenharia do Município de Parapuã,por menor preço de empreitada global,de acordo com o Contrato de Repasse OGU nº899802/2020–Operação 1070432-67/2020–Programa Desenvolvimento Regional.DATA DE REALIZAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO:18/02/2021.HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES:09:00 horas.As empresas interessadas em obter a Pasta Técnica contendo toda a documentação referente a presente licitação incluindo-se(Edital e Anexos)da obra encontram-se à disposição dos interessados no site www.parapua.sp.gov.br no link licitações,ou no Departamento de Licitações do Município de Parapuã onde também ficará à disposição dos interessados 01(um) exemplar da Pasta Técnica impresso para fins de consulta independente de qualquer ônus,na Avenida São Paulo,nº 1113,centro,com o referido conteúdo,no horário de expediente.Gilmar Martin Martins-Prefeito Municipal.
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2021-PROCESSO Nº06/2021
OBJETO:A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,em cumprimento às Leis Federais nº8.666/93 e 10.520/02,torna público que realizará abertura de procedimento licitatorio no dia 11/02/2021,às 09:00 horas,na sala de reuniões do Departamento de Licitações,situada a Av.São Paulo,nº1113,centro,visando a contratação de empresa para a aquisição de diversos produtos de alimentação a serem utilizados no preparo da merenda das escolas e creches do município,no exercício de 2021,conforme especificações técnicas constantes do Anexo I.DIA E HORÁRIO DO CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS:11/02/2021 das 08:30 às 09:00 horas.A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site oficial www.parapua.sp.gov.br.Não será enviado o edital e anexos por via postal,e-mail ou similar.Gilmar Martin Martins-Prefeito Municipal.
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2021-PROCESSO Nº07/2021
OBJETO:A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,em cumprimento às Leis Federais nº8.666/93 e 10.520/02,torna público que realizará abertura de procedimento licitatorio no dia 12/02/2021,às 09:00 horas,na sala de reuniões do Departamento de Licitações,situada a Av.São Paulo,nº1113,centro,visando a contratação de empresa para a aquisição de diversos produtos de alimentação a serem utilizados no preparo da merenda das escolas e creches do município,no exercício de 2021,conforme especificações técnicas constantes do Anexo I.DIA E HORÁRIO DO CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS:12/01/2021 das 08:30 às 09:00 horas.A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site oficial www.parapua.sp.gov.br.Não será enviado o edital e anexos por via postal,e-mail ou similar.Gilmar Martin Martins-Prefeito Municipal.

PARIQUERA-AÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

EXTRATO DE ADITAMENTO
TOMADA DE PREÇOS N° 013/2020
PROCESSO Nº 053/2020
EDITAL Nº 035/2020
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E OBRAS COMPLEMENTARES EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇÚ
CONTRATADA: COPA S.A COMPANHIA DE OBRAS PARIQUERA-AÇU
Termo Aditivo nº 001/2021 - CONTRATO nº 073/2020 – Prazo: 60 (sessenta) dias , nos termos do artigo 57, § 1, Incisos II da Lei 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA: 19/01/2021
Pariquera-Açu, 28 de Janeiro de 2.021.
WAGNER BENTO DA COSTA, Prefeito Municipal

PATROCÍNIO PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021
PROCESSOS ADMINISTRATIVO Nº 4980/2020
EDITAL RESUMIDO
Ângela Cristina Faleiros, Autoridade Competente desta, faz saber aos interessados que se acha aberta a presente licitação para a CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, APTOS A SE BENEFICIAREM DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ESTABELECIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR 147/2014, PARA A AQUISIÇÃO TOTAL DE COBERTORES, DESTINADOS A CAMPANHA DO AGASALHO 2021. As propostas serão recebidas até as 08:15 horas do dia 11 de fevereiro de 2021 e a Sessão de Disputa de Preços será iniciada às 08:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2021, transcorrendo de acordo com o edital. O Edital completo encontra-se, GRATUITO, à disposição dos interessados no seguinte site: www.patrocinio-paulista.sp.gov.br e no site da https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp. Na Seção de Licitação da Prefeitura Municipal, também poderá ser retirado e, prestadas as informações que se fizerem necessárias, no horário de expediente.
Patrocínio Paulista/ SP, 28 de janeiro de 2021.
Ângela Cristina Faleiros, Autoridade Competente
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021
PROCESSOS ADMINISTRATIVO Nº 5001/2020
EDITAL RESUMIDO
Ângela Cristina Faleiros, Autoridade Competente desta, faz saber aos interessados que se acha aberta a presente licitação para o REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS QUIMICOS, COM COTA ESPECIAL PARA MICRO EMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENOS PORTE – EPP. As propostas serão recebidas até as 14:15 horas do dia 11 de fevereiro de 2021 e a Sessão de Disputa de Preços será iniciada às 14:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2021, transcorrendo de acordo com o edital. O Edital completo encontra-se, GRATUITO, à disposição dos interessados no seguinte site: www.patrociniopaulista.sp.gov.br e no site da https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp. Na Seção de Licitação da Prefeitura Municipal, também poderá ser retirado e, prestadas as informações que se fizerem necessárias, no horário de expediente.
Patrocínio Paulista/ SP, 28 de janeiro de 2021.
Ângela Cristina Faleiros, Autoridade Competente
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2021
PROCESSOS ADMINISTRATIVO Nº 4991/2020
EDITAL RESUMIDO
Ângela Cristina Faleiros, Autoridade Competente desta, faz saber aos interessados que se acha aberta a presente licitação para o REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR, DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE SAÚDE, COM COTA ESPECIAL PARA MICRO EMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENOS PORTE – EPP. As propostas serão recebidas até as 14:15 horas do dia 12 de fevereiro de 2021 e a Sessão de Disputa de Preços será iniciada às 14:30 horas do dia 12 de fevereiro de 2021, transcorrendo de acordo com o edital. O Edital completo encontra-se, GRATUITO, à disposição dos interessados no seguinte site: www.patrocinio-paulista.sp.gov.br e no site da https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp. Na Seção de Licitação da Prefeitura Municipal, também poderá ser retirado e, prestadas as informações que se fizerem necessárias, no horário de expediente.
Patrocínio Paulista/ SP, 28 de janeiro de 2021.
Ângela Cristina Faleiros, Autoridade Competente

PAULÍNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 177/2020
PROTOCOLO Nº 27248/2020
RC Nº 1095/2020 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS
Em face dos elementos constantes no presente protocolado administrativo e ao disposto no artigo 43, VI da Lei de Licitações e Contratos, HOMOLOGO e ADJUDICO o Pregão Eletrônico nº 177/2020 referente ao REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.
CNPJ: 04.274.988/0001-38
Razão Social: ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA

1ª	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário
	27	1.500	ENV	POLIESTIRENOSULFONATO DE CÁLCIO 900 MG, ENVELOPE COM 30G	R$ 20,45

CNPJ: 44.734.671/0001-51
Razão Social: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

1ª	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário
	21	100	FAM	DEXTROCETAMINA, CLORIDRATO DE 50 MG/ML, FRASCO AMPOLA DE 10ML	R$ 71,90

CNPJ: 14.271.474/0001-82
Razão Social: FRAGNARI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

1ª	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário
	18	750	FRS	TOBRAMICINA 3 MG + DEXAMETASONA 1 MG / ML SOLUÇÃO OFTALMICA, FRASCO COM 5 ML	R$ 25,55
	32	6.000	CPR	ESTRÓGENOS CONJUGADOS 0,625MG	R$ 1,19

CNPJ: 08.231.734/0001-93
Razão Social: FUTURA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI

1ª	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário
	01	100.000	CPR	DABIGATRANA, ETEXILATO DE 110MG	R$ 3,73
	02	100.000	CPR	DABIGATRANA, ETEXILATO DE 150MG	R$ 3,74

CNPJ: 32.116.161/0001-31
Razão Social: KADFAR MEDICAMENTOS EIRELI

1ª	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário
	38	5.000	CX	TIAMINA, CLORIDRATO DE (VIT. B1) 100 MG + PIRIDOXINA, CLORIDRATO DE (VIT B6) 100 MG + CIANOCOBALAMINA (VIT B12) 5000 MCG+PROCAÍNA, CLORIDRATO DE 50MG/AMPOLA DE 2ML E DEXAMETASONA, ACETATO DE 4MG/AMPOLA DE 1ML	R$ 9,74

CNPJ: 05.159.591/0001-68

Razão Social: PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIRELI

1ª	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário
	06	190	SUP	GLICERINA 1,44 G SUPOSITÓRIO INFANTIL	R$ 1,52
	07	380	SUP	GLICERINA 2,68 G SUPOSITÓRIO ADULTO	R$ 1,52
	13	50	FRS	NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE 1MG + MEPIRAMINA, MALEATO DE 0,2MG + PANTENOL 5MG /ML, SOLUÇÃO NASAL USO ADULTO, FRASCO COM 15ML	R$ 6,81
	31	1.000	CX	ESTRADIOL, VALERATO DE 1MG, CARTELA COM 28 COMPRIMIDOS	R$ 32,79
	34	300	AMP	METILERGOMETRINA 0,2MG, AMPOLA 1ML	R$ 1,64

CNPJ: 35.067.853/0001-25

Razão Social: TECHPHARMA HOSPITALAR COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI

1ª	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário
	24	1.500	CPR	BEZAFIBRATO 400MG, COMPRIMIDO DE DESINTEGRAÇÃO LENTA	R$ 2,43

Revogo os itens: 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 33, 35, 36 e 37.

Autorizo a despesa para a emissão de Ordem de Serviço às detentoras das atas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, observando-se o descrito nos cadernos que compuseram a licitação e a respectiva Ata de Registro de Preços.

Paulínia, 28 de janeiro de 2021.

EDNILSON CAZELLATO

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2020

PROTOCOLO Nº 8689/2019

RC Nº 466/2019 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS

Em face dos elementos constantes no presente protocolado administrativo e ao disposto no artigo 43, VI da Lei de Licitações e Contratos, HOMOLOGO e ADJUDICO o Pregão Eletrônico nº 18/2020 referente ao REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS.

CNPJ: 08.597.680/0001-84

Razão Social: SILMARA G. SUAREZ JUSTINO - TROFEUS

1ª	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário
	01	70	UNI	TROFÉU COM ALTURA DE 118 CM, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, DOIS ESTÁGIOS COM BASES DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA COM 44 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. COLUNAS NA COR DOURADA COM DETALHES NA COR PRATA E AZUL. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NO CENTRO DA BASE E QUATRO ÁGUIAS FIXAS NA BASE DE MADEIRA NA LATERAL. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO	R$ 343,00
	06	1.000	UNI	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAK METALIZADA NA COR PRATEADA, COM O TAMANHO DE 6 CM DE DIÂMETRO E CENTRO RETANGULAR COM 4,3 CM DE ALTURA POR 3,5 CM DE LARGURA COM "BRASÃO DA PREFEITURA" EM ALTO RELEVO NO CENTRO COM DESENHO INTERNO POLIDO. CIRCULO AO REDOR DO RETÂNGULO CENTRAL, DE 0,5 CM DE LARGURA, COM ESCRITO DE "PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA NA PARTE DE CIMA. SUPORTE PARA FITA COM 2,5 CM DE LARGURA. NO VERSO DA MEDALHA ESPAÇO LISO PARA COLOCAÇÃO DE ADESIVO COM 3,5 CM DE LARGURA POR 2,5 CM DE ALTURA. A MEDALHA DEVE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES VERDE E BRANCA COM 2,5 CM DE LARGURA	R$ 5,53

CNPJ: 20.204.978/0001-82

Razão Social: MBR COMERCIO DE MATERIAIS LTDA

1ª	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário
	02	70	UNI	TROFÉU COM 82 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTE SUPORTE UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA NA PARTE SUPERIOR E NA PARTE INFERIOR NA COR DOURADA COM 42 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	R$ 400,00
	03	100	UNI	TROFÉU COM 32 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 7,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, CONE COM FRISOS EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA, CONE COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	R$ 25,89
	04	100	UNI	TROFÉU COM ALTURA DE 29 CM, COM BASE QUADRADA COM 7,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE COM DETALHES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA COM DETALHES TEXTURIZADOS E 9,2 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	R$ 23,00

CNPJ: 29.253.577/0001-97

Razão Social: ROGER ANDRE BRAUN

1ª	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Valor Unitário
	05	3.000	UNI	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAK METALIZADA NA COR DOURADA, COM O TAMANHO DE 6 CM DE DIÂMETRO E CENTRO RETANGULAR COM 4,3 CM DE ALTURA POR 3,5 CM DE LARGURA COM "BRASÃO DA PREFEITURA" EM ALTO RELEVO NO CENTRO COM DESENHO INTERNO POLIDO. CIRCULO AO REDOR DO RETÂNGULO CENTRAL, DE 0,5 CM DE LARGURA, COM ESCRITO DE "PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA NA PARTE DE CIMA. SUPORTE PARA FITA COM 2,5 CM DE LARGURA. NO VERSO DA MEDALHA ESPAÇO LISO PARA COLOCAÇÃO DE ADESIVO COM 3,5 CM DE LARGURA POR 2,5 CM DE ALTURA. A MEDALHA DEVE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES VERDE E BRANCA COM 2,5 CM DE LARGURA.	R$ 5,79
	07	500	UNI	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAK METALIZADA NA COR BRONZE, COM O TAMANHO DE 6 CM DE DIÂMETRO E CENTRO RETANGULAR COM 4,3 CM DE ALTURA POR 3,5 CM DE LARGURA COM "BRASÃO DA PREFEITURA" EM ALTO RELEVO NO CENTRO COM DESENHO INTERNO POLIDO. CIRCULO AO REDOR DO RETÂNGULO CENTRAL, DE 0,5 CM DE LARGURA, COM ESCRITO DE "PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA NA PARTE DE CIMA. SUPORTE PARA FITA COM 2,5 CM DE LARGURA. NO VERSO DA MEDALHA ESPAÇO LISO PARA COLOCAÇÃO DE ADESIVO COM 3,5 CM DE LARGURA POR 2,5 CM DE ALTURA. A MEDALHA DEVE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES VERDE E BRANCA COM 2,5 CM DE LARGURA	R$ 5,75

Autorizo a despesa para a emissão de Ordem de Serviço às detentoras das atas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, observando-se o descrito nos cadernos que compuseram a licitação e a respectiva Ata de Registro de Preços.

Paulínia, 28 JAN 2021.

EDNILSON CAZELLATO

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 01/2021

Edital de Licitação nº 04/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE BEM PÚBLICO DE USO ESPECIAL, DO PAULÍNIA SHOPPING

PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES Nº 01-"DOCUMENTAÇÃO" E Nº 02-" PROPOSTA DE PREÇOS"

Data: até o dia 04/03/2021 - Horário: até às 09h.

Abertura dos envelopes nº 01 - "Documentação":

Data: 04/03/2021

Horário: 10h

Disponibilidade do Edital: Gratuitamente no sítio: www.paulinia.sp.gov.br.

Caso a(s) licitante(s) porventura não tenham acesso a Internet a pasta completa terá como prazo para retirada e pagamento da seguinte forma:

Início: dia 29/01/2021 - Término: dia - 03/03/2021 - Horário: das 08h às 17h

Valor da pasta: R$ 61,23

Local: Divisão de Licitações – Endereço: Avenida Prefeito José Lozano Araújo nº 1.551 – Bairro Parque Brasil 500 - Paulínia-SP.

Paulínia, 28 de janeiro de 2021.

Ednilson Cazellato

Prefeito Municipal

PEDRANÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRANÓPOLIS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Pregão Presencial nº 14/20 – Processo n° 44/20

Sistema de Ata de Registro de Preço

Referência: Ata de Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios e Gás Liquefeito de Petróleo para vários setores da municipalidade.

DESPACHO

Processada a presente Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, dentro das normas da legislação em vigor, e após as devidas informações fornecidas pelo Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 6257/20, Adjudicando a licitação, bem como após análise da ata da sessão de pregão, HOMOLOGO este presente procedimento para dele provenham seus legais efeitos à empresa PRONTINHO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP CNPJ Nº 56.510.639/0001-71 vencedor dos itens 39, 56, 61, 94, 95, 96, 105; à empresa TOZZO & TOZZO GÁS LTDA – ME CNPJ Nº 05.536.529/0001-84 vencedor dos itens 59, 60; à empresa NEUSA FIGUEIRAS - ME CNPJ Nº 12.807.801/0001-42 vencedor dos itens 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120; à empresa CASA DE CARNES SÃO JOSÉ DE FERNANDÓPOLIS LTDA – ME CNPJ Nº 47.847.884/0001-88 vencedor dos itens 30, 31; à empresa LUCAS DE SOUZA 28485500822 CNPJ Nº 32.371.708/0001-45 vencedor dos itens 15, 19, 23, 33, 88, 89, 90, 91; à empresa SOLANGE APARECIDA VIEIRA – FRIOS – ME CNPJ Nº 10.601.629/0001-40 vencedor dos itens 97, 99; à empresa MAQUEA & MAQUEA LTDA CNPJ Nº 01.046.618/0001-55 vencedor dos itens 98, 100.

Pedranópolis, 25 de janeiro de 2021.

Marcos Adriano da Silva

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRANÓPOLIS

Empresa: Prontinho Industria e Comercio Ltda – EPP

Assinatura: 27/01/01

Objeto: Ata de Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios e Gás Liquefeito de Petróleo para vários setores da municipalidade

Valor R$: 16.201,60

Vigência: 12 meses

Pregão Presencial nº 14/20 – Processo nº 44/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRANÓPOLIS

Empresa: Tozzo & Tozzo Gás Ltda – ME

Assinatura: 27/01/01

Objeto: Ata de Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios e Gás Liquefeito de Petróleo para vários setores da municipalidade

Valor R$: 19.384,00

Vigência: 12 meses

Pregão Presencial nº 14/20 – Processo nº 44/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRANÓPOLIS

Empresa: Neusa Figueiras – ME

Assinatura: 27/01/01

Objeto: Ata de Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios e Gás Liquefeito de Petróleo para vários setores da municipalidade

Valor R$: 209.354,04

Vigência: 12 meses

Pregão Presencial nº 14/20 – Processo nº 44/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRANÓPOLIS

Empresa: Casa de Carnes São José de Fernandópolis – ME

Assinatura: 27/01/01

Objeto: Ata de Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios e Gás Liquefeito de Petróleo para vários setores da municipalidade

Valor R$: 49.056,00

Vigência: 12 meses

Pregão Presencial nº 14/20 – Processo nº 44/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRANÓPOLIS

Empresa: Lucas de Souza 28485500822

Assinatura: 27/01/01

Objeto: Ata de Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios e Gás Liquefeito de Petróleo para vários setores da municipalidade

Valor R$: 47.554,00

Vigência: 12 meses

Pregão Presencial nº 14/20 – Processo nº 44/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRANÓPOLIS

Empresa: Solange Aparecida Vieira – Frios – ME

Assinatura: 27/01/01

Objeto: Ata de Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios e Gás Liquefeito de Petróleo para vários setores da municipalidade

Valor R$: 4.537,40

Vigência: 12 meses

Pregão Presencial nº 14/20 – Processo nº 44/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRANÓPOLIS

Empresa: Maquea & Maquea Ltda

Assinatura: 27/01/01

Objeto: Ata de Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios e Gás Liquefeito de Petróleo para vários setores da municipalidade

Valor R$: 4.376,55

Vigência: 12 meses

Pregão Presencial nº 14/20 – Processo nº 44/20

PERUÍBE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUÍBE

PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2021

COMUNICADO DE IMPUGNAÇÃO

A Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe vem através deste, comunicar a todas as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico 03/2021, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, que a empresa USOR SUPRIMENTOS E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ Nº 35.782.968/0001-00, impetrou pedido de impugnação referente ao edital da presente licitação sob processo nº 1.376/2021, o mesmo será encaminhado ao setor jurídico para análise.

A íntegra do respectiva impugnação estará disponível no site da prefeitura: www.peruibe.sp.gov.br e no site https://www.bbmnetlicitacoes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE, EM 28 DE JANEIRO DE 2021.

MARIA CONCEPTA BAETA DA SILVA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE REVOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2020

PROCESSO Nº 5.080/2020

Resolvo REVOGAR o processo licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 49/2020, referente à AQUISIÇÃO DE ALIMENTO PARA FELINOS E CANINOS EM TRATAMENTO NO CENTRO DE CONTROLES DE ZOONOSES, a partir da data de publicação deste edital, e considerando que revoga-se o que é legítimo, mas inoportuno ou inconveniente ao interesse público, conforme Artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE EM 28 DE JANEIRO DE 2021.

LUIZ MAURICIO PASSOS DE CARVALHO PEREIRA,PREFEITO MUNICIPAL

PIEDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

Processo nº 00234/2021 – DISPENSA n. 001/2021

OBJETO: Aquisição de medicamentos por meio de Dispensa, os quais serão destinados a pacientes cadastrados no Setor Social da Secretaria Municipal de Saúde e pacientes beneficiados por Sentença Judicial, cujo valor total de R$ 4.438,24 (quatro mil, quatrocentos e trinta e oito mil e vinte e quatro centavos), junto à empresa: Drogal Farmacêutica Ltda. CNPJ 54.375.647/0203-14, no valor de R$ 1.105,44 (um mil, cento e cinco reais e quarenta e quatro centavos) e Roberta E. de Barros Valdevino, CNPJ 31.284.307/0001-95, no valor R$ R$ 3.332,80 (três mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta centavos). Fundamentação: Art. 24, inc. IV, da Lei Federal n. 8.666/93 com suas alterações supervenientes.

Prefeito Municipal – Geraldo Pinto de Camargo Filho

PINDAMONHANGABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 156/2020 (PMP 7501/2020) – A autoridade superior homologou, em 27/01/2021, e adjudicou a licitação supra, que cuida de "contratação de serviços de arbitragem de futebol, para atender as necessidades da Semelp", em favor das empresas, os itens (item-vl unit em R$): FB Costa Esportes ME: 01-190,00; Liga Pindamonhangabense Municipal de Futebol LPMF: 02-189,00; 04-310,00; DG Assessoria e Eventos Eireli: 03-217,00; 05-395,20.

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 131/2020 (PMP 4561/2020) - A Autoridade Superior, após aprovação da documentação técnica pela Secretaria Municipal de Administração, homologou, em 22/01/2021, e adjudicou a licitação supra, que cuida de "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de higienização interna dos dutos de distribuição de ar, grelhas de insuflamento e do retorno do ar do sistema de ar condicionado central da sede da Prefeitura" em favor da empresa Brisamax Comercio, Instalação e Manutenção de Ar Condicionado Eireli os itens 01, 02 e 03 no valor total de R$ 355.000,00.

AVISO DE LICITAÇÃO - Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, n° 1400, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO Nº 180/2020 (PMP 7920/2020) - Para "aquisição de cestas básicas para atendimento dos pacientes da infectologia", com entrega dos envelopes até dia 11/02/2021 às 08h e início da sessão às 08h30.

PREGÃO Nº 002/2021 (PMP 133/2021) - Para "aquisição com instalação de grupo gerador, com fornecimento de quadro de transferência automática (QTA)", com entrega dos envelopes até dia 10/02/2021 às 14h e início da sessão às 14h30.

PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2021 (PMP 243/2021) - Para "aquisição de gêneros alimentícios produtos estocáveis e especiais", com entrega dos envelopes até dia 10/02/2021 às 08h e início da sessão às 08h30.

Os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br. Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PINHALZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura Municipal de Pinhalzinho o seguinte certame licitatório: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2021. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE CESTA DE ALIMENTOS (KIT DE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR À MERENDA ESCOLAR) PARA ATENDER OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO-SP. DATA DA SESSÃO: 10 DE FEVEREIRO DE 2.021 – 09h30min - O Edital completo estará disponível no site www.pinhalzinho.sp.gov.br e também poderá ser obtido junto à Seção de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho-SP, sito à Rua Cruzeiro do Sul, nº 225, Centro, em dias úteis, das 9h00m às 11h30m e das 13h00m às 16h00m horas. Informações através do telefone: (11) 4018-4310. Pinhalzinho, 28 de janeiro de 2.021. JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

PIQUETE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUETE

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piquete, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2021, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIRO PARA MERENDA ESCOLAR, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, de acordo com especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência do edital, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP": www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. Informações do Edital poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Piquete e pelo Telefone (12) 3156-1000, por e-mail: licitacao@piquete.sp.gov.br, no horário das 08 horas às 17 horas e no site www.piquete.sp.gov.br/transparencia/licitacoes. Sessão de abertura para recebimento das propostas. DATA: 18/02/2021. HORÁRIO: 09:00 horas. OC: 853300801002021OC00006 (Ampla Concorrência/ Cota Reservada). LOCAL: Sala de Reunião da Comissão Julgadora de Licitações, localizada no endereço sito à Praça D. Pedro I, nº 88, Vila Celeste, na cidade de Piquete, Estado de São Paulo, quando será realizada a sessão de abertura. Piquete, 28 de janeiro de 2021. ALESSANDRA GONÇALVES FERREIRA DE ALMEIDA-PREGOEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2021 - AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piquete, torna público para conhecimento dos interessados e devidamente cadastrado nesta Prefeitura que se encontra aberto, a TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021, Processo Administrativo nº 06/2021, PELO MENOR VALOR GLOBAL, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE FONTE LUMINOSA, sito a Praça Duque de Caxias, Vila General Osório, Piquete/SP, de acordo com o Termo de Referência - Anexo I - Memoriais Descritivos, Planilha Orçamentária, Cronogramas Físico Financeiros e Projetos, conforme descrito no Edital. Informações sobre o Edital poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Piquete, pelo Telefone (12) 3156-1000; pelo e-mail: licitacao@piquete.sp.gov.br, no horário das 10 horas às 17 horas e no site: www.piquete.sp.gov.br/transparencia/licitacoes. Sessão de abertura para recebimento das propostas. DATA: 12/02/2021. HORÁRIO: 09:30 horas. LOCAL: Sala de Reunião da Comissão Julgadora de Licitações, sito à Praça D. Pedro I, nº 88, Vila Celeste, Piquete, Estado de São Paulo, quando será realizada a sessão de abertura. Piquete, 28 de janeiro de 2021. ROMULO PIRES DA SILVA-Presidente da Comissão

PIRACICABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2021

OBJETO: Registro de preços para fornecimento parcelado de tintas para sinalização viária.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/02/2021, às 08h.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 22/02/2021, às 09h.

O(s) Edital(is) completo(s) poderá(ão) ser obtido(s) pelo endereço eletrônico http://www.licitapira.piracicaba.sp.gov.br. Dúvidas: Fone (19) 3403-1020. Piracicaba, 28 de janeiro de 2021.

Maíra Martins de Oliveira Pessini

Chefe da Divisão de Compras

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2021 - PROCESSO N.º 154/2021

PROCESSO LICITATÓRIO COM RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para fornecimento de CLORETO DE POLIALUMÍNIO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA. Início da sessão pública para entrega e abertura dos envelopes: 18/02/2021 às 13h30min, na Sala de Licitações do SEMAE.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2021 - PROCESSO N.º 153/2021

PROCESSO LICITATÓRIO COM RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para FORNECIMENTO DE ÁCIDO FLUOSSILÍCICO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA. Início da sessão pública para entrega e abertura dos envelopes: 18/02/2021 às 10h30min, na Sala de Licitações do SEMAE. Aquisição de edital: www.semaepiracicaba.sp.gov.br (sem custo) ou Setor de Protocolo (recolhimento de R$ 10,00 (dez reais)), de 2ª a 6ª feira, das 09 às 15 horas - SEMAE - Rua XV de Novembro, 2.200 - Fone (19) 3403-9614/9623. Piracicaba/SP, 28 de janeiro de 2021. Maurício André Marques de Oliveira - Presidente do Semae.

PIRAJU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJU

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 02/2021

ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o Município da Estância Turística de Piraju, com sede na Estância Turística de Piraju, Estado de São Paulo, na Praça Ataliba Leonel, 173, inscrita no CNPJ/MF sob n. 46.223.699/0001-50 e o Centro de Educação Infantil Casa da Criança Augusto Morini, estabelecido na Estância Turística de Piraju, Estado de São Paulo, na Av. das Acácias, 63, inscrito no CNPJ/MF sob n. 47.603.543/0001-67.

OBJETO: Implementar ação conjunta entre o Município da Estância Turística de Piraju e o Centro de Educação Infantil Casa da Criança Augusto Morini, para atendimento das crianças da Educação Infantil.

VALOR TOTAL: R$ 361.274,40 (trezentos e sessenta e um mil duzentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos)

VIGÊNCIA: Exercício de 2021.

JOSÉ MARIA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 03/2021

ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o Município da Estância Turística de Piraju, com sede na Estância Turística de Piraju, Estado de São Paulo, na Praça Ataliba Leonel, 173, inscrita no CNPJ/MF sob n. 46.223.699/0001-50 e Associação de Voluntários no Combate ao Câncer de Piraju "Amigos Para Sempre", entidade sem fins lucrativos, com sede nesta cidade à Rua 13 de Maio, 1010, inscrita no CNPJ sob n. 05.536.683/0001-10.

OBJETO: Transferir recursos voltados a colaborar com as ações desenvolvidas pela entidade.

VALOR TOTAL: R$ 63.000,00

VIGÊNCIA: Exercício de 2021

JOSÉ MARIA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

PIRAPOZINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2021

Encontra-se aberta no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pirapozinho, o PREGÃO PRESENCIAL nº. 18/2021 – PROCESSO Nº. 22/2021, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS QUE SERÃO UTILIZADOS NA ALIMENTAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Os interessados em participarem deverão apresentar os envelopes "PROPOSTAS E HABILITAÇÕES" a partir do dia 11 de fevereiro de 2021, a partir das 09h00min. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações de 2ª a 6ª feira, das 08h às 11h e das 13h às 17h, na Rua Machado de Assis, 728, neste município de Pirapozinho, e ainda poderá ser adquirido através do site: www.pirapozinho.sp.gov.br no link editais. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, site ou pelo telefone (18)-3269-9900 R. 9919, ou através do e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br .

PM de Pirapozinho, 28 de janeiro de 2021

VALDIR ASSEF- PREFEITO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 19/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2021

Encontra-se aberta no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pirapozinho, o PREGÃO PRESENCIAL nº. 19/2021 – PROCESSO Nº. 23/2021, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNE DE ORIGEM BOVINA, AVES, SUÍNOS, PEIXE E EMBUTIDOS) QUE SERÃO NA ALIMENTAÇÃO EM DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO. Os interessados em participarem deverão apresentar os envelopes "PROPOSTAS E HABILITAÇÕES" a partir do dia 11 de fevereiro de 2021, a partir das 13h30min. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações de 2ª a 6ª feira, das 08h às 11h e das 13h às 17h, na Rua Machado de Assis, 728, neste município de Pirapozinho, e ainda poderá ser adquirido através do site: www.pirapozinho.sp.gov.br no link editais. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, site ou pelo telefone (18)-3269-9900 R. 9919, ou através do e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br .

PM de Pirapozinho, 28 de janeiro de 2021
VALDIR ASSEF- PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 20/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2021

Encontra-se aberta no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pirapozinho, o PREGÃO PRESENCIAL nº. 20/2021 – PROCESSO Nº. 24/2021, para AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Os interessados em participarem deverão apresentar os envelopes "PROPOSTAS E HABILITAÇÕES" a partir do dia 12 de fevereiro de 2021, a partir das 13h15min. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações de 2ª a 6ª feira, das 08h às 11h e das 13h às 17h, na Rua Machado de Assis, 728, neste município de Pirapozinho, e ainda poderá ser adquirido através do site: www.pirapozinho.sp.gov.br no link editais. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, site ou pelo telefone (18)-3269-9900 R. 9919, ou através do e-mail: licitação@pirapozinho.sp.gov.br .

PM de Pirapozinho, 28 de janeiro de 2021
VALDIR ASSEF- PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 21/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2021

Encontra-se aberta no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pirapozinho, o PREGÃO PRESENCIAL nº. 21/2021 – PROCESSO Nº. 25/2021, para AQUISIÇÃO DE LACTICÍNIOS (LEITE, BEBIDAS LÁCTEAS, QUEIJO MUÇARELA E CREME DE LEITE FRESCO) PARA DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO. Os interessados em participarem deverão apresentar os envelopes "PROPOSTAS E HABILITAÇÕES" a partir do dia 12 de fevereiro de 2021, a partir das 15h30min. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações de 2ª a 6ª feira, das 08h às 11h e das 13h às 17h, na Rua Machado de Assis, 728, neste município de Pirapozinho, e ainda poderá ser adquirido através do site: www.pirapozinho.sp.gov.br no link editais. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, site ou pelo telefone (18)-3269-9900 R. 9919, ou através do e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br .

PM de Pirapozinho, 28 de janeiro de 2021
VALDIR ASSEF- PREFEITO

PIRASSUNUNGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/21 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2021

ABERTURA DOS ENVELOPES: 12 de fevereiro de 2020 – 13H30m.

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de 360 M Tubo de Concreto Simples PS-2, ø 400 mm x 1500mm; 970 M Tubo de Concreto Simples PS-2, ø 600 mm x 1500mm; 102 M Tubo de Concreto Armado PA-2, ø 800 mm x 1500mm; conforme ABNT – NBR 8890/2018, para galeria de águas pluviais, conforme especificações do ANEXO – I, parte integrante do edital, disponibilizado no site http://www.saep-piras.com.br, "Licitação", a partir do dia 29 de janeiro de 2021. Pirassununga, 28 de janeiro de 2021. Vivian C. F. M. Franco - Seção de licitação.

PIRATININGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Despacho do Senhor Prefeito: 28/01/2021

Processo Licitatório Nº. 115/2020 - Tomada de Preços Nº. 006/2020

HOMOLOGA o procedimento licitatório realizado, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL e ADJUDICANDO o OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA (RECAPEAMENTO ASFÁLTICO), EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE PIRATININGA, à empresa: KLM CONSRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA CNPJ Nº 23.790.401/0001-98, TOTALIZANDO R$ 229.639,77.

(Duzentos e vinte e nove mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta e sete centavos).

PMP, 28/01/2021 - Jorge Luis Dias - Prefeito Municipal.

POLONI

PREFEITURA MUNICIPAL DE POLONI

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021 - PROCESSO 12/2021

A Prefeitura Municipal de Poloni, através de seu Prefeito Municipal, tendo em vista a necessidade de acrescentar melhorias no anexo I do presente edital publicado em 28/01/2021 via Imprensa Oficial, torna público que encontra-se SUSPENSO o Pregão Presencial Nº 06/2021, que tem como OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, RESOLUÇÃO DE PENDÊNCIAS, RETORNO DE DILIGÊNCIA E ATENDIMENTO A DEMAIS EXIGÊNCIAS IMPOSTAS PELOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS, COM VISTAS À APROVAÇÃO DE PROJETOS NOS SISTEMAS DE PORTARIA DE CONVÊNIOS, conforme especificações constantes no anexo I do Edital.

Poloni/SP, 28 de janeiro de 2021. Waldenor Montanari Junior - Prefeito.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PROCESSO Nº 13/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2021 – OBJETO: Registro de Preços aquisição de papel oficio A4 e papel oficio 2, de forma parcelada para diversos setores da Prefeitura Municipal de Poloni, conforme especificações constantes no Edital e Proposta Digital , – DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO:18/02/2021, ÀS 14HRS00MIN – LOCAL DA SESSÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE POLONI, RUA JOSÉ POLONI, Nº 274, CENTRO, POLONI-SP. EDITAL NA ÍNTEGRA: À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA PREFEITURA, NO SETOR DE LICITAÇÕES, OU PELO E-MAIL: licitapoloni@gmail.com, MAIORES INFORMAÇÕES PELO FONE/FAX (17) 3819-9900. PM de Poloni-SP., 28/01/2021 – WALDENOR MONTANARI JUNIOR – PREFEITO.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 08/2021 – PROCESSO 14/2021 - OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Fonoaudiólogo com carga horária de 20 horas semanais, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL – DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: 22/02/2021 – 09HRS00MIN - LOCAL DA SESSÃO: PREFEITURA DE POLONI, RUA JOSÉ POLONI, Nº 274, CENTRO. EDITAL NA ÍNTEGRA E DEMAIS ANEXOS NO SITE www.poloni.sp.gov.br, OU DIRETAMENTE NO ENDEREÇO MENCIONADO. INFORMAÇÕES PELO FONE (17) 3819-9900 OU licitapoloni@gmail.com. WALDENOR MONTANARI JUNIOR – PREFEITO.

PONTAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 005/2.021
PROCESSO N°. 005/2.021
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Objeto: registro de preços para aquisição de uniformes escolares.

O MUNICÍPIO DE PONTAL, através da sua autoridade competente, torna público que HOMOLOGOU o presente certame, ADJUDICANDO seu objeto à empresa ROBISON HUMBERTO FERNANDES EIRELI – ME, pelo valor total de R$ 81.984,00 (oitenta e um mil, novecentos e oitenta e quatro reais).

Pontal, 28 de janeiro de 2.021.
José Carlos Neves Silva
Autoridade Competente
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 107/2.020
PROCESSO Nº. 125/2.020

O Município de Pontal torna público que o presente certame foi declarado FRACASSADO, em sessão realizada em 22 de dezembro último, tendo em vista a desclassificação de todas as propostas ofertadas.

Objeto: aquisição de veículo automotor tipo van 0KM.
Oferta de Compra – BEC n°. 855000801002020OC00135.
Pontal, 23 de dezembro de 2.020.
Antônio Marcos Pala
Autoridade Competente

PONTALINDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

Aviso de Licitação
Modalidade: Pregão Presencial
Processo CL/PMP nº 003/2021
Pregão Presencial nº 003/2021

Encontra-se aberto nesta Municipalidade Pregão Presencial acima citado que tem por objetivo a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de enfermagem padrão para compor a equipe de enfrentamento da COVID-19 com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atendimento junto a Unidade Basica de Saúde, objetivando a necessidade das ações desenvolvidas no enfrentamento do Covid-19 neste Municipio, Data para apresentação de propostas até às 09:00 horas do dia 04 de fevereiro de 2.021. O edital completo encontra-se a disposição para retirada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontalinda, Rua Tupinambás nº 1091, pelo site WWW. pontalinda.sp.gov.br/licitacoes. Todos os esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3699.8780.

Pontalinda, 28 de Janeiro de 2.021
Sisinio de Oliveira Leão
Prefeito Municipal

PONTES GESTAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES GESTAL

retificação
= AVISO DE LICITAÇÃO =
= PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO N° 006/2021 =
= RESUMO DE EDITAL =

Objeto A Presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços consistentes na elaboração de exames laboratoriais em usuários da Unidade Básica de Saúde desta municipalidade pelo período decorrente de 12 meses..

Recebimento dos Envelopes:- Os envelopes contendo as "propostas" e "documentos de habilitação" e demais documentos serão recebidos pelo pregoeiro e sua equipe de apoio na sede da Prefeitura Municipal de Pontes Gestal, até as 11h00 do dia 10 de fevereiro de 2021.

Data da realização:- Dia 10 de fevereiro de 2021, às 11h00.

Local da Realização:- Prefeitura Municipal de Pontes Gestal, Setor de Licitações, Rua Maria Pontes Gestal, nº 265, Centro, Pontes Gestal/SP.

Retirada do Edital:- O Edital completo poderá ser retirado no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontes Gestal/SP.

Esclarecimentos:- Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontes Gestal, Rua Maria Pontes Gestal, 265, Centro, Pontes Gestal/SP, no horário das 08h00 às 14h00 e, nos dias úteis. Fone: (17) 3844-1277.

Pontes Gestal, 28 de janeiro de 2021.
Esmeraldo Cristiano Carolino, Prefeito Municipal
= AVISO DE LICITAÇÃO =
= PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO N° 009/2021 =
= RESUMO DE EDITAL =

Objeto A Presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de MATERIAIS ESPORTIVOS para o setor de esportes, com fornecimento parcelado no decorrer de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes:- Os envelopes contendo as "propostas" e "documentos de habilitação" e demais documentos serão recebidos pelo pregoeiro e sua equipe de apoio na sede da Prefeitura Municipal de Pontes Gestal, até as 09h00 do dia 10 de fevereiro de 2021.

Data da realização:- Dia 10 de fevereiro de 2021, às 09h00.

Local da Realização:- Prefeitura Municipal de Pontes Gestal, Setor de Licitações, Rua Maria Pontes Gestal, nº 265, Centro, Pontes Gestal/SP.

Retirada do Edital:- O Edital completo poderá ser retirado no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontes Gestal/SP.

Esclarecimentos:- Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontes Gestal, Rua Maria Pontes Gestal, 265, Centro, Pontes Gestal/SP, no horário das 08h00 às 16h00 e, nos dias úteis. Fone: (17) 3844-1277.

Pontes Gestal, 28 de janeiro de 2021.
Esmeraldo Cristiano Carolino, Prefeito Municipal
PROCESSO Nº 007/2021
PREGAO Nº 006/2021
DESPACHO

A Prefeitura Municipal de Pontes Gestal, através do Senhor Prefeito Municipal Esmeraldo Cristiano Carolino, REVOGA a abertura do presente procedimento licitatório com objeto: contratação de empresa especializada, para prestação de serviços consistentes na elaboração de exames laboratoriais em usuários da Unidade Básica de Saúde desta municipalidade pelo período decorrente de 12 meses, cujo o edital apresentou diversas falhas em seu termo de referência, não especificando de forma clara as obrigações do laboratório contratado para a prestação dos serviços necessários, por esse motivo atendendo solicitação do setor de saúde do município de Pontes Gestal o Prefeito Municipal resolve revogar a fase de abertura dos envelopes, para que a comissão possa retificar o edital e publica-lo novamente com os mesmos números Processuais.

Pontes Gestal, 28 de janeiro de 2021.
Esmeraldo Cristiano Carolino, Prefeito Municipal

PORTO FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA

EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021

Processo: 142/2021, destinado ao Registro de Preços de serviços de diagnósticos (exames). Sessão Pública:10/02/2021 às 08h30m no endereço eletrônico www.bllcompras.com. Edital e Esclarecimentos: pregao@portoferreira.sp.gov.br ou www.bllcompras.com. Porto Ferreira, 28/01/2021. Rômulo Luis de Lima Ripa – Prefeito.

EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021

Processo: 59/2021, destinado ao Registro de Preços de Uniformes. Sessão Pública:11/02/2021 às 08h30m no endereço eletrônico www.bllcompras.com. Edital e Esclarecimentos: pregao@portoferreira.sp.gov.br ou www.bllcompras.com. Porto Ferreira, 28/01/2021. Rômulo Luis de Lima Ripa – Prefeito.

EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021

Processo: 212/2021, destinado ao Registro de Preços de materiais odontológicos. Sessão Pública:12/02/2021 às 08h30m no endereço eletrônico www.bllcompras.com. Edital e Esclarecimentos: pregao@portoferreira.sp.gov.br ou www.bllcompras.com. Porto Ferreira, 28/01/2021. Rômulo Luis de Lima Ripa – Prefeito.

POTIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA - A Prefeitura Municipal de Potim/SP, torna pública a Dispensa de Licitação Nº 019/2021 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA DE MANUTENÇÃO NOS BANHEIROS E TELHADO DO PAÇO MUNICIPAL pelo valor total de R$ 31.930,55 (trinta e um mil e novecentos e trinta reais e cinquenta e cinco centavos) ao fornecedor BBRANCO ENGENHARIA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA nos termos do Artigo 24, Inciso I, da Lei Nº 8.666/93. Potim, 20 de janeiro de 2021. Erica Soler Santos de Oliveira - Prefeita Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - A Prefeitura Municipal de Potim torna público a abertura de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 003/2021. Objeto: Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Equipamentos de Proteção Individual. Data para recebimento de proposta: das 09h00min do dia 29/01/2021, até as 09h00min do dia 10/02/2021; data da abertura de propostas: das 09h00min às 10h00min do dia 10/02/2021; data de início da sessão pública: às 10h00min do dia 10/02/2021, horário de Brasília/DF, local www.bnc.org.br "acesso identificado no link - licitações". O Edital na íntegra poderá ser consultado aos interessados no site supracitado. Maiores informações através do telefone (12) 3112-9200.

PRAIA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERENCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / BIMESTRE: NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**1.621.143.768,00**	**1.669.283.409,08**	**285.309.712,08**	**17,09**	**1.669.224.023,81**	**100,00**	**59.385,27**
RECEITAS CORRENTES	**1.531.979.611,00**	**1.594.551.183,07**	**270.733.123,67**	**16,98**	**1.594.499.297,80**	**100,00**	**51.885,27**
RECEITA TRIBUTÁRIA	**753.152.512,00**	**759.388.641,86**	**124.362.808,52**	**16,38**	**759.388.641,86**	**100,00**	**-**
Impostos	639.599.550,00	651.160.371,64	108.872.750,61	16,72	651.160.371,64	100,00	-
Taxas	113.167.615,00	107.980.967,34	15.458.578,11	14,32	107.980.967,34	100,00	-
Contribuição de Melhoria	385.347,00	247.302,88	31.479,80	12,73	247.302,88	100,00	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	**85.348.477,00**	**76.352.858,00**	**17.926.963,78**	**23,48**	**76.352.858,00**	**100,00**	**-**
Contribuições Sociais	59.720.271,00	52.458.479,10	13.844.210,31	26,39	52.458.479,10	100,00	-
Contrib.p/o custeio do serv.de iluminação pública	25.628.206,00	23.894.378,90	4.082.753,47	17,09	23.894.378,90	100,00	-
RECEITA PATRIMONIAL	**29.075.757,00**	**32.099.757,74**	**2.298.440,14**	**7,16**	**32.098.226,84**	**100,00**	**1.530,90**
Exploração do patrimonio imobiliario do estado	832.611,00	1.441.843,62	171.896,77		1.441.843,62		-
Valores Mobiliários	20.362.672,00	21.450.758,76	367.107,72	1,71	21.449.227,86	99,99	1.530,90
Deleg.serv.publ.mediante conc.,perm.,autor.licença	7.880.474,00	7.347.155,36	1.759.435,65	23,95	7.347.155,36	100,00	-
Cessão de direitos	-	1.860.000,00		-	1.860.000,00	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	**487.791,00**	**455.834,46**	**76.847,03**	**16,86**	**455.834,46**	**100,00**	**-**
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**623.451.212,40**	**690.676.074,34**	**118.565.265,81**	**17,17**	**690.625.719,97**	**99,99**	**50.354,37**
Transferências da União e de suas Entidades	208.838.097,40	272.998.101,95	40.794.029,21	14,94	272.947.747,58	99,98	50.354,37
Transferências Estados e Distri.Federal e de suas Entidades	169.963.864,00	171.667.717,98	29.523.355,52	17,20	171.667.717,98	**100,00**	-
Transferencias de Instituições Privadas	84.480,00	92.240,00	-	-	92.240,00	**100,00**	-
Transferencias de outras Instituições Publicas	244.452.198,00	245.814.394,41	48.228.291,08	19,62	245.814.394,41	100,00	-
Transferências de Pessoas Físicas	112.573,00	103.620,00	19.590,00	18,91	103.620,00	100,00	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**40.463.861,60**	**35.578.016,67**	**7.502.798,39**	**21,09**	**35.578.016,67**	**100,00**	**-**
Multas administrativas, contratuais e judiciais	14.043.457,00	15.160.118,69	3.243.859,14	21,40	15.160.118,69	100,00	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	9.919.165,60	6.290.649,25	1.495.728,05	23,78	6.290.649,25	100,00	-
Demais Receitas Correntes	16.501.239,00	14.127.248,73	2.763.211,20	19,56	14.127.248,73	100,00	-
RECEITAS DE CAPITAL	**89.164.157,00**	**74.732.226,01**	**14.576.588,41**	**19,51**	**74.724.726,01**	**99,99**	**7.500,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**42.081.711,00**	**44.087.403,41**	**6.749.669,42**	**15,31**	**44.087.403,41**	**100,00**	**-**
Operações de Crédito Mercado Interno	42.081.711,00	44.087.403,41	6.749.669,42	15,31	44.087.403,41	100,00	-
ALIENAÇÃO DE BENS	**-**	**732.660,00**	**177.960,00**	**24,29**	**725.160,00**	**98,98**	7.500,00
Alienação de Bens Móveis	-	732.660,00	177.960,00	24,29	725.160,00	98,98	7.500,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	**-**		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**47.082.446,00**	**29.912.162,60**	**7.648.958,99**	**25,57**	**29.912.162,60**	**100,00**	**-**
Transferências da União e de suas Entidades	7.545.532,00	6.921.302,75	1.053.369,00	15,22	6.921.302,75	100,00	-
Transferências dos Estados, do DF e de suas Entidades	39.536.914,00	22.990.859,85	6.595.589,99	28,69	22.990.859,85	100,00	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**60.322.895,00**	**52.234.428,41**	**25.630.427,44**	**49,07**	**52.234.428,41**	**100,00**	**-**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**1.681.466.663,00**	**1.721.517.837,49**	**310.940.139,52**	**18,06**	**1.721.458.452,22**	**100,00**	**59.385,27**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO /REFINANCIAMENTO (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**1.681.466.663,00**	**1.721.517.837,49**	**310.940.139,52**	**18,06**	**1.721.458.452,22**	**100,00**	**59.385,27**
DÉFICIT (VI)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (VII) = (V + VI)	**1.681.466.663,00**	**1.721.517.837,49**	**310.940.139,52**	**18,06**	**1.721.458.452,22**	**100,00**	**59.385,27**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	**-**		**-**	**-**			
Superavit Financeiro utilizado p/créditos adicionais		**89.378.566,80**			**89.378.566,80**		
Reabertura de Créditos Adicionais							

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS (j)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES. (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g)=(e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i)=(e-h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**1.699.935.476,00**	**1.864.074.263,16**	**232.404.562,27**	**1.665.274.063,45**	**198.800.199,71**	**354.898.115,16**	**1.535.343.246,50**	**328.731.016,66**	**1.507.300.935,30**	**129.930.816,95**
DESPESAS CORRENTES	**1.417.496.134,00**	**1.497.929.933,73**	**176.475.127,94**	**1.401.683.507,70**	**96.246.426,03**	**264.725.610,94**	**1.316.403.269,46**	**181.526.664,27**	**1.291.655.833,34**	**85.280.238,24**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	780.778.071,00	768.399.252,97	117.555.497,28	745.330.545,69	23.068.707,28	130.228.293,32	745.323.530,89	23.075.722,08	743.963.222,20	7.014,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.495.324,00	6.967.324,00	(179.094,10)	6.785.994,95	181.329,05	455.044,81	6.507.400,01	459.923,99	6.503.481,86	278.594,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	621.222.739,00	722.563.356,76	59.098.724,76	649.566.967,06	72.996.389,70	134.042.272,81	564.572.338,56	157.991.018,20	541.189.129,28	84.994.628,50
DESPESAS DE CAPITAL	**267.439.342,00**	**351.144.329,43**	**55.929.434,33**	**263.590.555,75**	**87.553.773,68**	**90.172.504,22**	**218.939.977,04**	**132.204.352,39**	**215.645.101,96**	**44.650.578,71**
INVESTIMENTOS	250.080.981,00	303.639.658,53	10.758.368,58	216.098.938,02	87.540.720,51	49.851.291,07	176.674.623,88	126.965.034,65	173.379.748,80	39.424.314,14
INVERSÕES FINANCEIRAS	13.820.000,00	45.012.624,70	45.012.624,70	45.012.624,70	-	39.817.000,00	39.817.000,00	5.195.624,70	39.817.000,00	5.195.624,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.538.361,00	2.492.046,20	158.441,05	2.478.993,03	13.053,17	504.213,15	2.448.353,16	43.693,04	2.448.353,16	30.639,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**15.000.000,00**	**15.000.000,00**	**-**	**-**	**15.000.000,00**		**-**	15.000.000,00	**-**	**-**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**60.322.895,00**	**58.488.203,00**	**13.442.316,78**	**55.620.373,50**	**2.867.829,50**	**13.442.316,78**	55.620.373,50	2.867.829,50	**51.251.263,86**	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**1.760.258.371,00**	**1.922.562.466,16**	**245.846.879,05**	**1.720.894.436,95**	**201.668.029,21**	**368.340.431,94**	**1.590.963.620,00**	**331.598.846,16**	**1.558.552.199,16**	**129.930.816,95**
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**1.760.258.371,00**	**1.922.562.466,16**	**245.846.879,05**	**1.720.894.436,95**	**201.668.029,21**	**368.340.431,94**	**1.590.963.620,00**	**331.598.846,16**		
SUPERÁVIT (XIII)	**-**	**-**	**-**	**-**			**564.015,27**			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**1.760.258.371,00**	**1.922.562.466,16**	**245.846.879,05**	**1.720.894.436,95**	**201.668.029,21**		**1.591.527.635,27**	**331.598.846,16**		**129.930.816,95**
RESERVA DO RPPS	**16.487.406,00**	**16.487.406,00**		**-**	**-**	**16.487.406,00**		**-**	**16.487.406,00**	**-**

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES - INTRA ORÇAMENTÁRIA	**60.322.895,00**	**52.234.428,41**	**25.630.427,44**	**49,07**	**52.234.428,41**	**100,00**	**-**
Impostos, taxas e contribuições de melhoria (i)	3.200,00	-	-	-	**-**	-	-
Taxas (i)	3.200,00	-	-	-	-	-	-
Contribuições (i)	60.319.695,00	52.234.428,41	25.630.427,44	49,07	**52.234.428,41**	100,00	-
Contribuições Sociais	60.319.695,00	52.234.428,41	25.630.427,44	49,07	**52.234.428,41**	100,00	-
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**60.322.895,00**	**52.234.428,41**	**25.630.427,44**	**49,07**	**52.234.428,41**	**100,00**	**-**

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS (j)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES. (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g)=(e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i)=(e-h)		
DESPESAS CORRENTES	**60.322.895,00**	**58.488.203,00**	**13.442.316,78**	**55.620.373,50**	**2.867.829,50**	**13.442.316,78**	**55.620.373,50**	**2.867.829,50**	**51.251.263,86**	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.319.695,00	58.485.003,00	13.442.316,78	55.617.675,58	2.867.327,42	13.442.316,78	55.617.675,58	2.867.327,42	51.248.565,94	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.200,00	3.200,00	-	2.697,92	502,08	-	2.697,92	502,08	2.697,92	
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**60.322.895,00**	**58.488.203,00**	**13.442.316,78**	**55.620.373,50**	**2.867.829,50**	**13.442.316,78**	**55.620.373,50**	**2.867.829,50**	**51.251.263,86**	-

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF:882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERENCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / BIMESTRE: NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO c=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (a-b)	Insc.em restos a pagar n proc
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.699.935.476,00	1.864.074.263,16	232.404.562,27	1.665.274.063,45	96,77	198.800.199,71	354.898.115,16	1.535.343.246,50	96,50	328.731.016,66	129.930.816,95
LEGISLATIVA	**34.202.793,00**	**34.202.793,00**	**4.889.568,09**	**28.801.880,16**	**1,67**	**5.400.912,84**	**5.246.134,33**	**28.402.836,38**	**1,79**	**5.799.956,62**	**399.043,78**
Ação Legislativa	34.202.793,00	34.202.793,00	4.889.568,09	28.801.880,16	1,67	5.400.912,84	5.246.134,33	28.402.836,38	1,79	5.799.956,62	399.043,78
ADMINISTRAÇÃO	**112.590.835,00**	**99.693.305,17**	**9.760.831,34**	**94.098.281,05**	**5,47**	**5.595.024,12**	**15.957.131,25**	**86.882.752,88**	**5,46**	**12.810.552,29**	**7.215.528,17**
Administração Geral	72.986.777,00	60.485.247,17	6.133.936,94	56.072.076,26	3,26	4.413.170,91	8.748.876,52	52.128.483,72	3,28	8.356.763,45	3.943.592,54
Planejamento e orçamento	16.530.416,00	16.877.416,00	613.743,42	16.758.995,53	0,97	118.420,47	3.561.904,22	15.135.280,89	0,95	1.742.135,11	1.623.714,64
Administração financeira	20.576.474,00	20.377.474,00	2.942.260,01	19.394.818,71	1,13	982.655,29	3.574.287,09	17.853.100,00	1,12	2.524.374,00	1.541.718,71
Controle Interno	464.074,00	474.074,00	70.890,97	450.869,88	0,03	23.204,12	72.063,42	449.699,81	0,03	24.374,19	1.170,07
Comunicação Social	2.033.094,00	1.479.094,00	-	1.421.520,67	0,08	57.573,33	-	1.316.188,46	0,08	162.905,54	105.332,21
SEGURANÇA PÚBLICA	**37.632.303,00**	**43.163.319,59**	**4.971.356,84**	**41.556.236,10**	**2,41**	**1.607.083,49**	**8.735.902,61**	**39.636.847,83**	**2,49**	**3.526.471,76**	**1.919.388,27**
Policiamento	37.543.303,00	43.125.319,59	4.971.356,84	41.531.401,16	2,41	1.593.918,43	8.731.913,67	39.612.012,89	2,49	3.513.306,70	1.919.388,27
Defesa Civil	89.000,00	38.000,00	-	24.834,94	-	13.165,06	3.988,94	24.834,94	-	13.165,06	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**41.001.843,00**	**46.661.903,95**	**3.808.455,01**	**32.392.606,68**	**1,88**	**14.269.297,27**	**6.305.618,20**	**31.207.996,17**	**1,96**	**15.453.907,78**	**1.184.610,51**
Administração Geral	19.525.101,00	17.181.498,87	732.656,16	14.403.306,73	0,84	2.778.192,14	2.435.927,88	13.424.826,85	0,84	3.756.672,02	978.479,88
Assistência ao Idoso	19.370,00	19.370,00	-	-	-	19.370,00	-	-	-	19.370,00	-
Assistência à Criança e ao Adolescente	576.600,00	2.132.273,48	-	-	-	2.132.273,48	-	-	-	2.132.273,48	-
Assistência Comunitária	20.880.772,00	27.328.761,60	3.075.798,85	17.989.299,95	1,05	9.339.461,65	3.869.690,32	17.783.169,32	1,12	9.545.592,28	206.130,63
PREVIDÊNCIA SOCIAL	**106.271.900,00**	**110.126.900,00**	**4.928.293,22**	**108.785.173,64**	**6,32**	**1.341.726,36**	**18.077.510,98**	**108.528.077,73**	**6,82**	**1.598.822,27**	**257.095,91**
Administração Geral	4.519.900,00	4.519.900,00	66.653,29	3.421.151,07	0,20	1.098.748,93	635.055,21	3.181.124,40	0,20	1.338.775,60	240.026,67
Previdência do Regime Estatutário	101.752.000,00	105.607.000,00	4.861.639,93	105.364.022,57	6,12	242.977,43	17.442.455,77	105.346.953,33	6,62	260.046,67	17.069,24
SAÚDE	**327.113.121,00**	**396.907.806,17**	**32.437.410,34**	**370.295.085,03**	**21,52**	**26.612.721,14**	**66.474.316,27**	**336.961.830,35**	**21,18**	**59.945.975,82**	**33.333.254,68**
Administração Geral	43.249.667,00	38.628.102,40	3.125.264,25	37.230.760,01	2,16	1.397.342,39	7.358.872,66	34.173.341,87	2,15	4.454.760,53	3.057.418,14
Atenção Básica	62.885.793,00	74.500.982,61	11.762.052,13	67.685.910,41	3,93	6.815.072,20	12.696.410,97	66.939.201,38	4,21	7.561.781,23	746.709,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	211.002.585,00	269.901.438,63	15.031.216,29	253.394.898,99	14,72	16.506.539,64	44.373.083,06	225.599.027,23	14,18	44.302.411,40	27.795.871,76
Suporte Profilático e Terapêutico	4.374.764,00	6.068.737,73	1.096.789,75	5.515.202,80	0,32	553.534,93	1.064.579,79	4.459.300,76	0,28	1.609.436,97	1.055.902,04
Vigilância Sanitária	857.006,00	846.637,56	9.834,28	789.469,97	0,05	57.167,59	8.474,12	788.109,81	0,05	58.527,75	1.360,16
Vigilância Epidemiológica	4.743.306,00	6.961.907,24	1.412.253,64	5.678.842,85	0,33	1.283.064,39	972.895,67	5.002.849,30	0,31	1.959.057,94	675.993,55
TRABALHO	**3.509.532,00**	**3.529.532,00**	**443.426,36**	**3.110.964,49**	**0,18**	**418.567,51**	**490.814,07**	**3.044.384,11**	**0,19**	**485.147,89**	**66.580,38**
Fomento ao trabalho	3.509.532,00	3.529.532,00	443.426,36	3.110.964,49	0,18	418.567,51	490.814,07	3.044.384,11	0,19	485.147,89	66.580,38
EDUCAÇÃO	**469.073.854,00**	**480.635.733,19**	**113.268.944,96**	**458.598.794,37**	**26,65**	**22.036.938,82**	**121.567.666,07**	**434.688.920,69**	**27,32**	**45.946.812,50**	**23.909.873,68**
Administração Geral	1.812.562,00	2.191.994,03	183.742,82	1.998.476,16	0,12	193.517,87	258.354,92	1.996.310,06	0,13	195.683,97	2.166,10
Ensino Fundamental	268.640.990,00	269.134.906,25	69.624.057,87	261.191.389,68	15,18	7.943.516,57	75.276.525,54	252.712.070,17	15,88	16.422.836,08	8.479.319,51
Ensino Médio	8.722.652,00	9.602.240,07	(1.960,13)	4.652.617,17	0,27	4.949.622,90	900.613,12	4.474.066,95	0,28	5.128.173,12	178.550,22
Ensino Superior	6.724.000,00	6.274.130,00	(7.000,00)	6.143.278,50	0,36	130.851,50	1.606.055,77	6.099.901,31	0,38	174.228,69	43.377,19
Educação Infantil	177.923.273,00	188.161.635,32	42.779.814,70	180.296.117,30	10,48	7.865.518,02	42.466.793,30	165.303.751,64	10,39	22.857.883,68	14.992.365,66
Educação de Jovens e Adultos	1.621.030,00	1.620.552,12	16.640,74	1.302.787,91	0,08	317.764,21	211.626,09	1.273.225,80	0,08	347.326,32	29.562,11
Educação Especial	3.629.347,00	3.650.275,40	673.648,96	3.014.127,65	0,18	636.147,75	847.697,33	2.829.594,76	0,18	820.680,64	184.532,89
CULTURA	**10.910.783,00**	**11.971.802,46**	**3.108.114,27**	**10.278.645,02**	**0,60**	**1.693.157,44**	**1.318.979,69**	**7.993.986,75**	**0,50**	**3.977.815,71**	**2.284.658,27**
Administração Geral	3.701.206,00	3.020.606,00	335.016,79	2.922.914,44	0,17	97.691,56	447.682,21	2.540.056,17	0,16	480.549,83	382.858,27
Difusão Cultural	7.209.577,00	8.951.196,46	2.773.097,48	7.355.730,58	0,43	1.595.465,88	871.297,48	5.453.930,58	0,34	3.497.265,88	1.901.800,00
DIREITOS DA CIDADANIA	**1.781.705,00**	**1.781.705,00**	**247.877,07**	**1.656.379,22**	**0,10**	**125.325,78**	**272.184,20**	**1.631.364,89**	**0,10**	**150.340,11**	**25.014,33**
Direitos individuais, coletivos e difusos	1.781.705,00	1.781.705,00	247.877,07	1.656.379,22	0,10	125.325,78	272.184,20	1.631.364,89	0,10	150.340,11	25.014,33
URBANISMO	**369.552.510,00**	**453.098.207,80**	**44.518.646,61**	**367.363.309,53**	**21,35**	**85.734.898,27**	**83.079.170,52**	**321.437.091,19**	**20,20**	**131.661.116,61**	**45.926.218,34**
Administração Geral	6.420.758,00	6.710.758,00	833.789,86	6.432.649,75	0,37	278.108,25	900.039,18	6.349.338,88	0,40	361.419,12	83.310,87
Infra-Estrutura Urbana	193.538.925,00	210.300.376,07	8.834.169,53	151.527.010,99	8,81	58.773.365,08	39.558.471,60	129.677.831,76	8,15	80.622.544,31	21.849.179,23
Serviços Urbanos	169.592.827,00	236.087.073,73	34.850.687,22	209.403.648,79	12,17	26.683.424,94	42.620.659,74	185.409.920,55	11,65	50.677.153,18	23.993.728,24
HABITAÇÃO	**15.167.970,00**	**12.554.724,34**	**(4.372.748,86)**	**5.391.551,74**	**0,31**	**7.163.172,60**	**1.394.613,23**	**5.289.556,07**	**0,33**	**7.265.168,27**	**101.995,67**
Habitação Urbana	15.167.970,00	12.554.724,34	(4.372.748,86)	5.391.551,74	0,31	7.163.172,60	1.394.613,23	5.289.556,07	0,33	7.265.168,27	101.995,67
SANEAMENTO	**52.418.700,00**	**55.673.700,00**	**1.981.786,68**	**53.504.588,18**	**3,11**	**2.169.111,82**	**9.949.098,23**	**47.957.197,34**	**3,01**	**7.716.502,66**	**5.547.390,84**
Saneamento básico urbano	52.418.700,00	55.673.700,00	1.981.786,68	53.504.588,18	3,11	2.169.111,82	9.949.098,23	47.957.197,34	3,01	7.716.502,66	5.547.390,84
GESTÃO AMBIENTAL	**4.598.821,00**	**4.012.821,00**	**366.465,11**	**3.474.485,34**	**0,20**	**538.335,66**	**518.474,79**	**3.353.744,95**	**0,21**	**659.076,05**	**120.740,39**
Preservação e Conservação Ambiental	4.598.821,00	4.012.821,00	366.465,11	3.474.485,34	0,20	538.335,66	518.474,79	3.353.744,95	0,21	659.076,05	120.740,39
CIENCIA E TECNOLOGIA	**4.528.012,00**	**4.697.882,00**	**1.017.902,19**	**3.200.864,82**	**0,19**	**1.497.017,18**	**398.724,20**	**2.573.189,82**	**0,16**	**2.124.692,18**	**627.675,00**
Tecnologia da Informação	4.528.012,00	4.697.882,00	1.017.902,19	3.200.864,82	0,19	1.497.017,18	398.724,20	2.573.189,82	0,16	2.124.692,18	627.675,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**11.853.457,00**	**14.923.057,00**	**2.210.021,55**	**14.919.971,93**	**0,87**	**3.085,07**	**11.680,66**	**12.716.651,94**	**0,80**	**2.206.405,06**	**2.203.319,99**
Turismo	11.853.457,00	14.923.057,00	2.210.021,55	14.919.971,93	0,87	3.085,07	11.680,66	12.716.651,94	0,80	2.206.405,06	2.203.319,99
ENERGIA	**26.240.213,00**	**33.034.547,20**	**2.654.601,13**	**30.307.556,30**	**1,76**	**2.726.990,90**	**6.263.567,05**	**27.338.974,86**	**1,72**	**5.695.572,34**	**2.968.581,44**
Energia Eletrica	26.240.213,00	33.034.547,20	2.654.601,13	30.307.556,30	1,76	2.726.990,90	6.263.567,05	27.338.974,86	1,72	5.695.572,34	2.968.581,44
TRANSPORTE	**4.128.064,00**	**2.446.264,13**	**312.251,49**	**2.026.334,19**	**0,12**	**419.929,94**	**326.077,07**	**1.962.828,27**	**0,12**	**483.435,86**	**63.505,92**
Transportes coletivos urbanos	4.128.064,00	2.446.264,13	312.251,49	2.026.334,19	0,12	419.929,94	326.077,07	1.962.828,27	0,12	483.435,86	63.505,92
DESPORTO E LAZER	**27.123.879,00**	**24.297.392,96**	**1.688.196,33**	**21.504.039,59**	**1,25**	**2.793.353,37**	**3.363.300,43**	**20.036.933,02**	**1,26**	**4.260.459,94**	**1.467.106,57**
Desporto Comunitário	27.123.879,00	24.297.392,96	1.688.196,33	21.504.039,59	1,25	2.793.353,37	3.363.300,43	20.036.933,02	1,26	4.260.459,94	1.467.106,57
ENCARGOS ESPECIAIS	**25.235.181,00**	**15.660.866,20**	**4.163.162,54**	**14.007.316,07**	**0,81**	**1.653.550,13**	**5.147.151,31**	**13.698.081,26**	**0,86**	**1.962.784,94**	**309.234,81**
Serviço da Dívida Interna	19.033.685,00	9.459.370,20	(20.653,05)	9.264.987,98	0,54	194.382,22	959.257,96	8.955.753,17	0,56	503.617,03	309.234,81
Outros Encargos Especiais	6.201.496,00	6.201.496,00	4.183.815,59	4.742.328,09	0,28	1.459.167,91	4.187.893,35	4.742.328,09	0,30	1.459.167,91	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**15.000.000,00**	**15.000.000,00**	**-**	**-**	**-**	**15.000.000,00**	**-**	**-**	**-**	**15.000.000,00**	**-**
RESERVA DO RPPS				**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**60.322.895,00**	**58.488.203,00**	**13.442.316,78**	**55.620.373,50**	**3,23**	**2.867.829,50**	**13.442.316,78**	**55.620.373,50**	**3,50**	**2.867.829,50**	**-**
TOTAL (III) = (I + II)	**1.760.258.371,00**	**1.922.562.466,16**	**245.846.879,05**	**1.720.894.436,95**	**100,00**	**201.668.029,21**	**368.340.431,94**	**1.590.963.620,00**	**100,00**	**331.598.846,16**	**129.930.816,95**

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO c=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (a-b)	Insc.em restos a pagar n proc
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d		
Legislativa	**2.255.607,00**	**2.255.607,00**	**251.004,93**	**1.697.868,63**	**0,10**	**557.738,37**	**251.004,93**	**1.697.868,63**	**0,11**	**557.738,37**	**-**
Ação Legislativa	2.255.607,00	2.255.607,00	251.004,93	1.697.868,63	0,10	557.738,37	251.004,93	1.697.868,63	0,11	557.738,37	-
Administração	**3.401.358,00**	**3.393.958,00**	**744.957,78**	**3.083.278,04**	**0,18**	**310.679,96**	**744.957,78**	**3.083.278,04**	**0,19**	**310.679,96**	**-**
Planejamento e Orçamento	137.871,00	137.871,00	29.390,64	119.605,70	0,01	18.265,30	29.390,64	119.605,70	0,01	18.265,30	-
Administração Geral	2.426.770,00	2.419.370,00	524.514,68	2.182.832,49	0,13	236.537,51	524.514,68	2.182.832,49	0,14	236.537,51	-
Administração Financeira	796.660,00	796.660,00	183.973,29	752.124,17	0,04	44.535,83	183.973,29	752.124,17	0,05	44.535,83	-
Controle Interno	40.057,00	40.057,00	7.079,17	28.715,68	-	11.341,32	7.079,17	28.715,68	-	11.341,32	-
Segurança Pública	**2.547.834,00**	**2.547.834,00**	**516.317,80**	**2.097.984,87**	**0,12**	**449.849,13**	**516.317,80**	**2.097.984,87**	**0,13**	**449.849,13**	**-**
Policiamento	2.547.834,00	2.547.834,00	516.317,80	2.097.984,87	0,12	449.849,13	516.317,80	2.097.984,87	0,13	449.849,13	-
Assistência Social	**2.029.876,00**	**2.029.876,00**	**459.026,94**	**1.837.653,23**	**0,11**	**192.222,77**	**459.026,94**	**1.837.653,23**	**0,12**	**192.222,77**	**-**
Assistência Comunitária	1.435.159,00	1.435.159,00	336.857,49	1.334.741,40	0,08	100.417,60	336.857,49	1.334.741,40	0,08	100.417,60	-
Administração Geral	594.717,00	594.717,00	122.169,45	502.911,83	0,03	91.805,17	122.169,45	502.911,83	0,03	91.805,17	-
Previdência Social	**417.560,00**	**417.560,00**	**34.135,40**	**231.241,41**	**0,01**	**186.318,59**	**34.135,40**	**231.241,41**	**0,01**	**186.318,59**	**-**
Administração Geral	417.560,00	417.560,00	34.135,40	231.241,41	0,01	186.318,59	34.135,40	231.241,41	0,01	186.318,59	-
Saúde	**11.224.195,00**	**9.966.295,00**	**2.381.758,82**	**9.644.791,33**	**0,56**	**321.503,67**	**2.381.758,82**	**9.644.791,33**	**0,61**	**321.503,67**	**-**
Atenção Básica	9.397.800,00	5.025.800,00	1.247.915,75	4.990.862,31	0,29	34.937,69	1.247.915,75	4.990.862,31	0,31	34.937,69	-
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	134.014,00	3.434.114,00	558.278,46	3.153.050,56	0,18	281.063,44	558.278,46	3.153.050,56	0,20	281.063,44	-
Vigilância Epidemiológica	398.320,00	343.320,00	77.241,23	341.423,82	0,02	1.896,18	77.241,23	341.423,82	0,02	1.896,18	-
Administração Geral	1.294.061,00	1.163.061,00	498.323,38	1.159.454,64	0,07	3.606,36	498.323,38	1.159.454,64	0,07	3.606,36	-
Trabalho	**156.715,00**	**156.715,00**	**28.542,80**	**115.927,65**	**0,01**	**40.787,35**	**28.542,80**	**115.927,65**	**0,01**	**40.787,35**	**-**
Fomento ao Trabalho	156.715,00	156.715,00	28.542,80	115.927,65	0,01	40.787,35	28.542,80	115.927,65	0,01	40.787,35	-
Educação	**29.855.518,00**	**29.326.126,00**	**7.037.059,92**	**28.772.345,07**	**1,67**	**553.780,93**	**7.037.059,92**	**28.772.345,07**	**1,81**	**553.780,93**	**-**
Ensino Fundamental	19.687.032,00	18.080.828,00	4.985.308,95	17.834.883,31	1,04	245.944,69	4.985.308,95	17.834.883,31	1,12	245.944,69	-
Educação Infantil	9.764.622,00	10.835.434,00	1.974.704,49	10.561.516,56	0,61	273.917,44	1.974.704,49	10.561.516,56	0,66	273.917,44	-
Educação de Jovens e Adultos	106.761,00	109.761,00	26.377,45	108.493,55	0,01	1.267,45	26.377,45	108.493,55	0,01	1.267,45	-
Educação Especial	208.834,00	208.834,00	45.706,13	176.398,66	0,01	32.435,34	45.706,13	176.398,66	0,01	32.435,34	-
Administração Geral	88.269,00	91.269,00	4.962,90	91.052,99	0,01	216,01	4.962,90	91.052,99	0,01	216,01	-
Cultura	**384.942,00**	**384.942,00**	**80.797,10**	**330.498,50**	**0,02**	**54.443,50**	**80.797,10**	**330.498,50**	**0,02**	**54.443,50**	**-**
Difusão Cultural	384.942,00	384.942,00	80.797,10	330.498,50	0,02	54.443,50	80.797,10	330.498,50	0,02	54.443,50	-
Direitos da Cidadania	**55.310,00**	**55.310,00**	**10.557,16**	**43.505,04**	**-**	**11.804,96**	**10.557,16**	**43.505,04**	**-**	**11.804,96**	**-**
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	55.310,00	55.310,00	10.557,16	43.505,04	-	11.804,96	10.557,16	43.505,04	-	11.804,96	-
Urbanismo	**6.190.204,00**	**6.130.204,00**	**1.462.523,63**	**5.993.096,17**	**0,35**	**137.107,83**	**1.462.523,63**	**5.993.096,17**	**0,38**	**137.107,83**	**-**
Serviços Urbanos	5.764.151,00	5.764.151,00	1.378.341,99	5.645.584,96	0,33	118.566,04	1.378.341,99	5.645.584,96	0,35	118.566,04	-
Administração Geral	426.053,00	366.053,00	84.181,64	347.511,21	0,02	18.541,79	84.181,64	347.511,21	0,02	18.541,79	-
Habitação	**134.315,00**	**134.315,00**	**30.092,20**	**123.517,35**	**0,01**	**10.797,65**	**30.092,20**	**123.517,35**	**0,01**	**10.797,65**	**-**
Habitação Urbana	134.315,00	134.315,00	30.092,20	123.517,35	0,01	10.797,65	30.092,20	123.517,35	0,01	10.797,65	-
Gestão Ambiental	**211.738,00**	**211.738,00**	**47.646,30**	**192.175,21**	**0,01**	**19.562,79**	**47.646,30**	**192.175,21**	**0,01**	**19.562,79**	**-**
Preservação e Conservação Ambiental	211.738,00	211.738,00	47.646,30	192.175,21	0,01	19.562,79	47.646,30	192.175,21	0,01	19.562,79	-
Ciência e Tecnologia	**250.936,00**	**250.936,00**	**59.536,95**	**244.350,34**	**0,01**	**6.585,66**	**59.536,95**	**244.350,34**	**0,02**	**6.585,66**	**-**
Tecnologia da informação	250.936,00	250.936,00	59.536,95	244.350,34	0,01	6.585,66	59.536,95	244.350,34	0,02	6.585,66	-
Energia	**107.413,00**	**107.413,00**	**25.646,12**	**102.513,66**	**0,01**	**4.899,34**	**25.646,12**	**102.513,66**	**0,01**	**4.899,34**	**-**
Energia Elétrica	107.413,00	107.413,00	25.646,12	102.513,66	0,01	4.899,34	25.646,12	102.513,66	0,01	4.899,34	-
Transporte	**86.567,00**	**91.567,00**	**22.009,79**	**88.267,43**	**0,01**	**3.299,57**	**22.009,79**	**88.267,43**	**0,01**	**3.299,57**	**-**
Transportes coletivos urbanos	86.567,00	91.567,00	22.009,79	88.267,43	0,01	3.299,57	22.009,79	88.267,43	0,01	3.299,57	-
Desporto e Lazer	**1.012.807,00**	**1.027.807,00**	**250.703,14**	**1.021.359,57**	**0,06**	**6.447,43**	**250.703,14**	**1.021.359,57**	**0,06**	**6.447,43**	**-**
Desporto Comunitário	1.012.807,00	1.027.807,00	250.703,14	1.021.359,57	0,06	6.447,43	250.703,14	1.021.359,57	0,06	6.447,43	-
TOTAL DA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**60.322.895,00**	**58.488.203,00**	**13.442.316,78**	**55.620.373,50**	**3,23**	**2.867.829,50**	**13.442.316,78**	**55.620.373,50**	**3,50**	**2.867.829,50**	**-**

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF:882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERENCIA: JANEIRORO A DEZEMBRO DE 2020 / BIMESTRE: NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Janeiro/2020	Fevereiro/2020	Março/2020	Abril/2020	Maio/2020	Junho/2020	Julho/2020	Agosto/2020	Setembro/2020	Outubro/2020	Novembro/2020	Dezembro/2020		
RECEITAS CORRENTES (I)	**232.734.586,15**	**124.733.286,98**	**131.352.535,65**	**108.003.303,71**	**109.067.995,58**	**122.249.224,47**	**125.474.970,14**	**136.521.099,99**	**137.295.156,32**	**132.100.927,28**	**128.956.947,45**	**150.116.873,92**	**1.638.606.907,64**	**1.639.705.722,67**
Receita Tributária	149.400.767,51	54.458.785,31	55.829.225,43	44.963.826,68	47.826.205,75	50.197.377,60	56.348.678,00	55.479.612,90	58.796.221,54	61.725.132,62	58.464.903,09	65.897.905,43	759.388.641,86	759.388.641,86
IPTU	109.343.217,19	32.472.013,07	31.748.458,74	26.412.071,16	28.177.688,19	29.091.809,04	31.011.368,44	30.182.373,19	31.478.681,94	30.219.920,73	30.807.325,32	37.342.072,29	448.286.999,30	448.286.999,30
ISS	6.273.857,56	5.217.709,85	5.745.361,22	4.947.239,32	5.043.942,28	4.814.759,91	6.210.696,91	6.192.378,57	6.409.488,23	6.475.788,01	5.771.491,94	7.613.726,93	70.716.440,73	70.716.440,73
ITBI	4.662.178,63	4.148.851,32	4.999.794,85	2.888.727,50	3.219.203,52	4.615.068,15	6.488.515,92	6.826.958,85	8.075.954,95	7.929.693,85	8.953.990,77	8.914.222,99	71.723.161,30	71.723.161,30
IRRF	4.025.505,23	4.370.617,08	4.822.940,72	4.576.060,40	4.670.451,10	4.691.522,50	4.710.092,92	4.649.490,00	4.737.423,96	8.209.997,07	5.439.888,42	5.529.780,91	60.433.770,31	60.433.770,31
Outras Receitas Tributárias	25.096.008,90	8.249.593,99	8.512.669,90	6.139.728,30	6.714.920,66	6.984.218,00	7.928.003,81	7.628.412,29	8.094.672,46	8.889.732,96	7.492.206,64	6.498.102,31	108.228.270,22	108.228.270,22
Receita de Contribuições	2.299.144,03	6.056.925,24	6.025.536,50	5.984.342,82	5.919.289,32	6.078.271,13	6.027.902,96	6.176.464,30	6.714.168,34	7.143.849,58	11.250.727,01	6.676.236,77	76.352.858,00	76.352.858,00
Receita Patrimonial	7.805.778,99	1.108.230,42	2.659.833,76	2.436.495,00	9.402.308,94	2.705.200,56	455.604,78	2.382.752,87	464.558,97	379.022,41	1.957.081,66	341.358,48	32.098.226,84	32.099.757,74
Rendimentos de Aplicação Financeira	7.683.931,77	889.244,87	687.856,57	700.370,20	9.298.254,62	501.238,00	453.872,61	414.497,90	239.556,31	213.297,29	204.131,28	162.976,44	21.449.227,86	21.450.758,76
Outras Receitas Patrimoniais	121.847,22	218.985,55	1.971.977,19	1.736.124,80	104.054,32	2.203.962,56	1.732,17	1.968.254,97	225.002,66	165.725,12	1.752.950,38	178.382,04	10.648.998,98	10.648.998,98
Receita de Serviços	41.568,44	30.175,59	32.844,11	27.136,59	30.996,10	43.542,87	51.222,48	37.627,79	45.301,70	38.571,76	28.849,58	47.997,45	455.834,46	455.834,46
Transferências Correntes	**69.494.066,00**	**60.459.033,12**	**64.200.019,42**	**52.456.927,23**	**43.444.838,04**	**60.559.354,70**	**59.674.786,56**	**69.499.750,82**	**68.292.098,39**	**59.746.492,02**	**53.735.768,15**	**73.170.195,36**	**734.733.329,81**	**735.830.613,94**
Cota-Parte do FPM	6.007.150,50	8.680.064,36	5.075.473,85	4.975.087,95	5.197.840,62	4.231.321,06	7.294.364,75	4.633.556,30	3.732.370,39	5.022.263,96	6.656.630,48	9.925.550,17	71.431.674,39	72.855.166,09
Cota-Parte do ICMS	8.441.468,08	8.645.805,41	9.965.578,31	6.731.849,53	6.617.219,14	8.073.101,20	7.156.486,79	8.581.467,48	10.028.048,89	9.706.782,80	8.964.778,50	12.864.915,62	105.777.501,75	106.108.598,18
Cota-Parte do IPVA	13.915.682,36	6.849.986,69	5.789.994,38	1.026.044,85	1.321.197,38	2.100.546,14	2.552.624,02	2.634.018,96	3.371.779,16	2.824.055,23	2.569.101,10	3.478.444,18	48.433.474,45	47.679.265,43
Cota-Parte do ITR	92,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	2.315,44	3.836,96	2.008,66	8.258,83	7.096,88
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.900,00
Transferências da LC 61/1989	67.047,52	55.849,22	60.568,20	55.242,24	46.314,66	48.362,90	53.076,90	57.584,25	77.624,64	85.456,20	82.739,38	104.261,11	794.127,22	802.939,82
Transferências do FUNDEB	26.989.150,48	22.842.198,12	23.744.430,03	14.634.809,47	14.630.550,92	17.688.717,60	15.790.810,26	18.575.088,95	21.617.791,72	21.072.555,78	20.061.564,62	28.166.726,46	245.814.394,41	245.814.394,41
Outras Transferências Correntes	14.073.474,29	13.385.129,32	19.563.974,65	25.033.893,19	15.631.715,32	28.417.305,80	26.827.423,84	35.018.034,88	29.464.478,59	21.033.062,61	15.397.117,11	18.628.289,16	262.473.898,76	262.524.253,13
Outras Receitas Correntes	3.693.261,18	2.620.137,30	2.605.076,43	2.134.575,39	2.444.357,43	2.665.477,61	2.916.775,36	2.944.891,31	2.982.807,38	3.067.858,89	3.519.617,96	3.983.180,43	35.578.016,67	35.578.016,67
DEDUÇÕES (II)	**12.919.468,16**	**9.107.318,13**	**8.578.273,80**	**6.868.238,38**	**15.616.094,20**	**7.253.198,53**	**7.156.219,78**	**7.536.117,80**	**8.429.442,79**	**8.817.142,83**	**12.994.692,00**	**9.949.022,97**	**115.225.229,37**	**116.272.159,13**
Contrib. Plano Prev. Assist. Social Servidor	6.983.105,30	3.975.093,94	4.140.057,61	4.051.890,20	12.720.096,92	4.147.475,09	4.076.762,50	4.104.385,84	4.728.495,52	5.089.961,75	9.085.868,42	4.758.341,89	67.861.534,98	67.861.534,98
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	250.896,78	285.883,07	259.893,23	258.703,28	259.482,93	215.057,18	259.159,52	250.406,80	258.981,92	198.812,88	253.406,46	505.400,50	3.256.084,55	3.256.084,55
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	5.685.466,08	4.846.341,12	4.178.322,96	2.557.644,90	2.636.514,35	2.890.666,26	2.820.297,76	3.181.325,16	3.441.965,35	3.528.368,20	3.655.417,12	4.685.280,58	44.107.609,84	45.154.539,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**219.815.117,99**	**115.625.968,85**	**122.774.261,85**	**101.135.065,33**	**93.451.901,38**	**114.996.025,94**	**118.318.750,36**	**128.984.982,19**	**128.865.713,53**	**123.283.784,45**	**115.962.255,45**	**140.167.850,95**	**1.523.381.678,27**	**1.523.433.563,54**
(-) Transferencias obrigatorias da Uniao relativas asemendas individuais (art.166-A, par.1, da CF)(IV)					560.000,00								**560.000,00**	560.000,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**219.815.117,99**	**115.625.968,85**	**122.774.261,85**	**101.135.065,33**	**92.891.901,38**	**114.996.025,94**	**118.318.750,36**	**128.984.982,19**	**128.865.713,53**	**123.283.784,45**	**115.962.255,45**	**140.167.850,95**	**1.522.821.678,27**	**1.522.873.563,54**
(-) Transferencias obrigatorias da Uniao relativas as emendas de bancada (art.166-A, par.16, da CF)(VI)													**-**	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOA (VII) = (V - VI)	**219.815.117,99**	**115.625.968,85**	**122.774.261,85**	**101.135.065,33**	**92.891.901,38**	**114.996.025,94**	**118.318.750,36**	**128.984.982,19**	**128.865.713,53**	**123.283.784,45**	**115.962.255,45**	**140.167.850,95**	**1.522.821.678,27**	**1.522.873.563,54**

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERENCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / BIMESTRE: NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**123.236.866,00**	**125.247.152,99**	**125.247.152,99**	**145.778.593,33**
RECEITAS CORRENTES (I)	**123.236.866,00**	**125.247.152,99**	**125.247.152,99**	**145.778.593,33**
Receita de Contribuições dos Segurados	**59.720.271,00**	**52.458.479,10**	**52.458.479,10**	**55.278.891,22**
Civil	**59.720.271,00**	**52.458.479,10**	**52.458.479,10**	**55.278.891,22**
Ativo	56.868.701,00	49.278.174,03	49.278.174,03	52.608.493,12
Inativo	2.730.230,00	3.019.307,06	3.019.307,06	2.559.905,14
Pensionista	121.340,00	160.998,01	160.998,01	110.492,96
Receita de Contribuições Patronais	**60.319.695,00**	**52.234.428,41**	**52.234.428,41**	**55.422.518,76**
Civil	60.319.695,00	52.234.428,41	52.234.428,41	55.422.518,76
Ativo	60.319.695,00	52.234.428,41	52.234.428,41	55.422.518,76
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário	-	-	-	
Receita Patrimonial	**-**	**17.263.055,88**	**17.263.055,88**	**31.874.017,04**
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	-	15.403.055,88	15.403.055,88	30.014.017,04
Outras Receitas Patrimoniais	-	1.860.000,00	1.860.000,00	1.860.000,00
Receita de Serviços	-	-	-	-
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**3.196.900,00**	**3.291.189,60**	**3.291.189,60**	**3.203.166,31**
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	3.191.000,00	3.256.084,55	3.256.084,55	3.196.581,36
Outras Receitas Correntes	5.900,00	35.105,05	35.105,05	6.584,95
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**8.500,00**
Alienação de Bens	-	-	-	8.500,00
Amortização de Empréstimos	-	-		
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	**123.236.866,00**	**125.247.152,99**	**125.247.152,99**	**145.787.093,33**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Isncritas em Restos a Pagar	
			Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre/ 2019	Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre/ 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	**100.957.000,00**	**100.957.000,00**	**104.628.648,50**	**93.862.443,33**	**104.628.648,50**	**93.862.443,33**		**-**
Aposentadorias	84.666.800,00	84.666.800,00	89.170.316,52	80.158.151,53	89.170.316,52	80.158.151,53		
Pensões	16.290.200,00	16.290.200,00	15.458.331,98	13.704.291,80	15.458.331,98	13.704.291,80		
Outros Benefícios Previdenciários	-							
Outras Despesas Previdenciárias	**795.000,00**	**795.000,00**	**735.374,07**	**415.235,68**	**718.304,83**	**415.235,68**	**17.069,24**	**-**
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	135.000,00	135.000,00	115.000,00	126.242,81	97.930,76	126.242,81	17.069,24	-
Demais Despesas Previdenciárias	660.000,00	660.000,00	620.374,07	288.992,87	620.374,07	288.992,87		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	**101.752.000,00**	**101.752.000,00**	**105.364.022,57**	**94.277.679,01**	**105.346.953,33**	**94.277.679,01**		**-**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - IV)	21.484.866,00	23.495.152,99	19.883.130,42	51.509.414,32	19.900.199,66	51.509.414,32		145.787.093,33

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	16.487.406,00

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	986.560,75
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	16.423.000,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2020	2019
Bens e Direitos do RPPS		
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
Investimentos e Aplicações	1.019.294.443,47	969.062.002,87
Outros Bens e Direitos	-	-

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPSPREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	**-**	**-**	**-**	**-**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Isncritas em Restos a Pagar	
			Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre/ 2019	Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre/ 2019	2020	2019
Despesas Correntes	4.980.460,00	4.980.460,00	3.698.577,48	3.713.529,47	3.458.550,81	3.611.583,55	240.026,67	101.945,92
Despesas de Capital	17.000,00	17.000,00	-	35.045,70	-	35.045,70		
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS	**4.997.460,00**	**4.997.460,00**	**3.698.577,48**	**3.748.575,17**	**3.458.550,81**	**3.646.629,25**	**240.026,67**	**101.945,92**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS	**(4.997.460,00)**	**(4.997.460,00)**	**(3.698.577,48)**	**(3.748.575,17)**	**(3.458.550,81)**	**(3.646.629,25)**		

NOTA:
1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração
2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bim.) e a despesa liquidada (no 6º bimestre).

3 Seguindo a metodologia do AUDESP (TCE SP), não houve segregação entre receitas administrativas e receitas previdênciárias no orçamento de 2020 do Instituto. O limite de 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior conforme previsto no artigo 15 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008 é calculado mensalmente em planilha do Excel e acompanhado por meio de processo administrativo.

4 Previsão atualizada das Receitas de Contribuições Patronais de acordo com a Lei Complementar nº852, de 10 de junho de 2020 e a Lei Complementar nº854, de 30 de junho de 2020.

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERENCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / BIMESTRE: NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VI (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**1.594.551.183,07**	**1.594.499.297,80**
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	**759.388.641,86**	**759.388.641,86**
IPTU	448.286.999,30	448.286.999,30
ISS	70.716.440,73	70.716.440,73
ITBI	71.723.161,30	71.723.161,30
IRRF	60.433.770,31	60.433.770,31
Outros Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	108.228.270,22	108.228.270,22
Contribuições	**76.352.858,00**	**76.352.858,00**
Receita Patrimonial	**32.099.757,74**	**32.098.226,84**
Aplicações Financeiras(II)	21.450.758,76	21.449.227,86
Outras Receitas Patrimoniais	10.648.998,98	10.648.998,98
Transferências Correntes	**690.676.074,34**	**690.625.719,97**
Cota-Parte do FPM	58.325.914,29	58.325.914,29
Cota-Parte do ICMS	84.622.001,58	84.622.001,58
Cota-Parte do IPVA	38.747.602,03	38.747.602,03
Cota-Parte do ITR	6.607,08	6.607,08
Transferências da LC 87/1996	-	-
Transferências da LC 61/1989	635.301,82	635.301,82
Transferências do FUNDEB	245.814.394,41	245.814.394,41
Outras Transferências Correntes	262.524.253,13	262.473.898,76
Demais Receitas Correntes	**36.033.851,13**	**36.033.851,13**
Outras Receitas Financeiras(III)	-	
Receitas Correntes Restantes	36.033.851,13	36.033.851,13
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES(VI)=(I+II+III)	**1.573.100.424,31**	**1.573.050.069,94**
RECEITAS DE CAPITAL (V)	**74.732.226,01**	**74.724.726,01**
Operações de Crédito (VI)	44.087.403,41	44.087.403,41
Amortização de Empréstimos (VII)	-	-
Alienação de Bens (V)	732.660,00	725.160,00
Transferências de Capital	**29.912.162,60**	**29.912.162,60**
Convênios	6.601.361,75	6.601.361,75
Outras Transferências de Capital	23.310.800,85	23.310.800,85
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V-VI-VII-VIII-IX-X)	**30.644.822,60**	**30.637.322,60**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**1.603.745.246,91**	**1.603.687.392,54**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	ATÉ O BIMESTRE 2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	**1.497.929.933,73**	**1.401.683.507,70**	**1.316.403.269,46**	**1.291.655.833,34**	**23.596.799,29**	**-**	**56.908.750,19**
Pessoal e Encargos Sociais	768.399.252,97	745.330.545,69	745.323.530,89	743.963.222,20	698.356,44	-	24.656,81
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	6.967.324,00	6.785.994,95	6.507.400,01	6.503.481,86	-	-	627.644,26
Outras Despesas Correntes	722.563.356,76	649.566.967,06	564.572.338,56	541.189.129,28	22.898.442,85	-	56.256.449,12
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	**1.490.962.609,73**	**1.394.897.512,75**	**1.309.895.869,45**	**1.285.152.351,48**	**23.596.799,29**	**-**	**56.281.105,93**
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	**351.144.329,43**	**263.590.555,75**	**218.939.977,04**	**215.645.101,96**	**482.551,38**	**-**	**25.361.995,28**
Investimentos	303.639.658,53	216.098.938,02	176.674.623,88	173.379.748,80	482.551,38	-	25.193.708,47
Inversões Financeiras	45.012.624,70	45.012.624,70	39.817.000,00	39.817.000,00	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	45.012.624,70	45.012.624,70	39.817.000,00	39.817.000,00	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	2.492.046,20	2.478.993,03	2.448.353,16	2.448.353,16	-	-	168.286,81
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	**348.652.283,23**	**261.111.562,72**	**216.491.623,88**	**213.196.748,80**	**482.551,38**	**-**	**25.193.708,47**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	15.000.000,00	-	-				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**1.854.614.892,96**	**1.656.009.075,47**	**1.526.387.493,33**	**1.498.349.100,28**	**24.079.350,67**	**-**	**81.474.814,40**

RESULTADO PRIMÁRIO (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)	**(215.872,81)**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
META FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERENCIA	(13.718.000,00)

JUROS NOMINAIS	ATÉ O BIMESTRE VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇOES MONETÁRIAS ATIVOS (XXV)	21.449.227,86
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇOES MONETÁRIAS PASSIVOS (XXVI)	7.894.713,58
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XXVII)=XXIV + (XXV-XXVI)	13.338.641,47

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(16.297.000,00)

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO Em 31/Dez/2019	SALDO Até o Bimestre/2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	142.317.185,96	185.454.088,24
DEDUÇÕES (XXIX)	306.157.549,45	347.686.921,54
Disponibilidade de Caixa	299.304.457,03	340.711.381,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	323.395.355,15	373.134.694,46
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	24.090.898,12	32.423.313,23
Haveres Financeiros	6.853.092,42	6.975.540,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	(163.840.363,49)	(162.232.833,30)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII)=(XXXIa-XXXb)		**(1.607.530,19)**

AJUSTE METODOLÓGICO	ATÉ O BIMESTRE
VARIAÇÃO SALDO RPP=(XXXIII)=(XXXa-XXXb)	(8.332.415,11)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	-
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	1.281.444,63
OUTROS AJUSTES (XXXV)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII)=(XXXII-XXXIII-IX+XXXIV+XXXV-XXXVI+XXXVII)	8.006.329,55
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX)=XXXVI-(XXV-XXVI)	(5.548.184,73)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - RPPS	
SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA ABERTURA E REABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS	
SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA ABERTURA E REABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS	89.378.566,80
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	16.487.406,00

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERENCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / BIMESTRE: NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00 R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos					Inscritos						
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2019	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2019	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**11.718,52**	**24.079.876,03**	**24.079.350,67**	**351,49**	**11.892,39**	**708.121,29**	**102.915.439,52**	**-**	**82.270.745,47**	**19.684.057,38**	**1.668.757,96**	**1.680.650,35**
PREFEITURA DA EST. BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE	11.718,52	23.356.991,68	23.356.466,32	351,49	11.892,39	700.471,29	102.439.036,75	-	81.831.120,08	19.639.630,00	1.668.757,96	1.680.650,35
LEGISLATIVO	-	722.159,35	722.159,35	-	-	7.650,00	374.456,85	-	347.799,33	34.307,52	-	-
IPMPG - INST.PREV.MUNIC.SERVIÇOS PUBLICOS	-	725,00	725,00	-	-	-	101.945,92	-	91.826,06	10.119,86	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	**11.718,52**	**24.079.876,03**	**24.079.350,67**	**351,49**	**11.892,39**	**708.121,29**	**102.915.439,52**	**-**	**82.270.745,47**	**19.684.057,38**	**1.668.757,96**	**1.680.650,35**

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERENCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / BIMESTRE: NOVEMBRO E DEZEMBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art 53, par. 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	44.087.403,41	44.087.403,41	-

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre			SALDO A EXECUTAR (g)=(a-b)
		EMPENHADAS (e)	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES. (f)	
DESPESA DE CAPITAL	351.144.329,43	263.590.555,75	-		87.553.773,68
Investimentos	303.639.658,53	216.098.938,02			87.540.720,51
Inversões Financeiras	45.012.624,70	45.012.624,70			-
Amortização da Divida	2.492.046,20	2.478.993,03			13.053,17
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	-		-	-	-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-		-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	351.144.329,43	263.590.555,75	-	-	87.553.773,68

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**(a - d)**	**(b-e)**		**(c - f)**
	307.056.926,02	**219.503.152,34**		**87.553.773,68**

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ERIKA CRISTINA PICOLO
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERENCIA: 2020 A 2094

PERÍODO DE REFERENCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 / BIMESTRE: NOVEMBRO E DEZEMB R$ 1,00

CAMPO	EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(d exerc. anterior)+(c)
1	2019				970.863.058,13
2	2020	194.511.433,51	116.224.608,41	78.286.825,10	1.049.149.883,23
3	2021	202.061.190,46	120.809.445,22	81.251.745,24	1.130.401.628,48
4	2022	203.923.239,16	126.708.009,79	77.215.229,37	1.207.616.857,84
5	2023	205.348.376,24	131.114.440,54	74.233.935,70	1.281.850.793,54
6	2024	206.787.764,70	136.226.691,99	70.561.072,70	1.352.411.866,25
7	2025	208.241.547,04	140.775.604,21	67.465.942,83	1.419.877.809,07
8	2026	209.709.867,20	148.823.078,53	60.886.788,67	1.480.764.597,74
9	2027	211.192.870,57	157.614.683,13	53.578.187,43	1.534.342.785,17
10	2028	212.690.703,96	168.840.571,31	43.850.132,66	1.578.192.917,83
11	2029	214.203.515,70	181.208.588,44	32.994.927,25	1.611.187.845,08
12	2030	215.731.455,55	192.535.414,67	23.196.040,87	1.634.383.885,96
13	2031	217.274.674,79	204.467.668,29	12.807.006,51	1.647.190.892,46
14	2032	218.833.326,23	219.297.840,10	-464.513,86	1.646.726.378,60
15	2033	220.407.564,19	235.488.222,08	-15.080.657,89	1.631.645.720,71
16	2034	221.997.544,52	257.317.993,04	-35.320.448,51	1.596.325.272,20
17	2035	223.603.424,66	288.940.530,92	-65.337.106,26	1.530.988.165,94
18	2036	225.225.363,60	311.323.377,71	-86.098.014,11	1.444.890.151,84
19	2037	226.863.521,93	337.569.022,28	-110.705.500,35	1.334.184.651,49
20	2038	228.518.061,84	372.141.415,61	-143.623.353,77	1.190.561.297,72
21	2039	230.189.147,15	400.506.319,81	-170.317.172,66	1.020.244.125,06
22	2040	231.876.943,32	414.304.718,07	-182.427.774,76	837.816.350,30
23	2041	233.581.617,44	426.575.320,78	-192.993.703,33	644.822.646,97
24	2042	235.303.338,31	438.737.638,48	-203.434.300,16	441.388.346,80
25	2043	237.042.276,39	448.812.802,86	-211.770.526,48	229.617.820,32
26	2044	238.798.603,84	455.825.176,12	-217.026.572,28	12.591.248,04
27	2045	240.572.494,57	460.608.155,65	-220.035.661,08	(207.444.413,04)
28	2046	242.364.124,21	466.104.771,29	-223.740.647,08	(431.185.060,12)
29	2047	244.173.670,15	469.807.124,13	-225.633.453,99	(656.818.514,10)
30	2048	246.001.311,54	473.024.823,73	-227.023.512,18	(883.842.026,29)
31	2049	247.847.229,35	475.195.889,76	-227.348.660,41	(1.111.190.686,70)
32	2050	249.711.606,34	476.040.250,93	-226.328.644,60	(1.337.519.331,29)
33	2051	251.594.627,09	476.065.052,58	-224.470.425,49	(1.561.989.756,78)
34	2052	253.496.478,06	475.961.654,38	-222.465.176,33	(1.784.454.933,11)
35	2053	255.417.347,53	475.185.909,31	-219.768.561,79	(2.004.223.494,89)
36	2054	257.357.425,70	473.687.859,27	-216.330.433,57	(2.220.553.928,47)
37	2055	197.907.373,92	471.438.282,89	-273.530.908,98	(2.494.084.837,44)
38	2056	199.886.447,66	472.451.119,49	-272.564.671,83	(2.766.649.509,28)
39	2057	201.885.312,13	473.461.381,26	-271.576.069,13	(3.038.225.578,41)
40	2058	203.904.165,25	474.469.017,82	-270.564.852,56	(3.308.790.430,97)
41	2059	205.943.206,91	475.473.981,36	-269.530.774,46	(3.578.321.205,43)
42	2060	208.002.638,97	476.476.226,66	-268.473.587,68	(3.846.794.793,11)
43	2061	210.082.665,36	477.475.710,91	-267.393.045,55	(4.114.187.838,66)
44	2062	212.183.492,02	478.472.393,76	-266.288.901,75	(4.380.476.740,40)
45	2063	214.305.326,94	479.466.237,18	-265.160.910,24	(4.645.637.650,64)
46	2064	216.448.380,21	480.457.205,40	-264.008.825,19	(4.909.646.475,83)
47	2065	218.612.864,01	481.445.264,90	-262.832.400,89	(5.172.478.876,72)
48	2066	220.798.992,65	482.430.384,31	-261.631.391,66	(5.434.110.268,38)
49	2067	223.006.982,58	483.412.534,36	-260.405.551,78	(5.694.515.820,17)
50	2068	225.237.052,40	484.391.687,84	-259.154.635,44	(5.953.670.455,60)
51	2069	227.489.422,93	485.367.819,52	-257.878.396,59	(6.211.548.852,20)
52	2070	229.764.317,16	486.340.906,12	-256.576.588,97	(6.468.125.441,16)
53	2071	232.061.960,33	487.310.926,26	-255.248.965,93	(6.723.374.407,09)
54	2072	234.382.579,93	488.277.860,37	-253.895.280,44	(6.977.269.687,53)
55	2073	236.726.405,73	489.241.690,70	-252.515.284,97	(7.229.784.972,50)
56	2074	239.093.669,79	490.202.401,24	-251.108.731,45	(7.480.893.703,95)
57	2075	241.484.606,48	491.159.977,66	-249.675.371,17	(7.730.569.075,12)
58	2076	243.899.452,55	492.114.407,30	-248.214.954,75	(7.978.784.029,87)
59	2077	246.338.447,07	493.065.679,10	-246.727.232,03	(8.225.511.261,90)
60	2078	248.801.831,55	494.013.783,57	-245.211.952,03	(8.470.723.213,93)
61	2079	251.289.849,86	494.958.712,75	-243.668.862,89	(8.714.392.076,82)
62	2080	253.802.748,36	495.900.460,15	-242.097.711,79	(8.956.489.788,61)
63	2081	256.340.775,84	492.386.635,29	-236.045.859,45	(9.192.535.648,06)
64	2082	258.904.183,60	493.430.612,46	-234.526.428,86	(9.427.062.076,92)
65	2083	261.493.225,44	494.468.747,67	-232.975.522,24	(9.660.037.599,16)
66	2084	264.108.157,69	495.501.104,62	-231.392.946,92	(9.891.430.546,08)
67	2085	266.749.239,27	496.527.746,70	-229.778.507,43	(10.121.209.053,51)
68	2086	269.416.731,66	497.548.737,08	-228.132.005,41	(10.349.341.058,93)
69	2087	272.110.898,98	498.564.138,60	-226.453.239,62	(10.575.794.298,55)
70	2088	274.832.007,97	499.574.013,89	-224.742.005,92	(10.800.536.304,47)
71	2089	277.580.328,05	500.578.425,27	-222.998.097,22	(11.023.534.401,69)
72	2090	280.356.131,33	501.577.434,82	-221.221.303,49	(11.244.755.705,18)
73	2091	283.159.692,64	502.571.104,38	-219.411.411,74	(11.464.167.116,92)
74	2092	285.991.289,57	503.559.495,52	-217.568.205,95	(11.681.735.322,87)
75	2093	288.851.202,46	504.542.669,56	-215.691.467,10	(11.897.426.789,97)

Fonte: ATUÁRIO RESPONSÁVEL - RICHARD DUTZMANN - MIBA 935

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário da Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERENCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / BIMESTRE: NOVEMBRO E DEZEMBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art 53, par. 1º, inciso III) R$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO	RECEITA	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
1	RECEITAS DE CAPITAL	733.316,26	725.816,26	7.500,00
2	ALIENAÇÃO DE ATIVOS	733.316,26	725.816,26	7.500,00
3	Alienação de Bens Móveis	732.660,00	725.160,00	7.500,00
4	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
5	Rendimento de Aplicações Financeiras	656,26	656,26	
6	TOTAL	-	725.816,26	7.500,00

CAMPO	DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	EMPENHADAS (e)	LIQUIDADAS	PAGAS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO A EXECUTAR (h)=(e-f)
6	Despesas de Capital (7+8+9)		609.252,00	609.252,00	573.120,00		244.484,55	(609.252,00)
7	Investimentos		609.252,00	609.252,00	573.120,00	-	244.484,55	(609.252,00)
8	Inversões Financeiras		-	-	-		-	-
9	Amortização da Dívida		-	-	-		-	-
10	Despesas Correntes dos Regimes de Previdência (11+12)		-	-	-		-	-
11	Regime Geral da Previdência Social		-	-	-		-	-
12	Regime Próprio dos Servidores Públicos		-	-	-		-	-
13	TOTAL		609.252,00	609.252,00	573.120,00		244.484,55	(609.252,00)

CAMPO	RECEITAS		2019 (i)		2020 (j)=(IIb)-(IIf+IIg)		SALDO ATUAL (k)=(IIIi+IIIj)
14	A APLICAR		242.153,16		(91.788,29)		150.364,87

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ERIKA CRISTINA PICOLO
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERENCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 / BIMESTRE: NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO XVIII (LRF, art 48) R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	ATÉ O BIMESTRE
RECEITAS	
Previsão Inicial da Receita	1.681.466.663,00
Previsão Atualizada da Receita	1.721.517.837,49
Receitas Realizadas	1.721.458.452,22
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	89.378.566,80
DESPESAS	
Dotação Inicial	1.760.258.371,00
Dotação Atualizada	1.922.562.466,16
Despesas Empenhadas	1.720.894.436,95
Despesas Liquidada	1.590.963.620,00
Despesas Pagas	1.558.552.199,16
Superávit Orçamentário	564.015,27

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	ATÉ O BIMESTRE
Despesas Empenhadas	1.720.894.436,95
Despesas Liquidada	1.590.963.620,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	1.523.381.678,27
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	1.522.821.678,27
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	1.522.821.678,27

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	ATÉ O BIMESTRE
Receitas Previdenciárias Realizadas	125.247.152,99
Despesas Previdenciárias Empenhadas	105.364.022,57
Despesas Previdenciárias Liquidada	105.346.953,33
Resultado Previdenciário	19.900.199,66

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	(16.297.000,00)	13.338.641,47	(81,85)
Resultado Primário	(13.718.000,00)	(215.872,81)	1,57

RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	24.091.594,55	351,49	24.079.350,67	11.892,39
Poder Executivo	23.369.435,20	351,49	23.357.191,32	11.892,39
Poder Legislativo	722.159,35	-	722.159,35	-
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	103.623.560,81	19.684.057,38	82.270.745,47	1.668.757,96
Poder Executivo.	103.241.453,96	19.649.749,86	81.922.946,14	1.668.757,96
Poder Legislativo.	382.106,85	34.307,52	347.799,33	-
TOTAL	127.715.155,36	19.684.408,87	106.350.096,14	1.680.650,35

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário da Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

NOTA: A PREFEITURA NÃO POSSUI PPP - PARCERIA PÚBLICO PRIVADA. EM DECORRÊNCIA DO CUSTO, NÃO PUBLICAMOS QUADROS SEM INFORMAÇÕES - ANEXO XIII

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referencia: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES) LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Janeiro/2020	Fevereiro/2020	Março/2020	Abril/2020	Maio/2020	Junho/2020	Julho/2020	Agosto/2020	Setembro/2020	Outubro/2020	Novembro/2020	Dezembro/2020		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**52.977.350,58**	**58.528.922,37**	**59.348.484,97**	**56.556.769,57**	**57.363.811,40**	**56.597.254,11**	**59.976.715,94**	**57.818.388,01**	**64.060.223,85**	**110.919.970,66**	**60.173.115,10**	**78.375.203,57**	**772.696.210,13**	**7.014,80**
Pessoal Ativo	**45.021.475,77**	**50.517.061,82**	**51.321.382,76**	**48.384.698,84**	**49.152.939,17**	**48.372.841,53**	**51.740.819,17**	**49.555.639,15**	**55.809.860,21**	**94.576.977,09**	**51.107.792,60**	**69.679.347,75**	**665.240.835,86**	**7.014,80**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	44.694.062,60	45.844.767,47	46.421.135,17	43.596.747,39	44.392.179,10	43.610.773,07	46.958.917,13	44.734.112,47	45.467.215,49	89.344.930,89	45.781.803,33	59.507.091,17	600.353.735,28	7.014,80
Obrigações Patronais	27.254,21	4.375.408,47	4.606.112,49	4.494.408,29	4.468.505,25	4.469.291,34	4.491.074,84	4.532.127,10	10.053.419,24	4.943.586,76	5.039.027,09	9.885.015,84	61.385.230,92	-
Benefícios Previdenciários	300.158,96	296.885,88	294.135,10	293.543,16	292.254,82	292.777,12	290.827,20	289.399,58	289.225,48	288.459,44	286.962,18	287.240,74	3.501.869,66	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	**7.955.874,81**	**8.011.860,55**	**8.027.102,21**	**8.172.070,73**	**8.210.872,23**	**8.224.412,58**	**8.235.896,77**	**8.262.748,86**	**8.250.363,64**	**16.342.993,57**	**9.065.322,50**	**8.695.855,82**	**107.455.374,27**	**-**
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.772.503,64	6.807.452,98	6.856.246,41	6.968.121,93	6.989.569,74	6.981.917,70	7.010.711,91	7.022.618,30	7.013.031,36	13.921.087,74	7.539.094,03	7.185.807,42	91.068.163,16	-
Pensões	1.165.609,45	1.186.611,03	1.153.094,08	1.185.978,16	1.203.401,49	1.224.733,16	1.207.492,78	1.222.612,58	1.219.535,74	2.404.109,29	1.508.640,85	1.492.565,24	16.174.383,85	-
Outros Benefícios Previdenciários	17.761,72	17.796,54	17.761,72	17.970,64	17.901,00	17.761,72	17.692,08	17.517,98	17.796,54	17.796,54	17.587,62	17.483,16	212.827,26	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**7.777.142,12**	**8.653.310,77**	**8.313.234,26**	**8.464.589,18**	**8.271.766,20**	**8.096.171,58**	**9.083.852,99**	**8.361.552,11**	**8.510.116,02**	**16.054.647,01**	**9.905.988,90**	**10.285.096,05**	**111.777.467,19**	**-**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	814.332,97	458.979,98	250.389,45	192.145,31	21.659,40	1.017.488,17	125.439,30	383.979,29		949.233,14	444.798,21	4.658.445,22	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-				45.179,55			620.374,07	1.248.495,07	1.914.048,69	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	37.777,26	-	-	216.050,95	41.735,87	22.779,17	2.507,04	97.372,20	44.705,28	22.397,36	67.027,50	61.749,41	614.102,04	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.739.364,86	7.838.977,80	7.854.254,28	7.998.148,78	8.037.885,02	8.051.733,01	8.063.857,78	8.093.561,06	8.081.431,45	16.032.249,65	8.269.354,19	8.530.053,36	104.590.871,24	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**45.200.208,46**	**49.875.611,60**	**51.035.250,71**	**48.092.180,39**	**49.092.045,20**	**48.501.082,53**	**50.892.862,95**	**49.456.835,90**	**55.550.107,83**	**94.865.323,65**	**50.267.126,20**	**68.090.107,52**	**660.918.742,94**	**7.014,80**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.523.381.678,27	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas as emendas individuais (V) (parágrafo 13, artigo 166 da CF)	560.000,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	1.522.821.678,27	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	660.925.757,74	43,40
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	822.323.706,27	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (0,95 x VIII)(parágrafo único, art. 22 da LRF)	781.207.520,96	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) (0,90 x VIII)(inciso II do par 1 do art.59 da LRF)	740.091.335,64	48,60

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2020 - 3º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**142.317.185,96**	**156.604.520,91**	**176.087.549,62**	**185.454.088,24**
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	117.653.619,06	132.326.909,09	149.035.786,44	160.306.322,01
Emprestimos	116.220.219,33	130.944.161,16	147.674.446,26	159.020.959,23
Interna	116.220.219,33	130.944.161,16	147.674.446,26	159.020.959,23
Externa		-		
Financiamentos			3.918,15	3.918,15
Internos			3.918,15	3.918,15
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	1.433.399,73	1.382.747,93	1.357.422,03	1.281.444,63
De Contribuições Previdenciárias	1.433.399,73	1.382.747,93	1.357.422,03	1.281.444,63
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e não pagos			2.962.234,84	1.629.820,42
Demais Dívidas	24.663.566,90	24.277.611,82	24.089.528,34	23.517.945,81
DEDUÇÕES (II)[1]	**306.157.549,45**	**420.909.718,36**	**467.199.714,29**	**347.686.921,54**
Disponibilidade de Caixa[1]	**299.304.457,03**	**414.078.633,46**	**460.166.224,16**	**340.711.381,23**
Disponibilidade de Caixa Bruta	323.395.355,15	414.713.257,77	460.195.048,25	373.134.694,46
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	24.090.898,12	634.624,31	28.824,09	32.423.313,23
Demais Haveres Financeiros	6.853.092,42	6.831.084,90	7.033.490,13	6.975.540,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(163.840.363,49)**	**(264.305.197,45)**	**(291.112.164,67)**	**(162.232.833,30)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**1.445.672.653,06**	**1.455.233.069,27**	**1.481.445.288,36**	**1.523.381.678,27**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas as emendas individuais (V) (parágrafo 13, artigo 166 da CF) (V)	**-**	**-**	**560.000,00**	**560.000,00**
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI) = (IV - V)	**1.445.672.653,06**	**1.455.233.069,27**	**1.480.885.288,36**	**1.522.821.678,27**
% da DC sobre a RCL Ajustada (I/VI)	**9,84**	**10,76**	**11,89**	**12,18**
% da DCL sobre a RCL Ajustada (III/VI)	**(11,33)**	**(18,16)**	**(19,66)**	**(10,65)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL -120%	**1.734.807.183,67**	**1.746.279.683,12**	**1.777.062.346,03**	**1.827.386.013,92**
LIMITE DE ALERTA(inciso III do par 1 do art.59 da LRF) 108%	**1.561.326.465,30**	**1.571.651.714,81**	**1.599.356.111,43**	**1.644.647.412,53**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	-	-		
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]		226.279,23	1.098.582,56	179.585,45
Passivo Atuarial	808.241.596,62	808.241.596,62	1.003.476.324,99	1.003.476.324,99
Insuficiência Financeira				
Depositos e Consignações sem Contrapartida	141.148,17	182.292,05	266.700,21	152.278,27
RP Não -Processados	103.521.586,32	12.450.559,56	6.566.173,69	131.342.479,00
Antecipações de Receita Orçamentária- ARO		-		
	-	-		

[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

[2] Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000(inclusive) - Vencidos e não pagos".

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2020 - 3º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS MUNICÍPIOS	-	-		
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas			-	
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS	-	-	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	**1.445.672.653,06**	**1.455.233.069,27**	**1.481.445.288,36**	**1.523.381.678,27**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas as emendas individuais (art. 166-A, par.1º da CF) (VII)			**560.000,00**	**560.000,00**
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VIII) = (VI - VII)	**1.445.672.653,06**	**1.455.233.069,27**	**1.480.885.288,36**	**1.522.821.678,27**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	-	-		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	**318.047.983,67**	**320.151.275,24**	**325.794.763,44**	**335.020.769,22**
LIMITE DE ALERTA(inciso III do par 1 do art.59 da LRF) 19,8%	**286.243.185,31**	**288.136.147,72**	**293.215.287,10**	**301.518.692,30**

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS MUNICÍPIOS				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	186.031,38	186.031,38	186.031,38	186.031,38
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	186.031,38	186.031,38	186.031,38	186.031,38
MEDIDAS CORRETIVAS				

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2020 - 3º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	11.517.198,17	44.087.403,41
Interna	11.517.198,17	44.087.403,41
Emprestimos	11.517.198,17	44.087.403,41
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de Crédito previstas no artigo 7 paragrafo 3 RSFn.43/2001 1. (I)	-	-
Externa	-	-
Emprestimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de Crédito previstas no artigo 7 paragrafo 3 RSFn.43/2001 1. (II)	-	-
TOTAL (III)	11.517.198,17	44.087.403,41

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	1.523.381.678,27	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas as emendas individuais (art. 166-A, par.1º da CF) (V)	560.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	1.522.821.678,27	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)	44.087.403,41	2,90
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	243.651.468,52	16,00
LIMITE DE ALERTA(inciso III do par 1 do art.59 da LRF)	219.286.321,67	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	106.597.517,48	7,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referencia	Até o Quadrimestre de referencia (a)
Parcelamento de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal		
Programa de Iluminação Pública - Reluz		

Nota:
(1) Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteúdo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de créditos.

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAS
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2.020

RGF - ANEXO 5 (LRF, ART 55, inciso III, alinea a

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i)=(g-h)
		Restos a Pagar Liquidados e N/Pagos								
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	223.918.270,16	173,87	9.248.176,95	679.984,51	31.630.731,93	0,00	182.359.202,90	49.439.463,05		132.919.739,85
Recursos Ordinários	223.918.270,16	173,87	9.248.176,95	679.984,51	31.630.731,93	0,00	182.359.202,90	49.439.463,05		132.919.739,85
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	148.180.320,18	11.718,52	22.528.067,70	988.773,45	0,00	0,00	124.651.760,51	80.092.310,12		44.559.450,39
Receitas Imp e Transf de Impostos - Educação	12.190.099,27	2.297,28	2.311.867,62	71.292,00	0,00	0,00	9.804.642,37	3.994.146,48		5.810.495,89
Transferências do FUNDEB	21.856.008,19	0,00	1.347.501,65	0,00	0,00	0,00	20.508.506,54	13.379.261,85		7.129.244,69
Outros Recursos Vinculados à Educação	18.002.085,18	1.057,52	6.899.177,72	160.920,72	0,00	0,00	10.940.929,22	6.092.746,91		4.848.182,31
Receitas de Imp e de Transf de Imp - Saúde	548,34	0,00	1.031.518,97	78.505,89	0,00	0,00	-1.109.476,52	2.736.931,31	0,00	-3.846.407,83
Outros Recur Vinc à Saúde	69.332.896,89	6.943,65	10.630.831,26	34.873,40	0,00	0,00	58.660.248,58	32.256.954,57		26.403.294,01
Recursos Vinc. à Assistência Social	5.119.875,02	0,00	190.014,44	38.690,95	0,00	0,00	4.891.169,63	206.130,63		4.685.039,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	257.095,91		-257.095,91
Recursos dest ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Rec.de Oper. de Crédito (exceto dest. à Educ e à Saúde)	4.398.731,20	0,00	0,00	603.163,31	0,00	0,00	3.795.567,89	4.342.133,26		-546.565,37
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	236.471,17	0,00	36.132,00	0,00	0,00	0,00	200.339,17	0,00		200.339,17
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	17.043.604,92	1.420,07	81.024,04	1.327,18	0,00	0,00	16.959.833,63	16.826.909,20		132.924,43
TOTAL (III) = (I + II)	372.098.590,34	11.892,39	31.776.244,65	1.668.757,96	31.630.731,93	0,00	307.010.963,41	129.531.773,17	0,00	177.479.190,24

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2020 - 3º QUADRIMESTRE

LRF, art. 48 - Anexo VI R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	1.523.381.678,27	
Receita Corrente Líquida Ajustada	1.522.821.678,27	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Despesa Total com Pessoal - DTP	660.925.757,74	43,40
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	822.323.706,27	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	781.207.520,96	51,30
Limite de Alerta (incisoa II do parágrafo 1º. do art. 59 da LRF) - <%>	740.091.335,64	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	(162.232.833,30)	-10,65
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.827.386.013,92	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias	-	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	335.020.769,22	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	44.087.403,41	2,90
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	243.651.468,52	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	106.597.517,48	7,00

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
Prefeito Municipal
CPF: 731.051.558-72

OSMAR MAURICIO
Subsecretário de Despesa
CRC/1SP 154.277/O-0

ROBERTO LOPEZ FRANCO
Secretário de Finanças
CPF: 882.695.158-68

ERIKA CRISTINA PICOLO DA SILVA
Subsecretária de Controle Interno
CRC 1 SP 226.282/O-0

EXTRATO CONTRATUAL

Contratante: PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE; Contratada: SUPRAMIL COMERCIAL LTDA. EPP; Objeto: CONTRATO N° 002/21 DE EMPRESA FORNECIMENTO CONTÍNUO DE RAÇÃO; VALOR: R$ 137.349,50; DOTAÇÃO: 10.0 7.00/10.122.1003.2377/3.3.90.30.06; Prazo: 12 meses; Data de Assinatura: 28/01/2021; Processo: 12.309/20

Contratante: PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE; Contratada: ANIMALLE MUNDO PET LTDA.; Objeto: CONTRATO N° 003/21 DE EMPRESA FORNECIMENTO CONTÍNUO DE RAÇÃO; VALOR: R$ 7.227,00; DOTAÇÃO: 10.07 .00/10.122.1003.2377/3.3.90.30.06; Prazo: 12 meses; Data de Assinatura: 28/01/2021; Processo: 12.309/20

Convenianda: PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE; Conveniada: ESACOM - ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MARKETING S/C LTDA.; Objeto: TERMO N° 003/21 DE CONVÊNIO QUE TEM POR OBJETIVO FORMALIZAR AS CONDIÇÕES BÁSICAS PARA A REALIZAÇÃO, JUNTO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA, DE ESTÁGIO, REMUNERADO OU NÃO, POR ESTUDANTES MATRICULADOS NOS DIVERSOS CURSOS MANTIDOS PELA CONVENIADA; PRAZO: 12 meses; Data de Assinatura: 28/01/2021; Processo: 18.792/20

Praia Grande, 28 de janeiro de 2021. ROSELY TAMASIRO - Secretária Municipal de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial n. º 007/2021
Objeto: "CONTRATAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS PORTAS DE VIDRO E PORTÕES DE ALUMÍNIO"
Processo: 15.438/2019
Data do Pregão: 23/02/2020 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

Local: Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Sala de Reuniões da Secretaria de Administração, sito à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP.

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Subsecretaria de Planejamento de Expansão de Rede Escolar, Secretaria de Assuntos de Segurança Pública e Secretaria de Trânsito, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão, com critério de julgamento de MENOR VALOR POR LOTE.

Valor total para retirada do edital: R$ 88,14 (oitenta e oito reais e quatorze centavos).

Local e horário para pagamento da taxa: Banco Santander - das 10h00 às 15h00 e Banco Bradesco - das 10h00 às 15h00.

Local e horário para retirada do edital: Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP, junto ao Departamento de Licitações, das 09h00 às 16h00, ou, gratuitamente na íntegra através do site www.praiagrande.sp.gov.br .

Praia Grande, 28 de janeiro de 2021. DENYS DOS SANTOS FONSECA - Subsecretário de Planejamento de Expansão de Rede Escolar

REFERENTE AO DESPACHO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 147/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15.200/2020
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA (TECLADO E MOUSE) EM CARATER EMERGENCIAL"
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO DE LICITAÇÃO: EXCLUSIVA ME E EPP
NÚMERO DA OFERTA DE COMPRAS: 855800801002020OC00365
REVOGAÇÃO

Considerando a constatação de erro material, onde consta no item 6.4.2 do Edital a redução entre lances de R$ 25,00 (vinte e cinco reais), quando o correto seria R$ 0,10 (dez centavos).

Considerando a limitação sistêmica do sistema BEC, o qual impede a modificação da Ordem de Compra;

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios, REVOGO a presente licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 147/2020, Processo Administrativo nº 15200/2020, cujo objeto é " AQUISIÇÃO DE PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA (TECLADO E MOUSE) EM CARATER EMERGENCIAL ", nos termos do artigo 49, "caput" da Lei nº 8.666/93 e demais alterações e artigo 15 do Decreto Municipal nº 3.593/2003, para posterior reabertura de certame licitatório sob nova OC junto ao BEC.

O prazo para interpor Recurso Administrativo é de 5 (cinco) dias úteis, objetivando garantir aos licitantes o pleno exercício do contraditório, da ampla defesa e da isonomia, conforme preceitua o artigo 109, inciso I, alínea "c" da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

O Recurso Administrativo deverá ser interposto no Departamento de Licitações, 1º. Andar, na Avenida Presidente Kennedy nº. 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/São Paulo, no horário das 09h00 às 16h00.

Praia Grande, 25 de janeiro de 2021. Adm. Cleber Suckow Nogueira - Secretário Municipal de Saúde Pública - Orgão Gerenciador; Itamar Marciano - Resp. p/ Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais; José Américo Franco Peixoto - Secretário Municipal de Trânsito; Mauricio Vieira Izumi - Secretário Municipal de Assuntos de Segurança Pública; Rodrigo Santana - Secretário Municipal de Esportes e Lazer; Israel Lucas Evangelista - Resp. p/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente; José Carlos de Souza - Secretário Municipal de Assistência Social; Maria Aparecida Cubila - Secretária Municipal de Educação; Rosely Tamasiro - Secretário Municipal de Administração

PRESIDENTE BERNARDES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES

EXTRATO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021
PROCESSO Nº 095/2021
Data da entrega dos envelopes: 03/03/2021
Data da abertura dos envelopes: 03/03/2021
Horário da abertura do certame: 10:00 hs

OBJETO: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS (SEM BENFEITORIA), PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES-SP.

O Edital deverá ser retirado exclusivamente no site da Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes-SP www.presidentebernardes.sp.gov.br

Caso haja algum pedido de esclarecimento do edital, este deverá ser feito exclusivamente por e-mail (licitacao.bernardes@gmail.com)

Havendo impugnação as razões deverão ser protocoladas em 02 vias originais na Divisão de Administração e Planejamento, na Rua Cel. José Soares Marcondes, 330 – Centro – PRESIDENTE BERNARDES-SP, no horário de expediente, ou seja, das 07:00 às 13:00 horas, observados os prazos legais.

Presidente Bernardes-SP, 28 de janeiro de 2.021.
REGINALDO LUIZ ERNESTO CARDILO
PREFEITO MUNICIPAL

PRESIDENTE PRUDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

TERMO DE DECISÃO

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente INTERESSADA: COMPANY TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA – CNPJ: 62.008.149/0001-74 (Av. Gustavo Antônio Marcelino, Conj. Habitacional Ana Jacinta, Presidente Prudente/SP) – Inexigibilidade de Licitação – processo nº 727/2021 OBJETO: aquisição de passes urbanos para os alunos atendidos pelo CAA – Centro de Avaliação e Aprendizagem (Centrinho) FUNDAMENTO: Art. 25, caput, da Lei Federal 8.666/93.

Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 28 de janeiro de 2021

Edson Thomazini – Prefeito de Pres. Prudente – SP

CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2021
CONTRATANTE:CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP
CONTRATADA: GERSON GRETER 27660073850 ME
EXPEDIENTE DE COMPRAS Nº 55/2019

OBJETO: Serviços mensais de manutenção preventiva e corretiva da Central Telefônica e do sistema de Vídeo Vigia da Câmara Municipal.

VALOR TOTAL: R$ 10.380,00 (dez mil, trezentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022.
ASSINATURA: 28/01/2021.
Presidente Prudente, em 28 de janeiro de 2021.
DEMERSON DIAS
PRESIDENTE

PRESIDENTE VENCESLAU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 02/2021

Acha-se aberta na Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau – SP, a licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2021, Processo nº 78 /2021 do tipo menor preço POR ITEM, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ENTREGA PARCELADA. A realização do Pregão será no dia 11 de fevereiro de 2021 com início às 09:00 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau, Travessa Tenente Osvaldo Barbosa nº 180, centro, Sala de Licitações. O edital na íntegra estará disponível para consulta através do site: www.presidentevenceslau.sp.gov.br, ou por solicitação no e-mail: licitacaopv@hotmail.com Mais informações fone (0xx18) 3272-9150.

BÁRBARA MEDEIROS VILCHES
Prefeita Municipal

QUINTANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINTANA

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE QUINTANA comunica aos interessados a realização do Leilão Nº 01/2021 – Processo Nº 05/2021 – SCM – ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/2021 – ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Quintana. Leilão de veículos, máquinas e outros da administração. MODALIDADE: LEILÃO. ENCERRAMENTO CADASTRAMENTO: 25.2.2021 às 9:00 horas. INÍCIO DA ETAPA DE OFERTAS/LANCES: 29.1.2021 até 26.2.2021 às 9:00 horas. Edital completo e demais informações no Setor de Compras e Material na Prefeitura Municipal de Quintana de segunda à sexta-feira das 9:00 ás 11:00 horas e das 13:30 horas às 16:00 horas e no site www.quintana.sp.gov.br e www.leiloesmager.com.br Quintana – 28 de janeiro de 2021 – Fernando Branco Nunes – Prefeito Municipal de Quintana

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021 (RESUMIDO). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO E LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA, PARA OS SOFTWARES: CONTABILIDADE PÚBLICA E AUDESP; GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO E AUDESP; COMPRAS, LICITAÇÕES E AUDESP; PATRIMÔNIO; ALMOXARIFADO; SAÚDE PÚBLICA; FROTA MUNICIPAL; GESTÃO DA RECEITA; TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO, CONVERSÃO DE DADOS PRÉ-EXISTENTES, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO. Retifica a data de abertura para o dia: 11/02/2021, às 14h. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor

preço global. O edital, os anexos e a retificação encontram-se disponíveis no Depto de Licitação, no Paço Municipal, localizado na Av. Santa Amélia, nº 364 (centro), nesta cidade de Quintana (SP), ou através do telefone (0XX14) 3488-1437, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h00min horas e dás 13h00min às 17h00min, no site WWW.quintana.sp.gov.br

QUINTANA/SP, 28 de janeiro de 2021.

FERNANDO BRANCO NUNES

Prefeito Municipal

RAFARD

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFARD

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2021 - AVISO DE ABERTURA

A Prefeitura do Município de Rafard torna público, que se encontra aberta a CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2021, tendo por objeto a "ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS SITUADOS NO DISTRITO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE RAFARD, A TÍTULO ONEROSO, PARA FINS EXCLUSIVOS DE INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS". Os envelopes serão abertos no dia 03/03/2021 às 09h00, podendo o edital ser baixado pelos interessados no endereço https://rafard.sp.gov.br/licitacoes/. Outras informações, através do telefone 0(19) 3496-7520. Rafard/SP, 29 de janeiro de 2021. Fábio dos Santos, Prefeito.

RANCHARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA

REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 003/2021

P.A. 003/2021

O Prefeito do Município de Rancharia/SP, no uso de suas atribuições legais, Determinou com base no Art. 49, da Lei 8.666/93 a REVOGAÇÃO do PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 003/2021 – Aquisição de hortifrutigranjeiros para a merenda escolar, frente a constatação de que a contratação não atenderá a finalidade para a qual foi inicialmente solicitada, em decorrência da necessidade de alteração de alimentos para atendimento do cardápio, a fim de evitar prejuízos ao interesse tutelado pela contratação.

Rancharia, 28 de janeiro de 2021.

Marcos Slobodticov

Prefeito Municipal

REGENTE FEIJÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Objeto: Aquisição parcelada de pães, para atender ao funcionalismo municipal e a merenda escolar, de acordo com relação anexa.

ABERTURA: 28 DE JANEIRO DE 2021.

ENCERRAMENTO: 15 de FEVEREIRO de 2021 às 08:00hs.

Maiores informações sobre o processamento da presente Licitação serão prestadas, pessoalmente, na Prefeitura Municipal, sendo aceitas consultas pelo telefone (18) 3279-8010, no horário comercial, de Segunda a Sexta-feira, e pelo site www.regentefeijo.sp.gov.br

Regente Feijó, 28 de janeiro de 2021

ANDRÉ MARCELO ZUQUERATO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO

AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE POLTRONAS, DESTINADAS À UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), DA SECRETARIA DE SAÚDE DE REGISTRO/SP.

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 01/02/2021, às 09h00min.

TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 11/02/2021, às 08h59min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 11/02/2021, às 09h00min.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 11/02/2021, às 09h15min.

LOCAL: https://comprasbr.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Registro, sito à Rua José Antônio de Campos, n° 250, Centro - Registro/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone (13) 3828-1056, ou ainda, através do e-mail material@registro.sp.gov.br

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Registro (www.registro.sp.gov.br), opção "Editais e Licitações"; ou ainda pelo Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR (https://comprasbr.com.br).

Registro, 20 de janeiro de 2021.

ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2021

EDITAL Nº 007/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Início do cadastro das propostas: 01/02/2021, às 09h00min.

Término cadastro das propostas: 11/02/2021, às 08h59min.

Abertura das propostas: 11/02/2021, às 09h00min.

Início da disputa de preços: 11/02/2021, às 09h15min.

Local: https://comprasbr.com.br.

Formalização de consultas e maiores informações: Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Registro, sito à Rua José Antônio de Campos, n° 250, Centro - Registro/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone (13) 3828-1093, ou ainda, através do e-mail licitacao2@registro.sp.gov.br.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Registro (www.registro.sp.gov.br), opção "Editais e Licitações"; ou ainda pelo Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR (https://comprasbr.com.br).

Registro, 28 de janeiro de 2021.

ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração

RIBEIRÃO PIRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo de Compras n.º 310/2021, em atendimento ao artigo 24, IV da Lei 8.666/93, a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2021, que tem por objeto a contratação de empresa, em caráter emergencial, para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da Rede de Urgência e Emergência - Hospital de Campanha, para enfrentamento do COVID-19, à favor da BIOGESP - Associação de Gestão e Execução de Serviços Públicos e Sociais, pelo valor mensal estimado de R$ 688.133,03, até o limite de 06 meses. Em razão da excepcionalidade da contratação que se realiza, o presente contrato será rescindido tão logo seja lavrado contrato de gestão através de realização de Chamada Pública, ficando assim RATIFICADA a referida dispensa. Ribeirão Pires, 28 de janeiro de 2021. Audrei da Rocha Silva - Secretário de Saúde.

RIBEIRÃO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 479/2020

Processo de Compras nº 904/2020

LICITAÇÃO DESTINADA A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014.

OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais, conforme edital e seus anexos.

Valor Estimativo: R$ 41.776,37 (quarenta e um mil, setecentos e setenta e seis reais e trinta e sete centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8 horas 30 minutos do dia 11 de fevereiro de 2021.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 11 de fevereiro de 2021 às 8 horas 30 minutos.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia 11 de fevereiro de 2021 a partir das 9 horas.

Retirada do Edital: Diretamente no site www.licitacoes-e.com.br ou gratuitamente na íntegra somente para consulta através do site www.ribeiraopreto.sp.gov.br.

Ribeirão Preto, 28 de janeiro de 2021.

André Almeida Morais

Secretário Municipal da Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 532/2020

Processo de Compras nº 995/2020

OBJETO: Registro de preços para aquisição de tabela de basquete e tapete sensorial, conforme edital e seus anexos.

LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014.

Valor Estimativo: R$ 19.272,20 (dezenove mil, duzentos e setenta e dois reais e vinte centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 14 horas do dia 11 de fevereiro de 2021.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 11 de fevereiro de 2021 às 14 horas.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia 11 de fevereiro de 2021 a partir das 14 horas 30 minutos.

Retirada do Edital: Diretamente no site www.licitacoes-e.com.br ou gratuitamente na íntegra somente para consulta através do site www.ribeiraopreto.sp.gov.br.

Ribeirão Preto, 28 de janeiro de 2021.

André Almeida Morais

Secretário Municipal da Administração

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 02/2021

O DAERP - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DE RIBEIRÃO PRETO torna público o Pregão Eletrônico nº 02/2021, do tipo MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE, para

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MONITORAMENTO PATRIMONIAL ELETRÔNICO DESARMADA COM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO 24

HORAS DO SISTEMA DE ALARME, COM FORNECIMENTO DE TODOS EQUIPAMENTOS NA MODALIDADE COMODATO E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONCERTINA, conforme

descrito no edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

Até às 08:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2021

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

A partir das 08:30 horas do dia 11 de fevereiro de 2021

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:

A partir das 09:00 horas do dia 11 de fevereiro de 2021

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

Retirada do Edital: www.daerp.ribeiraopreto.sp.gov.br \> Licitações \> Abertas \> Pregão \> 02/2021

Local da Disputa: www.licitacoes-e.com.br

Ribeirão Preto, 28 de janeiro de 2021.

Afonso Reis Duarte

Superintendente

DAERP

RINCÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RINCÃO

COMUNICADO DISPENSA Nº 07/2021 – PROCESSO Nº 08/2021

BRAZ RODRIGUES, Prefeito Municipal de Rincão, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.882/94, COMUNICA que nesta data, ratificou a dispensa de licitação, na seguinte contratação:

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA OSVALDO BATISTA, Nº 92, RINCÃO/SP, DESTINADO À INSTALAÇÃO DE FAMÍLIA COM SUA RESIDÊNCIA EM EXTREMO RISCO DE HABITABILIDADE.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato de Locação.

AMPARO LEGAL: Art. 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações poeriores.

DATA DO INÍCIO DO CONTRATO: 25/01/2021 a 25/01/2022.

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

LOCADOR: MARIA JANETTI MINTO SILVESTRE

VALOR DA LOCAÇÃO: R$ 690,00 mensal.

DOTAÇÃO: Próprias do orçamento vigente.

Rincão, aos 25 de Janeiro de 2021. BRAZ RODRIGUES Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE RINCÃO

Estado de São Paulo

Rua 21 de Novembro, 256 – Centro – Rincão–SP – CEP:14830-000 –

Fone/Fax (16) 3395-9100

RIOLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO Nº 001/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: O Registro de preço para à aquisição de bobinas para sacos de lixo para suprir a demanda de diversos setores da Prefeitura Municipal de Riolândia, com entrega parcelada, pelo período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

A Prefeitura Municipal de Riolândia-SP, Estado de São Paulo, comunica a todos os interessados a alteração da data de entrega e abertura dos envelopes proposta e habilitação, que deverá ocorrer às 08:30h do dia 11 de fevereiro de 2021.

Fica alterado o item 10.2. do presente edital que passa ter a seguinte redação: 10.2. O aviso do EDITAL será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, do Estado e em jornal de grande circulação.

SALESÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE SALESÓPOLIS

COMUNICADO - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - LICITAÇÃO PREGÃO (PRESENCIAL) N° 001/2021 - TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL" - PROCESSO CM N° 003/2021 - A Câmara Municipal da Estância Turística de Salesópolis torna público para conhecimento de todos os interessados que HOMOLOGA E ADJUDICA o OBJETO (aquisição de combustível) constante no Edital da licitação - PREGÃO (PRESENCIAL) n° 001/2021, à empresa AUTO POSTO PETRO PIRES LTDA, CNPJ 03.361.216/0001-70, conforme documento publicado no site da Câmara Municipal na internet - Maiores Informações: Fones (11) 4696-1333/1716/1731 ou site www.camarasalesopolis.sp.gov.br.

SALTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO

Edital – Pregão Eletrônico nº 04/2021

Processo Administrativo nº 9251/2020

Sistema de Registro de Preços

Cota Reservada ME/EPP

Republicação

Encontra-se aberta licitação visando a convocação de pessoa jurídica, através de Sistema de Registro de Preços, com cota reservada para ME/EPP, para aquisição parcelada e futura de materiais odontológicos para consumo das unidades básicas e especializada da rede municipal de saúde, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I, a cargo da Secretaria de Saúde.

O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, na data de 12 de fevereiro de 2021.

Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 01/02/2021 até as 08hs do 12/02/2021.

Abertura de Propostas Iniciais: 12/02/2021 às 08hs05min.

Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 19/02/2021 às 09hs

O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação.

Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min.

Estância Turística de Salto, 28 de janeiro de 2021.

Fabio Roberto Sartório

Secretário de Saúde

SANTA BÁRBARA D'OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

AVISO DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO CONVITE 11/2020

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de contas a pagar externo, pagamento de duplicatas e outros títulos de contas a pagar em rede bancária ou agentes autorizados, depósitos de cheques a fornecedores na boca do caixa, protocolo de ofícios de contas bancárias e outros tipos de entregas de documentos quando emergenciais.

FICA SUSPENSO O CONVITE 11/2020 PARA REVISÃO DO EDITAL

Santa Bárbara d'Oeste, 28 de janeiro de 2021.

RAFAEL PIOVEZAN - Prefeito Municipal

CESAR HENRIQUE BRUHN PIERRE - Secretário de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2020

HOMOLOGO, nos termos do Inciso VI do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e nos termos do Inciso XXII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, os atos proferidos pelo Sr. Antonio Marcelo dos Santos Ferreira do Pregão Eletrônico nº 72/2020 - Aquisição de equipamentos de proteção antitumulto para a Guarda Municipal, nos termos do Inciso XX do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, o objeto do presente certame, pelo critério de menor preço global.

À empresa: PREMIERSEG INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – EPP - R$ 23.500,00

Com valor total de R$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais), nas condições propostas como menor preço global, forma de entrega de acordo com o item 13.1 do Edital e pagamento conforme item 14.2 do Edital.

Santa Bárbara d'Oeste, 21 de janeiro de 2021.

RAFAEL PIOVEZAN Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2020

HOMOLOGO, nos termos do Inciso VI do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e nos termos do Inciso XXII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, os atos proferidos pelo Sr. Antonio Marcelo dos Santos Ferreira do Pregão Eletrônico nº 149/2020 - Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial desarmada, nos termos do Inciso XX do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, o objeto do presente certame, pelo critério de menor preço global.

À empresa: CELER SEGURANÇA PRIVADA EIRELI – EPP R$ 1.437.648,00

Com valor total de R$ 1.437.648,00 (um milhão e quatrocentos e trinta e sete mil e seiscentos e quarenta e oito reais), nas condições propostas como menor preço global, forma de execução de acordo com o item 13.1 do Edital e pagamento conforme item 14.2 do Edital.

Santa Bárbara d'Oeste, 18 de janeiro de 2021.

RAFAEL PIOVEZAN Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 186/2020

HOMOLOGO nos termos do Inciso VI do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e nos termos do Inciso XXII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, os atos proferidos pelo Sr. Ivaildo José da Silva do Pregão Eletrônicos nº 186/20, que tem por objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de coordenação e execução de Oficinas Culturais e Educativas, nos termos do Inciso XX do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, o objeto do presente certame, pelo critério de menor preço global.

À empresa: NATIVA GESTÃO E ASSESSORIA EIRELI – ME - R$ 6.322.280,00

Com valor total de R$ 6.322.280,00 (seis milhões e trezentos e vinte e dois mil e duzentos e oitenta reais), nas condições propostas como menor preço global, forma de execução de acordo com o item 13.1 do Edital e pagamento conforme item 14.2 do Edital.

Santa Bárbara d'Oeste, 21 de janeiro de 2021.

RAFAEL PIOVEZAN Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Santa Bárbara d'Oeste CONTRATADA: Irineu Valentim Tonelotto EPP OBJETO: Fornecimento de materiais de escritório, lote 01 VALOR: R$ 42.799,90 (quarenta e dois mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa centavos) ASSINATURA: 28/01/2021 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses MODALIDADE: Pregão Eletrônico 232/20 Registro de Preço PROPONENTES: 05.

CONTRATANTE: Município de Santa Bárbara d'Oeste CONTRATADA: Ativa Licitações Empreendimentos Comerciais Ltda me OBJETO: Fornecimento de materiais de escritório, lote 03 VALOR: R$ 39.241,35 (trinta e nove mil, duzentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos) ASSINATURA: 28/01/2021 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses MODALIDADE: Pregão Eletrônico 232/20 Registro de Preço PROPONENTES: 05.

CONTRATANTE: Município de Santa Bárbara d'Oeste CONTRATADA: MARIA IRENE BUSO DA SILVA ME OBJETO: Fornecimento de materiais de escritório, lote 04 VALOR: R$ 13.050,00 (treze mil, e cinquenta reais) ASSINATURA: 28/01/2021 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses MODALIDADE: Pregão Eletrônico 232/20 Registro de Preço PROPONENTES: 05.

CONTRATANTE: Município de Santa Bárbara d'Oeste CONTRATADA: Inovações Rafaelli Construção Ltda - EPP OBJETO: Fornecimento de ferramentas diversas, lotes 01, 02, 04 e 05 VALOR: R$ 19.079,90 (dezenove mil e setenta e nove reais e noventa centavos) ASSINATURA: 28/01/2021 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses MODALIDADE: Pregão Eletrônico 99/20 Registro de Preços PROPONENTES: 05.

CONTRATANTE: Município de Santa Bárbara d'Oeste CONTRATADA: Silmara Gonçalves Suarez Justino – Troféus ME OBJETO: Aquisição de medalhas e troféus para campeonatos realizados pela Secretaria Municipal de Esportes VALOR: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) ASSINATURA: 28/01/2021 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses MODALIDADE: Pregão Eletrônico 173/20 PROPONENTES: 02.

Santa Bárbara d'Oeste, 28 de janeiro de 2021.

RAFAEL PIOVEZAN - Prefeito Municipal

SANTA BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

Proc. nº 549/2021 – Extrato de Despacho. Objeto: Gestão compartilhada por meio da celebração de contrato de gestão com entidade sem fins lucrativos qualificada como organização social de saúde, no âmbito do município de Santa Branca, para a gestão e desenvolvimento de ações e serviços de saúde, em estreita cooperação com a diretoria municipal de saúde, que atendam a atenção básica, com serviços de especialidades médicas, pronto atendimento e outros. AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com respaldo no Art. 24, Inciso IV, da Lei 8666/93, para contratação do objeto acima. A contratação deverá ocorrer através da empresa: ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI - CNPJ 00.033.940/0001-87, no valor global de R$ 378.190,00 (trezentos e setenta e oito mil cento e noventa reais), pelo período de 60 dias. Adriano Marchesani Levorin – Prefeito Municipal.

Proc. nº 550/2021 – Extrato de Despacho. Objeto: Contratação de entidade sem fins lucrativos, qualificada como organização social de saúde (OSS) no município, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no pronto atendimento municipal, conforme especificações, quantitativos, regulamentação do gerenciamento para o atendimento em saúde aos pacientes diagnosticados e em tratamento decorrente da infecção pelo novo coronavírus (COVID-19) no setor de isolamento, para um período estimado de 60 (sessenta dias). AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com respaldo no Art. 24, Inciso IV, da Lei 8666/93, para contratação do objeto acima. A contratação deverá ocorrer através da empresa: ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI - CNPJ 00.033.940/0001-87 no valor global de R$ 305.400,66 (trezentos e cinco mil quatrocentos reais e sessenta e seis centavos). Adriano Marchesani Levorin – Prefeito Municipal.

SANTA CRUZ DO RIO PARDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

Termo de ciência de desclassificação e designação de data para retomada da Sessão Pública do Pregão Eletrônico nº 08/2020.

Pelo presente termo, ficam os licitantes cientes da desclassificação da empresa abaixo, em virtude da reprovação da amostra referente ao pregão supra: Belaris Alimentos Ltda EPP para o item: 42 – fornecedor não apresentou amostra. Em virtude disso, fica o licitante classificado em terceiro lugar ciente e convocado para a retomada da sessão pública do Pregão Eletrônico 08/2020 para o item em questão, onde o mesmo deverá apresentar amostra do seu produto conforme os moldes previstos em edital. Fica designada para o dia 01/02/2021, às 09h30, momento em que ocorrerá a verificação das condições previstas em edital para prosseguimento dos procedimentos licitatórios.

Santa Cruz do Rio Pardo - SP, 27 de janeiro de 2021.

Andreia de Cássia Mafra Dias,Pregoeira

Autos de Licitação Pública

Pregão Eletrônico n.º 08/2020

Homologação e Adjudicação Parcial

Diego Henrique Singolani Costa, Prefeito do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de todos os interessados, que hei por bem efetuar a Homologação e Adjudicação Parcial do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 08/2020 cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis destinados a Merenda Escolar do município para o ano letivo de 2021, as empresas classificadas em primeiro lugar, respectivamente aos itens nos quais sagraram-se vencedoras e após a realização da análise de amostras: F.A. FRANCISCON & CIA LTDA ME Itens: 02, 03, 04, 07, 08, 10, 11, 12, 13 e 19; CAMILA FORGGIA PITO ME Itens: 05, 16, 18, 23, 24, 27, 40, 41 e 43; FRIGOBOI COMERCIO DE CARNES LTDA Itens: 29, 30, 31 e 34; FMB DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI Itens: 32, 35 e 36; DA ROÇA HORTIFRUTI DISTRIBUIDORA COMERCIO E TRANSPORTE TAGUAI EIRELI Itens: 01, 14, 15, 17, 20, 21, 22, 25 e 26; ESPERIA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA Itens: 06, 09, 33, 37, 38 e 39; BELARIS ALIMENTOS LTDA EPP Item: 28.

Determino a expedição de Ordem/Pedido de Compra.

Publique-se e comunique-se.

Santa Cruz do Rio Pardo, 27 de janeiro de 2021.

Diego Henrique Singolani Costa, Prefeito

Marco Aurelio Marteline, Secretário Municipal de Educação

Autos de Licitação Pública

Pregão Eletrônico n.º 09/2020

Homologação e Adjudicação

Diego Henrique Singolani Costa, Prefeito do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de todos os interessados, que hei por bem efetuar a Homologação e Adjudicação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 09/2020 cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis destinados a Merenda Escolar do município para o ano letivo de 2021, as empresas classificadas em primeiro lugar, respectivamente aos itens nos quais sagraram-se vencedoras e após a realização da análise de amostras: CAMILA FORGGIA PITO ME Itens: 03, 09, 21, 23 e 27; ESPERIA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA Itens: 05, 06, 07, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 24 e 25; LBS FOODS EIRELI EPP Item: 29; CEREALISTA GOES ALIMENTOS EIRELI Itens: 01, 04 e

32; MARIA INÊS CIMO FORTUNA ME Itens: 08, 11, 17, 28 e 33; ANTONIO CARLOS SPADÃO ALIMENTOS Item: 15.

Determino a expedição de Ordem/Pedido de Compra.

Publique-se e comunique-se.

Santa Cruz do Rio Pardo, 27 de janeiro de 2021.

Diego Henrique Singolani Costa, Prefeito

Marco Aurelio Marteline, Secretário Municipal de Educação

SANTA FÉ DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS – CONSAGRA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS – CONSAGRA CNPJ: 00.973.293/0001-10

Contatos: Edevaldo Rodrigues Pinto – telefone: 017-3631-1836 – e-mail: consagra@santafedosul.sp.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial

Processo nº. 01/2021

Pregão Presencial nº. 01/2021.

Encontra-se aberto nesta Instituição o Pregão acima citado visando à aquisição de Medicamentos, material médico-hospitalar e de enfermagem, materiais para acondicionar lixo hospitalar e materiais de higiene destinados ao setor de saúde, urgências e emergências, nas quantidades previstas nos descritivos do anexo "VII" do Edital. Os medicamentos e materiais deverão ser entregues pelos vencedores em 11 etapas, de fevereiro de 2021 até dezembro de 2021, (ou de acordo com a necessidade) nas quantidades solicitadas pelo Departamento de Compras e com validade de no mínimo 70% do prazo de vencimento. Data para apresentação dos envelopes: às 09h00 horas do dia 11 de fevereiro 2021. O Edital completo encontra-se à disposição no Departamento Administrativo, situado na Rua 01 nº. 800 - centro, CEP: 15.775-000 = Santa Fé do Sul – SP e pelo Site do Consagra: consagra.santafedosul.sp.gov.br, podendo também ser solicitado pelo e - Mail: consagra@santafedosul.sp.gov.br? - Todos os esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço supra ou pelos telefones (017) 3631-1836 – 3641-1018 ramal 05.

Santa Fé do Sul - SP. 22/01/2021. EVANDRO FARIAS MURA, Presidente

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO. PROCESSO Nº. 112/2020. PREGÃO Nº 24/2020. REFERÊNCIA: "objetiva a objetiva a empreitada do tipo menor preço, com julgamento menor valor global, para a contratação de empresa especializada para a confecção e instalação da fachada do Câmpus I da FUNEC, com todo o fornecimento de material e mão-de-obra necessários, até na quantidade de especificações constantes do folheto descritivo fixado no anexo do certame". Processada a Sessão do PREGÃO dentro das normas da legislação em vigor e após o devido credenciamento, etapa de lances, negociação direta com o fornecedor, análise de recurso, e decisão final, ADJUDICO o objeto do certame à empresa SUELI VIEIRA DA SILVA CASTELAN ME., com o valor global de R$ 49.350,00 (quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais), sendo o valor da 1ª. Fachada: R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) e para a 2ª. Fachada: R$ 29.550,00 (vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta), para pagamento e execução dos serviços conforme edital, sendo que o certame foi finalizado sem a interposição de recurso. Encaminhe-se os presentes autos para o Sr. Presidente para a homologação despe procedimento. Santa Fé do Sul – SP, 09 de dezembro de 2020. ELIANA CRISTINA DONADES-Pregoeira

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO. PROCESSO Nº. 112/2020. PREGÃO Nº 24/2020. REFERÊNCIA: "objetiva a empreitada do tipo menor preço, com julgamento menor valor global, para a contratação de empresa especializada para a confecção e instalação da fachada do Câmpus I da FUNEC, com todo o fornecimento de material e mão-de-obra necessários, até na quantidade de especificações constantes do folheto descritivo fixado no anexo do certame". Processada a presente Licitação, na Modalidade PREGÃO N . 24/2020, dentro das normas da legislação em vigor e exarada a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, HOMOLOGO todos os termos deste certame para que produzam os devidos à empresa SUELI VIEIRA DA SILVA CASTELAN ME., com o valor global de R$ 49.350,00 (quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais), sendo o valor da 1ª. Fachada: R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) e para a 2ª. Fachada: R$ 29.550,00 (vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta), para pagamento e execução dos serviços conforme edital, sendo que o certame foi finalizado sem a interposição de recurso. Encaminhe-se cópia destes autos ao Departamento de Finanças para o devido processamento contábil e comunique-se a empresa vencedora. Santa Fé do Sul – SP, 10 de dezembro de 2020. ADERVAL CLÓVIS MORRETI-Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 66/2020 / PROCESSO Nº. 112/2020/PREGÃO Nº 24/2020/ CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - FUNEC. CONTRATADA: SUELI VIEIRA DA SILVA CASTELAN ME.. OBJETO: "contratação de empresa especializada para a confecção e instalação da fachada do Câmpus I da FUNEC, com todo o fornecimento de material e mão-de-obra necessários". VIGENCIA: 10/12/2020 a 10/12/2021. VALOR GLOBAL: R$ 49.350,00. Santa Fé do Sul – SP, 10 de dezembro de 2020. ADERVAL CLÓVIS MORRETI – Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

A Fundação Municipal de Educação e Cultura – FUNEC, comunica certame aos representantes legais das empresas ECO! PUBLICIDADE LTDA., CNPJ nº. 01.108.252/0001-00; SINFOR ASSESSORIA COMUNICAÇÃO E MARKETING ITURAMA LTDA., CNPJ nº. 04.315.888/0001-02; BTHK BRANDING STRATEGY AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA. ME., CNPJ nº. 31.675.254/0001-33; e a todos que se interessarem, o RESULTADO da Quarta Sessão Pública do processo licitatório em questão, no qual foram abertos e analisados o envelope nº. 05 – Documentos de Habilitação, bem como julgamento final, ficando assim disposto: empresa SINFOR – ASSESSORIA, COMUNICAÇÃO E MARKETING ITURAMA LTDA., com 84,63 pontos declarada HABILITADA e VENCEDORA do presente certame. Comunica ainda, que em querendo, as licitantes poderão fazer uso do direito recursal, estando os autos abertos para vistas. Fundação Municipal de Educação e Cultura – FUNEC, 25 de janeiro de 2021. ELIANA CRISTINA DONADES-Presidente da CPL

SANTA GERTRUDES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES

PREGÃO ELETRÔNICO 18/2020

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Lázaro Noé da Silva, Prefeito do Município de Santa Gertrudes, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o julgamento realizado pela Senhora Pregoeira, homologa e adjudica o objeto do presente certame aos licitantes:

1-) CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS

Item 5, com valor unitário de R$ 169,00

2-) MAX MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

Item 8, com valor unitário de R$ 26,00

Item 12, com valor unitário de R$ 25,00

Item 13, com valor unitário de R$ 62,30

Item 21, com valor unitário de R$ 16,00

Item 36, com valor unitário de R$ 7,74

Item 37, com valor unitário de R$ 5,78

3-) CIRÚRGICA UNIÃO LTDA

Item 9, com valor unitário de R$ 45,00

Item 10, com valor unitário de R$ 147,30

Item 19, com valor unitário de R$ 100,00

Item 25, com valor unitário de R$ 3,58

Item 38, com valor unitário de R$ 23,80

4-) IBF – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A

Item 14, com valor unitário de R$ 94,00

Item 24, com valor unitário de R$ 250,00

5-) MINAS SOLUÇÕES EM IMAGENS EIRELI

Item 15, com valor unitário de R$ 136,00

Item 16, com valor unitário de R$ 227,00

Item 17, com valor unitário de R$ 237,00

Item 18, com valor unitário de R$ 288,00

6-) S.V. BRAGA IMPORTADORA

Item 20, com valor unitário de R$ 149,80

7-) ARAMED COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI-ME

Item 22, com valor unitário de R$ 11,00

8-) FARMA 2 PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP

Item 26, com valor unitário de R$ 2,28

Item 27, com valor unitário de R$ 2,86

Item 34, com valor unitário de R$ 2,54

9-) DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA

Item 28, com valor unitário de R$ 2,92

Item 35, com valor unitário de R$ 2,79

10-) MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS

Item 29, com valor unitário de R$ 2,50

Item 30, com valor unitário de R$ 3,50

Item 31, com valor unitário de R$ 1,90

Item 32, com valor unitário de R$ 1,99

Item 33, com valor unitário de R$ 2,40

ITENS DESERTOS OU FRACASSADOS: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 23.

Objeto do Pregão 18/2020.

Santa Gertrudes, 28 de janeiro de 2021.

LÁZARO NOÉ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

SANTA RITA DO PASSA QUATRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO

CONTRATO N.º 001/2021 - CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro - CONTRATADA – INAP - INSTITUTO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL LTDA - OBJETO – Contratação de revista eletrônica de licitações e contratos, com circulação mensal - MODALIDADE – Dispensa - VALOR R$ 6.300,00 - DATA – 22/01/2021.

Santa Rita do Passa Quatro, 28 de janeiro de 2021.

Marcelo Simão - Prefeito Municipal.

SANTA ROSA DO VITERBO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO VITERBO

1º EDITAL DE ALTERAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo TORNA PÚBLICO que o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 01/21 - Serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de documentos de legitimação (cartão eletrônico-magnético com chip de segurança, em PVC), para concessão do vale alimentação aos servidores municipais, visando à aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos credenciados, em âmbito municipal e estadual, na forma definida pela legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), fica alterado na seguinte conformidade:

1 - Ficam alteradas as cláusulas 5.12; 5.13; 5.15; 5.16; 5.17 e 5.20 do Termo de referência, passando a vigorar na seguinte redação:

5.12 - No prazo para assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar o credenciamento de, no mínimo, 50% dos estabelecimentos elencados no item 5.15, sendo condição para a assinatura do contrato, conforme disposto no Acórdão nº 2.367/2011 e TC 022.682/2013-9, ambos do Tribunal de Contas da União.

5.13 - O credenciamento dos outros 50% de estabelecimentos deverá ser concluído no prazo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura do contrato.

5.15 - No Município de Santa Rosa de Viterbo, deverá ter o mínimo de 05 estabelecimentos cadastrados, sendo no mínimo 02 "Supermercados Convencionais", conforme critérios definidos pela Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS.

5.16 - Fica resguardado ao CONTRATANTE, a qualquer tempo, o direito à indicação de estabelecimentos comerciais para serem credenciados, devendo a CONTRATADA adotar as providências necessárias e prestar os devidos esclarecimentos quando houver recusa por parte dos estabelecimentos indicados.

5.17. A CONTRATADA deverá efetuar credenciamentos adicionais de estabelecimentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da solicitação, no intuito de suprir as necessidades dos beneficiários, ou na impossibilidade, justificar ou oferecer o credenciamento de estabelecimentos alternativos que deverão ser aprovados pela Comissão de Fiscalização do Contrato.

5.20- Caso necessário, o fiscal do contrato, poderá realizar diligências por amostragem, com a finalidade de verificar o cumprimento das exigências deste instrumento, acerca das condições de admissibilidade do estabelecimento comercial previamente cadastrado pela licitante, devendo o fiscal, em caso de irregularidades, comunicar a CONTRATADA, dando prazo de 30 (trinta) dias para o cadastramento de novo estabelecimento comercial.

"Os interessados em participar do presente edital eletrônico, estará disponível no endereço eletrônico: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

Data da sessão: 11/02/2021

Horário: 09 h – Horário de Brasília

O presente edital de alteração passa a integrar o Pregão Eletrônico n 01/21, sendo extensivo a todos os licitantes, devendo seus termos ser obrigatoriamente considera¬dos pelas proponentes que vierem a participar do certame. Determino que se dê prosseguimento ao certame.

O presente, além de estar sendo enviado aos licitantes que solici¬taram o edital, está disponível pelo endereço eletrônico www.comprasgovernamentaid.gov.br.

Permanecem inalteradas as demais normas e condições do edital.

Santa Rosa de Viterbo, 25 de janeiro de 2021.

Omar Nagib Moussa-Prefeito Municipal

SANTANA DE PARNAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

COMUNICADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 014/2021 – Proc. Adm. nº 017/2021

Objeto: Registro de Preços para prestação de SERVIÇOS DE ANÁLISE E EMISSÃO DE RESULTADO DE TESTE RT-PCR COM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE COLETA, em atendimento a este Município por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando a ausência de manifestação de intenção de interpor recurso, na oportunidade, ADJUDICO e HOMOLOGO o presente certame a favor da seguinte empresa: BIOMEGA MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA – CNPJ: 28.966.389/0001-43, para o Item 01.

Santana de Parnaíba, 28 de janeiro de 2021.

ORDENADOR DE PREGÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 018/2021 – Proc. Adm. nº. 034/2021

Objeto: – Registro de Preços para o FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer, pelo período de 12 meses.

Do Edital: O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 29/01/2021, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, licitações.

Início da sessão de disputa de lances: Dia 11/02/2021, às 09h00min.

Santana de Parnaíba, 28 de janeiro de 2021.

ORDENADOR DE PREGÃO

SANTO ANDRÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO

AVISO DE LICITAÇÃO

Proc. n° 066/20; Pregão Presencial n° 007/20; Objeto: "COMBUSTÍVEIS"; Data de abertura da sessão pública: 11/02/2021, às 10:00hrs.

Os Editais completos poderão ser obtidos através do site www.craisa.com.br, ou consultados na CRAISA, na Av. dos Estados, 2.195, Bairro Santa Terezinha, Santo André - SP, Fone 4996-9500 – Ramal 2005.

Santo André, 28 de janeiro de 2021 – Reinaldo Messias da Silva – Superintendente

SANTO ANTÔNIO DE POSSE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE

INTERESSADO: MARCIANO ALVES DE CARVALHO 38188448877

ASSUNTO: Decisão de aplicação de penalidade em razão de inexecução dos serviços – Defesa Prévia.

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

I – Tendo em vista o noticiado nos autos do processo administrativo nº. 2500/2020, em especial Ofício nº. 229/2020 emitido pela Diretoria Obras e Engenharia desta Municipalidade, defesa prévia apresentada, relatório de conclusão final constante no memorando nº. 049/2020 e Parecer Jurídico anexado, o qual constatou-se que a ocorreu vencimento de execução do contrato 31 C/2020, entretanto, não houve execução dos serviços contratados para os Lotes 01 e 02, situação essa que enseja em descumprimento de cláusula contratual, no uso da competência que me fora atribuída, CONHEÇO da defesa prévia aprestada, posto que tempestiva, e no mérito DEFIRO PARCIALMENTE as razões ali expostas, consequentemente, APLICO a sociedade empresária MARCIANO ALVES DE CARVALHO 38188448877, inscrita no CNPJ sob nº 15.246.799/0001-78, as seguintes penalidades constantes no Termo de Contrato nº. 31 C/2020, o qual remete a cláusula 21 do Edital, à saber:

Lote ContratadoPenalidade/Sanções

lote 01 – Reforma EMEF Mary Rosa Baracat Chaib- Penalidade de multa no importe 10% do valor do lote: R$ 7.520,00 (sete mil, quinhentos e vinte reais – subitem 21.2.2.2 Edital);

- Suspensão temporária do direito de licitar e contratar pelo prazo de 02 (dois) anos (subitem 21.2.3 Edital);

- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública pelo período de 02 (dois) anos (subitem 21.2.4 Edital).

JUSTIFICATIVA/OBSERVAÇÕES: Conforme relatório final, houve execução de apenas 20% dos serviços contratados.

lote 02 – Reforma EMEF Maria Vicenzotti- Penalidade de multa no importe de R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais – subitem 21.2.2.2 Edital).

JUSTIFICATIVA/OBSERVAÇÕES: Não será aplicada penalidade de suspensão e/ou inidoneidade, vez que os serviços executados ultrapassaram 50% do valor contratados.

lote 03 – Reforma EMEF Mario Bianchi Serviço executado integralmente – Não há penalidade para este Lote 03.

III - Fica franqueada, desde já, vista dos autos para eventual interposição de RECURSO no Departamento de Licitações de Santo Antônio de Posse, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da publicação da presente decisão.

IV - Caso a contratada não recorra da presente decisão, encaminhe-se o presente para a Contabilidade, visando a aplicação do item I a ser descontada de eventual medição em aberto, sem prejuízo de glosa dos valores dos itens que não foram fornecidos. Caso a Contratada não tenha faturado os itens a serem entregues, que sejam adotados os procedimentos de inscrição em dívida ativa municipal.

Santo Antônio de Posse, 26 de janeiro de 2021.

JOÃO LEANDRO LOLLI, Prefeito Municipal

INTERESSADO: MARCIANO ALVES DE CARVALHO 38188448877

ASSUNTO: Decisão de aplicação de penalidade em razão de inexecução dos serviços – Defesa Prévia.

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

I – Tendo em vista o noticiado nos autos do processo administrativo nº. 2985/2020, em especial Ofício nº. 090/2020 emitido pela Diretoria de água e esgoto desta Municipalidade, defesa prévia apresentada e Parecer Jurídico anexado, o qual constatou-se que a ocorreu vencimento de execução do contrato 039/2020, entretanto, não houve execução dos serviços contratados, situação essa que enseja em descumprimento de cláusula contratual, no uso da competência que me fora atribuída, CONHEÇO da defesa prévia aprestada, posto que tempestiva, e no mérito INDEFIRO as razões ali expostas, consequentemente, APLICO a sociedade empresária MARCIANO ALVES DE CARVALHO 38188448877, inscrita no CNPJ sob nº 15.246.799/0001-78, as seguintes penalidades constantes no Termo de Contrato nº. 039/2020, o qual remete a cláusula 21 do Edital, à saber:

I.1)	Item 21.2.2.3 do Edital: 20% (vinte por cento) sobre o valor TOTAL do Contrato: o qual corresponde a penalidade de multa no importe de R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais);
I.2)	Item 21.2.3 do Edital: Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Diretoria de Água e Esgoto, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e
I.3)	Item 21.2.4 do Edital: Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no prazo não superior a 05 (cinco) anos

III - Fica franqueada, desde já, vista dos autos para eventual interposição de RECURSO no Departamento de Licitações de Santo Antônio de Posse, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da publicação da presente decisão.

IV - Caso a contratada não recorra da presente decisão, encaminhe-se o presente para a Contabilidade, visando a aplicação do item I a ser descontada de eventual medição em aberto, sem prejuízo de glosa dos valores dos itens que não foram fornecidos. Caso a Contratada não tenha faturado os itens a serem entregues, que sejam adotados os procedimentos de inscrição em dívida ativa municipal.

Santo Antônio de Posse, 26 de janeiro de 2021.

JOÃO LEANDRO LOLLI, Prefeito Municipal

INTERESSADO: WHITE FALCON CONSTRUÇÕES EIRELI

ASSUNTO: Notificação de aplicação de penalidade em razão de inexecução dos serviços.

DECISÃO FINAL DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

I – Diante dos elementos constantes no Memorando nº. 228/2020 emitido pela Diretoria de Obras e Engenharia desta Municipalidade, em especial as informações do fiscal e gestor do contrato, Parecer Jurídico anexado, após o devido processo legal, respeitando-se o contraditório e ampla defesa, no uso da competência que me fora atribuída, APLICO, a sociedade empresária WHITE FALCON CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 25.186.336/0001-11, as seguintes sanções devidas: (i) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato: vez que a execução for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, a qual corresponde a R$ 21.449,97 (vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos), conforme subitem 21.2.2.2 do Edital; (ii) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse/SP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, conforme subitem 21.2.3 do Edital; e, (iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme subItem 21.2.4 do Edital.

III - Encaminhe-se o presente para a Contabilidade, visando a aplicação do item I a ser descontada de eventual medição em aberto, sem prejuízo de glosa dos valores dos itens que não foram fornecidos. Caso a Contratada não tenha faturado os itens a serem entregues, que sejam adotados os procedimentos de inscrição em dívida ativa municipal.

Santo Antônio de Posse, 26 de janeiro de 2021.

JOÃO LEANDRO LOLLI, Prefeito Municipal

INTERESSADO: WHITE FALCON CONSTRUÇÕES EIRELI

ASSUNTO: Notificação de aplicação de penalidade em razão de inexecução dos serviços.

DECISÃO FINAL DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

I – Diante dos elementos constantes no Memorando nº. 227/2020 emitido pela Diretoria de Obras e Engenharia desta Municipalidade, em especial as informações do fiscal e gestor do contrato, Parecer Jurídico anexado, após o devido processo legal, respeitando-se o contraditório e ampla defesa, no uso da competência que me fora atribuída, APLICO, a sociedade empresária WHITE FALCON CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 25.186.336/0001-11, as seguintes sanções devidas: (i) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato: vez que a execução for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, a qual corresponde a R$ 5.447,37 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos), conforme subitem 21.2.2.2 do Edital; (ii) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse/SP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, conforme subitem 21.2.3 do Edital; e, (iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme subItem 21.2.4 do Edital.

III - Encaminhe-se o presente para a Contabilidade, visando a aplicação do item I a ser descontada de eventual medição em aberto, sem prejuízo de glosa dos valores dos itens que não foram fornecidos. Caso a Contratada não tenha faturado os itens a serem entregues, que sejam adotados os procedimentos de inscrição em dívida ativa municipal.

Santo Antônio de Posse, 26 de janeiro de 2021.

JOÃO LEANDRO LOLLI, Prefeito Municipal

SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

ESTÂNCIA BALNEÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

ATOS DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13004/2021

(COM COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E COM COTA RESERVADA PARA ME/EPP/COOP)

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão o Pregão Eletrônico n° 13004/2021, Processo nº 53038/2020-75, cujo objeto é a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de porta de madeira, batente e guarnição, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, nos serviços de manutenção em UMES da SEDUC, UBS e Pronto Socorros da SMS, unidades da SEMES, SEDS, SECULT, SEMAM, SIEDI e nos diversos próprios Municipais e da Zona Leste, Zona Noroeste, Morros, Zona Intermediária e Área Continental do Município, conforme descrição constante no Anexo I, do Edital. O encerramento do recebimento das propostas dar-se-á em 10/02/2021 às 09h00 e a disputa de lances ocorrerá em 10/02/2021 às 10h30.

O edital, na íntegra, encontra-se disponível a partir de 29/01/2021, no endereço eletrônico www.santos.sp.gov.br, através do aplicativo "Licitações-e".

Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3201-5733/3201-5165, e-mail: comlic1@santos.sp.gov.br.

Santos, 28 de janeiro de 2021.

FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS

Coordenador de Licitações (em substituição)

ESTÂNCIA BALNEÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

ATOS DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16.005/2021

(COM COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E COTA RESERVADA PARA ME/EPP/COOP)

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão o Pregão Eletrônico n° 16.005/2021, Processo nº 53558/2020-13, cujo objeto é seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de uniformes funcionais (camiseta, calça, bermuda e boné), a serem utilizados nas unidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESERP, Secretaria Municipal de Saúde - SMS, Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, Secretaria Municipal de Esportes – SEMES, Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDS e Secretaria Municipal de Cultura - SECULT, de acordo com a descrição constante no Anexo I – Termo de Referência, do Edital. O encerramento do recebimento das propostas dar-se-á em 11/02/2021, às 09h30 e a disputa de lances ocorrerá em 11/02/2021, às 10h30.

O Edital, na íntegra, encontra-se disponível a partir de 29/01/2021, no endereço eletrônico www.santos.sp.gov.br, através do aplicativo "Licitações-e".

Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefones (13) 3201-5741 / (13) 3201-5011 ou e-mail: comlic4@santos.sp.gov.br.

Santos, 28 de janeiro de 2021

FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS

COORDENADOR DE LICITAÇÕES – COLIC (em substituição)

ESTÂNCIA BALNEÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

ATOS DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 17.010/2021

(COM COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão o Pregão Eletrônico n.° 17.010/2021, Processo Administrativo n.º 47.819/2020-11, cujo objeto é a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de suco de fruta concentrado, para os pacientes internados e semi-internados, nos hospitais, prontos-socorros e em diversas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital. O encerramento do recebimento das propostas dar-se-á em 12/02/2021 às 9h e a disputa de lances ocorrerá em 12/02/2021 às 10h.

O Edital, na íntegra, encontrar-se-á disponível a partir de 01/02/2021, no endereço eletrônico www.santos.sp.gov.br, através do aplicativo "licitações-e".

Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3201-5009, e-mail: comlic3@santos.sp.gov.br.

Santos, 28 de janeiro de 2021.

FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS

COORDENADOR DE LICITAÇÕES

(em substituição)

ESTÂNCIA BALNEÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

COMISSÃO MUNICIPAL E PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SAÚDE

AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.018/2021

(COTAS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E COTAS RESERVADAS PARA ME/EPP/COOP)

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.018/2021 – Processo nº 56.509/2020-14, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de medicamentos: IVERMECTINA 6 MG COMP. O encerramento dar-se-á em 11/02/2021, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 854698. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3213-5136 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.019/2021

(COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.019/2021 – Processo nº 49.327/2020-89, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de INSUMOS: AGAR CHOCOLATE, para a SEÇÃO CENTRO DE DIAGNÓSTICO SECEDI/SMS. O encerramento dar-se-á em 11/02/2021, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 854707. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone(13) 3213-5136 e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15.020/2021

(COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Saúde, o Pregão Eletrônico nº 15.020/2021 – Processo nº 35.214/2020-14, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1%. O encerramento dar-se-á em 11/02/2021, às 08:30h. O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br sob o nº: 854706. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone:(13) 3213-5133, e-mail: licitacaosaude@santos.sp.gov.br .

Santos, 28 de janeiro de 2021.

TATHIANA SILVA PEREIRA

Presidente da Comissão Municipal e Permanente de Licitação – Saúde

SÃO BENTO DO SAPUCAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ

SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 39 § 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E TCA - 40.728/026/07 – ÁREA MUNICIPAL

CARGOS EFETIVOS

EMPREGO PÚBLICO	SALÁRIO
AJUDANTE GERAL MASCULINO	1.100,00
AJUDANTE GERAL FEMININO	1.100,00
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	1.100,00
AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	1.100,00
AUXILIAR DE LIMPEZA FEMININO	1.100,00
CONSERVADOR DE ESTRADAS RURAIS	1.100,00
GARI	1.100,00
MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	1.100,00
VISITADOR DO PROGRAMA "CRIANÇA FELIZ"	1.100,00
LIXEIRO	1.100,00
MONITOR	1.100,00
SERVENTE DE OBRAS	1.100,00
SERVENTE ESCOLAR	1.100,00
MERENDEIRO	1.100,00
VIGIA	1.100,00
BORRACHEIRO	1.100,00
LAVADOR DE VEÍCULOS	1.100,00
COVEIRO	1.100,00
JARDINEIRO	1.100,00
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO GERAL DO MONUMENTO	1.100,00
AGENTE DE SERVIÇOS	1.100,00
CALCETEIRO	1.100,00
CARPINTEIRO	1.100,00
ENCANADOR	1.100,00
MANILHEIRO	1.100,00
PEDREIRO	1.100,00
TELEFONISTA	1.100,00
MOTORISTA	1.100,00
ELETRICISTA	1.100,00
ESCRITURÁRIO	1.100,00
OPERADOR DE MÁQUINA	1.100,00
TRATORISTA	1.100,00
PADEIRO	1.100,00
TÉCNICO DO CRAS	1.100,00
AGENTE SOCIAL DE ABRIGO	1.100,00
BERÇARISTA	1.100,00
SUPERVISOR DA MERENDA ESCOLAR	1.100,00
INSPETOR DE ALUNOS	1.100,00
RECEPCIONISTA TURÍSTICO DO MONA PEDRA DO BAÚ	1.142,00
ALMOXARIFE	1.265,00
EDUCADOR FÍSICO	1.265,00
ENCARREGADO DE COMPRAS	1.265,00
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1.265,00
TÉCNICO AMBIENTAL	1.265,00
SECRETARIO DE ESCOLA	1.265,00
ATENDENTES DE ARRECADAÇÃO DO MONUMENTO	1.265,00
AGENTE SANITARIO	1.466,00
AGENTE DE SANEAMENTO	1.466,00
TECNICO DE ENFERMAGEM	1.466,00
ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO PESSOAL	1.838,00
CADASTRISTA	1.838,00
ENFERMEIRO PADRÃO	1.838,00
FARMACEUTICO	1.838,00
FISCAL DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS	1.838,00
MECÂNICO	1.838,00
TECNICO EM CONTABILIDADE	1.838,00
TÉCNICO EM INFORMATICA	1.838,00
FISCAL AMBIENTAL	1.838,00
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS MUNICIPAIS	1.838,00
ENCARREGADO DE SERVIÇOS	1.838,00
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1.838,00
TÉCNICO CADISTA	1.838,00
ENFERMEIRO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.838,00
ASSISTENTE SOCIAL	2.071,00
ASSISTENTE DE SECRETARIA	2.071,00
DENTISTA	2.071,00
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	2.071,00
ENGENHEIRO AMBIENTAL	2.071,00
ENGENHEIRO CIVIL	2.071,00
FISIOTERAPEUTA	2.071,00
FONOAUDIÓLOGO	2.071,00
MÉDICO VETERINÁRIO	2.071,00
NUTRICIONISTA	2.071,00
PSICÓLOGO	2.071,00
TESOUREIRO	2.071,00
AGENTE DE CONTROLE INTERNO	2.499,00
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL	2.499,00
COORDENADOR DO CRAS	2.499,00
CONTADOR	2.499,00
PROCURADOR JURÍDICO	2.499,00
MÉDICO CLINICO GERAL	4.274,00
MÉDICO GINECOLOGISTA	4.274,00
MÉDICO ORTOPEDISTA	4.274,00
MÉDICO PEDIATRA	4.274,00
MÉDICO PSIQUIATRA	4.274,00
CARGOS/FUNÇÃO EM COMISSÃO	SALÁRIO
CHEFE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.151,00
CHEFE DE TURISMO	1.151,00
CHEFE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.489,00
CHEFE DO SETOR DE SAÚDE	1.489,00
CHEFE DE RECURSOS HUMANOS	1.489,00
CHEFE DO SETOR DE TRANSPORTE	1.489,00
CHEFE DE MONITORIA AMBIENTAL	1.489,00
CHEFE DE SERVIÇOS URBANOS E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	1.489,00
CHEFE DE SERVIÇOS RURAIS E URBANOS – NÍVEL I	1.489,00
SUBSECRETÁRIO	1.626,00
SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO	1.626,00
SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS	1.626,00
SUBSECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO	1.626,00
SUBSECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.626,00
SUPERVISOR DO PROGRAMA "CRIANÇA FELIZ"	1.800,00
COORDENADOR DE CENTRAL DE VAGAS NA SAÚDE	1.999,00
CHEFE DE GABINETE	2.221,00
DIRETOR DA SECRETARIA DA PREFEITURA	2.221,00
DIRETOR DE MEIO AMBIENTE	2.221,00
DIRETOR DE OBRAS	2.221,00
DIRETOR ADMNISTRATIVO	2.221,00
DIRETOR DE CULTURA E EVENTOS	2.221,00
DIRETOR DE ESPORTES E LAZER	2.221,00
SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO DE FROTA DE VEÍCULOS	2.221,00

QUADRO DE PESSOAL APOSENTADOS – PENSIONISTAS – INATIVOS

SITUAÇÃO	NOME	SALÁRIO
APOSENTADA	Ana Arantes dos Santos	1.100,00
INATIVO	Ana Rosa Siqueira de Azeredo	1.100,00
PENSIONISTA	Maria José dos Santos	1.127,00

CARGOS/FUNÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS

EMPREGO PÚBLICO	SALÁRIO
Secretário Geral de Assuntos Jurídicos	4.352,00
Secretário Geral de Finanças e Orçamento	4.352,00
Secretário Geral de Obras e Serviços Municipais	4.352,00
Secretário de Saúde e Saneamento	4.352,00
Secretário Geral de Gabinete e Administração	4.352,00
Secretário de Turismo e Desenvolvimento	4.352,00
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	4.352,00
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social	4.352,00
Secretário de Planejamento e Gestão	4.352,00
Secretário da Fazenda Municipal	4.352,00

CARGOS EFETIVOS DO PESSOAL DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA – PSF

EMPREGO PÚBLICO	SALÁRIO
AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL ESB	1.100,00
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE –PSF	1.550,00
TÉCNICO DE ENFERMAGEM –PSF	1.466,00
NUTRICIONISTA NASF	2.065,00
PSICÓLOGO NASF	2.391,00
FISIOTERAPEUTA NASF	2.391,00
EDUCADOR FÍSICO NASF	2.391,00
ASSISTENTE SOCIAL NASF	2.391,00
CIRURGIÃO DENTISTA ESB	2.391,00
ENFERMEIRO –PSF	3.138,00
MÉDICO GENERALISTA –PSF	5.208,00

CARGO EFETIVO DO PESSOAL DA SAÚDE

EMPREGO PÚBLICO	SALÁRIO
AGENTE DE SAÚDE	1.550,00
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	1.550,00

QUADRO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - I

NIVEL RETRIBUITÓRIO R$

EMPREGO PÚBLICO	1º	2º	3º	4º	5º
Prof. Educação Infantil	1.398,00	1.458,00	1.521,00	1.585,00	1.652,00
Prof. Ensino Fun. 1ª a 4ª série	1.678,00	1.750,00	1.825,00	1.901,00	1.983,00

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - II

NIVEL RETRIBUITÓRIO R$

JORNADA	1º	2º	3º	4º	5º
Jornada Inicial	1.294,00	1.346,00	1.405,00	1.464,00	1.524,00
Jornada Parcial	1.613,00	1.682,00	1.755,00	1.829,00	1.905,00
Jornada Completa	1.936,00	2.017,00	2.104,00	2.194,00	2.284,00

AUXILIARES

NIVEL RETRIBUITÓRIO R$

JORNADA	1º	2º	3º	4º	5º
Auxiliar de Creche	1.100,00	1.147,00	1.198,00	1.250,00	1.304,00
Auxiliar de Classe	1.100,00	1.149,00	1.197,00	1.249,00	1.304,00

COMISSIONADOS

SUPORTE PEDAGÓGICO DO MAGISTÉRIO

NIVEL RETRIBUITÓRIO R$

JORNADA	1º	2º	3º	4º	5º
Assessor Coordenador de Educação Infantil	1.824,00	1.905,00	1.990,00	2.078,00	2.170,00
Assessor Pedagógico Educacional	1.824,00	1.905,00	1.990,00	2.078,00	2.170,00
Vice-Diretor	1.905,00	1.990,00	2.078,00	2.170,00	2.266,00
Coordenador Pedagógico	2.071,00	2.153,00	2.239,00	2.329,00	2.423,00
Psicopedagogo	2.071,00	2.153,00	2.239,00	2.329,00	2.423,00
Diretor de Escola	2.422,00	2.531,00	2.643,00	2.771,00	2.888,00
Diretor de Escola Infantil	2.422,00	2.531,00	2.643,00	2.771,00	2.888,00

AGENTE POLÍTICO

SUPORTE PEDAGÓGICO DO MAGISTÉRIO

FUNÇÃO	SALÁRIO-R$
Secretário Geral de Educação	4.352,00

SUBSÍDIO MENSAL DO PREFEITO MUNICIPAL NOS TERMOS DA LEI Nº 2.152 ARTº 1º DE 15/06/2020 - R$ 11.941,00 (Onze Mil, Novecentos e Quarenta e Um Reais).

SUBSÍDIO MENSAL DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL NOS TERMOS DA LEI Nº 2.152 ARTº 2º DE 15/06/2020 - R$ 4.665,00 (Quatro Mil, Seiscentos e Sessenta e Cinco Reais).

SUBSÍDIO MENSAL DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS NOS TERMOS DA LEI Nº 2.152 ARTº 3º DE 15/06/2020 - R$ 4.352,00 (Quatro Mil, Trezentos e Cinquenta e Dois Reais).

RESPONSAVEL: MARION RIBEIRO VIEIRA – CHEFE DO DEPARTAMENTO PESSOAL – RG. MG 16.554.696

SÃO BENTO DO SAPUCAÍ, 28 DE JANEIRO DE 2021.

JUSTIFICATIVA. Processo Administrativo nº 031/2021. Dispensa de Licitação nº 035/2021. Contrato nº: 002/2021. Contratante: Prefeitura Municipal de São Bento do Sapucaí. Contratada: FERNANDO CARVALHO DE PAULA. Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de desenvolvimento de Website, hospedagem, manutenção e suporte. Valor: R$ 15.600,00 (Quinze Mil e Seiscentos). Dotação orçamentária: ORGÃO: 01 – GABINETE DO PREFEITO. UNIDADE: 001 – GABINETE DO PREFEITO – DEPENDENCIAS. PROJ./ATIV. 2001 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE DO PREFEITO. 8 – 3.3.90.39.00.00.00.00 0.01.110 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS –PESSOA JURÍDICA. RECURSO PRÓPRIO. FUNDAMENTO: Artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93 em sua redação vigente. Publicação em acatamento ao artigo 26, Incisos I, II e III, da Lei 8.666/93 em sua redação vigente. São Bento do Sapucaí, 28 de janeiro de 2.021. Ana Catarina Martins Bonassi – Prefeita Municipal.

SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÕES ELETRÔNICOS

PE.048/2021 – PEC.00062/2021 – CAIXAS DE PAPELÃO - Abertura do Pregão: 11/02/2021 às 09:00 horas

PE.049/2021 – PEC.00046/2021 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE URNAS MORTUÁRIAS - Abertura do Pregão: 11/02/2021 às 14:00 horas

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas. e no site www.compras.saobernardo.sp.gov.br. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5481

PREGÃO PRESENCIAL

PC 2089/2020 – PP 01/2021 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA NA ÁREA DE REMODELAGEM DE PROCESSOS DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO. O edital estará disponível para realização de download no site www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao, bem como para consulta no Serviço de Licitações, Preparação e Análise - SA.212.2, na Av. Kennedy, nº 1.100 – B. Anchieta - SBC, "Prédio Gilberto Pasin" – telefone: (11) 2630-5486/5487/5488. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/02/2021 – 09h30min.

FACULDADE DE DIREITO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2021

A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – Autarquia Municipal - torna público que estarão abertas nos dias 01 de fevereiro a 17 de fevereiro de 2021, as inscrições para Concurso Público para Professor Titular de Direito do Trabalho (Departamento de Direito do Trabalho e Previdência Social), na forma da legislação municipal vigente. Maiores informações no site www.direitosbc.br.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2021

A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – Autarquia Municipal - torna público que estarão abertas nos dias 01 de fevereiro a 17 de fevereiro de 2021, as inscrições para Concurso Público para Professor Titular de Teoria Geral do Direito (Departamento de Disciplinas Básicas), na forma da legislação municipal vigente. Maiores informações no site www.direitosbc.br.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/21

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE VAGAS EM CLÍNICA ESPECIALIZADA EM REGIME DE INTERNAÇÃO VOLUNTÁRIA, INVOLUNTÁRIA OU POR ORDEM JUDICIAL, PARA ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS (PSICOSE, ESQUIZOFRENIA, DEPRESSÃO GRAVE, TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR, DI, TENTATIVAS DE AUTOEXTERMÍNIO ENTRE OUTROS) E PARA ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO, QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO EM RAZÃO DO USO PREJUDICIAL E ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, USUÁRIOS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

OC Nº 863900801002021OC00005

Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br

Sessão pública: realização no site www.bec.sp.gov.br

DATA: 12/02/2021 às 09h00min.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/21

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE EXTINTORES.

DATA DA REALIZAÇÃO: 15/02/2021

HORÁRIO: 08h30min

LOCAL: Sala de Reuniões do Setor de Licitações, sito à Rua Marechal Deodoro, nº 313, Centro- São João da Boa Vista/SP.

Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/21

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EXTINTORES.

DATA DA REALIZAÇÃO: 11/02/2021

HORÁRIO: 08h30min

LOCAL: Sala de Reuniões do Setor de Licitações, sito à Rua Marechal Deodoro, nº 313, Centro- São João da Boa Vista/SP.

Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br

RATIFICAÇÃO

Maria Teresinha de Jesus Pedroza, Prefeita Municipal de São João da Boa Vista, no uso de suas atribuições legais, RATIFICA:

Processo Administrativo n.º 12498/20

Contratante: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista

Contratada: CLÍNICA RENASCER LTDA

Objeto: Prestação de serviço, por clínica especializada, para internação de adolescente devido ao uso abusivo de substâncias psicoativas, em regime de contenção (internação voluntária, involuntária, compulsória ou por ordem judicial).

Valor: R$ 18.000,00

Fundamento Legal: Artigo 24, IV, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Data: 21 de Janeiro de 2021.

Maria Teresinha de Jesus Pedroza

Prefeita Municipal

HOMOLOGAÇÃO PP N.º 050/2020

Fica HOMOLOGADO o resultado do Pregão supra.

São João da Boa Vista, 28/01/2020.

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal.

RESULTADO DO PP 050/20

A Pref. M. de São João da Boa Vista torna público a adjudicação do certame supra.

CIRÚRGICA UNIÃO LTDA, vencedor dos lotes/itens pelos respectivos valores global e unitário: Lote 001(18.448,96), Lote 002(12.779,82), Item 003(0,0399), Item 010(0,61).

DAKFILM COMERCIAL LTDA, vencedor dos itens pelos respectivos valores unitários: 004(0,3199), 005(0,35).

IN-DENTAL PROD. ODONT. MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, vencedor dos itens pelos respectivos valores unitários: 006(0,55).

Os itens 007, 008 e 009 foram FRACASSADOS.

São João da Boa Vista, 28/01/2020.

HELOÍSA HELENA DA SILVA NASSAR - Pregoeira

CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2021

O CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO – FAE, torna público o resultado do Pregão supra.

M CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-vencedor do item 01 pelo valor unitário de R$1.460,00.

ESFERA MASTER COMERCIAL LTDA-vencedor do item 03 pelo valor unitário de R$ 2.620,00.

O item 02 foi considerado DESERTO.

Regina Rocha Rodrigues - Pregoeira

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2021

Fica HOMOLOGADO o resultado do Pregão supra.

São João da Boa Vista, 28 de janeiro de 2021

Anita Bellotto Leme Nagib - Reitora em Exercício

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

A Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo torna público que referente ao Pregão Presencial nº 64/2020 Contratação de empresa especializada e profissional autônomo, para prestação de serviços de transporte escolar por prazo de 12 (doze) meses para os alunos da zona rural do Município de São José do Rio Pardo, através da Secretaria Municipal de Educação, inclusive com a prestação de serviços de um monitor em cada uma das linhas licitadas, conforme especificações técnicas constantes no anexo I, diante da desistência da primeira colocada na Linha 02, o desinteresse da segunda colocada na linha, e o empate das terceiras colocadas: Etco Empresa de Turismo e Transporte Coletivo Ltda Me, Verde Vale Transportes Urbanos e Rodoviários Ltda EPP e Mario Celio da Cruz 00217423833 Me, a Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo convoca as licitantes empatadas para a etapa de lances da Linha 02, a ocorrer no dia 01 de fevereiro de 2021 às 09:30 horas, no Prédio da Feuc Faculdade Euclides da Cunha, nº 451, Centro.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

AVISO

RETIFICAÇÃO EDITAL

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Acha-se publicado no portal de compras desta Prefeitura, https://compras.empro.com.br/WBC6/, o PREGÃO ELETRÔNICO nº 555/2020, PROCESSO 14.178/2020, objetivando o registro de preços para prestação de serviço com fornecimento de material e instalação de tela de proteção, espículas e passarinheira, em atendimento as Unidades Escolares. Secretaria Municipal de Educação. O Edital foi retificado no item 1.4 do cap. VI e no Memorial Descritivo item 1. O recebimento das propostas dar-se-á até o dia 11/02/2021, às 08:30h. e abertura a partir das 08:32h. O edital na íntegra, e demais informações, encontram-se à disposição dos interessados, no Portal de Compras.

AVISO

EXTRATO DE SESSÃO E TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 535/2020 – Processo 14.077/2020

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de pintura para os cemitérios municipais. Secretaria Municipal de Administração. Sessão pública realizada on line com início dia 06/01/2021, sendo adjudicados os itens ás empresas declaradas vencedoras: A.C.A. EMPREENDIMENTOS LTDA ME (itens 5 e 14); INDUSTRIA DE MOVEIS V.V. LTDA ME (itens 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10 e 11); L.F. GONÇALEZ JÚNIOR TINTAS EIRELI ME (itens 1, 12, 13, 15 e 16) e PONTO MIX COML E SERVIÇOS EIRELI (itens 4, 17 e 18). Não houve manifestação de intenção de recurso. A íntegra da sessão está disponível no "Portal de Compras" – Adriana Tápparo - Pregoeira.

HOMOLOGO este procedimento licitatório por não vislumbrar nenhuma irregularidade. Adilson Vedroni - Secretário Municipal de Administração.

COMUNICADO

NOTIFICAÇÃO

CONTRATADA: MARA SILVIA PEZINATO EPP

DIL/0002/2021 - EMPENHO 446/2021

Considerando a proposta encaminhada a empresa solicitando 04 postos (02 em cada unidade) todos os dias por 24 horas, e em nenhum momento foi citado que eram postos 12x36 horas; Notifico o representante legal da contratada, para regularizar a quantidade de postos no prazo de 24 horas, a contar do recebimento desta, de forma a dar real cumprimento ao processo licitatório, estando a contratada sujeita à aplicação das penalidades contratuais que podem, inclusive, culminar na rescisão unilateral do contrato. Fica concedido o prazo de 05 dias úteis para a empresa em querendo apresentar contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais. – SMS – DADM

COMUNICADO

RETOMADA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 549/2020 – PROCESSO Nº 14.156/2020

Objeto: Registro de preços para aquisição de sinalizadores. Secretaria Municipal de Trânsito, Transp. E Segurança. Fica designada a data da sessão de retomada do pregão em epígrafe para o dia 01/02/2021 às 09:00hs para continuidade dos trabalhos. Adriana Tápparo - Pregoeira

COMUNICADO

DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 034/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPREITADA DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE RECUPERAÇÃO DE EROSÃO COM A IMPLANTAÇÃO DE GALERIA NO CÓRREGO DA BAIXADA SECA, TRAVESSIA COM A AVENIDA FAIEZ NAMETALAH TARRAF – SEC. MUN. OBRAS. Recorrentes: ENGESCAV ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, MLS GERENCIAMENTO DE OBRAS LTDA EPP e PONTO FORTE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI, contra a decisão que as declarou inabilitadas a prosseguir no certame licitatório. Recebo os recursos eis que tempestivos. As contrarrazões no prazo legal. Fica suspensa "sine die" a sessão de abertura das propostas financeiras que estava designada para ocorrer no dia 29/01/2021 às 08:30 horas. Oportunamente, será informado, através de publicação na imprensa oficial, sobre o prosseguimento do processo. Publique-se para ciência. Wanderley Ap. de Souza – Diretor de Compras e Contratos e Presidente da C.M.L.

COMUNICADO

NOTIFICAÇÃO DERRADEIRA

CONTRATADA: LICITAMAIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇAO EIRELI

CONTRATO ATA/0215/20

CONTRATO ATA/0435/20

Considerando edital do processo licitatório quanto à regularidade fiscal do licitante em seu Título VI, item 1.2, alínea"c", bem como previsão contratual em sua Cláus. 7ª, Item 7.3. Fica o representante legal da empresa supramencionada NOTIFICADO DERRADEIRAMENTE para apresentar a CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO nesta S. M. Saúde, no prazo de 05 dias úteis, contados do recebimento desta, de forma a dar real cumprimento ao processo licitatório, estando a contratada sujeita à aplicação das penalidades contratuais que podem, inclusive, culminar na rescisão unilateral do contrato. Concedemos o prazo de 05 dias úteis para a empresa em querendo, apresentar o contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais. - SMS – DADM

COMUNICADO

2ª NOTIFICAÇÃO – URGENTE

PE 134/2020 – Proc. 11374/2020

INOVARE STORE COMERCIO DE MOVEIS LTDA - CNPJ: 11.749.771/0001-00

Notificamos o representante legal da empresa supramencionada, p/ assinatura da Ata, referente ao processo supramencionado, sob pena de decair do direito à contratação e ensejar a aplicação das penalidades previstas no edital, entre elas multa de 30% sobre o valor da contratação, suspensão do direito de licitar e contratar com esta administração por até 05 anos. Fica desde já concedido o prazo de 05 dias úteis, p/ o adjudicatário, em querendo, apresentar o contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais – SMA – Wanderley Ap. Souza

COMUNICADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0299/20

PROCESSO 1.865/20 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/20

INTERESSADO: CV TYRES EIRELI

Trata-se de pedido de reequilíbrio contábil, postulado pela contratada CV Tyres Eireli para elevação do preço dos itens registrados em ATA nos percentuais entre 21,58% à 53,69%, tendo o Gabinete da Secretaria Municipal de Administração apresentado parecer pelo indeferimento. Considerando o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, a Justiça e a incoerência das razões permissivas em Lei para que tal pretensão possa ser atendida pela Administração e ainda, os fatos apresentados não se amoldam às hipóteses do art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93. Assim, o pedido da contratada não configura quebra de equilíbrio econômico financeiro, acolho a manifestação da Assessoria do Gabinete, em consequência, INDEFIRO o pedido da referida contratada. Intime-se e Publique-se. ADILSON VEDRONI -Secretário M. Administração.

EXTRATO

Pregão eletronico nº 420-2018 – Contrato: PRE/0174/18

Contratada: Mara Silvia Pezinato EPP

Nos termos da cláus.6, item 6.5 fica concedido reajuste em aproximadamente 2,8%, do valor atual do contrato supra-mencionado. SMS. Aldenis A. Borim.

EXTRATO

1° Termo Aditivo Contratual

Pregão eletronico nº 677/19 – Contrato: PRE0012/20

Contratada: Agil Eireli ME

Nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93, fica prorrogado por mais 06 meses, o prazo de vigência do contrato supra-mencionado. SMAA. Antonio P.P. Jr.

EXTRATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL

Ref.: Pregão Eletrônico nº 032/2020 – Proc. nº 1297/2020 - Contrato PRE/0054/20 Objeto: Prestação de serviços no ramo de mecânica, funilaria, pintura, tapeçaria e solda de autos a serem prestados em veículos da frota municipal. – Contratada: DINÂMICA COMERCIAL DE SERVIÇOS LTDA ME – CNPJ 96.161.690/0001-30 DESPACHO: Considerando os fatos narrados no Procedimento Administrativo indicando o descumprimento contratual, por parte da contratada, sem justo motivo; Considerando que foi garantido a contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa conforme registros constantes do processo tendo a empresa comparecido ao processo e apresentado sua defesa dentro do prazo de cinco dias úteis que lhe foi concedido; DECIDO, 1- Indeferir o pedido de prorrogação para apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União que foi encaminhado pela contratada através de e-mail no dia 25 p.p. ; 2- Rescindir a partir do dia 29/janeiro/2021, de forma unilateral, com fulcro nos artigos. 78, I e 79, I ambos da Lei Federal 8666/93, o Contrato PRE/0054/20 firmado com a empresa DINÂMICA COMERCIAL DE SERVIÇOS LTDA – ME; 3- Aplicar à empresa DINÂMICA COMERCIAL DE SERVIÇOS LTDA – ME a penalidade de multa no valor de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da obrigação não cumprida (valor mensal do contrato no montante de R$ 135.000,00) nos termos do inciso IV da Clausula 6.2 do contrato PRE/0054/20; 4- Determinar que o valor da multa seja descontado dos pagamentos devidos à Contratada e, em não havendo, que seja executada a garantia contratual (Seguro Garantia) apresentada quando da assinatura do contrato (itens 6.3 e 6.9 do Contrato PRE/0054/20); 5- Suspender, nos termos do Art. 87, III da Lei Federal nº 8666/93 cc. Art. 7º da Lei Federal nº 10520/2020 e da clausula 6.2, IV do contrato PRE/0054/20, o direito da empresa DINÂMICA COMERCIAL DE SERVIÇOS LTDA – ME em licitar e contratar com esta Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos. Publique-se. As formalidades legais. Adilson Vedroni - Secretário Municipal de Administração. O inteiro teor se acha encartado nos autos do processo a disposição dos interessados.

ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO n° 498/2020- PROCESSO 13.875/2020

Objeto: Registro de preços para aquisição de aparelhos de ar condicionado e cortinas de ar com instalação para a Secretaria Municipal de Saúde.

Houve um equívoco na publicação do dia 28/01/2021, considerar conforme segue: Onde se lê: "30/01/2021", o correto é: "29/01/2021"

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 448/2020

CONTRATO nº PRE/0013/21

CONTRATADA: ISRAEL MOTTA DE SOUZA JUNIOR ME

OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos – SMAS – Helena Cristina Rozales da Silva Marangoni– Prazo de vigência: 12 meses. Valor Total: R$540,00.

SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

AVISO ÀS LICITANTES NOVA DATA – TOMADA DE PREÇOS 08/2020 – PROC. nº69/2020

Objeto: "Elaboração do Anteprojeto e Projeto Executivo da Recuperação Estrutural e Hidráulica do Reator UASB 1 e Projeto Básico dos Reatores UASB 2 e 3".

Tendo em vista as alterações propostas no Edital fica designada a nova data: Entrega dos envelopes: até 03/03/2021 às 8h45. Abertura da licitação: 03/03/2021 a partir das 9h00. Custo Estimado de R$378.882,43 Prazo: 180 dias. Demais informações e retirada do edital com a C.L., na Rua Antônio de Godoy, 2181, Jd. Seixas, S. J. do Rio Preto/SP, das 8h30 às 12h00 e 13h30 às 16h00 de segunda a sexta, fone/fax: (17) 3211-8105, e página do SeMAE na internet: www.semae.riopreto.sp.gov.br..s.J.R.P 28.01.2021 Carla Cristina Bernardo – Gerente GPO

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE SAÚDE

Editais de licitação: PE 052/SS/2021. Objeto: Aquisição de Medicamento - Azitromicina 500 Mg. Abertura em 11/02/2021 às 08h30.// PE 045/SS/2021. Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Manutenção Corretiva e Preventiva de Aparelho Digitalizador de Raio X. Abertura em 12/02/2021 às 08h30.

Licitação homologada pelo Secretário de Saúde, Danilo Stanzani Júnior: PE 347/SS/2020. Objeto: Ata de Registro de Preços para o Fornecimento de Longarinas - Grupo I. Homologada em 28/01/2021.

Prorrogação de Chamamento Público com alteração de Edital: CH 001/SS/2020. Chamamento Público Objetivando o Recebimento de Doações, sem Encargo, de Bens Móveis e de Serviços de Pessoas Físicas ou Jurídicas de Direito Privado. Prorrogado a partir de 29/01/2021 às 09h00.

Informações: Rua Óbidos, 140 – Parque Industrial. Sérgio Salles – Diretor do Departamento Administrativo da Secretaria de Saúde. Editais na íntegra: https://servicos.sjc.sp.gov.br/sa/licitacoes/index.aspx

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

EXTRATO DE CONTRATO

Dispensa de Licitação 01/2021 – Processo Licitatório nº 690/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2021

OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente contrato a execução dos serviços de desinfecção com uso de água ozonizada e peroxy 4D pelo período entre 01 de fevereiro e 02 de abril de 2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.10-010312001.2001-3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

VALOR DO CONTRATO: R$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais).

CONTRATADA: Carrara Serviços Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.826.233/0001-07

DATA DA ASSINATURA: 28/01/2021.

ASSINAM PELA CONTRATADA: Thelma Lídia Sales de Souza, CPF 278.087.818-51, sócia–proprietária.

ASSINA PELA CONTRATANTE: Roberto da Penha Ramos, CPF 071.272.558-06, Presidente da Câmara.

RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO: Hudson Neves de Oliveira – Diretor de Finanças, Orçamento e Recursos Materiais

Processo nº 690/2021 - Dispensa de Licitação n°01/2021

Contratação por emergência (art. 24, IV, lei de licitações) de empresa para execução dos serviços de desinfecção das áreas internas da Câmara Municipal pelo período de 01 de fevereiro de 2021 a 02 de abril de 2021, como medida de prevenção da COVID-19.

RATIFICO a contratação do serviço acima mencionado, junto à empresa CARRARA SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.826.233/0001-07, no valor total de R$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais). As despesas decorrentes correrão à conta das dotações orçamentárias específicas da Câmara Municipal de São José dos Campos, consignadas no Orçamento para o exercício de 2021, elemento de despesa 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

São José dos Campos, 28/01/2021 - Ver. Robertinho da Padaria - Presidente

SÃO MANUEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 146/2020 - PA nº 4642/2020 - Fica homologado de acordo com as condições estabelecidas pelo Edital o resultado da presente licitação, que o Pregoeiro adjudicou e o Sr. Prefeito homologou o objeto da seguinte forma: À empresa TIE TAPETES EIRELI o item 01; à empresa MKURI COMERCIO DE MOVEIS EM GERAL EIRELI o item 02. São Manuel, 28 de janeiro de 2021. Ricardo Salaro Neto - Prefeito Municipal. O resultado completo encontra-se disponível em https://www.saomanuel.sp.gov.br/portal/diario-oficial

SÃO PEDRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Comunicamos que está SUSPENSA a abertura do Pregão Presencial 70/2020 - Processo: 2591/2020 - Objeto: Serviços em Segurança e Medicina Ocupacional, em virtude de novas adequações aos termos iniciais do presente certamente. Novo processo será reaberto. Dúvidas entrar em contato com o e-mail licitacao@saopdro.sp.gov.br, ou via fone (19) 3481.9215 ou 3481.9223. São Pedro, 28 de janeiro de 2021. Thiago Silvério da Silva - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021

Comunicamos que está aberta a Licitação do Pregão Eletrônico nº 03/2021, Processo: 110/2021, que tem por objeto a Aquisição de Medicamentos. As propostas serão acolhidas com início no dia 01/02/2021 às 10:00 horas até às 08:00 horas do dia 11/02/2021. O início da sessão de disputa de preços ocorrerá às 09:00 horas do dia 11/02/2021. Deve ser observado o horário de Brasília. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública por meio da Internet, por intermédio do Sistema BLL Compras - acessível em www.bll.org.br . O edital completo encontra-se à disposição no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Valentim Amaral 748, no horário das 08h30 às 17h00. Fone: (19) 3481-9223 ou através do site: https://www.saopedro.sp.gov.br/licitacoes-publicas ou www.bll.org.br . São Pedro, 28 de janeiro de 2021. Thiago Silvério da Silva - Prefeito Municipal

SÃO PEDRO DO TURVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO TURVO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 002/2021

OBJETO: Registro de preços visando aquisições eventuais de materiais para proteção individual para alunos e professores da rede municipal de ensino.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: 11 de Fevereiro de 2021, às 09h00min.

LOCAL: http://bll.org.br/ "Acesso Identificado".

MAIORES INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de São Pedro do Turvo, Rua Garcia Braga, nº 93 – Centro, São Pedro do Turvo/SP – CEP: 18.940-039. Telefone (14) 3377-9700 – e-mails: licitacao@saopedrodoturvo.sp.gov.br / compras@saopedrodoturvo.sp.gov.br

Edital completo e maiores informações: Departamento de Compras e Licitações - Rua Garcia Braga, 93, Centro, São Pedro do Turvo/SP – Fone: (14) 3377-9700.

Sítio eletrônico: www.saopedrodoturvo.sp.gov.br

Município de São Pedro do Turvo, 27 de janeiro de 2021.

MARCO AURELIO OLIVEIRA PINHEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

SÃO ROQUE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE

- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021 – Contratação de serviços de leitos de UTI, leitos de UTI com Hemodiálise e leitos de Enfermaria – Média Complexidade pelo período de 90 dias. Em 28/01/2021 o Senhor Prefeito resolveu Aprovar e Ratificar os atos de contratação da empresa: HOSPITAL SÃO FRANCISCO EIRELI pelo valor total de R$ 2.124.000,00 (dois milhões cento e vinte e quatro mil reais), nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, com suas alterações.

- NOTIFICAÇÃO n.º 004/2021 – TOMADA DE PREÇOS nº 010/2020 – Contratação de empresa especializada para execução de obras de Construção de Rampa de acessibilidade no Fórum de São Roque/SP. Fica a empresa SANTENGE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EPP notificada para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis apresente defesa por escrito. E fica autorizado ao interessado vistas e extração de cópias dos autos, observadas as formalidades legais.

- NOTIFICAÇÃO n.º 005/2021 – TOMADA DE PREÇOS nº 012/2020 – Contratação de empresa para execução de obras de Reforma da pista de caminhada e implantação de iluminação pública na Avenida 16 de Agosto, no município de São Roque/SP. Fica a empresa SANTENGE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EPP notificada para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis apresente defesa por escrito. E fica autorizado ao interessado vistas e extração de cópias dos autos, observadas as formalidades legais.

- RESUMO DE EDITAL – PE nº 171/2020 – Registro de preços para aquisição de ração para cães adultos para o canil da Guarda Municipal – Encerramento às 14h30 horas do dia 23/02/2021. O edital encontra-se a disposição a partir do dia 01/02/2021, no site www.saoroque.sp.gov.br.

- RESUMO DE EDITAL – PE nº 132/2020 – Registro de preços de material médico-hospitalar (Eletrodos) para atender o Departamento de Saúde – Encerramento às 09h15 horas do dia 05/03/2021. O edital encontra-se a disposição a partir do dia 01/02/2021, no site www.saoroque.sp.gov.br.

- RESUMO DE EDITAL – PE nº 107/2020 – Registro de preços para aquisição de materiais de escritório e escolar para diversos Departamentos – Encerramento às 09h15 horas do dia 04/03/2021. O edital encontra-se a disposição a partir do dia 01/02/2021, no site www.saoroque.sp.gov.br.

- RESUMO DE EDITAL – PE nº 110/2020 – Registro de preços para aquisição de materiais de escritório e escolar para diversos Departamentos – Encerramento às 09h15 horas do dia 10/03/2021. O edital encontra-se a disposição a partir do dia 01/02/2021, no site www.saoroque.sp.gov.br.

- RESUMO DE EDITAL – PE nº 133/2020 – Registro de preços para aquisição de material médico-hospitalar para atender o Departamento de Saúde – Encerramento às 09h15 horas do dia 09/03/2021. O edital encontra-se a disposição a partir do dia 01/02/2021, no site www.saoroque.sp.gov.br.

- RESUMO DE EDITAL – PE nº 063/2020 – Registro de preços para aquisição de rolos de adesivos para confecção de placas de sinalização de trânsito – Encerramento às 09h15 horas do dia 08/03/2021. O edital encontra-se a disposição a partir do dia 01/02/2021, no site www.saoroque.sp.gov.br.

SÃO SEBASTIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/20 PROCESSO Nº 719.047/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇAO DE PAVIMENTAÇAO DE LOGRADOUROS PUBLICOS NO BAIRRO DO PAUBA.

A COMISSÃO COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FICA MARCADA PARA O DIA 03/02/2021 AS 15H00MIN, NA SALA DA SECRETARIA DE OBRAS, SITUADA NA AV.GDA MÓR LOBO VIANA, 427 BLOCO C SL 1 - CENTRO, A ABERTURA DO ENVELOPE N.º 2 PROPOSTA

SÃO SEBASTIÃO, 28 DE JANEIRO DE 2021.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES ESPECIAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

SÃO SIMÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 005/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO/SP, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 45.369.220/0001-25, através da PREFEITURA MUNICIPAL, por intermédio do Prefeito Municipal Marcos Daniel Bonagamba, torna público para conhecimento de quem possa interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tendo em vista a escolha da proposta de MENOR PREÇO para contratação de empresa para fornecimento de gás oxigênio medicinal em cilindros e serviços de locação de equipamentos médico-hospitalares - concentradores de oxigênio, cepaps e bipaps, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência e anexos. O recebimento das propostas será a partir do dia 02 de fevereiro de 2021 às 08:00h e o encerramento do recebimento será dia 18 de fevereiro de 2021 às 08:30h. A abertura da disputa será às 09:00h do dia 18 de fevereiro de 2021. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados ou consultados no site oficial do Município: www.saosimao.sp.gov.br, na Seção de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda às sextas feiras, das 09h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min, à Rua Rodolfo Miranda, n.º 167, Centro, ou ainda solicitado pelo telefone (16) 39849070 ou pelo e-mail: licitacao@saosimao.sp.gov.br. Marcos Daniel Bonagamba – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 006/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO/SP, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 45.369.220/0001-25, através da PREFEITURA MUNICIPAL, por intermédio do Prefeito Municipal Marcos Daniel Bonagamba, torna público para conhecimento de quem possa interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tendo em vista a escolha da proposta de MENOR PREÇO para contratação de empresa para fornecimento de artigos escolares e papelaria, com certificação ambiental, para atendimento às escolas da rede municipal de ensino infantil, fundamental e especial e materiais de escritório para o departamento de educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência e anexos. O recebimento das propostas será a partir do dia 01 de fevereiro de 2021 às 08:00h e o encerramento do recebimento será dia 11 de fevereiro de 2021 às 08:00h. A abertura da disputa será às 08:30h do dia 11 de fevereiro de 2021. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados ou consultados no site oficial do Município: www.saosimao.sp.gov.br, na Seção de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda às sextas feiras, das 09h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min, à Rua Rodolfo Miranda, n.º 167, Centro, ou ainda solicitado pelo telefone (16) 39849070 ou pelo e-mail: licitacao@saosimao.sp.gov.br. Marcos Daniel Bonagamba – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 008/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO/SP, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 45.369.220/0001-25, através da PREFEITURA MUNICIPAL, por intermédio do Prefeito Municipal Marcos Daniel Bonagamba, torna público para conhecimento de quem possa interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tendo em vista a escolha da proposta de MENOR PREÇO para contratação de empresa para aquisição de papel sulfite A4, 210mm x 297mm, 75 g/m², branco, embalagem bopp, com certificação ambiental, para atendimento às escolas da rede municipal de ensino infantil, fundamental e especial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência e anexos. O recebimento das propostas será a partir do dia 02 de fevereiro de 2021 às 08:00h e o encerramento do recebimento será dia 18 de fevereiro de 2021 às 13:30h. A abertura da disputa será às 14:00h do dia 18 de fevereiro de 2021. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados ou consultados no site oficial do Município: www.saosimao.sp.gov.br, na Seção de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda às sextas feiras, das 09h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min, à Rua Rodolfo Miranda, n.º 167, Centro, ou ainda solicitado pelo telefone (16) 39849070 ou pelo e-mail: licitacao@saosimao.sp.gov.br. Marcos Daniel Bonagamba – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 009/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO/SP, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 45.369.220/0001-25, através da PREFEITURA MUNICIPAL, por intermédio do Prefeito Municipal Marcos Daniel Bonagamba, torna público para conhecimento de quem possa interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tendo em vista a escolha da proposta de MENOR PREÇO para contratação de empresa para fornecimento de máquinas pesadas e caminhão basculante para uso em serviços gerais e terraplanagem de acordo com a necessidade da gestão da prefeitura municipal de São Simão/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência e anexos. O recebimento das propostas será a partir do dia 02 de fevereiro de 2021 às 08:00h e o encerramento do recebimento será dia 19 de fevereiro de 2021 às 08:30h. A abertura da disputa será às 09:00h do dia 19 de fevereiro de 2021. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados ou consultados no site oficial do Município: www.saosimao.sp.gov.br, na Seção de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda às sextas feiras, das 09h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min, à Rua Rodolfo Miranda, n.º 167, Centro, ou ainda solicitado pelo telefone (16) 39849070 ou pelo e-mail: licitacao@saosimao.sp.gov.br. Marcos Daniel Bonagamba – Prefeito Municipal.

SÃO VICENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

ATO DE JULGAMENTO. Pregão Presencial Nº 154/20. Processo Nº 42164/20. Tornamos público que o resultado do Pregão Presencial Nº 154/20 está à disposição dos interessados na Secretaria de Saúde de São Vicente à Rua Padre Anchieta, 462 – 5º andar. São Vicente, 28 de janeiro de 2021. Michelle Luis Santos – Secretária de Saúde. Fundo Municipal de Saúde de São Vicente. SECRETARIA DE SAUDE DE SÃO VICENTE.

CAIXA DE SAÚDE E PECÚLIO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Caixa de Saude e Peculio dos Servid. Munic. de São Vicente

Atendendo ao que dispõem a Constituição Federal em seu art. 39, § 6. º, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de Julho de 1998 e as instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicamos abaixo relação de cargos, subsídios e salários - base dos servidores da Caixa de Saúde dos Servidores Municipais de São Vicente. NOTA: Em conformidade com a Lei Complementar nº 678, de 02 de dezembro de 2011 e, Lei Complementar nº 805, de 24 de agosto de 2015

Mês de referência: Dezembro de 2020

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE DE CARGOS / EMPREGOS			QUANTITATIVOS		SALÁRIO BASE	SUBSÍDIOS
	FORMA DE PROVIMENTO						
	A	B	TOTAL	PROVIDOS	VAGOS		
Superintendente	0	1	1	1	0	-	R$ 13.469,10
Diretor	0	3	3	2	1	R$ 3.222,92	
Controlador Interno	0	1	1	0	1	R$ 5.938,02	
Auditores	0	2	2	2	0	R$ 2.852,16	
Coordenador Geral	0	1	1	1	0	R$ 5.938,02	
Chefe de Gestão de Controle e Faturamento	0	1	1	1	0	R$ 3.222,92	
Contador	1	0	1	0	1	R$ 2.524,05	-
Técnico de Enfermagem	5	0	5	0	5	R$ 2.233,67	-
Enfermeiro Auditor	1	0	1	0	1	R$ 2.524,05	-
Programador de Sistemas	1	0	1	0	1	R$ 2.233,67	-
Técnico em Tesouraria	1	0	1	1	0	R$ 2.233,67	-
Técnico de Recursos Humanos	1	0	1	0	1	R$ 2.233,67	-
Técnico de Compras	1	0	1	0	1	R$ 2.233,67	-
Assistente Administrativo	10	0	10	1	9	R$ 1.749,30	-
Auxiliar Administrativo	4	0	4	3	1	R$ 1.369,92	-
Médico - 20 h/sem	1	0	1	0	1	R$ 1.937,95	-
Assistente Social	1	0	1	0	1	R$ 2.524,05	-
Psicólogo - 20 h/sem	1	0	1	1	0	R$ 1.937,95	-
Enfermeiro	2	0	2	0	2	R$ 2.524,05	-
Auxiliar de Enfermagem	3	0	3	2	1	R$ 1.749,30	-
Total	33	9	42	15	27	R$ 51.183,01	R$ 13.469,10

LEGENDA

FORMA DE PROVIMENTO (indicar o total de cargos criados)

A - Quadro Permanente (indicar o total de cargos existentes)

B - Cargos em comissão

São Vicente, 31 de janeiro de 2021

Dr. Márcio Rebuá Bomfim

Superintendente

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
-
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io certificaçãodigital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SERRA NEGRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA

TERMO DE CONVOCAÇÃO DA TERCEIRA COLOCADA. PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2020. A Prefeitura Municipal de Serra Negra, através do seu Exmo Sr. Prefeito Municipal, torna público que, considerando a rescisão unilateral do Contrato celebrado junto a empresa AC MELKO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e tendo em vista a desistência da segunda colocada, vimos CONVOCAR a empresa BERNARDI EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA para que manifeste interesse, como remanescente, na ordem de classificação, do processo licitatório decorrente da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2020, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM 30 RUAS DO LOTEAMENTO NOVA SERRA NEGRA, em assumir as futuras obrigações decorrentes de rescisão contratual dos Termos de Contrato nº 178/2020, no prazo de 05 (cinco) dias. Trata-se de assumir as obrigações do processo em epígrafe, na qual Vossa Senhoria foi classificada em 3º (terceiro) lugar, em consequência de rescisão contratual e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, conforme determina a legislação em vigor. Serra Negra, 28 de Janeiro de 2021. Dr. ELMIR KALIL ABI CHEDID. Prefeito Municipal.

EXTRATO DE PEDIDO DE COMPRA N. 131/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2021. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE APOIO PARA PROTEÇÃO DO PRÉDIO DA VIGILANCIA SANITÁRIA, QUE ESTÁ ABRIGANDO AS VACINAS CONTRA O COVID19 PARA OS DIAS 22 A 24 DE JANEIRO DE 2021. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA HIDOMINERAL DE SERRA NEGRA. CONTRATADA: ELLEN BERNARDES BARBOSA MEI 39524137801 VALOR: R$ 1.350,00 DATA: 22/01/2021.

EXTRATO DE PEDIDO DE COMPRA N. 150/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2021. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA AUTORIZADA PARA ORÇAMENTO DE MANUTENÇÃO DE GELADEIRAS. CONTRATADA: TECNOCLIN ELETRONICA EIRELI VALOR: R$ 1.890,00 DATA: 25/01/2021.

EXTRATO DE PEDIDO DE COMPRA N. 180/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2021. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE APOIO PARA PROTEÇÃO DO PRÉDIO DA VIGILANCIA SANITÁRIA, QUE ESTÁ ABRIGANDO AS VACINAS CONTRA O COVID19 PARA OS DIAS 27/01 A 01/02. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA HIDOMINERAL DE SERRA NEGRA. CONTRATADA: ELLEN BERNARDES BARBOSA MEI 39524137801 VALOR: R$ 2.700,00 DATA: 27/01/2021.

SILVEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO Nº 001/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para operar com exclusividade os serviços da Folha de Pagamento do município de Silveiras e prestação de serviços bancários para arrecadação de tributos municipais.

Considerando o que dos autos consta, HOMOLOGO o julgamento e a adjudicação do objeto efetuada pela Pregoeira, considerando-se vencedora deste certame licitatório, a empresa BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.400.888/0001-42, no valor total de R$ 373.543,00 (trezentos e setenta e três mil, quinhentos e quarenta e três reais), observadas as exigências editalícias e as condições de sua proposta final. Fica a empresa vencedora convocada para a assinatura do termo de contrato no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar desta data, conforme dispõe o subitem 21.2 do Edital.

Silveiras, 28 de janeiro de 2021.

Guilherme Carvalho da Silva - Prefeito Municipal.

SOROCABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

A Prefeitura de Sorocaba, por meio da Comissão Permanente de Licitações, informa com referência à Tomada de Preços 02/2020, CPL 158/2020, destinada à contratação de empresa para ampliação e reforma do Centro Esportivo Dr. Pitico – construção de vestiários, que, após análise dos documentos de "PROPOSTA", resolve classificar a licitante Galli Instalações e Serviços Eireli – ME e desclassificar a licitante Conceibrás Tecnologia e Serviços Eireli, bem como propor a adjudicação do objeto para a licitante Galli Instalações e Serviços Eireli – ME, por ter ofertado o menor preço, conforme Ata de Julgamento disponível no endereço https://api.sorocaba.sp.gov.br/pub-consulta/#/publicacoes. Nos termos do artigo 109, Inciso I "b" da Lei 8666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para eventuais recursos. Sorocaba, 27 de janeiro de 2021. Comissão Permanente de Licitações.

SUZANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2020 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS.

TORNAMOS PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que o Senhor Pregoeiro ADJUDICOU o objeto do presente PREGÃO às empresas: FARMAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA com o valor de R$ 9.990,00 (Nove mil, novecentos e noventa reais) para o LOTE 01, com o valor de R$ 24.900,00 (Vinte e quatro mil e novecentos reais) para o LOTE 03, com o valor de R$ 54.890,00 (Cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais) para o LOTE 04 e com o valor de R$ 18.525,00 (Dezoito mil, quinhentos e vinte e cinco reais) para o LOTE 05; PAMP & VAMD - COMERCIO VAREJISTA EIRELI com o valor de R$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais) para o LOTE 02, com o valor de R$ 25.540,00 (Vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta reais) para o LOTE 11 e com o valor de R$ 9.780,00 (Nove mil, setecentos e oitenta reais) para o LOTE 12; A.L.V. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI com o valor de R$ 2.030,00 (Dois mil e trinta reais) para o LOTE 06; NORTH MED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI com o valor de R$ 2.360,00 (Dois mil, trezentos e sessenta reais) para o LOTE 07 e com o valor de R$ 5.280,00 (Cinco mil, duzentos e oitenta reais) para o LOTE 08; TCA OITO COMERCIO E DISTRIBUICAO EIRELI com o valor de R$ 1.750,00 (Um mil, setecentos e cinquenta reais) para o LOTE 09 e FORCE MEDICAL DISTRIBUIDORA EIRELI com o valor de R$ 9.555,00 (Nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais) para o LOTE 10, cuja decisão foi HOMOLOGADA pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde.

PEDRO CHARLES SHIRAKAWA ISHI – Secretário Municipal de Saúde.

TABATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA

O Município de Tabatinga comunica aos interessados que foi JULGADO e ADJUDICADO o seguinte Processo Licitatório:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021 – EDITAL Nº 002/2021, que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para a Prestação de Serviços de Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbano Volumoso produzidos do Município. Em favor da Empresa: MONTE AZUL ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 00.405.527/0001-04. Tabatinga/SP, 28 de janeiro de 2021.

CELIA REGINA GARDIM, PREGOEIRA

TABOÃO DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA

4º AVISO DE LICITAÇÃO

CADERNO 4 - Pregão Eletrônico nº. E-070/2020. Processo licitatório: 3054/2020. Objeto: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURA E OPERAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA/SP, ENVOLVENDO EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, SERVIÇOS, EXPERIÊNCIAS E OUTROS NECESSÁRIOS A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS". Sessão pública de processamento: dia 12/02/2021 às 09:00 horas. Da sessão pública: O processamento eletrônico será realizado através do endereço eletrônico comprasbr.com.br, no dia e hora mencionados e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio. O edital está disponível no site: www.ts.sp.gov.br e comprasbr.com.br. Taboão da Serra, 28 de janeiro de 2021.

Wagner Luiz Eckstein Júnior – Secretário Municipal de Administração.

CÂMARA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA

OES 01-21
Extrato de OES
Proc 05/20 – PP 01/20
Objeto: Fornecimento de cartuchos e tonners.
Contratante: CMTS - Contratada: KRF Comercio de Eletronicos LTDA ME - OES 01/21, referente Ata de RP 01/2020. Vl: R$ 49.653,00. Vig.12 meses.
Taboão da Serra, 19 de janeiro de 2021
Carlos Pereira da Silva - Presidente

OES 02-21
Extrato de OES
Proc 06/20 – PP 02/20
Objeto: Fornecimento de materiais de acondicionamento e embalagens de copa e cozinha.
Contratante: CMTS - Contratada: Trezelar Comercio de Limpeza e Descartaveis - OES 02/21, referente Ata de RP 03/2020. Vl: R$ 34.351,62. Vig.12 meses.
Taboão da Serra, 19 de janeiro de 2021
Carlos Pereira da Silva - Presidente

OES 03-21
Extrato de OES
Proc 17/20 – PP 04/20
Objeto: Fornecimento de materiais de expediente.
Contratante: CMTS - Contratada: JC da Silva Suprimentos Para Escritorio ME - OES 03/21, referente Ata de RP 06/2020. Vl: R$ 7.245,55. Vig.12 meses.
Taboão da Serra, 19 de janeiro de 2021
Carlos Pereira da Silva - Presidente

OES 04-21
Extrato de OES
Proc 17/20 – PP 04/20
Objeto: Fornecimento de materiais de expediente.
Contratante: CMTS - Contratada: Trezelar Comercio de Limpeza e Descartaveis - OES 04/21, referente Ata de RP 08/2020. Vl: R$ 12.153,40. Vig.12 meses.
Taboão da Serra, 19 de janeiro de 2021
Carlos Pereira da Silva - Presidente

OES 05-21
Extrato de OES
Proc 17/20 – PP 04/20
Objeto: Fornecimento de materiais de expediente.
Contratante: CMTS - Contratada: New Educar Eireli - OES 05/21, referente Ata de RP 07/2020. Vl: R$ 13.984,02. Vig.12 meses.
Taboão da Serra, 19 de janeiro de 2021
Carlos Pereira da Silva - Presidente

OES 06-21
Extrato de OES
Proc 06/20 – PP 02/20
Objeto: Fornecimento de materiais de produtos de limpeza, embalagens e acondicionamento, copa e generos alimenticios.
Contratante: CMTS - Contratada: JC da Silva Suprimentos Para Escritorio ME - OES 06/21, referente Ata de RP 05/2020. Vl: R$ 7.519,25. Vig.12 meses.
Taboão da Serra, 19 de janeiro de 2021
Carlos Pereira da Silva - Presidente

OES 07-21
Extrato de OES
Proc 05/20 – PP 01/20
Objeto: Fornecimento de cartuchos e tonners.
Contratante: CMTS - Contratada: JC da Silva Suprimentos Para Escritorio ME - OES 07/21, referente Ata de RP 02/2020. Vl: R$ 5.477,81. Vig.12 meses.
Taboão da Serra, 19 de janeiro de 2021
Carlos Pereira da Silva - Presidente

TARUMÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

Aditamento nº. 001/2021 - Processo nº. 072/2019 – Concorrência Pública nº. 001/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Tarumã. Contratado:Carolina Spinosa Mossini Construções EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para Construção do Complexo de Saúde de Tarumã: Com fulcro no artigo 58, inciso I e artigo 65, inciso II, ambos da Lei 8.666/93 ambos as partes, resolveram por bem aditar o contrato nº. 050/2019, devido à nomeação do novo Assessor Técnico responsável pela gestão do contrato, conforme homologação supracitada.Data de assinatura:15/01/2021.

Comunicado de Abertura de Licitação

Processo nº.014/2021 - Pregão Presencial nº. 001/2021. Objeto: Registro de Preço de carnes e derivados para atendimento a alimentação escolar.Tipo:Menor preço do Item. Data de Abertura da Sessão: dia 11 de fevereiro de 2021, às 09h00min. Retirada de Edital Completo e demais informações www.taruma.sp.gov.br/licitacoes.Departamento de Licitações.

Processo nº.015/2021 - Pregão Presencial nº. 002/2021. Objeto:Registro de Preços de prestação de serviços funerários para atendimento às famílias de baixa renda. Tipo:Menor preço do Lote. Data de Abertura da Sessão: dia 11 de fevereiro de 2021, às 14h30min. Retirada de Edital Completo e demais informações www.taruma.sp.gov.br/licitacoes.Departamento de Licitações

Processo nº.018/2021 - Pregão Presencial nº. 004/2021. Objeto:Registro de Preços de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos, com fornecimento de peças, acessórios e transporte por guincho, compreendendo a implantação e operação de sistema informatizado com cartão magnético e chip integrado para gestão da frota, por meio de internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, para atendimento aos veículos que compõem a frota da prefeitura municipal de tarumã. Tipo:Menor preço do Lote.Data de Abertura da Sessão:dia 18 de fevereiro de 2021, às 09h00min. Retirada de Edital Completo e demais informações www.taruma.sp.gov.br/licitacoes.

TATUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUÍ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Maria José Pinto Vieira de Camargo, Prefeita Municipal de Tatuí, Estado de São Paulo, nos termos do Inciso VI do artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, pelo presente termo HOMOLOGO os atos relativos ao presente Processo Administrativo nº 223/2020 – Pregão Eletrônico nº 094/2020, bem como ADJUDICO, o objeto licitado para o cumprimento das obrigações pela(s) Empresa(s): HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA- CNPJ: 01.245.055/0001-24. Tatuí–SP, 28 de janeiro de 2021.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Maria José P. Vieira de Camargo, Prefeita Municipal de Tatuí, Estado de São Paulo, nos termos do Inciso VI do artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, pelo presente termo HOMOLOGO os atos relativos ao presente Processo Administrativo nº 205/2020 – Chamamento nº 008/2020, bem como ADJUDICO, o objeto licitado para o cumprimento das obrigações pelas Entidades: Recanto do Bom Velhinho, no valor de R$ 44.000,00,Casa Unimed Ações Sociais de Tatuí/SP, valor R$ 15.000,00,Casa do Bom Menino de Tatuí, valor R$ 20.000,00 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Tatuí, valor R$ 19.440,00, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Tatuí, valor de R$ 21.000,00, Centro de Orientação e Serviços à Comunidade - COSC, valor R$ 25.000,00, Lar Donato Flores, valor de R$ 28.000,00, Lar São Vicente de Paulo, valor de R$ 50.000,00, Casa de Apoio de Irmão de Rua São José, valor de R$ 40.000,00. Tatuí–SP, 28 de janeiro de 2021.MARIA JOSÉ P. VIEIRA DE CAMARGO - Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Maria José P. Vieira de Camargo, Prefeita Municipal de Tatuí, Estado de São Paulo, nos termos do Inciso VI do artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, pelo presente termo HOMOLOGO os atos relativos ao presente Processo Administrativo nº 206/2020 – Chamamento nº 009/2020, bem como ADJUDICO, o objeto licitado para o cumprimento das obrigações pelas Entidades: Recanto do Bom Velhinho, no valor de R$ 36.000,00 Casa do Bom Menino de Tatuí, valor R$ 60.000,00 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Tatuí, valor R$ 97.200,00 e Lar São Vicente de Paulo, valor de R$ 36.000,00 Tatuí–SP, 28 de janeiro de 2021. MARIA JOSÉ P. VIEIRA DE CAMARGO - Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Maria José P. Vieira de Camargo, Prefeita Municipal de Tatuí, Estado de São Paulo, nos termos do Inciso VI do artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, pelo presente termo HOMOLOGO os atos relativos ao presente Processo Administrativo nº 207/2020 – Chamamento nº 010/2020, bem como ADJUDICO, o objeto licitado para o cumprimento das obrigações pelas Entidades:Casa Unimed Ações Sociais de Tatuí/SP, valor R$ 20.000,00 , Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Tatuí, valor R$ 50.000,00 , Centro de Orientação e Serviços à Comunidade - COSC, valor R$ 40.000,00 , Lar Donato Flores, valor de R$ 40.000,00, Casa de Apoio de Irmão de Rua São José, valor de R$ 168.000,00.Tatuí–SP, 28 de janeiro de 2021.MARIA JOSÉ P. VIEIRA DE CAMARGO - Prefeita Municipal

RESUMO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
Edital de Chamamento nº.005/2017.
Processo Administrativo nº. 257/2017.
Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores
Contratante: Prefeitura Municipal de Tatuí
Representante: Maria José P. Vieira de Camargo
Contratada: J.A. Santos Ltda.
Representante: Jeferson Correa dos Santos.
Objeto:Prestação de serviços para realização de exames da TABELA SUS.
Assinatura: 12/01/2021.
Valor: R$ 322.418,74 (trezentos e vinte e dois mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos).
Contrato de inteiro teor arquivado junto ao Processo Administrativo.

RESUMO DE TERMO DE CONTRATO
Edital de Chamamento n °. 005/2017.
Processo Administrativo nº. 257/2017.
Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores
Contratante: Prefeitura Municipal de Tatuí
Representante: Maria José P. Vieira de Camargo
Contratada: Laboratório de Análises Clínicas Cavalcanti Orsi Ltda
Representante: Sr.Sr. Edson Giannardo Cavalcanti Orsi.
Objeto: Execução de serviços destinado a credenciar prestadores de serviço que realizem os exames da Tabela SUS, conforme descrição e quantidade constantes no Termo de Referência.
Vigência:12 (doze) meses.
Data Assinatura: 12/01/2021
Valor do contrato: R$ 322.418,73 (trezentos e vinte e dois mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e três centavos).
Contrato de inteiro teor arquivado junto ao Processo Administrativo.

RESUMO DE TERMO DE CONTRATO
Edital de Chamamento n °. 005/2017.
Processo Administrativo nº. 257/2017.
Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores
Contratante: Prefeitura Municipal de Tatuí
Representante: Maria José P. Vieira de Camargo
Contratada: Laboratório de Análises Clínicas Cruzeiro Ltda
Representante: Sr. Marcelo Francisco Fogaça
Objeto: Execução de serviços destinado a credenciar prestadores de serviço que realizem os exames da Tabela SUS, conforme descrição e quantidade constantes no Termo de Referência.
Vigência:12 (doze) meses.
Assinatura: 12/01/2020.
Valor do contrato: R$ 322.418,73 (trezentos e vinte e dois mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e três centavos).
Contrato de inteiro teor arquivado junto ao Processo Administrativo.

RESUMO DE TERMO DE CONTRATO
Edital de Chamamento n °. 005/2017.
Processo Administrativo nº. 257/2017.
Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores
Contratante: Prefeitura Municipal de Tatuí
Representante: Maria José P. Vieira de Camargo
Contratada: Centro Mangueiras Diagnósticos Ltda - EPP.
Representante: José Geraldo Cardenas
Objeto: Execução de serviços destinado a credenciar prestadores de serviço que realizem os exames da Tabela SUS, conforme descrição e quantidade constantes no Termo de Referência.
Vigência:12 (doze) meses.
Data Assinatura: 12/01/2021
Valor do contrato: R$ 322.418,73 (trezentos e vinte e dois mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e três centavos).
Contrato de inteiro teor arquivado junto ao Processo Administrativo.

RESUMO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO.
CHAMAMENTO Nº 005/2017.
Processo Administrativo nº. 257/2017.
Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores
Contratante: Prefeitura Municipal de Tatuí
Representante: Maria José P. Vieira de Camargo
Contratada:Laboratório Cardenas Ltda - ME.
Representante: José Geraldo Cárdenas Junior.
Objeto: Prestação de serviços para realização de exames da tabela sus.
Assinatura: 12/01/2021.
Valor: R$ 322.418,74 (trezentos e vinte e dois mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos).
Contrato de inteiro teor arquivado junto ao Processo Administrativo.

Diário Oficial
Estado de São Paulo

Poder Executivo • SEÇÃO I • Volume 131 • Número 19 • São Paulo, sexta-feira, 29 de janeiro de 2021

RESUMO DE TERMO ADITIVO
Pregão nº 009/2017.
Processo Administrativo nº. 025/2017.
Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores
Contratante: Prefeitura Municipal de Tatuí
Representante: Maria José P. Vieira de Camargo
Contratada:Medsystem Equipamentos Médicos e Hospitalares Eirelli - EPP
Representante: Katia Regina Scarel
Objeto: Prestação de serviços de manutençaõ preventiva e corretiva de equipamentos médicos hospitalares da rede básica de saúde e as demais necessidades, incluindo o fornecimento de peças, materiais e mão de obra para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Tatuí/SP.
ValoR: Fica aditado em 6,6% o que corresponde a importancia de R$ 5.280,00, passando o valor total do contrato a ser R$ 85.280,00 (oitenta e cinco mil duzentos e oitenta reais)
Contrato de inteiro teor arquivado junto ao Processo Administrativo.

CÂMARA MUNICIPAL DE TATUÍ

QUADRO DE SUBSÍDIOS E DAS REMUNERAÇÕES - DOS CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS - Artigo 39, § 6º da Constituição Federal - Base: 31 de Dezembro de 2020 - CARGO/REMUNERAÇÃO-BASE/SUBSÍDIO
Agente Administrativo: R$ 1.132,98; Agente de Finanças - R$ 1.280,16; Agente de Protocolo - R$ 1.132,98; Assessor de Imprensa - R$ 1.554,76; Assessor Parlamentar, em comissão - R$ 5.219,76; Assistente de Informática - R$ 2.045,54; Auxiliar de Contabilidade - R$ 1.332,65; Auxiliar Legislativo - R$ 1.280,16; Chefe de Gabinete da Presidência, em comissão - R$ 6.429,08; Contador - R$ 3.212,28; Diretor Geral Administrativo - R$ 1.636,47; Motorista - R$ 1.132,98; Oficial Legislativo - R$ 1.280,16; Operador de Máquinas Reprográficas - R$ 1.132,98; Porteiro Contínuo - R$ 1.232,52; Presidente da Câmara - R$ 7.513,65; Procurador Legislativo - R$ 6.695,98; Servente - R$ 1.132,98; Tesoureiro - R$ 1.332,65; Vereador - R$ 7.513,65; Vigia - R$ 1.184,68; Zelador - R$ 1.132,98;
Tatuí, 28 de janeiro de 2021.
Adilson Fernando dos Santos - Diretor Geral Administrativo

TORRINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA

Departamento Municipal de Administração
Setor de Licitação
RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n° 05/2021
Objeto: Aquisição de combustíveis (etanol, gasolina, óleo diesel S500 e S10) para a Frota da Municipalidade, com fornecimento parcelado (diário)
Tendo em vista a decisão da Comissão Permanente Julgadora de Licitações em dispensar a licitação, preenchidas que estão as condições do artigo 24, inciso IV c.c artigo 26 da Lei nº 8.666/93, justificada a dispensa e instruído o procedimento de conformidade com o artigo 26 da Lei n° 8.666/93, ratifico a dispensa de licitação para aquisição de combustíveis (etanol, gasolina, óleo diesel S500 e S10) para a Frota da Municipalidade, com fornecimento parcelado (diário), conforme os fundamentos apresentados pela Comissão Permanente Julgadora de Licitações e parecer favorável elaborado pela Assessoria Jurídica do Município, determinando a feitura do(s) contrato(s) ou expedição de documento(s) equivalente(s) com a(s) empresa(s) JOSÉ CLEMENTE FILHO AUTO POSTO LTDA (CNJP 17.055.420/0001-78). Determino ainda, que o prazo máximo da contração será de 30 (trinta) dias. Publique-se na imprensa oficial a dispensa e o contrato, na forma do disposto do art. 26 c.c. parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93.
Torrinha, 28 de janeiro de 2021.
RENÉ JOSÉ BLUMER
Prefeito Municipal

TUPÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃ

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2021 (RESUMIDO). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM DE CHORUME PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ENCERRAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TUPÃ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA. Abertura: 18/02/2021, às 08h30min. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global. REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Depto de Licitação, no Paço Municipal, localizado na Praça da Bandeira, nº 800 (centro), nesta cidade de Tupã (SP), ou através do telefone (0XX14) 3404-1000, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e dás 13h00min às 17h00min, no site www.tupa.sp.gov.br Estância Turística de Tupã, em 27/01/2021. Caio Kanji Pardo Aoqui, Pref. Mun.
PROCESSO Nº 10/2021 – Dispensa nº 05/2021 - Secretaria Municipal de Educação (prestação dos serviços de limpeza, manutenção e tratamento diário de água de piscinas no Centro de Educação Integrado da Secretaria Municipal de Educação). Diante dos elementos que instruem o processo, no uso das atribuições legais que me confere a legislação em vigor, especialmente a Lei de Licitações nº 8666/93 e suas alterações posteriores e considerando os documentos anexos ao Processo nº 10/2021, RATIFICO a dispensa de licitação nº 05/2021, nos termos do artigo 26 do mesmo diploma legal, a ser formalizada com a empresa Roberto Serdan 059563376805 no valor mensal de R$ 1.400,00. Estância Turística de Tupã, 26/01/2021. Caio Kanji Pardo Aoqui, Pref. Mun.

UBATUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA

A PREFEITA FLAVIA COMITTE DO NASCIMENTO FAZ SABER QUE SE ENCONTRAM ABERTOS OS SEGUINTES PROCESSOS LICITATÓRIOS:
Pregão Presencial N° 01/2021 – Edital nº 01/2021 - Processo N° 238/2021 - Objeto: Registro de Preços de Centímetros por Coluna para Serviço de Publicação de Atos Oficiais do Município, em Jornal de Circulação do Estado de São Paulo - Abertura: 11.02.2021 - às 09h30m - Av. Dona Maria Alves, 865, Centro. O Edital completo encontra-se no site: http://transparencia.ubatuba.sp.gov.br.
Pregão Eletrônico N° 59/2020 – Edital nº 191/2020 - Processo N° 12.298/2020 - Objeto: Registro de preços de Materiais de Construção, Hidráulica e Elétrica para Atender a Secretaria Municipal de Saúde - Início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica: A partir das 10h00m do dia 29/01/2021 até as 17h00m do dia 11/02/2021. Início da disputa de preços: 12/02/2021 às 09h30m. Local Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. O edital encontra-se disponível no site da Bolsa de licitações e leilões do Brasil www.bll.org.br e no site https://transparencia.ubatuba.sp.gov.br/home/.
FLAVIA COMITTE DO NASCIMENTO
PREFEITA MUNICIPAL

UBIRAJARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRAJARA

ATO AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Presencial nº 007/2021, Processo nº 022/2021, cujo objeto é o Registro de preços pelo período de até 12 (doze) meses, fornecimento de água mineral e gás P13 e P45, para os setores pertencentes a esta municipalidade, conforme especificações constantes do folheto descritivo que integra este Edital.
Data de entrega dos documentos e credenciamento: 12 de fevereiro de 2021, ás 09h30min. Local: Local: Centro Esportivo Francisco Fernandes Garcia, n° 150 – centro.
Edital a disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Ubirajara, divisão de licitações mediante requerimento, ou www.ubirajara.sp.gov.br, e demais informações através do e-mail compras@ubirajara.sp.gov.br ou 14. 3472 1418.
Prefeitura Municipal de Ubirajara, em 28 de janeiro de 2021. ADRIANA BOCARDI ALLEGRETTI – Prefeita Municipal
Prefeitura Municipal de Ubirajara/SP
ATO AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Presencial nº 007/2021, Processo nº 023/2021, cujo objeto é Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e acessórios (exceto bateria e lâmpadas) para veículos leves e pesados e máquinas de diversas marcas destinado a manutenção da frota municipal, com maior desconto (%) sobre a tabela Audatex/e ou similares a ser fornecida pela licitante, conforme especificações e quantidades estimadas constantes neste edital e anexos, tendo como prazo 12 meses".
Data de entrega dos documentos e credenciamento: 11 de fevereiro de 2021, ÁS 08h30min.
Local: Centro Esportivo Francisco Fernandes Garcia, n° 150 – centro.
Edital a disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Ubirajara, divisão de licitações mediante requerimento, ou www.ubirajara.sp.gov.br e demais informações através do e-mail compras@ubirajara.sp.gov.br ou 14. 3472 1418.
Prefeitura Municipal de Ubirajara, em 28 de janeiro de 2021. ADRIANA BOCARDI ALLEGRETTI – Prefeita Municipal

URÂNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA

Processo Licitatório 033/2020 – Tomada de Preços 005/2020 – Objeto: contratação de Sistema de Ensino, disponibilizando livros didáticos integrados a um ambiente digital de aprendizagem para alunos, um serviço de assessoria pedagógica ao corpo docente e à equipe diretiva da Secretaria da Educação, sistema de monitoramento da gestão educacional e material para alunos com necessidades educacionais especiais (deficiência visual parcial).
Decisão. A Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria 01/19, decide atribuir a seguinte pontuação no julgamento das propostas técnicas do processo supra: Editora Aprende Brasil Ltda – 1540 (mil quinhentos e quarenta) pontos . Urânia – SP, 25 de janeiro de 2021. Mariana Cristina Malvezzi – Presidente designado

URU

PREFEITURA MUNICIPAL DE URU

Pregão Presencial Nº 02/2021
Robson Eduardo Forte Prefeito de Uru, Estado de São Paulo, comunica abertura de Processo Licitatório, Modalidade Pregão Presencial nº02/2021, visando a aquisição de leite pasteurizado homogeinizado e bebida láctea. Abertura das propostas dia 10/02/2021, ás 09h00 na Prefeitura Municipal de Uru, sito á Avenida Francisco Telles Nº 461, Centro, informações adicionais pelo telefone (14) 35828000, ou www.uru.sp.gov.br. Prefeitura Municipal de Uru, aos 28 de janeiro de 2021. ROBSON EDUARDO FORTE - Prefeito Municipal.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URU
AVENIDA FRANCISCO TELLES, 461 – URU
ESTADO DE SÃO PAULO
CGC. 44.556.207/0001-12 - CEP. 16650-000 - FONE/FAX (14) 3582 8000
Site – www.uru.sp.gov.br E-mail - prefuru@uol.com.br

VÁRZEA PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA

AVISO DE CONCURSO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019.
O Prefeito Municipal de Várzea Paulista/SP, Sr. Rodolfo Wilson Rodrigues Braga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, COMUNICA aos candidatos inscritos nos Concursos Públicos e Processos Seletivos desta Municipalidade, para provimento de VÁRIOS CARGOS, sob organização e aplicação da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Fundação VUNESP, coordenado pela Comissão Organizadora e Fiscalizadora deste Certame, nomeada através da Portaria nº 24.751, de 11 de novembro de 2019. a RETOMADA AOS CONCURSOS PÚBLICOS, devendo as provas para o Concurso Público nº 01/2019 para os cargos de Ensino Superior prevista para realização no dia 07/03/2021, para os cargos de Ensino Médio previsto para realização no dia 21/03/2021 e para os cargos de Ensino Fundamental Incompleto e Completo no dia 28/03/2021. O Edital completo está disponível em www.vunesp.com.br e também no site www.varzeapaulista.sp.gov.br.
RODOLFO WILSON RODRIGUES BRAGA
Prefeito Municipal
AVISO DE CONCURSO
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2019
O Prefeito Municipal de Várzea Paulista/SP, Sr. Rodolfo Wilson Rodrigues Braga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, COMUNICA aos candidatos inscritos nos Concursos Públicos e Processos Seletivos desta Municipalidade, para provimento de VÁRIOS CARGOS, sob organização e aplicação da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Fundação VUNESP, coordenado pela Comissão Organizadora e Fiscalizadora deste Certame, nomeada através da Portaria nº 24.751, de 11 de novembro de 2019. , a RETOMADA AO CONCURSO PÚBLICO, devendo as provas para o Concurso Público nº 02/2019, para o cargo de PROCURADOR, prevista para realização no dia 07/03/2021. O Edital completo está disponível em www.vunesp.com.br e também no site www.varzeapaulista.sp.gov.br.
RODOLFO WILSON RODRIGUES BRAGA
Prefeito Municipal
AVISO DE CONCURSO
CONCURSO PÚBLICO Nº 03/2019
O Prefeito Municipal de Várzea Paulista/SP, Sr. Rodolfo Wilson Rodrigues Braga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, COMUNICA aos candidatos inscritos nos Concursos Públicos e Processos Seletivos desta Municipalidade, para provimento de VÁRIOS CARGOS, sob organização e aplicação da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Fundação VUNESPcoordenado pela Comissão Organizadora e Fiscalizadora deste Certame, nomeada através da Portaria nº 24.751, de 11 de novembro de 2019. A RETOMADA AO CONCURSO PÚBLICO, devendo as provas para o Concurso Público nº 03/2019, prevista para realização no dia 28/03/2021. O Edital completo está disponível em www.vunesp.com.br e também no site www.varzeapaulista.sp.gov.br.
RODOLFO WILSON RODRIGUES BRAGA
Prefeito Municipal
AVISO DE CONCURSO
CONCURSO PÚBLICO Nº 04/2019
O Prefeito Municipal de Várzea Paulista/SP, Sr. Rodolfo Wilson Rodrigues Braga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, COMUNICA aos candidatos inscritos nos Concursos Públicos e Processos Seletivos desta Municipalidade, para provimento de VÁRIOS CARGOS, sob organização e aplicação da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Fundação VUNESP, coordenado pela Comissão Organizadora e Fiscalizadora deste Certame, nomeada através da Portaria nº 24.751, de 11 de novembro de 2019. A RETOMADA AO CONCURSO PÚBLICO, devendo as provas para o Concurso Público nº 04/2019, prevista para realização no dia 07/03/2021. O Edital completo está disponível em www.vunesp.com.br e também no site www.varzeapaulista.sp.gov.br.
RODOLFO WILSON RODRIGUES BRAGA
Prefeito Municipal
AVISO DE CONCURSO
CONCURSO PÚBLICO Nº 05/2019.
O Prefeito Municipal de Várzea Paulista/SP, Sr. Rodolfo Wilson Rodrigues Braga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, COMUNICA aos candidatos inscritos nos Concursos Públicos e Processos Seletivos desta Municipalidade, para provimento de VÁRIOS CARGOS, sob organização e aplicação da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Fundação VUNESP, coordenado pela Comissão Organizadora e Fiscalizadora deste Certame, nomeada através da Portaria nº 24.751, de 11 de novembro de 2019. A RETOMADA AO PROCESSO SELETIVO, devendo as provas para o Processo Seletivo nº 05/2019, para o emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, prevista para realização no dia 21/03/2021. O Edital completo está disponível em www.vunesp.com.br e também no site www.varzeapaulista.sp.gov.br.
RODOLFO WILSON RODRIGUES BRAGA
Prefeito Municipal
AVISO DE CONCURSO
CONCURSO PÚBLICO Nº 05/2019
O Prefeito Municipal de Várzea Paulista/SP, Sr. Rodolfo Wilson Rodrigues Braga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, COMUNICA aos candidatos inscritos nos Concursos Públicos e Processos Seletivos desta Municipalidade, para provimento de VÁRIOS CARGOS, sob organização e aplicação da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Fundação VUNESP, coordenado pela Comissão Organizadora e Fiscalizadora deste Certame, nomeada através da Portaria nº 24.751, de 11 de novembro de 2019. A RETOMADA AO CONCURSO PÚBLICO, devendo as provas para o Concurso Público nº 05/2019, para os cargos de Guarda Municipal de 3ª. Classe – Feminino e de Guarda Municipal de 3ª. Classe – Masculino, prevista para realização no dia 21/03/2021. O Edital completo está disponível em www.vunesp.com.br e também no site www.varzeapaulista.sp.gov.br.
RODOLFO WILSON RODRIGUES BRAGA
Prefeito Municipal
AVISO DE RETIFICAÇÃO
RESUMO DE EDITAL - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - EDITAL N° 16, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.
RETIFICA EDITAL Nº 25, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
O Prefeito Municipal de Várzea Paulista/SP, Srº Rodolfo Wilson Rodrigues Braga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, RETIFICA o Edital nº 25, de 12 de novembro de 2019, referente ao Concurso Público nº 03/2019, no item 9, subitem 9.1.2 passando a ter a redação abaixo mencionada, sendo que aos demais itens do Edital permanecem inalterados. O Edital completo está disponível em www.vunesp.com.br. e também no site www.varzeapaulista.sp.gov.br.
RODOLFO WILSON RODRIGUES BRAGA
Prefeito Municipal
AVISO DE RETIFICAÇÃO
RESUMO DE EDITAL - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - EDITAL N° 15, DE 28 DE JANEIRO DE 2021
RETIFICA EDITAL Nº 23, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
O Prefeito Municipal de Várzea Paulista/SP, Sr. Rodolfo Wilson Rodrigues Braga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, RETIFICA o Edital nº 23, de 12 de novembro de 2019, referente ao Concurso Público nº 01/2019, no item 9.2. com a inclusão do item 9.2.1.2. passando a ter a redação abaixo mencionada, sendo que aos demais itens do Edital permanecem inalterados. O Edital completo está disponível em www.vunesp.com.br. e também no site www.varzeapaulista.sp.gov.br.
RODOLFO WILSON RODRIGUES BRAGA
Prefeito Municipal

VOTORANTIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM/SP, no uso das suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito a publicação do Termo Ratificação de Dispensa de Licitação, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo-Poder Executivo no dia 30 de dezembro de 2020, na Seção I – Volume 130, página 169. Votorantim, 19 de janeiro de 2021. Fabíola Alves da Silva Pedrico - Prefeita Municipal.
TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 172/2020
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM/SP, no uso das suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito a publicação do Extrato do Contrato nº 172/2020. Data da Publicação: Diário Oficial do Estado de São Paulo-Poder Executivo no dia 31 de dezembro de 2020 (quinta-feira), na Seção I, página 166. Votorantim, 19 de janeiro de 2021. Fabíola Alves da Silva Pedrico - Prefeita Municipal.
EXTRATO DO 4° (QUARTO) TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N°. 003/2019
Modalidade: Pregão Presencial nº. 107/2018. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para os campeonatos realizados pela Secretaria de Desporto. Contratante: Prefeitura Municipal de Votorantim. Contratada: Associação Sorocabana De Árbitros – ASA. Aditamento: Prorrogação da vigência e supressão quantitativa no percentual de 25% do valor inicial contratado. Prazo de Vigência: 04/01/2021 a 02/07/2021. Valor Total: R$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais). Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores. Votorantim, 04 de janeiro de 2021. Fabíola Alves da Silva Pedrico - Prefeita Municipal.
AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021
MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS, "AQUISIÇÃO DE MERENDA SECA PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE ESTADUAL DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM", a sessão pública ocorrerá dia 10/02/2021 às 13h00. O Edital encontra-se a disposição a partir do dia 29 de Janeiro de 2021, no site da BBMNET LICITAÇÕES no endereço eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br acesso indicativo no link "Licitações" ou no site: www.votorantim.sp.gov.br, no link "Licitação". Votorantim, 28 de Janeiro de 2021. Fabiola Alves da Silva Pedrico - Prefeita Municipal.
AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021
MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS, "Aquisição de Kit Alimentação aos alunos matriculados no Sistema Municipal de Ensino de Votorantim e creches conveniadas", a sessão pública ocorrerá dia 11/02/2021 às 09h00. O Edital encontra-se a disposição a partir do dia 01 de Fevereiro de 2021, no site da BBMNET LICITAÇÕES no endereço eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br acesso indicativo no link "Licitações" ou no site: www.votorantim.sp.gov.br, no link "Licitação". Votorantim, 28 de Janeiro de 2021. Fabiola Alves da Silva Pedrico - Prefeita Municipal.

Relação de Compras

FAZENDA E PLANEJAMENTO

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CENTROS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO
Centro Regional de Administração de Araraquara
Núcleo de Suprimentos e Infraestrutura
Comunicado
Relação de compras efetuadas no mês de junho/2020, em cumprimento ao disposto no artigo 16 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações
posteriores.
Processo SF.23744-81305/2020
Modalidade: Convite BEC/SP
Assunto: Aquisição de Material de Consumo
Fornecedor: Flash Comércio de Produtos de Higiene Ltda. EPP - CNPJ: 19.827.002/0001-87
Discriminação - Qtde. - Vr. Unit. R$ - Vr. Total R$
Toalha de Papel - Interfolhada - Branca - 100 - 30,25 - 3.025,00
Relação de compras efetuadas no mês de julho/2020, em cumprimento ao disposto no artigo 16 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações
posteriores.
Processo SF.23744-84092/2020
Modalidade: Convite BEC/SP
Assunto: Aquisição de Material de Consumo
Fornecedor: Conceito Amenities Brasil Eireli EPP - CNPJ:26.644.025/0001-11
Discriminação - Qtde. - Vr. Unit. R$ - Vr. Total R$
Higienizador em Gel, Neutro, Composto de Álccol Etílico 70% - 500 - 5,40 - 2.700,00
Fornecedor: Valter Nunes da Rocha ME - CNPJ:62.183.470/0001-95
Discriminação - Qtde. - Vr. Unit. R$ - Vr. Total R$
Toalha de Papel Dupla Interfolhada Cor Branca - 100 - 31,00 - 3.100,00
Fornecedor: Muccio & Muccio Ltda. EPP - CNPJ:74.545.732/0001-01
Discriminação - Qtde. - Vr. Unit. R$ - Vr. Total R$
Sabonte Líquido com Válvula para Dispenser Erva Doce - 160 - 4,25 - 680,00
Relação de compras efetuadas no mês de setembro/2020, em cumprimento ao disposto no artigo 16 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações
posteriores.
PROCESSO SF.23744-86573/2020
Modalidade: Convite BEC/SP
Assunto: Aquisição de Material de Consumo
Fornecedor: Seatle Tec Com. Prod. Eletroeletrônicos Eireli EPP - CNPJ:23.556.435/0001-12
Discriminação - Qtde. - Vr. Unit. R$ - Vr. Total R$
Cafeteira em Polipropileno, Jarra Inox, Bivolt - 06 - 186,76 - 1.120,56
Relação de compras efetuadas no mês de outubro/2020, em cumprimento ao disposto no artigo 16 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações
posteriores.
Processo SF.23744-89653/2020
Modalidade: Convite BEC/SP
Assunto: Aquisição de Material de Consumo
Fornecedor: Wesley Dione Granja - CNPJ:31.301.174/0001-18
Discriminação - Qtde. - Vr. Unit. R$ - Vr. Total R$
Copo Descartável, Polipropileno, 200 ml - 25 - 92,89 - 2.322,25
Processo SF.23744- 89056/2020
Modalidade: Convite BEC /SP
Assunto: Aquisição de Material de Consumo
Fornecedor: WG2R Comércio de Materiais - CNPJ: 16.973.809/0001-30
Discriminação - Qtde. - Vr. Unit. R$ - Vr. Total R$
Peça de Reposição para Filtro, Refil - 54 - 45,00 - 2.430,00
Processo SF.23744-88243/2020
Modalidade: Convite BEC /SP
Assunto: Aquisição de Material de Consumo
Fornecedor: HE Jussani - CNPJ: 32.264.983/0001-60
Discriminação - Qtde. - Vr. Unit.R$ - Vr. Total R$
Máquina de Calcular de Mesa Eletrônica - 07 - 265,00 - 1.855,00